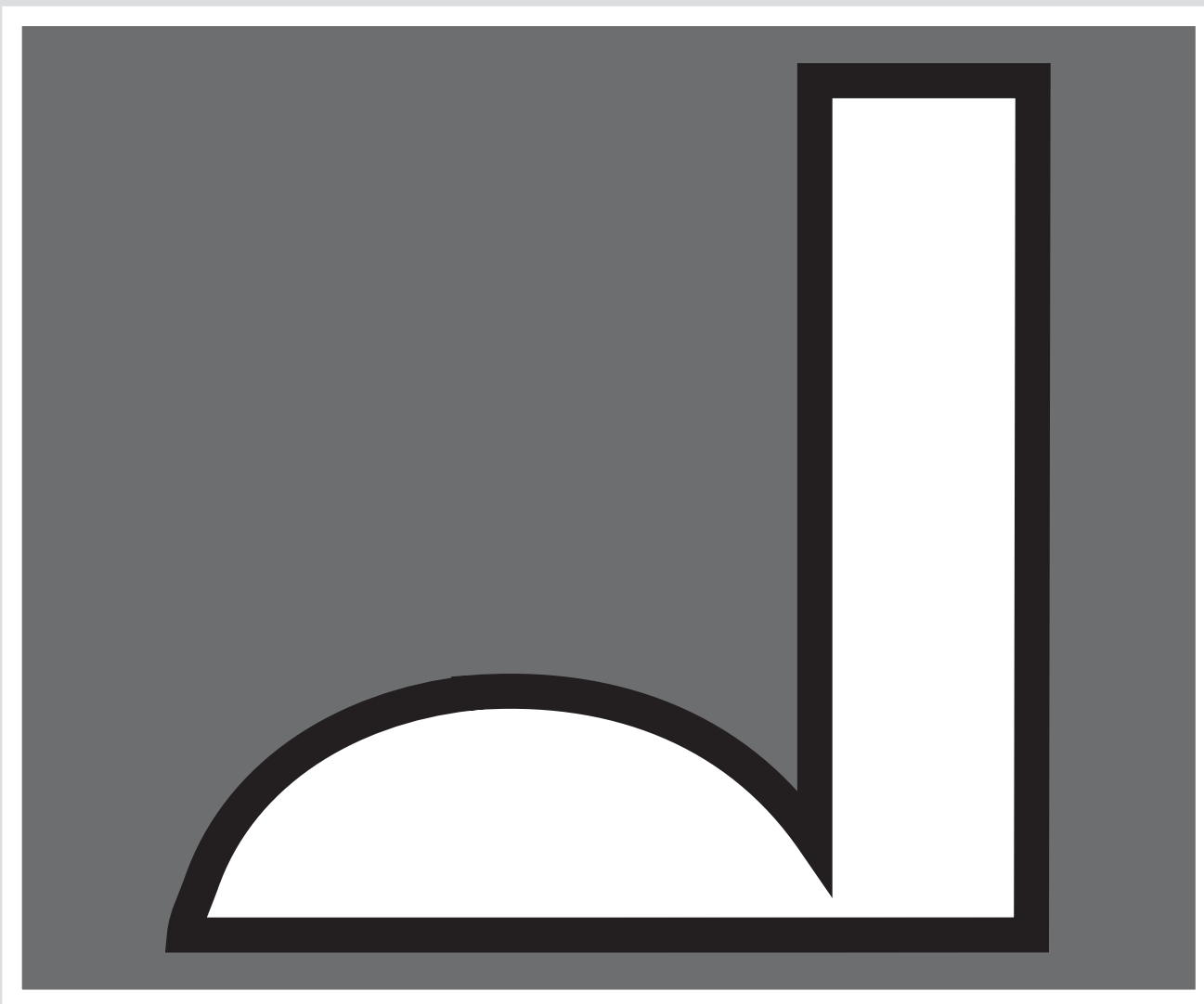




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS DE COMISSÕES

VOLUME I/ IV

ANO LXII - SUP. AO Nº 80 - SEXTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR ⁽¹⁾
1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – PFL-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER	LÍDER Ideli Salvatti – PT	LÍDER Lúcia Vânia
VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles	VICE-LÍDERES
..... LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp	 LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti	 LÍDER DO PFL – 17 José Agripino
VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves
	LÍDER DO PTB – 5 Epitácio Cafeteira	LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio
	VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias ⁽¹⁾ Marisa Serrano Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3 João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR Exedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

⁽¹⁾ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do cargo a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I	
1 – ATAS DA S DE COMISSÕES	
1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	
Ata da Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em conjunto com as demais comissões permanentes, em seis de fevereiro de dois mil e sete, às dezesseis horas, no plenário do Senado Federal.	10
Ata da Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em treze de fevereiro de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal.	11
Ata da Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e sete de fevereiro de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal.	30
Ata da Quarta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em seis de março de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ..	60
Ata da Quinta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em conjunto, com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em treze de março de dois mil e sete, às dez horas, no plenário do Senado Federal.	93
Ata da Sexta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte de março de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ..	132
Ata da Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e sete de março de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal.	156
Ata da Oitava Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em três de abril de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ..	186
Ata da Nona Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Conjunta, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em quatro de abril de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ..	212
Ata da Décima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dez de abril de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal.	246
Ata da Décima Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dezessete de abril de dois mil e sete, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal.	277
1.2 – Subcomissão Temporária da Regulação dos Marcos Regulatórios	
Ata da Primeira Reunião da Subcomissão Temporária da Regulação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dezessete de abril, de dois mil e sete, às quatorze horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.	303
Ata da Segunda Reunião da Subcomissão Temporária da Regulação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da Primeira Sessão Le-	

gislative, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e seis de abril, de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

305

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em sete de maio, de dois mil e sete, às dezessete horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

310

Ata da Quarta Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em quatorze de maio, de dois mil e sete, às dezessete horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

339

Ata da Quinta Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e um de maio, de dois mil e sete, às dezenove horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

372

1.2.1 – Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais

Ata da Primeira Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em doze de abril, de dois mil e sete, às quatorze horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

405

1.2.2 – Subcomissão Temporária da Reforma Tributária

Ata da Primeira Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em doze de abril, de dois mil e sete, às doze horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

406

Ata da Segunda Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e três de abril, de dois mil e sete, às dezenove horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

412

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em sete de maio, de dois mil e sete, às dezenove horas, na Sala de Reuniões nº 15, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

433

Ata da Quarta reunião da Subcomissão Temporária da reforma tributária, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e um de maio, de dois mil e sete, às dezenove horas, na Sala de Reuniões nº 15, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

458

1.3 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e oito de março de dois mil e sete, quarta-feira às doze horas e cinco minutos.

484

Ata da Décima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia quatro de abril de dois mil e sete, às dez horas e oito minutos.

503

Ata da Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta com A Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dez de abril de dois mil e sete, quarta-feira, às dez horas.

536

Ata da Décima Segunda Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia onze de abril de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.

564

Ata da Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezoito de abril de dois mil e sete, quarta-feira, às nove horas e trinta minutos.

581

Ata da Décima Quarta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e cinco de abril de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.

606

Ata da Décima Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a Décima Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e cinco de abril de dois mil e sete, quarta-feira, às quatorze horas.

612

Ata da Décima Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da Primeira

Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dois de maio de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

622

Ata da Décima Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta com a Décima Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia três de maio de dois mil e sete, quinta-feira, às quatorze horas.....

630

Ata da Décima Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a Terceira Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia nove de maio de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

659

Ata da Décima Nona Reunião, Extraordinária, da comissão de assuntos sociais, conjunta com a Vigésima Primeira Reunião, Extraordinária, da comissão de direitos humanos e legislação participativa, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia quinze de maio de dois mil e sete, terça-feira, às quatorze horas.....

682

Ata da Vigésima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezesseis de maio de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

701

Ata da Vigésima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e três de maio de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

712

1.4 – Retificação

Ata da Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta com a Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e a Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e um de março de dois mil e sete, quarta-feira, às dez horas.....

736

1.5 – Ata da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência

Ata da Segunda Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezenove de abril de dois mil e sete, quinta-feira, às nove horas.....

737

1.5.1 – Ata da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde

Ata da Décima Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta, com a Terceira Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia nove de maio de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

741

1.6 – Comissão de Educação

Ata da Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e sete de março de dois mil e sete.....

764

Ata da Décima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em três de abril de dois mil e sete.....

783

Ata da Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da comissão de assuntos sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dez de abril de dois mil e sete.....

817

Ata da Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Terceira Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e quatro de abril de dois mil e sete.....

846

Ata da Décima Quarta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em oito de maio de dois mil e sete.....

866

Ata da Décima Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dez de maio de dois mil e sete.....

876

Ata da Décima Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em quinze de maio de dois mil e sete.....

905

Ata da Décima Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dezesseis de maio de dois mil e sete.....

921

Ata da Décima Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira

Legislatura, realizada em vinte e dois de maio de dois mil e sete..... 949

Ata da Décima Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e quatro de maio de dois mil e sete..... 959

VOLUME II

1.7 – Ata da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social

Ata da Primeira Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em treze de março de dois mil e sete. 1004

Ata da Segunda Reunião, Ordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em onze de abril de dois mil e sete..... 1006

Ata da Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Terceira Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e quatro de abril de dois mil e sete..... 1014

1.8 – Comissão do Meio Ambiente

Ata da Segunda Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia sete de fevereiro de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos..... 1034

Ata da Terceira Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia treze de fevereiro de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos..... 1043

Ata da Quarta Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos..... 1070

Ata da Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia sete de março de dois mil e sete às nove horas. 1075

Ata da Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira

Legislatura, do dia quatorze de março de dois mil e sete às nove horas..... 1087

Ata da Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e um de março de dois mil e sete às nove horas..... 1099

Ata da Oitava Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e sete de março de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos. 1120

Ata da Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto, com a da Décima Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia doze de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas. 1136

Ata da Décima Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Décima Terceira Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e da Décima Primeira Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Extraordinárias, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em conjunto, no dia dezessete de abril de dois mil e sete, às dez horas e trinta minutos, no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II. 1187

Ata da Décima Primeira Reunião, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto, com a, da Nona Reunião da comissão de agricultura e reforma agrária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dezoito de abril de dois mil e sete. 1216

Ata da Décima Segunda Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e quatro de abril de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos.. 1257

Ata da Décima Terceira Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia quinze de maio de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos..... 1261

Ata da Décima Quarta Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e dois de maio de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos..... 1280

Ata da Décima Sexta Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e nove de maio de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos..... 1292

1.8.1 – Subcomissão de Aquecimento Global

Ata da Primeira Reunião, de instalação, da Subcomissão Destinada a Estudar o Aquecimento Global, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em sete de fevereiro de dois mil e sete, às doze horas e cinquenta minutos..... 1294

Ata da Segunda Reunião, Extraordinária, da Subcomissão destinada a Estudar o Aquecimento Global, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e sete de fevereiro de dois mil e sete, às onze horas..... 1296

Ata da Terceira Reunião, Extraordinária, da Subcomissão destinada a Estudar o Aquecimento Global, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em sete de março de dois mil e sete, às quatorze horas..... 1297

Ata da Quarta Reunião, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, da Subcomissão Permanente do Aquecimento Global, Conjunta com a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas e a Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas no Brasil”, realizada em vinte e oito de março de dois mil e sete, quarta feira, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho..... 1299

1.8.2 – Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Ata da Primeira Reunião, de instalação, da Subcomissão Temporária para a discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e seis de abril de dois mil e sete, às onze horas e trinta minutos..... 1328

Ata da Segunda Reunião da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de resíduos sólidos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em oito de maio de dois mil e sete, após onze horas e trinta minutos.. 1330

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de resíduos sólidos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dezessete de maio de dois mil e sete, quinta-feira, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 15, Ala senador Alexandre Costa. 1332

1.9 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Ata da Oitava Reunião, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e nove de março do ano de dois mil e sete, às onze horas. 1349

Ata da Nona Reunião, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia três de abril do ano de dois mil e sete, às onze horas. 1380

Ata da Décima Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em Conjunto, com a Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia doze de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas. 1392

Ata da Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Décima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezessete de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas e trinta minutos. 1443

Ata da Décima Segunda Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezoito de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas. 1472

Ata da Décima Terceira Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores E Defesa Nacional, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, Realizada no dia vinte e seis de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas. 1487

Ata da Décima Quarta Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dez de maio do ano de dois mil e sete, às dez horas. 1492

Ata da Décima Quinta Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezessete de maio do ano de dois mil e sete, às dez horas. 1508

1.10 – Ata da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas

Ata da Primeira Reunião, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, realizada no dia oito de março do ano de dois mil e sete, às onze horas. 1519

Ata da Segunda Reunião, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, realizada no dia quatorze de março do ano de dois mil e sete, às dez horas. 1520

Ata da Terceira Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional de Mudanças Climáticas, Conjunta com a Quarta Reunião da Subcomissão Permanente do Aquecimento Global e a Quarta Reunião da Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas no Brasil”, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e oito de março do ano de dois mil e sete, às nove horas e trinta minutos..... 1547

1.11 – Ata da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Ata da Décima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e cinco de abril de dois mil e sete, às onze horas e vinte e um minutos..... 1157

Ata da Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dez de maio de dois mil e sete. 1589

Ata da Décima Segunda Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em quinze de maio de dois mil e sete. 1605

1.12 – Ata da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em nove de maio de dois mil e sete. 1631

1.13 – Ata da Comissão Mista Especial das Mudanças Climáticas

Ata da Sexta Reunião – realizada em 17-4-2007..... 1656

Ata da Sétima Reunião – realizada em 26-04-2007 1682

Ata da Oitava Reunião – realizada em 7-5-2007 1983

Ata da Nona Reunião – realizada em 8-5-2007 1741

Ata da Décima Reunião – realizada em 16-5-2007 1744

VOLUME III

1.14 – Ata da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – REQ. 7/2005-CN

Ata da 1ª Reunião – Realizada em 20-7-2005..... 1762

Ata da 2ª Reunião – Realizada em 1-8-2005 1789

Ata da 3ª Reunião – Realizada em 3-8-2005 1818

Ata da 4ª Reunião – Realizada em 4-8-2005 1824

Ata da 5ª Reunião – Realizada em 9-8-2005 1962

Ata da 6ª Reunião – Realizada em 10-8-2005 2122

Ata da 7ª Reunião – Realizada em 11-8-2005 2123

Ata da 8ª Reunião – Realizada em 16-8-2005 2173

Ata da 9ª Reunião – Realizada em 17-8-2005 2291

Ata da 10ª Reunião – Realizada em 18-8-2005 2318

Ata da 11ª Reunião – Realizada em 22-8-2005 2422

Ata da 12ª Reunião – Realizada em 23-8-2005 2438

Ata da 13ª Reunião – Realizada em 24-8-2005 2523

Ata da 14ª Reunião – Realizada em 25-8-2005 2524

Ata da 15ª Reunião – Realizada em 30-8-2005 2564

Ata da 16ª Reunião – Realizada em 31-8-2005 2636

Ata da 17ª Reunião – Realizada em 1-9-2005 2721

Ata da 18ª Reunião – Realizada em 13-9-2005 2748

Ata da 19ª Reunião – Realizada em 14-9-2005 2810

Ata da 20ª Reunião – Realizada em 20-9-2005 2844

VOLUME IV			
		Ata da 28ª Reunião – Realizada em 26-10-	
2005		2005	3261
Ata da 21ª Reunião – Realizada em 21-9-	2904	Ata da 29ª Reunião – Realizada em 27-10-	
2005		2005	3270
Ata da 22ª Reunião – Realizada em 27-9-	3025	Ata da 30ª Reunião – Realizada em 31-10-	
2005		2005	3444
Ata da 23ª Reunião – Realizada em 4-10-	3037	Ata da 31ª Reunião – Realizada em 1-11-	
2005		2005	3491
Ata da 24ª Reunião – Realizada em 5-10-	3091	Ata da 32ª Reunião – Realizada em 8-11-	
2005		2005	3492
Ata da 25ª Reunião – Realizada em 18-10-	3150	Ata da 33ª Reunião – Realizada em 9-11-	
2005		2005	3540
Ata da 26ª Reunião – Realizada em 19-10-	3216	Ata da 34ª Reunião – Realizada em 16-11-	
2005		2005	3602
Ata da 27ª Reunião – Realizada em 25-10-	3226		

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CONJUNTO COM AS DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES, EM 6 DE FEVEREIRO DE 2007, ÀS 16:00 HORAS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL.

Às dezesseis horas e cinquenta e três minutos do dia seis de fevereiro do ano de dois mil e sete, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos em conjunto com as demais Comissões Permanentes com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Renato Casagrande, Expedito Júnior, João Vicente Claudino, Flávio Arns, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Sibá Machado, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Patrícia Saboya Gomes, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Roseana Sarney, Wellington Salgado, Leomar Quintanilha, Joaquim Roriz, Paulo Duque, Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Edison Lobão, Jayme Campos, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Jonas Pinheiro, Antonio Carlos Magalhães, Demóstenes Torres, José Agripino, Marco Maciel, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Mário Couto, Osmar Dias e Jefferson Peres, e, ainda, dos Senadores Alfredo Nascimento, Almeida Lima, Álvaro Dias, Augusto Botelho, César Borges, Cristovam Buarque, Efraim Moraes, Eptácio Cafeteira, Geraldo Mesquita Júnior, Gerson Camata, Heráclito Fortes, João Durval, João Tenório, José Maranhão, José Sarney, Magno Malta, Marisa Serrano, Mozarildo Cavalcanti, Papaléo Paes, Rosalba Ciarlini, Sérgio Zambiasi e Tião Viana. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Collor, Serys Slhessarenko, Eliseu Resende e Sérgio Guerra, tendo falta justificada em virtude de licença médica. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião destinada à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e das demais Comissões Permanentes. A Presidência comunica que os Senadores Aloizio Mercadante e Eliseu Resende foram indicados pelas Lideranças Partidárias para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Colocados em votação, é eleito o Senador Aloizio Mercadante, Presidente, e o Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente, por unanimidade. Usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes e Leomar Quintanilha.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está aberta a reunião conjunta que se destina à eleição de Presidentes e de Vice-Presidentes das Comissões.

Peço a atenção de todos, porque lerei os nomes dos indicados pelas Lideranças partidárias:

1) Comissão de Assuntos Econômicos

Presidente – Senador Aloizio Mercadante (PT)

Vice-Presidente – Senador Eliseu Resende (PFL)

2) Comissão de Assuntos Sociais

Presidente – Senadora Patrícia Saboya Gomes

(PSB)

Vice-Presidente – Senadora Rosalba Ciarlini

(PFL)

3) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Presidente – Senador Antonio Carlos Magalhães

(PFL)

Vice-Presidente – Senador Valter Pereira

(PMDB)

4) Comissão de Educação

Presidente – Senador Cristovam Buarque

(PDT)

Vice-Presidente – Senador Gilvam Borges

(PMDB)

5) Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle:

Presidente – Senador Leomar Quintanilha

(PMDB)

Vice-Presidente – Senadora Marisa Serrano

(PSDB)

6) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa:

Presidente – Senador Paulo Paim (PT)

Vice-Presidente – Senador Cícero Lucena

(PSDB)

7) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional:

Presidente – Senador Heráclito Fortes (PFL)

Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo

(PSDB)

8) Comissão de Serviços de Infra-estrutura:

Presidente – Senador Marconi Perillo (PSDB)

Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral (PT)

9) Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo:

Presidente – Senadora Lúcia Vânia (PSDB)

Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro (PFL)

10) Comissão de Agricultura e Reforma Agrária:

Presidente – Senador Joaquim Roriz (PMDB)

Vice-Presidente – Senador Expedito Júnior (PR)

Em votação a chapa.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com os nomes indicados na chapa queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Declaro, portanto, eleitos e empossados as Sr^{as} e Srs. Senadores, Presidentes e Vice-Presidentes que acabo de anunciar.

Antes de encerrar esta reunião, informo a V. Ex^{as} que criação de subcomissões é matéria interna de cada Comissão e deverá ser posteriormente definida.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de comunicar ao Plenário, em particular a V. Ex^a, que, amanhã, às 10 horas, a Comissão de Justiça já se reunirá.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães. Espero que o que ocorre na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania possa ocorrer verdadeiramente nas outras Comissões e no Senado como um todo, tanto que, hoje, comuniquei aos Líderes minha idéia de marcar uma reunião para discutirmos uma agenda para os próximos cem dias no Brasil, do ponto de vista da sociedade, do Parlamento, dos outros Poderes da República. Assim, tentaremos fazer com que essa convergência prossiga, guiando os trabalhos de cada Comissão permanente do Senado Federal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pe-

diria permissão a V. Ex^a também para comunicar aos companheiros da Comissão de Relações Exteriores reunião para amanhã, às 10 horas. Naquela ocasião, atendendo solicitação não só partidária, mas também de cunho particular, diante dos próprios méritos, indicaremos o Senador Mozarildo Cavalcanti para presidir a Subcomissão da Amazônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha pela ordem.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma como procedeu os Senadores Heráclito Fortes e Antonio Carlos Magalhães, gostaria de contar com a anuência de V. Ex^a para anunciar aos membros da Comissão do Meio Ambiente que nossa comissão reunir-se-á amanhã, às 11 horas e 30 minutos, quando trataremos da criação de novas subcomissões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a reunião conjunta.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 58 minutos.)

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2007, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia treze de fevereiro do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Fernando Collor, Expedito Júnior, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Edison Lobão, Eliseu Resende, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Jonas Pinheiro, Antonio Carlos Magalhães, José Agripino, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Osmar Dias e Jefferson Péres e, ainda, do Senador Almeida Lima. Deixam de comparecer os Senadores Renato Casagrande, Serys Slhessarenko, João Vicente Claudino, Romero Jucá, Jayme Campos e Sérgio Guerra, tendo falta justificada em virtude de

licença médica. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento, Aviso nº 02/07 (nº 43, na origem), de 30 de janeiro de 2007, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de dezembro de 2006, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Mensagem nº 2/07 (nº 1.184, na origem), de 28 de dezembro de 2006, da Presidência da República, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de novembro 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas; e Mensagem nº 33/07 (nº 62, na origem), de 1º de fevereiro de 2007, da Presidência da República, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao quarto trimestre de 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. Os expedientes serão posteriormente encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência comunica que foram recebidas cinco propostas de criação de Subcomissões no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. Após a leitura, é adiada a discussão e votação para que os autores dos Requerimentos revejam as cinco propostas e escolham três, uma vez que já existe a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, restariam apenas três possibilidades de criação de novas Subcomissões. Usam da palavra os Senadores Osmar Dias, Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro, Eliseu Resende, Osmar Dias e Delcídio Amaral. A Presidência dá início à Primeira Parte da Reunião, destinada à organização dos trabalhos da Comissão. A fim de aperfeiçoar os trabalhos, são propostos pelo Senhor Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante, e aprovados pelos Membros da Comissão, os seguintes procedimentos: em caso de ausência do Relator de matérias constantes da Pauta por duas Reuniões consecutivas, será designado um Relator “Ad Hoc”; semanalmente será enviada uma relação aos Membros da Comissão contendo as matérias recebidas na semana anterior, para conhecimento; periodicamente serão convidados representantes da área econômica do Governo Federal (Ministério da Fazenda, Banco

Central, Tesouro Nacional, Receita Federal, etc.), a fim de prestarem informações sobre perspectivas de inflação, taxas de juros, câmbio, receita, etc., em reuniões a realizar-se às terças-feiras, às nove horas e trinta minutos, ficando estabelecido que neste dia as Reuniões da Comissão terão início às dez horas e trinta minutos; e, por fim, que todas as matérias enviadas para a Comissão devem ser encaminhadas também via e-mail para facilitar o andamento dos trabalhos. Usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Eliseu Resende, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Delcídio Amaral e Flexa Ribeiro. Em seguida, a Presidência dá início à Segunda Parte da Reunião, com a apreciação das matérias constantes da Pauta, Item 01-Ofício “S” nº 17, de 2006, não terminativo, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei 11.079, de 2004 (parceria público-privada), documentação pertinente aos estudos, informações e demonstrativos relativos ao cumprimento, por parte do Estado de São Paulo, dos limites e parâmetros estabelecidos na citada Lei, bem como na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), referente ao processo de contratação de parceria público-privada”, de autoria da Secretaria de Estado de Transportes Metropolitanos de São Paulo, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Parecer pelo conhecimento da Comissão e posterior arquivamento. O Presidente faz uma ressalva, de que o procedimento adotado para esta Matéria se torne um procedimento padrão para todas as proposições com o mesmo teor, sugestão dada também pelo próprio Relator, Senador Flexa Ribeiro. Assim sendo, a Presidência retira a Matéria de Pauta e é aprovada pela Comissão a criação de uma Comissão Externa, composta pelos Senadores representantes do Estado de São Paulo, e pelos Senadores Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Relatores, respectivamente, do Ofício “S” nº 17, de 2006, e do Ofício “S” nº 02, de 2007, Cícero Lucena, Marconi Perillo e Wellington Salgado, a fim de debater sobre o processo de contratação de Parceria Público-Privada, em tramitação nesta Comissão, e as ocorrências divulgadas pelo laudo técnico que apontou falhas na estrutura metálica da Estação Fradique Coutinho, na Estação 4 (Amarela) do Metrô de São Paulo. Logo após a conclusão dos trabalhos dessa Comissão Externa, a Matéria será pautada novamente. Usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Magalhães, Inácio Arruda, Garibaldi Alves Filho e Wellington Salgado; Item 02-Ofício “S” nº 02, de 2007, não terminativo, “em atendimento ao § do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informa que o Governo do Estado de Pernambuco procedeu licitação para a explo-

ração, mediante concessão patrocinada, da Ponte de Acesso e Sistema Viário do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva e encaminha informações e documentos atinentes ao referido procedimento”, de autoria da Secretaria de Planejamento de Pernambuco, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer pelo arquivamento da Matéria. A Presidência retira a Matéria de Pauta e é aprovada pela Comissão a criação de uma Comissão Externa, composta pelos Senadores representantes do Estado de São Paulo, e pelos Senadores Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Relatores, respectivamente, do Ofício “S” nº 17, de 2006, e do Ofício “S” nº 02, de 2007, Cícero Lucena, Marconi Perillo e Wellington Salgado, a fim de debater sobre o processo de contratação de Parceria Público-Privada, em tramitação nesta Comissão, e as ocorrências divulgadas pelo laudo técnico que apontou falhas na estrutura metálica da Estação Fradique Coutinho, na Estação 4 (Amarela) do Metrô de São Paulo. Logo após a conclusão dos trabalhos dessa Comissão Externa, a Matéria será pautada novamente; Item 03-Mensagem nº 01, de 2007, não terminativa, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007”, de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Delcídio Amaral Relator “Ad Hoc”. Após a leitura do Relatório, a Comissão delibera no sentido de retirar a Matéria de Pauta, ficando vinculada a sua apreciação com a presença de representantes do Banco Central do Brasil. Usa da palavra o Senador Tasso Jereissati; Item 04-Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006, não terminativo, que “altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. (Estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica)”, de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 02 que apresenta. A Matéria encontra-se em Regime de Urgência nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno, e tramita simultaneamente com a Comissão de Educação. Em 21/12/06 foi apresentada a Emenda nº 01, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Francisco Dornelles, e ao iniciar a discussão da Matéria, o Senador Flexa Ribeiro retira a Emenda nº 01 de sua autoria. Usam da palavra os Senadores Tasso Jereissati, Inácio Arruda e Osmar Dias. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator, Senador Francisco Dornelles, favorável ao

Projeto com a Emenda de Redação nº 01-CAE apresentada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2004, terminativo, que “altera o inciso VI do art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, a fim de alterar o limite de idade para fins de isenção do imposto de renda”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02, que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2003, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Jefferson Péres, que oferece Parecer pela rejeição do PLS nº 245, 2003, Complementar, e do PLS nº 19, 2005, Complementar. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2004, terminativo, que “altera a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, para destinar a renda líquida de um concurso anual de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números para as Associações da Cruz Vermelha Brasileira”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria é retirada de pauta a pedido do Relator, para reexame; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2003, não terminativo, que “altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do referido Fundo”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2003, terminativo, que “altera o artigo 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e o artigo 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, autorizando o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão do crédito rural”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que ofe-

rece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2004, terminativo, que “dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre os veículos automotores que especifica, e dá outras providências”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2006, não terminativo, que “dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios”, de autoria do Senador Tião Viana, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004, não terminativo, que “altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Luciano Zica, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Delcídio Amaral, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 14-Emenda nº 01, de Plenário, Oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2005, não terminativa, que “reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre os produtos que menciona”, de autoria do Deputado Nelson Bornier, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer pela rejeição da Emenda nº 01-Plen. A apreciação da Matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2004, não terminativo, que “altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer novos equipamentos ou componentes de uso obrigatório nos veículos”, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer pela rejeição

do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta a pedido do Relator, para reexame. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 01/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja convidada a Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, Exma. Sra. Dilma Vana Rousseff, para discorrer sobre as propostas concernentes ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. A Comissão aprova, ainda, que seja realizada a Reunião em conjunto com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, uma vez que já havia sido aprovado um requerimento naquela Comissão convidando a Exma. Sra. Ministra para uma audiência na próxima quinta-feira, dia 15/02, às onze horas e trinta minutos; Requerimento nº 02/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Presidente do Banco Central do Brasil, Exmo. Sr. Henrique Meirelles, e sua Diretoria, para discorrer sobre as metas de inflação, política monetária e cambial e desempenho do Banco Central no último período, de autoria do Senador Aloizio Mercadante; Requerimento nº 03/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Ministro de Estado da Fazenda, Exmo. Sr. Guido Mantega, para discorrer sobre as propostas concernentes ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, e a Política Econômica do Governo, de autoria do Senador Aloizio Mercadante; e o Requerimento nº 04/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Ministro de Estado do Planejamento, Exmo. Sr. Paulo Bernardo, para discorrer sobre as propostas concernentes ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom dia, Senadores, Senadoras, havendo número regimental declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em 13 de fevereiro de 2007, às 10h, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e

será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com seus registros de estenotipia informatizada.

Quero também aproveitar para comunicar aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento. O aviso nº. 02/2007 nº 43 na origem de 30 de janeiro de 2007 do Ministério da Fazenda. Encaminhando em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal, nº 43 de 2001, Relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de dezembro de 2006, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e Distrito Federal, e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios. Queria convidar também o nosso Vice-Presidente para compor a Mesa aqui nessa nossa 1ª Sessão de trabalho. É uma grande honra aqui ter o Senador Eliseu Rezende compondo aqui a Mesa da nossa Comissão.

Mensagem nº. 02/2007, nº 1.184 na origem de 28/12/2006 da Presidente da República encaminhando nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº. 9.069/95 o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de novembro de 2006. As razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. E a mensagem nº 33/2007, nº. 62 na origem, de 01/02/2007, na Presidência da República, encaminhando nos termos do inciso II do art. 7º da Lei 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao quarto trimestre de 2006 as razões dela determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. Os expedientes serão posteriormente encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Bom, a pauta... O primeiro Item da pauta nós tínhamos sugerido, como é a nossa 1ª Sessão de trabalho, que nós pudéssemos discutir um pouco a organização dos trabalhos da Comissão. E nós tínhamos algumas questões a tratar.

A primeira delas é que nós recebemos vários pedidos de criação de Subcomissão. E nós precisaríamos definir quais Subcomissões nós iremos criar. Tem a proposta de criação de uma Subcomissão destinada a tratar da questão da Previdência Social. Foi constituído um Fórum Nacional que está debatendo a Previdência Social, a proposta do ex-Ministro da Previdência Senador Romero Jucá, para examinar uma Subcomissão a questão da Previdência Social. Há uma segunda proposta que foi sugerida pelo Senador Tasso Jereissati para criar uma Subcomissão destinada a debater, examinar o processo orçamentário do País. Rediscutir a tramitação do orçamento no âmbito do Congresso e todos os outros aspectos relacionados à questão orçamentária.

Na realidade, o Senador Tasso Jereissati propôs essa Subcomissão em nome do Senador Sérgio Guerra que não pode estar presente agora no início dos trabalhos.

Há uma terceira proposta de Subcomissão sugerida pelo Senador Delcídio Amaral para examinar o marco regulatório do Brasil, e tratar de todos os aspectos relacionados a diversos setores, como telecomunicações e aviação civil, rodovia, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias Público-Privadas, para debater todas as questões relacionadas ao marco regulatório.

Há um quarto pedido solicitando uma Subcomissão destinada a acompanhar a discussão e os acordos firmados entre os Estados e a União que visem à regulamentação da Lei Kandir, tratando a questão da Lei Kandir proposta pelo nobre Senador Flexa Ribeiro. E nós temos já uma Subcomissão Permanente que trata de assuntos Municipais. Assuntos Municipais é uma Comissão Permanente quando foi constituída. Portanto, nós teremos, entre os pedidos que foram feitos, nós teremos que escolher três Subcomissões para serem criadas. Entre as quatro que foram propostas. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente Senador Mercadante, como nas outras Comissões nós temos um número fixo de Subcomissões. No máximo quatro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): No máximo quatro. E uma já é permanente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Talvez fosse conveniente antes de tomarmos a decisão, nós submetermos aos autores dessas propostas, se aceitam transformar a proposta de Subcomissão em Comissão temporária. Porque daí nós eliminaríamos uma e poderíamos efetivar as outras três como Subcomissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pode ser. O que podemos fazer também, em vez de tomar a decisão hoje, como nós temos uma semana aí que vai ser... A próxima semana nós não vamos ter atividade, só voltaremos depois do carnaval, a gente poderia construir um acordo e entendimento entre todos os componentes até a próxima Sessão Ordinária terça-feira que vem, criar as Subcomissões. Se houver acordo, nós podemos fazer dessa forma. E aí eu acho que a solução do Osmar é uma boa solução. Um tema que seja mais específico e a gente pode transformar numa Subcomissão temporária e as outras seriam Comissões permanentes para esses dois anos. Porque alguns temas, seguramente são... A questão marco regulatório, a questão da Previdência, são temas permanentes. A questão do

processo orçamentário e a questão da Lei Kandir pode não necessariamente ser permanente, porque você poderia fazer temporário até concluir aquela... Porque a questão do orçamento é fazer uma proposta para modificar a tramitação do orçamento. É basicamente isso que o Senador Tasso Jereissati e o Senador Guerra estão motivados. E a questão da Lei Kandir também é até concluir uma proposta alternativa.

Então, nós poderíamos chegar a um acordo e a gente constituiria a partir da próxima terça-feira as Subcomissões. Pois não, Senador Jonas.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, a Previdência não estaria mais ligado à Comissão de Assuntos Sociais?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Também. A Previdência, na realidade, estará necessariamente ligada à Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Assuntos Econômicos por toda a questão de orçamento, cálculo atuarial, sustentabilidade, a questão da arrecadação de tributos, a formação da Super-Receita, enfim, tem uma agenda bastante afinada com a nossa Comissão e tem uma outra dimensão de política de Assistência Social ligada à Comissão de Assuntos Sociais. Mas podemos também estar em acordo com a Comissão de Assuntos Sociais. Por isso que eu proponho a gente amadurecer até semana que vem e nós criaríamos então de comum acordo a Subcomissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não. Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A proposta da subcomissão para a regulamentação da Lei Kandir, ela pode ter uma ação muito mais abrangente com relação à questão da revisão do pacto federativo, que evidentemente a Lei Kandir vai estar contida.

Então, acho que essa questão do Pacto Federativo é um assunto que o Senado e especificamente a CAE, não pode se ausentar da discussão. É uma questão que aflige aos Estados e aos Municípios e que precisa aprofundar a discussão e chegar a um consenso entre União, Estados e Municípios na repartição da receita total.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom...

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Apenas uma sugestão. A Subcomissão do marco regu-

latório poderia tipicamente uma Subcomissão que pode ser considerada em caráter temporário. Porque em pouco tempo, cerca de uma Legislatura, um ano, a gente pode discutir os marcos regulatórios. É uma sugestão muito importante porque nós estamos carentes disso. O setor da infra-estrutura. A definição do marco regulatório.

Então, eu acho que essa Subcomissão do marco regulatório pode ser... Não precisa ser uma Subcomissão Permanente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eliseu Resende chega cheio de entusiasmo e otimismo. Nós estamos quatro anos aqui nessa agenda e não avançou tanto. Mas eu espero inclusive que amanhã a gente possa votar na CCJ uma PEC que trata da regulamentação das agências. Mas é um tema que tem sido bastante polêmico no Senado Federal. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Senador Mercadante, Presidente, o Vice-Presidente acaba de dar uma declaração que me obriga a informar a Comissão que o autor dessa proposta, que é o Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Marco regulatório?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Delcídio Amaral.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Delcídio Amaral. Ele me procurou na semana passada e pediu uma sugestão. Se ele deveria apresentar uma proposta para a criação de uma Comissão temporária ou de uma Subcomissão. E nós discutimos e ele acabou por decidir apresentar a Subcomissão. Mas ele estava com a tendência de apresentar exatamente nessa direção proposta pelo Senador Eliseu Resende uma Comissão temporária.

Então, eu acredito que se conversarmos com ele, ele poderá alterar a sua proposta para uma Comissão temporária e nós ficaríamos então com as outras três.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Delcídio Amaral, com a palavra.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu quero ressaltar primeiro a importância dessa discussão dos marcos regulatórios. Eu entendo que na discussão do Programa de Aceleração do Crescimento, os marcos regulatórios vão ter um papel fundamental. Evidente que isso vai passar por uma negociação entre V.Ex^a, o Vice-Presidente e as demais bancadas. Agora, é fundamental que esse tema venha

a ser abordado. Seja ele por uma Comissão, como está sendo proposto, eu inclusive discuti com o Senador Osmar dias isso, ou através de uma Subcomissão, mas é um tema de absoluta relevância até para o sucesso do Programa de Aceleração do Crescimento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só a questão dos Estados, endividamento, Lei Kandir, porque nós tínhamos aqui uma Subcomissão. A idéia é continuar com essa Subcomissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Proposta uma Subcomissão pelo Senador Flexa ribeiro, para tratar da questão da Lei Kandir.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu vejo que seria mais amplo. Nós temos aí alguns Governadores já falando a questão outra vez da negociação da dívida dos Estados. Eu sei que é um ponto difícil de modificação, mas as relações gerais de Estados e Municípios não é só a questão da Lei Kandir. Eu enxergo uma visão maior como até o Senador Garibaldi que foi o Presidente da Subcomissão aqui que discutiu essa questão do endividamento também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aquela Subcomissão presidida pelo Senador Garibaldi era a Subcomissão de Assuntos Municipais. Ela não era de pacto federativo em geral. Era municipal. Bem focada na questão municipal. Por isso eu proponho como encaminhamento, em vez de nós continuarmos essa discussão, nós amadureceríamos isso até a próxima Sessão Legislativa e por entendimento seguramente a gente constitui as quatro Comissões. Ou inclusive com quatro Comissões permanentes e uma temporária, quer dizer, nós chegaremos seguramente porque todos os temas que foram propostos são relevantes e de alguma forma terão que ser constituídos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [falha no áudio] ampliando, ao invés de se tratar da Lei Kandir, tratar do pacto federativo, no bojo do Pacto Federativo a questão da Lei Kandir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Voltaremos ao tema então na próxima Sessão. Uma segunda proposta que foi feita para a Comissão, e me parece muito oportuna, o Senador Francisco Dornelles sugeriu que a cada 15 dias, antes do horário de início da votação das matérias ordinárias da Comissão, nós convidássemos técnicos de algumas áreas estratégicas para trazer informações aos Senadores. Nós teríamos uma hora de uma Sessão

para aqueles que tiverem interesse para ter acesso às informações. Por exemplo, nós convidaríamos, vamos supor, semana que vem a Receita Federal.

Então, os técnicos da receita viriam para dar informações aos Senadores de qual foi a evolução da Receita, qual foi o desempenho no último período, quais são os problemas, enfim, que estão presentes a Receita. Na outra traríamos, por exemplo, Tesouro Nacional para falar do endividamento público, perfil da dívida, rolagem de dívida, colocação de títulos, na outra chamaríamos, por exemplo, Banco Central, na outra chamaríamos a Previdência Social, para falar da arrecadação da Previdência ou das despesas e benefícios. E com isso nós estaríamos democratizando informações. Não é uma audiência pública de questionamento do órgão. Seria uma Sessão de informação e de democratização de informações de áreas estratégicas da Administração Pública ou mesmo de outras áreas que nós tenhamos eventualmente interesse. Senador Francisco Dornelles com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, mensalmente a Receita Federal, o Tesouro e o Banco Central, apresentam Relatório sobre a arrecadação, sobre a situação do Tesouro, sobre as contas fiscais e externas do País. E a minha proposta é justamente essa que V.Ex^a mencionou, que mensalmente fosse convocado em dias separados técnicos da Receita do Banco Central e do Tesouro para que nós possamos discutir os relatórios apresentados no final de cada mês. Ou seja, no final de fevereiro viriam os relatórios e em março nós discutiríamos esses relatórios e faríamos todas as indagações sobre problema de variação de arrecadação, sobre aumento de itens de despesa na área do tesouro, sobre o problema nas contas externas. Eu acho que isso seria quase uma análise de conjuntura muito importante para que nós pudéssemos acompanhar o desempenho financeiro do País.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Eu gostaria de congratular-me com o Senador Dornelles e dizer que na Comissão de Tributação e Finanças da Câmara, nós adotamos essa sistemática e por iniciativa, por proposta do então Deputado Federal Dornelles, e foi de grande proveito para os Deputados. Grande parte dos Deputados, aqueles que são mais reflexivos na área econômica participaram e nós colhemos antecipadamente as informações da Receita Federal que vão ser publicadas informações do Tesouro e informações do Banco Central. De forma que eu quero aplaudir

aqui e dar o meu testemunho do bom funcionamento disso na Câmara dos Deputados e particularmente na Comissão de Tributação e Finanças.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Garibaldi com a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu também me congratulo com o Senador Ministro Dornelles. Eu apenas queria lembrar que uma providência como essa envolve uma modificação na rotina da Comissão. Porque, por exemplo, os convidados teriam que ser chamados para antes da Reunião Ordinária. E isso obrigaria a Comissão a fixarem horários mais cedo para o funcionamento dos trabalhos. Isso parece uma coisa muito simples, parece até que eu estou realmente sem querer atentar para a importância. Pelo contrário, eu estou preocupado com a importância da proposta. E estou vendo que ela vai alterar e nós não podemos deixar os convidados esperando para o final da reunião.

Então, V.Exª que sabe muito bem conduzir teria que ver esse problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que essa é a questão central. Quer dizer, essas audiências, vêm quem tiver interesse. Não faz parte da Sessão Ordinária da Comissão, é uma reunião para os interessados. Segundo, tem que ser necessariamente antes do funcionamento da Comissão. A única coisa que nós podemos fazer é talvez flexibilizar o horário da Comissão nesses dias, em vez de começar às dez, começar impreterivelmente às 10h30, e nós faríamos das 9h30 às 10h30 para poder viabilizar. Acho que seria mais realista esse encaminhamento. Nós faríamos das 9h30 às 10h30 nesses dias e a Sessão Ordinária começaria às 10h30. Qualquer que seja a pauta da Comissão. Senador Mão Santa com a palavra.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senador Mercadante, cumprimentá-lo aí pela Presidência e vamos ter muito debate qualificado aqui. Até o Adam Smith virá da sepultura. Mas eu queria dar a minha observação. Para onde a gente vai a gente leva a nossa formação profissional. Eu sou médico cirurgião. Às vezes dá certo. Juscelino era médico cirurgião. Mas, atentai bem. Os dois primeiros anos foram muito mais produtivos. Tinham menos Comissões. Agora parece que houve uma vaidade que muita gente quer ser Presidente. Aí foram dar estrela para General ou muito cacique que não dá, Mercadante, que não dá. Tem que ter um entendimento entre os Presidentes. Agora mesmo eu estou aqui e estou ali na Comissão. Então estou acostumado a operar aqui um apêndice, depois uma vesícula... Não dá. E logo em seguida está na Educação. Então tem que ter um entendimento. Então

vai ser uma farsa. A gente fica... E está na bandeira do Brasil: Ordem e progresso. Esse negócio de dizer que o Senado é um céu, foi do Dinarte Mariz. Melhor do que o céu, porque não se precisa morrer. Mas eu não sei se é. Mas isso aqui tem no Senado.

Lá na biblioteca do Senado, o Presidente Collor deve saber, em Washington, tem uma frase lá: "No céu tem ordem". Aí trouxeram para cá. Mas V.Exª, com os outros, eu pelo menos aprendi isso. No meu tempo a gente estudava tinha disciplina e tinha horários. E quando começamos, eu ia com Tasso Jereissati no corredor e ele perguntou: "Mão Santa, o que está achando?" "Rapaz, eu estou achando que parece uma faculdade. Nós saímos de uma aula, tem outra. Tem o Diretor - que era o Sarney - tem chamada... [risos] está aprendendo os colegas". Mas é impossível. Agorinha eu estou ali na Comissão de Relações Exteriores, meu amigo Heráclito chamando... Não dá. Tá aqui e tá lá. Operador eu nunca consegui. Em duas salas? A gente pega numa e depois passa para outra. Então tem um entendimento. Eu acho muita vaidade esse negócio de criar, ser Presidente. Nós estamos satisfeitos, a Presidência de V.Exª merece. Mas veja isso... E mais ridícula ainda. Eu acho que ali é como a missa dominical. Plenário. O País está vendo os debates. É ridículo o Senador estar falando só para televisão. Igual, vamos dizer, os programas de televisão. Não. Ninguém... Então... E marcam também no horário do Plenário. Não dá. Você está lá e aqui. Era só isso em colaboração e estou à disposição e tenho plena convicção que V.Exª nenhum desse vai ceder ao ritmo que V.Exª. vai dar a economia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Obrigado, Senador Mão Santa. Só quero reafirmar que as terças-feiras sempre foi o horário regulamentar da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Sempre foi assim ao longo do Senado. Nós vamos preservar essa regra básica. E evidentemente que com as outras Comissões não sobrepor às atividades naquilo que é nossa atividade essencial. Essa é a Comissão que tem o maior número de Senadores e ela sempre funcionou regularmente às terças-feiras.

Então, acho que é providente a intervenção do Senador Mão Santa para gente acordar que os demais Presidentes o ritmo dos trabalhos. Eu queria... Senadores Delcídio Amaral, com a palavra.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, também ressaltar que é também importante aproveitar a Comissão de Assuntos Econômicos, sob o comando, não tenho dúvida nenhuma, competente, de V.Exª para discutir esses temas que foram sugeridos pelo Senador Dornelles. A minha única preocupação,

Senador Garibaldi falou aqui rapidamente, é a operacionalização disso. Que a gente não pode discutir Banco Central, Tesouro, e aí vem alguém... Primeiro nós temos que ter uma agenda clara pelo menos para que os Senadores se preparem ao longo do mês. Pelo menos uma agenda mensal de quem vem. E também como muitas outras situações alguém propor uma idéia excelente, mas aí essa idéia acaba caindo por absoluta falta de *quorum*. Porque aí vem gente do Governo que tem uma agenda complicada, senta aqui e às vezes tá V.Ex^a, o Vice-Presidente e um Senador ou dois Senadores. Eu acho que nós precisamos atentar para isso também para não cair naturalmente esse processo todo numa frustração quando os temas a serem tratados são de extrema relevância para o País e especialmente para a Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vejo que a advertência é muito oportuna. Nós temos que fazer eventos bem planejados, com *quorum* elevado, debate que realmente seja de interesse do conjunto da Comissão para poder preservar a qualidade das atividades. E evitar o voluntarismo de fazer muita coisa sem o planejamento adequado e que depois não traz o resultado esperado. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria, Sr. Presidente, em relação a essas observações do Senador Delcídio Amaral, que o objetivo mensalmente nós temos publicado o Relatório da Receita, do Banco Central e do Tesouro. E muitas vezes existem dúvidas e até conflitos entre esses relatórios. De modo que a idéia é que posteriormente a publicação desses Relatórios e ninguém até poderia ser apresentado como querendo informações antes delas se tornarem públicas, depois da publicação desses relatórios eles aqui viriam técnicos, nem haveria necessidade de vir Ministro, Secretário da Receita. Técnicos que realmente que elaboraram e que podem dar a informações para tirar dúvidas daqueles Senadores que gostariam de dirimir alguns dos pontos desses relatórios. Essa era a intenção e esse é o objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por isso que eu quero só registrar que essas atividades elas não farão parte da Sessão ordinária. Elas são... é uma atividade voltada para os interessados. Senadores que tiverem interesse de comparecer estarão convidados e nós anunciaremos com antecedência. É uma forma de democratizar as informações e poder ter uma visão abrangente sobre as diversas áreas das políticas públicas. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, só para esclarecer, eu entendo que não só

dados do Banco Central como da Receita, mas acho que nós temos a oportunidade de discutir aqui com base nessa sugestão do Senador Dornelles outras temas também. Que não tenho dúvida nenhuma vão estar relacionados com os trabalhos envolvidos pela Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Exatamente. Eu acho que a medida que houver... Ficaria como a recomendação básica esses três relatórios seriam discutidos ordinariamente pela Comissão, desta forma antes do início dos trabalhos legislativos da Comissão, e nós faríamos também eventualmente outras matérias que os senadores tiverem interesse nesta linha de convidar técnicos para informação não é Audiência Pública, a Audiência Pública vai ser feita no horário da Comissão. Nós podemos convidar o Ministro do Estado. Por sinal, só para adiantar, eu quero registrar, nós temos já convite para Audiência Pública da Ministra Dilma Rousseff, do Ministro Guido Mantega, do Ministro Paulo Bernardo e do Presidente do Banco Central, e a Diretoria do Banco Central. Já tem quatro requerimentos convocando essas autoridades. Eu proponho, se houver acordo, transformar em convite, e nós encaminharemos imediatamente o convite. O único caso aqui, a Ministra Dilma, já está prevista a presença dela na Comissão de Infra-Estrutura.

Então, talvez nós possamos fazer, no caso da Ministra Dilma, uma audiência conjunta com a Comissão de Infra-Estrutura para não ter duplicidade de trabalho. É a informação que eu tenho, não sei se alguém confirma, está previsto para a quinta-feira próxima. Confirmado, né? Onze e trinta. Nós poderíamos, já está, inclusive o Presidente da Comissão de Infra-Estrutura presente, nós poderíamos aprovar a convocação como convite e faríamos a audiência conjunta CAE e Comissão de Infra-Estrutura. E manteríamos na CAE a vinda do Ministro da Fazenda e do Planejamento e do Presidente do Banco Central. Acho que Fazenda e Planejamento podem vir uma mesma audiência e Banco Central que vai tratar inclusive de uma obrigação Legislativa dessa Comissão, que está na pauta de hoje que é a aprovação da programação monetária do Banco Central que é trimestral. Então esse tema nós voltaremos a discutir no momento oportuno. A sugestão seria, portanto, a gente participar junto com a Comissão de Infra-Estrutura quinta-feira às 11h30 da Audiência Pública com a Ministra Dilma Rousseff sobre o PAC, faríamos uma audiência nessa Comissão, Ministro da Fazenda e Ministro do Planejamento, e outra com o Presidente da Diretoria do Banco Central. Há acordo com esse encaminhamento? Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Estou de pleno acordo, Presidente Aloizio Mercadante. Quero cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos aqui e desejar muito bom êxito para toda a Comissão, para V.Exª e para o Vice-Presidente Eliseu Rezende. Eu preciso estar votando nesse instante na Comissão de Relações Exteriores, Sr. Presidente, gostaria apenas de transmitir com respeito ao Item 1º, que está expresso aqui estar de acordo que se refere a uma questão relativa ao metrô de São Paulo a sugestão que inclusive V.Exª e o Senador Flexa Ribeiro estão em acordo no sentido de que possa uma Comissão de Senadores, que inclusive... Sobretudo os de São Paulo, poderem estar visitando o metrô, examinando tudo aquilo que está acontecendo, e inclusive estar examinando de perto este contrato previsto na Lei de Parcerias Público-Privada. Quero aqui já deixar a minha aprovação dessa sugestão que acredito é o resultado do diálogo de V.Exª com o Relator, Senador Flexa Ribeiro. Vou precisar pedir licença...

Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está registrada a sugestão. Mas nós entraremos logo nesse Item. Só quero concluir a organização, nós voltaremos a ele brevemente. É que o Senador Supply tem que se retirar. Nós vamos entrar já nessa pauta. Um minutinho só, Senador Romeu. Eu pediria, depois, que... Porque a reunião... As reuniões da Comissão de Relações Exteriores sempre foram às quintas-feiras.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): É para ser quinta.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Porque era sempre terça.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sempre terça. Portanto, eu peço que vocês registrem lá a preocupação que mantenha a terça-feira para a Comissão de Assuntos econômicos, e V.Exª vai garantir a ordem ali na Comissão.

Eu só queria também, por entendimento, sugerir mais um procedimento. Que é o seguinte, no caso de ausência do Relator da matéria que estiver pautada em duas Sessões, a Presidência nomeará o Relator *ad hoc*. A não ser que o Relator solicite à Presidência a retirada de pauta do Projeto. Por sinal como fez hoje o Senador Romeu Tuma para os Itens 7 e 15 da pauta ele solicitou a retirada da sua Relatoria.

Então, não tendo essa Comunicação a Presidência. E o Relator da matéria faltar duas vezes seguinte não estando presente em Plenário, nós nomearemos um Relator *ad hoc* para não prejudicar. Nós já temos na pauta da Comissão 257 proposições legislativas. Fora o que os Senadores estão apresentando e o

que virá da Câmara dos Deputados, por exemplo, em relação ao PAC e outras matérias e de outras Comissões da Casa que vão passar pela CAE. Então nós vamos ter uma rotina de trabalho para poder limpar a pauta da Comissão e adotaremos esse procedimento se houver acordo. É prerrogativa do Presidente, mas eu quero fazer com transparência e com acordo com todos os Senadores. Quer dizer, se o Relator não tiver em duas Sessões seguintes, consecutivas, presente, nós indicaremos um Relator *ad hoc*. E toda segunda-feira eu vou divulgar todos projetos que estão disponíveis, que deverão constar na pauta da outra Sessão, e aguardar a demanda de Relatoria para poder garantir um caráter suprapartidário, pluralista, nas Relatorias das matérias. E queria solicitar também que o Relator, quem tem Projeto para relatar encaminha à Comissão para a gente poder organizar a pauta o mais rápido possível. E assim sendo, sugiro que a gente entre na pauta propriamente da Sessão de hoje. Nós temos 13 projetos para votar. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu ainda, sobre a sugestão do Senador Dornelles, que eu acho da maior importância essa reunião que ele propõe que seja feita mensalmente para que possa discutir as informações do Governo, aqui na CAE, eu sugeriria se não fosse o caso, já que há um... Pode haver um problema com a Sessão Ordinária da CAE que a gente possa fazer uma Sessão Extraordinária por mês. Em que nessa Sessão Extraordinária ao invés de fazer, antecipar meia hora, antecipar uma hora, se faz uma Sessão Extraordinária para discutir, para que venham dar as informações e nós possamos aprofundar as informações de ordem financeira e econômica do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro, eu sugeriria que essas Sessões Extraordinárias fossem as nossas Audiências Públicas. Porque nós teremos também muitas demandas de Audiência Pública. Já existem, inclusive, requerimentos propondo Audiência Pública. Para não prejudicar os andamentos do trabalho. E que nós experimentássemos essa sugestão do Ministro Dornelles. Nossas faríamos uma hora antes da Sessão, nesse dia começaria 10h30 essas reuniões informativas de áreas estratégicas que os Senadores tiverem interesses. E vamos preservar as Sessões Extraordinárias para seminários e Audiências Públicas. Por exemplo, seminário sobre desenvolvimento, ou convidar os Governadores para discutir a questão do pacto federativo, as demandas dos Governadores. Isso nós poderíamos fazer Sessões Extraordinárias da Comissão. Eu quero propor, eu só quero colocar em votação então o convite na forma de convite, a con-

vocação dos três Ministros de Estado, Banco Central, Casa Civil, Fazenda e Planejamento. Na realidade são quatro Ministros que agora o Banco Central também é Ministério. Os Senadores que concordam--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não estamos marcando... A Ministra-Chefe da Casa Civil nós estamos propondo uma Sessão conjunta com a Comissão de Infra-Estrutura para quinta-feira próxima. Já está programada. Nós faríamos Sessão conjunta. No caso da Presidência de Diretoria do Banco Central, eu acho que poderia ser a nossa próxima Sessão... Nós marcaríamos hoje aqui a data. Eu sugiro dia 27, terça-feira, depois do carnaval. Nós poderíamos fazer com o Banco Central. E depois marcaríamos com o Ministro da Fazenda e do Planejamento uma outra Sessão Extraordinária. Juntos. Fazenda e Planejamento juntos, Banco Central outra Sessão, e Casa Civil faríamos junto com infra-estrutura quinta-feira próxima. Há acordo nesse encaminhamento? Então a data de referência fica dia 27, próxima, depois do carnaval, a Sessão com a Diretoria e a Presidência do Banco Central. Os Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos entrar agora na ordem do dia.

O primeiro item da pauta é Ofício S nº. 17/2006 não terminativo. Encaminha ao Senado Federal nos termos do § 1º do art. 28 da Lei 11.079/2004, Parceria Público-Privada, documentação pertinente aos estudos e informações e demonstrativos relativos ao cumprimento por parte do Estado de São Paulo dos limites e parâmetros estabelecidos na citada lei, bem como da Lei Complementar nº. 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, referente ao processo de contratação de Parceria Público-Privada. Autoria: Secretaria de Estado Transportes Metropolitanos de São Paulo, Relatoria Senador Flexa Ribeiro. Eu só queria colocar a matéria em discussão fazendo uma advertência. Nós já temos em seguida também uma... A mesma questão relacionada ao Estado de Pernambuco. Ou seja, são Parcerias Público-Privadas que foram firmadas no Estado de São Paulo, a linha 4 do metrô, a linha amarela, e o Estado de Pernambuco, uma outra Parceria Público-Privada que a seguir nós discutiríamos. Não há jurisprudência firmada sobre essa matéria. A Lei de Responsabilidade Fiscal, mas especialmente a Lei de Parceria Público-Privada exige a informação ao Senado Federal naquele dispositivo que estabelecia que não poderia ser comprometido mais de 1% da Receita Líquida no Estado, na despesa continuada para a Constituição de PPPs. Agora, a jurisprudência de qual atitude que a Comissão de Assuntos Econômicos terá diante desse dispositivo

da Lei de PPPs será objeto dessa discussão que nós faremos agora no caso específico a partir do caso específico do transporte metropolitano do metrô de São Paulo, linha 4, linha amarela. Não sei se estou sendo bastante claro. Quer dizer, o próprio Relator vai tratar agora no seu parecer, sugerindo um procedimento que será jurisprudência da matéria. Quer dizer, a consultoria da Casa deu um parecer, está disponível a vocês, inclusive o Relator alterou o voto posteriormente, fez um segundo parecer, mas é uma matéria que nós não temos jurisprudência. É a primeira vez que o Senado Federal através da Comissão de Assuntos Econômicos tratará de uma PPP. Portanto, é um tema que nós temos que fazer com bastante rigor essa definição porque a decisão que nós tomarmos em relação ao caso de São Paulo, valerá para outras PPPs que serão encaminhadas da mesma forma. Senador Romeu Tuma, com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu pedi licença antes do Senador Flexa Ribeiro, eu já falei com o Senador antes do término do mandato, e que em razão do acidente, do desmoronamento da linha 4 do metrô, praticamente ninguém sabia que essa PPP tinha entrado no Senado. Foi o Ministro Mantega que comunicou na última entrevista que ele teve em Plenário. Questionado sobre PPP, ele disse: "Não, já existe a primeira. Foi em São Paulo, a linha 4 do metrô". O Presidente Luiz Otavio, então aqui na Presidência, e V.Exª assume, espero, com brilhantismo da inteligência e do conhecimento da área econômica que V.Exª tem, saberá bem conduzir essa Comissão e está se sentindo já em princípio a Excelência do seu trabalho. Mas eu conversei com o Presidente Luiz Otavio, com o desmoronamento, porque a gente tinha que fazer uma investigação antes da decisão da PPP. Por quê? Porque dois empréstimos foram autorizados por esta Comissão para o metrô de São Paulo, linha 4. Um do BIRD e um do Banco Japonês. E as informações que têm surgido é divergência na forma da construção. Que a planilha de segurança foi enfraquecida para ter uma velocidade maior e o preço cair do custo da obra. Agora, eu de qualquer forma vou pedir vista. Porque eu não posso ainda concordar, porque tem três peritos da Polícia Federal junto com os peritos da polícia de São Paulo examinando o que realmente aconteceu e qual a responsabilidade ou não do pool(F) de empresas e do Governo também. Eu não estou falando mal do Governo do Presidente Serra ou não. Eu estou achando que aquilo teve coisa de dificuldade pelo confronto de relatórios que estão surgindo. Então eu já falei, o Senador Flexa concordou que eu ia pedir vista muito porque não dá pra a gente aprovar simplesmente praticamente quase uma parcela de privatização do metrô,

da linha 4, que se indica que há uma privatização porque tem que ter o ressarcimento através do preço de passagem. Acho que assim entendo o que está aqui no Relatório do Senador Flexa.

Então, eu vou pedir vista, Senador. Eu quero--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Antes de conceder o pedido de vistas, eu gostaria de ouvir o Relator e o seu Relatório e o encaminhamento que V.Exª sugere para essa matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Vice-Presidente Senador Eliseu Resende, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores. O Presidente Mercadante já no preâmbulo da discussão do Projeto, já colocou com bastante propriedade de que nós estamos inaugurando aqui agora na CAE a aprovação das PPPs. É a primeira que passa pela CAE e que vai, como bem disse ele, servir de jurisprudência para as próximas. Em seguida teremos uma já do Estado de Pernambuco, cujo Relator é o nobre Senador Garibaldi Alves. A função do Senado através da CAE, com relação à aprovação das PPPs é única e exclusivamente verificar da infringência do gasto excederem da despesas de caráter continuado não excederem a 1% da Receita corrente líquida do Estado. Esta é, pelo que está na Lei das Parcerias Público-Privadas, a função do Senado Federal. Verificado a adequação pela não infringência do 1% da Receita Corrente Líquida, cabe ao Senado conhecer a PPP e arquivar o processo.

Então, mesmo porque se esse gasto for ultrapassado, mesmo assim, pela lei, o Estado pode contratar a PPP. Ele sofre penalidades porque ele deixa de ter acesso às transferências voluntárias e às garantias da União.

Então, é evidente que nenhum Estado vai querer ultrapassar esse limite porque ele vai perder a possibilidade de ter as transferências voluntárias e ter as garantias da União para outros empréstimos. No caso específico da PPP do Estado de São Paulo, pelas informações que nos foram passadas pela Secretaria de Transporte Metropolitano do Estado de São Paulo, o gasto continuado, mesmo com o processo manda projetar as despesas para os próximos dez anos, e a Secretaria faz dois cenários distintos, e era importante se frisar aqui que nas próximas, nos próximos processos de PPPs, que não neste caso de São Paulo, por quê? Porque a capacidade de contratação de São Paulo em relação a esse projeto é muito grande. O gasto, a garantia que São Paulo vai dar para esta PPP ela representa apenas um pouco mais de 8% da garantia total que São Paulo tem para atingir o 1% da sua Receita líquida.

Então, qualquer que seja o cenário que possa vir a ocorrer nesta PPP, seja o cenário mais otimista ou o cenário mais pessimista, ainda há uma folga muito grande no Tesouro do Estado de São Paulo no sentido de poder aprovar este Projeto. Como eu disse, pelos cenários aqui apresentados, utilizando o mais pessimista, apenas, para ser exato, apenas 8,16% desse 1% total serão comprometidos da Receita corrente líquida do Estado.

Então, não há hipótese nenhuma de haver, de exceder esse limite de 1%. Ora, lamentavelmente, neste caso inicial dessa PPP de São Paulo, houve o incidente com a linha do metrô, tanto que eu fiz uma alteração do meu parecer que já estava entregue à CAE desde a Legislatura passada para fazer uma observação sobre o lamentável acidente que ocorreu na construção da estação pinheiros da linha 4 do metrô no último dia 12 de janeiro. Até porque no caso de atraso da obra, existe pela lei uma multa a ser paga pelo Tesouro para os concessionários. Mesmo assim, como esta multa não é de despesa de contratar continuado, ela não traz nenhuma afetação ao limite máximo imposto pela Lei 11.079/2004 que é a Lei das Parcerias Público-Privadas. Mas acho que como foi aqui colocado pelo Senador Tuma e conversado pelo Senador Mercadante e pelo Senador Suplicy, os três Senadores que representam o glorioso Estado de São Paulo, da necessidade de se fazer uma visita para que se possa *in loco* junto ao Governo do Estado de São Paulo, colher informações do acidente e verificar o andamento dos trabalhos para saber se realmente houve, como diz aqui o Senador Tuma, houve diminuição do Item de segurança para a aceleração da obra ou para a diminuição de seus custos, eu tenho o voto pela aprovação, pelo conhecimento, melhor dizendo, e pelo arquivamento da matéria que é o que cabe à CAE. Mas estou aqui disposto para que se possa fazer uma Comissão, para que se faça uma visita ao Estado e a verificação da obra e em seguida--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador Flexa, permita uma apartezinho sobre esta Comissão, se V.Exª permitir, Sr. Presidente?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Como estávamos no recesso, eu tomei a liberdade com a autorização do Presidente da Comissão, por escrito, fazer um ofício ao Governador do Estado, fazer um ofício ao Ministério Público, à polícia de São Paulo, e ao Banco Central do cronograma de liberação das verbas dos outros empréstimos, para que a gente decida sobre as PPPs em cima de todo o resultado. Porque a PPP

engloba na parceria com o mesmo pool(F) que está construindo e que se auto-fiscaliza pelo contrato.

Então, são coisas que a gente não tem suspeita sobre o Governo, mas tem sob suspeita do andamento da obra se há ou não lisura nesse comportamento. Então é por isso que eu propus e estou... Ou o Presidente Mercadante cassa essa autorização de ter a resposta das autoridades constituídas que estão investigando o caso, ou peço para mantê-la até o que Relatório seja realmente vindo a esta Comissão e apreciado por seus membros. Eu não sei se o Senador Mercadante entendeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Relator e Senador Romeu Tuma, eu queria... O art. 28 da lei diz o seguinte: A União não poderá conceder garantia a realização de transferências voluntárias aos Estados, Distrito Federal e Municípios, se a soma das despesas de caráter continuado, derivadas do conjunto das parcelas já contratadas por esses entes, tiver excedido no ano anterior a 1% da Receita, corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos dez anos subsequentes, excederem a 1% da Receita líquida projetada para os respectivos exercícios. Os Estados... E aí o § 1º. Os Estados, Distrito Federal e os Municípios que contratarem empreendimentos por intermédio de Parcerias Público-Privadas deverão encaminhar ao Senado Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional previamente a contratação, as informações necessárias para o cumprimento do previsto no *caput* deste artigo.

Eu me lembro que foi uma preocupação na negociação que nós tivemos na Lei de PPPs, o Senador Tasso participou ativamente desses entendimentos, qual o mecanismo para assegurar que nós não teríamos um desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal ao criar esse mecanismo de parceria. E a forma que nós encontramos de assegurar que os entes federados respeitariam a concepção da lei e a Lei de Responsabilidade Fiscal era obrigatoriedade de não ultrapassar o 1% da despesa líquida corrente, e prestar informações ao Senado, que vem para a Comissão de Assuntos Econômicos e ao Tesouro Nacional.

No entanto, o texto não fica claro, o texto da lei não estabelece qual a atitude que a Comissão deve fazer ao receber essas informações. Se é conhecimento e arquivamento ou se nós nos pronunciaremos sobre o PPP que está sendo apresentado. Na realidade, pela estrutura federativa do Estado, qualquer representação nossa é perante a União no que se refere às transferências voluntárias de recursos. Ou seja, se nós entendemos que o Estado desrespeitou a obrigação legal de não comprometer mais de 1% da Receita líquida do Estado nós representaremos junto

à União para suspender as transferências voluntárias e os repasses voluntários aos Estados. Esse é o entendimento da Relatoria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, é correto o entendimento, até porque, Presidente, como eu disse anteriormente, o Estado não fica proibido de contratar a PPP mesmo excedendo esse 1%. Ele apenas incorre na penalidade de não ter as transferências voluntárias e não ter as garantias da União.

Então, o que cabe ao Senado, pelo menos como V.Exª colocou aí, aí não está muito claro, mas o que cabe ao Senado é tomar conhecimento, verificar a adequação do limite de comprometimento, e se esse limite for excedido, comunicar a Secretaria do Tesouro Nacional para que haja então a penalidade ao Estado. Neste caso não há. Neste caso está bastante longe o comprometimento do Estado apenas 8,16% do 1% que ele pode chegar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ou seja, considerando que essa é a primeira vez que a CAE dará o parecer sobre essa matéria, e que esse parecer evidentemente fará jurisprudência sobre outros procedimentos que nós tomaremos no futuro, inclusive logo a seguir o caso de Pernambuco. Considerando que houve um pedido de vista do Senador Romeu Tuma, nós vamos considerar o pedido de vista, acatar, vista coletiva para todos os Senadores examinarem com profundidade essa interpretação e esse parecer e votaremos na próxima Sessão Ordinária da Comissão. E incorporaremos a sugestão do Relator e do Senador Romeu Tuma, que o Relator, acompanhado dos demais Senadores de São Paulo, possa fazer uma visita no caso específico por todo o desdobramento dessa obra para levantar as informações correspondentes e trazer todas as informações ao Senado Federal, à Comissão de Assuntos Econômicos. Há acordo com esse encaminhamento, Senador Flexa?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou de acordo, Sr. Presidente. E pelo que eu entendi do Senador Tuma, ele já teria feito uma solicitação de informação na Legislatura passada ao Governo de São Paulo, e estaria aguardando a--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone] do próprio resgate das sete vítimas que lá se encontravam. Eu acompanhei paripassu. Tive no local. Conversei com as autoridades, houve um mal-estar porque eu estava presente lá, mas eu expliquei as razões. Porque nós estamos cedendo dinheiro aqui. O aval é nosso. Nós não podemos considerar que a simples aprovação de empréstimo ou de PPP nos isenta do futuro. Nós temos que fiscalizar se esse dinheiro está sendo corretamente empregado. Eu

tive a liberdade imediata de sabendo que o Senador Flexa era o Relator, fui conversar com ele. O Senhor está lembrado?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, sem dúvida.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Era o penúltimo dia da Sessão Legislativa. Aí eu fiz as medidas que seriam naturais com o ofício determinante do Presidente dessa Comissão. Então só V.Exª pode ou não cassar o que eu já fiz.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Absolutamente. Jamais o faria. A nossa sugestão é que essas informações que o Senador Romeu Tuma já por iniciativa do mandato durante o recesso e ainda na Presidência anterior do Presidente Luiz Otávio, já encaminhou as informações. Que ele junto com o Relator, e os demais Senadores de São Paulo, por propositura do Senador Suplicy e do Senador Flexa Ribeiro, façam esse trabalho e tragam essas informações para a nossa próxima Sessão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente essa proposta. Para que não alonguemos a aprovação, não retardemos a aprovação que possamos juntos, buscar essas informações junto, se é que elas não chegaram junto ao Governo de São Paulo, e tão logo se tenha conhecimento delas--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós votaremos o parecer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --que possa votar já na próxima Sessão da CAE. Pelo conhecimento da PPP.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ótimo. Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA): Há de se convir que é a primeira a ser votada. Vai ser um padrão em relação às demais. Consequentemente, a pressa, no caso, não é boa conselheira. Eu acredito que isso deva ser estudado por todos os membros da Comissão e aqueles que tenham o interesse. Daí porque V.Exª deve mandar o material para cada um dos membros para que essa vista coletiva seja verdadeira. Caso contrário, nós vamos aqui voltar a debater da mesma maneira sem o conhecimento de uma primeira e talvez mais importante proposição que vai servir de exemplo para as demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aproveitando a experiência e a vivência do nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Antônio Carlos Magalhães, ele sugere, e eu acho prudente, eu proponho inclusive que a gente retire da pauta também o Projeto de Pernambuco, de Parceria Público-Privada, aguarde o

mesmo procedimento, dá uma vista coletiva a todos os Senadores, essa Comissão externa faria o levantamento de todas as informações necessárias--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Na verdade, eu estou compreendendo que a sugestão do Senador Antônio Carlos é no sentido de que não seja um pedido de vista coletivo. Que era mais prudente uma retirada de pauta. Porque o pedido de vista é um recurso--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Acho que é um exame da matéria. Retira para que coletivamente se faça o exame. Eu acho que essa idéia do Senador Antônio Carlos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos retirar de votação para exame da matéria. E assim que nós tivermos a avaliação de todos os Senadores, porque estamos constituindo jurisprudência dessa matéria que nunca foi tratada, nós colocaremos na pauta e votaremos. E no caso específico, o Relator junto com os demais Senadores de São Paulo, fará todas as informações... Levantará todas as informações necessárias aos Senadores da Comissão para que a gente tome uma decisão bastante segura.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA): E provavelmente, para ajudar V.Exª, as próprias bancadas devem se reunir para discutir esta matéria, já que ela é a primeira.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): É verdade.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA): É Resolução que não é de uma Comissão, é uma Resolução da Casa pelos seus líderes.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Isso mesmo. Tira para discutir a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A lei estabelece que é o Senado Federal. Nós estamos aqui representando a instituição e faremos esse procedimento de comum acordo inclusive com a Mesa do Senado. Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu acho que o caso de Pernambuco, que é o Item 2 da pauta, não que venhamos a apreciá-lo hoje, mas que ele deve ter uma maior celeridade porque ele não tem as implicações da matéria de São Paulo.

Então, poderia até haver uma inversão na pauta para que o Estado de Pernambuco não tenha prejuízo com relação à apreciação da sua PPP.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA): [pronunciamento fora do microfone] Traçarmos o rumo de todas as outras. Daí porque eu acho que fosse bom que todas fossem...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que a advertência tanto do Senador Flexa quanto do Senador Garibaldi são procedentes. Ou seja, nós precisamos tratar com a maior rapidez possível. Considerando a prudência, dado que é a primeira vez que o Senado se pronunciará sobre essa matéria, estabelecerá jurisprudência que todos os Senadores tenham examinado com profundidade e que a gente tenha, portanto, uma convicção formada, uma segurança jurídica. E no caso específico de São Paulo, por todos os desdobramentos que nós tivemos no caso, exige, além disso uma cautela específica. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, primeiro eu queria saudá-lo pela Presidência da CAE, quem acompanho a história de V.Ex^a sabe o quanto V.Ex^a está orgulhoso de estar sentado nessa cadeira, um Economista que sempre... Já frequentou como professor a universidade, já deu suas aulas, eu vi a felicidade de quando V.Ex^a apresentava o livro de seu filho que tinha escrito, então só falta agora o Ministério da Fazenda, que com certeza virá daqui a algum tempo. [risos] Mas eu queria deixar bem claro, Presidente, que o Senador Romeu Tuma colocou, que ele esteve no local e causou um constrangimento, eu acho isso... Que ele colocou mal essa situação. Porque ele como Senador de São Paulo ele tinha que estar lá. Como V.Ex^a também o Suplicy, o Senador Suplicy. Porque nós estamos aqui avalizando o dinheiro para uma obra que é a primeira PPP e de repente teve um problema sério. Não é simplesmente analisar friamente o percentual que foi aplicado sob a Receita do Estado, sob a Receita bruta. Não. Nós temos que ver onde nós podemos melhorar Parceria Público-Privada para que quando aconteça uma coisa como foi esse acidente, que eu tenho certeza que foi um acidente, a gente saiba aqui no Senado como corrigir isso. Porque nós estamos avalizando, estamos dando o dinheiro para a obra. E isso dentro do Código de Defesa do Consumidor quem dá tem responsabilidade.

Então, o Senado tem responsabilidade, sim. Gostaria que se houver qualquer problema por questões partidárias nós formássemos um grupo de Senadores para ir dar um pulo *in loco*, eu estive em São Paulo, passei lá esse final de semana em São Paulo, e fiquei procurando ver se eu ia até o local. Mas não podia ir simplesmente sem ser... Sem estar representado por essa Comissão. Acho que V.Ex^a, Senador Romeu Tuma, o Senador Suplicy e mais alguns Senadores dessa Comissão teriam que visitar o local e procurar ver se aconteceu alguma coisa que nós criarmos a Lei de Parceria Público-Privada deixamos de colocar al-

guma coisa, tipo esse acidente que aconteceu. Então eu queria que V.Ex^a pensasse nesse assunto, criasse uma Comissão Suprapartidária, mas que estivesse presente os três Senadores de São Paulo, porque são Senadores por São Paulo e estão aqui para representar aquele Estado e que fizéssemos uma visita e ouvíssemos os especialistas. Para que pudéssemos junto ao Senador Flexa Ribeiro montar um parecer sobre tudo isso que aconteceu e aí sim falarmos sobre percentual de Receitas se está atendido ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, eu entendo que é mais uma intervenção no sentido da necessidade dos Senadores terem as informações e nós aprofundarmos. Então, vamos suspender a discussão, nós voltaremos a essa matéria o mais rápido possível, desde que nós tenhamos formada a convicção, e fica formada essa Comissão externa, e entendi na intervenção do Senador Wellington Salgado o desejo dele de participar desse trabalho. E V.Ex^a, como Relator, evidentemente sistematizará as informações todas para prestar os devidos esclarecimentos à Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu sugeriria que esta Comissão, que V.Ex^a forma nesta reunião, para que tomemos as informações *in loco* lá em São Paulo que faça parte dessa Comissão o Senador Garibaldi, que vai ser o Relator da próxima PPP e o Senador Marconi Perillo como Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, porque vai ter a ação em seguida em relação a essas obras.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A Comissão de Infra-Estrutura ela não se pronuncia sobre esse tema. É matéria exclusiva da CAE. Mas de qualquer forma, se o Senador desejar, nós poderemos incorporá-lo. Agora, o Senador Garibaldi, seguramente, acho que deveria estar. Porque ele é o Relator da matéria correlata que é Pernambuco.

Então, nós estamos aí, eu acho que bem representados, qualquer outro Senador que tiver interesse será incorporado a esta Comissão Externa, então está designado a Comissão Externa, nós estamos retirando a matéria para reexame dos Senadores. Todos terão acesso a todas as informações e nós daremos com a maior brevidade possível encaminhamento à votação para formar a jurisprudência e para não prejudicar os Estados interessados. Há acordo sobre esse encaminhamento? Então está aprovada a proposta.

Vamos agora ao Item 3 da pauta. A mensagem nº. 01/2007 não terminativa. Encaminha ao Senado Federal nos termos do § 1º do art. 6º da Lei 9.069 de 29 de junho de 1995, a programação monetária para o primeiro semestre de 2007. Autoria: Executivo. O Relator Romero Jucá sugere como Relator *ad hoc* o

Senador Delcídio Amaral. O parecer é favorável nos termos do PDS que apresenta. Com a palavra o Relator, o Senador Delcídio Amaral sobre a programação monetária da União.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, com a mensagem... Eu gostaria até de registrar que esse é o tema que pautou o nosso debate no início dos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos por sugestão do próprio Senador Dornelles. É um dos temas aqui importantes. Mas eu entendo que seguindo a lógica das últimas reuniões, eu acho que da maneira como foi posta essa programação, apresentada, não tenho dúvida nenhuma que a sugestão é pela aprovação da mensagem nº. 01/2007 do Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal a programação monetária para o primeiro trimestre de 2007. Acompanha a mensagem a exposição de motivos de nº. 36/2006 do Banco Central do Brasil o documento de programação monetária para o primeiro trimestre de 2007, o aviso nº. 1565 da Casa Civil a comunicação sobre leitura e distribuição da matéria pela Presidência do Senado Federal, a programação monetária para o primeiro trimestre para o ano de 2007 trata dos seguintes assuntos: A economia no quarto trimestre de 2006 onde são descritas as taxas de variação do PIB, a Política Monetária no terceiro trimestre de 2006 que retrata a evolução prevista e realizada no período para os principais agregados monetários, quais sejam os meios de pagamento M1 e M4 e a base monetária restrita e ampliada, a Política Monetária no bimestre outubro e novembro de 2006, demonstrando os resultados previstos pela programação monetária para o quarto trimestre de 2006 e o ocorrido no bimestre outubro e novembro do ano passado. Perspectivas para 2007, metas indicativas à devolução dos agregados monetários para o primeiro semestre e para o ano de 2007.

Da análise, a programação monetária sob exame foi elaborada em consonância com o disposto na Lei 9069 de 95 e aprovado pelo Conselho Monetário Nacional em 21/12/2006. Não houve alterações metodológicas na elaboração da programação com efeito às metas indicativas à devolução dos principais agregados monetários, são programados em consistência com o atual regime de política monetária baseado em metas para a inflação, mediante modelos econométricos, as autoridades monetárias, projeto estimativas da demanda por papel moeda e por depósitos a vista considerando-se além das metas da inflação expectativa de comportamento da demanda agregada e do crescimento do PIB. A trajetória básica de juros e os cenários domésticos e internacionais compatíveis com as metas para a inflação os prováveis impactos as ope-

rações de crédito e os componentes e tendência e de sazonalidade característicos desses agregados. Por fim, cabe lembrar que o envio da programação monetária trimestral obedece à Lei 9.069/95 que instituiu o Plano Real. Como em 99 foi elaborado o regime de metas de inflação com câmbio flutuante, um instrumento relevante de política monetária passou a ser a taxa de juros e não a evolução dos agregados monetários.

Desse modo, ao votar a programação, essa Comissão cumpre uma formalidade meramente legal. E o acompanhamento substantivo da Política Monetária poderá ser exercido de modo mais eficaz mediante debate com o Presidente do Banco Central, e o Ministro da Fazenda no Plenário dessa Comissão como foi discutido no início dos trabalhos. Por isso o voto diante do exposto é pela aprovação da programação monetária para o primeiro trimestre de 2007 nos termos seguintes: Art. 1º: Fica aprovada a programação monetária para o primeiro trimestre de 2007 nos termos da mensagem presidencial nº. 01 de 2007 e este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação. É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Tasso Jereissati, com a palavra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, eu gostaria de fazer aqui uma sugestão, que a programação monetária semestral apresentada pelo Banco Central, da mesma maneira como é feito em várias partes do mundo, seja feita sempre em conjunto com a apresentação do Presidente do Banco Central sobre essa política monetária. Não só fazendo uma avaliação sobre os resultados da política monetária anterior, e apresentando já a sua proposta para o período seguinte. Como nós estamos marcando a presença do Presidente do Banco Central aqui para a próxima semana, a próxima semana útil, eu queria sugerir até que V.Exª colocasse como uma prática de agora por diante nesta Comissão que esta apresentação sempre fosse feita com a presença do Presidente do Banco Central quando ele falaria e exporia e debateria com os membros dessa Comissão a política monetária, que é sempre alvo de grandes controvérsias, principalmente desses últimos anos. É essa a sugestão que eu faria a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Tasso, eu tenho total concordância com a intervenção de V.Exª. E queria destacar que há sete anos que essa Comissão debate esse assunto. O Senador Paulo Hartung deu parecer sobre isso, eu dei parecer sobre isso, Senador Garibaldi deu parecer sobre isso. Sempre nessa direção de que era necessário uma Audiência Pública com uma cer-

ta periodicidade para tratar da política monetária, da política cambial, e que hoje esse instrumento que foi criado na Constituição do Real, acabou sendo, como o próprio Relatório competentemente diz, um rito formal de aprovação aonde não se discute a substância da política monetária que hoje é a meta de inflação. Se a meta está sendo cumprida, como é que está a evolução da Taxa Selic, a apreciação do câmbio, se isso tem relação com a política monetária. O debate substantivo da política cambial monetária.

Então, além de concordar integralmente, proponho que a gente não vote a programação antes da audiência com o Presidente do Banco Central, e agora é Ministro de Estado pode ser convocado e convidado por essa Comissão e deve ser. Eu proponho e apresentarei, já tinha solicitado inclusive à Assessoria, e vou apresentar na Sessão próxima dessa Comissão um Decreto Legislativo que estabelece a obrigatoriedade da Audiência Pública por parte do Presidente da Diretoria do Banco Central para aprovação da programação monetária trimestral.

Então, nós vamos... O Senado tem prerrogativa de aprovar o Decreto Legislativo com esse Decreto fica estabelecido como norma institucional e não apenas como um convite ou uma coisa esporádica e eventual. Ficaria como um procedimento--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pode ser uma proposta de Decreto da própria Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Da própria Comissão. Nós apresentaríamos uma proposta da Comissão, Decreto Legislativo, propondo audiências regulares e ordinárias sem prejuízo de outras audiências quando necessário, para a presença da Diretoria do Banco Central na aprovação da política monetária. Há acordo nesse encaminhamento? Fica suspensa a votação até a Audiência Pública e nós estamos marcando para o próximo dia 27, então a Audiência Pública com a Diretoria e Presidência do Banco Central.

O próximo item da pauta, é o Item 04. Projeto de Lei da Câmara nº. 124/2006 não terminativo. Altera a Lei nº. 11.196 de 21 de novembro de 2005. Estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica. Autoria: Executivo. Relator, Senador Francisco Dornelles. A matéria encontra-se em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição combinado com o art. 375 do Regimento Interno. E tramita simultaneamente com a Comissão de Educação. Prazo para emissão de pareceres desta Comissão: 18 de fevereiro. Portanto nós precisamos votá-la hoje. E o prazo final: 10 de março para sobrestar a pauta do Senado Federal.

Portanto nós temos apenas uma semana. Como nós temos o carnaval, nós temos que obrigatoriamente votar essa matéria que está em regime de urgência. Com a palavra o competente Senador, Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é submetido ao exame da CAE, para projeto de iniciativa do Sr. Presidente da República aprovado pela Câmara dos Deputados, que visa alterar o regime de estímulos fiscais à inovação tecnológica. São duas praticamente as alterações. A primeira estende ao mecanismo da depreciação aqueles benefícios e vantagens que ocorriam no caso da amortização. É uma proposta totalmente cabível, porque a diferença entre amortização e da depreciação, é problema de bens e direitos que eu acho totalmente válido. O art. 2º modifica também a lei nº 11.196, para criar um benefício fiscal alternativo, para as empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento.

O art. 19 A que seria acrescentado, autoriza as empresas a deduzirem da base de cálculo do Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, os dispêndios efetivados em Projeto de pesquisa e científica tecnológica e de inovação tecnológica a ser executado por instituição científica e tecnológica. Ou seja, o benefício que a própria empresa tinha quando ela fazia essa dedução, as despesas, ou seja, o pagamento que ela faz a instituições científicas e tecnológicas para pesquisa podem ser também dedutíveis como despesa. O Projeto possui uma Emenda do Senador Flexa Ribeiro que eu devo dizer e fazer um apelo ao Senador sobre essa Emenda por ele apresentada, que houve alguma dificuldade em avaliar o impacto orçamentário dessa apresentação. De modo que eu perguntaria ao Senador se realmente essa Emenda não poderia ser apreciada em outro momento para que nós pudéssemos com a urgência exigida aprovar o parecer a proposta do Executivo já aprovado pela Câmara.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu conversei há pouco com o Senador, nobre Relator Francisco Dornelles, e ele, como colocou agora, não teve tempo de tentar conseguir ver qual o reflexo que essa Emenda na questão dos incentivos. O custo da Emenda. Eu quero dizer que a Emenda é da maior importância, porque ela quando revoga o art. 26 da Lei 11.196, ela traz para dentro dos incentivos as empresas voltadas às atividades geradoras de novos produtos, e não apenas aquele incentivo dado à redução de 85% do IPI na venda do produto final. Então é importante que as atividades de pesquisa e desenvolvimento também recebam esse tipo de incentivo dessa natureza. Mas, como existe... V.Exª já colocou aí na abertura, a

urgência de que se possa fazer andar o processo, eu, atendendo à solicitação do Senador Dornelles, eu retiro a Emenda feita na CAE e vou apresentá-la na próxima Comissão porque a aprovação não é terminativa. Então vai caminhar em seguida e lá à frente é o tempo que o Senador pode completar os seus estudos e a gente possa aprofundar o debate na aprovação ou não da Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a atenção e a atitude do Senador Flexa Ribeiro, que facilita bastante a aprovação da matéria para essa Comissão. Senador Francisco Dornelles, com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, em face da decisão do Senador Flexa Ribeiro de retirar essa Emenda, o meu Relatório é no sentido de aprovar o Projeto apenas com a modificação da Ementa, que não está bem claro. Ou seja, estou colocando a nova Emenda para dizer que existe a alteração da Lei 11.196 para incluir novo incentivo à inovação tecnológica e modificar as regras relativas a amortização acelerada para investimentos vinculados a pesquisa e ao desenvolvimento para deixar bem claro e mais claro a razão de ser da votação dessa lei. Pela aprovação nesses termos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, colocaremos em votação. Os Senadores que aprovam o parecer do Senador Francisco Dornelles sobre incentivos fiscais a investimentos em inovação científica e tecnológica, permaneçam como se encontram. Aprovado. Nós encaminharemos. Senador Tasso Jereissati com a palavra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Queria apenas parabenizar aqui o Senador Dornelles e ver o que é um mestre. Quando chega, o primeiro Relatório que faz já é aprovado sem discussão e por unanimidade. Então está uma lição aqui já chegando. Parabéns, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E já é uma recomendação que todas as matérias bem complexas, aquelas mais polêmicas, mais difíceis nós recolhemos a competência para assegurar a aprovação séria da matéria.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu agradeço ao Senador Tasso Jereissati as suas palavras e estou certo a importância do tema e também a bondade dos Senadores em relação à minha pessoa. Muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu tenho uma matéria melindrosa lá no Ceará, uma siderúrgica, acho que vou entregar a V.Exª.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, o Item 05 da matéria...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Item 05 da pauta... Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Projeto será encaminhado a que Comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele tramita conjuntamente na Comissão de Educação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Educação?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Educação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Item 5º. Senador...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, só ainda pela ordem. Como foi desmembrada a Comissão de Educação, provavelmente essa matéria não ficará mais com a Comissão de Educação, e sim de Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exª tem toda razão. É provável, Senador Flexa Ribeiro, que com a Constituição da Comissão de Comunicação Ciência e Tecnologia, o parecer seja dado na Comissão de Comunicação de Ciência e Tecnologia. É bom verificar porque se for encaminhado antes da criação, pode ser que esteja em Educação já com o Relator designado. Mas, do ponto de vista da natureza da Comissão, a Comissão específica agora é Comunicação, Ciência e Tecnologia.

Nós temos agora o Item 5º da pauta, altera o inciso VI do art. 4º da Lei 9.250 de 26 de dezembro de 95, a fim de alterar o limite de idade para fins de isenção do Imposto de Renda. Autoria Senador César Borges, Relatoria, Eduardo Azeredo. Favorável ao Projeto com as Emendas nº. 01 e 02 que apresenta. Lembro que o Projeto é terminativo e exige *quorum* qualificado. Que nós não temos. Sugiro...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nesse caso prefiro retirar de pauta, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É, sugiro retirar de pauta e a gente passar para o Item 06 da pauta.

O Item 06 é o PLS 245/2003, complementar, e não terminativo. Autoria o Senador... Altera o Projeto de Lei 245/2003, não terminativo, altera a Lei Complementar nº. 101 de 4 de maio de 2000, que estabelecem normas de finanças públicas voltada para a responsabilidade

da gestão fiscal e dá outras providências. Autoria, Senador Osmar Dias. Tramitação conjunto com o Projeto de Lei nº. 19/2005, complementar, não terminativo, que altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000 para vedar o contingenciamento das despesas que especifica. Autor, Senador Rodolpho Tourinho, Relator, Senador Jefferson Peres. Não estando presente o Senador Jefferson Peres, fica adiado para a próxima Comissão com aquela cláusula acordada que duas Sessões sem a presença do Relator e sem comunicação da Presidência, nós nomearemos um Relator *ad hoc*.

O Item 7 foi retirada de pauta para reexame por parte do próprio Relator, Senador Romeu Tuma.

Item 8. Está ausente o Relator, Senador Mão Santa. A cláusula continua valendo.

Item 09. Projeto de Lei do Senado nº. 320/2003, terminativo. Altera o art. 9º da Lei 8.019 de 11 de abril de 1990. Também exige *quorum* qualificado, está prejudicado. Item...

Item 12. Projeto de Lei Complementar nº. 75/2004, não terminativo. Altera a Lei nº. 10.334 de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade e fabricação e comercialização de lâmpadas incandescente para uso e intenções de valor igual ou superiores à da tensão nominal da rede de distribuição e dá outras providências. Autoria Deputado Luciano Zica, Relator, Senador Delcídio Amaral. O parecer é favorável ao Projeto.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu vou abreviar aqui esse relato. Na verdade, é uma exigência para que as lâmpadas tenham uma faixa de variação de tensão, que é natural, para evitar queimas sistemáticas que têm acontecido e verificado pelas principais empresas, e especialmente, pelos usuários. E colocando essas especificações na embalagem das lâmpadas. Acho esse um Projeto procedente, principalmente em área rural essa questão ela é mais latente do que em grandes centros urbanos. Portanto, o encaminhamento é pela aprovação do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O parecer foi dado de forma resumida, o texto encontra-se anexo aí todos os Senadores o receberam, em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, nós vamos à votação. Os Senadores que são favoráveis ao parecer do Senador Delcídio Amaral que trata da faixa de variação lâmpadas incandescente a tensão igual ao valor a tensão nominal da rede de distribuição, permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer.

Item 13. O Relator não está presente. Está prejudicado, Senador Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Eu gostaria de fazer um apelo a V.Exª, e à Mesa dessa Comissão, diante da extremada importância deste Projeto, evidentemente que não por ser o autor, mas por se tratar dessa questão gravíssima que precisamos encontrar uma alternativa que é o pagamento dos precatórios judiciais nas esferas municipal, estadual e da União. Trata-se de uma proposta que foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem parecer favorável do Senador Edison Lobão, e ele se enquadra perfeitamente com o anunciado objetivo do Governo Federal quanto ao Programa de Aceleração do Crescimento. Esta proposta, quero apenas justificar e, ao final, fazer um recebimento a V.Exª, ela vem exatamente ao encontro do crescimento da economia do País na medida em que nas duas hipóteses da certificação do crédito poderão ser utilizados na aquisição de imóveis cujo “Habite-se” esteja até dentro do prazo de 180 dias, ou não apenas nesses bens, mas nos destinados ao ativo fixo das pessoas jurídicas, ou aos instrumentos de trabalho dos profissionais autônomos. Ou seja, é uma fórmula que vem, sem dúvida alguma, resolver a injustiça daqueles que têm créditos através de precatórios, e que frente ao Estado eles são considerados e tratados como pessoas impotentes, pois não fazem valer o direito que possuem.

E, por outro lado, é uma fórmula engenhosa do Poder Público pagar de forma paulatina, através da utilização desse certificado de crédito junto às empresas, ao comércio, à indústria. Um taxista que tem um crédito decorrente de um precatório, poderá fazer uso na aquisição de um carro, de um veículo, a uma empresa que tem débito tributário, digamos, para com a União ou que tenha débito tributário para com o Estado ou para com o Município, e a depender do certificado da sua origem, se for da União, do Estado ou do Município, aquela empresa endossatária poderá fazer valer, e estabelecer a compensação no pagamento do seu tributo ao crédito que recebeu. Portanto, em se tratando de um Projeto que o próprio Governo poderá encampar, trazer para si, e esse é o objetivo, eu pediria a V.Exª que dado inclusive ao tempo que já tramita nesta Casa, que fosse incluído na pauta da Sessão seguinte, logo nos primeiros itens, diante da possibilidade de *quorum* para a sua deliberação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está evidentemente acatada a sugestão do Senador Almeida Lima. Estará na pauta da próxima Sessão. Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu não sei se cabe aqui, com todo o respeito, pedindo licença ao Senador Almeida Lima, mas não sei se cabe não havendo o Relatório, não sendo lido o Relatório, cabe o pedido de vista que eu acho essa matéria...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não há necessidade de pedido de vista porque não será votado pela ausência do Relator. O acordo que nós firmamos na Comissão, quando o Relator não estiver presente em duas Sessões que a matéria esteja pautada sem comunicar a Presidência as razões da ausência, nós nomearemos a partir da segunda Sessão um Relator *ad hoc* para colocar em votação. Mas no caso do Senador Edison Lobão, não estando presente, é a primeira vez, fica evidentemente pautado para a Sessão seguinte acatando aí a solicitação do Senador Almeida Lima. Portanto vamos mantê-lo na pauta. E nós não temos mais nenhuma matéria a tratar, pela ausência dos Relatores. Nós teremos Sessão então na próxima terça-feira, provavelmente Audiência Pública--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, terça-feira, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Terça-feira após o carnaval. Porque V.Ex^a estará. Eu só queria comunicar também o recebimento de um Requerimento para uma Audiência Pública com a União Nacional da Construção Civil para apresentar e debater assuntos referentes à Política Nacional do setor e suas conseqüências para o PIB, geração de emprego, IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, da Senadora Ideli Salvatti. Está feito o registro. Depois nós encaminharemos. Agradeço a todos os Senadores, todos os presentes, e está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 11h50

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2007, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e sete de fevereiro do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Fernando Collor, Renato Casagrande, Serys Slhessarenko, João Vicente Claudino, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Patrícia Saboya Gomes, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Romero Jucá,

Valdir Raupp, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Adelmir Santana, Edison Lobão, Eliseu Resende, Jayme Campos, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Antonio Carlos Magalhães, José Agripino, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, João Tenório e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Expedito Júnior, Pedro Simon e Sérgio Guerra, tendo falta justificada em virtude de licença médica. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente comunica o recebimento do seguinte documento, para conhecimento, Mensagem nº 05/07 (nº 1.186/06, na origem), de 28 de dezembro de 2006, da Presidência da República, encaminhando, nos termos do inciso I do art. 7º da Lei nº 9.069/95, relatório de execução da Programação Monetária referente ao 3º trimestre de 2006. O expediente será posteriormente encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à Primeira Parte da Reunião, Audiência Pública com a finalidade de “discorrer sobre as metas de inflação, política monetária e cambial e desempenho do Banco Central no último período”, em atendimento ao Requerimento nº 02/07-CAE, de Autoria do Senador Aloizio Mercadante, com a presença do Exmo. Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, e dos Diretores, Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale, Diretor de **Administração, Dirad, e Diretor de Liquidações e Desestatização, Dilid**; Sr. Paulo Vieira da Cunha, Diretor de **Assuntos Internacionais, Direx**; Sr. Mário Magalhães Carvalho Mesquita, Diretor de **Estudos Especiais, Diesp**; Sr. Alexandre Antonio Tombini, Diretor de **Normas e Organização do Sistema Financeiro, Dinor**; Sr. Afonso Sant’anna Bevilaqua, Diretor de **Política Econômica, Dipeç**; e **Sr. Rodrigo Telles da Rocha de Azevedo, Diretor de Política Monetária, Dipom**. A Presidência solicita a condução dos convidados à Mesa a fim de dar início a Audiência. Após a exposição do Dr. Henrique Meirelles, usam da palavra os Senadores Aloizio Mercadante, autor do Requerimento nº 02/07-CAE, e os Senadores Arthur Virgílio, Osmar Dias, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, João Tenório, José Agripino, Tasso Jereissati, Marconi Perillo, Fernando Collor e Renato Casagrande. Em seguida, a Presidência adia a Segunda Parte da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 01, de 2007, não terminativa, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007”, de autoria do Executivo,

tendo como Relator o Senador Romero Jucá, e Relator *Ad Hoc* o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Em 13/02/07, após a leitura do Relatório pelo Relator *Ad Hoc*, Senador Delcídio Amaral, a Comissão delibera no sentido de retirar a Matéria de Pauta, ficando vinculada a sua apreciação com a presença de representantes do Banco Central do Brasil. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotíпия Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Havendo número regimental declaro aberta a terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, a realizar-se em 27 de fevereiro de 2007 às 10h00. Na sala de reuniões nº. 19, Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.

A Ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal. Eu queria também comunicar os membros que essa Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento: A mensagem nº. 05/2007, nº. 186/06 na origem, de 28 de dezembro de 2006 da Presidência da República encaminhando nos termos no inciso primeiro do art. 7º da lei 9069 de 1995, Relatório da execução da programação monetária referente ao trimestre de 2006. O expediente será posteriormente encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Nós temos hoje pré-agendado com esta Comissão a realização de uma Audiência Pública, onde nós teremos a presença do Ministro Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles e de toda a sua Diretoria com a finalidade de discorrer sobre as metas de inflação, política monetária e cambial e desempenho do Banco Central no último período. Em atendimento ao Requerimento nº. 02/2007 desta Comissão de Autoria do Senador Aloizio Mercadante. Eu queria convidar agora para iniciarmos a nossa Sessão o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles e a sua Diretoria está acompanhado por Antônio Gustavo Matos do Vale, que é Diretor da Administração [inaudível], Diretor de Liquidação e Desestatização, Paulo Vieira da Cunha, Diretor de Assuntos Internacionais, Mário Magalhães Carvalho Mesquita, Diretor de Estudos Especiais, Paulo

Sérgio Cavalheiro, Diretor de Fiscalização, Alexandre Antônio Tombini Diretor de Normas e Organização, Affonso Santana Bevilaqua e Rodrigues Telles da Rocha Azevedo. Nosso Presidente já está aqui e também convidaria a respectiva Diretoria para adentrar ao recinto. Eu queria solicitar que o Senador Arthur Virgílio está com um terno elegante hoje e fosse lá recebê-lo, mas o nosso líder do Governo já se adiantou e acabou impedindo essa presença. Queria, portanto, agradecer a presença do Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles, todos os membros da Diretoria que já foram aqui mencionados e de acordo com os artigos 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, nós adotaremos as seguintes normas para essa Audiência Pública: S. Ex^a, o Ministro, terá 30 minutos para fazer a sua exposição e em seguida abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. Os Senadores que quiserem se inscrever, a ficha de inscrição já está disponível aí, basta solicitar à secretaria da Mesa. A palavra dos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido. Pra gente poder criar uma dinâmica que tem sido uma praxe dessa Comissão. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do Ministro. Tendo o prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica. Evidente que nós ficaremos a cumprir esse prazo dentro da razoabilidade na expectativa que todos os Senadores e Senadoras interessados possam participar da arguição. Portanto, Ministro Henrique Meirelles essa Comissão tinha uma grande expectativa da Banco Central, nós temos uma norma já desde o início do Plano Real, da lei que estabeleceu o Real, da aprovação da programação monetária a cada trimestre. E há um sentimento que esse mecanismo acabou se transformando em um ritual quase que burocrático sem muita eficácia do ponto de vista do papel do Senado e da Comissão na discussão da política monetária, da política cambial enfim, do desempenho efetivo do Banco Central especialmente no combate à inflação. Porque nós não temos mais um sistema de âncora inflacionária onde a programação monetária seja o indicador relevante para essa discussão. Nós temos o regime de metas de inflação, são novos instrumentos, é uma nova política, exitosa política, mas que exige uma discussão permanente e com uma certa, eu diria periodicidade. Tanto que nós estamos discutindo na Comissão exatamente no momento de aprovação desse Relatório trimestral modificar a metodologia de acompanhamento e de fiscalização da Comissão em relação a todo o desenvolvimento das políticas do Banco Central do Brasil. Por isso foi muito oportuna essa presença, ela

inaugura esse novo procedimento que nós queremos implantar e tenho certeza que será de grande interesse da sociedade brasileira, particularmente do Senado Federal, a audiência. Assim sendo, V. Ex^a. tem 30 minutos para fazer a sua exposição e a partir daí nós iniciaremos então a arguição dos Senadores. Eu agradeço a você e a toda a Diretoria.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Obrigado, Presidente. Mais uma vez é uma satisfação enorme estar no Congresso, particularmente agora na Comissão de Assuntos Econômicos. E eu, de fato, acredito que um dos pilares básicos do sucesso de um regime de metas de inflação é exatamente a sua transparência e a sua comunicação à sociedade. Não há nada mais adequado do que a comunicação à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e ao Congresso Nacional que é o representante máximo da sociedade.

Portanto, eu acho que é uma prática positiva e que certamente contribuirá em muito para o aperfeiçoamento do regime no Brasil e para o sucesso da nossa política de controle da moeda. Na apresentação de hoje nós buscaremos em primeiro lugar esclarecer o regime de política monetária implantado no Brasil, as razões da sua escolha e também a implementação do regime de metas de inflação e os seus resultados em termos de atividade econômica, formação de emprego, mas certamente na coordenação de expectativas e da medida de inflação que é a finalidade última evidentemente do Banco Central.

O descontrole de preços em uma economia tem como resultado o aumento da incerteza e a perda da capacidade de planejamento. Não só das empresas, mas por parte das famílias. E no momento em que existe uma falta de previsibilidade, como já tivemos essa experiência no Brasil já há tanto tempo, os agentes econômicos, as famílias, as empresas, passam cada um a procurar só defender os seus próprios interesses no curto prazo. Isso desorganiza a economia. Se nós olharmos agora Bancos Centrais do mundo inteiro, nós vamos notar que a grande maioria dos Bancos Centrais hoje tem claramente estabelecido seja na lei, seja no seu ato de Constituição a estabilidade de preços como meta fundamental. E na maior parte dos Países, meta única. Em alguns Países existem principalmente aqueles que têm uma lei que regula o Banco Central há muito tempo, é o caso dos Estados Unidos, por exemplo, têm mais de uma meta. Meta de inflação, meta de aumento de emprego, meta de atividade. Mas nestes Países em que existe mais de uma meta, com o passar dos anos, a conclusão que se estabeleceu é que a maneira que o Banco Central tem para contribuir para a consecução dos demais objetivos é manter a

inflação na meta. É o caso, por exemplo, também de Israel e é o caso dos Estados Unidos. Agora, a grande maioria dos Países, está claro na própria lei de que a meta de inflação é o critério básico para se medir o sucesso do Banco Central ou em muitos Países estabilidade de preços definida de critérios diferentes. A experiência interna pouco inteira a diferença. A experiência internacional mostra que inflação baixa e estável é uma pré-condição para o crescimento. Isto é, os Países só crescem de forma sustentada com estabilidade de preços. E o Brasil ainda tem uma experiência curta e recente evidentemente nesta área.

Se nós formos ver os Países que hoje mais crescem no mundo, por exemplo, a maior parte desses Países asiáticos, se nós olharmos China, Singapura, Índia, Coreia, Chile, Tailândia e México, por exemplo, nós vamos ver que a maior parte desses Países ou praticamente todos que tiveram alta taxa de crescimento ou tiveram no período de 90 a 2006 com inflações relativamente baixas. Sendo que Países como a China, por exemplo, que tiveram inflação de 5,1% no período, hoje a inflação corrente dos últimos anos é bem mais baixa do que essa. Portanto a tendência de todos os Países é trabalhar com inflações baixas. Países que tiveram inflação baixa, portanto, tem uma tendência, uma pré-condição para crescer. Alguns Países têm inflação um pouco mais alta, o caso do Brasil é muito influenciado evidentemente pelo começo da década de 90 que teve uma inflação mais elevada.

Se nós olharmos agora no caso do Brasil, nós vamos ver que depois da queda do patamar inflacionário em 94, com o Plano Real, depois de um longo período de hiper inflação no Brasil, nós tivemos repiques inflacionários. Em 99, 2002 e 2003 e numa menor escala em 2004. A cultura inflacionária e mecanismos de indexação ainda persistem na economia brasileira. Eu acho importante que no caso brasileiro, por exemplo, nós enfatizemos que em todos os períodos de alta de inflação isto não favoreceu, muito pelo contrário, foi um problema e decresceu a taxa de crescimento do produto. Diminuiu a taxa de crescimento do produto, melhor dizendo.

Se nós olharmos agora a série de inflação medida no Brasil, nós vamos ver, que nós tivemos como eu mencionei alguns repiques inflacionários recentes. 99, 2000 e depois... 99, basicamente e depois 2002 e 2003 e depois novamente final de 2004 e começo de 2005. Portanto, é importante mencionar que estabilidade macroeconômica implica não apenas em inflação em patamar reduzido, mas também previsibilidade. É fundamental a previsibilidade. Quer dizer, a surpresa inflacionária é um dos maiores problemas que nós podemos ter para atividade econômica. No longo prazo,

para o crescimento da economia é importante são as variáveis reais, não as nominais. O que significa estabilidade, previsibilidade é fundamental.

O controle da inflação também é prioritário para a inclusão social já que as faixas mais pobres da população sofrem mais com os efeitos da inflação. Portanto, é importante que nós tenhamos uma previsibilidade de inflação com inflação baixa, confiança nos contratos e maior em consequência, maior estabilidade dos juros. Se nós olharmos o salário real médio, por exemplo, nós vamos ver que o repique inflacionário 2002/2003, nós chegamos a ter um alto patamar de inflação no final de 2002 e começo de 2003, em maio de 2003 nós chegamos a ter 17% de inflação em 12 meses, nós tivemos a queda da renda real, que foi recuperando com a queda da inflação. Se nós olharmos agora este gráfico, vamos ver o seguinte: Quando há uma surpresa inflacionária, quando tivemos na linha em azul, por exemplo, como ela sobe fortemente, nós temos uma queda do salário real. Quando há uma surpresa inflacionária positiva, como é o caso em azul, no final agora do processo, nos últimos anos, nós temos uma subida do salário real. Isso é norma em qualquer País do mundo. Quer dizer, a inflação sobe, então a queda do salário real. É absolutamente inevitável. A inflação desce, o salário real sobe.

Os dados da pesquisa nacional por amostra de domicílio, mostram claramente que a inflação tem um pacto direto na melhora para a distribuição de renda. Por exemplo, desde 95, o único ano em que a parcela da renda dos mais pobres não subiu foi exatamente 2002. Que foi a subida da inflação. Portanto, é importantíssimo nós, mais uma vez não só termos inflação na meta, mas estável e previsível. A estabilidade econômica, portanto, importante mencionar que ela alonga o horizonte de previsibilidade, como eu mencionei ela reduz a incerteza, favorece o investimento, e preserva o poder de compra, melhora a distribuição de renda e sustenta a demanda agregada.

É importante mencionar que a missão básica, portanto, dos Bancos Centrais é manter uma inflação sob controle, baixa e estável. Várias metodologias foram usadas antes do sistema de metas de inflação visando o controle inflacionário. No mundo nós tivemos o controle via taxa de câmbio, usando a âncora cambial como uma taxa de controle e tivemos também a definição das metas de agregados monetários. A quantidade de moeda em circulação em última análise. Mas no Brasil, por exemplo, nós tivemos várias outras metodologias que foram tentadas. Nós tivemos controle de preços, tivemos o Plano Cruzado, tivemos congelamentos, tivemos tablitais, tivemos toda a sorte de planos que visavam exatamente tentar controlar a inflação por meios

alternativos que não sejam os meios adotados pelos Países de maior sucesso no controle de inflação, que naquela época eram basicamente a meta de agregado monetário ou a taxa cambial. No Brasil nós já usamos também a taxa cambial como uma âncora e também o Brasil como todos os demais Países abandonaram. Controle de taxa de câmbio não foi só o Brasil que usou. Reino Unido, México, Tailândia, Coréia do Sul, Filipinas, Rússia, Argentina etc., todos esses Países abandonaram a taxa de câmbio como meio básico de controle da inflação.

Em termos de agregados monetários, isto foi o sistema que prevaleceu em muitos Países, por exemplo, no Reino Unido de 70 a 80, Alemanha e Suíça durante muito tempo. O problema é que a evidência empírica começou a mostrar que a correlação entre a inflação e a quantidade de moeda é instável no curto prazo, principalmente depois da adoção dos meios eletrônicos de pagamento. Cartão de crédito, sistemas eletrônicos, transferências bancárias etc. Então isso faz com que o Banco Central muitas vezes controlava bem o agregado monetário, mas a inflação não necessariamente tinha uma correlação direta com o agregado monetário. E além do mais, a instabilidade, a volatilidade de taxa de juros também era muito maior em função de algumas características de crescimento endógeno do agregado monetário em função principalmente dessas inovações eletrônicas. Muito bem.

Para resumir, consolidou-se a política de meta de inflação e a autonomia operacional da autoridade monetária. Como funciona em geral? O Banco Central se compromete a atuar de uma forma a garantir que a taxa de inflação esteja em linha com a meta preestabelecida, anunciada publicamente e a política de metas funciona também como um mecanismo que coordena as expectativas da sociedade. É a mais transparente. Por exemplo, na medida em que todos começam a esperar uma inflação definida segundo a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a tendência de formação de preços converge para a meta tornando, portanto, mais eficiente o controle da inflação. O Banco Central não tem que estar o tempo todo lutando contra a expectativa da sociedade, indexações etc., como já aconteceu no passado. Ele foi formalmente esse sistema estabelecido na Nova Zelândia em 89 e 90, foi seguido pelo Canadá, Chile e atualmente é seguido em 24 Países basicamente não só desenvolvidos como emergentes.

Esse é um gráfico interessante, que ele mostra o ano que cada País adotou o regime de metas e a esquerda no gráfico vertical, no eixo vertical nós vamos ver a inflação que prevaleceu no período. Então nós temos desde Países como o Peru, por exemplo, que

quando adotou já em 94 a inflação era cerca de 40%, Chile também... Até Países como Suécia e Austrália que adotaram regime de metas com inflação já muito baixa. Tailândia também. O Brasil é um caso intermediário porque a inflação era baixa, mas ele estava substituindo naquele momento a âncora cambial, um novo tipo de... Portanto o que mostra é que Países com inflação alta, Países com inflação baixa, todos esses tenderam a migrar para o regime de metas de inflação. É basicamente o caso, por exemplo, aqueles que tinham inflação mais alta, tipo Chile, Israel, Colômbia, República Tcheca, etc., além do caso brasileiro.

O regime de metas de inflação ele tem como consequência uma queda pronunciada da inflação. Principalmente das economias emergentes. Isto é um dado da maior importância. E todos esses Países com uma grande dose de autonomia operacional por parte da autoridade monetária. Se nós olharmos agora a inflação média nos Países que seguem o regime de metas desde a sua adoção. Em vermelho os emergentes que tinham uma inflação média de cerca de 22% no começo da década de 90 que teve uma inflação cadente nesse período, chegando, portanto, a taxas hoje ao redor de 4% nos Países um pouco menos, nos Países desenvolvidos essa taxa convergindo para patamares ao redor de 2%. Alguns exemplos de sucessos que vamos mencionar Nova Zelândia, Reino Unido, Chile e Israel.

Nova Zelândia. O sistema implantado em 89, inflação alta e volátil ao longo da década de 80 com cerca de 20%. Em 89 foi formalizada a autonomia do Banco Central e o resultado da adoção do regime de metas foi uma convergência rápida para o objetivo. Vamos ver o caso da Nova Zelândia. Nós vamos ver claramente que a Nova Zelândia, a partir do momento em que adotou o regime de metas ela passou a ter uma convergência relativamente rápida. O regime de metas da Nova Zelândia, a linha vermelha marcando o intervalo superior e inferior e nós vamos ver como a inflação oscilou no regime de meta no começo, subiu um pouquinho acima do teto um pouquinho abaixo do piso, subiu e oscilando. Aqui é a primeira grande conclusão que nós precisamos chegar a respeito da questão do regime de metas. Isto é, normalmente se estranha a idéia de que, por exemplo, a inflação não esteja no centro da meta. Mas como? Não está no centro da meta? Está abaixo do centro da meta? Está acima do centro da meta? Bom, a inflação não existe caso linear, não existe casos de inflação que ela vai linearmente no centro da meta. Nós vamos em vários casos e a inflação oscila abaixo e acima e, portanto ela oscila em torno do centro. E em muitos países, nós vamos ver, ela oscila até acima do teto ou abaixo do

piso. É normal. Ela sobe e desce. Por quê? Porque é uma brincadeira que eu faço quando estou discutindo esse assunto que é igual um eletrocardiograma. O eletrocardiograma reto o cidadão já morreu. Então a inflação é um organismo vivo, ela sabe e desce.

Se nós olharmos agora no Reino Unido, adotou em 92, em 97, foi consolidado economia formal do Banco da Inglaterra, resultados similares. A Inglaterra começou também com intervalo de variação. Nós vamos ver ali o intervalo entre 1 a 4%, posteriormente fixou em 2,5 e depois em 2. De novo nós vamos ver isso é o centro da meta 2,5. Nós vamos ver inflação oscilando abaixo e acima do centro da meta. Ela não passa linearmente no centro o tempo todo. Isso não existe em nenhum País. Depois a inflação teve sua meta definida no Reino Unido de 2,5 para 2% convergindo, portanto, para o patamar da maioria dos Países. Depois disso, nós vamos ver que a Inglaterra particularmente o Reino Unido teve o mais longo período de crescimento do produto na sua história, 57 trimestres de resultado positivo. Reino Unido crescimento do PIB 1, 9, antes do regime de metas 2,7. Evidentemente existiram outros fatores, globalização etc. Mas o fato é que isso é uma experiência comum em muitos Países. Se olharmos o Reino Unido, vamos ver de novo outra experiência interessante. Se nós olharmos o ponto... Vamos começar ali, por exemplo, naquele ponto lá à extrema direita o mais alto. É o período de 1980 a 1979. Se olharmos embaixo, nós vamos ver o seguinte, que embaixo última análise o eixo horizontal mede a volatilidade do crescimento. Isto é o crescimento é volátil. Subindo e descendo subindo e descendo e também alta volatilidade da inflação, subindo e descendo. E nós falamos e mostramos que estabilidade é importante para crescimento sustentado. E nós vamos ver que 70 a 79 era um alto grau de volatilidade, não só da inflação como do crescimento. 80 diminuiu, 60 e 69 tinha partido de patamares mais baixos depois da implantação do regime de metas aqui abaixo à esquerda nós vamos ver que o nível de volatilidade não só do crescimento como da inflação na Inglaterra caiu.

Chile. História um pouco similar à nossa. Inflação alta, ampla indexação da economia da economia, apesar de patamares menores que no Brasil. Em 89 o Banco Central ganhou autonomia e o regime de metas de inflação foi implantado em 91 e nós vamos ver agora o histórico do Chile. Partindo de uma inflação relativamente alta quando foi implantado o regime de metas, quase 30%. Houve, portanto, uma desinflação gradual até janeiro de 96. Se nós olharmos a experiência interessante no Chile é de que de janeiro de 96, por exemplo, até janeiro de 2000, portanto num período aí de quatro anos eles tiveram uma desinflação simi-

lar à da brasileira também nos últimos quatro anos. E posteriormente de novo entrou a banda de variação, o intervalo de tolerância positivo e negativo no sentido de teto e piso e nós vamos ver de novo o que o Chile também tem a inflação oscilando em torno do centro da meta, e no caso do Chile durante o período importante abaixo do piso da meta e em alguns momentos inclusive abaixo de zero. De novo o crescimento do Chile depois do regime de metas ser implantado foi um crescimento maior do que no período anterior.

Israel história similar. Eu vou poupar detalhes, mas nós vamos ver de novo que Israel tem uma trajetória de novo decrescente onde eles foram baixando o piso e o teto e o intervalo de metas paulatinamente. Mas de novo vemos essa mesma característica, abaixo e acima. E no caso de Israel inclusive bastante abaixo do piso, as vezes bastante acima e às vezes bastante abaixo de zero, inclusive é o comportamento normal.

Se nós olharmos agora crescimentos de produtos antes e depois da implantação do regime de metas, nós temos aqui uma honrosa exceção que é a Coréia do Sul, que teve um crescimento muito alto naquele período de alto crescimento da Coréia até 97, mas que, portanto, depois disso teve o crescimento médio menor, tem um outro exemplo também, tem exemplos de exceções como é o caso da Colômbia e da Noruega, mas a maior parte dos Países nós vamos ver que o crescimento médio aumenta depois da implantação do regime de metas. Se nós olharmos no Brasil, nós vamos ver que a implantação do regime se deu em 99, houve o colapso do regime de câmbio fixo, buscou-se alternativa e o sistema adotado foi exatamente o sistema de metas de inflação, usando o IPCA como índice de referência, ele mede a variação do custo da cesta de consumo com a população com renda até 40 salários mínimos em 12 regiões metropolitanas. Metas definidas para o ano calendário dois anos à frente. Intervalo de tolerância sem válvula de escape. Meta definida pelo Conselho Monetário Nacional compete ao Banco Central cumprir a meta utilizando a taxa de juros. E o comitê de Política Monetária é o órgão colegiado do Banco Central responsável pela decisão da taxa de juros.

Isto é uma metodologia comum nos Bancos Centrais. A definição por colegiado. Essa definição individual, ou por outros mecanismos ela deixou de ser aplicada na maior parte dos Países. Reduz a discricionariedade da decisão, permite a instituição um ritual em calendário, ela é menos sujeita a erros e o Copon, portanto, em consequência foi criado em 96, formado pelos dirigentes e diretores do Banco Central. Portanto o Conselho Monetário Nacional estabelece a meta, o Banco Central é responsável pelo cumprimento, o

Copon fixa a taxa de juros de curto prazo e a taxa de juros afeta a inflação com defasagens. É importante que exista, portanto, uma única meta e um único objetivo que exista credibilidade das metas e do índice, exista autonomia operacional e é importante também o regime de câmbio flutuante.

É importante mencionar que o Banco Central determina a taxa de juros de curtíssimo prazo. Mas a transmissão de Política Monetária se dá por meio de taxas de mercado em diferentes horizontes, que não são controladas pela autoridade monetária. Isso é importante. E que pode haver um descasamento entre a taxa Selic e a taxa de mercado. Isto é, o que influencia a atividade econômica em última análise com a devida defasagem é a taxa de mercado. E pode haver diferença entre taxa de mercado e taxa de curto prazo fixada pelo Banco Central. Se nós olharmos isso nós vamos ver que a taxa Selic em amarelo, a taxa de mercado de 180 dias em azul e a taxa de 360 dias em vermelho, nós vamos ver que em vários momentos as taxas de mercado subiram pronunciadamente em relação à Taxa Selic. O que significa que mesmo em alguns momentos que o Banco Central baixou a Selic, o mercado previu que a inflação ia subir e a taxa de mercado subiu. Isto mostra que não é uma medida arbitrária do Banco Central fixar a taxa de juros do jeito que se lhe aprovar. É importante que o mercado acredite, a população acredite que a inflação vai continuar baixa. Senão, o Banco Central baixa a taxa de juros e a taxa de mercado sobem e prejudicam a atividade econômica.

Portanto a eficácia depende da credibilidade, comunicação eficaz é importante e o Banco Central necessita de explicar suas decisões de forma racional e consistente. O Banco Central do Brasil o faz, através das atas do Copon divulgadas uma semana após a reunião, o Relatório de inflação e a carta aberta do Presidente do Banco Central em caso de não cumprimento da meta. Muito bem.

Dado importante que muitas pessoas se interessam. O que leva em conta o Banco Central na definição da taxa de juros? Nós nos reunimos basicamente durante dois dias e fazemos uma análise da evolução da economia global, o cenário doméstico de atividades, preço e crédito, finanças públicas, balanço de pagamentos, mercado de trabalho, mercado monetário expectativa dos agentes privados e modelo de projeção da inflação. Portanto a trajetória de metas de inflação do Brasil foi definida pelo Conselho monetário e está se aproximando dos níveis vigentes nos países não só emergentes como também países desenvolvidos nós vamos mostrar. Ela foi revista em função de choques adversos que atingiram a economia em al-

guns momentos. Se nós olharmos a meta de inflação de diversos Países o que vamos ver? Nós vamos ver que, por exemplo, a África do Sul, nós temos a inflação aposentado oscilar entre 3 e 6%. No Brasil pode oscilar entre 2,5 e 6,5. Austrália entre 2 e 3. Canadá 2 com mais ou menos 1. Chile 3, mais ou menos 1. Colômbia 4,5 mais ou menos meio. Islândia... E vai por aí. Israel 2, México 3, Nova Zelândia 2, Peru 2,5. Inglaterra e Reino Unido 2, Suécia 2. Tailândia de zero a três e meio. Turquia, 5. Etc. Se nós olharmos, por exemplo, todos os demais Países, nós vamos ver que o Brasil tem uma meta central um pouco acima da média e um intervalo de tolerância ainda um pouco maior em função exatamente do nosso histórico de inflação como mencionei, portanto da necessidade de acomodar variações maiores. Resultados e política monetária: Houve no Brasil uma volatilidade de inflação que foi reduzida, houve uma volatilidade de taxa de juros que foi reduzida e taxa de crescimento de produto também em comparação com o período vigente antes da implantação do regime de metas.

A taxa de crescimento média do produto subiu comparativamente ao período anterior e a taxa de juros caiu de forma expressiva. Aqui é um gráfico complexo. Apenas vou deixar isso para consulta posterior de S. Exas caso os interesse. Mas que o é mostra esse gráfico é que a inflação média caiu no período em que a variação, a volatilidade da inflação também, que o produto médio aumentou e que a volatilidade de variação do produto também diminuiu e que a Taxa Selic caiu no período e a volatilidade também da Selic diminuiu. Isto é, não só nós tivemos taxa de juros menores, tivemos inflação menor, mas mais estáveis, produto maior e mais estável. Portanto a experiência brasileira é de acordo com os demais Países. Se olharmos a trajetória Selic nós vamos ver de novo que a linha vermelha média como ela teve um patamar bastante mais elevado que o atual durante o regime cambial, depois da implantação do regime de metas de inflação caiu substancialmente e se olharmos de novo as taxas médias desse período é a taxa em vermelho e se excluirmos o período de julho de 2001 a julho de 2003, por exemplo, nós vamos ver que as taxas médias foram ainda mais baixas antes e depois desse período. E evidentemente agora nós temos a Taxa Selic mais baixa desta série que foi instituída em 1996. A taxa de juros reais aqui a taxa de juros reais de mercado. calculada aqui pela taxa de juros de mercado de 360 dias, portanto de um ano, descontado pela inflação prevista. Nós vamos ver que ela vem caindo sistematicamente de 96 a 99, 18, 5, de 2000 a 2003, 15, 2004/2005, 11, 5, 2006/2007 9,3... É normal. Ela vem caindo sistematicamente des-

de a implantação do regime de metas em 99. Ela está gradualmente caindo nesse período. E agora 7,9%.

Portanto se nós olharmos agora a inflação brasileira neste período a partir da implantação do regime de meta nós vamos ver claramente essa trajetória onde ela esteve na meta durante o ano de 99/2000, 2001/2002 em cima da meta, 2003 nós fizemos um ajuste para acomodar o choque externo da economia brasileira naquele momento, produto da crise cambial e posteriormente inflação na meta, porém acima do centro em 2004 e 2005 inflação na meta abaixo do centro, 2006 e as previsões de inflação em verde para os anos seguintes. Isto é bastante de acordo com a experiência dos demais Países. É importante mencionar de que uma inflação no final do ano no centro da meta é raramente atingida em qualquer País. A inflação oscila abaixo e o centro da meta. Dado importante: A frequência com que a inflação ficou abaixo do valor central foi maior do que a frequência com que ela permaneceu acima do valor central, não só Países industrializados como emergentes. E com proporção total dos casos em que a meta foi cumprida, os casos em que a inflação observada situou-se abaixo do valor central foi maior no grupo dos emergentes. Por exemplo, vamos olhar aqui. É um gráfico complicado, vamos olhar apenas o sumário. Na média ponderada, por exemplo, nós vamos ver que a inflação abaixo do valor central nos emergentes: 55% do tempo. Acima do valor central 43%, nos emergentes. Nos desenvolvidos: 55% abaixo, 40% acima, 5% no valor central. Brasil: 12% abaixo, 85% acima do centro, 4% no valor central. Isto mostra claramente que isso não é sob nenhum critério a trajetória de um Banco Central que se poderia chamar de hiper conservador. Quer dizer, se nós olharmos os números vemos que é uma trajetória absolutamente de acordo com a trajetória dos demais Países que aplicaram com sucesso.

Portanto, com proporção do total dos casos a inflação observada situou-se abaixo do valor central no grupo dos emergentes numa escala maior, num percentual maior do que nos Países industrializados. Se nós olharmos agora Países selecionados, o cumprimento trimestral nós vamos ver novamente dados que confirmam isso, eu apenas vou pegar média ponderada de novo que nós tivemos 27% do tempo a inflação abaixo do piso. E que no Brasil foi zero. Nós tivemos entre o piso e o centro, 28%, que no Brasil foi 12. Entre o piso e o teto, 20. Nos emergentes. 25 nos industrializados. No Brasil, 46 acima do centro. E acima do teto, 22% nos emergentes, 15 nos desenvolvidos e 38% no Brasil. Confirmando os dados anteriores. Portanto, o Banco Central do Brasil teve uma trajetória de inflação de acordo com o padrão estabelecido

por aqueles Países que tiveram sucesso e de novo no ano de 2006 nós vamos mostrar em seguida há um comportamento benigno depois da forte aceleração em 2002 em menor escala em 2004.

Se olharmos outros dados referentes à inflação usando o sistema de núcleos, por exemplo, se nós olharmos no recente evolução, nós vamos ver métodos por exclusão com suavização ou sem suavização não vou entrar no detalhe técnico. Vou apenas mostrar que métodos outros dividir a inflação retirando determinadas medidas de inflação tentando ver uma tendência de inflação mostra um comportamento similar ao que nós temos visto O índice de fusão que mede o número de bens que tem os seus preços aumentados versus os que não tem seus preços aumentados mostra de novo uma queda, o que é positivo para, de novo, o desempenho do sistema de metas de inflação no Brasil.

Eu apenas vou mencionar rapidamente que em 2006 nós tivemos aspectos temporários como a forte desinflação de alimentos "*in natura*" e produtos agrícolas e, portanto, a inflação foi abaixo do valor central. O que é exatamente o que se espera o que aconteça e é exatamente o que acontece nos demais Países. Mostra aqui, por exemplo, o que acabamos de dizer como os alimentos "*in natura*" tem caído, tem tido uma evolução de preços menor do que o IPCA cheio. E outro dado interessante é a evolução dos preços agrícolas em relação aos preços industriais. Nós vamos ver que de novo tem uma volatilidade muito maior dos produtos agrícolas, como era de se esperar. Outro dado interessante à inflação nos produtos comercializados no exterior em azul, versus não comercializáveis, fenômeno da globalização mais da evolução cambial no Brasil, nós vamos ver que é normal que nos últimos anos os não comercializáveis tenham tido uma inflação menor do que aqueles não comercializáveis. Muito bem.

Outro dado muito importante do sistema de metas de inflação. A expectativa de inflação. E vamos olhar a expectativa de inflação para 2007/2008 comparado com anos anteriores. Nós vamos ver que estamos numa situação extremamente favorável. Por quê? A expectativa, se nós olharmos do ponto de vista de 2006, quer dizer, a expectativa que o mercado em 2006 tinha para o ano seguinte, portanto ano mais um, 2007, portanto tinha uma expectativa de 4% para 2007 e 4,5 para 2008. Nós vamos ver que essa expectativa tem caído recentemente. E a expectativa 4 e a meta 4,5. E a expectativa para o ano dois, 2008, 4,1 e a meta 4,5. O que eu quero dizer é o seguinte: nós temos uma inflação esperada de acordo com a meta de inflação. E isto é uma evolução extraordinária do sistema de metas no Brasil. Isso mostra que a coordenação de expectativas está de fato acontecendo e as expectativas estão sen-

do ancoradas no Brasil. Dado da maior importância, se nós olhamos a expectativa da inflação contra o que de fato ocorreu. Isso nós vamos ver que nós já tivemos episódio recente 2002,2003 quando a expectativa de inflação que é em vermelho ela foi muito menor do que a inflação efetivamente ocorrida em azul. Isso é uma surpresa inflacionária negativa. Enquanto que hoje nós estamos vendo uma surpresa inflacionária positiva. Isto é muito importante. Não só para poder de compra do trabalhador como mostramos mais para a formação de expectativas e muito importante, diminuição dos prêmios e risco de inflação que o teve efeito na taxa de juros, é uma das razões que nós estamos vendo que a taxa de juros reais estão caindo no Brasil. Surpresa inflacionária, portanto, que foi muito alta há poucos anos. Uma surpresa positiva e depois uma surpresa negativa novamente e de novo agora estamos tendo uma surpresa negativa moderada o que é extremamente positivo para o regime de metas.

Vamos agora finalizar, passar para a questão da atividade econômica, nós vamos ver que de acordo com a experiência de outros Países também o crescimento médio no Brasil aumentou depois da implantação do regime de metas de inflação. Era 1,8 de 99 a 2003 e depois de 2004 a 2006 aumentou mais e o que significa com a implantação do regime de metas isso foi permitindo que o crescimento médio fosse aumentando, ele estivesse em linha com os anos anteriores, mas depois passou a subir em linha com os demais Países.

Um dado importante apenas para mencionar para os senhores, por exemplo, a correlação com o crédito total e a expectativa de inflação. Nós vamos notar que queda da inflação leva entre outras coisas a um aumento do crédito. O que favorece a atividade econômica. Crédito de prazo médio também cresce com inflação mais baixa. Venda no varejo, crescentes, a partir de 2003 de uma forma sistemática e bastante pronunciada robusta nos últimos meses. Taxa de juros real no varejo nós vamos ver de novo que juros reais estão caindo e vendas no varejo na rota de crescimento sustentado. Se olharmos agora vendas no varejo, veículos e motocicletas, móveis e eletro domésticos, supermercados tecidos e roupas uma trajetória de crescimento sustentado. Criação de emprego formal, o Brasil passou de médias crescentes e hoje estamos com um crescimento número de empregos de cerca de um milhão, duzentos e setenta e dois mil novos empregos criados a média de 2004 para 2006. Taxa de desemprego também cadente e em azul a linha de 2006 que está agora de novo atingindo níveis que são os mais baixos nesta série medida com essa metodologia mais ou menos em linha já com o ano passado.

Se nós olharmos agora um dado da maior importância o salário real e a massa salarial. O salário real médio crescente se olharmos desde 2004 e massa salarial também crescente. Quer dizer, a massa salarial tem crescido a percentuais muito importantes no Brasil cerca de 6% no último ano real. A venda varejista em consequência tem uma correlação direta com o crescimento da massa salarial, o que também era de se esperar. Confiança dos consumidores se mantendo em patamar relativamente elevado. Nós vamos aqui, por exemplo, em São Paulo condições atuais e condições futuras houve uma queda em 2005, mas já se estabilizou num patamar elevado. A produção industriais nós vemos que tem uma trajetória de crescimento a partir de 2003 e com a taxa um pouco menor do que o crescimento das vendas no varejo. O que significa que a demanda agregada está reagindo muito bem. A produção de vendas de veículos crescentes, vendas no mercado doméstico não estão atingindo patamares recordes de veículos, a taxa de juros real e a produção industrial nós vamos ver uma relação que a produção industrial cresce com a taxa de juros cadente. Utilização de capacidade nós vamos ver que temos espaço ainda para crescimento, mas em alguns setores metalurgia por exemplo nós já nos aproximamos do máximo registrado na série. Portanto, a economia segue uma trajetória de crescimento robusta. Um dado da maior importância, se olharmos capacidade de crescimento, formação bruta de capital fixo, linha de tendência caiu evidentemente durante o ano 2002 e 2003, mas agora uma tendência de crescimento constante, resultado de novo da estabilidade. Absorção doméstica de bens e capital também indicando uma trajetória de crescimento bastante robusto. Em sumo a construção civil na mesma direção, um dado interessante é que o risco País caindo nós vemos o investimento crescendo e vice-versa como nós vimos em períodos anteriores. Existe, portanto, uma correlação com a queda do risco o investimento tende a aumentar e é o que está acontecendo no Brasil. Confiança empresarial atingiu índices altos em 2004 agora nós estamos vendo uma trajetória de recuperação já há três trimestres consecutivos com a recuperação robusta e o nível de confiança empresarial aumentando.

Basicamente é essa, digamos, é este o resumo do que eu gostaria de fazer Srs. Senadores sobre a implantação e os resultados do regime de metas de inflação no Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍSIO MERCADANTE(PT-SP): Quería agradecer a exposição detalhada e fundamentada do Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles, anunciar também que nós temos 14 Senadores já inscrições

para arguição. Portanto nós vamos buscar intercalar os partidos para dar um pouco mais de pluralismo e respeitar as várias legendas na arguição do Ministro. Eu como autor do Requerimento e também sou o primeiro inscrito, mas nós abrimos a inscrição no horário combinado de início das atividades da Comissão, vou fazer a minha arguição e buscar ser o mais breve possível para evidentemente permitir que os demais possam se expressar.

Ministro eu primeiro queria começar dizendo que eu participei e acompanhei o convite do Presidente Lula que foi feito e nós fizemos inclusive em Washington e naquela ocasião algumas condições foram estabelecidas e foram rigorosamente cumpridas pelo Governo. O Presidente do Banco Central teria total liberdade para montar a sua equipe, isso sempre foi preservado e haveria independência operacional do Banco Central. E quero também lembrar que naquele momento havia uma crise de confiança no País, um desenho de crise cambial e, sobretudo, uma projeção de inflação muito forte. E o Presidente Henrique Meirelles renunciou o mandato de Deputado recém eleito mais votado de Goiás para assumir uma tarefa extremamente difícil e muito exigente. Portanto eu acho que o País tem que reconhecer essa atitude e também reconhecer esses indicadores avanços importantes que nós tivemos.

Em segundo lugar eu não estou entre aqueles que acha que o debate nesse momento e acho que são poucos os críticos ou economistas acadêmicos que a discussão fundamental da Política Econômica no Brasil nesse momento venha a o regime de metas e inflação. Podemos discutir pequenos detalhes, mas o regime é exitoso, a trajetória internacional demonstra isso. Isso hoje mais uma vez foi largamente fundamentado, quer dizer, o regime de metas de inflação câmbio flutuante e independência operacional do Banco Central teve um papel relevante na desinflação do País, na estabilidade econômica da Nação. Portanto o meu debate não é esse. O debate que eu acho que nós devemos fazer, debate central, é o ritmo de desaceleração da taxa de juros. Porque na última reunião do Banco Central foi reduzido de 0,25 a taxa de redução? É o ritmo de desinflação. E o impacto que isso tem porque a Taxa Selic, a taxa de juros básica tem um impacto fiscal relevante e tem um impacto no crescimento econômico inegável e seguramente algum impacto em função da arbitragem na taxa de câmbio. Quais são os argumentos que eu queria colocar para dizer que a posição do Banco Central do Brasil tem sido excessivamente conservadora. Não vamos ficar discutindo aqui qualificar o conservadorismo. Se for hiperconservadora, se é em demasia, mas tem sido excessivamente conservadora. Quais são os argumentos? Presidente Henrique Mei-

relles. Primeiro, o IPCA observado no ano passado foi 3,14. Muito abaixo da meta inflacionária que é 4,5% ou seja, 1,36 abaixo da meta. Quase 30% abaixo da meta. Primeiro... Segundo, a inflação mundial de 4%, o Brasil está bem abaixo da inflação mundial. E daqueles Países exitosos em termos de regime de metas de inflação, nos Países emergentes quase todos nós estamos com uma inflação abaixo da inflação observada. É o caso do México, Chile, Nova Zelândia, Austrália, Israel... Todos esses Países nós estamos com uma taxa de inflação verificada, real, abaixo dessas economias. A Nova Zelândia que é um País mais antigo está com uma inflação acima do Brasil. Há expectativa do mercado em relação à aceleração da inflação para que o mercado tem uma expectativa de aceleração da inflação bem abaixo da meta. 4% para 2007, 4,1% para 2008. Então nós estamos abaixo da meta internacional estamos abaixo da meta da inflação estamos abaixo da expectativa de mercado do que é a meta inflacionária. Nos últimos dez meses a inflação observada esteve abaixo da meta. Durante dez meses a inflação observada está abaixo da meta inflacionária estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. E a inflação esperada pela pesquisa Focus que são seis instituições financeiras também está abaixo da meta a nove meses. E continua abaixo da meta de inflação do Banco Central pelos próximos dois anos. O risco País atingiu, eu diria menos de 200 pontos num cenário internacional extremamente favorável e batendo recorde também de confiança econômica na capacidade cambial, na força do nosso balanço de pagamento externo. Os títulos soberanos no Brasil estão abaixo da Taxa Selic de forma expressiva. E vem aumentando essa diferença, se nós pegarmos os últimos lançamentos de outubro de 2006, o Brasil lançou 650 milhões de reais ao prazo de 15 meses com 12,4% de taxa de juros. Em dezembro de 2006, 750 milhões, há 15 anos, a 11,6% taxa de juros. E agora em fevereiro, 7 de fevereiro, um bilhão e meio de reais há 20 anos com uma taxa de 10,6.

Bom, o que é que isso significa? Nós estamos com uma taxa de juros real muito elevada, seja qualquer cálculo que a gente faça, vamos falar uma taxa de juros entorno de 8, 7,9 a 8,6, muito elevada e levando arbitragem excessiva com a taxa de juros internacional. No momento que nós estamos chegando a um patamar de 100 bilhões de dólares de reservas cambiais. E continuamos com superávit comercial forte. E isso estimula a apreciação do câmbio que prejudica as exportações do País e, portanto, contamina a política cambial. Além de obrigar o esforço fiscal muito grande do País e do Banco Central que é a política de aquisição de reservas e com essa diferença de taxa

de juros aumentando o custo fiscal do carregamento das reservas.

Se nós pegarmos os juros de paridade descoberta, que é o quê? É a taxa de juros americana, o risco País e a expectativa de variação cambial, nós vamos verificar que estamos com uma taxa de juros muito elevada e é um dos elementos que estimula uma entrada crescente de câmbio. Não é só juros, mas evidente que é um fator relevante. Se analisarmos a relação dívida líquida/PIB a evolução é extremamente favorável. Nós tivemos em novembro de 2006 a novembro de 2005 uma queda de 1,8%. Estamos em 49,3. Então também temos do ponto de vista fiscal um cenário seguro. A massa salarial e o consumo do Governo não representa hoje uma pressão relevante de demanda agregada. Portanto, considerando e temos capacidade ociosa, temos como absorver um crescimento da demanda agregada.

Então, aonde está a fundamentação do Copon para desacelerar a taxa da queda de juros? Está ancorada onde? Ou o Banco Central tem uma meta implícita e aí eu acho que é grave porque o Conselho Monetário Nacional estabeleceu uma meta inflacionária e o Presidente do Banco Central lembra eu tive uma divergência grande em 2005 em relação à redução da meta, tivemos até uma discussão nessa Comissão, depois o Conselho Monetário Nacional teve que rever a meta naquela ocasião, mas definiu a meta àquela referência. Nós estamos abaixo da meta, o mercado tem uma expectativa abaixo da meta, nós estamos abaixo da inflação mundial, agora, o que é que representa isso? O Banco Central não quer correr nem o risco em relação à inflação, mas transfere o risco sim para o PIB, para as finanças públicas. Quem paga essa conta é o crescimento econômico, é o emprego. Quem paga essa conta é evidentemente no meu ponto de vista o que está abaixo de meta também é o PIB. Portanto, nós temos que calibrar a política monetária. A discussão fundamental não é câmbio flutuante. A discussão fundamental é a calibragem fina da política monetária porque tem espaço para cair a Taxa Selic. Isso contribuirá na taxa de câmbio estimulará o crescimento econômico, alavancará o PAC que é o instrumento importante de sinalização da expectativa de crescimento futuro do País e eu não vejo sinceramente argumentos consistentes. E o cenário internacional, inclusive o Feed americano também não está mais acelerando a taxa de juros. Portanto do ponto de vista da arbitragem só fortalece essa perspectiva.

Dentro de uma Política Econômica exitosa, dentro de uma política de deflação exitosa. E eu concluo aqui, eu não estou pedindo mais inflação. Eu vou ler aqui a carta do Banco Central que o Senhor assinou

em 21 de janeiro de 2003. Uma carta aberta do Banco Central. “A decisão de perseguir uma trajetória de inflação com base nessas metas ajustadas leva em conta que a política monetária será capaz de fazer com que a inflação convirja para o intervalo de tolerância da meta em dois anos. Outras trajetórias com queda de inflação mais acentuada implicam perdas expressivas no crescimento do produto”. Vou repetir. Essa é a posição do Banco Central. “Outras trajetórias de queda de inflação mais acentuada implicam perdas excessivas e perdas do produto”. E abaixo vem uma tabela que diz: “Se a inflação em 2003 fosse de 8, 5, o PIB seria 2,8. Se fosse de 6,5 seria -1,6. E se a inflação fosse de 4%, seria menos 7,3”. Então o próprio Banco Central dizia: “Se eu acelerar o ritmo da deflação eu vou agravar a queda do crescimento do PIB. Eu vou ter uma política recessiva”. E é sob essa perspectiva que nós precisamos discutir hoje a política monetária. Há espaço para acelerar a queda. Não há um argumento consistente que sustente porque o Banco Central reduziu o processo de redução da queda da taxa de juros. Não vejo. Especialmente quando nós temos uma meta fixada para os próximos três anos de 4,5. Todos os indicadores mais relevantes abrem espaço para uma queda acentuada. E isso fortaleceria a perspectiva de crescimento e coroaria todo esse esforço que temos feito de desinflação exitoso do Banco Central com ritmo de crescimento mais acelerado que é a grande expectativa do País. E assim como nós temos que acabar com uma cultura inflacionária e estamos acabando, nós não precisamos nos acomodar e não temos porque nos acomodar com uma cultura do baixo crescimento econômico.

E é esse o grande desafio do País. Como crescer com estabilidade. E nisso o Banco Central tem um papel absolutamente decisivo, ainda que não seja suficiente, é indispensável como é que nós vamos administrar a política monetária e ajudar na política cambial para que a gente tenha um ritmo de crescimento mais forte. Essas são as minhas ponderações com todo respeito que tenho, com toda a defesa que fiz em todos os momentos da sua gestão e reconhecendo o trabalho que foi feito eu acho que nós precisamos discutir porque tem espaço para a taxa de juros cair mais rapidamente. Há inclusive divergência nessa equipe. Não foi unanimidade. Há divergência. É democrático esse debate. E esse é o debate que o País tem que fazer. Nós temos que crescer mais rapidamente e temos a meta de inflação como referência fundamental da política monetária. Com a palavra o Presidente do Banco Central.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Obrigado, Presidente. Eu vou responder por partes na me-

da em que nós tivermos uma série de colocações diferentes. Em primeiro lugar vamos começar com a questão da carta aberta dirigida pelo Presidente do Banco Central, o Presidente do Conselho Monetário Nacional em janeiro de 2003 quando de fato nós propusemos uma trajetória de ajuste das metas as metas de longo prazo. E afirmamos que de fato se nós tivéssemos uma queda muito rápida das metas, que demandasse uma desinflação muito rápida nós poderíamos ser levados a ter uma queda importante do produto. Vou lembrar apenas do que se tratava para que nós não fiquemos misturando aquela discussão da época com a de hoje que são coisas completamente diferentes. Naquela época, nós estávamos com uma inflação que chegou a 17% em maio de 2003, sendo que a meta de inflação fixada era abaixo de 4. Então era de fato uma desinflação muito agressiva para se sair de 17% e trazer para menos de 4% em alguns meses. E, portanto, foi proposto ao Conselho Monetário Nacional uma trajetória ajustada, suavizada que foi aquela trajetória de 8,5 em 2003 de meta ajustada, depois de 5,5 em 2004 com teto a 8 e depois de 4,5 com teto de 6,5 etc.

Portanto aquela justificativa se deu no contexto de colocar uma trajetória de metas, e isso foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional e foi seguido pelo Banco Central. O Banco Central não fez, não implantou uma trajetória de metas maior ou mais agressiva do que aquela de desinflação desculpe, do que aquela fixada pelo Conselho. Não. O Banco Central apenas seguiu as determinações do Conselho. E eu vou lembrar que o Banco Central teve como resultado uma inflação de 9,3 no ano de 2003, acima dos 8, 5, não abaixo, Senador, acima, depois o Banco Central entregou uma inflação medida de 7,6% no ano de 2004, versus a meta central de 5, 5, perto do teto de 8, dentro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Depois exatamente dentro dessa estratégia suavizada. Portanto foi 9, 3, 7, 6, 5,7 e prosseguindo para os patamares atuais. Em resumo, o Banco Central seguiu exatamente aquilo que o Conselho Monetário Nacional determinou em consonância com que está na carta. Muito bem e que deu esses resultados que mencionamos. Segundo.

Segunda questão diz... Muito bem. O fato é que o Brasil no ano passado teve uma inflação um pouco acima de 3% e não será isso baixo demais, não será isso em completamente desalinhado dos demais Países que estão crescendo a taxas elevadas? Muito bem eu vou dar primeiro alguns dados de inflação corrente de 2005 e 2006 de alguns Países que têm taxas de crescimento elevadas. Por exemplo, a China. 2005, a taxa de inflação foi 1,6%. Em 2006, foi 2,8%.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): 1,5% a taxa oficial da inflação na China em 2006. Dado oficial. Eu cheguei de lá há poucos dias. Eu tenho certeza.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Perfeito. Existem várias... Eu estou dando aqui o número mais alto. Porque são várias medidas de inflação como tem no Brasil. Nós temos IGPM etc. Eles não tem lá essa definição. Mas eu estou usando a medida de inflação mais agressiva exatamente em deferência ao Presidente da Comissão. Eu estou usando números o mais alto possível. Mesmo o número mais alto medido foi 2,8. E o Senhor diz muito bem, 1,5 é o número oficialmente adotado. Na Coreia 2,1. No Chile, 2,6.

Então, o que eu gostaria de dizer é que a nossa taxa de inflação baixa para a nossa história, nossos padrões brasileiros não estão substancialmente acima das taxas dos demais Países emergentes. Segundo, quais são as metas de inflação dos demais emergentes? Será que estamos com a meta muito agressiva? Difícil? Restritiva? Vamos de novo. Vamos ver aqui África do Sul. Entre 3 e 6. A nossa entre 2,5 e 6,5. Austrália 2 e 3. Chile, 3. Mais ou menos 1. Colômbia 4,5 mais ou menos meio. O teto da Colômbia 6,5. Israel 2 mais ou menos 1. México, 3 mais ou menos 1. Nova Zelândia, 2 mais ou menos 1. Peru 2,5 mais ou menos 1. E vai por aí. Então eu não vou basicamente tomar demais o tempo dos Senadores lendo outros números exatamente em função de já termos suficiente evidência disso.

O Presidente corretamente menciona um outro dado da maior importância de fato preocupação de nós todos que é a diferença entre a taxa de juros do Brasil e dos Estados Unidos. Essa é aquele tipo de discussão onde de fato oferece o problema. Mesma coisa que dissermos o seguinte: O Brasil tem uma renda per capita menor do que da Suécia, é verdade. Nós sabemos disso. Temos que chegar a uma conclusão sobre isso. A taxa de juros do Brasil é maior do que a taxa de juros americana, nós sabemos disso. O importante é o que está acontecendo como resultado da implantação dessa política monetária no Brasil. Neste período de aperto monetário mundial. Quando o Brasil está diminuindo a taxa de juros a maior parte dos Países está aumentando a taxa de juros. Por exemplo, só um número para de novo não tomar muito tempo dos Senadores. Em setembro de 2005 a diferença entre a taxa básica do Brasil e a americana era 16,25. E era em linha com vários anos. Em fevereiro de 2007, é 7,75. Caiu pela metade.

Então, de novo, continua elevado. É verdade. Mas está caindo fortemente de uma maneira impressionante se nós compararmos com a história recente. Isto é o sucesso da política monetária está permitindo

uma queda pronunciada da diferença entre a taxa de juros americana e a brasileira. Segundo: Quando nós vamos ver, por exemplo, os dados históricos do Brasil nós vamos ver por exemplo que em 2005 com a meta de 4,5 nós anunciamos publicamente, Senador porque não temos metas implícitas, temos metas explícitas, mas nós anunciamos em 2005 que a nossa... O nosso objetivo seria 5,1 ao invés de 4,5 por causa dos choques que tinham se abatido sobre a economia brasileira de preços basicamente pelo alto valor do commodities naquele ano. Portanto, de novo é um comportamento expressivo.

Portanto o que eu gostaria de dizer é que o fato da inflação brasileira o ano passado ter estado abaixo do centro da meta, simplesmente reflete o que acontece a boa prática de todos os Países quando tem o chamado choque positivo de preço e nós voltamos a mostrar que apenas 12% do tempo à inflação esteve abaixo do centro enquanto que 55% do tempo à inflação esteve abaixo do centro nos demais países emergentes. Se isso fosse estar abaixo do centro fosse um erro então todos... A maior parte dos Países emergentes praticamente todos estariam errando na sua aplicação do seu regime de metas de inflação. E todos os industrializados também, porque mais de 50% tem inflação baixa do centro. E segundo, como é impossível ficar só no centro se nós disséssemos que pra fazer a aplicação correta sempre acima do centro entre o centro e o teto, nós estaremos distorcendo a linha de metas. Porque aí o centro passaria a ser piso. Não tem mais teto. Tem piso. Baixou do centro. Ficou errado então o centro ficou piso.

Portanto é importante dizer que o Brasil está tendo um comportamento absolutamente consistente com os demais Países que têm aplicação do regime de metas de inflação. Em relação à decisão específica em relação à última decisão do Copon, Presidente eu gostaria de dizer o seguinte: Nós todos concordamos de que o cenário é positivo que de que nós temos uma previsão de inflação dentro da meta, abaixo do centro e que é um cenário positivo. Tanto isso é verdade que o Banco Central cortou juros, o Banco Central manteve e sequer aumentou. Se o Banco Central achasse que o cenário estava um cenário perigoso, que os riscos de inflação estavam altos, o Banco Central tinha aumentado a taxa de juros e não fez. O Banco Central cortou a taxa de juros quando a maior parte do mundo todo está parado ou aumentando. Então o Banco Central concorda com este diagnóstico. Isso está claro na Ata do Copon. Segundo lugar, o Copon também considera que a preservação das conquistas que foram obtidas no combate à inflação da geração de emprego, o aumento da renda, tornou importante

de que houvesse essa redução de ritmo naquele momento por várias razões que foram bem colocadas na Ata que não custa lembrar. Em primeiro lugar, os estímulos já existentes para a expansão da demanda agregada. Isto é, o Banco Central já vem contando a juros ao longo tempo e existe uma defasagem entre o esse corte e o efeito na atividade econômica. A menor distância entre a taxa de juros básica e a taxa de juros no corrente que vão vigorar no prazo médio e a preservação dessas conquistas.

Então, o Banco Central considerou que deveria continuar baixando, mas que era uma atitude de boa política monetária diminuir esse ritmo de corte inclusive o Copon colocou com muita clareza no seu comunicado que isso aumentava a probabilidade de haver, de se aumentar à magnitude dos cortes futuros. E é esse um objetivo importante. Em resumo é esse o quadro que eu gostaria de dar a respeito da conjuntura da inflação agora. Espero ter lhe respondido, Sr. Presidente, pelo menos parcialmente as suas dúvidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍSIO MERCADANTE(PT-SP): Seguramente respondeu com muita competência, mas não convenceu. Eu queria só reforçar alguns argumentos para a réplica. Em relação--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA): Embora nós saibamos que é grande oposição do Banco Central é do PT embora o Presidente Lula esteja prestigiando o Presidente do Banco Central eu acho que V. Ex^a. Poderia deixar para que os outros companheiros falassem e V. Ex^a. no final aí responderia com a competência de sempre.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍSIO MERCADANTE(PT-SP): Seguramente nós faremos isso, Presidente. Mas como era autor do Requerimento estabeleci a regra anteriormente. Que era a intervenção e a réplica breve e eu só queria não perder a oportunidade do momento que com certeza vai enriquecer o debate. E ninguém defendeu mais a Diretoria do Banco Central nessa Casa do que eu. Especialmente os momentos mais difíceis. E ninguém defendeu mais esse Governo, quer mais que esse Governo dê certo. Talvez muita gente como eu. Tantos como eu. E o povo, acho que reconheceu esse esforço e trabalho. Agora para dar certo temos que aprimorar alguns instrumentos, sobretudo a política do Banco Central.

SENADOR TASSO GENRO(PT-SP): O que demonstra mais o talento de V. EX^a., defender sem acreditar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍSIO MERCADANTE(PT-SP): Não. Defendendo e acreditando e corrigindo os defeitos que aí estão. É a atitude verdadeira de quem acredita.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com carinho, Presidente Aloizio Mercadante, mas regimentalmente eu lembrava V. Ex^a. que quando o Presidente faz arguição ele normalmente pede ao Vice-Presidente para presidir. Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍSIO MERCADANTE(PT-SP): Seria bom. A dificuldade é encontrar um lugar na Mesa. Mas eu peço que seja providenciado e que o Vice-Presidente esteja presente na Mesa para coordenar a nossa atividade. Muito bem lembrado. Senador Eliseu Resende. Talvez a gente gaste mais tempo pra fazer a coordenação do que se eu tivesse encaminhado a palavra. De qualquer forma... Vamos respeitar. Senta aqui, Ministro. Com a Presidência o nosso Vice-Presidente, Eliseu Resende. Por favor.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE(PFL-MG): Continua a palavra com o Senador Aloizio Mercadante para fazer a réplica à colocação do Presidente do Banco Central lembrando que essa dada à manifestação da platéia de que essa Sessão é uma Sessão que deve contemplar a todos nas questões que trazem a essa Casa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom eu queria primeiro lembrar que apesar do argumento quando faz um balanço histórico do tempo que a inflação esteve acima ou abaixo da meta, nós estamos discutindo o ano de 2006. E durante dez meses esteve abaixo da meta. Tanto a inflação observada e durante nove meses a inflação esperada. Agora eu vou citar alguns Países que foram mencionados. A China, é verdade teve uma inflação de 1,5 e um PIB de 10%. Mas a Indonésia teve uma inflação maior do que o Brasil. 5,6 e um PIB de 8,3. A Malásia teve uma inflação de 3, 8, maior que o Brasil e um PIB de 5,5, bem maior do que o Brasil. A Tailândia teve uma inflação maior do que do Brasil 4,9 e um PIB de 4,5. A Argentina teve uma inflação de 12, 3, mais de dois dígitos e o PIB de 8. O Chile teve uma inflação de 3,5 e PIB de 5, 2, maior que o Brasil. A Colômbia 4,7 de inflação, maior do que o Brasil. O Equador 3, 2, maior que o Brasil, o México 3, 5, maior que o Brasil. O Uruguai 5, 9, maior que o Brasil. A Venezuela 2, 1, PIB de 7,5 maior que o Brasil. A Austrália 3,5 com PIB 3,1 maior que o Brasil. A Nova Zelândia 3, 8, PIB de 1, 3, maior que o Brasil, a África do Sul 4,6 e o PIB 4,2. De regra a inflação mundial está acima do Brasil. A inflação dos Países emergentes bem acima do Brasil. Mas o PIB dos outros Países acima do Brasil. E a taxa de juros do Brasil continua sendo a taxa de juros real a maior da economia internacional. Essa é a discussão que esse País tem que fazer. Agora, ninguém está pedindo que

fique no intervalo acima da meta. O que está se pedindo é que não fique tanto tempo tão abaixo da meta. Da meta esperada, enfim, da projeção do mercado para os próximos dois anos. E para que não haja uma arbitragem de juros tão acentuada que agrava a apreciação do câmbio, força compra de reserva e pressiona ainda mais a nossa política fiscal que é o elemento central para a sustentabilidade do crescimento.

Então, o argumento fundamental é que há espaço. E quando há um choque favorável do ponto de vista da queda da inflação, significa que há espaço para a queda da taxa de juros. Então eu vejo que esse é o debate que eu espero que possa crescer hoje nessa Comissão e seguramente a intervenção dos demais Senadores vai ajudar muito para que a gente possa sentir a percepção de todos os partidos, os diversos mandatos.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Presidente, o segredo, como nós sabemos na economia e como na vida e como na ciência observando-se os dados as conclusões que nós tiramos. Em primeiro lugar, nós já mostramos aqui que na maior parte dos Países, 55% dos Países emergentes e dos Países industrializados a inflação fica abaixo da meta. O fato é que no Brasil a maior parte do tempo a inflação fica acima do centro. Portanto, se na maior parte do tempo a inflação fica abaixo do centro, na maior parte dos Países isso mostra que isso não é algo inusitado ou errado ou algo que contraria... Ou é algo que se poderia tentar corrigir. Não. O Banco Central sempre mirou o centro e a inflação oscila, órbita ao redor do centro acima e a abaixo dependendo da evolução dos choques externos.

Então essa o primeiro dado importante. O segundo dado importante é de que essas inflações citadas podem estar um pouco acima, um pouco baixo da inflação brasileira, muitas estão abaixo, muitas estão acima, mas estão em linha com o patamar de inflação que o Brasil está. E isso que é o dado importante. E o Brasil tem uma meta de inflação, dizendo mais uma vez que está um pouco acima da média de todos esses Países. Terceiro. Estes Países que têm inflação acima ou pouco abaixo da inflação recente do Brasil no passado, mas que todos da inflação abaixo da brasileira nos últimos anos, são Países que por razões diversas estão crescendo mais do que o Brasil. E inclusive e principalmente aqueles que têm inflação abaixo do que da brasileira. O exemplo da China, Coréia. Nós não precisamos problemáticos. Vamos buscar China, vamos buscar Coréia, vamos buscar Cingapura, Chile... E esses Países têm inflação definitivamente mais baixa que a brasileira e estão crescendo mais. O que significa o quê? Que não é o problema do Brasil não é

a inflação. E muito menos a inflação baixa. O problema do Brasil são outros que são sendo discutidos nessa Casa e que estarão sendo discutidos pelo PAC etc. É só isso. Obrigado.

SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE(PFL-MG): Eu devolvo a Presidência dos trabalhos ao Senador Aloizio Mercadante que vai dar sequência agora ao debate com os inscritos, a lista aqui é bastante ampla, de forma que essa organização das perguntas e das respostas tem que ser feita olhando principalmente a possibilidade dos Senadores participarem equitativamente desse debate.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O próximo inscrito é o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Obrigado, Sr. Presidente. E vou usar menos que os 17 minutos que V. Ex^a. Brilhantemente despendeu na inquirição ao Banco Central. Mas eu tenho, Sr. Presidente, Henrique Meirelles, a idéia muito clara de que não tem muito que se inventar nesse campo. Eu comentava com o Presidente do meu partido, Senador Tasso Jereissati que o admirável Secretário de Fazenda Mário Covas professor Nacano, uma vez só abriu sua boca para falar sobre controle de capitais. Quase que a campanha do meu candidato à Presidência da República naquele momento fecha para balanço. Ou seja, eu não vejo como se mudar em relação ao que tem sido feito por esta direção, tanto quanto eu me referiria à gestão do professor Armínio Fraga. Eu creio que não é hora para brincarmos. A bolsa da China caiu hoje 9%. Os primeiros 20 minutos a bolsa no Brasil caiu 4.2%. O Risco Brasil subiu 5.5% o real sofrendo uma desvalorização substancial. As taxas de reservas de sacrifício custado ao nosso País não foram bastante para mostrar uma couraça de invulnerabilidade. Eu sou a favor com nitidez da independência do Banco Central. Com nitidez. Eu percebo que é muito fácil jogar nas costas do Banco Central o ônus de uma crise que vem da inércia do Governo, da falta de capacidade operacional do Governo, a falta de capacidade do Governo que entregar as mercadorias que promete à sociedade.

Prometeu alguém do nordeste interessa, outro não interessa, mas prometeu a transposição das águas do São Francisco e não fez. Prometeu melhorar a segurança pública e a situação se deteriorou. Os níveis de educação, aí está o ENEN, mostram um retrocesso. A saúde evidencia um retrocesso. Aqui ressuscitamos a SUDAM e a SUDENE e não foram implementadas essas duas possibilidades de desenvolvimento.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Não foi implementada, mas... Desculpe Presidente, mas essa informação é importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O aparte não é permitido, mas V. Ex^a. sempre será tratado com deferência na Comissão.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Obrigado, é que a SUDENE não foi implementada, mas a semana passada foi criada só pra sua informação, o serviço nacional de informação SNI de desenvolvimento regional que realmente deve repor essa lacuna.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Eu espero que sem tortura. Eu espero que dessa vez sem tortura. Mas então a oferta de energia elétrica não foi aumentada nesse País. Inaugurou-se cosmeticamente aqui e acolá que o estava praticamente feito do governo passado. Ou seja, nesse Governo só quem entregou a mercadoria prometida foi o Banco Central. Só o Banco Central entregou a mercadoria prometida que era a inflação abaixo da meta ou no centro da meta ou ligeiramente acima da meta entregou a mercadoria. Ou seja, eu vou lhe dizer Presidente Meirelles, eu não vejo futuro para a V. S^a e sua equipe nesse Governo. Eu percebo nitidamente rumos de mudança. Com clareza. Percebo que a qualquer momento o ilustre economista Paulo Nogueira Baptista, primeiro ocupa o lugar do Benvillaqua e depois o seu. Eu estou sentindo que é por aí. Eu estou sentindo que a coisa vai marchar nesse rumo. Eu vou dar mais alguns dados. Nós temos aqui a Dr^a. Ministra Dilma Russef--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

-- Não aí cresce. Aí baixa juros de uma vez só e o Brasil vai crescer... Cinco é pouco. Vai crescer 8% ao ano.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Você vê que a oposição quer derrubá-lo, Ministro. Eu estou aqui na base do Governo querendo sustentá-lo. Embora queira fazer mudanças na política monetária.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Então, Presidente, eu queria dar mais alguns dados aqui, a Ministra Dilma Russef disse à dirigente do partido, segundo a Folha de São Paulo do último dia 15 que a crítica pública que o PT fazia ao Banco Central correspondia à avaliação do Presidente Lula. E que o Presidente iria avaliar e aprovar os novos nomes para a Diretoria do Banco Central. Ou seja, o Banco Central perderia aquilo que de alguns anos para cá e durante os quatro anos do Presidente Lula significava a sua independência. Nós estamos vivendo um clima grave, um quadro grave. Grispo(F) fala em recessão americana, mas é mais provável que nós tenhamos no mínimo a desaceleração. Ou com certeza a desaceleração.

Eu diria mais, nós estamos vendo os jornais especularem sobre a possível queda da Diretoria do Banco Central, Dr. Afonso Bevilaqua e significaria sem dúvida alguma substituição operar alguém diferente. Eu vou mais além. Considero tanto quanto Maurício da Nóbrega o faz, estranho, no mínimo estranho que se o Governo tem uma determinada política monetária escolha para representá-lo no Fundo Monetário Internacional ou alguém que pense absolutamente em contradição com a política monetária que é exercido para esse Governo. Ou seja, se quer ser coerente, ou não se indica Nogueira Batista para essa posição ou se altera como ele gostaria de ver alterada a política monetária do Governo.

O fato é que nós estamos vendo o jornal Valor Econômico de hoje, 27/02, publicando que "Estrangeiro aposta contra o Banco Central". Ou seja, aposta seria de que vai haver mudança profunda no Banco Central. Com todos os reflexos que se possa trazer. Para alguns, reflexos maravilhosos. E nós vamos ver o nirvana. Eu espero que sem droga. Mas o Nirvana. Para outros, sem dúvida alguma problemas, e eu me perfilo entre eles que acreditam problemas que refletirão em mais inflação em praticamente nenhum crescimento econômico a mais. Não foi a toa que após o anúncio desse programa de aceleração do crescimento que é expansionista sem necessariamente do ponto de vista fiscal, sem necessariamente ele significar crescimento econômico a mais substancial, eu não vejo que seja por aí. Eu vejo antes que medidas que aqui tomamos, algumas iniciativas do Presidente Lula, por exemplo, nós apressarmos a votação da lei... Da Lei Geral de micro e pequena empresa, nós temos aqui aprovada a Lei de Falências... Essas tentativas de reforma micro econômica antes elas poderão significar um crescimento a mais do que os 3,5% nos quais eu creio para este ano de 2007.

E acredito que estejamos ainda maturando o processo de reforma estruturais que vinham dos oito anos do Presidente Fernando Henrique somados pouca reforma estrutural no Governo do Presidente Lula. Mas eu acredito mais nessa combinação de reforma macroeconômica do passado com alguma reforma microeconômica do passado e presente para explicarem um eventual crescimento a mais, muito mais isso do que o PAC. Coincidência ou não, anuncia-se o PAC e o Banco Central reduz de 0,5 para 0,25 o ritmo de redução da Taxa Selic. O meu prezado amigo e querido amigo mesmo, Senador Aloizio Mercadante falava do conservadorismo do Banco Central. Eu tenho aqui o hábito de gostar muito do Aloizio e discordar muito do Aloizio. Embora nós concordemos quando se trata da questão democrática, quando se trata do amor pelo

País. Ele ama de um jeito e eu amo de outro, mas amamos apaixonadamente o Brasil. Ele fala Banco Central conservador. Eu não consigo imaginar o Banco Central que não o seja. Se quiser exemplo de dois bancos centrais prafrentex, pra eu falar uma palavra que é lá dos anos 50 eu vou citar o da Venezuela e da Argentina, inflação dois dígitos da Argentina e de 20% da Venezuela. E a coisa só não deglingola de vez em função do petróleo que é um bem natural não renovável que está sendo desperdiçado e que agora vai a segundo plano necessariamente diante da constatação de que a catástrofe ecológica para ser evitada exige que nós passemos a usar primeiro com mais parcimônia e depois não usar o petróleo.

Portanto eu não tenho na verdade Presidente Meireles, perguntas a fazer. Eu tenho a registrar que neste Governo funciona sim um setor a meu ver bem que é o Banco Central presidido por V. Ex^a. e Assessorado que está por uma Diretoria do melhor calibre. Eu tenho restrições ao resto do Governo. Eu pergunto onde estão as obras? Onde estão as estradas? Eu pergunto onde estão as grandes obras de infra-estrutura? Eu pergunto o que se fez para transformar a vida física desses países tempo todo? Outro dia viajei com o Presidente Lula dos funerais do Senador Ramez Tebet para cá e disse a ele o que repito aqui a V. Ex^a. Presidente, V. Ex^a. Deve muito mais a meu ver e permita-me dar-lhe a minha modestíssima opinião. Deve muito mais a sua eleição ao Banco Central do que ao Bolsa Família, embora o Bolsa Família tenha ajudado muito. Você deve mais ao Banco Central do que o Bolsa Família. Despendi esse argumento. Ou seja, é muito mais fácil se imaginar que num abrir e fechar de olhos se baixa a taxa de juros sem consequência inflacionárias. É muito fácil imaginar que se resolve a questão econômica brasileira baixando taxas de juros, como se o México tivesse taxas de juros bastante aceitáveis e não tivesse ao mesmo tempo o crescimento medíocre que apresenta embora com inflação baixa, como baixa é a inflação brasileira.

Portanto mais uma vez sou obrigado aqui a contra gosto, Aloizio, assumir aqui a liderança do Governo nesse momento e passar pra você momentaneamente oposição de tarde a gente volta a trocar os papéis no Plenário, mas lhe dizer que eu não vejo. Pra mim será um gesto de insensatez se mantiver essa tese que separa os brasileiros entre desenvolvimentistas bonzinhos, coração mole, pessoas tão boas, dinâmicas, que amam o País e aqueles monetaristas, aqueles perversos, aqueles que a gente não pode deixar um filhinho menor, porque eles estrangulam a nossa criança. Ou seja, esse simplismo, essa simploriedade, esse reducionismo não nos levará a bom termo. E o Presidente

Lula mal começa o seu mandato. Mal começa o seu mandato. Tomara que ele não chore lágrimas amargas se ele ouvir alguns de seus conselheiros e não ouvir a voz desinteressada e interessada no centro do Brasil, desinteressada e tão desinteressada que o poder fazendo coro com a baixa dos juros. Eu poderia estar fazendo coro com o populismo monetário. Eu poderia estar fazendo coro com tudo aquilo que ao final me colocaria simpático diante da opinião pública. Mas eu prefiro exercitar aquilo que eu chamo de uma oposição diferente. Não quero a desgraça do País para me credenciar retornar ao poder. Eu quero retornar ao poder se as pessoas perceberem que eu sou uma opção melhor do que a que está aí. Ruim. Eu quero que a minha signifique algo melhor. Portanto eu não tenho pergunta a não ser dizer que acredito que seu trabalho é positivo para o País.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente Henrique Meirelles, eu só quero essa defesa seguramente acho que expressa o sentimento geral.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não. Acho que o melhor do discurso dele foram os elogios. Se juntar os elogios dele todo com as correções que temos a fazer seguramente nós vamos chegar ao Nirvana que ele tanto espera. Com a palavra o Presidente do Banco Central.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Eu agradeço em primeiro lugar ao Senador e a avaliação sobre o trabalho do Banco Central e em segundo lugar eu diria que de fato nós não podemos pautar uma política baseada em situações favoráveis do ciclo econômico, ou digamos situações transitórias. E talvez que o esteja acontecendo nas últimas horas nos mercados mundiais, seja um aviso de fato para que nós tenhamos prudência. Ou tenhamos nas palavras do Banco Central, parcimônia. Não é verdade? Por exemplo, apenas para dar alguns dados mais recentes a esse respeito, o Risco Brasil hoje de fato já subindo, o Ibovespa caindo 4,53%, o Real já a 2,11 subindo, a bolsa de Shanghai caiu durante a noite nossa, o dia de hoje e Shanghai 9%, Nasdaq já abriu caindo 1,9, bolsa de Londres caindo 2,43, a bolsa do México caindo 4,5, a bolsa de Buenos Aires caindo 2,3. E as moedas dos emergentes começando a sofrer e um aumento da chamada aversão a risco.

Isto é, nós não sabemos se é um fenômeno prolongado, nós não sabemos se o dia vai terminar assim, não sabemos como será amanhã. Mas acho que é de fato um aviso de que nós não podemos basear política econômica em dados de euforia momentânea.

Nós temos que fazer uma política que seja sustentável a médio prazo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Fernando Collor não está presente. Senador Garibaldi Alves, não está presente. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, vou fazer uma pergunta objetiva que parece ingênua, mas é que as pessoas perguntam para um Senador na rua e muitas vezes fica difícil para quem não tem o conhecimento de economia que tem o Presidente da Comissão, um Senador responder essas perguntas. Ocorre o seguinte, que nos últimos meses, há uma tendência dos especialistas analisando a política de câmbio do Brasil, alguns deles afirmando que o dólar pode ter um valor abaixo de dois reais já no meio deste ano. 1,90 é um número que sai com mais frequência na imprensa.

A pergunta que eu faço é, apesar de todo o esforço que vem sendo feito pelo Banco Central e isso está resultando nesse crescimento da reserva que chega essa semana a 100 bilhões, se o Banco Central já avaliou o que vai significar isso para o setor produtivo nacional, para a balança comercial que no ano passado atingiu um saldo de 46 bilhões e este ano deve ficar até um pouco acima disso, até porque há um cenário muito diferente para o commodities, o mercado mundial está apontando fatores positivos que nós teremos preços melhores do que tivemos no ano em que passou. No entanto, se nós tivermos realmente a consolidação deste fato, o dólar cair abaixo de dois reais, que impacto teria isso para a economia brasileira, para o setor produtivo e para a geração de empregos? Todos evidentemente são dependentes um do outro.

Eu converso com cooperativistas, com empresários do setor rural, com empresários da agroindústria. E há aqueles que estão satisfeitos porque estão importando. Mas aqueles que estão exportando já sentem dificuldades na competição. A competitividade está caindo e se essa barreira dos dois reais foi rompida, há aqueles que temem que poderão sair inclusive do mercado. Então a pergunta que eu faço é se o Banco Central junto com o Governo já avaliaram as consequências que ocorrerão em função deste... Da consolidação de uma notícia como essa? E se o Banco Central acredita que ela pode ocorrer?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Eu vou começar com a última parte da sua pergunta, Senador. Em primeiro lugar, sim, o Banco Central e o Governo estão evidentemente o tempo todo avaliando esses fatores. Maior seriedade e com a maior responsabilidade de interesse. Não há dúvida.

Agora eu vou responder a última frase da sua pergunta sobre a questão de previsão de Banco Central sobre taxa de câmbio. Eu vou me recordar, tomar a liberdade, com a devida autorização de S. Ex^a, de citar um jantar que eu tive de Presidentes de Banco Central pouco depois que eu assumi essa posição aqui no Brasil, no exterior. Existe uma série de ex-presidentes do Banco Central muitos deles muito experientes. E um dos mais, talvez o mais experiente de todos, o mais consagrado, inclusive, fez uma pergunta. Virou para os demais Presidentes do Banco Central e disse: Para que existem os câmbios flutuantes? Para que existem os mercados de câmbio? Qual a finalidade de fazer isso? E aí cada Presidente de Banco Central fez a sua teorização, sobre as vantagens do câmbio flutuante, mercado de câmbio etc., e no final como era um jantar ele se permitiu uma liberdade e disse: Não eu acho que os mercados de câmbio e câmbio flutuante existem para manter os Bancos Centrais humildes. E elaborou a respeito dizendo... Elaborando uma série de erros de previsão de analistas de bancos centrais e de mercados sobre taxa de câmbio. E a tese que ele defendia é que isso é uma tarefa inglória e normalmente conduz a erros tentar prever a evolução dos mercados de câmbio pelas altas volatilidades existentes.

Imagina o Senhor quem poderia prever a três anos atrás que o real estaria onde está e que esta alta comercial brasileira estaria ainda em 45 bilhões de dólares e que as exportações estivessem onde estão. Resumindo, é um dos fenômenos da maior previsibilidade da economia. Em dito isso, o Senhor tem razão quando diz que muitos agentes de mercado estavam apostando numa possível apreciação posterior do Real. No entanto eu acredito que os fenômenos que estão acontecendo nos mercados mundiais a partir da noite passada e a partir do dia de hoje que era a nossa noite na Ásia e agora na Europa nos Estados Unidos e no Brasil, é uma boa lembrança, Senador, aos mercados e às vezes os mercados precisam ser lembrados disso de que as taxas se movem em duas direções. E que apostas são feitas em duas direções. Que ganhos e perdas podem ser feitas em duas direções. Não existem movimentos unilaterais. E que essas apostas se existem podem estar erradas e gerarão prejuízos consideráveis para aqueles que apostarem.

Não sabemos francamente qual é a evolução desses mercados. Nós não usamos no Brasil como não é hoje usado na grande maioria dos Países do mundo, o sistema de metas de câmbio. Nós usamos sistemas de meta de inflação. E, portanto o Brasil como outros País já tentaram controlar a taxa de câmbio. Mas isso tem se revelado muito custoso ou em alguns casos praticamente inviável na maioria dos Países.

Então, é importante que nós tenhamos as condições básicas da economia funcionando bem, tenhamos os mercados funcionando bem e o Banco Central atuando como o faz para prevenir distorções de mercado, distorções de fluxo, distorções de formação de preço, como qualquer Banco Central do mundo, ao mesmo tempo em que o Banco Central faz acumulação de reservas, melhora os indicadores básicos do País de maneira que a economia do País esteja mais saudável e que possa, portanto fazer uma continuação na sua trajetória. Agora, os Bancos Centrais que tentaram no passado fazer política macro econômica olhando para setores específicos por mais importantes e sérios que fossem esses setores foram Bancos Centrais e Países que tiveram problemas importantes, inclusive o Brasil. O que eu quero dizer é o seguinte: Vamos aguardar a evolução dos fatos é um pouco prematuro para que nós tenhamos aqui previsões muito dramáticas sobre evoluções da taxa de câmbio. As pessoas apostam e as pessoas perdem também. É basicamente isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria passar a palavra agora ao Senador Renato Casagrande, não estando, Senador Eduardo Suplicy.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Quem me fez a proposta de rodízio é da Mesa. Então...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Lógico que houve a alternância. Terminado Arthur Virgílio, Osmar Dias. Osmar Dias não faz parte de nenhum dos blocos. E alternância e o critério aqui não é por base ou oposição. Muito menos pela argumentação. Nós vimos aqui. Senão só falou a base do Governo até agora. Também alternância por partidos. É o partido...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente... O PFL, aqui cinco Senadores da República, seis por sinal, também tem o direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tem sim, mas o problema é que o PFL, o primeiro inscrito do PFL foi o Senador Raimundo Colombo. Mas ele só se inscreveu em 12º lugar. Então é uma alternância de partidos e é um respeito à ordem de inscrição.

Então, quem me dá essa ordem é a Mesa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, mas da forma que falou o Senador Arthur Virgílio ele falou

pela base do Governo. E o Presidente da Comissão falou pela oposição. Então está tudo certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Suplicy, depois Senador Francisco Dornelles e depois Raimundo Colombo.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, senhores diretores do Banco Central. No último sábado eu tive a oportunidade no almoço da Associação Leste de Economista americanos, de dialogar com o Prêmio Nobel de economia Joseph Stiglitz, que esteve no Brasil há pouco mais de ano, inclusive aqui no Senado e ele perguntou-me a respeito de como é que estava a situação da economia brasileira, se o povo brasileiro estava preocupado com taxas de crescimento ainda tão baixas e se o Banco Central ainda continuava com uma política muito conservadora no que diz respeito aos juros. E eu justamente falei que teria a oportunidade hoje de estar os argüindo.

Queria lhe dizer, Presidente Henrique Meirelles, que ainda em julho último, juntamente com outros Senadores que estiveram também, eu pude visitar a China 30 anos depois e obviamente uma das coisas que mais impressionou foi a demonstração de que lá está se podendo compatibilizar o objetivo de crescimento com taxa baixa de inflação e com uma taxa de juros também bastante baixa. Em 2007, pelos dados oficiais publicados na última semana pelo Daily China, cresceu a economia chinesa 10,7%. A taxa de inflação foi ali dada na primeira página como taxa oficial, próxima de 2,2 e a taxa de juros tem estado por volta de 2,2%. Obviamente as instituições da China são bem diferentes das nossas. Alguns aspectos da democracia brasileira hoje que felizmente eu jamais eu trocaria por alguns aspectos das instituições chinesas. Mas do ponto de vista da economia, claro que há algumas coisas que nós podemos estar estudando, aprendendo com eles, assim como vice-versa.

Na última reunião do Copon, foi dito que cinco dos diretores expressaram cinco que deveria ter uma diminuição de 0,25 e três que deveria haver de desde setembro de 2005, 19,5% o que considero muito positivo a tendência de declínio. Mas será que não seria interessante que na Ata do Copon, além de se anunciar isso também se explicitasse as relações dos três que votaram de uma maneira e dos cinco que votaram de outra? Ressalto que, por exemplo nas Atas de reuniões do Banco Central do reunindo, nas Atas de reuniões das autoridades norte americanas, para citar dois exemplos, há a explicitação de por que é que uns votaram de uma maneira, por que é que outros votaram de outra. Bem verdade que nesta mesma Ata que tenho procurado sempre ler com atenção está

dito ao final que todos avaliaram que da próxima vez deverá haver maior parcimônia. Eu gostaria de pedir a explicação o que significa isso? Que por acaso os sete ou oito diretores do Banco Central serão tão parcimoniosos e irão parar com a diminuição da taxa de juros? É este o significado que deveremos dar àquela expressão? Um sintoma que a política monetária poderá estar apertada demais, não seria justamente a taxa de crescimento da economia ainda bastante baixa em relação ao potencial histórico da economia brasileira? O fato também de estar havendo uma valorização do Real em relação ao Dólar além daquilo que seria saudável conforme muitos produtores agrícolas como o Senador Osmar Dias ainda há pouco mencionou, no que diz respeito aos *spreads* bancários, as taxas cobradas pelos Bancos no segmento livre de mercado de crédito continuam muito altos. Estão entre as mais altas do mundo: Esse *spread* bancário, ou seja, a diferença entre taxa de crédito e de captação dos Bancos ela está dentre as mais altas do mundo. A que fatores, Presidente Henrique Meirelles atribui a esses *spreads* tão altos?

O Banco Central produziu uma análise recente para identificar as causas mais importantes dessa anomalia e o que vem fazendo o Banco Central, pretende fazer para diminuir estes *spreads*? Finalmente, no que diz respeito ao custo das intervenções no mercado de câmbio, como é que o Banco Central estima o custo das intervenções de compra no mercado de câmbio? Qual o custo anual de estar se acumulando reservas da ordem hoje de 100 bilhões que constitui obviamente um fator importante de segurança e para fortalecer a posição internacional da economia? Mas a compra de reservas se de um lado tem evitado uma valorização ainda maior do Real, que o é importante para evitar prejuízos nas contas externas e para o crescimento do PIB, mas tem um lado que é o quanto custa uma vez que o nível de juros básicos que o próprio Banco Central julga necessários para o fim de controle da inflação faz com que o Banco Central ou o tesouro, ao adquirirem a oferta excedente de moeda estrangeira em determinados momentos e esterilizem o impacto monetário interno com emissão de títulos federais que carregam as taxas mais altas do mundo em termos reais.

Então, pelas reservas compradas, recebemos taxas modestas que vigoram nos mercados financeiros internacionais. E a diferença entre essas taxas acaba acarretando um custo para o Banco Central e o Governo Brasileiro. Qual tem sido essa diferença em média, qual é a média de rendimento das reservas? Sr. Presidente Henrique Meirelles, quero dizer que avalio como muito positiva esta tendência de diminuição das taxa

de juros. É muito positivo se enxergar o quadro geral da macro economia brasileira hoje na medida em que as condições me parecem propícias para que possa o Brasil ter um quadriênio, não apenas este ano, mas esses próximos quatro anos com taxas de crescimento muito melhores em virtude do arranjo a que as autoridades monetárias contribuindo significativamente para termos hoje.

Mas avalio que é adequado pelas razões colocadas que possa o Copon estar caminhando na direção da diminuição das taxa de juros nas suas próximas reuniões e daí porque a minha preocupação de perguntar qual é o sentido da palavra parcimônia?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Evidente que isso vai depender da evolução dessa turbulência financeira que esperamos ser passageira. De qualquer forma, Presidente Henrique Meirelles.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Em primeiro lugar, Senador, o Senhor mencionou--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA): Para facilitar. Talvez não fosse mais importante V. Ex^a. dar a palavra aos Senadores três e depois o Presidente Henrique Meirelles...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Acabei de falar isso como sugestão. Se fizesse em bloco, a gente democratiza melhor o tempo...Ainda mais que num dia como hoje, o Presidente do Banco Central deve voltar as suas funções. Eu acho que se tem entendimento nessa linha, nós vamos acompanhar.

Então, agora é o Senador Francisco Dornelles e em seguida Raimundo Colombo.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a. pela exposição. E eu queria levantar a seguinte questão. Com a redução de taxa de juros, é possível com o superávit primário menor manter o mesmo déficit nominal. Agora especificamente três questões quero fazer a V. Ex^a. Se o Governo aplicasse toda a economia que ele vai fazer com a redução da taxa de juros, num programa de investimento, quais os reflexos dessa política em relação ao crescimento e a pressão inflacionária? A segunda pergunta que eu faço é o seguinte: Isso, lógico, mandadas as condições externas. Ou seja, saldo comercial, saldo em contas correntes. A segunda pergunta, dentro do quadro atual, com a atual redução de taxa de juros com a perspectiva de redução anunciada, com o superávit primário de 3% era possível atingir a um déficit nominal de 2 a 3%. Qual é o inconveniente do País trabalhar ou conviver com déficit nominal de 2 a 3%? A terceira questão, sempre mantendo a situação de uma queda de taxa de juros sua prospecção, qual

seria com o superávit primário de 3%, seria possível manter a relação dívida pública-PIB em torno de 49, 50%? Qual o inconveniente do País conviver com uma relação de dívida pública PIB de 49, 50%? São essas questões que eu queria apresentar V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a objetividade e contribui muito para que todos possam falar. Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Quero cumprimentar o Senador Aloizio, nosso Presidente, o Presidente do Banco Central, todos os Senadores e eu estou estreando no Senado realmente me surpreende um pouco a oposição defendendo o Governo, pelo menos compreendendo e o Governo atacando a gerência do Banco Central. Só o Banco Central. Ainda bem. Mas a minha posição também vai nessa linha. Eu tenho simpatia, acho que o Presidente do Banco Central praticou um gesto de coragem quando eleito por um partido de oposição aceitou uma missão que tenho certeza não em nome do Governo, mas em nome do Estado Brasileiro, do povo brasileiro. Isso credencia e faz com que esse clima se esse respeito.

E naquele momento o Senhor colocou quando aceitou uma pré-condição, que o Banco Central fosse independente. Isso foi o que a imprensa divulgou e eu entendi isso como uma coisa muito positiva. E é que desejo. A partir daí a gente viu algumas declarações vice-presidente da República questionando sempre a taxa de juros, não é a posição dele, mas sem dúvida, não é sem dúvida fácil de fazer. Depois uma coisa que me desagradou, aquele ato indelicado do Ministro Mantega numa reunião pública, que de certa forma pegou mal pra todo mundo e muito desagradável. E o Presidente também não deixa claro a nova equipe do Governo, nós já estamos chegando em março, isso dá uma insegurança para todo mundo.

A gente tem um cenário favorável na economia mundial, um cenário de segurança, eu acho que depois da segunda guerra mundial que é o período de maior prosperidade de economia no mundo, o Brasil têm se beneficiado, não quanto se desejaria. Acho que nós estamos crescendo abaixo do que poderíamos e do que deveríamos, mas Presidente, objetivamente, o Senhor vai amolecer na luta em favor da independência do Banco Central ou o Senhor vai jogar duro e vai ajudar para que o País tenha essa coisa que me parece fundamental? Essa é a minha pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a brevidade competente da estréia muito positiva. Queria, Senador João Tenório com a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Henrique Meirelles, a independência do Banco Central tem mostrado que durante os últimos 20 anos principalmente, que foi, que é e tem sido um procedimento que tem levado a inflação deixar de ser uma coisa crônica e brutal que aconteceu durante os períodos anteriores. Tanto isso é verdade que hoje nós estamos discutindo aqui a variação da meta se é meio, se é 03, se é 04... Isso parece, para quem conviveu com inflação de 20% ao mês, 30% ao mês, parece um preciosismo.

Então, na verdade isso prova claramente que a independência do Banco Central, um pouco mais em alguns Países, um pouco menos em outros Países, mas de fato foi a grande solução encontrada pelo mundo principalmente nos Países em desenvolvimento para resolver essa questão crônica e dos processos inflacionários.

Eu concordo plenamente com alguns companheiros que usaram da palavra anteriormente no que diz respeito à questão de focar a culpa e a responsabilidade do estabelecimento de taxa de juros às vezes aparentemente exorbitante, tem sido, é verdade. Mas me parece que o que tem acontecido com o Banco Central é o seguinte: É dada uma missão ao Banco Central. A missão ao Banco Central é o seguinte: Olha eu quero que o Banco Central mantenha a inflação na meta inflacionária. Então o Governo diz para o Banco Central 4, 5, 3, 5, o que for. Agora eu quero continuar gastando da maneira que eu gasto. Eu não quero ter nenhuma redução no meu conforto, porque gastar muito em Governo sabe principalmente aqueles que foram executivos do Governo, é muito confortável. É muito bom.

Então, a encomenda que é dada ao Banco Central é o seguinte: Olha, eu quero continuar gastando muito e quero, entretanto que o Banco Central mantenha a inflação controlada. E mais uma coisa, só lhe dou uma arma. Ao Banco Central só é dada uma arma que é taxa de juros. Então o Banco Central tem uma arma que é a taxa de juros, o Governo diz: eu quero continuar no conforto, que é o gastar muito; então me parece que essa culpa que se dá ao Banco Central dessa política de estabelecimento de juros acima daquilo que seria razoável é uma coisa que na minha avaliação não está muito correta. E mais, agora mesmo o Banco Central foi responsabilizado o Presidente chamou atenção com muita contundência de ter reduzido a taxa de juros em apenas 0,25% no momento que aparentemente todos os fatores presentes e futuros estão favoráveis. Só que o barco do Dr. Meireles, ele tem um retrovisor.

Então, ao olhar para o retrovisor ele vê o desarranjo que está lá atrás. A manutenção dos arranjos. O

mar para frente está calmo, mas o mar para trás não está. O que significa isso? Que a ganância continua, que o desequilíbrio que falta de ordenamento fiscal mais continente continua e daí porque o Presidente Meireles também olha pelo o retrovisor. Tudo bem, daqui para frente às coisas estão calmas, tranquilas. E nós estamos andando num mar de... Não no mar de brigadeiro, seria. No mar de Almirante. É o meu absoluto desconhecimento do ranking da posição--

[pronunciamento fora do microfone].

Então, na verdade eu acho que o Banco Central tem tido um comportamento absolutamente coerente com a missão que ele recebeu. A missão é essa. Controla a inflação a qualquer custo. Então a primeira pergunta é o seguinte: Presidente Meireles, V. Ex^a. como toda a Diretoria do Banco Central, por esse comportamento absolutamente coerente, firme, adquiriu um prestígio nos meios financeiros internacionais e nacionais muito grande. Ou seja, adquiriu uma musculatura política e administrativa muito importante. Será que não seria a hora, Presidente, de estabelecer essa via que tem uma mão única, ou seja, a ordem do Governo para o Banco Central para dizer: Banco Central esqueça a relação causa e efeitos. Eu quero que você controle a inflação a qualquer custo. E criar uma via de mão dupla, onde o Banco Central também tivesse algum tipo de ingerência de interferência na causa geradora do processo inflacionário.

Então, o Banco Central usaria do seu prestígio adquirido por esse comportamento absolutamente coerente e firme, para tentar influir nessas ganâncias do governo que geram em primeiríssimo lugar, a necessidade de taxa de juros extremamente elevadas e em segundo lugar também extremamente danoso e deletério para a economia nacional, taxa apreciação do câmbio absolutamente insustentável como foi dito aqui pelo Senador Osmar Dias para todas as atividades brasileiras, particularmente aquelas que vivem fundamentalmente de exportação. Então, essa é a primeira questão. Por que não criar essa via onde houvesse um *feedback* do Banco Central em termos concretos, não em termos de informação apenas no sentido de balizar o comportamento fiscal do Governo?

E a segunda questão que foi levantada aqui pelo Senador Suplicy, que é a questão do *spread* bancário. Eu sempre vi a seguinte explicação para o *spread* bancário. Se a taxa de juros primária do Brasil alguma coisa que incomoda, a taxa de juros na ponta é algo incompreensível totalmente. E a grande explicação que é dada pelo sistema financeiro e às vezes muito pelo Governo é que dentro desse *spread* está embutido a Cunha fiscal e a questão da inadimplência. É essa a explicação que normalmente é dado para a situação.

Ora, se fosse verdade, na sua totalidade, os Bancos não estariam apresentando o extraordinário resultado econômico de lucro que tem dado.

Então, das duas uma: Ou esse *spread* é excessivo, ou a explicação não é razoável. Porque apesar da Cunha fiscal ser muito elevada, nós sabemos, apesar da inadimplência ser elevada, mas o resultado dos Bancos é extraordinário. Então a Cunha fiscal e a inadimplência não estão conspirando completamente para que seja necessário esse *spread* no tamanho que ele é.

Então a outra questão, Presidente que eu deixaria. Será que não está faltando abrir um pouco esse mercado financeiro? Você vê o Brasil num processo de concentração violento nesse sistema financeiro. O Estados Unidos como o Senhor sabe bem melhor do que eu, tem uma pulverização imensa do sistema financeiro americano, a quantidade de bancos regionais, a quantidade de bancos é muito grande. Aqui nós temos uma concentração imensa. Será que não está faltando competição, um pouco de concorrência nesse sistema para que nós tenhamos de fato um *spread* que meça exatamente, que incorpore a Cunha fiscal, incorpore a inadimplência, mas que garanta ao sistema aos outros sistemas que não financeiro que uma situação mais saudável na economia? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador João Tenório. Próximo inscrito o Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA): Presidente, não desejando ultrapassar o Senador Arthur Virgílio eu cedo a minha palavra ao líder José Agripino.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador José Agripino, por permuta e liderança.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Bom, queria primeiramente agradecer o Senado Antônio Carlos Magalhães pela deferência e cumprimentar o Presidente Mercadante e o vice Eliseu pela prática que está colocada de trazer o Presidente do Banco Central, periodicamente para esse contato salutar com os membros da Comissão de Assuntos Econômicos.

E cumprimentar o Dr. Henrique Meirelles porque ao invés de ele vir só ele veio com o Banco Central inteiro. E parece que aqui estão os mais importantes, pelo menos os mais importantes diretores do Banco Central, hóquei é uma coisa interessante na relação do Poder Executivo com o Poder Legislativo. Essa interação respeitosa. Esse diálogo respeitoso onde o interesse coletivo predomina.

Eu vou procurar ser muito objetivo na minha pergunta, Dr. Henrique, que não é uma pergunta, é uma

preocupação. O câmbio flutuante, na minha opinião, em qualquer democracia moderna, em qualquer economia capitalista moderna, tem que ser meta. O câmbio flutuante no Brasil está sendo praticado e ele tem alguns pressupostos: Quando uma empresa exporta, exporta em Dólar em moeda forte e quem exporta não é o País, é a empresa. Quando o dinheiro entra tem que ser transformado de Dólar ou Euro em Real. Se o Governo tem o dinheiro, usa o dinheiro próprio, se gasta bem, se tem folga de orçamento e não compra dinheiro do mercado.

Às vezes é assim e às vezes não é assim. Mas de qualquer maneira, do ponto de vista da balança comercial, aquilo que se exporta que é ótimo, produz uma pressão de caixa sobre o Banco Central. Esse é o primeiro ponto que está intimamente ligada à questão do câmbio flutuante. Mas há dois pontos que estão intimamente, muito intimamente ligadas ao câmbio flutuante que são a razão fundamental da minha preocupação. É claro que qualquer País deseja ser *investment gread*. Claro. *Investment gread*, Significa País confiável para receber investimentos líquidos de risco de Países que têm sobra de capital. O Brasil busca isso. Busca isso e na minha opinião, por isso é que está estabelecendo controles rígidos de metas de câmbio, comprando Dólar em leilões e comprando com dinheiro aplicado no mercado, comprando com dinheiro que vai buscar no mercado, pagando os 13%.

O Brasil pela taxa de juros que pratica é hoje um fortíssimo atrativo, um fortíssimo País atrator de investimentos de quem tem sobra de capital que ao invés de aplicar 4, 5, 5% na City Londrina ou Wall Street, vem aplicar no Brasil com a garantia de que está emprestando ao Governo Brasileiro com o risco zero e recebendo muito mais do que receberia em Wall Street ou na City Londrina. Muito bem. Para obter o *Investment gread*, o Brasil claro que tem a obrigação de transformar os Dólares de exportação em Reais. Aí não tem o que fazer. Mas está assim caminhando para ir buscar dinheiro no mercado para compra de Dólar para tentar baixar a taxa de câmbio tem feito isso seguidamente e recebe compulsoriamente investimentos que vem de fora e que são aplicados aqui a 12, 5, 13%.

Nós estamos hoje com cem bilhões de dólares por uma dívida de 160 bilhões de dólares. Nós estamos numa posição confortabilíssima. Aí vem a minha preocupação. Para manter esses cem bilhões de dólares empilhados, nós estamos pagando um diferencial, porque esse dinheiro não fica parado. Ele é aplicado certamente em títulos do tesouro americano que são ultraconfiáveis, que devem render 4,5%. Vamos aqui o dinheiro a 13% para aplicar a 4,5 para obter o *Investment gread*. Nós estamos com déficit da ordem de cin-

co bilhões de dólares e aí vem a minha preocupação, Dr. Meirelles, *Investment gread*, você consegue tendo confiabilidade do ponto de vista econômico-financeiro, mas tendo infra-estrutura. Não adianta ser *Investment gread*, e não ter porto para exportar energia para oferecer. E esses cinco bilhões de dólares que o Brasil está pagando para ter a meta de *Investment gread* que podiam estar sendo aplicados em infra-estrutura e que não estão sendo.

Qual é o pensamento do Governo ou de V. Ex^a. com relação a essa questão? *Investment gread* do campo econômico-financeiro versus *Investment gread* defeituoso do ponto de vista da infra-estrutura? Essa é a preocupação que eu tenho, que é matemática, é real e que gostaria aproveitando a honrosa presença de V. Ex^a., gostaria de ter uma explicação ou pelo menos uma perspectiva de futuro para essa questão que eu reputo fulcral.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador José Agripino. Próximo inscrito Senador Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, também vou procurar ser o mais objetivo possível para que essa discussão possa se desenvolver na sua amplitude que nós todos desejamos.

A primeira pergunta que eu faria ao Dr. Henrique Meirelles é sobre a questão da CPMF. A CPMF é tida como um dos piores impostos do Brasil em termos de qualidade. Sabemos que a CPMF é parte explicativa da pergunta feita aqui pelo Senador Tenório, de Alagoas. Ou seja, explica parte da cunha fiscal e dos *spreads* bancários. Este ano o Senado vai decidir sobre a continuação da CPMF. Como o Diretor de política monetária e o Senhor encaram a qualidade de um imposto como o CPMF e especificamente na questão dos juros e como Cunha fiscal e custo do *spread* bancário?

Segunda questão é que o Governo tem tido uma política crescente de segmentar o mercado de crédito com regras específicas para financiamento habitacional, compra de material de construção e isso me parece que é uma tendência crescente. Essas medidas não são inibidoras do funcionamento da política monetária? Não seria melhor uma redução de compulsório, por exemplo, ao invés de aumentar mais ainda a segmentação do mercado de crédito que o Governo vem seguidamente estimulando?

A terceira pergunta é uma pergunta que não foi a meu ver até agora tocada, principalmente na questão do crescimento. O Senador Suplicy, o Senador Mercadante e outros Senadores preocupados com o crescimento que é a grande preocupação que o País tem hoje. Mas eu gostaria que os senhores se pronun-

ciassem sobre ser somente os juros o grande vilão do pouco crescimento. Queria que falasse um pouco da questão fiscal, queria falar sobre a carga tributária crescente que vai chegar a 40% do PIB, como avaliam essas questões e que impacto essas questões têm na questão do crescimento? Porque parece aqui que se o juro for resolvido, se os juros baixar, o País cresce. E essas questões gravíssimas não foram tocadas até este momento.

Depois só uma curiosidade, não é uma pergunta, é uma curiosidade, porque o PAC trabalha com projeção de mercado, com a projeção de crescimento de 5% no ano que vem, 2008. Eu consultei todos os economistas que eu conheço, nenhum faz essa previsão de crescimento de 5%. Eu queria saber se o BACEN bate as previsões do BACEN batem com as previsões, os parâmetros econômicos do PAC? Essa é uma outra pergunta. São essas as perguntas para ser o mais objetivo possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a brevidade e a consistência da intervenção. Agora o Senador Marconi Perillo que era o último inscrito e já tinham sido chamados os outros que não estavam presentes. Mas evidente que nós faremos a deferência, vamos só pedir brevidade porque toda a Diretoria do Banco Central está aqui, mas o Senador Marconi Perillo depois o Senador Fernando Collor e depois o Senador Renato Casagrande e nós encerramos o ciclo das arguições.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Sr. Ministro, Senhores Diretores do Banco Central, Senhores Senadores. Sr. Ministro por tudo que V. Ex^a. Expôs, não resta a mim, dúvida de que o Banco Central cumpriu a meta determinada pelo Conselho Monetário Nacional. Embora ressaltando que o Governo Federal não faz adequadamente o seu dever de casa principal, que é melhorar a qualidade do gasto público. Disso nós todos estamos já fartos de saber. Cabe, portanto ao Banco Central a implementação da meta estabelecida pelo Governo. Depois, não há que se reclamar do Banco Central por ter cumprido a meta. Qualquer parte do mundo os Bancos Centrais devem dar explicações quando não cumprem a meta.

É estranho verificar pessoas reclamando que se cumpriu a meta. O País precisa cada vez mais de instituições, de pessoas, que cumpram os seus compromissos. Estou claro ainda, Sr. Ministro, que há um intervalo de tolerância para cima e para baixo que isso está de acordo com as melhores práticas internacionais de Bancos Centrais. Portanto na minha opinião devemos parabenizar ao Banco Central por cumprir a meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional,

por resistir, Sr. Ministro, às pressões políticas, por resistir a toda sorte de visando simplesmente prestar um serviço que é esperado pelo povo brasileiro.

Além do mais, o Brasil acumula reservas que se aproximam de cem bilhões de dólares. E o Risco Brasil está no nível mais baixo de sua história. Isso mostra que o Banco Central, vossa Diretoria, tem cumprido rigorosamente a sua função. Precisamos, entretanto, Sr. Ministro, que todo o Governo Federal cumpra a sua função. Precisamos que todos os demais órgãos sejam na política fiscal, nas reformas, principalmente nas reformas, na infra-estrutura ou nos investimentos públicos que todo o Governo faça o que é devido, cumpra o seu dever de Casa. Nós vamos permitir que o Banco Central e a discussão sobre juros sejam usados como pretextos para uma falta de ação em outras áreas. É claro, todos nós, sobretudo quem vive num Estado onde o Banco Central depende de políticas macroeconômicas, sobretudo em relação à taxa de juros, é claro que nós aguardamos redução nas taxa de juros. Mas foi mostrado também por V. Ex^a. e claramente que a taxa de juros no Brasil é alta. Mas está caindo. Está caindo forte. E o caminho para continuar caindo será certamente a manutenção de uma política responsável do Banco Central. Isso sim vai fazer com que a taxa de juros continue caindo.

Agora é importante que isso não seja usado como pretexto para que desenvolvimento do País. Não se façam as reformas fundamentais e não se melhore a gestão da máquina pública, sobretudo repito em relação à eficiência do gasto público. Porque é necessário, aliás, determinante para que o Brasil volte a crescer. E, aliás, Sr. Ministro me preocupa muito as notícias de jornal as notícias da imprensa sobre tentativas de junções políticas no Banco Central.

O Banco Central é verdade tem resistente bravamente nos últimos anos a essas junções políticas. A tentativa do aparelhamento dos eleitores do Banco Central, em episódios recentes colaboram com que estou dizendo. E é importante que o Senhor nos assegure que não vai permitir que o Banco Central seja usado politicamente como outros órgãos. É importante que a Nação durma tranqüila, Sr. Ministro, sabendo que o Banco Central continuará seguindo a sua determinação de manter a inflação na meta, de fazer uma conduta técnica e atendendo aos interesses nacionais mais relevantes.

E é, portanto extremamente preocupante o que Lemos nos jornais sobre essas tentativas de pressão política sobre o Banco Central. Mais do que nunca é importante o debate. É importante evidenciar se o debate em relação à necessidade de se garantir a autonomia e a independência do Banco Central.

Estou certo, Sr. Ministro, Sr. Presidente estou seguro de que V. Ex^a. Continuará a conduzir com firmeza essas diretrizes do Banco Central e que com essa própria firmeza que lhe é peculiar, nós vamos ter condições de ver os juros baixarem, claro, muito preocupados com a eficiência do gasto público para que o Brasil possa voltar a crescer, sobretudo o centro-oeste possa crescer com base no agronegócio. Não tenho perguntas a fazer, gostaria apenas de colocar essas considerações para que os Srs. Senadores reflitam sobre a importância de voltarmos a discutir a debater a autonomia e a independência do Banco Central e que o Governo Federal cumpra o seu dever de casa que é exatamente melhorar o perfil do gasto público. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com todos esses aplausos, acho que não vamos fazer audiência trimestral, vamos fazer mensal, Presidente. Está ficando bom o ambiente. Senador Fernando Collor de Mello.

SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Sr. Ministro Presidente do Banco Central, Sr. Presidente da Comissão. Sr. Ministro, o Governo Lula acabou de lançar o Programa de Aceleração do Crescimento. Esse programa, a despeito de críticas que vem sendo feitas a ele e que respeito, mas vejo nesse programa um gerador de boas expectativas. Isso reacende o otimismo dos investidores, reacende o otimismo da economia como um todo e sem dúvida nenhuma eu acredito que ele, este programa, vá trabalhar possivelmente para uma taxa de crescimento que se não chegue a 5%, mas que chegue a 4%, o que já é alguma coisa comparativamente ao crescimento que tivemos no ano que passou.

Eu perguntaria a V. Ex^a. Se o mercado ele poderia ficar absolutamente tranquilo quanto ao fato de que os investimentos que serão feitos por intermédio do PAC, se eles em algum momento ameaçarão ou tenderão a alterar o nosso superávit primário? E se isso ocorrer, se houver uma diminuição do nosso superávit primário, se isso não ocasionará uma revisão nas metas de taxas de juro real que o Banco Central visualiza para os próximos anos? E dentro disso eu perguntaria qual a taxa de juros real que o Banco Central visualizaria para o ano de 2007, tendo em conta e levando em consideração esses investimentos que serão feitos por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Fernando Collor de Mello. Senador Renato Casagrande. Último inscrito.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Presidente Henrique Meirelles. Primeiro, considerar, Presidente, Henrique Meirelles, de que eu vejo o Banco Central com um nível de independência e de autonomia razoável, significativa e importante. Vejo as pressões sobre o Banco Central, manifestações próprias da democracia. E vejo uma posição muito firme do Presidente Lula com relação à condução da política monetária, com relação à política econômica.

Então, é importante que nós possamos fazer essa colocação inicialmente porque qualquer desajuste político na relação da condução dessa política econômica do Governo pode provocar prejuízos enormes na sociedade brasileira.

Então, a política que o Banco Central está escondido, a forma como o Banco Central tem se conduzido, tem contado, na minha avaliação de fora, com o apoio do Presidente Lula, naturalmente, senão não teríamos condições de dar sequência a essa política. E o debate que se faz em torno, o debate dos partidos, naturalmente o meu partido, o PSB, gostaria de ter uma aceleração da redução da Taxa Selic, mais do que o Banco Central tem feito. Acho que esse debate é um debate importante até para compor um pensamento dos diretores do Banco Central que compõem hoje o Copon. Acho que esse debate político e essa introdução política, é fundamental.

Nós acompanhamos aqui a sua apresentação sobre o sistema de metas de inflação. Que está completando oito anos. E dentro do que ela se propõe, oito anos com sucesso. O sucesso dessa condução. Mas, alguns analistas eles propõem algumas mudanças na condução desse sistema de metas de inflação. Propõe uma maior transparência dos membros, das posições de cada membro do Copon, para que a sociedade saiba efetivamente como cada membro se posiciona nessas reuniões. Propõe... Alguns debatem a possibilidade de metas de inflação com foco num prazo maior. Hoje nós temos um prazo de um ano, a perspectiva e a possibilidade de se trabalhar com a perspectiva de prazos, prazos maiores. E a possibilidade de um voto externo, de uma figura, de um profissional, de uma pessoa de nome de reconhecimento na área econômica, mas que seja de fora do Banco para poder compor o Copon. Eu não sei se o Banco Central tem avaliado esse debate que se faz em torno da condução da política de metas, mas se existe ambiente para que nós possamos avançar no aperfeiçoamento desse sistema que nós adotamos. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Renato

Casagrande. Agora para a intervenção final o Presidente do Banco Central.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Obrigado, Senador. Vamos então procurar dentro do possível vamos procurar ser o mais objetivo e breve possível exatamente visando sumarizar as perguntas. Em primeiro lugar, começando então pelas perguntas do Senador Eduardo Suplicy, uma pequena dúvida que eu vou de saída esclarecer em questão da inflação chinesa que eu mencionei diversos números que nós poderemos pregar e eu vou então lhe precisar exatamente agora na resposta quais são os diferentes números. Além de índices diferentes, existe uma questão de meses diferentes. Quer dizer o mês onde se mede a inflação. E na China, como em muitos países, isso defasagem apesar de que no Banco Central nós operamos com os dados mais atualizados.

Então, gostaria de lhe informar que em setembro a inflação fechou em 1,5, em outubro a 1, 4, em novembro a 1,9 e em dezembro 2,8. Portanto houve de fato uma aceleração da inflação na China no final do ano que pode ou não estar relacionado com um fenômeno do super aquecimento que pode ou não estar relacionados com esses rumores que correram a China no dia de hoje lá na nossa noite, referente a medidas do Governo chinês para desacelerar um pouco o processo que foram o gatilho. Nós não sabemos evidentemente são questões que ficarão claras nos próximos meses ou anos.

Em relação à questão que o Senhor mencionou de um Economista bastante conceituado etc, que acha que as taxas de juros no Brasil poderiam ser menores. Eu digo, é o debate evidentemente existe entre economistas existe aquele ditado, “se nós temos dois economistas nós temos pelo menos duas opiniões juntos”. Temos várias economistas na Mesa aqui. Mas de qualquer maneira, nós temos diversos economistas que têm opiniões diferentes. Desde economistas que tenham feito manifestações públicas disso, como, por exemplo, o Presidente do Banco Central da Europa, Jean Claud Trichet, que considerou a política do Banco Central do Brasil como das mais bem sucedidas da história recente dos Bancos Centrais em pronunciamento público no Rio de Janeiro. Outros economistas que não são parte do Banco Central, como o Charles Misck, que é membro inclusive do FED que é o Banco Central americano, Vittorio Corbo, que é Presidente do Banco Central do Chile, fez esse também pronunciamento. [inaudível] um dos maiores especialistas hoje de política monetária da Universidade de Harvard, [inaudível] ou Presidente de Bancos Centrais que tem expressado em diversas circunstâncias a sua apreciação, o ex-Presidente do Banco Central americano, o

Allan Greenspan, que já tem expresso em diversos fóruns uma apreciação muito grande pelo trabalho do Banco Central do Brasil e o próprio atual Presidente do Banco Central americano. Eu quero dizer o seguinte, a diversidade de opiniões é normal. Faz parte do debate acadêmico, como sabemos é saudável e evidentemente levamos em conta todas as opiniões, mas certamente temos que nos basear na opinião que no final prevalece segundo o Banco Central e a sua avaliação.

Em relação à segunda questão, a questão da justificativa dos diretores e por que é que alguns votaram por 25 e alguns por 50, eu gostaria de lembrar o Senador que essa justificativa existe na Ata e na Ata da reunião anterior de novembro, por exemplo, foi 5 a 3 por 50 pontos de corte e janeiro 5 a 3 por 25. Quer dizer, em ambos os casos houve justificativa. Por exemplo, apenas lendo para o Senador a Ata, nesse item específico, à luz dessas considerações o Copon voltou avaliar tal como das últimas três reuniões a conveniência de reduzir a Taxa Selic em 25 pontos. Dado importante: Houve consenso entre os membros do comitê de que diversos fatores respaldariam tal decisão para 25 e que esta contribuiria para aumentar a magnitude do ajuste total a ser implementado. Consenso no Copon.

Não houve consenso, entretanto de que a redução no ritmo de dreflexibilização de política monetária deveria ocorrer a partir daquela reunião. Três membros do comitê votaram por redução de 50 pontos entendendo que o balanço de riscos considerados ainda justificaria a manutenção do referido ritmo. Já a maioria ressaltou que as informações sobre o cenário marco econômico disponíveis nesse momento justificavam a mudança no ritmo de flexibilização, tendo em vista os estímulos já existentes para a expansão da demanda agregada, as incertezas que cerca organismos membros de transmissão da política monetária, a menor distância entre a taxa básica de juros correntes e a taxa de juros que deverão vigorar médio prazo e os cortes já implementados de setembro de 2005. Esses membros do Copon entendem que a preservação das conquistas obtidas no combate à inflação demanda que a política monetária seja implementada.

Eu não vou estender muito, apenas gostaria de dizer ao senhor que se o senhor for ler exatamente todas as Atas em várias delas é bastante detalhado inclusive exatamente o que pensa um grupo o que pensa no outro grupo.

Em relação à questão do custo de carregamento de reservas, é uma pergunta que foi feita por diversos Senadores eu vou procurar resumir a resposta a todos eles aqui. Nesta pergunta vou me referir a essa resposta posteriormente. A taxa média de rendimento das reservas hoje se aproxima de cerca de 5%. Não há

um número preciso, depende das diversas aplicações feitas pelo Banco Central.

Os Senadores têm razão em dizer que o Banco Central do Brasil tem por obrigação fazer uma aplicação de reserva segura. Nós não podemos aplicar em ativos arriscados, procurando retorno. Nós estamos defendendo o patrimônio nacional. Temos que fazer certamente aplicações seguras. Em dito isso, não há dúvida também de que o custo de captação do Governo Federal no mercado interno, principalmente, ou mesmo no mercado externo é superior ao índice de remuneração das reservas. Como em qualquer País é difícil termos um País que de fato tem um custo de captação menor. Existe, mas muito raro.

Então, a questão a saber, não é exatamente qual é esse diferencial. Esse diferencial existe. Agora, é avaliarmos o resultado global. E o resultado global é o seguinte, a existência de reservas faz com que aumente a confiança no País, diminua o risco do País, em consequência diminuem o custo global de quanto tempo ação do País, das empresas privadas e do Governo.

Então, uma coisa contra balança. É a razão pela qual países hoje fazem acumulação de reservas. Razão também uma pergunta na mesma direção do Senador Agripino, a aplicações em caixa. Por que é que uma empresa não trabalha com caixa zero? Porque a aplicação que a empresa faz sempre é rende menos do que a captação. Por quê? Por causa do risco. O Senador sabe muito bem disso também. Quer dizer, é o risco de que se eu trabalho com reserva muito baixo, o meu nível de insolvência aumenta muito como a história do Brasil mostra com clareza. Na medida em que eu tenho um patamar de reserva mais elevado, então nós passamos a ter um nível de risco menor e em consequência nós passamos a ter um custo geral de carregamento da dívida pública menor.

Então, é muito difícil medir exatamente, precisamente dar essa resposta. Não caiu por causa das reservas. Porque o Risco Brasil está caindo, o custo de carregamento o Senador Mercadante mencionou como o Brasil está emitindo títulos a prazos maiores, a custos mais baratos. Tudo isso é a melhora do risco País, a melhora da percepção de risco que não é certamente só por conta das reservas. Tem a questão da relação de dívida produto, a questão das metas de inflação estarem sendo bem implementadas no Brasil e etc. Mas em resumo é esse o quadro que eu gostaria de deixar em relação à questão das reservas como tem muitas perguntas que envolvem esse assunto, nós vamos endereçar isso ainda.

Em relação agora às perguntas do Senador Dornelles. A pergunta é: Por que... O que seria o efeito, digamos,

de aplicar o fato de que o custo de carregamento da dívida, o custo de financiamento da dívida brasileira cai em função do doméstico, no caso em função da queda da taxa de juros interna, qual seria o efeito do Governo usar, digamos, vamos dizer esta menor despesa financeira para fazer maiores investimentos? E em consequência, dizer-lhe qual seria o inconveniente de mantermos um déficit nominal, aí cerca de 2 a 3% do produto. Isto é à medida que caísse o custo de carregamento da dívida nós diminuíssemos em consequência o primário, aumentando os investimentos etc. E qual é o inconveniente, portanto em consequência disso de termos uma relação dívida-produto ao requerido de 49%. Resumo não ter essa dívida caindo. Muito bem. A experiência mostra, Senador, que Países com perfil do Brasil e Países emergentes de uma maneira geral, quando a dívida começa a atingir patamares que começam a causar desconforto nos agentes econômicos, nos mercados, nos investidores de maneira geral, o que ocorre? Sobem as taxas de juros, diminui a disponibilidade de capital para investimento pelo setor privado e em consequência cai a taxa de crescimento média do País.

Portanto, uma das razões que a situação do Brasil está melhorando tanto é que a relação dívida-produto está caindo, consistentemente. E existe uma projeção de mercado de que essa relação dívida produto continuará caindo nos próximos anos. Portanto existem vantagens importantes para o País de nós termos essa relação dívida-produto caindo. Isso permite em última análise taxa de juros menores a prazos maiores, isso permite, portanto uma maior capacidade de crescimento do País. Portanto permite em última análise um aumento da arrecadação que permite, portanto nós aumentarmos esses investimentos dentro de um círculo virtuoso de aumento de arrecadação e crescimento e não meramente gastando com a economia dos juros.

Tudo na vida, como sabemos, principalmente na economia em última análise isto é uma decisão da sociedade brasileira do Governo do Executivo e evidentemente do Congresso não compete ao Banco Central determinar essas coisas. Nos compete determinar taxa de juros e a política cambial. Acho que já é o suficiente. Já temos responsabilidades suficientes, não queremos entrar aqui na determinação da política fiscal. Isso é, já vai ser relacionado a uma outra pergunta posterior.

Em relação agora à pergunta do Senador Raimundo Colombo, no que diz respeito à independência do Banco Central. Se a pergunta é se essa Diretoria e no caso eu próprio estaríamos lutando, trabalhando etc, pela manutenção da independência do Banco Central e ele fez uma série de colocações elogiosas e

favoráveis ao Banco Central que eu também agradeço como a de diversos outros Senadores.

Senador, não compete ao Banco Central evidentemente, ter uma atuação Legislativa. E a independência formal do Banco Central ela é prerrogativa do Congresso Nacional. Não é do Banco Central. O que compete ao Banco Central, sim, é pautar a sua própria ação. E o Banco Central pauta a sua própria ação por um comportamento autônomo, de acordo com aquilo, como foi bem colocado pelo Senador Mercadante, de acordo com aquilo que foi determinado pelo Presidente, pelo Governo quando nos convidaram a assumir o Banco Central em dezembro de 2002.

Então nós estamos nos pautando por esta decisão e por este compromisso mútuo. O Banco Central e o Copon têm decisões autônomas, técnicas, tais quais as melhores práticas dos melhores Bancos Centrais do mundo e isso é o que significa em última análise, a criminalidade do Banco, a consistência de suas ações e em última análise faz com que as taxa de juros caiam. Por quê? Porque um dos maiores problemas de taxa de juros nós falamos sobre isso, é a questão do chamado prêmio de risco de inflação. Isto é quando há incerteza sobre a inflação futura, as taxa de juros são maiores para absolver essa incerteza.

Quanto mais a sociedade tiver segurança de que nos próximos anos a inflação estará na meta, menor a taxa de juros. Outros fatores que fluam a questão também da relação da dívida produto como mencionamos para a resposta do Senador Dornelles. A pergunta do Senador João Tenório exatamente na linha de que o que será necessário para que os juros no Brasil continuem caindo. Eu já mencionei isso eu vou apenas enfatizar dois pontos: Entre outras coisas existem várias. Dois pontos importantes. Em primeiro lugar é importante que o Banco Central continue a cumprir a meta de inflação de forma consistente. Porque em se cumprindo a meta de inflação o prêmio de risco com certeza diminui e, portanto as taxa de juros diminuem porque a possibilidade de surpresa inflacionária diminui.

Então, funciona quase como uma lógica inversa. Muitas vezes as pessoas falam: Por que é que não baixa a taxa de juros aqui? Dá um sustem todo mundo e baixa a taxa de juros aí de uma forma artificial? É exatamente o contrário. Na medida em que o Banco Central faça isso, como vários Bancos Centrais já fizeram em outras oportunidades, gera insegurança no mercado, taxa de juros sobe. É o contrario. Então nós temos que dar confiança nos mercados para que as taxas de juros continuem a cair.

Outro ponto importante é a dívida-produto, de novo isso é importante. Além de vários outros fatores que eu não vou... Esses não são fatores exclusivos.

São dois fatores importantes, mas vários outros. As agências de colocam isso com toda clareza. A questão de influir na política fiscal, até que ponto poderia se criar uma via de mão dupla o Banco Central não poderia começar a influenciar na política um ter um determinado tipo de, digamos, de força legal a isso ou... é uma parceria, digamos Senador, isso é uma pergunta complexa pelo seguinte, a experiência mundial mostra que Bancos Centrais que cumprem a sua Comissão são Bancos Centrais independentes. E Banco Central independente é uma independência de duas mãos. Banco Central não pode ser independente na fixação da sua política e dependente no momento em que está participando de outras políticas do Governo.

O Banco Central é independente, é um Banco Central independente. Ele olha, avalia e toma a sua decisão. Isso não impede que o Banco Central, os diretores do Banco Central, o Presidente do Banco Central possa dar sua opinião a colegas de Governo. Mas não que o Banco Central deva ter formalmente uma interferência em outras áreas do Governo e vice-versa. Em relação à questão do *spread* bancário e o Senador menciona a fiscal e a questão da inadimplência. O que se pode fazer para o *spread* bancário continue a cair. Em primeiro lugar, Senador, não há dúvidas de que o *spread* bancário no Brasil é alto. E não há dúvida também de que está caindo. Mas que tem muito campo para cair, digamos assim.

Eu, por experiências inclusive de trabalho meu experiências pessoal *spreads* muito baixos eu cheguei a dirigir uma instituição com presença em 32 Países e a maioria delas os *spreads* eram muito mais baixo que no Brasil certamente. Tem várias coisas aqui.

Em primeiro lugar a estabilidade econômica. O que significa dívida PIB caindo, o que significa falação na meta por período prolongado, o que significa como eu mostrei numa transparência por consequência temos o crédito total da economia crescendo. Estabilidade econômica traz aumento do crédito. Aumento do crédito traz aumento de competição. A partir daí mecanismos que incentivem a competição. Nós estamos fazendo um trabalho grande, por exemplo, de aumentar a cobertura da central de risco do Banco Central do Brasil, que vai dar oportunidade a cada cliente autorizar qualquer instituição a verificar o seu histórico bancário. O que permite com que ele possa ir a outras instituições. Porque hoje muitas vezes os clientes ficam prisioneiros de uma instituição porque é a única que tem o histórico dele. Principalmente empresas pequenas e médias e pessoas físicas.

Portanto é muito importante o aumento da competição. Agora existe o Projeto do Banco Central tem um Projeto muito importante, no entanto no Congres-

so que é o cadastro positivo. Eu acho que isso é algo que os Srs. Senadores poderiam se interessar também pelo assunto porque o cadastro é algo que permite a qualquer pessoa determinar que um cadastro que está num Banco seja mandado diretamente a outra instituição independentemente de passar por uma central de risco.

Portanto, mecanismos nesse sentido. Outros mecanismos, como, por exemplo, a questão das cooperativas de crédito livre. O Banco Central tem aprovado um número substancial de cooperativas acerca de 200 cooperativas de crédito que o Banco Central já está aprovando eu que isso vai ter um efeito grande no sistema. Outras medidas como foi aprovado pela questão da conta salário que vai ter uma introdução gradual, mas vai permitir que todas as pessoas possam transferir os seus recursos. Eu não vou tomar tempo dos Senadores listando uma série de medidas. Mas é o seguinte, estabilidade, maior competição. Competição fundamental para que as pessoas possam ter custos menores. Evidentemente a questão fiscal é uma questão mais complexa. Nós temos uma pergunta seguinte, a questão do CPMF que eu vou me referir a ela proximamente. A pergunta do Senador José Agripino, que fala exatamente sobre o custo de reservas e a questão da queda de risco. Então endereçando esse assunto, Senador, o Brasil tem reservas ao redor de 10% do produto, hoje, se aproximando disso. Nós temos Países como o Chile, Países que tem 20 ou até 30%. Portanto, é importante que nós mencionemos que essa questão de acumulação de reservas é um fenômeno que começou a adquirir maior prevalência no ano de 97, principalmente, depois da crise asiática. Depois da crise que começou na época com a Coréia, depois Rússia etc. Quantidade ficou claro que Países às vezes tinham uma situação econômica boa, razoável, o caso da Coréia na época, equilíbrio, mas razoável, mas uma crise de confiança mundial fez com que a Coréia que dependia de rolagens sistêmicas da sua dívida de mercados internacionais atravessassem um problema de liquidez grave. Isso gerou uma crise. É aquela questão do contágio. Se discutiu muito que se poderia fazer para reestruturar o sistema financeiro internacional, mudar o FMI etc, para que não tivéssemos mais essas crises. E os Países individualmente foram achando sua própria solução. Que era a melhora da situação fiscal e acumulação de reservas. Por quê? Porque no momento que o País acumula reserva, cada País construía o seu próprio seguro. E de novo, é a questão de discutir o custo do seguro. Vamos usar o exemplo mais simples, o seguro de incêndio de uma fábrica. É muito caro o seguro

de incêndio. Enquanto não tem incêndio. É. O dia que tem fica barato. Na verdade?

Então a questão das reservas é a mesma coisa. Quer dizer, é muito difícil medir, Senador, qual é o ganho resultante das reservas na queda do custo de financiamento para o Governo Brasileiro e para as empresas brasileiras também que vão captar no exterior e que hoje estão conseguindo emitir bônus até perpétuos, coisa inédita no Brasil, taxa cada vez menores isso está dando oportunidade, por exemplo, ao País a crescer a taxas crescentemente maiores exatamente porque o País tem maiores condições de dissolvência. Portanto a nossa avaliação é que a acumulação de reservas é importante para o Brasil e deve continuar. As perguntas do Senador Tasso Jereissati ele vem exatamente na questão do CPMF e questiona sobre a qualidade do imposto e a questão da Cunha fiscal nos empréstimos. Aqui é uma daquelas questões, Senador, onde o Banco Central opina, mas sem estar evidentemente diretamente encarregado de participar certamente os Senadores têm um papel muito mais direto nessa discussão. A minha visão vou dar uma visão extremamente pessoal, Senador, é o seguinte: O País tem um determinado patamar de despesas primárias. Muitas delas constitucionais, como sabemos, muitas delas endereçadas e muitas delas permanentes. Muito bem. Mas tem que arrecadar para pagar essas despesas como todos sabemos. Então acho que não há dúvida que tem impostos que tem maior qualidade do que outro. Não há dúvida. Isso é uma experiência mundial. Não há dúvida que o CPMF não é um dos impostos de melhor qualidade. Não há dúvida, no entanto de que ele é muito eficaz da sua capacidade arrecadatória. Ele é muito eficaz porque é muito difícil evadi-lo em outras palavras. No entanto é uma tarefa difícil, não invejo dos Srs. Senadores deputados e do Governo de tentar substituir o CPMF por uma outra fonte de arrecadação. Agora, não há dúvida de que simplesmente suprimi-lo nós vamos gerar simplesmente uma instabilidade do ponto de vista de fonte de recurso. Já é um assunto que já vem sendo discutido há muitos anos. Agora, não há dúvida de que a discussão de uma reforma tributária visando aumentar a qualidade, a racionalização do sistema tributário brasileiro é consenso não acredito que tenham muitas pessoas que discordam disso. Mas certamente envolve o Senado, a Câmara, os Governadores, os Municípios e evidentemente a União. E em relação ao compulsório, Senador, o depósito compulsório no Brasil é alto. Não tenho dúvida. Como parte da política monetária. Em função de todo o histórico que o Brasil tem etc, o compulsório é alto. E existe aqui de fato como política monetária pensa nos juros se pensa no compulsório e nós temos dado de

fato prioridade ao corte de juros. Mas não há dúvida de que com a inflação consistentemente na meta, o Brasil tenderá a longo prazo a convergir para padrões internacionais de juros e compulsório a longo prazo. Os juros são os únicos responsáveis pelo crescimento? Não. Certamente que não. Aliás, vou mais longe. Acho que os juros são uma mera consequência de prêmios de risco da economia.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): A pergunta que fiz sobre o compulsório é o compulsório versus a questão, a tendência parece de política do Governo de segmento ação do mercado de crédito. Que me parece uma política crescente que isso faz dificultar ainda mais a política monetária. É essa a questão.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Não há dúvida, Senador, que como muitas decisões que se toma em política monetária tem custos e benefícios. Na medida em que se faça um diretamente específico para um determinado segmento, claramente tem vantagens importantes de fomento àquele setor específico e pode eventualmente gerar uma melhor possibilidade de recursos para outros segmentos que é exatamente o que o Senhor se refere. E de fato é uma discussão. E favoreço muito, Senador, que é o que o Senhor está fazendo e eu gosto disso, que é uma discussão pública desses fatos. Um dos maiores problemas da economia é quando esses assuntos não ficam claros. Esses custos benefícios. Muitas vezes não é que seja certo ou errado. A sociedade precisa entender que na medida em que eu dou um benefício aqui eu posso estar impondo um custo para o restante da sociedade. E aí compete às autoridades etc, arbitrar esses custos. Agora eu acho que não cabe ao Banco Central e nesse momento principalmente, nós estarmos discutindo isso. Mas acho que é uma discussão válida.

Então que ser discutido de forma clara. Porque os créditos direcionados são muitas vezes importantes para determinados setores vitais muitas vezes, agora temos que ter muito claro para que essas decisões sejam amparadas no conjunto da sociedade. E em relação aos juros, claramente não. Os juros assim como compulsório são resultados de todo uma série de fatos da nossa história que geraram prêmios de risco elevados, mas que felizmente estão caindo. Agora, é importante notar nesse aspecto, só para deixar isso registrado, que as taxa de juros no Brasil e no ano de 2004 eram muito maiores do que hoje e que o Brasil cresceu quase 5% em 2004 com taxa de juros muito maiores.

Então as taxa de juros estão caindo, é importante que continuem caindo, mas existem muitos outros fatores que condicionam o crescimento. E é um erro acharmos que baixas superficiais de juros gerarão crescimento. Os gráficos que mostrei levam a conclu-

são diferente. Uma baixa artificial feita fora de hora leva as taxas de mercado subir, previsão de inflação subir e queda de atividade econômica. A previsão de crescimento do Banco Central. Senador, o Banco Central tem uma certa metodologia de trabalho que segue rigorosamente que é o seguinte. A previsão de creme assim como outra são feitas por publicação do Relatório de inflação que é trimestral. O Relatório de inflação foi publicado o último em dezembro de 2006 cuja previsão de crescimento naquele Relatório era 3,8%. O próximo Relatório será publicado ou o próximo mês e a partir daí nós vamos estudar tudo o que ocorreu de lá pra cá e qual será a nossa previsão de crescimento para o ano de 2007. O Senador Marconi Perillo nos pergunta nós acreditamos que podemos assegurar que o Banco Central vai manter a conduta técnica e autonomia operacional. Eu gostaria de agradecer ao Senador pelas palavras generosas como de muitos outros Senadores ao Banco Central e a essa Diretoria. Gostaria de dizer que sim.

O nosso compromisso desde que aceitamos o convite para ir para o Banco Central é no sentido de manter a autonomia operacional, a autonomia técnica. Porque essa esta a melhor maneira de colaborar com o crescimento do País. Porque só assim vamos manter a credibilidade, vamos manter as decisões corretas e mais do que isso, o Banco Central toma decisões que fazem efeito a médio e longo prazo. Nós não podemos tomar decisões baseados nos jornais de amanhã, no efeito político de hoje. Isso é um erro do Banco Central. O Banco Central quer agir assim está condenado ao fracasso. Portanto tem que estar isento da política do País. Qualquer País. Portanto nesse aspecto é o nosso compromisso. A pergunta agora do Senador Fernando Collor, ele pergunta os investimentos primários previstos no PAC correm o risco de ameaçar o superávit primário. Senador, o que nós colocamos na Ata, inclusive, do Copon é exatamente aquilo que foi anunciado como PAC. Quer dizer, como metas e hipóteses do PAC. Isto é, o superávit primário será de 4, 25, é a meta e os investimentos poderão usar até meio por cento do produto deste superávit primário e isto já vinha sendo feito numa escala menor já dois ou três anos 2%, 0,2%, desculpe, do produto. O ano passado foi de fato feito 0,14. Mas como o ano passado houve na realidade uma arrecadação maior do que a prevista, o líquido mesmo tirando um efeito deste investimento ainda foi uma taxa de superávit primário acima da meta.

Em dito isso, Senador, os cálculos mostram que mesmo que o superávit primário seja exatamente 4, 25, mesmo que sejam de fato investidos, com as demais condições mandadas, a relação dívida-produto tende-

rá a continuar caindo de forma importante pelos próximos anos. Aqui não tem solução preto e branco, como sabemos. Tudo tem um custo, tudo tem um benefício. Investe-se um pouco mais, gera-se um pouco mais de crescimento, a dívida devagar ou não. Mas o fato é que a tendência de queda com demais condições mantidas, de crescimento, de juros etc, a tendência é de queda da relação dívida-produto. Qual é a taxa de juros para 2007? Senador tem duas coisas que os Bancos Centrais têm por hábito de não fazer projeções. Uma delas é sobre taxa de juros, outra sobre taxa de câmbio. Nós então, infelizmente esta pergunta eu vou ter que ficar em falta com o Senador. Nós vamos ter que respondê-la no final de 2007. Eu faço questão de voltar para lhe dar a resposta. E em relação à pergunta do Senador Renato Casagrande em relação às discussões sobre revisão do sistema de metas. Senador, a discussão é constante. E certamente todas as opções têm vantagens e desvantagens. Existem Países que adotam sistemas, Países que adotam outros sistemas.

A meta de prazo mais longo, normalmente os Países que a adotam tendem a adotar a meta de longo prazo. A Inglaterra faz isso, a Europa faz isso, hoje a maior parte dos Países fazem isso. Não estabelecem um prazo. Estabelecem uma meta de longo prazo. Pronto, é 2%. A Europa é até 2. Muito bem. Isto tem vantagens e tem desvantagens. Uma das supostas vantagens não é o que muitas vezes se entende no Brasil: Há, dá mais flexibilidade. Se sair muito da meta tem muito tempo. Toda a eternidade para voltar. Não é assim que o sistema funciona, não. Na medida em que se sai da meta, nestes Países, a demanda é que se explique imediatamente. Evidentemente se poderia dizer: “Bom, mas se fosse dois anos?” Teria que... Teríamos mais prazo para voltar para a meta. É verdade. Do outro lado, a pouco menos eficiente porque geraria mais insegurança qual será a inflação seguinte. Agora, é importante notar que foi mencionado aqui, a inflação primeira está na meta.

Portanto nós não estamos discutindo nesse momento como voltar à meta. Portanto, não é exatamente uma preocupação. Pode voltar a ser. Mas o que eu quero dizer é o seguinte: A nossa discussão hoje está num patamar diferente do que estava no passado. O que eu quero dizer é o seguinte: Houve uma convergência para este patamar, houve muita discussão no passado, mas o fato concreto é que certo ou errado isso já é passado. Porque hoje já estamos na meta. A questão da pergunta sobre membros do Copon de fora do Banco. Até que ponto seria interessante diversificar um pouco os membros do Copon, trazendo gente que o Senhor mencionou não sejam do Banco, não sejam, portanto funcionários de carreira do Banco? Gostaria

apenas de levantar esse assunto aqui começando aqui à nossa direita só para esclarecer isso e aproveitando esta oportunidade, Senador, que a nossa extrema-direita do seu ponto de vista extrema esquerda está o Diretor Gustavo do Vale, que é um funcionário de carreira do Banco Central.

Portanto é um dos que são de dentro. Em seguida nós temos o Diretor Mário Mesquita que já é de fora. Ele entrou no Banco Central alguns meses. Não é funcionário de carreira do Banco Central e era funcionário de uma instituição privada. Portanto, já se esquadra dentro da sua recomendação. Ou do seu questionamento. O Diretor Paulo Vieira da Cunha...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente está agredindo, eu acho que está querendo derrubar ele da Diretoria.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Deve ser isso. Seguinte, o Diretor Paulo Vieira da Cunha, também ingressou no Banco Central recentemente, portanto veio de fora do Banco. Tem uma carreira extensa. O Paulo já trabalhou na Secretaria de Planejamento de São Paulo, já trabalhou em órgãos de pesquisa do Governo Federal, já foi funcionário do Banco Mundial durante 10 anos. Já trabalhou no setor privado também durante muitos anos e, portanto não é claramente um membro de dentro do Banco. Diretor Afonso Bevilacqua mencionado pelo Senador também. Ele apesar de que já é um veterano no Banco Central está lá quase quatro anos está sendo considerado pelo Banco como móveis e utensílios no Banco Central, o fato concreto é que ele também veio de fora e ele era professor universitário, Diretor de faculdade de economia e Consultor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Isso. Depois nós temos o Diretor Antônio Tobine(F) que este também funcionário de carreira da Casa, concursado. Teve fora do Banco Central estudando depois foi Executivo do Fundo Monetário Internacional, mas funcionário de carreira do Banco Central e finalmente o Diretor Rodrigo Azevedo que também não é dos quadros permanentes do Banco Central é também um Economista que nós trouxemos de fora do Banco. Portanto existe uma diversidade muito grande.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO #4: Pela resposta posso concluir que o Senhor é contra.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Contra o que exatamente?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Contra uma pessoa de fora participar da...

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Não, mas são todos de fora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele entendeu sim. Todos compõem a direção do Banco Central. Não, ele compreendeu, ele está só fazendo apresentação do...

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Não na verdade, é o seguinte Senador, deixa eu lhe dizer, deixar claro este aspecto. Membros de fora de qualquer Banco Central pela experiência de Banco Central no mundo inteiro, são membros que são normalmente apontados pelo Presidente da República, aprovados Senado, como estes e que passam a ser membros exclusivos do colegiado. Não existe a figura de alguém que está trabalhando lá numa empresa, vai ao Banco Central, tem acesso a dados confidencial e depois vai lá tomar decisão na sua empresa. Isso não existe.

Então, quando se fala em membros de fora do Banco Central, se fala em alguém que saiu do meio acadêmico ou da atividade privada, é indicada, é aprovada pelo Senado Federal, ou pela Câmara ou qual for o órgão dependendo da Constituição do País e passa a prestar serviços exclusivos ao Banco Central. Pode ou não ter funções executivas. O que também é o caso, o Diretor Mário Mesquita não tem funções executivas no Banco, mas é um membro período integral do Comitê de Política Monetária da diretoria do Banco. Não existe esse membro de fora no sentido de alguém que vai lá só nas reuniões para dar uma opinião e depois volta para cuidar de seus interesses pessoais. Isso não existe. Inclusive por uma questão de conflito de interesse e acesso a informações privilegiadas. Só para deixar esse aspecto muito claro. Em resumo, por maior diversidade que se tenha, normalmente a pessoa vai ser apontada pelo Presidente, aprovada pelo Senado e ficará por dedicação exclusiva ao Banco Central do Brasil. Eu deixei apenas de mencionar um Diretor que está em missão oficial fora do País, Diretor Paulo Sérgio Cavalheiro, que também é um funcionário de carreira do Banco Central. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, nós encerramos. Só queria pedir desculpa ao Senador Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e ao líder Romero Jucá que hoje não teve muito trabalho nessa Comissão pela qualidade do debate e queria só terminar dizendo o seguinte, Presidente: Nós começamos esse debate a bolsa está caindo em 4,5, nós estamos encerrando e a bolsa está caindo 3,85. Não sei se foi o debate que ajudou a reverter à queda, mas seguramente não contribuiu para que a queda se aprofundasse.

O que mostra, Presidente, nós não temos que ter audiência uma vez cada semestre. Pelo menos trimes-

tral, essa instituição tem que acompanhar a política monetária e fazer um debate transparente. Por último eu queria dizer, que essa turbulência da China espero que seja passageiro. De um País que crescia a 10% prevendo crescer 9 com uma falação de 2,8 esperando uma inflação de 1,5. Se for passageiro o pequeno ajuste, tanto melhor para o Brasil e para o mundo. Se não for, o Brasil tá muito mais preparado para enfrentar com reservas de cem bilhões de dólares, superávit 45 bilhões de dólares, uma vulnerabilidade cambial muito menor do que nós tínhamos e muito mais consistência nos fundamentos macroeconômicos. Por último eu queria dizer, Presidente, que nós não podemos perder a janela de oportunidade do Senador internacional.

A economia é cíclica, nós temos alterações, nós temos que aproveitar todas as janelas de oportunidade. E finalmente dizer que esse Plenário foi à testemunha, o reconhecimento do trabalho do Banco Central e agradeço a oposição. Já aderiu a um capítulo da política econômica. Quem sabe com o tempo, a adesão amplie para os outros aspectos da nossa política de desenvolvimento. Muito obrigado a todos vocês.

Sessão encerrada às 13h39.

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM SEIS DE MARÇO DE 2007, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia seis de março do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Fernando Collor, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, João Vicente Claudino, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Leomar Quintanilha, Adelmir Santana, Edison Lobão, Jayme Campos, Kátia Abreu, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Eduardo Azevedo, Marconi Perillo e Osmar Dias e, ainda, do Senador Tião Viana. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, Aloizio Mercadante, tendo falta justificada, Romero Jucá, Pedro Simon, Raimundo Colombo, Sérgio Guerra, tendo falta justificada em virtude de licença médica, e Tasso Jereissati. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que

é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da Pauta da Reunião; Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 01, de 2007, não terminativa, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007”, de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, e sendo designado Relator *Ad Hoc* o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Em 13/02/07, após a leitura do Relatório pelo Relator *Ad Hoc*, Senador Delcídio Amaral, a Comissão delibera no sentido de retirar a Matéria de Pauta, ficando vinculada a sua apreciação com a presença de representantes do Banco Central do Brasil. Em 06/03/07, foi realizada Audiência Pública com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil e de sua Diretoria. O Presidente registra a presença dos Senhores Ericson Semerene Costa, Chefe da Divisão Monetária e Bancária do Departamento Econômico do Banco Central, e o Sr. Marcelo Araújo da Costa, Analista do Banco Central. Usam da palavra os Senadores Osmar Dias, Delcídio Amaral e Romeu Tuma. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PDS apresentado; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Ao ser anunciada a matéria, o Relator, Senador Edison Lobão, propõe o seu adiamento. A Matéria é, portanto, adiada a pedido do Relator. Usa da palavra o Senador Flexa Ribeiro; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003, Complementar, não terminativo, que “estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências”, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 a 06-CCJ e a Emenda nº 07 que apresenta. Após a leitura do Relatório pela Relatora, Senadora Serys Slhessarenko, usam da palavra os Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Marconi Perillo e Romeu Tuma. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer da Relatora favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 a 06-CCJ-CAE e a Emenda nº 07-CAE apresentada. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 04-Projeto de Lei da Câmara nº 64, de

2005, não terminativo, que “altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (reduz o percentual de participação da Compensação Financeira sobre a Exploração de Recursos Minerais (CFEM) incidente sobre os bens minerais de aplicação imediata na indústria da construção civil)”, de autoria do Deputado Ricardo Izar, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Usam da palavra os Senadores Jonas Pinheiro e Garibaldi Alves Filho. A apreciação da matéria é adiada a pedido do Relator; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que “modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. Usam da palavra o Autor do Projeto, Senador Paulo Paim, e os Senadores Osmar Dias e Romeu Tuma. A Presidência designa o Senador Marconi Perillo Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Marconi Perillo, colocada em votação, a Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do Projeto por vinte votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Usam da palavra a Senadora Serys Slhessarenko e o Senador Marcelo Crivella; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2003, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Jefferson Péres, que oferece Parecer pela rejeição do PLS nº 245, 2003, Complementar, e do PLS nº 19, 2005, Complementar. A Presidência designa o Senador Delcídio Amaral Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Delcídio

Amaral, a Presidência concede Vista ao Senador Flexa Ribeiro, nos termos regimentais. Usam da palavra os Senadores Osmar Dias, Romeu Tuma, Valter Pereira, Delcídio Amaral e Ideli Salvatti; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2004, terminativo, que “altera a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, para destinar a renda líquida de um concurso anual de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números para as Associações da Cruz Vermelha Brasileira”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Romeu Tuma, usam da palavra os Senadores Marcelo Crivella, autor do Projeto, Eduardo Suplicy, que solicita Vista, Ideli Salvatti, Romeu Tuma e Kátia Abreu. A Presidência concede Vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2003, não terminativo, que “altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do referido Fundo”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Mão Santa, a Presidência concede Vista ao Senador Romeu Tuma, nos termos regimentais; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2003, terminativo, que “altera o artigo 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e o artigo 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, autorizando o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão do crédito rural”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Ao ser anunciada a matéria, é apresentada a Emenda nº 01, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que é acolhida pelo Relator. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Osmar Dias, usam da palavra os Senadores Inácio Arruda, Marcelo Crivella, que solicitam Vista. A Presidência concede Vista Coletiva, nos termos regimentais; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2004, terminativo, que “dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre os veículos automotores que especifica, e dá outras providências”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio,

que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A Senadora Kátia Abreu apresenta a Emenda nº 04, que é acolhida pelo Relator. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Arthur Virgílio, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Valadares e Expedito Júnior, que solicitam Vista. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2006, não terminativo, que “dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios”, de autoria do Senador Tião Viana, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e posteriormente à Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. A Presidência designa o Senador Fernando Collor Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Fernando Collor, usam da palavra os Senadores Arthur Virgílio, Tião Viana, Marconi Perillo, Marcelo Crivella, Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Flexa Ribeiro, Expedito Júnior e Eduardo Azeredo. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CAE apresentada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2006, Complementar, não terminativo, que “acrescenta inciso ao artigo 19 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1965, que regulamenta o sistema financeiro nacional, para permitir a instituição, pelo Banco do Brasil, de linha de crédito e sua atuação no mercado imobiliário”, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada a pedido do Relator; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2006, não terminativo, que “dispõe sobre o pagamento, pelas sociedades cooperativas, da contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), e dá outras providências”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 05, que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Usam da palavra os Senadores Eduardo Azeredo, Delcídio Amaral e Fernando Collor; Item 14-Emenda nº 01-Plen, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2005, não terminativa, que “reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre os produtos

que menciona”, de autoria do Deputado Nelson Bornier, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer pela rejeição da Emenda nº 01-Plen. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Arthur Virgílio, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição da Emenda nº 01-Plen. Em seguida, são apreciadas as Matérias constantes da Extrapauta da Reunião; Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2006, não terminativo, que “altera o inciso “c” e revoga o inciso “d” do art. 2º da Lei nº 2.784, de 18 de junho de 1913, visando a alterar o fuso horário do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso Greenwich “menos cinco horas” para o fuso Greenwich “menos quatro horas””, de autoria do Senador Tião Viana, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Delcídio Amaral, usa da palavra o Senador Arthur Virgílio. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela aprovação do Projeto; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2004, terminativo, que “altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, para incluir a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias de números administradas pela Caixa Econômica Federal”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Fernando Collor, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. Após a leitura do Parecer pelo Relator, usam da palavra os Senadores Ideli Salvatti, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena. A Comissão delibera no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 06/2007-CAE, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para que a União Nacional da Construção Civil possa apresentar e debater assuntos referentes à política nacional para o setor, e suas consequências no PIB, geração de emprego e IDH – Índice de Desenvolvimento Humano; e o Requerimento nº 07/2007-CAE, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Patrícia Saboya Gomes, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Nelson Machado, Ministro de Estado da Previdência Social, para debater sobre a instalação do Fórum Nacional da Previdência Social e sobre mudanças na metodologia de cálculo do resultado da Previdência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado

Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Eliseu Resende**, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos no exercício da Presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Havendo número regimental declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a realizar-se no dia 06 de março de 2007, às 10h, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

O Presidente Aloizio Mercadante estará ausente, está em viagem, eu espero estar a altura de conduzir esta reunião diante de uma platéia tão seleta.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado.

Item 1 da pauta. Mensagem nº. 1, é uma matéria não terminativa que encaminha ao Senado Federal nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 95, a programação monetária para o primeiro trimestre de 2007. Autoria do Executivo. Relator é o Senador Romero Jucá. Tem o relato favorável nos termos do PDS que apresenta. É bom lembrar que na Sessão de 13 de fevereiro de 2007, após a leitura do relatório pelo Relator *ad hoc*, Senador Delcídio Amaral, a Comissão deliberara no sentido de retirar a matéria de pauta, ficando vinculada a sua apreciação com a presença de representantes do Banco Central. Pois não, Presidente.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu gostaria de solicitar a V.Exª, a presidência desta Comissão, ouvindo o Plenário, a inclusão Extrapauta na reunião de hoje do PLS 322/04 de autoria do Senador Sérgio Zambiasi e que foi relatado por mim. Esta solicitação que eu lhe faço para incluir Extrapauta na reunião de hoje e, se houver possibilidade, havendo, podendo haver a inversão de pauta pela ausência ou pela superação de algum dos itens já estabelecidos que seja permitida essa inversão de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): A matéria fica à decisão do Plenário. O Senador Collor solicita a colocação Extrapauta de um Projeto de Lei que corresponde a uma matéria do seu interesse. Pergunto ao Plenário se podemos aprovar a colocação na pauta, Extrapauta, essa matéria apresentada pelo Senador Collor. Se tiverem de acordo permaneçam como estão. Fica aprovado. Nós estamos descrevendo o Item 1 da pauta. Dizendo que o Senador Romero, perdão, Senador Romero Jucá é o Relator, diante da sua ausência foi designado o Relator *ad hoc*, Senador Delcídio Amaral. E a Comissão deliberara no sentido de retirar a matéria de pauta fi-

cando vinculada a sua apreciação com a presença de representantes do Banco Central do Brasil.

Eu quero dizer que encontram-se presentes representando o Banco Central do Brasil o Sr. Ericson Semerene. Gostaria que levantasse para se apresentar. Chefe da Divisão Monetária e Bancária do Departamento Econômico do Banco Central. E o Sr. Marcelo Araújo da Costa, Analista do Banco Central. Estão à disposição dos senhores para quaisquer informações providas do Banco Central. Com a palavra, o Relator Delcídio Amaral.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu só gostaria de saber de quem é a autoria do Requerimento que propôs a presença dos representantes do Banco Central.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Essa deliberação foi da Comissão, Senador Osmar Dias. Nós não temos registro aqui de algum Parlamentar tenha levantado a questão.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Mas alguém deve ter proposto porque senão a Comissão não aprovaria.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, eu... Presidente, é importante registrar é... Essa Mensagem Presidencial, ela já foi inclusive aqui relatada e o que foi dito e o que foi consensuado pela Comissão de Assuntos Econômicos é que ela seria aprovada após a vinda do Presidente do Banco Central, que veio a essa Comissão na semana passada. E, inclusive, estimulando que em todas as programações trimestrais, o Presidente do Banco Central, como é praxe em outras Casas, venha ao Senado com os seus Diretores para fazer uma exposição sobre a política monetária, sobre as metas de inflação, que é o que foi feito.

Portanto, esse processo é um processo único e exclusivamente exigido pela Lei que criou o Plano Real em 95. Portanto, é um mero formalismo porque, inclusive, hoje, nós pautamos a ação do Banco Central pelas metas de inflação. E não se discute mais, ou se apresenta aqui os agregados monetários, mas agora a sistemática é voltada para as metas de inflação.

Portanto, nós estamos simplesmente cumprindo uma praxe aqui. O importante para essa Comissão de Assuntos Econômicos foi a vinda do Presidente do Banco Central com seus Diretores. Com relação à presença de dirigentes, de Chefes de Departamento do Banco Central, eu entendo que isso é uma praxe aqui na Comissão de Assuntos Econômicos porque eles acompanham esse trabalho, mas não que tenha

havido uma solicitação de alguém para que eles tivessem, efetivamente, participassem dos debates no dia de hoje.

Esse relato aqui é simplesmente um relato pró-forma, em cima do que a Lei que instituiu o Plano Real determina.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Podia um aparte, Senador. Permite o aparte, Senador?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pois não, meu caro Presidente Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Uma questão de ordem. Eu pergunto ao Senador Osmar Dias se ele está satisfeito com a exposição do Relator?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu queria um aparte aqui, Presidente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, é que eu levantei a questão de ordem e estou satisfeito porque essa era a minha provocação mesmo. Porque não há a necessidade da participação dos Diretores do Banco Central no debate. O que nós queríamos era a presença do Presidente do Banco Central, que já esteve aqui, portanto eu considero a matéria apta para ser votada.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Muito bem, continua com a palavra o Senador Delcídio.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, eu só pedi o aparte para concordar com o Osmar e concordar com a exposição feita pelo Delcídio. Só que eu acho que, respeitosamente, os membros do Banco vieram porque foi um pedido para na hora se alguém tivesse qualquer dúvida ainda restante da exposição do Presidente do Banco Central, eles pudessem colaborar individualmente para esclarecer qualquer dúvida. Esta é a razão, hoje, da presença deles aqui. Foi praticamente quase que uma convocação para que eles estivessem presentes para qualquer dúvida que surgisse durante a votação nós pudéssemos consultá-los individualmente e conseguir a explicação necessária.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pois não. O Relator usou da palavra. Entra a matéria em discussão. Se estiverem de acordo com o Parecer do Relator, Senador Delcídio Amaral, permaneçam como estão. Fica aprovado.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pela ordem, Senador.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria, Presidente, de fazer uma solicitação, se V.Ex^a.

poderia, evidente, com o de acordo dos Senadores e Senadoras, incluir Extrapauta um Projeto de Lei do Senado de nº 305, que altera o inciso VI e revoga o inciso D, do art. 2º da Lei 2.784, de 18 de junho de 1913. Visando alterar o fuso horário do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso Greenwich, menos 5 horas para o fuso Greenwich, menos 4 horas. Esse projeto, existe uma solicitação inclusive de um plebiscito que tramita na Comissão de Constituição e Justiça e é um projeto do Senador Tião Viana que eu gostaria, se o Plenário assim entender, incluir como Extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Coloco à aprovação do Plenário a colocação da matéria exposta pelo Senador Delcídio Amaral nessa pauta do dia de hoje, Extrapauta. Se estiverem de acordo permaneçam como estão, fica designado o Relator, Senador Delcídio Amaral. As mudanças dos fusos horários do Amazonas e do Acre satisfaçam realmente a natureza e a economia de combustíveis. Economia de energia elétrica, na verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Item nº 2 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 43/2004. Complementar, não terminativo. Dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais. De autoria do Senador Almeida Lima sendo designado Relator o Senador Edison Lobão. Com a palavra, o Relator.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Sr. Presidente, eu estou em condições de emitir o meu Parecer que em princípio é favorável. Sucede, Sr. Presidente, que tive notícia da existência de um projeto semelhante, porém mais abrangente, muito mais amplo do Supremo Tribunal Federal tratando desta matéria que tem, por Relator, o Senador César Borges. O projeto está também em andamento creio que aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Então eu peço a V.Exª. O adiamento da votação deste item para a próxima semana até que tais informações sejam devidamente avaliadas e possamos agregar um projeto ao outro até por economia processual, ou então tomarmos a decisão de seguir com este projeto ou com o outro. O fato é que eu proponho este adiamento a fim de que tenhamos tempo para conversar inclusive com o autor do Projeto, Senador Almeida Lima.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Solicito ao Plenário considerar o pedido do Senador Edison Lobão no sentido de que a matéria seja transferida, colocada na pauta da próxima reunião.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Para discutir, com a palavra. A matéria foi adiada para a próxima Sessão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para subsidiar o nobre Senador Edison Lobão. Também tive uma informação, Senador Edson, de que tramita um projeto com o mesmo objeto de autoria do Senador Renan Calheiros. Talvez fosse o caso também de--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Apensar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --V.Exª. pedir que fosse apensado esse Projeto da forma que pudesse discutir. Já seriam três projetos tratando do mesmo objeto. Só para enriquecer o Parecer de V.Exª.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador Flexa Ribeiro, permite? Poderia V.Exª. requerer a Mesa à juntada dos três projetos para caminharem conjuntamente. E assim teríamos uma análise só.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Senador Flexa, V.Exª. pediu vistas?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Eu só gostaria de, concluindo, Presidente, Senador Eliseu Resende, pedir que fossem apensados os três processos para--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Informa a Mesa, Sr. Senador, que apensar um projeto no outro tem que ser aprovação do Plenário do Senado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, do Senado, então encaminharei ao Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): V.Exª. requer ao Plenário do Senado a apensação de um Projeto de Lei no que está em discussão aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Item nº 3 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 412/2003, complementar não terminativo. Estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.

Autoria do projeto é do Senador Antônio Carlos Magalhães, Relatora, Senadora Serys Slhessarenko. O Parecer é pela aprovação do Projeto com Emendas 1 a 6 da CCJ e a Emenda nº 7 que apresenta. Com a palavra, a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): A Relatora está ausente nós vamos passar para o item seguinte.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pois não, Senador.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Esse projeto é de alta importância e relevância, eu indago a V.Ex^a. se não seria possível designar um Relator *ad hoc* para que nós pudéssemos apreciá-lo ainda hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Eu quero apenas lembrar que o Presidente Aloizio Mercadante, Senador Mercadante, colocou perante o Plenário, na primeira reunião que nós tivemos, que haveria o adiamento da consideração da matéria por duas vezes que a Relatora estivesse presente. Na terceira vez é que seria designado o Relator *ad hoc*.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Obrigado pela informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Item nº 4, Projeto de Lei da Câmara não terminativo. Projeto de Lei nº 64. Altera o art. 2º da Lei 8.001, de 13 de março de 90 que define os percentuais da distribuição de compensação financeira de que trata a Lei 7.990, de 28 de dezembro de 89 que reduz o percentual de participação da compensação financeira sobre a exploração de recursos minerais incidentes sobre os bens minerais de aplicação imediata na construção civil. É um Projeto de Lei de 2005 de autoria do Deputado Ricardo Izar. Foi designado Relator o Senador Garibaldi Alves Filho. A matéria já foi aprovada pela, já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E está ainda para ser apreciada depois dessa Comissão, depois de tramitar por essa Comissão ainda está por ser apreciada pela Comissão de serviços de infra-estrutura. Com a palavra, o Senador Garibaldi Alves Filho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Estando ausente o Relator nós adiamos então também essa matéria para a pauta da semana seguinte. Esse assunto é importante.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pois não.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Jonas Pinheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pois não, Senador.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, esse projeto, o de Item 4 é muito importante, porque ele traz no seu bojo a diminuição de incidência de impostos em cima de minerais destinados

à construção, portanto, baixar o custo de moradia, mas, principalmente, sobre o preço do calcário para a agricultura que baixa de 2% a incidência para 0,2%. Eu, é claro que já está adiada a sua votação, mas eu faço uma proposta à Mesa para que esse Projeto, em função da importância para a agricultura, ele também seja analisado na Comissão de Agricultura do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Nós vamos consultar a Mesa para colocar à aprovação do Plenário mas há o entendimento de que cabe um pleito junto ao Plenário e o Congresso, a juntada de outro Projeto de Lei na pauta. V.Ex^a., Senador Jonas Pinheiro, cuidaria de pedir o apensamento.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente, aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pela ordem, Osmar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Me parece que o Senador Jonas pretende não é apensamento é a audiência da Comissão de Agricultura que deve ser solicitada à Mesa do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): A matéria tramitaria também na Comissão de Agricultura, igualmente a solicitação tem que ser feita em Plenário do Senado.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): O Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): O Requerimento. A aprovação é do Plenário. Item nº 5 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 83/2003, terminativo. Modifica a redação do inciso XIV, do art. 6º da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 88, alterada pelo art. 47 da Lei 8.541, de 23 de dezembro de 92 e pelo art. 30 da Lei 9.250, de 26 de dezembro de 95 que dispõe sobre a isenção do Imposto de Renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica. Autoria do Projeto de Lei, Senador Paulo Paim. Relator, Senador Sérgio Guerra. O Parecer é pela prejudicialidade do projeto. Com a palavra, o Relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, o Relator não está presente, eu sou o autor do Projeto. Eu queria dizer, Sr. Presidente, que eu concordo com o relatório apresentado pelo Senador Sérgio Guerra, por quê? Porque, infelizmente, nessa Casa é comum nós apresentarmos um Projeto e depois somos atropelados por uma Lei, dois, três anos depois. O meu projeto é mais antigo do que a Lei, mas reconheço que a Lei atingiu o objetivo. Como a Lei atingiu o objetivo, a Lei 2004, meu projeto 2003, eu me sinto contemplado. Conseqüentemente, eu, como autor, se o senhor quiser indicar o Relator *ad hoc* que é pela rejeição do projeto ou pela prejudicialidade, que V.Ex^a. pudesse indicar,

porque eu acho que o relatório está de acordo com a vontade do autor já que a lei contempla o objetivo do Projeto que eu apresentei em 2003.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Aqui no canto, aqui. É o seguinte, Presidente, como o Relator está de licença médica e a notícia que eu tenho é que ele sofreu uma cirurgia inclusive ontem, talvez essa regra estabelecida de adiarmos a votação poderia ser revista nesse caso, já que o autor do projeto está concordando com o Parecer.

Então, eu proponho para que V.Ex^a. submeta a voto, que nós possamos apreciar esse Parecer nesta reunião. E o Senador Marconi Perillo poderia ser o Relator *ad hoc*.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu sou suplente aqui na Comissão do Senador Sérgio Guerra, eu me disponho a fazer a leitura caso haja a concordância.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente, sobre o assunto se permitir é sobre o mesmo assunto, se V.Ex^a. permitir. Eu fui autor de uma das medidas de beneficiar no Imposto de Renda e houve uma dúvida sobre a exclusão no Projeto dessa doença que o Senador Paim tentou corrigir. Mas depois foi revista e realmente ela não foi excluída dos benefícios de ordem fiscal pela gravidade que ela representa.

Então, ela está, sem dúvida nenhuma, saneada a dúvida e a prejudicialidade é correta. Por isso que eu acho que se o Senador, Governador de Goiás puder fazer a leitura, eu acho que resolveria e não ficaria paralisado esse Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Dada à anuência do Relator da matéria, nós vamos designar o Relator *ad hoc*. Fica designado o Senador Marconi Perillo, como Relator *ad hoc*.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu passo então à leitura do relatório do ilustre Senador Sérgio Guerra, na condição de Relator *ad hoc*. E começo a ler a análise do relatório. De acordo com os incisos I, IV e VII do art. 99 do Regimento Interno do Senado, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre proposições pertinentes a tributos, finanças públicas e outros assuntos correlatos. Não há qualquer dúvida sobre a legitimidade da iniciativa do Senador para a propositura que tem fundamento nos arts. 24, inciso I e XLVIII, inciso I e LXI da Constituição, tendo em vista que o Imposto de Renda está no âmbito de competência da União. Art. 153, inciso III da Constituição Federal de 88.

Ainda assim, sob o ponto de vista constitucional, a proposta cumpre a condição do § 6º do art. 150, que exige Lei Federal específica para a concessão de isenção. Entretanto, no mérito, com a entrada em vigor da Lei 11.052 de 2004, a redação do inciso XIV, do art. 6º da Lei 7.713 de 88, que se deseja modificar, foi alterada mediante a inclusão das hepatopatias graves entre as enfermidades cujos portadores teriam os seus proventos isentos do referido tributo.

Para ser a hepatite C uma hepatopatia grave, não resta dúvida de que o PLS nº. 83/2003, ficou prejudicado no que tange a alteração inicialmente pretendida, já que a nova Lei tornou a isenção ainda mais abrangente do que a prevista na proposição. Falta, pois, ao Projeto o requisito da originalidade porquanto trata de matéria já disciplinada em Lei. Cabe lembrar ainda que a Lei 11.052/2004 retirou equivocadamente a fibrose cística da lista das patologias cujos portadores gozam da isenção do imposto de renda de pessoa física incidente sobre seus proventos. Tal doença consta da redação dada pelo PLS 83/2003, ao inciso XIV do art. 6º da Lei 7.713, de 88. À primeira vista, poder-se-ia considerar que o PLS sob exame não deveria ter sido prejudicado. Exatamente por relacionar a patologia omitida pela Lei nº 11.052/2004 e constituir instrumento apto para corrigir a omissão. Mas não é assim que se deve interpretar a situação. Embora se considere, por uma questão de clareza, que a manutenção da patologia na lista do referido inciso fosse mais indicada, diferentemente do que se possa imaginar, a omissão da Lei 11.052/2004, não teve o condão de afastar a isenção do Imposto de Renda de pessoa física para os portadores de fibrose cística. Para entender a questão é necessária uma remissão ao art. 2º, § 1º da Lei de Introdução ao Código Civil, segundo esse dispositivo uma Lei revoga a anterior quando expressamente o declare quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria que se tratava a Lei mais antiga.

Ora, a fibrose cística foi incluída na relação das moléstias cujos portadores são beneficiários de isenção prevista no § 2º do art. 30 da Lei 9.250 de 1995. Segundo os termos dessa Lei supracitados, vê-se que tal dispositivo não é incompatível com aludida lei. Não foi completamente regulado nem foi revogado por ela, portanto continua em vigor. Se a intenção da Lei 11.052/2004 fosse regular inteiramente as doenças que são ensejo à isenção, o § 2º do art. 30 da referida Lei de 95, deveria ter sido revogado expressamente por força do disposto do art. 9º da Lei Complementar 95 de 98.

A justificativa do PLS 71 de 2000, que deu origem à Lei 11.052, reforça esse entendimento. À vontade do legislador foi apenas a de estender aos portadores de

hepatopatia grave a isenção do Imposto de Renda. Não houve nenhuma intenção de excluir a fibrose cística da relação, nem de regular a matéria inteiramente. Passo ao Voto. Diante do exposto, o voto é pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº. 83/2003. Sala das Comissões. Este é o Voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Diante do Parecer do Relator declaro prejudicado o Projeto. Nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. Vamos promover a votação da declaração de prejudicialidade mediante votação nominal. Observando que quem vota com o Relator vota sim a prejudicialidade do projeto. Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, de acordo com o Relator. De acordo com o Relator. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Como vota o Senador Francisco Dornelles? Ausente. Como vota o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Senador Aloizio Mercadante está ausente. Como vota o Senador Fernando Collor?

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sim, Presidente. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Como vota o Senador Expedito Júnior? Ausente. Como vota a Senadora Serys Slhessarenko? Ausente. Como vota o Senador João Vicente Claudino?

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Como vota o Senador Romero Jucá, está ausente. Senador Valdir Raupp. Está ausente. Senador Pedro Simon. Está ausente. Como vota o Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Como vota o Senador Gilvam Borges? Está ausente. Como vota o Senador Neuto de Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Como vota o Senador Garibaldi Alves Filho? Ausente. Como vota o Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Como vota o Senador Edison Lobão?

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Como vota o Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Como vota a Senadora Kátia Abreu? Ausente. Como vota o Senador Raimundo Colombo? Senador Raimundo Colombo. Ausente. Como vota o Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Como vota o Senador Sérgio Guerra? Ausente. Senador Tasso Jereissati? Ausente. Como vota o Senador Osmar Dias?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Foram chamados os titulares, agora nós vamos chamar os suplentes para preencher as vagas dos titulares. Como vota a Senadora Serys Slhessarenko?

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Slhessarenko.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): O Relator. Está ótimo!

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Muito obrigado. Tem que preencher dois aqui, né? Três. Nós vamos chamar três Senadores Suplentes do bloco PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB. Como vota o Senador Flávio Arns? Como vota o Senador Paulo Paim?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Está ausente, saiu agora. Saiu agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Como vota o Senador Sibá Machado? Como vota a Senadora Ideli Salvatti?

SENADOR IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Como vota a Senadora Patrícia Saboya Gomes? Ausente. Como vota o Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o Relator, Sr. Presidente. Como vota o Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Está completa então a votação do bloco.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Bloco de apoio ao Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Bloco de apoio ao Governo, desculpe. Como vota o Senador João Vicente Claudino? Já votou? Já votou. Como vota o Senador Valter Pereira? Como vota a Senadora Roseana Sarney? Como vota o Senador Wellington Salgado? Como vota o Senador Leomar Quintanilha? Como vota o Senador Joaquim Roriz? Como vota o Senador Paulo Duque? Como vota o Senador Jarbas Vasconcelos? Vamos passar para os suplentes do PFL. Como vota o Senador Antônio Carlos Magalhães? Como vota o Senador Demóstenes Torres? Como vota o Senador José Agripino? Como vota o Senador Marco Maciel? Todos ausentes. Como vota o Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Vou solicitar os votos dos titulares, os suplentes do PSDB. Como vota o Senador Arthur Virgílio? Como vota o Senador Eduardo Azeredo? Como vota o Senador João Tenório? Como vota o Senador Marconi Perillo? Como vota o Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tudo bem, Valter, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Por unanimidade dos 20 votos presentes, né? Pela unanimidade dos 20 votos presentes, fica prejudicado o Projeto nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pela ordem, Senadora.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir desculpas por ter

chegado agora, eu sou a Relatora do terceiro item. Mas eu pediria até aos Srs. Senadores, as Sr^{as}. Senadoras, especialmente ao Presidente a possibilidade de relatarmos o terceiro item porque nós estávamos, em função do DIA INTERNACIONAL da Mulher, nessa semana, com inúmeras atividades nessa área, recebemos várias entidades organizadas etc, etc. Eu pediria uma, se fosse possível, por conta da questão da mulher, especialmente, que a gente pudesse relatar o terceiro item agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Inversão de pauta-- coloco em discussão e submeto à aprovação do Plenário a solicitação da Senadora Serys Slhessarenko, que é Relatora do Projeto de Lei 412, que corresponde ao item 3 da pauta.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem. Eu acho que essa Comissão deve a essa Senadora guerreira, a quem presto agora a minha homenagem, esse voto. Afinal de contas tem sido uma defensora dos direitos da mulher e hoje se comemora o dia das mulheres. Então... Sr. Presidente, desculpa, amanhã.

Então, acho, Sr. Presidente, que devemos sim ouvir o relatório dessa brilhante Senadora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Especialmente no dia 8, mas todos os dias, Crivella, não há dúvida.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Desculpa, Sr. Presidente, retificando, dia 8, perdão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Voltaremos à consideração do Item 3, portanto. Projeto de Lei do Senado 412, complementar, não terminativo. Estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o CADE, para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. Autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães, Relatora, Senadora Serys Slhessarenko. Com a palavra, Senadora.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras. Como já foi lida a síntese eu já vou passar direto ao relatório. É submetida à apreciação dessa Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado nº 412/2003, complementar, de autoria do eminente Senador Antônio Carlos Magalhães para nos termos do art. 99, inciso III, IV do Regimento Interno do Senado Federal opinar sobre seu mérito. A proposição em apreço tem por objetivo estabelecer a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, no que tange à prevenção e repressão de infrações contra a ordem econômica e a concorrência no Sistema Financeiro Nacional. A proposição já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, CCJ,

onde foi relatada pelo nobre Senador César Borges que apresentou Parecer favorável pela constitucionalidade, juridicidade e pelo acatamento parcial da Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Arthur Virgílio, nos termos das Emendas nº 2 a 6 do Relator. Análise: Atestadas, a constitucionalidade, a juridicidade e a boa técnica legislativa no Projeto de Lei do Senado nº 412/2003, complementar, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabe a esta Comissão examinar o mérito da proposição. O projeto é meritório ao definir as competências para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, no que se refere à concorrência no Sistema Financeiro Nacional, concedendo maior eficiência na regulação do SFN, uma vez que o Banco Central hoje responsável pela regulação da concorrência no setor financeiro está exercendo controle que está fora de sua competência. Uma vez que sua atuação deve ser referente à política monetária, não devendo entrar nesse escopo a concorrência econômica. Colocando essa responsabilidade sob as atribuições do CADE, ganharemos em eficiência por ser este o órgão responsável pela regulação da concorrência econômica.

Apesar do inquestionável mérito das alterações originalmente propostas pelo projeto e pelo aprimoramento obtido com as Emendas da CCJ, merece ainda o projeto receber Emenda aditiva para que, no sentido da propositura do ilustre Senador autor, o CADE tenha nova competência administrativa. A Emenda ora propugnada busca modernizar os procedimentos naquele Conselho de forma que, a exemplo dos termos de ajustamento de conduta patrocinados pelo Ministério Público, possa o CADE firmar termo de compromisso de cessação da prática investigada ou de seus efeitos lesivos com o representado, desde que especifique as obrigações, fixe o valor da multa para o caso de descumprimento e fixe o valor da contribuição pecuniária, ao Centro de Defesa de Direitos difusos quando cabível.

Com a Emenda busca-se capacitar o CADE com importante célere instrumento para a solução de práticas lesivas que estejam sob processo administrativo. Pelas razões acima enumeradas, a avaliação do PLS nº 412/2003, complementar, é positiva. Especialmente por permitir maior eficiência para a regulação da concorrência no Sistema Financeiro e que se reverterá em benefícios para toda a sociedade em virtude da redução dos abusos que tanto aflige a população.

Voto: Diante do exposto, concluímos pela aprovação do projeto com as Emendas de nº 1 a 6 da CCJ e mais a aprovação de uma Emenda dessa Relatoria nos seguintes termos. Segue-se, Sr. Presidente, a Emenda nº 7. Eu consultaria os Srs. Senadores e ao

Sr. Presidente, as Sras. Senadoras se há a necessidade de leitura da Emenda porque todos a têm. Se não houver necessidade da leitura da Emenda está o voto pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): A matéria está em discussão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, para discutir. Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pois não, Senador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu quero apenas lembrar aqui da importância de um Projeto desses. O Brasil é extremamente concentrado, desde a época das Capitânias Hereditárias. Se nós formos olhar hoje o grande capital industrial, alumínio, por exemplo, duas, três empresas; papel, Aracruz, usado mais uma ou duas. Nós formos olhar as fábricas de cimento, o aço, metalurgia, enfim, todos os setores do nosso País, inclusive a mídia, a grande mídia de massa, Grupo Abril, Globo, talvez alguns outros veículos. Mas, em termos de orçamento, em termos de *turn-over*, esses são os grandes grupos porque tudo no nosso País é extremamente concentrado desde a época da nossa formação social da colônia. E que se perpetuou pelo Império. Nós tentamos aqui descentralizar um pouco o poder político, mas houve uma reação grande, voltou-se à cláusula de barreira. Infelizmente a gente não tem o CADE da nossa política eleitoral. Mas hoje o que se faz aqui, Sr. Presidente, é fortalecer o CADE para aumentar a concorrência, para que as regras de mercado possam superar essa nossa fragilidade, eu diria, de Constituição social. De tal maneira que, eu quero adiantar o meu voto, Sr. Senador Eliseu Resende, de que sou favorável a todas as medidas que fortaleçam o CADE e aumentem a concorrência no nosso País. Voto sim.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente, eu também manifesto a minha opinião favorável ao Relatório da Senadora Serys, e acho que o Projeto, de fato ele dá uma nova responsabilidade ou uma responsabilidade sobre um novo setor ao CADE que eu acho fundamental porque o setor financeiro é um setor que como outros setores da economia mundial buscam se aglutinar e cada vez menos empresas e marcas do sistema financeiro controlam o maior percentual do mercado dos serviços prestados pelo sistema financeiro. E... O Banco Central não tem,

de fato, essa função. O CADE passa a exercer um papel importante. Hoje mesmo nós estamos vendo algumas matérias nos meios de comunicação das diferenças nos valores das tarifas prestadas pelos Bancos e a concorrência é fundamental. E o controle sobre essa concorrência é fundamental. O CADE precisa se especializar cada vez mais nesse controle no estabelecimento da concorrência para que nós possamos, de fato, favorecer a população brasileira.

Então, por isso que eu também vejo com muita alegria o fortalecimento das Cooperativas de Crédito no Brasil todo, né? Porque é uma outra alternativa que segmentos da sociedade passam a ter com esse fortalecimento e nós tivemos, nos últimos anos, uma concentração muito grande desses serviços que são prestados à população através do sistema financeiro e o CADE tem mais cultura, tem função específica e... Fortalecemos o CADE, tem um Projeto de Lei tramitando do Poder Executivo que reestrutura o CADE, que eu acho fundamental. Mas esse é um passo importante para esse fortalecimento, parabeno a Senadora Serys pelo seu Relatório. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Muito obrigado Senador Renato Casa-grande. Com a palavra, o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores. O Projeto de Lei de iniciativa do Senador Antônio Carlos Magalhães é altamente meritório porque, efetivamente, busca permitir maior eficiência à regulação da concorrência no sistema financeiro conforme bem atesta a Senadora Serys. Será, certamente, uma regulamentação que vai garantir uma regulação que vai garantir uma concorrência saudável e quem vai ganhar com isto, certamente será a população usuária, a sociedade.

Além disto, complementando este meritório Projeto de Lei de iniciativa do ilustre Senador Antônio Carlos Magalhães, a Emenda da ilustre Senadora Relatora Serys aprimora e garante maior modernidade ao CADE. Garante instrumentos de investigação e... Acaba fazendo com que haja o cumprimento do TAC, do Termo de Ajustamento de Conduta proposto pelo próprio Ministério Público.

Portanto, o projeto é meritório porque, efetivamente, garante a concorrência saudável e a Emenda da ilustre Senadora Serys garante o aprimoramento instituindo inclusive as multas em caso de desobediência. Nada mais adequado do que o CADE para, a partir de agora, fiscalizar o sistema financeiro. De modo que, com essa... Breve discussão, quero antecipar o meu voto favorável ao Projeto e à Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Muito obrigado, Senador Marconi Pe-

rillo. Continua a matéria em discussão. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, eu estava falando com o nosso representante do Espírito Santo, o problema mais grave no CADE que é do nosso conhecimento. É claro que houve discussões graves no problema da cerveja, da AMBEV e de outras fábricas da fusão que foi feita. Mas, o caso da NESTLÉ com a fábrica de chocolate se arrastou por muito tempo envolvendo todos os representantes do Parlamento, do Estado do Espírito Santo e Governadores para o não... Para que houvesse realmente a aprovação da compra da NESTLÉ, da fábrica de Chocolate PAN que lá havia. E se arrastou por muito tempo. Talvez esta Emenda que foi colocada pela ilustre Senadora, hoje a mulher do dia 8, Dia Internacional da Mulher, que ela é a grande Líder nesta Casa, teria, provavelmente, dado um andamento diferenciado nessa discussão.

Então, eu acho que vem em boa hora esse projeto e com as Emendas apresentadas para se tentar dar uma velocidade maior. Porque não adianta, Presidente Collor, estar no CADE um Projeto e ficar dez anos uma discussão. A sociedade, o prejuízo é permanente.

Então, aquilo que der velocidade e maior emprego da inteligência para uma solução pacífica eu acho que vale a pena se investir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pela ordem, Senador.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu gostaria de requerer a V.Ex^a., submetendo, é claro, à apreciação do Plenário, a tramitação em regime de urgência desse Projeto nesta Comissão dado à relevância do mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Em votação o Parecer do Relator. Os senadores que concordam com o Parecer do Relator, que é pela aprovação do Projeto com as Emendas 1 a 6 da CCJ, CAE e nº 7 da CAE permaneçam como estão. Fica aprovado.

Em votação o Requerimento de urgência do Senador Marconi Perillo. Aprovado.

Vamos dar seqüência à pauta agora com o Item 6.

Item 6, Projeto de Lei do Senado nº 245 complementar não terminativo que altera a Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Esse Projeto de Lei tramita em conjunto com o Projeto de Lei

do Senado nº 19/2005, também complementar e não terminativo e altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Para vedar o contingenciamento das despesas que especifica. Relator, Senador Jefferson Peres. Autoria do Senador Rodolpho Tourinho. Relator Jefferson Peres. Não está presente o Relator, como nós estamos aqui, temos duas Sessões em que o Relator não comparece, o Presidente designa o Relator *ad hoc*. Nós gostaríamos de designar o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, eu não posso relatar porque eu sou autor de um dos dois Projetos.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pela ordem. Pela ordem, Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aqui, Senador Garibaldi. Eu queria esclarecer que eu sou Relator do Item 4 da pauta de autoria, o Projeto do Deputado Ricardo Izar. Eu estou com o Parecer concluído, entretanto, Sr. Presidente, eu recebi um apelo de Parlamentares para discutir o Projeto e eu prefiro dar oportunidade a uma maior discussão. Mas, me comprometo que trarei essa matéria na próxima reunião, terça-feira, dia 17 de março.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): O adiamento já foi aprovado, Senador.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Prosseguindo a discussão do Item 6 do Projeto de Lei do Senado 245/19, o Relator é o Senador Jefferson Peres. Neste caso, também já consideramos a Relatoria não presente por duas Sessões, por duas reuniões, nós teremos designar um Relator *ad hoc*. Designo o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, viu, Presidente? Sr. Presidente, o Projeto é do Senador Rodolpho Tourinho, é o Projeto de Lei do Senado de nº 245, como V.Exª. Acabou de, rapidamente, explicar o objeto e visa, especificamente, a isentar das restrições a renúncia de receita imposta pelas Leis de Responsabilidade Fiscal as entidades sócio-recreativas ou esportivas que cooperem com o poder público em programas de inclusão social. Ou patrocínio de equipes esportivas representativas de ente da federação em competições de nível estadual, Nacional ou internacional conforme disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Como eu disse, esse Projeto de Lei do Senado nº 19, Complementar, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, por sua vez, visa a proibir o contingenciamento de verbas oriundas das seguintes fontes: Destinadas ao pagamento de *royalties* e compensações financeiras aos entes públicos decorrentes da exploração de recursos naturais. V.Exª. é um homem experiente na área, entre outras coisas, a questão do petróleo. Multas e outras receitas próprias das Agências Reguladoras, Sr. Presidente. Que V.Exª. Também tem se colocado de uma maneira muito lúcida, muito clara no que se refere a esse contingenciamento que tem prejudicado o trabalho das Agências Reguladoras e empréstimos ou financiamentos obtidos junto a organismos multilaterais. O autor justifica a sua proposição argumentando que o Poder Executivo, através do uso intensivo de contingenciamentos, tem distorcido as prioridades orçamentárias definidas pelo Parlamento, ao eleger programações com gerenciamento intensivo, determinando sua precedência na execução orçamentária, o contingenciamento cria nova categoria de prioridade dentro o rol constante do anexo de prioridades e metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Sem que, evidentemente, o Poder Legislativo que os aprova participe do processo.

Portanto, Sr. Presidente, em poucas linhas, a preocupação do Senador Tourinho é especificamente com o contingenciamento de recursos.

Da análise, Sr. Presidente. Nós podemos registrar aqui que no que diz respeito ao escopo do PLS 245 é importante, em primeiro lugar, descrever o tratamento dado pela LRF, aos fatos de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. O art. 14 da Lei estabelece que todos os atos do poder público que resultem em renúncia de receita fiscal devem: Estar acompanhados de estimativa do impacto econômico-financeiro da medida; demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa de receita que consta da Lei Orçamentária e que a renúncia não afetará metas de resultados fiscais; ou estar acompanhada de medidas de compensação por meio de aumento da receita.

Portanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal não proíbe que se faça renúncia de receita. Apenas estabelece regras para que estas não cresçam descontroladamente. Precisa fazer a contrapartida e mostrar os reflexos disso. O PLS 245/2003, pretende que as regras descritas acima não se aplique a entidades sócio-recreativas e esportivas, engajadas em programas sociais. Não há dúvida nenhuma que o pleito é absolutamente procedente. No que diz respeito ao PLS 245, Complementar, considera a proposição inadequada por vários motivos.

Em primeiro lugar as ações de inclusão social através do esporte que se pretende estimular, não têm custo suficientemente elevado que exijam sua excepcionalidade. Renúncias fiscais a favor desses programas têm custos que podem ser acomodados dentro da programação financeira aprovada no âmbito da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Criar essa exceção é permitir que se concedam isenções tributárias sem explicitá-las na LDO e no Orçamento, o que atenta contra a transparência das contas públicas.

Em segundo lugar, não parece haver motivo para que se dê tratamento privilegiado às entidades sócio-recreativas ou esportivas. Por que não privilegiar, Sr. Presidente, creches e orfanatos?

Em terceiro lugar, há que se considerar que as exceções abertas no art. 14 da Lei de Responsabilidade fiscal que o projeto deseja modificar são de caráter geral e não direcionadas a algum setor da sociedade. Estipula o § 3º do artigo em questão que as disposições daquele artigo não se aplicam aos chamados impostos regulatório cujas alíquotas são utilizadas como instrumento de política econômica, IPI, IOF, impostos de exportação e importação. No que concerne ao PLS nº 19, Complementar, o diagnóstico apresentado em sua justificação nos parece correto. Existe, no orçamento Federal, uma crescente participação das chamadas despesas obrigatórias que são aquelas definidas em Constituição e Leis, às quais não podem ser comprimidas. Um exemplo são os benefícios sociais definidos pelo LOAS, ou pela Lei 8.472 de 7 de dezembro. Ali está definido, por exemplo, que qualquer cidadão de baixa renda acima de 65 anos tem direito a receber um salário-mínimo mensal. Não só, não se pode fazer ajuste fiscal cortando essa despesa, pois qualquer cidadão que tenha direito ao benefício pode exigí-lo. Da mesma forma a Constituição estabelece que a despesa na área de saúde seja corrigida de acordo com o crescimento do PIB nominal. Há ainda a obrigatoriedade do pagamento dos salários e encargos sociais ao funcionalismo. Ao final, tem-se que 90% da despesa é obrigatória, o que força o Poder Executivo Federal a fazer o controle fiscal através do contingenciamento controlando os 10% restantes da despesa.

Embora a justificativa da proposição acerte no diagnóstico do problema, a solução proposta não nos parece eficaz. Vedar o contingenciamento de algumas receitas e despesas irá, tão-somente, reduzir ainda mais a margem de manobra do Poder Executivo na busca do equilíbrio fiscal. Reagir ao contingenciamento excessivo de verbas através de maior enrijecimento do orçamento não parece ser o melhor caminho. Não há dúvida de que atualmente o Poder Executivo utiliza a possibilidade de contingenciamento de forma mais

abrangente do que é definido na LRF. A possibilidade de contingenciar despesas, ato que formalmente é chamado de limitação de empenho ou movimentação financeira, está estabelecida no art. 9º da LRF. O caput, o § 2º do citado dispositivo estipulam que o contingenciamento deveria ser feito a cada dois meses sempre que houvesse a possibilidade de descumprimento das metas fiscais.

Na realidade, o Poder Executivo faz um único e grande contingenciamento no início do ano, independentemente da trajetória da despesa e da receita liberando os recursos à conta gotas ao longo do exercício. Em reação a esse arbítrio, diversas propostas similares aquelas aqui analisadas tem buscado restringir o universo de despesas e receitas passíveis de contingenciamento. Cito, como exemplo, o PLS 397, complementar que veda o contingenciamento de despesas com equipamento para as Forças Armadas.

Reafirmo, contudo, que reagir ao excessivo e distorcido contingenciamento através de imposição de maior rigidez na despesa não é a solução adequada. O processo de elaboração, aprovação, execução de orçamento é um exercício do possível, no qual se busca limitar as necessidades de gasto ao dinheiro disponível. Se 90% dos recursos já estão previamente comprometidos, o problema não está no contingenciamento dos 10% restantes. E sim, no excessivo peso da despesa obrigatória. Note-se ainda que de acordo com o art. 9º da LRF, cabe à LDO estabelecer, a cada ano, quais as rubricas orçamentárias que não ficarão sujeitas à contingenciamento. Apresentar uma proposição vedando para todos os orçamentos futuros o contingenciamento de uma determinada rubrica orçamentária, seja ela qual for, quebraria a lógica segundo a qual se deve decidir, a cada ano, na LDO, quais são as prioridades daquele período.

Por fim, cabe lembrar que a Lei de Responsabilidade fiscal nunca foi modificada, isso tem sido um fator fundamental para a garantia da sua eficácia. Os projetos aqui analisados, se aprovados, poderiam representar a abertura de espaço para outras alterações, o que poderá comprometer severamente a saúde financeira do setor público nacional.

Diante do exposto, voto pela rejeição do PLS 245 e do PLS 19/2005, Complementar.

Sr. Presidente, apesar de ter sido o Relator *ad hoc*, quero voltar a registrar, mesmo reconhecendo aqui as considerações do Senador Jefferson Peres, Relator, volto a insistir que a questão das Agências Reguladoras é absolutamente fundamental o não contingenciamento para que nós não tenhamos prejuízo nos trabalhos de fiscalização, de preparação de tudo

e dos leilões normalmente executados pelas Agências Reguladoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Muito obrigado, Senador Delcídio Amaral. A matéria está em discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Peço vista. Peço vistas do processo, Sr. Presidente, face exatamente que o nobre Senador Delcídio Amaral colocou agora ao final, que esse Projeto, eu reputo que deve ser aprofundado o estudo porque trata de um assunto da maior importância que é o não contingenciamento dos *royalties* e compensações financeiras devido aos entes públicos e também das multas e receitas das próprias Agências Reguladoras.

São dois assuntos da maior importância que nós, ao longo da última Legislatura viemos discutindo aqui recursos substanciais da Marinha do Brasil, de *royalties* do petróleo sem que ela possa utilizar na... Na sua atividade e também das Agências Reguladoras que estão sem condições de exercer, exercerem os seus papéis de fiscalização e de regulação por falta de orçamento.

Então, eu peço vista para aprofundar o estudo sobre o processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Concedo vistas ao Senador Flexa Ribeiro pelo prazo regimental de cinco dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É só para corrigir, primeiro a informação da Mesa, depois o início do Relatório do Senador Delcídio Amaral que, claro, como leu de surpresa o relatório, não teve responsabilidade sobre o equívoco. É que para não ficar registrado na taquigrafia, o Projeto de Lei 245 é de minha autoria e o Projeto de Lei nº 19 é que é de autoria do Senador Tourinho. Aliás, eu não entendo porque os dois estão tramitando conjuntamente porque um não tem nada a ver com o outro. Tratam de matérias completamente diferentes, do Senador Tourinho fala em não contingenciar verbas para agências Reguladoras e outras finalidades e o meu Projeto fala em incentivo ao esporte. Não sei de quem é a autoria do Requerimento, mas certamente não foi uma decisão acertada a tramitação em conjunto. Eles poderiam ser desampensados para que desse mais liberdade, inclusive, para o Relator.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente. Pela ordem, Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eles estão em conjunto aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Apenas quero dar uma informação ao Senador Osmar Dias aqui de um despacho do Requerimento do Senador Romero Jucá. “Requeiro nos Termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº. 245/2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 19/2005, por regularem a mesma matéria”.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, daqui para frente vou ficar mais atento a esses pedidos de tramitação conjunta, porque o Líder do Governo está propondo, na verdade, é a rejeição em globo das matérias. As propostas todas são apensadas e um relatório rejeitando todas é feito de uma vez só. É claro que um não tem nada a ver com o outro. Esse passou. Mas daqui para frente eu prometo que ficarei atento a esses pedidos de tramitação conjunta feitas pelo Líder do Governo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador Osmar, permite um aparte? O Senador Flexa durante o seu relatório pedir vista pode pedir o desmembramento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fa-rei isso.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Eu quero trazer ao Senador Osmar Dias a informação da Mesa que V.Exª pode requerer em Plenário, o desampensamento, a separação, o desampensamento.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu farei isso, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem. Aqui, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pela ordem, por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vamos precisar fazer uma consulta oftalmológica [risos] para melhorar o seu campo visual. Mas, Sr. Presidente, no meu entendimento é... Cumpre ao Relator *ad hoc*, que substituiu o Relator adotar as medidas, fazer a proposta, até porque não foi submetida à votação ainda. Eu acho que devolvendo-o processo ao Relator *ad hoc*, ele... Ele atenderia ao pleito do Senador Flexa Ribeiro. Aliás, do Senador Osmar Dias.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pela ordem, Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MT): Eu confesso a V.Exª. que como fui nomeado Relator *ad*

hoc eu comecei o relatório achando que eu ia tratar do Projeto do Senador Rodolpho Tourinho. Depois, ao longo da leitura, observando atentamente, eu cheguei à conclusão que eu estava fazendo, estava lendo um relatório que tratava de benefícios a sociedades, a entidades esportivas que tivessem atividades de cunho social misturado com contingenciamento de Agências Reguladoras e de *royalties*. Acho que são coisas tão fora de...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Está parecendo Medida Provisória.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MT): Que eu inclusive no meio do relato eu me confundi porque eu não... Porque, na verdade, eram temas tão díspares que até ao longo da leitura que eu fui descobrindo que o encaminhamento era para rejeitar os dois Projetos.

Então, eu acho, Sr. Presidente, se V.Ex^a. Me permite, nós poderíamos, eventualmente, em vez de apenas um projeto ao outro, nós separaríamos esse projeto, esses dois Projetos e, atendendo a sugestão do Senador Valter Pereira, nós faríamos esse desapensamento, porque eu acho que são duas coisas absolutamente diferenciadas, dois projetos de Lei que tratam de temas totalmente diferentes e que não podem ser colocados numa mesma... E derruba o Relator *ad hoc* como derrubou que o Relator *ad hoc* ficou sem pai nem mãe no processo porque eram coisas absolutamente divergentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Senador Osmar Dias alega, assevera que ele vai pedir o desapensamento em Plenário. E houve pedido de vista pelo Senador Flexa Ribeiro. De forma que nós deixamos o assunto considerado dessa forma e passaremos ao item seguinte da pauta.

SENADOR IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pela ordem, Senadora.

SENADOR IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu queria apenas solicitar que pudesse ser incluído na pauta do dia de hoje um Requerimento de minha autoria para a realização de uma Audiência Pública sobre a questão da construção civil. Já foi lido e apenas para que ele possa ser apreciado na Sessão de hoje.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, só para um esclarecimento. V.Ex^a. deixou o Projeto do Delcídio desta forma, que forma? Volta a Plenário para desmembrar?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Não, houve um pedido de vistas do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Prevalece o pedido de vista, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pedido de vista.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Tá, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Foi dada a vista por 5 dias, de acordo com o Regimento.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MT): Presidente, e só as vistas é que ficaram? Que vai para o Plenário.

SENADOR IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas no pedido de vista o Flecha pode--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas pede em Plenário porque foi aprovado em Plenário a junta-da. Presidente, pode dar sequência à Ordem do Dia porque eu tenho que ir para a reunião do PFL e o meu Item é o 7. E tem o 8 que é para pedir vista aqui. 7, 7 Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): No final da pauta nós colocaremos em votação o Requerimento da Senadora.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Tem o 7, Presidente. O senhor pulou o sétimo? Se quiser pular pode pular porque assim o Crivella não fica triste comigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Item 7, Projeto de Lei do Senado nº. 110 que altera a Lei 6.905 de 11 de maio de 1981 para destinar a renda líquida de um concurso anual de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números para as Associações da Cruz Vermelha Brasileira. Autoria, Senador Marcelo Crivella. Relator, Senador Romeu Tuma. Parecer pela rejeição do Projeto. Com a palavra o Relator.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, a questão da saúde no Brasil, infelizmente, está cada dia pior pelo noticiário, por... Por todos os meios que a gente tem conhecimento. O Senador Crivella é muito preocupado com as minorias e aqueles que sofrem sem a capacidade financeira para se autocuidar em matéria de saúde. E vem lutando há muito tempo por esse projeto. Tanto é que a minha grande dificuldade em propor a rejeição foi pelo reconhecimento da intenção correta do Senador Crivella que tem sido um homem dedicado exclusivamente ao interesse público, principalmente aos menos favorecidos. Infelizmente, nós pedimos uma prestação de contas da Cruz Vermelha e eles não apresentaram por mais de seis meses, não deram um dado. A Caixa Econômica Federal, que já tem uma distribuição [soa a campanha] durante vários prêmios que são, são baixos, acho que é baixo, acho que tinha que estar no orçamento a Cruz Vermelha pelos compromissos internacionais,

então se fizer um concurso exclusivamente para a Cruz Vermelha, vários outros que gozem do benefício do... Do resultado da loteria seriam prejudicados. Já é pouco e diminuiria mais.

De forma que eu pedi a rejeição porque até é em quase que impossível cada dia se criar um novo beneficiário do resultado da loteria. Já se joga demais nesse País e acho que nós teríamos que permanecer da situação atual e lutarmos para que o Governo olhe com mais cuidado a Cruz Vermelha. Ela foi meio abandonada até pelos administradores. Eu conheço os graves problemas porque passaram em São Paulo e a falta de prestação de contas de todo o emprego do dinheiro e mais que tipo de assistência fornecem nas suas casas de saúde, nós achamos que, em princípio, devemos rejeitar esse projeto por um estudo mais pormenorizado como falei com o ilustre Senador Crivella. Demorei mais de seis meses para apresentar porque queria encontrar uma solução e não há outra a não ser a rejeição, Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Apenas para discutir, Sr. Presidente. O Senador Romeu Tuma fez um relatório, Sr. Presidente, judicioso, preocupado, demorou meses para encontrar uma solução de consenso. O que ocorre é o seguinte, Sr. Presidente, em 1981, o falecido Presidente da República, João Figueiredo, entendendo que as entidades Cruz Vermelha, que são 35 em municípios e 14 nos Estados brasileiros, deveriam ter como recurso o resultado de um prognóstico da loteria esportiva, isso é Lei no Brasil. A loteria esportiva, ela, uma vez por ano destina o resultado de um concurso para a Cruz Vermelha, são 52 concursos, 52 semanas. Um resultado vai para a Cruz Vermelha. Atendia a Cruz Vermelha, mas aí surgiu a Loto, surgiu a Quina e diversos outros concursos que tiraram os apostadores da Loteria Esportiva. De tal maneira que, nos últimos concursos, o resultado tem sido encaminhado à Cruz Vermelha, em 2003, 80 mil reais; em 2004, 100 mil reais; em 2005, 120 mil reais. É muito pouco para uma entidade de presença nacional e até internacional. De tal maneira, Sr. Presidente, que a Cruz Vermelha nos procurou pedindo para que a Lei fosse alterada e ao invés de um concurso de Loteria Esportiva, nós pudéssemos destinar um conjunto de Quina, de Loto, de prognóstico e sorteio de números, ao invés de resultado de time de futebol.

O Senador Romeu Tuma chamou aqui a Cruz Vermelha no sentido de apresentar relatórios econômicos

de contabilidade a fim de apresentar seu relatório. A Cruz Vermelha não apresentou. De tal maneira que o Relator ficou inseguro para destinar esses recursos.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria muito de ajudar a Cruz Vermelha porque vejo que eles estão numa situação de insolvência financeira e que prestam um trabalho relevante secular no nosso País. E lamento profundamente que ela não tenha conseguido convencer o Relator e ter se encontrado uma solução de consenso para esse Projeto. Mas fica aqui o meu apelo ao Governo, a essa Comissão mesmo, talvez numa Audiência Pública, que a gente possa salvar a Cruz Vermelha Brasileira, porque está numa situação de receber apenas 100 mil reais por ano tendo representação em 17 Estados, 35 municípios, o que é insuficiente, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, o senhor permitiria só uma palavra?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Uma palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Invoco o testemunho do Presidente Collor aqui. O Presidente Collor, quando na presidência, sabe as grandes dificuldades das Santas Casas. O Arthur, em Manaus, eu visitei e vi quase indo à falência a Santa Casa de Manaus, V.Ex^a. sabe, Senador Arthur. O Presidente Collor tentou de todas as formas ajudar durante um período. Tanto é que elas vêm agonizando desde então, Presidente Collor. Então essa questão da Cruz Vermelha e das Santas Casas é uma coisa desesperadora. Se à época quando Portugal trouxe Dom Pedro para cá criou a Santa Casa de São Paulo, ela sobrevive de uma forma quase que desesperadora, porque ninguém mais ajuda, Presidente. Não tem mais ajuda privada. E o Governo tem que olhar. V.Ex^a. deu assistência. Sei que o Governador Geraldo Alckmin, eu andei com ele pelo interior, comprou equipamentos para as Santas Casas. Porque às vezes tem Município que a região toda só é atendida por uma Santa Casa.

Então, se a Cruz Vermelha tem 37, tem mais de 500 Santas Casas que estão em agonia. Então nós temos que pensar conjuntamente como resolver esse problema em benefício daqueles menos favorecidos que precisam de assistência médica. Desculpe por invocar V.Ex^a..

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu gostaria de pedir vista à luz [soa a campainha] dos argumentos apresentados pelos Senadores Romeu

Tuma e Marcelo Crivella para poder, eventualmente, estudar um possível caminho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Concedo vistas do Projeto ao Senador Eduardo Suplicy pelo prazo regimental, 5 dias úteis.

SENADOR IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria solicitar a possibilidade de antecipação da análise do Projeto do Item 11 da pauta.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senadora, não daria para ler o 8 que é... Eu vou pedir vista, pedir vistas do Item 8.

SENADOR IDELI SALVATTI (PT-SC): E aí, em seguida, Sr. Presidente, se for possível antecipar daí o projeto 206 de autoria do Senador Tião Viana e... E o Relator *ad hoc* é o Senador Collor.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Teria a leitura--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Sr. Presidente, pela ordem, eu estou aqui ansiosamente esperando o Item 9 da pauta porque tenho uma reunião, já estou 50 minutos atrasada, gostaria que mantivesse a ordem da pauta se a Senadora não se incomoda eu também estou aqui aflita para me retirar, mas estou aguardando a ordem da pauta, por favor.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O Senador Edison Lobão pediu que eu fizesse um pedido de vistas do Item 8.

SENADOR IDELI SALVATTI (PT-SC): 8, 9 e 11, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Vamos passar a apreciar o Item 8, Projeto de Lei do Senado 273, altera a Lei 8.036 de 11 de maio de 90 que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dá outras providências. Para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha utilizando-se do saldo do referido fundo. Autoria do Senador Sérgio Zambiasi. Relator, Senador Mão Santa. Parecer favorável ao Projeto nos termos do substitutivo da... Com a palavra o Relator.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sr. Presidente, Senador Eliseu Resende, Senadores, Senadoras; isso aqui é oriundo do Rio Grande do Sul. Os gaúchos têm uma tradição de fazerem leis boas para o trabalhador. Alberto Pasqualini, Getúlio Vargas, João Goulart e Lindolfo Collor, cujo neto está aqui honrando esse Senado, o Presidente Collor.

Então, o Zambiasi que faz aqui esse Projeto de Lei.

Então, já tem todo o respeito da Nação pelas origens gaúchas desse Projeto de Lei.

Então, o Projeto de Lei do Senado 273/2003 que altera a Lei 8.036 de maio de 90 que dispõe sobre o

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha utilizando-se do saldo do referido fundo. Restringe-se a modificação do texto, inciso II, art. 20, Lei 8.036 de maio de 90. Que passaria a vigorar com a redação: Art. 20, inciso XII - a aplicação em cotas de fundo mútuo e privatização regidos pela Lei 6.386, de dezembro de 76, em programa de participação no capital da empresa que trabalha, permitida a utilização máxima de 50% do saldo existente e disponível em sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em data que excede a [inaudível]. Não foram oferecidas Emendas à proposição no período regimental. A matéria havia inicialmente sido distribuída para a apreciação apenas da CAS. Mas, devido a aprovação, a CAE posteriormente retornará à CAS em decisão terminativa.

Análise: No que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade não foram detectados vícios que prejudiquem o projeto. O que se pretende com a nova redação atribuída no inciso XII do art. 20 da Lei 8.036/90, é possibilitar a movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS permitindo a aplicação de até 50% do seu saldo em programa de participação no capital da empresa que trabalha. Esta participação já foi possível no caso das ações da PETROBRÁS e da COMPANHIA VALE DO RIO DOCE que foram disponibilizadas para serem adquiridas com recursos do FGTS em período recente com bons resultados. Há que se frisar, entretanto, que tal investimento é considerado de alto risco, podendo haver rendimento negativo para o trabalhador, ou até mesmo perda total dos depósitos, como hipótese da falência da empresa ou inviabilidade do negócio.

Assim, entendemos que o Projeto 273/2003 é meritório, mas alguns cuidados devem ser tomados para garantir os depósitos do trabalhador bem como a saúde financeira do FGTS. Entendemos que deva ser obrigatória a aprovação do respectivo programa de participação no capital da empresa pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço onde será possível avaliar a dimensão econômica e financeira da operação além de afastar eventual coerção do empregador e definir o nível de comprometimento dos recursos do FGTS no programa.

Além disso, propomos que a utilização do recurso do FGTS no Programa de Participação de Capital da Empresa somente será autorizada para as empresas regidas pela Lei 6.404 de dezembro de 76 que dispõe sobre a sociedade anônima, mas de capital aberto. Como se sabe, essas empresas estão sujeitas a fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, CVM,

enquanto as demais de capital fechado não têm essa mesma transparência.

Voto: Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei no Senado nº 273/2003, nos termos do seguinte substitutivo: Projeto de Lei do Senado 273/2003, altera a Lei 8.036 de maio de 90 para permitir ao empregado participar do capital de empresa em que trabalha utilizando-se do saldo do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço. O Congresso Nacional decreta, art. 1º, Lei 8.036 de maio de 90, passa a vigorar as seguintes alterações.

Art. 5º, inciso XII: Normatizar, avaliar, aprovar e autorizar a instituição de programa de participação do capital da empresa com recursos da conta vinculada do FGTS de seus empregados, definindo o nível de comprometimento dos recursos do FGTS. Art. 20, inciso XII: A aplicação em contas dos fundos mútuos de privatização regidos pela Lei 6.385, de dezembro de 76 e em Programa de Participação no Capital da Empresa que trabalha permitida a utilização máxima de 50% do saldo existente e disponível em sua conta vinculada no fundo de garantia. § 19º: A utilização do recurso do FGTS em programa de participação no capital da empresa a que se refere o inciso XII deste artigo somente será autorizado para as sociedades anônimas de capital aberto.

Art. 2º, esta Lei entra em vigor na data da publicação. Francisco Morais Souza, Mão Santa, Relator.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): A matéria está em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu peço vistas a pedido do Senador Edison Lobão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Concedida vista ao Senador Romeu Tuma pelo prazo de 5 dias, prazo regimental. Cinco dias úteis.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Item 9 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 320, terminativo. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Altera o art. 9º da Lei 8.019, de 11 de abril de 1990. E o art. 2º da Lei 8.352, de 28 de dezembro de 91. Autorizando o acesso dos Bancos Cooperativos aos recursos do fundo de amparo ao trabalhador, FAT, para fins de concessão de crédito rural. Autora do projeto, Senadora Serys Slhessarenko. Relator, Senador Osmar Dias. Parecer favorável ao projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Com a palavra, o Relator.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente... Presidente. Presidente, eu passo a apresen-

tar o Relatório então sobre esse projeto da Senadora Serys que em resumo, trata do seguinte: Atualmente, os recursos do FAT--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Um minutinho só, Senador.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pois não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Eu pergunto a V.Exª. se é do seu conhecimento que vai constar da sua Relatoria as Emendas nº 1, a Emenda nº 1 que trata do art. 4º, apresentado pela Senadora Kátia Abreu?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É do meu conhecimento e eu vou aceitar a Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Desculpe, faz favor, com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então, o projeto da Senadora Serys é muito importante e meritório porque ele muda a regra do repasse dos recursos do FAT. Hoje os recursos do FAT só podem ser operacionalizados através dos Bancos Oficiais. Ocorre que os Bancos cooperativos, Sr. Presidente, que foram criados no Brasil já no início do século passado, 1902 e que tiveram a sua atuação proibida em 1967. Voltou a funcionar, esse Banco Cooperativista, os Bancos cooperativos voltaram a funcionar em 1995, autorizados pelo Banco Central. Eles têm, portanto, as mesmas obrigações e as mesmas responsabilidades que qualquer organismo financeiro. Só não têm sido reconhecidos os seus direitos como os outros organismos financeiros.

No caso do FAT, os recursos sendo repassados apenas pelos Bancos oficiais, ou seja, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, eles acabam sendo mal repassados, mal distribuídos e nós poderíamos aproveitar a capilaridade que tem os Bancos Cooperativos instalados em 1.300 municípios, eles que já financiam cerca de quatro bilhões e quinhentos milhões de recursos que ajudam muito a agricultura brasileira, principalmente a agricultura familiar. Há hoje cerca de um milhão e quinhentos mil cidadãos que se valem desse crédito cooperativo e os Bancos Cooperativos, na verdade, Sr. Presidente, eles estão cobrindo a falha dos Bancos Oficiais no crédito rural especialmente. Desses mil e quinhentos Bancos Cooperativos instalados no Brasil, cerca de quinhentos a seiscentos são Bancos que operam com o crédito rural. E eles, hoje, financiam a agricultura familiar, os pequenos agricultores de uma forma bastante eficiente até porque esses agricultores têm uma facilidade maior de acesso aos Bancos Cooperativos do que aos Bancos Oficiais, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES e outros Bancos.

Então, se nós concedermos o direito aos Bancos Cooperativos de eles operarem com os recursos do FAT, nós estaremos aproveitando a sua eficiência, a sua capilaridade, colocando o crédito mais perto desses mutuários e também tornando mais barato esse crédito. Porque sem o intermediário, já que eles hoje são obrigados a tomar no Banco do Brasil e repassar, eles, eliminando essa intermediação, vão eliminar a taxa de *spread*, o que significa, Sr. Presidente, um crédito mais barato.

Então, eu só vejo benefícios. Em nós aprovarmos o... O Projeto de Lei da Senadora Serys. Porque ele vai beneficiar não apenas os Bancos Cooperativos que têm desempenhado um papel importante na questão social do País, especialmente porque atendem a agricultura familiar de forma eficiente. E é preciso acabar, de uma vez por todas nesse País, com aquele discurso, discurso feito para algumas platéias, Sr. Presidente, por alguns políticos que usam da demagogia para tentar convencer essas platéias de que o cooperativismo é hoje representante do grande capital, das grandes empresas. 90% dos associados das cooperativas são agricultores familiares.

Então, quem quer defender a agricultura familiar não pode deixar de defender as cooperativas. O Presidente Lula tem essa visão correta, ele disse um dia inclusive que quer transformar o Brasil numa grande cooperativa. Já lá no Paraná, o Governo acha que as cooperativas são dos grandes proprietários. É só ver o extrato fundiário do Paraná, Sr. Presidente. 90% são agricultores pequenos, familiares e eles estão dentro das cooperativas. No Paraná, o Banco Cooperativista funciona e funciona muito bem atendendo à agricultura familiar. Esse discurso feito para algumas platéias, ele não é repetido quando estão presentes aqueles que realmente são beneficiados pelas cooperativas do Paraná e do Brasil.

Então, Sr. Presidente, o que eu estou aqui dizendo é que eu voto favoravelmente ao Projeto de Lei da Senadora Serys, mas quero aqui aceitar a Emenda da Senadora Kátia Abreu, que vem, de forma muito oportuna, colocar o seguinte: Inclua-se o art. 4º ao PLS nº 320/2003.

Art. 4º, ficam os Bancos cooperativos autorizados a utilizarem recursos dos fundos constitucionais para conceder empréstimo ao setor rural. Trata-se aqui do FNE, FCO e FNO. Esses recursos hoje só podem também ser repassados pelos Bancos oficiais. Então se nós estamos autorizando que os Bancos Cooperativos possam operar com os recursos do FAT, nada mais correto do que nós autorizarmos também os recursos dos fundos constitucionais. Até porque, Sr. Presidente, há uma ineficiência comprovada de Bancos Oficiais

no repasse desses financiamentos. Financiamentos que ficam em tramitação, projetos que ficam tramitando dois, três, quatro anos e quando são aprovados já se perdeu a finalidade daquele financiamento. Muitos desistem no meio do caminho e desistem porque os Bancos Oficiais sendo os únicos a repassarem esses créditos, tendo o monopólio praticamente dos fundos constitucionais, não têm nenhum compromisso com a eficiência, não têm nenhum compromisso com o cronograma que se ajuste ao interesse dos mutuários, das empresas, do meio rural, do meio urbano e eles ficam, na verdade, donos do recurso, donos dos projetos e acabam inviabilizando os projetos de financiamento que são apresentados a esses Bancos Oficiais. Por esta razão, Sr. Presidente, o meu voto é favorável ao Projeto de Lei da Senadora Serys e acatando aqui a Emenda da Senadora Kátia Abreu. Assim o projeto fica ainda mais completo e eu peço o voto favorável dos Senadores da Comissão de Assuntos econômicos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Para discutir, o Senador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, nós só podemos parabenizar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Senador Inácio Arruda.

SENADOR KÁTIA ABREU (PFL-TO): Estou inscrita.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Concedo a palavra a V.Ex^a.

SENADOR KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Concedo a palavra a V.Ex^a.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu ouvi bem aqui o Senador Osmar Dias, acho que uma intervenção muito boa do Senador que tem mostrado um preparo muito grande para tratar do assunto. Eu sou de uma região que tem também um Banco muito preparado e que tem uma eficiência muito grande no trato dos recursos especialmente do fundo constitucional.

Então, para a gente não cometer uma injustiça, que pode ter a parte que é ineficiente, que é despreparada e que trata com descaso até exatamente porque acha que é a dona do recurso, que a gente desse, eu estou tendo a primeira oportunidade de discutir a matéria com esse... Com esse, digamos assim, com essa, com esse viés que V.Ex^a. Colocou.

Então, eu pediria essa oportunidade, eu queria pedir vista do Projeto para que a gente tivesse ter essa oportunidade. Eu quero sentar com o pessoal do

Banco do Nordeste para que a gente possa examinar com mais vagar essa matéria. É um mínimo de tempo, porque a próxima reunião a gente já pode ter a matéria novamente na pauta e discutir e deliberar sobre ela.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, eu estava com a palavra, fui interrompido pelo Senador. Mas, eu gostaria então, isso é um assunto fundamental, fundamental para nós resolvermos. Eu acho, Sr. Presidente, que nós podíamos então fazer uma vista coletiva para firmar a aprovação desse projeto na próxima reunião. Nós votamos aqui o CADE já, a concorrência nas instituições financeiras. É bom lembrar, eu quero dizer isso aqui, Sr. Presidente, nessa Comissão para que fique na nossa memória e consciência, a China hoje produz 150 milhões de toneladas de algodão, com 70% das suas áreas não agricultáveis. O inverso ocorre conosco, temos 70% das nossas áreas agricultáveis, não chegamos, Sr. Presidente, a dez milhões de toneladas de algodão. Cento e cinquenta milhões de toneladas de arroz a China produz. Nós engatinhamos oito, nove, dez, onze, doze. De tal maneira que esse projeto da Senadora Serys e tão bem relatado pelo Senador Osmar Dias, vem, eu diria, confirmar uma tendência dessa Comissão de se preocupar no aspecto econômico em descentralizar recursos de crédito, sobretudo para o setor rural. É fundamental, Sr. Presidente, que a gente aprove esse projeto e garanta aos produtores brasileiros melhores condições para o plantio. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Concedo vista coletiva do projeto por cinco dias de acordo com o prazo regimental. Passamos ao Item 10. Projeto de Lei do Senado nº. 278/2004. Terminativo. Dispõe sobre isenção do imposto sobre produtos industrializados, IPI, incidentes sobre os veículos automotores que especifica e dá outras providências.

Autora do projeto de Lei, Senadora Lúcia Vânia. Relator, Senador Arthur Virgílio. Parecer favorável ao projeto com as Emendas números 1, 2 e 3 que apresenta. Lembro que o Projeto é terminativo e exige *quorum* qualificado. Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, o relatório, enfim. Submete-se à análise desta Comissão de Assuntos Econômicos para decisão em caráter terminativo o Projeto de Lei do Senado nº 278/2004, PLS 278, da ilustre Senadora Lúcia Vânia que dispõe sobre isenção de imposto sobre produtos industrializados, IPI, incidentes sobre veículos automotores que especificam e dá outras providências. O projeto é composto por 4 artigos e visa a conceder isenção de IPI até 31 de dezembro de 2006 na aquisição de veículos, automóveis de peso em carga máxima

superior a 5 toneladas, art. 1º. O art. 2º determina a manutenção dos créditos do imposto relativo às fases anteriores de produção. Como convém para os casos de isenção dessa natureza, no art. 3º o PLS 278 condiciona a Benesse à preservação durante cinco anos da destinação exclusiva dos veículos para o transporte de mercadorias e de cargas. O art. 4º é a cláusula de vigência. Na justificação, são ressaltados os diversos benefícios que a renovação da frota de veículos de carga poderá trazer no tocante à segurança nas estradas e ao incremento da economia do País. Não foram apresentadas Emendas ao projeto. Foi agora a Emenda da Senadora, da Senadora Kátia Abreu que eu acato, Sr. Presidente, Emenda nº 4 que pede a inclusão de isenção do imposto sobre produtos industrializados, IPI para tratores de rodas utilizados na produção rural. Ela justifica que pretende-se com isso desonerar bens de capital essenciais na produção rural. Atualmente o IPI incidente sobre tratores, diz a Senadora Kátia Abreu, eleva o preço para os produtores reduzindo a competitividade do setor rural.

Então, de bom agrado incorporo essa Emenda da Senadora Kátia Abreu que eu julgo que aperfeiçoa o bom projeto da Senadora Lúcia Vânia. Na justificação, são ressaltados os diversos benefícios que a renovação da frota de veículos de carga poderá trazer no tocante a segurança nas estradas e ao incremento da economia do País.

Análise: O teor do art. 99, 1, 4 e 7 do Regimento Interno do Senado, segundo esse teor compete à Comissão de Assuntos Econômicos emitir opinião sobre proposições pertinentes aos aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria submetida a eles. E ainda sobre tributos, finanças públicas e outros assuntos correlatos. Em primeiro lugar com fundamento no art. 24, 1, 481 e 68 da Constituição, ressaltamos não haver dúvida sobre a legitimidade da iniciativa da Senadora para a propositura do projeto, visto que o IPI está no âmbito da competência da União, art. 53, IV da CF de 88.

Ainda sob o aspecto constitucional, a proposta preenche a exigência do § 6º do art. 150 que exige Lei Federal específica para a concessão de isenção. Em relação a técnica Legislativa, um projeto cumpre as exigências formais previstas na Lei Complementar nº 95 de 26 de fevereiro de 98 que regula o Parágrafo Único do art. 59 da Constituição Federal.

No mérito, a proposta é meritória, uma vez que é diretamente atinente a um dos grandes problemas relacionados à infra-estrutura de transportes no nosso País. O envelhecimento da frota de caminhões. Além de representar um incentivo à melhoria das condições de segurança de nossas estradas, o benefício significará

também um incremento das vendas do segmento de veículos pesados com todos os reflexos econômicos positivos dele advindos. Alguns argumentarão que a aprovação do projeto vai retirar do Governo Federal a ampla margem de discricionariedade de que goza na fixação das alíquotas de imposto para determinar a política fiscal no setor. Entretanto, pela importância da matéria e pela inoperância que vejo oficial em área tão sensível, talvez resida aí o maior mérito do PLS 278, a partir de sua aprovação e pelo limite temporal prescrito, o segmento de transportes de carga, vital para o País, poderá desenvolver-se com o alívio de sufocante carga tributária sobre ele incidente.

No entanto, convém ressaltar que a limitação da isenção a 31 de dezembro de 2006, se não modificada, levará a inexecutabilidade do projeto, dado o tempo de tramitação necessário à sua aprovação pelas duas Casas do Congresso.

Com vistas a corrigir esse problema, propomos, ao final, Emenda prolongando a isenção até o final de 2008. Além disso, por implicar em um primeiro momento considerável grau de renúncia fiscal, é necessária a apresentação de Emenda ao projeto, evitando assim qualquer eiva de inconstitucionalidade, injuridicidade, em especial quanto ao atendimento às prescrições do § 6º do art. 165 da Constituição Federal e aos desígnios da Lei de Responsabilidade Fiscal. Vamos ao voto agora, Sr. Presidente. Diante do exposto o voto é pela aprovação do Decreto do Projeto de Lei do Senado nº 278, nos termos das seguintes Emendas: Emenda nº 1 da CAE, dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado 278 a seguinte redação.

Art. 1º, ficam isentos do IPI até 31 de dezembro de 2008 os veículos automotores de peso em carga máxima superior a 5 toneladas discriminados nos códigos 8.704.22, 8704.23 e 8704.32, e respectivos desdobramentos da tabela de incidência do IPI, a TIP. Desde que destinados exclusivamente ao transporte de mercadorias e cargas. Emenda nº. 2 da CAE, a Comissão de Assuntos Econômicos, acrescente-se ao art. 4º ao Projeto de Lei do Senado 278/2004 conforme a redação seguinte renumerando-se o atual para o art. 5º. Art. 4º, o Poder Executivo com vistas ao cumprimento do disposto nos art. 5º, 1, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o Projeto de Lei orçamentário cuja apresentação se der após decorridos 60 dias de publicação desta Lei. Emenda nº 3 da CAE, acrescente-se ao atual art. 4º do Projeto de Lei do Senado 278/2004, renumerado para art. 5º o seguinte Parágrafo Único. Art. 5º: Esta Lei entra

em vigor na data de sua publicação. Parágrafo Único, a isenção de que trata esta Lei só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior ao cumprimento do disposto no art. 4º. E, evidentemente, Sr. Presidente, que me refiro a Emenda da Senadora Kátia Abreu, a qual já me referi, opinando favoravelmente a que ela se incorpore a esse excelente projeto da competente Senadora Lúcia Vânia, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, pela ordem. Como se trata de uma matéria que abrange uma certa complexidade eu gostaria de pedir vistas, de acordo com o regimento.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria de pedir vista também, Sr. Presidente, de acordo com o regimento, em conjunto com o Senador Antônio Valadares.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Concedo, pelo prazo de 5 dias, de acordo com o Regimento, vista coletiva do Projeto de Lei nº 278. Item seguinte da pauta.

Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 206, não terminativo, dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórias. Autoria do Projeto de Lei, Senador Tião Viana. Relator, Senador João Ribeiro. Parecer ao projeto com a Emenda nº. 1 que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Com a palavra, o Relator, Senador João Ribeiro.

SENADOR IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente. O Senador Collor é... *Ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Designo o Senador Fernando Collor como Relator *ad hoc*.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Relatório do Projeto de Lei do Senado nº. 206/2006, não terminativo de autoria do Senador Tião Viana, Senador João Ribeiro é o Relator, cujo relatório passarei a ler.

Análise: As informações constantes da justificação do Projeto são merecedoras de nosso pesar e constrangimento. É lamentável constatar a existência das colônias e dos hospitais colônia de portadores de hanseníase, locais de reclusão e de isolamento, de dor e de sofrimento, onde a sociedade confinava os doentes que temia. É triste saber que, em nome da ciência, da saúde pública e do preconceito, nossa sociedade exilava as pessoas com hanseníase e que somente a partir dos anos 60 Brasil começou a pôr fim ao isolamento compulsório desses doentes. De acordo com os dados apresentados dos 101 hospitais

colônia outrora existentes no País, cerca de 33 continuam parcialmente ativos e abrigam antigos doentes que passaram suas vidas nas colônias e hoje não têm para onde ir. Estima-se que existam cerca de três mil indivíduos nessa situação. Pessoas que merecem uma reparação mínima da sociedade. O Projeto de Lei nº 206/2006, consubstancia tal reparação no pagamento de uma indenização mensal de 700 reais a essas pessoas, o que é absolutamente justo e viável. Justo porque é inegável a necessidade de amparar financeiramente aqueles atingidos pela hanseníase e que foram submetidos a isolamento e internação compulsórios. Viável porque são relativamente poucos os cidadãos que vivenciaram essa situação e a ela sobreviveram. Com relação a constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa empregada não há óbices.

No entanto, há empecilhos decorrentes da maneira como o PLS nº 206/2006 trata as restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal. Como são aspectos formais, propomos uma Emenda de modo a reparar as incorreções sem a alteração do mérito da proposição. Voto. Em vista das considerações apresentadas somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 206/2006 de autoria do Senador Tião Viana com a seguinte Emenda. Os artigos 3º e 4º do Projeto de Lei do Senado passar a vigorar com a seguinte redação.

Art. 3º: O Poder Executivo para fins de observância do estabelecido no inciso II do art. 5º e no art. 17 da Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 estimará o aumento de despesa decorrente do disposto no art. 1º e o incluirá no Projeto de Lei Orçamentária cuja apresentação se der após decorrido 60 dias da publicação dessa Lei bem como incluirá a despesa mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes. Parágrafo Único, o aumento de despesas previsto nesta Lei será compensado pela margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado explicitada na Lei de Diretrizes Orçamentárias que servir de base à elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de que trata o caput deste artigo.

Art. 4º: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Parágrafo Único - o art. 1º só produzirá efeitos a partir de primeiro de janeiro do exercício subsequente aquele em que for implementado o disposto no art. 3º. Este é o relatório, Sr. Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG):

Temos registrado para a discussão os Senadores Arthur Virgílio e Tião Viana.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Me inclua também, Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Eu gostaria que me incluísse, Sr. Presidente, Senador Valadares, Sergipe.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG):

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Sr. Presidente, o relatório apresentado pelo Senador Fernando Collor é da maior competência e ele se acopla muito bem ao projeto, a idéia que norteou a iniciativa do Senador Tião Viana. O Senador Tião Viana, aliás, é um médico infectologista, especializado nessa matéria e dotado de profundo sentimento social.

Eu começo, Sr. Presidente dizendo que é lamentável em pleno Século XXI no Brasil nós estarmos ainda discutindo hanseníase, que é uma doença absolutamente ligada as condições de subdesenvolvimento em que vegetam milhares e milhares de irmãos nossos brasileiros. É uma doença que mutila, é uma doença que mutila psicologicamente, inclusive. É uma doença que faz alguns segregarem os enfermos, mas é incrível, eu passei a minha infância inteira na convivência com o meu Estado e vendo o drama dos hansenianos, vendo o drama das famílias dos hansenianos, vendo o drama dos ex-hansenianos, a discriminação, a dificuldade de obter espaço no mercado de trabalho e todo esse leque de mutilações que vão do físico ao psicológico a que me referi anteriormente. O tempo passou, estamos hoje no ano 2007, Século XXI e ainda é oportuna a iniciativa do brilhante Senador Tião Viana para cuidarmos de hanseníase, ainda é oportuna, ou seja, infelizmente alguns carros caíram de moda, se celular cai de moda a cada instante, infelizmente entre as nossas mazelas não caiu de moda a hanseníase. A região que elege o Senador Tião Viana, e que tem nele um grande representante, vale do Rio Juruá, ainda é prene disso. No interior do meu Estado, ainda não são raros os casos de hanseníase que se manifestam. Ou seja, quando falamos em cidadania, nós temos que nos lembrar de que a alguns é negada a cidadania mínima, a cidadania base, uma cidadania mais comezinha, é negado a alguns o foro mais mínimo, mais basilar, mais básico, mais comezinho, repito, de civilização, essas pessoas são realmente páreas dentro do Brasil. E, no entanto, eu recebi ainda há pouco um panfleto do GRUPO MORHAN, que eu respeito, e farei o registro disso na tribuna, assim como farei o registro do mérito que teve o Senador Tião Viana de propor esta matéria. E com dor no coração, mas com a esperança que se renova sempre de que aqui estamos fazendo alguma coisa para enfrentar essa situação que ainda avilta a vida de tantos os que sofrem diretamente a enfermidade e avilta a vida de todos nós, não fomos capazes de

geração após geração de debelar o problema de uma vez é que sem dúvida alguma encaminho o voto pelo PSDB, completamente favorável à iniciativa do Senador Tião Viana e, portanto, pela aprovação do relatório do Senador Fernando Collor, Presidente. Muito obrigado, era o que tinha a dizer.

[palmas]

SENADOR IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, também para discussão.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Sr. Presidente, senhoras e senhores, serei muito objetivo, acho que o Senador Fernando Collor expressou muito bem o propósito e o compromisso social desse projeto, Senador Arthur Virgílio que sempre demonstra muita solidariedade aos temas que envolvem as minorias, também expressa com muita clareza o drama social que vivem as vítimas dessa doença, nós temos uma doença chamada, pode ser considerada como doença órfã, porque ela não tem paternidade efetiva, quando nós olhamos a ONG para o mundo inteiro, para todo o tipo de atividade, para hanseníase há apenas uma ONG que é o MORHAN, Movimento pela Reintegração pelas Pessoas Atingidas pela Doença. O Brasil tem ainda 40 mil casos por ano, ainda é o primeiro em casos da América Latina, já foi, disputou com o mundo inteiro essa classificação e hoje tem uma curva de queda da doença muito importante, graças a um trabalho abnegado dos técnicos do Ministério da Saúde que atravessam Governos e resistem numa luta pela eliminação da doença. Mas nós temos esse drama que a Lei aborda que é o drama de em 1959, um braço da Organização Mundial de Saúde estabeleceu que deveria ser proibida a internação compulsória das vítimas da hanseníase. Deveria ser proibida a segregação. E o que é que nós tivemos? Esta semana eu estive na terra de V.Ex^a, lá em Betim, na colônia de Vila Isabel, recebendo uma homenagem dos portadores de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e lá na Citrolândia, lá na comunidade Santa Isabel, onde 1.900 ainda residem, está o pior IDH de Minas Gerais. Está lá, tudo em razão do preconceito, em razão de uma discriminação desnecessária que vigora ainda hoje, os filhos daquelas pessoas não têm facilidade de emprego porque quando falam que são da Citrolândia, são daquela região de Betim geralmente a porta é fechada para oportunidade de emprego. O que é que nós tivemos na memória? Um símbolo dessa luta que Augusto Bacurau, um hanseniano, reconhecido depois pelo Papa, pelo mundo inteiro, já falecido, ele disse que aos cinco anos de idade ele foi agarrado pela polícia

sanitária de sua família, por ter uma mancha leve no corpo, uma mancha branca, nunca mais pôde ver os irmãos, os pais, e foi trancado numa colônia sem ter nada aparente, 40 anos depois ele sai sem mãos, sem perna, sem braço, com olho deformado, vítima da falta de um acompanhamento e das responsabilidades do Estado Brasileiro.

Agora na Citrolândia uma senhora fez o seguinte testemunho. Em 1960 ela tinha uma filha de cinco meses, soube que tinha hanseníase, a senhora, aí a mãe disse: Você não verá mais sua filha, e não entrará nessa casa. A mãe falou. A polícia sanitária pega o marido suicida, porque não agüenta ver o drama da mãe e ela só passa a ter o direito a ver a filha, 30 anos depois. Então isso é um drama, um verdadeiro holocausto, que nós temos em relação a um setor da sociedade mundial. O Governo japonês já homenageou as vítimas da hanseníase, nessas condições, já pagou indenização e a Organização Mundial de Saúde recomenda essa reparação e eu acho justo que esse projeto seja aprovado com a sensibilidade que está tendo na Comissão de Assuntos Econômicos, e acho que seria muito importante se o Governo do Presidente Lula que é comprometido com essa causa pudesse entender e incorrer o sentido da urgência nesse projeto para ele ser aprovado. Porque 80% já morreram, uns 20% que estão, alguns tem 80, 85 anos e não sei se terão tempo de ver uma Lei tramitando em caráter normal, ser aprovada e receber algum benefício. Muito obrigado.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Para discutir, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Para

discutir, Sr. Presidente. PCdoB, Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Nossas homenagens ao Senador Tião

Viana. Estamos inscritos aqui agora o Senador Marconi Perillo, depois Eduardo Suplicy, depois Antônio Carlos Valadares, depois Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Havia pedido a minha inscrição, Sr. Presidente, logo após o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, em rápidas palavras desejo apenas manifestar a minha satisfação em perceber a sensibilidade do ilustre Senador Tião Viana em relação a um tema tão importante no sentido de suprir uma lacuna deixada por vários legisladores e por várias Legislatura e pelo próprio Poder Público em nível do Poder Executivo. O Deputado, o Senador Tião Viana efetivamente corrige esta lacuna, garante cidadania à pessoas que ao longo da nossa história foram excluídos. Garantir a conclusão social

significa oferecer as pessoas portadoras de necessidades especiais, de doenças como esta, o mínimo de apoio, de atenção por parte do Estado. Desta forma, é meritório a iniciativa do Senador Tião Viana e ela recebe o nosso integral apoio. Nós, com essa, com esse projeto estaremos incluindo ou garantindo efetiva atenção por parte do Poder Público a cidadãos que ao longo dos últimos anos e ao longo da história recente foram excluídos por parte do Poder Público. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra o Senador Marcelo Crivella, em seguida Senador Eduardo Suplicy, Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Inácio Arruda e Flexa Ribeiro.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu tenho a grata satisfação de estar nessa Sessão, no momento em que se aprova um Projeto de Lei tão meritório. Me fez lembrar, Presidente, a época que eu fazia uma oração todos os dias pela televisão, às seis horas da tarde e fui contatado por uma colônia, centenas de portadores da hanseníase, me pediram uma visita e que conseguisse a doação de um ônibus. O senhor sabe o porquê, Sr. Presidente? Porque eles não saíam dali. Porque não podiam andar num ônibus público, porque tinham dificuldade de transportes, muitos deles não tinham os membros inferiores. E que alegria eles receberam aquele ônibus, quando foi doado, para poderem sair da colônia em Manaus, lá na Amazônia. E assim ter algum tipo de vida social. De tal maneira, Sr. Presidente, que esse projeto do Senador Tião Viana vem trazer, pelo menos a mim, que não tive essa idéia, o consolo de um lapso, porque como Legislador, acho que ao ouvirmos esse projeto todos nós devemos ter pensado, puxa, isso deveria ter sido aprovado antes. É realmente meritório. Para quem conhece o problema, para quem já visitou uma colônia, para quem tem um parente, um amigo vítima da hanseníase e como disse bem o Arthur Virgílio, causa uma mutilação muito mais psicológica do que física, esse projeto vem trazer um alívio para a alma de tantas pessoas que estão já, diria, há muito tempo no abandono e no sofrimento. Parabéns Senador Tião Viana, acho que será um projeto aprovado por unanimidade e poderemos apresentar, seguramente, um Requerimento para que trâmite com urgência, Sr. Presidente, a fim de que ainda nessa Sessão Legislativa possamos ver esse projeto implementado para o benefício dessas famílias de brasileiros que merecem todo o nosso respeito, consideração e apoio para que voltem a ter uma vida social, eu diria, normal. Era isso, Sr. Presidente. E mais uma vez parabéns, Tião, por esse lindo projeto. Deus te abençoe.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, considero altamente meritório o projeto do Senador Tião Viana e muito bem defendido pelo Relator Senador Fernando Collor de Mello, levando em conta o Parecer do Senador João Ribeiro. Não há dúvida que essas pessoas que tiveram ou foram acometidas da hanseníase e, além disso, foram submetidas a isolamento, internação compulsória em hospitais e escolas, tiveram uma condição que muitas vezes levou à piora da sua própria condição de saúde. E é de bom senso que possa haver, portanto, uma indenização. Eu conversei com o Senador Tião Viana a respeito deste valor que ele sugere de 700 reais levando em consideração que nós temos, por exemplo, hoje na Legislação Brasileira um benefício que é concedido, por exemplo, a aquelas pessoas que são beneficiárias da Lei Orgânica da Assistência Social, me refiro aqui a aqueles que tendo alguma deficiência e sendo de famílias com um ganho até 1/4 de salário mínimo, recebem um salário mínimo. E eu aqui faço a seguinte sugestão ao Senador Tião Viana e ao Senado, que possa, eu acredito que hoje eu mesmo votar a favor e todos, acredito, pelas palavras de cada um dos Senadores, estão votando favoravelmente. Mas avalio seja importante uma consulta, por exemplo, aos Ministros do Desenvolvimento Social, da Saúde, relativamente a toda a sistemática e, inclusive, o Ministro da Previdência, a sistemática seja da LOA, seja de indenização de qualquer natureza, relativamente ao valor para que depois na hora de o Presidente da República estar examinando a matéria para a sua eventual sanção tenham já sido analisadas estas questões.

Portanto, Sr. Presidente, sou favorável e faço esta recomendação na medida em que a proposta ainda passará...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permite um aparte, Senador Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sim, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Fazer um esclarecimento, para viabilizarmos efetivamente o projeto, é que eu não vejo a conexão dele com a LOAS, eu vejo muito mais conexão com aquele projeto que anistiou os perseguidos políticos, aqueles que se envolveram na luta contra o regime autoritário que vigorou no País. É uma indenização sanitária proposta em níveis financeiros módicos e a meu ver desligava na sua ideologia, na sua concepção da LOAS. Basicamente tem que ser visto, a meu ver, como uma indenização.

zação sanitária, e, portanto, nessa condição aprovada aqui nesse dia, nesta hora.

SENADOR EDUARDO SUPLEY (PT-SP): Eu agradeço o seu aparte, Senador Arthur Virgílio. E estou levando em consideração a própria explicação que o Senador Tião Viana ainda ontem no Plenário expôs informando-nos que neste caso se trata de um grupo de pessoas relativamente pequeno da ordem de 4 mil pessoas e que estão em idade avançada porque esta situação aconteceu num determinado período da história e não está mais se repetindo.

Então, esta é uma consideração também importante que eu estou levando em conta ao dar o meu voto favorável à iniciativa tão meritória do Senador Tião Viana.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, eu gostaria de me somar aos quantos já se pronunciaram de forma favorável à aprovação desta matéria, desde quando ela simboliza, traduz, antes de tudo o compromisso de um Senador como o Senador Tião Viana para com o ser humano, o respeito à sua dignidade, à sua inclusão social e, sobretudo, o respeito aos Direitos Humanos. Eu acho que essa proposta tem um simbolismo muito alto que deve ser seguido por quantos defendem os Direitos Humanos.

Portanto, eu acho, Sr. Presidente, que a iniciativa do Senador Tião Viana com o relatório que foi apresentado de forma competente pelo Senador Fernando Collor, merece o apoio intransigente de todos nós, haja vista que os antigos preventórios se tornaram quase que verdadeiros centros de concentração de doentes isolados. O Japão, conforme o próprio autor acentua na sua justificção, foi a nível internacional um dos primeiros países a reconhecer o atendimento, a assistência aos doentes de hanseníase, o abandono a que foram jogados como verdadeiros animais, imprestáveis que causavam repulsa, seres desprezíveis e fruto do preconceito criado na sociedade contra a doença que depois recebeu através da medicina, o tratamento adequado e que hoje o próprio Ministério da Saúde se propõe a erradicar de uma vez por todas esse terrível mal. Por isso, que como integrante do Partido Socialista Brasileiro eu me sinto como que gratificado pela iniciativa do Senador Tião Viana que venha ao encontro de todos os brasileiros que querem reparar essa injustiça cometida contra tantos e tantos conterrâneos nossos, entre 3 mil e 4 mil brasileiros, cidadãos, serão beneficiados com este gesto, que eu considero um gesto de reconhecimento ao valor hu-

manitário dessas pessoas. Meus parabéns ao Senador Tião Viana e os meus parabéns ao autor do Parecer consagrado, sem dúvida alguma, com a sua sensibilidade humana. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, o Senador Arthur Virgílio disse que é uma reparação sanitária. Eu diria que muito mais do que sanitária é humanitária, porque o que vivenciou uma pessoa nesta condição, reclusa, não só ela, mas a sua família, porque em muitas situações a família como um todo acabava sofrendo a condição do isolamento e do afastamento do convívio e da própria socialização.

Então, o projeto do Senador Tião Viana é um projeto que vem reparar, ele vem cumprir esta tarefa, esta ação de reparação humanitária para um contingente de seres humanos, que por conta de terem sido infectados, contagiados por esta doença, tão até biblicamente colocada como uma doença que provocou ao longo dos séculos conseqüências de discriminação absurdas e lamentáveis e que a única coisa que nós podemos fazer nessa atual circunstância é realmente aprovar elogiando de forma muito firme a iniciativa do Senador Tião Viana, médico que tem sensibilidade há muito tempo, é uma questão, a hanseníase é uma questão que o Senador Tião Viana tem como marca no seu mandato de estar sempre preocupado com o combate, com a eliminação desta doença e principalmente com a reparação dos atos que sofreram esta parcela da população.

Então, eu só posso louvar a iniciativa e parabenizar o Senador Collor também pelo Parecer que teve a oportunidade de proferir neste momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, primeiro quero louvar esta iniciativa do Senador Tião Viana, destacar o relatório do Senador Collor e registrar Senador Tião Viana nessa atitude de V.Ex^a., nesse esforço e esse trabalho dessa ONG que V.Ex^a. levanta que é uma única ONG no Brasil. Eu acho que isso é que é louvável, que ela é a única ONG, mas que está espalhada em todo o território brasileiro. Ela tem representações em quase todos os Estados, tem militantes, tem ativistas, médicos, enfermeiros, gente do povo que se associa ao trabalho do MORHAN há muitos e muitos anos, de forma dedicada, fazendo um trabalho junto a Parlamentares, junto ao Governo, Governos Estaduais, Prefeitos, num grande esforço de dedicação. No meu Estado, lá no Ceará, desde 62 há uma Legislação já protetora, ainda do tempo do Governo do primeiro Governo do

Virgílio, Virgílio Távora, já fez uma Lei para garantir um salário mínimo para os internos, aqueles que eram internados, e que era uma verdadeira, o preconceito, a discriminação era algo violentador. E o Governo teve a sensibilidade já de fazer uma lei protetora, naquela época, época do sanatório, das colônias, eram termos discriminatórios. Hoje as antigas colônias que eram duas no meu Estado, Antônio Diogo no Município de Redenção e Antônio Justa no Município de Maracanaú, as duas já recebem o nome de centro de convivência com os que contém, que conduzem a doença, que já é mais tratada pelo nome de hanseníase, que eram os antigos leprosos, que todos corriam com medo daquele que tinha a lepra e que a Solange Calmon no seu artigo destaca bem a ir buscar a citação bíblica, porque lá na Bíblia se levanta o problema dos leprosos como a doença que era perseguida, e Jesus ao tratar dos leprosos, buscou exatamente combater o preconceito. E o PCdoB ao tratar do assunto lembra a perseguição, também política, a perseguição a aqueles que defendem idéias diferentes como os cristãos naquela época que eram verdadeiros leprosos, aquela época. E Jesus Cristo foi lá para defender os leprosos, para mostrar o trabalho que se deveria fazer contra a discriminação na saúde, na doença e na política, acho que o Senador Tião Viana acerta ao buscar que a União, o Estado Nacional também proteja e faça um combate à discriminação no ato humanitário, num ato de solidariedade com aqueles portadores da hanseníase. Ainda hoje no Ceará, nós temos a indicação de quase 4 mil casos anuais de hanseníase.

Então, você vê que é uma doença que persiste, quer dizer, quase quatro mil casos não é pouca coisa. E acho que não é diferente o quadro do Brasil, se nós examinarmos a realidade brasileira, ainda é um processo de uma doença vigorosa no nosso País. E não tenho aqui o dado estatístico e demonstra o número de mutilados nesse quadro de indicações da doença. Mas ainda muitos ficam mutilados. E uma boa parte de pessoas pobres que sofrem mutilações com a doença e que passam a ter muitas dificuldades.

Então, eu considero o projeto de V.Ex^a. uma atuação no sentido humanitário e uma correção importante na Legislação Brasileira e ao mesmo tempo um trabalho fortíssimo do MORHAN dessa sua ONG unitária. Eu acho que essa unidade dela que ajuda também a fazer que um projeto dessa natureza alcance destaque e sucesso no Senado e tenho certeza também junto ao Governo Federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, Senador Eliseu Rezende, este projeto é unanimidade do Plenário da CAE e tenho absoluta certeza será unanimidade por todas as Comissões por onde transitar e no Plenário do Senado Federal. Eu quero aqui parabenizar o Senador Tião Viana, médico comprometido com a causa, pelo seu trabalho social, por ter resgatado uma dívida, esta sim, uma dívida social do Estado Brasileiro, com aqueles que estão penalizados pela doença. Quero parabenizar também o Senador Fernando Collor pelo relatório que tão bem colocou aqui, de tal forma que somos favoráveis porque lamentavelmente essa doença já teria que ter sido eliminada do cenário nacional. É uma doença que vem pelas condições de falta de saneamento básico, falta de higiene, falta de atenção a aquelas, a aqueles cidadãos menos favorecidos pela vida.

Então, nada mais do que justo que a Nação Brasileira venha atendê-lo e num número que apesar de dito pequeno, eu acho que não deveria ter nenhum para ser atendido. Mas já que lamentavelmente existe na ordem de três a quatro mil pessoas necessitadas de atendimento que a Nação Brasileira, possa cumprir a sua obrigação dando o atendimento para que tenham o mínimo de dignidade para o tratamento e para a sua vida. Parabéns aos Senadores Tião Viana e Fernando Collor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Não havendo mais quem queira discutir...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente... Senador Expedito. Eu não poderia deixar, Sr. Presidente, de dar o meu abraço ao Senador Tião Viana, nosso vizinho do Estado do Acre, Estado de Rondônia e da feliz idéia do Senador Tião Viana e mais feliz ainda o Relator, o Senador Fernando Collor de Mello, aonde registra aqui com pesar e com muito constrangimento que ainda constatamos a existência de colônias de portadores de hanseníase, locais onde cidadãos brasileiros ficam isolados com a sua dor e com o seu sofrimento.

Então, eu quero declarar o nosso voto favorável e assim como fez o Senador Flexa Ribeiro, entendo que esta matéria deve receber unanimidade nesta Comissão e, com certeza, unanimidade também no Plenário do Senado. Parabéns ao Senador Tião Viana por estar reparando as injustiças cometidas e os preconceitos a muitos irmãos, a muitas famílias brasileiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Colocaremos em votação o Parecer do Relator.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente... Eu queria só justificar também o meu

voto, como representante de Minas Gerais e V.Ex^a. também é do nosso Estado, sabe bem que as colônias também existem em Minas Gerais, então, eu queria também só me manifestar favorável ao projeto do Senador Tião Viana, com o Parecer do Senador Fernando Collor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Queremos inclusive, agradecer ao Senador Tião Viana, sua visita a Minas Gerais, para tomar conhecimento dessa doença também lá. Em votação o Parecer do Relator. Os Senadores que concordam com o Parecer permaneçam como estão. Aprovado. Temos mais dois itens da pauta.

Item 12, Projeto de Lei nº 122, autoria Senador Pedro Simon, Relator Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): O Relator solicita o adiamento dessa matéria.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente. Do mesmo modo em relação ao Item 13 o Senador Tasso Jereissati que está acompanhando uma pessoa de sua família enferma em São Paulo, ele pede a transposição para a pauta seguinte porque ele faz questão de ele próprio relatar essa matéria tão importante ligada ao Programa de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público, PIS/PASEP. O Senador Tasso pede a transposição para a pauta seguinte em virtude da ausência dele e pelo interesse que ele tem em relatar pessoalmente esta matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Se o Plenário concorda, nós adiaremos para a pauta seguinte, os projetos relativos aos Itens 12 e 13 da nossa pauta.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, uma questão de ordem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente... Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Presidente... Presidente, eu queria só pedir que colocasse na pauta da próxima semana, o PLS 115/2004, que é um PLS que trata da questão de obrigatoriedade de *airbag* nos veículos brasileiros, os veículos brasileiros quando são exportados tem *airbag*, quando são para venda dentro do Brasil é opcional. Então eu queria que colocasse esse projeto em votação, já esteve em pauta, não hoje, mas que pautasse para a próxima semana e já esteve em pauta e foi retirado.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, questão de ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer uma consulta a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, no dia 28 de fevereiro apresentei à Mesa do Senado Requerimento solicitando providências para a reconstituição do Ofício “S” nº 12 de 2003. Meu Requerimento ele tem amparo no art. 267 do Regimento Interno do Senado Federal, § 3º desse art. 267. A reconstituição do processo deverá ser feita pelo órgão onde se encontrava por ocasião do seu extravio. Essa matéria trata da renegociação da dívida do Beron que foi publicada em 24 do 04 de 2003 na página 8454 do Diário do Senado Federal, com destino a esta Comissão de Assuntos Econômicos. Teve como Relatores os Senadores Gilberto Mestrinho e Garibaldi Alves que devolveram a proposição para redistribuição. Em 21 do 01 de 2004 foi distribuído novo Relator Senador Romero Jucá em cujo gabinete a matéria foi extraviada. A nossa consulta, Sr. Presidente, a minha questão de ordem, é no sentido se essa Comissão já recebeu o despacho do Presidente do Senado para reconstituição do processo, e caso V.Ex^a. não tenha a mão essa informação se poderia solucionar essa questão de ordem até o final desta Sessão ainda, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Desculpe, Senador.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): O que eu gostaria, Sr. Presidente, o que eu gostaria de obter de V.Ex^a. é no sentido de que essa Comissão já recebeu o despacho, se recebeu o despacho do Presidente do Senado. Se não recebeu, se há condições de ser reconstituído esse processo. E eu gostaria que V.Ex^a., se pudesse nos dar essa informação, ainda até o final desta nossa Sessão, Sr. Presidente. Porque caso contrário eu vou reapresentar novamente, estou retirando todas as cópias lá no Estado para que eu possa reapresentá-lo aqui, pegar aqui os pareceres dado já pelos Relatores das Comissões, anexar junto a esta cópia e que seja nomeado novamente, seja designado novamente novo Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Senador eu estou sendo informado aqui pela Mesa que a Resolução, Projeto de Resolução dessa matéria ainda não chegou a essa Comissão. Quando chegar nós tomaremos as providências corretas e adequadas.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Nós temos um último item, Item 14 e temos...

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pela ordem.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu conversei com o Senador Arthur Virgílio, eu sou Relator, inclusive, de um outro projeto numa outra Comissão que está acontecendo agora. E eu gostaria de solicitar a V.Exª. se seria possível eu apresentar o Projeto de Lei em que eu solicitei que fosse colocado Extrapauta do Senador Tião Viana.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Eu ponho a matéria a aprovação do Plenário.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): E vou fazer uma descrição bastante sintética, Sr. Presidente, para também não tomar o tempo aqui dos Senadores e Senadoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Extrapauta, Projeto de Lei do Senado nº 305 não terminativo, altera o inciso C, revoga o inciso D, do art. 2º da Lei 2.784, de 18 de junho de 1913, visando a alterar o fuso horário do Estado do Acre, de parte do Estado do Amazonas, do fuso Greenwich, menos 5 horas, para o fuso Greenwich, menos 4 horas--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Aatoria do Projeto Senador Tião Viana, Relator Senador Delcídio Amaral. Com a palavra o Relator...

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Sr. Presidente, o PLS 322 estava como Item 1º da Extrapauta.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Senador Collor, eu fiz uma solicitação, como eu sou Relator numa outra Comissão e agora vai entrar o processo que eu vou relatar, eu pedi ao Presidente, conversei também com o Senador Arthur Virgílio se ele poderia me dar essa oportunidade porque eu faria um relato muito rápido, porque eu tenho que relatar um outro processo numa outra Comissão.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Se eu puder contar com a presença de V.Exª. aqui ao ler o meu relatório, aí eu concordo. O senhor fica? [risos]

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Agora eu fiquei numa tremenda saia justa aqui, viu.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por favor, Senador.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Eu vou procurar monitorar a Relatoria na outra Comissão para ter o prazer de ouvi-lo, Senador.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Delcídio.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, é bem resumido. É essa questão, eu vivi na Amazônia e sei as preocupações do Senador Tião Viana. Nós temos em função de Greenwich, nós temos quatro fusos aqui no Brasil, fuso de Fernando de Noronha, fusos dos Estados do Nordeste, parte dos Estados do interior, fuso da região Centro-Oeste e fuso lá do Acre de parte do Estado do Amazonas. E eu não tenho dúvida nenhuma que essa diferença de fuso é absolutamente prejudicial para o Estado do Acre e para a parte do Estado do Amazonas. Porque há uma diferença muito grande com São Paulo, Rio de Janeiro, diferenças que surgem no horário de almoço, diferenças que surgem em função do final de expediente, então, eu acho que esse procedimento, essa proposta é absolutamente pertinente, inclusive, o Meridiano passa em cima da capital Rio Branco, quer dizer, ficar no terceiro ou no quarto fuso é absolutamente até nesse aspecto esse projeto é procedente. E ele vai eliminar além desses entraves, ele economiza energia. Eu estava conversando com o Senador Tião Viana também, quando vem o horário de verão é pior ainda. Porque o Estado fica totalmente defasado do restante do País.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de só fazer esse registro, dizer que esse projeto quanto aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, ele está absolutamente coerente com a Lei Complementar nº 95. Quanto ao mérito, a proposição é certamente necessária e oportuna, inclusive por razões de ordem econômica e é fundamental registrar isso também e cumpre destacar que a proposição foi apresentada juntamente com a proposta de Decreto Legislativo que visa convocar plebiscito para democraticamente ouvir as populações interessadas sobre a alteração permanente do fuso horário. Trata do Projeto Decreto Legislativo nº 436 de 2006, que convoca plebiscito sobre mudança de fuso horário nos Estados do Acre e do Amazonas. A matéria encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aguardando distribuição.

Por isso, Sr. Presidente, eu sou pela aprovação desse projeto porque ele é pertinente e no meu ponto de vista absolutamente necessário para o Estado do Acre e já que eu estou relatando um Projeto de Lei do Senador Tião Viana, quero deixar aqui registrado mais um acerto do Senador Tião Viana, nesse mandado sempre cidadão, fraterno, solidário como o projeto do Item 12 sobre hanseníase, esse mal que aflige vários

Estados do Rio de Janeiro, e que mais uma vez com a sensibilidade de V.Ex^a., V.Ex^a. marcou com clareza, com espírito público e com dignidade o mandato que V.Ex^a. tem outorgado pelo povo do Estado do Acre com muita honra ao meu querido Senador Tião Viana.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Para discutir, Sr. Presidente. Para discutir. Sr. Presidente, esse projeto é de fato relevante para o Estado do Acre e com contribuição para o Brasil, evidentemente, e relevante para cinco Municípios do Estado do Amazonas, Estado que eu represento nesta Casa. Eu, aliás, teria tido muita honra, eu próprio, em relatar esse projeto, mas ele ficou muito bem nas mãos do Senador Delcídio Amaral que morou na região e que sabe, portanto, até pelo ângulo de especialista em energia que é, sabe da relevância da propositura do Senador Tião Viana. Mas eu aqui enfatizo a questão da energia, enfatizo a praticidade, enfatizo o alívio que é acabar o horário de verão que faz o Estado do Acre e esses cinco Municípios do Amazonas ficarem três horas distantes do fuso de Brasília e entendo que, portanto, é meritória a proposta do Senador Tião Viana e votarei favoravelmente a ela por todos esses méritos aqui alocados pelo Senador Delcídio Amaral e pelos reflexos positivos que visualizo para a economia do meu Estado a partir dos cinco Municípios próximos ao Estado do Acre que serão beneficiados pela medida se porventura, e tenho certeza que ela será, se porventura aprovada. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Vamos colocar em votação. Os que estiverem de acordo com o Parecer do Relator permaneçam como estão. Fica aprovado. Eu pediria ao Senador Arthur Virgílio, perguntaria se ele concordaria também, da mesma forma que concordou com a inversão de pauta, do projeto relatado pelo Senador Delcídio Amaral. Se ele concorda também que relatemos ao Projeto de Lei do Senador Sérgio Zambiasi que tem como Relator o Senador Fernando Collor.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Desde que ele fique para garantir *quorum* para aprovação de outra matéria que é extremamente. [risos] que é extremamente importante para a economia do meu Estado, para o Pólo Industrial de Manaus, mas eu não dispensaria do prazer de ouvi-lo... Sem dúvida, eu estou com as ordens, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Falo Extrapauta, Projeto de Lei do Senado nº 322, para incluir a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias de números administrados pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Autoria Senador Sérgio Zambiasi, Relator Senador Fernando

Collor. Parecer pela aprovação do projeto. Com a palavra o Relator, Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto em tela ao propor a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias de números administradas pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL tem o mérito de tornar mais transparente e confiável a atividade lotérica no Brasil. A questão das transparências das loterias tem sido objeto de preocupação de muitos Parlamentares, estando em tramitação no Congresso Nacional diversas iniciativas nesse sentido. No Senado Federal os Projetos de Lei nº 365 de 2005 de autoria do Senador Gerson Camata e nº 189 de 2002 do Senador Carlos Bezerra, tramitam em conjunto. O primeiro foi despachado à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O segundo somente a CCJ e versam sobre o mesmo assunto objeto do PLS nº 322 de 2004. Ocorre que o PLS 322/2004 pode ter uma tramitação mais célere, visto ser objeto de análise apenas por parte da CAE, motivo pelo qual não vejo razão para a sua tramitação em conjunto. A preocupação no sentido de combater a prática criminosa de lavagem de dinheiro não é só do Congresso Nacional, mas de todo o Poder Público nas três esferas de Governo Federal, Estadual e Municipal. A própria Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998 que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, teve origem no Poder Executivo, foi essa Lei que criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, COAF, do Ministério da Fazenda. Nesse sentido quando investido do cargo de Presidente da República, incluí entre as medidas do meu plano de Governo, o plano de estabilização econômica uma importante medida moralizadora do sistema bancário e de combate ao crime financeiro.

O art. 2º da Medida Provisória nº 165 de 15 de março de 1990, proibiu a emissão de:

1. Quotas ao portador ou nominativa endossáveis pelos fundos em condomínios;
2. Títulos e a captação de depósitos ou aplicações ao portador ou nominativo endossáveis;
3. Cheque de valor superior ao equivalente a cem bônus do Tesouro Nacional, o BTN, no mês da emissão sem a identificação do beneficiário. Menos de um mês depois em 12 de abril de 1990, sancionei a Lei 8.021 oriunda da referida MP 165/90, que dispôs da identificação dos contribuintes para fins fiscais e que continha a referida proibições. A eficácia desses mecanismos no combate ao crime foi reconhecida e mantida nos planos seguintes.

O art. 69 da Lei nº 9.069 de 29 de junho de 95 que dispôs sobre o Plano Real, vedou a emissão de

cheques com valores maiores que 100 reais, sem identificação do beneficiário, a partir de primeiro de julho de 94. A proposição do Senador Sérgio Zambiasi, segue a mesma preocupação. Dessa feita visando a dar transparência à atividade de jogos lotéricos e buscando coibir o uso de lavagem de dinheiro por meio da compra de bilhetes premiados das loterias por criminosos e suas organizações.

Apesar de o Governo Federal já dispor de mecanismos para o combate e a prevenção do crime de lavagem de dinheiro por intermédio do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, o COAF, a proposta em questão tem o mérito de ser a solução mais simples e a mais eficiente, passando a ser um instrumento fundamental para coibir tal crime pelas instâncias já instituídas. O argumento apresentado pela Caixa Econômica Federal de que haveria incompatibilidade e inadequação da medida proposta com o sistema de loterias on-line não procede, pois é perfeitamente possível a adequação do sistema para incorporar a tecnologia de leitura ótica com a mudança no volante para que o próprio apostador marque os algarismos correspondentes ao seu número de inscrição no CPF.

O prazo proposto de 360 dias é extenso o suficiente para que se procedam as alterações requeridas. Note-se que com a utilização da leitura ótica não haverá perda de agilidade no processamento das apostas.

Por outro lado a identificação dos apostadores implicará em inúmeros ganhos em termos de agilidade e transparência do processo como um todo. A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL terá identificação do ganhador tão logo haja o sorteio. A Secretaria da Receita Federal também poderá identificar imediatamente o ganhador e tomar as providências tributárias cabíveis. O apostador que perder o seu bilhete poderá se dirigir a CAIXA ECONÔMICA e se identificar para continuar com o direito ao prêmio, diminuindo consideravelmente o número de ganhadores que não buscam seus prêmios e as loterias, por fim, deixarão de ser utilizadas como máquinas de lavagem de dinheiro.

Finalmente, o art. 2º do projeto fixa o prazo para a vigência do dispositivo incluído no art. 3º da Lei 6.717 de 12 de novembro de 1979, não se tratando assim de inconstitucionalidade declarada nos termos da ADIN, nº 546-4 de 1999.

Assim, sinto-me na obrigação de emitir meu voto favorável ao PLS nº 322 de 2004 por entender que ele é mais uma contribuição importante no combate ao crime organizado e a lavagem de dinheiro no País.

Diante do exposto voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 322/2004. Este é o relatório, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Antes de colocar a matéria em discussão eu quero informar ao Plenário que este Projeto de Lei é terminativo e exige *quorum* qualificado. Como nós não temos o número de presenças...

SENADOR IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, mesmo não havendo o número de presenças eu gostaria de fazer algumas observações se V.Exª. me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Senadora gostaria de discutir a matéria?

SENADOR IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu queria fazer algumas observações se V.Exª. já me permite, assim, até para economia, é porque o seguinte...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra a Senadora Ideli.

SENADOR IDELI SALVATTI (PT-SC): Obrigado. O projeto do Senador Zambiasi, se houvesse *quorum*, na ausência do Senador eu iria pedir vistas, como não vai haver a votação vamos deixar, que eu acho importante até a presença do Senador Zambiasi durante a própria discussão. Mas, assim, o objetivo do projeto é tornar obrigatória a identificação na hora da aposta. Acontece que o nosso problema não está na hora da aposta, está na hora do prêmio, ou seja, é o premiado que pode ter algum indício de crime na repetição, ou, de estar sendo utilizado a questão aí das premiações para lavagem de dinheiro. E na questão do prêmio a identificação é feita pela CAIXA ECONÔMICA. A CAIXA ECONÔMICA tem um sistema na hora de efetuar os pagamentos todos os ganhadores são identificados, os dados são armazenados no sistema corporativo SIGEL, Sistema de Gestão de Loterias, todos repassados diariamente ao Sistema de Prevenção de Lavagem de Dinheiro que por sua vez analisa os dados, ou seja, tem um Banco de Dados na CAIXA que identifica, rapidamente, de forma quase que cotidiana, todos os ganhadores que recebem mais do que um prêmio, ou recebem valores consideráveis para que isso seja imediatamente passado ao COAF, ao Conselho, ao órgão que fiscaliza as atividades financeiras. Portanto, a fiscalização de quem ganha o prêmio que é aonde está o problema, o problema não está em quem faz a aposta, entende. Criar mecanismos para ter a identificação de quem faz a aposta, não vai ser isso que vai inibir ou vai produzir relatórios para coibir a lavagem do dinheiro, porque não está em apostar, digamos assim, o risco da lavagem está em ganhar o prêmio. E ao ganhar o prêmio no pagamento já tem sistema de identificação diário, e armazenamento. E a outra coisa que seria, talvez, importante, uma pena que ele não está aqui, mas o Senador Álvaro Dias tem se

notabilizado por sistematicamente tratar de assuntos da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a maior parte dos assuntos trazidos depois, verifica que não tem razão de ser, não tem amparo e neste caso das loterias é importante, inclusive, registrar. O Tribunal de Contas da União concluiu uma auditoria agora no mês de novembro, agora recente, aonde fez todo o levantamento destas questões, de se tem ou se não tem envolvimento da CAIXA ECONÔMICA ou de funcionários da CAIXA ECONÔMICA com alguma irregularidade, nas pessoas que ganham de forma ostensiva, muitos prêmios, vários prêmios, sistematicamente, e o relatório do TCU foi pelo arquivamento, pelo processo improcedente às denúncias e de que não há envolvimento nas auditorias realizadas de nenhum funcionário ou empregado da CAIXA em operação de lavagem de dinheiro nessa questão aí das loterias. E até as notícias, porque voltou à cena, as notícias pelas matérias aí veiculadas após o pronunciamento do Senador Álvaro Dias, mas é importante aqui, inclusive, registrar, foram citados nomes de ganhadores recorrentes da CAIXA ECONÔMICA, dos quatro nomes citados, inclusive, fizeram parte da citação do Senador na Tribuna, estes quatro nomes que receberam 1.027 prêmios, quatro nomes apenas, 1.027 prêmios, é importante registrar que desses 1.027 prêmios, 1.022 recorreram de 94 a 2002. E somente destes quatro ganhadores apenas cinco vezes eles ganharam de 2003 até 2005, portanto, os mecanismos de fiscalização da própria CAIXA ECONÔMICA estão demonstrando que tem uma diminuição desta incidência e, inclusive, da coincidência de os mesmos ganhadores, os tais dos mesmos quatro CPFs famosos e sortudos, terem recebido os prêmios.

Então, eu gostaria que nós não encerrássemos a discussão, pudéssemos debater esse assunto, inclusive, com a presença do Senador Zambiasi, se tivéssemos *quorum* para votar eu iria pedir vistas porque eu quero discutir com o Senador Zambiasi aqui ao vivo e a cores esta situação, porque o projeto dele eu acho que não ajuda, não contribui na questão da fiscalização dos ganhadores. Porque essa já existe. E criar mecanismos e, inclusive, ter aumento de custo, leitura ótica e tal para identificar quem aposta não vai modificar, porque o problema não está em quem aposta, os milhões de brasileiros que apostam, o problema está em alguns sortudos que ganham e que estes sim são identificados e precisam ser rapidamente perseguidos para identificação se estão cometendo algum tipo de crime.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra o Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Srª. Senadora, o que o projeto do Senador Zambiasi propõe é exatamente controlar não somente aquele que vai na CAIXA ECONÔMICA receber o dinheiro, porque no momento em que ele vai com o cartão receber o dinheiro é claro que ali tem que estar anotado o CPF dele. Se referiu aqui 1.027 pessoas que foram pegas fazendo lavagem de dinheiro.

SENADOR IDELI SALVATTI (PT-SC): Quatro pessoas, ganharam 1.027.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Quatro pessoas que ganharam 1.027 vezes. Então, mas é preciso saber quem vendeu esses bilhetes ou esses talões vitoriosos a esses para lavarem o seu dinheiro. Porque é claro que se tem uma pessoa que ganhou na loteria e tem algum informante na Casa lotérica, que diz a um que quer lavar o dinheiro, fulano de tal ganhou 200 mil. Ele vai lá, fala com o sujeito, dá o dinheiro e pega o bilhete, esse sujeito está cometendo também um crime porque está participando ativamente de um crime de lavagem de dinheiro. E esta questão da identificação do CPF...

SENADOR IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador, se me permite.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A identificação do CPF hoje é uma coisa absolutamente normal, esta questão da leitura ótica é uma leitura que é feita com absoluta facilidade, tão fácil quanto se discar um celular, é a facilidade que se tem hoje para se realizar uma leitura ótica.

Então, em relação a um maior controle para essa questão da lavagem de dinheiro, eu não tenho nenhuma dúvida, nenhuma dúvida, até porque quando tive a oportunidade de presidir o País eu determinei que fossem, não existissem mais nem os cheques ao portador, e nem os títulos ao portador, todos nominativos. E diziam naquela época: "Não, mas não precisa, quando a pessoa vai lá resgatar o título ela tem que mostrar o seu CPF". Muito bem. E o resultado disso é que quando essa medida foi tomada ficaram mais de 60 bilhões de cruzeiros nos Bancos porque não foram lá resgatar os seus títulos, com receio, porque era dinheiro fruto de alguma ação criminosa. Por isso que eu defendo essa identificação do apostador até como garantia dele próprio porque, vamos supor, nós já ouvimos aí algumas vezes, acontecer amiúde, mas temos aí, aqui, acolá, alguns momentos em que o apostador, "ah, eu joguei fora, ah, eu perdi o volante, ah, minha mulher guardou não sabe onde e esse prêmio fica sem que o verdadeiro ganhador possa ir lá à CAIXA ECONÔMICA resgatado, isso, inclusive, é uma garantia que o cidadão tem, de que caso tenha ganho o seu direito está assegurado". Não haverá nenhum

assalto, nem ninguém que possa, comparecendo à Caixa Econômica receber em seu nome.

SENADOR IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Collor, o senhor me permite um pequeno aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Só quero perguntar ao Plenário, desde que não temos *quorum* qualificado, não vamos votar essa matéria hoje, se podemos suspender a discussão, para que essa discussão tenha lugar exatamente de uma forma precedente, antecedente à votação na próxima Sessão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria só de esclarecer o mal-entendido da nobre Senadora Ideli Salvatti. O projeto do Senador Zambiasi é da maior importância e o relatório do Senador Fernando Collor foi preciso. A Senadora Ideli confundiu porque a identificação do apostador por ocasião da aposta através do CPF é completamente diferente da identificação do ganhador após do sorteio. A identificação do ganhador, Senadora Ideli, a identificação do ganhador ela já é feita hoje. Tão logo ele se apresente com o bilhete ele se identifica junto à CAIXA ECONÔMICA. Mas isso não elimina a questão da lavagem de dinheiro pela compra do bilhete premiado. O que o Senador Zambiasi propõe e o relatório do Senador Fernando Collor é preciso, é que o apostador tem que se identificar, ou seja, a aposta passa a ser nominal.

Então, quando ele for o vencedor ele já identificou, já se identificou por ocasião da aposta. Aí, não haverá possibilidade dele negociar o bilhete.

Então, são coisas completamente distintas. E eu acho Senador Fernando Collor que dentro daquilo que o Senador Álvaro Dias denunciou ao Plenário na semana passada, o projeto do Senador Zambiasi e o seu relatório, vem exatamente ao encontro de meios para eliminar a questão da negociação do bilhete premiado após o sorteio.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Eu gostaria de obter de V.Ex^a. a compreensão de que nós temos outros itens da pauta para discutir ainda. Com a palavra o Senador.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu concordo com o projeto, bem como com o feliz relatório e a preocupação de evitar não a questão do conhecimento de quem ganha o prêmio, mas sim de evitar a negociação do prêmio a que foi sorteado que é o mérito da matéria, portanto, estarei apresentando ao projeto uma Emenda onde nós não só concordamos com a identificação do ganhador, mas do apostador, mas preservando, na verdade, o também o direito do sigilo bancário na aposta que for efetivada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Muito obrigado. Fica a matéria, então, transferida para a discussão da pauta seguinte. Para ser considerada na pauta seguinte.

Item 14. Emenda nº 1. Oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 136, reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI, incidentes sobre os produtos que menciona. Autoria do Deputado Nelson Burnier, Relator Senador Arthur Virgílio. Parece pela rejeição da Emenda. Com a palavra o Relator.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, antes até de ler o relatório, eu esclareci à época quando aqui defendi a matéria ao atual Governador do Rio de Janeiro, Senador Sérgio Cabral, que a intenção do Deputado Burnier era boa na direção de proteger a economia do seu Estado, do Rio de Janeiro, a intenção do Senador Sérgio Cabral era excelente, ia na mesma direção daquela do Deputado Nelson Burnier. Mas eu procurei demonstrar por A mais B que o grande beneficiário dessa redução de alíquota de IPI para esferográficas, para lapiseiras, esses descartáveis na área da escrita, o grande beneficiário seria a China, nem o Rio de Janeiro, nem meu Estado que perderia, Rio de Janeiro deixaria de ganhar e sim a China. Então eu passo a ler o relatório. Em exame nesta Comissão o projeto em epígrafe foi rejeitado, nos termos do Parecer nº. 651/2006 desta Comissão de Assuntos Econômicos. Publicado o Parecer no prazo previsto no Parágrafo Único do art. 254 do Regimento Interno do Senado Federal, foi interposto recurso nº 09 de 2006, requerendo que a matéria continuasse tramitando. Aberto o prazo para apresentação de Emendas perante a Mesa foi proposta a Emenda nº 01 de Plenário e nova redação ao art. 1º da proposição para reduzir a alíquota do imposto sobre produtos industrializados, IPI, sobre os produtos ali especificados para 15%, ao invés de 10%.

Segundo a justificativa, a elevação da alíquota, originariamente mencionada no Projeto de Lei da Câmara PLC nº 136 de 2005, para os valores mais próximo aos 20% atuais, permitiriam uma renegociação entre os setores interessados e o Governo.

Vamos agora a análise, Sr. Presidente. A Emenda nº 01 de Plenário em nada afasta os argumentos expedidos anteriormente nessa Comissão e que ensejaram a rejeição do PLC nº 136/2005. Não se trata aqui de discussão sobre perda de receita tributária em virtude da pretendida redução da alíquota do IPI para os produtos enunciados no projeto. O que se analisa é o impacto econômico, negativo sobre o fabricante nacional que a aprovação da proposição com certeza ocasionará. Efetivamente como mencionado no Parecer 651/2006, daqui da CAE, o projeto em loco para

os objetivos almejados pelo seu autor, além de causar grandes prejuízos ao Pólo Industrial de Manaus, de igual forma a presente Emenda atenta contra a economia nacional e beneficia o produto estrangeiro. Alertamos para o fato de que os produtos nacionais, inclusive os fabricados na Zona Franca de Manaus, tem sofrido forte concorrência das mercadorias asiáticas, sobretudo aquelas oriundas da China, a produção em escala desse País associada aos baixos custos de produção, aos subsídios, ao transporte e a uma clara estratégia global de atuação tem criado dificuldades para a indústria nacional. No caso das canetas esferográficas a questão não é menos grave, havendo até mesmo acusações de prática de atos anti-concorrenciais por parte da China.

Diante desse quadro, a redução da alíquota de IPI e dos produtos mencionados no PLC é inviável, ainda que para o patamar de 15% pretendido pela Emenda, isso porque, em que pese o IPI ser um imposto residente sobre a industrialização, ele também integra o quadro dos tributos sobre a importação, justamente com o Imposto de Importação, o II, O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços, de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação, o ICMS, a contribuição para o PIS/PASEP e importação e a contribuição para o financiamento da Seguridade Social Importação. Deste sentido o IPI grava a importação do produto estrangeiro sem incidência equalizadora de preços e sua redução beneficia os produtos importados em detrimento nacional.

Em outras palavras, Senador Cícero Lucena, ao invés de beneficiar o Rio de Janeiro ou de proteger as finanças do Tesouro Nacional, o que faz o projeto, e eu sei que o projeto veio eivado da maior boa-fé, é criar empregos na China, é esvaziar o Pólo Industrial de Manaus e facilitar, e ajudar a China que usa práticas não concorrenciais a transferir para o seu território a indústria de lapiseiras, de canetas esferográficas que hoje tem relativa importância na formação da economia do Pólo Industrial de Manaus.

Por isso, Sr. Presidente, eu vou agora ao voto. Diante do exposto o voto é pela rejeição da Emenda nº 01 de Plenário. Com muita convicção. E convicção nacional e não apenas de Parlamentar do meu Estado. Obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Vamos colocar em votação o Parecer do Relator. Há quem queira discutir? Vamos colocar em votação o Parecer do Relator. Os Senadores que concordam com o Parecer do Relator permaneçam como estão. Aprovado. Sobre a Mesa estão dois requerimentos. O Requerimento da Senadora Ideli Salvatti requerendo nos termos do art. 93, inciso II do

Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública nesta Comissão para que a União Nacional da Construção Civil possa apresentar e debater assuntos referentes à política nacional para o setor e suas consequências no PIB, geração de emprego, IDH, Índice de Desenvolvimento Humano. Esclarecemos que Requerimento com o mesmo teor foi aprovado no final da Legislatura passada e teve audiência marcada, mas por força regimental foi arquivado. Submete-se a matéria a aprovação do Plenário. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Fica aprovado.

Requerimento do Senador Renato Casagrande e da Senadora Patrícia Saboya. Requeremos nos termos do art. 50 da Constituição da República Federativa do Brasil, em constigação(F) com o art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado o convite ao Sr. Nelson Machado, Ministro de Estado da Previdência Social, para comparecer perante essa Comissão de Assuntos Econômicos a fim de prestar esclarecimentos sobre a instituição do Fórum Nacional de Previdência Social e sobre mudanças na metodologia de cálculo do resultado da Previdência. Em discussão. Não havendo quem queira discutir colocamos em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Fica aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Nada mais havendo a tratar fica encerrada a nossa densa reunião de hoje.

Sessão encerrada às 13h43

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, EM TREZE DE MARÇO DE 2007, ÀS 10:00 HORAS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte minutos do dia treze de março do ano de dois mil e sete, no Plenário do Senado Federal, com a abertura dos trabalhos feita pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, e, em seguida, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e do Senador Marconi Perillo, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos em conjunto com a Comissão de Serviços de Infra-estrutura, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Fernando Collor, Renato Casagrande, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Patrícia Saboya Gomes, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Romero

Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Roseana Sarney, Wellington Salgado, Leomar Quintanilha, Joaquim Roriz, Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Edison Lobão, Eliseu Resende, Jayme Campos, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Demóstenes Torres, José Agripino, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, João Tenório, Osmar Dias e Jefferson Péres, e, ainda, dos Senadores Augusto Botelho, João Durval, Lúcia Vânia, Marisa Serrano e Tião Viana. Deixam de comparecer os Senadores Expedito Júnior, João Vicente Claudino, Gilvam Borges e Sérgio Guerra, tendo falta justificada em virtude de licença médica. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, que se destina a realização de Audiência Pública com a presença da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, Exma. Sra. Dilma Rousseff, do Ministro de Estado da Fazenda, Exmo. Sr. Guido Mantega, e do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Exmo. Sr. Paulo Bernardo, a fim de “discorrer sobre as propostas concernentes ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, e a Política Econômica do Governo”, em atendimento aos Requerimentos nºs 01, 03 e 04/2007-CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, e nºs 01 e 04/2007-CI, de autoria do Senador Marconi Perillo. Após a exposição dos Ministros, usam da palavra os Senadores Marconi Perillo, autor dos Requerimentos da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, Francisco Dornelles, Sibá Machado, Renato Casagrande, Wellington Salgado, Eliseu Resende, Marcelo Crivella, Fernando Collor, Inácio Arruda, José Agripino, Antônio Carlos Valadares, Valter Pereira, Lúcia Vânia, Aloizio Mercadante, autor dos Requerimentos da Comissão de Assuntos Econômicos, Serys Slhessarenko, Garibaldi Alves Filho, Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Delcídio Amaral, Eduardo Azeredo, Tião Viana, Cícero Lucena, Marisa Serrano e Mão Santa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador ALOIZIO MERCADANTE

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

SR. PRESIDENTE RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Eu peço que todos, por favor, tomem seus lugares—

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Eu peço, por favor, que todos tomem os seus lugares.

Havendo número Regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 6ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-estrutura a realizar-se em conjunto, que se destina a ouvir a Exma. Senhora Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Sra. Dilma Rousseff, o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, e o Exmo. Sr. Ministro do Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva, para discorrerem sobre as propostas do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento e a política econômica do governo, em atendimento, Sr. Senadores, a Requerimentos dos Exmo. Sr. Senadores Marconi Perillo, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-estrutura e Aloizio Mercadante, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

É, portanto, com grande satisfação que informo o Plenário das honrosas presenças da Ministra Dilma Rousseff, dos Ministros da Fazenda Guido Mantega e do Planejamento, Paulo Bernardo. Eu tenho certeza, Srs. Senadores, absolutamente certeza que esse debate será esclarecedor e que elevará muito os trabalhos do Senado Federal. Aliás, o Senado Federal, no que depender do seu Presidente, estará sempre, como sempre esteve, de portas abertas para discutir as ações necessárias para promover a aceleração do crescimento nacional. A nossa pauta com relação aos interesses do país está absolutamente em dia. Nós já votamos todas as matérias de interesse do país que estavam prontas para serem votadas e temos avançado bem numa agenda suprapartidária. Como exemplo, nunca é demais repetir, eu cito que, na semana que passou, nós aprovamos a PEC, do Senador Tasso Jereissati, definindo os princípios da atividade regulatória.

Estaremos também, Sr. Senadores, reunidos nos próximos dias com todos os Presidentes de Comissões Permanentes do Senado Federal para definirmos, do ponto de vista do Senado, uma pauta de votações, uma agenda que, como eu disse, que esteja verdadeiramente alinhada com os reais interesses da sociedade organizada e voltada, sem dúvida nenhuma, para o desafio do crescimento de capacidades. É a pauta que o Senado apresentará ao Brasil, resultado do talento de todos os Srs. Senadores, de todas as senhoras Senadoras aqui presentes e independentemente de cor partidária.

Nós estamos instalando também, eu aproveito a oportunidade para dizer, sob a liderança do Senador Aloizio Mercadante, a Comissão de Avaliação do Sistema Tributário Nacional. Essa Comissão Consti-

tucional, que agora estará sendo criada no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, acompanhará a administração tributária da União, dos Estados e Municípios indicando, propondo, colaborando com soluções para todos os gargalos que ainda oneram a produção no nosso país. Será, sem dúvida, um dos mais importantes fóruns da Federação. Essa presença da Ministra Dilma, do Ministro Mantega e do Ministro Paulo Bernardo numa Audiência Pública das Comissões de Assuntos Econômicos presidida, como disse, pelo Senador Aloizio Mercadante e de Serviços de Infra-estrutura presidida pelo Senador Marconi Perillo, evidencia a seriedade com que esse tema vem sendo tratado e será tratado aqui no Senado Federal. Eu parabeno os dois Senadores pela iniciativa conjunta e todos os demais, nas pessoas dessas respectivas lideranças, por demonstrarem, Sr. Senadores, que a Casa sabe dialogar com todas as cores partidárias e regionais quando o assunto é o desenvolvimento do país.

Nesse diálogo entre os poderes, Ministra Dilma Rousseff, Ministro Guido Mantega, Ministro Paulo Bernardo, sem dúvida nenhuma quem ganha é o Brasil. Eu peço licença à Ministra Dilma Rousseff, ao Ministro Guido Mantega e ao Ministro Paulo Bernardo para passar a Presidência dos nossos trabalhos inicialmente ao Presidente Aloizio Mercadante e, em seguida, ao Senador Marconi Perillo, Presidente da Comissão de Infra-estrutura.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós queríamos, portanto, dar início a essa Audiência Pública, que teve a presença sempre relevante do Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, queria agradecer a ele, não só a presença nessa audiência conjunta, mas, sobretudo esse espaço no Plenário porque é, eu diria que é uma deferência com a Comissão de Estrutura presidida pelo nobre Senador Marconi Perillo, foi inclusive a primeira Comissão a aprovar o convite aos Ministros de Estado para a discussão do Programa de Aceleração do Crescimento. Uma Comissão que já vem aprofundando o debate sobre essa matéria. E a Comissão de Assuntos Econômicos que, de forma semelhante, tem um imenso interesse que esse debate possa ser aprofundado. Nós estamos fazendo, no Senado, para que todos os Senadores possam participar.

Quero, antecipadamente alertar que o nosso prazo para essa audiência é até às 14 horas, porque às 14 horas teremos uma Sessão Especial no Plenário do Senado. Portanto, nós temos aí duas horas e meia para a realização dessa audiência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Três e meia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Três horas e meia para a audiência. A nossa proposta é que duas horas e meia para o debate. Assim, nós teríamos até uma hora para a exposição dos três ministros de Estado, com uma divisão do tempo de trabalho e de 20 minutos para a exposição de cada um deles. Queria também dizer que na Sessão Conjunta nós vamos compartilhar aqui a Presidência, eu apenas inicio esse trabalho porque, apesar do Marconi ser o mais velho, ele cedeu o espaço para mim, como diz o art. 113 do Regimento Interno, é a idade que prevalece.

Então, nós gostaríamos de iniciar com a Ministra de Estado Chefe da Casa Civil e o Ministro Guido Mantega, da Fazenda e o Ministro Paulo Bernardo, de Planejamento, Orçamento e Gestão. E dizendo que o desafio do crescimento, é um grande desafio da Nação, é o tema que mais mobiliza hoje o governo e tenho certeza de que essa discussão vai ser esclarecedora tanto no sentido de preparar o Senado para a discussão do PAC quanto para que os Senadores possam contribuir para o aperfeiçoamento desse conjunto de iniciativas que o governo apresenta.

Assim, nós vamos iniciar a exposição com o Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, que fará a primeira parte da exposição aos Sr. Senadores e às senhoras Senadoras. Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: Bom dia a todos, quero cumprimentar o Senador Aloizio Mercadante, Presidente da CAE, Senador Marconi Perillo, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, a todas as Senadoras e Senadores aqui presentes e todos os demais presentes nesta Sessão. Eu vou apresentar a parte macroeconômica do Programa de Aceleração do Crescimento. Queria esclarecer que o Programa de Aceleração do Crescimento, ele não esgota toda a política econômica e social que o governo do Presidente Lula está realizando. Na verdade, ele é uma complementação da política econômica e social já em curso e, inclusive, será complementado por outros programas como, por exemplo, o PAC Educação, que está em gestação. O objetivo deste programa é buscar taxas mais elevadas de crescimento econômico no país. O país já está crescendo a taxas superiores à média histórica dos últimos anos e nós queremos que haja uma aceleração desse crescimento. O principal instrumento a ser utilizado para acelerar o crescimento é o aumento do investimento e a remoção dos obstáculos que impedem que investimentos privados e públicos se realizem.

Eu vou, passando adiante, eu vou procurar mostrar qual é a lógica do PAC, quais são os principais

instrumentos que serão utilizados pelo PAC. Naturalmente, não haveria possibilidade de acelerarmos o crescimento econômico se os fundamentos da economia brasileira não estivessem sólidos. Até poderíamos acelerar o crescimento, mas seria de forma efêmera, não duradoura. E, pelas condições que nós conquistamos na atualidade, de fundamentos bastante sólidos, nós temos as condições de acelerar o crescimento, atingirem patamares mais elevados e mantê-los ao longo de um prazo maior. Então, hoje nós temos uma estabilidade monetária confortável, com uma inflação abaixo de 4%, que nos permite ter um horizonte de longo prazo. Nós temos um equilíbrio fiscal nas contas públicas, que continuará a ser mantido, também nos dá condições bastante sólidas e, fundamentalmente, nós temos hoje uma baixa vulnerabilidade externa, que é posta à prova periodicamente como, por exemplo, na turbulência que sofremos duas semanas atrás, onde o Brasil conseguiu passar por ela praticamente incólume. A moeda brasileira foi a que menos flutuou ao longo dessa turbulência que começou na Ásia, semana passada.

Portanto, temos hoje condições para enfrentar turbulência internacional sem que isto venha a abortar o processo de crescimento, como já aconteceu no passado. No passado qualquer turbulência, qualquer espirro que acontecia no exterior afetava a economia brasileira, o crescimento era abortado. Agora, não precisamos fazer isso. E é por isso, então, que podemos ousar em direção a um crescimento mais vigoroso. Adiante. Esse crescimento mais vigoroso, ele será impulsionado, sobretudo pelo aumento do investimento público e privado. Os Sr. puderam verificar que no resultado do PIB do ano passado nós tivemos um crescimento de 2.9 do PIB total, é um crescimento ainda modesto, insatisfatório, sem dúvida, mas a taxa de investimento da economia cresceu 6.7%. Portanto, a taxa de investimento já está crescendo. E se nós pegarmos o último trimestre do ano passado, nós vamos verificar que a taxa de crescimento do investimento, a chamada formação bruta de capital fixo, se aproxima dos 10%, que é um índice bastante satisfatório para impulsionar um crescimento sustentável.

Como fazer para estimular o investimento privado e o investimento público? Adiante. Primeiro lugar, o investimento privado se move a partir da demanda do mercado consumidor. É preciso que haja demanda do mercado externo para que nós continuemos aumentando as exportações brasileiras, isso está acontecendo. E, sobretudo, a demanda interna. A demanda interna é mais importante do que a demanda externa porque ela representa cerca de 80% de toda a nossa demanda. O que nós observamos é que há um robustecimento

da demanda do mercado interno brasileiro, em função do aumento do emprego, da massa salarial, aumento do crédito. Com isso tudo, nós estamos aumentando este mercado interno que é um estímulo importante para o aumento dos investimentos.

Seguindo adiante, o governo tem procurado fazer política monetária creditícia e cambial de modo a consolidar a demanda interna e externa do país. Alguns problemas na área cambial, que depois poderemos mencionar, mas, de todo o modo, o mercado global para as empresas está aumentando. Passamos adiante. Além disso, os investimentos privados dependem de redução de custo. Uma vez em que o Brasil está metido na globalização e, portanto, as empresas brasileiras competem com as empresas estrangeiras, seja em solo nacional, não é, com os produtos destas empresas, seja no exterior, é preciso que as empresas brasileiras tenham mais produtividade e redução de custos. Portanto, o governo tem posto em prática medidas no sentido de reduzir custo financeiro, o custo tributário e o custo de infra-estrutura.

Passamos adiante. Como fazer para reduzir esses custos? O governo tem procurado liberar crédito cada vez mais barato para os investimentos das empresas. A TJLP, do BNDES, já está no seu patamar histórico mais baixo, 6,5% mais o spread também baixo. Então, nós já temos condições bastante competitivas dos financiamentos para investimento. E não falta crédito no BNDES para as empresas que se habilitarem. Nós temos que reduzir o custo tributário, porque sabemos que a carga tributária cresceu muito no Brasil nos últimos anos. Então, ela tem que ser reduzida. Então, o governo vem fazendo movimento de redução do custo tributário e, nesse programa de aceleração de crescimento, estão medidas que vão nesta direção. Além disso, nós temos que aumentar a oferta de infra-estrutura e reduzir o seu custo. Caso contrário, será impossível continuar fazendo o movimento significativo nos portos, nas rodovias, nas ferrovias brasileiras, que são cada vez mais demandadas pelo movimento econômico e movimento de exportação e importação.

Então, nesse sentido nós temos, passa adiante, que tomar, que remover obstáculos que hoje dificultam investimentos principalmente na área de infra-estrutura; marco regulatório melhor, e estamos procurando fazê-lo; agilização das licenças ambientais, evidentemente, mantendo os princípios do equilíbrio ambiental, e outras reformas que vêm no sentido de melhorar o marco regulatório.

Passando adiante. Finalmente, um programa de longo prazo como este tem que ser sustentável, tem que ser fiscalmente sustentável, porque nós estamos propondo aqui é aumentar investimentos do governo

em infra-estrutura, portanto, aumento de gastos do governo. Estamos propondo aqui a redução de tributos, não é? O que significa também uma diminuição da nossa arrecadação. É preciso que estas medidas sejam compatibilizadas com o equilíbrio fiscal, ou seja, nós temos que continuar fazendo o superávit primário, continuar diminuindo a relação Dívida/PIB, e isto está garantido com um programa fiscal de longo prazo que vai ser apresentado pelo ministro Paulo Bernardo.

Passamos adiante. As medidas do PAC foram organizadas em cinco blocos, dos quais eu vou me referir aos dois primeiros blocos: O estímulo ao crédito e ao financiamento e a desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário. A Ministra Dilma vai falar no investimento em infra-estrutura e gestão do PAC, que é a espinha dorsal deste programa. E o Ministro Paulo Bernardo falará da melhora do meio ambiente, da melhora do ambiente de investimentos e medidas fiscais de longo prazo. Vamos passar adiante. Pode passar adiante. Estímulo ao crédito e ao financiamento. É fundamental para que um país possa crescer a taxas mais elevadas que exista uma oferta de crédito compatível com as necessidades de investimento e de consumo. E esse crédito tem que ser cada vez mais barato porque senão ele inviabiliza os negócios.

Passa adiante. Nós podemos ver ali a evolução do crédito no Brasil, do Sistema Financeiro Nacional. É apenas uma parte do volume de crédito. Podemos ver que de 2002 a 2007 há um crescimento expressivo, de 24% do PIB para mais de 34% do PIB. Portanto, mais de 60% de crescimento do crédito no Sistema Financeiro. Além disso, passamos adiante, o crédito mercantil também vem subindo de forma expressiva. Aquele crédito dado das empresas para outras empresas. E, desta maneira, somando crédito bancário com mercantil, já temos quase 50% de crédito para a economia. Além disso, passamos adiante, nós temos um mercado de capitais que está se tornando cada vez mais importante. Nós tínhamos um mercado de capitais que podíamos dizer que era medíocre, que tinha uma importância pequena na oferta de crédito, na capitalização das empresas e hoje já podemos falar, em 2006, que o mercado de capitais, ele deu conta de oferecer 125 bilhões de crédito para a economia. Além do crédito que eu mencionei, temos que adicionar este. Isto significa crédito barato para as empresas. As empresas fazem oferta de ações, lançamento de ações e são subscritas por investidores e, portanto, as empresas podem se expandir com esta modalidade de crédito.

Eu posso dizer aos senhores que já em 2007, janeiro e fevereiro, foram liberados 33 bilhões de reais de crédito nesta modalidade. Portanto, em 2007,

deveremos chegar a 200 bilhões de reais de crédito do mercado de capitais brasileiro. Então, compondo os três elementos que eu mostrei, hoje a economia brasileira já tem um volume de crédito razoável, ainda não é totalmente satisfatório, razoável e as taxas de juros estão caindo.

Passamos adiante. Dentro da, do âmbito do PAC, tomamos algumas medidas para ampliar ainda mais o crédito, aumentamos o capital da Caixa Econômica Federal, o capital de referência, o patrimônio de referência, de modo que ela possa emprestar mais 05 bilhões para a área de habitação e saneamento. Nós aumentamos o limite de crédito de endividamento que pode ser tomado por Estados e Municípios de 07 bilhões. Normalmente, esse limite de endividamento de Estados e Municípios é de um bilhão. Portanto, aumentamos expressivamente a possibilidade de aprovar projetos de saneamento e habitação por parte dos Estados e Municípios. Além disso, tomamos medidas, criamos o Fundo de Investimento em Infra-estrutura, com recursos do fundo de garantia por tempo de serviço, em 05 bilhões, e eu posso dizer que a remuneração mínima deste fundo será garantida pela própria Caixa Econômica Federal. Vamos passar adiante. Eu tenho pouco tempo. Outras medidas foram tomadas, a redução das taxas de juros do BNDES e do spread.

Passamos adiante. Bom, do ponto de vista do sistema tributário, nós procuramos reduzir a carga tributária que incide sobre as empresas. Pode passar adiante. De modo que as medidas principais que foram tomadas são desoneração dos investimentos. Isto é fundamental porque beneficia o sistema econômico como um todo. Então, aqui são redução de... Aceleração para a obtenção dos créditos de PIS e Cofins quando uma empresa vai ampliar as suas instalações, aumentar a sua planta de 25 anos para 24 meses. Portanto, é muito mais rápida a obtenção de crédito de PIS/Cofins. Nós estamos isentando a cobrança de PIS/Cofins para os novos projetos na área de energia elétrica, para transportes e para saneamento básico. Então, qualquer empreendimento desta natureza não paga PIS e Cofins. Estamos desonerando o Fundo de investimentos em Infra-estrutura, que não vai pagar Imposto de Renda.

Seguimos adiante. Nós estamos incentivando áreas de nova tecnologia, que ainda não estão implantadas no Brasil. Portanto, a partir do padrão de TV digital, nós estamos isentando os insumos desta área de praticamente todos os tributos como estão ali. O mesmo estamos fazendo para o setor de semicondutores, a maioria dos tributos federais está sendo eliminada neste setor, de modo que se implantem fábricas para produzir semicondutores. Além disso, nós elevamos

a isenção de microcomputadores de 2,5 para 04 mil reais, o que abrange um grande espectro, um amplo espectro de microcomputadores, de modo a estimular a produção nacional. Porque esse é um produto que normalmente era contrabandeado. Ao fazermos essa isenção estamos dando a condição de fazer no país. Já duplicou a produção de microcomputadores no país só com a primeira isenção e agora esperamos ainda resultados melhores com essa segunda isenção. Desoneração de perfis de aço para a construção civil. Passamos adiante. Medidas que já foram aprovadas aqui no Congresso e que são de extrema importância para a simplificação tributária e desoneração, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que entrará em vigor no segundo semestre deste ano. O reajuste da tabela de Imposto de Renda para os próximos quatro anos. A prorrogação da depreciação acelerada, em dois anos pode haver uma depreciação de todos os insumos de bens de capital adquiridos pelas empresas. E a prorrogação da cumulatividade de PIS e Cofins para a construção civil, significa um custo menor de PIS e Cofins para a construção civil.

Passando adiante. Nós temos aqui o agregado dessas medidas, que representa uma desoneração de 6,6 bilhões em 2007, porque nem todas... As medidas não entram em vigor no ano todo de 2007 e para 2008 essas mesmas medidas representarão uma desoneração de 11,5 bilhões. Isto vem se somar com a desoneração que já vem sendo realizada, pelo governo, de vários itens tributários, que já soma 23 bilhões até o final de 2006. Então, temos que somar 23 com esses números que estão aí para saber qual é o tamanho da desoneração. Passamos adiante. Bom, medidas para aperfeiçoamento do sistema tributário. Nós estamos prolongando os prazos para recolhimento da Previdência e para o recolhimento do PIS e Cofins, em alguns dias, é bom para as empresas, menos capital de giro para as empresas. Passando adiante. Elas precisam de menos capital de giro, não é? Então, medidas em tramitação, implementação. Bom, quando eu fiz aqui o PowerPoint, não tinha sido aprovada ainda a criação da Receita Federal do Brasil, que é muito importante, conforme os senhores sabem.

Está em curso a implementação do Sistema Público de Escrituração Digital, eliminando a escrituração em papel. Isso simplifica muito a vida das empresas. Nós vamos criar cadastros unificados com os governos estaduais, a partir de convênios, portanto, um aperfeiçoamento do sistema, a desburocratização e um controle muito mais forte sobre a eventual sonegação. Isso desemboca na nota fiscal eletrônica, que já está sendo utilizada por um grupo restrito de empresas, mas o nosso objetivo é divulgá-la, generalizá-la para

todas as empresas, para todo o sistema econômico. Dessa maneira, será muito mais fácil as empresas emitirem notas e o governo fiscalizar o sistema. É o primeiro passo para a implantação de uma reforma tributária que dê mais racionalidade ao sistema tributário brasileiro. Nós temos um sistema tributário que não ajuda a produção, não ajuda o investimento. Ele pode ser melhorado. O empresariado brasileiro, ele se vê às voltas com um emaranhado de tributos, alíquotas diferenciadas de um estado para o outro e nós temos que simplificar essa situação. Então, foi feita uma proposta. Está sendo feita uma proposta para os Governadores, nós vamos transmitir essa proposta ao Congresso para que ela seja discutida em várias partes, de modo a que possamos desembocar num sistema tributário moderno, simplificado e mais eficiente. Eu acho que depois nós podemos até marcar aqui uma discussão, ou na CAE ou numa outra Comissão, para que discutamos a proposta de Reforma Tributária que o governo possui, que é muito importante para a desoneração, a simplificação.

Podemos passar adiante. Bom, para encerrar a minha fala - passa adiante - eu queria mostrar a consistência macroeconômica das medidas do PAC. O que está colocado ali naquele quadro são as principais variáveis econômicas que nós esperamos no país nos próximos quatro anos, porque o PAC, é bom lembrar, é um plano de quatro anos. E nós temos ali, na primeira linha, a taxa Selic nominal, esperada pelo mercado. O SR. MINISTRO da Fazenda não pode dizer qual é a taxa de juros que ele espera nos próximos anos. Então, eu sou obrigado a pegar a pesquisa Focus, que é uma pesquisa de mercado, que costuma ser conservadora. Certamente essa taxa é mais conservadora do que aquilo que eu acredito que poderá ser a taxa de juros. Mas, eu quero demonstrar que mesmo com uma taxa de juros conservadora, ou seja, mais alta do que ela poderá ser, nós teremos um crescimento substancial da Economia com equilíbrio fiscal. Então, nós temos a primeira linha em 2007 a taxa média, Selic, seria de 12,2. Não é taxa final de ano, é taxa média do ano. E 11,4, em 2008, assim por diante, até chegar em 10% em 2010. A taxa de inflação esperada para esse ano é 4,1, poderá ser menor, porque os prognósticos apontam para algo como 3,9 de inflação para 2007. E 4,5% é a meta de inflação que está estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. A taxa de crescimento do PIB, que nós esperamos para esse ano, é 4,5%. É aperfeiçoamento factível de alcançar esta meta. A economia já está crescendo a um ritmo próximo de 4%. E, nos próximos anos, em torno de 5%. Nós vamos manter um superávit primário de 4,25, porém, nós vamos ampliar o programa prioritário de investimentos,

que é um programa especial de investimentos, onde o governo assinala projetos prioritários, que têm um efeito importante na economia, que geram um efeito multiplicador. É economia externa, como dizem os economistas. Então, esse programa de investimentos poderá atingir 0,5 % do PIB e, se necessário, será deduzido do superávit primário.

Portanto, na pior das hipóteses nós poderemos fazer um superávit primário de 3,75. Dessa maneira, com essas variáveis, com essa taxa de juros, com este primário, tirando os 0,5 % do PPI, nós teremos o pagamento de juros líquidos de 5,6% do PIB, em 2007. O que significa um déficit nominal de 1,9. Para comparar, nós temos que ver o déficit nominal do ano passado foi de 3,5%, então, estaremos diminuindo o déficit nominal de um patamar de 3,5 para cerca de 2,0 em 2007, e o importante que em 2010, com essa trajetória modesta de queda de taxa de juros, nós poderemos zerar o déficit nominal. Então, a economia brasileira, do ponto de vista fiscal, estará equilibrada até 2010, mesmo com algumas premissas conservadoras que estão aí nesse quadro. E a relação dívida/PIB, ela continuará em queda. Ela já foi de quase 60% do PIB; este ano deve terminar abaixo de 50, cerca de 48, e nós poderemos chegar, em 2010, a cerca de 40%.

Portanto, nós temos aqui a combinação de variáveis econômicas satisfatórias: Um crescimento maior da economia, com uma inflação sob controle, com o déficit nominal caindo, levado a zero e a relação dívida/PIB, caindo também. Portanto, o Brasil, depois de quatro anos, terá uma condição econômica muito mais favorável. Eu encerro por aqui, passando a palavra. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer ao Ministro de Estado Guido Mantega pela excelente exposição. Tenho certeza, muito produtiva para o debate que nós vamos ter hoje no Plenário. E agora, imediatamente, passaríamos a palavra à Ministra Chefe de Estado da Casa Civil, Dilma Rousseff, que falará sobre investimento em Infra-estrutura e as medidas de gestão do Programa de Aceleração do Crescimento, contribuindo aí para a nossa Audiência Pública. Com a palavra, a Ministra.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Ao cumprimentar o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, o Senador Aloizio Mercadante e ao Senador Marconi Perillo, eu gostaria de saudar todos os Senadores e Senadoras aqui presentes. A minha parte é sobre investimento em infra-estrutura e as relativas medidas de gestão específicas do PAC.

Basicamente, nós consideramos que essa mobilização do investimento público, ele é condição, ele

não é suficiente, mas é condição para a aceleração do desenvolvimento sustentável, na medida em que nós nos propomos a eliminar gargalos que afetam a todos os segmentos da economia. Os segmentos industriais, agrícolas, de serviço e comerciais são afetados por esses gargalos. E, ao desfazê-los, nós, sem dúvida nenhuma, aumentamos a produtividade do sistema, melhoramos a competitividade para as empresas brasileiras e, ao mesmo tempo, fornecemos um instrumento para a superação dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais. Além disso, esses referidos gargalos, eles, para serem superados, eles necessitam de uma visão de médio e longo prazo da economia e da própria ação de governo. Nesse sentido, o uso do planejamento estratégico, que é um instrumento que hoje é praticamente adotado por quase todas as grandes empresas desse país, ele, para os efeitos de programação do governo, esse instrumento é estratégico e condição para que esses gargalos sejam desmontados. Isto implica também numa outra questão, que é a necessidade de, dado o desenvolvimento institucional do país, e dada a importância que hoje os setores privados têm nesta área de infra-estrutura também, é fundamental que fortaleçamos as Agências Reguladoras e, portanto, a regulação, o que tem estreita relação com a competitividade. Ou seja, um dos papéis cruciais das Agências Reguladoras é permitir que haja uma competição próxima da competição perfeita, evitando, portanto, as práticas oligopolistas ou monopolistas que gerariam super rendas ou sobre rendas, melhor dizendo.

E algo também, outra questão também é fundamental. É o fato de que é impossível supor que investimentos em infra-estrutura sejam realizados sem uma adequada adequação dos instrumentos creditícios do país. Ou seja, adequar o financiamento às necessidades do investimento de longo prazo é essencial, ninguém investe, no mundo, sem uma disponibilidade de capital de terceiros com taxas compatíveis aos elevados volumes de capital que, no investimento de infra-estrutura, são necessários. Daí a importância de toda essa questão levantada pelo Ministro Guido e também o fato de que é muito importante hoje que haja uma adequação e uma cooperação, uma verdadeira parceria entre o investimento público e o investimento privado na área de infra-estrutura. Ela, tradicionalmente, era uma área, era uma área em que primava mais o investimento privado, aliás, o investimento público, do que o investimento privado. Nós estamos caminhando para um reequilíbrio desta relação. Apesar de que, como nós veremos, na área de energia, ainda o peso dos investimentos públicos é muito grande, principalmente na área de petróleo. Então, parcerias entre o

setor público e o investimento privado, essa parceria é crucial para levar a cabo o PAC.

E, por último, a articulação entre os diferentes entes federativos na medida em que o PAC é um programa que necessita da cooperação, em várias áreas, de todas essas, desses entes, principalmente na área de meio ambiente, na área também de saneamento, de habitação, de metrô, enfim, em várias áreas essa cooperação, ela é estratégica. Os critérios de seleção que nos moveram em relação à questão do PAC, na escolha dos projetos, começam por um item que eu considero muito importante, o governo acha que ele é essencial e é uma prática bastante saudável que nós nos acostumemos a concluir projetos em andamento. Então, priorizá-los é algo muito importante porque significa o uso adequado do dinheiro público e não se deixa um conjunto de esqueletos espalhados nessa área. E também, dentro da mesma medida, é recuperar a infra-estrutura que já existe, a infra-estrutura que é a infra-estrutura essencial para o país porque ela é a infra-estrutura existente. O critério de escolha de novos investimentos seria aquele com forte potencial para gerar retorno econômico e social.

E, finalizando, há uma consideração, que é muito importante, que é o fato de que os projetos têm de ser vistos de uma forma global, há que ter sinergia entre eles. Principalmente na área de infra-estrutura logística. Há que pensar a integração dos módulos rodoviários, ferroviários com a estrutura de portos, enfim, com as hidrovias do país e a estrutura aeroportuária. A logística é eminentemente uma teia. No caso da energia, isso também se repete quando se trata, por exemplo, das grandes estruturas de rede. Basicamente, das estruturas relativas às redes de transmissão de energia, aos gasodutos e à estrutura de refino do país.

O Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC 2007/2010, nesta etapa, ele está centrado em três eixos: O eixo de infra-estrutura logística; o eixo de infra-estrutura energética e o eixo de infra-estrutura social e urbana. Um quarto eixo está sendo também estruturado pelo governo, ele será tratado à parte, que é o eixo de infra-estrutura de telecomunicações, basicamente, a meta do governo de levar a banda larga a todas as escolas. Será tratado à parte, não está tratado no PAC, mas integra o esforço de solução de gargalos. Nesse sentido, nesses três eixos, nós estamos prevendo investimento de aproximadamente 504 bilhões de reais, divididos entre a logística energética social urbana, obviamente, com um peso extremo, bastante significativo na infra-estrutura energética, diante do vulto dos investimentos que essa infra-estrutura exige. Ao mesmo tempo, com um aumento muito significativo na área social e urbana e na área de logística também.

Estes investimentos, eles têm uma característica, que eles têm, eles estão pensados regionalmente. E aí se destaca a capacidade que o PAC tem de ter de equilibrar estas relações. Então, destaca-se, sobretudo, o fato de que, entre Norte e Nordeste, nós temos hoje um peso de 41% da destinação do PAC. O sudeste, com 40, o Sul com 12 e o Centro-Oeste com 7%. Esta é uma distribuição dos recursos que estão diferenciados pelo território, mas há um conjunto de investimentos, que nós chamamos nacionais, que são indiferenciados pelo território, por exemplo, dragagem, quando a gente falar de dragagem de todos os portos tem uma destinação específica para dragagem. Quando nós falarmos, por exemplo, de recuperação das estradas, também é de todas as estradas. Então, esses, estes investimentos que têm dimensão nacional, porque eles se dão sobre a infra-estrutura existente, eles não estão regionalizados, apesar de ocorrerem nas diferentes regiões do país.

Bom, eu começarei a minha apresentação então específica pela questão da infra-estrutura logística, primeiro, a questão das rodovias. Nós integramos, antes estava distribuído regionalmente, mas, para facilitar a exposição e porque a apresentação ficava muito grande, nós juntamos todas as estradas num mapa único. E eu queria destacar, no canto esquerdo, a terceira, a 163, no Norte, por exemplo, queria destacar, eu não sei se eu chego lá, queria destacar aqui a 135, que é Piauí, Bahia e Minas Gerais, que sai lá do Piauí e chega a Minas Gerais. Queria destacar também a 116, principalmente a 116-PPP, que está aqui. A duplicação da BR-101, a duplicação também da BR aqui no Sul, da BR-101 Sul. A BR-101 do Espírito Santo. Queria destacar também a 381 em Minas Gerais, se não me engano, está aqui. Queria destacar, ainda, a 153, a 365 e a 050, em Minas Gerais. E queria destacar o trecho, aqui no Centro-Oeste, da 163 e da 364. Além disso, o Rododnel de São Paulo, o trecho Sul e o arco Rodoviário do Rio de Janeiro, como sendo obras muito importantes, estruturantes, que tem essa capacidade de articulação sinérgica com as demais obras do PAC.

Na seqüência, nós vamos tratar dos projetos em hidrovias, portos e ferrovias, sintetizando num único mapa. Vamos começar, então, aqui pelo Norte com todas essas hidrovias previstas no grande eixo de estrada do Amazonas, que são os seus rios. Além disso, no Amazonas ainda, a eclusa de Tucuruí e o Porto de Vila do Conde. Gostaria de destacar, lá no Nordeste, a Ferrovia Transnordestina, tanto esse trecho que sai de Eliseu Martins e vai até o Porto de Suape, com o acesso rodoferroviário, aqui no Porto de Suape, quanto o trecho que chega ao Porto de Pecém e se integra também com a BR 222. Ao mesmo tempo, é muito im-

portante destacar, ainda, as variantes ferroviárias que estão sendo propostas aqui no Nordeste e a via portuária aqui em Salvador. Além da dragagem, o derrocamento aqui no rio São Francisco, que se complementa tanto com a revitalização do São Francisco como com a transposição. No que se refere ao Sudeste... Ainda aqui na região Norte, era bom destacar também a ferrovia Norte/Sul e, destacando a ferrovia Norte/Sul, nos seus dois trechos, nesse aqui e nesse aqui, tanto Palmas-Araguaína quanto Anápolis-Porangatu, são obras que nós consideramos estratégicas no que se refere às ferrovias.

Na região do Sudeste, o grande destaque está com a questão de todos os portos, tanto o Porto de Santos, como o Porto de Barra Mansa e o Porto de Itaguaí. E, com o Ferroanel de São Paulo - Tramo Norte. Já na região Sul, dos moles aqui do Porto de Rio Grande, passando pelo contorno ferroviário de Joinville, pelo contorno de São Francisco do Sul, pelos berços do Porto de São Francisco do Sul, pela via expressa do Porto de Itajaí e, além disso, pelo corredor ferroviário do Oeste do Paraná, que eu acredito que esteja por aqui, que integra um conjunto de obras, cujo objetivo é, de fato, dar ênfase ao escoamento da produção pela estrutura ferroviária e pelos portos do país. Além disso, no Centro-Oeste, nós já falamos aqui de Anápolis-Porangatu e, ao mesmo tempo, da Ferronorte, aqui em Rondonópolis, neste caso, é uma obra privada, mas com recursos públicos, na medida em que nós vamos incidir sobre o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Passando, agora, para aeroportos, os aeroportos em azul estão em implantação hoje e os em vermelho estão previstos para iniciar a partir de agora. Alguns já, outros até o final do ano. Eu queria destacar, basicamente, que a estrutura que concentra o tráfego aeroportuário Brasil, que é, basicamente, o Sul, o Sudeste, desculpa, o Sudeste, tanto Aeroporto de Congonhas, Viracopos, quanto o Rio de Janeiro, Santos Dumont e Tom Jobim, quanto o Aeroporto de Brasília, estão contemplados aqui, por aqui se dá uma parte, a parte mais expressiva, bem acima de 50% do tráfego aeroportuário brasileiro. Mas, estão sendo feitos reforços e ampliações e adequações, tanto em pista como em terminal, em todo o território nacional. Houve um cuidado de distribuir os orçamentos no sentido de viabilizar essa que é uma questão fundamental, num país Continental, que é a estrutura aeroportuária.

Então, resumindo. Pode passar. Em rodovias, nós estamos contemplando 45 mil quilômetros; em ferrovia Norte-sul, com Transnordestina e todos os acessos rodoferroviários, mais a Ferronorte, 2500 quilômetros; são 12 portos que estão sendo objetos

de intervenção. No caso das hidrovias, são 27, 67 portos, a eclusa do Tucuruí e 20 aeroportos, totalizando, portanto, 58 bilhões, sendo que 13 bilhões em 2007. Na geração de energia elétrica, passemos para ela. Pode passar. Este mapa tem uma característica, que é bom a gente prestar atenção, quando a gente compará-lo com o próximo. Há uma imensa concentração de hidrelétricas, nessa região ainda, nesse momento. E aí, tem destaque, aqui nesse mapa, está aqui Estreito, aqui também tem térmicas, mas aqui está Estreito, é a maior hidrelétrica neste período. Aqui embaixo, está Foz do Chapecó, que é uma das maiores. Tem projetos bastante integrados, como é o caso aqui de Jacuí, 14 de julho e Castro Alves, aqui no Rio Grande do Sul, que são três projetos em cascata. E um conjunto de usinas térmicas também. Nas usinas térmicas, se destaca, aqui no Sudeste, bagaço de cana, que começa a aparecer uma participação muito importante de usinas térmicas a bagaço de cana. Usinas a gás natural ainda, basicamente em Cubatão e em Canoas. Usinas a carvão, aqui no Sul. E aqui também, no Nordeste, muitas usinas térmicas.

Na seqüência, essas 49, elas estão em implantação. Na seqüência, nós vamos olhar as previstas, e é interessante que os Sr. percebam a muda a concentração. Antes, você tinha essa concentração no eixo Sudeste/Sul e, agora, ela passa a se deslocar para o Norte e para o Centro-Oeste. Os grandes aproveitamentos do país estarão no Norte e no Centro-Oeste. Aqui, nas regiões Sul e Sudeste é... Passa, é como se nós tivéssemos esgotado, nós esgotamos, não é? Não é como se nós tivéssemos... Nós esgotamos os melhores empreendimentos. Eles foram feitos primeiro, estavam perto dos centros de carga e agora é fundamental que a gente perceba que a geração de energia hidrelétrica no Brasil passa a se deslocar para o Norte e para o Centro-Oeste. E aí, três usinas se destacam: No Norte, a Usina de... As duas, do Madeira, que é Santo Antônio aqui e Jirau, e Belo Monte aqui em cima. Mas os senhores podem perceber aqui, a Serra Quebrada, Uruçuí, Tupiratins, Novo Acordo e Tocantins, elas estão bem estruturadas ali no Centro-Norte do país. E, aqui na região Centro-Oeste, que se tem Toricôê(F), a de Água Limpa, Torixoréu, Tucano e Porto Galeano. Na previsão, se tem mais usinas hidrelétricas do que térmicas porque as térmicas existentes, no que se refere a gás natural, foram praticamente todas, dado o nosso potencial de gás natural, estruturadas. E a carvão, entrou agora, no final do ano passado, nos leilões. Na transmissão, em implantação, nós temos 21 linhas com destaque central para isso, que é a linha de transmissão Norte/Sul - Circuito 03. Se há algo parecido com um esqueleto no sistema elétrico, a coluna vertebral

estaria aqui. Ela faz a interconexão entre toda essa região Sul-Sudeste, Centro-Oeste com o Norte do país. E ela é, portanto, estratégica e está em processo de construção, deve estar finalizada. Isso implica num grande reforço no sistema brasileiro. E as demais linhas são linhas que se destacam aqui, que tem um complexo sendo feito, importante, dado que aqui é o centro de carga e a caixa d'água do Brasil, que é um grande reforço que está sendo feito e, depois, reforços, reforços, desculpa, distribuídos pelo resto do país de forma... De acordo com a necessidade. Em previsão, as previstas, chamo a atenção, duas grandes interconexões: Esta que vai de Porto Velho à Araraquara, em São Paulo. Ela é a primeira linha que corta o Brasil transversalmente, todas as nossas linhas nunca chegaram aqui. E ela vai ser estratégica para escoar a energia produzida nas usinas do Madeira. E chamo a atenção também a essa interligação Norte/Nordeste, que é muito importante para o Nordeste, que vem sendo reforçada sistematicamente, nos últimos anos, uma vez que, no Nordeste, este fenômeno que é o esgotamento das fontes de energia, é mais acelerado, ou seja, se explorou mais, então, o Nordeste será muito importador. Então, Colinas-Coremas, vai ser uma linha muito importante estruturante. É basicamente isso que eu gostaria de salientar neste caso.

Pode passar. Bom, essas duas próximas telas, começando por essa e pela outra, mostram uma enorme necessidade do Brasil de fazer planejamento estratégico de médio e longo prazo. Um país tem de ter, necessariamente, uma prateleira de projetos. Primeiro porque ele tem de buscar sempre os projetos mais eficientes e, segundo, porque um país não pode, em tendo recursos, não investir porque projetos não foram providenciados. Nós fizemos um grande esforço no sentido de sanear um interregno que houve, no que se refere a EIA/RIMA de aproveitamentos, estudos de viabilidade técnica e econômica, ou seja, de providenciar EVTs e EIA/RIMA de todos os projetos hídricos já inventariados, totaliza, 25 mil, 768. Eles têm, porque EIA/RIMAS e projetos, estudos de viabilidade técnica que vão virar projetos básicos e executivos, na área de hidroeletricidade, eles levam um tempo bastante significativo. Um governo tem de legar para o governo seguinte. Então, este processo está em conclusão em 2008, 2009 e 2010. Isso significa que se terá, neste período, uma soma de estudos de viabilidade prontos para serem licitados. Ou seja, isso implica também em licença prévia etc.

Na sequência, tem uma outra questão, que é inventariar os rios do país. Nós pretendemos legar para o próximo governo 32 mil, 950 megawatts de usinas hidrelétricas inventariadas até 2010. Este inventário

significa, hoje, um estudo um pouco mais complexo, por quê? Porque se inventaria não um empreendimento específico, mas se faz um estudo de viabilidade integrado. Ou seja, se avalia o conjunto da bacia; essa é uma exigência e um acordo feito com os órgãos ambientais. Isso significa que você não simplesmente avalia um rio. Isso é muito importante porque um governo tem de ser julgado pelo que faz e pelo que ele lega também para ser feito no futuro. Então, esses 30 mil, mais de 30 mil megawatts, são importantes para que o país, na sequência, possa ter perspectiva, no ano, a partir do ano de 2010, de licitar projetos. Isso nós nos preocupamos em todas as áreas. Na área de rodovias, estão destinados um bilhão e cem milhões de reais para fazer estudos e projetos. A mesma coisa se dá na área de saneamento e habitação.

Então, fazendo uma síntese, síntese da área de energia elétrica, nós temos aí, serão 55 PCHs do PROINFA, 48 eólicas, 08 usinas de biomassa e, até 2010, 12 mil megawatts de geração, 14 mil de transmissão. Estes investimentos legam 27 mil, após 2010, porque eles não estão prontos, eles vão entrando progressivamente. E mais 05 mil de transmissão. O total, até 2010, é 78 bilhões; após, 24.

Petróleo e gás natural. A estratégia na área de petróleo é manter a política de auto-suficiência de petróleo, com o nível de reservas confortável na área, na área... No nível de 15, no mínimo 15 anos de reservas, ou seja, manter sempre um nível confiável de reservas. Hoje, nós estamos com 18 anos. Então, manter, no mínimo, 15 e, na média, procurar manter os nossos 18 anos de reserva. Isso implica num grande investimento da Petrobrás na área de produção e prospecção. Implica também numa política, na medida em que os investimentos são muito altos, implica numa política específica de conteúdo local que significa que nós produziremos plataformas e os equipamentos da Petrobrás, procurando sempre criar condições para uma ampliação do conteúdo local, na medida em que a área de petróleo e gás natural, nos últimos 04 anos, foi responsável por uma taxa de crescimento bastante significativa no setor industrial e de infra-estrutura no Brasil.

Então, as P-52, P-54, P-55, P-53, P-51, P-56 e P-57 estão sendo produzidas no Brasil. O investimento, nessa área, é de 81,4 bilhões. Portanto, o PROMIMP, que é o Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás, ele tem sentido porque ele permite que o setor de máquinas do país, um país que não faz seus projetos, ele não adequa seus projetos à sua indústria. Então, é fundamental também que nós recuperemos a capacidade de projetar da nossa engenharia. Então, isso é integrado tanto pela demanda quanto

pela capacit... Tanto pela demanda de equipamentos e de fornecedores também como pela capacitação e recapacitação da nossa mão-de-obra. Além disso, na área de refino, petroquímica e H-Bio, nós temos dois grandes movimentos. Temos um movimento que é o movimento de duas novas refinarias, uma no Nordeste, que é a refinaria Abreu Lima, em Laranja, e o complexo petroquímico do Rio de Janeiro. Destacando o complexo petroquímico do Rio de Janeiro porque ele usa petróleo pesado e, portanto, ele adequa ao nosso refino a característica do nosso óleo. E os UV(F) azuizinhos(F), principalmente os que estão, vamos chamar assim, no litoral, os que estão no litoral aqui, são ampliação e modernização. Vocês vêem que o custo é maior do que o custo de implantação das duas. Por quê? Porque a modernização e a ampliação, ela trata de ampliar e adequar também as nossas refinarias à qualidade do nosso óleo. E esses quatro aqui, basicamente, é a produção de H-Bio, ou seja, a gente produz um diesel de altíssima qualidade, utilizando óleos vegetais, oleaginosos, derivados de oleaginosas. Basicamente, nessas quatro refinarias. Um total de 425 mil metros cúbicos/ano de óleo vegetal vão ser consumidos. Na prática, isso funcionará como uma espécie de carro, ou seja, na área de etanol, o *Flex Full* funciona como um grande regulador de mercado, quando tem, quando o petróleo está alto, você usa mais etanol na sua gasolina, quando ele está baixo, faz o vice-versa e regula o mercado. Nunca se corre o risco de haver falta do produto. O H-Bio das refinarias da Petrobrás, ele funciona, ele tem um papel muito importante na área do biodiesel, primeiro porque ele não é concorrente, ele é complementar. O biodiesel é usado para diminuir a emissão de CO₂. O H-Bio não reduz CO₂; ele reduz particulados e ele tem um resultado bastante importante no que se refere à pureza do diesel; ele produz um diesel de altíssima qualidade. Então, nesse momento em que os biocombustíveis são muito tratados, é importante sinalizar que o Brasil entra com o H-Bio na fase de segunda geração dos biocombustíveis. Seremos o primeiro país do mundo a utilizar, nesta dimensão, óleo vegetal, produzindo um diesel de altíssima qualidade. É algo que não se enfatiza muito, eu paro para enfatizar, porque vivemos num momento em que biocombustível não é... Etanol é fundamental, mas não é só etanol no Brasil: é etanol, mais biodiesel e H-Bio.

No que se refere ao gás, o projeto do gás pretende na Bacia do Espírito Santo, na de Campos e na de Santos, até 2010, extrair o equivalente que nós consumimos, vindo da Bolívia. Nós consumimos, em média, vindo da Bolívia, hoje, 26 milhões de metros cúbicos/dia, apesar do contrato nosso ser de 30. Mas, até hoje, nós consumimos 26, 27, na média. Tem dia

que consumimos 30. E o Plangás pretende, até 2010, aliás, até 2010, introduzir 39,2 milhões de metros cúbicos/dia, bem mais do que nós consumimos da Bolívia. Mas até 2008, 24,2 milhões de metros cúbicos/dia. O total do investimento é 25 bilhões até 2010.

O transporte. Nós vamos fazer 4.526 quilômetros, investindo 12 bilhões. Pode passar que o mapa é mais claro. Nós vamos fazer o GASENE, que é essa linha... O que está em vermelho está em obra; o que está em azul é projeto e o que está em laranja claro é estudo de viabilidade. Então, em vermelho está o que está sendo construído já. Então, é o GASENE, se destaca o GASENE, Aqui é a Malha Norte, a Malha Nordeste, desculpa, a Malha Sudeste, concluir a Malha Sudeste, principalmente Campinas-Rio, que é estratégico para o Brasil. E se destaca, ainda, o... Eu acho uma obra que é fundamental para o país, que é o Urucu-Coari-Manaus. É a conclusão do Urucu-Coari-Manaus que vai permitir o uso do gás natural na Amazônia. E o Urucu-Porto Velho, que está sendo estudada a sua viabilidade. Porque nós passamos a exigir que haja previsão das reservas existentes por um período existente. Porque para fazer o... Para utilizar um gás de um posto você tem de saber quanto, quanto tempo ele depreciona(F), em quanto tempo ele depreciona(F); se uma térmica vai ser em 15 anos, eu tenho de ter gás por 15 anos. Então, eu tenho que ter gás suficiente para manter um consumo firme por 20 anos. Então, é isso que está sendo estudado neste caso aqui.

E eu queria destacar dois terminais de gaseificação de GNL, também até 2008, que é o terminal do Nordeste aqui, em Suape e esse no Rio de Janeiro. Os dois pretendem trazer em torno de 20 milhões de metros cúbicos/dia, que somados aos 39 existentes, totalizarão 60 milhões de metros cúbicos/dia. No etanol e no biodiesel, o destaque aí é basicamente o alcoolduto, Senador Canedo, Senador Canedo, Senador Canedo-São Sebastião, em São Paulo, passando aqui por Minas Gerais. E esse aqui está em projeto e esse está em estudo. Esse aqui é basicamente a utilização de um poliduto Cuiabá, Mato Grosso, sai aqui de cima, Cuiabá, Mato Grosso, corta a ponta aqui do... Corta o Mato Grosso do Sul e passa pela ponta de São Paulo, chegando aqui em Paranaguá. O resumo da área de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis está aí, a única coisa que falta dizer é que serão também contratados 42 navios, sendo que 15 foram entregues, serão entregues ainda esse ano, nesse ano não, nesses, até 2010 e 2 super-petroleiros também serão contratados. Por que é que aqui estão 55 mil sem... Só lembrando, porque os 39 mais os 15 mil que saem dos acréscimos dos postos de gás natural dão 55.

Luz para Todos. Serão, se repetirá o objetivo de atender 05 milhões de pessoas, é bom sinalizar, no caso, Luz para Todos, que está acontecendo uma situação bastante interessante, por exemplo, em Minas Gerais, se previam 160 mil ligações. Agora, além das 160 mil ligações, apareceram mais 100 mil. A mesma coisa ocorreu no Espírito Santo, em vários estados, a previsão inicial das distribuidoras do governo, ela era uma; com o passar do ano, ela está mudando e se readequando. Mas, a previsão é essa, é um investimento de 08 bilhões e 700 milhões, sendo que o Governo Federal entrará com 6,4 bilhões.

Na área de saneamento, o nosso objetivo é buscar a universalização, implementar a lei, por suposto, garantir uma política estável de financiamento para dar continuidade aos investimentos e não ter os altos e baixos e os soluços, que são péssimos para o investidor, principalmente o investidor privado que, geralmente, é o responsável por essas obras. Promover intervenções integradas e sustentáveis e apoiar a preparação de projetos. O Brasil é um país carente de projetos. Isso é algo que o governo está extremamente interessado em tornar sustentável na sequência de uma política de médio e longo prazo. No caso do saneamento, o déficit do saneamento, ele é muito concentrado; 52% da carência está nas cidades com mais de um milhão de habitantes ou regiões metropolitanas. E, obviamente, a nossa distribuição, ela leva em conta este fato, dando prioridade para o Sudeste, pelas regiões e pelo tamanho das cidades e pelo Nordeste. As demais regiões, na proporção. Serão investidos em torno de 40 bilhões de reais, neste período de 7 a 10.

Na área de habitação, nós distinguimos três tipos de déficit: o quantitativo, o qualitativo, que é a inadequação da residência, por exemplo, não tem banheiro, e as favelas, os chamados aglomerados subnormais. E as ações são a construção de novas moradias, no caso do qualitativo, é urbanização ou a adequação da moradia e dos subnormais, é uma política de construção de novas moradias, urbanização, melhoria ou reforma de moradia. Nós utilizaremos todos os mecanismos: subsídio, financiamento, financiamento e arrendamento. O déficit em habitação, 96, 3% dele está na faixa de renda até cinco mínimos, sendo que o quantitativo, ou seja, não tem residência, 1/3 no sudeste, 1/3 no Nordeste. E favelas, 60% no Sudeste. Por isso, nós estamos fazendo um esforço muito grande nessa área de habitação. O total dos investimentos previstos são 106 bilhões de reais. Agora, é bom que se diga, só passa para a próxima, que na área específica, uma parte, 50 bilhões, é basicamente sistema brasileiro de poupança e empréstimo. Mas, na área de governo, para essa população de baixa renda e para as favelas, está as-

sim distribuído: São 44,3 bilhões para moradias; 11,6 bilhões para favelas. Um total de 55,9.

Recursos hídricos. Recursos hídricos. Na região Nordeste, nós temos revitalização, nesse mapa, está revitalização de bacia e integração de bacia. A revitalização são duas grandes bacias, a do São Francisco e a do Parnaíba. O total... Vão ser usados 1,6 bilhões. No que se refere à integração, é basicamente o eixo Leste, Pernambuco, Paraíba, e o eixo Norte, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e o Ceará. E sete obras complementares que estão aqui explicitadas. É Orós-Feiticeiro, Adutora do Agreste, Canal do sertão, Adutora do Pajeú, enfim, as que estão aí expressas. Na região Nordeste, se concentra o grosso dos investimentos em recursos hídricos. É lá que está a situação mais problemática do país e, portanto, é ali que se está destinados o maior volume de recursos. Então, neste mapa está a questão da água tratada, que é o Proágua Nacional e a oferta de água bruta. No ProÁgua Nacional, que são investimentos de 269 milhões, é um sistema de abastecimento integrado, sete sistemas adutores e dois açudes. Na oferta de água bruta, investimento de 640 milhões, são duas Barragens, quatro adutoras e duas Barragens adutoras, simultaneamente. E as cores explicitam a diferença entre as diferentes obras. A diferença entre as obras, desculpa. No Nordeste ainda, irrigação. Do orçamento geral da União, são 11 projetos de irrigação, também no Nordeste e três PPPs, que são o Pontal, o Salitre e o Baixo de Irecê.

Nas demais regiões, portanto, sul, norte, centro-oeste e sudeste, nós temos um investimento de 766 milhões. O grande destaque é para a região ainda considerada Nordeste, que é Norte de Minas Gerais, como vocês podem ver, que concentra a grande parte desses investimentos, que é Barragem do Berizal, Barragem do Peão, o Projeto de uso múltiplo, Barragens Minas Gerais e de Jequitáí. E, nas demais regiões têm Barragens também, tem Barragens no Rio Grande do Sul, por exemplo, e em Santa Catarina e distribuídos três projetos no Tocantins, em Goiás e só.

Metrô. Metrô, são quatro metrô e um corredor. O total de 1,5 bilhões. É a linha Sul em Fortaleza; a linha Sul e a linha Oeste em Fortaleza; a Sul e a Centro no Recife; a linha Calçada-Paripe e a linha Lapa-Pirajá em Salvador; em Belo Horizonte, a linha 1 e a 2 e, em São Paulo, o Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano.

Bom, a conclusão na infra-estrutura social urbana, a importância é a meta que está sendo atingida lá em termos de contemplar as pessoas. Esse, de fato, é um investimento em mudança na qualidade de vida e na condição de renda porque melhora a qualidade de vida para a mesma renda, nesse sentido. Então,

é um conjunto com destaque para saneamento, que são 22,5 milhões de domicílios atendidos e recursos hídricos, que são 23, 24 milhões de pessoas. Bom, eu, quando estive na Câmara e em todas as palestras que dei para as associações de classe, muito me perguntaram sobre gestão do PAC. Então, vou passar rapidamente à situação da gestão do PAC. Nós temos um Comitê Gestor, que foi estruturado, que foi definido por Decreto, cuja atribuição é coordenar as ações do PAC. A composição é o Planejamento, a Fazenda e a Casa Civil, que tem a Secretaria Executiva. A estrutura do acompanhamento do PAC é essa que está na tela. Por favor. É uma estrutura que parte do Presidente. Perguntaram-me, numa exposição que eu fiz em Minas Gerais, se parecia com a estrutura do Juscelino. Em parte, sim, porque é uma estrutura paralela à estrutura existente, mas em parte não porque ela se integra à infra-estrutura existente, conforme eu vou explicar. Então, é o Presidente da República, que acompanha e decide; o comitê gestor de Ministros, Fazenda, Planejamento e Casa Civil e o grupo executivo do PAC, que são o Ministério do Planejamento com a Secretaria de Orçamento e Finanças, a SOF, com a Secretaria de Programação de Investimentos, SPI. Aqui nós estamos usando a estrutura existente do governo. A Secretaria do Tesouro Nacional e a de Política Econômica e a Secretaria de Acompanhamento e Monitoramento da Casa Civil, com a coordenação da Casa Civil. Nós utilizamos uma estrutura de sala de situação. Na sala de situação, se encontram, pela parte dos Ministérios assinalados, Fazenda, Planejamento e Casa Civil, essas respectivas áreas técnicas que, juntamente com o representante da área, do órgão setorial, passam a fazer o acompanhamento sistemático, permanente de todas essas questões, divididos por salas. Uma de medidas institucionais, rodovias, ferrovias e, na sequência, combustíveis renováveis até a última. Por sua vez, essas salas de situação, elas estão, cada Ministério criou o seu órgão do PAC, internamente, e é com eles que nós nos relacionamos. Acabou já. O objetivo do PAC é assegurar prazo e resultado, evitar sobrecusto, auxiliar no processo decisório, gerenciar risco, maximizar a alocação de recursos e divulgar o andamento das ações. A sala de situação é um mecanismo para resolver os problemas, acompanhar, obter informações, centralizá-las e, por seu caráter estratégico, elas estão na Casa Civil por causa da importância que é uma gestão específica. Nós fazemos cadastros, cronogramas, relatórios de acompanhamento físico, financeiro, orçamentário e relatórios gerenciais. Pode passar. Nós temos uma ficha cadastral. Essa ficha cadastral é preenchida para todos os projetos, individualizados e faz o resumo desses projetos. Além disso, nós temos um

cronograma do empreendimento. Esse cronograma do empreendimento, ele, de um lado, aliás, etapas, ele lista a cadeia de eventos, avaliação, EVTE primeiro, convênio de EIA/RIMA, elaboração de EIA/RIMA, obtenção de licença prévia, enfim, lista todos os estágios prévios de um projeto e, através deles, nós olhamos se está bom ou não. Aqui está a 050, Minas Gerais, Uberaba-Uberlândia. Então, nessa, nessa etapa, sub-trecho Uberaba-Uberlândia, está tudo *ok* e tem 67% da obra concluído; até dezembro de 2007, nós teremos 100%. Já no outro sub-trecho, Uberlândia-Araguari e divisa, nós vamos ter uma situação diferente. No mês 04, até o final do mês 5, de, portanto, maio, nós vamos ter o EVTE; o EIA/RIMA, na sequência, está ali listado e, portanto, ali estão avaliados os recursos. Eu dei esse exemplo e finalizo com o relatório de situação de empreendimento, que tem uma fonte ali, a primeira coluna é fonte, se o dinheiro é da OGU, se o dinheiro é da Petrobrás, enfim, privado ou misto. Depois, em que região, em que unidade da federação, qual é o tipo, o subtipo, do que é que nós estamos falando. E título do empreendimento, se é o contorno, se é a BR, etc. e ações preparatórias, se estão realizadas, se não estão, em que fase que está a realização. E a avaliação. A avaliação tem três situações e os problemas estão ali tipificados, nesse sentido. Portanto, o PAC vai ter um relatório mensal e nós iremos disponibilizar na Internet o relatório. A partir do mês, deste mês de março, final do mês de março.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Esta Presidência agradece a Exma. Sra. Ministra Dilma Rousseff pela exposição. Gostaria de, representando os membros da Comissão de Infra-estrutura, agradecer as presenças da Exma. Sra. Ministra Dilma Rousseff, do Exmos. Srs. Ministros Guido Mantega e Paulo Bernardo por terem aceito o convite da Comissão de Infra-estrutura em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos para a realização deste importante debate sobre o PAC. Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Ministro Paulo Bernardo, Ministro do Planejamento, para fazer a sua exposição, lembrando a V.Exa., senhor Ministro, o senhor que tem experiência parlamentar, que o nosso tempo está bastante limitado em função de que nós teremos que encerrar essa Sessão às 14 horas e, sobretudo, em função de que existem quase 30 Senadores inscritos para o debate. Contando com a compreensão de V.Exa., imediatamente concedo a palavra para que V.Exa. possa fazer a sua exposição.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Obrigado, Senador Marconi Perillo. Cumprimento também o Senador Aloizio Mercadante, as Sras. Senadoras, os Srs.

Senadores. Eu vou procurar ser breve. Vou apresentar um conjunto de medidas que compõem também o PAC e que se dividem em dois grupos. O primeiro grupo de melhoria do ambiente do investimento no país e o outro as medidas fiscais de longo prazo. Na verdade, todas essas medidas que eu vou apresentar, elas são medidas que visam muito mais um efeito no longo prazo, até porque a concepção que nós temos é que, apesar de, como o Ministro Guido Mantega disse, a espinha dorsal do PAC ser esse grande programa de investimentos públicos que foi apresentado pela Ministra Dilma, nós estamos convencidos de que é preciso criar condições para que o investimento privado aumente. O Brasil precisa aumentar a sua taxa de formação de capital fixo para 25% até 2010. Isso é um dos objetivos que nortearam a discussão na hora que nós estávamos tratando do PAC. E, para isso, nós precisamos melhorar o ambiente de negócios no país, nós precisamos ter condições de manter a estabilidade, ter previsibilidade no ambiente de negócios e, portanto, eu considero que essas medidas são importantíssimas e, repetindo, todas elas têm um viés mais de longo prazo.

Passando então, eu queria apresentar algumas medidas que estão inclusive já tramitando aqui neste Congresso, no Senado ou na Câmara. A primeira delas trata da regulamentação do art. 23 da Constituição. Isso é matéria de ambiental, ela define a competência ambiental, define as atribuições de cada ente federativo e o objetivo disso é permitir maior efetividade na proteção do meio ambiente por parte do poder público, mas, ao mesmo tempo, celeridade e eficiência na tramitação dos Projetos.

A segunda medida trata do marco legal das Agências Reguladoras. Define também as competências das Agências Reguladoras, é um projeto que já se encontra aqui, me parece que está bastante adiantado o entendimento na Câmara dos Deputados e, certamente, será um grande avanço institucional com a sua votação. Além disso, nós estamos também incluímos, no PAC, a Lei do Gás Natural. Essa lei, ela regula a concessão e construção de gasodutos, o acesso e formas de garantir o transporte do gás nesses gasodutos, tarifas e outras medidas. Isso vai preencher uma lacuna porque a nossa legislação ainda não tem previsão que regule essa questão do gás. A reestruturação do sistema brasileiro de defesa da concorrência, nós achamos fundamental que seja também votada e aprovada porque vai melhorar o ambiente de competitividade, o ambiente entre as empresas.

E queria apresentar algumas medidas que estão seguindo adiante, elas, essas medidas, três medidas, já foram aprovadas pelo Congresso, já viraram Lei. Nós deixamos aí na apresentação porque, quando

nós discutimos o nosso programa, que depois passou a ser o PAC, elas estavam em tramitação, são medidas importantíssimas, foram aprovadas e acho que todas elas foram sancionadas em janeiro deste ano, mas nós preferimos mantê-las. São: a aprovação do marco regulatório para o Setor de saneamento, que se transformou na Lei 11.445, deste ano; a abertura do mercado de resseguros, com a Lei Complementar número 126, também de 2007 e a recriação da SUDAM e da SUDENE, com Leis Complementares 124 e 125 também deste ano. Então, essas aí estão aprovadas e, portanto, são Leis.

Além disso, nós incluímos algumas medidas, que nós achamos que seriam fundamentais, medidas de caráter fiscal visando ao longo prazo. O principal objetivo que norteou a nossa discussão nesses itens é que nós almejamos fazer com que a receita, a despesa corrente do governo cresça menos do que o crescimento da economia, menos que a variação do PIB. Nós temos os dados dos últimos anos que mostram que as despesas correntes estão crescendo mais do que o PIB, e, portanto, estamos propondo algumas medidas que achamos fundamentais para que nós tenhamos essa estabilidade, essa previsibilidade do que vai acontecer com as contas do governo nos próximos anos. A primeira delas é um projeto de lei complementar que visa um controle da expansão das despesas de pessoal computadas separadamente para cada um dos poderes da União. Nós estamos propondo que a despesa de pessoal não possa crescer mais do que o índice, o IPCA mais 1,5% real ao ano. Tem algumas ressalvas, por exemplo, os acordos que foram feitos no ano passado nos três Poderes também a substituição de pessoal terceirizado poderá ser computada fora desse limite. Mas nós achamos absolutamente importante que haja essa medida aprovada e ela, o objetivo é que ela vigore até 2016. Portanto, pelo período de dez anos.

Além disso, mandamos para cá uma política de longo prazo, de valorização do salário-mínimo. Ela estabelece regras de reajustes, onde o salário-mínimo será corrigido pela inflação mais o crescimento do PIB medido dois anos antes. Por que dois anos antes? Porque todo o ano o IBGE calcula o crescimento do PIB, divulga normalmente em março e depois, em novembro, é que vai fazer o índice revisado, definitivo, portanto, essa postergação para ser dois anos depois é importante para não deixar margem, não deixar esqueleto, não deixar polêmica sobre qual teria que ser o índice correto de reajuste. Isso foi objeto de uma negociação que nós fizemos com todas as Centrais Sindicais e mandamos o projeto para o Congresso. Já está na Câmara.

Além disso, nós estamos fazendo um esforço para melhorar a gestão da Previdência Social, combater fraudes, combater irregularidades, eliminar vazamentos, ralos que eventualmente sejam detectados. E tem um projeto que já foi aprovado pelo Senado, está na Câmara, que é o projeto de lei do Senado 261/2005, que tem medidas importantíssimas que ajudam nessa melhoria da gestão da Previdência. E constituímos um fórum nacional da Previdência, através de Decreto do Presidente, com participação das Centrais Sindicais, de Confederações Empresariais e do governo com o objetivo de fazer um grande diagnóstico e propor medidas para solucionar também com visão de longo prazo os problemas previdenciários. Nós estamos com uma expectativa de que esse fórum dê grandes resultados no médio prazo.

Também mandamos para o Congresso, já está na Câmara, um projeto para mudar a Lei de Licitações. É um projeto de lei que visa incorporar diversos avanços que nós tivemos nos últimos anos, por exemplo, o Governo Federal só faz hoje contratação de serviços e compra de bens de uso comum através de pregão. Nós queremos transformar isso em Lei para que também os Estados e Municípios possam usufruir. Estamos introduzindo fortemente elementos de utilização de meios eletrônicos no processo de contratação. Acharmos que vamos agilizar, diminuir prazo, diminuir custos para os governos e para as empresas que participam como licitantes. Fizemos um decreto com um Conselho interministerial para aperfeiçoar a governança corporativa nas estatais. A idéia é, junto à Casa Civil, a Fazenda, o Planejamento, fazermos um controle das políticas de gestão nas empresas estatais, através da nossa participação nos Conselhos de Administração.

Mandamos para cá também a proposta de extinção de duas empresas estatais federais que estão em processo de liquidação. A Rede Ferroviária Federal e a FRANAVE, empresa de navegação do São Francisco. Dessas medidas todas que eu estou expondo, acho que essa é a única que veio por Medida Provisória. Particularmente no caso da Rede Ferroviária Federal, nós precisamos concluir o processo de liquidação. Existe, a Rede tem um prejuízo acumulado de mais de 15 bilhões. Nós temos um contencioso judicial que passa de 40 mil ações, um prejuízo potencial de quase 08 bilhões de reais. E nós precisamos também dar um tratamento para a questão do patrimônio. São mais de 55 mil imóveis só, não operacionais e, portanto, essa proposta busca dar uma solução que, acreditamos, vai ser definitiva para essas questões.

E o último projeto, Sr. Presidente, é um projeto que está em fase final de revisão, nós estamos discutindo com a Fazenda, com a Previdência e com a Casa

Civil, é um projeto que vai regulamentar a Previdência complementar do servidor público federal. É um Projeto de Lei visa regular, regulamentar a reforma previdenciária que foi concluída aqui em 2003 e que ainda não foi regulamentada. Então, nós devemos mandar, nos próximos dias, esse Projeto de Lei com o objetivo de instituir, de vez, o teto da Previdência, que vai ser igual ao teto do Regime Geral da Previdência Social e dar outras providências para que o servidor tenha o seu fundo de previdência. Eu encerro, Sr. Presidente, como prometi, acho que fui rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao ilustre Ministro Paulo Bernardo por sua compreensão em relação ao tempo e por sua exposição. A partir de agora, Srs. Senadores e Senadoras, a palavra será concedida aos Senadores e Senadoras, na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido. O interpelante dispõe de 05 minutos, assegurando igual prazo para a resposta do interpelado. Tendo prazo máximo de 02 minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica. Gostaria apenas de sugerir, enquanto encaminhamento, que, num determinado momento, mais oradores inscritos possam fazer uso da palavra e os Ministros possam fazer respostas mais englobadas, a fim de que possamos dar segmento a essa Sessão de tamanha relevância, sem prejuízo a qualquer um dos Sr. Senadores ou Senadoras. Eu retorno a Presidência ao Senador Mercadante. Para que eu possa fazer uso da palavra.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Como um número muito expressivo de Senadores interessados no debate, nos temos um teto que é 14 horas, a mesa vai procurar ser rígida no tempo, e concedeu cinco minutos para cada orador, e permitindo assim que o maior número de oradores possam participar e vamos intercalar pelos partidos. O primeiro orador é o Presidente da Comissão de Estrutura, o Senador Marconi Perillo, que foi o autor do requerimento nº 134 de 2007 na respectiva Comissão, com a palavra o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sra. Ministra, Srs. Ministros, Srs. e Sras. integrantes da Comissão de Infra-Estrutura, da Comissão de Assuntos Econômicos, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer aqui algumas reflexões rápidas, sobretudo motivos que nos levaram a solicitar dos Srs. Ministros a presença nesta Sessão Conjunta, para debatermos o programa de aceleração de crescimento. Em primeiro lugar eu gostaria de dizer que o principal objetivo que levou a Comissão de Infra-Estrutura a solicitar esta audiência foi exatamente de

propiciar o debate, dar esta contribuição através e a partir destas duas Comissões para que a sociedade possa efetivamente participar do debate deste programa tão importante, uma discussão como esta tem que nascer de baixo pra cima, auscultando a sociedade, propiciando debate em cada região, e na minha opinião esse debate também leva a reflexão em relação à necessidade de se desconcentrar o crescimento no país reduzindo-se os enormes gargalos e discrepâncias regionais.

O maior mérito do Presidente Juscelino Kubitschek, quando apresentou o seu plano de metas, foi exatamente de pensar o Brasil uma perspectiva de longo prazo. Aliás, países como a Espanha já tem os seus planos decenais que estão impulsionando fortemente suas economias no ponto de vista do crescimento e desenvolvimento. O plano de metas do Juscelino, objetivava transformar o Brasil do setor primário, um país secundário, terciário, industrial, forte, começando a eliminar seus estrangulamentos nas áreas de energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e sobretudo desconcentrando, deslocando seu eixo de decisões para o Planalto Central, a construção de Brasília acabou se transformando na sua 6ª meta síntese. Enfim, essas foram as metas síntese do Presidente Juscelino Kubitschek, e o mérito, o grande mérito dele foi exatamente pensar o Brasil de longo prazo. O PAC tem seu mérito, eu não tenho dúvida, a medida em que define um plano para o país. Nós tivemos Presidentes da República nos últimos anos que pensaram o Brasil, que deram contribuições. O Presidente Sarney foi importante na transição democrática, na criação do projeto, início do projeto da Ferrovia Norte-Sul, apesar de muito criticado à época, dentre outras muitas contribuições. O Presidente Collor teve a importância de ter feito a desregulamentação, iniciado a desregulamentação e abertura da nossa economia, dentre outras contribuições. O Presidente Itamar e o Presidente Fernando Henrique foram importantíssimos em relação a concepção e implementação do Plano Real, o Presidente Fernando Henrique também foi muito importante nessa questão do planejamento estratégico quando definiu o avança Brasil e os seus 50 chamados eixos macro estruturantes, os seus eixos estruturantes, de modo que é importante essas experiências anteriores e sobretudo é importante que tenhamos depois de algum tempo um plano que efetivamente possa garantir o planejamento e o pensar o Brasil no médio e longo prazo. Eu tenho aqui algumas preocupações, senhora Ministra, senhores Ministros, em relação a entraves ou gargalos, obstáculos em relação ao PAC. O primeiro deles referente aos gastos correntes. De acordo com a FIESP e o IED há espaço

para redução de 5,5% no PIB nas despesas com gastos correntes, melhorando assim a qualidade do gasto público, o custeio tem sido maior que as receitas e aí é muito importante a questão da gestão fiscal.

A outra questão e isso tem fundamental importância em relação a competitividade é a redução dos juros e a questão do câmbio, isso também, a isso também agrega-se à questão da carga tributária. Nós temos hoje uma, talvez, a mais alta carga tributária do Brasil, quase 40% em relação ao PIB e a carga tributária elevada também reduz extraordinariamente competitividade. Além, é claro, também, da preocupação que nós temos quanto ao foco no agronegócio. O agronegócio é responsável por quase 33% do PIB, de modo que é importante focar o agronegócio. A equação, senhor Presidente, em relação aos gastos Públicos, não fecham em média e longo prazos já que as despesas de custeio tem crescido em média 6% ao ano, enquanto o país tem crescido em média 2,5% ao ano nos últimos anos. Caso o crescimento do PIB não seja da ordem de 4,5 a 5%, a combinação do resultado com o INPC, provocaria reajustes salariais, sobretudo do mínimo, inferiores às últimas médias históricas. Nós temos uma outra preocupação que é o foco nas reformas estruturantes, política, tributária, trabalhista que também dariam competitividade ao setor produtivo. Uma outra preocupação que a gente considera também gargalos, as receitas tem sido muito concentradas, eu fui Governador, sou testemunha disso, então é importante o compartilhamento das receitas sobretudo em relação às contribuições ou as chamadas... [Corte de áudio] Por fim, senhora Ministra, senhores Ministros, preocupação em relação ao fato que a região Centro-Oeste foi a menos contemplada, 24 bilhões, é uma região que responde muito rapidamente aos estímulos provocados em termos do seu crescimento. Eu gostaria de pedir também que fosse examinada essa questão e a questão da energia, segundo uma matéria da Folha de São Paulo no dia 3 de fevereiro, os níveis de risco de falta de energia superam o aceitável a partir de 2009, ficando mais críticos a partir de 2010, na região Sudeste, por exemplo, onde mais se produz e mais se consome energia no país. O risco em 2009 é de 12.75%, em 2010, 21% e em 2011, 27.15%, de modo que essas são algumas questões que somadas a necessidade de termos segurança jurídica com garantia de autonomia as nossas agências reguladoras nos levam a trazer algumas reflexões. [Corte de áudio] Senhor Presidente, duas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ao Presidente da Comissão e ao autor do requerimento, a Mesa está tendo uma generosidade especial, ainda mais com o prestigioso

Governador, com a experiência que traz o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Obrigado Sr. Presidente. Sra. Ministra, Srs. Ministros, o PAC não apresenta uma medida assim mais efetiva em relação ao controle dos gastos corridos, a regra de correção do salário mínimo irá elevar os gastos da previdência em relação ao tamanho do PIB e a limitação da expansão da folha de pagamento do Governo Federal enfrentará fortes resistências à aprovação e a implementação. Se os gastos correntes não forem reduzidos, não será possível reduzir a carga tributária, dado que os elevados gastos públicos correntes e a carga tributária reduzem possibilidade de crescimento por diminuírem os recursos disponíveis para investimentos públicos e privados, como é possível falar-se em aceleração do crescimento sem tratar de forma consistente da questão dos gastos públicos, da carga tributária, das reformas estruturais, taxa de juros, competitividade, parcerias... [Corte de áudio] Eu agradeço pela compreensão e fico apenas nessa pergunta. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer ao Senador Marconi Perillo pela qualidade da intervenção e queria sugerir para que a gente possa realmente contemplar o maior número de Senadores, dado que nós temos um teto predeterminado que é 14 horas, de nós fazemos sempre alternância entre os partidos e nós fazemos as perguntas em bloco que assim mais Senadores poderão falar. Se há acordo nesse encaminhamento, nós vamos ter privilégio de ouvir agora o Senador Francisco Dornelles, ex-Ministro e com uma grande contribuição no debate econômico desta Casa.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Marconi Perillo, Srs. Ministros de Estado, eu quero inicialmente manifestar o meu apoio ao PAC lançado pelo Governo Federal e que mudou o foco da discussão que existia no país e ocupou um grande vazio então existente no cenário político e econômico do país. Pelo PAC o Governo Federal mostra a sua disposição de retomar o processo de crescimento, prioriza o investimento e sinalizou que a economia que vai fazer com a redução das taxas de juros, vai ser investida em infra-estrutura e em alguns casos vai implicar em redução de impostos para determinados setores. Eu gostaria de fazer inicialmente uma pergunta muito pontual à ilustre Ministra Dilma Rousseff relacionado com o Rio de Janeiro. A usina de Angra III faz parte do programa de desenvolvimento do Rio, 70% do equipamento está comprado, 700 milhões de dólares já foram investidos. Ela tem um potencial de geração de 1400 megawatts que represen-

ta quase 20% do gás importado da Bolívia. De modo que eu gostaria de saber de V. Exa. qual é a posição do Governo em relação a usina de Angra III? Em segundo lugar a mesma pergunta à ilustre Ministra, qual é a posição do Governo em relação ao fornecimento de gás para a usina termoeletrica de Paracambi? E o último ponto, a administração, Ministra, é como o PT, se há recursos de gestão? Paracambi.

A competência não falta aos Ministros que vão comandar o PAC, cada um deles tem a demonstração de que conhece profundamente o assunto. Os recursos estão colocados. Agora eu tenho receio da gerência. De modo que eu queria perguntar ainda à Ministra Dilma Rousseff se vai haver alguma modificação na gerência do problema portuário no Brasil que eu considero da maior gravidade os nossos portos não funcionam e constituem um ponto de estrangulamento muito grande no processo do desenvolvimento. Em relação a minha última questão colocado ao Ministro Guido Mantega e Paulo Bernardo, os recursos do FAT são depositados no BNDES e o BNDES aplica os recursos do FAT em infra-estrutura, ficando com o risco da operação, ou seja, o risco não é do trabalhador, mas é do FGTS. Mas é do FAT, é do BNDES, desculpa. Não é do FAT, mas é do BNDES. Em relação ao FGTS, esses recursos que estão na Caixa Econômica são aplicados em habitação e saneamento e com a simples decisão do conselho curador poderiam ser aplicados também em infra-estrutura. Porque motivo o Governo vai retirar recursos do Fundo de Garantia criando um outro fundo que será Administrado, não pelos trabalhadores, será administrado pelo Governo, mas se houver perda, será dos trabalhadores. A Administração, o Governo tira dos trabalhadores, mas a perda continuará sendo dos trabalhadores. Eu não vejo razão para se criar esse fundo de infra-estrutura com os recursos do BNDES porque acho que poderá ser feito um investimento em infra-estrutura dentro da mesma sistemática que o BNDES faz com os recursos do FAT e que a Caixa Econômica já faz na área de saneamento e habitação. Essa eu gostaria de ouvir essa pergunta e essa razão da criação, da criação do fundo, do ilustre Ministro Guido Mantega. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Agradeço ao Senador Francisco Dornelles que contribuiu com o tempo coletivo aí, economizando o processo de intervenção. E agora com a palavra, apesar de o Senhor a todo o Requerimento teria a preferência na arguição, eu vou deixar para falar Depois para poder ouvir o nobre Senador Sibá Machado. Curto e grosso, Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Obrigado, Presidente, senhora Ministra Dilma Rousseff, senhores

Ministros Guido Mantega e Paulo Bernardo, nosso Senador Marconi Perillo, demais colegas parlamentares. Ministra, eu faço uma reflexão histórica, de quando já ouvi V. Exa. pela segunda vez apresentando o PAC e faço a seguinte reflexão, buscando lá de Dom Pedro I, 1822, o grito da independência, olhando para 2022, dois séculos da história do Brasil eu considero uma ousadia muito grande de todos os Governos que nos antecederam e o atual e aqueles que virão a nos suceder que o grande desafio é encontrar isto aqui que nós estamos vendo, o marco legal, o marco fiscal e o marco do desenvolvimento e investimentos em infraestrutura. E olhando para isso acho que o cerne do nosso trabalho tem sido a busca pela manutenção da democracia do país, os investimentos no desenvolvimento sustentável e o equilíbrio fiscal, dificuldade que o Brasil permeia neste quase dois séculos de sua existência democrática. Então, senhora Presidente, senhora Ministra, eu gostaria de lembrar a V. Exa. que ainda não tinha tido essa oportunidade de fazer algumas sugestões que eu considero muito importante para o sucesso deste plano.

Primeiro. Que os 27 Estados da Federação tenha algum tipo de investimento. Os 27. Então, olhando os mapas tem alguns Estados que ainda não foram contemplados nos mapas, seja da energia, seja de Rodovias, hidrovias, outros tipos de investimentos. Segundo. É que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste pudessem ter um aporte financeiro para a pesquisa, Ciência e Tecnologia. Por que digo isso? Porque a Amazônia apresenta-se mais uma vez como mais como uma fornecedora de matéria-prima para o desenvolvimento nacional e eu considero muito importante o investimento em pesquisa vide o caso de Serra Pelada no Pará que virou um buraco pelado e a gente não pode ver as riquezas dessa região depois sendo assim consumidas sem um investimento futuro para a sua sobrevivência equilibrada. A outra é que nós pudéssemos ter até o ano, por exemplo, 2012, eu não tenho aqui uma mas que a gente pudesse, levando em consideração que o PAC, eu considero que vem para ficar e vem para dar sua grande contribuição do Governo Lula ao desenvolvimento sustentado do Brasil, que a gente pudesse pensar uma data que chamasse novamente os Governadores e os Prefeitos para um novo tipo de repasse, se é do FPE, do FPM, se se acrescenta um percentual a mais, ou coisa parecida, ou seja, neste momento nós estamos fazendo um enxugamento de muitas coisas para fazer o desenvolvimento coletivo do país e que a gente possa fazer no sucesso desse crescimento um desenvolvimento mais equilibrado com maior distribuição e participação. Por último eu acho que a sustentabilidade do plano é caminhar para que

o nosso país possa comemorar, no dia 7 de setembro de 2022, a nossa independência não só política, mas mais que isso, é a econômica e acima de tudo a tecnológica, que o nosso Brasil não fique a mercê do andamento da macroeconomia mundial e ficando assim, no meu entendimento, perdendo muito tempo com coisas menores. Então, acima de tudo a grandeza do nosso país e parabeno mais uma vez V. Exa. os demais Ministros pela brilhante apresentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço o Senador Sibá Machado também que permitiu nós acelerarmos o nosso trabalho e para permitir que todos possam falar, com a palavra agora o Senador Renato Casagrande, PSB Espírito Santo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Presidente Senador Aloízio Mercadante, Senador Marconi Perillo, Ministros, Ministra Dilma, Ministro Guido Mantega, Ministro Paulo Bernardo, Senadores e Senadoras, obrigado pela presença dos Ministros aqui nessa audiência nessa sessão conjunta das duas Comissões, eu também quero manifestar primeiramente o meu apoio ao plano de aceleração do crescimento, também compreendo que o plano veio para preencher uma lacuna e estabelecer uma pauta nova de debate sobre o desenvolvimento no nosso país. Também acho que ele recoloca ou começa a recolocar num país com tamanha desigualdade regional, mas começa a recolocar o Estado como indutor do desenvolvimento, atraindo, fazendo mais investimentos que nos últimos anos foram irrisórios da administração pública e com isso atraindo os investimentos privados. Então, a minha alegria com relação a essa retomada da função do Estado para que a gente possa diminuir as desigualdades regionais e sociais e saber também que o Presidente e o Governo está pensando em outros planos integrados para desenvolver setores específicos como é o caso da educação, que nos próximos dias o Presidente vai anunciar um plano na área da educação e também anunciou que vai estabelecer medidas na área de Segurança Pública de forma mais integrada entre os entes federativos.

Aqui, Ministra Dilma, nós vamos fazer nossa fala e nossas perguntas com já atendido o pré-requisito da gestão para não ficarmos presos às perguntas repetitivas que são feitas naturalmente pela, pela dificuldade que o Governo Brasileiro teve nos últimos anos, independente de Governo, de quem esteve a frente do Governo para as dificuldades de planejar a execução orçamentária, de executar o orçamento da forma como a população necessita. Mas vamos considerar que a questão de gestão e de coordenação estejam resolvidas, que nós vamos ter de fato um acompanha-

mento como foi anunciado pela Ministra que eu confio e acredito na competência da Ministra junto com o Ministro Guido e o Ministro Paulo Bernardo para conduzir todas as ações de Governo. Colocando essa questão como resolvida, eu acho importante que nós possamos questionar alguns pontos.

O primeiro ponto é o ponto da carga tributária. Nos 4 anos do primeiro Governo do Presidente Lula nós tivemos um aumento aproximado de 0,8% do PIB a cada ano, crescente na carga tributária. Eu acho que a carga tributária do percentual que ela está hoje, ela vai chegar a ser o teto do processo de crescimento brasileiro. Então, eu acho que nós precisamos de estabelecer um teto para a carga tributária brasileira, vamos controlar o que é devido ao Governo Federal, a máquina do Governo Federal, mas que é fundamental a administração pública compreender que não pode estabelecer e passar de um percentual. O Governo começou a discutir isso na LDO, mas depois recuou, mas acho que essa questão do teto e da discussão da carga tributária eu acho importante e acho fundamental. O outro grande debate que se faz aqui na Casa e que vai ser o debate da Câmara e do Senado, vai ser uma questão polêmica é a questão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, é o FGTS. O Senador Dornelles já começou a debater com relação ao fundo. Por quê a criação do fundo se a Caixa Econômica pode efetivamente fazer os investimentos de forma direta em saneamento e em habitação? Segundo. Se o Governo estuda ou aceita o debate da possibilidade de nós termos parte das contas individualizadas como já está proposto uma aplicação de até 10% em fundos de investimento, em infra-estrutura, se há possibilidade do investimento em mercado de ações por conta e risco e autorizativa na conta individual de cada trabalhador. Se isso é possível porque o PAC está fazendo com que haja também uma transparência no debate do recurso do Fundo de Garantia que eu acho que é importante isso.

Não se discutia muito a questão dos recursos do Fundo de Garantia e hoje nós estamos debatendo, conhecendo um pouco mais e eu acho isso importante para nós. E uma outra questão que está fora do PAC, mas é um problema relacionado ao Fundo de Garantia é a questão da multa recisória. O aumento que se teve de 40 para 50% e que interfere efetivamente, as vezes, em algum investimento da iniciativa privada, se o Governo analisa a hipótese e a possibilidade de fazer com que nós possamos também retornar à multa de 40%, uma vez que isso já cumpriu efetivamente o seu papel naquele momento de cobrir saldos negativos do passado de pagamentos de planos econômicos do passado. Então, se há essa possibilidade desse retorno

porque seria também mais investimentos nessa área de infra-estrutura. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço também a brevidade da intervenção do Senador Renato Casagrande. E agora para fechar esse bloco o Senador Wellington Salgado, PMDB. E PMDB Minas Gerais, que não é qualquer coisa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Muito obrigado, senhor Presidente, Presidente da Comissão de Economia que está aqui como Presidente agora do Senado, Ministro Guido Mantega, Ministra Dilma Roussef, Ministro Paulo Bernardo, nosso Senador por Goiás, Marconi Perillo. Quanto à questão do PAC, eu, como Senador mineiro, me sinto muito bem recompensado pelo PAC para Minas Gerais. Estamos vendo a obra da duplicação Uberlândia, Uberaba que é a 050 e pelos projetos, muitas outras obras vão acontecer. Claro que quanto ao Ministro Guido Mantega, ele sempre, antes mesmo de ser Ministro, já discutia que nós temos que ir para o desenvolvimento, então eu já sei exatamente como ele pensa, qual o seu objetivo. O Ministro, também, Paulo Bernardo planeja muito bem todas essas questões do Brasil, com certeza o PAC vai muito bem. E a Ministra Dilma Roussef, toda vez que faz uma apresentação acaba sendo uma grande aula. Então, a gente vai tirando as dúvidas a medida que vão sendo apresentados os projetos, a aula vai sendo apresentada. Eu só tenho uma dúvida, Ministra Dilma Roussef, que hoje, como todas as grandes mulheres no mundo que aparecem nesse momento, o Brasil está muito bem representado, não é? Eu queria saber o seguinte, pelo crescimento, para nós crescermos 5%, que é a previsão de crescimento do PAC, eu recebi a informação de que nós temos que ter uma disponibilidade de energia, se eu estiver errado a Ministra pode me corrigir mais tarde, de 7 mil megawatts, se for esse o tamanho.

Então, em 4 anos nós teremos 7 mil vezes 4, 28 mil megawatts. E pelo menos a previsão de informação que chegou para mim também, é que nós temos disponível nesse período, teríamos disponível de energia para ser usado na faixa de 12 mil megawatts, eu não sei. Então, existe uma diferença nessa conta simples de 7 vezes 4, 28, menos 12, 16. Eu queria saber, Ministra, se existe a possibilidade de nós usarmos a energia que também é usada em Angra e em outros locais do Brasil, porque eu acho que a energia mais limpa, mais rápida do que toda essa burocracia que a gente enfrenta, de repente, para criar usinas hidrelétricas com os órgãos que hoje criam uma dificuldade tremenda para a nossa, para o nosso desenvolvimento. Eu queria saber só essa situação, Ministra,

que é a dúvida que eu tenho quanto ao PAC. Quanto ao restante, senhor Presidente, eu vou seguir o Conselho de V. Exa., como a Ministra já tirou toda a minha dúvida com sua aula, eu sou do ramo da educação, V. Exa. também, então sabe que uma aula bem apresentada, ficam poucas as Dúvidas. Então vou pegar e abrir mão do meu tempo para os outros Senadores que não estão, de alguma maneira ainda tem dúvida ainda, ou que não se sintam bem recompensados pelo PAC. Minas agradece e o Triângulo Mineiro também. Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com essa brevidade o prestígio última intervenção. E para fechar então, agora, a representação de diversos partidos, o também ex-Ministro e vice-Presidente da nossa Comissão, prestigia muito a presença nesse Senado Federal, Senador Eliseu Rezende, PFL-Minas Gerais.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Que minha apresentação seja Rápida, também, Presidente. Claro que qualquer programa de aceleração do crescimento é bem-vindo. Qualquer programa de ação do Governo, visando ao crescimento da economia é bem-vindo. Nós estamos discutindo aqui, principalmente, numa reunião conjunta de assuntos econômicos de infra-estrutura a questão do entendimento do Congresso e do Senado de que realmente o principal obstáculo ou um dos principais obstáculos que obliteram o crescimento da economia é a infra-estrutura de energia, de transporte, de saneamento básico e etc. A minha colocação é mais simples e eu acho que as questões quando são muito complexas, as soluções mais corretas são as mais simples. É preciso de ver com nitidez quais são as nossas verdadeiras prioridades. No campo da energia elétrica foi falado aqui pelo Senador Wellington, nós devemos destacar essa questão da projeção da oferta de energia no Brasil para ver se há a possibilidade de um crescimento da economia de 3% ao ano para 5% ao ano. Então, esse é um primeiro ponto que eu queria destacar. O segundo ponto que eu queria destacar é a necessidade de reposição dos ativos construídos pelo país. Principalmente o setor rodoviário e a área portuária. É preciso que haja investimentos maciços na restauração das Rodovias para que nós tenhamos um fluxo de tráfego mais barato, mais econômico, mais seguro. Ministro Mantega, há estudos que indicam que se as nossas estradas estivessem boas e nós não tivéssemos o problema de oferta de transporte público nas áreas metropolitanas, então nós estaríamos gastando 25% a menos em combustíveis automotivos que são a gasolina e o diesel. Haveria uma redução do consumo energético do país de 25%.

Talvez nós pudéssemos ser exportadores líquidos da indústria do petróleo, poderíamos até participar da OPEP. O terceiro ponto que eu queria destacar é o ponto, voltando a essa questão do petróleo, é preciso de entender que o Brasil sempre elaborou e aplicou um plano de conservação de energia elétrica. Nós nunca vimos a elaboração e a implantação de um programa de energia do petróleo, de conservação de energia do petróleo. Então, é preciso que se atue nessas áreas para que os transportes se efetuem com eficiência, os fretes sejam baratos, as cargas se conduzam com segurança e facilidade e não haja consumo de petróleo, de combustíveis automotivos no país. Então, eu gostaria de levantar estes pontos básicos para receber a apreciação dos expositores. Primeiro, energia do petróleo, economia de combustíveis com ações do Ministério dos Transportes. Segundo, a necessidade da reposição dos ativos rodoviários. Todos os Senadores que aqui estão representando os seus Estados e os ex-Governadores que estão aqui também sabem do Estado deplorável do sistema rodoviário do Brasil. É preciso de uma ação imediata e a taxa de retorno, Ministra Dilma, de um investimento na restauração de Rodovia conforme o volume de tráfego chega a ser menor do que um ano de retorno. Não há investimento mais adequado, mais próprio, mais nítido para resultar em redução do crescimento da economia. Então, eu falo sobre o petróleo, sobre as estradas e sobre a estruturação do setor e a gestão do setor para que nós tenhamos planos de economia e aplicação na reposição dos ativos nacionais. É isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer. E mais uma vez Minas é uma escola de habilidade política também, a brevidade só contribui para esse prestígio todo. Mas vamos inverter a ordem agora das respostas e vou pedir Que os nossos Ministros também se inspirem nessa atitude de Minas Gerais e cumpram os 5 minutos programados agora, para que todos os Senadores possam falar e invertendo a ordem das intervenções, Senador, o nosso nobre Ministro Paulo Bernardo do planejamento, orçamento e gestão.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Muito obrigado. Eu vou responder aquelas, aqueles questionamentos que dizem respeito a minha área. Eu queria dialogar com o Senador Marconi Perillo, primeiro para dizer, Senador, que eu concordo com o teor da fala de V. Exa. quando diz que nós precisamos conter o crescimento dos gastos correntes e eu tive a oportunidade de falar isso na minha intervenção, justamente um dos objetivos do PAC, mas eu queria duas coisas apenas que eu queria falar, me parece que são as duas coisas mais importantes que V. Exa. mencionou, primeiro

com relação ao reajuste do salário mínimo, o nosso entendimento aqui é que o projeto que foi mandado para este Congresso, ele não vai ter um, não vai causar um desarranjo nas contas da previdência. Por que, veja bem, as despesas vinculadas ao salário mínimo, isso representa aproximadamente metade das despesas da Previdência Social e nós estamos propondo que elas cresçam no máximo com a variação do PIB de dois anos anteriores. A outra metade já é, já tem uma lei dizendo que é reajustado pelo INPC, todo ano, portanto, se nós fizermos a média, os gastos da previdência vão crescer menos do que o crescimento do Produto Interno Bruto, o que é diferente do que está acontecendo nos últimos anos, tem crescido mais do que isso. Portanto, eu acho que essa é uma medida importante, vai ser uma medida boa para nós.

As Centrais Sindicais que quando fizeram a negociação, certamente aceitaram essa regra por dois motivos, uma porque eles querem uma regra de mais longo prazo, ter uma garantia de que o salário mínimo terá por um largo prazo uma política de reposição. E a outra porque certamente estão apostando também que vai haver um crescimento maior. Com relação a essa idéia da FIESP de cortes de 5,5% do PIB nos gastos correntes, com certeza isso é uma grande confusão. Não tem a menor consistência, Senador Perillo. Nós temos aqui nesta Casa um grande número de ex-Governadores, ex-Ministros, ex-Secretários de Estados, temos dois ex-Presidentes da República. Quando a gente fala, basta olhar o orçamento, por exemplo, deste ano, se nós pegarmos, tirarmos todas as despesas que são obrigatórias e que, portanto, não podem ser cortadas, nos sobra aproximadamente 90 bilhões e não só gastos correntes, também estão aí dentro os investimentos. Portanto, falar em cortar 5,5 pontos do PIB significa 110 bilhões é quase a nossa despesa de pessoal do ano.

Não tem a menor consistência essa possibilidade. Eu lembro que no debate eleitoral, inclusive, alguém falou nisso, a assessoria do candidato do PSDB mencionou a possibilidade de que cortar menos 3,7% do PIB nem o candidato sustentou isso porque de fato não tem a menor viabilidade, nem técnica, nem política. A questão da carga tributária que o Senador Casagrande falou, certamente o Ministro Guido vai falar disso, mas nós vivemos um dilema, quer dizer, nós temos de um lado que baixar a carga tributária, mas para baixar a carga tributária nós temos que cortar gastos ou pelo menos conter o crescimento dos gastos. Então, eu queria só aproveitar a fala de V. Exa. para dizer: Nós precisamos aprovar essas medidas na área fiscal porque elas vão, ao impedir que os gastos cresçam mais que o PIB, abrir um espaço para que gradativamente

nós façamos a derrubada da carga tributária. Quer dizer, se nós continuarmos tendo a despesa crescendo é evidente que nós não vamos conseguir fazer a mudança na área tributária. E me parece que o Ministro, Senador Eliseu Rezende dirigiu mais as questões dele para a Ministra Dilma, mas eu acho que é importante que realmente nós façamos um esforço para recuperar a infra-estrutura já existente. No PAC nós estamos fazendo um foco especial nesse aspecto, V. Exa. tem toda a razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao nosso nobre Ministro Paulo Bernardo e agora com a palavra a Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Bom. Eu vou tentar fazer uma resposta conjunta para tanto o Senador Marconi Perillo como para o Senador Wellington, como para o Senador Eliseu Rezende e o Senador Dornelles. Não, mas a conjunta eu vou falar primeiro na questão se há ou não escassez de energia, eu acredito o que o Senador Dornelles não perguntou isso. A questão da escassez de energia, ela é sistematicamente reposta e ela é ciclicamente reposta, eu acho que houve um processo e eu acho correto que assim o seja e acho muito virtuoso que assim o seja. Por quê? Porque de fato o apagão de 2001/2002 traumatizou o país e sem sombra de dúvida, há nele entre outras coisas, um erro de previsão até porque o setor elétrico brasileiro é um setor acostumado a trabalhar com modelos de previsão, ele trabalha com risco, ele tem um sistema de gestão de risco, trabalha com um risco de 5% e pelas suas características ele tem em si condições de previsibilidade intrínseca. O quê que é que se 848 e 49 que instituiu a empresa de pesquisa energética que é uma empresa de planejamento de médio e longo prazo.

Ao mesmo tempo o decreto presidencial instituiu a Câmara de monitoramento do setor elétrico que se reúne aqui de quinze em 15 dias e que reúne não só os órgãos do Ministério, mas também os órgãos do operador nacional do sistema, como também da Agência Nacional de energia elétrica. Todos eles fazem um monitoramento do país em tempo real porque uma das características desse modelo do setor elétrico, não estou falando da lei 10848, estou falando do sistema elétrico, da sua estrutura física, é permitir a previsibilidade, é permitir que você se antecipe. E o que foi feito nesse Governo foi aperfeiçoar os mecanismos de previsão e assegurar que quando se contratasse energia, não se contratasse energia papel, se contratasse energia real, foi os dois, as duas iniciativas aprovadas pelo Congresso, aperfeiçoada pelos senhores e que hoje resulta no fato de que essa discussão pode ser

feita em termos muito concretos. Primeiro a primeira informação. Nós, nós fazemos, até por herança do Governo anterior, uma coisa que se chama curva de aversão a risco, foi sendo melhorado ao longo do tempo, depois do apagão foi instituída a questão da curva de aversão ao risco.

Então, se tem uma previsão de qual é a curva de aversão a risco e aí eu acho que o papel da imprensa é muito importante, mas quem define a curva de aversão a risco é o operador nacional do sistema junto com a agência e a curva de aversão a risco do sistema não aponta para isso, aponta para riscos abaixo de 5%, não é? Até porque por um motivo muito simples nós temos uma situação hidrológicamente dependente da água e nós andamos vertendo em todas as bacias estratégicas do país, ou seja, no Sudeste e no Nordeste nós vertemos. Então, nós estamos com os reservatórios completamente recuperados. No Sul, que tivemos três secas pesadíssimas e que no ano de 2002 nós não teríamos conseguido, mantido o nível de transmissão do ano de 2002, o Sul teria tido um apagão pesado nos últimos 3 anos, mas houve uma ampliação da transmissão. Então, de 2400 megawatts médios que se transportava para o Sul, chegava a 2600 se a gente fizesse muito esforço. Nós hoje temos quase 6 mil megawatts médios sendo transmitidos. Então, o país do ponto de vista da energia elétrica ele se reforçou sobremaneira, essa é uma constatação que nós todos temos de ter, tanto na área da transmissão quanto na área da geração. Bom, qual é o efeito do apagão? O efeito do apagão é pendular. Ele leva sobre oferta. 2003, 2004 e 2005 as empresas brasileiras estavam com excesso de energia descontratada. Por quê? Primeiro porque houve uma queda do mercado de energia violento, uma queda imensa.

Tanto é que as chamadas usinas botox são efeitos desta descontração. O processo de contratação, de energia existente... [Corte de áudio] Então, hoje o país tem energia suficiente até 2010. Qual o problema que houve, relativo ao gás natural, esse problema relativo ao gás natural foi que nós não éramos, o Brasil não tinha uma cultura de gás natural. Ele não tinha. Então, a compatibilização entre as curvas de produção de poços de gás e o tempo de duração de uma hidroelétrica ninguém fazia. Hoje se faz. Então, se sabe quais são as necessidades para que você forneça 15 anos de gás sistematicamente. Esse processo resultou num grande esforço da Petrobrás que é o PLANGAS, o PLAN-GAS foi feito para garantir que esse problema do gás não ocorra. Hoje estão colocando, como o Senador Marconi Perillo disse, o problema em 2009, 2010. Eu lembro que em 2003,4, o problema estava em 2007. Eu respondi muitas questões sobre 2007. Não tem o

menor problema em 2007, como não terá em 2009, 2010, porque, Senador, está sendo monitorado, leilões sistematicamente estão sendo feitos. Um dos objetos do PAC é justamente assegurar a energia do gás.

As hidroelétricas, aí eu vou responder ao outro Senador, principalmente as em implantação são para atender depois de 2010, se a gente não fizer hoje, não tem energia em 2010. Leva 5 anos para fazer uma hidroelétrica, cinco anos, então tem que fazer hoje para ter em 2010. Então eu acredito que o PAC, ele tem uma relação e é bom que se saiba que a relação, a necessidade de demanda de energia elétrica em relação ao PIB, está entre um e um e um e dois, então se o PIB crescer a 5, s precisa, se precisa, se o POB crescer a 5, se você utilizar uma velocidade de 1,1, vai dar 5/2. Se o PIB crescer a 5, se eu usar uma elasticidade de 1,2, dá 6%, é geralmente isso. Então, eu não acredito que haja, não há taxa de crescimento de 7% de energia no Brasil há muitos anos, porque você precisa, você precisava de um país ainda sem um nível de maturidade de energia elétrica que hoje nós temos. Essa taxa de crescimento é real. Bom, eu queria também completar essa fala para o Angra III. O Governo hoje avalia a questão de Angra III dentro de um conceito de programa nuclear brasileiro. A empresa de planejamento energético, de pesquisa energética do país, aponta no seu plano de 10 anos, no horizonte de 10 anos e no de 15 anos a necessidade de utilização da fonte nuclear. Mas essa questão, ela não só tem esse aspecto energético, ele tem também um aspecto ambiental e um aspecto estratégico. Então essa é uma questão que está sendo discutida no âmbito do Governo do programa nuclear.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a Ministra Dilma Rousseff e peço agora ao Senador, desculpe, ao Ministro Guido Mantega que a gente possa se ater ao tempo por que são 12:42, nós temos ainda 25 Senadores inscritos. Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: Eu vou procurar ser breve. Queria retornar a colocação feita pelo Senador Marconi Perillo sobre os vários planos econômicos que foram praticados aqui no Brasil, certamente esses planos, cada um deu a sua contribuição e tiveram que se defrontar com situações e cenários completamente distintos, só para ficarmos nos mais recentes, o plano, os programas econômicos do Presidente Sarney se defrontavam com questões de inflação, desequilíbrio externo, o Presidente Collor também, inflação de 83, 84% e outros problemas, desequilíbrio fiscal, desequilíbrio das contas externas e a diferença do PAC em relação a esses programas é que nós superamos, claro, graças a ação desses Governos anteriores e

também do nosso Governo, superamos essas crises todas. Então, a virtude do PAC é que é um programa de desenvolvimento, finalmente o nosso problema é o desenvolvimento. Então, coloca na Ordem do Dia a agenda do desenvolvimento uma vez superados, uma parte desses problemas que nos preocupavam. E, portanto, já respondendo também ao Sibá, ao Senador Sibá o Brasil já não está a mercê da economia mundial graças a essa ação que foi feita nesse período e a nossa acumulação de reservas, superávit comercial e tudo mais que nos levou a ter mais de 100 bilhões de dólares de reservas para fazer frente essa situação.

Então, hoje o Brasil não está mais a mercê. É claro que não vou dizer que não esteja suscetível a uma crise de grandes proporções porque qualquer país está, mesmo os países avançados. Mas, infinitamente menos de quando o Presidente Collor governou o país, ou o Presidente Sarney, aonde as nossas reservas eram muito inferiores. Agora, justamente porque nós tivemos essa melhoria da conta comercial que nós estamos acumulando superávits comerciais, nós hoje pagamos o preço do sucesso comercial do Brasil. Nós estamos arrecadando divisas externas em grande quantidade, estamos tendo um superávit comercial de mais de 40 bilhões de dólares por ano e isto faz com que haja uma oferta grande de dólares no mercado brasileiro. O que pressiona a moeda brasileira. Evidentemente não é só isso, existem outros dois fatores que contribuem para que o câmbio esteja valorizado no Brasil. Uma outra, um outro fator é o juro mais elevado, o Brasil ainda pratica juros mais elevados, o que permite ganhos no Brasil em relação aos juros e outros países, ganhos de arbitragem, como se diz, a diferença entre o juro pago aqui dentro com o juro pago lá fora e também porque o Brasil, hoje, é cada vez mais seguro. O risco do país diminuiu. Então, diminuiu o risco, aumenta a oferta de moeda forte e você apresenta a possibilidade de um rendimento maior no país, com isto há uma sobre valorização cambial que de fato prejudica uma parte da produção e o Governo está fortemente preocupado com isto.

É em parte o resultado do nosso sucesso. Como nós estamos enfrentando este problema? Uma determinada valorização é inevitável, porque muita gente tem saudades do tempo em que o dólar valia três e meio reais ou 3.8 reais que foi quando assumimos o Governo. Mas é impossível ter uma economia estável, forte, gerando dólar com um câmbio de uma economia instável que era a situação que nós tínhamos. O Governo se empenha em comprar reservas cada vez mais. O Banco Central chegou a comprar, na semana passada, mais de um bilhão de dólares por dia, já estamos com 105 bilhões de modo que nós... E ao

mesmo tempo nós esperamos que com uma taxa de crescimento maior da economia as importações aumentem. Não é possível você ter um crescimento das exportações e você ter o crescimento das importações. Então, ao aumentar as importações, também, num ritmo parecido com a das exportações, teremos um saldo comercial menor.

E, finalmente, os juros estão caindo, os juros estão caindo há 14 meses consecutivos. Estão caminhando em direção a um patamar de juros normais de países emergentes.... [Corte de áudio] Está se fazendo isso agora e caminhamos para juros que serão menos atrativos para esse tipo de capitais. Respondendo a questão do FGTS, foi levantada por dois Senadores e depois eu vou fechar, as aplicações, quer dizer, esse fundo de infra-estrutura foi criado com o objetivo de estimular ainda mais os investimentos em infra-estrutura que eu acho que é o grande desafio que temos hoje pela frente. Não dá para crescer 5, 6% no país se não tiver uma grande oferta de infra-estrutura. No caso do FGTS, nós estamos pegando a sobra de recursos, ou seja, o patrimônio líquido do Fundo de Garantia. O Fundo de Garantia tem ativos de mais de 120 bilhões. O patrimônio líquido é de 21 bilhões.

Então, 5 dos 21 iriam para estimular ainda mais uma nova alternativa para investimento em infra-estrutura.... [Corte de áudio] [soa a campainha] Que dá garantias para que o rendimento mínimo deste fundo seja o equivalente ao rendimento, hoje, do Fundo de Garantia, que é 3% mais TR. Isso está garantido, portanto, não haverá perda, só poderá haver ganhos. Nós acreditamos que empreendimentos de infra-estrutura que serão gerenciados pela Caixa Econômica Federal, que tem um padrão eficiente de gerenciamento, basta ver os resultados que tem apresentado, será fiscalizado pelo conselho do FGTS, renderão, se fizer aplicação no setor elétrico, por exemplo, que está crescendo, que no mínimo apresenta uma remuneração de 8, 9, 10% ao ano é muito maior do que 3% mais TR. Portanto, é uma atividade rentável que onde vai melhorar ainda o Fundo de Garantia. Portanto, não se espera. Não vai ter perda. Mesmo por... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos agora dar prosseguimento à intervenção. Eu vou pedir também licença aos diversos Senadores, vamos fazer três minutos a pergunta, porque nós temos mais de 20 inscritos, senão, não haverá como todos falarem, são 14:50(F), nós vamos ter que interromper as 14 horas a sessão, você balança a cabeça porque você já falou, né Siba! Senão você não balançava, não. Mas vamos lá. Vamos fazer três minutos cada um. Próximo, Marcelo Crivella. Senador Marcelo Crivella, Rio de Janeiro. Três minutos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Senhor Presidente, eu gostaria de saudar os senhores Ministros e dizer que nós do Rio de Janeiro temos uma preocupação com o crescimento porque ligamos a violência do nosso Estado ao desemprego e achamos que o PAC muda o rumo no sentido de que fazer com que suas políticas macroeconômicas, na só agora defendam a moeda ou a estabilidade do país, mas também caminhe para o crescimento. Agora, três pontos, Ministro Mantega, Paulo e Ministra Dilma, me preocupa. Primeiro por que a gente faz um prazo de 4 anos para chegar a um juro de 10%. Acho que isso é desanimador, a gente continua a ter uma taxa de juros mais atrativo no sistema financeiro do que no sistema produtivo. Segundo. A gente tem também duas variáveis importantes a serem consideradas. Se nós tivermos crescimento econômico e tivermos uma taxa de câmbio valorizada, vai explodir a importação no nosso país.

A saída para isso é óbvia, é comprar ativos, mas aí também nós temos um problema de comparar a taxa de juros doméstica com a internacional. Mais uma razão para a gente baixar nossa taxa de juros. Uma coisa que me preocupa também é que eu acho que foi uma concessão que nós fizemos a pressões neoliberais, é conter a despesa da União com pessoal. Uma das grandes preocupações nossas é gestão. Nós vamos precisar pagar bem e contratar bons engenheiros, bons fiscais, policiais, projetistas. Não é esse o momento? É o objetivo de crescimento e se a gente quer ter também e foi aqui e a palestra do Ministro Guido começou de maneira, eu acho importante o que V. Exa. falou sobre demanda, que é uma palavra que estava esquecida nessa Casa notícia Governo há muito tempo, nós queremos retomar o crescimento retomando a demanda. É importante que a gente tenha nossos marcos regulatórios, nossas agências, mas na verdade o empresário quer lucro. Está aí a China que é um país sem democracia, sem eleições e que, no entanto, é destino da maior quantidade, do maior volume de investimentos americanos. Porque há lucro. Então, essas três preocupações. Juros, câmbio e a Ministra Dilma que vai ter a missão de gerenciar isso tudo como fará se nós vamos limitar as despesas da União com contratação de pessoal. Mas eu quero parabenizar os Ministros e dizer que torcemos muito para que o PAC dê certo, que o país volte a crescer, principalmente nós do Estado do Rio que vivemos dias, vamos dizer, de crimes de barbárie e ligamos isso ao desemprego e a falta de crescimento. Muito obrigado, Senhor Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Marconi

Perillo. Próximo Senador, Senador Fernando Collor. Alagoas. Desculpe.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Marconi Perillo não, é Crivella.

SR. PRESIDENTE ALOÍZIO MERCADANTE:

Desculpe Marcelo Crivella, mas é um elogio, de qualquer forma, com um currículo destes, tenho certeza V. Exa. se sente prestigiado. Marcelo Crivella, nosso Senador PRB do Rio de Janeiro.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

É um elogio, mas eu sou desenvolvimentista, ele é neoliberal, então é bom não confundir as coisas aqui. [Risos].

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Desculpe, Senador. Basta o senhor passar os olhos para ver o que foi feito em Goiás em termos de desenvolvimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deixando aqui nossas provocações de lado. Próximo Senador, Senador Fernando Collor de Mello, PTB, Alagoas.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Srs. Presidentes, Sra. Ministra, Srs. Ministros, o programa de aceleração do crescimento, é importante que a população saiba, representa um enorme esforço do Governo Federal, enorme, extraordinário esforço. É preciso ter ousar e ousar acreditando para lançar um programa como esse que o Brasil precisa e necessita. Acho que fundamental para que ele dê certo será a gestão dele. Quero apenas aqui lembrar um fato acontecido comigo antes de assumir a Presidência quando, fazendo conversas, tendo conversas com diversos economistas e alguns integrantes do mercado, eu perguntei a um deles, no mercado, essa coisa difusa, aparentemente difusa, mas que está sempre à espreita para dar o bote no Governo, eu perguntei qual era a expectativa que o mercado tinha das medidas que nós iríamos adotar e que não era do conhecimento ainda do público. E ele disse assim com muita tranquilidade e até com uma certa ironia. Disse assim: Não, não se preocupe, Presidente, nós estamos preparados para qualquer cenário. Nós desenhamos todos os cenários possíveis, de modo a que nós possamos sempre ganhar do Governo. A grande diferença que tem de anos passados para cá é que o atual Governo, devido a competência da sua política econômica, está aí alicerçado com reservas da ordem de 100 bilhões de dólares. E isso eles respeitam. Isso eles respeitam. Mas eles também estão vendo que há no PAC uma desoneração fiscal de 6,6%, de que há uma correção do Imposto de Renda em 4,5%. De que há uma correção salarial do IPCA mais 1,5%. E isso tudo ademais de todos esses... [soa a campanha]

Que significa uma renúncia fiscal, isso vai trazer, vai trazer a seguinte Pergunta: O Governo terá condições de manter o superávit fiscal de 4.25%? E se não conseguir manter, de que forma isso vai implicar na taxa de juros? E se essa taxa de juros mais adiante, não tendo esse superávit sendo alcançado, como essa taxa de juros irá se comportar? E essa taxa de juros, saindo da sua perspectiva de queda, como isso irá refletir no mercado que hoje, junto a sociedade brasileira, que hoje tem uma grande expectativa em relação ao programa? E gostaria também, senhor Presidente, com a sua permissão, os Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos e de infra-estrutura, apresentar um requerimento indicativo. Sei que não pode ser votado na sessão porque é uma audiência Pública, mas é um requerimento que nos termos regimentais em que requeiro a indicação ao Governo Federal para que tome a iniciativa de promover a realização da Terceira Conferência Mundial do meio ambiente e desenvolvimento, a Rio mais 20, em 2012, com sede no Rio de Janeiro. O Governo Federal dessa maneira vai dar, assim Agindo, estaria viabilizando dentro do PAC, o compromisso ambiental que lhe falta. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Fernando Collor. E agora com a palavra o Senador Inácio Arruda, PC do B-Ceará.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nossos convidados, Ministro Paulo Bernardo, Ministro Guido Mantega, Ministra Dilma. Eu fico muito feliz com não só a iniciativa do Debate, mas a iniciativa do Governo de retomar a questão do desenvolvimento. Quer dizer, nós mudamos, estamos discutindo desenvolvimento, acelerar o desenvolvimento. Isso muda tudo no Brasil. Segundo. O Estado deixou de ser estigmatizado, quer dizer, ele não é mais aquele elefante pesado, ele é um indutor do desenvolvimento convocando a iniciativa privada, convocando todos os agentes da sociedade para o desenvolvimento. Nós passamos um tempo grande, quase uma década inteira ou quase duas décadas com o Estado sendo estigmatizado e agora o Estado é convocado, é chamado para ser o grande indutor do desenvolvimento. Eu acho que isso é muito positivo, isso mexe com toda a sociedade brasileira. Acho que uma outra questão central é também a distribuição regional do projeto, embora haja uma concentração ainda muito forte dentro do Programa de Aceleração do Crescimento face a uma presença gigantesca da própria PETROBRÁS e aqui eu não vou falar de siderúrgica porque eu quero tratar, principalmente, da questão de uma outra fonte de energia, porque a PE-

TROBRÁS está com uma parte significativa do programa de energia dentro do PAC.

Mas na nossa região, na região Nordeste brasileira nós temos uma fonte de energia alternativa que era importante que nós também pudéssemos acelerá-la. Como acelerar esta fonte de energia que está no PROINFA e que dentro do PAC, eu acho que a gente poderia buscar tirar alguns entraves que vem sendo discutido uma delas que há pouco tempo debati com o setor que é o imposto de importação nessa área da energia eólica, equipamentos que podem ser adquiridos no exterior, são taxados e isso, talvez, a gente pudesse resolver. Quer dizer, você tem que comprar esses equipamentos lá fora e aqui dentro nós estamos com um custo altíssimo, nós poderíamos tratar de acelerar também num determinado período, nesse período aqui de dois anos, 3 anos e ofertar, quem sabe aí já de imediato 800 mil megawatts de energia eólica numa região como Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, uma parte da Bahia e também no Sul do país, o Rio Grande do Sul é um dos Estados que também fornece energia eólica, uma fonte limpa de energia, quer dizer, com um selo mais do que ambiental. Eu acho que é uma grande alternativa. E o outro gargalo é a questão do transporte ferroviário. Acho que como a gente, nós estamos ali com a transnordestina, eu busquei aqui as páginas... [Corte de áudio] [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para concluir, Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Você vê que o Nordeste sempre tem muita sede. Esse transporte ferroviário eu busquei aqui nas páginas todas por que eu queria examinar exatamente como é que estava esse desenho do Transporte ferroviário. Eu acho que a gente deu um salto razoável do que a gente tinha. Mas é que quando olho o mapa do Brasil, quando a gente vê no mapa é que a gente vê ainda o tanto que nós temos que andar, o quanto a gente tem que andar, quer dizer, nós ainda somos o país dos caminhões, das Rodovias. Quer dizer, nos outros países do mundo aqui se fala em China, se fala em China, mas olha a malha ferroviária que eles estão montando lá. Se fala as vezes em Europa, Estados Unidos e etc..., mas olha a malha ferroviária que esses países dispõem e o tipo de transporte que eles estão trabalhando. Então eu acho que a minha pergunta era principalmente essa, primeiro questão dessa energia alternativa, essa energia eólica, está ali, nós temos uma série de investimentos nesses setores. Não quero ainda tratar da questão dos juros e da questão da TR na questão do Fundo de Garantia... [Corte de áudio] [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Inácio Arruda e pediria também aos Senadores que nós temos ali um tempo, eu estou marcando o tempo para que eles possam concluir o raciocínio dentro do tempo previsto. Tenho certeza que o plenário não vai protestar, mas vamos fazer uma permuta aqui porque aqui não há contradição entre desenvolvistas e neoliberais, os dois tem tido posições semelhantes no debates econômicos e políticos, Senador Arthur Virgílio, estamos trocando pelo Senador José Agripino, na forma de prestigiar a iderança sempre brilhante do Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Presidente Aloízio Mercadante, Presidente Marconi Perillo, senhores... Srs. Ministros Paulo Bernardo, Guido Mantega e Dilma Roussef. Eu queria rapidamente cumprimento a V. Exas. por terem vindo aqui para iniciar um processo de debate que na minha opinião é só o início porque com perguntas reduzidas ao tempo de três minutos, com as disposições que foram feitas, nós vamos ter apenas um começo de debate, mas é um começo, de qualquer maneira salutar em torno de um assunto que interessa ao país e a nós temos que é a retomada do crescimento, é o desenvolvimento. Eu, enquanto ouvia as exposições fui chamado pela imprensa e lá fora me fizeram uma pergunta que era uma provocação. Será que isso de PAC não é uma renovação de primeiro emprego que eles entendem como uma coisa malsucedida? Outro saiu de lá e disse: Será que não é a reedição da retomada do crescimento anunciada como o espetáculo do crescimento que nunca aconteceu? Passa pela cabeça de muitas pessoas, senhores Ministros, que o PAC é uma grande peça de encenação, é um enunciado de intenções com uma enorme carga de marketing para levar as pessoas o compromisso do Governo de retomar o crescimento. Aqui nesse plenário, de forma muito pragmática, foi colocada por muitos Senadores da base do Governo e da oposição que retomada de crescimento em termos macro você vai conseguir na hora em que conseguir domar o câmbio ou trazer o câmbio para níveis compatíveis em que você domar os juros em que você fundamentalmente abaixar a carga tributária. Aí você criou as macro condições para que normalmente, por gravidade, se retome o crescimento.

Eu não quero discutir isso até porque eu tenho uma enorme boa vontade com tudo aquilo que vier em nome do desenvolvimento. Eu quero dizer a V. Exas. que eu vou tentar convencer o meu partido e não terei dificuldade em votar tudo do PAC que for favorável ao desenvolvimento. Agora, nada que seja vender gato por lebre eu levarei. Eu tenho uma preocupação, 503 ou 504 bilhões de investimentos, parte, grande parte

deles, oriundos de uma presunção do crescimento do país a 5%, na minha opinião e na opinião de muita gente é uma temeridade. Queria eu que o país crescesse a 5%, mas quem é que assevera isso? Quem é que diz que os economistas que falam que o país não crescerá mais do que 3% e se crescer a 5 o gargalo do apagão elétrico vai acontecer? Não são eles que estão certos? Então, o que é que eu desejo? Assegurar a V. Exas. que o debate que vai ser levado a efeito no Senado vai ser levado em termos patrióticos, mas em termos reais. Aquilo que for irreal vai receber, o nosso voto contrário. Eu queria só mais um minutinho, Presidente, para concluir. O que é que eu penso fundamentalmente? Eu advogo as coisas naturais. Eu tenho razões para desconfiar de anúncios que são feitos e que não acontecem.

Eu queria fazer uma pergunta, creio que a Ministra Dilma Roussef, o Ministro Paulo Bernardo, não sei quem poderia me responder melhor? Em abril de 2003, há 4 anos atrás o Governo anunciou a aplicação de 5.3 bilhões de reais com dinheiro do FAT, do FARC e da Caixa Econômica para um grande programa de saneamento, de assentamento rural, 1200 casas e de construção de moradias. Curiosamente em 4 anos depois, 5 bilhões de reais, agora com o dinheiro da Caixa Econômica são anunciados para investimentos no mesmo segmento. O que é que aconteceu com aquele programa que anunciava 5.3 bilhões? Eu nunca vi nenhum anúncio de resultado. Ouvi muito o anúncio de que agora... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pediria ao Senador José Agripino que concluísse. Nós já demos um minuto de tolerância pela importância da vossa intervenção.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Eu vou concluir, Presidente. Os 5.3 bilhões foram anunciados com grande alarde. Eu não conheço os resultados. Outra coisa. Eu acredito muito nas coisas naturais. Eu não compreendo e queria uma resposta conclusiva de V. Exas. Há previsão de investimentos maciços em diversas áreas em que você vai forçar situações. Por outro lado, deixa eu voltar para o meu Estado. No Rio Grande do Norte existe uma planta da PETROBRÁS que produz gás que poderia produzir eteno e ao lado desta planta existe uma termoelétrica chamada Termo Sul que está em vias de conclusão e as salinas de Areia Branca e Macau. V. Exas. devem saber que energia elétrica mais sal, por hidrólise produz-se cloro... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador, eu pediria só que concluísse, mesmo, nós já demos 5 minutos a V. Exa. que foi o tempo mais generoso de todo o plenário.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Com mais um minuto eu concluo. Se produz numa região do Brasil carente de emprego Soda Cáustica e cloro. Numa outra região a 40 quilômetros de distância você tem produção de gás da Petrobrás que pode produzir eteno. Eteno mais cloro produz resina de PVC para uma região pobre, carente de emprego e que deveria merecer a atenção privilegiada do Governo. Ao invés de se fazer uma fábrica de resina de PVC no Rio Grande do Norte, está se fazendo um pólo petroquímico de gás com a Bolívia, na fronteira do Mato Grosso com a Bolívia, prejudicando os investimentos que o Rio Grande do Norte pleiteava numa vocação natural onde há uma justaposição de oportunidades, para deslocar não sei por que razões, para a fronteira Mato Grosso, Bolívia, a partir de gás boliviano e não gás potiguar. Em cima, portanto, de vocações naturais é que eu pediria uma explicação. Por quê que o PAC, que prevê tanta coisa não objetiva suas ações em cima de vocações naturais?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador José Agripino e agora o próximo inscrito o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Ministros, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Ninguém em sã consciência, sendo brasileiro como nós somos, poderíamos objetar ou criar dificuldades à implementação de um plano que venha ao encontro de um antigo sonho que, infelizmente, ainda não se concretizou, de tornar o Brasil um país igual, desenvolvido, um país em harmonia consigo mesmo, longe da violência, contando com postos de trabalho em todas as capitais e também na zona rural. Para acelerar o meu tempo eu gostaria também de enfatizar de que este projeto, esse Programa de Aceleração do Crescimento traz um grande recado, traz aquilo que vive na alma de todos nós brasileiros que propugnamos por justiça social que o Governo não está preocupado única e exclusivamente com resultados econômicos, mas também com a primazia de resultados sociais, haja vista a implementação de programas sociais e nas grandes capitais, nas periferias urbanas onde acontecem grandes índices de desemprego e de violência. Mas antes de terminar a minha participação nesse debate, eu gostaria de fazer uma reflexão rápida sobre a necessidade imperiosa de o Governo estabelecer uma certa tranquilidade, um certo equilíbrio no que diz respeito à segurança de um programa de revitalização do Rio São Francisco, fazendo com que a Câmara dos Deputados acelere o processo da aprovação de uma PEC da autoria do Senado Federal que eu fui o seu primeiro iniciante

que já está na Câmara dos Deputados há 4 anos e há uma, nos corredores do Congresso Nacional de que a equipe econômica do Governo, principalmente o Ministro da Fazenda com quem eu já tive oportunidade de conversar, apenas é só um desmentido que eu quero, de que haveria resistência do Ministério da Fazenda quanto a aprovação dessa PEC que faz uma pequena vinculação de recursos da União e agora dos Estados e Municípios. Então, eu gostaria de perguntar se há realmente o interesse do Governo, porque o Presidente da República já se manifestou de forma pública favorável a esta aprovação desta PEC, se o Ministério da Fazenda apóia integralmente a aprovação dessa proposta do Congresso Nacional? Porque tenho certeza absoluta que iria resolver em definitivo mais de 500 anos de degradação que o rio São Francisco tem sido... [Corte de áudio]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, com a utilização da palavra pelo Senador Antônio Carlos Valadares, informo que apesar de haver a faculdade da réplica para que haja o contraditório e em função da limitação do tempo nós vamos abrir mão dessa faculdade e depois vamos usar a tribuna para os devidos esclarecimentos. Com a palavra o ilustre Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Ministra Dilma Rousseff, Ministro Guido Mantega, Ministro Paulo Bernardo. Apesar de ter alguma, algum ceticismo com relação ao PAC e isso decorre basicamente do fato de que são tímidas algumas metas como a redução dos gastos públicos, a redução da taxa de juros e a desoneração tributária, devo reconhecer que há uma mudança de perfil do primeiro Governo do Presidente Lula com o atual, o atual Governo recentemente instalado. O PAC é um marco, porque substituiu-se a discussão daquele arroz com feijão de estabilidade econômica com a questão da taxa de juros e passou-se a discutir a questão do desenvolvimento econômico. Tive duas oportunidades, nesse curto período que estou aqui no Senado, de interagir com o gabinete civil da Presidência da República comandada por V. Exa., Ministra Dilma Rousseff e confesso que nas duas oportunidades tive uma impressão muito boa da forma pela qual V. Exa. administra a Casa Civil. Nas duas oportunidades a missão a que propusemos foi bem... [soa a campanha] Bem, encaminhada. Portanto, tenho algumas razões para acreditar que alguma coisa pode mudar. No entanto, Ministra, quando se analisa o PAC e V. Exa. aqui disse que dos critérios de seleção, um deles foi a fonte, a forte, o forte potencial para gerar retorno, observamos que a região Centro-Oeste que é a região que da qual o meu Estado integra foi muito

pouco aquinhoadas. E o caso de Mato Grosso do Sul praticamente não foi aquinhoadado com nada. Teve ali a BR-158, a ponte Brasilândia...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, Senador.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já vou terminar, Excelência. [soa a campainha]

Eu acho que V. Exa. tem que descontar depois essas interrupções também, Excelência. Então, tem duas obras que foram aquinhoadas. No entanto, numa dessas audiências que eu tive com V. Exa. e daí a minha boa impressão, V. Exa. sabendo que realmente Mato Grosso do Sul estava sendo omitido abraçou uma discussão, a discussão do Poliduto e hoje V. Exa. se referiu como uma das metas em estudo no PAC. E veja o seguinte: Eu acho que o Governo poderá se tornar a grande alavanca do desenvolvimento se efetivamente abraçar esta meta do biocombustível. E Mato Grosso do Sul, Excelência... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senhor Senador, não é mais possível... Já foi concedido um minuto a mais a V. Exa. Existem...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Parece até que V. Exa. não está querendo defender a nossa região.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador, existem 20 Senadores inscritos. Sr. Senador, existem 20 Senadores inscritos, nós só temos 42 minutos. Não é possível, senhor Senador, eu vou conceder mais um minuto a V. Exa, certamente em detrimento aos demais Senadores inscritos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, Excelência, o que eu quero dizer que estudos da Petrobrás indicam Mato Grosso do Sul com a possibilidade, com o potencial de ser responsável por 20% de toda a produção de etanol do Brasil. Está certo? Então, o que eu quero, a razão da minha intervenção basicamente é rogar aqui a V. Exa. que dando seguimento a aquela conversa que foi tida na Casa Civil que abraça essa causa. Mato Grosso do Sul está dentro desse perfil que V. Exa. tratou, a questão do retorno, a questão da potencialidade. Então, o Poliduto para Mato Grosso do Sul e para o PAC é da mais alta significação porque se insere dentro da logística que tem sido propalada como uma das razões, fundamento do PAC. Era esse... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do ilustre Senador Valter Pereira. Concedo a palavra a ilustre Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigada do Presidente, Srs. Ministros, senhora Ministra Dilma Rousseff, eu gostaria de dirigir a primeira pergunta à Ministra Dilma com relação a infra-estrutura de logística, nós temos um gargalo imenso por esse Brasil afora, que onera o custo da nossa produção, especialmente da produção agropecuária. E o PAC nos revela a prioridade que continua a prioridade da matriz de transporte investida, ou seja, 57% dos recursos para Rodovia e apenas 1.3% para as Hidrovias. A China tem 50% do seu transporte em cima de Hidrovia, o Brasil apenas 13%. A eclusa de Lajeado, ela deixou de ser construída, concomitante com a hidrelétrica de Luís Eduardo Magalhães. Se fosse construída à época simultaneamente ela teria custado 380 milhões de reais aos cofres públicos. E se hoje ela for construída, ela custará 624 milhões de reais. Quero aqui chamar a atenção da necessidade a senhora Ministra de priorizar recursos no PAC para a construção da eclusa de Lajeado, da usina de Luís Eduardo Magalhães e também dizer a senhora que o projeto da usina hidroelétrica de Estreito, também no Rio Tocantins, no meu Estado do Tocantins, ela não tem o projeto Executivo da eclusa. A empresa não se sentiu obrigada nem pelo Ministério dos Transportes e nem pelo meio ambiente em fazer o projeto da construção da eclusa.

E quero informar a senhora que também sou desenvolvimentista e nós vamos trabalhar duro junto com o Governo do Estado e toda bancada para a não construção da usina do Estreito sem a eclusa que nós tanto precisamos. Então eu gostaria, essa é a primeira pergunta de pedir à senhora que reconsiderasse também a inclusão no só da eclusa de Tucuruí, mas da usina de Lajeado no Tocantins. A senhora falou muito em gargalos e eu quero aqui entregar agora há pouco um trabalho para a senhora que a Confederação Nacional da agricultura fez com relação aos gargalos na logística de transporte, nada de investimento, apenas ações que não custam um centavo do Governo Federal e que poderiam melhorar em muito a condição do transporte da logística do nosso país, de cargas. A ANTAC, senhora Ministra, já pediu por duas vezes ao Ministério dos Transportes intervenção no Porto de Paranaguá. Nós estamos com um custo de 50 mil dólares por dia, por dia parado e hora parada no Porto de Paranaguá, Rio Grande e Santos, especialmente no Porto de Paranaguá. Nós estamos pagando um bilhão de dólares por ano de multa por falta de dragagem nesses portos. E não é por falta de dinheiro, Ministra, nós sabemos que aquele adicional de tarifa, a INFRAMAR, é suficiente para que essas dragagens pudessem ter acontecido e o Ministério do Transporte não toma, que é o concessionário, não... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Senadora, mais um minuto para a conclusão.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): E o Ministério dos Transportes não toma nenhuma providência para que os 50 milhões de reais que estão nos cofres de Paranaguá, dessa tarifa que é exclusivamente para dragagem, não toma providências necessárias para que a dragagem pudesse ser feita, então a senhora repare que não vai gastar um centavo do Governo Federal, o dinheiro está na conta. O Porto de Rio Grande, o recurso é misturado no caixa do Estado, é difícil de identificar os valores que lá nós temos. Então, já tem dois acordos do Supremo, do Tribunal de Contas da União e dois pedidos de intervenção da ANTAC e nada foi feito em Paranaguá para que o produtor rural possa deixar de pagar prêmios negativos pela incompetência da administração dos portos brasileiros. Quero aqui parabenizar V. Exa. pela questão dos defensivos genéricos que também era um grande gargalo para o aceleramento do desenvolvimento brasileiro e a Casa Civil foi bastante ágil na definição junto com a Dra. Teresa Campelo para que a gente pudesse sanear esse problema. Então, eu gostaria que de mesma forma... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a Senadora Kátia Abreu, com a palavra a ilustre Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Senhor Presidente, senhores Ministros, senhor Senador Mercadante, foi colocado aqui os investimentos públicos e o Ministro Paulo Bernardo apontou que um dos objetivos, também do PAC, seria propiciar um ambiente favorável aos negócios citando para isso a Comissão, a criação de uma Comissão para Reforma Tributária, a criação de um fórum para a previdência, as agências reguladoras e eu não vi, não sei se eu estou equivocada, V. Exa. colocar a questão da Reforma Trabalhista que eu acho que também é um dos grandes gargalos que impede, que leva o custo Brasil. A segunda pergunta que eu gostaria de fazer, senhores Ministros, eu sou Presidente da Comissão de desenvolvimento regional, o PAC contempla a SUDAM e a SUDENE. Nós trabalhamos aqui o ano todo discutindo esses projetos e os recebemos de volta com dez vetos, fazendo com que esses organismos percam a sua eficácia. Eu gostaria de saber a opinião dos senhores Ministros a respeito desses vetos e qual o destino que está reservado para a SUDECO que já está na Comissão de Justiça?

E eu gostaria de dizer, senhores Ministros, que nós recebemos esses vetos e nenhum sinal para negociar esses vetos ou para explicar os vetos àquela Comissão. Segunda coisa que eu gostaria de colocar

diz respeito à RID, região integrada do Distrito Federal, o PAC também contempla projetos pontuais para a RID, Ministro Bernardo. Projetos pontuais para a RID. Sabendo V. Exa. que nós temos uma carta convite já analisada pelo Ministério das Cidades, já analisada pelo Ministério da Integração Nacional e que, contempla a RID como um todo, na área do lixo, do saneamento, da infra-estrutura, enfim, em tudo, enquanto nós estamos aí com um projeto pontual e por último, eu gostaria de dizer em relação ao meu Estado, ao estado de Goiás, no que diz respeito a logística. Nós temos um projeto importantíssimo feito entre o BID e o Estado de Goiás, um projeto importante mostrando os gargalos da nossa logística e, no entanto, a gente vê no PAC a saída Leste que é importantíssima para o Estado de Goiás não contemplada. Enquanto esse projeto sequer foi analisado para estabelecer as prioridades. Portanto, deixo aqui os meus agradecimentos e essas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB): Parabenizo a Sra. Lúcia Vânia pela economicidade do tempo, quero dizer que me associa a ela, todas as reivindicações referentes ao nosso Estado. Com a palavra o ilustre Senador Aloízio Mercadante, Presidente da Comissão de assuntos econômicos, para falar como autor do requerimento. Como ele é o Presidente da Comissão também autor do requerimento, quero conceder a ele o tempo de 5 minutos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu agradeço e vou buscar ser o mais breve possível. Eu, primeiro, compartilho com a visão daqueles Senadores formadores de opinião, que reconhecem que o PAC é uma reflexão na política econômica relevante. É relevante primeiro porque abre o debate sobre o crescimento econômico rompendo essa cultura da estagnação que nós estamos presos nas últimas décadas e aponta a direção correta, reduz o superávit primário, estabelece prioridades claras e precisas, quer dizer, investimento público em energia prioritariamente, em logística e infra-estrutura social e de habitação e saneamento. E além disso impulsiona um novo padrão de financiamento público para alavancar os investimentos. Eu acho que é um equívoco da oposição não reconhecer. O mérito dessa inflexão, da direção e do sentido que está sendo apontado. Segundo. Como dizia [inaudível], que não tem, eu diria, uma formulação mais avançada ainda, quer dizer, não tem poupança sem investimento. Quando a gente define um projeto de investimento, a gente cria condições de alavancar a poupança. Então quando nós estamos desenhando projetos claros de infra-estrutura nas regiões, nos setores, nós estamos viabilizando uma perspectiva de crescimento econômico segura para o Brasil. Agora, de

outro lado eu compartilho com aqueles que acham que nós não atingiremos 5% de crescimento do PIB se não houver uma inflexão na política monetária cambial.

E aí, Ministro Guido Mantega, meu parceiro, sei que V. Exa. compartilha de muito do que eu penso sobre este assunto. É verdade que a taxa de juros cai a 14 meses, mas há 11 meses está abaixo da meta e muito abaixo da meta. A projeção do mercado para inflação futura é 4% para esse ano, 4,1 para o ano que vem. Há espaço na política monetária. Se é verdade que nós temos hoje uma turbulência decorrente da China, nós não a tínhamos no período anterior e, talvez, possamos não ter até a próxima reunião do COPOM. Espero que a gente não tenha. O Governo tem que explorar a política monetária e a meta definida pelo Governo não é a meta do Banco Central hoje. E eu que debati tanto a questão da meta no futuro e vejo hoje que alguns, inclusive, que estavam no Governo reconhecem que nós tínhamos razão naquela ocasião que aquilo abortou o crescimento econômico, quero insistir que há espaço na política monetária e é fundamental a atenção no Governo na política cambial, o real está virando o principal produto de exportação no Brasil. O fluxo de entrada de capital em bolsa, sobretudo de renda fixa está levando a uma apreciação indevida da moeda, nós vamos ter a safra agrícola agora, recorde, com os preços avantajados, vão entrar pelo menos mais 16 bilhões de dólares. O Governo precisa estar muito atento à questão do câmbio e não basta comprar reservas cambiais. E dou um exemplo: A indústria de transformação, ano passado, cresceu 1,9%, dou dois exemplos, Ministro Guido e pediria especialmente a V. Exa. uma atenção especial. Calçados. As exportações em calçados nos últimos 4 anos, cresceram 141%. O ano passado o emprego no setor caiu 13%. Têxtil. Nos últimos 4 anos, as importações cresceram 180% e dou aqui para o Senado Federal um exemplo: A China, quando a gente olha o balanço de pagamento da China, saíram da China 37 milhões de toneladas de produto têxtil. Quando se olha a Receita Federal aqui, Rachid, só entraram 22 milhões, 15 milhões entraram sem a fiscalização da Receita Federal de produtos têxteis da China no Brasil, um setor que emprega 3 milhões de pessoas. Nós temos que aperfeiçoar ainda mais a fiscalização e muito rigor na fiscalização, nós temos que discutir tarifas em setores específicos e em alguns casos como calçados, por exemplo, que é intensivo de mão-de-obra e cadeia curta, o PIS/COFINS aumentou a carga tributária.

Então nós precisamos de políticas específicas em alguns casos para proteger setores com grande impacto no emprego. Quero ainda sugerir, Ministra Dilma Rousseff. Acho que o PAC tem que ter uma ou-

sadia na questão da inovação científica tecnológica, na perspectiva da sociedade do conhecimento e na inclusão digital. [soa a campainha] Acho, eu fiquei entusiasmado com o discurso que o Presidente Lula fez nesse plenário dizendo: Até o final do meu Governo, todas as escolas públicas, ele repetiu, todas as escolas públicas terão banda larga e computador na escola. Isso significa um investimento, em 5 anos, de 9 bilhões de reais. Nós precisaríamos de 6 bilhões de reais para fazer a infra-estrutura nas teles, 3 milhões de reais para comprar os computadores, nós precisaríamos de 2 milhões de computadores, para que as 42 milhões de crianças e os dois milhões e meio de professores tivessem acesso a informática. Eu acho isso revolucionário, inovador, decisivo e vou apresentar uma proposta nessa direção, Ministro, exigindo que o FUST seja canalizado nessa perspectiva.

Não dá mais para o FUST ser utilizado como foi desde o dia da criação só para fazer superávit primário, nós precisamos do FUST para financiar um programa de grande alcance social, estratégico, de inovação, que é botar essa geração dentro da internet e realmente apontar como a sociedade do futuro.... [Corte de áudio] Devia ser uma das grandes prioridades do PAC e não está definido enquanto tal ainda há tempo de corrigir e espero que a gente consiga avançar nessa perspectiva. Eu tinha alguns outros temas para, mas em respeito aos diversos Senadores, fico por aqui e vejo, Senador Marconi Perillo, nós não temos outra alternativa a não ser fazer mais uma audiência, que o pessoal quer discutir, quer aprofundar, quer debater, evidente que os Ministros tem muitas responsabilidades, mas nós poderíamos dar um prazo, nós temos tempo até o PAC chegar no Senado, mas tenho certeza que na CAE o pessoal vai querer continuar esse debate e na infra-estrutura também, nós podemos já, juntos, marcarmos uma nova audiência para continuar essa discussão, promissora e qualificada que vai ajudar a aprimorar a política pública do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a compreensão do ilustre Senador Aloísio, Presidente da CAE concedo a palavra pela ordem de inscrição a ilustre Senadora Serys Slhessarenko.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Senador Marconi Perillo, Presidente da infra-estrutura, Senador Mercadante, Presidente da CAE, Srs. Ministros, Srs. Senadores, Sras. Senadoras e Sr. Ministro Mantega, Sr. Ministro Paulo Bernardo e em especial, muito em especial a minha homenagem à Ministra Dilma Rousseff. Neste mês que nós temos o Dia Internacional da Mulher, Ministra, com certeza a mulher brasileira tem muito orgulho da senhora. Eu assisti a

primeira apresentação do PAC em Salvador feito pela Ministra Dilma e pelo Ministro Paulo Bernardo. Fiquei muito entusiasmada, realmente. Entusiasmada que pela primeira vez nos parece que um programa nesse país vê o Brasil por inteiro. Entusiasmaram outras questões também, com certeza, como os 11 bilhões para o fundo, para o combate das desigualdades regionais, vamos dizer assim e também entusiasmada por ver que o meu Estado do Mato Grosso ainda precisa muito mais, com certeza, mas nós já vemos aí contemplada, a questão da 163, da 364, da 158, da 242, Ferronorte e alguma coisa na área de Hidrovias também. Isso para Mato Grosso que é hoje esse potencial gigantesco de possibilidades de desenvolvimento principalmente na agricultura para exportação, mas também na agricultura familiar.

Eu diria que eu estou, tamanho entusiasmo que eu já fiz até aqui uma síntese do PAC, estou saindo para explicar no Estado inteiro. Eu acho que isso todos nós deveríamos fazer também. Discutir com as lideranças, cada um de seus Estados, nos seus Estados, o PAC, para que haja um entendimento de todas as autoridades e lideranças Municipais e etc. do que significa isso aqui para que ele tenha condições de avançar e mais rápido, talvez, do que se espere. Uma das questões que eu ia colocar, a Senadora Lúcia Vânia já colocou, que era a questão da SUDECO, como os senhores enxergam essa questão da possibilidade da SUDECO? E também sei que não está no PAC, porque essa questão não entrou, a questão de um Poliduto ou dutos porque nós em Mato Grosso temos aí um potencial gigantesco de etanol, álcool, biocombustível, etc., sei que está fora do PAC, mas como isso é visto e pode ser tratado também. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação da Senadora Serys. Concedo a palavra pela ordem de inscrição ao ilustre Senador Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, Srs. Presidentes, Senadores Marconi Perillo e Aloízio Mercadante, Sra. Ministra Dilma Rousseff, Sr. Ministro Paulo Bernardo, Sr. Ministro Guido Mantega. O Governo Lula apostou no seu primeiro Governo nas reformas e enviou para o Congresso Nacional a Reforma Tributária, enviou para o Congresso a Reforma Previdenciária e faltaram as reformas trabalhistas, a reforma trabalhista e outras de previdência e outras reformas que não de compreender os Ministros que se tornaram a tônica de que o país só alcançaria um crescimento sustentável se ele levasse à frente esse processo reformista. Aí de repente a Reforma Tributária... Eu sei que a culpa não é só do Governo.

A Reforma Tributária parou no meio do caminho, a Reforma Previdenciária não foi concluída como deveria ser, a Reforma Trabalhista não foi enviada e eu pergunto: O Governo tem todos os méritos quando consegue alcançar o superávit fiscal, tem todos os méritos quando consegue alcançar o superávit comercial. Mas fica uma cabeça sem corpo, senhor Presidente, ou um corpo, desculpa, ou um corpo sem cabeça porque o Governo fez a base, mas quando deveria cimentar aquela base para fazer as reformas pulou para fazer, então, as obras de infra-estrutura, deu esse salto que nós precisamos saber se o trapezista tem por baixo a rede ou se não terá. Por outro lado é só para concluir. A obra de transposição das bacias, muita gente pensa que é uma obra apenas de recursos hídricos, de transposição de recursos hídricos, de onde tem água, para onde não tem água. Mas eu sei que é uma obra, é uma obra de saneamento... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO(PSDB-GO): Senador Garibaldi, nosso tempo está extremamente escasso, eu pediria mais um minuto apenas para conclusão.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, nós temos o programa de redução de perdas e uso da água, o programa de abastecimento de águas às pequenas comunidades situadas ao longo dos canais da transposição. Mas o que se diz é que será feito só o canal, o primeiro canal que beneficia Pernambuco e Paraíba e não será feito o canal que beneficia Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, porque nós não teremos os recursos suficientes para isso. Então, eu gostaria de ter uma garantia, Sr. Presidente, através dos senhores Ministros.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra em permuta com a ilustre Senadora Marisa Serrano, o ilustre líder Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu vou ficar exatamente nos meus três minutos. Eu prometo isso solenemente. E por isso, Ministra Dilma, Ministro Guido Mantega, Ministro Paulo Bernardo, meu querido amigo, eu vou me reportar tão somente a um item que é a Medida Provisória 352 que tem muito a ver com o futuro tecnológico do país e, portanto, ela é relevante sim, eu não sou a favor, eu sou contra a crença demasiada no Estado, isso é ruim no PAC, vejo algumas inocuidades mesmo com positivo foco no investimento, isso é muito positivo. Não espero nenhum milagre quanto ao crescimento econômico, agora a Medida Provisória 352 é importante, ela trata da transmissão e trata da recepção de tecnologia digital e ela é relevante. Agora, no ano passado e o período eleitoral atrapalhava a compreensão daquilo

eu denunciei e o Ministro Paulo Bernardo e a Ministra Dilma me conhecem, V. Exa. nem tanto, eu sou uma pessoa de boa-fé mesmo.

Eu denunciei porque eu tinha a convicção de que haviam gestado no MEDIC uma Medida Provisória que seria muito nociva aos interesses do Pólo Industrial de Manaus. Depois veio, ou seja, eu tenho convicção de que aquilo existia. E tenho convicção de que, talvez, a intervenção do Presidente, talvez os fatos, a própria denúncia, a denúncia, por isso é muito bom oposição. Veio com outro formato a Medida Provisória 352 com a intenção de garantir a tecnologia de TV digital para o meu Estado, mas faltam dois senões a serem corrigidos, sem o que não haverá conclusão positiva dessa tentativa de garantia, Ministra e Ministro Mantega e se não houver possibilidade para fabricação dos [inaudível], daqui a pouco, quando os [inaudível] forem construídos dentro, forem para funcionarem dentro das TVs, começará a haver um sério perigo de concorrência, não a fabricação dos [inaudível] em outros Estados, mas sim, vai haver competição com a fabricação de TVs.

Do mesmo modo, do mesmo modo quando nós falamos na, nós temos os [inaudível] e temos os CRT'S ficam conosco, a parte obsoleta. Os displays para entretenimento, se não se disser claramente que o que diz respeito a entretenimento, os display para monitores de vídeo, para televisores e se não se disser que o ligado a entretenimento fica com o Amazonas, com exclusividade em incentivos fiscais, amanhã se fabrica isso em outro lugar, fabrica televisão em cima dessa brecha e o Amazonas não terá como competir de maneira igual com Estados que tem condições locais mais vantajosas. É mais, não é nem uma pergunta, é mais uma advertência que faço, por que não quero duvidar da boa vontade do Governo, quero dizer apenas que se outros Estados não conseguirem isso não ganham nada, se o meu não conseguir, ele perde o seu principal pólo que é o eletro eletrônico, responsável por 63% do faturamento, por metade dos empregos. [soa a campainha] Não cumpro a palavra, é uma tristeza, mas eu vou concluir em 15 segundos. E é, portanto, uma calamidade o que se avizinha para lá. Eu quero reconhecer que houve esforço, sim, porque enfrentaram forças, houve esforço do Governo para responder positivamente a isso, mas tem que observar esses dois itens sem o que a garantia não é completa e sem essa garantia nós podemos perder o principal sustentáculo da economia do meu Estado, que aliás conserva 98% da sua cobertura florestal, graças ao Pólo Industrial de Manaus, fora disso, nós teríamos a realidade do desmatamento, está mais do que na moda

nós nos preocuparmos mesmo com a preservação da Amazônia. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Srs. Senadores, Sras. Senadoras, ainda existem oito Senadores inscritos, Senadores e Senadoras. Eu consulto ao plenário se há concordância, em que pese o regimento estabelecer o prazo de 14 horas, para que nós possamos adiar a sessão por mais 20 minutos e após, por mais 30 minutos? Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada a prorrogação do tempo dessa sessão até as 14:30 horas. Concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Marconi, Senador Presidente da CAE, Aloízio Mercadante, quero cumprimentar a Ministra Dilma Rousseff, o Ministro Guido Mantega e o Ministro Paulo Bernardo pela ação coordenada que desenvolveram no programa de aceleração do crescimento que tem entre outros objetivos o de estimular os investimentos privados a partir de investimentos bem ordenados no setor público em obras de infra-estrutura. As minhas dúvidas referem-se primeiro a aquilo que será feito com o rio São Francisco. Há consenso sobre a revitalização do rio. No que diz respeito à transposição, entretanto, ainda não foram inteiramente dirimidas as questões a que se referem estudiosos como os professores Assis Absaber(F), Aldo Rebouças, Abner Curado, João Suassuna, Washington Novaes e em especial o Bispo Dom Luís Flávio Cáprio, que comoveu a nação quando realizou uma greve de fome, no ano passado, para que o governo melhor reavaliasse a sua decisão de levar adiante a transposição das águas do São Francisco para o Nordeste cetentrional. Ainda há poucos dias Leonardo Boff fez uma advertência em seu artigo na Agência Carta Maior, onde espôs que seria importante que se pudesse ouvir o apelo de Dom Luís Flávio Cáprio, que ainda no último dia 23 de fevereiro encaminhou uma carta ao Presidente pedindo que fosse assegurado o compromisso que no ano passado foi estabelecido entre o então Ministro Jacques Wagner, hoje Governador da Bahia, quando assegurou que a decisão sobre aquilo aguardaria a conclusão do debate sobre todos os prós e contras da referida transposição. E eu pergunto se considera o Governo que já foi concluído o debate de prós e contras, ainda que nas palavras da carta de Dom Luís Flávio Cáprio, isto ainda não teria acontecido. Eu vou ficar apenas nessa pergunta para respeitar o tempo, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a compreensão de V. Exa. Senador Suplicy. Concedo a palavra ao líder Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sra. Ministra Dilma Rousseff, Srs. Ministros Guido Mantega e Paulo Bernardo, Sras. e Srs. Senadores. Eu sei que tudo já foi perguntado e quem fala por último corre o risco de ser repetitivo, mas eu ainda me preocupo, senhora Ministra Dilma, com a questão da energia, nós sabemos que existe uma certa garantia com as usinas que vão entrar em operações, com a energia nova. Mas se isso não acontecer porque tem projetos que ainda estão enrolados com questões ambientais e poderão sofrer processo de continuidade. Me preocupa também na área mais da economia a reindexação do salário mínimo e também a indexação da despesa com o pessoal do serviço público, isso poderá também indexar os preços dos produtos, eu vou abreviar aqui, acelerar um pouco, ao Ministro Guido Mantega também, quais são as medidas que o senhor pretende tomar para cortar os gastos correntes que estão perto dos 19 pontos percentuais? Praticamente isso tudo já foi falado.

Como será compensado a possível redução do Superávit primário de Estados e Municípios caso estes venham a tomar os empréstimos permitidos pelo PAC, como os do saneamento básico, habitação populares, a meta da LDO é de 1.10 do PIB e atualmente estes entes contribuem com o superávit de 1.21. Quais são as expectativas de maiores desonerações tributárias e redução da carga tributária, já ultrapassa aos 38%? Eu não tenho nenhuma dúvida, senhores Ministros, senhoras e senhores Senadores, que o PAC é um programa importante. Eu falava com o Presidente da República no ano passado, numa viagem à Bolívia, de que se não seria necessário lançar um programa a exemplo do avança Brasil? Não para copiar. Aí o Presidente me falou o que o avança Brasil não deu certo, que muitas obras ficaram inacabadas, mas o PAC, eu acredito que seja diferente, ainda bem que o Presidente lançou esse programa porque com o advento do PPI não há contingenciamento, 11, 12 bilhões por ano que vão ser investidos, mais os recursos das Estatais que também não sofrem muito contingenciamento, eu acredito que se não 100%, mas grande parte desses recursos previstos serão investidos em obras de infraestrutura no país. Era isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Mesa agradece a compreensão do ilustre Senador Valdir Raupp e passa a palavra ao ilustre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quero saudar os Presidentes da Comissão de Infra-estrutura e assuntos econômicos, senhores Ministros que comparecem a essa audiência pública e quero iniciar rapidamente fazendo minhas as palavras do Senador

Mercadante na sua colocação. Não poderia ser, não poderia, Senador Mercadante, colocar tão claramente como V. Exa. colocou todas as dúvidas com relação à questão da, do desenvolvimento versus política macroeconômica do Governo. Quero fazer também já, desde já. V. Exa. tem sido, como já foi na outra reunião com o Banco Central, o líder da oposição no plenário do Senado. Eu quero aqui louvar e parabenizar a apresentação do PAC. Acho que é como já foi dito, uma inflexão e diria, até plageando o lema de Minas Gerais com relação a liberdade, que trazer a pauta da discussão de desenvolvimento antes tarde do que nunca. Já perdemos 4 anos e dizer, como bem colocou aqui o Senador Raupp,, que a idéia surgiu realmente com o avança Brasil que teve evidentemente, as correções necessárias já com as condições hoje para que seja implementado.

Então, vamos votar a favor, evidentemente, do PAC porque como desenvolvimentistas achamos que esse é o caminho que o Brasil tem que tocar. Apenas lamento que o PAC não tenha sido usado pelo Governo para diminuir os desníveis regionais nas suas aplicações e, muito pelo contrário, para agravá-los. Quero, com relação ao PAC, Ministra Dilma, no meu Estado, o Estado do Pará, pedir a V. Exa., ao Ministro Paulo Bernardo e ao Ministro Guido, que o Pará tem contribuído e muito para a nação brasileira. Então, no quadro que a Ministra colocou aqui do estudo de viabilidade técnica e econômica para aproveitamento hidrelétrico, de 25.0000 megawatts, 23 mil estão no Estado do Pará. 23 mil. Então, é importante que o Pará seja lembrado. E eu quero, então, dizer que as obras do PAC no Pará, são obras que se arrastaram há mais de 20 anos e colocar entre elas a Hidrovia [inaudível] Tapajós. É importante por que não é uma obra para o Pará, é uma obra de Integração Nacional que vem desde o Centro-Oeste até abrir para a exportação através do porto de Vila do Conde e nós temos lá um aproveitamento hidroelétrico, então podíamos e devemos trazer a questão da Hidrovia até porque economia de uso do transporte rodoviário e ferroviário nós temos e o Brasil tem que assumir definitivamente a bandeira do sistema... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para encerrar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concluindo. Eu só gostaria de só também como dúvida, Ministra Dilma, o plano decenal de energia elétrica do Ministério de Minas e Energia, ele prevê um aumento 4.4%, entre 2006 e 2015. V. Exa. disse que a relação entre PIB e de energia é de 1.2, 1.3. Crescendo a 5% ao ano, como prevê o PAC, nós precisaríamos de 6 a 6,5% de crescimento de energia. Como é que nós va-

mos conciliar as duas coisas? E se não houver energia para crescer os 5%, como é que o PAC vai ter resultado se a economia não crescer aos 5% que está previsto no PAC? Há aí uma questão que precisa ser resolvida. Ou cresce para ter energia para crescer ou se não crescer não tem energia. E por último, Ministra, com relação ao uso dos recursos do FGTS, tem 21.1 bilhões de patrimônio do FGTS já... [Corte de áudio] Outras questões que ficarão para uma segunda oportunidade como bem lembrou o Senador Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro, concedo a palavra ao ilustre Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Presidente Senador Aloízio Mercadante, minha querida Ministra Dilma Rousseff, meu caro Ministro Paulo Bernardo, Ministro Guido Mantega, primeiro uma satisfação muito grande de tê-los aqui, parabenizar pela exposição. O PAC é um programa muito bem estruturado, inegavelmente e eu não posso deixar de destacar as observações feitas pelo Ministro Mantega com relação aos números da macroeconomia, chamando atenção especificamente para o zeramento do déficit nominal até 2010, este é um dado muito importante e a desoneração tributária, estou vendo o nosso caro Rachid aqui, mas com o devido respeito ao nosso caro Rachid números importantes, 6 bilhões e depois fechando em 11 bilhões até o final de 2010. E desonerando o quê? Habitação. Desonerando informática, isso é absolutamente fundamental. É uma opção clara e importantíssima do Governo com relação a esses dois segmentos de importância crucial para o país. Não posso deixar de destacar também a exposição do Ministro Paulo Bernardo, primeiro tocando nos marcos regulatórios, fundamentais para o funcionamento do PAC, ou seja, segurança jurídica. Esse *fast track* aí, essa definição clara aí sobre o aspecto de responsabilidades ambientais, isso é muito importante também e nós vamos ter que nos defrontar com isso. A questão também, foi citada aí muito por alto, mas no meu ponto de vista, de fundamental importância, a Previdência Complementar e com contribuição definida, o que é muito importante isso também, é um fator fundamental para o futuro da previdência do país. E eu não posso também deixar de destacar a preocupação com as despesas correntes.

A preocupação do Governo em função desse Programa de Aceleração do Crescimento com as despesas correntes. Mas eu vou ter que abreviar e evidentemente registrar também, Ministra Dilma, o detalhamento extraordinário com que foi feito esse programa. E importante, o acompanhamento também, aquelas planilhas

onde nós acompanhamos projeto a projeto, inclusive, com uma interação forte do Governo para ver cumpridas essas metas. Isso é muito importante. Portanto, eu acho ele, o PAC um projeto muito bem constituído... [Corte de áudio] [soa a campainha] Muito bem estruturado e evidente, existem as questões regulatórias, ambientais, processo licitatório que o Ministro Paulo Bernardo citou aqui e essa gestão desse conjunto de ações que são verdadeiros desafios, além das votações aqui no Congresso, que são Projetos de Lei, Medidas Provisórias, mas eu acho que um programa absolutamente bem estruturado. Inegavelmente nós temos que fazer um esforço grande para que ele dê certo e tenha resultados. É importante destacar também, o PAC é diferente dos demais programas, foram citados outros programas aqui, entre eles o avança Brasil. O erro do avança Brasil foi não mexer na Legislação que é o que o programa, o PAC, está fazendo. Então, ele fica, ele se torna um conjunto de boas idéias, mas ele não caminha porque não mexe nos pontos cruciais para viabilizar os projetos. Aí, para concluir, senhor Presidente, rapidamente, quinze segundos se V. Exa. me permitir, eu vi o Poliduto que já foi citado lá... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senhor Senador, o senhor é vice Presidente da Comissão, eu concederei mais um minuto de tolerância.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, é só uma pergunta para a Ministra Dilma, nós já estamos discutindo, estudando o Poliduto que é fundamental e um velho sonho do nosso Estado. Mas eu acho que faltou a discussão da Ferrovia Novo Oeste que vai ter um papel muito importante, principalmente com os investimentos privados que vão acabar finalizando a Ferrovia novo Oeste, escoando lá por Santos, muito provavelmente. E Ministra Dilma, V. Exa. que é uma *expert* em Energia e em gás natural, já que nós negociamos com a Bolívia as frações ricas do gás natural que vem do país vizinho, será que não vale a pena se discutir com a separadora de gás uma fábrica de fertilizantes e o futuro pólo gás-químico que agrega valor ao gás natural e é um velho sonho da Bolívia no sentido de agregar valor a aquilo que ela produz?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO: Agradeço ao ilustre Senador Delcídio, vice-Presidente da Comissão de Infra-estrutura pela manifestação. Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Srs. Ministros, Ministras, Srs. Presidentes, Senadores e Senadoras, é evidente que todos somos favoráveis ao plano, o plano é bem intencionado, é bem concebido. A dificuldade da crítica que eu vejo é como fazer o plano

funcionar, veja que, quando a Ministra coloca a questão da inclusão digital para as escolas terem banda larga, nos já tivemos quatro anos, o governo acumulou cinco bilhões no FUST e não conseguiu gastar nenhum tostão desse dinheiro, na questão ligada a infra-estrutura de estradas, também aí eu tenho que, lamentavelmente contestar meu colega de estado, Wellington Salgado, eu não vejo tanta obra em Minas Gerais, pelo contrário, nós estamos carentes de obras, a Fernão Dias, ela está para ser concedida a iniciativa privada sobre regime de..., para manutenção, já a oito anos, eu sai do governo em 98, ela já estava praticamente pronta e o projeto de concessões continua parado, de maneira que a pergunta é específica sobre concessões e parceria públicas privadas, passaram os quatro anos e nenhuma concessão foi feita, as estradas estão sendo deterioradas, cito a Fernão Dias, está no plano, mas a minha dúvida é: Está bem, está no plano, e aí, vai sair ou não vai sair?

Essa é a minha dificuldade em ver. Eu acho que V.Exa., como Ministra, como a “dama de ferro”, vai ter que ser muito dura realmente, na cobrança, para que essas coisas, essas questões aconteçam. O mesmo posso dizer da duplicação da BR-040, que eu estou... Que liga o Rio, Belo Horizonte e Brasília. Desde que eu cheguei aqui eu tenho lutado, conseguido aprovar Emendas nesse sentido e a obra nunca que começa. Diz que agora vai começar. Mas não começou ainda. A duplicação da 262 está anunciada, já tem até faixa lá cumprimentando o Presidente Lula, mas eu não sei quando que ela começa. E aí a minha dúvida. Bom, então são esses dois pontos. E aí a questão da Angra III, Ministra, como um estado vizinho ao Rio, mas que interessa também a resposta de Angra III, não ficou muito claro, se o Governo vai ou não vai retomar as obras de Angra III. São essas três questões. E, ainda, com o Ministro Paulo Bernardo, apenas elogiar realmente a coragem de modificar a 8666. Essa é uma Lei que é importante para a transparência, mas que tem sim segurado os investimentos do Brasil. Então, é importante podermos fazê-la. Agora, tenho dúvidas com relação à volta da indexação. Aí a questão que eu até já coloquei no Banco Central, a indexação tem algum risco quando o Governo prevê aumentos automáticos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a compreensão do ilustre Senador Eduardo Azeredo. Ainda existem três Senadores inscritos. E os Ministros ainda terão que responder. Eu vou propor dois minutos a cada orador inscrito para que todos possam usar da palavra. Com a palavra, o ilustre Senador, Vice-Presidente deste Senado e deste Congresso, Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Srs. Presidentes, Marconi Perillo, Aluizio Mercadante, Srs. Ministros, cara Ministra Dilma, a minha observação diz respeito apenas ao cumprimento e a homenagem que faço ao Governo do Presidente Lula pela apresentação deste programa. Evidente que ele não é um programa de crescimento do país, é um programa ajustado com outros critérios. Não se compara ao plano de metas de Juscelino Kubitschek, não se compara aos PNDs dos Governos militares, mas é um programa que atende não só as necessidades do Governo, mas à necessidade do Brasil neste momento, que é um investimento corajoso em infra-estrutura que faz o Governo do Presidente Lula e é tão bem dirigido em desenho, em estratégia pela Ministra Dilma.

De modo muito objetivo eu só observaria, e a Ministra foi clara em explicitar, a preocupação na implementação da Lei do Saneamento Básico, porque é uma área distinta deste país, que diz respeito à mortalidade infantil, à qualidade de vida, à vida urbana desse país e à vida rural. Então, é fundamental o acompanhamento e a implementação rápida da Lei do Saneamento Básico que nós votamos aqui e tivemos o apoio efetivo da Casa Civil. E, de outro modo, eu gostaria de lembrar uma preocupação que, embora tenha havido um distinto cuidado em desconcentração de investimentos, como na área de energia, mas nós vamos ver alguns Estados isolados no meio desse investimento do PAC, perdendo, ainda, em termos de concentração de riqueza. O centro-sul vai sim concentrar riqueza na resultante final e é natural pela capacidade instalada que tem, mas sei da preocupação que terá o Governo de atender às políticas compensatórias do financiamento público que dizem respeito a esses Estados. A BR-364, por exemplo, muitas são triplicadas, quadruplicadas, ela começou em 1958, em Juscelino Kubitschek, e até hoje ela não foi concluída. Centenas de quilômetros estão em barro ainda e o Presidente Lula atendeu, como nenhum Governo, a atenção de financiamento para aquela rodovia que integra definitivamente o Brasil, no seu sentido rodoviário.

Então, eu tenho certeza de que o Governo está atento e saberá corresponder. A minha preocupação básica, peço 15 segundos a V.Exa., Presidente, é que foi debatido recentemente o chamado PAC da Educação. A área social jamais pode ser esquecida num Governo como o do Presidente Lula. Eu só lembraria que a área de Saúde precisa do seu PAC e o PAC, na área de Saúde, é a aprovação da Lei Complementar, Emenda 29 que, de imediato, levaria um aumento de investimento de 10 bilhões. Infelizmente, por pressões menores de estados e municípios, o Governo não conseguiu, ao longo desses anos, aprovar a lei comple-

mentar, a Emenda 29 que aumenta em 10 bilhões, de imediato, o financiamento porque políticos deixarão de comprar arroz para dizer que é Saúde e deixarão de pagar aposentadoria de soldado para dizer que estão gastando com Saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a compreensão do ilustre Senador Tião Viana e concedo a palavra ao ilustre Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu estava, Sr. Presidente, aqui preocupado se para mim sobraria apenas o tempo de dar boa tarde. Mas, Sr. Presidente, senhores Ministros, senhora Ministra, demais Senadores, eu acho que o plano, eu me incluo entre os Senadores que reconhecem a importância do plano, que poderia ser resumido em colocar o crescimento do país na agenda e na pauta da discussão, não só do Congresso, mas do Brasil como um todo. E a necessidade de se criarem condições favoráveis para que esse plano venha a ser executado. Sem dúvida nenhuma, clama-se pelas reformas que, algumas incluídas no plano, como no caso da tributária, a previdenciária, a trabalhista, serão fundamentais para que esse plano possa ser implementado a contento da demanda da necessidade que o país reclama, há tanto tempo. Mas não posso deixar de registrar a minha preocupação—

[Soa a campainha].

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a questão do pacto federativo, até porque, na desoneração, que é necessária, parte dessa carga, porque não dizer, toda, só será bancada pelos Estados e pelos Municípios já que não há desoneração do custo não compartilhado e, conseqüentemente, que fica só acrescido ao Governo. Também gostaria de fazer um alerta, uma reflexão, Senador Raupp, sobre a questão do salário-mínimo. Porque se essa regra viesse vigorando desde 2003, o salário-mínimo hoje seria de 304 reais. Será que o trabalhador, o Governo e nós achamos que não se faz necessário mantermos um nível do ganho real do salário-mínimo?

E, por fim, Sr. Presidente, até porque já nos foi informado que teremos uma outra oportunidade para debater, eu gostaria de ir ao meu Estado. Está previsto, Ministra, na Paraíba, a questão da BR-230, apenas 40 quilômetros de um total de 500 quilômetros que tem a BR, bem como o atendimento de ferrovia não está previsto na Paraíba; de porto, nem falar; geração de energia específica na Paraíba, nem alternativas, também não foram citados; o biocombustível, que foi tão prometido na campanha, também não está contemplado. Eu só não chamo o aeroporto de rodoviária porque o português não permite, mas o que está

sendo feito na Paraíba, em termos de aeroporto, na verdade, está muito mais para rodoviária. E aí, me permita dizer que, há muito tempo, como cidadão, como Ex-Governador, Vice-Governador, Ministro e Prefeito da capital do nosso estado eu procurava, na literatura, onde estava escrito que a Paraíba teria que continuar pobre. E, infelizmente—

[interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Cícero Lucena e passo a palavra à última oradora inscrita, Senadora Marisa Serrano.

[interrupção no áudio].

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de cumprimentar os Ministros e agradecer a presença nessa Casa e fazer duas perguntas pontuais. Queria que a Ministra Dilma pudesse explicar um pouquinho que, no total previsto nos investimentos de infra-estrutura para o Centro-Oeste, o estado de Mato Grosso do Sul, na área de transporte, tem apenas uma única obra prevista, que é a ponte da BR-158, ligando Mato Grosso do Sul a São Paulo e que já consta do Orçamento Geral da União para este ano. Levando-se em consideração o previsto para investimento no âmbito nacional, nos 28,4 bilhões, quanto poderia ser investido ou se está previsto investimento da parte nacional também em Mato Grosso do Sul? Porque esse é um questionamento que nos fizeram lá e que a gente não tem como responder—

[soa a campainha].

Porque não está constando do plano. Não nos esquecendo que Mato Grosso do Sul está à mercê de São Pedro que teve a maior safra colheita de soja da nossa história. é um dos maiores produtores de gado do país, está se industrializando e precisa de apoio não só na área rodoviária, na ferroviária, na hidrovária, com dois grandes rios que nós temos, o Paraguai e o Paraná, além de nós não termos sido contemplados como todas as capitais do Centro-Oeste foram com nenhuma melhoria nos nossos aeroportos. E queria perguntar ao querido amigo Ministro Paulo Bernardo, falaram aqui na questão do PAC da Educação. Isso foi mencionado aqui hoje. E se isso foi mencionado, nos 08 bilhões que estão previstos serem gastos nos próximos 04 anos. Eu queria colocar--

[interrupção no áudio].

Para a educação, se o PAC na área de infra-estrutura coloca 500 bilhões de reais, e para um PAC que é importante que, sem ela, não há crescimento e desenvolvimento no país, apenas 08 bilhões na Educação, como sendo um grande avanço nessa área. Nós esperávamos mais. Eu espero mais porque, para nós,

é fundamental que isso possa acontecer. Se isso há a possibilidade de nós acrescentarmos mais para investir mais na Educação porque 08 bilhões realmente são irrisórios para as necessidades do nosso setor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a compreensão da Senadora Marisa, nós teremos--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu só gostaria de concluir o meu despacho, senhor Senador. Nós teremos apenas 15 minutos para as respostas dos ilustres expositores. Com a palavra, pela ordem, o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu apenas... O "Pai Nosso" foi feito em minuto... Eu queria lembrar porque, para onde a gente vai, leva a sua formação profissional. Eu sou um médico cirurgião. Às vezes dá certo, Juscelino era. Mas, ou a gente termina a operação ou a gente morre. Então, no Piauí tem 10 obras inacabadas, do Governo Federal: Porto de Luís Correia; Estrada de Ferro Central Teresina-Parnaíba-Luís Correia; os platôs foram citados; Universidade do Delta; Hospital Universitário; Pronto-Socorro Municipal de Teresina, falta só um convênio; Ponte do Sesquicentenário, essa é ridícula. Foi para comemorar 150 anos; Teresina vai fazer 155 anos. Eu fiz uma ponte, no mesmo rio, em 87 dias. Heráclito Fortes fez em 90 dias. Transcerrado para alimentar--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Atenção às horas, Senhor Senador--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eclusa da Represa de Boa Esperança e Porto Luzilândia, essa era a solicitação do Piauí.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, nós temos apenas 15 minutos para as respostas dos ilustres expositores. Concedo, com prazer, a palavra à ilustre Ministra Dilma Rousseff.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Continuando as respostas da primeira, a Usina de Paracambi é uma usina termelétrica, não é, Senador? E ela faz parte das chamadas usinas prioritárias do PPP do Governo anterior. Ela agora se habilitou no leilão de maio. Ela tem licença de instalação e ela está negociando um contrato de fornecimento de gás com a Petrobrás. Então, a expectativa é que se a negociação for bem sucedida, que ela entre no leilão de maio, porque ela está inscrita. No que se refere à questão da reposição dos ativos, é importante, que eu não falei na minha exposição, destacar que aqueles investimentos considerados nacionais, basicamente no que se refere

a rodovia, serão investidos em torno de 12,9 bilhões em... Divididos mais ou menos no seguinte: Conservação de 52 mil quilômetros, 1,7 bilhão; manutenção e recuperação, 08 bilhões e abrange também estudos e projetos, nós estamos destinando 01 bilhão para estudos e projetos; controle de peso, 666 milhões; sistema de segurança em rodovias 1,1 bilhão; sinalização nos 52 mil quilômetros, 470 bilhões; então, no que se refere à reposição, que foi levantado, se não me engano, Senador Eliseu Resende, eu acredito que dentro, obviamente, do espaço fiscal existente, nós estamos fazendo os investimentos necessários. Somado ao fato que, para a dragagem de portos, especificamente, está sendo destinado 1,1 bilhão, além desses referidos. Totalizando, entre rodovias e portos 14 bilhões. No que se refere à questão do aspecto ambiental do PAC, eu queria destacar que a União Européia lança, com pompa e circunstância, um dos programas que externa e manifesta e realiza o seu compromisso com a questão do aquecimento global, um programa de biocombustíveis.

Ora, o PAC, ele dá sequência a essa questão, ele tem muito mais expressão nesse sentido, uma vez que a política de biocombustível do Governo, no que se refere tanto a etanol, no caso de infra-estrutura, que são os alcooldutos, quanto ao que se refere também à expansão dos investimentos, inclusive, alguns em parcerias com a Petrobrás na área de etanol são muito expressivas. Mas eu queria destacar, sobretudo, na área de biodiesel. Biodiesel e H-Bio. Talvez, o programa, um dos programas mais avançados do país estejam concentrados nessa área. Então, do ponto de vista de medidas efetivas, o PAC, no que se refere, sendo só um programa de investimento, de infra-estrutura logística, energética, social e urbana, ele tem um forte compromisso com o meio ambiente, na medida em que ele introduz na matriz energética de combustíveis do país, o biodiesel que, até antes de 2003, não existia no país. Que, no dia primeiro de janeiro de 2008, será responsável por 2% da mistura com o diesel. Então, eu acredito que esse aspecto seja muito forte. No que se refere ao alcoolduto, nós não tínhamos projetos de um alcoolduto pronto. Então, a Petrobrás está fazendo o Projeto Senador Canedo até, passando por Minas até São Paulo e o poliduto, especificamente, também não existia enquanto projeto. Existia enquanto sugestão. Não ter projeto é isto, tem de parar e fazer projeto.

Então, parar e fazer projeto do alcoolduto, está contemplado no PAC, principalmente no que se refere ao poliduto, que ligaria toda a região do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, passando pelo Paraná até o Porto de Paranaguá. No que se refere às eclusas porque não está contem-

plado na hidroelétrica de Estreito porque a lei impede que isso ocorra. Quando foi enviado para o Congresso a Medida Provisória que resultou no Projeto de Conversão 10.848, nós colocamos a possibilidade de incluir na tarifa de energia projetos estruturantes. E nós não conseguimos passar isso, nós, o Governo perdeu esse artigo. Então, hoje é proibido, por lei, colocar na tarifa de energia algo que não esteja relacionado diretamente com a energia e eclusa, infelizmente, é considerado como não estando diretamente relacionado. E isto, então, para ser alterado, no que se refere às usinas, tem de modificar a legislação. No que se refere ao Governo, nós temos recursos restritos, ou seja, nós temos um determinado espaço fiscal, então, o projeto que estava moralizado era eclusa de Tucuruí, por isso que ela foi incluída. Eu concordo com a Senadora que as demais, principalmente algumas que ela se referiu, no caso, tanto Lajeado quanto—

[interrupção no áudio].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Teria condição de ser--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, Ministra.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Para concluir, eu queria só destacar a questão da Infovia, o Governo enviará, estará divulgando um programa de infovias e de banda larga nas escolas, nesses próximos dias. E ele não fez essa divulgação anteriormente, durante o PAC, porque algumas das condições não estavam maduras porque nós estávamos num processo negocial que ainda não se concluiu e que, portanto, assim que for concluído será divulgado. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a participação da ilustre Ministra Dilma Rousseff, lembrando que o Projeto do alcoolduto também é parceria com o Governo de Goiás--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu queria só uma única resposta para a Lúcia Vânia, para a Senadora de Goiás, no que se refere à saída Leste. Nós achamos que a Saída Leste, em parte está contemplada, foi você, não é? Em parte está contemplada no PAC, no que se refere ao contorno de Belo Horizonte e a questão da Serra do Tigre. Mas isto faz parte de uma negociação com a Companhia Vale do Rio Doce de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato porque é responsabilidade, é área que tem problema de concessão. Então, isso também está em negociação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, Senador Garibaldi e Senador Delcídio. Lembrando que o nosso tempo está praticamente esgotado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu queria me permitir lembrar à Ministra a minha pergunta a respeito das obras da transposição de bacias. Eu...

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Ah, o eixo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O eixo. Eu perguntei à Ministra se haveria condições da implantação das duas etapas.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu reitero aqui para o senhor que nós faremos as duas etapas--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, propriamente pela ordem, tem algumas perguntas que não foram respondidas, mas é impossível a Ministra responder. Foram 20 perguntas, 21, ela respondeu em 05, 06 minutos. Ou nós damos mais tempo e prorrogamos mais a Sessão ou eu não vejo como vai ser respondido, tanto por ela, como pelos dois Ministros.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu gostaria de propor, Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, gostaria de propor, concordando com V.Exa., a realização de uma segunda Sessão, onde nós possamos continuar o debate a respeito do Programa de Aceleração do Crescimento. Eu informo que, aqui do lado, já estão todas as autoridades da Marinha, já aguardando, há meia hora, para o início da Sessão Especial que vai debater o PROANTAR. Eu concedo a palavra ao Senador Delcídio, que solicita pela ordem.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, somente com relação à separadora de gás, na divisa da Bolívia com o Brasil, porque são projetos muito importantes, não só para a Bolívia, mas também para o Brasil e para Mato Grosso do Sul, quanto à produção de fertilizantes e também a produção de... A implantação de um futuro pólo gás químico binacional. Agora, a resposta com relação ao poliduto, se o Ministro Paulo Bernardo confirmar o poliduto que passa por Mato Grosso do Sul, entra por Paraná, Ministra e vai até Paranaguá... Nós desejamos muito esse projeto e insistimos bastante, Ministra, com relação a essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ok, com a palavra o ilustre Ministro Guido Mantega.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: Obrigado, Senador. Inicialmente, queria comentar algumas posições de ceticismo que foram colocadas aqui, particularmente pelo Senador José Agripino, eu imagino que o ceticismo dele é compreensível, em função de outros planos apresentados em outras épocas, que não tiveram sucesso. Mas eu queria dizer que esse programa econômico, ele vai ter sucesso, não só porque a economia brasileira já está crescendo mais e, portanto, vai ser um estímulo maior para esta economia, já está na rota do crescimento, além do que nós estamos colocando pelo menos meio por cento a mais do PIB em recursos para investimentos já colocados, já estão no orçamento, liberados, não podem ser contingenciados e, portanto, alguns dos projetos já estão sendo executados. Então, é palpável. A desoneração tributária já foi feita também, já consta de medidas provisórias e leis que já estão feitas, já estão realizadas. Então o programa, em parte, já está em curso. Existem outras partes que têm que ser aprovadas aqui no Congresso, tenho certeza que os senhores o farão. Então, não tenho dúvida quanto à eficiência do plano. Então, não pode se dizer que é um enunciado de intenções, vai muito além das intenções. A Ministra Dilma mostrou a consistência dos programas, dos projetos, a forma como foram escolhidos, avaliados e estão sendo agora implementados e fiscalizados. Então, é um modelo de gestão novo que está sendo utilizado. Então, os programas serão implementados e já estão sendo implementados.

Quanto à questão da taxa de juros, que foi colocada por vários Senadores, eu queria dizer o seguinte: Primeiro, o Senador Crivella falou--

[soa a campainha].

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: Que quatro anos de juros, os juros que foram apresentados em quatro anos, eles são elevados. Eu concordo. Eu frisei que aqueles juros daquela tabela que eu mostrei, é uma previsão do mercado, que é conservadora. Nós poderemos ir para juros menores. Eu tenho dito que, ao cabo dos próximos anos, nós deveremos ter um juro real, no Brasil, de 5%. Igual a outros países emergentes. Isso é perfeitamente factível e, mais do que isso, quero dizer que já estamos neste caminho porque a maioria das taxas de juros da economia brasileira já foram reduzidas. Nós estamos acostumados a olhar só para a TR, perdão, só para a Selic, mas a Selic não é a única taxa. Vejam as taxas para financiamento habitacional, vejam para a Agricultura, financiamento para automóveis, crédito consignado, muitos instrumentos foram utilizados, mercado de capitais que barateia, então--

[interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, senhor Ministro.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: Eu acredito que nós poderemos continuar nessa trajetória, acho que os juros selic ainda estão elevados, têm que ser reduzidos. Nós estamos naquela direção e o Banco Central tem que cumprir sim a meta de 4,5, centro da meta é 4,5 e não é outro e isso será determinado ao Banco Central e ele vai perseguir esta meta, de modo que isto possibilite um crescimento econômico. Infelizmente--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu queria lembrar ao Ministro a pergunta da importância das Reformas para o PAC, frente ao PAC.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: As reformas são de fundamental importância, aliás, já fizemos dezenas de reformas neste período, praticamente todos os setores, setor financeiro, setor de agricultura, várias Leis foram modificadas. Temos um desafio, ou dois grandes desafios pela frente: Reforma tributária, e eu já antecipo aqui que não vai se tocar na questão do pacto federativo, o pacto federativo será respeitado--

[soa a campainha].

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: Nenhuma região vai perder. O Governo Federal garante. É um jogo de ganha-ganha em relação à reforma tributária. E a reforma previdenciária poderá ser feita também a partir da deliberação do fórum que está sendo já implantado, está trabalhando, e eu acredito que deverá desembocar numa proposta desta natureza. Então, nós queremos fazer reformas sim, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a compreensão do Ministro Guido Mantega, certamente teremos outros debates para aprofundarmos essas idéias, essas questões. Concedo, por último, a palavra ao ilustre Ministro Paulo Bernardo.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Obrigado, Sr. Presidente. Vários Senadores e Senadoras--

[soa a campainha].

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Discorram, com pontos de vista diversos, sobre a questão fiscal. Portanto, eu queria, novamente, falar o que preocupa o Governo e o que nos moveu na definição desses pontos. Só para citar, o Senador Crivella taxou de concessão neoliberal à medida que nós fizemos, com o objetivo de controle das despesas de pessoal. O Senador Eduardo Azeredo manifestou preocupação com a volta da indexação. O Senador Valter Pereira, o Senador Arthur Virgílio consideraram tímidas as medidas. Com certeza, mostra que esse debate vai ser um debate importante. O Senador Lucena acha que o rea-

juste que está previsto, de acordo com o crescimento do PIB, para o salário-mínimo, é pouco, é insuficiente. Então, eu queria dizer o seguinte, o que nós temos de preocupação com essa questão—

[interrupção no áudio].

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Permitir que as despesas correntes do Governo sigam crescendo mais do que o PIB. Quer dizer, colocar como parâmetro para crescimento das nossas despesas correntes o crescimento da economia. Parece-me que é um critério razoável, um critério justo. Quando o Senador Crivella fala que nós precisamos pagar bem, eu diria que nós precisamos pagar de maneira justa. O servidor tem que receber uma remuneração justa. Nós fizemos uma série de reestruturações de carreira, de medidas nessa área e achamos que é perfeitamente possível, viável, importante, necessário, fazer um teto para o crescimento das despesas. A questão do salário-mínimo, Senador Cícero Lucena, nós fizemos um acordo, onde as Centrais Sindicais concordaram em ter um parâmetro para o crescimento do salário-mínimo, que nós consideramos sustentável, mas, em compensação, eles vão ter uma lei que garante, no longo prazo, condições para reposição do poder de compra do salário-mínimo. Então, eu queria dizer--

[interrupção no áudio].

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: A nossa visão--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, ilustre Ministro, para concluir.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: A nossa visão é a seguinte: Se essas medidas não forem aprovadas, nós deveremos ter alguma dificuldade, vamos enfrentar, com certeza, um pouco mais de dureza na área fiscal, mas nós temos condição, assim mesmo, de fazer algumas adequações e executar o PAC, tocar o nosso programa. O que nós estamos discutindo com essas medidas é como deixar um legado de maior previsibilidade, de maior estabilidade, uma coisa com um viés mais de longo prazo, que vai servir para os próximos Governos, para dar para o país condição de prever o seu ambiente de negócio para os próximos 10, 12, 15 anos. Acho que é disso que se trata. Quer dizer, além de fazer o PAC que, com certeza, vai dar um grande impulso nesses 04 anos, também deixar condições de melhoria do ambiente regulatório, o ambiente de negócios, as condições fiscais do Brasil para os próximos Governos, para o próximo—

[interrupção no áudio].

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em meu nome--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu sei que o Ministro da Marinha está lá junto ao Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Olha, o senhor Presidente do Senado já está--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Então, muito bem, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Mas quero também informar que São Francisco está à espera de, pelo menos, uma palavra já que, pelo menos, 03 Senadores formularam perguntas e, quem sabe possa a Ministra Dilma sintetizar o espírito das respostas numa brevíssima palavra. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senhor Senador, os Ministros irão responder por escrito ou na segunda oportunidade que as Comissões proporcionarão a esta Casa. Eu quero agradecer, em meu nome próprio, em nome do ilustre Senador Aloizio Mercadante, em nome das Comissões de Infra-estrutura e de Assuntos Econômicos do Senado Federal, agradecer ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, por ceder esse espaço. Agradecer a todos os Senadores e Senadoras pela compreensão e, por último, agradecer aos ilustres Ministros, Dilma Rousseff, da Casa Civil; Guido Mantega, da Fazenda e Paulo Bernardo, do Planejamento, por terem aceitado os convites das duas Comissões para estarem aqui, durante mais de quatro horas, debatendo este assunto de alta relevância para o Brasil. Nós agradecemos e, com isto, estamos certos de que estamos cumprindo com as nossas missões à frente daquelas duas Comissões. Muito obrigado a todos. Está encerrada esta Sessão conjunta e convocamos outra para a próxima Sessão.

Sessão encerrada às 14h35.

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE DE MARÇO DE 2007, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte de março do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Fer-

nando Collor, Renato Casagrande, Expedito Júnior, João Vicente Claudino, Ideli Salvatti, Sibá Machado, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Edison Lobão, Eliseu Resende, Jayme Campos, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, João Tenório, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, Serys Slhessarenko, Gilvam Borges, Sérgio Guerra, tendo falta justificada em virtude de licença médica, e Tasso Jereissati. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Presidente comunica o recebimento do seguinte documento, para conhecimento, Mensagem nº 49/07 (nº 113/07, na origem), de 06 de março de 2007, do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de janeiro 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. O expediente será posteriormente encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à Primeira Parte da Reunião, destinada à designação dos Membros da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais para a 53ª Legislatura, e à apreciação de Requerimentos de criação de novas subcomissões e de outros requerimentos. O Presidente comunica que a Comissão recebeu os seguintes Requerimentos de criação de novas Subcomissões, Requerimento 08/2007-CAE, de autoria do Senador Romero Jucá, que requer, nos termos regimentais, seja constituída uma Subcomissão destinada a debater e examinar a situação da Previdência Social; Requerimento nº 09/2007-CAE, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que requer, nos termos regimentais, seja constituída uma Subcomissão destinada a avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como para tratar de matérias referentes à Reforma Tributária; Requerimento, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que requer, nos termos regimentais, seja constituída uma Subcomissão Temporária destinada a debater e examinar o Marco Regulatório no Brasil; Requerimento nº 10/2007-CAE, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que requer, nos termos regimentais, a criação de uma Subcomissão visando debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, avia-

ção civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.; e o Requerimento, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer, nos termos regimentais, a criação de uma Subcomissão destinada a rediscutir o Pacto Federativo e a acompanhar a discussão e os acordos firmados entre os Estados e a União que visem à regulamentação da Lei Kandir. Colocados em votação, a Comissão aprova a criação de três novas Subcomissões Temporárias, sendo elas a Subcomissão Temporária destinada a debater e examinar a situação da Previdência Social, criada através do Requerimento nº 08/07-CAE; a Subcomissão Temporária destinada a avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária, criada através do Requerimento nº 09/07-CAE; e a Subcomissão Temporária destinada a debater e examinar o Marco Regulatório, criada através do Requerimento nº 10/07-CAE. Fica, ainda, decidido pelos Membros da Comissão, que a designação dos Membros das Subcomissões Temporárias, bem como da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, será feita na próxima Reunião da Comissão e que os membros interessados deverão encaminhar os pedidos à Secretaria da Comissão até o dia 21/03/07. Por fim, fica estabelecido o prazo de seis meses para que as Subcomissões Temporárias criadas possam concluir os seus trabalhos. Usam da palavra os Senadores Antônio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Jefferson Péres, João Tenório, Inácio Arruda e Renato Casagrande. Passando à leitura dos demais Requerimentos, a Presidência comunica o recebimento dos seguintes Requerimentos, Requerimento nº 11/2007-CAE, de autoria do Senador Fernando Collor e outros, que requer, nos termos regimentais, a indicação ao Governo Federal para que tome a iniciativa de promover a realização da III Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, a “Rio + 20”, em 2012, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Colocado em discussão, usam da palavra os Senadores Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, Jefferson Péres, Pedro Simon, Jayme Campos e Fernando Collor. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 11/07-CAE; Requerimento nº 12/2007-CAE, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer, nos termos do art. 50, § 1º, da Constituição Federativa do Brasil, em conjugação com o art. 397, § 1º, e o art. 90, III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a nova Proposta de Reforma Tributária de iniciativa do Poder Executivo,

apresentada aos Governadores no último dia 6 de março do corrente ano. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 12/07-CAE; Requerimento nº 13/2007-CAE, de autoria do Senador Inácio Arruda, que requer, na forma do art. 397, I, do Regimento Interno do Senado Federal e do *caput* do art. 50 da Constituição Federal, que seja convidado o Ministro de Estado da Fazenda, Excelentíssimo Sr. Guido Mantega, a fim de que esclareça aos membros desta Comissão sobre as razões que levaram o Conselho Monetário Nacional (CMN) a decidir, em reunião extraordinária, sobre mudança no cálculo da Taxa Referencial (TR), que fixa a remuneração dos investimentos em caderneta de poupança e das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 13/07-CAE; Requerimento nº 14/2007-CAE, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que requer, nos termos do § 1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a recente visita do Presidente dos Estados Unidos da América, Senhor George W. Bush, ao Brasil, que tratou do tema “Etanol” com o Governo brasileiro, seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, para que compareça à Comissão de Assuntos Econômicos a fim de prestar informações acerca dos impactos sobre a padronização da qualidade do etanol, do álcool etílico anidro combustível, do álcool etílico hidratado combustível e do biodiesel produzidos no País. Colocado em discussão, usam da palavra os Senadores Wellington Salgado, João Tenório, Osmar Dias e Kátia Abreu. Durante a discussão, é sugerida é acatada a inclusão do Ex-Ministro da Agricultura e do novo Ministro que será nomeado em breve. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 14/07-CAE; Requerimento nº 15/2007-CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados a Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, Exma. Sra. Dilma Rousseff, o Ministro de Estado da Fazenda, Exmo. Sr. Guido Mantega, e o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Exmo. Sr. Paulo Bernardo, a fim de dar continuidade à discussão sobre as propostas concernentes ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, e a Política Econômica do Governo. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 15/07-CAE; Requerimento nº 16/2007-CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, para prestação de contas trimestral a esta Comissão. Colocado em discussão, usam da pa-

lavra os Senadores Jefferson Péres e Inácio Arruda. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 16/06-CAE; e o Requerimento nº 17/2007-CAE, de autoria do Senador Expedito Júnior, que requer seja incluída na pauta de votações desta Comissão o Ofício “S” nº 12, de 2003, que trata da renegociação da dívida do BERON. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 17/07-CAE. Em seguida, a Presidência passa à 2ª parte da Reunião com a apreciação das Matérias constantes da Pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2006, não terminativo, que “altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que “dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências” (Torna obrigatório a identificação de clientes, a informação de operações, a comunicação de transferências internacionais e aumenta os valores das multas)”, de autoria da Comissão Parlamentar Mista dos Correios – CN, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, não terminativo, que “dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares; com o Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2005, não terminativo, que “dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros; e com o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2006, não terminativo, que “acrescenta o inciso IX, ao artigo 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), para incluir o crime de fraude contra seguro no rol de crimes antecedentes”, de autoria do Senador Romero Jucá; tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece Parecer pela rejeição do PLS nº 48, de 2005; do PLS nº 193, de 2006; e do PLS nº 225, de 2006; e pela aprovação do PLS nº 209, de 2003, na forma do Substitutivo que apresenta. As Matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Usam da palavra o Senador Pedro Simon, Relator, Ideli Salvatti e Antonio Carlos Valadares. A apreciação da Matéria é adiada; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2004, não terminativo, que “altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer novos equipamentos ou componentes de uso obrigatório nos veículos”, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, tendo como Re-

lador o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Romeu Tuma, o Presidente comunica o recebimento de Voto em Separado de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Usam da palavra os Senadores Renato Casagrande, Romero Jucá e Cícero Lucena. Após a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Parecer do Relator e aprova o Voto em Separado, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo), que passa a constituir o Parecer da Comissão. Votam vencido os Senadores Romeu Tuma, Eduardo Suplicy e Edison Lobão; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Usa da palavra o Senador Romero Jucá. A Comissão delibera no sentido de retirar a Matéria de Pauta para aguardar a tramitação de uma PEC que está em apreciação na CCJ, de autoria do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros; Item 04-Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2005, não terminativo, que “altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (reduz o percentual de participação da Compensação Financeira sobre a Exploração de Recursos Minerais (CFEM) incidente sobre os bens minerais de aplicação imediata na indústria da construção civil)”, de autoria do Deputado Ricardo Izar, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2004, terminativo, que “altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, para incluir a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias de números administradas pela Caixa Econômica Federal”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Fernando Collor, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. Em 06/03/07, após a leitura do Relatório, a Presidência adia a discussão e votação da Matéria. Em 07/03/2007, foi apresentada a Emenda nº 01, de autoria do Senador Cícero Lucena. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Ofício “S” nº 17, de 2006, não terminativo, que “encaminha

ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004 (parceria público-privada), documentação pertinente aos estudos, informações e demonstrativos relativos ao cumprimento, por parte do Estado de São Paulo, dos limites e parâmetros estabelecidos na citada Lei, bem como na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), referente ao processo de contratação de parceria público-privada”, de autoria da Secretaria de Estado de Transportes Metropolitanos de São Paulo, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Parecer pelo conhecimento da Comissão e posterior arquivamento. Em 13/02/07, a Matéria foi retirada de Pauta até que sejam concluídos os trabalhos da Comissão Externa, criada para colher *in loco* informações sobre o acidente ocorrido na Linha 4 do Metrô de São Paulo, inclusive as medidas adotadas no âmbito do Estado, composta pelos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Marconi Perillo, Wellington Salgado e Cícero Lucena e pelos Senadores Flexa Ribeiro e Garibaldi Alves Filho, Relatores, respectivamente, do Ofício “S” nº 17, de 2006, e do Ofício “S” nº 02, de 2007. Antes da apreciação do Ofício “S” nº 17, de 2006, o Presidente passa a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, Relator da Comissão Externa, para que proceda à leitura do Relatório da Comissão Externa. Usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Romeu Tuma e Cícero Lucena. Após a conclusão e aprovação do Relatório da Comissão Externa, a Presidência encaminhará, nos termos do art. 76, § 2º, do R. I.S.F., o Relatório ao Plenário do Senado Federal. Após a leitura do Relatório pelo Relator do Ofício “S” nº 17, de 2006, Senador Flexa Ribeiro, e colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pelo conhecimento da Comissão e posterior arquivamento; Item 07-Ofício “S” nº 02, de 2007, não terminativo, “em atendimento ao § do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informa que o Governo do Estado de Pernambuco procedeu licitação para a exploração, mediante concessão patrocinada, da Ponte de Acesso e Sistema Viário do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva e encaminha informações e documentos atinentes ao referido procedimento”, de autoria da Secretaria de Planejamento de Pernambuco”, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer pelo arquivamento da Matéria. Em 13/02/07, a Matéria foi retirada de Pauta até que sejam concluídos os trabalhos da Comissão Externa, criada para colher *in loco* informações sobre o acidente ocorrido na Linha 4 do Metrô de São Paulo, inclusive as medidas adotadas no âmbito do Estado, composta pelos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Marconi Perillo, Wellington Salgado e Cícero Lucena e

pelos Senadores Flexa Ribeiro e Garibaldi Alves Filho, Relatores, respectivamente, do Ofício “S” nº 17, de 2006, e do Ofício “S” nº 02, de 2007. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2003, terminativo, que “altera o artigo 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e o artigo 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, autorizando o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão do crédito rural”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao Projeto com o acolhimento da Emenda nº 01, de autoria da Senadora Kátia Abreu. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Em 06/03/2007, após a leitura do Relatório pelo Senador Osmar Dias, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2004, terminativo, que “dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre os veículos automotores que especifica, e dá outras providências”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta, e com acolhimento da Emenda nº 04, de autoria da Senadora Kátia Abreu. Em 06/03/2007, após a leitura do Relatório pelo Senador Arthur Virgílio, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2006, Complementar, não terminativo, que “acrescenta inciso ao artigo 19 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1965, que regulamenta o sistema financeiro nacional, para permitir a instituição, pelo Banco do Brasil, de linha de crédito e sua atuação no mercado imobiliário”, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer pelo arquivamento da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu regis-

tro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, ordinária, a realizar-se em 20 de março de 2007, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 14, Ala Alexandre Costa. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura da Ata da Reunião anterior. Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos do seu conhecimento: Mensagem nº. 49/2007, nº. 103/2007 na origem, de 06 de março de 2007, do Banco Central do Brasil, encaminhando nos termos do inciso II do art. 07 da Lei 9.109/95, os demonstrativos das emissões do Real, correspondente ao mês de janeiro de 2007, as razões dela determinantes e as posições das reservas internacionais a ela vinculadas. O expediente será posteriormente encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

A primeira parte da nossa Reunião é a constituição de subcomissões para que a gente possa aprofundar alguns temas que foram sugeridos pelos Senadores. Nós temos seis temas relacionados à questão das subcomissões. A primeira é a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, para a 53ª legislatura. Esta Comissão Permanente, ela já tinha uma composição anteriormente definida e são nove efetivos e nove suplentes. Portanto, até amanhã, os Senadores que tiverem interesse de participar deverão solicitar à Presidência da Mesa desta Comissão para que a gente possa, então, definir a composição. Já fazem parte o Senador Sibá Machado, Delcídio Amaral e Serys Slhessarenko, pelo Bloco. Mão Santa, Garibaldi Alves e Valdir Raupp, tem uma vaga do PMDB em aberto. No PSDB, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo. E temos vaga ainda nessa Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

Então, os Senadores que tiverem interesse, entrem em contato--

ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu tenho interesse, Sr. Presidente, mas não sei se eu posso, porque o bloco já está participando--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Você pode tudo nessa Comissão, Senador.

ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Se alguém tem prestígio aqui na Casa--

ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exa. Já está indicado.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu não sei também a questão do nosso bloco, mas eu teria também interesse de participar da nº. 01, da Comissão de Assuntos Municipais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Assuntos Municipais. Muito bem, Senador Expedito também já está indicado.

Eu peço, então, que os demais interessados entrem em contato para a gente compor a Comissão até amanhã. Amanhã, eu dou publicação. Pediria que a Comissão delegasse, então, essa é prerrogativa do Presidente, está, portanto, reativada a Comissão e até amanhã a gente define a composição de todos os Senadores interessados nessa Subcomissão de Assuntos Municipais.

A segunda Subcomissão, que foi o primeiro Requerimento apresentado, foi pelo Senador Romero Jucá, que propõe uma Subcomissão destinada a debater e examinar a questão da Reforma da Previdência Social. Os Senadores também interessados se manifestem até amanhã e nós vamos compor essa segunda Subcomissão.

A terceira Subcomissão foi iniciativa do Senador Tasso Jereissati, diz respeito à Reforma do Sistema Tributário Nacional. Quero lembrar também que a CAE foi nomeada pela Presidência da Casa com a Comissão Permanente para acompanhar a questão da Reforma Tributária, feita em Plenário, pelo Presidente Renan Calheiros. Então, essa é uma Subcomissão bastante... Pois não, Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Essas duas Subcomissões são permanentes ou temporárias?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, nós vamos criar todas temporárias, por um prazo de seis meses, para que, se as subcomissões estiverem funcionando, a gente pode prorrogar posteriormente; se não estiverem, a gente pode criar outras porque já há demanda além das vagas que nós já temos de subcomissão--

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Será muito bom fixar um prazo, Sr. Presidente, é o que eu ia sugerir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Seis meses de trabalho, eu acho que com seis meses dá para deslanchar o trabalho e

a gente tem espaço para tratar de outros temas, se houver interesse.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sobre a Subcomissão de Assuntos Municipais, eu gostaria de participar, Jayme Campos, Mato Grosso. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está ótimo. Eu peço que a Secretaria anote todos os nomes de interessados. Seguramente fará parte da composição. A Subcomissão de Reforma Tributária, os Senadores também que quiserem participar, por favor, encaminhem o nome à Secretaria para a gente compor, até amanhã esta Subcomissão. Reforma Tributária. Viu, Eduardo Azeredo, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu gostaria também de participar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar Dias.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Também, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro. Da Previdência, Senador Jefferson Peres. João Tenório, Reforma Tributária. Assuntos Municipais, Senador Flexa Ribeiro. Senador Cícero Lucena também já tinha solicitado Assuntos Municipais.

Bom, a terceira Subcomissão e última será a Subcomissão pela ordem de demanda e apresentação dos Requerimentos, a que trata do Marco Regulatório, que vai acompanhar a discussão do Marco Regulatório, Lei do Gás, enfim, há um conjunto de setores, Telecomunicações, Aviação Civil, Rodovia, Saneamento, Ferrovia, Portos, Gás, que é proposta pelo Senador Delcídio Amaral. Os Senadores interessados também, por favor, apresentem, depois, a sua demanda junto à Mesa.

Então, nós criaríamos três Subcomissões temporárias, por seis meses. Seriam Reforma da Previdência, Reforma Tributária E Marco Regulatório. E uma Subcomissão Permanente, que é a Subcomissão de Assuntos Municipais. Eu, se a Comissão me permitir, eu designarei a composição de cada Subcomissão, são sete membros para a Reforma Tributária, Marco Regulatório e Reforma da Previdência e nove membros para Assuntos Municipais.

Então, até amanhã, a gente fará todas as designações e indicação do Presidente, que eu proponho que seja o autor do Requerimento, no caso, Romero

Jucá, Tasso Jereissati e Delcídio Amaral. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, eu fiz, encaminhei à Comissão, um Requerimento também propondo a criação de uma Subcomissão para discutir a Revisão do Pacto Federativo e a Regulamentação da Lei Kandir. Seria a 5ª Comissão que o Regimento não permite. Então, eu pediria a V.Exa. da possibilidade de que, ao ser concluído o trabalho de uma das Comissões provisórias, que fosse instalada essa de Revisão do Pacto Federativo e da Regulamentação da Lei Kandir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Acho muito justo que assim seja. E a minha solicitação é, até que isso ocorra, o Senador proponha à CAE como pretende encaminhar essa discussão. Porque eu acho que esse é um tema fundamental da CAE, é a questão do Pacto Federativo, Lei Kandir, toda essa questão de CIDE, CPMF, essa agenda dos Governadores já está na Pauta. Nós poderíamos organizar alguma audiência pública e abrir essa discussão no âmbito da Comissão. E, após esse período de seis meses, nós poderíamos transformar a questão do Pacto Federativo numa Subcomissão. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Eu gostaria apenas de me manifestar no sentido de participar de duas Subcomissões, se for possível, temporárias. Uma da Previdência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Previdência.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Que é uma discussão estratégica para o futuro do Brasil e de interesse muito próximo dos trabalhadores brasileiros. E a segunda, que é essa questão do Marco Regulatório, também muito importante, do ponto de vista estratégico, para o desenvolvimento nacional. E me colocar à disposição aqui de V.Exa., mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço aí a disposição. E, seguramente, as duas indicações já estão asseguradas. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, meu interesse, na verdade, é participar da Subcomissão de Assuntos Municipais e da Reforma Tributária. Gostaria já de fazer o registro. Eu não sei se há como o pleito feito, e eu, e a proposta feita pelo Senador Flexa Ribeiro, não sei se nós poderíamos, porque também muitas Comissões acabam impedindo que a gente possa funcionar de forma adequada. Não sei se há como a gente transformar essa Comissão de Assuntos Municipais numa Comissão de Assuntos Municipais e Pacto Federativo. Talvez o Senador Flexa

Ribeiro pudesse avaliar, ver se a gente pudesse agregar assuntos numa Subcomissão para que nós pudéssemos até ter condições de participar desses debates, porque muitas Subcomissões acabam impedindo que a gente participe desses debates.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Essa Comissão de Assuntos Municipais é uma Comissão Permanente. E vocês verão, ao longo da Legislatura, que essa agenda de assuntos municipais, ela é muito presente no Congresso Nacional. Nós tivemos que fazer revisão do ISS, tem uma discussão sobre Precatórios, enfim, tem discussão de saneamento básico, sempre tem temas, financiamento, reforma tributária, então, já há uma agenda imensa de assuntos Municipais. Prefeitos, tem a marcha anual dos Prefeitos. Eles trazem uma Pauta, nós temos que responder a essa Pauta. Então, tudo o que disser respeito aos municípios ficará para essa Subcomissão.

A minha proposta é que a questão do pacto federativo, que é um tema fundamental do Senado e da CAE, a gente passe a tratar imediatamente no âmbito da Comissão. E, em seis meses, se essas Subcomissões, qualquer delas, que tenha encerrado o seu trabalho, nós instalamos uma Comissão específica. E vamos, durante esse período, tratar, no âmbito do Plenário da Comissão. Eu sei que V.Exa. tem grande interesse nessa matéria, Senador Flexa Ribeiro também e aí vamos ver quais são as sugestões de encaminhamento e nós, imediatamente, daremos curso.

Bom, então há acordo. As três Subcomissões Temporárias estão criadas. A de assuntos Municipais será instalada. Senador. E vamos, portanto, colocar em votação. Eu peço que todos os Senadores que estão de acordo com esse encaminhamento, criação de três Subcomissões Temporárias, por um prazo de seis meses, Reforma da Previdência, Reforma Tributária e Sistema Tributário Nacional e Marco Regulatório do Brasil, permaneçam como se encontram. Aprovado. E até amanhã, então, eu farei a designação de todos os Senadores, quem tiver interesse, por favor, já manifeste à Mesa. E a minha sugestão, para presidir as subcomissões, são os autores das proposições: Senador Romero Jucá, Senador Tasso Jereissati, Senador Delcídio. Caberá, no entanto, a eleição no âmbito da subcomissão. Mas eu acho que nós deveríamos preservar esse critério.

Nós temos alguns Requerimentos. O primeiro Requerimento, Senador Fernando Collor, não está presente. Fica prejudicado. Se ele chegar até o final da Sessão, nós votaremos esse assunto. Segundo Requerimento, dois Requerimentos semelhantes, do Senador Renato Casagrande, convocando, convidando o Ministro de Estado da Fazenda para discutir proposta

de Reforma Tributária apresentada aos Governadores no último dia 06 de março do corrente ano. E também do Senador Inácio Arruda para tratar da alteração na taxa referencial, na TR, que fixa remuneração da caderneta de poupança e do FGTS. Portanto, os dois tratam de temas distintos, mas, na mesma matéria. Eu também pedi à Secretaria que apresentasse um Requerimento a vocês, tratando do convite dos três Ministros que estiveram naquela audiência, que foi inconclusa. Nós não tivemos direito à réplica e acabou prejudicando o interesse dos Senadores no debate. E alguns não puderam sequer falar.

Então, a minha idéia, inclusive, é que a gente faça a próxima audiência, exclusivamente na Comissão. Nós fizemos audiência conjunta, faça exclusivamente na Comissão. E assim convidaríamos, Dilma Rousseff, a Ministra da Casa Civil, o Ministro da Fazenda e do Planejamento, Paulo Bernardo. Separadamente os Ministros, para a gente aprofundar os temas específicos, em datas evidentemente alternadas. Há acordo nesse encaminhamento? Então, eu apresento o requerimento que nós fizemos, convidando os três, que eu já tinha me comprometido publicamente, e também os temas específicos, Senador Inácio Arruda e Renato Casagrande. Nós poderíamos votar em bloco. Os Senadores que são favoráveis a esse encaminhamento permaneçam como se encontram. Aprovado o convite aos três ministros de Estado, Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, Ministro da Fazenda, Guido Mantega e Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, só para reforçar a proposta e a sugestão do Senador Inácio Arruda, de nós trazermos à Comissão os Ministros, separadamente, para que a gente tenha condições de aprofundar com cada ministro o debate desses temas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Exatamente. Nós faremos, agora, audiência exclusiva, em datas alternadas, cada vez com um dos Ministros, para aprofundar os temas relativos a cada pasta.

Eu quero também apresentar aqui, como chegou o ofício da programação monetária, nós tínhamos acordado, no início dessa Legislatura, que nós faríamos convites trimestrais à Diretoria do Banco Central, ou seja, a cada duas reuniões do COPOM, uma Reunião de prestação de contas na CAE. Quero lembrar que o FED americano as reuniões são semestrais, dois dias de sabatina, nós estamos fazendo trimestrais, um dia de sabatina. Então, estou apresentando também o Requerimento do convite ao Ministro Chefe de Estado, Ministro de Estado, Presidente do Banco Central, Hen-

rique Meirelles e à sua Diretoria para comparecer em data a ser firmada, quando completarmos três meses da última audiência. Senador Inácio Arruda.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Seria o Presidente do Banco Central, se quiser, acompanhado dos demais Diretores ou necessariamente a Diretoria do Banco Central?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que seria conveniente que fosse a Diretoria, porque todos os Diretores têm voto no COPOM. E era uma forma de eles ouvirem os argumentos, estarem numa presença ativa, poderem acompanhar as discussões.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu sei que a responsabilidade é do Presidente, mas os Diretores estão ali e têm votos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Convidados. A gente poderia convidá-los a todos, como fizemos na última sessão. Eu acho que é diferente o sentimento deles poderem participar, ouvir os argumentos, o debate. Nós aprovaríamos para ser marcada a cada três meses. Senador Líder do Governo. Há acordo, então? Então, vou encaminhar em votação o convite aos Ministros de Estado. Presidente do Banco Central e à sua Diretoria. Os Senadores que estão de acordo, por favor, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos agora--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, pela ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, pela ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu apresentei um requerimento extra Pauta, Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. também, se fosse o caso, já colocasse em análise aqui na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador, um minutinho, nós temos ainda um Requerimento na Pauta, da Senadora Kátia Abreu. Ela está fazendo o convite ao Ministro de Estado de Minas e Energia para discutir o impacto sobre a padronização da qualidade do etanol, do álcool etílico anidro combustível, do álcool etílico hidratado combustível e do biodiesel produzido no país. Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigada, Presidente. Nós estamos acompanhando a importância e a dimensão desse assunto hoje para o país. O Brasil tem todas as condições, como maior produtor de açúcar e álcool, especialmente açúcar, do mundo, e que detém a melhor e mais alta tecnologia neste setor. Recebemos, há poucos dias, a visita do Presidente dos Estados Unidos, Presidente Bush e, durante duas semanas seguidas, nós vimos o interesse, inclusive da imprensa, em todos os jornais, em nível nacional, debatendo e discutindo a importância da produção de álcool para o Brasil e para o mundo.

Então, eu acho da maior importância o encaaminhamento deste tema e a apreciação por parte de todo mundo, com relação à transformação do álcool em *commodity*. Então, eu acho bastante oportuno e gostaria de pedir o apoio de todos os colegas, para que a gente pudesse ampliar esse debate, já chegando à frente, antecipando os fatos porque sabemos o quanto faremos sucesso nessa área. Então, que o Ministério da Minas e Energia já possa se adiantar no expediente para que nós possamos trabalhar nesse sentido e vir falar a respeito deste assunto no Senado Federal. Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Wellington Salgado, para discutir a matéria.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sr. Presidente, senhores Senadores. Eu acho o assunto e o convite muito bem colocados pela Senadora Kátia Abreu porque eu, inclusive, estou muito preocupado com relação a essa quantidade de usinas que estão vindo, especialmente para o Triângulo Mineiro, Sr. Presidente. Não existe uma legislação onde nós tenhamos que fazer proteção a determinadas áreas, haja vista que a cana-de-açúcar, ela suga muita água. Então, nós temos que ver como isso vai ser conduzido, qual a melhor maneira, uma legislação estadual ou, daqui, nós vamos fazer para que haja um ordenamento dessa questão. Inclusive, esse assunto foi muito debatido na Comissão que foi criada, a Subcomissão de Aumento da Temperatura Mundial, da elevação de temperatura, no qual até o Presidente Collor é o Presidente, e esse assunto surgiu para a discussão. Então, é muito, é muito bem colocado pela Senadora e o meu voto é favorável, Sr. Presidente.

SENADOR JOÃO TENÓRIO(PSDB-AL): Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador João Tenório.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está inaudível.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): E então eu acho que a minha proposição, conversei com a Senadora Kátia Abreu aqui, ela concorda, é que nós estendêssemos essa audiência envolvendo as duas Comissões. Se V.Exa. não tem nada contra, então, que houvesse uma Sessão conjunta da CAE e da Subcomissão de Combustíveis, de Biocombustíveis, porque haveria mais amplitude dessa discussão e levando-se em consideração, sobretudo, que nós estamos com muitas Subcomissões e muitas Comissões e há uma agenda super complicada, que necessitaria ser facilitada. Então, se V.Exa. não tiver nada contra essa sugestão, ela fica para ser apreciada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PDT-PR): Presidente, eu queria fazer um adendo ao Requerimento da Senadora Kátia Abreu, propondo que também compareça a essa audiência pública, para tratar deste assunto, o ex-Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Porque ele tem coordenado, na iniciativa privada, empresas que estão investindo no setor. E, com certeza, ele terá informações importantes a prestar à Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria, Senador Osmar Dias, talvez na mesma direção, sugerir que a gente convidasse o Ministro da Agricultura, porque temas como zoneamento agrícola seguramente teremos, até lá nós teremos, o futuro Ministro da Agricultura, mas a gente poderá aguardar a indicação para fazer a aprovação. E faria uma audiência com o Ministro da Agricultura, Minas e Energia e o Ex-Ministro Roberto Rodrigues, que tem, de fato, hoje coordena uma área importante de pesquisa na FGV, relacionada a esse tema, além de ter uma longa vivência, não só como produtor, mas como pesquisador do assunto. Há acordo nesse encaaminhamento? Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Se eu entendi bem, Sr. Presidente, o senhor quer postergar a aprovação, assim, à nomeação do Ministro. Gostaria que aprovasse hoje, se for possível, a audiência pública, com a vinda do Ministro da Agricultura, que estará no cargo na oportunidade. Mas que a gente pudesse aprovar esse requerimento hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos aprovar hoje o requerimento com os dois adendos, Roberto Rodrigues, Ministro da Agricultura e Ministro de Minas e energia. Para discutir o biocombustível e nós entraremos em contato com a subcomissão para marcar a data e encaminhar de forma conjunta. Os Senadores que são favoráveis à

iniciativa permaneçam como se encontram. Aprovada também esta convocação. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem. Sr. Presidente, primeiro, já queria deixar consignado o meu desejo de integrar a Subcomissão de Reforma Tributária, da questão dos Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Já está, já está anotado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Está bom. E a outra questão, Sr. Presidente, é o seguinte: Na semana retrasada, quando V.Exa. estava em atividade no exterior, foi aprovado na Comissão um Requerimento da minha autoria para que nós pudéssemos ter uma audiência pública com o setor da construção civil, para que pudesse trazer dados e impacto na economia, no desenvolvimento do país, deste setor específico. Então, apenas gostaria de solicitar que nós pudéssemos ter um vislumbre da data possível da audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós entraremos em contato com V.Exa. para, de comum acordo, encaminhar esta decisão da Comissão. Eu só queria ponderar uma questão, eu acho as audiências públicas muito importantes no trabalho da Comissão, especialmente quando são temas relevantes. Agora, se nós fizermos muitas reuniões no horário da Comissão, a nossa Pauta Ordinária de votações vai ficar muito comprometida. Então, eu vou entrar em contato com o Presidente da Casa para verificar um outro dia que a gente possa fazer essas audiências públicas. A não ser quando é um tema de grande interesse, como foi o PAC, aí nós podemos fazer na terça-feira. Caso contrário, eu acho que seria melhor promover, hein?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pode ser segunda-feira à tarde, se todo mundo, de fato, tiver envolvido e comprometido e comparecer.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Ou quinta-feira, pela manhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ou quinta-feira, pela manhã, que eu acho mais fácil. Acho mais fácil. Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Presidente, põe em votação, eu particularmente defendo quinta-feira, quinta-feira acho que é uma data boa, na parte da manhã, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Há acordo, então, que nós faremos audiências públicas preferencialmente às quintas-feiras, pela manhã. Algum Senador é contra? Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu queria ponderar só porque às quintas-feiras nós temos outras Comissões que participamos. Então, nós vamos ter o mesmo problema: Para participar da audiência pública, nós vamos deixar de participar das Comissões. Então, para que, eu também concordo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Fora da segunda-feira e da sexta os outros dias estão problemáticos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, podemos fazer às segundas ou às sextas-feiras, para que a gente possa não.... Prejudicar a Pauta normal das Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos fazer o seguinte: Fica como data de referência, se for, se for uma audiência muito importante, que haja um interesse de todos os Senadores, nós faremos no próprio horário da Comissão, mas isso dá para fazer uma vez por mês no máximo, senão a gente prejudica demais as votações. Em segundo lugar, vamos ficar a data de quinta-feira de manhã, quando não houver compatibilidade com o trabalho de outras Comissões. E, excepcionalmente, faremos segunda-feira à tarde, porque o meu problema de segunda-feira à tarde é realmente, muitos Senadores têm compromisso nos Estados e nem sempre se consegue o *quorum* adequado. Então, nós vamos, avisaremos à Comissão com antecedência, antes de marcar para que haja conhecimento de todos os Senadores, está bom, então?

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Quando há grande interesse da Comissão, nós podemos, uma vez por mês, fazer no próprio horário da Comissão, podemos usar as quintas-feiras, pela manhã, e, excepcionalmente, às segundas-feiras à tarde. Há acordo nesse encaminhamento?

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Gostaria só de fazer uma consideração. Eu sei da importância da aprovação dos Projetos dessa Comissão, é uma das Comissões mais importantes dessa Casa. Mas, o rito de votação do Congresso Nacional, Sr. Presidente, tem nos desanimado muito. O Senado tem feito a sua parte, mas, infelizmente, pelo excesso de medidas provisórias que essa Casa tem recebido, infelizmente, os nossos Projetos, os nossos trabalhos têm tido pouco sucesso de encaminhamento e de finalização.

Então, eu acho que a audiência pública, acho que é um dos momentos mais importantes e um dos momentos aonde nós mais podemos atuar e trazer um resultado concreto. Eu não vejo que a audiência pública, como muitas que são requeridas aqui, da maior importância, em diversos temas, não vejo uma mais e outra menos importante, eu vejo importância em todas elas. E acho que, muito pelo contrário, nós teremos muito mais resultado numa quarta-feira, numa terça-feira, num horário da Comissão, do que talvez essa ansiedade que nós todos temos de aprovar projetos, que vão parar bem ali. Porque nós sabemos disso.

Então, está impossível. O máximo que nós estamos conseguindo aprovar nessa Casa é quando nós conseguimos pegar uma caronazinha numa Medida Provisória e querer aprovar algum Projeto de Lei, através de uma Emenda em Plenário. Então, isso é desanimador. E a audiência pública, de certa forma, a gente traz debates importantes à Casa, que podem ser passíveis de solução por parte do governo como, um exemplo de vários que têm aqui, mas essa questão do etanol, essa questão da *commodity*, são ações que, às vezes, não dependem de legislação, mas que o Senado, com a importância que tem, pode empurrar o assunto para frente.

Então, eu gostaria, o senhor me permite, discordar da audiência pública numa segunda e sexta, porque praticamente a audiência será complicada. E poderá até mesmo comprometer e desprestigiar os nossos palestrantes e participantes com a ausência dos Senadores. Então, eu gostaria de reconsiderar essa questão da audiência pública numa segunda e sexta-feira. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós, eu vou repetir o encaminhamento pelo seguinte: Só hoje, nós temos, na realidade, aprovamos sete audiências. Só hoje. Se nós fizermos todas na terça-feira, a audiência, nós vamos ficar dois meses sem nenhuma produção Legislativa. É absolutamente inviável. Então, nós temos que alternar dias. Quer dizer, terça-feira, Reunião Ordinária; excepcionalmente, nós faremos audiências públicas na terça-feira, podemos fazer. Mas, preferencialmente, na quinta pela manhã; excepcionalmente, segunda à tarde, mas, informarei antecipadamente os Senadores. Se houver acordo de todos os Senadores, nós marcaremos então a data. E a semana que vem eu trago um calendário e um programa para essas audiências que foram aprovadas.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM):

V.Exa. tem toda a razão, deve prevalecer a Sessão Ordinária para discutir e votar os Projetos em tramitação. Mas a Senadora me parece tem inteira razão quando diz que seriam inúteis as reuniões de audiência pública segunda e sexta porque apenas levaria os visitantes, os convidados ao constrangimento de reuniões vazias, com absoluta certeza. Então, o encaminhamento de V.Exa. é o correto. Fazer as audiências às terças-feiras, mas não todas as terças-feiras, ou duas, três vezes por mês. Do contrário, os projetos se acumularão aqui na nossa Pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A experiência de V.Exa. nessa Casa só contribui para o encaminhamento. Então, vamos aguardar. A gente apresenta um cronograma para as audiências na próxima Reunião da Comissão, estabelece um calendário e teremos a chance de discutir concretamente a proposta da Mesa. Faremos, eu e o nosso Vice-Presidente, Senador Eliseu Resende. Vamos entrar, ainda tem um Requerimento a ser votado, do Senador Fernando Collor. O Requerimento propõe a realização da 3ª Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio+20. A sugestão dele é que seja feita no ano de 2012, com sede no próprio Rio de Janeiro, como aconteceu em 1992. Senador Fernando Collor, com a palavra.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, senhores Senadores, esse é um Requerimento indicativo ao Governo Federal para que tome a iniciativa de promover a realização da 3ª Conferência Mundial do Meio Ambiente. A 1ª Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Sr. Presidente, senhoras e senhores Senadores, foi realizada em Estocolmo, em 1972. 20 anos depois, realizou-se no Rio de Janeiro, a 2ª Conferência Mundial. E agora, sugiro que o Governo Federal tome a iniciativa de propor a realização desta Terceira Conferência, em 2012. E por que 2012? Não é somente porque coincidentemente fará 20 anos depois da realização da 2ª Conferência, mas, sobretudo, porque, em 2012 vence, ou seja, a vigência do Protocolo de Kyoto, estará encerrada e nós ficaremos sem nenhum instrumento legal que oriente o planeta, ou as nações do mundo para que tomem as devidas precauções, mais efetivas do que as até agora tomadas, no sentido de evitar essa catástrofe que se anuncia ou que se prenuncia. De modo que, por isso a data de 2012.

Acho muito importante, outro dia, numa outra Comissão, foi colocado que essa questão da emissão de carbono ou de CO2 na atmosfera, que é o motivo crucial da grande preocupação que hoje assola todos os recantos do planeta, merece uma atenção específica.

Outro dia, aqui na audiência pública, que nos brindou o professor José Goldenberg, ex-Reitor da USP, ex-Secretário do Meio Ambiente do governo de São Paulo e da Presidência da República e, com todos os títulos e qualificações, ele nos deu um dado alarmante. Ele informava que o Brasil, sem a Amazônia, emite, por ano, 80 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera. Somente a Amazônia, em função das queimadas, uma atividade predatória, a despeito dos enormes esforços que vêm sendo realizados pelo atual governo e que já reduziu bastante esse índice de queimadas, mas ainda assim, somente a Amazônia, ela joga na atmosfera 200 milhões de toneladas de CO₂ anualmente. E isso faz com que o Brasil fique em 5º lugar dentre os grandes emissores de CO₂, causadores do aquecimento, do efeito estufa e, conseqüentemente, do aquecimento global. O Brasil é o 5º emissor, portanto. O 1º é China, 2º Estados Unidos, 3º Índia, 4º Rússia, 5º lugar o Brasil. Se não fossem as queimadas realizadas na Amazônia, o Brasil estaria em 18º lugar como dos maiores emissores do planeta.

De modo que eu acredito que o Governo Federal, ciente de que o Brasil sempre esteve na vanguarda da discussão de questões cruciais para a vida do planeta, como é esta agora, da emissão de CO₂, haverá de ficar sensibilizado e orientar ao Itamaraty que se engaje nesse projeto que não precisa ter a dimensão que teve a 2ª Conferência Mundial de Meio Ambiente, em termos de número de participantes, poderia ser uma Conferência menor em que estivessem presentes aqueles, talvez, 50 maiores, hoje, emissores de monóxido de carbono na atmosfera, para que nós pudéssemos, assim, discutir esse problema e, resultante desta conferência, nós poderíamos oferecer um novo protocolo ou uma nova agenda, que sirva como marco legal para todas as nações do planeta seguirem essas orientações, com vistas a salvar a vida nesta Terra. Esta é a justificação, Sr. Presidente, desse Requerimento indicativo, que coloco à discussão dos senhores e senhoras Senadoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valdir Raupp, com a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, senhoras e senhores Senadores. Louvo a atitude do Presidente Senador Fernando Collor em apresentar esse requerimento. Na semana passada, nós discutimos, na Comissão de Infra-Estrutura, um requerimento também com o mesmo teor e nós apresentamos proposta, eu, Flexa Ribeiro e teve mais o Arthur Virgílio, de que essa Conferência fosse realizada na Amazônia, já que o tema central da discussão, num encontro como esse, aqui no Brasil, vai ser a Amazô-

nia. É hoje a discussão no mundo inteiro. Então, por que não realizar esta Conferência na Amazônia? Nós colocamos Belém, Manaus, Porto Velho, depois, veio Mato Grosso... Uma das capitais dos nossos estados amazônicos para sediar esta conferência. Essa é a minha proposta, dentro do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Senador Eliseu Resende, Senador Fernando Collor, eu quero parabenizar o Senador Fernando Collor pela iniciativa da proposição de que o Brasil tome a iniciativa para que se instale, se faça uma nova conferência, que seria Rio+20, após passados 20 anos da Rio 92. É importante, como bem argumentou o Senador Fernando Collor, até porque as discussões que tivemos na Comissão de Relações Exteriores, na Comissão de Infra-estrutura, lamentavelmente, após a Rio 92, segundo o próprio autor do Requerimento, as ações foram se espaçando, cada vez mais, no sentido de atender às questões levantadas naquela Conferência. E a proposta, como disse aqui o Senador Valdir Raupp, levantada naquela ocasião, de que se leve esta Rio+20 para a Amazônia, se deve exatamente à questão do foco internacional ambiental estar voltado para a Amazônia. Não só na questão, como colocou o professor Goldenberg, de que a Amazônia é a responsável pela emissão de três vezes mais de carbono do que o resto do Brasil todo, mas também por outras questões que podem ser discutidas, como agora nós vamos ter na quinta-feira, o Dia Internacional das Águas, e que o Fantástico apresentou no domingo passado, o problema que já é e tende a se tornar mais grave, da questão do acesso à água potável no planeta. E que o Brasil tem a maior reserva mundial de água doce. E esta reserva está também concentrada na Amazônia brasileira.

Eu queria parabenizar o Senador Fernando Collor e reforçar o que o Senador Valdir Raupp colocou, como colocando a Amazônia e Belém sendo uma das opções para que essa conferência fosse feita lá.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Sr. Presidente, Senador Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Eu pediria que nós aprovássemos o requerimento, deixássemos a discussão sobre a localização da conferência para um segundo momento. E inscrevo, inclusive, a cidade de Fortaleza, tendo em vista que, em se tratando de rio, nós temos no Ceará o maior rio seco do mundo, que é o rio Jaguaribe. Então, eu acho que também nós temos que ter a idéia. E, no caso do

Nordeste, nós temos um bioma especialíssimo, que é a Caatinga, que é o único no mundo. É Caatinga, é o único no mundo.

Então, como a Conferência de Meio Ambiente não é só de florestas e, tendo em conta que o Presidente emérito da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência acaba de nos informar que o aquecimento global é benéfico para as florestas faz vicejar as florestas, então, ele prejudica determinadas áreas, mas beneficia outras. Aumenta o nível do mar, mas beneficia as florestas. Então, nós teríamos a alternativa também de realizarmos a conferência em outro lugar.

Acho que o mais importante do requerimento e peço V.Exa. para subscrever. Se tivermos a oportunidade e aprovarmos imediatamente o requerimento, talvez fosse mais importante. Mas acho que o central aí é a iniciativa de nós puxarmos para o Brasil essa conferência. Acho que o Rio é uma referência porque a Conferência foi no Rio, mas nós trazermos para o Brasil a Conferência seria uma grande vitória brasileira, do ponto de vista diplomático, porque já há uma batalha mundial pela Conferência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Acho sensata a ponderação do Senador Inácio Arruda, de deixar em aberto a sede. Sr. Presidente, se nós definirmos agora que seria na Amazônia, vejo uma disputa entre Manaus, Belém, Porto Velho, para sediar o evento. Isto não seria bom na votação do requerimento, terá que se chegar a isso por um consenso, talvez por um acordo, uma negociação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Jefferson, o Senador Romero Jucá ficou indignado porque o senhor não falou de Boa Vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Pedro Simon, com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu acho a iniciativa muito importante e muito significativa, mas eu creio também que nós deveríamos aprová-la sem indicar o local. E digo mais, acho difícil que seja no Brasil porque, como já foi feita no Brasil, é provável que a 3ª seja indicado um outro Continente. Claro que vamos pedir que seja no Brasil, mas não há garantia. Eu acho que a luta principal é da realização da 3ª Conferência. Se for no Brasil, que bom. Mas se não for no Brasil, que saia a 3ª Conferência.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Primeiro, eu quero cumprimentar o Presidente Senador Collor pela feliz iniciativa de propor esse grande fórum em nosso país. Como estão pleiteando aqui para o Nordeste, pleiteando para o Pará, para o Amazonas, eu acho que o melhor Estado para localizar esse evento seria Mato Grosso, acho que um dos poucos Estados da federação que têm a primazia de ter três ecossistemas: Nós temos o Pantanal, o Cerrado e a Floresta Amazônica. Acho que aí completa tudo. Eu acho que o melhor local, fica registrado aí esse pleito nosso, de Mato Grosso, para que esse evento seja realizado, se possível, na nossa capital Cuiabá.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem. Sr. Presidente, em relação à questão da localização da possível realização da Conferência, isso naturalmente dependerá de toda uma logística que caberá ao Governo Federal realizar, para determinar em que local do Brasil seria feita a Conferência. No entanto, eu devo reafirmar a absoluta necessidade do Governo Federal encampar esta iniciativa de que seja sediado no Brasil porque há, aí, um subproduto muito importante: As Nações Unidas, inclusive, a idéia original é do Senador Marco Maciel, as Nações Unidas têm espalhado pelo mundo agências e organismos ligados diretamente às Nações Unidas, para tratar dos mais diferentes temas. Em relação ao Meio Ambiente, não tem nenhuma agência. Há apenas um programa, que é o PNUD, Programa Nacional das Nações Unidas, para o Meio Ambiente. E esse programa, como V.Exas. sabem, ele não tem recursos próprios, não tem autonomia, como uma Agência. De modo que a sugestão, que vem a seguir à definição do Brasil como sede dessa Conferência, é de que o Brasil reivindique às Nações Unidas que transforme o Programa Nacional, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, de programa para uma Agência. E que esta Agência tenha sede no Brasil.

Então, isso eu acho que seria para o Brasil algo muito importante. E acho que devemos defender, *data venia* a opinião emitida pelo ínclito Senador Pedro Simon, de que nós devamos sim lutar para que ela seja sediada aqui no Brasil. Porque, aqui no Brasil, nós temos essa questão da emissão do CO₂, estarmos numa 5ª posição, e nós mostraríamos que não temos receio de discutir esses problemas. Nós mostraríamos que queremos estar na vanguarda da discussão desses problemas. E queremos reivindicar aqui sim porque queremos discutir aqui, no nosso país, os problemas que estão afetando o nosso planeta nos dias de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria encaminhar a votação, então, do requerimento. E queria também expressar, de forma muito breve, a minha avaliação, que eu acho que esse é um grande tema para o futuro, é um tema imprescindível a este Congresso Nacional. E eu vejo com muita simpatia, não apenas a idéia de nós lutarmos para realizar a Conferência no Brasil, que eu acho que não será fácil, mas acho que nós devíamos ter essa iniciativa. E acho que a diplomacia brasileira, escrevi um artigo essa semana no jornal “Folha de São Paulo”, chama-se “O Planeta febril”, exatamente defendendo a proposta da diplomacia francesa, que é transformar o problema do Meio Ambiente da ONU, numa Agência. Numa Agência, não uma agência como a OIT ou a Organização Mundial de Saúde, mas uma agência como é o Fundo Monetário Internacional.

E para que essa agência tenha eficácia para estabelecer políticas, eu proponho a constituição de um Fundo Internacional, que seria financiado com 1% do imposto sobre as importações, sendo que nós faríamos alíquotas mais elevadas para os produtos derivados do petróleo e energético intensivo, ou seja, com grande impacto no efeito estufa e isentaríamos os produtos ecologicamente sustentáveis. Se o Mercosul tomar essa iniciativa de aumentar a tarifa externa comum em 1%, em média, que o impacto no consumo é residual, na inflação é praticamente marginal, e não há nenhum prejuízo ao crescimento econômico, nós estaríamos disputando na OMC uma visão de, efetivamente, enfrentarmos essa questão. Esse Fundo teria, se a OMC aprovasse, 100 bilhões de dólares/ano.

Portanto, nós teríamos recursos para realmente fazer um amplo programa em nível internacional porque a proposta da Inglaterra, de 1% do PIB, é inviável. O Estado Brasileiro investe 2,6% do PIB; não dá para pegar metade do investimento e constituir um Fundo. Mas, 1% das importações são 100 bilhões de dólares; no Brasil, seria um bilhão de dólares/ano e nós poderíamos fazer um grande programa em relação à Amazônia, especialmente, que eu concordo que é o grande tema do futuro.

Então, eu acho que esse debate nós deveríamos aprofundar, ao longo dessa Comissão, e começaríamos com esse requerimento que vai a voto sem estabelecer qual será o Estado sede. Mesmo porque eu vou poupá-los de argumentar que São Paulo é a maior capital do Brasil, tem seis milhões de automóveis e, evidentemente, poderia contribuir com essa... E Brasília a capital do Brasil, seguramente--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Brasília é a capital, onde estão todos os organismos internacionais,

todas as Embaixadas. Então, eu entro nesse processo de reivindicação, a sede ser na capital do país.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas, como vai ser muito difícil nós trazermos a conferência, não vamos nos dividir pelo secundário. Vamos nos unificar em torno do objetivo central, que é disputar nos fóruns internacionais a conferência no Brasil. Os Senadores que são favoráveis ao requerimento, nessas condições, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos agora ao item 01 da Pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a inversão de Pauta para que possamos discutir o item 06, que trata da PPP do Metrô de São Paulo.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem. Um requerimento que eu gostaria que V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É verdade, temos um último requerimento aqui, que foi apresentado extra ofício à Mesa, do Senador Expedito Júnior, ele pede a inclusão, na Pauta, do Ofício S nº. 12/2003, que trata da renegociação da dívida do Beron. A matéria, cuja origem é o Governador do Estado de Rondônia, foi publicada em 24/04/2003, na página 8.454 do Diário do Distrito Federal, com destino a essa comissão. Teve como Relatores o Senador Gilberto Mestrinho e Garibaldi Alves, que devolveram a proposição para retribuição.

Em 21/01/2004, foi distribuído a novo Relator, Senador Romero Jucá, onde se encontra até a presente data. Ele está solicitando a inclusão na Pauta, a Mesa o fará. Os Senadores que são favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado. No momento oportuno, nós colocaremos na Pauta. E peço, portanto, ao Relator agilidade no parecer sobre esse tema.

Nós vamos primeiro votar o projeto nº. 01, em seguida, votaremos o relatório Metrô. Projeto nº 01 está dentro do esforço do Senado Federal de combate ao crime organizado. O Relator trata do problema da lavagem de dinheiro, que é um grande desafio das polícias do Estado Brasileiro de identificar a riqueza oculta, os mecanismos sofisticados financeiros, especialmente criar instrumentos de prevenção e de... E instrumentos que permitam ao Estado reater(F) os recursos que foram objeto do crime e desviados das suas finalidades originais, especialmente recursos públicos. O Relator é o Senador Pedro Simon. Nós temos vários projetos que foram apensados, todos eles em uma única Rela-

toria. Eu, portanto, encaminho à apreciação do nosso Relator, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu fui procurado ontem pelo Líder do Governo e S. Exa. disse que o governo tem interesse em apresentar nova proposta, nova idéia para ver se ela possa ser apreciada junto com a matéria. Então, eu pediria a V.Exa., atendendo a mim, ao Líder do Governo, que nós transferíssemos para a próxima Reunião e, assim, eu receberia, ficaram de me entregar hoje, mas eu ainda não recebi, ficaram de me entregar hoje a matéria, e eu faria a apreciação da matéria junto com essa. É isso, líder?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O assunto que está sendo discutido é o item 01?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É, o item 01.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Que fala sobre a fiscalização do Ministério Público sobre a Polícia, na questão--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Exatamente. Dispõe sobre os crimes de lavagem, ocultação de bens, direitos e valores, a prevenção de autorização do sistema financeiro para vícios previstos nessa lei, cria o Conselho de Atividades Financeiras - COAF e dá outras providências. Esse é o projeto originário; a ele foram apensados vários outros temas, todos relacionados à lavagem de dinheiro, tipificação dos crimes, mecanismos de controle, formas de punição e todos tratam do problema da lavagem do dinheiro. Eu queria fazer uma ponderação, evidentemente acatando, é uma prerrogativa do Senador Relator pedir o adiamento da votação, para poder acolher subsídios--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não estou pedindo adiamento por minha conta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não, por demanda da liderança do governo, que tem sugestões a fazer ao relatório.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só pediria que todos os Senadores, como o relatório foi apresentado no estágio atual, que todos os Senadores lessem durante essa semana para que, se houver algumas alterações, sejam explicadas na próxima audiência, para que a gente não tenha a necessidade de dar vistas coletivas na próxima audiência porque, aí, nós perderíamos mais 15 dias. Então, que todo mundo se debruçasse sobre

a matéria de grande interesse público para que a gente possa, efetivamente, votá-la na próxima terça-feira. E, assim, ficariam para ser esclarecidas as eventuais mudanças sugeridas e acatadas, ou não, pelo Relator Senador Pedro Simon, por parte do Líder do Governo. Senador--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: V.Exa. está convertendo em vista coletiva?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O mecanismo regimental não resolve porque, se eu der vista coletiva, como é novo relatório, daria nova vista. O que eu estou fazendo é um apelo da Mesa que todos os Senadores leiam o texto para que a gente esteja inteirado da matéria e que a gente evite o pedido de vista na próxima Sessão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, senhor Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E aí, o que for necessário ao longo da semana, quem tiver sugestões pode procurar o Senador Relator Pedro Simon, oferecer, ao longo dessa semana, qualquer sugestão em relação a essa matéria. E, na próxima Sessão, no Relatório dele, ele destacaria as mudanças eventuais que foram feitas.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Isso. Dentro desse princípio, seria interessante que a Mesa fizesse chegar aos Senadores a cópia que vai ser entregue a mim da proposta que o governo vai enviar, porque assim já tomariam conhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós faremos então a divulgação--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Que chegasse a todos os parlamentares quais são as novas idéias que o governo vai apresentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Excelente. Nós faremos a divulgação do relatório e das sugestões que o Senador Romero Jucá, em nome do governo, apresentará ao Relator. Assim, ao longo da semana, todos terão todas as informações para formar a sua convicção para que a gente possa votar na próxima terça impreterivelmente. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, apenas um... Eu queria fazer um apelo, uma solicitação ao Senador Pedro Simon, porque no parecer que já nos foi disponibilizado, ele se refere a duas Emendas que eu apresentei ao Projeto 209, e ele faz a análise, dá a sua posição. Só que o Projeto 209, eu apresentei, além da Emenda nº. 04 e nº. 05, também a Emenda nº. 06, que não está citada. Então, eu gostaria apenas que o Senador Pedro Simon pudesse observar e ter também um posicionamento sobre a Emenda nº. 06.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu pediria que V.Exa. que conversasse com o Relator diretamente, ao longo da semana. Com a palavra, agora, o Senador Antônio Carlos Valadares, que é autor de um dos projetos importantes, que torna mais eficiente a persecução penal de crimes de lavagem de dinheiro.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, na realidade, o Senador Pedro Simon está relatando, como disse V.Exa., três proposições que estão sendo discutidas conjuntamente. E uma delas é da nossa autoria, é o Projeto de Lei do Senado nº. 209/2003. O Senador Antero Paes de Barros, ele apresentou o PLS nº. 48 e o Senador Romero Jucá apresentou um outro PLS que conta seguro no rol dos crimes antecedentes. Então, eu acho de bom alvitre que realmente nós tenhamos mais uma semana, desde quando 27 Senadores novos estão chegando a esta Casa e não tiveram a oportunidade de estudá-lo profundamente. Eu acho da maior importância que essa matéria seja aprovada, desde quando há um desvio, como foi comprovado, através de CPIs, de quase 30 bilhões de dólares anualmente só no Brasil. Isso é uma perda irreparável de crimes de “colarinho branco”, que são cometidos e que não há uma punição exemplar. Apesar de nós termos uma Lei de 98, em plena vigência, mas que não foi possível abarcar para punir todos os crimes cometidos nesta área de lavagem de dinheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antônio Carlos Valadares, V.Exa., inclusive no parecer do Senador Pedro Simon, o projeto que ele aprova é o seu. E rejeita os demais, na forma de um Substitutivo. Então, eu vou fazer, mais uma vez, esse encaminhamento. Senadores todos, por favor, que tenham interesse, Emenda, sugestões a esse projeto, procurem o Relator Pedro Simon. Senador Romero Jucá, como Líder do Governo, apresentará suas sugestões, na forma de um parecer que nós distribuiremos a todos os Relatores, a todos os Senadores para terem acesso à informação. E nós votaremos essa matéria na próxima terça-feira.

Senador Romeu Tuma, que tem bastante vivência nessa área, também vai contribuir, se debruçar sobre a matéria e assim, terça-feira próxima, nós votaremos esse assunto. Então, assim sendo, é esse o encaminhamento. Acatado aí o pedido de adiamento feito de comum acordo pelos Senadores da Comissão. Com a palavra, Senador Flexa Ribeiro, que é Relator da Comissão Externa, que nós fizemos de visita à obra da Linha 04, Linha amarela do Metrô em São Paulo, que participaram o Relator, Senador Cícero Lucena, Senador Eduardo Suplicy, Senador Romeu Tuma, que

foi autor da proposta daquela Comissão Externa, Senador Garibaldi Alves e esse que vos fala. Foram os Senadores que estiveram acompanhando o Senador Flexa Ribeiro naquela Comissão Externa, que subsidiou a apresentação do parecer do Relator. Relator Flexa Ribeiro, com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 06.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Item 06 da Pauta. PPP do Estado de São Paulo, Linha 04, Linha Amarela do Metrô.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Vice-Presidente, Senador Eliseu Resende, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, como bem disse, o Presidente Senador Aloizio Mercadante, o parecer sobre a PPP do Metrô de São Paulo, ele foi, por iniciativa do Presidente, do Senador Romeu Tuma, precedido de uma visita por uma Comissão de Senadores, cujos nomes já foram citados pelo Presidente Mercadante, ao Estado de São Paulo. Essa visita foi efetivada no dia 26 de fevereiro próximo passado, cujo relatório se encontra nas pastas dos Srs. e Sras. Senadoras para conhecimento. O relatório da visita. Com relação ao parecer, eu gostaria de entrar diretamente, porque o próprio parecer faz referência ao relatório que está assinado por todos os Senadores que fizeram parte da visita ao Estado de São Paulo, às obras do Metrô, em Reunião com o governo do Estado e com o Ministério Público. Encontra-se em exame, nesta Comissão, o Ofício S nº. 17/2006, enviado pela Secretaria de Estado de Transportes Metropolitanos do governo do Estado de São Paulo, em cumprimento ao parágrafo 1º do art. 28 da Lei 11079/2004, lei das Parcerias Público Privadas. O documento refere-se à intenção do governo do Estado de São Paulo de celebrar parceria público privada para operar a Linha 04 do Metropolitano de São Paulo, sob a modalidade de concessão patrocinada, precedida de obra pública. O projeto tem um valor total de 3.98 bilhões de reais, dos quais 3.23 bilhões de reais, que representam 81% do total, ficariam a cargo do Tesouro Estadual e os 751 milhões de reais restantes, corresponderiam a investimento do parceiro privado. O prazo do contrato será de 32 a 35 anos, para garantir o período de operação de 30 anos, suficientes para amortizar e remunerar de forma justa o investimento a ser realizado pelo parceiro privado.

As obras serão realizadas em três fases progressivas, sendo a primeira em 2008, a segunda em 2012. Não há previsão para implantação da terceira fase, que dependerá da decisão do concessionário durante a execução do contrato. O governo do Estado de São Paulo fornecerá dois tipos de garantias ao parceiro privado: a

primeira é a realização da medição e da arrecadação das receitas do sistema de transporte metropolitanos, por meio de mecanismos de *clearing house*, que efetuará automaticamente a repartição dos recursos. A segunda é a entrega de valores à Companhia Paulista de Parcerias, CPP, para proteção do parceiro privado contra a inadimplência do setor público, conforme inciso V do art. 8º da Lei 11.079 de 2004. O documento apresenta ainda estimativa das despesas do governo do Estado de São Paulo, a título de contraprestação ao parceiro privado, durante a vigência do contrato, segundo estudo realizado pela Consultoria do Unibanco e conforme simulações realizadas pela STM São Paulo, considerando diversos cenários possíveis.

As hipóteses adotadas nos estudos para estimar o montante da despesa do governo do Estado de São Paulo são as seguintes: Intervalo de dois anos no reajuste da tarifa; reajuste pelo índice de preços ao consumidor, da Fundação de Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo; remuneração integral, refletindo a avaliação positiva da prestação de serviços aos passageiros. O documento apresenta dois cenários diferentes, ambos supõem atraso de 21 meses nas obras, início da operação comercial em outubro de 2010. No primeiro cenário, o número de passageiros efetivamente transportados seria 20% superior à demanda projetada, nesse caso, a despesa média relativa ao contrato de parceria público privada seria de 57.9 milhões de reais, com o máximo de 82.9 milhões, em anos alternados, a partir de 2024. No segundo cenário, o número de passageiros ficaria 40% abaixo da demanda; a despesa anual média cairia para 54.8 milhões de reais e a despesa anual máxima seria de 116.9 milhões de reais em 2020.

Com base nesses dois cenários, o documento anexo ao ofício nº 17/2006 conclui que as despesas a serem suportadas em virtude do contrato de parceria público privada representarão, no máximo, 8.16 do limite fixado na Lei, restando mais de 90% desse limite para parcerias futuras. Cabe registrar que esta Comissão, diante do lamentável acidente ocorrido no dia 12 de janeiro último, na construção da Estação Pinheiros da Linha 04 do Metrô, amplamente veiculado na imprensa nacional, aprovou, em Reunião realizada em 12 de fevereiro do corrente ano, por iniciativa do Senador Romeu Tuma, a criação de uma Comissão Externa, composta pelos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy e Romeu Tuma, representantes do Estado de São Paulo, pelos Senadores Garibaldi Alves Filho, dada a sua condição de Relator do Ofício S nº. 02/2007. Em Pauta, parceria público privada do governo do estado de Pernambuco, pelos Senadores Cícero Lucena, Wellington Salgado e Marconi Perillo e

também pelo Relator da presente matéria para, “*in loco*”, colher as informações pertinentes, inclusive as medidas adotadas no âmbito do Estado de São Paulo.

Em 26 de fevereiro do corrente ano de 2007, a Comissão se deslocou à cidade de São Paulo, onde colheu informações junto à STM e à Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Governo de São Paulo, junto ao Ministério Público Estadual, à Companhia do Metropolitano de São Paulo, Metrô, ao Consórcio Via Amarela, responsável pela construção e demais órgãos e pessoas com envolvimento nas obras. As informações estão relatadas de forma circunstanciada em documento específico para conhecimento dos Senadores, conhecimento dos senhores Senadores membros da CAE. Durante a visita, ficou evidenciado que foram adotadas medidas para a verificação das condições de segurança das obras, em todas as suas frentes de trabalho, para evitar risco aos trabalhadores, aos moradores do entorno, ao patrimônio público e privado e aos cidadãos que, eventualmente, transitam pelos locais com instauração de procedimentos investigativos pelo Ministério Público Estadual e pela Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Foi assinado um termo de compromisso de ajustamento de conduta preliminar para a tutela da ordem urbanística entre o Ministério Público do Estado de São Paulo, o Consórcio Via Amarela, a Companhia do Metropolitano de São Paulo e pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo para a definição das obrigações assumidas pelo Consórcio de construção das obras, de forma que as condições de segurança e tranquilidade sejam asseguradas em todas as frentes de trabalho. As medidas adotadas demonstram o firme empenho do Governo do Estado de São Paulo e do Ministério Público Estadual na apuração dos fatos e no equacionamento das questões advindas do acidente.

Ficou ainda constatado que o contrato da parceria público privada foi assinado em 19 de novembro de 2006 para operar os serviços de transporte de passageiros da Linha 04, Amarela do Metrô de São Paulo, tendo o governo do estado, no mínimo, seis meses para a emissão da ordem de serviço para a elaboração de estudos e projetos na fase 01 da parceria, a contar da data de assinatura do contrato. A partir da emissão da OS, a Concessionária tem, no mínimo, 24 meses para iniciar a operação comercial da fase 01. As obras de construção estão reguladas por instrumento contratual próprio, distinto do contrato que rege a PPP celebrada pelo governo do Estado de São Paulo, que resguarda o cumprimento do disposto no art. 28 da lei das parcerias público privadas. Esse é o relatório.

Vamos à análise, Sr. Presidente. Eu vou colocar aqui, de forma mais esclarecedora, às senhoras e senhores Senadores, que a preocupação dos membros da CAE e dos Senadores de São Paulo, de se fazer a Comissão que fez a visita ao canteiro de obras e fez as reuniões com o governo de São Paulo e com o Ministério Público, elucidou qualquer dúvida que o Relator pudesse e os membros da Comissão, e eu quero fazer isso, agora, de visita, e quero fazer isso agora com os membros da CAE, de que pudesse haver qualquer impacto financeiro que evidenciasse o comprometimento da receita líquida do Estado de São Paulo que atingisse o limite permitido pela Lei no art. 28, da Lei das Parcerias Público Privadas, que é 1% da receita corrente líquida do Estado. Foi verificado que não há essa possibilidade porque mesmo que ocorresse o atraso em função do lamentável acidente, as multas que houvesse a serem pagas seriam feitas pelo Consórcio ou pela Seguradora, mesmo assim, a Companhia de Transporte do Metrô, ela colocou no seu cenário mais desfavorável um valor estimado para possíveis multas que, porventura, pudessem vir a ser pagas. E mesmo com o pagamento dessas multas, o Estado de São Paulo só irá comprometer 8,16% do 1% que poderia comprometer da sua receita corrente líquida.

Então, com relação ao comprometimento financeiro, não há nenhuma dúvida para que a CAE possa reconhecer da parceria e arquivar. Com relação à outra preocupação, que é de todos os Senadores e Senadoras e principalmente dos Senadores de São Paulo, o Senador Aloizio Mercadante, o Senador Romeu Tuma e o Senador Eduardo Suplicy, seriam as ações tomadas pelo governo de São Paulo e pelo Ministério Público para esclarecer a fiscalização e a investigação sobre o acidente. Também nos foram esclarecidas, nas reuniões, as ações tomadas pelo Ministério Público e pelo Governo de São Paulo, através do TAC, e como nos foi dito lá, o Instituto de Pesquisa Tecnológica de São Paulo vai emitir laudos que vão possibilitar, naquela altura, no prazo de 30 dias, a retomada dos 23 trechos de obras que não incluíam a do acidente e a da Estação Pinheiros, vai levar três meses para se chegar até o local da profundidade do acidente, mais três meses para o laudo.

Então, haverá um atraso, naquele ponto, de seis meses. Mas nada que possa impedir a aprovação da PPP, cujo voto eu quero trazer à apreciação dos senhores e senhoras Senadores pertencentes à CAE, que é o seguinte: Uma vez que a Comissão de Assuntos Econômicos recebeu do governo do Estado de São Paulo as informações relativas ao cumprimento dos requisitos para a contratação da Parceria Público Privada relativa à expansão da Linha 04 do Metro-

politano da cidade de São Paulo, em atendimento ao parágrafo 1º do art. 28 da lei 11.079/2004, opinamos pelo conhecimento e arquivamento da matéria. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eduardo Suplicy, com a palavra. Agradeço ao Relator Senador Flexa Ribeiro. Senador Eduardo Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, estou de pleno acordo com o relatório exarado pelo Senador Flexa Ribeiro, que está muito bem feito e de acordo com o espírito da Comissão, que foi acordada por toda a Comissão de Assuntos Econômicos, e quero aqui dar o meu testemunho, que avalio que se tratou de uma missão muito construtiva e, de acordo com a responsabilidade desta Comissão, no momento em que estava aprovando e acompanhando de perto um novo contrato de parceria para que haja a construção de nova Linha do Metrô que nós pudéssemos estar acompanhando o que é que a Companhia do Metrô, a Secretaria de Transportes, bem como o Ministério Público e os Secretários responsáveis pela área, no governo do Governador José Serra, estão realizando. E quero aqui dizer do espírito também tão positivo com que as autoridades nos receberam e por isso cumprimento a todos pelo trabalho realizado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente, eu primeiro gostaria de falar e pediria a anuência do Senador Flexa Ribeiro, que jamais tentei prejudicar o Estado de São Paulo. Era o período de recesso, quando houve este terrível acidente que, em tese, houve crime, houve homicídio, houve mortes. Além do prejuízo material, que é outra discussão. Falei com Luiz Otávio, Senador Luiz Otávio, que presidia essa Comissão, imediatamente ele designou que eu fizesse visitas para saber o que realmente aconteceu, visto que era a primeira PPP que entrava nesse Congresso. E por que nós soubemos da PPP? Porque o Ministro Mantega veio a esta Casa, no final do ano passado, fazer uma exposição e foi questionado por Senadores o porquê de tanta luta do Presidente Lula para a aprovação da Lei das PPPs e nenhuma tinha sido ainda, depois de mais de ano, se pretendida por qualquer governante. E o Mantega informou que não, que já havia uma nesta Casa que era do governo de São Paulo, da Linha 04 do Metrô. Eu não sabia, vim para saber o que é e, no mesmo dia, desmoronou. Quer dizer, foi uma coincidência profundamente amarga.

Então, por isso que eu propus, fui lá, houve assim uma certa suspeita de que nós queríamos prejudicar

o andamento da Linha 04, em detrimento da Administração do Governador que, longe de mim, qualquer pensamento nesse sentido. O que me preocupava, talvez aquele sangue de policial que ainda permanece circulando nas minhas veias. Houve crime, houve destruição. O porquê é que aquilo aconteceu? Diziam que era infiltração de água. Eu sempre soube, Senador Collor, que ninguém constrói nada sem saber a solidez do solo. O primeiro que se examina é o solo. Então, eu levei, daqui de Brasília, da perícia da Polícia Federal um engenheiro de solo e um especialista engenheiro em desmoronamento para acompanhar a minha visita. E aí aquilo ficou um ambiente um pouco desagradável, mas logo nós superamos porque Delegado é colega, o chefe da perícia é meu amigo. Então, nós fizemos com o Secretário a harmonização da possibilidade de se trazer a conhecimento do Senado o que estava ocorrendo.

Houve realmente esta visita bem orientada. O Governador em nenhum momento colocou qualquer obstáculo a que nós fôssemos visitar aonde queríamos, perguntar a quem nós quiséssemos para saber todo o andamento do procedimento. O Ministério Público está com três procedimentos importantes em andamento e tem dois inquéritos policiais pelos homicídios, pela morte de sete pessoas durante o desmoronamento, que foram, com muita dificuldade, resgatadas, o que trouxe prejuízo para o IPT e o Instituto de Criminalística de São Paulo. Só, Senador, eu pedi que a Polícia Federal, pela sua perícia, continuasse acompanhando. E eles estão acompanhando. Algumas despesas, eu estou cuidando por minha conta, por minha vontade, porque eu acho que a gente não está fugindo da aprovação do Projeto, que nada tem a ver com o crime. Porque o Governador, em razão das suspeitas de que possa ter havido alguma coisa, suspendeu o andamento da obra, designou uma série de... Tomou uma série de providências, que devem estar no relatório de V.Exa., eu estou lendo agora, e acredito que esse projeto, essa PPP possa ser aprovada. Mas eu pediria a V.Exa. que não impedisse que eu continuasse acompanhando a evolução, porque vão ter outras PPPs aqui. E já sei que há um descontentamento, Senador Flexa Ribeiro, de várias empreiteiras, eu não recebi dinheiro de empreiteira nenhuma, não tenho nada com empreiteira, de que o *turn-key* é prejudicial a grandes obras, que as obras têm que ser planejadas e providenciadas pelo próprio governo e as empreiteiras se encarregariam das obras e a responsabilidade.

Então, há algumas dúvidas sobre isso, que ficam no ar. Eu acho que nós temos que aprovar o relatório do Senador, em benefício de São Paulo, mas não deixarmos de acompanhar de perto toda a evolução, nós

vamos ter uma de Pernambuco, se não me engano, e terão várias outras em andamento. E qualquer dúvida que surja, nós poderemos... Eu queria, Senador Flexa Ribeiro, cumprimentá-lo pela cautela na elaboração do relatório e cumprimentar todos que lá foram, porque houve um respeito total à Comissão de Assuntos que V.Exa. designou. O respeito foi total. Nem haveria razão para ser contrária. Mas fomos recebidos pelo governo, pelo Ministro, pelo Secretário da Justiça, no lugar do Governador, com o Diretor da área de seguro, da companhia de seguros, que se responsabilizou por todos os pagamentos indenizatórios das vítimas e não só física como os patrimoniais. Algumas ainda estão penduradas, por razões de discussões internas de família.

Então, eu estou acompanhando de perto, acho que vamos aprovar o projeto e aqui tem que se tomar algumas medidas, Presidente, para que se veja corretamente qual é o melhor caminho das PPPs, se deve ou não haver qualquer tipo de modificação na análise do andamento das futuras que aqui chegarem a essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu agradeço, Senador Romeu Tuma, e eu, como fiz parte dessa Comissão Externa, queria expressar também a minha avaliação. Em primeiro lugar, parabenizar o Relator, que ele sempre trabalhou com muito equilíbrio ouvindo todas as partes, buscando construir um relatório de consenso, num tema que, infelizmente, o Senado tem uma capacidade de fiscalização muito pequena, porque o que a Lei estabelece de competência para o Senado Federal é ser informado se há ou não o comprometimento acima de 1% da receita líquida do Estado. Se houver o comprometimento acima de 1%, o Estado poderá perder as transferências voluntárias de recursos.

Portanto, em relação a essa PPP, que é a primeira, nós precisaríamos fazer jurisprudência, o que nós temos, na realidade, como diz o Relator, é receber a informação e encaminhar para o arquivo. Nós sequer votaremos a PPP. Nós não temos poder de fiscalização direta. Agora, eu queria expressar as minhas preocupações e o que nós recebemos de informação sobre a tragédia que aconteceu na Linha 04. O Ministério Público suspendeu os 23 canteiros de obra; paralisou toda a obra; só permitiu que fossem mantidas as obras que melhorassem a segurança desses canteiros, das 23 frentes, para não demitir três mil trabalhadores que estavam na Linha Amarela, na Linha 04. A estação onde houve o desmoronamento, para chegar até o fundo da estação e recolher o material para a perícia, seriam necessários três meses. E mais três meses para a perícia do que é que causou o desastre, antes

de tomar as medidas de precaução e de correção da obra. Além disso, há uma série de relatórios de não conformidade da obra que estão sendo analisados pelo Ministério Público. Por exemplo, se a manta de cobertura de concreto, há questionamento de que ela é inferior à necessidade do que deveria ser para ter a segurança. E a estrutura de ferragem da obra, enfim, há uma série de questionamentos sobre a redução de custos. Porque esse método construtivo, o turn-key, que é a entrega das chaves, porteira fechada, transfere toda a evolução da obra para as empresas. E isso, há um questionamento também se o Metrô exerceu ou não, de forma competente, o seu papel fiscalizatório. Há uma divergência em relação até onde vai essa competência na mudança do método construtivo. Inclusive, o método construtivo retirou o tatuzão que deveria ser um dos instrumentos, uma parte, não aonde houve o acidente, mas outra parte da obra, por aquela detonação que é o método austríaco.

Então, há um questionamento sobre método construtivo, há o questionamento sobre o material. Mas há o procedimento do Ministério Público. Vai ser feito um relatório por parte da, do Consórcio, que já entregou esse relatório. E o Instituto de Pesquisas tecnológicas da USP dará um parecer global sobre a obra, verificando se ela está ou não em conformidade para ter prosseguimento. Até que isso seja concluído, a obra está suspensa. Como eu disse, só é mantido aquilo que foi autorizado para a própria segurança da obra.

Em relação a PPP, nós não temos poder constitucional para tratar dessa matéria, mas eu queria registrar, de qualquer forma, o poder público está entrando com 01 bilhão, 262 milhões de dólares. O setor privado, com 340 milhões de dólares. Esses 01 bilhão, 262 milhões de dólares, uma parte é empréstimo do Banco Mundial, 209 milhões e do GEBIC, 209 milhões. A outra parte é o Estado de São Paulo que vai aportar os recursos. E o Estado transfere toda a receita para o setor privado dos próximos 30 anos. Receita do uso... Receita da venda de bilhetagem e de toda a exploração das Estações. E se compromete a manter uma receita mínima de 940 passageiros/dia.

Então, há, eu diria, do meu ponto de vista, uma discussão que nós precisamos fazer nas PPPs sobre esse equilíbrio entre o setor privado e setor público. Tenho dúvidas se essa era a melhor modelagem para essa PPP. Tenho severas dúvidas se esse equilíbrio é adequado, do ponto de vista do interesse público. Agora, o Senado Federal não tem hoje um instrumento para discutir estas PPPs. A nossa competência é muito restrita. É, basicamente, tomar conhecimento do comprometimento ou não de 1% da receita líquida e,

portanto, o voto do Relator está absolutamente condizente com o que a Lei estabelece.

E quero também dizer que as ponderações que foram feitas, os esclarecimentos, eu acho que eram necessários porque essa Comissão aprovou o empréstimo do Banco Mundial e do GEBIC, em 2002. Então, a Comissão tinha interesse, tem interesse na evolução desta obra. Mas não tem nenhuma outra competência Legislativa que possa exorbitar o que é a nossa responsabilidade específica; é tomar conhecimento e encaminhar para o arquivo. Portanto, o parecer do Relator, eu acho que contempla os procedimentos, as cautelas que nós tivemos. Essa discussão de mérito, ela pode continuar a partir do mandato de cada Senador, mas não poderá ser objeto específico dessa Comissão, dado que a legislação não nos autoriza a desdobramentos nessa questão específica. E assim sendo, eu proponho que a gente encaminhe a votação, não antes sem passar a palavra, ao Senador Cícero Lucena e o Relator, por último, para os comentários finais. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Na condição de ter feito parte também da Comissão, só para reforçar o posicionamento aqui adotado pelos demais Senadores e concordando também com a necessidade de que seja revisto o papel do Senado na discussão da PPP, então, aproveito para parabenizar o relatório lúcido e tão eficiente do Senador Flexa Ribeiro, que retratou, de uma forma muito objetiva, tudo aquilo que nós presenciamos naquela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Cícero Lucena, agora o Relator, competente Relator, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu, só para acrescentar alguns esclarecimentos aos Senadores e Senadoras, para que possamos votar conscientemente em relação a PPP de São Paulo. São dois contratos, são dois contratos distintos: O contrato de construção da Linha 04 do Metrô e o contrato da PPP, de operação da Linha 04 do Metrô. O que nós estamos aqui aprovando é o conhecimento da Parceria Público Privada para a operação da Linha 04 do Metrô. O lamentável acidente, que foi aqui já discutido, ocorreu na construção da Linha 04 do Metrô, que não era objeto da discussão, mas que nós não podíamos, como bem disse o Senador Mercadante, nos furtar de levar, aprofundar a elucidação das ações tomadas pelo governo de São Paulo para levantar as questões que lamentavelmente levaram ao acidente.

E com relação à questão da participação proporcional entre recursos públicos e recursos privados, que o Senador Mercadante levantou, Senador, isso vai

influir diretamente na questão da tarifa, da tarifa que o usuário pagará do Metrô. Então, esse percentual de 81/19, se é 70/30, é uma questão de adequação de tarifa. Então, também, eu acho que é uma questão que o Senador Mercadante levanta, mas que, como ele bem já colocou, não diz respeito aqui à PPP. Então, eram esses esclarecimentos que eu queria colocar e levar à votação o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Portanto, nós vamos colocar em votação o relatório que dá conhecimento a esta Comissão e encaminha para arquivamento. Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado. Item 02 da Pauta agora, Projeto de Lei nº. 115, não terminativo, altera o art. 105 da lei 9.503 de 23 de setembro de 97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer novos equipamentos ou componentes de uso obrigatório nos veículos. Aatoria, Senador Eduardo Azeredo, Relatoria, Senador Romeu Tuma. O Relator encaminhou o parecer pela rejeição do Projeto. Com a palavra, o Relator.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente, eu sei que é um relatório em contrário, apartado do Senador Flexa Ribeiro, mas eu queria dizer também que há uma Resolução do CONTRAN, que eu vou fazer, mandar que faça parte do meu relatório, baixada, agora, em 11 de janeiro de 2007. O projeto, em si, é meritório porque exige o *airbag* em, nos quatro pontos do carro. A “Folha de São Paulo”, nesse domingo, fez um levantamento, através de vários órgãos, mostrando os pontos de lesão que pode sofrer num acidente. Até de propaganda. Mas, eles chamam a atenção que a população, a sociedade, hoje, tem mais preocupação com os elementos de conforto do carro do que com os de segurança. Então, todo mundo quer comprar um carro que tenha ar-condicionado, direção hidráulica e assim por diante, além dos obrigatórios, que já estão definidos em Resoluções do CONTRAN, que é o órgão competente para baixar as normas que digam respeito aos pontos de segurança que o veículo tem dado.

Eu, eu vi com muito cuidado, muita cautela, acho que o Senador Eduardo Azeredo é um homem preocupado com os problemas de segurança, mas eu mantenho o meu ponto de vista contrário ao projeto porque eu não posso retirar do CONTRAN, com quem eu conversei, eles têm uma dúvida sobre a segurança de criança, pelo estouro que o... Porque ele é... O *airbag* é movimentado a uma explosão, que pode trazer sérios riscos às crianças. O que fez o CONTRAN? Mantém sob estudo; baixou Portaria nº 221, que eu vou pedir para fazer parte do meu relatório, dando prazo para a obrigatoriedade que o Senador quer, dando cinco anos para os carros novos, e sete para os carros que

já estão em circulação. De *airbag* e todas as normas de segurança modernas que são internacionais. Nós não podemos fazer um e deixar três ou quatro fora. Porque eles têm que funcionar conjuntamente. Não dá para você querer baixar uma norma, mudar uma legislação, quando tem um órgão competente para isso, que faz todas as pesquisas e todas exigências, verifique os levantamentos que o Inmetro tem feito com respeito ao consumidor, na busca permanente de informações de produtos que estão no mercado.

Então, o CONTRAN, Senador Eduardo Azeredo, não estou contrário a V.Exa., eu tenho pedido ao CONTRAN, que é o órgão que a legislação manda que fiscalize e indique os itens de segurança, e eles baixaram essa Portaria. Teve virtude, talvez, o Projeto de V.Exa. porque eles chegaram a essa conclusão. Tem que dar um prazo para saber qual é o melhor sistema, qual é o tipo que deve ser e não, economicamente, não onerar os veículos que hoje praticamente começam a diminuir o comércio no mercado, com a possibilidade de desemprego. Então, dá cinco anos de prazo para a obrigatoriedade do *airbag* dos carros novos e sete anos para os que já estão em circulação. Eu deixaria de ler o relatório, porque já está sobre a Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): E pediria que não invertesse a prioridade do relatório em separado do Flexa Ribeiro com o meu. O meu eu peço que fique a preferência no meu relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Senador Relator deu o voto contrário pela rejeição do projeto, nos termos em que apresentou relatório, mas há um voto em separado que foi encaminhado pelo Senador Flexa Ribeiro. Pediria também que fosse bastante objetivo e sintético.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu... O voto que apresentei, em separado, é pela aprovação do Projeto do Senador Eduardo Azeredo, tornando obrigatória a instalação do *airbag* nos veículos nacionais. E aí o Senador Romeu Tuma, ele tem razão quando ele se refere à questão da necessidade de adequação, mas ele citou aí um dado importante, dizendo que o consumidor brasileiro dá mais importância hoje à questão do conforto do que da segurança. Porque ele dá preferência a instalar um ar-condicionado--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador, pelo baixo poder aquisitivo, porque são os carros populares.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Entendo, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O senhor é empresário e sabe o que se passa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu entendo, eu entendo. Então, ele prefere pagar como opcional um ar-condicionado do que pagar um *airbag*. Mas esta Casa, o Senado Federal, tem obrigação de zelar pela segurança do usuário e, na questão da segurança, é importante a utilização do *airbag*. Tanto que, e aí é uma informação aos membros da CAE, tanto que estes mesmos carros que são vendidos no mercado nacional sem *airbag*, quando eles são exportados, eles contêm, como equipamento de fábrica, o *airbag* que nós queremos agora tornar obrigatório no Brasil. Então, como é que nós podemos, as montadoras brasileiras, ao utilizarem o mesmo modelo para exportação, se preocupam e se adequam à segurança do usuário fora do Brasil. E no Brasil--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas, Senador Flexa Ribeiro--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E, no Brasil, querem tornar não obrigatório o uso do *airbag*. Então, o meu voto em separado é pela aprovação do projeto do Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por uma questão de segurança do usuário, segurança para não que percamos mais vidas que possam ser com a utilização do *airbag* em acidentes que, por acaso, venham a acontecer.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente. Só para--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): é melhor, vamos ouvir todos, depois V.Exa.--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não, eu só queria acrescentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): A importação dos itens é de quem paga, de quem paga. O importador paga o *airbag* pelo valor total do carro que ele importa. Agora, nós não estamos deixando de ter a obrigatoriedade, a revisão de todos os itens de segurança. Tanto é que o jornal publica que tem que haver audiências públicas para saber quais são os itens de segurança e os levantamentos da Secretaria de Segurança, que eu tive a cautela de ver. Não é o *airbag* traseiro que vai ajudar. Eu tenho uma preocupação, que é do próprio CONTRAN, com as crianças que estão na cadeira obrigatória, hoje obrigatória, pelo CONTRAN, que possam sofrer com o estouro e o sufocamento do *airbag*, se ele for acionado. Então, a pessoa, quem quiser ter o *airbag*, pode chegar na empresa e dizer: "Eu quero o *airbag*", e paga. Não é proibido ter o *airbag*.

O que nós estamos pedindo é que a gente respeite o CONTRAN, que é o órgão competente pela Lei, para impor os itens de segurança. E eles baixaram a Norma que as empresas terão que atender.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O autor, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, o que eu quero dizer primeiro é que se nós formos obedecer sempre às portarias do CONTRAN, não precisamos votar mais nada sobre a questão de trânsito. Desculpe-me o Senador Tuma, mas o Senado, ele é soberano para colocar regras maiores do que uma simples Portaria. A questão do... Que está proposta no, inclusive no Substitutivo do Senador Flexa Ribeiro, se refere apenas e tão-somente ao *airbag* duplo dianteiro. Não tem nada com o banco traseiro das crianças. Se bem que a Volvo, que é considerada a fabricante de maior segurança, tem nove *airbags* para colocar.

Então, o fato são *airbags* apenas, está sendo retirada a questão das barras de segurança do habitáculo, está sendo retirada como uma questão para o futuro. Então, o projeto se restringe, na forma do voto em separado do Senador Flexa Ribeiro, ao *airbag* duplo na frente. É assim que saem todos os modelos brasileiros para o exterior. O mesmo Fox que é vendido no Brasil sem *airbag*, para ser exportado, há exigência de colocação do *airbag*. Nos Estados Unidos, existe lei que obriga à instalação do *airbag*. Eu estive com o Ministro Furlan, o Ministro Furlan colocou que o governo vê com bons olhos, abre a perspectiva de retirar o IPI da fabricação de *airbag* para incentivar a redução do custo de *airbag*, que hoje é na faixa de 1500 reais, para a colocação. O projeto também é melhor do que a Portaria, porque não se refere a carros que já existem. São apenas os novos modelos a serem fabricados e com prazo de um ano.

Então, existe a cautela necessária. A indústria automobilística vive um de seus melhores momentos de vendas, de maneira que não será isso que vai impactar na venda de veículos, absolutamente. Eu tenho certeza que, do ponto de vista da vida, 50 mil brasileiros morrem, por ano, nas nossas estradas apenas, fora os que morrem no trânsito urbano. Nós não podemos deixar que o carro brasileiro, que é vendido aqui, não tenha instrumentos de segurança. E o mesmo carro, que é exportado tem sempre o *airbag*. De maneira que, eu apelaria no sentido da aprovação. É um projeto que eu apresentei em 2004 e, a cada dia que passa, há a necessidade dele se mostra mais imperiosa. Com a redução do IPI, sinalizado pelo Ministro Furlan, com o

fato de que os veículos exportados todos têm *airbag*, eu não tenho dúvida de que o Senado estará legislando a favor do consumidor brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande e, depois, Romero Jucá.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. Senhores Senadores, nós temos muitos itens que precisam ser observados com relação à segurança nas nossas rodovias, nossas vias urbanas e tudo o mais. A questão das estradas, das nossas rodovias, é uma questão fundamental. Mas, nós precisamos, de fato, de avançar tecnologicamente na exigência dos nossos veículos, do que é produzido aqui no Brasil. Acho que o primeiro projeto apresentado pelo Senador Eduardo Azeredo, projeto que estabelecia, de início, uma complexidade muito grande e um nível de exigência talvez acima daquilo que estivesse de acordo com a realidade brasileira. O Senador Flexa Ribeiro, acho que equilibrou bem o projeto na hora em que exigiu apenas os equipamentos na parte dianteira, na parte da frente do veículo e, de fato, os países que têm a preocupação com a segurança têm uma exigência com relação a esse equipamento. Então, o meu voto vai ser favorável ao Substitutivo do Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romero Jucá, Líder do Governo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu quero, ao encaminhar essa votação, me abstrair da posição de Líder do Governo, para votar como Senador. Há nove anos atrás, eu aprovei um Projeto igual a esse aqui no Senado. O projeto foi aprovado, seguiu para a Câmara, foi apensado a um Novo Código de Trânsito e terminou se retirando a questão do *airbag*, exatamente com as mesmas alegações que nós temos nove anos depois. Precisam ser estudadas as questões da segurança, do custo e tudo o mais. Eu quero dizer que, apesar de entender que a questão do custo é uma questão que pesa, eu acho que se nós formos avaliar, o Senador Eduardo Azeredo falou do posicionamento individual do Ministro Furlan sobre a questão de IPI, retirar o IPI do custo do *airbag*, eu garanto que essa renúncia fiscal de retirar o IPI do custo do *airbag* é muito menor do que o custo que a Saúde Pública gasta com as pessoas que são acidentadas por conta dos desastres sem ter o *airbag*. Seguramente isso é. Então, eu quero dizer que, apesar de entender o posicionamento do Senador Romeu Tuma e a posição do CONTRAN, como Senador, eu voto a favor do projeto do Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, para manifestar também a minha opinião no sentido de acompanhar o voto do Senador Flexa Ribeiro, porque entendo que o papel do Senado é exatamente demonstrar, cada vez mais, o aperfeiçoamento, o amadurecimento da legislação em favor do povo brasileiro. E projeto como esse demonstra exatamente esse sentido. Porque nós estamos adotando medidas que outros países, alguns até com condições financeiras da sua população em melhores condições, já o adotaram, mas tendo como prioridade a questão da segurança. E eu acho que esse é o papel do Senado, é o papel dessa Comissão, no sentido de que, se nós fôssemos fazer a verificação dos custos econômicos desse Projeto, nós não teríamos como fazê-lo, até porque nós estamos tratando de vida. E eu duvido, qualquer economista conseguir calcular o preço de uma vida. Eu voto acompanhando o Voto do Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos encaminhar a votação. Eu queria, eu não voto, mas queria me manifestar. Eu acho que nos termos em que o projeto foi apresentado, ele deveria ser aprovado. Porque, o *airbag* só na frente elimina a preocupação do Senador, a justa preocupação do Senador Romeu Tuma com as crianças que, obrigatoriamente, estão no banco de trás, naquela cadeirinha de segurança. Seria só na frente. Evidente que traz um custo adicional. Mas é um custo que todos os países europeus, americanos, Estados Unidos, Japão—

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Obrigatório é só nos Estados Unidos; na Europa, é facultativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Hoje é quase uma rotina, quase uma rotina a instalação do *airbag* porque ele é um mecanismo de proteção.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não sou contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós temos um nível de acidentes muito grande nas estradas brasileiras. E essas vítimas, quer dizer, o custo para a Saúde Pública, muitos ficam com problemas de deficiência permanente para retornar ao mercado de trabalho ou mesmo para as obrigações, o impacto do ponto de vista da Previdência Social. Então, eu vejo que é uma recomendação muito razoável, adequada ao padrão da nossa indústria automobilística, está sendo feito para os novos veículos.

E, digo mais, eu estou apresentando também um projeto exigindo o *transponder*, os *chips* em to-

dos os automóveis. Foi feita uma experiência agora, no Fox, todos os carros roubados foram recuperados. Todos. Todos os carros roubados foram recuperados. Se nós quisermos desmontar essa indústria de roubo de automóvel no Brasil e reduzir o custo do seguro dos automóveis, esses chips hoje têm um preço muito pequeno pelo resultado que trarão, em termos de segurança patrimonial e de redução no custo do seguro. Então, eu acho que o Senado deve enfrentar também essa questão. As novas tecnologias são instrumento de combate ao crime organizado, esses desmanches e essas quadrilhas que alavancam, evidentemente, a produção de automóveis, mas à custa, muitas vezes, do patrimônio daqueles que, inclusive fazem esforço imenso para ter o seu próprio carro.

Assim, como eu vejo que a segurança do veículo é aprimorada com *airbag* na parte da frente, eu duvido aqui quem tiver um filho dirigindo, aí logo depois de tirar carta, se não queria um carro com *airbag* na frente, para poder proteger. E se o custo realmente tiver a desoneração do IPI, que é uma coisa que devíamos estudar, a gente desonera os impostos e barateia e a preocupação principal, justa, do Senador Romeu Tuma, com as crianças no banco de trás, já estaria contemplada. Eu só quis expressar a minha opinião, me parece correto que o Senado sinalize claramente uma legislação que aponte para aprimorar a segurança dos passageiros. Senador Romero Jucá, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só um minutinho, eu não sou contra. Já falei com o Senador Eduardo Azeredo, que eu não sou contra. Eu só acho que teria que ter um prazo. Mas eu acho que também nós não podemos, Senador Eduardo Azeredo, V.Exa., que é preocupado e cuidadoso com isso, que nós vejamos os itens de segurança ativos, porque esse é passivo, o *airbag* é passivo. O ABS, por exemplo, é um item de segurança ativo porque ele evita o acidente. Então, são muitas coisas que a gente teria que discutir num bloco só. Então, eu não, nunca fui contra, falei para V.Exa., que era a dificuldade da instalação imediata do *airbag*.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, Sr. Presidente, era uma dúvida sobre outros equipamentos obrigatórios de segurança, mas a dúvida já foi esclarecida, aprovando o substitutivo, a proposta do Senador Flexa Ribeiro, esse ponto está atendido.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, atendidos os pressupostos todos, vamos à votação. Nós vamos respeitar a demanda do Relator de dar preferência à votação do

relatório. Derrotado o relatório do Relator, nós votaremos o voto em separado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Agora, eu concordo que o senhor faça o que quiser porque já vi a tendência da Casa e eu não posso, não tenho o porquê contrariar a vontade da maioria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, tendo acordo com o nobre Senador Romeu Tuma, nós votaremos o Requerimento apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, propondo alterar a ordem da votação para dar preferência ao voto em Separado. Senadores são favoráveis a alterar a ordem de preferência, dando preferência ao voto em separado, permaneçam como se encontram.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Assim, eu não serei derrotado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está registrado o voto contrário ao requerimento do Senador Romeu Tuma. Agora, vamos votar o voto em separado, que já foi aqui esclarecido que coloca, torna obrigatório o *airbag* na parte da frente dos veículos. Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. O Senador Eduardo Suplicy, Senador Romeu Tuma, contrários ao parecer, ao voto em separado e favoráveis... Senador Edison Lobão também. Três votos contrários ao voto em separado. Está aprovado o voto em separado do Senador Flexa Ribeiro. Portanto, a Comissão de Assuntos Econômicos encaminha--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, o item 03 da Pauta diz respeito a uma formulação sobre Precatórios. Nós estamos discutindo uma Emenda Constitucional exatamente para tratar do disciplinamento(F)--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Como o autor não está presente, eu vou retirar da Pauta.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, eu gostaria de pedir, eu estou solicitando um requerimento de uma audiência pública com o Procurador Geral da Fazenda Nacional, exatamente para discutir essa questão. Porque, da forma como o projeto é encaminhado, ele transforma em título executivo todos os Precatórios e isso é a falência arrecadatória do setor público por alguns anos. Então, eu gostaria de pedir, apresentar esse requerimento e pedir essa audiência pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Há acordo? Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou de acordo com o Senador Jucá até porque, da forma como foi apresentado o projeto, você vai ter uma moeda paralela, a emissão de moeda com os Precatórios. Então, acho que nós devemos, e o Senador Presidente Renan Calheiros tem uma PEC que trata exatamente deste assunto. Então, eu acho que a gente deve aprofundar. Talvez, como disse o Senador Jucá, fazer uma audiência pública para votarmos com mais conhecimento deste assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou encaminhar, Senador Romero Jucá, se V.Exa. me permite e o Relator também, eu vou pensar esse projeto à PEC do Senador Renan Calheiros porque trata do tema dos Precatórios, é uma matéria extremamente relevante, está apensado e aí, oportunamente, o Senador Romero Jucá quiser apresentar algum parecer de audiência pública, nós faremos na PEC. Mas, está apensado à PEC dos Precatórios.

Item 04 na Pauta. Projeto... Senador Garibaldi não está presente, está adiado por uma Sessão. O item 05 houve um pedido de adiamento da votação, por parte do Relator, Senador Fernando Collor. Está adiada a votação. O item 06, nós já votamos. Item 07 está sendo sugerido um arquivamento da matéria, é sobre as PPPs. Senador Garibaldi disse que tentaria chegar a tempo aqui, foi para a Reunião da Presidência do Senado.

E, dada a evolução da Reunião, nós vamos, portanto, terminar a Sessão da CAE e transferiremos todos os itens da Pauta para a próxima Sessão Ordinária, terça-feira. Agradeço a todos os Senadores e Senadoras pela presença.

Sessão encerrada às 12h05.

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E SETE DE MARÇO DE 2007, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e sete de março do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Fernando Collor, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko,

Paulo Paim, Ideli Salvatti, Sibá Machado, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Gilvam Borges, Valter Pereira, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Edison Lobão, Eliseu Resende, Jayme Campos, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Jonas Pinheiro, José Agripino, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Marconi Perillo, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores João Vicente Claudino, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho e Sérgio Guerra, tendo falta justificada em virtude de licença médica. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Presidente comunica o recebimento do seguinte documento, para conhecimento, Aviso nº 3/07 (nº 84, na origem), 12 de março de 2007, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de janeiro de 2007, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. O expediente será posteriormente encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Antes de dar início aos trabalhos o Presidente sugere a realização de Reunião Preparatória desta Comissão para exposição de representantes do Tesouro Nacional ou do Presidente do IBGE. Colocado em discussão, a Comissão delibera no sentido de realizar a exposição do Presidente do IBGE no dia 10 de abril próximo, e a exposição de representantes do Tesouro Nacional na reunião seguinte, dia 17 de abril. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2006, não terminativo, que “altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que “dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências” (Torna obrigatório a identificação de clientes, a informação de operações, a comunicação de transferências internacionais e aumenta os valores das multas)”, de autoria da Comissão Parlamentar Mista dos Correios – CN, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, não terminativo, que “dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem

de dinheiro”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares; com o Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2005, não terminativo, que “dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros; e com o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2006, não terminativo, que “acrescenta o inciso IX, ao artigo 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), para incluir o crime de fraude contra seguro no rol de crimes antecedentes”, de autoria do Senador Romero Jucá; tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece Parecer pela rejeição do PLS nº 48, de 2005; do PLS nº 193, de 2006; e do PLS nº 225, de 2006; e pela aprovação do PLS nº 209, de 2003, na forma do Substitutivo que apresenta. As Matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 22/03/07, foi apresentada ao PLS nº 209/03, a Emenda nº 07, de autoria do Senador Demóstenes Torres. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Pedro Simon, ao iniciar a discussão da Matéria, são apresentadas as Emendas nºs 08, 09 e 10, de autoria do Senador Romero Jucá, sendo que o Relator se manifesta contrário às referidas Emendas. Durante a discussão, o Senador Romero Jucá retira as Emendas nºs 09 e 10 de sua autoria. Anunciada a votação, é apresentado o Requerimento nº 01 de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 08, de autoria do Senador Romero Jucá. Colocado em votação, ressaltadas as Emendas, a Comissão aprova o Parecer do Relator, Senador Pedro Simon, que conclui pela rejeição das Emendas nºs 01, 03, 07 e 08, pela rejeição do PLS nº 48, de 2005, do PLS nº 193, de 2006, e do PLS nº 225, de 2006, e da Emenda nº 01-Plen, a ele apresentada; e pela aprovação do PLS nº 209, de 2003, com acatamento parcial das Emendas nºs 02, 04, 05 e 06, nos termos da Emenda nº 02-CAE (Substitutivo). Abstém-se de votar o Senador Francisco Dornelles, que apresenta Declaração de Voto. Colocado em votação o Requerimento nº 01 de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 08, a Comissão aprova a Emenda, que será incorporada ao Parecer do Relator. Abstém-se de votar os Senadores Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, Renato Casagrande e Jefferson Péres; Item 02-Ofício “S” nº 02, de 2007, não terminativo, “em atendimento ao § do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informa que o Governo do Estado de Pernambuco procedeu licitação para a exploração, mediante concessão patrocinada, da Ponte de Acesso e Sistema Viário do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva e encaminha informações e documentos atinentes ao referido procedimento”, de

autoria da Secretaria de Planejamento de Pernambuco, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer pelo arquivamento da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2003, terminativo, que “altera o artigo 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e o artigo 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, autorizando o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão do crédito rural”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao Projeto com o acolhimento da Emenda nº 01, de autoria da Senadora Kátia Abreu. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Em 06/03/07, após a leitura do Relatório pelo Senador Osmar Dias, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Resolução do Senado nº 11, de 2007, não terminativo, que “altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, o Regimento Interno do Senado Federal, acrescentando parágrafos ao art. 99, estabelecendo que o Presidente do Banco Central do Brasil compareça trimestralmente à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, para expor os fundamentos e a forma de execução da política monetária”, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2004, terminativo, que “altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, para incluir a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias de números administradas pela Caixa Econômica Federal”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Fernando Collor, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01, de autoria do Senador Cícero Lucena, e pela rejeição da Emenda nº 02, de autoria do Senador Romero Jucá. Em 06/03/07, após a leitura do Relatório, a Presidência adia a discussão e votação da Matéria. Em 07/03/07, foi apresentada a Emenda nº 01, de autoria do Senador Cícero Lucena. Em 20/03/07, foi apresentada a Emenda nº 02, de autoria do Senador Romero Jucá. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Fernando Collor, e colocada a Matéria em discussão, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Cícero Lucena, Antônio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto, com a Emenda nº 01-CAE apresentada, e rejeita a Emenda nº 02, por 15 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2003, terminativo,

que “dá nova redação ao § 6º, do artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, modificado pela Lei nº 10.690 de 16 de junho de 2003, que ‘dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências’”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Jayme Campos, e colocada a Matéria em discussão, fez uso da palavra o Senador Flexa Ribeiro. Colocado em discussão, a Comissão rejeita o Projeto; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2003, não terminativo, que “altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do referido Fundo”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 06/03/07, após a leitura do Relatório pelo Senador Mão Santa, foi concedida Vista ao Senador Romeu Tuma, que devolveu sem manifestação. Em 21/03/07, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Edison Lobão, concluindo pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2007, terminativo, que “altera o Decreto nº 83.304, de 28 de março de 1979, para excluir a possibilidade de recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais, na hipótese de decisão de segunda instância ter negado provimento a recurso de ofício”, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2004, terminativo, que “dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre os veículos automotores que especifica, e dá outras providências”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta, e com acolhimento da Emenda nº 04, de autoria da Senadora Kátia Abreu. Em 06/03/07, após a leitura do Relatório pelo Senador Arthur Virgílio, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 20/03/07, foi apresentado Voto em Separado de autoria do Senador Romero Jucá, concluindo pela rejeição

do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2006, Complementar, não terminativo, que “acrescenta inciso ao artigo 19 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1965, que regulamenta o sistema financeiro nacional, para permitir a instituição, pelo Banco do Brasil, de linha de crédito e sua atuação no mercado imobiliário”, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer pelo arquivamento da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2005, não terminativo, que “altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (reduz o percentual de participação da Compensação Financeira sobre a Exploração de Recursos Minerais (CFEM) incidente sobre os bens minerais de aplicação imediata na indústria da construção civil)”, de autoria do Deputado Ricardo Izar, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Em 20/03/07, foi apresentada a Emenda nº 01, de autoria do Senador Romero Jucá. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2006, terminativo, que “altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir a pneumopatia grave entre as moléstias cujos portadores são beneficiados com a isenção do imposto de renda sobre seus proventos de aposentadoria ou reforma”, de autoria do Senador Romeu Tuma, tendo como Relator o Senador Gilvam Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2004, terminativo, que “altera dispositivo da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 (Beneficia pela compensação financeira os Estados e Municípios que possuem nascentes de rios, cuja vazão é aproveitada para a geração de energia em hidrelétrica.)”, de autoria do Senador Tião Viana, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valada-

res, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A apreciação da Matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2005, não terminativo, que “dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, internet ou outro meio similar”, de autoria do Deputado Wellington Fagundes, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, ordinária, a realizar-se em 27 de março de 2007, às 10 horas, na realidade, às 10h24, hoje estamos atrasados, na sala de Reuniões nº. 19, ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram.

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Comunico aos membros que essa Comissão recebeu o seguinte documento para o seu conhecimento: Aviso nº. 03/2007, nº. 84 na origem, de 12 de março de 2007, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 48 da Resolução do Senado Federal em nº. 43/2001, Relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de janeiro 2007; tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios. O expediente será posteriormente encaminhado aos membros da Comissão, por meio de ofício circular.

Eu queria, preliminarmente, comunicar que a Mesa da Casa e os Presidentes de Comissão acordaram alguns procedimentos de funcionamento das Comissões. O primeiro: Nenhuma atividade da Comissão será feita fora do dia da nossa Reunião, terça-feira. Qualquer atividade extra só poderá ser feita na

segunda ou na sexta, porque nós temos 11 Comissões funcionando--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não entendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): As nossas atividades, Audiências Públicas, devem ser programadas para serem realizadas nas terças-feiras pela manhã.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Na terça-feira?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Na terça-feira. Por quê? Nós temos três Comissões terça; quatro na quarta e quatro na quinta-feira. Se uma Comissão programa uma Audiência Pública no dia da outra, acaba complicando muito a presença dos Senadores. Havia um número de reclamações muito grande em relação ao funcionamento das comissões. Então, a grade de funcionamento das Comissões é rígida. Cada Comissão deve programar suas atividades no seu dia de funcionamento e evitar qualquer outra agenda fora da programação ordinária, especialmente o período da manhã, que é o período de funcionamento das demais Comissões.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas nós vamos ficar numa posição, a nossa Comissão, muito difícil. Porque tem, lá pelas tantas, tem Projeto complicado e, lá pelas tantas, nós temos que convocar o Ministro da Fazenda, etc. e tal. A nossa Comissão aqui, com todo o respeito, não é igual às outras. Ela é mais difícil de atuação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, então, isso foi ponderado, nós vamos ver se for possível fazer uma audiência especial a gente negociar alguma outra alternativa. O problema é que na quarta-feira de manhã tem a CCJ e mais três Comissões. E na quinta-feira tem CAES, tem Comissão de Direitos Humanos, enfim, tem quatro Comissões. Então, o funcionamento da Casa hoje, ele exige que cada Comissão busque realizar as suas atividades preferencialmente no horário da sua Comissão.

Então, a Audiência Pública com o Ministro nós faremos às terças-feiras. O que nós poderemos fazer, eventualmente, é usar outro período, por exemplo, segunda ou sexta-feira, seguramente poderíamos utilizar, se for necessário, e aí nós combinaremos com antecedência, para evitar atropelos do funcionamento das Comissões. A segunda recomendação da Mesa é que só sejam criadas duas Subcomissões por Comissão. Porque tinha sido criada uma média de quatro por Comissão, vezes 11, é absolutamente impossível funcionar, não tem nem espaço físico para que isso acontecesse e nem Senador disponível.

Então, nós vamos ter que rever o critério de criação das nossas Subcomissões, deixarei para o final da nossa audiência, como é que nós vamos encaminhar. Nós temos uma Comissão permanente, que é uma Subcomissão da CAE, mas é uma responsabilidade da CAE, que é aquela Comissão dos Assuntos Municipais e temos também demanda na questão tributária, do ponto de vista da Comissão de Acompanhamento de Matérias referentes à Reforma Tributária. Tínhamos, ainda, uma de Assunto Previdenciário, Marco Regulatório. Então, nós tínhamos quatro, nós vamos ter que reduzir a duas e faremos isso ao final da nossa Reunião de hoje.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Queria cumprimentar essa decisão porque realmente está difícil acompanhar, e as Subcomissões, tem algumas que são sérias e importantes, devem prevalecer, mas se estavam criando muito por objetivos quase que individuais.

Então, eu falei com o Presidente que estava difícil de acompanhar, ficar quatro... Em quatro, como titular; quatro como suplentes. Fora as Subcomissões.

Agora, eu perguntaria a V.Exa. se Comissão Especial, por exemplo, de investigação de um fato que tenha que ser visto, designação de Senadores para acompanhar qualquer fato que vai à decisão, essa não será--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Essa não é uma Subcomissão...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Ela terá decisão...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Será designada uma tarefa específica, evidentemente, nós poderemos fazê-la.

Bom, assim sendo, vamos dar início, então, à nossa Ordem... Ah, outra questão, nós tínhamos acatado, no início dos trabalhos, a sugestão do Senador Dornelles, de realizarmos reuniões preparatórias para quem tiver interesse em ter acesso a informações relevantes da conjuntura econômica. Há duas sugestões, e eu pediria aqui qual é a preferência da nossa Comissão. Há uma sugestão, feita pelo Secretário do Tesouro Nacional, para fazer uma apresentação sobre toda a evolução da Dívida Pública, toda a colocação de títulos no exterior, a evolução, os componentes prefixados, os lançamentos dos yields, qual foi o... Nós estamos conseguindo colocar título, agora, com dígito, que é uma coisa que não acontecia há meio século, em real, no mercado internacional. Então, ele queria

fazer uma apresentação geral do Tesouro Nacional, da Dívida Pública, do seu perfil, o desenho, a estratégia, o acompanhamento que está sendo feito. Essa é uma sugestão.

E a outra sugestão é do IBGE, a mudança de metodologia do cálculo do PIB, que também é uma mudança significativa, é uma mudança metodológica, que são a utilização dos Censos do ano de 2000 e nós poderíamos marcar para terça-feira próxima uma das duas alternativas: ou o Presidente do IBGE, para fazer uma apresentação, os técnicos do IBGE, sobre a mudança de metodologia, antes da nossa Reunião, faríamos das nove às 10. Ou, o Tesouro Nacional para fazer uma apresentação sobre a Dívida Pública. Há alguma preferência dos Senadores? Não, a nossa idéia era fazer um pouquinho... Fazer na outra semana, depois da semana Santa? Está ótimo. E qual a preferência, IBGE ou Tesouro Nacional?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: IBGE.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): IBGE? Então, faremos o IBGE depois da Semana Santa, na terça-feira, pela manhã, uma apresentação da evolução do PIB, metodologia de cálculo, mudança metodológica, para que a gente tenha uma discussão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nove horas, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas nós faríamos, eu acho melhor, sendo realista, a gente fazer das 09h30 às 10h30, mas às 9h30 mesmo começa a exposição; às 10h30 interrompe a exposição. Às nove? Você, com essa idade, essa experiência, essa vivência, esse compromisso parlamentar, sempre chega na hora.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Senador Wellington Salgado, que é um homem da noite, um homem vivo, nem sempre consegue acordar às 09h00. A minha única questão é se for 09h00, é 09h00 mesmo.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Pela ordem, Presidente, por que não 8h30? Porque aí o dia rende mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Esse é um homem do campo, do arado--

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Quem levanta cedo, o dia rende, é uma boa idéia, 8h30.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Nós estamos chegando dos estados.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Não, nós estamos aqui, nós chegamos às 08h00 da manhã--

SENADOR ROMEUTUMA (PFL-SP): Presidente, quero fazer um protesto. O Wellington, a Comissão que ele preside, ele começa às 8h45. É a primeira.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Na quarta-feira?

SENADOR ROMEUTUMA (PFL-SP): Na quarta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por isso que na terça-feira ele não consegue acordar cedo. É um sacrifício que o abala pela semana inteira.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele não dorme.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele não dorme.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele passa a noite—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Refletindo sobre os assuntos da República. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu quero ler o relatório sobre o 21, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos iniciar. Então, é o seguinte: Terça-feira, após a Semana Santa, às 09h00, em ponto, estará aqui o Presidente do IBGE, para fazer uma exposição sobre o PIB e mudança metodológica, para que a gente tenha... E outras contas de interesse dos Senadores, está certo? E, na outra terça, nós faremos, com o secretário do Tesouro Nacional, uma apresentação sobre Dívida Pública.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Pedro Simon, com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar eu quero agradecer ao nobre Presidente a gentileza de ter me entregue para eu relatar esse Projeto. Há muito tempo que esse tipo de Projeto não chega à minha mão. Porque o nosso líder, à época, ele achava que eu era uma pessoa já superada, Sr. Presidente, pela idade, por muito tempo. Então, eram pessoas mais jovens e mais identificadas com ele que podiam pegar esse tipo de Projeto. Eu agradeço a V.Exa., deve ser iniciativa sua, e ao lado da iniciativa sua não deve ter tido nenhum veto da liderança do MDB para que relatasse esse Projeto.

Eu acho muito importante essa discussão que vem de longe, esses vários Projetos que estavam tra-

mitando e que nós reunimos todos eles. E, junto com eles, propostas de V.Exa. e propostas da liderança do governo e propostas da Fazenda que vieram em torno de uma matéria que, há muito tempo, nós estávamos esperando. E eu creio, Sr. Presidente, que, fruto do debate de todo o Congresso, nós estamos chegando a uma fórmula que vai, realmente, ser um avanço tremendamente grande sobre essa matéria.

Retoma essa Casa e essa Comissão, em razão da aprovação do Requerimento de tramitação conjunta e para o exame prévio a remessa à Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei do Senado, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que dá nova redação ao dispositivo da lei 9613, objetivando tornar mais eficiente a perseguição penal aos crimes de lavagem de dinheiro. Tramitam conjuntamente os Projetos 48/2005, do Senador Antero Paes de Barros; requerimento idêntico ao primeiro. E o Projeto nº. 193/2006, do Senador Romero Jucá, que torna obrigatória a identificação dos clientes e informação de operações e comunicação de transferências internacionais e anuncia os valores de multas e dá outras providências.

Trata-se do exame pela Comissão de Constituição e Justiça dos seguintes Projetos: 209, Antônio Valadares, que dá nova redação ao dispositivo da Lei 9613, de 1998, objetivando tornar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro; Projeto 48/2005, Senador Antero Paes de Barros, com ementa idêntica ao primeiro. Projeto 193/2006, Senador Romero Jucá, que acrescenta o inciso 9º ao art. 1º da lei 9613, de 03 de março de 1998, Lei de Lavagem de Dinheiro, para incluir o crime de fraude contra o seguro no rol dos crimes antecedentes. O Projeto de 2.225/2006, da Comissão Parlamentar Mista de Correios, que torna obrigatória a identificação de clientes e informação de operações e comunicação de transferências internacionais e aumenta os valores das multas e dá outras providências.

Foram apresentadas seis Emendas ao Projeto 209. E uma Emenda ao Projeto 225 e o relatório apresenta pela rejeição das Emendas 01 e 02, apresentadas ao Projeto de Lei 209 e pela rejeição da Emenda 48/2005, ao Projeto 193/2006, e pelo Projeto 225/2006. Emendas de Plenário, e ele pretende que seja aprovado o Projeto de Lei 209/2003 o acatamento parcial das Emendas 02, 04, 05 e 06, a ele apresentadas na forma de substitutivo. As principais alterações são, prezados colegas: Extingue o conceito de crime antecedente e aumenta a penalidade máxima de 10 anos para 18. Penaliza também quem utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores que sabe ou deveria saber serem provenientes de infração penal.

A colaboração ou a delação será negociada pelo Juiz e pelo Ministério Público, mantida em termo separado e sob sigilo. Penaliza o agente que efetua transações ou operações com o fim de evitar a comunicação obrigatória das transações financeiras. Nos casos de prisão preventiva, o réu não poderá obter liberdade provisória, mediante fiança, e nem apelar em liberdade, ainda que primário e de bons antecedentes. A fiança, quando possível, será fixada proporcionalmente aos bens, direitos e valores envolvidos na infração penal, podendo atingir até o total do valor estimulado na prática criminosa.

Quando o Juiz decretar a apreensão dos bens, poderá fazê-lo também dos existentes em nome de prepostos. Inclui a possibilidade de pessoa física para a administração de bens apreendidos. A destinação dos bens definitivamente tornados será utilizada pelos órgãos públicos encarregados da prevenção e de combate da ação penal do julgamento dos crimes previstos nessa Lei. Os instrumentos do crime sem valor econômico, cuja perda em favor da União ou do Estado for decretada, serão inutilizados ou doados a museu criminal ou à entidade pública, se houver interesse na sua conservação. Acrescenta novas pessoas físicas ou jurídicas que podem estar sujeitas à Lei, que deverão adotar políticas, procedimentos e controles internos compatíveis com o seu porte e volume de operações, manter cadastro atualizado por 16 anos e atender às requisições das autoridades competentes. Altera multa de 1% até o dobro do valor da operação ou até 200% do lucro obtido ou o que presumivelmente será obtido pela realização da operação ou, ainda, multa de até 20 milhões de reais.

Altera a composição do COAF, que será composta por servidores públicos designados em ato do Ministro de Estado da Fazenda, dentre os integrantes do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários, da Superintendência de Seguros Privados, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, da Secretaria da Receita Federal, da Agência Brasileira de Inteligência, do Departamento de Polícia Federal, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça, do Ministério da Previdência Social e da Controladoria Geral da União, atendendo à indicação dos respectivos Ministros de Estado. O Banco Central manterá registro centralizado, formando o cadastro geral de correntistas e clientes de instituições financeiras, bem como de seus procuradores. As transferências internacionais e os saques em espécie deverão ser previamente comunicados a instituições financeiras, nos termos, limites, prazos e condições fixados pelo Banco Central do Brasil. O Ministério Público orientará e coordenará a investigação de Autoridade Policial e

será auxiliado por representantes do Banco Central do Brasil, da Receita Federal, da Comissão de Valores Mobiliários e da COAF. Se necessário para a investigação, os representantes do órgão desse artigo participarão de diligências junto com a Autoridade Policial. A Autoridade Policial e o Ministério Público terão acesso aos dados cadastrais do investigado, que informam qualificação pessoal, filiação e endereço, independentemente de autorização judicial, mantidos pela Justiça Eleitoral, pelas empresas telefônicas e pelas instituições financeiras. É esse o substitutivo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Querida, Senador Pedro Simon, parabenizar a Relatoria. Eu considero esse Projeto um dos Projetos importantes nesse esforço do Senado Federal de combater o crime no país. Acho que avançamos, quando aprovamos uma legislação que tipifica as organizações criminosas, agrava as penas e, portanto, avança na legislação, em relação a uma matéria de grande interesse da sociedade, em função de toda essa crise da violência, e considero que essa proposta da lavagem do dinheiro, cuja essência desse Projeto, apesar de terem várias iniciativas legislativas, foi criada no ENCLA, então, participou a Polícia Federal, o Ministério Público, Juízes, a Receita Federal, Banco Central, COAF, foram várias instituições que trabalharam junto na construção desse subsídio, agora, tão bem relatado pelo Senador Pedro Simon.

Eu vejo que nós temos aqui avanços essenciais, quer dizer, nas multas, pode chegar inclusive, por exemplo, a liberdade provisória chega no valor do objeto que está sendo investigado. Portanto, não é mais aquela multa simbólica para dar liberdade provisória. Agrava todas as multas, acaba com a eliminação do rol de crimes antecedentes, quer dizer, ocultar bens pode ser identificado como lavagem de dinheiro. Então, acho que é um avanço muito grande em toda a concepção do Projeto. No entanto, nós temos ainda três Emendas sobre a Mesa e vamos abrir para a discussão do Projeto e para debater as Emendas que foram apresentadas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Querida cumprimentar o Senador Pedro Simon pela inteligência da unificação dos três Projetos em discussão, só que eu vou... Eu acho que o art. 17-B e o C, trazem uma inconstitucionalidade. Eu conversei com o Senador Valadares, que me parece o autor dessa Emenda, que o Ministério Público orientará e coordenará a investigação e

ção da Autoridade Policial. Isto é inconstitucional e nós estamos criando uma situação de dificuldade, por quê? Porque a própria Constituição, a investigação policial é da autoridade de Polícia Judiciária. O Ministério Público tem, a qualquer tempo, o poder de intervir, porque ele é o fiscal da lei, é o fiscal do inquérito policial. Quando se pede prorrogação de prazo ou qualquer pedido ao Juiz, imediatamente ele dá vistas ao Ministério Público e requisita, ou não, outras diligências, podendo até, na denúncia, rejeitar o inquérito policial. Se ele for orientar, ele trará uma consequência grave contra o advogado de defesa e a Constituição diz: “Ninguém poderá ser julgado sem um advogado de defesa”.

Então, como é que você faz... O Ministério Público, ao orientar a investigação, ele trará prejuízo, porque não vai a intervenção do advogado de defesa na—
[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu pediria silêncio--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Parte inquisitorial. Então, se não aceitar as Emendas do Senador Romero Jucá, eu vou pedir vista, com todo o respeito ao Senador Pedro Simon, porque eu acho importante que isto não vá adiante.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Peço a palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Um minutinho só, já passarei ao Relator. Vamos só aguardar a ordem de inscrição para ouvir os outros Senadores antes do pronunciamento do Relator. Senador Francisco Dornelles, com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, queria, inicialmente, cumprimentar o trabalho realizado pelo Senador Pedro Simon, que, como todos os trabalhos que ele sempre realizou, merecem todo o respeito, todo o acatamento e é sempre condizente com o seu preparo, com a sua inteligência, com a sua grandeza.

Eu devo dizer ao senhor, Presidente, que não é matéria que eu me considere um especialista. Mas eu vou fazer duas observações decorrentes de experiências que eu tive na Administração Pública, seja como Procurador Geral da Fazenda e, principalmente, como Secretário da Receita. Existe sempre uma área cinzenta, relacionada com a atribuição de vários órgãos da Administração Pública. E existe uma disputa entre esses órgãos para ocupar essa área. Existe, entre a Procuradoria da Fazenda e a Secretaria da Receita, no campo da cobrança de impostos; entre a Polícia e a Receita, no campo aduaneiro, que ensejou, inclusive, que V.Exa. se lembra, um dispositivo constitucional; entre o Ministério Público e a Polícia. De modo que existe sempre essa dúvida a quem é a competência.

Agora, nós temos aqui na Constituição um artigo 159 que define... O 129 que define as funções do Ministério Público. E eu entendo que o inquérito policial é competência da Polícia. À Polícia Federal... À Polícia cabe fazer o inquérito. E com base nos dados do inquérito é que o Ministério Público faz ou não faz a denúncia. Sobre esse assunto, Presidente, eu pediria para ler quatro linhas de um parecer do brilhante advogado Evaristo de Moraes, em que ele diz: “A Polícia Judiciária é quem tem atribuição de investigar, ainda sob o controle externo do Ministério Público. Qualquer interpretação deturpada do novo dispositivo, a ensejar o entendimento de que o Ministério Público poderá conduzir a investigação, impondo ao Delegado de Polícia as suas diretrizes, está a viciar o procedimento investigatório, desde a origem”. Por esse momento, eu concordo com o Senador Tuma em relação a esse art. 17, que nós estamos dando ao Ministério Público atribuições que a Constituição não lhe dá. Eu tenho pelo Ministério o maior respeito. Eu defendi, na Constituição, a independência do Ministério Público, mas eu acho que o Ministério Público não pode ter e nem pode entrar numa área que é competência específica da Polícia Federal.

O segundo ponto, Sr. Presidente, eu tenho muito receio que, no momento em que se estabelece regras para punir, vamos dizer, no nome vulgar, os grandes tubarões, nós venhamos pegar a pequena empresa, o pequeno empresário, ao camelo, que se torna empresário. Vamos ver a situação seguinte, vamos pensar num camelo que passou, durante muito tempo, vendendo e trabalhando na informalidade. Resolve ele entrar na formalidade e constituir uma empresa. Constitui uma pequena empresa. A Receita chega e pede a origem dos seus recursos para constituir aquela empresa. É uma sonegação, não há dúvida. Ele não teve condições de provar a origem daqueles recursos. Agora, no momento em que ele paga o imposto, a punibilidade acabou. Isso já é, inclusive, instituído numa Súmula Supremo. No momento em que a pessoa que deve o imposto e paga, a punibilidade acabou. Olha, o que é que vai correr, da maneira que está colocando? Pelo Projeto, no momento em que o microempresário, no momento em que o pequeno empresário legaliza, aquilo não é só crime de sonegação. É crime de lavagem de dinheiro.

Então, nós vamos ter, querendo pegar os grandes tubarões, vamos atingir pequenos empresários, pessoas que querem entrar na formalidade. O que eu acho que é um assunto que tem que ser examinado com maior cautela. Essas, Sr. Presidente, são as ponderações que eu queria fazer. Muito obrigado.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, como é do conhecimento dessa Comissão, essa proposição é da minha iniciativa, o PLS 209/2003, que teve como Relator escolhido por V.Exa. o eminente Senador Pedro Simon. No decorrer da tramitação dessa matéria, a pedido de entidades interessadas na descoberta, na investigação da lavagem do dinheiro, me sugeriram a apresentação de uma Emenda que foi incluída, a Emenda nº. 04/2005, onde ela prevê a participação do Ministério Público, do Ministério da Previdência Social e da Controladoria Geral da União no rol dos órgãos que podem participar junto ao COAF da questão investigatória.

O Ministério Público, através de sua legislação específica, a Lei Orgânica do Ministério Público, prevê que esta entidade, essa instituição pode participar, pode integrar qualquer Conselho que venha ao encontro dos interesses da atividade do Ministério Público. Portanto, não se trata de uma ilegalidade, pelo contrário, de um reforço já previsto na lei que criou, na Lei Orgânica do Ministério Público.

Ao apresentar uma Emenda referente ao art. 17-B, o nobre Relator praticamente prevê ou estabelece, fixa, que o Ministério Público é o dono da ação ou é o dono da investigação, do Inquérito Policial, quando isso cabe, pela Constituição, à Polícia.

Segundo o art. 17 – B, o Ministério Público orientará e coordenará a investigação da Autoridade Policial. Quer dizer, durante o processo do inquérito, o Ministério Público está acima da ação da Polícia, o que é, a meu ver, inconstitucional e não está de acordo com os ditames da lei que criou--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antônio Carlos Valadares--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Que criou o Ministério Público. Já encerrando, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não, só uma pergunta. Esse texto está na origem do seu Projeto. V.Exa. está encaminhando contra pela inconstitucionalidade?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está retirando a Emenda?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu fiz uma Emenda, está aqui a Emenda nº. 04.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Hum.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Incluindo o Ministério Público e outros no Conselho para fazer as devidas investigações.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim, mas está retirando a Emenda onde o Ministério Público--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, eu estou realmente dando uma nova redação a este artigo que está sendo contestado até pelo Senador Romeu Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Romeu Tuma e Francisco Dornelles. V.Exa. também está criticando o artigo.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu estou de acordo com eles.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, encerrando Sr. Presidente, o Substitutivo, no mais, é da maior importância, da mais alta relevância. O Senador Pedro Simon estudou detidamente a matéria e apresentou um relatório que merece os nossos elogios, salvo essa restrição. Apenas duas sugestões contidas no Projeto original não foram acatadas. Primeiro, a quebra do sigilo bancário durante toda a atividade investigatória. Isso o Relator não aceitou e que as informações sobre quebra de sigilo bancário e telefônico sejam completas, analíticas e inteligíveis. Ele também não aceitou.

Então, o Relator acatou as seguintes propostas: Fiança pesada e proporcional ao que foi movimentado criminosamente; o seqüestro de bens e dinheiro ou valores durante o inquérito; a inclusão da delação premiada a todo o partícipe do crime que se arrepender e quiser espontaneamente colaborar no seu esclarecimento terá a sua pena atenuada; inserção do Ministério Público no bojo dos trabalhos do próprio órgão investigador dos crimes de lavagem, COAF, conselho. Quer dizer, esta parte aqui é que está sendo contestada pelos Senadores e o ideal seria, ao meu ver, que se atendesse ao que especifica a Emenda nº. 04 era só, Sr. Presidente. Agradeço a V.Exa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós temos mais um inscrito para discutir a matéria.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu pediria o seguinte--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Relator quer se pronunciar agora?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Apenas se V.Exa. me permite—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Lógico.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu faria o pronunciamento no seguinte sentido: É que o Senador Tuma pediu vista, se eu não aceitar a Emenda—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, o Senador Tuma disse—

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Se eu não aceitar a Emenda agora. Eu não vou aceitar a Emenda agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Depois nós vamos encaminhar essa questão do pedido de vista. O Senador Tuma, Demóstenes e Antônio Carlos Valadares argüiram que a Emenda, o texto onde estabelece que o Ministério Público coordenará e orientará a investigação policial é inconstitucional e citaram o parecer do eminente jurista Evaristo de Moraes Filho, argumentando que é inconstitucional e pedindo a V.Exa. que acate a Emenda. Mas vamos aguardar a conclusão do debate e, ao final, o Relator se pronuncia. Senador Valter Pereira—

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Nenhuma Emenda ainda entrou em discussão--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com a palavra, para a discussão ainda da matéria.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, senhores membros da Comissão, efetivamente, o parecer lavrado pelo ilustre Relator Pedro Simon confere um aprimoramento muito grande no combate ao crime organizado. No entanto, a ressalva apresentada pelo ilustre Senador Romeu Tuma procede. De fato, o art. 17, letra b, está propiciando ao Ministério Público uma certa usurpação de poder. Está entrando esse órgão numa seara que lhe é vedada pela Constituição e pela Lei. Portanto, não deve prosperar o parecer, salvo na hipótese de, aproveitando alguma Emenda que corrija este defeito de constitucionalidade e de legalidade, lhe dê condição de aprovação. Do contrário, estaremos comprometendo um trabalho extremamente primoroso, que, sem dúvida alguma, será uma grande ferramenta para o fim a que se destina.

Portanto, Sr. Presidente, ao apoiar o pedido de vista proposto pelo ilustre Senador Romeu Tuma, eu espero que, na próxima Sessão, tenhamos uma solução para esse problema que já salta aos olhos da maioria dos componentes desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós só discutiremos a vista ao final da discussão da matéria. Senador Renato Casagrande, depois Wellington Salgado e depois o líder Romero Jucá, depois a Senadora Ideli. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. Só para que eu possa... Eu, acabou... Eu recebi uma sugestão de uma Emenda, mas não tive tempo hábil de apresentá-la. Se for pedida vista, depois a gente pode até verificar se tem outra oportunidade. Mas, eu quero apresentar pelo menos como sugestão ao Relator, Senador Pedro Simon. O Art. 17-C do Projeto, ele diz que a Autoridade Policial e o Ministério Público terão acesso aos dados cadastrais do investigado, que informam qualificação pessoal, filiação e endereço, independente de autorização judicial mantidos pela Justiça Eleitoral, pelas empresas telefônicas e pelas instituições financeiras.

A minha proposta, minha sugestão, nesse caso, é que nós possamos acrescentar às empresas telefônicas e às empresas de instituições financeiras também os provedores de internet e de cartões de crédito porque, esta inclusão, Sr. Presidente, dos provedores de internet e dos cartões de crédito é importante porque a atividade criminosa, organizações criminosas, elas são suspeitas de lavagem, suspeitas de lavagem de dinheiro e movimentam cerca de 10 bilhões de dólares, dinheiro do tráfico de drogas, de contrabando. Utilizam para tal fim, além dos acessos especificados, que já estão incluídos, também os computadores, Internet e os cartões de crédito.

Então, a minha sugestão, que eu faço ao Senador Pedro Simon, como sugestão nesse momento, é que ele possa acrescentar ao 17-C a expressão “dos provedores de internet e cartões de crédito”. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Relator ouviu a sugestão, Senador Pedro Simon?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vou entregar formalmente para ele a sugestão, como sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A sugestão de incluir na solicitação de informações cadastrais, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu concordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Incluir, na solicitação de informações cadastrais, provedores de internet e cartões de crédito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu concordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com a palavra, o nobre Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sr. Presidente, aquele que acorda mais cedo. Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Segundo observadores atentos é porque passa a noite em claro. Mas de qualquer forma não altera o resultado.

[risos].

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu estava aqui a conversar com o meu maior conselheiro para assuntos de Receita Federal, que é o Senador Dornelles, e nós discutíamos e conversávamos, para termos o cuidado de não transformarmos um crime fiscal em crime de lavagem de dinheiro. Porque, do jeito que está colocado aqui, isso pode acontecer. E segundo, é o que o Senador Pedro Simon, que fez voto de pobreza, botou uma multa de 20 milhões, quer dizer, para quem não está acostumado a ver dinheiro V.Exa. jogou o número lá em cima, bem alto. A multa de até 20 milhões, só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): S. Exa. deve estar assustada mesmo, para um país em que ninguém paga nada, de repente, falar em 20 milhões, ele deve estar apavorado. Principalmente quem tem--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RO): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores. Sr. Presidente, queria botar um pouco de ordem aqui na discussão dessa matéria, que é extremamente importante. É uma matéria que foi muito bem colocada. O Senador Pedro Simon aprimorou a proposta. Sem dúvida nenhuma, merece todo o aplauso o trabalho realizado pelo Senador Pedro Simon. Nós concordamos basicamente com a grande maioria dos dispositivos e apresentamos apenas três Emendas, que são Emendas supressivas, que tratam exatamente dessa questão da posição do Ministério Público perante o processo de investigação.

O que é que eu queria propor? Eu queria propor que nós não pedíssemos vista, votássemos hoje essa matéria. Nós votaríamos o texto ressalvadas as três supressões e depois votaríamos em Globo as três supressões e o Plenário se manifestaria. Eu acho que é importante dar andamento a essa matéria e é importante votar, e eu sei que o Senador Pedro Simon, não

é o pedido de vista que vai mudar o entendimento dele. Portanto, ele já, ele já tem se manifestado assim. Eu acho que nós teríamos... As três supressões seriam: A supressão do artigo 17-B; artigo 17-C e a supressão do artigo art. 9º, no inciso XVIII, que trata da questão da regulamentação das empresas fora do país, ou seja, em outros países, no que diz respeito à legislação vigente. São esses três... São essas três supressões, o restante a liderança do governo encaminha favoravelmente ao texto do Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): As duas primeiras Emendas dizem respeito à mesma preocupação manifesta pelo Senador Francisco Dornelles, Antônio Carlos Valadares e Valter Pereira, que diz respeito ao papel do Ministério Público coordenar e orientar que, para todos esses Senadores, seria uma definição inconstitucional. E, portanto, como alegou o Senador Romeu Tuma, feriria um princípio constitucional.

Sobre a competência de investigar ou não do Ministério Público, eu vou reafirmar mais uma vez, isso está, há uma Adin que está sendo julgada no Supremo, cujo Relator é o Ministro Lewandowski, e que, seguramente, vai definir, de forma definitiva, qual é a competência específica da Autoridade Policial, do Ministério Público no processo de investigação. Agora, o texto como está vai além dessa competência concorrente. Ele está dando uma hierarquia no processo de investigação. O Ministério Público coordena e orienta. E, a partir daí, o Senador Francisco Dornelles, em base ao texto do jurista Evaristo de Moraes Filho, mais o Senador Romeu Tuma, Valter Pereira e Antônio Carlos Valadares, argüiram a inconstitucionalidade. Nós vamos, ao final do processo, ouvir o Relator.

Agora, o Senador Adelmir Santana. E a Senadora Ideli pediu a palavra, é a última inscrita.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu pedi a palavra apenas para me solidarizar com as colocações feitas pelo Senador Dornelles, pelo Senador Jucá, bem como a posição do Senador Romeu Tuma e achar que, com essas supressões, realmente a gente vai atender às divergências que surgiram aqui. É importante que a gente estude isso, não o mérito do Relator, o relatório engrandeceu o Projeto, está muito bem formulado. Mas, realmente, como bem colocou o Senador Dornelles, realmente o parecer do jurista, a quem ele solicitou, o Evaristo de Moraes, fala da inconstitucionalidade.

Portanto, eu acho que o caminho, quero me solidarizar com os demais Senadores, é exatamente da supressão desses artigos 17-A, B e C do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Adelmir Santana.

Mais uma voz que vai na mesma direção da inconstitucionalidade desta matéria. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Essa matéria e aquilo que nós estamos aqui buscando aperfeiçoar, que é a legislação da perseguição penal aos crimes de lavagem de dinheiro, é uma matéria que teve, da parte desta Comissão e de boa parte dos Senadores que compõem aqui a nossa Casa, uma atenção e apresentação de um número significativo de Emendas. E, dessa forma, nós também, porque eu tinha, inicialmente, um Projeto de Lei que tratava especificamente deste assunto e, depois, quando se compôs este conjunto de Projetos, a gente entendeu que talvez o mais adequado seria a retirada do Projeto e apresentar as questões mais relevantes na forma de Emenda. E assim nós procedemos.

E eu quero aqui agradecer, até ao Senador Pedro Simon, porque ele foi bastante generoso para com as Emendas que eu apresentei. E foi... Inicialmente havia uma relutância na aprovação da Emenda, que era de nº. 04. Depois, com a discussão, a Emenda foi integralmente acatada. E a inclusão do Ministério Público e da Previdência Social acabou sendo incluída entre os órgãos que vão fazer aí o monitoramento para a coibição e a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro.

E a Emenda de nº. 05 também foi integralmente acatada e ficou prevista no Substitutivo para que a gente possa detectar com mais agilidade e eficiência os movimentadores de lavagem de dinheiro, através do trabalho realizado pelo COAF.

Então, eu apenas gostaria de fazer o registro da forma como o Senador Pedro Simon foi gentil e acolheu as ponderações que nós fizemos no sentido de aprimorar a legislação no combate à lavagem de dinheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, há um amplo acordo, pelo que eu entendi, em relação ao texto do Senador Simon--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Foi objeto inclusive de uma negociação prévia encaminhada pela Presidência, na Sessão anterior, e que todas as matérias onde havia algum tipo de divergência relevante foram acordadas. O Relator acatou a Emenda do Senador Renato Casagrande. Nós temos, objetivamente, uma matéria ainda em disputa e relevante, que é a relação entre a Autoridade Policial e Ministério Público; se o Ministério Público passará a ter, numa legislação ordinária, a competência de coordenar, orientar ou não. Que o argumento do Senador Romeu Tuma, corroborado pelo Senador Francisco Dornelles, Senador Romero Jucá, Senador Valter Pereira,

Senador Antônio Carlos Valadares e Senador Adelmir Santana é que não há base constitucional para essa definição. Em função disso, eu--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria passar a palavra ao Relator, mas passarei ao Senador Antônio Carlos Valadares, depois Senador Romeu Tuma. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, há uma questão também relevante a ser decidida nesta Comissão. O Senador Romero Jucá apresentou uma Emenda, que é uma Emenda Substitutiva ao nosso Projeto, retirando o inciso XVIII do parágrafo único do art. 9º. Ora, a retirada deste parágrafo, sem dúvida que vai deixar as empresas estrangeiras à vontade para agirem de forma livre, inclusive na montagem de filiais, em outros países, para a obtenção de vantagens que não serão investigadas, apesar de estas empresas terem matrizes aqui no Brasil, não terem nenhuma obrigação de prestar contas do que estão fazendo lá fora. Isso foi descoberto por CPIs aqui no Senado Federal, inclusive, a CPI do Banestado. Empresa que tem matriz aqui fundava "empresas" em países estrangeiros e ficavam imunes da investigação.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Paraísos fiscais.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Nos paraísos fiscais, etc., etc.. Ora, existem tratados internacionais que prevêm a possibilidade, inclusive dos Estados Unidos, entre os Estados Unidos e o Brasil, que prevê esse tipo de investigação do Brasil lá dentro, desde que haja prova, acordos internacionais e bilaterais. Então, a retirada desse dispositivo vai permitir a continuidade desse processo de lavagem de dinheiro lá fora.

Então, eu quero parabenizar o Senador Pedro Simon por ter apresentado esta obrigatoriedade que não estava prevista de forma original no nosso Projeto. De forma que eu estou inteiramente de acordo com a proposição do Senador Pedro Simon. E peço ao representante do governo, ao nosso líder Romero Jucá, que, diante da evidência da possibilidade de ocorrência de irregularidades lá fora, com prejuízos para o Brasil, que retire essa Emenda. As outras duas, tudo bem, mas esta daí, ela é uma Emenda perigosa para o Brasil. Obrigado a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Romero Jucá, com a palavra, por ter sido citado. Em seguida, Senador Romeu Tuma e depois o Relator.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RO): Sr. Presidente, nós entendemos que a Emenda, ela obriga ao cumprimento de duas legislações distintas no mesmo dispositivo. Agora, para evitar a celeuma, já que nós vamos ainda, na Comissão de Constituição e Justiça e, portanto essa é uma matéria que diz respeito à questão constitucional e de Justiça. Eu retiro esse substitutivo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Muito bem.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RO): Para facilitar a votação para que nós possamos, só essa, as duas que dizem respeito à questão do Ministério Público, nós votaríamos agora e eu retiro essa terceira.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós temos agora o procedimento de votação simplificado... O último com a palavra... O senhor viu como é importante aguardar para falar ao final? V.Exa. é um jovem ansioso para resolver essa questão, mas esse ritual é importante--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O Senador Pedro Simon está reclamando que eu estou falando a segunda vez. Peço desculpas--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas ele vai falar por último.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só para dizer que respeito o Ministério Público. Não há nenhuma má vontade com o Ministério Público--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V.Exa. está falando a terceira vez e sempre fala bem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu sempre trabalhei na Polícia Federal, na Polícia Civil, com o acompanhamento do Ministério Público, mas não a imposição na investigação porque eles são parte--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Esse é o problema, ele está viciado, ele sempre trabalhou na Polícia com o acompanhamento do Ministério Público.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aguarde, aguarde, senhor Senador.

[risos].

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O Juiz não terá como, amanhã, dar vista novamente ao Ministério Público. Ele vai perder um pouco do poder. O Ministério Público não poderá mais intervir no andamento do processo se ele orientar a investigação, meu Deus do céu! Ele acaba não tendo mais poder nenhum sobre o inquérito porque ele teve participação na decisão. É

por isso que o Projeto, a Emenda é... A gente tem que aceitar a Emenda do Romero Jucá, porque ela traz de volta o poder do Ministério Público de intervir na hora que ele tem o direito, que é constitucional.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos ouvir agora o Relator, se for necessário, a gente reabre a discussão. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, eu fico satisfeito de ver que as teses foram aceitas, as mais delicadas e as mais complicadas. Eu acho que é um avanço muito importante que nós estaremos dando aqui e, talvez seja uma das primeiras Leis que dêem sentido a terminar com a impunidade na história desse país. Realmente ela busca isto. É uma lei nova, com um novo espírito, com uma nova realidade e que eu creio que nós estaremos dando um passo muito importante.

Eu felicito, eu não tenho mérito nenhum. Eu apenas juntei o que tinha. V.Exa. me deu uma orientação muito grande, eu quero agradecer. O governo também, pela assessoria do governo. E quero fazer justiça, que os assessores do governo foram muito positivos no sentido de buscar o que era melhor. Quer dizer, até porque é o interesse de todos. Agora, eu digo apenas o seguinte: Primeiro eu agradeço ao líder do governo, que, na verdade, é claro que o item foi discutido muito na CPI e nós conseguimos, conseguimos ver as empresas no exterior, acho que tem matrizes aqui, nós conseguimos e já temos países como os Estados Unidos, onde isso já existe. E isso já existe. Então, nós temos que colocar... Agora, se nós vamos encontrar dificuldade na aplicação desse artigo, vamos discutir lá fora. Agora o artigo tem que estar aqui. O artigo tem que estar aqui.

[soa a campainha].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Vão criar dificuldade?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu pediria silêncio para que a gente possa ouvir a argumentação. É uma matéria de grande interesse público.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O que eu acho que eles estão falando baixinho é tão importante, Sr. Presidente. Nós devíamos ouvir. Falem mais alto! Mais alto para nós ouvirmos aqui! Eu parei... Mão Santa, fale, fale para nós ouvirmos! Não, nós queremos ouvir o assunto é importante.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ta. Posso falar? Obrigado. Então, eu creio que isso aqui é da

maior importância. Ainda mais hoje que os paraísos fiscais estão aí. Então, hoje, legislarmos nesse sentido e vermos o que vai acontecer é muito mais importante do que a dúvida de dizer: “Pode ou não pode”. Então, essa está liberada, ótimo.

O 17-C: “A Autoridade Policial e o Ministério Público terão acesso aos dados cadastrais”. Querem retirar esse artigo. Qual é a diferença que tem nessa questão? O problema que nós estamos dando, na hora de levantar o processo, na hora de fazer a apuração, nós estamos dando ao Ministério Público e à Polícia, que estão fazendo a investigação, o direito de fazer a investigação, o direito de ter direito a buscar. Agora, no momento em que nós resumimos a cada caso, a cada item, ele tem que entrar com o requerimento, entrar na Justiça, pedir para a Justiça para a Justiça responder, para depois andar... Eu, sinceramente, não entendo o porquê disso. Eu não entendo o porquê disso. Isso é aquilo que pára o Projeto, trava o Projeto. Daqui a pouco pega um juizinho lá de não sei onde, aí ele diz: “Não, aí tem que recorrer”. Isso aí é uma coisa que vai levar, ele está organizando o processo, ele não está fazendo nada mais do que preparar o processo. Vai chegar o momento em que o cidadão que está sendo apontado vai falar, vai debater, vai analisar, aí sim. Agora, impedir que o Promotor e o... A qualquer momento ele tenha que ir, para tomar conhecimento dos fatos, pedir para o Juiz, para o Juiz dar licença. Pelo amor de Deus, isso aí é algo para impedir que o negócio ande. Se nós queremos realmente botar o negócio... Vamos ver nos Estados Unidos, Sr. Presidente. Como é que é a fiscalização nos Estados Unidos? Como é que eles funcionam lá? Eu assisti uma vez, eu achei a coisa mais fantástica e eu quase fui parar na cadeia.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Me permita um aparte, nobre Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Onde é que está ele?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aqui.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sim, claro.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Pedro Simon, eu acho que está havendo um ligeiro equívoco. Na verdade, não está se buscando retirar o Ministério Público de suas atribuições; o que está se buscando é impedir que ele assuma as atribuições dos Delegados.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, V.Exa. está confundindo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Porque, na verdade--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Perdão, mas V.Exa. está confundindo, esse é outro artigo. Eu estou no artigo 17-C. V.Exa. está se referindo ao 17-B. Lá adiante, eu lhe darei o aparte. O 17-C permite que Promotor ou Delegado, Autoridade Policial ou Ministério Público, terão acesso aos dados cadastrais do investigado que informem qualificação pessoal, filiação e endereço, independente de autorização judicial mantida pela Justiça Eleitoral, pelas empresas telefônicas, pelas instituições financeiras. E diz o Senador Renato Casagrande, provedor de internet e cartão de crédito, que eu aceitei.

Então, eu digo, esse artigo é para o processo andar normalmente. A retirada desse artigo, eu digo com toda sinceridade, é paralisar tudo, é o negócio não andar. É o negócio não andar.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O 17-C, V.Exa. tem razão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ah, obrigado, eu sabia que V.Exa. É isso aí, é isso aí. Então, eu acho que se nós tirarmos o artigo 17-C é mudar, é inverter todo o espírito do Projeto. Não tem mais razão de ser. Volta a ser como é. Quer dizer, vai lá um cara, vai lá, pega de noite um Juiz e o Juiz dali libera, dá uma liminar. Pára tudo e aí. Não, não anda o processo. Agora, como está o negócio vai andar com a rapidez necessária e com a rapidez necessária que tem que fazer e fazendo, vai dar ao cidadão o direito de se defender. Então, eu, com toda a sinceridade, acho que isso é fundamental. Eu mantenho, Sr. Presidente, com todo o respeito, eu mantenho e volto a dizer, esse item, isso aconteceu na CPI. Nós estávamos em plena CPI e os juízes, lá no canto, negavam. Negavam à CPI o direito de pedir os dados que nós estávamos pedindo que nos fosse fornecido. Eu não sei--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador Pedro Simon, permite um pequeno aparte, eu sei o que senhor está aborrecido comigo, mas--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não estou aborrecido, eu tenho inveja de V.Exa. Eu gostaria de ter nascido Delegado de Polícia e ser apaixonado pela Polícia como V. Exa., mas não nasci, fui burro, fui fazer advocacia--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu só tenho uma grande preocupação nesse art. 17, que V. Exa. comenta, acho bom para a Autoridade Policial, para o Ministério Público, mas tirar o controle jurisdicional é um perigo muito grande por causa da cidadania. Quer dizer, o Juiz, quando autoriza, ele está assumindo diretamente a responsabilidade pelo fornecimento dos dados. E se eu for o Delegado de Polícia e tiver o poder, eu vou invadir qualquer dado que eu preciso por minha conta e ordem, sem a responsabilidade... E o judicial,

se solicitar ao Juiz e ele autorizar, ele está automaticamente assumindo a responsabilidade dos fatos. Então, está tirando o controle jurisdicional da investigação, do inquérito, de tudo. Isso que é o risco que eu tenho medo. Não acho correto, eu tenho medo--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O que V.Exa. tem medo é outro. Quando a gente quer fazer o inquérito, como é nos Estados Unidos, como é na Europa, que nós só temos um processo judicial, terminar, um processo judicial--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas nós estamos no Brasil, nós estamos no Brasil. Nós temos seguido--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas nada impede--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O que há 120 anos se faz, e modificando aos poucos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Pedro Simon--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A única pessoa que impede e que nos deixa no Brasil ainda, é V.Exa., Senador. Senador Tuma, Senador Tuma, nós estamos no Brasil, mas a pessoa que, nesse Congresso, 99% nós ainda não terminamos com o inquérito policial e estabelecemos como é na Europa ou como é nos Estados Unidos, o Inquérito onde a Polícia seja valorizada, ela sobe, Polícia, Polícia Civil, Procuradoria, Justiça são um item só. Houve o crime, houve o crime, em vez de acontecer que nem acontece hoje, a Polícia investiga, vai ver, levanta, leva um mês, dois meses, três meses, sete meses, oito meses. E depois--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Nós não podemos remendar, nós temos que discutir isso de outra forma, modificando a Constituição, modificando os Códigos. Nós estamos remendando, isso é o grande risco. Tirar de um dar para outro, trocando a competência da autoridade não vai resolver. Eu dou razão inteira a V.Exa., desde que se discuta uma modificação completa sobre as apurações de crime--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu digo, com toda a sinceridade, esse item significa o seguinte: Deixa como está. O inquérito vai andar, vai correr, vai desenvolver.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A letra C do art. 17? Esse que V.Exa. está falando?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): No 17-B--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, não. Nós estamos no C.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): No C. Então, no C, eu gostaria de fazer uma ponderação, acho que o Senador Pedro Simon tem razão, realmen-

te aqui está oferecendo ao Delegado de Polícia uma mobilidade maior. No entanto, é preciso considerar que esta Lei aqui trata especificamente dos crimes de lavagem de dinheiro. É só um instrumento para o combate ao crime organizado. Não está se modificando o conjunto do Código de Processo Penal. Eu acho que, neste caso específico, que se precisam de medidas mais duras, mais emplacáveis, mais rápidas, mais ágeis, o Senador Pedro Simon tem razão. Eu acho que tem que dar mais mobilidade. Estou prestando esse esclarecimento porque sinto que há uma certa inquietação com relação aos pequenos crimes, que esses continuarão sendo regidos pela legislação ordinária, pela legislação comum. Então, acho que está aí. Está certo o Senador Pedro Simon.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): V.Exa. concede aparte, Senador Pedro Simon? É o Valadares que está aqui do lado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Claro.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Olha, é o seguinte: V.Exa. tem toda a razão porque o Ministério Público, de acordo com o art. 17-C, ele não entrará em maiores detalhes sobre a vida pessoal, filiação e endereço do acusado ou do investigado. Ele só vai ter direito, o Ministério Público, como também a Autoridade Policial, sem autorização judicial, de obter informações sobre a qualificação pessoal, filiação e endereço, que são, são dados mantidos pela Justiça Eleitoral e pelas empresas telefônicas e instituições financeiras. Quer dizer, a questão do sigilo bancário, do sigilo telefônico--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não mexe.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não mexe nisso.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Exatamente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então V.Exa. tem razão, vamos deixar o art. 17-C como está, porque, do contrário, a investigação ficará prejudicada. Eu já falei aqui com o Senador--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Como está acrescentando a sua Emenda.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Exatamente, estamos de acordo. O Senador Romeu Tuma já está inteiramente de acordo, já que não entra na parte do sigilo propriamente dita, como também o Senador Jucá. Eu agradeço a V. Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu estou de acordo com V.Exa., e colocaria uma Emenda para a identificação criminal pela Autoridade Policial--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RO): Sr. Presidente--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Porque hoje muita gente vai para a cadeia com documento furtado ou encontrado na rua.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Isso aí.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RO): Sr. Presidente, eu queria apenas sugerir então--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Tiraram o poder do Delegado de Polícia de identificar criminalmente quem está sendo indiciado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RO): Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, eu gostaria de fazer o seguinte acordo: No 17-C, nós colocaríamos: "A Autoridade Policial e o Ministério Público terão acesso aos dados cadastrais do investigado que informam... Colocaremos, apenas qualificação pessoal, filiação e endereço, ou seja, a gente realmente restringe isso e eu retiro o item supressivo dessa questão, já que é em cima de dados cadastrais. Fica claro que é dado cadastral.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Pedro Simon, o art. 5º da Constituição, que é uma cláusula pétrea, estabelece que: "É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a Lei estabelecer, para fins de investigação criminal e instrução do processo penal. Eu vejo que a sugestão do Senador Romero Jucá caminharia para um acordo, na mesma linha do Senador Romeu Tuma, ou seja, a Autoridade Policial e Ministério Público têm a agilidade para ter acesso aos dados cadastrais.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RO): Ao endereço--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas isso não significa a violação do sigilo telefônico ou do sigilo bancário.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RO): Não dá margem a interpretações--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deixar explícito, porque, no artigo seguinte, o parecer já deixa implícita essa questão, aonde afirma: "Os encaminhamentos das instituições financeiras e tributárias em resposta às ordens judiciais de quebra ou transferência do sigilo deverão, ser sempre que possível, em meio informático e etc". Ou seja, no artigo seguinte, está claro que o sigilo telefônico e financeiro, e fiscal, só se fará por autorização judicial. Isso é uma garantia individual. Quer dizer, o policial não pode... O policial não pode quebrar, só

para concluir, o policial não pode quebrar o sigilo sem fundamentar a razão da quebra do sigilo para dar ao acusado o direito de defesa, de ele saber do que está sendo acusado e ir ao Juiz e falar: "Eu contesto porque as razões são essas". E o Juiz soberanamente decide se autoriza ou não--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Como já está implícito no texto que isso não representa quebra de sigilo, a propositura do Senador Romero melhora a redação nesse sentido--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Só que a propositura do Senador Romero está no D.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O 17-D, diz isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por isso, ao reafirmar... Ao reafirmar--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Já resguarda tudo. Leia o D, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Se há acordo no mérito, nós chegaremos facilmente a uma solução.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas eu gostaria que se lesse o D.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Foi o que eu li. Eu acabei de ler, dizendo que o D já afirma que é só com--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Autorização judicial, senão o C seria inconstitucional. A Constituição é clara, isso é uma cláusula pétrea, é inegociável, como garantia e prerrogativa. Então, a minha sugestão--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RO): É uma emenda de redação, para ficar mais claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A Emenda, a sugestão é a seguinte: A autoridade Policial e o Ministério Público terão acesso aos dados cadastrais do investigado, que informam qualificação pessoal, filiação e endereço, independente de autorização judicial, mantidos pela Justiça Eleitoral, pelas empresas telefônicas e instituições financeiras. A sugestão dele é: "A autoridade Policial e o Ministério Público terão acesso apenas aos dados cadastrais do investigado que informam qualificação pessoal, filia-

ção e endereço independente de autorização judicial. Mantido o--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RO): Para deixar mais claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só para deixar claro que os dados cadastrais, eles podem ter acesso, mas as informações sigilosas, telefônicas, fiscais e financeiras necessitam obrigatoriamente—

SENADOR ROMEU TUMA: Cartões de crédito--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): De autorização judicial, que é o inciso XII do art. 5º das garantias individuais e deveres individuais. Acho que há acordo. Assim, nós ficamos apenas com uma divergência no texto, que é o 17-B. Então, há acordo.

Vamos agora para o 17-B, que é a única divergência, é a relação Ministério Público, não, e aqui nesse, inclui apenas, mas também dados cadastrais de cartão de crédito e portal telefônico. Amplia os acesso aos dados cadastrais, mas apenas incluindo portal de internet e cartão telefônico, está certo? Cartão de crédito e provedor de internet. Apenas aos dados cadastrais, incluindo cartão de crédito e provedor de internet, está certo? Apenas dados cadastrais. Amplia o escopo, mas define que são só os dados cadastrais. Com isso, há acordo e entendimento--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Está correto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Iremos agora para a última Emenda, é a Emenda que diz respeito à relação entre Ministério Público e Polícia, e Delegado de Polícia, no processo investigatório. Quero fazer a seguinte ponderação: O debate que nós temos hoje, no Supremo, são duas ADINs, dizem respeito, inclusive uma da OAB, dizem respeito à competência concorrente Ministério Público e Delegado no processo do inquérito policial. Nós já decidimos em Sessão anterior na CCJ, V.Exa. estava presente, nós demos a denominação investigação, participação na investigação, demos a denominação mais ampla, aguardando a definição do Supremo. E acho que talvez essa seja uma solução também para este caso. Nós poderíamos dar uma denominação mais ampla, participação do Ministério Público na investigação, no sentido mais amplo.

Agora, quando estabelece coordenar e orientar, estabelece uma relação de hierarquia e subordinação. E aí viola claramente o que a Constituição estabelece. Eu acho que fragilizaria o texto, do ponto de vista da inconstitucionalidade, nessa concepção. E aí acho que o parecer lido por Evaristo de Moraes Filho e por vários

que me antecederam, Senador Romeu Tuma, Valter Pereira, Antônio Carlos Valadares, Adelmir Santana, Francisco Dornelles, alertando, o Wellington Salgado, alertando, Romero Jucá, alertando para a inconstitucionalidade, eu acho que V.Exa. deveria ponderar. Talvez, na redação, a gente possa também estabelecer aí o texto, de comum acordo. Mas, ao estabelecer essa hierarquia, nós precisaríamos mudar a Constituição. Essa é a interpretação que eu tenho e acho que foi muito bem apresentada por vários Senadores.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Apenas, se me permitir--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agora, não quero excluir o Ministério Público da investigação. Acho que quem tem que definir a competência específica vai ser o Supremo na ADIN. Agora, ao estabelecer a relação de hierarquia, aí eu acho que a gente avança na inconstitucionalidade e compromete o texto. O próprio autor do texto, o Senador Antônio Carlos Valadares, recuou da sua posição originária. E peço a V.Exa. que, em função da argumentação de vários Senadores na mesma direção, eu acho que seria, talvez, a redação nós poderíamos encontrar um acordo nesse texto--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Acho que é pela supressão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Queria só uma dúvida, sobre essa questão, a nova redação do art. 17-C. Que a Autoridade Policial e o Ministério Público terão acesso aos dados do cartão de crédito sem autorização judicial? Foi isso que ficou?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Dados cadastrais.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não, mas em relação a cartão de crédito?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Apenas dados cadastrais.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O que é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nome e endereço.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Mas o que é que foi acrescido?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, está... Senador Dornelles, seria o seguinte, vou repetir aqui. Só um minutinho.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Só para eu verificar, como é que ficou a redação?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ficaria a seguinte: “A Autoridade Policial... Só um minutinho. Só um minutinho.

[soa a campainha].

Só para esclarecer, a sugestão de texto é: “A Autoridade Policial e o Ministério Público terão apenas acesso aos dados cadastrais do investigado, que informam qualificação pessoal, filiação e endereço, independente de autorização judicial, mantidos pela Justiça Eleitoral, pela Empresa Telefônica, pelas instituições financeiras de cartão de crédito ou provedor de Internet”. Ou seja, essas instituições devem encaminhar ao Ministério Público e à Polícia, quando solicitado, nome, filiação e endereço. E só. Apenas essas informações, para facilitar a identificação do criminoso. Por exemplo, ele tem um RG, mas tem um cartão de crédito e há suspeição de fraude, ele pode solicitar nome, endereço e filiação. Apenas essas informações. E está claro que todas as demais só por ordem judicial. Por exemplo, a movimentação, as contas pagas. Isso é quebra de sigilo. Quebra, transferência de sigilo, na realidade, não poderia haver quebra, transferência de sigilo só pode ser feita por autorização judicial. Então, o entendimento é: apenas as informações cadastrais.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Agora eu acho que está tudo bem. Mas esse “apenas” precisa botar o “apenas”?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Exatamente por esse tipo de preocupação que está--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Esse apenas dá um sentido, eu acho que é dispensável, Sr. Presidente.

SENADOR JEFFERSON PERES (PMDB-RO): Terão informações aos dados cadastrais, é óbvio que aos dados sigilosos não terá acesso.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Esse apenas eu, sinceramente--

SENADOR JEFFERSON PERES (PMDB-RO): O apenas é desnecessário.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Nunca tinha visto essa palavra num... “Apenas” é o que está ali.

SENADOR JEFFERSON PERES (PMDB-RO): É inconstitucional.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ter acesso a isso ali, pronto é aquilo ali. Que engraçado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador, a sugestão: “exclusivamente”, para não dar qualquer ambigüidade de que a instituição pode caminhar a quebra de sigilo.

Exclusivamente aos dados cadastrais, sem autorização judicial. Qualquer outra informação será feita por decisão judicial--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu acho que o calor da discussão—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está obliterando um pouco a nossa capacidade de interpretação. O art. 17, letra C, vamos prestar atenção na redação dele. Diz assim: “A Autoridade Policial e o Ministério Público terão acesso aos dados cadastrais do investigado que informam qualificação pessoal”. O que é qualificação pessoal? Profissão, filiação e endereço. O que mais que tem de dúvida?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador—

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aonde tem mais quebra de sigilo bancário?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só me diga uma coisa--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que nós não estamos, nós não estamos atentando para a interpretação correta, aqui não tem que mexer em nada, no 17, no 17 C, não tem que mexer em nada. Está muito explicitado, está esmiuçado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Senador, por que é que não pode ser a Autoridade Policial, o Ministério Público e o advogado?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Advogado não. O advogado não faz parte da estrutura de investigação. Ele é parte. Ele é defensor. É defensor de quem está sendo investigado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sim, mas tem que ter acesso--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, ele não é investido de autoridade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Wellington, o advogado da parte que não souber o nome, a qualificação, o endereço e a filiação tem que recusar defender o indivíduo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Pode ter acesso a uma outra pessoa que está no processo. Uma outra pessoa que está no processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Essa competência, isso é monopólio do Estado para poder investigar. Eu acho que nós poderíamos, Senador Valter Pereira, os dados cadastrais do investigado que informam exclusivamente a qualificação pessoal, filiação e endereço. Para não ficar qualquer dúvida de que o cadastro é isso. Que informam exclusivamente essas três informações.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho, Sr. Presidente, que do jeito que está aqui, não está suscitando nenhuma dúvida. Aqui nós vamos colocar em dúvida se colocarmos o “apenas” ou o “exclusivamente”, nós vamos colocar em dúvida é a capacidade de hermenêutica do Juiz ou do Promotor, ou de... Porque não tem... Aqui não tem dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exa., se nós estivéssemos subordinados à hermenêutica do Juiz, estaríamos todos seguros. Aqui nós não estamos mais. Nós estamos delegando ao Delegado pedir informações eleitorais, fiscais ou telefônicas.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas veja o seguinte, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só um minutinho, Senador, ouça um pouquinho. Como nós estamos delegando ao Delegado ou ao Procurador do Ministério Público a possibilidade de ter acesso ao investigado, sem a autorização judicial, quanto mais preciso for o texto, menor o abuso da autoridade. Então, ao colocar, e, portanto, nós estamos assegurando uma prerrogativa e garantia individual, que é fundamental. Nós queremos facilitar a investigação, mas dar o amplo direito de defesa e não violar as garantias e prerrogativas individuais.

Ao colocar exclusivamente qualificação pessoal, filiação e endereço nós eliminamos a dúvida que já está aqui, porque vários Senadores manifestaram a inquietação e preocupação. Por sinal, V.Exa., inicialmente, era pela supressão do artigo. E reviu a posição a partir das argumentações que foram colocadas.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Leitura serena.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A leitura serena, por isso mesmo, quanto mais rigoroso o português menos chance nós teremos de qualquer arbítrio por parte da Autoridade Policial. Então, ao colocar... O que é cadastro? É qualificação pessoal, filiação e endereço. Se alguma instituição tem um cadastro mais amplo, não pode oferecer outras informações à Polícia e ao Ministério Público sem autorização judicial; só têm acesso a essas informações do cadastro. Eu acho que nós teríamos--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador, Presidente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A sugestão que eu faço é a seguinte: Depois do endereço, na vírgula, depois do endereço, a palavra exclusivamente, vírgula, independente de autorização.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, mas é um problema de redação. Não há mais divergência de mérito. Vamos passar

para o 17-B para a gente votar de forma definitiva. A última intervenção do Relator, a ponderação que vários Senadores fizeram é que ao estabelecer a hierarquia e a subordinação do Delegado de Polícia ao Ministério Público, está violando o princípio constitucional da competência dessas duas instituições.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A proposta que V.Exa. apresentou. V.Exa. Tinha apresentado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Ministério Público, por exemplo, acompanhará a investigação da Autoridade Policial e será auxiliado por representantes do Banco Central, da Receita Federal e do COAF.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas isso já é previsto na lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por isso, como é previsto, não é incompatível.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Acho que é uma coisa inócua hoje. É inócua, é retirar o artigo. Porque ele já está previsto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antônio Carlos Valadares tem outra sugestão.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, a minha sugestão, que vou apresentar a V.Exa. e à Comissão, ela preserva o direito de participação do Ministério Público--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Liga o microfone.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E não tira a autoridade da Polícia, no que diz respeito ao Inquérito. Veja, V. Exa, a redação que estou sugerindo para o art. 17-B: “O Ministério Público participará da investigação junto à Autoridade Policial responsável pelo inquérito, a qual”, quer dizer, à Autoridade Policial, “a qual será auxiliada por representantes do Banco Central, Receita Federal, Comissão de Valores Mobiliários e COAF”. Então, veja, aqui, nós estamos invertendo os papéis. Ao invés de o... Ao invés de, primordialmente, o Ministério Público ser auxiliado pelo, no Inquérito, pelo Banco Central etc, etc, este auxílio será feito diretamente ao Delegado que estiver fazendo o Inquérito. E, conseqüentemente, o Ministério Público que está participando daquela investigação, vai também obter dados suficientes para promover a ação pública que for conveniente. De sorte que a minha--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. poderia fazer a leitura novamente dessa sua proposta?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Olha, atualmente, como é que está? Art. 17-B: “O Ministério Público orientará e coordenará a investigação da Autoridade Policial e será auxiliado por representantes do Banco Central do Brasil, da Receita Federal, da Comissão de Valores Mobiliários e do COAF”. A redação que eu estou propondo, Senador. Redação que eu estou propondo. O Ministério Público já participa de todas as investigações por Lei, por direito. Então, o que é que eu estou dizendo aqui: “O Ministério Público participará da investigação junto à Autoridade Policial responsável pelo Inquérito, a qual”, quer dizer, a Autoridade Policial, “será auxiliada por representantes do Banco Central, da Receita Federal, da Comissão de Valores Mobiliários e do COAF”. Quer dizer, o que é que eu estou dizendo aqui? Que o Ministério Público exercerá o seu papel preponderante, que é o de investigar, já previsto em Lei, não, o Ministério Público, ele não pode--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Concede um aparte?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Ele não pode se eximir de uma investigação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não, não--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Permite um aparte, Senador Antônio Carlos?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só um pequeno aparte, Senador, posso?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Naturalmente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não, o problema é o seguinte--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O aparte de V.Exa. é importante.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Tudo o que está proposto aqui, o auxílio da COAF, o que está estranho é que o COAF não tem tomado a iniciativa necessária em informar os órgãos competentes quando há suspeita. Ele espera a requisição. Então, a lei permite que ele forneça, ele tem obrigação de fornecer essas informações e colaborar com a autoridade de Polícia Judiciária, como com o Ministério Público no início da ação penal. O que não pode, o Ministério Público pode participar de todos os atos da Polícia Judiciária, como ouvinte, como acompanhante. Ele não pode é intervir porque aí o advogado vai ter o direito de intervir também. Esse é o grande fato--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Romeu Tuma, a palavra participar, ele é dono da ação penal. Ele está participando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valadares, vamos só ouvir--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Se ele faz essa parte efetiva, o Juiz vai ter dificuldade de julgar amanhã.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A proposta do Senador Antônio Carlos Valadares--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só um minutinho, Senador Walter. Conclua, Senador Antônio Carlos Valadares, para que outros possam falar.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Vou concluir. Então, a minha sugestão é de não proibir o que está já previsto em Lei, que o Ministério Público é o dono da ação penal. Logicamente que a investigação ficará a cargo da Polícia, que é o responsável, que é o verdadeiro responsável pelo inquérito.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Permite um aparte, Senador Antônio Carlos?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Certo, pois não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós precisamos prestar atenção nas repercussões da lei. O Senador Antônio Carlos Valadares propõe que o Ministério Público participará. Ora, a legislação processual penal é explícita e a legislação processual penal, hierarquicamente, é superior a esse Projeto de Lei, que é Ordinário. Lá, é uma Lei Complementar. Então, ela é explícita que o Ministério Público poderá participar. Poderá participar. Aqui, ao dizer que o Ministério Público participará, já institui uma obrigação para o Ministério Público participar. Isso significa o quê? Significa que o Ministério Público, se deixar de participar, amanhã, amanhã pode causar uma nulidade no processo.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador, nós podemos fazer uma Emenda.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, aquilo que nós estamos fazendo para endurecer, nós estamos criando um novo mecanismo para que o processo seja procrastinado ou que o bandido seja, inclusive, absolvido. Então, eu acho que é perigoso. Eu acho que a melhor solução foi a proposta--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pelo Senador Romeu Tuma, que é de tirar esse 17-B. Aliás, do Senador Romero Jucá--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antônio Carlos Valadares, conclua porque tem vários inscritos.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Já vou concluir. É o seguinte: Poderá parecer, *a priori*, que nós estamos criando obstáculos à participação do Ministério Público, o que não é verdade. Todas as... Todos os discursos, todos os pronunciamentos caminham na direção de prestigiamento(F) do poder, do Ministério Público. Entretanto, para que se não pense que nós queremos bloquear a ação do Ministério Público, que na verdade não está acontecendo, vamos colocar uma redação onde tenha o Ministério Público nesse art. 17-B. E, atendendo aqui, à sugestão--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa.--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Atendendo à sugestão, então, do Senador Valter Pereira, nós poderíamos colocar: "O Ministério Público poderá participar, poderá participar da investigação junto à Autoridade Policial responsável pelo Inquérito".

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pela ordem, Presidente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Poderá--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está bom, está feita a colocação. Agora, o Senador Francisco Dornelles, depois, V.Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pela ordem, eu só quero dizer o seguinte, não há--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Liga--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [fora do microfone] do Senador Romero Jucá. Se não retirarem o meu pedido de vista, vai valer. Não vou entrar em acordo--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Calma, calma, calma. Vamos aqui no diálogo que nós vamos chegar lá. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O consenso exige uma certa paciência, vamos chegar lá, vamos construir. Avançamos muito já no texto, tudo é consenso. Falta uma última Emenda.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): A Constituição deve ser respeitada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não. Será respeitada nesse Plenário. Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): A Constituição Federal define a competência do Ministério Público, da Polícia, da Receita. Nós simplesmente não podemos dizer que o Ministério Público, a Polícia e a Receita vão participar dos autos fiscais porque isso é uma competência da Receita. Não podemos dizer que a Receita, a Polícia e o Ministério Público vão participar da investigação porque isso é competência da Polícia.

Então, no caso, o problema é o seguinte, a investigação é da Polícia. E com base nos dados da investigação é que o Ministério Público fará ou não a denúncia. Nós estamos votando aqui, com o objetivo de tomar medidas contra o crime de lavagem de dinheiro, medidas importantes, mas que estão atingindo pequenas e microempresas no seu direito de se formalizar. Já vai ser uma brutalidade, no momento em que nós vamos botar em vigor o Estatuto da Pequena Empresa, que abre caminho para formalizar essas empresas, no momento em que elas se formalizarem, elas vão ser colocadas e indiciadas como lavagem de dinheiro. Mas isso é um ponto que eu não quero entrar porque já houve aqui discussões mais profundas. Eu acho que isso ainda vai participar de outras Comissões.

Mas eu também, devo dizer ao senhor, Sr. Presidente, eu aqui desejo votar essa Emenda do Senador Jucá, do 17-B, porque eu acho que ela é fundamental para nós mantermos aqui e definir a competência de cada órgão da Administração Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos, eu entendo, vamos votar, porque os argumentos já foram amplamente manifestos. Eu pediria ao Senador Romeu Tuma, onde está o Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romeu Tuma, eu só ponderaria, acho que o próprio Senador Relator concorda que, da forma como está o texto, nós estaremos abrindo uma brecha de inconstitucionalidade. Quer dizer, dando ao Ministério Público o papel de coordenar e orientar a investigação e tirando a competência da responsabilidade do inquérito do Delegado responsável, como estabelece a Constituição. Mas se o Relator quiser manter o texto, é absolutamente, quem vai argüir sobre a inconstitucionalidade, quem vai decidir é o Supremo, depois de aprovado no Congresso, a Comissão de Constituição e Justiça, quando essa matéria para lá for encaminhada. Eu ponderaria, não

tendo acordo sobre a Emenda, eu sugiro que vá a voto. A manifestação de vários Senadores é favorável à Emenda. Se V.Exa. pedir vista, a única coisa que vamos fazer é adiar a votação por uma semana. Não vai alterar o cenário.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Está bom. Eu concordo com V. Exa. Então, vamos a voto. Mas não tem acordo de alteração da legislação.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RO): Sr. Presidente, exatamente isso, nós votaríamos o relatório do Senador Pedro Simon, excluía em destaque a Emenda 17-B e votaríamos posteriormente a Emenda 17-B.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Exatamente. Bom, então nós vamos votar--

SENADOR JEFFERSON PERES (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pode falar sim. Se houver alguma--

SENADOR JEFFERSON PERES (PMDB-RO): Só gostaria de um esclarecimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PMDB-RO): Se o Relator acata a modificação proposta pelo Senador Antônio Carlos Valadares.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Pedro Simon, a fase de apresentação de Emendas está prejudicada. A única possibilidade da sugestão do Senador Antônio Carlos Valadares virar, se incorporado, o Relator acatar qualquer mudança nesse sentido. Com a palavra, o Relator.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Qual é a proposta?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A proposta do Valadares é que o Ministério Público participará da investigação, poderá participar da investigação... O Ministério Público poderá participar da investigação da Autoridade Policial... Senador Romeu Tuma, de qualquer forma é contra, não resolve o nosso problema. O Senador Francisco Dornelles também é contra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sim. Embora--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Por que eu sou contra? Porque hoje pode, ele pode acompanhar todos os atos de investigação; não pode é intervir. Ele pode acompanhar--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não estou falando em intervenção, estou falando em acompanhamento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Ele pode acompanhar.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Já está definido em lei, apenas estamos repetindo o que está na lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está certo. Senador--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É de quem fala mais alto?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não é não. V. Exa.--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu vou falar mais alto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só que a emoção--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Essa é uma discussão que nós temos nesse Congresso, há 25 anos que eu estou aqui. Há 25 anos. Então, essa discussão parece que é uma Emenda, não sei o que, não, é há 25 anos que nós estamos discutindo. E é um herói nisso tudo, que é o Senador Tuma. Senador Tuma, com a competência, com a capacidade, com o jeitinho dele, ele não consegue deixar passar nada nessa Casa. Quer dizer--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Desculpa, não é verdade. Eu defendo--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deixa ele concluir e V.Exa. depois falar. Vamos concluir.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Há um debate, há uma discussão que vem de longe. Eu digo e venho dizendo há 25 anos. Várias são as causas da impunidade nesse país. Uma é o Inquérito Policial. O Inquérito Policial é algo que não pode continuar. Quer dizer, olha... Não, mas está dentro do contexto geral. Olha o que acontece nos Estados Unidos, olha o que acontece na Europa. A gente--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Tem que fazer a proposta de--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ele não deixa nem falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos aguardar--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Alucinação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos aguardar o Relator fazer a sua intervenção e quando ele terminar a intervenção, nós, serenamente, daremos a palavra ao Senador Romeu Tuma, que foi citado antes de encaminhar a votação. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Isso. O que acontece no processo moderno é que isso já está superado. Essa ligação de Inquérito Policial e depois o inquérito jurídico, isso vem dos tempos das calendas gregas. Eu fui advogado de Júri. A vida inteira eu vibrava com o processo judicial. Porque o processo judicial é feito para... Ele é feito para *non valet*. É feito para não valer, é de mentirinha. Agora, o Delegado ficou com aquela história dele ser o dono do processo e não quer abrir mão. Olha nos Estados Unidos, olha na Europa! Há um crime, aparece imediatamente o Delegado, o Comissário de Polícia, o Promotor, o Juiz. Começa a valer e aquilo que aparece no filme é verdadeiro. A primeira coisa que... O que é que tu tem a dizer? O que tu falar já vale contra ti. Porque aquele primeiro ato já vale juridicamente. No Brasil, não. O Inquérito Policial não vale dois mil reis. Ele é pego e botado fora. É ridicularizado. Então, o que vale, no Brasil, é o inquérito jurídico, onde o réu vai falar dois anos depois. Um ano depois. Quando a gente não se lembra mais do que aconteceu, de que não aconteceu, do que era, do que é que não era. Onde ele já... O Promotor conta uma coisa, o seguinte, o cara, o réu apareceu no escritório do advogado de defesa dele disse: “Como é que foi o caso?” “O caso foi assim, assim, assim e eu dei um tiro nele”. “Vem cá, tu deste um tiro nele”. “Sim, ele me provocou, ele me ofendeu”. “Mas, ele não te deu nem um ferimento? Não tem nada?” “Não, não tenho”. Ele pegou a cadeira e deu na cabeça do cara. “Tu não tinha, agora tu tem”. Aí deu uma cabeça no réu, o cara desmaiou. “Agora, vamos te levar para a Polícia”. Apareceu na Polícia todo ensangüentado, quer dizer, o que é que deu? Foi a vítima que deu. Quer dizer, o problema... Então, hoje não tem isso. Hoje, o normal, o normal é trabalhar junto, vai valorizar a Polícia. No momento em que a Polícia, o Inspetor de Polícia, o Delegado, o Promotor trabalham juntos, um inquérito só, a coisa vai ser para valer, vai ser séria, vai ser responsável. O processo vai durar infinitamente menos. Como é que é feito o negócio hoje? O Delegado de Polícia fica o tempo que quer, prorroga o tempo que quer. Quando ele termina, ele manda para o Juiz. O Juiz diz: “Olha, manda para o Promotor”. O Promotor resolve denunciar. Volta para o Juiz. O Juiz aceita a denúncia. Então, pronuncia o réu. Aí chama o réu. O réu senta para depor. Aí começa o processo. Aí começa o processo. Dois anos depois. O resto não vale nada. Mas não pode ser assim. Não pode ser assim! Isso vale também em qualquer processo. Em qualquer prova é assim que é feito.

Então, fazer um Promotor e o Delegado trabalharem juntos, fazerem com que o Inquérito Policial tenha... É o sentido que eu estou fazendo. E isso eu

venho fazendo há 25 anos e, há 25 anos, eu venho perdendo para o Senador Tuma porque ele tem competência, tem capacidade, tem simpatia e tem, talvez, o valor jurídico da tese dele, a minha ser errada. Eu esteja completamente errado, o americano esteja errado, a França esteja errada, a Alemanha esteja errada e nós, os brasileiros, estamos certos. Inquérito Policial, dois anos, três anos. A Polícia ali. Mas não pode ser, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para concluir, Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Então, o que eu quero dizer, se eu botei, quando eu botei isso aqui, é apenas dentro de uma tese que eu venho lutando há 25 anos. A tese que eu venho defendendo é que o Promotor e o Juiz, e a Polícia devem estar dentro de uma corporação só. E, dentro dessa corporação, é que eu boto o Promotor junto com o Juiz. Apenas isso, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romeu Tuma, por ter sido citado, e, em seguida, vamos votar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador Pedro Simon, com todo o respeito e admiração que eu tenho por V.Exa... V. Exa. sente e sabe disso--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É recíproco. Eu tenho admiração, respeito e um pouquinho de inveja cristã, mas inveja.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas nós somos franciscanos, porque eu nasci no dia de São Francisco de Assis. Mas o grande problema é que o Inquérito Policial vai buscar a verdade dos fatos. Ele faz a investigação; se houver o início de uma ação penal, automaticamente aquele que vai ser investigado já é réu. Então, o inquérito tem esse papel.

Agora, o Delegado não tem poder de prorrogar o tempo que quer, ele tem 30 dias, prorrogáveis, desde que o Juiz autorize. E o Ministério Público também pode não concordar. Achar que os dados que estão no Inquérito podem dar início à ação penal. Não precisa mais nenhum dado de investigação, mesmo que o Delegado solicite. Então, o poder do Ministério Público é permanente sobre o inquérito, porque ele é o fiscal do inquérito policial. É o fiscal da lei. Agora, nós estamos estudando aqui, com a Polícia Federal, como seria a modificação no Inquérito Policial para valer como já início da ação penal. Entende? É um outro fato, é um outro Projeto que tem que ser discutido. Agora, o que o Senador Pedro Simon quer, eu também concordo, vamos discutir a reforma da Constituição no que diz respeito--.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A Emenda Constitucional... Tem Emenda constitucional tramitando há 20 anos. Primeira, segunda, terceira—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador, vamos ouvir agora, Senador. Conclua, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Porque o Senador Tasso Jereissati é da Comissão Especial que estuda reformas no poder de Polícia. Eu sou tão forte que não foi incluído, Senador Pedro Simon, tenho tanta força que não quiseram me pôr na Comissão Especial. Eu não sou parte. Não posso participar. Por quê? Porque eu não fui indicado. Eu não sou a principal autoridade para discutir sobre segurança pública, na Comissão de Justiça. Porque eu não sou indicado para a Comissão Especial. Então, tenho que interceder assim, quando o senhor me dá a oportunidade de discutir um Projeto como esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romeu Tuma, eu só quero dizer que, nessa Casa, V.Exa. é sempre ouvido sempre ouvido, com toda a atenção, por 50 anos de experiência na área, e é uma autoridade inquestionável. Só queria ponderar, pela última vez. Apesar de. V.Exa. dizer que há várias Emendas constitucionais, nós estamos tratando de uma lei Ordinária. A Constituição, no art. 129, não dá essa competência ao Ministério Público, de coordenar e orientar o inquérito. Não dá. E o Código de Processo Penal, que é o Estatuto Legal acima da Lei Ordinária também não permite. Então, eu queria ponderar Relator, ou ele incorpora a sugestão do texto de Antônio Carlos Valadares, participará--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RO): Mas, Sr. Presidente, mas mesmo com a inclusão do texto, eu vou propor, eu mantenho--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pode manter a Emenda, mas aí o sentido. Não, espera um minutinho, só quero ponderar o seguinte, se for incorporado o texto de Antônio Carlos Valadares, cai a inconstitucionalidade. Mas aí os Senadores vão defender no mérito. O que eu estou tentando evitar é que, independente do mérito, a gente aprove um texto que é abertamente inconstitucional. Ou então alguém me mostre que no art. 129, que estabelece a competência do Ministério Público, está que ele vai coordenar e orientar o inquérito. Isso é inconstitucional. Então, é um erro o Congresso Nacional, mesmo que meritoriamente, vote um texto inconstitucional. Então, a ponderação que eu faço, ao Relator é para evitar a votação de um texto que é, e vários Senadores com formação jurídica reafirmaram essa questão, independente do mérito, porque no mérito, eu acho que nós vamos ter que evoluir a legislação brasileira. Independente

do mérito, na legislação ordinária nós não podemos estabelecer uma definição acima da Carta Magna ou acima do Código de Processo Penal.

Assim sendo, pondero a V.Exa., se não pode ter a alteração no texto. V.Exa. quer votar assim mesmo? Votar?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Se V.Exa. me permitir--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos a voto então. Não há acordo. É a única possibilidade de mudar... É o Relator. Não há acordo, Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, eu só queria, até agradeço a V.Exa., de ter proposto a aceitação de nossa Emenda. É que, retirando a possibilidade de a Polícia, na sua investigação, ser auxiliada pelo Banco Central, pela Receita Federal. Ora, é preciso que haja um reforço porque a Polícia, muitas vezes, se vê impedida de fazer a investigação porque não tem os dados da Receita Federal--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas é só--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não tem os dados do COAF, mas se a gente colocar na Lei, fica obrigatório.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não tem impedimento.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): A gente tirar isso aí eu acho que vamos enfraquecer o inquérito policial. Vamos fazer o que o Senador Pedro Simon tem dito. O Inquérito Policial tem sido, em muitos casos, uma verdadeira brincadeira.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos concluir então. Mas não há, não há entendimento do Relator em relação a alterar o texto. Senador Antônio Carlos Valadares, apesar do apelo feito a V.Exa., a Mesa tinha sugerido também que houvesse uma alteração para poder preservar o sentido do texto, que é a participação do Ministério Público, mas não há acordo com o Relator. O Relator quer votar da forma como está, estabelecendo uma hierarquia aonde o Ministério Público coordena e orienta o Inquérito Policial, retirando a prerrogativa da responsabilidade de inquérito da Autoridade Policial. No meu ponto de vista, o que está sendo julgado na ADIN é um problema de competência concorrente. Mas, desta forma, seguramente é inconstitucional o texto que nós colocaremos a voto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, vamos votar o texto, ressalvado esse destaque e vamos botar o destaque—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos votar então. Vamos colocar em votação o parecer do Relator Pedro Simon, ressalvado o destaque, que é exatamente o art. 17-B.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, para manifestar o meu voto—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deixa eu encaminhar a votação, depois V.Exa. encaminha por escrito à Mesa o voto—

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não. Não tem declaração de voto, Senador Francisco Dornelles. Nós abrimos um precedente aí muito difícil. Vamos votar e depois votaremos a Emenda e temos uma Pauta bastante extensa na Comissão. Senadores que são favoráveis ao Relator e ao parecer apresentado nesta Sessão, sobre os crimes de lavagem de dinheiro permaneçam como se encontram. Nós estamos em regime de votação.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está aprovado—

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O regime de votação [fora do microfone] razões diversas deseja não votar, ele tem que dizer porque não está votando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exa. pode se abster ou votar contra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Mas eu tenho que dizer porque é que eu estou me abstando--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Francisco Dornelles, deixa só eu ponderar uma questão—

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Se houver declaração, eu faço também--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Se V. Exa. for abrir um precedente de declaração de voto—

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não, eu não quero abrir—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas aí todas as votações.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu quero perguntar a V.Exa. se um Senador, no momento—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exa. pode encaminhar por escrito, a Mesa constará da Ata dessa decisão as razões da abstenção. Está registrado o voto do Senador Francisco

Dornelles, como abstenção na votação. Está aprovado o texto do Relator. Vamos agora à votação do destaque, que é o item 17-B. Há uma Emenda supressiva sobre a Mesa, que eu a lerei, que basicamente suprime a Lei 9613/1998, o artigo 17-B, nos termos que prevê o PLS nº. 209/2003, substitutivo, apresentado pelo Senador Romero Jucá com o apoio do Senador Romeu Tuma, Francisco Dornelles, Adelmir Santana e outros, Valter Pereira e outros que já manifestaram a preocupação com a inconstitucionalidade. Senadores que são favoráveis à Emenda, portanto, contrários ao Relator, permaneçam como se encontram. Há dois votos favoráveis ao texto original. Está aprovada a Emenda supressiva. Três votos.

[palmas].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) Sr. Presidente--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Aqui é abstenção. Não concordo com nenhuma das duas posições--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Abstenção do Senador Casagrande, Senador Suplicy também abstenção—

SENADOR JEFFERSSON PERES (PDT-AM): A minha é abstenção também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Abstenção do Senador Jefferson Peres.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Abstenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Antônio Carlos Valadares, abstenção. Está aprovado, portanto, o texto, suprimindo o art. 17-B. Registradas abstenções todas na votação. Eu só pediria agora que nós iniciássemos imediatamente o item 02 da Pauta, que nós temos uma pauta extensa. E quero parabenizar o Senador Pedro Simon pelo trabalho e a essa Comissão por aprovar uma lei tão importante e, às vezes, a divergência passa a se o destaque e não é. Acho que o sentido em geral é o passo decisivo no combate à lavagem de dinheiro e uma contribuição inestimável do Congresso Nacional e o Senado Federal estão dando no combate a todas as formas do crime e sofisticando e evoluindo a nossa legislação. Item 02 da Pauta. O Relator está ausente. Ele justificou a ausência, o Senador Garibaldi está acompanhando a sua esposa numa cirurgia e, por isso, nós não consideraremos ausência para o prazo de duas Sessões. Item 03 da Pauta, Senador Osmar Dias é o Relator.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Iremos, então, ao item 05 da Pauta.

Item 05 da Pauta, Senador Fernando Collor de Mello é o Relator. Item 05.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, trata-se do relatório do Projeto de Lei nº. 322/2004, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi. O voto já foi lido na Sessão anterior e eu me permitiria ler apenas a complementação do voto, tendo em vista a apresentação de duas Emendas: a Emenda número 1 e número 2 aqui da Comissão de Assuntos Econômicos. Relatório. No prazo regimental, foram apresentadas duas Emendas. A primeira do Senador Cícero Lucena propõe complemento à redação da—

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só um minutinho, Senador.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu pediria silêncio para que a gente possa entrar no item 04 da Pauta, 05, desculpe, especialmente a assessoria, que está bastante entusiasmada com a votação anterior, eu acho que todo o Plenário, mas agora vamos com serenidade retomar a votação. Essa é uma matéria extremamente importante, quero só chamar a atenção é a terminativa, é a matéria que diz respeito à identificação das pessoas que participam de jogos de loteria, que foi objeto de uma denúncia nacional, que era um dos instrumentos de lavagem de dinheiro, de suspeição sobre lavagem de dinheiro. Portanto, é um Projeto associado à decisão anterior e igualmente relevante. Eu pediria, portanto, atenção ao parecer do nobre Senador Fernando Collor de Mello.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Muito obrigado, Sr. Presidente, continuando o relatório, no prazo regimental, foram apresentadas duas Emendas. A primeira, do Cícero Lucena, propõe complemento à redação dada ao parágrafo único do art. 3º da Lei nº. 6717/79, objeto de alteração do presente Projeto de Lei com o seguinte teor: Artigo 3º, parágrafo único: “O ato de regulação de que trata o *caput* deverá incluir a obrigatoriedade de identificação do apostador no ato da aposta, por intermédio do número de cadastro de pessoas físicas, bem como as medidas necessárias à garantia do sigilo quanto à identificação dos apostadores e dos contemplados”. A Emenda nº. 02 ao PLS nº. 322/2004, apresentada pelo Senador Romero Jucá, propõe nova redação para o artigo primeiro do Projeto. O parágrafo único do art. 3º da lei número 6717, de 1979, na redação dada pelo artigo primeiro do PLS número 322 de 2004, é substituído pelos parágrafos 1º e 2º, com a seguinte redação: Artigo 3º, §1º: “O

ato de regulação de que trata o *caput* deverá incluir a obrigatoriedade de envio ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras, COAF, de arquivo contendo as informações de todas as pessoas físicas, CPF, que receberam prêmios de Loterias Federais de valores superiores a 800 reais. § 2º: Esse arquivo deverá ser remetido até o quinto dia útil do mês subsequente ao do pagamento dos prêmios e contará, além dos dados de identificação dos ganhadores, a identificação das unidades lotéricas onde as apostas foram efetuadas e as agências da Caixa Econômica Federal onde os prêmios foram pagos”.

A Emenda, assim, exclui a obrigatoriedade de identificação do apostador no ato da aposta, objeto do PLS nº. 322 de 2004. E inclui, a obrigatoriedade de envio ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras, o COAF, de arquivo contendo informações sobre os ganhadores de prêmios superiores a 800 reais, o que já é feito, com base no ato declaratório normativo, COSIT nº. 01, de 22 de abril de 93 conforme argumenta o eminente Senador Romero Jucá na justificativa da proposição. Análise. A Emenda 01 apresentada na Comissão pelo Senador Cícero Lucena, vem consolidar o conteúdo do Projeto, vez que preenche lacuna de ordem institucional, ao garantir o sigilo de identificação desnecessária dos apostadores contemplados. Será o caso, por exemplo, de quando esses não se encontrarem sob investigação por suspeita de atividades ilícitas. Com a redação dada, caberá à Caixa Econômica Federal adotar as medidas necessárias, de modo a preservar o direito dos apostadores de não serem identificados, a menos que se tornem necessária a investigação por imposição legal no combate à lavagem de dinheiro. Além disso, a medida proposta evitará o permanente risco de roubos e seqüestros a que ganhadores das loterias estarão sujeitos quando divulgados os seus nomes impropriamente.

Já a Emenda nº. 02, como já dito, exclui a obrigatoriedade da identificação do apostador no ato da aposta e inclui a obrigatoriedade de envio ao COAF de arquivo contendo informações sobre os ganhadores de prêmios superiores a 800 reais. Além disso, a Emenda, se aprovada, exige a exclusão do art. 2º do PLS nº. 322/2004, esvaziando por completo a proposta do Senador Sérgio Zambiasi.

Assim, na prática, a Emenda apenas exclui a proposta contida no PLS nº. 322/2004 de obrigatoriedade de identificação do apostador no ato da aposta, estando, portanto, em sentido contrário à proposição. À luz do dispositivo, do artigo 230, inciso II do regimento interno do Senado Federal, Emendas em sentido contrário à proposição não são admitidas, quando se tratar de proposta de Emenda à Constituição, Projeto de

Lei ou de Resolução, motivo pelo qual a Emenda deve ser rejeitada. Contra o argumento de que as rotinas atualmente executadas pela Caixa têm se mostrado efetivas e eficazes no tocante a prevenção à lavagem de dinheiro, pesa o fato de que o ilícito ocorre antes da premiação. Antes, portanto, do início daquelas rotinas, sendo ineficazes, absolutamente ineficazes para esse propósito.

Em relação ao argumento de que o Projeto aumenta o índice de desemprego no Brasil, porque elimina a possibilidade de venda de bilhetes por vendedores ambulantes, no caso da loteria federal e instantânea, cerca de 444 credenciados e, ainda, por cerca de 15 mil pessoas que tiram o seu sustento por meio da venda de apostas de loterias pelas ruas e praças do país, vale frisar que o Projeto não alcança as loterias federal, instantânea e time mania, visto que apenas altera dispositivos da lei nº. 6717, de 1979, que trata são somente dos concursos de prognósticos sobre o resultado de sorteios de números.

Além do mais, no mérito, a Emenda não garante evitar a lavagem de dinheiro mediante a compra de bilhetes premiados, já que a identificação ocorreria após a consecução do ato ilícito, o que manteria o atual cenário de se detectar a infração após longo período de investigação. Da mesma forma, ao prever que se obtenham os dados apenas daqueles que recolhem o prêmio, a Emenda, acaba por não permitir a identificação do chamado “vendedor do bilhete”, o verdadeiro premiado, que também é parte integrante da corrente infratora e que merece a devida punição, nos termos da lei.

Outra consequência negativa da proposta seria a impossibilidade de retirada do prêmio por parte dos verdadeiros ganhadores que, eventualmente, percam os seus comprovantes, já que a Emenda mantém a regra do pagamento do prêmio ao portador do bilhete. Tudo isso, na prática, iria contra o interesse maior da sociedade, em detrimento dos interesses imediatos das instituições responsáveis pela aplicação e controle das loterias.

A nosso ver, sem dúvida, a proposta original do Projeto de Lei é a mais simples e eficaz para se combater a criminosa rede de lavagem de dinheiro nas loterias de números. Assim, sinto-me na obrigação de emitir o meu voto favorável à oportuna iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi, por entender que ela é mais uma contribuição importante no combate ao crime organizado no país.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, nº. 322 de 2004 e da Emenda nº. 01 da CAE e pela rejeição da Emenda 02 da CAE. Sala da Comissão, em 28 de março de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romero Jucá, com a palavra, depois, Cícero Lucena.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RO): Sr. Presidente, eu, antes do início da Sessão, conversei com o Senador Fernando Collor e também o Senador Sérgio Zambiasi tem defendido, é ao autor da Emenda e tem defendido essa questão, eu continuo tendo a preocupação daquelas pessoas que vendem Mega Sena e vendem jogos já prontos, durante o período que antecede a concorrência dos prêmios em todo o país, mas eu quero registrar, por conta do posicionamento do Senador Fernando Collor e do Senador Zambiasi, nós não iremos encaminhar contrário, apesar de ter uma posição técnica da Caixa Econômica Federal, relatando uma série de dificuldades, nós vamos liberar a bancada, liberar a posição para que Srs. Senadores e Senadoras votem de acordo com sua posição. Portanto, fica liberado o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, eu quero registrar a oportunidade desse projeto do Senador Sérgio Zambiasi, bem como da lucidez do relatório do Senador Fernando Collor de Mello, agradecendo, inclusive, o acatamento da minha sugestão, como Emenda, pela preservação, inclusive, da identidade do apostador, no sentido do sigilo, da preservação, que ele não seja exposto a eventuais circunstâncias que nós vivemos no país, embora, sujeito a todo o acompanhamento de fiscalização e consequentemente combatendo algo que todos nós temos conhecimento, que é uma prática nacional, da compra de bilhete vencedor. Bem como o posicionamento adotado pelo Senador Romero Jucá, no sentido de aprovar o parecer tão competente do Senador Fernando Collor de Mello.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antônio Carlos Valadares, para discutir a matéria.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Olha, eu recebi até uma orientação no sentido de pedir vista, mas eu acho que o parecer do Senador Fernando Collor foi bastante elucidativo e tirou todas as dúvidas que eu por acaso pudesse ter sobre a matéria, por isso eu elogio a atuação no Senador nesse Projeto e votarei favorável. Com as explicações dadas também, à contribuição dada pelo Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu fico muito feliz com essa ini-

ciativa, Senador Valadares, porque eu entendo que as restrições da Caixa não são compreensíveis, no meu ponto de vista. Se está focando basicamente na loteria numérica. Ora, o argumento que é a dificuldade operacional para identificar o CPF da pessoa que aposta, é absolutamente precário. Porque, se vários números vão ser identificados no cartão e vão ser registrados na máquina, porque não o número do CPF? A verdade verdadeira dessa questão é que seguramente perderá clientes, que eu me lembro de um deputado, na época, da CPI do Orçamento, que eu participei, que ele apostava mais do que o prêmio dava. Agora, a origem do recurso não era lícita, porque é evidente que essa é a questão; a hora que você identificar o CPF, vai diminuir o volume de aposta daqueles que apostam para lavar o dinheiro, mas esse é o objetivo da lei. O objetivo da lei é, nós aprovamos uma lei sobre a lavagem de dinheiro e essa é uma legislação complementar ao que fizemos anteriormente, de efetivamente organizar um combate implacável ao crime nesse país e à lavagem do dinheiro. Se nós estamos identificando previamente o apostador e operacionalmente é só para a loteria numérica, se todos os números são identificados, o CPF pode ser registrado sem nenhuma dificuldade de software ou operacional.

É evidente q, para outras formas de loteria, seria muito difícil o vendedor verificar, mas a loteria numérica seguramente nós teremos um salto, evitaremos fraude, compra de bilhete premiado e mais um sistema sofisticado de lavagem de dinheiro no país.

Então, acho e quero parabenizar o Senador Cícero Lucena para estabelecer o sigilo, porque isso é a proteção do cidadão, que pode ser objeto de organizações criminosas que... No sentido de qualquer outra pessoa que poderia se beneficiar, já temos casos no Brasil. Então, a preservação do sigilo é importante, mas permite as autoridades fiscalizarem quando houver efetivamente um motivo de lavagem de dinheiro nesse episódio. Então, eu quero parabenizar o Projeto, o parecer e não havendo ninguém que queira discutir a matéria, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Apenas gostaria de perguntar aos autores das proposições, ao Relator, uma preocupação que é natural, uma vez que, eu, por exemplo, não costumo comprar bilhetes de loteria, mas eu vejo, como milhares pessoas do Brasil inteiro vendem na rua e tal e são pessoas que vivem disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Essas loterias estão preservadas: a loteria numérica, Mega Sena, aquelas loterias que você tem que dar os números e a máquina vai registrar os números que você quer apostar, entre os números

que você vai oferecer, é a sua identificação e o seu CPF. E assim, na hora pagamento do prêmio, só será dado à pessoa que se identificou previamente. Você elimina a fraude.

Agora, as outras formas de loteria não há como assegurar esse mecanismo, que é o caso de loteria federal, que é a venda de bilhete diretamente na rua. Não há como você transferir—

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Não haverá a exigência neste caso--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para o vendedor essa competência, ele não tem condições de preencher, não haveria como fiscalizar porque ele pode, inclusive, não tem como o sujeito que comprou ter a segurança que o número dele será efetivamente; nós teríamos um prejuízo significativo. Então, o Projeto foca basicamente onde há indícios de lavagem de dinheiro graves, que é a loteria numérica.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Havendo acordo, vamos a votação. Esse Projeto é terminativo, a votação é nominal. Nós temos que votar as duas Emendas em separado. Senador Eduardo Suplicy como vota?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator. Senador Delcídio Amaral. Senador Presidente não vota. Senador Fernando Collor, Relator. Voto conhecido. Senador Renato Casagrande, ausente. Senador Expedito Júnior, ausente. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator. Senador João Claudino, ausente; Senador Romero Jucá, ausente, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator. Senador Mão Santa,

ausente; Senador Gilvam Borges ausente; Senador Neuto de Conto, ausente; Senador Garibaldi, ausente, já... Ausência já esclarecida. Senador Adelmir Santana, com o Relator; Senador Edison Lobão; Senador Eliseu Rezende, com o Relator. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator. Senadora Kátia Abreu, com o Relator. Senador Raimundo Colombo, ausente; Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator. Senador Flexa Ribeiro, com o Relator.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com Relator, Senador Sérgio Guerra está com ausência de doença. Senador Tasso Jereissati, com o Relator. Senador Osmar Dias, ausente. Vamos agora aos suplentes. Senador Flávio Arns; Paulo Paim; Ideli Salvatti; Sibá Machado; Marcelo Crivella; Inácio Arruda; Patrícia; Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): João Ribeiro, ausente; Senador Valter Pereira. Roseana; Wellington; Leomar; Joaquim Roriz; Paulo Duque e Jarbas Vasconcelos; Jonas Pinheiro; Antônio Carlos Magalhães; Demóstenes Torres; José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator. Marco Maciel; Romeu Tuma; Arthur Virgílio; Eduardo Azeredo; Marconi Perillo; João Tenório; Jefferson Peres também não está. Então, nós tivemos, 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 votos, com o Relator. Aprovado o Projeto. Unanimidade na Comissão. Fizemos dois importantes Projetos no combate à lavagem de dinheiro no país. Item 05, item 06, desculpe, na Pauta. Autor: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Jayme Campos, pela rejeição do Projeto.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, antes de mais nada, de manifestar o meu voto aqui como Relator, eu quero cumprimentar o ilustre Senador Paulo Paim de ter a preocupação com os nossos portadores de deficiência, deficiente especial. Na verdade, o seu Projeto de Lei já foi atendido, tendo em vista que Projetos

anteriormente aprovados, contemplaram, com certeza, aquilo que ele pleiteava em relação ao seu Projeto. Mas vamos ao relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame dessa Comissão, em caráter terminativo, a proposição da autoria do Senador Paulo Paim, que objetiva restituir aos portadores de deficiência física a possibilidade de adquirir, com isenção do imposto sobre produtos industrializados, IPI, automóveis de fabricação nacional, movidos a quaisquer combustíveis, inclusive gasolina, diesel e gás natural, e não apenas combustíveis de origem renovável, álcool, ou sistema reversível de combustão, como determina o § 6º do art.1º, da lei 8989, de 1995 e introduzido pela lei número 10.690 de 2003. O PLS 295 de 2003 se compõe de dois artigos: o Art. 1º, que dá nova redação ao § 6º, o artigo primeiro da lei número 8.989 de 1995, com vista a atingir o objetivo antes descrito. O Art. 2º contém cláusula de vigência imediata da lei que se converte à proposição. Na justificação do autor, relata que o Senado aprovou a lei nº. 10.690, de 16 de junho de 2003, retirando das pessoas portadores de deficiência física, mental visual e dos altruístas, o direito de adquirir, com isenção de IPI, automóveis movidos a gasolina ou óleo diesel.

O tradicional benefício fiscal ficou, assim, restrito aos veículos movido a álcool ou com sistema reversível de combustão. Alegando ser limitadíssima a oferta de tais veículos, o proponente preconiza o retorno à situação anterior, pois entende que os direitos dos portadores de deficiência devem ser ampliados e não suprimidos.

Segundo. Análise. Não há reparo a fazer quanto à constitucionalidade, juridicidade e à técnica legislativa da proposição. A matéria é de competência legislativa da União e a iniciativa é facultada aos parlamentares. O mérito é inquestionável, a tal ponto que o Congresso Nacional, com a sanção presidencial, se apressou em aprovar a composição com o conteúdo idêntico, convertida na lei 10.754, de 31 de outubro de 2003, que deu nova redação ao § 6º do art. 1º da Lei nº. 8.989, de 1995, albergando texto idêntico ao proposto pelo Senador Sul-Rio-Grandense, sempre atento aos direitos das minorias. O Regimento Interno dessa Casa determina, em seu art. 334, que matéria prejudicada pelo Plenário em outra deliberação deve ser declarada prejudicada pelo seu Presidente.

Voto, diante do exposto, visto que, com a vigência do novo dispositivo a pretensão do autor já foi integralmente atendida, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº. 295 de 2003, Sala das Sessões, 28 de março de 2007. Esse é o parecer do senhor Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela rejeição, a votação do parecer é voto terminativo, é votação nominal e eu peço aos Senadores que permaneçam em Plenário. Será a nossa última votação. Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, na proposição do Senador Paulo Paim, ele dispõe sobre a isenção do IPI na aquisição de automóveis para a utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física. O nobre Senador Jayme Campos Relator, no seu brilhante parecer, ele faz referência a que os portadores de deficiência física já foram atendidos pelo Executivo, na isenção do Imposto de Renda. A minha dúvida é que o—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Do IPI, não é Exa?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A proposta do Projeto do Senador Paulo Paim fala em transporte escolar. E, no relatório do Senador Jayme Campos, ele não faz referência ao transporte escolar. Eu queria saber como é que fica, se está sujeito ao IPI ou não o transporte escolar?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele está propondo a rejeição do Projeto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, mas ele está propondo a rejeição por já estar atendido, por medida do Executivo, a isenção. A minha dúvida, eu concordo já... Ele perdeu o objeto por ter sido atendido por uma medida do Executivo. A isenção... Agora, eu queria saber se o transporte escolar.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Senador Flexa Ribeiro. Um aparte, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Também já está atendido, com isenção de IPI, o transporte escolar também. O Projeto está prejudicado, tendo em vista que ambos, tanto o transporte escolar como para o portador de deficiências físicas especiais, também já foram contemplados, dentro da lei, aprovado e, sobretudo sancionado pelo Governo Federal, através da Presidente da República.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Era essa a dúvida porque no relatório não constava o transporte escolar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): e o Relator competente e aplicado tem todas as respostas prontas.

[risos].

Vamos, então, agora à votação da matéria. Senadores que concordam com o parecer do Relator, pela rejeição do Projeto, por já estar sendo atendida pela legislação em vigor. A votação é nominal, o parecer é terminativo. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator, sim. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator, sim. Delcídio Amaral, Presidente não vota. Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator, sim. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator, sim. Senador Expedito Júnior... Serys Slhessarenko, não está. João Vicente; Romero Jucá; Valdir Raupp; Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator. Obrigado. Sim. Senador Mão Santa; Gilvam Borges; Neuto Conto; Garibaldi Alves; Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim, com o Relator. Edison Lobão; Eliseu Resende, com o Relator. Jayme Campos, voto conhecido; Senadora Kátia Abreu.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator. Senador Raimundo Colombo; Cícero Lucena; Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator. Senador Sérgio Guerra; Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATTI (PSDB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar Dias não está presente. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator. Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Onde está aqui o José Agripino? Está aqui. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Obrigado. Senador Romeu Tuma, com o Relator. Bom, aprovado o parecer pela rejeição do Projeto por unanimidade. Está encerrada a Sessão. Agradeço a todos e retomaremos os trabalhos na próxima Sessão.

Sessão encerrada às 12h34.

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TRÊS DE ABRIL DE 2007, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e onze minutos do dia três de abril do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante e, em seguida, do Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Fernando Collor, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Romero Jucá, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Valter Pereira, Adelmir Santana, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, José Agripino, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, João Vicente Claudino, Pedro Simon, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Jayme Campos, tendo falta justificada em razão de missão política, Kátia Abreu, Raimundo Colombo e Sérgio Guerra, tendo falta justificada em virtude de licença médica. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente determina à Secretaria

da Comissão, em virtude da aprovação do Requerimento nº 17/2007-CAE, de autoria do Senador Expedito Júnior, que requer seja incluído na Pauta de votações da Comissão o Ofício “S” nº 12, de 2003, que trata da renegociação da dívida do BERON, e tendo em vista o extravio do referido Ofício, a imediata reconstituição dos autos do processado. Usa da palavra o Autor do Requerimento, Senador Expedito Júnior. Logo após, o Presidente comunica que, em razão da decisão da Mesa Diretora de limitar o número de Subcomissões que podem ser criadas no âmbito das Comissões Permanentes, foi acordado que na Comissão funcionarão duas Subcomissões Temporárias, a da Regulamentação dos Marcos Regulatórios e a da Reforma Tributária, além da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais. Ambas as Subcomissões Temporárias terão o prazo de seis meses para conclusão dos seus trabalhos. Em seguida, o Presidente designa os Membros da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, Senadores Titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, Antônio Carlos Valadares, Sibá Machado e Expedito Júnior; Senadores Suplentes, Delcídio Amaral, Serys Slhessarenko e João Vicente Claudino; Senadores Titulares pelo PMDB, Valdir Raupp, e Garibaldi Alves Filho; Senadores Suplentes, Mão Santa e Renato Casagrande por cessão da vaga; Senadores Titulares pelo PFL, Jayme Campos e Raimundo Colombo; Senadores Suplentes, Jonas Pinheiro e Flexa Ribeiro por cessão da vaga; Senador Titular pelo PSDB, Sérgio Guerra; Senador Suplente, Eduardo Azeredo; na vaga de alternância entre os partidos, Senador Cícero Lucena, como Membro Titular. Em seguida, designa os membros da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Senadores Titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, Delcídio Amaral e Inácio Arruda; Senadores Suplentes, Francisco Dornelles e Renato Casagrande; Senadores Titulares pelo PMDB, Valdir Raupp e Garibaldi Alves Filho; Senadores Suplentes, Romero Jucá e Valter Pereira; Senadores Titulares pelo PFL, Kátia Abreu e Eliseu Resende; Senadores Suplentes, José Agripino e Romeu Tuma; Senador Titular pelo PSDB, Sérgio Guerra; Senador Suplente, Tasso Jereissati. A Presidência designa os Membros da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, Senadores Titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, Eduardo Suplicy e Francisco Dornelles; Senadores Suplentes, Renato Casagrande e Ideli Salvatti; Senadores Titulares pelo PMDB, Mão Santa e Neuto de Conto; As vagas de Suplentes não foram designadas. Senadores Titulares pelo PFL, Raimundo Colombo e, por cessão de vaga, Osmar Dias; Senadores Suplentes, João Tenório e Cícero Lucena, por cessão de vagas; Senador Titular pelo PSDB,

Tasso Jereissati; Senador Suplente, Flexa Ribeiro. Usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro e Edison Lobão. Em seguida, o Presidente sugere a realização de dois Seminários, sendo um sobre Crescimento Econômico, convidando alguns economistas de várias correntes de pensamento, e o outro com as Agências Reguladoras, e solicita aos Senadores Arthur Virgílio e Edison Lobão que construam, juntamente com a Presidência da Comissão, uma proposta para organização dos Seminários, proposta esta que deverá ser trazida aos Membros em quinze dias. Usa da palavra o Senador Arthur Virgílio. Logo após, a Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2005, não terminativo, que “dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, internet ou outro meio similar”, de autoria do Deputado Wellington Fagundes, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A Matéria é retirada de Pauta para reexame, a pedido do Relator, Senador João Ribeiro; Item 02-Ofício “S” nº 02, de 2007, não terminativo, “em atendimento ao § do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informa que o Governo do Estado de Pernambuco procedeu licitação para a exploração, mediante concessão patrocinada, da Ponte de Acesso e Sistema Viário do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva e encaminha informações e documentos atinentes ao referido procedimento”, de autoria da Secretaria de Planejamento de Pernambuco, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer pelo arquivamento da Matéria. A Presidência designa o Senador Cícero Lucena Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório e colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pelo arquivamento da Matéria. Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2003, terminativo, que “altera o artigo 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e o artigo 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, autorizando o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão do crédito rural”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao Projeto com o acolhimento da Emenda nº 01, de autoria da Senadora Kátia Abreu. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Em 06/03/07, após a leitura do Relatório pelo Senador Osmar Dias, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Após a leitura do Relatório pelo Relator,

Senador Osmar Dias, a Comissão aprova o Requerimento nº 21/2007-CAE, de autoria do Senador Romero Jucá, requerendo a realização de Audiência Pública para instruir a Matéria. Usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Jonas Pinheiro, Inácio Arruda e Antônio Carlos Valadares; Item 04-Projeto de Resolução do Senado nº 11, de 2007, não terminativo, que “altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, o Regimento Interno do Senado Federal, acrescentando parágrafos ao art. 99, estabelecendo que o Presidente do Banco Central do Brasil compareça trimestralmente à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, para expor os fundamentos e a forma de execução da política monetária”, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Edison Lobão, usam da palavra os Senadores Arthur Virgílio, Valter Pereira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e Edison Lobão. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator com a Emenda nº 01-CAE; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2006, terminativo, que “altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir a pneumopatia grave entre as moléstias cujos portadores são beneficiados com a isenção do imposto de renda sobre seus proventos de aposentadoria ou reforma”, de autoria do Senador Romeu Tuma, tendo como Relator o Senador Gilvam Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2004, terminativo, que “altera dispositivo da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 (Beneficia pela compensação financeira os Estados e Municípios que possuem nascentes de rios, cuja vazão é aproveitada para a geração de energia em hidrelétrica)”, de autoria do Senador Tião Viana, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A Matéria é retirada de Pauta para reexame a pedido do Relator, Senador Antônio Carlos Valadares; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2003, não terminativo, que “altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do referido Fundo”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo

que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 06/03/07, após a leitura do Relatório pelo Senador Mão Santa, foi concedida Vista ao Senador Romeu Tuma, que devolveu sem manifestação. Em 21/03/07, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Edison Lobão, concluindo pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2007, terminativo, que “altera o Decreto nº 83.304, de 28 de março de 1979, para excluir a possibilidade de recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais, na hipótese de decisão de segunda instância ter negado provimento a recurso de ofício”, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2004, terminativo, que “dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre os veículos automotores que especifica, e dá outras providências”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta, e com acolhimento da Emenda nº 04, de autoria da Senadora Kátia Abreu. Em 06/03/07, após a leitura do Relatório pelo Senador Arthur Virgílio, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 20/03/07, foi apresentado Voto em Separado de autoria do Senador Romero Jucá, concluindo pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2006, Complementar, não terminativo, que “acrescenta inciso ao artigo 19 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1965, que regulamenta o sistema financeiro nacional, para permitir a instituição, pelo Banco do Brasil, de linha de crédito e sua atuação no mercado imobiliário”, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer pelo arquivamento da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2005, não terminativo, que “altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº

7.990, de 28 de dezembro de 1989 (reduz o percentual de participação da Compensação Financeira sobre a Exploração de Recursos Minerais (CFEM) incidente sobre os bens minerais de aplicação imediata na indústria da construção civil)”, de autoria do Deputado Ricardo Izar, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Em 20/03/07, foi apresentada a Emenda nº 01, de autoria do Senador Romero Jucá. A Presidência da Comissão designa o Senador Osmar Dias Relator Ad Hoc. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, Jonas Pinheiro e Osmar Dias. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator com a Emenda nº 01-CAE; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2004, não terminativo, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de motocicletas para utilização no transporte autônomo de passageiros”, de autoria do Senador Leonel Pavan, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Eduardo Suplicy, a Presidência concede Vista ao Senador Arthur Virgílio nos termos regimentais. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 19/2007-CAE, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais, a realizar-se no dia 04/04/07, às 10:00 horas, com vistas a tratar da compra do Grupo Ipiranga pela Petrobrás, Grupo Ultra e Braskem; o Requerimento nº 20/2007-CAE, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para o depoimento do Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobrás, do Sr. Marcelo Trindade, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, da Sra. Elizabeth Maria Mercier Querido Farina, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, e do Sr. Pedro Caldas Pereira, gerente da BR-Distribuidora, acerca do processo de compra do Grupo Ipiranga pela Petrobrás; e o Requerimento nº 21/2007-CAE, de autoria do Senador Romero Jucá, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com a presença de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério da Fazenda, da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, do BNB, do Basa, do Banco do Brasil e da Febraban,

a fim de instruir a votação do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2003. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos iniciar os nossos trabalhos e declarar aberta a nossa 8ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu vou para dar início aos nossos trabalhos, ler alguns requerimentos e dar algumas informações aos membros da nossa Comissão.

Primeiro requerimento que eu queria ler é uma decisão dessa presidência relativa à liquidação do BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA, o BERON, que é uma demanda apresentada pelo nobre Senador Expedito Júnior.

Tendo em vista o extravio do Ofício S nº. 12/2003, que trata da liquidação do BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA, BERON, e considerando o requerimento de inclusão em pauta no mesmo ofício por parte do Senador Expedito Júnior, aprovado em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos ocorrida em 20 de março de 2007, determino à Secretaria desta Comissão a imediata reconstituição dos autos do processo Ofício S, Nº 2/2003.

Quer dizer, esse processo foi extraviado, e nós estamos, portanto, estabelecendo a imediata reconstituição dos autos do processo para nomear um novo Relator que assuma a responsabilidade de dar um parecer sobre essa relevante matéria.

SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Eu quero só cumprimentá-lo e agradecer aí a boa vontade da presidência e... Dizer que nós vamos resgatar aí um compromisso antigo com o Estado de Rondônia e exatamente essa... Eu acho que toda a renegociação de dívida dos Estados, ela tem que, necessariamente, passar pelo Senado. E essa nós estamos tentando corrigir que exatamente não foi feito, não passou pelo Senado e nós estamos já... Vi os pareceres favoráveis, acho que uma questão inusitada esse projeto sumiu aqui, ninguém sabe como. Desapareceu. E, portanto, eu quero cumprimentar V.Exª. por estar nos apoiando nessa questão desse nosso requerimento e mais do que isso, nos ajudando no sentido da reconstituição

para que possamos então levar à frente essa que é a nossa pretensão, não queremos dar calote em ninguém. Não queremos, eu acho que o que é de responsabilidade do Estado é de responsabilidade do Estado. Mas solidariamente eu acho que a União tem que ser responsabilizada também nessa questão do BERON, porque foi uma intervenção que foi feita pelo BANCO CENTRAL para fazer a sua liquidação que, infelizmente, ficaram por 4 anos, não fizeram a devida liquidação e quando assumiram o Banco do Estado com uma dívida de 40 milhões, nos devolveram com mais de 600 milhões, 4 anos depois.

Quer dizer, então, eu acho que... Nós vamos discutir sobre essa questão aqui e dê a César o que é de César. Se nós tivermos que devolver isso ao Estado de Rondônia de repente dentro do entendimento com o BANCO CENTRAL, buscando o entendimento com a diretoria do BANCO CENTRAL. Não quero que faça nada açodadamente. Não quero que faça nada por única decisão do Senador Expedito Júnior com o governador de Rondônia, com o Estado de Rondônia. Nós queremos fazer tudo dentro de um entendimento com o Governo Federal e com o próprio BANCO CENTRAL. Agora, entendemos que é válido o esforço também de V.Exª. Eu sei porque eu conversei pessoalmente com V.Exª. e V.Exª. Disse: Expedito, na próxima reunião nossa, na próxima terça-feira, eu vou estar lendo e determinando a reconstituição deste projeto. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a V.Exª., e nós discutiremos oportunamente o mérito da matéria em relação à liquidação do Banco do Estado de Rondônia S.A., o BERON.

Eu tenho alguns outros requerimentos que eu queria ler. Um requerimento do Senador Tasso Jereissati nos termos do art. 93, inciso II do regimento interno do Senado Federal, cominado com o art. 58, inciso V da Constituição Federal, é este o requerimento para a realização de audiência pública para o depoimento do Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da PETROBRÁS, Sr. Marcelo Trindade, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, CVM, Srª. Elizabeth Maria Mercier Querido Farina, Presidente do CADE, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, e do Sr. Pedro Caldas Pereira, gerente da BR Distribuidora, acerca do processo de compra do Grupo Ipiranga pela PETROBRÁS. Existe também requerimento do Senador Paulo Paim, assinado pelo Senador Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, com fundamento no art. 58, inciso II, § 2º da Constituição Federal, cominado com o art. 90, inciso II do Regimento Interno da Casa, requeiro a realização de audiência pública para essa Comissão com vistas a

tratar da compra do Grupo Ipiranga pela PETROBRÁS, GRUPO ULTRA e BRASKEN para a realização de audiência pública. Requerido deverão ser convidados o Presidente do SINDIPETRO, Sr. José Marcos Oline, Presidente da SINDIPOLO, Sr. Carlos Heitor Rodrigues, representante da PETROBRÁS, representante da BRASKEN, representante do GRUPO IPIRANGA, representante do GRUPO ULTRA e demais convidados a serem definidos pela própria Comissão.

Minha preocupação é que esta sugestão de audiência pública está sendo construída junto com a Comissão de Infra-Estrutura e Assuntos Sociais e eu fui informado pela Comissão da assessoria da nossa Comissão que a audiência seria amanhã às 10 horas. O problema é que foi firmado um acordo entre todas as Comissões que não pode haver audiência fora do dia da Comissão. Amanhã, às 10 horas é a Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, eu vou entrar em contato com os Presidentes para verificar exatamente o que é que está sendo encaminhado. Porque a rigor amanhã não me consta que seja dia de funcionamento da Comissão de Infra-Estrutura. Mas como é... é uma semana curta, pode ser que essa seja a solução. De qualquer forma são dois temas diferentes, composições diferentes das Mesas tratando da mesma questão. Em relação às Subcomissões--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu vejo inclusive que os temas a serem abordados são diferentes. Nós participaremos com todo o empenho da Comissão quando, e se, ela se realizar, a Comissão proposta pelos Senadores, a audiência pública proposta pelos Senadores Paulo Paim e Pedro Simon. Agora, o objetivo do Requerimento do Presidente Tasso Jereissati é outro é analisar da lisura dos procedimentos, é discutir como fica o mercado, qual é a perspectiva de... Qual será o mercado que nascerá dessa nova situação Ipiranga mais PETROBRÁS. Ou seja, nós queremos trazer para o econômico, sem nos furtarmos a debater o social que eu vejo que é a intenção dos Senadores Paim e Simon. E, portanto, seria assim dois momentos. Poderiam sustentar a importância do Requerimento do Senador Jereissati?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só não coloco imediatamente em votação porque nós não temos quórum para votar. Mas o Senador Tasso Jereissati tinha conversado comigo. E eu estou totalmente de acordo. Eu acho que está dentro do mandato desta Comissão e na realidade

de ele está discutindo a questão da concentração de mercado, o problema da competição, da concorrência dentro do setor de petróleo, da distribuição. Então é uma matéria de concentração, é por isso que o CADE está aqui presente. A discussão dele é um pouco mais substantiva do que a outra que diz, eventualmente, respeito ao impacto social da incorporação dessa empresa Ipiranga, o Grupo Ipiranga pela PETROBRÁS, BRASKEN e GRUPO ULTRA. A dimensão do requerimento do Senador Tasso eu acho que é essencial e nós, seguramente, realizaremos essa audiência.

Nós estamos agora para constituir as Subcomissões. Nós temos uma permanente, que na realidade é responsabilidade da CAE, que é a de assuntos municipais e nós recolhemos os Senadores interessados e Senadoras. Eu vou passar a ler agora a composição. Se alguém tiver alguma sugestão de alteração, por favor, comunique ainda hoje à nossa Comissão. Composição seria o Senador Antônio Carlos Valadares, titular, pelo bloco, Sibá Machado, Expedito Júnior. Suplentes, Delcídio Amaral, Serys Slhessarenko e João Vicente Claudino. Pelo PMDB, titulares, Raupp, Valdir Raupp e Garibaldi Alves Filho. Suplentes: Mão Santa e Renato Casagrande por cessão da vaga. Do PFL, titulares: Jayme Campos e Raimundo Colombo. Suplentes: Jonas Pinheiro e Flexa Ribeiro por cessão da vaga. Titulares pelo PSDB: Sérgio Guerra, suplente, Eduardo Azeredo. E depois, na vaga de alternância entre os partidos, Senador Cícero Lucena. Há sugestão dessa presidência que o Senador Cícero Lucena assuma a presidência da Comissão. De qualquer forma tem que ser marcada depois uma reunião para poder oficializar a indicação da presidência.

A segunda Subcomissão é a Subcomissão de marco regulatório. A composição seria: Senador Delcídio Amaral e Inácio Arruda pelo bloco. Suplentes: Francisco Dornelles e Renato Casagrande. Pelo PMDB titulares: Valdir Raupp e Garibaldi Alves Filho, suplentes: Romero Jucá e Valter Pereira. Pelo PFL, suplentes: Kátia Abreu e Eliseu Resende, suplentes José Agripino e Romeu Tuma. Pelo PSDB, titulares: Sérgio Guerra, eu faço voto que retorne brevemente aqui, faz falta a esta Casa; suplente Senador Tasso Jereissati. Sugestão da presidência é que a presidência da Subcomissão seja o Senador Delcídio Amaral, que foi o proponente da Subcomissão. Da reforma tributária. Titulares do bloco: Senador Eduardo Suplicy e Francisco Dornelles, suplentes: Renato Casagrande e Ideli Salvatti. Pelo PMDB, titulares: Mão Santa e Neuto de Conto. Pelo PFL, titulares: Raimundo Colombo e por cessão de vagas Osmar Dias, suplente João Tenório e Cícero Lucena. Titulares pelo PSDB: Tasso Jereissati, suplente: Fle-

xa Ribeiro. Sugestão que o Senador Tasso Jereissati assuma a presidência dessa Subcomissão.

Esses são os nossos Requerimentos. E se houver ainda alguma matéria de interesse dos Senadores nós, evidentemente, ouviremos. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Ape- nas uma questão de esclarecimento, então. As Comis- sões são de reforma tributária...?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCA- DANTE (PT-SP): Marco regulatório e assuntos muni- cipais. Duas são temporárias por seis meses, reforma tributária e marco regulatório e uma é permanente que é a Comissão de Assuntos Municipais.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Só para... Esclarecimento, lá na Comissão de Direitos Hu- manos acho que foi instituída uma Comissão de Re- forma da Previdência, não sei se em outra Comissão está havendo. A Comissão de Reforma Tributária terá estudos que, de alguma forma, vão interagir com a da Reforma da Previdência assim como com o Fórum da Previdência que o Executivo estabeleceu. Queria só que tenhamos todos consciência disso, de que são es- tudos que nós iremos elaborar que, de alguma forma, vão interagir, porque a reforma tributária, a da Previ- dência e trabalhista necessariamente terão interações importantes. Então... Eu inclusive também participo lá desta Comissão de Reforma da Previdência. É só para registrar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MER- CADANTE (PT-SP): Acho muito positiva a sugestão do Senador Suplicy porque havia uma demanda tam- bém de uma subcomissão para tratar da Reforma Pre- videnciária. E o que foi acordado entre a Mesa e os Presidentes de Comissão é que só, nós só teremos duas Subcomissões por Comissão. Exatamente porque havia uma proliferação de Subcomissões. É impossí- vel o funcionamento da Casa. Então seriam só duas Comissões. Nós estamos criando duas temporárias e mantendo a de Assuntos Municipais que é uma subco- missão permanente e... Portanto, transcende o caráter de criação específica. Mas... Senador Arthur Virgílio. V.Ex^a. tem interesse na palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pois não, Presidente. Uma figura que eu respeito muito, eu propus a V.Ex^a. no bilhete que eu lhe passei agora, enquanto não temos quórum e esperamos que venha- mos a tê-lo para deliberarmos sobre as matérias da pauta. Que nós discutamos um pouco de economia, passemos a vista um pouco sobre o Brasil. E tem uma figura que eu respeito profundamente que é o Minis- tro Máílson da Nóbrega, que tem a ponto de ter uma pasta com o nome dele no meu gabinete, lá, ele não

é o Máílson da Nóbrega, ele é o MN, então tudo o que ele escreve, tudo o que ele diz vai para uma pasta, en- fim. Tenho muito respeito por ele. Mas ele foi profun- damente injusto com a oposição no último artigo dele intitulado: Oposição fraca. Claro que ele tem o direi- to de achar que ela é forte, que ela é fraca que ela é mais ou menos. Mas os argumentos que eu gostaria de analisá-los. Inicialmente ele critica o PT que teria sido pouco construtivo durante o período Fernando Henrique. Depois diz que a oposição atual não chega a ser o mesmo, mas que tem se mostrado desprepa- rada para reagir a certos acontecimentos. Fala da di- ficuldade que o PT teria de se adaptar às mudanças que a economia mundial passou a exigir do Brasil. E diz que nós, repete que nós temos decepcionado. E que apesar de termos colaborado com votações re- levantes de reformas estruturais macroeconômicas e microeconômicas, ele diz que nós temos participado de momentos assim de... Irresponsabilidade. Por exemplo, quanto a salário-mínimo, a reajustes injustificáveis de aposentadoria do INSS e por aí afora. Eu gostaria de, em primeiro lugar, dizer que isso não tem se verificado e não tem se verificado, eu digo isso com muita clare- za, no Senado. Fui à tribuna para enfrentar a proposta de 13º salário de bolsa-família. E tenho, o contrário, tenho sido um crítico contumaz do que me parece uma certa capacidade de tendência ao desperdício fiscal por parte do Governo. E entendo até que o grande nó da economia está no fiscal. E, por isso, tenho pedido exaustivamente mais reformas estruturais, ou seja, a retomada do ciclo e tenho criticado o quanto posso o que imagino ser um gasto de desperdícios.

Depois, ele diz uma coisa assim terrível que a oposição reagiu com galhofas a nova metodologia de cálculo do PIB. Os Senadores, Deputados e Senado- res, insinuaram que o IBGE teria manipulado dados. Não tem um só Senador do meu partido e não me lembro de nenhum Senador da oposição que tenha feito qualquer galhofa em relação a metodologia nova do IBGE que eu julgo justa. Declarei da tribuna que eu julgo justa, que eu julgo mais capaz de fotografar a economia brasileira em preto e branco com mais ni- tidez. E mostrando inclusive os prós, ou seja, graças a Deus o Brasil tem um PIB maior do que aquele que estava sendo calculado, ou seja, uma distância me- nor em relação ao mundo. Infelizmente, a formação bruta de capital fixo, ela está mais do que nunca se mostrando insuficiente, dezesseis ponto alguma coi- sa por cento, muito distante daqueles vinte e poucos por cento que nós precisaríamos para crescer a 5% ao ano de maneira sustentada. Uma notícia boa é que nós não precisaríamos crescer 25% pela nova meto- dologia, investir 25% do PIB para crescermos os 5%.

Pode ser um pouco menos do que isso. Mas o fato é que a taxa de investimentos está muito baixa. Assim como o Governo, já que o PIB cresceu e ele trabalhou as vinculações constitucionais em função da metodologia velha, o Governo fica a dever, nas suas aplicações de educação, nas suas aplicações em saúde. E... Daqui para frente, eu sugiro, e já sugeri da Tribuna, que nós façamos o acompanhamento do quadro econômico levando em conta as duas metodologias. As duas, ou seja, nada dessa história de fazer o que fez, por exemplo, o meu querido amigo, o Ministro Guido Mantega que comemorou como se fosse um gol. O Ministro Paulo Bernardo que é outro amigo querido não é um “Pibinho” é um “Pibão”, deu um pulo como se fosse um gol do time dele numa final de Copa do Brasil. E não há, não há o que comemorar. O Brasil é o mesmo fotografado de maneira mais exata, a meu ver. Os problemas permanecem os mesmos, o nó fiscal continua expressivo. Nós temos a necessidade de reformas estruturais. Nós temos as nossas vulnerabilidades, as mesmas, ou seja, algumas menores, o Brasil hoje tem reservas, eu não sou contra a acumulação de mais reservas, ainda que se perca e isso eu discordo de algumas figuras importantes da oposição, eu entendo que o Brasil deve realmente fortalecer as suas reservas e aquele tremelique da China mostrou que não era diferente disso o que deveria ter acontecido. Mas o fato é que a nova metodologia, ela reconhece um Brasil mais voltado para os serviços. Tira peso relativo da indústria e da agricultura, eu julgo que é assim mesmo. Ela... Tem mais capacidade de calcular a economia formal, os técnicos do IBGE, eles passam praticamente a morar na casa de determinadas famílias numa visão assim de pesquisa qualitativa, passam a perceber qual é mesmo a capacidade de dispêndio, a capacidade de consumo daquelas, daquelas famílias, enfim. Então, se nós temos por um lado um crescimento do PIB que foi puxado pelo aumento do consumo, isso explica até o fato eleitoral, se temos, como vulnerabilidade a taxa de investimentos mais baixa. Nós temos um diagnóstico para mim é muito mais preciso, como fazermos, como fazermos para aumentar a taxa de investimentos. E eu vejo que a resposta está em marcos regulatórios mais confiáveis e temos discutido isso bastante aqui, discutido isso bastante na Comissão de Justiça. E buscado uma convergência. Temos que buscar marcos regulatórios que de fato convençam o setor privado a investir mais fortemente. Eu tenho minhas dúvidas sinceras sobre se o PAC tem fôlego para sustentar crescimento. Me parece que algo que tem um fôlego curtíssimo com pouca influência sobre 2007 e nenhuma influência, nenhuma influência sobre 2007, pouca sobre 2008 e nenhuma influência sobre 2009.

Ou seja, a organização, a interligação que não é ruim de 20 projetos do Governo. Isso não é uma proposta de efetivo desenvolvimento sustentável, não é. Mas, muito bem, então eu quando li tomei um susto porque geralmente eu sou sempre de acordo com o Mailson. Dessa vez--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V.Exª.

Permite um aparte?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sim, só um segundo, Senador Suplicy, já permito. Eu estou vendo o que é que ele diz mais? Que o Governo tem erros e que nós não precisaríamos apelar para a demagogia. Eu quero já colocar à V.Exª. que sustentarei no conserto das oposições que nós seremos muito sóbrios, muito tranquilos em relação a essa questão do salário-mínimo até porque eu sei da repercussão disso sobre previdência social, sei da repercussão disso sobre pequenas prefeituras. A repercussão sobre empresas que querem se formalizar se o salário-mínimo for um pouco maior elas se informalizam. Em outras palavras, eu sinceramente me senti injustiçado e senti a minha bancada injustiçada, porque nós não faltamos em nenhum momento à racionalidade que ele exige como sendo a racionalidade de uma boa oposição. A não ser que ele diga assim: Bom, eles não são inteligentes. Bom, aí é culpa de não ser inteligente eu quero até assumir por todos. Todos da minha bancada são menos eu. Mas ainda que não inteligente eu jogo com a maior boa vontade e dentro da racionalidade do Mailson não tem nada. Muito bem, ele mostra defeitos reais do Governo. Eu digo que eu não estou aqui para combater acertos do Governo, mas sim para combater defeitos do Governo, evitar que o Governo aprofunde defeitos. Ou seja, jamais me opor ao País. Enfim. E aí ele diz que, repete isso, que não é com gracinha nem com propostas insustentáveis que a oposição dará a sua contribuição na busca de um País melhor. Eu não sei sinceramente quem fez gracinha. Eu não fiz. Talvez tenha sido o primeiro orador a ir para a Tribuna para discutir a nova metodologia. E disse aqui nesta Comissão que eu não entendia como má-fé ou na infra-estrutura, perdão, que não entendia como má-fé nenhuma do IBGE a mudança da metodologia. Que eu explicava o rebaixamento mínimo, porém rebaixamento que houve nos índices do Governo Fernando Henrique e o aumento na média de 0.7% ao ano do Governo Lula, Senador Mercadante, eu explicava isso pela... Primeiro, pela maturação das reformas estruturais feitas no período Fernando Henrique, pelas reformas microeconômicas importantes feitas no período Lula e pelo quadro internacional que foi extremamente sorridente nesses primeiros 4 anos. Isso tudo explicava, sim, que o Brasil cada vez mais uma economia de serviços, ti-

vesse tido uma explosão de consumo que redundou nisso. Mais ainda, devo reconhecer que o Brasil teve ganhos razoáveis de produtividade. Como é que você explica um crescimento maior com investimento mais baixo? A produtividade se fez presente. E a produtividade, aí é que eu chamo esta Casa e sei que V.Ex^a. é extremamente responsável e participa dessa minha preocupação, algo que até nos ofende é quando diz assim: Bom, e a produtividade cresceu, ou se aperfeiçoou, melhorou a partir de 2003. Não é. Os ganhos de produtividade que o Brasil tem observado, eles são frutos, sobretudo, das reformas que foram feitas nos 10 anos passados. E começa, vamos ser honestos, com a abertura da economia proposta pelo Presidente Collor, passa pelo Plano Real, estimulado pelo Presidente Itamar que teve o Presidente Fernando Henrique a pilotá-lo como Ministro da Fazenda, passa pelos oito anos de tentativa, de tentativa de reformas estruturais feitas pelo Presidente Fernando Henrique, muitas delas com êxito. Passa por reforma microeconômica e pela manutenção de princípios macroeconômicos herdados de período anterior pelo Presidente Lula.

Ou seja, é um processo, sinceramente, um processo que tem sido acompanhado por nós a ponto de não merecermos que o meu amigo e Ministro Máílson da Nóbrega diga que a rigor a oposição pouco responsável existe também em outros Países. Eu não sinto que esta oposição seja irresponsável. Não aceito que se diga que o PSDB no Senado é irresponsável. Não aceito que se diga que a oposição tem se portado de maneira irresponsável. Até porque ela garantiu a governabilidade em momentos de quase falência do poder presidencial como verificamos nos episódios em que se falava em impeachment, e meu partido se levantou nítida e prontamente para dizer que a solução não ia pelo caminho do impeachment.

Então, eu vou fazer uma carta ao Máílson e dizer a ele que até ele poderá vir debater conosco. Seria para mim um prazer muito grande se o Máílson viesse aqui para debater conosco e dar exemplos mais concretos do que ele julga que seria a irresponsabilidade da oposição.

Quanto a ele dizer que a oposição é fraca, aí é juízo de valor subjetivo eu não posso, sinceramente, me achar forte. Ele me acha fraco eu vou fazer o quê? Vou tentar tomar um tônico intelectual e me alçar ao nível exigido pelo Ministro Máílson. Mas ouço o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu gostaria de primeiro dar o testemunho que de fato não vi Senadores da oposição estarem criticando a metodologia do IBGE e, inclusive, o que houve foi a solicitação de esclarecimentos nós até iremos ouvir o

Presidente do IBGE na próxima semana porque é do interesse de todos nós sabermos.

E gostaria de ressaltar há um aspecto importante da nova metodologia do IBGE, ainda ontem encontrei o professor Luiz Carlos Meirelles que é um professor de economia dedicado à questão do Terceiro Setor e ele me ressaltar que a nova metodologia do IBGE, Senador Arthur Virgílio, justamente passou a considerar o que antes não estava considerado que é a importância das organizações não-governamentais que desde os anos 90 passaram a ter uma presença bastante significativa na economia brasileira e nós poderemos estar ouvindo, do Presidente do IBGE, em que medida a consideração deste setor contribuiu para esta nova mensuração do produto interno bruto.

Então, e não vi da parte da oposição que houvesse críticas que estejamos considerando melhor agora o papel das ONGs.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Para concluir, Sr. Presidente. Longe de ter colocado em situação de descrédito uma entidade responsável e respeitável como o IBGE, o que eu fiz foi, talvez por primeiro, ter ressaltado que eu confiava na metodologia e que eu achava um aperfeiçoamento. E que... O que me surpreendeu mesmo foi a atitude da equipe econômica, duas pessoas muito prezadas, mas que comemoraram como se fosse um gol. Ou seja, digamos que o Ministro político fizesse isso eu já acharia esquisito, digamos que um líder parlamentar fizesse isso, eu continuaria achando esquisito, mas a equipe econômica tem que primar pela sobriedade, ela tem que primar pelo conhecimento técnico, ela tem que primar pela postura equilibrada. Ela não poderia nunca comemorar um gol. Não tem gol nenhum, quem estava desempregado está desempregado, quem está empregado, está empregado, quem estava falido está falido, quem não estava, não está.

Ou seja, houve um aperfeiçoamento de uma metodologia de se calcular o PIB, feita por uma instituição respeitável como o IBGE que não seria posta em descrédito nem por mim nem pela minha bancada, ou seja, eu mereceria sim ser chamado de oposição irresponsável, se nós tivéssemos feitos a gracinha que o Máílson disse que fizemos e não fizemos, e se tivéssemos colocado em descrédito uma entidade séria como o IBGE que trabalhou com a maior boa-fé e que não procurou servir aos interesses eleitorais de um Governo qualquer. Procurou apenas registrar como fazem outros Países de economia mais exitosa do que o Brasil, os flagrantes mais nítidos da economia brasileira. Foi essa, portanto, a minha visão, Presidente. Eu lhe agradeço a oportunidade de propor esse debate. Mas até coloco à disposição, me coloco à disposição

do Máílson se quiser vir debater. Eu sei que ele tem muito a acrescentar. E ele poderá, quem sabe, ter uma noção mais nítida do que a oposição faz aqui. E até da forma como a oposição tem se comportado diante do fato brasileiro. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu agradeço, Senador Arthur Virgílio, só queria comunicar que nós já temos quórum para votar mas antes passei a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, depois Senador Edison Lobão, encaminharemos a pauta e eu quero fazer algumas sugestões sobre esse debate.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Senador Eliseu Resende, Srs. Senadores. Senador Arthur Virgílio traz a conhecimento da CAE os comentários do Ministro Máílson da Nóbrega a respeito do pronunciamento que fez com relação a nova sistemática de cálculo do produto interno bruto brasileiro. O que leva, o que levou a haver um crescimento de um pouco mais, talvez, chegou a meio ponto percentual.

Eu assisti o pronunciamento do Senador Arthur Virgílio e em nenhum momento ele fez qualquer tipo de comentário desairoso a respeito da nova metodologia de cálculo. Até porque, como ele bem o disse, não houve alteração nenhuma no valor da produção brasileira, o que houve foi uma inclusão do Terceiro Setor no sentido de fazer com que houvesse uma nova metodologia que daqui para frente vai ser assumida. Agora, Senador Arthur Virgílio, o importante é que ao reconhecermos, através do IBGE, que é um órgão sério e responsável, o crescimento do PIB brasileiro, nós vamos ter que também reconhecer que as aplicações brasileiras em diversos setores ficaram aquém daquelas que estavam sendo alardeadas pelo Governo Federal. Então, eu acho que a situação do Governo Federal ficou ainda mais fragilizado, Senador Arthur Virgílio, em relação as metas a serem atingidas tendo como base o PIB brasileiro, o crescimento do PIB.

Então, se houve aumento da taxa de crescimento, em contrapartida houve o não cumprimento por parte do Governo brasileiro de metas obrigatórias de aplicação de recursos em determinadas áreas que são comparadas com o crescimento como saúde, como é uma delas, segurança outra. Quer dizer, houve uma redução, se houve um crescimento, pior ainda para o Brasil porque áreas de importância, que não se deve brincar, como mesmo diz o Presidente Lula, não foram atendidas dentro das suas necessidade pelo novo PIB.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Sr. Presidente, nós sempre desejamos que esta Comissão,

além de ser uma instância de decisão fosse também um fórum de debates da economia. E parece que o Senador Arthur Virgílio inaugura realmente esta nova fase da Comissão e o faz com extrema competência. Eu até não o sabia possuidor de conhecimentos econômicos tão profundos e tão vastos. Cumprimentos a S.Ex^a.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Obrigado.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Mas, Sr. Presidente, eu tenho a necessidade de me retirar em seguida e queria pedir a V.Ex^a., que fizesse uma inversão de pauta para que eu pudesse emitir o parecer ao Item 4, que está em discussão na manhã de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a., nessa Comissão não pede, V.Ex^a. determina como é que o Presidente deve se comportar, porque com essa experiência e essa vivência parlamentar nós sempre estamos absolutamente dispostos a considerar.

Eu só queria fazer um comentário muito breve. Mas dizer o seguinte, primeiro, eu, de fato, não vi em nenhum momento qualquer Senador da oposição desqualificar a mudança de metodologia do PIB.

Quero mais, quero dizer que em 2003, no seminário na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, o primeiro economista que eu vi alertando que havia uma subestimação do PIB foi Francisco Lopes, ex-presidente do BANCO CENTRAL. Ele disse: Mercadante, nesse seminário estava o Bresser Pereira, o Nakami e outros. Há uma subestimação pela metodologia do cálculo do PIB é fundamental que esse ajuste seja feito porque nós estamos tomando decisões e fazendo análises com indicador que, evidentemente, está subestimado. E era fácil a percepção da subestimação. O crescimento de energia que é um insumo fundamental para avaliar o PIB, o crescimento do emprego, o crescimento da arrecadação tributária sem mudança na legislação, para dar três exemplos e outras matérias-primas, apontavam que o ritmo do crescimento do PIB era maior do que estava sendo avaliado. Eu falei com o Eduardo Pereira Nunes, Presidente do IBGE, por sinal nós fizemos mestrado juntos há 30 anos atrás na UNICAMP, ele já era funcionário de carreira do IBGE. Sempre foi um especialista e métodos quantitativos, econometria, cálculo. Inclusive ele disse, naquela ocasião em 2003: Nós estamos concluindo estudos para a mudança da metodologia do PIB que nós vamos usar uma nova base de dados que é 2000, que é o censo econômico, a POF, a pesquisa de orçamento familiar, o PNAD, Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar, e com toda essa nova base nós vamos atualizar a metodologia. E ainda assim, Francisco Lopes tem algumas

críticas da nova metodologia que ele acha que algumas rubricas ainda continuam subestimadas. Então eu sinto que foi muito bem vinda essa mudança. Porque não só aprimora a metodologia como permite um debate mais aprofundado sobre o crescimento.

Eu queria fazer um comentário sobre o crescimento, sugerir o encaminhamento à Comissão. A minha sugestão de encaminhamento é que a gente faça um grande seminário sobre crescimento econômico, desafio do crescimento, convidando alguns economistas de várias correntes do pensamento para a gente aprofundar na nossa Comissão as percepções, agenda, enfim, essa discussão do crescimento. E eu também pretendo apresentar uma proposta de seminário com as Agências de Regulação, as Agências de Risco, de *rating*, a Moody's e outras. Porque essas agências, em função da classificação do Brasil, porque a nossa dívida pública hoje é metade, a relação dívida/PIB é metade do que a da Índia e a Índia é grau de investimentos e nós não somos. A nossa inflação é muito abaixo da média internacional. E o nosso crescimento econômico nos últimos três anos é 4,1% em média. E seguramente esse ano nós vamos ter um crescimento superior a 4,5%, na minha avaliação. Acho que tudo caminha, o último trimestre, com a metodologia antiga, o último trimestre do ano a projeção de crescimento já era 4,1%. Com a nova metodologia, e acho que esse primeiro trimestre de 2007, o ritmo de atividade é muito maior do que o último trimestre do ano passado, vai sair agora os dados daqui a pouco. Nós vamos verificar que nós temos chances, todas as chances de ter um excelente ano.

Se você analisar, por exemplo, a renda, a massa salarial, nos últimos doze meses, fevereiro contra fevereiro, cresceu 8,8%. É um ritmo chinês. Além do crédito que vem crescendo fortemente, a venda no varejo. É... O consumo de energia e outros insumos fundamentais.

Quer dizer, eu acho que nós temos tudo para ter um excelente ano econômico e o Brasil antecipar o grau de investimento que ajudaria a alavancar o financiamento e investimento externo. E acho que seria interessante esse seminário para a gente analisar a metodologia de enquadramento das agências de regulação e aprofundarmos, na Comissão quais as providências que o País pode tomar do ponto de vista de acelerar esse enquadramento que vai trazer um capital de boa qualidade, um capital duradouro que ajuda o investimento e que alavanca o crescimento econômico. E na terça-feira que vem nós já teremos o seminário com o IBGE, com o Presidente do IBGE para fazer essa discussão mais aprofundada sobre a mudança de metodologia. E solicito ao Senador Arthur

Virgílio, eu me disponho a trabalhar junto, quem mais estiver interessado, a construirmos uma proposta de um seminário mais aprofundado sobre os desafios do crescimento sustentável do Brasil.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Presidente, e o Senador Lobão foi da maior oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Senador Edison Lobão poderia estar nesta Comissão e nós pensarmos também uma proposta de um seminário.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Quando traz à baila uma preocupação que eu a já havia externado a V.Ex^a. Ou seja, eu tenho a impressão que a gente teria que dividir o tempo entre essa coisa necessária, interessante, fundamental para a vida dos Estados, para a vida do País, que é a votação desses projetos, reservando, porém um tempo para o debate econômico porque... Eu creio que isso faria a Comissão se cumprir plenamente. Ela seria plena. Fora disso a gente acaba caindo no mecanicismo do qual V.Ex^a. tem, a meu ver, o dever e todas as condições, inclusive técnicas e intelectuais de retirar a Comissão. Tirar desse mecanicismo, vamos fazer isso que estamos fazendo e acho que fazemos bem. Eu espero que o Mailson concorde. Mas... E reservar um espaço para, por exemplo, termos pessoas como Mailson e outros aqui conosco debatendo a questão econômica. V.Ex^a. acaba de falar do grau de investimento. Eu estou louco para o Brasil chegar a ele. Só que ele em si não é uma panacéia, nós sabemos que não é uma fada madrinha que vai resolver a questão do crescimento sustentável. Nós vemos o México, o México chegou a ele há um tempo atrás e o crescimento tem sido pífio. Ou seja, temos que mergulhar nas reformas estruturais, tenho a impressão que esse é o ponto fulcral, mas isso seria tema até para o seminário ou para um seminário. Eu estou disposto a ajudar nisso, a participar da organização porque entendo que será da maior valia para o País nos ver envolvidos em tarefa desse porte.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, nós apresentaremos, senão na próxima semana, no máximo 15 dias uma proposta de seminário mais aprofundado sobre a grande agenda de desenvolvimento sustentável do País. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Sr. Presidente, para um outro assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Se V.Ex^a. encerrou esse. Quem assistiu o Jornal Nacional de ontem e dois dias da semana passada, viu que no Jor-

nal Nacional deu-se a notícia de que os recursos do FUST estão parados, eles que foram gerados por uma iniciativa do Congresso, que ao criar a Lei do FUST deu essa possibilidade de se arrecadar das empresas de telefonia e esses recursos montam hoje mais de quatro bilhões de reais. V.Ex^a. tomou uma providência que foi a mais importante desde quando foi criado o FUST até hoje. Apresentou um projeto e concedeu o direito de que eu relatasse esse projeto que eu agradeço muito e gostaria de dizer a V.Ex^a. que estou já terminando o parecer sobre o projeto que V.Ex^a. me designou Relator e pedindo, desde já, que V.Ex^a. coloque na pauta da próxima terça-feira. Porque ontem eu vi uma entrevista do Ministro das Comunicações, Hélio Costa, dizendo que já tem três projetos onde serão utilizados 700 milhões de reais do FUST. Disse ele, inclusive, que tem 100 mil escolas no País que sequer telefone tem. Então, nós precisamos realmente regulamentar a lei, dar destinação a esses recursos. Porque eles foram criados com uma finalidade muito importante que é o de universalizar os recursos das telecomunicações no Brasil. E nós podemos fazer isso através do Projeto de Lei de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a V.Ex^a. pela menção honrosa. E será então o primeiro ponto de pauta da nossa próxima sessão Legislativa. Vamos agora entrar na nossa pauta. Senador Edison Lobão com a palavra, Item 4, primeiro Item em votação.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Sr. Presidente, na sequência desse debate que acabamos de travar aqui de natureza econômica, vamos apreciar esse projeto que é de autoria de V.Ex^a., que altera o Regimento Interno do Senado, Senador Arthur Virgílio, exatamente para que o Presidente do BANCO CENTRAL compareça a esta Comissão pelo menos 4 vezes por ano para debatermos a situação da economia e da moeda.

O projeto de Resolução nº 11/2007, tem por objetivo alterar o Regimento Interno do Senado Federal instituído pela Resolução 93/70 para estabelecer como atribuição da Comissão de Assuntos Econômicos a oitiva do Presidente do BANCO CENTRAL do Brasil acerca das diretrizes da política monetária. Estabelece ainda que as audiências serão públicas e realizadas com a periodicidade trimestral, devendo ocorrer na primeira quinzena dos meses de fevereiro, abril, julho e outubro. A proposta faculta a alteração das datas por acordo entre a Comissão e o BANCO CENTRAL. Também prevê que em cada audiência o objeto da discussão será a política monetária executada no trimestre anterior. Em sua justificativa o autor argumenta que no caso da política monetária o Legislativo não vem

cumprindo a contento a sua atribuição de acompanhar, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta conforme estabelecido no art. 49 da Constituição Federal. Isto porque os instrumentos à disposição do Senado são precários e defasados. O principal documento de avaliação da política monetária enviado pelo BANCO CENTRAL ao Senado é a chamada programação monetária, que aqui chega por força da Lei 9.069, conhecida como a Lei do Plano Real. Explica o autor, Senador Aloizio Mercadante, que no regime de metas para a inflação o comitê de política monetária, COPOM, decide a meta para taxa de juros básicos da economia, conhecida como Taxa Selic, com base na inflação projetada de forma simplificada o COPOM irá aumentar ou reduzir a Taxa Selic conforme a inflação projetada esteja acima ou abaixo da meta de inflação preestabelecida. Por isso, considera que a mera praxe de aprovação de um documento sem importância no qual se transformou a programação monetária, seja substituído por um debate aberto e detalhado sobre o desempenho da política monetária. É nesse sentido que propõe a realização de audiências trimestrais com o Presidente do BANCO CENTRAL logo após a divulgação do relatório de inflação pela autoridade monetária. Não foram apresentadas Emendas no prazo regimental.

Análise. Quanto a constitucionalidade da matéria não há reparos a fazer. O art. 49, inciso X da Constituição estipula como competência privativa do Congresso Nacional fiscalizar e controlar diretamente ou por qualquer de suas Casas os atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta. Ainda no campo constitucional temos o art. 58, inciso III, que estipula, como prerrogativa das Comissões das duas Casas do Congresso Nacional, convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições.

Quanto ao mérito, manifesto completa concordância com o diagnóstico e solução proposta pelo autor da matéria. É preciso aumentar a eficácia do acompanhamento, da avaliação e fiscalização da política monetária por parte do Poder Legislativo. Devemos abandonar o procedimento protocolar de aprovar programas monetários que já perderam conexão com a real implementação da política monetária passando a questionar e a debater aquilo que realmente importa as metas de inflação fixadas pelo Conselho Monetário Nacional e as ações e méritos utilizados pelo BANCO CENTRAL para alcançar tal objetivo.

Ressalto, contudo, que este projeto de Resolução é apenas parte do esforço de aperfeiçoamento. Ao aprová-lo, estaremos fixando a realização de debates trimestrais com o Presidente do BANCO CENTRAL,

o que será um importante exercício de transparência e controle de eventuais excessos e equívocos da autoridade monetária. Tal como está inscrito na Lei 9.069/1995, conhecidas como Lei do Real. Foi essa Lei, em seus arts. 6º e 7º que instituiu a obrigatoriedade de o BANCO CENTRAL enviar trimestralmente a programação monetária ao Conselho Monetário Nacional e ao Senado Federal.

Assim, o Senado terá completado a tarefa de reformular o acompanhamento da política monetária quando deliberar pela aprovação de um desses projetos.

No que diz respeito à técnica legislativa considero necessários pequenos reparos à redação. Em primeiro lugar observo que o § 2º do art. 99 ao estabelecer as datas das audiências cita fora de ordem cronológica. Ou seja, abril, julho, outubro e fevereiro. Tenho consciência de que o autor assim o fez, pois estava pensando nos relatórios de inflação que seriam tratados em cada uma das reuniões. Assim, na reunião de abril seria examinado o primeiro relatório do ano, relativo ao período janeiro/março. Daí porque o mês de fevereiro viria por último na redação, pois naquele momento seria analisado o último relatório do ano anterior, referente ao trimestre outubro/dezembro. Não obstante isso, considero que o dispositivo ficará melhor redigido se os meses forem apresentados em sua ordem cronológica, visto que o leitor não precisa associar cada mês ao relatório que será analisado.

Outro reparo que me parece realmente relevante diz respeito § 1º do art. 99. Nele se estabelece que o objetivo da audiência com o Presidente do BANCO CENTRAL será discutir as diretrizes, implementação e decisões tomadas a respeito da política monetária do trimestre anterior. Tal redação parece excessivamente restritiva. A obediência plena a seu comando impediria, por exemplo, que se discutisse em cada reunião as perspectivas quanto aos cenários de comportamento futuro da economia e as opções de política monetária a serem adotadas em cada um desses cenários.

O voto. Frente ao exposto, voto pela aprovação do Projeto de Resolução nº 11/2007, com a seguinte Emenda. Dê-se a seguinte redação aos § 1º e 2º do art. 99 da Resolução nº 93/1970, nos termos de que dispõe o Projeto de Resolução nº 11/2007, a seguinte redação. Art. 99, § 1º: A Comissão promoverá audiências públicas regulares com o Presidente do BANCO CENTRAL do Brasil para discutir as diretrizes, e implementação e perspectivas futuras da política monetária. § 2º: As audiências de que trata o § 1º ocorrerão na primeira quinzena de fevereiro, abril, julho e outubro, podendo haver alterações de datas decorrentes de entendimento entre a Comissão e a presidência do BANCO CENTRAL do Brasil.

Sr. Presidente, este é o meu parecer pela aprovação, portanto, e o meu reconhecimento a V.Exª. que sendo um político filiado ao partido do Governo nem por isto deixa de tomar iniciativas que vêm prestigiar o Poder Legislativo Brasileiro e servir à causa do povo em matéria de economia.

Eu sempre vejo o Senador Aloizio Mercadante na linha do patriotismo e do espírito público, daí as minhas palavras de reconhecimento pela iniciativa que teve de apresentação deste Projeto de Resolução.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço o parecer, as palavras honrosas e não merecidas, e passo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, e especialmente agradeço a generosidade do Senador Edison Lobão que é sempre uma gentileza muito cordial na relação com os seus Senadores e pares neste trabalho republicano.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): As palavras são merecidas sim.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, depois me inscreva por favor.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): As palavras são merecidas, eu devo até registrar que cheguei bastante cedo e Senador Lobão, o Senador Aloizio Mercadante chegou aqui e deu bom dia para todas as pessoas que estavam na sala, foi um negócio, realmente foi... Eu registrei isso o Senador Cícero quase que comovido enfim. E aí eu perguntei: É sempre assim? De lá para cá sorriso. Enfim, tá, a coisa está boa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Quem não anda dando bom dia agora é o Romero.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas então, Sr. Presidente Aloizio Mercadante, eu cheguei ao Senado com a idéia clara, nítida de apresentar um leque de projetos que visavam a reforma do sistema financeiro nacional. E terminei abrindo mão de apresentar o da autonomia do BANCO CENTRAL porque o Senador Rodolpho Tourinho tinha algo muito parecido com a formulação brilhante pessoal de S.Exª. Com o fato eleitoral e o não retorno do Senador Tourinho para a Casa, e a Casa, sem prejuízo dos méritos do Senador que veio, figura por todos nós estimada, ex-Governador da Bahia, Senador Durval, a Casa perdeu um grande Senador.

Eu, seja pela intenção inicial, seja pelo desejo de homenagear o Senador Tourinho, reapresentei o projeto dele com as minhas palavras, com o meu estilo. Ou seja, eu sou a favor da autonomia do BANCO CENTRAL. Entendo que BANCO CENTRAL autônomo nós teríamos como, no ato da declaração da autono-

mia, baixar em dois pontos sem nenhum percalço a Taxa Selic. E isso não invalida o apoio que empresto ao projeto de V.Ex^a. até porque, entendo que um órgão que eu pretendo autônomo, ele deva prestar contas sim a essa instância que é correlata a ele, até porque aprova os seus membros que é o Senado Federal. Mais ainda como parlamentarista que sou, eu sou a favor de uma idéia brilhante do Deputado Bonifácio de Andrada, que propõe a figura do Ministro Coordenador vindo ao Congresso de 15 em 15 dias. Nós íamos, Deputado Bonifácio e eu, apresentar essa proposta em conjunto, lançar a idéia em conjunto, não fizemos porque se abateu aquela crise grave sobre o Ministro José Dirceu que seria o Ministro Coordenador. Pareceria um jogo pequeno, um jogo menor de trazê-lo aqui para expô-lo e a idéia não era e nem poderia ser essa. A idéia era a de se ter, Senador Eliseu Resende, o Ministro Coordenador vindo de 15 em 15 dias ao Senado ou ao parlamento, ao Congresso, para responder a perguntas breves, objetivas, com respostas objetivas e claras tanto quanto acontece com o Ministro Blair, na Câmara dos Comuns. Ele vai praticamente todos os dias, se não me engano é todo dia mesmo. E fica lá dez minutos, responde, toda quarta-feira, perdão, trinta minutos. E ele responde a perguntas bem objetivas, não tem aquela história: Estamos honrados com a sua presença. Não existe aquela retórica que é muito, muito latina e muito nossa. Faz a pergunta, ele responde e... Esclarecimentos posteriores ele manda para o parlamentar inquiridor. E, portanto, evidente que eu sou a favor da prestação de contas trimestral do BANCO CENTRAL à nossa Comissão, à Comissão de Assuntos Econômicos e, portanto, ao Senado. Na mesma linha de coerência em que, que me coloca contra o Presidente dar status de Ministro, e portanto, alguém demissível *ad nutum* ao Presidente do BANCO CENTRAL. Porque aí deixa de ser autônomo aquele que é demissível *ad nutum*, na mesma linha de coerência que me faz imaginar um BANCO CENTRAL com mandatos diferentes entre os seus Diretores e mandatos, portanto, não coincidentes com o próprio mandato do Presidente da República. Eu tenho a impressão que esse será um passo de alcance civilizatório e de amadurecimento da nossa economia que será registrado nos próximos momentos. E vejo que V.Ex^a. age no mesmo sentido, no mesmo pé. Portanto, parabeno V.Ex^a. pela iniciativa. E lhe declaro aqui, claro e entusiasmado apoio a essa idéia que enriquecerá o debate da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Arthur Virgílio, com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, o projeto, indiscutivelmente, é bom porque

traz para o debate desta Comissão um assunto realmente que tem tudo a ver com o desenvolvimento do País e com a transparência das ações do Governo. Concorro com as palavras do Senador Arthur Virgílio.

No entanto, eu não tive a oportunidade de apresentar Emenda, e eu gostaria de ponderar que na verdade essa política monetária não é um fim em si próprio é, na verdade, uma ferramenta, uma ferramenta que o Governo tem para alcançar a sua meta fundamental que é o crescimento econômico, que é o bem-estar da sociedade etc. Entendo que está faltando uma coisa aqui, Sr. Presidente. E eu gostaria até de sugerir ao Relator que poderia decidir aqui neste momento até corre mais ou menos na direção do que o Senador Arthur Virgílio aborda quando ele fala em controle geral. Eu acho que está faltando aqui a presença do Ministério do Planejamento e do Desenvolvimento porque todos nós sabemos da repercussão que tem a política monetária, a política cambial no fomento ao crescimento ou na inibição do crescimento.

Então, no momento em que vamos discutir a política cambial, a política monetária que está em execução naquele momento seria de bom alvitre que estivesse também ou na mesma audiência, ou numa audiência com o mesmo calendário, mas imediatamente após com os Ministros do Planejamento, do Desenvolvimento Econômico e da Fazenda. Essa seria a proposta que eu gostaria de fazer para ampliar o leque da discussão e, enfim, para que as informações obtidas do BANCO CENTRAL tenham a possibilidade de ser cotejadas com as metas de crescimento econômico, de controle do Estado que são exercidos pelos outros Ministérios. Era só esse reparo que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Valter, queria só fazer um comentário final. Todos os Bancos Centrais e todos os Países que têm uma política financeira, monetária estável, consolidada, têm esse procedimento de prestação de contas do BANCO CENTRAL no Parlamento. Tendo ou não autonomia independência o BANCO CENTRAL, nós temos hoje uma autonomia operacional, em qualquer, qualquer instituição no Estado Democrático Republicano tem um sistema de contrapesos e prestação de contas. Como é a Comissão de Assuntos Econômicos que homologa a diretoria do BANCO CENTRAL, eu acho que esse é o espaço adequado de prestação de contas. Como disse o nobre Relator Edison Lobão, a inspiração desse projeto vem porque nós estamos há muito tempo fazendo uma prestação de contas formal. Quer dizer, a programação monetária não é hoje um elemento relevante na discussão da política monetária e cambial. O argumento relevante é a Ata do BANCO CENTRAL, são as decisões

do COPOM e é a discussão em relação a decisão e a Ata. Ou à fixação das metas no Conselho Monetário Nacional. Acho que sem prejuízo da sugestão do Senador Valter Pereira, nós poderemos convidar se for necessário ou convocar outros Ministros de Estado para discutir a política monetária e cambial, o BANCO CENTRAL tem que vir com rotina, com periodicidade prestar contas.

Ontem eu estive com o Presidente do BANCO CENTRAL, Henrique Meirelles, ele faz uma ponderação que o BANCO CENTRAL já vem, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, discutir os parâmetros para a elaboração do orçamento, perspectiva de meta de inflação, de taxa de câmbio, taxa de juros que são elementos importantes na definição do orçamento do País. E que seria é... Difícil eles, o BANCO CENTRAL ter que estar rotineiramente, ordinariamente mais de 4 vezes ao Senado. Eu disse, nós podemos vento aumenta fazer uma Sessão conjunta com a Comissão de Orçamento. Antes era quase inviável, a Comissão era de tal ordem, que 80 Deputados aquilo não tinha funcionamento algum, era impossível fazer qualquer discussão daquilo que nos interessa. Ele também concordou que eventualmente nós podemos fazer em data diferente se for de grande interesse da Comissão ou faremos conjuntamente com a Comissão de Orçamento. E que a gente pode ir acomodando isso são longo da evolução, da política monetária, cambial. Mas acho que há concordância no encaminhamento dessa proposta e nós agora entraremos no regime de votação. Mas o Senador Flexa Ribeiro pediu a palavra. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, eu quero também fazer minhas as palavras dos meus pares que me antecederam parabenizando V.Ex^a. por tornar regular, eu diria até ordinária essas sessões públicas na CAE para a discussão e a informação por parte do BANCO CENTRAL com relação a política monetária. Eu acho que a gente tem feito isso. O BANCO CENTRAL já esteve aqui este ano. Mas desta forma, pelo seu projeto, há uma regularidade e uma certeza de que a cada trimestre nós vamos poder discutir com a diretoria do BANCO CENTRAL, ouvir as explicações, colocar as disposições do parlamento de forma aberta e com isso, com certeza absoluta, dar à diretoria do BANCO CENTRAL as informações que o Legislativo acha por bem de orientar a condução também da política monetária do nosso País. Quero parabenizá-lo e declarar já total apoio ao vosso projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, só para somar aos demais Senadores quanto ao reconhecimento da lucidez e do espírito público da iniciativa e também dizer da minha concordância com o Relator quando, com a sua proposta de Emenda, ou de redação, ele, sem dúvida nenhuma, enriquece a iniciativa. Dessa forma, também definindo o meu voto, acompanhando o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Assim, se todos os Senadores interessados já discutiram a matéria. Vamos iniciar o processo de Votação. Senador Relator Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Sr. Presidente, eu devo dizer uma palavra a respeito da proposta do eminente Senador Valter Pereira. Eu penso também como S.Ex^a., a exemplo do que aqui sobre o mesmo assunto já se manifestou o Senador Arthur Virgílio. Todavia, creio que deveríamos circunscrever esta decisão de hoje ao BANCO CENTRAL. No outro momento, e até quem sabe trabalhando melhor uma proposta nesta direção, poderíamos então constituir uma fórmula que fosse capaz de fazer com que os Ministros do Planejamento e da Fazenda aqui viessem com a devida regularidade. Mas acredito que até não deveríamos tratar junto com esta questão do BANCO CENTRAL do problema dos Ministros. Além de ter, de necessitarmos ter algum tempo para redigir um texto que seja adequado politicamente até à convocação dos demais Ministros a que se refere S.Ex^a.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Permite um aparte?

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Pois não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria só de ressaltar o seguinte, que efetivamente a proposta que nós vamos aprovar hoje é um avanço extraordinário no controle das ações do BANCO CENTRAL pelo Congresso Nacional. Eu acho que V.Ex^a. deu um parecer muito criterioso e reflete, efetivamente, a necessidade que o Parlamento tem de fazer este contato estreito, regular e obrigatório, que a partir desse momento passa a ser uma... Passa a estabelecer uma relação formal que é indispensável para que a gente tenha uma política cambial transparente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Valter Pereira, o Senador Relator, sempre competente, Senador Edison Lobão. E vamos colocar em votação o projeto. Os Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos para o próximo Item da pauta, Item 1. Senador Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu queria solicitar que fosse colocado o Item 12, eu vou ter que me retirar, é um item que eu tenho uma Emenda. E é um assunto que foi levantado pelo Senador Eduardo Azeredo e eu gostaria de fazer uma proposição. É o Item que reduz o percentual a ser pago de compensação financeira de exploração de recursos minerais de 2% para 0,6% para substâncias minerais destinadas à construção civil.

Portanto é um Item que desonera a construção civil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Senador, eu queria primeiro solicitar a V.Ex^a., como Líder do Governo, que antes de falar a essa Comissão dê bom dia a todos para que V.Ex^a. não fique com a mesma imagem que eu carreguei, por estar sempre correndo atrás de Comissão. V.Ex^a. já chegou atrasado, já vai sair porque já tem compromisso, porque já tem problema em outra Comissão. E sempre os assuntos espinhosos ficarão a cargo de V.Ex^a. Então dê bom dia, que todos vão se sentir muito...

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Muito prestigiados e terão uma atenção mais... V.Ex^a. sempre vai estar roendo osso. Então o bom dia ajuda pelo menos fazer de conta que é o filé mignon.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu quero dizer que dei um beijo na Senadora Serys porque é aniversário dela ontem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a... Em relação à Senadora sempre foi muito atencioso. E apesar disso nunca teve problema de decoro parlamentar. Então, eu queria, vou acatar a sugestão do Senador Romero Jucá. Nós faremos a alteração da Pauta. Senador Garibaldi não pôde vir, mas como já foram duas Sessões, ele entrou em contato com a presidência e pediu que fosse relatado o projeto. Ele já fez o relatório dele e fez o relatório incorporando a Emenda que V.Ex^a. sugeriu, ele fez alteração no parecer dele. Eu queria propor que o Senador Osmar Dias fosse o Relator da materialize V.Ex^a., Relator ad hoc.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, tem um fato novo nessa questão, foi levantado pelo Senador Eduardo Azeredo, é exatamente por conta disso que eu estou pedindo para antecipar. Eu fiz uma Emenda recompondo recursos para o fundo, que é o fundo que deixaria de existir, deixaria de ter recursos. Mas o Senador Eduardo Azeredo, apropriadamente, levantou uma questão que foi no rateio do recurso do fundo, que vai diminuir, há ainda um per-

centual de diminuição de transferência de recursos para o Estado. Ou seja, dos recursos do CFEM, de 23% de participação dos Estados cairia para 20%. O que não é admissível. Na verdade o Senador Eduardo Azeredo tem razão. Então o que eu queria propor? Eu queria propor que nós fizéssemos a repartição da forma como era antes. Ou seja, vamos diminuir o bolo, vai diminuir o impacto sobre a construção civil, mas o rateio da arrecadação ficaria da mesma forma. Ou seja, para os Estados 23%, para os municípios 65%, para o DNPM, 10% e para o fundo 2%.

Portanto, da forma como era antes, os Estados não seriam prejudicados. Então, essa é a proposição que eu faço exatamente para evitar que haja algum problema de repartição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A proposta do Senador Romero Jucá é que se mantenha o critério de repartição do fundo como era antes, porque como está se reduzindo a alíquota para recursos minerais que têm aplicação na indústria da construção civil, acho que areia e pedra, está se reduzindo a incidência de imposto, haveria uma redução dos recursos, 2%, está sendo reduzido para 0,6. Haveria uma redução dos recursos apropriados para o fundo. E a proposta do Senador Romero Jucá é que não se altere a composição do fundo. Feito essa advertência, essa Emenda, a sugestão do Senador Eduardo Azeredo, apoiada pelo Senador Romero Jucá, eu passo a palavra ao Senador Osmar Dias, em substituição ao Senador Garibaldi Alves.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, Senador Mercadante, eu agradeço a honra de relatar esse projeto, porque ele é importante. Importante para o País, importante para o setor mineral e para a agricultura também. Eu vou começar lendo a análise, porque através dela nós podemos perceber o que propõe o projeto e a sua importância. Cabe a CAE opinar sobre proposições pertinentes ao aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe sejam submetidas. A proposição sob análise versa sobre alteração de alíquotas de arrecadação de compensação financeira pela exploração de bens patrimoniais da União, a CFEM. É oportuna a iniciativa de se desonarem as substâncias minerais aplicáveis à construção civil e à agropecuária. A redução de 2% para 0,6% da alíquota da CFEM incidente sobre areia, cascalho, saibro, pedra britada e pedra de talhe, propiciará uma redução nos custos de moradia com benefícios para o desenvolvimento social do País. Semelhantemente a redução de 2% para 0,2% da alíquota incidente sobre rochas calcárias destinadas à correção do solo, aliviará os custos de produção de alimentos, aumentando a competitividade de nossos produtos agropecuários. A

Lei nº 6.567/1978, recepcionada pela Constituição de 88 já concede um regime especial para a exploração e aproveitamento dessas substâncias minerais. Mas a Lei 8.001/1990, que instituiu as alíquotas da CFEM não concedeu a essas substâncias um correspondente regime especial de cobrança da compensação financeira pela sua exploração.

Nesse sentido, a proposta do Deputado Ricardo Izar traz uma coerência maior ao arcabouço legal ao introduzir uma alíquota especial da CFEM para substâncias minerais que já gozam de regime especial de exploração e de aproveitamento. Também somos favoráveis ao aumento do percentual da receita do CFEM destinado ao Departamento Nacional de Produção Mineral. Como eu estou lendo o relatório do Senador Garibaldi Alves e como houve aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a. Podia ler até o final e depois incorporar a Emenda por acordo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Exato. Aí vamos fazer isso no final. Eu leio senão vai ficar difícil eu próprio interpretar. Então, somos favoráveis ao aumento do percentual da receita do CFEM destinado ao DNPM. São crônicas as deficiências desse departamento no que tange à fiscalização dessa compensação. Em razão da falta de recursos financeiros para intensificar sua atuação.

Ao praticamente dobrar suas receitas, o DNPM poderá atuar de forma mais eficiente aumentando inclusive a arrecadação da CFEM. O aumento do percentual do DNPM se daria em detrimento ao percentual destinado aos Estados, que se reduziria de 23 para 20%. Mas em valores monetários a receita dos Estados não deve ser diminuída, uma vez que a redução na alíquota deverá ser mais do que compensada pelo aumento da arrecadação decorrente de uma mais intensa fiscalização. O DNPM também teria sua alíquota aumentada em detrimento do Ibama. A legislação prevê que dos 10% que o DNPM recebe na distribuição da CFEM, 2% sejam transferidos ao Ibama para proteção ambiental em regiões mineradoras.

Entendemos ser despidendo essa transferência, haja vista que pela posição do art. 225, § 2º da Constituição de 88, as empresas mineradoras já são obrigadas a recuperar os danos causados ao meio ambiente. Não há porque o Ibama dê recursos para esse fim.

Diferentemente da situação dos Estados do Ibama, a retirada do percentual de 2% destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico E Tecnológico, acarretaria, na prática, na extinção do centro tecnológico mineral. O qual é mantido exclusivamente com os recursos do fundo.

Dessa forma, a Emenda apresentada pelo Senador Romero Jucá, dobrando os recursos destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de 2 para 4% resgata e aprimora uma importante destinação do CFEM que o projetor oriundo da Câmara dos Deputados havia suprimido.

Por essa razão, defendemos a aprovação da Emenda apresentada.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 64/2005 e da Emenda nº 1 da CAE. E incorporando a proposta do Senador Romero Jucá ao relatório, eu dou o voto favorável conforme o próprio Relator Garibaldi Alves Filho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A sugestão, do Senador Romero Jucá é incorporar a preocupação do Senador Azeredo. O Senador Eduardo Azeredo sugeriu que fosse mantido o critério de repartição como era antes da redução de alíquota.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, depois Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Srs. Senadores, na verdade os Estados e Municípios é que são os grandes impactados com a mineração. O objetivo da CFEM sempre foi qual? De dar condições aos Estados e Municípios de poderem preservar o ambiente depois de minerado. De maneira que nós, no sistema federativo que o Brasil vive não tem sentido pensarmos em reduzir, de 23 para 20% o recurso para os Estados. Eu considero que a solução proposta pelo Senador Romero então atende. Ou seja, nós mantemos a distribuição, o que nós vamos fazer apenas é diminuir a alíquota sobre areia, brita, minérios que são utilizados na construção civil. Mas aí a sua Emenda então a Emenda 1 ela perde efeito.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, a Emenda 1 perde efeito e a distribuição do relatório também, passa-se, repactua-se a mesma distribuição anterior. 23%, 65, 10 e 2.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Isso.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Ou seja, fica da forma como está.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Fica como está a distribuição se muda apenas a alíquota de areia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu peço só que o Senador Eduardo Azeredo e Romero Jucá, explicitem, fica na situação anterior os percentuais por escrito para o Senador Osmar Dias para ele incorporar no parecer no seu relatório. Antes, o Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu tinha destacado também esse Item 2, inclusive para pedir vista. Porque não haveria possibilidade nenhuma de nós aprovarmos uma redução da distribuição CFEM para os Estados. A proposta já tirava 3 pontos percentuais dos Estados para transferir para outras, outros órgãos. Mas, o acordo proposto pelo Senador Azeredo com o Senador Jucá resolve essa questão que mantendo a distribuição atual faz com que nós possamos diminuir a alíquota para dois importantes setores da economia brasileira que é o setor da construção civil diminuindo a alíquota para areia e cascalho e a agricultura, com a diminuição da alíquota para rochas calcárias para correção de solo. Agora, eu quero pedir a V.Ex.^a, existe aqui na CAE, me parece, uma subcomissão que está tratando--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Existia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então nós vamos ter que retomar esse assunto. Eu pediria, não sei como Subcomissão não vai ser possível. Mas de alguma forma para a gente retomar a questão do estudo do CFEM. Porque os Estados mineradores como é o caso do Pará, Minas Gerais e outros Estados, eles são penalizados terrivelmente com relação a exploração dos seus minérios e a não internacionalização de benefícios para a sociedade. Então, isso é uma questão que se estende e se prolonga há muito tempo. E que nós precisamos encontrar um meio. Eu acho que a atividade minerária, tem e deve ser apoiada por todos. Mas nós precisamos encontrar uma forma justa para que as riquezas do subsolo desses Estados não sejam exploradas sem que tragam benefícios ou internacionalizem benefícios para a população. Porque há uma... O aumento de demanda de serviço por parte da população que migra para esses Estados, como é o caso do Pará, e não há a contrapartida de receita porque toda a produção é voltada à exportação, não há contrapartida de receita para que o Estado possa suprir as necessidades acrescidas na área de saúde, de educação, de transporte, de segurança.

Então, esse assunto estava sendo estudado na legislatura passada e nós precisamos dar continuidade a esse estudo com relação do CFEM para que possamos atender esses Estados como é o caso do Estado do Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria sugerir, Senador Flexa Ribeiro que em relação a continuidade dos estudos do CFEM, V.Ex.^a. encaminhe na Subcomissão da Reforma Tributária, presidida pelo Senador Tasso Jereissati que V.Ex.^a. faz parte daquela Subcomissão. Então V.Ex.^a. poderia sugerir que a Subcomissão estudasse a questão

do CFEM e o impacto nos Estados mineradores. E nós poderíamos votar.

O setor tinha solicitado e vários parlamentares solicitaram que nós votássemos o projeto sem Emenda. Porque ele ficou dez anos tramitando na Câmara. Mas eu vejo que é absolutamente meritória, é o sentimento do conjunto da Comissão que a Emenda seja mantida para preservar o critério de repartição do CFEM como era originalmente sem dar prejuízo aos Estados da federação. Assim, e o benefício é claro, estamos reduzindo de 2% para 0,6%, favorecendo a indústria da construção civil, saneamento, habitação e, de outro lado, estamos favorecendo a agricultura com redução das alíquotas do calcário. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só solicitaria ao Líder Romero Jucá que comunicasse ao Líder José Múcio lá na Câmara para não ter também o risco de chegar lá a Câmara pega e desfaz. Evidentemente eu vou alertar os deputados mineiros, os deputados do Pará, para que a gente não tenha, chegar na Câmara e a Câmara simplesmente desfaz o acordo que se faz aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós faremos esse empenho.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Iremos acompanhar junto ao Deputado José Múcio e aos líderes do partido.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar Dias ainda com a palavra, para votação. Vamos lá, a última palavra do Senador, Senador Jonas Pinheiro, por último Senador Osmar dias. Senador Jonas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Gostaria de usar de novo.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, Sr. vice-presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, estava lembrando, Sr. Presidente, que na década de 70 foi o grande boom do desenvolvimento da agricultura no cerrado brasileiro. E eu tive a oportunidade de ser coordenador desse programa, Sr. Presidente. E naquela época nós falávamos que a natureza foi perfeita, que Deus fez o cerrado e no meio do cerrado ele colocou um morro ou uma mina que continha cerrado, que continha calcário.

Portanto, nós acreditamos que Deus fez a sua parte para aproveitamento do cerrado brasileiro. Principalmente o cerrado brasileiro. E nós, os homens, estamos fazendo agora a nossa parte diminuindo os impostos incidentes sobre esse insumo essencial para a agricultura brasileira, a agricultura do mundo, principalmente a agricultura do cerrado brasileiro.

Por isso, Presidente, eu concordo com o projeto, acho que saiu em boa hora. E eu repito, os homens estão fazendo a sua parte através da Câmara dos Deputados e do Senado Federal apoiando aquilo que a natureza nos deu. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar Dias para encaminharmos o processo de votação.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, antes de falar sobre a Emenda, um comentário rápido. Eu estava preparando um Projeto de Lei porque no Governo Collor houve um equívoco cometido com relação ao calcário agrícola. Porque a fase de beneficiamento que é considerada para a incidência dessa contribuição é quando se quebra a rocha por aquela lei instituída no Governo Collor. E, na verdade, o que, aliás, já é no calcário moído, e na verdade o beneficiamento é na quebra da rocha. Então, quando se fez a lei no Governo Collor e se... Taxou o calcário moído, quando o calcário sai da mina e vai para uma região produtora de agricultura e ali é comercializado, a incidências se dá inclusive sobre o transporte.

Então isso significa que hoje quem paga essa taxa está pagando sobre o preço do calcário mais o transporte. O que é injusto. Eu estava apresentando um Projeto de Lei. Mas com esta lei que nós estamos aprovando se torna desnecessário. E eu, como Relator, acato aqui a Emenda do Senador Romero Jucá com a distribuição de Estados e Distrito Federal 23%, municípios 65%, DNPM 10%, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2%. Essa é a distribuição do CFEM.

Portanto, o relatório do Senador Garibaldi, que eu tive a honra aqui de substituí-lo como Relator ad hoc, engloba essa Emenda do Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Concluída a redação, portanto, nós estamos aprovando a redução das alíquotas para insumos minerais e da construção civil e calcário para a agricultura. E mantendo o critério anterior de repartição dos recursos do CFEM para não prejudicar os Estados que são diretamente atingidos pela atividade mineradora. Nós vamos colocar em votação o parecer como está incluindo a Emenda. Os Senadores que são favoráveis ao parecer do Senador Osmar Dias com a Emenda apresentada pelo Senador Eduardo Azeredo, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos para o Item 3 da pauta. Desculpe, Item 2.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente, se... Se não houver objeção, em virtude de também tem que estar participando de outra reunião, sendo o Relator do Item 13, o Senador Arthur Virgílio já manifestou interesse, a mim que pedirá vis-

ta. Poderíamos, para simplicidade, poder, agradeço se puder relatar esse parecer logo, porque preciso estar presente na--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Item 13 da pauta. Dispõe sobre a isenção de imposto sobre produtos industrializados IPI, na aquisição de motocicletas para a utilização de transportes autônomos de passageiros.

Eu só queria, antes de passar a palavra, considerar a Ata da reunião anterior aprovada. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontra. Aprovada. Nós iniciamos a sessão sem quórum e não havia ainda a aprovação da Ata.

Assim sendo com a palavra o Senador Eduardo Supply, relator do Item 3 da pauta, Projeto de Lei nº. 280/2004 não terminativo.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei 280/2004, de autoria do Senador Leonel Pavan, hoje vice-Governador de Santa Catarina, em caráter terminativo tendo como objetivo isentar o IPI do preço final das motocicletas utilizadas no transporte autônomo. Perdão. E, na verdade, trata-se do reexame da matéria. O autor com a proposição pretende dar o mesmo tratamento tributário aos mototaxistas que a legislação já contempla na aquisição de veículos automotivos destinados ao transporte autônomo de passageiros. A aquisição da motocicleta para a oferta desse transporte não demanda grande investimento e tem um custo operacional reduzido, resultando na oferta de um serviço a preço barato. Além de promover a expansão das oportunidades de emprego e geração de renda para os brasileiros.

O PLS 280, define que a isenção é restrita às motocicletas dotadas de motor entre 120 e 250 centímetros cúbicos, quando adquiridas por mototaxista profissional com autorização, permissão ou concessão do poder público e que destinam a motocicleta à função de moto-táxi e cooperativas de trabalho que sejam permissionárias ou concessionárias de transporte público de passageiros na categoria de aluguel moto-táxi, desde que tais veículos se destinem a utilização nessa atividade. Essa dispensa de pagamento de IPI, somente poderá ser utilizado uma vez salvo se o veículo estiver sido adquirido há mais de três anos. Caso ocorra a venda do produto adquirido nos marcos dessa legislação antes dos três anos contados da data de sua aquisição para pessoas que não satisfaçam os requisitos estabelecidos nesse PLS, acarretará o pagamento pela alienante do tributo dispensado atualizado na forma de legislação tributária.

Por fim, o art. 7º, da proposição, define que no caso do falecimento ou incapacidade do mototaxista profissional definido pela proposição sem que tenha

efetivamente adquirido veículo profissional o direito será transferido ao cônjuge ou ao herdeiro designado por esse ou pelo Juiz desde que seja mototaxista habilitado e destine o veículo ao serviço de moto-táxi.

Essa é a proposição do Senador Pavan, já foi apreciada na CAE em 29 de novembro de 2005, quando apresentei parecer favorável ao projeto. Em 8 de dezembro último, foi apresentada à presidência do Senado Federal o recurso 7/2005, no sentido de que a presente matéria fosse submetida ao Plenário dessa Casa dado o seu caráter terminativo.

A matéria não foi apreciada até o final da última Sessão, mas foi incluída na agenda de trabalhos da última convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Em 25 de janeiro foi lido e aprovado o Requerimento 58/2006, de autoria do Senador Jefferson Peres, para que essa matéria fosse reexaminada pela CAE com o seguinte teor: Há fortes indícios de que o projeto convertido em lei provocará a transferência de empresas de motocicletas dos locais onde se acham instalados hoje, para outras regiões do País.

E assim o projeto veio para reexame da CAE. O propósito é de conceder isenção de IPI na compra de motocicletas pelos motoristas profissionais desses veículos e que a destinem ao transporte de pessoas com o objetivo de ampliar a oferta desse serviço e da ampliação das oportunidades de emprego e renda de nossa economia.

Acrescento à proposição do Senador Pavan uma Emenda com o objetivo de aprimorar o projeto. Define que a isenção desses tributos estará restrita as motocicletas fabricadas em solo brasileiro. As importadas não desfrutariam desse benefício. Assim, esse PLS torna-se um instrumento de política industrial para atração de investimentos diretos estrangeiros nesse setor industrial.

Do ponto de vista tributário, um possível efeito imediato e não desejado derivado da aprovação desse Projeto seria a redução da arrecadação tributária em função da isenção do IPI na compra de motocicletas.

Nesse sentido, com o objetivo de aferir essa perda de receita, a consultoria Legislativa do Senado Federal elaborou a nota técnica nº 1.195/2005, que atesta o baixo impacto das finanças públicas dessa proposição.

Diante do exposto, voto pela aprovação da proposição com a seguinte Emenda de Relator. Dê-se ao caput do art. 1º do PLS 280/2004, a seguinte Emenda de relatoria:

Art. 1º - ficam isentas do IPI as motocicletas fabricadas em solo nacional dotadas de motor entre 125 e 250 centímetros cúbicos quando adquiridas por... Sr.

Presidente, eu acho importante que, como o Senador Arthur Virgílio transmitiu a mim que ele tenha todo o direito regimental, mas mais do que natural, que possa examinar este parecer à luz daquilo que ocorre com a Zona Franca de Manaus.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu já adianto que duas coisas: Primeiro que peço vistas do projeto já antecipadamente isso fica posto. E apresentarei voto em separado mostrando as repercussões para a economia do meu Estado e mostrando que, enfim, nós como Brasil, como conjunto, temos mais a perder do que a ganhar com isso. Mas eu não quero adiantar a questão do mérito, apenas é o meu papel, a vigilância, anunciar que peço vistas para que na próxima semana nós possamos amadurecer em cima do voto em separado que apresentarei.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Concedido vistas ao Senador Arthur Virgílio, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só uma explicação, porque até eu pedi ao Senador Suplicy que acelerasse esse relatório, na realidade são dois projetos sobre a questão do moto-táxi, é esse projeto que realmente pode impactar a Zona Franca, na verdade as motocicletas já são isentas quando fabricadas na Zona Franca. E o outro projeto que não está aqui nessa Comissão, está na CCJ, que visa regulamentar o serviço de moto-táxi. Aí é outro projeto que o Senador Suplicy já entregou também o relatório. E até o Ministro Márcio Fortes, se posicionou até favorável recentemente aqui. Que aí nós vamos regulamentar uma situação que de fato existe hoje. Só que dando mais segurança, mais condição de higiene, do jeito que é hoje, o moto-táxi não tem, é ilegal e não segue nenhuma regra. Então, esse que é o projeto mais importante. Eu quero só explicar esse assunto. Com relação a esse--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Excelente providência. A regulamentação dessa atividade econômica. E, de qualquer forma, foi concedido vistas ao Senador Arthur Virgílio, irá para a pauta da próxima sessão.

Nós vamos agora para o Item 6 da pauta pela ausência de outros Relatores, Senador Garibaldi como já disse está com um problema de saúde na família.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): O Item 3 eu sou o Relator. Se for pela ordem é o Item 3.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Item 3 na pauta, Senador Osmar Dias, Relator. Depois será o Item 6, Senador Antônio Carlos Valadares. Item 3.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu já apresentei o meu parecer sobre esse Item 3, que é um projeto muito importante da Senadora Serys, que propõe que além dos Bancos oficiais possam operar os recursos do FAT as cooperativas de crédito. Os Bancos cooperativos. E é muito importante o projeto pelo seguinte. Primeiro, os Bancos cooperativos têm substituído os Bancos oficiais no fornecimento de crédito, especialmente para o meio rural e para a criação de novos empreendimentos, pequenos empreendimentos em todos os Estados Brasileiros.

No entanto, ao se limitar os repasses de recursos do FAT por Bancos oficiais nós encontramos dificuldades de acesso por parte de muita gente que não tem acesso aos Bancos oficiais e a capilaridade do cooperativismo de crédito ajudará e muito que os recursos do FAT possam alcançar um número maior de empreendedores.

De outro lado, Sr. Presidente, nós também temos que considerar que os Bancos cooperativos são Bancos que funcionam autorizados pelo Governo. Eles durante muito tempo, não puderam funcionar, proibidos que foram, e agora estão funcionando e ajudando muito o País. Eles financiam grande parte da agricultura brasileira e, em especial, os pequenos agricultores que têm um acesso fácil aos Bancos cooperativos. E repassar os recursos do FAT, através dos Bancos cooperativos significa também reduzir o custo desses recursos para os tomadores.

Então, a Senadora Serys fez um projeto que eu ia fazer esse projeto, eu estava trabalhando para fazer. Mas fiquei muito feliz que V.Ex^a. tenha me designado o Relator porque é um projeto de extrema importância para ajudar a melhorar a aplicação dos recursos do FAT agora eu quero dizer aqui aproveitando essa oportunidade e até pedir a atenção do Senador Mercadante que o Governador do Mato Grosso o Governador Blairo Maggi está propondo que se utilize os recursos do FAT para amortizar a dívida do setor rural. Essa proposta, Sr. Presidente, ela não pode nem nascer. Ela tem que morrer no ninho. Na casca. Porque os recursos do FAT têm uma destinação muito importante. Os recursos do FAT, que é o Fundo de Amparo ao Trabalhador, eles têm que gerar empregos. Eles têm que propiciar o início de novos negócios, novos empreendimentos. Eles têm que financiar o desenvolvimento da pequena agricultura, da agricultura familiar, dos pequenos empreendedores das cidades, os pequenos negócios, aqueles que são responsáveis pela geração de 70%

dos empregos no País. Os recursos são do trabalhador. E não podemos pegar este Fundo de Amparo ao Trabalhador para pagar dívida do setor rural. E aí olha que eu sou agricultor e defendo a agricultura, mas esta proposta, ela é absurda, ela é absurda. Nós temos que reconhecer que o endividamento rural hoje já atinge 25, 30 bilhões, segundo cálculos das entidades ligadas ao setor. Mas não é o FAT, não é este o caminho para resolver o problema. O Governo Lula mesmo já deu, no passado uma solução sem utilizar recursos tão nobres quanto estes recursos do FAT. Nós temos que escalonar as dívidas, temos que prorrogar, dar a oportunidade dos produtores terem um parcelamento desses débitos que eles vão pagar porque eles são pagadores. A safra deste ano é boa. O cenário internacional é ótimo. Agora, o Governador do Mato Grosso, ele é meu amigo, ele é do Paraná, mas ele cometeu um equívoco muito grande ao propor que os recursos do FAT sejam utilizados para pagamento para pagamento da dívida agrícola, o Governador Blairo Maggi.

Eu quis fazer essa observação porque esse assunto pode cair aqui. E se cair aqui eu peço a V.Ex^a. que tome uma providência para que ele nem trâmite, porque seria um absurdo nós discutimos essa possibilidade. Só a discussão da possibilidade de usar recursos do FAT para pagar dívida para mim já é absurda. Então, eu peço a V.Ex^a. que considere a importância desse projeto da Senadora Serys, que por coincidência é do Estado do Mato Grosso também. Mas não tem nada a ver com a proposta do Governador. Porque este projeto vai dar uma aplicação muito mais eficiente aos recursos do FAT. É uma reivindicação antiga do setor cooperativista e é preciso entender que as cooperativas brasileiras têm no seu quadro de sócios 85% de agricultores familiares ou pequenos agricultores. Esses recursos do FAT vão ajudar muito as cooperativas, os agricultores pequenos e os novos empreendedores e os empreendedores que precisam manter os seus negócios e precisam ter um acesso mais facilitado, e o caminho é o cooperativismo de crédito.

Eu já relatei, houve um pedido de vista coletiva, voltou, eu faço esses comentários porque achei importante. E acatei uma Emenda da Senadora Kátia Abreu que coloca também os recursos dos fundos constitucionais como também passíveis de repasse pelos recursos, aliás, pelo cooperativismo de crédito. Eu peço que não inviabilizem o projeto da Senadora Serys pela Emenda. Se alguém é contra a Emenda, que peça destaque para que nós possamos votar o projeto da Senadora Serys e aprová-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Antes de passar a palavra, eu queria registrar que nós temos um requerimento.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Há um requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Temos um requerimento sobre a mesa para tratar do assunto. O requerimento propõe nos termos regimentais seja realizada audiência pública deste órgão técnico com a presença do representante do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Fazenda a fim de instruir a votação do Projeto de Lei nº 320/2003, assinado pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá, com uma exposição de motivos que eu gostaria que ele apresentasse à Comissão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores. Sr. Presidente, eu considero importante o projeto da Senadora Serys, quero dizer que essa proposta não é para postergar a votação. Nós queremos discutir a questão. Existem alguns aspectos que precisam ser discutidos, não é? Um deles, que as cooperativas de crédito, a exemplo dos Bancos e outras instituições são intermediados financeiros, porém distintamente daqueles as cooperativas não estão sujeitas a falência de acordo com o art. 4º da Lei 5.774.

Portanto, que tipo de garantia? Como é que seria essa operação? Propriamente para discutir a questão da garantia dos recursos do FAT. Nós não somos contra o projeto. Nós gostaríamos de ter aqui o representante do Ministério da Fazenda e do Ministério do Trabalho responsável pela operação do FAT. E a gente discutir as garantias que poderiam cercar esse tipo de operação para que as cooperativas de crédito pudessem, no futuro, efetivamente realizar esse tipo de operação quando estivessem completamente habilitadas e garantidas para fazer esse tipo de ação.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro, eu voltarei depois ao Relator e ao autor.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu pedi pela ordem, pelo seguinte, como ele está propondo uma audiência pública.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Estou dando pela ordem ao Senador Osmar Dias e depois a V.Ex^a.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É que como ele está propondo uma audiência pública e ele propôs que estejam presentes os representantes do Ministério da Fazenda e?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ministério do Trabalho e Fazenda.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu proponho também representantes da OCB.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, está acatado o requerimento, os Senadores querem discutir a matéria ainda ou deixaremos para a audiência pública? Senador Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, depois Senador Inácio, desculpe, Jonas Pinheiro e Inácio Arruda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já está aprovada, Presidente Aloizio Mercadante, a audiência pública com as propostas de participação do...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ainda não está aprovada, mas com a intervenção de V.Ex^a. Seguramente será aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Proposto. Mas eu queria, a Senadora Kátia Abreu não está presente. Eu queria, eu ia fazer uma referência, não tenho nada contra o projeto da Senadora Serys contra o parecer do Relator, Senador Osmar Dias, mas a Emenda da Senadora Kátia Abreu, apesar da boa intenção da Senadora, de utilizar os recursos dos fundos constitucionais pelos Bancos cooperativos, ela é inconstitucional. Ela é inconstitucional porque a Constituição, no seu art. 159, ela define que os recursos dos fundos constitucionais sejam da região Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, têm que ser aplicados através das instituições financeiras de caráter regional.

Então, para que nós incluíssemos aqui os Bancos cooperativos, nós vamos ter que fazer uma PEC. Agora, o que é importante é que os Bancos cooperativos podem usar os recursos dos fundos constitucionais por transferência, por transferência dos Bancos regionais. Quer dizer, nada impede que no Centro-Oeste ou no Norte, por exemplo, no caso do Norte, que é o Banco da Amazônia, o Banco da Amazônia coloque os Bancos cooperativos como agentes operadores e transfira parte desses recursos que já é, já está previsto. Então...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Por isso vai ter que discutir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então a Emenda da Senadora Kátia Abreu, lamentavelmente, eu sou favorável à idéia de que os Bancos cooperativos possam usar os recursos, mas não da forma como ela propõe através direto dos fundos porque é inconstitucional.

SENADORA SERYS SLHESARENKO (PT-MT): Mas é a favor do meu projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Arthur Virgílio com a palavra depois Jonas Pinheiro.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): De maneira bastante breve, a idéia da Senadora Serys ela é percuciente, ela é lúcida. O relatório do Senador Osmar Dias é na verdade o relatório de alguém que é uma referência muito forte para mim e para a minha bancada quando se trata da questão agrícola, da questão do agronegócio, da questão cooperativa. Eu quero apenas ressaltar que este projeto chegou a este ponto por força, inclusive, do Requerimento 483/2005, do Senador Sérgio Guerra. Quando se deu a aprovação da matéria na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Eu digo isso que o Senador Sérgio Guerra que se submeteu a uma intervenção cirúrgica recentemente já está pronto para retornar. Não veio porque nós o aconselhamos a se poupar nesta semana santa--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele virá semana que vem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Semana que vem estará aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Será muito bem vindo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ele foi extremamente relevante na caminhada dessa bela idéia da Senadora Serys, que agora com ou sem a emenda da Senadora Kátia Abreu, haverá de se tornar lei. Parabênzoo o Senador Osmar Dias e Senadora Serys e saúdo o retorno para breve do Senador Sérgio Guerra que abrilhantará certamente os trabalhos dessa Comissão e da Casa como um todo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tenha certeza que em relação ao retorno do Senador Sérgio Guerra, V.Ex^a. expressa o sentimento de todos os Senadores e Senadoras dessa Casa. Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu estou de acordo com a proposta do iminente Senador Flexa Ribeiro, que nós vamos esbarrar na inconstitucionalidade da proposta de utilização dos recursos do fundos constitucionais. Porque a Constituição lá na Disposição Transitória está bem clara que a aplicação é através de Bancos Regionais, BASA e BNB. E pelo BANCO DO BRASIL, na região Centro-Oeste, até que crie o Banco do Centro-Oeste. Como o Banco foi criado e não foi implantado, continua o BANCO DO BRASIL.

Porém, nós podemos tirar a inconstitucionalidade autorizando que os Bancos aplicadores façam convênio com os Bancos cooperativos. Sr. Presidente, há 6 ou 7 anos atrás, eu fui Relator de uma Medida Provisória que tratou dos fundos constitucionais. E naquela oportunidade nós incluímos de que as cooperativas de crédito fossem também agente financeiro dos fundos

constitucionais. Foi vetado na Presidência da República ainda na época de Fernando Henrique Cardoso exatamente por causa dessa inconstitucionalidade. Agora, eu acho que nós podemos tirar o vício da inconstitucionalidade apenas autorizando que haja esse convênio. Isso então valeria como uma subemenda à Emenda da Deputada Kátia Abreu.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Peço ao Senador Osmar Dias que acompanhe a sugestão do Senador Jonas Pinheiro para depois encaminhar. V.Ex^a. Que é autora do projeto será a última a falar em homenagem--

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Mas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não só à autoria intelectual e à combatividade e presto minha homenagem ao dia 8 de março, dia das mulheres. Senador Inácio Arruda, com a palavra.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Eu não conclui ainda, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Espera um pouquinho, o Senador Jonas ainda não concluiu.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Eu quero fazer um comentário a respeito do comentário do Senador Osmar Dias. Não foi o Governador Blairo Maggi que foi buscar o dinheiro do FAT. O dinheiro do FAT já vinha sido trabalhado pelos representantes da classe produtora que estava buscando alternativa para negociação da dívida. E essa negociação de dívida foi feito da classe produtora com o Presidente Lula que autorizou buscar no FAT os recursos para fazer essa negociação.

Eu quero apenas esclarecer que o FAT não perde nada, absolutamente nada daquilo que é o dinheiro dos trabalhadores. Eles, esse dinheiro será corrigido da mesma forma. Já foi utilizado um bilhão de reais agora que está sendo colocado mais um bilhão para fazer a negociação dessa dívida. E está de pleno acordo com o CODEFAT--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador, eu só queria ponderar V.Ex^a. que na realidade não... Não se trata de utilizar recursos do FAT para repactuação de dívida agrícola. Mas dívidas de financiamento do BNDES para compra de máquinas e equipamentos do setor agrícola porque o FAT é um dos fundos financiadores do BNDES. Para poder alongar a dívida e repactuar dívida foi autorizado pelo CODEFAT recursos do BNDES, do FAT. Mas não é dívida agrícola. Porque eu concordo com o Senador Osmar Dias, nós não podemos pegar recursos do FAT para repactuar a dívida da agricultura. Os recursos do

FAT são para financiar bens de capital, na compra de tratores, máquinas e equipamentos, esses recursos evidentemente podem e são alocados e poderá ter um alongamento de dívida com a autorização do CODEFAT porque está dentro do mandato do FAT. Só para esclarecer o tema.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, esse recurso que está sendo colocado agora, que o Governador Blairo de fato entrou nesse trabalho junto com os produtores é recurso para ajudar a negociar a dívida com as empresas fornecedoras de insumos. Aí inclui fertilizantes e inclui defensivo agrícola. O recurso é para isso.

Agora, o que é que justificou o CODEFAT apoiar a idéia? É de que o dinheiro do FAT é além de gerar emprego é evitar o desemprego. Então esse dinheiro está colocado com essa finalidade de evitar o desemprego no campo brasileiro que, evidentemente, vai acontecer se não fizer negociação da dívida os produtores rurais terão que desempregar os seus funcionários.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Um aparo, Senador.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): E é exatamente com esse argumento que o CODEFAT, numa negociação muito difícil, muito demorada concordou em aplicar esse recurso.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Um aparo, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu só quero esclarecer o seguinte, que a imprensa nacional inteira noticiou que a proposta é do Governador Blairo Maggi. A imprensa nacional noticiou. E o Senador Jonas Pinheiro com quem eu quase nunca discordo, acaba de colocar que é para amortizar dívidas com fornecedores de insumos, adubos, sementes etc. Ou seja, para resolver o problema dos fornecedores de insumos, de adubos e daqueles que devem a eles. Isso não é objetivo da criação do FAT. Os recursos do FAT não foram criados com esse objetivo.

Portanto, eu quero deixar aqui o alerta de que o FAT não está sendo devidamente utilizado ou corretamente utilizado pelo menos neste caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Quero agora passar a palavra ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu quero primeiro concordar com o Senador Flexa Ribeiro e dizer que destaquei a Emenda nº 1, pedi para que ela fosse votada com destaque, para votação em separado, por considerá-la absolutamente inconstitucional e prejudi-

cial ao projeto da Senadora Serys Slhessarenko. Então nos deveríamos tomar essa iniciativa para podermos aproveitar o projeto da Senadora Serys diante de um debate, nós poderíamos debater. E não há necessidade de corrigir o vício de inconstitucionalidade da Emenda nº 1, não. Não há essa necessidade, porque os Bancos, BANCO DO BRASIL, BNB e BASA, já tem essa autorização, eles podem Senador Jonas, convênir com todas essas cooperativas, onde é que está o problema desde sempre, desde a medida provisória? Lá atrás, está exatamente nas taxas de administração dos Bancos, etc., no velho provedor do *spread*, cobrado pelos Bancos, nesses convênios que você vai examinando, nas dificuldades dos convênios em função do exame da capacidade das cooperativas ou não de se manterem ativas. São esses problemas que perduram ainda no Brasil, e se elas têm capacidade de tocar seus empreendimentos e isso tem sido examinado pelos Bancos. Mas hoje tanto o BANCO DO NORDESTE como o BASA dá operam com essas cooperativas, já transferem recursos para essas cooperativas. Então, não há necessidade de corrigir nenhum vício de inconstitucionalidade porque já há esse tipo de trabalho sendo feito por essas duas instituições e acredito que o BANCO DO BRASIL pode tranqüilamente fazer. Eu examino até que no caso do Centro-Oeste, talvez, em função de ser uma fronteira agrícola muito mais veloz, mais dinâmica que está com expectativas maiores o número de cooperativas também que queiram acessar esse programa, e a pressão, portanto, seja maior e o BANCO DO BRASIL precise de mais garantias, está mais aparelhado, está mais disponível para o debate em relação ao uso dos recursos do Fundo Constitucional juntamente com as cooperativas. E proporia que na audiência pública nós também chamássemos os agentes financeiros. Acho que seria interessante. Porque eles operam esse sistema. Eu acho que BNB, BASA, se a gente puder, às vezes a mesa fica muito longa, mas é o problema da disciplina. Se a gente colocar 10 minutos para cada um, a turma bem disciplinada dá para realizar um bom debate. Acho que esses agentes que são eles que atuam com o programa na ponta, eles hoje têm muito a contribuir com o debate aqui conosco e pode nos ajudar, digamos assim, a arredondar mais o projeto. Acho que a gente pode aproveitar bem o projeto, porque ajudaria bastante se a gente pudesse também convidar os agente que trabalham com os programas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro e depois Antônio Carlos Valadares. Daremos depois a palavra à Senadora Serys e encaminharemos a votação do requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Aloizio Mercadante, o nobre Senador Inácio Arruda já relatou aquilo que eu diria sobre a questão dos Bancos cooperativos. Não há nada que impeça a transferência por parte dos Bancos regionais aos Bancos cooperativos. Então, não há o que regulamentar, não há o que autorizar, há sim que haja um entendimento. No caso do Centro-Oeste, do Senador Jonas Pinheiro junto ao BANCO DO BRASIL para que o BANCO DO BRASIL faça também no Centro-Oeste essa transferência que é feito pelo BASA não só para os Bancos cooperativos como para outros Bancos, o Banco do Estado do Pará, por exemplo, ele pode ser agente do FNO transferindo recursos, transferindo recursos pelo BASA. É só para relatar isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Flexa Ribeiro. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu acho que a proposição da Senadora Serys ela merece uma consideração especial haja vista que a realização de uma audiência pública a meu ver vai nessa direção de dar valor, de reconhecer o mérito de uma proposta que visa fortalecer o sistema cooperativista no nosso País que em alguns momentos da história econômica do Brasil teve uma influência muito grande, inclusive, eu conheço cooperativas no Nordeste, principalmente no Estado de Sergipe que contribuíram decisivamente para a montagem de um sistema capaz de gerar emprego, rendas, famílias de pequeno porte, do ponto de vista econômico, eu posso citar a coluna 13 no Município de Lagarto em Sergipe que se tornou praticamente uma cidade graças ao avanço do cooperativismo, porque essa cooperativa, infelizmente, hoje está vivendo uma crise financeira muito grande. Logicamente que em função de administrações desastrosas e também em função de planos econômicos sucessivos que tiveram efeitos desastrosos, danosos na nossa economia tornando o cooperativismo instável e não realizando seus verdadeiros objetivos.

Entretanto, como disse a Senador Inácio Arruda, a realização dessa audiência pública vai dar maior objetividade, vai, sem dúvida alguma dar uma abertura para que nós possamos chegar a um projeto consensual aonde as cooperativas sejam discutidas, né, o seu funcionamento, vai ser uma oportunidade de ouro, Sr. Presidente, a realização desta audiência pública. E assim estamos também dando atenção à Senadora que não só aniversariou ontem e aproveitou a oportunidade para dar os parabéns, ela que representa as mulheres em todo o Brasil nos movimentos que ela executa aqui dentro e fora do Senado Federal. Mas

não só por isso, Presidente, principalmente porque é uma Senadora atuante, é uma Senadora que tem sem dúvida alguma mostrado com o desenrolar do seu mandato, que está identificada com os interesses do nosso País, não só da zona rural, como também da zona urbana do Brasil.

Por isso eu também quero aproveitar a oportunidade para dizer que apesar de ser suplente nessa Comissão eu me sinto muito à vontade porque ela é presidida por uma das pessoas mais competentes, mais capazes do Senado e do Brasil em matéria de economia e tem dado um equilíbrio ao funcionamento desta Comissão pelo seu conhecimento, né, pela segurança com que fala e também pela abertura que dá a todos os Senadores. Ao contrário, tem Comissões aí que você para falar é difícil, fica muito difícil. E aqui não, todo mundo tem vez e todo mundo tem voto para dar sem nenhuma pressão e sem nenhuma proibição de falar. Obedecendo religiosamente o regimento. Parabéns a V.Ex^a, Presidente Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria agradecer a V.Ex^a a generosidade das palavras, mais uma vez digo que não é merecida. A qualidade da Comissão é pela força da representação. E a nossa jovem Senadora que aniversariou ontem comemorando seus 28 anos, início dessa vida adulta já com mandato de Senadora da República, com a palavra à autora brilhante dessa iniciativa, que já nesse início de vida parlamentar e maturidade dá uma imensa contribuição ao País, Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Senador Mercadante, [risos] o senhor já recebeu tantos elogios hoje, mas depois dos 28 anos, também vou elogiar-lo. Assinando embaixo as palavras dos que nos antecederam em relação as suas posturas da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, da maior grandeza, com certeza, nosso Presidente.

Quero dizer também que eu assino embaixo das colocações dos comentários feitos pelo Senador Osmar Dias, porque o relatório ele já fez num outro dia. Hoje ele teceu alguns comentários. Com relação à utilização do FAT e com relação à importância do projeto. Eu não vou tecer grandes considerações sobre a história do cooperativismo no Brasil, mas quero ler uma meia página sobre a história do cooperativismo a nível internacional e dizer que eu tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que aqui todos os Senadores, aliás, todo o Senado da República do Brasil com certeza é a favor do cooperativismo. Eu não tenho dúvida disso. Independente da coloração partidária a defesa do cooperativismo a nível de Brasil é uma realidade dentre nós todos.

Eu queria rapidamente falar que o cooperativismo de crédito, uma de suas vertentes vem sendo responsável por algumas marcas significativas das quais nós destacamos. Até destaque porque eu estive em alguns desses Países conhecendo a experiência tanto do Rabobank, quanto do Brjbank, quanto em Mondragón na Espanha. Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Portugal, Estados Unidos e Canadá, utilizam a formação de poupança para financiamento de iniciativas empresariais visando o desenvolvimento local de forma sustentável, que é algo tão discutido por nós hoje, desenvolvimento sustentável. E para se fazer realmente desenvolvimento sustentável a questão do cooperativismo é fundamental porque senão esse desenvolvimento não vai ser sustentável. Dificilmente o será. De acordo com Agência de Estatística da União Européia, EUROSTAT, as cooperativas de crédito representavam no ano dois mil 46% das instituições de crédito da região e foram responsáveis por 15% das operações de intermediação financeira. Na Holanda, o Rabobank Group, formado por 397 cooperativas de crédito, administra ativos totais de 360 bilhões de Euros, valor equivalente à soma de todo o sistema financeiro brasileiro.

Na Alemanha, Brjbank que administra ativos totais de 600 bilhões de Euros também foi criada a partir de cooperativas de crédito.

Na Espanha o Grupo Mondragón, que lá também nós já estivemos, na década de 50 reativou no País as cooperativas industriais, hoje controla um grande Banco, o CAJA LABARO POPULAR(F). O BANCO BOSTON originou-se a partir de uma cooperativa de exportadores, importadores, criado no final do século 18. Em Países como a Irlanda e o Canadá as cooperativas de crédito vêm ocupando os espaços deixados pelas instituições bancárias nas pequenas comunidades ofertando serviços mais adequados às necessidades locais. Nós vemos aqui de pequeníssimos, mais de pequeníssimas cooperativas com produtores da agricultura familiar, pequeno produtor, como eu estive no Rabobank, como eu estive do BrjBank também. E lá conheci de perto essas experiências. São grandiosas, e nós no Brasil, Senador Osmar Dias, Relator do nosso projeto, precisamos ser ousados, realmente, em termos de cooperativismo. Temos que acreditar na política do cooperativismo se realmente queremos, Sr. Presidente, que a agricultura familiar avance nesse País, que o pequeno agricultor tenha vez realmente nessa situação. E aí eu gostaria, não vou fazer um retrato, né, da história do cooperativismo no Brasil, poderia fazê-lo, mas vou citar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas um exemplo no meu Estado de Mato Grosso. Nós lá temos 120 agências de cooperativismo de crédito em

Mato Grosso. Quando as agências dos nossos Bancos oficiais que nós queremos que o BANCO DO BRASIL continue avançando, que a nossa CAIXA ECONÔMICA, espetaculosa, os Bancos oficiais nossos, tanto o BANCO DO BRASIL, quanto a CAIXA ECONÔMICA continuem avançando, mas em Mato Grosso que tem 142 municípios, nós temos apenas Bancos oficiais em 23 Municípios da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e 91 Municípios o BANCO DO BRASIL, e temos agências de cooperativas de crédito em 120 Municípios, sendo que desses 120, 30 municípios só tem Banco cooperativos, só agência cooperativa de crédito, não temos outros Bancos oficiais.

Portanto, precisamos que esse projeto seja aprovado, o SICREDI, por exemplo, é um Banco cooperativo da maior grandeza no nosso Estado de Mato Grosso, Senador Jonas Pinheiro sabe disso, é também um defensor, com certeza. Eu gostaria aqui de fazer uma reivindicação. Tudo bem que se aprove a audiência pública requerida pelo nosso Líder do Governo no Senado, Senador Romero Jucá que se aprove esse requerimento para audiência pública, mas que a gente também busque, busque no dia da audiência pública, após a audiência pública já colocar em votação este projeto. Esta é a minha solicitação. Muito obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Será feito. Eu agora vou encaminhar a votação o requerimento que propõe a presença do Ministro do Trabalho e Emprego, Ministro da Fazenda, foi representando a organização das cooperativas do Brasil e demandado também a representação de instituições financeiras. Eu coloquei, BNB, BASA, BANCO DO BRASIL e FEBRABAN. Há acordo?

Então, assim sendo, Senadores são favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento, e após audiência pública votaremos imediatamente o projeto. Eu pediria só, Senador Antônio Carlos Valadares, o Item 6 que V.Ex^a é relator é votação nominal e nós não temos quórum para votação nominal, então, nós daremos a relatoria do Item 2 por licitação do Senador Cícero Lucena é um parecer do Senador Garibaldi, em relação ao PPP do Estado do Pernambuco.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Somente para dizer que estou de acordo com V.Ex^a. Inclusive, eu ia pedir adiamento porque o autor da matéria é o Senador Tião Viana, por quem tenho a melhor consideração e acima de tudo vejo

nos seus projetos grandes benefícios. O projeto do Senador Tião Viana passou na Comissão de Infra-estrutura, trata da compensação financeira a Estados e Municípios que possuem nascentes de rios cuja vazão é aproveitada para geração de energia elétrica. Quer dizer, é um projeto até interessante. Foi rejeitado na Comissão de Infra-estrutura. E o nosso parecer se encaminha nessa direção. Então, eu vou fazer um reestudo desse projeto para ver como nós podemos aproveitá-lo de outra forma a fim de que não seja rejeitado em sua totalidade, mas que os Municípios cujas nascentes que tenham rios cujas nascentes sirvam para produção de energia elétrica, esses Municípios possam ter algum Município. Não desta forma como foi proposto, quem sabe de outra forma, a consultoria geral do Senado para encontrarmos uma alternativa, uma saída. Agradeço a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Quero parabenizar a V.Exª pela iniciativa, sobretudo, em consideração à matéria tão importante do Senador Tião Viana, e nós retiramos da pauta para reexame da matéria, Senador Antonio Carlos Valadares.

Agora Senador Cícero Lucena com palavra eu pediria que nobre Senador Eliseu Rezende assumisse a Presidência e encaminhasse a votação desta matéria.

Só antes eu gostaria de colocar em votação os requerimentos porque nós temos requerimentos que não foram colocados no início da Sessão porque os autores não estavam presentes. Já li os requerimentos. Nós temos dois requerimentos relacionados à audiência pública no GRUPO IPIRANGA, um requerimento do Senador Paulo Paim, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi que convida o Presidente do SINDIPETRO, Sr. José Marcos Oline, Presidente da SINDIPOLO, Carlos Heitor Rodrigues, representantes da PETROBRÁS, BRASKEN, GRUPO IPIRANGA e GRUPO ULTRA.

A proposta de audiência pública é para amanhã, como eu já disse tem um problema com a CCJ, tem que ser administrado esse problema. Mas de qualquer forma todos os Senadores são favoráveis ao requerimento. Coloco em votação. Aprovado.

Senador Tasso Jereissati propõe um requerimento semelhante mas com a perspectiva mais abrangente que é discutir o problema da concentração no setor de distribuição de petróleo a partir da compra do GRUPO IPIRANGA pela PETROBRÁS junto com a BRASKEN e GRUPO ULTRA. A sugestão da Mesa, José Sérgio Gabrielli, Presidente da PETROBRÁS, Marcelo Trindade, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, CVM, Elizabeth Maria Mercier Querido Farina, Presidente do CADE e o Sr. Pedro caldas Pereira Gerente

da BR Distribuidora, e acesso do processo de compra do GRUPO IPIRANGA pela PETROBRÁS.

Eu ponderei ao Senador Tasso, nós só temos que verificar o sigilo do processo e no CADE se a Presidente se pronunciar sobre o mérito ela pode ficar impedida de votação depois na questão da concentração e na lei da concorrência.

Por isso, feita a ponderação, de qualquer forma V.Exª poderá, daria liberdade para construir de comum acordo numa alteração na composição da Mesa, mas eu acho que é de grande interesse dessa Comissão, vamos colocar em votação o requerimento, os Senadores são favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado.

As Subcomissões também eu relatei a composição e V.Exª deverá presidir a Subrelatoria de Reforma Tributária, Senador Delcídio Amaral, do marco regulatório também já foi composição, Senador Cícero Lucena, a Comissão de Assuntos Municipais por indicação do Líder Arthur Virgílio. E nós, então, os membros da Comissão se reúnem e estabelecem a indicação da Presidência. Eu passo a palavra ao Senador Eliseu Rezende e peço se tem algum outro assunto da Comissão para discutirmos sobre essa questão. Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não sobre essa questão, uma questão de ordem. Eu antes de V.Exª se ausentar da Presidência eu gostaria de consultá-lo sobre a instalação das Subcomissões da CAE quando seria essa instalação?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Imediatamente, eu pediria ao Senador Cícero Lucena, Tasso Jereissati e Delcídio, tomem as providências para instalação. Nós podemos marcar uma reunião para a instalação das Subcomissões, mas eu solicitaria que cada um deles entre em contato com os membros para assegurar o quórum, fazer instalação, eleição da Mesa e indicação de relatoria. As duas Subcomissões: Marco regulatório e Reforma Tributária, temporária por um prazo de seis meses, porque há outras demandas da Comissão e a de Assuntos Municipais tem um caráter permanente, então, ela ficará por um período mais longo.

Feito isso eu agradeço a todos e passo a Presidência ao Dr. Eliseu Rezende para votarmos o último projeto da pauta, o Item 2.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU REZENDE (PFL-MG): Nós vamos discutir o último Item da pauta que é o Item 2, que diz respeito à Medida Provisória nº 338/2006. O relator da matéria é o Senador Garibaldi Alves. Na sua ausência nós designamos o Senador Cícero Lucena para ler o parecer e o voto.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, a Lei nº 11.079, de 20 de dezembro de 2004, institui as normas gerais que rege a licitação e a contratação de parcerias Público-Privadas, no âmbito da administração pública. No mérito, a parceira atende uma necessidade de desenvolvimento do turismo do Pernambuco. No entanto, cabe ao Senado Federal verificar o cumprimento da condição contida no caput do art. 28 da Lei 11.079/2004.

Essa condição estabelece que o limite de 1% da Receita corrente líquida do Estado para as despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias contratadas pelos órgãos da administração direta e indireta.

O limite aplica-se tanto aos valores verificados no ano anterior ao da assinatura de cada contrato, quanto aos projetados para cada um dos 10 anos subsequentes.

Embora a documentação enviada pela Secretaria de Planejamento de Pernambuco contenha outras informações, inclusive, por a Lei das Parcerias Público-Privadas estabelecem outras condições para celebração do contrato, cabe a essa Comissão pronunciar-se unicamente acerca do cumprimento da regra, contida do caput do art. 28 conforme disposto no § 1º do mesmo dispositivo.

Destaca-se, contudo, que as informações enviadas pela Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco são insuficientes para uma avaliação rigorosa a respeito do cumprimento dos requisitos previstos no caput do art. 28 da Lei de PPP, em particular, não foram explicitadas as hipóteses que embasaram os valores apresentados na planilha do cálculo anexo ao ofício. Tampouco foi discutido o impacto orçamentário de cenários alternativos que contemplasse hipóteses benevolentes em relação à evolução da demanda ou da taxa de câmbio.

Além disso, o documento sequer apresentou o custo total do projeto. Mesmo assim, partindo do princípio de que as informações prestadas pela Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco estão corretas de que o impacto orçamentário apresentado está associado ao cenário mais provável e de que há folga orçamentária suficiente para acomodar eventuais imprecisões de cálculo, pode-se concluir que a PPP sob análise, atende aos requisitos, impostos pelo § 1º do art. 28 da Lei 11.079/2004.

Em síntese, a Comissão de Assuntos Econômicos recebeu do Governo do Estado de Pernambuco as informações relativas ao cumprimento dos requisitos para contratação da Parceria Público-Privada relativa à exploração da ponte de acesso e do sistema viário do destino de turismo e lazer da praia do Paiva. Em

atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei 11.079/2004. Adicionalmente essas informações recebidas indicam que as despesas de caráter continuado com a contratação pretendida não ultrapassam o limite fixado pela Lei do PPP.

Portanto, o voto é em visto do exposto opinamos pelo arquivamento da matéria conforme determina a Legislação. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU REZENDE (PFL-MG): No Item 2 da pauta se refere ao Ofício S nº 2/2007, que não terminativo. A matéria está em discussão. Os Senadores que concordam com o parecer do relator permaneçam como estão. Fica aprovado. Aprovado o parecer do Relator pelo arquivamento da matéria.

Nada mais havendo a tratar, coberta toda a pauta considero encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h28

ATA DA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, CONJUNTA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2007, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e oito minutos do dia quatro de abril do ano de dois mil e sete, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos em conjunto com as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Fernando Collor, Renato Casagrande, Serys Slhessarenko, Flávio Arns, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Pedro Simon, Wellington Salgado, José Agripino, Cícero Lucena e Arthur Virgílio, e ainda, dos Senadores João Pedro, Geraldo Mesquita Júnior, Rosalba Ciarlini, Cristovam Buarque e Sérgio Zambiasi e do Deputado Adão Roberto Rodrigues Villaverde. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Expedito Júnior, João Vicente Claudino, Romero Jucá, Valdir Raupp, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Adelmir Santana, Edison Lobão, Eliseu Resende, Jayme Campos, tendo falta justificada em razão de missão política, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, tendo falta justificada em razão de licença médica, Tasso Jereissati e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, que se destina à realização de Audiência com a finalidade de discorrer sobre o processo de compra do Grupo Ipiranga pela Petrobrás, Grupo

Ultra e Braskem, em atendimento aos Requerimentos nºs 19/07-CAE, 13/07-CAS e 13/07-CDH, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, respectivamente, tendo como convidados presentes os Senhores Américo Genzini Filho, Diretor da Ultrapar Participações S.A.; Alexandrino de Alencar, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Braskem; José Lima de Andrade Neto, Presidente da Unidade de Negócio Petroquímica e Fertilizantes da Petróleo Brasileiro - Petrobrás S.A.; José Marcos Olioni, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Destilação e Refinaria de Petróleo do Rio Grande – RS (Sinpetro); Ângelo Carlos Martins e Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Comércio de Minério e Derivados de Petróleo (Sitramico); Carlos Eitor Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Petroquímicas de Triunfo/RS (Sindipolo); e ainda do Exmo. Sr. Deputado Adão Roberto Rodrigues Villaverde, 2º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Pedro Simon, Geraldo Mesquita Júnior, Sérgio Zambiasi, João Pedro, Wellington Salgado, e o Deputado Adão Roberto Rodrigues Villaverde. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária conjunta, esta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, e a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa das Atas das reuniões anteriores, e as coloco em votação. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado, com o sinal positivo do Senador Zambiasi e o Senador Flávio na mesma linha. Aprovada.

Essa Audiência Pública foi uma solicitação dos três Senadores do Rio Grande, e depois com o adendo feito também pelo Senador Flávio Arns. O Senador que preside, o Senador Zambiasi e o Senador Simon.

Por uma questão de justiça, e na linha da transparência e da verdade, eu queria informar essas três Comissões que reúnem hoje com a presença de todas as partes interessadas que vou listar em seguida, que

já houve uma série de procedimentos para discussão, esclarecimento sobre a compra da Refinaria IPIRANGA com as partes envolvidas, ou seja, PETROBRÁS, ULTRA, BRASKEM, e os representantes dos trabalhadores. E vou aqui fazer um... Vou discorrer rapidamente.

No dia 28 de março, ocorreu uma Audiência Pública na Câmara dos Deputados envolvendo a bancada gaúcha e quatro Comissões. Estou certo? No mesmo dia, às 16h, recebi em meu gabinete todos os investidores e os três sindicatos que representam os trabalhadores. No final da tarde, Senador Zambiasi, eu, Senador Zambiasi e Senador Simon recebemos no gabinete do Senador Simon os três investidores na compra da Refinaria IPIRANGA. Ocorreu também, conforme informações que recebemos, o encontro da Governadora do Estado do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, acompanhada do Secretário correspondente com os investidores.

Por último, houve uma Audiência Pública na Assembléia do Rio Grande do Sul com o objetivo de dar esclarecimento aos fatos. E esta é a reunião que envolve as três Comissões aqui no Senado. Desta reunião vão participar... Nós faremos duas mesas. Num primeiro momento Américo Genzini Filho, Diretor da ULTRAPAR Participações S/A, em seguida, o Sr. Alexandrino de Alencar, Vice-Presidente das Relações Institucionais da BRASKEM, em seguida, o Sr. José Lima de Andrade Neto, Gerente-Executivo da unidade de negócio petroquímica e fertilizantes do petróleo brasileiro, PETROBRÁS. Segunda Mesa, Sr. José Marcos Olioni, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Destilação e Refinaria de Petróleo do Rio Grande, SINDPETRO. E em seguida, Sr. Ângelo Carlos Martins e Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Comércio de Minério e Derivado de Petróleo, SINTRAMICO. Logo após, Sr. Carlos Heitor Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Petroquímicas de Triunfo/RS, SINDIPOLO, e fechando daí essa segunda Mesa, em seguida vamos para os debates, teremos então representando nesta Mesa ainda a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, o Deputado Adão Roberto Rodrigues Villaverde que é um dos vice-Presidente da Assembléia do Estado do Rio Grande do Sul.

Eu vou propor para iniciar os nossos debates que cada expositor disponha do tempo de 10 minutos. E depois nós recebemos um convite quando encerrarmos essa atividade, para que a gente visite aqui a exposição que a PETROBRÁS está fazendo aqui no Salão Negro, se não me engano. Salão Negro do Senado.

Então de imediato eu passo a palavra ao Sr. Américo Genzini Filho, Diretor da ULTRAPAR por dez

minutos. Se preferem trocar eu troco, não há problema nenhum. Então, passamos a palavra para o Sr. José Lima de Andrade Neto, representando aqui a PETROBRÁS.

SR. JOSÉ LIMA DE ANDRADE NETO: Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, senhores e senhoras, representantes dos trabalhadores aqui presentes, a PETROBRÁS se sente honrada em estar aqui trazendo os esclarecimentos da sua posição em relação a esta operação, e como bem já colocou o Senador Paulo Paim, a gente vem num movimento de transparência indo a todos os fóruns que temos sido convidados, buscando sintonizar os interesses empresariais, os interesses da empresa com os demais interesses da sociedade, interesses legítimos da sociedade. Então a idéia aqui é fazer uma rápida apresentação para não alongar muito, para permitir então as perguntas, mostrando qual é a essência e por que é que a operação foi feita, e obviamente depois cada uma das empresas fará das suas motivações específicas. Por favor.

Bem, talvez eu possa ir falando então enquanto a gente não perder tempo. Essa operação como nós vamos colocar é uma operação importante, do ponto de vista do setor nacional, é uma operação que envolve quatro grandes empresas brasileiras, quatro grandes empresas de porte no Brasil, com marcas e nomes conhecidos no Brasil, de um lado na ponta compradora a PETROBRÁS, o GRUPO ULTRA e a BRASKEM, e do outro lado uma empresa tradicional, uma empresa conhecida, uma empresa com a marca forte é a empresa IPIRANGA. Uma empresa que nasceu no Rio Grande do Sul, mas que cresceu no Brasil inteiro e que tem uma marca forte no Brasil inteiro. Essas três empresas, então, PETROBRÁS, BRASKEM e GRUPO ULTRA adquiriram as ações e portanto adquiriram a posse dos ativos da empresa do GRUPO IPIRANGA e nós vamos falar em linhas gerais quais as motivações e aonde é que vai se inserir cada parte o que é que se pensa em relação a esses negócios. Por favor, podemos passar.

Bem, a PETROBRÁS e o GRUPO ULTRA e BRASKEM concluíram entendimentos para a aquisição de negócios do GRUPO IPIRANGA criando perspectivas para o crescimento e consolidação de setores petroquímicos e de distribuição de combustíveis. É importante enfatizar o seguinte, a indústria petroquímica mundial ela vem crescendo, vem se reorganizando, os atores internacionais na indústria petroquímica são cada vez maiores, dependem de investimento em tecnologia e dependem cada vez mais de plantas e de projetos de grande escala, que o se chama hoje de escala mundial. Empresas de pequeno porte, empresas menores,

salvo, especificamente de nichos de mercado, têm tido muita dificuldade de crescer.

Então, há um entendimento na indústria nacional, há entendimento no setor petroquímico nacional de que seria importante o fortalecimento dos grupos petroquímicos brasileiros, buscar grupos que de fato tenham competitividade, não só em nível regional, mas principalmente em nível global porque essa uma indústria de nível global.

Então essa é uma motivação que levou os atores a fazer esse movimento. Ao adquirir os negócios da IPIRANGA reforça os compromissos com o crescimento do Brasil com o Rio Grande do Sul. Ou seja, as três empresas são empresas que vêm investindo, que querem continuar investindo, a PETROBRÁS os senhores e as senhoras sabem muito bem que vem investindo significativamente, lá no Rio Grande do Sul investimos na REFAP, foi investimento significativo de mais de um bilhão de dólares recentemente crescendo o fornecimento de matéria-prima e novos investimentos certamente deverão decorrer por conta desses movimentos que estão em curso.

Então, essa operação ela visa em última instância o crescimento das empresas que estão envolvidas e o crescimento dos negócios que estão envolvidos. O valor da operação, o negócio como um todo foi estimado em quatro bilhões de dólares, sendo que a PETROBRÁS nas duas partes que lhe compete uma parte da distribuição e uma parte de petroquímica, um valor da ordem de 1.3 bilhão de dólares, a BRASKEM 1.1 bilhão de dólares e o GRUPO ULTRA complementa. Só que a forma que como o GRUPO ULTRA vai fazer é na troca de ações do próprio GRUPO ULTRA que é uma empresa que tem ações negociadas em bolsa, empresas no mercado e vai permutar ações complementando então... Permutar com os detentores de ações preferencialistas do grupo para que então complete o valor de toda a operação que está sendo pensada. Ou seja, há um desembolso por parte da PETROBRÁS de 1.3, da BRASKEM de 1.1 e o valor restante é desembolsado pelo GRUPO ULTRA na forma de ações do GRUPO ULTRA que serão permutados pelas ações preferencialistas das empresas que estão sendo adquiridas.

Então, o GRUPO ULTRA passa a ter duas grandes marcas. Aí um dado importante, o GRUPO ULTRA que já tem a marca da ULTRAGAZ na distribuição de GLP vai continuar com a sua marca ULTRAGAZ e vai na distribuição de combustíveis utilizar a marca IPIRANGA. Ou seja, a marca IPIRANGA ela não desaparece no mercado. Sabemos que é uma marca importante, sabemos que é uma marca que tem história no Rio Grande do Sul, que tem história no Brasil, é um nome

forte junto aos consumidores nacionais e por isso o GRUPO IPIRANGA decidiu preservar e nas negociações foi nessa linha de que o GRUPO ULTRA utilizará a marca IPIRANGA. A PETROBRÁS, que também está comprando uma parte da distribuição de combustíveis, aproximadamente 25% do volume de combustíveis está ficando com a PETROBRÁS, a PETROBRÁS vai usar a marca IPIRANGA no norte e nordeste e centro-oeste até um prazo de cinco anos, que é o prazo que ela terá para fazer o rebandeiramento dos postos da sua rede para então passar a usar a marca BR que é a nossa marca, a marca da PETROBRÁS. Mas a marca IPIRANGA continuará existindo sendo utilizadas pelo GRUPO ULTRA.

Bem, como é que ficaram os três principais negócios? Obviamente que tem outros negócios menores, mas os três principais negócios como é que ficaram? Na negociação, isso foi uma negociação, essa negociação não foi só com os revendedores, mas teve uma negociação entre os compradores. E na negociação entre os compradores a distribuição de combustíveis da rede... Falando um pouco do GRUPO IPIRANGA. O GRUPO IPIRANGA tem quatro mil duzentos e quarenta postos no Brasil, é uma rede importante, é uma rede que tem uma marca forte, é a segunda maior empresa do setor, ela só perde hoje para a rede da própria PETROBRÁS, para a rede da BR, a petroquímica tem uma capacidade de produção de 730 mil toneladas através da própria IPQ. É líder no mercado brasileiro de polietileno de alta densidade e compartilha com a BRASKEM o controle da COPESUL. Na verdade, isso aqui é um dado importante que precisa ser deixado claro, acho que algumas pessoas sabem, mas para todos a BRASKEM e a IPIRANGA já controlavam o grupo COPESUL. Embora a PETROBRÁS participasse do controle acionário das ações da COPESUL, o controle acionário era partilhado entre o grupo BRASKEM e o GRUPO IPIRANGA. Esses eram os controladores lá da COPESUL. E na área de refino, tem uma refinaria de petróleo mais antiga, uma refinaria que tem história no Brasil, a Refinaria IPIRANGA, tem uma pequena capacidade, 17 mil barris por dia, mas tem toda uma história, tem toda uma tradição no Brasil. Então esse grupo, é o grupo que foi objeto da operação, em 2006 a receita consolidada do grupo foi 30 bilhões de reais e geração de caixa da ordem um bilhão e um lucro de quinhentos e trinta e quatro bilhões. Então esse é basicamente o negócio que foi objeto da operação e cujo valor estimado desse negócio que aí está apresentado é da ordem de quatro bilhões de dólares. Por favor. O Projeto passa por várias etapas, uma etapa de adquirir as ações dos controladores, a ULTRAPAR faz uma oferta pública para a compra das ações ordinárias de

tergalong(F), depois tem uma oferta pública para fechamento da capital da COPESUL, a ULTRAPAR realiza incorporações das ações da CBPI, e finalmente a ULTRAPAR pega os ativos e repassa na proporção daquilo que foi combinado e foi acertado.

Na verdade, essa é uma operação que leva algum tempo, tem algumas etapas e que se estima que até o final deste ano estará concluída. [soa a campanha] Ok.

E por último, como é que ficaram os negócios? A distribuição de combustíveis, o GRUPO ULTRA consolidará as regiões sul e sudeste, a PETROBRÁS ficará com norte e nordeste e centro-oeste na parte de distribuição dos combustíveis, no setor petroquímico aquilo que está sendo comprado a PETROBRÁS ficará com 40% e o grupo BRASKEM com 60% dos ativos petroquímicos do grupo, e na área de refino de petróleo houve um acordo entre as empresas porque havia uma preocupação muito grande de todos com relação ao destino da refinaria e houve um acordo da empresa que nós deveríamos a participação em um terço. Cada um teria um terço para assumir a refinaria e manter essa refinaria operando com o compromisso de manter operando e mais, de estabelecer mecanismos, estudar mecanismos de dar uma viabilidade, de dar um novo destino, ampliar ou buscar outras formas para que se viabilize no longo prazo, a nossa refinaria, a refinaria da IPIRANGA.

Então, por conta disso foi criado, inclusive numa reunião com a presença do Senador Paulo Paim, a pedido dele também, a PETROBRÁS informou ao Senador que nós estaríamos construindo um grupo para estudar os destinos, estudar as alternativas que podem ser colocadas, e nesta reunião foi solicitado e foi prontamente aceito também pelo Diretor Paulo Roberto da PETROBRÁS naquele momento e pelos demais sócios na refinaria de que tivéssemos também participando do grupo a representação dos trabalhadores, a representação para que possamos juntos discutir como é que vamos estar encaminhando soluções para a refinaria.

Então, em linhas gerais, essa foi a operação. Os objetivos de um lado foi um grupo brasileiro querendo entrar na distribuição que era o GRUPO ULTRA, que queria entrar na distribuição, um grupo brasileiro que tinha várias famílias querendo vender a sua posição e dentro do lado da petroquímica um interesse de consolidação, de crescimento e de investimento no setor petroquímico motivo pelo qual houve então esse entendimento entre a BRASKEM e a PETROBRÁS no sentido de juntos fazerem esses investimentos. Então em linhas gerais essa que foi Srs. Senadores, senhores presentes, as motivações macro da operação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Nós agradecemos ao Sr. José Lima Neto, que é Presidente aqui por erro da Assessoria. Não foi meu. Me desculpe. Presidente do grupo petroquímico e fertilizantes, o petróleo brasileiro, PETROBRÁS, representando aqui oficialmente a PETROBRÁS.

Nós combinamos que será 10 minutos para cada expositor com a tolerância de mais cinco, se for necessário. Passamos a palavra de imediato ao Sr. Alexandrino de Alencar, Vice-Presidente de Relações Institucionais da BRASKEM. Se me permite, eu queria só primeiro anunciar a presença também do Sr. Gerson Medeiros, conselheiro representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da COPESUL e também registro a presença da FUP, Federação Única dos Petroleiros e do Sindicato dos Químicos Petroleiros da Bahia.

SR. ALEXANDRINO DE ALENCAR: Muito bom dia, Senador Paulo Paim, cumprimento os Senadores presentes, em especial a bancada gaúcha do Senado. Gostaria primeiro de iniciar apresentando a BRASKEM. A BRASKEM é uma empresa petroquímica, a maior empresa petroquímica da América Latina, é uma empresa brasileira, genuinamente brasileira e ela pauta desde a sua fundação em 16 de agosto de 2002 por uma transparência em todos os movimentos empresariais que faz, tanto é que naquela data nós divulgamos na imprensa o nosso compromisso público com a sociedade como um todo, e realmente é um grande diferencial e nós nos orgulhamos muito disso.

A BRASKEM ao longo desses quatro anos que ela existe ela tem crescido o faturamento dela 30% ao ano, e nós pretendemos, depois do ciclo dela, dela completar 10 anos, ela se tornar uma das 10 maiores empresas petroquímicas do mundo em valor de mercado. Temos a nossa estratégia, uma estratégia forte de crescimento, temos crescimentos normais em petroquímica como esse da própria aquisição do braço petroquímico do GRUPO IPIRANGA que com isso ela tem dois focos extremamente interessantes, primeiro a integração da primeira e segundo a geração petroquímica, modelo esse que foi... Que nós realizamos na Bahia com enorme sucesso e agora estamos fazendo no Rio Grande do Sul porque entendemos que vai dar uma competitividade muito grande, e o segundo aspecto é que a força do GRUPO IPIRANGA é numa especialidade que chama-se polietileno de alta densidade onde ele realmente tem o diferencial e isso dentro do nosso portfólio vai nos dar mais competitividade e não há menor dúvida que vai trazer um enorme benefício aos clientes e ao mercado brasileiro porque nós vamos trazer novas tecnologias e novos conhecimentos de mercado de modo que a indústria de terceira geração

que é a indústria realmente que está mais na ponta do cliente, tenha um fornecedor de alta qualidade, um fornecedor que possa competir internacionalmente.

Outro crescimento que nós vamos também, estamos fazendo, é crescimento de internacionalização da empresa. Nós temos um Projeto muito forte na Venezuela, nós deveremos em breve já andando com um Projeto de mais de dois bilhões de dólares na Venezuela de modo que nós possamos fornecer também graças ao nosso conhecimento técnico e tecnologia de se avançar e tornarmos cada vez mais uma empresa com musculatura de modo a competir internacionalmente.

Temos em especial no Rio Grande do Sul polietilenos e polipropilenos na Venezuela. É um pólo novo. É um pólo vindo de gás natural que é uma matéria-prima... Vai entrar junto com a PEQUIVEN que é a petroquímica venezuelana.

Outro foco que nós temos bem forte, em especial no Rio Grande do Sul é um Projeto chamado Gera-plast, que é um Projeto de estímulo à terceira geração, de atração de empresa de terceira geração no Estado. Porque no Estado do Rio Grande do Sul ainda até hoje só converte, só agrega valor em 10% da produção que tem no pólo petroquímico no Rio Grande do Sul e nós queremos ver se em quatro ou cinco anos a gente consegue chegar a 25% do pólo do Rio Grande do Sul agregando valor ao Estado gerando emprego ao Estado. Temos junto com a PETROBRÁS esse relacionamento forte, temos agora em 2008, ano que vem, estaremos entrando em operação em Paulínia, uma fábrica de polipropileno, onde nós temos a parceria com a PETROBRÁS, 60% BRASKEM, 40% PETROBRÁS onde também a própria refinarias que estão a montante do Projeto que é a refinaria de REPLAN vai estar agregando valor às cadeias dos produtos da PETROBRÁS e também vai se estar criando um novo pólo de modo a suprir o mercado brasileiro de cresce numa velocidade bastante interessante que o plástico cresce no Brasil três vezes o que cresce o PIB. Então ano passado nós crescemos o mercado de plástico aproximadamente 10%.

Então você de três em três anos você tem que estar construindo fábricas novas. Também para a informação de vocês, nos últimos quatro anos a BRASKEM investiu cerca de 2,5 bilhão de reais em projetos, em melhorias nas nossas fábricas e aplicações nas nossas fábricas e em saúde, segurança e meio ambiente também. Um investimento extremamente forte nisso aí. E agora com a aquisição do GRUPO IPIRANGA, nós já anunciamos um investimento no Estado do Rio Grande do Sul de 700 milhões de reais, esses investimentos serão ao longo dos próximos três anos, 2007,

2008 e 2009, com entrega de mais produtos, nós prevemos aumentar a produção de resinas em 280 mil toneladas, estamos prevendo também colocar mais um forno de eteno no forno de nafta na COPESUL, uma produção de mais 180 mil toneladas de eteno e que isso vai dar com outros co-produtos alguma coisa em torno de 750 mil toneladas de produtos como um todo, com investimento de 700 milhões de reais, um investimento altamente competitivo, e isso deve gerar um aumento de faturamento no pólo petroquímico do Rio Grande do Sul algo em torno de 1,5 bilhão de reais por ano. Ou seja, o Estado do Rio Grande do Sul terá além de novos investimentos, nova geração de riquezas. Em função desse nosso crescimento nos últimos quatro anos a geração de empregos na BRASKEM aumentou 25%, sempre com compromisso muito forte com as pessoas, e sempre com as pessoas tendo novos horizontes pelo crescimento e novos desafios. Quanto aos clientes, queremos dizer que nós estamos acompanhando fortemente o crescimento de mercado, o crescimento de novas aplicações, a BRASKEM ela tem orgulho de ser uma das empresas pioneiras na questão de inovação e desenvolvimento de novos produtos e quase todos eles desenvolvidos no pólo petroquímico de Triunfo onde nós temos a base tecnológica, temos mais de 180 pesquisadores trabalhando no pólo do sul, temos mais de 350 milhões de reais em investimentos em laboratórios em plantas pilotos, já depositamos mais de 154 patentes de tecnologia, sendo várias internacionais. Por favor, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. ALEXANDRINO DE ALENCAR: Microfone.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não é que eu queira intervir, apenas já para esclarecer. Esse investimento importante que os senhores têm no Rio Grande do Sul tem iguais no Brasil em outros lugares, em outros Estados? Investimento tecnológico?

SR. ALEXANDRINO DE ALENCAR: Não. No Rio Grande do Sul a concentração...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Nos outros Estados têm alguma coisa parecida?

SR. ALEXANDRINO DE ALENCAR: Muito pequeno. 90% eu lhe diria que está no Rio Grande do Sul. E com essa aquisição da IPIRANGA que também tem sua competência em inovação de tecnologia, eu acho que nós vamos criar uma massa diferenciada na questão de tecnologia. A BRASKEM já tem patentes em nanotecnologia que é um estudo avançado da tecnologia na questão de polímeros, e temos, e essas parcerias nós temos com as universidades locais, como a FAURGS, como a ULBRA, e realmente isso nos estimula muito.

E também eu gostaria aqui de deixar bem claro para vocês, principalmente o pessoal do Rio Grande do Sul, e acho que do Brasil como um todo, todos os compromissos que a IPIRANGA têm em relação a responsabilidade social e a projetos culturais serão mantidos, serão preservados, que nós entendemos que isso é de extrema importância para as comunidades que estão próximos desse ativos todos do GRUPO IPIRANGA. Eu queria deixar aqui com o Senador Paim [soa a campainha] e distribuir para os outros Senadores o nosso compromisso de crescimento, viu Senador, que foi divulgado nos jornais na segunda-feira, dia... Me lembra, Lima. Uns 10 dias atrás. 19. Foi dia 19. Eu vou circular para vocês. Que os nossos compromissos reais com o crescimento do Brasil, com o crescimento do setor e principalmente o que o meu antecessor Lima Neto comentou que o Brasil investindo no Brasil isso é de uma riqueza e uma profundidade, porque nós estamos mantendo no Brasil todo esse conhecimento e todo esse expertise que se tem e alavancando e crescendo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra ao Sr. Américo Genzini Filho, Diretor da ULTRAPAR Participações S/A, antes agradecendo ao Sr. Alexandrino de Alencar que é Vice-Presidente das relações institucionais da BRASKEM pela sua palestra. 10 minutos com mais cinco.

SR. AMÉRICO GENZINI FILHO: Bom dia Senador Paim, bom dia aos demais Senadores aqui presentes, aos demais representantes de classe aqui presentes. Primeiro lugar eu queria em nome do Presidente do GRUPO ULTRA, pedir desculpas que ele não pode vir a esta audiência por funções de outros compromissos inadiáveis, e pediu para que eu viesse representá-lo.

Para quem não conhece, o GRUPO ULTRA é um grupo também de controle e origem nacional, começou através da operação da companhia ULTRAGAZ que este ano completa 70 anos de existência. A companhia ULTRAGAZ hoje é líder na distribuição de GLP no Brasil, com 24% de *marketing cher*(F), atuando em todo o País exceto na região norte.

O segundo negócio relevante que o GRUPO ULTRA tem é a Oxiten, que é empresa que atua no setor petroquímico, uma grande cliente da BRASKEM, essa empresa foi fundada na década de 60 e ela se confunde com a história da criação e do desenvolvimento da indústria petroquímica no Brasil.

E o terceiro negócio que o GRUPO ULTRA tem é a Ultracargo que é um negócio menor, mas em franco crescimento, é um negócio de logística, tem terminais espalhados pelos portos brasileiros e também gerencia uma frota de caminhões para fazer transporte e cola-

borar com a logística de suprimento e de entrega das várias empresas brasileiras.

O grupo passou por uma fase inicial de reestruturação, a partir do início da década de 90, passou por uma fase de grande profissionalismo e de foco nesses três negócios principais. Em 99 nós fizemos a abertura do capital. E de lá pra cá nós buscamos fortemente oportunidades de crescimento. Tanto através de investimento significativos orgânicos, feitos nos negócios atuais, como buscando oportunidades de aquisições.

O ano passado o grupo faturou cinco bilhões de reais e teve uma geração de caixa da ordem de 500 milhões de reais. Nós empregamos hoje no País todo em torno de sete mil pessoas. Nessa busca por oportunidades de crescimento, olhamos oportunidades fora do Brasil, há dois anos tivemos a chance de comprar uma planta no México que é operada hoje pela Oxiteno, quando nós adquirimos a planta tinha praticamente 20% de capacidade do total da sua capacidade em utilização hoje nós já estamos com quase 70%. Então conseguimos implantar grande crescimento e também fizemos aquisição de uma empresa estrangeira que operava no setor GLP aqui no Brasil o que deu a ULTRAGAZ a oportunidade de crescimento. Nessa busca como eu vinha dizendo, buscamos oportunidades fora e dentro do Brasil. Quando surgiu a chance da IPIRANGA, já atuamos no setor de GLP algum tempo, temos um conhecimento bastante forte na logística de distribuição, temos um conhecimento bastante forte na gestão da rede de vendas, temos um conhecimento muito forte, bastante forte de como gerir um negócio ligado à distribuição, e como o GLP no Brasil tem apresentado um mercado maduro, com baixos percentuais de crescimento, então a IPIRANGA se apresentou pra gente com uma chance natural de crescer o nosso negócio, expandido o segmento de atuação dentro da área de distribuição. Essa foi a grande motivação para que nós comprássemos, tivéssemos o desejo e adquiríssemos a IPIRANGA.

Em paralelo à IPIRANGA, continuamos com investimentos bastante forte na Oxiteno e na Ultracargo, porque acreditamos que crescer não é uma escolha, mas é um imperativo. A única forma de poder criar mais oportunidades para as pessoas que trabalham na empresa e para todos os outros brasileiros tanto dentro do Brasil quanto fora é buscar alternativa de crescimento. As empresas que não crescerem certamente mais cedo ou mais tarde vão se transformar num potencial alvo de aquisição. A nossa grande motivação para aquisição da IPIRANGA foi esse. Como a IPIRANGA atua num setor que nós não atuamos, que é o de distribuição de claros, nós estamos na verdade agregando mais um negócio à estrutura da ULTRAPAR.

Então, não deverão haver grandes mudanças na companhia, com exceção de um maior incentivo e uma maior disposição de crescimento. Porque esse que é o nosso intuito quando nós fizemos a aquisição. Excluindo a BR, acreditamos que a IPIRANGA é a melhor empresa no setor de distribuição de claros. A marca é muito forte. Por coincidência eles estão fazendo também 70 anos este ano, então a IPIRANGA e ULTRAGAZ são duas marcas que estão na mente dos brasileiros e que nós pretendemos conservar e na verdade continuar a investir.

Os primeiros contatos que tivemos lá com o pessoal da IPIRANGA durante esse processo revela também uma empresa em excelentes condições operacionais com uma excelente qualidade de gestão. Portanto, estamos muito animados e acreditando que esse casamento de ULTRAGAZ e IPIRANGA dentro do GRUPO ULTRA, vai trazer grandes frutos aos acionistas da ULTRAPAR, aos acionistas da IPIRANGA e a todos os demais colaboradores. Então era isso que eu tinha a dizer e me coloco à disposição para qualquer questionamento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Então encerramos com essa fala a primeira Mesa. Eu convidaria aos três expositores que sentem aqui na primeira fila, e chamamos para a Mesa o Sr. José Marcos Olioni, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinaria de Petróleo do Rio Grande, SINDPETRO, e ao mesmo tempo também o Sr. Ângelo Carlos Martins e Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Comércio de Minérios Derivados de Petróleo, SINTRAMICO, e também o Sr. Carlos Heitor Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Petroquímicas de Triunfo, SINDPOLO, e também o Deputado Adão Roberto Rodrigues Villaverde, representando a Presidência da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Passamos, de imediato, a palavra... Eu só... Antes de passar a palavra ao Olioni, eu quero dizer que essa carta “Compromisso com o crescimento” eu vou pedir que fique anexada a essa Audiência Pública, como também um pronunciamento que eu acabei sintetizando, que vai na linha dos compromissos que as empresas e os trabalhadores assumiram na reunião que tivemos com os três Senadores, tanto no meu gabinete como no do Senador Simon que o objetivo foi o mesmo.

Então eu passo a palavra ao Olioni, que é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Indústria de Destilação e Refinaria de Petróleo do Rio Grande. Olioni, você tem 10 minutos com a tolerância de mais cinco.

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Presidente da Mesa, Senador Paulo Paim, muito obrigado por esse espaço. Ao nosso Senador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, satisfação revê-lo aqui, aos demais Senadores presentes, a todos senhoras e senhores presentes nessa Audiência Pública.

Bem, eu sou José Marcos Pinheiro Olioni, 32 anos de trabalho na refinaria de petróleo IPIRANGA, trabalhei como instrumentista industrial, projetista, desenhista técnico, laboratorista, administrador de dados, e responsável pelo setor de informática da empresa de 86 a 91.

Trabalhei também como assessor de produção no setor de utilidades. Todos saber, o setor de utilidades é um setor de extrema importância para qualquer parque fabril, onde produz energia elétrica para toda a fábrica. Produção de vapor de alta pressão, produção de ar comprimido, unidade de desmineralização que retira os minerais da água para que essa água possa virar vapor de alta qualidade. Então são unidades bastante complexa dentro da nossa Refinaria IPIRANGA, que até poucos dias vinha sendo tratada como uma refinaria de baixo nível, custo baixíssimo, mas parece que a coisa está mudando, graças a Deus. E eu tenho certeza que vai dar um bom casamento como o senhor disse na Assembléia Legislativa. Lhe falei que o meu coração era azul e amarelo. Lembra, né? [risos]. O senhor me disse que o seu coração era amarelo e verde. Se juntasse essas três cores daria uma excelente combinação de cores.

Nós temos certeza absoluta que esse casamento vai dar certo e nós vamos fazer daquela refinaria de novo um outro grupo, um grande grupo econômico a partir de lá. Pode ter certeza disso.

Fui assessor durante 10 anos do setor de produção das unidades de refino. Todos os números de refino de petróleo, gasolina, diesel, gás liquefeito de petróleo, óleos especiais, solventes especiais, gasóleos pesados, toda essa gama de produtos que vocês conhecem tão bem, todos esses números passavam por mim, inclusive as informações que eram transmitidas para a ANP ano a ano. Certo pessoal? Fui eleito Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Rio Grande, em setembro de 2006. Eu ia parar de trabalhar em dezembro, mas os colegas resolveram me levar esse cargo. E estamos aí para... Enfrentando essa dificuldade enorme, momentânea, mas que eu tenho certeza que essa tempestade logo-logo vai virar um sol de Caribe.

Bom, fui eleito com 70% dos votos da categoria, hoje tenho uma aprovação lá dentro de 95%, com certeza. Em seis meses de trabalho. É sinal que o tra-

balho que eu e o meu colega Claudemir, juntamente com toda a diretoria do sindicato dos petroleiros de Rio Grande está sendo bem feito.

Um histórico da Refinaria IPIRANGA. Falar da Refinaria IPIRANGA eu já tinha dito lá na Câmara, eu acho que mereceria ser tocado até o hino nacional, porque se vocês verem a data de fundação dessa refinaria, 7 de setembro de 37. Pô, 7 de setembro é a Independência do Brasil. O nome IPIRANGA, o que significa para os senhores presentes? Muita coisa. Não só esse conglomerado econômico que está aí, mas como o próprio nome diz, IPIRANGA, vocês todos sabem da história do Brasil, conhecem e diz muita coisa. E são pessoas de extremo pioneirismo, de extremo valor social. Creio nisso.

Tive a possibilidade de trabalhar com Francisco Martins Bastos durante 10 anos, considerado um dos 20 gaúchos do século passado. Tive a possibilidade de trabalhar também com Roberto Bastos Tellechea, falecido na década de 80, criador do... Fertilizantes do sul. Concorde Presidente? Como é o nome da empresa? Deixa eu ver... Era FERTISUL. Que foi vendida aí nos anos 90 para o grupo... Um grupo argentino BUNGE. BUNGE, né? E o BUNGE depois comprou a MANAIA(F) e assim foi, mas tudo surgiu ali com a FERTISUL.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Por gentileza, para nós que não temos conhecimento mais preciso do funcionamento. Você representa os trabalhadores...

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Perfeito.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Como também o Ângelo?

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Como?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O Ângelo é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores. Derivados de petróleo.

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: O Martins é lá do sindicato de Porto Alegre. Eu sou do sindicato lá da cidade de Rio Grande. 50 quilômetros de Pelotas.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mas é Sindicato dos Trabalhadores?

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Exclusivamente dos funcionários da Refinaria de Petróleo da IPIRANGA.

Bom, falar da Refinaria IPIRANGA até me deixa emocionado sob certa maneira, mas vou tentar não me emocionar muito.

A Refinaria IPIRANGA sempre se caracterizou desde a sua fundação por um relacionamento muito próximo com a comunidade. Em Rio Grande, local de

origem das empresas de petróleo IPIRANGA, o traço marcante da cultura da empresa está presente em inúmeras contribuições sociais, ligadas à área da saúde, educação, meio ambiente, atividades culturais e esportivas. A operação na Refinaria IPIRANGA reverte anualmente para a cidade do Rio Grande uma parcela significativa do imposto sobre mercadoria e serviços, ICMS. 30% do retorno de ICMS da cidade de Rio Grande, que nosso Prefeito Janir Branco esteve aqui na Audiência Pública na semana passada, nessa semana não pôde vir que a cidade está em festa, a festa do mar lá, e tinha uma série de compromissos, não pôde vir, mas 30% do retorno de ICMS do Município sai da IPIRANGA. É só para vocês terem idéia da importância da IPIRANGA para esse Município, que luta com extrema dificuldade. Que se não fosse a PETROBRÁS lá investindo no dique seco, para conserto de grandes plataformas oceânicas que agora parece que vão duplicar o dique seco para viabilizar a manutenção do maior número de plataformas, e também está sendo construído lá a P-53. É isso? P-53, que está esperando o navio Sete Belo que está chegando parece que da Ásia, é isso mestre? Sete Belo? Que vão ter que cortar as linhas de alta tensão que atravessa o canal de Rio Grande para São José do Norte para o navio poder passar porque a estrutura realmente é enorme, mas tudo isso é muito bom para a cidade, porque gera riqueza, gera emprego. Embora a maior parte desses trabalhadores que estão lá não são de Rio Grande, mas os trabalhadores da refinaria [soa a campainha] 80% são da cidade do Rio Grande e 20%--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para comunicar que o senhor tem mais 5 minutos.

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Só isso? [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós temos debate ainda.

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: E mais uns 20 da cidade de Pelotas. Vamos tentar ser mais breve.

Bom, a IPIRANGA também ajudou a criar a fundação da cidade Rio Grande hoje transformada na Universidade do Rio Grande. Hoje são os engenheiros e técnicos foram professores dessa universidade. Temos a maior... O museu oceanográfico mais completo da América do Sul. Um grande hospital cardiológico praticamente montado pela Refinaria IPIRANGA no último ano lá. O hospital que está prestando excelente serviço na área de cardiologia. Vai ficar curto o tempo, mas o colega pediu só mais 10 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foi combinado com todos 10, com a tolerância

de mais cinco, e depois nos debates a gente pode ir aprofundando. Você tem praticamente cinco minutos ainda.

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Tá bem. Esta escola de engenharia ela contribuiu muito com a formação da Universidade Federal. Só para ter uma idéia, a Refinaria IPIRANGA é a única refinaria do País que eu conheço que abre as suas portas para os estudantes de ensino técnico do País.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Abria, porque fechou.

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Ela está produzindo. Até quando não se sabe. As promessas são boas.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Tão bom que nem o senhor está falando...

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Vou tentar encurtar o trecho aqui porque não vai dar os 15 minutos. Já percebi. O Sr. Paulo Roberto Costa, Diretor de Abastecimento da PETROBRÁS, em resposta à Deputada Manuela D'Ávila, na última audiência na Câmara, na Comissão de Minas e Energia, no dia 28 de março citou: Nosso compromisso é de manter empregos existentes e com investimentos gerar novos produtos que agreguem valores. Já o JB, o Jornal do Brasil online, em reportagem do dia 20 de março de 2007, um dia após o anúncio de compra pelo consórcio, o Sr. Paulo Roberto Costa admitiu que a compra da IPIRANGA também resultou na aquisição de ativos que simplesmente não interessam à PETROBRÁS, como a Refinaria IPIRANGA. Que só não seria vendido ou simplesmente fechada por exigência das famílias vendedoras. Ainda segundo o repórter, tal exigência consta em um dos contratos assinado por volta das sete horas da manhã de segunda-feira, pouco antes da abertura do mercado de ações no País. Os petroleiros perguntam: Estão todos muito preocupados. E a categoria petroleira preocupada com essa declaração do Excelentíssimo Sr. Paulo Roberto questionam o representante da PETROBRÁS sobre a existência desses documentos, se existe esses documentos. Assinado. E se o mesmo existe, que seja trazido a público para conhecimento das partes interessadas, e se possível, que a cópia deste documento seja anexada à Ata desta importante Audiência Pública Presidenta pelo Senador Paulo Paim. Na mesma audiência da Câmara... [interrupção no áudio] Na tarde do dia 28 de março no gabinete do Senador Paulo Paim, o Sr. Paulo Roberto da Costa reafirmou com relação à Refinaria IPIRANGA, durante o período de transição, será criado um Grupo de Trabalho composto pelo consórcio de empresas compradoras e representantes da categoria que buscarão produtos alternativos com a finalidade de evitar

a sobreposição de produtos. Concordamos com tudo isso, mas o Sindicato dos Petroleiros questiona se o consórcio já está montado se esse Grupo de Trabalho e quando será apresentado à classe operária interessada. Quando consultarão o sindicato, a sua Diretoria, e quando esse grupo será levado à classe operária lá. Está bem, Dr. Neto? [soa a campainha] Mais cinco minutos? Um minuto só? Finalizando, Sr. Paulo Roberto da Costa disse nessa reunião o seguinte: Queremos ter uma refinaria cada vez mais competitiva e cada vez mais produtiva. Os postos de trabalho serão mandados nesse mesmo momento, mas a tendência é de aumento dos postos de trabalho. O trabalhador dedicado, competente, qualificado, vai ser mantido. Todos lá são extremamente competentes. Num determinado dia não tínhamos petróleo, o petroleiro atrasou, e só tinha fundo no fundo dos tanques. Os petroleiros do IPIRANGA processaram quatro tipos de petróleo diferentes no mesmo dia. E isso é competência. E acho que isso só é feito na refinaria de petróleo IPIRANGA lá no fim do mundo, na cidade do Rio Grande, ou onde inicia esse Brasil. Talvez lá inicia o Brasil.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu protesto contra o fim do mundo. Lá no início do Brasil, onde começa o Brasil.

[soa a campainha]

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Finalizando, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Um minuto para concluir.

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Muito obrigado. A refinaria limitada em sua capacidade produtiva por 60 anos, mas garantida a sua operacionalidade no mercado regional pelo então Presidente Getúlio Vargas na década de 50, confirmada pela Constituição Federal de 88. No entanto, a nova lei do petróleo criada em 97 com abertura total do mercado determinou que a Refinaria IPIRANGA deveria fazer investimentos que a tornassem mais competitivas. 60 anos parada no tempo, em quatro anos tinha que ser competitiva a nível de competir como Alberto Pasqualini. É difícil. É quase impossível fazer isso. Mesmo assim a empresa investiu em torno de 25 bilhões de dólares que talvez tenha sido o preço que os compradores tenham pago por essa refinaria nesse momento, não sei afirmar, não quiseram me dizer, mas tudo bem faz parte do negócio. Investiu 25 milhões de dólares, conseguiu duplicar a sua produção. Temos tudo que uma grande refinaria tem, naquela refinaria. Unidade de FCC, tratamento catalítico, quebra molecular das moléculas de carbono de gásóleo pesado, tudo que uma refinaria grande tem lá dentro. Só que foi proibida de crescer

durante 60 anos. Em cinco anos temos que produzir 200 mil barris de petróleo. É impossível.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V.Ex^a me permite?

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Diga, Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V.Ex^a está dizendo que as condições das refinarias são excepcionais. Por que então no meio dessa discussão, desse negócio que foi feito, ao invés de dizer que a refinaria vai ter uma análise futura para ver qual é o seu destino, e que as três empresas que adquiriram vão participar, porque é que a refinaria pura e simplesmente não passou para a PETROBRÁS, e a PETROBRÁS tocasse adiante, porque ela vai continuar isolada diante de um negócio todo que nem esse a PETROBRÁS ficasse com a refinaria.

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Isso seria o lógico, Senador. Essa posição do Senador Pedro Simon nós temos defendido no Município já desde a dada quando foi anunciado. Porque quem é que tem *know-how* em petróleo? É a PETROBRÁS, é a Refinaria IPIRANGA. E eles sabem como refinar petróleo. Nós temos defendido, mas existe o consórcio que a gente tem que respeitar. Os compradores estão aí. Embora tenha muitos negócios interessantes na cidade do Rio Grande, tanto para a BRASKEM--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meu amigo, Olioni, eu pediria que você concluísse, você está com quase 20 minutos.

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Eu vou concluir, Senador, me perdoe. Depois eu converso com os membros dessa Casa, se possível.

Bom, com o aumento... Aí veio a Lei de 97. Com o aumento da demanda do petróleo no mercado internacional, e sua elevação de preços gradativa, atingindo 75 dólares o barril e os preços dos derivados chegaram a 57 dólares. Porque também é impossível o brasileiro pagar mais do que isso. Ia ficar muito caro para o brasileiro assumir um custo maior do que isso, mas a IPIRANGA não tinha a mínima culpa dessa defasagem de 75 dólares o barril de petróleo que ela compra e vender os seus produtos a 57. Acho que todos Senadores aqui presentes concordam com essa lógica.

Então, há uma perda irreparável. E ela foi somando prejuízo de 100 milhões de reais em pouco mais de três anos. Talvez por isso tenha se sentido obrigada a vender o negócio.

Bom, Senador Paim, finalizando, nós do SINDIPE-TRO, Sindicato dos Petroleiros da Refinaria de Petróleo IPIRANGA entendemos que se durante esse período, 60 anos, 37 a 97, não foi nos permitido crescer, que

agora pelo menos o consórcio ou a PETROBRÁS não nos deixe morrer. Muito obrigado a todos, pessoal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu antes de passar a palavra ao Carlos Martins, eu queria registrar a presença entre nós de Heli Vieira Alves, Secretário de Projetos Especiais dos Sindicatos Químicos do ABC, e José Carlos Passoni, Diretor dos Químicos do ABC, e dizer também da nossa satisfação de estarmos aqui assistindo esse debate, acompanhando e vão participar do debate, Senador Simon, Senador Zambiasi que deu uma pequena saída e já volta, Senador Geraldo Mesquita Junior, Senador Flávio Arns e o Senador Cristovam que está se deslocando para cá.

Passo a palavra ao Ângelo Carlos Martins e Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Comércio de Minério e Derivado de Petróleo, SINTRAMICO.

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA: Bom dia Srs. Senadores. Quero saudar a Mesa, Senador Pedro Simon, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Flávio Arns, e o Senador Zambiasi que não se encontra, mas saúdo, gaúcho como todos que estão aqui.

Nesse momento eu gostaria de colocar, também saudar os meus companheiros da FUP, sindicalistas do SINDIPOLO que estão todos aqui para essa Audiência Pública que vem em muito boa hora chamada pelo Senador Paulo Paim nessa Comissão de Direitos Humanos. Pelos três Senadores do Rio Grande. É os Senadores do Rio Grande unidos pelas coisas do Rio Grande, pelas coisas do Brasil. Mas eu nesse caso, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Minérios e Derivados do Petróleo, estou falando em nome dos trabalhadores que estão naquela condição de que... Da distribuição dos derivados de petróleo no Brasil. Aonde se deu o grande mega negócio. Aonde uma nova parte entrou que é o GRUPO ULTRAPAR. Gostaríamos também de colocar que sendo dos derivados do petróleo, nós também representamos os trabalhadores da ULTRAGAZ, que pertencem a ULTRAPAR.

Então, nós temos condições de avaliar tanto o comprador como os que estão sendo comprados. E já digo de pronto de que a diferença é grande. E é muito grande. Trabalhar com a IPIRANGA é uma coisa. Trabalhar com a ULTRAGAZ é outra. Só que a ULTRAGAZ é derivado do petróleo, mas GLP. E agora está entrando nos claros. Espero que com outra política. Porque a política que é colocada no GLP não nos seduz neste momento, mas em momento nenhum nós gostaríamos estar aqui questionando a questão de um mega negócio de quatro bilhões de dólares. O que nós colocamos é de que num negócio dessa magnitude, se houver alguma questão, digamos, errada, com certeza o CADE

vai tomar conta. A CVM já está comanda conta das questões de vazamentos que houveram.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA: Porque a filosofia das empresas são diferentes. A filosofia da empresa IPIRANGA, como já colocou o companheiro Olioni, vem de uma filosofia humanista. Enquanto que a filosofia do GRUPO ULTRAPAR é capitalista selvagem. Essa é a questão.

Então, para nós trabalhadores, e eu venho aqui responder em nome dos trabalhadores, o que nós preocupa é essa questão. Como disseram de que foi um negócio de porteira fechada, e lá no Rio Grande a gente sabe o que é porteira fechada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA: Tem. Os donos das fazendas se reúnem...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É que o Lula não está deixando fazer nos Ministérios.

[risos]

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA: Exato. [risos] Então, quer dizer, os donos, os compradores, os fazendeiros vão lá e compram a fazenda com todo o gado que lá dentro está. Com todo o gado, utensílios... Nesse caso, os compradores foi um consórcio que comprou uma empresa, uma fazenda. E houve só uma questão entre o comprador e o comprado. No caso da fazenda, o gado com certeza não é ouvido. Porque gado não fala. Gado berra. Agora, no nosso caso, nessa porteira fechada, nós trabalhadores pego na calada da noite, no outro dia estava de dono trocado. Me pareceu que eu estava ante de 1888. Que se comprava escravos dessa maneira. Praça pública, coisa e tal... Agora tem outro dono. Os trabalhadores da IPIRANGA anoiteceram como IPIRANGA e amanheceram como ULTRAPAR. Foram consultados? Não. Agora eu vejo uma questão de que vai ter investimentos, vai ter um grande magnitude de verbas, de questões, que eu por enquanto estou questionando que é palavras, palavras, palavras. Quero ver prática, ação, documentos. E para que a gente saia daquela questão da ULTRAPAR com a IPIRANGA qual é a diferença eu estou dizendo. Essa é a diferença. Como será o futuro com o novo dono? O novo dono nessa nova questão, capital, tinha que vir para os representantes legítimos dos trabalhadores e colocar como é que pretende fazer, qual é a filosofia dessa questão. E falar da marca IPIRANGA, para nós gaúchos, sem ser, digamos assim, sem ter aquela questão do gauchismo, mas para nós a marca IPIRANGA é DNA. É nosso. Eles foram fundo numa questão sentimental do gaúcho.

Portanto, essa marca não foi construída só pelas cinco famílias. Essa marca ela foi construída por trabalhadores, sangue, suor, lágrimas, dias, noites... Como é que alguém pode da noite para o dia, vende sem a mínima questão, como no antigamente, porteira fechada. Eu quero que os Srs. Senadores, quero conquistar a mente, os corações e a alma de vocês para nesses sentimentos. Porque a forma do negócio nós trabalhadores sempre ficamos depois, como diria, pendurados no pincel. Quem me garante que a manutenção do emprego será feita? Quem me garante? Como? Hoje palavras, palavras. Amanhã eu quero ver. Quem me garante? Enquanto a gente está no calor ainda do debate, de repente vai sair do noticiário a questão da venda da IPIRANGA. Aí trabalhadores e donos vão ter que se enfrentar olho no olho. E até o momento a ULTRAPAR ainda não teve, não chamou sindicatos para fazer uma reunião de como será isso.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O emprego não está nesse compromisso aqui.

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA: O emprego não está aí. Não está. Diz que tem o compromisso com o crescimento, mas será que o crescimento vai ser, e os investimentos, na proporcionalidade da criação de empregos? Porque eu vejo dizer que teremos novas tecnologias, mas para nós, a nova tecnologia sem ser contra a nova tecnologia, mas pelo que campeia por esse Brasil afora, a nova tecnologia é desemprego. Já dizia Chaplin. Sois homens, não sois máquina. [soa a campainha] Então o que nós precisamos? Precisamos de emprego, o que é que nós precisamos? Precisamos de investimento, manutenção do emprego, ampliação do emprego, nesse sentido.

Então, nós gostaríamos de colocar nessa Audiência Pública, e eu gostaria de passar aqui para o Senador Paulo Paim e para o Américo o documento onde os três sindicatos, tanto do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e SIPETROL São Paulo, pedem uma audiência com o Pedro Wongtschowski, mas para que nós possamos de tudo aquilo que eles dizem na imprensa e que dizem nessas questões e que disseram no consórcio, venham realmente ser colocado.

Então, Srs. Senadores, queremos colocar nesse sentido de que o GRUPO ULTRAPAR, que por conhecer a ULTRAGAZ, nós temos essa dificuldade de como é que saber qual é a filosofia que será colocada agora. Porque tem o seguinte. A ULTRAPAR...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas é uma certa ingenuidade sua. Ela vai aplicar em Rio Grande, a filosofia que ela aplica na firma dela. Se ela já tem uma filosofia que deu certo e vai comprar outra,

ela não vai aplicar a filosofia daquela que vendeu. Vai ficar a filosofia da vitoriosa que é ela.

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA: É a teoria do dominador. Quem comprou é que vai fazer a filosofia, como eu conheço a filosofia da ULTRAGAZ, então vai ser a filosofia por baixo. Porque a IPIRANGA tinha uma filosofia, como disse, humanista, tinha uma questão direta com os trabalhadores, uma questão dos seus direitos--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Humanismo, tem gente que está falando que dos quatro bilhões percentual vai distribuir entre os trabalhadores. É verdade? Os quatro bilhões que a IPIRANGA ganhou, em percentual vai ser distribuído entre os trabalhadores que IPIRANGA ao longo dos tempos.

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA: [risos]. Senador, é Alice no País das Maravilhas, mas lá em 1937, está nos estatutos da antiga IPIRANGA, que 3% do líquido era distribuído para todos os trabalhadores. Agora eu gostaria de saber qual é a filosofia da ULTRAPAR. Qual será? Eu não vi numerar tantas questões que o companheiro colocou, mas como é que vai ficar os trabalhadores já aposentados? Que contribuíram, que estão aí, que deram o seu sangue? Como é que vai ficar essa questão dos trabalhadores que ainda estão na ativa? Os companheiros--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O senhor poderia dar uma olhada como estão os antigos funcionários da VARIG.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos permitir que o nosso companheiros termine a sua exposição e depois nós teremos o debate.

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA: Então nesse sentido o que nós gostaríamos de colocar é de que a preocupação dos trabalhadores é de extrema importância, de que o GRUPO ULTRAPAR venha fazer aquela questão olho no olho para com esses compromissos. E nesse sentido, eu falava dos aposentados, eu falava das questões da Fundação Martins Bastos, de todas as questões de investimento em educação, que simplesmente dizem que vão continuar, mas aonde tem essa garantia que vão continuar? Por causa que na IPIRANGA tinha duas IPIRANGA. A DPPI e a CBPI. A DPPI tinha o controle todo no Rio Grande do Sul. Agora, a ULTRAPAR já disse: Centralizado tudo em uma só, e escritório vai ser no Rio de Janeiro. Ótimo, Rio de Janeiro. Agora, como é que vai ficar os investimentos no Rio Grande do Sul? Porque falar--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Se as empresas forem para Bahia, para o Rio de Janeiro, como é que vai ficar a questão do imposto de ICM no Rio Grande do Sul? Nós vamos perder...

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA: Então, Senador, essa é a nossa preocupação. Não só com os trabalhadores, mas com a comunidade, mas com as questões do Rio Grande que tanto está precisando. E nesse momento, nesse sentido, eu concluo dizendo que gostaríamos de que as palavras se tornassem ação. Porque senão vamos ter a mesma questão do 1888. Só palavras, palavras, e inclusão se viu que passou 120 anos e ainda não fomos incluídos.

Então, o consórcio que aí está, e eu só gostaria de falar que o norte, nordeste e o centro-oeste está em calmaria. Por causa de quê? Ficou com a PETROBRÁS. Ali a questão é outra. Mas, o sul e o sudeste, ficaram com a ULTRAPAR. Eu não entendi muito essa partilha que houve, mas a preocupação nossa com o sul e sudeste e que PETROBRÁS com o norte e centro-oeste está em Estado de graça. Agora, nós do Rio Grande do Sul--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Um minuto para concluir, Martins.

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA: -estamos na luta e fico à disposição para todos os Senadores para poder colocar mais as preocupações dos trabalhadores com o seu emprego e ampliação dos mesmos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero também registrar a presença aqui conosco do Senador Zambiasi que já voltou, Senador Cristovam e a Senadora Serys Slhessarenko, e passo de imediato a palavra ao Dr. Carlos Heitor Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Petroquímicas de Triunfo, SINDIPOLO. 10 minutos com a tolerância de mais cinco.

SR. CARLOS HEITOR RODRIGUES: Primeiro lugar quero cumprimentar os participantes dessa audiência, os representantes das empresas BRASKEM, PETROBRÁS, o GRUPO ULTRA, os companheiros sindicalistas que estão aqui, o pessoal do ramo químico que veio da Bahia, da FUP, de São Paulo, que vêm acompanhando como vinha acompanhando o processo anterior de troca de ativos entre a PETROBRÁS e a BRASKEM, um processo que se alongou ao longo de um ano, mobilizações e muito debate, agradecer aqui especial Senador Simon, Senador Zambiasi e Senador Paim por terem solicitado essa audiência. Os outros Senadores, Senador Flávio Arns, Geraldo Mesquita, Serys Slhessarenko, Senador Cristovam Buarque é que estão aqui prestigiando esse debate e acompanhando. Aos companheiros de Mesa aqui, Deputado Adão Villaverde, e o Martins lá do SINTRAMICO, e o companheiro Olioni, lá dos petroleiros de Rio Grande.

Quero inicialmente dizer que a gente vai estar apresentando aqui, a gente tem o material que vê se o

pessoal da secretaria tem condições de distribuir, onde tem ali mapa do pólo petroquímico, como está, como é que vai ficar, e esse aqui... Como é que vai ficar, a produção de petroquímicos em nível nacional que vamos estar falando por aqui, a questão do emprego e outras questões. Então queria saber se o pessoal tem condições de dar, distribuir para o pessoal que estiver interessado.

Bom, essa negociação que houve, ela aponta, digamos, para um rumo que vinha sendo anunciado já pela PETROBRÁS e pelo Governo Lula já a partir de 2002, final de 2002, que é um aumento da presença da PETROBRÁS no setor petroquímico. Com isso, efetivamente a PETROBRÁS aumenta significativamente sua presença no setor. O nosso... A nossa grande preocupação e o nosso grande questionamento é que nesse caso nós não imaginávamos que esse aumento pudesse significar, permitir que a maioria do setor petroquímico, com esse passo que foi dado, fosse controlado, digamos assim, pelo GRUPO ODEBRECHT, que controla a BRASKEM, fosse controlado o setor a partir do momento que já tem o controle do pólo petroquímico baiano e com isso passa a controlar o pólo petroquímico do Rio Grande do Sul.

Então, acho que primeiro a gente colocar o seguinte, o pólo gaúcho tem nove empresas. Nesse momento, nesse passo que foi dado está a unidade da IPIRANGA Petroquímica, e a fatia que a IPIRANGA tem na COPESUL, 30%. Então essa unidade e 60% são distribuídos, já foi colocado aqui, só resgatando, 40% da PETROBRÁS e 60% da BRASKEM. Mas a PETROBRÁS tem ainda no pólo petroquímico entre essas novas empresas, duas empresas. A INOVA que é ligada a PETROBRÁS ENERGIA na Argentina e a Petroquímica Triunfo. Que é ligada à PETROBRÁS aqui e a PETROQUISA. E a BRASKEM também têm duas unidades lá no pólo petroquímico, duas fábricas. Na verdade, são várias unidades entre cada fábrica. Tem duas fábricas no pólo petroquímico gaúcho que é a antiga PPH para quem é do sul lembrar isso aí. E a antiga POLIOLEFINAS. E o passo segundo, vamos dizer, de todo esse processo que foi colocado aqui pelo Presidente da PETROQUISA, será agregar essas empresas à COPESUL. Aí significa o seguinte, que as cinco maiores empresas, e essas são as cinco maiores empresas do pólo petroquímico ficarão todas sob o controle da BRASKEM, vamos dizer, com cerca de 60% de participação, e a PETROBRÁS com cerca de 40%. Esse seria o formato final que está detalhado inclusive no mapa, material para quem quiser acompanhar mais detalhadamente.

No pólo petroquímico têm 2.500 trabalhadores diretos, 3.500 trabalhadores indiretos. Cerca de 85% dos

diretos, vamos dizer, dos 2.500 diretos, 2.200 estarão nesta empresa, digamos, essa nova empresa que será a fusão dessas empresas conforme está sendo anunciado. Então nós estamos questionando aqui além da questão da concentração, achamos que a concentração... Se toda discussão que havia anteriormente na época das privatizações era criticada a concentração da petroquímica, do petróleo e de outros produtos era criticada na mão do Estado Brasileiro, nesse caso nas mãos da PETROBRÁS, e por isso tinha que privatizar, tinha que diversificar, permitir a livre concorrência, isso que está acontecendo é justamente aquilo que na época era criticado, ou seja, hoje está sendo permitido o monopólio à concentração nas mãos do grupo privado, no caso a BRASKEM controlado pelo GRUPO ODEBRECHT. Então o que significa isso aí? Significa que 70, 80% dos produtos petroquímicos brasileiros serão produzidos por esse grupo econômico. Quero fazer minha parte das palavras de licença para o Martins aqui, da mesma forma que o Martins trabalha e conhece o perfil do GRUPO ULTRA, nós conhecemos o perfil da ODEBRECHT e da BRASKEM. A gente fala ODEBRECHT porque a BRASKEM é uma empresa criada recentemente, possivelmente desconhecida de muitos. Agora, a ODEBRECHT é bem conhecida, trabalha na área de construção, essa coisa toda. E a referência que nós temos e aí está a nossa principal preocupação, é o que aconteceu lá na Bahia quando foi criada a BRASKEM em 2002. Naquela oportunidade, entre os empregos que foram reduzidos, vamos dizer, cortados os postos de trabalho na Bahia, em Alagoas e Rio Grande do Sul, foram cerca de 2000 postos de trabalho. Além disso, questão de um ano, um ano e pouco, a BRASKEM cortou unilateralmente um plano de Previdência complementar dos trabalhadores, pessoal que já tinha isso cerca de 20, 30 anos, estava prestes a pegar essa complementação, ela unilateralmente cortou esse plano de Previdência e impôs sem qualquer debate, qualquer discussão o seu plano que é o Odeprev com características totalmente distintas daqueles que existiam anteriormente.

Então essa é a nossa discussão, o nosso debate. Está sendo anunciado, estão sendo anunciados investimentos no Rio Grande do Sul. Investimentos cerca de 750 milhões de reais. Hoje a COPESUL porque ela já tem disponível pelo BNDES, pelo que ela tem em caixa e em estoque, chega a cerca de 900 milhões de reais. Estão sendo anunciados 700 nos próximos três anos, 750 nos próximos três anos. Quer dizer, nós estamos pegando uma empresa, a COPESUL, que tem cerca de 900 milhões disponíveis.

Então, só chamar atenção para esses números. Com relação aos empregos, pessoal, o que significa...

Qual é o peso de uma folha de pagamento com encargos de salários, empresa do setor petroquímico, ou essas empresas que estão envolvidas no negócio? Na COPESUL, tendo como referência, o ano de 2006 a folha de pagamento com encargos e salários deu 1,8% do faturamento bruto. 1,8 do faturamento foi desembolsado, vamos dizer assim, com salários e encargos. No setor petroquímico, ou nessas empresas envolvidas aí, esse valor varia em torno de 3%. E a gente tem visto muitas vezes os cortes e cortes profundos, é uma coisa que tem esse impacto.

Então, o nosso debate aqui é o seguinte, nessa discussão a questão do emprego nós temos claro e queremos deixar bem expresso aqui para os Senadores, Senador Paim, Senador Simon, outros Senadores que estão acompanhando, Senador Zambiasi, que o debate, as interlocuções que vão ser necessárias nesse processo, vão ter que ser de muita franqueza, muita transparência e muita seriedade. Muita seriedade. Nós não vamos nos iludir aqui conforme citou o Senador Simon com o perfil de uma empresa que possivelmente de uma hora para outra possa estar mudando seu perfil de gestão, seu perfil de tratamento aos trabalhadores.

Então, para nós essa interlocução, todas as interlocuções que nós tivemos que ter e vamos ter, para esclarecimentos, não os esclarecimentos que são possíveis inclusive de tornar público, como está sendo trazido aqui. A gente sabe de algumas questões que não são possíveis tornarem público, que essas interlocuções têm que ser necessária e obrigatoriamente, Senadores, com o sindicato, como nós estamos falando do setor petroquímico, [soa a campainha] nesse caso está distinto da refinaria e da questão da distribuição, com o sindicato, ou seja, com os trabalhadores, mas com as duas empresas juntas. Com a PETROBRÁS e com a BRASKEM. Porque a BRASKEM, como já citou aqui em linhas gerais, ela tem um perfil, ela opera, ela funciona historicamente, já desde a ODEBRECHT, numa frequência, vamos dizer assim, numa frequência. A PETROBRÁS funciona na outra frequência. E nós não podemos estar conversando como nós conversamos com a PETROBRÁS quando foi anunciada a negociação no dia 19 de março onde a PETROBRÁS por um lado sinalizava discutir, ver a questão de manutenção dos postos de trabalho.

Por outro lado, ao mesmo tempo que o Presidente da BRASKEM anunciava publicamente que os empregos seriam mantidos, seriam ampliados com investimentos, em reunião que nós tínhamos com representantes da BRASKEM nos era dito que as demissões seriam inevitáveis. Então para que a gente fale e trate o tema numa mesma frequência, tem que

estar, quero reiterar aqui, PETROBRÁS e BRASKEM discutindo com o sindicato. Porque nós temos certeza que a partir daí nós teremos um outro padrão, um outro patamar de interlocução e de garantias.

Um outro questionamento que a gente tem feito, que está muito centrado na questão da IPIRANGA, na compra do grupo, não é falado nas unidades que a BRASKEM tem lá no pólo, que já está sendo anunciado, o que é que vai ser feito, não é falar das unidades que a PETROBRÁS tem lá no pólo, a INOVA e a Petroquímica Triunfo, mas tem outra questão também que está esquecida. A PETROBRÁS tem na BRASKEM em nível nacional 10% de participação. E se vai haver a incorporação dos ativos da PETROBRÁS lá no sul à futura empresa que vai ser criada, acreditamos deva ser mantida a COPESUL dentro daquela mesma lógica que vem sendo tratada a questão da IPIRANGA, se vai ser incorporada os ativos da PETROBRÁS, nós defendemos, fizemos um apelo para que também seja incorporado esses 10% que a PETROBRÁS tem na BRASKEM. O que significa para que seja entendido? A COPESUL é um ativo pegando os números de balanço das empresas, aproximado, que equivale cerca de quatro bilhões de reais. A BRASKEM também pelos números divulgados pelas empresas vale cerca de oito bilhões de reais. 15% que a PETROBRÁS tem na COPESUL que tinha, significa cerca de 600 milhões. 10% na BRASKEM valem cerca de 800 milhões. Só que a fatia do lucro ou do resultado da... Que a PETROBRÁS tem na COPESUL em relação à fatia que ela tem no resultado da BRASKEM em nível nacional são totalmente desproporcionais. Para se terem uma idéia, com relação ao resultado de 2006, a COPESUL tinha resultado líquido de 664 milhões de reais. Se fosse distribuído, vamos dizer, não é assim que acontece, mas se fosse convertido tudo isso em dividendos, e distribuído para todos os participantes, a PETROBRÁS dessa fatia teria mais de cem milhões de reais. No caso da BRASKEM que teve 82, olhe bem, 8 bilhões com resultado líquido de 82 bilhões. Ou seja, só o resultado total da BRASKEM é inferior à participação que a PETROBRÁS teria na COPESUL. E nesse caso a PETROBRÁS teve na BRASKEM usando a mesma relação teria cerca de 800 milhões. Então, essa... Aliás, desculpe. Oito milhões. Já que foi 82.

Então, esse é o questionamento. Eu acho que os Parlamentares, as sociedade, têm que questionar, sim. A PETROBRÁS tem que voltar, está voltando firme para o setor petroquímico. Acho que a PETROBRÁS foi que criou o setor petroquímico, foi que alavancou já a partir da década de 60, ela tem um papel fundamental, sempre teve um papel fundamental porque ela é que tem o refino, ela que tem a pesquisa, ela que

tem a prospecção de petróleo, ela é que a principal fornecedora da matéria-prima da nafta e do gás, então ela tem que ter uma participação expressiva. Agora, esses 40% que ela vai ficar nesse negócio que esta sendo fechado, não pode significar que a PETROBRÁS deva estar subordinada aos interesses da BRASKEM. A PETROBRÁS tem que estar ativa na gestão desse negócio. Com participação ativa e representativa no Conselho de Administração e também com participação ativa e representativa na direção da empresa que venha a ser criada. E esta--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Cada um terá a participação referente ao capital. Um 60% e outro 40%.

SR. CARLOS HEITOR RODRIGUES: Ok. Entendido. O Senador coloca o seguinte: Que ela tem 40, a outra tem 60%. [soa a campainha] Nós achamos que elas têm que ter no mínimo uma participação relativa ao seu percentual na sociedade, porque sequer isso está garantido, e estamos defendendo que esses 10% que ela tem na BRASKEM seja incorporado para que seja ampliada essa participação. Porque ela possa efetivamente estar incidindo. Porque pode ter sim, e a PETROBRÁS tem essa capacidade até pelo que ela significa para o País, regras de veto e de algumas iniciativas de impedir que o mal maior possa acontecer para o setor petroquímico, e o principal, para os postos de trabalho no pólo petroquímico e para a manutenção do direito dos trabalhadores. Que hoje, enquanto que a sociedade gaúcha, e eu estou concluindo, Senador, enquanto que a sociedade gaúcha, parte da sociedade do povo brasileiro está vendo com muita euforia e com muito entusiasmado essa negociação que envolve quatro grandes grupos econômicos ULTRA, PETROBRÁS, BRASKEM e o GRUPO IPIRANGA, com muita euforia, muito entusiasmado, hoje está sendo tratado isso na imprensa e tudo, os trabalhadores do pólo petroquímico isso não há nenhum exagero, eles vivem um ambiente de extrema angustia, de extrema angustia e de apreensão com relação ao que está aí. Até o momento ninguém tem qualquer garantia de que aqueles postos de trabalho lá no pólo petroquímico serão mantidos, de que os direitos conquistados ao longo dos 20 e tantos anos, quase 30 anos desde a pedra fundamental do pólo petroquímico, aliás, mais de 30 anos, Fundação da COPESUL vão ser mantidos. Então nosso apelo aqui para que os Senadores, para quem está acompanhando esse debate, para quem está acompanhando fora daqui o que vai ser publicado, porque as empresas que a BRASKEM e a PETROBRÁS mantenham o que vem sendo dito publicamente e que garantam, que assumam aqui nessa audiência o compromisso que as interlocuções que ti-

verem que ocorrer para esclarecimento e para outros encaminhamentos sejam BRASKEM, PETROBRÁS, e Sindicato dos Trabalhadores do pólo petroquímico do Rio Grande do Sul. Muito obrigado aos senhores, muito obrigado Senador Paim, muito obrigado Senador Zambiasi e Senador Simon por ter tido a iniciativa dessa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Antes de passar a palavra para o representante da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Adão Villaverde, que é o Vice-Presidente, eu quero mais uma vez registrar a importância desse debate com a presença aqui do Senador Simon, Mesquita Júnior, Flávio Arns, Zambiasi, Senador Cristovam, Serys Slhessarenko, João Pedro, Renato Casagrande, Cícero Lucena e Rosalba Ciarlini. A pronúncia final que eu fico aqui Rosalba. Então passo a palavra nesse momento ao Deputado Adão Villaverde, representando a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul que tem acompanhado todo esse debate.

DEPUTADO ADÃO ROBERTO RODRIGUES

VILLAVERDE (RS-PT): Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon, Senador Sérgio Zambiasi, em seus nomes eu quero saudar a Senadora, e os Senadores. Quero também saudar as representações de trabalhadores, O Olioni, que representa o Sindicato de Petroleiros de Rio Grande, o Ângelo o SINTRAMICO, o Heitor que preside o SINDIPOLO, lá no pólo do Rio Grande do Sul, e queria também saudar os três representantes das empresas que participaram da primeira Mesa, Dr. Américo Filho, o Dr. José Lima Neto e o Dr. Alexandrino de Alencar. E também saudar conjunto de representações do ramo químico que aqui se encontra.

Queria, Senador Paim, em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, primeiro evidentemente agradecer o convite e essa iniciativa tomada pelos três Senadores pela dimensão e pelo significado que têm esta aquisição do GRUPO IPIRANGA por essas três empresas, a PETROBRÁS, a BRASKEM e a ULTRA, e, sobretudo, AS suas repercussões no Estado do Rio Grande do Sul. Eu acompanhava, Senador Mesquita, logo de início uma primeira pergunta que o senhor fez ainda quando o Olioni falava, porque a aquisição do GRUPO IPIRANGA teve o que já deu para perceber pelas falas teve repercussão em três grandes áreas, digamos, do setor no Estado do Rio Grande do Sul. O refino de petróleo, o setor petroquímico, que é o pólo, o refino lá em Rio Grande, o pólo lá em Triunfo, e a distribuição de combustíveis na região metropolitana na região sul conforme foi referido aqui já pelos representantes na região sul do País. Então tem uma repercussão muito forte no País. E, portanto, nós na Assembléia Legislativa já realizamos duas ou

três audiências, reuniões com os trabalhadores, com as empresas, e a posição da Assembléia nem poderia ser diferente, de ao mesmo tempo entender e compreender, digamos, por que é que se realizou esta aquisição, mas do ponto de vista dela e do Estado do Rio Grande do Sul, nós temos um olhar, uma visão, imagino os três Senadores, os trabalhadores lá do Estado e nós da Assembléia Legislativa vamos dizer assim uma dupla preocupação, uma dupla questão, digamos, que nos mobiliza. A primeira delas é isso, é que se a aquisição por um lado ela for importante, ela tem que vir acompanhada de investimentos lá no Estado do Rio Grande. Dr. Alexandrino referia, por exemplo, esse tema da parte de pesquisa e desenvolvimento, que aliás é a minha área. Isso é uma área importantíssima. Essa é uma área, por exemplo, que se a gente desloca lá no Estado do Rio Grande do Sul, tira a inteligência, o conhecimento, etc, etc. Agora é natural, evidentemente, que os trabalhadores se preocupem e é correto isso, nem poderia ser diferente, com o tema, Heitor, direto, enfim, da questão de garantia de empregos. E mais do que isso, suponho, que mais do que isso, não só garantia como querer evidentemente ampliar empregos lá no Rio Grande do Sul. O Senador Simon já referiu num dos seus pronunciamentos, clássicos, ele sempre dá um ou dois recados, mas a questão do ICMS que é uma preocupação central. Nós já estamos preocupados com essas questões.

Então quero dizer primeiro o seguinte, para nós é fundamental que esse tema tenha vindo para cá, tenha vindo para Câmara e a iniciativa dos senhores é extremamente importante. Agora, o que eu queria referir que acho que é o principal que a gente vem apanhando já dos debates que fizemos lá e cremos que esse é um pouco o sentido dessa reunião hoje nessa Comissão. Eu acho que lá na Assembléia Legislativa a Câmara e principalmente esta Comissão no Senado pelo peso que ela tem, ela pode ser um ponto de encontro, um espaço importantíssimo, aonde a gente pode fazer um conjunto de debates, afinar questões, e, sobretudo, construir o que é possível de acordo e de relações que a gente possa pactuar e criar condições de garantias de um lado que esse tipo de aquisição possa se realizar num ambiente minimamente razoável, que possa criar as condições de crescimento e desenvolvimento para o Estado do Rio Grande do Sul e para a região, evidentemente que para nós a entrada da PETROBRÁS nesse processo é muito importante. Agora, de outro lado também dar as garantias mínimas, enfim, para os trabalhadores. Porque eles são diretamente interessados nesse processo. E nós temos certeza, ainda que muitas vezes possa parecer, enfim, de que a gente sabe como é que é... Qual é o papel, enfim,

que os trabalhadores tem, né Martins, num momento desse. A gente sabe o papel dos trabalhadores. Muitas vezes uma defesa afirma, enfim, de manutenção de posto de trabalho pode até passar uma idéia de que não está vendo o tema geral, evidente que esta vendo o tema geral, mas na condição que eles estão ali no sindicato sob pressão, movimentos fortes lá, a gente tem que reconhecer que também esse é o papel que os trabalhadores têm que fazer.

Então, nós da Assembléia Legislativa, Senador Paulo Paim e Senador Sérgio Zambiasi e Senador Simon e demais Senadores e Senadoras, nós temos que criar esse espaço aqui, que é um espaço forte de influência, de muito peso, como sendo esse espaço para a gente fazer construções necessárias, algumas questões são do mercado, são da natureza das relações comerciais, etc, etc, não são determinadas por nós, Senador Sérgio Zambiasi, são determinadas por outras relações, mas outras podem ser determinadas por nós. Outras podem ser determinadas por relações políticas, pelas relações trabalhistas, pelas relações enfim de diálogo entre os setores que vão conviver junto nesse processo. E nós achamos que esse espaço tem essa dimensão e esse alcance. E é nesse sentido que nós nos colocamos. Essa é a posição nossa, inclusive de Mesa, de presidência, e de Mesa da Assembléia Legislativa não poderia Alexandrino e demais representantes de empresa, ser diferente desta posição, mas de qualquer maneira a gente quer trazê-la, Senador Simon, como sendo uma posição que a gente quer partilhar aqui com o Senado e sabe que essa é a opinião, visão e compreensão que o Senado tem. O senhor, sobretudo, que teve papel importante na época da questão do pólo lá. Na questão de um grande líder lá do Estado.

Então, nós queremos trazer isso aí, nos colocarmos à disposição e Senador Paim, mais uma vez reiterar, agradecer a todos os Senadores particularmente aos nossos Senadores que tiveram essa iniciativa, agradecer a todos, Senadores e Senadoras que terão evidentemente a compreensão de entender e compreender o significado, o alcance as repercussões, dessa aquisição ao Estado do Rio Grande do Sul para que a gente possa trabalhar de forma concertada, digamos, a construção enfim, dos resultados dessa solução. É isso, Senador, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós vamos agora... A partir desse momento vamos para as inscrições dos Senadores e Senadoras. Por uma questão de espaço aqui na Mesa eu pergunto aos nossos outros três convidados e eles podem responder do local que se encontram. Quando for o caso. Porque não tem como. Não tem como colocar

todos na Mesa. Eu gostaria de colocar os três aqui. Se for materialmente possível, eu... O Senador Simon faz um apelo aí para nossa Assessoria se é possível que eles... Se juntar mais as cadeiras. Então vamos fazer aqui um H aqui, atendendo ao nosso Senador Simon, ex-Governador do Rio Grande do Sul. Simon faz um apelo para que os nossos três convidados da ULTRA, BRASKEM e PETROBRÁS... Vamos aproximar dentro do possível. É possível? Deu para... Opa.

Então, a partir desse no momento nós vamos para o debate. Estão inscritos aqui Senador Simon, Senador Mesquita, Senador Flávio Arns, e eu inscrevi o Senador Zambiasi também já. O Senador Zambiasi está aqui. Senador Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, Srs. Senadores, prezados convidados, eu acho da maior importância essa reunião. Eu pediria, Sr. Presidente me permitisse fazer um pequeno histórico. Nos parece importante. O Rio Grande do Sul vive uma hora muito difícil. Há uma unanimidade no Rio Grande do Sul que nós chegamos num estágio onde nós temos que ver o nosso futuro. Não é mais isso, está abrangendo todos os partidos e todos os setores da sociedade. Parece que nós tivemos um tipo de desenvolvimento que atingiu seu topo, se esgotou. E nós temos que buscar o nosso rumo. Isso vem sendo discutido há muito tempo. Até o nosso companheiro repetiu uma expressão que é mais ou menos o que se disse no Brasil durante cem anos, "lá no fim do mundo". Porque vai ter pólo petroquímico no Rio Grande do Sul. Mas para que ter pólo petroquímico no Rio Grande do Sul? Rio Grande do Sul não tem petróleo, não tem... Uma refinaria dessas... O Rio Grande do Sul não tem mineiro, não tem consumo. Quando o Delfin disse isso para ele: "Pena Ministro Delfin, que o senhor não foi Ministro lá no Japão. Porque o Japão seria um conjunto de ilhas vulcânicas". Mas então tudo foi muito suado no Rio Grande do Sul. Tudo foi muito suado. Embora o Rio Grande do Sul tivesse um espírito pioneiro. Quando nós criamos a VARIG, foi uma coisa fantástica. Quer dizer, não tinha nada. Foi uma iniciativa, não tinha nada, foi uma iniciativa... Lá em Uruguaiana, quer dizer, se criou uma empresa de aviação que se transformou num exemplo para o mundo inteiro. Uma empresa, aquilo que o trabalhador falava, que era uma comunidade de trabalhadores organizada em cooperativa. E foi talvez considerado uma das maiores empresas mais modernas do mundo. E está numa posição excepcional quando vem o Presidente da República e faz uma maluquice. Que se vocês forem na Inglaterra, a empresa de transporte para o exterior é uma estatal. Na Inglaterra, é uma. Nos Estados Unidos é uma, na França é uma. No Brasil depende do Governo liberar. E a VARIG que tinha um

plano espetacular e se transformou na empresa mais moderna, mas luxuosa porque era São Paulo, Nova York era um dos postos que dava mais rendimento no mundo inteiro de aviação. De repente abriram. Então a TRANSBASIL montou uma viagem de Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Washington e Nova York. Pela metade do preço que botaram da passagem da VARIG. Então foram levando, foram levando, foram levando. O Governo quebrou a VARIG. E o meu amigo Lula terminou de enterrar. Isso é um negócio que vai ter uma CPI para provar. Isso é um escândalo. Uma imoralidade. Essa empresa que comprou, é a primeira vez no mundo que uma empresa de ônibus compra uma empresa de aviação. A empresa de ônibus de repente é dona de uma empresa de aviação, a mais moderna do mundo. Então nós sofremos isso. Quer dizer, agora foi lá a nossa querida Igreja Universal e compra um Correio e a Rádio Guaíba, TV Guaíba. Três marcas tradicionais na nossa história, na nossa biografia, Correio do povo no mundo, no Brasil inteiro tem o seu nome. De repente não é nosso. Perdemos o controle.

Então, são coisas que estão nos marcando. Coisas difíceis que estão nos marcando.

Então, esse problema já iniciou lá no início. Para nós ter Aços Finos em Piratini foi uma guerra. Foi uma guerra. Porque o Governo não admitia indústria de aço no Rio Grande do Sul. Não tem minério, não tem consumo, não são coisa nenhuma. Nós conseguimos os Aços Finos em Piratini, o Rio Grande do Sul, com o seu dinheiro, construiu Aços Finos Piratini. Ela construiu sem um tostão do Governo Federal. Chega uma determinada altura ela foi construída para 450 mil toneladas. O Rio Grande do Sul completou o funcionamento, mas... Então ela tinha 80% já pronto para 450 mil toneladas, mas 20% era só para 150 mil toneladas. Então ela produzia 150 mil toneladas, mas com uma infra-estrutura de 450 mil.

Então, estava sendo difícil competir dessa maneira. Então precisava completar. E exatamente nessa hora que precisava completar o Rio Grande do Sul entrou na crise. Nós damos a Aços Finos de Piratini de presente para o Governo Federal, para o Governo Federal com o compromisso a se instalar uma Lei de Assembléia Legislativa com o compromisso do Governo Federal completar os 450 mil. Não completou. Privatizou. E nós não temos um tostão até agora. Quer dizer, nós construímos, demos para fazer, para ficar dela patrimônio nacional, para completar 450 mil. Não completou, privatizou e não aconteceu nada. O pólo, meu Deus, foi uma guerra, o pólo, tinha o pólo tradicional de São Paulo, um pólo que foi feito ao natural, quer dizer, não tinha tradição, não tinha tecnologia, não tinha nada, foi feito uma aqui, outra aqui, outra lá,

aí o Governo fez um pólo espetacular na Bahia, com o que tinha de mais moderno, de mais importante aí chegou a hora de crescer, de fazer mais um pólo. E deu uma guerra. São Paulo achou que tinha que ser São Paulo, tudo era São Paulo, comércio, a produção, a matéria-prima, eles achavam que tinha um terceiro pólo que devia ser a duplicação do pólo de São Paulo e os pólos de São Paulo tinha que ser modernizado, uma coisa mais moderna. A Bahia achava que tinha que ser a duplicação da Bahia. Se o negócio estava dando certo, o que tinha de mais moderno do mundo, espetacular, tinha que ser da Bahia, o Rio de Janeiro achava que tinha que ser no Rio, o Rio era o principal, a Bahia tinha passado para trás, o Rio o principal produtor de petróleo porque não o pólo, o petróleo do Rio? E lá no Rio Grande do Sul queria que fosse o Rio Grande do Sul. E por uma razão que tinha que distribuir, não podia ficar só ali. Tinha que ser uma no nordeste, uma no centro e uma no sul. Foi uma guerra, olha, foi uma guerra. Vocês não calculam, foi uma guerra, Rio Grande do Sul quase se pegou em guerra e o Presidente era o General Geisel. Talvez o Brasil não conheça isso do Rio Grande do Sul. O Brasil é quase um País diferente, nós, por exemplo, quando nós fizemos a Revolução de 30 que nós ganhamos e que foi feita a revolução de 30 contra São Paulo, porque São Paulo era tudo São Paulo, era tudo São Paulo, era tudo São Paulo, naquela época, São Paulo tinha 18% da produção nacional. O Rio Grande do Sul tinha 12%, estava em segundo lugar. Aí nós tivemos 20 anos de Getúlio, mais 5 anos de Jango, mais seis generais durante a ditadura, hoje nós temos 7% e São Paulo 45%. Quer dizer, passaram, esses gaúchos todos, o Getúlio Vargas, 20 anos foi na minha opinião o maior Presidente do País, um homem público, o maior do Brasil, menos para o Rio Grande do Sul, não deu nada para o Rio Grande do Sul em 20 anos. Tinha para ser uma ponte entre São Borja e São Tomé, uma coligação com o Uruguai, com a Argentina, quando o Getúlio chegou na Presidência da República, os gaúchos de São Borja que tinham patrocinado a revolução, com cabeças de gado, foram falar com o Getúlio, e o Getúlio, “o que eu vou fazer por São Borja?” O fazendeiro mais afoito, “Presidente, a nossa ponte”. E o entendente que era prefeito: “Cala a boca, rapaz. A ponte é coisa nossa. Sr. Presidente, o senhor agora cuida do Brasil. De São Borja nós cuidamos” E a ponte foi sair 50 anos depois feita pelo Juscelino.

Então, chega uma hora, que foi uma dura a briga. A briga foi tão dura que o Geisel que já tinha uma certa simpatia pela Bahia, o Geisel era ligado ao pólo da Bahia, fazia parte do Conselho do Pólo da Bahia, então, ele tinha uma simpatia pela Bahia. Aí veio uma

reunião, não dá para acreditar, foi uma reunião feita onde todas as forças vivas do Rio Grande do Sul foram chamadas. Todas. Em plena ditadura. Desde o Sindicato dos Trabalhadores, o bispo, a imprensa, todo mundo se reuniu e o Geisel topou ir nessa reunião. Então nessa reunião, o Governador Guazzelli, nomeado pela ditadura, na hora de dar a palavra em vez de falar, disse: “Eu vou dar a palavra para o Presidente da Comissão, terceiro Pólo Petroquímico lá do Rio Grande do Sul, que é o Deputado Pedro Simon”. Os caras ficaram me olhando assim... Aí eu falei. Eu contei a história toda. “Olha, General Geisel, o senhor está com medo que São Paulo e Rio que não gostam muito do Rio Grande do Sul, tem mania de dizer essa gauchada, então o senhor tem o medo de dar o pólo para o Rio Grande do Sul e cobrarem do senhor. Mas, o senhor não der o pólo para o Rio Grande do Sul, o senhor vai fazer um crime para o Rio Grande do Sul”. E para surpresa de todo mundo, ele deu o pólo para o Rio Grande do Sul. Agora par o pólo sair no Rio Grande do Sul, eu falo porque foi antes de mim, principalmente com o Governador de Souza, gastou 300 milhões de dólares naquela época porque toda a infra-estrutura e toda a parte, nós já vivíamos um novo momento, não é que nem na época de São Paulo que não se falava em poluição, então, o cara pegava os resíduos, botava no Tietê, ninguém cobrava nada, na hora de fazer o pólo no Rio Grande do Sul, era uma guerra, Perto de Porto Alegre, fazer um pólo, como é que vai ficar e a água do Rio Guaíba...

Então, o pólo do Rio Grande do Sul até hoje é o pólo mais moderno do mundo em combate à poluição. Foram 300 milhões de dólares, que o Amaral de Souza gastou dinheiro do Rio Grande do Sul, e deu para nós preparar no mesmo momento em que estávamos brigando para trazer o pólo, nós preparamos e gastamos e o Governo do Estado fez o negócio para na hora, quer dizer nós queríamos deixar diante do fato consumado e o pólo foi para o Rio Grande do Sul. Ainda na época o Geisel deu um único lance, o Guazzelli embarcou. “Olha, nós vamos fazer o seguinte: Nós vamos dar o pólo para a Bahia. Então a decisão vai ser, nós vamos duplicar o pólo da Bahia, mas no mesmo ato, nós vamos assinar que o terceiro pólo, vai ser no Rio Grande do Sul” E o Guazzelli vibrou, telefonou para mim, dizendo. “Uma maravilha”. “Está doido, rapaz? Vai sair o pólo da Bahia e quando é que vai sair o nosso?” “Mas, logo”. “Que logo? Até hoje não saiu”. Quer dizer, o terceiro, o outro não saiu até hoje, se tivesse em vez de fazer o Rio Grande do Sul, duplicado da Bahia, até hoje não tinha o outro.

Então, vejam que a coisa é difícil. Aí vem a discussão, quer dizer, o Governo tinha uma tese, isso do

Geisel, eu achava correta. Como é que se constituía? 1/3 Petrobrás, 1/3 capital estrangeiro, 1/3 capital nacional. Assim que se organizava o pólo, pólo de São Paulo, pólo da Bahia, o pólo do Rio Grande do Sul. Era isso, não tinha monopólio da Petrobrás, a Petrobrás não ficava de fora, não tinha a briga entre o capital nacional e o capital estrangeiro e a Petrobrás controlava. E deu certo o negócio, estava muito bem, obrigado. Mas aí passou haver as confusões internas, o adversário na época era da química, química que tinha um poderoso auxiliar, que era o Golbery, Chefe da Casa Civil, o Chefe da Casa Civil era o homem da química, estava ali, a gente dizia quando é que vai sair, quando é que não vai sair, daqui a pouco o Golbery veio com essa conversa, mas o negócio foi avançando. E estamos aí. Nosso medo lá no Rio Grande do Sul sempre foi de transformar o pólo do Rio Grande do Sul num pólo plástico, quer dizer, nós queremos e brigamos sempre, vem cá, mas e o nego de fumo, enfim, artigos mais finos para produção de medicamento, para a produção de coisa, que o que tá lá é importante, plástica, não sei o que, mas não é o supra-sumo da importância de um pólo que tem resíduo, que tem criatividade que tem produção, que tem significado. Isso com todo o respeito até agora não conseguimos. Nós estamos com um pólo mais plástico, mais alguma coisa, transformar o pólo na essência que nós quisemos, não. Ainda não conseguimos.

Mas nós estamos nessa discussão. No ano passado tive essa conversa. Aí entramos nós, se discutiu muito isso. A Chefe da Casa Civil na época era Ministra das Minas e Energia. E discutimos, discutimos com as empresas, discutimos, o Governo se manifestou ao contrário, a Assembléia também ao contrário, nós contrários e voltou atrás. Não se falou mais no assunto.

Então, nós estamos preparados para voltar a discutir como é que vai ser, como é que não vai ser e nós fomos surpreendidos com um negócio feito. Quer dizer, uma coisa dessa natureza, e o senhor vem me dizer que temos que fazer isso, fazer aquilo, o negócio já está feito. Uma coisa muito estranha. Eu tenho muito respeito pelo GRUPO IPIRANGA, mas acho que ele devia alguma coisa para o Rio Grande do Sul. Olha que assim como o Internacional deve a sua torcida, a IPIRANGA deve o carinho que o Rio Grande do Sul bateu IPIRANGA, IPIRANGA, IPIRANGA, era nossa bandeira. De repente, não nos comunicaram, o Presidente da IPIRANGA não teve à gentileza de ir ao Palácio Piratininga comunicar, olha, nós estamos negociando. A Governadora tomou conhecimento pela Folha de São Paulo, o negócio já estava feito. O Chefe da Casa Civil que era gaúcho, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul tomou conhecimento do negócio já

feito por um jornal de São Paulo. Ninguém teve a gentileza de falar. Aí foram depois procurar o Governador, foram comunicar o negócio feito. O Governador não tinha nada que dizer, muito obrigado, tal.

Agora, eu acho que têm coisas a serem analisadas. Primeiro, eu tenho o maior respeito pela BRASKEM, pelo crescimento, pelo desenvolvimento e a minha posição é com muito carinho, quero que entenda, com muito respeito, eu gosto muito do Sr. Odebrecht, acho um empreendedor, teve um passado na minha vida que não vou esquecer muito, veja como eu estou ficando velho, velho, velho, eu conheci o Odebrecht, o primeiro, tal, conversava, tal, discutia, aí para solucionar essas discussões, marcamos um encontro. Disse, “eu vou lá no seu gabinete falar”. “Estou esperando”. Aí eu estou lá desde as três horas esperando, entro, saio, três horas, quatro horas, e cinco horas, eu saio, dou um grito, o Sr. Odebrecht vem ou não vem? Se levanta um rapazinho ali, um guri. “Eu estou aqui”. “Mas quem é o senhor?” “Eu sou o Sr. Odebrecht”. “Mas, não é o que eu conheço”. “Ah, não o que o senhor conhece é o meu pai que já completou 60 anos, e agora está na Presidência do grupo...” E aí, [risos], aliás, acho uma maneira espetacular, parece que aquele moço também já saiu. Tem que ver como é esse terceiro, já estou na terceira geração da discussão com essa questão.

Então, eu vejo é isto. Claro que intenção boa é importante, claro que vontade de fazer, sinceridade é importante, mas tem coisas que mais ou menos tem que ficar configurada para ser. Por exemplo, eu não consigo entender a PETROBRÁS. Eu não consigo entender. Eu defendi a PETROBRÁS na Comissão de Relações Exteriores quando o líder do PSDB queria fazer, considerar o Presidente da Bolívia *persona non grata* ao Brasil e exigia a demissão da diretoria da PETROBRÁS pela fraqueza da posição adotada na Bolívia quando nacionalizaram, entraram de uma maneira ridícula, quer dizer, pessoas amigas, companheiras, Presidente do Brasil, íntimos amigos, o cara fazer da maneira que fez, botando tropa Militar, aquela coisa toda. E eu votei contra, não deixei que fizesse aquilo e até o Líder do PFL retirou. Porque eu mostrei a posição do Brasil. O Brasil a rigor é o único País na América Latina, na América do Sul que pensa na América do Sul, no futuro da América do Sul, na grandeza desse território, que esse continente tem tudo para ser um grande continente. E o Brasil é que está fazendo isso, quer dizer, o Mercosul, essa coisa toda, o Brasil se preocupa com isso. Se nós tivermos uma decisão dessas nós terminamos com tudo, rompemos com a Bolívia, Argentina que não gosta de nós já fica com a Bolívia, a Venezuela já fica com a Bolívia, confusão. E eu expliquei o negócio da PETROBRÁS. A PETRO-

BRÁS está fazendo isso, mas ela vai encontrar uma solução pacífica, essa coisa toda.

Agora, vamos falar com frieza, frieza. Não seria normal se no pólo do Rio Grande do Sul, se a PETROBRÁS não quer ficar com o controle, mas que tivesse as três empresas e a PETROBRÁS fosse de árbitro. Quer dizer, Araken 45 e não sei o que, porque o problema foi uma coisa que vocês fizeram. Me perdoe a franqueza. Vocês entregaram o comando da Araken para dois pólos. Se a gente diz, monopólio não é bom. Isso é uma guerra reunir essa sociedade agora brasileira, dizer que ia terminar com o monopólio até, para nós manter o monopólio da PETROBRÁS foi uma guerra. O Fernando Henrique queria terminar. Tanto queria terminar, começou tirando a concessão. Quer dizer, a concessão dizia que monopólio estatal, é condicionalmente determinado. Não é mais. Hoje já se termina com o monopólio da PETROBRÁS mudando a lei, só tem a lei, não tem mais a Constituição. Mas foi uma guerra com o Fernando Henrique para ele recuar na privatização da PETROBRÁS.

Então, temos esse carinho, esse respeito, essa admiração pela PETROBRÁS. Achamos que ela está numa posição vanguardeira e agora com essa descoberta de novas tecnologias, acho que vai ser uma coisa fantástica, mas se a PETROBRÁS ficasse ali, a BRASKEM ficasse com o controle que tem da Bahia e a BRASKEM ficasse com toda a força no Rio Grande do Sul, mas com a PETROBRÁS de voto de Minerva nós gaúchos ficaríamos mais tranquilos, me desculpe, mas mais tranquilos, porque há coisas que são naturais, há coisas que são naturais. Quer dizer, a Bahia levou e teve categoria, o Antônio Carlos ofereceu, ofereceu, nós lá do Rio Grande do Sul brincamos, não sei o que, quando foi ver, a FORD está lá na Bahia. E essas indústrias de segunda geração, essas outras indústrias que faltam no Rio Grande do Sul o nosso pólo está muito longe de ser o que era que ser. Essas novas indústrias estão ali paradas, era para ter hoje já a química fina, essas coisas todas que são as coisas que dão geração, que dão emprego, são usadas hoje na tecnologia do mundo inteiro. Nós não temos. E é natural que na hora da discussão dessas coisas São Paulo vai querer levar para ela, o Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro está vindo agora com essa produção fantástica da produção de petróleo em São Paulo, não tem o que discutir. O Presidente Lula tem um compromisso com o Rio e vai fazer o pólo do Rio de Janeiro, vai ser um pólo moderníssimo. O da Bahia é um pólo espetacular, um dos mais modernos do mundo. Então nessa discussão, São Paulo é São Paulo, daqui a pouco nos manda plantar batata, e o Governo de São Paulo bota e banca, e faz o que quer.

Então, dentro desse contexto é que a gente fica nessa pergunta. Acho certo da PETROBRÁS. Não foi um ato de... Duas coisas, uma eu não vou falar, eu não vou falar, mas foi um desprendimento exagerado da PETROBRÁS. Ah, que nós não quisemos, nós não queremos, resolvemos voltar a entrar na produção de petróleo, na produção de petroquímico, mas não queremos controle. Controle nós não queremos. Pode até não querer, mas podia. Podia fazer com que lá no Rio Grande do Sul a BRASKEM ficasse com 48%, os outros 48% não sei o que, mas a PETROBRÁS tivesse o voto de Minerva. Isso nos garantiria com todo o carinho que nós temos pela BRASKEM, eu quero que V.Ex^a. entenda não estamos levantando nem dúvida, nem problema, nós estamos apenas levantando que daqui a cinco anos é o pólo do Rio, é pólo da Bahia, é pólo de São Paulo para discutir e nós no Rio Grande, perdoe, nós estamos acostumado, na hora, é o disse o Deputado, é o fim do mundo, mas lá no fim do mundo.

Então, isso é que nos deixou angustiados. Isso nos deixou angustiados. Porque nós tínhamos um pólo. Hoje nós temos um pólo que é o controle, é do pólo da Bahia.

Então, é uma coisa que fica muito sob interrogação. O senhor é representante da BRASKEM, temos conversado, eles têm me procurado. A intenção deles é a melhor possível. É. É aplicar os 60 milhões, aplicar, crescer, avançar, até porque não me passa pela cabeça que a BRASKEM vá fazer um negócio desse e não vai querer crescer, não vá querer prosseguir. Se é para deixar fechar um negócio, que se dane, ela não ia entrar, se ela entrou é porque tem a melhor das intenções, quanto a isso eu não tenho nenhuma, eu não estou botando nenhuma dúvida, estou apenas dizendo que nas leis de mercado, da história, desenvolvimento e do crescimento, é o natural que daqui a sete, oito anos nós vamos ter que discutir, para onde vai essa indústria de química fina e São Paulo vai berrar de um lado, o Rio de outro, e nós? Só que nós não pitamos, quem pita é a Bahia, e a Bahia... Vá lá se tu votar contra vê o que é que o Antonio Carlos faz contigo, se tu não votar na Bahia. Vá à BRASKEM deixar de dizer que essa indústria não vai para a Bahia, vai para o Rio Grande do Sul, e decide voltar lá se o Antonio Carlos deixa o cara voltar lá na Bahia.

Então, essa questão eu considero delicada. Uma outra questão que fica nisso tudo, eu achei a deselegância da IPIRANGA. Eu tenho um carinho, são meus amigos, gente muito bacana, lutaram, e como a vida é engraçada, levaram 40 anos, só produzindo aquilo ali, não podendo produzir um litro a mais de petróleo. No final tiveram que fazer, construíram hotéis espetaculares lá em Manaus, que não tinha razão de ser,

fizeram empreendimentos dos mais variados, por tudo que é lado para aplicar o dinheiro, que foram proibidos de crescer. E na hora de fazer a liberação não foi dada uma chance para a IPIRANGA nem para competir com as empresas que viessem de fora.

Então, de repente, não sei o que, “vem cá, vocês tinham, todos os anos vinham falar comigo que era para não derrubar lei, para terminar com o monopólio para vocês poderem crescer. Agora terminou”. “Mas, Senador, terminou de uma vez, foi muito rápido o negócio, nós não tivemos chance de poder fazer acordo”. Mas quando tiveram oportunidade de crescer, de avançar, de desenvolver, em vez de usarem o nome, repare que nós temos duas marcas fantásticas a IPIRANGA e a VARIG. A VARIG foi vendida por nada, quer dizer, as linhas que nós tínhamos, quer dizer, a GOL pegou, quer dizer, quanto é que vale a linha São Paulo/Nova Iorque, São Paulo/Tóquio, as linhas mais fantásticas que a VARIG tinha, a GOL ganhou de graça, de graça, porque o Governo quis fechar a VARIG. Essa que é uma coisa dura. Aqui a mesma coisa com relação à IPIRANGA. A IPIRANGA poderia nesse meio, no meio dessa discussão que deu, em vez da IPIRANGA cair fora ela teria, eu acho até que vocês três, vocês três concordariam que ela participasse, que ela fosse adiante. Eu acho que ela não saiu fora por causa de vocês. Ela saiu fora porque quis sair fora... 4 bilhões. Não sei se eu também não saía. [risos], mas a verdade é que a IPIRANGA tinha um compromisso, como diz os trabalhadores. Foi ela e milhares de trabalhadores durante dezenas de anos. E foi embora sem dizer adeus. Não falou conosco, não falou comigo que tenho, passei 14 anos na Assembléia Legislativa, 16 anos na Assembléia Legislativa e estou há 25 anos aqui e não houve ano que a IPIRANGA não vinha aqui, agora com todo o problema, com o petróleo a nível internacional, foi a quase 70, 80 reais e a IPIRANGA estava quebrando, como é que ela ia produzir petróleo? Nós entramos, fomos lá, conversamos com a PETROBRÁS, temos que resolver uma forma, a IPIRANGA não tem como comprar petróleo a 75 dólares e vender e competir com a PETROBRÁS que tem o petróleo dela, petróleo dela.

Então, e a PETROBRÁS teve o gesto, grandeza, seguiu e garantiu que a IPIRANGA fosse adiante. Isso fomos nós que fizemos. Na hora difícil eles já falaram conosco, na hora dos 4 bi eu não ia querer dinheiro nenhum, juro que não ia querer. Nem me passou pela cabeça, mas pelo menos conversar, falar, discutir, essas coisas que nós estamos falando aqui. Eu acho que nós tínhamos o direito de ter podido falar com a direção da IPIRANGA. Eles foram deselegantes com o Governo, deselegantes com a classe política e deselegantes com o Rio Grande do Sul. Portanto, que eu acho até engra-

çado, porque não tem um representante da IPIRANGA aqui? Eles deviam vir com a maior categoria. Eles não roubaram, a IPIRANGA não é dinheiro roubado, não venderam para estrangeiro, não fizeram agiotagem, não fizeram nada, fizeram um negócio limpo, negócio é correto, está tudo bem-feito, por que a IPIRANGA não está aqui? Porque o representante da IPIRANGA não vem conversar, dizer, olha, foi isso, foi aquilo, por que eles não vem aqui, porque no fundo eles estão com vergonha. Eles sabem que fizeram um negócio que de repente se dane, cansaram da luta e foram embora, mas até para cansar da luta, ir embora, podia dar uma explicação, a gente podia conversar e talvez até nessas condições a gente conseguisse uma condição melhor, mais favorável da PETROBRÁS no sentido de pelo menos eles continuarem com a refinaria lá de Rio Grande com outras, pegava esse dinheiro, venderiam, e ficava a PETROBRÁS garantindo para aumentar a produção e garantir uma produção em escala suficiente nas refinarias de Rio Grande, que é o que eu sempre pensei que podia acontecer.

Por isso é que nós vivemos essa situação, a última que corre em Porto Alegre, eu não acredito, mas é que o PÃO DE AÇÚCAR vai comprar a rede mais importante de supermercados que nós temos no Rio Grande do Sul, mas aí não sei o que vai acontecer, nós vamos, nós vamos... Por isso eu acho que se fosse possível e aí o representante, o Deputado Villaverde, diz muito bem nas reuniões que ele está fazendo em Porto Alegre, se dessas reuniões a gente pudesse botar no papel as conclusões mais concretas e levasse adiante, porque isso tudo vai passar, os jornais estão aí, isso acaba, não sei, e o que vocês têm hoje é um contrato assinado que diz isso. É tanto para aqui, é tanto para ali.

Se nós fizessemos uma série de coisas a serem feitas, ia garantir, acho que é o mínimo que nós tínhamos direito a pedir. Por exemplo, nós do Rio Grande do Sul, [inaudível] o próprio [inaudível]. Se ele pensar, IPIRANGA vai embora, arrecadação de todos esses postos, acelera no Rio Grande do Sul, quer dizer, arrecadação vinha para o Rio Grande do Sul, de repente desaparece, vai para o Rio, o que nós vamos fazer? E se o pólo BRASKEM está lá, o Pólo Petroquímico Rio Grande do Sul, a sede é em Rio Grande do Sul, é lá em Triunfo, está lá, se de repente é uma coisa só a BRASKEM resolve levar embora, quebra o Rio Grande. As duas maiores fontes de arrecadação... Então essas coisas deviam ser colocadas no papel com clareza para saber o que vai acontecer com a gente. O que vai acontecer com a gente, até com o Governo, com a economia do Rio Grande do Sul.

Olha, o Rio Grande do Sul hoje se perder a arrecadação do pólo petroquímico e se perder a arrecadação da IPIRANGA, eu não sei, é um quebra que já estamos quebrados, não sei aonde vai parar.

Então, eu acho, Presidente, que uma forma objetiva e clara, além de chorar que nem a gente está chorando e tal, mas tem coisas que não dá mais para fazer, daqui para diante nos reunir, e pudemos trazer nós e a D^a. Dilma com todo o respeito, todo o carinho, que é uma grande Primeira Ministra, candidata a Presidente da República, uma mulher extraordinária, mas ela é do Rio Grande do Sul, ela nos deve porque ela participou disso tudo e a D^a. Dilma não pegou o telefonema para dizer para a colega dela Governadora, olha, nós estamos fazendo isso, nem para o amigo dela aqui o Pedro Simon, olha Senador estamos fazendo isso. Ficou quietinha, quietinha, mas a D^a. Dilma pode nesse momento fazer essa participação, que é ver como é que fica o Rio Grande do Sul nessa questão. Bem não fica, mas pelo menos que não fique tão mal. Eu agradeço a todos os senhores, quero dizer ao meu amigo da BRASKEM, que eu tenho muito carinho, muito respeito pela direção e tenho muita confiança nesse sentido, mas que a minha fala é uma fala eminentemente fria em termos de Rio Grande do Sul. A nossa PETROBRÁS eu fico nessa angustia, né. Eu estou aqui, eu comecei, V.Ex^a. não tinha nascido lá quando nós batamos, subimos e fizemos a torre de petróleo lá na Praça da Alfândega e fizemos e construímos a fonte e apoiamos a polícia, defender o monopólio do petróleo e viemos nessa luta, eu me lembro os congressos dos estudantes, o mundo muda, monopólio do petróleo, monopólio do petróleo, era coisa comunista, foi vindo, foi vindo, hoje nós temos orgulho da PETROBRÁS. Os senhores nos abandonaram um pouquinho o Rio Grande do Sul. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós combinamos aqui na Mesa e com os Senadores que os Senadores farão uso da palavra a Mesa no seu conjunto cada um fará as suas considerações. Nós temos quatro Senadores inscritos, Senador Mesquita Júnior, Senador Zambiasi e Senador Wellington Salgado. Senador Mesquita Júnior.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Presidente, eu peço desculpa por ter demorado, estou encabulado agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, V.Ex^a. foi Governador do Estado, tem... Geraldo Mesquita Júnior. Tem uma história que a maioria não conhece em relação ao próprio pólo e a IPIRANGA. Eu acho que o senhor deu uma aula aqui para todos nós, e com certeza será produtivo, inclusive, encaminhamento final, que nós estávamos conversando

aqui na Mesa que eu até ficaria muito satisfeito que a Comissão de Direitos Humanos que coordena esse evento junto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Economia possa construir, quem sabe esse documento, fruto até de uma Ata dessa reunião histórica aqui. Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Bem, Senador Paim, caros colegas Senadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador me permite, o Senador Wellington Salgado pediu a palavra e o Senador João Pedro. Só para dizer o que o Senador João também está inscrito. Ele havia pedido a palavra, ele também está inscrito, mas a palavra está com V.Ex^a.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Quero cumprimentar os convidados aqui, tiveram a oportunidade de se manifestar cada um com seu ponto de vista e ouvindo aqui o Senador Pedro Simon e resgatando algumas coisas que foram ditas aqui. Eu vou dizer de início o que eu teria normalmente que propor ao final. E vou justificar porque farei isso. O que eu quero dizer e propor, Senador Pedro Simon, Senador Paim, Senador Zambiasi, sobretudo vocês três, é que nós constituamos uma Comissão Especial desse Senado Federal para acompanhar esse grande negócio que se constituiu a partir do Rio Grande do Sul e no nosso País. E vou justificar a razão dessa proposição. Nós acompanhamos aqui com angústia, com sofrimento, com tristeza o desenrolar e o desfecho do que o Senador Simon falou do enterro da VARIG. Eu tenho a impressão Senador Simon, que se nós tivéssemos 3 anos atrás, 4 anos atrás endurecido o jogo, constituído uma Comissão Especial de Senadores para acompanhar, olhem, e não foram poucos os avisos que nós recebemos do corpo funcional da VARIG, né, da sociedade, um verdadeiro clamor, nós tivemos aqui audiências, conversas e tal, mas eu tenho a convicção que se nós tivéssemos constituído uma Comissão Especial de Parlamentares para intervir, acompanhar *pari passu* o que estava acontecendo com relação à VARIG, eu não sei Senador Simon se o destino dela seria exatamente o que teve hoje, né. A VARIG debaixo de uma pá de cal, coisa inacreditável. Disse bem o Senador Simon, esse foi um negócio que pegou a todos de surpresa, né. Um processo que teve um desfecho agora, mas é um processo que se reabre, é um processo em cima e sobre o qual nós deveremos ter a máxima atenção porque aspectos absolutamente preocupantes cercam essa negociação. Eu fico, assim, leigo, mas tentando entender o que é que está acontecendo. Por exemplo, na minha cabeça nenhuma empresa se desfaz de um negócio quando esse negócio é muito bom, o Olioni

passou 20 minutos dizendo, cantando loas acerca da IPIRANGA. Se o negócio era tão bom assim porque se desfazer dele? Normalmente o que acontece é o seguinte. Quando um complexo empresarial, industrial vai muito bem o mais das vezes o que acontece é ele comprar outras empresas, incorporar outros ativos, outras empresas Paim. Essa é que é a lógica da coisa e não o contrário, quando vai muito bem não se desfaz do empreendimento. O que houve aqui foi exatamente isso. Segundo o Olioni a empresa estava muito bem e se desfez do grande negócio que era.

Eu não quero, olha, com todo o respeito, não tenho aqui o direito de estar levantando suspeita sobre absolutamente nada aqui, mas é a história que nos informa, a história de negócios dessa natureza e desse porte principalmente do nosso País, a história nos dá exemplos e não são exemplos muito interessantes do ponto de vista do povo brasileiro, do consumidor, dos trabalhadores, né. O que é que acontece normalmente com as exceções de praxe? Quando um complexo empresarial industrial se junta com outro complexo industrial empresarial no nosso País, duas coisas costumam acontecer, duas mãos assim, eu vou até simbolizar a coisa. Um complexo aqui, outro aqui se juntam normalmente é para enforçar o pescoço do consumidor. Isso acontece em regra. Isso acontece em regra. Normalmente as duas mãos se juntam para dar com uma enforcada no consumidor e na população. Quando não ocorre simultaneamente o seguinte as duas mãos enforcando o consumidor e garroteando o público interno, ou seja, trabalhadores, aqueles que fazem parte, sim, do complexo empresarial, né. E que, talvez, seja a parte mais importante nesse complexo empresarial, né. Porque sem eles eu duvido, né que o empreendedorismo, a boa vontade, inclusive o capital vá para algum lugar sem o conjunto dos trabalhadores, então, é algo que me preocupa muito porque repito, o histórico no nosso País nos diz exatamente isso.

Eu mostrei, inclusive, para o Senador Simon aqui, o retrato não é nem preto e branco é colorido, o retrato de uma passagem, de uma situação para outra que traduz tendência à concentração, a monopólio, a cartelização de negócio, está aqui o retrato.

Senador Wellington, olha, antes razoavelmente distribuído o negócio e depois do negócio. Olha aqui. Isso aqui é algo extremamente preocupante. Algo extremamente preocupante.

Então, olha, não se trata de querermos interferir na atividade econômica. Não se trata disso, não. Agora, os precedentes que dizem respeito, inclusive, a verdadeiras bandeiras instaladas no Rio Grande do Sul e com projeção nacional como a própria VARIG, né, o que aconteceu com a VARIG não nos dá o direito de

nos furtarmos a participar dessa, a acompanhar esse processo, acompanhar mesmo, acompanhar. Saibam os senhores que a bancada dos Senadores do Rio Grande do Sul aqui se eles que estão mais atentos à questão, se eles apontarem para distorções, para possibilidades de o Estado mais uma vez ser sacrificado, né, Senador Simon lembrou muito sutilmente aqui. E o ICMS? É uma questão séria essa. Saibam todos que se a bancada do Rio Grande do Sul sinalizar aqui e apontar fatos graves que possam vir a acontecer que traduzam prejuízo ao Estado, prejuízo aos trabalhadores ali instalados eles terão solidariedade irrestrita dos outros 78 Senadores daqui. Vocês podem ter certeza disso. Podem ter certeza disso.

Portanto, Senador Paim, não quero me estender, eu quero me fixar na proposta que eu estou fazendo aqui de Constituição de uma Comissão Especial de Senadores, me coloco, inclusive, à disposição para compô-la, para que a gente acompanhe minuciosamente esse processo, o desenrolar desse processo doravante, porque já que não tivemos a possibilidade de participar, sequer, da discussão, do desenrolar das tratativas, né.

Então, o desdobramento desse processo deverá sofrer um monitoramento próximo e severo, severo no bom sentido, severo no sentido de que as coisas precisam correr a contento. Esta é a minha proposta e repito. Me coloco à disposição caso essa Comissão seja constituída para que a gente possa manter esse assunto 24 horas no ar. Entende? Para não permitir que, para que a gente não seja pego de surpresa mais uma vez. Já fomos no fechamento do negócio. Agora, o fechamento de um negócio desse pode ter desdobramentos graves e sérios. É aí que eu estou me referindo. Se não tivermos um monitoramento próximo ali 24 horas por dia nós podemos ser mais uma vez surpreendidos e depois não adianta a gente ficar chorando o leite derramado. Temos que evitar que ele seja derramado.

Portanto, é essa a minha proposição Senador Paim e mais uma vez parabênzo a iniciativa dos três Senadores do Rio Grande do Sul de trazer uma questão complexa como essa para a discussão nessa Casa, né, com repercussão em todo o País.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passamos de imediato a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Senador Paim, colegas aqui presentes, Senador Simon fez uma exposição didática, histórica pela própria memória que ele traz de todo o processo da questão petroquímica no Estado, foi um dos precursores de todas as negociações e, portanto, acho que foi uma

verdadeira aula para todos nós, essa é a manifestação que Simon trouxe aqui.

Eu repito aqui, Paim, na intervenção que fiz contigo, na primeira manifestação que tivemos no Plenário, inicialmente do nosso ponto de vista, foi um grande negócio para a BRASKEM, para a PETROBRÁS, para a ULTRA e para a IPIRANGA, de outra parte há uma certa frustração no processo também, para nós, porque há um ano, dois anos atrás nós acompanhamos os representantes da IPIRANGA aqui de porta em porta, de sala em sala pedindo socorro e lá estávamos nós fazendo reuniões numa delas, até o Governador Rigotto, se eu não me engano esteve presente aqui, reuniu toda a bancada gaúcha e recebendo a solidariedade do Congresso Nacional e de repente acontece um processo desses surpreendendo a todos. É claro que gera uma expectativa negativa especialmente com aqueles que de um momento para outro se vêem sob as ordens de um novo patrão. E eu vivi experiência assim na minha vida privada, eu vivi a venda de um grupo que eu trabalhava para um outro. Eu passei 60 dias, sem conhecer os novos diretores, sem saber quem era, passando por mim, não me cumprimentando, talvez não tenham idéia do significado da estima de um trabalhador quando acontece um fato desses. Isto é altamente relevante. Um negócio desse tamanho. Preocupar com a auto-estima do sujeito que eu não cumprimento? Sim. Tem que se preocupar com a auto-estima, porque ao final a produção depende da auto-estima desse cidadão e dessa cidadã. Isso realmente é muito sério. E são, pelo que eu estou vendo aqui do documento distribuído para o Sindicato dos Trabalhadores, são 2.200 trabalhadores dos 2.500 que estão no pólo, que passam sob o comando do novo patrão. Quer dizer, é realmente algo extremamente angustiante. Quer dizer, são dois sentimentos, de um lado para nós aqui no Congresso, aquele sentimento de termos sido traído pela IPIRANGA, pela família, porque os representantes da família estiveram aqui, vieram falar conosco, quer dizer, no momento em que o calo estava apertando, no momento em que a crise internacional estava vendo essa matéria do Jornal Valor, está muito interessante aqui, quando o setor estava chegando a quase um colapso, a mobilização do Congresso, bancada gaúcha, Parlamentares de todos os Estados que de alguma maneira tinham algum tipo de interesse, abordados constantemente no nosso papel, fizemos o nosso papel, acho que trabalhamos intensamente no sentido de resgatar, de recuperar e de sermos parceiros. E de outro lado esta preocupação me parece uma das maiores.

Então, se até agora, de forma muito pragmática, se até agora esse negócio foi bom para a BRASKEM,

para a PETROBRÁS, para a ULTRA e para a IPIRANGA, nós precisamos da garantia de que o negócio seja bom para o Rio Grande do Sul, para os trabalhadores do setor, que se transmita o compromisso, que se trabalhe a auto-estima daquele sujeito que trabalha a noite toda, ou todo dia, chega de manhã cedo, chega à noite do seu turno na expectativa de... Estar demitido? Então, esse é um compromisso muito sério. E também, né, de um lado, Carlos Heitor, aquela questão da euforia que se colocou aqui, dá até para compreender. No momento em que o Rio Grande do Sul pena uma das suas maiores crises financeiras da história, traz aqui, está quase mendigando junto ao Governo Federal, uma solução para os seus problemas, com a federalização das estradas, com a dívida da CE, para a gente chegar a dois bilhões de reais, no momento em que o Estado não tem dinheiro para pagar seus servidores, acontece um negócio desse tamanho, dá a sensação de que tem gente que ainda acredita no Estado, então, acho que a questão da euforia, Carlos, foi neste viés. Olha, apesar de toda a crise um negócio desses ainda ele mexe um pouco com os valores do Estado.

E por último como o Simon abordou, realmente a questão que preocupa enormemente, se nesse momento já não tem arrecadação para pagar os servidores, imagina se houver uma queda na arrecadação do ICMS. E, talvez, seja o ponto, então os dois fatores fundamentais no processo. A relação com os trabalhadores, o compromisso, se tem investimento primeiro não demitir, segundo contratar. E por outro lado este outro aspecto, agora esse novo fator, Alexandre, está começando a percorrer a preocupação do Estado que é a dúvida sobre possível perda da arrecadação do ICMS que isso seria extremamente grave, provocaria seguramente uma reação muito, muito, muito séria. A euforia da semana passada pode se transformar num sentimento de frustração o que não seria bom.

Então, essa, talvez, uma manifestação do grupo seja também realmente muito interessante. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Senador João Pedro para que faça as suas colocações e perguntas que assim entender à Mesa.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Bom dia a todos e a todas, eu quero dizer ao Presidente Paim, Senador Paim que eu estou inaugurando a minha participação numa Comissão, assumi ontem no Senado da República, na vaga do Senador Alfredo Nascimento que está trabalhando, que foi convidado pelo Presidente Lula para voltar ao Ministério e eu espero que ele faça um exitoso trabalho e quero fazer aqui uma reflexão às lideranças do Rio Grande do Sul, aos Senadores que

provocaram essa Audiência Pública para refletir uma questão. Essa relação das empresas, do capital com a sociedade civil. Parece que se pode tudo, né, e essa, o princípio da incorporação, da ampliação é correto, mas o que não dá é para as lideranças do Rio Grande do Sul, a sociedade, os sindicatos ficarem à margem de um processo que eles dizem exitoso, grandioso.

Então, e nós estamos brigando por uma sociedade justa, democrática, e democrática é isso, é compartilhar, é refletir. Tem que ser bom para todos. E eu tenho o maior carinho pela história da PETROBRÁS e a PETROBRÁS faz muito na minha região, vem fazendo, espero que faça mais lá no Amazonas, não é, lá em Cauari, a PETROBRÁS tem, aplaudo a postura da PETROBRÁS e a sua história, ela nasce, né, no sentimento grandioso do povo brasileiro, mas é preciso ter um olhar. Para mim essa discussão tem vários simbolismos. E eu venho aqui falar para combinar uma relação, olhar lá do Norte, já falou o Acre, e o Amazonas. Têm os interesses regionais, mas esse assunto não diz respeito ao Rio Grande do Sul, diz respeito a uma relação, né, de interesse nacional. De interesse nacional.

Então, eu quero aqui compartilhar das preocupações dos sindicatos, das lideranças, da Assembléia Legislativa, né, no sentido de nós acompanharmos essa Carta Compromisso das três empresas rigorosamente, rigorosamente acompanharmos isso. E a minha fala é nesse sentido, de zelar, de fazer com que o Brasil cresça numa relação mais transparente. Considero um desrespeito, eu vivo numa região que dorme, né, e acorda com preocupações pelo número de empresas que lá estão, essa experiência da Zona Franca, mas aqui e acolá os procedimentos são os mesmos, decisões importantes onde as lideranças, a sociedade civil ela é acordada, né, em sobressalto porque não participou.

Então, isso é uma relação para mim ultrapassada e nós precisamos lutar pelas relações transparentes e de respeito à sociedade civil.

Então, essa, o Senador Pedro Simon levantou uma questão além de conhecer nesse debate a dívida do Presidente Getúlio Vargas com o Rio Grande do Sul. Eu tenho dívidas, né. [risos]. E desse grande Presidente, desse grande brasileiro, mas eu quero, então, prestar, ficar ao lado de vocês e me colocar à disposição de acompanhar esses compromissos. O negócio foi feito, mas é inaceitável esse tipo de relação, de relação com a sociedade civil nesse caso com as lideranças do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra ao último Senador inscrito, Senador Wellington Salgado, lembrando que participa-

ram hoje desse debate 16 Senadores de forma direta e indireta que estiveram aqui, registraram a presença e deixaram a solidariedade a essa Audiência Pública das três Comissões a pedido dos três Senadores do Rio Grande. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Caro Presidente Senador Paulo Paim, demais componentes da Mesa, Senadores presentes. Eu fiz questão de estar presente aqui Senador Paim porque toda a minha vida eu sempre ouvi falar que o povo do Rio Grande do Sul e tenho certeza disso é um povo trabalhador, acorda cedo, trabalha, luta, vai dormir tarde, e, no entanto, a gente vem observando que desde a mudança de uma empresa de veículos para a Bahia, que é uma conquista da Bahia, vem acontecendo uma série de fatos que vem enfraquecendo a economia do Rio Grande do Sul. Isso me deixa um pouco preocupado e até mesmo porque eu vejo a atuação dos três Senadores do Rio Grande do Sul nessa Casa. Os Senadores lutam o tempo inteiro pelo Rio Grande do Sul, inclusive, Senador Paim, Senador Pedro Simon, Zambiasi, eu procuro me inspirar muitas vezes, até comento com os senhores, para defender Minas da mesma maneira que V.Ex^{as} defendem o Rio Grande do Sul, mas a gente vê que a todo o momento acontece algum fato que acaba enfraquecendo a economia. A gente vê as dificuldades que a Governadora vem passando, o Senador Pedro Simon, discutindo, procurando, V.Ex^a. também Zambiasi, saídas para poder superar a crise, independente de partido, independente de ideologia, independente de raça, de credo, vocês estão sempre lutando pelo Rio Grande do Sul. E vejo também dois grandes Ministros fortíssimos, que é a Ministra Dilma, a quem eu sempre defendo, vejo o carinho que ela tem pelo Rio Grande do Sul e o Ministro agora da Justiça o Tarso Genro. Quer dizer, o Rio Grande do Sul tem força nesse Governo, não só pela atuação dos Senadores, mas também pela presença dos Ministros, muito reconhecido pelo Presidente.

Eu não sou contra incorporações de maneira alguma. Eu sou contra incorporações que no mundo atual que nós vivemos que é um mundo em que as empresas exercem a liderança, não é mais aquela relação de emprego e empregado, tem que ser uma relação de liderança no bem para todos, eu vejo isso. Eu sinto nas empresas que eu lidero que muitas vezes você tem que tomar algumas atitudes perversas, digamos assim, mas eu procuro sempre quando eu estava à frente das empresas da minha família procurava sempre fazer algo que me levasse a cuidar desses colaboradores dessa empresa da melhor maneira possível e que a empresa estando bem todos vão estar bem, isso aí eu sempre defendi isso, e consegui ser respeitado nas empresas

que eu liderava por essa razão. E até mesmo quando a empresa ia bem todo mundo ia bem.

Agora, eu fico muito preocupado com essa situação porque, e quero deixar bem claro aqui que estão presentes os dois Senadores, mas está presente aqui o meu inspirador político e eu acredito de muitos Senadores dessa Casa que é o Senador Pedro Simon, um homem que luta pelas causas justas, e que qualquer documento, Senador Pedro Simon, Senador Zambiasi, Senador Paulo Paim, visto que é um problema que V.Ex^a. tem um conhecimento muito maior do que o meu conhecimento sobre o assunto, mas qualquer assinatura que necessite, claro, que não sendo contra Minas, [risos] para deixar bem claro que eu vou assinar porque já estando Pedro Simon eu já assinaria direto, mas estando Paim e Zambiasi aí nem se fala, aí a assinatura é com força, mas profunda e com mais tinta, digamos assim, porque realmente é um pouco assustador, eu vejo o Rio Grande do Sul se esvaindo, eu vejo aquela economia forte, eu sinto que alguma coisa vem acontecendo, e é preocupante essa situação. Será que os impostos vão ser recolhidos na matriz, vai ser recolhido lá, aonde vai ser a matriz, quer dizer, toda uma questão que tem que ser debatida, além do emprego, porque se tirar recurso, o que a gente tem que fazer, eu sou até suspeito porque São Paulo realmente daqui a pouco vai pedir a independência, porque está levando tudo. Já levou, foi beneficiado historicamente, né, porque o País botou o dinheiro lá para criar as empresas automotivas, e com aquilo desenvolveu todo o Estado e hoje 50% do óleo brasileiro é gasto em São Paulo. Não é isso? 50% do óleo brasileiro gasto em São Paulo, você deve ter uma informação parecida.

Então, quer dizer, fica difícil. Se não tiver alguém controlando essa distribuição e administrando a melhor maneira possível não só o Rio Grande do Sul vai sofrer como outras partes do País.

Então, Senador Pedro Simon, Senador Paim, Senador Zambiasi, eu queria dizer a V.Ex^a. que dependendo da assinatura desse Senador por Minas que eu acredito piamente no documento que V.Ex^a. possa mandar para mim, vou assinar, vou defender, vou encaminhar porque realmente não pode nós termos aqui pessoas com uma insegurança no olhar que a gente está vendo agora. Todo mundo quer sair de casa, trabalhar e voltar para casa sem nenhum fato novo no meio do caminho. Acho que isso é o que todos nós queremos, chegar, trabalhar, saber que no final do mês, ou da quinzena, vai ter seu ordenado e vai proporcionar para a sua família, o melhor, que puder, aquele salário conseguido com suor e o povo do Rio Grande do Sul sua a camisa. Não tem história do povo do Rio Grande do Sul que não trabalha, nunca vi

em lugar nenhum, nem em livro, nem na história que eu li e reli nos livros todos.

Então, eu queria dizer o seguinte Senador Paim, Presidente dessa Comissão, que documento que precisar assinar, o que tiver que encaminhar, o que tiver que acompanhar, para que haja uma solução onde seja resguardado os impostos do Rio Grande do Sul, sejam resguardados os empregos desses pais de família que aqui estão, que V.Ex^a... Senador Pedro Simon nem se fala, Senador Pedro Simon é... Sou fã do Senador Pedro Simon, já me deu... Já me apresentou em alguns momentos que alguns tinham dúvidas sobre a posição do Pedro Simon, ele falou: Que isso, sou peemedebista, do Rio Grande do Sul, minha posição é essa. Ele serve de exemplo para mim na minha vida pública. Senador Paulo Paim, não vou me alongar mais, conte com meu apoio total as posições colocadas pelos três Senadores do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado Senador Wellington. Eu procuro aqui na forma de encaminhar os trabalhos ser muito coerente, e como na abertura com que falaram primeiro os representantes do investimento feito, agora eu vou inverter, vão falar primeiro os representantes dos trabalhadores e em seguida falarão os representantes do investimento, ou seja, os três setores aqui tanto a ULTRA, a PETROBRÁS e a BRASKEM.

Então, na ordem de inversão eu passo a palavra de imediato ao Carlos Heitor Rodrigues, Presidente do SINDIPOLO. Eu quero só lembrar a todos o nosso problema de horário, às 14 horas nós iniciamos o Plenário, então, vamos tentar dirigir de forma tal que a gente consiga concluir essa nossa Audiência Pública até às 14 horas.

Então, eu pediria que cada um nas suas considerações finais aqui na Mesa fosse o mais objetivo possível. Eu acho que nesse momento da Audiência Pública, eu vou tomar a liberdade de dizer para a Mesa, não dá mais para a gente fazer uma análise do processo. Eu faria mais um pedido que ficássemos na linha do encaminhamento porque esse é o grande objetivo dessa audiência e que no final eu tentarei, inclusive, contribuir nessa linha ainda do encaminhamento concreto. Pois bem, o chegamos aqui o fato é esse, todos fizeram aqui a sua exposição, como fica o amanhã? Então, eu faço um apelo ao Heitor nesse sentido. Com a palavra o Heitor, Presidente do SINDIPOLO.

SR. CARLOS HEITOR RODRIGUES: Primeiro a gente tem que registrar aqui a nossa avaliação aqui o quanto ficou evidente aqui a sensibilidade dos Senadores que se manifestaram sem desconhecer a importância do negócio que foi feito, mas a sensibilidade quanto ao ambiente que os trabalhadores estão

vivendo no pólo petroquímico. De fato isso ficou muito claro, muito evidente aqui.

Surgiram várias propostas aqui por parte dos Senadores, Deputado Villaverde teve também propondo aqui e que na verdade não são contraditórias, né. E dentro do que a gente colocava Senador Zambiasi, nossa observação com relação à euforia é de que hoje a euforia, o entusiasmo daqui a pouco cai no esquecimento e os compromissos no momento da euforia e aí acaba as coisas na prática lá, no chão de [inaudível], como a gente diz, acontecendo.

Então, a partir de algumas manifestações do Senador Simon, Senador Zambiasi, Deputado Villaverde, Senador Paim, os três Deputados, que não é só desse processo, processo anterior, inclusive, a questão da troca de ativos, os três, esses três Senadores, desculpe. Os três Senadores, que a gente aproveitasse aqui, como sugestão, inclusive, como é que os Senadores, os outros Senadores, inclusive, interpretam, né, que esse fosse um momento, esse grupo de Senadores do Rio Grande do Sul, obviamente, dentro daquilo que o Senador colocou ali, se precisar do apoio, procure estabelecer aqui com as empresas, eu vou falar, aqui, é claro, não estou autorizado aqui na questão da distribuição, nem pela questão da refinaria, mas vou falar, claro que o pessoal vai se manifestar, mas que procure agora com as empresas, Senadores, com os outros que se agregarem aí, tirar um documento, né para que esses compromissos que venham sendo anunciados, sejam formalizados. Reiterar que nesse documento uma coisa, assim, hoje são 3.500 trabalhadores indiretos no pólo terceirizados, 2.500 diretos. Então, esse é o número do pólo hoje, né.

Então, para que nesse documento sejam amarradas as garantias a ele que não haverá demissões, que serão mantidos os postos de trabalhos existentes no pólo hoje de que os direitos a exemplo, por exemplo, do que foi atacado lá na Bahia, o Plano Petros, que a BRASKEM sabe muito bem, pessoal do sistema PETROBRÁS aqui, sindicalistas sabem o que é, entre outros direitos, sejam mantidos. Não é nem uma proposta, é uma sugestão para que nossa ser avaliada, né. Acho que a proposta do Senador Mesquita Júnior foi muito interessante a proposta, né, de manter, uma Comissão Permanente e agora nosso entendimento, meu entendimento, que eu acho que as coisas são muito rápidas e como elas são muito rápidas e muito dinâmicas, a gente tem que ir amarrando formalmente algumas coisas para que daqui a pouco não se veja que fomos atropelados com o anuncio desse negócio. Então que a gente tenha já as devidas amarrações. Obrigado Senador, obrigado Senador Paim, Zambiasi, Simon, já estou encerrando e os Senadores que estiveram aqui

presentes, as pessoas que vieram aqui acompanhar essa importante Audiência Pública aonde de fato foi focado o debate na questão, além do negócio que está em andamento a questão do interesse da sociedade, interesse dos trabalhadores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço agradecer ao Heitor, tinha dado em torno de 4, a 5 minutos, ele não usou, inclusive, o tempo, espero que todos de forma objetiva para nós não iniciarmos todo um processo de debate na linha do encaminhamento. Faço de novo o pedido. Passo a palavra ao Ângelo Carlos Martins, Presidente da SI-TRAMICO.

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS: Eu fico muito satisfeito com essa Audiência Pública, e principalmente por se dar na Comissão de Direitos Humanos, porque nós estamos falando aqui é de coração, falando de alma, e isso é importante que a IPIRANGA sempre teve com essa relação com o Rio Grande do Sul.

Então, os Senadores foram de uma magnitude e aprofundaram esse assunto muito importante e fundamental para nós. Só gostaria de complementar de que na distribuição de derivados de petróleo aonde nós temos mais ou menos no Brasil 34 mil postos de gasolina, que isso aí quer dizer mais de 300 mil trabalhadores, a IPIRANGA tem mais ou menos 4.020 postos, isso quer dizer que tem uma relação direta entre a base de distribuição e o posto de revenda. Qual será a filosofia da ULTRAPAR? Até agora eu conheço a filosofia da IPIRANGA, da ULTRAPAR, através da ULTRAGAZ eu sei da relação com a ULTRAGAZ, que é terceirização, terceirização, terceirização. Quer dizer, precarização de trabalho.

Então, essa questão é fundamental para nós, para nós trabalhadores e eu gostaria de encerrar colocando de que a questão da marca, a questão do povo gaúcho e essa relação do Brasil que investe no Brasil, mas de que Brasil nós estamos falando? É do Brasil dos trabalhadores? Se esse negócio é um negócio que é bom para os empresários teria que ser bom também para os trabalhadores. Agora será que não é assim que estão fazendo a distribuição de renda neste País, 80 herdeiros hoje estão com uma distribuição de quatro bilhões de dólares. E nós trabalhadores? Finalmente começou a distribuição de renda no Brasil porque só assim que é distribuída a renda. 80 pessoas agora estão contando 4 bilhões de dólares. Enquanto nós trabalhadores, nós do Rio Grande do Sul estão aqui fazendo das tripas o coração, mas vamos fazer com que esse sangue gaúcho contamine a questão dos brasileiros, não é uma questão só do Rio Grande do Sul, não só dos trabalhadores, mas também do povo brasileiro nas suas relações capital e trabalho que ainda não avançaram,

continuam que nem no tempo da escravidão, vendidos como porteira fechada sem direito a ter voz só depois do leite derramado, mas agora com essa proposta feita a nós *pari passu* junto com os Senadores, junto com os Deputados estaremos zelando e verificando in loco o que é que está acontecendo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao José Marcos Olioni Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria, Destilação e Refinaria, SINDPETRO.

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Obrigado, Senador. O Senador Pedro Simon citou a nossa VARIG, Senador. O primeiro vôo da VARIG saiu lá daquela cidade do Rio Grande, num hidroavião. Recentemente vi as fotos do jornal da cidade lá. Aquela cidade parece que é o fim do mundo. Acho que se ela fosse um pouquinho mais adiante, ou nós teríamos nascidos leões marinhos ou focas ali da Antártica ou da Patagônia, mas sobre a venda da IPIRANGA, eu dormi no domingo no dia da venda como funcionário da PETROBRÁS, face aos vários telefonemas que me chegaram naquela noite, Paraná, São Paulo, Rio e assim por diante, mas na segunda-feira amanheci com mais três, ao invés de uma, mais dois, PETROBRÁS, BRASKEM e ULTRA. Nós gaúchos, como o senhor sabe, a gente costuma casar com uma pessoa só, uma mulher só. E a ela a gente se dedica a vida inteira.

Bom, eu queria colocar para todos os presentes da Mesa, os novos compradores da Refinaria IPIRANGA, bom, primeiramente eu gostaria que a PETROBRÁS assumisse aquilo lá. Porque ela tem o *know-how* do petróleo, ela conhece o refino de petróleo como os funcionários da Refinaria IPIRANGA também conhece, como o senhor pode ver lá *in loco*. Uma vez que o senhor esteve lá que eu vi o senhor passando lá na planta, o senhor lembra? Nós temos pregado nesse período todo que entendíamos que a PETROBRÁS deveria assumir na íntegra aquela refinaria tão importante para a região, para o Município e pelo Estado do Rio Grande do Sul, mas nós temos um problema seriíssimo lá, que essa empresa, nós estamos sem nenhum reajuste salarial há 40 meses. E esse processo está no TRT de Porto Alegre o Tribunal Regional do Trabalho ao qual eu tive a oportunidade de dizer para o senhor Juiz Presidente no dia que fui visitá-lo que não sabia o que é que a IPIRANGA pensava. Que entendia até que queriam acabar com a própria refinaria pelo jeito que estavam levando a fábrica e seus funcionários ao desespero. Foi colocado lá no Tribunal, tá? Bom, o Diretor de RH da PETROBRÁS, pessoa de elevada confiança me chamou a Porto Alegre me perguntou tudo sobre os funcionários da IPIRANGA, passei tudo para ele e coloquei para ele esse dissídio coletivo que estava

sendo julgado. Perguntou quanto impactaria isso na folha e os números que eu dei para ele, ele achou que eram números extremamente baixos que não entendia o porquê a IPIRANGA não tinha fechado acordo. Você imagina o impacto no dissídio por funcionários que 40 meses não recebem aumento salarial? O impacto de 68 mil reais à folha? Isso não é nada, mas até agora nós não tivemos nenhuma resposta dos compradores da Refinaria IPIRANGA. E parece, pelo que eu estou sentindo que estamos órfãos lá, estamos órfãos, eu tenho recebido ligação do nobre José, tem me atendido muito bem, tem me dado ânimo para que as coisas continuem que tudo vai dar certo, eu já disse para ele que lá vai dar certo se eles não deixarem de trabalhar acreditar em nós, talvez nós não conseguíamos fazer em 20 anos um outro império como a IPIRANGA, mas faremos com certeza um novo grupo cheio de saúde, vitalidade e que vai trazer muitos resultados para aquela região sul do Estado tão deprimida economicamente. Muito obrigado a todos, pessoal.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Sr. José Lima de Andrade Neto, Presidente do Grupo Petroquímica e Fertilização do Petróleo Brasileiro, PETROBRÁS S.A.

SR. JOSÉ LIMA DE ANDRADE NETO: Obrigado Senador, Srs. Senadores representantes dos trabalhadores eu gostaria de fazer algumas rápidas considerações em prol do tempo, apesar de terem havido vários questionamentos, mas eu vou tentar passar por aquelas que foram, digamos assim, as mais relevantes, aquelas mais recorrentes.

Primeiro eu queria chamar a atenção que essa operação, agora, é diferente da operação chamada há dois anos atrás, há um ano atrás chamada opção BRASKEM. Naquele momento havia uma discussão entre PETROBRÁS e BRASKEM e a IPIRANGA continuaria, mas ela perderia o papel e a posição de ser controlador lá no sul. Nessa operação o que houve de diferente é que a IPIRANGA resolveu vender a sua participação essa é a grande diferença entre as duas coisas e a PETROBRÁS entrou comprando parte da posição da IPIRANGA. Isso é diferente do que vinha sendo discutido antes.

Segundo: Essa operação está sujeito a acordos de confidencialidade, se assinam documentos, alguns acordos de confidencialidade e, obviamente, há uma preocupação até, porque os senhores mesmos sabem, não é? Sua Excelência sabe da questão de vazamentos ou empresas com ações negociadas em bolsa etc, isso obviamente de maneira nenhuma elimina a necessidade de se ser polido, educado como bem colocou aqui o Senador Pedro Simon em relação a se antecipar

algumas questões, mas há, é obvio, um entendimento de que uma operação dessa ela não pode ser uma operação discutida publicamente infelizmente por quê? Porque envolve questões de preço de ações, envolve questões de CVM e outras questões.

E o terceiro ponto geral que eu queria deixar registrado aqui é o seguinte, todas as discussões sobre concentração, não concentração existe um fórum instituído no País, um fórum legal para o qual inclusive deve estar sendo encaminhados todos esses dados e todas essas informações que é o órgão de defesa da concorrência, que é o CADE, onde lá vai se dar toda essa discussão sobre o processo, se isso realmente tem implicações para a defesa da concorrência no País ou não.

Então, só alertar que tem também esses outros aspectos a serem considerados. Agora, objetivamente, em relação a algumas questões que foram levantadas pelo Olioni, eu queria dizer, Olioni, que diferentemente do que o que você colocou, a PETROBRÁS, do Presidente da PETROBRÁS, do Diretor Paulo Roberto, da Ministra da PETROBRÁS nós não vamos entrar numa operação se não for para manter a refinaria operando. É o contrário. Não houve exigência de compradores. Houve uma posição do comprador da PETROBRÁS, o senhor sabe muito bem o compromisso dessa empresa com o Brasil, o compromisso da PETROBRÁS com as comunidades, com os lugares onde ela atua, ela não entraria caso não houvesse esse posicionamento. E chamou junto com os outros dois, Senador Pedro Simon, por isso que os dois, o compromisso de nós juntos buscarmos alternativas, não necessariamente apenas no refino. Se discutiu possibilidade de biodiesel, de fazer outras coisas que viessem a agregar mais valor, é óbvio que ela tem uma votação natural pelo fato de já ser uma refinaria, mas outras possibilidades que possam ampliar, crescer foram, estão sendo consideradas.

Então eu queria deixar claro a posição da direção da PETROBRÁS, a posição da PETROBRÁS ela tem um compromisso sim. Pode ser que ao final desse processo, Senador aconteça isso que o senhor bem colocou, a PETROBRÁS fique com a refinaria transforme ela numa refinaria maior é uma possibilidade e é uma possibilidade que a PETROBRÁS conta, mas não é a única possibilidade. Por isso nós deixamos em aberto a possibilidade de ver outras alternativas, mas é fundamental deixar claro que essa não foi imposição dos vendedores, essa foi uma posição da PETROBRÁS. Nós não vamos comprar ativos para extinguir ou para fechar ativos.

Outro ponto em relação a grupo de trabalho, já está constituído internamente na PETROBRÁS, on-

tem eu tive uma reunião lá com o pessoal da área do abastecimento, o Diretor Paulo Roberto já orientou a composição, vai ter gente do centro de pesquisa, vai ter gente da nossa REFAP, vai ter gente de várias áreas da PETROBRÁS que vai ser apresentada, então, ao pessoal lá para que se possa constituir aquela Comissão que foi compromisso na presença dos Senadores e do Senador Paulo Paim para que a gente possa trabalhar. A Comissão está sendo constituída. É importante dizer o seguinte, ainda não assumimos as empresas, está certo? Essa operação se dá na hora, tem um processo que ele acontece tem um cheque para ser pago, a partir daí tem toda uma transição a ser feito. Embora o Olioni tenha feito o comentário de que nada aconteceu, na verdade tem várias ações em andamento e nós estamos nos preparando para que no momento que a empresa, o grupo consórcio assuma a gente já esteja pronto para apresentar e isso acontecerá provavelmente na semana que vem.

Bem, um outro comentário que eu queria fazer é o seguinte: Eu fico muito orgulhoso, a gente é muito orgulhoso Senador Pedro Simon, primeiro, o senhor é uma pessoa, é um ídolo para uma geração inteira de brasileiros, o senhor falou que eu estava brigando não tinha nascido, é verdade, mas muitas vezes eu vi o senhor e a gente brasileiros todos sempre estive do lado certo das brigas, é aquele brasileiro que a gente admira e a gente sabe que a PETROBRÁS foi construída por pessoas como o senhor. Ela foi constituída pela crença de que era possível ter uma empresa brasileira, uma empresa com inteligência brasileira, com tecnologia brasileira para fazer coisas boas e conseguimos. Eu acho que o Brasil conseguiu e hoje esse respeito cada vez é mais forte dentro e fora do Brasil e nos orgulha muito quando a gente ouve todos os fóruns que nós vamos, a sensação de que todos gostariam de que a PETROBRÁS tivesse mais junta, que a PETROBRÁS como algumas faixas que eu vi no Rio Grande do Sul nós queremos mais PETROBRÁS, nos orgulha muito. Mas infelizmente não dá para ser tudo que a gente gostaria. A PETROBRÁS tem uma posição clara, um entendimento de um papel importante na petroquímica brasileira, como fornecedor de matéria-prima, a PETROBRÁS entende, foi a pergunta que o senhor fez, qual é a visão que a PETROBRÁS tem, qual é o papel da PETROBRÁS. A PETROBRÁS entende quando olha lá para fora e olha para o momento atual da indústria petroquímica que é necessário ter empresas, grandes e fortes não pode ser uma única, o senhor tem razão, daí, porque o senhor deve ter visto na imprensa, nos jornais uma grande discussão sobre um outro grupo no sudeste para competir com esse grupo para não

se ter a sociedade brasileira refém um único grupo, presas apenas a um produto.

Então, esse é um ponto importante que a PETROBRÁS vê, ela é indutora do crescimento e mais... Aqui com o compromisso que queria deixar claro aqui é o seguinte: PETROBRÁS quando entra em todos os lugares que ela entrou ela nunca entra para diminuir, para reduzir. A PETROBRÁS em todos os lugares onde ela entrou, ela entrou para crescer para investir e é por isso que nós estamos entrando, porque nós acreditamos que nós vamos fazer investimentos, nós acreditamos, que nós vamos crescer.

Eu queria colocar aqui um exemplo que talvez valha para a... Quando a PETROBRÁS comprou uma empresa na Argentina, dizia-se a mesma coisa, era uma empresa familiar, as pessoas eram muito queridas, foi comprada, brasileiros comprando a empresa Argentina. Eu queria dizer uma coisa para os senhores e senhoras aqui presentes, a satisfação dos empregados depois cresceu muito, os empregados depois aquela relação que tinha com a família anterior hoje é a relação muito mais forte com a PETROBRÁS, porque os princípios e as premissas de gestão da companhia são princípio e premissas que agrega, que traz a empresa é participativa, busca trazer o equilíbrio entre o seu crescimento e o desenvolvimento da sociedade e o desenvolvimento dos seus trabalhadores e ela vem fazendo isso cada vez com mais intensidade.

Então eu queria deixar claro que nós ao entrarmos nessa operação, a posição da PETROBRÁS, ela tem o entendimento: Somos sim minoritários, [soa a campainha], mas nós estamos buscando dentro desse papel minoritário termos o máximo de influência para que os nossos princípios e as nossas premissas, eles sejam os princípios e premissas que venham ao final ter curso dentro do que está acontecendo.

Se me permite só para concluir porque foram vários comentários, então eu vou ter que pular alguns para não me alongar muito. Eu acho que a preocupação dos trabalhadores é pertinente, cabe sim ao movimento dos trabalhadores esta preocupação, eu acho que a operação sob o ponto de vista societário ela está montada, está colocada, mas há dois ângulos que precisam ser olhados, ser analisados é o que estão sendo olhados e muito bem colocados pelo Senado, pelos representantes aqui do Senado aqui presente, principalmente pela bancada gaúcha. Qual é o efeito disso para o Estado, e qual é o efeito disso para os trabalhadores que lá estão? Essas são as duas questões que nós precisamos permanentemente estar olhando e está acompanhando e quero de plano deixar aqui a posição da PETROBRÁS que ela está absolutamente aberta, transparente, disposta, Senador em qualquer

fórum, qualquer instrumento que seja colocado para vim para trazer e para prestar os esclarecimentos. Não só ao Senado brasileiro, aos Senadores da República da Brasil, mas também aos trabalhadores. Sempre que for convidado chamado a participar, discutir, estar presente nós vamos estar levando a nossa visão de como nós vamos e queremos para esse crescimento lá no sul. Também foi uma coisa que nós fizemos questão de discutir entre nós, sabemos que o GRUPO IPIRANGA tem uma relação muito forte nas questões culturais e sociais lá, também é um compromisso que a PETROBRÁS também assume junto com os demais de não abrir mão disso, pelo contrário os senhores sabem muito bem que a PETROBRÁS é uma empresa que atua significativamente nas questões sociais e culturais do Brasil e não vamos mudar isso no sul.

Eu espero que essas preocupações sejam vencidas, elas são lícitas, elas existem e são corretas, precisam ter encaminhamento e aqui além dos encaminhamentos técnicos, aqui há um encaminhamento político, mas, além disso, eu espero que a gente venha passado algum tempo ver um pólo pujante como sempre foi pensado e indo além do que ele faz hoje. Eu acho que o Senador Pedro Simon está absolutamente correto, a gente precisa crescer além das resinas plásticas e fazer mais coisas também no Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Passo a palavra ao Alexandrino de Alencar, vice-Presidente de Relações Institucionais da BRASKEM.

SR. ALEXANDRINHO DE ALENCAR: Muito boa tarde aí, eu acho que agora já é tarde, já estamos na tarde. Eu acho que foi extremamente profícua a discussão. Eu só gostaria de realçar aqui duas coisas extremamente importantes.

Primeiro que as três empresas têm ações nas bolsas de valores e tem a governança corporativa como realmente a coisa muito transparente e muito clara, muito aberta, e se a negociação só veio a público na hora que veio, é porque assim o negócio teria que ser feito. Agora, eu ia dizer até uma palavra, eu duvido que tenha grupos no Brasil que no mesmo dia, na segunda-feira faça o compromisso público que está escrito nos jornais, que é sem dúvida nenhuma, é uma cobrança que a sociedade pode fazer aos grupos. Poucos grupos fariam ou farão isso, porque eu acho que o nosso compromisso com o Brasil em especial com o Rio Grande do Sul.

Gostaria em cima do que o próprio Lima Neto comentou, esse compromisso com os trabalhadores e o compromisso com o Estado do Rio grande do Sul, nós temos isso muito claro. Eu acho que quem investe 700

milhões, já anuncia o investimento de 700 milhões de reais, um grupo como a BRASKEM que na liderança de um processo de atrair empresas de terceira geração para o Estado, um grupo que está dizendo que vai faturar daqui a 3 anos de hoje mais 1,5 bilhões de reais não significa que vai haver nenhuma redução de tributos, e ao contrário. Eu gostaria também de deixar claro que como a BRASKEM tem vários projetos de crescimento em Paulínia, na Venezuela no próprio Rio Grande do Sul realmente, trabalhadores e uma das coisas, uma das carências do Brasil de hoje, Senador, é mão-de-obra. Então mão-de-obra nós temos que estar preservando e temos que estar mantendo as nossas mãos-de-obra que são, o senhor sabe que é uma atividade extremamente técnica, mas é, ela tem suas especificidade e nós temos essa nossa preocupação de criar um bom ambiente de trabalho. Para a sua informação, a BRASKEM, ela, considerada uma das melhores empresas para se trabalhar um prêmio com destaque.

Então, eu acho ao contrário, eu acho, viu, Senador Paulo Paim? É um orgulho para as empresas brasileiras estarem investindo no Brasil investindo no Estado do Rio grande do Sul que eu acho que o próprio Senador Pedro Simon, o Senador Zambiasi falou muito das empresas, estão saindo. Ao contrário nós estamos injetando recursos no Rio Grande do Sul, estamos apostando no Rio Grande do Sul, a própria Refinaria de IPIRANGA eu não tenho a menor dúvida que daqui a um tempo nós vamos estar dizendo que volta por cima foi dada. Vocês têm que nos dar algum tempo, como diz o próprio colega Lima Neto, nós temos que ainda assumir de fato as operações das unidades para podermos aí, sim, podermos ter, vocês verem resultados positivos, mas creiam na gente, dê um voto de confiança na gente, que eu acho que nós temos, nós precisamos estar agora olhando para as operações, está bom? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Sr. Américo Genzini Filho, Diretor da ULTRA.

SR. AMÉRICO GENZINI FILHO: É a primeira vez que venho a essa Casa, se me permite gostaria de fazer algumas considerações pessoais. Meu nome é Américo Genzini, o meu avô veio da Itália era mascate, e desde então cheguei aqui o que me dá muito orgulho, mas para chegar aqui passei por várias circunstâncias que muitos de nós passamos na nossa vida pessoal e na nossa vida profissional. Fico muito feliz de participar de um debate aonde a maior preocupação é a criação de empregos é o crescimento do País. É muito bom ver isso, é muito necessário ver isso. Na década de 70 eu ainda era um menino e me lembro bem das taxas

pujantes de crescimento do País, a sensação que eu tinha era de um País fantástico, de um País maravilhoso, via pessoas alegres, pessoas motivadas, pessoas sempre buscando novas oportunidades de negócios, de crescer. E hoje a gente vive numa circunstância diferente daquela, mas com uma grande expectativa que a gente volte a ter um crescimento daquela ordem de grandeza que eu acredito que é o caminho através do qual a gente vai resolver vários problemas que a gente tem no nosso País. Não é?

Tudo isso para voltar agora aos pontos que foram feitos, primeiro na questão do que foi colocado sobre filosofia da ULTRAPAR. Filosofia de ULTRAPAR é de crescer, queremos crescer, porque crescendo nós vamos gerar empregos, vamos distribuir mais renda a todas as pessoas que vierem a trabalhar conosco. Dessa maneira vamos colaborar para o País possa se engrandecer. Não conheço em particular as políticas da IPIRANGA porque acabamos de fazer a aquisição. Sou um consumidor e como consumidor e ao visitar os postos do IPIRANGA fico bastante impressionado com a qualidade dos serviços, portanto, imagino que efetivamente eles devam ter políticas que são superiores, que são políticas de excelente qualidade, mas também é importante ressaltar a ULTRAGAZ, de maneira semelhante é uma empresa de prestação de serviço, cujo maior ativo de todos são as pessoas. Na missão do GRUPO ULTRA está dito que um dos três pilares de sustentação da empresa, o primeiro é a paixão pelos seus clientes, o segundo é eficiência na gestão e o terceiro é gente. Se a gente não tem pessoas que desempenham o papel com amor, com dedicação não vamos a lugar nenhum.

Então, eu acredito que aos funcionários da IPIRANGA, que ainda não tivemos chance de ter um contato mais próximo, respeitaremos profundamente a vossa cultura, vamos procurar aprender bastante com vocês na operação, trazer provavelmente algumas das lições, algumas das políticas para utilizar na ULTRAPAR e de forma contrária também o que faremos é procurar levar aquilo que consideramos que temos de bom para a operação da IPIRANGA.

Não deve haver nenhuma preocupação com relação a emprego ou postos de trabalho no que diz respeito a nossa operação no sul, uma vez que nós não estamos no segmento de classe. Portanto é uma operação para nós completamente nova, a maneira como a ULTRAPAR está estruturada é que ela tenha unidades de negócio embaixo, tem a ULTRAGAZ, tem a OXITENO, tem a ULTRACARGA e a IPIRANGA passa a ser mais uma unidade de negócio. E conforme eu disse no início o nosso grande objetivo é de crescimento. O crescimento como? Através de investimento.

O que é que nós fizemos? No passado a ULTRAGAZ concentrada em São Paulo, após a desregulamentação do mercado foi para outros mercados do Brasil, foi para a Bahia foi para o Rio Grande do Sul chegou a alcançar no Rio Grande do Sul 14% de *marketing cher(F)* com investimento. Foi uma das empresas que investiu bastante na Região Sul, nos aviários quando com a Perdigão, com a Sadia para que essa, os criadores de aves pudessem ser bastante competitivos, foi a primeira empresa no Brasil a trazer o ULTRA SYSTEM que é um sistema de GLP a granel, e que é bastante eficiente para a área comercial, e o ano passado contratamos uma consultoria de negócios que fez um plano detalhado para nos ajudar a levar a nossa participação lá no Rio Grande do Sul de 14% para 20%. Que a gente espera estar realizando agora nos próximos anos. O crescimento do Rio Grande do Sul é muito bem vindo, é muito desejado por todos nós, porque vai significar mais oportunidades de trabalho, vai significar mais consumidores, vai significar o maior crescimento dos nossos negócios. E a IPIRANGA entra nessa direção também.

Eu acho que isso é um resumo dos pontos, fica aqui o compromisso de continuar a trabalhar nessa direção. No momento o nosso direcionamento está sendo para que junto com a PETROBRÁS, para que a operação da IPIRANGA faça os esclarecimentos que forem necessários para os seus funcionários e assim que possível nós esperamos ter um contato mais próximo e demonstrar a todos eles que se houve alguma coisa foi ganho e não perda.

Eu agradeço o convite que foi dado para o Dr. Pedro Wongschowski e a Dr^a. Graça, eu vou encaminhar a eles para que depois a gente possa responder a vocês. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Deputado Adão Roberto Rodrigues Villaverde, que nesse evento representa a Assembléia Legislativa como um dos vice-Presidente.

DEPUTADO ADÃO ROBERTO RODRIGUES VILLAVERDE (RS-PT): Senador Paim, Senadores, demais representações de trabalhadores e das empresas, eu queria em nome da Assembléia Legislativa dizer duas palavras, não é? A primeira delas reiterar aquilo que eu havia dito no início, e fazer evidentemente uma leitura desta reunião, não é? Essa reunião, de fato sobre ela tinham uma expectativa importante e acho que ela, ao longo, enfim do seu transcurso ela construiu esta idéia de que esta Comissão a partir da iniciativa dos Senadores e do peso e do significado que ela tem, e com a presença dos trabalhadores e das empresas que ela se constituiu de fato como espaço

onde a gente pode consolidar pontos comuns, pontos acordos que eu tenho certeza serão importantíssimos para o Estado do Rio grande do sul. E a segunda palavra é reiterar duas outras coisas que são preocupações nossa do Estado do Rio grande do Sul. E muito referido na fala do Senador Paim, sobretudo, na fala do Senador Simon e do Senador Sérgio Zambiasi. Nós temos de fato uma preocupação muito forte com o que está sendo chamado, Senador Simon uma espécie de “desgauchização” de economia gaúcha, eu acho que foi esse um pouco o centro da sua fala. Isso não é nada que repele, digamos, todo e qualquer investimento de fora, mas de fato é natural pelas características, pela natureza de economia, pela história do Estado do Rio grande do Sul que nós viemos a nos preocupar com isto, porque, como referiu o próprio Senador Simon nos parece que aquele modelo que trouxe o Estado do Rio Grande do Sul até esse momento, até esse período, enfim, é um modelo que se esgotou e talvez nós mesmos tenhamos que revisar, recuperar e atualizar as visões e as concepções nossas para que o Estado faça duas coisas que eu acho que é fundamental: Primeiro retomar a capacidade de crescimento e desenvolvimento, e segundo possa seguir sendo um Estado com o mínimo de capacidade de retomar funções públicas que o Estado do Rio Grande do Sul vem perdendo há algum tempo. Eu quero reiterar isso aqui, porque eu acho que é muito importante. E em terceiro lugar, essa questão, esse tema, evidentemente muito colocado aqui pelos trabalhadores que são as questões das suas garantias. Nós, da Assembléia Legislativa, evidentemente também estamos preocupados com esse tema e achamos que este espaço aqui produziu condições hoje para nós construirmos, enfim, acordos e, sobretudo, possibilidade de trabalho em comum na frente exatamente para enfrentarmos essas dificuldades que vivem o Estado do Rio Grande do Sul hoje.

Então, eu queria Senador Paim, demais Senadoras e Senadores em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul dizendo que dentro desses preceitos que estão sendo sinalizados que eu tenho certeza que vão ser encaminhadas aqui a Assembléia Legislativa nem poderia ser diferente é parceira para ajudar a dar esse encaminhamento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria ao encerrar essa reunião das três Comissões, Assunto Sociais, Economia e Direitos Humanos, dizer que foi pedido a mim que talvez eu formulasse um documento e todos fossem signatários do mesmo e assim caminhando para um grande acordo.

Primeiro, eu acho que o documento já está formulado, o documento é a Audiência Pública, esse documento vai para as atas aqui do Congresso Nacional. E quero aqui no encerramento também dizer que a Comissão de Direitos Humanos pode cumprir esse papel junto com os três Senadores do Rio Grande de fazer o acompanhamento desse debate permanente e nos botarmos à disposição para colaborarmos para que efetivamente tudo que foi aqui colocado seja posto em prática.

Olha, nós estamos participando desse debate desde o domingo à noite quando a notícia começou a circular pelo País e já naquela segunda-feira à tarde eu fui ao Plenário do Senado, depois de conversar com os líderes dos trabalhadores, e dos três sindicatos envolvidos e fiz um pronunciamento na linha, inclusive que eles me orientaram. Posterior a isso, fiz contado com o Senador Simon, Senador Zambiasi e entramos com o pedido de Audiência Pública que está se realizando hoje, mas é importante lembrar que antes da audiência de hoje, foram realizados uma série de Audiências Públicas no Rio Grande do Sul na Assembléia Legislativa, na Câmara de Vereadores, houve conversa lá em Rio Grande, na Câmara Federal, aqui na Câmara dos Deputados e aqui no Senado. Eu tive, eu diria satisfação, de receber no meu gabinete o Presidente dos três setores envolvidos e também os três representantes dos trabalhadores e em seguida fomos ao gabinete do Senador Simon. E nessas conversas que não foram na Audiência Pública, mas eu vou ter que dizer aqui que vai ficar registrado e para mim a Ata é que vale, se assumiu um compromisso e que aqui para mim foi reafirmado, primeiro: Não serão diminuídos os postos de trabalho, não serão diminuídos os postos de trabalho. Ao contrário, pela conversa que eu tive com o Presidente da PETROBRÁS e disse lá e vou dizer aqui, o Dr. Gabrielli disse ele para mim em conversa comigo aqui no Senado e com a presença de outras pessoas que acompanharam: Paim, pode anunciar, eu disse lá vou dizer aqui: Onde você passar que pelo contrário, nós vamos ampliar os postos de trabalho. Não haverá redução de investimento, pelo contrário, vamos investir muito mais. Tanto no pólo de Triunfo como também lá em Rio Grande. Isso tudo eu disse na reunião no meu gabinete e conversamos também na reunião num segundo momento.

Terceiro: E para mim fecha muito bem mais do que qualquer pronunciamento, os sindicatos envolvidos dos trabalhadores participarão de todo o diálogo sobre esse tema. Estarão conversando, dialogando, formando Comissões, nós não faremos nenhuma ca-

minhada que envolva o interesse do Rio Grande, do pólo e conseqüentemente da refinaria que ora leva o nome ainda de IPIRANGA e que envolva o interesse dos trabalhadores e inclusive a arrecadação do Estado, sem passarmos para esses fóruns de muito diálogo.

Eu acho que esses três pontos, eu acho que arredonda a discussão e nós todos saímos dessa reunião, eu quero aqui também dizer, pessoal, eu sei que o papel do movimento sindical é esse e eles fizeram muito bem aqui. Eu sei que senhores entendem isso, o papel é cobrar, buscar caminhos e construir saídas. Eu quando era dirigente sindical sabe o que eu dizia que nós estávamos em greve? Eu dizia, a greve é incompetência das partes, porque as partes não foram competentes de encontrar uma saída de diálogo suficiente. E aí, claro, que só resta nós ir para a greve como a última alternativa da busca do entendimento.

Eu quero aqui cumprimentar a PETROBRÁS, o GRUPO ULTRA e o GRUPO BRASKEM, porque todas às vezes que nós os convidamos para dialogar sobre esse tema, em nenhuma vez eles vacilaram, em nenhuma vez recuaram, teve gente até que me disse, por que Audiência Pública dia 4? Eu digo: Não, a Audiência Pública nós marcamos, conversamos e vamos fazer. E eles disseram: Tudo bem, estaremos lá. Estão todos aqui, como são os representantes dos trabalhadores.

Eu acho que caminhamos bem, eu quero ficar na linha do otimismo. Eu quero acreditar, eu quero acreditar e sei da responsabilidade da fala desse momento, que essa Audiência Pública será um marco positivo por todas as lembranças que foram feitas pelos três Senadores do Rio Grande e pelos outros Senadores que não vai se repetir, Senador Simon, e V.Ex^a. fez bem em alertar o que aconteceu no passado, nós só não queremos isso, e por isso V.Ex^a. muito firme muito tranqüila fez a lembrança histórica, e essa presidência sem nenhuma rasgação de seda deu a V.Ex^a. o tempo muito maior que dei aos outros, porque V.Ex^a. é um testemunho vivo da história. V.Ex^a. me permite, eu tenho dito, do campo onde eu me identifico vamos dizer da centro esquerda é uma das grandes referências que estão a dialogar com a nossa geração. Isso é muito importante. V.Ex^a. ao fazer a retrospectiva lembra: Muito bem, estamos aqui caminhando em cima de um grande entendimento, mas que não signifique demissão, reduza-se os investimentos no Rio Grande do Sul que todos não queremos, e naturalmente que haja a participação nesse diálogo das entidades dos trabalhadores.

Eu acho que com essa, com esse entendimento final que ficará na Ata dessa Comissão, nós podemos

sair daqui acreditando que estamos dando passos positivos na linha, V.Ex^a. que foi um dos últimos a falar das políticas monetárias. Eu sou muito tranqüilo de dizer, eu não tenho problema nenhum com lucro, quem investe tem mais que ter lucro mesmo. Tanto que eu tenho uma lei que quer que haja a participação dos trabalhadores no lucro da empresa. Ora, se eu fosse contra o lucro, eu não poderia ter uma lei que quer a participação do trabalhador no lucro da empresa. Problema nenhum. Lucro é correto, é justo, não há problema nenhum. Agora a política humanitária, de diálogo permanente, de uma visão que é importante conversar com as lideranças dos trabalhadores, apontando futuro e que esses investimentos permitam que todos nós possamos crescer juntos, que cresçam os investidores, mas que cresçam também os trabalhadores. Que cresça a arrecadação lá, por exemplo, de Rio Grande, ou de Triunfo que cresça a arrecadação do Estado. Porque, se o investimento não for um sucesso todos nós perdemos.

Então é nessa lógica, eu digo que eu saio meio, eu não digo meio, mas eu saio muito esperançoso, esse é o termo correto, que a esperança ninguém vai me tirar, a esperança eu vou ter sempre. Muito esperançoso que esse... Não é acordo, que a forma como foi colocada aqui com esses três pontos básicos a participação do sindicato dos trabalhadores, novos investimentos e a não diminuição de postos de trabalho aponta um caminho positivo. E essa Comissão de Direitos Humanos claro que vai, junto com os três Senadores do Rio Grande, porque a Comissão ultrapassa os Senadores do Rio Grande, como foi proposto aqui fazer um acompanhamento permanente. Quer dizer que gostei muito da fala dos três, quero dizer o Presidente da PETROBRÁS que aqui assim eu me identificaria, V.Ex^a. foi muito incisivo falando desse gigante que é a PETROBRÁS. A PETROBRÁS é um orgulho para todos nós sem sombra de dúvida, tanto que eu dizia quando reafirmamos essa Audiência Pública, que seria bom que nós saíssemos daqui, os investidores e os trabalhadores e fôssemos ao Salão Negro ver o quanto que a PETROBRÁS se agiganta perante o mundo e isso é muito bom para nós, é muito orgulho para o povo brasileiro.

Por isso eu encerro essa reunião dizendo: Queira Deus, queira Deus Simon que as experiências do passado não se repitam e que efetivamente os trabalhadores, o Rio Grande e o Brasil ganhem nesse momento da história. Muito obrigado e está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 13h38.

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZ DE ABRIL DE 2007, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezessete minutos do dia dez de abril do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Fernando Collor, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Edison Lobão, Eliseu Resende, Jayme Campos, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Jonas Pinheiro, José Agripino, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, João Tenório, Osmar Dias, Jefferson Péres e, ainda, do Deputado Júlio César. Deixam de comparecer a Senadora Serys Slhessarenko e os Senadores João Vicente Claudino, Romero Jucá, Pedro Simon, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto de Conto e Sérgio Guerra, tendo falta justificada em virtude de estar de licença médica. Dando início aos trabalhos, o Presidente passa à Reunião Preparatória com a presença do Senhor Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a fim de discorrer sobre o cálculo do Produto Interno Bruto – PIB, e outros assuntos afins, em conformidade com a deliberação da Comissão. Após a exposição do Senhor Eduardo Pereira Nunes, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Adelmir Santana, Cícero Lucena, Jayme Campos, João Tenório, Flexa Ribeiro, Jefferson Péres e Fernando Collor. Encerrada a Reunião Preparatória, o Presidente declara aberta a 10ª Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento, Aviso nº 025/BCB-Presi, de 22 de março de 2007, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 23/96, as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, relacionando as operações no período de outubro a dezembro de 2006; e Aviso nº 7/07 (nº 114/GMF, na origem), de 27 de março de 2007, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as carac-

terísticas das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de fevereiro de 2007, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. Os expedientes serão posteriormente encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início, então, à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 56, de 2007, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US\$ 50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, para financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro - PROÁGUA/Semi-Árido”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do PRS que apresenta. A Presidência designa o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório e colocado em discussão, usa da palavra o Senador Inácio Arruda. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2006, terminativo, que “altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir a pneumopatia grave entre as moléstias cujos portadores são beneficiados com a isenção do imposto de renda sobre seus proventos de aposentadoria ou reforma”, de autoria do Senador Romeu Tuma, tendo como Relator o Senador Gilvam Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Flexa Ribeiro Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, colocado em discussão, usa da palavra o Senador Arthur Virgílio. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03-CAE; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2007, não terminativo, que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre o acesso a redes digitais de informação em estabelecimentos de ensino”, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 02 que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 01, de autoria do Senador Cristovam Buarque. A Matéria ainda será apreciada pela

Comissão de Educação com decisão terminativa. Em 20/03/07, foi apresentada a Emenda nº 01, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Osmar Dias, usam da palavra os Senadores Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Garibaldi Alves, Wellington Salgado, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Eduardo Suplicy e Valter Pereira. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator com a Emenda nº 02-CAE, e com a Emenda nº 01-CAE, de autoria do Senador Cristovam Buarque; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2003, não terminativo, que “altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do referido Fundo”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 06/03/07, após a leitura do Relatório pelo Senador Mão Santa, foi concedida Vista ao Senador Romeu Tuma, que devolveu sem manifestação. Em 21/03/07, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Edison Lobão, concluindo pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2007, terminativo, que “altera o Decreto nº 83.304, de 28 de março de 1979, para excluir a possibilidade de recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais, na hipótese de decisão de segunda instância ter negado provimento a recurso de ofício”, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Presidência passa a palavra ao Relator, Senador Delcídio Amaral, que solicita a retirada da Matéria de Pauta para reexame. Usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, José Agripino e Tasso Jereissati. A Matéria é retirada de Pauta para reexame a pedido do Relator, Senador Delcídio Amaral; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2006, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para estabelecer limites à cobrança de multa, juros de mora e despesas de cobrança decorrentes de inadimplemento de obrigações de consumidores”, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de Pauta para reexame a pedido do Relator, Senador Jonas Pinheiro;

Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2006, terminativo, que “altera o art. 1º da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), para incluir Municípios na concessão do microcrédito”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador João Tenório, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. O Presidente encaminha a Matéria para a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, nos termos do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer pelo arquivamento da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, terminativo, que “acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”, de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03-CRA. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2006, Complementar, não terminativo, que “acrescenta inciso ao artigo 19 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1965, que regulamenta o sistema financeiro nacional, para permitir a instituição, pelo Banco do Brasil, de linha de crédito e sua atuação no mercado imobiliário”, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria é retirada de Pauta para reexame a pedido do Relator, Senador Jonas Pinheiro; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a aquisição, pela União, de créditos relacionados à participação governamental obrigatória dos Municípios na exploração de recursos hídricos para fins de energia elétrica, petróleo e gás natural”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Flexa Ribeiro, o Presidente concede Vista ao Senador Antônio Carlos Valadares nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte

minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): ... E a todas, eu queria dar início a reunião preliminar da nossa Sessão Ordinária de hoje a partir da sugestão do Senador Francisco Dornelles para que nós utilizássemos esse período que precede a Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos para trazer técnicos e autoridades que possam contribuir para democratizar informações relevantes que sejam de interesse da Comissão e do País.

E a primeira audiência nesse sentido, esse nosso encontro aqui foi sugerido pelos Senadores e foi com o Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, que é um técnico que mais de 30 anos de carreira no IBGE. Foi aluno de Finanças Públicas do Prof. Dornelles, trabalhava na legislação tributária e foi meu colega de mestrado na UNICAMP em 1976, 77. Em 1977, há 30 anos atrás, já estava no IBGE.

Então, é um profissional que eu tenho imenso respeito, conheço o trabalho intelectual, acadêmico, a dedicação à instituição, e hoje preside a instituição.

E nós estamos também a véspera, na segunda-feira começa o censo, e ao final seria importante também que o Eduardo falasse da contagem da população e do censo agropecuário vai começar em todo o Brasil na segunda-feira próxima. Então também é uma informação de primeira mão.

E nós estávamos aqui conversando, antes do início da Sessão, e ele alertando da necessidade de fazer uma apresentação sobre a questão da evolução demográfica do Brasil, porque isso é decisivo para a reflexão que eu acho que se impõe sobre a reforma da Previdência.

Por exemplo, um dado que nós estávamos avaliando agora, nós temos hoje, 2 milhões de brasileiros com mais de 80 anos. Daqui a 40 anos nós vamos ter, pela projeção atual, 14 milhões de pessoas com mais de 80 anos. Então imagina o impacto previdenciário que hoje a aposentadoria média é com 58 anos, a repercussão que isso terá na sustentabilidade atuarial das contas da contabilidade da Previdência.

Então, eu acho que nós poderíamos também se for possível hoje dar um *briefing* ao final sobre essa questão demográfica para a gente marcar numa audiência seguinte a gente fazer uma exposição específica sobre as principais tendências demográficas e as implicações para as políticas públicas. Nós vamos

mudar o enfoque. Cada vez vai aumentar a demanda, mais de saúde e Previdência e menos demanda nas escolas. Quer dizer, a própria concepção das políticas públicas passa um pouco por essa projeção de evolução das tendências demográficas do País.

Nós vamos então iniciar a apresentação. E a proposta, nessa Audiência de hoje, seria fundamentalmente uma apresentação sobre a mudança de metodologia para a avaliação do Produto Interno Bruto do País. Os resultados foram muito bem recebidos, os principais analistas, com toda a credibilidade do IBGE também uma repercussão muito positiva. Mas, de qualquer forma, os Senadores têm interesse em saber quando foram feitas essas modificações, porque foram feitas. O que é que elas representam. Se há mudanças ainda previsíveis. Acho que seria bem importante que isso ocorresse.

Então, vamos iniciar a apresentação com a palavra do Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Senhoras e senhores, muito bom dia, é com imenso prazer que estou aqui representando o IBGE nessa exposição sobre a metodologia da instituição relacionada ao cálculo das contas nacionais do País. Aproveito a informar a todos que estou acompanhado pela Diretora de Pesquisas do IBGE, Dr^a. Wasmália Bivar. E pelo coordenador da área de contas nacionais do IBGE, Roberto Olinto que me acompanham aqui nessa exposição. Eu vou fazer, tentar fazer uma rápida exposição da metodologia e depois estou à disposição de todos os senhores e senhoras para eventuais dúvidas. O primeiro ponto dessa exposição é para chamar a atenção do significado dessa dita mudança de base das contas nacionais. Mudar uma base significa fazer opções metodológicas, utilizar novas fontes e utilizar novas fontes de dados e estruturas de referência das informações. O primeiro passo para quem quer entender e construir o sistema de contas nacionais é definir o âmbito daquilo que vai ser estudado, que vai ser medido. Conseqüentemente, o primeiro passo é dizer o que é que vai ser considerado como produção dentro do sistema de contas nacionais. Todo esse material exposto aqui já está à disposição do pessoal da organização, então, quem depois quiser aprofundar a análise desses resultados terão todos os slides à disposição.

Um ponto importante é deixar claro que para o IBGE toda a atividade econômica que implicar produzir bens e serviços destinados à venda ou à sua troca no mercado será considerada como produção na economia, independentemente da forma como essa produção é realizada. Pode ser realizada por empresa, pode ser realizada por unidades familiares, pode ser realizada pelos governos ou por instituições sem fins de lucro. E

quando estudo essa forma de organização da produção, eu também preciso saber da forma ou dos modos como essas unidades produtivas se organizam.

Então, nós adotamos alguns procedimentos metodológicos que permitem, ao longo desse trabalho, diferenciar diversas funções de produção da economia, entender e compreender, inclusive à atividade chamada informal ou subdeclarada, porque a economia e as contas nacionais dispõem de ferramentas para fazer esse confronto de informação e permitem também que eu faça duas análises complementares da economia: Uma por atividade econômica e outra por setor institucional.

Como o tema principal é a mudança de base da metodologia de contas nacionais do Brasil, eu gostaria de iniciar dizendo algumas palavras sobre a base antiga. Essa base antiga tinha como principal característica metodológica construir um conjunto de informações sobre a nossa economia que prevaleceu durante o período de 90 até 2003 quando as nossas contas, sempre elaboradas de acordo com as recomendações das Nações Unidas e também as Nações Unidas, de tempo em tempo, elas alteram as metodologias com os seus manuais e no âmbito das Nações Unidas, das recomendações internacionais, nós tivemos três grandes manuais alterando os procedimentos metodológicos. Um em 53, outro em 68 e o último em 1993.

Então, vejamos que esse de 93 já é usado pelo IBGE há algum tempo. Entretanto, na base antiga nós utilizávamos informações apoiadas nos censos econômicos de 1985 e no censo demográfico de 1991. Por dificuldades inclusive orçamentárias da instituição, nós não podemos, ao longo da década de 90, dar prosseguimento ao trabalho de elaboração de censos econômicos a cada 5 anos e, por conta disso, o IBGE iniciou, já na década de 90, um programa de reformulação das suas pesquisas econômicas, programa esse que só começou a entrar em vigor definitivamente na década atual. Até lá, o IBGE em muitas das atividades econômicas, por inexistência de informações provenientes de pesquisas que ainda estavam sendo construídas, ele utilizava indicadores de preço e de volume de uma série de atividades e produtos da nossa economia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só uma pergunta, Eduardo. Quer dizer, depois do censo econômico de 85, quando foi o próximo censo econômico?

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Não houve mais censo econômico depois de 1985 por conta de uma decisão do Governo no ano de 1990, em que, por conta de recursos, restrições orçamentárias, esse censo de 85, que era para ser feito em 90, não foi efetuado. O censo demográfico que seria realizado em 90 só

pôde ser feito em 91 e o IBGE não pôde ficar aguardando uma nova oportunidade de fazer outro censo econômico. Foi exatamente nesse momento que nós substituímos, modificamos o método de elaboração das contas econômicas e das contas nacionais do País. E isso é que vai moldar o sistema de contas nacionais que nós estamos divulgando nesse momento.

Mas, dada a inexistência desses censos e a necessidade de construir indicadores com base em informações sobre o preço e volume, nós lidávamos com uma situação, uma dificuldade concreta na elaboração das contas nacionais que era produto de retratarmos uma economia que vivia num ambiente de hiperinflação.

Então, eu vou dar aqui alguns poucos detalhes sobre a inflação brasileira só para que nós tenhamos idéia do que é que o IBGE teve que fazer durante o período da alta inflação. Só para os senhores terem uma idéia, num período de um pouco mais de 14 anos, a inflação acumulada no Brasil chegou à casa de mil bilhão, trilhão, onze trilhões de pontos percentuais de inflação em menos de 15 anos em nosso País. Em catorze anos e meio tivemos 11 trilhões de pontos percentuais. E lembro que nesse período em que a inflação era trilhonária nós tínhamos que construir contas nacionais com base em índices de preço.

Bom, depois da edição do Plano Real, a inflação de fato caiu. Mas ainda assim, até 2004 ela, de julho de 94 até abril de 94, ela atingiu a casa de 165 pontos percentuais, conseqüentemente, nesse período de 24 anos nós tivemos, no Brasil, 29 trilhões de pontos percentuais de inflação. E isso é o que caracteriza um quadro que os economistas denominam de hiperinflação. Quando a gente fala de hiperinflação. Uma referência que se faz é sempre a da Alemanha. A Alemanha viveu um ambiente de hiperinflação no qual, na década de 20, em um período de 15 meses, ela teve um trilhão de pontos percentuais de inflação. O Brasil, no período de 30 anos, teve 384 trilhões de pontos percentuais de inflação. Ora, um longo período de tempo justamente no momento em que a instituição sequer dispunha de novas informações anuais sobre a nossa economia por conta da suspensão do projeto de realização dos censos econômicos em 1990.

Bom, mas todo trabalho prosseguiu. Na nossa realidade, por conta dessa altíssima inflação, o País passou por várias reformas monetárias do Cruzado, depois o Novo Cruzado, o Cruzeiro, Cruzeiro Real e Real, todas elas mudando as nossas unidades monetárias. Se não houvesse mudança monetária, o que valia, ou valeria no ano de 85 um cruzeiro, estaríamos, essa mesma mercadoria no ano de 1994 valendo 2 quadrilhões de cruzeiro para, por exemplo, pagar um

mero cafezinho. Isso é produto da inflação e era nesse ambiente econômico que o IBGE tinha que calcular as contas nacionais. Se o País não tivesse mudado a moeda, provavelmente, estaríamos vivendo como presenciávamos na antiga Iugoslávia onde havia moedas de até 50 bilhões de dinares, provavelmente para comprar também um cafezinho.

Bom, é essa a realidade que nós enfrentamos. Ainda durante o período do Plano Real, em que pese haver uma redução substancial da inflação, a inflação acumulada ao longo de todos esses anos já chegou à casa de 205%. E o que é que nós fazemos na elaboração das contas nacionais? Construimos em grandezas econômicas com duas unidades de medida, uma que nós chamamos unidade de medida de preço corrente e outra unidade de medida de preço constante. O que é a idéia de preço constante? É a de eliminar o efeito da inflação sobre as variáveis econômicas justamente para medirmos a taxa de crescimento da própria economia.

Então, eu preciso de indicadores de variação do volume de atividade dessa economia e indicadores de variação do preço. Os indicadores de variação do preço, naquele patamar de inflação, que eu mostrei anteriormente.

Então, se eu quero calcular a taxa de crescimento do PIB brasileiro de 2006 em relação ao ano de 2005, eu tenho que isolar o efeito da inflação e calcular exclusivamente a contribuição de cada setor para o crescimento dessa própria economia. Um exemplo concreto é que se eu for calcular a evolução de uma economia apenas por meio dos valores correntes, da magnitude do PIB em cada ano, nós teríamos uma idéia falsa de que o Produto Interno Bruto brasileiro de 2000 até 2005 teria praticamente duplicado. Na verdade, o Produto Interno Bruto não duplicou, o que houve foi uma combinação de inflação com a de variação da produção que gerou esse valor maior. Isolando o efeito da inflação, eu consigo calcular então a taxa de crescimento de cada uma das atividades econômicas e, conseqüentemente, chego ao total da economia. Esse é o trabalho de construção das contas nacionais no Brasil ou em qualquer outro País.

Bom, tendo em vista essa metodologia, aquele trabalho de preparação da nova base do sistema de estatística do País com a reformulação das nossas pesquisas nos anos 90 foi levada adiante. Entramos na década de 2000 com todas as estatísticas novas disponíveis, no lugar dos censos econômicos passamos a ter, a cada ano, uma pesquisa econômica que veio a substituir completamente a necessidade de um novo censo. E, do ponto de vista estrutural, essa nova base das contas nacionais não trouxe mudança con-

ceitual, porque não é o IBGE quem cria o conceito, os conceitos são apoiados nas recomendações internacionais das Nações Unidas e o IBGE participa das reuniões técnicas da ONU para definir procedimentos e conceitos.

Então, nessa base de 2000 não foi introduzido nenhum, nenhuma mudança conceitual e o que houve de fato é que nós permanecemos construindo contas nacionais a preços correntes e preços constantes tal como temos nesse quadro. Conta corrente e conta constante significa saber a taxa de crescimento e a taxa de inflação. Como construir esse trabalho na nova base das contas nacionais? Como já disse, reformulamos todas as nossas pesquisas econômicas nos anos 90 e com isso pudemos entrar no ano de 2000 com uma nova realidade estatística e, daí, a escolha do ano de 2000 como base do Sistema de Contas Nacionais. Sabendo, inclusive, que 2000 foi o ano em que o IBGE também realizou um censo demográfico e que tem uma cobertura de todo o território e de toda a população nacional. Alguns marcos estruturais importantes dessa pesquisa vêm exatamente das pesquisas que nós passamos a fazer anualmente, enquanto os censos econômicos eram realizados apenas a cada cinco anos. Com as pesquisas, nós temos dados sobre receita, despesa, emprego, investimento e todas as informações que nós precisamos para fazer as contas nacionais do País. Além dessas informações estruturais com as pesquisas que passaram a ser contínuas eu tenho dado sobre indústria, comércio, serviço, construção. Ou seja, sobre toda a economia brasileira. E também temos algumas pesquisas que não são realizadas anualmente, mas têm um caráter estruturante de alguns desses setores da nossa economia como o censo agropecuário que foi realizado, o último em 96 e agora em 2007 nós estaremos iniciando o próximo censo agropecuário, 16 de abril, estaremos indo a campo para atualizar as informações sobre o setor agropecuário brasileiro.

Também realizamos uma pesquisa de orçamentos familiares uma em 96, uma segunda em 2003 e agora em 2007 estaremos realizando a terceira pesquisa e essa inclusive eu aproveito para agradecer bastante ao Senador Suplicy, porque foi quem dentro do Senado Brasileiro, sempre apoiou o IBGE na obtenção de apoio institucional, político e orçamentário para a realização desse trabalho. Esse trabalho está em curso. A metodologia de realização dessa nova pesquisa de orçamentos familiares já está desenvolvida e nós estamos agora nos preparando já para ir a campo e atualizar as informações cuja última fonte foi de 2003.

A grande diferença dessa nova pesquisa de orçamentos familiares é que ela passará também a ser

em caráter contínuo. Ou seja, anualmente o IBGE terá informações sobre o padrão de consumo da população brasileira e enriquecendo ainda mais as contas nacionais do País porque o consumo representa mais de 60% do Produto Interno Bruto do País. Também realizamos pesquisas, uma pesquisa sobre o setor informal e chamando a atenção da importância do censo demográfico feito em 2000 e agora no ano de 2007 estaremos também atualizando as informações de população no Brasil.

Bom, também utilizamos uma série de fontes externas do Banco Central, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Saúde, Educação e todas as informações estatísticas, físicas e em valores produzidos no País são, de alguma maneira, utilizadas nas contas nacionais do País.

Bom, então se não fizemos mudanças conceituais, introduzimos mudanças conceituais, que mudanças nós podemos observar nas contas nacionais do Brasil com essa nova base? Uma delas diz respeito ao cálculo da produção do governo. Anteriormente, com a base antiga o método se apoiava no crescimento demográfico. E agora o novo método combina informações de pessoal ocupado no setor público com dados econômicos sobre despesa com material de consumo e salário na administração pública.

Aqui eu tenho um gráfico, um quadro só para explicar o procedimento, não vou me prender a esse quadro, mas esse material estará à disposição de todos os senhores e senhoras para depois avaliarem com mais cuidado. Eu gostaria de entrar direto na explicação de uma mudança que certamente muitos gostariam de entender e sempre perguntam. O que mudou no cálculo da contribuição do governo para o crescimento ou não da economia?

A primeira informação importante é que na base anterior ela era construída num período, como já mostrei, de altíssima inflação no País. Dificultando, portanto, escolher um índice de preço que pudesse deflacionar qualquer valor. Em segundo lugar, vivemos um período, durante os anos 90 tanto em que presenciamos uma disponibilidade de setor de servidor público durante o Governo Collor como também um programa de incentivo à demissão voluntária de servidores do Governo Fernando Henrique. Tanto um quanto outro, trouxe implicações no ponto de vista estatístico, além dos demais, das demais implicações, do ponto de vista estatístico por uma enorme volatilidade no indicador de pessoal ocupado na administração pública, o que certamente traria enormes prejuízos para o cálculo da evolução da nossa economia.

Portanto, não era possível, naquele momento, sequer usar indicador de preço ou de volume de pes-

soal ocupado para evoluir a administração pública. Que alternativa tivemos naquele momento? Sem a possibilidade de medir pelo emprego ou pelos índices de preço, a opção feita foi a de usar um indicador que foi a taxa de crescimento da população. Qual o raciocínio implícito nessa escolha? Um fato de que a prestação de serviço do governo, ela deve, no mínimo, acompanhar o crescimento da população. E se todos nós continuamos vivos, de alguma maneira, o serviço público está sendo prestado a esse cidadão. Todos nós sabíamos que essa não era a melhor opção, entretanto, a melhor opção não se adequava à realidade brasileira dos anos 90 naquele ambiente de altíssima inflação. Agora, com a nova base, e com a estabilidade da inflação, pudemos então introduzir novos procedimentos metodológicos nesse caso. Inclusive eu trouxe aqui um material que já é antigo no IBGE, desde 2002, que nós explicamos o porquê dessa mudança metodológica no cálculo do governo e o raciocínio claro é esse: Se eu tenho que deflacionar valor corrente para tirar o efeito da inflação o primeiro passo é escolher um índice de preço. Qual o índice de preço? IPCA, Índice de Preço por Atacado ou qualquer outro? Sim, mas num período de inflação de trilhões de pontos percentuais como mudança de moeda, como o País viveu e, principalmente, com dispersão de preço como existia no País, aqui essa última coluna dá uma medida da diferença, da magnitude entre o Índice de Preço por Atacado e o índice de preço para o consumidor. Nós podemos ver que no ano de 96 o Índice de Preço por Atacado foi 60 pontos percentuais, 60% menor do que o Índice de Preços ao Consumidor. Seis num e quinze no outro. Já no ano de 99 a diferença foi no sentido contrário. O Índice de Preço por Atacado chegou a 16 e o Índice de Preço ao Consumidor 4. Vale dizer, quem escolher o índice vai dizer se o País está crescendo mais ou crescendo menos. Não tem sentido fazer estatística econômica dessa maneira. Dada a imprecisão, dada a dispersão do indicador econômico, reconheceu-se, naquele momento, que o mais adequado era utilizar como fonte de informação a taxa de crescimento da população. Agora, com a estabilidade da inflação introduzimos então esse novo método de cálculo das contas nacionais no setor do governo onde vamos poder deflacionar despesa, vamos poder também utilizar dados de pessoal ocupado na administração pública para evoluir esse segmento. Aqui são dois gráficos que eu mostro a dispersão entre dois índices. Não podemos correr esse risco. Escolher um índice que se for maior ou se for menor a escolha vai dizer se o País cresce mais ou cresce menos. Por isso nós, durante todo esse período não recorremos a deflatores para medir o setor público brasileiro.

Aqui está um exemplo desse caso. Variação de pessoal ocupado, veja como se comportava o emprego na administração pública de um ano para outro. Não tem nenhuma explicação econômica para esse comportamento. Por isso mesmo, a opção do IBGE foi a de sempre utilizar, para esse longo período na década de 90, o indicador de população.

Agora, falando de toda a série e não apenas a da administração pública um ponto importante que nós utilizamos para divulgar esse resultado foi uma escolha que certamente os senhores também terão de ter interesse em entender como, quais foram os procedimentos. O IBGE adotou um procedimento para evoluir os resultados de 2000 em diante e outro procedimento para retroceder, retroagir esses dados anteriormente a 2000. Com 2000 em diante é mais fácil, como 2000 é o ano base e eu tenho pesquisa econômica para depois dele, eu simplesmente uso as séries históricas das minhas pesquisas. O problema estava em como retroceder essa série.

Então, como para os anos anteriores a 2000 não havia tanta pesquisa, precisávamos adotar alguns procedimentos. Qual foi o procedimento? Mantivemos as taxas obtidas na metodologia antiga e retroagimos os dados com base nas estruturas de ponderação construídas no ano de 2000 e paramos em 1995. Por que esse processo foi interrompido em 95 e não algum ano anterior a 95? Em primeiro lugar porque 95 é o único, o primeiro ano em que nós temos o real como uma unidade de medida do valor para todos os 12 meses. E nós sabemos que uma das funções da moeda é exatamente servir como unidade de medida dos valores. A unidade de medida dos valores em 94, por exemplo, foram 3 nós tivemos o Cruzeiro Real, a URV e o Real. Em qual unidade medida eu vou usar para divulgar o ano de 94? Não terá nenhuma, o usuário não terá nenhuma condição de interpretar aquele resultado. Por isso o IBGE, para efeito de valores econômicos, interrompeu essa retropolação dos dados para o ano de 1995. Ela pára em 95 e a partir de agora ela é para todos os anos, inclusive divulgada trimestralmente.

Se nós compararmos as duas séries, o que é que nós vamos perceber? Que a tendência da economia não foi alterada por conta de uma base nova ou de uma base antiga, o que nós observamos é que a magnitude da economia brasileira foi melhor dimensionada porque agora nós temos pesquisas novas, atualizada e mais abrangentes. E nós, então, temos condições de avaliar o que se passou com essa economia, reavaliar o que se passou com a economia depois de 95. E já explicado porque não antes de 95.

Vou dar um exemplo aqui para a gente entender que por conta dessa retropolação que nós fizemos

dos dados, mantendo as taxas de variação e usando as estruturas das novas pesquisas, esse quadro aqui, ele explica praticamente tudo, a nosso ver. Tem uma estrutura de ponderação da base antiga e aqui a nova. O que é que isso quer dizer? Na metodologia anterior, no setor agropecuário pesava na economia 6,8 e na nova, 4,9. A indústria, 32. Na nova, 24. Os serviços 50, na nova, 67. E os impostos pesavam 10, agora pesam 13. Somando esses ponderadores seja aqui, seja aqui, a soma dará 100%. Vamos admitir um... E foi o que aconteceu no ano, que o crescimento da agricultura tenha sido de 2,7%. Da indústria 4,8, dos serviços 3,6 e dos impostos 7,4. Isso foi o que aconteceu no ano de 2000. Se a estrutura de ponderação for essa, e era antiga, o resultado para o Produto Interno Bruto da economia teria dado, e deu, 4,4% de crescimento no ano de 2000 com base na nova, na antiga metodologia. Com as novas informações, esse dado foi atualizado e o indicador encontrado de 4,3.

No ano de 2000 essa diferença foi até pequena. Mas nós podemos repetir esse exemplo com casos hipotéticos que dão assim dimensões diferentes para aquele mesmo resultado. Se as taxas de crescimento tivessem hipoteticamente sido estas, com a estrutura antiga a economia teria crescido 4%. Com a estrutura nova a economia teria crescido 3,7. Que hipótese foi essa? Que o setor de serviços, que é o que mais cresce, pesa na nova metodologia, ele cresce menos em relação ao método, ao exercício anterior.

Então, crescer mais ou crescer menos é produto de uma estrutura de ponderação. Estrutura de ponderação é produto de trabalhos que o Instituto de Estatística faz ao construir a base do seu sistema de contas nacionais. Traduzindo aqueles dados para um gráfico, nós temos aqui, em linha vermelha, a evolução da economia na base antiga e, em linha verde, a evolução da economia na nova base. O 4,3 é aquele exercício que eu mostrei anteriormente em que na linha vermelha, base antiga, daria 4,4. Na nova, 4,3. Todos podem perceber que não há alteração na tendência de comportamento da economia ao longo desse tempo, a não ser o último ano, exatamente porque é aquele que nós dispomos de informações mais atualizada. Concretamente seja uma base antiga, seja uma base nova, quando nós comparamos o Brasil com outras economias, a nossa posição é bem clara, se nesse quadro olhando a evolução da economia brasileira de 95 a 2005, o que é que nós vamos observar? Que a economia brasileira que está em linha vermelha, ela, ao longo desses 11 anos de evolução, ela apresentou um ritmo de crescimento acumulado apenas superior ao da Argentina. Superado pelos Estados Unidos, pela China e Índia e pela Coreia do Sul e pelo Chile.

Se nós compararmos apenas os quatro principais países da América Latina, vamos observar novamente o mesmo comportamento. A economia brasileira tem uma performance semelhante à mexicana, bem inferior à chilena e bem menos, bem superior e menos irregular que a da economia Argentina. Esses são indicadores que são produzidos a partir das informações. Esses números só são possíveis com base num sistema de informação coerente ao longo do tempo. O que nós fizemos foi buscar essa coerência por meio de uma base que nós estamos trabalhando e agora atualizando por conta de mais informações que o nosso País pôde ter com a realização de mais pesquisas ao longo da década de 90.

Bom, Sr. Senador, Senadores, Senadoras, era essa a apresentação que eu tentei fazer de forma rápida, inclusive para que esteja aqui à disposição de todos para maiores esclarecimentos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Presidente do IBGE. Então abrindo aí para qualquer solicitação de esclarecimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Presidente Eduardo Pereira Nunes, do IBGE, primeiro quero cumprimentar a V.Sa. e ao IBGE pelo trabalho realizado. E gostaria de fazer duas perguntas. Uma relativa a pesquisa de orçamento familiar, que foi objeto inclusive de estudo recente por parte de economistas do IPEA como Ricardo Paes de Barros, o Samir Cury e outro economista e que indicaram uma modificação do ponto de vista daquilo que haveria de renda entre os diversos segmentos da população indicando que o grau de pobreza absoluta no Brasil estaria inclusive tendo um progresso maior do que o que havia sido antes detectado. Então, eu agradeceria se puder nos dar uma informação a respeito deste assunto.

Em segundo lugar, se nesta nova metodologia do IBGE também passou a se considerar de uma maneira mais adequada do que anteriormente aquilo que o valor acrescido à economia pelas Organizações Não-Governamentais. E, então, como é que isto foi considerado e qual é a importância hoje destes serviços que cresceram de maneira bastante significativa, sobretudo nos anos 90 para cá e se podemos ter uma estimativa melhor a respeito deste setor.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Bom, em relação às suas, as duas perguntas do Senador Suplicy. Em primeiro lugar, sobre a comparação feita com dados da POF e com informações produzidas pelo IBGE, inclusive pela PNAD e pelas contas nacionais, no estudo de vários economistas, inclusive pelo IPEA, em que faz essa constatação citada pelo Senador, eu poderia até

colocar aqui esse nosso gráfico que revela a evolução da magnitude do Produto Interno Bruto da economia brasileira. E nessa evolução já está embutido uma primeira parte da resposta. Na nova metodologia, o IBGE identifica uma economia com uma dimensão relativamente superior àquela que era estimada anteriormente pela instituição. E dentre os segmentos que tiveram maior peso dentro das contas nacionais na nova base, nós vamos ter exatamente o setor familiar.

Quer dizer, essas informações relativas aos dados da POF, e da PNAD, e tantas outras informações de renda também foram incorporadas ao novo sistema de contas nacionais e, portanto, estudos semelhantes se realizados agora com base nas novas contas nacionais do Brasil vão chegar às mesmas conclusões que haviam sido feitas com base na POF. Ou seja, o IBGE, ao atualizar a base do sistema de contas nacionais também mostra que a renda das famílias é na nova base, maior do que a anterior. Somente lembrando que nas contas nacionais nós não fazemos decomposição dessa renda por extrato é só o total da renda do segmento familiar.

Uma outra explicação para o crescimento dessa magnitude é a resposta à segunda questão apontada pelo Senador. Nós também, nessa nova metodologia, realizamos estimativas das instituições privadas sem fins de lucro que são, que trabalham a serviço das famílias. Partidos políticos, Organizações Não-Governamentais associações religiosas, hoje nós temos um cadastro de informações de todas essas instituições e fazemos estudos específicos para verificar a magnitude e o número de pessoas e a renda gerada em cada um desses segmentos. São essas informações que nós utilizamos para fazer essa estimativa dessas instituições e a partir de agora todos os anos esses dados serão anualmente divulgados nas contas nacionais do País. Na velha base nós divulgávamos empresa, família e governo. Na nova base teremos empresa, família, governo e instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permite perguntar, Presidente Eduardo Pereira Nunes, talvez fosse até interessante se V.Sa. puder distribuir, Presidente, para nós um... Qual é o questionário típico utilizado pelos pesquisadores do IBGE por ocasião da PNAD e qual é o questionário típico utilizado por ocasião da pesquisa de orçamento familiar? E se... Acho que é um dado importante para nosso conhecimento, em que, por que razão e em que medida a pesquisa de orçamento familiar pode nos dar uma informação ainda mais completa sobre os diversos tipos de rendimento das pessoas e das famílias? Por que é que a POF pode nos dar uma indicação eventualmente ainda

mais precisa do tipo de rendimento, rendimento seja do trabalho, seja rendimento de alugueis, de juros, de lucros. Seja... Transferências de renda. Em que medida a PNAD ou a pesquisa de orçamento familiar detecta melhor e acho que se pudermos ter a cópia do questionário nós teremos ainda com maior precisão a compreensão do método do IBGE.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: ... Eu remeterei cópia dos questionários, nós também temos um texto que explica porque podemos inclusive ter uma renda estimada de forma mais precisa na POF do que a PNAD. Adianto apenas que um dos motivos dessa maior precisão é que a POF também mede renda não monetária.

Então, todos os donativos recebidos em espécie e não em dinheiro são computados para calcular a capacidade de consumo das famílias. Como o que eu quero medir é o consumo, eu preciso saber, na POF, todas as fontes de renda utilizadas para o consumo, mesmo que essa renda tenha sido em espécie. Na PNAD somente a renda monetária.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Presidente Aloizio Mercadante, Presidente Eduardo Pereira Nunes, nós vimos o tanto quanto é importante para as contas nacionais a questão das pesquisas e dos censos. Cada vez que se ampliam essas pesquisas mais próximo ou mais reais se tornam os dados sobre as contas nacionais. Meu questionamento é que nós sentimos também que a questão com relação aos censos e às próprias pesquisas, muitas variações existentes. Se existe daqui para frente um estudo de regularidade desses censos tanto o censo demográfico como o censo que vai ser realizado, o censo agropecuário, enfim, todos os censos, porque o que nós sentimos é que as variações foram modificadas em razão de recursos, em razão de dotações. Se existe daqui para a frente efetivamente um estudo que dê regularidade a essa questão, principalmente dos censos, uma vez que as pesquisas, como o senhor relatou, elas as são buscadas de qualquer fonte, todas elas são consideradas pelo IBGE. Essa é a minha, é o meu questionamento com relação principalmente aos censos.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Eu responderia ao senhor, Senador, por esse slide aqui, onde o trabalho do IBGE é jogar todas essas pesquisas para cima, ou seja, fazer com que todas as nossas pesquisas sejam contínuas, feitas de forma anual. Essas já foram realizadas, portanto, do ponto de vista dos censos essas já são contínuas e são anuais. Lembrando inclusive que várias delas são até mensais. Eu tenho uma pesquisa mensal de indústria, uma pesquisa

mensal de comércio e estamos trabalhando para fazer uma pesquisa mensal de serviços. A pesquisa mensal de serviços não é um problema de decisão do IBGE nem orçamentário é uma questão metodológica extremamente complexa e que nós estamos trabalhando para implementar uma pesquisa de serviços também. O nosso problema--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pode convidar o Senador Adelmir que ele sabe tudo de serviços, né?

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Pois é, será bem-vindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É exatamente a área de interesse dele. Mas depois dessa intervenção não aprova mais o orçamento mais aqui se não tiver pesquisa de serviço.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Em compensação vai precisar de um consultor *full time*, porque ele vai demandar muito tempo da nossa instituição e muito esforço para identificarmos as variáveis que vão conseguir informar a evolução de um setor que não é tangível. É fácil medir a evolução da indústria e do comércio porque eu tenho indicadores próprios para isso, para serviços é mais difícil.

Bom, no lado das pesquisas que ainda não são contínuas, principalmente a demográfica e a agropecuária, o IBGE, este ano, está começando agora, dia 16 de abril, um censo agropecuário e uma contagem de população. Na verdade, estamos fazendo três pesquisas. Com censo agropecuário, uma contagem de população e um cadastro dos domicílios e das unidades agropecuárias. Com que finalidade? Com a finalidade de depois dessa pesquisa, utilizarmos os dados cadastrais para construirmos amostras para que anualmente e de forma contínua possamos ter indicadores demográficos e agropecuários de evolução do nosso País. Uma vez implantado o censo, a contagem e esse cadastro estiver atualizado e pronto, mais duas dessas linhas estarão se transformando em atividade contínua. Para isso é preciso que o trabalho da contagem e do censo seja bem-sucedido. E para isso eu conto também, inclusive, com o apoio do próprio Senado na divulgação desse trabalho. Porque é um trabalho em que a confiança da família e do produtor agropecuário de que as informações terão tratamento exclusivamente estatístico são fundamentais para que nós tenhamos sucesso nessa operação. Ela começa dia 16 de abril e vai até dia 31 de julho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria, antes de passar a palavra ao Senador Cícero Lucena, reforçar essa intervenção do Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, para

que os Senadores repercutam, ao longo dessa semana e início da próxima a importância da população de participação no censo demográfico na contagem da população. E no censo agropecuário. Nós temos lideranças importantes aqui do campo. Lideranças que têm grande presença no mundo rural e que podem ajudar a sensibilizar a população. Evidente que eu imagino que os meios de comunicação também darão grande destaque a essa pesquisa. Os Governadores estarão participando na segunda-feira da divulgação do censo. Haverá também uma coletiva do IBGE, mas nós estamos recebendo, em primeira mão a informação e poderíamos ajudar a repercutir no Plenário, entrevistas de rádio, televisão. Os Senadores têm muito acesso aos meios de comunicação nos seus Estados. Alertando à população da importância de participação. E a partir da intervenção do Senador Adelmir Santana, eu vou já comunicar ao Presidente do IBGE que eu vou apresentar um Projeto de Lei, qualquer mudança metodológica em relação a censo ou decisão de não fazer, ou alterar o calendário das pesquisas e das pesquisas que estão, são regulares nas séries históricas, pesquisas de orçamento familiar, PNAD, tem que ter uma audiência previa no Senado e na Câmara antes de qualquer alteração metodológica. Eu acho que isso é uma questão fundamental.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Exatamente para que haja a regularidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para poder ter previsibilidade das contas, e nós possamos agora, nós temos um quadro de estabilidade monetária, o que País possa ter capacidade de entender a sua história econômica com rigor. Eu acho que a mudança metodológica era indispensável. Foi muito bem analisada e foi muito bem recebida pelos analistas. Mas, nós temos que ter séries históricas estáveis, duradouras, sem isso você não consegue ter uma leitura mais detalhada. Eu acho que o Senado poderia assumir essa responsabilidade de qualquer mudança metodológica ser precedida de Audiência Pública para que a gente analise o impacto, discuta e eventualmente, inclusive, interrompa caso não haja, não seja muito bem fundamentada. Eu acho que nós temos que ter estabilidade nas séries para poder analisar a história com mais rigor. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito oportuna, Presidente Mercadante, a preocupação com essa estabilidade e até a verificação e a discussão antes, não depois do fato consumado.

Presidente, do IBGE, Sr. Eduardo Pereira. O senhor, na sua explanação, falou que a metodologia tinha como base uma orientação internacional. E também

na sua explanação o senhor colocou algumas comparações que normalmente é feito em relação ao crescimento de outros países, de outros continentes, mas em particular, na América Latina, se há alguma disparidade entre a metodologia adotada, por exemplo, com o Brasil, com a Argentina, com o Chile, com o México ou com qualquer outro País, se há alguma disparidade que possa ser aqui citada? Outra preocupação que tive após a intervenção do Senador Adelmir Santana é no sentido de que se o maior peso da base de cálculo é o serviço e não há segurança na metodologia do cálculo do serviço, se isso não pode estar influenciando no resultado do cálculo? E também, só para questão de esclarecimento, eu perguntaria sobre a bolsa-família. Como está nessa base de cálculo? Como um gasto de governo e apenas um gasto de governo? Se está como uma renda de família e somente na renda de família e se está computada como informal ou que forma se encontra a Bolsa-Família no contexto dessa base de cálculo? Muito obrigado.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Bom, Senador, em relação a primeira pergunta sobre disparidade metodológica, o IBGE, coincidentemente, nesse momento, está elaborando um trabalho para a Comissão de Estatística das Américas que é um órgão que apóia a Comissão Econômica para a América Latina, órgão esse que pertence às Nações Unidas e nós estamos fazendo um trabalho para essa Comissão de Estatística comparando as metodologias de todos os países latino-americanos. Até já posso antecipar uma parte desse relatório que nós estamos apresentando, que nos países citados pelo senhor: Brasil, México, Colômbia e Chile são, na nossa região, os países que têm o sistema mais avançado em termos de quadros de divulgação dos resultados. Não significa que a metodologia seja diferente. É muito mais uma maneira de retratar os resultados da economia. Brasil, México, Chile e Colômbia têm um conjunto maior de quadros para a nossa realidade. A Argentina não. A Argentina tem um conjunto mais simplificado de informações sobre economia. Então, a Argentina, a Venezuela e alguns outros países, mas citando primeiro os mais importantes, eu repito, Brasil, Chile, México e Colômbia estão no mesmo nível de desenvolvimento do seu sistema estatístico. Do ponto de vista metodológico, todos são semelhantes. Se o sistema estatístico é abrangente, a qualidade da informação divulgada será também mais abrangente. E isso, para responder, a segunda questão apontada pelo senhor a respeito dos serviços. O setor de serviços, no Brasil, ele, por conta das pesquisas atuais que nós fazemos anualmente, setor de serviços, ele é tão bem coberto nas nossas estatísticas quanto a indústria, quanto o comércio, quanto a agricultura e os

demais segmentos da economia, inclusive o governo. Mas, quando divulgamos os dados anuais.

Então, quando eu digo que a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil no ano de 2000 foi de 4,4, nós temos certeza plena de que a atividade e serviços naquele ano está absolutamente bem coberta e bem trabalhada. A dificuldade a que eu mencionei é que eu não tenho pesquisa em caráter mensal para o setor de serviços como eu tenho para a agricultura, para a indústria, para o setor de comércio. Nós estamos avançando no sistema. Ele não é precário. Eu tenho informação para o ano. O que eu quero é fazer essa informação também ser muito boa a cada mês. Essa informação mensal é que nós ainda não temos. Mas isso não prejudica a qualidade das estatísticas do País.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos agora à última intervenção.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Ah, desculpa, a Bolsa-Família. Em relação a Bolsa-Família. Quando nós construímos as contas nacionais do País nós construímos um conjunto de equações. É claro que, infelizmente, o que mais se dá atenção ao País é o cálculo do PIB, que mede a produção gerada na economia. Mas existem outras transações, outros agregados macroeconômicos tão e até mais importantes do que o próprio Produto Interno Bruto. Um deles é o da renda disponível por cada segmento da economia e renda disponível não é só a renda que cada um recebe por trabalhar ou por ter um capital ou por ter a terra. Inclui também as rendas recebidas por transferência. Porque quando eu vou medir o consumo, as pessoas utilizam, para consumir, a renda do salário, a renda do capital, a renda da terra e também renda recebida de doativo. Assim como eu preciso descontar o que eu pago de imposto na fonte e outros rendimentos.

Então, para medir a renda das famílias que eu vou usar para calcular o consumo, o que eu estou medindo nesse momento não é renda gerada, mas a renda distribuída e isso faz parte do quadro de informações que está no sistema de contas nacionais.

Então, a publicação dá todos os agregados macroeconômicos que permitem inclusive identificar quanto o governo transfere para as famílias e quanto as famílias transferem para o governo, por exemplo, sob a forma de impostos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jayme Campos, a última, depois o Senador Flexa Ribeiro. Eu peço agora brevidade nas perguntas e nas respostas para a gente pode entrar na nossa Sessão Ordinária. Nós vamos ter que, evidentemente, convidar de novo o Presidente do

IBGE, para fazer a apresentação do censo demográfico e também da questão das mudanças na distribuição da renda. Senador.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Presidente Mercadante, Sr. Presidente do IBGE, Dr. Eduardo, serei, atendendo aqui o pleito do nosso Presidente, bem pragmático, sobretudo, objetivo na minha pergunta.

Primeiro eu quero cumprimentar o IBGE, eu particularmente tenho uma admiração profunda pelo IBGE, em que pese a precariedade, tendo em vista a falta de recursos suficiente no longo da sua história, contudo tem prestado um serviço relevante ao nosso País. De forma que eu cumprimento os servidores daquela instituição, sobretudo aquele órgão público que eu, particularmente, tenho admiração na medida que eu tenho visto as dificuldades, contudo, tem prestado um bom serviço. Mas eu quero fazer apenas uma pergunta para o senhor ou duas. Esse censo demográfico que vai ser realizado essa pesquisa, tanto do censo agropecuário como populacional etc, eu imagino que os pesquisadores têm que ter um treinamento básico para ir a campo. Eu pergunto ao senhor quanto tempo um pesquisador desse é treinado para ir a campo para que de forma efetiva, sobretudo perfeita, ele possa ter realmente as informações para que essa informação, ela seja transformada num dado estatístico que retrate a verdade? Então a minha pergunta objetivamente é essa: Quanto tempo esse pesquisador é treinado para ir a campo e se esse treinador após feito esse trabalho, existe um trabalho de revisão a campo, através de uma amostragem em que a sociedade possa confiar de tal forma nesses dados que certamente é a base da sociedade brasileira num todo tanto no campo do comércio, da indústria, mas, sobretudo, outras informações precisas, até mesmo para investimento e outras pesquisas que certamente é fundamental para o bom andamento do nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou pedir que o Senador João Tenório e Senador Flexa Ribeiro façam as suas arguições. E o Presidente Eduardo responderá em bloco para a gente poder dar início a nossa Sessão Ordinária.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Dr. Eduardo Pereira, Presidente do IBGE. Primeiro que tudo um registro sobre a importância do IBGE para a vida nacional. Só aqueles que lidam com alguma atividade que carece de informações estatísticas compreendem exatamente o valor dessa instituição pela disponibilidade de dados e, sobretudo, pela qualidade das informações que o IBGE informa, oferece à sociedade como um todo e muito particular aqueles que lidam e precisam de estatística no Brasil.

Sr. Presidente, entendemos perfeitamente que a mudança de conceitos e paradigmas que foi utilizado para essa nova, esse novo modelo de medir o PIB brasileiro, ele afetou sobremodo a medição do Produto Interno Bruto do Brasil no ano de 2006. Só que para se calcular o valor absoluto tudo bem. Agora para se calcular o valor relativo, ou seja, quanto o PIB cresceu em relação ao ano anterior, me parece que a percepção que eu tenho e que muita gente tem é que deveria ter sido aplicado os mesmos paradigmas para calcular igualmente o PIB de 2005. Senão, neste momento, neste intervalo de tempo haveria uma diferença expressiva, digamos assim, dessa medição. Isso não quer dizer que o tamanho do PIB esteja calculado de uma maneira inadequada, apenas que para que houvesse uma quantificação adequada da variação do PIB 2006/2005, a base de cálculo que era 2005 deveria também se submeter aos novos critérios que foram usados para calcular o PIB 2006.

Então, se essa percepção é verdadeira, Sr. Presidente, e se se aplicasse sobre 2005 esse mesmo critério que foi usado para contar o PIB de 2006, qual deveria ser, de fato, o aumento do PIB entre estes dois anos?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Dr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do IBGE. Eu quero lamentar, primeiro, Presidente Mercadante, de não ter assistido a palestra do Dr. Eduardo, estava no gabinete atendendo alguns Prefeitos do Pará que hoje chegam em massa, os Prefeitos do Brasil inteiro aqui a Brasília. Mas, assisti uma parte pela televisão e, pela TV Senado. E V.Exa., eu quero também parabenizar o IBGE. Eu acho que o IBGE é um órgão da maior importância que acompanha e mede o crescimento e as taxas do nosso País. E acho, Senador Mercadante, eu defendo a tese de que o Executivo tinha que ter o plano de gestão e metas a serem atingidas não apenas discursos. Nós teríamos que medir, definir a gestão, definir as metas a serem atingidas e medir para saber se elas foram ou não atendidas. Sob pena de como num sistema Parlamentarista você ter que ter a troca do Executivo que não atingiu aqueles objetivos que o País pretende alcançar. Eu acho que aí nós iríamos melhorar bastante. Devíamos deixar de fazer política com P minúsculo, para fazer política com P maiúsculo em benefício da sociedade. V.Sa., Dr. Eduardo, parece que nessa mudança de metodologia colocou que para o cálculo do IBGE seriam computados os gastos do governo, inclusive com questão também da massa salarial.

Então eu pergunto a V.Exa., a V.Sa. se havendo o aumento do quadro de pessoal do governo ou o aumento de salário dos trabalhadores do governo, se isso influenciaria e aumentaria também, teria levado em conta em relação ao aumento do PIB? O aumento do quadro e também com o aumento do valor do salário do funcionalismo público? E uma outra questão é que com essa mudança que foi feita agora na metodologia do cálculo do PIB, havendo um acréscimo de... Não chega acho que meio ponto percentual aí no PIB de 2006, eu perguntaria a V.Sa. se os patamares de aplicação na aplicação em saúde pelo Governo Federal foram atingidos com base no novo PIB calculado pela nova metodologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos ter que... É a última intervenção do Presidente Eduardo, porque nós temos que dar início a nossa Sessão Ordinária. Com a palavra o Presidente do IBGE.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Bom, eu gostaria então de aproveitar para agradecer as palavras elogiosas à instituição. Fico muito grato em saber que é essa a imagem que o Senado tem da nossa instituição e nós fazemos todo o esforço para, Senador, digo ao senhor, nós fazemos estatística com E, maiúsculo, inclusive porque o senhor cita um plano de compromissos. A nossa instituição publica, ao início de cada semestre, o seu plano de desempenho de metas institucionais a serem cumpridas ao longo de todo o semestre. E uma parte da remuneração dos servidores é função do cumprimento dessas metas. Se cumpriu 100% das metas, 100% do salário será pago. Se uma parte dessas metas não forem cumpridas, uma parte do salário também é reduzido, não na mesma proporção, mas tem uma combinação e eu acho isso também extremamente importante. E isso, certamente, contribui para que a nossa capacidade de produção seja tão elevada. Mas, digo ao senhor, mesmo antes da existência dessas metas institucionais a nossa instituição sempre trabalhou com muito zelo, mesmo na época em que os recursos não eram tão suficientes para realizarmos todas as nossas pesquisas. Diria que hoje o IBGE não passa pela mesma dificuldade do ponto de vista orçamentário. Tem havido, da parte do Congresso, que aceita proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo relativo ao IBGE praticamente o que o Executivo encaminha o Congresso aprova. E o que o Executivo encaminha atende a necessidade do IBGE para o ano corrente. O grande problema é que temos um passivo muito grande, inclusive salarial e que com o tempo precisaremos ir recompondo. Não faremos isso num ano só. Mas isso tudo faz parte de uma forma de gestão da nossa instituição.

Então, agora, respondendo a questão inclusive do censo e do treinamento. O IBGE inicia agora dia 12 o treinamento e esse treinamento foi realizado por várias etapas. Numa primeira etapa nós treinamos 340 servidores da instituição de todos os Estados que repassariam esse treinamento para os representantes do seu próprio Estado. Então a primeira etapa nós treinamos 300 pessoas, essas 300 pessoas deram, numa segunda etapa, um treinamento para duas mil e oitocentas pessoas também do IBGE. Essas outras duas mil e oitocentas pessoas treinaram quinze mil supervisores e agentes censitários e esses quinze mil deram treinamento final para os sessenta e oito mil recenseadores que estarão indo ao campo na próxima semana.

Então, é uma escala progressiva em que nós vamos analisando o grau de dificuldade. Primeiro, dentro da casa, com os mais experientes, depois para os mais experientes no Estado e depois passamos para os oitenta mil que foram recenseados. E quanto a pergunta que o senhor fez sobre a revisão, esse questionário que será aplicado a partir de 16 de abril não envolverá mais o uso de papel, será todo ele feito por um equipamento de mão idêntico a esse, um palm top em que teremos o cadastro do domicílio, o questionário da contagem de população e o censo agropecuário. O questionário, ele já envolve uma série de procedimentos de crítica, o trabalho só é terminado pelo recenseador quando as críticas internas são satisfeitas. Depois, o supervisor faz o trabalho para verificar se o recenseador realizou toda a atividade. E uma vez terminado cada questionário, ele transmite essas informações para o computador central do IBGE porque esse computador, esse palm top é conectado à internet. E o nosso computador central tem outros sistemas de crítica que já vai identificando o local onde pode estar havendo problemas. Mesmo quando não há problema, a cada 100 domicílios que um recenseador completo, o supervisor é chamado a voltar a um determinado número de domicílios escolhidos aleatoriamente na sede e que o supervisor tem que ir ao local para checar a informação que foi prestada. Ele checa a informação sem saber o que o recenseador registrou. Se há diferença, ele é chamado a atenção. Se é idêntico o processo continua.

Então, o trabalho de crítica, de revisão e de controle de qualidade é completo. O que nós ainda precisamos assegurar é que as famílias e os proprietários agrícolas recebam os recenseadores do IBGE para que a informação fornecida seja rápida e de qualidade. Nós estamos, nesse momento, num trabalho de convencimento do nosso informante. O treinamento do recenseador já foi concluído a semana passada, tá?

Bom, em relação a pergunta do Senador João Tenório sobre os dados da economia brasileira de 2006 e 2005. Esse quadro aqui... Não, 2006, 2005 e 2006. Isso.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Se essa mesma metodologia fosse aplicada em 2005 qual de fato teria sido...

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Então aqui está a resposta, a metodologia aplicada para 2006, também foi aplicada para 2005 e no ano de 2005, a taxa de crescimento da economia foi 2,9% quando na versão anterior teria sido de 2,7%.

Então, houve uma variação para mais de 0,2 pontos percentuais no ano de 2005.

Então, esta é a nova série de todos os dados calculados desde 2000 até hoje com base na nova metodologia. Esses dados estão inclusive num CD que eu já deixei gravado aqui para os senhores e aí poderão olhar com mais atenção, e mais tempo.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): O aumento do PIB entre 2006 e 2005 considerou que o cálculo de 2005 já estava corrigido pelo método?

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Exatamente. Assim como 2005 considerou o mesmo para 2004, assim sucessivamente até 2000, por isso 2000 é o ano base, de 2000 em diante todos os cálculos foram feitos da mesma maneira.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Houve também uma alteração 95/2000, só que não pode ser a mesma consistência metodológica porque você não tinha censo para poder estabelecer a base de dados. Então foi feito um ajuste em 95/2000. E 2000 para frente a base de dados é o censo 2000.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Nós também temos. Temos exatamente o que o senhor perguntou, temos um outro quadro que eu não trouxe aqui para essa apresentação, mas posso eu enviar para o senhor, sem nenhuma dificuldade. Qual era o resultado da base antiga e qual era o resultado da base nova, isso absolutamente disponível, de 95 para cá. Inclusive eu deixei aqui por meio do gráfico. Eu não estou com o dado, a tabela, mas o gráfico está aqui.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Presidente, Presidente. Presidente.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Senador Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM):

Posso fazer uma pergunta?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós estamos já encerrando a audiência, mas vamos abrir.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para bem rapidamente, não, para a gente poder dar início a nossa Sessão Ordinária. O interesse foi grande, mas temos uma pauta de 11 itens para votar. Mas vamos rapidamente Senador Jefferson Peres e Senador Fernando Collor e nós encerramos. Pediria bastante objetividade.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Eu cheguei atrasado, vou ser bastante objetivo, Sr. Presidente. Talvez a pergunta tenha sido feita. Esse ajuste metodológico já se tornava imperioso há muito tempo, por que demorou tanto a ser feito? Essa a pergunta mais por curiosidade do que, nenhuma suspeita do IBGE. Deixo claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Sr. Presidente do IBGE. A minha pergunta relaciona-se ao cadastramento das chamadas famílias merecedoras do recebimento do Bolsa-Família. Primeira objetivamente pergunta seria se o IBGE fez parte do grupo que fez o levantamento do número de famílias pobres existentes no Brasil e que recebem a Bolsa-Família?

Segundo lugar, se, no IBGE não participou desse levantamento, agora no censo de 2007, se o IBGE fará, até para checar as informações obtidas nesse levantamento primeiro que não foi feito pelo IBGE e com, e se o IBGE fizer esse levantamento de 2007, para se fazer o cotejo dessas duas informações?

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Bom, é... Eu vou então responder ao Senador Jefferson Peres, depois eu volto à questão apontada pelo senhor, inclusive sobre o gasto de pessoal ocupado. Em relação a pergunta do Senador Jefferson Peres, por que só agora? Como eu havia mostrado desde o início da exposição, esse é um trabalho preparatório que o IBGE veio realizando ao longo da década de 90 da construção de um cadastro de empresas que depois se transformou num conjunto de pesquisas anuais feitas de forma contínua. Essa primeira pesquisa começou em 1994, na indústria, depois fizemos serviço, comércio, construção e depois, por último, o censo demográfico. E só foi concluído o trabalho no ano de 2000. Foram seis anos de reformulação do sistema estatístico do IBGE. Dois mil estava pronto. Começou o trabalho de preparação

da nova base. Quando que nós começamos? O censo de 2000 só esteve à nossa disposição a partir de 2002, o conjunto dos resultados.

Então, a construção da base nova começou em 2002. Nós tivemos que rever todos os cálculos do País, uma coisa colossal, com uma equipe bastante pequena. Levamos quatro anos fazendo esse trabalho. E por que só agora publicamos? Porque nós só podemos publicar o dado da nova base quando tivermos o dado até o último ano imediatamente anterior. Para evitar que daqui para frente continuemos a publicar duas novas versões de contas nacionais para o País.

Então, o momento foi esse. Somente agora concluímos um trabalho que, na verdade, começou em 1990. Até lá fizemos o trabalho com a base antiga e a partir de agora somente com a nova metodologia. Tá?

Em relação a pergunta do Senador Collor, em relação as pesquisas do Bolsa-Família, essa, esse é um trabalho feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social, do qual o IBGE não faz parte.

Então, cadastro de famílias que são alvo do benefício do Programa Bolsa-Família é realizado exclusivamente pelo Ministério do Desenvolvimento Social, porque esse é um cadastro de informações administrativas. O IBGE só faz uso de informação estatística. Vale dizer, qualquer cadastro que o IBGE utilize não pode ter outra finalidade senão a estatística. Consequentemente, com a contagem da população, nós teremos um cadastro de domicílios e não de famílias e de pessoas. E esse cadastro terá função exclusivamente estatística, então não será utilizada para o Bolsa-Família, até porque não perguntamos renda de cada uma das pessoas dentro do domicílio. E por último, em relação ainda a pergunta feita anteriormente, esse gráfico não tem os valores para cada ano, mas é exatamente o que foi solicitado pelo Senador. A comparação entre a nova e a velha série.

E por último, a sua pergunta sobre se a metodologia para medir salários e pessoal ocupado afeta o PIB do setor público assim como do setor privado. Se o governo brasileiro, se as empresas brasileiras aumentarem o salário de todos os cidadãos, o consumo vai aumentar, a poupança vai aumentar a economia certamente vai crescer mais. Produto Interno Bruto tem como contrapartida a renda interna bruta. Sempre que a renda crescer, o produto cresce. Se for renda do trabalho do capital e dos outros fatores de produção utilizados no processo produtivo. Vale dizer, se aumentar o emprego, se aumentar a renda, seja no setor público, seja no setor privado, o Produto Interno Bruto da economia haverá de crescer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por consumo não por-- cálculo da própria renda.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: É por efeito do uso da renda no consumo. Se eu ganho mais e uso essa renda no consumo, esse meu consumo maior vai demandar mais alimentos, mais medicamentos, mais automóveis, mais casas e a economia cresce.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas a massa salarial não, não entraria no cálculo do--

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: A massa entra na magnitude do PIB.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então entra também a massa salarial.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Todas as informações econômicas entram no cálculo do PIB.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu agradeceria primeiro ao Presidente do IBGE, reafirmando o que já foi dito aqui. É uma instituição que tem uma imensa credibilidade, presta um imenso serviço ao País, como foi bem demonstrado foi possível fazer uma alteração metodológica consistente a partir de 2000. Porque nós temos uma nova base de dados e foi possível retroagir parcialmente até 95 porque nós temos estabilidade. O período de 80 a 94, foi demonstrado aqui, nós tivemos uma inflação acumulada de 23 trilhões?

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: 29.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): 29 trilhões de pontos percentuais. Ou seja, a fragilidade metodológica era a expressão de um período de hiperinflação que dificultava a medida do valor. Nós não tínhamos uma moeda para medir o valor. De qualquer forma, a atualização é bastante consistente. Acho que nós estamos num caminho que permite ao País, pela própria estabilidade, pelo trabalho profissional do IBGE, que está amparado em metodologias internacionais. Nós descobrimos, enfim, a nossa trajetória recente e termino pedindo a todos os Senadores que divulguem e peçam apoio da população à contagem da população e ao censo agropecuário que começa na próxima segunda-feira.

Por último, fica acordado já previamente uma nova audiência com o Presidente do IBGE, para nós discutimos, em especial, a evolução demográfica do País. Os dados, ou nós passamos a discutir isso com uma certa antecedência, ou nós viveremos desafios monumentais das políticas públicas. Só uma informação que foi dada hoje. Nós temos hoje 2 milhões de brasileiros com mais de 80 anos. Daqui a 33 anos nós teremos 14 milhões de brasileiros com mais de 80 anos. Mantida a tendência atual. Com a aposentadoria média aos

58 anos, você imagina o que é que vai representar o problema previdenciário, a sustentabilidade da Previdência a longo prazo. E a base de sustentação, quer dizer, há uma redução do crescimento demográfico também, que seguramente vai ficar registrado nesse próximo censo e a trajetória é uma queda continuada da taxa de crescimento demográfico. Então nós precisaríamos fazer uma discussão sobre as projeções demográficas e já fica antecipado aí o convite. Nós marcaremos, posteriormente, a data.

E queria agradecer então ao Presidente Eduardo Pereira Nunes. Parabenizar pelo trabalho, pela sua carreira e pela contribuição ao País.

Nós temos agora a nossa Sessão Ordinária. E eu só, antes de dar início à Sessão, perguntaria se a preferência para a próxima terça-feira. Nós temos duas alternativas. O Secretário do Tesouro Nacional para falar sobre dívida pública, projeção da dívida pública, composição da dívida, componente pré-fixado, pós-fixado, a colocação de títulos internacionais, enfim. E a segunda alternativa é trazer o Presidente do BNDES para falar sobre carteira de empréstimos, linha de crédito, evolução recente, perspectivas. Tesouro Nacional? Então vamos manter o Tesouro Nacional na próxima terça-feira e faremos, em seguida, o Presidente do BNDES.

Bom, havendo número regimental declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, a realizar-se em 10 de abril de 2007 às 10h30, na sala de reuniões número 19, Ala Alexandre Costa.

Antes de realizarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecem como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que essa Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento. Aviso nº 25 do BCP-PREVI, de 22 de março de 2007, o Banco Central do Brasil encaminhando em cumprimento ao art. 3º da Resolução do Senado Federal, 26/2006, as operações de crédito externo de natureza financeira do interesse da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não reembolsável relacionado ao período de outubro a dezembro de 2006.

Aviso nº 7/2007, da GMF, na origem, de 27 de março de 2007, o Ministério da Fazenda, encaminhando em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal 43/2001. Relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de fevereiro

de 2007. Tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e Distrito Federal, e a relação entre a dívida consolidada líquida e receita corrente líquida dos municípios, que é uma informação relevante para a discussão da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os expedientes serão posteriormente encaminhados posteriormente aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Pauta, Item 1, mensagem do Senado Federal nº 56/2007 não terminativa. Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil, BIRD, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento e o BIRD, no valor de 50 milhões de dólares dos Estados Unidos da América. De principal para financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Sustentável e De Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro PROÁGUA, semi-árido.

A Relatoria do Senador Osmar Dias. Como ele não está presente, ele está a caminho, eu vou pedir que o Senador Francisco Dornelles possa relatar como Relator ad hoc o Item 1 da pauta. Que é o empréstimo do BIRD no valor de 50 milhões de dólares para o Programa De Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro, Programa PROÁGUA.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, venho a essa Comissão o projeto de autoria do ilustre Senador Aloizio Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Item 1 da pauta é o... Propõe, empréstimo de 50 milhões de dólares do BIRD.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que está no Item 2.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está na... Página 8 do relatório.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Ah, está aqui! Sr. Presidente, o Presidente da República encaminha ao Presidente do Senado proposta para que seja autorizada à República Federativa do Brasil, a contratar operação de crédito no valor de 50 milhões de dólares com o Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD. Operação de crédito pretendida será contratada pela União, alcance o valor mencionado. As operações de crédito sujeitas ao cumprimento das condições e exigências definidas na Constituição e na Resolução 96 do Senado. A observância desses preceitos ali contidos constitui condição imprescindível para que o Senado possa conceder autorização solicitada.

O voto foi colocado nos seguintes termos. O voto, depois de fazer essa análise, o voto é bastante curto e apenas depois de demonstrar que foram preenchidos

todos os requisitos é no sentido que seja dada autorização pleiteada nos termos seguintes. Projeto de Resolução, autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de 50 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. É essa, Sr. Presidente, o relatório e o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não havendo quem queira discutir a matéria, nós vamos colocar em votação o empréstimo do BIRD de 50 milhões de dólares para financiamento do PROÁGUA, como foi relatado de forma bastante objetiva pelo Senador Francisco Dornelles, por relatório apresentado pelo Senador Osmar Dias. O Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos do Semi-Árido Brasileiro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente. Já não mais para discutir, mas para encaminhar o voto de minha bancada de forma bastante unitária. É que esse programa, o PROÁGUA é um programa assim de grande impacto na região Nordeste e eu louvo o voto do Senador Dornelles. Já favorável ao voto do Senador Osmar Dias. É um programa do governo brasileiro, já vinha do governo anterior, se mantém no governo de Lula, onde tem muita importância para se dizer que Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Piauí, Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais, todos esses Estados são atingidos no sentido de receber benefícios deste programa do PROÁGUA mesmo programa das cisternas de placas também são beneficiadas dentro do programa do PROÁGUA. Quer dizer, um programa de grande impacto e de barragens, barragens que hoje perenizam alguns rios da região. Rios que antes nós até numa coisa meio paradoxal nos orgulhávamos de dizer o seguinte, que nós tínhamos o rio mais seco do mundo ficava no Estado do Ceará, que era o Rio Jaguaribe. Hoje parte desse rio é um rio perenizado, fruto desses programas de desenvolvimento como o PROÁGUA que permitem perenizar alguns rios da região Nordeste. Então eu louvo a aprovação deste programa, deste projeto com recursos significativos para a nossa região, região semi-árida nordestina.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, a bancada que tem maior disciplina nessa Casa, não só pela tradição partidária, a fidelidade é seguramente a de V.Exa. É um exemplo de coesão e fidelidade nunca vi qualquer voto divergente entre o líder e a sua base. É um exemplo--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E assim vai se manter nessa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não por muito tempo, porque eu

imagino que nós teremos uma ampliação expressiva da bancada nos próximos anos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Quero avançar que nós tivemos 7,5% dos votos nacionais para o Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E, portanto, seguramente, talvez não seja possível manter essa coesão inabalável. Dos 7%, sete vírgula qualquer coisa é o próprio Senador que aqui se expressou.

Bom, vamos colocar em votação a matéria. Agradeço aí ao Senador Osmar Dias. Nós fizemos um relatório ad hoc, Senador Francisco Dornelles do Item 1 da pauta. Mas, de qualquer forma, o Senador, os Senadores se expressavam favoravelmente. Vamos colocar em votação a matéria. O relatório do Senador Osmar Dias que concede 50 milhões de dólares de empréstimos do BIRD para O Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro, o PROÁGUA. Semi-árido. Os Senadores que são favoráveis, por favor, se mantenham aonde estão. E como se encontram. Aprovado o Item 1 da pauta.

Vamos agora ao Item 2 da pauta. É a segunda vez que o Relator não está presente, nós vamos, portanto, indicar um Senador ad hoc para Relatoria como acordamos no início dessa Legislatura e solicito ao Senador Flexa Ribeiro a leitura do Parecer do Senador Gilvam Borges.

Projeto de Lei do Senado nº 37/2006 é terminativo. Altera a Lei 7.713, de 22 de dezembro de 98, para incluir a pneumopatia grave entre as moléstias cujos portadores são beneficiados com a isenção de Imposto de Renda sobre seus proventos de aposentadoria ou reforma. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Senador Eliseu Resende, vice-presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores. Submeto-se à análise dessa Comissão em decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado PLS 37/2006, composto por dois artigos o projeto inclui a pneumopatia grave entre as patologias cujos portadores são passíveis de isenção do Imposto de Renda sobre seus proventos e aposentadorias. Inciso XIV do art. 6º da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988. Caso aprovado, entra em vigor na data de sua publicação. A isenção proposta pelo PLS nº 37/2006, justifica-se, segundo o seu autor, Senador Romeu Tuma, por ser a pneumopatia grave, moléstia debilitante como grande parte dos demais agravos listados no inciso XIV do art. 6º da Lei 7.713/98, no sentido de ser um quadro irreversível e de piora progressiva que requer assistência intensa e consome recursos vultosos dos portadores e

de seus familiares. A redação apresentada acrescenta também a fibrose cística ou mucoviscidose à lista de patologias do inciso XIV do art. 6º referido já que ela não consta na redação atual do dispositivo. O PLS nº 37/2006, não foi objeto de Emendas.

Análise. A proposta não contém vícios de inconstitucionalidade uma vez que à União compete concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal legislar sobre direito tributário conforme dispõe o inciso I do art. 24 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, como se sabe, o imposto sobre a renda é tributo de competência da União. Em relação a isenção de imposto sobre proventos a Constituição, por força do § 6º do art. 150, impõe a necessidade que seja concedida mediante lei específica a proposição sob análise preenche a exigência. O mérito da medida proposta é inegável, pois tem o objetivo de estender aos que sofrem de pneumopatia grave, benefícios conquistados pelos portadores de outros importantes agravos à saúde. Geralmente as pneumopatias citadas pioram progressivamente causando insuficiência respiratória e incapacidade para o trabalho e para atividades que demandem esforço físico. Na fase avançada dificultam até mesmo o deslocamento no ambiente domiciliar. E o paciente passa a depender de terceiros para atividades cotidianas. Na fase final, é freqüente a necessidade de administração de oxigênio, plenamente justificada, pois a necessidade de tratamento tributário especial a seus portadores.

A medida proposta tampouco fere os dispositivos legais vigentes, visto que pretende apenas acrescentar doenças às listas daquelas cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre proventos. Ressalte-se que, no entanto, que a alteração reclama compatibilização com o art. 14, da Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000 o que se faz mediante Emenda ao final. O reparo que se faz à técnica Legislativa usada no projeto é quanto a não inclusão na fibrose cística na sua Ementa. Para corrigi-lo, elaboramos Emenda à proposição.

Voto. Ante os argumentos expostos o voto é pela aprovação de Lei do Senado nº 37/2006, com as seguintes Emendas. Emenda nº 1, da CAE, dê-se à Ementa do Projeto de Lei nº. 37/2006, a seguinte redação: Altera-se o art. 14 do art. 6º da Lei 7.713 de 22 de dezembro de 1988, para incluir a pneumopatia grave e a fibrose cística, mucoviscidose entre os agravos à saúde a portadores, a cujos portadores é concedida a isenção de Imposto de Renda sobre os proventos de aposentadoria ou Reforma. Emenda 2 da CAE, acrescente-se o Projeto de Lei do Senado 37/2006, o

seguinte art. 2º, renumerando-se o atual para o art. 3º. Art. 2º: O Poder Executivo com vista ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, inciso II, inciso XI, XII e XIV da Lei Complementar nº 102 de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente no disposto dessa lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o Projeto de Lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos 60 dias da publicação desta. Bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Emenda 3, acrescente-se ao Parágrafo Único ao atual art. 2º do Projeto de Lei do Senado 37/2006, renumerado para art. 3º conforme a redação seguinte. Art. 3º, esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Parágrafo Único, a legislação de que trata esta lei só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior aquele em que for implementado o disposto no art. 2º. É era o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Senador deseja discutir a matéria? Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu vejo alcance social óbvio e vejo a matéria posta com racionalidade econômica. Até porque, temos que pensar nas pessoas que serão recuperadas e tornadas aptas outra vez para o mercado de trabalho como essenciais para que o Brasil toque o seu projeto de desenvolvimento. O desenvolvimento tem que ser humano. Portanto, o relatório elaborado pelo Senador Gilvam Borges e muito percutientemente acampado pelo Senador Flexa Ribeiro, ele reflete precisamente a sensibilidade social do Senado da República. É por isso que não só pessoalmente eu como toda a bancada do PSDB nós nos endereçamos a aprovar, por unanimidade, a depender de nós, esse Projeto de Lei que é terminativo no Senado, restando ir para a Câmara e, certamente, merecendo lá a mesma atenção sensível das senhoras e senhores Deputados. Estão beneficiados aqui os portadores de enfisema, por exemplo, doenças terríveis que vão consumindo recursos que não podem ser despendidos pelos pacientes. Então a isenção de Imposto de Renda é mais do que essencial nesse caso. É justa e ela tem racionalidade econômica sim por trás dela. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para encaminhar então o processo de votação. O projeto é terminativo. Eu peço ao Plenário autorização para votar o projeto junto com o parecer das Emendas. Para que a gente faça uma única votação ao projeto. O voto sim é favorável ao relatório

apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro. O voto não rejeita o relatório. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim. Francisco Dornelles. Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Fernando Collor. Renato Casagrande. Expedido Júnior.

SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Serys Slhessarenko. João Vicente Claudino. Romero Jucá. Valdir Raupp. Ausente. Pedro Simon, ausente. Mão Santa, ausente. Gilvam Borges. Ausente. Neuto de Conto, ausente. Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim com o Relator. Edison Lobão. Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim com o Relator. Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim, com o Relator. Kátia Abreu, ausente. Raimundo Colombo, ausente. PSDB. Cícero Lucena. Ausente. Flexa Ribeiro. Voto conhecido, sim. Sérgio Guerra, ausente. Por motivo de doença. Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos aos suplentes. Senador Flávio Arns. Senador ausente. Paulo Paim ausente. Ideli Salvatti.

SENADOR IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim. Senador Sibá Machado, ausente. Marcelo Crivella, ausente. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim. Senadora Patrícia Saboya, ausente. Senador Antônio Carlos Valadares, ausente. Vamos ao PMDB. Senador Valter Pereira, ausente. Senador, Senadora Roseana Sarney, ausente, Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu só queria que essa palavra ausente é muito forte. De repente alguém está na outra Comissão, está voltando vai chegar por aqui. Está neste momento não está presente, mas ausente ele pode chegar, senão dá uma impressão que os Senadores não estão na Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exa. Depois me... Me fará a exegese e a hermenêutica não estar presente de ausente qual é a diferença, representa, mas de qualquer forma eu farei um esforço.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [risos] É política a diferença, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É política.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator. V.Exa. tem toda razão, nós temos três Comissões funcionando ao mesmo tempo. Tem Senadores inclusive que estão com outras Responsabilidades.

Senador Leomar Quintanilha não está presente. E veja que é absolutamente distinto esse significado da ausência.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): V.Exa. disse, mas eu quero aclarar, o Senador Sérgio Guerra que ainda está restabelecido está porém de licença médica.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Exatamente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não está ausente, está de licença médica.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Estive com ele domingo e está bastante motivado para recuperar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está superando lá a cirurgia que fez, uma cirurgia bastante profunda, mas está muito moti-

vado e acompanha as nossas Sessões, é bem capaz que esteja acompanhando porque da última vez ele... Senador Tasso mandou tchau para ele, ele está recebendo lá. Da última vez ele viu aqui a menção inclusive a ele. Evidente que as faltas são totalmente justificadas do Senador Sérgio Guerra. Senador Joaquim Roriz, Senador Paulo Duque, Senador Jarbas Vasconcelos. Não está presente. Jonas Pinheiro. Antônio Carlos Magalhães. Demóstenes Torres, José Agripino, Marco Maciel, Romeu Tuma. Arthur Virgílio. Como vota.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim. Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, João Tenório. Sim. Bom, o projeto foi aprovado por unanimidade dos votantes.

Vamos agora ao Item 2 da pauta. Desculpe, Item 3 da pauta. Projeto de Lei do Senado 103/2007, não terminativo, projeto será terminativo na Comissão de Educação. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 96 e a Lei 9.998 de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre o acesso a redes digitais de informação em estabelecimentos de ensino. Aatoria, Senador Aloizio Mercadante. Relator, Senador Osmar Dias. Com o parecer.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores. O Senador Aloizio Mercadante, Presidente desta Comissão apresentou o projeto de Lei que altera duas leis. A Lei 9.394 de 1996 e a Lei nº 9.998 de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre o acesso a redes digitais de informação em estabelecimentos de ensino. A Lei 9.998 é que foi chamada FUST, que instituiu o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

As mudanças básicas proposta pelo Senador Aloizio Mercadante dizem respeito, primeiro ao art. 1º onde ele introduz o inciso II no caput e cria nova alternativa de aplicação de recursos do FUST. Inciso II financiar de outras formas, programas, projetos e atividades governamentais voltadas a ampliar o acesso da sociedade a serviços de telecomunicações prestadas ou em regime público ou privado e suas utilidades. Desse modo, o escopo de utilização do FUST deixa de ser apenas a universalização dos serviços de telecomunicação por meio de investimentos ou prestação de serviços a serem realizados ou oferecidos pelas prestadoras em regime público.

Também no art. 1º por meio do § 1º são definidas duas modalidades de utilização do FUST. O subsídio direto e o indireto. A primeira alternativa, o subsídio indireto seria aquela voltada para o cumprimento do objetivo original da criação do FUST, ou seja, o cumprimento das metas de universalização dos serviços de

telecomunicações. A segunda alternativa, o subsídio direto seria o mecanismo utilizado para o pagamento do segundo. O pagamento total ou parcial direta ou indiretamente dos bens e serviços de telecomunicações prestados em regime público ou privado e outros bens e utilidades acessórias, no âmbito de programas, projetos e atividades governamentais voltados a ampliar o acesso a sociedade a serviço de telecomunicações.

No § 1º do art. 2º estabelece que os subsídios diretos poderão ser aplicados de forma descentralizada por meio de convênios com Estados e municípios.

No que diz respeito ao art. 5º a primeira alteração introduzida pela proposição é alteração do § 1º do dispositivo que passa a prever que o gasto mínimo de 30% dos recursos do FUST em cada exercício, a serem executadas nas áreas de abrangência da SUDAM e da SUDENE, poderão ser em qualquer das modalidades previstas no § 1º, 2º, do art. 1º, ampliando a regra atual que prevê que essa destinação mínima de caráter regional de 30% deve ser exclusivamente aplicada em programas, projetos, e atividades executadas pelas concessionárias do serviço, telefone ou fixo, comutado nas duas áreas citadas.

A segunda alteração no art. 5º promovida pela introdução do § 4º, prevê que entre 2008 e 2013, 75% dos recursos do FUST devam ser aplicados nas finalidades previstas no inciso de VI a VIII do art. 5º que são as seguintes: Implantação de rede de internet de terminais de acesso em escolas e bibliotecas. Dois. Subsídios nas contas do serviço de internet das escolas e bibliotecas em que houver disponibilidade de acesso aos alunos beneficiando em maior grau os locais que atendam preferencialmente a população de baixa renda. Três. Instalação de redes de alta velocidade destinadas ao intercâmbio de sinais e a implantação de serviços de teleconferência entre estabelecimentos de ensino e bibliotecas. O art. 5º sofre também o acréscimo do § 5º, cláusula de caráter penal que torna crime de responsabilidade o descumprimento do disposto no § 4º, ou seja, a não destinação dos 75% da arrecadação do FUST para as finalidades previstas no inciso VI, VII e VIII do art. 5º da Lei 9.998/2000. O art. 8º sofre mera adaptação, ao novo conteúdo da norma para prever que apenas no caso da implantação da universalização de serviços com recursos do FUST deverá a prestadora que os implantou apresentar balancetes anual nos moldes estabelecidos pela ANATEL. O art. 3º da proposição é a cláusula de vigência.

No prazo regimental, Presidente, foi apresentada Emenda de autoria do Senador Cristovam Buarque é que mantém o caput do art. 87 A da proposição acrescentando-lhe Parágrafo Único que se desdobra em quatro incisos. Ali se prevê que o número de alunos

por computador, será de no máximo 10, será obrigatório o treinamento de professores para o uso de equipamentos e deverão ser instalados, equipamentos de proteção contra oscilação da corrente elétrica e será obrigatória a contratação do seguro contra furtos dos equipamentos instalados.

Análise. Na justificação o autor ressalta a importância do acesso às redes digitais para o processo de aprendizagem e lamenta de que grande parte dos estabelecimentos de ensino brasileiro não tem acesso a esse recurso. De fato segundo o Censo Escolar 2005, coleta anual de informações a cargo do Ministério da Educação que abrange a educação básica, havia naquele ano 2007 mil, 234 instituições de ensino. Destas apenas 51 mil, 592, dispunha de computadores ligados a rede mundial de computadores, internet, pouco mais de 25% das escolas, portanto. Com base na mesma pesquisa o Ministério das Comunicações publicou no documento diagnóstico de necessidades de universalização de serviços de telecomunicações do Brasil a seguinte análise. No que diz respeito a demanda de acesso a internet observa-se uma distribuição assimétrica dos atendimentos às escolas que possa ser comprovada pelos resultados do Censo Escolar de 2005, 91,6% dos alunos do Ensino Básico das escolas particulares, estudam em estabelecimentos que dispõe de computadores com uma média de 10,4 computadores por escola, numa proporção de 24.4 alunos por computador. Isso nas escolas privadas. Nas escolas públicas, somente 51.1% dos alunos estão em escolas com computadores, correspondendo a uma média de 8,3 computadores por escola e 150 alunos por computador. Outra observação é de que a grande maioria das escolas públicas informatizadas têm no máximo 5 computadores, configurando o uso da informática para finalidades administrativa, não pedagógicas, portanto.

Tem-se assim um verdadeiro quadro de exclusão digital que é uma das faces da exclusão social. Do ponto de vista econômico, combater a exclusão digital por meio de incentivos a disponibilidade de computadores ligados a internet, é especialmente oportuno porque significa não apenas atuar no combate à desigualdade, mas principalmente combatê-la por meio de investimento na faixa mais jovem da população que resultará em um retorno social consideravelmente maior do que as outras iniciativas igualmente justas voltadas para equalizar as oportunidades e as condições mínimas de vida digna na sociedade.

Embora não seja responsabilidade direta desta Comissão a análise da constitucionalidade, o PLS nº 103/2007, entendemos, no entanto, no § 5º da nova redação proposta para o art. 5º a flagrante afronta ao

princípio Constitucional e a tradição brasileira do orçamento autorizativo, impor ao contingenciamento e recursos vinculados a fundo, a tipificação de crime de responsabilidade é contra toda a tradição orçamentária brasileira e mesmo contra o desenho Constitucional que reage a matéria independentemente de qualquer juízo de valor que se tenha sobre as vantagens do modelo alternativo, o do orçamento impositivo.

Quanto ao custo estimado da oferta de acesso à internet nas escolas brasileiras, é possível fazer aproximados com base nos dados do censo do MEC em estudo elaborado pelo Ministério das Telecomunicações intitulado, Análise de custo benefício das soluções banda larga atendimento das necessidades de serviço de telecomunicações utilizando os recursos do FUST. O número de estabelecimentos de ensino desprovidos de acesso a internet é de 155 mil, 642.

Segundo o citado documento do Ministério das Comunicações o custo de um ponto de rede, sem o custo do computador é de 553. O custo anual de manutenção do ponto de internet é de 1.788 reais. Teríamos então o custo do investimento fixo para o atendimento de toda a rede de ensino, considerando-se um ponto de acesso em cada estabelecimento em torno de 83 milhões. O custo anual de manutenção seria da ordem de 278 milhões.

No que respeita, Sr. Presidente, a Emenda nº 1 em que pese a sua meritória intenção, julgamos que seus efeitos não serão os desejados ou serão redundantes. A meta de um computador e um ponto de rede para cada 10 alunos, parece-nos excessivo dado os recursos disponíveis. Note-se que é superior, mesmo, aos padrões das escolas privadas, a necessidade de treinamento de professores a instalação de equipamentos de proteção contra instalação de rede elétrica, nos parece pressupostos essencialmente técnicos que não devem contar no corpo da lei.

Finalmente quanto a obrigatoriedade de realização de seguro, somos de opinião que o instrumento é essencialmente uma maneira de compartilhamento de riscos individuais por um grande conjunto de indivíduos, o custo do sinistro, ser for assumido totalmente apenas pelo indivíduo que vir a sofrê-lo é de tal monta que se torna atraente para ele e outros indivíduos na mesma situação compartilhar esse risco e até mesmo assumir parcialmente a perda de outrem frente ao risco de assumir sozinho eventual perda. No caso do Governo que teria sob sua guarda um número muito grande de computadores e outros equipamentos, o compartilhamento do risco já seria internalizado pela própria dimensão do patrimônio sob sua guarda e propriedade. Pagar um seguro sobre esses valores apenas aumentaria o custo de compartilhamento do risco.

Voto do exposto somos pela aprovação do PLS nº 103/2007 com a aprovação da Emenda a seguir apresentada e pela rejeição da Emenda nº 01 apresentada pelo Senador Cristovam Buarque. A Emenda nº 2, suprima-se o § 5º da nova redação dada ao art. 5º da Lei 9.998/2000, pelo PLS nº 103/2007, lembrando, Sr. Presidente, que os recursos do FUST estão praticamente parados desde a criação do FUST, não houve nenhuma aplicação significativa desse recurso, eles somam hoje mais de 4 bilhões de reais, quase 5 bilhões, por isso o projeto apresentado por V.Exª. tem um amplo alcance social porque vai levar o computador e a inclusão digital a milhares de crianças e jovens neste País a milhares de escolas, mais de 150 mil escolas que são desprovidas desse equipamento e vai, portanto, permitir que na escola pública brasileira os alunos também tenham a possibilidade de estudar e saírem da escola já incluídos com referência a essa questão digital, incluídos socialmente.

Portanto, ao pedir o voto favorável dos companheiros da Comissão de Assuntos Econômicos eu quero fazê-lo cumprimentando a V.Exª. pela oportunidade de apresentar esse projeto, e, sobretudo, pela importância que ele tem para o futuro do País.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Osmar Dias pelo parecer e pelo apoio à iniciativa. Só queria registrar que nós temos Requerimento na Mesa do Senador Cícero Lucena propondo... Requeiro nos termos do art. 302 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado, Emenda nº 1, oferecido ao PLS nº 103/2007. Senador Cícero Lucena, depois Senador Arthur Virgílio, depois Senador Garibaldi Alves.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): A razão do meu Requerimento, em função do relatório muito bem avalizado do nobre Relator, no sentido da rejeição da Emenda nº 1 embora reconheça o seu mérito. Eu defendo pela condição de que nós estamos vencendo uma etapa na educação do Brasil que é a etapa da universalização onde garantimos a vaga a todas as nossas crianças e jovens. E que o grande passe, a responsabilidade maior nossa agora é dar qualidade ao ensino, em particular o ensino público brasileiro. E sem dúvida nenhuma o instrumento da informatização é algo que irá colaborar pela oportunidade que ele oferece de não mais nos restringirmos apenas aos limites dos poucos livros eventuais que se encontra numa escola, mas principalmente através da internet, através da computação, nós possamos abrir, escancarar as portas do saber, da pesquisa e da informação. E nós consideramos que essa Emenda do Senador Cristovam Buarque além de ser profundo co-nhecedor do assunto ela é por demais defensável no

sentido de que existem algumas experiências exitosas no Brasil. Nós temos alguns municípios que têm avançado muito na questão da informatização das escolas e sem dúvida nenhuma é possível nós atingirmos essa meta. O nobre Relator citou o custo de um bilhão e 700 milhões de reais para implantar. Nós temos no FUST que teria, vamos dizer, como tarefa ajudar nesse projeto da universalização da informática, nós temos mais de 5 bilhões que até então vem sido contingenciado. Semana passada em Audiência Pública o Ministro da Ciência e Tecnologia, Comunicação, aliás, da Comunicação Hélio Costa disse que precisava ter o apoio do Senado para fazer um aperfeiçoamento da legislação para que esse recurso fosse aplicado, não era apenas recurso por problemas de contingenciamento, mas que precisava ser atendido e ele tinha encaminhado ao Tribunal de Contas no sentido de alguns passos pudesse ser dado e eu considero que esse recurso nós temos disponível até porque o calendário iria até 2013, não seria algo que seria aplicado de imediato. Daí a minha defesa no sentido de que fosse mantido a Emenda nº 1 do Senador Cristovam Buarque preservando o número de alunos, existe e fala-se de programas de laptop popular para que fosse dado um a cada aluno de 100 dólares, então, porque não garantir nas nossas escolas que tivesse um número de no mínimo 10 computadores, de um computador para cada 10 alunos. E obviamente que o treinamento, a qualificação dos professores são fundamentais.

Eu como Prefeito da cidade de João Pessoa não só informatizei todas as escolas na parte administrativa, como também nas salas dos professores e laboratórios de informática, inclusive, disponibilizadas para as comunidades das famílias dos alunos. E isso é fundamental que os professores estejam acompanhando a evolução e as informações que serão oferecidas aos nossos alunos. Bem como a preocupação que na Emenda provoca na instalação de proteção de oscilações que isso é, vamos dizer assim, equipamento compondo, na verdade, os nossos computadores. E a questão do seguro, obviamente que fruto do momento em que nós estamos vivendo de que o computador ainda possa ser algo que, vamos dizer assim, aqueles que não respeitam o patrimônio público nem os seus objetivos possam estar contribuindo para degradar esses equipamentos.

Então, eu acho por demais válida a Emenda do Senador Cristovam Buarque daí porque apresentei o Requerimento e defendo a votação em separado da Emenda nº 1. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Arthur Virgílio, depois

Garibaldi Alves, depois Senador Wellington Salgado e depois Inácio Arruda.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Eu vejo com alegria V.Ex^a. padecendo, e eu digo, padecendo no bom sentido, se é possível, de uma fúria legiferante benigna, com muita criatividade, com muita clarividência e com muita sensibilidade social. Eu gostaria, portanto, de aqui empenhar o meu apoio ao projeto de sua autoria e ao relatório do Senador Osmar Dias com a ressalva feita pelo Senador Cícero Lucena com a qual me ponho de acordo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, aproveito essa oportunidade para louvar o projeto do Senador Presidente dessa Comissão, Senador Aloizio Mercadante, bem como o relatório do Senador Osmar Dias e o Senador Osmar Dias no seu relatório ele demonstra através de uma análise acurada do custo benefício do projeto que ele é perfeitamente compatível com os recursos disponibilizados pelo FUST. O que eu indagaria do autor ou até mesmo do Relator é qual seria o papel dos Governos Estaduais e Municipais nesse projeto, nessa ofensiva, nesse avanço que se dá à informatização nas escolas. Porque eu procurei aqui, Sr. Presidente, encontrar esse papel delineado, não encontrei, não sei se isso seria automático através de uma transferência de recursos.

Então, é a única indagação que eu faço, porque de resto eu sou pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu voltarei depois ao debate. Senador Wellington Dias, Wellington Salgado, desculpe.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Wellington Dias, também está bem colocado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não é que o cabelo de V.Ex^a. é muito parecido com a barba do Senador Osmar Dias.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [risos] Eu pensei... Que tem o Wellington Dias também que é o Governador do Piauí. Então fiz uma mistura completa, Wellington Salgado, Osmar Dias e Wellington Dias. [risos] Mas está tudo bem.

Sr. Presidente, eu queria na verdade simplesmente parabenizá-lo por um projeto de autoria de V.Ex^a., maravilhoso e que eu, inclusive, entrei com Requerimento pedindo para que esse projeto, devido sua magnitude também seja debatido na Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia, debatido aqui e tentaremos ver se também encaminhamos para o debate da Comissão

de Comunicação, Ciência e Tecnologia. É um projeto atual, muito importante e que demonstra que V.Ex^a. está mesmo com todos os afazeres com seu trabalho junto ao partido do Governo, mas também nessa Casa e também ligado em tudo que acontece.

Então está de parabéns a V.Ex^a., só queria fazer essa colocação. E eu tenho conversado com o Ministro Hélio Costa, realmente ele é a favor de que seja disponibilizado esse recurso para que possamos colocar a informatização em todas as escolas, porque um absurdo ter se colocado que a escola tem computador, mas que na verdade é usada a maioria para questões administrativas e não para conhecimento via internet, para acesso em informação em outros países, vários sites de conhecimentos gerais.

Então, parabenizo V.Ex^a. e estou de acordo com o relatório do Senador Osmar Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, primeiro dar os parabéns a V.Ex^a. pela iniciativa. Ao nosso Relator Osmar Dias. Eu fiz questão de voltar aqui de imediato para ver a semelhança da barba do Senador com o cabelo do Senador Wellington Salgado, tá certo, porque V.Ex^a. está prevendo o futuro Governador Wellington Dias, talvez, que não tem barba nem cabelo.

Então, eu acho que o nosso Relator também muito feliz, há pouco tivemos um debate aqui com o Ministro da Educação, também um debate muito interessante. E nessa discussão com o Ministro nós levantamos um debate que ele considerou dos mais interessantes, que é o fato de que nós estamos discutindo o Programa de Aceleração do Crescimento, obras de infra-estrutura em todo o Brasil, organizadas pelo Governo Federal, iniciativas do Governo Federal, das Estatais, etc. E aqui está uma grande obra de infra-estrutura. O FUST pode ser o caminho para uma grande obra de infra-estrutura. Quer dizer, as INFOVIAS de comunicação, o que é uma INFOVIA? O FUST não pode bancar uma grande INFOVIA no Brasil e a INFOVIA não é uma grande obra de infra-estrutura que nós podemos estar fazendo a partir da liberação mais adequada desse recurso via o projeto de V.Ex^a. Eu acho que o projeto de V.Ex^a. abre uma grande porta para uma obra de infra-estrutura de grande alcance social na área da educação, mas um grande alcance social e econômico também. A Emenda do Senador Cristovam, eu acho que ela é correta, agora, eu estava discutindo aqui com o Senador Wellington Salgado. A primeira escolinha que eu estudei lá no bairro Dias Macedo, também chamada de Antônio Dias Macedo de Fortaleza, ela montou um laboratório de informática, um ano e meio, dois anos

depois, nós já estávamos com um problema de manutenção nos equipamentos, tá certo. E esse passou a ser um problema recorrente para todos os pequenos laboratórios de informática das escolas públicas. Como você tratar desse problema? Acho que nós temos que resolver, se a gente tivesse a oportunidade de resolver num Projeto de Lei... É a manutenção, mais recurso para a escola, é a gente compreender a velocidade das mudanças porque são dois problemas que a gente teria que examinar. O problema das INFOVIAS com o FUST e o problema com os equipamentos. Os equipamentos estão sendo alterados em altíssima velocidade, como adquiri-los, como adquirir equipamentos? Quer dizer, se a gente adquirir para montar laboratórios nos termos que nós adquirimos lá na Escola Antônio Dias Macedo, montar um laboratório e ficarmos com aqueles equipamentos permanentes, a manutenção deles passa a ter um custo num ano e meio seguinte, já mudaram os equipamentos, a gente precisa encontrar um mecanismo que dê velocidade também a alterações para que a gente não tenha equipamentos obsoletos na área de informática, fazendo com que a nossa INFOVIA, fique cheia de buracos no caminho mais rapidamente do que a gente deseja, porque acho que é um caminho muito bom que V.Ex^a. está trilhando. Mas eu acho que dá para a gente resolver também esse problema que as escolas vão enfrentar, já enfrentam hoje e vão continuar enfrentando se a gente não der também uma solução. E acho que nós podemos dar solução.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu estou me inscrevendo para debater a matéria e fazer alguns esclarecimentos e passarei a Presidência ao Senador Eliseu Rezende. Próximo inscrito é o Senador Flecha Ribeiro, depois o Senador Suplicy e Valter Pereira. E eu estou inscrito também para poder debater a matéria e passo a presidência a V.Ex^a. Agora o Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, Senador Eliseu Rezende, Senador Aloizio Mercadante, quero parabenizá-lo pelo seu projeto e pela Relatoria do Senador Osmar Dias. Acho que V.Ex^a. contribui de uma forma eficaz para que as escolas públicas elas possam ter acesso à rede digital de informação. E digo que é de forma eficaz porque V.Ex^a. define os meios financeiros para que isso sejam, seja realizado. No basta ter a vontade de instrumentalizar as escolas públicas com o acesso à rede digital, mas definir como será feito. E aí V.Ex^a. usa o FUST. É importante, eu tenho dito aqui repetidas vezes que esses fundos que hoje lamentavelmente estão sendo usados para superávit primário eles precisam ser utilizados para ao seu objetivo. Ainda na quarta-feira, numa

Audiência Pública com o Ministro Hélio Costa das Comunicações, foi falado sobre isso, a utilização desses fundos, FISTEL, FUST e outros, e V.Ex^a. vem e utiliza os recursos do FUST para atender a universalização da rede digital aos estabelecimentos de ensino.

Parabéns, eu acho que dessa forma nós estamos indo ao encontro daquilo que todos nós almejamos que é ter uma qualidade de educação melhor para a nossa juventude.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Senador Flexa, um aparte, por favor. Realmente V.Ex^a. tem toda a razão, como o ilustre Senador Inácio em relação ao projeto do ilustre Senador Mercadante. Todavia, Senador, eu fui Prefeito três vezes na minha terra Natal, fui Governador do meu Estado, eu tenho uma preocupação muito grande, na administração de recursos para adquirimos os computadores, na construção dos laboratórios. Agora, gera uma preocupação até pelo conhecimento profundo do assunto por ter sido Prefeito da minha cidade, tive a oportunidade ímpar de informatizar quase 70 colégios do total de 90, 95, é a questão da manutenção. Caso especificamente as cidades interioranas aquelas mais distantes da capital tem dificuldade de ter uma manutenção adequada, e eu me preocupo que isso possa se transformar numa verdadeira sucata, entretanto, eu imagino que vai ter alguns critérios na distribuição de recursos, mas locar junto para a compra dos equipamentos, das mesas, etc, também recursos para manutenção. Quem vai fiscalizar eu imagino que seria a própria Secretaria de Educação dos Municípios, do próprio Estado, enfim, o próprio MEC através da superintendência, ou coordenação que haja no Estado. É fundamental, Senador, que V.Ex^a. que é um conhecedor também do assunto, seu projeto é admirável e louvável, mas nós nos preocupamos muito que esse laboratório no futuro bem breve, se transforme numa verdadeira sucata e o dinheiro público seja colocado no ralo.

De forma que eu preocupo e fica aqui essa colocação no sentido de nós aproveitamos da melhor maneira possível os recursos locados para a compra desses computadores para construção dos laboratórios de informática que será com certeza um avanço significado nas escolas públicas deste País.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Momentaneamente na Presidência dessa Sessão, transfiro a palavra para o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Eliseu Resende, como o Senador Aloísio Mercadante estudou em profundidade esse projeto, cujo mérito são inegáveis, apreciaria se puder

nos dar uma informação a respeito desta meta proposta na Emenda do Senador Cristovam Buarque de haver um computador por dez alunos, com respeito a situação certamente examinada por V.Ex^a. porque se porventura esta meta for além daquilo que seria razoável, dados os recursos existentes, então, me parece que nós precisaríamos aqui tomar uma decisão que seja responsável, ou seja, que possamos avançar na direção da informatização das escolas, mas tendo em conta os recursos previstos do FUST que poderão ser destinados para esta finalidade de poder ter uma meta para o futuro próximo adequada aos recursos que se prevê, possam ser efetivamente levantados.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Tem a palavra Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, para aplaudir a iniciativa. Na verdade, o projeto de V.Ex^a. abre o cofre do FUST para a função, para a finalidade a que ele se destinava. Veja, Sr. Presidente, no relatório quando se lê na segunda página o Item 2, financiar de outras formas programas, projetos e atividades governamentais voltados a ampliar o acesso da sociedade a serviço de telecomunicações prestados em regime público ou privado e suas utilidades. É bem verdade que na essência o objetivo é atender à escola. No entanto, naquele distrito distante, naquele assentamento longínquo, na zona rural que hoje está marginalizada, o que nós vamos verificar é a inclusão digital de segmentos que efetivamente tem necessidade premente de tais serviços. Veja, por exemplo, Sr. Presidente. Numa região dessa distante quando um paciente, o cidadão sofre qualquer tipo de patologia que requer um tratamento de urgência, hoje muito provavelmente terá mais condições de agravar a sua situação do que de ser socorrido dadas as más condições de comunicação. Ora, no momento em que for implantado um tipo de serviço desse num posto de saúde distante ali o diagnóstico poderá ser transmitido por telecomunicações, quer dizer, a internet vai ser o veículo para se garantir também a saúde. Nessas mesmas áreas rurais onde jovens estão freqüentando escolas e estão iniciando na atividade rural, existem necessidades de se conhecer não só tecnologias como também informações de mercado, cotações, etc. É claro que a disponibilização desse serviço vai permitir que lá com a inclusão que se possibilita que ele tenha acesso às informações necessárias para colocação do seu produto.

Então, veja Sr. Presidente, é na área da educação, é na área da produção, é na área de saúde. Em todas essas áreas nós estaremos assistindo uma inclusão digital com recursos que já estão disponíveis, que só faltam ser aplicados.

Esteve aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia recentemente o Ministro Hélio Costa e nós levamos esses pleitos para ele e ele mostrou exatamente essas dificuldades para se abrir o caixa do FUST. Ora, aqui está a chave para abrir o cofre e essa chave hoje começa a ser acionada. Parabéns, então, ao autor da matéria, o ilustre Senador Mercadante e ao Relator Osmar Dias pelo relatório que produziu e que vai permitir que em curto prazo nós consigamos promover a inclusão digital desses setores que efetivamente estariam muito distantes se não tiveram essa norma.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Sr. Presidente. Eu me somo que não tinha feito inicialmente também reconhecimento a origem do projeto, ao Aloízio Mercadante, mas aprofundando esse debate, que é a importância dele, eu fui conversar com o Senador Osmar Dias, o Relator, e para mim tem um espaço vazio que eu acho que pode conciliar entre a proposta do Relator com a Emenda do Senador Cristovam Buarque. É porque nenhum dos dois no número de alunos de 10 ou 25 anos, nenhum dos dois específica se é pela quantidade total dos alunos em uma escola ou se pelos alunos que estão no turno da escola. Se uma escola tem três turnos em tese você estaria tendo o número de alunos dividido por três. E se você botar 25 computadores pelo total de alunos você vai ter muito mais do que dez computadores por aluno por turno.

Então, a minha proposta era que na Emenda do Senador Cristovam Buarque quando fizesse referência a dez alunos por computador fosse feito uma pequena correção na redação e acrescido de por turno. Dessa forma nós estaríamos atendendo a preocupação de recurso e conseqüentemente o número de no mínimo 10 computadores por aluno.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Passo a palavra ao SENADOR ALOIZIO MERCADANTE autor do projeto, para análise da matéria.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu em primeiro lugar, queria agradecer ao Senador Osmar Dias, pela agilidade, competência e dedicação com que apresentou o seu parecer. E ao Senador Cristovam Buarque, não está presente, porque tudo o que diz respeito a educação ele tem um interesse especial e sempre uma contribuição relevante. E ao Senador Cícero Lucena pela forma como está buscando solucionar e aperfeiçoar o projeto.

Eu queria dizer que eu me dediquei muito a esse assunto porque eu acho em primeiro lugar esses da-

dos estarecedores. Nós estamos num País que 91% dos alunos no Ensino Básico particular têm acesso ao computador numa composição de 24 alunos por computador. Na rede pública, apenas metade tem acesso ao computador, na realidade não tem acesso, que é um computador para 150 alunos, e a ampla maioria, é um computador para fins administrativos. Nós estamos vivendo num mundo em que a internet, e a inclusão digital são condições indispensáveis ao mercado de trabalho, a cidadania, e a preparação do jovem para sociedade moderna. E nada menos do que 3.500 Municípios do País sequer tem banda larga, sequer tem banda larga. O PAC é um projeto que dá como prioridade a infra-estrutura, energia, estradas, mas eu acho que a inovação tecnológica, a sociedade do conhecimento, como bem disse o Senador Inácio Arruda, exige que a infra-estrutura também seja a infra-estrutura do conhecimento, porque aí que você vai definir o lugar do Brasil no futuro. O que é que nós estamos propondo? O FUST tem sido utilizado integralmente por superávit primário. Melhorou a relação de vida, PIB, nós estamos com uma inflação absolutamente sob controle, está melhorando o perfil da dívida, nós estamos discutindo, em 2009, ser ando o déficit nominal do País, e nós precisamos começar a tratar dos problemas verdadeiramente estruturais. A questão da inclusão digital para mim é o maior desafio para nós realmente colocarmos o Brasil na trilha da educação de qualidade e da sociedade do conhecimento.

A União Européia fez uma pesquisa, 8 anos de pesquisa em 17 países. Qual é a conclusão da União Européia? É que para aprendizado da matemática, aprendizado da língua, da ciência, a motivação, a criatividade, a inclusão digital é indispensável na sociedade moderna. Portugal recomenda e obriga a todos os países promover a inclusão digital em todas as escolas públicas da União Européia, Portugal em 2005, tinha 18% das escolas com computador. Hoje todas as escolas de Portugal têm acesso e todos os alunos das escolas públicas acesso à inclusão digital. O custo desse projeto é pesado, são 6 bilhões de reais. Porém, e aqui nós trabalhávamos com uma meta de 2 milhões de computadores para dar quatro horas aula de computador para cada jovem na escola. Primeiro de aprendizado da informática, depois para as várias disciplinas em todas as séries escolares. O FUST arrecada em torno de um bilhão de reais por ano, o prazo que nós estamos dando é um prazo suficiente para você montar a infra-estrutura e colocando a rede de informática. A manutenção, como bem disse o Senador Jayme, porque se nós não tivermos a manutenção e a modernização dos equipamentos, vão ficando obsoletos, custa 300 milhões de reais a cada

dois anos para você renovar todos os equipamentos e o custo de manutenção é mais baixo, você precisa renovar os equipamentos a cada dois anos, fazer a evolução tecnológica.

Então, é um projeto caro, mas o prazo que nós estamos dando é viável e a fonte de financiamento existe que é o FUST.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Ex^a. me permite um aparte?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só para concluir, Senador Valter. Eu acho que se nós realmente não entendermos a dimensão histórica desse desafio esses jovens não vão ter chances na sociedade contemporânea, não vão ter chances. Em todas as áreas profissionais hoje a internet é um desafio indispensável. Cada um aqui tem filho, neto em casa e sabe do que nós estamos falando. Eu quando estudava na USP, as provas de cálculo, econometria, matemática, 30 anos atrás, há mais de 30 anos, 35 anos atrás eram feitas numa sala especial, uma máquina Facit de manivela, com aquele rolinho de papel, que a gente depois anexava a prova. Toda a prova de métodos quantitativos tinha que ser numa sala especial, por causa do barulho das máquinas, eu vi chegar as primeiras máquinas eletrônicas e fazia as quatro operações. Hoje é um brinde. A USP naquela época, tinha dois computadores no IPT e um computador na FIPE, na Fundação de Estudos Econômicos, aquele imenso que precisava daquele cartão, aqueles cartões, cada aluno uma caixa de cartão para fazer um programa elementar. Eu vejo meus dois filhos, minha filha terminou a USP, meu filho está fazendo economia na USP. Hoje a universidade tem um banco de dados, tem uma biblioteca informatizada, o aluno de casa recebe o comentário do professor, manda o trabalho pelo computador, tem sistema de comunicação direta online, a maioria dos alunos trabalha diretamente com laptop. Quer dizer, é uma geração que tem um acesso a conhecimento e as pesquisas. Quer dizer, um aluno com o Google, qualquer área do conhecimento você tem informações indispensáveis a qualquer atividade, até os serviços mais elementares como comprar alguma coisa, ou poder acessar uma informação estratégica. Ou nós olhamos com o papel decisivo de pensar o futuro desse País ou nós vamos perder o bonde da história. Eu acho que o problema mais grave do Brasil, estrutural, é o atraso educacional, é a ausência da política educacional que hoje assegura a qualidade, avançamos na universalização, é verdade, mas nós temos que dar esse salto de qualidade. Eu acho que a Emenda aperfeiçoa o projeto, ao mostrar que... Por exemplo, se não tiver a formação do professor não adianta botar o equipamento. Eu não pensava que

esses recursos viriam do FUST, mas acho que vale a pena colocar no texto local. A mesma forma o seguro dos equipamentos, a manutenção dos equipamentos que já está previsto, a estimativa do custo. Só quero fazer uma menção. Quando está citado aqui o custo do Ministério da Comunicação é usando sistema de satélite que é inviável. Por satélite nós podemos botar um computador, um terminal em cada sala, em cada escola, o custo é 170 mil e 788 reais, o custo de manutenção que é inviável, nós temos que fazer a estrutura por fibra ótica que já existe, boa parte dela pronta, o *wireless* e o *wirefire*. Quer dizer, por microondas e aí nós vamos poder trazer uma torre de microondas hoje pega 5 quilômetros, nós não vamos informatizar só a escola, nós vamos informatizar os pequenos municípios desse País, é o custo é marginal para aumento da produtividade, eficiência que isso traz ao Brasil. Por isso, eu vejo esse como um projeto estruturante, indispensável que nós realmente precisaríamos convencer a sociedade e alguns Governos já têm algumas prefeituras. Terminando dizendo o seguinte, a escola que tirou primeiro lugar no concurso do ENEM é uma escola do Piauí, mas não sei se vocês viram as imagens. Todos os alunos têm um terminal de computador na sua mesa. Quer dizer, está lá no Piauí, mas trouxe o Piauí para o primeiro lugar em todas as escolas públicas, mas todos os alunos têm um posto de trabalho, estão dentro da internet e estão tendo acesso às informações. Então, eu vejo que--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, quanto é que nós temos para partir no FUST?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós temos em torno de um bilhão de reais por ano.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Hoje. Hoje. O acumulado?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O acumulado em termo de estoque, é alguma coisa da ordem de 5 bilhões de reais, já daria para fazer todo o programa. Mas não estou nem trabalhando com estoque, se a gente trabalhar com o fluxo de 2008 a 2013, nós podemos montar essa infra-estrutura, trazer os Municípios para a banda larga, informatizar as escolas públicas e colocar com índice, eu tinha pensado 20 alunos por escola, mas se fizer por turno daria para fazer essa meta 2 bilhões de reais para colocar os 42 milhões de alunos, de todos os alunos da rede pública com acesso, pelo menos o primeiro acesso à informatização. Eu agradeço a todos e o Senador Valter com a palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Apenas para lembrar a V.Ex^a. que a aprovação desse projeto e a utilização desses recursos que hoje estão nas mãos da ANATEL não implica na redução de recursos

do Ministério da Educação, que o Ministério da Educação também tem o seu programa de inclusão digital. Numerosos Municípios brasileiros já estão promovendo projetos de inclusão digital com recursos do Ministério da Educação. Então, somando-se esses recursos disponibilizados com o FUST e com os recursos do Ministério da Educação nós vamos ter a sinergia que vai abreviar a execução desse projeto.

Portanto, V.Ex^a. está de parabéns porque está apresentando num momento apropriado.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, como Relator eu preciso me respeitar a respeito da proposta do Senador Cícero Lucena.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Devolvo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante. Na qualidade de Presidente momentânea dessa Sessão.

[troca de presidência]

Sr. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço e passo a palavra ao Relator para dar seu parecer conclusivo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, eu agradeço a intervenção do Senador Cícero Lucena porque ela colocou uma nova visão sobre a Emenda do Senador Cristovam Buarque. É que o problema é matemático, se nós fizermos a conta já que nós não estamos levando em conta que 75% dos recursos do FUST é que podem ser aplicados segundo a lei para atender a rede de ensino pública. Não é a totalidade. Se nós estamos arrecadando um bilhão por ano, NÓS estamos falando em algo em torno de 750 milhões por ano que vamos utilizar para esta finalidade que estamos discutindo aqui, ou seja, equipar as escolas do Ensino Básico do País.

Quando eu peguei o projeto para relatar e a Emenda do Senador Cristovam Buarque eu fiz uma conta simples. Nós temos 42 milhões e meio de alunos na rede pública de Ensino Básico, tirando o Ensino Infantil. 42,5 se nós dividirmos por 10, significam 4 milhões, 250 mil computadores. Há um custo de instalação que nós temos aí calculado, um custo de investimento fixo de mil reais por computador mais 588 por ponto já teríamos praticamente inviabilizado a Emenda, fica inviabilizada por falta de recursos. Não há como colocar em prática a Emenda se ela for lida como está escrita pelo Senador Cristovam Buarque. Mas acredito que a intenção do Senador Cristovam Buarque era essa mesma do Senador Cícero Lucena porque nós podemos ter escolas com dois turnos, escolas com três turnos.

Então, eu quero modificar meu parecer acatando a Emenda do Senador Cristovam Buarque com a Emenda de redação dada pelo Senador Cícero Lucena.

Então, nós deixaríamos a Emenda do Senador Cristovam Buarque da seguinte forma... Só ler aqui para ficar claro. A União deverá garantir para os estabelecimentos públicos de ensino: 1) A instalação e manutenção em cada estabelecimento de no mínimo um computador com acesso a internet para cada dez alunos - que era a Emenda do Cristovam Buarque. Agora vem o que propôs o Senador Cícero Lucena em cada turno. Ou seja, se a escola tem três turnos nós estamos aqui considerando que para um total de 30 alunos teremos um computador. Se ela tem dois turnos, um total de 20 alunos teremos um computador. Então, Presidente eu quero--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós temos na periferia, por exemplo, em São Paulo, escolas com cinco turnos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então eu quero refazer o meu parecer, acatando a Emenda do Senador Cristovam Buarque com essa Emenda de redação dada pelo Senador Cícero Lucena, ficando à disposição, se alguém ficou em dúvida dessa modificação que foi dada ao projeto de V.Ex^a. que mesmo autor que é V.Ex^a. que concordou. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos encaminhar o processo de votação com o parecer dado pelo Senador Osmar Dias, que incorpora a Emenda do Senador Cristovam Buarque com adendo sugerido pelo Senador Cícero Lucena.

Portanto, 10 alunos por computador por turno, e com isso dando viabilidade econômica para esse imenso esforço que necessário para atingir essa meta. O projeto é não terminativo, portanto nós podemos fazer por votação simbólica, ele irá depois para Comissão de Educação e por solicitação do Presidente da Comissão de Comunicações também. Os Senadores que são favoráveis ao projeto com a alteração que foi feita incorporando a Emenda do Senador Cristovam e o adendo do Cícero Lucena, permaneçam como se encontram. E também a aprovação da Emenda nº 2, permaneçam como se encontram. Está aprovado o parecer na íntegra com a Emenda nº 2 e com a Emenda do Senador Cristovam Buarque, Emenda nº. 1 com o adendo feito do Senador Cícero Lucena. Agradeço a competência do Relator, e o empenho, e a todos os Senadores pelo apoio ao projeto.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu não estava presente quando iniciou a reunião e foi apresentado pelo Senador Dornelles o relatório que

apresentei no Item 1, e foi aprovado. Eu pergunto se foi solicitada urgência desse projeto?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não foi.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu solicito urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos colocar em votação. A urgência, para o projeto nº. 1 que é aquele crédito de 50 milhões para o programa hídrico do Semi-Árido Nordeste, o PRO-ÁGUA. Os Senadores que são favoráveis ao pedido de urgência permaneçam como se encontram. Aprovado a urgência e nós encaminhamos a Mesa diretora.

Item 4. Não estando presente, mas... Não estando presente o Relator na próxima Sessão irá a voto de qualquer forma.

Item 5 da pauta é um projeto do Senador Francisco Dornelles, relatoria do Senador Delcídio Amaral. Altera o Decreto 83.304 de 28 de março de 1979 para excluir a possibilidade de recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais na hipótese de decisão de 2ª instância, tendo negado provimento a recurso de ofício. Senador Delcídio Amaral, o Relator, com a palavra.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu gostaria de ressaltar que esse meu parecer sobre esse projeto do Senador Dornelles é um parecer favorável, porque isso de certa maneira, primeiro que a proposta é lógica, até porque o autor ele argumenta que a decisão favorável ao contribuinte proferida pela delegacia de julgamento da Receita Federal e confirmada pelo Conselho de Contribuintes não deve ser objeto de nova contestação pela Fazenda Pública. Isso só procrastina a conclusão de uma série de processos e por isso eu entendo que a bem do processo, principalmente a bem do processo decisório na área da Fazenda e especialmente com relação aos contribuintes, esse projeto é, no meu ponto de vista, é absolutamente procedente.

No entanto, Sr. Presidente, eu recebi uma ligação agora do Procurador Geral da Fazenda Nacional solicitando que o adiamento por uma semana da votação desse projeto, Sr. Presidente, porque gostaria de discutir a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, gostaria de discutir com mais detalhe, com mais profundidade esse assunto. Por isso, eu gostaria de levar a V.Ex^a, pedir e solicitar a V.Ex^a. a apreciação dessa solicitação onde nós adiaríamos a votação desse projeto por mais uma semana pautando esse projeto do Senador Francisco Dornelles para a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos na próxima terça-feira.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pois não.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Francisco Dornelles aqui com a palavra. Sr. Presidente, nós estamos hoje com a seguinte situação. A Receita faz um auto do contribuinte, o contribuinte recorre, a primeira instância decide que o imposto lançado não era devido e dá um parecer favorável ao contribuinte. Dessa decisão favorável ao contribuinte há um segundo recurso, há uma Câmara informal que existe nas delegacias. A Câmara reconhece que o imposto não é devido e dá provimento ao recurso do contribuinte. Ao terceiro recurso, ex-offício, o Conselho de contribuinte, o Conselho reconhece que o imposto não é devido. O que é que ocorre? A Procuradoria está levando seis meses a nove meses para tomar ciência desse recurso, Sr. Presidente.

Então, o contribuinte depois de ter tido três vitórias administrativas, ou seja, da Fazenda ter reconhecido três vezes que o imposto não é devido ainda procura fazer um quarto recurso para uma Câmara superior onde praticamente os recursos só devem ser feitos em casos extremos com o objetivo de postergar uma decisão.

Ora, Sr. Presidente, depois de três decisões da Fazenda favoráveis ao contribuinte eu entendo que não cabe recurso a um Conselho Superior de Recursos Fiscais. E quero dizer o seguinte. Eu não vejo sentido com todo o respeito que tenho ao Procurador Geral, porque o Procurador Geral deseja postergar uma decisão desse tipo? Eu acho que extremamente só tem um sentido. É postergar ou fazer que uma decisão favorável ao contribuinte reconhecida três vezes fique mais de seis, sete, oito meses sem uma decisão definitiva. Essa é a razão do projeto que apresentei. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): O projeto é altamente meritório, mas por solicitação do Relator nós votaremos na próxima Sessão, terça-feira estará na pauta.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu gostaria... Se o Senador Dornelles, também e V.Ex^a. assim entender, eu acho, já disse ao Senador Dornelles, eu acho absolutamente meritório, ainda mais partindo de alguém com a experiência do Senador Dornelles que conhece a fundo a questão da Receita Federal.

Portanto, eu acho que não... Valeria a pena esse projeto já está há mais ou menos duas semanas pau-

tado se nós pudéssemos, eu procuraria, conversaria com o Dr. Luís Inácio no sentido de conversar com ele sobre esse projeto ponderando, usando exatamente os mesmos argumentos apresentados, pertinentes, apresentados pelo Senador Dornelles e na próxima semana na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos eu apresentaria para a votação esse projeto no meu ponto de vista da celeridade e ajuda mais do que nunca esse processo que vira um processo absolutamente Kafkiano principalmente com relação ao contribuinte brasileiro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos transferir a discussão para a semana que vem, porque por solicitação do Relator está adiado por uma semana. Terça-feira que vem na pauta o projeto e nós retomaremos. Vamos ao Item 6.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Presidente. Nós definimos, aprovamos na reunião anterior já os nomes para a Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Os requerimentos serão lidos assim que nós terminarmos a pauta ordinária e a data... Nós temos Requerimento de Audiência Pública e Requerimento para instalação das Subcomissões.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): E a idéia, Sr. Presidente, hoje nós estaríamos agendando às 14 horas a reunião para implantação da Subcomissão. Eu gostaria de sugerir, Sr. Presidente, até para que a gente ganhe tempo e eu converso também com os demais membros da Subcomissão se nós poderíamos fazer isso na terça-feira próxima, inclusive, já trazendo a agenda de trabalhos e todos os procedimentos no sentido de já ter um cronograma previamente estabelecido a partir da próxima semana para tratar dos marcos regulatórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a. está propondo a reunião...?

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Na próxima semana, 14 horas não só para dar posse ao Presidente, ao vice, ao Relator, mas também já aprovar o programa de trabalhos da Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A Subcomissão de marcos regulatórios será terça-feira próxima às 14 horas, a Sessão de instalação para eleição do Presidente, vice-Presidente da Comissão, e ao mesmo tempo já apresentar um plano de trabalho para as atividades. Da mesma forma a Subcomissão da Reforma Tributária está proposta a sua realização no dia 12 de abril, quinta-feira, às 12 horas.

Então, quinta-feira depois de amanhã às 12 horas na sala 19, Ala Alexandre Costa aqui na nossa sala e a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e vice-Presidente nessa quinta-feira.

Eu peço depois, Senador Delcídio, também entre em contato, e o Senador Cícero Lucena, com a Mesa para nós podermos organizar o calendário de reuniões para uso do espaço da nossa sala, que vão ter que ser realizadas nesse lugar. Senador Arthur Virgílio com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, claro que em respeito a posição do Relator, nosso prezado Senador Delcídio Amaral, mas o PSDB está com a posição completamente tomada, formada a favor da idéia básica do Senador Francisco Dornelles, não vê nenhuma razão para nós adiarmos. Da nossa parte a votação seria hoje mesmo, entendemos que estamos queimando etapa da direção da justiça tributária do mesmo modo, chamo atenção para o fato, de nós pulamos, eu não vi explicação, pulamos o Item 4.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Item 4 é pela ausência do Relator, nós temos um acordo firmado. São duas ausências e nós nomeamos Relator Ad Hoc, a não ser matéria de extrema urgência. O autor não está presente e nem o Relator.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O projeto do Senador Sérgio Zambiasi, é um projeto que tem características revolucionárias, ele a meu ver propõe se extinguir uma tunga contra o trabalhador. O trabalhador é expropriado quando ele é remunerado a 3% ao ano, ele é expropriado, e o Senador Zambiasi, ele propõe precisamente se fazer justiça ao trabalhador, do mesmo modo, que se tem uma visão moderna, uma abordagem moderna, capitalista do ponto de vista do reforço e da modernização do mercado de capitais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Esse projeto veio a pauta, foi pedido vistas, foi apresentado em voto separado do Senador Edison Lobão, então nós vamos agendar assim que o Relator, o voto em separado também não está presente, mas o Senador Edson Lobão disse que poderia ser mobilizado se viesse à pauta, mas como o autor e Senador Mão Santa não estão presentes, são duas sessões com ausência do Relator, a gente põe em votação do jeito que estiver, mas de qualquer forma como não contou duas Sessões fica para a próxima Sessão. Item 6 da pauta. Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Sr. Presidente, só para economia processual, o Senador Delcídio Amaral é um exímio negociador, mas é um homem muito sensato, ele recebeu um apelo da Receita, expôs aqui, está se dispondo a ser Advogado

na causa, mas gostaria que ele nos argumentos que vai usar, aduzisse um argumento a mais. É que essa matéria, pelos votos dos democratas ela já está aprovada. Suponho que pelo voto dos tucanos também. Acho que isso ajudará na argumentação de V.Ex^a., que é um homem sensato e se coloca sempre ao lado das causas sensatas. É só para ajudar na argumentação de V.Ex^a., manifestando desde já que os votos dos democratas será favorável nessa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Apenas para reafirmar a posição do PSDB, até fazer um apelo que eu conheço bem o espírito do Senador Delcídio, no sentido de colocar essa matéria em votação já que é uma matéria que já está bastante amadurecida aqui dentro dessa Casa, já está amadurecida aqui nessa Comissão. E é chegado o momento de se assumir uma posição diferente do que tem sido a tradicional nos últimos anos de sempre a Receita aumentar o seu poder e sua força em detrimento do consumidor. Está na hora da gente começar a pensar neste País na defesa do contribuinte, na idéia de que o contribuinte brasileiro está cada vez não só mais pagando encargos mais altos, impostos mais altos como cada vez mais complicado numa teia de impostos e numa teia burocrática que impede em que ele tenha a sua vida normal, tranqüila, sem a presença quase que onipotente da Receita.

Essa iniciativa do Senador Dornelles, me parece além de ser extremamente oportuna, justa, mas a abertura desse caminho da gente começar a estudar aqui nessa Casa a questão da defesa do contribuinte. Não confundir defesa do contribuinte com defesa do sonegador. Defesa do contribuir tem sempre, até porque o sonegador não contribui, que está sempre relegado a segundo plano.

Eu acho que é simbólico e essa... E a Receita nós sabemos o Senador Delcídio sabe tanto quanto eu, por isso faço esse apelo que a Receita já estudou esse assunto profundamente e isso parece mais uma tentativa de postergar uma situação que é quase que de consenso que nessa Comissão e que visa ganhar tempo, articular, rearticular e eu tenho certeza que no espírito do Senador Delcídio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria propor, Senador Tasso, como está sendo instalada a Comissão na quinta-feira, proponho que o primeiro parecer da Subcomissão seja sobre esse relatório, e assim a Subcomissão discute na quinta-feira e na semana que vem nós estaremos na pauta da Comissão e votaremos a matéria porque eu acho que a expressão de todos os Senadores é fa-

vorável que seja dada prioridade à tramitação. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Isso aqui não se trata de um assunto de Reforma Tributária. Isso é um problema típico de administração. O que existe hoje não existe nenhuma discussão teórica sobre o problema de Reforma Tributária. De modo que eu acho que o Senador Delcídio pediu adiamento, mas eu ela já pode vir diretamente para a pauta, independentemente de Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ela estará na pauta, qualquer outro posicionamento, estará na pauta na próxima terça-feira. Senador Garibaldi com a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu estive ausente das duas últimas reuniões e V.Ex^a. vai me perdoar se eu estou chovendo no molhado, estou aqui sendo repetitivo.

A Subcomissão dos Municípios que é uma Subcomissão Permanente ela já voltou a ser instalada? Era essa a pergunta que eu desejava fazer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não. Eu já li a composição na última reunião, todos os Senadores estão indicados. Portanto, a Comissão está pronta para ser instalada. Solicitei ao Senador Cícero Lucena o procedimento de instalação da Subcomissão Permanente, até o momento não recebi por parte dele a data da instalação. E peço que a Secretaria da Mesa entre em contato com o Senador Cícero Lucena para nós já anunciarmos ainda hoje aqui nessa Sessão quando será a instalação da Subcomissão.

Próximo Item da pauta é o Item 6, Projeto de Lei do Senador nº. 172/2006, complementar, é não terminativo. Altera a Lei nº 4.595, 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias que o Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências, para estabelecer limites a cobranças de multa, juros de mora e despesas de cobrança decorrentes no inadimplimento de obrigações do consumidor. Autoria do Senador Valdir Raupp, o Relator do projeto é o Senador Jonas Pinheiro, o parecer é favorável ao projeto, com a palavra o Relator.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, o parecer está pronto, está com o parecer favorável, mas Sr. Presidente, aqui repete a mesma situação do Item 5. O autor do projeto, o Senador Valdir Raupp, me faz um apelo para votarmos na próxima semana porque o BANCO CENTRAL quer fazer uma discussão sobre esse projeto. Me parece que hoje ainda está marcado

para que ele venha no meu gabinete para fazer uma discussão sobre esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por solicitação do autor e Relator nós adiaremos também para a próxima Sessão a votação do Item 6 da pauta, seguramente tenho certeza que esse entendimento poderá aperfeiçoar a iniciativa.

Vamos, então, para o próximo ponto da pauta é o Item 7 que institui, Projeto de Lei nº 82, é terminativo. O Relator já entrou em contato com a Mesa sugerindo que esse projeto que diz respeito ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado para incluir os Municípios na concessão do microcrédito. Ele está propondo que seja discutido previamente na Subcomissão dos Municípios.

Então, assim será feito. A Comissão será instalada e a Presidência está encaminhando, então, esse projeto para o parecer da Subcomissão.

O Item 8 da pauta, autoria do Senador Arthur Virgílio, Relator Senador Renato Casagrande, não estando presente o Relator numa Sessão nós aguardaremos a presença e posteriormente, está certo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se V.Ex^a., Presidente, se V.Ex^a. e o autor aceitarem, eu posso fazer a leitura do meu Líder.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tenho certeza que seria muito bem recebido, mas de qualquer forma nós temos um acordo aqui que se em duas Sessões o Relator não estiver presente nós nomearemos um Relator *Ad Hoc*, mas como é uma única Sessão, fica adiada a votação.

Item 9. Também o mesmo problema da presença do Relator, Eduardo Azeredo que não está presente.

Item 10. Projeto de Lei nº 122/2006, complementar, não terminativo. Acrescenta o inciso ao art. 19 da Lei 4.595 de 31 de dezembro de 65, que regulamenta o sistema financeiro nacional para permitir a instituição pelo BANCO DO BRASIL, de linha de crédito e sua atuação no mercado imobiliário. Autoria é o Senador Pedro Simon, Relator Senador Jonas Pinheiro, é pela rejeição do projeto.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, isto também repete o mesmo caso do Item 6. Eu fiz o relatório pela rejeição, tem aqui todas as considerações das razões porquê. Entretanto, hoje estava saindo do gabinete e recebo uma comunicação do BANCO DO BRASIL que estarão dois diretores hoje conversando comigo sobre esse projeto, porque há interesse do BANCO DO BRASIL na aprovação desse projeto. E como isso também vindo do Senador Pedro Simon que tem manifestado interesse pela aprovação desse projeto eu espero ter a compreensão da Comissão para nós analisarmos melhor esse projeto,

talvez, eu possa até mudar meu parecer conforme a conversa que eu tiver com dois diretores do BANCO DO BRASIL no dia de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por solicitação do Relator está adiada a votação do Item 10.

Item 11. Projeto de Lei nº 359/2003, terminativo. Dispõe sobre créditos relacionados à participação governamental obrigatória dos Municípios na exploração dos recursos hídricos para fins de energia elétrica, petróleo e gás natural. Autoria do Senador César Borges. Relatoria do Senador Flexa Ribeiro, o parecer é favorável ao projeto, Senador Flexa Ribeiro com a palavra. O projeto é terminativo e exigirá quórum qualificado, portanto, votação nominal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, vice-Presidente Eliseu Rezende, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores. Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado, PLS 359/2003, de autoria do Senador César Borges que autoriza a União adquirir mediante a emissão de Certificados Financeiros do Tesouro, CFT os créditos destinados aos Municípios relativos a *royalties*, participações especial e compensações financeiras pela exploração de petróleo de gás natural e de recursos hídricos em seus territórios. O projeto PLS propõe estender também aos Municípios a possibilidade já aberto para os Estados e Distrito Federal de utilizar os citados créditos no pagamento de dívidas com a União ou na capitalização de fundos de previdência. Para deliberação em caráter terminativo na CAE. Não foram oferecidas Emendas ao projeto.

Análise. A proposição está adequada aos ditames Constitucionais, há também aderência da proposição aos aspectos de jurisdição e regimentalidade. É notório que inúmeros Municípios não têm podido alavancar o seu desenvolvimento em razão de dívidas acumuladas no passado e que ameaçam seu equilíbrio fiscal, dívidas com a União e com o Fundo de Previdência estão entre eles. Na busca de soluções que permitissem aos Governos Estaduais ajustarem-se às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 1.985, Item 27, de 4 de maio de 2000, posteriormente incorporado à Medida Provisória nº 2.181, Item 45, de 24 de agosto de 81, esse dispositivo legal autorizou a União até 31 de dezembro de 2001, a adquirir dos Estados e do Distrito Federal créditos relativos à participação governamental obrigatória nas modalidades de *royalties*, participações especiais e compensações financeiras relativos à exploração de recursos hídricos para fins de energia elétrica, petróleo e gás natural. Posteriormente a Lei nº 10.712 de 12 de agosto de

2003, estendeu o prazo de aquisição de créditos até 31 de dezembro de 2003.

Até a data limite, assinaram contratos com a União, Estados do Paraná, do Mato Grosso do Sul, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo para transferência dos direitos de créditos oriundos das compensações financeiras. Essas unidades federativas melhoraram sua situação financeira como resultado dessa negociação. Os Municípios não tiveram acesso a tal negociação porquanto não havia previsão legal. A proposição em análise tem o mérito de restaurar a equidade de oportunidade entre as unidades federativas.

O Projeto de Lei do ilustre Senador César Borges, autoriza os Municípios a se beneficiarem da mesma oportunidade que os Estados tiveram, mas se trata de uma autorização pontual, uma exceção à regra, a negociação deve ser feita apenas uma vez e apenas com respectivos fundos de previdência e com a União e suas entidades.

Voto, Sr. Presidente. Eu estou alterando voto nesse instante que estava entregue já o relatório da CAE, propondo uma Emenda Aditiva ao projeto do Senador César Borges. Sou favorável ao projeto que se dê a oportunidade aos Municípios para que eles usem os recursos dos *royalties* que lhe são devidos para que transfiram esses créditos por compra para União e possam com isso melhorar as suas condições financeiras abatendo seus débitos no caso específico aqui com a Previdência e com a União e por uma única vez. Mas a minha Emenda Aditiva que faço nesse instante e o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 359/2003, com Emenda aditiva que passo a ler. A Emenda Aditiva apenas propõe que se estenda essa oportunidade não somente aos Municípios que tenham os seus *royalties*, as modalidades de *royalties* aos recursos hídricos para geração de energia de petróleo e gás natural também para aqueles Municípios que têm os *royalties* de recursos minerais que é importante para o Estado do Pará, para o Estado de Minas Gerais e outros Estados da Federação.

Então, o meu voto é pela aprovação do projeto do Senador César Borges com a inclusão dos Municípios que também tenham direito de *royalties* na exploração dos recursos minerais juntamente com os recursos hídricos, petróleo e gás natural.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Peço a palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antônio Carlos Valadares com a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Em que pese à eficiência e o brilho com que se ouve na apresentação desse relatório, o Senador

Flexa Ribeiro, sou de opinião de que apesar da marcha que existe em Brasília em defesa dos interesses Municipais, inclusive, favoravelmente a uma Reforma Tributária prometida desde há muitos anos para aumentar os recursos Municipais, eu desejo ponderar de que esta negociação, esta compensação de dívida dos Municípios para com a União e a própria previdência sem um limite para fazer essas gestões e atinge em cheio a Resolução nº 43 que estabelece um tempo e um tempo, o período é o do mandato.

Então, para que eu possa estudar com mais profundidade essa questão pedindo as devidas desculpas ao nobre Relator, eu peço vistas e na próxima reunião trarei de volta o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a. é um guardião da lei de Responsabilidade Fiscal e hoje substitui o Senador Jefferson Peres que toda vez que toca nesse assunto ele está sempre pedindo vista para poder analisar que foi Relator da matéria.

Assim, nós terminamos a nossa pauta. Agradeço a presença de todos e está encerrada a nossa Sessão.

Sessão encerrada às 12h20.

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2007, ÀS 10:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia dezoito de abril do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Fernando Collor, Renato Casagrande, Serys Slhessarenko, João Vicente Claudino, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Romero Jucá, Valdir Raupp, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Adelmir Santana, Edison Lobão, Eliseu Resende, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Marconi Perillo, Osmar Dias e, ainda, do Ex-Senador Antero Paes de Barros. Deixam de comparecer os Senadores Expedito Júnior, Pedro Simon, Kátia Abreu e Cícero Lucena, tendo falta justificada em virtude de estar em missão no exterior. Dando início aos trabalhos, o Presidente passa à Reunião Preparatória com a presença do Sr. Demian Fioc-

ca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a fim de discorrer sobre evolução dos empréstimos, linha de crédito e outros assuntos afins, em conformidade a deliberação da Comissão. Após a exposição do Sr. Demian Fiocca, usam da palavra os Srs. Senadores Eduardo Suplicy, Jayme Campos, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Flexa Ribeiro, Valter Pereira, Romeu Tuma, Arthur Virgílio e Ideli Salvatti. Logo após, tendo em vista o surgimento de alguns questionamentos levantados, o Presidente sugere que seja criado um Grupo de Trabalho, coordenado pelo Senador Romero Jucá, composto pelos Senadores Flexa Ribeiro, Edison Lobão, Jayme Campos e Valter Pereira, para, no prazo de trinta dias, trazer propostas sobre mecanismos de fomento ao crédito para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Presidente do BNDES coloca à disposição do Grupo de Trabalho o Sr. Antonio José Corrêa do Prado. Em seguida, havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência passa à 1ª Parte da Reunião com a apreciação das Matérias constantes da Pauta, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 65, de 2007, não terminativa, que “submete à consideração do Senado Federal a escolha do nome do Senhor Eli Loria para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer a ser apreciado em votação secreta. O Presidente solicita aos Senadores Valter Pereira, Adelmir Santana e Antônio Carlos Valadares que conduzam o indicado ao Plenário da Comissão. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Renato Casagrande, usa da palavra para fazer a sua exposição o Senhor Eli Loria. Usam da palavra para interpellar o Sabatinado os Senadores Raimundo Colombo, Jayme Campos e Eduardo Suplicy. Seguida a votação, a Presidência convida os Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Suplicy para atuarem como escrutinadores. A Comissão aprova a indicação do nome do Senhor Eli Loria, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por vinte votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Em seguida, a Presidência adia a apreciação das Matérias constantes da Segunda Parte da Reunião, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2003, terminativo, que “acrescenta § 3º ao artigo 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir às instituições de ensino superior a dedução de despesa com concessão de bolsa de estudo para atleta praticante de modalidade olímpica”, de autoria do Senador José Jorge, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece

Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2007, terminativo, que “altera o Decreto nº 83.304, de 28 de março de 1979, para excluir a possibilidade de recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais, na hipótese de decisão de segunda instância ter negado provimento a recurso de ofício”, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, terminativo, que “acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”, de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03-CRA. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que “acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica”, de autoria do Senador Almeida Lima, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, incluindo como beneficiário da lei os representantes comerciais”, de autoria do Senador Leonel Pavan, e com o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2005, terminativo, que “altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, e dá outras providências”, de autoria do Senador Ney Suassuna, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer pela aprovação do PLS nº 129, de 2003, do PLS nº 183, de 2003, e do PLS nº 291, de 2005, nos termos do Substitutivo que apresenta. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Educação. A apreciação das Matérias é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI

na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer pelo arquivamento da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2006, terminativo, que “altera a redação do § 1º do art. 111 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para estabelecer a aquisição do direito a voto pelos titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com limitação desse direito, no caso de não-pagamento de dividendos pelo prazo de três exercícios consecutivos”, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2005, terminativo, que “dispõe sobre a aplicação das disponibilidades financeiras do FAT, em depósitos especiais, nas cooperativas de crédito constituídas nos termos da Lei nº 5.764, de 1971”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005, terminativo, que “inse-re inciso no art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, para incluir a dedução de doações de livros a bibliotecas públicas no cálculo do imposto de renda devido por pessoas físicas”, de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01, nos termos da Subemenda nº 01, apresentando ainda as Emendas nºs 02 e 03. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a isenção do IPI a aguardente de cana-de-açúcar, e dá outras providências”, de autoria do Senador Efraim Morais, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com a presença—
[soa a campanha].

Com a presença do Presidente do BNDES, Dr. Demian Fiocca, nós vamos analisar a evolução, os principais indicadores do Banco, o volume de crédito, os principais programas, o processo de aprovação, a agilização do processo de aprovação, as linhas de financiamento para micro e pequenas empresas, enfim, todas as informações que são de interesse da sociedade no que se refere ao desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Quero, primeiro agradecer ao Presidente Demian Fiocca, a rigor, o nosso calendário era para que essa exposição viesse a ser feita na próxima semana, na terça-feira. Mas, como o Secretário do Tesouro Nacional viajou para Washington, acompanhando o Ministro da Fazenda, nós invertemos a nossa pauta. Então, ficou para hoje o BNDES; para a próxima terça-feira, o Secretário do Tesouro Nacional e, para a outra, já pré-agendado, o Secretário da Receita Federal do Brasil, que virá também expor a evolução da Receita. Bom dia, Senador.

Então, nós hoje teremos uma exposição. Nós vamos, também estamos distribuindo já as planilhas que vão constar à exposição do professor e amigo Demian Fiocca sobre a evolução do BNDES, que eu, de antemão, digo que é um dos melhores momentos da história do Banco. E nós vamos ver aí que há um avanço bastante expressivo na carteira do Banco, nos projetos estruturantes, na aprovação de projetos, na agilização da aprovação de projetos. E esse tipo de informação ajuda também a gente se dar conta que nós estamos atravessando um período de aceleração dos investimentos. Quer dizer, além da eficiência do BNDES, a demanda por projetos, por novos projetos de investimento, inclusive de projetos estruturantes, vem crescendo aceleradamente, o que revela o potencial de aquecimento da economia brasileira, que eu tenho certeza que com esses fundamentos macroeconômicos, é o nosso maior desafio e um desafio muito próximo de ser realizado. E essa Comissão pretende tratar a questão do crescimento como um tema prioritário, tanto das suas discussões, como das suas deliberações.

Quero dizer que conheço o Demian há muitos anos, ele fez USP, como eu. E fez toda a sua formação acadêmica em macroeconomia. E é um estudioso profundo, tem publicações na... Especialmente no pós keynesianismo e no keynesianismo, como uma linha de pensamento importante da teoria econômica. Teve uma destacada carreira no setor privado, sempre chefiando equipes de análise econômica e agora vem prestando relevantes serviços ao país na Administração pública. Ele era Vice-Presidente do Banco, assumiu a Presidência do Banco e agora vai apresentar um pouco as realizações desse período da sua Presidência e des-

se período da história econômica que nós estamos atravessando.

Agradeço a presença do Presidente do Banco, Demian Fiocca, e, com a palavra, que você possa fazer a explanação sobre o desempenho recente do BNDES.

SR. DEMIAN FIOCCA: Obrigado, Senador Aloizio Mercadante, senhores Senadores, Senadoras, é um prazer estar aqui, nesse momento de prestar contas e esclarecer aos Senadores sobre o desempenho de um órgão da importância do BNDES. Gostaria, inclusive, de parabenizar o Senador Aloizio Mercadante por essa iniciativa de trazer, a cada semana, executivos de alguma área de Governo, de tal modo a que o Senado esteja sempre com a melhor oportunidade de informações, de conhecimentos, esclarecimentos de dúvidas a respeito do andamento das políticas públicas.

Eu dividi essa apresentação em três itens que me parecem, em grande medida, de interesse de opinião pública, não é? E estou aberto, naturalmente, a dúvidas sobre qualquer outro aspecto do desempenho do Banco. Em primeiro lugar, as estatísticas. Em segundo lugar, uma questão que é parte da agenda pública, que é a questão do dinamismo, da aceleração. É um tema que se reforça com o empenho e a dedicação que o Governo está atribuindo ao PAC, da aceleração do investimento, portanto também de financiamentos.

Além disso, uma outra questão que entendo também que é de especial interesse, que é a possibilidade de viabilizar empreendimentos que exijam maior sofisticação financeira ou que têm maior risco, ou seja, a possibilidade de atuar de maneira mais enfática como órgão de fomento. Uma questão da pró-atividade do BNDES, enquanto órgão de política pública, não apenas enquanto, enquanto Banco, não é? Pode passar.

Então, primeiro, apenas para... Rapidamente, um primeiro item que vejo que é de interesse é a questão dos custos do BNDES, ou seja, como está evoluindo a taxa de juros cobrada nos empréstimos do Banco. Os empréstimos do Banco têm uma... Como vai, Senador, bom dia. Os empréstimos do Banco são compostos de três itens: A TJLP, que o Banco paga ao FAT; o *spread* básico, que é onde nós implementamos a política pública de crédito, que dá conta dos custos do Banco, do lucro e também das prioridades, e o *spread* de risco, que é um índice mais técnico, que deve dar conta da média de provisão para devedores duvidosos, da média de inadimplência, o Banco Central inclusive fiscaliza isso e, portanto, ali nós fazemos simplesmente um tratamento técnico.

Nós passamos a trabalhar, a partir do final de 2005, início de 2006, com uma escala de prioridades de 0 a 3% ao ano no *spread* básico. Antes nós tinha-

mos apenas meio por cento de índice de prioridade e um acúmulo de vários programas específicos, de tal modo que as políticas do Banco, é... Por terem sido modificadas, sempre parcialmente, ao longo da história, já não permitiam visualizar uma coerência mais, mais perfeita. Então, nós, revisamos isso, reduzimos programas e fizemos essa nova escala. Pode passar.

Além de adotar a nova escala, nós fizemos várias reduções, seguindo o que entendemos ser uma prioridade de interesse público. As reduções vão além das que estão aqui, mas, para focar nessas daqui, nós temos, em logística, as reduções feitas em 2006 estão aí e, em 2007, nós fizemos uma nova rodada de reduções, só que aí apenas em infra-estrutura e infra-estrutura social, ou seja, logística, energia e desenvolvimento urbano.

Então, aqui nós temos a evolução dos financiamentos para ferrovias, que são fundamentais para o custo de frete, para a competitividade da produção nacional; caem de 2,5 para um, o *spread* básico, nesses dois anos. E também para as concessões rodoviárias reduzimos para dois o *spread* básico. Depois, para as áreas sociais, aí a queda foi ainda mais intensa; ela cai de três para 1,5, no caso de transporte urbano, e de três para um, no caso de saneamento. Pode passar. E, para a energia elétrica, também, nós tivemos basicamente uma redução na geração de 2,5 para um; criamos uma categoria especial, que é para os mega projetos, como os do Rio Madeira e Rio Xingu e aí de meio, e faz sentido porque são financiamentos muito grandes, portanto, o valor absoluto do *spread*, ele é maior. E reduzimos também, nas outras escalas, para a distribuição e geração, de três para dois, de 2,5 para um. E gás, um outro item que é prioridade hoje no país, a Petrobrás vem investindo, nós damos também o nosso apoio, seja para a Petrobrás, seja para outros investidores, reduzimos de 2,5 para 1,5. Na redução de *spreads* de 2006, nós fizemos também reduções para a indústria, que não constam nessa tabela porque, em 2007, nós fizemos focadas no PAC; foram anunciadas no PAC essas novas reduções, mas, para a indústria, houve também reduções, bens de capital, instalação de fábricas etc. Pode passar.

Bom, a estatística que muitas vezes é utilizada, como quase um resumo do desempenho do BNDES, é esta que está nesse gráfico. Ou seja, o desembolso, o nível de desembolso e o nível de aprovações. O BNDES teve um nível de desembolso da ordem de 40 bilhões, se olharmos ali, desembolso e aprovações, aproximadamente estáveis, oscilando em torno da faixa de 40 bilhões, entre 2002 e 2004. Em 2005, nós vemos uma aceleração de desembolsos, também de aprovações e, a partir de 2006, e... Nos últimos 12

meses, terminados em março, nós vemos, de fato, um desempenho excepcional das aprovações e também muito positivo dos desembolsos. Nós estamos, hoje, em março de 2007, 12 meses até março, comparados com os 12 meses anteriores, o BNDES registra um crescimento de 28% nos desembolsos e de 49% nas aprovações. Essa aceleração dos desembolsos e aprovações, ela é consistente com o movimento que nós observamos na economia, a partir, talvez de meados do ano passado, de aceleração do investimento. O investimento cresceu 9% em termos reais, no ano passado. É o último dado disponível, dado agregado do PIB. Se considerarmos uma inflação de quatro, da ordem de quadro, estamos falando que o investimento, em termos nominais cresceu 13. Bom, as aprovações do BNDES cresceram o dobro do que esses 13.

Então, aqui nós temos duas indicações para os desembolsos, não é? Primeira, uma indicação que é consistente com a perspectiva de aceleração do investimento na economia. Obviamente, o BNDES como indicador. E a segunda, uma melhoria de desempenho do próprio BNDES porque dificilmente o investimento vai crescer 28%. Então, o BNDES crescendo à frente, ele estaria, digamos, reforçando o seu caráter de indutor ou de impulsionador do investimento.

No que se refere à aprovação, nós estamos vendo e há um slide, em seguida, que mostra isso. Não, desculpe, mantenha ainda aquele, por favor. Nós estamos vendo uma aceleração mais rápida e, em grande medida, isso se deve ao fato de que o BNDES está aprovando financiamentos para grandes projetos como há algum tempo o Brasil não via. Grandes projetos têm uma fase mais longa de maturação, de instalação do projeto, três anos, quatro anos, dois anos, às vezes, até cinco. Então, obviamente, a aprovação é dada no momento inicial, mas o desembolso de recursos, ele é feito à medida que o processo, que o projeto avança. Então, aquele aumento de aprovações é mais um sinal de que a tendência de desembolsos também continua a ser crescente. Ou seja, nós já contratamos hoje, por assim dizer, o crescimento de pelo menos alguns trimestres à frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho, viu, Demian, esse gráfico é fundamental para a gente analisar a tendência de aceleração de crescimento. Você, em 12 meses, aumentar a aprovação de projetos em 49%, e 28% de desembolso, e a aprovação, ela precede o desembolso; ela está puxando o desembolso para cima. Quer dizer, a tendência é acelerar o desembolso e é uma aceleração espetacular da aprovação de projetos, e de projetos estruturantes. Quer dizer, projetos que têm grande impacto em alguns setores importantes para a

determinação da taxa de crescimento e aumento da capacidade produtiva. Quer dizer, eu acho esse quadro um quadro síntese, não apenas da eficiência do BNDES, de acelerar a eficiência e desembolso que, seguramente, ajuda a explicar, mas, e do papel de fomento ao crescimento, mas de alavancagem do investimento futuro.

SR. DEMIAN FIOCCA: Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Espero que o COPOM, você tenha mandado para o COPOM esse quadro, com alguns comentários, porque eles vão decidir a taxa básica de juros, entre hoje e amanhã e, seguramente, o aumento da capacidade produtiva é um fator relevante para que eles tenham uma produção mais, digamos, mais confortável na definição que, evidentemente, todos nós esperamos seja a maior, não é Crivella?

SR. DEMIAN FIOCCA: Bom, outro aspecto que eu gostaria de trazer aos Senadores é o desempenho do Banco junto a micro, pequenas e médias empresas. O BNDES é conhecido pela sua capacidade, pela sua excelência na viabilização de grandes projetos, mas, muitas vezes, há uma demanda sobre aumento também de operações para empresas menores. Esse desempenho, ele trata apenas de empresas mesmo; não inclui pessoas físicas. Pessoas físicas, o Banco empresta apenas para produtores rurais, o desempenho não é favorável, mas é mais por conta da demanda do setor agrícola e está havendo já uma recuperação. Mas, focando nas empresas, nós verificamos aqui um crescimento de 12% no volume, mas de 41% no número de operações. Então, o que é que isso significa? Significa que nós estamos conseguindo, mesmo nesse segmento de empresas médias ou menores do que médias, uma maior democratização, ou seja, um maior número de empresas ainda que obtendo um volume menor por empresa, um volume médio menor, que é um dos objetivos do Banco. Naturalmente isso ocorre, é feito por meio dos Bancos repassadores, que é a rede bancária do país. O BNDES não tem agências de varejo para alcançar essas empresas, mas há uma política de estímulo, digamos assim, a esses Bancos para que façam mais financiamentos a micro, pequenas e médias empresas. Pode passar.

Bom, eu estou destacando as pequenas empresas mas, obviamente, não poderia deixar de destacar o que podemos chamar de função clássica do BNDES, que é viabilizar grandes empreendimentos importantes para o país, não é? Nós podemos ver aqui, por empreendimentos, aproximadamente desse porte, ou seja, de um bilhão de financiamento, dois bilhões ou mais, de investimento total, uma aceleração também do número de grandes empreendimentos. Nós tive-

mos, em 2005, três deles; em 2006, oito e, até agora, já anunciamos três grandes empreendimentos, em 2007. Posso destacar alguns dos casos, por exemplo, no caso da Klabin e da Suzano, são empreendimentos que cada uma das empresas não fazia, nesse porte, há mais de uma década, ou seja, é uma retomada de empreendimentos que, em alguns setores só ocorreram, na última vez, na época, na década de 70, não é? Pode passar.

Bom, o que é que nós estamos fazendo? Isso é um pouco gerencial, não vou me alongar muito, mas, apenas para conhecimento dos Senadores, o que é que nós estamos fazendo, do ponto de vista de agilização, dinamização do Banco? Eu montei em junho, assumi a Presidência em março, montei, em junho, um comitê gerencial estratégico, reunindo todos os Superintendentes do Banco, com uma única pauta, a pauta da velocidade, da simplificação da agilização de processos. Esse comitê propôs à Diretoria; a Diretoria já aprovou três medidas nesse sentido: Flexibilização de garantias para empréstimos de menor risco; a racionalização de processos, ou seja, o Banco tem um processo que o pedido de empréstimo segue, desde a sua entrada, até a aprovação, e nós evitamos algumas sobreposições de funções e de trabalhos que foram se acumulando ao longo do tempo e também uma revisão de documentação, claro, existem projetos mais complexos que precisam de alguns documentos a mais, mas, para aqueles que não precisam, nós conseguimos reduzir em 1/3 o número de documentos, de um nível padrão, de 13 documentos, passamos para oito documentos. Pode passar.

Além dessas medidas, existem outras, também em curso, que estão também em discussão nesse comitê, já houve até uma apresentação prévia à Diretoria e existe um esforço gerencial de criação da cultura da importância da agilidade. E aqui eu apresento a evolução do prazo entre a entrada de uma consulta no Banco e a aprovação da operação. Esse prazo ficou entre sete e nove meses, entre 97 e 2000, são os últimos 10 anos. Depois, ficou oscilando, como se vê entre 10 e 12, podemos dizer, entre 2001 e 2004, e vêm caindo consideravelmente. Hoje, nós estamos no menor prazo dos últimos 10 anos. Nós estamos com seis meses e 25 dias para as operações complexas. Para operação mais simples, operações indiretas, compra de máquinas pela FINAME etc, aí são dias. O cartão BNDES, por exemplo, é on-line. FINAME, temos conseguido em quatro, cinco dias, três a cinco dias, aprovar, quando um Banco solicita a compra de máquinas. Pré-embarque, quando uma empresa pede um recurso para produzir um item que será exportado, também sai em 15 dias, 20 dias. Ou seja, essas são as complexas. As operações

mais simples o Banco processa de maneira bastante mais rápida. Pode passar. Pode passar.

Bom, e eu achei que poderia ser de interesse dos Senadores ver qual é o nosso esforço no sentido de viabilizar projetos mais complexos, ou seja, não só fazer mais, mas também enfrentar desafios mais difíceis, vamos dizer assim. Então, eu trouxe aqui quatro casos. O primeiro é da TRANSPETRO. É sabido que esse é um setor que teve um histórico bastante atribulado no país. Como herança desse histórico, nós tínhamos uma estrutura empresarial fragilizada. Isso, obviamente, é um desafio quando se trata de financiar grandes volumes. Nós estamos falando de alguns bilhões de reais de financiamento. Fragilidade do setor, dificuldade de garantias alternativas etc. Bom, não vou me alongar. O fato é que nós trabalhamos com a TRANSPETRO, com o setor, conseguimos construir uma estrutura de financiamento não padronizada e que começamos financiando estaleiro, há uma conta centralizada. O estaleiro fiscaliza o andamento da obra. A gente autoriza o pagamento apenas conforme há o andamento do navio. Uma pequena cobertura de seguro. A partir de certo momento, quando o navio é... Pode, pode... Ir ao mar, digamos, ainda que não esteja pronto. Aí a TRANSPETRO assume o risco de crédito, cancelamos um financiamento, fazemos outro. Eu não vou cansar os Senadores com os detalhes, podemos depois entrar. Mas, enfim, é uma operação complexa, o resumo é o seguinte: Nós conseguimos viabilizar mega financiamentos, financiamentos de mais de bilhão de reais para um setor fragilizado, o que não é uma coisa simples. E conseguimos fazer isso com segurança bancária, com boa técnica, pelo lado de construir a operação.

Outra coisa a destacar nesse setor é o fato de que conseguimos viabilizar o investimento para um projeto que se inicia, um *start up*, como dizem os americanos, que normalmente não é tradição do Banco e nem de outros Bancos. Normalmente o banco quer ver uma empresa, a sua evolução ao longo dos últimos anos e aí financiar. Financiar uma empresa que começa, no momento do financiamento, é um desafio maior e conseguimos viabilizar isso no estaleiro instalado no Nordeste, o que, além da retomada de um setor que há muitos anos não investia no Brasil, tem também uma natureza de desconcentração da atividade econômica e vemos como positiva. Pode passar.

Bom, outra operação também mais sofisticada que nós fizemos foi para a CPTM, do Estado de São Paulo, lá no Estado de São Paulo. Nós fizemos a primeira operação de fundo de recebíveis não padronizados. É a primeira do país. O BNDES entrou com metade da operação e o mercado, vários investidores, compraram a outra metade. Obviamente, a posição do BNDES em

bancar metade da operação foi elemento fundamental para a sua viabilização. A vantagem disso é que, por ser uma operação de mercado e auto-sustentável, ela não está sujeita ao contingenciamento de crédito ao setor público. Então, aqui o esforço de sofisticação do BNDES agregou investimento na área social em relação aquilo que é possível por meio da capacidade de endividamento e autorização de empréstimos a empresas públicas. Pode passar.

O mesmo nós conseguimos com a COPASA, em Minas. Uma operação belíssima, uma operação grande, de quase 600 milhões, em que nós conseguimos estruturar utilizando debêntures, com um certo componente de renda variável. Esse instrumento, mais uma vez, não está sujeito ao limite de endividamento do setor público e, além disso, como é auto-sustentável, também não tem prejuízo para o resultado fiscal. A operação alcança uma região extensíssima e ataca, na área de saneamento, todos os itens praticamente, nível de acesso etc, mas eu gostaria de destacar um deles, que é o índice de tratamento de esgotos. O Brasil, sabidamente, tem ainda um nível de coleta baixo e tem um nível de tratamento ainda mais baixo, o que é um problema para a poluição de mananciais, de águas profundas, de baías etc. E esse projeto vai viabilizar um aumento do índice de tratamento de esgoto da ordem de 30%, hoje, para 70%, quando o projeto estiver completo. Pode passar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E fazendo em São Paulo e Minas unifica o PSDB, viu Flexa Ribeiro, preocupação do BNDES, para não criar tensão no partido.

[risos].

SR. DEMIAN FIOCCA: Naturalmente, obviamente, o BNDES trata todos os Estados e partidos equanimemente, como está mostrando aqui. Bem, outra operação que teve também grande interesse, e até uma certa polêmica, à época que fizemos, e por isso eu gostaria de trazer aos Senadores uma atualização do seu Estado atual, é a operação da Brasil Ferrovias. A Brasil Ferrovias, como se sabe, incluía a antiga FEPA-SA mais a Ferro Norte, tem a principal malha de São Paulo, que chega no porto de maior movimento do país, que é o Porto de Santos, estava há muitos anos sem investir, inadimplente com o BNDES, inadimplente em um volume grande, ou seja, nós tínhamos já lançado o prejuízo um bilhão e duzentos milhões; inadimplente com o Governo, do ponto de vista fiscal, e também com a Agência de Transportes, porque não oferecia o transporte de carga suficiente. Nós entendemos que ali existia um negócio viável, só que tinha havido dificuldades de gestão e financeiras. E resolvemos reestruturar a dívida e colocar dinheiro novo. Nós colocamos capital

novo. Os acionistas privados também colocaram capital novo, em negociação conosco. Houve quem dissesse que ali estava havendo uma socialização de prejuízos. Nós tínhamos convicção de que estávamos fazendo a coisa certa e o resultado hoje é... Excelente. Aqui eu não preciso poupar expressões porque é o seguinte: O BNDES recuperou toda a dívida lançada a prejuízo. Porque a empresa investiu e pôde ser vendida para a LL. E a LL, como uma empresa de bom risco, listada em Bolsa, excelente governança, tem um risco bom e, portanto, assumiu a dívida. O Tesouro Nacional recuperou os débitos que não estavam sendo pagos, da ordem de 400 milhões. E, principalmente, a empresa voltou a investir. A empresa investiu, durante o período em que nós estávamos lá, foram nove meses, depois da entrada de capital novo, investiu cerca de meio bilhão. Última linha ali... E, principalmente, adquiriu capacidade para um novo plano de investimentos de mais três bilhões, que é a última linha. Nós financiamos, inclusive, um bilhão e cem. Ou seja, uma empresa que, um ano antes, estava inadimplente conosco, com o Tesouro, não conseguia investir etc, pôde, um ano depois, estar adimplente e, inclusive, empreender um novo plano de investimentos.

E a parte que nós entramos em capital, que era a parte que se podia mais questionar, como você põe capital numa empresa com uma situação tão ruim, não é? Nós fizemos a venda por troca de ações com a LL, temos ali na última linha do segundo capítulo; se nós vendêssemos hoje as ações, as ações com liquidez em bolsa, o BNDES teria um ganho de 81% nessa participação, o que representa hoje um ganho de 670 milhões de reais. Então, essa é uma operação polêmica, em que nós agimos de maneira mais ousada, mas o desempenho posterior mostrou que nós estávamos certos. Pode passar.

Bom, o Banco tem atuado de maneira é mais pró-ativa na área de inovação. Temos as linhas que já tinham sido anunciadas como parte da política industrial, PROFARMA, PROSOFT, são as linhas de financiamento a juro fixo, e estamos atuando também com recursos não reembolsáveis, agora no FUNTEC. Aquele último item. Nós anunciamos, quando do programa para a TV digital já um aporte não reembolsável de quase 15 milhões, 14,6, para o desenvolvimento de tecnologia nacional para circuitos de conversão das diferentes tecnologias de TV digital, a ser desenvolvido no CEITEC, e também aprovamos 1,4 bilhão para desenvolvimento da tecnologia nova de produção de etanol, que é um grande desafio para o Brasil hoje, uma vez que o etanol ganhou importância mundial, mas a rota, se vai ser de cana, se vai ser de milho, se vai ser de outra coisa, é uma coisa que está em disputa. Hoje,

o Brasil certamente está na melhor posição; a cana é muito mais produtiva. Mas a tecnologia, ao longo dos anos, tem capacidade de alterar essas coisas. Então, é fundamental que o Brasil invista também em tecnologia para construir, em torno da cana, que é a nossa... O nosso ativo mais competitivo, a rota tecnológica do desenvolvimento futuro do que eu espero que seja, acredito que será, um mercado mundial de etanol. A operação da Genoa Biotecnologia, inclusive, nós estamos anunciando hoje, a nossa sala de imprensa vai soltar o *release* com os detalhes. Pode passar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Demian, fazer só um comentário aqui, essa área de biotecnologia, principalmente a área de fármacos, é o segundo maior déficit comercial do Brasil, dois bilhões de dólares. Se você pegar equipamentos hospitalares, há um déficit de sete bilhões de dólares, total. Então, a substituição de importações nessa área de fármacos, que o genérico deu um grande impulso, é outro grande desafio de política industrial e de inovação tecnológica do país. Eu acho que está muito bem focada essa orientação do BNDES.

SR. DEMIAN FIOCCA: Obrigado, Senador. Bom, desembolsos para esse setor da biocombustíveis, nós tivemos um crescimento forte em 2006. A nossa perspectiva é que esse crescimento vai continuar, ainda não tenho um número para cravar 2007, mas vai continuar crescendo, o setor está crescendo. O BNDES é um forte parceiro desse crescimento. E biodiesel, que é uma iniciativa lançada em 2005, nós tivemos, já em 2006, três projetos aprovados, então começamos ali o financiamento para biodiesel, acredito que também vá crescer nos próximos anos. Pode passar.

Ok. Rapidamente, alguns dos programas de Governo, vou mostrar o desempenho. Pode passar. Pode passar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. DEMIAN FIOCCA: Bom, é que, depois, cada slide vai detalhar um deles, o senhor... Está bem? Então, o PROCAMINHONEIRO era o primeiro daquele slide, nós criamos esse programa como uma alternativa ao financiamento tradicional de caminhões que vinham encontrando dificuldades. Parte era uma redução da demanda agrícola, devido à situação da agricultura, nos últimos dois anos, mas achamos que também, do ponto de vista de instrumento financeiro, podíamos fazer aperfeiçoamentos. Então, aqui, o PROCAMINHONEIRO, por exemplo, permite financiar *leasing*, que dá maior segurança para o banco que financia e outros detalhes. Enfim, com o PROCAMINHONEIRO, nós conseguimos inverter, na soma, a tendência de redução de financiamentos a caminhões, que vinha

ocorrendo no programa anterior, hoje, na soma dos dois programas, estamos, finalmente, no nível mais alto desde 2003. Pode passar.

O programa 'Computador para todos' é um programa de inclusão digital, foi construído junto com as redes de varejo, com toda a cadeia de comercialização de computadores. Teve um grande mérito de contribuir para a formalização desse setor, em que o chamado mercado cinza é um problema, uma vez que os computadores vendidos nesses magazines, nessas lojas, são computadores formais. E hoje, apesar do programa ter pouco mais de um ano, nós temos mais 146 mil residências com computador. Pode passar.

Outro programa de grande empenho do governo é o microcrédito. O BNDES, obviamente, ele não põe fazer um microcrédito na ponta, ele não tem estrutura de varejo, mas nós estamos fazendo empréstimos de "X" milhões, 10 milhões, cinco milhões, dependendo da capacidade, para diferentes agentes de microcrédito. Podem ser OSCIPs, podem ser cooperativas, e estamos com uma orientação, digamos assim, mais detalhada, em que seja o agente de microcrédito que vá para o microcrédito produtivo, não para o consumo, que ocorreu em alguns casos no passado. E, efetivamente, ainda que houve uma parada ali em 2003, em 2005 estamos com um patamar que é o dobro, algumas vezes os patamares anteriores. Pode passar.

Esse, acho que é o último ou o penúltimo slide. Um outro instrumento de democratização do crédito que nós incentivamos, inclusive com campanhas publicitárias, algo que o BNDES não fazia antes, é o cartão BNDES. Ele é a modalidade mais simples de acesso a crédito do Banco, por meio também de Bancos repassadores e inscritos e cujo desempenho também é muito positivo. Nós, mais do que dobramos o número de cartões, de 2005 para 2006, de 46 mil para 103 mil; triplicamos o volume financiado, de 71 milhões para 225 e, nos 12 meses, até março, já temos de novo um crescimento significativo, mais 60 mil cartões emitidos e... De 225 cresce para 280 milhões de financiamentos. Isso foi inclusive um desafio porque a decisão de fazer campanhas publicitárias é uma decisão inédita no BNDES. Mas a nossa conclusão foi de que nós tínhamos que avisar os interessados, os empresários, que eles podiam, por meio da Internet, solicitar esse tipo de crédito, que muitas vezes os próprios Bancos não, não divulgavam. Pode passar.

E por fim, o BNDES tem atuado de maneira mais presente no mercado de capitais, esse é o último slide, seja com operações importantes entrando em ofertas iniciais de ações, ajudando ao desenvolvimento do mercado, seja trabalhando no sentido de também contribuir para a democratização no mercado de ca-

pitais, fazendo ofertas destinadas, em grande medida, ao varejo. E tivemos o PIB, que é um índice de ações, que teve grande valorização, mas, além disso, teve um grande número de adesões. O PIB, o segundo PIB foi a oferta com maior número de CPFs ou CGCs do mercado de capitais, 121 mil. A segunda oferta, com o maior número, foi do Banco do Brasil, também feita, estruturada com o BNDES e o próprio Banco do Brasil, 48 mil pessoas, CPFs, e o primeiro PIB, 25 mil.

A quarta operação, aí foi puramente de mercado, é 16. Então, se olharmos o PIB II, nós estamos falando que essa iniciativa do BNDES teve um alcance de, aproximadamente, oito vezes a iniciativa mais alta sem participação do BNDES. São essas as informações que eu selecionei para apresentar aos senhores, estou naturalmente à disposição para qualquer esclarecimento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos começar, então, o período de arguições. Agradeço ao Presidente do BNDES, Demian Fiocca, pela competente exposição. Nós temos três inscritos. Está se inscrevendo. Marcelo, Flexa Ribeiro. Então, nós vamos encerrar as inscrições, na fala do Senador Suplicy. Então, estão inscritos: Senador Suplicy, Jayme Campos, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Flexa Ribeiro e Romeu Tuma. Senador Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senhor Presidente, Senador Aloizio Mercadante, prezado Sr. Demian Fiocca, Presidente do BNDES. Acho que esta é uma oportunidade para nós fazermos perguntas do ponto de vista de esclarecer a todos o trabalho do BNDES e, desde pronto, o cumprimento pela evolução tão positiva dos dados que aqui apresenta. Mas gostaria de lhe perguntar, no que diz respeito a alguns pontos específicos: Quando, por exemplo, V.Exa., V.Sa. menciona a evolução dos desembolsos e aprovações é... Havendo desembolsos que, para este ano, estão previstos em... 56,8 bilhões e aprovações de 82,2--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Isso é realizado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Realizados, não é? Então, se puder nos informar, do ponto de vista das fontes de recursos do BNDES, como é que tem esta, como é que a evolução das fontes de recursos, quais são as mesmas, e em que medida haveria possibilidade de, eventualmente, haver um crescimento ainda mais... Ainda maior, o que, obviamente, dependerá das fontes de recursos. Quer dizer, de um lado, existe a questão da capacidade gerencial, da capacidade de analisar, da demanda de recursos por parte das empresas, mas, em que medida as fontes de recursos do BNDES vão acompanhando a demanda existente?

Gostaria de lhe fazer uma pergunta, do ponto de vista, digamos, de empresários que gostariam de conhecer melhor as alternativas de financiamentos do BNDES. Do ponto de vista de qualquer empresa pequena, média, grande, qual é a diferença que existe, digamos, para uma empresa obter recursos empréstados das instituições financeiras privadas e junto ao BNDES. E especialmente para o objetivo de ampliação da capacidade produtiva para períodos médios e longos que, me parece, constitui um dos objetivos da existência do BNDES. Se pode nos dar exemplos práticos, mesmo que hipotéticos, digamos, se uma empresa vai ao BNDES para obter um empréstimo da ordem de 100 milhões de reais por tanto tempo, se ele vai, digamos, a uma instituição como o Bradesco, o Itaú, Santander e quaisquer das instituições financeiras privadas, que condições ele normalmente obterá? E, se for ao BNDES, como é que é no BNDES? E como é que esta atuação do BNDES acaba influenciando o grau de competitividade do setor financeiro. E, em especial, uma questão importante que é a taxa de juros vigente no mercado, ou seja, em que medida a taxa cobrada pelo BNDES pode significar um sinal, um farol importante para o mercado e para as demais instituições financeiras privadas, porque me parece que o BNDES tem também uma função, um papel na definição do grau cobrado de taxa de juros no mercado. Então, se pode nos esclarecer este ponto.

No que diz respeito ao programa de empréstimos para micro financiamentos. Eu acho que foi no ano 2000, eu assisti, era a convite até quem presidiu, na sede do BNDES no Rio de Janeiro, a vinda do professor Muhammad Yunus foi a senhora Ruth Cardoso, senhora do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E foi uma visita de grande repercussão, onde ele expôs a experiência do Grameen Bank e, no Brasil, nós estávamos tendo um desenvolvimento já bastante importante das experiências de microcrédito, mas me parece que, dali para frente, se desenvolveu mais o interesse por, pela expansão de microcrédito. E, na sua exposição, há isso, mas eu gostaria que pudesse nos dar alguns exemplos de quais são algumas das instituições que estão realizando um bom trabalho de expansão das oportunidades de microcrédito. E, se puder nos dar alguns exemplos práticos de aonde é que isso está se expandindo melhor? Como é que isto pode se expandir até de uma maneira, a mais adequada. Se há experiências pioneiras como, digamos a do banco do Nordeste do Brasil ou... Que tem já uma história longa de microcrédito. A experiência, digamos, como a da Prefeitura Municipal. Como a... A de Porto Alegre, do PORTOSOL. Há experiências da Prefeitura Municipal de São Paulo que, ao tempo da Prefeita Marta Suplicy,

desenvolveu também uma série de linhas de micro crédito por instituições ligadas à Prefeitura. Há exemplos, por parte do Governo do Estado de São Paulo, nos Governos Mário Covas, Geraldo Alckmin e até hoje se desenvolvem experiências, mas são muito variadas as experiências. E V.Sa. mencionou as experiências de OSCIPs. Pois bem, que experiências têm dado bons resultados? E se Prefeitos, por exemplo, de diversas cidades do interior do Brasil desejarem criar linhas de microcrédito, como é que eles podem obter, junto ao BNDES, as informações para que estas experiências possam ser ainda melhor decididas? Mencionou a sua exposição as operações complexas. Se pode nos informar exatamente o que é uma operação complexa, só para melhor conhecimento.

No que diz respeito às Ferrovias. Ainda quando era candidato ao Governo do Estado de São Paulo, o Senador Aloizio Mercadante, por exemplo, mencionou que teria muita... Que tinha como uma de suas metas iniciar a construção do trem de alta velocidade São Paulo-Rio de Janeiro. Isso tem sido objeto--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): São Paulo-Campinas. Existe Projeto do setor privado para São Paulo-Rio de Janeiro.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): E existem... Então, São Paulo-Campinas, e existem Projetos, já de há tempos, vêm sendo ventilados para trens de alta velocidade São Paulo-Rio, dentre outros. Nós temos visto, nos diversos países do mundo, experiências muito recentes nessa área. Eu, por exemplo, vi, em janeiro último, em Xangai, um trem fazendo, em sete minutos, 35 quilômetros em direção ao Aeroporto de Xangai. Com uma--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): 430 quilômetros horários.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): 430 quilômetros horários, com uma tecnologia alemã. Senadora Serys andou no trem?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Magnético, entrei.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Ela andou, o trilho do trem nem encosta no chão. Em altíssima velocidade e eu estava na estrada, quando vi o trem passar, fiquei muito impressionado. E, há duas semanas, nós vimos, vimos todos, pela televisão, por exemplo, o trem francês a 570 quilômetros. Imagino que, possivelmente, empresas privadas e Governos estaduais e Governo Federal estejam considerando esta possibilidade. Se... E imagino que, para que isso se torne viável, muito provavelmente o BNDES estará envolvido em operação desse tipo. Se pode nos dar alguma informação nesta área.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador, concluindo, que nós temos uma pauta pesada hoje.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Então, duas... Como na sua exposição não houve referência a possível financiamento ao setor aéreo, ainda que o BNDES tenha Estado sempre com muito foco de atenção, até para a resolução da crise das empresas de aviação civil, seja no que diz respeito ao que tem ocorrido com a Varig, a TAM, a Gol e, assim por diante, pediria que nos esclarecesse as operações do BNDES com as empresas de aviação aérea e, se houver, com a Infraero também.

E, finalmente, um último ponto. Realiza-se hoje, em São Paulo, um seminário sobre a moda. Até, o Ministro Gilberto Gil estará abrindo este seminário com uma palestra, onde a organizadora, a senhora Glória Kalil, expõe, coloca a seguinte questão: A França é muito conhecida pelos seus desenhos e tudo. A China, a Índia, por sua força no preço. Os Estados Unidos, por algumas qualificações e, assim por diante. Em que medida o Brasil, o que é que vai ter o Brasil como sua marca nesta área? Pergunto pela seguinte razão: Há mais de um milhão e seiscentas mil pessoas trabalhando nesta área; constitui-se uma das indústrias de maior longevidade no Brasil, a indústria têxtil, a indústria de moda. A pergunta que ela coloca, por exemplo, é... E ali, por isso estará lá presente o Ministro Gilberto Gil, é que o Brasil hoje, por exemplo, tem uma marca internacional muito forte no campo da música. Poderá ter também no campo da moda? Como esse simpósio está chamando atenção das autoridades, nos mais diversos setores, e imagino, inclusive, do BNDES, se, porventura, há alguma reflexão administrativa, do ponto de vista do BNDES, para apoiar o desenvolvimento desse setor importante da economia brasileira? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu agradeço, Senador Suplicy. Eu só queria solicitar, nós temos ainda cinco Senadores inscritos, bastante brevidade na arguição. Nós temos uma sabatina para encaminhar, do novo Diretor da CVM, e ainda, a Ordem do Dia para dar desdobramento. Então, pediria bastante objetividade, se for possível, também ao Presidente Demian Fiocca. Eu acho talvez uma alternativa seja todos fazerem a pergunta, ele faz uma resposta final, para a gente acelerar o procedimento. Então, Senador Jayme Campos com a palavra.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Senhor Presidente, Aloizio Mercadante, Senhor Presidente do BNDES, eu imagino que o Presidente do BNDES já está com a cabeça, se fosse melhor possível, só com as perguntas do Senador Suplicy, estava de bom ta-

manho a manhã toda para ele responder. Entretanto, vou ser bem mais pragmático e bem objetivo, até porque o Presidente está recomendando a todos nós que sejamos rápidos e rasteiros, se possível.

Senhor Presidente, o BNDES liberou uma linha de financiamento chamada PROVIAS, que é para os municípios brasileiros adquirirem equipamentos mecânicos, naturalmente para a manutenção e conservação das suas rodovias. Todavia, na verdade, esse financiamento, para o senhor ter conhecimento, em Mato Grosso foram selecionados 20 municípios. Lamentavelmente, nenhum deles teve acesso a essa linha de financiamento, pelas dificuldades, pelas exigências, não só do próprio BNDES, mas, sobretudo, pela STN, que é a Secretaria do Tesouro Nacional.

Por outro lado, fundamentalmente, eu acho importante também que os juros sejam mais compatíveis com o mercado, na medida em que os juros, hoje, que o Banco está praticando em relação a esta operação, ela é bem maior, em relação aos equipamentos que os próprios produtores rurais têm adquirido via também financiamento BNDES. Por outro lado, o senhor disse aqui de que o BNDES está financiando também os esgotamentos sanitários, porque tem muitas cidades brasileiras saindo do patamar de 30% hoje, que existe em relação ao acesso ao esgotamento sanitário das cidades brasileiras, chegando ao patamar de 70%. Na verdade, existe esse financiamento, mas eu, particularmente, acho que nós temos que adotar um novo critério, até para que outras cidades, eu imagino que essas cidades, são poucas cidades brasileiras, que foram contempladas com essa linha de financiamento. Eu acho que o Banco tem que ter um novo critério para facilitar também que as cidades de médio porte e pequeno porte também tenham acesso à linha de financiamento.

Feito isso, Senhor Presidente, eu queria pedir a V.Exa. aqui, em nome dos Prefeitos brasileiros, sobretudo do meu Estado, que são carentes de rodovias, são carentes de recursos suficientes para adquirir seja uma Patrol, um trator, uma pá carregadeira, até porque, lamentavelmente, eu imagino que 90% das Prefeituras brasileiras estão literalmente quebradas, fruto de uma política tributária que tem sido perversa com os Municípios brasileiros. Esse PROVIAS, ele se encerra agora, até dia 30 de junho. Pedir para que o senhor estendesse, se possível, até o dia, fim do ano, ou seja, até dezembro, para que muitos Municípios tenham acesso. Para exemplificar, muitos Municípios que se habilitaram por falta, muitos se habilitaram, a essa linha de financiamento, por falta de conhecimento dos seus contadores ou seus Secretários de Fazenda, eles foram penalizados porque a documentação pre-

vista veio errada, alguns preenchidos errados. Então, o senhor tem que dar, acho que fazer uma concessão ao BNDES, não só protelando o prazo mas, acima de tudo, se possível, no caso meu de Mato Grosso, pedir a V.Sa. se possível, encaminhar um técnico, na Associação Mato-Grossense dos Municípios, para orientar os nossos contadores, os nossos Secretários da Fazenda, de como preencher esses formulário. Feito isso, com certeza, nós estaremos atendendo uma demanda muito grande e, principalmente, de Municípios, que se não tivermos uma linha de financiamento, nunca terão condições, capacidade de comprar uma Patrol para patrolar as estradas, um caminhão. Eu sei porque fui Prefeito em três mandatos, fui Governador e sei as dificuldades que vivenciam os Municípios brasileiros. De forma que é um apelo que eu faço aqui a V.Exa. que se possível, o senhor oriente alguém ou me permita ver alguém, eu posso fazer contato com ele, para levarmos, tanto eu, como a Senadora Serys Slhessarenko, companheira nossa, o Senador Jonas Pinheiro, e levarmos seu técnico a Mato Grosso para orientar os Prefeitos e que haja essa protelação, ou seja, esse prazo se estenda e se estenda para que os Prefeitos tenham acesso, na busca desse financiamento.

Por outro lado, Senhor Presidente, fazer uma pergunta agora do setor privado. Quando o cidadão, o empresário vai ao BNDES para tirar um financiamento, a ele é exigida, com certeza, uma garantia real. Entretanto, após a conclusão deste objetivo, ou seja, deste empreendimento, o BNDES não tem como prática liberar este imóvel que estava dado em garantia real ao financiamento. Eu acho que isso tem penalizado também o setor produtivo, o empresariado, na medida em que, se o financiamento que eu retirei no Banco, ou seja, consegui no Banco, foi concluído em toda a sua plenitude, aquilo que estava previsto, por que o Banco quer continuar com duas fontes, ou seja, duas propriedades em garantia do mesmo financiamento? Eu acho que isso é uma injustiça que o Banco tem feito, tem penalizado sobremaneira os empresários, de maneira geral que têm, no longo dos seus tempos agora, os últimos tempos, buscado financiamento. Eu acho uma injustiça. Eu acho que tem que ser reparada até porque, se eu... o senhor está entendendo a minha pergunta? Se eu tirei o financiamento, dei uma garantia, o projeto está pronto e o Banco não libera.

Segundo, quando o cidadão tem a possibilidade, o empresário, busca um financiamento no BNDES, vamos imaginar por 10 anos. Feito isso, quando chegou com cinco anos, com cinco anos, ou seis anos, eu vou lá, pago este financiamento, pago esse financiamento e eu imagino que tinha que ter um rebate, que é um termo bastante usado quando você tira um financiamento

do Banco do Brasil, um rebate em relação aos juros, que eu digo o seguinte, TJLP, praticado pelo Banco, mais juros. E o Banco, lamentavelmente, não aceita, Presidente. Não aceita. Eu acho que teríamos que o quê? Ter um critério diferenciado, se eu sou um bom pagador, quero pagar com antecedência, mesmo antes de vencer o prazo, que seria de financiamento de 10 anos, eu vou pagar no Banco e o Banco não aceita. Você tem que pagar os 100% daquilo que estava embutido dentro do contrato de financiamento do Banco. Eu acho que é um absurdo isso aí! É uma injustiça! Eu acho que o Banco, como um Banco de fomento, um indutor do desenvolvimento, eu acho que o Banco tem que ter uma nova prática na consecução, na consecução, naturalmente, desse financiamento.

De forma, Senhor Presidente, eu quero cumprimentar pela exposição. Mas, acima de tudo, V.Sa., V.Exa. não esqueça de ver com carinho a questão dos financiamentos do PROVA aos Municípios mato-grossenses, sobretudo brasileiros, de maneira geral. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Edison Lobão. Agradeço o Senador Jayme Campos pela intervenção.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Senhor Presidente, senhores Senadores, o Banco a respeito do qual estamos hoje debatendo aqui, de suas políticas, chama-se Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Mas, ao longo dos anos, ele não tem sido nacional. Na prática, ele é um Banco do Sul, do Centro-Sul. O Nordeste tem recebido recursos mingua-dos do Banco. A pergunta que faço ao Presidente do Banco é quanto foi investido no total de investimentos do Banco, em 2005, 2006 e o que se prevê para 2007, em porcentagem, ao Nordeste? Norte e Nordeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Dada a importância do Senador Edison Lobão sugiro que V.Exa. responda agora. Porque a continuidade da arguição dependerá dessa resposta.

SR. DEMIAN FIOCCA: É... De 2005 para 2006, o crescimento de desembolso por região foi o seguinte: A região Sudeste teve um crescimento de 9%; a região Sul, um crescimento de 2%; a região Norte, um crescimento de 1%; a região Centro-Oeste, de 12% e o Nordeste teve um crescimento de 27%. Ou seja, no ano passado, foi o maior crescimento. Nos últimos 12 meses, nós tivemos: Norte, praticamente continua a estabilidade, menos um; Nordeste, um crescimento de 21; Sudeste, de 35; Sul, de 18 e Centro-Oeste também houve uma pequena queda. Agora, isso, taxa de crescimento, ou seja, a evolução, no ano passado, foi favorável a Nordeste, em primeiro lugar, com o

maior crescimento em relação ao ano anterior. E, nos últimos 12 meses teve, foi a segunda região que mais cresceu. Agora, como volume de empréstimos totais, se bem me recordo, agora vou lhe dar de memória, nós tivemos, em 2004, o Nordeste absorvendo 7% dos desembolsos totais do Banco. Em 2005, isso cresceu para oito e acho que 2006 para nove. Então, tem havido um crescimento.

Agora, uma coisa que é importante destacar é o seguinte, o Banco tem incentivos para a realização de investimentos no Nordeste. Nós temos uma política de desenvolvimento regional que reduz em 1% a taxa de juros para todo o Nordeste e para microrregiões pobres no restante do país. Além disso, nós temos um escritório... No Nordeste, o BNDES tem apenas três escritórios; tem um em São Paulo, um em Brasília e um em Recife, que procuram fomentar operações. O que é que eu identifiquei e fui ao Nordeste duas vezes, visitei já sete Estados do Nordeste, nesse período em que estive no Banco, fazendo reuniões com Federações de indústria, Governo, enfim, procurando o máximo de contato direto possível, o que nós verificamos é que, nas regiões de menor desenvolvimento econômico, o porte das empresas também é menor e isso faz com que a maior parte das empresas que procuram o BNDES, no Nordeste, procuram por meio dos Bancos repassadores, de Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, todos os Bancos repassadores do BNDES.

Então, na verdade, o desafio que a empresa enfrenta está na avaliação do crédito desses Bancos, não da política do BNDES. Nós temos feito um trabalho, no sentido de... Vamos dizer, gerencialmente pressionar os Bancos para que não sejam muito conservadores, que emprestem etc. Não há nenhuma escassez de recursos. Tudo o que vier de demanda, nós podemos atender, mas sabemos essa dificuldade. O que eu tive de retorno bastante positivo nas visitas à... Que fiz aos Estados do Nordeste, foi uma iniciativa que, de fato, cresceu nos últimos três anos, que é o cartão BNDES, isso tem crescido muito. Por quê? Porque ele pede diretamente no Portal do BNDES, ainda que algum Banco tenha que dar o crédito. Para esse instrumento, nós elevamos o valor, por Banco, de 50 mil, que era inicialmente, passou a 100 mil, no início do ano passado, e hoje está em 250 mil, por Banco. E a evolução é aquela que eu lhe mostrei. Então, nós temos procurado alcançar essas empresas por meio ou de produtos novos, cartão, ou de um certo fomento aos Bancos repassadores. Agora, efetivamente é um desafio de demanda, ou seja, o BNDES hoje, ele não tem nenhuma escassez de recursos. Não é como, por exemplo, o orçamento, em que eu ponho mais aqui ou mais ali e se puser mais aqui falta lá. O BNDES hoje

não trabalha com escassez, não há nenhuma limitação a demandas que venham de financiamento de nenhuma região do país.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Dr. Demian, eu chego à seguinte conclusão: Embora o crescimento tenha sido significativo, 20 e poucos por cento, nós temos, na prática, 1/3 da população, 1/3 do território nacional recebendo apenas 9% dos investimentos do Banco, ou seja, muito pouco. Muito pouco. E creio que esse investimento se concentra na produção de cana e, provavelmente, o biodiesel agora.

SR. DEMIAN FIOCCA: Venda de máquinas pela FINAME é um dos itens que sai também no Nordeste, que também é mais simples justamente; os Bancos têm mais conforto de emprestar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a objetividade e a sempre lucidez do Senador Edison Lobão. Senador Marcelo Crivella, com a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senhor Presidente, senhoras Senadoras, senhores Senadores, Senhor Presidente do BNDES, vou ser bem rápido. O Presidente Carlos Lessa... Antes, gostaria de parabenizar a excelente administração e os números que foram apresentados aqui nessa Comissão, mostrando que foi uma gestão competente, transparente, muito nacionalista brasileira. Parabéns. O Presidente Carlos Lessa dizia que a Petrobrás antes de, para obter recursos do BNDES, ia a um Banco e aí pagava uma taxa alta. Coisa que ele passou a fazer atravessando a rua. Queria saber do senhor se a política continua? E a última pergunta é a seguinte: Nós temos nos preocupado muito aqui com o emprego. Senhor Presidente, tem uma Frente Parlamentar chamada Frente Parlamentar do Pleno Emprego. Hoje, quem emprega muito no país são as pequenas, micros, médias empresas. Queria saber do senhor se existe uma diretoria específica, no BNDES, para tratar com pequenas, médias, microempresas, e, se não existe, se o senhor é favorável à criação de uma Diretoria, no BNDES, especificamente para essas empresas? Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Próximo, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Dr. Demian Fiocca, Presidente do BNDES, eu vi atentamente a exposição de V.Sa. E... Vou focar as minhas questões rapidamente, algumas até já foram colocadas, mas eu quero aprofundar. V.Exa. colocou... Não trouxe para nós uma planilha que dá aplicação dos recursos do BNDES por região brasileira. O Senador Edison Lobão fez a pergunta em relação a Norte Nordeste, V.Exa. disse que

houve acréscimo de pontos percentuais. No Nordeste, 27 pontos, de 2005 a 2006. Só que os dados que eu tenho, Dr. Demian, é que, nos anos 2000, 2001, 2002, os recursos aplicados no Norte e Nordeste, pelo BNDES, foram em torno de 17%, somados os dois. E 2003, 2004, 2005, 2006, exatamente no Governo do Presidente Lula, esses recursos reduziram para algo em torno de 11% e estão agora em torno de 12%. 2006 foi 3%, 3.17, no Norte, e 9.4, no Nordeste, o que dá 12.5 aplicado. Ou seja, neste Governo, nesse primeiro Governo do Presidente Lula, houve uma redução de quase 40% na aplicação dos recursos do BNDES nas regiões Norte e Nordeste. E aí vem uma pergunta importante, já que o Banco é um Banco de fomento, é um Banco que leva ao desenvolvimento, ele está indo ao sentido contrário ao que diz a Constituição, que estabelece a redução dos desequilíbrios regionais. Então, ele está acelerando esses desequilíbrios, quando ele aplica preferencialmente no sul e no sudeste, e nós entendemos, onde estão as economias mais fortes, e deixa de aplicar no Norte e Nordeste. E aí V.Exa. vai poder dizer que, no sul e sudeste, tem menores riscos do que no Norte e Nordeste, e é verdade, porque são áreas ainda em expansão. Mas aí eu acho estranho que, na operação da TRANSPETRO, V.Exa. coloque uma planilha aqui que diz que aprovou financiamento com o risco de fragilidade econômico-financeira dos estaleiros, risco elevado durante a fase de construção, garantias insuficientes, dificuldade de obtenção de seguro, mega financiamento a um estaleiro não instalado. Quer dizer, maior risco do que esse aqui, eu acho que não existe. E, mesmo assim, para atender a um interesse da TRANSPETRO e do Governo, V.Sa. foi e deu, e financiou. Quando é para regiões Norte e Nordeste, que existem riscos, não sei se chegam a esse nível que estão aqui, por que é que não se encontra uma solução, que eu quero parabenizá-lo pela solução encontrada para atender a necessidade de investir e de fomentar o desenvolvimento dessas regiões. Se nós formos abrir esses financiamentos, nós vamos verificar, V.Sa. disse que é para a FINAME, que aí todos têm acesso. Mas, no caso do Norte e no caso do Estado do Pará é... Os financiamentos que possam existir do BNDES são para a Vale do Rio Doce, de capital intensivo na área mineral. Com certeza, se for retirar a Vale do Rio Doce, sobra muito pouco de investimento do BNDES na região.

Eu quero lamentar, eu, quando fui Presidente da Federação das Indústrias do Pará, na década de 90, depois de um grande esforço, consegui instalar um escritório do BNDES, em parceria com a FIEP e o BASA, no prédio do BASA. E V.Sa. diz que, pelo que disse aí, eu estou tomando conhecimento que esse escritório

foi fechado. Porque V.Sa. diz que só tem escritório em Brasília, São Paulo e Recife. Cadê o escritório da Amazônia, que tinha como sede Belém e no BASA?

Outra pergunta que eu gostaria de fazer a V.Exa., o Senador Jayme Campos já fez também, com relação à linha de crédito para as Prefeituras. Então, eu, eu quero reforçar esse pleito, no sentido, inclusive, eu estou elaborando um Projeto para que esse... A PROVIAS, esse programa que, pelo que está havendo, as Prefeituras não tiveram acesso, que se tenha um programa que possa financiar diretamente as Prefeituras e seja um financiamento consignado, para que o BNDES não tenha risco, possa ser, por exemplo, vinculado à cota do FPM, para que ela possa fazer o pagamento através das transferências obrigatórias, constitucionais. E isso daria... Poderia ter um valor, um juro muito mais reduzido porque não haveria risco nenhum para o Banco repassador. E, diretamente, através do BNDES, e não através dos Bancos repassadores, que eu acho que é o grande gargalo para ampliar o financiamento do BNDES nessas regiões. Inclusive, eu defendo uma proposta de, há muito tempo, de que parte dos recursos que são transferidos, Senador Mercadante, do FAT para o BNDES, sejam transferidos diretamente para os Bancos regionais: BASA, Banco do Nordeste e, no Centro-Oeste, o Banco do Brasil. Porque o que acontece, na realidade, é que esses recursos são transferidos para o BNDES e o BNDES, ao transferi-los para os Bancos, sejam eles públicos ou privados, que vão agir na ponta, existe uma discussão muito grande com relação ao risco do empréstimo e o *spread* que não é repassado para quem vai tomar o risco lá na ponta. Então, fica essa discussão e os Bancos que vão operar não têm interesse em transferir esses créditos. Então, fica sempre essa... Essa discussão. Então, já que há isso, já que... Para evitar esse *bypass* de recurso, que seja feito, parte desses recursos seja transferida diretamente aos Bancos Regionais. E por último, V.Exa. colocou aqui a questão da aplicação no microcrédito. Colocou aqui que 48 milhões, em 2006, eu não sei se foram liberados ou aprovados. O Globo, o jornal "O Globo" traz uma matéria dizendo que o BNDES tem 170 milhões alocados para esse programa, dos quais, até outubro de 2006, tinha contratado 26 milhões e liberado apenas nove. Então, eu queria saber se esses 48 milhões da planilha, se são recursos contratados ou se são recursos liberados e por que de um montante de 170 milhões, só aplicados é... 48 ou, se for pior ainda, os 09 milhões liberados? Eram essas as perguntas. Ah, e por último--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro, eu vou tomar uma iniciativa, a partir da intervenção de V. Exa.

e do Senador Edison Lobão, eu vou propor que a gente monte um pequeno grupo de trabalho para que, num prazo de 30 dias, apresente sugestões concretas de como ampliar as linhas de financiamento no Norte e Nordeste.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, eu proponho que V.Exa., o Senador Edison Lobão e o Senador Romero Jucá trabalhem em cima dessa agenda para trazer uma proposta. E daqui... E Senador Jayme Campos. E daqui a--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu queria falar sobre isso, por isso que pedi a palavra agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, V.Exa. está incluído no grupo, Valter Pereira. Cinco Senadores, daqui a 30 dias, tragam uma proposta, nós discutiremos na Comissão e convocaremos novamente o Presidente do BNDES para discutir formas de fomento ao financiamento na região Norte e Nordeste do país. E Centro-oeste--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Parabênito o Presidente pela proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É que Centro-Oeste está muito forte o desembolso, mas nós podemos analisar, só não vamos incluir na pauta de discussão--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para encerrar, V.Exa., na exposição do Presidente Demian, quando fez referência aos financiamentos aos Estados de São Paulo e Minas Gerais, V.Exa. disse da parceria do governo--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Republicana.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Republicana, com os Governos tucanos. Isso, Presidente, é uma demonstração da gestão tucana, nesses Estados e em outros Estados administrados pelo PSDB, que dá a garantia ao BNDES de poder fazer esses financiamentos que foram feitos sem risco, sem risco, diferente desse aqui da TRANSPETRO, que tem um risco--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu que sei o quanto eu suei a camisa para viabilizar o financiamento de São Paulo, que havia todo o tipo de dificuldade. Queria também registrar a presença do ex-Senador Antero Paes de Barros, visitando a nossa Casa aqui. E será, como sempre, muito bem recebido pelos seus companheiros e companheiras Senadores. Senador Romeu Tuma, com a palavra. Não estando o Senador Romeu Tuma, o Senador Valter Pereira, curto e grosso, porque V.Exa. se inscreveu depois do prazo regimental.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senhor Presidente, Dr. Demian, V.Exa., quando abordou a região Centro-Oeste, V.Exa. realmente falou só sobre a expansão. E quando falou sobre o Centro-Oeste, V.Exa. só falou que houve uma pequena queda. Agora, na verdade, o que se verifica, o que se verifica na região Centro-Oeste é uma dificuldade muito grande para ter acesso até ao próprio conhecimento sobre como que opera o BNDES. Então, eu acho que o BNDES é uma ferramenta extraordinária para o desenvolvimento do país. V.Exa. está percebendo aqui que, na verdade, toda a... Toda a intervenção que ocorre aqui é no sentido de requerer mais do BNDES. Não é uma crítica destrutiva; é uma crítica de quem está precisando do BNDES. E, na região Centro-Oeste, eu acredito que o número é tão... É tão vexatório, que V.Exa. acabou passando *en passant*: “Olha, o Centro-Oeste houve uma ligeira queda”, certo?

Mas eu vou deixar de fazer essa intervenção sobre a questão do Centro-Oeste, em função da decisão que foi tomada pelo Presidente da Comissão que, aliás, eu acho de extrema importância. Ele sintetizou aqui, eu acredito, que o desejo de toda, toda a Comissão de Assuntos Econômicos. Eu acho que, com essa decisão tomada, dispensa-se até qualquer tipo de comentário sobre a região Centro-Oeste porque, nesta Comissão, nós vamos discutir, vamos propor e depois V.Exa., de volta a esta Comissão, vai poder esclarecer melhor ou anunciar até novas diretrizes. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Valter Pereira.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Presidente Demian Fiocca já disse que marcará imediatamente a reunião com o grupo de trabalho para colocar todos os dados e construir junto aí sugestões para que, em 30 dias, a gente coloque na pauta mecanismos de fomento ao crédito na região Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Acabei de receber uma ligação do Senador Tasso Jereissati, que está em deslocamento para o Congresso, e ele gostaria de fazer um questionamento ao Dr. Demian, e o faço por ele. Ele... Face ao risco da operação do TRANSPETRO, ele quer saber por que é que o BNDES não financia a Siderúrgica do Ceará, que também é... Está em pauta lá e tem o problema sério. Eu faço a

pergunta por ele e, depois, vou procurar o Presidente Demian para a gente financiar uma Siderúrgica no Pará. Que tem o minério, tem o porto e tem a energia. Mas, a pergunta é sobre o financiamento da Siderúrgica do Ceará.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Arthur Virgílio, é o último em deferência à competente, combativa liderança. Ah, desculpe, Senador Romeu Tuma, ele estava inscrito anteriormente, ele não estava no meio da chamada, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu vou ser rápido, é que eu recebi um telefonema do--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sou eu?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O Briga-deiro está fazendo uma palestra--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, o Senador Romeu Tuma antes e, em seguida, V.Exa. encerra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador Arthur, eu vou ser rápido aqui. Eu... É claro que cada um de nós tem que lutar pelo seu Estado, mas as discussões, eu acho que têm que ser assim, cada um de nós tem o amor pelo seu Estado e estar aqui em defesa dele, mas nós temos que, a essa altura, pensar em caráter nacional. E essa Comissão, Senador, tem que também estender um pouco para nós termos uma macro visão sobre todo o país. Porque o desenvolvimento regionalizado é importante traçar uma nova geografia de desenvolvimento econômico, mas sem esquecer os Estados que já... Que precisam do apoio para continuar o seu desenvolvimento no interesse do país. Eu li aqui, Presidente, as projeções que V.Exa. fez, infelizmente eu não estava na hora, peço desculpas porque eu tinha uma outra reunião, mas, sobre o problema de energia elétrica, que eu acho que é um assunto do momento, eu tenho visto a Ministra Dilma Rousseff discutindo muito sobre investimentos nesta área e vejo que há uma redução do *spread* básico para essa área de produção de energia e eu perguntei a uma assistente do senhor, que aqui nas projeções, não vi nenhuma sobre agronegócio, sobre o a pequena agricultura e se há ou não investimentos sendo estudados pelo BNDES nesta área. Pelo menos não consegui reconhecer nas projeções que V.Exa. fez.

O Senador Flexa Ribeiro falou sobre a TRANSPETRO. Aqui tem uma das planilhas, das projeções é... Que fala muito sobre a TRANSPETRO, Senador Flexa Ribeiro, que é a nº. 03. Esse programa, Presidente, o programa “Fazendo Mais que Antes”, ele tem vinculação com o PAC ou não? Vários dos programas aqui apresentados? Então, outro que me chamou a atenção é a

venda da Brasil Ferrovias para a LL; já foi feita em maio. E houve a recuperação financeira? E aqui recuperação de créditos do BNDES de 1.7 bilhões, dos quais 1.2 bilhões lançados a prejuízo. É antigo esse prejuízo? E V.Sa. está querendo recuperá-los agora? Recuperação de 400 milhões em débitos com a União.

Então, eu achei interessante esta parte, que é o patrimônio do BNDES que, provavelmente, diz aqui que tem... Aí o senhor fala, no início, injeção de 315 milhões pelo BNDES, em julho, parte de conversão de dívidas de ações e 115 milhões em janeiro. Alguns empresários grandes, que têm que financiar exportações, encontram uma grande dificuldade de poder contar com o BNDES ou qualquer outra atividade de financiamento para poder fazer frente ao mercado internacional, visto que há instituições financeiras que financiam, com muita facilidade, exportações. Aqui há críticas fortes quando... Se o BNDES, se alguém colaborar na exportação de produtos para outros países. Então, eu pergunto como é que está sendo visto pelo BNDES esta luta. No outro, “Fazendo Mais que Antes”, que me chamou a atenção aqui, Senador Mercadante, é “Fazendo Mais que Antes”, um programa interessante e que tem que ser profundamente estudado. Por isso que eu acho que, acho que há uma vinculação com o PAC, tudo isso aqui, inclusive do PROCAMINHONEIRO, que é a renovação de frotas de caminhões. E não sei se terá programa de Financiamento de estradas e rodagem, porque senão o caminhão novo também vai para a glória, porque, hoje, pela manhã, a Globo teve o desprazer de mostrar, no Piauí, a terrível situação nas estradas, vários caminhões quase com prejuízo total, pela dificuldade do transporte. E é isso aí.

Eu não quero tomar o tempo porque eu acho que essa Comissão terá uma extensão boa para se discutir, acho que V.Exa., inteligentemente, consignou esse princípio de se preparar para que o tempo não se esgote aqui e sem resultado. Essa Comissão, provavelmente, acho que o Presidente voltará para discutir esses projetos sem nenhum constrangimento. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Romeu Tuma. Senador Arthur Virgílio para encerrar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito bem, Dr. Demian Fiocca, antes de mais nada, eu lhe... Encarecidamente lhe peço o máximo de agilidade no processo de liberação da disposição do economista José Roberto Affonso para a Subcomissão de acompanhamento da Reforma Tributária aqui desta Casa. É peça vital para o trabalho a ser exercido pelo Presidente Tasso Jereissati e pelo Relator, Francisco Dornelles. Em segundo lugar--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E conta com o meu total e integral apoio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito obrigado, Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É um economista extremamente competente, e eu já tinha entrado em contato, inclusive pessoalmente, com o Presidente Demian para poder facilitar essa iniciativa, de comum acordo com o Senador Francisco Dornelles; trará grande contribuição ao Senado Federal pela competência e dedicação à vida pública.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito obrigado, Presidente. E, segundo, Doutor, eu tenho aqui, eu vou ser breve, tenho algumas observações. Primeiro, vou para uma coisa bem regional, eu quero lhe apresentar depois a idéia de se financiar a troca paulatina dos cascos de madeira, que causam desastres na minha região, região amazônica, por cascos de ferro; é algo que depois formalizarei a V.Exa., por escrito. Mas, por enquanto, eu tenho algumas observações a fazer. Uma delas é que eu vejo que aumentaram certos investimentos do BNDES, significaram certo aumento de risco. Algumas, algumas... Alguns empreendimentos que ainda não existem, enfim. Eu soube que o... E ali o meu prezado Presidente Aloizio Mercadante, mostrou, no item estatísticas, de maneira, de maneira otimista, eu não condeno o otimismo, que teria havido uma curva ascendente, bastante pronunciada, e aí eu não vi bem aí a questão da gerência, nem vejo aí sinal de aumento de... Necessário sinal de aumento de taxa de investimentos porque o que eu vi mesmo foi isso aí como um reflexo do aumento da formalização do emprego, o que é uma conquista; mais FATs e, portanto, a curva para cima. Mas eu, eu queria fazer aqui algo que é uma colocação política. Eu me constranjo, Dr. Fiocca, com certas coisas. Eu digo assim, com essa história de “Fazendo Mais”, “Fazendo Melhor”, “Fazendo Mais Rápido”, aí eu pergunto: Fazendo mais do que quem? Do que o Floriano Peixoto? Não tinha BNDES na época. Do que o Fernando Henrique? É infeliz a comparação. Fazendo mais rápido do que o Marechal Deodoro? Não tinha BNDES na época. Do que o Fernando Henrique? É infeliz a comparação.

Eu acho que já era hora de vocês todos largarem isso, francamente, largarem isso, seja o Presidente, as críticas que ele faz, injustas, misturando contextos, misturando, de maneira leve, no sentido francês, eu vou falar em francês para não dizer leviano, no sentido de *maniere léger* (F), leve, misturando contextos, ou seja, se alguém entra, enfrenta uma série de crises internacionais, apesar da oposição de pessoas que hoje estão

no poder, promove quebras de monopólios, reformas, parte para melhorar a competitividade sistêmica da economia, possibilita, junto com o *boom* exportador, provocado pela demanda chinesa, pelo crescimento americano, pelo momento virtuoso da economia internacional, possibilita que o Brasil tenha, de fato, certos saldos, eu jamais aqui neguei méritos do Governo e sabem meus adversários disso, tenho sido, inclusive, muitas vezes criticado, dentro da oposição, como alguém que é defensor das políticas macroeconômicas do Governo, até me arriscando, do ponto de vista da popularidade, quando aqui defendo as linhas mestras do que vem operando o Banco Central, eu creio que nós podíamos, a essa altura, dar um certo salto. Um certo salto, ou seja, eu quero... O BNDES, a minha visão é muito clara, sabe aonde é que ele falha? Ele parou de financiar as privatizações, por mim, ele voltaria a financiar privatizações. Porque foram as privatizações que deram ao Presidente Lula, o orgulho de poder dizer que a EMBRAER hoje vence a Bombardier. Foram as privatizações que puderam hoje sustentar 100 milhões de brasileiros com celulares, em outras palavras, aí tem uma visão, que é a minha visão de mundo, que pode se chocar com a visão de mundo de outras pessoas respeitáveis e queridas por mim, mas eu me pego na questão do método, eu não julgo que seja correta, intelectualmente, a comparação. Eu não julgo. Eu julgo que há um amadurecimento do Brasil para o Brasil ser passado para nossos jovens, ser passado para a sociedade como uma sequência. Como uma sequência. Ou seja, o Brasil tem que ser melhor porque eu fiz uma parte, V. Exa. fez outra, vem outro que faz outra e aquele que não fizer sua parte, ele deve ser apontado pela história à execração. Eu dava o exemplo do Governador Marconi Perillo, muito jovem, enfrentou Íris Rezende, um mito da política de Goiás, venceu as eleições. Venceu por quê? Porque era mágico? Não, porque não estava bem o Estado àquela altura. Ele vence. Passa oito anos, infra-estruturando o Estado, procurando fazer o Estado melhor. Vem o sucessor dele, e depois diz que fez melhor do que ele? Lógico que teria que apresentar resultados melhores, a menos que o sucessor dele fosse um fracasso administrativo completo.

Então, se eu pudesse, em nome da maturidade com que o PSDB faz oposição, em nome da justiça e da justiça com que temos tratado o Presidente Lula, se eu pudesse pedir encarecidamente a ele, a V. Exa., aos marketeiros do Governo, a todos, que superassem essa fase, que não é uma fase madura das comparações, eu lhe agradecería fervorosamente, porque eu, pessoalmente, me sento injustiçado e percebo que isso diminui o nosso debate, isso puxa nosso debate

lá para baixo. Mais rápido que Eptácio Pessoa? Óbvio que andou mais rápido que ele, também não havia BNDES na época do Eptácio Pessoa. Mais rápido do que Fernando Henrique Cardoso? Eu considero injusto. Mais rápido do que Itamar? Eu considero injusto. Itamar e Fernando Henrique começaram o processo de estabilização da economia, de maneira árdua, de maneira penosa e contando até com a oposição de certos setores que hoje se beneficiam da estabilidade, que é fundamental para nós chegarmos a bom termo, em qualquer projeto econômico.

No mais, eu só desejo a V. Exa. êxito, e espero que a minha sinceridade não o coloque contra o meu projeto de remodelar os cascos das embarcações no meu Estado, e lhe fiz a primeira demanda que foi a... Vejam que as nossas demandas são tão fáceis, as nossas demandas não dão escândalo; a gente quer o Zé Roberto, a gente não quer nada... Nada que eu na matéria, bilionárias opções de cargos. Não queremos nada disso, nós queremos apenas o Zé Roberto, eu quero casco de ferro para o Amazonas, fiz a minha análise do crescimento aqui questionado, enfim. Mas uma crítica ao método, uma crítica ao método, não acrescenta absolutamente nada. A menos que numa outra vida, lá para trás, o Presidente Lula tenha tido um problema muito sério com o Presidente Fernando Henrique, lá para trás, assim, há três mil anos atrás, brigaram no Egito, um era o Faraó que queria depor o outro. Senão, eu não entendo, não consigo entender. E enfeia, porque aí me predispõe, eu começo a tentar olhar com lupa, porque me predispõe, me dá a impressão, outra coisa que eu não gosto, quando diz assim: "Vamos fazer um lançamento". Projeto não é para lançar, é para executar. Não é para lançar. Eu vejo muito essa linguagem de Cabo Canaveral, essa linguagem de Cabo Canaveral, de "solta o torpedo para cima", a gente não se sabe depois se ele volta; o primeiro emprego, por exemplo, não voltou. Perdeu-se no espaço sideral.

Mas, no mais, desejar a V. Exa. o máximo de êxito ao longo de sua experiência administrativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Arthur Virgílio, não poderia deixar de expressar meu sentimento nessa sua intervenção, para registrar o seguinte. Durante toda a apresentação do Senador Demian, desculpe, do Presidente Demian, não houve uma menção de comparação ao Governo anterior. Só uma outra coisa, mesmo na questão do "Fazendo Mais Rápido", se V. Exa. olhar o gráfico, o corte é sempre 10 anos. Durante... O que está se alcançando hoje é o que existia no período 97/99. A liberação era mais rápida nesse período, começa a crescer a partir de 99, o pico é exatamente

em 2005 e há um esforço grande do BNDES. Não há uma relação, ao contrário, o gráfico não tem nenhum período de corte político; é o desempenho do Banco na operação de--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permita, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): E, ao contrário do que V. Exa. disse, é o seguinte: O período que vai de 97 a 99 é o período em que a velocidade de liberação dos recursos, de aprovação das operações é semelhante ao que está se alcançando agora. Então, eu--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Que foi o período das privatizações. Permita-me, Senador Mercadante?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Isso depende um pouco...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Porque se eu pudesse fazer uma imagem futebolística. Eu posso?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): O que ele mencionou aqui é o seguinte: O procedimento para operações complexas, tramitação de operações complexas, era exigir uma série de exigências burocráticas, formais, algumas, inclusive, por exigência do Tribunal de Contas da União, que passou a exigir uma série de documentação, e aquilo virou uma regra do BNDES, quando não deveria ser uma regra. E o esforço todo foi tentar desburocratizar, aumentar a eficiência, dentro da prudência bancária. Então, não houve... Que V. Exa. não estava na arguição, o Senador Flexa Ribeiro estava. Não houve uma única comparação—

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não, eu não duvido. Veja só, Presidente Mercadante--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Nenhuma, ele simplesmente apresentou as medidas, as providências que estão sendo tomadas e a evolução da eficiência—

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, me permita mais um segundo--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Em nenhum momento, que o Senador estava aqui desde o início, nenhum momento da intervenção—

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não, mas é a formatação—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Foi “Fazendo Mais Rápido”, não tinha nenhum sentido, é só olhar o gráfico--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Me permita, quando diz assim: “Fazendo mais rápido” ou “fazendo melhor”, fazendo não sei o quê, dá clara-

mente a idéia, ou seja, não passa para os jovens, para quem tem que aprender o Brasil, não passa a idéia de que o Brasil é uma sequência, de que o Brasil é um processo, transparece a idéia de que o Brasil tem cortes, um “cortezinho” entre um momento e outro. Para fazer uma análise futebolística, a grande verdade é que nós tivemos uns últimos quatro anos tão virtuosos, que eu compararia àquela seleção de 68. Então, o Feola não precisava falar nada com o Pelé, com o Garrincha, com o Didi, bastava entregar as camisas e O Fernando Henrique não. Ele governou com uma seleçãozinha ruim, porque o tempo estava muito ruim. Em outras palavras, eu queria passar uma pedra por cima disso, e nós percebermos que se outro presente não tivesse sido dado a esse Governo, só a arma que foi a Lei de Responsabilidade Fiscal, para o Presidente, a partir dela, dialogar com Governadores, Prefeitos, e com isso poder, de maneira muito clara, preservar certas metas fiscais, só isso já foi um passo civilizatório tão fundamental, que eu insisto muito nisso, tenho a impressão que o Brasil, superando esse momento, o Brasil terá superado uma discussão que é menor, diante da discussão maior, que é o verdadeiro papel do BNDES. Tem gente que diz: “O primeiro Presidente do BNDES, Professor Carlos Lessa, pensa o contrário do que eu penso, Eu entendo que deveria voltar a financiar as privatizações. Eu. Aí daria um seminário para nós discutirmos sobre isso. Mas essa é a discussão qualitativa. Essa, como muito bem disse o nosso Presidente Mercadante, é esse o debate qualificado, esse é o debate que cabe, não é a comparaçãozinha. Eu não estou, eu não vi, não quero fazer nenhuma acusação--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): E se V. Exa. olhar as tabelas, é sempre 2003 ou 2005 a 2007, sempre comparando a evolução dentro do próprio Governo. Eu só solicitaria que, se a gente passar a palavra, que nós temos que aprovar o membro da CVM e uma ordem do dia complexa. Só fiz essa intervenção porque eu tenho certeza de que se o Senador Arthur Virgílio tivesse podido acompanhar e seguramente estava com tarefas na liderança—

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Me permita só--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Verificaria que não houve, em nenhum momento, nessa arguição, qualquer comparação de natureza política com o período anterior. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Mercadante, só fazendo uma observação ao Senador Arthur Virgílio, eu acho que “O fazendo mais” ou “fa-

zendo melhor”, inclusive, para o Presidente Lula, ele já disse isso de forma clara, ele está no segundo mandato; a comparação é ao primeiro mandato dele. E não poderia ser diferente, ele tem que, num segundo mandato, obrigatoriamente fazer o a mais, o melhor--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas eu acho que se ele pudesse não comparar nem com ele, era melhor, porque são situações diferentes—

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, tem sempre que melhorar, não é? Pelo menos é--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas está feito o registro. Senador Arthur Virgílio sempre foi um leal defensor do período anterior, eu só fiz essa ponderação porque, nessa Sessão de esclarecimentos não houve qualquer politização, comparação ou uma intervenção de natureza partidária. Quem conhece Demian Fiocca sabe também que não é de sua natureza esse tipo de intervenção; ele é um técnico extremamente competente e toda sua intervenção e sua vida pública, é pautada por essa competência de gestão, dentro de parâmetros técnicos. Até eu acho que falta para ele, eu tenho dito isso, politizar o desempenho na vida pública, mas é da natureza dele a neutralidade, a sobriedade e eu acho que isso é uma virtude na vida pública e uma virtude recomendável, especialmente quando se trata de um Banco que tem que ter um caráter republicano e de critérios bastante objetivos e transplantes no seu desempenho. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, só para poder atender a Senadora Ideli e o Senador Arthur Virgílio, eu quero até dizer que o Presidente Demian, como V. Exa. colocou aí, ele foi modesto e não teve muito ufanismo no *slogan* “Fazendo Mais que Antes”. Se ele fosse atender ao marketing de Governo, ele iria dizer: “Nunca dantes, nesse país, desde Cabral, se fez tanto quanto agora no BNDES”. Aí seria outro *slogan* que teria que ser feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Está bem. Feita a provocação Tucana, vamos agora à resposta objetiva. Onde o—

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas faz parte, faz parte.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): V. Exa. permite dizer que seu conselho não foi bom. Eu peço desculpas porque, talvez, a minha origem obrigue a sempre exigir do gestor público que não seja politiza-

do, em hipótese alguma. Em qualquer gestão, a Administração, que tem que ser por técnicos, não pode ser rateada entre partidos políticos, senão, pode até ser, mas desde que seja técnico e entenda do assunto. Eu peço desculpas por isso--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): V. Exa., mais uma vez, V. Exa. fez uma interpretação completamente improcedente. Partidarização não é politização. Politizar significa defender a gestão, apresentar os resultados, demonstrar o que fez e quando os números são apresentados, eles falam por si mesmos, não precisa dizer mais nada. Nós estamos numa evolução da aprovação dos financiamentos, do desembolso, com operações complexas, com microcrédito. Quer dizer, em todas as linhas fundamentais do Banco, um desempenho espetacular, que retoma, no BNDES, o seu papel de fomento ao investimento e ao crescimento do país. E é isso que tem que ser mostrado, é isso que eu tenho dito--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): V. Exa. fez bem o gol.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Publicamente a competência e o trabalho que ele realizou.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Fez bem o gol, Senador. Presidente Demian com a palavra.

SR. DEMIAN FIOCCA: Obrigado. Eu gostaria de responder antes ao Senador Arthur Virgílio, ele estava saindo, eu disse que ia responder... O seguinte, efetivamente, esses dois temas não são programas com impressão de outro Senador e nem são temas específicos de natureza política. Eu tenho utilizado esses dois *slogans* como um instrumento de emulação gerencial dentro do Banco. Ou seja, quando a gente assume uma instituição e entende que não devemos apenas discutir as grandes linhas, as grandes missões, mas temos a obrigação de dar a ela o maior desempenho possível, do ponto de vista Executivo, é importante indicar à Casa qual é a nossa indicação. Então, eu tenho dito à Casa: “nós precisamos fazer mais, nós precisamos fazer melhor, precisamos fazer mais rápido”. Essas expressões que eu citei aqui, apenas para organização da apresentação, são objetivos de natureza geral, do qual eu procurei imbuir o BNDES, ao longo desse período e imbuir o Comitê Gerencial, que elaborou aquelas medidas de simplificação, e também, do ponto de vista da cultura, do BNDES. O Senador Mercadante bem esclareceu, não houve nenhuma segmentação de, a partir de tal ano, a partir de tal outro, com coincidência de qualquer calendário político. A única soma de recursos daquela época foi o Senador que fez, o Senador do Nordeste, eu nem

utilizei isso. Em todos os casos, utilizei os últimos anos e os anos anteriores.

Então, realmente, foi uma impressão equivocada, não foi esse o teor da apresentação e esclarecer, eu acho sim que cabe a um dirigente de qualquer instituição, pública ou privada, procurar fazer mais, procurar fazer mais rápido, procurar fazer melhor. Então, é essa emulação que eu passo para dentro da Casa.

Além disso, do ponto de vista da postura republicana, gostaria de destacar, duas operações aqui, que eu chamei de operações complexas e que são inovadoras, e que permitem a empresas públicas, Estatais, fazerem mais do que o limite de crédito do contingenciamento determinado pelo Conselho Monetário Internacional, autoriza, são empresas de dois Estados governados pela oposição. Nós fizemos essas duas e fizemos por uma razão do seu mérito. Não por nenhum critério político, obviamente.

Quanto à questão do crescimento ser apenas um reflexo do crescimento do FAT, da formalização do mercado de trabalho, gostaria de esclarecer que também não é precisa essa hipótese porque, na verdade, o BNDES não tem trabalhado com escassez de recursos, portanto, o volume desembolsado não dependeu do quanto o FAT aporta, dependeu do quanto o BNDES teve capacidade de aprovar e do quanto o setor produtivo teve disposição de investir.

Quanto à questão da LL, o Senador Tuma não estava no momento da apresentação, aquela recuperação de prejuízos já ocorreu, também a recuperação de recursos ao Tesouro já ocorreu. Eu dei conta de que em Estado que nós estamos hoje, nós estamos com zero de inadimplência e o ganho na área de..., na partes de [inaudível], na parte de capital. Sobre a questão Nordeste e a questão das operações de maior risco, eu gostaria de esclarecer primeiro uma coisa muito importante: Quando eu cito os desafios da operação da TRANSPETRO não são desafios identificados e sobre os quais o BNDES passou por cima, correndo risco. Não. São desafios que foram todos eles mitigados com estruturas de operações mais complexas. Então, o seguro aqui, o acompanhamento do desembolso ali, a sucessão do empréstimo pela TRANSPETRO, logo a partir de 36% do desembolso, ou seja, nós não fizemos uma operação de alto risco na TRANSPETRO, nós desenvolvemos mecanismos mais estruturados que permitiram superar situações que inicialmente seriam de mais risco se nós fizéssemos de maneira, digamos, menos comprometida com o desenvolvimento.

Sobre a questão de Nordeste, então, esclarecido isso, eu gostaria de esclarecer ao Senador que aquele item que eu destaco financiamento, um mega financia-

mento a um projeto de empresa ainda não existente, foi no Nordeste. É o estaleiro de Suape e foi um dos maiores financiamentos feitos pelo BNDES recentemente; quase 02 bilhões e meio de reais. Então, aí sim, toda aquela engenharia, toda aquela disposição de superar desafios, nesse caso específico que eu citei, teve como principal beneficiário o Nordeste. O segundo financiamento foi para Rio Naval no Rio de Janeiro, mas lá o estaleiro já existia, Então, o Nordeste foi, eu diria, o mais desafiador e também o maior financiamento.

Sobre a questão de postos avançados, o Senador mencionou, talvez... Eu não dei a informação completa. O BNDES tem três escritórios próprios, pequenos escritórios, pessoas treinadas junto a outros bancos, federações de indústria, associações que nós, no nosso jargão interno, nós não chamamos de escritório, chamamos de postos avançados e existem sim, continua existir o do Pará, na verdade, são mais de 50, e temos feito algum trabalho com o SEBRAE, inclusive, para ampliar a existência desse atendimento. Só que é um atendimento que não é propriamente um escritório, tem alguém do BNDES que esclarece, orienta, etc, mas dentro de uma outra organização.

Outra coisa que eu gostaria de comentar--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sobre o assunto aí, o que existia, na década de 90, era um escritório do BNDES instalado no BASA, em parceria com a FIEP(F), então, ele baixou de graduação, virou um posto avançado. Eu vou fazer uma visita a V. Exa. para que a gente possa retomar, em nível de escritório, porque é para toda a região. É importante que, no Norte, na Amazônia, se tenha um escritório do BNDES e não postos avançados.

SR. DEMIAN FIOCCA: Está bem. Outra coisa que eu gostaria de destacar em relação ao Nordeste, é o seguinte: O Nordeste tem um tratamento privilegiado, da parte do Governo Federal, também nos Fundos Constitucionais, por meio que... Justamente BASA, Banco do Nordeste operam. Esses Fundos, esses Fundos têm como política pública um custo mais baixo. Então, parte também do desembolso menor do BNDES para o Nordeste, resulta do fato de que nós temos um competidor mais atraente, são também políticas Federais, são também Fundos e Bancos Federais, mas que são mais atraentes, e eu entendo que deve continuar a ser assim. Da parte do BNDES, como eu mencionei, nós reduzimos 1% a taxa, e gostaria, mais uma vez, de destacar, nós atendemos a toda a demanda, a toda a demanda. Não é que o BNDES, há um projeto grande em qualquer outra região do país, deixa de emprestar para o Nordeste.

Sobre a questão da Siderúrgica do Ceará, gostaria de esclarecer que o BNDES está sim à disposição para financiar a Siderúrgica, entendo que o gargalo do projeto não está no financiamento, pelo que eu entendi, está na questão do preço do gás, mas, saindo o Projeto, o BNDES está sim à disposição para financiar. Já recebemos, inclusive, os empreendedores do Banco, já expressamos isso a eles, eles estão cientes de que o BNDES poderá financiar a Siderúrgica.

Quanto ainda, para arredondar essa questão do Nordeste, eu gostaria, para não ficarmos apenas na expressão geral de uma vontade, assim que os Senadores formarem uma Comissão e tiverem a data possível, eu gostaria de pôr à disposição o Dr. Antônio Prado, que dirige o escritório em Brasília, para agendar, estar à disposição, esclarecer, marcar, não só uma nova vinda minha aqui, se for do interesse dos Senadores, como, sendo do interesse, uma visita dos Senadores ao Banco.

Quanto aos empréstimos para a Petrobrás, gostaria de esclarecer que sim, que o BNDES está fazendo operações diretas para a Petrobrás; a Petrobrás tem um risco baixo e não se justifica, fazer por meio de outros bancos. O Senador Suplicy tinha mencionado a questão das fontes de recursos, em grandes números, são os seguintes: O BNDES consegue cerca de 50 bilhões ao ano de recursos, de pagamento de empréstimos anteriores, que é a sua principal fonte de recursos. O BNDES hoje ele é principalmente autônomo. Ele conseguiu acumular uma carteira de boa qualidade, que o repagamento permite fazer novos empréstimos. Recebe cerca de 07 bilhões do FAT Constitucional; nós temos também alguns recursos de mercado, fizemos uma emissão em IPCA; temos recursos do BID; temos recursos de outros Bancos bilaterais e disputamos parte dos recursos do FAT especial. Isso é definido pelo Ministério do Trabalho, já tive reunião, tinha já realizado reunião com o Ministro Marinho, encontrei o já o Ministro Lupi, comentei com ele e vamos nos encontrar para discutir a alocação do FAT Constitucional.

Eu entendo que, em virtude do forte crescimento da demanda, já verificada nos últimos 12 meses e daquilo que podemos esperar, devido à boa evolução das aprovações, nós vamos precisar sim de uma parcela significativa do FAT especial e vamos discutir isso com o Ministério do Trabalho, Senador Suplicy, se estiver disposto a nos ajudar nesse pleito, é uma demanda nossa. Mas nós temos conseguido trabalhar, até o momento, sem nenhuma escassez de recursos.

Quanto a pequenas e médias empresas, a comparação de custos, nós fazemos o seguinte: Como os bancos privados, que repassam recursos do BNDES, também os públicos, cobram um *spread*, um juro mais

alto, em nível de pontos percentuais, sobre as pequenas e médias empresas, nós cobramos um mais baixo, de modo que, na composição, estimulemos as pequenas e médias. Para dar uma idéia de custo, do que o Senador Suplicy mencionou, nós cobramos 1% de *spread* ao ano para micro, pequenas e médias e os Bancos repassadores adicionam a isso cerca de 3,5. Então, nos recursos do BNDES, as empresas conseguem, digamos, o que seriam hoje recursos a 11%, 6,5 TJLP mais 4,5, que é muito mais baixo do que qualquer capital de giro, desconto de duplicatas etc., que vai para a faixa de 30, 27, 25, etc. E, para as grandes, nós cobramos, quando é repasse, em média, 2,3, os bancos, em geral, põem mais 1,2, 3,5. Só que aí sobre volumes maiores.

Com relação... Obrigado, Senador. Com relação a operações complexas o que elas são, elas são operações de financiamento a Projetos, basicamente, que têm uma aprovação caso a caso. Nós fazemos reuniões de Diretoria todas as semanas, são cerca de seis a oito horas de reuniões, aprovamos 20 a 30 operações. São essas operações que a Casa prepara um relatório, pode ir de 10 a 40 páginas, e que nós analisamos uma a uma. Essas são operações complexas, operações diretas. O Banco tem operações indiretas padronizadas, que é o FINAME, tem um cadastro de máquinas, qualquer um pode acessar; existem operações automáticas, que são pequenos projetos trazidos por Bancos repassadores; existe o cartão BNDES, que é feito pela Internet; o pré-embarque, que é indireto, por outros bancos, e também alguns financiamentos, financiamento de exportação de serviços também é considerado como operação complexa.

Bem, quanto aos trens de alta velocidade, gostaria de dizer que a experiência internacional indica predominantemente Projetos dessa natureza como Projetos públicos; pode ser por aportes públicos a uma concessão privada ou projetos públicos diretamente. Eu entendo que o grande desafio desses projetos está na sua viabilidade econômica, não há nenhuma limitação, nenhum impedimento que o BNDES financie, mas são Projetos que eu diria, não partem do financiador, são Projetos, cuja viabilidade depende, pelo menos, na grande maioria dos exemplos internacionais, de algum grau de aporte público.

Quanto ao setor aéreo, eu gostaria de dizer que nós financiamos algumas operações das empresas de setor aéreo, em pátios de manutenção, enfim, operações da infra-estrutura do setor, que nós temos já estruturada uma operação, modelo de operação, para o financiamento também de aeronaves; é um dos nossos objetivos fomentar a indústria de aeronaves também no Brasil. A EMBRAER, ela é uma empresa de grande

sucesso, mas principalmente exportação, e nós temos uma estrutura com pequeno aporte das empresas, que normalmente são empresas de balanço, cujo balanço não permite comprar um avião apenas contra o seu patrimônio, nós estruturamos operações e que, cobrindo certas margens de risco, o avião é a principal garantia. Então, havendo interesse das empresas aéreas em adquirir aviões brasileiros, o BNDES tem já um modelo de operação estruturado que permite realizar essas operações.

Quanto ao PROVIAS, que foi comentado aqui. O PROVIAS é um programa regulado pelo Conselho Monetário Internacional. A limitação de recursos não está na escassez de recursos do BNDES, nem em procedimentos internos nossos. De fato, o programa teve um volume total de 300 milhões, para todo o país. Então, dá para imaginar que o número de Municípios é restrito. Essa limitação foi feita pelo Conselho Monetário, devido ao impacto fiscal; isso é uma, reduz o resultado fiscal dos Municípios que obtiveram esse programa. Da parte do BNDES, nós temos disposição de financiar qualquer volume que o Conselho Monetário aprove. Quanto à prorrogação também, se o Conselho Monetário prorrogar, nós podemos naturalmente prorrogar.

Quanto a saneamento, gostaria de destacar o seguinte, essa operação da COPASA foi uma operação que pôde ser feita dentro de uma estrutura específica. Não é uma alocação de recursos a cidades específicas como, por analogia, se poderia imaginar que fosse, olhando para o orçamento público, por exemplo. Agora, nós temos a disposição de fazer novas operações de mercado, na área de infra-estrutura social, saneamento ou outras, sempre que as empresas conseguirem operações dessa natureza. E lembrando, isso adiciona ao volume de liberação de crédito ao setor público, que o Governo já liberou no PAC, de 06 milhões para 2007/2008. E essa estruturação mais sofisticada que nós fizemos aqui, ela não consome esse limite de crédito de 03 bilhões por ano.

Sobre a questão da Associação de Municípios de Mato Grosso e outros esclarecimentos, gostaria, aproveitando que o Senador naturalmente está em Brasília, de indicar já o nosso Diretor do escritório de Brasília, Antônio Prado, para, seja receber quem o Senador indicar do seu gabinete, da sua equipe, seja receber, inclusive, Prefeitos que queiram ter essa informação adicional sobre como proceder.

Sobre a questão do rebate de juros, aí, de fato, eu diria, Senador, nós temos uma prática diferente entre setores. O setor agrícola, pelas vicissitudes do clima, ou seja, a incerteza dos resultados, é um setor que enfrenta, com muito mais frequência, e com razões

muitas vezes externas ao desejo do empreendedor, situações de inadimplência. Então, aí, de fato, o Brasil vem desenvolvendo um sistema de estímulo à inadimplência, em que se faz o rebate de juros. O BNDES, ele foi constituído, ainda que ele opere também no setor agrícola, realmente, ele ainda é um banco da indústria da infra-estrutura e da exportação. Esses setores não estão sujeitos a essas vicissitudes, pelo menos não na mesma intensidade, climáticas, que geram tal frequência de inadimplência do setor agrícola. E, portanto, para esses setores, realmente, não parece mais adequado, ao longo desse histórico, fazer um rebate de juros. Porque nós temos uma inadimplência muito baixa, graças à boa qualidade das nossas operações, destaco que, quando eu mencionei desafios, não foi para dizer que fizemos uma operação sem segurança, a operação tem segurança, só que nós tivemos que construir essa segurança, isso é a prática do BNDES, a inadimplência do BNDES é de menos de 1% ao ano e o rebate ficaria um prêmio para um número muito pequeno de operações, eventualmente compensado em outros *spreads*. Então, a natureza da operação do BNDES, eu diria que desaconselha a questão do rebate de juros. A questão de—

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Presidente, um aparte, por gentileza—

SR. DEMIAN FIOCCA: Sim.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Só a título de esclarecimento, o senhor disse efetivamente, essa negativa de rebate, é para o setor agrícola, que isso premiaria, nesse caso, as pessoas que não são bons pagadores. Entretanto, especificamente como eu dirigi ao senhor a pergunta, era em relação a fábricas, indústrias construídas. Certo? Quer dizer, não é para o setor agrícola. São duas coisas bem distintas, financiamento do setor agrícola e financiamentos para fábricas--

SR. DEMIAN FIOCCA: Não, eu compreendi. Aqui, digamos, o rebate não é uma prática comum no mercado de créditos. Eu mencionei, a idéia do rebate vem do setor agrícola, por isso só que eu mencionei, mas eu entendi, seria para fábricas, entendo que, pelo menos pelo histórico, hoje não seria o mais aconselhável.

Quanto à liberação de garantias, de fato, acho que isso é possível estudar. Ou seja, à medida que o ativo novo se constitui e passa a ser uma garantia real adicional àquela oferecida inicialmente e, ademais, à medida que a amortização prossegue, portanto, o tamanho da dívida fica menor, há a possibilidade de liberação de garantias. Em alguns casos, o BNDES libera, agora, eu ia lhe dizendo como é que é a praxe. Sem prejuízo de que possamos estudar outras alternativas, normalmente o BNDES libera quando a em-

presa demonstra que precisa daquela garantia para novo empreendimento. Se a empresa não demonstra que precisa da garantia, a prática é manter. Agora, existe a possibilidade de liberação, nesses casos, digamos, eu estou de fato precisando, ou seja, não é apenas para conforto do sócio, do sócio capitalista, é porque eu preciso dessa garantia para investir mais, para outro empréstimo, o BNDES libera. Mas podemos, eventualmente, estudar casos específicos, inclusive, se o Senador tiver, eu ponho mais uma vez o Prado à disposição, sem prejuízo de que eu trate desse tema mais à frente.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Presidente Demian.

SR. DEMIAN FIOCCA: Sim.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Só para objetivar minha pergunta, quer dizer que esse encaminhamento em relação a prorrogar o prazo para financiamentos que os Municípios tomaram no BNDES, cabe à CVM—

SR. DEMIAN FIOCCA: Conselho Monetário Nacional. Isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Cabe ao Conselho Monetário Nacional? Quer dizer que, via de regra, tem que ser encaminhado via Conselho Monetário Nacional?

SR. DEMIAN FIOCCA: Nós gerenciamos, mas o total é dado pelo Conselho, e, por isso, de fato, o número de Municípios hoje é pequeno.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Muito obrigado.

SR. DEMIAN FIOCCA: Senador Suplicy, tinha a questão do microcrédito, eu pedi um breve relatório, mas talvez fosse mais produtivo eu lhe entregar um relatório com as operações, a nossa avaliação inicial do que é uma descrição muito sumária que eu recebi nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): E eu quero cópia também. Eu queria encerrar, agradecendo a dedicação, a--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, só saber sobre a resposta, a Diretoria, para pequenas, micro e médias empresas--

SR. DEMIAN FIOCCA: Nós temos sim uma Superintendência de operações indiretas, que trabalha basicamente com as empresas menores, que são aquelas que são atendidas por bancos repassadores e não diretamente pelo BNDES. Na verdade, essa Superintendência se reporta a uma Diretoria, mas que hoje tem mais duas Superintendências lá. Eu não vejo uma necessidade específica, Senador, de ter uma Diretoria, porque o assunto está endereçado internamente no Banco, ainda que na hierarquia imediatamente inferior

a de Diretor, que é do superintendente. O que eu acho que sempre podemos continuar, é mais no sentido de políticas, mais especificamente no organograma do Banco. Então, possivelmente o grupo de Senadores que vai tratar do Nordeste, eu acredito que vai tratar, em grande medida, de maneiras de atingir empresas menores, que são o maior público do Nordeste, que, muitas vezes, enfrenta maiores dificuldades em outros Bancos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): [Pronunciamento fora do microfone].

SR. DEMIAN FIOCCA: Estão, eu mencionei, a Petrobrás está fazendo agora financiamentos diretos com o BNDES. E, de fato, isso traz um ganho para a Petrobrás porque ela paga apenas o *spread* do BNDES, não do banco repassador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria agradecer todos os Senadores pela participação, acho que nós preenchemos plenamente os objetivos dessa Sessão. Queria também apresentar o Antônio Prado, é o Chefe do escritório de Brasília, representante da Presidência do BNDES. E ele também é o responsável pelo escritório, pela relação com o Centro-Oeste e Norte, que são duas demandas e Brasília. Portanto, qualquer demanda que os Senadores quiserem, esclarecimento do BNDES, linha de crédito, qualquer informação que possa ser oferecida pelo Banco, o Antônio Prado estará à disposição.

Eu queria solicitar também ao Romero Jucá, líder do Governo, que coordene esse grupo que vai elaborar proposta Centro-Oeste, Norte, Nordeste, como fomentar as linhas de créditos, que incorpore o Antônio Prado no grupo de trabalho, para que ele já vá prestando todas as informações necessárias e ajude a agilizar a reflexão desse grupo de trabalho que, no prazo de um mês, entregará a todos nós a sua reflexão.

Quero dizer que a gente sente muita satisfação de ver o desempenho competente e uma evolução positiva em praticamente todos os indicadores, e muito positiva naquilo que é função essencial do Banco, que são a aprovação de crédito e o desembolso, em Projetos estruturantes, micro e pequenas empresas, quer dizer, um desempenho bastante promissor, que sinaliza uma aceleração do crescimento da economia brasileira.

Portanto, agradeço a competência, a dedicação, espírito público, Demian, Antônio Prado, a todos os Senadores e interrompo a nossa Sessão por um minuto, para que a gente possa se despedir. E, em seguida, começamos a sabatina do novo Diretor da CVM, que é a recondução à CVM.

[Sessão suspensa às 11h37].

[Sessão reaberta às 11h38].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, extraordinária, a realizar-se em 17 de abril de 2007, às 11:30, na sala de reuniões nº. 19, na ala Alexandre Costa. Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata anterior. Senhores Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Mensagem do Senado Federal... O primeiro item da Pauta é mensagem do Senado Federal nº. 65/2007, não terminativa, “submete à consideração do Senado Federal, a escolha do nome do senhor Eli Loria para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, CVM. A iniciativa da mensagem é competência Constitucional do senhor Presidente da República. O Relator é o nobre Senador Renato Casagrande e solicito ao Senador Valter Pereira, Senador Adelmir Santana, Senador Antônio Carlos Valadares que tragam para nossa Mesa o indicado, senhor Eli Loria, para arguição. E convido o Senador, Relator Renato Casagrande para fazer parte da Mesa. Quero informar também que nós vamos, como temos outras Comissões, alguns Senadores tem que acompanhar outras Comissões, nós vamos inicialmente já abrir a votação para os Senadores interessados e passo... Concedo a palavra ao Relator, Senador Renato Casagrande, para que processa a leitura do seu parecer sobre o indicado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Obrigado, senhor Presidente, Senador Mercadante, senhores Senadores, senhor Eli Loria, que é o indicado, seja bem-vindo. Senhor Presidente, relatório é para... O relatório é para atender às normas Constitucionais, infraconstitucionais, para apreciação, pelo Senado Federal, da indicação feita pelo Presidente da República, do senhor Eli Loria para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, para o período de 2007 até 2011. Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar previamente, por voto secreto, o Presidente e demais Diretores da Comissão de Valores Mobiliários. Em conformidade com o estabelecido na referida lei 6385, de 76, os mandatos do Presidente, dos Diretores da Comissão de Valores Mobiliários são fixos e estáveis, devendo ser renovado, a cada ano, 1/5 dos membros do colegiado, vedada a recondução imediata de seus titulares.

O *curriculum vitae* em anexo à mensagem presidencial, evidencia que o senhor Eli Loria possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado. Bacharel

em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Ibirapuera, em 2006; Administrador Público, formado pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, em 76. O senhor Eli Loria realizou o curso de Mestrado em Administração no Instituto COPPEAD, da Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos anos de 80 e 81. Relativamente à sua experiência profissional, cumpre ressaltar os relevantes cargos e funções que exerce há 26 anos, na própria Comissão de Valores Mobiliários, onde ingressou por concurso público. Exerceu o cargo de Diretor da instituição, atuando em julgamentos, em julgamentos de processos administrativos sancionadores em recursos de decisões das áreas operacionais e em elaboração de normas; foi Superintendente regional de São Paulo; Superintendente de relações com empresas e gerente de acompanhamento de empresas; também ocupou a Presidência da Comissão de Ética da Comissão de Valores Mobiliários, entre 2001 e 2004. Foi representando da Comissão de Valores Mobiliários em diversos conselhos administrativos, merecendo destaque sua participação no Conselho Nacional de Seguros Privados, desde 14 de janeiro de 2000; Diretor do Sistema Financeiro Nacional, anos de 96 a 2006; e, no Conselho de Gestão na Previdência Complementar na Câmara dos Recursos, este no período de 27 de abril de 99 até março de 2003.

As funções e os cargos exercidos, bem como sua formação acadêmica, mencionada em seu *curriculum*, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desse colegiado, revela o nível de classificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando, assim, essa Comissão de Assuntos Econômicos em condição de deliberar sobre indicação do senhor Eli Loria para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

Por essas razões expostas, senhor Presidente, Senador Osmar Dias, pelo *curriculum* apresentado, pela experiência do Senhor Eli Loria, já na Comissão de Valores Mobiliários, é que o Relator, é que esse relatório indica a aprovação e indica a condição de estarmos nesta Comissão, com todos os quesitos colocados, para aprovação do seu nome para Diretor da Comissão de Valores Mobiliários. Obrigado, senhor Presidente.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Agradeço o Relator, Senador Renato Casagrande. Imediatamente passo a palavra ao Dr. Eli Loria, para sua explanação. Tem o tempo de 10 minutos. Se for necessário, prorrogaremos o prazo.

SR. ELI LORIA: Muito obrigado, Senador Osmar Dias, senhor Relator, Senador Renato Casagrande, se-

nhores Senadores, senhoras Senadoras, foi com uma grande honra que recebi a indicação de meu nome para Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, por parte do senhor Presidente da República, e agradeço ao Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega, ao senhor Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Sr. Bernard Appy, ao Presidente da CVM, Marcelo Trindade, e, para mim, além de uma grande honra, uma grande responsabilidade de substituir o Diretor Vladimir Castello Branco Castro, meu colega, meu amigo de 28 anos de CVM, porque lá ingressamos em 78, foi o primeiro concurso público para Analista da Comissão de Valores Mobiliários. E a quem rendo minhas homenagens como profissional e como pessoa também.

A responsabilidade do cargo que ora sou indicado, ela avulta quando nós vemos esse mercado batendo recorde após recorde. Ontem mesmo a bolsa de São Paulo bateu 49 mil pontos. Vemos uma indústria de fundos de investimento com patrimônio de cerca de um trilhão de reais, com cerca de 11 milhões de cotistas, uma área de derivativos que avulta também na função de *hedge* para o setor produtivo da economia. As ofertas públicas, em 2006, atingiram também patamares recordes: Cerca de 125 bilhões de reais. Com isso, muitos investidores novatos, investidores neófitos chegam ao mercado. Investidores que ainda não têm consciência dos riscos que esse mercado oferece e daí o papel fundamental da CVM, sua Diretoria e seu corpo funcional. Eu agradeço a oportunidade, me coloco à disposição dos senhores Senadores, para o que for perguntado. Obrigado.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC):

Senhor Presidente, quero me inscrever para—

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Raimundo Colombo, com a palavra.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Senhor Presidente, pela ordem. Quero perguntar para o senhor se a ordem de inscrição é a mesma do início desta Sessão. É outra? Por favor, quero me inscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): V. Exa. será o segundo a agüir.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a brevidade e objetividade do senhor Eli Loria. Com a palavra, o senhor Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Presidente Aloizio Mercadante, cumprimentar o Relator Renato Casagrande e o senhor Eli Loria. Dizer da minha satisfação de participar dessa Sessão e dar esse

depoimento. Eu acho que o Estado Brasileiro, para ser mais eficiente, ele precisa valorizar os técnicos, os profissionais que entendem da área e que dão segurança ao povo brasileiro. Cada vez que a gente coloca uma pessoa incapaz ou que desconhece o assunto, as consequências são terríveis e o que se enfraquece é o Estado Brasileiro. Nós estamos vivendo o apagão aéreo e a gente está vendo, na Agência Nacional, uma pessoa totalmente desinformada, despreparada, e as consequências, nós estamos vivendo. Por isso eu quero saudar a indicação proposta, senhor Eli Loria, vi o seu *curriculum*, conheci informações ao seu respeito e dou meu voto favorável com a consciência de estar fazendo bem para o Brasil. Parabéns, felicidades e que Deus lhe ajude na nova missão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a intervenção e a forma como o Senador Raimundo Colombo se posicionou, que o senhor fortalece a convicção desse Plenário, em relação à indicação, e passo a palavra ao nobre Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Muito obrigado, Presidente Mercadante, Relator Senador Casagrande, Dr. Eli Loria. Primeiro, eu quero cumprimentar o senhor, depois do depoimento, da fala do Senador Colombo, quase não me restava nada a falar. Todavia, eu tenho um pequeno questionamento para fazer, no bom sentido da fala, a V. Sa. Como Senador de primeiro mandato, é bom ver que tive até a preocupação de escrever aqui essa pergunta. Senador de primeiro mandato, Dr. Eli, recém-chegado a essa Casa, e conheço bem o senhor pelos seus notórios e competentes serviços prestados, ao longo de quase 30 anos, à CVM, e gostaria de formular o meu questionamento a respeito de um tema que julgo fundamental no exercício das funções para as quais S. Sa. está sendo indicada. O tema a que me refiro é o aperfeiçoamento aos mecanismos de agilidade e eficácia, capazes de conferir ao trabalho da autarquia, maior transparência e credibilidade junto aos investidores, à opinião pública e aos agentes de mercados e capitais em geral. Ultimamente, várias têm sido as oportunidades em que o vazamento de informações privilegiadas, ou a concessão de empréstimo de alto risco, em outros sinistros, de má gestão dolosa, vêm sendo investigados com empenho pela CVM, com o Ministério Público, e as demais instâncias fiscalizadoras. É o caso recentíssimo da venda da Ipiranga, por exemplo. Aos olhos de um observador comum, como eu, parece, contudo, não haver suficiente articulação ou parece faltar a integração ideal entre os organismos reguladores, como o BACEN, a SUSEP e a própria CVM, para utilizar a instituição dos recursos de infor-

mação e de fiscalização que dispõe. Mas, nesse sentido, eu faço duas indagações à V. Sa. Primeira: Que providências de ordem administrativa têm sido tomadas e que outras medidas, em sua opinião, poderiam ser adotadas para promover mais eficiência e visibilidade no intercâmbio de ações e informações entre esses órgãos? Segunda. Como nós legisladores poderíamos contribuir para esse aperfeiçoamento, promovendo alterações para melhorar a aplicabilidade da lei complementar nº. 105, que se encontra aqui na minha mão. De forma que eu quero cumprimentar o senhor, até porque já houve a votação e eu imagino que 100% dos presentes confiaram em V. Exa. para ser conduzido à Presidência da CVM. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a V. Exa, mas a votação ainda não ocorreu, porque sem o voto de V. Exa., não há votação nessa Casa que possa ser considerada. Ainda não acabou a votação porque sem a votação de V. Exa., sem o voto de V. Exa. não há votação que possa ser considerada nessa Casa.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Já votei.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, a votação está realmente completa. Eu passo a palavra, então, ao nosso indicado, Eli Loria, para expressar as últimas palavras, para nós encerramos esse procedimento. Não, Senador Suplicy. Eu passaria antes ao Senador Suplicy a arguição e depois V. Exa. faz uma intervenção conclusiva sobre todos os Senadores interessados.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): O Voto secreto, Presidente, mas eu votei sim, acho que posso declarar depois do voto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senhor Presidente, Senador Aloizio Mercadante, cumprimento o senhor Eli Loria e pelo... Tendo sido concursado para estar trabalhando já há tantos anos com diversas funções na CVM, certamente V. Sa. tem um grau de conhecimento, de experiência louváveis e, com certeza, a sua designação leva em conta a contribuição que certamente vai poder dar à frente da CVM. Relacionada à questão que o Senador Jayme Campos colocou, acho que seria importante que pudesse nos esclarecer o seguinte: Quando surge uma operação como a que ele mencionou, do Grupo Ipiranga, comprado pela Petrobrás e outros grupos importantes no setor de petróleo e gás, aí surge a notícia de que a CVM vai verificar o que é que aconteceu, se, porventura, houve qualquer vazamento de informações e, assim por diante. Quando, por exemplo, surge uma outra aquisição muito importante, nesses últimos, em tempos recentes, como a da VARIGLOG, como da

nova VARIG, ou a empresa VARIG pela Gol, também surgiram as notícias de que a CVM estaria fazendo um averiguação sobre os procedimentos havidos. Então, agradeceria se puder nos dar, usando esses dois exemplos, as informações sobre como é que a CVM procede para estar realmente informando à opinião pública das averiguações que foram elaboradas, quais foram as conclusões, normalmente qual é o prazo de conclusões de trabalhos em situações tais como essas duas que, logo, vem à memória de todos nós, por terem sido recentes. E, como uma das atribuições da CVM é estar estimulando a formação de poupança, sua aplicação em valores mobiliários, eu gostaria de lhe perguntar que medidas considera V. Sa. podem ser colocadas em prática para estar a CVM bem exercendo esta que é uma de suas principais atribuições. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Suplicy. Não tendo mais nenhum Senador inscrito para arguição, V.Sa. poderia concluir, então, a intervenção, respondendo as questões que foram apresentadas.

SR. ELI LORIA: Obrigado, Senador Mercadante, agradeço, primeiro ao Senador Raimundo Colombo pelas palavras que me dirigiu, agradeço ao Senador Jayme Campos, Senador Suplicy, a oportunidade de manifestar sobre esses temas tão candentes. Quanto ao vazamento de informações, diretamente ao ponto, o administrador de qualquer companhia, por definição, ele é portador de informações sigilosas, decorrentes dos próprios negócios que ele conduz. Sejam informações comerciais, de fornecedores, financeiras sobre a própria companhia. A ele são atribuídos dois deveres básicos, pela lei societária: O dever de sigilo e o dever de informar. No balanceamento desses dois deveres, é que o administrador deve se conduzir. A orientação que a CVM passa, em seus normativos, e que a própria lei societária passa, é que o dever de sigilo prevalece de início, mas, no entanto, se houver qualquer movimentação anormal nas cotações dos papéis, no volume transacionado, nos números de negócios, cabe ao administrador, imediatamente, vir a público e esclarecer o que está acontecendo com a sua companhia. Isso tudo baseado na premissa de que os investidores devem ter acesso às informações de uma forma homogênea. A CVM tem que zelar para que não haja um desbalanceamento das informações, a chamada assimetria informacional, entre os investidores, até mesmo porque devemos zelar, evitando fraudes, manipulações e obtenção de vantagem ilícita por parte daquele detentor da informação que não é pública, negociando com o investidor que não detém

aquela informação. Essa é que é a nossa missão no combate ao chamado Insider Trading.

Os procedimentos que a CVM realiza são sempre *a posteriori*. Ela monitora o movimento bursátil *on-line*. Todo dia nós temos grupos de acompanhamento que estão olhando todos os negócios realizados na Bolsa. Esses negócios passam por determinados aplicativos, softwares, que indicam qualquer oscilação fora de um determinado padrão que a nossa fiscalização determinou como razoável na oscilação daquele papel. Isso varia de papel para papel, de tempos em tempos, são modificados esses parâmetros. Quando o papel oscila acima de determinado percentual, dentro do padrão histórico de volatilidade daquele papel, automaticamente ascende uma luz amarela, e é realizada uma investigação. É enviado um ofício Bolsa, são remetidos todos os comitentes, todos aqueles que compraram e venderam em determinado período de tempo e a CVM, assim, inicia sua investigação. Assim foi em caso Ipiranga, caso Gol, nova VARIG e tudo mais.

O prazo depende da capacidade investigativa da CVM frente a sigilo bancário, sigilo telefônico, uma série de limitações ao poder fiscalizador da CVM. Normalmente as Comissões de Inquérito vão encerrar seus trabalhos e o caso vai a julgamento cerca de dois anos do fato. Posteriormente ao julgamento, ainda existe um recurso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; mais um ano e meio, dois anos para, enfim, o julgamento seja completado na esfera administrativa. É assim que funcionamos.

Quanto ao estímulo à formação de poupança, algumas medidas estão sendo tomadas pela CVM, tanto do ponto de vista educacional do investidor, esse investidor cometer anteriormente, o mercado... O novato não tem a experiência, os riscos que o mercado oferece, já que nós estamos vindo de quatro anos de alta, então, o novo investidor não imagina que o mercado possa cair. Então, a parte educacional, este mês ainda a CVM estará lançando o portal do investidor, que é um *site* muito fácil uso, de interatividade muito grande, acessibilidade, em que o investidor novato poderá ter acesso a jogos, a explicações, numa linguagem bem didática, sobre o que é o mercado, o que são as ações, o que são as empresas, e isso é um aspecto educacional que a CVM tem enfatizado bastante e das universidades também.

Outro ponto que entendemos como estímulo à poupança, é o ponto da fiscalização; a fiscalização e a punição levam também ao aumento da confiança do investidor no mercado e, com isso, a elevação da poupança e esses nossos dois enfoques para esse ponto, Senador. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Encerramos nossa arguição. Senadores que ainda não votaram, por favor, se dirijam à Mesa. Eu pediria ao Senador Suplicy e Senador Flexa Ribeiro que fizessem a contagem dos votos para que a gente possa anunciar o resultado.

Queremos anunciar que a Comissão de Assuntos Econômicos indica, por unanimidade, com 20 votos, o Sr. Eli Loria para reencaminhá-lo como profissional de carreira, com quase 30 anos de serviço na CVM, para Diretoria da CVM. Quero parabenizá-lo. Acho que isso é uma valorização da carreira, da instituição e da sua trajetória profissional.

Bom, pelo adiantado da hora, nós vamos encerrar a Sessão da CAE e adiar os demais itens da Pauta para nossa próxima Sessão ordinária, terça-feira que vem.

Sessão encerrada às 12h04.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL, DE 2007, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia dezessete de abril do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, Inácio Arruda e Tasso Jereissati. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, Kátia Abreu, Eliseu Resende e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, o Presidente Eventual, Senador Garibaldi Alves Filho, declara aberta a Reunião. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, criada por meio do Requerimento nº 10/2007-CAE, de autoria do Senador Delcídio Amaral. A Presidência comunica que foi apresentada apenas uma chapa formada pelos Senadores Delcídio Amaral, para Presidente, e Sérgio Guerra, para Vice-Presidente. Encerrada a votação, o Presidente convida o Senador Tasso Jereissati para atuar como escrutinador no processo de

votação. São eleitos, por unanimidade, os Senadores Delcídio Amaral, para Presidente, e Sérgio Guerra para Vice-Presidente. Assumindo a Presidência, usa da palavra o Senador Delcídio Amaral, que propõe que as reuniões da Subcomissão sejam realizadas às 18:00 horas das segundas-feiras, e deixa agendada para a próxima Reunião a apresentação do Plano de Trabalho da Subcomissão. Usam da palavra os Senadores Garibaldi Alves Filho e Tasso Jereissati. Em seguida, o Presidente designa o Senador Valdir Raupp Relator da Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente Eventual da Subcomissão Temporária dos Marcos Regulatórios.

SR. PRESIDENTE GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr^{as}. e Srs. Senadores, havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, criada através do Requerimento nº. 10 da Comissão de Assuntos Econômicos de 2007, de autoria do Senador Delcídio Amaral, e em seguida a apresentação do plano de trabalho da Subcomissão.

Foi registrado até o presente momento a seguinte chapa: Para Presidente, Senador Delcídio Amaral. Para vice, Senador Sérgio Guerra. Encerrada a votação, quero convidar o Senador Tasso Jereissati para apurar os votos que foram dados para a escolha do Presidente e vice dessa Comissão. V.Ex^a é o escrutinador.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, voto, Presidente Delcídio, Vice-Presidente Sérgio Guerra. Presidente Delcídio, Vice-Presidente Sérgio Guerra. Delcídio, Sérgio Guerra. Portanto, unanimidade Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Apurado os votos, se verificou o resultado, por unanimidade, o Senador Delcídio Amaral foi eleito para Presidente e o Senador Sérgio Guerra para Vice-Presidente. Convido o Senador Delcídio Amaral a usar da palavra antes do encerramento dessa reunião. Com a palavra o Senador Delcídio Amaral, que acaba de assumir a Presidência dos trabalhos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Eu queria agradecer ao Senador Gari-

baldi Alves, o mais experiente membro dessa Subcomissão, agradecer...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): [risos] Quero agradecer ao Senador Tasso Jereissati, não só pelo voto, mas também pela... Chegou aqui, marcou presença e definiu o resultado das eleições. E eu quero... Gostaria de destacar... Eu estava conversando aqui com os Assessores da Comissão de Assuntos Econômicos, especialmente com o Gonzaga, e as principais Assessoras aqui da Comissão de Assuntos Econômicos, as Subcomissões, Senador Tasso, elas poderiam trabalhar por um acordo entre os líderes e o Presidente do Senado, ou nas segundas-feiras ou nas sextas-feiras. E eu verifiquei, os membros da Subcomissão que vai tratar da Reforma Tributária e os membros também da Subcomissão que tratará de assuntos municipais. E há uma compatibilidade entre os membros dessas Subcomissões. Não há uma... Nós vamos conseguir reunir em horários diferenciados as duas Subcomissões e teremos em princípio *quorum* para trazer e discutir esses temas todos às segundas-feiras. V.Ex^a marcou as reuniões em todas as segundas-feiras a Subcomissão da Reforma Tributária às 19h, nós estamos marcando às 18h também todas as segundas-feiras. E me parece que a de assuntos municipais o horário foi marcado para as 17h30. Evidentemente que nós vamos ter dias onde uma Subcomissão vai trabalhar mais, a outra vai trabalhar num tempo menor, mas pelo menos é uma garantia que nós tenhamos o *quorum* qualificado para fazer não só promover essas audiências como também preparar os relatórios dessas Subcomissões.

Então, eu gostaria de deixar, Gonzaga, já agendada para a próxima segunda-feira uma reunião muito rápida da Subcomissão dos Marcos Regulatórios, onde nós aprovaríamos as agendas dessa Subcomissão. Quero deixar registrado, Senador Tasso e Senador Garibaldi, nós já temos uma pré-agenda. Conversamos com empresas estatais, conversamos empresas privadas dos mais variados segmentos de infra-estrutura. Conversamos com empresas de energia, empresas de petróleo, de gás natural, com empresas concessionárias de rodovias, com empresas de ferrovias... Está faltando área de telecomunicações, mas nós pretendemos na segunda-feira apresentar já toda uma programação e também os agendamentos, inclusive com os convites para que as autoridades de cada segmento de infra-estrutura venham a participar das nossas reuniões. Portanto, se não há mais... Não sei se algum Senador gostaria de fazer alguma observação.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Meu caro Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu estou de acordo com essa estratégia definida por V.Ex^a. Agora é esperar que os aviões cheguem nos horários para que os Senadores possam participar das reuniões.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu acho que seria uma boa discussão. O primeiro tema, a questão da aviação civil. Mas eu gostaria de agradecer aos senhores. Senador Tasso. Senador Garibaldi, até o encerramento sei que V.Ex^a—

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Parabenizar o Senador Delcídio e essa Subcomissão, tenho certeza absoluta que fará um belíssimo trabalho para uma área tão importante no Brasil. Acho que o marco regulatório, hoje, é uma das grandes questões a serem colocadas na questão do crescimento econômico e do desenvolvimento, e ninguém mais qualificado de que V.Ex^a para presidir esse trabalho junto com o Senador Garibaldi, Senador Sérgio Guerra, que é altamente qualificado também, Senador Garibaldi, enfim, só pelos nomes se trata de uma Comissão do mais alto... Mais alta capacidade para tratar dessa questão. Parabéns e sucesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Tasso. E só reiterando as palavras de V.Ex^a, 42% do Programa de Aceleração do Crescimento, esses 42% representam investimentos privados. E se nós tivermos em segurança jurídicas, nós não teremos os recursos para o País crescer e se desenvolver. Por isso essa Subcomissão é de fundamental importância para eliminar os nós que impedem os investimentos privados de marcarem uma presença mais do que nunca necessária para garantir especialmente o desenvolvimento da infra-estrutura do nosso País.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os Senadores marcando reunião para a próxima segunda-feira, e nomeando como Relator dessa Subcomissão o Senador Raupp, que não esteve aqui presente porque está numa reunião de lideranças, e na segunda-feira às 18h teremos a primeira reunião de trabalho para aprovar a nossa agenda.

Muito obrigado aos Senadores, muito obrigado a todos aqui presentes, uma boa tarde.

Sessão encerrada às 15h00.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL, DE 2007, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e seis de abril do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, reúne-se a Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios com a presença dos Senadores Inácio Arruda, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Eli-seu Resende e Sérgio Guerra. Deixam de comparecer os Senadores Garibaldi Alves Filho, Kátia Abreu e Romeu Tuma, tendo falta justificada em virtude de compromissos parlamentares assumidos em São Paulo na mesma data. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a apresentação do Plano de Trabalho da Subcomissão. Foi apresentada a Agenda de Trabalhos para os meses de maio e junho, com a ressalva de que as Audiências Públicas ali sugeridas serão ajustadas de acordo com o andamento dos trabalhos. O Presidente registra que recebeu do Senador Valdir Raupp a solicitação de sua substituição do cargo de Relator da Subcomissão, em razão da extensa agenda que tem que cumprir por atuar também como Líder do PMDB. É sugerido e aprovado o nome do Senador Garibaldi Alves Filho para atuar como Relator da Subcomissão. Após a exposição do Presidente, usam da palavra os Senadores Valdir Raupp, Inácio Arruda e Sérgio Guerra. Colocada em votação, a Subcomissão aprova a Agenda de Trabalhos para os meses de maio e junho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e um minutos lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. — Senador **Delcídio Amaral**, Presidente da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária de Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em 26 de abril de 2007, às 10h00, na Sala de Reuniões nº. 19, Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Quem estiver de acordo permaneça como... Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se estão. Portanto a Ata está aprovada.

E o objetivo dessa reunião é a aprovação do Cronograma das Audiências Públicas que realizaremos nessa Subcomissão. Esse cronograma, ou essas Audiências Públicas, nós elaboramos de comum acordo com agentes governamentais, com representantes da iniciativa privada, e também contamos com o trabalho competente da Assessoria do Senado Federal. Eu gostaria de separar essa proposta em duas etapas, sendo que a primeira etapa nós... Não só nós atenderíamos a uma agenda de trabalhos correspondente ao mês de maio que se inicia na próxima semana, e também ao mês de junho. Uma vez que possivelmente em julho teremos recesso Parlamentar. Então eu gostaria, até por uma questão prática, já aprovar a agenda de trabalho do mês de maio e do mês de junho. Essa agenda de trabalho ela incluiria, no dia 7 de maio, representantes do setor de energia elétrica; no dia 14 de maio, representantes da área de petróleo, gás natural e biocombustíveis; no dia 21 de maio telecomunicações; no dia 28 de maio recursos hídricos; no dia 4 de junho, mineração; no dia 11 de junho transportes rodoviários; no dia 18 de junho transportes ferroviários; no dia 25 de junho portos.

Nós já fizemos um primeiro contato com as autoridades que estão listadas, inclusive com telefone, contatos e assim por diante. Gostaria também de destacar que no caso de telecomunicações, eu sugeriria aqui ao meu querido Secretário Gonzaga, a inclusão de representantes da ABRAFIX, Associação Brasileira de Telefonia Fixa, que talvez por algum esquecimento não foi incluída nessa... Nós não incluímos o representante da ABRAFIX aqui nessa Audiência Pública que discutirá a questão das telecomunicações.

E gostaria também registrar a V.Ex^{as}. que na eleição passada nós elegemos o Presidente e o vice, quero registrar aqui a presença do nosso Vice-Presidente, nosso querido Senador Sérgio Guerra, e também nessa ocasião eu falei a V.Ex^{as}., tive a oportunidade de propor a indicação do Senador Raupp como Relator dessa Subcomissão. Mas, o Senador Raupp também hoje ocupa a liderança do PMDB no Senado Federal, portanto tem muitas atribuições e tem uma sobrecarga e uma agenda de trabalho forte. Eu inicialmente havia proposto como Relator, o Senador Garibaldi Alves. Ao longo das duas semanas que se passaram, nós conversamos bastante com o Senador Garibaldi Alves, e ele finalmente, em função até da sobrecarga de trabalho do líder Raupp, ele concordou com o convite que foi

feito. Então nós teremos como Relator dessa Comissão o Senador Garibaldi Alves.

Quero registrar a importância dessa Subcomissão. Fiz, levei à líder Ideli Salvatti a minha preocupação com relação ao quorum das Subcomissões, porque houve um acerto, houve um acordo, Senador Sérgio Guerra, com as lideranças do Senado onde ficou encaminhado que as Subcomissões funcionariam ou nas segundas ou nas sextas. E segunda-feira e sexta-feira é difícil, até porque os Senadores e Senadoras têm atividades nos seus Estados, não é fácil se fazer essas agendas, principalmente às segundas-feiras. E esse não é um problema só dessa Subcomissão. De todas as Subcomissões que têm, ou que irão trabalhar nas segundas-feiras. Sexta-feira então é pior. Então, eu mantenho esse pleito de eventualmente se buscar a realização dessas Subcomissões, a realização dessas Audiências Públicas, Senador Inácio Arruda, entre terça e quinta-feira, onde nós teremos efetivamente os Senadores titulares e suplentes presentes. Até porque, nessa pauta que está sendo proposta, estão vindo muitas autoridades: Dirigentes de empresas, dirigentes de agências reguladoras, os dirigentes de empresas estatais e empresas privadas, representantes de associações.

Então, portanto, é importante que nós tenhamos a oportunidade de junto com os Senadores titulares e suplentes e as Senadoras também participantes dessa Subcomissão, nós tenhamos a condição de aproveitar bem essas audiências, ou esses debates que serão, que virão, que serão realizados ao longo dessas próximas semanas. E nós vamos, até para ajustar o encaminhamento dos nossos trabalhos, para cada Audiência Pública, Senador Inácio Arruda, Senador Raupp, nós encaminharemos, já começaremos a preparar com a Relatoria do Senador Garibaldi e também a Assessoria do Senado, já começaríamos a fazer as proposições que vão gerar alterações nos marcos regulatórios de cada setor e que depois serão discutidas pelo pleno da Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, eu queria passar a palavra ao Senador Raupp, ou se algum Senador gostaria de fazer algum comentário, para depois colocar em votação a agenda de trabalho proposta para que na segunda-feira, dia 7 de maio, nós façamos, às 18h00, a primeira Audiência Pública tratando especificamente do assunto energia elétrica, que nos preocupa muito até pelos números do operador nacional do sistema que indica problemas seriíssimos no suprimento de energia, especialmente para 2009 e 2010, até em função da frustração de alguns projetos que hoje enfrentam muitos entraves na sua implementação, e o próprio Senador Raupp tem todas as condições para falar sobre isso, até porque, é um dos principais projetos do Governo se situa no

rio Madeira, no Estado de Rondônia. Com a palavra o Senador Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Obrigado nobre Presidente, Senador Delcídio Amaral, Senhor Presidente Inácio Arruda, Sérgio Guerra. Eu queria inicialmente agradecer a confiança, Senador Delcídio, depositada em mim para relatar esta Subcomissão. Que acho de fundamental importância. Nós ainda temos alguns gargalos nos marcos regulatórios que inibem, impedem muitas empresas, tanto empresas brasileiras, como empresas estrangeiras de investir no Brasil. E principalmente na macro-infra-estrutura do Brasil que tanto nos preocupa. Então essa Subcomissão vai ter um papel fundamental.

Eu estou declinando da Relatoria em função do acúmulo de trabalho que V.Exª já colocou aqui. E eu estou nesse momento relatando também um projeto, a PEC 12, que é sobre os precatórios dos Estados e Municípios já que a União não está tendo tanto problema. Então, realmente eu estou um tanto assoberbado de trabalho, mas conversei longamente com o Senador Garibaldi, ele concordou em assumir essa Relatoria, não está hoje aqui porque teve que viajar para o seu Estado, mas eu tenho certeza, como ele é uma pessoa muito dedicada, vai corresponder na altura da Sub-Relatoria dessa Subcomissão.

Quanto a respeito V.Exª se referiu a alguns entraves na questão da geração de energia elétrica, eu estou muito preocupado. A imprensa já começou a falar através de especialistas no setor, como V.Exª um dos maiores especialistas do nosso País na área de energia elétrica, que se não avançarmos nos projetos de energia nova, de geração nova de energia, nós vamos ter problema em 2010, 2011 e 2012. Talvez até antes. O meio-ambiente está realmente criando dificuldades, como sempre, como sempre, criando dificuldade. Não creio que sejam só os problemas ambientais, porque os projetos são projetos modernos, projetos feitos em novos critérios de meio ambiente, e que não vai causar os impactos e causaram projetos como o da Usina de Balbina, de Tucuruí e tantas outras no Brasil. E, no entanto, o IBAMA está criando dificuldade. E nós estamos vendo que o Presidente da República já está preocupadíssimo, o Ministro Silas Rondon da mesma forma, e nós aqui temos que nos preocupar com essa situação. Se não aprovarmos projetos de energia hídrica ou de gás, que está tendo problema também nos gasodutos, vamos ter que construir usinas nucleares, usinas a carvão, usinas a óleo diesel. O que é melhor? É aproveitar o gás? É aproveitar a nossa potencialidade hídrica? Ou é construir usinas atômicas, nucleares, carvão, que é mais poluente, e

o diesel que nós sistemas problema de importação e é uma energia cara e mais poluente?

Então, V.Exª está de parabéns por estar conduzindo esse trabalho aqui como presidente dessa Comissão que com certeza vai trazer mais confiabilidade, mais confiança aos investidores tanto internos, como externos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu gostaria que a gente já, se possível, submetêssemos assim o calendário que V.Exª propõe à votação para que a gente possa preservar o quorum elevado da nossa Comissão de Membros titulares, que é uma Subcomissão e que está com uma presença significativa, o Sr. Presidente, o vice, o Raupp, eu estou aqui também. Acho que é um trabalho de fôlego. O calendário de V.Exª também é um calendário de fôlego. É um debate intenso. Acho que nós deveríamos aprovar, submetido a ajustes que V.Exª possa realizar no curso. Porque todas as segundas-feiras estão tomadas. E V.Exª mesmo já advertiu que as dificuldades que podem ocorrer e nós não podemos trazer tantas autoridades qualificadas que estão elencadas na proposta de V.Exª para falar apenas para o grande público que vai estar ouvindo através da televisão. É preciso que os Senadores estejam presentes, que a gente tenha uma audiência boa de Senadores porque é um debate muito profícuo que eu tenho a impressão que vamos ter na nossa Subcomissão de Marcos Regulatórios.

E acho que V.Exª já fez a advertência da realidade. Quer dizer, nós queremos crescer, o país quer crescer, quer desenvolver. São tantas as dificuldades que se apresentam, e uma delas, quer dizer, nós já temos o problema dos juros, já temos o problema do câmbio, quer dizer, além do problema dos juros e do câmbio tem o problema objetivo: Se você cresce um pouco mais, você precisa de energia. E precisa de energia numa quantidade razoável. Eu sou favorável a você ter fontes alternativas. Eu não sou favorável que você abrace uma única alternativa de fornecimento de energia. Acho que se pudermos ter energia hidráulica, num grande aproveitamento do nosso potencial hidráulico. Se nós tivermos energia atômica, e nós podemos ter, nós temos duas gerando, por que não podemos ter outras gerando? O mundo inteiro tem. Os Países desenvolvidos todos têm essa energia. Então, nós não podemos deixar de ter essa oportunidade também. É mais caro, mas também hoje já se examina que é uma energia mais limpa também. Então acho que temos que ter essa alternativa. Nós temos que ter a alternativa da energia eólica que está em debate, está em dis-

cussão. E se é limpa, mais rápida até de se construir, de se construir. Nós temos, só para se ter uma idéia, porque às vezes não fica claro, existem muitas pressões, porque tem setores mais organizados também na produção de energia no país. A energia eólica já tem quatro mil mega watts licenciados. Com licença de instalação. Não tem nenhum problema com o IBAMA, nem com nenhum órgão ambiental. Você pode gerar com muito mais velocidade.

Então, eu acho que a gente tem que atentar para outras possibilidades que o Brasil dispõe. E no caso objetivo do Madeira, você vê uma situação, quer dizer, o IBAMA baseou-se no Relatório de impacto ambiental das próprias consultorias contratadas pelo órgão responsável pela obra. Esse que é o problema. Então o IBAMA olhou ali e disse: Com base na Legislação e no Relatório apresentado. Então o Relatório apresentou uma situação que demonstrava que o lago que se formava tinha uma potencialidade de dez anos. Eu disse: Não é possível. Eu não vou construir um lago para fornecer energia com potencial de dez anos. Isso foi terrível. Obriga o Ministério a ter novos estudos imediatos. O bate-cabeça, às vezes, das empresas de consultoria, as informações contra informações em torno dessa matéria. É uma coisa muito melindrosa que tem que ter muito cuidado, muita atenção, o Governo tem que estar muito azeitado, digamos assim, para poder conduzir uma matéria dessa natureza, dessa ordem. É tanto que as declarações do IBAMA de hoje são essas: Não, tudo bem, nós estamos de acordo com a legislação, e o material foi entregue por vocês. O que eu vou fazer? Então a situação é dramática que nós estamos assistindo no Brasil. Esse dado que o Delcídio nos dá é um problema para 2009. Mas 2009? Dois anos para fornecimento de equipamentos? Geradores? Não se consegue geradores num piscar de olhos. Nunca vi em canto nenhum. Não tem ali no mercado para você dizer assim: Me traz aí quatro geradores, quatro turbinas geradoras para montar ali no Madeira. Não está disponível assim para pegar na prateleira. São encomendas, tem custos, prazos. É uma coisa que tem que ser feita com um cronograma muito ajustado. Todos aqui nós conhecemos como é que se desenvolvem esses programas de construção de grandes barragens. É assim inclusive para geração em pequeno porte, então você imagina em grande porte.

Então eu acho que é preciso um trabalho de grande fôlego. Digamos assim que a nossa parte aqui é regular, examinar os marcos regulatórios atuais, se eles estão adequados a essas necessidades e examinar inclusive se a Legislação ambiental também, os marcos regulatórios ambientais estão pertinentes com a necessidade de desenvolvimento do País.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado, Senador Inácio Arruda pelas ponderações bastante pertinentes. Meu caro Senador Sérgio Guerra, V.Ex^a, meu querido Vice-Presidente.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu quero dizer que a primeira reunião que eu participo dessa Subcomissão. Como todos sabem, eu passei aí por um aperto na minha saúde, tive que fazer uma cirurgia relevante e de recuperação lenta, mas estou voltando. E ainda não estava recuperado quando recebi o telefonema do Presidente Delcídio me convocando para essa tarefa.

Quero fazer algumas ponderações: Primeiro quero reconhecer que ninguém mais que o Senador Delcídio tem condição de levar essa discussão a diante. Aqui no Senado, sem subestimar ninguém e não seria essa uma atitude prudente, nem correta. Eu acredito Senador Delcídio, é a pessoa indicada para levar esse esforço adiante. Ele tem competência, experiência, base democrática, é alguém que já demonstrou isso e vai seguramente cumprir um grande papel com a nossa colaboração.

Segundo: É evidente que essa é uma pauta, eu passei rapidamente os olhos, uma pauta desafiadora. Não é pauta para um dia nem dois dias, mas para muitos dias. E efetivamente ao longo da discussão, outras variáveis vão surgir. O que nos levarão as novas reflexões e até as novas Audiências Públicas provavelmente. Um pedaço grande do problema brasileiro está aqui. Muito grande. Se nós nos dedicarmos a essa tarefa com tranquilidade, com método, com... Coisa rara no ambiente Parlamentar, até porque o processo Parlamentar não nos permite isso, ou não facilita isso, eu acho que podemos cumprir um papel desses que podem até não reproduzir informação na imprensa, mas produzem resultados reais para o mandato e para o País.

Essa questão da energia que é a primeira colocada, por si só é uma grande discussão. Urgente, prioritária, óbvia, tem muitas variáveis. Acho que numa primeira leitura que alguém que representasse a área ambiental também deveria ser ouvida. E não seria imprudente que nós também tivéssemos a participação deles. Eu acho que evidentemente concordo com o líder do PMDB sobre dificuldades que são criadas muitas delas não tão substantivas, mas o fato do sistema ambiental criar dificuldades deve ser saldado, não deve ser evitado. Nós enfrentamos um desafio em relação à natureza no mundo inteiro, global, e no Brasil esse desafio é muito importante. O importante não é que dificuldades não sejam criadas. Elas podem ser criadas. O importante é que sejam resolvidas. E resolvidas em tempo hábil. Mas o fato de elas serem criadas deve ser saldado, e não combatido.

Então eu quero dizer que estou em excelente companhia, a convocação do ex-Governador Garibaldi Alves para a Relatoria é boa, muito boa. Ele é metuculozo. é uma pessoa que quando assume uma tarefa vai nela mesmo, de maneira segura, organizada, deve ter algum tempo para isso, senão não assumiria esse desafio, e me ponho à inteira disposição do Presidente e de todos para trabalhar aqui. Vou tentar organizar minha vida de forma que eu possa cumprir um papel nessa Subcomissão que deve ter vida própria, agenda própria, e não adianta participar dela sem ter a consciência da responsabilidade que ela representa, que ela produz. É uma responsabilidade enorme. Eu não conheço nenhum mais ambicioso. É uma ambição enorme nas entrelinhas dessas convocações que estão feitas aqui e dos temas que anunciados. O importante é que seja assim e o tempo deve ser o tempo que for preciso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra. Um dos Senadores mais influentes e um Senador competente nas suas abordagens, nas suas avaliações, e que honra o Senado Federal. E que honra, acima de tudo, essa Subcomissão como Vice-Presidente. E o Senador que, entre outros assuntos, entre outros temas tratados, sempre olhou essa questão dos marcos regulatórios com especial atenção. Até pela... Pelo que representa em termos de crescimento para o País marcos regulatórios que eliminem inseguranças jurídicas. Que é o grande problema, Senador Raupp, do Brasil hoje. E é importante destacar que, do Programa de Aceleração do Crescimento, quase que 42 ou 43% do Programa de Aceleração do Crescimento são investimentos privados. Portanto, que exigem marcos regulatórios ou aperfeiçoados, em função da própria evolução de cada setor ou marcos regulatórios que esclareçam uma série de dúvidas que inibem os investidores.

E faço coro também, meu caro Senador Sérgio Guerra, uma vez que pactuamos de idéias muito semelhantes com relação a vários temas brasileiros, a questão do meio ambiente, o fato de haver, de existir a discussão ela é absolutamente salutar. E o esforço nosso é exatamente no sentido de buscar uma solução que não iniba o crescimento, o desenvolvimento, mas absolutamente atentos para as questões de caráter ambiental. E acho que todos nós temos consciência disso, da importância que isso representa. Ter equilíbrio. Ter bom senso para avaliar essas questões todas.

Eu gostaria, antes de colocar em votação a agenda, só registrar que recebi do Senador Tuma uma justificativa com relação à ausência do Senador Tuma no dia de hoje em função de compromissos externos

e que o impedem de estar aqui presente conosco, e ele nos encaminhou, encaminhou à Mesa da Subcomissão Requerimento de número 400. E eu queria fazer uma proposta aos senhores: Aprovar até essa agenda que está... Que foi distribuída, aprovar até o mês de junho para que nós tenhamos uma pauta todas as segundas-feiras. Eu acho, Senador Sérgio Guerra, muito importante o comentário que V.Exª fez com relação a uma... Os Senadores e Senadoras procurarem ajustar suas agendas. Eu sei que é difícil, mas ajustar suas agendas para essas reuniões em função da importância dos temas, às segundas-feiras, às 18h00. Volto a insistir que vou levar isso às lideranças porque as Subcomissões estão sendo prejudicadas por essas agendas às segundas-feiras. Os líderes não sentem muito, e V.Exª é líder, porque os líderes estão aqui na segunda-feira. Mas os demais Senadores e Senadoras normalmente estão... Têm agendas nos seus Estados. Os líderes têm que estar aqui para discutir a pauta. Então isso é padrão para os líderes. A presença deles aqui é absolutamente necessária às segundas-feiras. Isso não reflete a realidade dos demais Senadores e Senadoras. Mas eu gostaria de propor aprovação até junho da agenda apresentada, e evidentemente com a ponderação do Senador Inácio Arruda de eventualmente nós vamos fazendo alguns ajustes em função de pessoas, em função do próprio andamento dos trabalhos. Como o Senador Sérgio Guerra disse, nós temos agora no dia 7 essa agenda de energia elétrica. Podemos no dia 7 fazer uma reavaliação, confirmar aquilo que está sendo proposto, se houver alguma alteração, vamos fazer as alterações devidas, porque aí o Secretário Gonzaga, com a sua equipe, tem o tempo necessário também para emitir os convites e a gente fazer isso com esmero, com rigor e com bastante cuidado.

Então, se V.Exªs. aprovam a proposta apresentada, permaneçam como estão. Consideramos então, meu caro Gonzaga, a agenda aprovada. E teremos no dia 7, aí eu peço aos Senadores a presença, no dia 7 a primeira das audiências sobre energia elétrica, um assunto fundamental, é uma segunda-feira às 18h00, e uma oportunidade ímpar de se discutir principalmente o modelo implementado e que o modelo que requer uma série de complementações para que ele venha a ser realizado de uma maneira efetiva, eficaz e absolutamente necessária com aquilo que o País precisa para crescer. Se V.Exªs. não tiverem mais nenhum comentário, eu declaro encerrada essa Sessão, agradecendo a presença de todos.

Sessão encerrada às 10h51.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO, DE 2007, ÀS 17:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezessete horas e cinquenta e seis minutos do dia sete de maio do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, reúne-se a Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios com a presença dos Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves Filho e Eliseu Resende. Deixam de comparecer os Senadores Inácio Arruda, Valdir Raupp, Kátia Abreu e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública a fim de debater a questão dos “Marcos Regulatórios”, tendo como tema foco o Setor de Energia Elétrica, em atendimento a deliberação da Subcomissão. Foram convidados o Sr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; o Sr. João Paulo R. Capobianco – Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Cláudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil; e o Sr. Luiz Alberto dos Santos, Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais. Audiência Pública realizada com a presença dos Srs. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; do Sr. Cláudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil; e do Sr. Luiz Alberto dos Santos, Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Garibaldi Alves Filho e Eliseu Resende. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Delcídio Amaral**, Presidente da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Bom, eu declaro aberta a 3ª Reunião, eu já vou avançando algumas questões aqui para a gente ganhar tempo. Confirmar para a próxima segunda-feira, dia 14 de maio, às 17h, uma Audiência Pública tratando especificamente da área de petróleo, gás e biocombustíveis, e uma Audiência Pública contando

com a participação do Dr. Paulo Roberto Costa, Diretor da PETROBRAS, Diretor de Abastecimento; Dr. Jório Dauster, representante da Brasil, Presidente do Conselho da Brasil Ecodiesel; o Dr. Carlos Eduardo Freitas Brescia, Diretor da AB Gás; e o Dr. Eduardo Pereira de Carvalho, Presidente da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo, UNICA.

Nós, a cada reunião, nós vamos ratificando os convites que foram aprovados na 2ª Reunião da Subcomissão dos Marcos Regulatórios. Portanto, essa nominata ela está confirmada e nós já estamos encaminhando os convites para essas autoridades que eu acabei de aqui citar. O Diretor Paulo Roberto Costa, Diretor da PETROBRAS; Dr. Jório Dauster, da Brasil Ecodiesel; Dr. Carlos Eduardo Freitas Brescia, da AB Gás, Diretor da AB Gás e o Dr. Eduardo Pereira de Carvalho, da ÚNICA. União da Agroindústria Canavieira de São Paulo.

Eu quero aproveitar também para esclarecer que nós já temos uma agenda toda ela aprovada para os meses de maio e junho, tratando de uma série de temas relacionados aos marcos regulatórios.

Outra questão também que eu gostaria aqui também de registrar, nós recebemos uma justificativa do Dr. Paulo Godoy, falando da impossibilidade da presença do Dr. Paulo Godoy que aqui representaria a ABDIB na reunião de hoje. Essa ausência é absolutamente justificada e eu gostaria aqui de registrar também. Como também registrar a impossibilidade da vinda do Dr. José Mário Abdo para essa audiência de hoje, e nós de certa maneira fizemos uma avaliação dessas ausências e acho que com os demais convidados, nós podemos cobrir em absoluto essas ausências aqui devidamente justificadas, não só porque nós temos representantes das empresas privadas aqui, através do Dr. Cláudio Sales, e temos também o Dr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da ANEEL que vai estar aqui presente também.

Eu gostaria de destacar que essa Audiência Pública ela visa debater a questão dos marcos regulatórios em atendimento à deliberação dessa Subcomissão e hoje nós vamos tratar especificamente de energia elétrica. Nós temos aqui já a presença do Senador Garibaldi Alves, o Relator dessa Comissão, do Senador Eliseu Resende, como vocês todos sabem é uma Subcomissão com poucos Parlamentares, e uma Subcomissão que realmente vai se aprofundar nessa questão dos marcos regulatórios. Quero também destacar que ao longo... Junto com o Relator e a Assessoria do Senado Federal, cada Audiência Pública dessa já vai ser trabalhada na forma de um Relatório tópico, ou seja, de cada segmento de infra-estrutura, e nós já vamos discutindo esses relatórios parciais internamente para

que na última Audiência Pública nós tenhamos condição de já discutir com os demais Senadores e Senadoras já o resultado dessas audiências que nós vamos promover tratando dos marcos regulatórios que são de absoluta importância para o desenvolvimento do País. A infra-estrutura brasileira precisa de investimentos privados e por isso nós não podemos conviver com incerteza jurídicas ou com marcos regulatórios insuficientes que prejudiquem o aporte desses capitais, considerando inclusive que 42% do Programa de Aceleração do Crescimento ele é voltado para investimentos privados em infra-estrutura, daí a importância dessa Subcomissão.

Eu gostaria aqui de registrar, e nós vamos já começar a Audiência Pública, o Dr. Jerson Kelman, ele vai se atrasar um pouco porque ele está vindo de Recife. A previsão de chegada dele é 18h10 aqui em Brasília, e até em função do tempo, e se os demais Senadores assim concordarem, nós poderíamos já iniciar essa audiência com a presença dos convidados que já chegaram a esse recinto, e depois o Dr. Jerson Kelman participaria tão logo chegue de Recife e pelo que disse a Assessoria do Dr. Jerson Kelman, imediatamente ele vai se dirigir ao Senado Federal. Se os Senadores presentes estiverem de acordo, então eu vou... Senador Eliseu, V.Ex^a está de acordo? Senador Garibaldi?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Saudando o Senador Dornelles aqui presente aqui também, ilustre Senador do Rio de Janeiro. Muito obrigado, meu caro Senador Dornelles. E eu gostaria de convidar aqui para a Mesa o Dr. Cláudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil, o Dr. Luiz Alberto dos Santos? Subchefe de Análise de Políticas Governamentais, e o Dr. João Paulo Capobianco, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente. Quero agradecer, meu caro Capobianco pela presença, importante presença... Perdão, quero agradecer a presença sua, Luiz Alberto, de ter atendido o nosso convite, quero também registrar a presença do nosso querido Cláudio Sales também pela presença e por estar sempre... Tem uma ação muito forte no Congresso Nacional, sempre apresentando os pleitos do setor de energia elétrica e sempre com muita competência, assim como faz o Dr. Luiz Alberto dos Santos.

Então, eu gostaria de passar a palavra inicialmente para o Dr. Luiz Alberto dos Santos, e nós já começaríamos a nossa Audiência Pública de tal maneira a depois abrir para as perguntas, para os questionamentos, uma audiência que eu sei vai ser muito importante

para esse tema tão fundamental para o País que são os marcos regulatórios.

Com a palavra o Dr. Luiz Alberto dos Santos, nós estamos aguardando o Dr. Jerson Kelman e o Dr. Capobianco que devem estar chegando também para essa Audiência Pública. Portanto eu passo a palavra ao Dr. Luiz Alberto dos Santos. Nós vamos procurar, Luiz Alberto, adotar aqui 20 minutos de tempo de cada expositor, mas evidentemente muito mais liberdade. Essa Subcomissão é uma Subcomissão aonde nós vamos dialogar com tranquilidade sobre esses temas todos. Então ela não tem aquela carga de emoção que as Comissões permanentes naturalmente trazem na discussão dos vários temas que o Senado aqui avalia.

Então, com a palavra o Dr. Luiz Alberto dos Santos, subchefe de análise e acompanhamento de políticas governamentais do Governo Federal.

SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS: Muito boa noite. Em primeiro lugar eu agradeço ao Senador Delcídio pelo convite que nos foi formulado, agradecimentos também ao Dr. Garibaldi Alves Filho e demais Srs. Senadores presentes. E gostaria de inicialmente buscar esclarecer que a minha exposição vai se fazer num sentido mais geral naquilo que se convencionou chamar de marcos regulatórios, tendo em vista, inclusive, que os demais participantes poderão evidentemente com maior propriedade do que eu entrar em detalhes especificamente sobre os temas no setor elétrico. Mas eu gostaria de orientar minha exposição em relação àquilo que tem sido objeto mais freqüente, mais visível da atuação da Casa Civil da Presidência da República relativamente a esse tema que é a regulação no Brasil. E aí evidentemente que nós vamos nos concentrar mais sobre os aspectos institucionais deste problema que tem evidentemente efeitos muito fortes sobre a regulação setorial e sobre a forma como ela se opera, se implementa tendo em vista inclusive as características do nosso País como uma República Federativa.

Em primeiro lugar eu gostaria de contextualizar esse tema fazendo referência ao fato de que o processo de reforma regulatória no Brasil ele surge como um subproduto de um programa de desestatização que se iniciou na década de 1990, e que coloca de certa forma diante de nós o fato de que até então não poderia dizer que existia regulação no mesmo sentido que passou então a ocorrer. Ou seja, orientado mais pelo parâmetro ou pelo paradigma de regulação a partir de agências reguladoras particularmente nos setores de infra-estrutura. E a partir daí então que nós tivemos a criação no Brasil das primeiras agências reguladoras, entre elas evidentemente a ANEEL e a ANATEL que criadas a partir de 1996 inspiradas exatamente nessa experiência dos Estados Unidos da América, vieram

então a trazer para nossa, digamos, organização administrativa a figura da agência reguladora independente. Independente aí num sentido ainda hoje muito mal interpretado e muito ambíguo tendo em vista as peculiaridades do nosso regime jurídico administrativo. Mas esse movimento, na verdade, não se concentrou no setor de infra-estrutura porque teve repercussões sobre todos os demais setores que tenham interações com o mercado. E aí nós particularmente de lá pra cá a criação de 10 agências reguladoras, sendo que a mais recente delas foi criada agora mesmo em 2005 quando foi então aprovado e sancionado pelo Presidente da República a Lei de Criação da Agência Nacional de Aviação Civil.

A Reforma do Estado no Brasil que seu deu a partir dos anos 90, ela consistiu num conjunto de reformas no campo da gestão pública de reformas econômicas que acarretaram diversas transformações estruturais, e que se complementaram no plano legal e constitucional através inclusive de Emendas à Constituição da República de que são exemplos as primeiras Emendas aprovadas no sentido de reduzir as restrições ao capital estrangeiro, como são as Emendas 06 e 07/95 e em seguida as Emendas que alteraram a ordem econômica introduzindo a flexibilização dos monopólios estatais que foram as Emendas 05, 08 e 09 de 95. O processo de privatização teve uma aceleração, particularmente a partir do início do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso e simultaneamente a esse processo nós tivemos uma série de alterações no plano legal, por exemplo, com a aprovação de leis modernizando o setor de portos, com a própria Lei que instituiu o CADE em 94, com a Lei de Concessões em 95, enfim, disciplinando as condições de entrada, saída e operação da iniciativa privada nos diversos setores, particularmente o setor de infra-estrutura a sua adequação a partir de 95 com a Lei 9.074, enfim, e finalmente, claro, os marcos regulatórios setoriais no campo das telecomunicações, no campo da energia com as Leis 9.427 e 9.472. Particularmente a Lei 9.427 é um marco a medida em que introduziu substituindo o antigo Departamento Nacional de Água e de Energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica como órgão regulador e disciplinou em regime de concessões especificamente para os serviços públicos de energia elétrica estabelecendo os princípios básicos para a descentralização e delegação de atividades para Estados da Federação. Já a Lei 9.472, estabelecendo o marco regulatório no setor de telecomunicações, permitiu efetivamente que se introduzisse a iniciativa privada nesse segmento, o que ocorreu também em outros segmentos como é o caso do petróleo com a Lei 9.478 com a criação da

Agência Nacional do Petróleo e finalmente tivemos as Leis 9.782 que criou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Lei 9.961 criando a Agência Nacional de Saúde Suplementar, a Lei 9.984 criando a Agência Nacional de Águas e estabelecendo também suas competências como entidade implementadora da Política Nacional de Recursos Hídricos e gerenciamento de recursos hídricos e finalmente a Lei 10.233 criando duas agências reguladoras, a ANTT e a ANAC, além do DNIT que não é uma instituição reguladora, mas é um elemento importante na execução da política setorial, e finalmente nós tivemos a Medida Provisória 2.228 que instituiu a Agência Nacional do Cinema e diversos programas posteriormente alterada pela Lei 11.437 introduzindo diversos programas para orientar a ação do Poder Público. A criação desse tipo novo de instituição no nosso País que ocorre nesse processo foi objeto e ainda é de algumas controvérsias em relação a sua natureza, a sua caracterização e as próprias prerrogativas que são inerentes a esse modelo. Dentre esses fatores que tem gerado alguma controvérsia, temos a questão da relação das agências reguladoras com seus órgãos supervisores que são os Ministérios e essa é uma figura que precisa ser bem entendida no caso brasileiro, ou seja, a existência de uma relação de supervisão entre as agências reguladoras e ministério, na medida em que elas integram a administração indireta, ou seja, nós não temos no caso brasileiro como ocorre em outros Países a possibilidade no plano constitucional de que a agência reguladora não esteja vinculado, não seja considerada integrante do Poder Executivo. E como tal, tendo em vista, inclusive, conceitos já bastante arraigados na nossa história e, digamos, da nossa tradição administrativa, se dá à relação entre agências e Ministério por meio de um instrumento da supervisão ministerial. O que não significa dizer que haja entre agências e ministérios hierarquias em sentido estrito, mas sim uma relação que faz com que a agência efetivamente deva se orientar pelas políticas que são estabelecidas no âmbito dos Ministérios. Outras questões controvertidas que também foram equacionadas apenas muito recentemente diz respeito à própria natureza dessas instituições como entidades que executam atividades exclusivas de Estado. Daí decorrendo, portanto, uma necessária e obrigatória vinculação dos seus servidores ao regime jurídico também de direito público. Ou seja, uma entidade que executa, exerce funções tipicamente estatais e que envolvem inclusive o poder de polícia não podem ter entre seus quadros servidores que não tenham as garantias que a Constituição exige ou assegura para o exercício dessas funções por parte dos servidores.

E finalmente um fato importante que é entendemos como se dá a origem dessas agências reguladoras a partir de dinâmicas setoriais que passaram a exigir a criação dessas instituições e não efetivamente a partir de um movimento coordenado por parte do Governo no sentido de caminhar na direção de um Estado regulador. Ou seja, a criação das agências ela não se deu de forma homogênea, não se deu de forma coerente, nem mesmo entre elas, o que gerou algumas perplexidades ao longo desse período em que elas acabaram sendo implementadas.

Eu gostaria de citar aqui, inclusive, uma análise feita pelo Dr. Francisco Gaetani que chama atenção no caso brasileiro para o fato de que as agências reguladoras no setor de infra-estrutura foi implementada, essas agências foram implementadas com muita pouca importância sobre a forma como elas efetivamente passariam a funcionar, inclusive ao longo do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo o Prof. Gaetani, esse é justamente um dos gargalos que obstaculizaram e dificultaram a consolidação desse modelo no Brasil e aí eu cito literalmente as palavras deles dizendo que é surpreendente que o Governo tenha permitido a fragilização dos arranjos regulatórios na área de infra-estrutura quando ensaiava os primeiros passos. Ou seja, se tivesse havido um cuidado maior na hora de se implementarem as agências, muito provavelmente teríamos encontrado uma situação mais favorável em relação a elas no início do novo período que se inicia a partir de 2003.

Além desse aspecto tivemos algumas dificuldades muito fortes no âmbito da própria estrutura ministerial, já que os Ministérios particularmente no setor de infra-estrutura também não foram adequadamente aparelhados no sentido de exercer as suas competências e as funções de supervisão ministerial. O fato é que tivemos aí uma importação de modelos vinculados a esse processo de reforma do Estado no Brasil, mas que se barrou também uma falta de consenso no âmbito do aparelho do Estado no período presidencial do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o que acabou gerando dificuldades no processo mesmo de consolidação dessas agências. Isso levou ao fato de que no início do mandato do Presidente Lula se tinha uma, digamos, reforma regulatória inacabada com uma série de problemas que mereciam atenção e que mereciam enfrentamento. E isso ocorre já no início do Governo do Presidente Lula quando se estabelece um debate, inclusive, nacional a respeito desse tema. Mas o fato é que não se pode falar nesse período da existência de uma única política de reforma regulatória no Governo Brasileiro. O que se tem desde então é um conjunto de medidas no plano legal e institucional e setorial,

também voltados a permitir o aperfeiçoamento dos marcos regulatórios setoriais e também das instituições responsáveis pela implementação desses marcos regulatórios. O primeiro fato importante é justamente a elaboração de um Projeto de Lei que nós chamamos de Projeto de Lei Geral das Agências Reguladoras, o Projeto de Lei nº. 3.337 que foi enviado ao Congresso Nacional na Câmara dos Deputados em 2004, e que propunha uma série de modificações no arcabouço institucional desse segmento. Mas, além disso, tivemos aí uma série de outras iniciativas, algumas delas já concluídas e outras não que também trabalham com essa preocupação. E eu destaco aqui particularmente o Projeto de Lei 5.877, propondo um novo marco institucional e regulatório para a política de defesa da concorrência com a criação de um sistema composto por uma nova estrutura que seria derivada do aperfeiçoamento do próprio CADE e uma redefinição de competências no âmbito do Ministério da Justiça e do Ministério da Fazenda que são órgãos que integram esse sistema.

Também se encaminhou ao Congresso um Projeto de Lei dispondo sobre o novo marco regulatório do setor de gás natural, o que ocorreu de certa forma em paralelo a tramitação do projeto de Lei aqui no Senado Federal pelo Senador Rodolpho Tourinho, já aprovado nesta Casa e que se acha também já em tramitação na Câmara dos Deputados, como também tivemos algumas modificações importantes no marco regulatório do setor de energia elétrica introduzindo o chamado novo modelo do setor elétrico que já foi, enfim, materializado na aprovação das duas leis, a Lei 10.848 e 10.847/2004 além, evidentemente, da já mencionada Agência Nacional de Aviação Civil um processo que se desenrolou por muitos e muitos anos no Congresso Nacional e que graças, inclusive, aqui a colaboração do Senador Delcídio tivemos a capacidade de conseguir concluir no âmbito do Senado Federal após uma aprovação da redação final que se achava paralisada há muito tempo na Câmara dos Deputados e após a aprovação dessa redação final a matéria veio ao Senado e aqui conseguiu-se então com rapidez a conclusão desse processo. Mas um fato muito importante também é a elaboração de uma maneira inclusive inédita do meu ponto de vista no âmbito do processo Legislativo de uma nova Lei estabelecendo as diretrizes nacionais para o saneamento básico. A Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007 que resultou da discussão havida primeiramente na Câmara dos Deputados com encaminhamento de um Projeto de Lei pelo Poder Executivo, mas simultaneamente da elaboração e discussão de um Projeto de Lei, se não me falha a memória, do Senador Gerson Camata do Senado Fe-

deral o que acabou gerando condições inclusive para que se realizasse um trabalho em conjunto entre Câmara e Senado de uma Comissão Mista que elaborou uma proposta de substitutivo negociada com o Governo, que foi finalmente aprovada no Senado e depois aprovada na Câmara e deu então origem a essa nova Lei superando um gargalo de décadas no que se referia exatamente à definição de competências entre as três esferas de Governo no sentido de se implementar uma Política Nacional de saneamento básico.

Finalmente nós tivemos ainda nesse mesmo período a aprovação da nova Legislação que rege as parcerias público-privada, o que vem enfim a consolidar um conjunto de medidas de extrema importância com o objetivo de favorecer e ampliar os investimentos particularmente no setor de infra-estrutura. Mas qual seria e qual é ainda o objetivo do Projeto de Lei 3.337/2004 que teve inclusive como um dos grandes debatedores dessa matéria na Câmara dos Deputados o Senador Eliseu Resende quando ainda Deputado e que contribuiu enormemente para essa discussão naquela Casa. Esse Projeto ele busca, enfim, harmonizar e de alguma forma também aperfeiçoar os mecanismos de funcionamento de todas as agências reguladoras independentemente do mercado em que elas regulam. Nós já temos uma série de leis de caráter geral, como é o caso da Lei de Procedimento Administrativo, a Lei 9.794 como é que é como é o caso da própria Lei de Concessões e temos uma Lei inclusive que tentou ser uma Lei Geral no âmbito das reguladoras, a Lei 9.986, mas que se resumiu basicamente a dispor sobre algumas questões relacionados à Infra-Estrutura e Recursos Humanos. Mas essas leis deixam em aberto uma série de outras questões que o Projeto de Lei 3.337 buscou enfrentar e propor soluções para eles.

É importante nós registrarmos que essa discussão começa no início do primeiro mandato do Presidente Lula com a Constituição por determinação do Presidente da República de um grupo de trabalho interministerial que tinha como função justamente analisar, discutir e propor medidas voltadas para o aperfeiçoamento do modelo institucional das agências reguladoras no âmbito do Poder Executivo Federal. É óbvio que quando nós falamos em Poder Executivo Federal nós não podemos ignorar que há efeitos por meio do mimetismo institucional nas três esferas de Governo à medida que as práticas que o Governo Federal adota de alguma forma acabam influenciando as demais esferas de Governo e aí particularmente os Estados onde também existem agências reguladoras. Mas não foi pretensão desse Grupo de Trabalho elaborar uma Lei Geral no sentido de Lei nacional, mas uma Lei Federal que tratasse dessas questões. E um dos aspectos mais

importantes que esse Projeto buscou enfrentar eram as deficiências identificadas em relação à questão do controle social, *accountability* e legitimidade na atuação das agências reguladoras no âmbito da atual estrutura do Estado Brasileiro de uma economia de mercado em que prepondera, enfim, as empresas privadas no setor de infra-estrutura e de alguma forma com esse instrumento também reduziu os riscos da chamada captura que nesses setores têm sido sempre um calcanhar de Aquiles, não apenas em Países emergentes, como é o caso brasileiro, mas mesmo nos Países de primeiro mundo que já tem uma experiência mais antiga na implementação desse tipo de instituição.

De qualquer forma o quadro foi devidamente analisado e a conclusão do grupo de trabalho era sim, de que as agências reguladoras era uma inovação importante e benéfica ao conjunto da economia e da própria administração pública, inclusive em função da capacidade que elas têm de permitir que através da especialização dos seus quadros de dirigentes e quadros técnicos se possa obter uma qualidade maior no ambiente regulado, mas que era necessário, sim, buscar aperfeiçoamentos nesse segmento. E esse grupo de trabalho elaborou um relatório contendo a proposta de dois projetos de Lei que foram posteriormente unificados num só projeto, a pedido inclusive de Deputados, na Câmara de Deputados que achavam que um único Projeto facilitaria o diálogo e a apreciação da matéria, e essa matéria então foi encaminhada à Câmara dos Deputados e então submetida a uma Comissão especial.

Qual é o conteúdo básico desse Projeto de Lei? Primeiro ponto é exatamente esse de uniformizar o que possível os diversos instrumentos de funcionamento e gestão das agências reguladoras com vistas à melhoria da qualidade regulatória e da transparência e nesse sentido se propôs uma série de extensões de boas práticas que já se verificavam numa ou outra agência, mas que mereciam ter esse caráter geral. Mas, além disso, enfrentou-se um problema que de plano pareceu ser talvez o mais problemático no âmbito das relações agências e Ministérios que era o fato da transferência em alguns casos pela Legislação de regência da competência de adjudicação no sentido do poder concedente dos Ministérios para as agências reguladoras. [soa a campainha] Desde logo o Governo adotou como premissa que o poder concedente era uma consequência inerente ao processo de formulação de políticas públicas e que nesse sentido a formulação de políticas públicas deveria ser mantida ou preservada no âmbito das agências... No âmbito dos Ministérios cabendo às agências exercer autonomamente a regulação setorial, a fiscalização dos setores, a garantia do cumprimento

dos contratos de concessão, mas que a definição de conveniência e oportunidade deveria conceder ou não conceder, deveria ser considerado um elemento de políticas públicas, e nesse sentido então essas agências reguladoras deveriam se concentrar naquilo que deveria ser a sua atribuição precípua e específica no campo regulatório.

Essa proposição foi feita então por meio da alteração dos vários marcos regulatórios setoriais em que essa competência estava atribuída às agências reguladoras, como é o caso particularmente do setor de telecomunicações e do setor de transportes tendo em vista que no caso do setor elétrico esta alteração já havia sido promovida pela Lei do Setor Elétrico. Ou seja, ao final de 2003, o Presidente Lula encaminhou ao Congresso Nacional Medida Provisória alterando a Lei 9.427 e promovendo já essa, digamos, devolução do poder concedente no setor de energia ao Ministério de Minas e Energia, atribuindo à agência reguladora as prerrogativas de implementar os procedimentos licitatórios, ou seja, fazendo as licitações, permitindo também que caso o Ministério entendesse necessário e conveniente que pudesse delegar o próprio poder concedente à agência, o que aliás foi feito durante um certo período. Mas esse modelo foi, enfim, o que inspirou a adoção como regra geral dessa medida que foi então encaminhado na forma do Projeto de Lei 3.337, foi encaminhado logo após em abril de 2004 à Câmara dos Deputados. Então essa foi, digamos assim, a principal modificação no plano institucional redefinindo competências no sentido de estabelecer com maior clareza os papéis em relação aos respectivos setores. Mas muitas outras alterações importantes no âmbito das legislações específicas elas foram propostas. Inclusive, alterações relacionadas à questão de duração de mandatos, enfim, a questão justamente de processos de definição dos Presidentes das agências reguladoras, a interação operacional entre as agências reguladoras e os órgãos de defesa da concorrência, a interação das agências reguladoras federais com órgãos homólogos dos Estados do Distrito Federal e Municípios, e, além disso, claro, os instrumentos que eu já mencionei voltados a ampliar o controle social e a participação da cidadania dos processos de regulação, como é o caso da homogeneização dos procedimentos de consulta e Audiência Pública e como é o caso também do fortalecimento ou da homogeneização da figura do ouvidor no conjunto das agências reguladoras.

Os problemas estruturais que foram então identificados foram eles que subsidiaram a elaboração e proposição desse conjunto de medidas que ainda aguarda a apreciação conclusiva no âmbito da Câ-

mara dos Deputados o que acreditamos deva ocorrer ao longo desse primeiro semestre de 2007, tendo em vista o avanço dos entendimentos naquela Casa. Mas paralelamente a isso, o Governo adotou medidas importantes no sentido de superar aquelas deficiências a que antes me referi, particularmente em relação à questão de recursos humanos. A Medida Provisória 155, de 23 de dezembro de 2003 dispôs finalmente sobre a criação de carreiras e cargos efetivos no âmbito das agências reguladoras permitindo finalmente que as agências reguladoras pudessem começar a realizar concursos públicos e prover esses cargos efetivos constituindo assim os seus quadros permanentes e efetivos de funcionários então profissionalizados e recrutados a partir do sistema do mérito. Desde então foram criados cerca de sete mil e duzentos cargos efetivos, dos quais quase metade já foram objeto de provimento por parte do conjunto das agências reguladoras, o que é sem dúvida nenhuma um fator da maior importância para que elas possam operar com a devida qualificação e com a devida segurança no âmbito das suas respectivas competências.

Finalmente, e aí já ultrapassando o tempo que me foi destinado, eu gostaria de fazer referência a uma importantíssima iniciativa construída no Senado Federal a partir da proposta de Emenda à Constituição nº. 81/2003 do Senador Tasso Jereissati que propôs a introdução no corpo da Constituição Federal de um novo artigo originalmente art. 174 A, mas que na redação final que foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça acabou sendo o art. 175 A, introduzindo na Constituição uma série de princípios importantíssimos no sentido de clarificar, de dar maior solidez e transparência não apenas à existência das agências reguladoras na nossa, digamos, estrutura administrativa, como também os princípios que essas entidades devem observar.

O art. 175 A na redação que foi dada pela Comissão de Constituição e Justiça e aprovada já em primeiro turno pelo Senado Federal e que é resultante de um diálogo conduzido pelo Senador Aloizio Mercadante com o Senador Tasso Jereissati e com o Relator da matéria Senador Demóstenes Torres, diz expressamente que as agências reguladoras são entidades sujeitas a regime autárquico especial, constituindo assim um conceito que já vem perpassando a legislação de criação de todas essas agências, que são entidades então destinadas ao exercício de atividades de regulação e fiscalização, inclusive aplicação de sanções com vistas ao funcionamento adequado dos mercados e da exploração e prestação de serviços e bens públicos em regime de autorização, concessão ou permissão, harmonizando interesses dos consumido-

res do Poder Público, e empresas e demais entidades legalmente constituídas. Essa definição de destinação ou de finalidade evita inclusive certas confusões em relação aos papéis das agências reguladoras naquilo que eu mencionei anteriormente que é a questão da formulação de políticas públicas que é uma prerrogativa precípua do poder político, que deverão observar na sua Constituição e funcionamento princípios tais como, um: Proteção do interesse público. Dois: Defesa da concorrência e defesa do consumidor. Três: Promoção da livre iniciativa, quatro: Prestação de contas, cinco: Universalização, continuidade e qualidade dos serviços. Seis: Impessoalidade, transparência e publicidade. Sete: Autonomia funcional, decisória administrativa e financeira, uma previsão da maior importância, tendo em vista os problemas conceituais em relação àquilo que se entende ser ou não ser capacidade das agências reguladoras enquanto entes autônomos, decisão colegiada, investidura a termo dos dirigentes, estabilidade durante os mandatos, notória capacidade técnica e reputação ilibada para o exercício da [inaudível], estabilidade e previsibilidade das regras, vinculação aos atos normativos e a contratos, finalmente que a Lei regulamentará o disposto nesta Emenda, inclusive quanto ao controle externo e supervisão das agências reguladoras pelo Poder Executivo.

Com isso, com esse conjunto de regras, se supera uma série de discussões estéreis que muitas vezes nós encontramos no âmbito da doutrina, no âmbito até dos entendimentos administrativos que tem gerado aí algumas dificuldades no sentido de que as agências reguladoras possam efetivamente trabalhar nesse ambiente complexo que é a administração pública federal.

As perspectivas do Projeto de Lei 3.337 e da própria proposta de Emenda à Constituição nº 81 são, poderia dizer, otimistas. O Projeto de Lei 3.337 é um Projeto que acha-se inclusive incluído no âmbito das prioridades do Governo Federal como um dos projetos estratégicos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, acha-se atualmente em fase final de negociação a apresentação pelo Relator de um novo substitutivo, que irá incorporar algumas sugestões e propostas de alteração que foram produzidas ao longo desses anos de debate, além disso ele poderá trazer uma série de mudanças importantes no sentido de melhor definir e conceituar não apenas o escopo das agências, mas também no sentido de assegurar o exercício da sua autonomia e superar os problemas já mencionados relativos a controle social e articulação com o sistema de defesa da concorrência e de defesa do consumidor, mas também no caso da PEC 81, tendo em vista que já foi aprovada em primeiro turno e

quero crer que não haverá maior dificuldade para que seja concluída a sua tramitação no Senado Federal também dentro do mesmo calendário.

E finalmente gostaria de registrar uma iniciativa adotada pela Casa Civil da Presidência da República em articulação com os Ministérios da Fazenda e Planejamento, Orçamento e Gestão junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, no sentido de que se crie um programa de fortalecimento da capacidade institucional para a gestão em regulação, o qual, inclusive, já está previsto na Lei no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual e que foi agora regulamentado por meio do Decreto 6.062 e que tem a finalidade de contribuir para a melhoria do sistema regulatório da coordenação entre as instituições que participam desse processo regulatório no âmbito do Governo Federal e dos mecanismos de prestação de contas e de participação e monitoramento por parte da sociedade civil e da qualidade da regulação dos mercados. Esse programa ele terá a duração de três anos, será implementado com recursos do Orçamento Geral da União e recursos oriundos de uma operação externa já aprovada pelo Senado Federal em dezembro do ano passado com o BID, e contará para a sua implementação não apenas com a participação de todas as agências reguladoras que comporão o comitê consultivo do programa como também dos próprios Ministérios, como também com a participação como instituições líderes do seu processo de implementação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda e da Casa Civil, a quem caberá a coordenação desse programa. É um programa que embora modesto nos seus valores, é um programa inovador no que se refere aos seus objetivos e que buscará criar condições para que a parceria necessária para o bom funcionamento das agências reguladoras no sentido da identificação e implementação de soluções para os diversos problemas que as atinge possa ser realmente construída e que a partir daí melhores práticas possam ser implementadas e com isso se possa chegar ao cabo dos três anos durante os quais ele será implementado no sentido de criar condições para que se estabeleçam práticas permanentes voltadas à melhoria da capacidade institucional para a gestão em regulação. São essas as considerações que eu gostaria inicialmente de fazer e no sentido mais de manifestar aqui a preocupação que tem tido a Casa Civil da Presidência da República e o Governo do Presidente Lula no sentido de propiciar uma melhoria da relação entre agências e Ministérios e da superação de problemas, alguns deles muito complexos e de extrema, de difícil solução, particularmente no que se refere à questão orçamentária e financeira. Esse tem sido

certamente um dos gargalos mais problemáticos no campo da gestão das agências reguladoras que nós precisamos trabalhar no sentido de solucionar atrelando evidentemente aí a necessidade de que essa dotação orçamentária que as agências reguladoras arrecadam, que elas precisam ter para o seu bom funcionamento, sejam efetivamente associada de forma mais clara, de forma mais transparente ao atingimento de resultados em prol do conjunto da sociedade e da qualidade da regulação no nosso País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Luiz Alberto dos Santos, que é Consultor Legislativo do Senado Federal e cedido a Casa Civil da Presidência da República, e que tem trabalhado intensamente na questão das agências reguladoras, e especialmente na elaboração da minuta do Projeto de Lei de nº. 3.337, muito bem exposto aqui pelo Dr. Luiz Alberto Santos. Eu quero passar a palavra agora para o Dr. Cláudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil. Nós vamos, Cláudio, adotar os 20 minutos, mas se for necessário estender um pouco mais o tempo, não há nenhum tipo de dificuldade também, até para que a gente aproveite a sua presença aqui para discutir essas questões tão importantes, especialmente o setor elétrico.

Eu só gostaria de destacar que foi encaminhado pela Assessoria do Senado, pelo Consultor Geral, Dr. Bruno Dantas, disponibilizando os consultores legislativos, Edmundo Montalvão, para área de energia elétrica, para a área de petróleo, gás natural e biocombustíveis também o Dr. Edmundo Montalvão, para a área de telecomunicações, Dr. Luis Fernando Fauth, para a área de recursos hídricos, o Dr. Carlos Henrique Rubens Tome Silva, e para o setor de mineração, novamente o Dr. Edmundo Montalvão e a Dra. Márcia Fortuna Beato, que vão nos acompanhar ao longo nos trabalhos da Subcomissão, principalmente Assessorando o Relator, Senador Garibaldi Alves. Com a palavra o Dr. Cláudio Sales.

SR. CLÁUDIO SALES: Presidente Delcídio, muito obrigado. Obrigado pelo convite. Senador Relator, Senador Garibaldi, Senador Eliseu Resende, Senador Francisco Dornelles, senhoras e senhores. Dr. Luiz Alberto dos Santos, muito honrado de estar aqui.

O tema dessa audiência marcos regulatórios eu vou falar sumariamente de uma maneira geral, entendendo no sentido mais amplo de marcos regulatórios, mas seguindo a orientação que me foi passada, depois tentar focar num dos aspectos que é o aspecto mais que tem a ver com o papel do Governo via Ministério e as agências reguladoras. E para pensar, digamos, grande em relação a essas questões, eu acho que em síntese três questões fundamentais as quais o marco

regulatório tem que responder olhando para um País que se pretende desenvolver de forma auto sustentável. Primeiro tem a ver, e aí estou falando especificamente do nosso setor elétrico, com expansão. Quer dizer, olhar para o futuro e a sociedade perceber com confiança de que terá possibilidade de contar com a energia que vai precisar a cada momento para sustentar o seu crescimento. O segundo tem a ver, enfim, com a forma dessa energia, com a qualidade do serviço, o padrão de qualidade, se é um padrão que atende aos requisitos da modernidade de forma crescente e se para a prestação desses serviços obviamente às empresas que são os veículos dessa prestação têm de maneira coerente dada por esse marco regulatório os incentivos adequados para que elas se aprimorem nessa prestação de serviço. E o terceiro pilar, certamente o fundamental, é que tanto o suprimento da energia, olhando para o futuro de maneira sustentável como a qualidade da prestação de serviço, vale dizer no caso da energia elétrica extensão e padrão de qualidade com que o suprimento de energia é feito para as residências, ou para as indústrias, ou para as empresas, enfim, que ambos se dêem de maneira aceitável, de maneira suportável e de maneira coerente com a capacidade de pagar por esse serviço que tem a sociedade brasileira. Aí cabe a ressalva que nós sabemos que estamos falando de um País onde ainda o nível de renda da sociedade é muito baixo comparado com que seria de nações mais desenvolvidas. Enfim, do ponto de vista do consumidor, acho que as grandes questões são se as opções de suprimento que o País provê são de fato as mais eficientes, ou seja, aquelas capazes de suprir a maior quantidade com a melhor qualidade de energia ao menor custo, e se os investimentos das empresas obedecem princípios básicos de racionalidade econômica.

Enfim essas três questões que eu vejo, como pelo menos pra mim, o pilar do entendimento do que se espera de um marco regulatório que a gente quer ver tratado. Sabendo que o setor de energia elétrica, por ser um serviço público essencial, ele é fundamentalmente regulado e fundamentalmente em função do que se defina nesse marco regulatório.

Antes de entrar nas análises e propostas, um pouco do diagnóstico. Primeiro, em relação àquela questão do abastecimento futuro. Será que hoje nós podemos dizer que o abastecimento futuro está absolutamente resolvido? E apenas para sintetizar isso, eu fui buscar algumas citações recentes de representantes tanto de Governo como entidades representativas da sociedade contraditórias em relação à expectativa que se tem com relação ao abastecimento futuro. Estão assinalados em verde aquelas de tom otimista e as outras de tom

não otimista em relação a esse abastecimento. Mas estou falando de um horizonte absolutamente recente de agosto do ano passado até agora declarações que certamente confundem a sociedade no que diz respeito à condição de abastecimento que podemos esperar para esse horizonte que está já bastante próximo. Na verdade, e aí eu faço um parêntese para fazer referência a um programa lançado pelo Instituto Acende Brasil chamado programa energia transparente que teve sua primeira edição em meados de abril e que agora a cada trimestre vai apresentar um diagnóstico e um retrato atualizado da condição de abastecimento futuro. Esse programa ele está sendo feito com o auxílio de uma empresa de consultoria chamada PSR que é especializada em modelagem das questões do setor elétrico, bastante reconhecida no Brasil e no exterior, aqui no Brasil, tanto quanto eu saiba, tem no seu currículo trabalho para “n” governos, desde que ela foi fundada. Praticamente todas as grandes empresas do setor se valem dos trabalhos dessa empresa e assim como a maioria dos Países da América Latina até de outros continentes como mais recentemente na Turquia eu sei que foi a PCR responsável pelo desenho do modelo operacional do setor elétrico lá. Enfim, é gente qualificada que está nos ajudando nessa análise. E a análise ela no primeiro relatório ela tem, digamos, uma primeira parte que é um mero esclarecimento que nos ajuda a entender porque é que há tantas informações conflitantes partindo inclusive de autoridades do Governo. Ela explica que na verdade é adotado por entidades diferentes de Governo são adotados dois termômetros para medir o mesmo tipo de febre. De maneira simplificada, eu posso dizer que um termômetro é o adotado pelo ONS que é o operador nacional do sistema, enfim, e também acatado pela maioria dos agentes privados também. E o outro termômetro é aquele adotado pela empresa de planejamento, EPE, Empresa de Planejamento de Energia, e também pelo Ministério de Minas e Energia. É importante ressaltar que ambos os termômetros utilizam o mesmo sistema computacional, um sistema que tem um apelido em inglês, chamado *new wave* que é um sistema operado nos computadores do ONS que basicamente simula a realidade do modelo do setor elétrico brasileiro. Lá estão contidas todas as usinas, todas as linhas de transmissão, todas as restrições técnicas de transmissão, todos os mercados, enfim, este é o modelo.

Então, o que modifica de um termômetro para outro é basicamente o critério com o qual esse modelo é operado. Basicamente o critério do operador nacional do sistema, por sua própria natureza, enfim, dado que é um organismo que tem a responsabilidade de fato acender ou apagar o interruptor ele é muito

mais conservador. Então ele tem algumas premissas e eu destaquei só algumas delas que são relevantes no resultado final. Primeiro, é que o operador nacional do sistema ele sabe... Uma coisa é você num dado momento não ter energia suficiente para aquele abastecimento, mas outra coisa é a profundidade, o quanto faltou para abastecimento naquele dia. E ele sabe também que cortes mais profundos, quer dizer, um corte de 5%, 10%, são muito mais graves do que cortes menos profundos. Ou dito de outra forma. Se você tiver que cortar, digamos, 10% num dado momento, talvez você pudesse resolver isso cortando lâmpadas ou cortando, talvez os elevadores sociais dos prédios. Para ficar aqui numa metáfora. Mas cortar 20% não é o dobro de elevadores nem o dobro de lâmpadas. Você já passa a cortar indústrias que então corta empregos, corta desenvolvimento, você corta hospitais, assim por diante. Então a ONS leva isso em consideração na sua análise. Outro aspecto importante é que porque ele tem, digamos, essa deformação profissional de ser o responsável pela operação, ele é muito mais cauteloso, então ele corta de forma preventiva para evitar que no futuro corra-se o risco de fazer um corte mais profundo que conforme eu falei antes seria muito mais danoso. Esse é o critério que se usa na operação. No planejamento, até porque no planejamento e aí eu estou falando no critério usado basicamente pela EPE e pelo Ministério, até porque essa visão é uma visão de muito mais longo prazo, vai muito além de cinco anos, vai para 10, 15 anos, ele se permite digamos algumas licenças que um planejador pode se permitir. Uma delas é essa simplificação. Ele considera que o corte é proporcional, a profundidade do corte é linearmente proporcional. Segundo, é que ele não corta tão preventivamente como cortaria o ONS. Ele espera para ver. Ele corta o *minimo minimorum* dos reservatórios. E o terceiro, e apenas para efeito de ressalva, é que esse critério não é que seja certo ou errado. Ele é um critério. Tanto que ele é utilizado na definição da chamada certificado de energia segurada que cada usina hidrelétrica tem lá uma placa que diz quanto de fato ela é capaz de prover de energia ao sistema como um todo. Então são dois termômetros diferentes. A confusão gerada e exemplificada no meu primeiro slide está a ver com o uso que se faz desses termômetros. Na verdade, o que nesse programa com a ajuda da PSR nós propusemos e apresentamos pela primeira vez e vamos estar apresentando, é uma coisa muito mais realista com relação à situação com a qual a sociedade de fato se defronta que é de decretar ou não o racionamento. Qual a possibilidade real de se decretar ou não o racionamento? Primeiro, coerentemente com a ONS tem aquele conceito da importância exponen-

cial do corte mais profundo, segundo, tem o aspecto preventivo, e terceiro, tem o componente de realidade que o Brasil até já experimentou em relação aos racionamentos anteriores. No caso do ONS porque é um modelo operativo e o resultado de uma programação matemática nua e crua e porque essa informação ele usa para a operação e não para o planejamento futuro, enfim para operação do dia-a-dia num horizonte de até três anos, ele pode ser naquela análise do que ele chama de risco de déficit muito mais crítico. Por exemplo, ele num dado momento o modelo roda e diz que o risco cedeu ao nível razoável que é uma tendência dos reservatórios caírem abaixo do nível que ele acha crítico. Então ele assume que ali deve fazer um corte. Se chove um pouco, nas próximas semanas essa figura muda e ele assume que pode aliviar a profundidade de corte. Ou seja, é com se fossemos seguir o programa do ONS, teríamos na sociedade brasileira uma situação em que de repente decreta um pouquinho de racionamento. Daqui a pouco decreta, coisa que na verdade não existe. Quer dizer, numa situação concreta de racionamento, é, como já foi no nosso passado, corta-se de maneira preventiva em 2001, quando se fez o racionamento, o nível dos reservatórios estava a 28%, portanto muito acima dos 10% que é o nível de limite mínimo ao que se deveria conservadoramente acatar, e se cortou numa profundidade com a qual se tinha uma segurança absoluta que você não precisaria ficar oscilando até porque a sociedade não responderia assim. Seria impossível, por mais otimista que fosse o Executivo responsável por aquele racionamento na época supor que você poderia dizer a sociedade ok. Vamos fazer um racionamento de 15%, mas se na semana que vem piorar um pouquinho vou passar para 20, se na outra melhorar eu passo pra 14, etc.

Então, colocando-se essas novas variáveis, então o que a PCR fez foi definir de fato qual o risco de se decretar racionamento. Importante, e aí o próximo slide, importante entender que toda essa análise foi feita usando basicamente os mesmos sistemas computacionais, e principalmente os mesmos dados que são os dados do ONS, e os usados também pela ANEEL em relação às usinas que estão em construção ou estão por serem construídas. Além, obviamente daquelas usinas que estão em operação E aqui está a síntese da síntese de um dos cenários resultados desse estudo. Me permita, Senador Delcídio, até porque o tema é relevante, insistir e colocar à disposição para os Srs. Senadores, já botei a íntegra do estudo nessa pastinha que foi entregue, e isso está disponível no nosso site, tanto uma apresentação completa sobre esse Programa Energia Transparente que é um conjunto de cerca de

50, 60 slides que basicamente resumem as coisas que eu estou falando, como também a íntegra do Relatório com todos os dados. Mas enfim, os dados são aqueles oficiais que estão aí disponíveis. E aí são feitas várias análises de cenários possíveis. Primeiro, variando o cenário de demanda. Dois cenários de crescimento da demanda. O primeiro com o crescimento equivalente a 4% do crescimento do PIB, que no que diz respeito à demanda de energia elétrica seria 4,8%. E o segundo com o crescimento de 5% de crescimento do PIB. Depois, com relação à oferta da energia, enfim, com que usinas poderíamos contar no futuro, são considerados também dois cenários. Um que é o cenário de referência que assim chamamos, que é um cenário que tem, que praticamente não considera nenhum atraso nas usinas que estão listadas lá na ANEEL. Nem atraso nas usinas e nem atraso nos programas que estão aí, por exemplo, o programa do PROINFA que é um programa importante que adiciona teoricamente três mil megawatts de fontes renováveis e alternativas. E um segundo cenário é um cenário que considera algum nível de atraso tanto na consecução desses projetos de usina de maior porte como também em relação ao PROINFA, numa visão mais crítica supondo que apenas 60% daqueles três mil megawatts estariam concluídos a tempo. Ainda importante para caracterizar o cenário é que no cenário de referência esse mais otimista está se supondo que haverá gás disponível para as termoeletricas para todas elas operarem em 2010. Para que todas elas possam operar já em 2010.

Enfim, e aqui esse slide é uma síntese para pelo menos deixar aqui na consciência de todos que uma visão que temos a partir de 2010 é uma visão bastante crítica. Ou seja, esse seria um cenário mais otimista em que desse ponto de vista a economia cresce não mais do que 4%, e o suprimento de energia não teria, não contaria com atraso significativos em relação a essas usinas que estão aí. Aqui eu termino essa primeira parte, ou seja, será que o marco regulatório visto no sentido mais amplo está sendo suficiente para assegurar que os estímulos da sociedade estejam corretos a ponto de que, enfim, possamos estar sossegados com relação ao abastecimento, acho que aí é uma resposta factual de que ainda não. Passamos ao segundo aspecto que tem a ver com a qualidade do serviço e com o incentivo correto para que as empresas responsáveis pelo serviço continuem investindo na direção da maior eficiência entendendo eficiência como maior qualidade, melhor quantidade, ao menor custo. E aí eu quero me referir ao que acontece em relação a esses investimentos feitos pelas empresas, principalmente na atividade de distribuição. Esse iceberg está aí com o intuito de mostrar uma maneira que deve ser levada

em conta na hora de se analisar o retorno, o resultado desse investimento. Quando se examina o resultado de um investimento feito por uma empresa, geralmente o parâmetro que soa mais familiar é simplesmente o lucro. Só que para os que investem e para os que olham isso de perto o lucro certamente não é uma medida correta, uma medida abrangente suficiente para mostrar se o investimento é bom ou não. É fato entender isso com uma metáfora. Digamos que você tenha um escritório de advocacia que dê um milhão de lucro, e você tenha uma siderúrgica que dê um milhão de lucro. Enfim, o lucro foi igual. Muito provavelmente esse lucro representou um resultado fantástico por esse escritório de advocacia que nada mais conta do que digamos um Advogado brilhante, um laptop, o talento dele, enfim, um escritório alugado. Como é que vai comparar esse um milhão de lucro com a siderúrgica que teve que investir bilhões na compra dos equipamentos poder operar. É isso que um índice como esse EVA captura. Ele leva em conta não apenas aqueles condicionantes do lucro como leva em conta também o custo de oportunidade do capital investido. Ou seja, na medida em que um investidor, empreendedor dispõe de um capital, esse capital ele tem custo de oportunidade, ele pode não fazer nada com ele, aplicar em letra do Tesouro, seja o que for, ou pode ter a pretensão ou perenizar esse capital ou ganhar um pouco mais se investir em algum outro setor. O que esse estudo e a propósito ele também está disponível na íntegra no nosso site, ele foi contratado com empresas chamada Stern & Stuart que é uma consultora internacional de renomeado em análise desse tipo, que olhou numa amostra extremamente significativa de mais de 60% das empresas distribuidoras brasileiras, como está o EVA, ou seja, como está o resultado econômico nos investimentos feitos num horizonte de 98 até agora? Ou seja, qual o resultado dos investimentos considerando-se não apenas o lucro, mas o custo do capital que foi investido. Próximo slide, por favor. E aí os resultados não são alentadores. São os resultados que põem em risco, digamos aquela sustentabilidade e aquele incentivo correto ao qual eu estava me referindo. Aí o estudo mostra também e acho que o parente é importante, e ele olha outros Países, Países da Europa, Países da América do Norte, ele mostra que num setor de energia elétrica, por ser um setor regulado, praticamente a unanimidade dos Países atua com o EVA em torno de zero. O que significa isso? E até faz sentido lógico. Por ser um setor capital intensivo, enfim, com retornos de longo prazo, um setor absolutamente regulado, ele... Isso de um lado, e do outro lado dada à procura constante de abrigo economicamente viável para grandes montantes de capitais no mundo como

um todo, o setor elétrico ele é um setor favorecido por essa busca de capitais na medida em que ele aponta para isso. Ele é um setor que ele pode abrigar grandes volumes de capitais prometendo com razoável segurança que pelo menos o custo de oportunidade do capital será obtido. Por isso é que na quase unanimidade desses Países o EVA é quase sempre em torno de zero. O que aconteceu aqui no Brasil? Aqui não. Aqui ele tem sido negativo ao longo de todo esse tempo, e aí eu me desculpo porque tá apenas em 2004, está sendo feita atualização para 2005 e agora vamos lançar juntos 2005 e 2006 tão logo sejam compilados todos os balanços de 2006 que estão terminando de ser publicados agora, mas eu posso adiantar que ao longo de todo esse período tem sido negativo. De 2003 para cá ele continua negativo, mas pelo menos a curva mudou de direção. As empresas começaram a dar algum resultado, não o suficiente para remunerar o capital investido, porém suficiente para mudar a derivada, mudar a direção dessa curva pelo menos traçando na direção do que seria uma EVA em torno de zero como na maioria dos demais Países. 2005 eu já tenho de cabeça o número, foi negativo ainda, mas 4.4 bilhões dentro dessa mesma amostra.

Próximo slide, chamar atenção para outro aspecto que tem a ver não diretamente com a remuneração do capital investido que é um dos componentes que em última instância está na tarifa, mas que são elementos que continuamente têm onerado a tarifária ou tem provocado o crescimento das tarifárias. Eu começo pelo segundo, e esse dado é da ANEEL, Dr. Jerson Kelman é a tarifa média paga aí a média das médias das médias. Segundo eu entendo, está a tarifa média entre tarifas industriais, consumo industrial, consumo residencial, enfim, de todas as faixas de tensão e residencial. Tem sido constantemente crescente. E a evolução da carga tributária, carga essa que segundo um estudo feito pela PricewaterhouseCoopers que cobriu numa amostra de cerca de 70% do faturamento global do setor elétrico de toda a atividade, tanto de geração, transmissão e distribuição, apontou que no ano de 2005 foi de 43,7%. Esse número de 2006 é um número provocativo, ele não é real, ele está ali com a simulação feita pela própria Pricewaterhouse supondo a realidade de 2005 o acréscimo de dois efeitos que potencialmente existem. Um tem a ver com a unificação do ICMS que já existe uma PEC aprovada no Congresso dependendo de Lei de Regulamentação, coisa que ainda não existiu, e o outro, também acho que não... Num procedimento semelhante já aprovado, mas não regulamentado, é que tem a ver com o INSS. A forma de cobrança do INSS que deixaria de ser proporcional ou como função de folha de pagamento para passar a ser como função

do faturamento das empresas. Só para ser um pouco mais explícito, não sei se cabe, Senador Delcídio, quer dizer, em relação ao ICMS, o estudo da Price mostra que o ICMS médio pago na conta de luz é da ordem de 20%. Por que isso? Porque você tem, digamos, o residencial que paga mais, mas você tem nas indústrias algumas compensações. Ou seja, na média global o total pago de ICMS fazendo a divisão dá cerca de 20%. Se unifica para 25 teria esse impacto ali. Do mesmo jeito em relação à folha de pagamento, é fácil entender em relação ao INSS é fácil entender quando você tem de novo o setor de capital intensivo a exemplo da siderúrgica, quer dizer, a folha de pagamento da siderurgia é muito menos importante em relação ao custo total do que toda a sua infra-estrutura, o mesmo fenômeno acontece no setor elétrico, no setor tamanho capital intensivo ele teria um impacto muito nefasto com essa mudança. Segundo uma avaliação feita pela ABRADE, a associação que examina as questões específicas de distribuição, caso essa mudança venha a ser materializada, enfim, seja regulamentada, o impacto na tarifa do consumidor seria acima de 3%, próximo a 4% se não me falha a memória.

Enfim, em síntese, o próximo slide, voltando para aquelas questões, eu acho que tanto no que diz respeito ao nosso olho futuro sobre a sustentabilidade do abastecimento de energia quanto no que diz respeito a termos ou não olho correto com relação à qualidade do serviço vis-à-vis para as empresas perseguirem de maneira eficiente essa qualidade do serviço e por último a capacidade do consumidor pagar essa conta de luz, enfim, o diagnóstico a que chegamos é que o marco regulatório entendendo como conjunto de regras, leis, e institutos como as agências reguladoras aí existentes não tem sido suficiente para nos responder de maneira favorável a todas essas questões. E aí, o próximo slide, Senador Delcídio, não sem antes fazer digamos um cumprimento pela iniciativa aqui nessa Comissão, porque eu acho até pela, enfim, pelo diapasão que o senhor está impondo a todos aqui de ter uma discussão serena, apesar de ser uma Casa política, mas serena e técnica sobre essas questões, eu acho que quero aqui fazer um desafio, acho que a questão do setor elétrico sobre ela caberia que se subdividisse os temas para um aprofundamento técnico sobre cada um deles. Aqui estão cinco dimensões que eu vejo mereceriam o aprofundamento dos Srs. Senadores com relação, digamos assim, a um marco regulatório do nosso setor. A primeira dimensão de tributos e encargos. De novo. E aí isso tem sido objeto de debate freqüentes até nas oportunidades que tive com o próprio Diretor Geral da ANEEL, Dr. Jerson Kelman. Não é possível que a sociedade desconheça

a forma perversa como é tratada no que diz respeito ao uso que se faz do setor elétrico para cobrar mais e mais impostos. O serviço público de energia elétrica ele é disparado o serviço mais difundido aqui no País. Hoje mais de 96% da população é atendida pelo serviço de energia elétrica. Talvez por isso mesmo, e eu já ouvi isso de autoridades da Receita Federal, é que ele é muito usado para arrecadar mais.

Então, na contramão do esforço que se faz pela sustentabilidade eficiente do setor nós temos assistido um aumento inclemente de tributos e encargos fazendo com que o Brasil seja um dos campeões mundiais em termos de tributos e encargos na conta de luz. Desses 43,7% são insustentáveis diante de uma sociedade como eu disse que tem um nível de renda ainda muito baixo. Há mil questões sobre esse tema, Senador Delcídio, mil sugestões concretas, inclusive, eu sou daqueles que não me conformo com o desencorajamento que ouço de alguns dizer, não, mas puxa vida, Estado nenhum vai concordar com abrir mão de algum ICMS na conta de luz que porque isso é tão relevante para eles. Quer dizer, eu concordo com essa assertiva se nós não fizermos nada. E até acrescento: Não só não vai concordar em diminuir como se bobear vai aumentar. Mas eu discordo no sentido de que um debate bem feito com o peso que os Srs. Senadores podem dar para esse debate podem impor de melhoria nessa questão.

Então, tributos e encargos eu acho que é uma dimensão que mereceria um aprofundamento. A questão do PIS/COFINS, por exemplo, é outra. O PIS/COFINS quando recentemente foi mudando a regra, o PIS/COFINS era cobrado de maneira cumulativa ao longo de todas as fases de processos de produção. Em cada etapa, cada transação, digamos assim, incidia lá o PIS/COFINS que era de 3.65%. De maneira absolutamente louvável, mudou-se de cumulativo para não cumulativo. Ou seja, agora o que se paga num determinado elo da cadeia de PIS/COFINS deixa-se de pagar no elo seguinte. Absolutamente razoável. Mas foi feita uma correção de rumo, dizendo: Ok, vamos fazer isso, porém vamos mudar a alíquota. Invés de 3,65 passa para 9,25. Ora, dependendo da característica do setor, essa mudança implicou num ônus ou num benefício. No setor como o setor elétrico, isso fez... Causou uma penalização enorme com aumento grave na tarifária que de novo, segundo a análise feita pela própria ABRADE chegou em alguma circunstância acerca de 2%. Agora, o que é pior, uma medida como essa, e digamos, o efeito nefasto de uma medida como essa em determinados setores, teve reconhecimento na Casa Legislativa, nas casas legislativas, assim como no Governo Federal. A gente tem informação de que mais de 20 setores, ou

cerca de 20 setores de atividades econômicas diversas, alguns deles da área prestação de serviços públicos, como setores de rodovias, algumas coisas ligada à educação, e outras que sequer são de serviços públicos, empresas ligadas a parques temáticos, serviços de táxi aéreo, etc, conseguiram se manter com PIS/COFINS na regra anterior. Telecomunicações foi outro serviço público que teve esse benefício. E o setor elétrico não. Ou seja, há muita coisa a se fazer e acho que a retomada do tema seria importante. Planejamento e expansão também. E aí entram não apenas as questões de planejamento como também organização de leilões e coisas desse tipo. A política tarifária como um todo, que é um elo fundamental para assegurar que a gente tenha uma resposta suficiente com relação de um lado à qualidade de serviço que a sociedade precisa e pode pagar e do outro lado a sustentabilidade, enfim, o mecanismo que assegure que os investimentos se sucedem a nível da demanda, e por último a questão do meio ambiente que hoje está nas manchetes de praticamente toda a imprensa, e que tem que ter um tratamento coerente com a demanda de desenvolvimento sustentável, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental que o País precisa.

E por último a quinta dimensão é a estrutura institucional que tem mais a ver com que estamos chamando aqui de marco regulatório. Eu vou focar apenas nessa, Senador Delcídio, já temendo que esteja chegando o final do meu tempo, a na estrutura institucional eu quero tratar apenas, enfim, para fomentar o debate de dois aspectos. Um pouco do aspecto do Ministério da área e eu estou focando o Ministério de Minas e Energia, enfim, o papel do Ministério de Minas e Energia e outra a questão da agência reguladora.

Primeiro, em relação ao papel do Governo via, digamos, Ministério de Minas e Energia. Existe um desafio enorme nessa questão que é, enfim, como conciliar três chapéus que eventualmente maior ou menor grau são utilizados pelo Ministério. Quer dizer, ele é Governo, digamos, formulador de políticas, coisas desse tipo, ele é investidor, ele é regulador. A gente tem exemplos em que derrapagens aconteceram em cada um desses aspectos. E aí eu trouxe apenas alguns exemplos. Quer dizer, eu acho que eu isso são questões institucionais que poderia ser resolvidas do nosso ponto de vista facilitando a atuação desse Governo dando mais clareza e transparência, e, portanto, facilidade dele implementar suas próprias políticas que é assim que a gente entende seria o objetivo principal, o papel principal ou o chapéu mais relevante do Governo.

Então, a gente tem hoje o principal instrumento talvez se eu tivesse que escolher um mecanismo ins-

titucional ou regulatório de fomento a expansão sustentável da oferta de energia é o mecanismo dos leilões. Portanto, e indo um pouco mais na análise, esse leilão vai ser tanto mais eficiente... Segundo lugar, o leilão ele é um leilão que sua razão de ser pressupõe uma competição entre empresas estatais e privados. Então ele vai ser tanto mais eficiente quanto ele obedeça os princípios básicos definidos nas boas regras do leilão de, enfim, isonomia de informação, neutralidade, transparência, etc. Então quando o Governo se coloca numa posição como essa, ele estaria dando no nosso ponto de vista estaria dando um tiro no pé porque estaria corrompendo até esses princípios básicos. E a gente tem exemplos desse tipo. A outra questão que eu trouxe aqui como exemplo é a questão ligada à transparência. Quer dizer, uma sociedade brasileira onde reconhecidamente pelo próprio Governo a sustentabilidade da infra-estrutura pressupõe investimentos maciços vindos de origem privada, é fundamental que o Governo na sua atuação tenha total transparência para que essa iniciativa privada tenha os sinais claros de onde tem que atuar. E possa se somar na busca de soluções como só a iniciativa privada é capaz de prover desde que os incentivos estejam corretos lá.

A gente tem dois organismos importantes nesse nosso setor. Um é o CNPE que é o Conselho Nacional de Política Energética e o outro é o CMSE, que é o Comitê de Monitoramento. E a pergunta que nós colocamos é se eles estão sendo eficazes no que diz respeito a dar essa visão para a sociedade para que a sociedade se mobilize no provimento dessas soluções.

Vamos deixar em aberto àquelas questões na reflexão final eu tenho alguma proposição sobre cada uma delas. E o segundo, o tema do marco regulatório, e último deles, é com relação às agências reguladoras. Como bem disse o Dr. Luiz Alberto, quer dizer, especialmente num ambiente em que você tem que conviver investimentos privados e investimentos estatais é essencial à existência de agências reguladoras. A maneira como a gente vê, ela tem que ser, digamos, um organismo sólido ali no centro daquele círculo suficientemente forte e independente para atuar de maneira protegida com relação a três vieses que são absolutamente naturais. Mas cuja predominância de qualquer um deles poderia ser nefasto para o Brasil. De um lado você tem o viés do investidor, do empreendedor, que por sua natureza ele quer obter o maior retorno com o menor risco, mesmo que isso possa custar um pouquinho mais na tarifa, digamos assim. O viés do consumidor, que também por sua natureza ele quer pagar a menor tarifa hoje, ou ontem, mesmo que isso possa custar o fato de não dispor de energia um pouco mais adiante, mas ele não olha um pouco

mais adiante. Se essa tarifa não der condição para que investimentos se sucedam da maneira sustentável, e o viés de Governo como próprio de ambientes democráticos suscetíveis a pressões políticas do momento. Não tem jeito. Em ano de eleição, qualquer Governo de ambiente democrático ele é suscetível àquela coisa que tenha mais apelo popular, etc mesmo que naquele momento possa estar sendo comprometido uma meta de longo prazo fundamental para uma sustentabilidade virtuosa que se pretende do nosso setor. Ou seja, com absoluta serenidade, esses viés são naturais e existem. Como é que se contrapõe a isso? Não tem nenhuma outra forma senão uma agência reguladora forte e independente desses três vieses para poder exercer o seu papel. E aí algumas reflexões. Obviamente sem a pretensão de ser absolutamente conclusivo ou abranger todos os pontos. Apenas com relação à autonomia em relação ao Governo. Como seria possível você ser imune àquele viés se você tem a sua própria sustentação financeira condicionada por um daqueles três agentes ali? E aí, para fazer a deixa do comentário que eu quero fazer a seguir, uma outra ameaça que a gente percebe são condicionantes que estão naquele Projeto de Lei que eu reconheço como disse o Dr. Luiz Alberto, já é uma evolução para o que foi apresentado, inclusive pelo próprio Governo em momentos anteriores. Quer dizer, já tem uma distância a meu ver distúrbio virtuoso em relação àquele primeiro Relatório e até em relação àquele primeiro Projeto apresentado pelo Governo um dado momento, mas que depois teria sido retirado. Mas que ainda tem pontos que do nosso ponto de vista, e eu quero fazer uma reflexão aqui com os senhores aqui logo em seguida, tornaria uma agência reguladora vulnerável de maneira descompensada em relação daqueles três vieses.

Para finalizar, apenas dois slides, Senador Delcídio, o conjunto de proposta que fazemos aqui em tom de provocação. Primeiro, em relação à questão do papel do Governo naqueles aspectos apenas que eu mencionei ali. De transparência e de governança. Eu acho que o CNPE é de fato o órgão máximo do País definido em Lei no que diz respeito a formulação de uma política nacional pro setor. Ele tem na sua representação membros de Governo de vários Ministérios, enfim, não apenas os ligados à área de Minas e Energia, a Casa Civil, o Ministério da Fazenda, enfim, número enorme de Ministérios, e outros representantes da sociedade. Mas, na prática, ele tem se reunido de maneira esporádica e quase... E são reuniões quase que de dia inteiro e que em última instância, enfim, pela complexidade do tema e pela profundidade deles e pelo descompasso entre a profundidade, complexidade desses temas e o tempo que de fato essas autoridades e outros mem-

bro do conselho dedicam a eles acabam tendo um tratamento superficial. Sem que isso tenha nenhum tom pejorativo, mas na prática, quer dizer, a leitura que muitos de nós fazem sobre o desempenho do CNPE é que ele tem sido muito mais um elemento de quase que referendo de uma diretriz já formulada por parte do Governo Federal, do que de fato um Conselho que debate e aprofunda essas questões multidisciplinares como são de fato e como também é a representação no CNPE. Ou seja, uma das recomendações que fortemente fazemos é que se dote o CNPE, quer dizer, se o País há de ter um organismo que congregue de maneira mais abrangente todas as forças de Governo além das áreas da sociedade que são relevantes em relação à discussão daquele tema, e se esse órgão é o CNPE, vamos fazer isso para valer, vamos fazer o aprofundamento necessário para que de fato aquela política emanada dali seja realmente uma política a ser seguida e não apenas um referendo. Aquela outra questão que tem a ver com os leilões e tem a ver com a isonomia e transparência em relação às questões da competição, enfim, seria um mecanismo para fazer com que a competição seja de fato a competição organizada desses leilões possam de fato prover os resultados que se espera dela, seria claro que não deixar espaço para essa falta de isonomia na informação. Eu acho até injusto não tenho julgamento de valor, se um tema até eu tenho que reconhecer está em evolução posso citar que tem uma iniciativa digna do nosso aplauso do Presidente da EPE que sabidamente tem sido um dos formuladores de regras, etc, até mesmo dos leilões que era membro do Conselho de FURNAS que era forte competidora nos leilões e que, portanto, tinha um conflito de interesse explícito, uma vez que a Lei de Sociedade Anônima impõe a ele como membro do Conselho de FURNAS a atuar no sentido de maximizar os resultados das companhias, etc, etc, eu digo em nosso aplauso o fato de que ele tomou a iniciativa de renunciar ao Conselho de FURNAS, coisa que já fez. Mas enfim, eu até cito esse exemplo com mérito para o Presidente da EPE porque na verdade era uma injustiça que se cometia com ele e ainda se comete com outros ao expor executivos do setor público a uma situação como essa.

Então, enfim, eu acho que é uma coisa a ser corrigida. A outra questão aquele terceiro definir critérios de governança que explicitem metas das rentabilidades das estatais tem a ver com aspectos que eu ainda não mencionei da... Mas que tem a ver, digamos, com a eficiência da competição que se estabelece no leilão. Vamos supor que tenhamos aqui uma varinha de condão e que possamos definir uma regra de leilão a mais perfeita possível. Então se está lá, a regra é a mais

perfeita possível. Mas de nada adianta essa regra mais perfeita possível se todos os participantes, vale dizer, todos os competidores do leilão não pautarem a sua participação nos mesmos princípios de racionalidade econômica. Quando um competidor ele participa desse leilão não obedecendo a esses mesmos princípios que são, digamos, aceitos pela universalmente, mas por outro interesse que é político, seja lá o que for, você distorce totalmente a possível eficácia que possa se esperar desse leilão. Houve episódios em que empresas estatais atuavam em parceria com empresas privadas no processo de oferta durante o leilão, e as tarifas foram caindo no limite em que sequer se atingia o mínimo de rentabilidade para retornar o capital que seria investido, obviamente a empresa privada parou a oferta e a estatal continuou ofertando no que até já ganhou apelido com base na chamada Taxa Patriótica de Retorno. Enfim, isso tem dois efeitos. Ambos muito negativos. O primeiro é que na prática ao se fazer isso, enfim, empresas estatal investir sem ter o retorno adequado para o investimento, sem sequer remunerar o custo do capital que ela está investindo, ela está destruindo o valor do Estado, vale dizer, destruindo o valor do contribuinte. Além do que está poluindo o ambiente de competição e inibindo a participação privada que sabidamente é essencial que ocorra. Publicação das atas do CMSE esse é o comitê de monitoramento, aquele que faz aquela análise que agora nós estamos fazendo nesse programa de energia transparente é fundamental que a sociedade pelo menos conhecesse, uma vez acontecendo essas reuniões, conhecesse esse diagnóstico ao qual chega o próprio Governo em relação à condição de abastecimento. Como inibir isso, as propostas, enfim, é um conjunto de sugestões uma delas é você fazer com que as empresas estatais atuem no mercado novo mercado da BOVESPA que já impõe de governança corporativa fazendo com que haja transparência nas suas atuações. E por último, e aí último que fica a provocação final, tem a ver com o Projeto de Lei que está tramitando ao qual se referiu o Secretário Luiz Alberto. E aí eu estou me baseando no estudo que está a disposição dos senhores também no nosso site feito por um grupo de professores da USP lá do Instituto de Eletrotécnica e Energia liderado pela professora Virgínia Parente que estudou agências reguladoras em diversos Países, estudou agência reguladora aqui no Brasil, e estudou o Projeto de Lei esse que foi mencionado aqui e fez um conjunto de propostas, sempre voltados para a constituição de uma agência reguladora como a gente de maneira idealizada definiu ali no início. Então essas propostas estão aí relacionadas, criar mecanismo para que não haja o contingenciamento por parte do Governo, pro-

postas ligadas a estrutura da própria ANEEL no que diz respeito aos seus quadros, planos de carreira, capacitação, certamente o Dr. Jerson Kelman vai ter muito a nos falar sobre isso. Condições de remuneração, fazer com que a ANEEL não seja simplesmente uma plataforma de passagem de carreira de jovens promissores, mas que ficam lá por muito tempo. E em relação ao Projeto de Lei especificamente. Não cair na arapuca de estabelecer mecanismos onde o fenômeno da captura aqui mencionado se dê também pelo outro agente, o agente Governo, como de maneira mais destacada o contrato de gestão. Uma das propostas explícitas, e aí eu vou deixar para o debate, é que ao invés do contrato de gestão a ser firmado com o Ministério da área, no caso o Ministério de Minas e Energia, existe isto sim uma prestação de contas feita pela agência ao Congresso, onde enfim a agência não apenas se obriga a apresentar um plano de trabalho, como prestar contas do que está acontecendo.

Enfim, eu deixo isso aqui em aberto, certamente isso vai ser objeto das discussões, e eu agradeço, Senador Delcídio, a tolerância com o tempo, mas eu acho que levei a sério demais quando o senhor fez essa provocação dizendo que se precisasse podia usar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Cláudio Sales. Com a palavra o nosso caro Diretor da ANEEL, Dr. Jerson Kelman.

SR. JERSON KELMAN: Boa noite a todos. Eu inicialmente queria agradecer ao Senador Delcídio Amaral o convite e pedir desculpas por ter chegado um pouco atrasado. Eu estava num evento em Recife num Congresso de reguladores. Quero cumprimentar o Senador Garibaldi prezado amigo desde a época das águas, cumprimentar o Senador Eliseu Resende que foi o Relator da Lei da ANA com o qual muito aprendi sobre temas regulatórios, cumprimentar Dr. Cláudio Sales, Luis Alberto dos Santos, que são meus colegas da exposição, e iniciar logo pedindo desculpas aos Senadores para repetir uma afirmação que já fiz aqui nessa Casa com relação à percepção de riscos Brasil. Eu sempre fico muito impressionado quando observo o que é que os investidores exigem de taxa interna de retorno para investimentos de infra-estrutura de longo prazo no Brasil e em outros Países como, por exemplo, o Chile. No Brasil os investidores, o próprio Cláudio Sales acabou de falar que quer uma isonomia entre empresas estatais e empresas governamentais no tido com de ter a mesma perspectiva de ganho. E a taxa interna de retorno que investidores em geral estão declarando necessitar no Brasil de 15%. Para investimentos de 30 anos de maturação, como a usi-

na hidrelétrica, por exemplo. No Chile é 8%, às vezes 10. Então por que isso? Primeiro, o que significa para os consumidores brasileiros essa diferença de expectativa? Supondo 15% do Brasil de TIR, Taxa Interna de Retorno e 8% no Chile, isso significa que para o mesmo investimento, para a mesma estrutura, o consumidor chileno paga 62% anualmente ao longo de 30 anos de que paga o consumidor brasileiro. Então é um efeito grande. Agora, o que fazer?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JERSON KELMAN: Posso. Claro. Quer dizer, um investimento de cem, um investimento, enfim, de uma quantidade qualquer de dinheiro, mas que tem uma taxa interna de retorno de 15% comparado com o mesmo investimento que tem uma taxa interna de retorno de 8%. Um cálculo financeiro simples que anualmente esse investimento em 30 anos, diz que o pagamento anual que quem paga são os consumidores, tanto chilenos como brasileiros por esse investimento, o pagamento que os chilenos fazem pela mesma infraestrutura é 62% do que pagam a anualidade do que pagam os brasileiros. Assumindo esses dois valores como corretos. Ou seja, há um sobrecusto enorme no País que tem a ver com essa diferença de exigência dos investidores. O que fazer? Brigar com os investidores, dizer que eles estão errados, que o Brasil é um ótimo lugar para se investir e que eles estão errados, a diferença de Brasil e Chile não é tão intensa? Claro que não. Isso é uma percepção. Por que é que é assim a taxa interna de retorno no Brasil tão elevada? Porque a percepção de risco no Brasil é muito elevada. Quer dizer, não importa o que eu acho que se o Brasil é um País seguro para investir ou não. O que interessa é que o investidor acha que é o risco do País. E eu não falo do Risco Brasil, eu falo do risco de fazer um investimento em infraestrutura que tenha um prazo de maturação de 30 anos. Então a percepção dos investidores é que aqui é mais arriscado do que no Chile.

Então eu queria focar a minha apresentação tentando dissecar um pouco quais são as motivações dessas percepções. Eu digo: Com percepção não há como brigar. O que nós temos que fazer como País é mostrar que a percepção não está correta. E para mostrar que a percepção não está correta, nós temos que ter uma consistência de atuação, nós temos que diminuir o risco nas várias frentes de uma forma consistente ao longo dos vários anos. É isso que nós temos que fazer. O dever de casa persistentemente. Então eu dividiria essa percepção de risco em quatro categorias: Percepção do risco judiciário, percepção do risco Legislativo, percepção do risco ambiental, e depois percepção do risco regulatório stricto sensu,

quer dizer das agências reguladoras que é o tema que naturalmente vou me debruçar mais. E iniciando então primeiro das dimensões que é a dimensão do judiciário, o que ocorre é que nós temos uma experiência ainda muito recente de agências reguladoras no nosso País. E sempre que as agências às vezes acertam, nem sempre acertam, procuram acertar, enfim, mas sempre é possível recursos ao judiciário. Tanto das empresas prestadoras de serviço como dos consumidores. E isso tem ocorrido. E o comportamento, como o judiciário é muito variado, não sei como descrever isso, tem muitas instâncias no nosso País, há sempre algum Tribunal que embora em geral o judiciário se comporta percebendo os efeitos sistêmicos de cada possível decisão no específico, alguns juízes que dão decisões que acirram essa percepção de risco. Por exemplo, modificam contratos. Há um contrato entre agentes do setor elétrico e um contrato que foi celebrado dentro da legalidade e algum Juiz diz: Isso causa algum efeito nocivo ao consumidor. E ele vai lá e diz se o preço da energia era 130 reais megawatt/hora, eu acho que devia ser 60. Como o assunto é complexo, porque ele acha que deve ser 60, porque a energia vendida por usina já amortizada foi em média em 2004, 2005 vendida a 60 reais o megawatt/hora ele estende aquele resultado, é uma usina nova que não está naquela condição porque o setor elétrico é complexo e não é possível que todos os juízes possam saber todos os detalhes que nós estamos ainda estudando há muitos anos. Então acaba tendo uma solução simples, mas a nosso ver equivocada. Mas o que importa não é isso, o que importa é que um investidor diz: Ah, mas se um contrato que eu celebrei pode ser revisado na justiça, então eu vou introduzir aqui que esse é um País em que a justiça mexe nos contratos, então eu tenho que colocar um prêmio de risco. Ele cobra mais caro para fazer o investimento. Quer dizer, não é que ele não vai existir. Maior que seja o risco alguém vai investir. Só vai aumentar o prêmio de risco. Então ele faz isso. Há vários exemplos de, vamos dizer, de decisões soberanas na justiça, longe de mim estar arguindo a legitimidade da decisão judicial. Não se trata disso. O que estou aqui dizendo é que isso como essas decisões são percebidas de forma sistêmica pelos investidores.

Há outros exemplos. Nenhuma concessionária de serviço público pode prestar um serviço a prova de falhas. Isso não existe nem na Suíça. Então, no caso de um setor elétrico, por exemplo, nós medimos a eficiência de uma empresa distribuidora pelo número de hora em que há corte de energia ao longo de um ano. Nós chamamos de DEC, Duração Equivalente Corte. Tantas horas. É claro que numa área de concessão, a

qualidade seria medida uma boa prestadora de serviço teria um número de horas de interrupção baixo ao longo do ano. Sei lá, quatro horas por ano, cinco horas por ano. Mas algumas são, mesmo na Suíça tem interrupção. Mas isso exigiria muito investimento. Porque quanto maior a qualidade, maior o investimento. Maior investimento, maior tarifa. Então é preciso equilibrar, vamos dizer, capacidade de pagamento dos consumidores com qualidade de serviço desejada. O que eu digo voltando à questão judicial? É que alguns juízes dizem: Um cidadão teve um corte de energia na sua residência e teve um dano qualquer pessoal. Ele vai no Tribunal de primeira instância e pede indenização por danos morais. Ele teve alguma consequência pessoal pela falta de energia. E aí, sem olhar sistêmico que a agência tem obrigação de ter, mas o Tribunal não tem, de qual é o efeito sistêmico daquela decisão ele diz: Não, mas realmente o Sr. João da Silva teve um prejuízo muito grande e a empresa concessionária tem que indenizar. Mesmo quando a empresa concessionária não ultrapassou aquela meta de qualidade que está relacionada como eu disse anteriormente ao investimento e por sua vez ao preço, ao nível tarifário. Mas há outros exemplos eu vou pular para não atrasar. Paro aí na primeira dimensão do risco que é judiciário. Segunda dimensão do risco é aqui, é Legislativo. Vou me permitir ser muito franco com os Srs. Senadores do Congresso Nacional. Quer dizer, o que nós observamos, o Cláudio Sales já fez referência, a carga tributária e a carga de encargos setoriais têm crescido ao longo dos anos. Muito mais que o custo de energia e o custo de distribuição. Por que isso? A carga tributária ele já explicou, tem o componente de ICMS, eu vim de Pernambuco agora, lá em Pernambuco o que o consumidor paga na conta de luz, 25% vai para o Governo do Estado. 30% vai para a distribuidora de energia elétrica para o que ela faz. O resto ela coleta para passar adiante os recursos.

Então, é realmente significativo o que vai para o Governo do Estado. E não é exceção Pernambuco. Tem outros Estados. Aliás, a boa notícia é que o Governador de Pernambuco, pelo que eu li no jornal hoje está cogitando diminuir a carga de ICMS no Estado. Oxalá outros Governadores o sigam nessa linha. Mas temos uma carga tributária também de PIS/COFINS federal e temos os encargos setoriais. Os encargos setoriais são transferências de recursos entre os consumidores. E cada um deles, são vários encargos setoriais, e cada um deles têm uma justificativa. Eu não conheço nenhum encargo setorial que seja tolo, digamos assim, que não seja sem justificativa. Por exemplo, o custo de produção de energia elétrica na Amazônia é muito elevado, porque lá se produz energia elétrica queimando

óleo. Então é caríssimo. Os consumidores não teriam capacidade de pagar esse custo. A tarifária não pode ser igual ao custo. Então há o subsídio. Subsídio esse que é rateado entre os consumidores do Brasil inteiro. Alguém seria contra isso? Não. É algo defensável. Há subsídio para os consumidores de baixa renda. Não preciso nem explicar que todo mundo seria a favor. Há subsídio para incentivo a fontes alternativas, energia eólica, por exemplo. Também parece interessante. Mas, enfim, o ponto é que cada um desses subsídios individualmente defensável, quando empilhados acabam ultrapassando a capacidade de pagamento do consumidor, e isso faz com que, como eu expliquei, na conta de luz 30% já é encargos, tributos e encargos, 30% da conta de luz do consumidor de baixa tensão, mas como nós também contabilizamos o que é pago de tributos na geração e na transmissão e fomos dissecar isso, chega a quase da ordem de 50%. Quer dizer, 50% da conta de luz é encargos e tributos. Tributos e encargos.

Bem, então no fundo o que eu aqui estou provocando de forma um pouco audaciosa o Congresso é dizer que faltaria talvez e seria talvez um papel para essa Casa, o Senado, uma visão de conjunto. Quer dizer, há no fundo deveria se começar do contrário. Qual é a capacidade de pagamento da população e quais são as destinações que esses encargos e tributos devem ser dados. Porque capacidade de pagamento é limitada. Caso contrário a gente corre o risco de imaginar que o consumidor seja um saco sem fundo que ele não é e transformar o Brasil numa grande VARIG, se me permitem, a analogia um pouco audaciosa.

Bem, peço agora a terceira dimensão, que é a dimensão ambiental. Aí, vale a pena recordar que o Brasil desenvolveu apenas 27% do seu potencial hidráulico. Só 27%. A França 100%. A Alemanha 83%, o Japão 64%. Quer dizer, os Países desenvolvidos desenvolveram seu potencial hidráulico e fizeram bem. Porque a hidroeletricidade é uma fonte renovável, é uma fonte que em geral polui pouco e mais barata em geral do que as outras fontes. Nós agora estamos vivendo, acompanhando pelos jornais os grandes impasses, não só em relação a madeira, temos grandes impasses geral. Quer dizer, madeira tem ocupado as páginas de jornais, mas temos em alguns casos proibição de se fazer estudos e aproveitamentos... Proibição judicial de se fazer estudos, quer dizer, parece uma coisa medieval. Não se pode estudar. Estreito está aparado por uma decisão, não sei se está aparado até pouco tempo por uma decisão judicial. Maior usina em construção de mil megawatts, 1.086 megawatt. Parada porque enfim tem decisões judiciais. E nós estamos assim meio que entravados na questão de

desenvolvimento do nosso potencial hidrelétrico, que é algo absolutamente trágico. Se um marciano chegar no Brasil nós teremos dificuldade, ou estrangeiro, de explicar isso, porque nós temos uma matriz limpa. Nós temos cerca de 85% da potência instalada no Brasil é hidroelétrica, é renovável. No fundo é um ciclo solar, é ciclo hidrológico cuja fonte energética é o sol. É o sol que faz a água evaporar e depois chover, enfim, realimentar isso. De certa maneira é energia solar se pudéssemos levar isso. E temos que ter muito orgulho dessa matriz limpa. E, no entanto, estamos agora dos últimos leilões cada vez mais migrando pela oferta de energias poluentes que é queimam óleo, ou diesel ou combustível porque se não tem hidrelétrica, tem que se utilizar nos últimos leilões cerca de 50% da oferta tem sido feitas por usinas que é queimem óleo e, portanto, contribuem fortemente para o efeito estufa. Apenas para dar uma... Quer dizer, é claro que... E de onde está o problema? O problema está na metodologia de licenciamento ambiental. Porque nós temos uma metodologia que examina a usina, empreendimento por empreendimento. E a lógica é: Essa usina A, ela tem algum impacto ambiental social? Essa é a pergunta que se faz para o licenciador. E ele tem é sempre a resposta é sim. Não há nenhuma usina que se pode ser construída sem impacto social e ambiente. Porque sempre tem alguém que mora lá perto e terá que ser reassentado e sempre tem algum impacto ambiental. E esses impactos, tanto sociais quanto ambientais têm que ser compensados, tem que ser pagos. Não se trata de na expressão dos engenheiros, tratorar, passar o trator. Não é isso. Isso é num Brasil que não existe mais. Trata-se das compensações ambientais. O que está incomodando o problema é que ao analisar a primeira usina e dizer: Ela tem impacto social e ambiental e a resposta sendo sim, nós brasileiros descartamos ela. Depois examinamos a segunda. Ela tem impacto? Tem. Então descartamos. E assim vai sucessivamente e análises pontuais faltando a visão holística que tem que ser adotada, a visão de conjunto, e voltando à pergunta.

Bom, não é só... O que acontece se a usina for feita? A outra pergunta tem que também ser formulada. O que acontece é se a usina não for feita. O que acontece se a usina não for feita é: Ou outra usina mais poluente ou pior, uma limitação da nossa capacidade de desenvolver, de criar empregos, aumento da nossa pobreza, da nossa favelização que é também impacto ambiental e social da minha opinião, de dimensão mais grave.

Então, essa maneira de ver ponto a ponto, item a item, tem que ser mudada para que se possa desenvolver uma metodologia que se examine um conjunto.

Quer dizer, o País precisa de um conjunto de usinas que atendam a necessidade de expansão da energia elétrica para criar renda, empregos, riqueza, enfim, para o País se desenvolver, e do outro lado causando um mínimo impacto ambiental social o que é algo muito distinto de impacto ambiental nulo que não existe. Trata-se de escolher o conjunto de usinas que menor impacto causa, mas que algum impacto terá, acontecerá. Há muitas... Vamos dizer, aperfeiçoamentos que precisam ser feitos nisso, eu só destaco um para não alongar muito, um aperfeiçoamento no que diz respeito à autonomia e a segurança que teriam que ter os analista e os dirigentes dos órgãos ambientais, em suas decisões. Hoje lamentavelmente decisões tomadas de boa-fé usando a boa técnica com as melhores informações disponíveis por técnicos ou decisores dos órgãos ambientais, não me refiro apenas ao IBAMA, mas também os órgãos estaduais de licenciamento estes técnicos tomam alguma decisão, que decidem alguma coisa eles podem vir a ser processados por crime ambiental. Penso que isso é um grave risco, e isso inibe decisões. É natural que nesse ambiental o técnico ou o decisor procure protelar o empreendimento e peça mais estudos, qual a influência na órbita de saturno... Enfim, ele vai cada vez mais... Ele não quer tomar a decisão porque vai ser pessoalmente processado, vai ter que contratar Advogado, vai ter que deixar... Enfim, é um transtorno, que nenhum dirigente público merece se for um dirigente público honesto e visando o interesse público.

Então, em adição, para terminar a questão ambiental um outro fator muito relevante é que não se trata de um montante das compensações ambientais sociais. Que como eu disse tem que existir. Nenhuma obra pode ser feita sem compensação ambiental social. Tem que ser feita. Mas o problema está na incerteza de qual é esse montante. Me explico melhor. O processo de licenciamento ambiental se dá em três etapas. Licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Três momentos. Quando se dá a licença prévia há um conjunto de exigências sociais e ambientais. São de conhecimento do empreendedor. E nesse momento que se faz a licitação para saber quem vai ser o concessionário daquele potencial para desenvolver aquela obra. E claro que ele tem precificar e vai fazer os cálculos dele de quanto custa desenvolver aquilo levando em consideração o custo das compensações ambientais e sociais. Não há dúvida. A dificuldade surge quando mais a frente na hora de licença de instalação surgem novas exigências. E depois da operação podem surgir mais exigências ainda. Nessa incerteza, alguém que começou uma obra imaginando que digamos da parte do seu orçamento global 5% era para compensações

ambientais sociais, só para ter um número e que ao final do processo esses 5% se transformou em 10%, dobrou, ele fica escaldado e todos os demais investidores também ficam escaldados e partem a imaginar que aquele custo previsto na fase 1 que é a licença previa será duplicado. E aí ele já incorpora isso simplesmente explica a diferença, parte da diferença entre Brasil e Chile no que diz respeito à percepção de risco.

Bem, eu peço desculpas aqui pela... Eu queria também só na questão ambiental só citar uma última informação que parece importante, e essa eu vi numa apresentação do Maurício Tolmasquim, Presidente da EPE, ele mostra que na área da Amazônia que está, digamos, está... Áreas ocupadas, ocupadas ou preservadas, mas delimitadas na Amazônia. E não é toda a Amazônia, porque a maior parte da Amazônia são terras devolutas, são florestas devolutas. Mas na parte delimitada, 25% são reservas indígenas. 16% são unidades de conservação. E 0,25% é o que já é ocupado por hidrelétricas e virá a ser aplicado... Virá a ser ocupado por hidrelétricas segundo o plano decenal, nos próximos dez anos. Então a proporção de um pra cem se nós compararmos áreas ocupadas por terras indígenas e áreas ocupadas por hidrelétricas nos próximos 10 anos. Um pra 100, para nós termos essa medida. Quer dizer, para entender que claro que tem o impacto local, mas é falsa a idéia que alguns têm que a implantação de hidrelétricas na Amazônia iria devastar a floresta porque não é isso que se observa e nem seria razoável.

Bem, desculpe pela longa introdução, quarta e última dimensão que é essa que eu tenho obrigação de explicar um pouco melhor, a visão que temos ao longo de um ano e meio na ANEEL e de quatro anos na ANA, é da percepção do risco regulatório. Do risco da regulatório *stricto sensu*. Tudo é risco regulatório, mas esse da agência reguladora é *stricto sensu*. Quero dizer que como fiz menção de que são quatro anos na ANA, Agência Nacional de Águas e um ano e meio na ANEEL, não pode ser uma visão da Diretoria da ANEEL que não teve essa vivência, portanto é uma contribuição pessoal que trago a essa Comissão.

Então, primeiro resgatando aqui o que disse o Sales. Por que as agências reguladoras são entes de Estado? Por que isso? Porque quem faz um contrato para instalar uma infra-estrutura que tem um prazo de maturação de 30 anos, linhas de transmissão, usinas de hidrelétricas, redes de distribuição, ferrovias, portos, enfim, esse investidor tem que ter a confiança, esse concessionário tem que ter a confiança de que ele tem regras que serão respeitadas ao longo de décadas. Porque senão ele não quer um contrato com o Governo. Não importa que Governo. Não se trata desse

Governo. É o conceito. Ele quer um contrato com o Estado. E como o contrato não é possível ter no contrato uma previsão, uma bola de cristal que diga o que vai acontecer ao longo de 30 anos, no fundo o que outros Países encontraram foi essa fórmula do regulador que é um árbitro que procura equilibrar aqueles três interesses que referia o Sales. Interesse dos consumidores não só no curto prazo que é ter tarifa barata, mas também no longo prazo que é ter continuidade do serviço, continuar tendo o serviço prestado, o interesse dos prestadores de serviços que sempre querem naturalmente receber mais pelo serviço que prestam, é claro, e o interesse do Governo que esse interesse do Governo varia com as circunstâncias. Hoje nós, felizmente, temos a nossa inflação totalmente controlada, mas no passado não. Na Argentina, por exemplo, hoje já há um racionamento de energia elétrica, embora não declarado. Existe. Por que é que existe? Porque para controlar a inflação, que nós já vimos isso antes no Brasil, para controlar a inflação congela-se, e se o Governo no momento conjunturalmente ele congela a tarifa, ele tem um alívio instantâneo na inflação, mas causa problema por vários muitos anos. Porque deixa de ter investimento, porque ninguém mais confia que vai prestar o serviço e ser remunerado, deixa de ter investimento, aí há falta de energia, e aí a economia entra em grave crise. Hoje na Argentina como não há mais investimentos, se o industrial quiser aumentar a sua carga, aumentar o consumo de energia encontra dificuldades, porque está limitado exatamente por injunções do Governo. Como nós já vimos em outras épocas no Brasil também.

Bem, então é por isso que nós precisamos de regulação. E basicamente porque o serviço é prestado de forma monopolista, quando é monopólio natural, quer dizer, não vamos ter na mesma rua dois distribuidores de água ou dois distribuidores de energia elétrica é mais barato se tiver apenas um. Isso é o monopólio natural. E sendo monopólio precisa ser regulado. E há também regulação, mas não é o caso aqui nosso que era o caso da ANA de regulação do uso do bem público, que é o caso também da [inaudível] para que haja investimentos em prospecção de petróleo é preciso que hajam regras que reservem a quem achar o petróleo de que aquela área lhe será destinada por alguns anos. Então essa, vamos dizer, regulação do uso do bem público.

Bem, eu queria então passar alguns itens que têm sido debatidos nesse Projeto geral das leis das agências. Há mensagem original do Executivo, há propostas do Instituto Acende Brasil, proposta da ABAR, Associação dos Reguladores, e aqui quero fazer algumas reflexões sobre esse tema. O primeiro sobre a

questão da outorga. Quem deve outorgar a concessão, autorização ou permissão para prestação de serviço público ou para uso de bem público. Não há nada na teoria que diga que deva ser agência reguladora, absolutamente. Em muitos países quem faz isso e é razoável que seja, é o Governo. Porque ou é um bem público ou é um serviço de responsabilidade do Governo, e quase todos os Países quem faz isso o Governo não vejo nenhum problema o que cabe à agência reguladora é regular e fiscalizar. A concessão pode ser do Governo. Agora, eu reconheço que o que o Cláudio Sales apresentou tem... Ele trata-se de percepção. Eu estou aqui falando sobre percepções. Então se existe uma percepção que o... De que o Governo Brasileiro por ser acionista controlador de muitas empresas do setor elétrico ele teria, isso é uma suposição, teria uma posição não neutra, essa que é a suposição que leva a uma percepção de risco, isso deve ser combatido. E já está sendo combatido de certa maneira pela metodologia adotada. A metodologia adotada faz com que os geradores, a maior parte dos geradores são estatais, elas tenham que vender no ambiente regulado num leilão que eles não escolhem para quem vende. É um método que um pouco neutraliza isso. Então eu penso que sob o ponto de vista de regras, as regras já são regras que levam, vamos dizer a permitir a argumentação de que talvez essa percepção seja exagerada. Mas eu repito, não se trata de convencer, não se trata de ficar batendo no peito e dizer que essa percepção é certa ou errada. Se ela existe, se ela persiste, apesar da regra que nós temos hoje, isso significa que ainda há espaço e necessidade e aperfeiçoamento e algum lugar, em alguma coisa. No passado a agência reguladora fez outorga e concessões e também fez bem. É uma possibilidade. Mas não é pré-requisito.

Quais são as dificuldades na área de Recursos Humanos que nós enfrentamos nas agências reguladoras? Há uma regra que nós temos cumprindo, a ANEEL rigorosamente. Que todos os servidores são estatutários. Quer dizer, até as secretárias são... Isso, quer dizer, não nos cabe escolher. Cumprimos. Mas trago aqui uma reflexão que isso não é o que melhor serve, na minha visão pessoal, ao interesse público. Porque é claro que atividades de Estado como é fiscalização tem ser exercida por servidores concursados. Não há dúvida. Mas apoio administrativo, secretaria, acho que é um exagero. E isso na minha visão engessa um pouco. Há um problema na administração pública federal como um todo que afeta as agências reguladoras que eu chamo de autofagia nas carreiras públicas. As carreiras públicas são muito diferenciadas. Elas têm o... Chama-se os nossos servidores são especialistas em regulação. Eles têm lá um nível

salarial. Aí se eles passarem para concurso de gestor público eles têm um nível salarial um pouco acima. Se passarem por um outro, não tenho certeza, mas para o TCU, um pouquinho acima. São vários degraus. E o que tem acontecido é que essa situação que decorre de um processo histórico dentro do serviço público, tem induzido à formação de uma categoria felizmente minoritária, mas que existe, que é dos concurreseiros, são aqueles que estão continuamente mudando de posição. Eu hoje tenho entre 10 e 15 servidores na ANEEL que passaram, tomaram posse e não trabalharam um dia sequer, porque já estão matriculados para o próximo curso, para o próximo degrau da carreira. Estão sempre em transição. Isso não é bom para o serviço público, isso é uma autofagia que, enfim, traz, dificulta a memória institucional.

Finalmente, remuneração quando nós olhamos a remuneração dos servidores públicos, se compararmos, seja os nossos especialistas servidores, seja os dirigentes que ocupam cargo comissionado, é claro que são remunerações boas, comparadas com a média da remuneração do País. O País é muito pobre e a remuneração é baixa. Mas se nós quando compararmos seja com salários pagos pela iniciativa privada que naturalmente seriam mais altos, mas são muito mais altos, e quando nós comparamos como expliquei anteriormente com outras carreiras dentro da administração pública, isso acaba trazendo uma grande evasão. Nesse um ano e meio que estou na ANEEL, aliás, menos de um ano e meio, enfim, cerca de 30% dos nossos superintendentes que a liderança da instituição logo abaixo da Diretoria colegiada, são os superintendentes, 30% já foram. Porque não conseguiram resistir à erosão do canto sereia, seja na iniciativa privada ou outras carreiras dentro da administração pública. E nossos servidores também, os concursados não ficam. Passam, porque vão para o próximo degrau da carreira do servidor público. Isso não é bom.

Como deve funcionar o controle social? Um tema que eu sei que é caro aqui o Luiz Alberto Santos. Eu tenho uma convicção sobre como é que deve ser o controle social das agências reguladoras. Deve existir. Mas deve se dar pela transparência, pela visibilidade das decisões. Quer dizer, e temos praticado na ANEEL isso. Na ANEEL não há decisão sobre tarifa, revisão tarifária, não há decisão sobre norma conceitual que não seja antecedido de Audiência Pública em que todos os interessados, consumidores e agentes do setor possam criticar, contribuir, e discordar do que a ANEEL está propondo. E a ANEEL só toma a decisão, aí passada por essa Audiência Pública, a ANEEL faz uma reunião pública da diretoria, uma reunião do auditório transmitido pela internet com absoluta transparência,

e eu até quando eu vim da ANA para a ANEEL, na ANA nós não tínhamos isso. Eu fiquei assustado com isso. Puxa, se faz uma reunião pública. São dezenas de temas que tem que ser tratados. O setor elétrico é extremamente complexo. Não é possível que nenhum de nós tem o total conhecimento de todos os meandros, de todas as características do setor elétrico. E você numa reunião de Diretoria pública você acaba demonstrando falta de conhecimento num tema ou num outro, isso poderia ser embaraçoso. Não é. O que tem se demonstrado é que a diretoria debate com franqueza. No fundo o que estamos dizendo é o seguinte, o regulador tem que tomar decisões. Para isso ele é pago, pra isso ele existe, pra tomar decisões algumas de natureza discricionárias, desde que amparadas na Lei, é claro. Mas é obrigação dele explicar claramente porque tomou aquela decisão. Porque foi a decisão A e não a decisão B. E isso a reunião pública de Diretoria traz. Ela contribui para isso. Eu penso que esse é o verdadeiro controle social. Não é o suficiente, é apenas parte. É preciso que tenha o controle social também exercido por essa Casa, pelo Congresso. Eu penso uma sugestão que eu dou na elaboração como esse Projeto de Lei ainda está em andamento, eu penso que seria apropriado que como nós já fazemos, fazemos voluntariamente, nós mandamos todo ano o Relatório para a Câmara e o Senado. Mas mais que isso, porque isso pode parecer um pouco protocolar, mais que isso é necessário que esse Relatório seja objeto de uma Audiência Pública. A agência venha explicar para todos os interessados por que é que ela fez tais normas, porque ela tomou tais decisões, porque é que ela fez, adotou tal metodologia. E por último o controle, a auditoria do TCU. Que eu penso que o controle do TCU deve se dar estritamente como qualquer entidade pública nos procedimentos normais de uma entidade pública. Quer dizer, se a ANEEL fase uma licitação para comprar cadeiras, e não segue os trâmites da 8.666 deve tem que ser punida, como qualquer outra entidade da administração pública, mas deve ser aí talvez nesse Projeto de Lei haja uma oportunidade para delimitar que temas de natureza regulatória não devam ser objeto de revisão do TCU, porque isso traz uma insegurança, uma percepção de insegurança por parte dos investidores.

Eu quero dizer o seguinte, que eu já sinto que devo chegar para a conclusão, mas quero dizer que o TCU felizmente nunca adentrou por termos regulatórios. Mas há decisões que são metodológicas que há um problema que admite várias soluções. Por exemplo, revisão tarifária pode ser feito pelo método *price-cap* ou *cost-plus*. Nos Estados Unidos usa-se *cost-plus* na Inglaterra usa *price-cap*. O que não seria desejável e

não aconteceu, felizmente, é que o TCU tivesse uma discordância sobre se a ANEEL escolheu *price-cap* deveria ter usado outro. Isso traz uma insegurança que não aconteceu ainda por decisão, sabedoria dos Ministros do TCU. Mas não... Mas houve já na área técnica do TCU algumas tentativas de adentrar por temas regulatórios que são percebidos essas tentativas como um risco a mais de que as decisões da ANEEL possam vir a ser revisadas não só pela justiça mas também pelo TCU. Isso cria uma nova... Repito, não aconteceu, mas pode acontecer e isso é percebido como risco.

Bem, como não deve funcionar o controle social na minha opinião. Acho que com a transparência, com o TCU, com o Congresso Nacional e com essas audiências públicas, nós já temos suficiente nível de controle. O ouvidor, a minha sugestão, num Projeto de Lei, é que o ouvidor seja um membro da Diretoria colegiada. É bom que tenha ouvidor. Nós temos ouvidor na ANEEL. É bom. Só que ele deve, na minha sugestão, é que seja um membro da Diretoria colegiada e rotativo como nós fazemos na ANEEL. Isso é bom. Porque o ouvidor tem que estar à disposição dos consumidores e dos agentes. Estar ouvindo permanentemente. E ele traz para a Diretoria colegiada aquela visão mais do calor do corpo a corpo. E se isso for rotativo, é bom. Agora, se o ouvidor for alguém que está estranho ao processo decisório, não sei porque não vivi, mas temo que isso possa ser um elemento estranho, um elemento de contencioso no seio da própria agência. É um temor. Vejo que a ouvidoria como funciona na ANEEL funciona bem, e eu diria que deveria ser espalhado isso.

O contrato de gestão nós já executamos, o contrato de gestão. Todo ano nós mandamos um contrato de gestão para o Ministério, nunca tivemos nenhuma dificuldade. Nenhuma dificuldade. Mas eu percebo. Mas ele é percebido como fonte de risco. Então deve ser visto dessa maneira, quer dizer, se os investidores entendem que o contrato de gestão pode ser utilizado como mecanismo de captura do regulador pelo Governo, que como bem disse o Sales, o regulador não pode ser capturado nem pelos agentes, vamos dizer, aprovando elevações tarifárias desnecessárias, nem pelos consumidores, adotando a postura de, vamos dizer, populismo tarifário, poderíamos chamar assim, e também não pelo Governo. Mas se o contrato de gestão pode ser visto como mecanismo de captura, ele deve ser então... Não vejo que traga uma contribuição positiva. Repito a minha experiência. Termos de contrato de gestão, nunca... Eu sou regulador há cinco anos e meio, nunca foi objeto de nenhuma pressão. Aliás, nunca foi... Nunca tive pressão em nenhum momento com vários Ministros de meio ambiente que tratei os Ministros de Minas e Energia. Esse é um depoimento

que eu dou. O agente pode ser independente e não é tão difícil ser independente. Mas se isso é percebido como um risco, então deve ser visto como um risco e talvez tratado de outra maneira. O que eu acho que é o risco maior, não tem sido debatido. E esse não... Risco de captura maior, de novo, não se trata de experiência vivida, porque nunca passei pela experiência, mas é um risco conceitual. Nós estamos tratando aqui de algo para os próximos 10, 20, 30 anos. Então temos que olhar de uma forma acadêmica, conceitual. E qual é esse risco? É que a agência tem o seu orçamento, o seu contingenciamento orçamentário e financeiro atrelado ao Ministério. Isso não é bom. E é fácil de ser solucionado. Basta que a agência seja uma linha orçamentária. Não sei se estou usando a expressão correta, mas que ela tenha... Acho que é um pouco pretensioso imaginar que as agências não serão nunca objeto de contingenciamento. Porque tudo aqui é contingenciado, e por uma causa até nobre, porque nós precisamos de superávit primário. Não estou advogando contra isso. Mas o que eu quero dizer é que o que é importante é que esse processo não seja vinculado a uma negociação entre o Ministério e a agência... A agência e o Ministério a qual está vinculado. Porque isso pode dar ensejo. Em alguma época nunca ocorreu, repito, estou sendo enfático, mas pode dar ensejo a uma negociação de pressão. Porque afinal, quantos recursos, qual é o recurso que tem para a execução financeira da agência orçamentária. Estou aqui já terminando, em relação à questão da justiça, eu não sei se caberia um Projeto de Lei porque não conheço bem a técnica legislativa, mas uma idéia que foi trazida por um consultor americano, um regulador americano que nos visitou e fez um trabalho encomendado pelo Governo foi daquelas varas especiais em justiça regulatória. Eu de início fui contra. Agora com a experiência da ANEEL eu sou a favor. Acho que seria interessante se fosse possível criar uma vara especializada em direito regulatório para que é claro que qualquer decisão da agência reguladora sempre pode ser recorrido na justiça em qualquer das partes, mas que ela caísse num Tribunal especializado, porque a complexidade é grande desses temas.

E aqui já na minúcia, eu vou dizer que muito se fala da autonomia das agências reguladoras, eu quero enfatizar que esse desejo de autonomia não decorre de uma percepção ou de uma pretensão que os reguladores, os servidores de agências reguladoras são profissionais, são servidores públicos diferenciados em relação aos outros, mais inteligentes, ou mais bonitos ou mais merecedores de qualquer coisa. É por isso que precisam de autonomia. Não. A autonomia é um pré-requisito para independência decisória. O

que realmente caracteriza uma agência reguladora são dois elementos: Independência decisória do seu corpo diretivo e capacidade técnica do seu corpo de servidores. São as duas. E essa independência decisória, aí sim para ter a independência decisória é preciso ter alguma autonomia administrativa. Mais do que temos hoje. E isso entraria numa minúcia que não vale a pena para não cansar os Srs. Senadores e dar tempo eventualmente para um debate.

Quero finalizar só antes de finalizar pedir a gentileza... Vou fazer o comentário final no slide do Cláudio Sales. No slide nº. 5. Eu queria só fazer um comentário no nº. 5 que é esse aí que quando eu cheguei estava sendo exposto. Certamente eu estava chegando quando o Cláudio Sales estava apresentando o slide, certamente deve ter explicado que aí são comparações de três termômetros diferentes. Um que é usado pelo ONS, pelo Operador Nacional do Sistema, outro que é usado pela EPE e um terceiro que é proposto pelo próprio Acende Brasil com suporte de consultoria muito qualificada. Penso que esse trabalho é muito bom, li em detalhes, é muito interessante, e vou me fixar ali na coluna do central, em verde, que é o risco de racionamento segundo a metodologia que o Instituto Acende Brasil sugere, eu acho bem interessante porque reproduz o que aconteceu em 2001. Quer dizer, nas outras duas metodologias supõe-se que o racionamento poderia ser um tipo começa e pára, começa e pára que não é viável. Não acontece na realidade. Quer dizer, o racionamento quando é decretado, só é decretado em abril, não é decretado em janeiro, e quando é decretado, ele fica algum tempo. Então isso é um risco de ocorrer esse evento. A boa notícia, eu pedi para colocar esse slide para dar apenas uma boa notícia. É que ali em 2010 vê-se que o risco que o setor elétrico aceita é 5%. Tradicionalmente. E ali nós vemos que em 2008 o risco é irrisório, em 2009 está dentro do limite de 5%. Mas em 2010 já passa de 5%. Isso naturalmente é preocupante. Por que é que é assim? Porque essa simulação foi feita pouco tempo atrás, umas duas ou três semanas atrás em meados de abril, e na ocasião, quer dizer, duas ou três semanas atrás, fazia sentido a hipótese que aí adotaram. E a hipótese que aí adotaram é que não haveria gás para as termoelétricas a partir de 2010. Essencialmente. E aí isso deu esse resultado. Já foi noticiado pela imprensa que a ANEEL e a PETROBRAS estão na eminência de assinar um termo de compromisso, termo de compromisso esse que já foi objeto de algumas simulações e aquele 8% cai para o limite aceitável de 5%. O que é que é esse termo de compromisso? Essencialmente é a PETROBRAS disponibilizando gás e, portanto, o cronograma de entrada de térmicas a gás deixa de ser abrupto em

2010 e vem crescendo, numa escadinha crescente de agora até 2010. E aquele 8% cai para algo da ordem de 5%, já foram feitas algumas simulações o que é apenas, eu só quis dar essa boa notícia. Isso é algo que nos anima, que estamos, vamos dizer, que esses mecanismos de monitoramento afinal, apesar de concordar que poderiam ser mais visíveis, eles estão funcionando para fazer as correções de curso que são necessárias. Era o que eu tinha a dizer. Agradeço muito pela atenção e peço desculpas por ter me estendido mais do que deveria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Quero agradecer, meu caro Kelman, agradecer a exposição, não só do nosso caro Luiz Alberto como também do Cláudio Sales e do próprio Kelman, precisas, profundas, e mostrando que essa Subcomissão vai ser... Nós vamos ter uma oportunidade muito boa de com serenidade e com rigor técnico buscar alternativas, apesar de nós estarmos aqui numa Casa política, mas acho que nós teremos uma grande oportunidade em função daquilo que estamos ouvindo com as sugestões, as ponderações aqui apresentadas realmente levar para as duas casas propostas que seguramente vão propiciar um nível de investimento maior para o País e garantindo acima de tudo o crescimento do Brasil. Eu queria só antes de passar a palavra ao Relator, Senador Garibaldi, e ao Senador Eliseu Resende, só queria registrar que nós havíamos convidado o Dr. João Paulo Capobianco, que não pôde estar presente. No seu e-mail ele alega que essa informação teria chegado aqui à Comissão no dia 4, mas isso efetivamente não se realizou. Esse posicionamento, essa informação foi nos dada agora a poucas horas atrás. E de qualquer maneira, a despeito de entender talvez a sobrecarga de trabalho e o Ministério do Meio Ambiente passando provavelmente por uma reestruturação grande em função das ações nesse sentido da Ministra Marina, nós vamos convidá-lo, se já não o convidamos para a reunião que trata dos recursos hídricos... Ele não foi convidado.

Então, se os Senadores estiverem de acordo, nós acrescentaremos o nome do Dr. Capobianco a essa Audiência Pública, pela importância da questão ambiental na discussão do setor de energia no Brasil. Sobre todos os aspectos, e aqui esse assunto foi abordado por todos os expositores. Pelo Dr. Luiz Alberto, pelo Dr. Cláudio Sales e pelo Dr. Jerson Kelman. Por isso esse assunto vai ser um assunto que nós vamos ter que nos debruçar nessa Subcomissão pela importância vital que a questão ambiental representa para os projetos de infra-estrutura. E eu passo a palavra ao Senador Garibaldi, depois ao Senador Eliseu Resende e depois, em função do encaminhamento das perguntas, cada

expositor responderia e nós encerraríamos a terceira reunião da Subcomissão dos marcos regulatórios. Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, na verdade eu teria algumas perguntas a fazer, mas isso iria demandar um certo tempo ainda, que eu entendo que nós não temos. A curiosidade é muito grande, o interesse é muito grande, mas eu acredito que nós não temos esse tempo. Então, eu tendo em vista a presença aqui do ex-Ministro Eliseu Resende, eu vou ceder o meu tempo para ele, sem antes cumprimentar todos os expositores, todos aqueles que fizeram aqui as suas exposições e que contribuíram bastante, Sr. Presidente, para que nós pudéssemos numa expressão, os senhores vão me permitir, numa expressão popular, começar com o pé direito, como se diz. Na verdade, foram muito boas as exposições, e inclusive, acredito que muito didáticas para quem não é técnico na matéria, inclusive eu não sou, mas me senti perfeitamente aqui a vontade, porque o Dr. Kelman já sabia da sua fluência e da maneira didática como ele expõe mas os dois outros, quero cumprimentá-los, tanto o Dr. Luiz Alberto Santos, como o Dr. Cláudio Sales pela clareza.

Então, apagaram tudo ali, deu-se um apagão, um apagão voluntário, e isso levou a uma pequena pergunta aonde eu queria fazer, porque não tenho tempo, como nós não temos tempo, que era o seguinte: Do risco do quadro nº. 05, aliás, nós temos aí... Apagou-se lá. Eu não sei se eu estou lidando bem, mas eu fiquei impressionado aqui com o seguinte. De 2010, cujo risco passou de 8 para 5, segundo o Dr. Kelman, já em 2011 o risco... Aliás, é uma cor um pouco imprópria para risco, que é a cor verde. [risos] Deveria ser vermelha. Passou para 14. Bem, com a nova informação do Dr. Kelman, baixaria. Mas, mesmo assim, o que eu notei, e posso estar equivocado e quero ser corrigido, é que de 2010 para 2011 há um aumento muito grande desse risco. Porque de risco, de racionamento de energia. Ou então não é tão... Eu não sou um "expert". O "expert" é o Presidente aqui. Senador nem se fala, o nosso Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Bom, eu proporia, nós vamos fazer as perguntas todas e aí os expositores respondem. Porque fica uma coisa bem mais ágil e bem mais dinâmica. Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Presidente Delcídio, Sr. Relator, Senador Garibaldi, meu prezado Luiz Alberto, professor Kelman, Cláudio Sales. Não havendo Senador nenhum presente, a não ser eu aqui, eu queria já estar aqui só para ouvir. Acho que eu devo usar a palavra, porque nós precisamos de

homenagear os nossos palestrantes que foram extremamente competentes na análise que fizeram sobre o setor. O Kelman falou, o Luiz Alberto também, eu tenho vivido esse problema aqui na Câmara dos Deputados já há muitos anos. O Delcídio sabe. Nós trabalhamos na Lei das Concessões, na Lei da ANEEL, a ANEEL foi a primeira, tem deficiências por isso, trabalhamos na Agência Nacional do Petróleo, a flexibilização do monopólio do petróleo, Agência Nacional das Águas, criação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, trabalhamos na Agência dos Transportes e debatemos este assunto exaustivamente. Luiz Alberto esteve conosco na Câmara quantas vezes, foi criada uma Comissão Especial onde essa matéria foi discutida e se travaram debates muito profundos e fecundos.

Portanto, eu não vou estender as determinadas colocações, mas apenas eu gostaria de enaltecer um pouco aqui. Marco regulatório não é tarefa única da agência. O papel da agência no marco regulatório é o menor que existe. Marco regulatório é a formulação da política do setor, que é da competência da Presidência da República assessorado pelos seus Ministros que são os instrumentos de concepção das políticas públicas. Quando o Cláudio colocou aqui essa transparência, esse slide, ele colocou cinco dimensões mais relevantes para se avaliar a eficiência do marco regulatório. E quais são os cinco? A estrutura institucional nos núcleos, tributos e encargos, política tarifária, planejamento e expansão, meio ambiente. Nada disso é prerrogativa da agência. Então é preciso que nós tenhamos muito cuidado em estabelecer o que é preciso estabelecer. Quando se trata da Lei das agências, vamos dar a ela a operacionalidade. Vamos resolver os conflitos. O que está pegando? Há ciúme daqui, ciúme dali. A agência está arrogante, o Ministério está soberano? Vamos ver essa parte e vamos consertar isso. Agora, na parte da formulação política, me preocupa muito nessas leis todas nós fizemos questão, está escrito, fizemos questão de dizer que a formulação da política é do Ministério setorial. E dissemos muito claramente, até a aprovação das outorgas é do Ministério. A agência não publica o edital, não assina um contrato sem determinação do Ministro, sem ter examinado todas as circunstâncias que regem o processo, sem que o Ministro tenha falado o Presidente da República quer fazer essa hidrelétrica, vamos fazer que é necessário, os estudos econômicos que o Ministério do Planejamento tem precisa que as hidrelétricas do Madeira sejam feitas. Vamos fazê-las. E tenho a impressão o PAC mandando fazer as hidrelétricas. O Rio Madeira. Será que temos soluções ambientais para isso? As hidrelétricas do Rio Madeira vão conter eclusas ou não? Ficaria a viabilidade, a navegabilidade do rio, haveria viabilidade para

navegabilidade do Rio Madeira e seu afluentes que vão até Rondônia e Bolívia, fluindo toda uma produção de grãos agrícolas para escoamento pelo Rio Amazonas pelo Porto de Belém? E a quem compete isso? Compete a formulação da política ao Governo. Para isso nós criamos os Conselhos Nacionais de Política. O Cláudio Sales enfatizou isso aqui bem. No setor de energia que é o que nós estamos discutindo mais aqui, tanto a energia elétrica como a energia do petróleo, foi criado junto com a Agência Nacional do petróleo, e Agência Nacional de Energia elétrica, a Comissão Nacional de política energética. Onde está lá sentado o Ministro do Meio Ambiente, onde está lá sentado o Ministro do Planejamento, o Ministro da Fazenda, o chefe da Casa Civil. Para resolver as políticas setoriais. Esses quadros aí de projeção, que a ONS faz, o risco de 2010, o risco de 2011, quem está estudando isso não é a agência, não. A agência não vai projetar expansão. Delcídio sabe disso. A Agência Nacional de Energia Elétrica não estuda expansão dos setores. Tem a OMS, tem a EPE, são encarregadas de fazer esses estudos. Então a agência recebe uma tarefa de operacionalização da política formulada pelo Governo. E aí é que a coisa pega. O que nós estamos... Acima de tudo, eu não estou dizendo que há ineficiência do Governo para fundar essa política. Não quero dizer isso não. Mas a agência não pode ser culpada, porque a expansão não está dando certo, ou porque nós há anos que não temos um edital de licitação para um bloco de petróleo, para uma estrada, para uma hidrelétrica, para um porto, para uma ferrovia. Parece que há um bloqueio desse problema que envolve as agências. E tudo está amarrado, está parado. Então acho que nós temos que pensar aqui bastante, e na hora de examinar essa Legislação das agências, vamos estender um pouco, Relator, sobre a formulação da política do setor. As funções e tarefas do Conselho Nacional de Política energética. O que deve ser feito. E o que a agência tem de fazer operacionalmente falando. A política tarifária também é formulação do Governo. Não é papel da agência. A agência reajusta as tarifas ouvindo o Ministério da Fazenda. De acordo com regras estabelecidas no contrato. É importante dizer isso. Agora, a agência é encarregada de fazer as outorgas. O que quer dizer isso? Ah, não. Outorga não é para agência. Outorga é para o Ministro. Outorga não é nem para a agência, nem para o Ministro. O poder concedente é a União. E a União é representada pela Lei. E a Lei diz do processo de outorga a quem cabe a formulação de política, a quem cabe assinar o contrato a quem cabe fiscalizar. E nas leis preparadas aqui, em todas elas está dito lá claro: A agência não publica um edital de licitação sem a aprovação do Ministro. E até mesmo o

juízo final, o resultado da licitação ou do leilão tem que ser levado ou ao Presidente da República para a aprovação pela autoridade superior. Agora, o que nós achamos que não pode, Kelman, é o Ministro assinar contrato. De outorga. Nós temos uma média de vida útil de um Ministro por ano em cada setor. O Ministro que sai, o Ministro que entra, se ele assinou contrato, quem vai reformular o contrato, quem vai fazer os reajustes, as revisões ele mesmo. Como é que o investidor tem a convicção de que o contrato dele é firme? É um contrato que vai ser respeitado por 30 anos. Além disso, nós temos o caso que foi citado aqui bem pelo Cláudio Sales, da questão das estatais que se confundem com as empresas privadas. Nós quando fizemos a Lei de Flexibilização no Monopólio de Petróleo e a ANEEL, nós não privatizamos a PETROBRAS. Havia setores aqui do Congresso que gostaria de ver a PETROBRAS privatizada. Não privatizamos a ELETROBRAS. Não privatizamos FURNAS nem CHESF, mas demos a essas empresas as condições mesmas das empresas privadas de competir os leilões e nas licitações.

Então, há uma competição dura, rigorosa. A PETROBRAS quando entra numa licitação de PETROBRAS, ela compete com a Shell, compete com a STANDARD OIL e quem vai julgar essa concorrência se o Ministro é que vai assinar o contrato? Se o Ministro que dá a concessão, quem vai julgar a licitação? É o próprio Ministro. Agora, o Ministro, pela sua posição na estrutura governamental, ele é árbitro, ele é obrigado por lei a ser independente, a ser imparcial no julgamento da licitação. Ele não tem que ter interesses na vista, mas ele como Presidente do Conselho da PETROBRAS, e como Presidente do Conselho da ELETROBRAS, Conselho de FURNAS, ele pela Lei das sociedades anônimas, ele é obrigado a defender os interesses da PETROBRAS, da ELETROBRAS e de FURNAS. E por que é que tem com esse negócio de assinar contrato? Porque é que as agências não podem assinar contrato de licitação ou julgar se o DNIT pode? Ou seja, se as autarquias comuns, ordinárias do Governo, recebem o poder do Governo para licitar e assinar contrato e fiscalizar, por que é que a agência não pode publicar o edital, assinar o contrato e fiscalizar? Ela que tem a memória do processo? Todos nós sabemos na prática, quem foi gerente sabe disso, que fiscaliza bem quem contratou. Fiscaliza mal quem não viu nem de longe o contrato. E vai entender de um contrato para depois fiscalizá-lo. Eu insisto muito nesse ponto, o Luiz Alberto conhece a minha posição. Não dou importância a ouvindo. Não dou importância a contrato de gestão. Acho que contrato de gestão é até uma via de dois sentidos. Como o Ministério pode exigir da agência, a

agência pode cobrar do Ministério as dotações orçamentárias e a liberação dos recursos de acordo com o contrato de gestão, de acordo com o orçamento. A agência pode até ganhar. Agora, essa questão que me preocupa é mais a questão das outorgas. Eu achava que nós podíamos examinar isso com mais cuidado, porque isso eu tenho quase certeza, vai aliviar esse mal-estar que existiria entre as estruturas centralizadas do Ministério e as agências reguladoras. E com isso nós teríamos, o Governo poderia impor muito melhores condições, a Ministra no caso, de quando ela foi Ministra de Minas e Energia, a Ministra Dilma Rousseff, a Lei da ANEEL, como disse o Luiz Alberto, ela deu poderes ao Ministério para ser poder concedente, mas a Ministra muito sabiamente no momento que verificou na prática, primeira coisa que ela fez foi delegar. É prerrogativa minha, mas eu delego a agência. Ora, isso para mim isso é pior que entra um outro Ministro amanhã e diz: “Não, eu não quero delegar mais”. E a voz process(F). Aí cria uma insegurança enorme no investidor. E como foi citado aqui, o Brasil precisa tanto de recursos privados. Da iniciativa privada. O Governo lançou aí um PAC na base da participação do setor privado. Lançou uma PPP, Programa de Parceria Público-Privada na base de ancorar seus investimentos nos recursos privados, para... Se nós não estamos com competência para fazer uma concessão simples, que competência teremos para fazer uma PPP? Porque é muito mais complicado. Essa questão de captura, por exemplo, é muito mais séria. Como vai medir o retorno do investimento privado contrafaceando o retorno do investimento público. Isso é extremamente complexo do ponto de vista técnico.

Essas são minhas colocações, não é provavelmente uma pergunta, é uma... é um suspiro, uma ressonância do que eu já tenho falado. Me preocupa muito. Eu acho que está superado, se houver o entendimento na questão das outorgas, os outros itens serão mais fáceis de serem superados. Era o eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Eliseu Resende, pelos comentários, pelas ponderações, e deixando muito clara a questão das agências e a questão das políticas. E essa Subcomissão tem que ter isso muito claro em função das atribuições das agências e aquilo que é política pública para os vários setores de infraestrutura.

Eu quero passar por uma questão, eu sei que o Dr. Cláudio Sales está viajando com o Presidente agora, então eu primeiro passo a palavra ao Dr. Cláudio Sales, e aí ao Dr. Luiz Alberto e ao Dr. Jerson Kelman para as considerações finais e para eventuais comentários ou respostas àquilo que foi falado pelos Senadores.

SR. CLÁUDIO SALES: Agradeço muito, Presidente Delcídio. Só uma breve correção. Eu não estou viajando com o Presidente. Eu viajo amanhã às oito horas da manhã. E se eu não for para São Paulo agora, eu não consigo pegar o avião amanhã. É quase isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu me enganei. Mas o evento é com o Presidente.

SR. CLÁUDIO SALES: É com o Presidente amanhã, a inauguração de uma usina. Vou ser muito breve, mais uma vez agradecendo muito a atenção e a tolerância com a minha saída apressada aqui nesse final.

Primeiro um esclarecimento, Senador Garibaldi, em relação àquela questão do risco, foi importantíssimo, Dr. Jerson Kelman ter trazido isso. Aquilo é uma iniciativa, não sei se da PETROBRAS ou da ANEEL, quero crer de ambos, com a melhor das intenções de resolver o problema abastecimento em 2010. Aquele abastecimento de gás em 2010 para as usinas tinha por base o programa anteriormente anunciado pela PETROBRAS que já sabia que estava sob risco. Essa iniciativa agora é uma iniciativa voltada para trazer gás não dos poços que estão aí, nem mesmo da Bolívia, trazer gás através de um processo que em que o gás vem comprimido, liquefeito, em navios construídos especialmente para esse fim. Esse gás seria comprado no mercado spot a um preço que é simplificada, o Dr. Jerson vai me corrigir se eu estiver errado, vai resultar pelo menos 50%, entre 50 e 100% mais caro do que o preço do gás atualmente médio aqui no setor elétrico.

Então, de fato eu acho que essa é uma iniciativa extremamente importante para diminuir aquele risco. Mas que não nos alivia de algumas outras questões que fazem com que o sinal de alerta permaneça. Primeiro, que a cena e a condição da PETROBRAS fazer esse acordo implica na possibilidade de repassar o preço desse gás, acena com aumento grave no custo dessa energia, indo na contramão que da moticidade que nós pretendemos. E segundo lugar ainda tem dificuldades intrínsecas, porque hoje não está tão fácil. O mercado mundial está demandado nisso, tanto na construção, preparação dos navios etc, tem riscos aí envolvidos. Quer dizer, eu ainda não vi essa simulação feita em cima do modelo cumprindo as metas, pode ser que fique... Eu tinha informação que era entre 5 ou 6% como disse o Dr. Kelman, mas há riscos ainda de operacionalização disso ou há grande probabilidade de termos que enfrentar aumento de custo de energia aí.

Com relação ao que disse o Senador Eliseu Resende, só o meu comentário, é o não comentário, é dizer que o senhor tem sido inspiração para muitos aí na discussão desses temas e eu me alio nessa torcida

e nesse grupo de muitos pela seriedade e profundidade com que o senhor aborda essas questões.

Então mais uma vez, Senador Delcídio, pedindo mil perdões a meus companheiros de Mesa, Senador Garibaldi, Senador Eliseu Resende, senhores que estão aqui pacientemente nos ouvindo, de fato eu tenho esse problema da logística. Se eu não me ausentar agora a minha chance de pegar o vôo seria grave. Era esse o comentário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Se o avião estiver no horário, né Cláudio. Com a palavra o Dr. Luiz Alberto dos Santos.

SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS: Infelizmente não vou fazer meu comentário com a presença do Dr. Cláudio Sales, mas há algumas questões que eu gostaria de registrar, referente às questões que ele colocou aqui relativamente à questão das fragilidades ou vulnerabilidades do Projeto do Poder Executivo em discussão no Congresso Nacional. Gostaria de registrar primeiramente que do documento elaborado e divulgado pelo Instituto Acende Brasil, energia, o desafio das agências reguladoras, e que conclui com uma tabela que apresenta a síntese das propostas ao Projeto de Lei das agências onde existem 10 propostas, eu diria que o Governo concorda com pelo menos oito e meia. E por que oito e meia? Porque uma delas o conteúdo dela é em parte competência privativa dos Estados e dos Municípios, ou seja, a União não pode legislar sobre a matéria até porque estaria invadindo essa competência. Mas é possível induzir os Estados e Municípios nessa direção. Que é justamente de que as agências reguladoras estaduais sigam os mesmos princípios de autonomia que sejam de observância obrigatória pelas agências reguladoras federais. Então esse meio que é o sentido da idéia, claro, temos acordo, temos concordância, a forma de fazê-la é que merece um certo cuidado para que a Lei Federal não invada a competência dos entes federativos. No item 10º, sim. Aí nós temos uma dificuldade. Porque a 10ª proposta diz relativamente à eliminação da figura do ouvidor e do contrato de gestão.

Bom, primeiro porque o contrato de gestão ele é efetivamente um tema que merece ser discutido, e aí me parece que temos uma concordância no sentido de se buscar uma alternativa que evite em qualquer momento que esse instrumento possa servir como forma de licenciamento da autonomia decisórias das agências reguladoras. E atualmente o debate que se trava com o Deputado Leonardo Picciane é exatamente, da Câmara dos Deputados, para encontrar essa solução, essa formulação alternativa. Me parece, pode trabalhar, pode ser até a que foi sugerido aqui na apresentação dele referentemente à idéia de um

plano de trabalho. Nos Estados Unidos, por exemplo, a figura do plano de trabalho é utilizado, tanto o plano estratégico quanto o plano anual, no âmbito do *General Performance and Results Act* para todas as agências e tem funcionado há dez anos com razoável sucesso. Então acho que não é também um dogma. Agora, na questão da ouvidoria acho que é mais um mal entendido, porque a figura do ouvidor de modo algum virá também a trazer esse tipo de problema que foi em vários momentos mencionados, até com alguns epítetos, alguns elogios, vamos dizer, no sentido irônico a figura do ouvidor que ele seria um bisbilhoteiro. Isso já foi abandonado até porque no trabalho de debate na Câmara dos Deputados ficou claro que não é isso e o próprio Relator na Câmara aperfeiçoou a redação no sentido de afastar. De modo que nós entendemos que a figura do ouvidor tem que ser sim valorizada, preservada e fortalecida para que ele possa cumprir bem a sua função.

Há um aspecto que ele menciona que acho que é pertinente. E nesse sentido temos acordos também que é a hipótese de que o ouvidor tendo acesso à informações sigilosas obviamente se sujeitará a preservação do grau de sigilo dessas informações. E nesse sentido, uma das propostas apresentadas na Câmara dos Deputados pela FIESP e ABAR que elaboraram inclusive uma proposta de substitutivo, vai nessa direção e o Governo entende cabível a preocupação e merece, portanto ser acolhida. Nesse sentido eu acho que nós temos uma razoável convergência, embora nem sempre as palavras sejam bem entendidas como disse aqui o Dr. Jerson Kelman, existe uma percepção muito negativa e o Governo tem buscado contornar essa percepção.

Ainda em relação ao que foi dito pelos demais participantes, quando o Dr. Jerson Kelman coloca essa discussão em relação às agências serem entes de Estado, eu confesso que tem uma certa dificuldade em fazer a separação entre o que é um ente estatal e um ente de Governo quando na verdade uma agência reguladora é um ente de governo na medida em que ela serve exatamente para assegurar a prevalência no tempo de um determinado tipo de correlação de forças ou de uma determinada coalizão que está no Governo num determinado momento. Quando um dirigente de agência é indicado pelo Presidente da República ou por Ministro de Estado, de alguma forma ele reflete as concepções políticas de quem o indica. E ele projetará de alguma forma também no tempo aquelas concepções. A alternância no âmbito das agências reguladoras a não coincidência dos mandatos atenua isso evitando que um mesmo Presidente ou Ministro possa nomear todos os dirigentes de uma agência ao mesmo tempo.

E com isso então evitar que uma futura coalizão que chega ao poder possa colocar no bojo daquela agência a sua visão de prioridade, a sua visão de como deve o Estado atuar. Então eu não faço, eu não consigo fazer uma separação tão nítida, porque vejo as agências reguladoras como entes de Governo e qualquer ente de Governo tem como obrigação buscar a preservação e a produção do interesse público.

Então, não posso compreender uma separação tão clara entre as duas figuras. Foi mencionado pelo Dr. Kelman também um problema relacionado à questão de quadros de carreira no âmbito das agências reguladoras. E registro mais uma vez que nós temos total convergência em relação a esse ponto, porque de fato, a situação remuneratória dos servidores das agências ainda é insuficiente para segurar o nível de retenção e atratividade adequados para essa função. Mas infelizmente não é um problema que ocorre só nas agências reguladoras. Quando o Dr. Kelman citou aqui um exemplo de uma situação em que alguns funcionários de agências fazem concursos para outras carreiras, na verdade isso é uma situação conjuntural que deve ser superada em muito breve muito porque o ideal é que as agências reguladoras estejam e deverão estar provavelmente num caso curto num patamar de remuneração em que isso não aconteça. Agora, nós não podemos ignorar que existe um princípio no âmbito do serviço público que é o princípio da carreira, ontem as pessoas ingressam num patamar de remuneração um pouco mais baixo e vão subindo ao longo tempo por meio da promoção. No caso das agências reguladoras, o Governo propôs e foi aprovado pelo Congresso um mecanismo, inclusive, para favorecer os servidores de maior qualificação e experiência no sentido de acelerar esse tempo que eles levariam para chegar ao final da carreira como foram criados também mecanismos de incentivo remuneratório e infelizmente até agora não regulamentados em sua plenitude que valorizariam mais a experiência prévia ou a qualificação acadêmica, enfim, como é o caso da gratificação de qualificação. Então nós estamos aperfeiçoando instrumentos e tenho convicção de que em muito curto prazo esse problema estará minimizado, embora para ser equacionado sejam necessários outros arranjos que não dependem de uma visão específica de como deve ocorrer com as agências reguladoras. Existem muitos problemas elevados da baixa remuneração do serviço público e da dificuldade de se competir com o mercado, eu não preciso dizer, por exemplo, que a remuneração de um Ministro de Estado hoje que de oito mil e poucos reais que é a mesma remuneração de um dirigente de agência reguladora é absolutamente incompatível com as necessidades. Quando foi mencionado aqui

o exemplo de um dirigente de uma empresa estatal, que tem uma remuneração na faixa de 20, 25 mil reais, evidentemente que fica bem mais fácil de administrar as suas situações, as necessidades e tal. Acho que é um problema que precisará no curto prazo também ser enfrentado e certamente o Congresso também terá uma contribuição a dar a respeito desse tema.

Finalmente, em relação às ponderações muito lúcidas feitas pelo Senador Eliseu Resende com o qual tive a honra de dividir algumas discussões sobre o tema na Câmara dos Deputados, eu confesso que esse tema ainda está em vias de ser melhor compreendido por todos os que têm se debruçado sobre ele. Ou seja, em que medida o poder concedente ou a forma de exercê-lo é ou não uma decorrência do poder de formular a política e de decidir sobre ela. A tese que o Governo adotou e continua defendendo é que a assinatura do próprio Contrato de Concessão é o exercício desse poder. E nesse sentido, se não coubesse ao dirigente político decidir sobre a oportunidade da assinatura desse contrato, ele estaria abrindo mão de uma prerrogativa que é de natureza eminentemente política. Para minimizar os problemas que foram mencionados referentes a interferências ou conflitos de interesse é que se propôs que a agência tivesse sobre sua responsabilidade legalmente o exercício das tarefas de natureza administrativa no curso do processo licitatório, ou seja, que ela a agência preparasse todo o processo licitatório e aí ao preparar o processo licitatório do qual fazem parte as minutas de contrato, ela teria todo o conhecimento necessário para depois exercer a sua função de fiscalização do cumprimento desse contrato. De modo que acho que é um ponto pequeno ainda de divergência, já que o senhor mesmo deixou claro, o poder concedente é a União.

Eu agradeço mais uma vez a oportunidade de estar aqui hoje e tenho a certeza que os trabalhos dessa Subcomissão de Regulamentação dos Marcos Regulatórios será de extrema validade para que quando o Projeto de Lei 3.337 chegar ao Senado ele possa ser apreciado num prazo razoável e que possa ter a sua implementação concluída.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Apenas uma pergunta para poder me esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Pois não, Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): O Luiz Alberto entende que... Todo o procedimento pode ser feito pela agência, o Ministro simplesmente assina o contrato que é colocado na frente dele para assinar?

SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS: Evidentemente que o processo político envolve etapas. E a primeira etapa é a decisão de que se faça a concessão,

como o senhor mesmo disse, o Ministro determina a agência, então, que proceda a licitação. A agência então adotará todos os procedimentos administrativos para que se chegue ao final a uma licitação apreciada, julgada, diz: Olha, o vencedor é esse, encaminha o processo agora ao Ministro para a sua decisão.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Obedecendo as diretrizes do Ministro? A política formulada.

SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS: Exatamente.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): O ato de outorga então seria o ato de assinatura do contrato.

SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS: A parte contratante é a União representada pelo Ministro de Estado.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Então acho que nós estamos muito próximos.

SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS: Certamente. Tenho convicção que sim.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): E que nós tínhamos uma alternativa do Presidente da República do Decreto autorizar a agência a assinar o contrato. O decreto como exposição de motivos do Presidente do Ministro de Estado.

SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS: Nesse ponto é que acho que ainda temos uma zona de divergência.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Luiz Alberto, pelas explicações, pelos comentários. Agradecemos mais uma vez a sua presença, e por último, mas não menos importante, o Dr. Jerson Kelman, para que a gente finalize a reunião de hoje.

SR. JERSON KELMAN: Pois não, Senador. Inicio então pela questão levantada pelo Senador Garibaldi em relação parece aparente transição abrupta entre o risco de 2010 e 2011 naqueles trabalhos apresentados pelo Instituto Acende Brasil. O que eu queria recordar, até tem um paradoxo eu queria chamar atenção, porque eu disse que essa simulação foi feita retirando as térmicas a gás até 2010. Em 2010 elas retornavam, porque não havia gás. Essa foi o pressuposto do estudo feito. Então isso parece um paradoxo exatamente quando o gás retornou em 2010 é quando o risco naquele gráfico subia para 8%, e depois mais ainda para 14% naquele gráfico. Na hora que o gás retorna, aí que tem um problema, parecia uma questão. E merece uma explicação. É porque isso daí, vamos dizer, o que isso traduz é que aquela ausência de gás que era percebida até duas semanas atrás, porque essa

era a realidade, não tínhamos ainda um acordo com a PETROBRAS, não tinha gás.

Então, essa situação fazia com que ao longo dos anos fosse utilizado, fosse gerada mais energia das hidrelétricas do que seria, digamos, sensato. Então o que iria acontecer fizessemos um armazenamento das hidrelétricas que elas ficariam... O armazenamento estaria oscilando, mas com uma tendência de baixa, como nós vimos nos anos anteriores a 2001. Que foi, vamos dizer, o recurso hidrelétrico foi sobre utilizado. Então exatamente quando chegava em 2010 em que os reforços do gás chegavam finalmente, chegariam tarde. Essa era a má notícia que aquele gráfico mostrava, quer dizer, quando chegava o gás os reservatórios já estavam vazios. Qual era a boa notícia? Que esse compromisso com a PETROBRAS teremos disponibilidade de gás numa escada ao longo dos anos, e essa situação de... Essa, vamos dizer, a probabilidade de que aconteça essa evolução de esvaziamento de reservatórios diminua para patamares aceitáveis. Então isso era o que eu estava querendo ressaltar. 2011, Senador Garibaldi, aí eu já não me recordo, não tenho aqui, quanto é que saíria. Esses 14% como é que modifica. Mas, de toda maneira, há um dado relevante. 2011 está suficientemente distante para que se tome as iniciativas necessárias. Quer dizer, o setor elétrico é um grande transatlântico que não se consegue fazer manobras abruptas, mas com três anos de antecedência, já começa a ser possível.

Então, é isso que nós vamos estar fazendo, monitorando e corrigindo o curso. Com relação à intervenção do Senador Eliseu Resende, eu só queria congratular o Senador Delcídio por ter insistido que o Senador fizesse uma intervenção porque foi mais uma aula, Senador. Eu sou seu admirador, o senhor sabe disso, sempre aprendo alguma coisa quando lhe ouço. E aprendi muito na época da Lei da ANA, na Lei das Águas, e mais uma vez agora ele ouviu. Acho que o Senador Delcídio deve sempre lhe provocar para que o senhor nos dê algum ensinamento. E para terminar, com relação à questão rapidamente só uma observação em relação que o Luiz Alberto dos Santos nos disse, é claro que a carreira de funcionário público deve começar num patamar mais baixo e deve ir progredindo. Todas as carreiras são assim. Como bem percebeu o Luiz Alberto o problema está na multiplicidade de carreiras que nós temos. E aí alguém começa um pouquinho mais alto já é motivo suficiente para ir pulando de carreira em carreira. E eu penso que essa multiplicidade de remunerações nas várias carreiras da administração pública decorre de um processo histórico que não necessariamente tem a ver com os méritos dos servidores ou com a importância das instituições. Tem mais a ver com o movimento,

digamos, de reivindicações ao longo dos anos dessas várias categorias e tema esse que teria uma grande contribuição no Congresso Nacional se a regulamentação da greve do funcionalismo público fosse objeto de uma lei que disciplinasse isso, porque grande parte dessa disparidade decorre de diferentes momentos históricos e que diferentes categorias lograram alguns avanços salariais sem uma certa organização.

Então, como uma reflexão final, quando o Congresso presentear o País com uma lei que regule esse exercício da greve do funcionalismo público, acho que nós estaríamos avançando no sentido de disciplinar um pouco esse tema. Mas era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado mais uma vez pela oportunidade de participar desse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado Dr. Jerson Kelman pela clareza da exposição, pela competência habitual. Não sei se o Senador Garibaldi e o Senador Eliseu Resende gostariam de fazer mais algum comentário.

Eu só queria, meu caro Kelman, registrar a assinatura desse termo de compromisso da PETROBRAS com a ANEEL. Eu esperei por esse momento por alguns anos. Porque na verdade é o seguinte, o programa das termelétricas a gás natural, e você sabe muito bem, ele seguia uma ação articulada na implementação da infra-estrutura de gasodutos, e outras fontes como o GNL. E isso não aconteceu. Por isso é que houve esse Gap. E agora nós podemos ver com absoluta... Aliás, e eu quero destacar essa... Quero fazer menção ao papel da ANEEL nesse processo, que foi a ANEEL que botou o dedo na ferida. Aí foi feito um ensaio pelo operador nacional do sistema, para verificar até onde essas usinas... Até que limite essas usinas poderiam gerar, e aí ficou caracterizado esse Gap entre o suprimento de gás e a geração efetiva ou a capacidade nominal dessas usinas.

Então, eu vejo isso com muita... Com muita... Esperei quase quatro anos para ver, para que realmente o bom senso prevalecesse. E agora está sendo assinado esse termo de compromisso com a Agência Nacional de Energia Elétrica que vai viabilizar efetivamente a infra-estrutura de gás para despachar essas térmicas dentro da plena capacidade, sem considerar que muitas delas terão o ciclo combinado, instalado, quer dizer, tendo mais eficiência ainda na geração e agregando mais megawatts. E mostrando que efetivamente o que vai fazer com que o País comece a trabalhar menos de 5%, que é o limite adotado pelo operador nacional do sistema e pelos órgãos de planejamento para que nós tenhamos condição de ter agora tempo para esperar por novos empreendimentos e enfrentar 2009 e 2010 com segurança. Esperei muito tempo, Senador

Eliseu Resende, e hoje eu estou vendo que o bom senso finalmente prevaleceu. E eu quero agradecer, quero inclusive, meu caro Senador Garibaldi, nós vamos encaminhar, eu combinei já, estou falando também agora para o Dr. Jerson Kelman e o Dr. Luiz Alberto, falei já com o Dr. Cláudio Sales que nós enviaremos as perguntas sobre os temas aqui tratados, quero dizer do meu otimismo com relação aos trabalhos dessa Subcomissão. Eu sou pato novo, eu estou quatro anos no Senado, mas poucas foram as Audiências Públicas em que nós tivemos condição de discutir com tamanha profundidade e temas que são áridos. Temas que são difíceis de se debater publicamente até porque representam setores de estrutura essenciais e que por si só são absolutamente complexo. Então eu quero agradecer muito, agradecer a presença mais uma vez do meu querido Kelman, do Luiz Alberto, do Cláudio Sales que já se retirou, agradecer aos Senadores pela presença, eu sei que o horário não é um horário, o dia não é um dia muito fácil, aliás, hoje eu estava conversando com um jornalista e ele me disse o seguinte: Senador que está aqui na segunda e na sexta pode ter certeza que tem assunto importante que eles estão tratando. E nós estamos aqui na segunda-feira. E quero agradecer a presença de todos e já deixar marcado para o dia 14 de maio, não é Dr. Gonzaga? 14 de maio às 17h, a audiência sobre petróleo, gás e biocombustíveis. Muito obrigado a todos e boa noite.

Sessão encerrada às 21h00.

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO, DE 2007, ÀS 17:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezessete horas e trinta e cinco minutos do dia quatorze de maio do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, reúne-se a Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Valter Pereira. Deixam de comparecer os Senadores Inácio Arruda, Valdir Raupp, Kátia Abreu, Eliseu Resende e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública a fim de debater a questão dos “Marcos Regulatórios”, tendo como tema foco o Setor de Petróleo, Gás Natural

e Biocombustíveis, em atendimento a deliberação da Subcomissão. Foram convidados o Sr. Paulo Roberto Costa, Diretor de Abastecimento da Petrobrás; o Sr. Jório Dauster, representante da Brasil Ecodiesel; o Sr. Eduardo Pereira de Carvalho, Presidente da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo, Unica; e o Sr. Carlos Eduardo de Freitas Brescia, Diretor da Associação Brasileira de Distribuidoras de Gás Canalizado, Abegas. A Audiência Pública é realizada com a presença dos Srs. Paulo Roberto Costa, Diretor de Abastecimento da Petrobrás; Jório Dauster, representante da Brasil Ecodiesel; representando o Sr. Eduardo Pereira de Carvalho, Presidente da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo – Unica, o Sr. Francesco Giannetti, Assessor Jurídico da entidade; e Carlos Eduardo de Freitas Brescia, Diretor da Associação Brasileira de Distribuidoras de Gás Canalizado – Abegas. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira e, ainda, o Presidente da Subcomissão, Senador Delcídio Amaral. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Delcídio Amaral**, Presidente da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Havendo número regimental declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Temporária de Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em 14 de maio de 2007, às 17h, na sala de reuniões nº. 19, da Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da leitura da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A pauta de hoje, como eu disse, Audiência Pública a fim de debater a questão dos marcos regulatórios em atendimento à deliberação dessa própria Subcomissão que aprovou já um calendário até o final de junho, ouvindo vários setores da infra-estrutura.

Eu gostaria de convidar, enquanto o Senador Garibaldi se encontra em trânsito de Natal para Brasília, quero convidar o Senador Valter Pereira para ser o Relator *ad hoc* aqui da nossa Comissão, nos acompanhar nos trabalhos, e quero convidar aqui para fazer parte da Mesa o Diretor Paulo Roberto Costa, Diretor de Abastecimento da PETROBRAS, o Dr. Jório Dauster,

representando a BRASIL ECODIESEL, o Sr. Francesco Giannetti, representando o Sr. Eduardo Pereira de Carvalho, Presidente da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo, UNICA, e o Dr. Carlos Eduardo de Freitas Brescia, Diretor da Associação Brasileira de Distribuidora de Gás Canalizado, ABEGÁS.

Eu quero aproveitar a oportunidade e esclarecer aos nossos convidados, ao nosso querido também Senador, conterrâneo, ilustre grande amigo Valter Pereira, que nós daremos em média 20 minutos para cada expositor. Também aqui não é uma... Não é nenhuma sangria desatada esse tempo. Se os expositores acharem que em função do tema eles eventualmente possam vir a precisar de mais alguns minutos, é claro que nós temos liberdade para isso. É uma Subcomissão, uma estrutura pequena, então de fácil flexibilidade. E depois dessas apresentações os Senadores e as Senadoras vão fazer perguntas aos expositores, sempre assim de uma maneira muito tranqüila.

Eu quero também dizer aqui aos convidados que essa Subcomissão ela não é uma Subcomissão de palanque, de comparação com governos anteriores, nada. Isso é uma Subcomissão que está tratando de um assunto fundamental para o País, que são os marcos regulatórios e nós precisamos aproveitar esse tempo com figuras ilustres que são convidadas e que estão vindo à nossa Subcomissão para realmente esclarecer uma série de pontos e trabalhar na aprovação, principalmente no que se refere a um aperfeiçoamento maior dos marcos regulatórios.

Eu vou passar... Nós vamos começar a nossa... Nós vamos começar a nossa Audiência Pública agora. Quero anunciar também que no dia 21 de maio, Senador Valter Pereira, nós teremos às 17h também uma Audiência Pública sobre telecomunicações. Estão convidados o Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, Dr. Plínio de Aguiar Júnior; o Dr. Alexandre Annenberg, que é Diretor Executivo da Associação Brasileira de TELEVISÃO por assinatura, ABTA; o Dr. Ercio Alberto Zilli, Presidente Executivo da Associação Nacional das Operadoras de Celulares, ACEL; o Sr. Luiz Cuza, Presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas, TELCOMP e o Dr. José Fernandes Pauletti, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado, ABRAFIX. Então às 17h da próxima semana dia 21 de maio, uma Audiência Pública sobre telecomunicações. Marcos regulatórios ligados à área de telecomunicações do Brasil. E vamos iniciar agora, então, a nossa audiência, eu passo a palavra ao Dr. Paulo Roberto, Diretor de abastecimento da PETROBRAS.

SR. PAULO ROBERTO COSTA: Boa tarde a todos. Cumprimentar aqui os membros da Mesa, o Senador Delcídio que é o responsável por essa Audiência Pública dos Marcos Regulatórios, e aos demais colegas, Dr. Jório Dauster, nosso amigo Brescia, da ABEGÁS e o representante aqui da ÚNICA, Francesco Giannetti.

Senador, nós vamos fazer a nossa apresentação baseada em alguns pontos que teremos aí na próxima... No próximo slide. Por favor, o próximo slide. Então nós vamos falar rapidamente dos investimentos... Volta um pouco. Volta um. Vamos falar dos investimentos, alguns aspectos tributários que na nossa visão, vamos dizer, carecem de algumas ações em relação a marcos regulatórios e depois propriamente dito a parte regulatória que envolve a área de petróleo.

Aqui os investimentos da PETROBRAS no período 2007/2011, são investimentos realmente de monta bastante expressiva, e obviamente que os marcos regulatórios têm uma ligação, têm uma... Vamos dizer assim, uma interferência bastante grande em relação ao que nós estamos propondo de investimentos na área.

Então, 87.1 bilhões de dólares 2007/2011, cerca de 56% para área do *upstream*(F) que é a área de exploração e produção, 26% a área do *downstream*(F), que é a parte de refino e petroquímica, principalmente, e depois valores menores ali de gás energia, petroquímica, distribuição etc.

Na área de energia renovável que tem vários pontos que vou citar hoje aqui como pontos de atenção em termos de marcos regulatórios, nós estamos hoje trabalhando para viabilizar plantas de biodiesel no volume total de 855 mil m³/ano, o ano até 2011, estamos trabalhando no HBio que é o processamento de óleo vegetal diretamente nas refinarias com uma vantagem muito grande em termos de qualidade e redução do volume importado de óleo diesel. Estamos trabalhando nas refinarias para viabilizarmos cerca de mais de um milhão de metros cúbicos no ano. Na parte de álcool-dutos e tancagem de álcool, estimando uma exportação de 3,5 milhões m³/ano até 2011. Principalmente mercado japonês. Também eu vou entrar também em mais detalhes. E, além disso, estamos olhando outras energias como eólica, solar, outras fontes renováveis de modo a desenvolver essas outras atividades da companhia. E isso vamos investir, então, só na parte, vamos dizer assim, de desenvolvimento de pesquisa nessa área de renováveis e biocombustíveis, 700 milhões de dólares nesse período.

Especificamente na área do que *downstream*(F) que envolve a parte de refino, transporte, petroquímica, nós vamos investir no período 23,1 bilhões de dólares, sendo que a maior parte é na área de refino. E

na área de refino o quadro aqui da direita nos mostra que grande parte desse investimento vai ser na qualidade do diesel, da gasolina e na área de conversão, ou seja, possibilidade de utilizar mais petróleo pesado brasileiro nas nossas refinarias. Então são investimentos realmente de monta dentro da área do refino.

Bom, agora vou entrar aqui em alguns aspectos tributários e depois vamos falar dos aspectos regulatórios. Na parte dos aspectos tributários, eu acho que o primeiro ponto que nós temos que ter um pouco mais de atenção é o chamado REIDI, que é o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura. E nós estamos sentindo hoje algumas dificuldades porque esse regime ele prevê a suspensão do PIS e COFINS em torno de tem 9.25% sobre venda de materiais e serviços para empresas que tenham projetos aprovados ou projetos de infra-estrutura no setor de transportes, portos, energia, saneamento básico e irrigação. Aí quero focar aqui a parte de energia. O texto da Medida Provisória ele não é muito claro o que é que significa energia. E há risco de não enquadramento de alguns projetos da PETROBRAS, que eu já citei anteriormente, que estão inclusive incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento de não serem beneficiados nesse ponto. Então acho que merece uma atenção especial de incluir nessa área energia petróleo, gás natural, refino, petroquímica, dutos, combustíveis renováveis e energia elétrica, hidráulica e térmica. Como é que está a situação desse Projeto? Ele foi remetido pela Câmara dos Deputados aqui ao Senado Federal para votação e para receber Emendas. Então me parece bastante adequado, ainda estamos em tempo de uma análise mais detalhada na palavra energia e incluindo então as atividades que compete à PETROBRAS, como falei petróleo, gás natural, refino, petroquímica, duto, energia renovável e energia elétrica, no caso as térmicas, nesse item para poder, vamos dizer, usufruir dessa vantagem prevista no regime especial.

Então esse primeiro ponto que eu gostaria de uma atenção bastante forte em relação à inclusão das áreas de petróleo e gás nesse regime especial de incentivo para desenvolvimento da infra-estrutura.

O segundo ponto é incentivos fiscais para matérias-primas da indústria petroquímica onde o objetivo é reduzir então o PIS e COFINS de 9.25 para 5.26 nas vendas de etano, propano, butano, e do carboneto leve de refino que são destinados à indústria petroquímica e gás, bem como petróleo para fins petroquímicos. E nesse ponto, Senador Delcídio, não está muito claro, o maior Projeto hoje da PETROBRAS que é o complexo petroquímico do Rio de Janeiro, ele vai utilizar como matéria-prima para indústria de petroquímica o

petróleo. E nesse incentivo fiscal o petróleo não está incluído, e vai ser o maior pólo petroquímico da história do País que nós já estamos desenvolvendo os projetos aí para entrada em operação da primeira geração no ano de 2012 e segunda geração 2013, e o petróleo, infelizmente ainda não está contemplado dentro desses incentivos. Então contempla ali como eu falei outros produtos como o etano, propano e butano e gás de refinaria, mas não contempla o petróleo. Então nos parece, bastante, interessante que haja, vamos dizer, uma ação aqui do Senado e esse hoje, esse Projeto está aqui no Senado para receber Emendas até 02 de junho, então me parece bastante interessante que haja uma participação no Senado em relação a esse ponto.

O terceiro ponto, que é a criação das zonas de processamento de exportação, regime tributário, cambial e administrativo, também prevê isenção de alguns tributos em termos de Imposto de Renda, PIS/COFINS, IOF, Imposto de Importação, IPI, por até dez anos nas operações de importação e exportação de bens e serviços. E esse Projeto na nossa visão também traz benefícios fiscais relevantes para projetos principais como refinaria prêmio, que é uma refinaria que nós estamos desenvolvendo para entrada em operação até 2014 que visa atender mercado interno e mercado externo em termos de produtos. A PETROBRAS está trabalhando no sentido cada vez mais em termos de novas unidades visando a exportação de produtos já refinados em vez de petróleo bruto. Obviamente que isso é muito bom para o País e agrega valor e isso traz benefícios extremamente importantes.

Então nós entendemos que aí a refinaria prêmio e complexos bioenergéticos podem ter, vamos dizer, alguns benefícios aí dentro desse item das zonas de processamento de exportação. A situação desse Projeto que em 16/04/2007, o Relator no Senado Federal encaminhou para votação o Relatório favorável à aprovação dos projetos. Então esperamos aí que tenha um bom... Uma boa finalização em relação a esse ponto.

Esse ponto é a simetria tributária entre os combustíveis do Ciclo Otto. Gasolina, GNV e álcool. Hoje nós estamos dentro do Ciclo Otto, a gasolina ela está perdendo, vamos dizer, a sua participação normal, há outras alternativas em termos de combustíveis para o usuário final, para o cliente, que é o gás natural veicular e o álcool. Agora, isso está representando a nível dos governos, principalmente o Governo Federal, mas também nos governos estaduais, uma redução de arrecadação. O que significa isso? Significa que nós temos uma simetria tributária entre esses combustíveis, e, por exemplo, GNV e o álcool não incide a CIDE, a contribuição sobre desenvolvimento... Como é que é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PAULO ROBERTO COSTA: Intervenção do Domínio Econômico. Então não há participação da CIDE. Então, eu acho que merece um estudo, uma reavaliação em relação a uma simetria, principalmente porque nós estamos tendo hoje uma diferença grande de preços entre esses combustíveis e obviamente aqueles combustíveis que tem menor impacto em termos de tributação vão ter uma maior possibilidade de venda. Só que isso reflete, como eu falei, que acho que é uma verificação que tem que ser feita, reflete numa redução de arrecadação tributária por parte dos governos federal e os governos estaduais. Então é um ponto que acho que tem que ter uma reavaliação.

O item 05, é o PIS/COFINS do GLP e demais gases em relação a risco de assimetria tributária. Hoje nós temos entre o GLP e demais gases, resultados que não reflete uma competitividade adequada em relação a esse ponto. E isso pode trazer problemas principalmente em relação à importação de propano e butano. Como esse propano e butano que no final, vamos dizer, são componentes do GLP, que são gases que vêm do petróleo, se nós tivermos vantagens específicas em termos de exportação, nós vamos ter problemas sérios na produção nacional de GLP e ele não vai ficar competitivo em relação a esses gases que podem ser importados. Então acho que também merece uma avaliação adequada por parte da Comissão em relação a esse ponto.

O próximo item são os incentivos fiscais para investimento em projetos de Mecanismo Desenvolvimento Limpo. MDL. O objetivo em termos de concessão de incentivos fiscais para esses projetos geram realmente reduções aí na parte de emissões que nós chamamos aí de crédito de carbono. Então esse é outro ponto que acho que a Comissão aqui pode apoiar a aprovação de projetos e projetos similares em relação a esse na área de tributação ambiental que incentivem o investimento em tecnologia ambiental e isso eu acho que está totalmente alinhados com as ações do Protocolo de Kyoto e alinhado dentro do próprio País com cada vez nós termos aí, vamos dizer, ações que venham a beneficiar os combustíveis mais limpos.

Outro ponto importante, Senador, é a necessidade de incentivos fiscais ao HBio, que é como já falei o óleo vegetal que nós processamos nas refinarias e novas tecnologias. Esse HBio ele permite um uso extremamente importante de materiais renováveis, e oferece alternativas para o País em relação às questões ambientais e em relação também, vamos dizer, à questão de oferta por exemplo do óleo de soja refinado. Em termos de variação de preço no mercado

externo quando nós tivermos hoje não estamos nesse caso de ter uma queda de preço no mercado externo em relação ao óleo vegetal, mas o HBio ele pode ser, digamos assim, uma saída na hora que nós tivermos queda de preço do óleo vegetal em relação ao uso do próprio óleo vegetal no País. Então nos parece bastante interessante trabalharmos em cima de uma verificação mais detalhada desse Projeto HBio de novas tecnologias na área dos combustíveis renováveis. E acho que é o último ponto dessa primeira parte que é a questão da Reforma Tributária também interessante. Esse assunto que está sendo discutido no País de alguma data e acho que tem que se trabalhar nesse sentido, porque nós hoje encontramos dificuldades que é, vamos dizer, alíquotas diferentes para os Estados em relação se estamos ali de 7 a 25% em termos de alíquota. Isso na área de combustíveis é algo bastante complexo, muito difícil e inclusive são brechas na legislação que permite inclusive alguns processos ilegais e não adequados em relação à área de combustíveis.

Então, nos parece bastante interessante também que nós venhamos a ter aí uma posição mais clara e mais definida em relação a esse assunto que acho que na nossa visão o País vai ganhar bastante com esse procedimento.

Alguns pontos regulatórios que a gente gostaria também, Senador, de colocar rapidamente são esses que estão listados aí. Primeiro a parte do biodiesel. Hoje como nós sabemos o processo é em termos de compra hoje os produtores de diesel no Brasil são os compradores do biodiesel, então 93% é a PETROBRAS e 7% é a REFAP/SA que é uma associação da PETROBRAS com a empresa espanhola REPSOL. Então nós compramos todo esse biodiesel através de leilões feitos pela Agência Nacional de Petróleo. E hoje é 2% a mistura, até 2% autorizativo. E a intenção pela Legislação que a partir de primeiro de janeiro de 2008 esse 2% seja obrigatório. Hoje nós estamos tendo alguns problemas em relação à PETROBRAS que a REFAP tem os contratos de compra com os produtores, e temos contratos de venda com as companhias distribuidoras. Mas como é autorizativo, não é obrigatório, as companhias distribuidoras, a exceção da BR Distribuidora tem retirado muito pouco o volume de biodiesel e isso está dificultando um pouco nesse momento até a logística de retirada desse biodiesel das companhias produtoras. Então esse é um ponto que tem que ser olhado com bastante atenção e inclusive a mudança de Legislação a partir agora de janeiro de 2008 e a intenção inclusive do Governo, devido ao excelente resultado por parte da produção de antecipar a mistura de 5% que estava previsto para 2013 possivelmente para 2010. Isso é algo que temos também

de olhar com bastante atenção que é um combustível novo para nós no Brasil e que merece uma atenção bastante importante.

Na parte do álcool, álcool combustível, nós temos hoje essa parte do álcool coordenada hoje, vamos dizer, é competência política relativo ao álcool, é competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Agora, como é álcool combustível, há realmente uma interferência e me parece bastante salutar do Ministério de Minas e Energia e da própria Agência Nacional do Petróleo. Acho que esse outro ponto também que merece uma atenção especial em relação ao álcool combustível, já que há uma tendência crescente de uso no Brasil, quer seja com os carros *flex fuel* e uma tendência de uso no mundo em termos de exportação mercados aí gigantescos como o Japão, Estados Unidos, alguns Países da Europa, mas principalmente Japão e Estados Unidos, então me parece que é bastante interessante que a gente faça uma análise mais detalhada em relação à regulamentação dessa área, tanto na produção, transporte e comercialização em um único órgão que hoje é uma bola dividida entre o Ministério da Agricultura e o Ministério de Minas e Energia.

Temos um outro ponto, Senador, que também causa um pouco aí de transtorno para nós que é a subvenção da atividade de pesca. Hoje os barcos de pesca a nível de Brasil eles têm uma legislação específica em relação a preço do diesel. E acho que isso também é algo que tem que ser adequado melhor de forma legislativa com a concessão dessa subvenção econômica no preço do óleo diesel que é dedicado à atividade de pesca. Há por parte do Governo Federal uma subvenção nesse preço, mas nos parece que é interessante ter algum dispositivo legal em relação a esse assunto. [soa a campanha]

O próximo... Em relação à definição legal de atividade, da parte de comercialização de gás canalizado, esse assunto o Brescia com certeza vai detalhar mais. Acho que o estou com o meu tempo já... Escutei um sino batendo aqui. [risos] Esse assunto eu diria, Senador, que é um assunto que a gente pode dedicar talvez um item específico só para uma Sessão Especial aqui da Subcomissão porque ele é bastante delicado e muito complexo.

A grande preocupação nossa em hora relação a esse assunto eu diria rapidamente que é a construção de novos gasodutos. O Brasil precisa de muitos gasodutos para ter uma malha onde tenha condição de colocar o gás natural nos vários consumidores e várias indústrias a nível de Brasil, e hoje essa parte de viabilização de gasodutos é bastante complexa, a PETROBRAS está investindo pesado em relação a

novos dutos, nós estamos hoje prevendo nos próximos anos a construção de novos cinco mil quilômetros de novos dutos ligando o nordeste e sudeste, que vários dutos aqui no sudeste, no norte, no nordeste, e isso nos preocupa bastante. Mas acho que é um assunto que nós devemos ter talvez uma Sessão específica. A parte de Xisto é uma definição do modelo de lavra mineral e industrialização para poder ter produtos análogos ou derivado de petróleo. O Xisto não sei se todos sabem, é uma unidade que a PETROBRAS tem em São Mateus do Sul no Paraná onde é produzido o petróleo através da pedra de xisto. E temos algumas brechas na parte regulatória que também entendemos que deve ser visto com mais detalhe.

E o HBio eu já mencionei, é um novo produto e também não temos hoje nenhuma legislação específica. Acho que são esses os pontos.

Então esses são os pontos, Senador que nós entendemos aí como pontos de atenção, de detalhe, e obviamente estamos aqui à disposição da Subcomissão para aprofundar qualquer análise em relação aos pontos que eu listei. Estou um pouco sem voz aqui, então acho que é hora de acabar minha parte aqui. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado, Paulo. E eu quero, primeiro, mais uma vez, registrar a objetividade da apresentação, a competência, a sua competência sabidamente conhecida no Brasil, e a forma como você tem conduzido como dirigente da empresa aí os novos caminhos da companhia, como também consolidando aquilo que já convencionalmente a PETROBRAS tem feito e vem fazendo com extrema competência e sendo hoje um orgulho para todos nós brasileiros nós temos uma empresa como a PETROBRAS e com dirigentes do teu calibre, do teu perfil, com experiência, com a vivência... Um técnico de carreira da companhia e que mais do que nunca acho que é... Essa é a referência que nós temos que perseguir, incentivar as pessoas de carreira que construíram a empresa dirigir os destinos dessa mesma companhia.

Eu queria passar agora a palavra ao Dr. Carlos Eduardo de Freitas Brescia, Diretor da Associação Brasileira de Distribuidoras de gás canalizado, e depois nós entraríamos na área de biodiesel com o Dr. Jório Dauster, e depois na área do álcool com o Dr. Francesco Giannetti. Com a palavra o Dr. Carlos Eduardo de Freitas Brescia.

SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS BRESCIA: Muito boa noite a todos. Eu gostaria em nome do Senador Delcídio do Amaral Gomes, cumprimentar os demais Senadores aqui presentes, e em nome do

Senador Delcídio do Amaral Gomes, agradecer esta oportunidade que a ABEGÁS está tendo de estar aqui hoje nessa Subcomissão do Senado para poder falar um pouquinho sobre o gás natural e a cadeia da indústria do gás como um todo. Gostaria também de cumprimentar os demais membros da Mesa e faço isso em nome do meu particular amigo Dr. Paulo, que eu fico muito feliz de vê-lo com saúde recuperada e realmente é uma satisfação, Paulo, tê-lo aqui conosco.

Eu preparei uma apresentação voltada para a distribuição de gás natural. O que o não significa que nós não possamos estar abordando pontos da cadeia como um todo, e principalmente um espaço que eu deixei para falar um pouquinho sobre a lei do gás, lei essa que teve sua aprovação pelo Senado Federal no final do ano passado e hoje encontra-se apensada a mais dois projetos em análise na Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

Então, começando, eu gostaria de falar um pouquinho sobre a distribuição, e dizer o seguinte: A distribuição de gás natural hoje no País ela representa um marco importante na participação desse energético na matriz energética brasileira. Nós que começamos praticamente com a distribuição do gás em cinco ou seis anos atrás, do gás natural, tínhamos na época um comentário que era sempre feito em qualquer apresentação de que o gás natural tinha evoluído nos últimos 10 anos, fazendo essa referência de 99 para trás, 89, de nada para quase nada. E hoje, com muito orgulho, eu diria que a cadeia do gás representa através dos seus esforços e investimentos, como os senhores estão vendo nos quatro principais segmentos chamados de mercado convencional, mercado convencional é o mercado não térmico, um papel preponderante de mais de 10% na matriz energética brasileira sendo que na região sul/sudeste, esse percentual já beira mais de 20%.

Chamando atenção principalmente em dois segmentos que evoluíram muito, que foram os segmentos industrial e automotivos representando investimentos somados da ordem de 18 bilhões só no elo da cadeia de distribuição nos últimos quatro anos. Nós temos hoje um percentual significativo se olharmos, por exemplo, o Estado do São Paulo, o Estado do Rio de Janeiro, e uma parte de Minas Gerais, aonde o papel desse energético na indústria chega a representar quase 28% da sua participação. O que faz com que o gás natural passe a ser um energético extremamente importante na formatação de valores, principalmente indústrias como o setor cerâmico, vidreiro, alimentos e outros.

Esse gráfico é mais do que um chorozinho das distribuidoras de uma desaceleração que houve no crescimento nos últimos anos. Ele tem como papel

principal, Senador, mostrar o que foi o crescimento da distribuição de gás natural no País nos últimos sete, oito anos. Taxas de crescimento acima de 20% foram registradas em anos a partir de 2000 até praticamente 2004. A redução do crescimento ela se dá por alguns fatores e eu diria até que o menos importante, embora significativo e preocupante, é a questão que enfrentamos hoje com a Bolívia, mas, mais do que isso, a própria indústria consumidora mais intensiva de gás natural foi capturada pelas distribuidoras nos últimos anos o que faz com que o volume passe a ter um crescimento não tão significativo quanto os mostrados ou os apontados no período de 2000 a 2004. As principais distribuidoras do País, e a gente vai tocar nesse ponto um pouco mais para frente, hoje tem o seu foco principal no segmento residencial e automotivos que são segmentos que continuam com crescimento significativo e forte, inclusive nesses anos de 2005 e 2006. Para ter uma idéia, o que foi esse crescimento, eu faria uma comparação física em termos de quilômetros de redes construídos nos últimos anos e com a previsão de construção até 2009. Esse crescimento projetado está em torno de 40% aonde se pretende chegar até 2009 com mais de 20 mil quilômetros de redes de distribuição construídas no País. Aqui é só a distribuição, não estão considerados os quilômetros de redes referentes aos gasodutos de transporte. Um dado só da comercialização por segmento retirado recente, fevereiro desse ano, mostra que os segmentos industrial e automotivos representam hoje os principais segmentos na distribuição de gás natural no País feito pelas distribuidoras, aonde nós temos 25 milhões de m distribuídos contra 8 milhões de m do automotivo.

Bom, como eu estou aqui representando a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás, eu queria traduzir o que está escrito aí numa frase mais simples. A ABEGÁS, hoje, ela existe para defender o seu mercado consumidor. Ou seja, o entendimento que a ABEGÁS tem é da necessidade de ser um agente que possa estar falando por esse mercado, defendendo esse mercado, e mostrando que a participação do gás natural para alguns segmentos que são comercializados pelas distribuidoras passam a ser hoje fundamentais até para a subsistência de certos setores industriais. A ABEGÁS como os senhores podem ver, como o Senador pode olhar e conhece bem, está presente no País inteiro, onde praticamente em três Estados não existem representantes ainda, mas eu não sei, Paulo, se quando terminar aqui já não aparecem. Porque é uma velocidade impressionante. Hoje nós temos na ABEGÁS nove Estados que são o que a gente chama dos representantes que almejam o gás e aí a importância do que o Paulo falou com relação à

construção de novos gasodutos, gasodutos de transporte que possam viabilizar esse gás a esses Estados, e Estados que a participação do gás canalizado, não o gás natural que é uma coisa mais recente, mas já vem de uma tradição centenária como é o caso de São Paulo e do Rio de Janeiro. Essas distribuidoras de gás elas eu diria que elas têm a participação dessas empresas que são sócios majoritários, minoritários, e principalmente um sócio que muitas vezes a gente acaba não relevando e passa a ter uma importância fundamental, são os próprios Estados através dos seus governos estaduais presentes. E eu gostaria de mostrar na próxima transparência a importância disso. Ou seja, a exceção do Estado do São Paulo e do Rio de Janeiro, todos os demais Estados da Federação são donos parciais ou majoritários das empresas distribuidoras de gás canalizado.

O que a gente está chamando de um impacto econômico e social na realidade é uma prestação de contas do que foi a participação das distribuidoras nos últimos cinco anos, o que são números importantes. Claro que quando se compara com elos da cadeia como a exploração e produção e mesmo o transporte, a distribuição tem uma representação menor, mas efetiva e fundamental para que o gás chegue até o consumidor final.

Então, foram investidos seis bilhões de reais nos últimos cinco anos em rede de distribuição. Foram recolhidos oitocentos milhões de reais de impostos e foram gerados 15 mil empregos diretos, e eu diria aos senhores que pelo menos uma centena de milhares de empregos indiretos através de terceirizações e participações de empresas que prestam serviço ao setor de distribuição de gás natural no País.

Aí tem uma faixa um pouco mais escura, mas é a previsão de investimentos até 2011, aonde se espera se aportar mais 12 bilhões de reais em redes novas de distribuição. E aí eu gostaria de concluir essa parte dizendo o seguinte. A ponta da distribuição, a ponta da cadeia de gás, da indústria de gás a qual a ABEGÁS representa, ela tem tido uma história de sucesso na maioria ou quase na totalidade das suas empresas em função de um ambiente regulatório estável, de um ambiente regulatório que garanta os investimentos que são aportados. Quer sejam feitos por empresa privadas ou públicas. Mas, de qualquer forma, a estabilidade constitucional através do art. 25, § 2º, garante ao Estado a concessão para distribuição de serviços locais de gás canalizado, e nós entendemos que desde que haja ou que se mantenha a disponibilidade de oferta um problema sério que o Paulo sabe muito bem que a gente está enfrentando hoje e que se entenda a questão da prioridade e deixando claro a posição da ABEGÁS, a

ABEGÁS não é contra a prioridade ou necessidade de se manter a geração de energia elétrica no País. Agora, ela não pode de alguma forma fazer refém o setor de gás natural como nós vamos ver é a proposta que está hoje, tanto no Projeto de Lei do Governo como também num plano de contingenciamento que está sendo desenvolvido pelo Ministério de Minas e Energia. De novo, a ABEGÁS não é contrária. Ela acha que essa prioridade tem que ser dada ao setor elétrico, porém através de um processo que garanta para a indústria fundamentalmente para os frotistas que acreditaram na expansão do gás a manutenção do insumo para esses mercados.

Bom, como eu disse aos senhores que, eu gostaria de rapidamente tocar nos principais pontos do Projeto de Lei e dizer fundamentalmente que o Projeto da lei do gás, na visão da ABEGÁS, ele deveria vir ou deverá vir para que haja no setor de transportes a manutenção e a regulação feita através de regras claras como existe hoje na distribuição. Lembrando que se a gente olhar os quatro principais elos da cadeia do gás que seria exploração e produção, os transportes, a comercialização e a distribuição, a distribuição e o transporte pelas suas características são chamados de monopólios naturais. E rapidamente, a definição de monopólio natural é alguma coisa que garante esse monopólio. Ou seja, não parece do ponto de vista da economia que definiu o que vem a ser um monopólio natural que faz sentido você ter, por exemplo, dois gasodutos um ao lado do outro que eu possa escolher de qual eu vou comprar. Então, todo monopólio natural ele precisa, necessita ter uma regulação sólida, definida, clara, para que ele possa fazer o papel ou ter a condição de um desenvolvimento através de investimentos feitos quer seja pelo setor público como pelo setor privado de forma a garantir que esses investimentos feitos tenham os retornos permitidos ou concedidos através de um processo quer seja ele jurídico que for, mas que tenha uma regra estabelecida e respeitada.

No caso da distribuição todas as distribuidoras elas... A concessão é estadual. Existe em alguns Estados já os marcos regulatórios que estabeleceram contratos de concessão, aonde se tem as obrigações de quem recebeu essa concessão e nos prazos que têm que ser realizados esse investimentos ou outras ações que permitam a garantia da expansão e da oferta do gás aos consumidores finais.

Do mesmo modo o entendimento da ABEGÁS com relação à lei do gás é que haja um marco regulatório para o transporte, uma vez já existe um agente hoje federal para esse fim no caso do transporte a concessão é federal, que é a Agência Nacional do petróleo que poderia através de regras claras, e a gente pode

até discutir a regra, mas deveria haver regras claras que estabelecessem os critérios para que pudesse haver investimentos não só do setor público, mas do setor privado no elo da cadeia de transporte.

Fundamentalmente eu diria o seguinte: Os pontos da proposta do Projeto de Lei que tem hoje e que a ABEGÁS condena, e aí não é nenhuma questão de uma discussão, mas é uma questão até de um princípio constitucional, é a proposta do mercado secundário aonde se visa através desse mercado secundário criado por um Projeto de Lei, uma coisa que me parece estranha, porque o mercado secundário ele é a consequência da existência de um mercado primário demandante e firme que através de um jogo de oferta e demanda faz com que você tenha a possibilidade através de um gás interruptível de poder aproveitar esse gás uma segunda ou uma terceira vez e aí você ter um gás inclusive mais barato, podendo ser ofertado a consumidores que possam trabalhar com esse gás de forma interruptível ou interrompível. No caso específico essa proposta que esta hoje no Projeto de Lei do Governo ela visa fundamentalmente o atendimento ao mercado termo elétrico que de novo a ABEGÁS não é contrária à geração de energia elétrica através das térmicas, mas que seja feito através de um critério. O mercado secundário ele existe quando há sobreoferta de gás. Na escassez ele passa a ser um problema na nossa visão inadministrável.

Então, dentro dessa linha, o mercado secundário ele traria a figura do gás interruptível para atendimento de picos da demanda quando você tem uma não restrição de gás. No cenário atual em que a oferta ela está subdimensionada para o tamanho da demanda, o gás interruptível, ele na verdade seria uma utilização emergencial que deveria ser feito através de um Decreto ou de uma ação do CNPE, mas que permitisse de alguma forma se entender o tempo e a forma como ele vai ser feito dentro de uma regra clara, estabelecida sem que haja em seqüestro por parte do gás que seria utilizado para a indústria de modo geral. Essa é uma preocupação muito grande, Senador, que toda as distribuidoras têm, porque do jeito que está colocado isso no Projeto de Lei do Governo, e como eu disse, dentro de um eventual plano de contingenciamento, está lá a utilização, ou seja, é considerado contingenciamento do gás a necessidade de um despacho das térmicas.

Bom, rapidamente agora eu queria só colocar a visão da ABEGÁS com relação à questão do transporte. A grande discussão que se deu no Senado e que está ocorrendo também na Comissão Especial é se o regime jurídico seria de autorização ou de concessão. A visão nossa é que o regime de concessão ele

pode trazer uma tarifa de transporte com uma modicidade maior, uma vez que os entrantes no processo não teriam que necessariamente onerar a cadeia do gás através de um Projeto que não fosse um Projeto viável do ponto de vista econômico.

Por outro lado também a ABEGÁS entende que o País requer uma quantidade de quilômetros de malha de rede de transporte e que muitas vezes essa economicidade não está presente num determinado trecho. Haja vista a questão do Gasene, aonde o retorno do Gasene da forma como foi ou como está projetado ele vai fazer com que haja uma tarifa de transporte muito maior do que seria de um gasoduto que tivesse 100% da sua utilização garantida. O que acontece no Gasene é que o volume necessário somado à necessidade do despacho térmico faz com que o gasoduto seja do ponto de vista econômico inviável. Aí os entrantes privados não participariam e essa é, vamos dizer, a grande discussão, o Governo através da PETROBRAS assumiria esse gasoduto. O que acontece, Senador, nesse caso é que poderia ser feito uma PPP em casos como esse aonde a participação do setor público complementar a participação do setor privado aonde houvesse essa necessidade.

A outra discussão dentro do transporte é o livre acesso regulado ou não. A ABEGÁS entende que o investidor tem o direito de recuperar o seu investimento.

Então, a questão do prazo de exclusividade passa a ser um ponto importante a ser debatido, esse debate são seis, oito, 15 anos, mas a posição nossa é de que esse período deveria existir para que desse essa cobertura necessária ao investidor seja ele público ou privado. A questão das fontes de abastecimento é fundamental para o País hoje que se tenha toda a condição, não só das fontes já existentes e que estão sendo trabalhadas, como é o caso das bacias do Espírito Santo e Santos, mas também que a gente possa ter as alternativas de gás natural liquefeito, a PETROBRAS está estudando isso e recentemente houve uma notícia de uma assinatura com os nigerianos de um memorando de intenções para que a gente possa ter dentro de um horizonte razoável esse gás. Me parece, Paulo, que essa é a melhor alternativa para as térmicas, porque permite a flexibilidade num jogo, num *trade-off*, o mercado importador americano da gente ter esse gás disponibilizado em períodos que são mais críticos do ponto de vista da geração térmica.

De novo a questão da priorização da oferta, o que a gente diz é que setores industriais hoje não podem ficar sem o gás. Eu queria, rapidamente eu posso poder falar de vários setores brasileiros, mas eu queria pegar especificamente a questão do setor industrial

paulista, do setor cerâmico, aonde esse setor hoje quase 50% da sua produção é destinada à exportação e a questão do gás natural, mais do que simplesmente um vetor econômico, está presente a questão da qualidade. Ou seja, sem o gás natural hoje a produção cerâmica ela não tem a qualidade suficiente para competir nos mercados europeus e americanos. O que seria para esse segmento a perda de uma conquista feita há mais de cinco anos de um espaço significativo nesse mercado. Além disso, se a gente olhar hoje para uma das vertentes do PAC, que é o estímulo à construção civil, e que vai fazer com que o setor cerâmico seja altamente demandado, nós corremos o risco de por falta de qualidade perdermos esse mercado, aí ao contrário, para produtores cerâmicos de fora que poderiam estar competindo aqui. Então, isso vale para o setor de alimentos, para o setor de vidro, mas fundamentalmente a gente tem que olhar que existem setores industriais no País inteiro. Eu dei só um exemplo, mas no País inteiro que o gás natural é fundamental para que se mantenha a competitividade desses setores. E a última coisa, a questão de conceito próprio é um detalhe do ponto de vista da distribuidora que eu deixaria para depois.

Então eu diria aos senhores e ao Senador Delcídio e aos presentes aqui da Mesa que a visão da ABEGÁS quanto à lei do gás é que ela deve vir para incentivar o consumo. E ela deve vir para cobrir setores da cadeia aonde a regulação que é o objeto dessa nossa apresentação, ela não está coberta, ela não está atendendo ou ela é falha em algum ponto. Eu diria que trazer uma lei do gás para atrapalhar setores que a regulação funciona, como é o caso da distribuição, a gente vai perder esse ciclo virtuoso que a ABEGÁS mostra nessa transparência.

Eu queria agradecer a paciência dos senhores todos e dizer que a ABEGÁS está aqui presente hoje e nesse endereço para responder e aprofundar qualquer questionamento que se fizer necessário. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Carlos Eduardo Brescia. Eu passo a palavra agora ao Dr. Jório Dauster, representando aqui a BRASIL ECODIESEL. Muito bem vindo, Dr. Jório, mais uma vez a satisfação em vê-lo. O senhor que é um homem de grandes desafios, agora tem mais um pela frente.

SR. JÓRIO DAUSTER: Muito obrigado. Boa noite a todos. Começo com dois elementos muito pessoais. Primeiro esse agradecimento ao Senador Delcídio de me trazer a uma sala a qual compareci em momentos críticos para o Brasil pois como negociador da dívida

externa foi aqui nessa Comissão que nós discutimos a fixação das diretrizes que o Senado tinha como obrigação pela Constituição de 88. Felizmente isso foi feito, o Brasil saiu da moratória, e hoje nem se fala mais no problema da dívida externa. Então isso é uma parte da minha vida e alguns momentos decisivos foram passados aqui nessa sala.

E segundo lugar, lembrar que quando o Senador era Diretor da PETROBRAS e eu estava de plantão como Presidente da VALE DO RIO DOCE, nós sonhamos alto em matéria de energia pensando em levar o gás de Urucu para Barcarena e assim criar ali um pólo industrial certamente seria e será o dia que nós tivermos essa energia o maior produtor de alumínio do planeta para todo o século. Infelizmente esse Projeto ainda não se realizou. Mas eu ainda espero que esse gás seja um gás nosso e não o que venha de um País ao norte onde se criaria uma dependência que não seria salutar para o nosso País.

Portanto, são dois pessoais que me levam à condição de representante da BRASIL ECODIESEL e eu devo dizer que nessa Mesa aqui e cumprimento meus colegas, estão presentes gigantes. PETROBRAS, petróleo, álcool, o gás natural, todos conhecem. E o biodiesel é aquele que... Aquele menino que chega no bairro, ainda não é bem conhecido de todos, e por isso eu creio que vale a pena uma apresentação um pouco do que é o produto, do que é o mercado antes de poder discutir, e na verdade não tenho tanto quanto os outros, a questão dos marcos regulatórios. Quero dizer que a Ecodiesel a empresa na qual sou Presidente do Conselho é a maior do Brasil, uma das maiores do mundo. Hoje já está no mercado novo da BOVESPA, e é responsável pela produção de mais da metade de todo o biodiesel que foi fabricado no País até hoje. E esperamos inclusive em breve contar com o grande competidor que é a PETROBRAS e isso nos fará certamente melhores do que somos hoje. O biodiesel, essa coisa ainda nova que não é tão bem conhecida, ela chega ao mundo e causa-se um impacto muito grande porque na verdade ela vem responder a dois imperativos planetários. O primeiro, é a necessidade de substituição dos combustíveis fósseis. E nesse caso especialmente petróleo e gás já que em matéria de carvão as reservas são bastante grandes. Mas no caso do petróleo e do gás sabemos todos que eles estão condenados a acabar algum dia. Os peritos discutem se já chegamos ao pico, seria aquele momento em que a descoberta de novas reservas passa a ser menor do que o aumento de consumo. Há várias definições técnicas, mas na verdade é que dentro de 20, 30 anos o petróleo gás estarão esgotados e é necessário substituí-los. Sabemos também que até pela

aproximação desse momento crítico, já que o modelo econômico do mundo está baseado essencialmente no consumo desses combustíveis, as questões geopolíticas assumem uma importância cada vez maior. A instabilidade e insegurança que marca algumas das principais fontes de petróleo e de gás estão aí a cada dia nos mostrando os riscos imensos de que possamos ter conflitos de caráter, inclusive, bélico como hoje estão ocorrendo em função desse desequilíbrio. Assim, portanto, é absolutamente essencial que se busque substituição a esses combustíveis fósseis e especialmente que Países que tenham a grande e forte dependência de fontes externas tratem de buscar em curto prazo alguma coisa que evite uma situação de asfixia política. Coisa que a própria Europa não está muito distante de ocorrer, diante da Rússia hoje muito mais combativa do que era no passado. Então esse é o primeiro e grande imperativo. E o segundo, que não foi muito levado a sério até tempos recentes, é evidentemente o da necessidade de reduzir o efeito estufa, os gases poluentes que infelizmente acompanham esses combustíveis fósseis e mais do que todos do próprio carvão em que como disse as reservas são muito grandes. Mas é evidente que nós devemos tentar caminhar para então uma nova geração daqueles combustíveis que sejam primeiro renováveis, e em segundo lugar que sejam limpos. E o biodiesel que veio somar outro grande biocombustível, o álcool, o etanol, vem exatamente a atender a essas exigências.

O que há de extraordinário é que no Brasil, apesar de que a primeira patente de biodiesel foi dada a um professor do Ceará, 25, 30 anos e caducou porque não houve interesse econômico de explorá-la, é importante que apenas em 2002 o assunto começou a ser discutido seriamente no Brasil, foi criado um grupo de trabalho interministerial no Ministério de Minas e Energia, então sob o comando de Dilma Rousseff, e continua a assinalar surpresas. Já em 2004, o Governo trouxe uma Medida Provisória em final de 2004, e mais outra surpresa. Em janeiro de 2005 o Congresso Nacional já havia aprovado uma lei que vem regulando o setor de forma, eu digo, muito positiva. E essa lei trazia elementos que são absolutamente pioneiros no mundo. O primeiro era da compulsoriedade, a obrigatoriedade da mistura. Ficou estabelecido ali e talvez poucos saibam que a Medida Provisória não tinha esse caráter de obrigatoriedade, ela era facultativa. O Governo desejava o obrigatório, mas teve um cuidado e foi aqui nestas Casas, no Parlamento que se deu esse passo absolutamente essencial que foi o de tornar compulsória a mistura. E essa mistura foi estabelecida em 5% para 2013 e já se estabeleceu um valor de 2% de mistura obrigatória, portanto legal, a

partir de 2008. Com a possibilidade de que esses prazos fossem encurtados na medida em que houvesse capacidade suficiente de produção. O que, como já foi indicado pelo meu colega da PETROBRAS, o Paulo Roberto, o próprio Presidente Lula em Davos já disse que gostaria de ver os 5% em 2010. Me parece perfeitamente factível e mais do que isso necessário para o avanço da indústria.

Portanto, o Governo Brasileiro foi o primeiro a estabelecer essa obrigatoriedade que agora passa a ser copiada por uma série de Países. Argentina recentemente, mas mesmo na Europa, onde ainda existe apenas uma determinação da Comissão, uma indicação, uma sugestão de uma mistura de 5,75 de biocombustíveis, alguns Países como a Holanda, por exemplo, já passaram a adotar como lei. Nos Estados Unidos que tem o sistema federativo muito especial, alguns Estados já começam também a estabelecer essa obrigatoriedade de mistura e outros Países vêm seguindo pela mesma trilha, o que nos faz crer que dentro de pouquíssimo tempo isso passará a ser uma norma e repito foi uma novidade gerada aqui nessas Casas.

O outro elemento fundamental desse programa que é novidade, foi a questão da inclusão social. Nós, eu certamente não tantos aqui na sala tem uma vida tão longa, uma vida pública tão longa, eu participei fortemente dos debates que levaram ao programa do álcool, lá se vão 30 anos e me lembro que naquela época, não com a lucidez com que se faz hoje já se discutia a questão social e se imaginava que o programa do álcool poderia ter benefícios de caráter social inclusive pelo uso da mandioca como matéria-prima. Infelizmente por razões técnicas que eu desconheço a mandioca não disputou esse páreo, a cana-de-açúcar se mostrou vitoriosa e praticamente domina sozinha esse extraordinário avanço que o Brasil demonstrou com resultados econômicos em termos de poupança de moeda forte, em termos de criação, de riqueza no Brasil extraordinários e agora um futuro imenso como a possibilidade de se tornar um produto de exportação de valores astronômicos, mas infelizmente temos que reconhecer que do ponto de vista social ele foi concentrador, ele não gerou aquele efeito renda/emprego que foi imaginado no início.

Ora, no caso do biodiesel, talvez até pelo conhecimento do que tinha acontecido com o programa do álcool, houve uma preocupação imediata e essencial de buscar fazer com que aquelas regiões do Brasil onde estão concentrados os que eu chamo de naufragos do sistema econômico brasileiro, aqueles milhões de cidadãos aos quais não foi dada uma possibilidade de vida econômica útil, e que estão infelizmente

concentrados no nordeste, mas espalhados por todo o território nacional, esses que sobram de assentamentos, falsos esforços de Reforma Agrária no Brasil, esses ainda que precisam de encontrar uma ocupação digna, agora têm no biodiesel uma possibilidade que antes não havia sido oferecida. E isso é fundamental que nós guardemos isso porque eu estou convencido que o Presidente Lula tem uma dedicação muito especial a esse tema pela sua própria origem, mas a minha empresa entendeu que isso realmente era uma forma... Nós não somos uma instituição de benemerência, uma empresa privada só sobrevive se der lucro, mas entendemos que havia uma possibilidade de aproveitar aqueles elementos econômicos que foram colocados no programa e que basicamente têm a ver com incentivos fiscais. Aqui nos foi dito com toda razão por Paulo Roberto que no caso do HBio também há que explorar a questão dos incentivos. Na Alemanha que foi o País que deu origem à produção de biodiesel, e ainda o lidera, isso foi feito com fortíssimos além de todos os subsídios dados a agricultura com os incentivos fiscais diretos sobre a produção do biodiesel. E isso não é vergonha. Devem se lembrar todos, não sei se lembram, que desde o momento em que foi lançado o programa do álcool há 30 anos atrás, o aumento de produtividade da cana para a produção do etanol teve uma multiplicação, fator de 3,5 a 4, não sei, temos aqui técnicos que poderão dizer, há um extraordinário potencial de melhoria de produtividade na medida em que passemos a pesquisar novas variedades, buscar aperfeiçoamento de sementes e agora então com a engenharia genética a possibilidade são ainda muitíssimo maiores do que aquelas que tivemos no caso do etanol.

Assim, portanto, está tudo por acontecer e é interessante notar que mesmo assim, mesmo ainda trabalhando com produtos que não tinham sido, a nossa EMBRAPA só no ano passado começa a se dedicar à melhoria das matérias-primas de biodiesel, porque durante 20 anos ficou cuidando de outras coisas, maravilhosas como a soja, mas ninguém pensava em biodiesel.

Então, é óbvio que com o esforço que vem sendo feito por empresas como a minha, pela EMBRAPA e muitas outras, inclusive, em todo o mundo, que nós tenhamos uma curva de aumento de produtividade, curva de escala, curva de conhecimento, que fará com que as matérias-primas, e são muitas que podem gerar o biodiesel, alcancem índices de produtividade bastante altos.

Portanto, o que é mais importante eu acho aqui deixar marcado que o Governo Brasileiro, o Executivo, o Congresso, tiveram um papel extraordinário, uma

visão aí realmente a gente abusa do termo histórico, mas nesse caso é válido, para poder gerar esse programa que ainda é apenas uma criancinha que ainda engatinha. Mas nós temos certeza que com a velocidade inesperada ocupará um espaço na economia brasileira comparável ao etanol em pouco tempo. Em termos práticos o que aconteceu foi que o Governo, tendo uma lei, e, aliás, meus senhores, não existe uma lei que estabeleça o uso compulsório de etanol, de álcool, existe já para o biodiesel. Isso é um avanço importante. Mas diante de uma lei que estabelecia uma mistura mínima de 2% no dia 1º de janeiro de 2008, isto é lei, todas as distribuidoras terão que respeitar todas as bombas de biodiesel em todo o território nacional, só poderá vender biodiesel quem tiver a prova dessa mistura, se, portanto, o Governo que faz o Congresso passa uma lei em 2005 tinha que encontrar uma maneira de estimular a criação da capacidade produtiva. O fez através de leilões que foram orçados pela ANP, e nesse caso utilizando a nossa poderosa e a nossa querida PETROBRAS como comprador, junto com a REFAP daqueles volumosos que foram colocados no leilão. Infelizmente são soluções naturais de um processo novo. A PETROBRAS ficou com a obrigação da compra e deve receber volumes significativos da minha empresa ao longo desse ano, 400 milhões de litros, mas não tinha se cuidado devidamente da ponta final que é a ponta que vai levar ao usuário. E apenas essa BR Distribuidora, essa motivada politicamente e tendo a noção da importância do produto é que tratou de levar o biodiesel já a um número extraordinário, mais de dois mil, acho, não dá nem para acompanhar a cada dia postos de gasolina ao longo do Brasil. Mas faltou alguma coisa, estamos conversando com a PETROBRAS para encontrar soluções, certamente o faremos, mas é importante aqui assinalar esse papel decisivo que teve a PETROBRAS porque foi o instrumento usado pelo Governo para poder estimular leilões em que as empresas podiam se inscrever apenas com projetos. E era ganhando um Projeto, e foi assim que nós partimos, ganhando um Projeto nós podíamos então ir a um Banco ou ir como fomos nós fazer um [inaudível], buscar capitais no mundo todo, aqui dentro do Brasil, para poder montar a capacidade produtiva. No caso da nossa empresa nós já temos três usinas em funcionamento, no Piauí, no Ceará, na Bahia, temos uma prontinha em Porto Nacional, Tocantins esperando que o Presidente Lula nos dê um dia para inaugurar e inauguraremos mais duas, uma no Rio Grande do Sul, outra em Itaqui no Maranhão, e uma sétima ainda este ano será em Dourados no Mato Grosso do Sul. Portanto, a minha empresa não só já mostrou essa capacidade de ocupar o território nacional para a produção, mas

vem desenvolvendo isso que talvez seja mais importante uma rede extraordinária de integração com a agricultura familiar. Hoje nós temos, e o número é realmente surpreendente, já 57 mil agricultores familiares como parceiros nossos. Não só empregados, eles têm contratos. E esses contratos estabelecem preço garantido por dois anos. Eles recebem as sementes tratar do caso mais notável que é do nordeste, recebem sementes de girassol, semente de feijão-caupi simplesmente para reforçar sua segurança alimentar, recebem os implementos agrícolas que muitas vezes não os têm e recebem assistência técnica. Esses contratos são negociados na verdade com a CONTAG, com a FETAG e nós não poderíamos evidentemente buscar negociar contratos individuais com dezenas e milhares de pessoas, mas infelizmente em muitos casos são analfabetos e para surpresa nossa em muitos casos não tem nem a Bolsa Família porque nem estão tão próximos das Prefeituras que as distribuem.

Portanto há um trabalho extraordinário já em curso e espero que outras empresas sigam a própria PETROBRAS que sigam nos passos da BRASIL ECODESEL, que nisso fomos pioneiros e tratam de obter as vantagens fiscais que são dadas pelo programa, mas ao mesmo tempo gerem essa esperança de trazer para a economia real pessoas que foram abandonadas. E devo dizer aqui aos senhores apenas de uma forma rápida que existem duas matérias-primas que têm condições extraordinárias de poder ajudar a processar essa transformação econômico-social no Brasil. São a mamona e o pião manso. Esse é pouco conhecido porque tem uma imensa vantagem porque não competem com os fins alimentícios daqueles como a soja que é na verdade a rainha da proteína, como o girassol e como outros produtos que tem utilidade como ração animal ou alimentação humana. Portanto, existe ainda essa, eu diria, uma sorte histórica de que duas plantas que aceitam todo o tipo de desafio, solo pobre, sistema de chuvas irregular, como é o caso da mamona, o caso do pião manso, estão para poderem ser explorados e transformar em riqueza o que antes era apenas uma expectativa infinita de miséria.

Portanto, eu creio que seria [soa a campainha] importante usar um pouco do meu tempo para dizer isso, e ter felicidade também de dizer que porque é um setor novo nós não temos os problemas regulatórios que outros setores mais antigos tiveram uma formação de leis que foram se sobrepondo e muitas vezes até contraditórias no caso do biodiesel por ser, repito, tão novo, a legislação foi muito bem feita, esse Congresso está de parabéns, e depois a nossa agência que é a agência hoje a gente continua a chamar Agência Nacional de Petróleo, mas é de petróleo, gás natural

e biocombustíveis. Ela ganhou essa extensão inclusive aqui nessas Casas junto com a Lei do Biodiesel, e ela vem fazendo um trabalho correto, sempre há o que aprender, todos nós estamos aprendendo juntos, mas eu acho que é uma raridade e uma satisfação poder chegar aqui hoje e dizer a vocês que alguma coisa está funcionando bem no Brasil. Esse é o caso do biodiesel e eu agradeço ao Senador e aos outros Senadores a todos por terem tido a paciência de me ouvir. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quero agradecer ao Dr. Jório Dauster, e passar imediatamente a palavra ao Dr. Francesco Giannetti.

SR. FRANCESCO GIANNETTI: Obrigado. Exmº. Sr. Presidente dessa Subcomissão, Delcídio Amaral, Exmº. Srs. Senadores, senhores presentes integrantes da Mesa, e senhoras e senhores presentes. Antes de tudo queria fazer uma apresentação da UNICA, rapidamente. A UNICA é uma associação que reúne os produtores de açúcar e álcool do Estado de São Paulo. Ela reúne hoje basicamente 90% dos produtores daquele Estado e representa na produção nacional aproximadamente 65% da produção de açúcar e de álcool. E preciso pedir antes justificar a ausência do nosso Presidente que é o Eduardo Pereira de Carvalho que ele se encontra no exterior. Está retornando hoje de Washington que ficou uma semana representando a nossa entidade e a UNICA também considera esse tipo de discussão extremamente relevante na parte especialmente na regulamentação do etanol. A gente entende que apenas com a discussão franca com a população e também com seus representantes é que se poderá estabelecer uma regulamentação adequada para o nosso setor.

Então, sem muito mais demora, vou falar um pouquinho da regulamentação nossa. Para falar de regulamentação, a gente tem que antes entender o que é que é a indústria de açúcar e álcool. Diferentemente das outras indústrias ela depende de um insumo agrícola, e, portanto, o fato dela depender da cana-de-açúcar no Brasil que é processado para açúcar e álcool ela adquire algumas características específicas da produção agrícola. Então apenas para lembrar, o que é que é a cana-de-açúcar? A cana-de-açúcar é uma gramínea. Gramínea o que é que é? É da família da grama. É como se fosse a grama de nosso jardim, mas maior e com uma grande concentração de sacarose. A origem dela é da Índia, 18% dela é de açúcar, ela é composta de açúcares. Sendo que 94% é a sacarose. A sacarose o que é que é. É aquele açúcar que cristaliza, é o

açúcar que depois ele é comercializado e vendido no balcão e usados na adoção de outros alimentos.

A frutose e a glicose, por outro lado, eles podem ser usados na alimentação, mas eles não cristalizam. Você não consegue vender eles em saquinhos.

Então, normalmente a frutose e a glicose na indústria são aproveitadas para a produção de etanol. A sacarose é meio a meio. Metade dela vai para a produção de açúcar e outra metade vai ser fermentada para a produção do etanol. A cana ela não tem sementeira. Você não semeia a cana. Na verdade a reprodução dela é vegetativa. O que é que é? Lembrando um pouco o colégio. Você pega o caule, divide em pedaço e planta. E ela brota. Então é dificilmente se encontra na produção, impossível você encontrar na formação do canavial sementes. Você usa os colmos da cana-de-açúcar para produzi-lo. E é uma cultura semiperene. O que é que significa isso? É que, na verdade, ela dura até cinco ou sete safras. Apesar de você fazer a colheita e ela desaparecer, permanece no solo a raiz e uma parte do caule que depois brota. E essa nova cana ela consegue ter uma produtividade razoável até por cinco ou sete safras. Então cinco a sete anos. Depois disso é feito um plantio intermediário nessa passagem de sete cortes para outro como amendoim, para fazer a parte de... Esqueci como se fala isso. Perdão. De qualquer forma, o fato de ser cana-de-açúcar ela é sazonal. A colheita no centro-sul do Brasil ela ocorre de abril a novembro. Ou seja, não há colheita de dezembro até março. Isso no centro-sul. Na região do nordeste é exatamente o inverso. Ela ocorre no período em que a indústria no centro-sul pára. E como eu disse ela é sujeita às variáveis da produção agrícola.

Uma coisa que se tem debatido muito é a questão da colheita da cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar hoje ela é colhida no Estado de São Paulo, manualmente representa 65% e outro feito de forma mecanizada representa 35%. O problema da colheita manual é que ela exige o emprego do fogo para permitir a colheita dela. Então você tem a despalha da cana pelo fogo. E isso implica na perda de um terço da energia contida na cana. O que é algo que tem que mudar. Existem novas tecnologias que vão induzir ao fim da queima. Hoje nós temos já geração de eletricidade com o uso de caldeiras de alta pressão e de eficiência que estimulam a indústria a não só usar a energia para a produção dela, mas também para comercializar, e ao mesmo tempo existe o movimento de algumas tecnologias como a hidrólise lignocelulose que permitirá no futuro talvez de até 10 anos de aproveitar, por exemplo, a palha e o caule da cana para a produção de etanol. Isso implicará em aumento de produtividade no futuro e estímulo para o fim da queima. Em relação à cana,

existem algumas características que valem a pena ressaltá-las que é diferente de outros produtos agrícolas. Ao contrário do milho, por exemplo, que pode ser estocado por um, dois, três anos, sem problema algum e sem perda da qualidade dele, a cana tem que ser transformada em açúcar e álcool quase imediatamente. O prazo de validade dela, digamos, pode-se falar validade e de três dias não muito mais do que isso. Após isso ela começa a ter uma inversão dos açúcares. A sacarose começa a virar frutose e começa a ter um processo biológico lá dentro que vai criar grandes problemas na produção de açúcar e vai inviabilizar a produção de etanol.

Então, a transformação dela tem que ser imediata. Então você não estoca cana. Por isso a produção da cana tem que ser aproximar da indústria. É questão de tempo. E também por questões do combustível. Porque não faz sentido você gastar óleo diesel, por exemplo, para transportar a cana-de-açúcar para produzir álcool. Então normalmente a cana-de-açúcar está num raio de 20 a 30 quilômetros da indústria. Mais do que isso é muito raro. Portanto, como não existe a estocagem da cana. A indústria da mesma forma que a cana-de-açúcar fica sazonal. Então a gente tem a produção de açúcar e álcool por oito meses para atender o mercado de 12 meses. E isso cria o efeito, por exemplo, da entressafra. Que no período da entressafra, não há produção da cana, então, tem que ter a garantia do produto para o abastecimento do mercado. Essa é uma característica importante.

Isso aqui é rapidamente só para explicar como é que é uma indústria de açúcar e álcool. Na verdade ela é um parque industrial com duas indústrias separadas. Uma indústria de açúcar e outra de álcool que compartilham de uma parte em comum. Que é a parte de moagem. A cana ela se você extrai o caldo, você separa o bagaço dele e você destina o caldo tanto para parte de açúcar como a parte do álcool. E tem as utilidades que é, por exemplo, a geração de energia elétrica. Ao contrário do que se pensa, não é muito flexível a produção de açúcar e álcool. O empresário não pode, se houver uma oportunidade e um preço bom de açúcar ou de álcool, falar vou destinar toda a minha produção para um ou para outro. Na verdade, na melhor das hipóteses, essa flexibilidade da indústria é de 15%. Por quê? Porque se você tivesse uma flexibilidade maior, isso significaria capacidade ociosa industrial, e isso não faz sentido em termos econômicos. O ideal é que as duas fábricas trabalhem praticamente com 100% da sua capacidade. E isso ocorre durante o meio da safra. Quando a cana é muito rica, a cana que é moída, a moagem feita com 100% da capacidade ela ocupa 100% da capacidade das duas indústrias. Nesse pe-

riodo não tem chances. O empresário não tem como destinar a cana para uma ou outra a mais para produzir mais. Essa possibilidade de destinar para um para mais é só no início, ou no final da safra quando a cana de açúcar já não é tão rica. Então você não tem o uso de 100% da capacidade industrial das fabricas. Então é só para mostrar que não é tão simples essa questão de você só destinar para álcool ou para açúcar.

Em relação ao etanol, pode até parecer um pouco pueril eu falar isso aqui, mas é importante lembrar que etanol, álcool etílico, álcool de cana são sinônimos. Que nada mais é que uma substância pura. Uma substância com dois átomos de carbono, cinco de hidrogênio e mais o grupo hidroxila. Diferentemente, por exemplo, da gasolina. A gasolina é uma sopa de inúmeras espécies de hidrocarbonetos dos diversos tamanhos. O álcool não. Ele é puro. O álcool de milho é igual ao álcool de cana que é igual ao álcool de beterraba. Não faz diferença. E no Brasil nós temos dois tipos de álcool. O álcool hidratado e o álcool anidro na indústria. Qual é a diferença desses dois álcools? Apenas a quantidade de água contida neles. O hidratado tem um pouco mais de água que o anidro. Por que existem esses dois tipos de álcool? Porque o hidratado, quando ele chega a essa graduação alcoólica 93, não é mais possível você separar por um simples processo de destilação com emprego de calor a parte da água da parte do álcool. Eles evaporam na mesma temperatura. E, portanto, você tem que usar um outro processo, um processo físico ou adição de algum produto químico para fazer a desidratação para criar o anidro. Algumas indústrias não têm essa parte do anidro, então já fazem hidratados. Outras fazem o meio a meio.

Outra pergunta que se faz muito. Quando é que o álcool vira combustível? Enquanto ele está dentro da indústria ele não é combustível. Ele é um álcool. Por quê? Porque o álcool que você usa para a indústria química, para a indústria de alimentos, para a indústria de... Para a própria como combustível ou para exportação ele é igual. É o mesmo. Está no mesmo tanque. Ele só ganha natureza de combustível a partir do momento que ele é comercializado. E comercializado para quem? Para o agente que a resolução da MP hoje atribui como agente de mercado da área de combustível que é o distribuidor de combustíveis. Se ela vender para qualquer outra pessoa não é álcool combustível. Isso é outra coisa que é importante ter sempre em mente. São dois tipos de álcool combustíveis: O hidratado, que é aquele que nós abastecemos... Que existe no posto de abastecimento, e o anidro que é adicionado à gasolina. Então, na verdade, você nunca vai achar no posto de combustível álcool anidro para abastecer.

Você vai sempre achar gasolina com uma adição de álcool anidro que se incorpora a ela.

Por que é que hoje se fala tanto de etanol? Porque primeiro ele é um combustível renovável bem sucedido. Ele não depende de proteções do Governo, não depende de subsídios do Estado e tem o menor custo de produção no mundo, pelo menos aqui no Brasil. Quando a cana cresce ele seqüestra carbono da atmosfera.

Então, além dele não emitir gases de efeito estufa, o uso do etanol, ele ainda traz um saldo positivo. Só em 2003 nós tivemos 33 milhões de toneladas equivalentes de CO₂ resgatado da atmosfera pelo uso do etanol. O balanço energético da produção de etanol no Brasil é fantástico. Nós temos uma relação de 8,2 para um. O que isso significa? Para cada litro de petróleo que você consome para produzir o açúcar, você gera 8,2 litros equivalentes de álcool. Em balanço energético. Nos Estados Unidos, só para vocês terem uma idéia na produção de etanol a partir de milho essa relação é de mais ou menos 1,4 para um. Nós somos seis vezes melhores. E esse dado ainda está defasado. Agora existem novos cálculos feitos já com a geração de energia elétrica incorporada que nós chegamos a 9,5 ou mais.

Além disso, inúmeras tecnologias promissoras vão incentivar o uso da cana. Mas não só a cana. Existem outras matérias-primas que pode ser muito bem. Mandioca, pode ser qualquer material celulósico. A hidrólise lignocelulose que vai permitir usar a parede celular das células que hoje você não tem aproveitamento, você acaba queimando nas caldeiras para produção de etanol e as caldeiras de alta pressão que tem altíssima eficiência. Então é por isso que o nosso setor hoje é referência mundial adotado pelos outros Países, ou pelo menos acompanhado de perto pelos outros Países.

Sobre a regulação. Acho que primeiro valeria a pena fazer um breve histórico. Em 25 já existiam testes no Brasil de uso de etanol. Seja usado de forma pura como no motor seja associado à gasolina. Em 1938 surgia a primeira lei que obrigava a mistura de álcool anidro na gasolina. E em 73 e 75, nós tínhamos, apesar do uso já do etanol, a dependência de petróleo era extremamente grande. 77% em 73 e em 75 já chegavam a alarmantes 80% a dependência do petróleo importado. Das importações de petróleo.

Então, em virtude disso, teve especialmente quando teve a primeira crise do petróleo teve o estímulo de se fazer em 75 o programa do PROÁLCOOL que culminou em 79 com o primeiro carro a álcool, 100% uso álcool. Sem mistura gasolina e álcool. E em 2006 não há dúvidas que o etanol participou para a obtenção da

auto-suficiência do petróleo. O que é o PROÁLCOOL hoje? Ele ainda existe? Não. O PROÁLCOOL acabou. O que seria o PROÁLCOLL. Aquele conjunto de medidas regulatórias que visavam criar uma produção e uma demanda em larga escala. Isso não existe mais. Essas medidas regulatórias elas foram gradualmente eliminadas entre 89 e 99. Isso significa um fracasso? Não. Pelo contrário. É uma demonstração do sucesso. Hoje o que se buscava nas medidas regulatórias do PROÁLCOOL se chegou a elas. Você hoje tem uma produção e o consumo em larga escala e o Brasil como referência mundial. Então o PROÁLCOOL é um sucesso, apesar de não existir mais.

Agora vem uma pergunta. Seria possível hoje nós criarmos um novo PROÁLCOOL ou seria possível hoje nós criarmos um conjunto de normas, de leis com uma regulamentação forte sobre o setor? Então vale a pena antes tentar lembrar como é que era a Constituição de 69. A Constituição de 69, o PROÁLCOOL tem 65 equivalia na época do PROÁLCOOL. Lá tinha expressamente o art. 63 que permitia ao Estado, à União a intervenção do domínio econômico e inclusive a declaração de monopólio sobre a indústria quando ela entendesse que fosse motivo de segurança nacional, por exemplo, autonomia sobre combustíveis fósseis e quando o setor não tinha meios para ser desenvolvido com eficácia no regime de livre competição.

Então, era o artigo perfeito para uma regulamentação do tipo do PROÁLCOOL. O que é que vigorava em 69? A gente tinha o Estatuto da Lavoura Canavieira que era um Decreto de 41 do Governo do Getúlio Vargas e a Lei de Produção Açucareira que é a Lei 4.870/1965. Essas duas normas davam um poder ao Estado de intervenção absoluta. Essas duas normas elas davam um poder ao Estado de intervenção absoluta e eles definiam a produção de cana, produção de álcool e de açúcar, a forma de comercialização, inclusive a exportação. Toda essa parte aí era atribuição do Instituto do Açúcar e do Alcool que ele inclusive estabelecia planos de safra, cotas de produção, levantavam os custos de produção para poder definir os preços da cana, açúcar e álcool, intervinha em indústrias que paravam de produzir, intervinha... Exigia que 40% dos fornecedores de cana fossem dependentes da indústria e definia a mistura do álcool com a gasolina.

Só para dar um exemplo, quando saiu em 75 o Decreto que instituiu o Programa PROÁLCOOL, que só por curiosidade não falava apenas de cana, falava de mandioca e outros insumos, ele definia que o Conselho Nacional do Petróleo definiria a paridade de preços entre anidro e açúcar. O que isso significa? O álcool e o açúcar deveriam remunerar igualmente a indústria. Você não podia dar privilégio a um ou outro para induzir

a indústria fazer um ou outro. A exportação de etanol era feita exclusivamente pelo IAA que era uma autarquia, e a especificação do etanol era dada pelo IAA. E o mesmo se prosseguia nos decretos subsequentes. Se tiver muito rápido vocês me avisem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Você é ligeiro, viu?

[risos]

SR. FRANCESCO GIANNETTI: É que na verdade eu tenho muito pouco tempo. E eu quero ir na parte regulatória que é mais... Mas se eu for muito rápido me interrompam.

Em 87 foi o último Decreto sobre o PROÁLCOOL. Você tinha o álcool faturado diretamente à PETROBRAS, a comercialização era obrigatória feita 1/12 avos em cada mês. Então você não podia vender tudo nos 8 meses, você tinha que distribuir a tua comercialização durante todo o ano, apesar da safra ser concentrada. E existiam inclusive estoques de segurança definidos que garantiam pelo menos dois meses de consumo. Tudo isso valeu, mas até 88, quando surgiu a nova constituição. E aí vem as novas regras. O que é que a Constituição trouxe? Ela trouxe novos princípios. Princípios que são cláusulas pétreas. O primeiro é a livre iniciativa que está inclusive no art. 1º da Constituição. O da livre concorrência que visa antes de tudo a proteção do interesse do produtor. O monopólio ele passou a ser autorizado apenas nas hipóteses previstas expressamente na Constituição. Por exemplo, no petróleo, a extração refino, transporte marítimo e dutoviário é previsto como um monopólio estatal. O resto, se não estiver previsto na Constituição não há possibilidade de ser declarado por lei ou por Lei Complementar ou qualquer outra medida. E o planejamento quando feito pelo Estado ele passa a ser apenas indicativo para o setor privado. Ele não é mandatório. Então o que acontece? O etanol ele não está lá previsto a produção de etanol. Não tem nenhum artigo da Constituição que fale dele. Portanto, o que se interpreta? A produção dele é atribuída à iniciativa privada. Inclusive o transporte dutoviário ele não é monopólio do Estado, se for exclusivo para etanol, se for polidutos é monopólio, mas se for um duto feito exclusivamente para etanol se interpreta que ele não é monopólio, e, portanto, não é em princípio sujeito a regulação forte. Regulação forte. Não pode existir regulação mínima. E o que tem no etanol como inserção. É o art. 238 que fala que cabe uma regulação sobre a revenda, que a revenda se interpreta que são os postos de combustíveis e a distribuição, e mesmo assim fala que a regulação dessas duas atividades deve respeitar os princípios da Constituição que é a livre iniciativa e a livre concorrência. Quais foram os efeitos então dessa Constituição de 88? Os efeitos

foram: Primeiro, a extinção do IAA que foi uma Lei de 90 que autorizou a extinção e o decreto subsequente que o extinguiu. As leis que tratavam da produção de cana-de-açúcar e álcool não foram [inaudível] pela Constituição. O Decreto 3.855 e a 4.870 simplesmente perderam a validade. Os Decretos do PROÁLCOL também por consequência foram revogados. Eles foram revogados num Decreto sem número de 91. E ocorreu uma liberação gradativa de preço no período de 95 a 98 por meio de várias Portarias do Ministério da Fazenda. Apesar de ter levado 10 anos para desregular o setor, cumprindo a Constituição, quando foi incluída, nós tivemos uma super produção porque os empresários estavam acostumados à tutela do Estado e praticamente quebrou o setor em 97. Mas por outro lado isso daí foi um aprendizado e hoje essa liberdade que foi dada aos produtores deu a eles a capacidade hoje de não depender mais do Estado e de produzir algo competitivo. E então acabou a regulação do álcool? Não existe mais isso? Não. Pelo contrário. Ainda existe.

Primeira coisa, a adição do anidro à gasolina. Isso é obrigatório por lei. É uma Lei aprovada em 1993, é uma lei de cunho ambiental, e a função dessa lei era criar o plano de redução de emissões veiculares que deu subsídio ao Proconve do IBAMA. Nela tem até hoje um artigo que obriga que faça uma mistura de álcool anidro na gasolina na proporção de 22%. E ao mesmo tempo em 97 foi definido o marco regulatório do etanol. Por incrível que pareça esse marco regulatório surgiu na famosa lei de petróleo, que é a Lei de Política Energética. Hoje, e desculpem discordar da apresentação feita pelo Dr. Paulo Roberto, é atribuição do Conselho Nacional de Política energética definir, ou pelo menos delinear a política sobre o etanol, assim com os biocombustíveis. [soa a campainha] E é atribuição da ANP regulamentar o setor naquilo que a lei permite, naquilo que a Constituição autoriza.

Uma coisa. O Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool ele tem atribuições de regulamentar a indústria da cana-de-açúcar como um todo. Produção de cana... Não é nem regulamentar, eu falei equivocadamente. É traçar políticas. Açúcar, cana e etanol. Etanol sem fins combustíveis. Não se confunde com a competência do CNPE de traçar a política para o etanol quando é empregado para fins combustíveis.

Então, não são contraditórios. Os dois, o CIMA e o Conselho Nacional de Política Energética são complementares as funções. E os dois trabalham para subsidiar o Presidente da República a definir essa política. A ANP, a competência dela para tratar do etanol é definida na Lei de Política Energética 9.478/97, na Lei de Abastecimento Nacional de Combustíveis, 9.847 e

na lei que introduziu o biodiesel na matriz energética. A que ela compete? Compete especificar a qualidade do etanol, regular e autorizar as atividades de distribuição, revenda e comercialização de álcool etílico e combustível, e exigir dos agentes regulados o envio de informações para acompanhamento do setor, organizar essas informações, fiscalizar as atividades de distribuição revenda e comercialização e cumprir as boas práticas de conservação e uso racional de energia. Então são atribuições da ANP hoje. E ela, ao contrário do que se pensa, tem exercido essa competência. Vamos ver como. Voltando à lei que obriga a adição... Rapidamente. É a Lei 8.723 que é a de admissões veiculares que hoje obriga a adição de anidro na gasolina. Isso aqui é uma coisa que vale a pena discutir rapidamente. O álcool anidro como combustível ele não existe naturalmente no mercado. Ele só existe graças a uma lei que obriga a mistura na gasolina. Não é opção do consumidor adquiri-lo. Ao contrário do hidratado, que hoje é disponível na bomba e com a tecnologia flex vira um concorrente direto da gasolina. É opção do consumidor a adição, o uso ou não do hidratado ou da gasolina. O anidro, não. O anidro já está misturado na gasolina. A gente não pode decidir retirar esse anidro de lá. Está previsto em lei.

Em relação às competências da ANP. Ela fez alguma coisa? Fez e muito bem feito. Ela baixou já uma Resolução 36 em 95 que substituiu uma Resolução antiga do Conselho Nacional de Petróleo que fala da parte especificação do álcool etílico usado para fins combustíveis. Especificação o que é que é? Cor, graduação alcoólica, PH, teor de hidrocarboneto e outras coisas. O produtor, em função dessa Resolução ele é obrigado a emitir um certificado que atesta a qualidade do etanol, ou seja, que atende as especificações definidas na Resolução. Ao mesmo tempo, essa Resolução ela criou a obrigação de se adicionar um corante no álcool anidro. O que foi esse corante? Antes de 2005 existia uma distorção muito grande no mercado que o anidro ele sai das indústrias diferentes de ICMS. Enquanto o álcool hidratado combustível ele paga ICMS. Então o que as distribuidoras faziam? Algumas, não todas, uma parte delas. Elas compravam o álcool anidro e faziam aquilo que se chamava de molhação do anidro para converter em hidratado. E como ela fazia isso? Ela simplesmente abria uma torneira da rede pública e adicionava água ao álcool. E isso colocava, não apenas água, mas um conjunto de sais e outros elementos que acabou gerando algum problema em veículos.

Então, para solucionar a questão ela falou: Se adiciona esse corante, um corante de cor laranja no anidro. Se por acaso for adicionado água a ele, o consumidor

poderá ver o álcool saindo com uma cor laranja. E ele constatará uma fraude. E ele não permitirá... Não abastecerá com aquele combustível. Isso reduziu quase a zero a sonegação do álcool molhado no Brasil.

A outra Resolução importante é a Resolução nº. 05 da ANP que trata da comercialização e do envio de informações à agência. Ela exige que todo produtor que deseje vender álcool para fins combustíveis, ou seja, para uma distribuidora, se cadastre previamente na ANP. Então hoje ela tem o controle sobre quais são os produtores de álcool combustíveis. A venda, pela Resolução, só pode ser feita à distribuidora. Não pode ser feita diretamente aos postos de combustíveis. Isso hoje tem até uma justificativa correta. A tributação do etanol é feita hoje, foi criada, delineada para ser feita na distribuidora. Tanto do PIS/COFINS como do ICMS. Se você vendesse diretamente pro posto, você poderia gerar um prejuízo fiscal muito grande por sonegação e falta de arrecadação de tributos. E a distribuidora só pode vender para outra distribuidora, para o posto revendedor ou exportação. Então ela fechou direitinho, ela fechou a cadeia toda. E ao mesmo tempo criou a obrigação de todas as indústrias enviarem informações de produção e comercialização à ANP para controle.

Mais ou menos o que eu apresentei é o que a ANP fez na matéria regulatória. Agora, qual é talvez o objetivo daqui? É tentar aprimorar a regulação que existe. Qual é o primeiro objetivo de um aprimoramento da regulação? A primeira coisa é acabar com a volatilidade de preços. É aquilo que eu falei, você tem a entressafra às vezes por um baixo controle a falta das distribuidoras ou do próprio produtor de fazer a estocagem, um aumento de preços natural. Porque a indústria parou de produzir. O que sugeriu a ANP? De permitir que outros agentes passem a participar do mercado de etanol combustível. Mas não no lugar da distribuidora, e sim fazendo uma mediação entre o produtor e a distribuidora. Qual seria a vantagem disso? Você poderia viabilizar uma Bolsa de Mercadorias de Futuros. Com isso que você definiria um preço de futuro de etanol que hoje não existe. O etanol hoje não é uma *commodities*, você não sabe quanto ele custará daqui a um tempo. Aqui já daria uma base. E ao mesmo tempo impediria uma ocorrência de oligopsônios, não digo que hoje exista. Mas o que é que é oligopsônios? É uma situação de mercado em que você tem uma grande quantidade de ofertantes, a indústria de álcool hoje são 300 no Brasil e uma pequena quantidade de adquirentes que seriam 50, 60 distribuidoras. Que se um dia o mercado vier a ter uma regulação mais forte e uma fiscalização maior esse número de distribuidoras provavelmente vai cair ainda mais. Então essa revisão da Resolução nº. 5 seria muito importante para atingir

esses objetivos. Sobre a garantia de abastecimento do etanol hidratado, isso hoje não é mais problema. A gente está na era do flex. Ou seja, se começa a diminuir a disponibilidade de etanol no mercado o preço dele sobe. É oferta e demanda, e isso o que implica? As pessoas não vão mais se abastecer de hidratado. Elas vão pra gasolina, que é concorrente direta. Isso é correto. Esse é o mecanismo regulador hoje que a gente tem para o hidratado. Seguimos em frente que é o último slide. Agora, a dúvida é: Em relação à gasolina C, o que é que é a gasolina C? É a gasolina que se pode usar para abastecer os carros no posto revendedor. É a gasolina que tem adicionada a ela 22%, 23% de álcool anidro. Tem que por em mente que quando você adiciona o anidro na gasolina ele se transforma em gasolina. Ele passa a ser um insumo da gasolina, uma parte dela. Então, o anidro, quando para fins de combustível você pode de fato considerar ele como parte da gasolina.

Então, faz sentido você ter uma regulação mais forte sobre o anidro do que o hidratado. Você estabelecer regras mais fortes para o anidro. Porque você garantindo o abastecimento do anidro você garante o abastecimento nacional da gasolina.

Então, a ANP, ela apresentou em Audiência Pública em 2006 uma proposta de Resolução que exigiria que produtores e distribuidoras assinassem contratos de longo prazo para fornecimento de anidro. O que é que isso implicaria? Implicaria que o produtor se comprometeria a abastecer o mercado interno. Ao mesmo tempo você teria a garantia de anidro suficiente por toda a safra para misturar à gasolina e garantir o suprimento da gasolina em todo o Brasil. Infelizmente ainda não saiu essa resolução. Está aguardando publicação. Ou não. E essa seria uma medida muito importante no entender da UNICA para a gasolina C e para o álcool anidro. Essa garantia de fornecimento durante toda a safra. Então basicamente é isso. Eu agradeço muito a paciência, e desculpe se eu corri um pouco demais.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Francesco. Eu passo a palavra agora ao Relator regimentalmente, Senador Garibaldi Alves, para as perguntas e depois para com muita honra para o Senador Valter Pereira, Senador ilustre do meu Estado, o Mato Grosso do Sul.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, senhores convidados, Sr. Jório Dauster, da BRASIL ECODESELE, Sr. Paulo Roberto Costa, Diretor de Abastecimento da PETROBRAS, Sr. Carlos Eduardo de Freitas, Diretor da Associação Distribuidores de Gás Canalizado, e

o Sr. Francesco Giannetti que é o Diretor da UNICA. Assessor Jurídico. Eu devo um pedido de desculpas ao Dr. Paulo Roberto porque o avião que me trouxe de Natal me impediu de assistir a sua exposição. Não pude assistir.

Então, estou praticamente impossibilitado de fazer qualquer comentário ou então de dirigir alguma pergunta. Mas, creio que V.S^a deve ter falado muito bem a respeito das possibilidades da expansão da produção do gás no nosso País, e da importante dessa lei do gás que está tramitando no momento no Congresso Nacional e mais especificamente na Câmara dos Deputados. Depois ela virá aqui para o Senado Federal, o que vai nos encontrar mais preparados diante desse debate que está sendo travado aqui.

Se V.S^a me permitisse, e se o Presidente também e os senhores, eu teria uma pergunta de natureza regional. Porque aqui nós nunca escapamos dessa missão de defender a nossa região e o nosso Estado. Criou-se, Dr. Paulo Roberto, uma expectativa razoável de que o gás produzido no nordeste e especificamente no meu Estado, no Rio Grande do Norte, seria capaz de contribuir para o abastecimento da região, e é tanto que ele já foi utilizado para levar gás para os Estados vizinhos. Mas, agora, se informa que essa produção ela não teria mais esse caráter promissor. Ela teria... Ela estava dimensionada em cinco milhões de metros cúbicos de gás e parece-me que não chegou a isso, propriamente, e que não teríamos mais uma expansão dessa produção. Pelo contrário. Isso nos deixou numa... O Presidente vai me permitir que eu estou levando a questão da Comissão para uma questão muito específica, mas nós não podemos perder essa oportunidade, e isso terminou por comprometer a possibilidade de levar esse gás até mesmo internamente, através de gasodutos, ao encontro de uma produção que hoje é feita de uma forma elementar, Dr. Carlos Eduardo, lá no nordeste. É feita com grande esforço, mas sem a adição de tecnologia e o que é certo com o uso intensivo da lenha. Então esse é o cenário que, o senhor desculpe me preocupar assim trazer um cenário tão regionalizado, Presidente, mas eu acho que nós estamos aqui para discutir os interesses dos Estados. O Senado é a Casa dos Estados, interesses regionais.

Então essa é a colocação que eu faria ao Dr. Paulo Roberto, lamentando não poder fazer outras em face dessa minha ausência. Com relação ao Dr. Jório, porque é bom fazer logo para todos como é a metodologia aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Nós vamos, até para orientação dos expositores, nós faríamos todas as perguntas, Senador

Garibaldi, tanto de V.Ex^a como também do Senador Valtter, e aí de uma vez só os expositores responderiam.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E do Presidente também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): E aí eu faria também algumas perguntas que eu gostaria de apresentar mas eu me inscrevi no final.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu queria perguntar ao Dr. Jório, porque ele mostrou-se, claro, bastante otimista com as perspectivas da indústria de biocombustível. Há um trabalho, um levantamento que do total previsto de gastos para a produção de biocombustíveis no PAC, no chamado PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, isso é da ordem de 17 bilhões e 400 milhões de reais. Eu não sei se V.Ex^a teria essa informação. 140 milhões de reais ficaram para a região nordeste, e 53 milhões para a região norte. Eu não sei se V.S^a teria condições de confirmar isso. O que significa realmente aí uma discrepância muito grande, tanto no que toca ao biodiesel, como também no que toca até mesmo ao etanol. E um grupo de professores da Universidade do Rio Grande do Norte, eles me fizeram aqui uma sugestão de que fosse criado... Aí depois eu teria que fundamentar e aí apresentar melhor a V.S^a, porque aqui agora eu tomaria muito tempo. É que seria uma sugestão para a criação... No Brasil nós estamos sendo sempre muito criativos. A criação de uma Biocombustíveis do Brasil SA. Acho que depois do sucesso da PETROBRAS, então...

Bem, aí há toda uma justificativa, Presidente, que ela é baseada... Deixa eu ver se consigo simplificar aqui. Simplificar seria desmerecer, mas se eu consigo resumir aqui essa posição desses professores. Eles estão temendo uma entrada gigantesca de capitais norte-americanos no Brasil com um processo brutal de desnacionalização da produção bioenergética brasileira, até porque ela ainda é muitíssimo pequena, frente ao que virá a ser nas próximas décadas a aproximação do fim do efetivo da reserva de petróleo, através da compra de empresas nacionais, um *know-how* investido mundialmente na produção de biocombustíveis, sendo o nosso País o principal para tal. Não temos capitais privados à altura, o que V.Ex^a vai me perdoar, mas a própria BRASIL ECODIESEL é uma empresa capitalizada que está presente. Às vezes se desconhece uma realidade. As propostas de aquisição de empresas nacionais de áreas para produção serão em cifras impossíveis de serem deixadas de lado por qualquer empresário ou proprietário rural brasileiro. Ademais, o real mesmo valorizado está numa proporção de 2 para 1 em relação ao dólar. O que dá à moeda americana grande vantagem aquisitiva. Isso sem

falar no fato de que a produção agrícola ao contrário da produção mineral não possui dispositivo de impedimento para entrada de capitais.

E há outra série de argumentos. O senhor vai me liberar de lê-lo? Faz uma apreciação, Presidente.

Agora, para encerrar, eu na verdade eu quando o Dr. Carlos Eduardo estava falando, já eu acredito no término já da sua intervenção, eu só pude chegar no término da sua intervenção. Então eu queria apenas perguntar, uma pergunta de ordem genérica. Queria perguntar ao senhor, que é aqui o Diretor da ABEGÁS, se o que está em tramitação que V.S^a deve estar acompanhando na Câmara dos Deputados essa discussão que está sendo travada, que eu confesso ao senhor que eu também não estou acompanhando *pari passu* porque na outra Casa eu não tenho condições. Se V.Ex^a acha que ela está sendo promissora no sentido de nos dar uma boa regulação com relação à matéria. É uma pergunta... O senhor vai me perdoar, muito genérica, mas eu acredito que V.Ex^a possa... E enquanto ao Sr. Francesco Giannetti, eu queria fazer uma pergunta de cunho social. Eu estou entendendo que a indústria da cana-de-açúcar e do álcool no sudeste, principalmente São Paulo, ela está atendendo aos objetivos de uma empresa capitalista. Ela está cada vez mais lucrativa, ela deve estar produzindo... Gerando, aliás, empregos. Mas a Folha de São Paulo, não sei se V.S^a chegou a ler recentemente, publicou uma matéria dizendo que a despeito de tudo isso, não deixava de ressaltar a tudo isso. Mas que a despeito de tudo isso era uma indústria que ainda contribuía pelas suas relações de capital e trabalho para uma determinada exclusão social que a gente só tem notícia na minha região há muito tempo atrás. Porque fala em trabalho escravo, o senhor me perdoe, vai por conta da própria imprensa do sul que não poupou nesse aspecto algumas críticas. Sr. Presidente, muito obrigado e desculpe a...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, meu caro Senador Garibaldi Alves, Relator da Subcomissão dos Marcos Regulatórios. E agora com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, em primeiro lugar eu quero registrar aqui as minhas congratulações pela iniciativa de V.Ex^a de promover essa reunião na segunda-feira. Para os palestrantes que não convivem com o dia-a-dia do Congresso, talvez não percebam que a razão que deve ter motivado essa iniciativa da Presidência se funda principalmente no fato de que segunda-feira é o dia em que há espaço suficiente para que esta Subcomissão funcione, já que todos os outros dias da semana há

uma sobrecarga de atividades em outras Comissões Técnicas.

No entanto, a pouca presença que hoje nós registramos, não prejudica em nada a finalidade que se busca nessa Comissão. Afinal de contas, o que nós estamos buscando aqui são subsídios para orientar a nossa atuação Parlamentar. E os subsídios não se produzem só na palavra de quem está fazendo a palestra e dos ouvidos de quem está ouvindo. Daí porque vem a minha primeira proposta.

Dada a importância das palestras que foram ministradas hoje aqui, Sr. Presidente, eu acho que é fundamental que aqueles que trouxeram palestras produzidas, que viabilizem para a Presidência um CD com todo o conteúdo delas, a fim de que seja distribuído a cada um dos membros dessa Comissão. Como lembrou bem aqui o Senador Garibaldi, daqui uns dias virá para esta Casa, e conseqüentemente para a Comissão de Infra-estrutura o Projeto que define a Política Alcooleira do País. Isso vai nos levar necessariamente a uma avaliação de tudo que foi discutido nesta tarde.

Quero aqui dizer que foi uma tarde das mais importantes, apesar do pouco número de Parlamentares. Porque os assuntos são de grande atualidade, e nós estamos vivendo hoje uma mudança significativa no perfil de combustíveis, da produção e da comercialização de combustíveis no País, que todo o assunto relacionado a essa matéria ganha uma importância transcendental porque dentro de 10 anos ou 20 anos nós vamos lembrar como hoje até já foi lembrado aqui do papel que o Congresso Nacional cumpriu nessa mudança significativa da história dos combustíveis de nosso País.

Eu vou começar aqui com uma questão macro para depois entrar na questão regional também, na questão da nossa província. O Senador Garibaldi suscitou aqui uma discussão que eu acho que merece ser deflagrada no Congresso Nacional. A questão de... A sugestão que ele recebeu de professores de que o Brasil tenha um órgão que gerencie toda a política de biocombustível em nosso País. Hoje essa tarefa está reservada à PETROBRAS. Todos nós sabemos que a PETROBRAS é uma empresa gigantesca, e que tem um forte componente cultural com a produção que lhe deu origem, que é de combustíveis fósseis. É a questão do petróleo, a questão do gás e de todos os subprodutos que também derivam dessas duas áreas de produção. E o biocombustível tem algumas características que são bem diferentes desta produção de combustíveis fósseis, a começar pela universalização. A PETROBRAS depende de jazidas. O biocombustível não. Em todo o território nacional a produção de biocombustível é possível. E tem algumas outras implicações que

decorrem principalmente dessa universalização que precisam efetivamente de um tratamento mais específico. A própria questão ambiental. O Senador Delcídio é meu parceiro lá de Mato Grosso do Sul. Sabe, por exemplo, que lá tem uma Legislação fundada em uma outra motivação que é plenamente defensável que é a questão ambiental.

Então, a legislação cria algumas restrições para a exploração de cana-de-açúcar na Região Pantaneira. Essa é uma das especificidades que tem na questão do biocombustível e não tem na questão do petróleo. Mas, além desta, tem a questão da comercialização que é diferente, tem uma série de especificidades que são diferentes quando se fala em biocombustível e quando se fala em petróleo.

Então, eu acho que essa... Eu diria o seguinte, a criação da Agência Nacional de Biocombustível, na minha avaliação, é uma idéia extremamente defensável, e mais cedo ou mais tarde, o Governo vai se convencer disso. Até, por exemplo, quando eu falei na questão da comercialização, pelas palestras que nós ouvimos aqui, nós ouvimos em determinados momentos a idéia de que o biocombustível com o petróleo em determinados momentos são concorrentes. São atividades que concorrem. Embora convergindo para uma política comum, mas em determinados momentos tem a concorrência. Então será que não seria saudável que essa concorrência se desse realmente como concorrência em campos opostos? Eu acho que a idéia, Senador Garibaldi, é uma idéia que não podemos abster de examinar, de discutir para que a gente estabeleça aqui uma política de combustível que talvez seja diferente.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V.Exª me permite um aparte?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com prazer.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É apenas para registrar porque o trabalho foi realizado por esse grupo de professores, tendo à frente o professor Francesco Nabuco, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Queria apenas registrar o autor dessa sugestão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E eu não gostaria aqui que fossem interpretadas as minhas palavras como uma nostalgia, como algo que voltasse ao controle estatal da produção que eu concordo plenamente que tem que ter essa liberdade absoluta que foi muito bem assinalada pelo Francesco, se não me engano, que na liberdade de comércio e de produção dessa liberdade comercial é que realmente pode se prosperar todo esse ambiente de produção, de crescimento. Mas que o Estado tem que ter um ente coordenador dessas atividades, observando obviamente

os preceitos constitucionais que asseguram plena liberdade de comércio, isso aí eu não tenho dúvida que realmente pode ser algo defensável.

O Dr. Paulo, é que vem a minha visão já estadual, dessa política toda de combustível. O Dr. Paulo se reportou aqui ao pólo petroquímico do Rio de Janeiro, e se manteve apenas neste tipo de informação. Nessa informação. Quando se falou sobre pólo petroquímico. Lá em nossa província também, existe mais do que uma aspiração, existe uma necessidade, um projeto e um comprometimento de todas as forças políticas desse Estado, sobretudo, do Senador Delcídio Amaral que é um *expert* em matéria de energia em todo o País com o Pólo Gás-Químico de Corumbá. Depois eu gostaria que o senhor abordasse essa questão do gás-químico, porque hoje há uma certa insegurança muito grande, já que o gás que alimentaria esse Pólo Gás-Químico é o gás provido da Bolívia, e isso indiscutivelmente hoje traz uma grande insegurança e eu gostaria que o senhor fizesse uma abordagem especificamente se há algum prejuízo, se isso se insere dentro das prioridades da PETROBRAS, porque efetivamente Corumbá não só tem as condições de se desenvolver esse Pólo Gás-Químico como existe um mercado promissor já que ali é um entroncamento do Mercosul, e existe também uma demanda de empregos que essa iniciativa poderia atender.

Me impressionou também a análise que o Dr. Jorge Dauster fez sobre essa política do biodiesel, e a iniciativa da BRASIL ECODIESEL. Hoje ele trouxe à tona aqui as opções da mamona e do pião manso. Eu tenho falado sobre o Pinhão Manso em algumas outras ocasiões porque fiquei muito impressionado quando ouvi a primeira análise do custo de produção do Pinhão Manso e percebi que é quase que o mais baixo de todos os insumos que estão sendo analisados para a produção do biodiesel. E se o senhor tiver algum estudo nesse sentido para passar aos Senadores sobre a questão do custo de produção, por que é que me entusiasma o Pinhão Manso? E a mamona também. Porque nessas áreas onde existe problema ambiental, em que a instalação de usinas de álcool pode expor a risco de... Risco determinadas áreas ambientais, o Pinhão Manso entra como uma belíssima alternativa, já que não oferece nenhum tipo de risco, já que não exige uma qualidade de solo de grande fertilidade, e não existe também uma mão-de-obra qualificada para a sua exploração.

Então, eu acredito, concordo com o senhor quando diz que é uma das grandes alternativas. Inclusive, a mão-de-obra do Pinhão Manso é das mais simples e das muito protegidas. Contrariamente à exploração da cana-de-açúcar, que tem uma mão-de-obra hoje ainda

depois de tantos anos que ela é explorada no Brasil ainda é meio medieval. Quer dizer, no caso do Pinhão Manso é muito mais tranqüila do que a exploração da cana-de-açúcar. Mas não estou aqui também fazendo apologia contrária à cana-de-açúcar. Eu acho que a cana-de-açúcar também é uma grande revolução que nós estamos produzindo hoje no Brasil e é uma referência mundial efetivamente o sucesso da cana-de-açúcar no Brasil. Acho que apenas as relações de trabalho, as relações sociais que tem a cana-de-açúcar precisam de uma atualização urgentemente a fim de que neste momento em que ela se explode ela tenha... Já enxergue o norte que é preciso conciliar essa questão social com a questão da produção.

Então, esses eram os comentários que eu gostaria de fazer e de ouvir dos palestrantes. Acho que é importante essas informações para todos os componentes desta Comissão, e nesse sentido eu tenho certeza que o dirigente, Senador Delcídio Amaral, vai providenciar. E no caso do Dr. Jorge que não trouxe um trabalho escrito, ele foi mais assim na linha do político, que o político que tem essa mania de trabalhar com improviso, e foi um craque no improviso. É preciso até realçar que ele mostrou aqui que realmente é um craque no improviso.

Então, que ele, o material que ele tiver, ele possa mandar para nós e que nós também possamos através da gravação da palestra dele distribuir aos nossos companheiros desta Comissão.

Enfim, era basicamente esses comentários que eu gostaria de fazer. Mas gostei do comentário de todos os palestrantes e acho que todos eles deram uma contribuição substancial para que nós possamos formar o nosso juízo de valor a respeito de toda essa discussão que vai ser a pauta deste ano do Senado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, pela ordem. É que o Senador Valter Pereira fez um comentário e eu tomarei a liberdade e pediria ao colega para fazer um esclarecimento. Essa Comissão aqui é uma Comissão enxuta. É uma Comissão pequena. Essa Comissão aqui se compõe de sete membros. Na tarde de hoje nós tivemos por um período aqui a presença de quatro membros, porque o Senador Romero Jucá esteve presente durante grande parte. Então foram quatro membros. Quer dizer, nós temos Comissões aqui de 27 membros. Aí está certo. Se nós tivéssemos aqui numa Comissão de 27 membros e apenas três ou quatro estivessemos presentes a Comissão estaria desfalcadíssima.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas eu me referi porque no momento que começamos só estava eu e o Senador Delcídio. Aliás eu fiquei até fe-

liz porque primeira vez eu vi que Mato Grosso do Sul estava dominando uma Comissão.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria, antes de fazer as minhas perguntas, mas eu gostaria de registrar isso. Essa é uma Comissão absolutamente enxuta. São sete Senadores só. E por que é que nós realizamos as segundas-feiras? Há um acordo das lideranças que as Subcomissões, é o caso dessa Subcomissão, é o caso da Subcomissão da Reforma Tributária, elas só podem funcionar as segundas ou sextas-feiras, para não se chocar, como disse o Senador Valter Pereira muito bem, com essa sobrecarga de Comissões que funcionam às terças, quartas e quintas-feiras. Portanto é uma Subcomissão enxuta. São somente sete Senadores. Hoje nós tivemos quatro dos sete. Isso é muito importante, porque é segunda-feira e muitos Senadores e Senadoras se encontram nos seus respectivos Estados, e é importante destacar que nós temos uma agenda toda ela aprovada até junho, na semana que vem nós vamos ter uma reunião sobre telecomunicações, vamos discutir o marco regulatório das telecomunicações, e a cada Audiência Pública a Assessoria do Senado junto com o Relator, o Senador Garibaldi Alves, nós vamos preparando relatórios parciais propondo ajustes no marco regulatório. Ou aperfeiçoamentos dos marcos regulatórios. E assim vai acontecer com essa audiência que nós estamos fazendo hoje.

Eu quero... Importante também lembrar, o maior desafio do Brasil, na minha visão, é a infra-estrutura. E para se ter infra-estrutura é absolutamente fundamental que se tenham marcos regulatórios claros, transparentes e que eliminem as incertezas, entre elas as incertezas jurídicas. Porque o Governo não pode tudo. O Governo precisa dos investidores. Não só estatais, mas dos investidores privados. O Programa de Aceleração do Crescimento, cerca de 42% do Programa de Aceleração do Crescimento ele é voltado para empresas privadas.

Portanto, a existência de marcos regulatórios confiáveis essa existência é fundamental. E nós vamos nessa Subcomissão, nessa pequena Subcomissão, nós vamos apresentar para aprovação no Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos essas medidas todas que vão ser encaminhadas via Projetos de Lei. E, portanto, que vão merecer aí um trabalho extenuante da Assessoria e do Relator, o nosso querido Senador Garibaldi Alves.

É importante também registrar que as exposições foram muito claras, concisas, até para a complexidade da matéria, e eu quero parabenizar aqui o nosso querido Jório, o Paulo Roberto, o Carlos Eduardo Brescia,

o Francesco, pela maneira como fizeram suas respectivas exposições e de uma forma absolutamente clara, tratando de alguns temas que são complexos. E essa Subcomissão é uma Subcomissão que trata de temas complexos, mesmo. Não é uma Subcomissão... Eu costumo dizer que ela hoje é, apesar de composta por políticos é uma Subcomissão que trabalha tecnicamente em função dos temas que são aqui tratados.

E eu gostaria, primeiro Paulo, eu estou em Casa aqui. Porque aqui a maioria com exceção do Francesco que eu tive a honra e satisfação de conhecê-lo, competente, mas aqui estou com o Paulo Roberto que eu tive a honra de trabalhar com ele na PETROBRAS. Estou aqui com o Carlinhos que eu conheço desde a época em que nós recém-formados trabalhávamos numa empresa de Projeto. E estou aqui com o meu querido Jório que teve um papel preponderante, ele falou aqui da renegociação da dívida externa, em função da moratória, foi ele que conduziu pessoalmente todas as tratativas. Eu tive uma relação muito afinada com o Jório quando ele foi Presidente de VALE DO RIO DOCE, e agora novamente o destino nos colocando frente a frente ou lado a lado aqui na Subcomissão dos Marcos Regulatórios. Portanto eu estou absolutamente à vontade, e gostaria de começar, Paulo, pela sequência em que as exposições ocorreram, primeiro, alertando a Assessoria que eu não vi no início dos trabalhos da Subcomissão. O Dr. Paulo Roberto apresentou uma série de sugestões de extrema relevância. Primeiro no que se refere a aspectos tributários de matéria que começam a transitar no Senado e associadas ao Programa de Aceleração do Crescimento.

Portanto, exige dessa Subcomissão uma ação ágil, rápida, principalmente na preparação de Emendas, para esclarecer pontos associados aos projetos de lei que tramitam, que hoje já tramitam aqui no Senado Federal.

Entre os pontos também que foram citados aqui pelo Paulo, além daqueles diretamente ligados a tributos, ele apresentou também sugestões para os marcos regulatórios. De biodiesel, do álcool combustível, uma definição legal e clara do serviço de comercialização de gás canalizado, para o HBio que é esse avanço tecnológico da PETROBRAS, mais um. Portanto, nós precisamos ter uma ação rápida porque alguns desses projetos já tramitam no Senado e, portanto, nós precisamos responder à altura das expectativas do setor. Então, é importante destacar, e aí, Paulo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Propostos pela PETROBRAS e são absolutamente pertinentes. Não são só de interesse

da PETROBRAS, são de interesse do mercado. Quer dizer, da indústria. Dos principais *players* que atuam nesse mercado.

Então, é fundamental, e aí a sugestão do Senador Valter à Comissão, eu peço à coordenação que tomem as providências devidas para que nós tenhamos todo o material que foi aqui apresentado, incluindo talvez até um texto do próprio Dr. Jório Dauster no sentido de fechar todas essas exposições, todas que foram feitas e que esse material sirva de subsídio, Dr. Gonzaga, para o Senador Garibaldi Alves e para a Assessoria Parlamentar do Senado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Presidente, permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Pois não, Senador.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu gostaria só de perguntar. Esses projetos estão contidos no Projeto de Lei ou Medida Provisória?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Depende. Alguns... O PAC é um mix de projetos de lei e medidas provisórias. Então isso que nós precisamos levantar, porque dependendo do Projeto, não cabe mais Emenda. A Emenda tinha que ser apresentada na Câmara. Aí nós vamos ter que conversar com os Relatores para inserir essas ponderações ou essas propostas que foram apresentadas.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas mesmo aquela iniciativas que estiverem fora do PAC que forem necessárias, acho que a Subcomissão deve--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Com certeza. E apresentaremos os projetos. Com absoluta certeza, Senador Valter Pereira. Então, acho que a apresentação da PETROBRAS aqui, o Dr. Paulo Roberto foi muito clara, eu fico satisfeito com a maneira como foi apresentada esses pontos principais relevantes, principalmente da área hoje dirigida, e sempre bem comandada pelo Paulo Roberto, e eu me contentaria com a resposta à pergunta que o Senador Valter fez, é uma questão regional mas de muita relevância para o País e diretamente associada ao gás natural e principalmente às correntes mais nobres que passam a ter uma precificação maior e conseqüentemente a partir do momento que se paga mais pelo etano, pelo propano e pelo butano, nós podemos dar uma utilização melhor do que a utilização hoje prevista a partir do momento que nós vamos... Podemos processar essas novas frações em função de projetos petroquímicos. Meu caro Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu não quero ser inoportuno, mas eu queria que o Dr. Paulo Roberto, se ele tivesse conhecimento, ele pudesse me responder se a PETROBRAS já terminou

um estudo para a fabricação no Rio Grande do Norte, todos nós sabemos que no Rio Grande do Norte existe um grande pólo da PETROBRAS em Guamaré. Se já houve o término de um estudo para a produção de PVC. Esse estudo estaria em andamento, é uma reivindicação do Estado, tendo à frente o Governo do Estado...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Ok. Com relação à pergunta, à apresentação do nosso caro Carlos Eduardo Brescia, a minha pergunta é curta e grossa e é na linha do que o Senador Garibaldi sugeriu. Se o Projeto que hoje tramita na Câmara ele é considerado pela ABEGÁS um Projeto adequado para o setor de gás natural, uma vez que ele foi amplamente discutido aqui no Senado, nós aprovamos esse Projeto no final do ano passado, a duras pensa, esse Projeto passou pela CAE, pela CCJ...

Então, é uma pergunta bem objetiva. Se esse Projeto de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, se esse Projeto atende a indústria do gás natural--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E o Relator é um Deputado do meu Estado. Deputado João Maia.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): João Maia. Exatamente. Então essa era a pergunta que eu gostaria de fazer. Do Rio Grande do Norte. Do PR, se não me engano. A outra pergunta que eu gostaria de fazer também de uma forma bem objetiva é a nosso querido Jório Dauster. Na sua exposição, Jório, você falou sobre mamona, você falou sobre Pinhão Manso. E fez uma exposição brilhante, aliás, você é uma pessoa brilhante, então dispensa comentários. Mas eu não sei, as informações que eu obtive é que com relação à produtividade há uma diferença grande entre a mamona e o Pinhão Manso. E eu gostaria já que... E foi muito bem explicitada a questão da agricultura familiar e as alternativas que a BRASIL ECODESEL vislumbra, essa questão da mamona é efetivamente uma saída se comparado com o Pinhão Manso será que é uma produtividade muito diferente e para menor se a gente comparar, por exemplo, com o Pinhão Manso? Quer dizer, é a melhor... Ou essas duas culturas vão conviver na produção de biodiesel e mesmo a diferença de produtividade é uma coisa que já foi... Já está mais do que nunca avaliada para que efetivamente se consolide a produção de biodiesel no Brasil? E a última pergunta, com relação à exposição do Francesco também bem ampla--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de ressaltar o seguinte. O Francesco, como Advogado da UNICA, ele se revelou um grande técnico.

Então, como meu colega Advogado que é, eu tenho que fazer esse registro porque mostrou que a

versatilidade do Advogado tem que ser reconhecida por todos os segmentos que--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas o Advogado é técnico. Não é não? Menos eu que sou bacharel.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Mas pode ter certeza que o Francesco, além de Advogado, é ele que cuida dos marcos regulatórios na UNICA. Não tenho dúvida nenhuma.

Mas eu gostaria só de fazer uma pergunta também bastante importante, esse destaque que foi feito com relação à palha. E as tecnologias que estão sendo desenvolvidas para a produção de etanol. Isso é muito importante porque é um problema a queima da palha, em termos de perda de energia... Enfim. Mas a minha pergunta é bem...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nessa vertente que V.Ex^a interfere, eu gostaria de fazer uma pergunta. Nos Estados Unidos, a corrida hoje é essa. É exatamente a utilização dos subprodutos que estão sendo desprezados. E nessa corrida, o Brasil tem chance de chegar primeiro?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Bom, e concluindo, Dr. Francesco, é um pouco também a minha preocupação, porque claramente na exposição o Brasil se preparou tecnologicamente o Brasil é ponta hoje na produção de etanol a partir da cana-de-açúcar. Mas eu queria fazer uma pergunta nessa otimização, esse índice 8,2 para 1 é inacreditável. É uma diferença absurda se comparar com o álcool, por exemplo, produzido nos Estados Unidos, que é álcool de milho. Mas a minha pergunta é dentro desse reaproveitamento. A questão da energia de biomassa que, inclusive, eficientiza mais ainda o processo. Eu queria... Porque foi falado assim muito rapidamente, muito *en passant* sobre tecnologias que estão sendo desenvolvidas, principalmente com relação a caldeiras para geração de vapor e consequentemente geração de energia. Quer dizer, como é que vocês vislumbram, porque a energia de biomassa é uma energia fantástica, distribuída pelo Brasil todo. Quer dizer, melhora o sistema elétrico como as PCHs também o fazem, e são gerações distribuídas pelo Estado ou pelos Estados Brasileiros.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E quanta biomassa é jogada fora, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Então o que é que isso representa? Qual é a projeção não só sob o ponto de vista de tecnologia, mas também de geração de energia para esses projetos dentro da leitura que a UNICA tem de otimização, principalmente da produção, do açúcar, do álcool.

E o terceiro ponto, eu acompanhei atentamente, há percentuais, 65% é manual e 35% é mecanizado. Aproximadamente. Pelos números. A tendência da mecanização cresce ou não dentro da leitura da UNICA?

Então, eram essas as perguntas que eu queria fazer. Eu vou passar, primeiro, a palavra para o Dr. Paulo Roberto, depois passo a palavra para o Dr. Carlos Eduardo Brescia, para o Dr. Jório Dauster e depois para o Dr. Francesco. Com a palavra Dr. Paulo Roberto Costa.

SR. PAULO ROBERTO COSTA: Obrigado, Presidente. Bom, vamos começar aqui pelas colocações do Senador Garibaldi em relação ao gás no nordeste e a situação do gás de modo geral, no Brasil.

Em relação ao gás no nordeste: O Brasil, hoje, em termos de reservas, nós temos reservas bastante interessantes aí em relação a petróleo. E nossas reservas de gás não são grandes. No nordeste as reservas de gás são menores ainda. O Dr. Jório colocou aqui algum tempo atrás de uma discussão que teve com a PETROBRAS visando levar gás de Urucu para Barcarena para a produção de alumínio. As reservas que temos de Urucu também são pequenas. Hoje estamos construindo um gasoduto ligando Urucu a Manaus, então temos condição de atender Manaus e atender um outro gasoduto que está em estudo algum tempo, vamos ver se conseguimos realizar, que é o gasoduto de Urucu a Porto Velho. Mas basicamente com as reservas que nós temos hoje em Urucu, nós temos condições de atender Manaus e Porto Velho e pára por aí. Não temos condições de atender outras áreas.

Do nordeste de modo geral, há bastante tempo que a gente não tem tido sucesso exploratório e estamos investindo bastante na área exploratória para gás. O último empreendimento grande que conseguimos viabilizar fica um pouco a sul de Salvador que é o Campo de Manati, de aí temos uma produção de gás. Mas de modo geral não temos. E agora a PETROBRAS está num esforço muito grande para viabilizar o que nós chamamos de um Plangas que é um plano de antecipação de produção de gás e onde esse gás grande parte, cerca de mais de 80% dele virá da Bacia do Espírito Santo. Então temos um volume adicional de Espírito Santo, da Bacia de Campos e da Bacia de Santos o volume é muito pequeno. Hoje estamos ofertando ao mercado cerca de milhões de metros cúbicos por dia, sendo que 50% importado da Bolívia e o restante de produção nacional. E esse Plangas que nós estamos com um processo extremamente acelerado investimento total em torno de quase 25 bilhões de dólares envolvendo áreas de exploração e produção, dutos, terminais e toda a infra-estrutura necessária,

nós devemos colocar no mercado um volume adicional de 24 milhões de metros cúbicos de gás até o final do ano de 2008. Então está sendo feito um esforço extraordinário dentro da empresa para viabilizar isso. O Brescia colocou para nós o grande crescimento da indústria de gás nos últimos anos. Foi um esforço muito grande da indústria, um esforço muito grande das companhias distribuidoras, e alavancando o mercado em 15, 20% ao ano. E é verdade, Senador, que nós hoje, pelas reservas que nós temos e pela produção que nós temos no Brasil, nós não temos condição de atender o mercado que cresce 15, 20% ao ano. É um mercado com volumes que nós em termos de oferta não temos condição de atender. Essa é a verdade.

Hoje temos importação da Bolívia, vamos continuar tendo essa importação de lá, estamos com esse plano extremamente vigoroso de ação nossa para colocar um gás adicional e estamos também, como colocado pelo Brescia vendo novas fontes de suprimento como é o caso do GNL. Vamos ter oferta de gás natural liquefeito, hoje temos um terminal que já está em Projeto no Rio de Janeiro e outro terminal no Ceará em Pecém para fornecer esse gás. Especificamente no Rio Grande do Norte. Perspectiva exploratória. É pequena. Muito pequena em termos de oferta adicional de gás. E para que tenhamos uma distribuição mais equânime do gás distribuído no Brasil como um todo, nós estamos hoje construindo um gasoduto que vai ligar a malha sudeste que recebe gás da Bolívia, tem a grande parte produção nacional Bacia de Campos no Espírito Santo, com a malha nordeste através de um gasoduto chamado Gasene, que vai ligar o Espírito Santo até a Bahia e aí interliga com a malha nordeste levando gás até o Ceará passando pelo Rio Grande do Norte e por outros Estados do nordeste.

Então essa malha que vai propiciar uma ligação nacional do gás e podendo subir gás ou descer gás, aí tem um sistema chamado Suape de gás que pode ter numa direção ou na outra a colocação da molécula. Interligação. Então isso para nós em termos de integração nacional, é muito importante esse gasoduto porque nós vamos ter injeção de gás em vários pontos, e com a chegada do gás natural liquefeito a mesma coisa podendo ter gás importado, então, em vários outros pontos, inclusive, lá no Ceará.

Então, vamos dizer, em termos de perspectiva de gás. A produção nacional esse esforço muito grande, no nordeste o único novo ponto hoje que nós temos é Manati no sul da Bahia, mas não temos hoje grandes perspectivas de aumento de reservas nos demais Estados do nordeste. Essa é a nossa realidade em termos de Brasil.

V.Ex^a também perguntou a respeito da produção de PVC. Nós fizemos a questão de uns três ou quatro anos atrás um estudo econômico em relação à produção de PVC. Não foi favorável em termos econômicos não se viabilizou, e no ano passado a pedido da Governadora do Estado fizemos uma nova avaliação e também constatamos não viabilidade econômica para produção de PVC.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É mais um problema de mercado ou é contexto mais amplo?

SR. PAULO ROBERTO COSTA: Contexto mais amplo. Não além de mercado, vamos dizer, pelo preço de venda não teríamos condição de viabilizar um projeto atrativo em termos econômicos. Não por problema técnico, mas problema econômico. Mas eu tenho uma boa notícia para lhe dar em relação ao próprio Rio Grande do Norte que é uma ampliação que nós vamos ter na planta de Guamaré. Hoje nós produzimos lá em Guamaré GLP e diesel e devemos começar muito breve a produção de gasolina, estamos trabalhando lá para produção de gasolina, dentro da especificação já colocada para a Agência Nacional de Petróleo, dentro de padrões para a produção de gasolina com 50 PPMs. Hoje nossa gasolina em nível de Brasil tem mil PPMs, que é parte por milhão de enxofre e nós estamos trabalhando nas nossas várias refinarias adaptando plantas para a produção de gasolina com baixo teor de enxofre. E vamos nós vamos ter, então, tanto essa gasolina com esse baixo teor de enxofre, como também vamos ter que adaptar o nosso diesel que é produzido naquela planta para a produção de diesel com 500 PPMs. Então vamos ter um investimento razoável na planta de Guamaré para especificação em termos de qualidade de diesel e uma planta nova de gasolina.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E há também, eu acho que V.S^a poderia dar alguma informação sobre uma planta de querosene de aviação.

SR. PAULO ROBERTO COSTA: Sim.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu queria ver qual era o estágio.

SR. PAULO ROBERTO COSTA: Nesse projeto, eu não entrei em detalhes, mas nesse projeto a planta de gasolina nós devemos ter também fornecimento de QAV. Querosene de aviação. Na realidade, nós vamos ter em Guamaré uma... Não posso chamar de mini, mas uma refinaria que vai ter aí como produção gasolina, vai ter QAV, vai ter diesel, vai ter GLP. Então na realidade o Pólo de Guamaré vai se transformar aí praticamente numa refinaria fornecendo seus produtos principalmente para o Estado do Rio Grande do Norte. E estamos também num trabalho lá de retirada

da tancagem nossa que nós temos em Natal e centralizar toda essa tancagem através de uma... Vamos dizer, um consórcio entre a PETROBRAS Distribuidora e as outras distribuidoras centralizar toda essa tancagem também em Guamaré. Isso é bastante importante porque abrimos mais espaços lá na capital e Natal para outras atividades que não seja tancagem de combustível.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Obrigado.

SR. PAULO ROBERTO COSTA: Obrigado o senhor. Bom, em relação às perguntas do Senador Valter Pereira, primeiro colocar o seguinte. A PETROBRAS hoje ela está atuando dentro do nosso plano estratégico cada vez mais como empresa de energia e não apenas uma empresa de petróleo e gás. Eu participei agora recentemente questão de mês atrás um seminário na Espanha com várias empresas de petróleo na área do refino que é especificamente umas das áreas que eu atuo. E estávamos lá nesse seminário com grandes empresas mundiais, como o caso da EXXON, da SHELL, da ENEA da Itália, da TOTAL da França. E todas as palestras, inclusive a minha, todas as empresas de petróleo estão se voltando para os biocombustíveis. É algo hoje inexorável. Então não há mais possibilidade de uma empresa de petróleo pensar que ela vai olhando seu futuro aí 20, 30 anos para frente que ela vai pensar só em petróleo e gás. Então todas as empresas de petróleo estão se voltando cada vez mais para os biocombustíveis como algo do seu negócio. Então o negócio das empresas não é mais apenas petróleo e gás, é combustível de um modo geral. Empresa de energia. Como nós temos hoje produção de empresas termoeletrônica a gás, estamos... Como eu apresentei na minha... Nos meus dados aqui da apresentação, estamos investindo em plantas de biodiesel, estamos investindo na participação nossa no etanol em usinas novas, áreas novas. Inclusive do etanol, quero fazer um rápido comentário aqui, nós estamos hoje analisando mais de 40 projetos, todos projetos privados, nós... E a sócia nossa nesse empreendimento que é a MITSUE do Japão, que nós estamos focando o mercado japonês, então nós estamos avaliando mais de 40 projetos que nós chamamos de complexo bioenergético. Então esses projetos eles vão contemplar a produção do etanol, agora vão projetos dedicados apenas à produção de etanol, são todos projetos novos em áreas novas e usinas novas, de modo que a gente não tenha nenhuma interferência, vamos dizer, em relação ao atendimento do mercado interno. E essas usinas todas nós estamos avaliando para ter o maior ganho energético, a maior produtividade energética possível. Então esses complexos vão ter

produção de energia elétrica em termos de tecnologia de última geração, usando palha, usando bagaço da cana, etc., para a produção de energia elétrica, para consumo próprio e venda à rede das concessionárias, vamos ter nessas usinas uma determinada área para a produção do biodiesel que vem a ser usado pelos caminhões e pelos tratores da indústria de modo a ter uma integração energética, e o uso do etanol como o principal produto.

Então, esses são projetos totalmente privados que alguns devem ter participação minoritária da PETROBRAS e da MITSUE, nada mais do que 20% de participação conjunta dessas duas empresas, visando contrato de longo prazo, o Japão nós estamos avançando muito rapidamente para o Japão ter o uso do etanol, quer seja para uso na adição na gasolina, quer seja também para uso, para geração de energia elétrica substituindo o gás natural liquefeito que é hoje importado grande parte do Oriente Médio, e isso tudo vamos dizer dentro da maior ganho energético possível. Esse é o nosso trabalho hoje com a MITSUE. Então estamos trabalhando muito nessa direção de complexos que nós estamos chamando aqui de complexo bioenergético. Em relação à sua pergunta do COMPERJ e não comentário em relação ao Pólo Gás-Químico lá de Mato Grosso do Sul. O meu comentário do COMPERJ foi que ele não está previsto no incentivo fiscal de matéria-prima para a indústria petroquímica ou petróleo. E esse COMPERJ a matéria prima é o petróleo. Por isso que eu fiz comentário apenas do COMPERJ, que eu falei aqui sobre incentivos do petróleo. E tem uma diferença muito grande do COMPERJ em relação ao pólo da fronteira lá do Mato Grosso do Sul, de Corumbá, que é o seguinte. O objetivo grande do COMPERJ é fornecimento de matéria-prima para a indústria petroquímica. A indústria petroquímica hoje brasileira ela tem basicamente ela tem duas matérias-primas para suprir a indústria petroquímica brasileira. Que é a nafta, que abastece o Pólo de Camaçari, Pólo de Capuava, Camaçari na Bahia, Capuava em São Paulo e Triunfo no Rio Grande do Sul que essa nafta pelo tipo de petróleo que nós temos no Brasil nós não temos capacidade de atender toda a demanda e nem toda a qualidade requerida pela indústria petroquímica que é uma nafta, vamos dizer, com uma quantidade naftênica muito grande, nós não temos essa nafta no Brasil. Então grande parte é importada pela PETROBRAS ou diretamente pelas centrais petroquímicas e outra alternativa é gás natural. Como nós temos hoje uma indústria que é a RIO POLÍMEROS no Rio de Janeiro que é atendida com gás natural na Bacia de Campos. Mas como falei aqui, nafta temos dificuldades e gás natural também. O que é que significa isso? Que para

crescer a indústria petroquímica nós precisamos então de uma nova matéria-prima que é o petróleo. Então esse complexo do Rio de Janeiro ele vai propiciar o aumento, e vamos dizer assim, o futuro da indústria petroquímica brasileira baseada em petróleo pesado. Então esse é o contexto. Então o objetivo desse complexo não é refinar e produzir diesel, GLP, nafta. É produzir propeno e eteno que é a matéria-prima para a segunda geração para depois produzir polipropileno, polietileno e assim por diante. Então ele vai ter condição de suprir a empresa de segunda geração no próprio Rio de Janeiro ou suprir empresa de segunda geração em outras unidades da federação.

O Pólo de Corumbá, o projeto dele qual que é? Qual é a concepção do projeto? Receber gás da Bolívia e produzir polietileno e ter uma separadora para produzir também GLP e assim por diante. Então o conceito é mais ou menos semelhante à RIO POLÍMEROS que nós temos no Rio de Janeiro que recebe gás na Bacia de Campos e produz o polietileno.

Então esse projeto é um projeto que está sendo discutido entre a PETROBRAS, a BRASKEM, estamos discutindo esse projeto já algum tempo, e que recentemente meio que parou... Pararam as discussões devido toda essa problemática em relação à Bolívia. Então há possibilidade de reativação? Com certeza. Agora, os investidores, principalmente a PETROBRAS e a BRASKEM precisam ter uma segurança regulatória. Segurança regulatória. Principalmente de lá.

Então, tem que ser feito alguma coisa na Bolívia semelhante ao que está sendo feito hoje aqui nessa Subcomissão, aqui precedida pelo Senador Delcídio e V.Ex^{as}. que estão presentes, que dê segurança para os investidores aportarem recurso para um pólo na fronteira que tenha continuidade de oferta do gás e também tenha condição estável de preço. Senão a gente não consegue viabilizar.

Então, na realidade é um projeto viável? É. Desde que tenhamos um marco regulatório que dê segurança para os investidores em relação a oferta e em relação a preço. Então esse que é o ponto, acho que o ponto principal da sua pergunta. E se o Senador Delcídio me permite, só para complementar aqui a minha fala em relação a um comentário da UNICA do Francesco, que quando eu comentei da parte da ANP versus o Ministério da Agricultura é o seguinte, é que hoje existe, é uma portaria do mapa que é 2 de 2006 que foi criada a Câmara Setorial Produtiva do Açúcar e do Alcool vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. E dentre os vários objetivos dessa Câmara um está em relação à tributação do álcool, assunto que não é visto pela agência. E a PETROBRAS não

participa dessa Câmara e como eu falei, nós sentimos falta de ter essa parte do álcool centralizado.

Então, vamos dizer, temos uma parte que está aqui no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e outra parte, grande parte que está dentro da Agência Nacional de Petróleo. Então na nossa visão, na visão da PETROBRAS, nós entendemos que deveria estar situado em apenas um órgão. Só um comentário adicional.

Bom, queria agradecer aqui ao Senador Delcídio, Presidente dessa Subcomissão e estamos às ordens para qualquer outra pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Paulo Roberto. Vou passar a palavra agora ao Dr. Carlos Eduardo Brescia. *Engineer.*

SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS BRESCIA: A pergunta foi extremamente objetiva, tanto por parte do nosso Senador Garibaldi como os comentários feitos pelo Senador Valter Pereira e a pergunta do Senador que preside essa Subcomissão, Dr. Delcídio do Amaral Gomes, também engenheiro. [risos]

Bom, o Senador Tourinho, quando elaborou a proposta do Projeto de Lei que depois ficou conhecida como a Lei do Gás, ele procurou, na ocasião, ouvir os mais diversos setores que compõem a indústria do gás no Brasil. Eu me recordo que um dos pontos importantes foi uma espécie de um... Chamaria de *road show* que o Senador fez através de associações como a ABRACE, a ABEGÁS, a ABDIB e ele esteve na FIESP, esteve na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul... Enfim, ele procurou ouvir, discutiu muito dentro da própria PETROBRAS, a PETROBRAS tanto PETROBRAS do ponto de vista da participação no elo de produção na cadeia, a PETROBRAS como transportadora, como carregadora, e também como distribuidora, porque desse cenário que foi mostrado das empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, se eu não errar o número, Paulo, a PETROBRAS participa em 19 ou 18 das 23 existentes hoje. Então a PETROBRAS é um *player* importantíssimo também na distribuição. E saiu ou foi aprovado por essa Casa, no final do ano, como disse o Senador Delcídio, um Projeto de Lei que guarda estreita relação com aquilo que a indústria do gás entende como um Projeto de Lei que vai dar cobertura necessária principalmente no elo da cadeia aonde a regulação, no entendimento dos agentes do setor, assim como no entendimento do próprio Senador Tourinho, tinha uma lacuna a ser preenchida e ela foi preenchida.

Nós podemos debater aqui se o regime de autorização é melhor ou de concessão é melhor se o livre acesso regulado ou não, enfim, acho que são pontos

conceituais importantes, mas o mais importante foi aquilo dito pelo Senador Delcídio que o que a indústria quer é uma regulação que seja clara, transparente e que crie um regime jurídico que dê segurança para atrair os investimentos, quer seja do setor público quer seja do setor privado. Então objetivamente a lei que foi aprovada nessa Casa e que está em tramitação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, bem colocado pelo Senador Garibaldi relatada pelo Deputado João Maia do Rio Grande do Norte, ela é uma lei que é promissora para o setor de gás. O que ocorre, e que eu gostaria de comentar, é que essa lei foi pensada duas leis que estavam em tramitação na Câmara. Que é o projeto do Governo, Projeto do MME, que se não me engano tem o número 6.666. E um projeto estabelecido pelo Deputado, ex-Deputado Luciano Zica e que acabou de alguma forma, os dois pensados num primeiro momento, foi criada uma Comissão específica para analisar esses projetos durante a gestão passada, e agora ela acabou sendo recriada essa Comissão Especial e os projetos estão todos pensados. O que ocorre é que no projeto do Governo tem a questão da formação de um mercado secundário que a indústria do gás, as distribuidoras não são contra o mercado secundário que aconteça de uma forma espontânea, de uma forma quase que conseqüente da própria atividade de distribuição e comercialização de gás natural. O que nós somos contra é que isso venha através de uma Legislação. Porque não existe. Não se pode formar um mercado secundário através de uma Legislação, principalmente num cenário que foi muito bem descrito pelo Paulo aonde você tem a escassez de oferta. Então justamente aquele gás que estaria sobreofertado e poderia ser utilizado por segmentos industriais ou outros que tivessem essa característica, ou de uma biocombustível ou podendo utilizar de uma forma interruptível, ele não vai poder ser feito e se o for, será a preços não competitivos ou não compatíveis com que é o preço de um mercado interruptível no mundo inteiro, pelo menos que eu conheça.

Então, esse é um ponto importante porque na realidade o que está por detrás disso é a utilização do gás para a geração térmica, é a priorização do gás para a geração térmica. Eu quero de novo colocar aqui que a posição da ABEGÁS não é contra o fato de que você tenha que garantir a oferta de energia elétrica. Mas eu acho que os agentes ainda têm tempo, principalmente considerando-se que aparentemente o ano de 2007 foi um ano promissor no que diz respeito a chuvas, e isso empurrou para frente a necessidade de uma geração térmica na quantidade que teria que fazer um certo seqüestro do gás para a indústria. Então eu acho que a gente ainda tem tempo para procurar alternativas que

não seja essa. Porque essa seria a alternativa mais perversa para a cadeia como um todo, porque a consequência disso seria um descrédito em setores que de alguma forma atenderam ao apelo, tanto das distribuidoras como da própria PETROBRAS de intensificar a utilização de gás natural no momento em que se tinha um problema com a Bolívia justamente ao contrário do que está tendo hoje. Ou seja, tinha excesso de oferta e a PETROBRAS vinha arcando com um prejuízo considerável, pagando um *taker-payer*(F) elevado e todas ações distribuidoras naquele momento ouviram esse apelo no sentido de intensificar fundamentalmente os seus investimentos para aumentar a malha de distribuição e fazer com que hoje se tenha esses volumes distribuídos da forma como foi mostrado.

Eu queria também dizer que a regulação no fundo ela tem que buscar uma coisa muito simples, e esse... A hora que se olha para a distribuição de gás no País o que se tem é um exemplo de um sucesso de uma regulação bem feita. Os investimentos foram feitos porque existe na distribuição marcos regulatórios que são claros, transparentes e que dão a garantia jurídica para que os investimentos ocorram. E de novo. Eu não estou falando em investimentos privados. Eu estou dizendo investimentos muitas vezes do setor público se olharmos dentro do espectro que foi mostrado que a maioria das distribuidoras são distribuidoras estatais.

Então, os investimentos ocorreram proporcionalmente ao volume distribuído, mas teve uma coisa em comum que eles ocorreram em todas elas. Não foi um fenômeno só da região sudeste ou só de uma região específica. E uma questão importante disso tudo é que essa regulação bem feita não pode ser prejudicada por uma lei, e esse é o ponto que a gente tem dentro da ABEGÁS discutido bastante com o próprio Relator.

Essa Comissão Especial que está analisando essa lei que depois provavelmente vai ser aprovada ou vai ser submetida à aprovação da própria Câmara, do próprio Plenário, eu acredito, ela vai voltar aqui para o Senado porque o Senado é a Casa revisora dessa Legislação.

Então eu quero aproveitar essa oportunidade para dizer aqui no Senado nessa Subcomissão que nós temos que criar alguma coisa que garanta a regulação aonde existe a lacuna. Mas também evitar que se prejudique aonde o setor da cadeia tem se mostrado produtivo e tem funcionado de uma forma satisfatória.

E o último ponto, o ponto que o Paulo levantou com bastante propriedade a definição do que venha a ser claramente o serviço de distribuição de gás canalizado, que é um ponto que está no art. 25, § 2º da Constituição Federal que diz que os serviços de distribuição de gás canalizado é uma concessão dos Esta-

dos e será regulado na forma da lei, me parece Paulo que é uma oportunidade para se discutir, me parece que inclusive esses debates têm sido feitos de uma forma bastante produtiva, foi feito aqui no Senado e está sendo feito lá na Câmara, e a única coisa que eu coloco em questão é o seguinte, quer dizer, a gente precisa tomar cuidado para também não invadir aquilo que é objeto de regulação estadual.

Então, respondendo de novo, da forma como a Lei Tourinho foi para a Câmara, ela é extremamente promissora, a ABEGÁS tem Estado presente nessas discussões, e nós acreditamos que o produto final que vai sair dessa lei vai fazer ou vai atender o principal objetivo que é você regulamentar uma parte da cadeia que a regulação na nossa opinião ainda está um pouco fraca.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Carlos Brescia. Com a palavra o Dr. Jório Dauster.

SR. JÓRIO DAUSTER: Muito obrigado. Sr. Presidente, inicialmente responder as perguntas do ilustre Senador Garibaldi Alves a primeira com respeito aos recursos que estão previstos no PAC para biocombustíveis. Eu devo dizer com toda franqueza que desconheço porque primeiro a minha empresa está focada unicamente em biodiesel, ela não cobre área de etanol. Possivelmente os outros colegas da Mesa poderiam responder a sua pergunta, e mais ainda, a minha empresa que repito é a maior do País, não tem um tostão de dinheiro público. Jamais entrou um tostão. Então ela vive dos seus próprios recursos e daquilo que fomos buscar junto aos investidores brasileiros e estrangeiros. Assim, portanto, para ser muito honesto eu não tive uma preocupação de examinar em detalhe nem o que havia sobre biodiesel no PAC porque se eu não me engano, esses valores devem se referir aos investimentos da PETROBRAS que já foram anunciados, inclusive, a idéia de ter três usinas já funcionando no ano que vem, e possivelmente alguns valores para pesquisa de EMBRAPA... Eu não vejo em que o biodiesel tenha recebido nenhuma destinação significativa de recursos.

Portanto, é com pedido de desculpas pela ignorância, mas que talvez possa ser superada pelas informações subsídios de colegas da Mesa.

Com respeito à idéia que o senhor trouxe do professor da faculdade do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, eu devo lhe dizer que eu sou nacionalista histórico. Eu fui um lutador de todas as causas que o Brasil teve, mas eu mudei com o tempo.

Então, pelo que eu entendi da sua... Foi uma explicação que o senhor próprio disse que era resumida,

ali era a idéia da criação de uma Biobras. Ou seja, realmente de uma empresa que teria o poder de controlar esse novo mercado diante da inevitável entrada significativa substancial de capital estrangeiro. Todo dia a gente sabe que aportam ao Brasil poderosos grupos, inclusive os dois criadores do GOOGLE já passaram aqui olhando o setor sucroalcooleiro, o Gates está interessado, e assim todos os outros estão olhando porque é na verdade o mercado do futuro. Quer dizer, houve a grande onda da informática, ela continua a gerar produtos, mas hoje qualquer pessoa que tenha esse tipo de capacidade que tem os grandes... Os trilhões de dólares que estão na mão de grandes investidores, eles vêem que o próximo grande mercado é o mercado de biocombustíveis e vão entrar. Não há maneira de poder evitar que isso aconteça. Eu creio que não há condições políticas e econômicas de imaginar que essas Casas, o Congresso Nacional venha a estabelecer restrições ao investimento estrangeiro nessas áreas, e o que nós temos que fazer é simplesmente ser competentes. Dentro da UNICA estão empresas brasileiras que certamente não temem a entrada desses competidores estrangeiros. Duas delas já passaram a ser empresa de capital aberto, e esse é o caminho. O que tem que haver é partir para uma profissionalização crescente da administração, da gerência, e gozar dessas vantagens que nós temos de conhecimento do próprio território brasileiro, da capacidade de interlocução que qualquer grupo estrangeiro ao chegar aqui não terá iguais possibilidades.

Portanto, eu acho que o recado é que a esses professores têm sempre uma posição válida, mas é uma visão ideológica que honestamente eu acho que está ultrapassada pela realidade brasileira e nacional.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O senhor permite, por favor. Na verdade, eles... A idéia... Eles terminam por convergir com a conclusão aí do senhor, porque eles dizem que nós precisamos ter uma biocombustíveis do Brasil como mega empresa que venha incentivar a capacidade de pesquisa, desenvolvimento e produção e ser indutora de grandes empreendimentos nacionais.

No fundo, é um misto assim de uma idéia que não deixa de ser nacionalista, mas que visa, sobretudo, incentivar a criação de empresas nacionais. E também eles falaram na ANBIO, Agência Nacional de Biocombustíveis, modificando, portanto, o que determina a Lei nº. 9.478 de 06 de agosto de 97. Aí já seria a idéia da agência, que foi lembrada aqui.

SR. JÓRIO DAUSTER: Muito bem. Eu vou cobrir isso também, Senador, se o senhor me permite. Então, eu acho que o importante é guardar essa idéia. O BNDES tem um programa extraordinário. Eu pretendo até

na minha empresa usar também, são recursos muitos substanciais que o BNDES tem, tem a capacidade de indicação e nós temos a PETROBRAS com as declarações feitas aqui hoje por Paulo Roberto são muito importantes de que é uma empresa hoje de energia. Está presente, vai entrar forte em biodiesel. Acho que isso é importante. Então nós teremos uma grande empresa de capital estatal ainda com controle estatal presente nessa área, possivelmente outras entrarão, e eu creio que é nesse ambiente de grande e forte competição que todos nós vamos poder gerar mais empregos e mais renda. Que isso é que finalmente interessa, inclusive, no seu Estado a minha empresa tem muitas parcerias agrícolas, depois gostaria de lhe passar as informações específicas.

Ou seja, vamos competir, esse é o novo mundo e nós temos condições de competir bem e ganhar.

Quanto à segunda questão que aí respondo também ao ilustre Senador Valter Pereira, a questão da... Eu fui possivelmente pela meu tipo de inclinação política, de vez em quando eu era Embaixador de carreira me chamavam de Senador. Eu adoraria ter sido Senador. É muito tarde de começar a carreira, mas sempre fico honrado com essa possibilidade porque na verdade sou um político que também tenho como o Senador Delcídio e os outros a obrigação de fazer uma preparação técnica sem a qual a gente fica apenas na retórica. Mas talvez por isso eu não tenha explicado com o devido cuidado que existe um marco regulatório bastante sólido em matéria de biodiesel. Ele é novo mas ele é sólido.

Primeiro a Lei de 2005 estabeleceu que era a ANP que ia cuidar dos biocombustíveis como também já cuida de gás natural. Ou seja, foi uma extensão que acho que é válida. A gente precisa buscar a economia, inclusive, de despesas porque cada agência dessa é uma maquinaria pesada, complexa, e quando você já tem os investimentos inclusive em pessoal que são os mais importantes para uma agência, são aquele saber que está nos seus técnicos e não é fácil recolhê-los com os salários que as agências estão pagando, o importante é que existem muitas sinergias entre o que ocorre numa de petróleo, numa área de gás natural e numa área de biocombustíveis. Não é necessário, a meu juízo, que haja uma agência específica. Pode ser que com a evolução, se houver, há mudanças muito fortes com o celulósico que vem aí ou o mercado se torne extremamente complexo, pode ser que no futuro na pode dizer que não mudará. Mas nas condições atuais, a ANP tem dado conta das obrigações que lhe foram passadas, e, além, disso também não deixei claro, existem sob o comando da Casa Civil existe uma Comissão Executiva do Biodiesel que reúne mais de

15 Ministérios, ou seja, há uma coordenação política e técnica do Governo e abaixo disso existe um Grupo Gestor do Biodiesel. Esse está vinculado ao Ministério de Minas e Energia que também junta outros Ministérios e outros órgãos ligados ao setor. Ou seja, há uma máquina bastante pesada já que está acompanhando o biodiesel. Ele não chegou e está solto aí pelo mundo. Portanto, digamos, na questão ambiental, cada usina nossa é objeto de todas as licenças ambientais, IBAMA e os órgãos estaduais. Ou seja, eu não sinto que haja também nessa área uma carência de controle. Esses controles são positivos. Já na questão da inclusão social, é o Ministério do Desenvolvimento Agrário que tem um sistema muito complexo porque como eu passei aqui muito rapidamente, mas o único benefício que o Estado Brasileiro concede hoje aos produtores de biodiesel são algumas reduções de pagamento de PIS/COFINS. É isto. Nada mais. E começam como sempre com a agricultura familiar. Depois se acrescentam outros elementos, a localização, o semi-árido, do norte-nordeste, mamona, mas o elemento central é da inclusão social via uma redução que pode ser total quando se faz com agricultura familiar, mamona ou dendê, norte-nordeste. Aí é 100% de isenção do PIS/COFINS, os outros casos são coeficientes menores de dedução.

De qualquer forma, para poder impedir que haja fraudes, que uma empresa qualquer produtora de biodiesel resolva dizer que tem cinco mil pequenas famílias trabalhando como parceiro, existe hoje uma exigência documental enorme. Nós mandamos esses 57 mil nomes dos nossos parceiros com a CPF de cada um e com uma conta bancária, porque nós só pagamos com conta bancário. Então nós estamos inclusive, bancalizando, para usar essa palavra horrorosa que alguns jogam por aí, essas pessoas que vinham trabalhar conosco e eram alguns que não tinham, às vezes, não tinham documentos.

Então, essa modernização é um desejo da empresa, mas é também uma obrigação que nos é imposta pelo MDA. Então, portanto, eu até aproveito essa oportunidade de ser agora um pouco mais técnico quando eu fui talvez excessivamente político para dizer que o setor é bem regulado e no momento está atendendo de forma correta as exigências que foram colocadas para diante dele.

Finalmente aí respondendo também ao caro amigo Delcídio, mas ao senhor, a questão do Pinhão Manso e da mamona.

Vamos primeiro olhar a questão da mamona. A mamona no Brasil foi praticamente abandonada porque existe uma produção que já foi, o Brasil foi o maior produtor mundial alguns anos atrás, mas o mercado,

primeiro é um mercado hoje muito estreito. O óleo de mamona é usado para fins industriais, dizem que a NASA usa até nessas missões espaciais, etc e tal, mas é um mercado estreito com uma demanda total que uma fábrica da BRASIL ECODIESEL seria capaz de atender se quisesse dirigir a isso. E o mercado hoje tem até um preço elevado mil e tantos dólares por tonelada, mas simplesmente porque é pequeno. Quer dizer, se a gente entrasse no mercado jogava ele no chão. Ele desaparece e até tem pessoas que dizem tristemente se dizem técnicos e comentam no jornal. Mas como se pode imaginar que a mamona vai ser uma matéria-prima para biodiesel quando uma tonelada custa... Não custa. Ela hoje tem esse preço. Ela custa obviamente muito menos senão ninguém estaria produzindo para biodiesel.

Ou seja, é uma das várias distorções que se vê nos jornais pela falta de conhecimento do novo mercado.

Então a mamona, no Brasil foi praticamente abandonada que está na mão de atravessadores que oferecem qualquer dinheiro aos produtores pequenos da Bahia, Irecê, etc e tal. Então foi abandonada e ficou com a produtividade muito baixa. A produtividade média brasileira é de cerca de 400, 500 quilos por hectare. É baixíssimo, a Índia que não é nenhum paradigma de competência técnica, tem uma produtividade média, aí já respondendo tecnicamente as perguntas do nosso Presidente, de 1.100 quilos. E aqui no Brasil, com um pouquinho de esforço, se encontra produções de dois, três mil quilos por hectare.

Então, simplesmente repito, é uma questão de abandono das sementes. Não há ainda. Nós estamos fazendo um esforço enorme como empresa plantando e fazendo experiências para poder desenvolver sementes melhores. Então não há menor dúvida que aquela curva que se viu com a cana que eu disse que foi uma melhoria de produtividade de 300, 400%, vai se repetir em tempo muito mais curto com o biodiesel e certamente no caso da mamona. Mas ainda já existem variedades de mamona que podem ter colheita mecânica. Todo mundo pensa que não, mas já tem uma, evidente que ela se torna mais frágil. Ela não tem a rusticidade da mamona que é plantada a mão e colhida à mão, mas também é outro caminho que está se desenvolvendo. Ou seja, aqui mesmo um parceiro nosso está a 50 quilômetros de Brasília, um funcionário nosso passou a semana passada é um homem de 60 anos que tinha, sei lá, dois hectares e agora está plantando mamona e vai colher mil e quinhentos por hectare. Aqui. Só porque teve chuva boa, etc. Então quando fala de produtividade de mamona simplesmente ninguém sabe direito porque começou

agora. Nós estamos plantando mamona, temos parceiro plantando mamona no Rio Grande do Sul. E com resultados ótimos.

Então, breve nesse cinema a gente poderá dizer coisas com muito mais segurança que hoje está dizendo olhando nos jornais. Pinhão Manso. Quero voltar a uma coisa que eu acho que é importante. Eu compareci a um grande seminário em Nova York semana passada e como a ênfase ali era ambiental, a nossa empresa encomendou a uma outra firma chamada ECOS SECURITIES que é muito conhecida de todos, tem sede em Londres, e trabalha no mundo inteiro nessa área de créditos de carbono. Pedimos que eles fizessem um estudo técnico para determinar qual seria o balanço energético da nossa fábrica de Iraquara. Pegamos essa porque foi a última inaugurada pelo Presidente Lula, fábrica nova ainda, mas se aplicaria a qualquer fábrica no nordeste porque a idéia foi perguntar. Qual seria o balanço energético? Para repetir. Balanço energético é: Se você usa uma unidade de fóssil, quantas unidades de energia renovável você consegue. Como foi dito aqui hoje, até vimos pelo representante da UNICA, a cana-de-açúcar tem algo na ordem da ordem de 8,2, 8,3 de produção e já indicações de que vai alcançar índices maiores. Enquanto o etanol nos Estados Unidos, você até mencionou aqui que seria 1,4. Mas há estudos de técnicos americanos que diz que é negativo. Quer dizer, é um absurdo que se possa gastar mais fóssil para obter o chamado renovável. Apenas aquilo é uma indústria de subsídio. Não tem nada a ver com qualquer racionalidade econômica ou ambiental. Simplesmente jogar bilhões de dólares vai ter alguém que é queira buscar com toda razão.

Mas então voltando a isso aqui, a cana-de-açúcar era até o momento desse estudo nosso que não teve repercussão ainda, mas vai ter, eu vou estar num seminário no valor econômico no final dessa semana e vou repetir esse número lá e talvez se ouça melhor. O número encontrado é de 10,5. Mamona plantada a mão, colhida à mão, nas condições do nordeste, com produtividade baixíssima de 500 quilogramas, foi isso o estabelecido, propriedades de médio, sei lá, de seis hectares. Está tudo definido. Um cálculo desse é um cálculo complexo porque ele é o chamado ciclo todo da produção, é do berço até a sepultura, tem que ver cada gasto para cada momento, desde a semente.

Então, 10,5. Ou seja, nesse momento podemos dizer que a produção de mamona feita no nordeste numa fábrica nossa é já o biocombustível mais verde, mais eficiente do planeta. Por quê? Porque inclusive as nossas fábricas são feitas e são nossas, não tem um parafuso importado, a tecnologia é brasileira e é fabricado pela própria empresa, não temos que en-

comendar de ninguém, por isso fazemos em quatro meses uma usina de 120 mil m², mas de qualquer maneira são preparadas para usar qualquer matéria-prima, é óbvio, desde óleo de soja, óleo de mamona, de Pinhão Manso, de girassol. Qualquer óleo é só parar e recomeçar com a mudança de parâmetros. Mas o que é mais importante, usando a biomassa e até a glicerina que são subprodutos ou do esmagamento para retirada do óleo ou da própria transesterificação que é a produção de biodiesel propriamente dita, e gera glicerina, esses subprodutos podem ser usados para servir como substituto do óleo de aquecimento que é fóssil.

Então, por isso que essa capacidade de ter uma produção também ímpar que foi perguntada aqui, coisa que também o etanol busca aprimorar já é uma realidade para o biodiesel. Agora tem mais, hoje esse número de 10,5 ele é viciado pelo uso pesado que se faz na produção de biodiesel de um elemento fóssil que é o metanol. Existem dois caminhos tecnológicos para produzir biodiesel que na verdade para retirar a glicerina e os ácidos graxos que existem no óleo vegetal e pode ser feito com álcool, o etanol, ou com o metanol. O metanol é derivado de gás natural. Tecnicamente os dois são possíveis, já tentamos, já experimentamos, se pode fazer. Mas por razões econômicas, e algumas técnicas, o etanol traz muita água, etc e tal. Fica mais caro o processo. Hoje nas nossas plantas trabalhamos com metanol e esse é fóssil e ele é praticamente 10% do volume que se coloca de óleo vegetal para poder obter o biodiesel.

Então, é uma carga muito pesada na equação. Agora, se for e nós estamos trabalhando esperando também mais desenvolvimentos novos tecnológicos, se for substituído o metanol pelo etanol no processo de produção, esse número vai para mais de 40 para 1. E aí finalmente se usar o Pinhão Manso e não a mamona, aí o céu é o limite. Pode ser coisa chegar de 100 para um que aí não haverá nada no planeta que se aproxime a isso. Por quê? Então agora para explicar o Pinhão Manso.

O Pinhão Manso, primeiro, é uma árvore, ou um arbusto grande ou uma árvore pequena. Dois metros. Coisa do gênero. Enquanto a mamona precisa ser, ela pode dar duas safras, precisa ser cortada, replantada, ou até a cana-de-açúcar é melhor nesse sentido. O Pinhão Manso, não. Uma vez plantado ele leva três anos para atingir a maturidade, mas já começa a produzir alguma coisa com dois anos e aí ela dura 50 anos. Então depois que ela tiver lá, é só passar e colher. Passar e colher. Não tem mais nada. É só limpar a área. Não tem que fazer nenhum tratamento, não tem que cortar, não tem que fazer nada. É uma coisa de louco.

Realmente. E o que nós estamos fazendo é redomes-ticar, essa árvore foi explorada pelos portugueses há 200 anos para fabricar sabão, etc e tal. Levaram pelo mundo inteiro como faziam os portugueses, tem na Índia, na África, tem na China também alguma coisa, tem nas Ilhas Madeira, Guiné, etc e tal. Por aí tem. Mas aqui no Brasil tinha sido abandonado. E existem diversas variedades.

Então, como tudo no Brasil não é um só, não. Tem vários Pinhões Mansos, que a gente vai ter que descobrir qual é o melhor. Hoje a minha empresa tem plantado já mais de dois mil hectares e ao final do ano terá 20 mil hectares será certamente a empresa que terá maior área de Pinhão Manso no mundo e nós estamos plantando isso em vários lugares no País para poder examinar o efeito da variação de pluviosidade, de solo, de altitude com relação à produção. E alguns dos primeiros resultados são extraordinários. Com irrigação já se encontrou casos de três toneladas por hectare. Aí quando você está falando sem ainda fazer nenhum esforço de engenharia genética ou coisa do gênero. Três mil quilos por hectare, aí é uma coisa que quando o Presidente Lula fala na Arábia Saudita o biodiesel, aquelas frases das quais ele gosta, ele pode até ter razão. Porque tem dois milhões de hectares, ou coisa do gênero, também não sei esses números todos não de cabeça, de terra no semi-árido que não tem aproveitamento. Então quando a gente começa a explicar milhão por milhão, por mil, isso pode ser uma coisa muito grande. E isso pode mudar a vida dessas pessoas que teriam então essa capacidade de plantar. O que nós estamos fazendo hoje, pergunta direta do Senador. Para essas famílias do nordeste nós chegamos e dissemos assim: Olha, você é um herói porque você sobreviveu. Continua fazendo o que você está fazendo. Quer dizer, a sua cabrinha, a sua vaquinha, o seu feijãozinho, o seu milho, continua a fazer, porque se parar esse troço para plantar... Aí está ameaçado a sobrevivência dele.

Então a primeira coisa com os nossos técnicos treinados cada um numa motocicleta toma conta de 300 famílias, 350 família, quem quiser pode ver é simples e não é caro. Então o primeiro conselho é esse: Você tem aqui essa usa terrinha... O que nós estamos descobrindo? Que o semi-árido estava sendo desertificado. Coisa que ninguém está muito consciente disso, não. Por quê? Porque ele tem três hectares. Quatro hectares. Ele chega e vai plantar aquele milho dele e o feijão. Ele colhe o que puder colher e se der uma chuvinha. E o que é que ele faz? Ele empurra o gado que ele tiver, a vaca, o cabrito para ficar comendo o que resta ali. Então, aquilo é pisoteado, aquele chão é pisoteado, que já é um chão pobre, e quando vem

aquela idéia de que não chove. Chove muito no nordeste, mas chove curto. Chove às vezes uma catadupa d'água e vai embora. Leva aquele solo que ficou. Ele faz aquilo dois anos, depois ele vai para outro cantinho. Aquele já é candidato a deserto. Esse processo de sobrevivência, porque as pessoas foram esquecidas. Essa que é a verdade. Nós temos que dizer isso, nós temos que a elite brasileira todo dia reconhecer que abandonou a sua própria sorte milhões de pessoas. E alguns que reclamam da Bolsa Família agora são aqueles que acham que esse programa não vai dar certo e que não devia dar subsidio só para mamona, não. Devia dar para a soja também. Então é isso que esse Senado tem estar e o Congresso tem que estar atento no futuro é impedir que esse elemento de inclusão social do programa que a qual eu chamei tanta atenção seja desvirtuado. Existe gente que quer acabar com isso. E isso é alguma coisa que foi colocado aqui nessas Casas e essas Casas têm que defender. E eu virei aqui se houver o risco que isso seja abandonado. Eu virei aqui para pedir que haja uma reação contra o desvirtuamento do Programa Social. E esse Programa Social pode dar certo. Tem gente que joga, aposta contra e ele pode dar certo e tem que dar certo porque é a forma de trazer essa gente.

Então hoje nós estamos plantando a mamona, sim, sem alterar os hábitos que ele já tem porque foi a salvação dessa gente, eles estão vivos, e se preparando para o seguinte. Se de fato o Pinhão Manso se manifestar aquilo que a gente espera, nós vamos substituir aos poucos. Porque eles também não pode plantar e ficar três anos olhando uma árvore crescer. Eles precisam ter uma outra fonte de renda e você vai substituindo dentro do terreno. Então é um processo longo, duvidoso ainda porque ninguém tem plantações de Pinhão Manso em grande extensão, ninguém sabe se haveria uma... Se estaria sujeitos a enfermidades. Ou seja, é uma aposta complexa e a nossa querida EMBRAPA está trabalhando, outras empresas trabalhando não só no Brasil. Portanto a gente espera que com essa comunicação de cérebros e de experiências a gente possa realmente trazer aqui um poço de petróleo ou um pocinho de petróleo para cada quintal do nordeste. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Jório Dauster. E agora finalizando o Dr. Francesco Giannetti.

SR. FRANCESCO GIANNETTI: Serei breve. Apenas uma primeira observação que todas as questões formuladas para a UNICA elas são hoje temas prioritários para a entidade.

Então, a primeira coisa é a UNICA já põe à disposição dessa Subcomissão todo o seu corpo técnico para esclarecer as dúvidas sobre esses temas dentro da especialidade deles. E, ao mesmo tempo, existe um trabalho que eu distribuí para os Srs. Senadores que foi feito pela UNICA e esse trabalho são as questões mais comuns feitas em relação ao setor. E vão desde questões ambientais, sociais, econômicas, investimentos... Para aqueles que não tiveram um exemplar impresso e tiver interesse é possível obter esse trabalho no site da UNICA, WWW.UNICA.COM.BR. Então se essa Comissão entender necessário o corpo da UNICA está à disposição para esclarecer as dúvidas.

Vou responder no limite dos meus conhecimentos. As questões aqui. Em relação à preocupação do capital externo, não vou fazer um juízo de valor, mas eu vou dar um fato que foi feito um levantamento da UNICA o que seriam os investimentos nos próximos cinco anos no setor. Como todos sabem, há uma previsão de 2011 chegar a um aumento de produção de mais de 50% da produção atual. E nesse levantamento, a grande maioria dos investimentos eles provem de capital nacional, e especificamente de indústrias já estabelecidas no setor sucroalcooleiro.

Então, num curto e prático prazo, a UNICA não vê grande risco de transferência desse capital nacional para capital estrangeiro. Mas isso é uma questão... É um fato. Não é juízo de valor se é bom ou não o capital estrangeiro no nosso setor.

Em relação as relações de trabalho. Antes de tudo a imprensa muitas vezes ela emprega expressões como trabalho escravo, trabalho análogo de escravo. Condições análogas de escravo. Isso aí dá... Esse tipo de expressão dá para entender porque o jornalista ele é um leigo. Ele não sabe o conteúdo dessa expressão. Na verdade, quando se fala em redução a condição análoga de escravo, você está falando em cercear a liberdade. Então o que é que seria? Seriam aquelas práticas do empregador que retém a carteira de trabalho, que o indivíduo trabalhador ele não permite ele sair enquanto não pagar suas dívidas. Isso no Estado de São Paulo eu diria que se não for impossível é improvável de se encontrar. No Estado de São Paulo hoje na área agrícola 95% dos trabalhadores têm carteira assinada. Então a questão do trabalho escravo é complicado, afirmar o que existe no Estado de São Paulo.

Por outro lado, a UNICA entende que não faz sentido falar de biocombustíveis sem falar no cumprimento do tripé de sustentabilidade. E que envolve também a sustentabilidade social. Então a UNICA acha que não é viável, que nenhuma associada dela descumpra as normas trabalhistas e especialmente as normas do

Ministério do Trabalho de proteção e segurança do trabalhador rural.

Então, ela não defenderá e nunca defende qualquer indústria que contrarie essa Legislação. Inclusive associados. E ela tem feito um trabalho muito grande de conscientização das empresas para o cumprimento das normas trabalhistas, e também um trabalho de publicação de indicadores ou de atividades que as indústrias realizam no campo social. Esses indicadores envolvem um balanço social feito do IBASE, um trabalho junto com o BANCO MUNDIAL de capacitação do pessoal de recursos humanos das indústrias, e agora o treinamento das indústrias para publicar o GRI que é o Global Repórter Initiative que seria um Relatório padrão mundial que a empresa apresenta as suas ações na área ambiental e na área de relações sociais ou de trabalho. Inclusive esse Relatório pode ser auditado por pessoas externas.

Então, qual é a finalidade dessas publicações? Primeiro é fazer com que as indústrias passem por uma crítica social. A partir do momento que ela publica esses balanços ela está sujeita à crítica da sociedade e induz ela a boas práticas. Ao mesmo tempo você cria uma referência de comparação de uma prática de indústrias com outras indústrias. Especialmente o nosso setor uma indústria tem a tendência de seguir a outra. Ela não quer ficar atrás. Então na parte de relação de trabalho essa é a posição da UNICA.

Sobre a questão da hidrólise lignocelulósica. Primeiro, o que é a hidrólise lignocelulósica? Qual é o princípio dela? Não é só para o setor sucroalcooleiro. A idéia é qualquer matéria vegetal, o que é a hidrólise lignocelulósica? É o material que faz aparelho celular das células vegetais. É o que dá consistência a ela. A resistência aos agentes químicos e físicos. É o que dá resistência a essa madeira. A idéia é criar uma tecnologia que permita a quebra desses açúcares complexos, a celulose e da lignina, e quebrando em açúcares mais simples você consiga produzir etanol ou qualquer outro tipo de álcool através da fermentação. Então esse é o conceito.

No setor sucroalcooleiro no Brasil existem já pesquisas, existe pesquisa da DEDINI indústria de base que é uma grande fornecedora de equipamentos para o setor, e também no centro de tecnologia canavieiro que é sediado lá em Piracicaba. Mas sem dúvida alguma, o grau de investimento no Brasil não se equipara ao que os Estados Unidos hoje prevê no seu plano lá de desenvolvimento das tecnologias. E até por uma questão de mentalidade no empresário em geral brasileiro que não tem a mentalidade de investimento de grandes quantias em desenvolvimento e em pesquisa. E nesse passo, não há dúvidas que o Estado é e

deve ser um grande parceiro do setor e também das instituições de pesquisa e desenvolvimento dessas tecnologias. Senão nós vamos ficar para trás em breve. Não há dúvida alguma.

Em relação a cogeração de energia elétrica. A cogeração de energia elétrica hoje é considerado pela UNICA um terceiro produto do setor. Não é um subproduto. Tanto que no logotipo da UNICA aparece etanol, açúcar e energia. E a UNICA entende que a cogeração de energia elétrica pelas indústrias será o fator no futuro de competitividade nosso. Vai ser aquele fator que permitirá a gente trabalhar com preços um pouco abaixo e competir com outros produtos que existem, energéticos no mercado. Então a cogeração é vital e é estimulada pela UNICA.

Por fim, em relação à queima de cana. O Estado de São Paulo, especificamente, já tem uma Legislação sobre isso. E ela prevê que as áreas mecanizadas ou aquelas que você pode colher sem o trabalho manual devem ser colhidas sem fogo em toda a área do Estado de São Paulo a partir de 2021. E em relação às não mecanizáveis a partir de 2031. Hoje o Governo do Estado de São Paulo pressiona o setor para antecipar esse prazo em 10 anos. O que implica? Implica que nas áreas que são passíveis de mecanização a gente vai ter uma aceleração gigantesca disso, do corte por máquina. E terá por consequência uma sobra muito maior de palha que pode ser aproveitada na cogeração e nessas novas tecnologias. Por outro lado, as áreas que não conseguirem desenvolver tecnologia para mecanização, a tendência é que a cultura seja substituída. Não é possível, não é viável a colheita manual sem o emprego do fogo. Os próprios trabalhadores exigem isso em acordos coletivos.

Então, a tendência é que assim que proibir da queima em todo o Estado de São Paulo as áreas não mecanizáveis sejam substituídas por alguma outra cultura. Basicamente é essa a resposta. Mas eu ponho novamente o corpo, o nosso técnico à disposição para esclarecer melhor essas questões. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Francesco. Eu quero agradecer a todos os convidados, agradecer também a todos que nos acompanharam ao longo dessas... São quase quatro horas de audiência, demonstrando a importância desse tema que nós tratamos. Pedir aos expositores que, nós através da Assessoria do Senado vamos manter contato com as respectivas Assessorias de cada expositor exatamente com o intuito de alinhar essas idéias todas que foram muito bem apresentadas por todos, e eu quero agradecer mais uma vez a oportunidade, desejar uma boa noite a todos e agradecer

mais uma vez a oportunidade que vocês nos deram. Um abraço, até logo e obrigado.

Sessão encerrada às 21h22.

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO, DE 2007, ÀS 17:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezessete horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e um de maio do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, reúne-se a Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios com a presença dos Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves Filho, Tasso Jereissati e, ainda, do Senador Sibá Machado. Deixam de comparecer os Senadores Inácio Arruda, Valdir Raupp, Kátia Abreu, Eliseu Resende e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública a fim de debater a questão dos “Marcos Regulatórios”, tendo como tema foco o Setor de Telecomunicações, em atendimento a deliberação da Subcomissão. Foram convidados o Sr. Plínio de Aguiar Júnior, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel; o Sr. Alexandre Annenberg, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, Abta; o Sr. Ércio Alberto Zilli, Presidente-Executivo da Associação Nacional das Operadoras Celulares, Acel; o Sr. Luis Cuza, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas, TelComp; e o Sr. José Fernandes Pauletti, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado, Abrafix. Audiência Pública realizada com a presença do Sr. Plínio de Aguiar Júnior, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel; do Sr. Alexandre Annenberg, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, Abta; do Sr. Ércio Alberto Zilli, Presidente-Executivo da Associação Nacional das Operadoras Celulares, Acel; do Sr. Luis Cuza, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas, TelComp; e do Sr. José Fernandes Pauletti, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado, Abrafix. Após a exposição dos convidados,

usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves Filho e, ainda, o Presidente da Subcomissão, Senador Delcídio Amaral. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Delcídio Amaral**, Presidente da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Havendo número regimental declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em 21 de maio de 2007, às 17h, na sala de reuniões nº. 19. Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Eu gostaria só de registrar a todos os ouvintes, as pessoas aqui que estão presentes, empresários, executivos, essa Subcomissão é uma Subcomissão pequena. Ela tem somente sete Senadores. As Subcomissões do Senado só podem funcionar as segundas e as sextas em função de um acordo de líderes. Portanto, nós escolhemos por fazer essas reuniões as segundas porque nas sextas-feiras é absolutamente impossível contar com a presença dos Senadores aqui em Brasília.

Os Senadores normalmente nas segundas-feiras eles chegam dos seus respectivos Estados por volta de 18h, 18h30, então por isso é que há um pouco de dificuldade para que os Senadores compareçam no horário. Mas, de qualquer maneira, o Senador Garibaldi que é Relator ele está chegando por volta de 18h30 porque o voo dele atrasou e outros Senadores que estão aí na Casa vão passar por aqui também, uma vez que uma Audiência Pública ela não depende de *quorum*. Depois que nós aprovamos na Subcomissão a agenda toda de trabalhos, nós podemos realizar as Audiências Públicas, até porque o Presidente tem uma porção de pergunta para fazer aqui, então acho que nós vamos ter a oportunidade de fazer um grande debate, principalmente voltado para a área de telecomunicações.

Eu gostaria também de destacar que nós contamos com a Assessoria do Senado Federal, e todas as Audiências Públicas elas normalmente redundam na elaboração de um Relatório parcial que depois junto

aos demais vai levar à apresentação na Comissão de Assuntos Econômicos de um Relatório final da Subcomissão que tem seis meses de trabalho, para que nós encaminheemos através da Comissão de Assuntos Econômicos projetos legislativos que eu não tenho dúvida nenhuma vão contribuir para o aprimoramento dos marcos regulatórios no Brasil, uma vez que os marcos regulatórios hoje eles são a essência do sucesso dos investimentos em infra-estrutura no Brasil. O maior problema hoje é ter segurança jurídica para atrair investimentos e para realmente criar um mercado saudável de infra-estrutura.

Por outro lado, também, todas as exposições que são feitas nas várias audiências nós estamos emitindo um Relatório, um resumo de todas as exposições feitas até para que cada executivo presente tenha condição depois de olhar as informações, discutir essas informações e avaliar aquilo que foi apresentado. Então isso será encaminhado conforme a Assessoria aqui me informa. Para os membros e conseqüentemente quem tiver interesse a Assessoria está disponível para encaminhar talvez até via internet ou outras alternativas para os interessados. Quer dizer, nós vamos ter um Relatório igualzinho a esse aqui para essa Sessão tratando especificamente de telecomunicações. Eu queria também destacar que nós fizemos uma mudança na agenda porque o pessoal de mineração pediu para adiar a audiência deles que ocorreria no dia 28 de maio e esse é um processo dinâmico. Isso acontece. Essas mudanças, em função do andamento da Subcomissão. Portanto, é um procedimento absolutamente normal e eu quero também aproveitar a oportunidade para dizer que no dia 28 de maio a agenda do dia 28 de maio, nós estamos convidando para mais uma audiência sobre petróleo e gás natural, o Secretário de Petróleo Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, Sr. João José de Nora Souto, o Sr. Guilherme de Oliveira Estrela, Diretor de Exploração e produção da PETROBRAS, o Dr. Aroldo Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural e Biocombustíveis, o Sr. Adriano Pires, Diretor-Geral do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura, CBIE, o Dr. Vasco Dias, Presidente da Shell do Brasil, e Dr. Heitor Manoel Pereira, Presidente da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS, AEPET. É uma discussão não só regulatória, mas inclusive pelos participantes, uma discussão ideológica também de petróleo, gás e biocombustíveis.

Portanto, vai ser uma oportunidade de se tratar de temas variados aqui na nossa Subcomissão. Eu quero saudar a presença do Senador Francisco Dornelles, um ilustre membro dessa Subcomissão. E eu gostaria de convidar aqui para sentar aqui à Mesa dos

trabalhos, primeiro o Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, Dr. Plínio de Aguiar Júnior. Bem-vindo Plínio, mais uma vez aqui ao nosso Senado. V.Sª que sempre nos brinda com sua presença aqui nessa Casa Legislativa. Convidar também o Dr. Alexandre Annenberg, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Televisão por assinatura, ABTA. Bem-vindo, Dr. Alexandre. Dr. Ércio Alberto Zilli, Presidente Executivo da Associação Nacional das Operadoras de Celulares. ACEL. Dr. Luis Cuza, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas, TELCOMP. E o Dr. José Fernandes Pauletti, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Concessionárias e Serviços Telefônico Fixo Comutado, ABRAFIX.

Eu quero aproveitar a oportunidade também para agradecer a presença de todos. Nós começaremos, se todos estiverem de acordo, nós começaremos pelas associações e depois fecharemos com a ANATEL. Todo mundo de acordo? Então eu vou passar a palavra para o Dr. Alexandre Annenberg, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, ABTA.

Eu quero alertar que cada expositor tem 20 minutos para fazer a sua palestra. Mas evidentemente que aqui é uma Subcomissão flexível e quem entender que precisa de um tempo maior isso não é nenhuma sangria desatada. E quando bater um minuto para terminar toca a sirene. Ninguém assustar com a sirene falta um minuto para terminar os 20.

Então, com a palavra o Dr. Alexandre Annenberg, e eu peço aí o controle do tempo porque nós tenhamos condição de acompanhar a exposição de cada um. Eu peço à Assessoria e ao som 20 minutos. Senão eu acerto aqui. Com a palavra o Dr. Alexandre Annenberg.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Senador Delcídio, em primeiro lugar agradecer muito a essa grande oportunidade de nós podermos nos reunir com essa Comissão no sentido de expor os pontos de vistas do setor de televisão por assinatura sobre a questão dos marcos regulatórios e principalmente nos colocar à disposição para eventualmente esclarecimentos, discussões, aprofundamentos de um tema que é um tema absolutamente indispensável e absolutamente crítico hoje em dia, dados os avanços da convergência como nós sabemos, esse tema ele exige que o Legislativo se ocupe com grande profundidade desse tema. Com isso nós não queremos dizer que é necessária uma grande revisão da Lei Geral de Telecomunicações. Não é isso. Na verdade, nós acreditamos que são necessárias algumas correções para corrigir algumas distorções e algumas assimetrias existentes hoje, mas

que isso não significaria uma revolução na Lei Geral de Telecomunicações.

Eu vou fazer a minha exposição correndo rapidamente alguns slides iniciais, apenas para nos posicionarmos em relação ao setor de televisão por assinatura com alguns dados e informações para depois falarmos sobre os marcos regulatórios propriamente dito. Eu pediria para passar para o primeiro slide.

Na nossa opinião, os marcos regulatórios que regem o segmento de TV por assinatura, eles precisam corrigir uma primeira incongruência. Porque na realidade os marcos regulatórios hoje vigentes eles regem o setor de TV por assinatura baseando-se nas tecnologias que são empregadas pelo setor de TV por assinatura em vez de se basear no serviço que é oferecido à sociedade e ao consumidor. E, na verdade, o mercado relevante de televisão por assinatura ele compreende várias tecnologias que competem entre si, mas que oferecem todas o mesmo serviço. Portanto, existe já aí uma incongruência inicial do arcabouço regulatório da televisão por assinatura que é baseado basicamente na regulamentação das várias tecnologias empregadas.

Vamos ver no próximo slide se fica um pouco mais claro. Quais são as tecnologias que a TV por assinatura emprega e adota? Uma é a tecnologia de cabo, sobejamente conhecida por todos. Outra é a tecnologia de MMDS que é o *Multipoint Multichannel Distribution Service* que nada mais é que uma distribuição de conteúdo audiovisual em vez de ser por uma rede de cabos em fibra ótica, ela é feita por microondas. Portanto ela é *wireless*, ela é feita com a propagação pelo ar. E finalmente o DTH, o chamado DTH para utilizar a sigla universal que é o Direct to Home, e que é a infra-estrutura satelital.

Na verdade são essas, portanto, as três tecnologias que hoje permitem o oferecimento do serviço de televisão por assinatura. Cabo, MMDS e DTH. Todas elas fornecem exatamente o mesmo serviço. Tanto isso é verdade que a ANATEL, o CADE, já em várias circunstâncias configuraram que o mercado relevante é o mercado de televisão por assinatura. Não há sentido em falar mercado de cabo ou mercado de DTH ou mercado de MMDS independentemente uns dos outros. O mercado relevante é o mercado de televisão por assinatura.

Mas vamos ver um pouquinho quais são esses dispositivos legais hoje. O cabo ele é regido pela Lei do Cabo. É uma lei de 6 de janeiro de 95 e tem alguns pontos relevantes que valem a pena estarmos mencionando. É importante citar que a Lei do Cabo foi uma lei que na época em que foi promulgada foi fruto de um esforço absolutamente consistente e importante

dos órgãos legislativos e da sociedade civil e da sociedade estruturada. Foi fruto de reuniões e debates intensíssimos naquela oportunidade que deram origem à Lei do Cabo. Foi uma lei realmente formulada a “n” mãos com a participação de todos os interessados. E os pontos mais relevantes dessa Lei do Cabo são aqueles elencados ali. O serviço de prestação de TV por assinatura pelo cabo é um serviço de telecomunicações. É uma definição importante para diferenciar do serviço de radiodifusão que é o serviço de televisão aberta e que não se confunde minimamente com serviço de televisão a cabo.

Outro ponto relevante é que pelo menos 51% do capital social com direito a voto pertence a brasileiros natos ou naturalizados de acordo com as exigências da legislação. Ou seja, capital nacional.

Outro ponto relevante que as concessões de TV a cabo tem caráter local. Na verdade, elas são concedidas para determinados Municípios. Cada concessão é para um Município específico. Não existe uma licença de cabo genérica. A licença de cabo é para um determinado Município.

Outra característica fundamental é que é um serviço privado. O preço não está sujeito a qualquer regulamentação.

Outro ponto relevante é que todas as normas e regulamentos como prevê a Lei do Cabo devem ser previamente submetidos ao Conselho de Comunicação Social, órgão de Assessoria deste egrégio Senado. E finalmente há um limite quanto ao número de outorgas que cada entidade operadora pode ter. No máximo sete para áreas acima de 700 mil habitantes e 12 para áreas entre 300 mil e 700 mil habitantes desde que não exista concorrência. Se existir concorrência nas áreas então esses limites não necessitam ser observados. O que não se pode é oferecer mais do que sete serviços de televisão a cabo para áreas acima de 700 mil habitantes em que não haja concorrência. Para evitar evidentemente monopólio.

Vamos passar para o próximo slide. Tem ainda outros pontos muito relevantes que dizem respeito aos canais operatórios. Os operadores de cabo precisam carregar necessariamente, pela Lei do Cabo um canal dedicado ao Legislativo Municipal e Estadual, um canal para a Câmara dos Deputados, um canal para o Senado Federal, aliás, diga-se de passagem foi essa exigência da Lei do Cabo é que viabilizou a existência da TV Senado e da TV Câmara que não existiam antes da Lei do Cabo que só puderam se constituir a partir da promulgação da Lei do Cabo. Além disso, um canal universitário que deve ser compartilhado entre as universidades localizadas naquele Município, um canal educativo cultural, que deve ser elaborado por

órgãos que tratam da educação e cultura no Governo Federal e nos governos estaduais e Municipais, um canal comunitário formado por entidades não governamentais e sem fins lucrativos, um canal na justiça, esse foi agregado posteriormente à Lei do Cabo. Além de que os operadores de TV a cabo tem o Must Carry das geradoras locais de televisão. O que é que significa isso? O que é o Must Carry? O Must Carry é a obrigatoriedade de carregar na sua infra-estrutura de cabo também as geradoras locais de televisão aberta. Além disso, é preciso deixar disponíveis sempre dois canais para prestação eventual de serviços e finalmente que haja pelo menos um canal para obras cinematográficas brasileiras.

Desse elenco se depreende já uma constatação extremamente importante. Como vocês sabem, uma rede de cabos ela tem uma determinada limitação quanto ao número de canais que podem ser carregados numa rede de cabos. Uma rede das mais modernas de 750 megahertz, uma rede analógica de 750 megahertz ela viabiliza cerca de 80 canais. Ora, nós já temos aí numa cidade como São Paulo, por exemplo, onde há um grande número de geradoras locais de televisão temos mais de 20 canais que obrigatoriamente o cabo tem que carregar.

Então, dos 80 teoricamente possíveis, 20 já são ocupados de saída por canais absolutamente obrigatórios.

Vamos ver agora quais os pontos relevantes do MMDS. O MMDS ele mantém também limites quanto ao número de outorgas e é limitação idêntica ao do cabo. O MMDS pode transmitir conteúdo próprio ou de terceiros, respeitada a legislação dos direitos autorais, evidentemente. É obrigatória a codificação dos sinais no MMDS. O MMDS não pode estar transmitindo via microondas sinais abertos. Só pode transmitir sinais codificados. Exige, portanto, que os receptores tenham um decodificador para recepção dos sinais. No MMDS, ao contrário do cabo, não existe nenhuma restrição quanto à origem do capital. O capital pode ser 100% estrangeiro. Sem problema nenhum. E não tem obrigações de Must Carry e nem poderia ter porque o MMDS por tecnicamente ele é limitado o MMDS analógico, ele é limitado a 31 canais. Não é possível carregar mais que 31 canais no MMDS, e, portanto, não há como pensar em obrigações de Must Carry em outros canais.

Vamos passar para o próximo, que é o DTH é a Portaria 321 de 21 de maio de 97. Os pontos relevantes do DTH são o controle da habilitação de assinante que deve estar localizado em território nacional, essa é uma exigência específica dessa Portaria, e aí da mesma forma a transmissão de hipótese de conteúdo

próprio ou de terceiros é obrigatória à codificação dos sinais e não há também nenhuma restrição quanto ao origem do capital e não há obrigação de Must Carry e no caso do satélite é compreensível apesar da maior capacidade do satélite, o satélite pode carregar duzentos e tantos canais mas apesar disso não há obrigatoriedade de Must Carry porque é impossível no satélite se carregar programações locais. Não há como se separar no satélite conteúdos que são eminentemente locais e não podem estar no satélite. O satélite só pode estar divulgando conteúdos absolutamente de caráter amplo e nacional.

Essas são, portanto, as três tecnologias básicas de televisão por assinatura. Hoje o cabo detém 61% grosso modo no mercado, o DTH 35% do mercado e o MMDS 4%. O MMDS é uma tecnologia que durante muitos anos foi considerada uma tecnologia, vamos dizer, de segunda classe, entre aspas. A verdade é que hoje a tecnologia de MMDS tem um potencial de crescimento extraordinário quando se pensa nos avanços trazidos por tecnologias, por exemplo, como o Wimax(F). Então toda a tecnologia *wireless*, tecnologia sem fio de distribuição de conteúdo audiovisual deverá ter no MMDS uma plataforma bastante interessante e bastante importante nos próximos anos.

Bom, quais são os aspectos regulatórios que no nosso entender merecem maior atenção? Primeiro lugar a existência de marcos regulatórios específicos para os vários elos da cadeia de valor no audiovisual. Eu vou explicar em detalhes o que é isso. Em segundo lugar, o tratamento isonômico do fenômeno da convergência. Também vou explicar o que é que é isso. Em terceiro lugar a competição, claro, em quarto o capital estrangeiro, e por último e não menos importante, talvez até mais importante do que tudo o conceito da banda larga. Então são esses os cinco pontos sobre os quais eu vou discorrer um pouquinho.

O conteúdo audiovisual, ele na verdade ele é objeto comum de três segmentos de atividades. Aqueles que produzem o conteúdo, aqueles que transportam o conteúdo, que em outras palavras a gente pode chamar de operadores de redes, e aqueles que distribuem esse conteúdo que são a interface com o usuário, com o telespectador, com o assinante. São os distribuidores de conteúdo. É uma simplificação de cadeia de valor depois vamos ver mais detalhes, mas é muito importante que nós entendamos que isso diferencia muito o modelo da TV paga, da TV por assinatura, com o modelo da TV aberta. O modelo da TV aberta é o modelo essencialmente vertical. A TV aberta ela produz grande parte, a grande maioria do seu próprio conteúdo. Ela mesma transporta esse seu conteúdo e ela mesma é a interface com o telespectador. Já na

TV por assinatura nós não temos essa verticalização. A TV por assinatura tem uma estrutura absolutamente horizontalizada. Vamos mostrar isso no próximo slide. Por exemplo, quem que produz conteúdo no caso da televisão por assinatura? Empresa como GLOBOSAT, FOX, TURNER, DISCOVERY, MTV, BBC, CARTOON, etc. Esse conteúdo produzido por essas empresas é transportado por operadores de rede que podem ser redes próprias ou não, mas na verdade são transportados em redes seja de cabo, seja de MMDS, seja de satélite, etc, e finalmente são distribuídos por empresas como NET, SKY, VIVAX, TVA, ITSA e um grande número de distribuidores, vamos chamar de independentes. Essa é a cadeia de valor da distribuição de conteúdo audiovisual no caso do setor de TV por assinatura. É muito interessante a gente lembrar que na Lei do Cabo se diz com toda clareza que o operador, que o distribuidor de conteúdo poderia utilizar redes de terceiros. E isso, na verdade, quando a Lei do Cabo surgiu, em 95, 96, e quando os operadores começaram a se estruturar, na realidade se verificou que naquela ocasião não havia redes capacitadas para distribuir esse conteúdo audiovisual que exige não só uma grande capacidade de rede, mas exige uma arquitetura de rede muito peculiar e muito específica. E por força disso é que os operadores de cabo tiveram que construir suas próprias redes. Mas na verdade não necessariamente precisariam ter suas próprias redes.

Vamos passar para o próximo item. Partindo desse princípio que existe uma cadeia de valor que constitui todo o processo de distribuição de conteúdo, nós vemos que produção de conteúdo deveria ser regido por um arcabouço regulatório que fosse baseado principalmente no quê? Na lei de imprensa, lei de direitos autorais, questões relativas à liberdade de expressão, questões relativas à diversidade de fontes de informação, questões relativas à preservação da identidade e cultura nacional. São todos esses os conceitos que devem reger a atividade de produção de conteúdo. Especificamente a produção de conteúdo. Eu insisto que esse é um conceito importante para o legislador ter em mente. Que uma coisa é legislar sobre a produção de conteúdo, outra coisa é legislar sobre o transporte e outra coisa é legislar sobre a distribuição de conteúdo. Então a legislação de conteúdo deveria ter presentes parâmetros baseados nesse arcabouço. E outros ainda. Mas isso vale só a título de exemplo. Vamos ver o próximo slide. Já o transporte de conteúdo exige [soa a campainha] Um arcabouço... Já? Puxa vida. Posso pedir mais uns cinco minutinhos? Vamos lá.

O transporte de conteúdo tem que estar regido por conceitos completamente diferentes. No transporte de conteúdo nós temos que estar preocupados com

a qualidade da transmissão, com o problema de interconexão de redes, com a capilarização da rede de infra-estrutura, com atendimento de normas de planejamento urbano, com manutenção da integridade das comunicações. Ou seja, um operador de rede tem que ser regido por conceitos que são estes conceitos. Não tem nada a ver com conceitos de produção de conteúdo. Já o distribuidor de conteúdo, vamos para o próximo slide, ele tem que estar regido pela proteção aos direitos do consumidor, restrições quanto à transmissão de conteúdo ilegal, respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, questões relativas à publicidade e ao patrocínio. Ou seja, os senhores percebem que são três segmentos de uma mesma cadeia de valor, mas que exigem tratamentos regulatórios muito diferentes um do outro. E eu acho que essa concepção é muito importante que a gente tenha presente em qualquer momento da revisão de marcos regulatórios. Onde é que isso tudo veio complicar um pouco o nosso dia-a-dia? Isso veio a complicar na revolução mundial da convergência. Na verdade nós temos hoje computadores, televisores e telefones transmitindo bites igualmente. Vamos ver no próximo slide. O novo cenário ele mostra que diferentes plataformas e diferentes equipamentos carregam conteúdos e serviços semelhantes. O que eu chamo de plataformas? Plataformas são as redes fixas, são as redes móveis, é a televisão digital, é a banda larga. Todas essas são plataformas. Equipamentos: o telefone, pode ser fixo, pode ser celular, a televisão, o computador. Então todas essas diferentes plataformas e esses diferentes equipamentos hoje graças ao avanço da tecnologia podem praticamente oferecer os mesmos serviços. Um ponto fundamental dentro desse novo cenário é que a prestação desses serviços pode ser tratado de forma isonômica. Para mesmos serviços mesmas regras. Acho que esse é um conceito fundamental para se ter presente em qualquer revisão de marco regulatório. Não se pode ter plataformas diferentes oferecendo mesmos serviços e que as regras sejam diferentes para essas plataformas. Têm que ser regras isonômicas para as várias plataformas.

Questão da competição: Na questão da competição também deve ser uma preocupação muito grande do legislador. Nós temos que a TV por assinatura a competição esteja presente sempre desde o início. O cabo compete com o DTH que compete com o MMDS como nós vimos lá. Hoje o cabo tem mais ou menos 60% do mercado, o DTH tem mais ou menos trinta e poucos por cento do mercado, o MMDS um pouco menos de 10%, mas há uma competição acirrada entre as várias tecnologias. Da mesma forma a telefonia móvel também hoje existe uma competição. A Oi que compete com a TIM, que compete com a CLARO, que compete

com a VIVO. Já na telefonia fixa local estabeleceram-se monopólios que na verdade não competem entre si. Eles estão cada um na sua área de concessão, é a TELEFÔNICA, a Oi, a TELEMAR, a BRASIL TELECOM, que tem os seus monopólios locais. Então uma das questões que nós achamos a maior relevância é que o legislador deve estar atento para evitar que os monopólios sufoquem os mercados competitivos. Depois podemos até discutir um pouco mais em detalhe isso, mas acho que está clara a mensagem.

Questão do capital estrangeiro: Essa é uma questão que já discutida há muito tempo e talvez fosse agora uma oportunidade de corrigirmos algumas distorções, principalmente a distorção da Lei do Cabo. Não existe qualquer discriminação legal quanto à origem do capital nas atividades de telefonia fixa, de telefonia móvel, de MMDS ou DTH. Enquanto o cabo tem sim uma limitação de 49% de capital estrangeiro. Ora, para que haja uma competição mais equilibrada, [soa a campainha] sem dúvida nenhuma nós devemos ter liberação, uma isonomia de tratamento entre as várias plataformas e as várias tecnologias muito vamos voltar esse ponto um pouco mais adiante. Só para terminar são só mais um ou dois slides. Aliás, só mais um slide. O último slide agora. Só acrescentando aqui porque acho isso realmente muito importante, que além de nós termos uma competição mais equilibrada, liberando o capital estrangeiro, nós vamos poder estar atraindo recursos essenciais para a construção de infra-estrutura. Gente, nós temos um desafio nesse País hoje que é a construção de infra-estrutura de telecomunicações e em particular infra-estrutura de banda larga que exige um mundo de recursos que certamente nós não temos disponíveis no nosso mercado interno. Precisamos atrair esses investimentos. Assim como no final do Século 19 nós atraímos investimentos ingleses, canadenses etc para construir a infra-estrutura de ferrovia no Brasil nós precisamos poder atrair agora para construção das infovias no Brasil. E essas são estruturas que permanecem... Pois não Senador.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Eu não sei se estou quebrando a regra, só aproveitando isso, quando se fala em capital estrangeiro, com a limitação de 49% de capital estrangeiro. Eu queria saber o seguinte, qual a limitação se um grupo estrangeiro constitui-se uma empresa aqui, uma subsidiária e participasse do capital. Essa limitação é capital estrangeiro ou também é o capital de empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro?

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Também empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Quer dizer, a empresa brasileira controlada por capital estrangeiro tem a mesma limitação que uma empresa estrangeira domiciliada no exterior?

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Sim. Então no nosso ponto de vista essa é uma limitação que foi imposta lá atrás pela Lei do Cabo quando ainda não se tinha clareza do que era esse negócio da televisão por assinatura e se confundia um pouco a televisão por assinatura com a televisão aberta que tem obviamente as suas limitações.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

A lei fala quando o capital estrangeiro uma empresa brasileira constituída de acordo com as leis do Brasil com sede e direção no Brasil. Pelo fato dela ser a maioria do capital estrangeiro ela está realmente na mesma condição de uma empresa estrangeira domiciliada no exterior que não tem nem subsidiária nem filial no Brasil? Não existe aí uma discriminação entre duas empresas brasileiras em decorrência do capital? Não precisa ver. O senhor depois...

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Como eu não sou Advogado eu tenho dificuldade de responder. Mas quem sabe o Presidente Plínio possa esclarecer melhor.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Senador, existe essa restrição sim, Senador. Da Lei do Cabo especificamente a Lei do Cabo que é o que o Alexandre Annenberg está mencionando. Não há essa limitação na Lei Geral de Telecomunicações.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: É específica da Lei do Cabo. E essa é uma das incongruências que a gente acha importante levantar. Mas vamos passar um pouquinho para poder só terminar a minha exposição e depois vamos abrir a discussão, o debate evidentemente. O último slide é que eu acho que é o mais importante de toda essa exposição. Porque na verdade o nosso grande objetivo hoje como sociedade, como Nação, é caminharmos em direção à inclusão social, à inclusão digital, e o instrumento mais importante que nós temos hoje para a inclusão social, para a inclusão digital é a universalização da banda larga. É a universalização da banda larga que vai permitir o acesso a todos os cidadãos a todos os benefícios da sociedade convergente, do Governo de tudo aquilo que as novas tecnologias hoje oferecem e todos os Países hoje tem por meta a universalização da banda larga. E a nossa preocupação e aquela que nós queremos trazer aqui para os senhores legisladores é no sentido de incentivar, fomentar essa universalização garantindo regras de competição adequadas.

Nós recentemente fizemos um estudo internacional quando eu digo nós, nós da ABTA fizemos um

estudo internacional da FROST & SULLIVAN que inclusive eu disponibilizo para os Senadores que tiverem interesse, que mostra em vários Países do mundo, num grande número de Países do mundo os benefícios da competição para a universalização da banda larga. Foi assim que a Coréia, foi assim que a Inglaterra, foi assim na Alemanha, foi assim na Bélgica, foi assim nos Estados Unidos, enfim, a universalização da banda larga é a grande meta de todos os governos hoje e eu acho que essa tem que ser uma premissa essencial para qualquer novo marco regulatório.

Então eu vou parar por aqui dada a carência de tempo, mas fico à disposição para a gente discutir todos os conceitos que forem necessários.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado, Dr. Alexandre Annenberg. Parabenizar pela exposição competente. E quero passar a palavra para o Dr. Ércio Alberto Zilli, Presidente Executivo da Associação Nacional das Operadoras de Celulares, ACEL.

SR. ÉRCIO ALBERTO ZILLI: Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores. Inicialmente gostaria de trazer os elogios da ACEL a essa iniciativa da Subcomissão de estabelecer essa agenda para a discussão dos marcos regulatórios dos diversos setores, por entendermos que essa forma é uma forma saudável, adequada de se fazer uma avaliação do que já foi feito, do que deve ser feito ainda para o futuro com vistas a produzir os melhores resultados para a sociedade brasileira. E em segundo lugar agradecer a oportunidade que foi dada à ACEL de vir aqui trazer a sua visão e as suas idéias a respeito do assunto.

Inicialmente convém fazer algumas observações sobre o atual marco regulatório do setor de telecomunicações que foi basicamente estabelecido cerca de 10 anos atrás por meio da Lei Geral de telecomunicações. De uma maneira sintética, os objetivos do atual marco regulatório eram garantir o acesso às telecomunicações a tarifas e preços razoáveis para a sociedade brasileira, estimular a expansão do uso de redes e dos serviços de telecomunicações, promover a competição e a diversidade dos serviços, com qualidade compatível com as exigências dos usuários, fortalecer o papel regulador do Estado e reduzir o seu papel empresarial no setor, criar oportunidades de investimento e estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial e criar condições para que o desenvolvimento do setor seja harmônico com as metas de desenvolvimento do País.

Na nossa avaliação evidentemente muitos resultados positivos foram alcançados, mas destacaria quatro grandes famílias de resultado. Primeiro que a situação que tínhamos, 10, 12 anos atrás, de deman-

da não atendida, demanda reprimida no serviço de telecomunicações foi eliminada. A segunda família de resultados foi que com a expansão dos serviços e a disseminação das facilidades, hoje os serviços de telecomunicações estão disponíveis para as classes de renda mais baixa da população brasileira. Além disso, especificamente no tocante às operadoras celulares, temos hoje uma multiplicidade de planos de serviços que são oferecidos pelas empresas aos seus usuários e temos uma situação de competição efetiva no mercado, em cada área em cada região, em cada região do País, temos no mínimo três e na maioria dos casos quatro operadores atuando.

Quando falamos na evolução do atendimento, na expansão das redes dos serviços, vale a pena chamar atenção para o que aconteceu nesses... Menos de 10 anos que passamos de quatro milhões e seiscentos mil usuários ao fim de 1997 para 103 milhões agora. E verificamos que isso aconteceu essencialmente a partir de 98 e em 99 com a introdução dos celulares pré-pagos é que esses números ganharam essas dimensões impressionantes.

Então, o crescimento da base de usuários pré-pagos foi na média 50% ao ano nesse período, a base pós-paga quase 20%, dando um total de 43% de crescimento médio.

Então, chegamos hoje, abril de 2007, a praticamente 83 milhões de pré-pagos e 20 milhões de pós-pagos.

Por outro lado, quando falamos no atendimento às classes sociais temos aqui um recente Relatório divulgado pelo comitê gestor da internet que mostra que mesmo considerando as classes sociais aí em função do grau de instrução e da posse de uma série de eletrodomésticos, de utensílios eletrodomésticos vemos que o celular está presente em todas as classes sociais e mesmo naquelas classes mais baixas temos lá 28% de atendimento.

Se olharmos por classe de renda verificamos também que até as classes mais desfavorecidas da população tem acesso ao serviço. E todos permeando também todos os graus de instrução. Ou seja, com 103 milhões de usuários numa população de 180 milhões, são números realmente impressionantes e que demonstram o grau de democratização que esse serviço alcançou.

Muito bem, dentro desse quadro, deveríamos verificar o que é queremos para o futuro. Esse marco regulatório que temos hoje, esses princípios, essas idéias devem continuar valendo? Aachamos que garantir o acesso às telecomunicações sim deve continuar. Da mesma forma continua havendo a necessidade de expandir o uso de redes, continua, a promoção da

[inaudível] diversidade de serviços, isso tem que ser um objetivo permanente. Papel regulador do Estado sem que o Estado volte a ser empresário achamos que isso deve continuar sendo mantido, criação de oportunidade de investimento e desenvolvimento também continua valido e a harmonização do desenvolvimento setorial com o desenvolvimento social do País continua sendo também sem dúvida um objetivo.

Talvez a gente queira alguma coisa a mais, além disso. Olhando as coisas como elas são hoje com toda essa modernização, avanço da tecnologia e tal. Queremos fazer os ajustes necessários para que a modernidade que caracteriza o setor de telecomunicações se traduza na colocação desses avanços tecnológicos a serviço da sociedade brasileira.

Por outro lado, certamente é necessária, é desejável levar mais benefícios aos usuários, fazendo com que a convergência leve benefícios a preços decrescentes para os usuários. É isso que a sociedade pede e isso que ela quer. A sociedade sempre quer mais pagando menos. Então precisamos criar as regras, as condições para viabilizar isso.

Sem dúvida precisamos manter e talvez melhorar um ambiente favorável à realização de investimentos privados. Trazer esses benefícios da modernidade, da convergência requererá ainda muito investimento. E sem dúvida precisamos para isso também de medidas de fortalecimento do órgão regulador.

Quando falamos em termos de investimento, sem dúvida o motor de tudo isso é a realização de investimentos privados, gostaria de trazer algumas informações que são o pano de fundo que certamente essa Comissão precisa prestar bastante atenção.

As empresas de telefonia celular no Brasil realizaram ao longo dos últimos anos, de 2000 a 2006, investimentos que montam a 43.4 bilhões de reais. E as barras ali mostram o montante de investimentos a cada ano. E continuam investindo. Projeções para este ano de 2007 indicam mais 6.3 bilhões de investimento. Quer dizer, vamos fechar 2007 provavelmente com 50 bilhões de reais investidos. Mas nesse período as empresas não geraram caixa suficiente para recuperar esse investimento e continua investindo. Mas nós temos o número aí, geração de caixa total de 36 bilhões nesse mesmo período. Geração de caixa é entendido a sigla inglesa, o EBITDA. Esse caixa foi o caixa que tinha que pagar os dividendos, pagar os impostos, cobrir a depreciação e financiar os novos investimentos. Situação absolutamente de desequilíbrio ainda. Se nós olharmos sob a ótica do acionista, e aqui tem um critério utilizado por acionistas para avaliar os seus investimentos, nós chamamos de EVA. EVA é a sigla de *Economic Value Added*, o valor econômico adicionado

ao negócio, quer dizer, é o resultado final das empresas descontado já o custo de capital. Considerando o custo de oportunidade do capital próprio, o custo de capital de terceiros. Seria o resultado final. Nesses números eles não são de todo o setor porque algumas empresas não publicam os seus resultados de forma desagregada. Realmente aquelas que publicam os números são esses. O que significa isso? Se o resultado fosse zero, o resultado a cada ano fosse zero, significa a empresa gerou resultado econômico suficiente para cobrir o seu custo de capital. O acionista fez um bom investimento. Se o valor for positivo, significa que foi... Adicionou o valor ao acionista. Foi um bom negócio para ele. Se for negativo, significa destruição de valor. Se o acionista tivesse investido em outro setor ele teria ganho, teria recuperado o seu investimento.

Quando nós olhamos isso para o acumulado que está no próximo slide, verificamos esse quadro ali. O buraco, o termo popular, está aumentando e é preciso então que exista condição, uma expectativa de se recuperar ou de se reduzir esse EVA negativo, quer dizer, essa destruição de valor.

Dentro desse quadro, considerando aqueles objetivos que entendemos que devam ser perseguidos, levar modernidade com avanço tecnológico a serviço da sociedade, entendemos que para isso algumas coisas precisam ser atacadas. Uma delas é a flexibilidade, a regulamentação, a Legislação precisa ser genérica o suficiente para proporcionar essa flexibilidade para adaptações à dinâmica do setor. Ou seja, a regulamentação, a legislação extremamente detalhada acaba por engessar o setor e não permite essa reação.

Outro ponto importante que nós chamamos de neutralidade tecnológica significa a regulamentação e legislação não deve privilegiar uma tecnologia em detrimento das outras. Deve ser neutra de maneira que todas elas possam desempenhar adequadamente seu papel e aquela que for mais econômica poder ser utilizada. Da mesma forma entendemos que barreiras de entrada artificiais ou desnecessárias devem ser eliminadas em benefício do incremento da competição e de possibilitar que os diversos competidores possam trazer esses benefícios, avanços tecnológicos. Quando falamos em benefícios aos usuários, linha de convergência e preço decrescente, aí temos um conjunto de pontos que achamos importante tratar. Um deles é a possibilidade de acumulação de licenças. Acumulação de licenças é uma forma de uma empresa ou determinada empresa poder receber quantas licenças de prestação de serviço elas quiser tiver interesse em função das suas estratégias de negócio. Uma outra forma de ver isso, mas seria talvez mais difícil do ponto de vista legal seria estabelecimento que outros Países chamam

de licença única. O efeito é semelhante. Outra coisa que é importante trabalhar talvez seja uma revisão sobre as regras que foram estabelecidas no passado acerca de fusões e incorporações de empresas. Também é algo que talvez tenha tido um papel importante num determinado momento, mas precisaria ser atualizado atualmente.

Outro ponto é questão que muito se fala hoje produção de conteúdo, entendemos que a legislação específica sobre produção de conteúdo que o Dr. Annenberg mencionou anteriormente, é válida. Mas quando falamos em telecomunicações nós deveríamos pensar mais na liberdade. A liberdade para produção de conteúdo. Não deve haver quem pode e quem não pode produzir conteúdo. Isso deveria ser flexibilizado. Da mesma forma a questão dos canais de distribuição de conteúdo ou de informação, deve-se buscar a multiplicidade na linha de quanto mais, melhor, mais informação para a população, melhor. Evidentemente que isso tudo precisa ter regras para a competição ser justa e aí existe a legislação de defesa, competição no Brasil talvez possa ser aperfeiçoada, mas enfim, existe hoje uma regulamentação que trata do assunto, uma legislação que trata do assunto e pode ser aplicada.

E outro ponto importante que os preços sejam decrescentes é a redução dos custos regulatórios, entendido aí custo regulatório de uma forma ampla. A medida que você edita regulamentos ou leis que descem a detalhes que são desnecessários, que vão além daquilo que é razoável você está... Isso tudo para ser implementado, para ser operacionalizado requer custo por parte das empresas e conseqüentemente trabalha na direção oposta a esse objetivo de se buscar preços decrescentes.

O ambiente favorável aos investimentos privados significa que precisamos ter previsibilidade. Precisamos ter um norte, um cenário. Aí é preciso talvez o Poder Executivo, o Poder Legislativo construir um cenário de futuro. Vou citar como exemplo o que foi feito 10, 11 anos atrás que foi o Paste. O Paste tinha uma série de coisas que não aconteceram mas era um norte, indicava para onde o País pretenderia ir. E isso foi importante porque direcionou muito as coisas, muitos investimentos, as empresas foram na direção sinalizada. Da mesma forma por previsibilidade entendo que não se pode trabalhar num cenário em que haja mudanças bruscas. As regras elas não precisam ser imutáveis, mas têm que ser previsíveis. Os atores econômicos precisam saber para onde as coisas vão.

Por outro lado, quando se faz contratos, as regras contratuais, essas sim elas precisam ter estabilidade. Porque se não for estável, não existir um ambiente de segurança jurídica, quer dizer, não se pode imaginar

situações que venham leis com efeito retroativo, decisões judiciais sem fundamentação... Isso tudo torna mais difícil aos investidores privados realizar seus investimentos. E naquele quadro que eu mostrei, principalmente, no caso de telefonia móvel o montante de investimento feito enorme, de 50 bilhões e não recuperado com EVA negativo crescente, é complicado lidar num cenário desse. Acho que é o bordão de todos nós, é preciso para que tenhamos um ambiente favorável ao investimento trabalhar nesse tema da redução da carga tributária. Me permita mostrar aqui, reprisar aqui o que significa a carga tributária. Aqui especificamente no que ela implica diretamente para os consumidores com os impostos que incidem diretamente sobre os serviços. Com as alíquotas de ICMS variando de 25 a 35% mais PIS e COFINS e a forma de cálculo, significa que um cidadão de Roraima ele tem a sua conta, se ele consumiu serviços de TELECOM no valor de cem reais, a sua conta vai ser de 162 reais. Isso é um ônus muito grande que certamente afeta a população e precisa ser objeto de atenção.

Só para comparar com outros Países a carga tributária em outros Países sobre telecomunicações o Brasil está lá na ponta com 44%, na ponta de cá temos Estados Unidos com 3%. Isso mostra a diferença que isso significa.

Além da carga tributária, que afeta diretamente lá na ponta os usuários, tem uma carga tributária adicional incidente especificamente sobre as empresas. E aqui me refiro ao FISTEL, ao FUST e ao FUNTEL. Esses três fundos arrecadaram nesses últimos cinco anos mais de 20 bilhões de reais das empresas. Isso sai do resultado operacional das empresas. E não tiveram esses recursos a utilização legal que deveriam ter tido. [soa a campainha]

Quando falamos especificamente no caso do FISTEL, o FISTEL é o fundo que tem por finalidade custear a operação, o funcionamento da ANATEL. Então esse gráfico mostra. A arrecadação das taxas de fiscalização do FISTEL que é o pagamento pelo exercício do poder de polícia contra o que foi despendido, que foi utilizado pela ANATEL nesses anos. Então nós verificamos um tremendo descompasso, o que justificaria no mínimo uma adequação da arrecadação ou das taxas, revisão para baixo das taxas para que elas ficassem aderentes à sua finalidade.

Falamos também mais um ponto que é o fortalecimento do órgão regulador. Falamos aí de independência orçamentária e financeira para proporcionar condições à ANATEL cumprir sua missão legal, falamos da questão da capacitação dos recursos humanos da agência no sentido de que eles conheçam mais a operação dos negócios de telecomunicações, e falamos também na

questão de autonomia da agência, autonomia decisória, transparência e mais transparência no processo decisório da ANATEL, por exemplo nas consultas públicas eles serem precedidas de uma exposição de motivos, na justificação pelo acatamento ou não das diversas contribuições. Talvez no processo decisório poderíamos pensar em sessões, em reuniões abertas do Conselho, a exemplo do que já ocorre em outras agências e o que ocorre nos tribunais.

Esse é o último slide. Posteriormente estarei à disposição para esclarecer eventuais dúvidas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Ércio Zilli pela apresentação, pela obediência ao tempo também. Eu quero passar a palavra para o Dr. Luis Cuza, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviço de Telecomunicações Competitivas, TELCOMP.

SR. LUIS CUZA: Ok. Em nome da TELCOMP gostaria de agradecer os Senadores e a Subcomissão. Acho que é uma oportunidade muito importante para a nossa associação e também acho para o setor a agenda da Subcomissão que acho importante para o País e a oportunidade de identificar novos projetos de leis que possam melhorar a economia e a inclusão social do País. Trazemos bastante informações para a Comissão e vamos deixar nossa apresentação, mas para ficar dentro dos limites do tempo, vou tratar delimitar uns 17 slides. São slides de nossos associados que são de todo tipo e nosso foco é concorrência.

Nossa apresentação, as premissas que fizemos para a nossa apresentação que fizemos: um, a Lei Geral de Telecomunicações foi uma lei transformadora, trouxe muitos benefícios para o País, e precisa ser mantida. Novas leis que precisam ser adicionadas e vamos falar disso ao fim da apresentação. Vamos ter 10 pontos para recomendar para a Subcomissão. Segundo ponto, conteúdo. Nossa premissa é que conteúdo é um assunto muito importante para a sociedade e Congresso, mas outro assunto, e nosso foco está a apresentação. E terceiro nosso entendimento de objetivo principal dessa Subcomissão é identificar e propor medidas legislativos para fomentar novos ciclos de investimentos em infra-estrutura. Como eu falei vou passar por vários slides, a parte de telecomunicações e produtividade já existem muitos estudos que demonstram para um País a importância de telecomunicações, pelos diferentes serviços e sem dúvida a banda larga. Falar um pouco do nosso setor, da importância do nosso setor. Até hoje desde a privatização já teve mais de 60 ou 73 bilhões de reais em investimento, anualmente 19 bilhões de reais em investimento, e ano passado foi 12 bilhões. E

quando eu falei de novo ciclo de investimentos porque esses investimentos anuais estão reduzindo-se por várias razões legislativas que precisam ser corrigidas. Nosso setor tem mais 643 bilhões de reais anuais empregados diretos em nossas empresas, mais de 300 mil funcionários diretos, existem mais 850 operadoras com licenças de ANATEL. Então existe um grupo significativo não só as poucas grandes celulares, mas um grupo significativo que está em todos os Estados, a maioria dos Municípios e não em todos os Municípios que representa investimento nacional e estrangeiro que crê muito no potencial de um País tão rico como o Brasil para crescer com uso de tecnologias e serviços de TELECOM e de informática.

Também rapidamente para os Senadores vou explicar um pouco de mídia de convergência. Esse é um slide que foi apresentado pela ANATEL que fala como existem as plataformas antigas de telecomunicações. Cada serviço, TV, computador, telefonia, etc, tinha sua própria rede. E assim funcionava e as regras foram feitas dessa maneira. Hoje em dia, com a convergência do que representa, agora quase qualquer conteúdo pode usar qualquer rede e pode terminar em qualquer dispositivo que seja um celular, quer seja um PDA, como um palm, um telefone, computador, etc. Essa mudança de convergência de plataforma que qualquer plataforma poder fazer qualquer serviço depende essencialmente de banda larga. Então como se falou um pouco antes, as pessoas aqui, o futuro para crescimento econômico e social do Brasil, a contribuição que a TELECOM pode trazer sem dúvida um dos pontos principais é esse crescimento de banda larga. Existe também uma mudança mercadológica significativa que muitas vezes muitos de nós não nos damos conta. As convergências tecnológicas, as mudanças tecnológicas tomavam tempo para ser implementado, agora regularmente ocorrem. Mais de 850 milhões de usuários usam a internet, o Brasil ainda tem muito para crescer, mas está crescendo bastante. Banda larga mundialmente significativo, o Brasil ainda está com seis milhões e precisa crescer muito mais e quando se fala de novas leis está falando dessa possibilidade dos *players* em comunicações mudarem. Não só os *players*, só os tradicionais também são novos *players* como Yahoo, Google, e outros, Skype, e muitos deles *players* de fora. Não só investimentos estrangeiros aqui, muitos são investimentos estrangeiros fora que ficam lá fora. Do ponto de vista das leis brasileiras, das mudanças, você precisa considerar como assegurar que esses empregos, esses impostos, oportunidades fiquem dentro do País. E temos que lembrar a juventude, estou falando pessoas de menos de 30, começaram mudar sua maneira de usar esses serviços. blo-

gs, Messenger, YouTube, um monte de mudanças que as pessoas agora precisam serviços personalizados e precisam de uma variedade significativa de novos serviços que muito de nós não estão atualizados, mas é importante para o Senado estar bem organizado. E um foco grande na questão de experiências pessoais. É muito conteúdo que está gerando individualmente e entre essas redes.

Do ponto de vista de políticas públicas, nossa associação entende que o Governo está focando a parte mais importante do ponto econômico e social que é a telefonia fixa, o serviço de telefonia fixa e acesso a banda larga. Celular como se falou é muita concorrência e TV por assinatura é um serviço importante, mas do ponto de vista de políticas públicas a questão de banda larga e como assegurar uma ampla oferta e penetração de banda larga achamos que é algo muito importante.

Foi falado de *Triple Play*(F) que é um *cluster*(F) que está começando. Na Europa onde tem um crescimento muito mais grande ainda não é considerado um mercado relevante. Vai chegar um dia, mas agora acho que do ponto de vista de benefício do País se precisa focar na questão de banda larga.

Aqui vamos trazer vários exemplos e desafios que existem do ponto de vista Legislativo, que, por exemplo, a estagnação de telefonia fixa. Mas coisas que pode resolver com incentivos necessários. O que é importante assegurar um ambiente competitivo, um ambiente onde o consumidor tem opções de ofertas e novo investidor tem habilidade de poder entrar no mercado. Em todos os Países tem problemas de abusos de posição dominante, Brasil a mesma coisa precisa e precisa sempre manter isso em mente com novas leis. É importante também porque são coisas que estão ocorrendo em muitas outras partes do mundo que o mercado de telefonia fixa por muito tempo era considerado um monopólio natural já em diferentes Países através da atividade da agência reguladora começou a mudar e trazer novos benefícios como na Alemanha, França, Espanha, Grã-Bretanha onde o consumidor tem a habilidade de ter diferentes ofertas de diferentes operadoras para os diferentes serviços.

E muitos dados que vamos deixar aqui que podem ser interessantes para vocês. Aqui é um dado de novembro do ano passado que demonstra que no Brasil o custo de banda larga que está ali à esquerda ainda é muito alto. E a velocidade, a capacidade das redes de banda larga que existem no Brasil ainda são muito pequenas. E para o Brasil melhorar sua economia, uma das coisas que precisa fazer é mudar esse quadro. Esse é um quadro desafiador. Em Países como Grã-Bretanha, França, Japão, tem banda larga muitas

vezes mais grandes e preços mais baixos. E esse é o desafio que quando se fala de leis que são tipos de objetivos que se tem que olhar. Também você tem que considerar que o mundo é um mundo que está em constante mudança. A questão de fusões e aquisições que recentemente a mídia se falou muito de telefônica comprando a TELECOM ITÁLIA, é uma entre muitas funções e aquisições não só no Brasil, mas através do mundo. E é importante que essas discussões não voltem uma ameaça, um retrocesso que as regras sejam implementadas e as leis de tal maneira que pode trazer oportunidades para o País. E é possível porque outros Países estão fazendo. Esses são diferentes dados que vão ficar com vocês na apresentação. Aqui mais um. Nada mais legítimo que desenvolver políticas públicas para instrumentos legais e claros que busquem assegurar a atração de investimento. E acho que o foco dessa Subcomissão é o que vamos querer falar.

Nossas recomendações vão ser sobre agências reguladoras fortes, acho que todos os outros palestrantes já falaram dessa importância, e aqui temos um pouco mais detalhado de como fazer uma agência reguladora forte. Planejamento estratégico da agência, sem dúvida uma autonomia financeira e administrativa, é importante que seja autônoma, mas ao mesmo tempo que prestem contas e prestem contas à sociedade e ao Congresso através de planos de metas, abertura, que exista uma fiscalização especialmente do Congresso. É preciso aqueles atos administrativos sejam justificados quando entra uma nova regra, a regra tem que especificar qual o objetivo dessa regra, as reuniões devem ser pública, devem estar na internet, a ANEEL faz isso hoje, a CADE faz isso e acho que todas as agências aqui estavam falando de todas as agências. Não só a ANATEL. Então que haver uma transparência no acesso a informação e digitalização de bibliotecas, etc, etc. São diferentes pontos que acho que os Senadores deveriam considerar.

Segunda área que queremos falar é sobre a questão de infra-estrutura. Quando se fez a privatizações dos serviços públicos no Brasil anos 90, energia elétrica, telecomunicações, gás, etc, se fez as regras para privatizações, mas esqueceu regras sobre infra-estrutura. Quais são as regras para implementar e manter e expandir essas infra-estruturas? Achemos que para trazer novos investimentos, e você lembra o slide anterior que eu falei como investimentos estão caindo, uma das coisas que se precisa são regras claras, uma clarificação, quais são as competências do Governo Federal, estadual e municipal. Hoje o País sofre e é consumidor e as operadoras sofrem de um número significativo de liminares, de ADINs, e de diferentes problemas que causam problemas para o consumidor

no final das contas, não agrada o Município e também não agrada os investidores porque a maioria da infra-estrutura não está totalmente regulada. Aí são diferentes custos. Só para dar uma idéia, na cidade de São Paulo existem mais de 200 mil quilômetros de redes de cabos, de dutos, etc, de infra-estrutura de telecomunicações, energia elétrica e gás e água. As regras não estão claras, as informações sobre essa infra-estrutura existe, está com a Prefeitura, mas não está informatizada. Precisa de regulamentação para ajudar a Prefeitura informatizar essas regras é um perigo para a segurança dos funcionários que trabalham nesses serviços e sem dúvida encarece o trabalho das operadoras e, porém, o preço final para o consumidor.

Aqui parte da crise, caos Legislativo e Judiciário. Por exemplo, no Estado de São Paulo há uma lei que disse que para uma antena celular se precisa um terreno de 3.600 metros quadrados. Em paulista não vai encontrar 3.600 metros quadrados, etc. Uma importância, uma das recomendações de possibilidade de trazer ordem, algo que funcione e seja bom para o consumidor, para os Municípios e para as operadoras e investidores.

Já se falou dos impostos que é algo bastante significativo, mas quero mencionar os Municípios hoje recebem 8% um pouco mais de 8% de toda a conta dos serviços públicos. Então é muito importante que o Governo Federal possa ajudar os Municípios possivelmente a direcionar esses fundos. Nossa recomendação que para vocês também existe a recomendação que os Municípios deveriam informatizar essas informações da infra-estrutura, ter cadastro, informatizado, e podem cobrar as operadoras por isso, através de elementos de custos. Mas é um exemplo de Bahia, aqui também parte dos problemas atuais, mas que fala especificamente para análises mais em frente do que está atrapalhando e reduzindo os investimentos. A importância de modernização dos Municípios, normas coerentes de infra-estrutura, eliminação de bitributação, eficiência em emissões de licenças, cadastro de infra-estrutura. Essencialmente nossa recomendação é algo paralelo ao código da cidade. Que o Governo Federal ajudou as prefeituras e os Estados e o Governo Federal de definir a competência de cada um e o resultado foi aumento em investimento.

Políticas públicas com metas bem definidas e cronograma, o Brasil será prejudicado. É importante para metas sociais e muito importante para meta esse crescimento e produtividade econômica e competitividade. Setor de TELECOM é um setor que é investido muito, querem investir ainda mais, o que está pedindo é uma série de regras claras e aperfeiçoamento. Aqui estão as dez, são meus últimos dois slides. São

as dez recomendações que a associação gostaria de trazer à Subcomissão. Um, é importante observar a Lei Geral de telecomunicações que é uma lei transformadora, ajudou a trazer muito investimento, é uma lei de 10 anos, e é uma lei que ainda tem muito para avançar porque foi bem formulada pelo Congresso, e está em... Continua sendo implementada. Como eu falei a princípio, não estou falando conteúdo, é algo diferente que rede, e é algo que precisa ser separado porque quando se fala de infra-estrutura como um dos Senadores falou aqui, é uma coisa de ideologia. Algo de investimento e assegurar atração desse dinheiro para benefício do País. Achemos importante aprovar uma Lei Federal para fortalecer as agências, os 10 pontos que mencionamos anteriormente, apoiamos e achamos que é importante continuar com esse PEC 81 do Senador Tasso Jereissati, é um passo muito importante para assegurar a autonomia com responsabilidade das agências. Achemos muito importante para sua consideração aprovar um Projeto de Lei Federal para regularizar as instalações e atrair novos investimentos em infra-estrutura dos serviços públicos. Não só a TELECOM. E nossa associação está trabalhando com ABRADE, com ABTA, também com a ACEL e também com o CONGÁS sobre idéias que estão na apresentação desse tipo de Projeto de Lei.

É importante fixar diretrizes gerais de infra-estrutura para um planejamento urbano, para assegurar crescimento [soa a campainha] dessa prestação de serviços e a vedação da tributação para reduzir o preço desse serviço. É importante também eliminar a extensão da insegurança legislativa e regulatória. Em muitas cidades os investimentos que foram feitos ainda não estão a nível de liminares. Existem por liminares. Insegurança que não é atrativa para novos investimentos. É importante unificar as leis de TV por assinatura e eliminar essas limitações a lei de cabo sobre capital estrangeiro. É algo que já passou, o momento mudou agora e os serviços de TV a cabo são muito importantes para trazer banda larga a um preço mais barato e uma banda larga muito mais ampla do que em geral existe no Brasil.

Apoiamos o Projeto de Lei que o Senado aprovou sobre o FUST, também estamos de acordo que esse fundo precisa ser usado, são cinco ou seis bilhões de reais, o País precisa disso e esse Projeto de Lei é um passo muito importante para essa visão.

A adição de política pública para universalização, achamos importante a implementação de medidas concreta para aumento da concorrência. A concorrência pode aumentar significativamente a penetração de banda larga e um dos slides que eu passei rapidinho demonstra que no Brasil hoje se você define banda

larga com um megabyte por segundo, existe menos de 1% da população do Brasil que tem acesso a essa banda larga. É a nível mundial o ITE reconhece banda larga que é necessária como dois mega ou mais. Para voz você precisa no mínimo de um megabyte, para vídeo você precisa no mínimo de 10 megabytes, para jogos, que é um mercado crescente, precisa mínimo de 20 megabytes. E no Brasil a mídia é muito mais perto de metade de megabyte ou menos. É muito importante diversificar controle da plataforma. Se falou aqui várias plataformas de celular, sem fio, cabo, etc, para assegurar essa oferta é muito importante evitar monopólios privados ou de fato e com as mudanças mundiais esse é um assunto de alta importância para o Brasil. E as regras precisam ser diagnóstica do ponto de vista tecnológico. Apoiamos os esforços que estão no Congresso agora para a reestruturação desse [inaudível] achamos que é um passo muito importante e um passo que precisa ser feito o mais rápido possível para assegurar também esses novos investimentos.

E como último, existe um Projeto de Lei que foi aprovado pela Câmara dos Deputados ano passado, tenho o número aqui sobre COFINS para poder reduzir um pouco as atribuições que existem hoje nas redes de telecomunicações. Esse Projeto de Lei no nosso entendimento está no Senado ainda não foi distribuído, mas é um Projeto de Lei que vamos mandar informações para vocês porque isso vai beneficiar a todas as operadoras de telecomunicações e vai ser... Enfim, será benefício para o consumidor. Final.

Muito obrigado por esta oportunidade, desculpe que fiz a apresentação para 45 minutos, mas fiquei mais ou menos entre o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Luis Cuza pela apresentação, pelo respeito aproximadamente ao tempo. E eu passo a palavra agora para o Dr. José Fernandes Pauletti, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Concessionárias e Serviço Telefônico Fixo Comutado, ABRAFIX.

SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI: Muito boa noite. Queria inicialmente agradecer o convite e aos Srs. Senadores aqui presentes. Eu não vou fazer propriamente uma apresentação com power point, vou falar algumas considerações aqui e vou tentar não repetir o que meus colegas já colocaram, e evidentemente também não contestar que esse não é o momento de polemizar muito embora eu não concorde com algumas. Mas vou reforçar algumas coisas das quais eu concordo e tentar levantar alguns pontos que me parece que eventualmente não terem sido colocados ainda.

É importante salientar em primeiro lugar que o setor de telecomunicações agora passados esses 10

anos da aprovação da Lei Geral caracteriza-se até hoje por ter um marco regulatório ainda atual e estável. Quer dizer, não se... Isso independentemente de eventuais ajustes que se queira fazer ou modificações que ele precise em decorrência da evolução tecnológica e das novas realidades de mercado. Mas o marco regulatório a gente considera que ele está atualizado ainda. Mas nesse momento falamos de ajustes pontuais então na... E não uma revisão ampla do marco assentado pela LLGT de 97. Ajustes que contemplem, por exemplo, a contribuição que o setor de telecomunicações como um todo pode dar no avanço da banda larga nesse País conforme foi mencionado aqui pelos meus antecessores também. Ajustes convergentes com os interesses... Convergência que é uma palavra que está na moda, mas é uma convergência com interesse dos governos federais, estaduais, de promover cada vez mais a inclusão social no Brasil. Inclusão social para qual é premente o acesso progressivo da população brasileira às tecnologias de informações digitais. Evidentemente para isso, uma solução importante para se ter a solução seria importante se utilizar os recursos do FUST, seria essencial conforme já foi mencionado aqui. No FUST o Estado Brasileiro tem um instrumento legal, já existe, e os recursos financeiros vitais para promoção na inclusão social e digital. Basta a que esses recursos sejam utilizados, que se tenha uma vontade política e uma decisão de utilizar esses recursos que existem já. O FUST é, portanto, talvez o elemento que mais necessite de ajustes legais e administrativos hoje no marco regulatório de telecomunicações. Para que ele possa ser utilizado para se promover a inclusão social do País. Outros setores das comunicações, entretanto, necessitam também de algumas revisões mais profundas nos seus marcos regulatórios em nossa opinião. E destacamos nesse particular o marco regulatório da televisão por assinatura conforme já foi levantado aqui pelo Annenberg também.

Encabeçado pela Lei 8.977/95, a Lei de TV a Cabo, o marco regulatório da televisão por assinatura é complementado por Portarias e Decretos que regulamentam os demais serviços do setor, MMDS e DTH conforme o Annenberg brilhantemente explicou na sua apresentação. Agora, são instrumentos legais que geram hoje em dia inadmissíveis assimetrias regulatórias, expressas, por exemplo, em duas recentes decisões da ANATEL. A licença para TELEFÔNICA operar o serviço nacional de DTH e a negativa para Oi operar serviços Municipais de TV a cabo em Minas Gerais. Ambos serviços de TV por assinatura que são gerados por uma assimetria regulatória.

Não se trata aqui de contestar liminarmente as decisões do órgão regulador que ele estava cumprindo a

legislação em vigor. E sim de reforçar a necessidade de urgente revisão desse marco regulatório. Uma revisão capaz de superar o represamento que hoje caracteriza a oferta de televisão por assinatura no Brasil pela entrada de mais empresas na distribuição de conteúdos audiovisuais. Oferecer potencialmente com isso mais alternativas de conteúdos e preços para o consumidor para incentivar a competição nesse País.

Nosso entendimento é que o Congresso Nacional tem hoje uma excepcional oportunidade para implementar isso e obter um marco regulatório mais novo, flexível para a televisão por assinatura. Essa oportunidade a gente entende que se evidencia em projetos que estão na Câmara dos Deputados hoje em tramitação que são três projetos de lei. Os PLs 70 e 332 que estão apensados ao PL 29. Todos agora de 2007. Se corretamente tratados, do ponto de vista atual da necessidade de revisão dos marcos regulatórios setoriais, estes projetos poderão resultar em considerável avanço para a ampliação do mercado de distribuição de televisão por assinatura no País.

Voltamos agora para uma outra questão importante quando se trata de discutir os marcos regulatórios setoriais. Quer dizer, o País, uma das mais importantes decisões que foram tomadas no Brasil foi a inovação na estruturação do Estado Brasileiro desde a promulgação da Constituição de 88 foi a adoção da regulação setorial por agências autônomas. Agências reguladoras autônomas são entes administrativos vitais na nossa opinião para a estabilidade dos marcos regulatórios setoriais. Como de telecomunicações que foi estabelecido pela Lei 9.472/97. Agora, a autonomia das agências reguladoras é a autonomia na nossa opinião que assegura um correto equilíbrio de suas funções enquanto instituição de Estado, que é o que são na nossa opinião as agências reguladoras. Equilíbrio nas suas relações com os governos, e com os setores regulados e com os consumidores. Equilíbrio que eventualmente pode ser rompido pela eventual captura de uma agência, captura não apenas pelo mercado como é mais comum se afirmar. Se afirma por aí que o mercado pode capturar as agências reguladoras e têm que se tomar todas as medidas. O que é verdade. Mas não é só o mercado que pode capturar uma agência. Essa captura pode ser feita também pelo Governo. De duas formas principais. Pelo controle orçamentário e pelo excesso de intervenção política são formas que pode haver uma captura de agência. As telecomunicações brasileiras hoje têm como já dito um marco regulatório ainda recente na forma da Lei Geral de Telecomunicações. Ainda que passível de eventuais ajustes e atualizações. As telecomunicações brasileiras hoje têm um órgão regulador eficaz que é

a ANATEL, mas que nos últimos anos tem enfrentado alguns problemas capazes de comprometer sua autonomia, o que é um problema, uma coisa que a gente tem que estar atentos. Como contingenciamentos orçamentários não foram restritos à ANATEL só, a esta agência, é verdade, porque se atingiu todo o conjunto da administração pública, inclusive outras agências reguladoras, mas aconteceram contingenciamentos orçamentários apesar da agência ter uma... Recolher conforme o nosso companheiro mostrou um FISTEL de um bi e setecentos e ter gasto somente duzentos e poucos milhões. Estabilidade na substituição de conselheiros com mandatos vencidos cuja resultante tem sido períodos de funcionamento precário do Conselho Diretor. Instabilidade na designação do Presidente do Conselho, a quem tem sido atribuídos mandatos de curta duração. Essas estabilidades têm na nossa opinião causado alguns problemas e transtornos ao modelo regulatório do País, a operacionalização, e a demora na reforma proposta para a sua estrutura administrativa, projetada para adequá-la às novas realidades de evolução dos mercados e das tecnologias. Então a agência está há mais de um ano ou dois anos, mais de um ano certamente com a nova proposta de estrutura administrativa pronta e não conseguiu até agora implementar. Essas modificações na nossa opinião trouxeram alguns transtornos para isso. O Projeto de Lei 3.337/2004 proposto pelo Poder Executivo para a re-regulamentar aspectos essenciais das agências reguladoras, nosso entendimento pode ser um instrumento normativo importante de que venha para reforçar e não reduzir a autonomia das agências. Nesse sentido, são quatro aspectos que a gente gostaria de ressaltar sobre essa importância. Quer dizer, o risco, primeiro, o risco de criar uma subordinação hierárquica entre as agências e o Poder Executivo pela adoção de um mecanismo tão polêmico quanto potencialmente ineficaz quanto o contrato de gestão na nossa opinião.

Segundo, a ausência de garantias de pleno exercício pelas agências de sua autonomia não apenas administrativa, técnica e política, mas, sobretudo, orçamentário financeira. Risco de tornar o processo de outorgas mais lento e burocrático ao passá-lo para a esfera do Poder Executivo. E quarto, a indefinição na duração dos mandatos dos conselheiros que no caso da ANATEL já foi de cinco anos sem possibilidade de recondução, depois passou para cinco anos como de outras agências com possibilidade de reconduções sucessivas e agora poderá ser de quatro anos que é o que está sendo proposto, me parece, permitida a recondução.

Bom, feitas essas considerações, nosso entendimento é que primeiro a regulamentação ela deve

necessariamente incentivar os investimentos no País. Ela não pode ser inibidora de investimentos. A regulamentação tem que ser a atual regulamentação na nossa opinião foi e continua sendo, se bem aplicada, incentivadora de investimentos. Agora, os contratos de gestão são mecanismos, na nossa opinião, são mecanismos inadequados para reger relações administrativas entre o Governo e a agência reguladora. Entre outras razões porque o atual marco regulatório já estabelece adequadamente tais regulamentações. As agências reguladoras têm que ser preservadas de contingenciamentos orçamentários de modo a poder exercer plenamente sua vital autonomia financeira. O processo de outorgas deve permanecer na nossa opinião como competência das agências reguladoras para... Dado que as agências reguladoras têm por hipótese, por definição ter um período mais longo de manutenção de seus técnicos e de seus dirigentes.

Já no que toca o mandato dos conselheiros, quatro anos nos parece ser... Com uma recondução, parece ser uma proposta razoável com a ressalva de que seria importante o estabelecimento de um período mínimo para o mandato dos Presidentes. Que já foi no caso da ANATEL de cinco anos.

Então, complementando por último, queria ressaltar a importância não apenas para os setores regulados, como para toda a sociedade, da mais absoluta transparência das agências reguladoras o destaque para caráter essencialmente público das reuniões, dos conselhos diretores que devem ser abertas com acesso mais pleno e possível a atas e documentos, e a necessidade de justificativas detalhadas para todas as decisões das agências, em especial para aquelas resultantes de consultas públicas e Audiências Públicas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. José Fernandes Pauletti. Com a palavra o Dr. Plínio de Aguiar Júnior, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL. A voz está meio falhando, mas nós vamos em frente. Hoje falamos muito.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Presidente, muito obrigado pela oportunidade que nos dá. Senador, obrigado pela presença, demais colegas da Mesa, membros da Mesa, senhoras e senhores. Falo em nome do Conselheiro Plínio. Evidentemente num colegiado de cinco ao expressar alguma consideração a respeito de assunto tão importante, e prospectivo de regulação em evolução eu só posso falar em nome do Conselheiro Plínio, efetivamente.

O que me traz aqui o que me estimula nesses 20 minutos que dispomos aqui é de chamar atenção para as razões da evolução de uma regulamentação

em face a eventos importantes. Eu estou trazendo então, estou pinçando duas questões que acho que são aquelas que estão mais na ordem do dia, a questão da convergência e a necessidade ou não de se mudar a legislação a respeito provocado pela necessidade de harmonizar interesse a respeito de convergência, e outro fato que fico satisfeito de perceber na palavra dos demais companheiros aqui, também a questão da necessidade ou não de ter uma nova regulamentação para tratar de um programa de uma questão tão importante quanto eu chamo de um programa de banda larga para esse País. Mas banda larga, mesmo. Não é um mega nem dois. O que o País precisa como tem um documento inglês que foi elaborado durante dos dois últimos anos, Senador, e que eles mencionam o seguinte, banda larga para a Inglaterra, aqueles dados interessantes que vocês apresentaram, para a Inglaterra estão achando que estão entrando num dígito de [inaudível], quer dizer, num fosso digital. Eles. Porque banda larga seja para a produtividade da economia seja para a inclusão social, eles acham que nos próximos 10 anos, 15 anos, precisam de bandas chegando às empresas e aos domicílios acima de 40 megas, acima de 100 megas. Então vamos pinçar essas duas questões e verificar da efetiva necessidade que temos nós hoje de encarar essa tarefa hercúlea de adaptar, adequar a nossa legislação.

Eu acho que nós devíamos evitar o grande esforço de mudar a legislação do setor antes de definirmos com toda a clareza como atender os interesses superiores da Nação. Mudanças mais profundas efetivamente querem nova legislação. Como seria o caso da implantação de um programa de banda larga, como acabei de mencionar. Ou de uma política de audiovisual, da questão focada ainda em distribuição do audiovisual. Não estou mencionando o conteúdo também que é todo outro universo a regular ou não. Ou tratar de novas condições sobre controle societário de operadoras e concessionárias como já foi abordado aqui como um possível empecilho a novos desenvolvimentos. Em nossa visão dos reguladores, nós entendermos que regula-se serviços não tecnologia, não plataformas como também já foi mencionado aqui hoje. Se o foco das mudanças for apenas fomentar convergência, talvez não haja uma grande necessidade de mudar a legislação em si. Basta rever contratos, basta rever regulamentos. Dentro de seu escopo de atuação a ANATEL já vem tomando iniciativas importantes nesse sentido. Evidentemente ficaria faltando harmonização das leis do código de 62 da Lei do Cabo e LGT que não compete à agência promoverem essas mudanças. Mas o setor precisa de melhorias efetivamente como

nós percebemos algumas críticas, umas justas e outros, eu considero menos justas.

Há necessidade de maior penetração do serviço de telecomunicações. Há. É verdade. 16% da população não tem acesso a telefonia fixa hoje. Já foi bem pior. Mas ainda há 16% da população que não tem acesso à telefonia fixa. Nem ao menos a um telefone público hoje. Em 41% dos Municípios brasileiros não há equipamentos de telefonia móvel instalados, as tais estações rádio base que representa 10 ou mais de 10% da população do País. Também observamos que a quantidade de acesso a banda larga corresponde a apenas cerca de 3% da população. Ainda assim os indicadores dependem do que se venha a chamar de banda larga também. A competição efetiva na telefonia de longa distancia. Mas 90% dos consumidores são clientes das concessionárias. Não dos espelinhos, não das operadoras de longa distancia competitiva. Cada Estado do País tem três ou quatro operadoras de telefonia móvel. Mas os preços e a qualidade podem efetivamente melhorar. A concentração do mercado de banda larga também é bastante grande. A qualidade do serviço como um todo precisa também ser melhorada. A maior indicação disso é o volume de reclamações que temos nos *call centers* da ANATEL e nos órgãos de defesa do consumidor.

Chamo atenção dos senhores congressistas que tanto nos ajudam, que tanto buscam melhorar as condições de regulação das telecomunicações no País para uma questão maior, uma questão mais relevante que poderá impactar fortemente o desenvolvimento das telecomunicações no Brasil a médio prazo. Essa questão é a atual dominação de mais de 90% da infra-estrutura de acesso local por parte das concessionárias de telefonia fixa hoje. Flexibilizar a regulamentação atual sem exigir contrapartidas que impeçam práticas anti-competitivas resultará na consolidação de monopólios regionais que dominarão a convergência no curto prazo, a banda larga na segunda etapa e a própria distribuição de audiovisual que é uma terceira etapa em cerca de 10 anos, é grande novo negócio em termos de telecomunicações a médio prazo. Esta é uma questão central. Seja para a gente abordar como a gente regular a questão da convergência em si, seja como a gente buscar as melhores maneiras de regular um programa da importância de banda larga no Brasil, a competição é essencial. Não se pode tirar isso das nossas preocupações principais porque ela pode o monopólio regional do acesso fixo pode inviabilizar qualquer dos dois programas.

Sobre banda larga. É importante observar que o novo grande negócio no setor de telecomunicações hoje em dia é banda larga. A telefonia fixa tradicional

já não é. Já não apresenta margens que atraem os grandes investidores. As concessionárias atuais têm expandido seus negócios em outros negócios, sobretudo banda larga. O serviço móvel que já atingiu agora 103 milhões de usuários já cresce a taxas menos elevadas. É natural. Atingimos agora em abril 103 milhões. Também aqui a evolução do mercado móvel a médio prazo dependerá de aplicações de banda larga. A mais longo prazo, os grandes investidores já planejam fibrar as redes de acesso para adicionar a distribuição de audiovisual direto aos domicílios e aos escritórios. Nem a rede de [inaudível] metálicos atuais, nem as redes *wireless*, as redes sem fio, usando Wimax(F) e outras tecnologias, nenhum dessas [inaudível] as atuais redes metálicas distribuídas nas cidades que dão acesso seja nas *wireless* elas não terão condão de atender a demanda por serviços de banda muito larga que é o previsível para daqui a 5, 10, 15 anos em qualquer País desenvolvido.

A [inaudível] americana, já começou esse programa que eles chamam de fibra até a FTDH. A fibra até os home(F), até os escritórios. E o Reino Unido como mencionei agora a pouco, já tem o seu programa, já está definido o seu programa, o Governo está definindo o seu programa para evitar o fosso digital como eles chamam e de investir fortemente na implantação de fibra, porque a médio prazo e longo prazo será só fibra realmente poderá atender as demandas que a economia e a inclusão social digital demanda nesse País.

Para o Brasil um programa desse de banda larga ele deverá ter, então, como mencionei, os objetivos de aumentar produtividade e promover inclusão digital. Em minha visão é que não precisamos apenas flexibilizar a regulamentação para permitir ofertas *triple play*(F) convergentes. Reconheço que os serviços do fixo comutado e o serviço móvel devem ser melhorados, mas nossa nova estratégia deve focalizar a implantação de banda larga de fato não apenas as tecnologias mencionadas aqui de ADSL ou Wimax(F). Mas fibra é que é realmente o investimento necessário.

E antecipo uma recomendação, já se foram 10 minutos, antecipo uma recomendação que seja apenas para estimular a convergência, seja para desenvolver o programa de banda larga, devemos implantar a separação estrutural no acesso local. Em que consiste tal coisa? Separação estrutural é se tornar independentemente de um outro grupo, de qualquer uma das três concessionárias, podia ser, mantendo os próprios acionistas, o mesmo grupo que presta serviços de telefonia e outros, mas separando completamente a empresa para prover o acesso local. Todo acesso local ou qualquer outro serviço então com essa... E essa empresa separada ela não poderia vender serviço di-

retamente aos usuários. Ela teria que vender serviços a outros prestadores de serviço. Que prestadores de serviço? A outra parte do próprio grupo de operador de serviços de telefonia, e outros, banda larga, mas a qualquer um dos competidores nas mesmas condições de preço, qualidade e prazo. Então são recomendações estruturar que eu não percebo outra maneira de se garantir competição nesse País para um programa tipo, como banda larga e para garantir os benefícios da convergência. A convergência é extremamente positiva, seja para os investidores que têm mais... Abrem o leque de opções de serviços ao oferecer, seja para os consumidores. Os consumidores têm muitos benefícios com a convergência. Mas se e só se for mantido um grau mínimo de competição no País. Porque senão estaremos consolidando monopólios regionais.

A ANATEL já tem a respeito da questão específica de convergência, a ANATEL já tem tomado algumas iniciativas que contribuem para isto. Uma primeira observação é que a TV por assinatura é regulamentada por TV a cabo, como eu já mencionei, já foi também o DTH não é por TV a cabo, é pela Lei Geral de Telecomunicações, e o MMDS também é tratamento diferente. Essa harmonização nós tentamos, nós continuaremos tentando harmonizar essas questões, mas ainda sem mudar a legislação efetivamente estas questões a ANATEL não tem a liberdade de atuação. Então nós vamos ficar, nós já viemos aqui umas três semanas atrás explicar ao Senado por que é que demos votos aparentemente divergentes a respeito do DTH da telefônica e da compra da WAY pela TELEMAR.

Mas há iniciativas que a ANATEL já teve no passado e que estão na direção firme de convergência. Um exemplo disso é a concepção do serviço de comunicação multimídia. Nós já contamos com cerca de 600 empresas autorizadas a prestar serviço de comunicação multimídia e que é qualquer serviço que uma vez digitalizado passa numa estrutura de cabo ou via *wireless*. É um tipo de autorização muito flexível. Pode ser para voz [inaudível], pode ser para comunicação de dados, pode ser para diversos tipos de aplicação, diversos tipos de serviços.

Estão também em estudo na ANATEL hoje em dia o estudo da legislação, da LGT e do código brasileiro de telecomunicações sobre o ponto de vista de radiodifusão na ótica da convergência. Nós queremos também contribuir para esse debate fazendo essas análises nós e voltando ao Congresso para expressar nossas recomendações e preocupações a respeito. Também estamos buscando harmonizar regras. A ANATEL reconhece que devem ser alteradas algumas como essas relativas a TV por assinatura,

achamos que deverá haver a efetiva necessidade de mudança em leis.

Quanto à questão da gestão do espectro é um outro fato muito positivo para o País. O Brasil é um dos Países que melhor cuida da administração do espectro. Então a convergência e o serviço móvel no Brasil pode se desenvolver com bastante agilidade porque do ponto de vista dessa função importante nossa é que nós temos uma boa gestão de espectro e isso não vai ser um empecilho para o desenvolvimento da convergência no Brasil. E daqui para frente a ANATEL pode continuar tendo, já está, planeja ter algumas iniciativas importantes, uma que é essa questão da separação estrutural não é consenso ainda na ANATEL, é um dos estudos que está fazendo é uma das questões que se considera. Lembrar que a respeito de... Não é uma questão nova, não foi criada por nenhum de nós Conselheiros da ANATEL, mas já foi experimentada, já começou na Inglaterra, já começou essa experiência desde o início do ano passado e no dia 3 de maio a Itália, a G-COM que é a ANATEL italiana ela já abriu, lançou uma consulta pública para analisar a questão de separação estrutural na Itália. Também como sabe todos nós já fizemos a licitação do 3.5 giga e 10.5 giga que alavancará certamente com mais rapidez a adoção, estruturará melhor a oferta em serviço convergente, essa licitação está sobrestada pelo TCU.

Também pensamos aí já um pouco mais em detalhes, Senador, em planos de numeração para o serviço de comunicação multimídia e há outros estudos também, começamos outros estudos depois para a convergência desses serviços e todos que nós abordamos agora e todo mundo internet. É o tal do e ENUM que é um novo tipo de numeração que harmonizaria a numeração clássica da telefonia fixa e comutada com a numeração, com a internet.

A portabilidade, como os senhores sabem também de certa maneira propicia essas melhores coisas e serviços convergentes, a portabilidade já foi definida, está em implantação, e uma das questões que também melhor o SMP, o Serviço Móvel Pessoal, o regulamento já está em fase final de elaboração, vem ao Conselho em breve, e a questão da terceira geração de celulares no Brasil, um dos critérios importantes será não na licitação não será só preço, pela licença, mas, sobretudo, compromissos de cobertura para que o serviço móvel no Brasil como os senhores congressistas com muita frequência reclamam da falta de cobertura do serviço. O senhor mesmo já nos demandou a respeito disso. Na oportunidade de vender novas licenças para o celular de terceira geração a ANATEL, isso já é consenso entre os conselheiros, nós estabeleceremos exigências de cobertura em todo o País. Apenas 55% dos Muni-

cípios são atendidos hoje em dia. Mas caso se decida pela mudança efetiva de legislação, entendemos que a evolução da regulação deve atender basicamente a alguns pontos principais.

Neutralidade tecnológica. Devemos buscar um regime de neutralidade tecnológica. Considerar evolução tecnológica e de mercado, mas sem... Como já foi mencionado aqui não fazemos uma legislação para MMDS. Não fazemos uma legislação... O audiovisual quando vem por cabo tem uma lei, quando for por outra plataforma diferente tem outra lei. E também nós, o regulador também não deve ficar regulando. Mesmo quando a regulação já desse um pouco mais de detalhes, [soa a campainha] mesmo essas obrigações regulamentares... Tentarei chegar na hora, Senador. Mas mesmo quando na dúvida que a lei é um ordenamento maior dos pequenos, dos de menor ordem dos regulamentos dos diversos serviços, tanto quanto possível a regulação deve ser independente, neutra em relação à tecnologia. Evidentemente certas inovações tecnológicas, como o 3.5 giga, o uso dessa faixa de radiofrequência ela hoje em dia ela está viabilizada e tão interessante, por quê? Porque a tecnologia tornou barato o uso dessa, seja para os terminais, seja para as estações rádio base e seja para outras aplicações. Quer dizer, com a evolução da tecnologia você tem oportunidade de permitir, de atualizar regulamentação. Mas a regra em relação à neutralidade tecnológica é uma coisa que soa um pouco técnica, mas ela é muito importante que seja obedecida para a gente evitar esses tropeços de uma lei deve vir pelo menos 10 anos como essa nossa ou mais, mas não pode ser atropelada por inovações tecnológicas que ocorre em ciclos muito menores. Outro aspecto extremamente importante é a questão da promoção, da competição e todos os segmentos de mercado notadamente no acesso local, como eu mencionei. O acesso local é o calcanhar de Aquiles de qualquer sistema de telecomunicações em qualquer País do mundo.

Outro aspecto muito importante é a questão da adequação dinâmica de mercado. E também a adequação de possibilidades de novos entrantes. De novo é uma questão que se trata, por exemplo, foi intenção na ANATEL no edital de 3,5 giga, estabelecer condições assimétricas para as detentoras de infra-estrutura na concessão e as outras empresas entrantes, as competidoras.

Bom, Senador, são essas as questões principais. Eu concordo com alguns dos palestrantes ilustre que nós tivemos aqui, porque abordar realmente toda essa complexidade da... Temos outros slides se a gente fosse ter tempo de abordar mais a questão da convergência, a convergência ela aborda questões de conteúdo de

serviços de infra-estrutura, de terminais de usuários, e sobre os mais diversos aspectos. Conteúdo, regular conteúdo ou não regular conteúdo, e o que está dentro da questão de conteúdo? É a terceira grande onda que eu mencionei que vem à frente a distribuição e aí vai ser um volume de negócio muito mais importante, vai ter muito mais investimento na distribuição de conteúdos de banda larga daqui há uns sete, dez anos. Mas isso tem a ver com direito autoral, diversidade cultural com proteção do consumidor, interesse público, e diversas outras questões só na abordagem da questão conteúdo que não cabe em geral às agências de telecomunicações, mesmo uma agência com a UFCOM(F) que também regula radiodifusão, audiovisual, mesmo em relação à ARCEP, a agência francesa que regula telecomunicações, audiovisual, exceto conteúdo e também serviços postais. Na França eles difundiram todas as três áreas numa mesma agência reguladora. Mas essa questão do conteúdo é uma questão extremamente importante porque aqui se defende a identidade cultural de um País, aqui se defende de certa maneira também a questão de empregos, num setor em que o País é muito rico. O Brasil é muito rico em produção de conteúdo para fora e tem um potencial enorme a desenvolver. Já nas outras questões, questões de serviço, da infra-estrutura e dos terminais, essas são as questões que nós poderíamos analisar mais em detalhes em próximas oportunidades, nós teremos todo o interesse de voltar aqui aos senhores essa tarefa extremamente complexa que os senhores têm em mãos, que é de adequar na oportunidade que os senhores achem que seja mais adequada, a nossa legislação que terá impacto evidentemente na regulação em si. Na regulamentação nas nossas tarefas cotidianas de regular o setor aqui no Brasil.

Como foi mencionado, já foi apresentada essa figura, Senador, são 143 bilhões de reais o ano passado. Daí o senhor tira, só 20 bilhões que é a atuação da indústria mesmo equipamento de sistemas, quer dizer, serão cerca de 120 a 125 bilhões de reais de serviços anualmente nesse País. Esses números são de 2006, se não me engano. Então é um setor muito dinâmico, muito rico. Eu não discordo exatamente de algumas figuras apresentadas aqui, porque todos os investidores, os grandes investidores desses últimos 10 anos eles têm tido, seja... Em português não é [inaudível] é lagida(F), não é isso? Seja margens interessantes, seja posicionamento em mercados relevantes como móvel, realmente alguns ainda não chegaram ao azul, mas estão investindo em futuro. E também parte de continuar no vermelho ainda algumas operadoras é porque subsidiaram muito o aparelho terminal do usuário que não faz parte do serviço propriamente dito, mas uma

tática de mercado, de marketing para angariar mais rápido os tão desejados clientes.

Bom, de minha parte eu já agradeço a oportunidade e coloco a ANATEL, toda a ANATEL a disposição dos senhores para esse trabalho que os senhores têm pela frente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Quero agradecer ao Dr. Plínio Aguiar Júnior pela exposição, e quero passar a palavra e saudar ao mesmo tempo ao nosso querido Relator, Senador Garibaldi Alves, eu já, Senador Garibaldi, justifiquei o atraso de V.Exª pelas dificuldades normais que a nossa aviação civil enfrenta, já está ficando normal, e ao mesmo tempo quero passar a palavra para V.Exª para fazer as perguntas pertinentes.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, senhores palestrantes, eu queria pedir desculpas a todos, não apenas ao Presidente, mas a todos os que atenderam o convite dessa Comissão e vieram até aqui com uma presteza muito grande, com... Trazer a sua contribuição para essa Subcomissão. E eu fico no maior constrangimento, porque o Relator é quem deve chegar primeiro. E eu estou chegando por último. E evidente que eu não posso me valer daquela máxima do evangelho de que os últimos serão os primeiros.

Na verdade, Sr. Presidente, eu acho que a gente deveria trazer logo aqui a ANAC e as companhias aéreas para que elas pudessem dar suas explicações e seus esclarecimentos, porque a situação, me permitam todos, eu vou devagar aqui mas muito rapidamente. Saí do foco aqui só para fazer uma consideração.

Na verdade, nós estamos pensando que a situação está normalizada, mas não está. Porque não é normal um atraso de uma hora e trinta minutos. Não pode ser considerado normal. Se isso se repetir, como vem se repetindo, vai criando um quadro de certa maneira, caótico. De repente, diante dos grandes atrasos, dos grandes problemas que se verificaram nos aeroportos, as pessoas estão pensando, em geral, que a situação está normal. Porque não existem aqueles grandes atrasos. Mas existem os atrasos menores que causam transtorno às pessoas que têm seus compromissos, que têm suas obrigações, como é o caso aqui. Eu estou prestes a apresentar minha renúncia, porque eu não posso efetivamente dar conta do recado se eu sou o último a chegar.

Então, não posso. Eu já inclusive e entreguei o cargo ao Presidente. O Presidente não aceitou. Mas se quiser aceitar agora, perante tantas testemunhas, aceite.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Renúncia não, Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu me sinto... Presidente, o assunto é da maior complexidade, e não há porque nós deixarmos numa hora dessa de sermos humildes, sermos francos e sinceros e o assunto da maior complexidade, e eu como Relator não tenho condições de não tendo ouvido a maioria das exposições, de fazer as perguntas como Relator. Eu poderia fazer uma pergunta isolada do que eu acabei de ouvir, mas nunca aquele... Dar aquela contribuição como Relator.

Então, V.Exª me permita a inversão das coisas, mas eu queria pedir a V.Exª para ser o Relator hoje. E eu ficarei aqui aguardando para fazer uma ou outra pergunta. Mas V.Exª se anteciparia e faria então um trabalho que eu tenho certeza que V.Exª fará, vai honrar essa Comissão, vai fazer um trabalho aí como Relator muito melhor do que eu, nessa situação em que eu estou.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Relator, eu preparei algumas perguntas aqui, até aproveitando a presença de todos, e até para servir aí também de estímulo a essa discussão e ao debate, e eu sugeriria a todos o seguinte. Nós faríamos as perguntas, eu vou fazer as perguntas de maneira generalizada e aqueles representantes ou aqueles expositores que tiverem interesse em responder nós daríamos a palavra, e depois de feitas todas as perguntas e o Relator também Garibaldi Alves em função do que ele entender como necessário também faria perguntas, se julgasse procedente, e aí nós fecharíamos dando a palavra para cada um para eventualmente alguém fazer algum comentário, sugerir algumas ponderações, e aí nós encerraríamos a Sessão. Mas eu vou... Primeiro eu gostaria de dizer o seguinte--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, ainda permite só um pouco? É apenas para dizer que eu esperava inclusive hoje chegar no horário para prestar a minha solidariedade de V.Exª diante desse absurdo que se disse aí sobre V.Exª, que isso não merece a consideração de ninguém. Principalmente daqueles que conhecem V.Exª. Eu acredito que... Eu não assisti a Sessão, porque estava esperando o avião ou então voando de forma atrasada, no atraso. Então eu queria ser solidário com V.Exª, a hora não é inclusive das mais oportunas, a reunião não é plenária, não é a Sessão onde se dá o debate político, mas eu quero dizer que V.Exª tem a total solidariedade do povo do Rio Grande do Norte porque sou representante do Rio Grande do Norte e lá todos conhecem e sabem do caráter e da honradez e da conduta do Senador Delcídio Amaral.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Garibaldi, obrigado pelo carinho, obrigado pelas palavras. Sei que V.Exª fala com o coração e principalmente com o respeito que pauta a nossa amizade e o respeito recíproco, acima de tudo, e quero agradecer muito. Foi uma pena que V.Exª não estivesse hoje no Plenário porque nós tivemos condição de fazer uma discussão bem ampla e detalhada sobre aquilo que ao longo do final de semana foi amplamente noticiado. Mas quero agradecer muito.

E eu gostaria de fazer algumas observações que no meu entender são pertinentes, como foi dito aqui a Lei Geral de Telecomunicações é um setor que cresceu muito no Brasil, foi o setor de telecomunicações inegavelmente... Eu acho que a privatização na área de telecomunicações no Brasil ela proporcionou uma prestação de serviços e um salto de qualidade tecnológico no País extraordinário. Inegavelmente. Tanto é que outro dia eu estava numa reunião e aí me perguntaram assim: Mas tem PAC de telecomunicações? Não tem PAC. Não tem. Porque é um segmento exitoso inegavelmente pelas companhias, sob ponto de vista tecnológico, pelos investimentos, 120 bilhões de reais. É um setor que deu certo. Agora, evidente que é um setor que merece os ajustes necessários porque telecomunicações é tecnologia. E tecnologia não pára. O que é novo hoje amanhã já fica... Já vai ser ultrapassado por alguma coisa que está sendo feita. Então evidentemente o setor precisa de ajustes como também o setor precisa, eu vi aqui alguns expositores, alguns dos palestrantes falaram muito rapidamente nessa questão das fusões. Então eu gostaria de fazer algumas perguntas como leigo que sou, mas gostaria de fazer algumas perguntas que de certa maneira preocupam e que vão servir, não tenho dúvida nenhuma de subsídio para essa Subcomissão.

A primeira pergunta que eu gostaria de fazer, e aí cada palestrante que tiver interesse em responder seria muito bom, nós todos estamos acompanhando os movimentos que estão ocorrendo nas empresas telefônicas pelo mundo. Não só na América Latina, mas nos Estados Unidos, na Europa, e assim por diante. E evidentemente aquisições que têm ocorrido envolvendo Países estrangeiros. Um exemplo específico, a TELMEX fazendo uma operação com a TELECOM Itália, por exemplo. E outras operações, outras fusões que têm surgido ao longo desses últimos anos. Evidentemente que depois da operação da própria TELMEX aqui no Brasil, e evidentemente como houve essa operação, o reflexo natural em função da operação que foi feita lá fora na Itália.

Então, a minha pergunta é a seguinte: Como é que nós vamos... Quer dizer, qual vai ser o futuro... Quando eu ouvi falar muito aqui em competição, todos os expositores usaram essa palavra. Competição.

Então, como é que nós vamos nos situar em função dessa realidade que hoje se consolida no Brasil? Basicamente BRASIL TELECOM de um lado, TELMAR do outro, e o restante praticamente junto. Quer dizer, será que não caberá uma reacomodação dessas empresas regionais para inclusive fazer frente a esse novo desenho, principalmente com a entrada da TELMEX no processo? Quando se tem uma empresa como a TELEFÔNICA que se não me engano detêm 53% do mercado de telefonia celular? Quer dizer, qual é a leitura que vocês têm a respeito do futuro, mais do que nunca resguardando a competitividade que é um tema que pautou o processo de privatização brasileiro. Essa era a primeira pergunta que eu queria fazer. A segunda pergunta, é com relação... Nós temos lido agora recentemente até houve uma matéria na revista exame, falando sobre a questão da ELETRONET, onde se quitariam as dívidas da ELETRONET basicamente com a ALCATEL e com a FURUKAWA, e criar-se-ia uma companhia, não sei, provavelmente uma empresa ou uma companhia que faria a inclusão digital, que é um dos grandes objetivos do Governo Federal, aliás, mais do que meritório, a questão da inclusão digital através da ELETRONET. Se as companhias de telefonia muitas delas têm essa disponibilidade para promover a inclusão digital, qual é a leitura de vocês com relação a esse ressurgimento da ELETRONET? E se é que a ELETRONET sobre o ponto de vista estrutural ela vai dar conta dessa intenção de inclusão digital, especialmente nas escolas. Essa é a segunda pergunta que eu queria fazer.

A terceira pergunta, com relação à diferenciação de tarifas por região. Eu não... Eu estou fazendo essa pergunta porque eu sou oriundo do setor elétrico. E o setor elétrico tem instrumentos de compensação em função das regiões do Brasil. Algumas companhias elas investem em determinadas regiões do País e algumas regiões elas são... Esses investimentos são muito mais favoráveis e a recuperação desses investimentos é muito mais acelerada do que, por exemplo, concessionárias que atuam em outras regiões que talvez não tenham a mesma densidade, que tenham até em função da sua localização, não podem ser tratadas de uma maneira isonômica.

Então, qual é a leitura dos *players* aqui da área de telecomunicações com relação a eventualmente uma mudança desses conceitos, até porque existe na Câmara dos Deputados uma lei, a lei 6.667... Aliás,

6.677, do Poder Executivo, que entre outras coisas trata dessas questões.

A outra pergunta que eu já vi aqui várias exposições que foram feitas e falaram sobre isso, a questão do FUST. E a questão do FISTEL também. E eu vou, no caso do FUST, esses serviços de universalização se limita a utilização do FUST à aplicação de seus recursos ao serviço de telefonia fixa. Quer dizer, nesse contexto, qual é o melhor caminho para permitir que esses recursos sejam utilizados em outros serviços? Como acesso a redes digitais de informação e alta velocidade, por exemplo, que é o que foi também aqui exaustivamente batido. A outra questão é com relação ao FISTEL que aí muitos aqui levantaram que é o que ele arrecada e o que efetivamente é gasto. Essa relação de 1.7 para 200. Como é que a ANATEL, que esse é um caso específico da ANATEL. Como é que a ANATEL ou pelo menos o Conselheiro Plínio de Aguiar Júnior, enxerga essa questão? Aí vem uma pergunta aqui que é um pouco a que eu fiz inicialmente, alteração do plano geral de outorga do serviço telefônico fixo comutado para permitir a fusão entre concessionárias e regiões distintas tem sido considerada como alternativa para permitir a criação de uma empresa nacional forte o suficiente para competir com grandes grupos estrangeiros como a TELMEX e a TELEFÔNICA. A promoção da concentração nesse setor não pode causar prejuízos aos consumidores? Que garantia se tem de que a estratégia não será contraproducente no sentido de propiciar a compra das empresas nacionais remanescentes por grupos estrangeiros? É um pouco a primeira pergunta, e até por aquilo que eu pesquisei e olhei, existe um movimento em vários continentes e nas empresas dos vários Países há uma tendência em vários Países da consolidação de companhias nacionais. Quer dizer, como eu já vi aqui inclusive a questão do cabo, abrir os 49% de capital estrangeiro.

Então, qual é a leitura de vocês com relação a isso? Nós caminhamos efetivamente para um modelo menos nacional e mais ecumênico? Nós vamos seguir o modelo nacional se se comparar, por exemplo, com os Países mais desenvolvidos da comunidade econômica européia? Porque os Países do leste europeu tiveram um tratamento diferente até em função de toda a confusão que esses Países do leste europeu enfrentaram depois do fim da União Soviética, não querendo dizer que antes com a União Soviética era uma maravilha.

E uma coisa também que eu gostaria de levantar, mais uma questão, é o seguinte. Hoje, existem serviços de voz, hoje existem serviços de banda larga, e aqui se falou também no vídeo. Audiovisual. Foi a expressão que o Dr. Plínio utilizou aqui. Como é que as companhias se

situam nisso? Porque a tendência, pelo menos o que a gente percebe no mundo, é que o próprio Estados Unidos, se a gente ver as sete BABY BELLS e ver o que está acontecendo agora, há uma concentração. E uma concentração que também vai acabar acontecendo nos serviços. Quer dizer, eu vou ter que fornecer essa gama de serviços para ser competitivo e viabilizar a minha empresa. Quer dizer, qual é a realidade hoje no País? Todas as companhias estão sendo atendidas no que se refere ao oferecimento de toda essa gama de serviço que hoje os consumidores exigem dessas mesmas companhias? E eu tenho a impressão que com relação a mais uma pergunta, discute-se amplamente a elaboração de uma nova legislação acerca dos serviços de comunicação social eletrônica. Quais os principais aspectos que devem ser abordados no Projeto? Que impactos a nova legislação poderá ter sobre o setor de telecomunicações? Eu quero dizer que essas perguntas, uma parte dessas perguntas, eu mesmo que estou fazendo por iniciativa própria e outras a consultoria do Senado também preparou. Então é um mix de perguntas que eu pretendia fazer com perguntas também que a consultoria do Senado também preparou para pautar essa nossa discussão. Então por isso eu gostaria de dar a palavra um a um naquilo que cada um gostaria de responder dentro da sequência de apresentação para depois a gente, se o Senador Garibaldi quiser também fazer ponderações em função disso, nós passamos essa primeira rodada se o Senador Garibaldi quiser fazer uma pergunta faria e depois nós vamos para as considerações finais.

Então a primeira, Dr. Alexandre Annenberg, as considerações se V.S^a entende que deve fazê-las sobre as perguntas que foram apresentadas.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Senador, as perguntas que o senhor formulou exigiriam aí alguns dias de discussão e de aprofundamento. O senhor realmente tocou em todos os magnos problemas e desafios que temos pela frente.

Então, tentar responder as perguntas na brevidade de tempo que se tem é uma tarefa simplesmente impossível. Mas evidentemente algumas considerações nós podemos e devemos fazer porque ao tentar responder algumas das suas questões, eu acho que nós vamos estar colaborando justamente para que as próximas discussões tenham mais subsídios para poder organizar a revisão dos marcos regulatórios que no fim é o objetivo final desta Subcomissão.

Bom, se todos nos lembramos, o modelo atual de telecomunicações ele nasceu baseado em algumas premissas, em alguns conceitos fundamentais. Que conceitos eram esses? Eram a privatização, em primeiro lugar, era a competição e era a universalização.

Esses foram os grandes conceitos que embasaram o modelo atual de telecomunicações no Brasil.

Em termos de privatização, nós fomos longe. Andamos o que tínhamos que andar e a coisa funcionou. Em termos de competição, alguma coisa foi construída com muita... Muito bem construída. Mas, em termos de universalização, nós estamos ainda muito longe... Muito longe eu não diria, mas razoavelmente longe de atingir objetivos mais importantes, especialmente se levarmos em consideração o que todos os expositores disseram aqui que hoje o grande desafio é a universalização da banda larga, e, portanto, temos aí um desafio extraordinariamente grande em termos de universalização. Em que é que não funcionou o modelo atual? O modelo atual não funcionou porque pretendeu criar ao mesmo tempo em que se criaram as empresas *incumbents*, concessionárias de telefonia fixa se procuraram criar as empresas espelhos que seriam aquelas que fariam a tão desejada competição no setor de telefonia fixa. As empresas espelhos não vingaram. Não vingaram, foram sufocadas pelos monopólios que acabaram se instituindo e não vingaram porque não fomos capazes de abrir a portabilidade numérica, não fomos capazes de conseguir a desagregação de redes, enfim, uma série de condicionantes para a sobrevivência dos espelhos não foi possível e os espelhos desapareceram.

Com isso nós temos hoje três cenários competitivos. Um cenário onde reinam as fixas como vimos antes e nós temos a TELEFÔNICA, a OI, a BRASIL TELECOM, cada uma delas absolutamente monopolista no seu setor de atuação. Cada uma delas detendo cerca de 95% do mercado onde elas atuam. Depois nós temos as móveis, a VIVO, a TIM, a CLARO e mais NEXTEL e algumas outras, a OI, enfim. Grosso modo, cada uma delas vamos dar um número muito aproximado 25% do mercado. Ou seja, no mercado de imóveis, a competição conseguiu se estabelecer de uma forma razoável.

No mercado de televisão por assinatura, como eu já tive ocasião de colocar na minha exposição, a competição nasceu desde o início de cabo contra DTH, contra MMDS, e entre as empresas que hoje atuam no setor nós temos uma NET que tem cerca de 45% do mercado de televisão por assinatura, temos uma SKY que tem cerca de seus 30% de televisão por assinatura e todas as outras, TVA e tantas outras somadas representariam outros 25% do segmento de televisão por assinatura. Ou seja, nós temos o segmento de televisão por assinatura uma competição em andamento. Uma coisa obviamente são as consolidações que são feitas para ganhar eficiência, são feitas para ganhar escala, mas o importante é que sejam preservadas es-

sas condições de competição e elas existem hoje em alguns segmentos. Podem não existir... Existe também no segmento de longa distância. O segmento de longa distância hoje é absolutamente competitivo. Então claro que a preocupação do legislador deve ser aquela de encaminhar uma competição adequada também no mercado de telefonia fixa.

Bom, então isso é para responder a sua primeiríssima pergunta de como é que a gente vê esses movimentos de aquisições e consolidações. Nós achamos que enquanto não for atingido o mercado de competição, essas aquisições e essas consolidações elas simplesmente reforçam os ganhos de escala necessários para esse tipo de atividade. Mas evidentemente tanto a agência reguladora como o CADE e como o Poder Legislativo devem estar atentos para que esses monopólios não transbordem sobre os segmentos competitivos. É uma premissa fundamental e cuidado fundamental que devemos ter.

A sua segunda pergunta, criação de uma companhia que faria inclusão digital através da ELETRONET. Eu sinceramente não acredito que uma ELETRONET faria inclusão digital. O que uma ELETRONET poderia eventualmente fazer é disponibilizar uma infra-estrutura que, aliás, já existe, a ELETRONET tem uma infra-estrutura bastante interessante porque ela corre o País inteiro, então disponibilizar essa infra-estrutura com uma rede de suporte para todos os operadores. Então todos os operadores podem se servir dessa rede de suporte que está ali disponível depois de longos investimentos feitos. Então o resgate dessa infra-estrutura pode ser útil e muito oportuno. Mas não podemos imaginar que seja uma ELETRONET que fará a inclusão digital.

A terceira pergunta sobre a diferenciação de tarifas por região não se aplica especificamente à televisão por assinatura, porque a televisão por assinatura, para começo de conversa, não é regida por tarifas, ela é regida por preços. E os preços são fruto das realidades locais de cada mercado. Como nós já dissemos na nossa exposição, a televisão por assinatura, principalmente televisão a cabo, as concessões são locais, elas são regionais. E, portanto, o modelo comercial ele é sensível às necessidades locais das localidades onde elas operam. Então não há um problema de tarifas ou de preços.

A outra pergunta, quanto à FUST e FISTEL, aí acho que há uma unanimidade onde todos nós reconhecemos a necessidade de uma revisão da Lei do FUST porque nós hoje temos discrepâncias terríveis. Como os senhores sabem, nós televisão por assinatura somos contribuintes sim do FUST, 1% do nosso faturamento bruto é aplicado, é encaminhado para o FUST

e nós mesmos como operadores não poderemos ter acesso a esses recursos que são limitados às operadoras de telefonia fixas. Ou seja, há incongruências na legislação que tem que ser corrigidas. Eu acho que esse é um desafio, uma tarefa que os senhores têm que tomar nas mãos porque esses cinco bilhões que hoje estão parados lá e dos quais nenhum centavo até hoje foi aplicado na universalização, é um escândalo. É um escândalo porque não se pode conviver com uma situação desse tipo quando as nossas necessidades e universalização e de banda larga são aquelas que são. Então se nós conseguirmos uma solução legal e isso que falta, é um instrumento legal para se poder utilizar o FUST, isso seria um benefício indiscutível para toda a sociedade. E a mesma coisa pode ser dito sobre o FISTEL. As discrepâncias que foram mostradas aqui entre a arrecadação e o gasto do FISTEL são diferenças e uma discrepância também escandalosa. Quer dizer, ela simplesmente assinala que nós não somos capazes de planejar. O Estado Brasileiro não é capaz de planejar. O Estado Brasileiro ele determina uma arrecadação de 1% do faturamento bruto das empresas para a universalização e não é capaz de aplicar um único centavo dessa arrecadação. Eu me lembro quando foi definido o FUST, eu tive ocasião de numa conferência, uma palestra em que estavam presente o então Presidente da ANATEL, Renato Guerreiro, e eu contestei a aplicação do FUST dizendo: Por que, Presidente, 1%? Por que não 2, por que não 0,5? De onde se tirou? De que cartola saiu esse 1%? Existe pelo menos um plano que mostre que 1% é necessário e é suficiente e a brincadeira que ouvi naquela oportunidade foi: "Bom, talvez em vez de 1% nós talvez teríamos ter previsto 2". Ou seja, foi uma decisão absolutamente empírica e absolutamente não baseada em coisas concretas. Conclusão: Temos ali cinco bilhões parados.

Alteração do PGO que seria uma alternativa para uma empresa nacional forte. Esse conceito da empresa nacional forte eu devo dizer com toda franqueza que me incomoda muito. Me incomoda muito porque nós estamos vivendo num mundo globalizado. E nós imaginarmos uma empresa de telecomunicações do Brasil que deveria fazer o quê? As telecomunicações do Brasil? Deveria agora estar oferecendo serviços de telecomunicações na Patagônia ou deveria estar oferecendo serviços de telecomunicações no Caribe? Eu digo: Por que é que nós temos que necessariamente ter uma telecomunicação do Brasil? A própria TELECOM Itália agora já está se desagregando toda. E tantas outras telecomunicações nacionais não fazem mais sentido quando nós vislumbramos que no mundo globalizado, o que interessa é como prestar os serviços

e garantir evidentemente a independência nacional na prestação desses serviços. Mas para isso não precisamos necessariamente ter uma empresa totalmente nacional para a prestação desses serviços.

Então acho que é um assunto que deve merecer ainda um grande aprofundamento, uma grande discussão. Me parece que se parte de um falso nacionalismo para justificar a necessidade de uma telecomunicações do Brasil. Eu não enxergo onde se queira chegar com isso.

Uma outra pergunta, Senador, que o senhor coloca com muita propriedade, é se a concentração de redes não vai levar a uma concentração no fornecimento dos serviços. E aí eu sou muito enfático para dizer que não. A concentração dos serviços ela não vai existir nunca, porque os serviços a serem prestados sobre essa rede que se pretende, seja uma rede de grande capilaridade e grande capacidade, os serviços deverão ser prestados não pelos operadores das redes. Os serviços serão prestados por entidades que prestarão serviços especializados. Eu não consigo imaginar uma TELEFÔNICA, por exemplo, oferecendo serviços na área de saúde. Ou uma OI oferecendo serviços na área de educação. Não é por aí. Os serviços são oferecidos por entidades especializadas sobre redes, sobre plataformas que devem estar disponíveis a todos os prestadores de serviços, inclusive entretenimento. Entretenimento deve ser prestado não é pelos operadores necessariamente de redes. Mas por prestadores de serviços especializados em entretenimento, em saúde, em educação, em segurança, em todas aquelas aplicações para as quais as atuais redes são o grande suporte e grande plataforma que nós precisamos implantar no Brasil. Então nós devemos é abrir essas redes para que a prestação de serviço seja feita por todas essas entidades e essa é a única forma de fazer, é a inclusão digital. Não tem outra.

Bom, tentei aqui responder um pouquinho algumas das questões levantadas. Não sei se eu tomei nota de todas. Mas eu pararia um pouquinho por aqui para dar espaço para os outros também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Alexandre Annenberg, pelas respostas. Com a palavra o Dr. Ércio Zilli.

SR. ÉRCIO ALBERTO ZILLI: Obrigado, Sr. Presidente. Eu vou tentar ser mais sintético do que o meu amigo Alexandre Annenberg, que parece que queria monopolizar as respostas. [risos] Brincadeira, Alexandre.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: [pronunciamento fora do microfone]

SR. ÉRCIO ALBERTO ZILLI: Eu não sou monopolista. [risos] Mas evidentemente que conforme o Ale-

xandre falou também, esse leque de questões é amplo suficiente para justificar horas e horas de debates. E isso depois horas e horas ou dias e dias de análise, de aprofundamento, de avaliação das suas implicações. Ma isso é só apenas uma evidência completa da complexidade do setor e dos impactos extremamente importantes que as decisões, os rumos que a legislação vier a tomar poderão ter sobre o futuro do setor e conseqüentemente sobre o futuro do País em termos do atendimento desses objetivos que foram aqui expressos, inclusão e digital, aumento da competitividade da economia e outros.

Vou procurar então responder ou colocar uma idéia, na minha visão em rápidas palavras sobre cada um dos temas, sem a pretensão de ser... De ter a resposta pronta, ser exaustivo e esgotar o assunto.

Primeiro ponto, com relação a esse movimento internacional de fusões e incorporações e empresas e seus reflexos no Brasil e como poderíamos pensar em formas de se preservar ou de assegurar as condições de competição. Entendo que esses movimentos são inevitáveis, eles são consequência da própria globalização da economia que exige cada vez mais escala e na prestação dos serviços. Evidentemente que os outros Países também têm essas mesmas preocupações e até onde eu possa perceber eles tendem a tratar o assunto com a legislação Ordinária de defesa da competição. Essa discussão nós tivemos aqui no Brasil mesmo na época da LGT, uma das alternativas que se tinha era adotar o então modelo da Nova Zelândia que não tinha uma regulação específica para TELECOM. Era regulação da economia geral que podia ser aplicado. Talvez a gente deva pensar nisso. Fazer uma legislação muito detalhada, muito específica, ela acaba engessando o próprio setor. Talvez pensar em adoção dessas normas gerais proteção à concorrência como forma de tratar esse assunto.

A outra questão da ELETRONET e da sua possível utilização, destinação para promover ou para executar a inclusão digital, as informações que são públicas, que eu conheço a respeito do assunto mostram que a rede da ELETRONET é muito limitada para essa finalidade. Ela tem um *backbone* que poderia ser aplicado conforme o Alexandre mencionou, mas para que ela pudesse ter condições de capilaridade, promover a inclusão digital, haveria necessidade de muito investimento em cima dessa rede. E aí repito o que eu falei anteriormente, não parece-me adequado a criação do que tudo indica seria uma nova empresa estatal para cuidar disso. Aachamos que seria um grande retrocesso para o País.

Outro ponto, a questão que o senhor mencionou da diferenciação de tarifas por região e aquele me-

canismo de compensação do setor elétrico. No caso de telefonia móvel, embora seja, vamos dizer, regime tarifário, não seja regime tarifário, seja regime de preços, e não são da mesma forma como TV a cabo que são totalmente livres mesmo, no caso das tarifas, dos preços de telefonia móvel eles são objetos de planos que são homologados e acompanhados pela ANATEL e etc. E parece também que não há possibilidade de se adotar mecanismos compensatórios porque há uma diversidade de prestadores e há formas alternativas de comunicação. Seria muito complicado você estabelecer um mecanismo de compensação num mercado em que existem diversas formas de comunicação. Telefonia fixa, telefonia móvel, e se esse mecanismo seria extremamente complexo. Diferente do que é no setor de energia elétrica que é um setor essencialmente, em cada região é um monopólio natural, as pessoas não têm outro mecanismo de obter o serviço.

Então, fica mais... Evidentemente é complexo, mas é mais fácil do que poderia ser um setor de telecomunicações. O mecanismo que se previu no passado que poderia fazer isso era restrito aos serviços que eram objeto de universalização, de plano de universalização. Daí se tem no modelo atual, o serviço prestado no regime público que é em última análise o serviço que o Estado, o próprio Estado assume a responsabilidade de assegurar a continuidade e a universalização. Vale dizer, se não houver um prestador privado, o Estado tem que manter o serviço.

Então, para esse tipo de serviço é que se criou o FUST. O FUST era para ser o fundo que financiaria as metas de universalização que seriam estabelecidas periodicamente. E aí faço coro ao que o meu antecessor Annenberg mencionou. O tamanho do FUST era para ser definido após a definição das metas a serem atendidas. Definidas as metas, faz-se-ia a conta, quanto custa isso, qual o valor presente negativo que isso gerará e quanto de recursos precisa para cobrir o déficit negativo. Periodicamente se faria revisões se poderia ser gradualmente aumentado. No meu modo de ver a partir do momento em que as obrigações de universalização, quer dizer, único serviço prestado no regime público é a telefonia fixa e as obrigações de universalização que foram constantes dos contratos foram imputadas às concessionárias, o FUST perdeu a razão de ser. Não precisava existir o FUST porque as metas de universalização que foram estabelecidas eram para ser financiadas pelas próprias operadoras. Então não haveria necessidade de outras contribuições adicionais para esse fundo. Não é por outra razão que o fundo não foi usado até hoje. Por quê? Porque ficou um nó legal que impediu a utilização. Então fazer uma nova revisão de aplicar o FUST em outras coisas, no

meu modo de ver requereria mudanças muito profundas nesse modelo de prestação de serviço. Porque nós falamos lá atrás, dez anos atrás que o único serviço a ser prestado no regime público, repito, que o Estado teria que assumir a obrigação de universalização e continuidade foi a telefonia fixa entendida telefonia fixa como serviço de voz. Se quisermos ir além disso, estabelecer obrigações de universalização e de continuidade para outras coisas, por exemplo, a banda larga ou qualquer outra coisa, significará o Estado Brasileiro assumir a responsabilidade de assegurar a universalização na medida que se definir, ou seja, levar a banda larga 80, 100 megabytes a todas as casas com fibra ótica, pode ser pensado. Mas me parece irreal no Brasil ao menos no momento atual. Então acho que é um assunto que merece uma reflexão muito profunda.

Com relação a receitas e aplicação dos recursos do FISTEL, que há esse descompasso total conforme foi aqui mostrado, acredito que haja necessidade premente de uma revisão da legislação. As taxas do FISTEL são fixadas por lei. E elas são reconhecidamente inadequadas porque geram uma arrecadação muito superior à necessidade. Mesmo que a ANATEL venha a ter como esperamos que venha a ter regularizada a sua situação em termos de orçamento, tenha a destinação de recursos orçamentários na medida das necessidades, a arrecadação que se tem hoje do FISTEL é exagerada. É muito superior a que qualquer coisa que a ANATEL venha necessitar para o seu funcionamento. Então a nossa visão é que deveria haver sim uma redução das alíquotas, das taxas do FISTEL que hoje são cobradas porque isso significaria uma redução no ônus que as empresas hoje suportam e que poderia se reverter em aquilo que eu mencionei anteriormente de mais serviços por preços decrescentes acho que seria muito importante isso.

A questão de alterar o PGO e consolidação de empresas, eu acho que eu já mencionei, acho que a gente precisa ter regras para tratar o assunto da estrutura de oferta dos serviços adequada ao que se tem hoje no cenário internacional que foi objeto da minha primeira questão, das considerações que fiz a respeito da primeira questão. Acho que é preciso definir muito claramente sobre quais são os benefícios que uma ou outra estrutura de oferta de serviço pode trazer para o mercado brasileiro. Não se deveria ter preocupações com relação à origem do capital das empresas que atuam no setor. Outra questão que entendi é se a legislação, a regulamentação atual permitem que as empresas ofereçam aos seus usuários todos os serviços que eles demandam. Acredito que hoje não. Porque essa fusão, essa legislação diferenciada que existe com relação a telecomunicações, a TV a cabo,

a DTH, a MMDS, elas diferenciam o serviço em função de natureza do bite que é transportada na rede. Acho que isso pode ter tido razão no passado, acho que hoje o cenário mudou, as demandas da sociedade ficam, tem o seu atendimento prejudicado por essa situação regulatória.

E a última questão dos impactos que uma nova lei de comunicação eletrônica podem trazer para o setor de telecomunicações está intimamente associado a isso, se consolidar uma legislação de comunicação eletrônica restritiva, eu digo em função da natureza do bite que é transportado, acho que os efeitos podem ser muito prejudiciais ao setor de telecomunicações e mais que o setor de telecomunicações, ao que se pretende para o futuro do País no tocante, seja a inclusão digital, seja a economia... Os reflexos, aos ganhos de escala para a economia brasileira e conseqüentemente para a competitividade do País no contexto internacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Ércio Zilli pelas explicações. Eu passo a palavra imediatamente ao Dr. Luis Cuza.

SR. LUIS CUZA: Primeiro eu gostaria de parabenizar os Senadores e aos consultores do Senado por estas perguntas. Porque acho uma indicação da qualidade que pode sair dessa Subcomissão. Acho que são perguntas que demonstram que você está focado bastante bem nos desafios que existem e tem todo interesse em identificá-las as medidas legislativas que podem melhor beneficiar ao País.

Sobre a primeira, aí não vou falar de todas, mas quero falar de várias das perguntas que vocês fizeram. Sobre a questão de fusões e consolidações internacionais como TELEFÔNICA comprando a TELECOM Itália ou nacionais, também, eu acho que é algo normal. Vai ocorrer, está ocorrendo a todo momento, vai continuar e... Mas demonstra certas coisas. Um, a grande importância de ter uma agência reguladora, autônoma, forte e responsável. Porque acho que o País não... Essas funções e consolidações ocorrem dia e noite. E pensar uma solução depois não dá. Mas existem muitas maneiras a que um País pode definir suas metas de como desenvolver essas tecnologias e os serviços dessa tecnologia para beneficiar o País para melhorar a economia e inclusão digital. Mas precisa, eu acho que a única maneira de fazer isso nesse momento, e sem dúvida para os próximos dez anos, é uma agência reguladora bem forte e bem focada e que faça sua parte para regular esse setor. Uma das coisas que as agências estão tratando de fazer, e não só a agência aqui do Brasil, acho que experiências internacionais, para assegurar competição, é assegurar que o cliente final vai poder ter ofertas de seus serviços de mais de

três ou mais competidores. Um monopólio não dá, você precisa três ou mais. Acho que é uma regra básica de economia e uma agência reguladora pode implementar as ferramentas necessárias para fazer isso. E já se falou de várias delas, revenda, portabilidade numérica, etc, etc. Acho que seria algo que precisa se manter focado porque a parte da Lei Geral acho que deu certo como falou Annenberg anteriormente a questão da universalização e competição.

Sobre a questão da ELETRONET, uma das primeiras coisas que eu falei que é entendimento da Subcomissão, encontrar medidas para desenvolver o novo ciclo de investimento. Como ainda que o País beneficiado muito desse ciclo de investimento nos últimos nove anos de privatização de telecomunicações existem muitas necessidades ainda no Brasil, em serviços de voz, de dados, de multimídia, de vídeo, etc.

Agora, o exemplo da ELETRONET é um exemplo para completamente desestimular o setor privado. Se o País adota uma medida como a ELETRONET, como Estado, começa um processo de reestatização do ponto de vista dos investidores nacionais ou internacionais tomar um passo para trás. E acho que seria contrapositivo. Sem dúvida existe um papel muito importante do Estado para trazer os benefícios das tecnologias para muitas áreas. Muitas áreas aonde o setor privado possivelmente não chega lá. Mas é importante é assegurar que o setor privado pode ampliar os serviços a preços adequados e acessível pela grande maioria, não só pessoas físicas, mas hospitais, etc, etc, e depois o que fica, espero que seja algo mais e mais pequeno, aí possivelmente o Estado pode entrar e assegurar seus serviços para esses grupos. Mas o mínimo possível se o setor privado pode avançar de uma maneira competitiva.

Sobre a questão de diferenciamento de tarifas por regiões, há Países que fazem isso. Colômbia é um País que faz isso. Há diferentes regiões que tem diferentes tarifas. Uma tarifa pode ser assim numa região, outra. É uma maneira que um Estado, um País pode fazer. Mas eu acho que considerando o modelo brasileiro e as regras de privatização, dos contratos de privatização, outras maneiras que se pode fazer é através do que faz o Legislativo e também como faz. A questão de diferentes incentivos, diferentes modelos de imposto. Diferente uso, por exemplo, se falava muito da importância da banda larga. Se País define, e acho que seria mais como faz, mas sem dúvida o Congresso teria um papel, diria ok por 10 anos, até que cheguemos 20% penetração de banda larga, vamos dizer, 2, 5, 10 megahertz, o imposto de ICMS, etc, em vez de ser 42% vai ser 15, até que cheguemos lá e depois volta pouco a pouco. Então muitos incentivos, uso de FUST,

etc, há muitos incentivos que o País pode usar para cumprir esses objetivos econômicos, esses objetivos sociais. E eu não sei se pode hoje mudar essas tarifas regionais. Seria um aspecto contratual de diferentes operadoras. Acho que há aí outros mecanismos que seria mais fácil.

FUST já se falou bastante, como eu mencionei na minha apresentação esse Projeto é do Senador Mercadante que acho que foi aprovado pelo Senado, é um passo maravilhoso, e precisam outros passos desse tipo.

FISTEL, quem perde aí é o consumidor. Está pagando extra é o consumidor e está falando de universalização de diferentes serviços é uma maneira que se pode adequar facilmente a Lei de FISTEL para que se paga o que precisa para a ANATEL e o resto é próximo ano se reduz essa tarifa.

PGO. A questão de uma empresa nacional. É possível, pessoalmente, agora vou falar pessoalmente sem dúvida não pela associação, eu acho que a questão de desenvolver uma empresa de telecomunicações grande, está se falando em BRASIL TELECOM e TELEMAR, junta como uma alternativa à TELEFÔNICA por um lado, sem falar de TELMEX, eu acho que na realidade é uma propaganda falsa. Se um analista objetivamente, pragmaticamente as características, a personalidade dessas duas empresas, as duas empresas nos últimos três anos são empresas que querem ser vendidas. Estão procurando compradores. Que indicação existe real de que eles querem fundir para fazer uma empresa maior? Pessoalmente, estou falando pessoalmente. Se se muda PGO dessa maneira, o primeiro passo que essas empresas vão fazer, em minha opinião, é centrar em um leilão e tratar de vender vai pagar mais por essa licença. Não necessariamente unisse. Eu acho que quem vai comprar essa licença não vai ser um do outro, vai ser provavelmente investidores mais grandes.

Serviço e convergência, acho que já se falou, e esse segue um mercado competitivo, e eu tive um slide, não falei suficiente sobre ele, mas eu falei sobre o Google, YouTube, novos serviços que o mercado está alçando, e vem através de banda larga. Se isso assegura que a oferta de banda larga vem de diferentes controles, não sei se monopólio da venda de banda larga, existem três, quatro ou mais, através de diferenciação de controle das diferentes plataformas, esses serviços vão chegar ao mercado de uma maneira ampla e vai chegar ao mercado a preços bem acessível. Porque mercado é muito dinâmico. Terá que olhar a fora do Brasil e também Brasil.

A última coisa foi a questão da comunicação social eletrônica de massa. Acho que é um assunto mui-

to importante para o Brasil, aí sim eu acho que é um papel de conteúdo e controle nacional é importante, todo País do mundo, seja Inglaterra, seja Estados Unidos, etc, etc, considera isso muito importante, cultural e precisa muita discussão ampla e de maneira que a população pode entender. Acho que já começou, mas ainda está um nível muito confuso. Isso é algo que precisa avançar bastante de uma maneira bem planejada e dar uma grande importância. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado, Dr. Luis Cuza. E eu passo a palavra para o Dr. José Fernandes Pauletti.

SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI: Muito obrigado, Senador. Eu prometo que eu vou ser rápido, e não só na promessa. Efetivamente vou cumprir a promessa, aliás, como fazem as concessionárias de serviços públicos no País. Parece que são as únicas empresas, se não são as únicas, mas as que certamente cumprem todas as regulamentações definidas. E tentam fazer isso inclusive nas suas apresentações cumprindo os tempos necessários e todas as coisas que fazem sempre.

Então eu vou pegar só três pontos aqui. Eu acho que quanto à diferenciação das tarifas por região, não sei se propriamente uma diferenciação de tarifas por região, mas uma coisa que deve ser analisado e pensado é que hoje por uma questão de isonomia de serviços, se oferece o mesmo serviço para pessoas que têm eventualmente necessidades de serviços diferentes.

Então, por exemplo, um serviço prestado para uma empresa ou para uma pessoa ou para alguém que mora na Avenida Paulista, na zona sul do Rio de Janeiro tem que ser exatamente igual ao serviço que é prestado para uma pessoa que more nos mais longínquos rincões desse País que eventualmente podem vir a ter necessidades diferenciadas. Quer dizer, nós temos nesse País, dentro do Brasil, nós temos a rigor pelo menos dois brasis. Quer dizer, tem um Brasil que é de um tamanho de 30... 20 a 30 milhões de habitantes, que tem condições de consumir, que tem condições de pagar, e tem um outro País que tem necessidades... E este País que é a famosa Bélgica, quer dizer, tem as necessidades de ter os serviços mais atualizados que se oferece no mundo. E pode pagar por esses serviços. Mas tem uma parcela muito grande, não cabe aqui definir qual é o tamanho disso, mas certamente tem uma parcela grande da população que tem necessidades outras, tem necessidades ainda de ter um telefone, de ter um acesso à telecomunicações. E conseqüentemente cumprido essa necessidade de acesso, tem a dificuldade de pagar esse serviço. E a gente sabe que um serviço de telecomunicações, o

custo para ofertar o serviço de telecomunicações ele é tão maior quanto mais distante está o assinante, e quanto mais rarefeito, quanto mais disperso.

Então, é inversamente proporcional. As pessoas que menos podem pagar eventualmente são as pessoas cujo custo para ofertar aquele serviço é um custo mais alto. E a legislação brasileira por uma questão de isonomia ela trata a todos absolutamente iguais e com preços absolutamente iguais, o que inviabiliza eventualmente que as empresas possam ofertar. Porque a universalização do serviço fixo é uma realidade nesse País, muito embora acredito que são 16% ainda dos habitantes ou das residências que não tem ainda telefone fixo, mas são mais de 40 mil localidades que o serviço fixo atende nesse País. Quer dizer, é o serviço mais disperso, que mais oferece. Oferece em todo o País. Isso em quando se fala nisso se fala em telefone de atendimento individual e de atendimento coletivo. Quer dizer, são os famosos orelhões que estão espalhados por esse País todo. Acredito que foi um sucesso. Mas foi um sucesso pelo modelo utilizado.

Então, acho que agora tem que se fazer algo mais. E acho então, por exemplo, uma coisa que tem que ter preocupação, quando se diz: Agora a banda larga é uma alternativa. Deve-se fazer. Lógico que deve-se ter banda larga. Aí então vem aquelas idéias que aparentemente são muito boas, mas que normalmente privilegiam os ricos aqui no País. Vamos reduzir o ICMS de banda larga que é para quem? Para rico. Ou para empresas. E vão manter... Ninguém fala reduzir o ICMS de telefonia pública que é efetivamente para atender os pobres. Ou telefonia fixa que é também. Ou telefonia celular que hoje em dia o serviço, digamos, mais barato que tem, que tem mais acesso às populações concentradas, porém com pouca capacidade de pagamento é a telefonia celular pré-pago que é graças a isso o volume, o montante que tem de telefones no País. Então tem que se ter cuidado. Eu não sou contra a redução de impostos. Acho absolutamente a favor. Só acho que temos que ter cuidado para não premiar uma parcela da população que já é premiada. Primeiro que tem condições de pagar, e segundo que é a parcela mais, a mais privilegiada desse País.

Então eu acho que deve haver, sim, uma possibilidade de haver diferença de prestação de serviço e com custos diferentes e conseqüentemente com tarifárias diferentes de acordo com a capacidade que cada segmento da sociedade tenha de pagar. Não sei se seria exatamente regional ou não. Provavelmente não. Seria por segmento social da sociedade.

Quanto à ELETRONET, me parece que tem uma mistura. Se o atual Governo diz que quer fazer a ELETRONET, e o atual Governo é o Governo Lula, quer

fazer isso para fazer a inclusão digital, se ele quer montar uma empresa estatal para fazer isso que não tem capilaridade ainda, certamente não é para o Governo dele. Então é no mínimo uma distorção de tempo aqui. Porque é impossível você montar, recuperar uma empresa para que ela ofereça serviços ainda porque hoje em dia pelo que eu ouvi, ela não tem a capilaridade suficiente e nem chega a... Conseqüentemente não chega nos pontos em que tem que chegar. Se as empresas operadoras, as concessionárias de serviços públicos que são as empresas mais capilarizadas de telecomunicação no País chegam atualmente cerca de dois mil ou quase três mil Municípios com banda larga, dois mil e poucos Municípios, imagina então essa rede da ELETRONET que me parece que está em 19 Municípios. Quer dizer, obviamente muito investimento deveria ser feito. E isso certamente se... Seria um retrocesso muito grande no sentido que as empresas privadas investiram aqui no País e aí de uma hora para outra cria-se uma nova empresa estatal que venha a eventualmente concorrer ou não, até nem acredito que venha concorrer porque uma empresa estatal certamente não terá condições. Não terá agilidade suficiente. Mas acredito que seria um retrocesso.

Quanto às fusões, esses movimentos, esses movimentos eles são absolutamente normais, e eu diria que impossíveis de serem contidos. Por exemplo, nos Estados Unidos a gente sabe que houve um movimento de várias *BABY BELLS* que foram se criando, houve um movimento de separação, e agora existem duas empresas operando nos Estados Unidos, que é a [inaudível] e a AT&T, e que concorrem essas com várias empresas de TV a cabo que são grandes concorrentes dessas empresa. Então cada uma dessas empresas oferece oferta para seu público, para a sociedade, telefonia móvel, telefonia fixa, ou seja, serviço de voz com duas tecnologias e oferecem também os serviços de banda larga e de TV por assinatura e todos esses grupos. E todas as empresas de TV por assinatura lá e TV a cabo lá também ofertam todos os serviços e inclusive os serviços de telefonia e de... Só me parece que não oferecem os serviços móveis. Então essa é a grande competição que está existindo nos Estados Unidos e que tende a existir aqui. Quer dizer, se é interessante ou não aqui no Brasil ter um grupo nacional, não sei. É uma questão, uma decisão de Estado, em princípio. Quer dizer, a gente pode analisar quais os Países que têm ou não empresas fortes nacionais concorrendo com outras empresas. Me parece que todos os Países europeus, quase todos, têm pelo menos uma empresa grande nacional. De capital nacional. Concorrendo com outras empresas.

Nos Estados Unidos, por exemplo, me parece que não é proibido terem empresas de telecomunicações que não sejam americanas. Mas por coincidências as duas são americanas. Não sei porque. Uma coincidência, mas não tem proibição. No México, por exemplo, tem uma grande empresa que é mexicana. E concorre com outras empresas. Na Espanha, tem uma grande empresa que é espanhola.

Então, quer dizer, é uma questão de política de se o País quer ou não que tenha uma empresa... Nada impede que seja o contrário. Que tenham três ou quatro grupos e nenhum que seja de capital nacional. E que esses grupos concorram entre si. Quer dizer, é uma questão de decisão. Mas se a gente for analisar, a gente vê que quase todos os Países desenvolvidos têm pelo menos uma empresa, um grande grupo nacional e isso não é um discurso falso. Não é um discurso para enganar ninguém nem para deslocar atenção. Isso é uma realidade. Basta olhar e ver.

Uma outra coisa que eu não posso, que não está nas suas perguntas, mas eu não posso deixar de comentar aqui, e aí sim me parece que é um discurso para deslocar a discussão, é quando se diz que, por exemplo, que em TV por assinatura tem competição. TV por assinatura tem competição de tecnologias. Aliás, como foi mostrado aqui. Tecnologias de cabo compete com a tecnologia MMDS que compete com a tecnologia de DTH. Mas são tecnologias diferentes que competem entre si. Mas o serviço é um só. E os grupos que oferecem esses serviços talvez sejam dois.

Então, não me parece que seja verdadeiro. E quando se diz o seguinte, o serviço de telefonia fixa é monopólio e o serviço de telefonia celular não é monopólio. Agora, a categoria de serviço, se a gente quiser comparar a TV por assinatura o outro serviço é o serviço de voz e aí sim nós estamos comparando categorias distintas e o serviço de voz ele se separa em serviço com a tecnologia fixa, comutada, e com a tecnologia móvel. Os serviços de voz com tecnologia fixa ele é local e de longa distância. O serviço móvel é local e de longa distância. Então se a gente quiser comparar TV por assinatura, nós temos que comparar com serviço de voz para fazer qualquer comparação senão nós vamos estar comparando alguma coisa que é uma categoria com um serviço específico. Telefonia fixa comutada local. E também não é por coincidência que em poucos Países do mundo, não diria em lugar nenhum, mas poucos Países do mundo é muito difícil que tenha uma grande competição nisso porque os serviços de telecomunicações por ser um serviço de infra-estrutura e como o senhor bem conhecem, ele é intensivo em investimento. Ele necessita muito de investimento. No caso de telecomunicações, se agrava

porque é um serviço de alta tecnologia e a alta tecnologia vai evoluindo. Então esse investimento ele se perde mais rapidamente, ele se deprecia mais rapidamente com a evolução tecnológica contrariamente ou diferentemente de outros segmentos.

Então, isso é para quem investe e para grupos econômicos infelizmente no mundo inteiro é assim. O serviço de telecomunicações ele é prestado por grupos econômicos importantes e fortes economicamente. Quem não for importante e quem não tiver uma capacidade de investimento, dificilmente vai conseguir competir nesse serviço. E aí não é questão de ser nacional, se é estrangeiro ou se não é. Quem não investir em telecomunicações não consegue competir. Muito embora algumas empresas querem competir sem investir. E aí tem que estar no mercado de revenda ou num outro mercado. Porque a indústria de telecomunicações é uma indústria necessariamente intensiva em capital.

Eu não vou falar das outras todas, mas acho que isso é o que eu queria, senti a necessidade de colocar aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado Dr. José Fernandes Pauletti, agora com a palavra o Dr. Plínio de Aguiar Júnior. O último, mas não menos importante.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Não há pergunta fácil, Senador. Começo pela, talvez a mais complicada. Consolidação mundial das telecomunicações. A gente estava falando aqui da TELEFÔNICA, adquirindo a OLÍMPIA que controla a TELECOM Itália... Ou seja, só para perceber um pouquinho de complicado que está ficando, a TELEFÔNICA ela tem cinco principais acionistas. Os três principais acionistas são Bancos americanos. [inaudível] e CITIBANK. Os outros dois, um pouquinho, com menos investimentos, são dois Bancos espanhóis. Então também na TELECOM Itália você tem Bancos da composição do controle acionário. E o Brasil com isso? É uma concentração que impacta não só essas consolidações elas não impactam apenas os Países que estão trocando as ações, trocando o controle acionário de suas operadoras. Impacta porque aqui no Brasil nós temos a TELECOM Itália que, por exemplo, já foi afastado do controle direto que a TELECOM Itália a gente não pode esquecer que ela tem 38% das ações com direito a voto da BRASIL TELECOM. Então por exigência de nossas restrições ela teve que colocar esses 38% sendo administrados pelo Credit Suisse que é o fundo [inaudível] que está à parte, ela não tem possibilidade de efetivar o controle, de exercer o controle, a que tem direito por deter essas ações toda uma regulamentação brasileira em defesa disso.

Por que ter restrições a algumas dessas consolidações aqui no Brasil? Porque o que a gente quer é competição. O que importa para o regulador fundamentalmente é a competição. E é no fim a competição em si que é a questão mais importante? Não. Não é. O mais importante é você ter serviço de qualidade a bom preço para o consumidor final. Só que nós não conhecemos instrumento melhor do que competição para chegar lá. Então a questão da consolidação de TELECOM Itália com TELEFÔNICA ou de outro tipo de operadoras que estejam presentes no Brasil como a TELMEX, ela impacta sim a gente fortemente, porque tem impacto na competição aqui no Brasil.

Então a questão da sobreposição. Então se o mesmo acionista está numa empresa e noutra e elas parece que elas estão competindo, quando estão tendo o mesmo controle, então isso está de certa maneira isso não está permitindo efetivamente a competição. Sobretudo no mercado aqui no Brasil onde no início uns dez anos atrás quando foi formulado o LGT e um dos pilares, como já foi mencionado aqui mais uma vez, os pilares: universalização e competição. Esperava-se que além dos espelinhos, além das pequenas empresas competidoras que as grandes empresas, as três grandes concessionárias fossem competir entre si. Não aconteceu tal coisa. Alguns não esperavam isso. Como eu nunca esperei isso. Mas não aconteceu. Então é ultra importante para a gente estar atento sim às questões da consolidação desse mercado no resto do mundo.

A Europa para os europeus, a América para os americanos e o México para os mexicanos. Foi o que o Pauletti acabou de descrever com toda clareza. Então é assim que os países têm se comportado. Agora, cabe à agência definir programas de Estado, cabe à agência definir programas de Estado, cabe a agência definir quais são os grupos nacionais a se concentrarem numa atividade ou outra em defesa da economia. Essas definições cabem de política pública, de política industrial, de política tecnológica propriamente dito que é esse o composto, cabe ao Estado, cabe ao Governo Federal e com outras entidades como BNDES e outras instituições. A nós cabe meramente regular. Meramente regular. Murilo Ramos está ali, é professor dessa questão na UnB e sabe, está ali todo... A ANATEL está enquadrada nessa função nobre função de regular.

Então, não nos cabe, por exemplo, analisar o modelo de negócio da ELETRONET. Eu posso ter algumas questões. Eu não conheço e não posso. Vai caber a nós apenas o seguinte. É regular, não é regular, tem licença, ou não tem licença. Mas não é uma

questão nossa. Tanto que eu não peguei essa questão, Senador.

Agora, a gente tem que observar também outra questão muito importante que não foi mencionado aqui pelo exíguo espaço de tempo que a gente tem. O modelo de negócio de toda grande operadora no mundo, só na Europa tem umas 20. No mundo. [inaudível] nos Estados Unidos, a AT&T nos Estados Unidos, Espanha, DEUTSCH TELECOM. Então todas elas estão mudando fortemente de modelo de negócio. Não é só saindo de telefonia fixa para móvel, que é mais rentável móvel. Telefonia fixa já não tem mais tanta margem para justificar esses enormes investimentos que se fazem. Telefonia móvel tem muito mais margem. E logo depois o grande negócio disso aí hoje em dia é banda larga. E daqui a pouco vai ser distribuição de vídeo, de audiovisual. E na [inaudível] estão investindo acerca de... É mais de 10 bi dólares nos próximos 7, 8 anos aí para fibrar a planta básica, física dela. E com que perspectiva? Móvel não é. [risos] É banda larga e a distribuição de vídeo. Mas para distribuir vídeo tem outra oportunidade que vem logo atrás que é o quê? Anúncio. Montou uma empresa de... Comprou, aliás, incorporou uma empresa de anúncios. Está entrando em internet. Então os modelos de negócios estão mudando. A gente fica com o quadro muito fixo numa regulação que foi feita no passado, eu não estou propondo que se no curto prazo aodadamente a gente mude rapidamente a LGT. Ela não está tão inadequada. Ela tem que ser complementada. Porque o mundo mudou e a regulação não está acompanhando esses novos movimentos. Hoje em dia você tem uma agência que venha a regular conteúdo, não só para cinema, para outras obras, mas a distribuição do conteúdo ele é de maneira eletrônica seja internet seja pela IPTV, seja por todas as outras opções que se tem, esse é o novo foco porque aí tem identidade nacional, aí tem emprego, tem renda, tem capacidade de exportação de produtos nessa área. Então a gente tem que antes de pensar em mudar qualquer letra da LGT, a minha recomendação que eu não vou fazer muitas outras, é que a gente tem que fazer realmente o que a gente está querendo regular. A gente não pode regular o passado. O passado já passou. A gente não vai pegar de novo a LGT melhorá-la para atender o que passou. É o que está na frente da gente. E o que está na frente da gente é uma enorme mudança, aí tem que prestar atenção em não fazer nossas leis ficarem caducas em dois, três anos.

Então TELECOM está mudando muito. O modelo de negócio da TELECOM está mudando muito. É o que me preocupa quando a gente encara uma ELETRONET. Modelo do negócio é exequível? Não sei se é.

Só rapidamente então a minha preocupação em mudar PGO pode ser um tiro que sai pela culatra. Com que objetivo exatamente? Eu também examinaria muito, muito essa questão de alterar PGO para formar uma grande empresa nacional. Isso não é tão simples assim. Não é um corolário de mudar que você vai ter uma grande empresa nacional.

Então só para... FISTEL. Não vou fazer injustiça com os que pensaram do FISTEL no passado. Eu não estava entre eles, o Ércio Ziller estava lá, o Guerreiro também, mas nós não podemos imputar a eles essa questão. É o seguinte: O FISTEL arrecada de cada aparelho que está na rede. Só que não se previa 103 milhões de celulares. Não se previa muitos milhares de estação rádio base. Não se previa... Um pouco mais ou menos os fixos que chegasse a 40 milhões, 50 milhões, era previsível. Mas a planta no Brasil, a evolução das plataformas aqui no Brasil fizeram com que houvesse por decorrência um crescimento não esperado da arrecadação do FISTEL. Não estou dizendo que os recursos que temos tido nos últimos quatro anos são adequados, atendem a todas as necessidades da ANATEL. Não. Não estou dizendo isso. A gente precisa de mais para fiscalizar melhor, para cumprir melhor as nossas tarefas, nossas missões. Mas não vamos ser tão drásticos assim. O FISTEL evoluiu de maneira não previsível no passado.

Muito obrigado, Senador, e eu de novo coloco a ANATEL à disposição dos senhores para esse trabalho que é muito meritório e não só eu, acho que todos da área técnica podem trazer informações aqui para... Informações. E alguns atrevidos como eu de dar até opiniões sobre questões de regulação aqui nessa Casa. Muito obrigado e contribuiremos sempre aqui para o nosso País, com melhor dos nossos esforços. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Dr. Plínio, muito obrigado. E é bem lembrado. Nós, como temos o apoio dos consultores do Senado, nós vamos utilizar muito os *feedbacks*, as opiniões dos senhores para construir essas sugestões, essas propostas dos marcos regulatórios. Esses aperfeiçoamentos. Eu tive há pouco tempo atrás com o Dr. Cuza que levantou uma série de questões, conversei também com outros, com várias empresas de telefonia, então vai precisar uma integração muito grande, principalmente com as associações. E também com a própria ANATEL para que a gente proponha os aperfeiçoamentos, as sugestões que sejam compatíveis, não fazer uma coisa única e exclusivamente legislativa que pode dar um discurso muito bom político aqui, mas na prática a realidade é bem diferente.

Então nós vamos fazer essa interação forte com todos vocês porque é interesse nosso exatamente ouvi-los para preparar aquilo que nós dentro das limitações que temos gostaríamos de preparar para o setor de telecomunicações. Eu pergunto ao meu querido Senador Garibaldi Alves se pretende fazer alguma pergunta.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu tenho 10 perguntas para cada palestrante.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O pessoal está muito satisfeito. Eu olho pela reação de todos que...

[risos]

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não. Eu não tenho perguntas. A essa altura eu quero cumprimentar a todos pela exposição inicialmente, as que eu pude ouvir, e agora pela desenvoltura como responderam a todas as perguntas feitas pelo Senador Delcídio com o apoio da Comissão de Consultores, com o apoio da consultoria do Senado.

Eu creio que dessas Audiências Públicas que nós realizamos, a que eu vi que apresentou assim um maior desafio foi essa aqui das telecomunicações, apesar de saber dos problemas das outras, de energia, de todas as outras reguladoras. É porque a tecnologia nessa área ela cresce de uma maneira impressionante.

Então, para regular isso, para acompanhar isso, para não deixar o País para trás, é preciso um esforço muito grande. Mas eu estou confiante, estou vendo que as empresas que atuam no setor estão atentas para isso, que a agência, que a ANATEL está atenta, e quero dizer que acredito que essa Comissão vai prestar uma contribuição importante, sobretudo, porque V.Ex^a tem realmente uma experiência. Eu não digo especificamente na área de telecomunicações, mas tem na área da tecnologia posta a serviço do Poder Público. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Garibaldi. Eu gostaria de perguntar aos palestrantes se alguém quer fazer alguma observação adicional com relação aos demais comentários... Dr. Cuza.

SR. LUIS CUZA: Só algo breve. Se falou muito das agências reguladoras, que sem dúvida são muito importantes, mas também gostaria de lembrar os Senadores de parte da nossa postura da TELCOMP apresentou aqui sobre a necessidade de um marco regulatório de infra-estrutura. É algo que ajudaria muito o País a trazer novos investimentos, algo que deveria estar atrapalhando redução de preços de seus serviços e gostaríamos muito que vocês considerem isso em suas deliberações. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Ok, Dr. Cuza. Mais algum... Dr. Ércio Zilli. O Zilli tá de olho no Annenberg aqui. O Annenberg falou de tudo. Ele ficou meio enciumado.

[risos]

SR. ÉRCIO ALBERTO ZILLI: Eu queria falar apenas... Fazer duas observações rápidas. A primeira com relação ao que se precisa construir para o futuro. Entendo que a criação de estímulos para que continue o ciclo de investimento, para que se atenda as metas sociais do País, as metas de expansão da rede de banda larga ou ampliação de cobertura ou o que é quer que seja, deva sempre partir do pressuposto que para que o investidor privado invista, aplique seu dinheiro nesses projetos, como em qualquer outro Projeto, é fundamental que tenha perspectiva de retorno. Evidentemente que assumindo os riscos do negócio, não há como se obrigar alguém a investir, forçar o investimento. Isso não acontecerá.

A segunda observação é que alguém pode ter ficado com a impressão baseado numa afirmação do nosso Presidente da ANATEL de que as empresas internacionais estão ampliando seu portfólio de serviços e incorporando operação móvel porque a operação móvel gera maior margem. Não sei como é nos outros Países. No Brasil isso não é verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Dr. Alexandre merece inclusive falar agora, depois do banho que ele levou.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Como vocês podem ver, a televisão por assinatura aqui é vítima de todas essas ações concorrenciais de todos os tipos. Mas eu queria, não posso me furtar a contestar uma afirmação do nosso companheiro, Pauletti. Ele começou a exposição dele dizendo que as teles fixas cumprem o que prometem e que, portanto, ele ia falar 5 minutos, acabou levando 22 minutos e deixou bastante claro que não é bem assim. Mas o pior não é isso. O pior é que na tentativa de preservar o seu monopólio, as operadoras fixas elas querem desviar o foco da atenção. E começam a falar sobre TV por assinatura como se TV por assinatura fosse o grande serviço desejado por toda a sociedade sem o qual a sociedade não vai sobreviver, etc, etc. Na realidade não é isso. O grande foco, e hoje a gente sabe disso porque no mundo inteiro o que acontece, o grande foco é a banda larga. É a banda larga que é o serviço que hoje precisa ser universalizado e é onde nós temos que insistir pela necessidade de uma competição efetiva. Eu acho que esse é o grande cuidado que tantos legisladores como agência reguladora devem ter no sentido de preservar a competição na banda larga.

A televisão por assinatura, como eu já mostrei exaustivamente, ela já tem um grau de competição bastante acentuado. Hoje é o maior ofertante de televisão por assinatura detém 45% do mercado. É um poder de mercado razoável. Mas tem um outro competidor que tem outros 30% e depois vocês têm uma grande quantidade de outros operadores que têm 25% do mercado. Isso significa que há uma competição instaurada e efetiva no mercado de televisão por assinatura. O problema não está aí. O problema está em preservar a competitividade na implantação da banda larga e é esse o grande recado que eu acredito que todos devamos levar e a lição de casa que todos nós devemos ter. De que maneira nós vamos implementar uma política e uma infra-estrutura de banda larga competitiva e que não seja submetida aos monopólios que hoje existem na telefonia fixa. Esse é o grande desafio.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O senhor permite só uma pergunta? Bem rápida. Qual é o País que o senhor citaria como tendo o melhor modelo de banda larga? Assim, sem maiores aprofundamentos.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Tem vários Países que se destacam por terem oferecido políticas de banda larga. Desde a Coréia que é um modelo que todos têm mencionado, nos Estados Unidos onde as coisas estão acontecendo fortemente. Eu voltei agora na semana passada de um evento, que é um evento anual nos Estados Unidos de televisão a cabo onde hoje não se fala mais de banda larga, o [inaudível] querendo dizer necessariamente a necessidade de infra-estruturas capazes de oferecer velocidades de 50 megabytes para cima. E essa é a grande realidade.

Aqui há uma complexidade técnica que acho que vale a pena ser sublinhada. Não basta levar fibra ótica até a residência dos consumidores. As redes têm que ter uma topologia tal que permita esse tráfego de tanta capacidade. E isso exige de todos os operadores de rede enormes investimentos nas suas redes e esses investimentos não são apenas levar a fibra ótica. Essas redes têm que ser todas celularizadas para que se possa ter todo esse transporte, esse fluxo de capacidade que hoje tem. E é isso que estão se fazendo nos Estados Unidos. A [inaudível] está fazendo isso, a AT&T está fazendo isso. Todas as operadoras de cabo, a topologia das redes de cabo ela é mais propícia, inclusive, porque já nascem com esse tipo de infra-estrutura celularizado. Nós vemos no Chile também. São inúmeros os Países que se dedicaram a priorizar a banda larga como objetivo final. Eu acho que eles podem servir muito bem de modelo para todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Dr. José Fernandes Pauletti. Tem direito à réplica.

SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI: Não. Por incrível que pareça eu quero concordar com o Annenberg. [risos] Ele efetivamente tem razão quando ele diz que o mercado é o mercado de banda larga. Isso aí é que... Isso aí nós todos concordamos. Esse é o mercado que efetivamente tem e terá volume na frente. Quer dizer, é isso. O que nós não concordamos, por exemplo, é quando num País... Aqui no Brasil tem só um... Pelas atuais regras, tem só um grupo econômico que tem a capacidade de ofertar todos os serviços comuns que os usuários que um determinado segmento de mercado e o segmento de mercado de maior poder aquisitivo quer, tem necessidade ou quer. Que é TV por assinatura. A TV por assinatura por si só claro que não é um mercado relevante. Mas acontece que quando só um grupo tem a possibilidade de ofertar a TV por assinatura, a oferta do pacote do bandel(F) que ele faz com TV por assinatura, com banda larga, com telefone fixo fica mais atraente, muito mais atrativo do que os outros grupos que não podem. Só podem ofertar no caso a faixa de banda larga. Quer dizer, que o mercado é de banda larga, nós concordamos.

Agora, quando se pretende que um determinado grupo seja o único possível, o único com capacidade de fazer uma oferta completa, que é o que os usuários querem, aí nós discordamos. O que as concessionárias querem? Poder competir e poder ofertar também os seus pacotes completos com TV por assinatura, com banda larga, com telefone fixo ou um pacote que seja o que o mercado, esta faixa que tem poder aquisitivo queira adquirir. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Bom, eu quero, Senador Garibaldi, V.Exª quer fazer mais alguma pergunta? Bom, eu quero primeiro agradecer. Agradecer ao Plínio, agradecer ao Alexandre Annenberg, ao Ércio Zilli, ao Luis Cuza, ao José Fernandes Pauletti, e dizer que eu fiquei muito contente. Essa reunião, aliás, as reuniões dessa Subcomissão, Plínio, elas são muito diferentes das outras Subcomissões ou de Comissões permanentes. Aqui não tem discurso, aqui não tem comparação de Governo a Governo. Todos os debates são feitos tecnicamente. Quer dizer, com profundidade. Nós já ouvimos gente de petróleo e gás, já ouvimos gente de energia, hoje estamos ouvindo vocês de telecomunicações, daqui a pouco vem o pessoal de águas, que é um componente ambiental forte e muito em voga hoje nos debates pelos quais o Brasil passa.

Agora, inegavelmente, quer dizer, a área que vocês representam é uma área de ponta. Ponta tecnológica, de competição, de gente que trabalha bastante, que está sistematicamente se atualizando. Ou seja, é uma área tope de linha. Nós vemos até pelas exposições, quer dizer, pela terminologia, pela maneira que vocês expõem e defendem as suas idéias e os segmentos que vocês representam, inegavelmente esse debate, essa discussão, vira um debate, uma discussão de altíssimo nível. Apesar dessas divergências, dessas questões que foram aqui colocadas, inegável que é um assunto fundamental para o País, um assunto de ponta, e não podia ser diferente. Agora recentemente eu tive algumas informações de pessoas que foram aos Estados Unidos, que tirando a questão de segurança, questão de Iraque, e outras coisas mais, para os Estados Unidos a prioridade absoluta é telecomunicações. Então, eles não estão fazendo essa leitura de graça. Eles sabem muito bem o que vem por aí.

Então, nós não podemos ficar parados no tempo. Nós temos que agir. E criar as condições necessárias, o Zilli disse muito bem, ter credibilidade, ter agências fortes e autônomas para incentivar quem quer investir. Afinal de contas, grupos que investem 120 bilhões de reais em dez anos, nós precisamos acima de tudo respeitá-los. Eu não conheço nenhum setor de... Aliás, com exceção de petróleo, mas os demais setores eu não conheço nenhum com esse nível de investimento.

Então, e tendo que separar muito bem a questão de petróleo e gás e telecomunicações que é uma coisa... O mundo do petróleo é bem diferente. Ainda mais com o petróleo quando chegou a 70... Aí qualquer coisa vale.

Então eu quero agradecer a todos vocês, pedir a vocês que nós infelizmente vamos utilizá-los intensamente na elaboração do Relatório, nesses trabalhos que eu espero que a gente faça e atendendo e agradecendo muito Plínio a sua disponibilidade de apresentar também como você bem disse a ousadia de apresentar sugestões também regulatórias, então eu quero agradecer muito a vocês dizer que nós estamos à disposição... Essa é uma Casa que precisa de exercer esse tipo de debate, são raras as situações que nós temos condições de fazer um debate dentro desse padrão, nesse nível. E quero agradecer a todos vocês pela paciência de terem permanecido até agora aqui e desejar uma boa noite a todos e considerar a 5ª Reunião da Subcomissão encerrada. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 21h45.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE
ASSUNTOS MUNICIPAIS**

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL, DE 2007, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e trinta e seis minutos do dia doze de abril do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, com a presença dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os Senadores Sibá Machado, Expedito Júnior, Raimundo Colombo e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a Reunião e esclarece que a presente reunião tem como objetivo a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais para o biênio 2007/2008, criada por meio do Requerimento nº 07/2005-CAE, de autoria do Senador Luiz Otávio. Em seguida, comunica que foi apresentada apenas uma chapa, formada pelos Senadores Cícero Lucena e Garibaldi Alves Filho, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro e Cícero Lucena. Encerrada a votação, o Presidente convida o Senador Flexa Ribeiro para atuar como scrutinador. São eleitos, por unanimidade, os Senadores Cícero Lucena para Presidente, e Garibaldi Alves Filho, para Vice-Presidente. Assumindo a Presidência, usa da palavra o Senador Cícero Lucena e, em seguida, o Senador Garibaldi Alves Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente Eventual da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

SR. PRESIDENTE GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e Vice-Presidente desta Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, criada através do Requerimento nº. 07, CAE de 2005.

Foi registrado até o presente momento a seguinte chapa: Para Presidente, Senador Cícero Lucena. Para Vice-Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho. Sobre a Mesa encontra à disposição dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação obedecidas com posições partidárias.

Srs. Senadores já podem votar. Eu, na qualidade de Presidente em exercício, quero ler aqui a listagem dos Senadores componentes dessa Comissão. Do bloco de apoio ao Governo, Senador Antônio Carlos Valadares, PSB, Sibá Machado, PT, Expedito Júnior, PR. PMDB, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho. PFL, Jayme Campos e Raimundo Colombo. PSDB, Sérgio Guerra, e titular desta Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, pelo PSDB, Cícero Lucena. Os suplentes do bloco Delcídio Amaral, Serys Slhessarenko, João Vicente Claudino, do PMDB Mão Santa, Renato Casagrande, suplentes, Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro. Suplente de Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo. Suplente do Senador Cícero Lucena, vago.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro com a palavra, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, nós estamos nesse instante instalando e elegendo o Presidente e o Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais da CAE. É sem sombra de dúvida, até pela importância que tem uma das Subcomissões, que tem uma responsabilidade muito grande dentre todas as Subcomissões existentes no Senado Federal. Até em função disso, é uma Comissão Permanente da Comissão de Assuntos Econômicos. Nós vamos eleger o Senador Cícero Lucena como Presidente e o Senador Garibaldi Alves Filho como Vice-Presidente, o que nos dá a certeza de um trabalho profícuo pela competência, pela inteligência, pela determinação e pelo conhecimento que tanto o Presidente que Prefeito já foi da capital do seu Estado, João Pessoa, como o Vice-Presidente, Governador por dois mandatos do seu Estado, o Rio Grande do Norte, vão poder auxiliar e muito a discussão de um tema que é fundamental para o desenvolvimento do País, que é o desenvolvimento dos Municípios. Se os Municípios brasileiros não estiverem equilibrados, não estiverem em condições de eles implementarem

o desenvolvimento, a Nação brasileira como um todo não poderá avançar.

Nós vivemos essa semana aqui em Brasília a 10ª Marcha dos Prefeitos, dos 5.562 Municípios a Brasília. Não vieram todos. Do meu Estado, o Estado do Pará, que tem 143 Municípios estiveram aqui em torno de 50 Prefeitos e mais ou menos uns 100 Vereadores. E as reivindicações dos Prefeitos, Presidente Cícero Lucena, elas são repetitivas, porque lamentavelmente o Governo Federal passa ano, entra ano e sai ano não atende as reivindicações.

Então, não vamos aprofundar a discussão aqui no Conselho de Assuntos Municipais. São vários os temas que precisam ser discutidos. Questão do planejamento para o crescimento desses Municípios brasileiros. Questão da saúde, da segurança, da educação, da... Questão... Na conversa que tive durante esses três dias com todos os Prefeitos e Vereadores que passaram pelo meu gabinete, reclamação de repasse de verbas federais em valores reduzidos para a merenda escolar, para transporte escolar, para a saúde, que são assuntos que vamos poder aprofundar cada um deles aqui nessa Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais. E tenho absoluta certeza que pela Presidência do Senador Cícero Lucena, pela Vice-Presidência do Senador Garibaldi Alves, nós vamos produzir nessa Subcomissão projetos e programas que vão beneficiar os 5.562 Municípios brasileiros. Vamos todos, municipalista que somos, defender os interesses e as necessidades dos Municípios brasileiros.

Parabéns aos eleitos, Senador Cícero Lucena e Senador Garibaldi, que tenhamos um trabalho profícuo nessa Legislatura que iniciamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente Garibaldi, quero dizer da minha satisfação de ter sido escolhido pelos nossos pares para, juntos, presidirmos essa Comissão tão importante. Conhecedor dos dois desafios que são postos. O primeiro, lhe substituir como Presidente dessa Subcomissão, embora vou ter a alegria e a satisfação de tê-lo como nosso vice conseqüentemente dando continuidade àquele trabalho que foi feito com tanto compromisso, com tanta responsabilidade e sensibilidade por V.Exª.

Segundo, aproveitar também para dizer que conhecedor que somos dos problemas dos Municípios, as razões que hoje leva aos Prefeitos, aos administradores Municipais a enfrentar com tanta dificuldade a realidade em que nós vivemos e que teremos nessa Subcomissão a oportunidade de uma forma transparente, de uma forma democrática, nós poderemos trazer os

problemas do Município para que possa ecoar nessa Subcomissão, servir de base, Senador Flexa Ribeiro, para o embasamento dos nossos procedimentos, dos nossos projetos e das nossas decisões sempre em favor dos Municípios, principalmente daqueles que mais precisam. Com a sua companhia como Vice-Presidente, com os demais membros dessa Comissão, e aqui aproveito para em nome de todos citar o Senador Flexa Ribeiro que conhecedor que é dos problemas do Município tinha a pretensão também de presidir essa Comissão, mas de uma forma de companheirismo, cedeu para que eu pudesse estar aqui ao lado dele, ao lado dos demais, não presidindo, mas conduzindo esse trabalho em favor desse País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quero agradecer as referências feitas pelo Senador Flexa Ribeiro, pelo Senador Cícero Lucena, dizer que durante esses últimos dois anos, Senador Cícero Lucena, eu tive a oportunidade de ocupar a função de Presidente que agora está sendo assumida por V.Exª. Acho que dei o melhor de mim para que tivéssemos algumas conquistas obtidas ao longo desses dois anos.

Agora, atendendo a um apelo de V.Exª e dos demais membros dessa Subcomissão, não serei mais o Presidente, mas serei o Vice. Vou procurar contribuir para que tenhamos o melhor desfecho dos trabalhos dessa Comissão. Confio em V.Exª, sei que V.Exª é um municipalista convicto, determinado, obstinado, e que contará com o apoio de todos os membros da Comissão, como disse muito bem o Senador Flexa Ribeiro. Está encerrada a reunião.

Por unanimidade está eleita esta que foi a única chapa registrada. Para Presidente, Senador Cícero Lucena, para Vice-Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 15h48

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL, DE 2007, ÀS 12:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e dezoito minutos do dia doze de abril do ano de dois mil e sete, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência

Eventual do Senador Francisco Dornelles, reúne-se a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, com a presença dos Senadores Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Mão Santa, Neuto de Conto, João Tenório, Cícero Lucena, Tasso Jereissati, Flexa Ribeiro, e também do Senador Arthur Virgílio e das Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Raimundo Colombo e Osmar Dias. Havendo número regimental, o Presidente Eventual, Senador Francisco Dornelles, declara aberta a Reunião. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, criada por meio do Requerimento nº 09/2007-CAE, de autoria do Senador Tasso Jereissati, e comunica que foi apresentada apenas uma chapa formada pelos Senadores Tasso Jereissati, para Presidente, e Neuto de Conto, para Vice-Presidente. Encerrada a votação, o Presidente convida o Senador João Tenório para atuar como escrutinador no processo de votação. São eleitos, por unanimidade, os Senadores Tasso Jereissati para Presidente, e Neuto de Conto para Vice-Presidente da Subcomissão. Assumindo a Presidência, usa da palavra o Senador Tasso Jereissati, que sugere seja convidado o Dr. José Roberto Afonso, Economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, para acompanhar os trabalhos da Subcomissão. Propõe também que seja oficiado convite ao Ministro da Fazenda, Exmo. Sr. Guido Mantega, e o Senhor Jorge Rachid, para, em Audiência Pública, debater sobre a Reforma Tributária. Fica determinado que as reuniões da Subcomissão serão realizadas às dezenove horas das segundas-feiras. Usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Neuto de Conto, João Tenório e Arthur Virgílio. O Presidente designa o Senador Francisco Dornelles Relator da Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotíпия Informatizada. – Senador **Francisco Dornelles**, Presidente Eventual da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Srs. Senadores, é uma honra muito grande para mim abrir essa Sessão da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária.

Existe número regimental, e a presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, criada através de Requerimento nº. 09 do ilustre Senador Tasso Jereissati.

Foi registrada até o presente a seguinte chapa: Para Presidente o Senador Tasso Jereissati. Para vice não foi registrado nenhum nome, e sobre a Mesa encontra-se à disposição de votação devidamente rubricada pela Presidência a ser utilizada após a chamada nominal. Dou a palavra a...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Francisco Dornelles, V.Ex^a preside hoje a instalação da Subcomissão de Reforma Tributária, da maior importância para levar a termo a questão da desoneração da produção e da sociedade brasileira.

A Reforma Tributária que é um assunto que está sendo pautada há muito tempo e lamentavelmente todos os governos a fazem de forma superficial defendendo apenas os interesses imediatos e que resultam ao final no aumento dessa carga já insuportável.

Atualmente a carga tributária brasileira atinge o absurdo patamar de 39% do PIB. O que inviabiliza o crescimento do País e inviabiliza a competitividade dos nossos produtos. E faz com que a qualidade de vida da sociedade seja penalizada em função dos encargos que sobre ela são colocados e a contraprestação de serviço pelo Governo, que é insuficiente e ineficiente.

Eu quero aqui dizer e parabenizar a escolha do Senador Tasso Jereissati para presidir esta Subcomissão. O Senador Tasso Jereissati, pela experiência não só administrativa por governar o Estado do Ceará por três mandatos, política que tem demonstrado a sensibilidade de encontrar as soluções mais difíceis, mas necessárias para o nosso País, tem também o conhecimento empresarial como grande empresário brasileiro que é. Ele, sem sombra de dúvidas, vai poder, pela sua competência, pela sua determinação, vai levar esta Comissão a produzir um trabalho, Senador Tasso Jereissati, que possa finalizar num Projeto, numa proposta ao Congresso que seja encampada pelo Governo para que possamos efetivamente fazer a Reforma Tributária que a sociedade brasileira clama. Parabéns, Senador Dornelles, por este momento acho que de grande importância para o Senado Federal e para a CAE.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eminentíssimo Senador Francisco Dornelles, quero fazer coro com a manifestação do Senador Flexa Ribeiro, e dizer de que talvez entre as propostas de reformas pela ordem, não sei a primeira e qual seria a segunda, mas as duas com maior necessidade para o País esta Reforma Política e a Reforma Tributária. E cumprimentar o autor, o eminentíssimo Senador Tasso Jereissati por ter feito este Requerimento de tanta importância. Nós já também encaminhamos o Requerimento, estamos aguardando a votação em Plenário para que possamos fazer também a Reforma Política, que cabe aos

políticos e temos uma necessidade urgente de mostrar e demonstrar à sociedade o trabalho do Senado da República.

Entendo de que somente diminuindo a pirâmide, alargando a base, desonerando a produção e tributando o consumo, como a grande maioria dos Países no mundo o fazem, nós teremos certamente uma nova ordem tributária e buscando com essa nova ordem tributária a oportunidade de termos o crescimento, o desenvolvimento, o emprego, e principalmente a circulação de riquezas que volta aos cofres públicos através das tributações.

Eu quero cumprimentar o Senador autor da proposta, o Senador Tasso Jereissati, cumprimentar V.Ex^a e dizer que estamos presente e vamos atuar com muita força, com muita vontade, eu sei da dificuldade para implantar, Senador, neste Governo. Mas quem sabe podemos ter uma proposta pronta para o futuro Presidente da República. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senador Neuto Couto, agradeço as palavras de V.Ex^a. e dou a palavra ao Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, eu acho que é um momento importante esse da criação da Subcomissão. Até porque na minha visão é o problema maior que o Brasil tem hoje, essa questão tributária, o tamanho dessa carga tributária que o País tem que carregar, quer seja os produtores como os consumidores brasileiros. Acho que é das reformas é aquela mais urgente. Porque a solução que o Governo tem encontrado é a seguinte, ele aumenta a sua despesa, aumenta o tamanho, e depois chega lá e a solução é aumentar imposto, criar impostos adicionais e qualquer coisa que o valha.

Então, na verdade eu queria registrar essa satisfação, essa importância desse momento, é um momento realmente muito importante para a vida, para essa Casa, e, sobretudo, para a vida nacional. E queria sugerir que a gente em função do... Hoje está no Senado hoje está um tanto quanto complicado, que V.Ex^a, digamos assim, se possível desse início, digamos, à votação para a escolha dos membros.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado. Eu daria a palavra ao Senador Arthur Virgílio e em seguida iniciaremos o processo de votação.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, antes de mais nada saudar o acordo que contou evidentemente com o beneplácito do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Aloizio Mercadante, mas o acordo que a meu ver foi muito bom para a Comissão de Assuntos Econômi-

cos, para a causa da Reforma Tributária, e, portanto, para o bom funcionamento dessa Subcomissão de Reforma Tributária com a indicação por consenso dos líderes e portanto refletindo isso às suas bancadas do eminente Senador Tasso Jereissati para presidir a Subcomissão.

O Senador Tasso tem para trás uma folha de serviço prestado a essa causa. Durante o primeiro ano do Governo do Presidente Lula discutiu-se aqui Reforma Tributária e chegou um Projeto que era um projeto defeituoso. Era um Projeto que sequer acenava com a pálida perspectiva de se começar na direção correta uma Reforma Tributária. E aqui discutimos, aqui debatemos, e chegamos ao acordo que na sua forma final foi remetido para a Câmara e que continha, por exemplo, como novidade, e boa novidade, a perspectiva da redução progressiva do imposto do cheque da CPMF, na medida em que certas condições macroeconômicas fossem preenchidas. Uma delas, sem dúvida, a incidência de redução da relação dívida pública PIB, fato que já se verificou. E com outra novidade boa, caso essas condições macroeconômicas se deteriorassem, o imposto não retornaria ao *status quo ante*, ele se manteria num nível rebaixado. O rebaixamento seria pequeno precisamente para nós não criarmos problemas de caixa para o Governo e, portanto, para o exercício da governabilidade. É uma idéia que a meu ver deve ser ressuscitada nessa Comissão. Mas eu queria aproveitar para ao saudar a posse do Senador Tasso Jereissati, e, portanto, explicitando aqui a certeza que tenho de que será intenso o trabalho e será competente o trabalho como é a marca do Senador e como é a marca dos que compõem esta Subcomissão, deixar muito clara qual é a posição do PSDB em relação a dois projetos relevantíssimos que já começam a ser negociados entre Governo e oposição. E eu não quero tratar essa questão como questão de Governo versus oposição porque seria apequená-la.

O Governo terá talvez a possibilidade de via rolo compressor aprovar na Câmara como ele quiser a DRU e a prorrogação da CPMF. Aqui ele não tem nem rolo compressor e nem aprovará do jeito que quer nem a DRU e nem a CPMF. Nós aqui queremos discutir com toda responsabilidade fiscal a DRE. Aceito abrir uma discussão sobre isso. Mas não aceito abrir discussão quanto à partilha da CPMF também com Estados e Municípios. 20% para os Estados, 10% para os Municípios e 70% para a União, e eu gostaria que nós no bojo dessa discussão pensássemos no Estado que tem o dever de pensar nos seus governados, nos Municípios, e, portanto, pensando nos munícipes, na União e pensando, portanto, na saúde das contas públicas, mas eu queria introduzir a preocupação com o contri-

buinte. Quem sabe nessa versão já não pudesse sair uma redução prometida e não cumprida pelo Governo por ocasião do acordo aqui celebrado quando se votou a Reforma Tributária no Senado que foi remetida para a Câmara. Ou seja, o Senador se sente em crédito como o governo que com ele está em débito. Porque aconteceram os ajustes macroeconômicos que propiciariam o início da queda das alíquotas da CPMF, e nós não vimos nenhuma iniciativa na direção da redução pequena, honesta, nada que visasse a causar transtorno pequena e honesta. Eu tenho visto algumas posições extremadas. Vamos negar ao governo a DRU, vamos negar a CPMF e não é essa a intenção do PSDB. O PSDB não se portará com irresponsabilidade em nenhum episódio. Nem em salário mínimo, nem DRU nem CPMF. O PSDB não permitirá é que o Governo continue acertando e não cumprindo certos pontos com os Governadores. Chama Governadores para partilhar com eles o PAC, e depois nega na Câmara as Emendas que dizer que o dinheiro para habitação popular também teria que ser manipulado por Governadores e Prefeitos. Acerta a Reforma Tributária, e acerta a redução do imposto do cheque e não cumpre. E, portanto, nós temos esses pontos como inarredáveis. A diminuição progressiva que terminaria não sei quando em 0,08 para que o imposto virasse um imposto meramente fiscalizador. Um imposto antisonnegação. Simbólico, não causaria mal ao bolso de ninguém. Não causaria ônus à carga tributária que nós reconhecemos todos como insuportável no País. O outro ponto é discutirmos a DRE, a Desvinculação de Recursos Estaduais. Discutir mesmo, abrir uma conversa ampla. E o primeiro ponto inarredável, mesmo, tanto quanto o terceiro, é nós deixarmos nítido que no Senado não há possibilidade qualquer de passar a CPMF se não vier no bojo da proposta do Governo a idéia dos 20% para Estados e 10% para os Municípios ficando a União com 70% e de tudo isso aí sendo deduzido aquele “amenozinho” que estava proposto já por iniciativa do Senador Tasso Jereissati, proposto na Comissão de... Na luta que tivemos pela Reforma Tributária ao longo do ano de 2003, se não me engano foi exatamente em 2003, Sr. Presidente.

Portanto, eram essas as minhas palavras e é essa a posição do PSDB. Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente. Presidente, V.Ex^a ao abrir a reunião, V.Ex^a disse que só tínhamos candidatos inscrito à Presidência. Eu gostaria de fazer uma indicação à Vice-Presidência, se coloco a apreciação dos meus pares do Senador Neuto de Conto, do Estado de Santa Catarina, Senador da base do Governo com o apoio

da Senadora Ideli Salvatti e também com o apoio do Senador, hoje vice-Governador, Leonel Pavan que me ligou ainda há pouco pedindo que se possível fosse feita à indicação do Senador Neuto de Conto. Eu gostaria então que fosse considerada a indicação para Vice-Presidente dessa Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Srs. Senadores, é uma honra muito grande para mim presidir essa Sessão sobre a Reforma Tributária, essa Subcomissão que praticamente, que por unanimidade decidiu eleger o Senador Tasso Jereissati para Presidente e o ilustre Senador Neuto de Conto para vice.

Eu quero dizer, Srs. Senadores, que eu tive o privilégio no início dos anos 60 com o Presidente João Goulart como Presidente da República no primeiro gabinete parlamentarista de ter um contato muito estreito com o então Senador Jereissati, que era uma figura excepcional, uma pessoa de um... Um grande coração, amigo e homem de confiança do Presidente João Goulart, e que se tornou um grande amigo meu.

De modo que vejo com uma satisfação presidir essa Sessão que vai eleger o Senador Tasso Jereissati, Presidente da importante Subcomissão de Reforma Tributária.

O currículo do Senador Tasso Jereissati dispensa qualquer comentário. Ocupou os cargos mais importantes dessa República e sempre recebeu aquela nota 10 com louvor pela atuação brilhante, séria, digna, que teve em todos os cargos que ocupou.

De modo que é uma honra muito grande presidir essa Sessão e que vai eleger também o Senador Neuto de Conto, representante ilustre de Santa Catarina, e eu estou certo que vai ser uma Subcomissão que eu vai fazer um importante trabalho nessa área fiscal.

No final dos anos 80, 80% da arrecadação da União vinha do Imposto de Renda e do IPI, que eram impostos cuja base era distribuída a Estados e Municípios. Com o tempo, o Governo foi reduzindo a incidência desses impostos. Reduziu Imposto de Renda e criou a contribuição social sobre lucros. Reduziu Imposto de Renda e criou o COFINS. De modo que o Imposto de Renda e o IPI que representava 80% da arrecadação da União hoje representam 40%. De modo que a base hoje dos fundos de participação é 50% do que era nos anos 80.

Eu acho esses assuntos todos vão ser examinados nessa Comissão e que eu quero dizer que é uma honra muito grande presidir essa Sessão que vai eleger os dois ilustres Senadores e dizer que as cédulas estão aqui na Mesa para nós presidirmos o início da votação.

Temos o privilégio também de começar a eleição com a nossa Líder Ideli Salvatti. Senador, eu pediria a todos os Senadores que pudessem...

Eu pediria ao Senador João Tenório que nos desse a honra de fazer aqui a escrutinação do processo.

Por unanimidade, eu anuncio a eleição do Senador Tasso Jereissati para Presidente da Subcomissão e do Senador Neuto de Conto para Vice-Presidente. Eu os convido para assumirem lugar na Mesa.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Queria agradecer primeiramente aos meus pares que após exaustiva e dura campanha me elegeram a mim e ao... Nos deram a responsabilidade ao Senador Neuto de Conto e a mim de conduzir essa pequena, mas importantíssima, talvez uma das mais importantes Comissões... Subcomissões que existam nessa Casa nesse momento.

Eu tive o privilégio dessa Sessão que nos conduziu à Presidência e à Vice-Presidência ter sido encaminhada pelo Senador Francisco Dornelles. Homem a quem eu admiro a tantos e tantos anos, não só pela sua carreira política não necessariamente nos primeiros anos com cargo eletivo, mas sendo sempre muito perto e ativo nas atividades políticas, desde a época de João Goulart, passando pelo Delfim... Enfim, tendo sido talvez recentemente eu não conheço outro homem que tenha tanto na área política quanto técnica ocupado tantos cargos vitais para este País nos últimos anos. Talvez... Não sei, pode ser que tenha outro, mas agora nesse momento eu não me lembro. E agora eu me sinto extremamente orgulhoso. Primeiro constrangido de ser Presidente de uma Subcomissão de Assuntos Tributários e Reforma Tributária que tenha o Dornelles, o Senador Dornelles como membro. Por si só já é um constrangimento. Mas até para reparar esse constrangimento eu gostaria de convidar o Senador Dornelles, e não só para reparar esse constrangimento, mas pela consciência que tenho de que junto com os Senadores que estão fazendo parte e tendo o Senador Dornelles como Relator dessa Comissão, nós poderemos fazer talvez um dos melhores trabalhos sobre o tema que já foi feito aqui nessa Casa.

Ficaria muito feliz, muito honrado e muito aliviado até se o Senador Dornelles aceitasse esse convite para ser o Relator dessa Comissão.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Tasso Jereissati, para mim é uma honra muito grande ser Relator de uma Comissão presidida por V.Ex^a e que tem o Senador como vice. Pra mim é uma honra muito grande poder estar aqui

e trabalhar sob as diretrizes e a orientação de V.Ex^{as}. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado. Acho que é um tanto importante já. E já gostaria, então já que nós já estamos no fim da manhã, a fazer três questionamentos aqui e sugestões.

A primeira, o Senador Dornelles ontem me encontrou no corredor do Senado e sugeriu que nós tivéssemos aqui já um Assessor Técnico de alto nível, especialista na área tributária que pudesse trabalhar conosco. É um nome que já me vinha à cabeça, mas eu tinha dúvida sobre a sua disponibilidade. Mas quando o Senador Dornelles me tocou o nome, eu resolvi testar novamente se essa disponibilidade era possível. Eu chequei e ele me colocou que era possível e viria com prazer porque seria a coisa que ele gosta de fazer.

Então eu queria sugerir que essa Subcomissão sugerisse ou pedisse que tivesse um cargo de Assessoria Técnica, eu não sei o nome hoje, Assessoria Parlamentar ou Assessoria Técnica... Consultoria... Que seria o nome do Economista, talvez um dos economistas mais especializados hoje na questão tributária, Economista José Roberto Afonso. E queria colocar aqui à apreciação dos senhores se todos concordam com que nós façamos essa diligência junto à Mesa do Senado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria dar o testemunho, Presidente, que a escolha do Dr. José Roberto é um dos economistas mais competente, uma das maiores autoridades em assuntos fiscais do País. É um homem hoje que é convocado em todos os grandes seminários do mundo para falar sobre assuntos fiscais, e estou certo que ele poderá ser de grande importância para os trabalhos da Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sendo assim, vamos determinar para a gente encaminhar da maneira mais adequada dentro do regimento essa solicitação... É a Mesa do Senado? O outro é que nós já definíssemos como nosso próximo encontro um convite ao Ministro da Fazenda e ao Superintendente da Receita Federal para vir aqui. Eu acho que o primeiro passo que nós deveríamos dar é ouvir o que é que o Governo, o que é que o Executivo está pensando em termos de estrutura tributária. Ontem à noite eu não sei se os Srs. Senadores ouviram, mas eu ouvi palavras do Presidente da República. Não sei se chegaram a ouvir, dizendo que aquela Reforma Tributária que tenha sido enviada para cá e que está na Câmara, hoje foi aprovada aqui, que foi para Câmara

hoje, não serve mais. Que ele desistiu dela, que ela está ultrapassada e que está mandando para cá uma coisa completamente nova e diferente daquilo lá.

Então seria importante que nós iniciássemos os nossos trabalhos tendo uma noção do que é que o Governo Federal está mandando para cá para que nós possamos trabalhar da maneira mais harmoniosa possível, não subserviente ou de alguma maneira obediente à visão governamental, mas a nossa visão aqui acho que está bem claro para todos nós que aqui não tem claramente uma posição nessa Mesa de oposição nem de situação, é o País. Nós queremos desenhar o modelo tributário mais adequado e melhor para o País. E se nós pudermos trabalhar em conjunto com o Secretário Rachid e com o Ministro Mantega, melhor ainda.

Então queria saber se todos concordam em que nós façamos o convite aos dois para que venham aqui no próximo encontro. Ok?

Terceira sugestão que eu peço é quanto ao dia dos nossos encontros. Qual seria melhor hora e melhor dia dos nossos encontros. Eu estaria sugerindo, e aqui não é nenhuma convicção, é consulta que eu fiz a alguns em função do número de Comissões que têm funcionando terças, quartas e agora quintas também que se é ou seria conveniente para todos aqui uma reunião tipo fim da tarde de segunda-feira. Seis e meia... Alguma coisa desse tipo. Sei e meia de segunda-feira, que é a hora que está todo mundo chegando aqui. Não tem outra Subcomissão trabalhando, não outra Comissão trabalhando, não tem Plenário... E se for conveniente para todos que estão aqui, ficaria... Fica muito em cima para fazer já o convite para o Ministro da Fazenda e o Rachid na próxima segunda? Nós podíamos fazer na próxima segunda... Deixa eu só antes checar se está todo mundo de acordo realmente com a segunda.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Presidente, não sei quantos nordestinos tem nessa Comissão, mas é bom sintonizar um pouquinho com essa questão de vãos do nordeste. Que ele chega aqui um pouquinho mais tarde normalmente.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pa-raíba chega 17 e pouco... 18h30, 19h daria.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): 19h acho que era uma hora adequada.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Está bom 19h? 19h. Vamos marcar então a primeira... Sem ser nessa próxima segunda, na outra segunda. E nós já faremos o convite nesse meio tempo para...

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Segunda não teria.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Não, segunda não teria. Para que nós tenhamos tempo de contactar o José Roberto Afonso, de tê-lo como nosso Assessor, de contactar e convidar os Ministros Mantega e o Superintendente Rachid para essa próxima reunião.

Eu então queria mais uma vez agradecer a confiança de todos, mas dizer que eu estou muito tranquilo com a Vice-Presidência do Senador Neuto. Como Relator... Cadê o Arthur Virgílio? Relator o Dornelles, Senador Dornelles. E a possibilidade... Que eu garanto que o Presidente do Senado não vai nos negar isso, José Roberto Afonso, daqui se sair um trabalho ruim...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, me permite? O Presidente Renan, ele prontamente acedeu em pedir a disposição do servidor do BNDES, José Roberto Afonso, que eu considero um dos maiores economistas tributaristas do País, e faltava precisamente isso, ou seja, compatibilizá-lo, por exigências burocráticas com o cargo que tem o número não sei qual, que é aquele que possibilita a solução burocrática.

No mais, eu creio que com uma Assessoraria dessa, com a sua Presidência, com essa vice-presidência e com essa Relatoria parece a Seleção de 58 de Feola. Não precisava o Feola falar nada. Deixava com o Didi, com o Garrincha, com o Pelé que eles resolviam.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): O Feola não tem nenhuma alusão com a minha barriga, não. Tem só...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não. [risos] Eu quero chamar V.Ex^a de Pelé. V.Ex^a. era o Pelé da... Era o Didi e o Pelé que resolviam tudo em campo. E o Feola distribuía as camisas e pronto... Deixava o pau comer.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Pois é, então eu me sinto realmente, excetuando o corpo, eu me sinto realmente um Feola e vou ter muito pouco que fazer e vou só correr e receber a taça lá no final do campeonato.

Então, fico muito agradecido a todos pela confiança e espero que nós possamos já na próxima segunda, na outra segunda iniciar um trabalho realmente muito profícuo e importante para esse País.

Não tendo mais nada a tratar, está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h52.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL, DE 2007, ÀS 19:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezenove horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e três de abril do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, com a presença dos Senadores Francisco Dornelles, Neuto de Conto e, ainda, do Senador Marcelo Crivella. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Mão Santa, Raimundo Colombo e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a presença do Sr. Bernard Appy, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, a fim de debater sobre a reforma tributária, em atendimento a deliberação da Subcomissão. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Neuto de Conto e Marcelo Crivella e, ainda, o Sr. Samuel Pessoa, da Assessoria Econômica do Senador Tasso Jereissati, e o Sr. Alberto Zouvi, da Consultoria Legislativa do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Tasso Jereissati**, Presidente da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Srs. Senadores, havendo número regimental declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em 23 de abril de 2007, às 19h, na sala de reuniões nº. 19, Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. A Ata fica aprovada.

A Audiência Pública de hoje, Srs. Senadores, tem como convidado o Sr. Bernard Appy, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, a fim de debater sobre a Reforma Tributária.

Sr. Bernard é responsável e coordenador da proposta de Reforma Tributária do Governo, e vai fazer para esta Subcomissão uma primeira apresentação sobre a proposta do Governo e o que vai abrir uma série de debates nesta Subcomissão, quando nós pretendemos ouvir os governos estaduais, o ponto de vista dos governos estaduais, o ponto de vista dos governos municipais, do contribuinte, do empresariado, para que nós possamos chegar a um entendimento para uma simplificação e uma maior eficiência do sistema tributário nacional.

Primeiro eu queria agradecer ao Sr. Bernard Appy, a gentileza de ter aceito o nosso convite, e ter vindo prontamente discutir com essa Subcomissão e dizer a ele que nós estaremos sempre aqui abertos ao diálogo e prontos em outra oportunidade que o Sr. Bernard Appy se considerar... Se assim considerar importante a conversa, o diálogo, a troca de idéias conosco ela estará sempre aberta a V.Sª aqui nessa Comissão.

Portanto, passo a palavra, para iniciar sua apresentação ao Sr. Bernard Appy. Se quiser falar de lá, se quiser falar daqui, para nós é indiferente, o que for mais confortável e conveniente.

SR. BERNARD APPY: Começar aqui. Acho que dá para falar.

Bom, queria agradecer ao Senador Jereissati o convite para participar dessa discussão sobre a Reforma Tributária. Este não é um processo... O Governo Federal, de fato, está trabalhando num novo Projeto de Reforma Tributária, que é um pouco mais, eu diria, ousado do que o Projeto que foi enviado em 2003, e não é ousado porque o Governo Federal não quisesse fazer uma Reforma Tributária mais abrangente em 2003, quando enviou a sua primeira proposta, mas sim porque como vou procurar demonstrar nós temos hoje condições que não existiam naquela época e que ajudam a poder fazer uma proposta mais abrangente de Reforma Tributária. Também não se trata do trabalho que vem sendo feito pelo Governo Federal, não é um trabalho que parte do zero. Ele é um trabalho que resulta de um grande acúmulo que vem ocorrendo ao longo dos últimos anos. Já começou inclusive no Governo anterior, se prosseguiu nesse Governo, um acúmulo que resulta em grande parte do trabalho que foi feito no Senado Federal com a participação de vários Senadores, a começar o próprio Senador Jereissati que foi um importante partícipe da discussão da Reforma Tributária no final de 2003 no Senado Federal, o Senador Mercadante, Presidente da CAE, que participou também dessas discussões, Senador Romero Jucá, que foi Relator à época da Reforma Tributária, Senador Tourinho que não se encontra mais. E foi também, vejo aqui o Senador Dornelles, que à época estava na

Câmara dos Deputados e contribuiu para o debate que foi feito na Câmara dos Deputados.

Portanto essa proposta que nós trazemos hoje não é uma proposta que sai do zero, é uma proposta que resulta de um grande acúmulo e que é possível de ser feita nesse momento porque hoje nós temos condições que não tínhamos alguns anos atrás para poder implementar a Reforma Tributária.

Eu gostaria então de começar minha apresentação... Podemos passar? A questão básica, esse é um ponto importante para nós entendermos. A Reforma Tributária tem uma dimensão... Eu prefiro ficar de pé. Acho que fica mais fácil as pessoas olharem, pra evitar o efeito torcicolo. A gente vê do mesmo lado que está a apresentação. A questão básica é um ponto importante para se entender. A Reforma Tributária tem sim impactos fiscais, tem impactos federativos. Mas o motivo que leva o Governo Federal a propor uma discussão sobre a Reforma Tributária é, na verdade, principalmente buscar ganhos de eficiência no Sistema Tributário Brasileiro. É buscar corrigir distorções que prejudicam sobremaneira o funcionamento eficiente da economia brasileira. Esse é um ponto importante, um ponto de partida. Obviamente quando discutimos questões tributárias, nós entramos em questões fiscais, entramos em questões federativas, elas são inevitáveis. Agora o objetivo que está se propondo é um objetivo de aperfeiçoar o Sistema Tributário Brasileiro e principalmente aperfeiçoar o sistema de tributos indiretos do Brasil que é o foco da proposta que vai ser aqui apresentada. O sistema tributário brasileiro tem várias distorções em várias áreas, nós podemos fazer aperfeiçoamento em várias esferas da tributação. Mas as principais das distorções, aquelas que mais comprometem o funcionamento eficiente da economia são aquelas que estão no sistema de tributos sobre bens e serviços também conhecidos como sistemas de tributos indiretos. E talvez seja aqui, Senador, queria desde já pedir desculpas eu vou ser talvez para alguns dos Senadores aqui talvez um pouquinho didático demais, face ao conhecimento que já tem, mas acho que é importante termos um ponto de partida comum para entendermos o que está sendo discutido porque acho que isso ajuda muito para uma discussão futura. Se partirmos numa compreensão comum do que está sendo feito isso ajuda muito a discussão futura.

Bom, então vamos ver primeiro quais são as principais distorções que nós temos de sistemas de tributos indiretos do País. As principais distorções são... Algumas já são conhecidas. Primeiro a complexidade. Nós temos hoje, pelo menos, seis tributos indiretos. Quatro federais, PIS, COFINS, IPI, a CID combustíveis, tem também a CPMF, mas uma discussão que

nós gostaríamos de fazer a parte. Se os senhores quiserem nós podemos voltar a falar sobre isso no final da apresentação, nós não estamos discutindo a CPMF em conjunto com a Reforma Tributária. Ao contrário, o Governo Federal enviou hoje ao Congresso Nacional a proposta de Emenda Constitucional prorrogando a vigência da CPMF e da DRU, e entende que as duas discussões devem ser feitas separadamente exatamente para que não haja uma contaminação. Chegou-se a cogitar, sim, um envio conjunto da proposta da Reforma Tributária e a prorrogação da CPMF e DRU e o Governo Federal achou que era melhor fazer a discussão separadamente para que ficasse claro que a proposta de Reforma Tributária que está sendo feita não é para aprovar CPMF e DRU. A aprovação da prorrogação da CPMF e DRU é importante, sim, para o Governo Federal, mas a Reforma Tributária tem uma grande importância, maior inclusive até do que a prorrogação da CPMF em DRU em si. E por isso a idéia é fazer a discussão separadamente.

Então, começando, quais são os problemas? Uma grande complexidade na legislação tributária. Quatro tributos indiretos federais, um estadual e um municipal. Desses seis tributos, nós temos pelo menos três sistemas tributários diferentes. Um sistema que é o que se chama de imposto contra imposto. Que é o sistema do ICMS e do IPI. É o sistema em para que cada produto você tem uma alíquota específica, calcula-se o total dos débitos em função das alíquotas que incidem sobre a venda de cada produto, calcula-se o total dos créditos, das empresas e paga-se o líquido a diferença entre débitos e créditos.

Temos um sistema também não cumulativo que é do PIS e COFINS. Que é um sistema que a gente chama de base contra base. Ao invés de você ter uma alíquota diferenciada para cada produto você tem uma... Você soma o total das vendas da empresa, soma o total da compra de insumos da empresa, pega essa diferença e sobre essa diferença aplica a alíquota dos tributos que é 7,6 para COFINS, 1,65 para o PIS, portanto é diferente do sistema imposto contra imposto, porque o sistema de base contra base não é feito para ter muitas exceções, ele é feito para ser o mais simples com o mínimo de exceções possíveis e esse é um problema como vou falar adiante.

E temos finalmente o sistema de tributos que são cumulativos, que são tributos que incidem sobre o faturamento, não geram direito a crédito, e, portanto, não são compensáveis ao longo da cadeia produtiva que é o caso da CID combustíveis e do ISS.

E, portanto, nós temos não apenas três regimes tributários diferentes, tributos indiretos, seis tributos, como temos uma multiplicidade de alíquotas, base de

cálculo e legislações. No caso do ICMS, que é o mais conhecido, nós temos 27 legislações, 27 regulamentos. Uma multiplicidade de regras específicas para cada Estado. Mas essa mesma coisa complexidade se aplica também, embora em menor escala, no caso dos tributos federais e mesmo do ISS.

Esse sistema, esse desenho do sistema tributário que nós temos ele gera um grande problema, que é a falta de neutralidade do sistema tributário brasileiro. O que é um sistema de tributos indiretos neutro? Um sistema de tributos indiretos neutro é um sistema em que você tem uma absoluta isonomia na tributação do produto nacional e do produto estrangeiro. Ou seja, uma total desoneração das importações e uma cobrança exatamente igual para o produto nacional e para o produto importado. É um sistema em que se desonera completamente o investimento. E, portanto, é um sistema efetivamente de tributação do consumo. Um sistema tributário neutro é um sistema em que quando você sabe qual é a alíquota do imposto, você sabe quanto é que o consumidor está pagando de imposto sobre aquele produto. O problema é que essa falta de neutralidade no sistema tributário brasileiro ela acaba tendo uma série de consequências que estão de um lado nas cumulativas e, portanto, na não isonomia no tratamento com produtos estrangeiros nem com desoneração completa do investimento. Ela tem defeitos na incidência sobre comércio exterior e tudo isso vai ser explorado mais para frente, e principalmente ela tem um defeito grande que ela gera estímulo à guerra fiscal, e essa guerra fiscal na forma como ela é feita ela tem consequências muito danosas para o nível de investimento e para a eficiência da economia brasileira.

Uma diferença que existe na proposta de Reforma Tributária estaca sendo feita hoje e a proposta de Reforma Tributária que foi apresentada em 2003.

Em 2003 a proposta de Reforma Tributária tratava apenas do ICMS. A proposta de Reforma Tributária que o Governo está elaborando agora e que pretende encaminhar ao Congresso Nacional se possível até o final de julho ou agosto desse ano. Essa proposta ele trata dos tributos federais, do ICMS e se eventualmente do ISS. Ela é, portanto, uma proposta mais abrangente e reconhece que existem problemas não apenas na tributação do ICMS, mas também na tributação dos tributos indiretos federais. Quais são esses problemas? Um deles eu já comentei. Multiplicidade de regimes de tributação e tributos. Quatro tributos federais, três regimes tributários diferentes no caso da União. Temos um segundo problema, que eu acho que é um problema hoje bastante sério é que a PIS e COFINS que tinha uma incidência cumulativa no passado e que foi alterada em 2002, no de 2002 e final de

2003 para o regime não-cumulativo, esse novo regime não-cumulativo ele acabou tendo muitas exceções, muitos tratamentos diferenciados. E aquele tributo que deveria ser um tributo simples, acabou se tornando um tributo complexo. E a complexidade do PIS e COFINS na sobreposição, na coexistência da tributação pelo sistema não-cumulativo e com alguns setores e algumas categorias econômicas que pagam pelo sistema cumulativo, para dar um exemplo, telecomunicações paga pelo sistema cumulativo, eletricidade paga pelo não-cumulativo, empresas que estão no lucro presumido pagam pelo sistema cumulativo. Empresas no lucro real pelo não-cumulativo. Algumas atividades e alguns setores pagam pelo não-cumulativo. Algumas atividades têm isenções ou reduções de alíquota que não eram previstos no sistema de tributo base contra base como é o sistema não cumulativo no PIS e COFINS. Tudo isso acabou levando a um sistema que deveria ser neutro e simples e que atualmente não é neutro, nem simples assim. Portanto, isso gera distorções, e gera distorções alocativas importantes. Em função do desenho do PIS/COFINS hoje nós temos estímulos que acabam levando em alguns casos a uma alocação ineficiente de recursos na economia. Desde a tributação da agricultura, hoje o desenho do PIS e COFINS é feito, é tal que leva na verdade todos os agricultores agrícolas queiram ser pessoas físicas e não pessoas jurídicas, essa é a realidade hoje da tributação de PIS e COFINS. Até problemas sérios de sobreposição quando você pega uma empresa no varejo ela sendo cumulativa ou não cumulativa, ela às vezes acaba tendo uma tributação diferenciada, comprometendo a sua capacidade concorrencial.

E finalmente nós temos no caso da CID combustíveis o fato de um imposto que não concede créditos à produção, tributo cumulativo que acaba tendo todos os problemas dos tributos cumulativos. Aqui é um ponto importante. PIS e COFINS têm ajustes a ser feitos. Tem distorções. As distorções têm hoje são importantes, são menores que as que havia anteriormente quando se tratava de um tributo cumulativo. Apenas para dar um exemplo, quando nós tínhamos o PIS e COFINS cumulativo, nós tínhamos no caso dos bens de capital. Uma incidência cumulativa de toda a cadeia produtiva, que podia chegar a alguma coisa é uma cadeia longa no geral, uma cadeia de produções de capital, que podia chegar em alguns casos até 10%, por exemplo, 10% de tributação cumulativo ao longo da cadeia não compensável pelo adquirente do bem de capital. Isso foi resolvido. Havia um sistema de compensação no IPI, apenas para as empresas industrializadas do crédito de PIS e COFINS acumulado na cadeia. Mas que era feita de forma presumida e igual

para todas as empresas e não em função do imposto efetivamente pago na cadeia. Isso foi corrigido. Havia uma enorme distorção na tributação das importações porque o produto nacional era tributado e o produto importado não tributado. Uma não neutralidade clara no sistema tributário. Hoje o sistema PIS e COFINS é melhor do que era quatro anos atrás, cinco anos atrás. Com certeza. Agora, certamente ainda há ajustes importantes a fazer, ainda há problemas que não foram resolvidos. E esses problemas, portanto, os tributos federais estão sendo considerados nessa discussão da Reforma Tributária.

Do ponto de vista do ICMS, a maior parte dos problemas na tributação do ICMS decorre daquilo que nós chamamos de sistema misto de partilha de um imposto. O que é o sistema misto de partilha de imposto? É um sistema tal em que uma parte numa venda interestadual, vamos dar um exemplo de um produto cuja alíquota é 18%, uma parte é apropriada pelo Estado onde a mercadoria é produzida, o Estado de origem da mercadoria, na maior parte dos casos 12%, no caso de vendas de Estados do sul e sudeste menos Espírito Santo, para os demais 7% e o restante é apropriado no Estado de destino da mercadoria. Qual o problema desse sistema misto de partilha e mais especificamente do fato de que há uma parte do imposto que é cobrado no Estado de origem? Os problemas são principalmente a guerra fiscal. O que é que é a guerra fiscal? A guerra fiscal é uma situação no qual por razões compreensíveis e justas, quero dizer isso, é compreensível que o Estado queira fazer uso dos instrumentos da guerra fiscal, enquanto instrumentos do desenvolvimento do Estado. Ele tem lógica do ponto de vista do Estado que concede os benefícios da guerra fiscal. Mas o que é a guerra fiscal? É um mecanismo através do qual os Estados buscam atrair investimentos para o Estado, através da redução total ou parcial do imposto que é cobrado no Estado em que o bem é produzido, do imposto cobrado do Estado de origem. Do ponto de vista do Estado que pratica a guerra fiscal, o custo é muito baixo ou em alguns casos nulo. O investimento que iria ser realizado num Estado mais desenvolvido e não iria ser realizado num Estado menos desenvolvido, ao conceder o benefício de redução de ICMS cobrado na origem, esse Estado menos desenvolvido está procurando atrair para lá empresas e do ponto de vista do Estado, a perda, a renúncia de arrecadação que ele faz ela é ou muito pequena ou nula.

No entanto, do ponto de vista do conjunto dos Estados, a perda de arrecadação é expressiva. É muito difícil de calcular com precisão qual o montante de arrecadação que deixa de ser arrecadado. A nossa melhor estimativa é algo em torno de 25 bilhões

de reais por ano que deixa de ser arrecadado pelos Estados em função dos benefícios da guerra fiscal. E temos outros problemas. A guerra fiscal, embora compreensível do ponto de vista do Estado que pratica a guerra fiscal, ela tem um efeito negativo sobre o investimento no País. Efeito negativo, por quê? Porque um Estado, uma empresa que vai se instalar num Estado que não concede benefícios da guerra fiscal, ela corre o risco de que um concorrente dela se instale num Estado vizinho, receba benefícios da guerra fiscal e, portanto, ela tem um grau de incerteza no seu investimento que não existiria que não existisse esse risco colocado pela guerra fiscal. Isso já gera ou um desestímulo ao investimento ou então acaba levando a uma situação em que numa situação de incerteza o que as empresas fazem para fazer o investimento é exigir taxas de retorno mais elevadas de forma a se precaver, elas se ressarcem ou elas se previnem em termos de rentabilidade em relação à incerteza que elas estão incorrendo em função da guerra fiscal. Isso que já era um problema anteriormente, hoje é um problema ainda mais sério, por quê? Porque hoje mesmo as empresa que recebem benefícios da guerra fiscal, não sabem se poderão manter os benefícios. O que acontece hoje é que nós estamos tendo várias ações judiciais contra benefícios da guerra fiscal, e aqui nós sistemas situações mais diferenciadas, só para dar um exemplo em alguns casos, há Estado que tinha a lei genérica que permitia concessão de benefícios da guerra fiscal, obviamente eu não vou hoje citar aqui nenhum Estado, mas eu vou dar exemplos que são exemplos claros, há Estados em que tinham benefícios concedidos uma lei genérica autorizando concessão de benefícios de guerra fiscal, essa lei foi derrubada no Supremo Tribunal Federal e o Estado hoje não está podendo conceder esses benefícios. Há outros casos de Estados que tinham, por exemplo, benefícios que havia sido estabelecidos por Decreto, entraram com uma ação contra esse Estado no Supremo Tribunal Federal, o Estado revogou os benefícios, a ação no Supremo foi arquivada por falta de objeto e o Estado restituiu os benefícios. E, portanto, gera uma situação bastante estranha em que as pessoas ficam alguns dias sem os benefícios e depois voltam a ter aqueles benefícios e gerando uma atuação de grande insegurança inclusive para aquelas empresas que receberam os benefícios da guerra fiscal.

Segundo, existe hoje e vem crescendo ao longo dos últimos anos uma situação em que os Estados vêm glosando os créditos concedidos na guerra fiscal. O que significa a glosa? A glosa significa o seguinte: Uma empresa recebeu um benefício no Estado A. Vende um produto para o Estado B. Normalmente

essa empresa não paga a totalidade, pelo menos, do ICMS que ela deveria no Estado A, mas gera o crédito total, vamos dizer, de 12% no Estado B. Hoje em muitos casos o Estado B está chegando para as empresa que comprem esses produtos e está dizendo para elas que elas não tem direito a contabilizar o crédito desses produtos por conta, porque o ICMS não foi recolhido no Estado em que aquele produto foi produzido. E, portanto, aquela situação de insegurança jurídica que já existia, originalmente antes de haver essa contra-guerra fiscal, hoje essa situação de insegurança jurídica ela está amplificada. E essa situação, porque hoje mesmo as empresas que recebem benefícios da guerra fiscal, elas não sabem se vão ter direito a fruir desses benefícios porque elas não sabem se eles vão ser derrubados na justiça ou se eles vão ser glosados por outros Estados e portanto elas não sabem se vão conseguir fruir desses benefícios.

Esta é uma situação bastante complexa, essa situação de insegurança jurídica que nós temos hoje e esse é um ponto extremamente importante. Ela tem levado a uma redução, e uma redução expressiva no nível de investimento no País. Eu pessoalmente conheço vários casos de investimentos que estão deixando de ser feitos no Brasil por conta da insegurança gerada no âmbito do ICMS para as empresas. Por conta da insegurança gerada pela guerra fiscal. Conheço investimentos que deixaram de ser feitos por empresas que temem que algum concorrente receba benefícios da guerra fiscal, ou benefícios que não são nem esses benefícios mais alguns a guerra fiscal para atrair investimentos, a guerra fiscal comercial que a gente chama, que alguns casos um Estado que vende... Estado, vamos dizer, que é das regiões mais pobres do País, que vende com crédito de 12, mas compra dos Estados desenvolvidos com crédito de 7, em alguns casos ele compra 7 e cobra 1 de ICMS e devolve a 12 esse mesmo produto para o Estado onde ele mesmo foi produzido. Ele simplesmente para arrecadar 1% de ICMS ele acaba tirando 4 pontos percentuais do custos do ICMS daquele produto.

Então existem empresas que não investem porque têm medo da guerra fiscal, existem empresas que não investem porque tem a promessa de benefícios, mas não sabem se vão conseguir manter os benefícios e de fato hoje nós temos uma situação. Esse é um ponto extremamente importante. Hoje mais do que no passado à guerra fiscal está tendo um impacto bastante negativo sobre o nível de investimento no País. Esse é um ponto. E aqui quando eu digo a proposta da Reforma Tributária ela tem como objetivo melhorar a eficiência da economia, corrigir distorções que prejudicam os investimentos, certamente essa é uma das

principais distorções que existem e se a guerra fiscal continuar correndo solta a tendência é que essa situação se agrave ainda mais ao longo dos próximos anos. Essa é a situação que nós estamos vivendo hoje. Além disso, nós temos também, por conta dessa tributação na origem do ICMS, de uma parte do ICMS na origem, nas transações interestaduais, nós temos distorções importantes no comércio exterior.

Quais são essas distorções na tributação do comércio exterior? O primeiro é que nós temos uma situação em que como quando um Estado importa uma mercadoria ele se apropria 100% do ICMS sobre aquela mercadoria e quando ele compra a mesma mercadoria de um Estado vizinho ele só se apropria da diferença entre a alíquota total e a alíquota interestadual.

Então, por exemplo, no caso de um Estado que compra quando tem uma cobrança de 12% com produto com 18% de alíquota, em o Estado 12 é retido no Estado de origem, o Estado de destino fica só com 6% de ICMS. Se ele importar essa mesma mercadoria ele fica com 18%. Obviamente isso leva a uma situação em que os Estados tem incentivo a conceder benefícios para os importados. E isso de fato ocorre. Isso ocorre às vezes de forma linear, alguns Estados para que as mercadorias entrem pelo seu porto concedem uma redução do ICMS para apenas que a mercadoria entre pelo porto. Então muitas vezes alguns Estados cobram 3% de ICMS e vende a mercadoria com crédito de 12, e alguns casos os benefícios são concedidos no bojo da guerra fiscal para atrair uma empresa não apenas eu reduzo o CPMF que eu cobro, mas eu digo que ela está isenta de ICMS sobre as importações, mas não sobre a compra do mesmo produto no mercado nacional. Então obviamente nós temos uma situação de um regime que favorece os produtos importados em detrimento da produção nacional. Mais uma vez isso aqui tem consequências no nível de investimento. Aqui eu posso dar um exemplo que já é público, por exemplo, o setor de fertilizantes do País, ele está demandando para o Governo Federal um aumento da alíquota do imposto de importação. E eles demandam o aumento da alíquota do imposto de importação, dizendo o seguinte: Eu sou competitivo. Eu não preciso de imposto de importação. Mas o que acontece é que um fertilizante que é produzido num Estado A e vendido para o Estado B, o Estado A cobra ICMS. E se o Estado B importa o fertilizante, ele não cobra ICMS. Portanto, eu tenho uma situação tal em que essa distorção que decorre mais uma vez do fato que uma parte do ICMS é cobrado no Estado da origem, ela acaba levando a uma situação em que não só prejudica a produção nacional a favor dos importados, mas também prejudica o investimento. Então o setor de

fertilizantes hoje que aqui nós aumentemos o imposto de importação prejudicando, portanto, o consumidor nacional, porque há distorções do ICMS que favorecem a importação em detrimento da produção nacional. E estão dizendo que se não for dado isso vão deixar de fazer investimentos em alguns bilhões de dólares no País. É mais um exemplo.

Segundo, esse é um caso mais conhecido, nós temos problemas de acúmulo de crédito nas importações. Por quê? Porque um Estado onde tem uma empresa exportadora ele compra insumos. O Estado A onde está a empresa exportadora compra insumos do Estado B, uma parte do ICMS sobre esses insumos, uma parte é recolhida no Estado B, há exportação imune, e, portanto, o Estado A tem que ressarcir créditos que muitas vezes não foram pagos para eles. Para poder ter uma exportação ele tem que ressarcir créditos que muitas vezes foram pagos em outros Estados. Eles resistem a fazê-lo e isso acumula um volume muito grande de créditos por parte das empresas exportadoras e isso obviamente tem... Acaba sendo uma tributação das exportações bastante relevante. É um caso mais conhecido, mas também de novo é resultado da cobrança de uma parte de ICMS no Estado de origem.

Bom, e finalmente temos as questões relativas ao ISS. Que um deles é o fato de ser um imposto cumulativo, obviamente, segundo tem conflitos de competência com ICMS. Volta e meia vocês aqui no Congresso estão tendo que lidar com discussão entre Estados e Municípios, sobre qual, principalmente na parte de comunicações sobre qual é a base do ICMS e qual é a base do ICMS, em alguns casos inclusive os dois estão cobrando. Algumas empresas hoje estão tendo que lidar com o fato de que alguns setores específicos estão tendo que lidar com o fato de que tanto Estados quanto Municípios querem cobrar embora não deveria haver nenhuma sobreposição. E finalmente nós também temos problema de guerra fiscal entre os Municípios. Isso é conhecido, quer dizer, municípios que reduzem a alíquota do ISS para atrair empresas que prestam serviços em outros Municípios esse é um fato também bastante conhecido. Obviamente por ordem de importância, eu diria que os problemas do ICMS são os maiores, os tributos fiscais estão em segundo lugar, os do ISS em terceiro lugar. Mas todos eles sob o ponto de vista da estrutura tributária nacional.

Além disso, nós temos problemas para uma efetiva desoneração dos investimentos que hoje não é completa nem no caso dos tributos federais nem no caso dos tributos estaduais. No caso do PIS e COFINS o crédito para a compra de bens de capital em 24 meses. No caso do ICMS 48 meses. Temos um problema

que o ICMS dificulta a desoneração dos investimentos, porque quando você compra uma máquina o ICMS é cobrado no Estado de origem onde a máquina é produzida e o crédito que tem que ser dado para a empresa que comprou aquela máquina tem que ser dado pelo Estado onde ela é instalada. Em alguns casos chega até ser casos muito estranhos, é um exemplo que eu costumo dar é de uma hidrelétrica. A empresa que vai consumir hidrelétrica no Estado A, você compra as turbinas do Estado B, o Estado B arrecada o ICMS, o Estado A produz a eletricidade que muitas vezes é vendida no Estado B e é tributada no destino especificamente isso é uma característica da eletricidade e o Estado A tem que ressarcir os créditos de ICMS que foram pagos sobre aquela máquina. Então obviamente o Estado A não tem interesse em atrair aquele tipo de investimento para aquele Estado, ao contrário, tem interesse em atrapalhar esse tipo de investimento. E os Estados, de fato, em alguns casos, por exemplo, empresas exportadoras, os Estados não querem saber de empresas exportadora hoje por causa do acúmulo de crédito de ICMS. Ao mesmo tempo eles também resistem muito a ressarcir os créditos sobre máquinas e equipamentos. Portanto é um... Isso aqui vale então à desoneração que não é completa vale tanto para PIS e COFINS quanto para o ICMS, inclusive porque a abrangência do que é considerado como bem de capital ela não é tão grande assim. Houve um passo a mais agora do ponto de vista PIS e COFINS começou a se considerar edificações também como bens de capital, isso no caso do ICMS ainda não é feito.

Bom, portanto qual é a consequência? Esse desenho que eu fiz que é um desenho um pouco carregado um pouco nas tintas, mas é isso efetivamente. A consequência desse investimento é que nós temos um sistema que ele tem um grande desestímulo, representa um grande desestímulo aos investimentos, principalmente em função da insegurança jurídica, é um sistema que não é neutro do ponto de vista do comércio exterior e nem do ponto de vista alocativo da produção nacional, e, portanto, leva a desenhos alocativos ineficientes. Isso é um fato. É um sistema que tem um alto custo de cumprimento das obrigações tributárias, esse é um ponto que os empresários costumam ressaltar muito. Quer dizer, uma empresa que vende para 27 Estados ela tem que ter um departamento tributário que conhece todas as legislações de todos os Estados. Isso tem um custo bastante elevado. É muito comum você ouvir um empresário reclamar que o departamento tributário dele aqui no Brasil tem 30 pessoas, o departamento tributário da filial dele nos Estados Unidos tem uma pessoa. É uma reclamação comum, essa complexidade da obrigação tributária. E temos finalmente

a complexidade ela traz consigo a sonegação. Quanto mais complexo o sistema, mais brechas de sonegação existem. Especificamente no caso do ICMS existe uma brecha a mais de sonegação que é importante que é que decorre do fato de que a alíquota interestadual é menor do que a alíquota interna.

Então, é muito comum, no caso do ICMS, empresas que vendem mercadorias como se fossem operações interestaduais e as mercadorias permanecem no próprio Estado. Quando você faz uma venda para o varejo, por exemplo, o varejo é pouco fiscalizado, porque é difícil de fiscalizá-lo e o produto muitas vezes sai como se fosse uma operação interestadual, o produto fica dentro do próprio Estado e você deixa de arrecadar uma parte do imposto porque é uma parte exatamente porque a alíquota interestadual é menor do que a alíquota interna do imposto. Mas além disso toda a complexidade ela certamente gera espaço para a sonegação.

Bom, feito então esse quadro, o que é que nós temos como... Qual é o objetivo da Reforma Tributária que está sendo trazido. E depois eu volto a explicar e vou dizer por que é que hoje a discussão da Reforma Tributária pode ser feita em termos distintos daquele que foi feito no passado. Primeiro, o objetivo principal é instituir um sistema de tributos indiretos que seja simples e neutro. Ou seja, simplificar radicalmente o nosso sistema de tributos indiretos e fazer com que seja um sistema efetivamente neutro. Como? Desonerando completamente os sistemas produtivos, eliminando as distorções no comércio exterior e simplificando e desburocratizando o sistema. Através com essa mudança eliminar as distorções que prejudicam os investimentos, principalmente aquelas que decorrem da guerra fiscal, mas não apenas elas, as demais distorções, elas também prejudicam e obviamente a partir daí ampliar a base de contribuintes e contribuir para reduzir a informalidade. Ou seja, a nossa proposta hoje é uma radical simplificação no sistema de tributos indiretos no País. Então vou procurar detalhar um pouco o que seria essa proposta. Podemos passar.

Bom, o que nós estamos propondo hoje então é substituir pelo menos os quatro tributos federais mais o ICMS por um sistema que nós chamamos de IVA-Dual. O que é um sistema IVA-Dual? É um sistema em que você tem dois tributos valor adicionados, mas com uma única Legislação. Ou seja, nós temos um tributo que... Um tributo em que você tem a mesma Legislação que se aplica para o IVA Federal que incorporaria o PIS, a COFINS, o IPI e a CID combustível, ou seja, quatro tributos consolidados no IVA Federal e o ICMS que seria convertido no IVA Estadual. Seria exatamente

o mesmo desenho, a mesma Legislação, mas apenas com duas alíquotas, uma federal e uma estadual.

Existe uma questão que é incorporação do ISS. O ideal do ponto de vista teórico é incorporar o ISS ao IVA Estadual. Por quê? Porque a partir daí a base de incidência do IVA Estadual seria exatamente a mesma do IVA Federal. Caso se decida por manter o ISS como um tributo fora do IVA Estadual, então a base de incidência do IVA Estadual, embora a Legislação seja a mesma ela vai ser mais restrita que a do IVA Federal porque ela não vai incorporar os serviços que são tributados pelo ISS.

O IVA Estadual observaria o princípio do destino. Por quê? Porque eu procurei mostrar aqui, o fato de você ter uma parte da tributação nas operações interestaduais cobrada na origem, este fato é que leva a guerra fiscal e esse fato que leva as distorções no comércio exterior. E esse fato é que prejudica, dificulta os Estados de exonerarem o investimento. Portanto, a idéia é fazer uma transição na cobrança do IVA Estadual para o destino. Há uma discussão a ser feita sobre o que significa tributar o imposto no destino? Significa que o destino puro, significa que nas transações interestaduais a parcela de imposto retida no Estado de origem é zero, e a totalidade no imposto é destinado ao Estado comprador da mercadoria. Nós estamos discutindo hoje se o ideal com os Estados, inclusive, se o ideal é ter um destino puro ou se o ideal é ter uma pequena parcela residual de 2, 3% cobrada no Estado de origem e o restante no Estado de destino porque isso ajudaria no processo de fiscalização. Seria um estímulo para que o fisco do Estado onde está instalado a empresa contribua para a fiscalização daquela empresa. Esse é um ponto que está em discussão. Agora tem vantagens e desvantagens. A vantagem do ponto de vista teórico ideal é destino puro, do ponto de vista do funcionamento da máquina de arrecadação o melhor é que tenha uma pequena parcela cobrada no Estado de origem. E obviamente esse modelo, a partir do momento que você faz a tributação no destino, por definição não tem mais guerra fiscal. Porque a guerra fiscal existe exatamente porque você está tributando a produção e não o consumo. Quando você faz a cobrança no destino, a tributação é do consumidor e não do produtor e, portanto, deixa de existir o espaço para fazer a guerra fiscal. Mas a idéia nossa é, vou falar depois da transição, é efetivamente acabar com a guerra fiscal antes, mais cedo. Seria dos primeiros passos na mudança do... Na mudança do imposto.

Um ponto importante é que nós sabemos que a guerra fiscal, embora ela seja hoje disfuncional para o conjunto dos Estados e está se tornando disfuncional inclusive para os Estados que praticam a concessão

de benefícios, ela tem uma lógica do ponto de vista de Estados como uma política de desenvolvimento dos Estados. E, portanto, o Governo Federal assumiu o compromisso de colocar na Mesa do debate junto com a Reforma Tributária, embora não faça parte da Reforma Tributária, mas junto com a Reforma Tributária uma proposta de política de desenvolvimento regional. Nós estamos exatamente nesse momento trabalhando na formulação dessa política, a vantagem de uma política de desenvolvimento regional com regras claras em relação à guerra fiscal, é que enquanto na guerra fiscal os incentivos são incertos, são não conhecidos e isso gera uma enorme insegurança do ponto de vista das empresas que estão investindo, quando você tem uma política de desenvolvimento regional clara e transparente isso significa que as empresas sabem o que é que elas têm de direito se investirem no Estado A ao invés do Estado B e o que o concorrente vai ter como benefício se investir no outro Estado.

Portanto, o Governo Federal assumir esse compromisso nós temos um prazo, em princípio, queremos, não temos a garantia que vão fazê-lo, mas gostaríamos de apresentar essa proposta que está sendo construída agora até o final de maio, e inclusive toda a discussão com os Estados sobre o fim da guerra fiscal e convalidação de benefícios, hoje está pendente em função exatamente do fato que o Governo Federal ficou de apresentar essa proposta para discutir. Aqui de novo nós temos algum acúmulo que foi feito em função da discussão que já foi feito da SUDAN e SUDENE. Acho que são instrumentos importantes, mas o que está sendo discutido hoje vai até além do que está na proposta do que foi feito na SUDAM e SUDENE. A idéia é de fato trazer não um novo modelo, mas mudanças importantes no desenho da política de desenvolvimento regional para debate junto com a discussão da Reforma Tributária.

Bom, o que é que teria como característica desses novos impostos ao valor adicionado? Primeiro seria o uniforme nacionalmente a única Lei Complementar que valeria para IVA Federal e para o IVA Estadual e uma regulamentação nacional. Seria aqui uma regulamentação feita para um comitê, a exemplo do comitê do sinks(F) que seria composto paritariamente, os Estados já me perguntaram isso, entre o Governo Federal e os governos estaduais.

E, portanto, se os Estados dizem que perdem autonomia com a mudança do ICMS no IVA Estadual, o fato é que o Governo Federal também perde autonomia nesse processo e está disposto a perder autonomia para poder construir um modelo mais simples e eficiente. As alíquotas seriam o IVA Federal uma Lei Federal e o IVA Estadual seriam leis estaduais. Nós

estamos em discussão também é um dos pontos em aberto porque esse modelo não é um modelo fechado. Este modelo é um modelo que está aberto para discussão com os Estados, está aberto para discussão com o Congresso, estou trazendo hoje aqui pela primeira vez no Congresso a discussão desse modelo de Reforma Tributária, mas ele é um modelo que está em aberto e todas as sugestões e aperfeiçoamentos são bem-vindas. A nossa idéia é tentar construir junto com Estados e Municípios, porque se nós chegarmos a um acordo com eles certamente isso facilitaria muito a tramitação no Congresso Nacional. Mas desde já estamos abertos a receber sugestões. E uma das questões que está em aberto é exatamente qual o grau de economia que os Estados teriam na fixação de alíquotas. Nós podemos ter desde uma liberdade total, você define um certo número de alíquotas e dá liberdade para os Estados definirem alíquotas mínimas para alguns produtos e dá liberdade para os Estados alocarem seus produtos naquela grade de alíquotas como eles quiserem. O que do ponto de vista do empresário é relativamente simples, é apenas conhecer a alíquota do produto que cada Estado tem, não precisa conhecer toda a legislação, apenas a alíquota, ou fazer uma Legislação que tem menos liberdade da fixação de alíquotas, ou então podemos fazer uma legislação em que tem menos liberdade dos Estados na fixação de alíquotas, por exemplo, você pega apenas cinco produtos de alto poder de arrecadação e para esses cinco produtos os Estados poderiam aumentar a alíquota ou baixar a alíquota 5% por exemplo. Está em aberto, é uma questão entre simplicidade e autonomia federativa que vai ter que ser feita essa discussão.

Bom, o novo IVA seria não cumulativo obviamente, seria o sistema de débito e crédito no modelo de imposto contra imposto, como é o ICMS e o IPI hoje, crédito integral e imediato para bens de capital. Essa é uma idéia clara, tem uma questão em aberto sobre o que a gente chama de bens de uso consumo que também é um ponto de ser discutido. Se quisesse dar crédito integral para bens de uso e consumo, nós vamos ter que discutir as alíquotas dos impostos e é algo que está em aberto para a discussão.

A fiscalização continua sendo especializada, ou seja, o fisco estadual e o fisco federal, mantém a suas competências de fiscalização, mas como a fiscalização é uma só para os dois tributos obviamente isso aumenta enormemente o potencial de convênios entre os fiscos federais e estaduais porque obviamente uma autuação de um dos fiscos automaticamente vale para o outro porque são apenas... é uma única Legislação apenas alíquotas diferenciadas.

É um ponto importante é que embora nós estejamos propondo a alocação no destino da tributação, o que está se propondo é que nas vendas interestaduais o débito seja exatamente o mesmo que existe nas vendas domésticas. Existem algumas formas de fazê-lo, aquela que nós estamos propondo hoje é recuperar uma idéia antiga que vem aí da discussão do final dos anos 90 da Reforma Tributária que é a idéia do barquinho. Eu vou tentar explicar aqui com exemplo, talvez ajude os senhores a entender. Eu peço desculpas se for muito complexo, mas vou tentar aqui explicar o que... Obviamente, essa apresentação é muito semelhante que foi feito aos Governadores. Obviamente isso aqui era um charter que não tinha na apresentação dos Governadores, mas tinha na discussão dos secretários de fazenda. Isso aqui é um exemplo de um caso que é uma empresa produtora, um vendedor, e tenho, por exemplo, um comércio, não importa aqui... Um atacadista. O produtor faz uma venda de cem, o atacadista compra por cem e vende por 150. Como é que funciona numa operação interna, que é essa daqui de cima? Eu teria, por exemplo, as alíquotas não são as alíquotas que nós estamos propondo, não tem definição de alíquotas. É um exemplo. A alíquota do IVA Estadual seria 18, a alíquota do IVA Federal de 10. Eu teria, portanto, um débito de 18, no IVA Estadual, um débito de 10 no IVA Federal, e, portanto, 28. Aquele atacadista que compra aquela mercadoria no mesmo Estado ela teria um crédito que é igual ao débito que foi feito pelo produtor. Na hora que vende, com 50% de margem, ele teria um débito de 27 no IVA Estadual, 15 no IVA Federal, portanto, o total de 42 de débito. Ele pagaria, portanto, 27 menos 18, ou seja, 9 para o fisco estadual, 15 menos 10, ou seja, 5 para o fisco federal. E, portanto, teria 14 de débito de imposto a pagar nesta operação. Numa operação interestadual, como funcionaria com o sistema do barquinho? O barquinho eu fiquei sabendo outro dia porque o tributo carrega o crédito estadual. É um pouco essa a idéia. Como aconteceria? Aconteceria que o débito do IVA Estadual seria zero. Aqui no caso de destino puro. O débito do IVA Federal seria a soma do débito federal mais o estadual. Ou seja, os 28. A soma dos 18 estaduais com os federais. 28. Portanto, o débito, tanto na operação interna quanto na operação interestadual seria o mesmo. Os 28 é o seguinte, os 18 que seriam débitos para o IVA Estadual, eles viram débito do IVA Federal. Ou seja, o débito total numa operação interna e numa operação interestadual é o mesmo. Qual é a vantagem disso? É que isso fecha muitas brechas de sonegação. Brecha de sonegação importantes, quero dizer. Quer dizer, na União Européia, por exemplo, nós temos problemas lá num esquema que eles chamam

de carrossel que resulta exatamente o fato de que o imposto na venda entre Países o IVA ele sai como tributação no destino sai IVA zero. Isso tem levado lá fraudes, não vou entrar em detalhes aqui, num sistema que chamam de carrossel que acaba levando a uma sonegação que eles estimularam em 60 bilhões de euros por ano. É um valor elevado. E obviamente se existem lá o risco aqui existiria também não tem a menor dúvida. Isso aqui é para evitar... Exatamente. É para evitar que haja risco de sonegação em função da diferenciação da tributação interna interestadual.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. BERNARD APPY: Como, Senador?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. BERNARD APPY: Não. Quando a operação é interestadual, você cobra no imposto federal a alíquota federal e a alíquota do Estado onde o produto é produzido. Você soma as duas e isso gera um débito que é exatamente o mesmo na soma dos dois, federal e estadual é exatamente o mesmo. Na operação interna e na operação interestadual.

Agora, aqui neste caso o atacadista fica no Estado de destino da mercadoria. O que acontece com esse atacadista? É a mesma coisa, ele compra por cem e vende por 150. O que acontece é que tem um crédito zero do IVA Estadual e tem um débito de 27 do IVA Estadual. Que é o mesmo que tinha no caso anterior. Ele tem um crédito de 28 do IVA Federal e tem um débito de 15 do IVA Federal, que é o mesmo que tinha antes. Na hora que eu somo, o que é que ele tem? Ele tem um débito de 27 do IVA Estadual, ou seja, o Estado de destino se apropria dos nove que ele se apropria do próprio consumidor mais os 18 que ele tinha cobrado do produtor que é a apropriação do destino, e ele tem um crédito de 13 contra o fisco federal. Na soma dos dois, 14, que é exatamente a mesma soma que ocorria no caso da operação interna.

Qual é a vantagem desse sistema? A vantagem desse sistema é evitar a sonegação. Agora, existia, isso eu vou falar logo em seguida. Na hora que foi pensado lá alguns anos atrás, houve muita resistência do ponto de vista dos empresários, porque eles entendiam que você tinha uma situação em que haveria acúmulo de crédito imposto federal no Estado destino e provavelmente acúmulo de crédito do imposto estadual no Estado de origem. Desde que essa aqui fosse uma empresa que vendesse muito para outros Estados. E os empresários normalmente têm dificuldade de ressarcir dos créditos e isso acaba levando a uma grande resistência a esse tipo de modelo. O que muda hoje que permite a gente propor esse modelo?

O que muda, vou falar em seguida, é... O que muda é que hoje esse é o principal motivo pelo qual hoje nós podemos pensar numa proposta de Reforma Tributária que é bem mais ampla do que a anterior. O que muda é o fato dessa que nós estamos falando, da nota fiscal eletrônica. Por quê? No caso que eu dei exemplo do barquinho, a nota fiscal eletrônica é um sistema no qual a empresa quando vende um produto ele faz a nota fiscal emitida através do sistema, através da internet e fica registrada no sistema. A empresa que compra o produto entra na internet...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. BERNARD APPY: A empresa que... Neste caso, a empresa que compra o produto, ela compra e simplesmente entra no sistema e registra que recebeu aquela nota fiscal. Portanto, no sistema da nota fiscal eletrônica quando há um crédito, de IVA Federal seja estadual, há automaticamente no sistema um débito de mesmo valor. Não há possibilitado de fraude de nota fria como existe no sistema atual. E, portanto, a fiscalização das notas fiscais ela se torna muito mais simples. Com esse sistema da nota fiscal eletrônica é possível montar um sistema de compensação de débitos e créditos entre empresas. E aí essa proposta que nós estamos fazendo. Um sistema, uma câmara de compensação entre o próprio setor privado em que todos os créditos que estão registrados no sistema podem ser imediatamente compensados com débitos do mesmo Estado ou do Governo Federal e, portanto, todo não existe o risco de cúmulo de crédito dentro desse sistema. Isso resolve o problema de cúmulo de crédito na exportação e resolve o problema de cúmulo de créditos que ocorre no barquinho e levou no passado a que as empresas resistissem a que esse sistema fosse adotado embora seja um sistema racional de garantia a tributação no destino mantendo, no entanto, uma cobrança, um débito igual na origem, na transição interna interestadual.

Esse sistema da nota fiscal eletrônica ele tem também outros... Ele tem outras vantagens para a discussão da Reforma Tributária. A mais importante delas é que a nota fiscal eletrônica ela vai gerar uma base de dados. A nossa idéia é que todas as transações relevantes da economia sejam registradas no sistema. Todas as transações entre empresas sejam registradas na base... Todas as transações entre empresas acima de certo porte, qualquer empresa que consiga acessar, tem um computador e consiga acessar a internet teria obrigação de fazê-lo, obviamente não as vendas ao consumidor no varejo de pequeno valor, não é necessário. Como todas as transações e principalmente as transações interestaduais estariam

registradas, esse sistema permite calcular com precisão qual é o impacto de mudanças em alíquotas e de mudança na tributação da origem para o destino para cada Estado e para cada Município.

Portanto, essa base de dados na nota fiscal eletrônica ela facilita muito a discussão da compensação entre ganhadores e perdedores nas mudanças que decorrem da Reforma Tributária. Esse é um ponto extremamente importante. Quando a gente ia discutir Reforma Tributária no passado, o Senador Jereissati sabe disso, o que acontecia era o seguinte, quem ganha, ganha, quem perde tem lá um dispositivo que diz, a União vai compensar a perda dos perdedores. O que essa compensação é sempre uma coisa extremamente complexa. Vai ser o quê? Manter a arrecadação com proporção do PIB? Que PIB? PIB de Estado ou PIB nacional? Se no primeiro ano depois da mudança o Estado afrouxa a fiscalização e reduz a tributação a União tem que ir lá e tem que compensar também? Então, obviamente isso gera uma enorme incerteza e uma grande dificuldade de apuração de ganhos e perdas. Com a nota fiscal eletrônica na verdade a base de dados que resulta da nota fiscal eletrônica, esta apuração ela se torna... Ela se torna clara. Se consegue calcular com precisão, com absoluta precisão qual o impacto sobre cada Estado e cada Município das mudanças que está sendo proposta. E aí é possível montar um sistema de compensação que seja razoável. Qual vai ser esse sistema de compensação? É um dos temas que está em discussão. Exatamente como seria essa compensação, é um dos temas que está em discussão. E também do ponto de vista dos empresários, existe sempre a acusação de que Reforma Tributária é a calibragem das alíquotas na Reforma Tributária é feita de forma a aumentar a carga tributária. Com a base de dados da nota fiscal eletrônica é possível calcular as alíquotas. Obviamente tem mudanças, é inevitável que haja mudanças entre empresas e setores. Mas no agregado, é possível calcular as alíquotas de forma a garantir com precisão que não haverá aumento da carga tributária. Isso pode ser inclusive legalizado, colocado no texto legal e tem como ser realizado.

Portanto, quando me perguntam qual a principal mudança de ambiente que existia em 2003 e hoje na discussão da Reforma Tributária, eu diria: Tem algumas discussões. Uma delas fundamental é o fato de que nós estamos implantando hoje a nota fiscal eletrônica que deve estar implantada em dois ou três anos. Está hoje já em processo de um projeto piloto, em alguns Estados, e a idéia é acelerar bastante a implantação...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. BERNARD APPY: Não, para algumas empresas de alguns Estados. E a idéia é acelerar principalmente a partir do segundo semestre desse ano acelerar bastante o processo de ampliação da nota fiscal eletrônica.

A nota fiscal eletrônica além de facilitar a Reforma Tributária ela tem mais um efeito, que é uma forte redução da sonegação. Ela sozinha, sem Reforma Tributária, a nota fiscal eletrônica sozinha já vai levar uma grande redução da sonegação porque na hora que eu tiver controlando a saída de uma empresa eu estou controlando a entrada de outra empresa. E isso vai reduzir bastante na hora que começo a controlar toda a cadeia produtiva, a não ser que a sonegação seja generalizada de um extremo ao outro da cadeia produtiva. O que não é o caso do Brasil hoje, quero deixar bem claro. Nós vamos ter condição de reduzir sobremaneira a sonegação. A discussão agora, e essa é uma discussão pertinente, é o que fazer quando tiver esse aumento de arrecadação. Do ponto de vista do Governo Federal tem o compromisso de devolver isso na forma de redução de sonegação tributária. No caso dos Estados e municípios é preciso que isso seja conversado.

Bom, como é que seria a transição? Isso é um ponto importante do modelo. A primeira transição seria a manutenção do ICMS na forma como ele está hoje pelo prazo de cinco anos. Apenas acabando com a guerra fiscal. A partir do quinto ano, o ICMS seria convertido no IVA Estadual. Nesse processo obviamente existe uma mudança de alíquotas e isso pode ou não ter impacto sobre a arrecadação dos Estados dependendo do grau de liberdade que for dado para os Estados na afixação das alíquotas. A partir do sexto ano as alíquotas interestaduais elas seriam progressivamente reduzidas. Nós imaginamos uma transição, algo entre seis anos, reduzindo, por exemplo, dois pontos percentuais ao ano, a alíquota a 12% ou em 12 anos. Um ponto percentual ao ano. Certamente não passa disso. Eu diria mínimo de seis e máximo de 12 anos a partir do sexto ano para completar a transição do ICMS. Por que essa transição tão longa para o ICMS? Esse é um ponto que se pergunta. Por que não fazer ela logo? Porque todos aqui sabem politicamente é inviável fazer a mudança de ICMS do dia para noite porque se eu adotasse o destino de hoje para amanhã claramente eu acabo com todos os benefícios que já foram concedidos no bojo da guerra fiscal e isso politicamente não é factível como é mais do que sabido aqui nesta Casa.

Portanto, a transição do ICMS, do nível estadual, é também a transição da guerra fiscal. O fato é que no final de toda transição certamente não há mais espaço

nenhum para a guerra fiscal. No caso do IVA Federal, a vigência seria mais curta. Em dois ou três anos implantar o IVA Federal, e por que fazê-lo mais cedo? Primeiro, porque nós temos condições de fazer e temos menos restrições do que no caso do ICMS. Segundo, porque como o IVA Federal a nossa proposta é que tenha exatamente a mesma estrutura do IVA Estadual, na hora que eu tiver a base de dados da nota fiscal eletrônica e um tributo que tem exatamente o mesmo desenho do IVA Estadual, que é o IVA Federal, esse cálculo dos impactos da mudança da transição do IVA Estadual se torna bem mais fácil de ser feito. Então ele completa também o desenho com a nota fiscal eletrônica. E finalmente o que aconteceria com os benefícios fiscais concedidos do ICMS? Os de caráter geral que são aqueles benefícios que afetam toda a população, redução de tributos sobre cesta básica, seriam extintos com o ICMS. Isso não significa que não teria desoneração da cesta-básica. Ao contrário. A idéia é que haja desoneração dos bens de consumo popular, mas ela seria linear e valeria para todos os Estados igualmente. Esse é um ponto. Deixaria de existir para cada Estado especificamente. E os benefícios de caráter subjetivo, que na verdade são aqueles concedidos no bojo da guerra fiscal, eles seriam recepcionados no IVA Estadual, mediante uma negociação dos Estados e homologado pelo CONFAZ. Essa é uma discussão que importante que está em curso hoje que é a discussão da convalidação dos benefícios que já foram concedidos na guerra fiscal. É uma discussão que está sendo feita pelos Estados agora. Os Estados no CONFAZ optaram por aguardar o posicionamento do Governo Federal com relação à política de desenvolvimento regional para depois decidir como é que será feita esta convalidação. Qual é a proposta então? A proposta é a partir de um momento zero de imediato, acabaria a concessão de benefícios da guerra fiscal. Os benefícios que já foram concedidos no bojo da guerra fiscal seriam convalidados e o CONFAZ determinaria como é que eles seriam... Por quanto tempo eles seriam por mantidos. Na discussão que ocorreu em 2005, a proposta era dar um prazo mais longo para os benefícios industriais, um prazo mais curto para os benefícios comerciais, e certamente essa discussão vai aparecer de novo. No máximo, o prazo máximo para a transição é o prazo da transição para a cobrança no destino. Portanto, essa é a proposta. Nós damos um prazo grande para absorver, para digerir o que já foi concedido na guerra fiscal, e isso é importante, nós damos esse mesmo prazo longo de cinco anos serve para que esteja funcionando a nota fiscal eletrônica e constituindo a base de dados, e nesse processo é possível fazer um desenho tal que não haja, do ponto

de vista dos contribuintes nenhum aumento da carga tributária. Ao contrário, como isso reduz, como processo todo fecha brechas de sonegação, é possível fazer um desenho em que a totalidade ou pelo menos uma boa parte dos ganhos com a redução da sonegação seja revertida na forma de redução de alíquotas.

Bom, no caso do ISS, a discussão está em aberto. Nós não efetivamente a discussão com os Municípios apenas começou recentemente e ainda não avançou o suficiente para que nós possamos dizer que vai haver a incorporação do ISS na base do IVA Estadual. O ideal seria fazê-lo, porque se fosse incorporado resolveria os problemas do ISS, ou seja, acabaria com a guerra fiscal também no ISS, resolveria os conflitos entre Estados e Municípios, acabaria com a cumulatividade do ISS. Permitiria que o IVA Estadual e o IVA Estadual fosse exatamente iguais em termos de legislação e base. E poderia, principalmente no caso de pequenos municípios, com certeza teria um efeito positivo sobre reação porque permitiria a exploração de uma base pouco explorada. Como no caso do ICMS tem que ser uma transição longa nesse caso dos municípios. Nessa transição é preciso discutir como é que vai ser feita a recomposição de receitas de eventuais perdedores e essa é uma discussão que está em aberto, mas volto a falar, é possível fazer um desenho em que não haja perdedores no caso do ISS.

Bom, a discussão da Reforma Tributária ela abre uma discussão importante mais abrangente sobre a questão federativa. Ela abre uma questão de imediato que é uma coisa importante. Na hora que estou falando que vou pegar PIS, COFINS, IPI, e CID combustíveis, que são tributos diferentes, dois são contribuições sociais, um é contribuição econômica e outro é um imposto. E vou colocar todos eles juntos num único tributo, obviamente abre-se a discussão sobre o sistema de partilha dos Municípios. IPI é partilhado, PIS e COFINS não são partilhados. CID combustível também é partilhado com outros critérios. O Governo Federal está propondo que no processo de com a aprovação da Reforma Tributária, logo após a aprovação da Reforma Tributária e, portanto, antes até da criação do IVA Federal, mas após a aprovação da Reforma Tributária, que se amplie base de partilha de tributos federais para Estados e Municípios. Não que se amplie o valor que é repassado, que essa é uma discussão à parte, o quanto a União deve repassar para os Estados e Municípios é uma discussão que deve ser feita, mas não deve ser feita no bojo da Reforma Tributária, mas se amplia a base de partilha. De forma que todos os tributos federais sejam eles impostos, contribuições sociais, sejam partilhados com Estados e Municípios, de forma a acabar com a discussão que ocorre muito

de que o Governo Federal só aumenta tributos não partilhados e só desonera tributos partilhados, queremos tirar essa discussão da agenda, obviamente nós vamos fazer desoneração tributária. Mas o efeito vai ser exatamente igual na parcela que é da União e na parcela que é dos Estados e Municípios. Queremos com isso melhorar a qualidade da discussão federativa. E ao mesmo tempo a discussão da Reforma Tributária abre a oportunidade de fazer uma revisão mais ampla do pacto federativo. Acho que o *timing* é diferente. A nossa proposta, como eu disse, é fechar até o início do segundo semestre a proposta da Reforma Tributária, mas junto com a proposta de Reforma Tributária nós poderíamos abrir uma discussão sobre sistema de partilha com Estados e Municípios e buscar uma racionalização do sistema de partilha. Por exemplo, vinculando uma parte... É uma discussão muito complexa para fazer aqui hoje. Os próprios Estados já começaram a fazê-la, num Fórum fiscal que eles têm e com estudos bastante interessantes, mas só para dar um exemplo, nós podemos pensar num sistema de partilha em que você premie, por exemplo, o desempenho na educação. Por que não? Porque não reservar uma parte dos recursos que são partilhados e dizer: Os Estados que tiverem melhoras, mais avanços em termos de desempenho educacional vão receber uma parte maior dessas parcelas dos tributos partilhados. E, portanto, essa discussão das partilhas nós queremos abrir, mas queremos abrir num segundo momento. E obviamente o sistema desejável é um sistema mais eficiente na redução das desigualdades regionais e um sistema que premie mais o bom desempenho dos entes federados, mais compatível com a atribuição dos entes federados. Certamente uma parte acho que vai ter... O ideal seria uma parte dele sendo um modelo do FUNDEB, um valor mínimo por aluno, uma parte ser com algum outro critério. Mas essa é uma discussão deve ser feita acho que posteriormente. Porque se nós começarmos a fazer essa discussão que está mais verde na verdade junto com a Reforma Tributária, a Reforma Tributária não vai avançar. Mas a oportunidade está dada e a nossa proposta é abrir essa discussão.

Bom, finalmente então apenas para finalizar, dizer que a Reforma Tributária, na forma como está sendo pelo menos pensada e volto a falar, é uma proposta em aberto, a ser aperfeiçoada, com a participação dos Estados, Municípios e do Congresso Nacional, ele é um jogo de soma positiva. É um jogo de ganha-ganha, ganha porque os únicos que perdem no modelo que está sendo proposto são os sonegadores. Ganha o País por conta do grande aumento da eficiência econômica em função da eliminação das distorções que nós temos hoje nos tributos indiretos, federais e estaduais, e even-

tualmente Municipais. Ganham os investidores, porque elimina-se a incerteza que prejudica sobremaneira os investimentos. E ganha a economia porque o resultado de tudo isso é mais crescimento econômico.

Portanto, aqueles que pagam hoje os impostos com certeza vão sair no final desse desenho pagando menos impostos. Nos Estados e Municípios é uma oportunidade realmente de arrecadação. Como eu vou falar, sem onerar a sociedade. A possibilidade, essa é uma discussão em aberto de que os ganhos com a redução da sonegação sejam em parte devolvido em forma de desoneração e em parte eventualmente apropriados pelos Estados e Municípios que têm hoje uma demanda muito grande por aumento de receitas para suas despesas. Seja via a redução da sonegação, seja pelo fim da guerra fiscal. O fim da guerra fiscal tem um impacto positivo como eu falei, 25 milhões de reais é o que a gente deixa hoje de arrecadar por ano em função da guerra fiscal. Obviamente todo o processo de transição, mas quando se completar toda a transição do IVA Estadual certamente haveria um ganho de arrecadação deste montante para os Estados e Municípios. Obviamente isso não significa que tem aumento de carga para as empresas porque isso tudo vai estar colocado no conjunto de discussões e a própria União está disposta a devolver os seus ganhos com a Reforma Tributária. Do ponto de vista de perdedores e ganhadores, a discussão que sempre aparece na discussão da Reforma Tributária que Estados ganham, quem perde quer ser compensado, quem da manhã não quer discutir. O fato é que hoje temos condições de estimar com clareza ganhadores e perdedores e estabelecer um sistema de compensações em que ninguém se sinta perdedor nesse processo. E isso obviamente é uma construção que está sendo feita nesse momento e certamente vai estar completada até julho. Eu acho que é isso. Essa é a proposta que nós estamos fazendo. Não é uma proposta que sai do zero, é uma proposta que vem do acúmulo que já foi feito no passado, é muito mais abrangente que a proposta anterior de Reforma Tributária porque hoje nós temos condições de fazer e não tínhamos anteriormente, principalmente por causa da nota fiscal eletrônica, e como volto a falar, claramente há uma revolução no sistema de tributos indiretos do País para o que está sendo proposto. Uma revolução com uma enorme simplificação, uma revolução com grande ganho de eficiência econômica e certamente com ganhos para todos os envolvidos nessa discussão. Nesse tipo de discussão, se todos procurarem levar ao máximo, certamente a equação política não fecha. Se todos aceitarem que não devem perder, mas nem todos quiserem levar ao máximo com certeza a gente consegue montar uma equação política que fecha

e viabilizar a aprovação da Reforma Tributária que é algo que vem sendo tentado há mais de 10 anos e que talvez não tenha tido condições no passado de fazer. Não tenha tido condições, por falta talvez desse sistema de informações que hoje permite estimar ganhadores e perdedores e algo que não tenha sido possível no passado porque talvez no passado a guerra fiscal ainda fosse vista como positiva por muitos Estados e hoje ela claramente se tornou disfuncional para o conjunto dos Estados e inclusive para aqueles que concedem benefícios da guerra fiscal.

Então, esses dois fatores. A nota fiscal eletrônica e o que ela permite do ponto de vista técnico. E o fato de que a guerra fiscal está caindo de [inaudível], esses dois fatores dão hoje uma perspectiva mais positiva com relação à efetiva implementação de uma Reforma Tributária com a longa transição que é absolutamente essencial do ponto de vista político, mas que pelo menos resolve essas grandes distorções que nós temos no nosso sistema tributário. Acho que era basicamente isso que tinha a falar e obviamente estou aberto aqui para perguntas que forem feitas, pelo menos não só os Senadores vão falar, os técnicos também, Senador. Como são poucos, não tenho grandes problemas de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Eu queria primeiro agradecer ao Dr. Bernard pela explanação bastante clara, bastante objetiva. Acho que deu para se ter em grandes linhas uma visão bastante objetiva do que o Governo Federal pretende, e eu gostaria então de iniciar aqui as perguntas dos Srs. Senadores, e tem alguns técnicos aqui, Assessores presentes, o Senador Dornelles e o Senador Crivella permitirem... Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, eu queria cumprimentar o Dr. Bernard Appy por essa exposição que ele acaba de fazer, há muito tempo eu não vejo uma exposição tão abrangente e não objetiva. Que o mostra o conhecimento profundo do Dr. Appy, Bernard Appy com assuntos fiscais. Eu acho que ele hoje talvez seja aquela... O número 1 dessa lista de pessoas que estão familiarizados com os problemas e as dificuldades da ordem tributária.

Eu queria lhe fazer uma pergunta. Quando fez uma crítica ao Sistema Tributário Brasileiro, falou sobre o problema da neutralidade, da cumulatividade, do comércio exterior, da guerra fiscal, e no campo da guerra fiscal realmente a sua exposição é excepcional, profunda, e mostrou todas as distorções que ela está trazendo em termos federativos e mesmo dentro da produtividade da economia. Mas eu não vi nenhuma menção ao problema da progressividade e regressividade. O Governo não tem nenhuma preocupação com o

fato de o sistema tributário brasileiro seja um dos mais regressivos do mundo em que as pessoas de menor renda pagam muito maior imposto proporcionalmente às pessoas de renda mais alta? Existe uma... Acerca de... Até 1988 o Imposto de Renda e IPI representavam 80% da reação. Hoje representa 40, porque foram criados esses impostos como contribuições até como o senhor mesmo disse, para evitar partilha com os Estados. E o IVA corrige. O IVA corrige essa unificação de impostos. Mas eu não vi nenhum ponto em que poder-se-ia dizer que essa reforma faz o nosso sistema ser mais regressivo, menos regressivo. O Brasil talvez seja dos poucos Países do mundo onde o rendimento do trabalho seja mais tributado que o rendimento do capital. Bem mais tributado do que o rendimento do capital. E a minha pergunta é sobre o ponto que eu levanto basicamente é se na concepção ou na preocupação com a Reforma Tributária existe essa preocupação com o problema de uma maior progressividade ou menor regressividade do sistema.

SR. BERNARD APPY: Bom, Senador Dornelles, agradeço os elogios. Quero dizer que eu não sou o maior entendido em Reforma Tributária. O André Paiva que estava aqui agora certamente entende muito mais que eu. Eu sou porta-voz dele nessa discussão da Reforma Tributária. Mas, com relação à questão que o senhor está colocando... com relação a essa questão da regressividade e progressividade, Senador, o senhor tem razão. Existe uma preocupação sim que vai aparecer na fixação das alíquotas dos IVAS Federal e Estadual e o objetivo aqui é claramente desonerar os bens de consumo da cesta básica. Ainda assim provavelmente nós teremos um sistema regressivo porque muito fundado em tributos indiretos na tributação do consumo. Mas aqui eu não vejo muita solução no curto prazo, Senador. O problema é o seguinte, nós somos um País que tem uma carga tributária relativamente elevada pelo nosso grau de desenvolvimento, nós já temos várias bases de incidência que estão bastante carregadas como a folha de salários, como certamente o consumo, e eu não vejo hoje, certamente há uma discussão pertinente. Eu gostaria de fazê-la e acho uma discussão importante. Mas eu não vejo hoje como eu conseguiria, pelo menos num prazo curto, aumentar significativamente os tributos diretos de forma a criar espaço para a redução dos tributos indiretos. Isso é consequência nós sabemos. Quer dizer, é consequência do fato de nós termos um nível elevado de gasto no País e isso acaba exigindo uma carga tributária elevada para financiar essas despesas. O que nós podemos fazer, e isso sim, acho que é extremamente importante na discussão, é abrir espaço para fazer a... Fixar as alíquotas dos IVAS Federais e Estaduais de

forma que a tributação dos bens de consumo povoados, bem mais essenciais seja a mais baixa possível e, portanto, a partir daí ter um elemento de progressividade. Acho que isso é importante.

Do ponto de vista de desenho tributário, efetivamente existe uma discussão sobre qual é o melhor desenho, e efetivamente um IVA neutro é provavelmente o tributo menos distorcivo que existe. Menos inclusive que os tributos diretos sobre a renda, do ponto de vista do funcionamento eficiente da economia. Então aquilo que é um problema que é o fato do Brasil já ter hoje uma carga tributária muito concentrada em tributos indiretos, desde que se corrija as distorções desses tributos, é ao mesmo tempo um desenho positivo do ponto de vista do desenho tributário do País. Obviamente eu gostaria de ter um desenho tributário mais progressivo. Agora, é preciso ter a coragem de enfrentar esse debate. Só para colocar um exemplo, Senador, eu vou aqui ser bem tranquilo, eu quando vim para o Governo eu trabalhava numa empresa que era tributada pelo... Presumida. Eu achava e falava isso abertamente que eu era pouco tributado. Quando eu olhava uma pessoa que era um trabalhador que ganhava, tinha a mesma renda que eu tinha e pagava muito mais imposto. Eu recebia o meu dinheiro na empresa, como era tudo lucro distribuído, a empresa, não tinha uma sonegação, empresa absolutamente correta. Nada. Zero, mas recebia todo o lucro distribuído, pagava o imposto de renda pela declaração de imposto de renda simplificada e tinha uma renda enorme, muito maior do que qualquer trabalhador com a mesma renda que eu tenho, com a grande maior parte dos trabalhadores brasileiros pagando menos imposto. A hora que se vai discutir isso, por exemplo, quando o Governo trouxe a MP 232 de forma equivocada, porque trouxe numa forma que foi entendido como aumento de carga tributária, uma reação enorme da sociedade em relação a essa questão. Por quê? Porque exatamente os mais ricos é que estavam sendo pegos por aquela mudança. Acho que esse tipo de discussão tem que ser feito obviamente sem aumento de arrecadação. Qualquer discussão desse de reduzir as desigualdades entre a tributação de alta renda e baixa renda tem que ser feita de forma aberta e tranquila. Mas é difícil, por exemplo, discutirmos um sistema mais progressivo na tributação direta se não enfrentarmos essa questão. Eu acho que tem que ser feito. Sem aumento de carga, quero deixar isso bem claro, e em hipótese nenhuma aumentando a carga tributária. Mesma coisa, por exemplo, existe do ponto de vista de *fringe benefits*, eu acho que existe aí um espaço de pessoas de alta renda de conseguir escapar da tributação, principalmente diretores de empresa, etc. através de *fringe benefits*,

essa é uma discussão que eu acho que merece ser feita. O senhor foi da Receita Federal, sabe que não é uma discussão fácil na Receita. Eles dizem que é muito difícil de fechar essas brechas da tributação de *fringe benefits*. Mas é algo que eventualmente vale a pena ser feito. Acho que é uma discussão interessante, mas ela tem desgaste. Não existe essa discussão não é feita sem que haja desgaste, algum grau de desgaste político. Mas eu acho que não é o momento agora. Acho que a discussão está que está sendo feita na Reforma Tributária tem outros objetivos. O que podemos fazer é realmente calibrar bem as alíquotas de forma a desonerar, de forma bastante forte a cesta básica da economia.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Professor ainda sobre esse assunto que o senhor acabou de levantar, acredito que foi a menção à 232, o problema do lucro presumido, o que eu acho é o seguinte, em termos dessa progressividade ou regressividade do sistema, o que muitas vezes o que o Governo tem mostrado é essa comparação entre o lucro presumido e outras formas de tributação do assalariado, mas ao examinar esse problema do Imposto de Renda tinha que jogar tudo no mesmo, vamos dizer, no mesmo pacote. Nós tínhamos que uma pessoa, um assalariado hoje de dois mil reais paga 27,5 de imposto. Uma pessoa de 3 bilhões de juros paga 15. Paga de modo que eu achava, só para terminar, que o Governo devia levantar a progressividade e estabelecer um sistema único, uma alíquota única, uma tabela única de tributação para todos os rendimentos, do capital e do trabalho porque isso acho que poderia desonerar muito o IVA que incide sobre empresas, que incide sobre produtos consumidos por pessoas de menor renda.

SR. BERNARD APPY: Bom, obrigado, Senador. Acho que é uma proposta a ser avaliada. Só diria que não é de todo simples. Mas é uma proposta que merece ser avaliada, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISATI (PSDB-CE): Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu também queria fazer minhas palavras do Senador Dornelles, e agradecer ao Sr. Bernard Appy por estar aqui conosco e de maneira tão concisa ter explicado as intenções do Governo na Reforma Tributária. Essa colocação do Senador Dornelles é a colocação acho que de grande parcela do povo brasileiro que se pergunta exatamente por isso, quer dizer, por que nos impostos indiretos, e nos diretos também, as pessoas mais ricas pagam as mesmas alíquotas que as pessoas mais pobres da nossa sociedade? Mas eu queria me ater a duas perguntas. Primeiro, se nós com a nota fiscal eletrônica, e também com

essa forma engenhosa de evitar a sonegação com o passeio da nota fiscal, os jornais do meu Estado noticiaram que a refinaria de Duque de Caxias estava sofrendo um ataque de uma verdadeira quadrilha que comprava combustíveis dizendo que ia entregar nos postos de São Paulo, mas deixava nos postos do Rio e se beneficiavam viajando apenas com a nota fiscal. E essa maneira, quer dizer, inteligente de fazer com que o imposto federal atinja o somatório do estadual e federal na venda local, vai tapar essa brecha. Quer dizer, mais os benefícios da nota fiscal eletrônica, eu acredito que nós vamos ter um aumento de arrecadação expressivos, somado ao fim da guerra fiscal, de bilhões. O Governo não tem projetos de aproveitar essa margem para desonerar a folha de pagamento? Quer dizer, começar a desoneração de tributos por onde ela é hoje mais prejudicial devido à nossa taxa de 10% de desemprego aberto e 22% de subemprego. Outra coisa é o seguinte, como é que o Governo pretende convencer os cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro municípios e seus Prefeitos de que a arrecadação do ISS, que é expressiva na maioria dos Estados, alguns tem IPTU muito baixo. A grande maioria. Ou é cidade como o Rio de Janeiro que tem o IPTU alto ou então vem de fundo de participação dos Municípios, ICMS. Quer dizer, deles aceitarem que o Estado arrecade isso e depois ficarem sujeitos à boa vontade do Secretário de Fazenda, do Estado, de repassar aquela parcela para os Municípios. O senhor não acha que isso causará preocupação aos Prefeitos? Nesse sentido? Eram duas perguntas. E eu não tive tempo ainda de estudar, a explanação do senhor foi maravilhosa, mas eu gostaria de reunir com a Assessoria do Gabinete, do Senador, e ouvir palestras, pareceres, ler os jornais, para entender melhor e ter uma visão mais ampla que hoje tive aqui. Mas essas duas, assim, eu pediria ao senhor que me respondesse.

SR. BERNARD APPY: Bom, Senador Crivella, primeira questão. Eu acho que o senhor tocou num ponto importante que é a desoneração da folha. Quer dizer, o Ministro Mantega, aliás, esqueci, eu sou meio ruim dessas coisas formais, ele pediu para dizer, Senador, que agradecia o convite. Infelizmente não podia vir, nem ele nem o Secretário Rachid. Mas pediram para que eu viesse aqui representando o Ministério. Eu realmente eu não sou muito bom nessas questões formais, viu Senador. Mas vamos lá... Com relação a essa questão da desoneração da folha, que o Ministro Mantega já colocou que é uma prioridade para o Governo Federal certamente é uma possibilidade dentro do espaço que se abrirá para a desoneração tributária que decorre do modelo de reforma tributária que está sendo proposto. Nós temos dois momentos aí em que

você tem espaço para redução de sonegação. Um deles é na implantação no aumento da implantação da nota fiscal eletrônica e o outro é na mudança da cobrança dos IVAS. Nesses dois momentos fecha esse espaço de sonegação. E certamente eu acho que existe a necessidade de fazer uma discussão aberta, sob quais são as prioridades de desoneração. E certamente uma dessas prioridades é a desoneração da folha de pagamentos. Esse é um item que está dentro da pauta. Agora obviamente nós não estamos aqui discutindo quais vão ser as medidas de desoneração. Estamos vendo apenas como é que se está abrindo espaço para se fazer a desoneração.

Com relação à questão de convencimento dos Prefeitos, eu queria deixar claro que não existe, obviamente no modelo que está sendo proposto, não existe nenhuma possibilidade de retenção da Receita pelo pelos Estados. Assim como hoje os Estados já transferem 25% do ICMS para os Municípios, essa transferência é automática. Que eu saiba não há casos de Estados que tenham retidos a parcela de ICMS que é devida aos municípios, mesmo Estados em crise fiscal relevante.

Então, certamente assim como a União não retém nenhuma parcela que é devida aos Estados e Municípios por conta dos fundos de participação. Essa transferência é automática e o modelo que vai ser feito é certamente o modelo com transferência automática.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Appy, lá no meu Estado há uma constante reclamação, por exemplo, do Prefeito da capital, César Maia, com relação aos recursos da saúde. Repasses da saúde. O Município recebe e não passa para o Estado, demora, atrasa...

SR. BERNARD APPY: Existem casos em que há, sim, discussões sobre critérios de repasse, *timing* de repasse. Pode ser o caso da saúde. Eu não conheço o caso da saúde no seu Estado. Mas certamente não é o caso desses repasses que são automáticos e vinculados à arrecadação. Que eu conheço, pode ser até que exista, mas eu não conheço nenhum caso de Município que tenha reclamado de não ter recebido a parcela deles os 25% do ICMS, assim como no caso do FPM é absolutamente automática a transferência da União.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): [pronunciamento fora do microfone]

SR. BERNARD APPY: O IVA vai ser um fundo... A repartição do IVA para os Municípios vai ser constitucionalizada. Com certeza. E vai ser automática. Esse risco não existe. Deixar claro que esse risco não existe. Existe sim eventualmente uma perda de autonomia tributária. Isso de fato existe, mas acho que os

benefícios são tão maiores do que a perda da autonomia tributária que compensa fazê-lo. Acho que essa é a situação que nós estamos discutindo na questão dos Municípios.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): [pronunciamento fora do microfone] Desculpe, Presidente. Posso fazer uma pergunta? No caso do ISS, quer dizer, quem vai fiscalizar a arrecadação continuará sendo os fiscais da Prefeitura ou será a máquina fiscalizadora do Estado?

SR. BERNARD APPY: Como eu falei, a questão da incorporação do ISS está em aberto ainda. É uma questão que está menos madura do que o resto do desenho da Reforma Tributária. Em princípio a idéia é que fosse a máquina estadual. Pode se que se abra espaço para ter um convênio e dizer que os Municípios fiscalizam um determinado tipo de comércio. Agora, volto a dizer, com a nota fiscal eletrônica, por exemplo, a fiscalização da ponta do comércio vai ficar mais fácil porque você controla a entrada. Então, aquela questão de você ter que ir lá e fazer a fiscalização do faturamento e tal, fica mais simples.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Essa é a vantagem espetacular. Você vê o que ocorre hoje. A energia, por exemplo, grande produtor é o Paraná. Mas o grande arrecadador é São Paulo. Petróleo a mesma coisa. Grande produtor é o Rio de Janeiro, grande arrecadador São Paulo. Porque as duas energias elas são arrecadadas no consumo. Quanto se fala de produtos manufaturados e aí São Paulo é a grande Meca dos produtos manufaturados. Aí já não é mais no consumo, é na produção. São Paulo ganha de novo. Quer dizer, então a cobrança no consumo é realmente para os outros Estados um alívio.

SR. BERNARD APPY: Senador, eu não vou discutir questões específicas de Estados, mas posso dizer que São Paulo ganha com o fim da guerra fiscal. Então, todos saem ganhando no sistema proposto.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Se o Senador Dornelles e o Senador Crivella permitir tem alguns técnicos que gostaria de colocar algumas questões. Como nós fazemos um pouco informal. Prof. Samuel gostaria de colocar uma questão. Em seguida... Eu vou pedir apenas que se apresentem, façam questões bastante objetivas e rápidas e que se apresentem ao fazerem as questões.

SR. SAMUEL PESSOA: Obrigado, Senador pela oportunidade. Samuel Pessoa, Assessor do Senador Tasso Jereissati. Eu gostaria de perguntar ao Secretário, que na exposição do Secretário houve uma enorme preocupação de discutir a Reforma Tributária do ponto de vista do pacto federativo da redistribuição entre os Estados. Mas a gente viu na reforma passada, quando

tentamos passar diversos setores do regime da cumulatividade para o faturamento que esses diferentes regimes eles afetam de forma muito distinta diferentes setores da economia. Em particular diversos setores continuaram no regime do faturamento. Da cumulatividade e não do valor adicionado, desculpe. A minha pergunta para o Secretário é: Pelo que eu entendi da exposição, todos os setores iriam sair da cumulatividade e iriam para o regime do valor adicionado. Significa que nós teríamos que ter todos os setores no regime do lucro real. Isso é verdade eu entendi corretamente, como que a Fazenda está pensando em fazer essa transição colocar todos os setores no regime do lucro real para que todos os setores possam funcionar no regime do valor adicionado. E se isso correr, como que é que vai ficar ao se fazer essa transição, a questão não do pacto federativo, mas a questão das redistribuições de carga tributária entre os diversos setores. Dependendo das intensidades fatoriais, setores terem mais capital ou menos capital intensivo, terem um valor adicionado maior ou menor quando a gente sai do faturamento. E vai para o valor adicionado tem uma redistribuição entre os setores que a gente viu enormes dificuldades de serem administradas na mini reforma tributária que houve no começo do Governo anterior. Essa é a minha questão. Obrigado.

SR. BERNARD APPY: Bom, vou começar pela pergunta final. Sim, que existe, é inevitável que haja uma redistribuição de carga entre setores no bojo da mudança que está sendo proposta, mas na verdade como você está passando para um regime não cumulativo do sistema imposto contra imposto, você pode pegar setores que hoje já pagam menos, porque ficaram na cumulatividade e para eles trabalharem com alíquotas menores. A idéia nossa é trabalhar com números pequenos de alíquotas do nível estadual, e se possível também no nível federal. Nós achamos que é melhor. Não tem um número muito grande de alíquotas, mas certamente é possível ter alíquotas que contemplem pelo menos num grau de proximidade razoável a tributação setorial que já existe, aproxime a tributação setorial que já existe hoje. E, portanto, sim. É inevitável alguma redistribuição de carga, ela não precisa ser muito grande desde que sejam, a alocação entre as alíquotas dos produtos seja adequada.

Com relação à questão do lucro real, não necessariamente precisa ser todos os setores ir para o lucro real. Mas uma questão que vai aparecer na discussão provavelmente é o do lucro presumido, as empresas do lucro presumido passarem no que diz respeito aos IVAs a recolherem os tributos com base no sistema de imposto contra imposto, e não na base num sistema sob faturamento. O resto da tributação do lucro presumido

pode continuar exatamente como ela é. No que diz respeito às atribuições indiretas é possível que você migre para um outro... Talvez seja necessário mudar para um outro modelo.

No caso do SIMPLES obviamente a idéia não é incorporar o SIMPLES. O SIMPLES continua sendo um modelo à parte, com a tributação da forma como ela é feita hoje, mas aí são empresas muito pequenas. Não chega a ser uma grande distorção no desenho do modelo como ele está sendo proposto. Então efetivamente a idéia é sim fazer essa migração. Eventualmente isso vai levar a uma discussão da questão do lucro presumido. Eu acho que hoje as próprias empresas muitas delas têm a ganhar com essa mudança. Vou dar um exemplo, por exemplo, no comércio é bem provável, a não ser que a margem de comércio seja muito alta. Mas em setores em que a margem do comércio é baixa, certamente quem está no lucro real hoje está melhor do que no lucro presumido. Só para dar um exemplo. Então certamente existem empresas no lucro presumido que tendem a ganhar também com essa mudança. Isso não acaba com o lucro presumido. Apenas muda a forma de tributação indireta do lucro presumido. Isso não está definido, mas eu diria que é muito provável que isso ocorra na mudança que está sendo proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Por favor, se apresente.

SR. ALBERTO: Eu sou Alberto, da Consultoria Legislativa do Senado, eu agradeço a oportunidade de dirigir a pergunta, a explanação do Secretário colocou bastante ênfase na nota fiscal eletrônica. É um projeto piloto. Hoje em alguns Estados Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul, em grandes empresas. Eu pergunto então exatamente o que é que é exigido da empresa porque isso passaria a ser exigido até da média empresa e da pequena empresa que não vier a aderir ao SIMPLES. Ela já tem dificuldades de comprar aqui no Distrito Federal a emissão de cupom fiscal... Eu pergunto o que vai se exigir dela em termos até de investimento para poder instalar a nota fiscal eletrônica? Obrigado.

SR. BERNARD APPY: Bom, primeiro para colocar um ponto que a idéia de implantar a nota fiscal eletrônica é progressivamente das empresas maiores para menores. Nós não vamos de imediato exigir que empresas menores emitam nota fiscal eletrônica. Segundo, certamente empresa abaixo de um porte que não tiverem condições não vão entrar no sistema. Mas as vendas dessas empresas são pouco relevantes do ponto de vista da arrecadação total do País. Agora, o que se exige da empresa efetivamente quando o sistema tiver todo completo, instalado, vai ser basicamente

ter um computador com acesso a internet. É isso que vai estar sendo exigido da empresa que emita nota fiscal eletrônica.

Então, portanto, para quem vai ser obrigatório? Para toda empresa cujo porte claramente permita que ela tenha um computador com acesso à internet. Se alguns casos a empresa tiver localizada numa região muito distante onde não exista acesso à internet ou se ela for uma empresa de pequeno porte não é necessário. Mas isso não distorce de forma nenhuma o modelo que está sendo proposto porque essas empresas são pouco... O faturamento dessas empresas e a venda delas é muito pouco relevante no conjunto da arrecadação tributária nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu queria passar a palavra ao Senador Neuto de Conto, Vice-Presidente dessa Subcomissão que gostaria de...

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Cumprimentando o Senador Tasso Jereissati, nosso Presidente da Comissão, o Senador Dornelles, o Senador Crivella, cumprimento o Dr. Bernard Appy, lamentavelmente perdi a oportunidade de ouvi-lo e conseqüentemente ter a oportunidade de um esclarecimento mais profundo desta nossa primeira reunião desta Comissão Especial Temporária. Os aeroportos, os aviões fizeram com que ficasse retido por quase quatro horas em São Paulo.

Tudo não poderia deixar de nesta oportunidade, principalmente de... Não de fazer perguntas, mas sim de trazer o nosso ponto de vista da atual situação tributária que vive o País. Tive a oportunidade de ter um conhecimento do Relatório produzido em parceria com a revista ISTOÉ, melhor, a EXAME, e com a consultoria internacional [inaudível] e no dia dessa semana, também na última Veja, mais um Relatório da revista The Economist, em que nos traz alguns dados dos Países emergentes, esses Países que o Brasil faz parte, juntamente com a Rússia, a Índia e a China, e que eles relatam que o Brasil está à frente desses três países. Mas também coloca com muita precisão as falhas e as deficiências que o nosso País tem na ação tributária e principalmente na carga tributária. E coloca esta revista que o combate, a contensão de gasto do Governo é um dos fatores em que impede o crescimento. Se o País cobrasse menos impostos, é o segundo ponto muito bem ilustrados, e os entraves burocráticos. E entre os entraves burocráticos, eles levam para a morosidade e a lentidão do judiciário em que permitem que milhões e milhões de reais ficam parados, fora da circulação de riquezas, e conseqüentemente travando o crescimento do País.

Entendo que a informalidade, talvez seja o ponto mais grave, pois 40% da economia do País ela gira na informalidade. E também o contrabando e a morosidade também na defesa da sanidade dos nossos produtos. Eu vou citar um fato em que só Santa Catarina deixou de exportar o ano passado 750 milhões de dólares em razão da febre aftosa que aconteceu no Paraná e no Mato Grosso. E uma coisa que não tem custos, quase. E ela deixa de ter um movimento tão grande e tão importante para um segmento que o setor de aves e de suíno do nosso Estado e por sermos forte, passamos a ser penalizados. Graças a Deus, pelo trabalho constante de nossas equipes técnicas, o próprio Governo, a OEA já reconheceu tecnicamente e cientificamente o Estado livre de febre aftosa sem vacinação pelo trabalho realizado, e agora no dia 20 será a posto em Plenário para que nós possamos não vender para um único País, mas sim para o mundo os produtos lá produzidos.

Presidente, eu tenho muita dificuldade de trazer para um debate quando lá no Governo de Fernando Henrique, e no Governo... Antes do Fernando Henrique, o Governo Itamar Franco, quando veio para o Congresso uma Medida Provisória da qual eu fui o seu Relator do plano da estabilização da economia do Brasil, nós tínhamos quase 70%, ao mês de inflação. E foi trazido a zero. E nos debates daquela oportunidade, do momento triste que vivia a Nação, que ela... A inflação sugava tudo, até o tecido social, e que o partido que está no Governo hoje votou totalmente contra. Se posicionou contrário e que hoje é a grande mola mestre do sucesso da economia do País, aquele Projeto.

Portanto, às vezes se debate num momento e o resultado lhe acontece depois. E por acontecer posteriormente ele também nos traz as dificuldades vividas e os beneficiários normalmente que eram contra hoje são favorecidos.

Por isso eu não vou me alongar muito, até porque o alto horário que se vai longe, mas com essas pequenas considerações, com estes pequenos dados, em que se inicia vou procurar me inteirar naquilo que foi trazido por esse debate deste dia, me aprofundar neles e ficar à disposição, meu Presidente, para encontrar todas as formas, todos os caminhos possíveis para que nós possamos produzir uma proposta profunda, uma proposta que encontre respaldo, não só Parlamentar em nosso Senado, mas também junto à sociedade, que nós possamos dar a este País o crescimento, a velocidade desse crescimento que esse País tanto precisa e que não só passa a destacar no BIRD, nos Países emergentes, dos quatro Países emergentes, mas sim passa a ser parâmetro para todas as sociedades mundiais. Eu não... Vou deixar de fazer pergunta,

porque não conheci as perguntas feitas, posso fazer duplicidade, mas quero cumprimentar o apresentador, o Dr. Bernard, dizer a ele que eu vinha escutando no carro já a opinião dos nossos Senadores da brilhante apresentação, e certamente ela será muito válida, vamos ter outros momentos, outras oportunidades e vamos sim buscar o caminho para o crescimento, para o desenvolvimento e certamente o anseio que a sociedade tanto espera por aqui ser construído. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Senador Neuto. Eu gostaria então apenas de fazer algumas observações. Eu não diria nem perguntas, Dr. Bernard, mas algumas observações, nos preocupa um pouco a mim especificamente uma declaração do Ministro Mantega hoje de que haveria uma provável desoneração da folha de pagamento nos jornais e em troca provavelmente o imposto sobre faturamento. O que seria um novo complicador e uma nova discussão dentro de toda essa filosofia tão bem apresentada pelo senhor aqui.

A colocação que eu ia fazer, a preocupação do ex-Ministro Dornelles aqui, do Senador Dornelles, sobre a questão de uma maneira geral do Imposto de Renda que não foi tratado como uma preocupação aparente na Reforma Tributária, a questão da CPMF que também V.S^a colocou que não iria ser tratada, mas evidentemente quando nós chegarmos ao desenho final da Reforma Tributária a CPMF tem que estar dentro dessa discussão, e eu gostaria também mais de colocar que uma preocupação como foi colocado aqui pelo Senador Neuto em relação a questão da burocracia. Acho que o Senador Crivella também falou sobre isso, e que preocupação em alguns impostos que são aparentemente pequenos, mas formam um conjunto burocrático que atrapalham muito a vida do cidadão comum, a vida das empresas de maneira geral.

Eu vou citar como exemplo o laudêmio, que acho que é uma coisa... Senador Dornelles deve conhecer. Acho que é uma coisa que não existe mais em nenhuma parte do mundo, pagamento de laudêmio, mas aborrece e traz uma série de problemas e possibilidade de acharques(F), etc. Então essas observações já que acho que esse é o primeiro de uma série de encontros que nós vamos ter, Senador Neuto, e para que nós possamos discutir evidentemente com essa Comissão já mais aparelhada para discutir as questões que V.S^a aqui colocou. Então eu queria passar a palavra para suas considerações finais.

SR. BERNARD APPY: Obrigado, Senador. Com relação às questões colocadas pelo Senador Neuto de Conto, eu acho realmente se o senhor tivesse assistido a apresentação, a nossa preocupação claramen-

te no desenho da Reforma Tributária é uma enorme simplificação do desenho tributário que consigo traz uma grande redução da sonegação. Quer dizer, todo desenho está sendo feito para simplificar, reduzir muito a informalidade... Reduzir muito é uma das consequências do desenho que está sendo proposto. Seja pela simplificação, seja pelo maior controle é reduzir a informalidade. E deste ponto de vista liberar espaço via redução da informalidade, via redução da sonegação para a redução da carga tributária daqueles que hoje pagam tributos. Essa é uma preocupação clara no desenho da Reforma Tributária que está sendo feito. E, portanto, eu entendo a preocupação, obviamente isso não é preocupação apenas [inaudível] internacionais, é uma questão em debate no País. Essa preocupação com relação à complexidade do Sistema Tributário Brasileiro, com relação ao nível da carga tributária, principalmente para aqueles que pagam tributos, essa preocupação é uma preocupação que permeia toda a discussão da Reforma Tributária na forma como está sendo trazida aqui para o debate. E, Senador, eu queria dizer que o que nós estamos trazendo aqui não é um desenho pronto, é um desenho para discussão. É um desenho que estamos discutindo com os Estados, estamos discutindo com os Municípios, estamos discutindo com o empresariado e certamente vamos discutir com o Congresso. Quem vai definir o desenho final da reforma certamente é o Congresso Nacional, mas nós estamos trazê-lo já o mais... Tentar construir o máximo de acordo possível em relação ao desenho porque isso facilita muito depois a tramitação. E, portanto, acho que a sua preocupação é a nossa preocupação também no desenho que está sendo proposto.

Com relação à questão da defesa sanitária, obviamente não é um assunto que compete ao Ministério da Fazenda, então não vou me ater.

Com relação à questão que o senhor colocou do Plano Real da votação contrária, o que eu acho, eu que não vou aqui discutir o compromisso claro que existe nesse Governo com o controle da inflação. Acho que é muito claro hoje, é um ativo muito prezado por esse Governo. Mas o que eu acho é exatamente o que eu estou querendo trazer aqui e acho que o encontro de hoje é muito positivo desse ponto de vista, é que se nós tivermos diálogo e entendermos aquilo que está sendo discutido, certamente nós vamos evitar posições que são apenas políticas e muitas vezes contrárias ao interesse do País. Isso o senhor deu exemplo, eu poderia dar outros da própria oposição nos anos recentes de muitas vezes votações, vamos dizer assim, com posições claramente inconseqüentes. Vamos falar aqui claramente, contra o País, contra os interesses de fato do País apenas em busca de uma posição po-

lítica. Acho isso muito ruim como desenho de relacionamento político. E o que nós estamos tentando fazer aqui hoje é exatamente buscar um relacionamento que seja pautado pela maior abertura na discussão técnica para que a discussão que nós venhamos a fazer sobre Reforma Tributária seja exatamente ela uma discussão em que nós pensemos os interesses no País e não apenas nos interesses políticos específicos de cada agremiação que compõe o Congresso Nacional. Acho que isso é uma forma, vamos dizer assim, madura de fazer política. É um pouco isso que eu espero estar fazendo aqui hoje representando o Ministério da Fazenda nessa discussão e espero que a gente possa construir com esse tipo de relacionamento, que como disse o Senador Jereissati, esse é o primeiro encontro de uma série de encontros que nós procuraremos ter.

Senador Jereissati, com relação as suas questões... Primeiro, com relação a questão do Imposto de Renda que não é preocupação na reforma, eu queria deixar aqui... Tem uma preocupação sim. Eu nem trouxe aqui, é um ponto que provavelmente vai vir junto com a reforma que é provável unificação do Imposto de Renda pessoa jurídica contribuição social sobre o lucro líquido. A mudança que nós estamos fazendo cria espaço para fazê-lo e esse é um aperfeiçoamento, simplifica para as empresas. Na parte hoje nós temos dois tributos sobre a mesma base com pequenas diferenças de legislação não se justifica ter esses dois tributos e queremos simplificar desse ponto de vista. O restante, eu acho que o que existe hoje... O problema é que a discussão da Reforma Tributária nesse momento é uma discussão de Emenda Constitucional. Demais, no restante, acho que não há necessidade hoje de na Constituição se rever a Legislação do Imposto de Renda. Acho que o Senador Dornelles trouxe a discussão sobre como aperfeiçoar a Legislação no Imposto de Renda. Acho que essa é uma discussão que tem que ser feita e nós estamos abertos a ouvir sugestões e procurar ver qual a melhor forma de fazer esse aperfeiçoamento. Mas para isso, obviamente nós não precisamos de uma Emenda Constitucional. Isso pode ser feito claramente em termos infralegal. Então, é uma preocupação, sim, o aperfeiçoamento do sistema tributário é uma preocupação.

Agora, eu comecei dizendo, o foco principal da Reforma Tributária são os tributos indiretos porque ali que estão as maiores distorções do sistema tributário hoje que prejudica o crescimento do País. Então esse é o primeiro foco. Depois nós vamos procurar. E eu mesmo disse, existem distorções em outras áreas. E reforço. Existem, sim, existem aperfeiçoamentos a serem feitos em outras áreas da discussão.

Com relação à questão da burocracia, acho que já respondi. Quer dizer, é uma preocupação nossa claramente, redução da burocracia, simplificar reduz a democracia. Acho que nós estamos aqui num ambiente democrático e outras questões que sejam trazidas serão, poderão ser discutidas.

Com relação à questão que o Ministro Mantega colocou com relação a desonerar a folha, eventualmente da base, a idéia aqui não é voltar a tributação cumulativa. Não é isso. A idéia é eventualmente colocar em discussão, uma discussão que existe sobre eventualmente no primeiro momento já antes mesmo de completar todo o processo da Reforma Tributária colocar em discussão eventualmente, eventualmente alguma desoneração da folha de salários e como nós não podemos no curto prazo prescindir da arrecadação, um deslocamento dessa base por valor agregado. Então é isso na prática que está sendo colocado. É uma discussão que está em avaliação pelo Ministério da Fazenda, nós vamos ter que avaliar prós e contras. Certamente você tem um impacto, você está tirando um pouco, desonerando o trabalho, onerando um pouco mais o capital, e precisa ver o que isso significa em termos de desenho tributário em vantagens do sistema tributário. Agora de fato existe uma preocupação sim com a excessiva tributação da folha de salários no Brasil que passa por uma equação, por um desenho mais sólido, a Previdência que está sendo discutida hoje no fórum da Previdência, mas passa também por criar condições para a desoneração da folha. Como eu falei, no desenho da reforma tributária, certamente essa é uma das prioridades na ocupação do espaço para a desoneração tributária. Mas já no curto prazo existe essa discussão que está sendo feita sobre eventualmente fazer uma transferência da tributação da folha para o faturamento.

Acho que é isso basicamente. Com relação à CPMF, Senador, não vou me ater aqui muito tempo, acho que nós temos que ter uma discussão clara sobre a CPMF. Nós entendemos que existe hoje uma grande demanda para reduzir a CPMF, vamos ter que discutir de fato se ele faz sentido na alíquota que ela tem hoje num país não inflacionário. Temos que discutir o que mais prioritário, se é reduzir a CPMF ou se tem outras medidas de desoneração tributárias que são mais prioritárias. E aqui o espaço fiscal é o mesmo. Tem o compromisso do Governo em promover a desoneração tributária e vamos ver discutir onde é mais importante de fazê-lo se na CPMF ou não. Se a conclusão é na CPMF teremos que fazer fazê-lo na CPMF. Dentro da CPMF nós temos que olhar existem incidências destina. Então só para dar um exemplo, esse é um ponto que eu gostaria de dizer. Por que é que surgiu uma

discussão no Ministério da Fazenda a questão da tributação da desoneração das operações de crédito na CPMF? Surgiu porque nas operações de crédito, principalmente de curto prazo, a CPMF é muito distorciva. Só para dar um exemplo, se você faz uma operação numa empresa precisa de capital de giro por um dia. E ela precisa ir ao Banco pegar o recurso, a empresa vai pagar aí, dependendo do porte da empresa vai entre 005 e 01% de juros no dia. Se ela pagar no dia seguinte, ela vai pagar de CPMF mais do que ela paga de juros. Então tem um efeito distorcivo aí do ponto de vista da gestão eficiente de caixa das empresas que tem que ser considerado. Uma distorção locativa é importante. A CPMF sobre as operações, vamos dizer, mercantis, ela também é distorciva, é um tributo cumulativo. Mas é um tributo cumulativo que é um décimo do que era o PIS e COFINS antigamente. Um décimo. Nós tínhamos uma alíquota de 3,65 da PIS e COFINS, anteriormente CPMF é 0,38. Um pouco mais que um décimo do que era o efeito distorcivo nas operações mercantis da CPMF ele é um décimo do que era o efeito distorcivo da PIS e COFINS quando era cumulativo. Na média isso dá algo como 1% de tributação sobre o valor das mercadorias que é não compensável. E essa conta é fácil fazer porque PIS e COFINS era 3,65 no cumulativo, 9,25 no não-cumulativo.

Portanto, 0,38 no cumulativo, dá algo muito próximo de 1% no não-cumulativo. Então na prática nós estamos falando na média dos setores numa tributação cumulativa de 1%. É distorcivo? É. É muito distorcivo. Tendo em vista a facilidade de arrecadação é algo a ser discutido. Obviamente existe a disposição do Governo Federal de discutir. Existe essa disposição de discutir e ver o que é melhor e eventualmente discutir a desoneração da CPMF. Isso disposição existe e está aberto. Agora, querermos fazê-lo de forma em que se consideram todos os aspectos da questão que está sendo discutida. E é por isso que nós enviamos o projeto da CPMF, de prorrogação da CPMF para o Congresso Nacional com a disposição de discutir se e como deve ser feita a desoneração de CPMF junto ao Congresso Nacional exatamente para que essa discussão seja feita de forma aberta e técnica que acho que é o ideal do ponto de vista do desenho institucional do País. Acho que esse é o ponto que nós estamos construindo.

E só para finalizar queria dizer que estou totalmente à disposição, eu, assim como o Ministro Mantega e o resto da equipe do Ministério da Fazenda para continuar essa discussão sobre a questão da Reforma Tributária e as questões tributárias que eu acho que serão discutidas por essa Comissão que acho

que tem um importante trabalho a fazer ao longo dos próximos anos.

Basicamente isso. Queria agradecer o convite, Senador, e dizer que estamos abertos para essa discussão que eu acho que pode ser muito profícua e não só nós aqui estamos trazendo... Nós temos a aprender também como já aprendemos com a discussão que é feita no Congresso Nacional. Em muitos casos o Governo envia projetos para o Congresso Nacional, que saem claramente melhorados do Congresso Nacional, então eu acho que o espaço que existe para esse trabalho de construção mútua é muito grande e se nós tivermos um tipo de relacionamento franco, aberto e focado no que é melhor para o País, certamente o trabalho pode ser feito nessa parceria entre o Executivo e o Legislativo é muito positivo. Eu queria finalmente agradecer mais uma vez o seu convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Agradecemos então ao Dr. Bernard Appy pela sua presença, e essa exposição, essa franqueza, esse diálogo que se dispõe a fazer conosco.

E antes de encerrar, eu gostaria de colocar algumas questões sobre nossa agenda aos Senadores. Primeiro, se na próxima segunda-feira, é impensado com terça-feira, primeiro de maio. Então o ideal é que seria fizéssemos a nossa próxima reunião na outra segunda-feira. E segundo, se na segunda-feira nesse horário está bom para os Senadores que estão aqui presentes. Se permaneceremos as nossas reuniões segunda-feira nesse horário...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, para mim está bom. Agora, pela frequência de hoje talvez não esteja para os outros.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): É nós levantamos essa questão na reunião anterior, eu vou fazer uma avaliação com os outros Senadores. Por isso que eu gostaria da opinião, se esse horário está bem. Porque se estiver bem eu vou reforçar com os outros Senadores a conveniência desse horário.

E também colocar aqui à Comissão que a nossa idéia é na próxima reunião, assim como nós trouxemos o Dr. Bernard Appy, convidar alguns Secretários da Fazenda, e quem sabe Governadores de diferentes regiões para que nós possamos discutir a Reforma Tributária do ponto de vista dos Estados. Se essa sugestão está de acordo com o pensamento dessa Comissão.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, só uma indagação. Essa proposta que o Dr. Bernard Appy nos apresentou aqui os Governadores já deram conhecimento? Quer dizer, já têm condições de examinar e falar sobre ela?

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Ok?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O que está atuando muito na Reforma Tributária é o ex-Governador Rigotto do Rio Grande do Sul, acho que ele teria uma contribuição importante para... Ele faz parte de um estudo bastante profundo, ele já foi como Deputado, já tem algumas propostas tramitando e como Governador ele tem uma experiência muito grande. Eu acredito que o convite dele também seria muito interessante para a Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Excelente sugestão. Eu pergunto se nós traríamos, porque a nossa idéia seria promover uma série de Audiências Públicas. A próxima seria reservada aos Estados. E a sua sugestão é que ele venha nessa Comissão dos Estados? Já na dos Estados.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Podia ser fora dos Estados. Trazer os Governadores e depois... Um outro momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Bom, então nós vamos avaliar. Com certeza o ex-Governador Rigotto tem uma enorme contribuição para dar e é muito bem colocada a sugestão, mas a princípio, na próxima reunião que seria sem ser na próxima segunda-feira, na outra, nós ouviríamos o representante dos Estados, e o ideal seria representantes de várias regiões, Secretários da Fazenda que... Regiões e Estados que tivessem efeitos diferentes da Reforma Tributária.

Então, eu agradeço mais uma vez a presença do Sr. Bernard Appy e fica encerrada essa Sessão.

Sessão encerrada às 21h50.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO, DE 2007, ÀS 19:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 15, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezenove horas e vinte e cinco minutos do dia sete de maio do ano de dois mil e sete, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, com a participação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Neuto de Conto, João Tenório, Cícero Lucena e Flexa Ribeiro e, ainda, da Senadora Lúcia Vânia e do Deputado Darcísio Perondi. Deixam de comparecer os Senadores Mão Santa, Raimundo Colombo e Osmar Dias. Haven-

do número regimental, é declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública a fim de discorrer sobre a Reforma Tributária apresentada pelo Governo Federal, em atendimento a deliberação da Subcomissão, tendo como convidados a Senhora Lina Maria Vieira, Secretária de Estado de Tributação do Estado do Rio Grande do Norte e Coordenadora dos Secretários no Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz; e os Senhores **Ispêr Abraham Lima**, Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Amazonas; **Mauro Ricardo Machado Costa**, Secretário de Estado da Fazenda do Estado de São Paulo; **Simão Cirineu Dias**, Secretário de Estado da Fazenda do Estado de Minas Gerais; **Carlos Mauro Benevides Filho**, Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Ceará; **Aod Cunha de Moraes Junior**, Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul; e Waldir Júlio Teis, Secretário de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso. A Audiência Pública é realizada com a presença da Sra. Lina Maria Vieira, Secretária de Estado de Tributação do Estado do Rio Grande do Norte e Coordenadora dos Secretários no Conselho Nacional de Política Fazendária–Confaz; do Sr. Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, Secretário Executivo da Receita do Estado do Amazonas, representando o Sr. **Ispêr Abraham Lima**, Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Amazonas; Sr. **Mauro Ricardo Machado Costa**, Secretário de Estado da Fazenda do Estado de São Paulo; Sr. **Simão Cirineu Dias**, Secretário de Estado da Fazenda do Estado de Minas Gerais; Sr. **Carlos Mauro Benevides Filho**, Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Ceará; Sr. **Aod Cunha de Moraes Junior**, Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul; Sr. Waldir Júlio Teis, Secretário de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso, e ainda, do Sr. Milton Gomes Soares, Secretário de Estado da Receita do Estado da Paraíba. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy Cícero Lucena, João Tenório, Neuto de Conto, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, a Senadora Lúcia Vânia e o Deputado Darcísio Perondi. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e duas horas e treze minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotípiat Informatizada. – Senador **Tasso Jereissati**, Presidente da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Havendo número regimental declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura, realizar-se 7 de maio de 2007, às 19h00, na sala de reuniões 17, ala Alexandre Costa. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A Audiência Pública a fim de discorrer sobre a Reforma Tributária apresentada pelo Governo Federal em atendimento à deliberação da Subcomissão. Quero apenas fazendo um pequeno retrospecto, na semana passada nós ouvimos aqui a apresentação do desenho inicial de proposta do Governo Federal de Reforma Tributária que foi feita pelo Secretário Bernard Appy. Ele fez uma apresentação bastante detalhada daquilo que ele já tem como proposta. Evidentemente ele deixou claro que ainda era um desenho inicial que aquilo seria sujeito a algumas modificações ainda.

Dando prosseguimento, nós fizemos então, tomamos a deliberação de ouvir hoje a visão dos secretários de fazenda estaduais sobre a proposta do Governo Federal, ou seja, ouvimos já a proposta do Governo Federal, hoje proposta inicial, nós vamos discutir hoje a visão dos governos estaduais, pretendemos ouvir em breve a visão dos Municípios, das Prefeituras e depois nós iremos ouvir a visão dos contribuintes, das associações de contribuintes e da visão dos empresários das grandes empresas também para tentar fazer um quadro completo das críticas e sugestões e avaliações que foram feitas até agora. E o propósito dessa Subcomissão, nós somos pequenos, somos apenas sete Senadores titulares, mais sete Senadores suplentes, portanto nós temos uma oportunidade muito boa de discutir com profundidade o assunto, ao mesmo tempo em que chegarmos a conclusões. Fica mais fácil também suprapartidária, evidentemente, e ela não tem nenhum propósito aqui que não seja de chegar a uma visão daquela proposta que seria a melhor para o País sem levar em conta nenhum sentimento político. O propósito até para conhecimento aqui também dos senhores secretários, é que a gente passe basicamente esse primeiro semestre ao redor de Audiências Públicas e no segundo semestre nós passemos a trabalhar concretamente em cima da elaboração das sugestões baseadas naquilo que nós ouvimos aqui e de que os nossos técnicos que também estão acompanhando essa Subcomissão, vão levantar para que nós possamos trabalhar.

Os convidados de hoje representando os Estados é a Lina Maria Vieira, Secretária de Estado do Rio

Grande do Norte; o **Ispér Abrahim Lima**, Secretário do Estado do Amazonas; o Mauro Ricardo, hoje o Ispér tem como representante o Thomaz Queiroz de Nogueira, Secretário-Executivo da Receita do Amazonas, é isso?. O Mauro Ricardo de São Paulo, o Simão Cirineu de Minas Gerais, o Mauro Benevides Filho do Ceará, o Aod Cunha de Moraes Junior do Rio Grande do Sul e o Waldir Teis, Secretário de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso.

Então eu pediria, em função da hora e para que nós pudéssemos, realmente, ter uma visão que todos pudessem falar e se expressar e os Srs. Senadores também pudessem fazer as suas demandas, que restringissem cada fala dos Secretários a 10 minutos cada um. Eu pediria que houvesse essa compreensão para que nós pudéssemos realmente ser objetivos. Começaria... Essa Sessão é em função da presença dos Estados e é uma falha que aqui tive absolutamente imperdoável, conjunta com a CDR, a Comissão de Desenvolvimento Regional que tem aqui a presença da sua Presidenta, Senadora Lúcia Vânia. E peço desculpas pela falha, o que é imperdoável, a presença da Senadora Lúcia Vânia deve estar acima de qualquer outra questão deveria ser colocada. E eu convido ela então para apresentar e dar a palavra e presidir...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu estou sem óculos.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): A idade é um caso sério. A Lina Maria Vieira, Secretária do Rio Grande do Norte.

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Alô. Boa noite Senador Tasso. Em nome dos demais secretários nós agradecemos aqui o convite para estarmos presentes, em seu nome eu quero cumprimentar todos os demais Senadores que estão aqui conosco e dizer o seguinte: nós fomos convidados para discutir a proposta apresentada pelo Governo Federal. Na verdade, o que nós tivemos em relação a essa proposta foi uma oportunidade, no CONFAZ, que foi realizado no dia 30 de março, onde o Secretário-Executivo Bernard Appy fez uma exposição da proposta do Governo Federal em relação à Reforma Tributária, mas bastante abrangente, não há detalhamento que os Estados possam ter se debruçado sobre a proposta para discutir os pontos que efetivamente afetam mais os entes federados em relação a essa mudança da forma de tributar na parte dos impostos indiretos. O Governo Federal, na proposta que apresentou, ele disse que seria uma reforma neutra para os Estados e a União e que ela estaria sendo também um objetivo maior colocar fim à guerra fiscal onde haveria a manutenção dos benefícios concedidos, já concedidos, pelo prazo de cinco anos e com data de corte, naquele momento que ele

apresentou, em 31 de dezembro de 2006. Ele não detalhou o substitutivo, ele apenas, em linhas gerais, falou que a nota fiscal eletrônica seria o arcabouço para essa Reforma Tributária, quer dizer, aposta-se muito na nota fiscal eletrônica, até como forma de quantificar a renúncia fiscal que a União e os Estados terão com esse novo modelo tributário e também que essa nota fiscal eletrônica seria um instrumento para se construir esse novo modelo para o ICMS e que iria contemplar alguns pontos.

Um deles seria a migração do sistema original da partilha para o destino, nós teríamos uma mesma Legislação para o IVA federal e o IVA estadual, teríamos uma transição de 15 anos para a implementação desse novo modelo e o Governo Federal se comprometeu, até o final desse mês de maio, em apresentar uma política de desenvolvimento regional sem a qual não é possível colocar fim à guerra fiscal e, em seguida, ele fez referência ao IVA sugerindo que a tomada do modelo anterior que nós já havíamos discutido muito quando da apresentação do Projeto de Reforma Tributária pelo Deputado Virgílio Guimarães e falou ainda do interesse da União em unificar, dentro do pacto do crescimento e desenvolvimento acelerado e propôs que os Estados discutissem, então, essa PEC 285/2004 que tramita na Câmara, somente quando ela estivesse no Senado.

Bom, depois dessa apresentação feita pelo Secretário-Executivo Bernard Appy, nós tivemos uma reunião dos secretários e em linhas gerais a posição inicial manifestada pelos secretários foi de que nós precisamos discutir as vinculações de receitas que, na verdade, estão sufocando os Estados que têm problemas com folha de pagamento, os Estados estão perdendo recursos com o FUNDEB, com o simples nacional, com a desoneração do ICMS sobre as exportações e não há como sair de um sistema desenvolvimentista como esse que nós vivemos hoje onde os Estados utilizam o ICMS como instrumento para realizar a industrialização do seu território, na medida em que inexistem uma política de desenvolvimento regional, inexistem recursos, inexistem recursos que façam frente a essa guerra fiscal praticada hoje, então, para que se coloque um fim nisso tudo nós precisamos avançar mais do que simplesmente realizar uma Reforma Tributária que seja neutra para Estados e Municípios, mas nós temos que enfrentar essa política de desenvolvimento regional, como ela será realizada, como as regiões mais deprimidas do país vão ter condições de atrair investimentos para o seu território sem mais utilizar o ICMS?

Então, nós precisamos também ter regras claras de transição que dê segurança aos investidores que

hoje já estão nos Estados, apostaram num Projeto de desenvolvimento que cada Estado tem o seu e tem contratos assinados, quer dizer, os governantes também têm um compromisso com essas empresas e nós precisamos ter regras claras para essa transição desse novo modelo que temos, o do modelo que temos hoje para esse novo modelo que se propõe. O próprio Ministério da Fazenda ficou de, nesse documento que apresentou, que eu acredito que tenha sido o mesmo que foi apresentado aqui para o Senado, ele ficou de convocar uma nova reunião onde ele iria detalhar melhor esse Projeto e a proposta do Governo Federal é que isso fosse construído com os Estados. Porque de nada adianta simplesmente os Estados receberem um pacote pronto. Nós queremos participar da elaboração desse projeto de reforma. Então é nesse sentido em que na verdade os outros secretários vão ter a oportunidade de falar, mas nós precisamos harmonizar a Legislação tributária, nós precisamos encontrar uma forma de convalidar os benefícios que foram concedidos, ver a forma de transição, rediscutir a partilha de recursos à proposta feita pelos Governadores de que os Estados participem e os Municípios participem da totalidade da receita da União, onde aí iríamos rediscutir os percentuais de participação, mas que seria importantíssimo nós termos como base de distribuição a totalidade da receita da União e não como é hoje sobre o Imposto de Renda e IPI que, na verdade, paulatinamente o Governo Federal vem enfraquecendo esses tributos compartilhados, fortalecendo as contribuições e os Estados e Municípios hoje se vêem numa situação muito difícil. Além da partilha, nós temos que rediscutir as dívidas dos Estados, essa rolagem das dívidas e tentar, nessa base comum de Legislação nacional sobre o imposto sobre o consumo, aplicarmos bases uniformes em todo o País onde os Estados iriam discutir as alíquotas e os produtos onde iria incidir essas alíquotas, as maiores, as menores, no sentido de que nós pudéssemos implementar um novo modelo, mas sem trazer perda significativa para Estados e Municípios. Então é nesse sentido que nós discutimos no CONFAZ, não em detalhes o Projeto, que como eu disse nós não temos esses detalhes, mas estamos dispostos em sentar à Mesa e traçar em conjunto com o Governo Federal um modelo que atenda a todos. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Muito obrigado, secretária. Passo então a palavra ao Secretário Simão Cirineu, da fazenda do Estado de Minas Gerais.

SR. SIMÃO CIRINEU DIAS: Bom dia Srs. Senadores, senhores presentes. Na realidade é como diz a Lina, esse trabalho foi apresentado visualmente para nós, mas não temos muitas... Muitos detalhes dele. Em

princípio a proposta nos parece viável, bem elaborada, mas é nos detalhes que a gente se perde. Essa proposta, ela precisa ter um fundo de compensação, esse fundo de compensação é porque os Estados exportadores de produtos, eles tendem, na passagem da origem para o destino, eles tendem a perder ICMS. Tipo São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, os Estados que produzem e vendem em outros Estados. Então há uma perda acentuada de recursos nessa transição. Então é preciso definir bem o fundo de compensação e as características desse fundo tem que ser bem feitas, porque não basta eu estabelecer num determinado momento um patamar de arrecadação que cada Estado vai procurar manter e recompor esse patamar de arrecadação. Porque aí cada Estado tem o seu esforço de arrecadação que fica prejudicado se eu estabelecer um patamar. Então é nos detalhes que essa reforma tem que ser vista. A questão do fundo de desenvolvimento regional também tem que ser escrito, ficaram de apresentar a nós até o final de maio um esboço do fundo de desenvolvimento regional. É muito importante para os Estados mais pobres que precisam de uma alocação de recursos suficiente para evitar que se continue fazendo a guerra fiscal. Então, o fundo de compensação é uma exigência que os Estados como Minas não podem deixar de ter. Porque senão nós vamos perder muita arrecadação. É importante também que o prazo de transição seja o mais breve possível, dessa questão dos incentivos. Há estados que vão querer que o tempo seja o maior possível. Outros Estados vão querer que seja o menor possível. Isso é uma questão que nós vamos ter que entrar em consenso depois. Os benefícios fiscais, homologação. Há muitos benefícios fiscais. Há uma guerra, uma verdadeira guerra entre os Estados, há muitos benefícios fiscais que não estão aprovados pelo CONFAZ.

Então, isso gera uma insegurança na homologação porque você não está sabendo o que está homologando. Então é preciso ter detalhes sobre isso, como vamos homologar, para saber o que estamos homologando. O FPE, por exemplo, saiu o Imposto de Renda, criou-se o IVA, como fica o FPE? Todos os Estados vão querer saber como é que fica o fundo de participação? Então eu repito, é nos detalhes que nós vamos ter que ver como é que se faz a Reforma Tributária. Acho que o esboço da reforma está num bom caminho, tem um bom esboço, mas nós temos que escrevê-la para saber como ela vai ficar. Outra coisa que os Estados se ressentem, como diz a Lina e como todos nós percebemos, que o pacto federativo fica cada vez pior. É uma concentração de recursos tamanha na União que os Estados não conseguem se mexer. Os Estados tem que pagar hoje 25% de, para

os municípios tem que mandar os 25% de ICMS. Tem que aplicar 20% no FUNDEB que passou de 15 agora para 20%. Tem que aplicar na educação 25 que nem um Estado aplica, normalmente aplica 30. Os Estados pagam, pelo menos, 15% de dívidas cada um deles. Então que o sobra nos Estados não é maior do que 35% do que se recebe do ICMS. Alguns recebem até menos. Então é muito importante isso, fazer política pública no Estado é muito difícil. Porque o que sobra é para pagar pessoal e daquelas áreas não vinculadas e para fazer os investimentos. E se você tem uma receita, um grande percentual de receita de despesa com pessoal dentro da sua receita corrente líquida, que eu estimo que se qualquer Estado aqui gastar mais do que 53% na despesa total de pessoal, dificilmente faz algum investimento. Porque se gastar 60%, como está aqui na Constituição Federal, não vai fazer nenhum investimento no seu Estado. Isso acontece com os Estados mais pobres e com os Estados mais ricos, dada a enorme vinculação de recursos para os Estados. Por isso é que os Estados desejam ter fatia da CPMF, desejam ter a DRE, a desvinculação de receitas orçamentárias estaduais e desejam participar do bolo tributário com melhor distribuição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Secretário Simão Cirineu, muito obrigado por sua participação. Com a palavra o Secretário de São Paulo, Mauro Ricardo.

SR. MAURO RICARDO: Primeiramente eu gostaria de saudar o nobre Deputado, Senador Tasso Jereissati, os demais Senadores aqui presentes, meus colegas secretários da fazenda e dizer da alegria e da satisfação de estar aqui junto com vocês hoje discutindo um assunto tão importante para o País que é a Reforma Tributária. Pena que a proposta apresentada não caracterize realmente uma Reforma Tributária. Se assim caracterizasse, nós teríamos que ter provavelmente muito mais tributos a discutir, não só os tributos que foram apresentados aqui pelo Secretário Bernard Appy, assim como uma grande repactuação em relação às responsabilidades e os recursos necessários para o cumprimento dessas responsabilidades. Os Estados e Municípios têm recebido, ao longo dos anos, cada vez mais responsabilidades. E os recursos para o atendimento dessas responsabilidades têm sido desproporcional às responsabilidades recebidas. Por isso que é importante que se rediscuta, no Brasil, as responsabilidades dos Estados e Municípios e os recursos necessários para essas, para o atendimento dessas responsabilidades, para que os Estados e Municípios não fiquem com o pires na mão aqui junto ao Governo Federal para pedir recurso, para atender responsabilidades estabelecidas na Constituição ou

em leis ordinárias ou complementares. Então, é importante que essa reforma seja ampla, que se discutam responsabilidades e recursos e que se repartam os recursos arrecadados pela União, Estados e Municípios, proporcional a esta responsabilidade. A proposta apresentada não atende a esses pré-requisitos, ela apenas aglutina alguns tributos e expande a base tributária do Governo Federal. No momento que cria o IVA federal, incorporando o IPI, que hoje tributa apenas as indústrias, vai passar a tributar também, além da indústria, o comércio e isso vai levar, certamente, a um provável aumento da carga tributária. Já dizia o Deputado Delfim Neto há muito tempo atrás. O melhor imposto é o imposto antigo. O imposto novo, na hora da sua criação, há uma tendência na calibragem das alíquotas a calibrar muito mais do que deveria ocorrer, levando a uma arrecadação expressiva. Recentemente tivemos isso em relação ao PIS e ao COFINS, onde se estabeleceu formas diferentes de tributação, a alíquota cresceu e onerou significativamente as indústrias e o comércio, ampliando significativamente a arrecadação por parte do Governo Federal.

Os Estados estão numa situação extremamente difícil, muito endividados, com compromissos significativos junto ao Governo Federal, junto a precatórios. Para vocês terem uma idéia, no Estado de São Paulo, a cada um real arrecadado, fica livre para investimento apenas seis centavos. Se retirarmos as vinculações de saúde, educação, precatórios, dos poderes, do judiciário, do Legislativo, as despesas incomprimíveis como segurança pública, administração penitenciária, sobra apenas, para aplicação livre, seis centavos. Então é importante que isso seja rediscutido no âmbito de apropriação dos recursos necessários ao atendimento de todas as responsabilidades dos Estados e Municípios, bem como das vinculações atualmente existentes. A proposta que foi apresentada trata apenas de tópicos, não é apresentado um Projeto detalhado e quando se apresenta o detalhe aí é que se verifica que o diabo está exatamente nos detalhes quando a proposta for apresentada.

Então é importante para que haja um posicionamento adequado por parte do Estado de São Paulo que seja apresentado realmente em termos de uma Emenda Constitucional para que a gente possa avaliar adequadamente e aí, a partir daí, fazer propostas de aperfeiçoamento que incorpore uma visão mais ampla em relação à Reforma Tributária. No que se refere à questão do ICMS, o ICMS é o imposto mais importante para os Estados. Diferente daqueles tributos que foram colocados por parte do Governo Federal na proposta de aglutinação. No caso dos Estados, em média o ICMS representa 55% da receita total dos

Estados. Então nós temos que ter muita cautela no sentido de, ao migrar para um outro tipo de tributação, garantir que haja esses recursos, no mínimo esses recursos necessários para que os Estados possam cumprir os compromissos que vêm hoje já cumprindo dentro dos seus orçamentos. O Governo Federal se propôs a encaminhar uma proposta de política de desenvolvimento regional para a apresentação aos governos estaduais, vamos analisar que proposta é esta de política regional que será apresentada, de tal maneira que possa compensar aqueles Estados que são usuários do sistema de concessão de incentivos fiscais ao largo do CONFAZ que, sob o nosso ponto de vista, são incentivos fiscais concedidos ilegalmente. Então, são essas as considerações iniciais que faço e logicamente estarei aqui a disposição para qualquer complementação necessária.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Agradeço ao Mauro Ricardo. Eu acho que estamos começando bem quando São Paulo e Minas concordam, pelo menos onde o diabo está. As coisas começam bem. Mauro Benevides Filho, do Ceará.

SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO: Excelentíssimo Sr. Senador Tasso Jereissati que tão brilhantemente conduz a Subcomissão de reforma tributária deste Parlamento e em seu nome saudar também aos demais Senadores, Senadoras, Senadora Lúcia Vânia, demais parlamentares, meus companheiros secretários, minha cara secretária Lina, coordenadora do nosso CONFAZ. A população brasileira já há muitos anos deve estar se perguntando por que é que esse tema tão recorrentemente na imprensa nacional e aqui mesmo, tanto no Senado quanto na Câmara, por que é que apesar de nós discutirmos tão freqüentemente, nós não conseguimos chegar a um denominador comum em relação à melhor proposta que possa fazer. Primeiro para separar aqui os dois conceitos de reforma fiscal e reforma tributária. Reforma fiscal no que diz respeito ao papel do Estado a repartição de tarefas e especificamente a questão da Reforma Tributária para tratar exclusivamente assuntos pontuais de tributos, o que é que compete ao Estado, o que é que compete à União, mas entretanto esse fundo, como bem falou aqui o meu companheiro Secretário Mauro de São Paulo, sem nem mesmo, antecipadamente, nós discutirmos que tarefas são essas que a União deve ser responsável e os Estados e os Municípios respectivamente. Portanto, nós temos dois paradoxos para resolver. O primeiro, Reforma Tributária para o contribuinte é diminuição de imposto, é redução de carga. E Reforma Tributária, na concepção de algumas pessoas que fazem o serviço público e também do contribuinte é desoneração de

investimento produtivo, uma Reforma Tributária para outros segmentos, sobretudo do lado do setor público é no mínimo preservar o *status quo*(F). Muitas vezes até ampliar esta capacidade de se arrecadar. Até porque os gastos correntes, gastos com pessoal, dívida pública, investimentos, investimento menos, obviamente, mas essas despesas tem aumentado sistematicamente no âmbito do serviço público. E aí você busca a solução com esse aumento de carga, que hoje está aí aproximadamente 39%, mas se mudando a metodologia parece que esse percentual se reduz, mas o fato é que esse aumento crescente acaba deixando a população insatisfeita com esse adicional de cobrança que se faz no âmbito, seja no âmbito da União, seja no âmbito dos Estados ou dos Municípios.

Então, esse paradoxo precisa ser resolvido. Para uns diminuir carga, para outro, aumentar carga. Isso, portanto não vai para frente, nós temos que chegar aí a um denominador comum que possa a população brasileira se sentir confortável com essa nova estrutura e que possa, pelo menos, se é que é essa a concepção que a população brasileira tem, de pelo menos manter ou até mesmo diminuir ou desonerar investimentos produtivos. A segunda disputa, o segundo paradoxo é o que nós estamos procurando resolver internamente entre os Estados que é na elaboração dessa proposta. Cobrança na origem ou no destino. Fundo de compensação e assim por diante nós possamos dar uma tranquilidade aos mais diversos Estados brasileiros de que a reforma, portanto, não vai aumentar a receita de um Estado especificamente, nem muito menos reduzir de um Estado, dois ou três, já que isso acabaria gerando, portanto, uma impossibilidade no processo de votação dentro do Congresso Nacional. Então, são conceitos que precisam ser urgentemente colocados. Tenho escutado também, meu caro Senador Tasso Jereissati, a discussão no Brasil por onde ando em relação à guerra fiscal. E jamais poderia o Brasil deixar de ter determinados tipos de instrumentos de alocação do processo industrial, de desenvolvimento econômico, se não fosse o tratamento de tributos. Até porque o Brasil não tem uma política de desenvolvimento regional específica. A União vem sistematicamente, ano a ano, postergando essa decisão. E eu acredito que enquanto a União não transparecer que política de desenvolvimento regional é essa, eu não acredito, eu pessoalmente, não acredito que essa reforma possa encaminhar muito velozmente porque os Estados que ainda preservam, que ainda usam dessa estrutura de incentivo fiscal, ficam receosos para saber qual é o norte, qual é a direção que o País vai tomar para reduzir as desigualdades regionais ainda existentes no nosso País. Portanto, eu, no CONFAZ, nós temos escutado o

nosso companheiro Presidente Bernard Appy falar que sistematicamente ele está terminando o Projeto, vai encaminhar aos Estados, mas até hoje, salvo melhor juízo, eu pessoalmente não conheço que proposta é essa que vem sendo colocada e comentada pelo API. Terceiro. Eu espero que essa decisão de... Essa discussão que vem acontecendo agora, não seja mais uma vez pano de fundo para que nós nos detemos muito tempo em relação à IVA federal, IVA estadual, origem e destino, quando na realidade uma das discussões que deve estar presente essa discussão é a questão do compartilhamento das receitas integrais. Como é que Estado vai compartilhar COFINS, contribuição social sobre lucro líquido, sobre CPMF, ou vamos ficar pontualmente? Porque a minha sensação pessoal, não dos meus companheiros secretários de fazenda, é de que ao final possa a União dizer que essa discussão está muito problemática e vai permanecer como fez no passado Reforma Tributária para ela ser prorrogação de CPMF e prorrogação da DRU.

Essa é uma preocupação que eu queria externar aqui neste plenário, porque se nós não acreditarmos que essas pontuações que os Estados estão precisando, até para emitir uma opinião mais abalizada, mais alicerçada da nossa compreensão do lado do Estado, eu acho que fica difícil também nós chegarmos a um denominador comum em relação a Estado, União, em relação, inclusive às bancadas aqui no Congresso Nacional. Os Estados brasileiros, eles hoje são forçados no tratamento da dívida pública, a pagar juros e amortização. E a União, mesmo com todo o esforço de produzir *superávits* primários, esses valores têm sido incapazes de amortizar, pelo menos os juros da dívida pública. Então esse tratamento também desigual que acontece, isso precisa ser observado dentro dessa estrutura de federalismo, de reforma, seja fiscal ou tributária, enfim, possa compreender melhor esse esforço, até porque eu não compreendo, por exemplo, por que é que a Lei de Responsabilidade fiscal, ao delegar ao Senado Federal a questão de regular a capacidade de investimento do setor público, quando lá diz que os Municípios não podem se endividar mais do que 1,2 vezes a sua receita corrente liquidada e os Estados não podem se endividar mais do que 2 vezes, nós temos o Tesouro Nacional trabalhando exclusivamente na sua concepção de que não esqueça o Senado, esqueça a Lei de Responsabilidade Fiscal, nos PAFs, Programas de Ajuste Fiscal, o que vale é a relação uma vez estoque de dívida sobre receita corrente líquida. Até o tratamento legal, muitas vezes, é deixado de lado que era um assunto que precisaria ser discutido. Mas apesar não ser Reforma Tributária, Senador Tasso, para terminar, os Estados têm um problema muito

sério como tem a União que chama-se dívida ativa, cujo processo de cobrança é lento, ineficaz, que não produz resultados financeiros para os Estados, nem mesmo para a União. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional tem uma minuta de, tem um ante Projeto de Lei que, espero esteja para ser encaminhada ao Congresso Nacional para que acelere este processo de condução no judiciário brasileiro a cobrança da dívida ativa. Ou até mesmo extrajudicial. Porque os Estados e a União, o valor é muito grande, mas o retorno disso é muito pequeno. No meu Estado, nós temos lá uma dívida ativa da ordem de quatro bilhões de reais e o valor produzido/ano é menor do que 10 milhões. Só para se ter uma idéia de como é difícil você cobrar dívida ativa se nem protestar você pode fazer. Então era ponderar também que nessa discussão nós pudéssemos, quem sabe, fazer com que o Ministério da Fazenda, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pudesse compreender essa questão e não somente a questão da Reforma Tributária que não há uma pontuação específica, pudesse também se levar em conta. Eram meus esclarecimentos iniciais, Sr. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Secretário Mauro Benevides. Passo a palavra ao Secretário do Rio Grande do Sul, Aod de Moraes Júnior.

SR. AOD CUNHA DE MORAES JUNIOR: Meus cumprimentos ao Senador Tasso Jereissati, Senadora Lúcia Vânia, aos Srs. Senadores todos cumprimentar também aqui a presença do Deputado Tarcísio Perondi, coordenador de vários assuntos da nossa banca federal. Há uma série de detalhes que eu poderia comentar sobre a proposta que nos foi apresentada pelo Secretário Bernard Appy e eu vou preferir, em função do tempo e acho pelo estágio da discussão da Reforma Tributária, comentar alguns pontos mais amplos, gerais e que me parecem relevantes para que nós possamos fazer um avanço numa discussão tão importante como essa. Basicamente quero comentar três pontos. A importância de nós conseguirmos dar algum avanço nessa discussão da Reforma Tributária. O segundo ponto, por que é que eu acredito e o Estado do Rio Grande do Sul está apostando nisso, que nós temos agora um momento diferente para discutir Reforma Tributária. Por que é que nós temos condições diferentes para discutir Reforma Tributária em relação às discussões do passado? E por último, como aqui vários dos meus colegas secretários já comentaram, algumas preocupações no âmbito e no processo dessa discussão.

Primeiro eu queria dizer o seguinte, vindo de um Estado que eu vendo o meu colega aqui, Mauro Ricardo, lamentar os seis centavos de cada um real que tem

para investir, eu diria de que cada um real que nós arrecadamos hoje, mesmo investindo absolutamente nada, o Rio Grande do Sul tem desembolsos obrigatórios de um real e sete centavos. E não é por outra razão que nós não investimos nada e ainda estamos com a folha em atraso. Mas mesmo nessa circunstância e sabendo que nós temos que ter muita cautela, Os estados muita cautela nessa discussão para que não, para que os Estados não percam de novo numa discussão do âmbito federativo, eu não tenho dúvida nenhuma em afirmar que é a discussão sobre a reforma tributária é uma discussão fundamental para o País. Ou seja, se nós conseguirmos avançar numa proposta que torne o nosso sistema tributário mais racional, mais eficiente para o sistema produtivo, ganha o País e ganham os Estados. Há diversos estudos que eu não vou citar aqui, mas mesmo no âmbito do IPEA, Banco Central, Ministério da Fazenda, de universalizados, Banco Mundial, onde fica absolutamente evidente onde que nós estamos perdendo em termos de expansão da nossa taxa de investimento, de eficiência micro econômica, por termos um sistema tributário cumulativo, pesado, com brechas do ponto de vista das possibilidades de sonegação, de evasão, que um ordenamento tributário mais racional poderia eliminar ou minimizar pelo menos. Evidentemente que a discussão aqui como já se disse tem que avançar com maior rigor sobre os detalhes e concordo aqui com que disse o Simão, quer dizer, o diabo mora nos pequenos detalhes. Mas do ponto de vista geral, um sistema que conseguisse avançar por uma agregação de um conjunto de impostos e contribuições no imposto sobre valor agregado compartilhado entre Governo Federal e Estados, tenho convicção de que seria um avanço significativo para o País. Dito isso, sobre a importância de nós avançarmos, e isto não é pouco, isto não é pouco por que isto é um tema difícil, de difícil discussão. Envolve conflito de interesses. É natural que isto ocorra entre União e os Estados. Envolve conflitos de interesses entre os diferentes Estados. Então é um tema de discussão difícil. Mas há um valor agregado grande envolvido nessa discussão e, portanto, eu acho que nós temos que fazer esse esforço e este é o momento histórico para isso. Por que é que eu avalio que nós temos pelo menos, eu diria, três condições diferentes nesse momento para avançarmos numa discussão sobre Reforma Tributária que nós não tínhamos no passado? Primeiro ponto. A situação macroeconômica do País e a situação fiscal da União e do setor público consolidado, apesar da dificuldade de alguns estados, é melhor do que a que nós tínhamos no passado. Não há dúvida quanto a isso.

Então, se há um ponto que é um ponto sempre difícil na migração de um processo do sistema tributário

antigo para sistema novo que envolve a possibilidade da União alocar recursos num sistema de compensação ou de segurança para que os Estados migrem de um sistema para outro, nós temos uma condição macroeconômica e fiscal melhor para fazer isso. Não tenho dúvida em relação a esse ponto. Segunda questão: Não tenho dúvida de que mesmo os Estados que necessitam mais dos instrumentos de desoneração fiscal para atrair investimentos, hoje tem o nível de saturação em relação à guerra fiscal muito maior do que no passado. Isso não... Claro, não quero falar aqui sobre todos os que estão presentes e os que estão ausentes, mas que eu tenho convicção de que o peso das desonerações fiscais sob o conjunto dos Estados é muito maior e os pressiona muito mais pelo conjunto de suas despesas do que no passado fazia. Dou só um exemplo no caso do Rio Grande do Sul, onde, claro, nós temos aqui um problema muito localizado do ponto de vista competitivo com o Estado de Santa Catarina, mas de uma arrecadação de aproximadamente 12 bilhões de ICMS no ano passado, entre desonerações das exportações e o conjunto das desonerações das cadeias produtivas, nós tivemos seis bilhões de desonerações, ou seja, 50% do total de arrecadação do ICMS. E eu acho que esse é um tema cada vez mais preocupante para os Estados. Há um estrangulamento em relação ao processo da guerra fiscal. Esse é o segundo ponto. No passado, eu não acho que isto fosse tão determinante. Bom, terceiro item que me faz acreditar de novo que nós temos uma oportunidade diferenciada nesse momento. Nós temos um instrumento que talvez ainda não de conhecimento de manuseio pleno de todos os Estados. Eu acredito que seja um instrumento importante para permitir a contabilização do sistema de ganhos e perdas na passagem, no momento de transição do ICMS, por exemplo, da origem para o destino antes que nós chegássemos ao IVA estadual que é o sistema da nova eletrônica. O Rio Grande do Sul, como São Paulo também, que já começa a trabalhar em boa disseminação com esse tema, acredito que o Rio Grande do Sul seja um estado em termos do conjunto das suas empresas que tem a maior proporção de transações abarcadas pelo sistema de nota eletrônico, é perceptível para nós que manuseamos este sistema que ele é um sistema eficiente para a contabilização, principalmente numa transição de um sistema de origem para o destino onde naturalmente os Estados têm uma insegurança de avaliar quem ganha e quem perde, mas principalmente o quanto se ganha e o quanto que se perde. Esse é um problema que sempre existe no início da discussão quando vai se pensar em fazer uma mudança da origem para o destino. Esse é o jogo de soma zero, ou seja, a mudança de origem para desti-

no, no somatório de todas as unidades da federação, deveria representar um jogo de soma zero.

Então se há um valor que está sendo abarcado por um Estado, este mesmo valor deve ser diluído num conjunto ou no outro Estado. Geralmente quando se faz essa discussão e é normal porque os Estados, nessa discussão, têm um histórico de ter perdido participação em arrecadação, no bolo da arrecadação tributária, há um mecanismo defensivo aonde vai sempre se avaliar um conjunto maior de Estados que perdem em relação a isso. Esse sistema, claro que isso não é da noite para o dia. Nós teremos que constituir uma base comum e eu digo que esse é um movimento que os Estados deveriam fazer independente da discussão da Reforma Tributária e tentar convergir um sistema comum de controle de nota fiscal eletrônica. Mas é um terceiro ponto, é uma mudança tecnológica que também nós não tínhamos no passado e que temos hoje e que pode auxiliar ao longo tempo nesse processo de construção de Reforma Tributária. Resumindo, nós temos na minha avaliação três pontos que nos dão uma oportunidade diferenciada para discutir esse tema que é um tema difícil. Uma melhor situação fiscal e macroeconômica, principalmente da União, se realmente ela está disposta a financiar parte desse sistema de transição, dois, uma saturação da guerra fiscal entre os Estados e três, o mecanismo da nota eletrônica que pode auxiliar na mensuração de ganhos e perdas. Por último, o terceiro ponto que eu queria comentar é que apesar dessa nossa avaliação positiva, dessa oportunidade que nos parece ser histórica, isto tem sido a posição do Rio Grande do Sul, avaliar o tema, há que se ter muita cautela como já foi destacado aqui e eu diria, principalmente em relação a dois pontos. Primeiro, [soa a campainha], temos uma avaliação de que é preciso muita atenção dos Estados para que mais uma vez esse processo de discussão não seja um processo de discussão que permita a União comandar e avançar em cima de uma pauta emergencial de curto prazo, como no caso da renovação da CPMF, da DRU e que os Estados mais uma vez percam espaço na distribuição do bolo tributário nacional.

Então é importante avançar na discussão da Reforma Tributária, mas isso deve ser feito de maneira efetiva e não como um movimento de apoio à renovação de receitas necessárias para a União no momento onde os Estados precisam tanto dessas receitas. Temo por isso e dessa maneira eu não sei se os Estados têm tanto tempo para se posicionar nessa discussão à medida que a União tem uma pauta, o Governo Federal tem uma pauta em andamento no Congresso Nacional. E, além disso, é o segundo ponto que eu gostaria de comentar, me preocupa também em duas vezes

o Secretário Bernard Appy não fez segredo nenhum sobre isso, e falou isso para os Secretários, dizendo o seguinte: “Olha, nós também sabemos que é uma discussão difícil. Estamos dispostos a compartilhar essa discussão com os Estados, mas se os Estados não avançarem nessa discussão, o Governo Federal encaminhará a sua parte da reforma.” Ou seja, encaminhará a unificação de algumas contribuições e impostos num IVA federal. E a minha preocupação em relação a isso é que mais uma vez neste processo haja uma perda de participação do ponto de vista dos Estados na participação do bolo tributário nacional. Então, é um tema difícil, eu acho que nós temos uma oportunidade importante, nós temos condições diferentes, acho que os Estados têm que se mobilizar e todas as preocupações que foram colocadas aqui são relevantes. Mas acho que nós não temos muito tempo nessa discussão com o Governo Federal e é preciso que nós nos opinemos e avancemos mais rapidamente nessa discussão. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Com a palavra Waldir Teis Secretário do Estado de Mato Grosso.

SR. WALDIR JÚLIO TEIS: Obrigado, Presidente. Cumprimento o Sr. Presidente Tasso Jereissati, Senadora Lúcia Vânia e na sua pessoa permita-me cumprimentar a todos os demais Senadores e parlamentares e também cumprimento meus colegas secretários e a Secretária Lina, nossa coordenadora. A mim na verdade cabe praticamente referendar o que foi dito com algumas observações. Quando São Paulo coloca de fato a dúvida se é uma Reforma Tributária ou não, nós, desde 2003 nós defendemos que não se trata de uma Reforma Tributária, mas sim da federalização do ICMS. Onde os Estados perdem autonomia legislativa e nós todos os Estados em cima da sua maior economia, da sua maior receita ficam pendentes e dependentes, na verdade, do Governo Federal. Isso é um risco muito grande. Porque vai depender de Governo para Governo e das bancadas que nós sabemos o número das bancadas que cada Estado tem. Isso é preocupante bastante. Defender uma Reforma Tributária sem ter, como já foi dito aqui, um fundo de desenvolvimento regional, não é possível ou sem esse fundo, sem o fundo ou sem incentivos fiscais, estará francamente decretado ou constitucionalizada a paralisação econômica dos Estados pobres. Sem isso aqui não é possível. E que o nos amedronta é o seguinte: É que nós temos o fundo de irrigação para o Centro Oeste e até hoje a União não repassa esse fundo. Corre-se o risco de ter mais um fundo de desenvolvimento regional estagnado dentro dos orçamentos e não chegará às mãos dos Estados para que eles possam desenvolver suas po-

líticas públicas e principalmente as políticas de desenvolvimento e infra-estrutura que é o que mais hoje afeta os Estados. Tirar, fazer um período curto, eu pergunto como fica o Amazonas, quem investirá no Amazonas e quem investirá mais longe dos centros consumidores e dos centros fornecedores como uma logística capenga que nós temos que não se tem quase que opções de escoamento de produção, principalmente aqueles Estados que trabalham praticamente a região centro-oeste e norte trabalham só com produtos primários, tem dificuldade de fazer o escoamento das suas produtos, quanto mais verticalizar suas produções. Senador, é lamentável o que a gente vê nos estados e aqui eu falo pelo centro-oeste e principalmente o Mato Grosso, quando nós somos os maiores produtores de carne não se consegue ter um produto industrializado no Estado. Maiores produtores de couro, se quiser comprar um chinelo, tem que importar o chinelo. Somos os maiores produtores de algodão, se quiser comprar um lenço, tem ser importado. Madeira, nós tanto quanto o Pará, aqui me permita falar em nome do Pará, os dois maiores produtores de madeira. Se quiserem importar ou ter um móvel, ou uma cadeira para sentar tem que ser importado. Então não se consegue levar investimentos de verticalização para esses Estados se não houver incentivos fiscais ou se não houver uma forma de compensação que justifique o empresário a ir para essas regiões. Empresário nenhum vai para uma região dessa para fazer caridade ou apenas fazer sombra com um chapéu que não é nem dele é. Ele vai se obtiver lucro. Caso contrário ele não vai. E nós corremos o risco com essa reforma de acontecer isso. Desde 2003 nós percebemos isso, brigamos, discutimos, esperneamos e até agora ela não saiu, está aí esta nova proposta da migração para o IVA que se fala em 15 anos, Minas já defende um prazo mais curto. Eu acredito que 15 anos ainda é pouco, porque se nós ficarmos com incentivos fiscais nós sabemos que tem Estados aí que concederam 20 anos de incentivos fiscais para algumas empresas e terão com certeza muitos problemas com esses empresários e com esses investidores. O que nos preocupa na verdade são esses pontos. Um fundo de desenvolvimento ou a manutenção dos incentivos fiscais e a federalização do ICMS que ficaríamos a mercê na verdade da União para se fazer qualquer coisa depois que se pudesse implementar alguma atividade nos Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Muito obrigado pela apresentação bastante objetiva e sucinta dos senhores secretários. Lembrando, antes de passar a palavra aos Senadores inscritos que... Ah, faltou mais um discurso. Desculpe. Sr. Thomaz Afonso Nogueira, que aqui foi mudado o

nome. Me desculpe, é por que aqui houve uma mudança do nome e por esta razão...

SR. THOMAZ AFONSO NOGUEIRA: Eu espero que possa daqui ser ouvido por todos, Sra. Senadora, Sr. Senador, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu me sinto um pouco como o ex-premier chinês [inaudível] que falava diversas línguas, mas não prescindia do tradutor. E quando foi perguntado por que ele disse assim: É o tempo que eu ganho para ouvir a outra parte. Então tenho mais tempo para elaborar o meu raciocínio. Então falar por último me parece que tem essa vantagem. Por quê? Porque há muito pouco a acrescentar. O Amazonas tem uma concepção, uma preocupação com a questão nacional e tem obviamente também as suas peculiaridades que gostaria de trazer nesse processo de discussão da Reforma Tributária. Inicialmente eu já gostaria de fazer uma proposta concreta a essa Comissão de que nós pudéssemos aqui retornar num outro momento quando nós tivéssemos mais claramente a proposta definida. Porque sei, como o Presidente falou, que há um cronograma de ouvir a sociedade, mas nós estamos num momento tão preliminar que entendendo que talvez fosse necessário que os Estados aqui tivessem quando nós tivéssemos mais concretamente a proposta do Governo Federal. E eu só quero reforçar o que foi dito em termos do conteúdo da proposta, mas queria especialmente centrar em dois pontos. Na questão do pacto federativo, a Reforma Tributária abre a oportunidade para ir um pouco mais além, Secretário, da distribuição das competências tributárias. Se nós estamos falando alguns anos nesse País de disciplina fiscal que signifique gastar apenas o que recebe, ocorre que este salário tem sido, em geral, muito menor dos as obrigações que têm os Estados.

Então essas coisas, elas estão umbilicalmente amarradas. É necessário que se faça uma ampla discussão dessa competência da irresponsabilidade dos Estados, da União e dos próprios Municípios. Então, esse é o primeiro ponto que eu gostaria de ressaltar. Por outro lado, gostaria de trazer um outro paradoxo para a reflexão dos Srs. Senadores. Dois pontos são frutos de discussão permanente na sociedade brasileira. Um é a guerra fiscal. O outro é a elevada carga tributária. Ora, se os Estados são, por um lado, acusado de fazer renúncias indevidas, como é que nós temos então uma carga tributária tão elevada? Isso apenas é verdade suas explicações. Mas eu trago este ponto apenas para esclarecer da necessidade de aprofundar essa discussão. Por quê? A proposta do qual nós não conhecemos o efetivo teor e o diabo mora nos detalhes, vai no caminho certo. Porque, inclusive, nas palavras do Secretário Bernard Appy, precede a apresentação da proposta a apresentação de uma política de desen-

volvimento. Isto é absolutamente fundamental, porque a ausência dessa política que fez gerar a guerra fiscal. A necessidade de sobrevivência dos Estados, de desenvolvimento é que faz lançar mão desses mecanismos. Mas, e este talvez seja o ponto que mais importante que nós temos preocupação em colocar em todos os foros, é que não pode ser um fundo de compensação. Há de ser uma política de desenvolvimento. Porque repito a expressão: Um real que vem de um fundo de compensação é fundamentalmente diferente de um real que vem da arrecadação da atividade econômica. E isso chega ao ponto da preocupação do Estado do Amazonas que muito bem foi colocado. Nós temos uma situação absolutamente específica que é a Zona Franca de Manaus. E esta Zona Franca, então a preocupação do Estado nesse sentido é dupla. Não apenas com a arrecadação, com a manutenção do nível de arrecadação, mas com a manutenção do nível da atividade econômica. E o Estado do Amazonas vê esse momento da discussão da Reforma Tributária como uma oportunidade para esclarecer sobre o modelo, para questionar as críticas que são feitas e esclarecer a população brasileira e a comunidade sobre a validade daquele modelo. Haverá enorme dificuldade neste processo, mas nós temos confiança que em qualquer foro nós podemos, efetivamente, esclarecer os benefícios que foi não apenas, não apenas para o Estado do Amazonas, mas para o Brasil a adoção desse modelo. Nesse aspecto é interessante notar que não existe outro foro mais privilegiado do que o Senado Federal para discutir a posição dos Estados, porque essa é da natureza dessa instituição.

Então, isso é importante. Na questão da Zona Franca, eu permito-me dizer o seguinte. Os senhores já ouviram isso exaustivamente, mas é dever de ofício repetir. A nossa realidade é extremamente diferente do resto do País. O Brasil tem oito milhões, quinhentos e quatorze milhões de quilômetros quadrados. O Amazonas representa 18,5%. Um milhão quinhentos e setenta. A área territorial do Estado do Amazonas é maior do que toda a região sul e sudeste somada. A área territorial do Estado do Amazonas é maior do que toda a região nordeste. Então é extremamente difícil, os senhores que já tiveram experiências públicas na condução dos seus Estados, imagine, Senador Tasso Jereissati, o que é o senhor pensar em criar alternativas de desenvolvimento econômico, alternativas de pólos turísticos, onde um aeroporto lá na Bahia possa ser pensado para servir no extremo Piauí. Então, é uma realidade absolutamente distinta. Ou um aeroporto em São Paulo para servir a Santana do Livramento no Rio Grande do Sul. Então, nós temos uma realidade que nos obriga a necessitar de um mecanismo que

nos possa permitir o desenvolvimento daquela área. Por outro lado, não há nenhuma unidade da federação com tanta constrição para o seu desenvolvimento econômico. O Estado do Amazonas detém 98% da sua cobertura vegetal nativa. E hoje, mais do que nunca, qualquer desenvolvimento têm de se fazer pelo viés da sustentação ambiental. Não é fato? Então, nós só queríamos colocar isto inicialmente para reflexão. O pólo industrial do Amazonas, ele tem uma diversidade muito grande e o nível de verticalização realmente muito diverso. Há empresas como o pólo de duas rodas que é superior a 98%. Há outros pólos que ainda precedem de um maior grau de utilização de insumos externos. No entanto, só para dar um exemplo, nesse instante nós temos um diálogo, eu não diria uma divergência, com o Estado de São Paulo, sobre a utilização de incentivos fiscais, mas o processo produtivo, e é outra oportunidade que se diga, quando se fala muito sobre processo produtivo no Amazonas, o processo produtivo daquele bem, nesse caso concreto de monitores, é exatamente o de São Paulo e o da Zona Franca de Manaus. É exatamente o mesmo porque muitas vezes se diz que não se fabrica em Manaus, apenas se monta, se maquia e isto não é parte da realidade dos dados, dos fatos. Bem, por outro lado, então eu gostaria de me pronunciar o Estado do Amazonas face à proposta concreta. Porque é verdade, todos esses aspectos anteriormente levantados sobre a necessidade de se conhecer profundamente os detalhes. No entanto, um aspecto fundamental da proposta, que é a mudança para o destino, eu também tenho dito que isto não tem o condão de suspender a guerra fiscal. Mais ainda, tem o risco de colocar na mão dos Estados de grande mercado consumidor, certo? Um processo de concentração industrial. Porque a guerra fiscal hoje ela é feita a partir de desobediência do texto constitucional. Se estivermos todos com o imposto [soa a campanha] no destino, só para concluir, se nós tivermos todos com o imposto no destino, se esses Estados de maior mercado consumidor privilegiarem as suas indústrias, elas estarão direcionando, como nunca nesse País, o investimento produtivo. Então, eu me permito aguardar a proposta e gostaria de voltar sempre que possível para que nós pudéssemos contribuir com o debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado a todos. Perdoe mais uma vez ao nosso representante aqui do Amazonas e antes de passar aos Senadores inscritos eu gostaria, justamente, de reforçar que o Senado consciente, das suas atribuições de ser a Casa da federação, se propôs desde o início dentro da CAE, a Comissão de Assuntos Econômicos, de fazer uma Subcomissão es-

pecífica para tratar da questão tributária, da Reforma Tributária e de acompanhamento tributário, por entender que essa é uma questão que tem relação direta com a questão da federação brasileira. E esta Subcomissão vai passar esse ano todo reunindo-se semanalmente com o objetivo de estudar em profundidade uma Reforma Tributária que venha a ser extremamente eficiente para o País e justa para os Estados e Municípios brasileiros. Eu passo a palavra ao primeiro inscrito, que é o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, Senadora Lúcia Vânia, quero cumprimentar a ambos pela iniciativa de estarmos aqui ouvindo o Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, Bernard Appy e hoje os secretários da fazenda dos diversos Estados aqui presentes, sete Estados para dar uma contribuição que está sendo muito relevante. Eu gostaria de me ater a alguns dos pontos que em verdade são comuns às observações dos secretários. Os senhores se referiram, a senhora se referiu à transição para o imposto de valor adicionado que terá um caráter estadual e um caráter federal. Ao mesmo tempo, se pensa em... No que diz respeito à reforma trabalhista e reforma previdenciária, a se cobrar encargos sociais, eventuais impostos ou encargos de quaisquer natureza, menos sobre os salários e mais sobre o valor adicionado. Então este é um ponto muito importante que vai, digamos, unir as preocupações da Reforma Tributária com a previdenciária e trabalhista. E aqueles que estão pensando, seja na área da Previdência, na área trabalhista, terão que levar em conta os efeitos, como é que vai ficar? Infelizmente eu não pude estar no dia que o Secretário Bernard Appy aqui expôs, não sei se ele chegou a levantar esse aspecto, mas certamente é um dos que vai demandar reflexão e preocupação de todos nós. Então, uma pergunta que eu colocaria é se alguns dos senhores ou a senhora teria alguma sugestão, reflexão, elaborada sobre este tema. Se vamos passar a cobrar aquilo que hoje são encargos mais sobre o valor adicionado e menos sobre--

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Só para esclarecimento para complementar a sua pergunta, Senador Suplicy, o Secretário Bernard Appy fez uma menção aqui que estava se fazendo um estudo de reduzir os impostos sobre o trabalho e jogar sobre faturamento. Foi a expressão que ele usou muito vaga. Foi essa a menção que fez.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim. Bem, eu considero que tem maior racionalidade estar se cobrando sobre o valor adicionado, todos aqui especialistas em tributos sabem que se for cobrado sobre o faturamento, nós vamos ter o tipo de distor-

ção que faz com que nós avaliemos que o valor adicionado é mais...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUPLEY (PT-SP): Eu sei. Mas eu estou falando... Os presentes e o próprio Bernard Appy. Eu gostaria de estar comentando com ele se estivesse ouvindo. Porque a experiência acumulada dos estudiosos de tributação indica que a cobrança de... Sobre faturamento, envolve algumas distorções nas diversas fases produtivas. E é por esta razão que se chegou, em geral nos diversos Países do mundo, a se considerar o valor adicionado como algo de maior racionalidade. Então, se vai passar a cobrar sobre o faturamento, é melhor cobrar sobre o faturamento menos compra de insumos que é o valor adicionado. Tem... E portanto, vai de alguma maneira incidir e portanto há que se considerar este aspecto também. Na exposição do Secretário Mauro Benevides Filho, ele mencionou a questão do juros. Também o Secretário Aod do Rio Grande do Sul mostrou a sua preocupação bastante grande com os efeitos da dívida acumulada e dos juros pagos que então eu agradeceria se puderem elaborar um pouco mais no que diz respeito a que sugestões têm os senhores para estarmos ao mesmo tempo superando este problema que alguns Estados, acho que o Estado de São Paulo tem esse problema um pouco melhor resolvido, em comparação à situação, por exemplo, do Rio Grande do Sul, mais relativamente, porque pelo menos o Estado de São Paulo não está com uma dificuldade de pagar a folha tal como foi mencionada. Então, mas em que medida este problema poderia, de alguma forma, ter a sua solução encontrada no âmbito da Reforma Tributária que se propõe? E finalmente, Sr. Presidente, eu gostaria de transmitir aqui uma informação, mas também uma preocupação. Cada um dos Estados, avalio, deve ter a preocupação no que diz respeito à competitividade de suas respectivas economias no que diz respeito às formas de transferências de renda que hoje existem. O formato de eventual transferência de renda, bem como dos encargos, bem como de programas, tais como, por exemplo, que existem hoje que passou a ser de responsabilidade da União em cooperação com os Estados e com os Municípios, por exemplo, o programa Bolsa Família, ele é administrado pela União em cooperação com os Estados e por muitas vezes com os Municípios, mas também em cooperação com os Estados.

Por exemplo, no caso do Estado de São Paulo, que ali há um programa como o renda cidadã, que guarda relação com o Bolsa Família e o Município de São Paulo tem um programa de renda mínima associado à educação onde a Prefeita e depois o Prefeito

coordenou o programa com o Estado e com a União. Então, em cada um dos Estados há formas diferentes de coordenação. Mas, devemos pensar nos efeitos disto. Então eu gostaria aqui de formular uma pergunta. Estão os secretários da fazenda e Secretário aqui presentes. Por exemplo, conscientes de que um trabalhador hoje, nos Estados Unidos da América, se ele recebe um salário mínimo, cinco dólares e quinze por hora, que faz oitocentos e vinte e quatro dólares se trabalhar 160 horas por mês, e em 12 meses vai receber quase 10 mil dólares, se ele fizer 10 mil dólares, no sistema norte-americano ele tem direito a um crédito fiscal por remuneração recebida da ordem de 40%. Ou seja, se ele, no caso dele ter, digamos, mulher, duas ou mais crianças. Ora, o trabalhador, portanto, que recebe 10 mil dólares tem direito a 40% a mais. E eu gostaria de ponderar. Certamente, nós brasileiros, precisamos estar conscientes disso. O sistema de transferência de renda existente nos Estados Unidos, que levou uma das economias que mais diretamente compete com a dos Estados Unidos, a do Reino Unido, a fazer com que Tony Blair instituísse o *Family Taxes Credit* que paga ao trabalhador que recebe oitocentas libras esterlinas, ele recebe um crédito fiscal familiar, o *Family Taxes Credit* da ordem de 50% a mais e nós precisamos estar conscientes disso, porque uma, as economias dos Países desenvolvidos têm sistemas de transferências de renda que se não levamos em consideração faz com que as suas economias estejam mais competitivas, as suas empresas mais competitivas em relação à nossa se não fizermos de maneira semelhante ou até melhor e eu tenho argumentado que ainda melhor será o dia que instituirmos o que já é lei definida pelo Congresso, sancionada, uma renda básica de cidadania que está prevista e será instituída gradualmente. Começando pelos mais necessitados, como faz o Bolsa Família, até que um dia, se for em 2010, 190 milhões de brasileiros receberão uma renda básica igual para todos nós. Bem, minha sugestão, não precisa responder agora, mas é que cada um dos Estados, cada uma das Prefeituras venha a considerar e cooperar com o Governo da União sobre como é que isso vai se dar. Porque até do ponto de vista da competitividade, inclusive do Amazonas, de São Paulo, de cada um dos Estados vai ser importante estar considerando como é que vai ser isso. Como é que vai ser implementado, inclusive me disponho com cada um dos governos dos Estados estar cooperando no diálogo a respeito disso. É isso, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Algum dos secretários aí gostaria de se manifestar? Responder sobre as questões colocadas pelo Senador Supley? Simão Cirineu de Minas.

SR. SIMÃO CIRINEU DIAS: Na questão do ponto de endividamento, Senador, eu acho que não precisamos esperar pela Reforma Tributária. Tem um Projeto de Lei na Câmara está sendo discutido que já define o endividamento a Emendas que permitiriam que se trabalhasse independentemente das exigências do tesouro, como disse o Mauro Benevides Filho, que institui a paridade de um para outro, da receita corrente líquida versus a dívida. Só que como sabemos a União não tem paridade. Ela normalmente se endivida. A União tem 150 bilhões de juros para pagar por ano e consegue fazer um superávit primário de 80 a 90 bilhões, ou seja, todos os anos a dívida pública federal cresce 70 bilhões. Enquanto isso os Estados não têm nenhum mecanismo de endividamento. Porque todos eles estavam acima de dois para um. Vários deles já estão abaixo de dois para um. Em torno de 1,7, 1,8, 1,9 e tem uns até com menos. Mas, não lhes é permitido chegar ao dois para um que é o que define a Lei de Responsabilidade Fiscal por causa dos programas de ajuste com o tesouro que define que é um para um. Então aquele que fez um bom dever de casa, pagou uma boa dívida, e caiu de 2,70 e chegou a 1,70, a 1,40, não tem nenhuma condição de pegar um novo empréstimo porque fez em algum momento um bom trabalho. Então, é isso que a gente diz e isso pode ser corrigido já. Porque tem projetos aqui na Câmara e tem projetos que devem vir ao Senado decorrentes de Emendas e de Medidas Provisórias que foram recentemente editadas.

Então a gente gostaria que houvesse essa ajuda para já definir que pelo menos dois para um fosse o limite estipulado. E não o um para um que é exigido no tesouro. Quando a gente baixa de dois para um a gente fica sem nenhum potencial para aumentar o endividamento. Por quê? Porque a visão do tesouro aqui, nós Estados, nós Municípios temos que contribuir para o superávit primário. Então nesses 90 bilhões de superávit primário tem o superávit primário dos Estados e Municípios. Mas como se eu me endivida um pouco mais, a União tem que entrar com mais, então o tesouro não permite que você se endivida mais. Então esse é o grande problema. Só que Estados que fizeram um bom dever de casa num determinado momento, caíram de 2,70 para 1,70 e para 1,40 ficam manietados porque não há condição de endividamento adicional. E isso eu acho que já pode ser corrigido.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (1:16:47): Eu queria complementar o que o Simão colocou. Na realidade os Estados fizeram uma Emenda na Medida Provisória 347 estabelecendo eliminação desse limite de endividamento estabelecido. Ficando só com o limite de endividamento estabelecido na Lei de Responsa-

bilidade fiscal. Entendemos que não cabe mais esse limite no momento em que foi Delegado ao Senado Federal o estabelecimento de limite de endividamento dos Estados e Municípios e do próprio Governo Federal. E quando estabeleceu limite de duas vezes a receita corrente líquida, este limite que vale. Não valendo mais o outro limite que foi estabelecido em 1997. Então, a proposta é que este limite seja eliminado de tal maneira que fiquemos com o limite estabelecido na Lei de Responsabilidade fiscal. Nós fizemos uma Emenda, a Medida Provisória 347 estabelecendo a possibilidade de eliminação desse limite e hoje ela está em tramitação no Senado. Então cabe ao Senado fazer um aperfeiçoamento na Medida Provisória 347 de tal maneira que ela contemple os interesses dos Estados e Municípios. Ter limite de endividamento não significa se endivida. Porque senão todos os Estados e Municípios estariam no limite de endividamento. Há vários outros pré-requisitos para o endividamento dos estados e municípios e um deles é a sua capacidade de efetuar o pagamento dos serviços correspondentes àquela dívida assumida. Veja bem, se o Estado tem limite de endividamento, tem capacidade de pagar os compromissos relativos àquela dívida assumida, por que não tomar uma operação de crédito para fazer investimento no seu Estado e Município? Ah, não fazemos isso porque isso vai reduzir o superávit primário do Governo como um todo. O Governo Federal está fazendo isso. Encaminhou um Projeto de Lei aqui ao Congresso Nacional reduzindo o seu superávit primário de 4,25 para 3,75. Agora, pra quê para fazer mais investimentos no Programa de Aceleração do Crescimento. Agora, os Estados não podem. Os Municípios não podem. Pode só o Governo Federal reduzir o seu superávit primário para fazer investimentos. É importante que possamos fazer as ações complementares ao Programa de Aceleração do Crescimento apresentado pelo Governo Federal com investimentos nos Estados e Municípios, sejam com recursos próprios, sejam com operações de crédito. Então eu diria que hoje está na mão do Senado a decisão em relação a esse assunto de tal maneira que nós possamos ter uma possibilidade de fazer mais investimentos nos Estados e municípios.

SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO: Senador Eduardo Suplicy, quando eu pontuei essa questão, era exatamente para dizer o seguinte. O Estado do Ceará fez um ajuste profundo, inclusive liderado pelo Senador Tasso Jereissati quando então Governador, e hoje nós reduzimos essa relação para 0,7, 0,67. Então, o Estado do Ceará não tem nenhum benefício pelo esforço obviamente que isso acaba gerando inclusive uma demanda maior da União para um pagamento

maior de dívida, mesmo tendo feito um esforço de 0,7 quando poucos Estados, inclusive, caminharam com essa velocidade. Então eu acho que não é justo para aqueles que fizeram esse ajuste no passado serem agora garroteados por esse limite, diferente daquilo que estabeleceu uma Lei Complementar federal que o Senado subsequente assim regulamentou e agora fica garroteado por uma medida de gestão, por uma lei ordinária. É difícil, portanto, para nós compreendermos. Agora vou procurar tentar fazer o contraponto em relação à questão do Renda Mínima. Os estados, os Países mais desenvolvidos, o acesso ao mercado de trabalho ele é mais fácil do que os Países que estão em desenvolvimento. Então os programas que nós economistas chamamos, e o Senador conhece bem, esse de políticas compensatórias, nós temos que ter um raio de funcionamento dele em prazo determinado porque senão muitas vezes você acaba querendo se acostumar com aquele valor. Nesse países mais ricos, como esse mercado de trabalho ele é mais célere, as oportunidades acontecem de maneira mais objetiva, nos países em desenvolvimento eu acho que nós teríamos que agregar nesses programas de renda mínima algo focado com o mercado de trabalho. Eu acho que seria um outro enfoque, e não exclusivamente a questão do processo de saúde, ou do processo educacional que, afinal de contas, você tem que ter pelo menos no médio prazo uma perspectiva de auto-sustentação, sua ou da sua ou da sua família. Então há diferença nesses programas do que é economia americana, do que é economia inglesa e efetivamente o que é economia brasileira, sobretudo pelos altos graus de informalidade que ainda nós temos.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Se me permite o Presidente Tasso Jereissati ao final, eu poderia fazer uma ponderação sobre... Mas ao final de todos os debates, sobre o que acaba de dizer com muita satisfação, dependendo do Presidente me permitir. Sem atrapalhar os outros. Ao final de tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [Pronunciamento fora do microfone].

SR. AOD CUNHA DE MORAES JUNIOR: Só complementando essa questão, nós estamos discutindo aqui a Reforma Tributária, ele trouxe esta questão da dívida, tanto Reforma Tributária quanto o tema da dívida são casos particulares de um caso geral que é o caso do pacto federativo e, portanto, o que está sendo levantado aqui e eu acho bastante relevante de novo que é esta discussão no âmbito da partilha de receitas e esforços entre a União e o Estado. Do ponto de vista dos resultados do superávit primário, aqui eu acho que é importante fazer um destaque, nós aqui no Rio

Grande do Sul estamos destacando isso desde o início agora de janeiro, de que o resultado primário que foi obtido pela União, Lei de Responsabilidade Fiscal, disciplina fiscal, foi algo muito benéfico e bom para o País. E nesse sentido qualquer movimento dos Estados, evidentemente, ele deve ter a preocupação de preservar esse ganho que foi um ganho para o País e para os Estados. Agora, se nós observarmos desde 1998 quando se fez uma inflexão fiscal para melhorar as contas do superávit primário, atingir as novas metas do acordo com o FMI e quando o superávit primário começou a crescer, evidentemente que o crescimento de arrecadação, de contribuições do Governo Federal em detrimento da participação dos Estados, teve um peso significativo neste crescimento do superávit primário. O que é que eu quero dizer com isso? O esforço fiscal de forma correta, sem medida, não é simplesmente descontar receita primária de despesa primária e ver o quanto que União e quanto que Estados estão se esforçando. Mas é fazer receita primária menos despesa primária descontando os incrementos de bases e de alíquotas comparativas desses Estados. Se nós formos ver isso nós vamos ver que ao longo desses anos, se é verdade que no início desse movimento os estados tiveram um esforço fiscal relativamente menor, depois o esforço fiscal dos Estados passou a ser relativamente maior do que União. Então, há um momento que a União, o País avalia que não é mais necessário, tão imperioso ter um resultado primário tão elevado sem comprometer o ajuste macroeconômico e que é possível fazer um conjunto de desonerações ou um aumento da taxa de investimento, nada mais justo do que compartilhar esse movimento com os Estados. Então no ponto é isso que está se discutindo. Se é possível fazer isso sem afetar o ajuste macroeconômico do País, que este passo, que este benefício no momento que todos se esforçaram para produzir esse resultado, seja compartilhado, em termos da questão tributária, no âmbito da Reforma Tributária ou no caso da dívida dos Estados. E aqui está falando no Estado de novo que acha muito justo que os Estados que fizeram esforço sejam premiados, e no caso que o do Rio Grande do Sul fica fora dessa relação dos beneficiados, da relação de 2 por 1 de dívida porque nós estamos com 2,6 da relação de dívida sobre receita.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Secretário Waldir quer falar? Em seguida, então, o Senador Supply, eu queria registrar aqui a presença do Secretário da fazenda da Paraíba, que acabou de chegar, Sr. Nilton de Moraes. SR. NILTON SOARES. SR. NILTON SOARES. Gostaria de fazer algum comentário? Existem mais quatro Senadores inscritos, e eu vou fazer a sugestão de fazer a...

De maneira corrida o bloco de quatro Senadores de maneira que a gente acelere as perguntas. Próximo

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [Pronunciamento fora do microfone].

[Risos].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [Pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Cuidado mesmo. Como o Secretário é tucano, o Suplicy pode tentar...

[Risos].

Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Tasso, Presidente da Comissão, Senadora Lúcia Vânia, demais Senadores aqui presentes, senhores e senhoras secretários da receita ou fazenda dos Estados. Após ouvirmos os secretários, eu acho que ficou muito claro, embora não tenha participado da primeira Audiência Pública, parece-me não que tem muito a acrescentar pelo processo inicial que foi apresentado pelo Secretário do Ministério da Fazenda. Mas, sem dúvida nenhuma, depois de ouvir aqui a fala dos demais secretários, eu acho que ficou muito nítido e muito verdadeiro e muito forte, inclusive, a discussão do pacto federativo. Acho que essa Comissão já, já vai ter que mudar de nome, de Subcomissão temporária de Reforma Tributária para a Subcomissão do pacto federativo. É algo que é unânime aqui. Talvez se tivesse alguém do Governo aí, nem tanto. Do Governo que eu digo, da União. Mas sem dúvida, nos Estados e se aqui também quando chamado forem os Prefeitos, todos estarão defendendo o pacto federativo. Como é que nós vamos discutir a divisão de receitas se nós ainda estamos num amadurecimento ou num trabalho de definição das atribuições? Das responsabilidades, como aqui foram colocados por alguns dos secretários que se posicionaram. Então, eu acho que essa é a grande questão do momento. O Brasil precisa urgentemente discutir o pacto federativo. Quanto à mudança de ICMS, de origem e destino, isso está por demais claro, Senador Presidente Tasso Jereissati. Nós temos alguns dados, por exemplo, fazendo a leitura do balanço de 2006, fazendo a leitura dos Estados, da União, e nós vamos ver que uma região como o norte, por exemplo, que tem uma população de 7,9% do total, tem de ICMS 5.59. Uma região como o nordeste, tão sofrida, que não tem um programa de desenvolvimento regional, é só ver o PAC ou ver qualquer outro que nós estamos discutindo, inclusive na Comissão de Desenvolvimento regional, o veto que o Presidente fez à criação das agências de desenvolvimento, bem como os recursos necessários para isso, o nordeste tem 27% da população e tem 14% do ICMS arrecada-

do no País. Se você for para o fundo de participação dos Estados e Municípios, você vai ver, por exemplo, que a região norte, somado ao fundo de participação e fundo dos Municípios do Estado tem um total de 9 bilhões, teve um total de 9 bilhões, 719 milhões. Mas o nordeste teve 25 no fundo de participação. O centro-oeste teve 4 bilhões e uns quebrados. O sudeste teve 11% do fundo de participação, os Estados e Municípios e o sul teve 6 bilhões. Mas o ICMS, aí onde mostra a necessidade de nós revermos essa condição, o ICMS do norte correspondeu a 9 milhões. O do nordeste a 25. Do centro-oeste 14. Do sudeste, 94 milhões do ICMS que foi produzido no País o ano passado. Ou seja, mesmo com a população de 42%, teve uma receita de 55%. Ou seja, uma definição clara, se nós formos verificar os números, que o processo desses recursos aqui estão sendo mal distribuído. Da mesma forma podemos agravar isso de uma forma muito forte pelo que foi colocado aqui por alguns secretários da necessidade de se discutir o compartilhamento dos recursos, que hoje é onerado ao cidadão, é onerado ao trabalhador, ao contribuinte de uma forma geral e que só parte deles está sendo compartilhado com aqueles que têm a responsabilidade de fazer, a exemplo do CPMF e outros, que detêm na mão a centralização do Governo Federal. Então é fundamental que nós tenhamos essa consciência de aprofundarmos essa discussão no sentido de revermos o pacto federativo com a preocupação que foi colocada aqui por alguns secretários, alguns deles, da necessidade do período de transição definir um verdadeiro fundo de desenvolvimento para as regiões que necessitam desse fundo de desenvolvimento, até para que ele seja aplicado tentando amenizar aquilo que foi afirmado aqui que a guerra fiscal ou compra de emprego, como alguns dizem, que está sendo adotado pelo País afora, deixe de trazer prejuízo para o serviço público e, conseqüentemente, para o serviços que precisa ser prestado. A questão do fundo de compensação pode ser um só. O fundo de desenvolvimento e fundo de compreensão. Porque é bem verdade que ninguém vai querer perder. Nós temos essa consciência que é difícil um Estado abrir mão, hoje, daquilo que já tem. Mas aqueles que não têm, com certeza, o grito precisa ser bem maior pela necessidade e pela injustiça que nós estamos convivendo hoje na distribuição. Eu digo isso de uma forma muito clara. Já fui, já tive a oportunidade de ser Governador do meu Estado. Não foi em situação tão crítica, se é que podemos dizer como hoje está convivendo o Governador Cássio, nos últimos quatro anos recebeu de recursos voluntários do Governo Federal, estou falando em quatro anos, cerca de 219 milhões de reais e pagou de dívida um bilhão e 500 milhões de

reais fazendo transfusão de sangue de um paciente que está na UTI. Então obviamente que não estamos defendendo a questão, por exemplo, de não pagar dívida. Em absoluto. Todos nós concordamos com essa necessidade. Mas não pode na condição em que n Paraíba e eu tenho certeza, Alagoas e outros Estados estão passando a exemplo do Rio Grande do Sul pelo que o próprio Secretário aqui terminou de afirmar. Então acho que essa discussão ela está sendo importante mesmo embrionária, no seu início, com pouca informação e eu pergunto a Sra. Lina Maria Vieira que é Presidente do..., Coordenadora do Conselho, se o Conselho tem algum esboço também, mesmo que inicial como está sendo do Governo Federal, para que sirva de base na discussão de propostas, com os desencontros que obviamente deve existir entre os Estados, mas se tem algum estudo até técnico contratado para que pudesse ser oferecido a todos nós. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente Tasso, Sra. Senadora Presidente Lúcia, senhores secretários da fazenda de estado, de diversos Estados brasileiros, primeiro eu gostaria de registrar um fato que eu acho que é importante. Essa Audiência Pública de hoje, pelos depoimentos aqui dados e pela qualidade dos depoimentos aqui dados, revela uma melhoria, assim, me revela um Estado de melhoria muito grande na gestão pública brasileira. Eu acho que na hora que nós ouvimos o depoimento de qualidade como foi aquele que nós tivemos oportunidade de presenciar aqui isso fica muito claro para nós de que há de fato uma evolução muito positiva na gestão da coisa pública e conseqüentemente uma melhoria que acontecerá sem dúvida nenhuma no desenvolvimento desses Estados de um modo geral. Na verdade eu não tenho nenhuma pergunta a fazer. Eu gostaria de manifestar apenas uma preocupação, algumas preocupações e ao mesmo tempo uma satisfação. Preocupação porque, por exemplo, a discussão do pacto federativo, acho uma coisa absolutamente fundamental que se discuta. Tem aqui algumas informações que acho que são procedentes que dizem o seguinte: As despesas compartilhadas, 1988 eram 76.2%. Em 2006, 54.2%. As não compartilhadas, em 2006 as compartilhadas caíram para 46%. Então isso mostra claramente que há uma necessidade imensa de que essa discussão realmente aconteça com toda força, com toda a carga. A minha preocupação é outra. É que toda vez que há esse tipo de discussão quem é que paga o que, sobra para o contribuinte. A história corrente dessas demandas, desses debates aqui no Congresso Nacional e o que de fato prevalece é isso,

o Governo Federal é pressionado, o Governo Federal por estas razões tentam reequilibrar uma situação extremamente negativa contra ele e o Governo aí vai para um lugar mais simples, o caminho mais simples de todos. Lei do menor esforço. Qual é a lei do menor esforço? Aumenta a carga tributária.

Então eu acho que essa preocupação é uma preocupação que deve estar presente, aqui alguns secretários manifestaram ela de maneira muito contundente. Eu acho que é uma manifestação que tem que estar muito presente nas preocupações de cada um dos... De todos nós, dos senhores secretários, do Congresso Nacional, particularmente do Senado Federal. Uma outra questão que eu acho que é importante é a questão... Eu não gosto muito da palavra guerra fiscal. Acho ela muito pejorativa. E fico muito satisfeito aqui, porque notei que a grande maioria dos senhores secretários incorporaram fortemente a convicção de que a guerra fiscal, a chamada guerra fiscal que eu entenderia muito mais por uma renúncia fiscal dos estados, foi a única arma que sobrou para os estados pobres para tentar superar o Estado de subdesenvolvimento que se encontram. O Governo rasgou a agenda de políticas públicas para a aproximação das desigualdades regionais. E é bom que se diga que não foi só esse, não. De algum tempo para cá foi rasgado de assim de uma maneira ostensiva a existência ou o desenvolvimento de alguma política pública que tenta de fazer com que essas diferenças sejam atenuadas, desapareçam o sonho, mas pelo menos sejam atenuadas. Então só sobrou os Estados pobres e é isso. Não tinha mais o que fazer. Era comprar o emprego, como disse o Senador Cícero Lucena. Comprar o emprego. Porque só quem mora nesses estados é que sabe a dificuldade de conseguir gerar uma oportunidade de emprego, uma oportunidade de renda. Então foi o que sobrou. Daí porque eu acho que a palavra guerra fiscal é uma palavra que não deve ser usada por nós outros, principalmente daqueles que somos de origem dos Estados pobres.

Então acho que é preciso sim desenvolvimento de políticas públicas, primeiro, antes de mais nada, políticas públicas que de fato venha a proporcionar a diminuição gradativa e importante dessas diferenças regionais tão ostensivas, tão grande que comprometem definitivamente, digamos assim, o grande pacto nacional. E o terceiro ponto é uma coisa que me chamou atenção aqui foi também a preocupação dos senhores secretários com que os senhores chamaram de o diabo mora nos detalhes. Eu acho que essa coisa é importantíssima. O Secretário de São Paulo, Dr. Mauro, ele chamou atenção muito claramente disso, o Benevides também destacou esse ponto. Tem um

exemplo que eu acho que ele é muito interessante de ser observado. Eu estava aqui dois anos atrás passando um tempo aqui no Senado quando foi discutida aquela ameaça de, digamos, de reforma fiscal. E foi discutida a questão de transformar o PIS/COFINS em impostos não cumulativos. Vocês lembram disso e o Governo fez o seguinte simplesmente. Pegou, não vai ser mais cumulativo esses impostos. Eu vou aumentar na ponta e aumentou significativamente a incidência do PIS/COFINS sobre todas as, a quase totalidade dos produtos nacionais, e disse: Mas não se preocupe, porque vocês vão ter os créditos e farão uma compensação e será uma coisa razoável. Na prática, o que é que acontece? Houve um aumento significativo da incidência nos produtos e serviços, nos produtos e serviços e na hora de compensar o Governo disse: Não, mas nisso aí eu não concordo que vocês utilizem isso como crédito. Aí restringiu de uma maneira extremamente contundente e forte a possibilidade de utilização de créditos na linha de produção que por acaso incida sobre esses produtos. Os insumos, os produtos intermediários. Tudo isso aí foi... Hoje o Governo não aceita a grande maioria, talvez 80% desses créditos não sejam homologados pelo Governo. Então foi, me permitam a expressão, foi uma malandragem que foi feita pelo Governo Federal e que o contribuinte, quer seja pessoa física ou jurídica passou a pagar de fato.

Então eu acho e isso me deixa muito feliz porque há a percepção. Todos os senhores secretários têm a percepção dos três pontos. Primeiro: é necessário fazer um reajuste do pacto federativo, mas aqui alguns dos senhores manifestaram exatamente o seu, do Rio Grande do Sul, Aod Cunha manifestou isso com muita clareza. Não pode haver aumento da carga tributária. Não é possível isso mais. O Brasil está absolutamente estrangulado. Então, nessa guerra, nessa disputa de quem fica com que, não pode sobrar mais para o contribuinte. Não tem mais espaço para isso. Este é o primeiro ponto. O segundo ponto é esta questão da chamada famigerada guerra fiscal, que eu gostaria que ficou muito claro pra mim que os estados, principalmente o representante dos Estados menos favorecidos pelo desenvolvimento econômico e o status atual econômico tem isso muito claro. É preciso que haja antes disso uma política de desenvolvimento, de estabelecimento de políticas públicas para o desenvolvimento regional, para a diminuição das diferenças regionais. E o terceiro ponto é aquilo que, é ter cuidado com o diabo. Ter cuidado com o diabo, porque ele vai no detalhe. Então, Secretário, acho que ficou muito claro pra mim que há as três preocupações... As minhas preocupações estão difundidas, estão divididas pelos senhores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-

SATI (PSDB-CE): Muito bem, Senador João Tenório. Com a palavra estão mais inscritos o Senador Neuto de Conto e o Senador Flexa Ribeiro e ainda que não está inscrito Senador Dornelles, eu estou notando dele uma evidente preocupação de que saia daqui um pacto com o diabo. Nós não vamos fazer isso, Senador Dornelles, porque nós somos profundamente religiosos e não vamos admitir que isso aconteça. E como ele é um homem que com certezaalaria em Deus, deixou para a próxima Sessão para usar da palavra. Um dos maiores especialistas em Reforma Tributária do País. Por sorte nossa, hoje como Senador. Senador Neuto de Conto, Santa Catarina.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

Senador Presidente, Senador Tasso, Senadora Lúcia Vânia, Senadores, Srs. Secretários. Acho que vou falar um pouco do contribuinte. Hoje o País se reúne, as Câmaras Municipais, a Assembléia Legislativa, Câmara dos Deputados, o próprio Senado, as associações de classes, os quatro cantos desse País para discutir dois pontos. Primeiro, a contensão dos gastos do Governo. E o segundo, a redução da carga tributária. E toda vez que se fala em Reforma Tributária, historicamente no País se fala em aumentar impostos, uma coisa tradicional. E eu estou assim, com alguns números que nos deixa estarecido. A Constituição de 88 se arrecadava 19% do PIB. Quando depois de vários planos, seis, para buscar a solução da inflação que corroia o País e até o tecido social, chegou-se no Plano Real depois de muita luta e muito trabalho. E eu vejo que com muita luta e muito trabalho também temos que vencer essa tarefa da Reforma Tributária. Em 94, quando se fez o Plano Real, o PIB do Brasil era em torno de 350 bilhões de reais. E o tributo foi a 28%. 12 anos depois, agora em 2006, o PIB do País passou para 2.3 trilhões de reais e a tributação em 38%, quer dizer, temos o crescimento da economia, de uma forma tão rápida e tão forte que simplesmente pela tributação já tem o suporte da arrecadação, mas se aumentou, praticamente se dobrou a taxa de arrecadação da sociedade. Olha, esses números fazem com que os empresários, realmente, eles parem de trabalhar. O Governo pagando juros da forma que paga, rende muito mais na ociosidade do que no trabalho. E deixa o País numa situação mais delicada ainda. Eu acho com muita dificuldade fazer uma Reforma Tributária durante um Governo e implantá-la neste Governo. Eu entendo que somente numa, para um futuro Governo, trabalhar muito, produzir bastante, ouvir a sociedade e procurar dar gerenciamento aos Municípios e aos Estados com recursos segundo vários índices que pode se buscar para que eles possam, o País ser administrado, os Estados e o próprio Município.

E nós somos brasileiros e nós que temos que produzir isso. O Brasil é que precisa, não são os governos. É a sociedade que precisa para o dia de amanhã. E eu fui levantar hoje, nós temos hoje 62 tributos nesse País. Três mil e duzentas normas. 40 alíquotas só do ICMS. Gasta-se no País, os empresários, quatro vezes mais para administrar os tributos do que os Estados Unidos. Em função dessa parafernália de dados que nós temos para poder administrar. E é lógico e faço coro, nós precisamos reduzir essa pirâmide. Alargar a base. Os números nos dizem que nós temos 40% na informalidade. Fala-se do contrabando, nas defesas sanitárias que deixamos de produzir, deixamos de vender. Os Países lá fora não compram. E aí podíamos trazer um sem número de dados. E reduzindo essa pirâmide certamente tributando como os maiores Países do mundo fazem, o consumo, desonerando a produção, lógico, com as compensações necessárias e temos que chegar da Reforma Tributária ao pacto federativo. Não podemos fugir disso. Através do pacto é que nós vamos dar oportunidade para que a sociedade onde ela vive, que é no Município, é lá que estão os problemas, eles possam melhor administrar nosso País. E dentro dessas poucas considerações, eu acho que todos os Senadores estão recebendo, como eu recebo, dezenas, centenas de expedientes diários para não votar, não aceitar a prorrogação do CPMF. Veja que situação e parece que o Governo não tem como deixar de aprová-lo até para poder se suportar na sua administração. E eu aqui faria até uma outra reflexão que recordo agora, hoje nós pagamos quando compramos a mercadoria e pagamos pelo dinheiro que vai comprar a mercadoria. E nós vemos, por exemplo, dar um fato, quantos bilhões de dólares circula neste País sem nenhuma tributação? Que estão na clandestinidade? Tem que encontrar saída para isso. Nós temos... Eu acredito que nós podemos quase que aumentar 20 a 30% da arrecadação do País sem reforma, com ações de Governo. Em vários segmentos, em vários pontos que são frágeis e tem caminhos para se buscar a solução. E nessas pequenas considerações e comentários e como um contribuinte e no ofício também de Senado, acho que nós... Só se perde a luta que se abandona. Meu Presidente, essa é uma luta que nós vamos vencê-la. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Senador Neuto de Conto, por sua participação. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Tasso Jereissati, Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Dra. Lina, coordenadora do CONFAZ, secretários do CONFAZ, senhores secretários, Srs. Senadores. Pre-

sidente, se nós fôssemos usar uma figura de retórica que o Presidente Lula gosta muito, que é a de futebol, poderíamos dizer que os secretários todos estariam jogando como zagueiros, todos na retranca. Não, nenhum querendo avançar com relação à questão da reforma e acho até com justiça e sabedoria. Só que eles não devem se preocupar porque esse jogo não tem bola. Porque o Governo Federal não vai colocar a bola em campo. Porque ele não tem interesse nisso, em fazer a reforma. Essa, lamentavelmente, é a constatação que eu acho que eu posso retirar de tudo que foi dito aqui, de tudo o que foi dito. Já não é a primeira vez que se fala em Reforma Tributária no Brasil, ela vem de governos anteriores, não é deste governo só. E lamentavelmente o que se vê da reforma é sempre pontual e voltada para o aumento da carga tributária. O Senador João Tenório comentou aí o que aconteceu com a revisão das alíquotas do PIS e COFINS. O então Ministro Palocci esteve no Senado Federal, esteve nas confederações nacionais de indústrias, de comércio, dizendo que foi dito aqui, eu não lembro qual foi o Secretário que disse que a reforma seria neutra. Que era a palavra que ele gostava de usar. Não haverá nem aumento nem diminuição da carga tributária. E o que se viu foi efetivamente o aumento dessa carga tributária.

Eu fiz, Presidente Tasso Jereissati, na Comissão de Assuntos Econômicos, um Requerimento propondo a criação de uma Subcomissão para tratar da revisão do pacto federativo e da regulamentação da Lei Kandir. E lamentavelmente o meu Requerimento não pôde ser contemplado, porque haviam outros mais importantes, como é o caso da Reforma Tributária e que deram entrada antecipadamente. Mas eu pediria a V.Ex^a. que a Subcomissão de Reforma Tributária absorvesse a questão da revisão do pacto federativo e da regulamentação da Lei Kandir. Porque não há como fazer uma Reforma Tributária se nós não sabemos qual o tamanho do Estado que nós vamos ter. Qual o valor necessário de arrecadação para fazer contrapartida dos serviços a serem disponibilizados à sociedade.

Então, a Reforma Tributária séria, se o Governo quisesse realmente fazer uma Reforma Tributária, ele deveria anteceder essa reforma de uma reforma administrativa, de uma revisão do pacto federativo, de tal forma que todos os entes federados pudessem saber qual a sua parte que caberia e qual o valor necessário do esforço da sociedade para que os entes federados pudessem cumprir com suas missões. Nós não sabemos disso. Ninguém sabe. A única coisa que se sabe é que a cada vez mais a União concentra em suas mãos o maior montante da arrecadação. E a cada vez mais Estados e Municípios ficam a míngua na tentativa de

cumprir com suas obrigações. Eu fico muito tranquilo de falar e quero parabenizar aqui os Estados que fizeram referência, o Estado do Pará, o meu Estado do Pará foi entregue agora ao PT, à administração do PT, após 12 anos de administração do PSDB, com uma relação dívida e receita da ordem de 0,67%. Com uma capacidade de investimentos de 16% diferentemente de São Paulo que só investe seis centavos para... Tinha capacidade de investir 16 centavos. Com os precatórios em dia, não sei se é o único, mas acho que é um dos poucos Estados brasileiros que está totalmente em dia com seus precatórios. Ou seja, não tem nada atrasado até 31 de dezembro. Não sei se já atrasou agora nesses quatro meses de administração petista. E como já foi dito aqui, se nós formos comparar o que foi pago de dívida, da dívida do Estado para com a União, em relação às receitas voluntárias, eu acho que chega numa proporção parecida com a da Paraíba, eu diria Senador Cícero, que seria fazer transfusão de anêmicos, que são os Estados e Municípios. Está tirando sangue de quem não tem nem glóbulos vermelhos. Então evidente que isso tem que ter uma solução ou uma... Estancar essa sangria. Foi dito aqui pelo Secretário Ricardo, com relação à questão da Medida Provisória 347, pelo que eu tenho informação, a Emenda não passou na Câmara. Foi aprovado lá.

[Pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente. Não passou na Câmara porque o rolo compressor do Governo não vai deixar passar. Aqui no Senado vai porque o nosso Ministro Dornelles vai nos ajudar a fazer com que a gente possa aprovar essa necessidade de fazer justiça com os Estados e Municípios. Até porque é importante que a nação brasileira saiba que foi regulamentada a Lei de Responsabilidade Fiscal para os Estados e para os Municípios e até hoje não foi regulamentada para a União. Senador Tasso Jereissati, isso é um assunto que a gente deve levantar na CAE. Vamos fazer isso amanhã. Cobrar do... Senador Suplicy, cobrar do Senador Mercadante por que é que não entra em pauta a regulamentação da Lei de Responsabilidade Fiscal para a União? Está parado aqui desde 2003 na CAE. Amanhã me ajude, por favor, para que a gente possa fazer, saber onde é que está o processo, pelo menos e ver se V.Ex^a. pode ser o Relator para que a gente possa ter com certeza absoluta uma ação energética como V.Ex^a. sempre o faz em benefício da sociedade brasileira.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita, Senador Flexa Ribeiro, quem designa o Relator nesta Comissão é o Senador Tasso Jereissati, mas lá na CAE é o Senador Aloizio Mercadante. Está certo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas eu quero assumir o compromisso perante a TV Senado e o Brasil com V.Ex^a. que eu vou solicitar junto com o Presidente Tasso Jereissati que o Senador Mercadante o designe Relator deste processo que é necessário para a regulamentação da Lei de Responsabilidade Fiscal com a União. Referente à União. Então, acho, Senador Tasso Jereissati, V.Ex^a. tem a competência e é realmente aqui no Senado um líder que todos nós seguimos. Porque V.Ex^a. já foi Governador do seu Estado, aí o Secretário Mauro Benevides... Desculpe, Carlos Benevides. Mauro é uma figura muito importante na República. É Carlos Mauro. Fez, como fez o Pará, antes da lei, de existir a Lei de Responsabilidade Fiscal, esses Estados já a praticavam a Lei de Responsabilidade Fiscal sem que a lei existisse. Mas que a gente deve fatiar esse processo. Porque se nós não fatiarmos, nós vamos chegar ao final e não vamos ter nada. O que nós vamos ter aqui? A prorrogação da CPMF, a prorrogação da DRU e o Governo vai se dar por satisfeito, acaba a questão da Reforma Tributária e nós vamos virar o ano sem mais nada. Então, vamos... Eu entendo assim e é uma proposta que eu quero fazer aos secretários e se aceita pelo Presidente que a gente deve fatiar o processo. Vamos tomar esse mingau que é muito quente, pela beira. Então vamos tratar do pacto federativo, vamos chamar o Governo, vamos chamar a União, vamos tratar do pacto federativo, vamos tratar da regulamentação da Lei Kandir por que é importante que se defina de uma vez por todas a regulamentação da Lei Kandir, o Ministro Palocci aqui, por diversas vezes disse: Ah mas é a União que tem que bancar? É sim senhor. Porque é a União que faz, que se apropria dos recursos estaduais para fazer saldo da sua balança comercial.

Então é a União que tem que devolver para os Estados aquilo que os Estados perdem para contribuir na balança comercial. Então, é evidente que... E a União se nega a querer devolver esses recursos aos Estados. Então, a minha proposta é que o Senado Federal, com a liderança do Senador Tasso na Subcomissão de Reforma Tributária a gente faça um movimento no sentido, vamos discutir a nação brasileira, o Senador Neuto colocou com propriedade. Todos os brasileiros são contra a prorrogação da CPMF. É o imposto de péssima qualidade que incide em cascata. Em toda e qualquer operação que se faça. Então, mas não tem. Lamentavelmente nós temos que ser conscientes que não tem como se cortar abruptamente hoje a CPMF. Lamentável que na sigla tenha o P, e o P tanto é de provisório como de permanente. Se fosse letras diferentes a gente teria até um motivo para não continuar. Mas acho que ela deve ser prorrogada com o com-

partilhamento e com um cronograma de redução de alíquota até a alíquota de 0,08, como V.Ex^a. tem uma proposta nesse sentido. Prorrogar a DRU, tudo bem, desde que se crie a DRE para que se dê aos Estados as mesmas condições que se tem a União com relação à sua desvinculação de receita. Então, vamos negociar com o Governo que este é momento que nós temos para fazer. Se nós perdermos esse momento, nós não vamos ter nada. A regulamentação, repito, a regulamentação da Lei Kandir. Eu quero pedir a V.Ex^a., se é possível fazer um Requerimento, que a gente possa, numa próxima audiência, tratar da regulamentação da Lei Kandir. Acho que isso aqui é fundamental para que os Estados percam a condição de insegurança que tem a cada ano de saber se terão ou não terão parte, não é nem tudo, parte da restituição dos impostos perdidos na exportação. E Dra. Lina, também uma proposta que faço ao Presidente, depois de nós discutirmos com os contribuintes, com o setor produtivo, com os Municípios, e que o Senador Cícero fez uma pergunta se os conselhos dos secretários tinham também uma proposta para ser feita, se poderíamos fazer uma reunião da Subcomissão de Reforma Tributária com o CONFAZ, ou seja, com o pleno dos secretários de fazenda. Eram essas as sugestões e peço a V.Ex^a. que acolha a discussão da regulamentação da Lei Kandir e da revisão do pacto federativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, Sra. Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Srs. Senadores, senhores secretários, quando se fala em Reforma Tributária o tema já é polêmico. O que o é que é Reforma Tributária? Quando existe uma mudança, qualquer mudança na área tributária é uma Reforma Tributária. A Legislação que vai entrar em vigor agora dia primeiro de julho, estatuto da pequena e micro empresa é um importante passo de Reforma Tributária. A MP do bem foi uma Reforma Tributária. A não cumulatividade da COFINS foi uma Reforma Tributária. Agora, quando dentro de um censo mais amplo, quando a Reforma Tributária envolve aspectos federativos, aí vem a complexidade. Porque muitas vezes se chama de Reforma Tributária aquilo também que é uma reforma federativa. O Senador, acredito, João Tenório, afirmou muito bem que 1988, 80% da arrecadação da União vinha do Imposto de Renda e do IPI. O que significa que a base de cálculo do fundo de participação dos Estados e Municípios era 80% da arrecadação da União. Hoje a arrecadação do Imposto de Renda e do IPI representa 40% da arrecadação da União. Ou seja, a base de cálculo do fundo de participação dos Estados e

dos Municípios que era 80% da arrecadação da União hoje é 40%. E dentro dessa sistemática, os grandes prejudicados foram os Estados mais pobres. Porque a distribuição do fundo de participação dos Estados se dá pelo inverso da renda per capita. De modo que eu vejo que a responsável por essa distorção foi a política da União Federal nos últimos 20 anos. E o que se fez na área do IPI foi criminoso. Imposto não cumulativo, imposto seletivo, imposto velho como foi dito que não tinha nenhum problema de justiça substituído pela COFINS que tem todos, melhorando um pouco, mas tem todos os defeitos de uma incidência e que hoje entope os tribunais simplesmente com todas as pendências que ainda existem.

De modo que eu vejo que existe uma unanimidade aqui que eu vi entre os secretários que a base de cálculo do fundo de participação dos Estados e Municípios devia ser a arrecadação total da União. Incluindo as contribuições. E no momento em que se passasse e se estabelecesse que seria a arrecadação total da União, nós íamos ver imediatamente sumir a contribuição social sobre o lucro. Nós íamos ver imediatamente talvez sumir até o COFINS e voltar para o IPI. Nós iríamos ter talvez uma redução automática do número de impostos porque eles não tinham mais razão de existir. E ainda que não se fosse feito a curto prazo, ainda que se Thomazasse uma decisão agora para vigorar a partir de um determinado período, para não dizer contra o atual Presidente, eu acho que esse é um ponto que eu vi de unanimidade na presença de todos os secretários e de Senadores aqui presentes. Eu também eu quero dizer, Sr. Presidente, embora sendo eu do Rio de Janeiro, eu acho que a guerra fiscal foi altamente positiva para o Brasil. Se nós verificarmos hoje a pauta de exportação para o Brasil, nós verificamos que todos os Estados estão presentes na exportação. E que sem essa guerra fiscal não teria realmente ocorrido esse desenvolvimento e essa participação maior dos Estados nesse processo de desenvolvimento. Mas eu concordo plenamente com o ilustre Secretário do Rio Grande do Sul sobre a expressão que essa guerra fiscal está saturada. Hoje, a partir desse momento ela está saturada e quando começa todo mundo entrar na guerra, eu acho que aquela, aqueles que tomaram a iniciativa primeiro saíram vencedores e hoje ela está saturada. De modo que o fato dessa saturação da nota fiscal eletrônica e da situação fiscal do Governo Federal abre caminho para uma reforma fiscal. Ainda que seja num primeiro ponto,, como disse o Senador Flexa Ribeiro, vamos votar primeiro discutir aquilo que é unanimidade. A base de cálculo do fundo de participação dos Estados e Municípios vai ser toda a arrecadação da União. Impostos e contribuições. Aí nós vamos ter

imediatamente a própria União vai querer reduzir o número de impostos. Para que tenha contribuição social sobre o lucro? Qual a diferença do Imposto de Renda? Vai sumir. Vai unir. E o que é importante dentro dessa linha é que a gente, nesses aspectos federativos e o Senador Tasso Jereissati tem afirmado isso, tem que haver um consenso com os Estados. Ou seja, é difícil fazer uma Reforma Tributária de natureza federativa sem ouvir Estados e Municípios e eu acho que esse é o objetivo dessa Comissão, procurar um consenso. Porque não se pode fazer uma Reforma Tributária com aspectos federativos e unos Estados atropelando os outros que não teria sentido fazer isso. Procurar um consenso. Por isso acho importante esse debate, eu gostei muito da proposta do Senador Flexa Ribeiro, às vezes, num momento oportuno haver uma reunião conjunta da Subcomissão com o CONFAZ, ouvir também os Municípios e procurar buscar, elencar dificuldades aquilo que é consenso, aquilo que é meio consenso, aquilo que não há consenso e verificar o que é possível fazer com maior rapidez ou se fazer em bloco ou se fazer em partes. E também um aspecto que precisa ser dito é que se estabelece muito e muitas vezes se fala no aumento de carga tributária violenta no período de 99 a 2003. Aí tem que ser examinado e vocês do Estado também, foi eliminado durante esse período, o Plano Real eliminou o imposto oculto que era o imposto inflacionário. E esse imposto inflacionário como ele funcionava? Começava primeiro de janeiro, receita cem, despesa cem. Mas havia a correção da receita. E havia a despesa simplesmente não corrigida.

Então, havia um ganho inflacionário no imposto que o Plano Real acabou com ele e que teve que compensar com outras cargas tributárias. Mas de qualquer maneira isso é história, é apenas para termos uma realidade quando verificamos que o aumento da carga tributária e esse aumento nós esquecemos que implicava o imposto inflacionário que era o imposto oculto. Mas o importante de tudo é que eu acho que essa decisão do Presidente e dos Senadores aqui presentes de fazer uma audiência geral, ouvir a opinião dos secretários, dos perfeitos e do setor privado que paga os impostos, procurando inclusive, até como foi dito aqui pelo Senador Neuto Campos, procurar até simplificar. Tem muita coisa que pode ser simplificado, desburocratizado, e que a gente vê que a máquina pública rejeita qualquer forma de simplificação até para as vezes não perder prestígio e não perder força. Mas é isso Senador Presidente, são essas ponderações que eu queria fazer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Senador Dornelles.

Senador Suplicy, eu gostaria antes das respostas de fazer suas considerações?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite Sr. Presidente. Gostaria de transmitir ao Secretário Carlos Mauro Benevides Filho que me faz recordar primeiro a ótima relação que sempre tive aqui com o seu pai, Presidente Mauro Benevides, e que muito apoiou o início da tramitação dessas idéias ainda quando eu havia proposto programa de garantia de renda mínima através de um imposto de renda negativo, mas ele não conviveu aqui com a outra parte que vou lhes falar. E a outra lembrança é do seu Estado. Eu queria lhe contar uma história de algo que poderia ter ocorrido, por exemplo, numa vila de pescadores como a de Iguape, ali ao sul de Fortaleza, cerca de uma hora, que eu conheci muito bem nos anos 70, acho que 74, passei algumas semanas lá com a família e interagi muito com os pescadores, conversando diariamente. Mas tipicamente naquele lugar poderia ter surgido a experiência que vou lhe relatar que de fato aconteceu da experiência pioneira, importante e bem sucedida sobre aquilo que eu tenho proposto. No início dos anos 60, o Prefeito de uma pequena vila de pescadores como a de Iguape, chamada Bristol Bay no Alasca, observou que lá saía uma grande riqueza na forma da pesca, mas boa parte continuava pobre em meio à população. E ele disse: Vamos criar um imposto de 3% sobre o valor da pesca para criar um fundo que a todos pertencerá. Teve enorme resistência. Imagine, vai criar mais um imposto? Demorou cinco anos para persuadir a todos. E a idéia deu tão certa que dez anos depois tornou-se Governador do Estado que havia recém descoberto enorme reserva petrolífera. Em 1976 disse ele aos então seus trezentos mil concidadãos. Nós precisamos pensar não apenas na geração presente, mas na vindoura. Porque o petróleo, como outros recursos naturais, não era renovável. Vamos separar 50% dos royalties decorrentes da exploração de recursos naturais para fazer um fundo que a todos pertencerá. E quis que a proposta fosse debatida por toda a população, foi aprovado por referendo na proporção de dois para um e pela Assembléia Legislativa como uma Emenda Constitucional. E desde então, aqueles recursos passaram a ser aplicados em títulos de renda fixa, ações de empresas do Alasca, contribuindo para diversificar a sua economia, dos Estados Unidos e internacionais, e, inclusive, hoje 28 empresas brasileiras têm ações lá, o que significa que nós contribuímos para que isso lá aconteça, empreendimentos imobiliários, o fundo passou de um patrimônio de um bilhão de dólares nos anos 80 para 37 bilhões de dólares hoje e cada pessoa residente no Alasca, um ano a mais, tem o direito de receber, nos primeiros anos

foi 300, depois 400, 500 no ano passado, mil cento e sete dólares per capita, permita perguntar na sua família quantos são? Na sua família. São seis pessoas na sua família. Se tivesse residindo no Alasca, a um ano ou mais teria ali entre primeiro de janeiro e 31 de março, explicado sou Carlos Mauro Benevides Filho, trabalho aqui como Secretário da fazenda, resido em tal endereço, se viajei no ano passado, que a única exigência é estar residindo ali há um ano ou mais, fui até o Alasca verificar como funciona, funcionou bem e venho aqui e estou propondo agora para o Ceará e para o Brasil e quando chegou a primeira semana de outubro, por transferência eletrônica na sua conta bancária ou por cheque enviado a sua residência teria recebido mil cento e sete por pessoa numa família de seis, seis mil, seiscentos e quarenta e dois dólares pelo direito de partilhar da riqueza da nação.

Não se trata, portanto, de uma figura de assistência. Se trata de um direito de todos partilhar em da riqueza da nação. Qual foi o resultado disso por 25 anos no Alasca? Tornou-se o mais igualitário dos 50 Estados norte-americanos. Eu não vou expor demais aqui, eu vou então, proporcionar aos senhores e à Sra. Lina também um livro para cada um dos secretários para que possam aprofundar o conhecimento daquilo que já é lei, será instituída no Brasil a critério do Poder Executivo por etapas começando pelos mais necessitados até que todos aqui nessa sala venham a ter esse direito, o direito de partilharmos da riqueza da nação. Então eu considero que se trata de algo importante para cada um dos secretários da fazenda bem conhecerem e me disponho a ir aos Estados para ajudar a instituir até antes do Presidente Lula no Brasil todo. Muito obrigado Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A riqueza da nação está toda na PETROBRÁS, que ela arrecada e não distribui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O que eu gostaria de ressaltar é que a proposição vale para qualquer tipo de riqueza criada. Pode ser sobre o valor adicionado de cada tipo de riqueza criada. Basta se criar o fundo e, portanto, Minas Gerais cria uma porção, uma Gama formidável de riquezas, inclusive minerais além de tantas coisas bonitas que eu recentemente vi lá em Ouro Preto, inclusive do turismo e assim por diante. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Senador. Eu passo então para as considerações finais e respostas e observações dos secretários começando pela secretária Lina que para qual foi proposta uma pergunta específica e em seguida para cada um dos secretários que

queiram falar sobre as observações dos Senadores. Secretária Lina.

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Obrigada, Presidente. Bom, com relação a se os Estados já discutiram ou têm alguma proposta, na verdade nós estamos já há algum tempo discutindo a Emenda aglutinativa apresentada pelo Deputado Virgílio Guimarães que agora em 2007 apresentou um novo que é o de nº. 31 que nós ainda não recebemos e estamos ainda por nos reunir para isso. Agora, o fórum fiscal dos estados brasileiros que é composto por 11 estados da federação, acho que agora esse ano entraram mais dois, está discutindo já há quase dois anos com a Fundação Getúlio Vargas e esse trabalho deverá apresentado agora no final de maio. A posição dos Estados em relação a uma Reforma tributária. Então nós poderíamos encaminhar esse estudo feito entre os Estados e a Fundação Getúlio Vargas que foi contratada com essa finalidade para dar uma posição pelo menos desses Estados que participam do fórum fiscal dos Estados brasileiros. No mais, o que nós temos discutido os pontos positivos e negativos que foram levantados pelo CONFAZ, pelo colegiado é em relação à proposta de Deputado Virgílio Guimarães. Com relação a ela, nós temos algumas coisas que concordamos e no decorrer do processo o Deputado se reuniu com os secretários e por várias vezes alterou o texto do Projeto por ele apresentado, mas ainda há muitos pontos para serem corrigidos, como essa PEC 285 parece-me que agora retomada por essa de número 31 2007 muitas coisas que constam da PEC 285 foram novamente repetidas, agora na PEC 31 e outros pontos novos foram incluídos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só uma questão de ordem, Sr. Presidente, sobre o tema, se esse fórum, pelo que eu entendi são de 11 Estados. O resultado desse trabalho, desse fórum em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas, esse documento ele será tornado público antes da discussão com os demais estados ou só após a discussão com os demais estados?

SRA. LINA MARIA VIEIRA: Já foi feita uma apresentação no dia 30 de março no último CONFAZ que nós realizamos em Natal, o professor Fernando Resende esteve lá presente, foi feito um fórum, nós trouxemos, inclusive, integrantes internacionais para discutir um modelo que seria adequado para o País e então assim que o Fernando Resende, com a equipe, apresentar o final desse trabalho ele está apresentado para o colegiado e em seguida será tornado público.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Pois não. Os secretários... O Secretário Mauro Benevides.

SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO: Eu gostaria de fazer uma ponderação rápida, Presidente, que nós temos que olhar também com cautela o lado da União. Então, todos nós desejamos compartilhar das receitas de impostos e contribuições. Porque a União vem vorazmente, ao longo dos anos detendo, se apropriando do maior percentual. Entretanto, a ponderação que gostaria de fazer era de que até por razões de estrutura primeiro gerencial, a União tem algumas despesas que são difíceis de se diminuir, mas poderá ser feita, portanto temos que instituir a gradualidade da implantação desse compartilhamento, até para tornar a medida mais palatável no processo de negociação com o Ministério da Fazenda. Então, os Estados na sua proposta, vai discutir isso muito enfaticamente, mas eu queria também registrar a necessidade do processo de convencimento com a União que esse compartilhamento fosse feito paulatinamente para que a União possa fazer o ajuste de suas despesas ao longo do ano. Seria uma discussão, portanto, ponderada para discutir ao longo desse propósito. No mais, é parabenizar o Senado, parabenizar os Presidentes, Senador Tasso Jereissati e a Senadora Lúcia Vânia pela oportunidade que dá aos estados a discussão de tema importante para todos nós, para o Brasil como um todo e nós esperamos, portanto, que outros segmentos possam ser ouvidos, mas os Estados com certeza terão uma proposta pública nacional para dar conhecimento à população brasileira. Era só, Sr. Presidente.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, só para levantar o Secretário Mauro Benevides, seguinte, que no momento em que se amplia a base de cálculo, tinha que se acertar qual o percentual das alíquotas. Quer dizer, isso aqui uma vez feito isso, não poderia depenar a União. Mas o problema na hora que você estabelecesse um mecanismo de base de cálculo em todas as contribuições você impediria a União de continuar nas práticas que está continuado. Quer dizer, ela não teria mais um estímulo a simplesmente usar o poder fiscal para diminuir a base de cálculo dos Estados. Agora, ao aumentar a base de cálculo, ter-se-ia obrigatoriamente que fazer uma redução da alíquota para que não houvesse uma distorção completa no caminho da repartição de receita.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mauro Ricardo.

SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA: Eu queria retomar um assunto extremamente importante, um tópico importante levantado pelo Senador Flexa Ribeiro que é com relação ao ressarcimento aos Estados das perdas da Lei Kandir. Os estados vem perdendo ao longo dos anos uma estimativa efetuada pelo CONFAZ, alcança o valor de aproximadamente

17 bilhões de reais que os Estados estão perdendo em arrecadação de ICMS relativo a exportação de produtos semi-elaborados, assim como na importação de ativo imobilizado para as empresas. E quanto mais crescem as exportações, maior a perda dos Estados. Nós estamos chegando a um determinado ponto que não está mais interessando aos Estados a presença de empresas exportadoras nos Estados. Em especial se essas empresas utilizam-se de insumos provenientes de outras unidades da federação. Se tem uma empresa instalada em São Paulo que usa insumos de outros Estados e exporta o bem final produzido, só sobra, por exemplo, para o Estado de São Paulo, o ressarcimento relativo aos créditos na aquisição dos insumos. Então, na forma como está hoje, o Governo Federal tratando essa questão do ressarcimento das empresas, aos estados relativos a perdas das empresas exportadoras, não está mais interessando as unidades da federação ter empresas exportadoras. O que vai na contramão do que o Governo Federal quer em relação...

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Até porque as empresas exportadoras não tem outro lugar para colocar suas indústrias a não ser nos Estados.

SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA: Pois é. Então é uma questão relevante, importante, tem aqui no Senado um Projeto de Lei complementar que procura regular esta questão da Lei Kandir, houve uma Emenda Constitucional efetuada, se não me engano, no ano passado ou no ano retrasado que constitucionalizou a possibilidade de ressarcimento ou a determinação do Governo Federal em relação ao ressarcimento, porém precisa ser regulamentada. Existe um Projeto de Lei aqui e importante que esse Projeto de Lei possa tramitar no sentido que a gente tenha algo que obrigue a União efetuar o ressarcimento em relação a essas perdas de ICMS em relação às empresas exportadoras.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem. O Secretário Mauro Ricardo, ele levanta essa questão da Lei Kandir que eu acho que é fundamental. Principalmente o Estado como o nosso, o Estado do Pará que tem a sua economia toda baseado na exportação. Ele teve um superávit na balança comercial do ano passado de quatro bilhões de dólares. Ou seja, representou, a nível nacional, mais de 10% do que foi de superávit da balança nacional e calcado em cima de produtos primários e semi-elaborados. Eu apresentei uma PEC, Dr. Mauro, em que retornava a cobrança, pelos Estados, do ICMS nos produtos primários e semi-elaborados e as empresas usariam esses impostos pagos como crédito para encontrar o imposto federal. Aí resolvi o problema totalmente da

questão da compensação da Lei Kandir. Estava resolvido. Não precisava regulamentar, não precisava nada. A idéia é boa, mas vamos ver se o Ministro Dornelles e o Senador Suplicy conseguem fazer com que a PEC possa tramitar. E por último, Presidente Tasso Jereissati, o Estado do Pará é abençoado. O único insumo que o ICMS é cobrado no consumo e não na produção é a energia elétrica. Petróleo não. Petróleo o Senador Serra fez uma PEC e corrigiu. É a energia. Que os Estados exportadores de energia, como é o caso do Pará, o ICMS é cobrado no nordeste, no destino, aonde a energia leva o desenvolvimento. Vamos começar a corrigir por aí também.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Flexa, vou chamar aqui o ex-Senador Albano Franco para ficar ao seu lado, porque é o único que consegue chorar mais que você aqui dentro. O Senador Albano Franco, para ele participar excepcionalmente como Deputado. Já são quase dez horas, eu vou pedir então que os secretários que queiram falar, dizer alguma palavra, se pronunciem para as considerações finais. O Secretário do Rio Grande do Sul.

SR. AOD CUNHA DE MORAES JUNIOR: Muito rapidamente, Senador Jereissati, cumprimentar a iniciativa do Senado. Acho que é muito importante nós termos um fórum qualificado como esse para que os estados possam discutir junto com a União um passo importante da Reforma Tributária, reforçar aqui a avaliação do Rio Grande do Sul, a minha avaliação de que esse é um passo importante para o País, é um passo importante. Acho que nós teríamos ganhos evidentes em avançar numa Reforma Tributária. Acho que como toda boa reforma, a maior inimiga de uma boa reforma é a reforma ótima. Então, nesse sentido, se nós pudéssemos dar passos concretos, eu gostei muito da sugestão do Senador Flexa Ribeiro dizer o seguinte: Olha e é um receio que eu comentei aqui no início, que eu tenho de que no âmbito dessa discussão a União ganha um espaço momentâneo para aprovar temas do seu interesse, principalmente na questão da renovação da CPMF. E se é verdade que há uma demonstração firme anunciada pelo Secretário Bernard Appy, de que a União estaria disposta, se os estados quisessem avançar na discussão da reforma em compartilhar um esforço de arrecadação do bolo tributário com os Estados, se os Estados avançassem nessa reforma, então porque não incluir de imediato essa discussão de uma partilha da CPMF, que pode contemplar também o desejo da sociedade de uma redução progressiva de carga tributária. Nós poderíamos combinar isso. Um compartilhamento, o próprio compartilhamento poderia ser progressivo, não precisaria

ser de imediato alto para os Estados, progressivo com uma redução progressiva da alíquota. E esse eu acho que seria um passo relativamente simples do ponto de vista da engenharia maior da Reforma Tributária, mas concreto na direção, não só da Reforma Tributária, mas do pacto federativo.

SR. SIMÃO CIRINEU DIAS: Só queria falar que quando o Dr. Mauro Ricardo falou da Lei Kandir, nós perdemos 17,6 bilhões e a União nos ressarcir em 3,9 bilhões. 22% apenas. Eu até diria para o Senador Flexa que a gente não faz questão que seja 100%, mas a gente quer pelo menos 50%. Então que 50% do que é pago, eles pagassem e esses 50% eles recorreriam à União para abater.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, não é choro, é justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O Secretário Waldir de Mato Grosso.

SR. WALDIR JÚLIO TEIS: Obrigado, Presidente. Dizer o seguinte, nessa questão da Lei Kandir, o que ocorre com Estados primários que exportam produtos primários e semi-elaborados, na verdade acabam subsidiando atividades dos Estados industrializados. Isso é um peso bastante grande. Agora, que o se espera nessa Reforma Tributária é que acreditamos que não dá para dar o mesmo tratamento a todos os Estados brasileiros. Tratamento igualitário as diferenças regionais são gritantes, as diferenças sociais acompanham e as demandas sociais nesses Estados são crescentes num... Eu diria que numa forma muito acelerada que nunca os nossos recursos chegam perto das necessidades, quanto menos suprir essas necessidades. Então se for surgir essa Reforma Tributária que se pense de como tratar os estados pobres, aqueles estados que tendem a desenvolver suas economias com a verticalização com um pouco mais de distribuição da renda, porque da forma como está, Senador, nós sabemos... Conhecemos algumas coisas do Estado do Pará muito semelhantes com Mato Grosso quando o senhor fala exportação de energia elétrica, 50% que nós produzimos de energia elétrica é exportada, ficamos com passivo ambiental na mídia e ficamos com passivo social sem distribuição de renda. É um peso muito grande.

DEPUTADO DARCISIO PAULO PERONDI (PMDB-RS): Sr. Presidente-- [interrupção no áudio].

DEPUTADO DARCISIO PAULO PERONDI (PMDB-RS): [Pronunciamento fora do microfone] Faz três anos que eu acompanho devagar, sou médico, entendendo quase nada de economia, mas gosto de ler, tem que pensar no contribuinte. Três, os senhores têm que fazer uma estratégia, uma estratégia forte, agressiva

e rápida depois da proposta consensuada junto com a Fundação Getúlio Vargas, eu estou nessa Casa há 12 anos, o Governo Federal passa por cima e passa de trator e amassa os Estados se não houver uma estratégia rápida e agressiva. Quarto, para finalizar, esse assunto é ácido e árido. Nós, parlamentares ficamos brigando lá na Comissão de Orçamento por migalhas que são as emendas e nós parlamentares estamos longe do que os senhores estão apresentando. Os senhores trabalhem rapidamente e agressivamente com os Srs. Deputados e Senadores, Deputados no caso, Senadores já têm uma consciência maior sobre essa questão. O Congresso, em especial a Câmara, olha as Emendas e não olha essa questão. Então, uma estratégia muito forte, rápida, agressiva os senhores têm dinheiro e têm capacidade de mobilização se os senhores trabalharem juntos, repito, estratégia organizada, rápida, agressiva, senão a União passa por cima, ainda mais que os gastos correntes da União crescem aceleradamente e isso sinaliza mais gastos e mais necessidades de tributos e menos repartição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): [Pronunciamento fora do microfone] Queria saber se o Secretário da Paraíba, Sr. Milton Soares gostaria de...

SR. MILTON GOMES SOARES: Sr. Presidente, boa noite, Senador Suplicy, muito obrigado pelo livro, por ter me trazido a Mesa, vim a convite do Senador Cícero Lucena, cheguei ainda há pouco vim no mesmo voo com ele, dizer que concordo evidentemente com esses temas que foram tratados na Mesa. São temas conhecidos nossos, são temas que são discutidos lá pelo CONFAZ e me associo ao pensamento do nobre Deputado quando ele fala da preocupação que todos devemos ser rápidos com relação a essa questão da reforma porque da mesma forma como a Lei Geral da microempresa pegou os Estados praticamente de surpresa com a sua aprovação e que não agradou a nenhum deles, nós temos que ser surpreendidos com a Reforma Tributária que venha de forma tão acelerada por força do Governo e nos impinja uma condição que não é aquela que os Estados querem e discutem a tanto tempo e não chegarão a um consenso. É preciso que os Estados tenham a capacidade de renunciar a alguma coisa de modo que crie um consenso, mesmo no CONFAZ, de modo que essa reforma possa ser não tão prejudicial como ela se parece com relação ao que se apresentado até agora. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): [Pronunciamento fora do microfone].

SR. THOMAZ AFONSO NOGUEIRA: Colocar também um ponto de preocupação. Nós estamos numa oportunidade única. Eu também trabalho nesta área há mais de 25 anos e já convivi com N propostas de Reforma Tributária. Mas entendo que chegou o momento, o cavalo está passando na porta e nós precisamos montar esse cavalo selado. Porque não são apenas os estados, mas a própria sociedade, como foi colocado, demanda que isso seja feito. Agora, eu creio que um aspecto importante que talvez se dê menor importância é a questão do gasto público. Não importa apenas a quantidade do gasto público, mas a qualidade desse gasto público. É necessário que a gente faça também o esforço nesse sentido. E quando eu falo discutir o pacto federativo, é necessário discutir todo esse aspecto dessa qualidade desse gasto público. No mais, creio que seria extremamente produtivo que essa interação da sociedade com os Estados permanecesse para que nós pudéssemos efetivamente, quando o diabo mostrar sua face, nós pudéssemos estar aqui evoluindo. Mas, para finalizar, quero dizer o seguinte, que temos uma proposta que no meu entendimento permite que se dê o primeiro passo. Permite que efetivamente se caminhe na direção correta. Só temos o dever de permanecer atentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Muito obrigado. [Pronunciamento fora do microfone].

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Boa noite a todos. Eu gostaria de cumprimentar os secretários, dizer--

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Senadora, eu lhe dei a palavra no início. Foi a primeira que eu dei a palavra.

[Risos].

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas eu gostaria de cumprimentar os secretários e dizer que realmente a cautela que apresentado e não omitir opinião a respeito da proposta eu acho que é válida, uma vez que o Secretário não detalhou essa proposta. E a minha presença hoje aqui se dá exatamente em função da Política Nacional, aliás, a política de desenvolvimento regional que, segundo o Dr. Appy, se comprometeu com o Senador Tasso e comigo, será apresentada aqui no Congresso na quinta-feira próxima ou na outra quinta. Isso vai depender dele terminar essa proposta. Por isso a nossa preocupação de estar aqui presente hoje porque nós gostaríamos também de contar com a presença de vocês quando da exposição da política de desenvolvimento regional que eu acho que é importante. No mais é agradecer o Senador Tasso por essa oportunidade de me possibilitar estar aqui hoje assistindo a esse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Senadora Lúcia Vânia foi uma honra muito grande, lembrando que toda vida eu acho que, primeiro, naturalmente tem que... Vai haver uma integração cada vez maior entre essa Subcomissão e a Comissão de Desenvolvimento regional e turismo que é presidido por V.Ex^a. Todas as discussões aqui deixaram bem claro que algumas coisas, alguns pressupostos serão fundamentais para que se possa realmente evoluir na questão da Reforma Tributária. E uma delas é a questão do desenvolvimento regional. Gostaria de dizer que na maioria das reuniões que aqui fizemos eu tinha do meu lado o Senador Neuto de Conto. Por isso é muito mais agradável... [Pronunciamento fora do microfone].

[Risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Eu queria apenas antes de encerrar, colocar... [Pronunciamento fora do microfone] Na discussão do pacto federativo, na discussão da Reforma Tributária, sem evoluirmos em dois pontos básicos. Rediscussão do pacto federativo e política de desenvolvimento regional. E parece que se nós estamos realmente dispostos e estamos dispostos a enfrentar essa questão com toda a profundidade que ela merece, essas duas questões nós devemos começar a tratar. Aqui dentro dessa visão eu acho que nos faz mudar até um pouco a nossa marcha de reuniões, de Audiências Públicas, no sentido de avaliar melhor quais as próximas reuniões que nós devemos fazer. E eu me proponho a fazer posteriormente esse contato telefônico com os Senadores para nós melhor discutirmos quais as próximas Audiências Públicas que nós devemos fazer. Foram colocados aqui dois pressupostos de Reforma Tributária, dois princípios de discussão da questão de tributos, propriamente dito e não pressupostos de Reforma Tributária, mas uma colocação feita pelo Senador Suplicy que me parece uma colocação bastante importante. Se nós... Me parece que foi isso que foi colocado, se nós já não deveríamos colocar dentro da discussão de Reforma Tributária ou de novos tributos a questão da reforma previdenciária. E trabalhista. Se nós não deveríamos linkar uma coisa com a outra. Acho que é uma discussão que tem...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): [Pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Isso. E pagamento de Previdência Social. E a segunda, do Senador Dornelles, que acho que colocou também uma questão do ponto de vista de fim de uma discussão que se torna cada vez mais eterna a terminar com as contribuições. Não que isso seja feito de uma vez de forma irresponsável, mas que

haja somente impostos no sentido de que esses impostos sejam compartilhados. Acho que são dois princípios que nós poderíamos discutir se adotaríamos imediatamente como princípios dessa Subcomissão e que nós pleitearíamos que viessem a ser princípios da própria casa, da CAE e do Senado Federal. E evidente, as propostas aqui feitas de que nós venhamos a evoluir nessa discussão do pacto federativo, evidentemente que se quisermos fazer isso terá que ser feita uma discussão com Estados e Municípios. E aqui eu queria colocar já em cima disso, para a secretária Lina, como coordenadora dos Secretários de receita dos Estados, uma... Não sei se a palavra é um desafio ou uma proposta, nos tragam uma proposta de reforma federativa do pacto... De atribuições, deveres, receitas... Como evidentemente um início de conversa, um início de discussão que possa ser minimamente consensual dos Estados para que nós possamos discutir e aprofundar nessa Subcomissão como um primeiro passo para a discussão de distribuição, tipos de tributos, etc..., etc. Então fica aqui, se estamos como sempre abertos a discussão e abertos aos secretários para que a posição dos Estados seja defendida de uma maneira correta, justa, na reforma que nós deveremos votar até o final do ano e evidentemente em conjunto com a União e em conjunto com os Municípios. Mas a visão dos Estados dessa reforma do pacto federativo de uma nova visão ou de uma visão definitiva do pacto federativo poderia ser uma iniciativa dos senhores do CONFAZ uma proposta para que nós comecemos essa discussão de uma maneira efetiva. Acho que se os Srs. Senadores concordam e em seguida nós poderíamos fazer, depois dessa primeira discussão, até essa proposta do Senador Flexa de fazer uma reunião conjunta dos secretários da fazenda com essa Subcomissão. Então, nada mais havendo a discutir, considero encerrada essa Sessão.

Sessão encerrada às 22h13.

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO, DE 2007, ÀS 19:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 15, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezenove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e um de maio do ano de dois mil e sete, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Neuto de Conto, Cícero Lucena e Flexa Ribeiro e, ainda, do Deputado Manoel Junior.

Deixam de comparecer os Senadores Mão Santa, Raimundo Colombo e Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de participação em reuniões políticas partidárias no Estado. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública a fim de discorrer sobre a Reforma Tributária apresentada pelo Governo Federal, em atendimento à deliberação da Subcomissão, tendo como convidados o Exmo. Sr. Gilberto Kassab, Prefeito de São Paulo–SP; Exmo. Sr. Cesar Maia, Prefeito do Rio de Janeiro–RJ; Exmo. Sr. Fernando Pimentel, Prefeito de Belo Horizonte–MG; Exmo. Sr. **Silvio Mendes de Oliveira Filho**, Prefeito de Teresina–PI; Sr. Luiz Wellisch, Secretário Municipal de Finanças do Município de São Paulo–SP; Sr. Francisco de Almeida e Silva, Secretário Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro–RJ; Sr. José Afonso Bicalho Beltrão, Secretário Municipal de Finanças do Município de Belo Horizonte–MG; Sr. Felipe Mendes, Secretário Municipal de Finanças do Município de Teresina–PI; e Sr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios–CNM. A Audiência Pública é realizada com a presença dos Senhores Luiz Wellisch, Secretário Municipal de Finanças do Município de São Paulo; José Afonso Bicalho Beltrão, Secretário Municipal de Finanças do Município de Belo Horizonte; Felipe Mendes, Secretário Municipal de Finanças do Município de Teresina; e Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios–CNM. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, Neuto de Conto e o Deputado Manoel Junior. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e duas horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Tasso Jereissati**, Presidente da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Havendo quórum regimental declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizando-se em 21 de maio de 2007, na sala de reuniões nº. 15, Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram

permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Dando seqüência às nossas reuniões, a Audiência Pública de hoje terá como pauta a Reforma Tributária, a visão da Reforma Tributária apresentada pelas Prefeituras, por representantes das prefeituras municipais. Como os Srs. Senadores já sabem, nós fizemos uma primeira reunião em que foi feita uma apresentação pela União, pelo Governo Federal, do seu esboço de Reforma Tributária que a princípio o Governo Federal considerava como uma proposta que iria ser aquilo que ele via como adequado para o nosso País, em seguida nós tivemos uma outra reunião dessa Subcomissão em que nós ouvimos a visão dos Estados sobre a proposta e a visão do Governo Federal, e hoje nós vamos dar continuidade ouvindo a visão dos Municípios.

A nossa percepção é que após encerrado esse ciclo dos cobradores e arrecadadores de impostos, Estado, União e Município, nós passaremos ao segundo ciclo em que esperamos ouvir os que pagam, os contribuintes, as vítimas desses que nós estamos ouvindo agora.

Nós convidamos hoje então os senhores Prefeitos e Secretários de Fazenda. Aqui vieram os Secretários de Fazenda dos Municípios enviados pelos Srs. Prefeitos Municipais. Representando a Prefeitura de São Paulo, o Secretário Municipal de Finanças do Município de São Paulo, Luiz Wellisch. Por favor, estou convidando os Srs. Secretários para que venham à Mesa. O Sr. Sílvio... Não, o Sr. José Afonso Bicalho Beltrão, Secretário Municipal de Finanças de Belo Horizonte. Felipe Mendes de Oliveira, Secretário Municipal de Finanças do Município de Teresina, e representando os pequenos Municípios brasileiros, o Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

Dando início então à nossa... Da apresentação de hoje, e eu gostaria de pedir para que todos os Senadores que estejam aqui participando possam discutir, perguntar, que apresentação de cada um seja ao redor de 10 minutos, claro que nós temos uma flexibilidade, mas que sejam o mais objetivo possível para que nós possamos discutir entre os presentes de uma maneira mais ampla.

O Paulo Roberto, o Sr. Paulo Roberto, Presidente da Confederação Nacional, tem um problema de horário, de agenda... Não é isso? Não? Me disseram que tinha um problema de agenda. Então eu passaria a palavra começando pelo Wellisch, Secretário Municipal do Município de São Paulo.

SR. LUIZ WELLISCH: Boa noite, Sr. Presidente, senhores Secretários de Finanças dos Municípios aqui presentes, é uma satisfação poder estar aqui e partici-

par e de alguma forma contribuir para essa discussão sobre os rumos de uma possível Reforma Tributária. Nós não preparamos nenhuma apresentação específica. A idéia era participar de um debate que gostaria apenas de fazer alguns comentários.

Nós, representando o Município de São Paulo, capital, temos acompanhado o debate a respeito de possíveis mudanças na estrutura tributária, e achamos importante colocar os seguintes pontos, pelo menos. Os Municípios têm situações diferentes em virtude do porte da densidade econômica e São Paulo é dos Municípios de maior volume de arrecadação e nos preocupa a questão específica do ISS. Na apresentação que me parece foi feita pelo Ministério da Fazenda, imagina-se uma forma de incorporar o ISS a outros tributos. Essa é uma questão delicada para São Paulo, porque São Paulo tem um volume de arrecadação muito expressivo no que concerne ao ISS, e essa mudança para São Paulo teria impactos relevantes. A arrecadação de São Paulo, de ISS no ano de 2006 foi da ordem de quatro bilhões. Então uma mudança desse tipo tem um impacto forte e dependeria naturalmente de que fonte de arrecadação o Município teria em substituição a esse tipo de tributo.

São Paulo fez um esforço muito grande de modernização nos últimos dois anos, não foi feito por mim, então eu posso falar com tranquilidade, foi feito pelo meu antecessor que hoje é Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Mauro Ricardo, e conseguiu um êxito muito importante na arrecadação dessa receita própria. E a receita própria significa autonomia, significa grau de liberdade para gestão das suas finanças. Uma preocupação que nós temos é com relação ao cenário macroeconômico e uma possível mudança influenciada por necessidade de redução de custo das empresas particularmente por uma questão de câmbio que hoje aflige os empresários de maneira geral, particularmente aqueles voltados para exportação. Essa necessidade de ajuste é uma coisa que de fato tem que ser reconhecida de uma maneira geral, mas preocupa por ser uma questão que hoje pelo menos tem que ser enxergada como transitória, como uma situação conjuntural. E mudanças como de porte mais aprofundado, elas têm a ver com aspectos estruturais. O Brasil precisa de mudanças? Acredito que sim. Mas é preciso, no meu modo de entender, enxergar a questão de um ponto de vista mais profundo. Falando de um ponto de vista mais profundo nós temos que olhar a questão de receitas e despesas. De uma maneira geral, os Municípios, principalmente os grandes Municípios, aqueles de capitais, eles têm endividamento importante. Mexer nas receitas em qualquer contexto significa ter que olhar para as despesas. Município de

São Paulo tem uma dívida com a União decorrente da consolidação e reestruturação das suas dívidas de praticamente 30 bilhões. Não podemos deixar de ter receitas compatíveis com essas responsabilidades porque vamos ter na outra ponta dificuldades para atender as necessidades essenciais e em especial o pagamento de dívida.

Então, um ponto importante que nós enxergamos é esse. A situação dos Municípios de capitais é uma situação diferenciada. Município como São Paulo tem necessidade de receitas que lhe assegurem autonomia, e do outro lado é importante olhar a questão das despesas. Responsabilidades pelas despesas nos três níveis de Governo, e São Paulo tem responsabilidade muito grande em especial com a questão da dívida.

Eu creio que esses, do ponto de vista muito resumido, são os pontos que nós entendemos importante ressaltar. Que a sociedade brasileira reclama mudanças, eu não tenho dúvidas, mas... Mudanças na questão tributária. Mas acho essencial que se olhe a questão tributária não apenas pelo lado de uma possível redução da carga tributária que desonere a produção, mas que se olhe a questão da distribuição das responsabilidades pelos três níveis de Governo e que não se crie uma situação de dependência de um Município como São Paulo em relação ao governo central porque nós sabemos que isso compromete a autonomia dos Municípios e deixa os Municípios em situação difícil.

Para São Paulo, por exemplo, o ISS é uma fonte que representa 20% ou mais das receitas do Município. E o FPM praticamente nada. O FPM significa num contexto de 18 bilhões de receita, o FPM representa 100 milhões. Então é praticamente nada. Então o que pode ser relevante para Municípios de menor porte, no caso de São Paulo, FPM é praticamente nada em termos de arrecadação. E uma mudança que coloque o Município numa situação de dependência, nesse sentido, pode ser muito perigosa. Então esses são os pontos essenciais.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Secretário Wellisch, parece que sua grande preocupação é em relação ao ISS que vem a ser acoplado ao valor agregado ao imposto, ao IVA.

SR. LUIZ WELLISCH: Com certeza. Do que eu notei dessa apresentação o ponto que mais afetaria o Município de São Paulo seria a questão do ISS. Que já temos uma evolução na questão da criação do Simples Nacional, que já está trazendo uma série de percalços para a gestão do Município e teríamos uma preocupação adicional com a idéia que, embora não

esteja detalhada neste documento, mas ela por si só causa preocupação.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Secretário Wellisch. Passo a palavra ao Secretário José Afonso Beltrão, de Belo Horizonte.

SR. JOSÉ AFONSO BICALHO BELTRÃO: Sr. Presidente da Subcomissão, Srs. Senadores, Srs. Secretários, também mesma forma do Wellisch não tenho um texto preparado para colocar aqui. Mas acho que tem alguns pontos que o Secretário de São Paulo colocou e que nos preocupa em relação a Belo Horizonte também.

Então, eu acho que a primeira questão é essa. É a heterogeneidade que tem entre os Municípios. A gente vê o seguinte, Municípios que têm até 10 mil habitantes, 15 mil habitantes, a grande fonte de receita deles é FPM. Municípios que tem entre 20 mil habitantes e 200 a 500 mil habitantes, o recurso mais importante dele é a transferência do ISS, porque são Municípios que normalmente são base industriais. E Municípios acima de um milhão de habitantes que são as grandes capitais, o que a gente sente é que 50, 60% da receita dele é receita própria. E mais ainda, pegando os dados da STN, de 2005, o que a gente... Eu fiz esse cálculo, a gente vê o seguinte. Os Municípios acima de um milhão de habitantes têm hoje uma receita per capita do mesmo tamanho dos Municípios de 10 mil habitantes. Então... Agora, só que um depende da transferência federal que o FPM e os outros Municípios, esses maiores, dependem da receita própria. Onde o ISS, por exemplo, no caso de Belo Horizonte representa em torno de 25% da nossa receita. E a gente sabe que os Municípios maiores, as capitais, têm uma demanda muito grande do ponto de vista de infra-estrutura, do ponto de vista de políticas sociais, dado inclusive o fluxo de migração que nós temos. Então nos deixa muito apreensivos em relação à Reforma Tributária que não olhar isso com muito carinho. Quer dizer, primeiro a questão das receitas próprias dos Municípios, e o ISS queira ou não é atividade importante, eu creio que o próprio Secretário de São Paulo falou no caso de Belo Horizonte também a gente tem investido muito na modernização com a parte de informática, com as declarações eletrônicas e o aprimoramento das máquinas, a sincronização de cadastro junto com a Receita Federal, Belo Horizonte agora mesmo está com o cadastro todo sincronizado com a Receita Federal. Ou seja, há um grande investimento que a gente tem uma preocupação de que se... Principalmente o ISS, se ele entra num IVA estadual e que o Município perca a capacidade de arrecadar, ele vai ter muita dificuldade de substituir. Porque o outro imposto que a gente

tem, o outro grande imposto que os Municípios têm é o IPTU que não é fácil de arrecadar. Primeiro é o custo de uma atualização cadastral é muito forte, muito pesada. Você tem muitas isenções porque você tem uma pobreza muito grande, você tem todas as áreas de baixa renda você tem dificuldade de arrecadar, você tem também um limite para poder tributar mesmo as áreas mais desenvolvidas da cidade, de forma que é um imposto que tem uma certa inelasticidade. E outro imposto que é importante que é o ISS ficou a preocupação muito grande dependendo da reforma como que os Municípios vão poder se financiar dado que grande parte das despesas que os Municípios têm são inflexíveis muitas vezes. É pessoal, é infra-estrutura que é muito pesada, no caso de Belo Horizonte, até que o endividamento de Belo Horizonte é pequeno comparado com outros Municípios. Nós temos endividamento aí de 600 milhões para uma Receita própria de dois bilhões e quinhentos, mais ou menos.

Então é pequeno. Mas os gastos são incomprimíveis. Então essa é uma preocupação de ver como que... Mas ao mesmo tempo a gente sente também que uma Reforma é Tributária no País é importante principalmente na questão de impostos indiretos. Então você tem uma... Acho que tem que ter uma preocupação desse equilíbrio aí do ponto de vista de despesa e receitas. Quer dizer, ao mesmo tempo que os... Que a União e os Estados com esse imposto indireto, com esses impostos indiretos ela têm uma arrecadação muito grande, que uma mudança para o IVA acaba estando, vão estar na esfera, pelo menos é a proposta aqui na esfera federal ou estadual, e os Municípios, principalmente os grandes Municípios eles perderiam a capacidade de tributar, porque a parte de ITBI e IPTU é relativamente difícil e inelástico. E a arrecadação através de atividade econômica seria praticamente toda perdida. Já vai ter um impacto muito grande no caso de Belo Horizonte com o SIMPLES, 60, 70% das empresas já vão entrar no estatuto. A gente tem uma preocupação que com isso você perde também essa base de arrecadação porque arrecadação é nacional, uma preocupação que deve ter um efeito negativo na nossa Receita, e então eu acho que numa reforma dessa esse equilíbrio aí, principalmente as grandes cidades para as capitais seria extremamente importante que a gente olhasse com o máximo de cuidado porque senão você pode ter uma queda de receita e aí inviabilizar as despesas que a maior parte dela muito comprimível.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Muito obrigado, José Afonso. Me parece também uma preocupação muito semelhante do Secretário Wellisch, do Município de São Paulo. Eu

passo a palavra ao Secretário de Teresina, da Fazenda de Teresina, Felipe Oliveira.

SR. FELIPE MENDES OLIVEIRA: Sr. Presidente dessa Subcomissão Senador Tasso Jereissati, Sr. Relator, Assessor Dornelles... Já acho que poucos anos depois da Reforma de 66, 67, já se começou a falar em nova Reforma Tributária no Brasil e isso é assunto recorrente ao longo dos anos. A constituinte de 88 avançou alguma coisa. Mas, na verdade, é um tema difícil de ser equacionado. Não creio que seja um jogo de soma zero, como disse na apresentação da Receita Federal. A União, os Estados e os Municípios se têm objetivos comuns em prestar bons serviços à comunidade têm objetivos contrários com relação a maior arrecadação, maior participação no bolo tributário.

Por outro lado, há uma reclamação justa e mais do que justa dos contribuintes que precisam e que devem ter uma redução na carga tributária. Ao mesmo tempo, a sociedade brasileira cada vez mais cresce na cobrança de maiores e melhores serviços ao Poder Público. E o Poder Público mais próximo desta cobrança é justamente as Prefeituras Municipais. Eu já passei pelo Governo Federal em alguns momentos, Estado, aqui no Congresso, e a experiência na Prefeitura é muito mais gratificante. Não só porque o que se arrecada hoje já se pode estar aplicando amanhã. Não se depende de fazer um Projeto para conseguir recursos nos Ministérios, fazer um convênio que só sai no final do ano, ou às vezes não sai, e essa dependência das prefeituras médias e menores às transferências voluntárias, tumultua o processo administrativo das Prefeituras. Eu acho que se a gente deve falar em Reforma Tributária, nós devemos falar também de responsabilidade fiscal, como é que nós estamos gastando os recursos. A Prefeitura de Teresina tem uma dívida de 1% da receita corrente líquida. Não sei se é bom ou se é ruim. Mas tem crescido as receitas correntes num percentual bem maior do que as despesas de custeio, tem sobrado cada vez mais recursos para investimento e é muito prazeroso se fazer a aplicação desses investimentos com recursos próprios. Porque o Prefeito vai hoje de manhã na comunidade, volta e determina que aquela obra seja feita e no outro dia ela está sendo feita já depois de cumpridas as formalidades legais. O que não ocorre com a maior das prefeituras do Brasil que dependem dessas transferências.

De modo que eu acho que o Congresso, pelo menos, não deve discutir a Reforma Tributária dissociada da repartição das receitas, que é um problema também candente no País e talvez a mais difícil desses problemas que é a redefinição de funções. Porque até aqui tem sido repassado para os Municípios novos encargos, e não necessariamente mais receitas que cubram es-

ses encargos. E aí fica difícil de fechar essa equação. Porque a população cada vez mais cobrando, e cobra do Prefeito, cobra do Governador. Não cobra do Governador, às vezes cobra à distância. E cobra dificilmente dos Ministros e do Presidente da República.

De modo que a posição de Teresina é de apreensão em relação a essas sugestões apresentadas pela Receita Federal, apesar de ter uma participação relativa do ISS muito baixa. Nós temos, a receita própria da Prefeitura não chega a 30% do total das receitas. ISS, IPTU e outras receitas próprias. E o Governo Federal de vez em quando faz uma cortesia com o chapéu que metade é dele e metade dos Municípios e dos Estados. Quando ele faz, e naturalmente precisa fazer Política Econômica Industrial com instrumentos fiscais ele reduz um IPI. Ou agora com o SUPER SIMPLES, ele inclui o FPE e outras receitas dos Municípios. De forma que é uma preocupação para as Prefeituras que vivem um pouco no limite das suas receitas com as despesas. Creio que o momento é oportuno para que se possa chegar a essas definições, e como disse o Secretário de Belo Horizonte as receitas Municipais são sempre inelásticas a renda, as do Governo Federal são as mais elásticas, e é preciso corrigir um pouco essas distorções. O crescimento econômico do País que nós precisamos fomentar ele traz para o Governo Federal os benefícios mais imediatamente. E só por último aos Municípios.

Então eram essas preocupações da Prefeitura de Teresina, eu agradeço a oportunidade em nome do Prefeito e cumprimento a todos por essa iniciativa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Agradeço ao Dr. Felipe pelo seu depoimento, e nós vemos já uma diferença de ênfase na Prefeitura como de Teresina em relação a São Paulo e Belo Horizonte.

Agora o Sr. Paulo Roberto Ziulkoski vai falar em nome dos pequenos Municípios brasileiros. Ele que é Presidente da Confederação Nacional dos Municípios que engloba cerca de quatro mil Municípios e que é a grande maioria dos Municípios brasileiros. E, portanto, são os Municípios que na maioria das vezes são mais vulneráveis à dependência de outras receitas. Então eu passo a palavra ao Dr. Paulo Roberto.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI: Bem, boa noite a todos os senhores e senhoras. Eu queria saudar os Srs. Senadores na pessoa do Senador Tasso Jereissati, Presidente dessa Subcomissão, saudar os demais Senadores, Deputado Manoel Júnior que é coordenador da Frente Municipalista na Câmara Federal, senhoras e senhores que nos acompanham nessa oportunidade. Eu vou passar algumas transpa-

rências e vou tentar ser breve por causa do tempo que é curto, mas pediria um pouco de tolerância que nós vamos tentar resumir algumas questões mais focadas e seletivamente colocadas.

A proposta, logicamente já foi aqui abordada pelos Secretários, se restringe muito à questão do ISS em relação aos Municípios, mas eu acho que a proposta do Governo que está em discussão, aliás, ela foi apresentada na nossa 10ª marcha na primeira oportunidade em 12 de abril, depois tiveram aqui também o Secretário Appy, mas algumas coisas pelo menos foram reconhecidas na questão do IVA evolui bastante na questão da proposta anterior de 2003, vê a possibilidade de rever o Pacto Federativo e possibilidade de inclusão das contribuições no bolo(F) das partilhas. Eu vou tentar ser breve em cada uma para não ficar tomando muito tempo que acho que é importante as colocações. Agora, quais são as nossas preocupações? A questão federativa é apresentada como uma agenda para o futuro. Veja bem, ou seja, a revisão mais ampla do modelo de atribuições e competências de partilhas federativas. Mais uma vez nas palavras do Dr. Appy, é transferida para um momento incerto. Faz 18 anos que nós temos a Constituição, o art. 23 até hoje não foi tocado nas suas definições. E essa decisão equivocada, no nosso entendimento, com devido respeito, por dois motivos básicos. Em termos conceituais, porque inverte a ordem natural das discussões que deve começar pela definição de serviços sociais que serão de responsabilidade de cada ente federativo para depois sabendo do custo dessas atribuições rever a configuração do sistema tributário a partilha dos recursos. Isso é o mínimo que poderia se admitir numa questão, num País como o Brasil que é uma Federação.

Segundo, em termos políticos comete o mesmo erro das tentativas anteriores de reforma. Porque não elimina os obstáculos e as incertezas que dificultam o acordo necessário para mudanças constitucionais dessa magnitude. Eu vou me abster de comentários porque acho que tem assuntos mais importantes mais adiante.

Preocupações ainda em termos práticos adiamento da revisão do Pacto Federativo para futuro incerto também. Desperdício o momento político, Presidente eleito, novo Congresso, mais propício às discussões das atribuições federativas até porque é uma necessidade. Quarto. Tende a permitir o agravamento das distorções atuais do sistema de partilhas e transferências sobre as quais falaremos logo em seguida tornando mais difícil a sua revisão no futuro, cada vez fica mais aprofundada essas concentrações tributárias. Quinto. Representa objetivamente o entrave para os Municípios

aceitarem qualquer perda tributária com o proposto com a inclusão do ISS no nível estadual.

Bom, preocupações ainda sobre o IVA. Qual será a abrangência do IVA? Incluirá o ISS-- lógico que a proposta prevê pelo menos o que nós estamos avaliando que foi apresentado aqui um IVA integrado pelo ICMS dos Estados e ISS dos Municípios. E o IVA federal que entraria quatro, se não me engano, IPI, COFINS, o PIS e a CID. Volta um pouquinho na questão da dualidade de cobrança.

Bom, como se dará a partilha dos entes entre os Municípios? Que o grande drama também é a questão entre os 5.562 Municípios. Tem Municípios riquíssimos e tem outros pobres. Então nós não podemos deixar ou desconhecer essa realidade. A partilha que nós vamos em seguida sustar. Eu estou correndo um pouco por causa do tempo.

Agora aqui qual a fatia dos Municípios? Vamos supor um novo IVA. Veja os números que o mostra ali. Com as mudanças ocorridas no ISS, e aqui nada contra os Municípios que estavam aqui, os Secretários que estavam falando, o incremento maior do ISS decorre porque conseguimos elaborar a Lei 156/2003 a partir da marcha que fizemos. Porque a Reforma Tributária da época de Mussa Demes e Rigotto estava já prevendo o IVA, tirando o ISS dos Municípios. Não é tirando, é agregando ao ICM e gerando aquele IVA da oportunidade que depois parou. Em 2003 veio a reforma e o ISS continuou com os Municípios. E o resultado, veja bem, aí nós estamos retroagindo um pouco, porque entrou em vigor em 2004. De 2002 a 2006 a Receita do ISS cresceu 11,8 ao ano em média acima da inflação. Olha o significado desse aumento do ISS. Isso pegando de 2002. Se pegar de 2004 é muito maior. Porque a base era 101 serviços de base do ISS que era o Decreto-Lei se não me engano 406 de 1968 que foi atualizado. Não tinha informática, banco, enfim, pedágio. Tudo foi incluído para trazer para a contribuição. No mesmo período, a receita do ICMS que os Estados cobram cresceu uma taxa anual de 4,6. De 11,8 nosso para 4,6 como se vê abaixo. Então olhando ali. Em 2002 o ISS foram 11 bilhões, o ICMS isso já corrigido e inflacionado, 145. Como é que ficaria esse IVA se hoje fosse aprovado conforme estão falando. Iria para aquele valor. Qual é o nosso se reproduzisse seis por meia dúzia. Ou seja, com efeito neutro? 30,5. Olha o 2003 nós fomos para 30,7, 2004, 31, 31,3, e 2006, 32.

Então, olhe lá no fundo, no último 11,4 do nosso, do ISS, como o montante do ICMS é muito grande, acaba dando o IVA que é estadual 4,9. Qual a fatia dos Municípios no IVA? Porque isso é que tem que começar a se indagar. Então a fatia dos Municípios,

vamos que se tivesse o IVA estadual está em ascensão. Nesse ritmo até 2010 nós teríamos a seguinte situação. O gráfico apenas mostra ali o crescimento que continuar tendo os serviços, porque a maioria dos Municípios ainda não se adequaram, não reviram os seus códigos tributários, seus regulamentos, estão se adequando, se preparando melhor como já as capitais dizem que se prepararam. Então isso vai aumentar muito mais. Hoje os Bancos ainda estão muito longe de pagar os 5% deles. Porque nós não temos acesso à contabilidade dos Bancos. Eles declaram e pagam imposto ISS sobre o que vem na declaração. Lógico que alguns já estão com um sistema onde conseguem apurar melhor. Então esse é um demonstrativo para 2010. Então vamos passar. Ou seja, em 2010, a participação dos Municípios no IVA estadual estará em torno de 34%. Veja bem. Como os serviços são os setores mais dinâmicos da economia, logo esse percentual se aproximará dos 40%. E não é dizer que vai parar. Lógico que no momento vai diminuir. Mas aqui nós estamos já por dados que se tem levantamentos, dados do FIMBRA, dados, enfim, das contas dos Municípios, os Municípios provavelmente só aceitarão iniciar um processo de discussão sobre a inclusão do ISS no IVA se houver uma garantia inconstitucional sobre o seu percentual. Porque nós não temos garantia nenhuma. Os Municípios só cobram três impostos, são taxas de contribuições da arrecadação que o Dr. José Roberto que é uma especialista na área fazendo esses estudos, estou aqui trazendo, não como técnico da área, eu estou tentando contribuir no debate, mas são números que a gente tem. É só nós visualizarmos e já vamos ver que em 2010 nós estaremos com quase 34. Será que os Governadores vão aceitar na repartição e será que os prefeitos vão abrir mão, como disseram os Secretários, se nós só temos três impostos, vão abrir mão do maior que é o ISS? Para os Estados cobrar a União? O Estado não quer abrir mão, a União não quer abrir mão. Nós vamos ter que abrir mão do ISS? Qual é a garantia? Preocupação sobre o IVA no caso das mudanças de incidência do IVA da origem para destino, como será contabilizado o VAF que serve de base para o cálculo do atual coeficiente de repartição do ICMS pela ótica da produção como é hoje com 75% de valor adicionado ou pela ótica do consumo como é que o que vai ocorrer com o novo IVA que vai ser criado ou que está se propondo discutir. Como é que nós vamos avaliar isso aqui? Vai vir? Vai vir como? Por Lei Complementar? Vai estar na Constituição? Enfim, qual é a simulação que se tem e veja bem, como será feita a inclusão do IPI, das contribuições, no IVA federal e que isso afetará a base do cálculo FPM e FPE. Lógico que São Paulo representa 100 milhões o

FPM, porque talvez não tenha sido considerado que o FPM 10% dele, do total dos três bilhões esse ano mensal que passo para os Municípios, 10% é para as capitais. E o restante para os Municípios do interior. Mas o das capitais, Senador Tasso, é pelo inverso da renda daquele Estado. Então, Fortaleza é a capital que mais recebe em função dessa estrutura que é o FPM. São Paulo que tem muito mais população recebe infinitamente menos. Porque redistribui. Então ele tem esse papel.

Voltando ali então. Como é que vai ser... Hoje nós estamos numa luta para ter 1% a mais do FPM. Como é que vai ser isso aqui? Vamos reduzir? Hoje nós temos 25% da CIDE dos 29 que vão para os Estados. Não temos COFINS nem PIS, e do IPI que foram 32 bilhões ano passado nós temos 22,5%. Como é que vai ser essa reprodução? Será que vamos só trocar seis por meia dúzia? Até que ponto isso interessa?

Podemos continuar. Aqui só para ter uma idéia, os senhores debatem muito essa questão, não vou me deter muito nela, são os valores da chamada criação e elevação das contribuições não compartilhar foi estratégia adotada para ganhar receita sem precisar dividir com Estado e Município. Deu isso aí. Agora olhem bem esse dado ali, esse gráfico. As contribuições subiram e passaram. 12 impostos. É mais arrecadação da União com contribuições. Olho lá o último tracinho ele já começa a descer. E aquele mais embaixo começa a subir. Por isso talvez que a União agora venha propor a possibilidade de partilhar contribuições. Vamos olhar os dados seguintes. Aqui estão os números. Em 97 o IPI e Imposto de Renda representava 45,8 da arrecadação da União. Nós fomos ao fundo do poço em 2004 com 36,2, relativamente ao conjunto da arrecadação da União. E agora nós estamos chegando a 38. Porque os impostos, principalmente Imposto de Renda, melhorou. Porque o cavalo de batalha onde é tudo destruído é o IPI, onde dão renúncia, isenção porque é partilhado. Então por que é que agora a União quer discutir partilhamento de contribuição? Porque agora esgotou as contribuições, não tem mais, agora como talvez tirar ou por que é que está se querendo se debater isso agora?

Concentração. O ITR que é um imposto pequeno e que integra lamentavelmente o FUNDEB, eu não sei porque que não entrou os grandes, entrou só pequeninho. O ITR que a União insiste em cobrar, está ali o valor dele. Caindo de está em 517 milhões corrigidos está em 338. Até hoje o Congresso já aprovou a Reforma Tributária 2003 e a Receita Federal não aceita passar para nós o ITR no Brasil porque quer manter talvez emprego para a estrutura funcional dela? Por-

que não conseguiu viabilizar em nenhum Município do Brasil de ITR até hoje. E dá esses números.

Carga tributária nacional do PIB aumentou se nós pegarmos o PIB antigo e agora o atualizado, tem aqueles percentuais, desses 823 milhões que nós pagamos o ano passado, os brasileiros pagaram, 5,2 é o que nós arrecadamos. Essa é a nossa autonomia de arrecadação. A média mundial é de 17%. E agora ainda querem tirar o ISS. Nós vamos arrecadar quanto? 2%, 3%? Tudo é transferido para depois nós ouvimos a pecha demagógica e mal orientada ou mal intencionada na imprensa como alguém que chega e coloca que Municípios menores não têm capacidade de arrecadação, tem que ser extinto. Quando é uma grande verdade quem tem que ser extinto é a União que arrecada tudo no município, cobra tudo lá e tem o desplante de dizer que está mandando dinheiro para os Municípios quando tudo veio de lá. Mas por que é que veio de lá? Será que o Collor era ditador? O Itamar era ditador, o Fernando Henrique, o Lula? Não. Nós temos que entender e sem querer acusar o Congresso é isso foi tudo votado no Congresso nessas décadas. Essa é a verdade. Então isso acontece com esse retrato que a gente está procurando dar com os números aqui.

Carga tributária apesar do crescimento a fatia dos Municípios ainda cai e continua ali no terceiro. 17 mil. Até porque nós aumentamos a arrecadação própria. Porque as atribuições passaram e nós estamos estabilizado naquilo ali há anos. Desde praticamente 2000 até 2006. Dados do FIMBRA.

Evolução das transferências. Isso aqui é um dado importante. O os Municípios menores e mais pobres, não são os menores. Eu retiro os menores, os grandes também, estão sendo duplamente castigado. Embora seja os que empreende maior esforço na arrecadação, e se nós decompor por Município, não é verdade. Os pequenos aumentaram infinitamente mais a arrecadação própria o ISS do que os grandes. Está no FIMBRA. Quem quiser certificar pode olhar. Estão perdendo para os Municípios mais ricos. Entre 2000 e 2006, por exemplo, as transferências para os 60 Município mais ricos do Brasil com PIB per capita superior a 40 mil, tem Município que chega a 300 mil per capita. Cresceram 105 acima da inflação. [soa a campainha] Para os Municípios mais pobres, com menos de cinco mil habitantes do PIB per capita a expansão foi de 43. E nós vamos mostrar agora mais adiante.

Evolução das transferências. Estão ali os números. Os senhores poderão olhar. Eu não vou me deter. Está ali 2.328 por habitante, estou vendo transferências federais e estaduais. Todos os tributos transferi-

dos. Enquanto os mais pobres 449. Cada vez isso se aprofunda mais. Podemos passar.

Evolução das transferências. Que o explica isso? Agora aqui distorções na repartição do ICM e dos royalties. Nós alencamos dois. Que beneficia os mais ricos. Outro exemplo de distorção são as transferências da União para o Distrito Federal. Isso aqui nós temos que olhar, Srs. Senadores com devido respeito. Além de arrecadar como Estado e Município ao mesmo tempo, o Distrito Federal recebe seis bilhões da União para gastar em segurança pública, saúde e educação. E os repasses do Fundo Constitucional do Distrito Federal cresceram 121% entre 2000 e 2006. E pagam mais o judiciário o Distrito Federal, o Ministério Público, qual é o Município ou Estado que tem essas benesses? Somem sete bilhões por ano e olhem quanto Brasília trouxe do Brasil veio para cá investido aqui.

Vamos passar no item seguinte. A gente bota os números agora. Isso aqui é ainda o que aqui foi votado, e que é para ser transferido para o Distrito Federal. A gente sabe que tem que ter. Afinal é a capital do Brasil. Mas não podemos aceitar que nós empobrecemos cada vez mais e transferimos para cá. Isso tem que ser enfrentado. Nós entendemos que com o devido respeito tem que ser enfrentado. Olha o valor per capita ali. Nós pegamos um exemplo ali só. O tipo de federalismo, o sistema que o Brasil representa. Será que não pulou um aqui? Acho que pulaste um ali... Aqui é o Pacto Federativo. O Pacto Federativo é esse, quer dizer, nós temos que discutir. O tipo de federalismo existente no Brasil representa um caso *sui generis*. A teoria acadêmica reconhece dois tipos de federalismo. O centrípeto, em que há uma centralização de competência para a União e o centrífugo que garante autonomia financeira e administrativa aos entes subnacionais. O Brasil apresenta característica de ambos. Concentra as receitas na mão da União e descentraliza apenas atribuições e gastos. As transferências de responsabilidade tem ocorrido não só pela Constituição. Como também pelos programas federais que criam gastos relevantes para os Municípios como se pode ver na tabela seguinte. Por que é que nós queremos colocar para poder encaminhar ao final da exposição? Dar quatro ou cinco exemplos para os senhores terem uma idéia. Olha esses números aqui. O Governo Federal tem 149 programas para os Municípios do Brasil. Programas. A maioria não é baseado em lei, são Decretos, regulamentos, que não tem tempo de duração, formas de financiamento. Criam, como é o Bolsa Família e outros, e manda o Município executar. E põe na televisão que tudo é na União. Eu ainda fazem muita propaganda enganosa a União faz. E vem fazendo muitos anos. Então está ali, o programa, por exemplo, da merenda

escolar. Primeira coluna. Repasse da União no ano passado, 1 bilhão e 67 milhões. Quanto nós gastamos nesse programa? 3 bilhões, 830. E não está tudo ainda contabilizado. Transporte escolar. A União passou 632 milhões. Quanto nós gastamos? Um bilhão, 645. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Esse é pequeno. São valores menores, assim mesmo duzentos e poucos contra 4 milhões, 175. Agora olha a parte mais crucial começa a aparecer. Saúde. Muita gente ver falar do Programa Saúde da Família. Olha, a União, e eu quero aqui um minuto para detalhar para os Senadores para os senhores terem uma idéia. No Brasil tem 26 mil e 900 equipes de Programa de Saúde da Família. Eu vou pegar mais básica de todas. Um médico, um enfermeiro e um auxiliar de enfermagem que normalmente agrega um dentista e mais agentes comunitários. Mas eu vou pegar só esses três. Médico, enfermeiro e auxiliar de enfermagem. O programa diz que tem que ser dedicação exclusiva. O médico trabalhar de segunda a sexta não podendo trabalhar em outra parte. Enfermeiro igual e auxiliar de enfermagem igual. Tem que ter um veículo, um motorista e um ajudante administrativo, alguém para encaminhar. Quanto é que a União passa para os Municípios por mês? Cinco mil e quatrocentos reais por equipe. Quanto é que nós gastamos por equipe? Eu já somei isso aí por cima. 20 mil reais por equipe. São 15 mil reais por equipe. E hoje esses 27 mil equipes, 26.900 cobrem 35% da população brasileira. Então nós temos ainda 70%, 65% que tem que ser criado. E importante o Programa Saúde da Família. É um programa importante? É. Para combater a mortalidade infantil, cobertura vacinal... é importante. Mas como que um Prefeito que é induzido a isso vais poder fazer isso? Como é que ele consegue administrar esse Município? É um apagão. Porque o Ministério Público está cobrando o Prefeito. Ele cobra e cobra muito do Prefeito. E dizem aqui setores da imprensa que em Brasília algumas situações isso não é tratamento igual. Eu não sei. Nós sabemos como é que é. Então, como é que vamos colocar esses programas nos Municípios? São cinco bilhões lá. A nossa parte de cinco bi contra dois e pouco. Agentes comunitários. É um pouco menor mas olha a parte que estamos botando. São 149. Eu estou colocando aqui cinco. Cinco ou seis. São 11 bilhões que estamos botando a mais para poder sustentar esse programa. Agora com o FUNDEB, eu não vou analisar por causa do tempo, mas se pudesse analisar os senhores poderiam ver que o está ocorrendo no Brasil hoje já com o FUNDEB.

Eu queria continuar para encerrar e... Pacto Federativo. Nós estamos propondo a discussão da reforma federativa antes da Reforma Tributária. De forma a

definir primeiramente atribuições responsabilidade de cada ente, evitando sobreposição de ações, omissões e critérios objetivos de responsabilização. Após definidos os serviços que serão prestados ao cidadão, por cada ente, definir o custo de cada nível de Governo e conseqüentemente a partir do recurso para essa... Já na Reforma Tributária.

Portanto, nós entendemos o seguinte, se diz que a Reforma Política é a mãe das reformas, eu diria que a reforma do sistema federativo é a mãe, avó e bisavó das reformas. Não se faz Reforma Tributária no País diminuindo a carga tributária sem rever o Pacto Federativo. Nós temos que saber as competências de saneamento, nós temos que diminuir o custo da máquina, não se admite câmara de vereadores, Prefeituras gastando um custo altíssimo para se manterem, criando Municípios... Eu estou enfrentando isso porque diz respeito a nós, e às vezes a gente paga caro. Tem que olhar essa questão. O orçamento da União, que é onde eu chamo esse mastodonte que é a União, pesado, que traz 65% para cá, tudo se estabelece depois dentro do orçamento. E hoje nós vendo todos os dias nos jornais lamentavelmente ocorrer fatos, Prefeitos refém vindo a Brasília com projetos e mais projetos, as verbas não são liberadas, como é que são liberadas às vezes, o dinheiro tem que ir para o cidadão. As Emendas Parlamentares que são seis bilhões de bancada é dois meses de FPM. Se fosse pelo FPM todos os Municípios do Brasil iam receber. O ano passado 1.800 Municípios do Brasil não receberam nem a Emenda Parlamentar. E Município que não precisaram de Emenda, receberam.

É hora, no nosso entendimento, de isso ser encarado. Nós precisamos fazer a reforma do sistema federativo. Não há como diminuir tributos, não há como melhorar da qualidade da gestão sem a reforma desse sistema.

Acho que tem mais uma? Não? Então as últimas sugestões são essas. Caso não seja possível trilhar o caminho ideal, o ideal ou o recomendável, considero pelo menos os seguintes pontos. Manter o ISS municipal fora do IVA ou considerar a sua recente evolução ao definir a participação dos Municípios no IVA. Porque como disseram os secretários aqui com muita tranquilidade. Reduzir o peso do VAF nos coeficientes de distribuição do ICM e do IVA. Não se admite que o Município como Paulínia em São Paulo, e vou citar um só, são muitos no Brasil, receba transferência do ICMS equivalente a 242 Municípios de São Paulo. Um Município com 42 mil habitantes recebe mais do que muitas capitais do Brasil. Tem que se ater para a questão do VAF, do valor adicionado. Debater a reforma da partilha mais justo dos *royalties*. Há 10 anos atrás os

royalties eram 547 milhões. Sabe quanto é hoje, esse ano passado? 18 bilhões e 700. Tem o Município no Brasil que recebeu 850 milhões de *royalties*. Essa questão tem que ser encarada. Isso tem que ser restabelecido. 197 Municípios pegam toda a arrecadação do Brasil dos *royalties*. E eu não estou contra. Eu acho que nós vamos penalizar esses Municípios, nem os Estados. São produtores. Mas temos que achar uma forma ou de congelar ou de... Ao longo dos anos porque isso vai crescer.

E por último, aqueles dois pontos que o Senado assuma, se possível, o debate desde já do Pacto Federativo preliminarmente a Reforma Tributária, invertendo a proposta do Governo Federal. Senão nós vamos nunca mais falar ou talvez só daqui a 20 anos em redefinir melhor o serviço público no Brasil. Desculpe, Senador, ter me alongado. A gente tentou trazer uma contribuição. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Pedir licença aos Senadores ver se concordam, que achei interessante dentro dessa discussão a questão do FUNDEB. Não deixa de ser uma partilha. Discussão de partilha de impostos e como V.S.^a disse que tinha alguns dados sobre o que já está acontecendo em relação ao FUNDEB, se pudesse fazer uma explanação a mais sucinta possível, mais clara, nós agradeceríamos.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI: Vamos tentar se breve então, Senador. O FUNDEB nós não vamos falar muito sobre o seu conteúdo. Os senhores conhecem, votaram já a Emenda Constitucional 53, está indo amanhã para Plenário a votação da Medida Provisória que regula o FUNDEB. Agora, quando foi discutida a Emenda Constitucional nós levantamos algumas questões. Primeiro, o FUNDEB aonde há definição federativa, isso que nós estamos reclamando, é na educação. A LDB e a Constituição definem que educação infantil é prioridade dos Municípios. Portanto, eu estou falando em creche e pré-escola. De zero a cinco anos. Ensino fundamental é comum Governadores e Prefeitos. Ensino médio é dos Governadores. Portanto há uma definição federativa. Onde é que peca, na nossa avaliação, o FUNDEB? Não como concepção que eu acho que ela é boa, veio em boa hora para substituir o FUNDEF. Nós não estamos discutindo a educação básica. Acho que nisso o Governo acertou. Nós estamos falando a parte de financiamento para poder atingir os objetivos do próprio FUNDEB. O que aconteceu? Fizeram um fundo só. Portanto, o conflito federativo hoje está estabelecido. Hoje a prática dos recursos já está ocorrendo lá na ponta. Então esse é um problema. Em segundo lugar, nós dizíamos que foi colocado na Emenda constitucional que seria regulado

por lei ordinária. Nós estranhamos por que ordinária? Eu estou retomando um pouquinho para chegar ao fim. Quando se fala em lei ordinária, leia-se Medida Provisória. E nós alertávamos para isso o Congresso que aquilo era perigoso, e veio por Medida Provisória.

Bom, terceiro lugar, os quatro bi e meio da União no terceiro ano só tem 30% dos quatro bi e o meio, Senadores, que estão vinculados aos 18 que a União tem que gastar em educação. Portanto os outros três bi e trezentos, na minha avaliação, é uma nova Lei Kandir. E vai para o orçamento e não sei como isso vai vir. E ao longo dos anos não sei o que vai ocorrer. Mas isso ainda nós vamos pensar mais adiante.

Por outro lado, elevaram de 15% sobre cinco impostos que era do FUNDEF para 20, sendo em três anos integralizado. 16.32 de cada um dos cinco, e mais três novos impostos. ITR e IPVA que é 6.66 por ano. Que vai dá os 13 e pouco o ano que vem e 20 no terceiro ano. Aí, o que ocorreu? A Medida Provisória abruptamente veio dizendo o seguinte: Janeiro e fevereiro, Senador Jereissati, valeria o mesmo critério do FPM. E em março entraria em vigor um novo FUNDEB já com 16.32 dos cinco aqueles FPM e FP E. E mais 6,66 dos outros três que entraram os novos tributos que são oito. Entraram em vigor. E no mês de abril, diz a Medida Provisória, seria feito o ajuste janeiro, fevereiro, março e abril. O que o ocorreu no dia 30 de abril? O maior apagão nas prefeituras. Três mil prefeituras no Brasil. Esse foi o termo, foi um apagão. Porque, além de fazerem um ajuste tudo no mesmo momento da terceira parcela do FPM que é para pagar o pessoal, e como disse os nossos Secretários, depende muito esses Municípios desse valor, foi retido pelo BANCO DO BRASIL todos esses recursos numa vez só, numa tacada. Então todos ficaram negativo, tremendamente negativo e cometeram um outro erro que injustificável. Tem uma Lei Complementar 91 desde 97 que fala do redutor do FPM dos Municípios que perderam área lá atrás. Portanto perderam população e teria rebaixado o FPM. Então em 10 anos essa lei previu 10% ao ano. Então o que é que fizeram agora quando aplicaram no dia 30? Aplicaram sobre o nominal. Por exemplo, o Município que é 2.0, aplicaram como se fosse 2.0 quando está recebendo já o equivalente a 1.4.

Então, esses Municípios além do ajuste, tiveram subtraído aquele valor. E o pior. Como esse fundo é feito, subfundo é feito desses que perderam, são 1.520 Municípios do Brasil, fizeram o subfundo e distribuíram para todos os outros que não perdem. E esses receberam, empenharam, pagaram, PASEP, lançaram contabilmente... Como é que esses Municípios vão se organizar agora? Foi feito o estorno? De que forma? Isso é uma parte, a que eu acho mais grave. Essa é a

parte que deu essa situação difícil. Nós fizemos Emendas para mudar os pesos. E dizíamos um debate aqui no Senado quando os senhores nos convidaram para discutir o FUNDEB. Foi dado o peso na Medida Provisória de 1.2 para ensino médio, e de 0.8 para creche. Por que isso quando nós sabemos que a creche custa 93% mais que o ensino médio? Mas houve uma reunião de Governadores com o Executivo eu talvez eu estou induzindo que é isso, não quero fazer injustiça. Por que dar peso 1.2 para os governadores e 0.8 para creche? Que é 93, dados científicos esses, não que eu estou tirando da minha cabeça. São universidades que calcularam isso para nós.

Então, não é normal. Dá essa peso. Isso veio para cá e essa que foi aplicada. Agora o Senador Casagrande tem um destaque que nós fizemos desde lá da Câmara que procura elevar. E parece que a Relatora felizmente vai a partir do ano que vem estar discutindo com os Governadores se pode ir para 1.1 a creche. Agora, o transporte escolar que é um crime para nós, porque os senhores votaram uma lei aqui, a LDB, e nada contra os Governadores pessoalmente, mas é uma realidade, o transporte escolar da LDB está escrito: Do aluno matriculado em colégio do Estado, quem paga é o Governador. Do Município quem paga é o Prefeito. Quem é no Brasil que transporta aluno? É o Município. E os Governadores não pagam. E não tem jeito de pagar. E a justiça não obriga a pagar. E ninguém obriga a pagar e eles não pagam. E os Municípios tão pagando aquele um bilhão e meio ali de recursos, a maioria deles, para os Governadores. Então nós fizemos uma Emenda que os senhores vão avaliar amanhã à noite, a 187, que permite tirar direto do FUNDEB e pagar o aluno onde está sendo transportado. Que o transporte é para combater a evasão escolar. Mas na Câmara não tivemos sucesso.

Ademais, para finalizar, neste ano nós estamos perdendo 900 milhões de reais com o FUNDEB, o ano que vem um bilhão e novecentos e no terceiro ano, estão falando sem correção, três bilhões de reais com o FUNDEB. E as creches nós temos hoje um milhão de crianças em creche e temos doze milhões para colocar em 14 anos. O Estado do Maranhão vai receber 70 reais por mês do FUNDEB para creche. E gasta 250. São Paulo, que recebe mais, vai dar 120 reais por mês por aluno por creche. O STJ decidiu há poucos dias que a creche obrigatória. A Emenda da Senadora Heloisa Helena, ex-Senadora, que está na Câmara diz: A creche é pública, obrigatória e gratuita. E a LDB diz que ela é nossa. Então existe a lei e o Promotor já está chamando o Prefeito e eu não sei de onde os Prefeitos vão conseguir colocar as crianças na creche que é uma necessidade.

Então, teria que definir nessa Reforma Tributária o Pacto Federativo. Se a União tem 60% do bolo, que entre com 60% para financiar a creche. Não é competência do Município. Se rale o Município. Mas como que nós vamos poder fazer? Que entre ela. É uma idéia. Quem sabe lá 15%, 16, do Município seja muito, mas venhamos até a diminuir. Mas como nós vamos diminuir se nós tínhamos 43 mil servidores na saúde há 15 anos atrás e hoje temos 830 mil? Como é que nós vamos governar os Municípios? Agora, se os senhores olhar, só tem seis com nível de endividamento superior a 1,2 duas vezes. A média de gasto de pessoal no Brasil das prefeituras é 43% de pessoal. Olha a situação dos Municípios se causa um déficit ou não. E quem é que está causando? Mas os Municípios e prefeitos estão numa situação estressada, como eu estou aqui estressado. Essa é a realidade. Nós não conseguimos mais. Os grandes talvez porque estão muito afastados, é como Brasília, não fala com o cidadão, os Estados também não, e o Prefeito fala. Todo dia. O Secretário fala todos os dias.

Então não adianta para nós, com o devido respeito, discutir, para nós Municípios, para nós discutir a Reforma Tributária, se vier da forma que vem, eu não sei. Acho que o Senado que é a Casa da Federação tem senadores da envergadura dos senhores, com independência, poderiam assumir e regular o art. 23 e enfrentarmos essa situação. Agora, está na hora de mexermos em Tribunais de Contas, em Ministério Público, na hora de enfrentar essa situação. Não dá mais para penalizar só Prefeito. Ladrão, ou é ladrão se é Prefeito vai pra a cadeia. Agora tem que ser para todos a lei. Enquanto for para pequenininho, que tem que ir também, não vai adiantar nada.

Então, fazendo isso talvez a gente possa mudar esse Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Bom. Passamos então a palavra aos Senadores, há o primeiro inscrito, Senador Dornelles, nosso Relator.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, quero cumprimentar ao José Afonso, ao Paulo Roberto, ao Wellisch, quero dizer que é uma das satisfações que eu tive quando Ministro da Fazenda foi levar para o Ministério o Pedro Parente e o Wellisch. Foram escolhas que cada dia eu vejo que foram mais acertadas porque ocuparam eles mais importantes postos em vários Estados da Federação. Meu companheiro de Câmara, Felipe Mendes.

Sr. Presidente, pela exposição feita, nós vemos que há dificuldade da chamada Reforma Tributária não decorre de tributo. As dificuldades da Reforma Tribu-

tária decorrem dos problemas federativos. E da carga imensa de tributo necessária hoje para sustentar o Estado gigante. É difícil conseguir através de incidências válidas não cumulativas, progressivas, seletivas, esse montante de recurso para sustentar o Estado. Eu vejo que um dos erros que tem sido feito nesses últimos anos elaboração de uma Reforma Tributária, o Paulo Roberto falou isso, nós estamos começando pelo fim que é a preocupação de redigir um texto sem antes determinarmos as variantes ou quanto vai caber a cada um como vai ser a partilha. Porque se faz um grande esforço, faz o texto, e nós temos que ir para a realidade. Cada um analisa o texto com a máquina de calcular.

De modo que no momento da máquina... Então eu acho que o grande desafio que nós temos é antes de a Fazenda fazer uma proposta, que ela venha medir o que cabe à União, Estado e Município. Eu pessoalmente chego quase às raias de uma Confederação. Eu acho que tudo que pudesse ser feito pelo Estado a União não devia se meter. Que pudesse ser dos Municípios não devia ser nem da União nem dos Estados. E que pude ser do setor privado não deve ser nem da União, nem de Estado e Município. De modo que um Estado gigante, concentrador. Agora, nós estamos alguns pontos às vezes mesmo sem essa problemática toda de uma Reforma Federativa pode sustentar às vezes dar uma maior racionalidade. Por exemplo, no caso dos Municípios, meu caro Paulo, eu nunca entendi porque os Municípios brigam tanto para subir um ponto, dois pontos no Fundo de Participação e nunca colocaram como bandeira uma bandeira lógica, o aumento da base de cálculo. Em 1985, quase 80% da arrecadação da União era IPI e Imposto de Renda. O que mostra que o fundo de... A base de cálculo dos Fundos de Participação era 80% da arrecadação da União. O Felipe sabe disso. Depois se reduziu o Imposto de Renda e se aumentou a contribuição social sobre o lucro. Reduziu IPI, COFINS. Por que a bandeira dos Municípios, mesmo sem resolver problemas federativos mais profundos, nunca foi o aumento da base de cálculo? Só a inclusão dessas contribuições foram criadas para reduzir a receita de Estados e Municípios não se tornaram realidade? Esse é um ponto que eu queria colocar ao Paulo Roberto.

Segundo, eu queria perguntar aos prefeitos da capital só para... Não tem sentido nenhum, seria... Hoje foi feito o SIMPLES nacional. O SIMPLES nacional hoje pega todas as empresas que têm uma receita anual até 240 mil. Não é isso? 2.400. 240 mil é para microempresa. Dois milhões e quatrocentos. Então definiu o que é empresa de pequeno porte. Talvez os pequenos Municípios não tivesse. Como é que as

grandes cidades, pode dizer até os Municípios médios, receberiam a seguinte situação. A arrecadação das pequenas e microempresas será toda municipal. Quer dizer, pequena empresa é um problema do Município. A média empresa. Então todas as empresas do... Estou colocando aqui não tem muita base técnica para isso. O problema... As médias e pequenas empresas seriam problema do Município. Nem da União e nem do Estados. Como seria isso? Qual seria o reflexo disso? Simplificaria? Essas empresas receberiam uma única fiscalização que seria municipal? E dentro dessa transferência para os Municípios dessa receita das micro e pequenas empresas, poder-se ia criar um IVA como proposto pela Fazenda, mas uma contrapartida aos Municípios fosse a transferência para os Municípios da arrecadação das empresas de pequeno porte. Eu queria colocar esse ponto aqui se é que a idéia que se colocou agora eu não sei nem se tem números ou se isso interessaria. E perguntaria também qual seria o peso, a possibilidade dos Municípios no imposto territorial rural, porque também os Municípios essa bandeira do imposto territorial teria alguma implicação positiva? Os Municípios teriam condições de tirar alguma receita do imposto territorial rural que é da União e não pode ser cobrado pela União. São os pontos passo eu queria levantar.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Com a palavra a primeira pergunta ao Paulo Roberto.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI: Bem, Senador, acho que o senhor colocou bem a questão de ampliação da base. Nós estamos há 8 anos, 10, aqui em Brasília, com marchas de Prefeito propondo essa discussão. Inclusive na própria prorrogação da CPMF nós fizemos a Emenda, e ela transitou, inclusive, aqui no Senado, o Relator à época o Senador Cabral, se não me engano, Amazonas, faz mais tempo, ela até tinha parecer favorável dele. Depois não andou. Então nós brigamos há muito tempo que partilhasse ou colocasse na base. Não só os impostos, mas as contribuições que é a maneira que a União adotou. Mas nunca tivemos força para reverter a situação. Então nós tentamos e há muito tempo que fizemos simulações e estamos mostrando e denunciando e tentando ver se há essa possibilidade que não houve. E aqui só respondendo já do ITR para terminar essa parte, são sete milhões de propriedades, aproximadamente, propriedades rurais no Brasil. A União arrecadou o ano passado 320 milhões. Porque aqui em Brasília o ITR é conhecido como o imposto dos dez, na receita. Os dez que todo mundo vai lá declara e paga dez reais. Então ninguém fiscaliza. Não tem declaratório. Um bairro de São Paulo ou de Minas arrecada muito mais de IPTU do que todo

o Brasil paga de ITR. Então a União arrecada e manda 50% para os Municípios. Porque ela não tem estrutura nos Municípios para fazer cadastro, para acompanhar. Não tem base.

Então, o Senado o senhor já aprovaram, o Senado e o Governo aprovou em 2003 a transferência por convênios, Municípios, a União cobraria e mandaria 100% de volta para o Município. Só que foi indo, a lei saiu, a Emenda Constitucional. Quando foi a Instrução Normativa que ficou na Receita Federal trancou tudo e não anda mais nada. A última agora no meu municípiozinho lá nós tivemos que entrar na Justiça Federal porque eles dizem que para o Município fazer isso, acompanhar o cadastro tem que ter um fiscal com curso superior, especializado não sei se nos Estados Unidos, para poder fazer o lançamento do ITR e não sai e não assina o convênio. Agora, isso é verdade. Agora tenho certeza que assim como o ISS se o ITR for viabilizado, eu não diria que teria para os Municípios médios, pequeno ou agrícola que são 4.500 no Brasil, o IPTU desses Municípios, porque teria como fazer além da política fundiária uma arrecadação, não como fonte de arrecadação específica, mas regular melhor a situação e tornar a propriedade mais produtiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Wellisch e depois os outros dois.

SR. LUIZ WELLISCH: Bem, a respeito de um imposto em que os Municípios arrecadassem tudo sobre empresas de pequeno e médio porte, micro e pequena empresa e médio porte, talvez, não sei em que escala. Eu creio que--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. LUIZ WELLISCH: É, na base... Eu imagino que as situações serão novamente diferenciadas entre os diversos portes de Municípios. É difícil dar uma resposta imediata sem fazer conta. Mas uma das dificuldades que estamos vivendo é a questão da administração do imposto. Porque a tendência é de se levar para a União e a União depois fazer a partilha. Esse assunto foi até discutido sexta-feira passada porque os Municípios entendem e os Estados que essa partilha tem que ser feita no próprio Banco. Mas como tudo tem sido feito de forma muito apressada, o prazo muito exíguo, e questão de administração tributária o Senador conhece perfeitamente bem, é extremamente complexa. Não é uma questão só de base de cálculo e alíquota e está resolvido. Mundo de questão complexas que precisam ser resolvidas. E o prazo muito estreito tem causado uma dificuldade muito grande. Se é possível... Se fosse possível fazer uma mudança desse tipo, em primeiro lugar era necessário fazer conta. Em segundo lugar seria necessário ver de que forma isso

seria feito para que os Municípios não percam a sua autonomia. Porque na montagem do SIMPLES nacional, eu creio que a maior parte dos Municípios, mesmo um Município como São Paulo vai ter a sua gestão sobre esse... O imposto no caso ISS praticamente reduzido a 10% dos seus atuais contribuintes.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Mas o que eu perguntei a empresa de pequeno porte seria tudo problema do Município, quer dizer, União e Estado não se meteria?

SR. LUIZ WELLISCH: É uma outra questão. Teríamos que ver. Seria a gestão do próprio Município. Aí teríamos que--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

[pronunciamento fora do microfone]

SR. LUIZ WELLISCH: É necessário fazer conta.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

[pronunciamento fora do microfone]

SR. LUIZ WELLISCH: É algo a se fazer conta. É difícil fazer uma... Dar uma resposta de imediato. Teria que fazer conta.

SR. JOSÉ AFONSO BICALHO BELTRÃO: Eu creio que as duas perguntas ela tem efeito diferenciado entre os Municípios. No caso, por exemplo do ITR, eu creio que para capitais o efeito é zero. Por exemplo, no caso de Belo Horizonte não tem área rural. Só área urbana. Imagino que as capitais quase todas deve ter essa situação. Já para os Municípios pequenos deve ser muito bom porque seria o IPTU dos Municípios pequenos. Então acho que o efeito aí seria diferenciado. E o mesmo deve ocorrer com a pequena e média empresa. Porque para os pequenos Municípios eu creio que a base é muito pequena. Então para os grandes Municípios apesar de a gente saber que sempre a arrecadação de pequena empresa não é fácil, porque ela é muito dispersa, o custo de arrecadação é alto, mesmo com um valor único, mas realizar a fiscalização dela não é fácil, porque é muito dispersa. Mas eu imagino que para os grandes Municípios seria uma grande coisa, se você pudesse pegar toda essa base, porque, por exemplo, no caso de Belo Horizonte, 60% das nossas empresas vão entrar no Super Simples. Eu imagino que São Paulo talvez seja um pouco diferente, mas eu creio que grande parte das capitais você vai ter 60, 70% das empresas. Por que pega o quê? Comércio, pega serviços, os pequenos serviços. Os pequenos serviços... E número das empresas e provavelmente os 40% da arrecadação, no caso de Belo Horizonte. Então eu acho que seria alguma coisa a ser pensado.

SR. FELIPE MENDES OLIVEIRA: Quanto ao ITR é simples. O custo da arrecadação não paga... A

arrecadação não paga o custo. Seja em Teresina, seja em qualquer parte. Quanto ao SUPER SIMPLES, acho que quanto menor a cidade, maior é essa proporção de pequenas empresas no total das empresas. De modo que é interessante. A princípio acho interessante para as cidades essa proposta de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Passo a palavra agora ao próximo Senador, Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Tasso Jereissati, senhores Secretários, Dr. Paulo, Presidente da CNM, Srs. Senadores. Minhas senhoras e meus senhores.

A audiência de hoje nós retomamos exatamente aquilo que já há duas audiências passadas foi verificado. Não há como fazer Reforma Tributária sem que se faça a revisão do Pacto Federativo. E sem que se reveja as atribuições e as competências e os recursos de cada ente federado. Ou seja, saber o tamanho da máquina, as obrigações de cada ente para que se possa fazer então a partilha correta desses recursos. Acredito, Senador Tasso, que esta Subcomissão teria um papel da maior importância para que nós pudéssemos aprofundar a questão do Pacto Federativo. Colocar como ponto de partida para posterior Reforma Tributária. Porque eu estou convencido de que o Governo Federal, não só este Governo, não, mas todos os outros, não tem intenção de fazer a Reforma Tributária. Quando eles precisam de alguma ação do Congresso para atender emergencialmente ou pontualmente, como é o caso agora da prorrogação da CPMF e da DRU, então eles apresentam uma Reforma Tributária que não avança e vão conseguir aquilo que eles pretendem sem que seja feita a Reforma Tributária. E todas às vezes que uma Reforma Tributária é tentada, como foi há dois anos atrás a questão do aumento da alíquota do PIS e do COFINS dá no que deu de que o Ministro naquela altura o Ministro Palocci ter vindo, não só ao Congresso como também nas entidades de classe dizer que a reforma seria neutra. A mudança das alíquotas não traria alteração na carga tributária e quando nós vimos que houve então um aumento brutal da receita e que se houvesse, Senador Suplicy, seria feita uma revisão das alíquotas e nunca se fez essa revisão. Pelo contrário, foi mantida a questão da arrecadação do PIS e COFINS da forma como foi proposta pelo Governo.

O Dr. Paulo fez uma referência aí que a União está propensa a partilhar as contribuições. Eu não vejo assim. Até mostrou um gráfico de uma inflexão na questão dos impostos do Imposto de Renda e do IPI para cima em relação às contribuições que haveria uma estabilidade na arrecadação. Pelo contrário. A União luta com todas as forças que tem pelo não partilhamento das

contribuições. Tanto que existem propostas, Senador Tasso tem uma, eu tenho outra, vários Senadores, o Senador Dornelles, no sentido de que a prorrogação da CPMF só se faça com o partilhamento aos Estados e Municípios. E também com a diminuição progressiva da sua alíquota. Então eu não vejo interesse da União em fazer. Primeiro a Reforma Tributária, segundo a questão do partilhamento das contribuições. E vejo as dificuldades imensas porque passam os Estados e os Municípios. Com grau de endividamento elevado, com incapacidade de atender as suas obrigações, eu diria até constitucionais, e um grau de insolvência de um futuro próximo com relação ao comprometimento das suas obrigações.

O superávit que está sendo feito com esforço de Estados e Municípios que estão sob a Lei de Responsabilidade Fiscal. Enquanto a União não tem regulamentada a responsabilidade fiscal para si. Tem para os Estados e tem para os Municípios. Eu não tenho os números, não sei quanto é que... Com quanto os Estados e Municípios estão ajudando no superávit primário total em relação à União. Se está havendo um sacrifício maior da parte de Estados e Municípios do que da própria União.

Então, eu perguntaria aos senhores. Primeiro, essa proposta do Senador Dornelles eu concordo com o Senador Dornelles na tese que ele colocou onde o Estado possa fazer a União não tem que estar, aonde Município possa fazer o Estado e a União não devem estar e aonde a iniciativa privada esteja possa fazer o Estado tem que estar ausente. E aonde a iniciativa privada não possa fazer, o Estado tem que estar presente que são nas regiões menos desenvolvidas, onde economicamente não é viável o capital privado fazer os investimentos e a União precisa e tem que estar ajudando Estados e Municípios a executarem principalmente a questão de infra-estrutura. A proposta da transferência do SUPER SIMPLES para os Municípios vai trazer uma questão que quando mexe no bolso mexe de todos. Os Estados já estão reclamando também a perda de receita, os Municípios por sua vez me parece que se preocupam também com perda de receita, e a União é que vai fazer, vamos dizer, a transferência de mais essa obrigação para Estados e Municípios de haver a correta, porque a lei é correta, a redução da carga tributária para incentivar a micro e pequena empresa. Precisa ver como fazer a compensação da perda de receita que possa haver nos outros entes federados com relação à União. Aí passa novamente na questão do Pacto Federativo.

Eu diria, Presidente Tasso, que nós temos aprendido bastante nessas audiências. Ouvimos os Governadores, os Secretários de Fazenda, agora os Prefei-

tos e Secretários de Fazenda Municipais, vamos ouvir os contribuintes em seguida para ver de que forma a gente pode ter um consenso ou buscar um consenso com relação a essa reforma. Agora, que é preciso fazer a revisão, eu não tenho dúvida disso. E é por aí que a gente vai depois resolver o problema da Reforma Tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Alguma observação a ser feita? Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente Tasso, demais componentes da Mesa, senhores e senhoras, colegas Senadores. Primeira Audiência Pública eu quando da apresentação da... Até hoje não entendi possível proposta de Reforma Tributária do Governo, da União, após a segunda reunião com os Secretários de Estado, teve uma cautela muito grande de todos os Secretários no sentido de não emitir opinião porque não se sentiam seguros na verdade do que é que o Governo Federal queria de Reforma Tributária. Foi o sentimento básico da última audiência. Ouvimos a União, ouvimos os representantes dos Estados, e hoje nós estamos ouvindo as vítimas da distribuição da arrecadação dos tributos brasileiros, que são os Municípios. Obviamente que as vítimas maiores são os contribuintes, como disse o Presidente Tasso Jereissati, mas numa outra ponta. E como vítima, o que é que eu ouvi nos três Secretários de Finanças dos Municípios? Muita cautela e mais ainda as preocupações. De não saber o que é que vai ocorrer com essa possível reforma que estão falando que nós estamos aqui debatendo. Porque aqueles que conseguem avançar na sua autonomia, na sua capacidade de cobrança, na sua organização, na sua metodologia de cobrança, usando tecnologias hoje de informática, qualificação do seu quadro, avançando nos passos que precisam ser avançados, esses temem que esse trabalho seja engolido pela ânsia da União em ficar com a fatia maior da arrecadação que é uma prática, como bem disse o Senador Flexa Ribeiro, não apenas desse Governo. Isso é histórico. Quer dizer, a criação da contribuição, a má distribuição também não vamos querer aqui atribuir só ao atual Governo. Mas acho que o que ficou bem claro na fala dos Secretários é exatamente essa preocupação do que vai acontecer. Mas também não deixaram de registrar, e aí o Secretário Felipe Mendes disse com muita propriedade, é a necessidade de fortalecer a independência dos Municípios, é dar autonomia aos Municípios que são entes responsáveis pelo dia-a-dia do exercício da cidadania. Então acho que isso é fundamental reforçado também com a preocupação do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios. E não pode acontecer isso, e eu já estou sendo repe-

titivo porque todos basicamente disseram isso, se nós não definirmos as atribuições de cada ente federativo. Não existe, Senador Dornelles, como nós avançarmos em uma Reforma Tributária se nós não definirmos isso de forma clara. E aqui ficou muito evidente isso. Quando o Senador Tasso pediu para o Presidente Paulo da Confederação Nacional dos Municípios falar sobre o FUNDEF, é porque é um assunto que amanhã vai ser debatido de forma mais clara e possivelmente ser votado. Não foi semana passada exatamente por alguns questionamentos que foram feitos. Quando o Dr. Paulo falou das preocupações na visão dos Municípios. Mas não é só na visão dos Municípios que têm que ser debatido. Terá que ser também na visão do Estado. E na visão da União. Agora, nós não podemos deixar de dizer é que quando se fala em FUNDEB, que todos nós concordamos a sua necessidade, nós não podemos esquecer que no FUNDEF tinha um valor per capita por aluno que os Estados e Municípios eram obrigados sumariamente a descontar do seu fundo de participação e do seu ICMS um determinado percentual e o Governo Federal não atualizou o valor per capita do estudante para dar sua contribuição. Por isso que teve distorções tipo o estudante para dar a sua contribuição. Por isso que teve distorções, tipo, o Estado do Ceará contribuir para o FUNDEB mais do que a União contribuía para o FUNDEF. Da mesma forma nós vamos ver repetido agora no FUNDEB. Quando se fala em FUNDEB, se você perguntar a qualquer pessoa vão dizer é um programa do Governo Federal para a educação. Só que os Estados estão entrando com aproximadamente 35 bilhões, os Municípios quase 15 bilhões, e a União está entrando com 2 bilhões. E aí joga para ter a briga entre os Estados e Municípios para discutir qual é o percentual que deve ser pago por estudante da creche, qual é o que deve ser pago para o estudante do ensino médio. Nós precisamos aprofundar essa discussão. Tem orçamento na educação que está livre ainda que podia aumentar essa base de cálculo do FUNDEB para não esticar tanto a corda de que valor deve ser por aluno de creche e que valor deve ser por aluno do ensino médio. Porque a distribuições nesse País, Presidente Tasso Jereissati, é que é a grande questão. Porque também o valor para o ensino médio possivelmente seja insuficiente para os Estados praticá-los como é esse novo, vamos dizer assim, fator que são as creches. Obrigatoriedade. Quem discorda que deve ser obrigado colocar todas as nossas crianças na creche? Eu nunca ouvi um Prefeito dizer que era contra. Agora, nós estamos falando de 12 milhões de crianças que só tem um milhão de crianças em creche. Vai precisar mais 11 milhões de crianças ir para creche. Qual o valor de uma criança

na creche? Cem reais seria o ideal por mês? Se nós estamos falando de cem reais, nós estamos falando de mil e duzentos reais por ano. Se nós multiplicarmos isso por 11 milhões de crianças, nós estamos falando em quase 13 bilhões de reais de um público novo que vai ser incorporado nos custos dos Municípios e aonde vem o financiamento.

Então, nós temos que ampliar essa discussão. O FUNDEF, a filosofia é correta. Agora, os valores que estão propostos é insuficiente porque o Governo Federal não está dando a sua contribuição para algo que é tão importante que é a garantia, por exemplo, das crianças na creche. Essa discussão porque vamos esticar a corda de Prefeito com os Governadores que já estão chiando no valor que estão contribuindo, e aí concordo quem transporta o estudante é o Prefeito, é o Prefeito que o Ministério Público cobra, é o Prefeito que cobra se o aluno está sendo cobrado, se o aluno está sendo transportado, de que forma está sendo transportado, e aí nós estamos acostumado a ver em todo o Brasil as formas, as denúncias dos meios de transporte como falta de segurança e condições. Então, essa um fator seriíssimo também do transporte que eu acho que o Senado amanhã vai refletir e vai simplesmente dizer que cobre, pague quem efetivamente prestar o serviço.

Agora, a questão do valor me preocupa, porque na Emenda que está sendo acatada pela Relatora, ela está aumentando o valor da creche. É verdade. Mas está criando a creche particular, está criando a creche conveniada, está criando dois, três tipos de aluno de creche. Porque um valor se a creche é pública terá uma remuneração, se ela for conveniada filantrópica, terá outra, se for particular terá outro valor. Então nós estamos criando três categorias de estudantes em creches? Então esse assunto merece e deve ser mais debatido amanhã aqui na questão da FUNDEF. Concorde plenamente com o Presidente Paulo quando ele fala sobre o que houve. Eu posso até dizer e não ter um peso de consciência dizer que estou sendo muito forte. A irresponsabilidade com que foi feito o encontro de conta da mudança do FUNDEF para o FUNDEB. Vai sobrar para os prefeitos na Lei de Responsabilidade Fiscal, vai sobrar para o prefeito nas suas prestações de contas, porque a base de cálculo além de ter sido uma vez só tomou como base não desconsiderou a redução que muitos Municípios como aqui já foi explicado que os Municípios têm o fator de redução e a base de cálculo foi no seu fundo de participação cheio. Então isso vai acarretar um problema seriíssimo, prefeito vai ser chamado de ladrão aí a três por quatro principalmente, às vezes até pela própria oposição mesmo não sendo, mas será chamado. E aí a questão que nós te-

mos que discutir é porque se você for para o *royalty*, é injusto do jeito que está. Nós estamos falando de 18 bilhões. Não é isso, Dr. Paulo? O *royalty* que é distribuído com poucos Municípios. Isso, minha gente, 18 bilhões representa a metade praticamente do que é distribuído com os Estados no caso que o Estado é o dobro que o Estado entra. Aliás, é um pouco mais do que os Municípios entram no FUNDEB. Que são cerca de 15 bilhões de reais. Se você for falar em redistribuição de SUS, Senadores, eu posso dizer que o último número que eu tenho, não posso até afirmar que é o de hoje, mas os mais recentes, a per capita da distribuição de um SUS, no caso da Paraíba, por exemplo, gira em torno de 72 reais. Per capito, distribuído pelo SUS para um morador do Rio de Janeiro custa em torno de 95 reais. O per capito para o de São Paulo custa algo em torno de 112 reais que é repassado para os Estados per capito como recurso do Governo Federal. E aí nós temos algumas contas a fazer. Por exemplo, na Paraíba a sua população tem no máximo 10% que tem plano de saúde particular. Ou seja, 90% da população usa exatamente esse recurso de 72 reais. Como 10% está no plano de saúde, esse valor então para em torno de 80 reais. No Rio de Janeiro isso já sobe para 40%, 45% que tem plano de saúde. Ou seja, os noventa e poucos reais que é per capito já passa o custo, tem aqueles que operam com o SUS, já tem algo em torno de 135 reais por usuário do SUS. Em São Paulo, isso se eleva para mais de 60% que tem planos de saúde. Ou seja, o per capito de São Paulo do usuário do SUS, chega a 180 reais, o mais do que o dobro da região nordeste. Esse é um outro fator de distribuição injusto que nós temos no País. Porque a doença em um canto é doença em todo o Brasil. Mas hoje ele é distribuído dessa forma. Se for para o salário educação, da mesma forma. Existe brasis diferentes. Existe brasileiro que tem mais valor em uma região do que brasileiro de outra região. Ou seja, uma demonstração clara que nós temos que definir as atribuições e ao definir as atribuições encontrar a forma mais justa de financiamento sem essa angústia de fazer as repercussões.

A proposta do Senador Dornelles ela é muito inteligente. Mas ninguém pode emitir uma opinião se não fizer cálculo, se não fizer verificações. Porque com certeza os maiores Municípios vão ganhar mais, porque é onde tem uma base maior de pequenas empresas instaladas e gerando renda, gerando imposto, gerando contribuições, e se isso ficar apenas com o Município, obviamente que teremos que encontrar compensações para o Fundo de Participação dos Municípios na busca da redistribuição pela renda menor per capita que existe nos outros Municípios muito. Então acho que

essa é a grande questão. Eu ouvi do Presidente Paulo, para encerrar, já fazendo as suas preocupações e as suas colocações, mas dos Secretários eu pergunto se eles teriam algo a sugerir nessa reforma a não ser a preocupação de perder receita nos seus Municípios. Muito obrigado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente. Queria só fazer um comentário sobre uma declaração do Paulo Roberto e também do Senador Lucena. Hoje existe uma decisão do Supremo Tribunal do que o *royalty* é uma compensação aos Estados cujos territórios sejam afetados de uma forma ou outra pela exploração dos recursos. Só que existe, realmente, entre os Municípios desse Estado algumas correções que têm que ser feitas. Mas querer colocar o *royalty* dentro de um campo tributário é muito complexo. Acho que seria um esforço, inclusive, sem sentido, porque já é uma decisão do Supremo. Mesmo porque depois de certos anos quando acabar aquela riqueza, o estrago, vamos dizer, a perda será do Estado, não será da União Federal nem de todos os Estados da Federação. De modo que é um ponto que tem que ser tocado com muita cautela, porque isso não tem nenhuma característica da área tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Bom, o Senador Cícero fez uma questão e o Senador se existe dentre os Secretários de Fazenda dos Municípios que se referiram especificamente à questão apenas a preocupação com o imposto sobre serviços se tem alguma sugestão a ser feita aqui. E o Senador Dornelles fez uma argumentação em cima da questão do *royalty* para saber se o Paulo Roberto gostaria de se manifestar. Primeiro o Secretário Felipe.

SR. FELIPE MENDES OLIVEIRA: Fazer uma observação. Eu acho que quando o Governo Federal não quer fazer reforma, ele diz que vai fazer reforma. Quando ele quer fazer um ajuste nas suas receitas ele cria uma contribuição e aumenta a alíquotas de alguma coisa. Então é fácil para a União resolver o seu problema. É difícil querer entender e resolver o problema dos Estados e sobretudo dos Municípios.

Com relação ao *royalty*, aí me permite Senador Dornelles, embora tenha a decisão do Supremo e isso não seja conceitualmente uma questão tributária, a questão também é de origem da própria... Do próprio fato de que a União na Constituição é dona... Os recursos do subsolo pertencem à União. Não pertence ao Município que está lá em cima. E eu não vejo na exploração do petróleo haja esse dano ao meio ambiente. Talvez na mineração.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

... daqui a vinte anos.

SR. FELIPE MENDES OLIVEIRA: Sim, mas não causa danos aos Municípios que estão em cima. Mas isso é uma questão lateral aqui que não vale a pena.

SR. LUIZ WELLISCH: Eu gostaria apenas de comentar dois pontos: Um, é a questão que foi comentada pelos Srs. Senadores a respeito da autonomia. A questão da autonomia é essencial para os Municípios. Hoje o ISS é um imposto que dá aos Municípios que têm uma base econômica mais densa um forte nicho de geração de receitas e que asseguram um mínimo de autonomia para os Municípios. É o caso de São Paulo. O setor de serviço é um setor talvez o setor mais dinâmico da economia, atualmente, e o Município está conseguindo aperfeiçoar o seu sistema de arrecadação e está gerando receitas crescentes em cima das receitas de serviços, apesar de toda a nebulosidade, todas as polêmicas, existem a respeito. Então a questão de autonomia é essencial e uma questão muito difícil é ficar na dependência de regras, na dependência de critérios que venham a ser... Que fiquem no âmbito da União definir como será a prática. Porque entre a redação de uma Legislação e a prática dessa Legislação aquilo que acontece no dia-a-dia, vai uma distância enorme. É preciso operacionalizar aquela regra. E quando essa regra está no âmbito da União para que o Município venha a executar, a coisa complica tremendamente. O exemplo do SIMPLES que está aí é claríssimo. E os Municípios não têm o CONFAZ. Os Estados têm, os Municípios não têm. E esse tipo de foro permite uma harmonização e um mínimo de equilíbrio na prática desses sistemas de arrecadação.

Essa é uma questão que eu considero essencial. Quem no dia-a-dia já teve que lidar com as questões de autorizações no âmbito do Ministério da Fazenda, Planejamento, sabe a dificuldade que tem no seu dia-a-dia. Eu já estive dos dois lados do balcão e sei como as coisas acontecem. É extremamente penoso, extremamente difícil. Então essa é uma questão essencial e acho que a outra questão é: A que propósito se destina uma mudança dessa natureza? Se destina a desonerar a produção? Se se destina desonerar a produção significa que de alguma maneira o contribuinte será desonerado. Porque senão não faz sentido. E se a questão é desonerar, alguém tem que perder. Quem é que vai perder? Essa, eu acho, é a questão essencial. Quem pode perder? Não imagino nenhum sistema de arrecadação que passe ao largo do compartilhamento das contribuições. Discutir uma reforma que passe ao largo disso, eu creio que não é atacar a essência do problema. Existe necessidade de mexer no sistema tributário? Acredito que exista. É uma questão conjuntural ou uma questão estrutural? Se é uma questão conjuntural, eu acho que uma Reforma

Tributária não é o caminho. Quer dizer, se no momento atual as empresas estão vivendo dificuldades, principalmente aquelas voltadas para o setor de exportação, que precisam ter os seus custos de produção desonerados, bom, então é necessário olhar uma questão específica para um momento específico. Agora, se queremos olhar a longo prazo, olhar a carga tributária no País como ela se divide, então, sim, tem que olhar receitas e despesas. Foi o que eu tentei, não sei se fui feliz em colocar na minha exposição rápida. A que propósito se destina essas mudanças? Se destinam ao enfrentamento de uma questão conjuntural ou se destinam à solução de mais fôlego estrutural? Se é de mais fôlego estrutural nós temos que olhar receitas e despesas. Porque nessa discussão, pelo menos no documento que nós vimos aqui não se aborda. Isso foi abordado largamente aqui por diversas pessoas em especial exposição do Dr. Paulo. Então, eu acho que é preciso olhar a que propósito se destinam essas mudanças. Na minha opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Bom, eu posso responder até por essa Subcomissão aqui. Porque aqui todos que quando houve uma decisão do Senador Mercadante de montar essa Subcomissão, Subcomissão pequena, composta de poucos Senadores, foi com o objetivo justamente de se estruturar uma Reforma Tributária que desse uma feição definitiva ao Sistema Tributário Brasileiro, as necessidades de um País moderno e que tivesse um sistema de distribuição melhor, sistema de arrecadação mais simples, mais claro para toda a população, mas um sistema definitivo entendendo nós em todas as discussões que estabeleceram no âmbito dessa Comissão que o sistema brasileiro além de justo ele é extremamente complexo e é deletério para a economia brasileira e não trazendo nenhuma outra contrapartida de maior justiça social ou qualquer coisa nesse sentido. Então, essa pergunta acho, estão falando em todos os Senadores da Comissão quando digo se a intenção do Governo também colocada pelo Secretário Bernard Appy foi essa, não é uma situação conjuntural que nós vamos discutir aqui. Nós vamos discutir a Reforma Tributária que nós pretendemos que seja a base no futuro desse País. Tanto que ela deve ser... Toda a discussão é que ela seja implantada em fases e a longo prazo por entendermos justamente que uma proposta que venha a ser em alguns setores radical ela não pode ser feita toda de uma vez. Queria falar alguma coisa, Secretário...

SR. JOSÉ AFONSO BICALHO BELTRÃO: Bom, primeiro eu acho que é grande a dificuldade. Que a Reforma Tributária tem é que é uma equação que ela não fez. Por quê? Porque a União não quer perder a

participação que ela tem. Quando você vai para os Estados, os Estados querem aumentar ou pelo menos não perder. E os Municípios querem aumentar. E ao mesmo tempo numa reforma dessa sempre se discute a necessidade de reduzir a carga tributária que está muito alta. Então ela fecha. Porque de um lado você quer reduzir a carga tributária, mas ao mesmo tempo os três entes federativos não há uma compatibilidade entre eles. Então não acho que há um consenso hoje. Acho que a primeira coisa que nós deveríamos ter é um consenso do ponto de vista dos entes, e aí acho que você tem que discutir a questão de atribuições de competência e arrecadações, e que é muito difícil porque a gente sente que os Municípios vê a Reforma Tributária como uma forma de aumentar a participação dele no bolo, a União vê como uma forma de não reduzir e os Estados querem aumentar também.

Primeiro ponto é esse. É muito difícil numa reforma e numa repartição dessa você ter impostos ou contribuições que estão divididas e outro não. Acho que numa reforma dessa, uma das condições básicas é isso, é toda a arrecadação da União deveria entrar no Fundo de Participações. Pode discutir qual é a alíquota, qual é a participação, porque senão sempre você vai ter a tentativa da União criar alguma contribuição, algum imposto ou alguma arrecadação que não seja compartilhada. Então esse é um ponto que acho que numa reforma que você quer que dure para que não haja esse incentivo, é que qualquer arrecadação que a União tiver ela tem que fazer essa redistribuição com os outros entes.

Na parte de serviço, o que a gente sente é isso. É que muitos serviços ficaram fora da 116. Quer dizer, e nós temos até muitas dificuldades muitas vezes de administrar. É o caso, por exemplo, de a parte de locação, por exemplo, de imóveis, de bens que hoje, no caso do Município, causam dificuldade porque todas as áreas que pode considerar como locação eles tendem a fazer como se fosse não atividade dele, mas um tipo de locação. Tem outros, alguns outros serviços ficaram de fora. Então acho que a própria base civil pode ser aumentada.

Ao mesmo tempo o que a gente vê é isso, que essa divisão entre serviço que fica no Município, serviço que fica no Estado cria confusão também. Então acho uma reforma que fosse mais duradoura era importante rever isso. Porque a idéia é que os Municípios ficassem com serviços e os Estados ficassem com a parte de bens. Mas a gente sabe que isso é muito difícil. Então acho que é uma questão de rever também como que você reparte isso. Ao mesmo tempo a gente sabe que o imposto indireto ele é muito injusto. Quer dizer, é muito difícil você ter uma carga tributária

muito grande em cima de impostos indiretos. A gente vê que tem efeitos redistributivos, ele não é neutro. Então é uma questão também de ver qual é o limite que você tem de ter esses impostos. Então acho que tem um emaranhado de questões aí que eu não sei se hoje para votar uma Reforma Tributária se nós temos os consensos necessários para se fazer uma reforma com uma durabilidade maior.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI: Apenas rapidamente, Senador Cícero Lucena, acho que o senhor tocou numa questão muito importante que convém lembrar. E nós já estamos aproximadamente com umas 400 ações de Municípios do Brasil já. Uma só teve sentença desfavorável na Justiça Federal determinando que a União pague o que ela desviou no ensino fundamental no Brasil através do FUNDEF. São 40 bilhões de reais e nós temos esses dados são reais que foram desviados durante os 10 anos do FUNDEF. Isso é bom que fique registrado porque isto sim um grande crime cometido contra o estudantado brasileiro que desqualificou inclusive a educação brasileira. E são decisões da justiça. Não é mais só o Tribunal de Contas da União que diz que esse dinheiro foi desviado. Isso é importante deixar registrado. E a questão do FUNDEF, é aquilo que a gente alertava também. A União construiu a Emenda Constitucional e saiu fora. E agora quem está no ringue se digladiando são os Governados e Prefeitos. Nós estamos botando este ano 14,5 bilhões, os Governadores 31 bilhões e a União 2 bilhões. Mas a propaganda na mídia é que o Governo tem dinheiro novo e muito para o FUNDEF. E nós gostaríamos que tivesse mais. Porque quem tem 60% da arrecadação é a União.

E a última questão dos *royalties*, Senador Dornelles, nós estamos levantando essa questão porque entendemos como importante pelo volume que isso representa. Agora, preservando, sim, já o que existe, a legislação, os interesses dos próprios municípios, eu sei que o Estado do Rio de Janeiro é onde se concentra maior número, nós queremos exatamente, como eu disse, proteger os Municípios mas temos que ver alguma coisa para deixar que isso não se aprofunde demais ao longo dos anos--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Uma coisa é querer discutir distribuição de *royalties*. Isso é normal. Que cada um gostaria de ter um do outro. O outro é botar o *royalty* dentro do conceito tributo, porque isso aqui não existe legislação no mundo que coloque isso. Quer discutir repartição de *royalty*, é um problema. Agora, botar isso dentro do conceito de tributo, isso não tem base. Nem doutrinária para dizer que *royalty* é um tributo. Porque é totalmente diferente. Quer dizer, botar isso dentro do campo tributário, acho

que não existe base para isso. Querer discutir, cada um que não tem quer o dinheiro do outro. Mas colocar isso numa base tributária, eu acho inviável.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI: Mas quando abordamos, Senador, não foi no sentido de incluir. Assim como foi os programas que nós trouxemos à baila não é para que se coloque na Reforma Tributária. Apenas nós estamos suscitando como é o caso do fundo de Brasília. Como é que questão de Manaus. São várias questões. Nós vamos enfrentar essas concentrações ou não, no conjunto. Agora, como vai ser feito dentro da Reforma Tributária ou Legislação Infra-Constitucional, e quero deixar claro que nós temos que preservar esses Municípios, os Estados que já tem, até porque os Municípios ficam com 24% desse valor. O total dos 18 milhões não é dos Municípios. O Município tem uma participação de 24%.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O senhor me permite, Presidente, que é rápido. Que dentre o FUNDEF que o Dr. Paulo falou eu me esqueci de fazer uma ressalva que também é de interesse de Estado e Município. É que a participação do FUNDEF era 15% e esse mesmo 15% era levado para a base de cálculo da receita corrente líquida. E agora eles estão passando para contribuir para 20% e o governo está querendo deixar que na receita corrente líquida fique com 15%, que é outra preocupação também dos Estados e aí no caso é comum. Estados e Municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Senador Suplicy.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, só fazer uma observação a respeito da questão do *royalty*.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Eu estou preocupado com a vingança do Senador Suplicy.

[risos]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Suplicy está calmo hoje. Tem muito tempo pela frente. Nós não temos hoje Ordem do Dia. Então a gente pode continuar. [risos]

A preocupação do hoje, CEFEM hoje, *royalty* antigo, é que na questão do petróleo, ele representa realmente os Municípios que têm exploração de petróleo eles têm uma alíquota que dá uma receita considerável. No caso da mineração, que é o nosso Estado do Pará, aí acho que a resposta aos Municípios e ao Estado ela ainda é insuficiente, porque você tem uma demanda de serviços em função da exploração principalmente na implantação você tem uma migração muito forte ao Município que depois de implantado o Projeto, esse contingente humano que vai para lá não retorna para a sua origem.

Então, fica sob a responsabilidade do Estado e dos Município a questão de atendimento de saúde, educação, de segurança. Que o *royalty* também não chega a cobrir a necessidade, na questão da mineração. Não sei na questão do petróleo.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, prezados Secretários, Felipe Mendes de Oliveira, Luiz Wellisch, José Afonso Bicalho Beltrão e Sr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios. Eu gostaria primeiro de... Tendo em conta o tema tão de enorme repercussão destes últimos dias da operação navalha, e tendo em conta a entrevista ontem dada pelo ex-Secretário da Receita Federal Everardo Maciel propondo, em entrevista ontem, acho que na Rede Globo que deveria haver o fim das Emendas Parlamentares para se evitar os problemas que tipicamente estão sendo objeto de preocupação, inclusive de todo o Congresso e todos os partidos, se os depoentes presentes quiserem ou tiverem uma opinião sobre esta proposição, que volta e meia é objeto de reflexão aqui no Congresso, deveríamos ou não nós Parlamentares deixar de apresentar Emendas, seja as individuais seja as de bancada, seja as de Comissões, ou teriam... Sejam os Prefeitos ou o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios ter alguma opinião sobre isso que de alguma forma se relaciona ao que estamos tratando.

No que diz respeito à observação do Secretário Felipe Mendes de Oliveira, especialmente quando observou que em Teresina as coisas... E sendo Teresina a capital do Piauí, um dos Estados junto com o Maranhão, digamos, de menor renda per capita, mas o senhor deu-nos uma perspectiva bastante positiva do trabalho do Prefeito do Município, que primeiro observou que o grau de endividamento é relativamente baixo, o senhor comentou que é da ordem de 1%...

SR. FELIPE MENDES DE OLIVEIRA: É 10%. Errei um zero. Mas é 10%.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sobre a arrecadação? É isso?

SR. FELIPE MENDES DE OLIVEIRA: Sobre a receita corrente líquida.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sobre a receita corrente líquida. Bom, relativamente baixo em comparação imagino aos Municípios maiores, como São Paulo e Belo Horizonte, mas eu até fiquei... Estava aqui observando que no início de nossa reunião o Deputado Francisco Dornelles expressou a mim: "Puxa, eu gostaria muito de ser Prefeito, de ter sido Prefeito". "Mas ainda é tempo". E se eu já fui... Eu fui

candidato a Prefeito em 85 quando Jânio Quadros foi eleito, e 92 quando Paulo Maluf foi eleito. E nós sabemos que todos os Municípios brasileiros no próximo ano haverá um número extraordinário de pessoas que desejam e vão se candidatar para as Prefeituras de seus respectivos Municípios. Mas a maneira como o senhor descreveu que o Prefeito então de Teresina hoje vai à comunidade qualquer de Teresina e ali ouve a comunidade e tem a possibilidade de dizer a eles, eu vou providenciar tais ações para suprir a Resolução de problemas da comunidade, que isso então o senhor nos dá uma perspectiva positiva e eu gostaria até de perguntar aos Secretários Municipais de São Paulo e de Belo Horizonte se eles têm uma perspectiva, uma percepção semelhante se o Prefeito Gilberto Kassab está tendo condições de visitar, digamos, a chácara de um bairro de São Paulo que outro dia fui visitar e pediram muito que o Prefeito vá lá e eu vou pedir para saber se é possível a ele também chegar e dizer: eu vou resolver os problemas da comunidade como o Prefeito de Teresina hoje o faz e se o Prefeito Fernando Pimentel está também com essa facilidade.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Paulo Roberto Ziulkoski a respeito de uma questão que tramita agora e pela qual todos nós vamos ter responsabilidade relacionado aos Municípios. Em determinado momento o senhor disse: O importante seria... Quer dizer, uma expressão de força, seria bom acabar com a União e termos os Municípios especialmente. Mas, tramita aqui no Senado proposta de seu colega gaúcho, o senhor é do Rio Grande do Sul, Sérgio Zambiasi, no sentido de que possa a criação, fusão e desmembramento dos Municípios passar a ser de responsabilidade mais das Assembleias Legislativas do que do Congresso, e uma vez que em sendo do Congresso, tenha havido muita dificuldade para a criação de Municípios. Eu me senti na responsabilidade de solicitar e já o fiz e as respostas chegaram, eu até vou disponibilizar a todos os Senadores que eu solicitei aos Ministros da Fazenda, da Integração Nacional e das Cidades que pudessem responder basicamente quatro perguntas em que medida na experiência até da criação dos Municípios que aconteceram, houve vantagem e desvantagens e qual a recomendação, sobretudo que nós vamos ter que tomar uma decisão e eu agradeceria. Eu fiz diversas perguntas, mas agradeceria se o senhor puder nos dar a sua opinião, porque isso de alguma maneira se reflete sobre a própria autonomia tributária dos Municípios, e, portanto, se relaciona ao tema.

No que diz respeito à questão que preocupou o Senadores à minha direita, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e Francisco Dornelles e os senhores, e o Sr. Paulo Roberto, a questão dos *royalties*. Isso aqui se relaciona

ao motivo principal que eu quis tanto participar desta Comissão de Reforma Tributária. Eu inclusive tenho um Projeto de Lei já aprovado pelo Senado, tramita na Câmara dos Deputados agora, pelo qual 50% dos *royalties* decorrentes da exploração de recurso naturais, seja petróleo, seja minério de ferro, qualquer que seja, mais 50% da receita de concessão de serviços públicos, mais 50% dos aluguéis e dos imóveis pertencentes à União e outras receitas, seriam destinadas à criação de um fundo Brasil de cidadania para prover a todo e qualquer pessoa neste País uma renda que será crescente e isto tem a ver com proposições de Thomas Pen(F) na duzentos e tantos anos como também na experiência pioneira e bem sucedida havida no Alasca e que de alguma maneira contempla as preocupações que o Senador Francisco Dornelles aqui estava dizendo, até que ponto isso poderia ser considerado uma preocupação tributária ou não e o que acontece quando se extingue aquele tipo de recurso e assim por diante que foi inclusive a razão pela qual o criador deste fundo disse aos seus concidadãos. Nós precisamos pensar não apenas na geração presente, mas na geração vindoura porque os recursos naturais não são renováveis, pelo menos muitos deles. Então vamos criar um fundo com 50% dos *royalties* e vamos aplicar em títulos de renda fixa, em ações de empresa, em empreendimentos imobiliários e de tal maneira que este fundo vá sempre crescendo e venha a aprovar a todos um dividendo, uma renda como direito de todas as cidadania.

Eu gostaria de lhes informar, acredito que já o sabem, o Congresso Nacional aprovou em 2003 que de maneira por etapas, gradual, começando pelos mais necessitados como faz hoje o Bolsa Família, será um dia espero quanto antes, instituído no País uma renda com direito de cidadania a toda e qualquer pessoa. Aos senhores, aos Prefeitos, aos empresários mais bem sucedidos, mas a todo e qualquer cidadão, aquele que nada tem, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil, ou socioeconômica. Já é lei, só se diz na lei que ela será instituída por etapas, por recomendação do colega do PFL que disse a mim, Francelino Pereira. “Olha, Eduardo, a proposta é boa, mas vamos fazê-la factível de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Por isso, por etapas”. E eu aceitei e graças a isso foi aprovado unanimemente no Senado. Mas agora vai ser quando? Por isso que o Presidente Tasso Jereissati vai ser quando, nós aqui pudermos dizer: Olha, cabe inclusive nas reflexões da proposta tributária. Essa é a razão pela qual eu estou aqui.

Então eu queria perguntar aos Secretários Municipais e ao Sr. Ziulkoski que inclusive foi Prefeito de Mariana Pimentel, mas se por acaso o Prefeito de Tere-

sina, o Prefeito Gilberto Kassab e o Prefeito Fernando Pimentel de Belo Horizonte se eventualmente voltar a ser Prefeito de Mariana Pimentel, Paulo Ziulkoski se desejarem trocar idéias sobre como iniciar a experiência da renda básica de cidadania em seus respectivos Municípios eu me coloco à disposição de ajudar. Eu acho possível. Transmito ao Secretário Luis Wellisch que como se diz que o Prefeito Gilberto Kassab tem a intenção de provavelmente ser candidato, assim como também Geraldo Alckmin, eu quero dizer que eu estarei sugerindo a quem quer que seja candidato do PT à Prefeitura, que agora ele leve em conta isso, que já é lei no Brasil e que seria bom que São Paulo, assim como qualquer outro Município venha a dar o exemplo e caminhe nessa direção, de tal maneira que se for possível até 2008 Prefeito Gilberto Kassab já instituir a renda básica de cidadania para os 11 milhões de habitantes eu me disponho a ajudar. E para isso dou aos quatro participantes aqui o exemplar da renda básica de cidadania. Muito obrigado, Presidente. Tem quatro. Um para cada um já autografado. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu vou passar a palavra aos senhores. Prefeito de Teresina vou passar da esquerda para a direita.

SR. FELIPE MENDES OLIVEIRA: Bom, Senador Suplicy, não há segredo, é a mais antiga regra de finanças gastar menos do que arrecada. E que essa diferença se canalizar para novos investimentos. De modo que é uma Prefeitura pequena, relativamente equilibrada já há mais de 20 anos, sucessivos Prefeitos que lá passaram assim agiram, e o Prefeito Sílvio Mendes tem agido dessa forma. Um olho no caixa bem aberto e uma preocupação forte com relação a essas demandas sociais. De modo que a cada mês o nosso fluxo de caixa registra esse superávit e vai colocando já à disposição dele para fazer essas novas obras. Não tem segredo, é uma regra simples.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E o senhor quer recomendar o Prefeito?

SR. FELIPE MENDES DE OLIVEIRA: Sim, vou levar a ele.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Esse é seu. Ao Prefeito possa dar outro depois para ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O senhor não veio aqui por causa da renda, o senhor veio para vender livro.

[risos]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Na verdade aos amigos eu dou esse livro

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E aos inimigos vende.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Eu não posso dar para... Se eu conseguir eu vou dar para os 190 milhões de brasileiro o livro para então que todos possam persuadir o Presidente Lula e a quem quer que seja o Presidente em seguida para logo instituir o que nós já aprovamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Secretário Wellisch.

SR. LUIZ WELLISCH: Bem, Senador, em primeiro lugar obrigado pelo livro. Eu creio que a idéia de melhorar a distribuição de renda no País ela percorre acredito todas as pessoas que atuam no setor público em todos os níveis.

Com relação ao Prefeito Kassab, eu creio que ele tem procurado ir visitar as comunidades, pelo menos eu vejo na agenda do Prefeito freqüentemente esse tipo de atividade. E acredito que ele na medida das possibilidades financeiras do Município ele vai buscando atender as demandas. Eu me sinto bastante feliz de participar na gestão do Prefeito Kassab porque as duas prioridades que ele sempre enfatiza nas reuniões de Secretários são as atividades voltadas para a educação e saúde. Eu acho que não há nada que se possa fazer de melhor para a comunidade do que investir em educação e saúde, porque além de se buscar distribuição de renda está se buscando dar à sociedade a oportunidade de renda e emprego. O aperfeiçoamento através da educação no meu modo de entender é o que se pode fazer de mais nobre na atividade publica.

Então com muito prazer vou ser portador da idéia da renda básica ao Prefeito que certamente conhece, e possivelmente muito melhor do que eu. Mas acho que na administração municipal está exatamente voltada nessa direção. Quando busca aperfeiçoar seu sistema de arrecadação, gerar mais receita de forma autônoma para cumprir suas obrigações e investir naquilo que é mais nobre, saúde e educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Secretário José Afonso.

SR. JOSÉ AFONSO BICALHO BELTRÃO: Bom, primeiro muito obrigado pelo livro. Eu creio que Belo Horizonte como administração do PT já pratica alguma coisa do que está aí, porque foi um dos primeiros Municípios a criar o Bolsa Família, e lá tem uma tentativa de ampliar o máximo possível vários programas do Município de forma a dar uma renda mínima para as pessoas. Agora, eu creio que talvez a grande inovação de Belo Horizonte foi em relação ao orçamento participativo que hoje o Prefeito deve encerrar o mandato dele tendo concluído mais de mil obras onde o orçamento é decidido de uma forma organizada pelas comunidades. Ou seja, existe um procedimento em Belo

Horizonte que de dois em dois anos no orçamento um percentual do orçamento, de investimento em torno de 20% é decidido pela população de uma forma organizada. E no ano passado foi criado um outro tipo de participação que foi o que nós chamamos de OP digital. Onde a população votou nove obras, grandes obras na cidade e os eleitores de Belo Horizonte puderam votar. Participaram com mais de 500 mil votos, representou em torno de 15% dos eleitores de Belo Horizonte votaram nessas obras e a Prefeitura vai realizar em cada área da cidade que é dividido em nove regiões essas obras que foram votadas pelos eleitores.

Então acho que a forma que o Prefeito e o Executivo têm de atender a essas comunidades é permitindo que eles votem através do meio digital ou através de uma forma organizada nessas obras. E todas essas obras foram feitas com recursos Municipais. Apenas no ano passado que a caixa começou a financiar uma parte desse orçamento participativo. Mas o Município tem uma experiência de mais de 10 anos e todo esse períodos foi realizado com recursos próprios. Então mostra mais uma vez a necessidade de ter recursos próprios, de ter arrecadação própria que é muito mais fácil de fazer essa alocação.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI: Bem rapidamente, Senador Suplicy, eu começaria pela primeira. Nós temos uma posição já há mais tempo tomada, pelo menos não unânime mas é da maioria dos Municípios pelo fim das Emendas Parlamentares e de bancada. É uma posição muito clara já bastante tempo para dar mais transparência. Só que nós não podemos abrir mão e esse dinheiro ficar nos cofres da União. Eu estava falando aqui anteriormente que isso oscila em torno de seis bilhões. Então se isso fosse colocado ou no FPM que é a maneira mais justa porque é por população para não haver distorções, daria dois FPMs a mais para cada Município. E 25% desse valor iria seguramente para a educação. 15% pela Emenda 29 iria para a saúde. Então nós entendemos que é a melhor maneira que se possa fazer e o Prefeito não estaria vindo aqui de pires na mão às vezes se envolvendo em questões que não são muito recomendáveis e nem transparentes. Eu hoje dizia para um grupo de pessoas que chegou a ponto de ouvir no meu Estado, e seguidamente Prefeitos fazendo projetos, vindo a Brasília e depois quando cai lá, isso não é de agora, isso já vem de muitos anos, desde 93 já tinha os anões do orçamento, não sei o que, que Prefeito chega ao ponto de ter que pegar, trazer uma mala com vinho para chegar lá no segundo escalão, terceiro ministério para mexer no processo. De outra vez traz um vidro de mel, para poder movimentar lá no outro. Isso quanto custa uma viagem de avião a Brasília? Quanto custa uma diária,

um hotel? Esse dinheiro vai? E se nós olharmos as Emendas, nós vemos quanto que são liberados.

Então, o critério mais justo e transparente é que isso fosse repassado direto para a população, sem abrir mão desse valor. Porque senão a União também não colocaria. A forma também não sei como seria. Então é uma posição pela maioria que nós temos já tomado.

A questão da Emenda do Senador Zambiasi é importante, só convém colocar questões. Quantos Municípios têm nos Estados Unidos? Município e condados. 156 mil. Quantos Municípios tem na França? 32 mil, 33 mil. Quantos tinha na Alemanha? 30 mil, hoje reduziram para 15 mil.

Então, não é um número de Municípios. O Brasil precisa de mais Municípios na minha avaliação. O que nós temos que terminar é que a lei seja, vamos dizer assim, até perniciosa em permitir que daqui a pouco uma cidade seja dividida ao meio por uma BR, uma estrada, criando um novo Município aqui e outro ali. Tem que ter critérios. Porque a Emenda Constitucional nº 15, que está em vigor desde 96, trouxe avocou novamente o Congresso terá que ter uma Lei Complementar para regular novas emancipações. Por isso que pararam. Até aquele ano foram criadas 1.550 Municípios aproximadamente no Brasil. E quando houver a Lei Complementar, pelo menos é o que está vigendo hoje terá que estar... Que o plebiscito será não só da área emancipando e sim de toda a área interessada.

Então, isso praticamente tolheu qualquer possibilidade de emancipação. Hoje tem cerca de 900 pedidos nas assembleias de criação de novos Municípios. E eu acho que tem que ser avaliado. Vejo o Senador do Pará, tem regiões lá do norte que tem que ser... Metade sul do Rio Grande do Sul, tem várias áreas que tem que rever. Agora, o que tem que rever é o custo da criação desses novos Municípios da máquina que se cria. Não é possível se criar Municípios pequenos e o meu é Município pequeno, que tenha que ter seis Secretários, tem que ter um chefe de gabinete, um chefe de cerimonial. Tem que ter uma super estrutura. Municípios até cem mil habitantes é 8% da receita tributária do ano anterior com gasto Legislativo. Se nós formos à Alemanha, Frankfurt que é das maiores cidades do mundo, o centro financeiro, o mandato... Tem o ressarcimento no Uruguai. Enfim, tem que reavaliar essa questão. Agora, da situação eu entendo que a proposta do Senador Zambiasi é boa, das que tem no sentido de distribui para os Estados por lei complementar legislar. Desde que haja um comando nacional. Por exemplo, a metade lá do Rio Grande do Sul como eu já disse é uma realidade. Tem que ter uma distância de um Município para outro. Tem que ter alguma arre-

cação, tem que ter alguma infra-estrutura. Mas não há dúvida que nós precisamos fortalecer o poder local. É a única maneira de nos antepormos à questão da globalização. E formarmos esta ponte que é a ponte do conhecimento para poder melhorar.

Então, eu acho que é importante a questão do Bolsa Família, nós Senador já estamos fazendo. Muita gente não sabe que dos dez bilhões que a União gasta, os Municípios estão gastando mais de quatro bilhões para manter o Bolsa Família. Porque se não são Prefeituras que estão lá na ponta com assistente social, com veículo, fazendo cadastramento, com funcionários, prestando conta, as condicionalidades que têm no Projeto com problemas que são importantes, os Municípios estão ombreando praticamente sem recursos. Portanto, esse é um dinheiro que é investido já no Bolsa Família, e que acho que tem que ser qualificado ou requalificado para melhorar. O que não dá mais para União criar programas, como eu já disse, e mandar o Município executar. Isso que é o nosso problema, nosso drama hoje. Então é um programa bom, nós estamos recebendo mais uma vez já conheci o seu livro, vamos avaliar, agora, temos que estimular nessa linha, nessa direção. Eu queria parar por aqui senão fico muito tempo também falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Duas perguntas. Eu vou colocar em conjunto do Senador Neuto de Couto e o pedido de palavra também do Deputado Manoel Júnior do PSB de Frente Municipalista com os demais Senadores nós vamos passar como última pergunta.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Senador Presidente, Tasso Jereissati, todos os colegas Senadores, Deputado, senhores Secretários, Presidente da Confederação Dr. Paulo Roberto. No mais é para justificar meu atraso. Estou vindo de Chapecó, onde está acontecendo no dia de hoje e amanhã a reunião da Confederação das Prefeituras do Estado de Santa Catarina, onde 293 Municípios estão debatendo o que estamos debatendo aqui. Uma reunião muito interessante, muito importante, aonde está se debatendo a sobrevivência, as atribuições, as lutas das Prefeituras do meu Estado. E eu trago e não vou fazer perguntas porque fica muito difícil por não ter tido a oportunidade de acompanhar todos os debates. E tive numa outra reunião também muito importante da FIESC, onde o Estado, acho que o País está assim a discutir, discutindo a redução dos gastos públicos. Estão discutindo a diminuição da carga tributária. E nós estamos vendo que a demanda toda ela para pedir mais.

Lá em Chapecó estamos vendo aqui e estamos... E a sociedade e eu tenho, às vezes, faço essa defesa, que também está cansada de pagar impostos.

Nós crescemos, meu caro Presidente, só no período do Plano Real, de 94 a 2006, 565% cresceu o nosso PIB. De 349 bilhões para 2.3 trilhões de reais no último ano. Não tenho os números aqui para saber quanto cresceu a arrecadação ou o Fundo de Participação dos Municípios dentro desse mesmo quadro. Não os tenho. Certamente foi igual. Difícil de avaliar as atribuições que foram dadas para os Municípios. E por isso eu quero cumprimentar a reunião, o debate, saudar todos aqueles que se interessam por esse tema tão importante, temos que encontrar uma solução para isso. Acho que é um debate interessante, mas do debate de ouvir todos os segmentos certamente encontraremos uma Reforma Tributária digna para o nosso País, para o nosso Município e para a nossa União.

Então só essa justificativa, Sr. Presidente, em função de não ter tido a oportunidade de ter acompanhado toda a noite desse belo debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Deputado Manoel Júnior, da Frente Municipalista.

DEPUTADO MANOEL JUNIOR (PSB-PB): Presidente Tasso Jereissati, queria cumprimentar V.Ex^a, cumprimentar os Senadores dessa Subcomissão, atrelada à Comissão de Assuntos Econômicos, trago aqui também os cumprimentos da Frente Parlamentar Municipalista da Câmara dos Deputados que hoje já conta com mais de 246 Parlamentares, cumprimentar aqui o Presidente da Confederação Paulo Ziulkoski, Secretários de Estado.

Dizer, Sr. Presidente, que a argumentação e a explanação feita por Paulo é irretocável. Acho que é importante que essa Subcomissão possa partir dessa apresentação daquilo que foi também o caldo aqui da reunião dos Secretários de Fazenda dos Estados, para que a gente possa instituir não só no Senado, mas também na Câmara e nas duas Casas com o apoio das entidades da Frente da Confederação do CONFAZ, um modelo diferente de pensar a Reforma Tributária. Eu acho que é imprescindível, e aí Paulo tem razão absoluta quando diz que a reforma e a revisão do Pacto Federativo precisa vir antes da Reforma Tributária nesse País.

E eu queria levantar alguns dados que acho que são importantes até para quem está escutando, as pessoas aqui da imprensa. Em 1988 quando a promulgação da nossa Constituição os Municípios brasileiros partilhavam com 19,5% do bolo tributário. De cada cem reais de impostos, os Municípios recebiam 19,5%. Nós chegamos aí a casa dos 15, 16%. Hoje estamos em 17. Ou seja, de cada cem reais de impostos, taxas e contribuições, chegam nos Municípios 17%. O importante é dizer também ao Brasil que

desse 17 reais de cada cem reais de impostos, 73% estão nos cofres dos Municípios com mais de cem mil habitantes. É importante também aqui dizer que nesse País dos 5.562 Municípios 83% dos Municípios são Municípios com menos de 70 mil habitantes. E aí os problemas de São Paulo, de Belo Horizonte, menos de Belém e de outras metrópoles desse País, até de Fortaleza também, advém desse modelo equivocado. Deixou o Município de médio e pequeno porte onde o cidadão muitas vezes mora com tranquilidade ou morava com tranquilidade, deixou de se investir aí para tentar investir 10 vezes mais na periferia das grandes cidades consumindo uma fábula do contribuinte brasileiro e agora a cidade do Secretário Luis Wellisch do Prefeito Kassab faz com que os filhos que outrora dos nordeste, do centro-oeste e norte foram para a periferia procurar retornar às suas cidades.

Eu queria dizer que lá na Câmara, na Comissão de Finanças e tributação, que é uma Comissão similar à CAE, nós também constituímos uma Comissão Especial que trata da Reforma Tributária. Essa Comissão avançou muito. Mas vimos recentemente o Presidente Lula dizer que o que estava formatado no Congresso Nacional para a Reforma Tributária não prestava. E aí, Paulo, a gente se preocupa bastante porque existem muitos brasis. Lá na Paraíba, no nosso Estado, nós temos Município em que o Prefeito faz verdadeira mágica como lá no Ceará também o Governador Tasso Jereissati constatou isso com certeza quando praticamente revolucionou a forma de administrar lá no Estado do Ceará. Mas nós temos Prefeito na Paraíba que governa com 18 reais por habitante/mês. 18 reais por habitante/mês.

Então, são diversos brasis. E essa reforma, Paulo, eu queria não fazer uma pergunta, mas dizer que nós vamos criar um momento similar a esse lá na Câmara também, nós precisamos somar esforços, o Senado tem aqui técnicos capacitados, tributaristas, enfim, a Confederação faz um belo trabalho com os técnicos, a Frente também, e eu acho que poderíamos sugerir, poderíamos montar um estudo aonde a gente pudesse realmente definir as atribuições principalmente no caso da Confederação dos Municípios de médio e pequeno porte, do que a gente precisa gastar, Paulo aí levantou, por exemplo, que a União nos deve 40 bilhões do FUNDEF que está aí esquecido. O próprio Senador Cristovam Buarque sabe disso, o Ministro Fernando Haddad também confessou esse débito, o ex-Ministro Palocci também reconheceu a dívida da União com os Municípios e Estados e principalmente os Estados e Municípios mais pobres desse País. Se fosse com os Municípios e os Estados ricos, não, mas são com aqueles que precisavam do complemento da União

e que não tiveram. É por isso que a nossa educação deixa muito a desejar.

Então eu queria fazer aqui, não uma pergunta, Paulo, e aos senhores Secretários, mas aqui fazer um desafio para que a gente pudesse somar esforços, andar numa certa velocidade para que a gente possa somar esses dados todos, Senador Tasso Jereissati, e montar uma proposta de revisão ou uma proposta de Pacto Federativo, pelo menos alguma coisa que fosse mais justa para que o aluno lá de Pedras de Fogo na Paraíba, e o professor, aquele serviço do ensino fundamental, do ensino infantil, da creche, do ensino secundário, pudesse ser remunerado no mesmo molde lá de Paulínia que tem uma receita fantástica dos *royalties* lá da refinaria e que o Prefeito muitas vezes não sabe o que faz com o dinheiro. É tanto dinheiro que ele não consegue cumprir os 25% da educação, os 15% da saúde. Porque não tem mais aonde investir. Tem Prefeito que está fazendo plano de saúde privado para cada habitante do seu Município, pagando muito para poder cumprir os dispositivos da própria Constituição.

Então eu acho que Paulo, que a gente podia somar os esforços e o Senado tem um papel importante a contribuir, a Câmara são 513, a Assessoria muitas vezes não dá conta, mas aqui no Senado a resposta é muito rápida e a gente podia somar o esforço da Frente, da Confederação, dos senhores Secretários das prefeituras de maior porte e também do CONFAZ para que a gente pudesse apresentar, a gente não sabe o que é que vem lá do Executivo. Tem uma proposta elementar aqui que a gente fica também sem ter como dar um diagnóstico efetivo. O que é que a União quer, o que é que o Governo Federal quer da Reforma Tributária. Mas se nos anteciparmos e dissermos: Olha, o que o Estado do Ceará, o que o Estado da Paraíba precisa para fazer segurança pública é isso aqui. É a mesma coisa do Estado do Rio Grande do Sul, do Estado de Goiás, do Estado de Tocantins. A gente poderia partir na frente com alguma proposta que viesse a atender. Até porque os Srs. Senadores sabem muito bem que em 1996, Senador Suplicy, os Estados membros receberam importante contribuição, foi um presente de Papai Noel da União. A rolagem das dívidas que consumiu 112 bilhões de reais da União para fazer o ajuste fiscal dos Estados. Os Municípios não tiveram isso, com exceção de alguns Municípios maiores como São Paulo, Rio de Janeiro e outros, mas Municípios de pequeno porte tiveram que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal na marra e fizeram ajustes. Está aí 6% apenas, segundo a Secretaria de Tesouro Nacional 6% dos Municípios estão aí, vamos dizer, inadimplentes perante a

Lei de Responsabilidade Fiscal. Aliás, seis Municípios. Disse 6%, desculpe. Seis Municípios.

Então eu queria apesar parabenizar V.Ex^a, Senador Tasso Jereissati, outros Senadores dessa Subcomissão, dizer que lá à Frente está tentando montar uma pauta em consonância com a Confederação, com a Frente para que a gente possa tratar na Câmara assuntos pontuais dos Municípios brasileiros e estamos envolvidos nesse Projeto de revisão do Pacto Federativo que eu acho que é fundamental para esse País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria de esclarecer que nós nos empenharemos muito e gostaríamos muito, com certeza, de ter esse contato próximo com a Comissão que estuda a Reforma Tributária na Câmara. Até para que nós não só possamos estudar questões em conjunto, mas definir e alcançar nossos objetivos. O nosso objetivo é até o final deste ano termos uma proposta a discutir final para apresentar no Plenário de uma Reforma Tributária. Esse é o nosso objetivo e se nós fizermos isso em conjunto com a Câmara, com certeza os objetivos serão alcançados com muito maior rapidez.

DEPUTADO MANOEL JUNIOR (PSB-PB): Senador Tasso Jereissati, vou levar a sua preocupação, a sua solicitação ao Presidente Virgílio Guimarães, ao Presidente da nossa Comissão temática de Finanças e Tributação que também ao Presidente da Subcomissão que trata da Reforma Tributária lá na nossa Comissão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Gostariam de fazer considerações finais. Eu queria propor a próxima reunião que a idéia seria convidar, convocar os nossos Assessores técnicos, que todos sabemos são de altíssimo nível para fazer um primeiro desenho sobre o que nós ouvimos aqui nessas primeiras reuniões, e debateríamos essa visão da nossa Assessoria Técnica em função do que foi apresentado aqui pelo Governo Federal discutido pelos Estados e hoje discutido pelos Municípios. Se todos estiverem de acordo...

E a segunda questão que eu queria colocar existem quatro Senadores que não vieram até hoje a nenhuma das nossas reuniões. Há um pedido do Senador Flexa para que nós façamos uma tentativa terça-feira no final da tarde. Ou seja, depois do nosso expediente no Plenário achando que com isso poderíamos alcançar a possibilidade de que todos os nossos colegas Senadores tivessem presentes nessas reuniões. Qual é a opinião aqui do...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Não, não. Semana próxima. Em vez da segunda, nós faríamos na terça para fazer uma tentativa, por exemplo, o Senador Neuto tem problema de horário, e se seria melhor na terça, no final do Plenário, da ordem do dia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): 19 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): 19h. Na terça, se seria melhor esse horário. Como é que... Qual é a opinião...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Então faríamos já a nossa próxima reunião com os nossos Assessores que seriam um apanhado do que ouvimos até agora e seria terça às 19h.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, a reunião com os Assessores seria feita antes da reunião com os contribuintes?

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Sim. Sim, seria a primeira reunião com nossos Assessores a partir do que foi... A proposta, uma visão crítica e técnica da proposta do Governo Federal, ouvido os Estados e ouvido os Municípios. Seria uma primeira reunião. Em seguida passaríamos para outras discussões. Ok? Então fica isso.

Alguns dos senhores gostariam de fazer alguma consideração final? O Secretário José Afonso de Belo Horizonte.

SR. JOSÉ AFONSO BICALHO BELTRÃO: No caso das grandes cidades, que são as capitais, e diz a ABRASF que na próxima semana vai estar discutindo essa questão da Reforma Tributária também. Então acho que seria bom a gente ver quais são as opiniões dos Secretários de Finanças das capitais e aí trazer para cá as opiniões.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Essa Subcomissão está sempre aberta a qualquer sugestão, qualquer crítica, só entrar em contato conosco que serão convidados imediatamente. Secretário Wellisch.

SR. LUIZ WELLISCH: Naturalmente, além de agradecer a oportunidade de estar aqui hoje e de falar um pouco a respeito das nossas preocupações com as notícias que estão saindo a respeito de possíveis mudanças nessa questão tributária, os Secretários de Finanças dos Estados, como disse o Secretário Afonso, estão se reunindo na próxima semana aqui em Brasília, no interesse de formular propostas alternativas vai haver, se não me engano, uma reunião na ESAF, a reunião é no Ministério da Fazenda, o assunto está

sendo debatido no âmbito do Ministério da Fazenda, com participação de Estados, Municípios e acredito com outras representações.

Então queria agradecer a oportunidade e dizer que na nossa parte como Secretário de Finanças Municipais estamos empenhados em buscar soluções, mas sempre enfatizando aspecto da importância do equilíbrio entre obrigações e receitas, e sempre com a preocupação da autonomia. Não é razoável que os Municípios percam aqui uma das coisas que lhes é mais cara, que é a questão da autonomia. Das suas fontes de receita que asseguram autonomia.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Senador.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Queria apenas fazer uma solicitação sem qualquer compromisso aos três Secretários aqui. Se era possível fazer uma avaliação, qual seria a arrecadação dos Municípios se nós pegássemos toda a arrecadação do SUPER SIMPLES para os Municípios em relação ao imposto de serviços arrecadado em cada um deles. Sem qualquer compromisso, só para... Pode não chegar a nada. Só para ter uma idéia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita complementar que haverá uma pergunta sobre esse tema. Acho que foi o Secretário José Afonso que mencionou que poderia haver uma diminuição de receita. Mas como é o objetivo da lei do SUPER SIMPLES também se expandir à atividade econômica em decorrência até da diminuição para cada empresa e simplificação da forma de arrecadação, que poderá ter um efeito de um lado de diminuição de arrecadação, mas de aumento da atividade econômica que eventualmente compense o primeiro efeito de diminuição. Se, porventura, estão considerando isso.

SR. JOSÉ AFONSO BICALHO BELTRÃO: A maior preocupação nossa é isso. É que, primeiro, com o SUPER SIMPLES o Município perderam a capacidade de arrecadar e a gente fica com medo de não ter muita fiscalização e você ter uma redução da própria base.

SR. LUIZ WELLISCH: Um dos temores nessa questão do SUPER SIMPLES é que esses impostos que hoje são administrados pelos Municípios e vigiados mais de perto pelo interesse que tem na sua arrecadação, é que acabe igual um ITR. Como está distante da União, se é relevante--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. LUIZ WELLISCH: Sim, o que disse o Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Arrecadação e fiscalização, tudo municipal.

SR. LUIZ WELLISCH: Claro.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

O problema das empresas de pequeno porte é problema municipal. Seria um problema municipal.

SR. LUIZ WELLISCH: Eu entendi. Apenas estar mencionando a questão do SUPER SIMPLES que não tem essa lógica. A questão do SUPER SIMPLES é tem uma lógica de aumento da base de arrecadação pela agregação daqueles que estão na informalidade. É um dos pontos que poderia talvez produzir esse efeito de aumento de arrecadação.

Agora, na medida em que isso... No modelo do SUPER SIMPLES ele passa para o âmbito da União e como a União se preocupa muito mais com aqueles impostos e com aquelas contribuições que lhes rendem mais e que são menos complicados de arrecadar, na medida que essas coisas pulverizam, a tendência pode ser exatamente o inverso. De perder o que hoje os Municípios vigiam de perto.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Secretário Felipe.

SR. FELIPE MENDES OLIVEIRA: Apenas para agradecer a oportunidade que V.Exª concedeu de estar neste momento aqui, e dizer que saio reanimado com as esperanças fortalecidas que de se algo melhorar nesse País em relação ao sistema tributário esta repartição de receitas e a esse Pacto Federativo certamente isso acontecerá neste sala sob a presidência de V.Exª no Relatório do Senador Dornelles. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Muito obrigado. Dr. Paulo Roberto.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI: Também usar da palavra para externar os nossos agradecimentos e lembrar alguns assuntos que nós bem rapidamente reputamos importante. O Governo nessa oportunidade mandou separar da DRU e a CPMF para ser votada. Separou da Reforma Tributária. A gente sabe que no fundo, no fundo que a União quer é isso aí. Prorrogar a DRU e a CPMF. Como já foi em 2003. E o restante é para nós ficar discutindo. Talvez não sei quantos anos, ou um mês. Essa é a nossa preocupação. Porque aí vem aquela história. O Manoel Júnior, o Deputado falou que foi feita a Lei 9.694 que assumiu as dívidas que os Estados tinham. Mas antes disso, quando saiu o Plano Real, não há de esquecer que a gestão pública fechava suas contas em função do chamado imposto inflacionário. Se arrecadava, se fechava o final de cada mês e ia se trabalhando aquela linha. Com a estabilidade que foi muito boa, nós estamos defendendo a estabilidade sim, a União se apercebeu já em 2004 ainda na URV, da estabilidade, e criou o Fundo Social de Emergência. Que descontingencia os 20%. E na época se falava muito, nós já andávamos por aqui, de que aqui-

lo seria, para mim a gasolina do automóvel chamado Plano Real. Sem aquilo não teria como a União fazer o fechamento das suas contas. Depois vieram os Estados, vieram os Bancos, vieram outras situações, e os Municípios nunca tiveram esse atendimento. Então o nosso problema é muito mais estrutural, vem lá detrás esse tratamento, não foi federativo.

Então, agora novamente estão prorrogando. E o próprio Fundo de Social de Emergência, passou para FEF E agora para DRU. É como aquela pessoa que fica um pouco desacreditada e vai mudando de nome toda hora aonde anda. O objetivo é o mesmo. Então isso que é importante. São cem bilhões aproximadamente esse ano que estarão ali. Então nós temos que aproveitar talvez a oportunidade, ainda que reste tempo para tentar construir alguma alternativa na Reforma Tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Eu queria agradecer então a todos os Secretários, ao Presidente da Conferência Nacional dos Municípios, ao Secretário José Afonso, Secretário Wellisch, Secretário Felipe pela atenciosa atendimento ao nosso convite e pelo depoimento que seguramente vai ser de muita valia nas nossas discussões e novamente colocando que esse é um processo de discussão em que essa Comissão está aberta aos senhores representantes dos Prefeitos, aos Prefeitos de capitais para colocar seus os problemas que é a razão de ser até da preocupação dessa Comissão.

Está encerrada essa Sessão.

Sessão encerrada às 22h31

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA NONA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e cinco minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA GOMES**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, JOSÉ NERY, FÁTIMA CLEIDE, SERYS SLHESARENKO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MAGNO MALTA, LEOMAR QUINTANILHA, ADELMIR SANTANA, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO**. Deixam de compare-

cer os demais membros da Comissão. Justificam a ausência os Senadores Jayme Campos e Sérgio Guerra. A Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência da Comissão de Assuntos Sociais informa que se reuniu com o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, junto aos outros presidentes das comissões a fim de tratar sobre o horário de funcionamento das comissões. Passa-se à apreciação dos projetos. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2006.** “Altera o art. 28 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para dispor sobre a periodicidade de colheita de amostra, ensaio e análise de alimento e a obrigatoriedade da determinação dos padrões de identidade e qualidade dos alimentos da cesta básica nacional”. **Autora:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relator:** Senador Geraldo Mesquita Júnior. **Parecer:** Favorável ao Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** **Aprovado.** **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2003** “Altera o § 5º do artigo 164 da Consolidação das Leis do Trabalho para determinar a eleição do presidente e do vice-presidente da CIPA pelos seus membros”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator:** Senador Flávio Arns. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** **Aprovado.** **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2006** “Altera a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, para dispor sobre o adiantamento do pagamento do décimo terceiro salário para os trabalhadores”. **Autor:** Senador Antônio Carlos Magalhães. **Relator:** Senador Geraldo Mesquita Júnior. **Parecer:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** **Matéria retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame.** **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2006** “Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para estabelecer o pagamento diretamente ao trabalhador de créditos do FGTS no caso de contas vinculadas inativas. **Autora:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relator:** Senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** Favorável ao Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** **Matéria retirada de pauta, a pedido da autora.** **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2005** “Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relatora:** Senadora Fátima Cleide. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** **Aprovado, com uma emenda.** **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2003** “Acrescenta artigo 22-C à Lei nº

8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a isenção parcial de contribuição previdenciária para as empresas que adotarem turno extra de trabalho e dá outras providências”. **Autor:** Senador Teotônio Vilela. **Relatora:** Senador Marcelo Crivella. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** **Lido o relatório e encerrada a discussão, a votação foi adiada.** **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, DE 2004** “Acrescenta parágrafos ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 que “Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências”. **Autora:** Senadora Roseana Sarney. **Relatora:** Senadora Lúcia Vânia. **Parecer:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** **Matéria retirada de pauta, a pedido da autora.** **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 2003** “Obriga as companhias de transporte aéreo, ferroviário e rodoviário de passageiros a disponibilizar máscaras cirúrgicas descartáveis a seus passageiros”. **Autor:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relator:** Senador Wellington Salgado. **Parecer:** Contrário. **Resultado:** **Matéria retirada de pauta a pedido do relator, para reexame.** **EXTRA-PAUTA ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2006** “Altera o art. 96 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever renúncia à aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social”. **Autor:** Deputado Inaldo Leitão. **Relator:** Senador Cícero Lucena. **Parecer:** Favorável. **Resultado:** **Lido o relatório, foi concedido vista ao Senador Leomar Quintanilha.** **EXTRA-PAUTA ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 11, DE 2007 – CAS** “Requer, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta, no âmbito das Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, para instruir o PLS 284/2006 – “que altera a lei 9.263/96, para tornar obrigatório o ensino de educação sexual, instituir o Dia do Planejamento Familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vigência da sociedade conjugal, para a realização da esterilização”, com a participação dos seguintes convidados: Dr. Drauzio Varella; o Ministro da Educação; o Presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil; o Presidente do Conselho Federal de Medicina; Representante brasileiro do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA); o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). **Autores:** Senador Marcelo Crivella e Senador Cícero Lucena. **Resultado:** **Aprovado.** **EXTRA-PAUTA ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 12, DE 2007 – CAS** “Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para instruir os Senhores Senadores em relação ao

Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2006, de iniciativa do Senador Tião Viana, que “Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a oferta e o ressarcimento de procedimentos terapêuticos e a dispensação de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS)”, com a participação de convidados a serem oportunamente definidos por esta Comissão.”

Autora: Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Aprovado.

EXTRA-PAUTA ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 14, DE 2007 – CAS “Requer a realização de Audiência Pública conjunta entre a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência da Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a tratar das melhorias nas condições de vida, trabalho, salário, segurança e saúde dos Trabalhadores das Indústrias Produtivas de Álcool, enfocando a questão do acidente de trabalho.”

Autor Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado

EXTRA-PAUTA ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 15, DE 2007 – CAS “Requer seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Dr. José Gomes Temporão, para que compareça a reunião conjunta da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde e da Comissão de Assuntos Sociais desta Casa Legislativa, a fim de prestar informações acerca das políticas, programas e projetos a serem implementados na nova gestão do Ministério da Saúde.” **Autor:** Senador Papaléo Paes. **Resultado:** Aprovado. **EXTRA-PAUTA ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 16, DE 2007 – CAS** “Requer que seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de instruir o PLS nº 478 de 2003, que *Altera os artigos 61, 118, 120, 121, 122 e 123 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para fixar novos prazos de duração das medidas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação, estabelecer a oferta obrigatória de atividades pedagógicas, concomitantes à aplicação de qualquer medida, e dá outras providências*, com a presença dos seguintes convidados: Sra. Carmem Silveira de Oliveira, Presidente do Conanda; Sr. Mário Volpi, Consultor do UNICEF no Brasil; Dr. Miguel Granato Velasquez, Promotor de Justiça do Rio Grande do Sul; Dr. Alexandre Mendes Vieira, Promotor de Justiça de Goiás. **Autora:** Senadora Fátima Cleide. **Resultado:** Aprovado. **EXTRA-PAUTA ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 17, DE 2007 – CAS** “Requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, para abordar a regulamentação do exercício profissional da acupuntura e a criação do Conselho Federal de Acupuntura, objetos do PLS 480/2003, em tramitação nesta Comissão. Indico como

convidados para expor um representante do Ministério da Saúde; um representante do Conselho Federal de Medicina e o Dr. Wu Tou Kwang, Presidente da Associação Nacional de Acupuntura e Moxabustão – ANAMO” **Autor:** Senador Flávio Arns **Resultado:** Aprovado. Os itens 08 e 10 ficam adiados. Fizeram uso da Palavra os Senhores (as) Senador (as) Adelmir Santana, Paulo Paim, Wellington Salgado, Geraldo Mesquita Júnior; Cícero Lucena, Leomar Quintanilha, Fátima Cleide e Flávio Arns. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dez horas e quatro minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, Presidente.

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2007, ÀS 12 HORAS E 05 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se acham. Aprovado.

Eu gostaria de lembrar aqui, o Senador Paulo Paim estava presente na última reunião que tivemos com o Presidente Renan Calheiros e todos os Presidentes de Comissões. E todos os Presidentes de Comissões colocaram ali um pouco da nossa preocupação em relação aos horários que as Comissões têm funcionado e ao problema de *quórum* nas Comissões, porque hoje existem 11 Comissões, 81 Senadores e isso tem dificultado a presença de muitos Senadores até como titulares nas Comissões.

Então, ficou determinado que as reuniões elas continuarão a ser, no nosso caso, às quartas-feiras, e as Audiências Públicas deverão ser feitas no mesmo horário de funcionamento das Comissões. O Senador Paulo Paim tem feito, tem utilizado uma estratégia que eu acho que a Comissão de Assuntos Sociais deveria acompanhar, que uma semana ele faz a Sessão deliberativa, para votar os projetos, e na outra semana ele sempre faz revezamento com Audiências Públicas.

Hoje nós temos cinco requerimentos de Audiências Públicas para votar, e, portanto, há um número afora aos que já foram aprovadas. Outra coisa que se colocou é que é muito, às vezes até constrangedor quando você chama uma Audiência Pública com a presença, por exemplo, de um Ministro, de uma autoridade, e às vezes ficam três Senadores, porque está acontecendo ao mesmo tempo outras Audiências Públicas com também pessoas, autoridades em outras Comissões. Então nós vamos ter esse agendamento que será feito pela Presidente das Comissões, e pela Secretária Executiva das Comissões para que não batam os horários, mas o Presidente Renan fez um apelo para que nós possamos realmente fazer essas Audiências Públicas apenas no horário da Comissão.

Eu tenho sentido uma dificuldade de conseguir *quórum* nas nossas audiências até porque nós concorreremos com a Comissão de Constituição e Justiça, que é uma Comissão mais antiga, acaba sendo mais prestigiada... E agora... Exatamente. O Senador Magno me lembra com essa onda de violência, então a Comissão tem tido muitas tarefas a realizar. E isso tem dificultado um pouco o nosso *quórum*.

Então, a gente imaginou até mudar o horário da Comissão. Mas como eu estou vendo que agora com o apelo, os Senadores já estão comparecendo, acho que é melhor a gente testar dessa forma.

Outra informação, a outorga discussão que foi feita, foi em relação às Subcomissões. O número das Subcomissões e aqui nós temos três Subcomissões. A maioria das Comissões tem em torno de duas ou três Subcomissões. Uma das idéias, mas que ainda não está... Não foi distribuído seria que cada Comissão tivesse apenas duas Subcomissões, seria como se... Por exemplo, se tiver em funcionamento três, que uma seja congelada e seis meses depois as Comissões funcionariam em torno de seis meses cada uma para dar oportunidade de que outras Subcomissões também possam funcionar. Isso ainda não está, não ficou, Senador Paulo Paim, não ficou ainda decidido essa parte, mas eu gostaria de passar isso para a Comissão para que a gente possa já começar a refletir sobre a possibilidade de termos só duas Subcomissões no prazo de seis meses. Eu acho muitas vezes que o prazo de seis meses ele ajuda na... Talvez na dinâmica e numa certa agilidade nas Subcomissões. E a outra coisa é que elas ficariam funcionando nos dias de segunda e sexta-feira que é quando nós não temos Sessão Deliberativa.

Então, para facilitar, isso é uma sugestão que foi feita na reunião com os Presidentes de Comissões, mas ainda não está... O Senador Magno Malta quer fazer uma sugestão.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Uma outra sugestão que eu queria fazer, Sr^a. Presidente, e vou fazer ao Presidente da Casa, uma vez que isso foi discutido com os líderes, é que os assuntos são tantos, a necessidade é tanta de discutir com a sociedade essa questão de Audiência Pública. Eu sou suplente dessa Comissão até porque foi uma resolução nova que tirou os membros da Mesa que podiam participar, como estava tudo preenchido acabando sendo suplente de tudo. Ficamos suplentes de tudo. Mas há uma questão a se discutir, por exemplo, que é a questão das casas de recuperação de drogados no Brasil. Que na época do Governo Fernando Henrique Cardoso, o Ministro Serra que hoje é Governador de São Paulo, a ANVISA criou uma Resolução, a Resolução da ANVISA diz que é quem recupera drogado no Brasil é o SUS. E o SUS não consegue cumprir nem o papel dele, vai recuperar drogado como? As questões são totalmente outras.

Quer dizer, e eu milito nisso há 25 anos. Tem pessoas com muito mais tempo do que eu. Pessoas abnegadas no Brasil são mais de três mil casos de recuperação, com índice de recuperação altíssimo, e aí de nós se não tivesse eles na ponta fazendo isso. V.Ex^a sabe o que é que é isso no seu Estado, seu Município, o Senador Paim sabe o que é que é isso, todos nós sabemos, o Flávio, dessas casas de recuperação de gente abnegada que está ali vendendo camiseta, vendendo boné para fazer sopa para tirar gente da rua.

Então, como não se pode mais e a minha proposta era fazer uma Subcomissão aqui para discutir essa questão com as entidades de recuperação de drogados no Brasil, trazê-las para cá para discutir essas questões. Porque a SENAD foi instituída para poder gerir políticas preventivas, mas não ouve essa gente que está na ponta. Para fazer um grande movimento. Eu quero sugerir ao Presidente Renan que nós criemos não Subcomissões, mas Comissões... Dentro da Comissão uma Subcomissão temporária, 90 dias, 60 dias para discutir esse assunto com... Estou citando esses, mas “n” tantos que está na luta de cada Senador e que interessa e não pode mais criar Subcomissão, nós temos 90 dias para discutir, por exemplo, a questão dessas casas de recuperação no Brasil propor mudanças a SENAD, a ANVISA, e sentir a situação e o drama deles no Brasil. Por 90 dias tão-somente uma Comissão temporária.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora, queria só fazer um apelo, diversos Senadores me pediram que vão ter que sair, que a gente entrasse agora já depois da fala brilhante do Senador Magno Malta, já votar os terminativos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): É isso que eu ia colocar,

nos colocarmos logo em votação projetos terminativos cujos os Relatores estão presentes, dando prioridade aos Relatores que estão presentes. Quanto à sugestão do Senador Magno Malta, depois de votação nós podemos conversar. Mas eu sugiro talvez que V.Ex^a possa aqui sugerir um Grupo de Trabalho na Comissão. Ao invés de uma Comissão temporária, mas sim um Grupo de Trabalho, com prazo determinado como foi feito agora na CCJ para discutir o problema da segurança pública. Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É só para pedir que a gente não esqueça de retomar esse tema provocado pelo Senador Magno Malta que acho extremamente relevante, ao final das votações eu faço questão absoluta que voltemos a esse tema.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Geraldo Mesquita.

O Item 03 da pauta é o Projeto de Lei do Senado nº. 152/2006 que altera o art. 28 do Decreto-Lei nº... Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senadora Patrícia, estou informado que há conversas do autor do Projeto, Senador Antonio Carlos Magalhães, Senador Adelmir, no sentido de...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): É o Item três, Senador. O Item 03 da Senadora Serys e V.Ex^a que é o Relator.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): ah, desculpa, desculpa. É verdade. O Paim está ansioso aqui pelo Item 01.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Pode falar, V.Ex^a. tem a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Estávamos já em regime de votação do Item na última reunião. Foi feito o Relatório e é o Item 01. E o Senador Flávio Arns está aqui, ele já leu o Relatório, é só agora o regime de votação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bom, o Senador Adelmir pediu, que ele é autor do voto em separado, a possibilidade de que a gente pudesse passar para a próxima Sessão em função da sua ausência hoje aqui pela convenção que ele está tendo que participar. Eu deixo então a decisão...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia, esse Projeto já foi lido, já foi adiado por inúmeras vezes, o Relator está presente. Eu vou pedir que se bote em votação. O apelo que eu faço é que se bote em votação. O Relator está aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bom, foi um pedido do Senador. Geralmente a gente considera quando é um pedido do Senador. É um voto em separado. Eu acho que... Só tem 10 membros também. Nós não podemos ainda votar. Então cancela os terminativos? Senador Paulo Paim, nós vamos fazer um contato com o Senador Adelmir para ver se ele pode vir aqui à Comissão e eu votaria logo o Item 03 enquanto a Secretaria faz esse contato para atender V.Ex^a, o Relator claro que está aqui, se o Projeto já foi votado... Mas eu não me sinto também muito à vontade de não atender um pedido delicado que um Senador fez por estar fora. Então eu vou tentar conciliar tentando com que o Senador venha até aqui e enquanto isso nós daremos início ao Item 03.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mas nós temos *quórum* já para votar?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Para ler.

Bom, o Projeto de Lei do Senado nº. 152/2006 altera o art. 28 do Decreto-Lei nº 986 de 21 de outubro de 1969 para dispor sobre a periodicidade da colheita de amostra ensaio e análise de alimento e a obrigatoriedade da determinação dos padrões de identidade e qualidade de alimentos na cesta-básica nacional. A autoria da Senadora Serys e o Relator é o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senadora Patrícia, caros colegas, eu vou direto aqui a análise do Projeto que fundamenta a decisão no sentido de dizer que é negavelmente meritório o objetivo da proposição em análise. Consideramos da maior gravidade as notícias acerca da possibilidade de que muitos alimentos habitualmente consumidos por nossa população estejam contaminados por diferentes resíduos ou tenham sido obtidos por meio de uso intensivo de anabolizantes ou agrotóxicos.

Assim sendo, faz-se relevante para a saúde do brasileiro que a análise do padrão de qualidade desses alimentos sejam repetidas a intervalos regularmente definidos e incluam todas as substâncias capazes de causar danos aos indivíduos. Esse é o cerne, é o mérito da preocupação da Senadora Serys. Na análise do texto, não nos afiguram óbice quanto a sua constitucionalidade e juridicidade. Porém, salientamos alguns pontos que a nosso ver necessitam ser aprimorados no que tange ao conteúdo e a técnica Legislativa.

O primeiro ponto reside na nossa percepção de que o § 4º acrescentado ao art. 28 do Decreto-Lei 986 é desnecessário haja vista o caput do artigo, determinar que seja aprovado para cada tipo de espécie e alimen-

to um padrão de identidade e qualidade. Qual incluirá os requisitos de higiene explicitados no inciso II e no § 1º. Assim sendo, entendemos que a expressão “cada tipo” ou “espécie de alimento” já inclui os alimentos que compõem a cesta-básica nacional.

O segundo ponto diz respeito à Ementa do Projeto. Ao nosso ver configura-se enganosa expressão “para dispor sobre a periodicidade de colheita de amostra de ensaio e análise de alimento”. Na verdade, o Projeto introduz a obrigatoriedade do padrão de identidade e qualidade inclui essa periodicidade, mas não dispõe sobre ela. Dessa forma sugerimos alterar a redação da Ementa.

Assim sendo esse parecer é favorável ao projeto e apresenta um substitutivo com os aprimoramentos supra-mencionados. O nosso voto, portanto, Srª. Presidente, é pela aprovação do Projeto na forma do seguinte substitutivo.

A Ementa passaria a ficar: Altera o Decreto-Lei nº 986 de 21 de outubro de 69, para incluir no padrão de identidade e qualidade do alimento a periodicidade de colheita de amostra, ensaio e análise e nos requisitos de higiene que integram esse padrão os limites residuais toleráveis de anabolizantes e outras substâncias consideradas prejudiciais à saúde humana que possam contaminar o alimento ou se originar em qualquer fase de seu processamento.

O art. 1º ficaria da seguinte forma: O art. 28, Decreto-Lei nº. 986 de 21 de outubro de 69, passa a vigorar com a seguinte redação. O inciso VI método e periodicidade de colheita de amostra, ensaio e análise de alimento. O § 1º ficaria com a seguinte redação: Os requisitos de higiene que trata o inciso II abrangem também o padrão microbiológico do alimento e os limites residuais toleráveis de agrotóxicos e afins, de esteróides e outras substâncias naturais e artificiais com a atividade anabolizante de contaminantes e de outras substâncias que a critério do órgão competente sejam consideradas potencialmente prejudiciais à saúde humana, utilizadas ou formadas em qualquer fase de extração, produção, transformação, síntese, purificação, fracionamento, armazenamento, beneficiamento, acondicionamento e preparo final para o consumo. E o art. 4º trata da vigência da lei. Essa lei entra em vigor 180 dias após a data de sua publicação. É o Relatório, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Em discussão a matéria. Senadora Serys deseja...?

Bom, não havendo mais quem queira discutir encerro a discussão. Em votação o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº. 152/2006 com parecer favorável. O Senador Geraldo Mesquita. Senador Flávio Arns. É

votação. Paulo Paim. Marcelo Crivella. Geraldo Mesquita, é o Relator. Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): João Durval, Fátima Cleide. Wellington Salgado. Senador Antônio Carlos Valadares. Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim, com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): 12 votos, sim. Aprovada a matéria. Vai a turno suplementar, art. 282 combinado com o art. 92.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Pela ordem o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não sei se é possível regimentalmente, porém no Item 9 o autor pediu que eu retirasse de pauta o Item 9. Eu sou Relator. Só para poder ir limpando a pauta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Retirado o Item 9. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria que a gente retomasse o Item 1, se possível, para aproveitar o *quórum*. A minha preocupação é que não tenha *quórum*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Senador Cícero Lucena, pela ordem.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu pediria que fosse incluído extrapauta, substituindo o Item 9, o projeto de Lei da Câmara nº. 78, o qual eu sou Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Se o Plenário não se opuser, será incluído na pauta.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Srª. Presidente...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sra. Presidente, eu queria pedir a V.Exª também que pusesse em votação o requerimento para a Audiência Pública conjunta da Comissão de Educação e Assuntos Sociais para tratar de planejamento familiar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, Senador Marcelo Crivella, serão colocados requerimentos em votação após nós votarmos os projetos terminativos. Senadora Fátima Cleide na mesma direção.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): É de igual teor porque eu estou com um compromisso na Presidência do Senado, e eu gostaria que a gente... Se fosse possível inverter a pauta...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): V.Exª. pode fazer o Requerimento para que eu possa colocar em votação.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Já está na Mesa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Então será votado hoje mesmo. Que aí nós não precisamos desse número. Como a chegada do Senador Adelmir que tinha pedido pra gente adiar em função do compromisso, mas ele gentilmente veio comparecer à Comissão sabendo dessa dificuldade, eu colocaria em discussão já o Item 01 da pauta onde o Senador Flávio Arns já leu, já foi lido o Relatório.

Então a palavra agora está com o Senador Adelmir Santana para ler o seu voto em separado. É só para lembrar aqueles que estiverem nos ouvindo que o Projeto de Lei do Senado é o nº. 86/2003 que altera o inciso 5º do art. 164 da Consolidação das Leis do Trabalho para determinar a eleição do Presidente e Vice-Presidente da CIPA pelos seus membros. Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Srª. Presidente, Srs. Senadores, na verdade, o projeto do Senador Paim, bem como Relatório do Senador Arns, nós não somos aqui e queremos postergar a situação. Mas queríamos apresentar esse voto em separado levando em conta divergirmos um pouco desse Relatório. E vamos ler o nosso Relatório.

O Projeto de Lei de nº. 86/2003, de iniciativa do nobre Senador Paulo Paim pretende alterar a CLT para dar novo tratamento à eleição dos membros titulares da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, CIPA. Para determinar que os membros titulares elejam entre eles tanto o Presidente quanto o Vice-Presidente da Comissão. Atualmente a Legislação determina que o empregador designe anualmente o Presidente e que os empregados elejam o Vice-Presidente. A iniciativa foi distribuída para essa Comissão de Assuntos Sociais

em caráter terminativo, havendo recebido parecer do ilustre Senador Flávio Arns concluindo pela aprovação do Projeto.

Análise. Não há impedimentos jurídicos nem regimentais à tramitação da proposição. Vez que observo os limites e diretivas afetos à iniciativa e competência para legislar desta Casa e expressa nos artigos 61 e 48 da Constituição Federal. Ressalvada a inconstitucionalidade material do Parágrafo Único do art. 1º nos termos consignados pelo Relator.

Entretanto, no mérito é preciso avaliar que não obstante os louváveis objetivos que pretende alcançar, a matéria não deve prosperar pelas razões que passamos a expor.

Salientamos que o empregador é o responsável pela segurança do trabalhador, conforme determina o art. 157 da CLT, cabendo a ele cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e de medicina do trabalho.

Em decorrência a Legislação prevê também a obrigatoriedade do empregador instruir seus empregados quanto às precauções a tomar para evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais, bem como adotar medidas que lhes sejam determinadas pelo órgão regional competente.

Dessa forma, revela-se intransferível o papel educativo a ser desempenhado pelo empregador na análise prática da Legislação pertinente à medicina e a segurança do trabalho.

Em razão dessa absoluta identificação do empregador com gerenciamento da saúde e da segurança dos trabalhadores, que não se pode admitir que essas atribuições se transfiram para um empregado eleito nos modelos que pretende do Projeto sobre análise. Ademais, vale lembrar que a CIPA, mais que instância de fiscalização, deve promover a efetiva cooperação entre empregado e empregador. O exercício da Presidência dessas Comissões, por empregado eleito poderia acarretar a quebra da harmonia que deve nortear essa apresentação. Devemos ainda apontar que a recente revisão da norma regulamentadora nº. 05, a NR 05 do Ministério do Trabalho e Emprego, que traça diretrizes para as CIPAs, não registrou qualquer discussão acerca da modificação da regra que cuida da escolha do Presidente e do Vice-Presidente. Caso houvesse necessidade de alteração de tal natureza, a Comissão Tripartite Paritária e Permanente, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, responsável pela regulamentação do Ministério da Área de Segurança e de Medicina do Trabalho, composta por representantes do Governo, dos trabalhadores, e dos empregadores, é que estaria habilitado pela via do consenso entre os atores envolvidos, dispor sobre a matéria.

Por fim, como a representação nas CIPAs é paritária em determinadas situações em que haja uma disputa muito acirrada entre empregadores e empregados pela Presidência, haverá um impasse pois o resultado será sempre um empate. Razão da paridade.

Voto: Diante de todo o exposto, votamos contrariamente ao entendimento do Relator pela rejeição do Projeto nº. 86/2003. É esse o nosso Relatório, Sr^a. Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Em discussão o voto em separado, o Relatório do Senador Adelmir. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr^a. Presidente, eu venho da área sindical. A minha profissão original era supervisor de segurança no trabalho. E com essa preocupação, a minha experiência dentro das fábricas mostra com todo respeito ao nobre Senador que fez o voto em separado que a própria argumentação aqui colocada vem ferir o mínimo que eu entendo de bom senso e matéria de relação empregado e empregador. A relação empregado e empregador acidente na casa do trabalho tem que se dar numa relação de parceria. Como que é que o empregador não será responsável para combater o ato inseguro ou a condição insegura no caso da CIPA se a eleição foi feita pelo voto direto? Democraticamente, para permitir que efetivamente que a Comissão Interna em diálogo que vai ter que manter com aquele que é responsável efetivamente que é o técnico em segurança do trabalho possa interagir. Porque no caso de acidente quem é o maior prejudicado? Em primeiro lugar é o trabalhador, que perde o dedo, que perde o braço, que perde a vida, que perde a saúde. Em segundo lugar o grande prejudicado também é o empregador, porque o acidente vai tirar os profissionais da área de trabalho. Enfim, vai se ocorrer uma série de multas aí. Então essa iniciativa é uma iniciativa eu digo ingênua, sublime, generosa que quer efetivamente que essa Comissão Interna seja um parceiro permanente no combate ao ato e à condição insegura no local de trabalho. Eu não entendo porque da resistência dessa boa vontade de nós termos efetivamente uma Comissão Interna que não seja dividida entre o que representa o empregado e o que representa o empregador. Não existe, não é bom senso.

CIPA é Comissão Interna de Prevenção de Acidente. Não é para discutir ali quem tem razão se é o empregado ou o empregador. Isso é lá no sindicato, nas Comissões Internas, as chamadas Comissões de Fabricas. CIPA só tem um objetivo. E eu presidi do Grupo Tramontina, Forjasul, durante três, quatro anos

como Presidente eleito. Levante os dados vão ver a empresa que teve menos acidente de trabalho no Rio Grande do Sul. Porque houve essa parceria, houve essa cumplicidade. E nós tivemos essa história não, eu estou aqui para defender um interesse do dono da empresa. E o outro dizia o seguinte: Não, eu estou aqui para defender o interesse do sindicato. Nós acabamos com isso. O dia que entendermos que essa luta entre empregado e empregador não leva a nada, esse é o primeiro rompimento. Comissão Interna de prevenção de acidente. Não é do empregado, nem do empregador, é da vida, é dos membros, é do pedaço do corpo que eles perdem.

Então esse é o espírito que eu apresentei esse projeto, sinceramente eu não entendo a resistência por um Projeto bonito esse. Um Projeto de alma, de coração, de mente que só tem um objetivo, evitar o acidente. E eu sempre digo: Quem mais perde é o trabalhador, porque eles perdem a vida. Mas perde também o empregador. Por isso eu faço um apelo para que a gente vote a matéria, foi lida, a matéria naturalmente vai para a Câmara dos Deputados ainda, naturalmente eu irei lá também fazer esse debate com os Deputados se for necessário, e enfim...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para discutir, Senadora. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não. Senador Adelmir pediu para falar. Em seguida eu dou a palavra a V.Ex^a.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Eu queria falar porque ficou a impressão que nós estamos contrário a CIPA. Ele disse muito bem que o primeiro perdedor na visão dele quem mais perde é o trabalhador, em segundo o empregador. Na verdade, o que nós estamos objetivando aqui é haver uma interrelação, essa relação permanente entre trabalhadores e empregadores, e também nenhum empregador deseja ver a sua empresa com acidentados ou tendo as ocorrências de acidentes. O apelo é fortíssimo, como é colocado pelo Senador Paim. Mas Senador Paim, nós também estamos do outro lado, vamos dizer assim. Mas nós não estamos contrários às CIPAs.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Perfeitamente. Mas a forma de composição da CIPA, quem mais tem interesse em que não haja acidentes na empresa é o próprio empresário. Eu não entendo também porque excluir o empresário dessa formação, dessa participação na CIPA. Quer dizer, não há interesse nenhum em ser contrário à CIPA, que é apenas

uma participação dentro desse processo como é hoje. A gente vê que no Ministério do Trabalho, aonde existe... Aonde se discutiu essa matéria através da NR 5, esse assunto não chegou a ser oscultado nem ventilado a alteração. Do mesmo modo, o que nós estamos chamando atenção é que se houver uma disputa dessa natureza, como a representação nas CIPAs ela é paritária, pode...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com todo respeito, na CIPA não há disputa. É uma irracionalidade imaginar que numa Comissão Interna de Prevenção de Acidente vai ter disputa entre empregado e empregador. Não há. Eu já participei de palestras, seminários, nunca ouvi falar que alguém ganhou no voto. Não existe isso. A harmonia é outra. O Projeto é outro. A inovação é outra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Senador Wellington Salgado com a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Presidente Patrícia Saboya Gomes, completo, [risos] eu queria dizer que se tivesse sempre um Presidente como o Senador Paim em qualquer CIPA, eu votaria sempre com o Senador. Que o Senador Paim é um Senador que tem uma experiência, já passou pelo lado de empregar.

Agora, eu queria dizer o seguinte, a empresa hoje, Senador Paim, a empresa moderna, na verdade ele tem um gestor. Não existe mais aquele aspecto de patrão, funcionário. Porque hoje a maior luta é pela sobrevivência da empresa e a sobrevivência dos cargos, da onde você possa sair de casa, trabalhar, receber o seu salário e voltar para casa sem nenhum fato externo que possa acontecer. Acho que esse é o caminho da felicidade. Você não pode sair de casa, tem uma coisa que você não está esperando acontecer e voltar para casa. Pelo menos eu acho que a empresa moderna, hoje, é aquela empresa onde todo mundo, não administração participativa, que acho que é meio anárquica. Sou a favor da administração com uma liderança, tem que ter um líder com leve a empresa a gerar resultados. Um exemplo claro é a PETROBRÁS, um exemplo claro é a VALE, exemplo claro... algumas empresas inclusive privadas que hoje você pega por exemplo ao BRADESCO. O BRADESCO é um Banco que todo onde tem um resultado todo mundo ganha. Os diretores todos têm o resultado que ganha. Então eu não queria entrar no aspecto da discussão.

Agora uma coisa que me chama atenção, como é uma Comissão Paritária, pode haver sempre empate, não é isso? E como fica decidido quando tem empate que a Legislação acaba pregando isso? Aí o empregador que indica o Presidente.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Não, não. A lei não define.

A lei não diz isso.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É o empregador que diz--

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Sim, Presidente, é a discussão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Agora, o que o Senador Paim quer é mudar esse aspecto, não é isso? Que possa ser também o grupo de funcionário de... Escolhidos elegerem Presidente. Tanto da parte do--

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Não, não, não. Os escolhidos são sempre os empregadores que escolhem. É a única participação dos empregadores é a indicação do Presidente. Na verdade, eu acho que isso até facilita porque é um elemento que pode fazer a intermediação entre os componentes da CIPA e o patrão. Objetivando alcançar as reivindicações.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ilustre Relator, quando eu defendo a tese de que eu acredito em liderança, Senador Paim, não mais aquele empresário do gabinete grande, daquela... Que assina o cheque, eu defendo a liderança. Eu acho que toda empresa tem que ter um líder. E se eu defendo a tese de que tem que ter um líder, eu defendo a tese contra V.Ex^a, para minha tristeza, porque V.Ex^a sabe da admiração que eu tenho por sua história, por tudo, eu defendo que o líder tem que indicar também um Presidente para ir. Essa é a minha tese, entendeu Senador Paim?

Agora, V.Ex^a se pudesse ser Presidente de qualquer CIPA que eu tivesse uma empresa, eu votaria diretamente em V.Ex^a. Agora, nesse caso como defende uma liderança, ouviu Senadora Patrícia, Presidente, aí vou ter que votar com o voto separado do ilustre Senador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Eu pediria só ao Senador Flávio Arns que esse Projeto já foi amplamente discutido na última reunião, que como Relator ele pudesse trazer uma palavra e em seguida colocar em votação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só como Relator também, e o Senador Paulo Paim já colocou de uma maneira muito clara e todos os demais, o grande objetivo da CIPA que é a prevenção de acidentes. Isso, de acordo com a Legislação, de acordo com a discussão, de acordo com os entrosamentos, de acordo com os caminhos que possam ser buscados pela CIPA.

Agora, a gente tem que dizer que a CIPA é paritária. Tantos membros do empregador quanto dos

empregados. Número igual. É paritária. O que é que acontece hoje? O Presidente é indicado pelo empregador e o Vice-Presidente é eleito pelos empregados. O que está se propondo é que o Presidente e o vice sejam eleitos pelos membros, pelos componentes da CIPA. Então haverá tanto oportunidade para o empregado e para o empregador. Isso não causa ônus nenhum para o empregador porque já estão lá as pessoas e pode perfeitamente haver, como houve no caso do Senador Paulo Paim quando ele relatou sua presença como Presidente da CIPA, de haver um entendimento dentro da CIPA, dentro de um regimento, dentro de um regulamento que possa dizer: Olha, se o Presidente for do empregador que o vice seja dos empregados. Vice-versa. Ou algum sistema alternativo. Mas, de qualquer forma, o objetivo do Projeto do Senador Paulo Paim é no sentido de realmente dar maior representatividade e legitimidade para os trabalhos sendo feitos. Para que se nós olharmos uma empresa e dissermos: O Presidente e o Vice da CIPA foram eleitos, não indicados, eu acho que isso dá mais força, dá mais transparência, dá mais legitimidade. E o empregado vai ter que dialogar com o patrão. Se for o representante o patrão vai ter que dialogar. Eu até acho que é muito mais fácil o empregado dialogar com o patrão do que o indicado do patrão dialogar com o patrão. Porque o indicado do patrão vai ter menos condições de conversa, se bem que ninguém possa ser dispensado em função da participação na CIPA de acordo com a Legislação. Mas eu acho que haverá uma busca conjunta de soluções para o grande objetivo que é prevenir acidentes de trabalho.

Então, por isso que eu, nesse sentido, com todo respeito também ao Senador Adelmir Santana, que está tendo um destaque bastante grande nos trabalhos aqui no Senado Federal e é bom tê-lo conosco aqui no Senado Federal pelos trabalhos que vem apresentando e pode apresentar, mas respeitando, eu mantenho também o parecer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): O último inscrito, Senador Adelmir, autor do voto em separado para que a gente possa fazer a votação.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Sr^a. Presidente, eu queria me apegar, exatamente nas colocações do ilustre Relator e agradecer as referências que ele faz a mim. Mas ele diz numa passagem importante no seu Relatório, a escolha é sempre de trabalhadores. Quer dizer, haverá sempre como foi colocado a paridade de escolhas por parte do empregador e por parte dos empregados. Nesse País se disputa às vezes até condomínio. A minha preocupação é quando houver uma disputa acirrada pela Presidência de uma CIPA.

Condição de empate. Aí teremos um impasse. Quer dizer, e na verdade como está, Senador Paim, acho que tem funcionado bem. Agora, como a senhora me disse que a minha última--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só uma colocação. O senhor sabia que o Brasil é denunciado na OIT como campeão do mundo em acidente no trabalho?

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Eu estive na última OIT e não assisti essa denúncia, Senador, mas não discordo da sua colocação. E pretendo ir novamente este ano.

Agora, eu queria ponderar com o Senador e vejo até pela composição da Comissão, em caso o voto em separado sofra... Não seja acolhido por esta Comissão, eu proponho, Senador Paim, que a gente acrescentasse uma Emenda no caso da proposição feita. Considerando as convenções coletivas estabelecerem esse processo eleitoral dentro das CIPAs. Quer dizer, eu acrescentaria um § 5º.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu faria um apelo a V.Ex^a. Vamos aprovar o Projeto, V.Ex^a como tem feito inúmeros outros projetos de minha autoria, poderia lembrar um, que regulamenta simplesmente a contribuição dos trabalhadores. Eu legitimamente quero dizer, V.Ex^a recorreu ao Plenário. V.Ex^a. vai recorrer desse Projeto também. Naturalmente V.Ex^a. pode fazer Emenda ao Plenário e, a Emenda vem a Comissão e a gente vota.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Mas o senhor propõe a votação da forma eu tenho certeza que o senhor está seguro da sua aprovação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senadores, em votação portanto o Projeto do... V.Ex^a retira o... V.Ex^a retira o voto em separado?

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Eu voto em separado e propondo a Emenda condicionando as convenções coletivas. Em referência a sua argumentação, Senador Paim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): O Relator Flávio Arns terá a decisão, então. Se o Relator acatar a Emenda...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não entendi bem a colocação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Só um minuto, por favor. O Senador Adelmir ele está propondo retirar o voto em separado e propor uma Emenda ao Relator. Se o Relator decidir acatar a Emenda, nós votaremos assim o Projeto.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): O Senador Wellington quer entender como se dará isso.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Emenda eu entendi e posso ajudar aqui no encaminhamento. O senhor está remetendo para convenção o acordo coletivo.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Isso. A decisão do processo seletivo na...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou explicar qual é a minha preocupação. Infelizmente, mediante a reforma do judiciário, infelizmente, hoje está da seguinte forma: Quando o empregado e o empregador representante dos dois sindicatos não se entenderem no acordo ou na convenção coletiva, acabou. Nem a justiça mais pode decidir. Não existe mais recurso algum. Ou seja, se o empregador disser o seguinte: Eu não aceito a indicação para construir o acordo à convenção coletiva que se inclua esse artigo mediante a Emenda, o senhor está propondo, nós estamos inviabilizando todo o acordo coletivo. Então eu proporia que a gente não fizesse esse movimento para evitar mais um instrumento que vai fazer que as entidades não construam o acordo coletivo. Já que a justiça não pode mais interferir se uma das partes não concordar com aquilo que deveria ser convenção nado. Por isso que eu faço um apelo para V.Exª que a gente vote hoje o Projeto aqui, aprove o Projeto, V.Exª vai com os instrumentos que possui tenho certeza fazer o recurso devido, se entender que deva apresentar Emenda, apresentará a Emenda e a Emenda volta para deliberarmos no segundo momento aqui na Comissão. Esse é o apelo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senador Adelmir, só um segundo Senador Cícero, é saber se o Senador fica convencido... Manutenção da Emenda. Senador Cícero Lucena. Em seguida o Relator.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só um esclarecimento ao autor do Relator, pela Emenda que eu vi do Senador Adelmir, na verdade, Senador Paulo Paim, ele não deixa esse espaço que o senhor corretamente colocou. Porque o que ele está propondo é exatamente que seja mantido o artigo da CLT, ou seja, não vai deixar lacuna. Hoje o artigo da CLT estabelece que a indicação é por parte do empregador, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo. Ou seja, ele está admitindo o acordo. Se não tiver o acordo será mantido o que hoje na CLT. Isto é, não modificaria nada.

Não modificaria nada. Foi feliz [risos]. É uma Emenda brilhante, eu tenho que admitir a sua competência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Ao Senador Flávio Arns que

é o Relator da matéria, se ele tem condições de dar esse parecer a essa Emenda agora.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu entendi bem a argumentação do Senador Adelmir Santana. Assim como a argumentação do Senador Paulo Paim. E continuo mantendo o ponto de vista de que para prevenir deficiências, uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes é paritária da maior representatividade com os membros eleitos, e é um exercício democrático dentro da própria CIPA de se estabelecerem Regimento Interno as normas de funcionamento da CIPA. O grande objetivo é prevenir acidente.

Então, dar transparência, dar representatividade, os empregados todos saberem que foram eleitos, tanto o Presidente como o Vice-Presidente. E sendo paritário, acho que o diálogo, o entendimento, a busca, que o empregador hoje em dia também não vai querer que os acidentes aconteçam. Porque isso só denigre a imagem da empresa e os empregados também não vão querer porque há um risco à integridade da mesma maneira. Então todos vão ter que trabalhar no sentido de se prevenir. Então eu mantenho o texto, conforme Relatório apresentado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Então Senador pelo que eu entendi o Senador Flávio Arns não acata a Emenda de V.Exª, Senador Adelmir. Eu vou colocar então em votação o Projeto com o Relatório do Senador Flávio Arns. Senador Flávio Arns, é o Relator.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Srª. Presidente, não poderia...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Infelizmente nós estamos em processo de votação, Senador Adelmir, eu estou sendo orientada pela Secretaria que na hora do processo de votação e não posso conceder a palavra. Mas em seguida o senhor será o primeiro a...

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Vou colocar uma questão de ordem. Não poderia ter o voto em separado da Emenda?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Voto? É porque V.Exª já retirou o voto em separado e agora colocou a critério do Senador Flávio Arns para acatar ou não. O Senador Flávio Arns não acata. Portanto, o processo de votação.

Senador Marcelo Crivella. Apenas o voto. Eu pediria aos Srs. Senadores apenas o voto porque nós temos aqui muitos itens a serem votados. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu voto com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Com o Relator. Wellington Salgado. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): ... Como vai ser a tramitação, eu vou votar com o Senador Paim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Com o Relator. Senador João Durval. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o Relator Flávio Arns.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Com o Relator que não acatou sem desacatar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Adelmir Santana. Não. Eu tenho que perguntar de qualquer forma, Senador. [risos] Senador Papaléo. Com o Relator. Senador Cícero Lucena. Com o Relator.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Isso. Abstenção. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu voto não e peço destaque à Emenda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Mas a Emenda já não pode ser votada agora.

Senador José Nery. Sim, com o Relator. Oito sim, dois não e uma abstenção. Senador Geraldo Mesquita, perdão. Com o Relator. Nove, sim...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Srª. Presidente, pela primeira vez eu hesito em votar. Entendeu?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela primeira vez eu estou votando equivocadamente. Eu queria votar, não. Eu quero votar não. Se for possível corrigir... Eu peço que faça a correção. Que eu estava confuso com a votação. Senador Magno Malta conseguiu desviar a minha atenção.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): São nove sim, três não e aprovado o Projeto. Agora o destaque--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, só uma pergunta que eu faço. Pode abrir um precedente a outros momentos. O Senador Flávio Arns

rejeitou a Emenda. Eu me preocupo com o futuro. Não é só agora porque eu acho que todos vão manter o seu voto aqui. Eu me preocupo nós abrimos precedentes aqui nesse momento. O Senador Flávio Arns rejeitou a Emenda, não houve destaque, conseqüentemente ficou só o Projeto. Iniciou o processo de votação. No meio do processo de votação como é que eu vou pedir destaque de uma Emenda que já foi rejeitada? Não pode mais. É antes do processo de votação. Eu estou preocupado com o futuro--

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): A Emenda foi rejeitada. Não existe isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Dá licença. Por favor. Eu compreendo. A minha compreensão não no regimento ainda é como a do Senador Paulo Paim. Que, não tendo sido acatada a Emenda, o Senador Adelmir teve duas oportunidades. Uma de colocar o voto em separado e não colocou. Retirou o seu voto em separado. Depois, o segundo momento pediu para que o Senador Flávio Arns pudesse acatar ou não a sua Emenda. O Senador Flávio Arns não acatou a Emenda. Fizemos um processo de votação. Há uma discussão aqui na secretaria, eu peço um pouco de paciência aos senhores e senhoras Senadores, porque nós estamos aqui discutindo o regimento, há discordância também aqui na secretaria. Eu estou falando a minha impressão como Presidente da Comissão, é que V.Exª, Senador Adelmir, por mais respeito e consideração que tenho a V.Exª, teve duas oportunidades e nas duas o Projeto foi praticamente rejeitado. Um V.Exª retirou e no outro ela, a Emenda de V.Exª. não foi acatada.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Na verdade, na forma que estamos aqui composto qualquer que seja a proposição serei derrotado sempre. Entretanto eu posso seguir até a orientação do Senador Paim e vou fazer em Plenário. Porque acho que a Emenda visava naturalmente contemporizar a situação e harmonizar as relações entre patrões e empregados.

Agora, qualquer que seja a nossa proposição aqui eu vejo que será sempre no máximo nove a três, nove a quatro.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Ela só cabe agora no Plenário mesmo. Se tiver as assinaturas só cabe no Plenário. Mas aqui ela está morta.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só queria...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Qualquer uma com a composição.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): A colocação do Senador Paim eu disse antes do pro-

cesso, uma questão de ordem, eu propunha o voto em separado... O voto em destaque da Emenda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senador Adelmir, V.Exª concorda então em recorrer ao Plenário? Ou V.Exª ainda insiste...

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Na verdade, qualquer que seja a minha insistência pelo corpo eleitoral da nossa Comissão hoje, a votação seria sempre idêntica.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Srª. Presidente. Pela ordem Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): V.Exª concorda em levar a decisão ao Plenário, então está decidido que V.Exª que é autor do voto em separado. Então eu considero o Projeto aprovado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, mas eu gostaria de que a Assessoria, a situação criada pelo Senador Lucena, eu queria uma solução da Assessoria. Não agora que V.Exª está conduzindo a Comissão. Mas é muito interessante essa posição e podemos levar para outras Comissões. Eu gostaria que desse um parecerzinho. Tá bom?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia, a colocação do Senador Salgado pra mim é muito importante e eu vou me comprometer também de fazer uma consulta ao departamento da Casa para que outra vez não ficamos nesse impasse. Eu me comprometo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): A maneira como o Senador Cícero Lucena colocou cabe antes do processo de votação. Dentro do processo de votação, não cabe nem palavra mais. Quando se entra em votação. Acabou tudo dentro do processo de votação. Agora, tem sentido antes do processo de votação. Se ele faz esse pedido antes que a Presidente diga: Estamos em processo de votação e começa a votação, teria tido. Dentro do processo de votação, não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Mas está decidido. Nós iremos pedir informações então a consultoria para que outra ocasião a gente tenha isso por escrito, formalmente. Mas já que o Senador Adelmir remete essa decisão ao próprio Plenário, então está decidida a matéria em função também, mesmo havendo essa discordância, pode o Senador Adelmir ter razão ou pode o Senador Paim ter razão, como as como ele próprio como autor do voto em separado concorda em remeter ao Plenário,

eu me comprometo como Presidente dessa Comissão pedir formalmente por escrito de que forma nós devemos nos comportar em outras matérias e comunicar a todos os senhores e senhoras dessa Comissão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Questão de ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Acho muito importante porque na verdade nós tivemos um processo onde foi apresentado uma Emenda circunstancial e o Relator rejeitou a Emenda. Quer dizer, não acatou a Emenda. E a votação do não acatamento não existiu. Por isso que foi pedido a questão de ordem. Então é importante esse esclarecimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Não, foi o Relator é quem decidiu se acata ou não. Não é foi o Plenário. Ao não ser que tivesse esse destaque. É, o Relator decidiu...

Bom, o proximo Projeto, o Item 02 na pauta. Projeto de Lei nº. 246/2006, altera a Lei 4.090 de 13 de julho de 1962 para dispor sobre o adiantamento do pagamento do 13º salário para os trabalhadores. Autor, Senador Antonio Carlos Magalhães, Senador Geraldo Mesquita como Relator.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senadora Patrícia, caros colegas, o Senador Adelmir disse algo há poucos instantes aqui que com todo respeito eu não concordo e...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está ligado?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Está acesso aqui. Qualquer que seja a proposição que ele faça aqui, será sempre rejeitada. Senador...

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Eu estou dizendo hoje.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Ah, bom. Naquela matéria. Eu estava aqui preocupado porque...

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Na matéria que nós estávamos discutindo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Está certo. Eu queria dizer inclusive que até porque, recebendo informe, notícia que V.Exª em tratativas com o Senador Antônio Carlos recomendava como próprio autor do Projeto também a retirada do Projeto para um melhor exame, eu estou aqui tranqüilamente como Relator me somando a V.Exª, ao Senador Antônio Carlos, nesse propósito também retirando o Projeto para que possamos sentar e sobre ele discutir e analisar mais profundamente a questão.

Portanto, Senador, o Projeto está de parte do Relator, retirado de pauta para que possa ser objeto de maior análise.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Geraldo Mesquita. Retira, portanto, o Projeto de pauta para que ele possa ser reexaminado.

Próximo Item... Item 04? Senador Eduardo Azeredo, está pronto o Relatório? A Senadora Serys, que é autora do Projeto, tinha pedido para... Como V.Exª ainda não estava presente, para que pudesse ser retirado de pauta. Eu não anunciei a retirada de pauta ainda aguardando que V.Exª pudesse estar presente. Agora a Senadora Serys não está presente. V.Exª tem condições de ler o Relatório?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Teria, mas se a autora pede retirada eu prefiro conversar com ela...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Mas era só em função da ausência de V.Exª.

A informação que me é dada pela assessoria é que não, que ela tem alguma coisa do mérito que ela gostaria de conversar.

Item 05. Senadora Serys pediu para tirar de pauta.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Item 05 é de nossa autoria, e o... Não. Fátima Cleide está aqui para relatar. É mesmo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Projeto de Lei do Senado nº. 127/2005, altera a Lei nº. 8.212 de 24 de julho de 1991 que dispõe sobre a organização da seguridade social e institui o plano de custeio e dá outras providências. Autor Senador Paulo Paim, Relatora Senadora Fátima Cleide. Com a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Srª. Presidente, Srs. Senadores, está sob análise nessa Comissão o Projeto de Lei do Senado nº. 125/2005, que altera a Lei 8.212 de 24 de julho de 1991 que seguridade social institui plano de custeio e dá outras providências. A referida proposição altera o art. 47 da Lei 8.212 de 91 acrescentando duas novas alíneas ao inciso I. O artigo citado foi--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Eu peço um pouco de silêncio para que a Senadora Fátima Cleide possa proceder a leitura do seu Relatório.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): O artigo citado dispõe sobre os casos que se exige a apresentação da Certidão Negativa de Débito, a CND documento referente à situação do contribuinte para com a Previdência Social expedido por órgão competente.

Já no citado inciso I do art. 47 está se tratando especificamente do caso das empresas em sua redação vigente o dispositivo prevê a exigência da CND nos seguintes casos.

Letra A: Na contratação com o Poder Público e no recebimento de benefícios ou incentivo fiscal ou creditício concedido por ele. [soa a campainha];

Letra B: Na alienação ou oneração a qualquer título de bem móvel ou direito a ele relativo;

Letra C: Na orientação ou oneração a qualquer título de bem móvel de valor superior a dois milhões e quinhentos mil cruzeiros à época, incorporado ao ativo permanente da empresa;

Letra D: No registro ou arquivamento no próprio órgão de ato relativo a baixa ou redução de capital de firma individual, redução de capital social, cisão total ou parcial, transformação ou extinção de entidade ou sociedade comercial e civil e transferência de controle de cotas de sociedade responsabilidade limitada. Aos casos supracitados, o PLS de 127 propõe acréscimo de outros dois a saber;

Letra E: Na solicitação de autorização para emissão de talonário de notas fiscais junto aos órgãos competentes e é finir requisição de Alvará de localização ou de sua renovação junto às Prefeituras. Não foram apresentadas Emendas.

Da análise, Srª. Presidente. Compete a esta Comissão manifestar-se sobre constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica Legislativa e mérito do Projeto.

O nosso voto. Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 127/2005.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senadora Fátima Cleide. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só um esclarecimento do Senador Paim e da Senadora Fátima Cleide. No caso de nota fiscal também não seria exigido essa CND, não vai ficar um processo extremamente burocratizado não e atrapalhando o funcionamento das empresas?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós fizemos a consulta devida a todos os órgãos do Governo competente a essa área. Eles entendem que isso apenas vai ajudar a fiscalização para evitar fraude e a sonegação. Então nós apresentamos um Projeto com muita transparência nesse sentido, eu acho que quanto mais nós evitarmos a fraude e a sonegação quem ganha com isso é o Estado. E pelo menos por parte da Receita dos órgãos competentes é que não haveria problema

nenhum para eles, é bem pelo contrário, vai facilitar o encaminhamento. Foi o que me responderam.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Esclarecido, Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Para Receita, é claro que a Receita sempre vai querer... O meu receio é que aí tem uma empresa que está com alguma dívida e não pode vender mais porque acabou o talonário. Ela tem que parar de vender.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não. Se não tiver totalmente inadimplente, se não tiver condições mais de atuar, ela vai ter que responder, ela vai ter que procurar e fazer um ajuste nas suas contas... O que vai ser liberado ou não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu somo à preocupação do Senador Eduardo Azeredo, Presidente, pela questão do seguinte. Nós sabemos que isso cria, por mais bem intencionado que esteja esse Projeto de cobrar cada vez mais, de fiscalizar, de ajudar a receita, ajudar o INSS a vencer o seu déficit, com o qual concordamos plenamente. Mas ao exigir para a emissão de talão de nota fiscal a CND, quem me garante que não haja em determinado instante, Senador Paulo Paim, algum problema que, por exemplo, o INSS multe uma empresa, e o empresário, o gerador de emprego, os trabalhadores que estão com ele não concordem com essa atuação e o direito de questionar que não terá então a CND para emitir um talão de nota fiscal. E mais ainda, nós estamos num processo de modernização onde algumas empresas já adotam o sistema de nota fiscal eletrônica. Como é que vai ser essa liberação da nota fiscal eletrônica? Então eu pediria ao Presidente, ao Senador Paulo Paim que tem tanta responsabilidade, tanto compromisso, a preocupação de uma empresa que precisa, por exemplo, pagar os seus servidores, os seus trabalhadores e de repente não tem o talão de nota fiscal por algo que nem foi condenado ainda. O débito não seja verdadeiro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Lucena, V.Ex^a. permite um aparte?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Esse caso é muito simples. Surgindo a questão que V.Ex^a aventa, e havendo a discussão em torno do assunto, a empresa instâncias próprias apresentando a sua defesa, a certidão será emitida positiva com efeito de negativa. Então não há problema.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador, eu concordo com o senhor. Só que a burocracia,

se você tem uma greve de INSS, que normalmente nós temos conhecimento disso, então acho que é algo que merecia um pouco mais de aprofundamento da gente ouvir por exemplo os representantes da pequena empresa, da média empresa, da grande empresa, e obviamente que o objetivo proposto pelo Senador Paulo Paim é muito importante que é apertar o cerco ao sonegador. Mas a minha preocupação é a empresa que é correta e de repente está sendo autuada. Ela vai precisar entrar com ação, ela vai precisar provar. E os trâmites, eu acho que todos aqui são conscientes que isso normalmente não é uma coisa rápida, nesse nosso querido Brasil.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Da minha parte eu quero também fazer o apelo junto com os Senadores, tanto a Relatora, Fátima Cleide, quanto o autor Paulo Paim, entendendo o mérito do Projeto. Mas para podermos discutir um pouco mais esse assunto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr^a. Presidente, eu faço...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu falo só em relação por exemplo, às entidades do terceiro setor. A gente vê assim, eu até diria uma perseguição sistemática de muitos fiscais do INSS em relação a assuntos que eu diria que é um abuso de autoridade, inclusive. E essas pessoas, na verdade, essas entidades têm que entrar na justiça, ganhar a certidão... Tem que gastar com Advogado. Eu acho que a gente tinha, que claro, por um lado não ter a sonegação, e por outro não incapacitar, não dificultar a vida. Acho que poderíamos discutir um pouco mais.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria fazer uma proposta para ver se a gente caminha numa linha de entendimento. Eu acho que todos nós queremos aqui combater aquele que sonega, que desvia em prejuízo daqueles que pagam corretamente. E não queremos efetivamente que haja nenhuma forma que crie mais burocracia. Primeiro eu acho que não figurarão nunca como inadimplente que não for um erro da forma de extrair o talonário. Quem tiver efetivamente devendo e tiver sonegando é que pode constar como inadimplente. Mas, assim mesmo eu proponho o seguinte encaminhamento, se a Relatora concordar com a consideração que tiveram os três Senadores. Nós retiráramos o Item E. Retiramos a letra E só fica a letra F. Se a Relatora concordar com minha Emenda supressiva nós botaríamos em votação. E se os senhores concordarem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Passar a palavra à Senadora Fátima Cleide como Relatora para acatar ou não a proposta e em seguida... Senador Marcelo Crivella, eu passo a palavra a V.Exª e depois então a Senadora Fátima Cleide.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu acho que o encaminhamento do Senador Paim resolve o problema. Traz o equilíbrio à lei aquele que vai fazer um novo Alvará de localização, etc e tal, tem mais tempo, é uma ampliação, mas não evita do sujeito continuar vendendo com nota fiscal dele. Acho que aí nós podemos alcançar um acordo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só para dizer que concordo com a proposta do Senador Paulo Paim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não. Senadora Fátima Cleide como Relatora.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): De acordo com a proposta de Emenda supressiva apresentada pelo autor da proposta, Senador Paulo Paim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): De acordo então com a Emenda supressiva, tirando o Item E do Projeto, nós então colocaremos agora em votação. Em votação o Projeto... Flávio Arns, Senador Flávio Arns. Paulo Paim, autor. Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a Relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): José Nery, Geraldo Mesquita. Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com a Relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a Relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): João Durval. Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o autor e com a Relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senadora Fátima Cleide é Relatora. Senador Geraldo Mesquita. Já falou. Senador Leomar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim, com a Relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Falta alguém votar? Senador Valadares saiu, mas deixou o voto consignado com a Relatora. Quanto deu aí? 11 sim. Para a Emenda supressiva. De novo, vou fazer pela ordem. Repetimos então o mesmo *quórum*. Todos de acordo. Está aprovado o PLS 127 de 2005, com a Emenda supressiva. Item 06 da pauta.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Esse Projeto é do nosso Senador Teotonio Vilela, atual Governador das Alagoas, que preocupado com o desemprego no nosso País, que nas capitais do nordeste chega a bater 20% da população economicamente ativa, lançou aqui uma proposição que tem duração de três anos, Presidente. Apenas três anos. Ele propõe que no caso de acréscimo de 60% no número de empregados contratados em um terceiro turno, haja ali um benefício do Instituto Nacional de Seguro Social. Isso não traz prejuízo. Quer dizer, as pessoas deixariam de se arrecadar parte do empregador no INSS. Não traz prejuízo à arrecadação atual porque seria apenas de novos contratados, e não dos anteriores. De tal maneira que no mérito a iniciativa é bem-vinda porquanto fomentará a criação de novos postos de trabalho na medida que contribuirá para a redução da informalidade. Eu disse aqui, Srª. Presidente, Srs. Senadores, que o desemprego aberto chega a 20% das capitais do nordeste, mas o subemprego passa disso. É essa turma que a gente vê pelas ruas, aos berros tentando vender alguma coisa para sobreviver. Nos faróis, nas calçadas. De tal maneira que no terceiro turno das fábricas, com o apoio do Governo, na parte da contribuição do INSS, poderia ser uma medida que no período de três anos ajudasse o Brasil a vencer esse flagelo social. De tal maneira que o nosso voto em razão do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 334 de 2003 e autoria do nobre Senador Teotonio Vilela Filho, hoje Governador das Alagoas. É esse o Relatório, Srª. Presidente. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Eu queria... Senadora Fátima Cleide. Ainda temos *quórum* para Projeto terminativo? Infelizmente, Senador Marcelo Crivella, acabou de cair o nosso *quórum* para votar os projetos terminativos, apesar dos apelos... [risos]

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É uma pena, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Podemos colocar em discus-

são e esperando... Em discussão o Senador Eduardo Azeredo para discutir a matéria.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Apenas para dizer que é criativo o Projeto, porquanto ele não significa uma renúncia de receita porque se aplica apenas aos novos empregados que forem contratados nesse turno extra. E por outro lado, é num prazo de três anos. Então na verdade é um incentivo inicial, é uma bandeirada que poderia se dizer. Acho interessante esse Projeto, mas vamos aguardar então aí já que não há *quórum* para a votação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Não há *quórum* para a votação. Eu vou passar então aos... Apenas encerro a discussão, adiando então a votação para a próxima Sessão. O Senador Cícero Lucena pediu para colocar Extrapauta um Projeto que não é então, portanto, terminativo... Projeto de Lei da Câmara nº. 78/2006 que altera o art. 96 da Lei 8.213 de 24 de julho de 91, para prever renúncia a aposentadoria concedida em regime geral de Previdência Social. Para relatar o Projeto Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr^a. Presidente, no nosso Relatório tem como base uma análise nessa Comissão de Assuntos Sociais do Projeto de Lei da Câmara nº. 78/2006, o PL 07 154/2002 na origem e de autoria do Deputado Inaldo Leitão acima ementado. O Projeto disciplina a renúncia a aposentaria concedida pelo regime geral da Previdência Social para possibilitar obtenção pelo segurado de outro benefício do mesmo regime ou de benefício de regimes diversos.

O nobre autor da iniciativa assinalou a necessidade do reconhecimento legal expresso dessa faculdade. Vez que o Instituto Nacional de Seguridade Social vem negando aos seus segurados o exercício de tal direito, os quais se vêem obrigados a recorrer ao Poder Judiciário para que se declare a legalidade da sua pretensão.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto recebeu parecer favorável com a apresentação de um substitutivo tanto na Comissão de Trabalho, de administração e serviço público, tendo como Relator o Deputado Carlos Mota. Quanto na Comissão de Constituição e Justiça e de redação na qual foi o Relator o Deputado Maurício Rands.

Em 20 de junho do ano passado, o Projeto foi aprovado na Câmara e remetido nessa Casa para apreciação. Até o momento não foram apresentados Emendas ao Projeto.

Quanto à análise. Compete à Comissão de Assuntos Sociais nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar sobre a consti-

tucionalidade, juridicidade, regimentalidade e também sobre o mérito do presente Projeto de Lei. Compete à União nos termos do dispositivo do art. 22, inciso I da Constituição Federal, legislar privativamente sobre o direito do trabalho e ao Congresso Nacional conforme o art. 48 da Carta Magna, deliberar sobre a matéria. O Projeto ora analisado não apresenta vícios de constitucionalidade, nem de juridicidade, e tampouco merece reparo no que concerne à técnica Legislativa.

No mérito, a questão acerca da renúncia a aposentaria para fins de obtenção de outros benefícios, realmente vem necessitando de regulação a divergência de interpretações adotadas por um lado pelo INSS e por outro pelo Tribunal de Contas da União e pelo Poder Judiciário, tem gerado um ambiente de incerteza jurídica com efeitos deletérios para toda a sociedade. A controvérsia gira em torno do posicionamento da administração pública de que a aposentaria é um ato jurídico perfeito, que em vez concretizado, não põe ter seus efeitos dissolvidos.

Assim sendo, o INSS tem reiteradamente negado o reconhecimento à renúncia firmando o entendimento de que o tempo de serviço utilizado para fins de aposentaria não pode ser em nenhuma hipótese computado para a obtenção de novo benefício.

Já o Tribunal de Contas da União e o Poder Judiciário adotam tese diametralmente oposta afirmando que a renúncia é um ato unilateral, e que tanto o ato jurídico perfeito quanto o direito adquirido são garantias do titular do direito, e não prerrogativas do Poder Público.

Lançada essa premissa, a renúncia à aposentaria e a conseqüente contagem do respectivo tempo para fins de concessão de outro benefício do mesmo regime ou de benefícios concedidos por outros regimes previdenciário é direito que não pode ser negado pela administração pública.

De fato, não é aceitável que se pretende impedir ao segurado de renunciar a um benefício para que possa obter outro que seja mais vantajoso, desde que se garanta que haja o devido recolhimento das contribuições relativas ao período que deseja averbar.

O Projeto no termo do substitutivo que foi aprovado na Câmara dos Deputados garante o equilíbrio entre o gozo do direito de renúncia para obtenção de outro benefício e o devido recolhimento aos cofres públicos dos valores referentes às contribuições do período. Tendo em vista essa análise, Sr^a. Presidente, o voto como Relator em face do exposto, nós votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 78/2006.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Para discutir, Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Para discutir, o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Eu quero parabenizar o Inaldo e também o nosso Relator, porque as pessoas hoje no Brasil, sobretudo os aposentados, têm tanta dificuldade de sobreviver. E quando eles conseguem depois um outro emprego público uma aposentaria menor, acabam tendo seu direito lesado por quem se acha no direito de tirar dele anos e anos de sacrifício e de esforço numa renúncia para ser consignado numa aposentadoria melhor. Eu acho que nós temos que interpretar a lei em benefício do segurado, em benefício do trabalhador que já ganha tão pouco. Portanto, eu sei que nós não vamos votar agora porque não é um Projeto terminativo aqui, mas quero consignar publicamente que apoio o Relator e vou votar favoravelmente a esse Projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para ter um conhecimento mais aprofundado e permitir uma discussão mais ampla da matéria eu pediria vista.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não. Concedida a vista ao Senador Leomar Quintanilha. Nós entraremos em votação nos requerimentos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Podemos votar o Requerimento do Planejamento Familiar?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Nós votaremos todos os Requerimento, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Requerimento... Está em ordem. Requerimento nº. 11. Requeiro nos termos do art. 92, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal realização de Audiência Pública conjunta no âmbito das Comissões de Educação e Assuntos Sociais para instruir o PLS 284/2006 que altera a Lei 9.263/96 para tornar obrigatório o ensino de educação sexual, instituir o dia do planejamento familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges na vigência da sociedade conjugal para a realização da esterilização. Com a participação dos convidados Dr. Drauzio Varella, Dr. Ministro da

Educação, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Presidente do Conselho Federal de Medicina, representante brasileiro do Fundo das Nações Unidas para a população e Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Sala das Sessões, Senador Marcelo Crivella e Cícero Lucena. Em discussão. Em votação. Todos que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Requerimento nº. 12... Requeiro nos termos regimentais a realização de Audiência Pública para instruir os Senadores em relação ao Projeto de Lei do Senado 319/2006 de iniciativa do Senador Tião Viana que altera a Lei 8.080 de 19 de setembro de 90, para dispor sobre a oferta e o ressarcimento de procedimentos terapêuticos e a dispensação de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde com a participação de convidados a serem oportunamente definidos por essa Comissão. Senadora Lúcia Vânia, autora do Requerimento.

Em discussão. Em votação. Todos aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Esse é apenas para referendar. Já foi votado na Audiência Pública passada, na Comissão de Direitos Humanos com o fundamento no disposto 58, inciso II da Constituição Federal combinado com o art. 90 inciso II, do Regimento Interno dessa Casa requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão conjunta entre as Comissões de Direitos Humanos, Legislação participativa, assuntos econômicos, infra-estrutura, com vistas a tratar da compra do grupo Ipiranga pela PETROBRÁS, Grupo ULTRA e BRASKEM para realização da Audiência Pública requerida deverão ser convidados o Presidente do SINDIPETRO, Sr. José Marcos Olioni, Presidente do SINDIPOLO, Sr. Carlos Heitor Rodrigues, representante da PETROBRÁS, representante da BRASKEM, representante do Grupo Ipiranga, representante do Grupo ULTRA e demais convidados a serem definidos pela própria Comissão. Em discussão. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento nº. 14. Com o fundamento no disposto 58 inciso II da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso II do Regimento Interno da Casa requeiro a realização de Audiência Pública conjunta entre a Subcomissão Permanente do trabalho e Previdência da Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa com vistas a tratar das melhorias das condições de vida, trabalho salário e segurança e saúde dos trabalhadores das indústrias produtivas de álcool, enfocando a questão do acidente de trabalho. Para tanto gostaríamos que fossem convidadas as pessoas constantes da relação em anexo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr^a. Presidente, esse Requerimento tem uma coerência com o debate hoje da CIPA. Como eu tenho notado que o número de acidentes no trabalho é muito grande em todo o País. É uma Audiência Pública para discutir isso. Não só na questão da cana, não. É para discutir a questão do acidente de trabalho no Brasil no enfoque que a gente possa apontar que o investimento ora incitado na produção de cana e conseqüentemente do álcool, não permita o número de lesões que os trabalhadores estão tendo no momento. Esse é o eixo do debate primeiro que a gente fez do Item nº. 01.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não. Em votação. Todos aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento nº. 15 de autoria do Senador Papaléo. Nos termos do art. 50, caput da Constituição Federal combinado com o inciso III do art. 90, § 1º do art. 397 do regimento interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Saúde, José Gomes Temporão, para que compareça a reunião Conjunta da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais dessa Casa Legislativa, a fim de prestar informações acerca das políticas programas e projetos a serem implementados na nova gestão do Ministério da Saúde.

Antes de colocar em votação eu quero comunicar que ontem eu estive em audiência com o Ministro da Saúde para tratar a convite dele do nosso Projeto, Senador Paulo Paim, de licença maternidade, que prorroga a licença maternidade por mais dois meses, ou seja, seis meses. O Ministro colocou inteiramente à disposição de discutir onde for necessário o Projeto. Ele como Ministro da Saúde acha que é uma situação de saúde pública, e onde nós iremos ajudar a garantir ainda mais os direitos das crianças e da infância no nosso País e aproveitei, como já tinha conhecimento do requerimento do Senador Papaléo, para lhe fazer esse convite. Então eu apenas sugiro que nós troquemos o nome convocado para convidado ao Ministro porque ele com todo o carinho, imediatamente se colocou inteiramente à disposição para vir à Comissão prestar os esclarecimentos sobre a situação da saúde no nosso País.

Em discussão. Todos aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento.

Requerimento nº. 16, requeiro nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal que seja realizada Audiência Pública no âmbito dessa Comissão de Assuntos Sociais com finalidade de instruir o PLS 478/2003, arts. 61, 118, 120, 121, 122, 123 da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente para fixar novos prazos de duração das medidas de liberdade assistida de semi liberdade e de internação e estabelecer a oferta obrigatória de atividades pedagógicas concomitantes a aplicação de qualquer medida e dá outras Providência com a presença dos seguintes convidados: Sr^a. Carmen Silveira de Oliveira, Presidente do CONANDA, Sr. Mário Volpi, consultor da UNICEF no Brasil, Dr. Miguel Granato Velasquez, Promotor de Justiça do Rio Grande do Sul, Dr. Alexandre Mendes Vieira Promotor de Justiça de Goiás. Sala das Comissões, Senadora Fátima Cleide.

Em discussão. Todos aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento.

Requerimento nº. 17 de autoria do Senador Flávio Arns. Requeiro nos termos regimentais a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado para abordar a regulamentação do exercício profissional da acupuntura e a criação do Conselho Federal da Acupuntura, objeto do PLS 480/2003, em tramitação nesta Casa para expor nessa Comissão e cuja Relatoria me foi confiada. Indico como convidados o representante do Ministério da Saúde e o representante do Conselho Federal de Medicina e o Dr... Vou tentar. Doutor... [risos] Dr. Wu Tou Kwang, Preside'nte da Associação Nacional de Acupuntura. Acupuntura é uma prática oriental aplicada a ciência de atenção a saúde que dia-a-dia ganha mais adeptos no ocidente, o que leva à necessidade de que seu exercício seja regulamentado pelo Poder Público. Sala das Sessões, Senador Flávio Arns.

Para discutir o Projeto, todos aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Nós daremos prioridade, Srs. Senadores, àquelas Audiências Públicas que sirvam a priori para discutir, para instruir os projetos aqui em votação. Então foi esse o critério que nós encontramos para priorizar o número de Audiências Públicas aqueles que a princípio estejam determinados já com o objetivo de instruir os projetos em tramitação nessa Comissão.

Sem nada mais a tratar, obrigada a todos e até a próxima Sessão. Muito Obrigada.

Sessão encerrada às 13H34

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E A 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e sete minutos do dia quatro de abril de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador **PAULO PAIM**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores **FLÁVIO ARNS, INÁCIO ARRUDA, JOÃO PEDRO, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, ROSALBA CIARLINI, LÚCIA VÂNIA, SERYS SLHESSARENKO, IDELI SALVATTI, PEDRO SIMON, CÍCERO LUCENA E CRISTOVAM BUARQUE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência os Senadores Romeu Tuma, Sérgio Guerra e Jayme Campos. Comparecem também os Senadores Senadores Arthur Vigílio, Paulo Duque, José Agripino, Renato Casagrande e Sérgio Zambiasi. O Senador Paulo Paim declara aberta a reunião das Comissões, submetendo à Comissão de Assuntos Sociais, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e à Comissão de Assuntos Econômicos a dispensa da leitura das Atas das respectivas reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende aos Requerimentos nº. 13 de 2007 – CAS, Requerimento nº. 13 de 2007 – CDH e Requerimento nº 19, de 2007 - CAE, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Sérgio Zambiasi e Pedro Simon, para tratar das questões atinentes à compra do Grupo Ipiranga pela Petrobrás, Grupo Ultra e Braskem. O Senador Paulo Paim dá início a reunião, convidando os palestrantes, que terão 10 minutos com 5 minutos de tolerância para suas exposições, para comporem a mesa. Usaram da palavra os seguintes convidados: Sr. **José Lima de Andrade Neto** – Presidente da Unidade de Negócio Petroquímica e Fertilizantes da Petróleo Brasileiro – Petrobrás S.A., Sr. **Alexandrino de Alencar** - Vice-Presidente de Relações Institucionais da Braskem, Sr. **Américo Genzini Filho** - Diretor da Ultrapar Participações S.A., **José Marcos Olioni** – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Destilação e Refinaria de Petróleo do Rio Grande – RS (Sinpetro), Sr. **Ângelo Carlos Martins e Silva** – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores

em Comércio de Minério e Derivados de Petróleo (Sitramico), **Carlos Heitor Rodrigues** – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Petroquímicas de Triunfo/RS (Sindipolo) e **Deputado Adão Roberto Rodrigues Villaverde** – 2º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usaram da palavra os Senhores Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Pedro Simon, Sérgio Zambiasi, João Pedro e Wellington Salgado. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2007, ÀS 10 HORAS E 08 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária de Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, e a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa das Atas das reuniões anteriores, e as coloco em votação. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado, com o sinal positivo do Senador Zambiasi e o Senador Flávio na mesma linha. Aprovada.

Essa Audiência Pública foi uma solicitação dos três Senadores do Rio Grande, e depois com o adendo feito também pelo Senador Flávio Arns. O Senador que preside, o Senador Zambiasi e o Senador Simon.

Por uma questão de justiça, e na linha da transparência e da verdade, eu queria informar que essas três Comissões reúnem hoje com a presença de todas as partes interessadas que vou listar em seguida, que já houve uma série de procedimentos para discussão, esclarecimento sobre a compra da Refinaria IPIRANGA com as partes envolvidas, ou seja, PETROBRÁS, ULTRA, BRASKEM, e os representantes dos trabalhadores. E vou aqui fazer um... Vou discorrer rapidamente.

No dia 28 de março, ocorreu uma Audiência Pública na Câmara dos Deputados envolvendo a bancada gaúcha e quatro Comissões. Estou certo? No mesmo dia, às 16h, recebi em meu gabinete todos os investidores e os três sindicatos que representam os trabalhadores. No final da tarde, Senador Zambiasi, eu, Senador Zambiasi e Senador Simon recebemos no gabinete do Senador Simon os três investidores na compra da Refinaria IPIRANGA. Ocorreu também, conforme informações que recebemos, o encontro da Governadora do Estado do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, acompanhada do Secretário correspondente com os investidores.

Por último, houve uma Audiência Pública na Assembléia do Rio Grande do Sul com o objetivo de dar esclarecimento aos fatos. E esta é a reunião que envolve as três Comissões aqui no Senado. Desta reunião vão participar... Nós faremos duas mesas. Num primeiro momento Américo Genzini Filho, Diretor da ULTRAPAR Participações S/A, em seguida, o Sr. Alexandrino de Alencar, Vice-Presidente das Relações Institucionais da BRASKEM, em seguida, o Sr. José Lima de Andrade Neto, Gerente-Executivo da unidade de negócio petroquímica e fertilizantes do petróleo brasileiro, PETROBRÁS. Segunda Mesa, Sr. José Marcos Olioni, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Destilação e Refinaria de Petróleo de Rio Grande, SINDPETRO. E em seguida, Sr. Ângelo Carlos Martins e Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Comércio de Minério e Derivado de Petróleo, SINTRAMICO. Logo após, Sr. Carlos Heitor Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Petroquímicas de Triunfo/RS, SINDIPOLO, e fechando daí essa segunda Mesa, em seguida vamos para os debates, teremos então representando nesta Mesa ainda a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, o Deputado Adão Roberto Rodrigues Villaverde que é um dos vice-Presidente da Assembléia do Estado do Rio Grande do Sul.

Eu vou propor para iniciar os nossos debates que cada expositor disponha do tempo de 10 minutos. E depois nós recebemos um convite quando encerrarmos essa atividade, para que a gente visite aqui a exposição

que a PETROBRÁS está fazendo aqui no Salão Negro, se não me engano. Salão Negro do Senado.

Então de imediato eu passo a palavra ao Sr. Américo Genzini Filho, Diretor da ULTRAPAR por dez minutos. Se preferem trocar eu troco, não há problema nenhum. Então, passamos a palavra para o Sr. José Lima de Andrade Neto, representando aqui a PETROBRÁS.

SR. JOSÉ LIMA DE ANDRADE NETO: Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, senhores e senhoras, representantes dos trabalhadores aqui presentes, a PETROBRÁS se sente honrada em estar aqui trazendo os esclarecimentos da sua posição em relação a esta operação, e como bem já colocou o Senador Paulo Paim, a gente vem num movimento de transparência indo a todos os fóruns que temos sido convidados, buscando sintonizar os interesses empresariais, os interesses da empresa com os demais interesses da sociedade, interesses legítimos da sociedade. Então a idéia aqui é fazer uma rápida apresentação para não alongar muito, para permitir então as perguntas, mostrando qual é a essência e por que é que a operação foi feita, e obviamente depois cada uma das empresas fará das suas motivações específicas. Por favor.

Bem, talvez eu possa ir falando então enquanto a gente não perder tempo. Essa operação como nós vamos colocar é uma operação importante, do ponto de vista do setor nacional, é uma operação que envolve quatro grandes empresas brasileiras, quatro grandes empresas de porte no Brasil, com marcas e nomes conhecidos no Brasil, de um lado na ponta compradora a PETROBRÁS, o GRUPO ULTRA e a BRASKEM, e do outro lado uma empresa tradicional, uma empresa conhecida, uma empresa com a marca forte é a empresa IPIRANGA. Uma empresa que nasceu no Rio Grande do Sul, mas que cresceu no Brasil inteiro e que tem uma marca forte no Brasil inteiro. Essas três empresas, então, PETROBRÁS, BRASKEM e GRUPO ULTRA adquiriram as ações e portanto adquiriram a posse dos ativos da empresa do GRUPO IPIRANGA e nós vamos falar em linhas gerais quais as motivações e aonde é que vai se inserir cada parte o que é que se pensa em relação a esses negócios. Por favor, podemos passar.

Bem, a PETROBRÁS e o GRUPO ULTRA e BRASKEM concluíram entendimentos para a aquisição de negócios do GRUPO IPIRANGA criando perspectivas para o crescimento e consolidação de setores petroquímicos e de distribuição de combustíveis. É importante enfatizar o seguinte, a indústria petroquímica mundial ela vem crescendo, vem se reorganizando, os atores internacionais na indústria petroquímica são cada vez maiores, dependem de investimento em tecnologia

e dependem cada vez mais de plantas e de projetos de grande escala, que o se chama hoje de escala mundial. Empresas de pequeno porte, empresas menores, salvo, especificamente de nichos de mercado, têm tido muita dificuldade de crescer.

Então, há um entendimento na indústria nacional, há entendimento no setor petroquímico nacional de que seria importante o fortalecimento dos grupos petroquímicos brasileiros, buscar grupos que de fato tenham competitividade, não só em nível regional, mas principalmente em nível global porque essa uma indústria de nível global.

Então essa é uma motivação que levou os atores a fazer esse movimento. Ao adquirir os negócios da IPIRANGA reforça os compromissos com o crescimento do Brasil com o Rio Grande do Sul. Ou seja, as três empresas são empresas que vêm investindo, que querem continuar investindo, a PETROBRÁS os senhores e as senhoras sabem muito bem que vem investindo significativamente, lá no Rio Grande do Sul investimos na REFAP, foi investimento significativo de mais de um bilhão de dólares recentemente crescendo o fornecimento de matéria-prima e novos investimentos certamente deverão decorrer por conta desses movimentos que estão em curso.

Então, essa operação ela visa em última instância o crescimento das empresas que estão envolvidas e o crescimento dos negócios que estão envolvidos. O valor da operação, o negócio como um todo foi estimado em quatro bilhões de dólares, sendo que a PETROBRÁS nas duas partes que lhe compete uma parte da distribuição e uma parte de petroquímica, um valor da ordem de 1.3 bilhão de dólares, a BRASKEM 1.1 bilhão de dólares e o GRUPO ULTRA complementa. Só que a forma que como o GRUPO ULTRA vai fazer é na troca de ações do próprio GRUPO ULTRA que é uma empresa que tem ações negociadas em bolsa, empresas no mercado e vai permutar ações complementando então... Permutar com os detentores de ações preferencialistas do grupo para que então complete o valor de toda a operação que está sendo pensada. Ou seja, há um desembolso por parte da PETROBRÁS de 1.3, da BRASKEM de 1.1 e o valor restante é desembolsado pelo GRUPO ULTRA na forma de ações do GRUPO ULTRA que serão permutados pelas ações preferencialistas das empresas que estão sendo adquiridas.

Então, o GRUPO ULTRA passa a ter duas grandes marcas. Aí um dado importante, o GRUPO ULTRA que já tem a marca da ULTRAGAZ na distribuição de GLP vai continuar com a sua marca ULTRAGAZ e vai na distribuição de combustíveis utilizar a marca IPIRANGA. Ou seja, a marca IPIRANGA ela não desaparece

no mercado. Sabemos que é uma marca importante, sabemos que é uma marca que tem história no Rio Grande do Sul, que tem história no Brasil, é um nome forte junto aos consumidores nacionais e por isso o GRUPO IPIRANGA decidiu preservar e nas negociações foi nessa linha de que o GRUPO ULTRA utilizará a marca IPIRANGA. A PETROBRÁS, que também está comprando uma parte da distribuição de combustíveis, aproximadamente 25% do volume de combustíveis está ficando com a PETROBRÁS, a PETROBRÁS vai usar a marca IPIRANGA no norte e nordeste e centro-oeste até um prazo de cinco anos, que é o prazo que ela terá para fazer o rebandeiramento dos postos da sua rede para então passar a usar a marca BR que é a nossa marca, a marca da PETROBRÁS. Mas a marca IPIRANGA continuará existindo sendo utilizadas pelo GRUPO ULTRA.

Bem, como é que ficaram os três principais negócios? Obviamente que tem outros negócios menores, mas os três principais negócios como é que ficaram? Na negociação, isso foi uma negociação, essa negociação não foi só com os revendedores, mas teve uma negociação entre os compradores. E na negociação entre os compradores a distribuição de combustíveis da rede... Falando um pouco do GRUPO IPIRANGA. O GRUPO IPIRANGA tem quatro mil duzentos e quarenta postos no Brasil, é uma rede importante, é uma rede que tem uma marca forte, é a segunda maior empresa do setor, ela só perde hoje para a rede da própria PETROBRÁS, para a rede da BR, a petroquímica tem uma capacidade de produção de 730 mil toneladas através da própria IPQ. É líder no mercado brasileiro de polietileno de alta densidade e compartilha com a BRASKEM o controle da COPELUL. Na verdade, isso aqui é um dado importante que precisa ser deixado claro, acho que algumas pessoas sabem, mas para todos a BRASKEM e a IPIRANGA já controlavam o grupo COPELUL. Embora a PETROBRÁS participasse do controle acionário das ações da COPELUL, o controle acionário era partilhado entre o grupo BRASKEM e o GRUPO IPIRANGA. Esses eram os controladores lá da COPELUL. E na área de refino, tem uma refinaria de petróleo mais antiga, uma refinaria que tem história no Brasil, a Refinaria IPIRANGA, tem uma pequena capacidade, 17 mil barris por dia, mas tem toda uma história, tem toda uma tradição no Brasil. Então esse grupo, é o grupo que foi objeto da operação, em 2006 a receita consolidada do grupo foi 30 bilhões de reais e geração de caixa da ordem um bilhão e um lucro de quinhentos e trinta e quatro bilhões. Então esse é basicamente o negócio que foi objeto da operação e cujo valor estimado desse negócio que aí está apresentado é da ordem de quatro bilhões de dólares. Por favor. O

Projeto passa por várias etapas, uma etapa de adquirir as ações dos controladores, a ULTRAPAR faz uma oferta pública para a compra das ações ordinárias de tergalong(F), depois tem uma oferta pública para fechamento da capital da COPESUL, a ULTRAPAR realiza incorporações das ações da CBPI, e finalmente a ULTRAPAR pega os ativos e repassa na proporção daquilo que foi combinado e foi acertado.

Na verdade, essa é uma operação que leva algum tempo, tem algumas etapas e que se estima que até o final deste ano estará concluída. [soa a campanha] Ok.

E por último, como é que ficaram os negócios? A distribuição de combustíveis, o GRUPO ULTRA consolidará as regiões sul e sudeste, a PETROBRÁS ficará com norte e nordeste e centro-oeste na parte de distribuição dos combustíveis, no setor petroquímico aquilo que está sendo comprado a PETROBRÁS ficará com 40% e o grupo BRASKEM com 60% dos ativos petroquímicos do grupo, e na área de refino de petróleo houve um acordo entre as empresas porque havia uma preocupação muito grande de todos com relação ao destino da refinaria e houve um acordo da empresa que nós deveríamos a participação em um terço. Cada um teria um terço para assumir a refinaria e manter essa refinaria operando com o compromisso de manter operando e mais, de estabelecer mecanismos, estudar mecanismos de dar uma viabilidade, de dar um novo destino, ampliar ou buscar outras formas para que se viabilize no longo prazo, a nossa refinaria, a refinaria da IPIRANGA.

Então, por conta disso foi criado, inclusive numa reunião com a presença do Senador Paulo Paim, a pedido dele também, a PETROBRÁS informou ao Senador que nós estaríamos construindo um grupo para estudar os destinos, estudar as alternativas que podem ser colocadas, e nesta reunião foi solicitado e foi prontamente aceito também pelo Diretor Paulo Roberto da PETROBRÁS naquele momento e pelos demais sócios na refinaria de que tivéssemos também participando do grupo a representação dos trabalhadores, a representação para que possamos juntos discutir como é que vamos estar encaminhando soluções para a refinaria.

Então, em linhas gerais, essa foi a operação. Os objetivos de um lado foi um grupo brasileiro querendo entrar na distribuição que era o GRUPO ULTRA, que queria entrar na distribuição, um grupo brasileiro que tinha várias famílias querendo vender a sua posição e dentro do lado da petroquímica um interesse de consolidação, de crescimento e de investimento no setor petroquímico motivo pelo qual houve então esse entendimento entre a BRASKEM e a PETROBRÁS no

sentido de juntos fazerem esses investimentos. Então em linhas gerais essa que foi Srs. Senadores, senhores presentes, as motivações macro da operação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Nós agradecemos ao Sr. José Lima Neto, que é Presidente aqui por erro da Assessoria. Não foi meu. Me desculpe. Presidente do grupo petroquímico e fertilizantes, o petróleo brasileiro, PETROBRÁS, representando aqui oficialmente a PETROBRÁS.

Nós combinamos que será 10 minutos para cada expositor com a tolerância de mais cinco, se for necessário. Passamos a palavra de imediato ao Sr. Alexandrino de Alencar, Vice-Presidente de Relações Institucionais da BRASKEM. Se me permite, eu queria só primeiro anunciar a presença também do Sr. Gerson Medeiros, conselheiro representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da COPESUL e também registro a presença da FUP, Federação Única dos Petroleiros e do Sindicato dos Químicos Petroleiros da Bahia.

SR. ALEXANDRINO DE ALENCAR: Muito bom dia, Senador Paulo Paim, cumprimento os Senadores presentes, em especial a bancada gaúcha do Senado. Gostaria primeiro de iniciar apresentando a BRASKEM. A BRASKEM é uma empresa petroquímica, a maior empresa petroquímica da América Latina, é uma empresa brasileira, genuinamente brasileira e ela pauta desde a sua fundação em 16 de agosto de 2002 por uma transparência em todos os movimentos empresariais que faz, tanto é que naquela data nós divulgamos na imprensa o nosso compromisso público com a sociedade como um todo, e realmente é um grande diferencial e nós nos orgulhamos muito disso.

A BRASKEM ao longo desses quatro anos que ela existe ela tem crescido o faturamento dela 30% ao ano, e nós pretendemos, depois do ciclo dela, dela completar 10 anos, ela se tornar uma das 10 maiores empresas petroquímicas do mundo em valor de mercado. Temos a nossa estratégia, uma estratégia forte de crescimento, temos crescimentos normais em petroquímica como esse da própria aquisição do braço petroquímico do GRUPO IPIRANGA que com isso ela tem dois focos extremamente interessantes, primeiro a integração da primeira e segundo a geração petroquímica, modelo esse que foi... Que nós realizamos na Bahia com enorme sucesso e agora estamos fazendo no Rio Grande do Sul porque entendemos que vai dar uma competitividade muito grande, e o segundo aspecto é que a força do GRUPO IPIRANGA é numa especialidade que chama-se polietileno de alta densidade onde ele realmente tem o diferencial e isso dentro do nosso portfólio vai nos dar mais competitividade e não há menor dúvida que vai trazer um enorme benefício

aos clientes e ao mercado brasileiro porque nós vamos trazer novas tecnologias e novos conhecimentos de mercado de modo que a indústria de terceira geração que é a indústria realmente que está mais na ponta do cliente, tenha um fornecedor de alta qualidade, um fornecedor que possa competir internacionalmente.

Outro crescimento que nós vamos também, estamos fazendo, é crescimento de internacionalização da empresa. Nós temos um Projeto muito forte na Venezuela, nós deveremos em breve já andando com um Projeto de mais de dois bilhões de dólares na Venezuela de modo que nós possamos fornecer também graças ao nosso conhecimento técnico e tecnologia de se avançar e tornarmos cada vez mais uma empresa com musculatura de modo a competir internacionalmente.

Temos em especial no Rio Grande do Sul polietilenos e polipropilenos na Venezuela. É um pólo novo. É um pólo vindo de gás natural que é uma matéria-prima... Vai entrar junto com a PEQUIVEN que é a petroquímica venezuelana.

Outro foco que nós temos bem forte, em especial no Rio Grande do Sul é um Projeto chamado Gera-plast, que é um Projeto de estímulo à terceira geração, de atração de empresa de terceira geração no Estado. Porque no Estado do Rio Grande do Sul ainda até hoje só converte, só agrega valor em 10% da produção que tem no pólo petroquímico no Rio Grande do Sul e nós queremos ver se em quatro ou cinco anos a gente consegue chegar a 25% do pólo do Rio Grande do Sul agregando valor ao Estado gerando emprego ao Estado. Temos junto com a PETROBRÁS esse relacionamento forte, temos agora em 2008, ano que vem, estaremos entrando em operação em Paulínia, uma fábrica de polipropileno, onde nós temos a parceria com a PETROBRÁS, 60% BRASKEM, 40% PETROBRÁS onde também a própria refinarias que estão a montante do Projeto que é a refinaria de REPLAN vai estar agregando valor às cadeias dos produtos da PETROBRÁS e também vai se estar criando um novo pólo de modo a suprir o mercado brasileiro de cresce numa velocidade bastante interessante que o plástico cresce no Brasil três vezes o que cresce o PIB. Então ano passado nós crescemos o mercado de plástico aproximadamente 10%.

Então você de três em três anos você tem que estar construindo fábricas novas. Também para a informação de vocês, nos últimos quatro anos a BRASKEM investiu cerca de 2,5 bilhão de reais em projetos, em melhorias nas nossas fábricas e aplicações nas nossas fábricas e em saúde, segurança e meio ambiente também. Um investimento extremamente forte nisso aí. E agora com a aquisição do GRUPO IPIRANGA,

nós já anunciamos um investimento no Estado do Rio Grande do Sul de 700 milhões de reais, esses investimentos serão ao longo dos próximos três anos, 2007, 2008 e 2009, com entrega de mais produtos, nós prevemos aumentar a produção de resinas em 280 mil toneladas, estamos prevendo também colocar mais um forno de eteno no forno de nafta na COPESUL, uma produção de mais 180 mil toneladas de eteno e que isso vai dar com outros co-produtos alguma coisa em torno de 750 mil toneladas de produtos como um todo, com investimento de 700 milhões de reais, um investimento altamente competitivo, e isso deve gerar um aumento de faturamento no pólo petroquímico do Rio Grande do Sul algo em torno de 1,5 bilhão de reais por ano. Ou seja, o Estado do Rio Grande do Sul terá além de novos investimentos, nova geração de riquezas. Em função desse nosso crescimento nos últimos quatro anos a geração de empregos na BRASKEM aumentou 25%, sempre com compromisso muito forte com as pessoas, e sempre com as pessoas tendo novos horizontes pelo crescimento e novos desafios. Quanto aos clientes, queremos dizer que nós estamos acompanhando fortemente o crescimento de mercado, o crescimento de novas aplicações, a BRASKEM ela tem orgulho de ser uma das empresas pioneiras na questão de inovação e desenvolvimento de novos produtos e quase todos eles desenvolvidos no pólo petroquímico de Triunfo onde nós temos a base tecnológica, temos mais de 180 pesquisadores trabalhando no pólo do sul, temos mais de 350 milhões de reais em investimentos em laboratórios em plantas pilotos, já depositamos mais de 154 patentes de tecnologia, sendo várias internacionais. Por favor, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. ALEXANDRINO DE ALENCAR: Microfone.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não é que eu queira intervir, apenas já para esclarecer. Esse investimento importante que os senhores têm no Rio Grande do Sul tem iguais no Brasil em outros lugares, em outros Estados? Investimento tecnológico?

SR. ALEXANDRINO DE ALENCAR: Não. No Rio Grande do Sul a concentração...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Nos outros Estados têm alguma coisa parecida?

SR. ALEXANDRINO DE ALENCAR: Muito pequeno. 90% eu lhe diria que está no Rio Grande do Sul. E com essa aquisição da IPIRANGA que também tem sua competência em inovação de tecnologia, eu acho que nós vamos criar uma massa diferenciada na questão de tecnologia. A BRASKEM já tem patentes em nanotecnologia que é um estudo avançado da tecnologia na

questão de polímeros, e temos, e essas parcerias nós temos com as universidades locais, como a FAURGS, como a ULBRA, e realmente isso nos estimula muito. E também eu gostaria aqui de deixar bem claro para vocês, principalmente o pessoal do Rio Grande do Sul, e acho que do Brasil como um todo, todos os compromissos que a IPIRANGA têm em relação a responsabilidade social e a projetos culturais serão mantidos, serão preservados, que nós entendemos que isso é de extrema importância para as comunidades que estão próximos desse ativos todos do GRUPO IPIRANGA. Eu queria deixar aqui com o Senador Paim [soa a campainha] e distribuir para os outros Senadores o nosso compromisso de crescimento, viu Senador, que foi divulgado nos jornais na segunda-feira, dia... Me lembra, Lima. Uns 10 dias atrás. 19. Foi dia 19. Eu vou circular para vocês. Que os nossos compromissos reais com o crescimento do Brasil, com o crescimento do setor e principalmente o que o meu antecessor Lima Neto comentou que o Brasil investindo no Brasil isso é de uma riqueza e uma profundidade, porque nós estamos mantendo no Brasil todo esse conhecimento e todo esse expertise que se tem e alavancando e crescendo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra ao Sr. Américo Genzini Filho, Diretor da ULTRAPAR Participações S/A, antes agradecendo ao Sr. Alexandrino de Alencar que é Vice-Presidente das relações institucionais da BRASKEM pela sua palestra. 10 minutos com mais cinco.

SR. AMÉRICO GENZINI FILHO: Bom dia Senador Paim, bom dia aos demais Senadores aqui presentes, aos demais representantes de classe aqui presentes. Primeiro lugar eu queria em nome do Presidente do GRUPO ULTRA, pedir desculpas que ele não pode vir a esta audiência por funções de outros compromissos inadiáveis, e pediu para que eu viesse representá-lo.

Para quem não conhece, o GRUPO ULTRA é um grupo também de controle e origem nacional, começou através da operação da companhia ULTRAGAZ que este ano completa 70 anos de existência. A companhia ULTRAGAZ hoje é líder na distribuição de GLP no Brasil, com 24% de *marketing cher*(F), atuando em todo o País exceto na região norte.

O segundo negócio relevante que o GRUPO ULTRA tem é a Oxiten, que é empresa que atua no setor petroquímico, uma grande cliente da BRASKEM, essa empresa foi fundada na década de 60 e ela se confunde com a história da criação e do desenvolvimento da indústria petroquímica no Brasil.

E o terceiro negócio que o GRUPO ULTRA tem é a Ultracargo que é um negócio menor, mas em franco

crescimento, é um negócio de logística, tem terminais espalhados pelos portos brasileiros e também gerencia uma frota de caminhões para fazer transporte e colaborar com a logística de suprimento e de entrega das várias empresas brasileiras.

O grupo passou por uma fase inicial de reestruturação, a partir do início da década de 90, passou por uma fase de grande profissionalismo e de foco nesses três negócios principais. Em 99 nós fizemos a abertura do capital. E de lá pra cá nós buscamos fortemente oportunidades de crescimento. Tanto através de investimento significativos orgânicos, feitos nos negócios atuais, como buscando oportunidades de aquisições.

O ano passado o grupo faturou cinco bilhões de reais e teve uma geração de caixa da ordem de 500 milhões de reais. Nós empregamos hoje no País todo em torno de sete mil pessoas. Nessa busca por oportunidades de crescimento, olhamos oportunidades fora do Brasil, há dois anos tivemos a chance de comprar uma planta no México que é operada hoje pela Oxiten, quando nós adquirimos a planta tinha praticamente 20% de capacidade do total da sua capacidade em utilização hoje nós já estamos com quase 70%. Então conseguimos implantar grande crescimento e também fizemos aquisição de uma empresa estrangeira que operava no setor GLP aqui no Brasil o que deu a ULTRAGAZ a oportunidade de crescimento. Nessa busca como eu vinha dizendo, buscamos oportunidades fora e dentro do Brasil. Quando surgiu a chance da IPIRANGA, já atuamos no setor de GLP algum tempo, temos um conhecimento bastante forte na logística de distribuição, temos um conhecimento bastante forte na gestão da rede de vendas, temos um conhecimento muito forte, bastante forte de como gerir um negócio ligado à distribuição, e como o GLP no Brasil tem apresentado um mercado maduro, com baixos percentuais de crescimento, então a IPIRANGA se apresentou pra gente com uma chance natural de crescer o nosso negócio, expandido o segmento de atuação dentro da área de distribuição. Essa foi a grande motivação para que nós comprássemos, tivéssemos o desejo e adquiríssemos a IPIRANGA.

Em paralelo à IPIRANGA, continuamos com investimentos bastante forte na Oxiten e na Ultracargo, porque acreditamos que crescer não é uma escolha, mas é um imperativo. A única forma de poder criar mais oportunidades para as pessoas que trabalham na empresa e para todos os outros brasileiros tanto dentro do Brasil quanto fora é buscar alternativa de crescimento. As empresas que não crescerem certamente mais cedo ou mais tarde vão se transformar num potencial alvo de aquisição. A nossa grande motivação para aquisição da IPIRANGA foi esse. Como a IPIRANGA atua num

setor que nós não atuamos, que é o de distribuição de claros, nós estamos na verdade agregando mais um negócio à estrutura da ULTRAPAR.

Então, não deverão haver grandes mudanças na companhia, com exceção de um maior incentivo e uma maior disposição de crescimento. Porque esse que é o nosso intuito quando nós fizemos a aquisição. Excluindo a BR, acreditamos que a IPIRANGA é a melhor empresa no setor de distribuição de claros. A marca é muito forte. Por coincidência eles estão fazendo também 70 anos este ano, então a IPIRANGA e ULTRAGAZ são duas marcas que estão na mente dos brasileiros e que nós pretendemos conservar e na verdade continuar a investir.

Os primeiros contatos que tivemos lá com o pessoal da IPIRANGA durante esse processo revela também uma empresa em excelentes condições operacionais com uma excelente qualidade de gestão. Portanto, estamos muito animados e acreditando que esse casamento de ULTRAGAZ e IPIRANGA dentro do GRUPO ULTRA, vai trazer grandes frutos aos acionistas da ULTRAPAR, aos acionistas da IPIRANGA e a todos os demais colaboradores. Então era isso que eu tinha a dizer e me coloco à disposição para qualquer questionamento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então encerramos com essa fala a primeira Mesa. Eu convidaria aos três expositores que sentem aqui na primeira fila, e chamamos para a Mesa o Sr. José Marcos Olioni, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinaria de Petróleo do Rio Grande, SINDPETRO, e ao mesmo tempo também o Sr. Ângelo Carlos Martins e Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Comércio de Minérios Derivados de Petróleo, SINTRAMICO, e também o Sr. Carlos Heitor Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Petroquímicas de Triunfo, SINDPOLO, e também o Deputado Adão Roberto Rodrigues Villaverde, representando a Presidência da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Passamos, de imediato, a palavra... Eu só... Antes de passar a palavra ao Olioni, eu quero dizer que essa carta "Compromisso com o crescimento" eu vou pedir que fique anexada a essa Audiência Pública, como também um pronunciamento que eu acabei sintetizando, que vai na linha dos compromissos que as empresas e os trabalhadores assumiram na reunião que tivemos com os três Senadores, tanto no meu gabinete como no do Senador Simon que o objetivo foi o mesmo.

Então eu passo a palavra ao Olioni, que é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Indústria de Destilação e Refinaria de Petróleo do Rio Grande.

Olioni, você tem 10 minutos com a tolerância de mais cinco.

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Presidente da Mesa, Senador Paulo Paim, muito obrigado por esse espaço. Ao nosso Senador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, satisfação revê-lo aqui, aos demais Senadores presentes, a todos senhoras e senhores presentes nessa Audiência Pública.

Bem, eu sou José Marcos Pinheiro Olioni, 32 anos de trabalho na refinaria de petróleo IPIRANGA, trabalhei como instrumentista industrial, projetista, desenhista técnico, laboratorista, administrador de dados, e responsável pelo setor de informática da empresa de 86 a 91.

Trabalhei também como assessor de produção no setor de utilidades. Todos saber, o setor de utilidades é um setor de extrema importância para qualquer parque fabril, onde produz energia elétrica para toda a fábrica. Produção de vapor de alta pressão, produção de ar comprimido, unidade de desmineralização que retira os minerais da água para que essa água possa virar vapor de alta qualidade. Então são unidades bastante complexa dentro da nossa Refinaria IPIRANGA, que até poucos dias vinha sendo tratada como uma refinaria de baixo nível, custo baixíssimo, mas parece que a coisa está mudando, graças a Deus. E eu tenho certeza que vai dar um bom casamento como o senhor disse na Assembléia Legislativa. Lhe falei que o meu coração era azul e amarelo. Lembra, né? [risos]. O senhor me disse que o seu coração era amarelo e verde. Se juntasse essas três cores daria uma excelente combinação de cores.

Nós temos certeza absoluta que esse casamento vai dar certo e nós vamos fazer daquela refinaria de novo um outro grupo, um grande grupo econômico a partir de lá. Pode ter certeza disso.

Fui assessor durante 10 anos do setor de produção das unidades de refino. Todos os números de refino de petróleo, gasolina, diesel, gás liquefeito de petróleo, óleos especiais, solventes especiais, gasóleos pesados, toda essa gama de produtos que vocês conhecem tão bem, todos esses números passavam por mim, inclusive as informações que eram transmitidas para a ANP ano a ano. Certo pessoal? Fui eleito Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Rio Grande, em setembro de 2006. Eu ia parar de trabalhar em dezembro, mas os colegas resolveram me levar esse cargo. E estamos aí para... Enfrentando essa dificuldade enorme, momentânea, mas que eu tenho certeza que essa tempestade logo-logo vai virar um sol de Caribe.

Bom, fui eleito com 70% dos votos da categoria, hoje tenho uma aprovação lá dentro de 95%, com certeza. Em seis meses de trabalho. É sinal que o trabalho que eu e o meu colega Claudemir, juntamente com toda a diretoria do sindicato dos petroleiros de Rio Grande está sendo bem feito.

Um histórico da Refinaria IPIRANGA. Falar da Refinaria IPIRANGA eu já tinha dito lá na Câmara, eu acho que mereceria ser tocado até o hino nacional, porque se vocês verem a data de fundação dessa refinaria, 7 de setembro de 37. Pô, 7 de setembro é a Independência do Brasil. O nome IPIRANGA, o que significa para os senhores presentes? Muita coisa. Não só esse conglomerado econômico que está aí, mas como o próprio nome diz, IPIRANGA, vocês todos sabem da história do Brasil, conhecem e diz muita coisa. E são pessoas de extremo pioneirismo, de extremo valor social. Creio nisso.

Tive a possibilidade de trabalhar com Francisco Martins Bastos durante 10 anos, considerado um dos 20 gaúchos do século passado. Tive a possibilidade de trabalhar também com Roberto Bastos Tellechea, falecido na década de 80, criador do... Fertilizantes do sul. Concorde Presidente? Como é o nome da empresa? Deixa eu ver... Era FERTISUL. Que foi vendida aí nos anos 90 para o grupo... Um grupo argentino BUNGE. BUNGE, né? E o BUNGE depois comprou a MANAIA(F) e assim foi, mas tudo surgiu ali com a FERTISUL.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Por gentileza, para nós que não temos conhecimento mais preciso do funcionamento. Você representa os trabalhadores...

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Perfeito.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Como também o Ângelo?

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Como?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O Ângelo é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores. Derivados de petróleo.

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: O Martins é lá do sindicato de Porto Alegre. Eu sou do sindicato lá da cidade de Rio Grande. 50 quilômetros de Pelotas.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mas é Sindicato dos Trabalhadores?

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Exclusivamente dos funcionários da Refinaria de Petróleo da IPIRANGA.

Bom, falar da Refinaria IPIRANGA até me deixa emocionado sob certa maneira, mas vou tentar não me emocionar muito.

A Refinaria IPIRANGA sempre se caracterizou desde a sua fundação por um relacionamento muito próximo com a comunidade. Em Rio Grande, local de origem das empresas de petróleo IPIRANGA, o traço marcante da cultura da empresa está presente em inúmeras contribuições sociais, ligadas à área da saúde, educação, meio ambiente, atividades culturais e esportivas. A operação na Refinaria IPIRANGA reverte anualmente para a cidade do Rio Grande uma parcela significativa do imposto sobre mercadorias e serviços, ICMS. 30% do retorno de ICMS da cidade de Rio Grande, que nosso Prefeito Janir Branco esteve aqui na Audiência Pública na semana passada, nessa semana não pôde vir que a cidade está em festa, a festa do mar lá, e tinha uma série de compromissos, não pôde vir, mas 30% do retorno de ICMS do Município sai da IPIRANGA. É só para vocês terem idéia da importância da IPIRANGA para esse Município, que luta com extrema dificuldade. Que se não fosse a PETROBRÁS lá investindo no dique seco, para conserto de grandes plataformas oceânicas que agora parece que vão duplicar o dique seco para viabilizar a manutenção do maior número de plataformas, e também está sendo construído lá a P-53. É isso? P-53, que está esperando o navio Sete Belo que está chegando parece que da Ásia, é isso mestre? Sete Belo? Que vão ter que cortar as linhas de alta tensão que atravessa o canal de Rio Grande para São José do Norte para o navio poder passar porque a estrutura realmente é enorme, mas tudo isso é muito bom para a cidade, porque gera riqueza, gera emprego. Embora a maior parte desses trabalhadores que estão lá não são de Rio Grande, mas os trabalhadores da refinaria [soa a campainha] 80% são da cidade do Rio Grande e 20%--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para comunicar que o senhor tem mais 5 minutos.

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Só isso? [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós temos debate ainda.

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: E mais uns 20 da cidade de Pelotas. Vamos tentar ser mais breve.

Bom, a IPIRANGA também ajudou a criar a fundação da cidade Rio Grande hoje transformada na Universidade do Rio Grande. Hoje são os engenheiros e técnicos foram professores dessa universidade. Temos a maior... O museu oceanográfico mais completo da América do Sul. Um grande hospital cardiológico praticamente montado pela Refinaria IPIRANGA no último ano lá. O hospital que está prestando excelente

serviço na área de cardiologia. Vai ficar curto o tempo, mas o colega pediu só mais 10 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foi combinado com todos 10, com a tolerância de mais cinco, e depois nos debates a gente pode ir aprofundando. Você tem praticamente cinco minutos ainda.

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Tá bem. Esta escola de engenharia ela contribuiu muito com a formação da Universidade Federal. Só para ter uma idéia, a Refinaria IPIRANGA é a única refinaria do País que eu conheço que abre as suas portas para os estudantes de ensino técnico do País.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Abria, porque fechou.

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Ela está produzindo. Até quando não se sabe. As promessas são boas.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Tão bom que nem o senhor está falando...

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Vou tentar encurtar o trecho aqui porque não vai dar os 15 minutos. Já percebi. O Sr. Paulo Roberto Costa, Diretor de Abastecimento da PETROBRÁS, em resposta à Deputada Manuela D'Ávila, na última audiência na Câmara, na Comissão de Minas e Energia, no dia 28 de março citou: Nosso compromisso é de manter empregos existentes e com investimentos gerar novos produtos que agreguem valores. Já o JB, o Jornal do Brasil online, em reportagem do dia 20 de março de 2007, um dia após o anúncio de compra pelo consórcio, o Sr. Paulo Roberto Costa admitiu que a compra da IPIRANGA também resultou na aquisição de ativos que simplesmente não interessam à PETROBRÁS, como a Refinaria IPIRANGA. Que só não seria vendido ou simplesmente fechada por exigência das famílias vendedoras. Ainda segundo o repórter, tal exigência consta em um dos contratos assinado por volta das sete horas da manhã de segunda-feira, pouco antes da abertura do mercado de ações no País. Os petroleiros perguntam: Estão todos muito preocupados. E a categoria petroleira preocupada com essa declaração do Excelentíssimo Sr. Paulo Roberto questionam o representante da PETROBRÁS sobre a existência desses documentos, se existe esses documentos. Assinado. E se o mesmo existe, que seja trazido a público para conhecimento das partes interessadas, e se possível, que a cópia deste documento seja anexada à Ata desta importante Audiência Pública Presidenta pelo Senador Paulo Paim. Na mesma audiência da Câmara... [interrupção no áudio] Na tarde do dia 28 de março no gabinete do Senador Paulo Paim, o Sr. Paulo Roberto da Costa reafirmou com relação à Refinaria IPIRANGA,

durante o período de transição, será criado um Grupo de Trabalho composto pelo consórcio de empresas compradoras e representantes da categoria que buscarão produtos alternativos com a finalidade de evitar a sobreposição de produtos. Concordamos com tudo isso, mas o Sindicato dos Petroleiros questiona se o consórcio já está montado se esse Grupo de Trabalho e quando será apresentado à classe operária interessada. Quando consultarão o sindicato, a sua Diretoria, e quando esse grupo será levado à classe operária lá. Está bem, Dr. Neto? [soa a campainha] Mais cinco minutos? Um minuto só? Finalizando, Sr. Paulo Roberto da Costa disse nessa reunião o seguinte: Queremos ter uma refinaria cada vez mais competitiva e cada vez mais produtiva. Os postos de trabalho serão mantidos nesse mesmo momento, mas a tendência é de aumento dos postos de trabalho. O trabalhador dedicado, competente, qualificado, vai ser mantido. Todos lá são extremamente competentes. Num determinado dia não tínhamos petróleo, o petroleiro atrasou, e só tinha fundo no fundo dos tanques. Os petroleiros do IPIRANGA processaram quatro tipos de petróleo diferentes no mesmo dia. E isso é competência. E acho que isso só é feito na refinaria de petróleo IPIRANGA lá no fim do mundo, na cidade do Rio Grande, ou onde inicia esse Brasil. Talvez lá inicia o Brasil.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu protesto contra o fim do mundo. Lá no início do Brasil, onde começa o Brasil.

[soa a campainha]

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Finalizando, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Um minuto para concluir.

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Muito obrigado. A refinaria limitada em sua capacidade produtiva por 60 anos, mas garantida a sua operacionalidade no mercado regional pelo então Presidente Getúlio Vargas na década de 50, confirmada pela Constituição Federal de 88. No entanto, a nova lei do petróleo criada em 97 com abertura total do mercado determinou que a Refinaria IPIRANGA deveria fazer investimentos que a tornassem mais competitivas. 60 anos parada no tempo, em quatro anos tinha que ser competitiva a nível de competir como Alberto Pasqualini. É difícil. É quase impossível fazer isso. Mesmo assim a empresa investiu em torno de 25 bilhões de dólares que talvez tenha sido o preço que os compradores tenham pago por essa refinaria nesse momento, não sei afirmar, não quiseram me dizer, mas tudo bem faz parte do negócio. Investiu 25 milhões de dólares, conseguiu duplicar a sua produção. Temos tudo que uma grande refinaria tem, naquela refinaria. Unidade de FCC, tra-

tamento catalístico, quebra molecular das moléculas de carbono de gásóleo pesado, tudo que uma refinaria grande tem lá dentro. Só que foi proibida de crescer durante 60 anos. Em cinco anos temos que produzir 200 mil barris de petróleo. É impossível.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V.Ex^a me permite?

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Diga, Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V.Ex^a está dizendo que as condições das refinarias são excepcionais. Por que então no meio dessa discussão, desse negócio que foi feito, ao invés de dizer que a refinaria vai ter uma análise futura para ver qual é o seu destino, e que as três empresas que adquiriram vão participar, porque é que a refinaria pura e simplesmente não passou para a PETROBRÁS, e a PETROBRÁS tocasse adiante, porque ela vai continuar isolada diante de um negócio todo que nem esse a PETROBRÁS ficasse com a refinaria.

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Isso seria o lógico, Senador. Essa posição do Senador Pedro Simon nós temos defendido no Município já desde a dada quando foi anunciado. Porque quem é que tem *know-how* em petróleo? É a PETROBRÁS, é a Refinaria IPIRANGA. E eles sabem como refinar petróleo. Nós temos defendido, mas existe o consórcio que a gente tem que respeitar. Os compradores estão aí. Embora tenha muitos negócios interessantes na cidade do Rio Grande, tanto para a BRASKEM--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meu amigo, Olioni, eu pediria que você concluísse, você está com quase 20 minutos.

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Eu vou concluir, Senador, me perdoe. Depois eu converso com os membros dessa Casa, se possível.

Bom, com o aumento... Aí veio a Lei de 97. Com o aumento da demanda do petróleo no mercado internacional, e sua elevação de preços gradativa, atingindo 75 dólares o barril e os preços dos derivados chegaram a 57 dólares. Porque também é impossível o brasileiro pagar mais do que isso. Ia ficar muito caro para o brasileiro assumir um custo maior do que isso, mas a IPIRANGA não tinha a mínima culpa dessa defasagem de 75 dólares o barril de petróleo que ela compra e vender os seus produtos a 57. Acho que todos Senadores aqui presentes concordam com essa lógica.

Então, há uma perda irreparável. E ela foi somando prejuízo de 100 milhões de reais em pouco mais de três anos. Talvez por isso tenha se sentido obrigada a vender o negócio.

Bom, Senador Paim, finalizando, nós do SINDIPE-TRO, Sindicato dos Petroleiros da Refinaria de Petróleo

IPIRANGA entendemos que se durante esse período, 60 anos, 37 a 97, não foi nos permitido crescer, que agora pelo menos o consórcio ou a PETROBRÁS não nos deixe morrer. Muito obrigado a todos, pessoal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu antes de passar a palavra ao Carlos Martins, eu queria registrar a presença entre nós de Heli Vieira Alves, Secretário de Projetos Especiais dos Sindicatos Químicos do ABC, e José Carlos Passoni, Diretor dos Químicos do ABC, e dizer também da nossa satisfação de estarmos aqui assistindo esse debate, acompanhando e vão participar do debate, Senador Simon, Senador Zambiasi que deu uma pequena saída e já volta, Senador Geraldo Mesquita Junior, Senador Flávio Arns e o Senador Cristovam que está se deslocando para cá.

Passo a palavra ao Ângelo Carlos Martins e Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Comércio de Minério e Derivado de Petróleo, SINTRAMICO.

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA: Bom dia Srs. Senadores. Quero saudar a Mesa, Senador Pedro Simon, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Flávio Arns, e o Senador Zambiasi que não se encontra, mas saúdo, gaúcho como todos que estão aqui.

Nesse momento eu gostaria de colocar, também saudar os meus companheiros da FUP, sindicalistas do SINDIPOLO que estão todos aqui para essa Audiência Pública que vem em muito boa hora chamada pelo Senador Paulo Paim nessa Comissão de Direitos Humanos. Pelos três Senadores do Rio Grande. É os Senadores do Rio Grande unidos pelas coisas do Rio Grande, pelas coisas do Brasil. Mas eu nesse caso, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Minérios e Derivados do Petróleo, estou falando em nome dos trabalhadores que estão naquela condição de que... Da distribuição dos derivados de petróleo no Brasil. Aonde se deu o grande mega negócio. Aonde uma nova parte entrou que é o GRUPO ULTRAPAR. Gostaríamos também de colocar que sendo dos derivados do petróleo, nós também representamos os trabalhadores da ULTRAGAZ, que pertencem a ULTRAPAR.

Então, nós temos condições de avaliar tanto o comprador como os que estão sendo comprados. E já digo de pronto de que a diferença é grande. E é muito grande. Trabalhar com a IPIRANGA é uma coisa. Trabalhar com a ULTRAGAZ é outra. Só que a ULTRAGAZ é derivado do petróleo, mas GLP. E agora está entrando nos claros. Espero que com outra política. Porque a política que é colocada no GLP não nos seduz neste momento, mas em momento nenhum nós gostaríamos estar aqui questionando a questão de um mega negócio de quatro bilhões de dólares. O que nós colocamos é

de que num negócio dessa magnitude, se houver alguma questão, digamos, errada, com certeza o CADE vai tomar conta. A CVM já está comando conta das questões de vazamentos que houveram.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA: Porque a filosofia das empresas são diferentes. A filosofia da empresa IPIRANGA, como já colocou o companheiro Olioni, vem de uma filosofia humanista. Enquanto que a filosofia do GRUPO ULTRAPAR é capitalista selvagem. Essa é a questão.

Então, para nós trabalhadores, e eu venho aqui responder em nome dos trabalhadores, o que nós preocupa é essa questão. Como disseram de que foi um negócio de porteira fechada, e lá no Rio Grande a gente sabe o que é porteira fechada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA: Tem. Os donos das fazendas se reúnem...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É que o Lula não está deixando fazer nos Ministérios.

[risos]

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA: Exato. [risos] Então, quer dizer, os donos, os compradores, os fazendeiros vão lá e compram a fazenda com todo o gado que lá dentro está. Com todo o gado, utensílios... Nesse caso, os compradores foi um consórcio que comprou uma empresa, uma fazenda. E houve só uma questão entre o comprador e o comprado. No caso da fazenda, o gado com certeza não é ouvido. Porque gado não fala. Gado berra. Agora, no nosso caso, nessa porteira fechada, nós trabalhadores pego na calada da noite, no outro dia estava de dono trocado. Me pareceu que eu estava ante de 1888. Que se comprava escravos dessa maneira. Praça pública, coisa e tal... Agora tem outro dono. Os trabalhadores da IPIRANGA anoiteceram como IPIRANGA e amanheceram como ULTRAPAR. Foram consultados? Não. Agora eu vejo uma questão de que vai ter investimentos, vai ter um grande magnitude de verbas, de questões, que eu por enquanto estou questionando que é palavras, palavras, palavras. Quero ver prática, ação, documentos. E para que a gente saia daquela questão da ULTRAPAR com a IPIRANGA qual é a diferença eu estou dizendo. Essa é a diferença. Como será o futuro com o novo dono? O novo dono nessa nova questão, capital, tinha que vir para os representantes legítimos dos trabalhadores e colocar como é que pretende fazer, qual é a filosofia dessa questão. E falar da marca IPIRANGA, para nós gaúchos, sem ser, digamos assim, sem ter aquela questão do gauchismo, mas para

nós a marca IPIRANGA é DNA. É nosso. Eles foram fundo numa questão sentimental do gaúcho.

Portanto, essa marca não foi construída só pelas cinco famílias. Essa marca ela foi construída por trabalhadores, sangue, suor, lágrimas, dias, noites... Como é que alguém pode da noite para o dia, vende sem a mínima questão, como no antigamente, porteira fechada. Eu quero que os Srs. Senadores, quero conquistar a mente, os corações e a alma de vocês para nesses sentimentos. Porque a forma do negócio nós trabalhadores sempre ficamos depois, como diria, pendurados no pincel. Quem me garante que a manutenção do emprego será feita? Quem me garante? Como? Hoje palavras, palavras. Amanhã eu quero ver. Quem me garante? Enquanto a gente está no calor ainda do debate, de repente vai sair do noticiário a questão da venda da IPIRANGA. Aí trabalhadores e donos vão ter que se enfrentar olho no olho. E até o momento a ULTRAPAR ainda não teve, não chamou sindicatos para fazer uma reunião de como será isso.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O emprego não está nesse compromisso aqui.

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA: O emprego não está aí. Não está. Diz que tem o compromisso com o crescimento, mas será que o crescimento vai ser, e os investimentos, na proporcionalidade da criação de empregos? Porque eu vejo dizer que teremos novas tecnologias, mas para nós, a nova tecnologia sem ser contra a nova tecnologia, mas pelo que campeia por esse Brasil afora, a nova tecnologia é desemprego. Já dizia Chaplin. Sois homens, não sois máquina. [soa a campainha] Então o que nós precisamos? Precisamos de emprego, o que é que nós precisamos? Precisamos de investimento, manutenção do emprego, ampliação do emprego, nesse sentido.

Então, nós gostaríamos de colocar nessa Audiência Pública, e eu gostaria de passar aqui para o Senador Paulo Paim e para o Américo o documento onde os três sindicatos, tanto do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e SIPETROL São Paulo, pedem uma audiência com o Pedro Wongtschowski, mas para que nós possamos de tudo aquilo que eles dizem na imprensa e que dizem nessas questões e que disseram no consórcio, venham realmente ser colocado.

Então, Srs. Senadores, queremos colocar nesse sentido de que o GRUPO ULTRAPAR, que por conhecer a ULTRAGAZ, nós temos essa dificuldade de como é que saber qual é a filosofia que será colocada agora. Porque tem o seguinte. A ULTRAPAR...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas é uma certa ingenuidade sua. Ela vai aplicar em Rio Grande, a filosofia que ela aplica na firma dela. Se ela

já tem uma filosofia que deu certo e vai comprar outra, ela não vai aplicar a filosofia daquela que vendeu. Vai ficar a filosofia da vitoriosa que é ela.

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA: É a teoria do dominador. Quem comprou é que vai fazer a filosofia, como eu conheço a filosofia da ULTRAGAZ, então vai ser a filosofia por baixo. Porque a IPIRANGA tinha uma filosofia, como disse, humanista, tinha uma questão direta com os trabalhadores, uma questão dos seus direitos--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Humanismo, tem gente que está falando que dos quatro bilhões percentual vai distribuir entre os trabalhadores. É verdade? Os quatro bilhões que a IPIRANGA ganhou, em percentual vai ser distribuído entre os trabalhadores que IPIRANGA ao longo dos tempos.

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA: [risos]. Senador, é Alice no País das Maravilhas, mas lá em 1937, está nos estatutos da antiga IPIRANGA, que 3% do líquido era distribuído para todos os trabalhadores. Agora eu gostaria de saber qual é a filosofia da ULTRAPAR. Qual será? Eu não vi numerar tantas questões que o companheiro colocou, mas como é que vai ficar os trabalhadores já aposentados? Que contribuíram, que estão aí, que deram o seu sangue? Como é que vai ficar essa questão dos trabalhadores que ainda estão na ativa? Os companheiros--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O senhor poderia dar uma olhada como estão os antigos funcionários da VARIG.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos permitir que o nosso companheiros termine a sua exposição e depois nós teremos o debate.

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA: Então nesse sentido o que nós gostaríamos de colocar é de que a preocupação dos trabalhadores é de extrema importância, de que o GRUPO ULTRAPAR venha fazer aquela questão olho no olho para com esses compromissos. E nesse sentido, eu falava dos aposentados, eu falava das questões da Fundação Martins Bastos, de todas as questões de investimento em educação, que simplesmente dizem que vão continuar, mas aonde tem essa garantia que vão continuar? Por causa que na IPIRANGA tinha duas IPIRANGA. A DPPI e a CBPI. A DPPI tinha o controle todo no Rio Grande do Sul. Agora, a ULTRAPAR já disse: Centralizado tudo em uma só, e escritório vai ser no Rio de Janeiro. Ótimo, Rio de Janeiro. Agora, como é que vai ficar os investimentos no Rio Grande do Sul? Porque falar--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Se as empresas forem para Bahia, para o Rio de Janeiro, como é que vai ficar a questão do imposto de ICM no Rio Grande do Sul? Nós vamos perder...

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA: Então, Senador, essa é a nossa preocupação. Não só com os trabalhadores, mas com a comunidade, mas com as questões do Rio Grande que tanto está precisando. E nesse momento, nesse sentido, eu concluo dizendo que gostaríamos de que as palavras se tornassem ação. Porque senão vamos ter a mesma questão do 1888. Só palavras, palavras, e inclusão se viu que passou 120 anos e ainda não fomos incluídos.

Então, o consórcio que aí está, e eu só gostaria de falar que o norte, nordeste e o centro-oeste está em calmaria. Por causa de quê? Ficou com a PETROBRÁS. Ali a questão é outra. Mas, o sul e o sudeste, ficaram com a ULTRAPAR. Eu não entendi muito essa partilha que houve, mas a preocupação nossa com o sul e sudeste e que PETROBRÁS com o norte e centro-oeste está em Estado de graça. Agora, nós do Rio Grande do Sul--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Um minuto para concluir, Martins.

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA: -estamos na luta e fico à disposição para todos os Senadores para poder colocar mais as preocupações dos trabalhadores com o seu emprego e ampliação dos mesmos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero também registrar a presença aqui conosco do Senador Zambiasi que já voltou, Senador Cristovam e a Senadora Serys Slhessarenko, e passo de imediato a palavra ao Dr. Carlos Heitor Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Petroquímicas de Triunfo, SINDIPOLO. 10 minutos com a tolerância de mais cinco.

SR. CARLOS HEITOR RODRIGUES: Primeiro lugar quero cumprimentar os participantes dessa audiência, os representantes das empresas BRASKEM, PETROBRÁS, o GRUPO ULTRA, os companheiros sindicalistas que estão aqui, o pessoal do ramo químico que veio da Bahia, da FUP, de São Paulo, que vêm acompanhando como vinha acompanhando o processo anterior de troca de ativos entre a PETROBRÁS e a BRASKEM, um processo que se alongou ao longo de um ano, mobilizações e muito debate, agradecer aqui especial Senador Simon, Senador Zambiasi e Senador Paim por terem solicitado essa audiência. Os outros Senadores, Senador Flávio Arns, Geraldo Mesquita, Serys Slhessarenko, Senador Cristovam Buarque é que estão aqui prestigiando esse debate e acompanhando. Aos companheiros de Mesa aqui, Deputado Adão Villaverde, e o Martins lá do SINTRAMICO, e o companheiro Olioni, lá dos petroleiros de Rio Grande.

Quero inicialmente dizer que a gente vai estar apresentando aqui, a gente tem o material que vê se o

peçoal da secretaria tem condições de distribuir, onde tem ali mapa do pólo petroquímico, como está, como é que vai ficar, e esse aqui... Como é que vai ficar, a produção de petroquímicos em nível nacional que vamos estar falando por aqui, a questão do emprego e outras questões. Então queria saber se o pessoal tem condições de dar, distribuir para o pessoal que estiver interessado.

Bom, essa negociação que houve, ela aponta, digamos, para um rumo que vinha sendo anunciado já pela PETROBRÁS e pelo Governo Lula já a partir de 2002, final de 2002, que é um aumento da presença da PETROBRÁS no setor petroquímico. Com isso, efetivamente a PETROBRÁS aumenta significativamente sua presença no setor. O nosso... A nossa grande preocupação e o nosso grande questionamento é que nesse caso nós não imaginávamos que esse aumento pudesse significar, permitir que a maioria do setor petroquímico, com esse passo que foi dado, fosse controlado, digamos assim, pelo GRUPO ODEBRECHT, que controla a BRASKEM, fosse controlado o setor a partir do momento que já tem o controle do pólo petroquímico baiano e com isso passa a controlar o pólo petroquímico do Rio Grande do Sul.

Então, acho que primeiro a gente colocar o seguinte, o pólo gaúcho tem nove empresas. Nesse momento, nesse passo que foi dado está a unidade da IPIRANGA Petroquímica, e a fatia que a IPIRANGA tem na COPESUL, 30%. Então essa unidade e 60% são distribuídos, já foi colocado aqui, só resgatando, 40% da PETROBRÁS e 60% da BRASKEM. Mas a PETROBRÁS tem ainda no pólo petroquímico entre essas novas empresas, duas empresas. A INOVA que é ligada a PETROBRÁS ENERGIA na Argentina e a Petroquímica Triunfo. Que é ligada à PETROBRÁS aqui e a PETROQUISA. E a BRASKEM também têm duas unidades lá no pólo petroquímico, duas fábricas. Na verdade, são várias unidades entre cada fábrica. Tem duas fábricas no pólo petroquímico gaúcho que é a antiga PPH para quem é do sul lembrar isso aí. E a antiga POLIOLEFINAS. E o passo segundo, vamos dizer, de todo esse processo que foi colocado aqui pelo Presidente da PETROQUISA, será agregar essas empresas à COPESUL. Aí significa o seguinte, que as cinco maiores empresas, e essas são as cinco maiores empresas do pólo petroquímico ficarão todas sob o controle da BRASKEM, vamos dizer, com cerca de 60% de participação, e a PETROBRÁS com cerca de 40%. Esse seria o formato final que está detalhado inclusive no mapa, material para quem quiser acompanhar mais detalhadamente.

No pólo petroquímico têm 2.500 trabalhadores diretos, 3.500 trabalhadores indiretos. Cerca de 85% dos

diretos, vamos dizer, dos 2.500 diretos, 2.200 estarão nesta empresa, digamos, essa nova empresa que será a fusão dessas empresas conforme está sendo anunciado. Então nós estamos questionando aqui além da questão da concentração, achamos que a concentração... Se toda discussão que havia anteriormente na época das privatizações era criticada a concentração da petroquímica, do petróleo e de outros produtos era criticada na mão do Estado Brasileiro, nesse caso nas mãos da PETROBRÁS, e por isso tinha que privatizar, tinha que diversificar, permitir a livre concorrência, isso que está acontecendo é justamente aquilo que na época era criticado, ou seja, hoje está sendo permitido o monopólio à concentração nas mãos do grupo privado, no caso a BRASKEM controlado pelo GRUPO ODEBRECHT. Então o que significa isso aí? Significa que 70, 80% dos produtos petroquímicos brasileiros serão produzidos por esse grupo econômico. Quero fazer minha parte das palavras de licença para o Martins aqui, da mesma forma que o Martins trabalha e conhece o perfil do GRUPO ULTRA, nós conhecemos o perfil da ODEBRECHT e da BRASKEM. A gente fala ODEBRECHT porque a BRASKEM é uma empresa criada recentemente, possivelmente desconhecida de muitos. Agora, a ODEBRECHT é bem conhecida, trabalha na área de construção, essa coisa toda. E a referência que nós temos e aí esta a nossa principal preocupação, é o que aconteceu lá na Bahia quando foi criada a BRASKEM em 2002. Naquela oportunidade, entre os empregos que foram reduzidos, vamos dizer, cortados os postos de trabalho na Bahia, em Alagoas e Rio Grande do Sul, foram cerca de 2000 postos de trabalho. Além disso, questão de um ano, um ano e pouco, a BRASKEM cortou unilateralmente um plano de Previdência complementar dos trabalhadores, pessoal que já tinha isso cerca de 20, 30 anos, estava prestes a pegar essa complementação, ela unilateralmente cortou esse plano de Previdência e impôs sem qualquer debate, qualquer discussão o seu plano que é o Odeprev com características totalmente distintas daqueles que existiam anteriormente.

Então essa é a nossa discussão, o nosso debate. Está sendo anunciado, estão sendo anunciados investimentos no Rio Grande do Sul. Investimentos cerca de 750 milhões de reais. Hoje a COPESUL porque ela já tem disponível pelo BNDES, pelo que ela tem em caixa e em estoque, chega a cerca de 900 milhões de reais. Estão sendo anunciados 700 nos próximos três anos, 750 nos próximos três anos. Quer dizer, nós estamos pegando uma empresa, a COPESUL, que tem cerca de 900 milhões disponíveis.

Então, só chamar atenção para esses números. Com relação aos empregos, pessoal, o que significa...

Qual é o peso de uma folha de pagamento com encargos de salários, empresa do setor petroquímico, ou essas empresas que estão envolvidas no negócio? Na COPESUL, tendo como referência, o ano de 2006 a folha de pagamento com encargos e salários deu 1,8% do faturamento bruto. 1,8 do faturamento foi desembolsado, vamos dizer assim, com salários e encargos. No setor petroquímico, ou nessas empresas envolvidas aí, esse valor varia em torno de 3%. E a gente tem visto muitas vezes os cortes e cortes profundos, é uma coisa que tem esse impacto.

Então, o nosso debate aqui é o seguinte, nessa discussão a questão do emprego nós temos claro e queremos deixar bem expresso aqui para os Senadores, Senador Paim, Senador Simon, outros Senadores que estão acompanhando, Senador Zambiasi, que o debate, as interlocuções que vão ser necessárias nesse processo, vão ter que ser de muita franqueza, muita transparência e muita seriedade. Muita seriedade. Nós não vamos nos iludir aqui conforme citou o Senador Simon com o perfil de uma empresa que possivelmente de uma hora para outra possa estar mudando seu perfil de gestão, seu perfil de tratamento aos trabalhadores.

Então, para nós essa interlocução, todas as interlocuções que nós tivemos que ter e vamos ter, para esclarecimentos, não os esclarecimentos que são possíveis inclusive de tornar público, como está sendo trazido aqui. A gente sabe de algumas questões que não são possíveis tornarem público, que essas interlocuções têm que ser necessária e obrigatoriamente, Senadores, com o sindicato, como nós estamos falando do setor petroquímico, [soa a campainha] nesse caso está distinto da refinaria e da questão da distribuição, com o sindicato, ou seja, com os trabalhadores, mas com as duas empresas juntas. Com a PETROBRÁS e com a BRASKEM. Porque a BRASKEM, como já citou aqui em linhas gerais, ela tem um perfil, ela opera, ela funciona historicamente, já desde a ODEBRECHT, numa frequência, vamos dizer assim, numa frequência. A PETROBRÁS funciona na outra frequência. E nós não podemos estar conversando como nós conversamos com a PETROBRÁS quando foi anunciada a negociação no dia 19 de março onde a PETROBRÁS por um lado sinalizava discutir, ver a questão de manutenção dos postos de trabalho.

Por outro lado, ao mesmo tempo que o Presidente da BRASKEM anunciava publicamente que os empregos seriam mantidos, seriam ampliados com investimentos, em reunião que nós tínhamos com representantes da BRASKEM nos era dito que as demissões seriam inevitáveis. Então para que a gente fale e trate o tema numa mesma frequência, tem que

estar, quero reiterar aqui, PETROBRÁS e BRASKEM discutindo com o sindicato. Porque nós temos certeza que a partir daí nós teremos um outro padrão, um outro patamar de interlocução e de garantias.

Um outro questionamento que a gente tem feito, que está muito centrado na questão da IPIRANGA, na compra do grupo, não é falado nas unidades que a BRASKEM tem lá no pólo, que já está sendo anunciado, o que é que vai ser feito, não é falar das unidades que a PETROBRÁS tem lá no pólo, a INOVA e a Petroquímica Triunfo, mas tem outra questão também que está esquecida. A PETROBRÁS tem na BRASKEM em nível nacional 10% de participação. E se vai haver a incorporação dos ativos da PETROBRÁS lá no sul à futura empresa que vai ser criada, acreditamos deva ser mantida a COPESUL dentro daquela mesma lógica que vem sendo tratada a questão da IPIRANGA, se vai ser incorporada os ativos da PETROBRÁS, nós defendemos, fizemos um apelo para que também seja incorporado esses 10% que a PETROBRÁS tem na BRASKEM. O que significa para que seja entendido? A COPESUL é um ativo pegando os números de balanço das empresas, aproximado, que equivale cerca de quatro bilhões de reais. A BRASKEM também pelos números divulgados pelas empresas vale cerca de oito bilhões de reais. 15% que a PETROBRÁS tem na COPESUL que tinha, significa cerca de 600 milhões. 10% na BRASKEM valem cerca de 800 milhões. Só que a fatia do lucro ou do resultado da... Que a PETROBRÁS tem na COPESUL em relação à fatia que ela tem no resultado da BRASKEM em nível nacional são totalmente desproporcionais. Para se terem uma idéia, com relação ao resultado de 2006, a COPESUL tinha resultado líquido de 664 milhões de reais. Se fosse distribuído, vamos dizer, não é assim que acontece, mas se fosse convertido tudo isso em dividendos, e distribuído para todos os participantes, a PETROBRÁS dessa fatia teria mais de cem milhões de reais. No caso da BRASKEM que teve 82, olhe bem, 8 bilhões com resultado líquido de 82 bilhões. Ou seja, só o resultado total da BRASKEM é inferior à participação que a PETROBRÁS teria na COPESUL. E nesse caso a PETROBRÁS teve na BRASKEM usando a mesma relação teria cerca de 800 milhões. Então, essa... Aliás, desculpe. Oito milhões. Já que foi 82.

Então, esse é o questionamento. Eu acho que os Parlamentares, as sociedade, têm que questionar, sim. A PETROBRÁS tem que voltar, está voltando firme para o setor petroquímico. Acho que a PETROBRÁS foi que criou o setor petroquímico, foi que alavancou já a partir da década de 60, ela tem um papel fundamental, sempre teve um papel fundamental porque ela é que tem o refino, ela que tem a pesquisa, ela que

tem a prospecção de petróleo, ela é que a principal fornecedora da matéria-prima da nafta e do gás, então ela tem que ter uma participação expressiva. Agora, esses 40% que ela vai ficar nesse negócio que esta sendo fechado, não pode significar que a PETROBRÁS deva estar subordinada aos interesses da BRASKEM. A PETROBRÁS tem que estar ativa na gestão desse negócio. Com participação ativa e representativa no Conselho de Administração e também com participação ativa e representativa na direção da empresa que venha a ser criada. E esta--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Cada um terá a participação referente ao capital. Um 60% e outro 40%.

SR. CARLOS HEITOR RODRIGUES: Ok. Entendido. O Senador coloca o seguinte: Que ela tem 40, a outra tem 60%. [soa a campainha] Nós achamos que elas têm que ter no mínimo uma participação relativa ao seu percentual na sociedade, porque sequer isso está garantido, e estamos defendendo que esses 10% que ela tem na BRASKEM seja incorporado para que seja ampliada essa participação. Porque ela possa efetivamente estar incidindo. Porque pode ter sim, e a PETROBRÁS tem essa capacidade até pelo que ela significa para o País, regras de veto e de algumas iniciativas de impedir que o mal maior possa acontecer para o setor petroquímico, e o principal, para os postos de trabalho no pólo petroquímico e para a manutenção do direito dos trabalhadores. Que hoje, enquanto que a sociedade gaúcha, e eu estou concluindo, Senador, enquanto que a sociedade gaúcha, parte da sociedade do povo brasileiro está vendo com muita euforia e com muito entusiasmado essa negociação que envolve quatro grandes grupos econômicos ULTRA, PETROBRÁS, BRASKEM e o GRUPO IPIRANGA, com muita euforia, muito entusiasmado, hoje está sendo tratado isso na imprensa e tudo, os trabalhadores do pólo petroquímico isso não há nenhum exagero, eles vivem um ambiente de extrema angustia, de extrema angustia e de apreensão com relação ao que está aí. Até o momento ninguém tem qualquer garantia de que aqueles postos de trabalho lá no pólo petroquímico serão mantidos, de que os direitos conquistados ao longo dos 20 e tantos anos, quase 30 anos desde a pedra fundamental do pólo petroquímico, aliás, mais de 30 anos, Fundação da COPESUL vão ser mantidos. Então nosso apelo aqui para que os Senadores, para quem está acompanhando esse debate, para quem está acompanhando fora daqui o que vai ser publicado, porque as empresas que a BRASKEM e a PETROBRÁS mantenham o que vem sendo dito publicamente e que garantam, que assumam aqui nessa audiência o compromisso que as interlocuções que ti-

verem que ocorrer para esclarecimento e para outros encaminhamentos sejam BRASKEM, PETROBRÁS, e Sindicato dos Trabalhadores do pólo petroquímico do Rio Grande do Sul. Muito obrigado aos senhores, muito obrigado Senador Paim, muito obrigado Senador Zambiasi e Senador Simon por ter tido a iniciativa dessa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Antes de passar a palavra para o representante da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Adão Villaverde, que é o Vice-Presidente, eu quero mais uma vez registrar a importância desse debate com a presença aqui do Senador Simon, Mesquita Júnior, Flávio Arns, Zambiasi, Senador Cristovam, Serys Slhessarenko, João Pedro, Renato Casagrande, Cícero Lucena e Rosalba Ciarlini. A pronúncia final que eu fico aqui Rosalba. Então passo a palavra nesse momento ao Deputado Adão Villaverde, representando a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul que tem acompanhado todo esse debate.

DEPUTADO ADÃO ROBERTO RODRIGUES

VILLAVERDE (RS-PT): Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon, Senador Sérgio Zambiasi, em seus nomes eu quero saudar a Senadora, e os Senadores. Quero também saudar as representações de trabalhadores, O Olioni, que representa o Sindicato de Petroleiros de Rio Grande, o Ângelo o SINTRAMICO, o Heitor que preside o SINDIPOLO, lá no pólo do Rio Grande do Sul, e queria também saudar os três representantes das empresas que participaram da primeira Mesa, Dr. Américo Filho, o Dr. José Lima Neto e o Dr. Alexandrino de Alencar. E também saudar conjunto de representações do ramo químico que aqui se encontra.

Queria, Senador Paim, em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, primeiro evidentemente agradecer o convite e essa iniciativa tomada pelos três Senadores pela dimensão e pelo significado que têm esta aquisição do GRUPO IPIRANGA por essas três empresas, a PETROBRÁS, a BRASKEM e a ULTRA, e, sobretudo, AS suas repercussões no Estado do Rio Grande do Sul. Eu acompanhava, Senador Mesquita, logo de início uma primeira pergunta que o senhor fez ainda quando o Olioni falava, porque a aquisição do GRUPO IPIRANGA teve o que já deu para perceber pelas falas teve repercussão em três grandes áreas, digamos, do setor no Estado do Rio Grande do Sul. O refino de petróleo, o setor petroquímico, que é o pólo, o refino lá em Rio Grande, o pólo lá em Triunfo, e a distribuição de combustíveis na região metropolitana na região sul conforme foi referido aqui já pelos representantes na região sul do País. Então tem uma repercussão muito forte no País. E, portanto, nós na Assembléia Legislativa já realizamos duas ou

três audiências, reuniões com os trabalhadores, com as empresas, e a posição da Assembléia nem poderia ser diferente, de ao mesmo tempo entender e compreender, digamos, por que é que se realizou esta aquisição, mas do ponto de vista dela e do Estado do Rio Grande do Sul, nós temos um olhar, uma visão, imagino os três Senadores, os trabalhadores lá do Estado e nós da Assembléia Legislativa vamos dizer assim uma dupla preocupação, uma dupla questão, digamos, que nos mobiliza. A primeira delas é isso, é que se a aquisição por um lado ela for importante, ela tem que vir acompanhada de investimentos lá no Estado do Rio Grande. Dr. Alexandrino referia, por exemplo, esse tema da parte de pesquisa e desenvolvimento, que aliás é a minha área. Isso é uma área importantíssima. Essa é uma área, por exemplo, que se a gente desloca lá no Estado do Rio Grande do Sul, tira a inteligência, o conhecimento, etc, etc. Agora é natural, evidentemente, que os trabalhadores se preocupem e é correto isso, nem poderia ser diferente, com o tema, Heitor, direto, enfim, da questão de garantia de empregos. E mais do que isso, suponho, que mais do que isso, não só garantia como querer evidentemente ampliar empregos lá no Rio Grande do Sul. O Senador Simon já referiu num dos seus pronunciamentos, clássicos, ele sempre dá um ou dois recados, mas a questão do ICMS que é uma preocupação central. Nós já estamos preocupados com essas questões.

Então quero dizer primeiro o seguinte, para nós é fundamental que esse tema tenha vindo para cá, tenha vindo para Câmara e a iniciativa dos senhores é extremamente importante. Agora, o que eu queria referir que acho que é o principal que a gente vem apanhando já dos debates que fizemos lá e cremos que esse é um pouco o sentido dessa reunião hoje nessa Comissão. Eu acho que lá na Assembléia Legislativa a Câmara e principalmente esta Comissão no Senado pelo peso que ela tem, ela pode ser um ponto de encontro, um espaço importantíssimo, aonde a gente pode fazer um conjunto de debates, afinar questões, e, sobretudo, construir o que é possível de acordo e de relações que a gente possa pactuar e criar condições de garantias de um lado que esse tipo de aquisição possa se realizar num ambiente minimamente razoável, que possa criar as condições de crescimento e desenvolvimento para o Estado do Rio Grande do Sul e para a região, evidentemente que para nós a entrada da PETROBRÁS nesse processo é muito importante. Agora, de outro lado também dar as garantias mínimas, enfim, para os trabalhadores. Porque eles são diretamente interessados nesse processo. E nós temos certeza, ainda que muitas vezes possa parecer, enfim, de que a gente sabe como é que é... Qual é o papel, enfim,

que os trabalhadores tem, né Martins, num momento desse. A gente sabe o papel dos trabalhadores. Muitas vezes uma defesa afirma, enfim, de manutenção de posto de trabalho pode até passar uma idéia de que não está vendo o tema geral, evidente que esta vendo o tema geral, mas na condição que eles estão ali no sindicato sob pressão, movimentos fortes lá, a gente tem que reconhecer que também esse é o papel que os trabalhadores têm que fazer.

Então, nós da Assembléia Legislativa, Senador Paulo Paim e Senador Sérgio Zambiasi e Senador Simon e demais Senadores e Senadoras, nós temos que criar esse espaço aqui, que é um espaço forte de influência, de muito peso, como sendo esse espaço para a gente fazer construções necessárias, algumas questões são do mercado, são da natureza das relações comerciais, etc, etc, não são determinadas por nós, Senador Sérgio Zambiasi, são determinadas por outras relações, mas outras podem ser determinadas por nós. Outras podem ser determinadas por relações políticas, pelas relações trabalhistas, pelas relações enfim de diálogo entre os setores que vão conviver junto nesse processo. E nós achamos que esse espaço tem essa dimensão e esse alcance. E é nesse sentido que nós nos colocamos. Essa é a posição nossa, inclusive de Mesa, de presidência, e de Mesa da Assembléia Legislativa não poderia Alexandrino e demais representantes de empresa, ser diferente desta posição, mas de qualquer maneira a gente quer trazê-la, Senador Simon, como sendo uma posição que a gente quer partilhar aqui com o Senado e sabe que essa é a opinião, visão e compreensão que o Senado tem. O senhor, sobretudo, que teve papel importante na época da questão do pólo lá. Na questão de um grande líder lá do Estado.

Então, nós queremos trazer isso aí, nos colocarmos à disposição e Senador Paim, mais uma vez reiterar, agradecer a todos os Senadores particularmente aos nossos Senadores que tiveram essa iniciativa, agradecer a todos, Senadores e Senadoras que terão evidentemente a compreensão de entender e compreender o significado, o alcance as repercussões, dessa aquisição ao Estado do Rio Grande do Sul para que a gente possa trabalhar de forma concertada, digamos, a construção enfim, dos resultados dessa solução. É isso, Senador, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós vamos agora... A partir desse momento vamos para as inscrições dos Senadores e Senadoras. Por uma questão de espaço aqui na Mesa eu perguntado aos nossos outros três convidados e eles podem responder do local que se encontram. Quando for o caso. Porque não tem como. Não tem como colocar

todos na Mesa. Eu gostaria de colocar os três aqui. Se for materialmente possível, eu... O Senador Simon faz um apelo aí para nossa Assessoria se é possível que eles... Se juntar mais as cadeiras. Então vamos fazer aqui um H aqui, atendendo ao nosso Senador Simon, ex-Governador do Rio Grande do Sul. Simon faz um apelo para que os nossos três convidados da ULTRA, BRASKEM e PETROBRÁS... Vamos aproximar dentro do possível. É possível? Deu para... Opa.

Então, a partir desse no momento nós vamos para o debate. Estão inscritos aqui Senador Simon, Senador Mesquita, Senador Flávio Arns, e eu inscrevi o Senador Zambiasi também já. O Senador Zambiasi está aqui. Senador Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, Srs. Senadores, prezados convidados, eu acho da maior importância essa reunião. Eu pediria, Sr. Presidente me permitisse fazer um pequeno histórico. Nos parece importante. O Rio Grande do Sul vive uma hora muito difícil. Há uma unanimidade no Rio Grande do Sul que nós chegamos num estágio onde nós temos que ver o nosso futuro. Não é mais isso, está abrangendo todos os partidos e todos os setores da sociedade. Parece que nós tivemos um tipo de desenvolvimento que atingiu seu topo, se esgotou. E nós temos que buscar o nosso rumo. Isso vem sendo discutido há muito tempo. Até o nosso companheiro repetiu uma expressão que é mais ou menos o que se disse no Brasil durante cem anos, "lá no fim do mundo". Porque vai ter pólo petroquímico no Rio Grande do Sul. Mas para que ter pólo petroquímico no Rio Grande do Sul? Rio Grande do Sul não tem petróleo, não tem... Uma refinaria dessas... O Rio Grande do Sul não tem mineiro, não tem consumo. Quando o Delfin disse isso para ele: "Pena Ministro Delfin, que o senhor não foi Ministro lá no Japão. Porque o Japão seria um conjunto de ilhas vulcânicas". Mas então tudo foi muito suado no Rio Grande do Sul. Tudo foi muito suado. Embora o Rio Grande do Sul tivesse um espírito pioneiro. Quando nós criamos a VARIG, foi uma coisa fantástica. Quer dizer, não tinha nada. Foi uma iniciativa, não tinha nada, foi uma iniciativa... Lá em Uruguaiana, quer dizer, se criou uma empresa de aviação que se transformou num exemplo para o mundo inteiro. Uma empresa, aquilo que o trabalhador falava, que era uma comunidade de trabalhadores organizada em cooperativa. E foi talvez considerado uma das maiores empresas mais modernas do mundo. E está numa posição excepcional quando vem o Presidente da República e faz uma maluquice. Que se vocês forem na Inglaterra, a empresa de transporte para o exterior é uma estatal. Na Inglaterra, é uma. Nos Estados Unidos é uma, na França é uma. No Brasil depende do Governo liberar. E a VARIG que tinha um

plano espetacular e se transformou na empresa mais moderna, mas luxuosa porque era São Paulo, Nova York era um dos postos que dava mais rendimento no mundo inteiro de aviação. De repente abriram. Então a TRANSBRASIL montou uma viagem de Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Washington e Nova York. Pela metade do preço que botaram da passagem da VARIG. Então foram levando, foram levando, foram levando. O Governo quebrou a VARIG. E o meu amigo Lula terminou de enterrar. Isso é um negócio que vai ter uma CPI para provar. Isso é um escândalo. Uma imoralidade. Essa empresa que comprou, é a primeira vez no mundo que uma empresa de ônibus compra uma empresa de aviação. A empresa de ônibus de repente é dona de uma empresa de aviação, a mais moderna do mundo. Então nós sofremos isso. Quer dizer, agora foi lá a nossa querida Igreja Universal e compra um Correio e a Rádio Guaíba, TV Guaíba. Três marcas tradicionais na nossa história, na nossa biografia, Correio do povo no mundo, no Brasil inteiro tem o seu nome. De repente não é nosso. Perdemos o controle.

Então, são coisas que estão nos marcando. Coisas difíceis que estão nos marcando.

Então, esse problema já iniciou lá no início. Para nós ter Aços Finos em Piratini foi uma guerra. Foi uma guerra. Porque o Governo não admitia indústria de aço no Rio Grande do Sul. Não tem minério, não tem consumo, não são coisa nenhuma. Nós conseguimos os Aços Finos em Piratini, o Rio Grande do Sul, com o seu dinheiro, construiu Aços Finos Piratini. Ela construiu sem um tostão do Governo Federal. Chega uma determinada altura ela foi construída para 450 mil toneladas. O Rio Grande do Sul completou o funcionamento, mas... Então ela tinha 80% já pronto para 450 mil toneladas, mas 20% era só para 150 mil toneladas. Então ela produzia 150 mil toneladas, mas com uma infra-estrutura de 450 mil.

Então, estava sendo difícil competir dessa maneira. Então precisava completar. E exatamente nessa hora que precisava completar o Rio Grande do Sul entrou na crise. Nós damos a Aços Finos de Piratini de presente para o Governo Federal, para o Governo Federal com o compromisso a se instalar uma Lei de Assembléia Legislativa com o compromisso do Governo Federal completar os 450 mil. Não completou. Privatizou. E nós não temos um tostão até agora. Quer dizer, nós construímos, demos para fazer, para ficar dela patrimônio nacional, para completar 450 mil. Não completou, privatizou e não aconteceu nada. O pólo, meu Deus, foi uma guerra, o pólo, tinha o pólo tradicional de São Paulo, um pólo que foi feito ao natural, quer dizer, não tinha tradição, não tinha tecnologia, não tinha nada, foi feito uma aqui, outra aqui, outra lá,

aí o Governo fez um pólo espetacular na Bahia, com o que tinha de mais moderno, de mais importante aí chegou a hora de crescer, de fazer mais um pólo. E deu uma guerra. São Paulo achou que tinha que ser São Paulo, tudo era São Paulo, comércio, a produção, a matéria-prima, eles achavam que tinha um terceiro pólo que devia ser a duplicação do pólo de São Paulo e os pólos de São Paulo tinha que ser modernizado, uma coisa mais moderna. A Bahia achava que tinha que ser a duplicação da Bahia. Se o negócio estava dando certo, o que tinha de mais moderno do mundo, espetacular, tinha que ser da Bahia, o Rio de Janeiro achava que tinha que ser no Rio, o Rio era o principal, a Bahia tinha passado para trás, o Rio o principal produtor de petróleo porque não o pólo, o petróleo do Rio? E lá no Rio Grande do Sul queria que fosse o Rio Grande do Sul. E por uma razão que tinha que distribuir, não podia ficar só ali. Tinha que ser uma no nordeste, uma no centro e uma no sul. Foi uma guerra, olha, foi uma guerra. Vocês não calculam, foi uma guerra, Rio Grande do Sul quase se pegou em guerra e o Presidente era o General Geisel. Talvez o Brasil não conheça isso do Rio Grande do Sul. O Brasil é quase um País diferente, nós, por exemplo, quando nós fizemos a Revolução de 30 que nós ganhamos e que foi feita a revolução de 30 contra São Paulo, porque São Paulo era tudo São Paulo, era tudo São Paulo, era tudo São Paulo, naquela época, São Paulo tinha 18% da produção nacional. O Rio Grande do Sul tinha 12%, estava em segundo lugar. Aí nós tivemos 20 anos de Getúlio, mais 5 anos de Jango, mais seis gerais durante a ditadura, hoje nós temos 7% e São Paulo 45%. Quer dizer, passaram, esses gaúchos todos, o Getúlio Vargas, 20 anos foi na minha opinião o maior Presidente do País, um homem público, o maior do Brasil, menos para o Rio Grande do Sul, não deu nada para o Rio Grande do Sul em 20 anos. Tinha para ser uma ponte entre São Borja e São Tomé, uma coligação com o Uruguai, com a Argentina, quando o Getúlio chegou na Presidência da República, os gaúchos de São Borja que tinham patrocinado a revolução, com cabeças de gado, foram falar com o Getúlio, e o Getúlio, “o que eu vou fazer por São Borja?” O fazendeiro mais afoito, “Presidente, a nossa ponte”. E o entendente que era prefeito: “Cala a boca, rapaz. A ponte é coisa nossa. Sr. Presidente, o senhor agora cuida do Brasil. De São Borja nós cuidamos” E a ponte foi sair 50 anos depois feita pelo Juscelino.

Então, chega uma hora, que foi uma dura a briga. A briga foi tão dura que o Geisel que já tinha uma certa simpatia pela Bahia, o Geisel era ligado ao pólo da Bahia, fazia parte do Conselho do Pólo da Bahia, então, ele tinha uma simpatia pela Bahia. Aí veio uma

reunião, não dá para acreditar, foi uma reunião feita onde todas as forças vivas do Rio Grande do Sul foram chamadas. Todas. Em plena ditadura. Desde o Sindicato dos Trabalhadores, o bispo, a imprensa, todo mundo se reuniu e o Geisel topou ir nessa reunião. Então nessa reunião, o Governador Guazzelli, nomeado pela ditadura, na hora de dar a palavra em vez de falar, disse: “Eu vou dar a palavra para o Presidente da Comissão, terceiro Pólo Petroquímico lá do Rio Grande do Sul, que é o Deputado Pedro Simon”. Os caras ficaram me olhando assim... Aí eu falei. Eu contei a história toda. “Olha, General Geisel, o senhor está com medo que São Paulo e Rio que não gostam muito do Rio Grande do Sul, tem mania de dizer essa gauchada, então o senhor tem o medo de dar o pólo para o Rio Grande do Sul e cobrarem do senhor. Mas, o senhor não der o pólo para o Rio Grande do Sul, o senhor vai fazer um crime para o Rio Grande do Sul”. E para surpresa de todo mundo, ele deu o pólo para o Rio Grande do Sul. Agora par o pólo sair no Rio Grande do Sul, eu falo porque foi antes de mim, principalmente com o Governador de Souza, gastou 300 milhões de dólares naquela época porque toda a infra-estrutura e toda a parte, nós já vivíamos um novo momento, não é que nem na época de São Paulo que não se falava em poluição, então, o cara pegava os resíduos, botava no Tietê, ninguém cobrava nada, na hora de fazer o pólo no Rio Grande do Sul, era uma guerra, Perto de Porto Alegre, fazer um pólo, como é que vai ficar e a água do Rio Guaíba...

Então, o pólo do Rio Grande do Sul até hoje é o pólo mais moderno do mundo em combate à poluição. Foram 300 milhões de dólares, que o Amaral de Souza gastou dinheiro do Rio Grande do Sul, e deu para nós preparar no mesmo momento em que estávamos brigando para trazer o pólo, nós preparamos e gastamos e o Governo do Estado fez o negócio para na hora, quer dizer nós queríamos deixar diante do fato consumado e o pólo foi para o Rio Grande do Sul. Ainda na época o Geisel deu um único lance, o Guazzelli embarcou. “Olha, nós vamos fazer o seguinte: Nós vamos dar o pólo para a Bahia. Então a decisão vai ser, nós vamos duplicar o pólo da Bahia, mas no mesmo ato, nós vamos assinar que o terceiro pólo, vai ser no Rio Grande do Sul” E o Guazzelli vibrou, telefonou para mim, dizendo. “Uma maravilha”. “Está doido, rapaz? Vai sair o pólo da Bahia e quando é que vai sair o nosso?” “Mas, logo”. “Que logo? Até hoje não saiu”. Quer dizer, o terceiro, o outro não saiu até hoje, se tivesse em vez de fazer o Rio Grande do Sul, duplicado da Bahia, até hoje não tinha o outro.

Então, vejam que a coisa é difícil. Aí vem a discussão, quer dizer, o Governo tinha uma tese, isso do

Geisel, eu achava correta. Como é que se constituía? 1/3 Petrobrás, 1/3 capital estrangeiro, 1/3 capital nacional. Assim que se organizava o pólo, pólo de São Paulo, pólo da Bahia, o pólo do Rio Grande do Sul. Era isso, não tinha monopólio da Petrobrás, a Petrobrás não ficava de fora, não tinha a briga entre o capital nacional e o capital estrangeiro e a Petrobrás controlava. E deu certo o negócio, estava muito bem, obrigado. Mas aí passou haver as confusões internas, o adversário na época era da química, química que tinha um poderoso auxiliar, que era o Golbery, Chefe da Casa Civil, o Chefe da Casa Civil era o homem da química, estava ali, a gente dizia quando é que vai sair, quando é que não vai sair, daqui a pouco o Golbery veio com essa conversa, mas o negócio foi avançando. E estamos aí. Nosso medo lá no Rio Grande do Sul sempre foi de transformar o pólo do Rio Grande do Sul num pólo plástico, quer dizer, nós queremos e brigamos sempre, vem cá, mas e o nego de fumo, enfim, artigos mais finos para produção de medicamento, para a produção de coisa, que o que tá lá é importante, plástica, não sei o que, mas não é o supra-sumo da importância de um pólo que tem resíduo, que tem criatividade que tem produção, que tem significado. Isso com todo o respeito até agora não conseguimos. Nós estamos com um pólo mais plástico, mais alguma coisa, transformar o pólo na essência que nós quisemos, não. Ainda não conseguimos.

Mas nós estamos nessa discussão. No ano passado tive essa conversa. Aí entramos nós, se discutiu muito isso. A Chefe da Casa Civil na época era Ministra das Minas e Energia. E discutimos, discutimos com as empresas, discutimos, o Governo se manifestou ao contrário, a Assembléia também ao contrário, nós contrários e voltou atrás. Não se falou mais no assunto.

Então, nós estamos preparados para voltar a discutir como é que vai ser, como é que não vai ser e nós fomos surpreendidos com um negócio feito. Quer dizer, uma coisa dessa natureza, e o senhor vem me dizer que temos que fazer isso, fazer aquilo, o negócio já está feito. Uma coisa muito estranha. Eu tenho muito respeito pelo GRUPO IPIRANGA, mas acho que ele devia alguma coisa para o Rio Grande do Sul. Olha que assim como o Internacional deve a sua torcida, a IPIRANGA deve o carinho que o Rio Grande do Sul bateu IPIRANGA, IPIRANGA, IPIRANGA, era nossa bandeira. De repente, não nos comunicaram, o Presidente da IPIRANGA não teve à gentileza de ir ao Palácio Piratininga comunicar, olha, nós estamos negociando. A Governadora tomou conhecimento pela Folha de São Paulo, o negócio já estava feito. O Chefe da Casa Civil que era gaúcho, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul tomou conhecimento do negócio já

feito por um jornal de São Paulo. Ninguém teve a gentileza de falar. Aí foram depois procurar o Governador, foram comunicar o negócio feito. O Governador não tinha nada que dizer, muito obrigado, tal.

Agora, eu acho que têm coisas a serem analisadas. Primeiro, eu tenho o maior respeito pela BRASKEM, pelo crescimento, pelo desenvolvimento e a minha posição é com muito carinho, quero que entenda, com muito respeito, eu gosto muito do Sr. Odebrecht, acho um empreendedor, teve um passado na minha vida que não vou esquecer muito, veja como eu estou ficando velho, velho, velho, eu conheci o Odebrecht, o primeiro, tal, conversava, tal, discutia, aí para solucionar essas discussões, marcamos um encontro. Disse, “eu vou lá no seu gabinete falar”. “Estou esperando”. Aí eu estou lá desde as três horas esperando, entro, saio, três horas, quatro horas, e cinco horas, eu saio, dou um grito, o Sr. Odebrecht vem ou não vem? Se levanta um rapazinho ali, um guri. “Eu estou aqui”. “Mas quem é o senhor?” “Eu sou o Sr. Odebrecht”. “Mas, não é o que eu conheço”. “Ah, não o que o senhor conhece é o meu pai que já completou 60 anos, e agora está na Presidência do grupo...” E aí, [risos], aliás, acho uma maneira espetacular, parece que aquele moço também já saiu. Tem que ver como é esse terceiro, já estou na terceira geração da discussão com essa questão.

Então, eu vejo é isto. Claro que intenção boa é importante, claro que vontade de fazer, sinceridade é importante, mas tem coisas que mais ou menos tem que ficar configurada para ser. Por exemplo, eu não consigo entender a PETROBRÁS. Eu não consigo entender. Eu defendi a PETROBRÁS na Comissão de Relações Exteriores quando o líder do PSDB queria fazer, considerar o Presidente da Bolívia *persona non grata* ao Brasil e exigia a demissão da diretoria da PETROBRÁS pela fraqueza da posição adotada na Bolívia quando nacionalizaram, entraram de uma maneira ridícula, quer dizer, pessoas amigas, companheiras, Presidente do Brasil, íntimos amigos, o cara fazer da maneira que fez, botando tropa Militar, aquela coisa toda. E eu votei contra, não deixei que fizesse aquilo e até o Líder do PFL retirou. Porque eu mostrei a posição do Brasil. O Brasil a rigor é o único País na América Latina, na América do Sul que pensa na América do Sul, no futuro da América do Sul, na grandeza desse território, que esse continente tem tudo para ser um grande continente. E o Brasil é que está fazendo isso, quer dizer, o Mercosul, essa coisa toda, o Brasil se preocupa com isso. Se nós tivermos uma decisão dessas nós terminamos com tudo, rompemos com a Bolívia, Argentina que não gosta de nós já fica com a Bolívia, a Venezuela já fica com a Bolívia, confusão. E eu expliquei o negócio da PETROBRÁS. A PETRO-

BRÁS está fazendo isso, mas ela vai encontrar uma solução pacífica, essa coisa toda.

Agora, vamos falar com frieza, frieza. Não seria normal se no pólo do Rio Grande do Sul, se a PETROBRÁS não quer ficar com o controle, mas que tivesse as três empresas e a PETROBRÁS fosse de árbitro. Quer dizer, Araken 45 e não sei o que, porque o problema foi uma coisa que vocês fizeram. Me perdoe a franqueza. Vocês entregaram o comando da Araken para dois pólos. Se a gente diz, monopólio não é bom. Isso é uma guerra reunir essa sociedade agora brasileira, dizer que ia terminar com o monopólio até, para nós manter o monopólio da PETROBRÁS foi uma guerra. O Fernando Henrique queria terminar. Tanto queria terminar, começou tirando a concessão. Quer dizer, a concessão dizia que monopólio estatal, é condicionalmente determinado. Não é mais. Hoje já se termina com o monopólio da PETROBRÁS mudando a lei, só tem a lei, não tem mais a Constituição. Mas foi uma guerra com o Fernando Henrique para ele recuar na privatização da PETROBRÁS.

Então, temos esse carinho, esse respeito, essa admiração pela PETROBRÁS. Achamos que ela está numa posição vanguardista e agora com essa descoberta de novas tecnologias, acho que vai ser uma coisa fantástica, mas se a PETROBRÁS ficasse ali, a BRASKEM ficasse com o controle que tem da Bahia e a BRASKEM ficasse com toda a força no Rio Grande do Sul, mas com a PETROBRÁS de voto de Minerva nós gaúchos ficaríamos mais tranquilos, me desculpe, mas mais tranquilos, porque há coisas que são naturais, há coisas que são naturais. Quer dizer, a Bahia levou e teve categoria, o Antônio Carlos ofereceu, ofereceu, nós lá do Rio Grande do Sul brincamos, não sei o que, quando foi ver, a FORD está lá na Bahia. E essas indústrias de segunda geração, essas outras indústrias que faltam no Rio Grande do Sul o nosso pólo está muito longe de ser o que era que ser. Essas novas indústrias estão ali paradas, era para ter hoje já a química fina, essas coisas todas que são as coisas que dão geração, que dão emprego, são usadas hoje na tecnologia do mundo inteiro. Nós não temos. E é natural que na hora da discussão dessas coisas São Paulo vai querer levar para ela, o Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro está vindo agora com essa produção fantástica da produção de petróleo em São Paulo, não tem o que discutir. O Presidente Lula tem um compromisso com o Rio e vai fazer o pólo do Rio de Janeiro, vai ser um pólo moderníssimo. O da Bahia é um pólo espetacular, um dos mais modernos do mundo. Então nessa discussão, São Paulo é São Paulo, daqui a pouco nos manda plantar batata, e o Governo de São Paulo bota e banca, e faz o que quer.

Então, dentro desse contexto é que a gente fica nessa pergunta. Acho certo da PETROBRÁS. Não foi um ato de... Duas coisas, uma eu não vou falar, eu não vou falar, mas foi um desprendimento exagerado da PETROBRÁS. Ah, que nós não quisemos, nós não queremos, resolvemos voltar a entrar na produção de petróleo, na produção de petroquímico, mas não queremos controle. Controle nós não queremos. Pode até não querer, mas podia. Podia fazer com que lá no Rio Grande do Sul a BRASKEM ficasse com 48%, os outros 48% não sei o que, mas a PETROBRÁS tivesse o voto de Minerva. Isso nos garantiria com todo o carinho que nós temos pela BRASKEM, eu quero que V.Exª. entenda não estamos levantando nem dúvida, nem problema, nós estamos apenas levantando que daqui a cinco anos é o pólo do Rio, é pólo da Bahia, é pólo de São Paulo para discutir e nós no Rio Grande, perdoe, nós estamos acostumado, na hora, é o disse o Deputado, é o fim do mundo, mas lá no fim do mundo.

Então, isso é que nos deixou angustiados. Isso nos deixou angustiados. Porque nós tínhamos um pólo. Hoje nós temos um pólo que é o controle, é do pólo da Bahia.

Então, é uma coisa que fica muito sob interrogação. O senhor é representante da BRASKEM, temos conversado, eles têm me procurado. A intenção deles é a melhor possível. É. É aplicar os 60 milhões, aplicar, crescer, avançar, até porque não me passa pela cabeça que a BRASKEM vá fazer um negócio desse e não vai querer crescer, não vá querer prosseguir. Se é para deixar fechar um negócio, que se dane, ela não ia entrar, se ela entrou é porque tem a melhor das intenções, quanto a isso eu não tenho nenhuma, eu não estou botando nenhuma dúvida, estou apenas dizendo que nas leis de mercado, da história, desenvolvimento e do crescimento, é o natural que daqui a sete, oito anos nós vamos ter que discutir, para onde vai essa indústria de química fina e São Paulo vai berrar de um lado, o Rio de outro, e nós? Só que nós não pitamos, quem pita é a Bahia, e a Bahia... Vá lá se tu votar contra vê o que é que o Antonio Carlos faz contigo, se tu não votar na Bahia. Vá à BRASKEM deixar de dizer que essa indústria não vai para a Bahia, vai para o Rio Grande do Sul, e decide voltar lá se o Antonio Carlos deixa o cara voltar lá na Bahia.

Então, essa questão eu considero delicada. Uma outra questão que fica nisso tudo, eu achei a deselegância da IPIRANGA. Eu tenho um carinho, são meus amigos, gente muito bacana, lutaram, e como a vida é engraçada, levaram 40 anos, só produzindo aquilo ali, não podendo produzir um litro a mais de petróleo. No final tiveram que fazer, construíram hotéis espetaculares lá em Manaus, que não tinha razão de ser,

fizeram empreendimentos dos mais variados, por tudo que é lado para aplicar o dinheiro, que foram proibidos de crescer. E na hora de fazer a liberação não foi dada uma chance para a IPIRANGA nem para competir com as empresas que viessem de fora.

Então, de repente, não sei o que, “vem cá, vocês tinham, todos os anos vinham falar comigo que era para não derrubar lei, para terminar com o monopólio para vocês poderem crescer. Agora terminou”. “Mas, Senador, terminou de uma vez, foi muito rápido o negócio, nós não tivemos chance de poder fazer acordo”. Mas quando tiveram oportunidade de crescer, de avançar, de desenvolver, em vez de usarem o nome, repare que nós temos duas marcas fantásticas a IPIRANGA e a VARIG. A VARIG foi vendida por nada, quer dizer, as linhas que nós tínhamos, quer dizer, a GOL pegou, quer dizer, quanto é que vale a linha São Paulo/Nova Iorque, São Paulo/Tóquio, as linhas mais fantásticas que a VARIG tinha, a GOL ganhou de graça, de graça, porque o Governo quis fechar a VARIG. Essa que é uma coisa dura. Aqui a mesma coisa com relação à IPIRANGA. A IPIRANGA poderia nesse meio, no meio dessa discussão que deu, em vez da IPIRANGA cair fora ela teria, eu acho até que vocês três, vocês três concordariam que ela participasse, que ela fosse adiante. Eu acho que ela não saiu fora por causa de vocês. Ela saiu fora porque quis sair fora... 4 bilhões. Não sei se eu também não saía. [risos], mas a verdade é que a IPIRANGA tinha um compromisso, como diz os trabalhadores. Foi ela e milhares de trabalhadores durante dezenas de anos. E foi embora sem dizer adeus. Não falou conosco, não falou comigo que tenho, passei 14 anos na Assembléia Legislativa, 16 anos na Assembléia Legislativa e estou há 25 anos aqui e não houve ano que a IPIRANGA não vinha aqui, agora com todo o problema, com o petróleo a nível internacional, foi a quase 70, 80 reais e a IPIRANGA estava quebrando, como é que ela ia produzir petróleo? Nós entramos, fomos lá, conversamos com a PETROBRÁS, temos que resolver uma forma, a IPIRANGA não tem como comprar petróleo a 75 dólares e vender e competir com a PETROBRÁS que tem o petróleo dela, petróleo dela.

Então, e a PETROBRÁS teve o gesto, grandeza, segurou e garantiu que a IPIRANGA fosse adiante. Isso fomos nós que fizemos. Na hora difícil eles já falaram conosco, na hora dos 4 bi eu não ia querer dinheiro nenhum, juro que não ia querer. Nem me passou pela cabeça, mas pelo menos conversar, falar, discutir, essas coisas que nós estamos falando aqui. Eu acho que nós tínhamos o direito de ter podido falar com a direção da IPIRANGA. Eles foram deselegantes com o Governo, deselegantes com a classe política e deselegantes com o Rio Grande do Sul. Portanto, que eu acho até engra-

çado, porque não tem um representante da IPIRANGA aqui? Eles deviam vir com a maior categoria. Eles não roubaram, a IPIRANGA não é dinheiro roubado, não venderam para estrangeiro, não fizeram agiotagem, não fizeram nada, fizeram um negócio limpo, negócio é correto, está tudo bem-feito, por que a IPIRANGA não está aqui? Porque o representante da IPIRANGA não vem conversar, dizer, olha, foi isso, foi aquilo, por que eles não vem aqui, porque no fundo eles estão com vergonha. Eles sabem que fizeram um negócio que de repente se dane, cansaram da luta e foram embora, mas até para cansar da luta, ir embora, podia dar uma explicação, a gente podia conversar e talvez até nessas condições a gente conseguisse uma condição melhor, mais favorável da PETROBRÁS no sentido de pelo menos eles continuarem com a refinaria lá de Rio Grande com outras, pegava esse dinheiro, venderiam, e ficava a PETROBRÁS garantindo para aumentar a produção e garantir uma produção em escala suficiente nas refinarias de Rio Grande, que é o que eu sempre pensei que podia acontecer.

Por isso é que nós vivemos essa situação, a última que corre em Porto Alegre, eu não acredito, mas é que o PÃO DE AÇÚCAR vai comprar a rede mais importante de supermercados que nós temos no Rio Grande do Sul, mas aí não sei o que vai acontecer, nós vamos, nós vamos... Por isso eu acho que se fosse possível e aí o representante, o Deputado Villaverde, diz muito bem nas reuniões que ele está fazendo em Porto Alegre, se dessas reuniões a gente pudesse botar no papel as conclusões mais concretas e levasse adiante, porque isso tudo vai passar, os jornais estão aí, isso acaba, não sei, e o que vocês têm hoje é um contrato assinado que diz isso. É tanto para aqui, é tanto para ali.

Se nós fizéssemos uma série de coisas a serem feitas, ia garantir, acho que é o mínimo que nós tínhamos direito a pedir. Por exemplo, nós do Rio Grande do Sul, [inaudível] o próprio [inaudível]. Se ele pensar, IPIRANGA vai embora, arrecadação de todos esses postos, acelera no Rio Grande do Sul, quer dizer, arrecadação vinha para o Rio Grande do Sul, de repente desaparece, vai para o Rio, o que nós vamos fazer? E se o pólo BRASKEM está lá, o Pólo Petroquímico Rio Grande do Sul, a sede é em Rio Grande do Sul, é lá em Triunfo, está lá, se de repente é uma coisa só a BRASKEM resolve levar embora, quebra o Rio Grande. As duas maiores fontes de arrecadação... Então essas coisas deviam ser colocadas no papel com clareza para saber o que vai acontecer com a gente. O que vai acontecer com a gente, até com o Governo, com a economia do Rio Grande do Sul.

Olha, o Rio Grande do Sul hoje se perder a arrecadação do pólo petroquímico e se perder a arrecadação da IPIRANGA, eu não sei, é um quebra que já estamos quebrados, não sei aonde vai parar.

Então, eu acho, Presidente, que uma forma objetiva e clara, além de chorar que nem a gente está chorando e tal, mas tem coisas que não dá mais para fazer, daqui para diante nos reunir, e pudemos trazer nós e a D^a. Dilma com todo o respeito, todo o carinho, que é uma grande Primeira Ministra, candidata a Presidente da República, uma mulher extraordinária, mas ela é do Rio Grande do Sul, ela nos deve porque ela participou disso tudo e a D^a. Dilma não pegou o telefonema para dizer para a colega dela Governadora, olha, nós estamos fazendo isso, nem para o amigo dela aqui o Pedro Simon, olha Senador estamos fazendo isso. Ficou quietinha, quietinha, mas a D^a. Dilma pode nesse momento fazer essa participação, que é ver como é que fica o Rio Grande do Sul nessa questão. Bem não fica, mas pelo menos que não fique tão mal. Eu agradeço a todos os senhores, quero dizer ao meu amigo da BRASKEM, que eu tenho muito carinho, muito respeito pela direção e tenho muita confiança nesse sentido, mas que a minha fala é uma fala eminentemente fria em termos de Rio Grande do Sul. A nossa PETROBRÁS eu fico nessa angústia, né. Eu estou aqui, eu comecei, V.Ex^a. não tinha nascido lá quando nós batamos, subimos e fizemos a torre de petróleo lá na Praça da Alfândega e fizemos e construímos a fonte e apoiamos a polícia, defender o monopólio do petróleo e viemos nessa luta, eu me lembro os congressos dos estudantes, o mundo muda, monopólio do petróleo, monopólio do petróleo, era coisa comunista, foi vindo, foi vindo, hoje nós temos orgulho da PETROBRÁS. Os senhores nos abandonaram um pouquinho o Rio Grande do Sul. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós combinamos aqui na Mesa e com os Senadores, que os Senadores farão uso da palavra a Mesa no seu conjunto cada um fará as suas considerações. Nós temos quatro Senadores inscritos, Senador Mesquita Júnior, Senador Zambiasi e Senador Wellington Salgado. Senador Mesquita Júnior.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Presidente, eu peço desculpa por ter demorado, estou encabulado agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, V.Ex^a. foi Governador do Estado, tem... Geraldo Mesquita Júnior. Tem uma história que a maioria não conhece em relação ao próprio pólo e a IPIRANGA. Eu acho que o senhor deu uma aula aqui para todos nós, e com certeza será produtivo, inclusive, encaminhamento final, que nós estávamos conversando

aqui na Mesa que eu até ficaria muito satisfeito que a Comissão de Direitos Humanos que coordena esse evento junto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Economia possa construir, quem sabe esse documento, fruto até de uma Ata dessa reunião histórica aqui. Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Bem, Senador Paim, caros colegas Senadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador me permite, o Senador Wellington Salgado pediu a palavra e o Senador João Pedro. Só para dizer o que o Senador João também está inscrito. Ele havia pedido a palavra, ele também está inscrito, mas a palavra está com V.Ex^a.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Quero cumprimentar os convidados aqui, tiveram a oportunidade de se manifestar cada um com seu ponto de vista e ouvindo aqui o Senador Pedro Simon e resgatando algumas coisas que foram ditas aqui. Eu vou dizer de início o que eu teria normalmente que propor ao final. E vou justificar porque farei isso. O que eu quero dizer e propor, Senador Pedro Simon, Senador Paim, Senador Zambiasi, sobretudo vocês três, é que nós constituamos uma Comissão Especial desse Senado Federal para acompanhar esse grande negócio que se constituiu a partir do Rio Grande do Sul e no nosso País. E vou justificar a razão dessa proposição. Nós acompanhamos aqui com angústia, com sofrimento, com tristeza o desenrolar e o desfecho do que o Senador Simon falou do enterro da VARIG. Eu tenho a impressão Senador Simon, que se nós tivéssemos 3 anos atrás, 4 anos atrás endurecido o jogo, constituído uma Comissão Especial de Senadores para acompanhar, olhem, e não foram poucos os avisos que nós recebemos do corpo funcional da VARIG, né, da sociedade, um verdadeiro clamor, nós tivemos aqui audiências, conversas e tal, mas eu tenho a convicção que se nós tivéssemos constituído uma Comissão Especial de Parlamentares para intervir, acompanhar *pari passu* o que estava acontecendo com relação à VARIG, eu não sei Senador Simon se o destino dela seria exatamente o que teve hoje, né. A VARIG debaixo de uma pá de cal, coisa inacreditável. Disse bem o Senador Simon, esse foi um negócio que pegou a todos de surpresa, né. Um processo que teve um desfecho agora, mas é um processo que se reabre, é um processo em cima e sobre o qual nós deveremos ter a máxima atenção porque aspectos absolutamente preocupantes cercam essa negociação. Eu fico, assim, leigo, mas tentando entender o que é que está acontecendo. Por exemplo, na minha cabeça nenhuma empresa se desfaz de um negócio quando esse negócio é muito bom, o Olioni

passou 20 minutos dizendo, cantando loas acerca da IPIRANGA. Se o negócio era tão bom assim porque se desfazer dele? Normalmente o que acontece é o seguinte. Quando um complexo empresarial, industrial vai muito bem o mais das vezes o que acontece é ele comprar outras empresas, incorporar outros ativos, outras empresas Paim. Essa é que é a lógica da coisa e não o contrário, quando vai muito bem não se desfaz do empreendimento. O que houve aqui foi exatamente isso. Segundo o Olioni a empresa estava muito bem e se desfez do grande negócio que era.

Eu não quero, olha, com todo o respeito, não tenho aqui o direito de estar levantando suspeita sobre absolutamente nada aqui, mas é a história que nos informa, a história de negócios dessa natureza e desse porte principalmente do nosso País, a história nos dá exemplos e não são exemplos muito interessantes do ponto de vista do povo brasileiro, do consumidor, dos trabalhadores, né. O que é que acontece normalmente com as exceções de praxe? Quando um complexo empresarial industrial se junta com outro complexo industrial empresarial no nosso País, duas coisas costumam acontecer, duas mãos assim, eu vou até simbolizar a coisa. Um complexo aqui, outro aqui se juntam normalmente é para enforçar o pescoço do consumidor. Isso acontece em regra. Isso acontece em regra. Normalmente as duas mãos se juntam para dar com uma enforcada no consumidor e na população. Quando não ocorre simultaneamente o seguinte as duas mãos enforcando o consumidor e garroteando o público interno, ou seja, trabalhadores, aqueles que fazem parte, sim, do complexo empresarial, né. E que, talvez, seja a parte mais importante nesse complexo empresarial, né. Porque sem eles eu duvido, né que o empreendedorismo, a boa vontade, inclusive o capital vá para algum lugar sem o conjunto dos trabalhadores, então, é algo que me preocupa muito porque repito, o histórico no nosso País nos diz exatamente isso.

Eu mostrei, inclusive, para o Senador Simon aqui, o retrato não é nem preto e branco é colorido, o retrato de uma passagem, de uma situação para outra que traduz tendência à concentração, a monopólio, a cartelização de negócio, está aqui o retrato.

Senador Wellington, olha, antes razoavelmente distribuído o negócio e depois do negócio. Olha aqui. Isso aqui é algo extremamente preocupante. Algo extremamente preocupante.

Então, olha, não se trata de querermos interferir na atividade econômica. Não se trata disso, não. Agora, os precedentes que dizem respeito, inclusive, a verdadeiras bandeiras instaladas no Rio Grande do Sul e com projeção nacional como a própria VARIG, né, o que aconteceu com a VARIG não nos dá o direito de

nos furtarmos a participar dessa, a acompanhar esse processo, acompanhar mesmo, acompanhar. Saibam os senhores que a bancada dos Senadores do Rio Grande do Sul aqui se eles que estão mais atentos à questão, se eles apontarem para distorções, para possibilidades de o Estado mais uma vez ser sacrificado, né, Senador Simon lembrou muito sutilmente aqui. E o ICMS? É uma questão séria essa. Saibam todos que se a bancada do Rio Grande do Sul sinalizar aqui e apontar fatos graves que possam vir a acontecer que traduzam prejuízo ao Estado, prejuízo aos trabalhadores ali instalados eles terão solidariedade irrestrita dos outros 78 Senadores daqui. Vocês podem ter certeza disso. Podem ter certeza disso.

Portanto, Senador Paim, não quero me estender, eu quero me fixar na proposta que eu estou fazendo aqui de Constituição de uma Comissão Especial de Senadores, me coloco, inclusive, à disposição para compô-la, para que a gente acompanhe minuciosamente esse processo, o desenrolar desse processo doravante, porque já que não tivemos a possibilidade de participar, sequer, da discussão, do desenrolar das tratativas, né.

Então, o desdobramento desse processo deverá sofrer um monitoramento próximo e severo, severo no bom sentido, severo no sentido de que as coisas precisam correr a contento. Esta é a minha proposta e repito. Me coloco à disposição caso essa Comissão seja constituída para que a gente possa manter esse assunto 24 horas no ar. Entende? Para não permitir que, para que a gente não seja pego de surpresa mais uma vez. Já fomos no fechamento do negócio. Agora, o fechamento de um negócio desse pode ter desdobramentos graves e sérios. É aí que eu estou me referindo. Se não tivermos um monitoramento próximo ali 24 horas por dia nós podemos ser mais uma vez surpreendidos e depois não adianta a gente ficar chorando o leite derramado. Temos que evitar que ele seja derramado.

Portanto, é essa a minha proposição Senador Paim e mais uma vez parabênzulo a iniciativa dos três Senadores do Rio Grande do Sul de trazer uma questão complexa como essa para a discussão nessa Casa, né, com repercussão em todo o País.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Senador Paim, colegas aqui presentes, Senador Simon fez uma exposição didática, histórica pela própria memória que ele traz de todo o processo da questão petroquímica no Estado, foi um dos precursores de todas as negociações e, portanto, acho que foi uma

verdadeira aula para todos nós, essa é a manifestação que Simon trouxe aqui.

Eu repito aqui, Paim, na intervenção que fiz contigo, na primeira manifestação que tivemos no Plenário, inicialmente do nosso ponto de vista, foi um grande negócio para a BRASKEM, para a PETROBRÁS, para a ULTRA e para a IPIRANGA, de outra parte há uma certa frustração no processo também, para nós, porque há um ano, dois anos atrás nós acompanhamos os representantes da IPIRANGA aqui de porta em porta, de sala em sala pedindo socorro e lá estávamos nós fazendo reuniões numa delas, até o Governador Rigotto, se eu não me engano esteve presente aqui, reuniu toda a bancada gaúcha e recebendo a solidariedade do Congresso Nacional e de repente acontece um processo desses surpreendendo a todos. É claro que gera uma expectativa negativa especialmente com aqueles que de um momento para outro se vêem sob as ordens de um novo padrão. E eu vivi experiência assim na minha vida privada, eu vivi a venda de um grupo que eu trabalhava para um outro. Eu passei 60 dias, sem conhecer os novos diretores, sem saber quem era, passando por mim, não me cumprimentando, talvez não tenham idéia do significado da estima de um trabalhador quando acontece um fato desses. Isto é altamente relevante. Um negócio desse tamanho. Preocupar com a auto-estima do sujeito que eu não cumprimento? Sim. Tem que se preocupar com a auto-estima, porque ao final a produção depende da auto-estima desse cidadão e dessa cidadã. Isso realmente é muito sério. E são, pelo que eu estou vendo aqui do documento distribuído para o Sindicato dos Trabalhadores, são 2.200 trabalhadores dos 2.500 que estão no pólo, que passam sob o comando do novo padrão. Quer dizer, é realmente algo extremamente angustiante. Quer dizer, são dois sentimentos, de um lado para nós aqui no Congresso, aquele sentimento de termos sido traído pela IPIRANGA, pela família, porque os representantes da família estiveram aqui, vieram falar conosco, quer dizer, no momento em que o calo estava apertando, no momento em que a crise internacional estava vendo essa matéria do Jornal Valor, está muito interessante aqui, quando o setor estava chegando a quase um colapso, a mobilização do Congresso, bancada gaúcha, Parlamentares de todos os Estados que de alguma maneira tinham algum tipo de interesse, abordados constantemente no nosso papel, fizemos o nosso papel, acho que trabalhamos intensamente no sentido de resgatar, de recuperar e de sermos parceiros. E de outro lado esta preocupação me parece uma das maiores.

Então, se até agora, de forma muito pragmática, se até agora esse negócio foi bom para a BRASKEM,

para a PETROBRÁS, para a ULTRA e para a IPIRANGA, nós precisamos da garantia de que o negócio seja bom para o Rio Grande do Sul, para os trabalhadores do setor, que se transmita o compromisso, que se trabalhe a auto-estima daquele sujeito que trabalha a noite toda, ou todo dia, chega de manhã cedo, chega à noite do seu turno na expectativa de... Estar demitido? Então, esse é um compromisso muito sério. E também, né, de um lado, Carlos Heitor, aquela questão da euforia que se colocou aqui, dá até para compreender. No momento em que o Rio Grande do Sul pena uma das suas maiores crises financeiras da história, traz aqui, está quase mendigando junto ao Governo Federal, uma solução para os seus problemas, com a federalização das estradas, com a dívida da CE, para a gente chegar a dois bilhões de reais, no momento em que o Estado não tem dinheiro para pagar seus servidores, acontece um negócio desse tamanho, dá a sensação de que tem gente que ainda acredita no Estado, então, acho que a questão da euforia, Carlos, foi neste viés. Olha, apesar de toda a crise um negócio desses ainda ele mexe um pouco com os valores do Estado.

E por último como o Simon abordou, realmente a questão que preocupa enormemente, se nesse momento já não tem arrecadação para pagar os servidores, imagina se houver uma queda na arrecadação do ICMS. E, talvez, seja o ponto, então os dois fatores fundamentais no processo. A relação com os trabalhadores, o compromisso, se tem investimento primeiro não demitir, segundo contratar. E por outro lado este outro aspecto, agora esse novo fator, Alexandre, está começando a percorrer a preocupação do Estado que é a dúvida sobre possível perda da arrecadação do ICMS que isso seria extremamente grave, provocaria seguramente uma reação muito, muito, muito séria. A euforia da semana passada pode se transformar num sentimento de frustração o que não seria bom.

Então, essa, talvez, uma manifestação do grupo seja também realmente muito interessante. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Senador João Pedro para que faça as suas colocações e perguntas que assim entender à Mesa.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Bom dia a todos e a todas, eu quero dizer ao Presidente Paim, Senador Paim que eu estou inaugurando a minha participação numa Comissão, assumi ontem no Senado da República, na vaga do Senador Alfredo Nascimento que está trabalhando, que foi convidado pelo Presidente Lula para voltar ao Ministério e eu espero que ele faça um exitoso trabalho e quero fazer aqui uma reflexão às lideranças do Rio Grande do Sul, aos Senadores que

provocaram essa Audiência Pública para refletir uma questão. Essa relação das empresas, do capital com a sociedade civil. Parece que se pode tudo, né, e essa, o princípio da incorporação, da ampliação é correto, mas o que não dá é para as lideranças do Rio Grande do Sul, a sociedade, os sindicatos ficarem à margem de um processo que eles dizem exitoso, grandioso.

Então, e nós estamos brigando por uma sociedade justa, democrática, e democrática é isso, é compartilhar, é refletir. Tem que ser bom para todos. E eu tenho o maior carinho pela história da PETROBRÁS e a PETROBRÁS faz muito na minha região, vem fazendo, espero que faça mais lá no Amazonas, não é, lá em Cauari, a PETROBRÁS tem, aplaudo a postura da PETROBRÁS e a sua história, ela nasce, né, no sentimento grandioso do povo brasileiro, mas é preciso ter um olhar. Para mim essa discussão tem vários simbolismos. E eu venho aqui falar para combinar uma relação, olhar lá do Norte, já falou o Acre, e o Amazonas. Têm os interesses regionais, mas esse assunto não diz respeito ao Rio Grande do Sul, diz respeito a uma relação, né, de interesse nacional. De interesse nacional.

Então, eu quero aqui compartilhar das preocupações dos sindicatos, das lideranças, da Assembléia Legislativa, né, no sentido de nós acompanharmos essa Carta Compromisso das três empresas rigorosamente, rigorosamente acompanharmos isso. E a minha fala é nesse sentido, de zelar, de fazer com que o Brasil cresça numa relação mais transparente. Considero um desrespeito, eu vivo numa região que dorme, né, e acorda com preocupações pelo número de empresas que lá estão, essa experiência da Zona Franca, mas aqui e acolá os procedimentos são os mesmos, decisões importantes onde as lideranças, a sociedade civil ela é acordada, né, em sobressalto porque não participou.

Então, isso é uma relação para mim ultrapassada e nós precisamos lutar pelas relações transparentes e de respeito à sociedade civil.

Então, essa, o Senador Pedro Simon levantou uma questão além de conhecer nesse debate a dívida do Presidente Getúlio Vargas com o Rio Grande do Sul. Eu tenho dívidas, né. [risos]. E desse grande Presidente, desse grande brasileiro, mas eu quero, então, prestar, ficar ao lado de vocês e me colocar à disposição de acompanhar esses compromissos. O negócio foi feito, mas é inaceitável esse tipo de relação, de relação com a sociedade civil nesse caso com as lideranças do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra ao último Senador inscrito, Senador Wellington Salgado, lembrando que participa-

ram hoje desse debate 16 Senadores de forma direta e indireta que estiveram aqui, registraram a presença e deixaram a solidariedade a essa Audiência Pública das três Comissões a pedido dos três Senadores do Rio Grande. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Caro Presidente Senador Paulo Paim, demais componentes da Mesa, Senadores presentes. Eu fiz questão de estar presente aqui Senador Paim porque toda a minha vida eu sempre ouvi falar que o povo do Rio Grande do Sul e tenho certeza disso é um povo trabalhador, acorda cedo, trabalha, luta, vai dormir tarde, e, no entanto, a gente vem observando que desde a mudança de uma empresa de veículos para a Bahia, que é uma conquista da Bahia, vem acontecendo uma série de fatos que vem enfraquecendo a economia do Rio Grande do Sul. Isso me deixa um pouco preocupado e até mesmo porque eu vejo a atuação dos três Senadores do Rio Grande do Sul nessa Casa. Os Senadores lutam o tempo inteiro pelo Rio Grande do Sul, inclusive, Senador Paim, Senador Pedro Simon, Zambiasi, eu procuro me inspirar muitas vezes, até comento com os senhores, para defender Minas da mesma maneira que V.Ex^{as} defendem o Rio Grande do Sul, mas a gente vê que a todo o momento acontece algum fato que acaba enfraquecendo a economia. A gente vê as dificuldades que a Governadora vem passando, o Senador Pedro Simon, discutindo, procurando, V.Ex^a. também Zambiasi, saídas para poder superar a crise, independente de partido, independente de ideologia, independente de raça, de credo, vocês estão sempre lutando pelo Rio Grande do Sul. E vejo também dois grandes Ministros fortíssimos, que é a Ministra Dilma, a quem eu sempre defendo, vejo o carinho que ela tem pelo Rio Grande do Sul e o Ministro agora da Justiça o Tarso Genro. Quer dizer, o Rio Grande do Sul tem força nesse Governo, não só pela atuação dos Senadores, mas também pela presença dos Ministros, muito reconhecido pelo Presidente.

Eu não sou contra incorporações de maneira alguma. Eu sou contra incorporações que no mundo atual que nós vivemos que é um mundo em que as empresas exercem a liderança, não é mais aquela relação de emprego e empregado, tem que ser uma relação de liderança no bem para todos, eu vejo isso. Eu sinto nas empresas que eu lidero que muitas vezes você tem que tomar algumas atitudes perversas, digamos assim, mas eu procuro sempre quando eu estava à frente das empresas da minha família procurava sempre fazer algo que me levasse a cuidar desses colaboradores dessa empresa da melhor maneira possível e que a empresa estando bem todos vão estar bem, isso aí eu sempre defendi isso, e consegui ser respeitado nas empresas

que eu liderava por essa razão. E até mesmo quando a empresa ia bem todo mundo ia bem.

Agora, eu fico muito preocupado com essa situação porque, e quero deixar bem claro aqui que estão presentes os dois Senadores, mas está presente aqui o meu inspirador político e eu acredito de muitos Senadores dessa Casa que é o Senador Pedro Simon, um homem que luta pelas causas justas, e que qualquer documento, Senador Pedro Simon, Senador Zambiasi, Senador Paulo Paim, visto que é um problema que V.Exª. tem um conhecimento muito maior do que o meu conhecimento sobre o assunto, mas qualquer assinatura que necessite, claro, que não sendo contra Minas, [risos] para deixar bem claro que eu vou assinar porque já estando Pedro Simon eu já assinaria direto, mas estando Paim e Zambiasi aí nem se fala, aí a assinatura é com força, mas profunda e com mais tinta, digamos assim, porque realmente é um pouco assustador, eu vejo o Rio Grande do Sul se esvaindo, eu vejo aquela economia forte, eu sinto que alguma coisa vem acontecendo, e é preocupante essa situação. Será que os impostos vão ser recolhidos na matriz, vai ser recolhido lá, aonde vai ser a matriz, quer dizer, toda uma questão que tem que ser debatida, além do emprego, porque se tirar recurso, o que a gente tem que fazer, eu sou até suspeito porque São Paulo realmente daqui a pouco vai pedir a independência, porque está levando tudo. Já levou, foi beneficiado historicamente, né, porque o País botou o dinheiro lá para criar as empresas automotivas, e com aquilo desenvolveu todo o Estado e hoje 50% do óleo brasileiro é gasto em São Paulo. Não é isso? 50% do óleo brasileiro gasto em São Paulo, você deve ter uma informação parecida.

Então, quer dizer, fica difícil. Se não tiver alguém controlando essa distribuição e administrando a melhor maneira possível não só o Rio Grande do Sul vai sofrer como outras partes do País.

Então, Senador Pedro Simon, Senador Paim, Senador Zambiasi, eu queria dizer a V.Exª. que dependendo da assinatura desse Senador por Minas que eu acredito piamente no documento que V.Exª. possa mandar para mim, vou assinar, vou defender, vou encaminhar porque realmente não pode nós termos aqui pessoas com uma insegurança no olhar que a gente está vendo agora. Todo mundo quer sair de casa, trabalhar e voltar para casa sem nenhum fato novo no meio do caminho. Acho que isso é o que todos nós queremos, chegar, trabalhar, saber que no final do mês, ou da quinzena, vai ter seu ordenado e vai proporcionar para a sua família, o melhor, que puder, aquele salário conseguido com suor e o povo do Rio Grande do Sul sua a camisa. Não tem história do povo do Rio Grande do Sul que não trabalha, nunca vi

em lugar nenhum, nem em livro, nem na história que eu li e reli nos livros todos.

Então, eu queria dizer o seguinte Senador Paim, Presidente dessa Comissão, que documento que precisar assinar, o que tiver que encaminhar, o que tiver que acompanhar, para que haja uma solução onde seja resguardado os impostos do Rio Grande do Sul, sejam resguardados os empregos desses pais de família que aqui estão, que V.Exª... Senador Pedro Simon nem se fala, Senador Pedro Simon é... Sou fã do Senador Pedro Simon, já me deu... Já me apresentou em alguns momentos que alguns tinham dúvidas sobre a posição do Pedro Simon, ele falou: Que isso, sou peemedebista, do Rio Grande do Sul, minha posição é essa. Ele serve de exemplo para mim na minha vida pública. Senador Paulo Paim, não vou me alongar mais, conte com meu apoio total as posições colocadas pelos três Senadores do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado Senador Wellington. Eu procuro aqui na forma de encaminhar os trabalhos ser muito coerente, e como na abertura com que falaram primeiro os representantes do investimento feito, agora eu vou inverter, vão falar primeiro os representantes dos trabalhadores e em seguida falarão os representantes do investimento, ou seja, os três setores aqui tanto a ULTRA, a PETROBRÁS e a BRASKEM.

Então, na ordem de inversão eu passo a palavra de imediato ao Carlos Heitor Rodrigues, Presidente do SINDIPOLO. Eu quero só lembrar a todos o nosso problema de horário, às 14 horas nós iniciamos o Plenário, então, vamos tentar dirigir de forma tal que a gente consiga concluir essa nossa Audiência Pública até às 14 horas.

Então, eu pediria que cada um nas suas considerações finais aqui na Mesa fosse o mais objetivo possível. Eu acho que nesse momento da Audiência Pública, eu vou tomar a liberdade de dizer para a Mesa, não dá mais para a gente fazer uma análise do processo. Eu faria mais um pedido que ficássemos na linha do encaminhamento porque esse é o grande objetivo dessa audiência e que no final eu tentarei, inclusive, contribuir nessa linha ainda do encaminhamento concreto. Pois bem, o chegamos aqui o fato é esse, todos fizeram aqui a sua exposição, como fica o amanhã? Então, eu faço um apelo ao Heitor nesse sentido. Com a palavra o Heitor, Presidente do SINDIPOLO.

SR. CARLOS HEITOR RODRIGUES: Primeiro a gente tem que registrar aqui a nossa avaliação aqui o quanto ficou evidente aqui a sensibilidade dos Senadores que se manifestaram sem desconhecer a importância do negócio que foi feito, mas a sensibilidade quanto ao ambiente que os trabalhadores estão

vivendo no pólo petroquímico. De fato isso ficou muito claro, muito evidente aqui.

Surgiram várias propostas aqui por parte dos Senadores, Deputado Villaverde teve também propondo aqui e que na verdade não são contraditórias, né. E dentro do que a gente colocava Senador Zambiasi, nossa observação com relação à euforia é de que hoje a euforia, o entusiasmo daqui a pouco cai no esquecimento e os compromissos no momento da euforia e aí acaba as coisas na prática lá, no chão de [inaudível], como a gente diz, acontecendo.

Então, a partir de algumas manifestações do Senador Simon, Senador Zambiasi, Deputado Villaverde, Senador Paim, os três Deputados, que não é só desse processo, processo anterior, inclusive, a questão da troca de ativos, os três, esses três Senadores, desculpe. Os três Senadores, que a gente aproveitasse aqui, como sugestão, inclusive, como é que os Senadores, os outros Senadores, inclusive, interpretam, né, que esse fosse um momento, esse grupo de Senadores do Rio Grande do Sul, obviamente, dentro daquilo que o Senador colocou ali, se precisar do apoio, procure estabelecer aqui com as empresas, eu vou falar, aqui, é claro, não estou autorizado aqui na questão da distribuição, nem pela questão da refinaria, mas vou falar, claro que o pessoal vai se manifestar, mas que procure agora com as empresas, Senadores, com os outros que se agregarem aí, tirar um documento, né para que esses compromissos que venham sendo anunciados, sejam formalizados. Reiterar que nesse documento uma coisa, assim, hoje são 3.500 trabalhadores indiretos no pólo terceirizados, 2.500 diretos. Então, esse é o número do pólo hoje, né.

Então, para que nesse documento sejam amarradas as garantias a ele que não haverá demissões, que serão mantidos os postos de trabalhos existentes no pólo hoje de que os direitos a exemplo, por exemplo, do que foi atacado lá na Bahia, o Plano Petros, que a BRASKEM sabe muito bem, pessoal do sistema PETROBRÁS aqui, sindicalistas sabem o que é, entre outros direitos, sejam mantidos. Não é nem uma proposta, é uma sugestão para que nossa ser avaliada, né. Acho que a proposta do Senador Mesquita Júnior foi muito interessante a proposta, né, de manter, uma Comissão Permanente e agora nosso entendimento, meu entendimento, que eu acho que as coisas são muito rápidas e como elas são muito rápidas e muito dinâmicas, a gente tem que ir amarrando formalmente algumas coisas para que daqui a pouco não se veja que fomos atropelados com o anuncio desse negócio. Então que a gente tenha já as devidas amarrações. Obrigado Senador, obrigado Senador Paim, Zambiasi, Simon, já estou encerrando e os Senadores que estiveram aqui

presentes, as pessoas que vieram aqui acompanhar essa importante Audiência Pública aonde de fato foi focado o debate na questão, além do negócio que está em andamento a questão do interesse da sociedade, interesse dos trabalhadores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço agradecer ao Heitor, tinha dado em torno de 4, a 5 minutos, ele não usou, inclusive, o tempo, espero que todos de forma objetiva para nós não iniciarmos todo um processo de debate na linha do encaminhamento. Faço de novo o pedido. Passo a palavra ao Ângelo Carlos Martins, Presidente da SITRAMICO.

SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS: Eu fico muito satisfeito com essa Audiência Pública, e principalmente por se dar na Comissão de Direitos Humanos, porque nós estamos falando aqui é de coração, falando de alma, e isso é importante que a IPIRANGA sempre teve com essa relação com o Rio Grande do Sul.

Então, os Senadores foram de uma magnitude e aprofundaram esse assunto muito importante e fundamental para nós. Só gostaria de complementar de que na distribuição de derivados de petróleo aonde nós temos mais ou menos no Brasil 34 mil postos de gasolina, que isso aí quer dizer mais de 300 mil trabalhadores, a IPIRANGA tem mais ou menos 4.020 postos, isso quer dizer que tem uma relação direta entre a base de distribuição e o posto de revenda. Qual será a filosofia da ULTRAPAR? Até agora eu conheço a filosofia da IPIRANGA, da ULTRAPAR, através da ULTRAGAZ eu sei da relação com a ULTRAGAZ, que é terceirização, terceirização, terceirização. Quer dizer, precarização de trabalho.

Então, essa questão é fundamental para nós, para nós trabalhadores e eu gostaria de encerrar colocando de que a questão da marca, a questão do povo gaúcho e essa relação do Brasil que investe no Brasil, mas de que Brasil nós estamos falando? É do Brasil dos trabalhadores? Se esse negócio é um negócio que é bom para os empresários teria que ser bom também para os trabalhadores. Agora será que não é assim que estão fazendo a distribuição de renda neste País, 80 herdeiros hoje estão com uma distribuição de quatro bilhões de dólares. E nós trabalhadores? Finalmente começou a distribuição de renda no Brasil porque só assim que é distribuída a renda. 80 pessoas agora estão contando 4 bilhões de dólares. Enquanto nós trabalhadores, nós do Rio Grande do Sul estão aqui fazendo das tripas o coração, mas vamos fazer com que esse sangue gaúcho contamine a questão dos brasileiros, não é uma questão só do Rio Grande do Sul, não só dos trabalhadores, mas também do povo brasileiro nas suas relações capital e trabalho que ainda não avançaram,

continuam que nem no tempo da escravidão, vendidos como porteira fechada sem direito a ter voz só depois do leite derramado, mas agora com essa proposta feita a nós *pari passu* junto com os Senadores, junto com os Deputados estaremos zelando e verificando in loco o que é que está acontecendo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao José Marcos Olioni Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria, Destilação e Refinaria, SINDPETRO.

SR. JOSÉ MARCOS PINHEIRO OLIONI: Obrigado, Senador. O Senador Pedro Simon citou a nossa VARIG, Senador. O primeiro vôo da VARIG saiu lá daquela cidade do Rio Grande, num hidroavião. Recentemente vi as fotos do jornal da cidade lá. Aquela cidade parece que é o fim do mundo. Acho que se ela fosse um pouquinho mais adiante, ou nós teríamos nascidos leões marinhos ou focas ali da Antártica ou da Patagônia, mas sobre a venda da IPIRANGA, eu dormi no domingo no dia da venda como funcionário da PETROBRÁS, face aos vários telefonemas que me chegaram naquela noite, Paraná, São Paulo, Rio e assim por diante, mas na segunda-feira amanheci com mais três, ao invés de uma, mais dois, PETROBRÁS, BRASKEM e ULTRA. Nós gaúchos, como o senhor sabe, a gente costuma casar com uma pessoa só, uma mulher só. E a ela a gente se dedica a vida inteira.

Bom, eu queria colocar para todos os presentes da Mesa, os novos compradores da Refinaria IPIRANGA, bom, primeiramente eu gostaria que a PETROBRÁS assumisse aquilo lá. Porque ela tem o *know-how* do petróleo, ela conhece o refino de petróleo como os funcionários da Refinaria IPIRANGA também conhece, como o senhor pode ver lá *in loco*. Uma vez que o senhor esteve lá que eu vi o senhor passando lá na planta, o senhor lembra? Nós temos pregado nesse período todo que entendíamos que a PETROBRÁS deveria assumir na íntegra aquela refinaria tão importante para a região, para o Município e pelo Estado do Rio Grande do Sul, mas nós temos um problema seriíssimo lá, que essa empresa, nós estamos sem nenhum reajuste salarial há 40 meses. E esse processo está no TRT de Porto Alegre o Tribunal Regional do Trabalho ao qual eu tive a oportunidade de dizer para o senhor Juiz Presidente no dia que fui visitá-lo que não sabia o que é que a IPIRANGA pensava. Que entendia até que queriam acabar com a própria refinaria pelo jeito que estavam levando a fábrica e seus funcionários ao desespero. Foi colocado lá no Tribunal, tá? Bom, o Diretor de RH da PETROBRÁS, pessoa de elevada confiança me chamou a Porto Alegre me perguntou tudo sobre os funcionários da IPIRANGA, passei tudo para ele e coloquei para ele esse dissídio coletivo que estava

sendo julgado. Perguntou quanto impactaria isso na folha e os números que eu dei para ele, ele achou que eram números extremamente baixos que não entendia o porquê a IPIRANGA não tinha fechado acordo. Você imagina o impacto no dissídio por funcionários que 40 meses não recebem aumento salarial? O impacto de 68 mil reais à folha? Isso não é nada, mas até agora nós não tivemos nenhuma resposta dos compradores da Refinaria IPIRANGA. E parece, pelo que eu estou sentindo que estamos órfãos lá, estamos órfãos, eu tenho recebido ligação do nobre José, tem me atendido muito bem, tem me dado ânimo para que as coisas continuem que tudo vai dar certo, eu já disse para ele que lá vai dar certo se eles não deixarem de trabalhar acreditar em nós, talvez nós não conseguíamos fazer em 20 anos um outro império como a IPIRANGA, mas faremos com certeza um novo grupo cheio de saúde, vitalidade e que vai trazer muitos resultados para aquela região sul do Estado tão deprimida economicamente. Muito obrigado a todos, pessoal.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Sr. José Lima de Andrade Neto, Presidente do Grupo Petroquímica e Fertilização do Petróleo Brasileiro, PETROBRÁS S.A.

SR. JOSÉ LIMA DE ANDRADE NETO: Obrigado Senador, Srs. Senadores representantes dos trabalhadores eu gostaria de fazer algumas rápidas considerações em prol do tempo, apesar de terem havido vários questionamentos, mas eu vou tentar passar por aquelas que foram, digamos assim, as mais relevantes, aquelas mais recorrentes.

Primeiro eu queria chamar a atenção que essa operação, agora, é diferente da operação chamada há dois anos atrás, há um ano atrás chamada opção BRASKEM. Naquele momento havia uma discussão entre PETROBRÁS e BRASKEM e a IPIRANGA continuaria, mas ela perderia o papel e a posição de ser controlador lá no sul. Nessa operação o que houve de diferente é que a IPIRANGA resolveu vender a sua participação essa é a grande diferença entre as duas coisas e a PETROBRÁS entrou comprando parte da posição da IPIRANGA. Isso é diferente do que vinha sendo discutido antes.

Segundo: Essa operação está sujeito a acordos de confidencialidade, se assinam documentos, alguns acordos de confidencialidade e, obviamente, há uma preocupação até, porque os senhores mesmos sabem, não é? Sua Excelência sabe da questão de vazamentos ou empresas com ações negociadas em bolsa etc, isso obviamente de maneira nenhuma elimina a necessidade de se ser polido, educado como bem colocou aqui o Senador Pedro Simon em relação a se antecipar

algumas questões, mas há, é óbvio, um entendimento de que uma operação dessa ela não pode ser uma operação discutida publicamente infelizmente por quê? Porque envolve questões de preço de ações, envolve questões de CVM e outras questões.

E o terceiro ponto geral que eu queria deixar registrado aqui é o seguinte, todas as discussões sobre concentração, não concentração existe um fórum instituído no País, um fórum legal para o qual inclusive deve estar sendo encaminhados todos esses dados e todas essas informações que é o órgão de defesa da concorrência, que é o CADE, onde lá vai se dar toda essa discussão sobre o processo, se isso realmente tem implicações para a defesa da concorrência no País ou não.

Então, só alertar que tem também esses outros aspectos a serem considerados. Agora, objetivamente, em relação a algumas questões que foram levantadas pelo Olioni, eu queria dizer, Olioni, que diferentemente do que o que você colocou, a PETROBRÁS, do Presidente da PETROBRÁS, do Diretor Paulo Roberto, da Ministra da PETROBRÁS nós não vamos entrar numa operação se não for para manter a refinaria operando. É o contrário. Não houve exigência de compradores. Houve uma posição do comprador da PETROBRÁS, o senhor sabe muito bem o compromisso dessa empresa com o Brasil, o compromisso da PETROBRÁS com as comunidades, com os lugares onde ela atua, ela não entraria caso não houvesse esse posicionamento. E chamou junto com os outros dois, Senador Pedro Simon, por isso que os dois, o compromisso de nós juntos buscarmos alternativas, não necessariamente apenas no refino. Se discutiu possibilidade de biodiesel, de fazer outras coisas que viessem a agregar mais valor, é óbvio que ela tem uma votação natural pelo fato de já ser uma refinaria, mas outras possibilidades que possam ampliar, crescer foram, estão sendo consideradas.

Então eu queria deixar claro a posição da direção da PETROBRÁS, a posição da PETROBRÁS ela tem um compromisso sim. Pode ser que ao final desse processo, Senador aconteça isso que o senhor bem colocou, a PETROBRÁS fique com a refinaria transforme ela numa refinaria maior é uma possibilidade e é uma possibilidade que a PETROBRÁS conta, mas não é a única possibilidade. Por isso nós deixamos em aberto a possibilidade de ver outras alternativas, mas é fundamental deixar claro que essa não foi imposição dos vendedores, essa foi uma posição da PETROBRÁS. Nós não vamos comprar ativos para extinguir ou para fechar ativos.

Outro ponto em relação a grupo de trabalho, já está constituído internamente na PETROBRÁS, on-

tem eu tive uma reunião lá com o pessoal da área do abastecimento, o Diretor Paulo Roberto já orientou a composição, vai ter gente do centro de pesquisa, vai ter gente da nossa REFAP, vai ter gente de várias áreas da PETROBRÁS que vai ser apresentada, então, ao pessoal lá para que se possa constituir aquela Comissão que foi compromisso na presença dos Senadores e do Senador Paulo Paim para que a gente possa trabalhar. A Comissão está sendo constituída. É importante dizer o seguinte, ainda não assumimos as empresas, está certo? Essa operação se dá na hora, tem um processo que ele acontece tem um cheque para ser pago, a partir daí tem toda uma transição a ser feito. Embora o Olioni tenha feito o comentário de que nada aconteceu, na verdade tem várias ações em andamento e nós estamos nos preparando para que no momento que a empresa, o grupo consórcio assuma a gente já esteja pronto para apresentar e isso acontecerá provavelmente na semana que vem.

Bem, um outro comentário que eu queria fazer é o seguinte: Eu fico muito orgulhoso, a gente é muito orgulhoso Senador Pedro Simon, primeiro, o senhor é uma pessoa, é um ídolo para uma geração inteira de brasileiros, o senhor falou que eu estava brigando não tinha nascido, é verdade, mas muitas vezes eu vi o senhor e a gente brasileiros todos sempre esteve do lado certo das brigas, é aquele brasileiro que a gente admira e a gente sabe que a PETROBRÁS foi construída por pessoas como o senhor. Ela foi constituída pela crença de que era possível ter uma empresa brasileira, uma empresa com inteligência brasileira, com tecnologia brasileira para fazer coisas boas e conseguimos. Eu acho que o Brasil conseguiu e hoje esse respeito cada vez é mais forte dentro e fora do Brasil e nos orgulha muito quando a gente ouve todos os fóruns que nós vamos, a sensação de que todos gostariam de que a PETROBRÁS tivesse mais junta, que a PETROBRÁS como algumas faixas que eu vi no Rio Grande do Sul nós queremos mais PETROBRÁS, nos orgulha muito. Mas infelizmente não dá para ser tudo que a gente gostaria. A PETROBRÁS tem uma posição clara, um entendimento de um papel importante na petroquímica brasileira, como fornecedor de matéria-prima, a PETROBRÁS entende, foi a pergunta que o senhor fez, qual é a visão que a PETROBRÁS tem, qual é o papel da PETROBRÁS. A PETROBRÁS entende quando olha lá para fora e olha para o momento atual da indústria petroquímica que é necessário ter empresas, grandes e fortes não pode ser uma única, o senhor tem razão, daí, porque o senhor deve ter visto na imprensa, nos jornais uma grande discussão sobre um outro grupo no sudeste para competir com esse grupo para não

se ter a sociedade brasileira refém um único grupo, presas apenas a um produto.

Então, esse é um ponto importante que a PETROBRÁS vê, ela é indutora do crescimento e mais... Aqui com o compromisso que queria deixar claro aqui é o seguinte: PETROBRÁS quando entra em todos os lugares que ela entrou ela nunca entra para diminuir, para reduzir. A PETROBRÁS em todos os lugares onde ela entrou, ela entrou para crescer para investir e é por isso que nós estamos entrando, porque nós acreditamos que nós vamos fazer investimentos, nós acreditamos, que nós vamos crescer.

Eu queria colocar aqui um exemplo que talvez valha para a... Quando a PETROBRÁS comprou uma empresa na Argentina, dizia-se a mesma coisa, era uma empresa familiar, as pessoas eram muito queridas, foi comprada, brasileiros comprando a empresa Argentina. Eu queria dizer uma coisa para os senhores e senhoras aqui presentes, a satisfação dos empregados depois cresceu muito, os empregados depois aquela relação que tinha com a família anterior hoje é a relação muito mais forte com a PETROBRÁS, porque os princípios e as premissas de gestão da companhia são princípio e premissas que agrega, que traz a empresa é participativa, busca trazer o equilíbrio entre o seu crescimento e o desenvolvimento da sociedade e o desenvolvimento dos seus trabalhadores e ela vem fazendo isso cada vez com mais intensidade.

Então eu queria deixar claro que nós ao entrarmos nessa operação, a posição da PETROBRÁS, ela tem o entendimento: Somos sim minoritários, [soa a campainha], mas nós estamos buscando dentro desse papel minoritário termos o máximo de influência para que os nossos princípios e as nossas premissas, eles sejam os princípios e premissas que venham ao final ter curso dentro do que está acontecendo.

Se me permite só para concluir porque foram vários comentários, então eu vou ter que pular alguns para não me alongar muito. Eu acho que a preocupação dos trabalhadores é pertinente, cabe sim ao movimento dos trabalhadores esta preocupação, eu acho que a operação sob o ponto de vista societário ela está montada, está colocada, mas há dois ângulos que precisam ser olhados, ser analisados é o que estão sendo olhados e muito bem colocados pelo Senado, pelos representantes aqui do Senado aqui presente, principalmente pela bancada gaúcha. Qual é o efeito disso para o Estado, e qual é o efeito disso para os trabalhadores que lá estão? Essas são as duas questões que nós precisamos permanentemente estar olhando e está acompanhando e quero de plano deixar aqui a posição da PETROBRÁS que ela está absolutamente aberta, transparente, disposta, Senador em qualquer

fórum, qualquer instrumento que seja colocado para vim para trazer e para prestar os esclarecimentos. Não só ao Senado brasileiro, aos Senadores da República da Brasil, mas também aos trabalhadores. Sempre que for convidado chamado a participar, discutir, estar presente nós vamos estar levando a nossa visão de como nós vamos e queremos para esse crescimento lá no sul. Também foi uma coisa que nós fizemos questão de discutir entre nós, sabemos que o GRUPO IPIRANGA tem uma relação muito forte nas questões culturais e sociais lá, também é um compromisso que a PETROBRÁS também assume junto com os demais de não abrir mão disso, pelo contrário os senhores sabem muito bem que a PETROBRÁS é uma empresa que atua significativamente nas questões sociais e culturais do Brasil e não vamos mudar isso no sul.

Eu espero que essas preocupações sejam vencidas, elas são lícitas, elas existem e são corretas, precisam ter encaminhamento e aqui além dos encaminhamentos técnicos, aqui há um encaminhamento político, mas, além disso, eu espero que a gente venha passado algum tempo ver um pólo pujante como sempre foi pensado e indo além do que ele faz hoje. Eu acho que o Senador Pedro Simon está absolutamente correto, a gente precisa crescer além das resinas plásticas e fazer mais coisas também no Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Passo a palavra ao Alexandrino de Alencar, vice-Presidente de Relações Institucionais da BRASKEM.

SR. ALEXANDRINHO DE ALENCAR: Muito boa tarde aí, eu acho que agora já é tarde, já estamos na tarde. Eu acho que foi extremamente profícua a discussão. Eu só gostaria de realçar aqui duas coisas extremamente importantes.

Primeiro que as três empresas têm ações nas bolsas de valores e tem a governança corporativa como realmente a coisa muito transparente e muito clara, muito aberta, e se a negociação só veio a público na hora que veio, é porque assim o negócio teria que ser feito. Agora, eu ia dizer até uma palavra, eu duvido que tenha grupos no Brasil que no mesmo dia, na segunda-feira faça o compromisso público que está escrito nos jornais, que é sem dúvida nenhuma, é uma cobrança que a sociedade pode fazer aos grupos. Poucos grupos fariam ou farão isso, porque eu acho que o nosso compromisso com o Brasil em especial com o Rio Grande do Sul.

Gostaria em cima do que o próprio Lima Neto comentou, esse compromisso com os trabalhadores e o compromisso com o Estado do Rio grande do Sul, nós temos isso muito claro. Eu acho que quem investe 700

milhões, já anuncia o investimento de 700 milhões de reais, um grupo como a BRASKEM que na liderança de um processo de atrair empresas de terceira geração para o Estado, um grupo que está dizendo que vai faturar daqui a 3 anos de hoje mais 1,5 bilhões de reais não significa que vai haver nenhuma redução de tributos, e ao contrário. Eu gostaria também de deixar claro que como a BRASKEM tem vários projetos de crescimento em Paulínia, na Venezuela no próprio Rio Grande do Sul realmente, trabalhadores e uma das coisas, uma das carências do Brasil de hoje, Senador, é mão-de-obra. Então mão-de-obra nós temos que estar preservando e temos que estar mantendo as nossas mãos-de-obra que são, o senhor sabe que é uma atividade extremamente técnica, mas é, ela tem suas especificidade e nós temos essa nossa preocupação de criar um bom ambiente de trabalho. Para a sua informação, a BRASKEM, ela, considerada uma das melhores empresas para se trabalhar um prêmio com destaque.

Então, eu acho ao contrário, eu acho, viu, Senador Paulo Paim? É um orgulho para as empresas brasileiras estarem investindo no Brasil investindo no Estado do Rio grande do Sul que eu acho que o próprio Senador Pedro Simon, o Senador Zambiasi falou muito das empresas, estão saindo. Ao contrário nós estamos injetando recursos no Rio Grande do Sul, estamos apostando no Rio Grande do Sul, a própria Refinaria de IPIRANGA eu não tenho a menor dúvida que daqui a um tempo nós vamos estar dizendo que volta por cima foi dada. Vocês têm que nos dar algum tempo, como diz o próprio colega Lima Neto, nós temos que ainda assumir de fato as operações das unidades para podermos aí, sim, podermos ter, vocês verem resultados positivos, mas creiam na gente, dê um voto de confiança na gente, que eu acho que nós temos, nós precisamos estar agora olhando para as operações, está bom? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passamos a palavra ao Sr. Américo Genzini Filho, Diretor da ULTRA.

SR. AMÉRICO GENZINI FILHO: É a primeira vez que venho a essa Casa, se me permite gostaria de fazer algumas considerações pessoais. Meu nome é Américo Genzini, o meu avô veio da Itália era mascate, e desde então cheguei aqui o que me dá muito orgulho, mas para chegar aqui passei por várias circunstâncias que muitos de nós passamos na nossa vida pessoal e na nossa vida profissional. Fico muito feliz de participar de um debate aonde a maior preocupação é a criação de empregos é o crescimento do País. É muito bom ver isso, é muito necessário ver isso. Na década de 70 eu ainda era um menino e me lembro bem das taxas

pujantes de crescimento do País, a sensação que eu tinha era de um País fantástico, de um País maravilhoso, via pessoas alegres, pessoas motivadas, pessoas sempre buscando novas oportunidades de negócios, de crescer. E hoje a gente vive numa circunstância diferente daquela, mas com uma grande expectativa que a gente volte a ter um crescimento daquela ordem de grandeza que eu acredito que é o caminho através do qual a gente vai resolver vários problemas que a gente tem no nosso País. Não é?

Tudo isso para voltar agora aos pontos que foram feitos, primeiro na questão do que foi colocado sobre filosofia da ULTRAPAR. Filosofia de ULTRAPAR é de crescer, queremos crescer, porque crescendo nós vamos gerar empregos, vamos distribuir mais renda a todas as pessoas que vierem a trabalhar conosco. Dessa maneira vamos colaborar para o País possa se engrandecer. Não conheço em particular as políticas da IPIRANGA porque acabamos de fazer a aquisição. Sou um consumidor e como consumidor e ao visitar os postos do IPIRANGA fico bastante impressionado com a qualidade dos serviços, portanto, imagino que efetivamente eles devam ter políticas que são superiores, que são políticas de excelente qualidade, mas também é importante ressaltar a ULTRAGAZ, de maneira semelhante é uma empresa de prestação de serviço, cujo maior ativo de todos são as pessoas. Na missão do GRUPO ULTRA está dito que um dos três pilares de sustentação da empresa, o primeiro é a paixão pelos seus clientes, o segundo é eficiência na gestão e o terceiro é gente. Se a gente não tem pessoas que desempenham o papel com amor, com dedicação não vamos a lugar nenhum.

Então, eu acredito que aos funcionários da IPIRANGA, que ainda não tivemos chance de ter um contato mais próximo, respeitaremos profundamente a vossa cultura, vamos procurar aprender bastante com vocês na operação, trazer provavelmente algumas das lições, algumas das políticas para utilizar na ULTRAPAR e de forma contrária também o que faremos é procurar levar aquilo que consideramos que temos de bom para a operação da IPIRANGA.

Não deve haver nenhuma preocupação com relação a emprego ou postos de trabalho no que diz respeito a nossa operação no sul, uma vez que nós não estamos no segmento de classe. Portanto é uma operação para nós completamente nova, a maneira como a ULTRAPAR está estruturada é que ela tenha unidades de negócio embaixo, tem a ULTRAGAZ, tem a OXITENO, tem a ULTRACARGA e a IPIRANGA passa a ser mais uma unidade de negócio. E conforme eu disse no início o nosso grande objetivo é de crescimento. O crescimento como? Através de investimento.

O que é que nós fizemos? No passado a ULTRAGAZ concentrada em São Paulo, após a desregulamentação do mercado foi para outros mercados do Brasil, foi para a Bahia foi para o Rio Grande do Sul chegou a alcançar no Rio Grande do Sul 14% de *marketing cher(F)* com investimento. Foi uma das empresas que investiu bastante na Região Sul, nos aviários quando com a Perdigão, com a Sadia para que essa, os criadores de aves pudessem ser bastante competitivos, foi a primeira empresa no Brasil a trazer o ULTRA SYSTEM que é um sistema de GLP a granel, e que é bastante eficiente para a área comercial, e o ano passado contratamos uma consultoria de negócios que fez um plano detalhado para nos ajudar a levar a nossa participação lá no Rio Grande do Sul de 14% para 20%. Que a gente espera estar realizando agora nos próximos anos. O crescimento do Rio Grande do Sul é muito bem vindo, é muito desejado por todos nós, porque vai significar mais oportunidades de trabalho, vai significar mais consumidores, vai significar o maior crescimento dos nossos negócios. E a IPIRANGA entra nessa direção também.

Eu acho que isso é um resumo dos pontos, fica aqui o compromisso de continuar a trabalhar nessa direção. No momento o nosso direcionamento está sendo para que junto com a PETROBRÁS, para que a operação da IPIRANGA faça os esclarecimentos que forem necessários para os seus funcionários e assim que possível nós esperamos ter um contato mais próximo e demonstrar a todos eles que se houve alguma coisa foi ganho e não perda.

Eu agradeço o convite que foi dado para o Dr. Pedro Wongtschowski e a Drª. Graça, eu vou encaminhar a eles para que depois a gente possa responder a vocês. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Deputado Adão Roberto Rodrigues Villaverde, que nesse evento representa a Assembléia Legislativa como um dos vice-Presidente.

DEPUTADO ADÃO ROBERTO RODRIGUES VILLAVERDE (RS-PT): Senador Paim, Senadores, demais representações de trabalhadores e das empresas, eu queria em nome da Assembléia Legislativa dizer duas palavras, não é? A primeira delas reiterar aquilo que eu havia dito no início, e fazer evidentemente uma leitura desta reunião, não é? Essa reunião, de fato sobre ela tinham uma expectativa importante e acho que ela, ao longo, enfim do seu transcurso ela construiu esta idéia de que esta Comissão a partir da iniciativa dos Senadores e do peso e do significado que ela tem, e com a presença dos trabalhadores e das empresas que ela se constituiu de fato como espaço

onde a gente pode consolidar pontos comuns, pontos acordos que eu tenho certeza serão importantíssimos para o Estado do Rio grande do sul. E a segunda palavra é reiterar duas outras coisas que são preocupações nossa do Estado do Rio grande do Sul. E muito referido na fala do Senador Paim, sobretudo, na fala do Senador Simon e do Senador Sérgio Zambiasi. Nós temos de fato uma preocupação muito forte com o que está sendo chamado, Senador Simon uma espécie de “desgauchização” de economia gaúcha, eu acho que foi esse um pouco o centro da sua fala. Isso não é nada que repele, digamos, todo e qualquer investimento de fora, mas de fato é natural pelas características, pela natureza de economia, pela história do Estado do Rio grande do Sul que nós viemos a nos preocupar com isto, porque, como referiu o próprio Senador Simon nos parece que aquele modelo que trouxe o Estado do Rio Grande do Sul até esse momento, até esse período, enfim, é um modelo que se esgotou e talvez nós mesmos tenhamos que revisar, recuperar e atualizar as visões e as concepções nossas para que o Estado faça duas coisas que eu acho que é fundamental: Primeiro retomar a capacidade de crescimento e desenvolvimento, e segundo possa seguir sendo um Estado com o mínimo de capacidade de retomar funções públicas que o Estado do Rio Grande do Sul vem perdendo há algum tempo. Eu quero reiterar isso aqui, porque eu acho que é muito importante. E em terceiro lugar, essa questão, esse tema, evidentemente muito colocado aqui pelos trabalhadores que são as questões das suas garantias. Nós, da Assembléia Legislativa, evidentemente também estamos preocupados com esse tema e achamos que este espaço aqui produziu condições hoje para nós construirmos, enfim, acordos e, sobretudo, possibilidade de trabalho em comum na frente exatamente para enfrentarmos essas dificuldades que vivem o Estado do Rio Grande do Sul hoje.

Então, eu queria Senador Paim, demais Senadoras e Senadores em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul dizendo que dentro desses preceitos que estão sendo sinalizados que eu tenho certeza que vão ser encaminhadas aqui a Assembléia Legislativa nem poderia ser diferente é parceira para ajudar a dar esse encaminhamento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria ao encerrar essa reunião das três Comissões, Assunto Sociais, Economia e Direitos Humanos, dizer que foi pedido a mim que talvez eu formulasse um documento e todos fossem signatários do mesmo e assim caminhando para um grande acordo.

Primeiro, eu acho que o documento já está formulado, o documento é a Audiência Pública, esse do-

cumento vai para as atas aqui do Congresso Nacional. E quero aqui no encerramento também dizer que a Comissão de Direitos Humanos pode cumprir esse papel junto com os três Senadores do Rio Grande de fazer o acompanhamento desse debate permanente e nos botarmos à disposição para colaborarmos para que efetivamente tudo que foi aqui colocado seja posto em prática.

Olha, nós estamos participando desse debate desde o domingo à noite quando a notícia começou a circular pelo País e já naquela segunda-feira à tarde eu fui ao Plenário do Senado, depois de conversar com os líderes dos trabalhadores, e dos três sindicatos envolvidos e fiz um pronunciamento na linha, inclusive que eles me orientaram. Posterior a isso, fiz contato com o Senador Simon, Senador Zambiasi e entramos com o pedido de Audiência Pública que está se realizando hoje, mas é importante lembrar que antes da audiência de hoje, foram realizadas uma série de Audiências Públicas no Rio Grande do Sul na Assembléia Legislativa, na Câmara de Vereadores, houve conversa lá em Rio Grande, na Câmara Federal, aqui na Câmara dos Deputados e aqui no Senado. Eu tive, eu diria satisfação, de receber no meu gabinete o Presidente dos três setores envolvidos e também os três representantes dos trabalhadores e em seguida fomos ao gabinete do Senador Simon. E nessas conversas que não foram na Audiência Pública, mas eu vou ter que dizer aqui que vai ficar registrado e para mim a Ata é que vale, que se assumiu um compromisso e que aqui para mim foi reafirmado, primeiro: Não serão diminuídos os postos de trabalho, não serão diminuídos os postos de trabalho. Ao contrário, pela conversa que eu tive com o Presidente da PETROBRÁS e disse lá e vou dizer aqui, o Dr. Gabrielli disse ele para mim em conversa comigo aqui no Senado e com a presença de outras pessoas que acompanharam: Paim, pode anunciar, eu disse lá vou dizer aqui: “Onde você passar que pelo contrário, nós vamos ampliar os postos de trabalho. Não haverá redução de investimento, pelo contrário, vamos investir muito mais. Tanto no pólo de Triunfo como também lá em Rio Grande.” Isso tudo eu disse na reunião no meu gabinete e conversamos também na reunião num segundo momento.

Terceiro: E para mim fecha muito bem mais do que qualquer pronunciamento, os sindicatos envolvidos dos trabalhadores participarão de todo o diálogo sobre esse tema. Estarão conversando, dialogando, formando Comissões, nós não faremos nenhuma ca-

minhada que envolva o interesse do Rio Grande, do pólo e conseqüentemente da refinaria que ora leva o nome ainda de IPIRANGA e que envolva o interesse dos trabalhadores e inclusive a arrecadação do Estado, sem passarmos para esses fóruns de muito diálogo.

Eu acho que esses três pontos, eu acho que arredonda a discussão e nós todos saímos dessa reunião, eu quero aqui também dizer, pessoal, eu sei que o papel do movimento sindical é esse e eles fizeram muito bem aqui. Eu sei que os senhores entendem isso, o papel é cobrar, buscar caminhos e construir saídas. Eu, quando era dirigente sindical sabe o que eu dizia quando nós estávamos em greve? Eu dizia, a greve é incompetência das partes, porque as partes não foram competentes de encontrar uma saída de diálogo suficiente. E aí, claro, que só resta nós irmos para a greve como a última alternativa da busca do entendimento.

Eu quero aqui cumprimentar a PETROBRÁS, o GRUPO ULTRA e o GRUPO BRASKEM, porque todas às vezes que nós os convidamos para dialogar sobre esse tema, em nenhuma vez eles vacilaram, em nenhuma vez recuaram, teve gente até que me disse, por que Audiência Pública dia 4? Eu digo: Não, a Audiência Pública nós marcamos, conversamos e vamos fazer. E eles disseram: Tudo bem, estaremos lá. Estão todos aqui, como são os representantes dos trabalhadores.

Eu acho que caminhamos bem, eu quero ficar na linha do otimismo. Eu quero acreditar, eu quero acreditar e sei da responsabilidade da fala desse momento, que essa Audiência Pública será um marco positivo por todas as lembranças que foram feitas pelos três Senadores do Rio Grande e pelos outros Senadores que não vai se repetir, Senador Simon, e V.Ex^a. fez bem em alertar o que aconteceu no passado, nós só não queremos isso, e por isso V.Ex^a. muito firme muito tranqüila fez a lembrança histórica, e essa presidência sem nenhuma rasgação de seda deu a V.Ex^a. o tempo muito maior que dei aos outros, porque V.Ex^a. é um testemunho vivo da história. V.Ex^a. me permite, eu tenho dito, do campo onde eu me identifico vamos dizer da centro esquerda é uma das grandes referências que estão a dialogar com a nossa geração. Isso é muito importante. V.Ex^a. ao fazer a retrospectiva lembra: Muito bem, estamos aqui caminhando em cima de um grande entendimento, mas que não signifique demissão, reduza-se os investimentos no Rio Grande do Sul que todos não queremos, e naturalmente que

haja a participação nesse diálogo das entidades dos trabalhadores.

Eu acho que com essa, com esse entendimento final que ficará na Ata dessa Comissão, nós podemos sair daqui acreditando que estamos dando passos positivos na linha, V.Ex^a. que foi um dos últimos a falar das políticas monetárias. Eu sou muito tranqüilo de dizer, eu não tenho problema nenhum com lucro, quem investe tem mais que ter lucro mesmo. Tanto que eu tenho uma lei que quer que haja a participação dos trabalhadores no lucro da empresa. Ora, se eu fosse contra o lucro, eu não poderia ter uma lei que quer a participação do trabalhador no lucro da empresa. Problema nenhum. Lucro é correto, é justo, não há problema nenhum. Agora a política humanitária, de diálogo permanente, de uma visão que é importante conversar com as lideranças dos trabalhadores, apontando futuro e que esses investimentos permitam que todos nós possamos crescer juntos, que cresçam os investidores, mas que cresçam também os trabalhadores. Que cresça a arrecadação lá, por exemplo, de Rio Grande, ou de Triunfo que cresça a arrecadação do Estado. Porque, se o investimento não for um sucesso todos nós perdemos.

Então é nessa lógica, eu digo que eu saio meio, eu não digo meio, mas eu saio muito esperançoso, esse é o termo correto, que a esperança ninguém vai me tirar, a esperança eu vou ter sempre. Muito esperançoso que esse... Não é acordo, que a forma como foi colocada aqui com esses três pontos básicos a participação do sindicato dos trabalhadores, novos investimentos e a não diminuição de postos de trabalho aponta um caminho positivo. E essa Comissão de Direitos Humanos claro que vai, junto com os três Senadores do Rio Grande, porque a Comissão ultrapassa os Senadores do Rio Grande, como foi proposto aqui fazer um acompanhamento permanente. Quer dizer que gostei muito da fala dos três, quero dizer o Presidente da PETROBRÁS que aqui assim eu me identificaria, V.Ex^a. foi muito incisivo falando desse gigante que é a PETROBRÁS. A PETROBRÁS é um orgulho para todos nós sem sombra de dúvida, tanto que eu dizia quando reafirmamos essa Audiência Pública, que seria bom que nós saíssemos daqui, os investidores e os trabalhadores e fôssemos ao Salão Negro ver o quanto que a PETROBRÁS se agiganta perante o mundo e isso é muito bom para nós, é muito orgulho para o povo brasileiro.

Por isso eu encerro essa reunião dizendo: Queira Deus, queira Deus Simon que as experiências do passado não se repitam e que efetivamente os trabalhadores, o Rio Grande e o Brasil ganhem nesse momento da história. Muito obrigado e está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 13h38.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia dez de abril de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Educação, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência da Senadora ROSALBA CIARLINI, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e com a presença dos Senhores Senadores FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, VALTER PEREIRA, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATI, NEUTO DE CONTO, ADELMIR SANTANA, RAIMUNDO COLOMBO, ROMEU TUMA, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO e CRISTOVAM BUARQUE, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Educação. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência o Senador Sérgio Guerra. Comparecem ainda os Senhores Senadores Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, VALDIR RAUPP, Paulo Duque, Edison Lobão, Marco Maciel, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, CÍCERO LUCENA, LÚCIA VÂNIA. A Senadora Rosalba Ciarlini registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Maria José de Oliveira, Coordenadora Técnica da Área de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde – MS e da Deputada Federal, Cida Diogo (PT/RJ). Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Senhora Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, no exercício da Presidência, Senadora Rosalba Ciarlini, submete ao Plenário a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 008, de 2007 - CE e nº 011, de 2007 - CAS, de autoria dos Senadores Marcelo Crivella, Flávio Arns e Cícero Lucena, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 284 de 2006, que “Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, para tornar obrigatório o Ensino de Educação

Sexual, instituir o dia do Planejamento Familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vigência de sociedade conjugal para a realização de esterilização cirúrgica”. São convidados como expositores os Senhores Dr. Drauzio Varella, Oncologista; Dra. Herilda Balduino de Sousa, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Dra. Ieda Verreschi, Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e Professora da Escola Paulista de Medicina – UNIFESP/ EPM. Neste momento a Senhora Vice-Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, comunica que em virtude de compromissos assumidos anteriormente necessita ausentar-se da sessão, passando a presidência ao Senhor Senador Flávio Arns. Dando prosseguimento as exposições na ordem definida em pauta, falam a seguir a Senhora Maria de Fátima S. Malheiro, Técnica em Assuntos Educacionais da Secretaria de Ensino Básico do Ministério da Educação – MEC; Senhora Alanna Elizabeth Armitage, Representante Brasileira do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil – UNFPA e Dr. Pedro Pablo Magalhães Chacel, Conselheiro do Conselho Federal de Medicina - CFM. Finda a exposição, o Senhor Senador Flávio Arns, passa a presidência ao Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação. Usaram da palavra os Senhores Senadores Marcelo Crivella, autor do Projeto e do Requerimento, Cícero Lucena e Flávio Arns, autores do Requerimento, e ainda os Senadores Edison Lobão, Sérgio Zambiasi, Lúcia Vânia e a Deputada Cida Diogo. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CONJUNTA COM A 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2007, ÀS 10 HORAS E 28 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Bom dia a todos, Srs. Senadores, Senadoras, autoridades convidadas, minhas senhoras e meus senhores. Havendo número regimental, declaro

aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende a Requerimento aprovado de autoria dos Senadores Cícero Lucena, Marcelo Crivella e Flávio Arns, para a realização desta Audiência Pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 284/2006, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a lei nº. 9263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar para tornar obrigatório o ensino de educação sexual, instituir o dia do planejamento familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vigência de sociedade conjugal, para realização de esterilização cirúrgica.

Dando início à audiência, solicito ao Senador Marcelo Crivella que acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa. Convidamos a Dra. Herilda Balduino de Sousa, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Dra. Ieda Verreschi, representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, e professora da Escola Paulista De Medicina – UNIFESP; Dr. Drauzio Varella, médico oncologista; Dra. Sandra Denise Pagel, Coordenadora Geral do ensino fundamental da Secretaria de Ensino Básico do Ministério da Educação – MEC; Dra. Allana Elizabeth Armitage, representante brasileira do Fundo de População das Nações Unidas do Brasil – UNFPA; Dr. Pedro Pablo Magalhães Chacel, Conselheiro Conselho Federal de Medicina - CFM. Temos a honra de receber o Dom Odílio Pedro Scherer, Secretário-Geral da CNBB, arcebispo eleito de São Paulo, e a Sra. Elizabeth Sá, assessora parlamentar do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CEFEMEA - para acompanhar a audiência.

A Dra. Sandra Denise Pagel, por motivos superiores, não pôde comparecer, e aqui recebemos Maria de Fátima Simas Malheiro, técnica de assuntos educacionais da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. A Audiência Pública tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 284/2006, que altera a lei nº. 9263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, para tornar obrigatório o ensino de educação sexual, instituir o dia do planejamento familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges na vigência de

sociedade conjugal, para a realização de esterilização cirúrgica. Autoria do Requerimento: Senadores Cícero Lucena, Marcelo Crivella e Flávio Arns. Relatoria do PLS nº. 2804/06: Senador Edison Lobão. Autoria do Projeto de Lei: Senador Marcelo Crivella.

Agora, nós passaremos a palavra para a Dra. Herilda Balduino de Sousa, que terá 15 minutos para a sua exposição.

DRA. HERILDA BALDUÍNO DE SOUSA: Exce-lentíssima Sra. Senadora, Presidente da Mesa, Srs. Senadores presentes, meus colegas na Mesa, Dom Odílio, senhores presentes e mulheres presentes-- [palmas].

O termo... O texto que nos foi proposto, de dar-mos opinião sobre um Projeto de Lei que trata das coisas mais importantes da sociedade brasileira, prin-cipalmente nesse momento em que ela vive o ápice de desestruturação quando a tessitura social, o tecido social está absolutamente rasgado, não só esgarçado, mas rasgado. O assunto do PL é deveras de muita res-ponsabilidade do Parlamento. Ao ter chegado ao ponto que chegou, de uma proposta de modificação de uma Legislação já muito antiga, porque as coisas de mais de oito, dez anos, nesse País, tornam-se antigas.

Eu fiz aqui um esquema didático, porque é muita coisa para discutir numa Sessão só, Sra. Senadora. En-tão, nós vamos falar, porque não daria tempo de ficar fazendo uma explanação e eu quero me deter naquilo que eu acho mais importante na discussão do Projeto. A primeira modificação que se quer fazer no PL é da educação sexual nas escolas, constituição de um dia de planejamento familiar. Há aqueles que acham que a educação sexual deve ser objeto e dever e direito da família. Tendo em vista aquelas condições que eu já me referi, o centro familiar hoje, o núcleo da família hoje se encontra de uma forma muito desconcentra-da, vamos dizer. Pai e mãe saem de casa, trabalham o dia inteiro, não têm tempo de dar assistência aos filhos, e também, pela ignorância do assunto, pelos tabus e pelos preconceitos, não se sentem à vonta-de para fazer essa educação sexual. A educação no Brasil tem assumido tanta coisa, que mais uma não será despropositado. Briga-se para colocar educação de trânsito, educação de não sei o quê... Mas, então, ela tem que assumir essa parte que é de muita res-ponsabilidade social, que é a questão da educação sexual. Pra mim, o nome certo é educação da sexu-alidade. Porque aí, então, nós vamos poder falar de planejamento familiar.

Reconheço a falta de condições de professo-res especializados, para que ofereçam a educação da sexualidade como um programa da grade escolar. Mas esse problema quem tem que se haver com ele

é o Ministério da Educação. Por isso sou favorável à educação sexual ou à educação da sexualidade nas escolas, a partir... Quem diz não sou eu, quem diz é a sociedade, são as necessidades de crianças, dos adolescentes, e por que não nos cursos superiores e, como o Projeto propõe, nas instituições militares, eu acho que certamente isso vai demandar um trabalho de convicção muito grande, porque aqueles que já es-tão lá, a não ser os recrutas conscritos, já são pesso-as que têm a sua cabeça formada ou deformada. Mas seria já muito requinte conseguirmos fazer isso com as tropas da Polícia Militar, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Rodoviária Federal.

Talvez haja um pouco de confusão aqui entre a prevenção de violência sexual e a questão de educa-ção sexual. Mas eu acho que o Projeto, nesse sentido, merece um exame mais apurado. Talvez uma redação que fosse mais própria para alcançar aquilo que se quer, segundo planejamento familiar. É lógico que nós todos somos a favor do planejamento familiar, mas o planejamento familiar que nós queremos é aquele que se pautar na paternidade responsável e na função so-cial da maternidade. Aqui, eu quero fazer o centro da minha explanação. A questão de planejamento familiar sempre traz, dentro da nossa percepção, das nossas reflexões, a idéia de controle de natalidade. Que, na verdade, esses projetos querem isso, só que não têm coragem de botar lá claramente. E querem um contro-le de natalidade que tem uma fundamentação muito equivocada, porque ele se pauta, em todo o Projeto, e em todas as discussões que nós dos movimentos de mulheres fizemos, há muitos anos, é que se vai carim-bado: "Para as mulheres carentes, para os pobres".

Então, pobre e mulher carente é que enchem o Brasil de filho. É verdade, porque são os que têm fi-lhos. Mas se nós formos examinar as políticas demo-gráficas desse País, nós vamos checar que ele não é super populoso. E que a questão da explosão, que não é também uma explosão, que eu não admito, que as taxas hoje estão baixas, baixíssimas, provêm da falta de educação. Não a educação que eles estão dizendo aí, meu Deus, tudo é educação nesse Brasil. Mas da falta de educação de vida de homens e mulheres. Es-ses projetos sempre vêm trazer ônus para as mulheres. Ainda não vi um Projeto que exonerasse a mulher de ser a responsável pela gravidez, por ter os filhos, por educar os filhos e, sobretudo, para poder dar um je-i-to de não ter mais filho. Isso é política. E uma política perversa contra as mulheres. Por quê?

Sra. Senadora, os processos do planejamento familiar que têm que englobar as políticas de Saúde, que é o principal problema da questão da fertilidade, da questão da Saúde... Tratam de muitíssimas coisas,

e vendem muita coisa errada. É preciso não sei o quê por causa da mortalidade materna. A mortalidade materna, Srs. Senadores, tem um médico aqui, o Dr. Drauzio, ela é maior pelas gravidezes de risco. Morre muito mais mulher de eclampsia, morre muito mais mulher de pressão alta, morrem mulheres de problemas renais, morrem mulheres cardíacas, morrem mulheres diabéticas e isso não consta de nenhuma estatística até hoje que eu pudesse ver e nenhuma política atende isso. Raramente, nos hospitais, tem lá uma... Gravidez de risco vai para tal clínica e não sei o quê. Mas não é uma política pública.

Então, as mulheres necessitam de um sistema de Saúde integrado, que a recolha, que a cuide, em todos os momentos de sistemas da sua vida. A questão do respeito à função social da maternidade. Não podemos esquecer que não é só apenas o ato físico de ter um filho que representa a maternidade. A mulher, no momento em que engravida, no momento em que concebe uma vida, ela merece do Estado uma assistência integral porque ela vai criar filhos para a sociedade; filhos para fazê-los cidadãos; filhos para organizar o que de mais importante nós temos na caminhada civilizatória, pelo menos nesse século, que é o direito de igualdade de todos nas decisões em assumir as questões da Pátria, do Estado e da sociedade.

Essa função social da mulher tem que ser política pública. Tem que receber muito aquilo que nós não damos às mulheres. “Ah, mulheres... posto de Saúde na periferia, não sei mais o quê, não sei mais o quê”. O discurso rançoso de que mulher pobre só tem filhos e não educa os filhos e que isso é muito grave. Mas muito mais grave é saber que as mulheres pobres que têm muitos filhos são cidadãs brasileiras com os mesmos direitos porque nós não temos uma república plutocrata, só de ricos. Talvez o grande erro de olhar a isso é não saber que as mulheres pobres, as mulheres miseráveis formam um batalhão imenso da miséria, e que esse batalhão imenso, que hoje são quase mais ou menos 40 ou 45% dos brasileiros, chamados hoje de carentes, porque para tudo se arranja um número, vão ter certas benesses do Estado e da sociedade para dar-lhes uma feição de que esse País é um País que tem preocupação com os seus habitantes, com as suas mulheres, com as suas crianças e com os homens. Porque aí vai entrar exatamente a questão da paternidade responsável.

Enquanto nós estivermos fazendo todos, políticas para as mulheres e não política para homens e mulheres, mulheres e homens, na questão de terem filhos, de produzirem filhos, nós estaremos fazendo um maniqueísmo muito intolerante. Isso é preciso ficar bem claro--

[soa a campainha].

DRA. HERILDA BALDUÍNO DE SOUSA: Não se pode jogar em cima das mulheres toda a responsabilidade do planejamento familiar. Só mais um minuto, Excelência--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): A senhora dispõe de mais um minuto para concluir.

DRA. HERILDA BALDUÍNO DE SOUSA: Eu tenho mais um ponto que eu não queria deixar de abordar. Então, vejam vocês, é muito difícil discutir essas coisas com poucos tempos porque a ditadura do tempo impera em todos os lugares. Vamos fazer, vamos correr, mas, então, eu digo que sou a favor do planejamento familiar sob a ótica, o fundamento da paternidade responsável e da função social da maternidade.

A redução da idade mínima para a opção de esterilização. Isso eu sou absolutamente contra. Contra, contra, contra—

[palmas].

Dizem, quando interessa, que adolescentes são aqueles de 14 a 18 anos. Então, vem justificar que 18 anos pode votar, que com 18 anos pode isso, pode... Não. Não vamos misturar o Garibaldi com o balde do gari. Opção para exercer esses atos da vida cívica da vida... É muito diferente de uma opção de tomar uma decisão, aos 18 anos, de algo que não vai ter condição de consertar, há falta de amadurecimento emocional. Não vamos dizer que as meninas, as adolescentes de 18 anos podem ser submetidas à esterilização.

Além disso, nós temos que essa esterilização, ela tem esses... As questões--

[soa a campainha].

Econômicas e a questão de Saúde. Eu vou só ler para poder... Porque essa ligadura de trompas, ela vai trazer um problema de Saúde, possibilidade de alterações hormonais decorrentes da ligadura tubária por comprometimento da vascularização ovariana, o que é maior nas mulheres novas do que nas mulheres mais velhas. Então, esse é um ponto que nós vamos colocar certamente vai haver discussão no fim.

Depois, vem a revogação da exigência de ambos os cônjuges para a esterilização cirúrgica. Também é um problema que precisa ser examinado, não dentro daquelas regrinhas de Código Civil, mas de uma grande regra do direito de família, porque o casamento cria deveres e obrigações. Um dos deveres do cônjuge, dos cônjuges, é a fidelidade que tem o seu atributo maior chamado lealdade. A mulher não pode, a mulher casada, o homem casado, sem consentimento, porque eles vivem uma constituição, social, jurídica e política, que chama casamento, uma instituição, na qual eles devem essas obrigações. Se a mulher vai fazer uma

esterilização sem conhecimento do marido, ela está, e eu afirmo isso com base no nosso Direito Civil, na questão do casamento, com base em questões sociológicas e outras tais, ela estará rompendo um contrato. Vamos falar no casamento como contrato. E, como tal, tem a sanção que a lei culmina àqueles que violam as cláusulas do contrato.

E, depois tem uma questão social mais... Nas mulheres mais pobres, como esse contrato a que eu quero me dirigir—

[soa a campainha].

Difícilmente elas encontrarão chances de conseguir parceiros fixos porque o marido vai largar ela. Ele larga, vai deixar. É o machismo brasileiro? É o machismo não sei o que é, mas ele certamente vai se sentir ferido numa das coisas mais importantes, que são a lealdade e a fidelidade matrimonial. Eu tinha mais o que falar, mas eu acho que—

[palmas].

Durante a discussão... Muito obrigada. Desculpe.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Obrigada, Dra. Herilda. Eu gostaria de pedir à galeria para não se manifestar, que aqui temos opiniões que divergem. Dra. Ieda Verreschi, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, e professora da Escola Paulista de Medicina, UNIFESP.

DRA. IEDA VERRESCHI: Bom dia a todos. Eu me sinto muito honrada em estar aqui nessa Comissão. E gostaria de, logo em seguida, solicitar que passassem as informações que eu trouxe, que fossem acompanhando essa minha manifestação. Eu gostaria, como professora de endocrinologia, nesta área atuando há mais de 30 anos, eu gostaria de colocar esses dados aqui, subsídios aos senhores, para a questão da educação e biologia, orientando o planejamento familiar. O próximo, por favor.

A justificação do presente Projeto de Lei refere-se ao objetivo de instituir medidas que propiciem mormente as camadas mais pobres da população obterem informação sobre planejamento familiar e aplicação do seu acesso a essas opções. A análise de tal proposta remete obrigatoriamente ao trabalho médico na área de gônadas em desenvolvimento, profissional cuja visão que vai além da biologia, pois abrange, na sua totalidade, o processo educativo e informativo que antecede ou ultrapassa os limites da puberdade atingindo a idade adulta.

Do ponto de vista biológico, a puberdade é a passagem da infância... O próximo, por favor. É a passagem da infância para a vida adulta, onde ocorre a ativação do sistema hormonal que controla a função das gônadas,

ao mesmo tempo em que acelera e consolida o crescimento somático, capacitando... O próximo. Capacitando o indivíduo à reprodução. Esta transição é celebrada pelas diferentes sociedades, ao longo tempo, anunciando a aquisição da fertilidade. Embora seja um processo contínuo, iniciado em forma de crise ao nascimento, precisa ser contido, a fim de aguardar que o organismo alcance as condições somáticas ideais que capacitem a reprodução. E enquanto o organismo cresce e sofre as múltiplas adaptações, este processo endócrino, em ambos os sexos, ajusta-se, passando por um período inicial de liberação hormonal e depois pela instalação do processo inibitório para, finalmente, ao seu tempo devido, instalar progressivamente a puberdade e adquirindo a capacidade para reproduzir. O próximo, por favor.

Este espaço estende-se desde o nascimento até a vida adulta, porém, com uma necessidade de uma inibição do processo, logo após o nascimento, para que o indivíduo tenha condições somáticas de reproduzir. E essa condição somática de reproduzir nós vamos encontrar somente a partir dos 20 anos de idade. Adquirindo, então, aos 20 anos de idade, em ambos os sexos, quando essa estabilização de sistemas e fatores hormonais de crescimento ocorre. O período que contém estas modificações somáticas é chamado adolescência. O próximo.

Embora ocorra em algumas espécies, é no homem que a adolescência tem a sua maior extensão, apresentando conotação cultural multifacetada. As pressões psicológicas e sociais, culturais, instaladas na adolescência, constituem elementos geradores de estresse e, conseqüentemente, dificultam a instalação desse processo individualmente, em graus variados. É o processo, nesse contexto, que se instalam... O próximo, por favor.

É nesse processo que se inserem a gravidez, as pílulas anticoncepcionais, e os incentivos ao sexo seguro dos programas internacionais de Saúde reprodutiva. O processo educativo, nesta fase, tem um papel fundamental, pois, nessa fase, pode ocorrer a sedimentação ou mesmo a perda de valores adquiridos previamente no ambiente familiar ou equivalente. Do ponto de vista biológico, a educação faz parte da estratégia de sobrevivência da espécie humana. O homem integra o conhecimento em forma de cultura e é capaz de conservar e transmitir a outros membros da própria espécie. Nesse aspecto, o processo evolutivo atrelou a nossa sobrevivência à educação e essa é uma prioridade humana.

Para atingir metas educacionais, populacionais, muitas vezes somos tentados a utilizar técnicas de propaganda implantadas como nos anos 30 e 40, na

Europa, bem dizer de resultados imediatos. Assim atuam as campanhas. Por outro lado, se educar demanda trabalho, compromisso, fidelidade e vontade, os seus custos podem ser até equivalentes e menores.

Então, esses processos educativos auxiliariam o adolescente no seu processo de atingir a maturidade e a consciência da sua capacidade de reprodução. Sabe-se também que o controle do físico pode, além de conferir disciplina, reforça a autoconfiança. É o caso do atleta, que positivamente, atua esse seu desenvolvimento sobre a escolaridade, sobre a seleção para o trabalho e sobre a sua atuação social. Da mesma forma, têm as campanhas educativas para a alimentação saudável, que previnem os danos que a obesidade provoca em qualquer faixa etária, onerando os serviços públicos de Saúde. Os programas municipais já foram adotados com sucesso, estimulando concretamente essas implantações.

Assim, embora inundados pelos hormônios que impulsionam essa luta primal pela perpetuação da espécie, a educação do jovem para a efetividade, para o autoconhecimento, respeito ao próximo e, sobretudo, ao próprio corpo, permitirá exercer a própria sexualidade, superando-a e tornando propriamente humana a genitalidade. Fora do contexto da razão, que se consolida na juventude, essa não vai além de bestialidade, e é neste tempo que razão e força vital se complementam.

As meninas, portanto, aderem à meta do milênio para uma maternidade segura. Na justificativa do presente PLS, é chamada atenção para mormente as camadas mais pobres da população. Vamos pensar nessas meninas. Segundo Speroff, os melhores folículos ovarianos, contendo óvulos de superior qualidade genética, coincide com o pico da fertilidade, entre 20 e 24 anos de idade. Independentemente do número de filhos, eu pergunto: Seria plausível esterilização anterior a esta época? O censo... Estaríamos frente a uma população vulnerável? Levando em conta que no censo do IBGE de 2000, 15% da população estava entre 12 e 18 anos, aproximadamente dois milhões de adolescentes seriam potencialmente mutiladas como represália do Estado à infração ética de terem engravidado durante a instalação pubertária porque lhes fora negado acesso à educação ou por lhes ter sido permitido viver em condições que favoreçam o abuso sexual, a violência e a promiscuidade. Tal medida, por tratar-se de planejamento epidemiológico, é passível de aplicação da Declaração de Helsinque, onde vejo quatro artigos maculados.

Quatro. A importância do objetivo deve ser proporcional ao risco do sujeito. Cinco. Os interesses do sujeito devem sempre prevalecer sobre a ciência e a

sociedade, e os esforços devem ser feitos para minimizar o impacto sobre como respeito a sua integridade física e mental. 20 anos após a conferência de Nairobi, este seria o retrato da campanha de redução da mortalidade materna em nosso País. É reconhecido fracasso das medidas tomadas pelas organizações internacionais e a mortalidade materna continua a crescer por complicações obstétricas nos Países em desenvolvimento.

De fato, as meninas de 18 anos não mais acrescentarão valores a estas estatísticas de complicações de gestação e parto, porém, tendo em vista as deficiências do atendimento básico de Saúde na periferia das grandes cidades e na zona rural, quem tomará conta das crianças cujas mães morrerem de complicações durante a esterilização?

Quando se nega a Deus, facilmente se nega ou compromete a dignidade da pessoa humana. Há uma estreita relação entre o esquecimento de Deus e a perda do profundo sentido de paternidade e maternidade humanas. Quando a paternidade humana está ameaçada, e por julgá-la um fenômeno puramente biológico, sem sua dimensão humana e espiritual, toda afirmação sobre Deus-Pai torna-se vazia de conteúdo e significado. Assim como o tema aqui tocado, paternidade e maternidade humanas aprofundam suas raízes na biologia, mas superam a biologia. Os ganhos, em cinco séculos, nas mulheres, são evidentes, podemos mostrar nesse quadro do Goya, do Velásquez e da Escola do Velásquez, essa pobre princesa Marguerita, que dizia da Áustria, mas era filha do rei da Espanha, aqui está prometida de casamento, aos 12 anos, casou aos 15, e aqui já, antes dos 22 anos de idade, de luto, viúva e, logo a seguir, morta por um problema de Saúde que lhe ocorreu.

Esses ganhos... Esse avanço é magistral; cinco séculos onde isso não mais acontece. O prestígio da ciência e a técnica dela derivada levam a depositar nessas medidas. Se a farmacologia da reprodução, que serviu à revolução sexual dos anos 60, debilitou a íntima relação da paternidade e maternidade, proporcionou a liberdade das relações sexuais casuais. E, embora tenha auxiliado para controlar a natalidade nos Países desenvolvidos, não impediu o aumento das taxas de gravidez na adolescência, no mundo desenvolvido ou não. A família desagregada perde seus filhos, meninos e meninas, mas somente ela é capaz de tutelar o direito dos seus filhos à vida, à instrução integral e ao respeito humano.

Concluindo, decorridos mais de 10 anos a promulgação da lei 9263, nada há a acrescentar ou comemorar em planejamento familiar. O presente projeto—

[soa a campanha].

Propõe medidas prejudiciais ao desenvolvimento e educação de adolescentes, é discriminatório e não se recomenda a sua aprovação.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Gostaríamos agora, agradecendo a participação da Dra. Ieda Verreschi, passar a palavra ao Dr. Drauzio Varella. Mas, antes, quero registrar a presença da Dra. Maria José de Oliveira Araújo, Coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, que também acompanha esta audiência. Palavra com o Dr. Drauzio Varella.

DR. DRAUZIO VARELLA: Queria fazer um breve comentário. Aliás, antes queria pedir desculpas porque eu recebi o convite para esta Sessão na semana passada e não tive tempo de me desvencilhar de todos os compromissos em São Paulo. Então, é provável que eu tenha que sair no melhor da festa, que é o auge da discussão. Eu queria fazer um comentário breve sobre o Projeto que está em discussão, e queria ressaltar dois aspectos: Primeiro, eu acho que essa questão da idade mínima, eu não vejo necessidade de modificar o Projeto atual. O Projeto atual diz que todas as mulheres e homens brasileiros que tenham pelo menos 25 anos ou dois filhos ou 18 anos e dois filhos podem optar pela cirurgia, laqueadura ou vasectomia.

Eu acho que isso é uma lei bastante razoável. Do ponto de vista prático, eu acho que médico nenhum faria uma esterilização numa menina de 18 anos ou num rapaz de 18 anos que não tivesse tido filhos ainda. Então, acho que fazer essa mudança vai criar uma lei que, na prática, não vai ser cumprida de forma alguma. Os médicos já resistem muito em fazer procedimentos irreversíveis em mulheres de 30 anos, de sete, oito filhos. Quanto mais uma menina de 18. Isso não vai acontecer na prática, em hipótese alguma. Um rapaziinho que chega lá, aos 18 anos, e diz: “Olha, eu quero fazer uma vasectomia”. “Você tem filhos?” “Não”. Eu duvido que algum médico, em sã consciência, submeta a uma esterilização irreversível um menino nessas condições. Então, eu não vejo necessidade de mudar a lei nesse aspecto.

Quanto à autorização do cônjuge para a laqueadura ou para a vasectomia, eu acho que isso, na prática, como é que se resolve? Na prática, os homens vão sozinhos aos médicos e fazem a vasectomia. As mulheres, quando vão sozinhas aos médicos para fazer a laqueadura, os médicos exigem a assinatura do marido. Então, eu acho que essa é mais uma das violências que se cometem contra as mulheres, que é aquela de atribuir ao corpo dela a propriedade de outro.

[palmas].

Para encontrar uma solução cirúrgica que ela, naquele momento, julgou adequada para o corpo dela, ela precisar da autorização de um homem, seja ele quem for, pra mim, a lei não pode conter esse disparate, como nós temos vivido nesses anos todos.

A minha posição em relação ao planejamento familiar, e eu quero aproveitar esses minutos para discutir isso, é muito clara. Eu acho que o planejamento familiar é uma das piores violências que nós cometemos aqui... A falta de acesso aos métodos de planejamento familiar é uma das piores violências que nós, no País, realizamos contra as classes mais pobres. Tem um dado do IBGE que, pra mim, é absolutamente definitivo. Das crianças nascidas no Brasil hoje, 4% pertencem à classe A e 7% à classe B. Portanto, classes A e B contribuem com 11% da natalidade. E as classes A e B, no Brasil, respondem por 23% da população, mas contribuem com 11% da natalidade. 42% das crianças nascidas no Brasil pertencem à classe E. Vamos lembrar que a classe E é aquela que vive com até 75 reais por capta mensalmente. Portanto, coisa de um dólar por dia cada criança. 42% pertencem à classe E. E 31% pertencem à classe D. Portanto, nós temos 73% das crianças que nascem no Brasil, estão nos extratos mais pobre da população. Por que acontece isso? Porque as mulheres pobres querem viver o mistério da maternidade mais vezes do que as ricas? Ou porque os homens pobres têm prazer de encher o barraco da favela ou a casinha da periferia de crianças que não têm espaço para dormir. É por isso que acontece isso? Ou porque será que as mulheres pobres são mais sem vergonhas do que as outras mulheres, têm mais parceiros sexuais, são mais promíscuas do que as outras mulheres? Isso acontece só porque, nas classes A e B, nós temos acesso total aos métodos de anticoncepção, de contracepção. As mulheres têm acesso à pílula, às injeções mensais ou trimestrais de anticoncepcionais, tem acesso ao dispositivo intra-uterino e quando querem interromper definitivamente a chance, a possibilidade de engravidar, elas fazem a laqueadura. Os homens ligam para o médico por telefone, marcam, e vão aos hospitais particulares e fazem vasectomia, sem ninguém assinar papel nenhum, sem nada.

Agora, para os pobres nós usamos esses métodos. Nós mesmos temos quantos filhos? Se eu perguntar, nessa sala, quem tem cinco ou seis filhos, provavelmente ninguém. Nós temos um filho, dois filhos, três filhos e, quando falamos em três, já achamos muito. Nós temos, no Brasil, uma situação de perversidade social, que é a mais absurda. Quando nós fizemos uma série na televisão, na TV Globo, sobre planejamento familiar, e eu andei pelo interior do nordeste e do norte do Brasil, a série estava no ar. Eu era cercado por

mulheres que vinham dizendo: “Doutor, pelo amor de Deus, você não consegue que eu faça uma laqueadura? Eu tenho oito filhos, 32 anos, eu não posso mais ter filho de jeito nenhum”. Isso é o desejo dessas mulheres. Que quando uma pessoa, quando um homem que tem dinheiro, uma mulher que tem dinheiro deseja utilizar o método de anticoncepção, nós achamos natural que ele utilize. Agora, porque nós negamos o acesso? Eu não estou discutindo se devem ou não devem fazer. Mas por que negar o acesso das pessoas que realmente querem, daquelas mulheres que têm filhos, que o marido vai embora porque, no fim, o ônus cai pesadamente sobre a mulher. É sobre ela. Ela que vê os filhos passando necessidade. E quando ela chega no posto de Saúde, atrás de uma cartela de pílula, não encontra. Quando tenta colocar um dispositivo intra-uterino é praticamente impossível. E quando vai atrás de uma laqueadura, então, não acontece, não acontece nunca. Não acontece no interior do nordeste e não acontece na cidade de São Paulo, não acontece na cidade do Rio de Janeiro. Coisa mais difícil para uma pessoa da classe pobre, um homem da classe pobre, é conseguir fazer uma vasectomia.

Em São Paulo, havia um costume, que eu não sei quem introduziu na Prefeitura, que era o seguinte: Eu chego num posto de Saúde e digo: “Olha, eu tenho cinco filhos e não quero mais. Quero fazer uma vasectomia”. Eu era obrigado a fazer um curso. Esse curso era um curso que a lei diz que você tem que ser informado dos métodos existentes. Ótimo. Só que esse curso acontecia, na periferia de São Paulo, todas as quintas-feiras. Não me perguntem por que quinta-feira. E todos os homens e mulheres tinham que fazer três quintas-feiras consecutivas. Então, eu chego na fábrica que eu trabalho e digo: “Olha, me desculpem, que eu vou faltar as próximas três quintas-feiras, que eu quero fazer um curso de planejamento familiar”. A mulher que trabalha como empregada doméstica vai faltar três quintas-feiras seguidas para fazer esse curso.

Bom, as que conseguiam fazer e os homens que conseguiam fazer ganhavam um “diplominha”, um certificado de que fizeram o curso. Portanto, estavam aptos a fazer a esterilização definitiva. Só que eles recebiam o papel. E com esse papel tinham que procurar o serviço público atrás do seu direito de fazer a esterilização, direito garantido por lei. Impossível obter isso. Ninguém consegue. Porque os hospitais não estão preparados para isso, não têm condições de oferecer esse tipo de serviço. E, depois de um ano peregrinando, o “diplominha” perde a validade. Aí tem que fazer mais um ano, outra vez o curso. Quer dizer, aí não se trata de educação porque são pessoas motivadas, que vão atrás do

procedimento que a lei lhes garante. Mas, na prática, isso não acontece de forma nenhuma.

Todos os postos de Saúde em que eu andei, pelo interior, e eu sempre pergunto isso, não têm anticoncepcionais, não recebem e quando recebem não têm como distribuir, e não aplicam DIU em ninguém. A coisa mais... Um DIU custa quatro dólares. Esse é o preço de um DIU comprado pelo atacado, o DIU de cobre, dura 10 anos. 10 anos. Nós não damos o DIU e depois ficamos com esse mundo de crianças que nós temos que encontrar uma solução para elas. Eu acho que ou nós atacamos esse problema no Brasil com seriedade, porque em 1970, durante a copa do mundo, é um número que todo mundo lembra por causa da música, “90 milhões em ação”, nós éramos 90 de pessoas. Nós somos mais de 180 trinta e poucos anos depois. Eu fico surpreso como é que um País que tinha problemas naquela época consegue ainda funcionar hoje, tendo dobrado a população em pouco mais de 30 anos. O que aconteceria com a Previdência Social da Inglaterra, da França ou da Alemanha, se eles tivessem duplicado a população nesse tempo? Nós pensamos na época do passado que, em 1950, as famílias tinham cinco, seis filhos; hoje têm dois ou três. Houve uma queda da natalidade, não tem dúvida nenhuma. Uma queda importantíssima.

Mas, naquela época, 70, 80% da população vivia no campo, onde cada filho eram dois braços a mais para a lavoura. Hoje vivem nas favelas nas cidades. Hoje não temos condição, uma criança de sete, oito anos, que já trabalhava na roça, nos anos 50, hoje, uma criança de sete, oito anos faz o quê na cidade? Que tipo de contribuição ela dá para a economia doméstica?

Nós temos obrigação moral de oferecer para mulheres e homens pobres os mesmos direitos que nós defendemos para as nossas mulheres e nossos homens. Eu fiz uma vasectomia num dado momento da vida. Não pedi autorização para ninguém. Combinei com um colega, cheguei no hospital, 15 minutos depois, tinha acabado a cirurgia, fui embora para casa e lembro que ainda fui a um aniversário de um amigo à noite, porque a cirurgia é absolutamente segura, tanto quanto qualquer procedimento seguro pode ser. Por que é que pra mim eu tive essa facilidade toda? E um homem que tem cinco ou seis filhos e tem um salário baixo, não consegue dar comida para as crianças, ele não tem o mesmo acesso que eu tenho? Por que a minha mulher teve dois filhos só e as outras mulheres têm que ter cinco, seis filhos. Elas perdem o controle, não têm controle sobre a própria fertilidade, não têm controle sobre o próprio funcionamento do corpo, porque nós temos uma lei linda no papel, mas que não conseguimos aplicar na prática. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Queremos agradecer ao Dr. Drauzio, assim como a todos os ilustres convidados que aqui vieram para participar dessa Audiência Pública, e, com a permissão dos Srs. Senadores, dos convidados, das autoridades que aqui acompanham essa audiência, eu gostaria de convidar o Senador Flávio Arns para presidir os trabalhos. Estou sendo convocada pela marcha dos Prefeitos, já que faço parte da frente municipalista e da Subcomissão de Assuntos Municipais, para estar presente lá no hotel Blue Tree, na abertura da marcha. Muito obrigada.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a Senadora Rosalba Ciarlini, passo, na sequência, a palavra à Maria de Fátima Malheiro, que é técnica em assuntos educacionais da Secretaria de Ensino Básico do Ministério da Educação, MEC. Eu peço só a gentileza das pessoas que estão acompanhando essa Audiência Pública para não haver manifestações, com palmas ou algo semelhante, durante ou ao final das falas, porque o grande objetivo de uma Audiência Pública é ouvirmos pontos de vista variados sobre o mesmo assunto, para que, ao final, esses pontos de vista possam convergir para uma análise cuidadosa, criteriosa do Projeto de Lei. Então, mesmo que a gente não concorde com algum ponto de vista, o objetivo da Audiência Pública é exatamente este, para que a variedade, a dinamicidade do que acontece na sociedade esteja representada através das pessoas que estão aqui se manifestando. Então, eu peço essa gentileza de todos que estão aqui. Passo, em seguida, a palavra, com prazer, à Maria de Fátima.

MARIA DE FÁTIMA MALHEIRO: Bom dia a todos. Agradecemos, nós, em nome do Ministério da Educação, agradecemos o convite... Estar debatendo, então, pleito num Projeto de Lei que precisa ser bem pensado pela nossa sociedade. Eu estou substituindo a senhora Sandra Denise Pagel, Coordenadora do ensino fundamental da Secretaria de Educação básica do Ministério da Educação, ela está no momento proferindo uma palestra sobre o ensino fundamental de nove anos. Eu sou técnica em assuntos educacionais e falo no lugar da técnica que trabalha, há algum tempo, numa ação interministerial, que, logo a seguir, estaremos falando. Então, nesse sentido, eu vou pedir a licença de vocês de estar lendo para não ultrapassar o tempo previsto e poder depois vir até esclarecendo algumas questões postas atualmente pela sociedade e pela mídia.

A nossa fala destina-se à fala pedagógica da solicitação em tela do Projeto de Lei 284, que propõe alteração dos artigos 5º e 10º do Projeto de Lei 9263,

que trata do planejamento familiar nos artigos 5º e da lei 10406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Nesse sentido, o objeto da nossa análise, o objeto da nossa fala é sub-reportar(F) a indicação da obrigatoriedade da educação sexual no ensino fundamental e no ensino médio, visto que o Ministério da Educação não se sente hábil para estar tratando dessas questões postas pelo próprio Projeto de Lei, pela proposta em pauta.

O que nós entendemos é que o nosso Senador, os Senadores que estão propondo essas alterações, justificam a sua proposição com base na dificuldade de algumas camadas da população obterem, informações e terem acesso a ações de planejamento familiar. Nesse sentido, gostaríamos de lembrar o que é colocado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu art. 8º, §1º, caberá à União a coordenação da Política Nacional de Educação, articulando diferentes níveis e sistemas e exercendo funções normativas, redistributivas e supletivas em relação às demais instâncias educacionais.

Portanto, para o Ministério da Educação, não compete interferir na liberdade de organização de sistemas de ensino, os quais têm autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. Essa observação, inclusive, se ampara na própria LDB, cujos dispositivos ancoram-se em dois princípios básicos, a descentralização e a flexibilidade. Assim, os principais pilares da educação nacional são flexibilidades para a atuação dos sistemas de ensino e das escolas de todos os níveis e modalidades, bem como a descentralização dos sistemas com o apoio, orientação e avaliação da qualidade do ensino por parte da União.

Além disso, educação sexual já se encontra contemplada nas diretrizes curriculares nacionais, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, pareceres Conselho Nacional de Educação, Câmara de educação básica nº. 04 de 1998, 15 de 1998 e nas resoluções 1º de 99, 02 de 98, 3º de 98 dos respectivos Conselho Nacional de Educação, como se observará a seguir. Em todas as escolas deverá ser garantida a igualdade de acesso para os alunos a uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional. A base nacional comum e sua parte diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que visa estabelecer relação entre educação fundamental e a vida cidadã, por meio da articulação entre vários de seus aspectos como Saúde, sexualidade, vida familiar, social etc.

A educação sexual, no entender do Ministério da Educação, deve estar inserida nas propostas pedagógicas das escolas, levando-se em consideração o respeito à competência política e executiva dos Estados e

Municípios, a diversidade sociocultural das diferentes regiões do País, e a autonomia dos professores e das equipes pedagógicas.

Por fim, informamos que com relação à Saúde sexual, à educação sexual, à Saúde reprodutiva, o Ministério da Educação também, como diz a nossa doutora, a paternidade responsável dos nossos alunos, dos nossos estudantes, dos homens e das mulheres, em 2003, foi lançado pelo Ministério da Educação e Ministério da Saúde, com o apoio das organizações das Nações Unidas, a UNICEF, da Unesco e da UFPa, o fundo das Nações Unidas, aqui presente no debate, o Projeto Saúde e Prevenção nas escolas, que visa justamente a estar trabalhando as ações de prevenção nas escolas, a estar trazendo o debate à discussão na comunidade escolar.

Como a doutora aqui da OAB, representando a OAB pôde nos falar, nós temos que estar trabalhando os nossos estudantes, os nossos professores, toda a comunidade escolar, inclusive as famílias que participam dessa comunidade escolar, a estar trabalhando as questões ligadas a uma paternidade responsável de homens e mulheres.

Voltando ao Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, que está em momento tramitando a transformação dele em programa, está em estudos junto ao Ministério da Saúde e Ministério da Educação e as Organizações das Nações Unidas, para estar ampliando esse Projeto a nível nacional. O Projeto, ele surgiu e foi lançado, em 2003, pelo nosso ex-Ministro da Educação, o Cristovam Buarque, foi lançado, ele está tendo continuidade através do atual Ministro Fernando Haddad e está tendo todo um apoio, um aporte político para que sejam realizadas essas ações com base na descentralização das ações e com a participação de toda a comunidade. Não só a comunidade educativa, composta por representantes, os alunos representantes de pais, das famílias, mas também como postos de Saúde, as unidades básicas de Saúde, que estão aos redores das escolas.

Então, voltando à fala, para não me perder, que esse é um projeto que está muito na mídia, com informações não claras com relação às ações, inclusive a questão da distribuição de preservativo, não é verdade. A escola não vai distribuir o preservativo. Ela tem todo um trabalho anterior, que depois nós poderemos até voltar a falar. Então, voltando ao Projeto, é um produto da experiência e reflexão de diferentes atores sociais e representa um marco na integração dos sistemas de educação e Saúde e privilegia a escola e os espaços educativos como espaço para articulação das políticas voltadas para os adolescentes e jovens mediante a participação dos sujeitos desse processo. Ou seja,

estudantes, profissionais de educação, profissionais de Saúde, professores, famílias em especial.

O Projeto, ao mesmo tempo, é um convite à articulação entre educação, Saúde e as demais instâncias cujas ações repercutem na formação dos jovens, entre elas, órgãos responsáveis pela cultura e ação social, universidades, entidades da sociedade civil organizada. As ações de Saúde e prevenção nas escolas preconizam a integração de Saúde e educação, de acordo com princípios e diretrizes que os fundamenta e tem como objetivos específicos contribuir para a redução da incidência de doenças sexualmente transmissíveis e de infecção por HIV e AIDS, redução da incidência de gravidez não planejada ou gravidez que o adolescente não esteja pronto ou que os pais, adolescente homem ou adolescente mulher se sintam preparados para escolher a hora. Redução da evasão escolar, relacionada à gravidez na adolescência na população jovem, um dos indicadores e um dos motivos de mortalidade, não só do feto, mas como mortalidade das nossas jovens. Trabalhar os direitos sexuais e direitos reprodutivos dos adolescentes e jovens; fomentar a participação juvenil para que adolescentes e jovens possam atuar como sujeitos transformadores da realidade. Possibilitar que a escola desempenhe seu papel democrático no respeito e convívio com as diferenças; contribuir para a sustentabilidade das ações de prevenção nas escolas, incluindo e, principalmente, acho importante ressaltar, que esse tema educação sexual esteja na pauta da agenda da comunidade escolar, ao estar elaborando seu Projeto político-pedagógico, em cada unidade escolar. Então, cada unidade escolar tem autonomia de escolher de que forma vão ser essas ações de educação sexual nas suas escolas. Assim como as secretarias municipais de educação, como secretaria municipais de Saúde, integradas secretarias estaduais de educação e secretarias estaduais de Saúde.

Tal projeto beneficia alunos das escolas públicas, na faixa etária de 10 a 24 anos. Nesse momento ainda, o Grupo Gestor Federal, que é o grupo que está representando e está pensando as ações do Projeto Saúde e Prevenção nas escolas, que é composto de representantes de diferentes áreas da educação, do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde, como também a Secretaria de... O grupo de Secretaria de Adolescência e da Criança, a Coordenação Nacional do DST-Aids, a coordenação da Saúde da Criança, da Saúde da Mulher, são ações integradas dentro do Ministério da Saúde e integradas dentro do Ministério da Educação, com o apoio das agências das Nações Unidas, Unicef, Unesco, UFPa, aqui representada, e nós estamos ainda em discussão se descendermos ou não as ações para um nível de informações para abaixo

de 10 anos. No momento ainda está sendo discutida a importância de se descer ou não. Acreditamos que a educação sexual tem que estar na pauta da formação dos nossos professores, mas não só dos professores, também da formação dos profissionais de Saúde, e é um trabalho que está orientando aos jovens, aproveitando o conhecimento dos jovens e aproveitando o conhecimento da comunidade escolar para trabalhar essa iniciativa.

Com relação às alterações nesse sentido, cabe destacar a participação dos atores da Secretaria de Saúde, Educação, Comunidade Escolar, instâncias representativas da sociedade que atuam no âmbito da Saúde e da Educação. Com relação a outros incisos propostos no assunto, nós achamos que essas análises deveriam ser feitas por outros profissionais da área da Saúde, da Justiça e das Forças Armadas. É conclusão do Ministério da Saúde que considera a proposta de educação sexual de extrema relevância, desta forma, a coordenação do Ministério da Educação, pelos motivos já impostos, é favorável ensino fundamental e ensino médio. Cabe destacar que, com relação aos demais itens, já foi falado, nós achamos importante estar ouvindo a opinião dos demais representantes e das outras áreas.

Voltando agora um pouquinho, quer dizer, da importância de uma ação integrada. Essa ação, ela integra não só uma unidade, não só a coordenação de educação básica do Ministério da Saúde, ela integra a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, integra a Secretaria de Educação Superior, integra também a Secretaria de Educação Especial, e, dentro do Ministério da Saúde, representando mais efetivamente, nós temos Programa Nacional DST - Aids, a Coordenação de Saúde do Adolescente e da Mulher, temos também a Secretaria de Gestão do trabalho, temos a Unesco, a UNICEF, e nós estamos aproveitando a riqueza já constituída nos Estados, criando os grupos gestores estaduais e criando também os grupos gestores Municipais para estarem debatendo, dentro da sua realidade, com a sua realidade local, as ações com base nas diretrizes nacionais do Saúde e Prevenção Nas Escolas, postos que vocês podem ter acesso ou na página do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação básica, ou através da página do Ministério da Saúde, Programa Nacional de DST – Aids, vocês vão ter acesso a todo o material, a todas as ações que estão sendo implementadas a nível nacional, que se baseiam na ação integrada da escola com o posto de Saúde próximo. Ações que estejam preparando não só o professor para estar traçando do tema sexualidade, junto com seus alunos, quebrando os seus próprios tabus, como estar fortalecendo os

jovens refletindo as ações do momento certo ou não de estar exercendo a sua sexualidade.

Os jovens têm que estar informados, estão sendo trabalhados para estarem refletindo. Com relação a isso o projeto já está integrado nas 27 unidades da federação, nós já temos grupos gestores estaduais instituídos e grupos gestores e municipais, dentro de uma perspectiva de formação do profissional de educação, junto à formação do profissional de Saúde porque está trabalhando no posto de Saúde, para que o aluno, se assim o desejar, iniciar sua vida sexual antes do previsto, que ele tenha um local para se aconselhar, que são os centros de acontecimento e testagem – CTAs. Quer dizer, nós estamos trazendo o assunto para as escolas não para formar, nem incitar e nem favorecer que a sexualidade se inicie antes do tempo. Que ela está posta. As mídias estão... Nós temos programas de TV que mostram ato sexual em idade que a gente não acharia adequada para os nossos jovens. Mas, de qualquer maneira, os jovens já estão iniciando sua vida sexual, as pesquisas apontam para isso, as pesquisas apontam também que o jovem já está utilizando o preservativo. O nosso Projeto não tem como base distribuir preservativo. Pelo contrário, ele tem como base trabalhar uma ação de formação nas escolas. As escolas deverão estar até ouvindo a participação da família, ouvindo a família, a família tem que estar representada também no Projeto Político-Pedagógico, na elaboração.

Então as escolas têm autonomia para estar elaborando—

Os sistemas também. Então, é um Projeto que vem trazer a universidade para o debate, trazer a organização da sociedade civil, estar debatendo sobre como poder estar lidando com essa questão. Nós acreditamos que sexualidade é uma dimensão humana, ela é componente da vida natural de qualquer ser e ela tem que ser instrumentalizada, debatida, conversada dentro do espaço escolar. Nós estaremos aqui conversando até o final do debate. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço à Maria de Fátima Malheiro, representante nesta Audiência Pública, do Ministério da Educação, e passo em seguida a palavra à Alanna Elizabeth Armitage, que é representante brasileira do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil. Com a palavra, V.Sa.

ALANNA ELIZABETH ARMITAGE: Obrigada, bom dia Exmo. Sr. Senador Flávio Arns, Presidente eventual da Comissão de Educação, ao cumprimentá-lo, faço extensivos os meus cumprimentos aos integrantes da Mesa principal e aos participantes desta Audiência Pública. É realmente uma honra para o Fundo

da População das Nações Unidas no Brasil participar dessa Sessão tão importante para a sociedade brasileira. Eu entendo que, na condição de representante do UNFPA, meu papel neste momento é apresentar uma visão sobre o tema segundo uma perspectiva internacional de Direitos Humanos.

Então, minha apresentação se divide em duas partes. Primeiro um breve histórico da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento realizada no Cairo, em 94, que representou realmente uma mudança crucial na abordagem dos temas da população e desenvolvimento, incluindo a questão do planejamento familiar. Segundo, vamos fazer comentários específicos sobre as propostas de alteração à lei 9263, de 1996. Esses comentários estão fundamentados em acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Então, antes de começar essa apresentação, queria aproveitar explicar um pouquinho mais sobre o que é o Fundo de População. O trabalho do UNFPA, só para dar o contexto. O Fundo da População das Nações Unidas – UNFPA – é uma agência de cooperação internacional que promove o direito de cada mulher, homem e criança a viver uma vida saudável, com igualdade de oportunidades para todos. O UNFPA apóia Países na utilização de dados sócio-demográficos para a formulação de políticas e programas de redução de pobreza. O UNFPA contribui para assegurar que todas as gestações sejam desejadas e todos os partos sejam seguros. Todos os jovens fiquem livres do HIV - AIDS e todas as meninas e mulheres sejam tratadas com dignidade e respeito.

Enquanto o trabalho do UNFPA, em nossa missão, nós apoiamos os Países a garantir acesso universal a serviços de Saúde reprodutiva de qualidade e serviços de planejamento familiar com base em decisões individuais e incluir as variáveis populacionais na formulação de políticas e programas de redução da pobreza e desigualdades. O UNFPA se guia pelo Programa de Ação do Cairo, aprovado 169 países durante a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 94.

Eu gostaria de falar um pouco sobre a Conferência do Cairo devido à sua importância para o debate de hoje. O Programa de Ação do Cairo representa uma mudança de paradigma na abordagem global sobre os temas da população e desenvolvimento. O enfoque da agenda da população deixa de ser uma preocupação com o crescimento populacional e suas implicações para o desenvolvimento, passando a centrar-se na promoção de Direitos Humanos, com ênfase no exercício de direitos reprodutivos. O Programa de Ação consiste em responder as necessidades in-

dividuais de mulheres e homens, ao invés de atingir metas demográficas. É chave para essa abordagem o empoderamento da mulher e facilitar o acesso a escolhas através de acesso a educação, serviço de Saúde e oportunidade de trabalho.

O princípio primordial do Programa de Ação do Cairo é a promoção de Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável, mudando o foco de inúmeros para o enfoque de pessoas. As principais metas do programa de ação são... Vou mencionar apenas o primeiro acesso universal aos serviços de Saúde reprodutiva até 2015, e os senhores podem ver os outros, porque não teremos muito tempo. Agora, gostaria de fazer alguns comentários em relação ao Projeto de Lei do Senado. Temos alguns comentários que, de novo, são fundamentados em acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

No que se refere à proposta de tornar obrigatório o ensino da educação sexual, o Programa de Ação do Cairo destaca que os Países devem promover o direito dos jovens à Educação, Informação e cuidados de Saúde reprodutiva, com base na equidade de gênero. O Cairo+05, uma revisão do Programa de Ação, cinco anos depois, diz o seguinte: “Garantir que adolescentes, tanto dentro como fora da escola, recebam a informação necessária, incluindo informação sobre prevenção, educação, aconselhamento e serviços de Saúde necessários para fazer opções e tomar decisões responsáveis sobre suas necessidades em matéria de Saúde sexual e reprodutiva. No caso do Brasil, como já falou a representante do Ministério da Educação, já temos práticas... Práticas já vêm sendo implementadas com muito êxito aqui, valendo citar o Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, gerido pelo Ministério da Educação e Ministério da Saúde, com o apoio do UNICEF, Unesco e UNFPA.

E só queria dizer que muitos estudos já mostraram que os programas de sexualidade, de educação na sexualidade nas escolas, realmente promove comportamentos responsáveis. Mas também é interessante ver que esses programas de educação também promovem a comunicação dentro da família sobre os temas da educação em sexualidade. Uma recente pesquisa feita pelo Projeto, que se chama Saúde e Educação nas Escolas, mostra que a maioria dos pais pesquisados, que têm filhos em escolas que participam deste Projeto, afirmam que as atividades desenvolvidas pela escola facilitam a conversa entre eles e seus filhos. Acho que isso é um elemento muito importante.

Também queríamos dizer que as experiências com militares e forças policiais são extremamente importantes, sobretudo para reforçar a promoção da Saúde sexual reprodutiva, equidade de gênero e pre-

venção de HIV - AIDS. O UNFPA [inaudível] temos muita experiência em toda a região, apoiando programas desta natureza, inclusive no Brasil. No que se refere à proposta de instruir um dia de planejamento familiar, nós reconhecemos realmente a importância da lei sobre planejamento familiar e o dia que esta lei foi aprovada. Sem embargo, nosso ponto de vista é que aprovar um dia assim poderia ser visto como uma ação coercitiva. Então, seria interessante com nosso ponto de vista, com base no Programa de Ação do Cairo, do qual o Brasil também é signatário, aproveitar o enfoque baseado em direitos e instituir o dia dos direitos reprodutivos, que poderia ser utilizado para chamar a atenção para ações, serviços e desafios, para a tradução desses direitos em políticas públicas e serviços, para reforçar a implementação dos programas já existentes, como já foi falado na Mesa.

E quanto à proposta de reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica, achamos que isso é uma questão nacional. Não temos posição clara sobre isso. Mas queremos ressaltar alguns pontos que estão abordados no Programa de Ação do Cairo. O Programa de Ação do Cairo diz o seguinte: “Reconhecer que os métodos apropriados a casais e indivíduos variam de acordo com suas idades, partos, preferências pelo tamanho da família, e outros fatores e assegurar que mulheres e homens tenham informação e acesso a mais ampla gama de métodos seguros e eficientes de planejamento familiar”.

Também queria citar que alguns manuais da Organização Mundial de Saúde, sobre critérios médicos para uso de contraceptivos, dizem que as mulheres jovens, como todas as mulheres, devem ser aconselhadas sobre a irreversibilidade da esterilização e a disponibilidade de métodos altamente eficazes de longo prazo. Então, apesar do feito do Código Civil reconhecer no indivíduo com 18 anos a maturidade, alguns pontos merecem ser enfatizados. Outros estudos da Organização Mundial de Saúde demonstram que 20% das mulheres esterilizadas em idade precoce se arrependem posteriormente. Então, parece oportuno para essa faixa etária priorizar sim o acesso à educação sexual e a outros serviços, tendo em vista principalmente a necessidade de proteger as jovens das DSTs e do HIV - Aids.

No que se refere à proposta de revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vigência da sociedade conjugal, para a realização da esterilização cirúrgica, o UNFPA não apóia totalmente essa proposta de alteração. O programa de ação do Cairo diz claramente que a promoção do empoderamento das mulheres à eliminação de toda a espécie de violência contra as mulheres e a garantia de que

as mulheres possam controlar sua fecundidade, são elementos fundamentais dos programas relacionados com população e desenvolvimento. Os Direitos Humanos da mulher e da menina são partes inalienável, integral e indivisível dos Direitos Humanos Universais. A participação plena e igual das mulheres na vida civil, cultural, econômica, política e social nos âmbitos regional, nacional e internacional e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no gênero são objetivos prioritários da comunidade internacional.

Então, esses são os comentários do UNFPA, com muito prazer, estamos aqui para prover mais informação, se for necessário e o Fundo da População das Nações Unidas retira(F) seu apoio ao País para assegurar o acesso universal aos direitos e serviços de Saúde sexual e reprodutiva. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço a participação de Alanna Elizabeth Armitage, representante brasileira do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil. Eu estou, como a plaquinha aqui na frente diz, na condição de Presidente eventual da Comissão de Educação. Nós temos a alegria de ter já, entre nós, que estava em outras comissões, a presença do Presidente Oficial da Comissão de Educação, Senador Cristovam Buarque, a quem eu convido para presidir esta Audiência Pública, na sua condição, inclusive, de Presidente. Agradeço a todos e vamos continuar com as apresentações e, posteriormente, com os debates sobre o tema.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Em primeiro lugar, minhas desculpas a todos que aqui estão por não ter chegado na hora certa, e não posso dizer que a culpa hoje foi do apagão, porque o avião saiu na hora. Mas, aqui dentro do Senado, temos que fazer outras coisas ao mesmo tempo, então não pude chegar aqui. Mas sabia que a Comissão estava sendo muito bem dirigida pelos Senadores presentes. Eu passo a palavra ao Dr. Pedro para que possa fazer uso da sua exposição.

DR. PEDRO PABLO MAGALHÃES CHACEL:

Muito obrigado, Sr. Senador Cristovam Buarque, Sra. Senadora, Srs. Senadores, senhoras e senhores, a Mesa, minha reverência à Mesa. Eu queria dizer inicialmente que eu tive sorte porque eu tenho tempo dobrado para a falar. Tenho tempo dobrado porque a primeira coisa que eu digo é repetir, considerem como repetido, tudo que a Dra. Herilda Balduino disse. Concordo inteiramente com a professora Herilda Balduino e peço autorização para assinar embaixo. Com relação ao Projeto em si, ele tem três aspectos: Um aspecto que seria a educação sexual nas escolas e em quartéis. Uma segunda... Um segundo aspecto, que

seria a extensão de esterilização a pessoas quando chegam à maioridade civil, ou seja, aos 18 anos, independente de terem filhos ou não. E a terceira situação, que seria...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Promoção de um dia?

[risos].

DR. PEDRO PABLO MAGALHÃES CHACEL:

A autorização. Não haver a autorização, a não ser do casal. A primeira coisa que eu queria colocar é o seguinte: Qual é o conteúdo da educação sexual? Eu não sei. É uma coisa que se fala de uma maneira absolutamente genérica. Eu vejo, por exemplo, que a sexualidade é um método de reprodução da espécie. Isso não é muito bem visto hoje não. Mas ele é um método de reprodução da espécie e todos nós estamos aqui por causa deles, sem exceções. Bom, isto é uma coisa que esta reprodução da espécie possibilita a formação que tem uma característica especial. Não é um ato biológico individual; ele é um ato interpessoal. É um ato que envolve sentimentos, que envolve afetos. Isto é extremamente importante. Deste ato pode surgir uma prole, ou seja, surgir uma família. O conjunto das famílias faz surgir uma sociedade. Não sou contra a sociedade.

Portanto, eu não sou, em princípio, contra a fertilidade. Bom, o que acontece é que eu preciso, ou se coloca a possibilidade de uma educação no sentido de restringir, porque o Projeto é genérico, mas tudo que ele oferece é restrição da natalidade; ele não oferece nada que não seja a restrição da natalidade. Restringir essa natalidade, de tal maneira, através de um processo educacional.

Ora, o processo educacional, a meu ver, é um processo global. Não existe educação de pedacinho. Não concordo com a educação de pedacinho. O ser educado estabelece seus conceitos, procura seus caminhos e age de acordo com suas prioridades. Então, o que eu preciso é de educação global. Se eu combater a pobreza intelectual, eu combato a pobreza como um todo. Talvez não fiquem ricos. Nem todo mundo vai ser banqueiro. Mas também não é importante ser banqueiro. E até as necessidades básicas do ser humano são pequenas. Mas a educação é um processo global, e eu tenho que acabar é com a indigência intelectual. E na que eu acabar com a indigência intelectual, eu conserto esse País de uma vez por todas.

Na verdade, eu tenho uma idéia de uma educação setorial orientada para os mais pobres, de modo que eles possam agir de acordo com os interesses das classes dominantes. Portanto, nós nos manifestamos absolutamente contra o Projeto, da maneira como ele está colocado. Este País é um País de baixíssima na-

talidade; 2,16% ao ano, com uma mortalidade que passa de um, o que faz com que esse País cresça 1% ao ano. Falaram aqui que, em 1990, éramos 90 milhões. Éramos. Em 1970. Em 1980, éramos 145. Aumentamos 95 milhões em dez anos. Em 90, começou-se o planejamento familiar neste País. Em 90, não houve censo. O censo foi em 91. Passamos de 145 milhões para 165 milhões. De 91 para 2000, passamos para 185 milhões de habitantes, o que significa que nós tivemos uma enorme queda da natalidade. Tivemos uma fuga das pessoas do campo, por uma agricultura até competente, que desempregou muito, para a periferia das grandes cidades. E eu tenho perto de quatro mil Municípios brasileiros que não chegam a 10 mil habitantes. E isto não me permite levar Educação e Saúde a estes lugares. Este País é um País que tem grandes megalópoles, problemas enormes nas cidades, mas este País é um País despovoado. Fazendo aqui um discurso natalista. Um País despovoado. Eu não vejo como bom o caminho nem da lei anterior. Mas ela está aí e ela tem que ser obedecida.

O ano passado, em Campinas, fizeram um estudo sobre mulheres esterilizadas antes de 21 anos de idade. Dentro da lei. 70% de arrependimento. 70% de arrependimento. Isso não é justo. Isto é uma maldade. Não posso concordar com isso. No genérico, 30% das mulheres que se esterilizam se arrependem. Também é demais. Eu tenho uma série de métodos anticoncepcionais e a minha visão é laica, quero deixar claro aqui, nós temos uma série de métodos anticoncepcionais, de altíssima eficácia, que permitem às pessoas não terem os filhos que quiserem e, quando quiserem, terem o direito de ter os filhos que querem.

Acho extremamente importante o ensino e a utilização dos métodos anticoncepcionais. É verdade que eu tenho um número de jovens de menos de 18 anos, muito grande, grávidas. Eu tenho motivo para isso. Minha avó foi a mesma coisa. Não tinha perspectiva. São jovens que não têm perspectiva porque não lhes deram educação. Se derem educação, neste País, não precisa dar mais nada, porque o resto as pessoas vão atrás. Era só isso que eu queria dizer. Obrigado.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Cristovam, pela ordem.

[palmas].

Senador Cristovam, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu gostaria de saber de V.Exa., dessa Mesa, se esta audiência terá uma nova rodada, ou seja, novos convidados terão oportunidade de se manifestar?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se houver necessidade, teremos.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu pergunto isso, Senador, porque dificilmente a Comissão de Educação formaria uma Mesa tão qualificada como essa. Mas, contudo, Senador, há pessoas, inclusive aqui, dona Elizabeth Sá, do Centro Feminista de Estudos e a representante, a Coordenadora na área técnica da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, que creio que suas opiniões seriam igualmente importantes, e eu cederia inclusive o meu tempo de fala, para que elas pudessem se pronunciar rapidamente, porque eu temo que não tenhamos outra oportunidade de ouvi-las e, nesse caso, eu cederia o tempo que eu disporia para a minha intervenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que o melhor seria fazer um requerimento com outra Mesa e outras pessoas e continuaríamos ouvindo e debatendo o assunto que, de fato, tem uma importância que transcende as leis. Transcende o que estamos discutindo aqui, os aspectos legais, o papel específico de legislador do Senado. Aqui tem um papel cultural, educacional. Então, se for preciso, Senador, a gente faria outro. Lamentavelmente ceder a palavra o regimento não permite.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Gostaria de aproveitar o ensejo... Não, não é a palavra. É o tempo. A minha palavra eu não cedo a ninguém. Eu cedo o tempo--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não permite... O tempo. Está bem. O regimento não permite. Lamentavelmente.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu posso fazer o Requerimento verbal—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pode fazer o requerimento.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Para que elas possam se pronunciar ainda hoje, Senador? Acho que seria importante, inclusive para aproveitar a presença de tão ilustres convidados. Então, eu requeiro que a Maria Jose, que está aqui presente, coordenadora da área técnica da Saúde da Mulher, e a Elizabeth Saad, assessora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, que elas possam se manifestar rapidamente aqui para que a gente possa--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Hoje ainda? Ou numa outra Sessão?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Se for possível, agora. Eu creio que a outra ocasião, a coisa esvaziaria e perderia a finali-

dade. Mas, eu deixo a consideração desse Plenário e de V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu deixo essa consideração. Ceder o seu tempo não é possível. Trazer outras pessoas a falarem aqui, se a Comissão, se os membros decidirem, eu assumo a responsabilidade disso independente do Regimento. Agora, talvez fosse melhor uma outra Sessão. Agora, se a Comissão estiver de acordo, porque eu tenho inscritos, eu tenho sete inscritos para Senadores. Vamos pôr ordem. Senador, vamos ceder. Nós temos sete Senadores. Eu vou passar a palavra aos sete. A gente ouve as respostas. Se depois os Senadores quiserem continuar aqui ouvindo outras pessoas, a gente traz essas pessoas aqui. Senão, a gente faz um Requerimento e faz outra Sessão. Está bem assim? Mas, são muitos Senadores. Fico feliz. Outros vão se inscrever provavelmente.

Então, eu passo a palavra aos três que fizeram o Requerimento. Foi o Senador Cícero Lucena, o Senador Marcelo Crivella e o Senador Flávio Arns. Como o Senador Marcelo Crivella foi o primeiro autor, eu passo a palavra a ele e, depois, ao Senador Cícero Lucena e depois ao Senador Flávio Arns.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, Sr. Dr. Pedro Paulo, Professora Ieda, Dra. Maria de Fátima, Dr. Drauzio, Dra. Balduino e a Dra. Allana. Meus companheiros e minhas companheiras, e Presidente Cristovam Buarque, eu vou ser breve, mas eu só queria corrigir um detalhezinho, Dr. Pedro, que é, aos 18 anos, com dois filhos. Isso a lei não muda. Continua sendo 18 anos, com dois filhos. Queria lembrar também que a lei pune como crime de genocídio se não for dada a oportunidade para que eles se expressem voluntariamente e, depois, em duas outras oportunidades reafirmem seu desejo. Mas, Professora Ieda, Dr. Pedro, Professora Dra. Balduino, eu sou os senhores ontem. Eu sou um missionário que passou dez anos na África. Dois anos no sertão. Criei uma fazenda para 540 crianças pobres no interior da Bahia e 100 famílias assentadas. Uma das famílias que trouxe para lá, com seis filhos, agora já tem 12. Sempre defendi a família no moldes da Bíblia e do Cristianismo. Conheço de cor tudo que... De Moisés a João e o apocalipse tudo. Conheço de cor. Mas esses últimos quatro anos disputei três eleições. Para Senador, Prefeito e Governador. Na segunda, para Prefeito, eu subi 121, contadas, comunidades carentes do meu Estado Rio de Janeiro, das 700 que existem lá. Em inúmeras delas, moças, com problemas nos dentes, descalças, com shortinhos indecentes, com barriga grande e criança do lado: "Crivella, arruma pra mim para operar". No morro do Tuiuti, encontrei um rapaz e depois ouvi falar

que era o traficante do morro. Ele disse: “Tenho nove filhos; só dois com a mesma mulher”. Quero me vasectomizar”. 22 anos. Essa realidade eu encontrei em cada lugar, em cada morro do meu Estado do Rio de Janeiro. Crianças abandonadas, famílias desestruturadas. E será que é isso que nós queremos que se perpetue no nosso País? Fui ver as estatísticas, são essas que o Dr. Drauzio nos deu. Essa explosão demográfica não é no campo. É nas comunidades carentes, onde todas elas vivem hoje sob o comando do narcotráfico. Numa delas, Dr. Pedro, morro São José, domingo, fui à igreja de manhã e depois subi o morro, duas horas da tarde, estava lá no topo. Tem um campozinho de futebol, de terra, meninas jogando ali, e mais acima, num barranco, uma pequena birasca com alguns rapazes jogando baralho e bebendo cerveja. Enquanto eu estava lá, passou um grupo de rapazes e um deles estava no meio, estava com as mãos amarradas com cabo de telefone. E um, na frente, falando: “Olha, atenção comunidade, ninguém viu nada, ninguém viu nada”.

Eu, honestamente, no meu mundo, jamais poderia supor que aquilo ali era uma coisa violenta. Para mim, eram meninos brincando de polícia e ladrão, como eu fazia na infância. Todos jovens. 16, 17 anos. O mesmo biótipo: escurinhos, pouca estatura, magrinhos... Meu Deus, eu continuei o meu trabalho, eu estava lá na época de campanha política, daqui a pouco alguém veio me dizer o seguinte: “Você viu o que aconteceu?” “Não”. “Ele vai ser executado”. “Não, não vai não, porque eu vou lá. Eu vou lá, eu vou defender, eu ofereço cinco mil reais”. Passou pela minha cabeça dar cinco mil reais lá comprar a vida do rapaz—

[soa a campainha].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Mas antes que chegasse lá, ouvi os tiros. Voltei. Tinha uma igreja pequena ali, entrei na igreja, conversei com o pastor e fizemos uma oração porque era a única coisa que a gente podia fazer. Essa realidade é no Rio, em Salvador, em São Paulo, nas grandes metrópoles. E nós precisamos discutir esse tema. É claro que eu acho que, numa família cristã, o marido e a mulher formam uma só carne, devem tomar as atitudes em comum acordo. Mas essa não é a realidade do mundo que vivemos hoje. É claro que numa família estabilizada e estruturada os pais vão dar educação, assistência, para que seus filhos se casem e possam ter filhos, como nós tivemos os nossos. Mas essa não é a realidade de hoje. A realidade é crua, é dura, de um massacre que se está cometendo contra as pessoas mais pobres, se não dermos a elas as condições de optarem por esterilização, se assim desejarem.

Por isso acho que se cumpridas as... A letra da lei, aquele que promove poderá ser punido por geno-

cídio, crime hediondo. Se passarem por todas as etapas e análises, inclusive com psicólogos e psiquiatras, e tomarem a decisão, esses jovens de 18 anos estão amadurecidos. E se já tiverem dois filhos, é bom que se diga isso, e o médico, claro, como disse o Dr. Drauzio, motivado pela ética, irá examinar, que se dê esse direito. Acho que é o ponto crucial para a discussão. Estou pronto ao debate, respeito profundamente, Dr. Pedro, a sua opinião, da Dra. Ieda, acho que, nos outros pontos, a gente concordou. Precisamos mesmo trazer a educação, precisamos fazer o dia do planejamento ou mudarmos o nome, precisamos ensinar isso nos quartéis, falar com nossos recrutas, da Polícia Militar, dos bombeiros, precisamos debater isso nas televisões, no rádio, no Senado, no Congresso, falar da lei, dizer para as pessoas que a lei existe. E, enfim, chegarmos a uma conclusão. Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e quero, inicialmente, dizer da importância do Projeto do Senador Marcelo Crivella, no sentido de provocar a discussão num tema que faz parte do dia-a-dia do povo brasileiro, principalmente com o desdobramento que é o planejamento familiar sendo feito ou deixando de ser feito. Nós sabemos que isso é uma discussão que, muitas vezes, é idealizada e, conseqüentemente, nós temos uma preocupação em relação a isso porque, quando se trata, por exemplo, da educação sexual, a Dra. Herilda disse muito bem, não é apenas isso. É algo mais do que isso. Agora, a minha preocupação é que esse processo seja feito, não por imposição de Governo, mas sim no legítimo papel do Governo, quando provoca a educação sexual nas escolas públicas, ela seja feita de forma... Respeitada a liberdade das opiniões como aqui nós estamos fazendo nesse debate, nessa discussão.

Então, eu tenho essa preocupação de que todos possamos nos unir, como disse o Senador Crivella, no sentido de que esse debate, essa discussão, essa educação seja nas escolas, mas também e principalmente no dia-a-dia, no papel que cabe à imprensa, no papel que cabe aos administradores, no papel que cabe aos gestores, aos legisladores. Então, todo esse processo tem que ser amadurecido, até para que nós não façamos projetos voltados apenas para parte da sociedade, principalmente aquela que não tem o conhecimento, aquela que não tem a educação. E aí nós queremos, através da lei, impor o que eles devem fazer ou deixar de fazer.

Então, nós temos a visão clara da importância desse processo, no Projeto, e eu conversava com o Senador Flávio Arns da preocupação de nós estarmos tratando várias coisas em um só Projeto, Senador Crivella. Eu acho que a questão da Educação, ela tem que ter uma discussão mais profunda porque não será o Projeto que irá impor, o professor Cristovam sabe muito bem disso, tem todo... Passos anteriores que têm que ser estabelecidos, a Lei de Diretrizes, orçamentária, inclusive. Então, é necessário que haja essa preocupação com a educação porque, sem dúvida, ela vai reduzir muitos dos nossos problemas. Quando se fala, por exemplo, e aqui não tem nenhuma semelhança, mas tem na causa, no problema, a questão da educação em relação à segurança, nós podemos trazer também para a educação sexual porque, o que é que ocorre? A realidade das nossas comunidades, em particular a comunidade carente, faz com que nós tenhamos obrigação de nos colocar no lugar deles.

Aqui foi relatado um fato. Com certeza, cada Senador teria vários fatos a relatar em relação a isso. Mas nós temos crianças, por exemplo, que em seu vocabulário, no Rio de Janeiro, como nos foi dito, na sua cidade, Senador, que tem no seu vocabulário no máximo 30 palavras. Eu não estou dizendo aqui saber ler ou escrever. É no vocabulário. 30 palavras. E como é que nós podemos cobrar dessas crianças, desses jovens, o cumprimento da legislação, o exercício pleno da cidadania, o respeito ao direito, o cumprimento aos deveres, se essa pessoa não teve a oportunidade da escola, não teve a oportunidade do saber, da informação, da justiça social, que não é simplesmente a gente achar que nós não temos culpa. Temos, sim. Cada um, na sua dimensão, cada um no seu papel, tem responsabilidade sobre isso. É muito fácil hoje está apontando, é muito fácil estar criticando, estar sugerindo, mas precisamos saber o que estamos fazendo para que isso seja mudado.

Então, eu tenho uma preocupação, ao dizer isso, da redução também da idade. Eu tenho porque eu acho que o prazo que foi dado, a lei já contempla os 25 anos, a lei já contempla a questão dos dois filhos. Você reduzir isso, de uma forma extrema, para dizer--

[soa a campanha].

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Que você pode simplesmente fazer a cirurgia e não ter mais direito a ter os seus filhos, se isso foi motivo de uma emoção, de uma briga de casal, se isso foi motivo de uma circunstância financeira que, por ventura, esteja vivendo naquela oportunidade. Eu acho que existem outros meios de evitar o filho, nesse período, do que o radical de simplesmente antecipar a idade. Então, eu tenho essa preocupação.

Então, como a alternativa de deixar livre ela é, vamos dizer assim, mais comum ao processo de correção de um eventual erro, o meu posicionamento é que seja preservada, em termos da redução da idade, a condição que hoje está estabelecida na lei. Até porque eu considero que é muito radical você tirar essa oportunidade de uma jovem de 18 anos, que quem sabe, por falta de informação, não seja estimulada a fazer, num casal, até por interesse do marido ou por momentos que ela esteja vivendo e esteja encontrando como uma única solução. Daí eu ter participado desse Requerimento, para que nós pudéssemos ouvir a questão de Saúde, a questão educacional, a questão de Segurança para que nós possamos efetivamente tomar uma decisão.

E eu quero registrar exatamente esse meu posicionamento. Eu acho que a Educação, ela tem que ser prioridade, até porque a Educação, como um todo, ela só se completa se houver a educação sexual. A questão da redução... Já me posicionei e, quanto ao dia, eu acho que, me desculpe o Senador, não acrescenta muito. Nós estamos com tantos dias, de tantas coisas, que acho que é muito mais importante a Educação porque aí forma já na criança, forma já no jovem o planejamento familiar, o compromisso com as questões sexuais, do que nós estarmos simplesmente simbolizando através de dias. Obviamente que, vamos dizer assim, não é algo que eu diga que sou contra radicalmente, acho que talvez fosse necessário a gente aprofundar a questão da educação sexual. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço a fala do Senador Cícero e passo a palavra ao Senador Flávio Arns, o terceiro entre os autores do requerimento para essa audiência.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar as pessoas que participaram de forma assim tão brilhante também desta audiência pública, e dizendo também que esse é um tema que, como V. Exa colocou, envolve Educação, Saúde, Assistência, Promoção, Trabalho, Direitos Humanos e que deve continuar sendo debatido pela sociedade, por estas Comissões de Assuntos Sociais e pela Comissão de Educação porque a gente tem que pensar sobre isto, que é um tema importante, necessário para o Brasil.

Agora, em função das exposições, eu diria, não é, salvo melhor juízo, que, ao invés de termos mais leis ou mudarmos as leis, inclusive, eu acho que nós deveríamos nos deter em relação aquilo que vem sendo feito, analisar, ver se está funcionando, se os recursos estão à disposição, se realmente os resultados vem sendo alcançados. Eu acho que no Brasil falta muito essa questão de acompanhamento, de supervisão,

de orientação, de análise de resultados, de fiscalização e não necessariamente novas leis. Por exemplo, o tema educação sexual. O tema educação sexual já está previsto, como já foi dito nas diretrizes curriculares nacionais, a possibilidade existe na lei de diretrizes e bases da educação, existe o aspecto descentralizado, que pode ser abordado pelos Conselhos Estaduais, Conselhos Municipais, os projetos político-pedagógicos das escolas podem abordar educação sexual também, de acordo com a sua realidade, de acordo com a sua cultura, a realidade lá no Amazonas, lá no Norte, tudo tem que ser dito, abordado de uma maneira diferente da realidade de São Paulo, do Rio de Janeiro, não é. E ao mesmo tempo existe, inclusive, o trabalho que foi mencionado, com o Ministério da Saúde, Prevenção e Saúde, nas escolas, com apoio de organismos internacionais. Seria bom a gente ver. E daí? Como é que isso está funcionando? Está dando certo. Não está. Precisa ser mudada a lei. Resultados, ver como é que essas coisas estão acontecendo na nossa realidade.

Ao mesmo tempo, quando a gente pensa no processo também de esterilização. Quer dizer, o que já acontece na nossa realidade, Dr. Drauzio inclusive colocou, as dificuldades pelas quais homens e mulheres passam para terem esse direito que está prescrito, escrito e assegurado na Legislação, dificuldades para acontecer, existe um direito, mas, na verdade, muitas vezes, não acontece, seja para participar de cursos, o acesso aos hospitais, a decisão, eu acho que antes de mudar tem que pensar: “Bom, já está na lei”. De acordo com a posição de várias das pessoas, por que mudar a lei? Se já está vamos ver por que a lei não está funcionando. O que pode ser feito? Qual a política pública, qual orçamento, como o Senador Cícero Lucena colocou, para que isto se transforme em realidade.

A questão do planejamento familiar também, o dia... Eu, sabe que... Eu sei que existem no Brasil pessoas que são contra, inclusive, nos meios de comunicação, a realização de dias nacionais. Eu sou totalmente favorável. Por que isto? Porque a gente vê que um Dia Nacional faz com que a sociedade se mobilize em torno do tema. As pessoas discutam o tema. São 5500 Municípios no Brasil; se cada Município fizer duas, três, cinco atividades—

[soa a campanha]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Serão 30 mil atividades no Brasil. Então, isso é interessante. Mas eu penso, ao mesmo tempo, Dia Nacional do Planejamento, que é uma coisa importante, uma lei que pode ser nesse sentido, Educação Sexual, que já é da área do Ministério da Educação, com Conselhos, Escolas, Conselhos Municipais, Conselho Nacional, diretrizes curriculares, já é um outro tema. Então, eu

tenho um pouco de receio, até pensando em termos das exposições, de haver assim a abordagem de vários assuntos no mesmo texto legal, o que dificultaria também o trabalho, poderíamos, talvez, abordar de maneira diferente. Agora, em termos do outro aspecto, do consentimento do marido, para iniciativa da esposa ou do esposo para, se o marido tem a possibilidade de fazer isso sem o consentimento da esposa, que a esposa tenha a possibilidade de fazer isso sem o consentimento do marido. Então, isto, eu fico imaginando até situações onde o casal está brigado, o marido não vai concordar jamais que a esposa faça alguma coisa. Isso é realmente colocar dificuldades em termos de aspectos de liberdade, de direitos. Mas no fundo mesmo o que a gente precisa avaliar tudo isso para pensar. O ser humano precisa de uma vida digna, de vida boa, de informações à sua disposição, de recursos à sua disposição, de cidadania assegurada para, no final, tomar uma decisão assim, mais adequada, boa, aquilo que reflita uma realização, uma vida plena, vida em plenitude, para que possa se realizar como ser humano. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Como não houve ainda nenhuma pergunta para os membros da Mesa, eu vou continuar passando a palavra para os Senadores para ganhar tempo. Mas se qualquer um dos que estão na Mesa quiserem fazer pronunciamento, eu autorizarei. Eu passo a palavra ao Senador Lobão, que é o Relator do projeto.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Senhor Presidente, como Relator, eu deveria falar no final. Todavia, estou sendo convocado à Comissão de Assuntos Econômicos para emitir também um parecer lá, e por isso pedi a V. Exa. que me adiantasse a palavra, e serei muito breve, para umas poucas considerações. Eu, cada vez, me convenço mais, senhor Presidente, da utilidade e, mais do que isso até, da necessidade de audiências públicas dessa natureza. Nós não devemos ser os únicos responsáveis pela votação de projetos de grande magnitude; é bom que se envolva a sociedade, cada qual opinando, emitindo seus conceitos sobre as matérias que aqui se discutem e que se vão votar e transformar em lei para que todos obedeçam.

Senhor Presidente, Srs. Senadores, eu quero cumprimentar o Senador Marcelo Crivella pela iniciativa que teve, o que, na verdade, ele propõe, é um acréscimo às leis já existentes. A Constituição da República estabelece limites legais para o trato desta matéria, ou seja, planejamento familiar. O Código Civil, a ela, por igual, se refere e a lei 9263 é reguladora dos dispositivos Constitucionais. O que o Senador Crivella propõe é um acréscimo, alteração com base naquilo

que ele está vivenciando, até como pastor evangélico que é. Sua Excelência tem uma experiência que deve ser aurida por todos nós, experiência importante vivida, seja na África, seja nas favelas do Rio de Janeiro, seja pelo Brasil afora, onde ele prega com frequência. Eu até ousaria dizer que o Senador Marcelo Crivella conhece mais este assunto do que eu, que também vivo no interior do seu Estado, Estado pobre, com problemas de grande magnitude nesta matéria.

Eu compreendo a inquietação do Senador Geraldo Mesquita, que deseja ouvir mais pessoas. Eu também. Todos nós desejamos isto. Eu já tenho em parecer concluído, mas estou propondo a alterar meu parecer depois do que ouvi aqui de V. Sas., tenho já algumas alterações a fazer ao meu parecer. Então, entendo como de grande utilidade essas audiências públicas. Mas quero pedir a atenção de todos para o fato de que nós estamos vivendo neste momento, nós, não apenas nós Senadores, nós brasileiros, mas a humanidade, a exposição dos horrores que virão daqui a pouco com a crise do meio ambiente no mundo. Eu confesso que eu tenho meditado sobre isso e tenho tido preocupações profundas. Já estou pedindo aos meus filhos que atentem para isso e que, se for o caso, até pensem no planejamento familiar. Portanto, nós não devemos negligenciar, em nenhum momento, essa questão que é fundamental para a humanidade.

O que propõe o Senador Crivella? Tornar obrigatório o ensino de educação sexual que a Dra. Herilda Balduino sugere que se trate como educação da sexualidade. Uma alteração de redação, me parece importante. Institui o projeto do Senador Crivella o Dia do Planejamento Familiar--

[soa a campanha].

Não se trata de um feriado, eu tenho verdadeiro horror a tantos feriados que já existem no Brasil, uma verdadeira orgia de feriados. Não. O que ele propõe aqui é o que o Senador Flávio Arns também aborda e apóia. É um dia destinado a essa matéria e que possa ser lembrado por todos nós. Não vejo nada de mal, ao contrário. Reduzir idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges. É isto que propõe o Senador Crivella. Nada impede que todos os Srs. Senadores proponham mais alguma coisa e o Relator está pronto a ouvir e acatar, na medida em que seja de boa oportunidade. Acho que nesta audiência pública já temos bastantes sugestões, sugestões importantes também e haveremos de fazer outras audiências públicas e, ao final, elaborarmos uma lei que seja consensual e que possa servir a todos os brasileiros. Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Cristovam, eu observei a sua observação, de que não estamos perguntando, mas o tema é tão rico, que acho que hoje, os próprios colegas nossos, parlamentares, precisamos desabafar um pouco sobre essa questão que estava de alguma maneira represada. Primeiro, quero cumprimentar o Senador Crivella, que corajosamente apresenta um tema que é um tabu terrível no Brasil, trazendo aqui publicamente uma questão de discussão sobre planejamento familiar, que muitos ainda querem levar lá para as periferias como controle de natalidade. Tem muita gente que quer confundir. Quando planejamento familiar é muito mais do que ter um ou dois filhos; é planejar uma vida. Planejar uma família. É muito mais, portanto, do que o controle da natalidade, aliás, sobre isso o meu arcebispo, o meu arcebispo em Porto Alegre, Dom Dadeus Grings, ele editou uma cartilha, em 2004, Dr. Drauzio, quando o senhor fazia aquelas reportagens de grande repercussão, desnudando, quer dizer, tornando nu um assunto ainda tão preconceituoso, ele dizia o seguinte: Uma cartilha denominada densidade demográfica e controle de natalidade, na qual ele coloca sua posição em relação ao planejamento familiar, admitindo que as famílias mais conscientes devem definir o número de filhos que podem ter, a partir da capacidade de educá-los e sustentá-los. Dom Dadeus Grings mantém a posição da Igreja Católica, mas não condena o uso de métodos anticoncepcionais artificiais. Eu ouvi o Dr. Pedro com relação aos métodos, e eu tenho... Sou pai de quatro meninas e uma enteada; uma com 30; uma com 24; uma com 21; uma enteada de 24 e uma menina com 14 anos. Dois casamentos. Esta de 21 ligou antes do... Casualmente, porque nós estamos fazendo uma discussão familiar sobre esta questão. Ela está noiva e decidiu que, antes de casar, faria uma experiência de convívio para ver se o humor durante a semana é o mesmo do final da semana, para ver se consolida realmente a relação e está consultando, seu ginecologista e ele sugere, propôs a ela, um método anticoncepcional mais longo, mais duradouro para que ela possa estudar com tranquilidade e fazer essa vida que ela está tendo a opção e discute comigo democrática e abertamente. Ela me transmitiu o preço hoje de manhã; está entre 600 e mil reais. Eu solicitei a ela que negociasse um "carnezinho". Um método anticoncepcional mais duradouro. Falou-se aqui em dois meses, três meses, tem alguns mais longos. Eu nem sabia, tem até para cinco anos. Não sabia disso. 600 a mil reais, informação do ginecologista da minha

filha para ela, ontem, eu estou repetindo hoje de manhã, não estou inventando o assunto, estou trazendo esse tema aqui. Portanto, o acesso aos métodos, Dr. Pedro, é muito difícil.

Com relação à densidade demográfica, não é questão de população, Dr. Pedro, ocorre que nós temos um processo migratório terrível no Brasil; nós temos um represamento de pequenas comunidades de três, quatro, cinco mil habitantes, que não conseguem antecipar-se e em consequência essas populações acabam engrossando os bolsões de miséria de cidades-pólo, que não têm expectativa de suas comunidades, não cito o meu estado, cito o Pará, por exemplo, em Altamira, um distrito que quer se emancipar; tem 10 mil habitantes e fica a 800 quilômetros da sede. O Prefeito, para chegar, leva uma semana—

[soa a campanha].

E não consegue emancipar-se. O que resta para aquela população senão gradativamente migrar e aumentar o bolsão de miséria ou de Altamira ou de outras cidades-pólo para as quais fazem suas opções. Mas, falei que não dá tempo de pergunta, já é quase um desabafo. Em 27 de agosto de 2003, o Presidente Lula instituiu um grupo de trabalho interministerial com a finalidade de promover o debate nacional sobre os direitos sexuais, direitos reprodutivos, com ênfase na paternidade consciente, acesso ao planejamento familiar para homens e mulheres, mas, infelizmente, nós não estamos tendo acesso às reuniões, quantas reuniões, quais os resultados e eu sugiro à Comissão que encaminhe um pedido de informações. Quais os resultados? O que se discutiu até agora? Que tipo de informação se levou à população? Tem coisas no projeto dele que eu não concordo. Mas achei riquíssima a possibilidade de discussão e me questiono se talvez não tivéssemos que fazer audiências públicas lá na periferia, não precisa nem sair de Brasília, podemos ir lá na Samambaia e pedir o salão Paroquial e chamar a comunidade para ouvir, ali dentro, o que eles pensam. Estamos ouvindo técnicos e parlamentares; a sugestão da Dra. Herilda, eu achei muito interessante, aprendi Dra. Allana com o Fundo de População das Nações Unidas muito, leio muito e estou tendo o prazer de encontrar uma pessoa que materializa o Fundo aqui nesse encontro, tem me orientado, me feito mudar de posições, por este amplo debate internacional.

Enfim, tem algumas informações, enfim, dizer que acho que nós temos que estender essa discussão, Senador Cristovam, para fora desta sala. Poder, inclusive, fazer o que nós fizemos com a Convenção-quadro do Fumo, que veio para cá com desinformações, se discutiu entre os próprios produtores, porque havia muito preconceito em relação ao assunto, e se chegou

ao final à conclusão que o Brasil poderia sim assinar essa Convenção-quadro e assinou. Porque nós fomos discutir esse assunto com os fumicultores, os colonos, que não recebiam informações adequadas.

Então, eu deixo como sugestão, aproveitando a corajosa decisão do Senador Crivella, trazer como proposta e projeto, não significa que se aprove, acho o que o dia da paternidade, Senador Cícero, ele é muito interessante e o dia sobre o planejamento, sabe por quê? Eu lembro que, quando jovem, Dia das Mães, era dia de a gente dar fogão e panela para a mãe. Quando eu casei, pela primeira vez, esse assunto já começou a ser discutido e já contestado. Quando casei pela segunda vez, se inventasse em falar nesse assunto, se um filho dissesse: “Vamos comprar algo da cozinha para a mãe” era briga na certa; porque dia das Mães era um dia de discussão política sobre a questão da mulher, um dia importante, acho que é importante a criação do dia sim para que a gente possa fazer com que essa discussão saia das academias e vá, se estenda por todas as comunidades, para que a gente possa ouvir aqueles que estão vivendo este cotidiano e não têm acesso ao fundamental, que é realmente a informação que vem da educação.

Por isso, Dr. Pedro, concordo plenamente, educação é tudo. Agora, nós temos que desmistificar, tem gente que quer confundir planejamento familiar com controle de natalidade. Aliás, na China, hoje de manhã, condenou um militar. Ele foi destituído do cargo, foi expulso do Exército, informação de hoje de manhã. Por quê? Porque ele feriu a lei. Ele tem cinco filhos e lá tem a lei do filho único. Foi denunciado pela amante, com quem ele tinha dois filhos, porque não estava conseguindo atender às exigências e necessidades. Quer dizer, então, essa questão tem que sair desse tabu de planejamento e controle para Educação, educação da sexualidade, com toda a certeza. Muito obrigado.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Cristovam, só para dizer que, como não tinha me posicionado em relação ao dia, não radicalmente contra, nem a favor, mas eu achava que... Eu quero registrar que fui convencido pelo Senador Flávio Arns, pela importância do debate sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E não é feriado, foi muito importante o Senador falar, ao contrário, esse é um dia que todo mundo tem que ir para a escola para discutir o assunto. Antes de passar a palavra aos Senadores inscritos, eu quero que a Mesa se pronuncie, até porque o Dr. Drauzio tem compromisso em São Paulo, vai ter que sair, talvez, antes do final, ele já remarcou a passagem, mas está no limite. Vou passar a palavra para aqueles que quiserem falar aqui, começando pelo Dr.

Drauzio, para ele ficar livre quando quiser. Depois a Dra. Herilda.

DR. DRAUZIO VARELLA: Eu não quero ser repetitivo, eu tenho muito claro, gosto muito dessa sugestão do Senador Sérgio Zambiasi de ouvir as pessoas nas comunidades. Eu posso dizer ao senhor, Senador, que eu fiz essa experiência e tenho feito essa experiência em vários pontos do Brasil. Eu não encontrei um lugar onde houvesse um programa sério de planejamento familiar, e não encontrei um lugar onde as mulheres especialmente estivessem satisfeitas com o acesso aos métodos anticoncepcionais. Eu acho que no Brasil, hoje, apesar de todas as nossas dificuldades educacionais, as mulheres brasileiras sabem que existem métodos anticoncepcionais, sabem que eles estão seguros e sabem que têm direito de ter acesso a eles, só que elas não obtêm simplesmente. Por quê? Porque é um Programa de Saúde, é um programa de política pública para gente pobre, porque as pessoas de classe média e classe média alta etc, compram a injeção que dura um ano por 600 reais e não tem problema. Todo o programa que é destinado à classe pobre não funciona. Por que funciona o programa brasileiro de AIDS? Porque qualquer pessoa vai lá no posto de Saúde com a receita do médico, o formulário preenchido e recebe a medicação. E quando falta medicação, ele liga para um amigo jornalista, no dia seguinte está no jornal que falta medicamento X nos postos de Saúde. Por que o programa de vacinação funciona? Porque levo no posto de Saúde, ninguém pergunta quanto eu ganho, a menina é vacinada, acabou, temos o maior programa de vacinação no mundo. O programa de planejamento familiar só não funciona porque é para pobre, porque ele é baratíssimo. As pílulas de uso comum, essas que o Ministério distribui, nenhuma delas tem patente mais, isso é tecnologia dos anos 60, não tem patente, custam nada; um dispositivo intra-uterino, que pode ser mantido por 10 anos, como eu disse, custa quatro dólares, são dez reais por pessoa, precisa ter alguém que coloque um ultra-som na hora, que pode ser feito, metodologia simples; não funciona só porque é para pobre. Se a mulher de classe média, mulher de classe alta, fosse ao posto de Saúde, quero ver se faltaria pílula anticoncepcional, eu estou dentro da lei, quero fazer uma esterilização gratuita pelo SUS. Quero ver se seria feita ou não seria feita. Por que os médicos são tão generosos na hora de fazer esterilizações das suas clientes na clínica particular e tão rigorosos na seleção dos pacientes que se apresentam aos hospitais públicos? Eu acho que é uma iniquidade a situação que nós vivemos.

Eu gostaria muito de ver os legisladores tentando cobrar a ação, como é que nós levamos as mulheres

pobres o direito que nós garantimos para as mulheres ricas. Como é que nós levamos aos homens pobres o direito de fazer vasectomia, se eles não querem mais ter filhos, da mesma forma que nós garantimos esse direito para aqueles que podem marcar cirurgia em hospitais particulares. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Dr. Drauzio, só essa sua fala justifica uma audiência, o senhor traz um problema que não é só do planejamento familiar. É de tudo nesse país: é que ao se resolver o dos ricos, não se preocupa com os pobres. E a campanha de vacinação, como a proteção aos portadores do HIV funcionam bem, porque o vírus democraticamente contamina pobres e ricos. Se gravidez pegasse no ar, garanto como já tínhamos resolvido o problema do planejamento familiar. Se analfabetismo fosse contaminante, e alguém que soubesse ler pegasse de volta, ao contatar-se com um analfabeto, já teríamos resolvido. O apagão está todos os dias no noticiário, ninguém esquece que as pessoas ficam horas e horas na parada de ônibus todos os dias. O apagão do transporte público urbano é permanente e não dá na televisão.

Então, sua fala é perfeita, é um problema de uma sociedade que não complementou sua República e isso chega também nos aspectos de planejamento familiar. Dra. Herilda.

DRA. HERILDA BALDUÍNO DE SOUSA: A riqueza das discussões faz com que a gente ache que essas horas aqui de manhã foram as horas muito bem aproveitadas. A fala do Dr. Drauzio, mais expressiva agora, mais clara, me traz grande alegria porque a minha fala é isso que ele falou. Nós estamos examinando as questões do planejamento familiar, aspectos técnicos e aspectos políticos. Os aspectos técnicos eu deixei mais ou menos em linha, porque não dá para você falar tudo isso, isso era um problema do Ministério da Educação e também do Ministério da Saúde. Dois Ministérios fundamentais do progresso desse país. Gente analfabeta, o que é que deseja? E aí eu vou falar aqui, Sr. Senador, o senhor fala na explosão demográfica, o senhor falou, eu achei bonito a sua imagem, vi lá os rapazes bebendo cerveja e jogando futebol, as meninas com as crianças lá naquela favela do Rio de Janeiro. Quando o senhor falou isso, bateu na minha cabeça: "Mas que coisa absurda, eles não têm nenhum prognóstico de vida, a eles não foi dado nada, nem o direito de sonhar". A eles, dão-se os adjetivos, como essa língua brasileira tem adjetivo para pobre, dão-se os adjetivos, começa vagabundos, traficantes, putas, prostitutas, uma porção de coisas que têm. Eu até quero fazer um dicionário sobre isso.

O senhor falou que viu os meninos magrinhos, baixinhos. Olha que análise, não é, os brasileiros são baixinhos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

DRA. HERILDA BALDUÍNO DE SOUSA: Não. Eu vou chegar lá. Baixinhos, magrinhos. Mas porque não é a fome dele não, Sr. Senador, é a fome da avó dele, da mãe dele, de não sei mais, de todo mundo nessa corrente que vem vivendo a sociedade brasileira. Então, eu conheço isso muito profundamente porque há mais de 30 anos eu milito na área de Direitos Humanos nessa cidade, em vários lugares do Brasil, estive no Cairo, conheço as coisas que se discutem.

Para entender a questão das crianças, foi focalizado um morro lá. Basta ver o filme “Os falcões do tráfico”, aquilo é a denúncia mais pungente da nossa falência política. “O que você quer ser quando você crescer?” O que ele respondeu? “Bandido”. “Você não tem medo de morrer?” “Não, porque se eu morrer, atrás de mim vem outro que vai fazer isso”. Desculpe-me a veemência, é de fazer que todos nós, pessoas brasileiras, tenhamos uma indignação contra isso. Se nós formos escutar a sociedade brasileira, disse classes, vamos encontrar aquilo que vão fazer. “Ah, esses meninos precisam ser presos e ir para FEBEM”. E vão presos e vão para a FEBEM. Agora, eu não vi lá nenhum projeto de uma escola naquele local—

[soa a campainha].

Nenhum projeto. Eu pensei cá comigo: “o Exército Nacional vai lá vigiar o Rio de Janeiro”, não seria tão fácil o Exército botar uma daquelas barracas bonitas, verdes, daquelas grandonas e abrir uma escola para aqueles meninos, uma escola que nem precisava ficar com matérias pedagógicas, mas uma escola de cidadania, de que desse a eles dignidade, que desse a eles a auto-estima.

Então, como eu acho que essa questão do planejamento familiar não vai resolver a pobreza e a violência, é muito além disso. Nós temos que alçar vôos muito mais altos e que nós chegamos, porque todos nós temos capacidade de refletir sobre isso, aquela condição que eu falei do problema da educação, para que nós possamos atender também as questões de Saúde. Porque um povo analfabeto, sem informação não pode melhorar a Saúde Pública. E a questão de planejamento familiar, nós temos que entendê-la como um esforço, como uma atitude, como políticas públicas de atender a população desse país e eu sei... As mulheres que são, tem... Que tudo que é culpado é a mulher. É o ônus mais pesado em cima dela, de evitar filhos, de criar os meninos, de pedir menino emprestado para poder pedir esmola.

Então, essas coisas que eu digo, um tanto contundentes, são para chamar a atenção dessa Casa que, felizmente fez essa audiência pública para a gente poder falar o que quer, porque o bom é falar o que pensa e o que quer, pode ter muitos erros, mas há tolerância e há liberdade de expressão. Então, esse problema, por exemplo, desse planejamento familiar, chamar, Cristovam, médicas, chamar enfermeiras, assistentes sociais que trabalham nos hospitais, onde elas recebem o povo da periferia. Não é nos hospitais de luxo, não estou nem falando nisso, a gente nem passa perto, para essas pessoas que vivem esse problema, têm essa experiência, possam nos dar algumas luzes a respeito da metodologia de aplicar isso.

Vejam o excelente programa do Ministério da Educação. Ela falou aqui das parcerias que está fazendo com o Ministério da Saúde. Tudo isso são formadoras da opinião pública para se transformar em políticas nesse sentido. Então, eu acho que nós... O Lucena colocou aqui, Senador Lucena, uma coisa muito importante, a respeito da comunicação. Geralmente, quando se fala em planejamento familiar, o Senador disse muito bem, todos só pensam em controle de natalidade ou então pensam que é assim: “Como a mulher vai evitar filho?”. Ora, mulher não faz filho sozinha; é mulher e homem. Esse progresso tem que passar para politizar as mulheres e os homens. A mulher de 18 anos, como quer o projeto, faz uma laqueadura; o rapaz de 18 anos não vai fazer nunca. Ele não quer ser chamado daqueles nomes. O que acontece? Então, o que acontece? Ele vai fazer filho em outra mulher. Não precisa falar que nas periferias que se faz, da classe média faz isso.

Então, eu acho uma grande oportunidade esse aspecto da comunicação dessa questão... E também de ficar de olho na mídia porque “ah, nós estamos com alto nível de gravidezes precoces”, mas os senhores todos talvez não tenham tanto tempo, talvez eu tenha mais tempo, sentar na frente de uma televisão e ver as novelas da Globo. Agora inventaram de tudo tem um menino trocado, de tudo tem um menino furtado, todo mundo estar grávida. Só se fala... Será possível que agora virou assunto da hora do jantar a questão de meninas engravidando? Isso é perigoso. É bonito. Olha, a televisão é luz e cor, seduz as meninas, todas muito bonitas. As nossas outras meninas acham muito natural engravidar, arranjar um menino, o cara furtou o menino, aquela coisa toda. É muito perigoso, o senhor tem toda a razão de criar uma comunicação responsável a respeito do planejamento familiar.

O Flávio disse aqui a respeito de não ser mais necessário fazer mais leis porque nós temos as leis. No Brasil não falta lei. Eu, que sou advogada, luto com a maior dificuldade do mundo para poder, o que é que

eu vou aplicar nesse fato? Isso é a designação, o conceito, ao contrário de anomia. Quando tem lei demais, não tem lei. Ninguém cumpre. Então, é anomia, que precisa estabelecer um cuidado do Parlamento na hora de fazer as leis.

Depois, a questão do dia, que nós falamos aqui, eu sou como o senhor, o Flávio me convenceu, entendeu. E o Cristovam. Principalmente quando—

[soa a campanha].

O Senador disse aí que o dia das Mães tem que ser um dia político, é o dia de discutir a função social da maternidade em vez de, mãe... E, para terminar, para não ser muito cansativa, talvez porque a gente gostou muito da Sessão, eu vou contar para vocês uma historinha que vai fechar tudo que nós discutimos aqui. É para reflexão. Existe um país longe, muito grande, que é chamado a Perverselândia. Quem governa é o grande senhor Perverso, cercado de todos os perversinhos, auricos (F), puxa-sacos para poder ajudá-lo. Um certo dia, ele estava reunido, porque tinha dinheiro demais, as burras estavam cheias, eles não sabiam o que fazer com aquele dinheiro. Então, o que ele fez? Todo mundo dizia que: “Não, porque agora tem uma coisa muito séria, tem um aparelho que você faz no dedo, esse dinheiro passa no mundo inteiro, da noite para o dia e rende o dobro. Vamos fazer isso, não é? Mas, olha um barulhão, uma coisa... Ele falou: “O que é isso?” “Um dos auricos (F), certamente um daqueles mais puxa-sacos, correu e foi lá ver o que era. Chegou na janela e viu uma multidão de gente, povo gritando, falando. “O que foi?” “Senhor Perverso, grande senhor, é o povo que está lá fora, está com fome, quer comida, está pedindo casa, esses negócios. “Mas o povo...” Como ele era sabidão porque era perversão, ele disse: “Vamos dar a esse povo um salário mínimo. Resolver esse problema”. Puff, botou todo mundo, deu um salário mínimo para todo mundo, não é. Resolvido o problema, não é? O povo... Aí, passado mais algum tempo, eu não vou botar muito babado na história, estão lá novamente, tem dinheiro demais, não sabemos o que fazer com esse dinheiro. A reunião deles era só para saber o que o ia fazer com o dinheiro da Perverselândia. Então, novamente um tumulto muito grande, aí ele não mandou um aurico, ele foi ele mesmo, na janela, olhou, aquele povo, muita gente, muitos jovens, muitos meninos. Ele falou: “Já demos salário mínimo a esse povo não chega, estão querendo pedir, querem mais coisas?” E deu a máxima da sua genialidade, olhando de cima, lá de cima do palácio, olhando o povo. “Engraçado, esse povo come, quer comida e ainda procria. Eu não tenho tomada uma decisão, deixa lá do jeito que eles estão porque eles vão, entre eles, resolver os problemas das coisas que eles querem: casa, comida,

Saúde, Educação, tudo pedindo aquilo lá. E o reino não vai fazer isso, nós já tomamos a posição certa e nós já demos o que tinha que dar”. E o que aconteceu? Naquele momento, bispo Crivella, nasceu a Rocinha, nasceram as outras favelas, nasceram as periferias da cidade grande. Por quê? Na luta pela sobrevivência, o que mais vingou foi a violência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra à Dra. Ieda, depois à Dra. Maria de Fátima, Dr. Pedro e à Dra. Allana.

DRA. IEDA VERRESCHI: Muito obrigada. Eu fiquei muito feliz em ouvir os depoimentos aqui, e queria dizer para vocês que, apesar de... Aos senhores, desculpe, que apesar de docente numa Universidade Federal, já com idade de aposentadoria, sem me aposentar, eu me envolvi com exatamente com pacientes do SUS, Dra. Representante da OAB, e também com o ensino da população adolescente. Porque é difícil tratar sem educar. A gente sabe disso. Em medicina, o Dr. Chacel tem certeza disso. Quando eu, nos anos 90, em meados dos anos 90, eu, com mais duas colegas médicas, uma pediatra e uma hebiatra, escrevemos uma cartilha chamada “Saber amar”. Porque nós pretendíamos que aquela, cartilha fosse adotada por escolas e, no mínimo, na nossa área de atuação. Tentamos isso e fomos fazendo e ainda há alguma aplicação em alguns locais. Passados algum tempo, em 99, eu li alguma coisa, que hoje eu tenho a vontade de declarar aqui e aí, dizer para vocês que eu estou aqui nessa Mesa me sentindo a pessoa mais honrada do mundo por estar ao lado do Senador Cristovam Buarque. Eu li a “Segunda abolição”, aí me deu a idéia certa de que nós tínhamos chance de ensinar sexualidade para o adolescente, mas só que de 99, até agora, nada aconteceu. Eu estou vendo felizmente que a senhora coloca alguma coisa, mas eu não participei mais, ninguém participou e eu estou sempre gritando, gritando contra a aprovação da pílula do dia seguinte, que é uma calamidade para as meninas, porque são as meninas de 25 anos que o preservativo falhou que usam, não só no Brasil, na Espanha, na Espanha, as meninas que usam, na Finlândia, as meninas que usam são mulheres entre 20 e 25 anos, que o preservativo falhou.

Então, eu acredito que se basear num programa, simplesmente numa contenção da AIDS é muito frágil, embora isso tenha um grande grau de certeza, mas sem educar não dá. Eu não posso entregar uma camisinha para uma criança de nove a 12 anos que tenha uma família desestruturada. Então, aí eu queria colocar ao Senador Crivella, pena que ele esteja no telefone, mas eu gostaria de colocar--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Me perdoe, mas é o vice-Presidente da República e eu não posso deixar de atendê-lo--

DRA. IEDA VERRESCHI: Está bem. Os outros vão ouvir e vão lhe contar. O que me espanta, quando eu ouvi o depoimento do Senador, eu imaginei, eu realmente coloquei em mim a impressão que eu tinha tido, sofrido, enquanto lia o plano dele, o projeto de lei. Dava-me a idéia de uma pessoa que tinha uma sensibilidade e ele aí diz, ele tem a sensibilidade de ver o morro; ele passa no morro e ele vê aquilo que nós que vamos ao Rio de Janeiro para reuniões, à vezes no morro, nós sabemos o que é. Mas nós víamos em São Paulo também uma realidade um pouco diferente, que é a realidade da favela isolada; no Rio de Janeiro, nós temos a favela dentro da cidade; em São Paulo, nós temos uma favela um pouco isolada. Talvez essa situação mude um...

[soa a campainha].

Mude a cabeça das pessoas. Agora, eu pergunto ao senhor, Senador Crivella, essa realidade, o senhor acredita que vai mudar? Vão perpetuar aqueles gigantes sexuais sem família, violentos, que a gente viu na Malásia e no Tibet, que mataram os seus próprios dirigentes, que ficaram pessoas absolutamente desumanas, porque não tinham a mínima noção de família, não tinham a mínima formação. Viraram uns monstros. Então, eu acredito que se nós pudermos compor a... Não só o meu conhecimento científico na área, mas com os princípios que nós temos no Brasil, com os princípios da família brasileira, como Senador do Rio Grande do Sul falou, meu conterrâneo. Sou de São Paulo, mas sou gaúcha de coração, a coisa que eu acredito que, compondo, nós podemos fazer a segunda abolição que o Senador Buarque fala.

Eu acho que esse é o caminho, eu tenho a grande satisfação de ter vivenciado essa primeira palestra, essa primeira audiência. Proponho-me a estar dispondo com dados todo o trabalho. Agora, acho que assim como tal projeto, eu não teria a aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradecendo a referência a esse meu livrinho, que já tem uns 10 anos, eu passo a palavra à Dra. Maria de Fátima.

DRA. MARIA DE FÁTIMA MALHEIRO: Complementando só um pouquinho a fala, com relação ao projeto, também me sinto honrada de estar aqui com o Senador Cristovam, que foi o primeiro a lançar, a permitir, no Ministério da Educação, em agosto de 2003, o lançamento do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Para responder ao Senador Flávio Arns, ele não está aqui, é uma pena, já está sendo pensado e já foi elaborado um sistema de monitoramento para

acompanhar as ações do projeto Saúde Prevenção nas Escolas. Mas como característica desse projeto interministerial, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, com a compreensão das agências citadas, ele não é um projeto que vem de cima para baixo, ele tem a sua construção, são dadas diretrizes, pensadas diretrizes, de uma forma inter setorial e essas diretrizes são discutidas.

Então, a proposta de monitoramento das ações do projeto Saúde e Prevenção está em processo de análise pelas equipes gestoras estaduais que foram já elaboradas para gerar as ações dos seus projetos nos seus Estados. Então, em breve nós teremos uma resposta de um projeto de monitoramento nas ações do Saúde e Prevenção nas Escolas com a participação não só no grupo gestor federal, mas dos grupos gestores federais e municipais, ele já foi gerado, agora ele está em processo de análise por outros parceiros importantes.

Para esclarecer também a doutora, o projeto Saúde e Prevenção não tem objetivo de colocar um preservativo na mão das crianças, nem dos adolescentes. Ele tem objetivo de trazer a discussão para dentro da sala de aula e o preservativo, ele é disponibilizado, se assim a escola e a comunidade escolar o decidir, de acordo com cada estabelecimento e com a participação das famílias. Então, o preservativo é disponibilizado em local a ser acordado pelo grupo gestor da escola, dentro do projeto político-pedagógico e ele só vai ser disponibilizado se o jovem assim o sentir pronto para buscar; é uma ação que já vai estar, é uma ação final, a disponibilização do preservativo, local a combinar, dentro da escola, com a participação da família, de todos os elementos, se ele o achar pronto para iniciar a vida sexual. Isso é um desejo e uma liberdade que ele tem. Também em relação aos direitos sexuais e direitos reprodutivos, foi feita uma cartilha, não sei se é bem uma cartilha, um manual de direitos sexuais e direitos reprodutivos, pela equipe de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde e está disponibilizado no site do Ministério da Saúde.

Quer dizer, é importante a gente esclarecer, o “Saúde e Prevenção” traz a tônica e o debate para dentro da sala de aula e os professores é que vão decidir junto com os alunos as ações que assim eles vão realizar, de acordo com a maturidade do grupo. Eu acho que é importante dizer que o preservativo não é distribuído; ele é disponibilizado, se assim o grupo e a escola, principalmente escolas que já tenham histórias desse debate já há bastante tempo. Esse projeto foi lançado em 2003, então, ele já vem sendo, vamos dizer, evoluído nos seus debates e na sua inserção, de qual é o momento ou não de estar disponibilizando.

Isso não são... Não é a única ação, eu diria que é a ação final. Tenho a formação dos jovens, nós estamos trabalhando com a formação dos jovens multiplicadores, tem a formação dos profissionais de Saúde, a formação dos profissionais de educação, a formação de uma mobilização até para os jovens, se assim o for, jovens da escola do ensino médio, se assim o acharem vulnerável e buscar a realização do teste. É uma série de ações que estão sendo pensadas, construídas e debatidas localmente com a comunidade, não só com a comunidade escolar, como a comunidade de educação e saúde do Município e dos Estados. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Dr. Pedro.

DR. PEDRO PABLO MAGALHÃES CHACEL:

Bom, Senador, nós empatamos no número de filhos, eu também tenho quatro, mas eu tenho seis netos.

[risos].

Ganhei, ganhei. Bom, planejamento familiar é uma coisa controle de natalidade é outra coisa. Controle de natalidade é uma ação do Estado. A China é controle de natalidade; aqui é planejamento familiar. Controle de natalidade é uma ação macro-social, planejamento familiar é uma ação individual micro-social. A repetição indefinida da ação micro-social dá um resultado micro-social. E a população do Brasil diminuiu muito o seu crescimento, a velocidade do seu crescimento, certo? Então, existe uma realidade de diminuição do crescimento populacional, que começou em 1983, como uma idéia muito justa. Não era possível aumentar a população mais do que aumentava a renda do país. E não se distribuiu um centavo. O senhor sabe disso. De 1977 a 2002, a renda dos 20% dos brasileiros mais pobres era de... O equivalente a 50 reais. Ficou assim até 2002; não mudou um centavo. De 2003, por incrível que pareça, melhorou; nós hoje temos um pouco mais de 60 reais, o que não há dúvida, que é um ganho que a gente tem que reconhecer ao governo que está aí. Certo? Não sou favor desse nem de outro, mas reconheço que isto existe, isso foi uma melhora.

O Dr. Drauzio falou que a mulher pobre chega no centro de Saúde e não é atendida. É verdade. A mulher pobre, ela tem que ser preparada, ela tem que ser educada, não para pedir, mas para aprender a exigir. O pobre tem que aprender a exigir os seus direitos.

Com relação à esterilização. Eu tenho mais ou menos 45 milhões de mulheres, 45, 50 milhões de mulheres em idade fértil neste país. Uma terça parte delas está, ou seja, de 15 a 49 anos, uma terça parte delas está esterilizada, isso é tão pouco assim? Será que isso é tão pouco assim? A terça parte das mulheres férteis deste país está esterilizada. Precisamos dobrar isto. Não, pelo amor de Deus, eu continuo mantendo

as minhas posições. Posso não ser simpático, mas não tem importância, a gente tem que ser honesto com aquilo que a gente acha. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Vou à lista dos Senadores. Opa, desculpe, Dr. Allana. Temos todo o prazer em ouvi-la.

ALANNA ELIZABETH ARMITAGE: Muito obrigada, senhor Presidente, vou ser muito breve. De novo agradecemos a oportunidade de participar neste debate sempre digo, vou dizer de novo, repetir que é um privilégio trabalhar no Brasil, porque por este, maneira de falar de coisas sensíveis, mas tão importantes para a sociedade brasileira de maneira abertamente e eu também queria parabenizar o excelentíssimo Sr. Senador por estas alterações na lei, na Mesa, para discutir, tão importante. Então, eu quero levar à Mesa algumas coisas que todos senhores já sabem, mas repetir em vista dos comentários que escutei esta manhã. O princípio do Programa de Ação do Cairo, pé no de que os objetivos de desenvolvimento, incluindo a estabilização da população mundial, se pode ser alcançado somente com políticas e programas fundamentadas em Direitos Humanos, especificamente em direitos reprodutivos e isto com especificidade, em alcançando as necessidades e escolhas de cada mulher, cada homem e cada jovem. Como disse o senhor, o Dr. Pedro Paulo, desculpe, que não vem o seu sobrenome, no caso do Brasil, não existe explosão demográfica. É muito importante esclarecer isso. A taxa de fecundidade da população brasileira está abaixo do nível de reprodução por mulher. Então, mas a questão do acesso aos serviços de Saúde reprodutiva e, sobretudo de planejamento familiar para todos e todas, segue sendo um desafio para o país. Então, ademais, apoiar algumas das alterações propostas sobre a lei, gostaríamos também de apoiar a idéia de muitas das pessoas que já falaram, de dobrar esforços e apoiar de maneira mais... De maneira melhor, para implementar leis e programas já existentes, que são muito eficazes no país. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu volto agora para a lista dos Senadores. Estão inscritas a Senadora Marisa Serrano, que não está mais, e a Senadora Lúcia Vânia. É a única inscrita, portanto.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu agradeço, Presidente, essa oportunidade. Quero cumprimentar os expositores, dizer da minha satisfação de ver esse projeto em discussão aqui. Eu acho que o Senador Crivella tem o grande mérito de colocar em discussão esse tema. Embora, eu não concorde com o teor do seu projeto. Eu ficaria na fala aqui do Dr. Pedro e da Dra. Allana. Acho que o problema do projeto em si é conceitual. Acho que após a Conferência do

Cairo ficou bem claro o que se entende por planejamento familiar e não... E a diferenciação entre planejamento familiar, uma coisa individual, e o controle de natalidade, que é uma outra coisa totalmente diferente. Acho que, na questão das políticas públicas, eu concordo inteiramente, nós temos programas super eficazes, projetos super eficazes, no entanto, o que a gente vê quando vai discutir o orçamento aqui, é que esses projetos não merecem a atenção de quase ninguém; é uma luta constante para acrescentar um pouquinho de recurso nesses projetos que poderiam ajudar muito a desenvolver essas políticas públicas, que já foram pensadas, já foram testadas e que são políticas de sucesso.

No entanto, eu quero, é cumprimentar o Dr. Pedro pela sua fala, eu acho que é uma fala dura e contundente, mas é a verdade, quando ele faz a comparação do seu avô, da sua avó e que... Com a garota hoje de 13, 14 anos engravidando. Não se passou... Passou-se um tempo inteiro e nós não caminhamos nada nessa direção. E o único caminho que se prevê é esterilizar a mulher. Então, na verdade, nós não podemos embarcar isso, eu acho que nós temos as políticas públicas, elas têm um resultado mais lento, mas, no entanto, se elas forem levadas a sério, nós vamos obter o resultado que queremos, sem, contudo, prejudicar a mulher. Eu acho que a questão da esterilização da mulher é uma coisa terrível, ela mexe com todo o seu, toda sua formação, com toda a sua sensibilidade de mulher. Eu acho que a pessoa, ao pensar nisso, deve pensar e se colocar no lugar de uma mulher que é submetida a uma mutilação. Isso se dá com o câncer de mama, isso se dá com a esterilização dela e é preciso que, ao fazermos lei, a gente leve em conta esse lado que pouca gente costuma levar em relação à sensibilidade da mulher, que é, sem dúvida nenhuma, uma sensibilidade que não pode ser mutilada e cortada simplesmente para resolver um problema econômico ou simplesmente para resolver um problema social.

No entanto, quero aqui agradecer a oportunidade que tivemos, quero dizer que a Dra. Herilda deu um exemplo, que eu acho que foi assim, ela tocou na veia: esteriliza-se uma mulher de 18 anos, mas jamais um homem de 18 anos, jamais. Nem se fala isso. Se falar isso seria uma ousadia. Portanto, eu acho que esse exemplo fecha tudo que a gente pode fazer aqui. Em relação ao dia, eu sugeri ao Senador Crivella que adotasse a sugestão da Dra. Allana, que é uma sugestão, na minha visão, correta, dentro do ponto de vista de um conceito. Eu acho que é bom-dia da reprodução. Eu acho que aquela sugestão é interessante porque é um dia de discussão que nós vamos ter, inclusive, para cortar ou para evidenciar—

Esse preconceito que nós temos em discussão ir esse tema. Eu acho que é muito importante. E a educação nas escolas, eu acho que a Maria de Fátima colocou muito bem, a professora Maria de Fátima colocou muito bem, nós já temos um projeto, nós temos programas, é só fazer com que eles possam caminhar e nossa atribuição aqui no Congresso Nacional, eu que milito na área social, eu tenho freqüentado há mais de 20 anos a Comissão de orçamento, e eu fico muito assustada com os discursos relativos à preocupação social. Quando se vai discutir o orçamento, discute-se a ponte, discute-se o prédio, discute o poço de petróleo que descobrimos lá ou cá, mas não se discute nunca o dinheiro que vai para a Saúde, a Educação e, principalmente, Educação, que é a nossa bandeira aqui, o professor Cristovam sabe disso, professor Senador Cristovam é o campeão do discurso de educação. Todo dia ele sobe na tribuna para falar de Educação para ver se, de repente, o Brasil alerta para essa necessidade que o Dr. Pedro colocou aqui, com muita dureza, muita frieza, mas muito necessário. Muito obrigado.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu acho que existe um sentimento quase que generalizado da importância que foi esse encontro, essa Audiência Pública aqui, todos nós tivemos oportunidade de beber um pouco da sabedoria individual dos que aqui se fizeram presentes e se pronunciaram. Mas como nordestino, ainda continuo com um pouquinho de sede, até porque, foi colocado aqui com muita propriedade, tanto pelo Senador Geraldo Mesquita, como Sérgio Zambiasi, de que aqui também se fazia presente, quando fez referência ao Senador Geraldo Mesquita, de representantes de outras entidades que estavam ansiosos para dar a sua contribuição. E o Senador Sérgio Zambiasi levantou a importância, que eu acho fundamental, talvez possa até ser considerado um pouco, num dos poços que tenha menos água, que é a própria comunidade, mas, sem dúvida nenhuma, irá nos ensinar muito, se vierem participar de um debate com a gente, as comunidades, Senador Sérgio Zambiasi.

Então, a minha sugestão é que, estou sugerindo que essa discussão possa ser feita aqui nessa Comissão, ou, se esse projeto for para outra Comissão, que essas outras comunidades participem lá, mas, de preferência, que a gente prove a extensão dessa Audiência Pública, ouvindo aqueles que aqui se fizeram presentes, mas não puderam dar a sua contribuição,

enriquecida pela sabedoria de quem vive e quem sofre o dia-a-dia na comunidade mais carente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senhor Presidente, é só uma questão de ordem, eu concordo plenamente com o Senador, o tema é vasto que se precisa discutir, mas queria que V.Exa. também permitisse a palavra da nobre Deputada do meu Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas eu estou esperando que termine o Senador—

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): [inaudível] Por favor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu tenho muito prazer em passar a palavra à Deputada Cida Diogo, que nos honra estando nessa nossa Comissão.

DEPUTADA CIDA DIOGO (PT-RJ): Boa tarde já a todos e todas, ao nosso Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, eu fiz questão de vir acompanhar essa audiência, saí do Plenário, está tendo Sessão Extraordinária no Plenário da Câmara dos Deputados, mas fiz questão de vir aqui porque é um tema que eu tenho uma atenção muito especial por ele, eu sou médica, sou profissional de Saúde e milito há muitos anos no Movimento de Mulheres e tem sido para gente uma bandeira muito grande o debate, a discussão em relação aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no nosso país.

E, na Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados, eu sou membro dessa Comissão, foi aprovada a criação de uma Comissão Especial de Saúde da Mulher e Planejamento Familiar. E essa proposição foi de minha autoria, aquela Casa vai instalar essa subcomissão Especial e nós pretendemos, ao longo dos próximos meses, até o final deste ano, realizar audiências públicas semelhantes a essa daqui, para que a gente possa não só pensar em relação à legislação, que eu concordo um pouco com a Dra. Herilda, que coloca que existe já muita lei produzida, e que a gente precisa ver o que é que de concreto, em nível da ação concreta, seja no Ministério da Educação, seja no Ministério da Saúde, a gente pode fazer avançar na área da Educação, da sexualidade que eu acho que está correto, aí a gente colocar a discussão, inclusive da homossexualidade, nesse debate, para que a escola cumpra o papel de quebrar esse tabu, de acabar com esse preconceito, de trabalhar isso de uma forma mais aberta, aonde deve ser produzida essa discussão, que é na escola, não é? Eu acho que esse debate da Educação da se-

xualidade. A idéia do dia do planejamento familiar, já existe na Câmara uma discussão sobre uma semana, porque, na verdade, eu acho que se a gente avança até numa perspectiva de estabelecer uma agenda nacional de uma semana de debates sobre os direitos sexuais e reprodutivos, incluindo a questão do planejamento familiar, a gente vai muito além, a gente consegue estabelecer essa discussão no país, de uma forma muito mais ampla, eu acho que isso é talvez uma idéia a ser aprimorada no projeto.

E, pelo que eu estou percebendo do que a Mesa colocou, do que o conjunto de Senadores colocaram, e acredito que o próprio Senador Marcelo esteja se convencendo disso, a redução da idade para a questão da laqueadura das nossas mulheres não é a saída para reduzir a violência no nosso país. Não é a saída para garantir uma vida mais saudável para as nossas mulheres.

Então, eu acho que, a partir dessa Audiência Pública, eu acredito que o projeto possa ser melhorado e, lá na Câmara, a gente quer contar com a ajuda do Senado na condução dessa subcomissão Especial, porque a gente quer trabalhar e aqui a gente quer chegar até o final desse ano, propondo ações concretas, melhorando a legislação, se for necessário, mas efetivamente apresentar um conjunto de ações necessárias, de políticas públicas concretas que possam fazer. E a gente coincide, exatamente nessa semana, que está tendo encontro aí, a marcha dos Prefeitos, porque é lá no Município, nas Secretarias de Saúde, nas Secretarias de Educação, que a gente pode fazer avançar essas políticas públicas na perspectiva de garantir, de fato, os direitos sexuais e reprodutivos das nossas mulheres dos nossos homens, de uma forma aberta, democrática, para que a gente não possa permitir nenhum tipo de ação que coíba o direito de ir e vir, o direito de decidir de cada mulher nesse país. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço a Deputada Cida e digo que essa Comissão estará sempre aberta à sua participação. Antes de passar a palavra, se alguém quiser concluir, porque praticamente, ao responderem, já concluíram. Eu quero dizer que há uma premissa que a gente está levando em conta aqui, Senador Crivella, é que não há escola. Mesmo que tudo isso seja aplicado, a escola brasileira, como está hoje, ela não está preparada para fazer isso. Não há 30% das 164 mil escolas no Brasil, que são capazes de pegar esse tema e levar com seriedade. A escola hoje termina depois da merenda; se a gente criar o dia, que eu sou favorável a tudo isso, eu quero dizer que sou favorável a tudo isso, porque isso vai pressionar a gente a melhorar a escola. Eu quero trazer outro problema, eu

quero aprovar tudo, salvo realmente a idade da laqueadura. Porque é importante tudo isso para movimentar a escola. Hoje, esse dia do jeito que está hoje, a escola será um dia, terminará sendo feriado. Não haverá debate, não irão à escola. A escola de hoje vai até a hora da merenda, terminada a merenda, grande parte dos alunos vão embora para casa. Hoje, a maior parte dos nossos adolescentes e jovens estão mais interessados em ir à escola para praticar a sexualidade do que aprender a sexualidade. A gente vai ter que fazer uma revolução na escola para que ela sirva isso. Mesmo assim, não dá para esperar a revolução da escola, vamos começar a fazer. Vamos começar a fazer com resultados, por exemplo, de um debate como esse, ir aceitando o requerimento do Senador Cícero para fazer um outro debate que os movimentos sociais tragam aqui as mulheres pobres para falarem também. Porque o que a gente vê, no fundo, são quatro grupos oprimidos aqui: as mulheres, as jovens, as crianças, que são filhas delas... Três então. Três grupos oprimidos que terminam sendo aqui a razão da gente estar discutindo tudo isso. E as pobres, claro, são quatro mesmo, e as pobres. Mas, sobretudo, para que tudo isso dê certo, a gente tem que fazer uma revolução é na escola, para que ela seja esse instrumento de formação e de informação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senhor Presidente, V.Exa. tem toda razão, mas eu queria agradecer a presença de cada um dos senhores que falaram das suas experiências, da sua sinceridade e eu respeito profundamente. Acho que o debate deve sim, como V.Exa. disse, alcançar também aquelas que ouvi, as pessoas que ouvi, que não querem mais ter filhos, muitas delas são jovens, não conseguem sustentar seus filhos. Agora, é fundamental, professora Ieda, Dr. Pedro e Dra. Herilda, que nós temos essa realidade, nós vivemos num país extremamente desigual, Cristovam sabe disso, hoje, para vocês ter uma idéia, de 01 bilhão de reais, 01 trilhão de reais, que é a nossa dívida pública, 80% são de 15 mil brasileiros; 15 mil brasileiros têm hoje nos bancos públicos e privados 800 bilhões de reais, e receberam o ano passado, em média 16% 120 bilhões de reais, a título de pagamento de juros. Esse é o país. Essa é a realidade. Infelizmente, na história, nunca o trabalho venceu o capital, não perdia a utopia, não perdi a utopia, mas não podemos perder a visão da realidade. Agora, mudaria se não tivesse sido aconselhado pelos médicos, quer dizer, os médicos me disseram o seguinte: Que hoje uma operação de vasectomia não é invasiva; ela é feita com quatro furinhos e reversível, depois peguei o testemunho do Sérgio Cabral, Dr. Pedro, Governador do Rio de Janeiro, fez vasectomia, desfez a vasecto-

mia; fez a vasectomia, desfez a vasectomia. Governador do meu Estado.

Portanto, acho que a gente deve ter os avanços da ciência também como dados importantes para a gente debater dentro de uma realidade. Senhor Presidente, agradeço a esses brilhantes debatedores, eu acho que foi uma grande audiência hoje. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra alguns dos cinco presentes que quiser se pronunciar, o seu requerimento está aprovado com o dele, não?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim, eu só quero complementar, Senador, para ficar claro aqui, eu acho que o projeto debatido aqui, ele é muito mais amplo do que laqueadura e vasectomia. Então, tem que deixar muito claro isso, daqui a pouco vão ficar carimbando que nós estamos discutindo laqueadura. Na realidade, é muito mais abrangente do que isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Nós sequer tocamos no assunto da responsabilidade do homem nesse processo. A Mesa democraticamente tem mais mulheres que homens, mas faltou essa questão de inserir o homem nesta responsabilidade. Ele talvez seja o maior responsável pelo processo, pelo preconceito e pelo machismo. Então, tem que deixar claro e muito evidente isso aí da... E, para complementar, Senador Cristovam, se falou tanto aqui da distribuição de camisinha, eu lamento quando chega o carnaval e vejo aquelas campanhas que, muitas vezes, agridem o bom senso, como se camisinha fosse só para o carnaval, depois passou, não precisa mais. Passou o carnaval, a Semana Santa também precisa de camisinha; o Natal também. Se for o caso, feriadão agora de... Próximo feriadão, do trabalhador. Eu acho que, acima de propagandar a camisinha, tem que educar para o uso da camisinha ou outros métodos ou outras opções e democratizar este uso, se for o caso.

Eu acho que tem que mudar um pouco o conceito e, para isso, eu acho que esse grupo interministerial, Senador Cristovam, criado em 2003, pelo qual quero inserir, Senador Cícero, um pedido de informações dos resultados desse trabalho, é que deve nos dar algum tipo de complementação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Dra. Maria de Fátima, suas considerações finais.

DRA. MARIA DE FÁTIMA MALHEIRO: Complementando a Deputada, nobre Deputada Sílvia Diogo, Cida Diogo, ela não estava presente, o projeto, ele tem, o Saúde e Prevenção, ele tem como uma das carac-

terísticas, no seu guia de formação do profissional de Saúde e de Educação, trazer essas temáticas da questão do gênero, da questão do direito de negociar ou não o tipo de preservativo, a questão do uso indevido ou não de droga, hora exata de ter ou não ter a sua gravidez. Eu acho que é um projeto que nós estamos crescendo junto com a população, com a comunidade escolar. E, para isso, eu gostaria de convidar aos parlamentares e as pessoas presentes para participar da Segunda Mostra do Programa Saúde e Prevenção, que vai acontecer aqui em Brasília, do dia primeiro ao dia 03 de junho de 2007, na UNB, onde teremos, de uma forma inédita, Secretários de Educação e Secretários de Saúde dos Estados, debatendo as políticas do projeto Saúde e Prevenção para os seus Estados. Eu acho que nós estamos estendendo um convite a vocês, nós podemos depois formalizar esse convite à Câmara, às pessoas presentes, para virem discutir e debater com a gente os temas relacionados a esse programa interministerial e agradecer, mais uma vez, o convite e a possibilidade de estar divulgando as questões já realizadas em nível federal. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Algum outro da Mesa quer fazer uso da palavra? Não. Professora Herilda, Dra. Herilda, nossa amiga Herilda.

HERILDA BALDUÍNO DE SOUSA: Eu quero primeiramente agradecer ao Cristovam a oportunidade dessa Audiência Pública. Nós, aqui de Brasília, moramos aqui há muitos anos, ainda não percebemos que o Congresso Nacional, que o Parlamento funcionam, então, nem dão a atenção ao que se discute aqui, tomam um susto quando as leis estão sendo aplicadas e muito mal aplicadas, diga-se de passagem, não é? Então, essa oportunidade é aquele ato da democracia em que se abrem as idéias, se ouve e se fala. E esse diálogo é a principal forma de o Parlamento representar o povo. Parlamento sem diálogo com o povo não é... Agradecer a presença das pessoas aqui, tão dignas que formaram essa Mesa, dos Senadores que ouviram atentamente, que nos provocaram e que nós tivemos oportunidade. Agradecer, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, o convite, que deveria ter vindo o Presidente, mas ele não pôde vir e me mandou, e como na Ordem nós somos soldados de marcha, quando alguém manda, a gente cumpre. Mais do que tudo, Cristovam, saber que abertura dessa discussão no Brasil e olha que eu faço parte de movimentos femininos há não sei quantos anos, isso é uma briga que não tem fim, por causa dos nomes, direitos sexuais, direitos não sei o quê. Quando isso estuda uma questão de sobrevivência do mundo. Certamente, "ah, porque ela é a favor disso, ela não é a favor daquilo". Não, pela

primeira vez, houve uma discussão científica, política, baseada num projeto muito humilde, um projetinho muito pequeno, não é? E a senhora Deputada, eu fico muito satisfeita de saber do seu empenho na Câmara para que esses assuntos sejam discutidos. Agora, eu vou pedir uma coisa, não é? A senhora, quando for discutir esses assuntos, lembre-se de que, esse assunto é de homem e mulher não é só da mulherada não, leve os homens também!

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Já falei muito, mas não posso deixar de concluir, no término desse encontro, registrando uma coisa que para mim foi fechada com chave de ouro, além da importância do debate, do enriquecimento, que eu fiz referência, mas eu acho que o Senador Crivella, ele foi convencido pelo argumento da Deputada. Porque, ao se despedir, ele registrou algo para mim, que foi fundamental. Primeiro, confirmando aquilo que foi um sentimento gerado aqui, quem pode, resolve essa questão. Então, o ex-colega nosso, Senador, hoje Governador do Rio de Janeiro, ele fez e desfez várias vezes, porque ele podia; ele não esperou pelo serviço público. E, mais ainda, na redução da idade, demonstra que alguém esclarecido, com informação, com formação já teve dúvida, imagine aquele que nada disso tem. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h42.

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e quinze minutos do dia onze de abril de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, JOÃO PEDRO, ROMERO JUCÁ, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, VALDIR RAUPP, ROMEU TUMA, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, JOSÉ NERY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MAGNO MALTA, LEOMAR QUINTANILHA, HERÁCLITO FORTES, CÍCERO LUCENA**. Deixam de comparecer

os demais membros da Comissão. Justificam a ausência os Senadores Sérgio Guerra e a Senadora Patrícia Saboya Gomes. A Senadora Rosalba Ciarlini declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se ao 1º item da pauta que diz respeito à Mensagem nº 54 de 2007, que submete ao Senado Federal a indicação do Sr. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. A presidência concede a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Wellington Salgado, para proferir o seu relatório. Após a leitura do relatório feita pelo Senador Wellington Salgado, o Sr. Fausto Pereira dos Santos fez sua exposição. A Senadora Rosalba Ciarlini convida o Senador Marcelo Crivella e o Senador Augusto Botelho para serem os escrutinadores da votação do item 01 – MENSAGEM (SF) 54, de 2007. Às doze horas e quarenta e um minutos o Senador Papaléo Paes assume a presidência.

ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 54, DE 2007 “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Senhor Fausto Pereira dos Santos para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS”. **Autoria:** Presidência da República. **Relator:** Senador Wellington Salgado. **Parecer:** A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a recondução do Senhor **Fausto Pereira dos Santos** ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Resultado:** **Aprovado o nome do Senhor FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS, com 17 votos SIM.** **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2006** “Altera o art. 28 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para dispor sobre a periodicidade de colheita de amostra, ensaio e análise de alimento e a obrigatoriedade da determinação dos padrões de identidade e qualidade dos alimentos da cesta básica nacional”. **Autora:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relator:** Senador Geraldo Mesquita Júnior. **Parecer:** Favorável ao Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** **Não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, a Emenda nº01 – CAS (Substitutivo), foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.** **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2006** “Altera o art. 96 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever renúncia à aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social”. **Autor:** Deputado Inaldo Leitão. **Relator:** Senador Cícero Lucena. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** **Aprovado o Parecer na Comissão.** **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2003** “Dispõe sobre os exames preventivos de acuidade visual e auditiva nos estabelecimentos públi-

cos de ensino fundamental”. **Autor:** Deputado Cláudio Cajado, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2003** “Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames para identificação de hemoglobinopatias, hipotireoidismo e fenilcetonúria em recém-nascidos”. **Autor:** Deputado Eduardo Jorge, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2003** “Altera o artigo 10 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente”. **Autor:** Senador Sérgio Zambiasi, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2003** “Altera o artigo 10 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatória a triagem auditiva neonatal em todo o País”. **Autor:** Senador Paulo Paim, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 2004** “Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para tornar obrigatório o oferecimento de exame e tratamento audiológicos na rede de serviços do Sistema Único de Saúde”. **Autor:** Senador Edison Lobão. **Relator:** Senador Papaléo Paes. **Parecer:** Favorável aos Projetos de Lei da Câmara nº 52, de 2003 e nº 99, de 2003; e dos Projetos de Lei do Senado nº 237 e 504, de 2003, e nº 80, de 2004; e pelo acatamento da Emenda nº 01 – CAS – 2003 ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2003, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** **Aprovado o Parecer na Comissão.** **EXTRA-PAUTA ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 18, DE 2007 – CAS (em aditamento ao Requerimento nº 10, de 2007 – CAS)** “Requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Exmo. Senhor Ministro do Trabalho Carlos Lupi, ou representante desse ministério e o Dr. José Eduardo Duarte Saad, para a audiência Pública sobre o tema “REGULAMENTAÇÃO DE PROFISSÃO E CRIAÇÃO DE CONSELHOS PROFISSIONAIS”. **Autores:** Senadora Rosalba Ciarlini e Senador Cícero Lucena **Resultado:** **Aprovado.** Os itens 05, 06, 07, 08, 09 e 10 ficam adiados. Fizeram uso da Palavra os Senhores (as) Senador (as) Paulo Paim, Marcelo Crivella, Magno Malta, Inácio Arruda, Wellington Salgado, Geraldo Mesquita Júnior, Cícero Lucena, Lúcia Vânia, José Nery, Augusto Botelho e Flávio Arns. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Vice-Presidente.

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2007, ÀS 11 HORAS E 15 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Bom dia a todos, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, ilustres convidados aqui presentes. Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam, queiram permanecer como se acham. Aprovado.

Convido para compor a Mesa o Dr. Fausto Pereira dos Santos, indicado ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS, e o Senador Wellington Salgado, Relator da Mensagem número 54/2007. Gostaríamos de comunicar a presença aqui entre nós do Ex-Ministro Agenor Álvares, que na próxima semana também estará aqui sendo analisado pela ANVISA... Como Diretor da ANVISA.

Apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Sr. Fausto Pereira dos Santos para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS. Autoria: Presidência da República; Relator: Senador Wellington Salgado.

Parecer. A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a recondução do Sr. Fausto Pereira dos Santos ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS. Concedo a palavra ao ilustre Senador Wellington Salgado, para proferir o seu Relatório.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Exma. Sra. Senadora Rosalba Ciarlini, Srs. Senadores, Sr. Fausto, demais convidados, passarei agora à leitura do meu Relatório. Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem número 54/2007, Mensagem 165, de 21 de março de 2007 na origem, do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Fausto Pereira dos Santos para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS. Com base do art. número 52, inciso 03, alínea “F” da Constituição Federal e de conformidade com os termos do art. 6º da Lei 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal, por meio da Mensagem número 54/2007, o nome do Sr. Fausto Pereira dos Santos para ser reconduzido ao cargo de

anexado à Mensagem, foi enviado o *Curriculum vitae* do indicado.

O Sr. Fausto Pereira dos Santos é brasileiro, natural de Pontalina, Goiás, tem 45 anos e é casado, é Médico, graduado em 1985 pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás, foi residente de medicina preventiva e social no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1987, e obteve os títulos de Mestre em Administração, concedido pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal Minas Gerais, em 1990, e de Doutor em Saúde Coletiva, pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, em 2006. Para obtenção do título de Doutor, defendeu a tese sobre a regulamentação pública de saúde no Brasil - o caso da saúde suplementar. Do *Curriculum vitae* consta como sua última atividade a de Diretor e Presidente da ANS, de dezembro de 2003 a dezembro de 2006; na relação de funções exercidas, consta a de pesquisador e outras na área de saúde pública; no início de sua vida profissional, atuou como Pesquisador no Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva e Nutrição na Universidade Federal de Minas Gerais, entre 1987 e 1990; foi Bolsista do Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, em 1987 e 1988; e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, em 1989 e 1990. A partir de então, ocupou vários cargos na área de saúde pública nos âmbitos municipal e federal. Foi Coordenador de Atenção em Saúde e, depois, Chefe do Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde de Ipatinga, Minas Gerais, em 1990 e 1994; foi Chefe do Departamento de Planejamento e Regulação, Secretário Adjunto e Secretário Interino da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, nos anos de 1995 e 1998; foi Consultor do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Saúde Suplementar para a área de regulação dos planos e seguros de saúde, entre 1998 e 2002; e Diretor de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, entre janeiro e dezembro de 2003. Ademais das atividades profissionais relatadas, o Dr. Fausto ocupou vários cargos de representação, incluindo a Direção, por duas gestões, do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina em que se graduou; uma representação no Conselho de Residência Médica do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais; a Vice-Presidência da Associação Nacional de Médicos Residentes; a representação do Ministério da Saúde no Conselho Nacional de Assistência Social e na Câmara de Saúde Suplementar, ANS; foi Delegado do Ministério da Saúde na XII Conferência Nacional de Saúde e Coordenador do Fórum Nacional de Saúde

Suplementar e Presidente da Câmara de Saúde Suplementar. O Dr. Fausto publicou, ainda, vários artigos, capítulos de livros e relatórios de pesquisas.

Em face do histórico, Presidente Rosalba e demais Senadores, em face do histórico pessoal e profissional aqui resumido, entendemos que a CAS dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. Fausto Pereira dos Santos para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar. É esse meu voto, Senadora Rosalba.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Para discutir, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sra. Presidente, Senadora Rosalba--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É uma questão de ordem. Eu perguntaria à Mesa se não seria mais indicado nós ouvirmos depois do Relator o próprio indicado e depois fazermos o debate.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Concordo. Acho que é melhor assim, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Obrigada, Senador Marcelo Crivella. Obrigada, Excelência, Senador Inácio. Eu acho que realmente essa será a ordem de encaminhamento aqui da Sessão. Vamos ouvir--

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Me conceda a palavra pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pela ordem, pois não, Senador.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu estou aqui ouvindo o Senador Wellington lendo o currículo, o histórico e a história desse rapaz de 45 anos, que deixa a todos nós muito orgulhosos, qualquer brasileiro que está vendo essa televisão agora deve estar muito orgulhoso, ninguém chega a um currículo desse sem ter pago um grande preço, sem ter feito um grande esforço, e num País até 10 anos atrás, 15 anos, o portador de deficiência não era extremamente discriminado, mas era quase aí. Quase aí. E ver o Dr. Fausto com essa história, com esse currículo, com apenas 45 anos, eu acho que deveria deixar todo mundo falar e deixar ele falar muito obrigado no final. [risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): V.Exª realmente colocou, Sena-

dor Magno Malta, colocou, com muita propriedade, o que é o sentimento de todos nós. Mas o Fausto, com esse currículo tão rico, tão bonito e com essa folha de serviços prestados à nossa saúde e à nossa Nação, e eu como colega aqui me sinto muito feliz em poder estar ao seu lado, Fausto, nesta Sessão, onde pelo... Nós sentimos a repercussão do seu trabalho, do seu esforço, da sua luta, do seu estudo... Terá de todos nós o reconhecimento.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Senadora Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não, Senador.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Neste caso aqui, como eu estou vendo já manifestação pública, sobretudo, capitaneada pelo Senador Malta, eu acho que poderíamos colocar já em votação, para que eu e outros Senadores que já temos alguns outros compromissos já começássemos a votar, como é quase uma prática das Comissões nesta Casa aqui. Se possível, óbvio, a Sra. dar esse andamento--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não, Senador. Eu gostaria só que V.Exª concedesse aqui para verificar se existe quorum. Tendo quorum, então vamos já colocar em votação. E passamos a palavra ao nosso ilustre Dr. Fausto, sabatinado Dr. Fausto.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Quer dizer que prevaleceu--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Prevaleceu.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Essa é a democracia. E é muito saudável. Que se mantenha bastante--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): A sua sugestão foi acatada pela Mesa.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Muito obrigado, Senadora.

SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Bom, inicialmente bom dia a todos os senhores. Eu gostaria já de início de agradecer a Senadora Rosalba pela acolhida aqui na Comissão de Assuntos Sociais, agradecer as palavras extremamente generosas do Senador Wellington e do Senador Magno Malta, eu vou tentar ser o mais breve possível, são apenas algumas questões para inclusive esclarecer aos senhores de que assunto nós estamos falando ao trabalhar a questão da regulamentação de planos de saúde no Brasil um pouco, como eu estou sendo indicado para recondução, uma pequena, singela prestação de contas do que foi, do que mudou nesse período e alguns apontamentos que nós entendemos como os desafios do

período seguinte. Eu vou procurar ser o mais sucinto possível, até para que a gente possa depois debater algumas questões vinculadas ao setor.

Nós estamos falando então de um setor que hoje, dados de dezembro de 2006, apresenta 44,7 milhões de contratos no Brasil. Não são 44,7 milhões de pessoas no Brasil que têm planos de saúde, mas nós temos 44,7 milhões de vínculos e estávamos discutindo em dezembro de 2003, quando da minha entrada na agência, em torno de 36 milhões. Então é um setor que vem crescendo no País, tanto nos planos médico-hospitalares, que são na linha azul, quanto os planos odontológicos, exclusivamente odontológicos, que é a linha laranja. Nesse período também nós observamos que em dezembro de 2003 nós tínhamos, quase que a metade dos planos eram planos anteriores à lei, porque que a lei é de 1998, e a outra metade eram de planos posteriores à lei. E isso gerava e continua gerando uma insegurança jurídica grande, com várias intervenções do Judiciário nesse setor, mas a gente observa, já em dezembro de 2006, que dois terços dos planos de saúde no Brasil são posteriores à lei, trazendo então aquilo que o Congresso Nacional definiu como parâmetro de regulação e de funcionamento do setor, trazendo então cerca de dois terços da população brasileira que tem plano de saúde para a égide da lei, para a proteção da lei, o que é uma questão extremamente importante para diminuir a conflitividade do setor. E estamos discutindo também o mercado, que, em dezembro de 2003, apresentava cerca de duas mil e trezentas empresas registradas na ANS e mais de 1.900 delas com beneficiários. E hoje nós estamos discutindo, em dezembro de 2006, menos de 1.700 empresas com beneficiários e cerca de 2.100 empresas registradas na ANS. Esse processo se deu por duas formas: uma, pela atuação da ANS na retirada de empresas sem condições de operar no mercado, que traziam uma insegurança muito grande para os consumidores, quanto pela ação de duas empresas mesmo que se viram na impossibilidade de continuar operando no mercado regulado e deram baixa nos seus registros. Essa redução do número de empresas não impactou no faturamento dessas empresas, que chegou em 2006 a um volume de 40,7 bilhões de reais. Então nós temos circulando hoje no mercado privado de saúde no Brasil praticamente o mesmo orçamento do Ministério da Saúde, mostrando a pujança da operação desse setor no Brasil e a necessidade, portanto, do Estado regular um setor que movimenta então 40,7 bilhões, que tem 2.000 empresas em operação, milhares de empregos diretos e indiretos e que tem um número desse porte de brasileiros vinculados a esse sistema.

Então, aquilo que em 98 motivou o Congresso Nacional a aprovar uma Legislação específica e motivou o Governo, na sequência, a criar instituições para fazer esse processo de regulamentação, a pujança desse setor mostra que essa foi uma opção absolutamente correta naquele momento e a necessidade de aprofundar inclusive o processo de acompanhamento do funcionamento desse setor no Brasil.

Eu condensei a série de ações que a ANS tomou nesse período num “guarda-chuva”, que eu estou chamando de política de classificação de saúde suplementar, que são vários itens, e eu vou me deter em quatro deles, rapidamente: que é o programa de qualificação, o aperfeiçoamento da regulação, a mudança do modelo de atenção e a questão da própria estrutura interna da ANS com a gestão de Recursos Humanos.

Ao lado disso, nós tivemos um processo que foi investido de qualificação institucional, o aprimoramento da relação com o Ministério “mãe”, com o Ministério da Saúde, através do contrato de gestão, a ANS fomentou pesquisas e publicações nessa área; aprimoramos os sistemas de informações, nós podemos dizer que hoje a ANS é a principal fonte de informações sobre o mercado de saúde suplementar no Brasil, aonde se detém o maior número de conhecimento e o maior número de informações; aprimoramos o funcionamento dos regimes especiais, que é o acompanhamento que a ANS faz das empresas, individualizado, com a direção, muitas vezes com a necessidade da intervenção, com a direção fiscal, com a direção técnica das empresas; trabalhamos conjuntamente com o Ministério da Saúde uma agenda de incorporação e avaliação da tecnologia no Brasil, que é um problema extremamente complexo; desenvolvemos uma política de aproximação com os órgãos de defesa do consumidor; e aprofundamos uma agenda da saúde suplementar, em consonância com as ações do Sistema Único de Saúde, porque esses dois setores, o público e o privado, no Brasil são absolutamente imbricados, seja do ponto de vista de rede de prestação de serviços, seja do ponto de vista do financiamento e no próprio funcionamento do setor.

Então, no programa de qualificação, trabalhamos duas vertentes: a qualificação das operadoras e a qualificação da própria agência reguladora. Na questão da qualificação das operadoras, uma forma de trazer ao beneficiário individual ou coletivo uma melhor transparência do funcionamento do setor, tentando diminuir a simetria, a diferença de informações entre a operadora e o beneficiário. Esse programa, na verdade, ele faz uma avaliação da operadora nas suas várias dimensões: na dimensão assistencial, na dimensão da estrutura, na sua dimensão econômica e na satisfação dos seus beneficiários. E se dá uma nota, se produz uma

avaliação quantitativa e que isso é exposto através da internet e de várias outras formas, para que as pessoas, ao adquirir um plano, seja em forma individual ou coletiva, possa ter uma avaliação da qualidade do funcionamento desse setor.

No aprimoramento da regulação, eu destaquei cinco questões: uma, a saída da autorização provisória para uma autorização definitiva de funcionamento dessas operadoras, com isso passando um pente fino na natureza jurídica, societária, econômica e assistencial dessas empresas; a outra, a questão da regulamentação das auto-gestões, que no Brasil corresponde a cerca de 12% dos beneficiários brasileiros vinculados às auto-gestões e elas careciam de um processo mais fino de regulamentação. A questão da contratualização, tentando dirimir ou minimizar o enorme conflito entre os prestadores de serviços e os planos de saúde, entre os Médicos e hospitais com os planos de saúde, buscando estabelecer regras para esse relacionamento.

A questão da revisão do normativo sobre a aplicação de penalidades, a agência desde o início ela teve uma normatização do processo de penalização e foi necessário então todo um processo de aprimoramento, após cinco anos de aplicação dessas penalidades. E o “Programa TIS” que é a troca de informações em saúde suplementar, que é uma possibilidade eletrônica de relacionamento entre as operadoras e prestadores, trazendo informações assistenciais, para que a gente possa, tanto a operadora possa avaliar seus prestadores quanto a agência possa avaliar os prestadores e as operadoras. Quer dizer, informatizar esse processo, tentando eliminar, ou diminuir aquilo que hoje quem vai no hospital privado no Brasil observa, que são as caixinhas, oito, dez caixinhas de operadoras em cada um dos hospitais, a gente buscou uniformizar, estabelecer um padrão para essa troca de informações.

Na mudança do modelo de atenção à saúde, o estímulo ao desenvolvimento de modelos de atenção integral, a questão da implantação dos programas de promoção à saúde e prevenção de riscos, a discussão da incorporação tecnológica, como uma questão vital para a sobrevivência econômica e assistencial tanto do setor público quanto do setor privado e tivemos a participação das operadoras em várias campanhas, e aí eu destaquei especificamente a campanha do Programa Nacional de Combate à Dengue, que tem tido a participação bastante importante de diversas empresas do setor.

Na questão da gestão de Recursos Humanos, eu queria só colocar que a ANS foi autorizada a prover 560 vagas, através da Lei 10.871, e agora em março de 2007 foi feito o segundo concurso público estabilizando o quadro de servidores da ANS. Eu acho que é

a primeira agência reguladora que consegue ter como seus trabalhadores só concursados, podendo estabelecer então um plano de carreira e a instituição de um processo de avaliação do desempenho desses servidores e investir no seu processo de formação.

Os principais desafios para os próximos anos: aprofundar a política de qualificação da saúde suplementar, principalmente buscando medidas mais transparentes de avaliação, seja dos prestadores, seja das operadoras; a questão da adoção de protocolos e diretrizes clínicas na área de saúde suplementar, que é uma tendência no mundo todo e que a gente tem trabalhado conjuntamente inclusive com a Associação Médica Brasileira no estabelecimento desses parâmetros para esses protocolos e diretrizes clínicas. Fortalecer a ação da ANS de forma descentralizada, nós temos hoje dez núcleos regionais, estamos abrindo mais um em Ribeirão Preto e um em Cuiabá e é necessário o fortalecimento dessa ação descentralizada da ANS; aumentar a interface da ANS com os beneficiários, órgãos de defesa do consumidor, operadoras e prestadores; aprimorar o ressarcimento ao SUS, que continua sendo um problema complexo, pela própria Legislação, pela própria dinâmica do funcionamento do ressarcimento; e discutir as interfaces da relação pública e privada com os gestores do SUS. O que nós estamos querendo dizer com isso é que um sistema que hoje atende 44,7 milhões de contratos, cerca de 40 milhões de pessoas, não pode ser desconhecido dos gestores públicos. Tem cidades no Brasil que 60% da população tem plano de saúde. Isso não pode ser de desconhecimento do gestor e que isso passe ao largo do seu processo de planejamento quando ele organiza a atenção à saúde no seu Município, seja do ponto de vista do financiamento, seja do ponto de vista da assistência que é prestada. Muito obrigado. Eu espero ter sido breve e possibilitar que a gente possa debater essas questões que eu estou apresentando aqui. Muito obrigado aos senhores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Dr. Fausto, apesar de breve, o senhor foi brilhante. Agora colocamos em discussão. Estão abertas as inscrições. Senador Marcelo Crivella, V.Exª, que já tinha demonstrado interesse em seu pronunciamento.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Se V.Exª permitir, a minha preocupação, Senadora Rosalba, é exatamente os compromissos que a gente tem em outras Comissões e não ter a oportunidade de dar aqui publicamente o meu voto ao Fausto. Não só por esse trabalho bonito que Fausto está desenvolvendo na nossa agência reguladora de saúde, mas pelo exemplo que ele é a nós todos brasileiros. Nós

vivemos num País onde vinte milhões de pessoas são portadoras de algum tipo de deficiência. Nós temos tido dificuldades imensas para traçar políticas e planos efetivos que possam dar a elas as mesmas condições dos demais brasileiros. E nesse sentido, Fausto, Médico, enfrentou uma carreira complicada, um acesso à universidade difícil, exames constantes, residência e a devoção que o Médico precisa ter a cada um dos seus pacientes. Superando tudo isso, Fausto chega hoje para ser reconduzido, não indicado, mas reconduzido à Agência Nacional de Saúde Suplementar. E ontem passou pelo meu Gabinete, para a gente conversar, para discutir seu currículo, suas propostas, o que havia feito e o que pretende fazer. Acho isso extraordinário. Queria deixar isso aqui como um testemunho aos brasileiros que nos assistem, porque é um exemplo a ser seguido. Parabéns, Fausto. Eu espero ver ainda muitos outros brasileiros ocupando cargos importantes, e um dia na Presidência da República, ou nos Ministérios, assim com esse vigor de enfrentar as dificuldades que o senhor tem demonstrado. E, mais do que isso, entendendo também a luta dos nossos brasileiros que, com deficiência ou não, na maioria deles enfrenta uma política econômica que sempre foi muito adversa às classes mais desfavorecidas do nosso País, sobretudo, no acesso à saúde. Eu confio de que o Senhor, à frente de um cargo tão importante nessa agência, saberá olhar, cuidar e se interessar para que os brasileiros tenham um bom acesso à saúde e não sejam explorados sob nenhuma hipótese num momento de fragilidade na sua vida quando precisarem de tratamento médico. Fausto, você tem meu voto, meu aplauso, parabéns e que Deus o continue abençoando na agência. Muito obrigado, Fausto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, Senador Wellington Salgado, Relator da matéria, meu caro Fausto Pereira dos Santos, acho que a Comissão vai votar com uma tranquilidade, com confiança, acho que V.Sª já demonstrou, no período que ocupou a Diretoria e a Presidência da agência, que tem muitas qualidades para enfrentar os desafios de comandar essa importante agência do Governo brasileiro, do Estado brasileiro. Não é fácil, não. Às vezes a gente vê assim o balanço que V.Sª apresentou aqui para todos nós, e a gente fica olhando assim e diz “poxa, esse é um profissional muito competente, já com um currículo bastante rico e que teve imensas facilidades, chegou ali e tocou tudo com muita facilidade”, a gente tem muita consciência de que essa agência tem uma responsabilidade muito grande, porque é uma disputa

de mercado. É uma área muitas vezes selvagem, que, ao buscar regulamentar, ao estabelecer regras para a disputa, você encontra muitas resistências. Tem ligações com o setor público, você faz interfaces ali também com o setor público. O próprio setor público precisa compreender o que é que significa essa área de saúde suplementar no Brasil, qual é o seu papel. Ela ocupa determinados lugares que têm muito retorno, que têm muita lucratividade. Ela não entra em áreas que demandam muitas despesas, muitas dificuldades, que terminam ficando na mão do setor público. Quer dizer, aquela área mais cara termina ficando na mão do setor público. Eu recebi aqui a notícia de uma amiga que está vindo dos Estados Unidos, onde ela tem naturalidade, mas é brasileira, e também tem naturalidade americana, e disse: “eu estou indo ao Brasil e volto, estou com um problema de saúde”. Aí eu disse: puxa vida, mas você está nos Estados Unidos! Esse é o País que tem a medicina mais avançada, uma das mais avançadas do mundo. Acho que você devia se tratar aí nos Estados Unidos”. Ela disse: “não, eu vou ter que ir ao Brasil”. Aí eu disse: Eu não acredito. Qual a razão de você ter que vir ao Brasil?” “É que o meu plano de saúde não cobre. E eu não consigo fazer um tratamento aqui nos Estados Unidos. Eu tenho que vender a casa, o carro, empenhar todo o meu salário e não vou conseguir fazer o tratamento. Eu vou ao Brasil, porque no Brasil eu faço pelo SUS, de graça esse meu tratamento”. Então é aqui no Brasil. Vai fazer pelo SUS. Então, para a gente entender o que é saúde suplementar e o que é o sistema público de saúde, e onde V.Sª tem a responsabilidade é na área de saúde suplementar. É um nicho chamado “o nicho de mercado”. Então V.Sª tem a responsabilidade de regulamentar um setor complexo. Quer dizer, parece simples na hora que apresenta ali. “Olha, os resultados foram esses, esses e esses”. Mas é um setor complexo, disputado e uma muito grande. Nós estamos, portanto, votando em V.Sª confiantes não só no desempenho que V.Sª já teve, mas na responsabilidade ainda maior que V.Sª terá daqui para frente, porque agora já é o segundo período de responsabilidade que V.Sª tem nas mãos. Obrigado, sucesso na sua nova empreitada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Obrigada, Senador Inácio. Vamos passar a palavra ao Senador Cícero Lucena, mas gostaria de pedir a V.Exªs. que fossem rápidos, porque nós ainda temos várias outras matérias para serem apreciadas na Comissão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Fausto Pereira, Sra. Presidente, Srs. e Sras. Senadores. A função da Agência Nacional de Saúde, todos nós temos os conhecimentos, mas nós gostaríamos de ter

a informação, desculpe não ter acompanhado o debate como um todo, porque hoje é um dia que coincidem com muitas comissões e a gente está tentando suprir esse tempo e, sem dúvida nenhuma, uma preocupação que tem a ver com o dia-a-dia do cidadão é a importância que é a saúde, principalmente naqueles que não têm a oportunidade, o direito do plano de saúde, porque existem distorções no País, mas que mostram a realidade, onde você tem o Nordeste, por exemplo, em particular a Paraíba, que menos de 10% da população tem acesso ao plano de saúde, enquanto São Paulo isso chega a 60% com plano de saúde privado. E uma outra discussão, a distribuição dos recursos da saúde, não compete à agência, mas ao Ministério da Saúde, mas eu gostaria de indagar ao senhor se o senhor considera o papel da agência, se ela está tendo, vamos dizer assim, a função que lhe foi atribuída, ela está tendo as condições orçamentárias, técnica e está correspondendo às demandas, por exemplo, no fator tempo, de muitos pedidos e solicitações que se têm na área de medicamento, de liberação. Então, como é que o senhor vê esse aspecto por parte da agência.

SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: A ANS é uma agência diferente das outras agências, porque as outras agências vieram para regular setores já recém-privatizados e muitos deles através de concessão e a ANS veio para regular um mercado que existia há 40 anos, que cresceu sem nenhum tipo de norma por parte do Poder Público. Então é um mercado extremamente diverso. Com empresas, desde empresas absolutamente sólidas, empresas importantes no ranking das maiores empresas do País até empresas em estado de insolvência. Então desde médias de prêmio, média de pagamento de 250 reais *per capita* até empresas com média de pagamento de 20 a 30 reais, que praticamente define pela impossibilidade da operação de uma empresa privada com esse nível de recurso. O que a lei veio tentar, e até respondendo uma das questões que o próprio Senador Inácio levantou, a lei brasileira ela tem uma diferença que é bastante nacional, não tem similaridade no mundo, que é a não permissão da exclusão. Todas as doenças do CID, do Código Internacional de Doenças, da Classificação Internacional de Doenças, são cobertas pelos planos de saúde no Brasil para planos que foram assinados posteriores à lei. Isso traz para o Brasil e para a própria agência reguladora uma diferença extremamente significativa, para não repetir uma história como essa que o Senador Inácio acabou de relatar.

Em relação a questões orçamentárias e financeiras da agência, até esse momento nós temos tido com o Ministério da Saúde, que é o nosso chamado Ministério “mãe”, uma excelente relação do ponto de

vista dos acertos orçamentários para o funcionamento da agência. O que não significa que não tenha ao final do ano, e aí os senhores podem observar, algum tipo de sobra que normalmente retorna para o Tesouro. É uma sobra pequena, no caso da ANS, não é igual ao da ANEEL ou a da ANATEL, mas sempre tem algum tipo de sobra. Pelo menos nos últimos três anos isso vem acontecendo, pela própria melhoria inclusive de capacidade de arrecadação da ANS, através de taxas que ela cobra.

Então, no meu entendimento, e aí é uma visão bastante particular, acho que a agência avançou muito nesses seis para sete anos da sua existência, e para regular um mercado que já existia. Temos deficiências ainda, quer dizer, a estabilização do quadro de servidores é uma questão do ano passado para cá. Então nós trabalhamos como provisórios e vinculados a organismos durante todo o período, o que dificultou o investimento numa política de formação desses servidores e, segundo, nós trabalhamos com a não... Não existia uma expertise de regulação da saúde privada no Brasil. Ou trazíamos pessoas do próprio mercado para dentro da agência reguladora ou formávamos. Ela trabalhou num “mix” desse processo, com algumas pessoas que vieram do mercado e outras que foram... Até chegarmos a esse momento que acho que podemos dar um salto. Porque essa formação, esses Recursos Humanos eles hoje estão consolidados dentro da agência reguladora e eu acho que ela tem, portanto, um momento seguinte bastante auspicioso, bastante interessante para que ela possa cumprir melhor o papel a que ela foi destinada. O que eu digo para os senhores é que das 113 mil ligações que a ANS recebeu durante o ano de 2006, 4,5% delas foram de reclamações e 95,5% delas foram de esclarecimento. Eu acho que isso mostra também que a agência vem dirimindo, ou diminuindo a conflitividade e buscando alternativas para solucionar os vários problemas que o setor ainda apresenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Obrigada, Dr. Fausto. Concedo agora a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, para as suas indagações. V.Exª tem a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senadora Rosalba, com os meus cumprimentos, Relator, Senador Wellington, colegas membros desta Comissão. Dr. Fausto, sua presença aqui nos dá o ensejo de tirarmos alguns esclarecimentos. Eu antecipo para o senhor que eu sou daqueles ainda muito céticos em relação ao funcionamento das agências no nosso País. E não sem alguma razão de ser. A experiência tem nos apontado que, com muita frequência, algumas agências, essa

é uma experiência recente que nós temos, algumas agências por vezes funcionam como escritório daquelas que elas têm obrigação de fiscalizar e regular. Por isso o meu ceticismo, não tenho opinião ainda consolidada a respeito do funcionamento das nossas agências. Mas, em relação à sua área, quando o senhor estava se referindo ao programa de qualificação das prestadoras, o senhor se referiu à padronização de alguns procedimentos. O ponto é o seguinte: é fácil isso a gente perceber, e eu tenho observado, eu diria, não tão recentemente, mas, até bem pouco tempo atrás, os procedimentos mais distintos e variados que as prestadoras adotam em relação à sua clientela. Isso, nas próprias prestadoras, nos próprios hospitais... O cidadão chega no hospital, cada prestadora tem um procedimento... E eu pergunto, eu estava prestando atenção, mas eu gostaria que o senhor explicitasse melhor, se nesse ponto há alguma preocupação da agência no sentido de apertar mais padronização de procedimentos, porque acho que isso, além de facilitar muito a vida daquele que se utiliza, que se vale dessas agências, creio que para rede, de uma maneira geral, seria um ponto favorável a ser considerado. Eu gostaria que o senhor explicitasse um pouquinho mais os avanços no âmbito da agência nesse ponto e em outros que o senhor julgar importantes.

SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Obrigado, Senador, pela oportunidade. A agência hoje ela... Qualquer empresa no Brasil que queira vender algum tipo de plano de saúde no Brasil hoje, ela tem que submeter, previamente, à apreciação da agência o contrato. E a agência definiu 32 itens nesse momento, 32 itens que são de natureza obrigatória que essa cláusula seja cotejada com o espectro legal, com a legislação. E a gente tem feito a análise de um por um desses contratos. O que traz novamente uma segurança maior para o consumidor de plano, seja ele individual ou coletivo, que é a principal forma de associação a planos de saúde no Brasil, de que aquele contrato foi verificado, a consonância daquele contrato com a legislação. Isso acho que é uma questão que, sem dúvida nenhuma, está diminuindo muito a conflitividade do setor. E nesses contratos essas regras inclusive precisam estar absolutamente claras. De outro lado, aquele programa que eu coloquei, a troca de informações em saúde suplementar, ele é um programa eletrônico que padroniza que informações são necessárias na relação entre os prestadores e as operadoras, os prestadores de serviço e as operadoras, fugindo desse verdadeiro mosaico que hoje se apresenta na relação de cada prestador, de cada Médico com a sua operadora, seja do ponto de vista do formulário, dos códigos etc, que leva muitas vezes inclusive o beneficiário de plano a

assinar que fez sem saber, sem ter a menor idéia se foi feito ou não foi feito, até num processo de faturamento ou não.

Então, essa questão também da padronização ela é importante. E uma terceira questão que a ANS vem trabalhando dentro do programa de qualificação é poder oferecer a esse beneficiário de plano informações sobre a qualidade da operadora à qual ele está se vinculando. Qualidade não só econômica, quer dizer, se aquela operadora tem capacidade de continuar fornecendo o serviço ao médio e longo prazo. Mas também qualidade assistencial, a qualidade da sua estrutura e operação, e aí envolve o *call center*, o processo de autorização dos procedimentos e uma pesquisa de satisfação de beneficiários, seja através das reclamações que essa operadora acumulou nos órgãos de defesa do consumidor ou na própria agência, seja através da introdução de pesquisas que a própria agência vem fazendo de satisfação desses beneficiários. Com isso, ao estabelecer e deixar transparente a situação dessa operadora, ela permite a esse beneficiário, dentro do processo da concorrência inclusive, escolher com maiores elementos a qual empresa ele vai se vincular. Porque na verdade existe uma grande... Que a gente chama de assimetria de informações entre o que a operadora coloca muitas vezes, ou o corretor muitas vezes coloca tudo de bom, e, do outro lado, aquela capacidade do beneficiário de interpretar aquele muitas vezes marketing que é produzido. Então a gente vem trabalhando no sentido de que essa relação seja o mais transparente possível, para que inclusive se possa exercer, nesse aspecto pelo menos, o processo da concorrência também entre as próprias empresas. Quer dizer, quanto maiores informações e melhores informações esse beneficiário tiver melhor ele vai ter capacidade inclusive de avaliar a sua própria empresa. Eu não sei se eu respondi...

Só uma outra questão, a questão da captura dos órgãos regulados, dos órgãos reguladores pelos regulados, que é a agência se transformar num... Eu acho que para... Não vou dizer que isso não aconteça, ou que isso não seja um processo que precisamos lutar o tempo todo contra ele. E qual eu acho que é a saída? A saída é a profissionalização. É o concurso público das agências, é o estabelecimento de carreiras dentro das agências, é esse processo que o Senado Federal faz de sabatinar e acompanhar os indicados para os cargos de direção dessas agências reguladoras. E eu acho que é o processo da profissionalização que vai diminuir, ou minimizar, digamos, essa tensão que ela é sempre presente. E ela não é eliminada só porque se diz que sim ou que não. Ela existe no cotidiano do funcionamento das agências reguladoras e do mer-

cado. E o mercado vai estar o tempo todo tentando capturar o órgão regulador. E eu acho que para fazer resposta a isso eu acho que a profissionalização, as formação dos Recursos Humanos, o concurso público e a profissionalização também dos dirigentes. Desculpe, porque eu não tinha respondido essa.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Dr. Fausto, a agência tem alguma espécie de Ouvidoria?

SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Tem Ouvidoria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sra. Presidente, Sr. Relator, Dr. Fausto. É com muita satisfação, Dr. Fausto, que pela segunda vez eu venho votar favorável à sua indicação. V.Sª é o orgulho dos goianos aqui em Brasília e sabemos dos desafios que V.Sª já enfrentou na agência e o que enfrentará daqui para frente, uma vez que ela passa a ser administrada por V.Sª por, se Deus quiser, oito anos. Isso é muito bom. E principalmente para nós que o conhecemos e sabemos da sua determinação, da sua retidão e do seu interesse público, da sua preocupação com o interesse público, eu tenho certeza que V.Exª terá esse novo período de muito sucesso. Portanto, as minhas palavras são apenas palavras de cumprimento e desejando a V.Sª muito sucesso e muitas felicidades nessa nova etapa de sua missão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Concedemos agora a palavra ao Senador Flávio Arns. V.Exª tem cinco minutos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V.Exª me permite, vou pegar meus óculos aqui. Sem os óculos hoje em dia já fica complicado. Mas eu quero cumprimentar o Dr. Fausto Pereira dos Santos, que já está na ANS, e que tem, a gente percebe, o apoio da Comissão de Assuntos Sociais, e certamente do Senado, para continuar fazendo um trabalho bom, exemplar numa área tão sensível como é a Agência Nacional de Saúde Suplementar. Eu só quero destacar, e o Senador Wellington já fez isso, mas... Quer dizer, ele é Médico, o que é algo fundamental, tem um Mestrado em administração, o que é importante para o trabalho que desenvolve na ANS, e tem o Doutorado agora, completado no ano passado, 2006, já com a experiência toda, quer dizer, um Doutorado prático, além do Doutorado acadêmico, que aconteceu na UNICAMP, que, sem dúvida, é uma das grandes universidades brasileiras, Doutor em Saúde Coletiva, e a tese é “Regulação pública da saúde no Brasil - o caso da saúde suplementar.

Então, todo o trabalho já serviu, inclusive, para o trabalho de Doutorado e nós ficamos esperando, se já não houver, algum artigo que sintetize o trabalho de Doutorado para podermos ler mais rapidamente do que propriamente a tese de Doutorado, porque aí seria meio... Não é meio complicado, mas sempre a tese tem o ranço de tese, como a gente costuma dizer, e que tem que ser transformado em algo assim mais tranquilo para leitura, como é o caso de um artigo. Mas eu quero parabenizá-lo, desejar sucesso, trabalho, que conte com o apoio nosso nesta área tão fundamental. E é impressionante saber-se que existem 40 milhões de vínculos na Agência Nacional de Saúde Suplementar, através da saúde complementar nos planos de saúde. 40 milhões de vínculos. E a gente sabe que o orçamento da saúde no Brasil, eu acho que continua sendo equivalente ao orçamento da saúde suplementar, dos planos de saúde. Então é um outro orçamento. Agora, eu acho que nós deveríamos nos aprofundar nesses dados, para mostrar para o Ministério da Saúde o que é que pode ser feito em termos de políticas públicas para isso. Para que... Existe a marcha dos Prefeitos, que está acontecendo nestes dias aqui em Brasília e vários Prefeitos levantaram essa situação, dizendo: “olha, no meu Município praticamente não existe, ou existe pouco plano de saúde”. Quer dizer, então o Município tem que ofertar a saúde para a população. E no Município onde 60% dos habitantes têm plano de saúde isso já significa que aquele Município está recebendo 60% mais de recursos para o desenvolvimento dos serviços de saúde. E isto, para pensarmos num Brasil mais equilibrado, mais justo, isso deveria, de uma certa forma, nortear políticas públicas do Ministério da Saúde no atendimento daquela população que mais precisa, onde o orçamento é menor. Porque se o Município tem que aplicar 15% do orçamento em saúde, não é verdade? E tem 60%, então na verdade, teoricamente, estaria aplicando quase 25%, mas com recursos da população.

Então, eu não sei se... Só queria perguntar se existe algum estudo nesse sentido, e a outra coisa só perguntar se existe algum estudo em relação... E fiscalização inclusive, porque eu acho que existe muita... Se a gente pudesse pegar uma palavra, muito aproveitamento de iniciativas particulares em cima dos planos de saúde. Vamos pegar... Quer dizer, existe um problema, vamos supor, de câncer, a iniciativa privada atende o paciente naquilo que é interessante em relação ao plano de saúde, e aquilo que não é interessante em relação ao plano de saúde manda para o SUS. E aí o SUS que se vire, que fique com a parte ruim do processo, para que essas despesas que são desinteressantes, meio nessa linha que o Senador

Geraldo Mesquita já colocou antes... Então, eu acho que, infelizmente, a gente tem ainda ver muito isso. Eu acho que nós temos que... Quer dizer, aprimorar um sistema de acompanhamento, de fiscalização. Porque o que é bom, em outras palavras, a gente ainda vê muito, vai para o plano de saúde e o que é ruim, dão um jeito lá de fazer com que o SUS pague. Então não sei como é que vocês estão vendo essa situação. A pergunta é nesse sentido. Mas dizer que a gente está muito esperançoso na continuidade do seu trabalho, que vem sendo um bom trabalho, do grupo, da equipe, da qualificação e esperamos assim que esses aprofundamentos naturalmente possam ser feitos, evidente, fazer a vida toda isso, porque os problemas vão sendo diferentes também. Então só nesse sentido ver como é que V.Sª pensa a respeito desse assunto.

SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: A questão da relação com os outros... Quer dizer, da discussão entre o que é o setor suplementar de saúde e o que é o SUS, nós precisamos vencer algumas barreiras inclusive nesse processo de discussão. Porque ao longo... O Brasil, no crescimento do próprio sistema de saúde brasileiro e na formação dos hoje gestores e sanitaristas do Brasil nós desconhecemos o setor privado. Primeiro desconhecíamos os hospitais, os sanitaristas brasileiros não vislumbravam o funcionamento do hospital. Aí com muito custo se quebrou esse ranço e entendemos que o hospital é parte integrante do sistema. E depois o ranço de quem pensa a saúde pública no Brasil, que muitas vezes é como o setor privado, é como se ele não existisse. E ao largo disso, enquanto os sanitaristas brasileiros, com toda razão, se preocupavam na formação de um sistema de saúde que fosse universal, nós tivemos aí na década de 70 e década de 80 um brutal crescimento do setor privado no Brasil sem regra nenhuma, o que trouxe para essa realidade que enfrentamos hoje. Nós temos algumas programações, fizemos durante o ano de 2005/2006 uma rodada de seminários regionais inclusive, com a participação dos gestores, e está em pauta para esse ano, numa nova rodada, para que os gestores tomem conhecimento inclusive dessa própria situação, para que a gente possa fazer a discussão da relação público e privado no Brasil. Porque a relação público e privado ela existe, muitas vezes camuflada, muitas vezes escondida. A primeira coisa que temos que fazer para ser debatida do ponto de vista da regulação pública, que eu estou chamando, é colocá-la em cima da mesa. E aí todas as questões a que os senhores se referem elas vão aparecer. Hoje com a lei e com a obrigatoriedade do plano de cobrir a todas as doenças da Classificação Internacional de Doenças, nós temos uma diminuição já bastante perceptível desse

processo, principalmente de hemodiálise, o tratamento do paciente renal crônico, do próprio tratamento de câncer sendo feito pelas empresas. Cada vez mais sendo feito pelas empresas para essas pessoas que têm plano de saúde. Mas, sem dúvida nenhuma, o fato da rede prestadora ser a mesma, quer dizer, o hospital ele presta serviço para o SUS e presta serviço para a operadora, do Médico ser o mesmo, muitas vezes, permite que essa relação, que deveria ser uma relação explícita, ela se dê de uma forma que muitas vezes os interesses do paciente não são preservados e muitas vezes são os interesses seja do prestador ou do profissional que se sobressaem nesse momento. Mas a agência tem procurado, através tanto do ressarcimento ao SUS quanto dessa discussão com os gestores buscado trazer um pouco desse debate da relação público e privado para cima da mesa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Nós gostaríamos agora de passar a palavra ao Senador José Nery. Senador Flávio Arns, desculpe, eu não perguntei se o senhor já estava satisfeito. Então, passo a palavra a V.Exª, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, Senador Wellington Salgado, Relator da matéria, Srs. Senadores, Sra. Senadora. E nossos cumprimentos especiais ao Dr. Fausto Pereira dos Santos, e na oportunidade aqui discutimos a sua recondução para a Agência Nacional de Saúde Suplementar. Em primeiro lugar, o próprio crescimento da saúde privada, de certa forma, denuncia por si só a precariedade, a precarização dos serviços de saúde pública no País como um todo. Tanto que vem sendo insistentemente discutida a necessidade e, como alguns Senadores já se referiram, uma pauta dessa marcha nacional dos Prefeitos a Brasília trata exatamente da regulamentação da questão do financiamento da saúde pública em nosso País como decorrência da Emenda Constitucional 29, no ano de 2000.

Então, por outro lado, nós que somos defensores da saúde pública de qualidade, da garantia pelo Estado brasileiro em suas diversas esferas das condições mínimas de atendimento e de assistência ao conjunto da população brasileira, não podemos evidentemente desprezar, por conta de vários fatores, a importância que tem para milhares de brasileiros que acessam plano de saúde na expectativa de ver atendida suas necessidades mínimas de atendimento, de assistência, de cuidado na área de saúde, mas é verdade que é preciso reconhecer que no último período que o senhor esteve à frente da ANS, que diminuíram muito as denúncias dos usuários em relação ao mau uso e à precarização dos serviços prestados por empresas que sobrevivem

à custa daqueles que têm um plano de saúde. Então é claro que nós consideramos positivo o fato de que a fiscalização e a normatização dos serviços prestados por empresas particulares a esses mais de 40 milhões de usuários, evidentemente contribui para a melhoria. No entanto, é preciso permanecer vigilante para que o setor, uma vez com essa importância que tem por atender milhões de brasileiros, o reforço, a fiscalização e a independência da agência para cumprir o seu papel constitucional, interpretando evidentemente, como uma agência pública de Governo, os interesses desses milhares de brasileiros.

Então, eu queria nessa oportunidade dizer da nossa satisfação em saber, em conhecer o trabalho feito e até a sua origem tratando diretamente da saúde pública, as experiências onde foi possível constar e vivenciar o dia-a-dia de milhares de brasileiros nos Municípios que o senhor atuou como Secretário, como Assessor, como servidor público da área de saúde, evidentemente que isso torna um compromisso muito maior de fazer, ao regular um setor complexo e que atende milhões de brasileiros, evidentemente fazer isso sob o ponto de vista dos interesses dos usuários.

Então eu queria manifestar as minhas congratulações, mais do que aqui inquirir o senhor e sabatiná-lo, parabenizá-lo pelo trabalho realizado, desejando que no próximo período as ações da Agência Nacional de Saúde Suplementar sejam cada vez mais reconhecidas pelo vigor das suas decisões, das suas orientações, de todo o processo normativo, que ajude os brasileiros a terem mais segurança ao contratar um plano de saúde para atender as suas necessidades nessa área, já que o Estado, infelizmente, não tem conseguido fazer isso. Embora seja nosso compromisso também trabalhar e lutar para que, em vez de aumentar, de crescer o número de participandos dos planos de saúde, possamos melhorar a saúde pública e assim os brasileiros terem a saúde pública de qualidade que merece e garantida com o financiamento através dos recursos públicos. Parabéns, e o Senhor, se depender deste Plenário, pelo voto, o senhor estará com certeza unanimemente reconduzido à Agência Nacional de Saúde Suplementar. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Obrigada, Senador. Gostaria agora de passar a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, Senadora Rosalba, Relator Wellington Salgado, Fausto Pereira da Silva, Doutor em Saúde Pública Coletiva. V.Sª tem desempenhado muito bem a sua ação, como todos os Senadores aqui foram unânimes em afirmar. Eu vou direto às questões que me preo-

cupam em relação à saúde privada, à saúde coletiva privada. Fiquei contente de ver que o gasto com o privado está igual ao gasto com o público. Mas precisamos aumentar o público, por que tem mais gente com o público. Mas as minhas perguntas são objetivas. As operadoras de saúde, eu vi na sua exposição que tem um sistema de informação já, que está desenvolvendo. Eu queria saber se as informações de saúde nosológicas que eles passam para a agência, já chegaram à metade das informações que deveriam vir, o total, que percentual eles estão passando de informações, porque nós sabemos que as informações das agências de saúde vão ajudar na elaboração das políticas públicas do Governo, do País e nós não podemos ignorar o atendimento, talvez um terço da população seja atendida pelos planos.

SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: 23%.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): 23%.

Quase um terço então. Então é um quadro nosológico importante para ser considerado. Outra coisa que sempre me preocupou e que na primeira vez que o senhor chegou aqui eu lhe pedi isso e cobrei é o ressarcimento do SUS. Eu sei que é difícil de a gente andar e tudo... Por exemplo, nesses mil e oitocentos acidentes que houve nesse feriado agora, com certeza, todos foram atendidos pelo Sistema Único de Saúde. Pelo menos a parte de emergência, até que se estabilizasse o quadro, ficou na mão do sistema público. Depois foi para o sistema privado. Quer dizer, seria justo que os planos de saúde reembolsassem o Sistema Único de Saúde sobre esse período. Nós sabemos que nós não conseguimos viabilizar essa condição. Então eu gostaria de saber de V.Sª se estão... Qual o percentual de ressarcimento, se a gente tem uma noção de quanto a gente está pegando. Nem que seja... Eu sei que uma coisa real nós não temos. Mas, aproximado, quanto nós estamos recebendo de ressarcimento em relação a esse atendimento que nós prestamos aos segurados do sistema de saúde suplementar.

SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Primeiro, em relação às palavras do Senador, nós fizemos um trabalho importante na praça de Belém, no sentido de retirar realmente do mercado algumas empresas, porque algumas foram... Inclusive com algum nível de controvérsia dentro da região, mas empresas que eram claramente inviáveis e que na verdade estavam vendendo "fantasia". Fizemos um trabalho importante na cidade de Belém nesse sentido, buscando realmente trabalhar não a praça Rio-São Paulo, mas toda a complexidade do País nesse campo de atuação.

Em relação às questões do Senador Augusto Botelho, o ressarcimento, da forma como ele foi estabelecido na legislação, o ressarcimento individual por

cada procedimento realizado, isso virar um processo administrativo e ser cobrado da empresa um a um ele demanda, e virou na verdade uma seqüência de processos administrativos, ainda mais porque as empresas podem ocorrer e, quando vencida a esfera administrativa, elas vão para o Judiciário, transformou na verdade a cobrança do ressarcimento num processo bastante complexo. A gente vem discutindo isso, discutindo alternativas inclusive do ponto de vista da legislação de como é que nós poderíamos tornar esse processo um processo mais efetivo. Nós temos recebido em torno de 20% do que é cobrado, isso o Dr. Leôncio está ali sentado, não me deixa mentir [risos] sozinho, como a gente brinca, em torno de 20% do que é cobrado a gente tem conseguido e temos uma série de ações na Justiça e inscrições na Dívida Ativa dessas operadoras que não fazem o ressarcimento. Agora, acho que, de toda forma, nós precisamos dar um passo adiante nessa questão e estabelecer, por exemplo, na política de urgência e emergência algum tipo de financiamento público e privado. Porque é óbvio que as empresas não vão investir na formação de grandes centros de emergência e trauma, porque, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista da assistência não é razoável que isso aconteça. Por exemplo, você ter na cidade de Belém dois grandes centros de trauma, um privado e um público. Se era possível aí talvez uma concepção mais rasteira da relação público e privado talvez, nessa situação de como é que isso poderia ser compartilhado com o financiamento público e privado, para que a população da cidade pudesse realmente ter o atendimento. Então a questão do ressarcimento, ele vem sendo operado pela agência, do ponto de vista do que está definido na legislação, as empresas vêm sendo inscritas na Dívida Ativa, as cobranças judiciais têm sido feitas, nós temos ganhado em todas as instâncias, as empresas, mesmo que elas ganhem na primeira, elas têm perdido na segunda e todas as ações que chegaram nos Tribunais Superiores. Mas é um processo extremamente moroso e complexo do ponto de vista da operação, por isso, porque ele individualiza cada um dos processos, ele fecha em cada um e aí vira um processo administrativo com recurso etc.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Fausto, quantas empresas nós temos hoje prestando esse tipo de plano de saúde no Brasil?

SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Olha, temos registradas na agência pouco mais de duas mil, que têm beneficiários registrados, cerca de mil e setecentas e que transacionam informações com a agência, tanto informações econômicas quanto assistenciais, em torno de mil e trezentas.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Quem mais presta serviço aos brasileiros, a maior delas?

SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: A maior delas é a BRADESCO, com dois milhões e meio de beneficiários, aproximadamente. A outra pergunta que o Senador tinha colocado, que é a questão das informações, isso deu um salto de qualidade muito importante da última vez que eu estive aqui para agora, principalmente, com o estabelecimento do programa de qualificação. Quer dizer, quando eu digo que eu vou divulgar a nota da empresa e vou dar zero para ela se ela não me informar as questões assistenciais, nós tivemos um salto extremamente significativo e hoje cerca de 35 milhões de beneficiários no Brasil têm informações assistenciais registradas dentro da agência.

Então, a margem que hoje não informa é uma margem bastante pequena e todos eles foram zerados no último processo de setembro de 2006, quando foi divulgado o último *ranking*, com as empresas zeradas, aquelas que não informaram adequadamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Dr. Fausto, deixa eu tirar só aqui uma dúvida. O BRADESCO é a maior, mas se considerarmos, porque a UNIMED são várias, o somatório de todas as UNIMEDs, que têm a mesma--

SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: A UNIMED hoje, se não me engano, nós temos 330 singulares registradas na agência. Mas o complexo, o sistema UNIMED tem mais de 12 milhões e meio de beneficiários no Brasil. Então hoje... Inclusive as operadoras que mais crescem no País são as operadoras vinculadas ao sistema cooperativo, tanto pela sua capilaridade, pela sua capacidade de, frente ao marco regulatório, se adaptar, porque uma coisa é uma empresa de vinte, trinta mil ou cem mil pessoas se adaptar a esse marco regulatório e outra é uma empresa de um milhão e meio... Quer dizer, a ginástica que ela tem que fazer. Então o sistema UNIMED se aproveitou muito bem desse momento regulatório e é o setor que mais cresceu no último período e hoje é responsável por perto de 13 milhões já de beneficiários.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Então seria o maior sistema. Não a--

SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Sim. Entendido dessa forma, é o maior sistema.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A questão é que ela é ao mesmo tempo prestadora e operadora.

SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Não, mas eu trabalho só com as operadoras. São cerca de 330 singulares no Brasil, que compõem hoje a UNIMED do

Brasil, que é um conglomerado, vamos chamar assim. Se fosse na terminologia das empresas, quase uma *holding*, mas não é bem isso, porque cada uma delas tem a sua independência e inclusive umas quebram e outras estão indo muito bem. São processos bastante diferentes. Depende da praça que ela atua, o tamanho, a profissionalização da gestão, algumas ainda estão numa situação muito ruim.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É uma franquia, na verdade.

SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Também pode [risos]... Não chega a ser uma franquia porque o sistema acaba adotando algumas outras regras, mas... Não chega a ser uma *holding* nem uma franquia, acho que está no meio desse caminho.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Posso falar? A UNIMED é uma organização cooperativa. Os membros da UNIMED são os trabalhadores que participam do projeto, como qualquer cooperativa. Eu sei, mas não nos compare com outras empresas. Nós somos cooperativas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Inclusive eu quero aqui, com permissão dos senhores, já que eu estou presidindo, a UNIMED é a única prestadora que é uma cooperativa onde os donos são os próprios trabalhadores, os próprios Médicos. E eu digo isso porque tive a honra de ser Presidente três vezes da UNIMED lá do meu Estado. E estou aqui bastante interessada sobre essa relação público e privado, até porque vi as duas faces da moedas. Fui Presidente, fundadora da UNIMED, e hoje também tive como administradora de uma cidade. Então trabalhando fortemente com o SUS, de quem fui defensora desde o seu início, a idéia inicial.

Então, isso é um assunto que se formos aqui tratar nós não vamos aprovar o restante das matérias que temos para hoje. Mas Dr. Fausto, já senti que ele é bastante aberto, gosta de dialogar e, desde já, eu já marco uma visita com alguns Senadores, para que possamos discutir e encontrar até pontos, pela experiência que vivenciamos, onde possa se encontrar a melhoria para atender mais e melhor ao cidadão brasileiro. Então, agora concedo a palavra ao ilustre Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Rosalba, Senador Wellington, primeiro cumprimentá-lo pelo seu brilhante Relatório aqui. Eu li com todo cuidado e de fato não há nenhuma dúvida. Dr. Fausto, o senhor, primeiro, é uma simpatia, é uma alegria estar dialogando com o senhor aqui e, com certeza, a nossa pauta está prejudicada hoje. Porque todos querem dialogar com o Senhor. Quero dizer que o senhor é um vitorioso, li o seu currículo, falava aqui inclusive com o

Senador Geraldo Mesquita Júnior e eu dizia “vem cá, é folha ou página?” E ele dizia: “no jurídico, pode citar a folha”. O seu currículo vai folha 11, folha 12, folha 13, 14, 15, 16, 17... Enfim, e nada é abobrinha. É um currículo belíssimo. Isso mostra a sua história bonita de vida e eu, ao fazer esse pequeno depoimento, fico aqui na linha do Senador José Nery que V.Sª será reconduzido por unanimidade. Mas há aquela vontade enorme de fazer uma pergunta, e eu vou fazer duas. E aqui eu termino. Duas. Primeiro, como eu recebo muita denúncia na Comissão de Direitos Humanos dos planos de saúde privados, quanto à mensalidade para pessoa idosa, a forma como aumenta, a gente tem o Estatuto do Idoso, ele é meio atropelado, eu falo porque inclusive sou o autor do Estatuto do Idoso, e eu digo isso como o autor de forma muito tímida até, porque, na verdade, ele foi construído pelo Congresso, e eu sempre digo que eu o entreguei com poucos artigos e ele virou mais de 200 artigos, e essa é uma pergunta que eu quero, se V.Sª puder discorrer rapidamente, senão vamos para uma Audiência Pública. A outra, quando eu era Deputado ainda, eu apresentei um Projeto mexendo no tal de codevat(F), se não me engano, que é aquele seguro obrigatório para carro. E eu dizia que, primeiro, ninguém sabe para onde vai aquele dinheiro, e é uma fortuna, é bilhões, e se de fato quando dá um acidente, como a população não sabe que tem direito a uma indenização, inclusive para usar no caso da saúde, qual é a contribuição que eles dão efetivamente para o sistema SUS, se V.Sª tem esses dados. Se não tiver, também não tem problema. Eu quero apenas dizer que a minha fala é mais para cumprimentá-lo pelo trabalho que sei que vem fazendo e termino dizendo como é bom ver uma pessoa vitoriosa como você ser nesse momento reconduzido por unanimidade. Parabéns a V.Sª.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Dr. Fausto, se me permite, só, Presidente, a relação também entre os planos de saúde fazendo ressarcimento do atendimento pelo SUS, como é que é esse acompanhamento.

SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Bom, em relação à questão do DPVAT ela não é uma questão diretamente ligada à agência, mas 50%, que é todo recolhido pela FENASEG, a Federação Nacional das seguradoras, 50% vai para o orçamento do Ministério da Saúde, mas entra na composição do orçamento, não tem uma destinação específica, embora na discussão inicial era para que ele fosse para a questão da urgência e emergência etc e tal.

A legislação brasileira ela diz o seguinte: a última mensalidade do plano de saúde ela não pode ser mais do que seis vezes primeira. Então se eu vendo

um plano para menores de dezoito anos por cinquenta reais, eu não posso vender o plano para a última faixa mais do que 300 reais. Então, ao estabelecer o preço da primeira faixa eu, em cascata, defino o restante. Tem uma discussão no Congresso inclusive sobre isso, se isso é bom ou se isso é ruim e se isso é muito ou isso é pouco. De toda forma, o que nós temos observado, e o processo regulatório já mostra isso, hoje tem uma entrada menor dos jovens nos planos de saúde por causa disso, porque as empresas carregam na última faixa, para isso elas têm que jogar a primeira faixa também para cima e eu tenho uma diminuição da entrada de jovens no setor. Se for feita uma comparação da pirâmide da população que entrou até 2000 e da população que entrou agora em 2006 você vai observar que tem uma diminuição, um estreitamento, digamos, da base da pirâmide dessa população que entrou.

Em relação à entrada em vigor do Estatuto do Idoso, primeiro, tem uma discussão que as empresas vêm sustentando juridicamente de que o Estatuto do Idoso só se aplica para quem assinou plano depois do Estatuto do Idoso. Portanto, depois de outubro de 2003. Essa é uma discussão que vem sendo debatida, juridicamente inclusive, pelas empresas que só caberia aplicação pela não retroatividade da lei invadindo o contrato, ato jurídico perfeito, eu não sou jurista, mas tem toda uma discussão sobre isso. E a agência, logo após a edição do Estatuto do Idoso ela adaptou o seu processo regulatório à questão do Estatuto do Idoso. É importante destacar que contratos assinados antes da lei, ou antes do Estatuto do Idoso tinham contratos de até 32 faixas, mudavam sequencialmente a partir do 60 anos. Então aos 61, aos 62, aos 63 a pessoa ia tendo reajustes em cascata e o último reajuste às vezes era trinta e duas vezes maior do que o primeiro. Pelo menos as seis faixas ela diminui um pouco essa selvageria e essa expulsão do idoso. Como reflexo disso, nós temos também no plano de saúde um alargamento do ápice. Nós temos mais idosos proporcionalmente em plano de saúde do que na população em geral. Proporcionalmente. Sei que as famílias vêm fazendo um esforço muito grande para manter isso.

E na questão do ressarcimento, eu já tinha respondido ao Senador Augusto Botelho, qual é que é a grande dificuldade. É a individualização. O fato de o ressarcimento que está previsto na legislação ele ser individualizado, “o Sr. José, com traumatismo craniano, que foi atendido no hospital de urgência, então eu vou cobrar da empresa o ato que foi realizado no Sr. José pelo traumatismo craniano”. A empresa vai dizer: “não. Esse Sr. José não é o José. É outro José”. Aí abre uma primeira discussão. “Não. É o José da empresa mesmo, porque está vinculado e tal”. Aí ela vai discutir: “o ato

era necessário...” Então vem uma série de seqüências de atos administrativos e no final ela judicializa.

Então a grande maioria tem acontecido nessa forma e, como eu disse para o Senador, a gente vem ganhando todas essas causas na justiça, mas isso representa uma morosidade muito grande. Para nos contrapormos um pouco a esse processo, nós temos inscrito um número cada vez maior de empresas no CADIN, na Dívida Ativa, e a partir daí ela tem uma série de dificuldades de operação e tem buscado acordos extrajudiciais com a agência para resolver. Mas é uma pendência, é uma polêmica bastante grande.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Antes de passar a palavra para o Senador Wellington, que é o último inscrito, eu gostaria de convidar os Senadores Marcelo Crivella e Augusto Botelho para procederem a contagem dos votos, finalizando assim o processo de votação. Passo a palavra a V.Ex^a, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Exma. Sra. Senadora Rosalba, eu só queria finalizar, deixando claro que essa Casa fazer um Relatório seguindo a apresentação do currículo é muito fácil. E muitas vezes eu procuro levar em conta áreas específicas de Senadores. E eu estou vendo que aqui os Senadores que são Médicos presentes, o Senador Papaléo, o Senador Botelho, a quem eu sempre me aconselho na área de saúde, a Senadora Rosalba, que está chegando esse ano e, com certeza, será também minha conselheira. Eu fico muito feliz, Fausto, de não só estarem de acordo com o meu Relatório, mas também por ser aprovado pelos Senadores que realmente entendem de saúde nesta Casa. Eu acho que isso é muito importante. Agora, a seu favor, como bem colocou o Senador José Nery, o maior fator a seu favor é justamente que as notícias sumiram dos jornais. Eu acho que a sua equipe está de parabéns, porque aumentou o número de pessoas com planos de saúde e as notícias desapareceram do jornal, como bem colocou o Senador José Nery. Agora, o que me irritou tremendamente na sua indicação foi como você consegue, aos 45, ter essa cara de 28 [risos]. Ou é o tratamento da esposa, que está presente, ou ele descobriu junto aos planos de saúde alguma coisa, não é, Senador Papaléo, que o torna. Então, se... A esposa não tem jeito. Porque a esposa dele vai cuidar muito bem dele. Agora, se descobriu alguma coisa, por favor, passe para o Senado, antes que a gente crie uma CPI [risos] da manutenção da idade.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Wellington, isso é alguma [risos] garrafada. Um cidadão lá no Acre, de mais de 80 anos, ele, uma vez a gente visitando a comunidade

dele ele veio com um filhinho de dois anos na mão. E mais uma renca de menino. E aí o pessoal ficou encabulado e perguntou: “Seu Zé, que conversa é essa? Como é que pode? Ele disse: “É uma garrafada que eu tomo”. E eu [risos] acho que o senhor tem alguma garrafada aí.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Antes de passarmos a palavra para os escrutinadores pronunciarem o resultado, eu gostaria de dizer qual é o segredo. É sentimento de que está contribuindo com sua inteligência, com sua luta, com o seu trabalho para melhorar a saúde do nosso País. Sentimento de dever cumprido. Pois não, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sra. Presidente, nós apuramos aqui 17 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Aprovado, por unanimidade.

SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Eu gostaria de agradecer mais uma vez esta Casa pela confiança em mim depositada e esclarecer ao Senador Wellington que a minha mãe diluía um pouquinho de formol no leite quando da minha infância, aí isso você fica [risos] “formalizado” durante muito tempo. Muito obrigado aos senhores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Então, com essa magnífica, consagrada votação, Dr. Fausto foi realmente aprovado na Comissão para permanecer indicado ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Agora passamos ao Item 02. Decisão terminativa.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Consulta V.Exª se nós temos quorum aí para item terminativo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Como na realidade, Senador, não tem votação nominal, então nós podemos continuar. E eu quero inclusive pedir ao Senador Papaléo para me substituir, porque eu estou sendo convocada para uma votação urgente na Executiva dos democratas.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Votação lá, é?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): É.

[troca de presidência]

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, o Item 03 não é terminativo e eu fui o Relator, com parecer favorável e foi concedido vista ao Senador Leomar Quintanilha, eu não sei se ele apresentou Relatório--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Que devolveu sem manifestação.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então como não é... Não terminativo, se puder votar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Vamos votar. Item 02. Decisão terminativa. Turno suplementar da Emenda nº 01-CAS, substitutivo, oferecida ao Projeto de Lei do Senado 152/2006. Altera o artigo do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para dispor sobre a periodicidade de colheita de amostras, ensaio e análise de alimento e a obrigatoriedade da determinação dos padrões de identidade e qualidade dos alimentos da cesta básica nacional. Autora: Senadora Serys Slhessarenko; Relator: Senador Geraldo Mesquita. O Parecer é favorável ao Projeto, na forma do substitutivo que apresenta. Esclareço que na última reunião do dia 28 de março de 2007 foi aprovada a Emenda nº 01 da CAS e não foram apresentadas Emendas no turno suplementar. O Senador Geraldo Mesquita se ausenta por alguns minutos da sala, mas, em discussão a matéria, que já foi lido o Relatório. Não havendo quem queira discutir, e não sendo oferecidas Emendas na discussão suplementar, a Emenda nº 01-CAS – substitutivo – ao PLS 152 de 2006, é definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Item 03 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 78/2006, altera o art. 96 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever renúncia à aposentaria concedida pelo regime geral de Previdência Social. Autor: Deputado Inaldo Leitão; Relator: Senador Cícero Lucena. Parecer favorável ao Projeto. Na reunião do dia 28 de março de 2007 foi concedida vistas ao Senador Leomar Quintanilha, que devolveu sem manifestação.

Então, em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. V.Exª, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu quero só ressaltar a importância desse Projeto aonde resgata algo que a Justiça já vem concedendo, que é exatamente o direito unilateral da pessoa renunciar o benefício da aposentadoria e que o INSS não fazia isso administrativamente e todos aqueles que entraram na Justiça ganharam. Então eu fico muito feliz com a aprovação desse Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Então, está aprovado o PLC 78 de 2006. Eu solicito ao Senador Cícero Lucena que venha presidir a reunião, visto que eu sou o Relator do Item 04.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA

(PSDB-PB): O Item 04, decisão não terminativa, é o Projeto de Lei da Câmara nº 52/2003, que dispõe sobre os exames preventivos da acuidade visual e auditiva nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental. O autor é o Deputado Cláudio Cajado; tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 99/2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames para identificação de hemoglobinopatias, hipertireoidismo e fenilcetonúria em recém-nascido. Autor: Deputado Eduardo Jorge; tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 237/2003, que altera o art. 10 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. O autor é o Senador Sérgio Zambiasi; tramitando, ainda, em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 504/2003, que altera o art. 10 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatória a triagem auditiva neonatal em todo o País. Autor: Senador Paulo Paim; tramitando, ainda, em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 80/2004 que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar obrigatório o oferecimento de exame e tratamento audiológicos na rede de serviços do Sistema Único de Saúde. Autor: Senador Edison Lobão; Relator: Senador Papaléo Paes. Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, da Comissão de Assuntos Sociais em caráter não terminativo sobre os Projetos de Lei do Senado nº 237 e 504/2003 e nº 80/2004 e sobre os Projetos de Lei da Câmara nº 52 e 99/2003, que dispõem sobre a obrigatoriedade da realização de exames para detecção precoce das condições patológicas que especificam e sobre ações de proteção à saúde de portadores de hemoglobinopatias, fenilcetonúria e hipertireoidismo.

Considerando que todos os Srs. e Sras. Senadores têm em mãos todo o Relatório completo, eu passo diretamente ao voto da matéria.

Pelo exposto, e os senhores já têm conhecimento, o voto é pela aprovação do mérito dos Projetos de Lei da Câmara e nº 52/2003 e 99/2003 e dos Projetos de Lei do Senado 237 e 504/2003 e nº 80/2004 e pelo acatamento da Emenda nº 01/CAS/2003 ao Projeto de Lei da Câmara nº 52/2003, na forma do seguinte substitutivo. Dispõe sobre ações de atenção à saúde dos portadores de hemoglobinopatias, fenilcetonúria, hipertireoidismo e fibrose cística, e altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para tornar obrigatória a realização das ações que especifica.

“O Congresso Nacional decreta: Art. 1º. Os gestores do Sistema Único de Saúde federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal promoverão programas de registro, controle e assistência integral às pessoas portadoras de fenilcetonúria, hipertireoidismo, fibrose cística e hemoglobinopatias, em especial, anemia falciforme, que garanta, entre outras medidas, primeiro: cobertura vacinal contra gripe, pneumonia e outras doenças, de forma a prevenir agravos intercorrentes; Art. 2º... § 2º. Dispensação sem interrupção da medicação necessária aos tratamentos; 3º. Estruturação de um sistema de informação e vigilância epidemiológica das doenças citadas no *caput*; 4º. Criação e divulgação de material técnico-educativo dirigido, respectivamente, aos profissionais de saúde e à população; 5º. Capacitação de profissionais de saúde; Art. 2º. É obrigatória a notificação ao órgão competente do SUS dos casos de hemoglobinopatias, fenilcetonúria, hipertireoidismo e fibrose cística; Art. 3º. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações: art. 8º, § 4º. A gestante portadora de anemia falciforme receberá acompanhamento especializado, inclusive na assistência ao parto; Art. 10, § 3º. Proceder a exames, visando ao diagnóstico e à terapêutica de hemoglobinopatias, de anormalidades da audição, da visão e do metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais; Parágrafo único. Os exames visando ao diagnóstico de hemoglobinopatias e de anormalidades do metabolismo de que trata o inciso III devem incluir, no mínimo, os destinados a diagnosticar anemia falciforme, fenilcetonúria, hipotireoidismo e fibrose cística; Art. 11, § III. É obrigatória a realização de exames da acuidade visual e auditiva nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental e médio; § 4º. O Sistema Único de Saúde disponibilizará, nas unidades próprias, contratadas ou conveniadas, exames para o diagnóstico de anormalidades da audição e da visão e os respectivos tratamentos para todas as crianças de cinco anos de idade; Art. 229-A. Deixar a autoridade competente de oferecer as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde nos termos do § 4º do art. 2º, a pena é de detenção de seis meses a dois anos; Parágrafo único. Se o crime é culposos, detenção de dois a seis meses ou multa; Art. 4º. O parágrafo único do art. 3º da Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI: O aconselhamento genético ao homem, à mulher ou ao casal, especialmente quando portadores do traço falciforme; Art. 5º. Esta lei entra em vigor 365 dias depois da sua publicação.

Então, o meu parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Em discussão. Não havendo mais

quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer favorável dos Projetos de Lei da Câmara nº 52/2003 e nº 99/2003 e dos Projetos de Lei do Senado nº 237 e 504/2003 e nº 80/2004 e pelo acatamento da Emenda nº 01/CAS/2003 ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, na forma de substitutivo que apresenta. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em votação. Encontra-se sobre a Mesa o Requerimento nº 18/2007, da CAS, em aditamento ao Requerimento nº 10/2007, da CAS, aprovado em 14 de março de 2007: “Requeiro, nos termos regimentais, que sejam convidados o Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, ou o representante desse Ministério, o Dr. José Eduardo Duarte Saad, para Audiência Pública sobre o tema ‘regulamentação de profissão e criação de conselhos profissionais’. Sala das Comissões, 10 de abril de 2007, Senadora Rosalba Ciarlini”. Esse é um aditamento ao Requerimento nº 10, que convida para a mesma discussão sobre o tema ‘regulamentação de profissão e conselhos profissionais’, para instruir a esta Comissão que foram convidados, por Requerimento anterior da Senadora Patrícia Saboya, aprovado nesta Comissão, o Deputado Nelson Marquizezelli, Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, o Ministro Yves Gandra da Silva Martins Filho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Dra. Estefânia Ferreira de Souza de Viveiros, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, secção Distrito Federal, e Dr. Eduardo Gabriel Saad, Advogado, conforme currículo anexo. Em discussão o Requerimento da Senadora Rosalba. Não tendo quem queira discutir, eu aproveito para fazer a subscrição. Mais alguém? Está, então, aprovado. Não tendo... Em função dos Projetos da pauta serem terminativos e os votos serão nominais e não temos mais quorum para tal, então está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h55.

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 18 DE ABRIL DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:30 HORAS.

Às dez horas, e quinze minutos do dia dezoito de abril de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA GOMES** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, VALTER PEREIRA, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, DEMÓSTE-**

NES TORRES, JAYME CAMPOS, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, JOSÉ NERY, FÁTIMA CLEIDE, SERYS SLHESSARENKO, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, GARIBALDI ALVES FILHO, ROMEUTUMA E MARISA SERRANO.

Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justificam a ausência os Senhores Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Cícero Lucena e Sérgio Guerra. A Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se, em primeira parte, à apreciação da Mensagem (SF) nº 59, de 2007 que submete ao Senado Federal a indicação do Sr. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. A Senadora Patrícia Saboya Gomes designa o Senador Eduardo Azeredo relator “*ad hoc*” da referida Mensagem (SF) nº 59, de 2007. A presidência concede a palavra ao relator para proferir o seu relatório. Após a leitura do relatório feita pelo Senador Eduardo Azeredo, o Sr. José Agenor Álvares faz sua exposição. A Senadora Patrícia Saboya Gomes convida os Senadores Inácio Arruda e Augusto Botelho para, como escrutinadores, procederem à apuração dos votos. Às dez horas e trinta e nove minutos o Senador Eduardo Azeredo assume a Presidência. Às dez horas e quarenta e um minutos a Senadora Patrícia Saboya Gomes reassume os trabalhos. **ITEM ÚNICO – MENSAGEM (SF) Nº 59, DE 2007** “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Senhor José Agenor Álvares da Silva para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANS”. **Autoria:** Presidência da República.

Relator “ad hoc”: Senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a recondução do Senhor José Agenor Álvares ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. **Resultado: Aprovado o nome do Senhor JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA, com 19 votos favoráveis, nenhum voto NÃO e nenhuma abstenção.** Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Jayme Campos, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Romeu Tuma, Augusto Botelho, Rosalba Ciarlini, Inácio Arruda, Paulo Paim. Concluída a votação, a Presidente suspende a reunião por 2 minutos para que os Senadores possam cumprimentar o indicado. A segunda parte da reunião, reiniciada às onze horas e trinta e minutos, destina-se à realização de Audiência Pública sobre a regulamentação de Profissões e a criação de Conselhos Profissionais, conforme o REQUERIMENTO nº 10, de 2007, de autoria da Senadora

Patrícia Saboya Gomes e o REQUERIMENTO nº 18, de 2007, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini e Senador Cícero Lucena. A Senadora Patrícia Saboya Gomes convida para compor a Mesa os Senhores: Ministro IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO – Tribunal Superior do Trabalho; Dr. LUIZ EDUARDO SÁ RORIZ – Secretário Geral da OAB/DF; Sr. ALESSANDRO FERREIRA DOS PASSOS – Assessor da Secretaria Executiva do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego; e Sr. FRANCISCO GOMES – Coordenador de Identificação e Registro Profissional do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. Às doze horas e cinco minutos o Senador Paulo Paim assume a Presidência. Às doze horas e dez minutos a Senadora Patrícia Saboya Gomes reassume os trabalhos. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores: Paulo Paim, José Nery, Augusto Botelho e Rosalba Ciarlini. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e um minuto, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, Presidente.

13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE ABRIL DE 2007, ÀS 10 HORAS E 15 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se acham. Aprovada.

A reunião de hoje será realizada em duas partes. A primeira parte será destinada à sabatina do Sr. José Agenor Álvares da Silva, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA, conforme mensagem nº. 59/2007 da Presidência da República. Logo após realizaremos Audiência Pública de discussão sobre regulamentação de profissão e criação de conselhos profissionais. Tenho a satisfação nesse momento, portanto, de designar o Senador Inácio Arruda para conduzir o Sr. José Agenor Álvares da Silva para ocupar o seu lugar a Mesa para darmos início à nossa reunião.

Mensagem nº. 59/2007. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Sr. José Agenor Álvares da Silva para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA. Autoria, Presidência da República. A Relatora é a Senadora Lúcia Vânia, que infelizmente não pôde comparecer a essa audiência, e pede desculpas ao Sr. Agenor Álvares da Silva em função de um outro compromisso já assumido de uma homenagem que ela teria em seu Estado. Por isso eu gostaria de designar o Senador Eduardo Azeredo como Relator ad hoc na ausência da Senadora Lúcia Vânia para proferir o Relatório.

Eu gostaria, antes de mais nada, de dar as boas-vindas ao Sr. José Agenor, agradecer ao Senador Eduardo Azeredo por estar aqui como Relator ad hoc e ter imediatamente aceitado essa missão.

Portanto, eu vou conceder agora a palavra ao Relator. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Bom dia, Srª. Presidente, Senadora Patrícia. O Relatório da Senadora Lúcia Vânia coloca, e eu tenho a honra de ser o Relator ad hoc, o Sr. José Agenor é brasileiro natural do meu Estado de Minas Gerais, a cidade de Abaeté, casado, tem 59 filhos... Anos. É farmacêutico,... 59 filhos tava demais, né? [risos] Já ganhou o voto de muitos aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Só um minuto. Já eu vou abrir então a urna porque todo mundo quer votar logo. [risos]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Bom, mas vamos lá, vamos continuar, José Agenor é farmacêutico bioquímico, ele é graduado pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1974, especialista em saúde pública, título esse conferido em 1978 pela Escola de Saúde Pública de Minas Gerais em curso de pós-graduação na área de concentração e administração de serviço de saúde. Tem ainda diversos cursos de aperfeiçoamento profissional nas áreas de planejamento social, administração pública, financiamento do setor saúde e planejamento estratégico realizados em conceituadas instituições nacionais e latino-americanas. Do referido *curriculum vitae* constam como sua última atividade o exercício do cargo de Ministro de Estado da Saúde, no período de março 2006 a março do corrente ano, bem como referência ao fato que o Dr. Agenor é sanitaria do quadro permanente da ANVISA, a qual ascendeu por concurso público realizado em 1979. Iniciou sua carreira como supervisor regional da Secretaria de Saúde de Minas Gerais voltado em Montes Claros, no norte de Minas nos anos de 75 a 78. Foi consultor Especialista da Secretaria

Técnica do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento do Ministério da Saúde entre 78 e 79 e também entre 81 e 84 Coordenador Nacional do referido programa.

Entre 1982 e 84 ocupou o cargo de gerente do Grupo de Trabalho de Planejamento e Programação do Ministério da Saúde, e cumulativamente o de Secretário de planejamento, Secretário Geral substituto daquela pasta entre abril de 85 e agosto de 86. Foi ainda Consultor da Organização Pan-Americana de Saúde em Brasília, e entre 92 e 95 Superintendente Geral da Fundação Ezequiel Dias do Estado de Minas Gerais. Em 95 voltou para o Ministério da Saúde ocupando os cargos de Gerente-Geral do Projeto Nordeste, e Diretor do Departamento Técnico Operacional da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária. Nesse ano entre 98 e 99, a Secretaria foi extinta e suas funções transferidas para a recém criada Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Na nova estrutura o Dr. Agenor passou a ocupar o cargo de gerente geral de descentralização das ações de saúde e saneamento até julho de 2005 quando foi nomeado Secretário Executivo do Ministério da Saúde e posteriormente em março de 2006, Ministro de Saúde. Este é, portanto, o currículo pessoal e profissional do Dr. Agenor que demonstra toda a sua experiência como funcionário de carreira da própria ANVISA e a sua experiência no setor de saúde.

Em face desse histórico apresentado e aqui resumido entendemos dispor essa Comissão elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome de José Agenor Álvares da Silva para ocupar o cargo de Diretor de Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Este é o Relatório, Sr^a. Presidente Patrícia Gomes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Bom, quero mais uma vez agradecer ao Senador Eduardo Azeredo por ter lido o Relatório, e passo imediatamente, portanto, a palavra ao Sr. José Agenor para que possa se pronunciar pelo tempo que achar necessário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr^a. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já abriu a inscrição?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Já está aberta a inscrição para sabatina? Pois não?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Por favor. Quero me inscrever.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Tá certo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E o processo de votação já está...?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): O processo de votação nós já iniciamos. Nós estamos dando preferência primeiro aos titulares para não haver confusão no final. Mas é...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então, me conluo na lista dos titulares.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não. Com a palavra o Sr. José Agenor.

SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA: Bom dia Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, bom dia a todos aqui presente. Inicialmente eu gostaria de lembrar que a ANVISA foi criada pela Lei 9.782 de 26 de janeiro de 1999, no bojo do plano diretor da reforma do aparelho de Estado de 1995.

A fundamentação nuclear que embasava a proposta desse plano discorria sobre a falência de um modelo burocrático de administração, focado em padrões rígidos de controle de processo nos moldes do antigo DASP e não de resultado. Privilegiava os meios e secundarizava os fins. Uma completa inversão na hierarquia das prioridades das políticas públicas e de atendimento ao cidadão. Focava ainda a incapacidade do setor público com esse formato de organização, responder com eficácia e eficiência as demandas da população. Era necessário, diziam as diretrizes do plano, fortalecer o papel do Estado em detrimento do papel executor produtor de bens e serviços. O resultado seria a evolução do modelo burocrático até então vigente e arcaico para um modelo denominado gerencial novo e moderno cujo foco estaria voltado para o controle dos resultados e para o atendimento com qualidade ao cidadão. Paralelamente a Vigilância Sanitária passava por momentos de sobressaltos em meio uma série de denúncias envolvendo falsificações de medicamentos, fábricas legalizadas sem condição de funcionamento, distribuições clandestinas, clínicas destinadas ao atendimento de pessoas idosas sem a menor condição de funcionamento, o exemplo típico disso é a Clínica Sta. Genoveva do Rio e de outros escândalos que denotavam total descontrole por parte do Estado sobre esse segmento.

Esse quadro caótico e irracional tornou-se a bandeira principal de pressão para as mudanças que se faziam necessárias. Nesse cenário de reforma do aparelho do Estado e caos na Vigilância Sanitária surgiu a ANVISA. Apesar da polêmica que gerou sua criação com reações contrárias advindas de segmentos públicos ligadas à área que até hoje vez por outras aparecem são inevitáveis aos avanços conseguidos,

principalmente se comparados com a estrutura anterior. Diferentemente da maioria das agências criadas, a ANVISA foi criada para regular e regulamentar um setor de atuação exclusivo de Estado e não para regulamentar um setor antes estatal que no processo de privatização passou a ser provido por concessão ao setor privado. Criada como autarquia especial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, para implementar as políticas regulatórias demandadas pelos poderes Legislativo e Executivo, a ANVISA tem como objeto de atuação o controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à Vigilância Sanitária, inclusive dos ambientes dos processos e dos controles de portos e aeroportos e fronteiras. Sua principal função é atuar no sentido de prevenir, eliminar ou minimizar o risco sanitário envolvida na suas áreas de atuação, promovendo e protegendo a saúde em função do seu papel regulador representa uma importante possibilidade de articular os poderes governamentais em prol da população, e não de substituir os poderes legalmente constituídos como muitas vezes capciosamente é levado a entender.

A regulação sanitária não se limita apenas a uma função de árbitro entre produtores e consumidores. Diferencia-se por vários aspectos. As características particulares dos produtos bens e serviços que ao serem utilizados podem ter efeitos danosos à saúde. São muitas vezes objeto de difícil materialização, o meio ambiente, o ar que respiramos, a fonte de água que bebemos ou que são consumidos à medida que são produzidos como por exemplo o serviço de saúde. A necessidade de se conhecer ampla e previamente a realidade social sanitária nas quais esses produtos e serviços se inserem ou serão consumidos. Não se trata de um processo de consumo como os demais, trata-se de um processo que envolve sujeitos e cidadãos ou coletividades que consomem bens e serviços essenciais à sua vida.

Importante ressaltar que a Vigilância Sanitária em sua função reguladora muitas vezes é vista equivocadamente como um entrave à produção local. No entanto, é importante destacar que o papel regulador adequadamente conduzido se constitui um instrumento de promoção da qualidade dos produtos e serviços, recebendo inclusive o reconhecimento internacional. E contribui inegavelmente para o desenvolvimento nacional. A reconfiguração da ordem econômica mundial e principalmente as expectativas de contínuas mudanças decorridos da globalização e da rapidez da circulação de informações tornam as práticas de Vigilância Sanitária cada dia mais relevantes. As reorientações de ações de regulação constituirão medida fundamental

para responder as novas exigências sociais e políticas geradas com a expansão do mercado de consumo e a diversificação dos produtos e dos serviços ofertados pelos setores produtivos.

Com o poder de regulação do Estado, no caso específico da ANVISA, os produtos brasileiros sujeito a Vigilância Sanitária se tornam mais competitivos no mercado internacional, mais confiáveis no mercado interno, pois são fabricados sob norma de controle de qualidade validadas por organismos internacionais. Da mesma forma produtos importados se sujeitam as mesmas normas e não raro só são autorizados a entrar no País após inspeções dos respectivos locais de fabricação.

A Vigilância Sanitária é parte indissolúvel do SUS e como tal é uma ação de relevância pública. O SUS, sem dúvida, a maior política de Estado usada no Brasil no último século. Ousamos o modelo de gestão universal, integral, equânime e participativo. Distorções ainda se fazem presentes e deverão ser desafiadoramente enfrentadas. Avanços são inegáveis, e consolidá-los é preciso. Desafios estão presentes e enfrentá-los com ousadia e determinação é também preciso. Essa é a nossa missão Estado e sociedade. Vigilância Sanitária é um dos muitos desafios que também ousamos enfrentar. É o desafio da construção da capacidade de desenvolver a intersectorialidade no âmbito de diversos organismos da economia e da saúde, da esfera pública e da sociedade civil, da dialética entre o técnico e o político, pois como todos sabem o campo de abrangência da vigilância sanitária é bastante amplo e nos afeta no dia-a-dia de nossa vida cotidiana. Desde o mais prosaico creme dental passando pelo medicamento de maior complexidade até o hospital com os equipamentos mais sofisticados existentes e ainda passando pelo simples lazer de algum viajante despreocupado ou mesmo uma simples escova progressiva utilizada nos salões de beleza, tudo isso pode afetar e trazer riscos à saúde. É a linha tênue que existe e demarca as relações de produção e consumo das sociedades modernas. Consumo de mercadorias, bens e serviços é sempre crescente. E nesse processo o consumo relacionado com a saúde, seja de medicamentos, produtos e higiene de beleza ou mesmo de tecnologias médicas tem de ser constantemente monitorado.

Como mineiro, gostaria de citar um escritor, um grande escritor chamado Guimarães Rosa que em sua obra-prima, "Grande sertão veredas" dizia: Viver é um negócio muito perigoso. É um descuido prosseguido. Esta afirmativa é bastante atual em relação à ANVISA, a Vigilância Sanitária, pois todo consumo traz embutido a probabilidade do risco, mas temos que consumir e nos prevenir dos riscos, da mesma forma que toda

produção também é cercada de riscos e perigos, mas temos que produzir, e produzir de tal forma que os riscos e perigos sejam controlados ou minimizados. Em recente publicação patrocinada pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde, o CONASS sobre Vigilância Sanitária destinado a auxiliar os novos gestores estaduais na gestão do SUS aquele Conselho alerta que as distâncias foram reduzidas. O que se produz em uma região longínqua pode rapidamente estar disponível para o consumo em outras regiões. Da mesma forma, pessoas que visitam áreas atingidas por epidemias podem no mesmo dia se deslocarem para outros Países.

Enfim, se surgem novas comodidades, aparecem também novas incertezas. Aparecem também mais riscos e perigos. Neste contexto a principal função da Vigilância Sanitária é então atuar no sentido de prevenir, eliminar ou minimizar o risco sanitário envolvidos na sua área de atuação. Implica também no desafio de consolidar a ANVISA sem medo de se expor e de explicitar o processo de elaboração e de aplicação das normas que vão balizar e orientar todo o processo produtivo e de consumo de bens de serviço. Implica também em se abrir e aceitar o diálogo com a sociedade em clima de profundo respeito e transparência sem maniqueísmo e sem prepotência. Esse é o papel do Estado regulador. É papel do Estado regulador também discutir com franqueza tanto com o setor público sujeito à Vigilância Sanitária, tanto com o setor privado regulado. Ambos sujeitos às mesmas regras, com a indústria nacional e internacional, explicitando todo o aparato jurídico e normativo que rege a Legislação Sanitária. De modo que as divergências porventura existentes não se cristalizem em animosidades que venham em prejuízo da produção e da população. Em cima das divergências, buscar sempre convergir naquilo que seja realmente de interesse do País. Implica também no desafio de consolidar e reforçar as demais instâncias federativas compartilhando competência solidariamente e com responsabilidade social. Ou seja, consolidar no âmbito do SUS o subsistema de Vigilância Sanitária.

Se por um lado esse sistema está normativamente delineado, por outro sofreu o que poderíamos chamar de uma reestruturação em completo, de visto que apenas seu componente federal foi reformulado.

Neste contexto, a descentralização das ações de Vigilância Sanitária é além de um princípio norteador uma estratégia de fortalecimento desse setor nas três esferas de Governo. Descentralização de ações acompanhadas dos recursos e instrumentos de gestão que se fizerem necessários ao fortalecimento dos demais entes federados, conforme preconizado pelas diretrizes e princípios que normatizam o Sistema Único de Saúde.

Descentralização com responsabilidade institucional, e não como apoio extemporâneo a fortificação de meras instâncias avançadas da burocracia central.

Hoje transcorridos oito anos de implantação da ANVISA, pode-se dizer que os benefícios advindos desse novo modelo institucional tanto para a população quanto para o setor regulado são auspiciosos. Para o setor regulado por regras mais claras, mas exigências como as boas práticas de fabricação e comercialização e ao mesmo tempo mais segurança para seus empreendimentos. Para a população por canais de controle de vocalização mais democráticos e mais transparentes quando os interesses dos consumidores possam estar sendo prejudicado. É mais garantia de qualidade dos produtos e serviços consumidos. Por fim gostaria de ressaltar que a regulação exercida pela ANVISA não pode ser confundida apenas com regulação econômica. É regulação de um setor cuja responsabilidade é exclusiva e intransferível do Estado Brasileiro. Com a criação da ANVISA não mudou a responsabilidade do Estado, ao contrário, essa responsabilidade aumenta a cada dia em face de novas necessidades que surgem e de novos hábitos de consumo que são estimulados. Mas a regulação exercida pela ANVISA é também regulação econômica como se denota pela atuação de vários segmentos de como a Câmara de Regulação de Medicamentos e pelo núcleo de regulação econômica da ANVISA. Mas e, sobretudo, é regulação de um setor amplo e altamente diversificado, onde muitas vezes alguns segmentos se organizam numa lógica cruel de mercado e infelizmente excludente. É a regulação de mercado com a inclusão social, é a regulação de mercado em benefício da população. É também regulação de mercado para dar mais segurança ao empreendimento privado. Pois a ANVISA é um agente de Estado e não de Governo, e foi criada para equilibrar os interesses do Governo, do setor produtivo e da população. E para isso deve-se pautar por políticas e ações de longo prazo e não por projetos pontuais.

Entretanto, pela dinâmica dos processos a que estão submetidos as atividades sujeitas à vigilância sanitária e pelos direitos de cidadania assegurados pela Constituição Federal, que sempre reivindicados pelas mais expressivas associações de defesa dos consumidores, este modelo de gestão ainda está em fase de aprimoramento e consolidação em nosso País e não pode ser considerado um produto acabado. Ao contrário, deve estar sempre atento às revoluções e aos avanços científicos e tecnológicos dos tempos atuais e buscar constantemente instrumentos de gestão que favoreçam a sua autorização organizacional e o aperfeiçoamento técnico de seus quadros que permita acompanhar na mesma velocidade a dinâmica

evolutiva do setor. A busca incessante pela qualidade de suas ações deve ser prioridade absoluta nas relações da ANVISA com os poderes da República, com as demais instituições que direto ou indiretamente estejam no âmbito da sua ação regulatória, com o setor privado regulado e principalmente com a população brasileira. Muito já foi feito, há muito ainda por fazer. Pela experiência acumulada ao longo de 32 anos de trabalho no setor público, sete dos quais dedicado à própria ANVISA, inclusive participando das discussões iniciais de sua criação, creio estar capacitado para ocupar uma das diretorias daquela instituição. E trabalhar conjuntamente juntamente com os demais diretores e com os trabalhadores do órgão para melhoria contínua da qualidade de suas atividades e pelo que ainda está por ser feito. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Bom, queria comunicar aos Srs. Senadores que a urna já está portanto aberta para que possamos proceder à votação. E também a lista de inscrição. Estão inscritos os Senadores Jayme Campos e Romeu Tuma. Eu passaria então a palavra... Então, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Obrigado, Sr^a. Presidente, Senadora Patrícia, Senador Eduardo Azeredo Relator da matéria, Dr. José Agenor, senhores e senhoras Senadores. Ao cumprimentar V.S^a, Dr. José Agenor, conhecedor que sou do seu trabalho em prol da saúde pública do nosso País, eu gostaria de formular três perguntas a V.S^a. Até porque é um assunto, eu quero crer, de fundamental importância para esclarecimento naturalmente milhões de brasileiros gostariam de ter por parte de V.S^a.

Primeira, considerando que num País de dimensão continentais como o nosso, o sucesso de qualquer trabalho de Fiscalização e Controle pressupõe necessariamente a municipalização das ações e o envolvimento direto das comunidades locais. Que caminhos V.S^a apontariam para garantir maior eficiência nesse processo?

Segunda. A conscientização da cidadania, bem como esclarecimento e a participação do consumidor são requisitos indispensáveis para que a ANVISA desenvolva seu trabalho a contento. Recentemente em meu Estado uma parceria da ANVISA com o Procon possibilitou o lançamento de uma exitosa campanha com a distribuição de cartilhas, *folders* e outros materiais educativos. No entendimento de V.Ex^a, como a ANVISA pode ampliar o alcance de iniciativas como esta?

Terceira. Nos últimos anos, o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária tem se desenvolvido de forma

exemplar, com notáveis avanços, principalmente em termos de rigor normativo e de administração operacional. Partindo do princípio de que tais conquistas não se pode ver comprometidas por eventual insuficiência de financiamento ou pela falta de recursos legais adequados, o que sugere V.S^a quanto possíveis ajustes legislativos, em especial no que se concerne um novo aprimoramento da Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990. Essas três perguntas que eu gostaria de dirigir aos senhores, e antecipadamente agradeço com certeza as suas gentis respostas. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Concedo a palavra ao Sr. José Agenor para responder os questionamentos do Senador Jayme Campos.

SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA: Senador Jayme Campos, eu acho que... O senhor coloca três questões e acho que são questões importantíssimas para que a gente possa discutir. Primeiro a questão da municipalização como eu disse no meu próprio discurso, nós colocamos que um dos princípios basilares no Sistema Único de Saúde é a descentralização. A ANVISA vem trabalhando no processo de descentralização das ações de vigilância sanitária desde a sua criação. Desde 2000, o primeiro Projeto de descentralização, o de financiamento da descentralização, eu tive, eu dei uma modesta contribuição nesse processo de discussão com os Estados e com os Municípios. Eu acho que com a criação da ANVISA nós criamos uma situação interessante. Nós criamos, primeiro, a fortificação e a legitimidade de um sistema no âmbito federal e ele hoje tem legitimidade, tem condições de normatizar, tem condições de regulamentar, tem um quadro de servidores hoje estáveis, concursados, tem uma autonomia administrativa, tem uma autonomia técnica, tem que lutar pela sua autonomia financeira. Mas ao mesmo tempo nós criamos um desequilíbrio. O desequilíbrio se deu onde? Nos Estados e nos Municípios que não tem a mesma estrutura que o nível federal. E nesse sentido o que é que eu acho que temos que fazer e que a ANVISA vem fazendo? Mesmo nos últimos um ano e dez meses que eu fiquei sem estar na ANVISA, mas acompanhando a Diretoria da ANVISA o que é que estava fazendo, esse processo de municipalização ele existe. Entretanto existe uma questão que nós temos que enfrentar com muita tranquilidade e eu acho que aí até desafiadoramente. Muitas vezes a Vigilância Sanitária é vista com entrave nos setores locais, nas regiões. Muitas vezes, os gestores locais acham que os rigores que a Vigilância Sanitária tem que ter para o setor privado não tem que ter contigo próprio. Isso não é verdade. O produto ou o serviço que é colocado à disposição da população, seja pelo

setor privado, seja pelo setor público tem que ter a mesma qualidade. Eu não posso achar que o produto do setor público tem que ter uma qualidade inferior. O que temos que fazer com isso? Buscar dar condições auto sustentadas para que esses órgãos locais eles possam se fortalecer e possam se qualificar também. Nós avaliamos durante algum tempo que os recursos repassados pela ANVISA para a Vigilância Sanitária para Estados e Municípios, eles ficaram muitas vezes em caderneta de poupança. Depois de alguns meses nós chegamos a avaliar e vimos que o recurso repassado e o que tinha em conta era superior ao recurso repassado. Ok. Ficou em caderneta de poupança, gerou juros e ficou mais... O que se gastou? Nada. Eu acho que tem se buscar uma discussão, eu acho que muito profissional com esse setor. Hoje se avançou muito. Não posso dizer para o senhor se a situação se encontra da mesma forma. Hoje se avançou muito, mas eu não tenho dúvida nenhuma que nós temos que avançar mais. Não tenho dúvida nenhuma que o processo de descentralização tem que ser estimulado. Eu não tenho dúvida nenhuma que nós temos que buscar meios para os gestores estaduais e municipais da gente fortalecer a estrutura da Vigilância Sanitária. A ampliação da atuação da ANVISA, eu acho que ela não pode, ela não tem como dentro de um processo que é a Vigilância Sanitária pela área de abrangência que tem a Vigilância Sanitária ela tentar atuar sozinho. Então nós temos que buscar parcerias. Com vários, com segmentos, com Organizações Não-Governamentais responsáveis, temos que buscar com as associações de proteção do consumidor. Isso nós temos que reforçar isso. Muitas vezes o que escapa para o fiscal, para o inspetor da Vigilância Sanitária não escapa para aquele que está buscando um tipo de fiscalização diferente para ver se o cumprimento das normas que garantem a qualidade do consumidor estão sendo cumpridas. Isso e eu não tenho dúvida que é uma questão séria.

O rigor normativo é uma questão que temos que pensar com calma. Muitas vezes, no setor a gente brinca que os órgãos federais têm o rigor normativo muito forte. Chegou a ponto do Secretário de Saúde amigo ele tinha uma estrutura na Secretaria de Saúde dele apenas para ler o Diário Oficial das normas do Ministério da Saúde e dos órgãos federais. O que é que foi feito na Vigilância Sanitária? Na Vigilância Sanitária nós constituímos um grupo que existe até hoje que é um grupo de apoio a descentralização da Vigilância Sanitária para discutir tudo aquilo que tem repercussão em Estado e Município, antes de se fazer. Porque é muito fácil daqui a gente baixar uma norma para o Estado ou lá para o Bonito tentar aplicar, ou lá em Rondonópolis tentar ir lá aplicar. Você não sabe

em que condições. Nós temos que verificar isso. Os ajustes administrativos nós temos que fazer com base naquilo que Estados e Municípios trouxer para nós. E aí é o que eu chamei na minha fala, nós temos que ter a franqueza e a solidariedade de auxiliar naquilo que for demandados para os Estados e Municípios e a humildade de aprender com Estados e Municípios o aperfeiçoamento do nosso trabalho. A Lei 8.080 foi um avanço na saúde pública desse País. Hoje nós sabemos que tem algumas coisas que tem que ser corrigidas e que tem que ser debatidas. Eu acho que o debate tem que se dar no seio da sociedade brasileira. E quem representa a sociedade brasileira é essa Casa, é o Congresso Nacional que tem que chamar para a discussão.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Presidente, pela ordem, um minuto só. Quando o senhor disse que lamentavelmente tem dificuldade em alguns municípios, Estados mesmo, na aplicação dos recursos que é encaminhado através do Governo Federal, isso existe. A visão minha particularmente é porque eu tive a primazia de ser Prefeito por três mandatos da minha cidade por 14 anos, fui Governador do meu Estado e sou Senador. O que ocorre? Eu imagino que a ANVISA teria que ter pelo menos uma equipe na orientação, construímos alguns fóruns, há um grande desencontro dos Prefeitos do Estado para orientar. Alguns não tem nem... Me desculpa, não é só no meu Estado, nesse imenso País, Prefeitos que não têm noção do que representa com certeza a ANVISA dentro do contexto, ou seja, para a fiscalização na cobrança naturalmente de tudo aquilo que é fundamental para a saúde pública de boa qualidade. Então, eu sugeriria ao senhor de que promovesse eventos. São 27 Estados da federação, convidando os Prefeitos municipais para que receba orientação. Na verdade tem cidades que tem dificuldade até de ter bons profissionais, de pessoas competentes para o exercício de cargo de Secretário. Imagina que no meu Estado do Mato Grosso tem, no Estado da Senadora Patrícia, no querido Ceará, e assim por diante. Então é fundamental, eu tenho acompanhado ao longo da história, que vejo agora mesmo o Brasil com 500 anos, pleno século 21, ainda tem Município, ontem mesmo eu vi aqui o Presidente do BNDES na Comissão de Assuntos Econômicos, na verdade o que é que ocorre, Prefeito que não tem gente capacitado para preencher até formulário para nós contrairmos financiamento para a compra de equipamentos mecânicos para as cidades.

Então eu acho que seria de bom alvitre, que V.Ex^a. naturalmente V.Ex^a após o cargo assumir o cargo, promovesse eventos nesses imenso País, se possível nas capitais e convidando os Prefeitos para orientar de que

representa quando é fundamental a presença sobretudo daquilo que pode realizar a ANVISA nas cidades brasileiras. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Eu gostaria de saber se mais algum Senador gostaria de fazer algum questionamento, dar alguma palavra. Não havendo, eu gostaria de... Pois não, Senador Eduardo Azeredo, Relator da matéria.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A questão eu vi nas suas declarações de que a agência realmente foi o passo acertado de que ela está cumprindo a sua função. Então a pergunta que eu gostaria, se V.Ex^a tem conhecimento de que a agência não tem as condições adequadas para o seu funcionamento, ou seja, foi correto a sua criação, mas ela carece de recursos seja financeiros, sejam Recursos Humanos para o funcionamento adequado. Qual que é a visão do senhor a respeito.

SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA: Senador, eu não tenho dúvida nenhuma que a ANVISA, para o setor saúde, para a Vigilância Sanitária, eu acho que a gente pode dizer o seguinte, que a Vigilância Sanitária do Brasil tem dois momentos, um antes e um depois da ANVISA. Isso eu não tenho dúvida nenhuma e não estou falando isso corporativamente como servidor da ANVISA, que eu participei da discussão da criação da ANVISA, quando o Secretário de Vigilância Sanitária, Dr. Gonzalo Viccina Neto me convidou para trabalhar com ele por uma relação pessoal que a gente tinha. Então não tenho dúvida nenhuma que essa é uma afirmativa que eu não temo medo de errar, reclamo com ela.

Entretanto eu acho que é o seguinte. Esse é um modelo novo. O modelo de agência surgiu nos Estados Unidos no século passado, hoje quando nós estamos começando esse modelo de agência no Brasil, como eu disse aqui muitas vezes as pessoas confundem o papel da agência. Eles acham que a agência tem um quarto poder. Não é. A agência não é um quarto poder. A Agência está dentro do Poder Executivo. Ela tem que trabalhar em cima de normas, de leis e da Legislação que o Poder Legislativo dá e que o Poder Executivo e a formulação de política que o Poder Legislativo tem. Então não é um quarto poder. É coisa nova. Enquanto em muitos Países se contesta a própria existência das agências, nos Estados Unidos hoje existe uma discussão séria sobre esse papel de algumas agências, no Brasil nós estamos começando. E eu não tenho dúvida nenhuma que você começar uma estrutura nova como essa que muitas vezes tem problema de entendimento, é difícil de você levar. Hoje por exemplo eu estava conversando com o Assessor aqui do Senado, Rome-

ro, que foi um colega antigo, eu estava brincando com ele, que a burocracia ela é voraz. Se a gente não tiver cuidado ela toma tudo que a gente tem. E hoje nós estamos, a ANVISA, tem dois prédios não cabem as pessoas que estão nesses dois prédios e a demanda é cada vez maior.

Então, em termos de estrutura física a ANVISA está se estruturando. Em termos de estrutura financeira tem uma discussão que a gente tem com o setor econômico que é uma discussão que vem desde a criação da ANVISA em 1999 e se dá até hoje. A ANVISA arrecada. Muitas vezes a arrecadação ela se configura como um superávit. Esse superávit você só consegue incorporar se você der indicação de onde pode ser retirado outro recurso orçamentário. Quer dizer ela não tem ainda uma total autonomia administrativa sobre a sua arrecadação. E essa é uma questão que precisamos que buscar uma solução para ela. Muitas vezes os recursos financeiros da ANVISA eles são suficientes para o funcionamento da ANVISA, mas o excesso de arrecadação a gente tem que pensar isso. Como é que vai compensar essa modalidade de arrecadação que a gente tem. E muitas vezes tem outra questão, Senador, a evolução tecnológica hoje é tão grande que se os quadros na ANVISA não estiverem atentos a isso, o setor privado passa a ter, a estar mais atualizado do que os nossos técnicos, e nós não podemos é permitir isso. Então eu não tenho dúvida nenhuma que essa é uma discussão que temos que fazer no seio do Governo, discutir o papel dessas agências. Inclusive tem um Projeto de Lei que eu acho que tem uma celeuma que para nós da ANVISA, eu acho que não existe nenhuma celeuma, que é sobre a questão do contrato e gestão e da ouvidoria. Contrato de gestão não é para engessar a agência. Contrato de gestão é uma questão para ser monitorada e para ser uma espécie de árbitro. Contrato de gestão é o quê? Não é nada mais um compromisso que a gente faz entre o órgão regulador, entre o órgão supervisionado e o órgão supervisionado e o supervisor, desculpe, o Ministério e a agência. Porque ali tem que estabelecer quais são os compromissos que vamos. Porque caso contrário, daqui a pouco o que é que vamos ver? Ela cria uma espécie de rotina sem estar atento a demanda da sociedade. Eu acho que isso que nós temos que evoluir. Agora, eu não tenho dúvida nenhuma que as agências no caso nosso da Agência de Vigilância Sanitária que eu conheço bem, eu não tenho dúvida nenhuma que foi um avanço. Tem questão para ser feito? Tem questão para ser feito. E eu não tenho dúvida que temos que discutir e avançar nisso, Senador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Não havendo mais nenhum orador, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu, da minha parte, não é propriamente para fazer perguntas, mas para enaltecer a figura do Dr. José Agenor Álvares da Silva como indicado ao cargo de Diretor. Assim é uma satisfação ver a carreira dentro da área da saúde o fato dele ser médico, ser da área, ser sanitarista também o que é fundamental. Ter um amplo conhecimento da área administrativa por todos os cargos que já exerceu, seja lá no Estado de Minas Gerais, ou aqui em Brasília também.

Então, acho que e pelo conhecimento do Executivo e pela relação da agência com o Executivo, pelo conhecimento também da Legislação, da tramitação, dos desafios que a área tem, e dizer que para nós do Brasil esta Agência Nacional de Vigilância Sanitária é essencial em todos os aspectos. Se a gente pensar, muita gente pensa em termos de medicamentos, mas se a gente olhar lá o bar na praia, o bar na cidade...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O consumo que a gente faz de carne, por exemplo. Eu trabalho também na área bastante da pessoa com deficiência, quantas pessoas que foram em anos anteriores aí contaminados por carne, por produtos e tal, e que em decorrência disso tiveram também deficiências, aviões, tudo, quer dizer, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com as ramificações como foi colocado, estaduais e Municipais, com o fortalecimento, com a qualificação, com a abertura, com o entrosamento com outros órgãos é fundamental. E eu penso que a presença do Dr. José Agenor vai enriquecer sobremaneira esse debate todo que tem que acontecer. Como ele colocou, eu também acho que existem avanços importantes que aconteceram, e temos que reconhecer isto, mas existe ainda naturalmente, não é de mérito nenhum, uma longa caminhada a ser feita. Inclusive no aprimoramento. A gente pode imaginar, por exemplo, dentro do órgão dessa natureza toda a luta econômica que se faz. Aprovação de um medicamento. Isso são bilhões de reais. Como fazer valer, como prestigiar também coisas que são do Brasil, e coisas naturais, e... Quer dizer, fiscalizar toda essa estrutura para que não haja o favorecimento financeiro de funcionários, de técnicos, descentralizar. Então tudo isso acho que é um desafio importante. A presença de V.S^a, Dr. José Agenor, acho que vai realmente na minha ótica contribuir sobremaneira para a modernização, para o aprimoramento desse órgão tão fundamental para a vida de todos nós brasileiros.

Quero me congratular, dizer do apoio da gente e desejar que o Plenário confirme a indicação porque será um belo trabalho a ser desenvolvido na ANVISA.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Flávio Arns. Eu passo a palavra ao Senador Romeu Tuma, que já estava inscrito, e em seguida ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Muito obrigado, Senadora Patrícia. Eu estava lendo com mais calma o Relatório da Senadora Lúcia Vânia, e ela resume um pouco o histórico de V.S^a como médico sanitarista. E demonstra a parte profissional que o senhor desenvolveu nesta área de controle, principalmente da saúde pública. Se eu não estiver enganado, inclusive no aspecto de ações de saúde em saneamento do Ministério da Saúde antes das reformas e criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Eu acompanhei um pouquinho a ANVISA principalmente quando presidi a CPI do Furto e Roubo de Cargas. Havia uma incidência muito grande na área de medicamentos, o furto, o roubo, e depois surgiu a falsificação, contrabando, e uma série de fatores fizeram com que eu me ligasse ao então Diretor da ANVISA para que a gente buscasse uma fiscalização rigorosa com os distribuidores de medicamentos que são grandes empresas, inclusive a identificação dos produtos que poderiam, através de investigação, saber a sua origem, a entrega e quem teria comprado, se foi ou não furtado ou roubado ou aqueles que poderiam... Falsificados, que aí sim, no meu ponto de vista, era tentativa de homicídio, Senadora. Porque vender o medicamento falsificado, sem dúvida nenhuma é entre os crimes de saúde pública teria que ser enquadrado como tentativa de homicídio se não houver morte em decorrência do seu uso ou a falta do correspondente que a doença acaba levando ao óbito o doente necessitado desse produto.

Eu sou favorável da vontade da independência total das agências criadas. Porque quando se criou as agências, foi para que ela tivesse o poder de fiscalizar aquilo que o Estado não podia produzir e terceirizar numa venda ou não do setor, mas era de interesse público. Então nós temos que ver qual é a atividade que tem diretamente o interesse público. Senador Augusto Botelho, doutor, médico, ele sabe dessas dificuldades grandes de se manter uma vigilância. Eu sou consumidor de medicamentos por razões de saúde. E vejo, hoje tem um Projeto na minha mão, e eu estive com três membros da ANVISA, conversando numa reunião sobre a liberação de preços de medicamentos. É claro que me assustei em princípio. Há argumentos. Outro dia veio um produtor e me trouxe dez tipos de... 10 produtos da mesma... Do mesmo sal. Com vários

nomes para mostrar que não há uma concorrência muito clara com a fiscalização. São cinco Ministros que fiscalizam o problema de preço, e alguns são liberados naturalmente são esses de consumo de uso normal sem uma necessidade de uma receita ou qualquer outro tipo. Então eu pedi a eles que me ajudem também a gente saber corretamente como é que é o interesse maior da população. Eu vejo às vezes no hospital quando eu vou, Senadora Patrícia, com muita angústia um doente na fila de medicamentos de hospitais públicos. Pedindo um real, dois ou três reais para comprar um comprimido, um comprimido porque não tem, no hospital não tem o que ele precisa cada dia para poder sobreviver.

Então, é uma coisa importante. Não sei se isso compete ou não à ANVISA fiscalizar a importância do orçamento prevê a presença do medicamento permanentemente nos hospitais públicos. A farmácia popular ela é um pouco difícil de se encontrar. Não sei também se a ANVISA fiscaliza esse tipo de atividade ligada diretamente ao Estado com a cooperação da empresa privada. Porque funciona algumas dentro da rede de farmácias de grande nome, de grande capacidade de distribuição de medicamentos.

Então, são vários problemas que a gente aqui, a Senadora Patrícia com a sensibilidade dela vê mais a visão do interesse do mais necessitado. Então o Governo quando criou as agências é para vigiar, para fiscalizar e para impor regras para que a sociedade não venha ter consequências pela falta dessas regras que identificam.

Então, eu gostaria e acho... Se oferecer os três que V.Exª depois autorizassem que colaborassem na elaboração de relatório de controle de preços de medicamentos. Eu desejo que o senhor seja feliz, porque acho que o seu currículo, a sua profissionalização nesta área não há como não votar a favor, apesar de ser secreto. O secreto fica no coração. Eu acho que não há como deixar de votar até pela formação profissional que V.Exª traz a essa Comissão.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Presidente, o voto do Senador Romeu Tuma está mais do que declarado, né?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): [risos] É, apesar do voto ser secreto, não é Senador? Passo a palavra para o--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Daqui a pouco vem um processo por eu ter aberto o voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Aqui nessa Comissão jamais. [risos] Senador Augusto Botelho, o último inscrito para que então o Sr. José Agenor possa fazer as con-

siderações finais e nós possamos dar por encerrada a votação e fazermos a contagem dos votos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Srª. Presidente Patrícia Saboya, senhor indicado Agenor Alves. O currículo de V.Exª é bom, é claro. E nós conhecemos o seu trabalho. Agora, eu pedi a palavra só para dizer que fiquei muito feliz ao ouvir o senhor mantendo os princípios do SUS de descentralização. E nós, eu tenho certeza que o trabalho de V.Sª nesse mandato vai ser para caminhar mais na descentralização da Vigilância Sanitária. Nós vamos ter a 13ª Conferência Nacional de Saúde esse ano. É um fórum para a gente discutir isso também. E gostaria só de pedir a V.Sª que mobilizasse os seus técnicos para ver quais os caminhos que nós podemos andar nessa modificação que nós temos que fazer no SUS justamente na 13ª Conferência Nacional de Saúde que vai acontecer provavelmente esse ano. E dizer que fiquei feliz justamente também quando vi que o senhor vai manter os princípios do SUS. O SUS é uma coisa que foi discutida por 50 anos na reforma sanitária da qual V.Exª faz parte, eu também fiz parte dentro do meu pontinho lá em Roraima participando alguma vez e que está caminhando. E a Vigilância Sanitária, por exemplo, em relação à Aids, essas doenças transmitidas pelos Bancos de sangue do Brasil, se não fosse a Agência Nacional de Vigilância Sanitária também nós teríamos uma situação de caos. Porque ela foi muito ativa na implementação de normas para os hemoderivados e na aplicação dessas normas. As pessoas... Nós não estamos com epidemia de Aids alarmante, catastrófica como foi inicialmente previsto em virtude da ação da Vigilância Sanitária.

Então, eu pedi a palavra apenas para reforçar a sua posição de descentralizar e pedir que o senhor trabalhe mesmo nesse sentido, para que a gente consiga fazer com que os municípios e os Estados assumam a responsabilidade da Vigilância Sanitária também. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Com a palavra o Sr. José Agenor.

SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA: Infelizmente o Senador Romeu Tuma teve que se retirar, mas eu queria só deixar para ele claro três questões que ele levantou em relação a independência da ANVISA. A Câmara de Regulação de Medicamento e a Farmácia Popular.

Primeiro a independência, eu não tenho dúvida, a independência técnica, financeira e administrativa, isso eu não tenho dúvida. A minha... A questão que eu coloco é o seguinte, a ANVISA quando foi criada, o primeiro artigo fala o seguinte, a formulação da política

de Vigilância Sanitária é do Ministério da Saúde. Por quê? Porque nós precisamos estar trabalhando junto com as políticas públicas formuladas pelo Ministério da Saúde. Nós podemos até discordar de algumas políticas e atuar no sentido de aperfeiçoar essas políticas, mas nós temos que ter claro que quem coordena as ações do Sistema Único de Saúde no Brasil é o Ministério da Saúde. Não tenho dúvida nenhuma disso. A própria configuração de ter mandato de três anos onde para se demitir após o quarto mês de posse do Diretor somente em algum caso de extrema gravidade, é exatamente para dar a certeza de que a ANVISA ela vai ficar imune a uma série de ações externas. Só pra dar um exemplo, a Vigilância Sanitária e o Ministério teve ano que teve oito diretores pela pressão que existia de muitos segmentos, e pela fragilidade do órgão. A ANVISA hoje é um órgão que tem legitimidade inclusive no mercado, com o setor privado, com o setor público, ela existe isso. Então temos é que aperfeiçoar esse sistema.

Então, eu só acho... E eu fico tranquilo em defender isso, Srs. Senadores, porque era uma questão que eu sempre defendi dentro da ANVISA, então eu não tenho problema nenhum de estar defendendo isso aqui. E quando Secretário-Executivo e quando Ministro, estão aqui os diretores da ANVISA eu tinha essa mesma postura. Sempre cobreí da ANVISA questões em relação ao Sistema Único de Saúde e sempre coloquei o Ministério à disposição. Inclusive acho que no contrato de gestão da ANVISA e no contrato de gestão como nós fizemos com a Agência Nacional de Saúde Suplementar, eu pedi uma modificação que eu acho que o órgão que está supervisionando, por exemplo, o Ministério da Saúde, ele não tem que ter intenções, não, ele tem que dar garantia de funcionamento. Assim, não é dizer assim, o Ministério vai lutar por mais recursos, o Ministério vai... Não, o Ministério vai garantir mais recurso para a ANVISA, vai cobrar da ANVISA como a sociedade brasileira cobra do Ministério. Então temos que ter isso claro. É regulação de mercado? É. Mas é regulação de mercado para o povo brasileiro. E é isso que nós temos que ter esse compromisso e é o compromisso que eu defendo.

A Câmara de medicamentos de regulação de medicamentos é uma Câmara constituída por cinco Ministérios e a Secretaria Executiva está dentro da ANVISA, e toda a discussão técnica, toda a fundamentação técnica vem dessa Secretaria Executiva que está dentro da ANVISA e que não tenho dúvida nenhuma que hoje é um dos grupos de fármaco-economia mais competentes e mais sérios do Brasil. Nós temos hoje condição de discutir preço de medicamento, composição de preço com qualquer indústria nacional e internacional.

Inclusive nas recentes decisões que o Ministério, que eu como Ministro, tomei na área de medicamento, eu me embasei sempre nas informações da Secretaria, do núcleo de regulação econômica da ANVISA, e nós avançamos nisso e chamamos a indústria farmacêutica. Toda a privada toda para discutir isso e botava os números e discutia os números. Inclusive comparando com números de outros Países. E chamar atenção. Muitas vezes o medicamento é vendido por um preço nos Estados Unidos e um preço na Europa e chega aqui e é vendido por cinco, seis vezes mais. O mesmo medicamento com o mesmo custo. E é isso que nós temos que regular e nós temos que atuar. E a Farmácia Popular do Brasil que foi desenvolvida no Ministério da Saúde não tenho dúvida nenhuma que ela é autorizada pela Vigilância Sanitária, tem que ser regulada pela Vigilância Sanitária porque como qualquer outra farmácia, ela é um estabelecimento comercial que se submete às regras da Vigilância Sanitária.

E quanto às palavras do senhor, Senador Augusto Botelho, eu não tenho dúvida nenhuma. Tanto em relação ao Sistema Único de Saúde, eu uso sempre uma metáfora de um amigo, que foi Secretário Municipal e Estadual de Saúde no Paraná, chamado Armando Raggio, que ele brincava: Nós construímos o SUS. Nós botamos um grãozinho de areia ali. E eu comecei a colocar esse grãozinho de areia no SUS, lá em 1975 quando comecei a trabalhar em Montes Claros. E eu não poderia jamais trair a causa do SUS e considero que um dos princípios fundamentais é o princípio da descentralização. E inclusive na [inaudível] Vigilância Sanitária eu tive o prazer de ir ao Estado de V.Ex^a chamar a discussão com o Secretário da Fazenda, Secretário de Planejamento para que a gente resolvesse alguns problemas difíceis, e posso até dizer para o senhor, eu tive o desprazer de ver a seleção brasileira de vôlei na Olimpíada de 94 ser desclassificada numa reunião com a vigilância sanitária e com vários Municípios no Estado de V.Ex^a.

Então, não tenho dúvida nenhuma, princípio dos SUS... Aliás, quando eu fui para a ANVISA, eu sou um dos remanescentes da primeira leva da ANVISA. O Diretor Presidente, o Dr. Gonzalo, ele brincava comigo. O seu papel aqui, porque você é “Susista”, então cuide dessa parte. Então, a gente tentou cuidar disso e eu acho que tem muito que avançar. Que é aquilo que eu disse, nós criamos uma situação com a ANVISA de fortalecimento de um lado e de um desequilíbrio de outro. E nós temos que buscar fazer esse equilíbrio. Agora, eu não tenho dúvida nenhuma que a discussão com os Estados e Municípios que nós temos que fazer, nós temos que ser orientados e auxiliados por aquelas pessoas, Senadores, Parlamentares para ajudar tam-

bém nessa discussão. De mostrar a importância disso para os gestores estaduais e Municipais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Presidente...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada. Um minutinho Senadora Rosalba. A última inscrita. Agora para valer.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu também estou me inscrevendo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Antepenúltima, então.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Dr. José Agenor... Aqui é rápido, é só para fazer uma observação que eu fico muito tranqüila em ver da forma como o senhor expressa o seu envolvimento. Envolvimento positivo com a questão do SUS. Isso para gente é prioritário. Porque nós defendemos realmente um SUS que atenda bem a população, nós sabemos das imensas dificuldades, e as... Podemos dizer assim, ainda temos muito mesmo a avançar, mas a forma que sonhamos, que idealizamos, eu que sou médica participei também no início das discussões na minha cidade, depois a nível de Estado e nacional, eu acho que é esse o caminho. Temos que superar as dificuldades, temos que corrigir as falhas e os erros que são muitas, mas quando eu vejo a sua, o seu entusiasmo, a sua empolgação e mostrar que a ANVISA está para fortalecer, para participar e para dar sua contribuição isso nos deixa tranqüilo. Então, quero parabenizá-lo e dizer que realmente é isso que é querermos, uma ANVISA forte que ajude cada vez mais a nossa saúde a melhorar.

SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA: Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senador Inácio Arruda, do Ceará.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mesmo nessa correria aqui das Comissões, nós estamos com audiência com o Ministro Reinhold Stephanes aqui do lado discutindo etanol na Comissão do Meio Ambiente e Agricultura e a Comissão de Justiça que concorre com todas. Essa que disputa com todas Comissões e que nós temos vez por outra os nossos projetos estão exatamente nessa Comissão e projetos de grande interesse do País estão nessa Comissão. Então nós temos que nos dividir. Mas fiz questão não só de votar, mas de voltar à Comissão para expressar o meu contentamento com o Governo do Presidente Lula ao indicar V.Sª para assumir essa posição na ANVISA.

Primeiro, porque ao estar no Ministério da Saúde, V.Exª se dedicou um esforço enorme de sustentar essa posição que já defendia como sanitarista da an-

tiga Vigilância Sanitária do Brasil, na FUNASA, dentro do corpo do Ministério da Saúde.

Então, o senhor já defendia essa posição já há muito e muito tempo como um profissional competente dentro do órgão mais importante da saúde pública brasileira que é o Ministério da Saúde. Então já é a demonstração que os quadros profissionais do Ministério da Saúde podem servir em qualquer posição nessa área no Estado Brasileiro. Eu acho que foi uma indicação muito feliz do Governo do Presidente Lula. E tenho essa impressão que V.Sª não vai cuidar apenas da questão do SUS. Digamos assim, nós temos craques ali na Vigilância Sanitária. E V.Exª é um deles. V.Exª tem condições de contribuir em todas as outras áreas, porque você tem ali quadros muito competentes com quem V.Sª vai trabalhar e pode, digamos assim, dispor desses quadros dentro da ANVISA. Quer dizer, é uma instituição que tem pessoas qualificadas, preparadas, com que V.Sª com certeza vai contar e vai poder ajudar o nosso País. Não é uma instância, digamos assim, simples e fácil. V.Sª sabe que ali é um jogo de pressões muito grande. Você tem que estar licenciando medicamentos, você tem que estar acompanhando a discussão sobre patentes, é uma batalha que se trava do Brasil com muitas outras instituições e até governos.

Então, a discussão na ANVISA é uma discussão muito forte. Eu tenho a impressão que nós ganhamos, o Brasil ganha com a indicação de V.Sª para a ANVISA. Eu tenho certeza que será muito bem acolhido não só aqui na nossa Comissão, mas também no Plenário do Senado a indicação de V.Sª. Eu queria fazer esse registro e como Ministro e como cearense eu posso dizer isso que nós tivemos uma atenção muito especial tanto no Estado como também na capital. Quantas vezes a gente teve que recorrer ao Ministério lá dirigido por V.Exª para resolver os problemas nossos na capital e também no Estado do Ceará, problemas complexos às vezes complexo, mas que V.Exª disse vamos ajudar, vamos resolver, vamos encontrar a maneira de resolver o problema, se conduzir ali na ANVISA como o fez no Ministério, eu tenho certeza que a gente ganha muito. Quer dizer, um dia a experiência técnica também habilidade política para resolver os problemas do nosso País. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada Senador Inácio Arruda. Agora Senador Paulo Paim. Agora o último inscrito. Eu gostaria apenas de lembrar os Srs. Senadores que logo após o encerramento dessa votação, nós teremos uma Audiência Pública que vai tratar da regulamentação das profissões. Nós já temos os convidados ali na ante-sala. Portanto, faria um apelo aos

Srs. Senadores que pudessem permanecer por mais algum tempo para participar dessa Audiência Pública. Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. José Agenor Álvares da Silva, ex-Ministro da Saúde, eu nem ia falar, porque todos estão sendo até repetitivos. Mas isso é bom. Todos estão elogiando V.Exª pelo trabalho que fez. Eu tive a alegria de estar duas vezes com V.Exª para discutirmos duas questões do Rio Grande do Sul. Hospital do Viamão e uma questão mais interna do Hospital Conceição, e V.Exª não enrolou e resolveu de imediato as duas questões. Só com esse depoimento eu quero dizer que o Ministério da Saúde com certeza teve um grande Ministro e V.Exª na ANVISA fará também um brilhante trabalho. Só esse depoimento. É mais cumprimentar V.Exª da alegria de ter participado com V.Exª de alguns momentos e estar aqui podendo votar em V.Exª. Meus cumprimentos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada.

Bom, encerrada a votação, eu peço ao Senador Augusto Botelho e ao Senador Inácio Arruda que possam ser os escrutinadores nesse momento.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora, eu queria fazer mais uma pergunta para o Ministro. É que eu olhei várias vezes aqui e não vi o funcionário que mais divulga a Vigilância Sanitária do Brasil. E que mais faz falar, que é o Irineu da “A Grande Família”. Não apareceu aqui.

[risos]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É o Lineu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Bom, dos 19 votantes, 19 sim. Esse é o resultado. Nenhuma abstenção, nenhum voto contrário. Eleito...

[palmas]

Eu queria...

[palmas]

Eu queria apenas parabenizar o Sr. José Agenor, desejando em nome dessa Comissão, muita luz, muita sorte, que Deus o abençoe, que possa continuar sua missão de um homem competente, capaz, sério, que eu tenho certeza que numa agência tão importante como essa irá prestar um grande serviço a todo o Brasil e principalmente às pessoas que muitas vezes não têm vez, muitas vezes não têm voz, mas que terão na sua pessoa a certeza de que terão os seus direitos garantidos. A todos os consumidores do nosso País, parabéns, boa sorte, que Deus lhe abençoe e lhe ilumine.

[palmas]

Suspendo apenas por dois minutinhos a Sessão para que o Sr. José Agenor possa receber os cumprimentos em seguida iniciaremos a Audiência Pública.

Sessão suspensa às 11h24

Sessão reaberta às 11h30

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Bem, dando continuidade à Sessão dessa Comissão de Assuntos Sociais, eu declaro reaberta a 13ª Reunião. Diria apenas um pouquinho de silêncio para que nós pudéssemos dar continuidade à nossa reunião.

Declaro reaberta a 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, e gostaria, portanto, de chamar à Mesa os nossos ilustres convidados para darmos início à nossa Audiência Pública. Gostaria de chamar em primeiro lugar o Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, do Tribunal Superior do Trabalho. Já agradeço antecipadamente no atendimento do nosso chamamento.

Gostaria de chamar o Dr. Luiz Eduardo Sá Roriz, Secretário-Geral da OAB do Distrito Federal. Deputado Sabino Castelo Branco, Vice-Presidente da Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. Ainda não está presente. Sr. Alessandro Ferreira Passos, Assessores da Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego. Sr. Francisco Gomes, coordenador de identificação e registro profissional do Ministério do Trabalho e Emprego. Também não se encontram ainda presentes. Nós iremos dar início à nossa Audiência Pública. Peço àqueles que puderem se acomodar, por favor, sintam-se em Casa.

Bom, esclareço que o Advogado Dr. José Eduardo Sá, impossibilitado de comparecer a reunião enviou uma documentação sobre o assunto que está sendo distribuída as Srªs. e Srs. Senadores. Eu gostaria de antes de passar a palavra só falar um pouco sobre a importância dessa nossa Audiência Pública. A regulamentação das profissões é um dos principais assuntos da pauta dessa Comissão. Da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Seguramente esse é um tema complexo e da maior importância para o mundo do trabalho e conseqüentemente para todos os brasileiros. Encontram-se nessa Comissão para serem apreciados projetos que pretendem regulamentar as mais diversas profissões, e em razão disso, eu própria apresentei um Requerimento nº. 10/2007, solicitando que fosse realizada esta Audiência Pública para instruir a discussão desses projetos. Nesse particular, fui acompanhada tanto pela Senadora Rosalba, como pelo Senador Cícero Lucena, que apresentaram Requerimento com a mesma finalidade por também entenderem pertinente a necessidade de chegarmos

a um consenso quanto ao andamento que daremos a essa matéria no âmbito dessa Comissão. Mais de 20 projetos, se não me engano, tratam da questão de regulamentação das profissões. E de alguma forma há uma discussão porque algumas profissões foram regulamentadas, já passaram inclusive por essa Casa e outras não. Por isso nós procuramos hoje fazer essa primeira rodada de discussão convidando aqueles palestrantes para... Muito mais pela questão jurídica para tratar desse assunto. Aqui não se trata nem de uma posição A ou B. E em segundo, eu gostaria de afirmar aqueles representantes de categorias de trabalhadores de diversos segmentos, que inclusive me procuraram no início da nossa Sessão, para explicar que nesse momento nós tivemos um prazo para determinar aqueles que se fariam presentes hoje na Audiência Pública, alguns Senadores se manifestaram, e acrescentaram alguns nomes no Requerimento, esses nomes foram chamados para vir hoje. Se nós sentirmos necessidade, nós convidaremos, convocaremos uma nova Audiência Pública, desta vez para ouvir também os representantes das profissões, dos conselhos, que também gostariam de participar dessa audiência. Hoje não foi possível porque são várias profissões e ficaria praticamente impossível que nós convidássemos todos para participar dessa audiência. Mas não se preocupem aqueles que estão interessados e após essa audiência aqueles que aqui estiverem acompanhando e que tiverem interesse em maiores esclarecimentos nós vamos nos colocar à disposição. Tanto a Secretaria como a própria Presidente dessa Comissão para que a gente possa discutir com mais profundidade esse tema que certamente é importante até para que nós Senadores possamos formar opinião sobre essa regulamentação que se encontra aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

Eu passo a palavra ao Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Tribunal Superior do Trabalho para que possa fazer a sua explanação no tempo de 15 minutos. Se precisar de mais tempo, com certeza, estamos aqui à disposição.

SR. MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO: Primeiro cumprimento a Senadora Patrícia Saboya, Presidente dessa Comissão, cumprimento o Dr. Roriz, representante da OAB, cumprimento todos os Srs. Senadores, especialmente o Senador Paulo Paim, que é exatamente da nossa área trabalhista, com quem já tive a satisfação de participar de outros debates em relação a questões efetivamente ligadas ao direito do trabalho. Vou procurar ser o mais breve possível, o mais objetivo possível.

A questão da regulamentação de profissões, a multiplicação de novas profissões me parece não ser

um caminho dos mais fáceis de serem trilhados. Hoje nós temos na prática, no mundo, não só um segmento no sentido da especialização, mas também um retorno um pouco a chamada multifuncionalidade. Se poder ter uma possibilidade do trabalhador não ter aquela especialização de tal ordem, que eu não possa contratar ninguém que não faça exatamente aquilo que está descrito na norma, nós teremos aí o problema das reservas de mercado para esse ou aquele tipo de trabalhador, quando nós vemos em vários Países hoje se adotando a política da multifuncionalidade. Eu cheguei a examinar aqui os vários projetos, achei até curiosos alguns. Posso comentar rapidamente. Quando nós pegamos um dos projetos trata do músico terapeuta. Confesso, nunca tinha ouvido falar desse tipo de funcionalidade. Aplicar a música à cura de doenças.

Então, se está fazendo uma espécie de conjugação de músico com médico. Vi outro Projeto, para a regulamentação da profissão de técnico em saúde bucal. Ou seja, já não é o dentista, é um técnico que vai ajudar aqui e ali. Também cheguei a me espantar aqui com a própria regulamentação de profissão de teólogo. Ou seja, praticamente para comercializar a religião. Se, vamos dizer assim, um sacerdote, padre, o que seja, vai ensinar teologia ele não vai ensinar para ganhar dinheiro. Se for professor, ele é professor, recebe como professor. Não pela profissão em concreto. E o que é que comecei a perceber dos vários projetos? São essas as minhas preocupações. Pegando, por exemplo, a questão da profissão do teólogo. O que é que diz aqui? O artigo é dos mais genéricos que eu já vi em termos de regulamentação de profissão. Compete ao teólogo, e é longo, elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas, projetos atinentes à realidade científica da religião. Inciso IV, participar dos trabalhos de elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, direção, controle, execução, análise, avaliação de estudos, trabalhos, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional, setorial atinente à atividade científica da religião. Isso eu posso aplicar a qualquer ramo da ciência. Quer dizer, é uma coisa tão genérica que eu me pergunto: Justifica uma... Um esfacelamento das atividades dessa ordem? Por que digo isso? Porque está sendo retomado agora um Projeto que se iniciou acerca de 10 anos atrás com a Lei Complementar nº. 98 de... A Lei Complementar 95/98 que criou o Projeto de Consolidação da Legislação Federal. Ou seja, nós temos que dar para o cidadão, se partimos do princípio que todo cidadão tem que conhecer as leis e não pode se eximir de cumpri-las pelo fato de desconhecê-las, nós temos que democratizar o acesso à Legislação.

Esse Projeto de consolidação da Legislação Federal começou com um Projeto mais do Executivo, para ser trazido ao Legislativo, e hoje está sendo retomado na Câmara pelo Deputado Cândido Vaccarezza, já com um grupo formado com 18 temas de consolidação, e aqui no Senado pelo Senador Marco Maciel. Cada uma das Casas tendo um grupo que vai trabalhar especialmente nessa consolidação. Na consolidação não se cria norma nova. Simplesmente se aglutina dando racionalidade e dando funcionalidade àquilo que já existe. Pois bem. Na época em que se começou esse Projeto, eu cheguei a trabalhar como Secretário-Executivo desse Projeto de consolidação. E quando nós fomos ver na parte de Legislação trabalhista, mapeando, tentando fazer uma matriz só que é a CLT, contivesse todas as normas de direito do trabalho, chegamos a mapear nada mais nada menos do que 165 leis extra vagantes em matéria trabalhista. Direito material. E mais 35 leis de caráter processual.

Pois bem, a maior parte dessas leis de Direito Material era de regulamentação de profissão. O que é que nós propusemos? A própria CLT já tem uma parte, ela tem uma parte geral que trata das normas aplicáveis a todos os trabalhadores, e uma norma que... Uma parte dela que trata de atividades específicas, que tem circunstâncias que justificam um tratamento Legislativo diferenciado. Temos as normas dos marítimos, as normas dos ferroviários, as normas dos bancários, vamos tendo cada uma dessas atividades. E se cotejarmos uma atividade com outra nós percebemos claramente que as condições da prestação de serviço são diferenciadas. E não são diferenciadas por pequenas nuances, são diferenciadas porque são trabalhos realmente diferentes. Pois bem, qual é a proposta desse Projeto de consolidação? Trazer todas as profissões hoje regulamentadas para dentro da CLT. Em matéria de conselhos de regulamentação de profissão, nós temos uma repetição praticamente todas as leis que regulamentam as profissões, em vez de terem uma remissão a uma norma geral, vão criando os seus conceitos, mas todas asso normas são idênticas. Por isso nós podemos fazer um grande enxugamento da Legislação colocando tudo que é igual numa única norma. Por isso a minha visão pelo menos dessa questão de regulamentação de profissão, seria no sentido de nós apoiarmos, de nós procurarmos fazer com que esse Projeto de consolidação não em geral, mas na área específica trabalhista, chegue a bom termo. Que nós tenhamos efetivamente uma CLT dentro dela toda a regulamentação dessas profissões. Por quê? Porque é interessante. No momento em que nós temos a visão de conjunto, não essa visão de pressão do grupo A, grupo B ou grupo C para que tenham essa ou aquela

vantagem. Na hora que os Srs. Senadores tiverem a visão de conjunto, vão poder, comparando uma profissão com outra ou a pretensão de uma determinada atividade virar uma profissão diferenciada, verificar, primeiro, se justifica a diferenciação, e segundo, se justifica a diferenciação é efetivamente uma atividade diferente? Por que a profissão X está pedindo um piso salarial de cinco salários mínimos e a outra que o grau de complexidade é menor está pedindo seis? Quer dizer, esse tipo de questionamento nós temos que fazer. Portanto, penso que até vendo alguns dos projetos, um dos projetos até da profissão de comerciante, verifiquei até que o parecer do Senador Paulo Paim, o que me preocupa é se nós adotarmos exatamente isso que está no Projeto, o impacto no comércio é um impacto impressionante. Por quê? Porque o piso salarial seria de três salários mínimos para todos os comerciantes. Nós teríamos jornada de seis horas. O descanso manual remunerado seria necessariamente aos domingos. E sem possibilidade praticamente de flexibilização. Quer dizer, se eu adoto isso para todos os comerciantes do Brasil, quer dizer, temos que pensar lojinha pequena, loja grande... Vamos comparar o comerciante com outro tipo de atividade, o bancário com alguma dessas outras profissões, tendo em vista o nível de escolaridade, nível de formação, de repente eu posso estar, se for aprovado isoladamente, sem essa visão de conjunto, está dando um tratamento mais benéfico para uma categoria em detrimento de outra que o grau de complexidade é maior, o grau de necessidade para a sociedade talvez seja maior e eu não estou dando um tratamento tão vantajoso. Por isso, deixa eu ver se tinha mais alguma coisa que eu gostaria de ressaltar... Um outro aspecto que eu acho importante também, um critério que pode servir para os senhores na hora de verificar se convém ou não convém regulamentar essa ou aquela profissão é o próprio critério que nós temos visto na área entrevista que é o critério da sindicalização. Hoje uma das maiores reclamações na área sindical é exatamente por essa criação desmedida de sindicatos. Se cria sindicato, no fundo, para ajeitar interesses muitas vezes, vamos dizer assim, de determinados grupos que não justificaria de forma nenhuma o desmembramento dessa atividade como um sindicato, como uma atividade diferente que mereceria um sindicato próprio. Nós tivemos, eu conto aqui sempre o caso exagerado, aquele de ponto extremo, serve para nós vermos o perigo que corremos com esse esfacelamento, essa regulamentação de tantas profissões e separação. Em São Paulo, se chegou a criar com vistas a assentar um determinado grupo ou até na época que se tinha juizes classistas para efeito mais de nomeação juizes classistas criar

o sindicato de fabricantes de camisas brancas. O que é que a atividade de fazer camisas brancas é diferente de fazer camisas listradas? E eu vi alguns projetos aqui que me chamaram a atenção que eu confesso, não consigo perceber qual é a diferença entre a atividade feita por um técnico de enfermagem ou por um dentista ou por um médico de algumas qualificações na área médica. Porque nós poderíamos chegar, aqui, por exemplo, tem técnico em atividade administrativa. Quer dizer, se justifica uma profissão? Com criação de um Conselho próprio de regulamentação de fiscalização? Por isso a minha sugestão, ou pelo menos a minha experiência seria no sentido de começar esse trabalho da Comissão mais do que pegar topicamente que se corre o risco efetivamente de privilegiar uns em detrimento de outros, primeiro ter um critério bastante restritivo. E por outro lado, vamos ter a visão global, vamos pegar todas as profissões, vamos ver nesse trabalho de consolidação uma vez realizado esse trabalho de consolidação ou avançado, vamos ver o que é que justifica vendo nesse universo, tem algum aspecto que justifica efetivamente o tratamento diferenciado? Sim. Fundamentado? Então nós vamos regulamentar. Agora, em termos de criação de Conselho de Regulamentação de Profissão muitas vezes nós podemos ter um Conselho só para algumas dessas atividades que são similares, que são próximas em termos de um arcabouço, um guarda-chuva que parta do setor primário, secundário, terciário da economia e vá aos poucos diferenciando as profissões. Então essas eram as rápidas considerações que eu teria para fazer. Agradeço a atenção. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada também ao Ministro Ives Gandra. Eu passo imediatamente a palavra ao Sr. Luiz Eduardo Sá Roriz que é Secretário-Geral da OAB do Distrito Federal.

SR. LUIZ EDUARDO SÁ RORIZ: Exm^a. Senadora Patrícia Saboya, Exm^o. Sr. Ministro Ives Gandra, demais componentes dessa Mesa, Exm^o. Sr. Senador Paulo Paim, demais autoridades. É muito difícil, depois de uma exposição clara como essa, vir aqui tocar no assunto ou dar continuidade. Quero dizer aos senhores e as senhoras que o Ministro Ives Gandra acaba de exaurir em apenas 15 minutos com a tranquilidade os pontos fundamentais dessa matéria. Eu diria, e acrescentando um pouco mais historicamente a questão, dizer aos senhores e senhoras o seguinte. Nós temos que ver essas funções para se criar um Conselho. Nós temos que ver as dificuldades do Conselho, nós temos que estudar a história da criação desses conselhos, que parte lá da Idade Média com as corporações quando teve num momento de ruptura da Revolução France-

sa e aí se criou exatamente a briga entre o capital e o trabalho que veio eclodir na Revolução Industrial, e nesse momento que é um momento inicial da questão fundamental dos conselhos, surge uma preocupação maior que é a regulamentação profissional, onde você deixa um pouco de lado a questão corporativista e passa a estudar um pouco mais a questão do regulamento profissional sob a ótica do Estado. Ou seja, sob a ótica do interesse público. Nesse momento é que se tem uma criação dos conselhos já lá nos idos de 1800, no Brasil vem a ter num primeiro momento já na questão de 1930 com a criação da Ordem dos Advogados do Brasil, e aí começa o grande sofrimento interno dos conselhos, que é a estatização, a regulamentação excessiva, tudo aquilo que em meados da primeira metade do século passado caracterizava o Brasil.

Então, naquele momento se cria caixas de assistência, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, que é o primeiro das grandes autarquias criadas para a divulgação de um interesse público. E surge e começa a surgir naturalmente a regulamentação das profissões. Naquele momento, ainda incipiente, o Governo toma uma atitude moderna e que veio a ser refreada, foi passada para trás que é a criação como autarquia o Conselho assume a forma de autarquia. A natureza jurídica pública mais o longamano do Estado para agir mais longe o possível do Estado. E isso veio durante o século que se passou até com a Constituição de 88 se caracterizando de forma diferente. A autarquia passa a incorporar apesar de ser administração indireta muito mais na pessoa do Estado com todos aqueles problemas inerentes da administração pública, engessando principalmente a atividade principal dos conselhos profissionais. Qual seja? A regulamentação, o exercício profissional, o poder de polícia desses conselhos. E aí nós temos o quê? Um Brasil moderno hoje, com uma visão futurista, e ainda conselhos ainda arraigados a normas a meu ver completamente dissociadas de suas funções. Conseguiu-se ainda no final do Século 20 tentar dissociar o conselho transformando em entidade privada o que foi rechaçado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e que ocasionou efetivamente um engessamento desses conselhos. Hoje com exceção à Ordem dos Advogados do Brasil, que tem, acaba por ter um dogma jurídico um pouco diferenciado por questões específicas constitucionais criadas até na Constituição de 88, os conselhos hoje deixam de exercer aquela função precípua e se perde nos meandros da administração pública interna, o que é pior. Mesmo não tendo mais sujeição ao Ministério do Trabalho. E aí passo a colocação de V.Ex^{as}. no mesmo e exato sentido colocado aqui pelo Ministro Ives Gandra. Nós precisamos deixar que esses conselhos voltem a

suas origens para tratar do interesse público. Muitas vezes a criação do Conselho tem por trás um ato corporativista da pior forma possível, aquele que não se adequa à modernidade do Estado. Os atos corporativistas, nós temos os sindicatos, as associações que hoje têm uma liberdade muito maior de agir.

Então, entre os exemplos que eu quero trazer a V.Ex^{as}. nós temos aí recentemente uma discussão que está sendo travada ao longo de um ano e meio, dois, nas casas legislativas federal, que é exatamente a questão da regulamentação do ato médico. Nós tivemos ao longo desses anos a especialização extrema e regulamentação extrema de profissões, então, dentro da área de saúde. Nós tivemos os fisioterapeutas, nós tivemos os fonoaudiólogos, os psicólogos, os médicos, e agora nós temos aí especialidades que nós estamos vendo crescendo por aí, como até essa da ordem dos músicos, o Conselho dos Músicos Terapeutas. Que nós precisamos ter uma ordenação. Passa-se a se discutir e nós passamos a nos perder, quando digo nós, a sociedade, dentro das especificidades que hoje se quer colocar. Não me parece que esse seja o caminho da modernidade. Nós temos, isso precisa ser dito, um dos Países mais regulamentados é o Brasil. Afora, na própria América do Sul, as profissões são todas desregulamentadas e tocadas por associações ou entidades congêneres. A mim, com toda a sinceridade, parece-me que para a melhor solução para esse tipo de envolvimento seria sem dúvida essa consolidação geral das legislações, a adequação de uma forma generalizada das profissões dentro de conselhos que tratem exclusivamente da sua função pública que é o poder de polícia, que é o exercício profissional para que não haja abusos, para que as profissões estejam regulamentadas. E venham, aí sim, as especificações [inaudível] ordinários, a própria Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT pode fazê-lo. Hoje nós temos tantos sindicatos que acabam por ter a mesma função em determinados pontos. Então me parece que essa proposta, Ministro, é uma proposta de grande envergadura e que poderia, na verdade, acabar por trazer esse grande conserto dentro das profissões. Eu gostaria de dar uns dados, alguns dados a V.Ex^{as}., no sentido de que hoje a Justiça brasileira tem sido assoberbada com um avalanche de processo tamanha, principalmente dos conselhos, desses conselhos regulamentados. São execuções. Cobranças de anuidade. Que poderia ser feitas na justiça comum, ou que teria outra forma, mais simples, mais moderna, até com a evolução do código de processo feito agora estão regidas por uma lei dos anos 80 que diz respeito à administração pública, que não tem qualquer correlação com as profissões liberais que é Executivo Fiscal, por exemplo. Hoje se

formos procurar na justiça quais são os atos de maiores discussões com relação aos conselhos, nós vamos ver eleições. Brigas eleitorais. Nós vamos sentir um outro, discussão do valor da anuidade. Porque se pode ou não pode, dentro de um... E eu não sou tributarista, dentro de um sentido macro seria um tributo a cobrança da anuidade. Então ela deveria ser precedida por lei. Isso não é feito. Quer dizer, criamos toda uma estrutura arcaica para que o Conselho funcione e ele acaba não funcionando na única parte essencial que é o exercício profissional, a regulamentação, o poder de polícia, o controle para que não haja abusos das profissões.

Então, eu gostaria de deixar esse ponto de reflexão a V.Ex^{as}. no sentido de que realmente nós temos que ser o mais restritivo possível. Aqueles conselhos já hoje regulamentados devem sofrer indiscutivelmente uma adequação mais moderna, para que possa trabalhar. Nós não podemos deixar que o meio atrapalhe o fim daquele Conselho. E volto a repetir, as posições aqui colocadas pelo Ministro, eu já tinha algumas sugestões, realmente foram bastante salutares. É a questão do critério para adotar efetivamente se tem que criar um ou dois conselhos novos, ou três, ou alguns outros que seja o critério da especificidade que hoje se tem adotado na questão dos sindicatos. Que fique delineado uma norma geral para que esses conselhos já existentes tenham a forma de agir legal, e que nós, e quando eu digo nós, eu digo a sociedade, que V.Ex^{as}. são os representantes, consigam realmente deixar o Estado um pouco mais fora dessas questões que podem ser regulamentadas, tocadas e melhor dirimidas por seus próprio integrantes. Funciona assim no mundo todo. Por que não funcionar aqui no Brasil? Essa é a grande visão. Nós temos problemas, e meu tempo está encerrando, mas eu gostaria de trazer e deixar para a reflexão, com relação, por exemplo, ao Mercosul. Nós temos a Resolução, se é 17, que permite a integração profissional dos membros do Mercosul para trabalharem nos países congêneres, nos países vizinhos ou que fazem parte desse movimento. E que não pôde ter avanço do Brasil exatamente porque são regulamentações que nós temos por esses conselhos.

Então, fica aqui a nossa sugestão também no sentido de que isto vem a ser criado uma norma geral para esses conselhos. Que essas normas tenham um fundamento também de desregulamentar o máximo possível para que esses conselhos tenham sim a sua finalidade cumprida que é o exercício profissional. Muito obrigado pela atenção.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Quero agradecer mais uma vez, Sr. Luiz Eduardo Sá Roriz pela sua pela explana-

ção, e agora... Gostaria de passar então a palavra ao Sr. Alessandro Ferreira dos Passos, Assessores da Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego e também terá 15 minutos para se pronunciar. Pediria ao Senador Paulo Paim se pudesse só ficar por cinco minutos aqui para que eu possa me ausentar um minutinho, cinco minutos, aliás.

SR. ALESSANDRO FERREIRA DOS PASSOS:

Senadora Patrícia Saboya, Senador Paulo Paim, Exmº. Sr. Ministro Ives Gandra, demais autoridades, Senadores aqui presentes. Eu já queria de antemão pedir desculpas aqui por alguma impropriedade que eu possa cometer no trato Legislativo, dado que sou Economista de carreira. Mas me vi aqui trabalhando no assunto dentro do Ministério do Trabalho. A gente passou um tempo debruçado, já tem um tempo que a gente se debruça sobre o assunto dos conselhos profissionais. Não é um assunto fácil, e eu acho que para tentar dar uma... Acho que eu precisaria aqui fazer um breve histórico sobre a Legislação de uma forma bem rápida e bem sucinta que cerca os conselhos profissionais. E obviamente dado que não sou Advogado para isso, eu vim paramentado com alguns papéis.

Em 69 o Decreto-Lei 968 ele restringiu a supervisão ministerial sobre conselhos profissionais, quer dizer, entendidos como autarquias. Ele dizia o seguinte: As entidades criadas por lei com atribuições de fiscalização de exercícios de profissões liberais que sejam mantidas com recursos próprios e não recebem subvenções ou transferências a conta do orçamento da União regular-se-ão pela respectiva legislação específica não se lhes aplicando as normas legais pessoal e demais disposições de caráter geral relativa à administração interna das autarquias. E no Parágrafo Único dizia as entidades que trata esse artigo estão sujeitas a supervisão ministerial nos artigos... Restrito à verificação da efetiva realização dos correspondentes objetivos legais de interesse público.

Em seguida, o Decreto-Lei 2.299/1986, ele retira inclusive essa supervisão ministerial da verificação da efetiva realização dos correspondentes objetivos legais. Dizendo não será exercida supervisão ministerial sobre as entidades incumbidas a fiscalização de exercícios de profissões liberais a que se refere o Decreto-Lei 968. Então ficaram os conselhos, essas autarquias sem a supervisão ministerial, e avançando um pouco mais, em 1994, a Lei 9.649 ela no seu art. 58 ela tentou dar um passo adiante, conforme o colega mencionou, tentou dar um passo adiante tornando os conselhos de fiscalização profissional em registro em entidades privadas. Em suma, eu não vou aqui poderia ler a matéria da lei, mas ela diz que em geral serão dotados de personalidades jurídicas de Direito Privado,

os empregados são regidos pela Legislação Trabalhista Normal, a contratação se dá pelas normas do Direito Privado e pronto. E ficando aos conselhos delegados as atribuições de cobrança, de anuidade, de fiscalização, de polícia, etc. Entendimento que temos e o que foi ratificado pelo Supremo Tribunal Federal por conta da ação direta de inconstitucionalidade nº. 1.717 é que esse artigo ele é... Ele acabou sendo meio atabalhoado no sentido que ele tentou tirar os conselhos de dentro da esfera federal, tentou tirar os conselhos do Poder Público, mas não as atribuições que são inerentes à administração pública. E isso fica paciente aqui na decisão do Supremo que diz o seguinte. No sentido da indelegabilidade a uma entidade privada de atividade típica de Estado que abrange até poder de polícia de tributar e de punir no que concerne ao exercício de atividades profissionais regulamentadas como ocorre com os dispositivos expugnados.

Então, o que acontece hoje é que os conselhos, o caminho para... Existem dois caminhos, hoje, acho que estão bem claros, e esses caminhos eles acontecem num vazio que existe hoje jurídico em relação à regulamentação dos conselhos. Um caminho é de se caminhar para os conselhos se tornarem realmente entidade privada e daí se precisaria naturalmente se retirar deles as atividades que são típicas de Estado, obviamente se um Conselho ou entidade privada não pode cobrar definir tributação por força constitucional ele não pode. Posso citar aqui o art. 149 da Constituição Federal que diz que compete exclusivamente à União instituir contribuição de interesse das categorias profissionais, econômicas e aí eu estou resumindo o artigo, ele obviamente precisa prestar contas também por força do Parágrafo Único do art. 70 da Constituição Federal que prestará contas a qualquer pessoa física que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda e por aí vai.

Então, se a gente vai tratar os conselhos como entidade privada, se a gente vai tentar caminhar nesse sentido é preciso que se retire deles as atribuições, a obrigatoriedade de um profissional pertencer a um Conselho, é preciso que se retire a prerrogativa de punir, a prerrogativa de polícia, é preciso que essas prerrogativas sejam retiradas, porque são prerrogativas típicas de Estado, inerentes de Estado, elas não podem ser exercidas por uma entidade privada.

Por outro lado, existe o caminho de se ratificar os conselhos, sim, como entidade, como autarquia, como um braço do Estado, e se ratificando eles como um braço do Estado eles precisam ter uma norma geral que a regule, e aí talvez essa norma deva ser na hierarquia, e posso estar cometendo uma impropriedade

de, me corrijam, por favor, superior a uma lei ordinária, porque na verdade os conselhos são criados por lei ordinária de iniciativa exclusiva do Presidente da República, por força constitucional e se a gente tiver uma lei que discipline como devem funcionar os conselhos, uma nova lei que crie um novo Conselho poderia naturalmente revogar essa lei e criar um Conselho com uma norma absolutamente independente dessa.

Então, o caminho para se regulamentar então os conselhos como autarquia, como um braço do Estado precisaria disciplinar como funciona a contratação de trabalhadores, ou ratificar como deve funcionar a contratação de trabalhadores pelas normas que regem a administração pública, claro, normas de sufrágio interno dos conselhos, até porque vários conselhos a gente observa que pela regra que é criada interna existem verdadeiros colégios que se... Em que o comando do Conselho se alternam, porque não há uma democracia interna que efetivamente funcione, as normas de prestação de contas, e se forem ratificadas como autarquias e sim as normas de supervisão ministerial.

Então, eu acho que dada a situação em que o estado das leis em que a gente se encontra agora, é preciso realmente que se opte por um dos dois caminhos. Não há uma decisão com relação a qual dos caminhos é preferível, mas eu entendo que é necessário que se opte por um dos dois caminhos. Ou se caminha para o lado em que os conselhos eles atuem como entidades privadas e aí terão que ter atribuições e prerrogativas de entidades privadas e não de Poder Público. Ou então se caminha para ratificar a atuação dos conselhos como entidades públicas, sim, autarquias, e se avance na regulamentação do funcionamento desses conselhos. Acho que no pouco tempo que eu tenho era isso que eu tinha para dizer. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Sr. Francisco Gomes, coordenador de identificação e registro profissionais do Ministério do Trabalho e Emprego, com 15 minutos e com a tolerância devida, se for necessário.

SR. FRANCISCO GOMES: Muito obrigado, Senador. Exmº. Senador Paulo Paim, Exmº. Ministro Ives Gandra, demais membros da Mesa, Srs. Senadores, demais autoridades aqui presentes.

Bom, o Ministério do Trabalho tem pautado seu posicionamento na manifestação sobre os PLS que nos são encaminhados na maioria deles um parecer contrário à regulamentação para não dizer na totalidade. E aí falando na direção daquilo que o Ministro muito bem colocou. Por que a posição do Ministério nesse sentido? Nós temos pautado naquilo que está previsto na Constituição que é o livre exercício das profissões

desde que não seja as profissões consideradas ilícitas e aquelas que exijam ou que impliquem risco de vida saúde da população de maneira geral. Vimos, o que o Ministro citou, aparecem as propostas mais esdrúxulas de regulamentação. Hoje no universo do mercado de trabalho brasileiro o Ministério tem um documento que é a classificação brasileira de ocupações que reconhece as ocupações no mercado de trabalho brasileiro. São hoje catalogadas e codificadas e descritas pelo Ministério aproximadamente 2.500 profissões. E desse total, nós só temos 84 regulamentadas. E eu diria que ainda bem que é um universo tão pequeno em relação àquilo que está no mercado de trabalho brasileiro. Nesse histórico das 84 profissões regulamentadas, nós deparamos com algumas situações que a gente vê que é o atendimento de um grupo minoritário em detrimento da sociedade como um todo, um grupo maior. E o que poderia nessas regulamentações, criarmos aquilo que é chamado de reserva de mercado. Eu notei aqui alguns casos pitorescos. Nós temos profissão regulamentada de cabineiro de elevador do ascensorista. Nós temos o carregador de bagagem, nós temos o empregado de carro de restaurante de estrada de ferro. Nós temos o guardador e lavador de automóveis que é uma categoria não organizada e que hoje ocupa o que trabalha quase que na totalidade do mercado informal, nós temos hoje somente três ou quatro Estados em que essa categoria especificamente tem uma organização, tem uma associação criada, não é um sindicato, mas uma associação criada que é dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, começou aqui em Brasília, mas não foi à frente e Minas Gerais.

Então, nessa direção é que o Ministério por todo esse histórico e por trabalhar com a liberdade de trabalho da população em geral é que o Ministério tem pautado os seus pareceres contrários às regulamentações. E dentre essas que o Ministro aí citou e que estão listadas aqui nessa proposta. Então tem sido até agora a orientação política e o posicionamento do Ministério, não sei se poderemos talvez até com indicação partir alguma coisa do Congresso e podermos discutir isso, amadurecer mais profundamente essa discussão, termos a mudança de posição. Mas em linhas gerais é a manifestação do Ministério tem sido essa e buscando talvez trabalhar na inclusão dentro dessa classificação brasileira de ocupações procurando dar o reconhecimento às ocupações existentes no Ministério do Trabalho. E deixando que cada categoria por intermédio de sua associação ou de sindicato ela possa se organizar e lutar pelos seus direitos que estão aí estabelecidos tanto na CLT quanto na Lei Previdenciária. Era o que eu tinha para colocar.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Bom, agora nós vamos passar à lista de inscrições. O primeiro inscrito é o Senador Paulo Paim, aqueles que desejarem também se inscrever, por favor, a Mesa está aberta para receber as inscrições. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia, que preside a Sessão, Dr. Luiz, representando aqui a OAB, sempre amigo Ministro Ives Gandra que tive oportunidade de participar de outros debates, e aqui representando o Ministério do Trabalho, o Sr. Francisco Gomes e o Sr. Alessandro.

Ainda bem, Senadora Patrícia que V.Exª na habilidade que tem, quando abriu a Sessão disse, hoje é uma primeira Audiência Pública, daqueles que tem uma posição pelo que eu entendi uniforme sobre o tema. Ou seja, em tese contra a regulamentação de profissão e de conselhos. Foi isso que eu entendi. Em tese de forma generalizada sem prejuízo, claro, Dr. Ives Gandra colocou, V.Exª. colocou também, os senhores também, a não ser em alguns casos. Isso é bom. Que V.Exª tenha esclarecido. Porque eu sinto no Plenário e por telefone aqui também os que pensam diferente que naturalmente querendo mesmo. E terão o mesmo espaço e V.Exª já anunciou numa próxima audiência. Eu confesso a vocês que como eu atuo nessa área ao longo da minha vida, já passei dos 50, e aí eu paro para não ir além disso, que eu estou um pouco preocupado. Eu sei que os senhores com a maior honestidade, seriedade falam que a modernidade, que os novos tempos, mas me preocupo muito a palavra modernidade, novos tempos e precarização do direito dos trabalhadores.

Eu ainda via hoje pela manhã, o Márcio Porsche me dizendo que... Foi num programa de televisão, dizendo que avança de forma assustadora a terceirização. Nós, se não tivermos cuidado de aprofundar esse debate com a calma que ele tem que ser feito, está aqui do meu lado o Senador José Nery, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Subcomissão do Trabalho Escravo. Veja bem. O Senado da República e a Câmara Federal também ainda têm Comissão do Trabalho Escravo, há 120 anos do que eu chamo da abolição não concluída no Brasil. Então temos que trabalhar com esse viés, com esse cuidado. E quando a gente entra com regulamentação de algumas profissões e ninguém inventa da sua cabeça, isso vem da demanda da sociedade organizada. Por exemplo, a regulamentação dos comerciários que muitos falam, mas não entra com o Projeto. E eu entrei e foi uma demanda do Congresso Nacional da categoria. Bom. Se não deve ser exatamente como está aí, vamos debater como tem que ser então. Se tem que passar pelo

contrato coletivo algumas coisas, e algumas normas podemos ter para não permitir o abuso. Bom. Vamos discutir. Eu sempre digo que a lei boa nunca é a lei apresentada. Para mim a lei boa é a lei aprovada. Porque o resto é Projeto. E Projeto na minha cabeça eu posso ter os melhores do mundo. Mas o que eu consigo aprovar é aquilo que está em vigência, na minha ótica, é que vai garantir os direitos sociais dos trabalhadores. Estou fazendo esta explanação um pouco mais longa para demonstrar que tem fundamento até muitas colocações que vi aqui de olhar no seu conjunto. Mas é olhar no conjunto, é olhar no conjunto, inclusive da Emenda 3. E todo mundo sabe que eu estou falando da Emenda 3, e o que é que significa a Emenda 3 em relação à fiscalização no local de trabalho? E quando a Justiça do Trabalho está lá com acúmulo, eu poderia, sem querer exagerar, de milhões de ações é porque problemas existem. Ninguém inventa ação da sua cabeça. É porque no mínimo, a legislação mínima não esta sendo cumprida e acumula. E vamos tirar agora até os fiscais do trabalho. Eu quero resumir nisso só, eu sei que o debate não é da Emenda 3. Nem fiscais do trabalho teremos mais. Quem quiser que entre na justiça. E quem entrar na justiça é demitido que nós todos sabemos. É demitido. Todo mundo sabe que é essa a história.

Enfim, por isso que eu acho que esse debate com certeza vamos ter que aprofundar a brilhante iniciativa da Senadora Patrícia. E quando a gente pega, e acho legítimo, os senhores foram convidados e temos que fazer isso, pegam algumas exceções de casos que, digamos, deixam aqueles que defendem uma outra posição numa posição até meio constrangedora, é legítimo. Mas não vamos confundir as exceções com a regra geral. Tanto é que só temos 83, pegando os seus dados, profissões reconhecidas. Somente 84 num País como o nosso de 200 milhões de habitantes. E por isso eu entendo que a iniciativa de entrar com o Projeto é legítima. E cada um assuma o ônus de defender aquela proposta de regulamentação no momento do debate aqui no Senado ou lá na Câmara e teremos instâncias, além de todas as Comissões, passa pelo crivo do Sr. Presidente da República. Por isso que me é simpático, confesso que me é simpático o que foi colocado aqui, acho que por todos a possibilidade de nós olharmos de forma horizontal num Projeto global do debate da própria CLT. Por quê? Eu falava hoje com alguns Senadores, nós temos que fazer um debate do mundo do trabalho. Fazer um debate do mundo do trabalho. E não só da CLT, ou só do art. 6º, 7º, 8º, 11º, 12º da Constituição pegando mais ali a ordem social. E claro que tem outras áreas que pegam o servidor público e que não estão ali, por exemplo. Nós temos que fazer um longo

debate desse Congresso do mundo do trabalho. E aí avançarmos para uma redação que eu não sou contra o termo moderno, mas moderno nas duas óticas. Do capital e do trabalho. E não somente o moderno na ótica do capital. Porque a impressão que me passa hoje no Brasil, e os senhores não colocaram isso, quero deixar aqui meus... A minha visão em relação... Os senhores não colocaram isso, mas o debate hoje no Brasil é o seguinte: Precarizar, reduzir tributos e retirar direitos dos trabalhadores. Isso é a impressão que me passa e isso me assusta. E aí eu fico aqui quase que “Último dos Moicanos” a resistir dentro do Congresso Nacional. “O Paim vai brigar de novo por que ele quer só o direito dos trabalhadores na CLT”. Não é isso. Não digo só eu. Alguns se sentem aqui dentro do Congresso quase que o “Último dos Moicanos” a resistir essa ofensiva da precarização... E não é que eu ao queira discutir a CLT. Quero discutir, quero avançar, quero ver o que é obsoleto, quero ver o que é viável, o que é inviável, o que é que é bom para o empregado e o empregador, e vou concluir só com essa frase. Pode ver que não fiz nenhuma pergunta e nem vou fazer. Porque acho que o debate deve continuar. Eu sou daqueles que não tem problema inclusive com o lucro. Já disse. Tanto que eu tenho Projeto da participação do trabalhador no lucro da empresa. Mas não optativo como é hoje. Só tem participação se o empregador quiser, dissídio coletivo, só se o empregador quiser. A ofensiva contra os direitos do trabalhador é muito grande. Hoje talvez a maioria não saiba. Se eu... Tem um sindicato dos empregados, o senhor é dos trabalhadores, e eu sentar com o senhor e nós não chegarmos ao entendimento, eu não posso entrar na justiça. Só se o senhor concordar. Então nós temos que ter isso cuidado. E eu queria alertar também o nosso Ministério do Trabalho. Sei que os senhores têm essa preocupação com a minha vida eu me dediquei nessa área e considero um Parlamentar equilibrado, acho que o bom senso tem que prevalecer, nós temos que dialogar muito sobre esses temas. E por isso Senadora Patrícia parabéns pela sua iniciativa. Eu acho que avançaremos com esse debate, mas nessa visão também do social, porque é difícil. É difícil. Para gente que ficamos aqui nessa resistência olhar só para um lado. Não tem como. Nós olhamos para os dois lados. E repito, é tão bom o lucro, por que a gente não estipula que o trabalhador teria que ter no mínimo um percentual do lucro na empresa. Isso é modernidade. Modernidade que vem lá do tempo do Napoleão ainda. Alguém poderia me ajudar. Mais ou menos a última coisa que eu li foi isso. Por quê? Se o lucro avançar, e eu ser efetivamente parceiro, cúmplice daquele processo do lucro, eu vou ter a minha parte, que é a parte do trabalhador. Mas quando você fala

isso, não, só se for por livre negociação e entendimento e nós sabemos que grande parte da livre negociação é uma farsa. É uma farsa de quem tem a faca e quem tem o pescoço. E o pescoço é do trabalhador. Sem querer radicalizar porque eu entendo que é possível construir um acordo, entendimento, mediante um longo debate que essa Comissão poderá fazer sob a Presidência da Senadora Patrícia sobre o mundo do trabalho. Mas no seu conjunto. Aí vamos discutir tudo e não somente uma outra Sessão.

Muito obrigado a todos, desculpe um pouquinho a minha forma de falar, mas é muito respeitosa a todos os senhores que foram aqui francos tranquilos, honestos... E pelo que percebi apontam caminhos também. E esse caminho seria um grande debate sobre a situação do mundo do trabalho no Brasil. Obrigado e desculpe a todos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada ao Senador Paulo Paim pela contribuição que acaba de dar. Eu vou passar a palavra ao Senador Nery e vou em seguida faremos aqui mais uma rodada, porque os membros da Mesa também desejam fazer alguns esclarecimentos. Senador.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Meus cumprimentos à Senadora Patrícia, Presidente, e aos ilustres convidados que já apresentaram a esta Comissão as suas opiniões e suas considerações acerca da regulamentação de profissão em nosso País e como a gente pode perceber, apenas um pequeno número delas são de fato regulamentadas. Mas, na verdade, esse... Bem como da... Naquilo que se refere a instituição de conselhos de categorias profissionais. Mas eu queria na verdade aproveitar essa ocasião para me somar ao que há pouco ouvimos com bastante clareza e com muito entusiasmo o Senador Paim aqui reclamar e com certeza tem que sensibilizar e tem que proporcionar ao debate no Senado Federal, no Congresso Nacional, sobre o mundo do trabalho. As relações de trabalho. As condições de trabalho no Brasil. O direito dos trabalhadores. Porque como bem disse o Senador Paim, para alguns a modernidade é diminuir tributos, é diminuir a ação do Estado e a fiscalização do Estado sobre as condições de trabalho, está aí essa polêmica em torno da Emenda 3, aprovada no Congresso, vetada pelo Presidente da República e hoje se faz toda uma carga emocional, um debate dos mais importantes da República é não permitir uma das tarefas prioritárias do Estado que é fiscalizar as empresas, as condições de trabalho e aplicar a Legislação multando quando as empresas, e é bom que se diga, em nome do lucro, as empresas muitas vezes na maioria das vezes diga-se em nome do lucro precariza as condições de

trabalho, nega as condições mínimas e adequadas ao exercício do trabalho. Está aí a situação de desestímulo no País. Trabalho escravo, trabalho degradante que todo dia está sendo denunciado e parece que isso não consegue sensibilizar as autoridades e principalmente o Congresso para ser mais incisivo na defesa dos interesses do povo trabalhador. E dizer ao Senador Paulo Paim que com toda certeza no exercício deste mandato, o Senado Federal estou aqui para me somar e disse bem claro quando assumi o mandato. Nossa tarefa de defender a ampliação das conquistas e dos direitos dos trabalhadores. Não nos somar aqui a qualquer título para concessões que signifiquem, o debate que significa ou proposições que signifiquem a retirada de direitos. Nesse sentido, todo o esforço que pudermos fazer para debater com muita clareza e com muito respeito e honestidade em relação às condições de trabalho no Brasil que ainda são muito precárias em muitas atividades profissionais, tanto do campo quanto na cidade, creio que o debate, Senadora Patrícia, acerca da regulamentação de profissões e da instituição de conselhos profissionais, creio que pelas manifestações aqui apresentadas elas precisam realmente de o debate precisa ser prolongado, ampliado, porque em nome da garantia de direitos, em nome da valorização do trabalho, em nome de tudo aquilo que representa séculos e muitos anos de luta dos trabalhadores brasileiros para conquistar seu direito à organização sindical em relação à diminuição da jornada de trabalho, a melhoria do seu salário, tudo isso tem que fazer parte das nossas preocupações e da nossa atuação aqui.

Então, me somo ao Senador Paim com toda certeza essa preocupação manifestada por V.Exª e aqui estaremos a postos para debater, discutir, enfrentar todas essas questões que diz respeito ao mundo do trabalho, e principalmente aberto a encontrar alternativa mesmo quando as circunstâncias nos parecerem muito complexa. Mas eu que acho que essa é a nossa tarefa. E a exaustão no debate, não a exaustão referida aqui, a situação degradante de trabalho, quando no País tem várias denúncias e constado pelo próprio Ministério do Trabalho, pelo seu órgão de fiscalização, que Ministérios de trabalhadores brasileiros, estando na cidade, mas especialmente no campo, nos canaviais, nas usinas de açúcar e de álcool, hoje morrem, são mutilados, sofrem doenças por conta do ritmo da jornada de trabalho exaustiva a que são submetidos.

Então, essas condições podem, exigem do Congresso a discussão sobre regulamentação de profissões, sobre instituição de conselhos, sobre os direitos trabalhistas.

Enfim, é preciso avançar e não regredir naquilo que são conquistas históricas do povo trabalhador brasileiro. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador José Nery. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu estou querendo aqui só para fazer um esclarecimento, porque as pessoas que vão ver depois essa nossa audiência na televisão podem pensar que alguns dos palestrantes falou em redução dos direitos de trabalhador. Nenhum falou nisso aqui. Ficar bem claro isso para os que estão ouvindo o programa, que foram entrar e ouvir agora pelo pronunciamento dos nossos dois Senadores que sempre estão dispostos como nós, defendemos os direitos dos trabalhadores. Mas nenhum foi a favor de diminuição de direito do trabalhador.

A discussão aqui dessa audiência é a respeito de regulamentação de profissões--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Exª. me permite um aparte?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): -- novas e de conselhos. Um minutinho. Eu gostaria de fazer uma pergunta também ao nosso Ministro Ives Gandra Martins, que é um estudioso do trabalho, como é que nos outros Países funciona essa coisa, porque sei que V.Exª estuda isso. É uma pergunta que eu gostaria de fazer ao senhor e dar um aparte ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu fiz questão de esclarecer na minha fala que eu entendo que, inclusive, na linha que foi aqui colocada, que o Dr. Ives Gandra, que ele entendia que esse tema tem que ser olhado no global, e não no específico. E se falou em modernidade. E quando os trabalhadores regulamentam algumas profissões, pensem nisso. Pode ser também uma tática, uma estratégia para fugir para onde está indo a CLT. Porque se ele enumerar, como está ali no caso dos comerciários, turno específico e uma série de questões que V.Exª lembrou muito bem. Ora, se ele proteger por ali ele escapa da Emenda 3 por outro lado.

Então na verdade quis mostrar que tudo tem a ver no conjunto do direito dos trabalhadores. Inclusive a regulamentação de uma profissão. Porque ninguém pense que a gente entra para regulamentar uma profissão só porque achamos bonito aquela profissão. Claro que também a gente está pensando para onde está indo essa relação. Por isso que eu concordei com os painelistas. Vamos olhar o global? Vamos. Vamos pegar todas as propostas de regulamentação? Vamos. Vamos ver o que é possível colocar numa única sintonia? Vamos. Até para não prejudicar uma categoria em

relação a outra. Foi esse o aspecto, meu grande amigo e companheiro Senador Botelho que eu tentei fazer na minha fala. Tanto que não fiz nenhuma pergunta. E me deixei aberto a debates em outros momentos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Que essa audiência é o primeiro passo de uma longa caminhada que vamos discutir para chegar a uma conclusão. Muito obrigado, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada também aos Srs. Senadores. Eu passo agora, como a última rodada a palavra aos nossos palestrantes, em primeiro lugar ao Ministro Ives Gandra, para que possa fazer alguns esclarecimento e se despedir e até a próxima audiência. [risos]

SR. MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO: Primeiro registrar que conheço a trajetória do Senador Paulo Paim, e tenho muita admiração pelo seu espírito de luta e de defesa do trabalhador que também é a minha vocação como Procurador do Trabalho, Assessor no TST e hoje Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Agora gostaria esclarecer que podemos ter passado, podemos até ter passada a impressão que fossemos contrário à regulamentação. Não. Não há. Quer dizer, nós estamos tratando de profissões novas. O que entendo que deve-se pautar, os senhores é que vão regulamentar, por um critério, por um lado restritivo e por outro lado um critério diferenciador, que efetivamente perceba no que está havendo de diferenciação que justifique um tratamento distinto do ponto de vista de remuneração, do ponto de vista de jornada, principalmente que são os dois direitos trabalhistas básicos. Jornada e remuneração. Por isso que eu queria dar só um exemplo até na linha dessa questão do poder normativo da Justiça do Trabalho. Tive que julgar um dissídio coletivo recentemente de engenheiros da Rede Ferroviária Federal. Vejam que interessante o caso que pode servir como paradigma para se saber se regula ou não regula. Até hoje os ferroviários da Rede Ferroviária Federal tinham um único dissídio coletivo. Toda a categoria era tratada numa única negociação. Pela primeira vez o Sindicato de Engenheiros de São Paulo entrou com dissídio dizendo que ele era categoria diferenciada em relação aos demais trabalhadores da rede ferroviária federal. E isto justificaria uma norma especial para eles.

Nós sabemos que os engenheiros já têm uma lei específica, com jornada definida e com piso salarial definido. O que se queria nesse dissídio coletivo? Um piso além do legal, um reajuste além do legal, e um abono mais vantajoso do que todos os outros ferroviários. Como é que eu decidi esse caso? E vejamos

que interessante. Eles pediam em relação ao dissídio da rede ferroviária, de todos os ferroviários, só um tratamento diferenciado em relação às cláusulas econômicas. Essas três cláusulas. As outras eles pediam que fosse aplicado exatamente o dissídio coletivo dos ferroviários. O que eu me perguntei nesse caso? Se vocês não trazem motivação pela qual vocês têm que ter um tratamento diferenciado, porque aceitam todas as regras de caráter social, de caráter laboral, significa que a única coisa que vocês querem é ganhar mais. E não se justifica. Agora, se me apresentarem razões nessa, nessa e nessa cláusula nós temos um trabalho diferente dos demais ferroviários, que muitas vezes podem ter condições similares, aí sim vai ter que ser fundamentado.

E eu só concluo também e até respondendo essa colocação do Senador Paulo Paim sobre hoje como é que a Justiça do Trabalho tem enfrentado a questão dos dissídios coletivos, porque se nós não regulamentamos, as profissões, a regulamentação vai ser feita. Ou da negociação entre as partes, negociação coletiva, ou a Justiça do Trabalho.

Pois bem, nós temos interpretado o art. 114 da Constituição § 2º que limita ao comum acordo nós temos interpretado restritivamente que também o acordo tácito é válido. Ou seja, se o sindicato patronal ou a empresa, não se insurgiu justificadamente no momento de contestar o dissídio coletivo, nós julgamos, nós assumimos o poder normativo para julgar aquele dissídio e se vier reclamar depois. “Não, mas eu não concordo”. Ora, nós estamos aqui como se fosse em juízo arbitral. Começou o exercício do juízo arbitral, se eu não concordei, se eu não fiquei satisfeito com o resultado eu não posso contestar as regras do jogo. Por isso efetivamente não estamos discutindo redução de direitos trabalhistas em concreto, mas me parece que se adotarmos um critério global, e eu faria até um apelo aos senhores, porque aquilo que é decidido aqui tem repercussão direta na Justiça do Trabalho. Se nós partimos para prestigiar esse trabalho de consolidação que nós tenhamos a visão global, vão diminuir muito esses litígios e por outro lado na regulamentação de novas profissões que aí já é a inovação no ordenamento jurídico os senhores vão ter a visão global que vai permitir efetivamente avaliar, justifica ou não justifica essa diferenciação?

Só respondo a última questão que diz respeito a como ocorre em outros Países, muitos Países não têm adotado esses critérios de uma diferenciação muito específica porque perceberam que acabaram ficando reféns da excessiva especialização. Então dou dois exemplos. Na Itália, se chegou a ponto de numa biblioteca, porque cada tipo de atividade na biblioteca

era regulamentada, o usuário da biblioteca, e perguntar: o senhor podia verificar se tem tal livro aqui? Não. Esse não é a minha função. A minha função é só registrar devolução e empréstimo. Quer dizer, não é a tarefa de consulta. Quer dizer, de repente nós ficamos reféns. E na Inglaterra o que se utiliza em plataformas petrolíferas é a multifuncionalidade. Tem que ter uma plataforma com uma parte de habitacional enorme, porque tem que ter um monte de trabalhadores, cada um é especialista em virar o parafuso daqui, outro de lá. Se parte para uma multifuncionalidade. Eu consigo fazer plataformas menores com a mesma extração de petróleo.

Então, essa tem sido a experiência em vários Países. Agradeço aí a atenção.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, mais uma vez ao Ministro, e passo a palavra ao Sr. Luiz Eduardo Sá Roriz.

SR. LUIZ EDUARDO SÁ RORIZ: Gostaria de fazer um esclarecimento também sob o aspecto de que o Senador Paulo Paim, Senador Nery, pessoalmente cerro fileiras com V.Exª no sentido de que haja uma reformulação na questão trabalhista. A ordem a quem de qual sou membro e a quem sirvo tem uma história toda nesse sentido. Mas eu gostaria de deixar claro a V.Exª que com relação pontual a questão da regulamentação das profissões é importante que se deixe esclarecido mesmo que no momento em que regula uma profissão a única função para a qual aquela entidade foi criada, é para discutir não questões relativas ao direito e ao trabalho. Mas sim de exercício profissional.

Então, um exemplo, pode e eu vou pegar na minha área, pode o Advogado cometer tal ato sem infringir um Código de Ética? Não vou entrar em detalhe, mas... Pode um psicólogo fazer algo dessa maneira, estar ou não infringindo o Código de Ética? Quando se regula no Brasil é nessa função. Por isso aderi aqui e já também fazia parte da minha explanação as posições do Ministro Ives Gandra que temos realmente regulamentar o máximo possível encaminhar isto ao local correto que é exatamente as leis trabalhistas da Justiça do Trabalho. Não cabe, a meu ver, e isso tem sido firmado pelo Supremo Tribunal Federal, que um Conselho possa tomar medidas de cunho trabalhista em determinadas situações.

Então, por exemplo, me parece e aí vou evocar aqui o exemplo típico de algumas categorias, principalmente na área de saúde que tem limitação do seu horário de trabalho. A meu ver, isto pode ser feito através de lei, de competência específica, mas não dos conselhos. Os conselhos têm que ver se o profissio-

nal está corretamente adequado para exercer aquela profissão e se exerce dentro dos limites éticos. Agora, Senador Paim, volto realmente a... Dentro de uma amplitude maior, é possível que isso reverta. Agora, com isso nós esvaziariamos, e precisa ficar muito claro, os movimentos sindicais e associativos do Brasil. Estaremos transferindo ao Estado, a alguém delegado pelo Estado este poder. E aí a mim parece, esse é uma posição pessoal, que você tolhe o poder de agir e de defender uma específica categoria profissional ou profissões. Então nesse sentido faltou colocar esse posicionamento. Quero dizer que adiro com todo o meu fervor até porque somos todos trabalhadores. De um modo geral.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permitir, só para ajudar no raciocínio. O que nós não poderemos aqui nesse momento confundir a liberdade de autonomia sindical, que todo mundo acho que defende e o princípio da OIT. E se você falar... Eu quero só deixar no ar, claro que não é respondendo a V.Exª. O princípio de liberdade e autonomia sindical é a liberdade de autonomia sindical. E aí é liberdade de organização. Mas isso é um debate que faremos no outro momento.

SR. LUIZ EDUARDO SÁ RORIZ: Eu só queria cumprimentar V.Exª no sentido de dizer o seguinte, no momento que eu deixo uma autarquia eu acho que está errado ser autarquia, eu quero dizer aqui claramente, acho que a posição do Supremo Tribunal Federal podia ser ter sido um pouco mais moderna, no sentido de admitir que entidades privadas pudessem exercer por delegação de poder a função delegada de exercício de polícia, nós temos isso nos Estados Unidos, é onde se concentra mais esse tipo de modelo, acho que nós temos o Prof. Diogo Figueiredo tem uma posição muito firme sobre essa questão. Nós conseguimos evoluir tão pouco com relação às agências nacionais, mas acho que podíamos evoluir nesse sentido. Mas o que me preocupa é que quando eu delego isso e deixo uma entidade como autarquia com as amarras de uma autarquia para defender esses interesses, eu estou na verdade tolhendo um sindicato, por mais que temos autonomia sindical, mas eu estou tolhendo porque eu estou transferindo e estou deixando a esse ente o poder de fazer só aquilo que a lei permitir. Enquanto um sindicato ele pode fazer absolutamente a empresa privada ou entidade privada, pode fazer tudo que a lei não proíbe. Essa é a grande diferença e essa é a minha preocupação quando coloquei a V.Exª. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada também, Sr. Luiz

Eduardo. Passo a palavra ao Francisco Gomes, para que possa fazer as suas considerações finais.

SR. FRANCISCO GOMES: Só deixar registrado que não tem a posição nossa, enquanto coordenação de identificação e regulamentação, nenhuma posição contrária à revisão de direitos adquiridos pelas várias categorias. A nossa preocupação está nas propostas como nos chegam e tem um caso recente agora, deve estar vindo aqui para o Senado que é o pessoal da área de ecologia que existe uma confrontação muito grande com outras categorias que já são regulamentadas no caso o engenheiro florestal, pessoal da área de biologia, estiveram, inclusive, em reunião conosco na semana retrasada e nós orientamos como sugestão para que houvesse a inserção dentro do PL o não fechamento em cima de uma categoria única que gerasse essa coisa da reserva de mercado. Mas nós temos, por exemplo, no caso do engenheiro florestal que já está no mercado como uma profissão regulamentada a mais tempo, e que o pessoal formado agora na área de ecologia abraça atividades que são dessa categoria e que já está regulamentada.

Então, eles fizeram a inserção dessa modificação como proposta, esse PL voltando ao Ministério fatalmente nós vamos mudar o nosso parecer está sendo favorável à questão da regulamentação. Então é isso. O Ministério ele não obstrui e não quer tirar direito de ninguém. Muito pelo contrário. É preservar os direitos adquiridos e trabalhar no sentido de nessa política de modernização hoje do mundo globalizado, do mundo do trabalho é de que a gente possa dentro da discussão, da negociação, do acordo coletivo, a inserção talvez de direitos maiores. Era só isso. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada. Agora a palavra ao Sr. Alessandro.

SR. ALESSANDRO FERREIRA DOS PASSOS: Queria, acho que só na verdade esclarecer algumas coisas e óbvio parabenizar aqui o Exmº. Senador Paulo Paim pela sua fala, pela defesa do trabalhador, é lógico, e dizer que o Ministério do Trabalho ele se alinha obviamente ao Senador nessa defesa. A gente tem atuado aí na discussão de cooperativa de trabalho, tem atuado em toda a discussão sobre na terceirização, o tema vem sendo acompanhado. A gente tem posição clara, o salário mínimo eu particularmente também tive envolvido no trabalho que culminou na proposta que está aí tramitando.

Então, mas a nossa discussão aqui ela ficou na regulamentação de profissões e nos conselhos profissionais. Então acho que aí fugiu um pouco da precarização e até o assunto que o senhor comentou da terceirização hoje de manhã de 12% dos postos de

trabalho criado entre 95 e agora eu acho foram [inaudível] de postos terceirizados em atividades fins que é um dado bastante preocupante. A gente está atento a isso também. Mas na verdade o nosso assunto aqui, eu agradeço a palavra do Senador também que bem colocou, é a coisa dos conselhos profissionais e nesse assunto também a gente não se pronunciou, e quero deixar bem claro, o Ministério não se pronunciou nem pela linha da modernização que implicaria em transferir para o Direito Privado a atividade dos conselhos, e isso eu entendo particularmente não sou Advogado que implicaria retirar dos conselhos atividade típica de Estado, atribuições de polícia, atribuições de instituições de impostos que eles cobram impostos e se a pessoa não paga essa cobrança ela é inscrita na dívida ativa da União, então é um recurso é um imposto. Obviamente.

Então, eu entendo que ou a gente caminha para essa linha da modernização que se retira essas atribuições dos conselhos, eles passam a ter outra natureza, diferente das que eles têm hoje, ou então a gente caminha realmente e sedimenta o caminho e a natureza dele de autarquias que hoje não está sedimentada. De forma alguma. E para sedimentar isso a gente precisa sedimentar vários pontos. Hoje o Ministério ele trabalha na linha de que eles são autarquias. Eles exercem funções de Estado, a gente trabalha nessa linha hoje, é por isso que o Dr. Francisco aqui meu colega ele argumentou pela... A gente normalmente cumpre na aceitação de pedidos de criação e quando o Ministério vem a opinar sobre o assunto, a gente segue normalmente o verbete aqui nº. 1 da Comissão de Trabalho e Administração de Serviço Público de 26 de setembro de 2001. Que ele diz o seguinte... É muito rápido, eu vou só passar... O exercício de profissões subordina aos seus comandos constitucionais nos art. 5º, inciso III a CLXX, Parágrafo Único princípio da liberdade de exercício de qualquer trabalho ofício ou profissão. A regulamentação Legislativa só é aceitável uma vez atendido cumulativamente os seguintes requisitos. Que a atividade exija conhecimentos teóricos e técnicos, que seja exercida por profissionais de curso reconhecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto quando for o caso, e que o exercício da profissão possa trazer riscos de dano social no tocante à saúde, ao bem-estar, a liberdade, a educação, ao patrimônio, a segurança da coletividade ou dos cidadãos individualmente, e que não proponha reserva de mercado para um segmento em detrimento de outras profissões com formação idêntica ao equivalente, que haja garantia de fiscalização do exercício profissional e aqui ele vincula a regulamentação profissional à criação do Conselho, quer dizer, se tem que ter a fiscalização do exercício

profissional na fiscalização do trabalho e a fiscalização do exercício ele vincula a criação do Conselho, se estabeleça os deveres e responsabilizados pelo exercício profissional e que a regulamentação seja considerada de interesse social.

Então é em cima desses quesitos aqui que o Ministério normalmente vai opinando e normalmente ele opina no sentido de cancelar ou não a criação de um Conselho e a regulamentação de uma profissão que vai ser fiscalizada por um Conselho que vai ter atribuições típicas de Estado e, portanto, seja efetivamente necessário que ele exista.

Acho que era isso que tinha para dizer. Não, só... Quer dizer, só ratificando que a gente apontou essas duas possibilidades, mas não fizemos, não há uma posição em favor de nenhuma delas. Acho que é uma opção que a sociedade ainda tem que fazer. Obrigado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia, não é fazer contrapondo, não. Só que eu recebi aqui um documento do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, eu não vou ler o documento, porque eles terão a oportunidade, eles fazem a defesa aqui tanto da regulamentação de profissões, claro que com critérios e também da posição. Eu só vou entregar à Mesa já que terão oportunidade de expor seu ponto de vista num outro momento. Se o pessoal da Secretaria puder eu entrego à Mesa. Só para registrar e quem quiser cópia...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Antes de encerrar a nossa audiência, passar a Senadora Rosalba que é Vice-Presidente dessa Comissão e também autora do Requerimento dessa nossa Audiência Pública.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Sr^a. Presidente, eu gostaria de agradecer a V.Ex^a a oportunidade aqui de também fazer um agradecimento em nome de todos, que fazemos a Comissão, e compomos a Comissão de Assuntos Sociais, Srs. Senadores e Senadoras, aos digníssimos... Digníssimas autoridades que aqui vieram ao nosso convite para colocar, expor o seu ponto de vista.

Quero agradecer ao Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, ao Dr. Luiz Eduardo Sá Roriz, ao Sr. Alessandro Ferreira dos Passos, Sr. Francisco Gomes que com a sua... Todos, sem exceção, com suas inteligências, competências e experiência aqui vieram para que pudéssemos conhecer melhor, para que pudéssemos analisar melhor, para que pudéssemos realmente dentro das várias questões que são colocadas a todos nós, Senadores, representantes do povo no dia-a-dia, com relação a novas profissões, isso é uma realidade hoje no Brasil e o Brasil que é bem diferente daquele

que quando foram feitas as primeiras leis trabalhistas, novas profissões surgiram, novas atividades, então nós queremos agradecê-los, porque a nossa intenção, a nossa vontade é que possamos legislar da melhor forma possível contribuindo para o trabalhador brasileiro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Quero agradecer a todos os participantes, a todos os nossos convidados por terem aceitado o convite de participar hoje dessa audiência que é de fundamental importância para essa Comissão e para os membros dessa Comissão, nós precisamos como disse a Senadora Rosalba formar um juízo a respeito disso, como disse o Senador Paulo Paim, esse é o primeiro momento, são muitos projetos que tratam de regulamentação de profissões que estão nessa Comissão, e nós sentimos a necessidade de ouvirmos especialistas e representantes das categorias para nos aprofundarmos e formarmos o juízo, portanto, sobre essas questões.

Quero aqui informar que no mês de maio, nós teremos a oportunidade de votar alguns projetos relacionados à questão do trabalho, principalmente, e certamente a possibilidade e a oportunidade de fazermos mais uma Audiência Pública em que poderemos ouvir os representantes trabalhadores de diversas categorias. É claro que isso vai ter que ser bem discutido porque como são muitas categorias, nós teremos que encontrar uma forma de ouvir a todos aqueles que representem as categorias.

No mais, agradecer a participação dos Srs. Senadores, agradecer a participação de todos os senhores que se colocaram à disposição dessa Comissão para nos ajudar e esperar que em breve a gente possa ter uma nova oportunidade de continuar a debater esse tema que é de fundamental importância, não só para a Comissão, não só para o Congresso, mas enfim, para todo o País.

Muito obrigada a todos e está encerrada essa Sessão.

Sessão encerrada às 13h01

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA,**

ROSALBA CIARLINI, INÁCIO ARRUDA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, VALTER PEREIRA, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, JOSÉ NERY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JOAQUIM RORIZ, CRISTÓVAM BUARQUE E CÍCERO LUCENA. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justificam a ausência os Senhores Senadores Sérgio Guerra e Fernando Collor. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência informa que o item nº 1 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2007 fica retirado de pauta, a pedido do relator, Senador Fernando Collor. O Senador Paulo Paim sugere que seja incluído no texto do Requerimento nº 21, de 2007 – CAS, o Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007, por este tratar de assunto semelhante ao Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2007, referido no Requerimento. Passa-se à apreciação dos projetos: **ITEM I – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2007** “Estabelece prioridades para aplicação dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e dá outras providências”. **Autor:** Senador Osmar Dias. **Relator:** Senador Fernando Collor. **Parecer:** Favorável ao Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Matéria retirada de pauta a pedido do relator. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, DE 2003** “Acrescenta §8º ao artigo 15 da lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, e artigo 22-C à Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer a redução no percentual devido ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a isenção parcial da contribuição previdenciária para as empresas que contratarem trabalhadores com mais de cinquenta anos de idade, e dá outras providências”. **Autor:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relator:** Senador Paulo Paim. **Parecer:** Propõe que seja consultada a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade do PLS 385, de 2003. **Resultado: Aprovado o Parecer de envio da matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Defesa da Cidadania. ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 19, DE 2007 – CAS (em aditamento ao Requerimento nº 06, de 2007 – CAS)** “Com fundamento regimental, em aditamento ao RQS Nº 06/CAS/2007, REQUEIRO seja alterado a referida propositura para constar que a audiência pública aprovada será conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. ITEM 12 – REQUERIMENTO Nº 20, DE 2007 – CAS** “Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90,

inciso II, do Regimento Interno da Casa, **REQUEIRO** a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a tratar do tema da emenda nº 3 constante do Projeto de Lei nº 6272, de 2005 que cria a Receita Federal do Brasil, vetada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em data, local e convidados a serem definidos pela própria Comissão”. **Autores:** Senador Paulo Paim e Senadora Fátima Cleide. **Resultado: Aprovado. ITEM 13 – REQUERIMENTO Nº 21, DE 2007 – CAS** “Com fundamento no disposto do art.58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro a realização de Audiência Pública para discutir o PLS 152/2007 e o PLS 115/2007, que regulamentam a profissão de comerciante. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados o Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos; o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Sr. Antônio Alves de Almeida; Presidente do Secretariado Nacional dos Comerciantes, Sr. Ricardo Patah e o Presidente do Sindicato dos Comerciantes de Porto Alegre, Sr. Nilton Neco. Obviamente, sem prejuízo de quaisquer outros representantes que este colegiado entender por bem convidar”. **Autores:** Senador Pedro Simon e Senadora Patrícia Saboya. **Resultado: Aprovado. ITEM 14 – REQUERIMENTO Nº 22, DE 2007 – CAS** “Nos termos regimentais, solicito seja convidado o Excelentíssimo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Senhor Carlos Lupi, para participar da Reunião Extraordinária desta Comissão de Assuntos Sociais, por ocasião das comemorações do “Dia do Trabalhador”, a realizar-se durante o mês de maio de 2007”. **Autora:** Senadora Patrícia Saboya. **Resultado: Aprovado.** Durante a votação do item 13, Requerimento nº21 de 2007, o Senador Paulo Paim sugere que o PLS 115 de 2007 seja incluído no debate da audiência pública solicitada, por versar sobre o mesmo assunto que o PLS 152 de 2007. A sua sugestão é incluída no Requerimento, que subscrito pela Senadora Patrícia Saboya é aprovado. Sobre o assunto, a Presidente informa, inclusive, que encaminhará à Mesa Requerimento de tramitação conjunta de ambos os Projetos. Ao final da reunião, a Senadora Patrícia Saboya comunica a todos que no âmbito das comemorações do dia 1º de Maio, a Presidência tem a intenção de pautar durante todo o mês de Maio projetos de interesse do trabalhador, contando com a colaboração de todos os membros da Comissão e, ainda lembra a todos sobre seu Requerimento apresentado de convite ao Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Lupi, para uma visita à Comissão em homenagem aos trabalhadores.

Os itens 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10 ficam adiados. Usou da Palavra o Senador Paulo Paim. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2007, ÀS 11 HORAS E 16 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bom dia, a todos e a todas. Havendo número regimental declaro aberta 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os senhores que aprovam queiram permanecer como se acham. Aprovada.

A pedido do Relator, Senador Fernando Collor de Mello, o PLS 35/2007, será retirado de pauta. Será pautado para a próxima Reunião pela impossibilidade dele comparecer a Reunião de hoje. Nós temos vários itens, a maioria deles terminativos, portanto, eu gostaria de votar o item 3 que está na pauta, que o Relator é o Senador Paulo Paim. Iniciaremos por esse Projeto de Lei no Senado nº. 385/2003, que acrescenta o § 8º ao art. 15 da Lei 8.036 de 11 de maio de 90, e art. 22 se a Lei nº 8.212 de 24 de julho de 91, para estabelecer a redução do percentual devido ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, e a isenção parcial de contribuição previdenciária, para as empresas que contratarem trabalhadores com mais de 50 anos de idade. E dá outras providências. O Relator Senador Paulo Paim com a palavra. Item 3.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, Patrícia Saboya Gomes, primeiro cumprimento a V.Exa., e queria aproveitar esse momento e dizer da importância da Audiência Pública que faremos hoje a tarde a Comissão de Assuntos Sociais, que é a Comissão de Mérito e a Comissão de Direitos Humanos com uma iniciativa conjunta do Requerimento junta com a Senadora Ideli Salvatti. E V.Exa. apoiou como Presidente. Então, teremos nessa quarta-feira a presença do Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, para um debate sobre essa Emenda aqui no nosso Requerimento foi vetada corretamente pelo Presidente Lula, porque se-

não tivesse vetado, nós estaríamos de forma disfarçados, eu diria, precarizando, flexibilizando os direitos dos trabalhadores. Fazendo esse chamamento aos Senadores, será hoje as duas da tarde sobre a presidência de V.Exa., e eu estarei lá como autor do Requerimento. Passamos ao relatório do projeto em questão.

Relatório: Trato a presente proposição de autoria do Eminentíssimo Senador Mozarildo Cavalcante, da Promoção de duas alterações legislativas a saber: a) No ano âmbito da Legislação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Lei 8.036 de 11 de maio de 90, propõe a inclusão de disposição estabelecendo que os contratos de trabalho em que figurem na condição de empregados, trabalhadores com idade superior a 50 anos, a alíquota do fundo será de somente 2%. Na esfera do direito previdenciário, ele altera a Lei 8.212 de 24 de julho de 91, que inclui artigo novo, no qual se prevê que as empresas que contratarem ou mantiverem seus quadros trabalhadores com mais de 50 anos de idade ficam isentas do recolhimento das contribuições para a seguridade social, relativas aos empregados que se enquadrem nessa faixa etária. Na justificação o autor argumenta que questão do empregado depende da retomada do desenvolvimento, que por sua vez, depende da redução dos juros aplicada no país. Algumas injustiças pontuais, entretanto, podem já ser atacadas, mediante incentivos fiscais específicos, conforme o autor. É o caso, em nosso entendimento, da concessão de estímulos a contratação e a manutenção de trabalhadores com mais de 50 anos de idade. Assim, propõe-se a redução da alíquota do FGTS para 2% e a isenção das contribuições sociais relativas aos contratos que beneficiam trabalhadores na faixa etária citada. Como forma de dar às empresas uma razão relevante para evitar qualquer tipo de discriminação. Aliás, o autor ainda defende uma discriminação positiva, para compensar algumas desvantagens sociais, econômicas, comparativas, vigentes entre os diversos grupos sociais. O prazo regimental, a proposição, não foram oferecidas emendas. Na análise que eu posso dizer que nos termos no art. 90, inciso I, do art. 100, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, compete as Comissões de Assuntos Sociais dar Parecer sobre o projeto de lei, a Constituição Federal, do seu art. 7º, inciso III estabelece. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais além de outros que visem a melhoria de sua condição social. E aí vem e o § 3º. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. O FGTS é um direito dos trabalhadores, por isso nesse aspecto tenho que duvidar sobre a constitucionalidade da matéria, uma vez que se impõe no projeto, no dizer do próprio autor, uma discriminação na sua opinião positiva, mas que pode esbarrar no óbice(F) Constitucional, consideran-

do o disposto do inciso XXX, do art. 7º da Constituição Federal. Onde está consignada a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério a admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. Além disso, a isenção pretendida da Contribuição Social sobre a folha de salários dos empregados com mais de 50 anos, gera questionamento contra a natureza contributiva da Previdência Social, além do fato que todo o benefício deve ser correspondente a fonte de custeio, a exemplo do que preconiza o art. [inaudível]/2001, inciso I, 195(F) do § 7º e 9º da Constituição Federal. Assim antes o caráter terminativo conferido ao projeto, melhor seria antes da manifestação dessa Comissão que é a Comissão de Mérito, é dirimir da melhor forma possível os aspectos constitucionais nelas desenvolvido. Voto, em fato do exposto, Sra. Presidente, nos termos do disposto do artigo 101, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, propõe que seja consultada a Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania, sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado 386, 385 de 2003.

Sra. Presidente, toda da vez que a gente trabalha aqui na Casa de forma a diminuir as contribuições para a seguridade social, leia-se previdência, assistência e saúde como também do Fundo Garantia por Tempo de Serviço, confesso que eu fico numa situação de constrangimento. Eu que cobro tanto que os aposentados recebam o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo, toda a vez que eu deixo, que eu... digamos, dou o meu Parecer favorável a um projeto que vai diminuir as contribuições a pagar para a previdência. E aqui no caso, a parte do empregador e também do empregado, e também no FGTS que na verdade é uma Fundo do Trabalhador. Se ele lá deposita 8%, ele vai ter um direito sobre aquele acumulado correspondente a 8% mensal. Agora se ele receber só 2% na sua conta com certeza ele vai receber bem menos no ato em que ele foi demitido ou precisar usar o FGTS. Então, devido a essa insegurança minha, quanto a esse projeto, até porque tem algumas precauções nesse sentido, e por estar na pauta inclusive hoje, desta Comissão, um projeto do Senador Jefferson Peres, que na verdade foi considerado pelo Senador Valadares, o mais abrangente de todos inclusive um de minha autoria, que está sendo considerado prejudicado e eu concordo, que o do Jefferson Peres é mais abrangente. E ali já está contemplado uma política específica, inclusive com outros subsídios para a empresa que contratar trabalhadores na faixa de 40 a 45, enfim, 40 e 45 anos, naturalmente e até de 50 ou 60, se for o caso.

Então, eu prefiro nesse momento, entendendo a boa intenção do autor, Senador Mozarildo Cavalcante, que a CCJ se pronuncie e até mesmo em prejuízo

do meu projeto aprovar o projeto do Senador Jefferson Peres, que é bem mais abrangente do que o do Senador Mozarildo, do meu e de outros que foram a pensar o mesmo. Devido a isso que eu peço a V.Exa., se possível botarmos em votação para que esse vá para CCJ. E quem sabe até lá, o do Jefferson Peres já votado a gente atinge o mesmo objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senador Paulo Paim, eu quero agradecer o entendimento de V.Exa.. Eu acho que é importante que a CCJ também possa trazer seu Parecer, e parabenizar mais uma vez V.Exa. pelo desprendimento em relação ao projeto da sua autoria, mas consegue entender a relevância de um projeto que possa abranger ainda todas essas questões como o projeto do Senador Jefferson Peres.

Eu coloco em discussão essa matéria. Não havendo mais quem queira discutir encerro a discussão. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria vai a Comissão de Constituição e Justiça para as devidas providências.

Agora nós iremos votar, portanto, os Requerimentos. O Requerimento nº. 19/2007, autor, Senador Paulo Paim, com fundamento regimental em aditamento ao RQS Nº. 06 da CAS de 2007. Requeiro seja alterada a referida proposição para constar que a Audiência Pública aprovada seja conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa. Em discussão a matéria.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É o item número...

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Requerimento número... Item 11. Requerimento nº. 19.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, de forma muito rápida, na verdade, eu aqui como indicado por V.Exa., presidindo a Comissão de Trabalho e Previdência, eu tinha encaminhado um Requerimento na Subcomissão e também na Comissão de Direitos Humanos. Mas com o meu intuito a mudar o teor, é fortalecer a Comissão principal que é a de Ações Sociais para que esse tema tão relevante que vai tratar das condições de trabalho, seja discutido aqui na Comissão de Assuntos Sociais, e com o apoio da Comissão de Direitos Humanos. Então, esse é o objetivo desse Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigado mais uma vez, ao Senador Paulo Paim. Em discussão a matéria, não havendo quem queira discutir, em votação o Requerimento. Todos que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento nº. 20, item 12. Autor e Senador Paulo Paim e Senadora Ideli Salvatti. Com fundamento no disposto do art. 58, inciso II da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento interno da Casa, Requeiro a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a tratar do tema da Emenda número 3 constante no Projeto de Lei nº. 6272 de 2005, que cria a Receita Federal do Brasil, vetada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em data, local e convidados a serem definidos pela própria Comissão. Na verdade essa nossa Audiência será realizada hoje pelo Senador..., Ministro...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ministro Carlos Lupi.

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Carlos Lupi.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É o mesmo objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): É com o mesmo –

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa é a Comissão de Mérito, essa é a Comissão principal. Eu encaminho o Requerimento nessa Casa e da Direitos Humanos, e que hoje a tarde esperamos sobre a presença de V.Exa.,

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Com certeza.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que a gente possa ouvir o Ministro Carlos Lupi.

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Estaremos juntos hoje, o Senador Paulo Paim.

Em discussão não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Requerimento. Todos que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Hoje as duas hora da tarde nós reiteramos o convite ao Senadores desse Comissão que possam estar aqui prestigiando essa Audiência que com certeza será um tema muito importante para nós, para todos nós.

Agora, item 13, Requerimento nº. 21 de 2007. Autor Senador Pedro Simon. Com fundamento no disposto do artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública para discutir o PLS nº 152/2007, que regulamenta a profissão de comerciante. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados o Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Sr. Antônio José Domingues de Oliveira Santos; Presidente da Confederação Nacional dos trabalhadores no Comércio, Sr. Antônio Alves de Almeida; Presidente do Secretaria-

do Nacional dos Comerciantes, Sr. Ricardo Patah e o Presidente do Sindicato dos Comerciantes de Porto Alegre, Sr. Nilton Neco. Obviamente sem prejuízo de quaisquer outros representantes que este colegiado entenda por bem convidar. Esse também já foi tema de uma Audiência Pública em que tratamos a semana passada sobre a regulamentação das profissões. Esse Requerimento é de autoria do Senador Pedro Simon e eu subscrevo também, e coloco em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senador Paulo Paim, só para discutir a matéria.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para situar o projeto 152, é de minha autoria?

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): A profissão de comerciante... Eu peço que a Mesa que, por favor, transmita ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que eu tenho um projeto da regulamentação da profissão, inclusive foi fruto do debate--.

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Do comerciante, exatamente da semana passada—

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Da última Audiência Pública que tivemos.

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Exatamente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Inclusive com o Dr. Ives Grandra, inclusive teve uma série de ponderação. É esse o projeto?

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Não, o autor do Requerimento é o Senador Pedro Simon. Quero saber quem é o autor do PLS 152/2007. Senador Pedro Simon, também é o autor.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós temos dois projetos.

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): É poderíamos então tratar dos dois projetos nessa Audiência Pública e acrescentar, talvez—

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Qual é o número do Projeto? Eu acho que é o 115? O de nossa autoria.

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Poderíamos anexar a esse Requerimento também o projeto de autoria do Senador Paulo Paim, para que possa ser discutido na mesma Audiência Pública, porque é o mesmo tema e o mesmo projeto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O meu projeto é o projeto 115, também de 2007, é 115, não? Ah, então eu estou bem de memória, ainda viu. A idade está pegando, mas devagar. [risos].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É o 115, os dois de 2007, do Senador Pedro Simon o 152. Eu apenas proponho que, já que existem dois projetos que tratam desse tema—

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Se acrescente—

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O 115/07, e o 152/07 no caso do Senador Pedro Simon. E que a gente, então, eu queria ampliar os convidados de forma tal de que a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, esteja representada nesse debate, e que esse projeto que eu apresentei, é fruto do Congresso Nacional dessa Confederação—

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Já está aqui como convidado, o Senador Paulo Paim, o Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Sr. Antônio José Domingues de Oliveira Santos. Já está contemplada aqui. O que eu acho sugestão, se a Comissão concordar, é que nós poderíamos acrescentar nessa Audiência Pública para discutir o PLS 152, e o PLS 115.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O PLS 115. Se me permitirem, por que eu conheço um pouco do movimento sindical, e às vezes a mesma categoria tem duas Confederações, da mesma, da mesma.

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que eu faça, se me permitirem e se eu pudesse indicar uns dois, três representantes.

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Com certeza.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Do setor, eu acho que não sei se está contemplado, tanto do lado empregado quanto o do empregador.

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, Senador Paulo Paim. Obviamente, sem prejuízo de quaisquer outros representantes que esse colegiado entender por bem convidar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Do Requerimento do Senador Pedro Simon. Portanto, está aberto para que V.Exa. possa sugerir outros convidados que participem dessa Audiência Pública.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E faria também um apelo já, Senadora Patrícia, que eu havia conversado com o Senador Demóstenes Torres. Para que ele

fosse o Relator do PLS 115 tanto aqui como lá da CCJ. E ele havia concordado que nesse caso, ele daria, segundo ele, claro, depois de conversar todos os setores o mais rápido possível o seu Parecer. Como eu entendo que os dois projetos, vão no mesmo sentido, não tem porque nós fazermos, aprovar dois projetos.

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Claro.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que em tese são idênticos. Que os dois fossem apensados e que o mesmo Relator pudesse, se fosse indicado o Senador Demóstenes Torres, que ele pudesse dar um Parecer final. E tenho certeza, porque tenho uma relação excelente com o Senador Pedro Simon, que o Parecer do Senador Demóstenes Torres seria aprovação na minha avaliação fundindo os dois projetos. Que não teria prejuízo, nem para um, nem para outro, autor da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Não, a secretaria nos informa, Senador Paulo Paim, que nós podemos então apensar fazendo um Requerimento, eu faria esse Requerimento pedindo para apensar —

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Os dois projetos.

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Os dois projetos. E nós teremos um único projeto para discutir a mesma matéria. E um único Relator, é possível.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, em votação o Requerimento. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado também o Requerimento.

Requerimento nº. 22, item 14 da pauta. Aatoria da Senadora Patrícia Saboya. Nos termos regimentais solicito seja convidado o Exmo. Ministro de Estado do trabalho e Emprego, Sr. Carlos Lupi, para participar da Reunião Extraordinária desta Comissão de Assuntos Sociais, por ocasião das comemorações do Dia do Trabalhador, a realizar-se, a idéia que fosse dia 2 de maio de 2007. Mas eu já tinha inclusive comentado com o Senador Paulo Paim, como Ministro vai estar hoje aqui, nós queremos deixar também em aberto, porque como é o mês de maio, nós pretendemos dedicar ao Dia do Trabalhador. Então, que ele possa vir encerrar os nossos trabalhos nessa Comissão deixar data a critério do Ministro, já que ele já está vindo essa semana, hoje a tarde já, cumprindo um convite nosso para participar desse Audiência que vai tratar da emenda três.

Eu gostaria de lembrar a todos que na semana que vem, nós iniciaremos os comemorações do Dia do Trabalhador, com a presença do Ministro também

do trabalho, se for o caso, Carlos Lupi, na reunião do dia 2 de maio próxima. A presidência tem intenção de pautar durante todo esse mês de maio, projetos em benefício dos trabalhadores, e contamos com a colaboração de todos os membros dessa Comissão. Eu sei que hoje é um dia complicado em função da CCJ que vota itens bastante polêmicos, um pacote de medidas de Segurança Pública, então, praticamente todos os Senadores, menos os titulares suplentes e além daqueles que não estão, que não fazem parte da Comissão como eu, que também tenho interesse em algumas matérias que ali estão sendo discutidas. Então, eu pediria a presença realmente de todos, a partir da semana que vem, para que nós possamos votar esses projetos que já estão na pauta há bastante, já estão nessa Comissão há bastante tempo, e que precisam ser votados o mais rápido possível. Acho que nós poderíamos unir o útil ao agradável juntando durante esse mês de maio, que é o mês que se comemora o Dia do Trabalho.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia, se me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero elogiar V.Exa., porque percebo que no Congresso Nacional em meses simbólicos, em datas simbólicas, há um tipo de um mutirão para a aprovação de projetos, que sejam votados o mais a comunidade indígena, comunidade negra, as mulheres, as pessoas com deficiência. E eu fiquei muito feliz, eu acho que vai ser o primeiro ano aqui no Congresso, e com o mês de maio com iniciativa de V.Exa., vai ser destinado pelo menos nessa Comissão, a debater e votar projetos de interesses dos trabalhadores. Então, quero só cumprimentar a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Paulo Paim. Fruto também do entendimento que V.Exa., que tem nessa Casa, e o reconhecimento de toda a população do Brasil pelo empenho que tem do seu mandato, da sua vida pessoal, da vocação que tem para essa área de trabalhar em defesa dos trabalhadores do Brasil. E, portanto, é homenagem aos trabalhadores, mas também uma homenagem que essa presidência faz a V.Exa., que tem a Comissão de Assuntos Sociais, mas principalmente a V.Exa., eu insisto nessa tese, porque V.Exa. é Presidente da Subcomissão que trata dessa questão, e V.Exa. é uma referência no Congresso Nacional quando se trata das questões ligadas ao trabalhador brasileiro. Não havendo mais quem queira discutir, em votação esse Requerimento. Todos que

concordam permaneçam como se encontram. Aprovado também o Requerimento.

Não havendo, infelizmente nós não teremos hoje quorum suficiente para votar os projetos terminativos. Damos por encerrada, agradecendo a presença de todos os senhores, e senhoras. Muito obrigada.

Sessão encerrada às 11H40.

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS.

Às quatorze horas e dois minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor SENADOR PAULO PAIM, reúnem-se as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores, FLÁVIO ARNS, JOÃO PEDRO, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, DEMÓSTENES TORRES, ROSALBA CIARLINI, LÚCIA VÂNIA, JOÃO DURVAL, PAPALÉO PAES, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, CRISTÓVAM BUARQUE, PATRÍCIA SABOYA GOMES, IDELI SALVATTI. Compareceram, também, os Senadores não Membros EDUARDO SUPLICY E FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justificam a ausência os Senhores Senadores Fernando Collor e Sérgio Guerra. O Senador Paulo Paim declara aberta a reunião das Comissões, submetendo à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a dispensa da leitura das Atas das respectivas Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende aos Requerimentos nº 17, de 2007 – CDH e Requerimento nº 20, de 2007 – CAS, de autoria do Senador Paulo Paim e da Senadora Ideli Salvatti, para tratar das questões atinentes à emenda nº 03, constante do Projeto de Lei nº 6272, de 2005 que cria a Receita Federal do Brasil, vetada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, convidando o Excelentíssimo Ministro do Trabalho e Emprego, Senhor Carlos Roberto Lupi. Inicia-se a reunião e o Presidente, após suas considerações iniciais, passa a palavra ao Senhor Ministro Carlos Roberto Lupi, que faz pronunciamento, ressaltando a importância do tema em questão. O Presidente passa a palavra à Senadora Ideli Salvatti, que é autora dos requerimentos em debate, juntamente com o Senador Paulo Paim. Em

ato contínuo, às quatorze horas e trinta minutos, o Senador Paulo Paim passa a presidência dos trabalhos para a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que saúda todos os presentes. A Presidente passa a palavra ao Senador João Pedro e ao Senador Eduardo Suplicy, para os seus pronunciamentos. É dada a palavra ao Ministro Carlos Roberto Lupi novamente, que ressalta a importância do veto à emenda nº 03 e considera que a “derrubada” do veto seria um verdadeiro retrocesso à história dos trabalhadores. Ressalta ainda, a importância do papel dos Senadores no debate do tema em questão. Em ato contínuo, a Senhora Presidente encerra a reunião às quinze horas e dois minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS EM CONJUNTO COM A 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2007, ÀS 14 HORAS E 02 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em Conjunto com a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Solicitamos a dispensa da leitura da Ata das reuniões anteriores e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de passar à pauta eu quero dizer que, mais uma vez, meus cumprimentos ao Senador Flávio Arns e demais Senadores, sindicalistas aqui presentes, eu estou vendo aqui Moacir, Gabriel, enfim, tantos companheiros, pelo horário. Eu gosto muito de abrir nossas reuniões exatamente no horário. Essa foi marcada para as 14h00, o Ministro já se encontra, vai vir debater conosco, e agora são... Quando eu abri a Sessão eram 14h02. Com dois minutos de tolerância.

Quero dizer que essa Audiência Pública é uma iniciativa do Senador Paulo Paim e da Senadora Ideli Salvatti, nos termos do Requerimento nº. 17/2007-CDH

e Requerimento nº. 20/2007-CAS, com vistas a tratar do tema da Emenda nº. 03, constante do Projeto de Lei 6772/2005 que cria a Receita Federal mediante o veto do Sr. Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. Quero dizer também que no dia 3 teremos aqui uma outra Audiência Pública, ouvindo o representante dos trabalhadores como também dos empregadores. Acho importante que estejam aqui, hoje, nessa audiência os representantes dos trabalhadores para acompanharem o debate e a posição do Ministro quanto à chamada Emenda 3. Os senhores que chegaram podem sentar na segunda fileira. Sejam bem-vindos. Na segunda fileira, pode ficar à vontade. Pode sentar na segunda fileira. Essa aqui na segunda. Eu vou convidar, solicitar ao nobre Senador Flávio Arns que se dirija até a sala da Presidência da Comissão de Direitos Humanos para que o Ministro Carlos Lupi seja encaminhado à Presidência da Mesa, para que ele possa fazer a sua palestra. Sabemos do seu tempo que é um tempo limitado, e no máximo 15h00 o Ministro terá outro compromisso. Só quero dizer que esse tema da Emenda 3 é um tema que fez com que o movimento sindical brasileiro se movimentasse muito por diversas vezes, inclusive com paralisações no País, em protesto contra a flexibilização ou a precificação dos direitos que ela permite. Então com alegria a gente recebe nesse momento o Ministro Carlos Lupi, aqui na Mesa para que ele faça a sua palestra.

Ministro Carlos Lupi, Ministro do Trabalho, eu quero de pronto, lhe agradecer muito em nome da Comissão de Assuntos Sociais, a Senadora Patrícia Saboya está se deslocando para cá como também da Comissão de Direitos Humanos em que eu exerço a Presidência. Porque o Ministro... Eu fui visitá-lo no seu gabinete, falei da Emenda 3, das nossas preocupações, e perguntei ao Ministro se ele concordava de abrir o ciclo de debates aqui no Senado. Ele disse: Olha, não há problema nenhum. Marque o dia e a hora que eu lá estarei. Pedi que fosse às duas horas da tarde, ele adaptou a sua agenda, está aqui conosco para o debate dessa questão que preocupa muito, muito mesmo os trabalhadores do nosso País e eu diria o conjunto da sociedade. Eu falava aqui, Ministro, que houve inúmeras manifestações desde que a Emenda 3 foi aprovada, felizmente vetada pelo Presidente da República, e nós queremos fazer um debate produtivo, hoje com V.Exª, abrindo esse círculo e no dia 3 ouviremos, aqui, representante de empregados, empregadores, enfim, os líderes sindicais e vamos continuar. Também no dia 3 vamos debater aqui, também no mesmo dia as demissões arbitrárias que estão acontecendo no País contra os dirigentes sindicais. Esse é um tema que nós vamos debater aqui também no dia 3. E também

no dia 3 teremos, serão dois temas, uma será: As demissões e o outro a Emenda 3. E já temos agendado também um debate com o movimento sindical sobre a questão voltada aos acidentes no trabalho, principalmente à situação dos trabalhadores nos canaviais. Aí o movimento sindical será convidado também. Se não me engano essa ficou para o dia 30 de maio, sobre o tema acidente no trabalho, mas com o foco principal na questão desse momento do nº. de acidentes que vem acontecendo no corte da cana.

Eu, de imediato, passo a palavra para que ele faça suas considerações iniciais, depois vamos dialogar com o plenário, para o Ministro do Trabalho e Emprego, Ministro Carlos Lupi. Terá o tempo que entender necessário, para a sua explanação. Eu lembro ao Ministro que está havendo um movimento muito grande na Casa. Hoje temos também no Plenário, além do debate nas comissões que estão atuando, uma homenagem aos 45 anos da UnB. Mas os Senadores vão ao Plenário e vem participar desse debate. Com a palavra, Ministro.

SR. MINISTRO CARLOS ROBERTO LUPI: Bom, primeiramente boa tarde a todos. Queria agradecer ao Senador Paulo Paim, a Senadora Patrícia Saboya, que me deram a honra desse convite, e estou aqui na obrigação constitucional que o Ministro de Estado tem de dar explicações, justificativas, de prestar contas do Ministério ao qual a gente tem responsabilidade de dirigir, como também o direito democrático de emitir suas opiniões. A gente não tem a pretensão de impor opinião a ninguém. Mas temos o sagrado direito de ter opinião.

Eu tenho uma grande preocupação em relação a essa questão da Emenda 3. Primeiro tenho uma preocupação já estabelecida e divulgada amplamente por todos os pareceres jurídicos, inclusive da Assessoria Jurídica do Ministério do Trabalho, Consultoria Jurídica, sobre a inconstitucionalidade dessa Emenda. Tem uma questão muito grave que é você simplesmente acabar com a função de fiscalização do Ministério do Trabalho. É muito grave isso, tendo em vista de que essas relações de trabalho historicamente, desde a criação do Ministério, já se vão meio século, a principal tarefa do Ministério do Trabalho é justamente fiscalizar o cumprimento da Legislação trabalhista. E nós temos quadros técnicos espalhados por todo o Brasil, são cerca de três mil e cem auditores fiscais, tivemos concursos recentemente onde tivemos uma chamada de um grupo de fiscais de auditores, e agora uma nova chamada. Onde estamos procurando, buscando reequipar o Ministério do Trabalho com auditores preparados, competentes, para que se cumpra a Legislação trabalhista vigente no nosso País. Nós não podemos

negar o debate, a questão a qualquer tipo de questionamento que se faça. Mas nós temos a obrigação de transmitir aos Srs. Senadores, aos representantes sindicais, patronais, de empregados, a nossa opinião. Primeiro esse aspecto constitucional... Muito bom ver aqui o meu Senador João Durval, amigo pessoal e Senador pelo PDT da Bahia, muita honra tê-lo aqui. Mas, eu queria retornando à nossa fala inicial, colocar primeiro essa questão legal. Nós não podemos... Nós estamos no Estado de direito, nós somos regidos por uma Constituição promulgada nessa Casa. Eu participei inclusive da revisão constitucional, e nós não podemos levantar nenhum tipo de discussão sobre a Emenda 3 sem primeiro ter essa definição clara do aspecto legal. Então a Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho, com quadros de carreira, são quadros técnicos e preparados, promotores públicos, procuradores, defensores que estão fazendo o seu serviço no Ministério do Trabalho de maneira unânime, considera que é inconstitucional essa Emenda.

Então, eu quero deixar claro esse posicionamento a qual o Ministério do Trabalho endossa, enquanto Ministro titular da pasta, esse posicionamento constitucional da consultoria jurídica do Ministério que são trabalhadores que estão à frente dessa área há alguns anos. A maioria esmagadora, quase a totalidade, sem se quer ter simpatia ou filiação partidária. Então esse aspecto eu quero ressaltar porque aqui, é a Casa dos guardiões da lei. O Senado e a Câmara dos Deputados. Eu quero chamar muita atenção sobre isso porque é uma das bases pelas quais o Sr. Presidente vetou essa Emenda.

Segunda questão é a questão que envolve diretamente o meu Ministério, que é a sua função principia. Principalmente o setor, como eu já falei da auditoria, auditoria fiscal. Tem muitos avanços nesse Projeto de Lei, mas especificamente a Emenda 3 ela traz para nós simplesmente o desconhecimento da função da fiscalização do Ministério do Trabalho. É muito grave. Por quê? Levando para um pólo mais radicalizado nas palavras, significaria dizer a instituição do trabalho escravo no Brasil. Porque nós não podemos fiscalizar simplesmente mais ninguém. Nenhuma empresa. Dependeria primeiro como está aqui claramente: No exercício das atribuições da autoridade fiscal de que trata esta lei, 10593, a desconsideração da pessoa, ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento de relação de trabalho, com ou sem vínculo empregatício deverá sempre ser precedida da decisão judicial. Ou seja, não pode mais existir fiscalização. Primeiro tem que ter uma decisão da justiça para considerar aquilo um vínculo para depois podermos ter efetivamente a função do Ministério do Trabalho, da sua auditoria fiscal

sendo cumprida. Nós sabemos da demanda que existe nos tribunais regionais de trabalho, nossos tribunais de primeira e de segunda instância, e nós sabemos o quanto isso acarretará em necessidades de se proteger as decisões, tendo em vista o acúmulo que, com certeza, ocorrerá. Já existe hoje e ocorrerá em muito maior nº. das demandas por essa Emenda, se fosse votada conforme sua concepção original.

Então, como Ministro do Trabalho eu quero dizer a todos com franqueza, com honestidade, com transparência, podendo errar, mas com o direito de ter uma opinião, que em todos os ângulos legais, jurídicos, institucionais, constitucionais e da relação de trabalho a medida correta do Senado e da Câmara Federal apenas como uma visão, eu não tenho direito de invadir as prerrogativas de cada Sessão, de cada setor do Legislativo, é acompanhar o veto presidencial. O veto presidencial tem o apoio do partido a qual eu presido, unânime. O veto presidencial cumpre os preceitos constitucionais que regem a Nação brasileira, e o veto presidencial tem a noção exata do que acarretaria para a sociedade brasileira a, porventura, aprovação da Emenda 3 conforme proposto. É claro que a gente entende que temos uma realidade no Brasil, isso a gente pode examinar, isso pode ser com Projeto de Lei que podemos fazer, discutindo, é obviamente que é quem faz o Projeto de Lei são seus Deputados e Senadores, mas dando a nossa contribuição, estamos a disposição naquilo que for chamado, convocado pelos senhores para dar essa contribuição. Em casos específicos, exceções à regra, que existem. Mas que específicas são muito detalhistas, são muito setorizadas em áreas muito afins da sociedade brasileira.

No fundo, peço desculpas aqui aos que não concordarem, mas repito, é a opinião da gente, eu acho que manter o Projeto original e não se aprovar o veto ao Presidente, é simplesmente oficializar a terceirização, a burla a CLT. É minha opinião. Apelo aos Srs. Senadores essa compreensão, apelo e peço que seja mantido o veto presidencial, principalmente aos Senadores da base aliada, que nós temos esse compromisso dos 11 partidos da base aliada em aprovar o veto do Presidente. Nós discutimos isso na reunião do Conselho político e nós já fizemos oito reuniões do Conselho político, em três meses desse segundo Governo do presidente Lula. Foi unânime essa posição. E abrir depois de aprovado o veto presidencial, porque nós temos que esgotar a etapas do procedimento. Primeiro aprova-se o veto presidencial. Aprovado o veto presidencial, mantido o veto presidencial, abre-se a discussão das exceções possíveis, plausíveis, razoáveis que possam existir, porventura, na sociedade brasileira.

Eu não queria ocupar muito tempo dos senhores e das senhoras presentes, principalmente os Senadores que hoje, é quarta-feira é dia de muito trabalho. Já fui Deputado Federal e sei, tive a honra de ser aluno do Senador Paim aqui, o pouco que tenho de bom aprendi com ele. Mas eu quero de forma transparente, sincera, honesta, fazer um apelo a essa Casa, que mantenha o veto presidencial porque isso pode ser um risco muito grave para a sociedade brasileira. Pode desencadear, a partir da manutenção do original sem a aprovação do veto ao Presidente um... Uma jurisprudência, vamos dizer assim, de interpretação que simplesmente na prática revogue a CLT. Eu estou aqui indo a um extremo de afirmação, mas é sinceramente a minha opinião e faço esse apelo público... Aos Senadores do meu partido não preciso fazer porque eu os conheço bem as idéias e pensamentos. Aos Senadores da base aliada, principalmente, porque nós não podemos deixar de dar sustentação ao Presidente da República ao veto que ele aporta uma lei. O Presidente da República ao veto uma lei, ele tem pareceres, tem a equipe técnica, ele tem uma série de informações que lhes são dadas, até ele aportar essa assinatura. Eu acho que para nós seria uma situação de grande dificuldade não aprovar o veto presidencial a qual a prova não poderia ser diferente porque sou Ministro de Estado. Quando muito, enquanto Ministro de Estado poderia me ausentar se não concordasse, porque não seria prática do Ministro de Estado vir a contrariar a decisão do seu chefe imediato, mas nesse caso específico, o faço com prazer. Porque acredito, tenho consciência e convicção de que o correto nesse momento é aprovar o veto presidencial sem deixar, e é óbvio, eu entendo essa realidade, de alguns setores específicos que são exceções à regra que precisam ser tratados de forma diferenciado. E aí vem o debate político, essa Casa está aqui para isso, e eu tenho certeza que Senadores como o Senador Paim, o Senador Flávio Arns, que também eu tive a honra de conviver no Congresso Nacional, Senador João Durval, amigo pessoal. A Ideli está ali escondida, desculpe-me eu não tinha visto. Perdoe-me Ideli. Falha minha. É que quando eu reparei, assim eu vi uma luz, quando eu fui era o teu reflexo. Desculpe. A Ideli também.

Eu quero reiterar esse apelo porque eu acho de suma importância a aprovação do veto presidencial, entendendo que todos os casos que podemos ter como exceção seja discutido por essa Casa que é o campo, é o ambiente necessário para o debate democrático. Quero já pedir permissão ao meu Senador Paim que eu preciso, se for possível, ele me liberasse as 15h00, para poder cumprir a função principal do Ministro do

Trabalho, que é trabalhar. Que estou fazendo aqui e preciso continuar fazendo. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Entendendo a agenda do Ministro e o objetivo era esse, que ele abrisse a primeira audiência de uma série que teremos sobre a questão da Emenda 3. E de imediato, como a Senadora Ideli Salvatti é a primeira signatária do Requerimento das Audiências Públicas de debate à Emenda 3. Eu passo a palavra a ela e em seguida ao Senador Flávio Arns.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço ao Senador Paulo Paim, quero cumprimentar o Ministro e a todos que aqui comparecem a essa audiência.

Ministro, apesar da brincadeira da luz, às vezes sai é faísca, não é luz. Porque tem determinados debates que a gente acompanha, e aqui no Senado da República de forma muito especial, tendo em vista que esta é uma Casa que... Quem não é bem preparado, fica sempre muito longe da suplência. Aqui as pessoas que chegam ao Senado normalmente já passaram por muitas experiências anteriores, tanto que esta é uma Casa que tem no seu... Na sua composição Ex-presidentes da República, muitos ex-Governadores, muitos ex-Ministros, Parlamentares experimentados. E, portanto aqui é uma Casa onde não se pode nunca dizer que não se sabe o que está acontecendo ou que está em jogo efetivamente.

Então, assim, quando o veto à Emenda 3 se apresenta como algo para garantir a legalidade, o direito de determinadas questões só serem fiscalizadas depois da ordem judicial, isto pode ser um discurso muito bonito. E muitas vezes se apresenta como um discurso muito bonito. Mas efetivamente, na prática, a gente sabe o que é que isso esconde. Isso esconde algo que já teve neste País, uma mobilização muito grande das centrais sindicais dos trabalhadores, quando se tentou através de Projeto de Lei, fazer com que os acordos trabalhistas tivessem poder superior ao da Legislação em vigor, e que foi uma briga imensa durante o Governo do Fernando Henrique, que só superamos esta briga quando o Presidente Lula ao assumir retirou o Projeto do Congresso. Que era a famosa flexibilização, ou seja, os acordos trabalhistas que todos nós sabemos que existem muitos sindicatos que têm força para fazer bons acordos, mas nem todos têm.

Tem acordos que indiscutivelmente poderiam colocar em risco leis, direitos trabalhistas que levamos décadas, que muita gente chegou a perder a vida para poder garantir na legislação brasileira. Esta história da Emenda 3, ela acaba se apresentando por este bonito discurso que foi colocado, e deu verniz para a discussão, eu não tenho nenhuma dúvida de que acoberta

a precarização das relações de trabalho. É claro que com a evolução da economia, com a... Há necessidade, em determinados casos, de ter contratação de pessoa jurídica para pessoa jurídica. Eu não tenho nenhuma dúvida disso. Ninguém está falando que não é verdade, que não é legítimo, que não é justo, que não deva acontecer. E que inclusive não devam ter regras, não devam existir regras muito claras, de em quais condições esta contratação pessoa jurídica-pessoa, jurídica possa acontecer. Agora, da mesma forma que nós tivemos um grande embate na Medida Provisória 232, que era aquela história do lucro presumido que ninguém pode presumir que alguém vai presumir um lucro real se o lucro é presumido, sempre o lucro é presumido para menos. E a contratação de pessoa jurídica permite, pelo menos uma parte da tributação, ser feita pelo lucro presumido. E todos nós sabíamos que quando a Medida Provisória 232 tentou mexer nesta questão da contratação pessoa jurídica por pessoa jurídica nesta questão do lucro presumido, veio um bombardeio porque não podia, não devia e tal. E nós perdemos aquela guerra. E a guerra volta de novo agora, nesta questão do veto à Emenda 3.

Portanto, quando... E eu quero dizer assim, acho ótimo que as centrais tenham se movimentado, mas levou tempo. Levou um pouquinho de tempo. Deixou ganhar corpo. Eu perguntei para o Artur, o Presidente da CUT e para o Paulinho da força sindical, como é que se deixou, entende? Os grandes meios de comunicação que são os eiros e vezeiros do PJ-PJ de contratação, principalmente dos altos salários da televisão brasileira. São todos contratados como pessoa jurídica. Como forma todos nós sabemos de ter, inclusive, uma relação de trabalho e de tributária bastante diferenciada dos mortais de carteira assinada. Então eu perguntei a eles como é que não tinha tido uma reação mais rápida, porque nós tivemos durante vários períodos notas oficiais, nos principais veículos de televisão, horário nobre da TV veiculando a posição dos que defendem tão ardorosamente a Emenda 3. E a resposta foi até, assim, bastante estranha para os que tantas vezes reagem quando se quer qualquer discussão a respeito dos meios de comunicação, mas o que eles me disseram é algo muito preocupante. Eles disseram o seguinte: Nem pagando eles veiculam. Nem pagando. O outro lado, pagando ou não pagando, eu não sei, porque tem os interesses dos meios de comunicação, foi veiculado. Numa democracia onde tem que existir a liberdade de imprensa, no mínimo nós deveríamos ter tido o direito de a outra posição também ter sido veiculada da forma como foi veiculada a questão das razões de porque é que outra parte da sociedade brasileira está defendendo a manutenção do veto à Emenda 3. Por isso que a

mobilização das centrais sindicais, das confederações. Eu acho importante a presença de tantas confederações, e nós criarmos corpo. A gente sabe que houve muita reação. Teria até assim, tentando desqualificar os movimentos que aconteceram agora essa semana, que teve gente paralisando, que nem sabia por que é que estava paralisando. Ora, as pessoas podem não ter o entendimento do que é a tal da Emenda 3, mas que as pessoas não querem saber de perder seus direitos trabalhistas. As pessoas não querem ter suas relações de trabalho precarizadas.

Então, eu acho que nós estamos num bom momento, Senador Paulo Paim, Senadora Patrícia, que presidem as duas comissões que estão realizando esta rodada de debate. Até porque aqui no Senado, volto a dizer, é uma Casa aonde quem não sabe das coisas não entra aqui. As pessoas que estão aqui, todas, sabem muito bem. Às vezes douram a pílula, às vezes fazem uma argumentação muito vistosa, mas é muito importante que a gente tenha, inclusive a coragem de comprar esse debate. Porque a Emenda 3 saiu daqui. Saiu aqui do Senado. Então a gente tem a coragem, inclusive aqui no Senado, de onde saiu a Emenda 3 a gente poder abrir o debate para poder ter a discussão do que é que significa contratar pessoa jurídica, pessoa jurídica contratar pessoa jurídica, quando não é uma situação adequada, quando é uma situação muitas vezes que pode ser uma imposição aonde o empregador impõe ou é assim ou então não tem o trabalho, não tem... Tendo que aceitar senão a relação não se estabelece.

E queria dizer para vocês, assim... Nós tivemos a oportunidade, não sei se o Senador Paulo Paim já relatou o jantar que nós tivemos, a bancada com o Presidente Lula. E no jantar, foi um jantar extremamente fraterno do Presidente com a bancada do PT, tratamos de vários assuntos e tal. Só teve um único momento e o Senador Paulo Paim, Senador Flávio Arns, não sei se... Aliás, foi no dia da posse do nosso querido João Pedro. Só teve um momento aonde o Presidente foi muito duro. Foi quando ele tratou da Emenda 3. E ele disse e vou reproduzir o que ele disse. Se o Congresso derrubar, eu vou até as últimas consequências. Se eu tiver que ir para o Supremo, se eu tiver que editar outro tipo de medida provisória, eu vou fazer. Porque num País que tem trabalho escravo que a gente combate cotidianamente com muito esforço, eu não vou permitir que se impeça a fiscalização de situações irregulares de trabalho. A posição do Presidente foi muito dura, muito firme. Foi o único momento do jantar que a gente percebeu, que ali a coisa pegou. A gente percebeu que o velho Lula das portas de fábricas do ABC ressuscitava com toda a força. E então, eu acho

que é muito importante a gente estar aqui realizando a Audiência Pública. Aprofundando este debate, tornando pública a posição de vários Senadores e Senadoras, que estão enxergando nesta questão da derrubada do veto da Emenda 3, um risco sim. Tem que aprovar o Projeto, o Projeto já está tramitando. Vamos aperfeiçoar. Inclusive, o Ministro Mantega vai estar hoje, às 18:00 reunião com os líderes da Câmara e do Senado para tratar exatamente dos vetos, SUDAM, SUDENE e Emenda 3. Deverá trazer novidades que o próprio Governo quer aprimorar, fazer algumas alterações lá no Projeto que já está tramitando na Câmara, para a gente ter uma boa regulamentação de trabalho pessoa jurídica-pessoa jurídica. Agora, acobertar precarização de relações de trabalho dos direitos trabalhistas, nós não podemos ser favoráveis em hipótese alguma.

[troca de presidência]

SRª PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Agradeço à Senadora Ideli Salvatti. Quero de qualquer forma me desculpar, Ministro, pelo meu atraso, infelizmente eu cheguei um pouco atrasada e não pude ouvir a sua fala aqui ao vivo a não ser acompanhando um pouco pela Rádio Senado.

Queria dar boas-vindas ao senhor, agradecer pelo atendimento imediato desse convite feito por nós, pelo Senador Paulo Paim, às duas Comissões, e agradeço à Senadora Ideli Salvatti e já passo a palavra imediatamente ao Senador Paulo Paim, autor também dessa nossa audiência.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia, Senador João Durval, tive a alegria de no primeiro pronunciamento que ele fez nessa Casa fazer um aparte a ele, e quero cumprimentá-lo pela forma firme e clara como tem aqui se preocupado no Congresso com as questões sociais. Uma tradição histórica do nosso velho e querido PDT de guerra, que está no meu entendimento cada vez melhor. Inclusive pelas posições últimas assumidas no meu Rio Grande. Só que é meio em código. Mas o Ministro Lupi entendeu quando ele no momento decisivo do interesse do Estado, eles ficaram ao lado da política do Deputado Federal Lino Bassi(F), que estava fazendo um belíssimo trabalho na área da segurança. Meus parabéns ao PDT. Esse é o PDT que eu aprendi nos tempos de sindicalistas, ainda a respeitar e conhecer. E o Ministro Lupi sabe o carinho que eu sempre tive e continuo tendo pela imagem do inesquecível Leonel Brizola, Getúlio Vargas, Jango, enfim são pessoas que marcaram as nossas vidas, eu diria, e não a minha vida.

Mas Ministro Carlos Lupi, eu quero primeiro cumprimentá-lo pelo seu depoimento. Senadora Ideli, o Ministro Carlos Lupi foi muito firme e muito claro. E o pedido que ele fez aqui, quando abriu essa sessão...

Eu me sinto contemplado quando ele disse, que nós temos que fazer nesse momento é seguir a orientação do Presidente Lula e trabalharmos pela manutenção do veto. E a partir disso vamos dialogar, vamos conversar, vamos construir alternativas... Agora, a base de apoio ao Governo, com essa posição relatada muito bem aqui pelo Ministro Lupi e pela líder Ideli, é muito clara. O que o Presidente nos falou naquela noite, claro que não vou repetir. Muito firme. Seria... Se a gente fala, hoje, nesse País que há muito trabalho informal, a Emenda 3 é legalizar o trabalho informal. É dizer o seguinte: De hoje em diante, trabalho informal para todos os lados, onde quiserem, e o Governo não pode nem fiscalizar. O Ministério do Trabalho não pode fiscalizar, a Previdência não pode fiscalizar, a Receita não pode fiscalizar. E aquele trabalhador que tiver no mercado informal, oficializado pela Emenda 3, que quiser protestar tem que entrar com uma ação na justiça. Se entrar com uma ação na justiça é demitido no outro dia. Nós sabemos que é assim. Essa é a realidade é o mundo real. Entrou com ação contra a empresa, no outro dia está demitido.

Então eu estou lendo aqui, Senadora Ideli, e estou me dirigindo à Senhora, porque a sua Assessoria me deu parte do pronunciamento que V.Exª vai fazer hoje, no Plenário. E os dados aqui são assustadores. Aumento de desemprego, impacto negativo sobre as condições de trabalho, aumento do trabalho escravo, informalidade, enfim. Eu não vou ler aqui o seu pronunciamento, mas com certeza é preocupante. A ausência de responsabilização de empregador nas normas de proteção e saúde e segurança ao trabalho, evasão de receita, enfraquecimento da organização sindical... E por isso eu quero, Ministro Lupi, cumprimentar também, as confederações que estão aqui atendendo o nosso chamamento, as centrais sindicais que estão fazendo também a sua parte. No dia 3 teremos um grande debate com os líderes dos trabalhadores, centrais e confederações. E também convidamos os empregadores, em uma nova Audiência Pública para continuarmos a analisar esta situação. Está aqui o Neto, por exemplo, que é o Presidente de uma das centrais sindicais, da CGTB demonstrando que o movimento sindical, Ministro Lupi, sabe que eles usarão a palavra no dia 3. Mas fizeram questão de estar aqui hoje já, para prestigiar V.Exª que está tendo uma posição muito clara e muito firme. No dia mesmo que eu o visitei no Ministério V.Exª disse: Paim, minha posição é muito clara. Irei lá para defender a posição do Presidente da República, que é a posição também dos partidos da base do Governo.

Então, com esse entendimento, Ministro Lupi, eu não tenho pergunta nenhuma a lhe fazer. Só dizer meus parabéns pela sua fala brilhante como sempre,

defendendo com muita convicção os direitos dos trabalhadores, do campo e da cidade do nosso País. Eu disse um outro dia na Tribuna e repito aqui: O Presidente Lula tem acertado na escolha de seus Ministros. Tem acertado e eu falava outro dia da questão educação. Quando ele mexe no Cristovam, fiquei preocupado. Entra o Tasso, respondeu à altura. Quando ele mexe no Tasso, eu fico preocupado. Entra o Ministro Adad e respondeu também à altura e nós estamos muito felizes com o Ministro Adad. Quando mexe no Ministério do Trabalho, no ex-Presidente da CUT e o Ministro Marinho, deslocando-os para presidência, ficamos preocupados. Mas quando lhe indicaram o seu nome eu fiquei tranqüilo. Sabia... Porque sei da sua história e da sua caminhada.

Então é com essa quase que homenagem ao Ministro do Trabalho, do nosso País, pela sua conduta que eu termino a minha fala. Estou convicto que essa Emenda ela... Será mantido o veto a ela. O veto não será derrubado em nome de todo o povo brasileiro. Sem prejuízo e fico com a sua fala, de a gente continuar dialogando, conversando e construir uma alternativa que venha de encontro ao interesse de toda nossa gente, de todo o nosso povo. Parabéns a V.Exª.

SRª PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Eu perguntaria se mais algum Senador, Senador Suplicy, Senador João Pedro, Senador Durval, gostariam de se manifestar? Então eu passaria a palavra... Senador João Pedro gostaria de usar a palavra? Com todo prazer.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, Ministro.

Essa discussão diz respeito aos interesses do nosso País, principalmente do ponto de vista dos avanços e conquistas que a classe trabalhadora obteve no Brasil. O Brasil dos anos 30... O Brasil é novo nessa... Na sua industrialização, na organização que formou a base dos trabalhadores. Porque começa ali na idêntica de 10, tem 20, tem 30, tem o salário mínimo, nós avançamos em muitas conquistas. Penso que é um marco a constituinte de 88 do ponto de vista de avanços sociais de garantias, de na normatização. E esse é um momento, eu fico surpreso inclusive, porque considero um retrocesso, seria um retrocesso. O Brasil avança. Avança na sua economia, avança do ponto de vista de acompanhar esse debate da economia internacional. Nós estamos avançando na organização da economia nacional, nas economias regionais. E esse debate, esse debate que aparece repentinamente quase que do nada, nos pega de surpresa. As centrais sindicais, o debate no Senado, no Congresso acerca da estratégia que desmobiliza as centrais sindicais, as confederações. Enxerga-se perfeitamente o retrocesso no

que diz respeito à geração de empregos, das carteiras assinadas, das estabilidades.

Então eu me manifesto, nesse debate, em primeiro lugar, fazendo uma saudação aos nossos Senadores que estão atentos, Senadora Ideli, Paulo Paim, a Comissão como um todo. Registrar a presença de V.Exª em participar desse debate, penso que essa Comissão não pode dar um passo atrás na história dos avanços, das conquistas dos trabalhadores. Um retrocesso. Fico e vou construir uma maioria no sentido de ficarmos com o veto do Presidente Lula, o veto do Presidente Lula. Encerro aqui a minha fala, externando a minha preocupação e alertando: Derrubar o veto é um retrocesso na história dos trabalhadores, na história das conquistas e dos avanços que nós tivemos em nosso País.

SRª PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador João Paulo. Agora o Senador Eduardo Suplicy. João Pedro, perdão. [risos] desculpa senador. Senador Eduardo Suplicy. Todos são bons, Paulo e Pedro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Srª. Presidenta Senadora Patrícia Saboya Gomes, prezado Senadores João Durval do PDT, e caro Ministro do Trabalho e Emprego Carlos Roberto Lupi. Primeiro meus cumprimentos por essas... Por ter assumido o Ministério do Trabalho e emprego e seja bem-vindo nessa sua primeira audiência. Que espero que sejam muitas aqui, no Senado Federal.

V.Exª nos coloca, hoje razões claras e porque nas presentes circunstâncias, temos a necessidade de aceitar o veto do Presidente da República com respeito a este mecanismo que viria limitar, coibir os auditores fiscais do trabalho para verificar a efetiva relação de trabalho entre pessoas que, porventura, prestam serviços não por uma relação trabalhista, tal como prevista na CLT, mas por outros meios de prestações de serviços.

Nós temos ouvido muitas pessoas que avaliam, isto poderia ser continuado de tal maneira para o interesse dessas pessoas ou para as empresas, inclusive algumas das quais, como no setor de comunicações a contratação de inúmeros casos de pessoas assim. Isso se sabe que é uma realidade. Mas, tendo em conta os argumentos que V.Exª apresentou, que as centrais sindicais por unanimidade estão colocando, a defesa dos direitos de trabalhadores. Tendo em conta, inclusive, a disposição de todos os sindicatos de trabalhadores representados pelas vozes das centrais sindicais, algumas das quais aqui presentes, que observam que será próprio caminharmos na direção, por exemplo, de que os encargos trabalhistas e sociais estejam sendo cobrados, mais sobre o valor agregado do que o valor adicionado, ao invés da folha de pagamentos

ou salários. Tendo em conta que seria importante, inclusive junto aos representantes do PFL e do PSDB, que como o próprio Governo está tomando a iniciativa de propor um caminho alternativo. Infelizmente por eu estar na outra atividade, talvez V.Exª já tenha colocado isso, mas eu agradeceria se puder nos informar qual é o caminho alternativo proposto de diálogo entre os diversos partidos políticos com o Congresso Nacional, para que possamos ter um... Algo que contemple as partes diversas, inclusive dos empresários e dos trabalhadores. Então, eu agradeço se puder nos informar sobre qual é o estágio de uma possível proposta de entendimento que o Ministério do Trabalho e Emprego e o Governo do Presidente Lula estão a apresentar.

SRª PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Suplicy. Eu passo então a palavra ao Ministro Carlos Lupi, para que ele possa fazer... Responder a alguns questionamentos, mas basicamente o senhor deve ter percebido que aqui foi uma Sessão, uma audiência para lhe prestar solidariedade nesse caso. São todos os Senadores que se pronunciaram. Estamos juntos aí nessa mesma luta, como disse a Senadora Ideli Salvatti. Então eu passo a V.Exª a palavra para fazer suas considerações finais. Eu sei que V.Exª também tem um tempo marcado, são dez para as três e V.Exª fique à vontade.

SR. MINISTRO CARLOS ROBERTO LUPI: Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer. Eu não estou muito acostumado não, viu? A vir em sessão onde tem essa solidariedade, mas isso é um bom sinal. Porque nós estamos num Governo de coalizão amplo, somos 11 partidos pertencentes a esse Governo de coalizão. Eu considero que o diálogo com a oposição ou com os Senadores, Deputados que tenham divergência com as nossas idéias e teses, ele é profundamente saudável para a democracia, mas nós temos que ter posição. Eu não julgo coerente da nossa parte, não fechar a questão com a posição do Presidente da República todos os partidos de todos os senhores e senhoras Senadores. Por que? Porque esse é um assunto profundamente caro para o Estado Brasileiro. Nós não podemos deixar o Presidente da República ficar praticamente sozinho numa luta que tem que ser nossa. A minha função enquanto Ministro de trabalho, aí eu tenho pouco, a confusão da função de Presidente de partido, para nós essa questão da Emenda 3 é uma questão fechada dentro do partido. Por quê? Nós somos um pouco os herdeiros naturais da Legislação trabalhista criadas pelo nosso preconizador, pelo nosso idealista que foi Getúlio Vargas. Essa Emenda, ela atinge no coração da CLT. Mas no coração. E vocês sabem, os senhores e senhoras sabem que quando atinge o coração, a chance de sobrevivência é muito

remota. Então eu penso que a minha palavra de agradecimento é permanente.

Ao Senador Suplicy, eu acho que nós temos dois tempos. Primeiro tempo é mostrar a nossa unidade, é mostrar a nossa solidariedade com o Presidente da República, é mostrar que no Senado Federal essa coalizão existe para valer. E todos os Senadores e Senadoras votarem a favor do veto presidencial. Aí, feito isso, abrir o diálogo com setores específicos. As exceções à regra. O que nós não podemos é transformar a regra em exceção que como está hoje na lei ela vira exceção. Desculpe o exagero, mas aí é melhor fechar o Ministério do Trabalho, porque não tem mais função. Se ele não pode fiscalizar, se ele não lutar, se ele não pode coibir, se ele não pode fazer cumprir a legislação trabalhista, qual a razão da existência do Ministério do Trabalho? Desculpe o exagero da retórica, mas é real. É verdade.

Então, o meu apelo aos Srs. Senadores é que tenhamos diálogo com a oposição, estou à disposição de qualquer Senador que é queira qualquer tipo de esclarecimento da nossa equipe técnica... Eu peço que os senhores, qualquer Senador que é queira chamar dos três mil e cem auditores fiscais, os ouçam. Vejam como são as coações, as existências até de integridade física sobre eles quando fazem fiscalização. Eu tenho vários auditores fiscais que não podem mais ir para casa sozinhos. Ter garantia da Polícia Federal por ameaças de mortes permanentes. Se os Senhores e as senhoras acham que é exagero meu, tenho relatos e registros em delegacias. É muito grave isso. É claro, é morte também.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Ministro, só para concordar, os quatro assassinados aqui pertinho recentemente.

SR. MINISTRO CARLOS ROBERTO LUPI: Eu penso que essa questão da Emenda 3 é de uma gravidade que alguns Senadores e Senadoras, não estão dando conta. Porque só assim eu compreendo algumas visões. Eu entendo perfeitamente a realidade do mundo que, hoje nos obriga a ter alguma terceirização. Agora, é diferente ter alguma terceirização e fazer da terceirização a regra. Que é o que a Emenda vai proporcionar. E para surpresa de muitos, eu digo sempre que Deus ajuda quem trabalha. Como eu trabalho muito Ele está sempre dando uma mãozinha pra mim. E eu tenho uma técnica que eu faço com esse Ser Superior, que eu nunca peço. Eu só agradeço. Ao acordar digo muito obrigado e ao dormir digo muito obrigado. Porque Ele fica muito ocupado com os apelos e acaba dizendo: Vou ajudar esse também. É uma técnica que eu faço. Hoje eu tive o anúncio do último dado no CADEG índice de... Espera aí, que eu estou chegando

agora, tem muita sigla. Como tem sigla no Governo, meu Deus do céu. Mas é quem mede anualmente os índices de emprego e desemprego. Nós estamos hoje, esse mês de março, eu estou só anunciando, isso é política de Governo, não é do Ministro do Trabalho. Hoje o melhor índice da história de emprego no Brasil. Comparado com os meses de março desde o início dessas pesquisas. É o melhor índice. Nós estamos com os índices ascendentes janeiro, fevereiro e março que rotinamente são decrescentes ou vulneráveis pelo período. Todas as regiões do Brasil tiveram crescimento da demanda de emprego principalmente da indústria. Quando você cresce emprego na indústria, você cresce uma série de outros empregos provenientes dessa, inclusive de serviços. A única região do Brasil que teve queda foi o nordeste por causa da questão sazonal do álcool e do açúcar pelo período da seca também, que a consequência começa agora ter.

Então, a quantidade de índice, os índices de pessoas legalmente contratadas, aumentou consideravelmente em relação a março do ano passado. Nós estamos num momento da economia nacional que poucas vezes vivemos no Brasil. Desde a história da introdução da República. Vamos pesquisar que o ambiente favorável internacional, a força da nossa moeda, com os prós e contras, tem a questão da exportação aí, as reservas cambiais, os produtos que nós estamos exportando, o PAC praticamente na Câmara com todas as Emenda do Presidente da República já aprovadas, faltando uma que deve ser aprovada de hoje para amanhã. Já tendo a consequência disso, muitas empresas contratando servidores, trabalhadores já para se preparar para participar das concorrências Públicas. Em alguns Estados como o Rio de Janeiro, a indústria naval que está abandonada há mais de 15 anos, tendo encomendas que há séculos não tinha, gerando 10 mil empregos diretos, a nossa PETROBRÁS gerando uma quantidade imensa de empregos.

Então, nós estamos num ambiente muito bom. E nós temos que aproveitar esse ambiente bom para pegar a nossa CLT e pegar essa massa que ainda está na informalidade e ajudar a eles serem integrados no sistema formal de emprego. Porque todos têm esse sonho. Eu não imagino que a gente possa viver uma sociedade onde a gente vê campanhas nítidas, marrotas de querer jogar quem está no mercado informal contra quem está no mercado formal. Como se fosse dizer para a população: É melhor dividir a miséria do que dividir a riqueza. É um pouco maniqueísmo que existe.

Eu tenho visto em algumas matérias na televisão, nos jornais, nos rádios, dizendo o seguinte: A maioria está no mercado informal. Então o que vamos fazer?

Vamos deixar todo mundo no mercado informal? Isso tem lógica? Não tem. Não é razoável. Não é coerente. O que nós temos que trabalhar para incluir quem está no mercado informal no mercado formal. E aí nós temos que ter preparo, inteligência, capacidade. Então eu estou profundamente otimista. Eu já nasci otimista. Brasileiro que nasce da minha origem, quando chega ao ponto que cheguei... Eu jamais imaginei na minha vida um ex-jornaleiro chegar a ser Ministro de Estado, olha, muito obrigado funcionando. Muito obrigado ao acordar, muito obrigado ao dormir.

Eu quero que a gente tenha um pouco de trabalho com a capacidade inventiva que o povo brasileiro tem. Eu vejo, já falei isso, estou repetindo todas às vezes, eu não tenho formula acabada e vou encerrar aqui. Mas nós temos que pensar em criar mais valia para a carteira de trabalho. O que é mais valeria para carteira de trabalho? Nós somos inventivos para criar tantas invenções, para colocar os nossos recursos públicos do BNDES, da nossa Caixa Econômica, do nosso Banco do Brasil, incentivando corretamente tantas empresas. E nós não criamos um sistema que valorize a empresa que emprega mais. Pra mim esse é o caminho. Como é que é? Eu não sou o dono da verdade, eu quero levantar e discussão. Pra mim é uma solução simples. Quanto mais emprego der, menos impostos deve pagar. Vamos incentivar isso na micro, na pequeno empresa. Vocês já imaginaram a massa de trabalhadores que sonham em ver sua carteirazinha assinada, para saber que vão ter as férias remuneradas, para saber que... Qual mulher abriria mão do direito da sua licença maternidade? Será que a sociedade vai andar para trás? Ou será que filho, agora, dura cinco meses pra nascer? Não mudou. Tem alguns casos especiais. Mas a grande maioria é nove meses. Não mudou essa sociedade. A sociedade regride em vez de avançar. Nós estamos discutindo em pleno século 21 retirada de direitos, em vez de discutir como avançar nos direitos. Porque a sociedade tem que distribuir riqueza. Tem que valorizar o trabalho como principal fonte da dignidade humana.

Então eu penso, mesmo aqui, descontando alguns que vão julgar exageros da minha palavra, que essa questão da Emenda 3 ela pode ser um divisor de água do futuro do nosso Governo. Ou nós afirmamos o nosso compromisso com essa massa de assalariados, que não tem mais o que tirar, porque tem muito pouco, ou nós estamos marcando profundamente uma luta de classes que depois nós não saberemos a consequência que teremos sobre ela. Então nós queremos trabalhar para a unidade, nós queremos trabalhar... Eu tive de manhã, tiveram vários empresários. Essa questão dos terceirizados. Já formamos um grupo que tem 60

dias para encontrar uma solução. Mas por que é que a solução tem que ser sempre a de tirar direito? Eu não concebo isso. Que sociedade é essa? Que sociedade a gente quer discutir, onde a gente nunca discute avanço. Como que a gente está olhando para o retrovisor do carro. Vai bater na frente. Quem olha demais para o retrovisor bate no carro da frente. E a sociedade está olhando pra gente. Às vezes em silêncio às vezes oprimida... Não tendo opção de trabalho. Porque não tem mesmo. Agora, com o crescimento econômico, com o Governo dando uma demonstração clara de quer fazer do Estado uma espécie de locomotiva da economia. Implementando políticas públicas sérias, incentivando a geração de emprego, a indústria naval, a indústria ferroviária, indústria não, setor ferroviário. Setor metroviário. Tem muito dinheiro público em setores estratégicos de como fazer o Brasil crescer.

Agora mais do que nunca a gente tem que discutir como vamos incluir milhões de brasileiros, com a carteirinha de trabalho assinada. Nós temos que mudar a pauta dessa discussão. A pauta agora é de em vez de termos uma maioria que ainda hoje... Tem caído, essa semana vamos ter os índices de outros setores que vão dar a diminuição do trabalho informal. Pela primeira vez. Vai surpreender meio mundo. Por que diminuição? Por causa do crescimento econômico. Se o País crescer 4,5, 5%, gera mais renda, as empresas contratam mais. Então por que é que a gente não pode pensar sob essa ótica? E a ótica da a gente é sempre a pauta de quem quer nos levar para discutir retirada de direitos.

Finalizando. Trabalhador no Brasil hoje não tem mais o que ser retirado porque já está no fundo do poço. Ou a gente rediscute essa sociedade ou não haverá como governos comprarem mais armas. Porque a cada bala que atinge algum cidadão, teremos dez esperando o dia da sua chegada. É duro falar, pode ser dramático. Eu estou testemunhando, mas eu sou do Rio de Janeiro. Eu diariamente vejo um jovem de 15, 16 anos ser assassinado como traficante e mais de cem esperando a vaga dele. Que sociedade é essa? Não é a que eu sonho para os meus filhos, não é a que eu quero para meus netos, não é o que eu tenho certeza, nenhum dos senhores quererão para o futuro da Nação brasileira. Muito obrigado.

[palmas].

SRª PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Quero agradecer mais uma vez a presença, a explanação que fez o Sr. Ministro Carlos Lupi nessa Comissão de Assuntos Sociais e Direitos Humanos. Quero convidá-lo, Ministro, hoje nós conseguimos votar um Requerimento na Comissão de Assuntos Sociais que eu presido, convidando V.Exª

para durante o mês de maio, que nós iremos dedicar na Comissão a votar projetos de interesses dos trabalhadores do Brasil, que V.Exª... Eu já entreguei à sua Assessoria e agora convido publicamente, pudesse marcar o dia da sua conveniência durante o mês de maio para voltar a essa Casa, para que pudéssemos fazer uma homenagem aos trabalhadores brasileiros. E quero agradecer a presença de todos os representantes das confederações aqui. Ao Senador Paulo Paim, mais uma vez, por essa iniciativa e encerramos agora essa Sessão. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 15h02.

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 02 DE MAIO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e trinta minutos do dia dois de maio de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **FLÁVIO ARNS** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JAYME CAMPOS, EDUARDO AZEREDO, JOSÉ NERY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MAGNO MALTA, VALTER PEREIRA, ADELMIR SANTANA, ROMEUTUMA E CÍCERO LUCENA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justificam a ausência os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Fernando Collor, Geraldo Mesquita Júnior, Patrícia Saboya e Rosalba Ciarlini. O Presidente em exercício, Senador Flávio Arns declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência informa que o item nº 1 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2007 fica retirado de pauta, a pedido do relator, Senador Fernando Collor. Passa-se à apreciação dos projetos: **ITEM I – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2007** “Estabelece prioridades para aplicação dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e dá outras providências”. **Autor:** Senador Osmar Dias. **Relator:** Senador Fernando Collor. **Parecer:** Favorável ao Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** **Matéria retirada de pauta a pedido do relator para exame de duas emendas apresentadas pela Senadora Lúcia Vânia.** **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2002** “Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990 (possibilita a utilização do FGTS para aquisição de lote urbanizado)”. **Autor:** Deputado Geraldo Magela, **tramitando em conjunto**

com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, DE 1999 “Altera a Lei 8036, de 1990, permitindo a utilização do FGTS para pagamento de anuidades de ensino médio e de curso superior”. **Autor:** Senador Ramez Tebet, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 1999** “Acrescenta dispositivo ao artigo 20 da Lei 8036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS nos casos de constituição de microempresa por parte do trabalhador”. **Autor:** Senador Antônio Carlos Valadares, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, DE 1999** “Altera o artigo 20 da Lei 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação e dá outras providências”. **Autor:** Senador Álvaro Dias, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 223, DE 1999** “Autoriza a utilização do fundo de garantia de tempo de serviço no pagamento do crédito educativo, e dá outras providências”. **Autor:** Senador Luiz Estevão, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, DE 1999** “Altera o art. 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1999, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação e dá outras providências”. **Autora:** Senadora Luzia Toledo, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 2000** “Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, dispondo sobre a permissão de saque pelo trabalhador na conta do FGTS para pagamento de anuidade escolar” **Autor:** Senador Luiz Estevão, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2000** “Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir saque no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de mensalidade escolar no ensino médio e no superior, bem como de dívidas do programa de crédito educativo”. **Autor:** Casildo Maldaner, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2000** “Acrescenta o inciso XIII ao art. 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque da conta vinculada do trabalhador no FGTS para pagamento de cirurgias”. **Autor:** Senador Osmar Dias, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 101, DE 2001** “Acrescenta dispositivo ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir que desempregados saquem os recursos do FGTS para abertura e expan-

são de negócio próprio”. **Autor:** Senador Ricardo Santos, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2001** “Dispõe sobre a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para quitação de prestações atrasadas dos financiamentos habitacionais”. **Autor:** Senador Waldeck Ornelas, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, DE 2002** “Acrescenta o inciso XI ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de modo a permitir saques para a amortização de empréstimos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)”. **Autor:** Senador Ricardo Santos, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, DE 2002** “Altera a Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de forma a permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de microcomputador”. **Autor:** Senador Waldeck Ornelas, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2002** “Altera o artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir a utilização do FGTS em casos de destruição da casa própria do trabalhador em função de calamidade pública ou caso fortuito. Altera o artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir a utilização do FGTS em casos de destruição da casa própria do trabalhador em função de calamidade pública ou caso fortuito”. **Autor:** Senador Carlos Bezerra, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, DE 2003** “Dispõe sobre a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de prestações em atraso relativas a financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH)”. **Autor:** Senador Efraim Morais. **Relator:** Senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** Favorável ao PLC nº 18, de 2002, na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição das demais propostas que com ele tramitam, sendo: PLS nº 131, de 1999, PLS nº 122, de 1999, PLS nº 198, de 1999, PLS nº 223, de 1999, PLS nº 356, de 1999, PLS nº 73, de 2000, PLS nº 203, de 2000, PLS nº 245, de 2000, PLS nº 101, de 2001, PLS nº 185, de 2001, PLS nº 95, de 2002, PLS nº 113, de 2002, PLS nº 124, de 2002 e PLS nº 319, de 2003. **Resultado: Lido o relatório, foi concedido vista ao Senador Paulo Paim. ITEM 07 – REQUERIMENTO Nº 23, DE 2007** “Requer, nos termos do artigo 93, inciso I do regimento Interno do Senado federal, realização de Audiência Pública nesta Comissão, com finalidade de debater o Projeto do Senado nº 51, de 2007, que garante o oferecimento de vacinação anti-papilomavírus humano (HPV) à popu-

lação. Serão convidados; Ministra Nilcéia Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Luiz Antônio Santini, Diretor do Instituto Nacional do Câncer – INCA, Maria José de Oliveira Araújo, Coordenadora da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Luisa Lina Villa, PhD, Branch Director Ludwig Institute for Câncer research, Hospital alemão Oswaldo cruz, e Representante da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO”. **Autores:** Senadora Ideli Salvatti e Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. ITEM 08 - REQUERIMENTO Nº 24, DE 2007 – CAS** “Requeiro, nos termos dos artigos 90, incisos II e V e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o PLS 15/2007 – “que acrescenta artigo 168-A à CLT, para dispor sobre as medidas preventivas da saúde no exercício da atividade de modelo ou manequim e dá outras providências”, com a participação dos seguintes convidados: Ministro da Saúde ou seu representante; Ministro do Trabalho e Emprego ou seu representante; representante do Ministério Público do Trabalho; representante da Associação Brasileira de Psiquiatria e representante do Grupo de Estudo e Assistência em Transtornos Alimentares – GEATA” **Autores:** Senador Marcelo Crivella e Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.** Os itens 03, 04, 05 e 06 ficam adiados. Usaram da Palavra os Senadores Paulo Paim e Eduardo Azeredo. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e catorze minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Flávio Arns, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Flávio Arns**, Presidente em Exercício.

16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE MAIO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se acham. Está aprovada.

Em primeiro lugar comunico a todos que o item 01 da pauta, PLS 35/2007, fica retirado de pauta, e será

encaminhado ao Relator Senador Fernando Collor para dar parecer sobre a Emenda de autoria da Senadora Lúcia Vânia, recebida no último dia 30 de abril. Quero dizer também que recebemos a solicitação da Presidente desta Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Patrícia Gomes, assim como da Vice-Presidente Senadora Rosalba Ciarnili, para que a substituíssemos na presidência no dia de hoje em função de compromissos que as duas Senadoras estão cumprindo em seus estados, num deles, inclusive, com acompanhamento de um falecimento do ex-secretário parlamentar, em que a Senadora está acompanhando também as iniciativas que estão sendo tomadas no estado.

Nós temos itens não terminativos e itens terminativos na pauta da Comissão de Assuntos Sociais. Ainda estamos aguardando os Relatores dos projetos não terminativos, mas antes disso eu gostaria de destacar o trabalho que vem sendo feito pela Comissão de Assuntos Sociais em parceria com a Comissão de Direitos Humanos. Que quando nós pensamos nos objetivos da Comissão de Assuntos Sociais, áreas fundamentais para o Brasil, para o exercício da cidadania, para a construção de uma sociedade melhor, fazem parte da pauta dos objetivos da Comissão de Assuntos Sociais, destaca-se, por exemplo, a questão da saúde, da assistência, do trabalho, da previdência, temos inclusive subcomissões dentro dessa Comissão de Assuntos Sociais que procura abordar assuntos relevantes como é a questão da pessoa com deficiência, onde temos aqui uma Subcomissão permanente, para assuntos da pessoa com deficiência, mas ao mesmo tempo muitos dos assuntos vêm sendo debatidos em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, ou separadamente, mas num aspecto assim de um assunto permanente entre as duas comissões. Quero dizer, inclusive, que o Senador Paulo Paim, que é membro desta Comissão de Assuntos Sociais, é Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e a Senadora Patrícia Gomes que é Presidente desta Comissão é membro da Comissão de Direitos Humanos. Então, no outro dia cerca de duas semanas, três semanas, tivemos um belo debate na Comissão de Direitos Humanos sobre a questão do fornecimento de medicamentos excepcional que é, por um lado, uma política pública da área de saúde desta Comissão de Assuntos Sociais e é sem dúvida também uma questão de direitos humanos, porque a pessoa que precisa de um medicamento excepcional, tem que ter esse medicamento colocado a sua disposição, e isso foi debatido sob esse ângulo na Comissão de Direitos Humanos. Tivemos conclusões bastante adequadas, chegou-se com a participação do procurador da república para esta área, Dr. Carlos Henrique, com representantes também de uma Associação Nacional

que fez uma denúncia pública de extermínio coletivo, em função da falta do fornecimento de medicamentos, e o próprio Ministério da Saúde.

Em função daquela discussão foi marcado uma Audiência com o Ministro da Saúde, para que fosse discutido esse assunto. Já foi realizada a Audiência com o Ministro da Saúde. Nesta Audiência, o Ministro da Saúde se comprometeu a num prazo de uma semana e 10 dias, rever a Portaria 2577, que trata das questões de medicamentos. Já estamos recebendo aqui no Senado, cartas, documentos de entidades, que na verdade, estão colocando denúncias em relação à falta de medicamentos, e nesta Audiência com o Ministro estabelecemos um canal permanente para que estes casos cheguem ao conhecimento do Ministério. Está sendo agendado uma reunião com a Presidente do Supremo Tribunal Federal para se discutir a questão decorrente da decisão daquela presidência em relação ao Estado de Alagoas, onde se propôs na decisão de que os medicamentos que fossem fornecidos deveriam constar no protocolo no Ministério da Saúde, e o protocolo é insuficiente em termos de casos de doenças, o protocolo é insuficiente em termos de medicamentos e o protocolo é insuficiente em termos da quantidade de medicamentos.

Então, tudo isso eu só gostaria de destacar que por um lado é uma política pública que nós vamos discutir, e o Ministro da Saúde pediu para que esta Comissão acompanhe também a elaboração de novas normas para a dispensação de medicamentos excepcionais, e ao mesmo tempo vamos acompanhar pela Comissão de Direitos Humanos, para ver se os doentes crônicos que precisam desses medicamentos estão recebendo os medicamentos adequados. Acompanhamos, inclusive, naquele dia, o caso de uma pessoa que tem um problema de hipertensão pulmonar, e que precisa dos medicamentos, porque senão irá a óbito sem dúvida alguma, por falta, inclusive, de capacidade respiratória, e que conseguiu esse direito na justiça, mas todo mês tem que na verdade, entre aspas, correr atrás das autoridades para conseguir o medicamento. É um absurdo o que está acontecendo em nosso país, em termos da não regulamentação adequada desta área.

Eu só dei isso como exemplo, Senador Paulo Paim, também que está aqui, que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para que a comunidade, a sociedade perceba de que por um lado a discussão aprova Projetos de Lei, mas por outro lado também nós temos que ver como fazer com que um direito não concretizado possa pela participação das Comissões se transformar em realidade. A mesma coisa, eu falo, em relação ao Senador Eduardo Azeredo, que está

aqui também, e que é Presidente da Subcomissão Permanente para Assuntos das Pessoas com Deficiência, onde a gente discutiu na Subcomissão, nós estamos aí para aprovar uma lei importante que está aqui no Senado, que é a Lei do FUNDEB, que é o Fundo de Valorização Manutenção da Educação Básica, agora, e onde as escolas especiais de surdos, de cegos, de pessoas com deficiência mental, não estão adequadamente colocadas dentro da legislação. Então, nesse sentido também é um problema e que nós procuramos através dessa iniciativa achar uma solução.

Com a palavra V.Ex^a, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, primeiro eu quero cumprimentar a V.Ex^a, pela explicação que dá a Casa e ao país, de forma muito positiva desta sintonia entre a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Assuntos Sociais. Ao contrário de que uma matéria plantada no jornal, há poucos dias que vi, onde diz que as Comissões, uma vai se apropriando do direito da outra, não é o nosso caso. Nem da Comissão de Assuntos Sociais e nem da Comissão de Direitos humanos. Nós estamos trabalhando em sintonia, tanto que, Senador Flávio Arns, a Senadora Patrícia presidiu lá na Comissão de Direitos Humanos, o debate que tivemos da Emenda três, de forma correta, uma iniciativa minha como autor do Requerimento, mas o mérito era nessa Comissão, e ela presidiu, como também ela presidiu em um outro dia um debate sobre uma iniciativa dela, que ela preside lá na Subcomissão da criança e do adolescente, também ela presidiu. Então, eu quero dizer que felizmente com V.Ex^a, com a Senadora Patrícia, e todos os membros das duas comissões, nós estamos trabalhando muito, e muito bem, tanto que teremos amanhã duas Audiências Públicas, uma para discutir de novo a Emenda três com o Movimento Sindical, e o Ministério do Trabalho, e teremos outra para discutir a demissão dos dirigentes sindicais de novo em sintonia com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos.

Terceiro, não existe quatro Comissões lá, e quatro Comissões aqui. Lá existe duas comissões, instaladas e funcionando, e aqui pelo que eu percebo existem duas ou três só também, e funcionando muito bem. O importante é que está funcionando, me parece que tem algumas pessoas que não gostariam que funcionasse como está funcionando, em total sintonia. Porque Direitos Humanos e Assuntos Sociais, claro que se confundem um pouco, mas é bom que se confunda, é bom. Que a gente saiba que assuntos sociais é uma questão de direitos humanos, e direitos humanos têm a ver com a política de assuntos sociais.

Eu quero cumprimentar a V.Ex^a, inclusive, agora pelo trabalho que V.Ex^a tem feito, eu diria em nome da duas comissões, na questão dos remédios, que as pessoas precisam desse remédio, o remédio é de uso permanente, e não estão conseguindo receber. E V.Ex^a, como Senador, respeitadíssimo da base do Governo, fez reuniões internas, foi ao Ministério da Saúde, conversou com o Ministro, e agora vai a Presidente ao Supremo Tribunal Federal e eu me propus a acompanhá-lo, inclusive, porque eu entendo que é mas do que justo.

Esse final de semana, ainda no Rio Grande do Sul, eu posso dizer que inúmeras pessoas que ouviram a entrevista de V.Ex^a. sobre essa questão fizeram quase que um apelo para que eu caminhasse junto com V.Ex^a., eu já tinha dito a V.Ex^a. e disse a eles que eu encaminharei, porque acho que é fundamental, está em risco a vida, que as pessoas precisam do remédio, e o remédio infelizmente não está a disposição como deveria estar na ótica de V.Ex^a., todos aqueles que o procuraram.

Então, eu faço essa fala mais para cumprimentar toda a Mesa da Comissão de Assuntos Sociais e naturalmente a Mesa e todos os parlamentares das duas Comissões pela forma integrada que estão trabalhando, né. Isto é muito bom, quem ganha é o país, e não fica aquela bobagem, me desculpa a expressão, de quem foi o autor do Requerimento, não foi o autor do Requerimento. Importante é discutir a matéria e buscarmos soluções em todas as Comissões da Casa. Por isso essa minha fala vai na linha, Senador Flávio Arns, de cumprimentá-lo pelo seu excelente trabalho, cumprimentar a Senadora Patrícia e toda a Mesa da Comissão de Assuntos Sociais, pelo trabalho integrado que nós estamos fazendo. E a Senadora Patrícia, eu me lembro, na última reunião, diz que gostaria muito que no mês de maio, nós aprovássemos temas que são de interesse dos trabalhadores, do campo, e da cidade, da área pública e a da área privada, de aposentados e pensionistas que contou com o apoio de todos os parlamentares, e das duas Comissões que estavam naquela Audiência que ela presidia.

E veja bem, Senador Flávio Arns, ontem foi o dia 1º de maio, eu tinha a expectativa que nós receberíamos como resultado desse 1º de maio, uma pauta muito definida do conjunto do Movimento Sindical Brasileiro para que a gente pudesse mediante a essa decisão, dos eventos que aconteceram ontem, poder usar como instrumento, daquilo que eu chamo de uma pressão democrática e legítima aqui no parlamento.

Acho que vamos caminhar, eu espero que na reunião que vamos ter amanhã, a gente possa receber essa pauta dos sindicalistas, já que estarão co-

nosco nesse trabalho conjunto das duas Comissões, para discutir temas que outro países estão discutindo, por exemplo, a país aqui da América Latina que esta trabalhando seriamente na discussão da redução da jornada de trabalho de 44, nem para 40, para 36, nós temos projetos para discutir de 44 para 40. Nós estamos discutindo no parlamento, e esses países também discutem as normas da própria OET, no que tange o direito ao trabalho e começaram a aplicar, nós temos também que nos debruçar sobre esse tema. Nós temos um problema gravíssimo que é do fator previdenciário, que eu estou convicto que amanhã o movimento sindical vai propor para nós que ele seja pautado--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Aliás, se me permite.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não, estamos aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): A questão do fator previdenciário, a sociedade toda vem acompanhando o projeto de V.Exª, a discussão de V.Exª sobre o tema, e, inclusive, uma das Câmaras Municipais de Vereadores do Paraná, de Campo Largo, município da área metropolitana de Curitiba, pediu para que eu falasse com V.Exª me engajassem--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Exª já está engajado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): A V.Exª que, realmente, já estou engajado, para que se rediscuta a questão do fator previdenciário. Então, V.Exª está com um prestígio bastante grande no Paraná, onde seus projetos vem sendo debatidos pelas Câmaras de Vereadores.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senador Flávio Arns, eu queria também dizer que espero e acho que vamos receber amanhã.

O Movimento Sindical vai ter que ter um debate sobre a previdência, né, e conseqüentemente sobre a situação dos aposentados e pensionistas, por que ao inverso daquilo que eu gostaria, que é como fazem a maioria dos países da América Latina, que estende aos aposentados o mesmo percentual dado ao mínimo, percebo, não é uma política de Governo, não estou nem falando aqui da situação, nem da oposição, mas pelo menos vi que um dos painelistas do fórum da previdência representando o IPEIA, um deles, ao contrário, quer que o salário mínimo do aposentado seja menor, inclusive, do que o salário mínimo unificado ao nível nacional. Isso é inaceitável. E claro que aqui vamos ter um debate duro nessa questão, que não vamos permitir que isso aconteça em hipótese alguma.

Mas eu quis fazer um rápido comentário sobre o 1º de maio de ontem, e que nós faremos essa expo-

sição no Plenário hoje a tarde, já que foi assegurado que no primeiro momento, pelo menos, ali da Sessão da tarde, nós vamos falar um pouco sobre o dia primeiro de maio.

Era isso Senador Flávio Arns. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço a V.Exª, e todos os itens elencados são fundamentais e fazem parte dos objetivos desta Comissão, a área do trabalho.

Nós temos na nossa pauta, itens não terminativos, o item 1, como já anunciado foi retirado de pauta para que o Senador Fernando Collor, Relator, possa apreciar a Emenda apresentada pela Senadora Lúcia Vânia, e retornará, portanto, à pauta, provavelmente na próxima Sessão deliberativa.

O item nº. 2 da pauta acrescenta o inciso ao art. 20, da Lei, 8. 036 de 11 de maio de 1990, que possibilita utilização do FGTS para a aquisição de lote urbanizado. O autor é o Deputado Geraldo Magela. E esse Projeto de Lei está tramitando em conjunto com o Projeto de Lei nº. 122/99 de autoria do Senador, e saudoso Senador Ramez Tebet, também em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 131/99 do Senador Antônio Carlos Valadares, também em conjunto com o Projeto de Lei 198/1999 do Senador Álvaro Dias, Projeto de Lei também em conjunto nº. 223/1999, do Senador Luís Estevam, em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 356/99 da Senadora Luzia Toledo, em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 73/2000 do Senador Luís Estevam, em conjunto com o Projeto do Lei do Senado nº. 203/2000 do Senador Casildo Maldaner, em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 245/2000 do Senador Osmar Dias, em conjunto com o Projeto de Lei, nº. 101/2001 do Senador Ricardo Santos, em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 185/2001 do Senador Waldeck Ornelas, em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 95 /2002 do Senador Ricardo Santos, em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 113 /2002 do Senador Waldeck Ornelas, em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 124/2002 do Senador Carlos Bezerra e também em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 319/2003 do Senador, de autoria do Senador Efraim Morais.

O Relator, o Senador Eduardo Azeredo, que tem um Parecer favorável, PLC nº. 18/2002, na forma do substitutivo que apresenta e pela rejeição das demais propostas que com ele tramitam, sendo os projetos, PLS nº. 131/99, PLS 122/99, PLS 198/99, PLS 223/99, PLS 356/99, PLS nº. 73/2000, PLS 203/2000, PLS 245/2000, PLS nº. 101/2001, PLS 185/2001, PLS 95/2002, PLS 113/2002, PLS 124/2002, e PLS nº. 319/2003.

São inúmeros, Senador Eduardo Azeredo, os projetos tramitando em conjunto, por que todos eles dispõem sobre a utilização do FGTS para objetivos além daquele mencionado para outros objetivos.

Com a palavra, então, o Senador, Relator desta matéria, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, Srs. Senadores. Evidentemente que analisar uma série de projetos como esses, projetos todos eles, bem intencionados, em relação ao Fundo de Garantia, não é uma tarefa simples, ela já foi feita anteriormente, nós chegamos a ter esse projeto indo ao Plenário, depois é que ele retornou.

Dos diversos pontos levantados aqui, das diversas alternativas que estão prevista no Fundo de Garantia temos até compra de computador, temos pagamento de escola, temos várias alternativas. Eu, na verdade, entendendo a importância de não ampliar em demasia a utilização do Fundo de Garantia, estou optando pelo substitutivo que prevê a utilização apenas em alguns casos, a utilização adicional aos casos que já existem hoje. Então, basicamente é o pagamento de parte das prestações vencidas ou vincendas, podendo ocorrer isso apenas uma vez, o pagamento do preço de aquisição de lote popular, entendido como lote popular, o lote de uso residencial com até 250m², localizado em parcelamento urbano aprovado pelo poder público, e ainda que algumas condições sejam respeitadas, como do titular da conta vinculada conte com no mínimo de três anos de trabalho, sobre o regime de Fundo de Garantia, na mesma empresa ou empresas diferentes. E que o valor utilizado na atinge no máximo 80% do peso do lote e ainda que o adquirente não possua outro imóvel. E a terceira, o terceiro tipo, terceiro projeto que está sendo acatado, é com relação amortização de parcelas vincendas, e vencidas e vincendas, de empréstimo concedido ao trabalhador ou a seus filhos dependentes de até 24 anos de idade, pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, FIES, ilimitada a 70% do valor de cada parcela, e ao saque total de no máximo 30% do saldo da respectiva conta vinculada. Ainda prevê o Conselho curador do FGTS disciplinará todo o disposto nestas novas modalidades.

É, Sr. Presidente, eu sei que a Caixa Federal é sempre contra, ela é contra qualquer modificação no Fundo de Garantia, a utilização do Fundo de Garantia. Com o argumento de que não se deve alterar as já as finalidades previstas, para o outro Fundo de Garantia.

Ocorre que o próprio Governo Federal está fazendo uma modificação essa de grande vulto, não uma

modificação como essas que estão aqui que são na verdade, é de pequena monta. O Governo está propondo utilizar 5 bilhões de reais, podendo chegar a 18 bilhões dos recursos do Fundo de Garantia, para criar um fundo de investimentos na área de infra-estrutura. Então, me parece que cai por terra, esse argumento contrário a outros projetos na medida em que nós estamos falando aqui de milhões, não estamos bilhões, o Governo fala em bilhões, utilizar até 18 bilhões.

As modalidades aqui que eu estou acatando, são não sei porque que seria o poder ser contra, a questão de lotes urbanizado está dentro dos objetivos básico do Fundo de Garantia. O pagamento de prestações vencidas ou vincendas, também estaria dentro, ou se estaria apenas dando condições ao trabalhador de usar o dinheiro que é dele, que está ali guardado, evidentemente que previsto para o momento em que ele for demitido, ou em algum momento em que terminar ou for se aposentar. Mas o fato é que ele poder ficar livre de uma dívida que o atormenta e é válido que se dê essa alternativa ao trabalhador, e a terceira também, quer dizer, você poder amortizar parcelas vencidas e vincendas de empréstimo dentro do FIES, da mesma maneira, ele tem um dinheiro guardado no Fundo de Garantia e não pode usar esse dinheiro para ficar livre de uma dívida que todo dia o atormenta com cartinhas que chegam pelo correio de cobrança, no caso aí de ensino superior, através do FIES, que já foi dado ao trabalhador, esse estudante. De uma maneira que eu defendendo agora com mais força ainda, do que defendia anteriormente. E veja que eu não estou atacando outras modalidades aqui, volto a dizer, tem compra de micro computador, que é a minha área, até profissional, eu acho que cada dia é mais importante a pessoa poder comprar micro computador, mas não acho que seja válido, nesse caso, usar o Fundo de Garantia para isso, existem outros projetos como CAS, da redução do IPI que foi feita com a aprovação do Senado, e que já propiciou aumento sim do número de vendas de computadores, até da baixa de preço hoje já se compra computador por menos de 1.000 reais.

Então, Presidente, eu gostaria de insistir na aprovação desse projeto, considero que ele está dentro da razoabilidade, está dentro do que é possível fazer com os recursos do Fundo de Garantia, é importante que nós não fiquemos com tantos projetos guardados na gaveta sem uma avaliação do congresso, e esse é o outro ponto que eu quero até me referir outra vez, me preocupa muito, é tão crítica a visão da sociedade sobre o trabalho legislativo. Na verdade o trabalho legislativo existe, mas existem trâmites burocráticos que prejudicam, veja que há mais de dois anos, ter um projeto de minha autoria que permite utilização do Fundo de Ga-

rantia para o trabalhador pagar parte da mensalidade sua ou do seu filho até 24 anos, mas limitado ao máximo de 70% do valor da mensalidade, limitado ainda ao máximo de 30% do saldo como está também previsto aqui. Foi aprovado pelo Senado, está paralisado na Câmara dos Deputados há mais de dois anos.

São fatos como estes que realmente exige, eu diria, não o caso aí uma ato ação institucional da direção do Senado, em relação da direção da câmara, porque esse não é o primeiro caso, são vários os casos de projetos aprovados pelo o Senado que ficam realmente dormindo, como se poderia dizer, nas gavetas da câmara sem uma aprovação. Mas voltando a esse projeto, e sobre esse ainda, ainda sobre esse do ensino superior, V.Exª mesmo tem um projeto semelhante, porque não há, se pode utilizar para comprar casa, se pode utilizar comprar ações, se pode utilizar agora para fazer fundo de infra-estrutura, porque não usar o Fundo de Garantia para a educação do trabalhador e seus filhos.

De maneira, Presidente, que esse é o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Só gostaria também já que V.Exª, inclusive, mencionou o projeto de minha autoria, de fato a gente já vem há alguns anos discutindo essa questão da utilização do Fundo de Garantia para que a questão educacional, sempre levando em conta que é um recurso do trabalhador, quer dizer, é um patrimônio. E a gente sempre pensa qual que é o maior patrimônio que o trabalhador pode deixar, quer dizer, isso a gente também inclusive com as conversas com as pessoas, eu quero que o meu filho estude, que ele tenha oportunidade de estudar, que eu eventualmente, as pessoas dizem que eu não tive. Inclusive o projeto de minha autoria que foi apresentada até no sentido de ter uma carteira educacional onde o dinheiro retornaria, quer dizer, seria um crédito, um valor rotativo, também como tem o crédito habitacional, ter a carteira educacional.

E eu quero dar o mérito também que esse projeto a época foi elaborada em conjunto com o Deputado, que eu era Deputado ainda na época, com o Deputado Gastão Vieira, e com então, Deputado Walfrido Mares Guia, que agora é Ministro também. No outro dia até conversando com ele, eu disse: “Olha precisamos retomar aquele debate nosso de quatro anos atrás, porque o projeto já está tramitando há quatro anos. E eu sei que há muita oposição em relação ao relatório de V.Exª, pensando até numa alternativa que seria a criação de uma carteira educacional como tem a carteira habitacional” --

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

A diferença básica entre os dois projetos, no meu é

um simples destaque o de V.Exª. realmente é criação de um Fundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): De um Fundo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Eu já conversei com o Ministro Walfrido também, ele defende mais a linha do seu financiamento. Na minha parte, qualquer um dos dois está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Pois é.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Eu quero que o trabalhador possa usar parte do seu Fundo, seja do seu recurso, seja através da criação do Fundo, seja através do saque simples.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Exatamente. Está em discussão a matéria, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flá-

vio Arns, Senador Eduardo Azeredo. Primeiro dizer da importância desse debate. Que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, ele quando foi criado, ele tinha praticamente dois objetivos, é a construção de casas, o saneamento básico para o trabalhador de baixa renda, e o segundo era no caso de demissão, que ele pudesse então ter um Fundo efetivamente que permitisse a ele sobreviver durante um período que ficasse desempregado, ou até mesmo investir aquilo em algum negócio próprio. Com o tempo, como o diz o Senador Eduardo Azeredo, de forma correta, houve mudanças profundas em relação ao destino original desse Fundo dos Trabalhadores. Eu confesso que eu tinha também um projeto, e estava pensado(F), e eu pedi para desapensar (F), para que a gente continuasse debatendo o tema.

O atual Ministro Carlos Lupi, e aí Senador Azeredo, eu como ninguém reconheço o seu trabalho de ter estudado essa penca de projetos, e para tentar construir um que significou na verdade uma média de todos, porque a maioria trata de fato da educação, e trata também da possibilidade do trabalhador pagar as suas dívidas, aqui no caso, principalmente para a aquisição de um lote, né.

Eu estou com um pequeno problema, e vou dividir com vocês a responsabilidade do momento, eu tenho uma relação muita boa com o Ministro Carlos Lupi, e acho que todos nós temos. Ele é um Ministro que veio da área trabalhista, tenho certeza que tem o maior apreço por todos nós, e ele diz que gostaria de conversar um pouco mais sobre essa questão. Queria ter a participação dele, já que ele está interagindo, inclusive, junto ao Ministério da Fazenda para que aquela história do DRU, Desvinculação de Recursos da União, não mais vencido, inclusive, sobre também

o Fundo de Garantia. E que entendendo que o Ministro da Previdência deveria fazer a mesma coisa, para que não incidisse também sobre os recursos da seguridade social.

E ele fez uma solicitação para nós, e eu quero aqui dividir com vocês, foi um pedido que ele fez, que nós pedíssemos vista do projeto, e permitíssemos que ele viesse aqui em uma Audiência para dialogar conosco sobre essa tema. Que ele entende de fundamental importância, mas que ele gostaria de aprofundar esse debate.

Eu não sei se foi pedido vista já, Senador, eu não sei se é permitido o pedido de vista, eu faria da seguinte forma, se V.Exª concordar, eu peço a vista, me comprometendo de devolver já na próxima reunião que tivermos aqui. Eu em tese, estou entendendo como V.Exª colocou muito bem, da forma que foi apresentado os projetos, e que V.Exª resumiu praticamente para dois itens, mas como foi um pedido do Ministro, eu gostaria muito se nós tivéssemos uma oportunidade de ouvi-lo sobre esse tema, já que é uma área que tem muito haver também com a pasta do Ministro.

Fica aqui a, estou dividindo a responsabilidade com todos nós, aqui se possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Paim, eu acredito que, além de ser regimental, é válido que possamos ouvir o Ministro, é novo o Ministro, possamos ouvir a opinião dele sobre os diversos projetos. De uma maneira que eu não tenho nada a opor, vamos lá. Agora, só gostaria que fosse realmente mais rápido, porque nós já tivemos essa discussão já quase em Plenário, depois voltamos, já tivemos uma Audiência Pública a respeito. Quer dizer, eu insisto, eu tenho procurado fazer aqui, e vou continuar assim, a questão da oposição numa linha em que seja mais administrativa realmente. Eu acho que nós já evoluímos bastante no Brasil, no sentido de termos hoje uma situação política no ponto de visto da democracia, que é uma democracia plena, e me parece que o tipo de oposição, eu defendo pelo menos isso, seja realmente modificado. Nós não podemos ter mais a oposição como no passado tivéssemos, na época no regime militar, que era uma oposição ao regime, ou mais recentemente a própria oposição que o PT fazia em um certo momento, que era a oposição do quanto melhor pior. O PT também apreendeu com a realidade dos fatos.

Então, eu acho que hoje, cabe a nós do PSDB também fazermos uma oposição, que eu chamo de oposição moderna, ainda que alguns critiquem dizendo que nós estamos desorientados, que o PSDB está

fazendo uma oposição, que seria uma oposição muito light, uma oposição muito pequena. Eu acredito que é ao contrário, eu acho que é uma oposição grande que nós estamos fazendo, é uma oposição grande no sentido mais amplo da palavra, é uma oposição que busca melhorar os projetos de interesse do país. O que nós temos discutido aqui em diante, não é mais quem que é partido mais puro, ou menos puro, é o partido que pode fazer mais, eu acho que aí que realmente vem à atuação que eu defendo do PSDB.

Então, dentro desse conceito de uma oposição moderna, uma oposição que quer que os projetos sejam mais bem feitos, eu estou de pleno acordo, que discutamos, portanto, com o Ministro esses projetos sobre o Fundo de Garantia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em função da solicitação, então, do Senador Paulo Paim, é concedida a vista a V.Exª. Pelo a prazo de --

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permitir, até para ficar dentro da coerência, que eu quero mais uma vez cumprimentar o Senador Eduardo Azeredo, e de forma muito diplomática aqui, tem nos ajudado muito, inclusive, em projeto de minha autoria, ele tem me ajudado muito fazer a defesa, que dentro da argumentação que eu fiz e se assim a Mesa entender e o Senador, eu entraria com um Requerimento, não é de convocação, mas de convite para o Ministro então, que me pediu que eu fizesse esse pedido de vista, para que ele viesse com seus técnicos conversar conosco sobre esse projeto. Junto a Mesa, o Presidente Flávio Arns, podia ver qual é a melhor forma para ficar coerente com meu discurso que eu dei aqui, já que foi um pedido do Ministério de Trabalho, para que a gente pudesse conversar um pouco mais sobre o projeto, e com a concordância do relatório muito bem feito pelo Senador Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu estou sendo informado pela Secretaria da Comissão que há uma previsão de vinda do Ministro para o próximo dia 16. Eu tenho impressão, que é uma primeira discussão com ele, em função dele ter tomado posse, e podemos dizer a ele que este item, então, constará da pauta desta vinda dele aqui, a esta Comissão, no próximo dia 16.

Porque na verdade, V.Exas. se lembram que já foi feito, inclusive, uma Audiência Pública, eu diria que não foi feita uma Audiência Pública, foram feitas várias Audiências Públicas, sobre esse mesmo tema. Mas considerando que o Ministro assumiu no cargo de Ministro há pouco tempo, e além disso existe o fato novo, conforme enfatizado pelo Senador Eduardo Azeredo, de utilização dos recurso do FGTS no

programa de aceleração do crescimento, o que muda um pouco, inclusive, a perspectiva de se negar ou de se aprovar em função desses fatos novos que vem sendo abordados.

E como V.Ex^a. também colocou, Senador Paulo Paim. É um debate, é uma deferência, mas que a gente não procrastine(F) muito essa situação, porque são, eu diria, dezenas de projetos sobre essa tema, e temos que chegar a uma conclusão sobre isto para que não fica por parte da comunidade essa expectativa de um direito que muitas vezes, como o Senador Eduardo Azeredo e V.Ex^a. colocaram, as vezes por demora e tal, a gente sabe que é uma, é uma assim, uma visão, uma filosofia, política em relação a utilização desses recursos, não tanto em termos de, de uma deliberação que esta Casa esteja deixando de fazer.

Muito bem, então está concedida a vista ao Senador Paulo Paim, regimentalmente pelo prazo de 5 dias, mas já dizendo para a Secretaria que esse assunto fará pauta, fará parte, se houver concordâncias dos Senadores, da Audiência com o Ministro no dia 16, e na seqüência na primeira Reunião posterior a esta Audiência, voltará a pauta da Comissão de Assuntos Sociais.

O item nº. 3 da pauta, não terminativo, que tem como Relator o Senador Demostenes Torres, é o Projeto de Lei da câmara nº. 41/2006, como é a primeira vez que consta da pauta e como o Relator não está presente, como é de habito dessa Comissão, entrará novamente o assunto em pauta na próxima reunião deliberativa. Por isso que não designarei neste momento o Relator *ad hoc*.

O item 7 da pauta, temos dois Requerimentos, item 7 e 8. O item 7, é o Requerimento nº. 23/2007, da Senadora Ideli Salvatti, e do Senador Paulo Paim.

Requer nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública nessa Comissão com finalidade de debater o projeto do Senado nº. 51/2007, que garante o oferecimento de vacinação, antepapilomavírus humano, HPV, à população. Serão convidados Ministra Nilcéia Freire (F), da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Luiz Antônio Santinni (F), Diretor do Instituto Nacional do Câncer, INCA; Maria de Oliveira Araújo (F), coordenadora da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde; Luíza Lina Villa, [inaudível], Hospital Alemão Oswaldo Cruz e representante da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia.

Está em discussão o Requerimento, não havendo quem queira discutir, em votação, está aprovado.

Também o Requerimento nº. 24/2007, também de autoria do Senador Paulo Paim em conjunto com o Senador Marcelo Crivella.

Requeiro nos termos do art. 90, inciso II, e IV de 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para instruir o PLS 15/2007, entre aspas, que acrescenta art. 168-ACLT para dispor sobre as medidas preventivas à saúde no exercício da atividade de modelo, ou manequim e dá outras providências.

Então, é um assunto muito importante com a participação dos seguintes convidados, Ministro da Saúde ou o seu representante, Ministro do Trabalho e Emprego ou o seu representante, representando o Ministério Público do Trabalho, representante da Associação Brasileira de Psiquiatria e representante do Grupo de Estudo e Assistência em Transtornos Alimentares, GEATA.

Está um discussão o Requerimento, não havendo quem queira discutir, em votação. Está aprovado.

Quero dizer que os dois Requerimentos aprovados são fundamentais também para aspectos que vem sendo bastante debatidos na nossa sociedade, que se relacionam à questão da saúde que é um dos objetivos desta Comissão.

Não havendo mais o que consta da pauta, que os itens terminativos, que são os itens 4, 5 e 6, dependem de quorum, de 11 Senadores presentes para a sua votação.

Então, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos pela participação, obrigado.

Sessão encerrada às 12h14.

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 19ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE MAIO DE 2007, QUINTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia três de maio de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador **PAULO PAIM**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. O Senador Paulo Paim declara aberta a reunião das Comissões, submetendo à Comissão de Assuntos Sociais, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a dispensa da leitura das Atas das respectivas reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento nº. 20 de 2007 – CAS e ao Requerimento nº. 17 de

2007 CDH, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Ideli Salvatti, para tratar das questões atinentes à emenda nº 3, constante do Projeto de Lei nº 6272, de 2005 que cria a Receita Federal do Brasil, vetada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva. O Senador Paulo Paim dá início a reunião, convidando os palestrantes, que terão 10 minutos com 5 minutos de tolerância para suas exposições, para comporem a mesa. Usaram da palavra os seguintes convidados: **Dr. Ives Gandra Da Silva Martins** – Advogado Trabalhista; **Dr. José Nilton Pandelot** - Presidente da ANAMATRA - Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho; **Sr. Sebastião Vieira Caixeta** – Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANTP); **Sr. Antônio Fernandes Dos Santos Neto** – Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); **Sr. Moacyr Auersvald** – Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores; **Sr. Carlos Henrique De Oliveira** – Central Única dos Trabalhadores (CUT); **Dr. Roberto De Figueiredo Caldas** – Advogado Trabalhista; **Sra. Rosa Maria Campos Jorge** – Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. **Sr. José Calixto Ramos** e a Presidente da Nova Central **Sra. Mônica P. Oliveira Lourenso Veloso** – Secretária da CDH da Força Sindical. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usaram da palavra o Senhor Senador José Nery e o Senhor Jorge Nazareno Rodrigues – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região (Força Sindical). Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE MAIO DE 2007, ÀS 14 HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nos termos do Requerimento nº. 17/2007 da

CDH, com vistas a tratar do tema da Emenda nº. 03, constante do Projeto de Lei nº. 6.272/2005, que cria a Receita Federal do Brasil, vetada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Audiência Pública Conjunta da CDH com CAS. Autores, Senador Paulo Paim e Senadora Ideli Salvatti.

Seguindo aqui a questão regimental, nós além de declarar aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa conjunta com a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, para tanto solicito a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores e as coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados.

Passamos para a pauta de imediato vamos convidar para a Mesa o Sr. Antônio Fernandes dos Santos Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores, CGTB, o Sr. Ives Gandra da Silva Martins, Advogado Tributarista, e o Sr. Sebastião Vieira Caixeta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

A intenção é fazer três Mesas. Eu apenas chamei pela ordem de que estava aqui na minha mão, e incluir o Sr. Ives Gandra que conforme acordo firmado já com os outros convidados, teria que sair mais cedo.

Então, nessa ótica do pedido do Dr. Ives Gandra da Silva Martins, eu de imediato passo a palavra ao Dr. Ives Gandra para que ele possa discorrer sobre a Emenda 03, vetada pelo Sr. Presidente da República.

Sr. Ives Gandra, V.Exª está com a palavra por 15 minutos por mais cinco se assim entender necessário. Eu mais uma vez reafirmo que essa Audiência Pública devido à polêmica instalada com o veto do Presidente à Emenda 03, visa esclarecer, debater, e até num viés, porque não, de chegarmos num entendimento que evite um confronto só na votação de quem é a favor do veto e de quem é contra o veto.

Além dessa reunião, provavelmente teremos outras reuniões ainda, principalmente com os líderes dos empresários, já que nessa audiência a maioria são lideranças dos trabalhadores, e o nosso amigo Ives Gandra aceitou o convite. Não digo para fazer o contraponto, mas para colocar aqui a sua posição quanto à Emenda 03.

Então, de imediato eu passo a palavra a V.Exª, desde já, agradecendo não só em meu nome, mas como também em nome da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que essa é uma audiência conjunta, que é a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que se encontra doente. V.Exª dispõe de 15 minutos com mais cinco se necessário.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Senador Paim, a quem admiro e tenho acompanhado a carreira brilhante e bem merece estar aqui representando a federação, e a todos aqui presentes, Senadores e lideranças sindicais, e por incrível que pareça eu não vou colocar uma posição de contraponto, mas eu quero mostrar aos senhores como o veto à Emenda 03 veio a prejudicar os trabalhadores.

Eu quero colocar fazendo uma análise de natureza técnica, exclusivamente constitucional, exclusivamente de intérprete de direito, porque eu sou um operador do direito, um modesto Advogado de província, mas passei os 50 anos no meu exercício profissional apenas interpretando a lei.

Eu vou começar a ler para os senhores o que diz o art. 129 da chamada MP do Bem. E é importante que nós leiamos esse artigo para mostrar que a Emenda 03 veio reduzir o espectro do art. 129. A interpretação pura de direito do art. 129 mostra que o art. 129 criava mais problemas para esta posição dos senhores do que a Emenda 03.

Diz o art. 129, que foi sancionado pelo Presidente Lula, “para fins fiscais e previdenciários - portanto, exclusivamente para fins tributários - a prestação de serviço intelectuais, inclusive, de natureza científica, artística e culturais, em caráter personalíssimo ou não, com ou sem a designação de quaisquer obrigações a sócios ou empregados da sociedade prestadora de serviços quando por esta realizada, se sujeita a tão somente a Legislação aplicável a pessoas jurídicas sem prejuízo da observação disposto no art. 50 da lei, etc”.

E o Parágrafo Único dizia o seguinte: “É assegurado a todos, o livre exercício de qualquer atividade econômica... - Não, isso é da Constituição. É o Parágrafo Único do art. 129 - o disposto neste artigo não se aplica quando configurada a relação de emprego entre o prestador de serviço e a pessoa jurídica contratante em virtude de sentença judicial definitiva decorrente de reclamação trabalhista”. O que vale dizer, permitia à sociedade ampla, mas se por acaso a justiça de trabalho transitado em julgado, isto é, depois de todo o processo viesse a desconsiderar, só nesse momento poderia haver a desconsideração. E isso está em vigor. Vem a Emenda 03, a Emenda 03 declara o seguinte: “No exercício das atribuições à autoridade fiscal de que trata essa lei, a desconsideração da pessoa, ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento da relação do trabalho com ou sem vínculo empregatício deverá ser sempre precedido de decisão judicial”. Não diz decisão judicial transitado em julgado. Vale dizer, até em medida cautelar e medida inicial pode-se efetivamente autorizar a que o fiscal desconsidere. Portanto isso representaria uma alteração do art.

129 com redução do direito de se fazer às empresas porque elas só poderiam ser desconsideradas, elas só poderiam ser desfiguradas no momento que houvesse trânsito em julgado. E a Emenda 03 reduziu o espectro, dizendo que nesse caso qualquer decisão judicial já justificaria.

Isso traz como consequência o quê? A ser mantido o veto, em nível de interpretação do direito, aquele dispositivo, o 129 que teria sido revogado pela Emenda 03, ele é restabelecido. Porque a Emenda 03, deixando de existir o universo jurídico não é o fenômeno da repristinação, é o fenômeno de efetivamente sempre que uma lei aprovada é vetada e o veto permanece, a Legislação anterior que está em vigor ela continua em vigor. Ou se estivesse fora, ela estiver suspensa por força de Medida Provisória, voltaria à interpretação jurídica anterior.

Por esta razão, a queda da Emenda 03 restabelece com toda a sua força o art. 129. E o art. 129 está na linha do que manda a Constituição. O que declara a Constituição? A Constituição declara no art. 170, Parágrafo Único que é assegurado a todos os livres exercícios de qualquer atividade econômica independente de autorização dos órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. Casos esses evidentemente de capacitação. Uma sociedade de Advogados não pode ser formada por físicos nucleares. Só pode ser formada por Advogados. Só nesse caso há necessidade da capacitação daquele que vai ser formado.

Por outro lado, a Constituição também declara nos seus artigos: É livre ao exercício... é associado e depois... é livre a associação de qualquer... é plena liberdade de associação para fins lícitos vedado de caráter paralimitar. Nada pode impedir que alguém resolva fazer uma sociedade.

Agora, no momento em que fez essa sociedade, ela só seria viciada, e nesse particular eu pedi até ao gabinete do meu filho, ele está em Sessão, ele diz: Vou mandar ao Senador Paulo Paim, e tão logo localize essa decisão, mas foi levantada outro dia pelo Dr. Sebastião num debate que tivemos no Rio de Janeiro, talvez ele tenha o acórdão aí, em que ele dizia o seguinte: É livre a criação de associações, de sociedade. Só não é possível quando houver coerção. Se o empregado for obrigado a formar uma sociedade para poder trabalhar, então esta decisão, nada como ter alguém da Justiça do Trabalho do lado, porque desde que meu filho assumiu uma posição no Tribunal como Ministro no Tribunal Superior do Trabalho, eu disse a ele ao contrário do que acontece, que nunca mais eu atuaria na Justiça do Trabalho e nunca mais emitiria qualquer parecer na Justiça do Trabalho para não ter que constrangê-lo a ter que se dizer suspeito em questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se V.Ex^a me permitir, ele esteve numa Audiência Pública dessa Comissão e fez uma brilhante palestra aqui para nós. Inclusive me deu um argumento que eu não tinha até o momento que permite em alguns casos o sindicato ainda recorrer ao dissídio. Então meus cumprimentos pela habilidade e capacidade de seu filho.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Fico muito satisfeito. Mas, dessa forma, eu não estou... Desde que decidi nunca mais atuar na área do trabalho, mas felizmente eu tenho o Sebastião Caixeta aqui que me trouxe a decisão do meu filho, que declara o seguinte nesse acórdão. Que o que é proibido, o que eles não aceitam, o que eles desconsideram na Justiça do Trabalho é quando o empregado é obrigado a formar a sociedade por força de imposição da empresa. Agora, se o empregado decidir formar uma empresa porque vai pagar menos tributos e quer se nivelar a todos os outros profissionais, ele não pode ser impedido de criar a sua própria empresa para ter um benefício fiscal. Até porque é um outro dado. Vamos admitir a de absurdo, que o veto permaneça e que se entenda que o art. 129 nunca existiu, que a Constituição não permite a livre associação, que o Supremo venha declarar... Sabe o que acontecerá com todos os empregados que formaram sociedades durante todo esse tempo? Eles serão autuados pela Receita Federal pelos últimos cinco anos pela diferença de imposto da desconsideração da pessoa jurídica como pessoa física. Vale dizer, todos os sindicatos dos trabalhadores estariam trabalhando para aqueles que têm empresa a virem a ser atuados pela Receita a não ser que o Governo resolva fazer uma lei dizendo: Eu anistio todos aqueles, porque caso contrário eu conhecendo o estilo do Secretário, o Rachid, que é um excelente funcionário e um servidor, ele evidentemente onde há receita a ser assumida, ele assumirá. Ele atuará. Ele procurará receber. Essa é a razão pela qual o que me parece fundamental seria talvez focar esta decisão que é do Tribunal Superior do Trabalho. Meu filho foi apenas o Relator, mas houve a concordância de todos os Ministros. Só deveria ser desconsiderado porque daí houve um vício de vontade, Senador, aquele empregado que foi obrigado a formar uma empresa porque o patrão o desejou, porque o servidor só nesses casos seria possível. E se nós analisarmos a Emenda 03, ela diz rigorosamente isso. Ela diz: No exercício das atribuições da autoridade fiscal de que trata esta lei, a desconsideração da pessoa ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento de relação de trabalho com ou sem vínculo empregatício deverá ser precedido de decisão judicial. Por que decisão judicial? Não a definitiva do art.

129. Qualquer decisão judicial diz nesse caso houve coerção. Nesse caso evidentemente não se justifica a permanência da empresa porque houve vício de vontade na conformação. Se não houve vício de vontade, se todos desejam, se o cidadão deseja pagar menos tributos, se o empregado, um trabalhador deseja ter a sua empresa para desta forma contratar com a outra, para se nivelar aos profissionais liberais, a todos os profissionais que gozam desse benefício pagando pelo lucro presumido, menos Imposto de Renda e os outros tributos, por que retirar deles o direito de poderem decidir dessa forma? O que me parece mais importante nesse aspecto é que a Constituição garante a livre, a liberdade de associação, de criar empresas. O que nós encontramos de forma muito clara na Constituição, ninguém pode impedir que se crie uma empresa dessa natureza. O que se vai evidentemente desconsiderar é o vício de vontade quando foi obrigado. Mas não o direito de ter uma empresa e dizer: Eu quero trabalhar dessa forma porque eu vou pagar menos tributos. Porque o Governo permite pagar menos tributos. Eu quero a igualdade com todos os profissionais liberais. Eu quero realmente viver dentro da formalidade porque a linha do lucro presumido foi um benefício fantástico para o Governo. Com isso se tirou aquilo que se dizia que tínhamos mais de 100% de empresas informais para a formalidade permitindo evidentemente que a lucratividade, e eu falo em lucratividade do Governo em nível de ter o aumento considerável da carga tributária, se deveu à formalização da economia informal. O que é a economia informal se não uma economia de não pagamento de tributos. E o que nós queremos? É pagamento de tributos. E queremos o pagamento de tributos de que forma? Com carga tributária suportável. Porque não é justo uma carga tributária no Brasil em que o trabalhador ganhando pouco mais de dois mil reais já entre na casa dos 27,5%. Nada mais legítimo que ele procure ter uma tributação menor decorrente efetivamente de poder ter uma sociedade em que caia a tributação de 27,5 para 16, ou quase 17% considerando todos os tributos. Imposto de renda, IPI, PIS, COFINS, etc. Então, Constituição permite. Constituição impede que o Estado impeça a criação de empresas. Constituição garante a livre associação. O art. 129 admite plenamente. O art. 129 está em plena vigência. É auto aplicável.

Por outro lado, nem se pode falar em desconsideração enquanto a Lei Complementar 104, aquela que cuida da desconsideração em matéria tributária, ela não vir a ser também levada em consideração para efeitos de ainda se produzir à lei ordinária que não se produziu para definir os procedimentos da desconsideração.

Por fim, eu quero fazer uma consideração para ficar rigorosamente, e o Senador não dizer que estou abusando da sua paciência e boa vontade...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem mais cinco minutos se precisar.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Então eu vou fazer uma última consideração que me parece extremamente importante. [soa a campainha] Primeira delas. A quem é destinado o direito do trabalho? É destinado fundamentalmente a proteger o cidadão, o trabalhador. O direito de trabalho, na dúvida, sempre se defende do direito do trabalhador. Quando eu estudava com o Cesarino Júnior, ele chamava de suficiente, aquele que precisa de proteção. O Direito Tributário, qual é a finalidade? É ao contrário. É proteger o contribuinte. Não é proteger o fisco. Quem ler o Direito Tributário na Constituição percebe que há cinco capítulos. Primeiro, princípios gerais, terceiro, impostos federais, quarto, impostos estaduais, quinto, impostos Municipais, e segundo capítulo, limitações constitucionais ao poder de tributar. Quem lê o Código Tributário no art. 112 lê o seguinte: Que, no caso de dúvida, se aplica a Legislação a favor do contribuinte. Código Tributário Nacional no capítulo da interpretação. Quem lê o Código Tributário Nacional no art. 108 lê o seguinte: que analogia não se pode aplicar jamais ao Direito Tributário. Para efeito de imposição a favor do contribuinte, sim, inciso I, do § 1º proibindo o fisco de aplicar. Se tudo foi feito com sistema de proteção ao contribuinte que só tem o escudo da lei e jamais a espada da imposição, eu estou absolutamente convencido de que nós não podemos comparar um direito que é feito para proteger o trabalhador do outro direito que é feito para proteger o contribuinte na medida que ele não tem a espada da imposição. Misturar dois direitos fazendo com que se confunda, inclusive, finalidades e fazendo com que nesse caso específico todos os trabalhadores que tiverem empresas venham a ser autuados tenham que pagar dos últimos cinco anos o tributo devido e ao mesmo tempo um dispositivo que é mais benéfico do que o art. 129 porque o 129 exige o trânsito em julgado, e aqui não exige, a meu ver os senhores estão discutindo uma matéria e o Presidente Lula vetou uma matéria que tinha um único interesse da receita, dar a impressão de que o 129 não existia. Agora, todos os tributaristas, todos os tribunais sabem que o 129 existe. Ao ponto de o Secretário Jorge Rachid, extremamente competente meu amigo ter dito que ele quer mudar o 129. Se ele quer mudar o 129, ele sabe que este artigo ainda existe. Se os senhores não derrubarem a Emenda, o veto à Presidência, é evidente o 129 permanece com toda força. Se os senhores mantiverem a Emenda, os senhores terão uma

vantagem, aqueles que quiserem eventualmente a aplicação de um dispositivo que a meu ver é contrário aos trabalhadores. Isto é, os senhores se mantiverem o veto, os senhores terão a plenitude do trânsito em julgado e não de qualquer decisão judicial.

E por fim, o último aspecto que me parece extremamente relevante e com isso o Senador efetivamente eu termino. No caso concreto, o que mais me preocupa nesse aspecto foi a forma como a questão foi colocada. Misturando dois direitos que não tinham nenhuma vinculação. Pretendendo, efetivamente, dar a nítida impressão de que os empregados seriam todos prejudicados quando eu estou absolutamente convencido que eles serão extremamente prejudicados se todos eles que tiverem sociedade vierem a ser alterados. E por fim, a desconsideração da pessoa jurídica, o Governo deveria ter feito antes. O que tentou o Governo Fernando Henrique não conseguiu, nem MP 66 do PIS, de criar os procedimentos para desconsideração. Procedimentos esses cujo lei ordinária até hoje não foi produzida, e cujo Projeto enviado logo depois da Emenda 03 para dizer de que forma se poderia desconsiderar, o Governo pretende rever, reconsiderar e reapresentar o que demonstra todos os autos de infração lavrados contra todas as empresas até agora não tem substância jurídica. Porque o art. 116 Parágrafo Único do Código Tributário Nacional declara que depende de uma lei que ainda não foi produzida.

Então, foram feitos autos de infração sem os procedimentos que dependiam de uma lei que não foi produzida desde a produção da elaboração da promulgação da Lei Complementar 104. Eram essas considerações que eu queria trazer mais de nível acadêmico, mostrando, Senador, que eu estarei muito mais ao lado do trabalhador quando eu defendo a liberdade do trabalhador de ter a empresa que quiser para poder pagar menos tributos e evidentemente o direito de contestar, e é isso que está na Emenda nº. 03, se por acaso foi forçado a uma empresa que não queria do que simplesmente discutir apaixonadamente e não juridicamente e os senhores vão dizer que o meu tom de voz dá impressão de apaixonado, mas é a minha maneira de ser, e apesar dos meus 72 anos, da minha decrepitude, já estaria no serviço público, fora do serviço público há dois anos. Mas é a minha maneira de ser. Mas o raciocínio que eu procurei apresentar é um raciocínio exclusivamente cartesiano de como se interpretar aquilo que está na Constituição, [soa a campainha] na Lei Complementar 104 e no art. 129 e na Emenda nº. 03. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se precisar de mais um tempo.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Não, estou satisfeito. Obrigado.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: José Nilton Pandelot, Presidente da ANAMATRA. Eu sei que V.Exª já organizou a forma de exposição, mas eu tenho um impedimento de ordem profissional e eu gostaria de ponderar a V.Exª se poderia, excepcionalmente, me manifestar em seguida. Dois ou três minutos nada mais que isso. Porque eu tenho que me ausentar. Hoje é o dia em que os novos alunos da Escola Nacional da Magistratura do Trabalho, 90 novos Juízes do Trabalho vão se reunir às 15h na sede da nossa associação aqui em Brasília. Eu teria que estar presente.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Aliás, eu assisti hoje uma das aulas desses magistrados da Justiça do Trabalho primeira instância estavam lá na Escola no Tribunal Superior do Trabalho discutindo filme “Julgamento em Nuremberg” e o que é ideal de justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu tenho certeza que os convidados vão concordar. Eu de imediato convido V.Exª para sentar aqui à Mesa.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Posso falar daqui mesmo?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, eu faço questão que o senhor... O Dr. José Nilton Pandelot, Presidente da ANAMATRA. V.Exª como os outros oradores dispõem de 15 minutos com mais cinco. Eu sei que todos, acho que concordam, de imediato eu passo a palavra para V.Exª. 15 minutos com mais cinco se necessário.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Muito obrigado, Presidente. Na sua pessoa saúdo os integrantes dessa Mesa, agradeço a compreensão dos demais colegas, não usarei de modo algum os 15 minutos. Acho que não passarei dos cinco para essa breve exposição que é em verdade um manifesto político do juiz do trabalho brasileiros acerca da Emenda 03 e do tratamento trabalhista que se pretende dar a um problema que é e tem a ordem tributária. Registro também a minha satisfação enorme de participar de uma Mesa com o Prof. Ives Gandra, conhecido Advogado Tributarista, Jurista, que tem e certamente continuará tendo participação fundamental na formação dos juristas brasileiros. Desde a academia até na área profissional nas várias carreiras que se desdobram a partir do bacharelado.

O que justifica a participação da ANAMATRA nesse processo é uma preocupação que tem duas vertentes. A primeira é óbvia é, e que seria natural de

uma atuação de membros do Poder Judiciário, é aquela que diz respeito a uma preocupação com o aumento do volume processual na Justiça do Trabalho de demandas novas que certamente contribuiriam em muito para a morosidade do judiciário e que seriam... E que teriam de certa forma, que estariam no judiciário de certa forma em prejuízo de outras questões relevantes para a solução da justiça. A prestação jurisdicional mais rápida e eficiente. A outra vertente, o outro vértice dessa preocupação é a que diz respeito à efetividade da norma de proteção dos contratos de trabalho que vigoram neste País. Sabemos todos que a relação de trabalho, a relação entre o capital e o trabalho é uma relação desigual, e que o direito do trabalho se apresenta portanto como um instrumento relevante de elevação da capacidade da classe trabalhadora de negociar os seus contratos e os seus termos. Não é raro, todos aqui sabemos que o trabalhador mesmo consciente, educado, formado, tenha que se submeter à vontade do capitalista, da parte mais poderosa naquela relação, e se sujeitando a contratação em roupagem diversa daquela que seria a regra geral, a natural contrato de emprego.

Então, nós com essa preocupação nos deparamos hoje com a Emenda 03, a força extraordinária que grupos de interesse vinculados à Emenda 03 exerceram nesta Casa e o lugar de exercer essa força é aqui mesmo. Lamentamos todavia e em toda oportunidade que tiver para falar registrarei esse lamento, que o interesse não tenha sido explicitado convenientemente e debatido com o público, com todos os integrantes dessa Casa, com a sociedade civil organizada e com os diretamente interessados neste tema. O alcance, repito, da Emenda 03 não foi devidamente explicitado nesta Casa e nem para a sociedade brasileira. O resultado da aplicação desta nova regra, no caso evidentemente da derrubada do veto de sua Excelência o Presidente da República, significará a impossibilidade de a fiscalização do trabalho brasileira inspecionar, identificar as formas irregulares de contratação para avaliar se houve ou não houve fraude. Se houve ou não houve simulação, se houve ou não houve o prejuízo para o trabalhador. Se de fato em trabalhador exerceu livremente a sua vontade, ainda que divirja e não vou me alongar neste ponto em relação à posição do Prof. Ives, somente a atuação desta fiscalização no local da empresa avaliando, vistando os contratos e a situação jurídica que lá encontra com base no princípio da primazia da realidade é que se poderá permitir a desconstituição ou não, quer dizer, a manutenção do contrato na forma que se deu. Suprimir este poder da Legislação é fazer com que o trabalhador, a parte mais fraca, no momento em que perceber e identificar

o prejuízo e normalmente esse momento é exatamente o do destrato, da cessação do contrato, do rompimento daquele pacto é que ele terá que procurar a justiça. Essa inversão da lógica fiscal, essa inversão, fazendo com que o fiscal para fazer a atuação precisa de uma autorização judicial, joga exatamente do colo daquela parte mais frágil uma responsabilidade e um caminho mais longo para fazer valer os seus direitos. Por isso, Sr. Presidente, Senador José Nery, que aqui chegou, Presidente da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, na pessoa de que saúdo as Sr^{as}. Senadoras e os Srs. Senadores aqui presentes. A ANAMATRA defende a manutenção do veto. Não significando com isso a recusa a uma discussão profunda e ampla quanto à matéria de fundo. Existe um problema tributário, existe uma realidade social com relação a trabalhadores que são contratados como pessoas jurídicas e assim entendem que estariam aproveitando da oportunidade da elisão fiscal que devem ter as suas demandas, os seus anseios, as suas expectativas discutidos convenientemente no Senado Federal, no Congresso Nacional. Quando isso se der, nós estaremos presentes pugnando sempre pelo respeito ao direito do trabalho, impugnando sempre pela defesa da ordem jurídico trabalhista, da ordem jurídica como um todo. Neste momento entendemos não ser conveniente uma alteração desta profundidade com tal substância na fiscalização do trabalho, na fiscalização tributária. Acho que esse tema não está maduro o suficiente e o veto do Presidente da República revelou sem dúvida alguma a vontade majoritária dos atores que militam na área e certamente refletem o anseio da sociedade brasileira. Presidente, muito obrigado...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Claro.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Como é que o senhor interpreta?

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Do Código Tributário?

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Não do código tributário, da Medida Provisória do Bem que permite essas empresas que foram apenas reiteradas na Emenda nº. 03. Se quiser, eu vou ler de novo. Talvez valesse a pena, Presidente. Porque diz o seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para ajudar aqui, eu quero dizer que os convidados eles têm... A palavra a todo momento.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: É que nós dois estamos saindo. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas, não há problema, inclusive de fazer um aparte. Não há problema nenhum.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Aliás, o Presidente demonstrou que pretende discutir amplamente, a minha preocupação é o seguinte, essa medida declara o seguinte, 129. Para fins fiscais e previdenciários a prestação de serviços intelectuais, inclusive, de natureza científica, artística e cultural, caráter personalíssimo ou não, com ou sem designação, os senhores sabem que todas as emissoras de televisão, etc, os artistas estão tendo descon siderações das suas pessoas entendendo que eles teriam que ser trabalhadores e não poderiam ter empresas de quaisquer obrigações a sócio ou empregado da sociedade prestadora de serviço quando por esta realizada se sujeita a tão somente a legislação aplicada as pessoas jurídicas. Isso está em vigor. E agora tem o aspecto que me apareceu muito interessante que, aliás, quando estava sendo discutido, era Relator aqui o Senador Amir Lando, nós discutíamos essa garantia exatamente que o senhor está dizendo, Presidente, o disposto neste artigo não se aplica quando configurada a relação de emprego entre o prestador de serviço e a pessoa jurídica contratante em virtude de sentença judicial definitiva decorrente de reclamação trabalhista. O que vale dizer, na Emenda 03 uma mera medida cautelar já justifica a descon sideração. Pelo art. 129 que está vigendo que tem vigência, portanto, e eficácia, e que foi sancionado pelo Presidente, já está em vigor que a descon sideração é impossível. Todos estão se defendendo de autos de infração que também não poderia ser lavrados na medida em que o procedimento de para lavratura de auto de infração em nível de descon sideração ainda não há lei aprovada aqui no Congresso Nacional.

Então, o que eu quis colocar é o seguinte, sou favorável a um debate cada vez mais amplo porque quanto melhores os mecanismos que tivermos para que não haja injustiça na relação de trabalho, que haja justiça, portanto, numa relação... O empregado quer ser empregado, ele tem o direito, quer ter a empresa, ele tem que ter o direito. Ele não pode ser cerceado numa ou na outra forma por leis que possam violentar a Constituição é que esta lei já existe. E é isso que eu estou dizendo. No momento que o art. 129 diz isso, o veto desde o momento quando veio a Emenda nº. 03, escrevi artigos nas minhas duas colunas quinzenais de que esse art. 129 ele continuava em vigor com ou sem Emenda nº. 03. O que me parece que até que seja apresentado um Projeto, o Secretário da Receita Federal diz: Eu gostaria de mudar o art. 129. Ele mesmo reconhece que a Emenda 03 é inócua, a ponto ele pretender... Agora, essa discussão ampla eu acho extremamente útil, e a Casa de se fazer é exatamente no Congresso Nacional. Mas a queda não modifica

a existência dessa lei. Era isto que eu queria colocar para o eminente Presidente da ANAMATRA.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Obrigado Prof. Ives. Eu tentarei brevemente responder a sua indagação que é um questionamento relevante--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quero só reafirmar que o senhor terá o tempo que achar necessário.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: [risos] Talvez e tenha que usar o resto do tempo para responder o Prof. Ives. Mas acho que não. A minha divergência com relação à Emenda 03 em nenhum modo implica o reconhecimento da vigência, do não reconhecimento da vigência da aplicabilidade do art. 129 da MP do Bem. Acontece que as duas têm desdobramentos diversos. A Emenda 03 alcança exatamente a fiscalização. Restringe o poder de atuação da fiscalização. O art. 129, não. O art. 129 apresenta uma definição de Direito Material, fala o que é uma pessoa jurídica, admite a existência de uma pessoa jurídica unipessoal com prestação de serviço personalíssima. A fiscalização do trabalho pode a despeito do art. 129 aplicar diretamente a Constituição. E V.Ex^a mesmo nos seus livros nos ensina: Deve-se interpretar a lei ordinária com base na Constituição da República. E eu tenho certeza que os fiscais do trabalho continuarão a fazer a despeito da existência do art. 129. E quando o art. 129 for aplicado certamente os fiscais estarão reconhecendo que ali há de fato um trabalhador autônomo que se organizou como uma pessoa jurídica para prestar serviço de natureza científica, artística ou cultural e não o trabalhador hipossuficiente.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Mas Presidente, o problema é que não é para os fiscais do trabalho que a Emenda é dirigida. Esse é o grande problema. É para os auditores fiscais da Receita Federal.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Essa é a divergência.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Esse é o problema.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Essa é a verdadeira divergência.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Porque se fosse para os fiscais de trabalho, seria um outro problema. Mas essa não teve infelizmente essa intenção. Porque os fiscais de trabalho eles estão exercendo. Isso é dirigido aos auditores fiscais da Receita Federal. Ao ponto de imediatamente eles terem apresentado um Projeto para a figura da desconsideração da pessoa jurídica e terem, por outro lado, admitido que tem que modificar o art. 129. Eu tenho a impressão que realmente... O senhor raciocina em nível de fiscais de

trabalho e a Emenda a meu ver foi destinada aos auditores fiscais da Receita Federal.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Professor, Sr. Presidente, a minha honra que se excede a medida que eu percebo estar debatendo com o Prof. Ives Gandra da Silva Martins, só não é maior do que a percepção da irresponsabilidade que tive de pedir para falar em primeiro lugar. [risos]

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Não, é verdade. Eu vou lhe dizer o seguinte, o privilégio é meu de discutir com o Presidente da principal, da grande associação de todos os magistrados do trabalho.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Obrigado. A categoria--

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Até porque o meu filho pertence à sua associação.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Exatamente. O Ministro Ives é um excelente jurista e uma pessoa muito respeitosa nas divergências que eventualmente temos seguindo evidentemente o ensinamento e a cultura do pai. E aqui eu tentarei encerrar dizendo que--

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Eu não perturbarei mais, Presidente.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Não... [risos] Sem problema. É uma honra, como eu disse, professor. A visão que eu tenho da parcela mais do que majoritária das entidades que hoje estão trabalhando no Congresso Nacional em defesa do veto, secundadas ainda pelo próprio Secretário da Receita, Dr. Rachid, na Audiência Pública, na CETASP, na Câmara dos Deputados semana passada, é que a Emenda 03 nos termos em que foi redigida alcança toda a fiscalização. Nela incluída a fiscalização do trabalho. A própria definição topológica do dispositivo da Emenda 03 num conjunto de regras que reestrutura destinadas à reestruturação de toda a Receita, da criação da Super-Receita, da Receita Federal do Brasil, revelam que aquele dispositivo no mínimo gera a dúvida quanto a sua aplicabilidade sobre a fiscalização do trabalho. Então é contra essa dúvida, se haverá ou não limitação, aliás, basta a dúvida quanto a limitação ou não da fiscalização do poder do fiscal do trabalho para que entidades como a ANAMATRA e outras entidades aqui presentes peçam o veto. Não nos recusando evidentemente a participar do debate. Obrigado. Foi uma satisfação participar dessa Mesa. Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como o Dr. Ives Gandra teria que se retirar, tem que se retirar, e também o Presidente da ANAMATRA, José Nilton, eu agradeço a ambos, inclusive para o debate que patrocinaram a todos nós que é muito bom, porque é importante ter o contra ponto. E queria dizer porque alguns me perguntaram já se terá uma outra

reunião onde os representantes do setor econômico, principalmente, ou seja, as lideranças dos empresários farão uso da palavra. Será no dia 15, eu tive que marcar, às duas da tarde nessa mesma sala de reunião no próximo dia 15 teremos aqui os representantes das Confederações dos Empresários para tratar também desse tema. Havia até a intenção de fazer já a semana que vem, mas com a chegada do Papa ao Brasil, nós sabemos que muitos não poderão estar aqui em Brasília. Então para evitar conflito de agenda, marcamos para o dia 15 às duas da tarde. E nesse momento eu agradeço a ambos aqui que estiveram conosco, e eu daria uma salva de palmas porque o debate sempre é bom independente da divergência.

[palmas]

Mas eu quero dizer que o Dr. Ives Gandra se prontificou também a estar aqui no dia 15. Isso não quer dizer que não possa ter aqui representante dos trabalhadores. Teremos outra oportunidade para continuar esse debate.

Eu convidaria já para a Mesa, pela ordem de chegada, o Presidente da... O representante da Central Única dos Trabalhadores, que é o Carlos Henrique, e o Moacyr. E depois teremos outra Mesa em que virá o companheiro Calixto e também os outros representantes dos trabalhadores. Então o Moacyr representando o Fórum Sindical, e o Calixto representando a Nova Central, falará em seguida, e o Carlos Henrique representando a CUT. Nesse momento acho que para a questão técnica, ficar muito bem resolvida, claro que a técnica com respaldo político social e econômico.

Eu passo de imediato a palavra ao Sebastião Vieira Caixeta que aqui representa o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. V.Exª dispõe de 15 minutos com mais cinco e também com a tolerância da Mesa como eu tive com os outros painelistas.

SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA: Agradeço Sr. Presidente Senador Paulo Paim, quero cumprimentar também o Senador José Nery Presidente da Subcomissão do Trabalho Escravo nessa Casa, quero cumprimentar, o Presidente do SINAD(F) aqui presente, os ilustres integrantes da Mesa, todos os representantes das centrais sindicais, o Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Roberto Caldas, todos os presentes, dizer que é uma honra, Sr. Presidente, estar aqui representando os membros do Ministério Público do Trabalho para tratar de um assunto tão importante e que já vimos gera tanta polêmica. Para mim é uma honra debater, embora eu não possa ficar com o professor, não ter podido ficar, e eu queria começar a minha exposição, Sr. Presidente, dizendo que a meu ver já participado de inúmeros debates, acom-

panhado outras discussões e inclusive escritos que se produziram sobre o tema, é que uma parte grande das divergência que se nota aqui quando se discute Emenda 03 e suas alternativas tem efetivamente parte dessa divergência que tivemos aqui entre o Prof. Ives Gandra, tributarista, e o Dr. Pandelot representando a ANAMATRA, aí já com a visão mais sobre o direito de trabalho. Porque na verdade o problema envolve as duas coisas: Envolve o Direito Tributário e envolve também o direito do trabalho. Envolve o Direito Tributário, como bem já apontou aqui o Prof. Ives Gandra, e isso remonta a essa Lei de 2005, a chamada MP do Bem, a Lei 11.196 que fala exatamente dessa pessoa jurídica personalíssima que pode prestar serviços e a ela só se aplicaria a Legislação referente às pessoas jurídicas. O Prof. Ives Gandra também fez referência e leu. Então eu vou me furtar de ler esses dois dispositivos, tanto o art. 129 que continua em vigor, e o veto ao Parágrafo Único, que aí ele leu e parece que não ficou pelo menos para mim claro que o Parágrafo Único foi vetado. Então, a parte que diz que o deposto nesse artigo não se aplica quando configurada a relação de emprego entre prestador de serviço e pessoa jurídica contratante em virtude de sentença judicial definitiva decorrente de reclamação trabalhista, esta parte foi vetada e não se cogita o que eu sei de ser prioridade derrubar esse veto no Congresso Nacional. Então portanto esse dispositivo não vige. Esse é o ponto que eu quero destacar que é importante. Daí pra mim não tem aquela dicotomia ou a prejudicialidade que teria a Emenda 03 por ela não falar em decisão judicial transitada em julgado.

E aí eu vou direto e peço aí a paciência para ler o dispositivo da Emenda 03 que eu acho que é importante até para poder também dizer por que é que achamos que sim, afeta o direito do trabalho, por que é que achamos que sim afeta a fiscalização trabalhista. O dispositivo da chamada Emenda 03, ao Projeto de Lei que criou a Super-Receita, ele inclui o § 4º no art. 6º da Lei de 10.593/2002. E diz o seguinte esse dispositivo vetado: No exercício das atribuições da autoridade fiscal de que trata esta lei, qual lei? Não é a lei que cria a Super-Receita, é a Lei 10.593 que trata das três carreiras de fiscalização. Trata tanto das carreiras que foram englobadas na Super-Receita, a auditoria tributária e auditoria previdenciária que vieram se unir para compor a Super-Receita, mas também trata da auditoria fiscal do trabalho ou da inspeção do trabalho. Portanto, essa disposição se aplica, sim, não tenho nenhuma dúvida que eu discordo, do Dr. Pandelot, não há nenhuma dúvida, assim como discordo do Prof. Ives Gandra, ela se aplica sim na plenitude na fiscalização do trabalho. E sigo na leitura. A des-

consideração de pessoa, ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento de relação de trabalho com ou sem vínculo empregatício deverá sempre ser precedida de decisão judicial. Esse é o singelo dispositivo da Emenda 03 que pra mim só tem uma finalidade clara, essa é a finalidade que se extrai da leitura. É afastar a fiscalização. É isso que está dito aqui. Nessas hipóteses, não vai poder haver fiscalização, tem que haver sempre decisão judicial. Portanto não poderá o fiscal agir antes dessa decisão judicial e isso nos parece inconstitucional porque a fiscalização sempre atuou, a fiscalização no trabalho pelo menos, mas também a fiscalização todos sabemos tributária atua e não há necessidade de autorização do Poder Judiciário para essa atuação, nem se poderia exigir isso. Isso é, isso decorre da Constituição, e aqui discordo do Prof. Ives Gandra, porque é verdade. A Constituição não impede nem poderia impedir a criação de pessoa jurídica. Mas ela não impede. Mas ela também não afasta e não poderia afastar a fiscalização. Ao contrário, ela coloca no art. 21, inciso XXIV que é atribuição da União, e aí pelo Poder Executivo, atribuições típicas de poder de polícia a atividade da auditoria fiscal, a inspeção do trabalho que, aliás também é prevista em compromissos internacionais assinados pelo Brasil, desde o pacto que criou a OIT até a Convenção 81 que também vai na mesma linha dizendo que é imperativa a fiscalização do trabalho. Então não se pode afastar de maneira nenhuma esta fiscalização porque nós estamos falando inclusive de cláusulas pétreas. Porque nós temos outra coisa que é importante destacar, Sr. Presidente, que o direito do trabalho ele conta com a dupla proteção. Justamente a própria OIT nos compromissos internacionais, nessa convenção, estabeleceu que é necessário para a implementação dos direitos dos trabalhadores que se organizem nos Estados, nos Países, a chamada fiscalização do trabalho, a inspeção trabalhista e essa inspeção trabalhista tem o dever de ofício, e aqui em atividade vinculada, é importante destacar isso, não pode haver, ou pelo menos eu não posso presumir como já ouvi alguns comentários nesse sentido que a fiscalização do trabalho sempre será arbitrária ou qualquer fiscalização sempre será arbitrária porque quando a gente fala de poder de polícia é um poder absolutamente vinculado aos estritos termos da lei. Se houver alguma irregularidade, também não descarta a possibilidade de isso acontecer, há sempre a porta do Poder Judiciário para se afastar essa lesão ao direito de quem quer que seja. O que não se pode é presumir que a fiscalização é sempre arbitrária e a partir de então afastar a fiscalização. Isso é muito importante e daí a necessidade absoluta de manter-se o veto à Emenda 03. E Sr. Presidente,

dizia eu então que existem duas situações que envolvidas nessa discussão: A questão tributária, pelo menos teve a iniciativa como foi dito aqui, do Governo do encaminhamento do Projeto que está na Câmara dos Deputados que trata exatamente do procedimento de desconsideração dessas pessoas jurídicas, dos atos, enfim, de que trata o Parágrafo Único do art. 116 do Código Tributário Nacional. Que o professor já falou sobre isso e eu não pretendo me estender sobre isso. Eu quero me estender sobre as proposta alternativas, até porque esse Projeto de Lei encaminhado pelo Poder Executivo não foi tido como satisfatório, e aqui mais uma vez isso só reforça o que temos denunciado, que na verdade o que se quer é mexer na relação material de trabalho. Porque se a questão era regulamentar o procedimento da fiscalização tributária, o Projeto 536 daria conta disso. Até que se ele não tivesse perfeito, poderia se apresentar as Emendas pertinentes. Mas o que é que se reivindicou? Reivindicou que existem algumas situações cinzentas no mundo do trabalho que precisam ser regulamentadas. E aqui nós estamos falando efetivamente do direito do trabalho em si, da sua existência, de terceirização de serviços, porque é disso que se trata. Quando a gente fala da contratação de uma empresa por outra estamos falando de terceirização, e aqui a meu ver esse assunto era melhor equacionado numa discussão mais ampla dentro até da própria reforma trabalhista que se pudesse discutir às claras o que é que se deve e o que não se deve fazer. Não se pode a partir de um simples dispositivo afastar uma teia de proteções e estimular que maus empresários que são a minoria, felizmente nesse País, venham se utilizar das brechas das leis para precarizar as relações de trabalho e a Emenda 03 é isso que vai estimular. Não cria emprego de maneira nenhuma, porque o que teremos, o que cria emprego, todos sabemos, é o crescimento econômico vigoroso. O que nós temos aí é necessidades de prestação de serviço. Se a gente não tiver a pessoa jurídica a Emenda 03, essa necessidade de prestação de serviço vai desaparecer? É claro que não. O que se quer, na verdade, é substituir quem presta serviço hoje protegido pela CLT por pessoas jurídicas. O Prof. Ives Gandra fez referência a uma decisão. Existem mais decisões. Aliás, existem inúmeras decisões da Justiça do Trabalho que vão nessa linha. Eu só discordo da interpretação que ele dá ao acórdão do TST. Esse e outros que lá existem nas outras Cortes. Na verdade o que o acórdão do TST diz o que a gente está dizendo o tempo inteiro. É possível prestação de serviço por pessoa jurídica? É. É claro que é. Não precisa de lei, *data venia*, para isso. O que não pode é usar pessoa jurídica para encobrir uma verdadeira relação de emprego. E

aí a lei, qualquer lei não poderá fazê-lo, Sr. Presidente, porque a lei não pode transformar a natureza das coisas. A lei não pode dizer que pau é pedra, pedra é pau porque senão a gente vai ter dificuldade imensa na sua aplicação. É isso que se quer. Se existir de fato alguma zonas cinzenta decorrente da transformação do mundo do trabalho, porque também admito, essas pessoas jurídicas que prestam serviços e até de natureza intelectual, e na verdade você encontra disso no mundo do mercado de trabalho hoje a empresa pode contratar uma determinada empresa e dizer: Eu quero que para essa consultoria aqui, por exemplo, o profissional seja esse específico. Mas aqui nós estamos diante de uma contratação que não é aquela pessoa inserida necessariamente na produção daquela empresa porque aí senão nós estaremos burlando o art. 7º com inconstitucionalidade do art. 7º da Constituição e todo o arcabouço de proteção da CLT.

Eu quando estive conversando com o Presidente da Comissão, disse que nós traríamos uma sugestão e nós discutimos muito isso no âmbito dos membros do Ministério Público do Trabalho, e é um assunto de difícil equacionamento por conta de todas essas situações. Achemos, dada o anúncio de que o Governo vai encaminhar um Projeto de Lei que para resolver a questão da prestação personalíssima, no caso dos artistas, que se pode até dar um esclarecimento a legislação sobre isso. Mas duas coisas precisam ser preservadas. Duas providências precisam ser tomadas. Primeiro, esse art. 129 ele não resolve a situação da MP do Bem. Ao contrário, ele só atrapalha. Por quê? Porque ele diz para fins fiscais e previdenciários. Quer dizer, exclusivamente tributários. E entra e o que fala a partir daí é direito trabalhista. Ele fala que a prestação de serviço intelectual inclusive de natureza científica, artística ou cultural, quer dizer, de caráter personalíssimo ou não, quer dizer, uma prestação de serviço de caráter personalíssimo com subordinação que vai se enquadrar dentro, ou pode se enquadrar dentro do conceito da relação de trabalho da CLT e que isso não vai se aplicar à legislação trabalhista. Isso gera é mais incerteza jurídica. Porque o Auditor Fiscal vai chegar lá, vai verificar de acordo com que determina a lei os elementos da relação de emprego, e vai atuar a empresa. E aqui há, e aqui não é, pelo menos sob a nossa ótica, a atuação ela não traz prejuízos para o trabalhador porque o Prof. Ives centrou a atuação da autoridade administrativa no agente do fisco que vai querer arrecadar. E aqui nós estamos centrando a nossa exposição, parece a mais relevante diante da necessidade de preservação dos direitos sociais que é que vai verificar o fiscal do trabalho. Ele vai chegar e verificar a situação e ver. Aqui não existe e pouco

importa que tenha uma pessoa jurídica formada perfeitamente em termos formais que isso não vale para o direito do trabalho. É a espinha mestra do direito do trabalho é o princípio da primazia da realidade chamado “Contrato realidade”. E aqui também é um equívoco que se diz: “Ah, mas o fiscal do trabalho vai desconsiderar a pessoa jurídica, violando o art. 50 do Código Civil que fala que é o Juiz que vai ter que fazer isso. Só que aqui é totalmente diferente. O fiscal do trabalho, aquele do art. 50 com o Código Civil, quando fala da desconsideração, se fala dessa desconsideração para impor obrigações aos sócios. Aqui não é o que se trata. Está se desconsiderando uma situação formal que não vai ter... Que vai permanecer, mas que vai reconhecer que na prática o que tem é uma relação de emprego, e vai configurar essa empresa, a empresa continua funcionando. Porque o que tem que se considerar para efeito de direito de trabalho não é a forma como se constitui a pessoa jurídica, mas a forma como se dá a prestação de trabalho. Isso que vai ser determinante de uma relação de emprego ou não. E a forma que nós vemos, Sr. Presidente, de aclarar isso, é a revogação do art. 129, essa proposição que os membros do Ministério Público do Trabalho trazem e aproveitar até o seu texto o que nós consideramos que atrapalha nesse art. 129, principalmente, é a parte inicial que acaba por fazer aplicá-lo somente para fins tributários, no que não abarca, não resolve a situação a que se propôs da questão da legislação trabalhista, então tinha que se revogar isso e verificar uma legislação que se declarasse que é possível, e aí se poderia utilizar a parte remanescente com algumas adequações do art. 129, dizer que é lícito sim a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço. Ainda que haja em determinadas situações essa prestação personalíssima por um sócio ou empregado contratado. Mas isso só vai ser lícito se essa prestação ela efetivamente se der com autonomia. Porque essa é a pedra de toque de diferenciação da relação de emprego para essa prestação autônoma, essa prestação por uma pessoa jurídica que não vai estar somente se inserindo para burlar os direitos dos trabalhadores. E aí também com a necessidade de se aclarar que essa pessoa jurídica não pode jamais se constituir para intermediar mão-de-obra porque mão-de-obra desde o tratado que pôs fim à Primeira Guerra Mundial se declarou que mão-de-obra não é uma mercadoria, e não pode ser tratado como uma mercadoria. A nossa própria Constituição de novo reafirma isso ao dizer que temos que preservar a valorização social do trabalho e a dignidade da pessoa humana acima de tudo. E nesse sentido, Sr. Presidente, é que acho que se pode construir e a associação, os membros do Ministério Público se põe

ao inteiro dispor para discutir e tentar chegar a alguma coisa que dê uma conformação jurídica aceitável sobre o plano fiscal e trabalhista de modo que não se [soa a campainha] precarize a relações de trabalho, mas que também se observe os preceitos da CLT e do art. 7º da Constituição. Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo convite, é uma honra estar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço a V.Ex^a. Só informar que este debate vai ser reprisado amanhã às 14h, ou seja, nesta sexta-feira durante o período da tarde.

Passamos a palavra ao Presidente da Central Geral dos Trabalhadores, Antônio Fernandes dos Santos Neto. Só dizer que depois da fala dos quatro que estão na Mesa, a próxima Mesa será o Presidente Calixto da Nova Central, será a representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, a Rosa Maria, e o representante da OAB nesse debate, que é o Advogado Roberto de Figueiredo Caldas. Presidente Neto com a palavra por 15 minutos com mais cinco, se necessário.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: Obrigado, Senador. Quero saudar mais uma vez esta Comissão pela oportunidade de colocação aqui. Eu acho que não é sem tempo dizer que essa Emenda precisa ser discutida. Ela foi quase que unânime aqui no Senado e o reflexo que se deu viu-se que na verdade ela é bastante complexa. Saudar os demais Senadores, saudar os parceiros dessa Mesa, os companheiros, os companheiros do Plenário, e nessa matéria vale a pena a gente fazer um histórico. É pena que o nosso querido Ives Gandra foi embora, porque ele se diz cartesiano e toda vez que você começa uma premissa errada aí toda a sua lógica quebra. Olhou aqui, você vai fazer tudo parece que está correto. Só que a premissa está errada. E a premissa principal errada aqui é a questão relação de trabalho versus relação emprego. Essa é a diferença. Como bem disse o Caixeta, é possível você ter relação individual de trabalho unipessoal. Um Advogado contratado pelo sindicato por prestação de serviço RPA ele dá o seu recibo de prestação de autônomo e acabou. Isso está previsto. Um engenheiro quando faz alguma coisa... Agora quando você tem os pressupostos do art. 3 da CLT que é lá, pessoalidade, habitualidade, subordinação, norosidade(F), acabou isso aí, inverteu, quebrou toda a lógica do que disse aqui o Ives. Essa é a grande diferença. E dizer que eu como trabalhador posso escolher se quero ser um PJ para pagar menos imposto de Renda, que isso é lícito. Não, isso é ilegal, é fraude. E dizer que eu estou à vontade... é fraude. É por isso que não pode não permitir como faz a Emenda 03, que a fiscalização do trabalho vá lá e diga: Tudo que

está aí é empregado de CLT. Registre todo mundo, no tempo que está aqui desde o começo, paga Fundo de Garantia, paga INSS, paga tudo, multa tudo. Acabou. Essa é a diferença.

Então, a premissa errada qualquer cartesiano sabe que o final vai dar errado. Isso também é cartesiano. Mas o Brasil tem histórias interessantes. O Brasil a partir de 94 virou cooperativista. Um Deputado amigo nosso, Adão Preto, fez uma Emenda, um Parágrafo Único 442 da CLT e disse que as cooperativas não geram vínculo. O Brasil virou cooperativista. Boa intenção. Só que virou o quê? O que é que virou aquilo? Virou o Maná para cooperativa falsa que a gente chamava ou de cooperfraude, ou de fraude terapia. Cooperгато... E aí graças a o quê? Ao trabalho dos sindicatos em conjunto com os auditores fiscais do trabalho, com o Ministério Público do Trabalho, nós conseguimos extirpar essa história de cooperativa fraudulenta no Brasil. Hoje não se fala mais nisso. Já é senso comum no Brasil que cooperativa de mão-de-obra, cooperativa de trabalho provavelmente é fraude. Pode até ter coisa boa, mas vai ser muito difícil.

Eu assisti um debate, participei de um debate uma vez em que o membro do Ministério Público do Trabalho disse: Eu não encontrei uma de todas que eu fiz. Quer dizer, todas eram fraudulentas. Todas sem exceção. Como é que nós ganhamos? Ganhamos com o trabalho. O Auditor Fiscal vai lá, comprova, o Ministério Público vai lá e comprova. Fora disso. Mas aí venceram essa etapa veio a pejorização. Nós até cunhamos essa coisa agora entre as centrais. O que é que é isso? E começaram a inventar com essa história de transformar os trabalhadores em pessoa jurídica. Senador Nery, o *cameraman*, o cabo man da Globo com o salário de 800 reais, sabe o que ele é? É um PJ. E ela tem a coragem de dizer, assim como dizem outros que aqui estiveram, de dizer que vai da vontade do indivíduo querer pagar menos imposto. Acho que eles não sabem, mas esses caras que ganham mil e duzentos não pagam Imposto de Renda. Não está isento. Não é isso, não. É como bem disse o Caixeta, querem mexer na relação capital e trabalho, querem fazer uma reforma trabalhista numa caneta de quatro linhas. Não conseguiram em lugar nenhum porque sabem que essa Casa não vai permitir. Eles conseguem alguns... Mas tentaram. A MP do Bem, o art. 129, é mais um motivo para que a gente venha aqui dizer que queremos a legalização das centrais sindicais. Se a CGTB pudesse ela já tinha entrado com uma ação indireta de inconstitucionalidade. Eu não tenho autoridade para fazer isso. Uma central não pode fazer. Tem que ser uma Confederação ou uma entidade nacional como a OAB ou outras coisas. Nós não

podemos. Porque isso aqui quando saiu nós fomos lá e já conseguimos ganhar um [inaudível] que foi o veto do § Único. Que sequer o Prof. Ives lembrou que ele estava vetado aquele parágrafo. Então, esse erro de avaliação na relação dá um problema grave.

Bom, Emenda 03 ela favorece plenamente a burla. Então a gente tem listado aqui, nós temos uma liçãozinha de casa que é para discutir com o trabalhador... Vamos pagar menos imposto. Tá bom, só que você vai pagar menos imposto, vai ter menos escola, vai ter menos saúde, vai ter menos educação, vai ter menos tudo. E quem vai ganhar vai ser o patrão, que ele vai ganhar mais lucro em cima de você. Porque se o seu salário é cinco, ele tem que ter encargos só de previdência, e aí volta aquela discussão colocada muito bem pela manhã pelo Senador Paim de a gente começar a discutir a questão dos encargos trabalhistas sobre folha de pagamento porque o setor de serviços é o setor altamente prejudicado, o custo do produto no setor de serviço está na faixa de 60, 70%. Na área da indústria chega de 7 a 12. Quer dizer, não dá para você tributar os dois da mesma maneira. Temos que achar uma nova fórmula. E aqui nesta Casa, o Congresso Nacional em 99, montou uma Reforma Tributária que mudava o Sistema Tributário Nacional e a sustentabilidade para a seguridade social. Porque o Presidente Lula já entendeu isso. Ele está dizendo e as pessoas não compreenderam. O problema... Não existe déficit na Previdência. Porque a Previdência hoje faz parte da seguridade social. Todo brasileiro tem direito um dia a receber uma aposentaria de no mínimo um salário mínimo. Contribua ou não. E para isso foram criados impostos. Está lá no 195. O único, acho que temos que admitir que aí há encargos sobre folha, os 20%, você teria que ver como jogar para garantir a sustentabilidade lá. Seja sobre faturamento, como falou bem você pela manhã, seja como pela CPMF como foi lançada, imposto sobre transação financeira, naquela época, não importa. Mas nós temos que discutir isso. Porque as pessoas dizem que a CLT engessa não é possível. E na verdade estão falando dos tributos. Que os encargos são caros. Tem até um professor que diz que custa 102% a mais registrar um trabalhador. É o Pastori. E vem com essas coisas aqui. Então uma mão-de-obra que custa cinco mil, a empresa paga só cinco mil. O trabalhador vai pagar 15% de imposto, e mais a sua Previdência. Certo? E aí mais nada. Aí acabou a relação capital-trabalho. Não existe relação. Aí é relação de trabalho, não é relação de emprego. Como é que nós estamos vendo isso no movimento sindical? Fomos ao Presidente, expusemos a ele e ele nos ouviu. Vetou. Tem interesse da Receita nesse veto? Tem inte-

resse da Receita nesse veto. Precisa regular o Código Tributário Nacional? Precisa regulamentar.

Agora, o que é que nós estamos dispostos a fazer? O primeiro aqui falou o Ministro do Trabalho aqui a semana passada. Não tem conversa. Primeiro, mantém o veto. O Governo que tem uma coalizão que tem, não pode ser sufocado por uma chantagem como nós estávamos vendo que foi. Todos aqui sabem, melhor do que eu, e os telespectadores aqui da TV Senado é bom saber, havia 601 vetos para serem votados antes do veto da Emenda 03. Desde 1994 esta Casa não votava veto presidencial. E numa chantagem fizeram isso. Toda uma ameaça, uma celeuma e uma pressão de todo o capital com anúncios de TVs em horários nobres para pressionar o Presidente sequer para vetar. O Presidente Lula tem que ser referenciado aqui pelos trabalhadores porque teve uma coragem ímpar. Não é qualquer um que faria o veto que ele fez, não. Não é qualquer um que faria, não. Então... Mantém o veto, abra-se a negociação. Estamos dispostos a negociar. Não tem problema nenhum. Quer criar exceção mesmo mantida todas as condições aí de habitualidade, pessoalidade, norosidade(F) subordinação, mesmo assim quer ter? Vamos criar. Agora, não dá para você criar numa faixa de trabalhadores que possam.

Então, a CGTB até lançou esse réptil na reunião com as centrais, posso colocar aqui com muita tranquilidade que é uma proposta nossa de você criar um piso de faturamento. Então pessoa jurídica que tenha lá um piso de faturamento de 600 mil reais anual, mesmo que o trabalhador tenha esses requisitos que a CLT diz, ele vai ser uma exceção. Só para lembrar, que pode achar que 600 mil é muito dinheiro, ele é 50% do SIMPLES. O SIMPLES o teto do SIMPLES é um milhão e duzentos. Então ele passaria a ter isso aqui.

Acho que nós devemos defender a manutenção do veto, está claro que todos nós queremos, a revogação do art. 129. Nesse momento de rediscussão dessa problemática, tem que ser revogado esse artigo. Ele criou um problema que o Bernard Appy teve que dar uma entrevista ao Estadão para explicar que aquilo pega o que tem que pegar, não pega o que não tem que pegar. Deu para entender? Ele explicou assim. Isso pega o que tem que pegar. Não pega o que não tem que pegar. O que é isso? Ele quer dizer que as profissões regulamentadas com caracteres liberais e autônomo podem ser PJ como impessoais. As demais, não. Nem jornalista pode. Porque o exemplo que a Globo usou que o Willian Bonner, só o Willian Bonner. Mas ele é um jornalista. Não é um artista.

Agora, eu acho que vale a pena enfatizar que se for possível manter esse veto, derrubar o veto, a precarização que vai dar não é só na questão salarial. É

bom a gente lembrar, eu posso... Patrão vai começar a trocar o empregado celetista por empregado PJ, quer dizer, não vai ter férias, não vai ter 13º, normas de segurança, saúde. Não vai existir. Eu lembro, Senador Nery, que quando eu pedi uma vez para fiscalizar uma cooperativa de digitação, que era uma fábrica de lesionada porque não sei se o senhor sabe, mas nós conseguimos fazer na NR 17 impedir pagamento por produtividade. Impedir uma série de jornadas limitadas, isso na NR 17. Agora, numa cooperativa o fiscal não pode fiscalizar, porque ele é o patrão também.

Então, ele tinha péssimas condições de trabalho, estava sendo lesionado pela saúde e eu não podia sequer fiscalizar. E vai voltar com isso tudo aqui. Ou seja, esses modismos que a gente teve na nossa história aqui, quarteirização, downside, reengenharia, todas essas coisas... Vai e volta. Ou seja, o refluxo já está dando. E cada hora eles inventam um nome. Agora é a piorização. Teve um representante patronal, Paim, que disse assim: Vamos fazer como está lá no Projeto do... Um substituto do Henrique Alves que se tiver o Ipo(F) suficiente. Então se for até cinco salários mínimos não tem jeito de ser PJ. Assim mesmo. Eu disse a ele: Me perdoe, Sr. Patronal. A pré-empresa que foi criada a possibilidade para legalizar vendedor de cachorro-quente, para legalizar... Formalizar, colocá-lo dentro da vida formal, pipoqueiros, diz que a receita anual é de 36 mil. 36 dá um salário de 3 mil. Cinco salários dá mil e seiscentos. Quer dizer, é uma brincadeira. Eles não querem realmente. Então, nós temos que ter claro aqui principalmente nós do movimento sindical que é uma briga grande. Agora, se eles mantiverem a Emenda 03, é rasgar toda a Legislação Trabalhista Sindical do Brasil com 4 linhas. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais cinco.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: Eu não vou precisar de mais cinco, não, querido. Eu vou encerrar, mesmo, para que os companheiros tenham a possibilidade de se colocar e deixar aqui claro que a CGTB está junto com as demais centrais e outras entidades, sejam elas de juízo como a ANAMATRA, seja de auditores fiscais, Ministério Público no sentido de garantir a manutenção do veto. Estamos disposto a negociar. Podemos ver o que pode ser no futuro. Mas acima de tudo, é que tem um claro que nós entendemos qual foi a razão de que eles quiseram fazer a Emenda 03. E é uma tristeza a gente ver que ela foi tão rapidamente colocada e eu tive acesso ao processo de votação a sugestão do Relator era pela rejeição da Emenda 03. Está aqui nos anais da Casa a proposta da Emenda 03 feita por um Senador, o Re-

lator era pela rejeição da Emenda colocada. E a gente infelizmente naquele voto simbólico.

Então eu quero crer que a gente não pode dormir um minuto. Vou repetir para vocês, são quatro linhas. Eu nunca vi. Olha que tenho feito embate há 15 anos debater reforma trabalhista, não é Calixto? 15 anos quer fazer reforma trabalhista. E nós resistimos e enfrentamos. Com quatro linhas ele acabou com tudo. Chamado a Emenda Globo.

Eu queria agradecer e parabenizar Paim, nos colocar à disposição no dia 15 vamos fazer questão de estar por aqui para ver o que falam os empresários para que a gente possa evitar o favorecimento da burla ao fisco, da burla à legislação e da fraude. Porque é isso que é. É o favorecimento da fraude. E contra isso, não há acordo. Não há acordo. Fraude é fraude. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra nesse momento ao Moacyr, que é coordenador do Fórum das Confederações de Trabalhadores.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD: Mais uma vez eu gostaria de cumprimentar o Senador Paim, ao Senador José Nery, aos companheiros aqui na Mesa, o Neto, Presidente da CGTB, Carlos Henrique da CUT, Caixeta da Procuradoria. Também gostaria de cumprimentar o Presidente da Nova Central, José Calixto Ramos, companheiro Calazan, Diretor da nossa Confederação da CONTRATO, os companheiros de São Paulo, Rose de Goiás, sua pessoa os companheiros de Goiás, os companheiros lá do Pará, o Chico, os companheiros presentes aqui meus companheiros e minhas companheiras.

Pode ser que seja repetitivo, mas eu não sei começar em momento algum aqui no Senado na presença do Senador Paim sem repetir que nessa figura nós temos o trabalho do idoso, do combate ao racismo, o combate à Emenda 45, do 618 da CLT, defensor da manutenção da estrutura sindical, através da necessidade, da taxa assistencial, da estabilidade do dirigente sindical, do fator previdenciário. E aí a gente vai ainda a questão de redução de jornada de trabalho, participação dos lucros, dos aposentados, dos pensionistas, e assim vai. Nós temos um grande orgulho de poder dizer, Senador Paim, que nós somos seu discípulo.

Tem um ditado que no meu ponto de vista é equivocado, que a gente... Se eu estou correndo atrás do prejuízo. Ninguém ocorre atrás do prejuízo, até porque o natural das pessoas é correr atrás do lucro. Mas nós ultimamente andamos correndo atrás do prejuízo. Para reverter esse prejuízo para reformular a questão. E a Emenda 03 nós estamos nesse quadro. Hoje de manhã eu estava no meu pronunciamento, eu dizia que nós

estamos no início dos fins dos tempos. Nós estamos acabando com os recursos das entidades sindicais, de um jeito ou de outro não tem mais quase condição de sobrevivência para se manter na luta, da Emenda 45 que nós estamos com dificuldade enorme se você não consegue fazer negociação você tem que recorrer ao judiciário, lá no judiciário sem autorização do patrão, nós não podemos recorrer ao judiciário, quer dizer, em lugar nenhum no judiciário você tem que pedir para a outra parte, pedir autorização para entrar na justiça na questão trabalhista nós temos que pedir para o patrão, por favor, me dá licença, me dá por escrito que eu posso entrar com uma ação contra você. Quer dizer, fica uma situação esquisita. E com a Emenda 03 nós estamos acabando, inclusive, com o Fundo de Garantia, que atrás do Fundo de Garantia vem a questão do saneamento básico, vem a questão, vamos supor, da estrutura, da casa própria e coisa e tal. Diz, mas não tem nada a ver. Tem tudo a ver. Porque a partir que você não é mais empregado e começa a incentivar a ser PJ, você começa a não recolher para o Fundo de Garantia e automaticamente isso acaba sendo um efeito cascata. É o fim do serviço público de saúde, é o fim da fiscalização. Na verdade, nós estamos invertendo todos os valores. O trabalhador que normalmente é a vítima, que... E é a vítima de todo esse processo, porque ele queira ou não queira nós temos... Ele está na mão do empresário.

Então, a vítima, ele passa a ser bandido. Que para ele provar que ele realmente não é PJ, que ele não é uma pessoa jurídica, tem que recorrer ao judiciário. Inverteu o processo. Até então nós estamos trabalhando para que isso permaneça, o fiscal vai lá, e está olhando. Está vendo, está verificando in loco a situação. Dentro dos documentos. Quer dizer, não é através de um papel, de um processo de um encaminhamento que vai ao judiciário. Que ali pode ser fabricado, pode ser montado e nós todos sabemos como é que funciona. Um bom Advogado dá nó em goteira d'água... E esconde a ponta ainda. Como é que ficaria essa situação? Essa fiscalização que hoje... Temos problemas. Temos problemas, sim. Mas aí se não fosse a fiscalização. Aí se não fosse a fiscalização no Ministério do Trabalho, da Receita Federal para nos dar essa mão para transformar essas questões da coopergato no Ministério Público, através desse tipo de ações para estancar essas questões.

A Emenda 03 acaba trazendo certa flexibilização mais ou menos parecido com aquele granulado que se coloca para matar formiga. Nos apresenta a Emenda 03 numa embalagem bonita, com bons olhos, salvador da Pátria, você vai pagar menos impostos, você vai ter lucro, você vai ter melhores condições de vida

para que o trabalhador que está ali brigando, vendendo o almoço para fazer o jantar, porque nessa faixa que conforme o Neto colocou, não vai pensar que ele vai ser rico, com essa faixa salarial ele jamais seria. E a formiga pega aquele granulado com bom cheiro, boa aparência, larga a folhinha do lado e carrega o granulado e leva lá para dentro do seu formigueiro. E o que acontece? Dali alguns dias aquilo internamente acaba matando todo o formigueiro. E nós, os trabalhadores, nessa condição nós somos as formigas operárias. Nós somos as formigas operárias. Estão querendo colocar essa Emenda 03 como a própria flexibilização de uma forma que todo o trabalhador brasileiro, com toda a sociedade, venha a pensar que talvez seja aí a saída para se ter um melhor lucro, um melhor ganho.

Nós já tivemos uma experiência não muito longe em que o nosso herói Paim, num momento histórico pegou uma Constituição e mostrou na Câmara dos Deputados o que aquela Casa estava fazendo com a Constituição na época da defesa do 618. Será, Paim, que você vai ter que fazer isso com a CLT e Constituição novamente no Senado? Acho que isso, nós não podemos deixar que isso aconteça. Demonstrou naquele momento uma questão heróica. A questão, vamos supor, lá no Fórum, lá dentro do Congresso, os companheiros que aqui estão nessa Mesa, trabalhando lá dentro enquanto outros companheiros aqui dentro estavam fora defendendo a flexibilização, defendendo o veneno da formiga da flexibilização.

Nós temos na nossa cultura o povo brasileiro, e isso é geral, que nós não temos o costume de fazer uma poupança, de fazer uma maneira para garantir o nosso futuro. Nós somos muito imediatistas. É natural do povo brasileiro. Essas pessoas que vão ser o PJ de amanhã, será que essa contribuição que lhe poderia contribuir sobre 10 salários mínimos, alguma coisa na Previdência, para ter mais, um pouco mais de economia ainda ele não vai contribuir sobre um salário só? Sobre dois, sobre três? E depois ele está acostumado a receber uma remuneração pouco mais elevada e depois quando chegar na sua época de aposentadoria ele não ter nem aposentadoria privada, nem a pública, e o seu padrão de vida for lá embaixo. Um falecimento, alguma coisa nesse sentido. Aí deixa a mulher com três ou quatro filhos ou vice-versa. A Emenda 03 não é somente, conforme foi colocado aqui pelo Dr. Ives. A Emenda 03 mexe no dia-a-dia lá dentro da nossa casa. Mexe exatamente aonde mais dói no ser humano, que é o bolso. E a segunda dor é a fome. Por causa que é muito bonito na hora que se implanta essas questões. Mas quem de nós aqui não conhece alguém que começou trabalhar cedo e depois quando foi se aposentar e o fator previdenciário nos

cortou? Quem de nós aqui não conhece alguém que lá no passado pensou: Eu não vou contribuir com a Previdência Social agora, deixar aí. Depois eu contribuo. Isso não vale nada e coisa e tal. Depois quando chega os 60, 55 anos, daí falta 10 anos para se aposentar e depois não tem aquela equivalência e fica pelo amor de Deus pedindo aos filhos e muitas vezes nem os filhos não têm condições de oferecer. E a Emenda 03 é parte para esse tipo de caminho. Nós já temos no Brasil uma quantidade superior a 51% de trabalhadores sem carteira assinada. Isso está todo mundo falando, é estatística, não é número novo que a gente está trazendo. E nós vamos estar mais uma vez jogando mais gente para a informalidade. A responsabilidade nossa é de jogar mais gente, jogar mais gente lá para fora do mercado de trabalho? Tem muita gente que diz assim: Olha, hoje nós não estamos mais trabalhando através do emprego, e sim através do trabalho. É o trabalho que está sustentando e não o emprego. Mas através dessas questões tem que ser uma corrente. Tem que trabalhar, tem que ganhar, mas tem que ter garantias. Tem que contribuir, tem que contribuir com o Governo, tem que contribuir com a Previdência. Mas diz: Não, mas roubam. Fazem isso. Isso é outra questão. Vamos cumprir com a nossa parte.

Dias atrás numa discussão também sobre essa questão da Emenda 03, o Deputado Tarcísio Zimmermann ele trazia que lá em Novo Hamburgo, o ferramenteiro já estão forçando que ele seja PJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Só para situar, Novo Hamburgo é Rio Grande do Sul, e essa área é área muito forte na área do calçado.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD:

Já estão forçando o trabalhador. E você acha que esse ferramenteiro, essa pessoa, ele ganha o suficiente, ele vai ter acúmulo de receita ou aquele valor que ele está ganhando é suficiente para ele ser um PJ? Essas questões que eu trago para a reflexão de cada um dos companheiros, dos Senadores aqui presentes. E você veja como é que é tratada as coisas. O movimento sindical através das centrais sindicais, fazer uns dias parabenizar para todos nós porque nós estamos num momento tão importante, acho que um momento de graça do movimento sindical, Neto, que muitas vezes nós até pouco tempo atrás nós estávamos brigando ali, e brigando a tapa mesmo. Para não dizer a tiro, né Carlos? E hoje em dia nós estamos trabalhando numa linha só. Estamos trabalhando em coisas comuns que é para o bem do trabalhador. E essa Emenda 03 foi uma das ações que nós estamos trabalhando junto. Esses dias atrás os companheiros, os metroviários numa ação articulada, três companheiros metroviários,

salvo engano, foram demitidos. Esta sendo trabalhado para que haja o retorno deles, mas a princípio já foram demitidos. Em prol de muita gente que nós estamos segurando. Na semana passada, o Secretário da Receita, Rachid, na Câmara, fez até menção que o Governo estava tentando montar um outro Projeto, e que seria trazido ao público. E numa das entrelinhas ele trazia que talvez até uma das saídas seria anistiar as empresas de telecomunicações e as empresas que tinham sido notificadas e autuadas em questões sobre a Emenda 03. Você veja como são as coisas que hoje o Governo está tentando colocar já um Projeto [soa a campainha], já pensando na anistia de quem foi notificado, mas os trabalhadores lá dos metroviários que foram sacrificados em seu trabalho esse ninguém fala. Vamos ter que trabalhar no Projeto. Que os trabalhadores também terão o retorno. E aí fica a nossa preocupação. Aonde fica os trabalhadores nesse processo? Na discussão que trazem, diz que isso tem que trazer para o judiciário. O judiciário já está até aqui, já não tem mais condição de atender. Tem o art. 8º, qual que é o entendimento do judiciário? Qual é o entendimento do Supremo? Do art. 8º? Qual o entendimento da contribuição confederativa? Qual o entendimento dele na questão da estabilidade do dirigente sindical? Qual o entendimento da questão da Emenda 45? Todas essas questões, todas essas questões vai para o judiciário. E todas essas questões lamentavelmente o judiciário tem julgado e tem entendimento contra os interesses dos trabalhadores.

Finalizando, e depois os companheiros aqui, me permita assim da OAB vão fazer a sua exposição. Me preocupa muito a questão inclusive da posição da OAB de São Paulo. Que está saindo em defesa do veto da Emenda 03. Isso me preocupa muito porque até então... Para derrubar o veto. Porque até então a OAB tem sido um alicerce em todas essas questões polêmica e questão do mais fraco. Será que dessa vez através de São Paulo ela vai minar para derrubar o trabalhador, derrubar o mais fraco? Não acredito que isso venha acontecer.

Para finalizar, a Emenda 03 não é nada mais, não é nada menos do que formalizar o trabalho informal. Nós temos que dar essa sustentação ao Presidente da República pela manutenção da Emenda 03 do veto da Emenda 03. Muito obrigado, Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Antes de passar a palavra para o nosso companheiro Carlos Henrique, representante da CUT, eu quero registrar que a próxima Mesa será então Presidente da Nova Central, José Calixto Ramos, Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Presidente Rosa Maria, Força Sindical, a Srª. Mônica de Oliveira

Lourenço Veloso, que é Secretária de Cidadania dos Direitos Humanos e o Dr. Roberto Figueiredo Caldas, Advogado Trabalhista que representa a OAB nesse debate. Registro aqui o Senador Arthur Virgílio que foi até o Plenário, mas que volta para o debate, Senador Cristovam, e o Senador José Nery, que eu chamo de José Nery. Ele diz, Paim, José Nery, Paim. [risos] Então passo a palavra ao Carlos Henrique, representando a Central Única dos Trabalhadores.

SR. CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA: Muito boa tarde a todos. Eu trago uma saudação da nossa Central Sindical aos companheiros que compõem essa Mesa, o Caixeta, o Neto, o Moacyr, uma saudação muito particular ao nosso companheiro de longas jornadas, Paulo Paim, aos Senadores convidados, demais sindicalistas e representantes de associações presentes.

Fazer esse debate, ele impõe a necessidade de uma contextualização. E fazer uma contextualização não traz nenhuma outra intenção senão a de contribuir efetivamente para que nos possamos compreender de fato o que acontece ao nosso redor e quais as implicações futuras que estamos sujeitos caso o veto seja derrubado.

Nós tivemos, principalmente na década de 90, um forte impulso no nosso País, mas também um impulso de grandeza mundial, onde a sociedade entendeu por algum momento que a salvação estava na precarização das relações de emprego. É dessa época que nós temos a terceirização, que nós temos a introdução do trabalho temporário e da extensão do trabalho também aos domingos. E essas iniciativas, iniciativas de cunho legal, elas trouxeram inevitavelmente um determinado nível de precarização nas relações de emprego.

Por outro lado, nós também assistimos logo após a década de 90, uma iniciativa no sentido da criação de empresas de uma pessoa só. De tal forma que em 2004, dos 4 milhões e meio de empresas registradas, 3,6 milhões eram de empresas de uma pessoa só. E isso foi feito com um objetivo bastante definido, a transformação do emprego numa relação de prestação de serviços onde o antigo empregado deixava de receber férias, 13º, reajustes salariais, pagamento do FGTS, Seguro Desemprego, etc. Tudo aquilo que um trabalhador formal teria direito. E essas duas iniciativas, tanto a iniciativa de cunho legal como essa iniciativa que nós podemos dizer fraudulenta, que visa único e exclusivamente negar direitos históricos aos trabalhadores, essas duas iniciativas elas tiveram, e ainda têm um único objetivo: Reduzir o custo do trabalho. Isso, efetivamente, falando de encargos sociais impostos incidentes sobre a folha de pagamento. Esse é o contexto. E seria oportuno, até porque daqui a pouco nós vamos ter aqui os empresários falando, dando as suas

opiniões e nós já conhecemos a fundo as suas opiniões, e sabemos que a reclamação sempre é o custo do trabalho no Brasil.

Eu gostaria, sem tomar muito tempo, de referenciar aqui o que é o custo/hora de trabalho no Brasil e referenciá-lo com alguns outros Países. Em 2002, que é quando foi feito esse estudo, no Brasil o custo/hora de trabalho custava três dólares. No Japão, 19 dólares e 60 cents. Na Europa, 20 dólares e 30 cents. Na Coreia do Sul, 8 dólares e 10 cents, em Taiwan, 5 dólares e 70 cents, em Israel, 13 dólares e 50 cents. E só para dar mais densidade a essa questão do custo, seria também importante observar o que nós tivemos em termos de taxa de desemprego antes e depois da aplicação da precarização das relações de trabalho no mundo. Na Alemanha, antes da precarização, a taxa de desemprego era de 4,8%. Depois da aplicação de uma série de leis que precarizavam esse percentual passou para 8,7. Na Espanha, a taxa de desemprego que era de 15,9 passou para 16,3. Na França, de 9 para 11,3. E assim vai.

Essa intenção de precarização das relações de emprego, portanto, não é nenhuma novidade no nosso País, e aqui nós temos um pouco daquilo que foi o fruto da aplicação de políticas que versavam sobre a precarização como um instrumento de salvação das relações e do emprego no globo.

A Emenda nº. 03, ela por si só ela não afeta a relação de emprego. É verdade. O que a Emenda nº. 03 traz é o impedimento à fiscalização. E, portanto, permite que a fraude tenha como prosperar. E nesse sentido, é importante chamar a atenção, evidentemente, da sociedade. Mas, em particular, dos Senadores. Até porque nós temos... E falo nós as centrais sindicais, nós temos percorrido os corredores do Congresso Nacional, conversando com líderes, com Senadores, com Deputados, e a maioria deles tem colocado para nós uma leitura que nos parece bastante preocupante. Alguns líderes partidários dizem que se a Emenda 03 for colocada em votação, ela vai se manter. O veto presidencial será derrubado. Portanto, tendo essa possibilidade e uma possibilidade que tem um chão muito firme, nós gostaríamos de dialogar com esses Deputados e com esses Senadores que de alguma forma militam com a convicção de que a Emenda 03 ela na verdade, ou de alguma forma, ajudará para que nós tenhamos o nosso País uma prosperidade e emprego para todos. E esse diálogo que é dirigido a quem detêm o voto, ele passa necessariamente por essa compreensão, por um apelo. A precarização das relações de emprego não está resolvendo os graves problemas sociais e colocados para a grande massa de trabalhadores em particular

no nosso País. A Emenda 03 não irá resolver esses problemas. Ao contrário, irá agravá-los.

Por outro lado, a Emenda 03, facilitando a fraude, em particular a fraude na relação de emprego, vai permitir uma concentração cada vez maior da renda no nosso País. Da nossa parte, da parte da Central Única dos Trabalhadores, nós temos certo de que é necessário a construção de uma sociedade onde todos tenham acesso à cidadania. Ter acesso à cidadania significa ter acesso a emprego, renda, condições democráticas de relações de trabalho. E por conta disso, nós fazemos um apelo aos Senadores, na medida em que ajudem a romper essa tendência de precarização mantendo o veto à Emenda de nº. 03.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A gente agradece a atual Mesa, e nesse momento nós desmanchamos essa Mesa, convidamos nossos amigos que estão na Mesa para que se dirijam à primeira fila. Nós vamos convidar pela Nova Central o Presidente José Calixto para que venha assumir aqui o seu lugar à Mesa, José Calixto Ramos, convidamos a Presidente Rosa Maria do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, e convidamos a Srª Mônica Oliveira Lourenço Veloso, da Força Sindical que é Secretária de Cidadania e Direitos Humanos. E convidamos o Dr. Roberto de Figueiredo Caldas, Advogado Trabalhista do Conselho da OAB. Eu pediria que os painelistas ficassem também aqui já na primeira fila. Eu sei que o Dr. Caixeta, pediu inclusive antes para que eu permitisse que ele fizesse alguns questionamentos, e vai ser permitido depois dessa Mesa aos Senadores presentes a Mesa será uma Mesa rápida que questione a Mesa e ao mesmo tempo os painelistas poderão também fazer os seus questionamentos.

Então, nesse momento para ganharmos tempo, sem prejuízo do debate que teremos depois, eu passo a palavra ao Dr. Roberto de Figueiredo Caldas, Advogado Trabalhista do Conselho da OAB, e dizer também da nossa alegria, sem aquele discurso meio piegas, que é bom ver duas mulheres aqui na Mesa representando o nosso povo, o povo brasileiro. Que até o momento só tinha falado aí o sexo masculino. Dr. Roberto, então, V.Exª está com a palavra para a alegria de todos nós.

SR. ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS: Muito obrigado, Senador Paulo Paim. É uma grande honra estar aqui em um debate tão seletivo, tão profundo sobre uma questão que alguém já disse antes, talvez não devesse estar nessa ordem de exame positivo. Na realidade, me parece que é uma agenda negativa, porque a sociedade, a sociedade civil organizada, as suas associações, os sindicatos, as centrais que representam a cidadania, os trabalhadores, estão evidentemente

apoiando o veto presidencial à Emenda 03. É como que um diversionismo que se colocou essa Emenda, e que acaba gerando um debate muito grande, profundo. Mas, de qualquer maneira, muito interessante. Porque reaviva entre nós, Senador Paim, caríssimos componentes da Mesa, um debate que não é novo quanto à precarização da relação do trabalho, o respeito à dignidade da pessoa humana no ambiente de trabalho, a velha discussão sobre a prevalência do contratado sobre o legislado. Todas essas discussões que nós já vimos haverem passado por esta Casa, pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados, e no seio da sociedade. Como muitos já me sucederam aqui nesta Mesa, eu inverteria até a ordem de minha manifestação e até deixaria de falar sobre algumas coisas para começar por uma inconstitucionalidade que não vem sendo lembrada, mas que quero crer ela é muito importante. É um dispositivo que foi inserido na nossa Constituição, no art. 15, é um inciso LXXVIII que diz o seguinte: A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Ora, este dispositivo que garante a razoável duração do processo é um dispositivo de garantia mesmo de direito humano fundamental. Este dispositivo já estava presente com uma redação um pouco diversa na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948. Em seguida, na Convenção Interamericana de Direitos Humanos, e os tribunais internacionais vêm entendendo que é dever do Estado Nacional, no nosso caso, do Brasil, garantir um processo judicial em tempo razoável. Ou seja, processo judicial rápido, célere. E o que nós vemos nesta Emenda? A Emenda peca também por este aspecto porque quer jogar para uma já abarrotada Justiça do Trabalho mais trabalho. Mais processos judiciais absolutamente artificiais. Por quê? Porque todos sabemos que na Justiça do Trabalho se repetem milhares, até milhões de processos sobre questões únicas, repetitivas, que bastaria que o Poder Executivo fizesse o que é do seu dever, que é fiscalizar. Ou seja, executar a lei.

É muito oportuno esta abordagem aqui no Senado Federal, com a presença dos senhores e das senhoras, Senadores e Senadoras, porque é quero crer que a Emenda 03 ela vem na contramão do esforço que o Congresso Nacional tem feito pela reforma do Poder Judiciário, pela modernização do Poder Judiciário, que aí sim hoje está na agenda o PAC. Nós queremos o crescimento do País, e não podemos ter um crescimento com um judiciário tão demorado. Tão incerto na sua decisão final. Digo isso porque me referi às cortes internacionais. Tanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos quanto a Corte Europeia de Direitos Humanos.

nos, quanto a velha Corte da AIA, a Corte Internacional de Justiça têm decidido por impor pesadas indenizações em favor de partes que sofrem pela demora do Poder Judiciário. E esse dispositivo retira o Poder Executivo da sua atividade fiscalizadora, de executar quem descumpra a lei para jogar mais uma vez em um Poder Judiciário, como já disse, combalido.

Se hoje o Poder Judiciário na área do trabalho é recordista mundial em número de processos, não é o mérito infelizmente da nossa sociedade. Muito pelo contrário. É um demérito. Porque muitas daquelas ações poderiam ser muito bem resolvidas por mais fiscalização do Executivo. Disse que a Emenda está na contramão da história e da contemporaneidade porque os Estados Nacionais, os Países, têm procurado estabelecer um fortalecimento da atividade fiscalizadora. Porque, em primeira instância, é quem vai garantir um cumprimento da lei.

Em questões evidentes como essa que já foi referida aqui antes da pessoa jurídica individual. Ora, não se quer negar a possibilidade teórica de existir ou das cooperativas de trabalho existirem desde que sérias, há possibilidade, sim, de alguém trabalhar para vários empregadores e constituir uma pessoa jurídica. No entanto, quem milita na Justiça do Trabalho, as entidades sindicais, conhecem a realidade que é simplesmente a fraude, a burla. A criação de pessoas jurídicas tem servido no nosso tempo à fraude da relação de emprego. E não são poucas às vezes que a Justiça do Trabalho tem comparecido, tem sentenciado exatamente no sentido de reconhecer que ali não havia nenhuma pessoa jurídica real, mas sim apenas um contrato. Era um papel para disfarçar a verdade que é a relação de emprego com todos os seus requisitos de existência. Portanto, a agenda positiva que nós devemos traçar e daí porque muito oportuno este debate, é que nós precisamos ter no nosso País mais fiscalização por parte do Poder Executivo. Nós precisamos depender menos do Poder Judiciário tão atravancado. Poder Judiciário não é para passar dez anos para decidir um processo. Bem lembra o Senador Paulo Paim que foi um dos líderes aí na condução do processo de reajuste do saldos de FGTS dos trabalhadores. Estivemos juntos várias vezes quando vimos que mais de um milhão de ações estavam abarrotando o Poder Judiciário há mais de 10 anos por conta de termos um Judiciário muito assoberbado. Precisamos de um Judiciário, sim. É extremamente importante a existência democrática deste órgão. Mas, desde que ele funcione muito mais rapidamente e com uma maior certeza. Que dure um ano um processo trabalhista, um processo penal, é aceitável. Mais que isso nós já achamos que é exagero.

Nós gostamos sempre de citar o exemplo da Espanha nas questões trabalhistas. A Espanha se incumbiu, o Estado Espanhol assumiu um compromisso perante os seus cidadãos de resolver as ações trabalhistas em 60 dias. E tem conseguido com muito êxito. E mais, criou um dispositivo que é uma verdadeira fiança em favor do cidadão. Se o judiciário não resolver aquela ação em 60 dias, definitivamente e pagar o que é devido ao trabalhador, o Estado espanhol passa a pagar o salário do trabalhador que está reclamando em juízo.

Quer dizer, se outros Países podem, se vários Países que têm uma duração de seis, oito meses do processo judicial estão fazendo reformas do Poder Judiciário, por que nós não podemos? Por que nós não podemos sonhar em um processo judicial que dure um ano? Mas aí, há uma questão que talvez os mesmos que defendem a Emenda 03 vão dar saltos. É que a Emenda 03, infelizmente, que busca que a empresa não seja fiscalizada, parece-nos remeter a um receio de que se descubra de que se está descumprindo a lei mesmo. Esse descumprimento da lei, temido, é que também iria contra aquilo que no mundo inteiro se faz. O Judiciário, em vez de apenas pagar aquilo que é devido ao indivíduo que reclama, além de determinar o pagamento, impõe sempre, sempre, pesadas indenizações. Só assim o devedor, o detrator da lei vai temer o judiciário. Do contrário, quem teme o judiciário é o cidadão. É o trabalhador. O judiciário demorado só amedronta o cidadão, que não quer de jeito nenhum reclamar porque sabe que passará muito tempo para receber aquilo que lhe é, que lhe serve para a subsistência sua e da sua família.

Então, aqui temos o ex-Ministro José Calixto Ramos, do TST, que certamente pode... Dirigente sindical de longa data, pode também contribuir com este debate. Certamente é algo que precisamos urgentemente, um Judiciário muito mais rápido.

Nós também na CONATRAE, nós somos membros da CONATRAE, a Rosa Maria também, represento o Conselho Federal da OAB na CONATRAE, nós somos membros da CONATRAE, a Rosa Maria também, represento o Conselho Federal na CONATRAE, a Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo que desde quando se teve notícia dessa Emenda aditiva nº 03, a Emenda 03, a CONATRAE ficou extremamente preocupada, porque é com a atuação dos auditores fiscais do trabalho que se tem permitido aqui que o nosso País, que o Brasil seja um modelo internacional de combate ao trabalho escravo, porque neste caso a fiscalização tem de fato funcionado. Funcionado naquilo que encontra [soa a campainha] de realidade, e já estou concluindo, que encontra de realidade ao se

deparar com as fazendas em que se escraviza e evidentemente nada se registra.

Já no dia 8 de março, uma nota quase unânime, apenas a representação da Confederação Nacional da Agricultura votou contrariamente, mas todos os outros membros foram harmônicos em entender que diversas inconstitucionalidades estavam presentes. Como a afronta, a harmonia entre os poderes, porque neste caso o Poder Legislativo estaria entrando, afrontando uma atividade típica do Poder Executivo e transferindo para o Poder Judiciário antes mesmo de atuar como fiscal, a dignidade da pessoa humana, e também inconstitucionalidade clara, aí já acrescentada por mim, por violação ao inciso LXXVIII, este que li logo no início, da razoável duração do processo que é um direito e deve ser exercido por todo cidadão brasileiro que dependa do Poder Judiciário.

Neste sentido, entendemos e frisamos que a Emenda nº. 03 está na contramão da história e na contramão da contemporaneidade. Em favor do cidadão brasileiro, do trabalhador brasileiro, é importante Sr. Presidente que o veto presidencial seja mantido. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra à Srª. Rosa Maria, que é Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais. V.Exª dispõe de 15 minutos, mais cinco se necessário.

SRA. ROSA MARIA CAMPOS JORGE: Muito boa tarde, senhoras e senhores, quero cumprimentar o Presidente dessa Mesa, Senador Paulo Paim, reconhecidamente um dos maiores defensores dos aposentados e pensionistas desse País, e também um grande defensor da classe trabalhadora desde os anos em que militou na Câmara dos Deputados. E em seu nome quero cumprimentar a todos dessa Mesa e a todos as senhoras e senhores aqui presentes.

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho tem participado em diversas oportunidades de discussões sobre a Emenda 03. Desde que ela foi apresentada nessa Casa pelo ex-Senador Ney Suassuna que nós o procuramos para falar do perigo que representaria naquela época a aprovação e pedindo a ele que a retirasse. Ele nos disse, e não pediu reserva de que naquele momento ele estava apresentando aquela Emenda para atender determinado grupo de empresas da área de comunicação.

Bom, essa luta não logrou êxito aqui no Senado, é onde foi aprovado, depois foi à Câmara dos Deputados e foi votada muito rapidamente na Câmara dos Deputados logo no início dessa Sessão Legislativa sem que se tivesse tempo de discutir a repercussão das consequências da aprovação dessa Emenda. E

diversas forças se somaram para defender o direito do trabalhador. Os auditores fiscais do trabalho têm como... São todos servidores públicos de carreira, concursados, e preparados para exercer a sua função, têm profundo conhecimento da matéria trabalhista, e de segurança e saúde no trabalho. No exercício da nossa função que é feito de porta em porta, fiscalizando os ambientes de trabalho, entrevistando os trabalhadores e verificando as condições de trabalho, são os auditores encarregados de verificar o cumprimento da lei trabalhista. Quando o auditor encontra uma situação em que a lei não está sendo cumprida, ele tem o dever de lavrar um Auto de Infração e esse Auto de Infração dá ao autuado o direito de se defender na esfera administrativa e não satisfeito com o resultado dessa defesa, de recorrer ainda na instância superior ainda na área administrativa. E é claro, se não satisfeito, de recorrer à justiça. Então, não há em nenhum momento uma atuação da fiscalização que impeça a ampla defesa do autuado.

Outro motivo que tem sido muito suscitado e já o foi lá em Audiência Pública na Câmara, que o PJ ou a pessoa jurídica constituída para prestar serviços que ele seria duplamente prejudicado. Porque aí o Auditor Fiscal do trabalho autuaria o prestador de serviços, e ele ainda teria que pagar uma multa altíssima, logo ele que é hipossuficiente.

Eu quero deixar claro para os senhores e para as senhoras, que o prestador de serviços PJ que está numa situação de evidente fraude à lei ele não é autuado pela fiscalização do trabalho. Quem é autuado é justamente aquele que logra proveito com o trabalho desse PJ. É o tomador dos serviços, é sobre ele que recaem as multas, as imposições e o lançamento do débito do Fundo de Garantia que é feito pela auditoria fiscal do trabalho. Que além de todos os princípios que regem a relação de trabalho, a relação de emprego, um deles é o princípio da alteridade. Ou seja, não se transfere para o trabalhador o risco que é tão-somente do empregador, ou seja, daquele que é o tomador do serviço e que tira proveito desse serviço. Então é uma inverdade que tem sido distribuída aí e informada por empregadores, por representantes dos empregadores, por pareceristas muito bem remunerados para vir de público dizer isso. E outra inverdade que tem sido dita é que essa Emenda 03 não se aplica à auditoria fiscal do trabalho. Pode ser que muitos dos senhores não tenham acompanhado todo esse processo, e eu preciso explicar o seguinte. A Super-Receita, ela na verdade é uma lei que altera outras leis. Uma dessas leis que é alterada, a Lei 10.593/2002 é a lei que regula as competências e as carreiras das auditorias federais. O art. 6º dessa lei trata das competências dos auditores da

receita, enquanto que o art. 10 trata das competências dos auditores do trabalho. Se o objetivo da Emenda era simplesmente alterar competência do auditor da Receita Federal, o § 4º que foi incluído através dessa Emenda no art. 6º, que trata dos auditores da receita, não diria logo nas primeiras linhas, auditores fiscais de que tratam esta lei, mas sim auditores fiscais de que tratam este artigo, como seria o correto na redação jurídica. O objetivo é claramente atingir a auditoria fiscal do trabalho, porque compete ao Auditor Fiscal do trabalho a verificação do vínculo empregatício. Então, somos nós auditores quem fazemos essa verificação, e não os auditores da Receita.

Então, todas às vezes que o auditor encontra uma situação real em que há caracterização do vínculo empregatício, o auditor pede a documentação daquele trabalhador, e se é apresentado algo diferente da carteira de trabalho, ele lavra um Auto de Infração. Por quê? Porque com base no princípio da primazia da realidade que já foi nomeado aqui pelo Caixeta da ANPT, com base nesse princípio, o Auditor Fiscal do Trabalho tem que se ater aos pressupostos da relação de emprego. E é isso que está em jogo nessa Emenda. Desrespeita-se os pressupostos de relação de emprego. E todas às vezes que o Auditor Fiscal de Trabalho encontra isso é obrigado, sim, a exigir o cumprimento da lei. Ou seja, que a carteira de trabalho seja assinada porque é decorrência dela os demais direitos trabalhistas sem o vínculo de emprego não há como exigir pagamento de férias, 13º, salário maternidade... Só para enumerar alguns desses direitos.

Eu quero falar também um pouquinho de alguns números que não são segredo para ninguém, que no site do Ministério do Trabalho e Emprego estarão todos eles disponíveis, de 2005 a 2007, foram libertados pelo Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo que é composto por auditores fiscais do trabalho, foram libertados 8.789 trabalhadores. Libertados. Trabalhadores escravizados. De 1996 a 2007, os auditores fiscais do trabalho registraram durante a ação fiscal 5 milhões, 506 mil e 253 trabalhadores. 5 milhões de trabalhadores foram registrados durante a ação fiscal. Isso significa que se nesse período aí cada um desses trabalhadores tivessem que recorrer à justiça para ter a declaração de vínculo, seriam mais cinco milhões de processos acumulando já a milhões de processos que abarrotam a Justiça do Trabalho. Triplicaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. ROSA MARIA CAMPOS JORGE: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Acho que alguém da oposição entrou em

circuito. [risos] Eu achei tão grave que vou pedir para a senhora repita mais uma vez que é importante que o Brasil saiba, via TV Senado, esses dados. Só isso. Repita mais uma vez esses dados, faz favor.

SRA. ROSA MARIA CAMPOS JORGE: Tá. Repetindo, Senador, a seu pedido. Que no período de 2005 a 2007, é um lapso de tempo relativamente curto, 2005 a 2007 foram libertados 8.789 trabalhadores escravizados no meio rural no Brasil. Isso porque ainda existem denúncias da Comissão Pastoral da Terra que existem 25 mil ainda trabalhadores escravos no Brasil. 8.789 foram libertados. De 1996 até 2007, foram registrados durante a ação fiscal 5 milhões, 506 mil, 253 no Brasil. Só durante a ação fiscal. Nós contamos hoje com 3.062 auditores. 3.062 auditores para dar conta de fiscalizar todo o Brasil, trabalho urbano, trabalho rural, segurança e saúde do trabalho, combate ao trabalho escravo, combate ao trabalho infantil, e todas as formas precarizantes e inseguras de trabalho que existem. Segundo estudos da própria OIT, seria necessário no mínimo o dobro desse tanto de auditores para dar conta dessa função. Dizer para vocês que o auditor fiscal do trabalho ele exerce um poder de polícia oriundo do Poder Executivo. Cabe ao Poder Executivo verificar o fiel cumprimento da lei. Retirar a competência da auditoria fiscal do trabalho para verificar o cumprimento da lei trabalhista, significa o mesmo que retirar a polícia da rua e deixar que a própria vítima recorra ao Judiciário para que ele diga se ali há um crime ou não para depois mandar a polícia ir lá punir o culpado.

Quero dizer para vocês que os auditores fiscais do trabalho também rechaçam toda e qualquer tentativa de legislar para retirar direitos dos trabalhadores. Porque entendemos que os trabalhadores brasileiros já deram a sua contribuição ao longo da história e muita contribuição para chegar ao que chegou. Restam poucos direitos aos trabalhadores. Nós achamos que a CLT não é uma legislação arcaica. É claro que ela necessária das alterações que acompanha a evolução da vida das pessoas. E entendemos que ela tem sido alterada, porque de todas as leis, ela é uma das que você compra uma CLT hoje amanhã você já precisa comprar outra porque já sofreu alteração. Então dizer que a CLT é arcaica é outra premissa enganosa para justificar a sua alteração no sentido de tirar direitos. Não somos contra a discussão desses assuntos. Achamos que eles podem e devem ser discutidos em todas as esferas. Agora, entendemos, sim, que a Emenda 03 ela foi colocada de forma indevida, votada de forma indevida, sem a discussão maior com a sociedade. E entendemos sim que todos os trabalhadores devem saber o que está acontecendo, porque poucos são

informados que estão correndo sérios riscos de perderem os seus direitos. E a Emenda 03 que foi colocada como uma forma apenas de resgatar direitos de natureza tributária, na verdade o objetivo maior é atingir sim a classe trabalhadora brasileira. A pejotização ou pejorização, como alguns dizem, ela tem tomado conta e existe um registro, um estudo recente de um dos grandes economistas desse País que é o Márcio Pochmann que dá conta de um levantamento muito sério e muito importante que foi feito pela UNICAMP em que ele fala do aumento da pejotização em São Paulo, que não gerou emprego, ao contrário, reduziu o emprego formal, o emprego decente, o trabalho recente, aquele que há responsabilidade social nesse País. E nós entendemos que esse Congresso não pode deixar como marca na sua história, como marca na história do Brasil, de que ele foi o responsável por liquidar de vez o pouco que tem de Legislação social ainda existente. Muito obrigada, muito obrigada a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [soa a campainha] Passamos de imediato a palavra ao Presidente da Nova Central, Sr. José Calixto Ramos, companheiro também de longas jornadas.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Caro Presidente, Senador Paulo Paim, minhas companheiras e meus companheiros de Mesa, companheiros dirigentes sindicais das mais variadas categorias profissionais aqui presentes, dirigentes das centrais, companheiras e companheiros, eu queria primeiramente agradecer o convite para esta Sessão, essa Audiência Pública, dizer da nossa satisfação em participar juntamente com os demais companheiros e companheiras, e parabenizar o Senador Paulo Paim por mais uma vez trazer ao debate público uma matéria que tem causado uma polêmica muito grande em todo o território nacional. Tem sido objeto de muitas reações, inclusive alguns movimentos organizados, através das centrais, e tem trazido uma discussão que chama a atenção não apenas do Executivo, mas também do próprio Poder Legislativo.

Eu diria primeiramente que vou fazer um pronunciamento escrito, como sempre faço, até porque se as bobagens que eu disser já ficam escritas. Fica até mais fácil de identificar.

Mas inicialmente eu diria que o Presidente Lula quando vetou a Emenda 03, ele não vetou para apresentar um gesto populista, e nem tampouco para agradar a Organização Sindical Brasileira. Até porque ele sabe que existem divergências entre o seu pensamento sobre a estrutura sindical, e muitas entidades sindicais organizadas nesse País. Então ele deve ter feito uma análise muito profunda de tudo isso para poder apresentar o veto como um ato. Eu diria até de coragem. Mas, ao mesmo tempo, é um ato que pela coligação

que ele conseguiu, conseguiu produzir, talvez fosse até fácil manter o veto. Mas me parece que não está sendo exatamente como nós pensamos. O Congresso está trabalhando para a derrubada do veto.

Nós escrevemos aqui algumas coisas que claro que muitas delas já foram ditas, e coincidentemente a Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais teceu alguns comentários que traz detalhes de como agem os fiscais do trabalho. E está escrito aqui que nós vamos deixar.

A Emenda 03 em si ela já foi discutida aqui na Mesa, já foi falada por todos, e senão me falha a memória, a exceção de um dos convidados, todos estão trabalhando na mesma direção. A direção da manutenção do veto. Foi assim que eu entendi até agora a exceção do Ives Gandra Martins Filho. As manifestações foram várias, algumas até aculturadas, e a maioria delas eivadas de pronunciamento de pensamentos naturais das pessoas que lidam diretamente e diariamente com o Movimento Sindical Brasileiro. São eivadas exatamente dessa praticidade que nos envolve diuturnamente.

Então, como já sabem o teor da Emenda, eu passaria a dizer que ao expressar que os casos que importem em reconhecimento de relação de emprego, devem ser precedidos de decisão judicial, a Emenda retirou dos auditores fiscais do trabalho e da Previdência Social o poder de atuar, autuar empresas por falta de registro de empregados. Quando independe de procedimento judicial os fatos conduzirem de modo claro a existência dessa relação.

Explicitando, define-se que atualmente o Auditor Fiscal em expediente de rotina de fiscalização, ao se deparar com a existência de pessoa trabalhando sem que tenha notado a respectiva carteira de trabalho, estando convencido da existência da relação de emprego, pode sim autuar a empresa. Todavia, é comum que os empregados prejudicados formalizem reclamação diretamente à Delegacia Regional do Trabalho. Não é primeiramente à Justiça do Trabalho. Neste caso, o processo é distribuído a um Auditor Fiscal que comparece ao local de trabalho com o objetivo de constatar a veracidade da reclamação conforme previsto no art. 37 da Consolidação das Leis do Trabalho. E aqui está transcrito e não precisa citá-lo que todos os companheiros já conhecem. Mas diz aqui em seguida. Nós dizemos o seguinte: Se a empresa em sua defesa nega a existência de relação de emprego, ou sendo impossível constatá-la por via de procedimentos administrativos, o andamento do processo fica sobrestado sendo remetido à autoridade judicial para julgamento. Então só depois desse procedimento é que o processo vai à Justiça do Trabalho. Evidencia-se que o Auditor Fiscal

pode autuar a empresa por falta de registro de empregados quando convencido de que as circunstâncias de fato deixam claras a existência de relação de emprego. Não é por qualquer coisa que o fiscal vai e entende que está tudo errado e autua. Ele tem consciência disso. Dois. Em caso de reclamação é feita a diligência que comprovando a existência do vínculo empregatício dará margem a que o Delegado Regional do Trabalho determine a anotação da carteira de trabalho com a conseqüente atuação da empresa. E aí, em todos os casos, a empresa tem prazo para a sua defesa que se apresentada com negativa a existência da relação de emprego, o feito, aí sim é encaminhado à Justiça do Trabalho como competente para decidir confirmando o vínculo empregatício e transitada em julgado a sentença a empresa deve fazer o seguinte, anotar a carteira e pagar a multa decorrente da atuação. E ponto final. Facilmente se constata que os dispositivos legais em destaque dão poderes à autoridade administrativa para definir sobre a ocorrência de relação de emprego observada as limitações ali previstas. Para o mundo do trabalho, parte pertinente ao interesse dos trabalhadores e por conseqüência das entidades sindicais que o representam, esse dispositivo são de transcendental importância, principalmente porque permitem o imediato reconhecimento do vínculo empregatício, evitando que o obreiro fique prejudicado em seus direitos trabalhistas e previdenciários. Mas a Emenda 03, ora em discussão, exclui radicalmente os poderes conferidos a autoridade administrativa que são exatamente os auditores fiscais do trabalho. Quer dizer, invade a área de competência do Executivo, e retira uma das principais, ou talvez a principal prerrogativa do Auditor Fiscal do Trabalho. Por ela, se o Auditor Fiscal depara com a existência de pessoa trabalhando sem carteira assinada, anotada, lhe resta um único procedimento, coletar os elementos de sua convicção e comunicar ao Delegado Regional do Trabalho que deverá submeter o assunto à apreciação do Poder Judiciário e este afinal definirá sobre a ocorrência da vinculação empregatícia.

Parece simples, fácil e rápido, mas não é. Pois já foi dito aqui e é sabido que a Justiça do Trabalho demorará dois, três ou mais anos para decidir sobre o assunto, e se houver recursos sucessivos, esse prazo pode chegar a seis ou mais anos para a decisão final. Enquanto pretende... Enquanto pendente o pronunciamento da justiça terminativo do assunto, os empregados continuarão trabalhando sem carteira assinada, ou seja, sem direitos trabalhistas, previdenciários, estes em especial que as normas legais lhes asseguram. Aí pergunta-se exatamente o seguinte: Justifica-se este procedimento? Acho que não. No caso de infortúnio

laboral, quem dará assistência ao operário e sua família? Precisamos dessa resposta que deve ser dada naturalmente pelos Parlamentares que aprovaram a Emenda. Sendo as leis parte integrante de um Estado de Direito e que tem o dever de amparar a todos os cidadãos que compõem o que juridicamente chamamos de povo, pode-se conceber a emissão de uma norma que comprovadamente prejudica os trabalhadores, proporcionando proveitos econômicos aos empregadores. Essa forma de irregular emissão não estaria contrariando o basilar princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei? É outra pergunta que também se deixa no ar. A idéia concebida por muitos de que a Emenda objetiva facilitar a prática da chamada terceirização, ou seja, daquele ato em que a empresa contrata outro para realizar serviços que lhes são próprios, não afasta o que acima foi posicionado. Primeiro porque a doutrina e a jurisprudência estão se consolidando no sentido da existência de relação de emprego com a empresa contratante, terceirizadora. E segundo porque havendo provas de existência de fraude à aplicação das normas legais trabalhistas, deverá ser definido no sentido de tratar-se de empregados da empresa terceirizante, não da prestadora de serviço. Tudo que foi relatado demonstra não ser juridicamente admissível a referida Emenda nº. 03. [soa a campainha]

Então, nós sintetizaríamos... Mais cinco minutos, dizendo o que todos praticamente já sabem, mas é bom que se repita, que aqui está mais ou menos esclarecido ou esclarecido com muito mais, talvez com pouco mais de veemência. A Emenda 03 que foi incluída na lei que criou a chamada Super-Receita, proíbe que os auditores fiscais mudem e tenham o poder para desfazer pessoas jurídicas quando entenderem que a relação de prestação de serviços como empresa é na verdade uma relação trabalhista e transfere para a Justiça do Trabalho esse operar. A quem isso poderá favorecer? Às empresas, buscando reduzir custos poderão exigir que os seus empregados se transformem em pessoas jurídicas ou empresas individuais para contratá-los como prestadores de serviços, sem correr o risco de serem fiscalizadas e autuadas por isso. Conseqüência para os trabalhadores: Trabalhador que se tornar empresa individual ou pessoa jurídica nessas condições deixará de ser empregado, e passará a ser um prestador de serviço. Continuará cumprindo horário, recebendo ordens e exercendo as mesmas atividades de antes, nas dependências do contribuinte, mas não terá mais seus direitos trabalhistas e previdenciários garantidos por lei como, por exemplo, férias, 13º salário, FGTS, horas-extras, multa por ocasião de demissão, aposentadoria, auxílio doença, auxílio exclusão, licença maternidade entre outros. Se continuar segurado do

INSS terá direito aos benefícios da Previdência, mas terá que pagar 20% sobre o mesmo valor que como empregado pagava de 8 a 11%.

Aqui mais adiante, para terminar dentro do tempo, Senador, eu citaria aqui com a devida vênia os benefícios para a empresa. Pelo menos parte desses benefícios. As empresas contratantes poderão contar com a prestação de serviço por 12 meses sem interrupção, pois o prestador de serviço não tira férias. Ainda ficarão livres do pagamento para o INSS de 20% sobre a folha de pagamento a título de contribuição previdenciária. Não terão que pagar 13º salário e nem 30 dias de férias acrescido de mais um terço. Não pagarão contribuição para o sistema S, sobre esse prestador de serviço e não terão que pagar 8% de Fundo de Garantia, aviso prévio proporcional e nem indenização de 40% sobre o montante de FGTS.

Quer dizer, são pequenas vantagens que nós podemos levantar se na verdade a Emenda 03 for... Se a Emenda 03 ou se o veto que nós estamos tensionando manter ele for cassado ou for derrubado pelo Congresso Nacional.

Então, a posição da Nova Central Sindical é premissoriamente a favor da manutenção do veto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Dr. Roberto vai ter que se retirar, e antes de eu passar para a Srª. Mônica, eu só quero fazer para ele uma perguntinha que eu fiquei numa dúvida enorme, Dr. Roberto. Porque hoje o Neto inclusive falava comigo dizendo que a OAB São Paulo, se não me engano, tirou uma nota favorável à Emenda 03. Se pudesse rapidamente... Nós estamos com problema de horário, V.Exª me tirar essa dúvida. Afinal, aonde está a OAB só para questão de parâmetro para nós aqui. Já que a sua posição é outra pelo que eu percebi.

SR. ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS: Bem, quanto a OAB São Paulo, ela é sem dúvida uma seccional e autônoma nas suas deliberações. Então certamente no âmbito estadual, a OAB se posiciona da maneira como nós vimos ontem, contrário ao veto presidencial. No entanto, a OAB Federal, desde que surgiu a questão, o Presidente César Brito de imediato deu uma entrevista sendo completamente contrário, ele que é um Advogado da área, Advogado Trabalhista, inclusive, completamente contrário à Emenda. À Emenda aditiva. Sendo assim, na próxima segunda ou terça-feira, está em pauta, já esteve em pauta a questão da discussão da Super-Receita e estará de novo e essa questão será definitivamente julgada pelo Plenário do Conselho Federal. Mas quero crer que não... Que a palavra inicial do Presidente César Brito será certamente ratificada, é o sentimento que nós temos naquela instituição que

afinal sempre esteve ao lado das grandes causas da cidadania da sociedade brasileira.

Muito obrigado, e me desculpem ter que já sair. É que eu tenho uma viagem agora para a terra do Senador Paulo Paim, coincidentemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem-vindo lá, com certeza absoluta. Antes de passar a palavra para a nossa companheira líder sindical, a Mônica, eu quero só fazer o seguinte esclarecimento. Nos perguntaram se os empresários com as suas lideranças terão espaço para falar. Claro que terão. Então eu vou fazer a leitura rapidamente aqui. Já está convidado um representante da OAB São Paulo para falar no dia 15 às 14h nessa sala. Um representante da Confederação Nacional da Indústria, CNI, um representante da Confederação Nacional do Comércio, representante da Confederação Nacional dos Transportes, representante da Associação Brasileira de Rádio e Televisão, e também o representante da Associação Nacional dos Jornais.

Então, no dia 15, às duas da tarde, nós ouviremos aqui a visão dos líderes, dos empresários. Quero dizer que naturalmente nesse dia faremos aqui um bom debate como foi no dia de hoje. Já me levantaram a possibilidade de nós termos também uma outra audiência onde na Mesa estariam representadas as duas posições em relação à Emenda 03. Coisa que me é simpática. Confesso que me é simpática. Eu gosto do debate, o debate esclarece, a polarização no alto nível todos ganham. Então nós provavelmente teremos outra audiência após o dia 15 permitindo que as duas posições possam travar aqui, digamos, o bom debate. O debate qualificado, no alto nível, que todos ganharão.

Então nesse momento eu passo a palavra à Secretária de Direitos Humanos da Força Sindical, a Srª. Mônica Oliveira Lourenço Veloso. V.Exª dispõe de 15 minutos com mais cinco.

SRA. MÔNICA P. OLIVEIRA LOURENÇO VELOSO: Muito obrigado Senador Paulo Paim, na sua pessoa gostaria de parabenizar a Casa e especialmente a Secretaria de promover essa audiência, cumprimentar os Senadores, os convidados que estão aqui e os meus companheiros e companheiras de militância sindical que aqui estão presentes também.

Eu vou procurar não ser redundante e sendo, porque não tem outra forma. Um pouco mais para reforçar mesmo tudo aquilo que já me antecederam aqui. Eu gostaria de ressaltar algumas questões que a Emenda também coloca. Então olhar para a questão da falsa ilusão que isso pode e deverá causar aos trabalhadores mal informados do que significa se submeter à Emenda 03, ao que ela coloca como a questão do PJ.

Então, de dar a falsa ilusão de que vou me tornar independente, quando na verdade eu vou me tornar um trabalhador precarizado. Então a própria mídia ainda no nosso entendimento da Força Sindical não... Precisamos popularizar mais a discussão para os trabalhadores. Porque os trabalhadores de base, mesmo, eles não estão entendendo ainda o que vai significar isso na sua rotina, no seu cotidiano de trabalho. Isso é um papel importantíssimo que as centrais e os sindicatos obviamente de base têm como missão de estarem informando as suas categorias. Eu acho que também a gente precisa ressaltar aqui a desconsideração no que diz respeito ao esforço que se realizou na construção da agenda comum do Fórum Nacional do Trabalho onde se apontavam ali diversas questões, uma delas a Reforma Trabalhista e que está ali parada e a gente vê numa única e exclusiva quatro linhas, como disse o companheiro Neto, tudo resolvido e sem nenhum mérito de discussão mais democrático e legitimado pela classe dos trabalhadores e pela sociedade brasileira.

Então acho que essa é uma outra questão que a Emenda também coloca em xeque, todo o esforço de período grande de discussão que a gente teve e que ali se colocam várias questões do ponto de vista da própria Reforma Trabalhista que era comum as centrais brasileiras.

Acho que também é necessário colocar aqui que o esforço do País ele deve ser em obter uma maior coerência e efetividade no seu desempenho da ação das políticas públicas. Mas também precisa garantir os objetivos concretos do trabalho decente que correspondem ao marco de desenvolvimento colocado pela ONU para cada País. E aí refletir essas estratégias e do ponto de vista para a central, para a Força Sindical, nós acreditamos que a Emenda 03 é exatamente tudo que contraria a questão do trabalho decente e o que esse tema tem colocado através dos fóruns internacionais e também o próprio fórum tripartite da OIT quando a gente percebe que a Emenda também desrespeita o Tratado de Versalhes, a Convenção 81 e a recomendação da OIT que determina aos seus Países membros a luta contra as relações de trabalho encobertas que ocultem a verdadeira situação jurídica do empregado.

Então, novamente a questão da falsa ilusão do autônomo. Nós também acreditamos que ao contrário do que muitas pessoas e representações têm dito de que é possível gerar emprego com a Emenda, para nós ela não vai gerar emprego, ela vai substituir mão-de-obra e isso já é uma luta que o movimento sindical trava todos os dias. A questão da terceirização ela já é um processo de luta diário dos sindicatos e das centrais para aquelas empresas que se utilizam desse ins-

trumento para burlar a lei. E a gente poderia citar aqui uma série delas. Então a gente... Se a gente for agora focar a Emenda 03 para a realidade do cotidiano, nós podíamos dizer como é que vai ficar a questão das empresas que hoje evitam e não permitem que seus trabalhadores com doença ocupacional, se afastem para tratar dos seus problemas e depois são demitidos e ficam aí sem nenhum tipo de reconhecimento, inclusive previdenciário. Tendo que ele mesmo dizer, ir para uma luta jurídica, inclusive, para a Previdência para o reconhecimento da sua doença. A gente também precisa saber aqui como é que vai se colocar a Emenda 03 com relação à questão do assédio moral especialmente sofrido pelas mulheres dentro dos locais de trabalho e isso também vai se refletir nessa questão. A demissão por justa causa que hoje as empresas aplicam isso. Nós temos que falar do que é a realidade brasileira e a realidade brasileira não são só boas empresas. Nós temos muitas empresas que não tratam os seus trabalhadores com respeito, com dignidade, muito menos com a cidadania podendo ser exercida. E com as demissões por justa causa ele acaba se livrando de multas, fazendo acordo e inclusive fazendo acordo na Justiça do Trabalho. Já tem aí todo o acúmulo e infelizmente a pecha de ser uma justiça morosa que não permite ao trabalhador a efetiva, o efetivo reconhecimento do seu trabalho quando de uma demissão por justa causa. Isso para citar só a justa causa.

Eu acho que a gente precisa aqui também fazer uma referência a alguns avanços que o Brasil tem tido, especialmente na questão do combate do trabalho escravo, aqui já dito pela Srª. Rosa Maria, e também pelos avanços que a gente vem obtendo ao combate do trabalho infantil. Isso é um retrocesso no nosso entendimento de mais de 15 anos de atuação do Movimento pela Erradicação do Trabalho Infantil e pela Erradicação do Trabalho Escravo. A gente já olhou aqui pelos números que a Rosa Maria informou são 8 mil pessoas já libertadas, mas 25 mil que esperam por uma ação efetiva do Poder Executivo, da própria sociedade. A gente não tem essa pecha de ser um País em pleno século 21 tendo ainda trabalho escravo.

Então, nós fazemos com que toda a ação que a gente veio construindo na questão do trabalho infantil, na questão das piores formas do trabalho infantil e eu tive oportunidade o ano passado de vir aqui a esta Casa, inclusive, para discutir do ponto de vista dos direitos humanos a questão do trabalho escravo e com relação ao trabalho infantil. Então, a gente fica como cidadã que também votou muito estarecida com o fato de que os representantes que alguns meses atrás, podemos dizer aqui das últimas eleições faziam de seus palanques os direitos dos trabalhadores como princípio

das suas ações, agora numa canetada resolve todo o problema e aí desrespeitando toda a ação sindical, toda a ação do movimento social brasileiro em defesa daqueles que infelizmente ainda têm muitas dificuldades e poucos instrumentos para recorrer quando tem seus direitos violados. Então como é que a gente vai tratar o direito violado? Quem vai tratar o direito violado? A Justiça do Trabalho não tem essa capacidade e todos nós aqui já sabemos.

Então, para quem fica isso? Para quem vai pagar essa conta? Então, vai pagar a conta talvez os 400 mil trabalhadores domésticos invisíveis que estão aí, que são as crianças, vai pagar a conta esses 25 mil trabalhadores escravos que com certeza com uma aprovação dessa Emenda vai mais do que triplicar. A gente está falando de 25 mil porque são os dados que estão aí. Mas a gente não sabe na verdade o que isso realmente representa para as pessoas que vivem nessas condições e vivem nessas condições porque não têm oportunidades.

Então acho que tudo aqui que já foi dito, dos direitos históricos que os trabalhadores vieram ao longo da luta toda conquistando, não preciso aqui repetir. Eu acho que a gente precisa ter um olhar mais humano na questão, ter um olhar mais cidadão na questão, e reforçar que colocar um pote de ouro naquele arco-íris é uma balela de fazer com que a pessoa percorra um sonho do qual ela nunca vai alcançar. Então essa responsabilidade nós vamos infelizmente, se a Emenda passar, vai ficar com essa Casa, vai ficar com o Congresso Nacional, vai ficar com este Governo. Ou seja, aumentar o déficit social que a gente tanto lutou e que esperávamos e esperamos que neste Governo, popular, democrático, se faça valer os direitos das pessoas, os direitos do cidadão. Acho que é isso que eu gostaria de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Deixa eu falar rapidamente para vocês. Todos sabem a minha posição, já colocada na Tribuna por diversas vezes. Claro que aqui o debate eu procuro mediar no papel de Presidente. Mas nessa questão todo mundo sabe da minha posição. Eu sou totalmente favorável à posição do veto do Presidente. Nunca escondi isso. Nunca escondi da Tribuna em diversos debates que já participei. Quero dizer a vocês que percebi aqui de alguns painelistas a preocupação de que o veto pode ser derrubado. Eu quero dizer para vocês com toda a segurança. Se não fosse voto secreto, eu teria toda essa segurança também. O meu receio é que veto é voto secreto. Essa é uma campanha entre aquelas que eu falava hoje pela manhã que o Movimento Sindical acho que vai ter que assumir também para que o voto não seja secreto.

Cada um assuma a sua posição perante a sociedade. O meu temor é que o voto é secreto. Acho que se for apreciado o veto, nós teremos que fazer uma campanha para que cada Deputado e Senador vá lá e anuncie. Ninguém vai cassar o mandato dele. Dizer eu voto assim ou assado. Ou seja, eu vou à Tribuna e digo: Eu votarei pela manutenção do veto do Presidente. Ponto. Ninguém vai me tirar o mandato por causa disso. Então se o veto for efetivamente apreciado, como seria bom se os Deputados e Senadores anunciem o seu veto. E aqueles partidos também que as lideranças anunciem o voto da bancada. Anunciem o voto da sua bancada, porque é uma forma da gente acompanhar melhor essa questão.

Mas quero dizer que a minha posição aqui é mediar o debate. Mediar o debate com a maior honestidade possível. E por isso não tenho problema nenhum de no dia 15 ouvir aqui as lideranças dos empresários. E tenho certeza também que se tivermos um outro debate entre as duas partes eu mediarei com equilíbrio que a função de Presidente exige. [risos] Que a função de Presidente no caso dessa Comissão exige ou eu ou mesmo a Senadora Patrícia Saboya Gomes. Eu a partir desse momento então abro a palavra ao Plenário, o Senador José Nery, como Senador... Eu digo duas vezes o seu nome. Estão dizendo que nós estamos assim, ó... É uma forma de eu ficar aqui duas vezes dizendo o seu nome. O Senador José Nery é o primeiro inscrito e em seguida o Dr. Sebastião Caixeta estava também inscrito para também fazer uso da palavra. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Meu caro Presidente Paulo Paim, quero cumprimentar a todos os painelistas dessa Audiência Pública, e aqui manifestaram sua visão, seus compromissos, e suas lutas em defesa dos interesses do povo trabalhador. Quero cumprimentar em especial aos que participaram da Mesa, Sr. Antônio Neto da CGTB, Sr. Carlos Henrique, da Central Única dos Trabalhadores, Sr. Moacyr do Fórum Sindical dos Trabalhadores, Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central, Sr^a. Mônica Oliveira representante aqui da Força Sindical, Dr. Sebastião Caixeta, Presidente da Associação Nacional de Procuradores do Trabalho, esteve na Mesa anterior, Dr. José Nilton Pandelot, Presidente da ANAMATRA, Sr^a. Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, e também cumprimentar todas as lideranças sindicais de confederações, federações e sindicato que se fazem presentes nessa audiência da Comissão de Direitos Humanos.

Eu queria começar afirmando a propósito deste debate sobre a Emenda 03 e dizer que a Emenda 03 seguramente é fruto de uma mentalidade escravagista

de alguns setores das elites brasileiras. Que a qualquer custo e a todo momento que podem, colocam artifícios na legislação, tentam encontrar mecanismo que diminua o sentido, a natureza e a importância do trabalho humano. De todos os segmentos dos trabalhadores que envolvem todos os segmentos dos trabalhadores.

Diria com toda certeza que esta visão atrasada, travestida muitas vezes e dita amplamente como sendo uma visão moderna. Aí tem que se perguntar que modernidade é esta pregada pelos setores do capital que precariza as condições de trabalho, as relações de trabalho, negando direitos historicamente conquistados, fruto de muito suor, de muita luta, de milhões e milhões de trabalhadores brasileiros ao longo da nossa história, e não apenas aqueles, os da nossa geração que constroem com sua luta, com seu esforço, normas, leis que contribuam para fazer do trabalho não uma fonte de exploração em favor dos interesses do lucro de poucos em detrimento dos direitos da maioria.

Portanto, a Emenda 03, e tive a oportunidade de manifestar a minha opinião e a minha convicção logo no período em que o Projeto estava com o Presidente da República para a sanção da lei que criou a Super-Receita, e que no bojo desta lei uma forma bastante eu diria atrapalhada que ferindo inclusive o próprio espírito do debate que se tratava a lei, o Projeto que criava a Super-Receita, então tal como submarino surgiu a proposta desta malfadada Emenda para atender a interesses pouco corretos e pouco justos para dizer o mínimo. E tive a oportunidade de manifestar no Plenário do Senado a minha avaliação sobre o significado desta Emenda, os prejuízos que ela traz para a fiscalização, para o trabalho que deve ser feito para zelar os direitos trabalhistas, e lembro que naquela oportunidade havia por parte de algumas confederações empresariais, um *lobby* bastante poderoso aqui no Congresso recolhendo assinaturas para um manifesto, solicitando ao Presidente da República que mantivesse o texto aqui aprovado. E esse manifesto foi assinado, senhoras e senhores representantes dos movimentos das entidades, das instituições que aqui participam desse debate, 354 Deputados Federais e 73 Senadores dos 81 Senadores assinaram o manifesto pedindo ao Presidente da República que mantivesse o texto tal qual fora aprovado aqui no Senado. E os poucos Senadores, entre o qual me incluo, Senador Paulo Paim, Senador Suplicy, Senador Sibá Machado, Senadora Fátima Cleide, oito ou nove Senadores se recusaram assinar esse manifesto porque temos um conjunto uma opinião formada absolutamente contrária--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, se me permite um aparte, acho que cabe no momento. Eu até para que o Movimen-

to Sindical e o Brasil está assistindo eu vou fazer um aparte a V.Exª que é comum nessa Casa as pessoas pedirem uma assinatura para que a matéria transite. Eu estou quase que convicto, porque conheço muitos Senadores que assinaram esse documento numa linha de que a matéria possa transitar. Não significa apoio no mérito. Por isso que queria fazer esse aparte. Sei que não é a intenção de V.Exª, porque senão o conjunto do Movimento Sindical vai achar que a batalha está perdida. Eu quero dizer que V.Exª faz um alerta, por isso que eu dizia da importância do debate permanente de esclarecimento. Porque muitas e muitas vezes a gente assina documentos para que a matéria transite. Não significa apoio no mérito. Por isso que eu faço, se me permitir, e sei do compromisso de V.Exª com os Senadores e com os Deputados que provavelmente essas assinaturas de muitos Senadores e Deputados, foi no apoio, “olha, para essa matéria transitar, você assina?” “Eu vou assinar”. Até nos corredores. Isso é comum na Casa. Mas V.Exª faz um alerta correto, muito adequado para o momento. Por isso me permiti esse aparte para ajudar no debate do tema.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com certeza, Senador Paim, a sua manifestação é adequada, mas eu com certeza quero justamente alertar para o trabalho que precisa ser feito, porque sei que muitos Senadores e Deputados, talvez tenham assinado. Como muitos de nós assinamos todos os dias dezenas de Projetos de Lei autorizando a sua tramitação. Não se comprometendo com o mérito do qual eles tratem. Talvez Senadores e Deputados tenham feito dessa forma.

No entanto, nós sabemos que existe um grupo razoavelmente grande que efetivamente defendem e defenderam publicamente a Emenda 03 e todos, na minha visão, todos os seus malefícios.

No entanto, eu creio que temos uma enorme batalha pela frente, porque o texto aprovado impede realmente que os auditores fiscais verifiquem as condições previstas em lei que comprovem efetivamente uma realização de trabalho formalizada ou não. O texto dificulta o combate às irregularidades trabalhistas. Principalmente na área rural. Onde e com certeza vai atrapalhar se prevalecer e se por acaso o Congresso Nacional vier a derrubar o veto do Presidente da República a esta Emenda, essa medida vai acarretar um grande prejuízo no combate ao trabalho escravo. E na condição de Presidente da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo desta Comissão de Direitos Humanos, desde o primeiro momento tive o posicionamento muito claro para dizer a todos que me procuraram, inclusive trazendo a nossa consideração pareceres os mais bem elaborados por grandes juristas, tributaristas

e estudiosos dos temas relacionados à fiscalização dos direitos do trabalho previdenciário, enfim, e manifestei desde então a nossa preocupação, manifestação, pedi publicamente ao Presidente da República no pronunciamento que fiz aqui no Senado pedindo o veto assim como fizeram as centrais sindicais, fizeram a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, assim como a ANAMATRA, assim como dezenas e dezenas de entidades da sociedade civil que se pronunciaram pedindo o veto. O Presidente vetou. Agora em retornando o veto para o Congresso, e como bem disse o Antônio Neto na sua explanação, lembrou um dado que há mais de 10 anos não se vota veto presidencial nesta Casa. Agora por conta deste veto há toda uma mobilização impressionante. Inclusive com a exigência de que este último veto seja um dos primeiros apreciados. Colocado como elemento de pressão para que o Congresso, para funcionar, para voltar a funcionar e votar a matéria no Plenário, uma condição imposta por alguns Parlamentares é de que o Congresso precisa primeiramente apreciar este veto. Daí os senhores e senhoras e o Brasil inteiro que nos acompanha tem a verdadeira dimensão de quais são os interesses que estão postos nesta questão.

Por isso aproveitando a semana em que comemoramos o Dia do Trabalhador, o Dia do Trabalhador, a semana do trabalhador, fazer aqui algumas considerações diretamente ao Movimento Sindical Brasileiro e a todas as entidades que têm compromisso com a defesa dos interesses dos trabalhadores para que possamos fazer um grande debate nacional pela afirmação dos direitos que estão no texto da Constituição, que estão na Consolidação das Leis do Trabalho e em todas as leis que digam respeito à garantia dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Estranhei, por exemplo, nessa semana do trabalhador, que o primeiro de maio tenha sido pelo Brasil afora muito mais festa do que celebração da memória e da luta do povo brasileiro que combate, que luta, para ter os seus direitos assegurados. Portanto, é fundamental nesse momento que a pauta que envolve as grandes questões relacionadas a garantia de direitos já assegurados e de direitos que precisamos conquistar para a valorização efetiva dos trabalhadores e trabalhadoras desse País, impôs uma grande mobilização nacional para a derrubada do veto como um sinal e um compromisso de que o Congresso Nacional precisa estar antenado com os interesses não dos pequenos grupos elitistas, poderosos, onde o único interesse que tem é a preservação, o aumento de seus lucros em detrimento dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Portanto, é hora do Movimento Sindical Brasileiro, das diversas categorias, do campo e da cidade, dos

Parlamentares, dos partidos políticos, e das entidades da sociedade civil, organizar grandes debates e mobilizações que possam, ao final, garantir a manutenção do veto do Presidente da República à Emenda nº. 03. Creio que este é o grande desafio, porque tem outras tantas questões que precisamos discutir, aprofundar e avançar como no combate ao trabalho escravo, inclusive, dizer, ao Presidente Paim que hoje fomos recebidos, a Subcomissão do Combate ao Trabalho Escravo foi... A Comissão foi recebida pelo Presidente Arlindo Chinaglia da Câmara dos Deputados para pleitear e buscar o seu apoio no sentido de conseguirmos convencer os Srs. Deputados e Deputadas a importância de votar o Projeto de Emenda Constitucional 438 que tramita nessa Casa há mais de dez anos, já votada em dois turnos aqui no Senado Federal, remetida a Câmara e já votada lá em primeiro turno, falta votar em segundo turno, e obtivemos do Presidente Arlindo Chinaglia, primeiro, a disposição dele, de trabalhar junto aos seus pares, as lideranças partidárias para tentar criar as condições para a votação e aprovação da PEC 438 que vai expropriar, vai confiscar toda a propriedade onde for constatada a prática de trabalho escravo. E eu creio que é uma medida fundamental além e dialogando aqui com a Drª. Rosa Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais, a necessidade, Presidente Paim, de nós conseguirmos com que o Governo venha realizar concurso e para a contratação de um maior número de auditores para que tenhamos condição de fiscalizar em todos os rincões do País as condições de trabalho, as condições em que vivem milhões de brasileiros que muitas vezes são sujeitos a condições de trabalho degradante, e que não há por perto um fiscal que possa fazer a fiscalização, multar e exemplarmente fazer com que os direitos trabalhistas possam ser respeitados.

E por último, Sr. Presidente Paim, o senhor manifestou e levantou uma questão aqui do voto secreto no Congresso. Eu creio que para algumas matérias, e aliás poucas matérias que envolvam questões de Estado sou até favorável que se mantenha o voto secreto em algumas poucas circunstâncias. Mas voto sobre matérias que dizem respeito a cidadania, aos direitos sociais, aos direitos previdenciários, aos direitos mais amplos da comunidade, do povo brasileiro, deveria adotar nessas situações o voto aberto. Então nós poderíamos, inclusive, trabalhar com o apoio das centrais sindicais, do movimento sindical brasileiro a campanha pelo voto aberto em matérias que não sejam matéria que envolvam interesses de Estado porque em algumas matérias assim o são e assim precisam ser preservado pela sua natureza.

Portanto, creio que nós temos nessa tarde oferecido com esse importante debate uma enorme contribuição à luta pela manutenção do veto à Emenda 03 e a afirmação de outras tantas lutas para garantir condições de dignidade e de respeito às relações trabalhistas para combater os interesses escusos, porque a questão está posta na Emenda 03, não é outra coisa senão a tentativa deslavada de mascarar relações de trabalho como fossem relações entre empresa. E isto é simplesmente inaceitável. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, nós concordamos, eu diria aqui no nosso debate quase que diariamente aqui no Senado, em quase 100%. Mas aqui há uma discordância pequena ainda, porque é parcial. Eu sou totalmente favorável que nenhuma situação dentro do Congresso se permita o voto secreto. Mas respeito que é uma pequena divergência. V.Exª entende que para alguns casos deveria ser mantido o voto secreto e você sabe que eu respeito muito as suas posições. Mas é uma pequena divergência que é bom que tenhamos pequenas divergências. Mas eu insisto que seria bom o dia em que nenhum caso. Nem de impeachment de Presidente, indicação de diplomatas, enfim, eleição de Presidente de Mesa... Mas eu aqui na figura de Presidente eu teria mais espaço para defender minha tese e não farei em nome do equilíbrio. E passo a palavra ao nosso Procurador Caixeta.

SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA: Sr. Presidente, apenas duas preocupações que me surgiram durante o debate. Uma delas diz respeito à posição do Presidente Antônio Neto quanto à proposta de fixar um teto... Piso, para determinadas empresas pudessem operar sem direitos trabalhistas. Ontem a propósito disso eu conversava com o Secretário Paul Singer e ele lembrou que isso aconteceu na Itália. Se fixou um determinado valor e a partir daquele valor estariam liberadas as contratações sem a garantia dos direitos. O que aconteceu? Absolutamente um número grande de pessoas foram inseridas nisso porque se pode utilizar do artifício de pulverizar a atividade para que várias empresas entrem nesse piso. Então era uma preocupação que eu queria externar, além de outra que é referente também opinião que já ouvi, sugestão a respeito de uma alternativa à Emenda 03 que é a possibilidade de determinadas profissões serem também levadas a efeito nesse tipo de contratação por pessoa jurídica ou personalista e aqui de novo a preocupação no sentido de que o que importa é a maneira como vai se prestar esse serviço. Se houver aqueles elementos, a gente estará diante do mesmo problema e apenas me permite, Senador José Nery, [risos] de fato essa Emenda prejudica muito a questão da fisca-

lização trabalhista no campo e o combate ao trabalho escravo que, aliás é referência único País que obteve referência mundial no último Relatório, aliás, único País citado como exemplo relatório global da OIT, o Brasil pelo combate que tem feito ao trabalho escravo. E um simples contrato de empreitada como a gente vê a todo tempo no campo, falso, acaba por jogar por terra todo esse trabalho. Então é mesmo de se preocupar. Obrigado. Quero agradecer a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós estamos com quase quatro horas de debate. Eu vou passar a palavra agora à Mesa para as suas considerações finais, pedindo que no máximo um minuto cada um, mas o companheiro Jorge da Força Sindical, fez um apelo para mim que desse um minuto para ele. E eu não tem jeito de dizer que não vou dar um minuto para ele. Vá lá, Jorge, tem o seu minuto.

SR. JORGE: Desculpa. A gente não conhece o funcionamento da Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): é que normalmente falam os painelistas e os Senadores e Deputados. Mas eu vou abrir a você a possibilidade de fazer uma consideração rápida e depois eu volto para Mesa e cada um faz também um minuto para as suas considerações finais.

SR. JORGE: Só mesmo parabenizá-lo pela iniciativa, Senador Paim, porque realmente é um tema pertinente, as pessoas que nos representaram a Mesa, os dirigentes sindicais mesmo com as nossas eventuais divergências nesse ponto em específico nós estamos trabalhando em conjunto com ações conjuntas, e fazer um apelo aos Srs. Senadores, aos Srs. Deputados para que reavaliem as suas posições no sentido de que essa Emenda se aprovada realmente é extremamente prejudicial ao conjunto dos trabalhadores. A gente enxerga único e exclusivamente uma forma de criar oportunidades para precarizar as relações de trabalho e obterem lucro fácil e às vezes querendo do nivelamento por baixo uma regra que não nos serve e não nos interessa é não interessa ao País. Muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Jorge, veja bem, em um minuto você ajudou muito a Mesa. Devido a sua fala e pegando a fala do Senador José Nery, por que é que a gente não poderia aqui, naturalmente é vocês que vão decidir, porque eu aqui sou mediador do debate. Que a gente recolha também assinaturas para ver qual o Senador ou Deputado que está a favor ou contra a Emenda 03. É uma questão democrática. Foi na sua fala e na fala do Jorge que eu me lembrei e acho que seria um bom encaminhamento. Se o conjunto do Movimento Sindical pegar o DIAP e outras entidades, e simplesmente

perguntar para cada Senador e Deputado. Qual é a sua posição em favor à Emenda 03. Porque isso nós vamos encaminhar que para o movimento sindical brasileiro saiba qual é a posição de cada um. Daí vamos ver se há um equilíbrio de fato nas posições da Casa ou se a caminhada pela manutenção do veto está bem acima. Acho que essas assinaturas vão ultrapassar essas que o Senador José Nery representou muito bem aqui. Foi muito bom o seu alerta.

Então um minuto para cada um da Mesa depois vou ter que encerrar que eu estou com um compromisso às cinco e meia e estou fazendo de tudo para encerrar junto com vocês. A assinatura não é só para transitar. É para ver mesmo qual é a posição.

SRA. MÔNICA P. OLIVEIRA LOURENÇO VELOSO: Bom, eu só vou também passar aqui uma informação... Acho que foi dito pelo Senador tem mais que pertinência do que também pode ser e deve ser aí a missão e os próximos encaminhamentos do movimento sindical que está trabalhando conjuntamente aí nas ações pela manutenção do veto. Acho que essa questão do papel do DIAP nisso realmente é um instrumento do qual a gente precisa ter uma articulação um pouco maior.

Então eu só queria a partir dessa... Das informações inclusive que o Senador Nery passou aqui, agregar uma da qual no caso da Força Sindical, por exemplo, no seu ato de primeiro de maio aí nós colocamos para apreciação das pessoas e dos trabalhadores que lá estavam cerca de dois bilhões de pessoas, que aprovaram a ação de greve caso seja necessário para e pela manutenção da Emenda 03. Então isso nós aprovamos no nosso ato, além dos outros... Exatamente. Além dos outros temas que nós tratamos esse foi um dos carros chefes obviamente para buscar a nossa legitimidade também com a sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou fazer um apelo para ficar no um minuto, para eu poder encerrar às cinco e meia. Companheiro Calixto.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Eu queria, primeiro escusas, Senador, por não ter vindo na parte da manhã. Mas eu vejo esse debate todo e o resultado dele eu vejo com um pouco de otimismo. Se nós... É claro que se política tivesse lógica, aí seria até mais fácil. Mas política não tem muita lógica às vezes. Porque veja bem, existindo uma coligação que o Presidente construiu, não seria e nem será impossível ele manter essa coligação para manter o seu veto. Senão, a coligação seria apenas para a distribuição de cargo. Tem coligação. Na hora que o Presidente precisa, para manter uma posição que ele tomou, aí não tem coligação. Então eu tenho otimismo e vou partir daqui com

esse otimismo e vou pregar esse otimismo em todo lugar que chegar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra à Srª. Rosa.

SRA. ROSA MARIA CAMPOS JORGE: Bom, eu quero aproveitar para fazer um alerta. Eu sei que as pessoas que virão aqui na próxima Mesa, Presidente, porque já ouvi de algumas delas vão dizer o seguinte: Olha, por que é que a fiscalização no olha pelos pobres dos PJs e está querendo punir e autuar os PJs? Isso é mentira. Porque na verdade a fiscalização não vai em cima da vítima. Os PJs que estão aí e estão utilizando para fraudar o cumprimento da legislação trabalhista eles são vítimas para fiscalização. Então a fiscalização não vai punir aquele que já está sendo duramente punido. E dizer para vocês que os auditores fiscais do trabalho continuam nessa luta junto com os trabalhadores e vamos até o fim, mas acreditamos ainda muito e que a sociedade brasileira jamais vai permitir que aconteça esse retrocesso. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço a todos, agradeço mesmo, foi pra mim uma importante Audiência Pública que mostrou que o conjunto do movimento sindical, por unanimidade, tem posição pela manutenção do veto. Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 17h32.

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 09 DE MAIO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia nove de maio de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, GARIBALDI ALVES FILHO, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JAYME CAMPOS, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, JOSÉ NERY, FÁTIMA CLEIDE, FERNANDO COLLOR, IDELI SALVATTI, ADELMIR SANTANA, HERÁCLITO FORTES E CÍCERO LUCENA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justificam a ausência os Senhores Senadores Geraldo Mesquita

Júnior e Demóstenes Torres. Comparecem também os Senhores Senadores Mão Santa, Aloizio Mercadante e o Deputado Alcení Guerra. A Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento nº 15, de 2007, de autoria do Senador Papaléo Paes, que convida o Senhor Ministro de Estado da Saúde, a fim de prestar informações acerca das políticas, programas e projetos a serem implementados na nova gestão do Ministério da Saúde. A Presidente informa que o Ministro fará primeiramente sua exposição, após os Senhores Senadores o interpelarão, dispondo, cada um, de 5 minutos. A Presidente convida o Senador Augusto Botelho e a Senadora Ideli Salvatti para acompanharem o Senhor Ministro José Gomes Temporão à Mesa. Às doze horas e quarenta e nove minutos o Senador Papaléo Paes assume a Presidência. Às doze horas e cinquenta e quatro minutos a Senadora Patrícia Saboya Gomes reassume os trabalhos. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, Jayme Campos, Papaléo Paes, Augusto Botelho, Mão Santa, José Nery, Heráclito Fortes, Aloizio Mercadante, Ideli Salvatti e Garibaldi Alves Filho. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE - CASSAUDE

18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ASSUNTOS SOCIAIS CONJUNTA COM A 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE MAIO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 22 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção,

Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores, sendo a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. Os senhores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Essa Reunião, Sras. e Srs. Senadores, destina-se à Audiência Pública com o Excelentíssimo Sr. Ministro da Saúde, Dr. José Gomes Temporão, em atendimento ao Requerimento nº. 15/2007, de autoria do ilustre Senador Papaléo Paes. Essa Audiência Pública, ela se restringe a tratar de assuntos sobre as políticas, programas e projetos desenvolvidos pelo Ministério da Saúde. Por isso eu gostaria de convidar, solicitando ao Senador Augusto Botelho e à Senadora Ideli Salvatti que façam acompanhar o Sr. Ministro e conduzi-lo à Mesa. E gostaria também de convidar o Senador Papaléo Paes para compor a Mesa, já que é autor do Requerimento e Presidente da Subcomissão.

Bom, nos termos regimentais, comunico a todos que, terminada a exposição do Sr. Ministro, abrir-se-á a fase de interpelação pelos Senadores, dentro do assunto tratado, que são as políticas, programas e projetos desenvolvidos pelo Ministério da Saúde, dispondo cada Senador de cinco minutos. O Ministro terá o mesmo prazo para resposta. E eu gostaria de passar imediatamente a palavra para o Ministro José Gomes Temporão, mas sem antes agradecer, Ministro, a presença de V.Exa., que prontamente atendeu ao nosso convite de vir a essa Comissão, que tem em Pauta assuntos ligados à questão da Saúde no nosso País, e V.Exa. imediatamente aceitou esse nosso convite. Gostaria aqui de reafirmar aquilo que já tive a oportunidade de lhe dizer pessoalmente, que estamos todos esperançosos com a administração de V.Exa., por ser alguém que hoje comanda o Ministério da Saúde e que tem tomado atitudes nas palavras que evidentemente podem até ser polêmicas, mas acho de fundamental importância que esses assuntos sejam trazidos para a agenda de nosso País. V.Exa. tem prestado um grande serviço em levantar temas, como aqueles que tem trazido ao nosso País, e nós desta Casa, até na condição de estarmos aqui para também formar opinião sobre determinados assuntos, gostaríamos de lhe ouvir. O dia de hoje, dessa audiência, nós vamos tratar especificamente de assuntos, programas e projetos do Ministério da Saúde, por isso convidei V.Exa. para vir até aqui, já que aqui temos uma Subcomissão presidida pelo Senador Papaléo Paes, e que, com muita preciosidade,

traz um tema que é de fundamental importância para o Senado e para esta Comissão.

Portanto, desejo boas-vindas a V.Exa., que aqui tenha a oportunidade de fazer a sua explanação no tempo que lhe for conveniente. Portanto, com a palavra, agora, o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão. A lista de inscrições vai ser passada agora para aqueles que queiram fazer suas perguntas possam se inscrever.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO:

Muito bom dia. Quero agradecer esse honroso convite, cumprimentar a Senadora Patrícia Saboya, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e o Senador Papaléo pelo convite para estar aqui com os senhores e senhoras conversarmos sobre Saúde. Bom, eu vou tentar fazer uma exposição bastante sintética sobre algumas questões que eu considero relevantes, do ponto de vista da política pública no campo da Saúde, para que nós possamos ter tempo de discutir um pouco e debater.

A Primeira questão que eu queria ressaltar, é a percepção que eu tenho da necessidade da Saúde voltar um pouco os olhos para o que eu chamo de determinação social da Saúde, ou seja, quando o Governo Luís Inácio Lula da Silva concebe e coloca em desenvolvimento um programa de aceleração do crescimento, que vai investir 40 bilhões de reais em quatro anos, em saneamento ambiental, e quando o Ministério da Educação coloca em ação o plano de Educação que introduz mudanças profundas na política educacional brasileira, eu estou dando estes dois exemplos como dois exemplos bastante práticos e objetivos, de profundo impacto sobre os indicadores de Saúde.

Nós todos sabemos que o que determina o padrão e o perfil de morbidade e de mortalidade das populações, na sua grande maioria, está fora da governabilidade do setor Saúde. Está exatamente na dimensão da renda, do emprego, do extrato social, da classe social, da habitação, do saneamento, do acesso à Educação, do acesso à informação. Então, esse resgate evidentemente, para ele poder ter, para ele para sair do campo, digamos assim, da retórica ou da pesquisa ou acadêmico, para o campo da prática, ele tem que se transformar em políticas intersetoriais. Trabalhar intersetorialidade, ou seja, quando, há três semanas atrás, eu sentei com o Ministro Haddad para discutir de que maneira a gente aproxima o mundo da Saúde e o mundo da escola, é um exemplo prático; quando eu trabalho de maneira integrada, dentro do Governo, políticas de saneamento, de habitação e de emprego e a área de Saúde, que normalmente se pensa Saúde como gasto, mas, pouco mais adiante, vou falar que Saúde também é, e de maneira muito

importante, investimento. Então, essa dimensão da intersetorialidade...

E trabalhar, ao mesmo tempo, a questão da promoção da Saúde, principalmente no enfoque de redução de danos. Não só, de um lado, a questão do álcool e do tabaco, como dois problemas gravíssimos de Saúde pública; no caso do tabaco, o sucesso da política implantada pelo Brasil, a partir do final dos anos 90, foi estrondoso, hoje, o Brasil é reconhecido no mundo inteiro, como o país que, proporcionalmente mais reduziu a prevalência de fumantes na população, mas, por outro lado, nós temos a questão do álcool hoje como um problema de Saúde pública extremamente grave, não só enquanto desencadeador de doenças, cardiovasculares, câncer, vasculares cerebrais, neurológicas, mas também associada à questão da violência, seja a violência no trânsito, seja a violência interpessoal, seja a violência doméstica.

E a outra dimensão da promoção, que é você trabalhar a questão dos habitantes de alimentação saudáveis, realização de exercício físico regular, controle de peso e mudança dos padrões alimentares. Todo esse conjunto de medidas tem um forte impacto sobre a Saúde e sobre os perfis de doença e de morte das populações. Dois exemplos adicionais: Quando a gente trabalha uma proposta de planejamento familiar, que coloca a questão da informação, da educação e do acesso aos métodos anticoncepcionais, de maneira democrática, para os casais que possam, assim, decidir, de maneira consciente, o número de filhos e em que momento querem ter filhos. Ou quando, por exemplo, a gente vê um Projeto que eu adotei desde o início, da Senadora Patrícia Saboya, da ampliação da licença maternidade, exatamente uma medida no âmbito do Legislativo, que tem um grande impacto, do ponto de vista de Saúde Pública, seja do ponto de vista da Saúde das crianças, dos nossos novos brasileiros, como do ponto de vista da Saúde das mães. Essa relação mãe/bebê, durante o primeiro ano de vida, é extremamente valiosa. Nós temos que pensar políticas que dêem qualidade a essa relação. Porque, nesse momento, podem estar se estabelecendo padrões biológicos e sociais, que podem ter influência importante no futuro dessa criança. Então, essa é uma primeira dimensão.

A segunda dimensão, eu diria que é a dimensão da atenção à Saúde. Exatamente aquele espaço em que o Estado, a sociedade organiza serviços de Saúde para atender as pessoas, quando adoecem. E aí, eu acho que as prioridades são bastante claras: É fortalecer o Programa Saúde da Família; eu tenho informações hoje de que o programa, apesar de ele hoje já cobrir 100 milhões de brasileiros, de ter avançado muito,

principalmente nos Municípios de IDH mais baixo, mas ele está chegando de maneira muito lenta à periferia das grandes regiões metropolitanas, com exceção de Belo Horizonte, que tem um excepcional programa de grande qualidade, com 500 equipes de Saúde da Família, e que já mostra resultados objetivos de melhoria da qualidade e da atenção, nas outras regiões metropolitanas, essa cobertura ainda é ou parcial ou de baixa qualidade. Então, aí nós temos uma questão a ser trabalhada. A média complexidade é o nosso calcanhar de Aquiles porque ela é um espaço de atenção à Saúde, claramente subfinanciado. Então, existe um conjunto de ações e atividades que têm um problema de financiamento por conta das bases de financiamento do setor Saúde, que necessitam de fortalecimento. E a alta complexidade, que aí me parece que a questão é muito mais de organização e estruturação da rede, do fluxo de pacientes, do que, por exemplo, uma questão econômica. Pelo contrário, a remuneração que o SUS dá aos procedimentos de alta complexidade, na sua grande maioria, são... A remuneração é bastante satisfatória e bastante adequada.

Nessa dimensão, eu queria chamar atenção para alguns outros aspectos: A questão da incorporação tecnológica, que é um problema sério no Brasil. A incorporação tecnológica hoje no Brasil, ela se dá através de pressões da mídia, da indústria e do Judiciário. E o País nunca teve uma política de gestão de tecnologias que decida com clareza critérios de incorporação de tecnologia, que olhem o interesse público e a relação custo/efetividade como parâmetros centrais dessa incorporação, porque a gente não pode ficar sempre ao sabor das questões da colocação no mercado de novidades, entre aspas. Há, no Ministério, hoje, por exemplo, uma forte pressão entre o fortalecimento e qualificação da atenção básica, e eu tenho poucos recursos para fazer isso e, de outro lado, pressões brutais de aplicação da alta complexidade. Esse é um balanço complexo, em que eu tenho que fortalecer a atenção básica, mas eu tenho que garantir também o acesso à alta complexidade. Mas o acesso à alta complexidade tem que se basear em cima de uma política de incorporação racional e que não se dobre a interesses que não sejam os interesses das necessidades assistenciais.

Queria destacar também a dimensão de que nós temos que melhorar o acolhimento e a qualidade da atenção; a primeira impressão do cidadão brasileiro quando tem contato com o Sistema de Saúde é ruim, na média, por questões de conforto, baixa qualidade, condições de trabalho precário para a grande parte dos profissionais de Saúde, o que leva esse contato, esse primeiro contato, que ele é absolutamente fundamen-

tal, é aí que se estabelece a relação do médico com o paciente. Se essa relação não é uma relação de qualidade, o tratamento fica comprometido. Os médicos, que imagino que estão presentes, aqui sabem do que eu estou falando.

E queria destacar também a assistência farmacêutica como um espaço absolutamente estratégico para a gente poder viabilizar uma atenção à Saúde com mais qualidade. Aí nós temos o fortalecimento da farmácia popular, tanto na sua modalidade de estruturação de espaços de produção da Saúde, como também o credenciamento das farmácias do varejo para a venda de medicamentos subsidiados pelo Estado, fortemente subsidiados pelo Estado, mas também a qualificação e o fortalecimento da dispensação gratuita para aquela parcela da população que não tem condições econômicas de ter acesso sequer ao medicamento subsidiado.

Então nós temos três equações para resolver e essa questão é uma questão bastante importante, inclusive, um dos pontos mais críticos hoje seria a questão dos medicamentos excepcionais, aí volto à questão da incorporação tecnológica, exatamente nós não podemos ficar hoje na situação em que estamos, em que, por falta de protocolos claros, de uma norma legal que diga em que amplitude, com que amplitude o Sistema Único de Saúde vai atender às demandas da sociedade; existe hoje um processo de judicialização, em que os gestores se colocam e se sentem muitas vezes em situações de constrangimento e muitas vezes tendo que fornecer medicamentos que não são aqueles medicamentos mais adequados do ponto de vista da racionalidade médica. Essa questão só se resolve com critérios claros, transparentes, protocolos que sejam consenso dos especialistas médicos, da sociedade, e uma norma legal que dê sustentação a essa estratégia.

O terceiro ponto que eu queria destacar é a dimensão da gestão. Essa é muito estratégica. E aí tem dois subconjuntos de questões: Gestão de redes de serviços de Saúde, que nós temos que avançar na questão da regulação e da integração dos diferentes níveis do sistema. Existem cidades hoje que avançaram muito nessa questão da gestão das redes. Belo Horizonte é um. Aracaju é outro. Alguns Municípios de São Paulo. Alguns Municípios hoje começam... Fortaleza começa a trabalhar essa questão de maneira bastante interessante. Mas há muito por fazer nessa área. Há uma grande... Eu diria que se nós juntarmos mais recursos para a Saúde, nós não podemos cometer o erro de não melhorar a eficiência do gasto. E há muita ineficiência no gasto. Tem muito hospital no Brasil que não tem escala para ser hospital, ou seja,

do ponto de vista econômico, ele não se sustenta. Então, como é que se resolve isso? Integrando serviços, racionalizando e otimizando a Rede e otimizando os recursos que o País tem.

A outra questão da gestão é a questão dos serviços, a gestão de grandes unidades hospitalares. Isso me preocupa muito, o Ministério da Saúde tem uma rede de nove hospitais no Rio de Janeiro e um hospital em Porto Alegre, e é absolutamente impossível gerenciar esses hospitais com eficiência e qualidade no gasto, dentro da administração direta. Muito difícil. E o que acabou acontecendo? Nos últimos 15 anos, 20 anos, para contornar restrições da Legislação, seja de contratação de pessoal, seja de pagamento de salários mais competitivos, criaram-se fundações privadas de apoio. Todas elas hoje sob forte pressão do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União. Fundações de apoio que foram pensadas como espaços de apoio ao desenvolvimento técnico e à pesquisa, hoje são intermediadores de mão-de-obra. O INCA, que eu dirigi lá no Rio de Janeiro, hoje, mais da metade da força de trabalho do INCA é contratada pela fundação de apoio.

Então, nós temos que pensar, se dentro da administração direta nós temos problemas, esse modelo fundacional privado de apoio tem seus dias contados, nós não podemos cair no erro de jogar essa questão para o mercado porque o mercado vai ampliar distorções. Então, nós estamos buscando uma estrutura dentro do Estado, mas que dê flexibilidade e padrão de gestão eficiente diferenciado em relação ao que nós temos hoje, com três pontos centrais: Profissionalização da gestão, contratualização e contrato CLT para os funcionários. Então, o Governo está trabalhando há dois anos já numa proposta de uma fundação estatal que articule e congregue todas essas características e possa estar sendo trazida ao Congresso Nacional para debate.

A quarta dimensão que eu queria chamar atenção é a dimensão das pessoas que trabalham no cotidiano do Sistema Único de Saúde. Não vai se fazer política de Saúde sem os funcionários da Saúde. Até porque a Saúde tem uma característica diferente de banco e de indústria automobilística. Em banco, em fábrica de carro, quando você incorpora tecnologia, você elimina postos de trabalho. Na Saúde, é exatamente o contrário. Quanto mais você incorpora tecnologia, mais gente você precisa. A população está envelhecendo, você vai precisar de mais médico, mais enfermeiro, mais fisioterapeuta, mais cuidadores, no futuro. Então, essa equação, ela não tem jeito de ser resolvida, a não ser que você dê qualidade de trabalho, condições de trabalho adequadas, do ponto de vista de dignidade e de

segurança e a questão salarial. E essa questão é uma questão por ser resolvida. Estamos fazendo alguma coisa na área de qualificação, eu já me reuni com o Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira, nós vamos implantar um grande Programa Nacional de Educação Continuada dos Especialistas Brasileiros. 50% dos médicos brasileiros têm título de especialista, mas 50% não têm. Esses 50% que não têm ficam completamente fora de qualquer estratégia de educação continuada; têm dificuldade de ter acesso. Então, nós vamos implantar, em conjunto com a Associação Médica Brasileira, um grande programa de parceria, inclusive mostrando a minha disposição, como Ministro, de estar trabalhando com as entidades que representam os profissionais de Saúde, e, no campo da atenção, também trabalhando com o setor privado de maneira mais próxima, mais consistente, isso é importante. Eu entendo que a rede privada de serviços de Saúde, filantrópica ou não, é um patrimônio do País e pode estar a serviço do Sistema Único de Saúde também. Então, essa dimensão da gestão das pessoas da área de Recursos Humanos me parece que é fundamental.

E o último ponto que eu queria destacar é o ponto exatamente dessa dimensão econômica da Saúde. Sempre se olha Saúde como gasto. É o segundo maior orçamento da União, se gasta muito... E as pessoas esquecem de perceber que a Saúde é uma das áreas, no mundo inteiro, de maior produção de riqueza, emprego e conhecimento. O que a gente chama de complexo da Saúde hoje tem duas pernas: Têm os serviços, que são 72 mil estabelecimentos de Saúde no Brasil, entre hospitais, clínicas, ambulatórios, centros de Saúde; nós temos dois milhões e meio de empregos diretos, a maioria altamente qualificada. E, quando pega a indústria da Saúde, que é outra perna, reagentes, diagnósticos, vacinas, medicamentos, material médico-hospitalar, equipamentos, são 300 mil empregos diretos, também de alta qualidade. Essa dimensão econômica tem que ser trabalhada através de uma política com uma visão integrada. Por quê? Porque ela é o espaço de produção de riqueza e emprego, como eu já disse, mas também porque hoje a Saúde tem uma grande vulnerabilidade. Qual é? A grande dependência de tecnologia produzida, desenvolvida externamente. No final dos anos 80, a balança setorial da Saúde, ou seja, a diferença entre o que o Brasil importa e exporta nas indústrias da Saúde, era negativa em 600 milhões de dólares; ano passado, foi de 05 bilhões de dólares, ou seja, essa dependência aumenta cada vez mais, pela falta de uma política que use a nossa capacidade de conhecimento, de pesquisa, desenvolvimento e industrial e o poder de compra do

Governo... 25% de todo o mercado de medicamentos, no Brasil, são compras governamentais. 50% do mercado de equipamentos médico-hospitalares são compras governamentais. 80% do mercado de vacinas são compras governamentais. Nós temos que usar melhor essa capacidade de compra do Estado, articulado com uma política de indução à necessidade de nossa capacidade nacional de produção, envolvendo a Saúde, indústria e comércio, BNDES e as empresas privadas e as empresas estatais que, no caso da Saúde, têm relevância, como FARMANGUINHOS e o BUTANTÃ. Então, já estou trabalhando uma proposta nesse sentido, trazendo também para a Saúde essa dimensão econômica e entendendo a Saúde como um grande espaço de criação de emprego e de criação de riqueza para o nosso País.

Bom, eram essas as considerações, em linhas gerais, eu acho que essa é a dimensão, um pouco do que estou vendo da situação de Saúde. Nós sabemos que nós temos grandes desafios pela frente. O Brasil hoje é analisado com muito respeito no cenário internacional, não apenas pela posição recente que o Presidente Lula tomou, em relação a um medicamento específico no coquetel anti-Aids, mas pelo sucesso de um conjunto de programas brasileiros que começam a ter repercussão no mundo inteiro: nosso programa de controle do tabagismo, nosso programa de imunizações, nossa política de transplantes... O nosso programa de bancos de leite materno está sendo copiado no mundo inteiro, desenvolvido com tecnologia brasileira. E o nosso Programa de Saúde da Família que, pela sua escala, são 260 mil agentes comunitários e 26 mil equipes de Saúde da Família que, pela sua escala, já chama atenção de outros Países.

Então, estou à disposição dos prezados Senadores e Senadoras para os comentários e para o debate. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Ministro. Nós vamos iniciar agora o debate. Quero agradecer ao Ministro pela sua fala inicial, que faz um apanhado das questões do Ministério da Saúde, e nós já temos aqui uma relação de inscritos. Então, eu passo, em primeiro lugar... Já tinha passado a palavra ao Senador Papaléo, mas ele quis ficar na ordem e está em terceiro lugar para fazer as perguntas. Então, em primeiro lugar o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, só quero dizer ao Senador Papaléo que eu assinei porque estava vaga a primeira linha e V.Exa. tinha assinado na terceira linha, mas eu pensei: "Certamente o Relator vai, o relator não, o autor do Requerimento vai perguntar primeiro"--

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Senador Flávio Arns, permita, porque acho que ele está preparando alguma pegadinha aqui para o Ministro, porque, para ficar em terceiro lugar...

[risos].

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu, como autor do Requerimento, eu...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Vai ficar mais para frente--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Dando a você uso da palavra, em primeiro lugar, valorizará muito mais o Requerimento que foi aprovado nesta Comissão. Obrigado.

[risos].

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas, Sra. Presidente, Sr. Ministro, em primeiro lugar, eu quero assim também externar o ponto de vista que é de inúmeros parlamentares, mas também da sociedade, de uma maneira geral, penso, em termos de uma esperança muito grande no trabalho do senhor à frente do Ministério da Saúde. O senhor é uma pessoa assim que tem uma credibilidade muito grande, conhecimento grande, um diálogo importante com setores da sociedade que são, eu diria, pré-requisitos fundamentais para exercer o comando de uma área tão complexa e, ao mesmo tempo, tão fundamental para a cidadania, como é a área da Saúde. Não só no sentido, como o senhor colocou muito bem, assim de recuperação da Saúde. Porque quando fala em recuperação, hospital, a clínica, o remédio, o médico, é uma hora assim de agonia para a pessoa, o ser humano, a família, então, tem que ter um atendimento extraordinariamente bom, seja para quem for, para que a pessoa, o ser humano, a família, se sinta valorizada. Mas não só na recuperação, também na prevenção, na intersetorialidade, evitar que a pessoa tenha um problema de Saúde. É mil vezes mais barato prevenir do que remediar. Então, se a pessoa, uma campanha, como foi dito, campanha de combate ao fumo, vamos dizer, isto faz com que a pessoa tenha Saúde. Não precisa ir lá fazer raio-X, quimioterapia, radioterapia, UTI, e tantas coisas. E a mesma coisa com a bebida alcoólica, como o senhor colocou, acho que nós temos que nos deter, aqui no Congresso Nacional, para combater a bebida alcoólica. Eu até tenho dito assim que as pessoas que querem beber paguem pelo menos por aquilo que vão gastar na sequência, não é verdade? Quer dizer, que a so-

cidade não fique pagando por problemas de fígado, de cirrose, não sei do quê e tal. Quer dizer, bebeu tem que estar no preço daquilo que está consumindo, e essas propagandas que estão aí... Nós temos que fazer um combate serrado à propaganda, particularmente da cerveja. Agora tem o “Zeca-feira”, da quarta-feira, porque existe um negócio, uma pesquisa que mostra que, na quarta-feira, o pessoal consome menos bebida alcoólica. E colocaram aí o “Zeca-feira”, infelizmente, para fazer um atentado contra a Saúde brasileira. Então, nós temos que fazer... Quer dizer, há uma pesquisa que mostra que, na quarta-feira, o brasileiro não consome tanta bebida alcoólica. Consome na quinta, na sexta, no sábado, no domingo, na segunda, na terça... Então, fica o “Zeca-feira” para dizer: “Vamos consumir no dia do Sr. Zeca-feira”, quer dizer, isso tem que ser proibido. Nós temos que combater, dizer: “Olha, isso está levando jovens... Começa pela cerveja e tal, vai para droga, vai para isso, vai para aquilo”. E claro, com moderação, não existe problema. Se puder beber um vinho, alguma coisa, uma cerveja com moderação, a gente sabe que, ao contrário do cigarro, mas é um descalabro o que está acontecendo. Então, eu só quero dizer da alegria, da visão que o senhor tem em relação a esses aspectos todos.

Eu queria fazer três, assim... Mais para comentários, primeiro, em relação a recursos da Saúde. A gente sabe assim que é fundamental que o recurso da Saúde venha do Município, do Estado e do Governo Federal. E já existem percentuais definidos para os três entes que eu acabei de mencionar. Mas a gente sabe que Estados não aplicam os recursos, muitos deles, na Saúde, como deveriam aplicar, e os Municípios também não. E o Governo Federal, que tem um orçamento de mais ou menos 40 bilhões de reais, eu diria que é totalmente insuficiente para as necessidades de Saúde do nosso País. O senhor mencionou bem que precisamos melhorar o uso do dinheiro, a gestão do dinheiro, dos recursos, que é fundamental também, mas o recurso é insuficiente para tudo. E nós estamos numa discussão da CPMF, que são outros 40 bilhões de reais; 37. Os nossos recursos deveriam ser, na verdade, 80 bilhões de reais públicos. São 40 e deveriam ser mais 40. Que articulação... Como é que o senhor vê isso, a posição do Brasil em relação a Uruguai, Paraguai, Argentina, em relação a recursos? Nós sabatinamos, noutro dia, pessoas da Agência Nacional de Saúde Suplementar e, através dos planos de Saúde, são outros 40 bilhões, mais ou menos, que vão para a área da Saúde. Então, são 80 bilhões. Mas, o Ministro Jatene só aprovou a CPMF, anos atrás, porque esse dinheiro ia para a Saúde. E o senhor precisa disso para a contratualização, para os medicamentos, para exames,

para tudo. E o senhor não tem dinheiro. Eu acho que tem que ser dito de uma maneira bem clara: A Saúde não tem o dinheiro que a população precisa e merece. Quer dizer, não tem. Não tem mesmo. Não é culpa... Nós queremos ajudar o senhor a achar esse dinheiro. Então, quer dizer, isso é um primeiro aspecto.

O segundo aspecto é que a gente tem que discutir isso que o recurso é o fundamental. As linhas de ação que o senhor colocou me parecem fundamentais. Agora, eu só queria que o senhor explicasse um pouco mais, porque a angústia dos hospitais é a tabela do SUS. Se a gente pudesse elencar algum problema maior é, a tabela do SUS. O senhor já veio aqui no Senado, inclusive, numa outra ocasião, e falou da boa experiência da contratualização, quer dizer, uma mudança de sistema para ter, assim, um controle maior disso, como é que isso está caminhando. Porque nós temos que discutir o recurso, temos que ter o recurso, e temos que ter também essas outras iniciativas na área de medicamentos, na área da gestão, na área da... Dessa questão toda.

E o terceiro aspecto que eu gostaria de perguntar a V.Exa. é especificamente, e até comentar com a Presidente, a relação dos medicamentos excepcionais. A gente até deveria falar de medicamentos para toda a população que não tem acesso, muitas vezes, a medicamentos também, mas medicamentos excepcionais. Houve uma decisão da Ministra do Supremo Tribunal Federal em relação ao Estado de Alagoas, numa situação bem específica do Estado de Alagoas. Que nós até tivemos uma audiência com V.Sa., e V.Sa. foi claro em dizer: “Isso não se aplica a outros Estados do Brasil. Porque os Estados estão parando de comprar medicamentos, com base numa decisão que não tinha nada a ver com o problema específico que o Brasil vem enfrentando”. E V.Sa., até na audiência que a Comissão de Direitos Humanos teve, junto com a Comissão de Assuntos Sociais, há cerca de duas semanas, disse: “Olhe, vamos resolver esse problema. Tem que resolver e orientar o gestor estadual porque tem gente que fez transplante de fígado, por exemplo, deu tudo certo, está trabalhando, uma vida saudável e não tem o medicamento agora para o aspecto de rejeição”. Ou a pessoa que tem hipertensão pulmonar, como estava aqui na Audiência Pública, a pessoa tem que obter na justiça o direito para ganhar o medicamento para hipertensão pulmonar senão morre. Não tem ar. Morre. E, ao mesmo tempo, com essa dificuldade. Então, eu queria que o senhor... A gente está acompanhando bem isso, mas desse principalmente um... Uma declaração de esperança para esta turma toda, quem sabe, que a briga também exista, a questão econômica e tudo,

mas que as pessoas que precisam disso no Brasil, precisam disso senão vão morrer.

Então, são os três aspectos, mas dizer, Sr. Ministro, da satisfação de tê-lo nessa Comissão, sob a Presidência da Senadora Patrícia, o Senador Papaléo Paes é o Presidente da Subcomissão de Saúde, também dessa Comissão, e desejar ao senhor sucesso no trabalho e que nós, Senadores e Deputados e sociedade, possamos contribuir com o esforço de V.Sa.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Ministro, acho que talvez... Não sei se V.Exa. prefere responder em blocos, de três.. em três? Então, Senador Jayme Campos, por favor. Obrigada, Senador Flávio Arns.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Ministro, Sra. Presidente dessa Comissão, Senadora Patrícia, ilustre Senador Papaléo, autor do requerimento, que convidou o Ministro para participar desta Comissão, eu gostaria objetivamente, Sr. Ministro, de me apresentar. Eu sou Senador pelo Estado de Mato Grosso, Senador Jayme Campos, e eu gostaria de fazer algumas indagações a V.Exa., sobretudo inerentes aos problemas de Mato Grosso, até porque eu imagino que V.Exa. saiba que o estado do Mato Grosso é um estado de dimensão continental, com 904 mil quilômetros quadrados, e, naturalmente, os nossos problemas também sejam diferenciados para os demais centros desse País, sobretudo os grandes centros.

Especificamente, eu gostaria de dirigir ao senhor, em relação... Se é possível, é claro, natural, nós aumentarmos a tabela do SUS para os profissionais da região amazônica? E se me perguntasse o porque, V.Exa. tem conhecimento, para fixar um profissional da área de Saúde do interior do Estado, sobretudo como Estado do Mato Grosso, a tabela do SUS, na verdade, ela é muito pouco, em detrimento daquilo que naturalmente o profissional, sobretudo escor(F), de qualidade, que têm compromisso com a Saúde Pública de boa qualidade, ele talvez não se fixaria lá na região mais distante, sobretudo da capital. Então, eu pergunto a V.Exa., essa é uma pergunta, se é possível nós termos uma tabela diferenciada para a região amazônica em relação à tabela do SUS hoje vigente, na atual conjuntura.

Segundo. Há um ano atrás, escrevi até aqui rápidas palavras aqui, acerca de um ano atrás, o Estado recebeu a visita de técnicos do Ministério da Saúde para a implementação, ou seja, para a implantação do Programa de Saúde Ambiental, que cuida da qualidade do ar. E as estatísticas mostraram que hoje, no Brasil, as doenças respiratórias figuram como das primeiras causas de internação. Uma vez que o Ministério Público, periodicamente... O Relatório... São os indicadores

nas áreas de risco e o impacto das ações no combate, pergunto a V.Exa.: Quais são os planos do Ministério acerca da continuidade deste programa e quais as formas que V.Exa. imagina sejam mais eficazes para aumentar a municipalização dos recursos e a capacitação das comunidades locais para participação, ou seja, participar de forma efetiva dessas ações?

Terceiro, eu quero concluir, Sr. Ministro, ver se é possível, é lógico, essa é a possibilidade de nós construirmos em Mato Grosso um hospital em parceria, se for o caso, com o Ministério da Educação, um hospital universitário, que a bem da verdade nós temos um hospital lá hoje precário. Era um hospital que nem, na verdade, não era um hospital; era, me parece, se não me falha a memória, ali era um centro de tratamento de pessoas portadoras de tuberculose. Depois transformaram em hospital universitário. A bem da verdade funciona de forma precária. E eu imagino que V.Exa., conhecedor profundo, por sinal, o seu currículo é um currículo esplendoroso, vi o seu currículo e imagino que o senhor tenha um compromisso com a Saúde Pública de boa qualidade no País, tanto é verdade que, poucos dias atrás, foi um gesto de grandeza, sobretudo demonstração da nossa soberania nacional, nós acabamos com a reserva de mercado em relação aos remédios de combate à Aids. Isso foi um gol de placa. O senhor iniciou, com certeza, ganhando aqui o apoio do Senador Jayme Campos, que eu imagino que o senhor tenha compromisso com a Saúde no nosso País. O que ocorre? Eu pediria ao senhor de ver essa possibilidade de nós construirmos lá no Mato Grosso, sobretudo na capital, um hospital-referência, um hospital de alta complexidade que, lamentavelmente, nós não temos hospital público lá na capital do Estado, entre Cuiabá e Várzea Grande, que na Baixada Cuiabana, naquele aglomerado urbano, nós temos um milhão de população. E lamentavelmente funciona um hospital universitário de baixa precariedade.

Então, eu pediria aqui, em nome do povo do meu Estado, que me deram quase um milhão de votos, 60 e tantos por cento dos votos, que V.Exa. preocupasse no sentido... Às vezes, o Ministério da Saúde não tem os recursos suficientes, mas fizesse uma parceria com o Ministério da Educação e nós implantássemos ali um hospital universitário para atender também a gente sofrida, os humildes, os carentes daquele Estado, que tem contribuído sobremaneira, com uma grande produção agrícola, dando realmente alegria na balança comercial desse país e, em contrapartida, eu imagino que nós teríamos que ter um investimento também nessa área.

Dessa forma, Sr. Ministro, eu quero concluir aqui a minha fala, dizendo que nós estamos apostando em

V.Exa., no Ministério da Saúde. O senhor é um técnico, um profissional de escora, e eu imagino que o senhor queira realmente fazer um trabalho operoso, competente, acima de tudo ético, na defesa intransigente da população, sobretudo dos menos afortunados. De forma que eu faço essas três perguntas e eu espero que V.Exa. realmente me dê um momento de prazer e alegria na defesa do interesse do povo do meu Estado. Muito obrigado, Ministro.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Senador Jayme Campos. Eu passo a palavra agora ao Senador Papaléo Paes, que é Presidente da Subcomissão da Saúde e autor do Requerimento que convida o Ministro para estar aqui hoje. Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Ministro, em primeiro lugar, quero agradecer ao senhor pela sua presença, pelo atendimento, de imediato, à solicitação da Comissão de Assuntos Sociais, presidida pela nobre Senadora Patrícia Saboya. Reconhecer que o Presidente da República foi muito feliz, escolhendo V.Sa. para assumir este importante Ministério, e que essa flexibilidade deu-se exatamente por ter escolhido um técnico, um homem competente, de boas referências na área da Saúde e de conduta pessoal também. Acredito que, entre os Senadores principalmente, com quem tive oportunidade de conversar sobre a sua indicação, não vi nenhuma informação negativa quanto a isso, muito pelo contrário, todos nós temos a grande esperança que V.Sa. irá desempenhar com competência e como sempre desempenhou os cargos que já exerceu. Eu, como brasileiro, eu, ultimamente venho acompanhando de perto essa questão, principalmente dessa... Relacionada à Bolívia, à Venezuela, algumas atitudes que os governos estão tomando, governos nacionalistas, mas que acredito que devam sempre pensar em todas as consequências. Por isso que eu trago este assunto para cá, que é um assunto pra mim muito importante, para questão Saúde, nota 10. Mas, para a questão relacionada ao País como um todo, eu queria ouvir de V.Sa. algumas explicações ou justificativas.

Recentemente foi quebrada a patente do Efavirenz por interesse público. O Governo brasileiro tem um dos melhores programas do mundo de controle, de tratamento anti-AIDS. Tem recursos financeiros para isso que, se não me engano, investe cerca de um bilhão, por ano, nesse programa. Trata 175 mil pacientes com medicamentos importantes, esses medicamentos inovadores. E que o produto em questão, ele atende 42% dos pacientes tratados. As perguntas que faço ao senhor: Quais as vantagens e quais os sinais ou mensagens que o Governo Brasileiro está mandando

para os pesquisadores e para a indústria farmacêutica, que tem um grande parque indústria nacional, aqui no Brasil, com investimento de cerca de três bilhões de dólares? Não seria a mesma mensagem que queria atingir também, além da indústria farmacêutica, outras indústrias da área de pesquisa de ponta, e não seria um efeito psicológico semelhante ao que o Presidente Evo Morales está mandando para o Brasil, através dessas atitudes em cima de bens da PETROBRÁS? Pergunta. Outra pergunta. O remédio a ser importado da Índia, ele já tem registro na ANVISA? E que essa economia financeira, ela compensaria o afastamento, provável afastamento dos investidores do Brasil, que geram impostos aqui e empregos de alta qualificação, bem como, além disso, levam credibilidade do nosso País para novos investidores? Então, são essas as perguntas que faço a V.Sa.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Com a palavra, então, o Ministro Temporão para que possa responder as perguntas.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Então, primeiramente, respondendo ao nobre Senador Flávio Arns, a questão dos recursos para a Saúde... É evidente que o sistema de Saúde brasileiro é subfinanciado. Por exemplo, quando nós comparamos o Brasil com países de sistemas de Saúde semelhantes, como Inglaterra, Canadá e outros, a participação do gasto público está em torno de 70%; no Brasil, 45%. Esse dado que o senhor colocou é interessante. Quer dizer, nós gastamos 40 bi... Se nós somarmos os recursos do Ministério da Saúde com os dos Estados e Municípios, esse ano vamos ter 80 bi: 40 bi do Governo Federal, 20 de Estados e 20 de Municípios. Aproximadamente 80 bi para fazer o SUS para o Brasil inteiro. Porque não é só assistência à Saúde. Vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e tudo o mais. Enquanto o setor supletivo o ano passado gastou os mesmos 40 bi, metade do que o SUS vai gastar esse ano com a população inteira, para cobrir 35 milhões de pessoas. Ou está sobrando dinheiro de um lado ou está sobrando de outro.

Quando a gente compara o gasto *per capita* com países da América, como Chile e Argentina, a gente está gastando metade. Então, é evidente que para o Brasil poder cumprir o que está na Constituição e garantir o acesso a todos cidadãos, da promoção da Saúde ao transplante de medula óssea e reabilitação, a gente precisa de mais dinheiro. Então, acho que a regulamentação da Emenda 29, ela é fundamental. Estabelecer, com clareza, o que são ações em serviço de Saúde, vamos dar um passo importante... Talvez não na solução definitiva, mas talvez um passo importantíssimo. A minha primeira tarefa no governo é reabrir

essa discussão dentro do Governo e, já falei com o Presidente da República, é importante que o Governo tenha uma posição sobre essa questão para que a gente possa, a partir daí, com o Congresso Nacional, ver como é que a gente encaminha. Então, eu já estou... Essa semana já estou visitando o Ministro Mantega, eu já conversei com o Ministro Paulo Bernardo, já conversei com a Ministra Dilma, e a idéia é que eu possa, o mais rápido possível, ter uma base de consenso dentro do Governo, para dar encaminhamento a essa questão que está, já desde 2003, se arrastando e que é muito importante.

Tabela do SUS. O problema da tabela do SUS, ela é tão complicada, do ponto de vista interno, e nós temos ali tantas distorções, que a minha idéia é que nós nos libertemos da tabela do SUS progressivamente e caminhemos para um modelo de orçamentação global e contratualização. Ao invés de pagar por procedimento, eu vou discutir o que esse serviço vai fazer, que ações ele vai desenvolver, quanto ele precisa para fazer essas ações, que lhe permita um equilíbrio econômico-financeiro e um trabalho de qualidade. Agora, para isso, eu tenho que resolver o primeiro ponto. Sem mais dinheiro, não resolve. Apenas reajustar a tabela, a meu ver, o que não quer dizer que, para uma situação emergencial, em curto prazo, eu não tenha que reajustar a tabela para alguns procedimentos. Não estou fugindo disso. Mas usar a tabela como estratégia de solução é inviável porque ela traz tantas distorções internas, que reajustes segmentários, como foram feitos nos últimos anos, acabam criando um monstro, em que eu estou super financiando algumas atividades e subfinanciando outras atividades. Então, minha equipe já está trabalhando nessa questão, eu trouxe uma pessoa muito experiente para a Secretaria de Atenção à Saúde, o Dr. José Noronha está ali atrás, foi Secretário de Saúde do Rio de Janeiro, e que nós vamos estar tratando essa perspectiva de sair da tabela e do pagamento por produção.

No caso dos medicamentos excepcionais, foi a sua terceira pergunta, nós já tivemos juntos discutindo sobre isso, eu insisto que, considerando a situação atual do SUS e seus constrangimentos financeiros, nós temos que trabalhar em cima de uma normatização. Ou seja, junto com as sociedades médicas, as entidades de defesa dos interesses dos pacientes, o Estado, a gente trabalhar num conjunto de protocolos clínicos consensuais, que garantam a todos o acesso a esses produtos. Parece-me que tem uma lei, um Projeto de Lei do Senador Tião Viana, em discussão, que poderia nos ajudar nesse sentido, que do jeito que está, com a coisa completamente aberta, e a decisão da Presidente do Supremo acabou criando uma polêmica aí, o que aca-

ba acontecendo? Muitos cidadãos, justamente porque está na Constituição o seu direito, buscam, através do judiciário, uma solução para o problema, muitas vezes levando o Estado a despender recursos com produtos que não seriam prioritários, por exemplo.

Então, eu vejo que é necessário estabelecer um balizamento, uma normatização que contemple as necessidades dos pacientes e permita ao Governo planejar e ter o mínimo de racionalidade e organização. Estou otimista que nós possamos, num prazo curto, estar dando esse passo, ter um compromisso de ajudar a resolver essa questão, que entendo que é candente, é muito importante, os pacientes, por exemplo, submetidos a transplante, não podem, em hipótese alguma, ficarem sem o acesso regular e permanente aos medicamentos que o mantém em condições adequadas de Saúde. Então, acho que aí nós temos uma questão séria, importante, mas que eu acho que nós conseguiremos estabelecer um padrão de ação aqui que seja razoável e que não me coloque numa situação que é ter que fazer uma escolha de Sofia. Eu vou ter que atender a um conjunto de pacientes de uma determinada patologia e vou ter que tirar recursos de um outro conjunto de pacientes porque os limites da Saúde são restritos, tem que planejar essa área, não tem jeito. E ouvir especialistas: o que seja consenso no campo médico, ok; o que não é consenso vai se estudar, Pode-se criar uma Comissão para estar discutindo permanentemente novos produtos, novas drogas, a viabilidade de incorporação, etc, etc.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Ministro, se V.Exa. me permite, Sra. Presidente, só no sentido de dizer que os argumentos que o senhor apresenta são, na verdade, claros e irrefutáveis também. Esse é o caminho a ser feito. E a Comissão de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais aqui, nós até dissemos que acompanharíamos o processo, discutiríamos junto, mas só gostaria de lembrar a V.Exa. a necessidade de que, enquanto se discute, que os pacientes tenham acesso aos medicamentos que o Ministério da Saúde, como o senhor, inclusive, já se propôs a fazer, fale com os gestores estaduais, dizendo: “Olha, não tem nada. Se o paciente recebia esse medicamento, não pode deixar de receber”. Nesse sentido—

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Isso já está sendo feito--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Essa atuação no meio, enquanto isso.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Eu já recebi, inclusive, um relatório do Secretário de Ciência e Tecnologia me garantindo que essa questão já está sendo tratada nessa perspectiva que o senhor coloca.

Senador Jayme Campos, Mato Grosso, agradeço aí os comentários, sua gentileza. Eu diria que a questão da... De novo a tabela. Mas eu diria que aí a gente talvez possa sair para uma outra idéia, que é uma antiga reivindicação do Secretário de Saúde da Amazônia, que é a criação do fator amazônico. Ou seja, reconhecer, nessa região, especificidades de vários tipos, que estabelece uma especificidade ali; é diferente pensar uma região metropolitana do Rio de Janeiro e o Acre. Enfim, não tem como. Mato Grosso. Então, a criação do fator amazônico, com foco em quê? Na redução das desigualdades regionais e garantia de aumento de repasse de recursos para os Estados dessa região. Eu acho que a gente pode trazer essa proposta, que é antiga, e nunca foi viabilizada, para uma discussão nesse contexto. Eu acho que ela seria mais interessante porque nós poderíamos vincular esse fator amazônico a um conjunto de metas, comprometendo os Estados e Municípios também a buscar melhor qualidade de atenção, aumentar cobertura, trabalhar adequadamente programas de Saúde Pública, de Vigilância, eu acho que essa é uma proposta que eu posso considerar. Eu anotei aqui.

A questão das doenças respiratórias, aí, olhe só: Na verdade, o Ministério aí é um... Porque a Saúde, ela também é um espaço onde todos os pepinos que são criados pela dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil vão cair no meu colo. É tipicamente... Doença respiratória, dois fatores principais: Fumo, poluição ambiental, principalmente veicular e industrial, e poluição do ambiente de trabalho, segurança do trabalhador. E aí uma questão séria, porque o fumo leva ao enfisema crônico e à insuficiência respiratória, que é um problema sério. Então, tem toda uma dimensão de educação, de promoção, mas tem também a questão da asma em crianças, muitas vezes desencadeada por poluição ambiental do bairro onde essas crianças moram. E aí tem a questão da falta de acesso a medicamentos que são medicamentos muito caros, para o tratamento crônico da bronquite e da asma. A gente está discutindo já a possibilidade de incluir, no "Farmácia Popular", medicamentos para o tratamento de algumas dessas doenças respiratórias, que têm um grande impacto, do ponto de vista de preço e ampliar o acesso. Agora, aí uma bola meio dividida, está mais para o Ministério do Meio Ambiente e outras Agências, a Saúde pega, digamos assim, o abacaxi, já a doença instalada. Mas o controle da poluição ambiental de veículos e de indústrias está fora da governabilidade, mas isso não quer dizer que o Ministério não possa estar atuando como uma... E, em relação ao Hospital Universitário, já recebi uma demanda. Acho que é um pleito mais do que justo, que a gente possa ter um

hospital de qualidade lá na capital, e lhe dizer que eu estou à disposição para sentar para conversar com o senhor sobre esse Projeto.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Ministro, imagino que o senhor já está concluindo a resposta do senhor, estou felicíssimo da vida aqui. Essa vinda está de bom tamanho para mim. Contente porque há pelo menos uma expectativa, há uma esperança. E o brasileiro, nos últimos anos, está vivendo muito de esperança. Eu estou muito contente e feliz. Muito obrigado por sua atenção. Eu vou procurar certamente o senhor--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Eu estou à sua disposição. O Dr. Tite, ali atrás, de cabelos brancos, aquele jovem simpático é meu assessor parlamentar e vai lhe atender com presteza.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Obrigado, Ministro.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Senador Papaléo. Vamos lá. Eu tenho uma visão sobre essa questão do licenciamento compulsório do medicamento, muito clara. Quando eu entrei no Ministério, eu fui procurado pela minha equipe, que me trouxe esse problema: "Olha, Ministro, desde novembro, nós estamos sentando com esse laboratório, nós fizemos sete reuniões registradas em Ata, e só ofereceram para o Governo 2% de desconto. Para falar a verdade, ofereceram também, em dezembro, transferência da tecnologia para a produção do medicamento em FARMANGUINHOS, mas olha que proposta interessante: A transferência se daria exatamente no ano em que a patente expira. Então, isso e nada são exatamente a mesma coisa". Bom, preocupado com a questão, procurei o Presidente da República, que me orientou a tratar isso de maneira integrada com o Itamaraty, Advocacia Geral da União, Casa Civil e o Ministério da Indústria e Comércio; nós fizemos isso. E o Ministro da Indústria e Comércio até me sugeriu, até porque a gente não chama o Presidente de empresa porque isso foi conversa de técnicos. Acho que com o Presidente da empresa a conversa vai ser diferente. Então, nós chamamos o Presidente da MERCK do Brasil e nós fizemos uma reunião e 2%. O argumento dele era: "Eu não tenho governabilidade para definir, numa política mundial". O Brasil é classificado pela MERCK num conjunto de Países, por conta do nosso IDH e da nossa incidência da doença. O Brasil não tem nada a ver com isso, com essa classificação. Isso é uma classificação da empresa. Bom, considerando isso, a possibilidade de um acordo, eu levei ao Presidente a proposta do início do processo, do licenciamento compulsório; ele me autorizou, eu publiquei uma portaria, do dia 25 do mês passado, determinante de interesse público, dando um

prazo para o laboratório se manifestar e ele se manifestou. Nos ofereceu 30% de desconto, e ofereceu de novo uma transferência de tecnologia, mas que era completamente omissa em relação a questões centrais da transferência, que é, ao final da transferência, eu posso comercializar livremente o genérico? Esse é um ponto fundamental. E dois, ao final da transferência, de quem eu compro a matéria-prima? Eu vou ficar obrigado a comprar a matéria-prima da MERCK ou eu vou poder comprar de quem eu quiser? Como não havia resposta nenhuma desses itens e 30% era pouco, eu respondi por escrito: “Continua sem atender o interesse do País”, aguardando... Aí, me ligaram, dizendo: “A gente quer sentar de novo”. Eu falei: “Eu não quero mais sentar com ninguém; eu já sentei com o Presidente. Eu quero uma proposta séria, que não veio”.

Eu tenho uma visão muito tranqüila sobre essa questão. Foi feita rigorosamente em cima da Legislação internacional, é justa, é soberana, não vejo nenhuma ameaça que isso vá afetar os interesses comerciais da indústria farmacêutica. A indústria... O mercado brasileiro são 10 bilhões de dólares/ano. A semana passada nós inauguramos uma fábrica de insulina nova, em Montes Claros, da NORDISK, que é uma importante multinacional. 200 milhões de reais de investimento. Segunda-feira estamos inaugurando a nova fábrica da SEM, em Campinas; mais 200 milhões de reais de investimento. É um mercado que cresce e o Brasil quer que as empresas venham.

Nesse momento, eu lhe diria mais, Senador: Nós estamos sentados com uma multinacional negociando a redução de preço de um outro medicamento do coquetel e vamos conseguir um excelente acordo, mostrando que essa decisão do licenciamento compulsório foi um fato isolado e demonstrando também cabalmente que o Governo negocia, desde que a negociação seja justa para ambas as partes, feita de maneira séria e transparente. O argumento de que isso vai reduzir o investimento em pesquisa, eu lhe diria o seguinte: Essas empresas nunca investiram em pesquisa no Brasil, na área farmacêutica. O dado é o seguinte: A MERCK fatura 25 bilhões de dólares/ano. E investe 20% do seu faturamento em pesquisa no mundo inteiro. Cinco bilhões de dólares. É muito dinheiro. Sabe quanto ela investe aqui no Brasil, em pesquisa? 0.7%. E sabe em quê? Em pesquisa clínica. Pacote fechado desenvolvido fora, testado em pacientes brasileiros. Então, essas empresas nunca... Qual foi o medicamento patenteado e desenvolvido por empresas multinacionais farmacêuticas no Brasil? Não tem. O Brasil quer que eles venham e invistam de maneira séria aqui, em pesquisa. Só que isso nunca aconteceu. Então, esse argumento também é um argumento frágil. Então, eu

vejo e digo, porque ontem eu fiquei realizado. O Bill Clinton declarou, está aí na Folha on-line, que o Brasil compra medicamentos a preços extorsivos das multinacionais que nos fornecem medicamentos anti-AIDS. O Bill Clinton, propondo uma redução de 50% do preço de todos os produtos e cita textualmente o Brasil como um dos Países que vem pagando preços abusivos. Então, se o próprio Ex-Presidente da capital do capital dá essa declaração, eu acho que o Brasil fica, digamos assim, tranqüilo. Eu acho que a repercussão, do ponto de vista geral, nacional e internacionalmente, foi muito positiva. O Governo Brasileiro mostrou seriedade, mostrou que coloca o interesse público e a Saúde pública acima de qualquer questão e exige das empresas seriedade, transparência e preço justo. Uma relação justa é só o que a gente quer.

Se o laboratório tivesse nos trazido uma proposta consistente, o acordo teria sido feito. Infelizmente não foi esse o caminho. Ah, se o medicamento tem registro na ANVISA. Como o medicamento que nós vamos adquirir dos produtores da Índia que, ao contrário do Brasil, só reconheceu a Legislação patentária depois que criou uma base industrial poderosíssima de produção de fármacos, nós aprovamos a Lei de Patentes num momento em que tivemos destruída a nossa indústria farmoquímica, agora, eles nos exportam e nós compramos deles, dos indianos. Como esses laboratórios são pré-qualificados pela Organização Mundial de Saúde, a ANVISA aceita essa pré-qualificação como registro provisório para que o medicamento possa entrar no País.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Então, vamos à segunda rodada de perguntas. A primeira pessoa inscrita é o Senador Augusto Botelho. Em seguida, Senador Mão Santa e, em seguida, Senador José Nery.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente da CAE, Patrícia Saboya, Presidente da Comissão de Defesa da Saúde, Papaléo Paes, Sr. Ministro, eu quero me juntar aos meus companheiros Senadores, que disseram que o senhor foi muito bem aceito e foi uma unanimidade, dentro dessa Casa, para o Ministério da Saúde, porque o senhor é um técnico. É um médico e é um técnico. O Bill Clinton só está falando isso porque o senhor tomou aquela atitude, teve coragem de defender aqueles 75 mil brasileiros que precisam tomar o remédio, e que o senhor tomou atitude para trazer a medicação para ele e facilitar. Se a gente tiver mais esse remédio, nós vamos usar mais. Nós não usamos como medicação inicial porque o preço é proibitivo. Ou seja, nós temos uma solução, mas não podemos dar para a pessoa que está portadora do vírus porque nós não temos capacidade econô-

mica de manter. Eu tenho certeza de que se a gente tiver mais esse remédio, mais pessoas viverão mais, portando o vírus, até que a gente consiga a solução para tratar o vírus.

Bom, mas eu quero ir para o feijão com arroz. Dentro da média complexidade, que sei que é uma coisa complexa, difícil para o senhor, mas o senhor falou que está tentando achar uma solução para a média complexidade, que são as cirurgias que para as pessoas que estão ouvindo, a cirurgia de hérnia, de períneo, de varizes, de vesícula, de próstata, que nós temos filas em todos os Estados do Brasil para fazer essas cirurgias. Sei das dificuldades dos hospitais conveniados, dos hospitais públicos para realizarem isso por falta de recursos. Eu só queria saber, sei que não tem dinheiro, que o Ministério da Saúde tem dificuldades, o senhor está... O seu grupo está estudando em que rumo achar uma solução para isso, que eu confesso que não estou vendo uma solução imediata se não entrar mais dinheiro na Saúde.

Outra coisa, em relação à regularização da Emenda 29, gostaria também de depois saber e acompanhar o que nós já andamos em relação a trazer essa solução, o Projeto de regularização da Emenda. Outra coisa, me juntar aqui ao Flávio Arns, que o alcoolismo é uma doença. Nós temos que bater nesse País que o alcoolismo é doença. Nós não podemos fazer propaganda de doença na televisão, ou seja, de causador da doença. Talvez tenhamos que mobilizar as mesmas forças que se uniram contra o tabagismo agora para se unir contra o alcoolismo, principalmente por essa vertente que V.Exa. falou aí, de o alcoolismo ser um fator de agravamento da violência no trânsito, da violência doméstica e da violência entre os grupos sociais.

Agora, vou para outro campo. Campo da Saúde da Família. Eu gostaria que V.Exa. nos informasse aqui quais são as ações do Ministério da Saúde para a gente treinar nossas equipes de Saúde da Família. Nós sabemos que nós não temos gente capacitada o suficiente para todas as nossas equipes. Estamos as formando como a gente pode. Então, eu gostaria que o Ministério da Saúde dissesse o que está fazendo para treinar, nos Municípios as equipes de Saúde da Família. Outro problema é a nossa eterna malária e a Amazônia, que sempre... Voltou a subir de novo, está subindo e tudo. E os Municípios não estão assim dando conta do serviço, como na dengue também. Que a dengue só se cuida da dengue quando está em epidemia, depois, o próprio Município relaxa, as próprias pessoas também relaxam, jogam lata no quintal, deixam casca de ovo, deixam tudo para criar viveiros de dengue também. Mas o que me preocupa mais agora é a demanda reprimida da média complexidade do Brasil.

Eu queria saber qual é o caminho. Eu... Essa nova forma de pagamento que V.Exa. está estudando, eu vou até entrar em contato com o companheiro aqui, para ele me explicar bem para eu entender como é que os Municípios vão fazer para pagar os conveniados e tudo. Vai ficar tudo nas costas dos Municípios ou do Estado. Como é que vão fazer, nesse novo sistema, para pagar os convênios? Lá no meu Estado, não tem praticamente convênio com empresa particular, lá a medicina é toda pública. Mas, em São Paulo, no Rio, em Manaus, onde atendem os nossos pacientes que vão para lá, de maior complexidade. Então, é só isso que eu queria saber e dizer que eu também confio na sua gestão no Ministério da Saúde, estou torcendo para gente achar o caminho para melhorar a Saúde e entendo também que Saúde é um investimento no Brasil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A torcida é grande, não é, Ministro?

[risos].

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bom, antes de ouvir o Senador Mão Santa, eu queria registrar a presença do nosso ex-Ministro da Saúde, Alcenir Guerra, agora Deputado Federal, que também prestigia a nossa Comissão e a nossa audiência. Então, com a palavra, o Senador Mão Santa e depois o Senador José Nery, Senador Heráclito e Senador Mercadante.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Cara Senadora Patrícia, Senadoras e Senadores. Patrícia, não estou na sua Comissão porque você não me convidou.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Está convidado agora.

[risos].

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não, não. Agora eu já fui. O Mercadante me convidou... Eu não ia trocar... Não é o Cristovam nem o Heráclito. Eles me convidaram e eu fui--

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Agora, o senhor está convidado, convidadíssimo. O senhor é membro efetivo dessa Comissão.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pois é, olha aí. Mas, Ministro, todo mundo quer que V.Exa., todo mundo quer que V.Exa. acerte. Mas, me permita, Ministro, eu já fiz 40 anos de medicina, e sonhei, como V.Exa. sonhou antes. Entendo que a ciência médica é a mais humana das ciências e o médico é um benfeitor da humanidade. E, entrando aqui, eu tive uma preocupação que vou passar a V.Exa. para lhe ajudar. Eu posso lhe ajudar. Eu sei medicina. Eu tenho a satisfação do cumprimento da missão. Mas, entrando aqui V.Exa. fez uma observação para as dificuldades de V.Exa. Quero que acerte. Patrícia, você sabe quantos brasileiros foram no primeiro Senado?

Tinham uns portugueses, mas brasileiros eram 42. Isso é para lhe ajudar. Ministro, desses 42, 22 eram da área da Justiça. Então, esse pessoal fazendo leis boas para eles. Precisa ter coragem para dizer isso. Mas os números estão aqui. 10 eram militares. Tudo de Caxias foi. Os religiosos dominavam. Sete. Padre Feijó. Dois médicos. V.Exa. está mais ajudado. Só aqui V.Exa... Cadê o Papaléo? Foi embora? Mesmo de lado da Patrícia, ele voou.

[risos].

Mas tinha três aqui. Quer dizer, eram dois no começo. Só aqui vieram lhe prestigiar. E tem mais outros companheiros médicos, desde Antônio Carlos Magalhães aos mais novos, como Tião Viana. Mas, então, isso é para ajudar, que V.Exa. está mais apoiado. E só um... Cadê o povo da agricultura? Está aí o Jaime. Só um da área da agricultura. Então, isso vem, vem, vem e... Ministros da Saúde, nós tivemos muitos bons. Cada época à sua época. Eu convivi muito. Raimundo de Brito... Eu fui, com Mariano de Andrade, residente deles. Valdir Arco Verde, do Piauí, esse era irmão, camarada, um irmão dele morreu Senador, e eu coloquei, quando Prefeito de minha cidade, o melhor hospital municipal, hoje é estadualizado, em nome do irmão dele. Então, esse era da intimidade. E o Jatene. Deus me permitiu ajudá-lo, no início da cirurgia cardíaca morriam quando ele foi forçado, esperava os recibinhos, e aí chegou um grandão desajeitado, éramos ele eu residentes, morria tanta gente operados pelos do Rio, que o nome era CTI. Aí, eu apelidei, de uma maneira jocosa, “companhia de transporte para o inferno” —

[risos].

Porque morria. Aí mudaram o nome. Aí que mudou eu vi nascer a cardiovascular. Para V.Exa. ter uma noção, Dominginho, o professor Mariano de Andrade era o cirurgião geral que fazia cardiovascular. Era o cirurgião geral. O meu professor chegou para mi e disse assim: “Eu fui no DEBEIC(F), você já deve ter feito aqui. Daí vem “Mão Santa”. Eu trouxe o fio... Nós operávamos, a agulha era mais grossa do que o fio. Então, você imagina as hemorragias nas arteriografias. Eu vi nascer. Aí, foi, de tanta morte ter tido no Rio, Raimundo Dias Carneiro pegou 30 doentes e mandou buscar o Zé Pinha(F) e ficou o Jatene. Eu era residente e fui escalado para auxiliar. Eu fiz nascer e desenvolver também no Piauí vários transplantes cardíacos. Mas, quer dizer, eu estive de passagem e esse foi um grande Ministro. Ele era quando... O Valdir, depois, na FUNASA, foi uma pessoa extraordinária e vítima da Saúde. E eu vou contar agora. “O Mão Santa está trazendo história do passado à Patrícia”. Patrícia, passado é o pai nosso e todo mundo vai rezar... O pai nosso é velho, não é? Mas eu passei agora. Agora eu vim ali. E demorei

um pouco. Queria chegar antes em respeito a V.Exa. é nosso chefe, mas, sabe por quê? Porque era tanta gente ali, que eu tive que... Amigos, profissionais, porque ia se votar um que ia ser Ministro da Justiça, Ministro do STF... Ia-se votar. Tem 10 vezes gente mais do que aqui. Só estou lhe dando quatro. V.Exa. é Ministro e eu estou é aqui. Tive que fazer relações com alguns que eu conhecia. Mas, simbolizando Jatene, que eu acho uma figura... Isto eu digo por gratidão, que eu governei o Piauí, ele me ajudou. A gratidão é mãe de todas as virtudes. Mas ele fez o CPMF. A realidade é essa. Vai enfrentar essas dificuldades fundamentais.

Então, V.Exa. já teve um grande acerto. V.Exa. escolheu um grande assessor, que é esse Noronha aí. Eu não conheço muito não, mas, 40 anos, eu sei muita psicologia, negócios, vim do Nordeste, não contei muita... Mas eu queria dizer, eu vou te dar um quadro aqui. Por que é que está aquele montão de gente aqui? Olha para cá. Eu sou concursado da Previdência. Eu tenho 40 anos, sou aposentado. Olha, minha aposentaria, eu nem olho; quem recebe é minha mulher porque dá úlcera. É tão pouco.

[risos].

Então, é melhor nem tomar conhecimento. Tem muito tempo que eu não tomo conhecimento, pode ver. E, atentai bem, hoje não tem mais porque... Médico federal, fui do INPS, cirurgião, com toda... Quer dizer, hoje já não tem mais nem federal, são os pobres médicos nesse negócio de médico de família, depende de Prefeitura, não tem contrato e tudo. Imagine as viúvinhas desses coitados. Essa é a situação real. Eu os conheço. E não se opera mais na tabela. Olhe para cá. Eu operei muito. Tireóide, duodeno, vesícula, mama. Mas eram atualizadas. Vou lhe dar um dado para V.Exa. sair e lutar. Aí, de repente, eu entrei, política, não sei, foi o cão que atentou, porque medicina é melhor, quando eu vi, eu era Deputado, Patrícia. E eu ia para Teresina. Nem gostava de Teresina, meu mundo era Fortaleza e o Rio; Fortaleza, onde estudei, e o Rio. Eu não tinha nada com Teresina. Mas o Jaime sabe como é isso. Eu fui, ia... Eu saía no carro correndo. Terça-feira, só deixava um auxiliar de cirurgia e ia, era multado, chegava, botava o paletó, fazia aquela confusão que hoje eu faço no Senado, passava terça, quarta e quinta e voltava, à noite, com a minha mulher. O dinheiro que eu ganhava em cirurgia, operando só sexta e sábado, nessas tabelas, eu vivi com dignidade e eduquei minha família. O da política, de Deputado, eu gastava aí... Tu sabes como é que é dinheiro de político. Quem sabe? Ninguém sabe. A Patrícia sabe.

Então, eu tive essa felicidade, olho para a minha família. Não, eu trabalhava em medicina, vinha, corria sábado, domingo, plantão, mas eu quero dizer, mes-

mo trabalhando só sexta era o mesmo dinheiro. Veja quanto ganha hoje um Deputado Estadual lá do seu Estado, do seu, do meu, e um médico para ganhar esse dinheiro. Como o negócio... Só para lhe situar, na tabela que... V.Exa. tem que ver como está o médico. Entendeu, Patrícia? Era o mesmo dinheiro. Eu de médico, minha mulher cuidava da minha família, eu não ia tirar o pão dos meninos. Estão educados aí. A última está se formando em medicina. Eu quero até que você me ajude, ela quer ser dermatologista, trabalhar no BERKELER(F), eu não queria. Eu queria que ela fosse cirurgiã. Um negócio de *Botox*, aquele rolo, e ela só fala no Azulay, eu digo: “Eu não conheço”. Mas outros 500... Mas eu estou dizendo que eu estou realizando porque a última vai... Fez medicina. Mas eu quero, para você ver como está difícil a classe médica. Olha, eu vi um médico... Olha para cá. Dr. Cândido Almeida. Maranhão... Tem alguém do Maranhão? Sarney pode se igualar a ele. Não supera. Médico de uma Santa Casa que eu trabalhei. Esse homem, com 94 anos de idade, eu era Governador, eu taquei uma medalha no peito dele e ele morreu medalhado.

[risos].

Mas eu quero lhe dizer o seguinte, Patrícia, ele operava na Santa Casa por necessidade. Não, estou te falando como está a classe médica. A aposentaria... Ele operava, Patrícia, na Santa Casa. Quem poderia ter tomado o comando da Santa Casa era eu, que tinha... Mas eu via... Então, ele ficou ali por necessidade. Então, tem muitos médicos que estão trabalhando aí. Eu estou dizendo para V.Exa., que está me ouvindo, eu estou dando esse quadro. 94 anos, pode-se indagar. Para mim, foi uma... Ele que fez o parto de João Paulo Reis Veloso, que nasceu em Parnaíba. O segredo de Ivan Lins e Silva... Então, tinha essas figuras como esta.

Mas o que eu queria dizer para V.Exa., vamos ser objetivos, estou confiável—

[risos].

Dengue. V.Exa. é o nosso Oswaldo Cruz. É o nosso Oswaldo Cruz. E eu acredito em V.Exa. até foi por isso que eu perguntei ao Noronha aí a sua idade, que eu pensei que era 25 anos e tal. E a Patrícia 15--

[risos].

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Senador--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Em cirurgia se diz o seguinte. Espera, Patrícia. Eu estava olhando... Você já passou a rasteira em todos nós médicos. Sim, mas você está com todas as estrelas de levar nós, médicos, e o País... Mas a dengue. É pior do que disse, é pior. Você sabe, os próprios governos ocultam, os próprios secretários ocultam dados. Eu estou te dizendo com sinceridade. Olha, é muito pior do que

os dados. Eu vim do Piauí. Olha, e você sabe que o Oswaldo Cruz não era mais inteligente do que V.Exa. E esse País tem a grandeza desse sanitarista, nessa pessoa, Veronesi e V.Exa. A dengue ninguém admite mais porque ela, em 1950, quando ela voltou, V.Exa. ainda não tinha nascido. Nem em 82, quando ela voltou, V. Exa. ainda não tinha nascido—

[risos].

Mas voltou, e a Cuba acabou com a dengue. A Colômbia teve 500 mil, acabou. Nós temos que acabar. Eu quero dizer, como amigo, V.Exa. não pode perder as batalhas. Se V.Exa. quiser conversar, depois, com tabela de SUS, com coisa, Santa Casa, meu pai foi... As épocas eram outras. Meu pai foi tesoureiro de Santa Casa. Hoje mudou o mundo. Parava, Patrícia, meio dia no almoço... Não deixar dinheiro. Hoje não dá mais, o Governo cobra muito imposto.

Então, eu quero dizer. Mas a dengue, V.Exa. não pode falhar, porque V.Exa. é sanitarista. V.Exa. é reencarnação de Oswaldo Cruz. Está muito, muito pior. Outro dia, eu tive um filho—

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Senador, Senador Mão Santa—

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Que foi para uma UTI. E quem não pode? Um dos melhores médicos do Piauí hoje, de Pedro II, eu fui agora, está numa UTI lá, o Dr. Café. Então, o negócio está... Essa que eu queria, a advertência, realizar. E mais, eu vou pedir mesmo a São Francisco para lhe ajudar e é um santo novo e eu sou é lá de Canindé.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Mão Santa. Vamos passar só ao Ministro para responder a essas três perguntas e, em seguida... Ah, não, desculpa. Ficou faltando o Senador José Nery, depois que nós vamos à terceira rodada. Desculpa, Senador.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Meus cumprimentos à Senadora Patrícia Saboya, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, saúdo os Srs. Senadores, Sras. Senadoras presentes, em especial ao Ministro José Gomes Temporão. Inicialmente, me associo à esperança e à saudação de tantos Senadores que me antecederam, em relação à história, ao currículo, à competência e, de fato, a esperança que o Ministro Temporão vem despertando nesse início de trabalho, à frente do Ministério da Saúde. Todos nós acompanhamos, com especial interesse, essa atitude frente aos laboratórios multinacionais, quando da quebra da patente de um medicamento anti-AIDS, que representa evidentemente uma postura soberana, legal, legítima e, quando se trata de garantir a Saúde, portanto, a vida das pessoas, não se pode realmente ter nenhuma condescendência com quem só pensa no lucro, nos seus

interesses, embora milhões pudessem ser socorridos com medidas, com ações... Então, saudar o Ministro por essa decisão, e dizer que nós aqui no Congresso temos tarefas importantes a serem realizadas, no que tange à melhoria das condições de atendimento da Saúde Pública, que é justamente trabalhando e nos esforçando aqui para a regulamentação da Emenda 29, para que nós tenhamos mais condições de garantia de recursos para atendimento da Saúde. Acho que esse é um empenho necessário do Congresso Nacional. Também, na discussão sobre a redefinição e definição do orçamento público, tratar de forma mais adequada, a destinação de recursos para uma área tão importante e, entre as diversas políticas sociais, com certeza, aquela que mais diretamente o cidadão comum, em cada parte desse País, sente porque, ao necessitar de um atendimento médico, da garantia de um medicamento, de um tratamento especializado, os brasileiros sabem o quanto isso é penoso, o quanto isso é difícil, sejam nas pequenas cidades, nos pequenos Municípios, sejam nas regiões metropolitanas, nas grandes cidades.

Então, não há uma questão social tão importante e tão grave quanto a Saúde para merecer a atenção governamental e daqueles todos, inclusive do Parlamento, que têm interesse encontrar soluções para os graves problemas da Saúde em nosso País. Mas eu queria me referir, mais especificamente a algumas questões, inclusive uma delas abordada entre a linha de atuação do Ministério, exatamente o Programa de Saúde da Família, a necessidade da sua ampliação, a necessidade do treinamento e acompanhamento das equipes que já realizam esse trabalho pelo País afora, mas eu queria falar, em particular, da situação da Amazônia, eu aqui represento o Estado do Pará, e temos um contingente muito grande, populações ribeirinhas no interior, onde inexitem, praticamente, equipes de Saúde da Família, nas áreas de terra firme e continente, já existem equipes implantadas, mas, nas regiões ribeirinhas, onde o atendimento é mais difícil, deslocamento, há uma necessidade, inclusive, de uma normatização no âmbito do Ministério e no âmbito do Programa Saúde da Família, para o atendimento às populações ribeirinhas da Amazônia e creio que essa poderia ser uma tarefa a ser tomada como prioritária, tendo em vista que boa parte da população da Amazônia está justamente nas regiões mais distantes, onde o atendimento à Saúde realmente é muito mais precário. Padecendo ainda da falta de condições mínimas, sanitárias mínimas, porque boa parte da população não tem sequer água tratada, água em condições adequadas para ser usada no dia-a-dia. Então, essa questão da regulamentação do PSF e, com enfoque direcionado

ao atendimento das populações ribeirinhas, creio que poderia ser uma tarefa que o Ministério poderia abraçar como prioridade no atendimento das populações rurais na Amazônia.

Também gostaria de me referir à epidemia de dengue que, nos últimos três meses de 2007, chegou... Chega a 25%, chega a índices muito superiores ao mesmo período do ano passado, de janeiro a março, já com 140 mil casos registrados no País. Então, gostaria de saber, Ministro, e em específico, qual a estratégia do Ministério para fazer, de forma mais eficiente, envolvendo todas as esferas de Governo, além da União, que aqui não cabe, muitas vezes, até os recursos são enviados aos Estados e Municípios, mas não há, muitas vezes, uma gestão adequada e não há aqui exatamente culpa exclusiva do Governo e do Ministério, mas há uma parcela bastante importante dessa situação que deve ser creditada à própria população que, muitas vezes, faltam informações e educação para tratar... E tratar adequadamente dessa questão, então, qual é a estratégia do Ministério para um combate mais eficiente à dengue. E a situação da malária, que é outro problema do qual não temos conseguido nos livrar, embora tenha havido na Amazônia, em especial no Pará, uma redução dos índices de malária no último período, comparando 2006 e 2007, mas nós já temos ainda uma situação grave de Saúde Pública, por conta de muitos... De uma epidemia de malária grave, em várias regiões da Amazônia; em Marajó, por exemplo, no Estado do Pará, nós tivemos Municípios o ano passado, em 2005, onde 60% da população foi vítima de malária, dessa epidemia tão grave lá na nossa relação. Então, era saber se existem, na programação do Ministério, medidas mais efetivas que possamos, além de diminuir, possamos de fato como todo nós pretendemos, erradicar a malária, tanto na Amazônia, no País, mas em especial na nossa região, aonde o Município de Marajó chegou a atingir 60% de populações em determinado Municípios.

E, por último, Sr. Ministro, saber do senhor qual a sua posição e qual encaminhamento em relação aos atendimentos realizados pelo Sistema Único de Saúde aos usuários que têm plano de Saúde. Nós sabemos que isso consome um volume grandioso de recursos e que esse ressarcimento poderia resultar, de fato, em mais recursos e efetivamente no melhor atendimento às condições de Saúde da população, tendo em vista a escassez de recursos que todos nós constamos. São essas, então, algumas das preocupações e das questões que eu gostaria de colocar vossa consideração e evidentemente, na busca de soluções efetivas para melhorar as condições de Saúde da nossa população. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Nós preferimos que o Senador Heráclito Fortes faça logo sua pergunta, antecipando a última rodada, porque é o único presente aqui da última rodada.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pois não. Sr. Presidente, Srs. Senadores, Ministro Temporão, ouvi meu conterrâneo Mão Santa e quero apenas complementar, Mão Santa, eu conheci o atual Ministro Temporão, quando fez parte da equipe do então Ministro Renato Archer, no Ministério da Previdência. O Ministro Renato Archer era uma figura extraordinária, um homem público exemplar, e que teve capacidade de agregar em torno de si homens públicos que se destacaram no Brasil; a partir daí, é o próprio Ministro, o Ministro Celso Amorim trabalhou com ele; o Zé Noronha, que é nosso conterrâneo, Mão Santa, piauiense—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não vamos tirar o mérito do Piauí. Tudo começou lá. Tudo começou lá—

[risos].

O Hélio Barros, o Aloizio Teixeira, Reitor no Rio de Janeiro, o Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, e o Mauro Vieira, que hoje é nosso Embaixador em Buenos Aires. Lembrar só isso pra mostrar exatamente o que é que uma gestão pode fazer por um País; não só durante o seu período, mas também semeando administradores que se destacaram ao longo da vida. Mas o que eu vim fazer aqui foi me juntar a V.Exa. Acho que a base do Governo tem sido muito tímida e muito fraca na solidariedade a V. Exa. pela coragem de enfrentar a questão do aborto. A questão não é ser contra ou ser a favor. É enfrentar. Os que são contra, que defendem a vida, não sabem o que é fábrica de anjo no Nordeste, não sabem quantas vidas são perdidas, de maneira leviana e irresponsável, não só pela prática inescrupulosa de médicos, mas também de aprendizes. E acho que, a partir do momento em que essa questão é atacada, inibe algumas práticas e esses resultados, segundo informações que recebi, já se começam haver um certo temor de que uma fiscalização comece a acontecer e os famosos fabricantes de anjo começam a se cautelar. Só este fato já é positivo.

A questão, a convicção pessoal que nós temos o direito de ter e devemos ter, ela não pode sobrepor-se à posição do Estado. E essa é uma questão da qual não podemos nos livrar. Daí porque eu quero dizer aqui, embora da oposição, eu louvo a coragem de V.Exa. de tratar o assunto. Não significa, com isso, a adesão, não significa, com isso, apoio. Significa que é um problema que vem sendo atacado, é um problema que existe e

que, infelizmente, as autoridades, nós da sociedade, viramos as costas. E é preciso que se tenha mais um pouco de responsabilidade com relação ao assunto.

Por último, meu caro Ministro, eu queria aproveitar a oportunidade e me juntar, tenho certeza que terei a solidariedade do Mão Santa, nós temos em Teresina um pronto-socorro começado quando eu fui Prefeito, faltando muito pouco para terminar. Esse pronto-socorro está parado por questões... Que eu não quero nem imaginar que sejam questões políticas. É lamentável. Agora, falta tão pouco, Ministro, que é um crime o pronto-socorro estar parado. O projeto inicial, para 150 leitos, era para funcionar a partir de 91 ou 92. E essa obra se arrasta por lá desde esse tempo. Imagine V.Exa. que Teresina não tem pronto-socorro. Tem uma emergência do Hospital Getúlio Vargas, ampliada a última vez no Governo Mão Santa, mas que é uma lástima. Nós temos um hospital universitário também faltando muito pouco para a sua conclusão. Teresina é uma cidade-referência, em atendimento médico. Isso vem, historicamente, desde a época da construção do hospital Getúlio Vargas. Na era Vargas. O Governador Leander Mello. Os governadores, os interventores da época, não eram militares, o Leander Mello e o Benedito Valadares, de Minas Gerais. Leander Mello fez como obra, como carro-chefe da sua administração, esse hospital, na época, apelidado de elefante branco. Imagina, meu caro Botelho, o elefante branco, na década de 60, já era deficitário e esse problema vem se arrastando até agora. Daí porque o momento em que venho aqui me agregar a esta luta, não de adesão, não de sim nem de não, mas de enfrentamento dessa questão, que é a questão do aborto, faço um apelo velado a V.Exa. para que independente de qualquer outra conotação, olhe para a Saúde do Estado do Piauí, principalmente Teresina, já que Teresina atende o Maranhão, atende parte do Ceará, atende parte do Tocantins, atende parte do Pará. O Secretário nomeado deve ser um homem muito eficiente, o Secretário de Saúde, uma vez que ele já foi do DETRAN. Fila deve estar acabando por lá. E, depois, foi da GESPI-SA, Presidente da--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Me permite um aparte?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pois não, com o maior prazer.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): O Secretário... Eu sou. Eu sou é do PMDB mesmo, mas é do PSDB o que o Heráclito quer endossar. É dos maiores valores da medicina, o Secretário de Saúde medicina. A oftalmologia do planeta--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não, eu estou falando do Estado.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim, mas não tem o Secretário do Município? Eu estou dizendo que o Secretário do Município é extraordinário, que é médico, porque o do Estado não é médico. Ele está dizendo que é do DETRAN. Tiraram a carteira—

[risos].

Chame, chame! Um apelo, V. Exa. me permita. Chame o do Município, não é do meu partido não, mas é um dos médicos mais honrados que eu conheço no Brasil, Dr. João Orlando, discípulo de Hilton Rocha, um dos maiores iluminados da oftalmologia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): O Prefeito de Teresina, Dr. Sílvio Mendes, acho até que foi colega do Noronha naquele Conselho de... Então, é uma pessoa conhecida, é uma pessoa da área. Daí porque achar que é um caminho fácil para a solução desse problema. O Secretário Municipal de Saúde, o Dr. João Orlando, como disse o Mão Santa, é realmente um médico da melhor qualificação, da melhor... Bate, às vezes, V.Exa., que outro dia eu consultei um oftalmologista aí de São Paulo e ele me disse que estranhava eu não consultar o oftalmologista de Teresina, que foi o mestre dele. É uma figura extraordinária. O do Estado é uma surpresa. V.Exa. poderá fazê-lo, é uma grande revelação. No DETRAN, ele não deu certo; na GESPIA, ele não deu, mas, quem sabe, tratando da Saúde dos piauienses, ele vá dá certo. Às vezes, é assim. A gente bate numa porta, bate na terceira e, às vezes, termina como sendo uma grande revelação. Cabe a V.Exa. o restante. Daí, eu agradeço a oportunidade e fica aqui a minha solidariedade e o meu apelo, em nome do Piauí.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Heráclito Fortes. Agora, eu passo a palavra ao último inscrito, Senador Aloizio Mercadante, para que o Ministro possa responder as perguntas e fazer as suas considerações finais.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sra. Presidente, Senadora Patrícia Saboya, demais Senadores, Ministro José Gomes Temporão, eu não sou membro da Comissão nem suplente. Acho que é a primeira vez que eu participo de uma Audiência Pública. E não me sinto também nem no direito de me estender porque acho que a Comissão compete mais aos membros da própria Comissão. Além disso, tenho Sessão aqui ao lado, na Comissão de Constituição e Justiça, para a aprovação de três Ministros de instâncias superiores, do qual eu preciso participar da arguição. Mas não podia deixar de estar presente nessa Sessão. Eu não vou tratar de tantos temas complexos, relacionados à implantação do SUS, desafios da Saúde pública, carência de recursos, as demandas imensas

que nós temos, o aprimoramento das políticas públicas. Eu quero tratar de um fato. Um fato que eu tenho certeza de que a história saberá reconhecer quando o tempo passar. Pela primeira vez, na história do Brasil, o Ministério da Saúde quebra a patente de um remédio na semana passada. Não há precedentes dessa natureza. Portanto, é uma decisão de amplo alcance, com muitas repercussões e com grandes desafios.

E eu vim aqui, Ministro, primeiro para dizer que eu já tinha essa convicção de que o Presidente Lula foi muito feliz na indicação de V.Exa. Pela sua vivência como médico, sempre associado à implantação do SUS, à formulação dessas políticas públicas, com a competência técnica específica, com espírito público. E essa decisão reforça essa minha convicção. Nós somos um País que sempre reconheceu direito de patentes. Mesmo quando outras nações exploraram a não-adesão ao acordo de patentes, é que foi pelo Brasil tomada a decisão final, em 1994, no âmbito do reconhecimento da Organização Mundial do Comércio, OMC, o Brasil já reconhecia. E nós não exploramos, por exemplo, o potencial dos genéricos, apesar de ter um Projeto de Lei do meu partido, depois aprovado pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, que nós deveríamos ter feito. Outros Países avançaram muito na política de genéricos. Mas, ainda que tardiamente, nós adotamos essa política e é um êxito inegável. Nós temos que fomentar cada vez mais esse caminho. Barateia o custo dos medicamentos, permite, se houver uma política de comunicação mais adequada, que as famílias mais pobres tenham acesso aos medicamentos que muitas vezes não têm.

Agora, um programa como o Programa de combate à Aids, que é uma referência mundial, que é um exemplo de política pública contemporânea e eficiente, numa doença que absolutamente trágica, que traz todo o estigma, além de todas as consequências, nós temos a obrigação de comprar um medicamento que traria um prejuízo às finanças públicas de 30 milhões dólares/ano, quando esse mesmo laboratório vende esse laboratório a um preço mais adequado e quando há o mesmo medicamento produzido na Índia, na forma de genérico, a 45 cents, portanto, uma economia anual da ordem de 30 milhões de dólares, é indispensável essa decisão. É coragem política, é firmeza, não significa e não significará a desconsideração do País ao direito de patentes. Quer dizer, o reconhecimento do trabalho intelectual, do investimento em pesquisa e desenvolvimento, isso é um valor importante na economia contemporânea e o País saberá preservar esse valor. Nós assinamos as convenções internacionais, mas a Organização Mundial de Saúde nos dá essa possibilidade. Isso é um direito internacional legítima-

do. Que quando nós estamos tratando direito à vida, há possibilidade de quebra, sim, de patentes para permitir e a utilização dos genéricos como instrumento fundamental de nós avançarmos, não só baratearmos as políticas de medicamentos do SUS, mas também avançarmos na produção de fármacos. Nós temos um déficit comercial de dois bilhões de dólares no balanço comercial de importação de fármacos. Portanto, nós temos que substituir importações. Foi assim que a indústria desse País se fez. E é assim que nós vamos avançar na cadeia produtiva.

Então, eu vejo que a ANVISA não pode ter uma visão... Não acho que tem, acho que o trabalho do Dirceu Raposo, agora, a nova composição da ANVISA é muito adequada, não pode ser apenas uma visão de Saúde pública, ainda que seja fundamentalmente isso. Ela tem que ter uma visão também de política industrial, desenvolvimento da cadeia produtiva, de substituição de importações, de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento, para que a gente possa gerar conhecimento numa área que gera muito emprego, que economiza divisas e que, em última instância, é a defesa da vida. Por isso foi um gesto de coragem, um gesto indispensável, um gesto necessário. Vou terminar, como já disse, não representará, nas relações internacionais, a desconsideração do direito de patentes, mas mostra que nós somos uma nação. Uma nação que tem uma política pública que vai ser respeitada. E tenho certeza que esse exemplo do Brasil será um chamamento a muitos Países pobres, como na África, onde milhões de pessoas não têm atendimento porque não têm recursos para poder pagar o medicamento, que nós precisamos avançar na produção de genéricos nesse setor.

E espero que junto com essa decisão, acho que as medidas já estão sendo tomadas para que os laboratórios públicos e nacionais produzam esse medicamento o mais breve possível e que a gente, mais uma vez, dê esse exemplo de competência, de sabedoria, de maturidade, de equilíbrio, mas de firmeza na defesa da vida e de uma política de amplo alcance de Saúde Pública, que é o Programa Nacional de Combate à AIDS. Queria parabenizar V.Exa., não vim aqui fazer nenhuma arguição, nenhuma pergunta, mas queria dar o meu testemunho, o meu apoio incondicional e a minha luta para que essa bandeira seja preservada e valorizada. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Aloizio Mercadante. Ministro, eu tinha anunciado que V.Exa. falaria agora, mas a Senadora Ideli já estava inscrita e estava participando em outra Comissão--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senadora Patrícia, eu queria apenas... Ministro Temporão, o senhor veja como o estado de necessidade faz com que o homem se desloque mais rápido que o vento. O Prefeito de Teresina ouviu a minha intervenção e veio aqui para a Comissão.

[risos].

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Seja muito bem-vindo, Prefeito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Dr. Silvio Mendes. Então, o que falta para nós são cinco milhões para equipamento. Quer dizer, não é nada, entendeu, Ministro? Então, eu quero lhe fazer um apelo. E, já que ela está me dando a deixa, nós estivemos num encontro agora na Indonésia, e o grande tema foi o Brasil. Todo mundo querendo saber desse Programa de Combate à AIDS, inclusive, uma delegação da ONU aqui ao Brasil, V.Exa. vai ser comunicado pelo Presidente da UPI Nacional, que é o Deputado Alexandre Santos. E quero louvar exatamente, pegando sua deixa aqui, ilustre Senador Mercadante, esse lado positivo do Brasil. O mundo inteiro querendo aprender e querendo saber como é que são os nossos caminhos aqui nesse combate que mundialmente hoje é uma prioridade.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora, eu só queria pedir desculpas, mas nós estamos tendo uma arguição na Comissão de Constituição e Justiça e vou me retirar brevemente e tentarei voltar para poder ouvir a intervenção final do Ministro. É deslegante, mas são três Ministros que nos aguardam lá e temos que votar. Senador Heráclito também terá que retornar à Comissão para votar. Eu peço desculpas e tentarei retornar o mais breve possível.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Mercadante e Senador Heráclito. Quem sabe os Senadores podem aprender com o Prefeito de Teresina, que é o *The Flash*, está aqui e vamos precisar de uma aula, Prefeito—

[risos].

Está certo. Eu vou só passar a palavra à Senadora Ideli, para encerrar esta fase dos que estão inscritos, e aí então, o Ministro fará o seu encerramento. Senadora Ideli, com todo prazer.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senadora Patrícia, só para minha informação, porque, como a gente está com várias coisas acontecendo ao mesmo tempo, sabatina, reunião da Presidência com a Confederação Nacional dos Municípios, eu queria só entender: Está aberta também, além do debate da questão do licenciamento compulsório e dessa medida adotada de forma tão importante pelo Presidente Lula e pelo Ministro Temporão, está aberta também a

temporada dos pedidos aqui? Ou não? Dos pedidos dos milhões aqui? Porque senão eu também vou arranjar alguns—

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES

(PSB-CE): “Tem um hospitalzinho aqui, um hospitalzinho ali”...

[risos].

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES

(PSB-CE): Fique à vontade, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só para eu saber. Mas eu queria...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): [Pronunciamento fora do microfone].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não tem cura, não é? Não tem vacina nem remédio. Nada, nada, nem... Mas eu queria assim, em primeiro lugar, Ministro, eu quero dizer que nós todos no Brasil comemoramos a decisão. Acho que foi uma decisão muito corajosa, foi uma decisão correta, adequada porque nós não estamos fazendo afronta, sob nenhum aspecto. Não é uma afronta ao direito legítimo de que quem investe em pesquisa ter o ressarcimento e a remuneração pelo investimento realizado. O direito de patente é isso, a gente poder reconhecer que quem investe, quem desenvolve pesquisa, quem apresenta para a humanidade processos mais bem atualizados, desenvolvidos na área dos fármacos e em todas as outras áreas, que isso tem que ser respeitado por todos.

Agora, a impressão que nos dá, e aí a minha pergunta vai nesse sentido, é de que havia uma distorção, uma discrepância, inclusive no processo comercial, com o laboratório detentor da patente. Porque a informação que nós tivemos, inclusive eu gostaria que, se fosse possível, o senhor pudesse confirmar, é que o mesmo comprimido que nos era colocado na mesa para a compra a um dólar e sessenta centavos, para outros Países era ofertado num preço muito menor. Portanto, o próprio laboratório estava tendo um comportamento comercial diferenciado e discriminatório para com o Brasil.

Portanto, não é ter um comportamento de afrontar o direito de patente e o direito de ressarcimento da pesquisa realizada, mas, no mínimo, algo em termos de justiça. Então, eu queria efetivamente poder ter o esclarecimento se isso realmente entrou, como ingrediente para contribuir com a decisão, que a decisão teve também o aspecto do interesse público, de poder baratear efetivamente o coquetel para que as pessoas que necessitam do coquetel para manter a sua Saúde possam continuar sendo atendidas, de forma adequada, pelo Programa que até como o próprio Senador Heráclito colocou, é reconhecido mundialmente. Nós fazemos escola, nós fazemos... Eu acho que, juntamen-

te com outras coisas do Brasil, é uma boa propaganda do nosso País, da eficiência e da competência e da sensibilidade das administrações públicas com relação a esta questão. Então, esta é uma das questões que eu queria fazer a V.Exa.

A outra questão é o seguinte, nós estamos aqui inclusive para realizar uma Audiência Pública, eu sou autora de um Projeto que trata da vacina para o HPV, que é o vírus responsável pelo câncer de colo do útero. E algumas pessoas já se apresentaram preocupadas, porque o preço dessa vacina é elevado. São três doses, são mil e quinhentos reais. Mas é de fundamental importância que a gente possa avançar nessa política pública, porque o HPV causa muitas doenças, é, inclusive, uma das mais usuais DSTs, das Doenças Sexualmente Transmissíveis, e causa muito sofrimento para as mulheres, inclusive é a causa do câncer do colo útero. Eu queria saber, Ministro, se esse posicionamento contribui também para que outros laboratórios possam ter um pouco mais de sensibilidade na hora da mesa de negociação. Porque a gente sabe que vai ser um processo negocial bastante difícil, a inclusão da vacina do HPV na rede do Sistema Único de Saúde, distribuído gratuitamente. Mas é claro que se os laboratórios que produzem a vacina também se sensibilizarem, talvez a gente consiga com mais facilidade. Então, eram essas duas questões.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Voltei a palavra atrás, mais um Senador inscrito. Agora, dessa vez, o último. Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Minha cara Presidente, Senadora Patrícia Saboya, minha pergunta vai ser muito rápida, diante da tolerância de V.Exa., do Senador Papaléo. Eu queria perguntar ao Ministro por essas antigas delegacias do Ministério da Saúde, existentes nos Estados. Os depoimentos convergem no sentido de que essas delegacias, elas estão esvaziadas. Elas foram... Algumas funções foram absorvidas pelos Estados e já não há muito que fazer, nem como fazer. Então, eu perguntaria se o Ministro já teve a oportunidade de olhar para essa situação.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bom, agora, então, com a palavra, o Ministro José Gomes Temporão, para que ele possa responder a todas as perguntas. E Ministro, antes de V.Exa. começar a responder essas últimas perguntas, eu gostaria também de falar um pouco, que V.Exa. pudesse falar um pouco sobre aquele assunto que nós discutimos pessoalmente, lá no Ministério, que é a questão de um Projeto da nossa autoria, que está no Senado, que é a licença maternidade, que prorroga de quatro para seis

meses, a licença maternidade para a iniciativa privada. E V.Exa. também tem dado um testemunho muito forte e corajoso em relação a essa matéria. Então, eu pediria para que V.Exa. pudesse nos brindar também com esse seu posicionamento aqui na Comissão de Assuntos Sociais. Portanto, com a palavra V.Exa.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO:

Bom, Senador Augusto Botelho, tem uma série de questões. Vou tentar ser bem objetivo. A questão da média complexidade e cirurgias seletivas. O que aconteceu? No ano passado, nós tivemos uma mudança importante porque, até então, o Ministério financiava a realização de quatro procedimentos cirúrgicos, que eram catarata, hérnia ingnal, varizes e mais alguma coisa... E próstata. E nós mudamos isso, incluindo mais 78 procedimentos, criando uma política de cirurgias eletivas. O que aconteceu? Houve, na realidade, na transição de uma modalidade para outra, nós tivemos uns quatro ou cinco meses em que a situação ficou um pouco parada. Nós tivemos problemas efetivamente. Mas esses problemas foram todos sanados, essa semana eu já liberei recursos para mais de cinco ou seis Estados, os processos todos estão sendo agilizados, eu tenho certeza que, durante os próximos meses, esse fluxo financeiro para os Municípios e os Estados já vai se dar de maneira mais adequada, e a gente vai conseguir resolver essa questão, que eu concordo que é complicada.

Agora, interessante fazer só um pequeno comentário, na Inglaterra, se nós formos olhar lá quanto tempo um cidadão, o usuário do Sistema de Saúde Inglês, demora para fazer uma cirurgia eletiva, vai demorar uns oito a dez meses, mas ele espera feliz. Sabe por quê? Porque, ao contrário do Brasil, o resto do sistema, a atenção básica, o clínico e o acesso a especialistas e o acesso a exames complementares é de qualidade, muito rápido e muito bom. A atenção domiciliar, um padrão muito bem... Aqui não. Então, lá, ele pode esperar um pouquinho, mesmo que demore, mas ele sabe que ele vai ter um atendimento adequado. E a Emenda Constitucional 29, já respondi, acho fundamental para a gente poder dar continuidade. A questão do álcool é simples. Quer dizer, eu fui procurado pelo pessoal da mídia e da indústria, preocupados, dizendo que é um absurdo o Governo querer controlar propaganda de bebida. Bom, então, para que é que serve o Governo? Quer dizer, que a indústria queira vender bebidas, perfeito. Agora, o Governo tem que defender a Saúde pública. Essa coisa do Zeca Pagodinho, da quarta-feira, é uma coisa dramática. Eu já fiz um comentário outro dia sobre o Zeca Pagodinho. Eu gosto tanto dele, ele é tão bom, ele é um artista tão querido pela população brasileira, ele tinha que parar

de fazer propaganda. Porque é até patético. Chega até a ser constrangedor. Então, a gente não pode admitir, de um lado, a TV controlar o horário, porque hoje a última propaganda que eu vi na televisão, de cerveja, era um *video game* voltado para atingir criança. Criança e jovem. É para formar os futuros bebedores. Agora, não posso admitir que eles entrem na minha casa para dizer para meus filhos e meus netos, para minha família, qual é o padrão adequado de consumo de bebida, o que é beber bem.

Então, eu tenho que mexer na restrição do horário e tenho que mexer no conteúdo da propaganda. Ele não pode ser desrespeitoso com as mulheres, ele não pode utilizar artistas e atletas... E hoje você tem uma total desregulação, total desregulação. É um “salve-se quem puder”. Então, nós temos que mexer nisso. A ANVISA vai tomar uma medida. Eu tenho certeza de que vai haver uma briga jurídica sobre essa questão. E, inevitavelmente, o Congresso vai ter que se posicionar sobre essa questão. Na realidade, o ideal é que nós tivéssemos uma lei que trabalhasse essa questão de maneira séria e firme, como foi em relação ao tabaco.

Saúde da Família e treinamento das equipes. Concordo totalmente. O Brasil, para variar, é que nem jabuticaba, só tem no Brasil, nós fizemos o programa Saúde da Família ao contrário de todo mundo. Lá, eles tinham os profissionais qualificados e estruturaram o sistema. Aqui, a gente fez sistema sem pessoal qualificado. Sem clínico geral, sem pós-graduação em Saúde da Família. Mas o Ministério tem uma série de programas, inclusive programa Educação à Distância, que está sendo implementado, é um programa para residências em Saúde da Família, que acho que foca essa sua preocupação.

A malária, eu reconheço que é um problema sério, mas olha só que interessante. Se nós compararmos os dois primeiros meses de 2007 com o ano passado, houve uma queda de 21% nos casos. Foram 70 mil casos este ano e 88 mil no ano passado. Inclusive, uma queda, em Mato Grosso, de 15% e uma queda, no Acre, de 53%. Nós temos que trabalhar nesses caminhos, para nós podermos ir aperfeiçoando. A malária é muito complicada. Onde o homem entra na região de mata, é difícil. Mas eu acho que a gente está no caminho certo em relação à malária.

Bom, Senador Mão Santa. Bom, Senador, estou fazendo 30 anos de formado esse ano. E eu aceito o seu apoio e preciso do seu apoio e da sua ajuda. Acho que o senhor tocou num ponto interessantíssimo. Teve um sanitarista inglês do século 19 que chegou a afirmar que a medicina, para ele, nada mais é do que a política no mais alto grau. E não é à toa que tantos médicos

se transformam em políticos, como ele disse, acabou parando na política. Mas é que a Saúde e a medicina, o exercício da medicina marca tão profundamente o profissional e ele está tão próximo das condições de vida, acompanha o sofrimento que inevitavelmente ele lida com as questões estruturais da sociedade. Isso é inevitável. Por isso tantos médicos e tantos profissionais de Saúde acabam se envolvendo com a política, na busca de ampliar, digamos assim, a sua capacidade de mudar essas questões que levam à doença, que levam à morte.

E concordo com os nomes que o senhor listou. Valdir Arco Verde foi um Ministro importantíssimo. E acho que o Adib Jatene também. Aliás, o Adib Jatene, eu quero dizer que foi uma pessoa importante, inclusive no processo da minha indicação como Ministro. Ele, várias vezes, se manifestou junto ao Presidente da República, me apoiando. E estive em São Paulo, semana passada, estive com ele, e ele vai nos ajudar muito. Inclusive, nessa questão do álcool, ele já se colocou à disposição para assinar artigos, falar, defendendo essa nossa posição.

Dengue. Não tem jeito. A gente não pode ficar enganando a população nem o País. A dengue é um problema sério e é complicado resolver. O senhor tem razão. Na década de 50, sumiu. O que aconteceu de lá para cá? Uma brutal urbanização, uma queda proporcional na qualidade do saneamento ambiental, recolhimento de lixo, favelização brutal, ou seja, as condições ambientais adequadas para um mosquito que é um mosquitinho que está ali na dele, é democrático, pega todo mundo, pobre, rico. Então, você tem que ter, de um lado, dinheiro, eu diria que hoje não é talvez o fator mais importante, eu diria que existem até Municípios que a gente identifica dinheiro sobrando na conta, que não é usado. Tem que ter estratégia, guarda sanitário bem treinado, Saúde da Família participando, visitando os domicílios. Tem que ter continuidade. Não pode ser: “Caiu o número de casos, a gente relaxa”, o outro verão... Persistência, continuidade e mobilização social, informação e educação. Que tem que dar escola e medidas judiciais, muitas vezes: Casas fechadas, pessoas que não permitem o acesso do guarda sanitário. Isso é muito comum. Várias capitais, São Paulo, Rio de Janeiro, o cidadão fala: “Olha, aqui na minha casa, não entra”. Como não entra? Tem que entrar. É complicado, ontem eu tive uma reunião com 50 prefeitos da região nordeste, os secretários de Saúde de todos os estados do nordeste aqui. Um dos pontos que nós discutimos foi exatamente... Nós discutimos o programa de imunizações, o aperfeiçoamento do registro de mortalidade e dengue. E fizemos um balanço. É uma preocupação minha, eu concordo que nós temos que

enfrentar, eu, como sanitarista, vou ter que dar uma resposta prática para isso. Mas é um desafio da sociedade. O Governo sozinho não vai resolver essa questão. Tem que estar junto das entidades, da mídia... Mas evidentemente o Governo tem que fazer seu trabalho. Disponibilizar recursos a tempo e a hora, e melhorar o sistema de vigilância, e uma outra preocupação, a letalidade, Senador, aumentou. Ela está hoje em 10; de cada 10 pessoas com dengue hemorrágica, uma está indo a óbito, o que é muito alto. Essa letalidade chegou, no passado, a 2%, cinco, agora está em 10. Significa que nós estamos com problema também de diagnóstico precoce. Busca do paciente a pedir ajuda e diagnóstico precoce dos médicos que estão atendendo. Nós estamos enviando para a casa de todos os médicos brasileiros um CD-ROM com curso curto de atualização em dengue, com todos os procedimentos, sinais, sintomas, abordagem terapêutica, agora nesse mês, para a gente poder estar dando uma atualizada em todos os médicos brasileiros e estar informando, através das sociedades, dos conselhos de medicina, essa situação.

Senador José Nery. Ele estava falando um pouco, Senador, concordo consigo, lembrando de novo da Inglaterra. Por que é que uma diferença? Na Inglaterra, quando a Margareth Thatcher quis fazer uma grande reforma no setor de Saúde, teve até passeata lá porque a sociedade Inglaterra considera o seu sistema de Saúde como um bem, uma construção política da sociedade, um patrimônio. Então, nós temos que construir esse processo no Brasil também. Que a sociedade se aproprie dessa política do SUS, a qualifique e a defenda para o seu aperfeiçoamento. Isso é fundamental, é um patrimônio que nós estamos construindo aqui nesse País.

A questão da região amazônica, vou dar um exemplo, vou pegar o atendimento ao câncer no Pará hoje. Só 50% dos cidadãos do Pará, que tem câncer diagnosticado, vão ter acesso ao tratamento radioterápico. Só metade. Nós estamos implantando lá agora três centros de alta complexidade e atendimento oncológico, e vai melhorar muito isso. Mas eu entendo que as características, já havia falado disso antes, exigiriam a gente trabalhar essa questão do fator amazônico de um lado; de outro, uma proposta muito interessante, um dos problemas que impedem que o médico trabalhe em condições remotas, em situação remota, é, muitas vezes, a insegurança dada pelo afastamento do acesso ao centro mais sofisticado, a uma segunda opinião. Nós estamos trabalhando TeleSaúde. Quer dizer, as universidades vão ter, em tempo real, um especialista que pode fazer interconsulta, em tempo real, com o paciente do lado, você pode enviar um eletrocardio-

grama, um raio-x, *scanear*, mandar via *web*. Hoje, esse equipamento necessário, que é um laptop ligado na internet, uma *webcam*, impressora, *scanner*, não é absolutamente caro, como era algum tempo atrás. Então, a estratégia do TeleSaúde também pode nos ajudar. Eu estive em Parintins vendo exatamente essa experiência. Então, era uma paciente, a equipe toda, o médico da família e a equipe estava ali do lado e o professor de dermatologia, se não me engano, lá em Manaus, estava orientando e dizendo o que devia ser feito. É, ao mesmo tempo, uma segunda opinião e, ao mesmo tempo, educação continuada. Então, essa é também mais uma estratégia importante para a gente poder estar qualificando.

A questão de dengue, acho que já falei, de malária também já respondi. A questão do ressarcimento ao SUS, dos atendimentos feitos aos segurados dos planos privados. Isso está *sub judice* no Supremo Tribunal Federal; a impressão que eu tenho, eu estive reunido com o Dr. Fausto, que é o Diretor da ANS, ele tem uma opinião que talvez seria importante se nós pudéssemos nos debruçar sobre uma solução diferenciada, alguma coisa do tipo que os atendimentos feitos aos pacientes dos planos privados criassem um crédito que pudesse ser usado pelo próprio sistema, na utilização dos serviços privados de diagnóstico e terapia, enfim, porque essa coisa do ressarcimento, ela se burocratizou tanto e ela criou tantos problemas que, na prática, o dinheiro que está vindo é praticamente inexpressivo. Então, talvez pensar uma outra maneira de a gente contabilizar isso e fazer um acordo com o setor privado, de a gente ter uma espécie de crédito em serviços, que possam estar sendo oferecidos à população dos diferentes Estados.

Senador Heráclito Fortes, eu queria agradecer o seu apoio. Minha única intenção, quando levantei essa questão e reafirmo isso, é que não há nenhuma dúvida sobre a questão do aborto como problema de Saúde Pública. Quem disser que isso não é um problema de saúde pública está delirando, surtou ou está passando por um problema de confusão mental. É um problema de Saúde pública. Se é um problema de Saúde pública, o que vamos fazer com esse problema de Saúde pública? Essa é a discussão. Como essa questão envolve uma dimensão ética, moral, religiosa e questões polêmicas, dá-se esse debate todo.

Agora, ele é um problema de Saúde Pública. As mulheres ricas resolvem de maneira bastante fácil e discreta e as mulheres pobres morrem, sofrem. Inclusive, com danos físicos e psíquicos, que nós não conseguimos medir ainda. Não existe uma pesquisa séria que meça isso com precisão. Então, eu queria lhe agradecer esse apoio.

Pronto-socorro de Teresina. Olha que coincidência. Semana que vem uma equipe minha estará lá em Teresina para discutir assunto do pronto-socorro e o assunto do hospital universitário. E a minha expectativa é ir a Teresina até o fim deste mês para fazer uma visita e bater o martelo e resolver essa situação, ok?

O Senador Aloísio Mercadante, que não está, quero agradecer também as palavras dele e dizer que essa questão do *Efavirenz*, quero dizer que ela evidencia uma fragilidade da política social brasileira, que já havia falado, que é essa dependência, e nós temos que ter uma estratégia nacional de ampliar nossa capacidade não só de produzir internamente, mas também estar negociando preços e melhores condições com os laboratórios produtores.

A Senadora Ideli Salvatti. É fato, Senadora, que o laboratório, veja bem, houve uma declaração dada à Folha de São Paulo, que eu respondi, que o laboratório vende para a ditadura militar da Tailândia um medicamento três vezes mais barato do que para a jovem democracia brasileira. Eu não entendi, fiquei sem entender. Eles vendem a 1,60 pra gente e a 65 centavos para lá. “Ah, não, isso é um critério da empresa mundial”. Bom, mas o Brasil não tem nada a ver com esse critério. O problema são os meus doentes. E olha só, dois mil e... Quase três mil pacientes usavam esse medicamento em 99. Hoje 75 mil usam. E a nossa expectativa é que chegue a 125 mil rapidamente. E o laboratório não considerou isso, não considerou a Excelência do nosso programa, enfim, acho que isso... A vacina de HPV, qual é a questão aí? Tem um Grupo de Trabalho que está debruçado sobre isso com gente do INCRA, com especialistas. Nós temos 25 mil mortes por ano, no Brasil, ainda, de câncer de colo de útero, que é um absurdo. É padrão muito ruim para o nível, inclusive, de desenvolvimento da sociedade brasileira. A vacina, ela pode realmente ser importante, mas precisaria primeiro de alguns estudos clínicos no Brasil, porque uma coisa é desenvolver uma vacina para uma realidade americana e européia. Mas, de todo modo, eu tenho a impressão que vai ser muito importante. Qual o problema dela? E eu queria falar um pouco sobre a dinâmica desse mercado de medicamentos e vacinas, usa uma questão que é chamada de ciclo de vida do produto. Quando ele sai protegido por patentes, só tem um produtor no mercado, joga o preço lá em cima. Então, hoje, nós temos uma estimativa de que essa vacina incorporada ao PNI, nós temos que gastar um bilhão e 250 milhões de reais, só com essa vacina. É absolutamente inviável, do ponto de vista do Brasil. Esse preço nesse nível, ele vai se manter aí até que um outro produtor lance no mercado um produto competitivo. É um fato. Tem outro produtor, outro la-

boratório que está registrando agora na ANVISA e vai lançar outra vacina. Pode ter certeza que esse preço vai cair pela metade pelo menos. De qualquer maneira, esse preço ainda vai estar muito em cima. Uma alternativa seria nós propormos... Considerando que o Brasil é um País em que nascem dois milhões e 200 mil brasileiros a cada ano, tem uma população muito grande, propor para o laboratório uma parceria de transferência de tecnologia, um acordo de cooperação. Nós fizemos isso com a vacina contra a gripe do Instituto Butantã. Transferimos tecnologia da AVENTIS para o Brasil. Fizemos com a *Glaxo Smith Klein*, com vacina do hemófilos B, que causa meningite em criança.

Então, podemos usar também essa figura do acordo de transferência tecnológica para ver se a gente consegue trazer essa vacina para cá.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ministro, eu fico muito feliz. O senhor já começa a elencar caminhos, saídas, inclusive, nós terminamos de combinar, no dia 06, vai ter a primeira Audiência Pública do Projeto e vamos ter a presença do Ministério da Saúde e também do Instituto Nacional do Câncer, da Ministra Nilcéa. Então, acho que é muito importante que o próprio Ministério já tenha algumas linhas para a gente poder caminhar. Porque é como V.Exa. mesmo está dizendo, são 25 mil mulheres que tem falecido, ao ano, e não é só o câncer do colo do útero, o HPV provoca uma infinidade de outras doenças muito dolorosas e prejudiciais à Saúde da mulher--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Verdade. Senador Garibaldi Alves, eu não consegui chegar lá ainda, mas eu tenho essa preocupação, sim. Como houve o processo radical de centralização do sistema de Saúde, nos últimos 15 anos, esses escritórios, acho que eles hoje se chamam Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde, ficaram completamente... No Rio de Janeiro, ainda têm uma função, que é controlar o pessoal do antigo INAMPS, do Ministério, que estão em processo de aposentadoria. Mas, nos outros estados, inclusive, eu tenho informação de que há muita precariedade das condições de trabalho e acho que teria que repensar inclusive o perfil, a função e até tomar decisão se eles são necessários ou não. Mas eu me comprometo a analisar essa questão e lhe dar uma posição, o mais rápido possível.

E a Senadora Patrícia Saboya, eu sou um entusiasta radical. Primeiro porque eu tenho quatro filhos, a minha esposa teve os quatro filhos de parto normal, e amamentou os quatro, e eu acompanhei de perto o sofrimento dela na hora de ter que voltar para o trabalho. Mas, por uma outra questão prática, duas dimensões: de Saúde pública, que está mais que provado o prolongamento dessa licença vai garantir redução de

diarréia e de doença nas crianças. Mas tem uma outra dimensão, que ela não é valorável. Ela é um pouco intangível, mas é nobre, que é você garantir essa relação mãe bebê durante o primeiro ano de vida. Essa relação é muito rica, ela é muito importante, ela é estratégica na determinação da saúde futura, física e mental, desse brasileiro, dessa brasileira. Então, toda e qualquer medida que qualifique essa relação, ela tem importância e peso, do ponto de vista de Saúde pública. Então, eu acho que seu Projeto, Senadora, dada a relevância dele, o ideal é que seria colocado não apenas como uma opção, mas uma regra para toda e qualquer mulher brasileira que pudesse ter uma licença por seis meses. No que depender do Ministro, a senhora pode contar com o meu apoio. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, queria agradecer, mais uma vez, a presença de todos, principalmente do Ministro, que está aqui conosco... Agradecer o entusiasmo com que ele defende a prorrogação da licença maternidade e aproveitar para parabenizar o Prefeito de Teresina, que estava aqui agora pouco, o Prefeito Silvio Mendes, porque lá também já implantou a licença maternidade de seis meses para as funcionárias municipais, Bem como a minha capital, Fortaleza, do meu Estado, o Ceará, que também já tem os seis meses para a licença maternidade. MUITÍSSIMO obrigada, Ministro, e até a próxima ocasião, onde a gente possa discutir problemas tão relevantes como esses que foram debatidos aqui. Obrigada. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h34.

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2007, TERÇA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS.

Às quatorze horas e treze minutos do dia quinze de maio de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador **PAULO PAIM**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos(as) Senadores(as): **PATRÍCIA SABOYA, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, INÁCIO ARRUDA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, JAYME CAMPOS, JOÃO DURVAL, SERYS SLHESARENKO, IDELI SALVATTI, LEOMAR QUINTANILHA, CÍCERO LUCENA E**

CRISTOVAM BUARQUE. Justifica a ausência o Senador Senhor Antônio Carlos Valadares. Comparecem também os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi e Wilson Matos. O Senador Paulo Paim declara aberta a reunião, submetendo às Comissões a dispensa da leitura das Atas das respectivas reuniões anteriores, que são aprovadas. A presente reunião tem por finalidade dar continuidade à Audiência Pública que atende ao Requerimento nº. 20 de 2007 – CAS e ao Requerimento nº. 17 de 2007 - CDH, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Ideli Salvatti, para tratar das questões atinentes à emenda nº 3, constante do Projeto de Lei nº 6272, de 2005 que cria a Receita Federal do Brasil, vetada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva. O Senador Paulo Paim dá início a reunião, convidando os palestrantes, que terão 15 minutos com 5 minutos de tolerância para suas exposições, para comporem a Mesa. Usaram da palavra os seguintes convidados: **Sr. Frederico Nogueira** – Vice-Presidente de TV Aberta da Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA); **Dr. Sérgio Murilo Campinho** – Superintendência Jurídica da Confederação Nacional da Indústria; **Sr. Roberto Nogueira Ferreira** – Assessor da Presidência da Confederação Nacional do Comércio (CNC); **Sr. Evandro Guimarães** – Membro do Comitê de Relações Governamentais da Associação Nacional de Jornais; **Sr. Carlos José de Lima Castro** - Presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas em Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisa (FENACOM) e **Sr. Júlio Kuhner** - Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT). Às treze horas e onze minutos o Senador Augusto Botelho assume a Presidência. Às treze horas e vinte e um minutos o Senador Paulo Paim reassume os trabalhos. Usaram da palavra os Senhores Senadores Wilson Matos, Serys Slhessarenko, Leomar Quintanilha e Geraldo Mesquita Júnior. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CONJUNTA COM 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2007, ÀS 14 HORAS e 13 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 21ª reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Essa reunião é conjunta com a 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à pauta. Audiência Pública conjunta CDH e CAS. Nos termos do Requerimento 17/2007, CDH, com vistas a tratar do tema da Emenda nº. 03 constante do Projeto de Lei 6.272/2005, que cria a Receita Federal do Brasil vetada pelo Presidente da República, Exmº. Sr. Luís Inácio Lula da Silva.

Os autores desse Requerimento, Senador Paulo Paim e Senadora Ideli Salvatti.

Eu queria informar à Casa que já realizamos duas Audiências Públicas com esse mesmo objetivo. Na primeira Audiência Pública o convidado foi o Exmº. Sr. Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, que defendeu o veto do Presidente e se posicionou contra a Emenda 03. Tivemos uma segunda Audiência Pública onde tiveram aqui os representantes dos trabalhadores, centrais sindicais e confederações. Também nessa Audiência Pública eles fizeram a defesa do veto do Presidente da República.

Lembro que naquela oportunidade, com uma colaboração que eu quero destacar, esteve aqui o Exmº. Advogado Ives Gandra que fez uma fala contrária, mas 99% daquela reunião foi dada a palavra para aqueles que defendem o veto, ou seja, que não querem a Emenda 03.

A reunião de hoje, nesse aspecto democrático da Comissão de Assuntos Sociais e Direitos Humanos, nós vamos iniciá-la convidando para a Mesa aqueles que pensam diferente. Porque se a matéria foi votada na Câmara e no Senado por maioria de Senadores e Deputados, é porque tem duas posições. Acharmos importante que nesse espaço aqui da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Assuntos Sociais

todos possam expressar a sua opinião. Todos sabem a minha opinião que eu gostaria muito que a gente construísse um grande entendimento. Ainda estou esperando a redação final que o Ministro Mantega ficou de remeter. Então eu estou, quero aqui de público dizer torcendo para esse acordo, que a gente possa depois de ouvir todas as posições democraticamente, respeitosamente, quem sabe chegar num acordo sobre esse tema.

De imediato convidamos para a Mesa o Exmº. Sr. Frederico Nogueira, Vice-Presidente de TV aberta da Associação Brasileira de Radiodifusores, ABRA. O senhor pode ficar à vontade aqui na Mesa. Convidamos também o Dr. Sérgio Murilo Campinho, Advogado da Superintendência Jurídica da Confederação Nacional da Indústria. CNI. E convidamos também o Sr. Roberto Nogueira Ferreira, Assessor da Presidência da Confederação Nacional do Comércio, CNC. E convidamos o Dr. Evandro Guimarães, membro do Comitê de Relações Governamentais da Associação Nacional dos Jornais, ANJ. E convidamos também já presente o Dr. Carlos José de Lima Castro, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e de Empresa de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, FENACON.

Nós vamos desenvolver a nossa Audiência Pública... Dá para colocar mais uma cadeira aqui na Mesa? Só dá uma aproximada aqui... Nós vamos desenvolver a nossa Audiência Pública da seguinte forma. Cada convidado a exemplo das outras Audiências Públicas vão ter o tempo de 15 minutos. Se necessário, eu darei mais cinco. E informo que essa Audiência Pública será retransmitida para todo o Brasil. Nos mesmos moldes que foram as outras duas. Os convidados já estão aqui na Mesa. Nós vamos de imediato convidando o Sr. Frederico Nogueira, Vice-Presidente de TV aberta da Associação Brasileira de Radiodifusores, ABRA, para fazer a sua exposição.

SR. FREDERICO NOGUEIRA: Primeiro, boa tarde. Em nome da abra que reúne mais uma centena de emissoras de televisão e mais 200 emissoras de rádio, a gente agradece o convite do Senador Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Assuntos Sociais para estar participando desse debate.

Primeiramente eu gostaria de relatar que a ABRA sempre defendeu a Emenda 03. A ABRA nessa oportunidade agradece a unanimidade dos Senadores que votaram a favor da Emenda 03. A gente enxerga e visualiza que a Emenda 03 é simplesmente uma maneira de você registrar e reiterar direitos que já estão assegurados. Tudo que está na Emenda 03 está tratado no art. 5º e no art. 114 da Constituição. Está tratado no

art. 50 do Código Civil, está tratado no art. 129 da MP do Bem, está tratado no art. 116 do Código Tributário Nacional. Então teoricamente não deveria nem ser necessário a gente ter essa luta para que houvesse na Emenda da Super-Receita essa Emenda 03 tratando de garantir direitos que já estão garantidos na legislação atual. Mas, a arbitrariedades cometidas por agentes administrativos no exercício da sua função nos fizeram travar essa luta, esse direito ficasse assegurado dessa relação transparente e empresarial, líquida e certa entre contratantes e contratados.

Portanto, deixamos registrado de que nada do que se trata na Emenda 03 é novidade. Simplesmente são aspectos que já estão tratados em todas as legislações que eu acabei de citar. O que quer efetivamente se falar é evitar, como nós tivemos casos internos nossos, de um fiscal chegar em nossa empresa e pegar uma obra civil que tinha sido contratada para fazer reforma e ver naquilo uma relação e tributar em cima daquilo toda a carga previdenciária, totalmente indevida ou que já foi devidamente reconhecida, mas num primeiro momento ficamos ameaçados pela fiscalização em função disso.

Não há que se falar que a Emenda 03 fragiliza a relação de emprego porque ela não trata da relação de emprego. Ela não altera qualquer ponto da Justiça do Trabalho. Ela não trata da fiscalização trabalhista. Ela trata exclusivamente da fiscalização previdenciária.

Então, esse argumento ele é um argumento totalmente fragilizado. Dessa forma, não há que se falar também que a Emenda 03 possibilitaria o trabalho escravo, o que é uma coisa totalmente absurda e inaceitável porque ela não chega nem perto disso. Ela passa muito longe disso e não tem qualquer interesse de tratar disso.

Eu acho que o que a gente, em suma, tem interesse nesse momento é de preservar a contratação livre das partes, é permitir que se faça uma defesa da relação empresarial que é legal, que tem amparo legal, que recolhe impostos, que é característica do empreendedorismo brasileiro, e viabilizar que essa Emenda permita com que a relação empresarial que hoje existe possa trabalhar dentro de serenidade, de tranquilidade, e sem que haja necessidade de inviabilizar as empresas prestadores de serviço, que muitas vezes têm que investir custosas somas nas suas defesas administrativas e judiciais para que somente depois possa ser vista o seu direito reconhecido.

Eu queria ser curto e breve, até para depois poder participar do debate e responder as perguntas, mas queria agradecer a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Assuntos Sociais por ter aberto esse debate. E ter a certeza de que os Srs. Senadores irão

manter a Emenda 03 da mesma forma que aprovaram por unanimidade a Emenda 03. Muito obrigado pela oportunidade, Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço ao Dr. Frederico Nogueira, Vice-Presidente da TV aberta da Associação Brasileira de Radiodifusores, ABRA. E agradeço já pela sua forma concisa de colocar e abrindo espaço depois para o debate com o Plenário. Outros Senadores, com certeza estarão aqui para dialogar com os senhores. E passo a palavra ao Dr. Sérgio Murilo Campinho, Advogado da Superintendência Jurídica da Confederação Nacional da Indústria, CNI. V.Exª dispõe de 15 minutos com mais cinco se necessário.

SR. SÉRGIO MURILO CAMPINHO: Muito obrigado, boa tarde. Senador Paulo Paim, integrantes da Mesa, senhores parlamentares presentes, senhoras e senhores.

Mantendo aí o mesmo nível de abordagem do tema que tivemos oportunidade de fazê-lo na Câmara, parece-me indispensável se trazer uma visão efetivamente conceitual dos institutos que estão sendo debatidos direta ou indiretamente no bojo da chamada Emenda 03. Até porque trata-se essa Casa de uma Casa Legislativa. E qualquer formação de regra jurídica, como curial, dentro da boa ciência jurídica, tem que partir de pilares conceituais fortes.

O primeiro aspecto, portanto, que eu ressalto é justamente resgatar o objeto da discussão. Porque muito se tem derivado do ponto central tratado pela Emenda 03. Qual é o objeto? É a desconconsideração de pessoa, de atos, negócios jurídicos. Pessoa, atos, negócios jurídicos formalmente perfeitos. Formalmente celebrados, segundo o direito positivo vigente. Portanto, não se trata de abordagem de ato ilegal, porque, para o ato celebrado ou para a formação de uma pessoa em desrespeito da lei, não há que se falar em desconconsideração ou superação da pessoa jurídica, do negócio jurídico ou do ato jurídico em geral.

Portanto, repito, nós estamos falando daquela pessoa jurídica legalmente constituída, que traz a sua legalidade a priori, determinada pelo registro. Porque consoante, norma inderrogável do Código Civil, cabe à autoridade responsável pelo registro, seja o RCPG, o registro civil de pessoa jurídica, seja a Junta Comercial, a avaliação preliminar, prima face da legalidade da Constituição daquela pessoa jurídica. Bem como a legalidade do ato ou do negócio jurídico, pelo menos a legalidade aparente, resulta justamente da observância desse ato desse negócio a forma prescrita em lei respeitada a liberdade de contratação consagrada no art. 415 do Código Civil Brasileiro.

Portanto, repito, o objeto é desconconsiderar, superar, ou numa linguagem mais leiga, pouco jurídica, descaracterizar uma pessoa jurídica legalmente constituída, um ato jurídico legalmente celebrado.

E, portanto, em se tratando de desconconsideração, emerge uma primeira questão, que é justamente a questão do conflito de interesse entre o Estado Juiz e o Estado Administrador. Porque, o que se quer com a Emenda 03 é não legitimar o Estado enquanto administrador, não legitimar esse Estado a desconconsiderar pessoa e negócio jurídico. Por quê? Porque o objeto, o interesse do Estado é justamente o interesse arrecadatório. Desconsidera-se a pessoa jurídica, desconside-se o negócio jurídico para fins de quê? De caracterização de um fato gerador que levará a um lançamento tributário. Portanto, o Estado enquanto administrador, ele não tem a isenção, ele não tem a imparcialidade necessária para realizar essa desconconsideração. O que deverá ficar sempre a cargo do Estado Juiz, respeitando-se sempre o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório que são princípios constitucionalmente reconhecidos e garantidos.

Portanto, a questão que eu coloco é justamente a do conflito formal, do conflito de interesse formal. É aquele conflito que é verificável antes mesmo de um início de uma ação fiscalizadora. Por quê? Se o objeto da desconstituição é constituir, lançar uma obrigação tributária, aquele agente administrativo obviamente apresenta abnício(F), logo de início, um conflito formal de interesse. Não há aqui que se questionar o chamado conflito subjetivo ou material, que pressupõe que o agente tenha plena legitimidade para agir e esse conflito chega no âmbito do exercício efetivo da fiscalização. A tese que nos parece mais adequada é justamente a do conflito formal, que impede essa ação por parte do Estado Administrador. Por isso se tem blindado a idéia traduzida na Emenda 03 de que a desconconsideração de pessoa jurídica, a desconconsideração, a desconfiguração de ato e negócio jurídico formalmente celebrados, segundo a lei vigente no País, só se possa fazer através de uma decisão judicial. E não por uma decisão administrativa. E daí resulta uma segunda questão também conceitualmente relevante. Que é justamente a atividade de fiscalização. O poder de polícia do Estado. É sempre, como nós sabemos, uma atividade vinculada. É uma atividade vinculada à lei. É uma atividade formal, objetiva. Não é dado ao fiscal extrapolar aos limites da lei. Quando exerce a fiscalização, ele deve verificar aquele fato concreto, objeto da fiscalização com a regra jurídica, o dispositivo jurídico que estaria sendo violado. Ou seja, não se admite ao fiscal, no exercício do seu poder de polícia, interpretação da norma que não interpretação literal.

Não se pode admitir nessas condições uma interpretação extensiva, fruto de uma interpretação do interprete sobre a norma aplicada àquele fato. Isto já é restrito ao Poder Judiciário. Ou seja, essa exegese subjetiva não é da alçada da fiscalização, sob pena de obviamente ficar desconfigurado o princípio da atuação objetiva da fiscalização, o princípio da atividade vinculada do poder de polícia por ela exercido.

Na Câmara tivemos oportunidade de conhecer, pelo menos na intenção, que o Governo estaria redimensionando essa questão da Emenda 03 para limitar a incidência da desconsideração de pessoas, atos e negócios jurídicos. A chamada sociedade personalista. O que seria essa sociedade personalista? Esse é que é o grande desafio para que não se degenere esse abuso nessa regulação. Esse é o grande desafio. Ao que parece, a sociedade personalista é aquela pessoa jurídica, é aquela sociedade formada nos moldes da lei brasileira que como regra exige a existência de duas pessoas, em que se teria um sócio que efetivamente na sua pessoa exercitasse aqueles serviços. De forma a não poder ser substituído. De forma que o outro sócio não prestaria aquele serviço. Seria um sócio apenas para integrar, para compor o mínimo legal exigido por lei. Até porque o direito brasileiro contrariamente do direito francês, do direito alemão, do direito português não admite a sociedade unipessoal. Portanto, quem quer constituir uma pessoa jurídica no País terá que trazer para o contexto societário pelo menos uma pessoa. Já é uma deficiência da nossa Legislação, no meu modo de ver. Mas vejam, isso por si só não é fraude. O exercício de uma atividade por pessoa jurídica não é fraude. O fato de alguém ter 99% da participação societária e o outro um só, não é fraude. Formalmente isso é perfeito. Então daí a necessidade de se averiguar corretamente o que seria essa sociedade personalíssima.

Falou-se muito, como disse, naquela prestação direta do serviço por um sócio, que não poderia ser substituído. Se ele falecesse, por exemplo, perderia o objeto, perderia o sentido a prestação daquele serviço. E, além disso, a habitualidade. E aí esse fato me causou realmente um certo receio. Por que o que é que é a habitualidade? O que é que é ser habitual? Os conceitos variam. Para o Direito do Trabalho é uma coisa, para o Direito Comercial sempre foi outra. Então o que a gente tem entendido é que se essa realmente for a proposta a vingar, existam alguns cuidados a serem observados pelo legislador na formatação dessa definição justamente para permitir uma fiscalização objetiva, que não extrapole os seus limites e poderes. Ou seja, ao invés de habitualidade, o que a gente tem defendido é a figura da exclusividade. Ou seja, tem uma pessoa jurídica, serviço todo ela concentrado,

exclusivo na pessoa de um sócio, que não pode ser substituído por ninguém naquela prestação, e ele tem aquele único cliente, aquele cliente é exclusivo dele. Ou seja, toda a sua capacidade de prestação técnica e intelectual de serviço é exclusiva para aquela outra pessoa jurídica, por exemplo. Além disso, há que se verificar se há ou não subordinação. Se aquela relação mascara ou não uma verdadeira relação de emprego. Porque se não houver subordinação técnica, administrativa e intelectual, não há que se falar em fraude capaz de superar a personalidade jurídica. Um outro aspecto que a gente tem trazido para debate é questão da hipossuficiência. Porque muitas vezes se tem verdadeiros consultores que têm honorários, 30, 40, 50 mil reais, que obviamente não são o hipossuficientes. E uma das formas de prestação de consultoria é justamente através da prestação de serviço. Onde estaria a fraude aí?

Um outro aspecto também que se tem trazido é a própria qualificação intelectual, técnica, científica do serviço. Porque o que se deve, o que se quer coibir é justamente a fraude trabalhista. E, portanto, [soa a campainha] No mundo globalizado... Um minutinho e estou encerrando. No mundo globalizado, no mundo em que se aparece com novas relações contratuais, uma concorrência ferrenha, não é possível que não se consiga fazer diferença entre relações jurídicas. Aqueles que efetivamente viriam a mascarar uma relação de trabalho, que essa não é a que nenhum setor, até onde eu sei, empresarial defende. Mas aquela que realmente viabiliza novas relações de serviços, que justamente viabilizem essa prestação com eficiência e com maior economicidade para as partes, tornando-as assim a atividade mais competitiva.

Enfim, Sr. Presidente, essas eram as questões, as ponderações que eu apresento aí para o debate posterior. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Dr. Sérgio, representando aqui a CNI. Passamos de imediato a palavra ao Sr. Roberto Nogueira Ferreira, Assessor da Presidência da Confederação Nacional do Comércio, CNC. Antes já registrando a presença aqui conosco do Senador Geraldo Mesquita Júnior, Cícero Lucena, Wilson Matos, Serys Slhessarenko, e também esteve conosco aqui o Senador recentemente eleito pela Bahia. E informo também que o Senador Adelmir, que até me ajudou a compor a Mesa, ele não está no momento aqui por motivo de doença. Então passo de imediato a palavra ao Dr. Roberto.

SR. ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA: Senador Paulo Paim, demais Senadores, o último debate que nós tivemos oportunidade de tentar dar alguma

contribuição nós fomos surpreendidos no momento do debate com a informação de que havia um encaminhamento, ainda bastante preliminar, de uma proposta do Governo. E hoje caminhando para cá a gente também vê que já há uma evolução maior naquela idéia.

Eu vou... Não vou falar nada de Emenda 03, mesmo porque a solução desse assunto é de natureza evidentemente política e será política, está se encaminhando para uma solução política. O que nós esperamos é que essa solução não seja feita de afogadilho, com muita pressa, de tal forma que a sociedade possa debater esse assunto porque não há nenhuma razão nem de Projeto de Lei com urgência, nem de se definir esse assunto com a rapidez que não é aconselhável nesse momento.

Eu queria dizer que quando o Governo em 2001 apresentou o Projeto de Lei que virou Lei Complementar 104, que falava na desconsideração da personalidade dos atos ou negócios jurídicos, e apesar de citar ao final do artigo que veio depois e comprou o Código Tributário Nacional de que se observaria obviamente os procedimentos a serem adotados em lei, que é o que acho que a gente está fazendo e deve fazer, naquele momento a Confederação Nacional do Comércio foi a única entidade que encontrou algumas dúvidas jurídicas e até entrou com ADIN para marcar sua posição, muito embora a discussão sobre o mérito da ADIN que a ADIN ainda está lá em andamento, mas a discussão sobre o mérito é uma questão que encontra posições obviamente de lados diferentes, mas nós marcamos a posição naquele momento que entendemos que é um assunto que merece uma discussão mais profunda.

E posteriormente nós tivemos avançando um pouco nesse caso quando a MP 66 nós também tivemos oportunidade de voltar o assunto porque ali havia dois artigos que procuravam até definir o que era simulação, etc, dois artigos que foram rejeitados. E o assunto foi evoluindo até se chegar à recente Lei da MP do Bem que se procurou definir que tipo de prestação de serviço para fins fiscais e previdenciários seria entendido como personalidade jurídica de caráter personalístico.

Então aí chegamos à Emenda 03, e a Emenda 03 cada um tem uma posição sobre ela. É evidente que a Emenda 3 teve o grande mérito agora de propiciar um amplo debate desse assunto, e chegar aonde deveria ter começado que era exatamente regulamentar o art. 166 numa discussão democrática, cuidadosa e equilibrada para que não se cometa mais equívocos.

Então, além disso, nós temos procurado discutir em alguns níveis da Confederação, e aqui nós temos uma entidade que é filiada a nossa Confederação que também vai falar depois que tem a sua posição pelo

seu dia-a-dia na área contábil, no contato com empresas, tem a sua posição, mas o que nós temos levado nesse debate, como já fizemos na Câmara, são algumas questões. Eu acho que tem muitas questões para serem respondidas que poderão ser respondidas através do texto legal que parece que será feito, será desenvolvido e debatido aqui dentro.

Uma dessas é que realmente existe um mundo real. Quer dizer, existe um mundo real em que há uma corrida que nós acreditamos ser legítima das empresas por alternativas, alternativa relacionado obviamente ao custo. Evidente que essa corrida é legítima porque está, como disse o Dr. Campinho muito apropriadamente, toda ela está em cima de lei. Ninguém está fazendo ao arrepio da lei. Mas há essa corrida. É um fato concreto, real. Então a sociedade precisa parar para pensar sobre isso. Quando eu digo a sociedade, somos todos nós, inclusive empresarialmente, políticos e etc, e perguntar qual é o limite disso. Há que haver um limite qualquer. Ou será isso uma coisa ilimitada?

O Dr. Campinho colocou bem que nós temos que ter o cuidado de discutir, dar conceituação o que é a sociedade personalística porque aí nós poderemos quem sabe alcançar, resolver um problema e criar outros problemas ou gerar injustiças em cima de uma outro tipo de personalidade jurídica prestadora de serviço que já está presente no mercado algum tempo.

Nos debates a gente costuma ouvir muito com frequência a questão de que se poderia tolher o empreendedorismo. Eu acho que é um bom tema para discutir. Eu sou Conselheiro do SEBRAE Nacional junto até com o Senador aqui que é o Adelmir Santana, e a gente tem que discutir isso. Mas nós não entendemos que às vezes há um certo exagero você imaginar que a possibilidade de uma atuação também legítima do Estado, que é o agente fiscal, que também não pode ser ao mesmo tempo agente julgador, daí eu já dou de certo modo uma posição sobre a Emenda 03 bastante simplificada, mesmo porque já fui fiscal e Secretário de Fazenda, então acho que o fiscal ele tem uma missão muito nobre, mas julgar é uma outra face do Estado que deve fazer isso.

Mas então o empreendedor, há casos sim de empreendedores, mas há casos também, aí eu vou usar uma expressão também de vítimas. Tem pessoas que estão sendo forçadas a ser personalidade jurídica e talvez elas quisessem ter sua carteira de trabalho. Quer dizer, essa é uma questão que eu não estou colocando no grau de certo ou errado. Estou colocando no grau da realidade, no grau das consequências.

Então, não há que se dizer apenas que isso afeta o empreendedorismo. E não há que se dizer também que só há vítima nesse processo. A questão da

hipossuficiência que estaria presente, inclusive, em Projeto de Lei, ela acaba entrando nessa discussão, porque realmente nós não poderemos ser hipócritas. Há sim em alguns casos presente a hipossuficiência de modo muito ostensivo. Não estamos falando só de profissionais, intelectuais, de alto nível, etc. Nós estamos falando hoje de muitas e muitos tipos de atividade profissionais, pessoas que até para entrar no mercado de trabalho se exige ser uma pessoa jurídica. Não estou dizendo... Isso tem que ser debatido no momento, na minha avaliação de se elaborar essa lei que estaria vindo aí para se discutir esse caso concreto, objetivo da sociedade personalista e como ela se insere no mundo formal da tributação.

Eu acredito que eu tenho participado representando a CNC no Fórum Nacional da Previdência Social, como participo também do Conselho Nacional da Previdência Social e nós estamos diariamente discutindo hipóteses, números, etc, etc, e nós temos que discutir com clareza como membros da sociedade, sem nenhum corporativismo, onde é que estão os limites desse tipo de atuação. E de que forma há que se inserir nesse contexto esse tipo de pessoa jurídica, que eu diria que é a pessoa jurídica de uma pessoa só que trabalha para uma só pessoa jurídica no local da pessoa jurídica. Do contratante. Porque senão daqui a pouco nós vamos ter pessoa jurídica batendo cartão de ponto. Nós não estamos aqui... Vamos deixar... Não vamos ser hipócritas. Nós temos que discutir sob uma outra ótica. Nós estamos criando... Poderíamos estar por omissão criando uma geração que daqui a 20 anos vai cobrar alguma coisa do Estado. Daqui há 30 anos vai cobrar alguma coisa do Estado. Seja no campo do Fundo de Garantia, muito embora seja uma conta individual, mas o Fundo de Garantia é igual andar de bicicleta. Se parar num momento pára de andar. Então apesar de ser uma conta individual. E a questão previdenciária que talvez não haja maior prejuízo, mas também tem que entrar no debate.

Então acho que existem muitas questões para serem levantadas no momento de formalizar, de se elaborar uma legislação em cima desse tema. Deixando sempre claro que em muitos casos nós estamos assistindo empresas buscando, até com legitimidade benefícios individuais, mas obviamente quando ela busca o benefício individual ela está repartindo o custo desse benefício porque sempre há custo para o resto. Não há como não dizer que não há custo. Sempre há um custo. Não há... Para usar uma expressão que até se vulgarizou, embora tenha sido dito por um gênio da economia, não há almoço grátis. Num determinado momento essa conta aparece em algum lugar. Como já apareceu no caso do Fundo de Garantia por seis

anos, talvez por má gestão, talvez por má aplicação do recurso, mas teve que ser repartido para sociedade inteira. Para resolver aquele momento, aquele caso específico.

Eu acredito que temos que discutir o que estaria por trás, que causas existiriam, nós teríamos que discutir... Não vou entrar no mérito se é muito, se é pouco, nós temos uma discussão equilibrada sobre esse assunto, até já colocado alguns documentos e artigos de jornal sobre encargos trabalhistas, há até divergências no que é o peso disso, mesmo no meio empresarial se discute qual é o peso efetivo, temos que discutir a questão da tributação da incidência do ISS, não só na folha, como também nos chamados RPA que são alternativas que poderia ter mais liberdade para se trabalhar e que talvez julgadas algumas empresas para o campo de se transformar funcionários em pessoa jurídica. Não é nem sempre é da vontade da pessoa. Nós temos casos que é da vontade e tem caso que não é da vontade. Então são questões que devem ser aproveitadas para se discutir agora que nós estamos tendo excelente oportunidade para discutir no bojo da questão da Emenda 03.

Eu acho que tem que haver no nosso caso uma ampla... Um amplo debate. Não pode se fazer como o Governo fez, que me perdoe, enviar aquele Projeto para Câmara em regime de urgência porque esse assunto merece ser equacionado com bastante discussão, com bastante vagar. Com ampla, inclusive, participação social dos trabalhadores, dos patrões, dos donos das empresas que estão adotando isso como estratégia de negócio. Não me venha dizer que não sabem do risco que elas estão correndo. Evidente que sabem do risco que elas estão correndo. Agora, vamos tentar equacionar, não o risco dela, vamos tentar equacionar o problema de uma legislação equilibrada para resolver uma situação de fato que tem que ser discutida e estabelecer bem os limites. Porque eu me assustei com algumas informações que recebi depois da audiência da Câmara semana passada até em certos níveis de chão de fábrica que está chegando a questão da personalidade jurídica. Acho que a sociedade, e aqui estou representando uma entidade empresarial, mas nós temos os limites e obrigação social de não deixar isso passar em branco, a sociedade tem obrigação de discutir isso de uma maneira mais objetiva, séria, e numa visão social do problema e não numa visão corporativista, por mais focada em determinados segmentos onde isso está mais presente ou não.

Eu queria então para encerrar, estou chegando aqui próximo do meu minuto final, de dizer que a nossa posição, em relação obviamente não vamos discutir a Emenda 03, isso daí para mim é um assunto já venci-

do, nós estamos discutindo alternativas políticas para organização [soa a campainha] e montagem de um texto equilibrado... Falarei só mais um minuto. Para resolver essa questão. E como é uma questão que precisa ser resolvida, não olhando hoje, na minha ótica, não olhando o passado, acumulado por essas empresas que partiram para esse tipo de estratégia, nós temos que buscar uma solução é para daqui há 20 anos, 30 anos, nós temos que ter tempo para fazer um texto equilibrado que preserve os direitos de todo mundo e que assuma, ao mesmo tempo, uma nova realidade negocial. É isso. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): A Presidência agradece ao Dr. Evandro. E vamos... Dr. Roberto. E vamos de imediato convidar o Dr. Evandro Guimarães, membro do Comitê de Relações Governamentais da Associação Nacional dos Jornais, ANJ. Mas de pronto já queria aqui cumprimentar os painelistas pela forma que está se construindo aqui o debate. A Senadora Serys está inscrita, em seguida, já estou cumprimentando aqui os painelistas pela forma que estamos construindo aqui esse momento, apostando que vamos ter uma redação de entendimento, que aqui não é só aquele debate de quem é contra ou a favor do veto. Por favor.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Obrigado, Senador Paim. Boa tarde aos companheiros da Mesa aí, Srs. Senadores. Vou tentar fazer no máximo em 15 minutos algumas observações que cabem à Associação Nacional de Jornais que congrega 95% dos jornais ou 95% da circulação nacional dos jornais a ela associados.

Bom, a primeira observação é a seguinte. O Brasil, de 88, isso foi ontem até hoje, até alguns meses atrás, o Brasil teve conhecido e editado cerca de 230 mil dispositivos de natureza tributária. 230 mil. É mais do que um dispositivo por hora. O principal Instituto Brasileiro, que é o IPT, Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário do Paraná, IBPT, com gestão lá do Gilberto Amaral, ele fez uma pesquisa de que foram editadas 134 mil normas Municipais, 69 mil estaduais e 26 mil federais. Tudo isso de 88 para cá. E as empresas e as entidades, principalmente as entidades ligadas a áreas de serviços, que emprega hoje mais de 60% que detêm hoje mais de 60% do emprego formal na economia brasileira, as entidades procuraram saber através do IBPT o que tem na legislação ou que conjunto de informações expressos, claros, como devem ser, como diz a Constituição, dispositivos tributários o que tem sobre a questão de terceirização ou de serviços prestados e contratados entre duas pessoas jurídicas legalmente constituídas.

Eu saúdo a palestra anterior do Dr. Roberto, da CNC, nós só estamos falando aqui de situações

de legalidade. Nós não estamos falando de fraude, simulações, porque isso será tratado sempre pela fiscalização, pela administração da maneira como a Legislação já prevê.

Portanto, com 230 mil dispositivos, não há um dispositivo que limite, proíba ou restrinja a Constituição de empresas que prestem serviços de caráter personalíssimo. Ou seja, não há nenhum dispositivo que impeça dois Advogados de constituir uma empresa e apenas um deles por ser especialista atuar. Não há nenhum dispositivo que impeça um cirurgião e outro médico de qualquer outra função ser ele o cirurgião que tem a principal atividade naquela empresa que como uma ficção, como é qualquer empresa que constitua e realize as operações. Não há nenhuma empresa de biólogo que presta serviço para empresa de petróleo e examine determinado tipo de alga de que aquele titular, ou seja, aquele professor de biologia, aquele especialista, seja ele que leve ao final com a sua experiência acadêmica os relatórios sobre determinado tipo de informação que a empresa de petróleo possa conseguir. Não há nenhuma em 230 mil dispositivos, nenhuma restrição a esta Constituição e prestação de serviço entre pessoas jurídicas exclusivas e de caráter personalíssimo.

Estou querendo dizer para vocês o seguinte, senhores, se alguma coisa essa questão da Emenda 03 despertou, ou seja, o fato de que há uma excessiva, na visão de algumas... Migração de empresas, de pessoas físicas e pessoa jurídica, que bom que é poder discutir isso agora. Porque até agora, e o Governo reconheceu isso recentemente encaminhando, até agora não houve nada que ao particular o Estado proibisse. Portanto, não há que se falar em nenhum momento, inclusive como se fala nota recentemente enviada de conhecimento de todos, de uma situação de insegurança jurídica pela ilegalidade. Todos aqueles prestadores de serviços que legalmente se organizaram, que pagaram PIS, COFINS, ISS no nível do Município que conseguiram seu CNPJ, sua inscrição previdenciária, a sua inscrição nos órgãos definidos, que prestaram serviço, se comportaram absolutamente dentro da legalidade. Não há, e nenhum dos senhores encontrará uma restrição municipal, estadual ou federal sobre a Constituição. Do outro lado os senhores encontrarão dezenas de dispositivos, dezenas, em alguns casos, centenas de dispositivos, inclusive na área tributária federal, dezenas de dispositivos que alteraram a alíquota dessas mesmas empresas.

Ou seja, se há uma necessidade de uma nova regulamentação, de um novo esforço fiscal, de um aumento de alíquotas para se praticar o que se chama justiça fiscal, isso deve ser aplaudido. Mas que em

nenhum momento se diga que os profissionais que se organizaram, os profissionais hipersuficientes que se organizaram como empresas fizeram isso à margem da lei. Fizeram isso porque o Poder Público jamais o impediu e o Poder Público dramático, é verificável, a quantidade de vezes, foram 17 vezes que foram alterados condições e alíquotas dos tributos federais e municipais em relação a essas mesmas empresas.

Portanto, o princípio é: Estamos discutindo para uma tentativa de evitar a migração de pessoas físicas para jurídicas, mas dentro de uma absoluta legalidade que o passado recente, com essa exuberância de informações permitirá a cada um dos senhores ratificar. Não é outra razão pela qual o Congresso Nacional em particular o Senado, mas também a Câmara, aprovaram para evitar determinadas dúvidas que vinham existindo na MP do Bem, houve uma série de discussões aqui no Senado, na Comissão de Assuntos Econômicos, na Comissão de Educação, várias reuniões sobre o que é que na MP do Bem pode ser colocado para facilitar a vida dos serviços, já que uma parte importante da MP do Bem tratava das questões do moderno mundo da informática, cuja prestação de serviços em quase absoluta totalidade feita por pessoas jurídicas. Porque é uma nova forma de prestar serviços. Os funcionários da informática trabalham em casa, no seu computador, consumindo a água gelada da sua geladeira, consumindo a luz da sua residência. A maior parte desse serviço é feito à distancia. Às vezes ele é feito pessoalmente. Então discutiu-se muito e descobriu-se que havia uma grande variedade de interpretações com relação à legalidade, absoluta legalidade das pessoas jurídicas constituídas pagarem impostos de pessoas de pessoas jurídicas e eventualmente serem consideradas como pessoas físicas. Essa é a relação pela qual por absoluta unanimidade a MP do Bem em novembro de 2005 foi aprovada com aprovação de 64 Senadores, cuja relação eu leria aqui, alguns estão presentes, e que diz que os princípios da valorização do trabalho, etc, etc, requerem a edição daquela norma interpretativa que simplesmente lembra que as pessoas jurídicas se aplicam a impostos de pessoas jurídicas. E que são quase uma dezena de impostos separados.

Essa norma, no entanto, ao longo do ano de 2006, não se verificou curiosamente no Brasil. Diz que tem lei que não pega. Não se verificou alguma coisa acabada, completa. E ao longo de 2006 aconteceram ainda no mundo real, várias interpretações equivocadas de que pessoas jurídicas legalmente constituída, pessoas jurídicas, com dois sócios, com autonomia de vontade, pessoa jurídicas de hipersuficientes, não estou falando de hipossuficiente, isso é fraude, isso deve ser combatido porque quem de direito, pessoas que

escolheram esta forma de se organizar e manter relações de trabalho estavam ainda sendo incomodados com uma, digamos assim, com uma interpretação um tanto fora do ordenamento jurídico. Razão pela qual quando se discutiu neste Senado a questão quando chegou aqui a Super-Receita, quando se discutiu nesse Senado, com a Fundação Getúlio Vargas, com a OAB de São Paulo que veio dar... Quais seriam as defesas necessárias para um contribuinte à luz de uma nova receita, Super-Receita, mais ainda musculosa, a principal coisa que se incluiu foi que para aquelas pessoas que optassem por se organizar no formato de pessoa jurídica deveria haver uma garantia que o devido processo legal seria respeitado quando elas fossem fiscalizadas ou quando fossem fiscalizados os contratos entre ela e outra pessoa jurídica contratante.

Essa é a razão pela qual houve prática, unanimidade no Senado em relação à chamada Emenda 03 que pretendeu dizer única e exclusivamente sem trazer nenhuma inovação como já se falou aqui a inovação de que o contraditório deveria acontecer para que a autonomia da vontade constitucionalmente prevista pudesse acontecer especialmente do lado dos contratados, dos sócios contratados.

Bom, essa Emenda foi aprovada, de maneira maciça pelo Senado, de maneira absolutamente maciça e expressiva com quorum de aprovação constitucional na Câmara e foi vetada. Eu só quero lembrar o seguinte. Essa Emenda não foi colocada na Super-Receita de maneira desavisada. Ela foi resultado de discussões como se protegeria os contribuintes em relação à força da Super-Receita. E se os senhores todos observarem, todo o movimento que se faz em relação à Emenda 03 hoje é totalmente descabido de juízo, Senador Paim. Porque esse dispositivo da Super-Receita não é dispositivo autônomo. Onde ele que ele está? Ele está exclusivamente no item que trata apenas das atribuições do novo fiscal que iria se constituir mais tarde da Receita Federal do Brasil. E na verdade é o último item das atribuições dos fiscais. Isso daí foi feito na época, e eu me lembro que o Senador Tasso Jereissati apelou para um parecer do constitucionalista Celso Bastos lembrando, o que é que é essa Emenda? É exclusivamente uma norma de contensão. É o que é comum em todas as constituições do mundo. No mundo se fala o seguinte: Quando o Estado é mais forte que o contribuinte, mais forte que o cidadão, quando o Estado se organiza, se articula, procura-se normas de contenção para tentar reequilibrar a relação do contribuinte ou do indivíduo com o Estado.

Então, lá diz quais são os poderes e atribuições do fiscal da Receita, e ao final se lembra que o fiscal da Receita não deve ser o responsável por definir re-

lações de trabalho. A Super-Receita fala apenas em casos de definição de vínculo trabalhista. E esse assunto é absolutamente óbvio que está no art. 114 da Constituição que realmente é atribuição exclusiva da Justiça do Trabalho. Aliás, é uma justiça com um grande número de personalidades que existe apenas para isso. Para cuidar das relações de trabalho.

Então, o que nós observamos, Senador, e eu saúdo a sua disposição, Senador Paim, de com os demais Senadores procurar uma forma de entendimento correta e de um acordo para essa dissensão, o acordo é simplesmente retornarmos ao ordenamento jurídico, eu saúdo isso porque o seguinte: Primeiro, a Emenda 03 não tem essa dimensão, não tem essa capacidade de provocar inibição da fiscalização. Ela apenas quando se apela para apontar um vínculo de natureza trabalhista ela lembra um dispositivo constitucional.

Constituição é, digamos assim, a mãe do ambiente regulatório, ela prevalece sobre tudo que nós estamos falando. E não há nada, absolutamente nada, além disso. Então quero lembrar aos senhores que do ponto de vista da Associação Nacional de Jornais, nós somos absolutamente favoráveis à clareza das leis, à justiça fiscal, nós não gostamos de situações fiscais, desequilibradas, embora elas aconteçam, nós somos totalmente favoráveis ao combate às fraudes, às simulações, às operações de planejamento tributário feitas com dolo, nós somos totalmente favoráveis à proteção dos hipossuficientes que não deve ser... Não deve constar desse expediente. Somos favoráveis totalmente à avaliação e modernização das condições de trabalho, das relações de trabalho sem precarização das condições de trabalhador, mas somos favoráveis a que o cidadão e o contribuinte sejam capazes de serem respeitados naquilo que a eles não foi proibido. Que foi constituir empresas e prestar serviços de caráter personalíssimo.

Repito, falamos de 230 mil dispositivos no nível municipal, no nível federal e no nível estadual. E este conjunto de interpretações que, digamos assim, que pune ou que sugerem relação trabalhista entre duas pessoas jurídicas, [soa a campainha] levaram na verdade a uma incompreensão desse tema que é um tema muito simples. Vamos respeitar as leis e melhorá-las. O Congresso poderá melhorar as leis, poderá corrigir as injustiças fiscais e contará com o apoio da nossa associação para que isso seja feito. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência também agradece a V.Ex^a que de forma sintética fez a sua exposição, e quero mais uma vez dizer da minha satisfação. Porque percebo que há uma grande boa vontade por parte dessa Mesa de construirmos um grande entendimento em cima da Emenda

03. Que reafirmo que é a posição desse Senador que está presidindo os trabalhos. Acho que é possível, é nossa intenção o mais rápido possível convidar também o Governo que apresente essa proposta intermediária com a presença dos senhores que participaram desse debate e quem sabe a gente possa nessa própria sala construir o grande entendimento. Quero dizer que estou convencido que é possível.

De imediato passo a palavra ao Dr. Carlos José de Lima Castro, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas. FENACON. 15 minutos mais cinco se necessário.

SR. CARLOS JOSÉ DE LIMA CASTRO: Exm^o. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Exm^{os}. Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras, quero também saudar meus colegas que compõem a Mesa e o público que está nos assistindo nesse momento.

Sr. Senador, a FENACON representa um segmento bastante eclético. Nós temos a representatividade de 70 a 80 atividades econômicas na área do Assessoramento e atualmente a nossa representação gira em torno de 400 mil empresas prestadoras de serviços no Brasil.

Muitas vertentes surgiram nessa Audiência Pública, e surgirão ainda, para tratar do veto do Exm^o. Sr. Presidente da República sobre a tão debata Emenda nº. 03, constante do Projeto de Lei 6.272 que cria a Receita Federal do Brasil. Ao ser aprovado por unanimidade no Senado, e por 304 dos 513 Deputados em votação nominal na Câmara, o § 4º, do art. 6º da Lei 10.592 passou a determinar que no exercício das atribuições da auditoria fiscal de que trata esta lei, a desconsideração da pessoa, ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento de relação de trabalho com ou sem vínculo empregatício deverá sempre ser precedida de decisão judicial. A sociedade brasileira e em especial os empreendedores contavam com a garantia de que nenhuma decisão arbitrária pudesse modificar a sua relação jurídica com o seu contratante. O mercado, ao procurar formas alternativas para a contratação de serviços especializados, nada mais está fazendo do que modernizar a relação que há mais de 70 anos veio se firmar em nossa Nação.

Não defendemos casos fortuitos. Ao arrepio da lei. Defendemos, sim, que como Estado não se moderniza na relação trabalho-capital, cabe à sociedade fazê-lo e cabe ao Congresso Nacional emanar essa vontade em leis, pois esses novos empreendedores sabem do risco que correrão no desfecho dessa relação contratual que é previsível no mercado.

Muito se tem dito que um contrato de pessoa jurídica com outra pessoa jurídica constituída de uma só pessoa tem um fim profícuo de elisão fiscal. Ledo engano. Rapidamente teceremos alguns pontos tributários que regem essa relação.

Um trabalhador regido pela CLT chega a pagar 11% de INSS até o limite de contribuição que hoje é de 2.894 reais. Mais Imposto de Renda de 27,5% que na prática é 22. Pois o próprio regulamento de um Imposto de Renda prevê um desconto padrão de 20%. Mas a contribuição de um dia de trabalho para o seu sindicato de classe. O seu empregador pagará 20% de INSS mais 1, 2 ou 3% de seguro de acidentes de trabalho, 5,8% de contribuição de terceiros, mais 8% de FGTS sobre o salário pago àquele empregado. Caso esse mesmo trabalhador possa se enquadrar nos moldes da Lei 11.196 prestando serviços como uma pessoa jurídica, além de começar um novo empreendimento, ter a possibilidade de gerar empregos e de ter um faturamento mensal muito maior do que os antigos salários, pois hoje o mercado paga cerca de no mínimo 80% a mais para esse tipo de relação, ele contribuirá para a Previdência Social sobre o seu pró-labore como se funcionário fosse. Terá a mesma retenção na fonte de um trabalhador regido pela CLT e a sua pessoa jurídica arcará com exceção do seguro de acidentes do trabalho e da contribuição para com terceiros com os mesmos 20% previdenciários de uma relação mantida pela CLT.

Além disso, se a sua pessoa jurídica optar pelo pagamento do Imposto de Renda nos moldes do lucro presumido, ela pagará 4,8% de Imposto de Renda mais um adicional de 10% em determinados casos. Ela pagará 0,65% de PIS, 3% de COFINS, e para a contribuição social sobre o lucro líquido, 2,88%. Ou seja, ela está pagando além do ISS que pode ser de 2 a 5% dependendo do Município, ele estará pagando de 13,33 a 16,33% mais o adicional de Imposto de Renda. Tudo isso em cima do faturamento que essa pessoa jurídica terá.

Não podemos deixar de mencionar que essa pessoa jurídica pagará ainda IPTU sobre a sua sede e que ela também pagará a contribuição sindical ao sindicato que lhe representa. Vale registrar que esse aumento de recursos mensais irá proporcionar uma melhor distribuição de renda, um maior consumo, e este, por sua vez, irá acarretar em pagamentos de mais impostos além do desenvolvimento econômico e social do País, principalmente para o Município em que essa pessoa jurídica estiver situado.

Desse modo, parafraseando um velho dito popular: “Dai a César o que é de César”. Podemos dizer que o Poder Executivo em seu braço fiscalizador não pode

ou deve interceder no Poder Legislativo ou Judiciário em respeito à independência dos Poderes e até por uma questão de desenvolvimento social.

Senador Paim, em nome da FENACON, em nome das 400 mil empresas prestadoras de serviços que nós representamos, nós pedimos que o Congresso Nacional não permita que em nenhuma hipótese, em nenhum momento, de qualquer discussão que possa vir daqui para frente, que seja permitido aumento da carga tributária.

O Brasil não agüenta mais pagar impostos. Além dessa parafernália de tributos, como o Evandro citou, que isso é uma loucura de tantas normas e tantas leis, a carga tributária brasileira ela tem que ser baixada, ela tem que aumentar a sua base de contribuição. Nós não somos contra a Super-Receita. Muito pelo contrário. Nós como Assessores achamos que quando você consegue fundir dois departamentos e que esse departamento consiga fazer o seu papel, isso a gente obtém um grande ganho de escala. O que nós somos contra é a arbitrariedade que possa vir a surgir ou que a Receita Federal ou a Super-Receita ou essa Receita do Brasil que ela venha substituir o papel de fiscalizar para o papel de legislar.

Pelos últimos dados que nós temos em mãos, hoje mais de 80% do que se arrecada de tributos advém de uma parcela muito pequena de empresas. Rogamos que a Super-Receita se fortaleça para que realmente ela efetue o seu papel de fiscalizar as empresas brasileiras. E não dela arbitrar ou dela cercar o empreendedorismo nacional.

Essa era as primeiras considerações nossas. Nós ficamos à disposição para os debates e tecer algum debate adicional. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BO-TELHO (PT-RR): Muito obrigado, Dr. José Lima de Castro. Continuando a audiência pública conjunta da Comissão da Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Assuntos Sociais, vamos chamar o Dr. Júlio Kuhner, e pedir alguém da Mesa que... Pedir algum dos senhores que possa dar o lugar para ele. Obrigado. Nós estamos com dificuldade de lugar. Muito obrigado. Muito obrigado Paim, assumo a sua...

SR. JÚLIO KUHNER: Primeiramente o meu agradecimento especial ao Senador Paim por me convidar para participar de evento tão importante, tão democrático, e com pequeno registro que eu sou o último a falar então realmente tem muito pouco novo a acrescentar.

Mas de qualquer maneira, Senador e Senadores presentes, e demais cidadãos e cidadãs, eu gostaria de dizer que a gente está vivendo infelizmente nessa

questão da Emenda 03 em dois mundos absolutamente diferentes. Existe o mundo do ordenamento jurídico e nesse ordenamento jurídico fica muito claro desde a Constituição, o art. 170 que fala da liberdade de empreender, até o art. 5º que trata da liberdade de associação que inclusive já existe na nossa Constituição desde 1871. Há muito claro a possibilidade de Constituição de pessoas jurídicas para prestação de serviços intelectuais, artísticos, jornalísticos como bem mencionou o Dr. Evandro. A liberdade também que o Dr. Campinho mencionou rapidamente. A liberdade de contratar. Então não há nenhuma dúvida quanto a essa possibilidade jurídica desse tipo de organização. E mais ainda, o que é mais surpreendente, é que o art. 129 da Lei 11.196 expressamente determina que sociedades prestadoras de serviço intelectual, artístico, jornalístico deverão ser tratadas como sociedades que são, ou seja, na realidade uma repetição que é muito importante que seja reprisada agora. Principalmente porque aquele outro mundo que a gente vive, que é o mundo da realidade, é o mundo onde existe, infelizmente, uma atuação da fiscalização que em algumas ocasiões desconsidera a realidade jurídica existente. E ataca o empreendedorismo no Brasil e mais especificamente o empresário. E atacar o empresário no Brasil é uma coisa difícil, não que seja difícil, mas é uma coisa muito séria porque na realidade o empresário é um grande responsável pela criação de riquezas do nosso Brasil. A questão que se coloca é a seguinte:

Bom, se a Legislação é tão clara, com base em que dispositivo a fiscalização estaria atuando para exigir o tributo dos empresários, essas pessoas que organizam pessoas jurídicas para prestar serviços? Seria talvez o § Único do art. 16, também mencionado pelo Dr. Campinho? Acho difícil que seja. Porque na realidade é uma norma que ficasse restrita que ainda não está totalmente inserida no mundo jurídico.

O Sistema Tributário Nacional, isso ninguém tem dúvida disso, é muito eficiente. Tanto que nós temos níveis de arrecadação que em comparação com outros Países com o mesmo grau de desenvolvimento que nós temos é bastante superior. Então ele funciona. Ele funciona muito bem. Funciona tanto que tem também um dispositivo expresso no Código Tributário Nacional o inciso VII do art. 149, que diz que sempre que houver dolo, fraude ou simulação o fiscal é obrigado a lançar. Agora, qual é o dolo, fraude, simulação que existe em dois empresários, em duas pessoas, em dois profissionais se reunirem sobre uma pessoa jurídica constituírem, prestarem serviço, empregarem, recolherem tributos, inclusive tributos para entes tributantes diferentes, é ISS no Município, é Imposto de Renda para a União, é contribuição social sobre

o lucro para a Previdência agora reunidas na Super-Receita do Brasil.

Então, na realidade, o nosso sistema jurídico é absolutamente preparado e muito bem elaborado para o fim a que ele se destina que é arrecadar recursos e atuar na realidade social e econômica brasileira.

Eu confesso que fiquei perplexo com o veto à Emenda nº. 03, porque o veto à Emenda nº. 03, pelo menos acho que contribui para separar aqueles dois mundos que a gente mencionou aqui no início. Por quê? A Emenda nº. 03 não tinha nenhum efeito sobre a fiscalização do trabalho. Ou seja, o trabalho, a fiscalização do trabalho poderia continuar reconhecendo e coibindo práticas de trabalho escravo, trabalho infantil, e qualquer outro ilícito nessa área. Mas simplesmente a Emenda nº. 03 o que ela dizia era o seguinte. Olha, para se desconsiderar uma realidade jurídica que está registrada nos registros competentes, há necessidade de uma primeira palavra, de uma primeira palavra do judiciário.

Então, foi essa perplexidade que eu quis passar para o Senador Paim, para os demais Senadores, para a Senadora e para todos os presentes, agradecendo mais uma vez a oportunidade.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): A Presidência agradece ao Dr. Júlio, e de imediato nós vamos passar para o Plenário. Pela ordem de inscrição, o primeiro Senador a fazer uso da palavra vai ser o Senador Wilson Matos. Em seguida a Senadora Serys, que pediu que eu invertesse com V.Exª. Depois a Senadora Ideli Salvatti, e com certeza o Senador Mesquita, Quintanilha e Senador Botelho se assim entender.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR):

Senador Paim, Presidente dessa Sessão, demais debatedores da Mesa, a Casa de certa forma já conhece a minha posição porque já fiz um pronunciamento também contra o veto, a Emenda 03, e lembrei-me lá no meu discurso do trabalho do mundo moderno que o mundo avança muito na área técnico-científica-intelectual, onde o trabalho torna-se intangível uma boa parte do trabalho. Não é mais mensurado na relação tempo espaço como há mais de 50 anos atrás quando criamos... Foi criada a LDB como lei. E também o trabalho intelectual, científico, contempla muito a capacidade de criação do indivíduo, a valorização não é mais linear, e, sim, pela sua capacidade de criar. Citei também uma expressão inglesa mundialmente conhecida pela sua eficiência que é o *home-office* que foi citado por um dos debatedores que é o "trabalho em casa", que necessariamente não precisa ser na residência, no sentido da casa, residência, mas pode

ser dentro de outras organizações onde a pessoa usa duas poderosas ferramentas que é uma mente desenvolvida e um *notebook*, onde ali é uma verdadeira máquina de produzir trabalho, totalmente diferente de uma pessoa física num determinado espaço ou uma pessoa sem todas essas ferramentas que o mundo moderno se apresenta.

Então, quero dizer que gostei muito da posição dos debatedores, no sentido de mostrar. E esse próprio momento que o Brasil está vivendo desse grande debate dos contra e a favor ao veto da Emenda 03, mostra realmente que nós precisamos avançar. Nós precisamos modernizar as nossas relações pessoais de trabalho, empregador e empregado, nas nossas relações empresas-empresas, nas mais diversas modalidades de empresa. Eu creio que esse momento tem sido salutar para podermos avançar. E mostra também essa inquietação vem de fato mostrar que nós vivemos com uma carga tributária bastante elevada e também na área de encargos. É isso que tem levado a esse debate. Então espero que possamos estar avançando neste momento importante desses debates em nosso País. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço ao Senador Wilson Matos, que colocou sua posição já conhecida da Mesa. O Senador Wilson Matos, para que não fique nenhuma dúvida, tem uma posição já defendida na Tribuna, favorável à posição que a Mesa aqui também manteve, e é também favorável que se construa um entendimento, dentro do possível, que não traga nenhum prejuízo para o setor. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Senador Paulo Paim, falar da importância desse momento, o senhor como sempre um democrata, colocando abertamente nas discussões como se faz necessário. Quero saudar a todos presentes aqui no debate no nome do Dr. Evandro Guimarães, uma pessoa que talvez eu não conheça muito profundamente sua atuação, mas sei de suas proposições politicamente corretas em alguns setores como meio ambiente, por exemplo, pelo que eu admiro muito as suas posturas políticas nessa área que eu conheço um pouco mais.

É bom, eu diria, é bom, é necessário, nós estarmos aqui discutindo numa Audiência Pública, como já tivemos numa outra que eu não pude estar presente, essa questão da Emenda 03. O debate sobre esta Emenda, Senador Paim, eu diria que está acontecendo e que deve continuar. Deve continuar entre as partes para que a coisa consiga realmente, como foi dito agora mesmo, se modernizar e avançar. E deve continuar cada vez de forma mais aprofundada. Eu votei contra a Emenda 03. Eu não vou dizer aqui que

eu votei a favor, eu votei contra, assim como o senhor também votou contra, o Senador Suplicy também votou contra e alguns outros. A Senadora Heloísa Helena, eu lembro vagamente de alguns que votaram contra. Mas têm mais alguns outros. Votamos contra no ano passado, no dia 3 de dezembro no Senado.

Penso que qualquer mudança, senhores aqui presentes, que envolva direitos de trabalhadores, deve ser precedido de amplo debate com os interessados. E eu acredito que por ocasião da votação aqui no Senado esse amplo debate não tinha acontecido. E está acontecendo agora. Então atribuo a maior importância. E eu acredito que a democracia é um processo constante de construção. E debates como esse aqui são reflexos da importância desse tipo de procedimento, desse tipo de metodologia. Sei que nós precisamos para essa questão da Emenda 03, não é uma questão simplesmente de derruba o veto, mantém o veto. Não é simples assim, de jeito nenhum, que nós sabemos. Se derrubar o veto tem problemas e se mantiver... Tem problemas gravíssimos e seriíssimos, e se mantiver o veto também continua com problema. Então nós precisamos, mesmo, essa é uma ampla discussão para elaboração de um texto equilibrado, com uma redação realmente de entendimento e fundamentalmente que sejam ouvidos todas as partes, resguardando sempre o interesse dos trabalhadores.

Eu não tenho dúvida disso que o resguardo dos interesses dos trabalhadores é o fundamental. Se realmente nós conseguirmos e acredito que é possível a gente chegar a um texto realmente equilibrado, que eu estou chamando de equilibrado a partir do entendimento etc, que esse texto seja um texto que resguarde os interesses dos trabalhadores.

Eu queria deixar bem claro a minha posição porque eu não gosto de ficar nessa história de como de como é que se posicionou, como é que votou, como é que não votou. Eu votei contra. Mas eu acredito que a gente tem condições de achar um caminho politicamente correto para que essa coisa aconteça sem prejudicar os interesses, principalmente dos trabalhadores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria, se me permitir, Senadora Serys Slhessarenko, inclusive, que esse debate não fosse levado, e V.Ex^a foi feliz na linha inclusive de quem votou contra ou a favor. Porque nessa Casa, às vezes, muitos Senadores votam entendendo que é um acordo de liderança. E depois foram ver... Eu digo por ambos os lados, que não era exatamente aquilo que eles gostariam que fosse. Então eu quero aqui preservar todos os Senadores, porque acho que a questão aqui, e V.Ex^a foi feliz, eu quero reafirmar, não é de quem votou

contra ou a favor. Teve um outro momento na Reforma de Judiciário, por exemplo, e os senhores devem estar a par que entrou um artigo que dizia para instalar o chamado dissídio coletivo só com a participação do empregador. E passou por unanimidade. E nós sabemos que não é a posição, inclusive, que eu defendo. E V.Ex^a lembra bem. Está se fazendo um bom debate da Emenda 03 com todos os setores. Tanto na Câmara como no Senado. E a próxima audiência nossa será com o Ministro Mantega. E eu vou fazer questão de mandar convite a todos os senhores que participaram dessa Mesa, como os que participaram das Mesas anteriores para que o Ministro Mantega aqui coloque enfim a redação final que eu espero que seja de entendimento. Eu estou muito esperançoso de que a redação que vamos dar não é aquela de dizer que esse Senador ou aquele Deputado foi do bem ou foi do mal. Mas, sim, que nós queríamos uma redação equilibrada. Que efetivamente não tivesse nela embutido e aqui foi exposto pela Mesa, acho não que é a posição, eu acho, não, tenho certeza, que não é também a posição dos empresários que venha trazer prejuízo para o direito dos trabalhadores. E nós sabemos que o direito dos trabalhadores estão consagrados ali na CLT e principalmente eu diria no art. 6º ao 12 da Constituição. Que eu vou ao 12 por causa da questão sindical já que eu venho da área sindical.

Então com essa pequena explanação, eu volto ao Plenário, se algum Senador ainda gostaria de fazer uso da palavra. Depois eu remeto para a Mesa para que eles façam as suas considerações.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Eu só queria um esclarecimento de meio minuto. Só para dizer --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu aproveitei o seu gancho fiz também a minha fala.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Eu citei o nome de alguns Senadores, mas outros também se posicionaram diferentemente. Como o senhor esclareceu muito bem, foi voto da liderança. Não fica parecendo que foram só esses quatro que depois aparecerão outros. Então, que eu preciso deixar bem explícito isso que não quero ser injusta com ninguém. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Não. Tá certo. Foi orientação de liderança. Senador Quintanilha, por favor, V.Ex^a. que tem sido junto com os outros Senadores um soldado permanentemente nessa Comissão.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):

Senador Paim, ilustres convidados, caros colegas... Eu lamento, Senador, primeiro de não ter podido ter a

oportunidade de ouvir a manifestação dos convidados que certamente trouxeram o seu pensamento a respeito dessa questão que acabou tomando conta no debate de diversas reuniões aqui nesta Casa, nas Comissões e no próprio Plenário. Só tive oportunidade de ouvir a perplexidade do Dr. Júlio Kuhner(F). Com quem eu compartilho a perplexidade. E eu cumprimento V.Ex^a pela iniciativa de convocar essa Audiência Pública e eu estou notando a eficácia dessas Audiências Públicas. Porque a cada dia que passa, e essa Audiência Pública é realizada conjuntamente entre a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Assuntos Sociais, dá um relevo, uma importância maior a essa discussão, é que pelo fato da democratização do acesso à informação por parte do cidadão, com a televisão ainda que fechada na maioria dos Estados, mas que tem permitido um acesso muitas vezes maior do que aquele acesso que era permitido quase que exclusivamente através da imprensa. Que dá a sua individualizada interpretação sobre as discussões que ocorriam aqui, sobre as decisões que aqui eram tomadas. E eu entendo que essa discussão é preciso que ela seja repetida mais vezes para que a população desmistifique e entenda realmente o que é que é essa tal de Emenda 03. Se ela realmente vai ferir direitos e interesses de trabalhadores. Ou se ela busca explicitar ou não as atribuições definidas por agentes públicos, que é o que efetivamente nós esperamos que isso ocorra para que não haja usurpação de atribuição, como se supõe nessa discussão.

Portanto, eu reitero a afirmação de que lamento não ter podido ouvir mais as opiniões expendidas aqui a respeito da Emenda 03, mas eu imagino que as colocações do Dr. Kuhner(F), reflete bem o sentimento que a população está tendo com relação a isso. De clarificar exatamente o que é esse pensamento, e vejo que nós aqui no Congresso Nacional que é efetivamente o foro do debate, dos grandes temas nacionais, das questões que envolvem os interesses da população brasileira, desde o trabalhador anônimo ao mais importante do País, é nessa Casa que as discussões, os debates ocorrem quase sempre com o envolvimento de segmentos da sociedade. Exatamente para clarificar e adotar posições que se identifiquem com os interesses da população. E isso é realmente muito importante.

Eu quero lembrar até que em razão desses debates, dessas discussões, hoje nós tivemos aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, um projeto de autoria do Presidente da Casa. Um homem que tem pela sua história, pela sua dedicação, um compromisso muito grande com os interesses do povo brasileiro e do País que é o Senador Renan Calheiros. E uma proposta

muito simples, mas que seguramente vai suscitar o debate e vai certamente mudar o rumo das questões relacionadas com os tributos desse País. Nós quantas vezes aqui, Senador Paim, e tenho certeza que os convidados também discutem nas suas esferas de ação, que o País não suporta mais uma carga tributária exorbitante como a nossa campeã do mundo. Das maiores do mundo é a carga tributária do País. E a população vê falar isso de forma às vezes avessa, não discute com detalhe, não sabe apropriadamente onde é que ele está pagando o imposto, e a que se refere esse imposto. E o projeto que foi aprovado hoje é um projeto exatamente que obriga a informação ao consumidor do imposto que ele está pagando sobre a mercadoria que ele adquire. Quer dizer, é uma proposta que vai ao encontro dos interesses do consumidor, da população como um todo, e do empresariado. Das indústrias que produzem e vão vender o seu produto diferente. Na América do Norte quando você vai comprar uma caneta e chega no comércio e pergunta: “Quanto custa essa caneta?” “É um dólar”. Aí você vai para o caixa pagar, não é um dólar. É mais do que um dólar. É um dólar e uma fração. Algo em torno de 10%. Aí você estranha. “Mas você não me disse que era um dólar?” “Não. A caneta é um dólar. O que você está pagando de excesso é imposto”. Então esse direito nós vamos dar agora ao cidadão brasileiro. Que a hora que for ao supermercado, ao posto de gasolina ele vai ter o direito de ter explicitado, ou na nota fiscal ou por meio eletrônico ou por outro meio de informação qualquer, ele vai ter o direito de saber o tamanho dessa carga tributária. E aí certamente vai arrepiar. E os movimentos vão surgir e o País vai ter que encontrar com a nossa participação, inclusive, os mecanismos adequados para nós reduzirmos a carga tributária no País. E essa advertência, hoje inclusive lembrei lá na discussão que havia na Comissão, da eficácia, do resultado obtido dessa advertência feita nos maços de cigarro. Quando as indústrias passaram a ser obrigadas a informar que as vantagens, as qualidades positivas que os amantes do cigarro têm, eles teriam que ter conhecimento dos comprometimentos que o cigarro traz. E isso, seguramente, fez com que as pessoas passassem para refletir e comesçassem a fazer sua parte. Eu tenho certeza que nessa questão do tributo também as pessoas vão começar a fazer sua parte e vão apertar Vereador, vão apertar Prefeito, vão apertar Parlamentares vai haver uma movimentação nacional, e nós vamos ter que encontrar a forma de reduzir. Porque essa preocupação dos entes federados não querer perder receita, nós vamos encontrar a equação. Se outros Países tem essa equação.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Um aparte, Senador Quintanilha. Só para lembrar que muita gente vai morrer de susto, inclusive, ao perceber que em muitos e muitos produtos o valor do imposto é maior do que o valor do produto. O valor da carga tributária no produto é maior do que o valor do próprio produto. [risos] Então muita gente vai morrer de susto. Providencial o Projeto que V.Ex^a relatou hoje. É nesse sentido.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-

TO): Nós temos exemplos enormes. Os americanos são mais ricos que nós. Tem uma renda per capita maior que nós. Você abastece num posto de gasolina lá a 2,80 o galão. 2,80 a grosso modo seria 5,60 reais o galão que são quase quatro litros. Quer dizer, daria a 1,40 o litro. Nós somos auto-suficientes na produção de petróleo. Nós somos campeões e estamos na vanguarda da oferta de combustíveis alternativos e renováveis, sobretudo do etanol. No entanto estamos pagando o dobro do preço da gasolina que os americanos pagam. Então estou seguro de que essas discussões com relação à Emenda 03 elas acabarão trazendo uma compreensão por parte da sociedade, ou pelo menos por grande parte da sociedade que haverão de contribuir para que nós nos posicionemos com relação à apreciação do veto ou na busca, como disse a Senadora Serys Slhessarenko, de um texto legal mais adequado, mais apropriado e que venha ao encontro dos interesses da população brasileira. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Caro amigo, Senador Paim, prezados expositores e convidados, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o lugar comum aqui é a constatação de que a Emenda 03 acabou por suscitar um debate que se fazia necessário há muito tempo no País. A frase da Senadora Serys ao dizer que a manutenção do veto ou a sua rejeição em ambas as situações nós teremos problemas, é algo de uma evidência incrível.

Eu creio que nós estamos nos encaminhando para perceber que nós estamos tratando de dar um formato legal a situações distintas.

Dr. Roberto, na sua exposição, ele disse algo muito interessante. Primeiro, afirmou que existe um mundo real, de relações econômicas reais aí fora que nós temos que considerar. Muitas vezes ele é descon siderado. Ele menciona o fato de que nessa relação alcançada pela Emenda 03, usou inclusive a expressão “temos que acabar com a hipocrisia de considerar ou não considerar algumas situações”. Eu tirei a conclusão de que na sua fala nós temos três situações dis-

tintas aqui: A primeira é que esse mundo real requer relações modernas, adequadas, consentâneas com novos fatos econômicos, dinâmica, distinta, nova, e que uma determinada legislação deve conferir segurança jurídica. A relação entre pessoas jurídicas, uma relação pretendida com a relação espontânea, que seja interessante para as partes, para o Estado, para os consumidores, inclusive, essa é uma determinada situação. A outra, o senhor também mencionou o fato de que existe uma determinada situação em que a pessoa é praticamente levada, obrigada a se constituir como pessoa jurídica para se vincular a uma relação dessa. Essa é uma segunda situação, que requer um tratamento especial.

E a terceira situação também lembrada aqui nessa audiência é aquela em que por vezes até de forma indisfarçável há uma clara e presente tentativa de fraude às leis trabalhistas, tributárias...

Portanto nós estamos tratando aqui de três situações distintas. Talvez o nosso grande equívoco e erro seja tentar enquadrá-las no mesmo texto legal. Eu creio que essa situação da Emenda 03 eu acho que ela nos leva a pensar, abrir um pouco os horizontes, a cabeça. Será que nós não temos competência, capacidade de aqui no Congresso ouvindo o mundo empresarial, o trabalhador, econômico, o próprio Estado, será que nós não temos competência de em substituição àquilo, que como disse alguém aqui, já é passado, a questão da Emenda 03 já é passado, mas tem esse grande mérito, de talvez de forma muito intensa fazer com que... Olha, hoje em cada esquina desse País as pessoas às vezes que não têm o menor conhecimento de uma matéria como essa já fala em Emenda 03. Ou seja, nós popularizamos o assunto. O assunto hoje é objeto de discussão em Mesa de bar. Emenda 03 para lá, Emenda 03 para cá. As pessoas não sabem exatamente o que está por detrás disso. Mas sabem que... Então o mérito da Emenda 03, aqui não estou considerando quem foi a favor, quem foi contra, ou quem é ou quem deixa de ser. Não se trata disso. Eu acho que o grande mérito foi ter popularizado a discussão de um assunto que já deveria estar disciplinado há muito tempo.

Então, eu sou daqueles que considera que o enfoque, o nosso enfoque, inclusive, muitas das vezes está equivocado. Nós estamos tentando colocar numa camisa de força três situações diferentes. E eu acho que aí é que reside a grande dificuldade de a gente chegar a formular alguma coisa que seja adequado, que seja consentâneo com a exigência do mundo moderno, mas que seja também no sentido de preservar os interesses da classe trabalhadora, os interesses do próprio Estado.

Então, eu como todos os demais aqui rendo minhas homenagens aqui aos convidados que de forma muito tranqüila, muito serena, trouxeram subsídios aqui para que nós possamos continuar pensando, meditando sobre esse assunto que é candente, que é um assunto tormentoso, mas que precisa urgentemente de uma definição. Eu sou daqueles também que em princípio até afasto a querela da discussão da Emenda 03, derruba, não derruba. Eu acho que devemos pensar numa outra situação e devemos abrir a cabeça para o fato de que essas situações que são distintas requerem tratamentos diferenciados. Do contrário, nós vamos adotar sempre uma norma que contempla determinada situação e deixa de contemplar uma outra ou algumas outras situações. Eram essas minhas considerações.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento eu passo a palavra aos nossos convidados para que eles façam as suas considerações finais e começo com o Dr. Frederico Nogueira, Vice-Presidente da TV aberta da Associação Brasileira de Radiodifusores, a ABRA.

SR. FREDERICO NOGUEIRA: Eu queria iniciar aproveitando as palavras do Senador Leomar Quintanilha quando disse a importância das Audiências Públicas. E queria, confirmando a nossa satisfação de estar participando dessa Audiência Pública porque a gente também concorda com V.Ex^a, Senador, da importância de estarmos aqui dando a nossa opinião, e com esse relato queria agradecer o convite do Senador e das duas Comissões dessa egrégia Casa do Senado Federal.

Queria pedir, solicitar, rogar ao Senado Federal que dentro daquilo que é a característica principal do Senado que é o equilíbrio, a moderação, ele servisse do intermediário para que esse assunto da Emenda 03 chegasse a um denominador comum e que efetivamente o Governo que vem prometendo apresentar o que seria a sua proposta para resolver essa solução venha trazer essa proposta e a gente possa ter isso. Gostaríamos, sim, de não encontrar nessa proposta qualquer aumento de carga tributária. Como disse alguns dos Senadores presentes, o País, a população não suporta mais esse ônus que já é elevado, já é de um tamanho que não cabe nos nossos bolsos, que ele possa ainda ser aumentado. E não gostaríamos também de encontrar nessa proposta legal qualquer tratamento diferenciado para situações iguais. O que eu quero dizer com isso é ouvimos na imprensa declarações de entes do Governo dizendo que seria tributado a parte artística cultural e jornalística às empresas focadas nisso. A ABRA, como uma entidade da área de rádio e televisão, jamais poderá ver com bons olhos

que esse ônus seja causado só a nós e por que a nós esse ônus e todos os demais recebam um tratamento diferenciado ao que será dado para nós. O porque desse ônus focado e específico nos perguntamos de forma antecipada levando em consideração as declarações que já houve à imprensa mais recentemente por entes do Governo.

Agora sim, veremos com muitos bons olhos qualquer proposta que venha e que seja acordada entre Governo e esta Casa no sentido de evitar o dolo, a fraude, qualquer coisa que tenha como objetivo penalizar aqueles que querem aproveitar da legislação já existente e que venha a ser implantada para divergir, para fazer coisas que são totalmente de encontro àquilo que... Totalmente que não concordamos e isso que são ilegais, isso nós não podemos aceitar e não vamos concordar. Ou seja, isso a gente aceita e veremos obviamente com muito bom olhos. Muito obrigado mais uma vez em nome do Senador Paulo Paim a todos os Senadores presentes pela paciência de nos ouvir nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado ao Dr. Frederico. E nesse momento eu passo a palavra ao Dr. Sérgio Murilo Campinho, Advogado da Superintendência Jurídica da Confederação Nacional da Indústria, CNI. Eu pediria gentilmente, se o senhor pudesse ceder para que ele faça as considerações finais daí. Faço questão que o senhor faça também aqui da Mesa.

SR. SÉRGIO MURILO CAMPINHO: Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores debatedores, senhores e senhoras presentes. É com tranquilidade que podemos analisar o resultado final desse debate. Porque parece ter ficado bem claro a necessidade de se separar duas situações que estão sendo colocadas, sem dúvida, dentro de uma mesma panela. Combata-se sim o uso, o desvio de finalidade, o uso indevido da pessoa jurídica para a prática da fraude. Essa tem que ser combatida, e o art. 50 do Código Civil já é a base jurídico formal para esse combate. Não se apóia jamais que o uso da pessoa jurídica venha travestir uma relação efetivamente de trabalho. Na qual o empregado hipossuficiente se veja obrigado pelo poder de império de um mal patrão a se constituir como pessoa jurídica para frustrar os seus direitos trabalhistas. Não é isso que se tem defendido. O que se tem defendido é o uso lícito segundo o ordenamento vigente da pessoa jurídica. Ou seja, contemplando situações de prestação de serviço ainda que personalíssima, mas por aquele que não é hipossuficiente. Por aquele que não está sob o poder de império de um determinado patrão. Mas sim, sob um poder do mercado. O mercado que não é só nacional. Mas globalizado. Que o leva a esse tipo de pres-

tação de serviços para que se possa buscar, portanto, uma maior eficiência aliada a uma economicidade. O que gerará, sem dúvida, a figura da competitividade. Que é isso que todos os agentes e atores econômicos vislumbram. O que se não se pode admitir e esse debate da Emenda 03 foi muito feliz, é colocar essas situações dentro de um mesmo prisma. Possibilitando, portanto, que o agente fiscalizador muitas vezes sem a diferenciação necessária dessa conceituação jurídica originária, trate as situações de forma idêntica, de modo uniforme, desrespeitando inclusive o princípio da isonomia que garante o tratamento desigual nas situações que são desiguais. Portanto, o que se quer é assegurar, é ter-se uma legislação que pontue objetivamente essa diferenciação e limitar muitas vezes uma atuação administrativa pura e simples. Quando se defende que é a desconsideração da personalidade jurídica de uma sociedade, a desconsideração de uma pessoa jurídica nessa segunda situação que nós falamos fique a cargo do crivo de decisão judicial, é justamente para impedir que haja esse tratamento desigual que desqualificaria o uso da pessoa jurídica para uma finalidade legal, lícita, ética e moral. Muito obrigado pela oportunidade de poder falar mais uma vez numa Audiência Pública nessa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Dr. Sérgio Murilo Campinho, Advogado da Superintendência Jurídica da Confederação Nacional da Indústria, CNI, e passamos de imediato a palavra ao Sr. Roberto Nogueira Ferreira, Assessor da Presidência da Confederação Nacional do Comércio, CNC.

SR. ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA: Senador Paim, eu sinto sempre confortável quando o Senador Paim preside algumas Sessões. Tive a oportunidade de debater, ainda com o Senador como Deputado, questões relativas ao salário mínimo lá na Câmara sempre com equilíbrio. Eu saio daqui satisfeito, Senador, porque o caminho parece que será aquele que nós estávamos esperando, e o Senador Geraldo Mesquita absorveu pelo menos de minha fala o pensamento absolutamente correto. Porque nós estamos com várias questões para serem tratadas dentro de um mesmo documento. Então isso exige, reforça o meu pleito de que nós não devemos ter pressa. Porque se nós recebermos um Projeto de Lei que venha do Executivo com proposição inclusive de tramitação de regime de urgência, nós não teremos talvez o tempo necessário para gente fazer, aprofundar esse debate.

Na última audiência da Câmara nós fomos surpreendidos e a surpresa maior foi inclusive com um percentual de taxação que o nosso ilustre Secretário Jorge Rachid disse que estava propondo naquele mo-

mento que era 10% sobre o faturamento e aqueles que estavam lá participando do debate, eu posso dizer porque está registrado, eu fui o único de dizer a ele que 10% sob o faturamento é alguma coisa absolutamente desproporcional. Quer dizer, muito elevado além de ser, não vou nem entrar no debate da questão tributária porque sobre ela eu tenho um livro que chama-se “Reforma Social” que já diz bem das preocupações do tamanho disso tudo. Que não é desse Governo. Que vem já de algum ponto e que se acentuou inclusive nos oito anos do governo passado, talvez por necessidade, não por desejo. Mas foi aquele período um período realmente que houve uma subida muito grande da carga. Então o que eu quero dizer, Senadores, Senador Geraldo Mesquita, eu acho sempre muito difícil, esse é um dilema das sociedades. Eu não sou Advogado. Mas eu tenho uma filha Advogada e quando a gente tem filha a gente acaba estudando junto. Então a gente é um pouco Advogado, lá em casa eu sou um pouco jornalista, eu sou um pouco nutricionista, que eu vou estudando com minhas filhas ao mesmo tempo. Mas sempre é muito difícil para o Congresso, sobretudo nas sociedades em que se baseia no direito romano você acompanhar na legislação o fato.

Então, eu lembro quando eu estudava com a minha filha ela falava muito na teoria tridimensional do direito do professor Miguel Reale, a norma deriva do fato e a ele se destina. E nós estamos diante de um fato. Diante de um fato concreto. E aí eu pego a fala do nosso companheiro Evandro que nós estamos tratando aqui dos hipersuficientes. Mas nós temos que fechar a porta para a questão dos hipossuficientes. Me desagrada muito como cidadão brasileiro começar a tomar conhecimento que nós já estamos caminhando para ter pessoas jurídicas que batem o ponto. Quer dizer, isso é uma distorção inadmissível para qualquer cidadão. Estou falando não só como representante de uma confederação empresarial que tem responsabilidade, mas também estou falando como cidadão com todos os riscos que eventualmente essa minha falação pode resultar.

Então queria cumprimentar todos os senhores, dizer que acho que o caminho de procurar fazer uma regulamentação, uma lei correta, com calma, etc, deve ser trilhado. Cumprimento o Senador Paim e em nome dele todos aqueles das duas Comissões e digo que a Confederação permanece à disposição se houver a necessidade e a vontade da gente voltar aqui para continuar conversando esse assunto no Senado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Sr. Roberto Nogueira Ferreira, Assessor da Presidência da Confederação

Nacional do Comércio, CNC, e passamos a palavra também ao Sr. Júlio Kuhner, Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Rádio e Televisão, ABERT.

SR. JÚLIO KUHNER: Mais uma vez Senador Paim receba meus especiais agradecimentos pelo comparecimento. Gostaria de registrar minha satisfação com mais uma vez compartilhar um ponto de vista com o Senador Quintanilha, que manifestou a perplexidade diante do veto à Emenda 03.

As minhas palavras finais são no sentido de lembrar a todos, não é nem lembrar, todos têm conhecimento pleno disso, é que o Brasil só vai desenvolver plenamente suas atividades produtivas na medida em que tiver uma ordem jurídica que efetivamente gere segurança no empresário. E infelizmente eu acho que a segurança jurídica foi um pouco afetada com o veto à Emenda 03. Muito obrigado mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Dr. Júlio Kuhner, Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Rádio e Televisão, ABERT e passamos de imediato ao Dr. Evandro Guimarães, membro do Comitê de Relações Governamentais da Associação Nacional dos Jornais, ANJ.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Bom, eu também agradeço a oportunidade, e queria lembrar que nós temos aí aprovado pelo Congresso, pelo Executivo, já sancionado pelo Presidente muito breve daqui um mês o início de uma enorme e nova oportunidade de desenvolvimento nacional que é a criação, que é a implantação efetiva do Super Simples. Nós sabemos que a legislação não ficou tão simples assim, mas de qualquer maneira a expectativa é de que milhões de novas empresas se constituem. O Brasil já tem hoje mais de 3,5 milhões de empresas sem empregados. Quando o Dr. Júlio Kuhner fala de segurança jurídica para as empresas, nós estamos falando de um universo importantíssimo. Empresas legalmente constituída, legalmente habilitadas, que cumprem seu papel, seus impostos, devem ser respeitadas até que exista Legislação expressa contrária ou que permita efetivamente uma desconsideração de seus atos ou de seus negócios ou algum outro tipo de atividade punitiva. Ter autoridade administrativa ou preferencialmente com amplo contiditório(F) no ambiente judicial. No ambiente do judiciário.

Esta é uma coisa que parece que na discussão sobre a Emenda 03, Senador Paim, foi abordada de passagem. De fato nós estamos falando de instâncias diferentes de observação dos agentes econômicos, de milhões de empresas que existem, e de milhões de empresas que queremos todos nós que venham existir. Nenhum de nós certamente quer, isso ficou expresso, que situações fraudulentas ou situações que não sejam

atos jurídicos perfeitos sejam contemplados no atual ordenamento jurídico ou no ordenamento jurídico alterado ou aperfeiçoado. Mas nós fazemos um grande voto de esperança, a Associação Nacional de Jornais faz, ela a expectativa de uma legislação que primeiro inove, porque até agora o ordenamento jurídico como tentei explicar anteriormente não proibiu, não limitou, pelo contrário, estimulou a constituição de pessoas jurídicas inclusive de caráter personalíssimo. Mas que a nova legislação venha a produzir simultaneamente justiça fiscal, clareza fiscal para efeitos arrecadatórios e desenvolvimento econômico. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado Dr. Evandro Guimarães, membro do Comitê de Relações Governamentais da Associação Nacional dos Jornais, ANJ, e passamos a palavra ao Dr. Carlos José de Lima Castro, Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento Periciais, Informações e Pesquisas FENACON.

SR. CARLOS JOSÉ DE LIMA CASTRO: O veto da Emenda 03 trouxe à tona uma discussão maior, e como já foi dito reiteradas vezes, a discussão do veto ela está precedida de um ordenamento jurídico que foi, que se tentou introduzir para dar segurança a uma nova relação. O mercado, ele é muito duro. Toda vez que as pessoas não se aprimoram, que as pessoas não vão de encontro com a modernidade, essas pessoas são ultrapassadas.

Quando nós discutimos qualquer tipo de relação nós não podemos ter nossos corações aquele mesmo sentido que Vargas teve quando instituiu a Consolidação das Leis do Trabalho na década de 40. O mundo é outro. Foi dito hoje eu posso trabalhar para uma empresa da minha casa. Hoje eu posso produzir para uma empresa a quilômetros e quilômetros de distância.

Então, a subordinação, o horário de trabalho e o vínculo empregatício não está mais no fato de eu estar ao lado do meu empregador ou eu não estar ao lado dele. Existem outros movimentos que o mundo moderno trazem à tona. E em nenhum momento nós queremos que a ilegalidade prevaleça. O que nós defendemos é que o mercado, é que a modernidade comece a reger as novas relações entre capital e o trabalho. Se de um lado é hiper importante nós preservarmos todos os direitos dos trabalhadores, nós não podemos com isso cercear o direito do empreendedor. Nem todo mundo é empreendedor. Mas aquele que tem essa vontade, ele tem que ter uma alavanca. Ele tem que ter um incentivo para que ele possa começar um empreendimento novo, pois esse empreendimento gerará riqueza, emprego e tributos para a Nação Brasileira. Mas é muito importante também que nós

não façamos nenhum movimento para ferir também o direito das empresas. Porque a partir do momento que nós criarmos uma situação jurídica temerária, o que vai ocorrer? O mercado entrará num processo de retração e nós deixaremos de criar, de fomentar o crescimento nacional. De uma maneira talvez às avessas, a lei geral que regulamenta o Super Simples, ela por tabela começa a trazer uma grande Reforma Tributária. Porque essa lei, eu vou discordar um pouquinho do meu querido Evandro, ela é complexa porque ela trata de muitas situações. Ela não trata só da situação tributária. Ela trata da relação das empresas com o Estado. Ela traz no seu bojo aspectos de burocracia. E esse foi um grande contrapé para talvez uma grande Reforma Tributária porque ela vem compor para mais de 90% das empresas nacionais. E nós acertarmos esses 10% que falta não fica difícil.

Do mesmo modo que essa legislação veio trazer a discussão todo esse aspecto, o veto da Emenda 03 ele traz uma coisa no seu bojo talvez a maior preocupação que nós temos que ter. As relações capital-trabalho existentes no Brasil hoje estão ultrapassadas e precisam ser modernizado.

A FENACON espera que a legalidade... Nós não podemos tratar nada a arrepio da lei. Nós esperamos que dentro de toda essa discussão nada seja criado que possa levar prejuízo ao trabalhador, ao empreendedor ou às empresas.

E para finalizar, Senador, nós esperamos que não se aumente nada em termos de carga tributária. O Brasil não aguenta mais pagar tributos. E aquilo que o Senador, não recordo o nome, disse, hoje tem um movimento, uma proposta de se mostrar quanto se paga tributo, a FENACON--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Quintanilha que trouxe esse debate.

SR. CARLOS JOSÉ DE LIMA CASTRO: É. E nós temos apresentado em diversos locais do Brasil o que nós chamamos feira de impostos. Essa feira de impostos a Associação Comercial de São Paulo tem no seu site os principais produtos que são consumidos quando se paga de imposto. E quando nós levamos numa praça pública quanto se paga de imposto num aquilo de café, quanto se paga de imposto numa lata de refrigerante, quanto se paga de imposto num simples batom a população fica estarelecida.

Nós não estamos falando de supérfluo, gente. Nós estamos falando do pão, da farinha, do arroz, do feijão. Nós temos que agir com a maior transparência possível para que nossos filhos não sejam prejudicados no futuro. Muito obrigado, Senador, pela oportunidade. Sempre que for preciso a gente puder trazer uma colaboração, será muito importante para todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Essa Presidência agradece também ao Sr. Carlos José Lima Castro, Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, FENACON.

Antes de encerrar eu queria aprovar o seguinte Requerimento que tem tudo a ver com essa Mesa. Encaminhamos o seguinte Requerimento. Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II do Regimento Interno dessa Casa, requero a realização de Audiência Pública conjunta CDH e Assuntos Sociais com vistas a tratar do tema Emenda 03 constante do Projeto 672/2005 que cria a Receita Federal do Brasil em data e hora a ser designada com a presença do Ministro Guido Mantega e outros que essa Comissão julgue necessário. Assina aqui diversos Senadores e entre eles eu assino. Qual é o objetivo? Nós já realizamos a terceira Audiência Pública. Ouvimos todos os setores. Vamos propor que o Ministro Guido Mantega traga uma proposta de conciliação, de entendimento daquilo que para mim foi consenso aqui nesse Plenário e nessa Mesa. Que a Emenda 03 seja o amanhã. O debate é presente, e o futuro seria essa redação. Moderna, atualizada, que busque um grande entendimento. Que eu também espero que não venha na área de gerar tributos. Inclusive dei uma entrevista ali fora dizendo que a possibilidade do acordo é grande sem que haja nenhum instrumento que venha mais uma vez penalizar a sociedade.

Boto o Requerimento em votação. Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Queria ainda agradecer muito a essa Mesa pelo equilíbrio, pela tranquilidade, ninguém aqui nesta Mesa chegou com uma posição de força ou de imposição. Mas sim numa posição de diálogo, e achei interessante inclusive a sua fala, se me permitir, Dr. Roberto, quando V.Exª diz: Não precisa ter pressa, não. De sair correndo a decidir a votação do veto. O importante é construir uma alternativa sólida e que represente o que quer o conjunto da sociedade.

Acho que essa sua fala resumiu o que foi o debate nessa Mesa. Estão aqui diversos sindicalistas, tiveram nessa Mesa também e acho que eles entenderam também a mensagem, a mensagem de entendimento. E eu me comprometo quando o Ministro Mantega confirmar a sua vinda fazer convite a todos que participaram das Mesas. Que a gente faça uma boa conversa, eu diria. Basta uma boa conversa com o Plenário e com o Ministro Mantega na linha do entendimento. Eu saio dessa reunião otimista. Otimista.

Eu digo sempre que a lei... Eu chego a dizer, a lei boa não é aquilo que seja além dos meus sonhos, mas é a lei aprovada. Não adianta sonhar com uma lei que seja o ideal do ideal para todas as partes, e não ser possível no entendimento se as partes não souberem ceder na construção de uma boa proposta.

Então, a lei boa é aprovada. E não só a lei sonhada. É com essa visão que eu encerro a presente reunião, na convicção que aprovaremos uma lei que seja uma alternativa à Emenda 03, que não vai significar em nenhuma hipótese prejuízo nenhum para os trabalhadores e também não signifique mais carga tributária.

Está encerrada a presente reunião, muito obrigado a todos.

[palmas]

Sessão encerrada às 16h20

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e dezessete minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, ROSALBA CIARLINI, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, JOSÉ NERY, EXPEDITO JÚNIOR, IDELI SALVATTI, PEDRO SIMON, NEUTO DE CONTO, ADELMIR SANTANA, ROMEU TUMA, CÍCERO LUCENA E CRISTOVAM BUARQUE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justificam a ausência os Senhores Senadores Fernando Collor e Antônio Carlos Valadares. Comparece ainda o Senador Osmar Dias. A Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião, em sua primeira parte, atende ao Requerimento nº 22, de 2007 - CAS, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que convida o Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, por ocasião das comemorações do "Dia do Trabalhador". A Presidente designa o Senador Osmar Dias para que acompanhe o Senhor Ministro Carlos Lupi à Mesa. A Senadora Patrícia Saboya, após saudar o Senhor Ministro do Trabalho, concede-lhe a palavra. Finda a exposição acerca de sua pasta, o Senhor Ministro Carlos Lupi é

homenageado, em nome dos Senadores presentes, pelo Senador Cristovam Buarque, correligionário e Presidente da Comissão de educação. Fizeram ainda uso da Palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, Cristovam Buarque, Inácio Arruda e Jayme Campos. Não havendo mais quem fizesse uso da palavra, encerra-se a primeira parte da reunião às onze horas e quarenta e sete minutos. Às onze horas e quarenta e nove minutos, a Presidente da Comissão, Senadora Patrícia Saboya, declara reaberta a reunião, destinada à deliberação de matérias: **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2002** “Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990 (possibilita a utilização do FGTS para aquisição de lote urbanizado)”. **Autor:** Deputado Geraldo Magela, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, DE 1999** “Altera a Lei 8036, de 1990, permitindo a utilização do FGTS para pagamento de anuidades de ensino médio e de curso superior”. **Autor:** Senador Ramez Tebet, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 1999** “Acrescenta dispositivo ao artigo 20 da Lei 8036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS nos casos de constituição de microempresa por parte do trabalhador”. **Autor:** Senador Antônio Carlos Valadares, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, DE 1999** “Altera o artigo 20 da Lei 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação e dá outras providências”. **Autor:** Senador Álvaro Dias, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 223, DE 1999** “Autoriza a utilização do fundo de garantia de tempo de serviço no pagamento do crédito educativo, e dá outras providências”. **Autor:** Senador Luiz Estevão, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, DE 1999** “Altera o art. 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1999, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação e dá outras providências”. **Autora:** Senadora Luzia Toledo, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 2000** “Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, dispondo sobre a permissão de saque pelo trabalhador na conta do FGTS para pagamento de anuidade escolar” **Autor:** Senador Luiz Estevão, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2000** “Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio

de 1990, de forma a permitir saque no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de mensalidade escolar no ensino médio e no superior, bem como de dívidas do programa de crédito educativo”. **Autor:** Casildo Maldaner, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2000** “Acrescenta o inciso XIII ao art. 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque da conta vinculada do trabalhador no FGTS para pagamento de cirurgias”. **Autor:** Senador Osmar Dias, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 101, DE 2001** “Acrescenta dispositivo ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir que desempregados saquem os recursos do FGTS para abertura e expansão de negócio próprio”. **Autor:** Senador Ricardo Santos, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2001** “Dispõe sobre a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para quitação de prestações atrasadas dos financiamentos habitacionais”. **Autor:** Senador Waldeck Ornelas, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, DE 2002** “Acrescenta o inciso XI ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de modo a permitir saques para a amortização de empréstimos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)”. **Autor:** Senador Ricardo Santos, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, DE 2002** “Altera a Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de forma a permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de microcomputador”. **Autor:** Senador Waldeck Ornelas, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2002** “Altera o artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir a utilização do FGTS em casos de destruição da casa própria do trabalhador em função de calamidade pública ou caso fortuito. Altera o artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir a utilização do FGTS em casos de destruição da casa própria do trabalhador em função de calamidade pública ou caso fortuito”. **Autor:** Senador Carlos Bezerra, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, DE 2003** “Dispõe sobre a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de prestações em atraso relativas a financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH)”. **Autor:** Senador Efraim Morais. **Relator:** Senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** Favorável ao PLC nº 18, de 2002, na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição das demais pro-

postas que com ele tramitam, sendo: PLS nº 131, de 1999, PLS nº 122, de 1999, PLS nº 198, de 1999, PLS nº 223, de 1999, PLS nº 356, de 1999, PLS nº 73, de 2000, PLS nº 203, de 2000, PLS nº 245, de 2000, PLS nº 101, de 2001, PLS nº 185, de 2001, PLS nº 95, de 2002, PLS nº 113, de 2002, PLS nº 124, de 2002 e PLS nº 319, de 2003. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável, na forma do Substitutivo apresentado, ao PLC nº 18, de 2002 e pela rejeição das demais proposições que com ele tramitam, sendo: PLS nº 131, de 1999, PLS nº 122, de 1999, PLS nº 198, de 1999, PLS nº 223, de 1999, PLS nº 356, de 1999, PLS nº 73, de 2000, PLS nº 203, de 2000, PLS nº 245, de 2000, PLS nº 101, de 2001, PLS nº 185, de 2001, PLS nº 95, de 2002, PLS nº 113, de 2002, PLS nº 124, de 2002 e PLS nº 319, de 2003. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº. 41, DE 2006** “Acrescenta §2º ao artigo 445 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, impedindo a exigência de comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses”. **Autor:** Deputado Inocêncio Oliveira. **Relator “ad hoc”:** Senador Jayme Campos. **Resultado:** Aprovado o Parecer. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 25, DE 2007** “Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de promover um debate sobre as causas e consequências do avanço da obesidade no Brasil, em especial entre o público infantil”. **Autoras:** Senadora Kátia Abreu e Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 26, DE 2007** “Nos termos do inciso II, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para, com a participação dos convidados, debater sobre a regulamentação das profissões e a criação dos conselhos profissionais”. **Autora:** Senadora Patrícia Saboya. **Resultado:** Aprovado. Os itens 03, 04, 05, 06 e 09 ficam adiados. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Jayme Campos, Flávio Arns e Rosalba Ciarlini. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 17 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bom dia a todas e a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada a Ata.

Essa reunião, Sras. e Srs. Senadores, destina-se a mais uma homenagem ao Dia do Trabalhador, contando hoje com a ilustre presença, e visita do Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Lupi, que já se encontra na nossa Comissão. Logo após a exposição do Sr. Ministro, nós teremos uma pauta dedicada aos assuntos do trabalhador, uma pauta que já foi anteriormente acordada entre todos. Portanto, eu solicito ao Senador Osmar Dias que traga o Ministro até... acompanhe o Ministro até a Mesa para que nós possamos iniciar a Sessão.

Como hoje nós temos também uma Sessão no congresso, mais ou menos, nessa mesma hora, e alguns Senadores precisam se dirigir à votação, eu pediria então, para iniciarmos logo a Sessão, com a palavra do Sr. Ministro, Carlos Lupi, e logo em seguida, nós votaremos alguns projetos, como disse anteriormente, que diz respeito à homenagem também que nós queremos fazer aos trabalhadores do nosso Brasil.

Com a palavra o Sr. Ministro Carlos Lupi.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Presidente pois não, Senador Osmar Dias, pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É que mesmo não sendo da Comissão de Assuntos Sociais, me pediu o Senador Jefferson Peres, líder do PDT, que me fizesse presente, para em nome do PDT, dar as boas-vindas ao Ministro Lupi, e dizer que é uma honra termos o nosso Presidente do partido com o Ministro do Trabalho do nosso Brasil.

Então, a minha presença aqui é para homenagear o nosso Presidente do partido e o nosso Ministro Carlos Lupi.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Senador

Osmar Dias, sua presença aqui é muito bem-vinda, e todos nós ficamos muito felizes de poder estar hoje contando com a sua presença nessa Comissão.

Então, concedo a palavra, nesse momento, ao Ministro Carlos Lupi.

SR. MINISTRO CARLOS LUPI: Em primeiro lugar, eu queria agradecer às Senadoras, eu estou já gostando que é uma maioria feminina na Mesa, e isso dá uma responsabilidade muito maior para a gente. A Presidente da Mesa, companheira, Senadora Patrícia Saboya, Senadora Rosalba, e a todas as Sras. e Srs. Senadores. Meu agradecimento pela chance, pela oportunidade de estar aqui, vindo por osmose, aprender, só a convivência com as senhoras e os senhores já é um ensinamento.

E eu considero de fundamental importância essa Comissão fazer essa homenagem aos trabalhadores, num momento que eu acho que é o grande desafio da humanidade moderna, de encontrar o mecanismo da inclusão social. Como incluir essa massa de trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, que precisam sobreviver, e que estão nesse mercado informal? Esse é desafio da modernidade, é o desafio de buscar um caminho, onde a gente possa abrigar mais trabalhadoras e trabalhadores, com os seus direitos, não excluí-los.

Então, eu penso que a questão do trabalho, emprego hoje no nosso país, ele passa por um viés, que é de extrema importância que o Senado aprofunde essa discussão. Na minha modesta opinião, apesar de estar apenas há 45 dias do Ministério do Trabalho, eu tenho muita segurança em afirmar que a questão da qualificação é o maior desafio que nós temos no momento no Brasil. Eu, nesses 45 dias recebi cerca de 14 Governadores de Estados, quase uma centena de Prefeitos, 92, e mais de uma centena de Deputados Federais, onde a gente teve praticamente o retrato da necessidade brasileira de qualificação. Agora essa semana passada, Senadora Patrícia, eu estive com um Secretário Municipal de Salvador. Ele me relatando algo incrível, que Salvador, que é capital brasileira do desemprego, tem mais de 30.000 empregos qualificados há um ano sem ter trabalhador para ocupar, pela falta da sua qualificação. E isso é um fenômeno que está se repetindo quase em todo o Brasil.

Então, eu penso que além da gente registrar a data como uma data importante na sociedade, para dignidade do ser humano. Só o trabalho dignifica o ser humano, a mulher, o homem, só o trabalho dá ao ser humano a projeção dele se sentir completo na vida. Nós temos que assumir o desafio de adaptarmos a realidade do mundo moderno, que é a da qualificação. É uma exigência hoje, inclusive, para poder fazer essa disputa com o comércio internacional, a disputa

do mundo globalizado, a questão da qualificação. E tenho, desde que assumi o Ministério, travado um debate público, sobre a questão da DRU, eu sei que há muita resistência do meu amigo, Mantega, na área do Planejamento, com muita coerência no sentido de ele, abrindo esse precedente, poder gerar a expectativa de que todos os outros fundos queiram o mesmo precedente.

Mas eu acho aqui na questão da área de trabalho e empregado, nós estamos diminuindo investimento nessa área de qualificação. Para vocês terem uma idéia, o Ministério do Trabalho, ano passado, aplicou 82 milhões de reais na qualificação, dos cerca de mais de 20 bilhões, que o Fundo de Amparo ao Trabalhador arrecadou. Porque aí tem 40% que vai para as linhas de crédito BNDES, tem 20% que fica com a DRU, que são as reservas de contingente, a vinculação ao Tesouro, e tem os pagamentos dos salários-desemprego e dos abonos salariais. Esses pagamentos de salário-desemprego e abono salarial, há 4 anos foi deficitário, ou seja, o que a gente arrecada não dá para cobrir as despesas com os abonos e salários-desemprego. Só compensa isso por causa da aplicação, como nós temos um recurso vultoso, mais de 125 bilhões aplicados, o rendimento desses recursos é que nos dão condição de cumprir o pagamento desses direitos dos trabalhadores, e ter algum recurso para o Banco do Brasil investir em vários projetos de geração de renda, a Caixa Econômica Federal investir no saneamento da infra-estrutura, na construção de casas e fica 82 bilhões para a qualificação. Quer dizer, um valor irrisório se você pegar o montante total, que o Fundo de Amparo ao Trabalhador arrecada.

Então, eu queria muito levantar essa questão, nesse dia importante que vocês trazem de comemoração da história laboral, da história do trabalhador brasileiro, que é uma luta, enquanto existir. A República Federativa do Brasil, desde a sua fundação, é uma luta permanente da inclusão, da melhoria das relações de capital e trabalho. Eu considero de fundamental importância a discussão sobre essa questão da qualificação. Eu levantei esse ano para cumprir a demanda que nós já temos no Ministério, convênios com os estados, com os municípios, aos quais nós estamos dando prioridade, convênio com universidades públicas, fizemos agora na Estrada Real, em São João Del Rei, um convênio para o primeiro emprego, a juventude que vai dos 16 aos 24 anos, para 3.000 jovens. Todos esses 3.000 jovens, a família recebe um salário mínimo, ou menos de um salário mínimo. E eles vão ter 400 horas/aula para se qualificar para sete tipos de empregos da demanda local. Daquela área que vai de São João Del Rei e abrange 28 municípios, no total de 1 milhão de

habitantes. O rosto, a fisionomia de esperança dessa juventude não tem o que pague. E ali os empresários locais já estão garantindo no mínimo, 40% deles já empregado. Eles antes de entrarem no curso de capacitação, e qualificação, 40% deles, provavelmente os 40% melhores deles, estarão já empregados. Nesse compromisso, nesse ato que nós fizemos, já subimos no final da nossa fala para 60, porque o empresariado mesmo está se mobilizando, ele tem necessidade dessa mão-de-obra qualificada, e ali essa mão-de-obra mais especializada, vai desde da qualificação para artesanal, por que lá tem muita questão do artesanato, local, até a tecnologia de ponta, que é GERDAU está introduzindo lá.

Então, esse exemplo para mim, numa região que abrange um bilhão, que são 3.000 jovens que poderão se qualificar, agora estamos fazendo em Guarulhos, no mês que vem, mais 2.000 jovens, tudo em parceria, iniciativa privada, universidades, Governo Estadual, Governo Municipal e Governo Federal. É uma parceria de cinco setores diferentes da sociedade.

E a gente sente o resultado disso imediato, porque você em quatro, cinco meses, vai ter aquele jovem, que não tinha o seu direito à cidadania podendo trabalhar e ajudar e muito no sustento da sua família. E ainda damos uma ajuda de 120 reais, para ele custear o seu curso. Porque ele tem que se locomover, o curso normalmente é de seis a oito horas diárias, ele tem que se alimentar, ele tem que ter roupa. Então, não adianta você colocar se ele não se sentir motivado, ele passa a ter uma renda como motivadora, para ele se qualificar.

Então, eu quero muito focar, se me permite as Sras. e Srs. Senadores, essa questão da qualificação como desafio da sociedade moderna.

Nós estamos levantando essa questão, junto, com inclusive, o setor empresarial, FIRJAN, FIESP, Sistema AS, que já trabalha muito nessa área, e com muita competência, diga-se de passagem. Agora estamos fazendo um convênio no Rio de Janeiro, com a Petrobras, com aquele pólo petroquímico, que está se criando com maior investimento da Petrobras lá em Itaboraí, para capacitar 30.000 trabalhadores. É o maior convênio de capacitação da história do Brasil, são 30.000 trabalhadores para ser capacitados para essa geração de emprego nos próximos dois anos. E precisamos mais. Porque ali, direito e diretamente nós vamos ter mais de 100.000 empregos, só nos próximos cinco anos. Essa realidade é a realidade que pode fazer o Brasil crescer na competitividade com o mundo moderno. É o trabalhador qualificado. É o trabalhador preparado para evoluir no seu processo de aprendizado, é a empresa consciente da necessidade dela ter esse

trabalhador qualificado. E ao Brasil, que hoje está num momento econômico muito favorável, a economia está com a inflação controlada, em crescimento, acredito eu, e eu sou otimista, que nós vamos ficar esse ano, entre 4,5 e 5% do crescimento econômico. Dificilmente ficaremos abaixo disso. Já tivemos o recorde do mês de março, de carteiras de trabalho registrado em todos os meses de março, na história do CAGED, que faz o cadastro geral de emprego e desemprego do Brasil. Agora em abril teremos outro recorde, eu já tenho os indicativos iniciais, semana que vem estamos com ele em formalizado. Nós vamos bater em abril, um novo recorde de emprego formal, beirando aí a casa nos 300.000, um pouquinho mais dos 300.000. (Tudo bem Senador Inácio?)

Então, nós temos que nos preparar para essa qualificação, porque cada vez mais com o crescimento econômico, com as empresas investindo, com um país tendo um PAC, que está sendo uma espécie de locomotiva do crescimento econômico e do investimento do estado nesse crescimento, se não tiver a mão-de-obra qualificada, nós vamos ter o apagão na qualificação do trabalhador.

Então, eu quero muito levantar essas questões para os senhores, porque isso é de fundamental importância na era moderna, ou do Ministério do Trabalho, tem que ser do trabalho, e do emprego, mas da qualificação para o bom emprego e para um bom trabalho.

E esse é o grande desafio, e eu vou precisar muito de ajuda dos senhores, para a gente ter mais recursos para isso. Porque não é recursos para o Ministério, o Ministério praticamente não faz nenhuma ação direta, é sempre convênios com Prefeituras, com estados, com entidades sérias como universidades federais, das mais de 117 convênios que fizemos, tivemos 17 que o Tribunal de Contas fez exigências. Agora, não é 10%. Então a gente também não pode pegar e condenar 100 por 17 não terem cumprido todas as exigências. Algumas exigências até fáceis de cumprir, erros simples e singelos.

Bom, mas então a principal etapa dessa minha fala, que eu gostaria de apresentar aos senhores, é essa luta da qualificação. Eu acho que essa é a verdadeira luta do tempo moderno, não é a luta de tirar direitos, e eu sou permanentemente chamado de atrasado quando eu falo na luta pelos direitos dos trabalhadores. Mas essa luta dos direitos dos trabalhadores não é do Ministério do Trabalho, é do trabalhador, o trabalhador a conquistou, o trabalhador a conquistou ao longo dos anos, da vida, desde a abolição da escravidão até hoje.

Então, não é um decreto que um Governo, ou a sociedade que tem mais informação pode criar, que vai

impedir essa evolução que a sociedade teve ao longo dos anos. Para mim é um grande desafio da sociedade moderna é a qualificação.

Agora estamos com vários convênios sendo assinados, eu estou acelerando esse processo, para que a gente até o final do ano consiga ter a maior quantidade possível de principalmente jovens qualificados. Que essa massa de juventude hoje que está estudando, ela normalmente pára de estudar para poder trabalhar, e em todos os nossos cursos, ela é obrigada a continuar estudando para poder trabalhar. Ela não é... retira dela a necessidade do estudo.

E finalizando, aproveitando o ensejo, Patrícia, de homenagem, de reconhecimento à luta que os trabalhadores travam na nossa sociedade, por mais qualidade, mais condições de trabalho e melhores salários. Eu quero também apelar, fiz essa visita ao nosso Presidente do Senado, Renan Calheiros, vou fazer uma visita agora para o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Antônio Carlos Magalhães, que eu estou em uma situação *sui generis*. Eu tenho que torná-la público, porque não temos o que esconder.

O Ministério do Trabalho é obrigado pela necessidade de trabalho, Senado Osmar Dias, a trabalhar com 2.000 terceirizados. 2.000 terceirizados. Em atividades fins, as minhas Delegacias Regionais de Trabalho estão tendo que fiscalizar a ação do Ministério do Trabalho com terceirizados. E eu tenho aqui um concurso para 2.000 que suprirá completamente essa minha necessidade imediata. E estou com o Tribunal de Contas com a exigência que eu acabe com essa terceirização. Agora, como é que eu vou acabar com a terceirização, se eu não tiver pessoal para continuar com esse trabalho nas Delegacias Regionais, no trabalho de combate ao trabalho escravo, que é reconhecido hoje mundialmente. Ontem a UNICEF esteve lá pedindo para gente, nós estamos exportando *know how* do combate ao trabalho escravo. Olha, que coisa paradoxal, não é? Saber que ainda existe no Brasil. E não é no Nordeste só não, em São Paulo, na Grande São Paulo, trabalho escravo na Grande São Paulo. Nós temos dados sobre isso já. E o trabalho infantil. Nós estamos hoje já com vários países do mundo pedindo convênio conosco para dizer como é que a gente está desenvolvendo esse combate. E se eu tiver hoje a retirada dessa pessoal terceirizado, eu tenho que parar o Ministério.

Então, o que quê eu preciso fazer, de um tempo, realizar o concurso, aí eu, mais uma vez, vou precisar apelar aos Srs. Senadores, porque isso já está na Comissão de Constituição e Justiça, vou fazer esse pedido ao Senador Antônio Carlos Magalhães, para

que a gente faça o mais rápido possível, tenho autorização no Senado para fazer esse concurso, para suprir essa deficiência. O que eu não posso é continuar, é com o QI. Entendeu? É quem eu estou indicando, não interessa isso. Não é a função precípua do estado. O único sistema que iguala as condições para todos os trabalhadores dentro de um serviço público é o concurso. Não tem outra forma mais democrática, mais eficiente. E que nos protege também, nos protege como homens públicos, e protege o cidadão na prestação do seu serviço, é saber que aquele funcionário que está ali, ele é concursado e tem obrigações para com o estado quando ele faz esse concurso.

Então, eu não queria deixar de aproveitar essa chance, essa oportunidade, que por generosidade e gentileza, a Senadora Patrícia e os demais Senadores me dão para falar um pouco sobre a questão do trabalhador, Senador Cristovam, amigo. Para fazer um apelo para que me ajudem nessa questão de recursos para qualificação, isso é nossa educação e trabalho, Senador. Nós precisamos preparar essa juventude para o mercado, e se ela não tiver qualificada, ele não consegue empregado hoje. E a questão do concurso público que nós precisamos ter dentro do Ministério do Trabalho, para que a gente preencha esses espaços necessários para o atendimento. O Ministério do Trabalho criou uma série de atividades que não tinham anteriormente, ele foi criado praticamente, era Ministério do Trabalho e Previdência Social. Ele englobava os dois ministérios, hoje são dois ministérios. Ele, hoje, é trabalho e emprego, ele tem umas séries de atividades com economia solidária, muito bem desempenhado pelo professor Paul Singer, que no ano todo passado teve 50 bilhões de reais como orçamento, e era de fundamental importância para ajudar as cooperativas dos trabalhadores, catadores de papel, qualificando, lá no Acre seringueiros, para na entressafra eles terem chance de ter uma profissão para não morrer de fome. Entendeu, Senador Flávio? Naquela entressafrazinha, que não tem o trabalho rendável do seringal, ele poder ser uma qualificação e produzir para poder garantir o seu sustento, da sua família.

Então, a questão da economia solidária, da qualificação para o profissional em convênios, esse dinheiro já falei isso para o meu Ministro Mantega, pode vir carimbado, pode vir já com a garantia que só pode ser usado para isso. Eu quero que seja assim, porque é necessário que seja assim, para que não seja desviado do seu objetivo principal.

Então, nós crescemos muito na nossa atividade. A população brasileira está beirando aí os 200 bilhões. São só de trabalhos, com a carteira de trabalho assinada, mais de 38 milhões. Nós estamos trabalhando

para informatizar, agora a Secretaria de Relações de Trabalho vai estar com toda relação de todo o trabalho sindical informatizado no próximo mês. Nós vamos poder ter acordos trabalhistas feitos no Acre a Oiapoque, para qualquer trabalhador do Brasil entrar, acessar, saber como foi feito, qual o ganho, e qual a perda, para com essa informação criar um parâmetro, inclusive, das relações do trabalho com o capital. A qualquer um. Nós estamos precisando muito de ter a colaboração, a compreensão dos senhores, no sentido de fazer do Ministério do Trabalho um grande fomentador, um fomentador, um grande impulsionador da economia qualificada. O trabalhador qualificado para a economia que está crescendo.

A economia já está crescendo, como eu já afirmei aos senhores, nós vamos ter nesse mês de abril, está fechando agora, cerca de 300.000 novos empregos formais, é o aumento em relação ao mês de março, de 100%, foram 146.000, no mês de março. É um aumento em relação a abril do ano passado, de cerca de 40%, em abril do ano passado foram cerca de 220.000 empregos. A economia está crescendo, o mercado está acreditando no Brasil, está aumentando as nossas exportações, o superávit primário mantém uma balança, agora nesses quatro meses, praticamente igual ao período do ano passado. O Brasil está começando a ser uma credibilidade internacional muito forte, e se nós não tivermos o Ministério do Trabalho preparado para qualificar o trabalhador, nós não estaremos acompanhando a necessidade do mercado, de cada vez mais precisar de trabalhadores qualificados para o seu emprego ofertado.

Então, encerro as mínimas modestas e pequenas palavras, que não poderiam ser maiores pelo o meu tamanho, né? Dizendo o meu agradecimentos a cada um dos senhores e senhoras, desculpe os homens, mas as mulheres são sempre prioridade para mim. É claro, eu sou fruto de uma mãe lutadora, ex-feirante, ex-costureira. E eu sei o que é a luta da mulher que nunca abandona o seu filho. O homem quando encontra uma mais jovem de 20 anos, procura outro carinho, a mulher nunca. Impressionante isso. Eu vi isso nas comunidades carentes. Normalmente você vê a mulher com sete, seis filhos, com aquela penca de filho em volta, e a mãe segurando, sustentando, tendo dois, três empregos, lavando roupa para fora, fazendo comida, e cadê o pai? Viajou. Foi ali e já volta. É assim. Nós somos os machistas, mas a nossa realidade é essa. A mulher não, a mulher nunca abandona a sua cria, nunca. Por isso eu tenho um reconhecimento muito sincero e honesto para com qualquer mulher que consiga ascender na vida, e numa sociedade muito machista, ter duas Senadoras na Mesa, eu nunca tive em nenhu-

ma Sessão, em nenhuma Câmara de Vereadores, em nenhum Congresso, em nenhum momento, ter uma maioria de mulheres. Primeira vez.

Então, talvez por isso, pela generosidade delas, é que elas me deram essa oportunidade.

Peço desculpas se não estive à altura dos senhores. Mas eu vim aqui para agradecer essa oportunidade, parabenizar essa iniciativa de homenagem, mas como eu também sou trabalhador, a gente não pode perder uma oportunidade para lutar por aquilo que a gente tem como utopia, como um sonho de ver um Brasil com os trabalhadores qualificados, para ter melhores condições de trabalho e um salário mais digno.

Muito obrigado a todas as senhoras e senhores.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Eu queria... alguns Senadores estão pedindo para falar.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, Senador.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu não sei se a senhora vai conceder a palavra a todos nós aqui--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): É, eu queria combinar com a Comissão, em função de que nós teremos a partir de agora--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Um minuto para cada um está de bom tamanho, eu acho, não é, Senador Paulo?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Eu pediria o seguinte. Nós temos agora é que votar alguns projetos em homenagem ao trabalhador, senão essa Sessão ficará incompleta, ficará só pela metade. O importante dela é que o Ministro pudesse vir aqui, fazer essa homenagem, nós é que agradecemos, da Comissão, Ministro, e pela segunda vez, eu e o Senador, Paulo Paim lhe convidamos para vir às nossas Comissões, e o senhor imediatamente aceitou esse convite. Eu tenho certeza que nós teremos outras oportunidades, e que os Senadores poderão debater também, com V.Sa., mas hoje eu faria este apelo, Senador Cristovam, em função de projetos muito importantes, significativos, que nós temos também para homenagear os trabalhadores.

Em seguida, se nós tivermos tempo em função também da Sessão do Congresso, eu abriria a palavra para que cada Senador pudesse prestar também a sua homenagem.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B- CE):

Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B- CE):

Eu gostaria de fazer uma sugestão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B- CE):

Que a homenagem dos Srs. Senadores ao nosso Ministro fosse feita pelo Senador Cristovam.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Se todos concordarem será acatada essa sugestão. Senador Cristovam, por favor, com a palavra.

[palmas]

Obrigado, Senador Inácio.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Sra. Presidenta, Sr. Ministro, eu vim aqui saindo da Comissão da Educação, onde eu estou presidindo a audiência, que reputo muito importante sobre o futuro, ou não futuro do vestibular, para escolha de como entrarão na universidade os nossos alunos, mas fiz questão de vir aqui.

Eu não esperava que me fosse colocado nessa situação, mas eu quero dizer que o que me surpreendeu, da parte em que eu ouvi do Ministro, é que parece que ele já está lá há muitos anos. A sensação que a gente tem é que ele já conhece todo o assunto com tal profundidade, que nos surpreende, sinceramente.

A segunda, é como tem proposta. E aí eu quero chamar atenção dessa idéia de emprego. O Ministério do Trabalho e do Emprego tem sido muito Ministério do Trabalho e não do Emprego. Como o Ministro das Minas e Energias tem sido só um Ministério da Energia. Ninguém fala mais em minas nesse país, há anos que não se fala. Só se fala em energia, que, aliás, gera muito emprego.

E eu fico feliz, que o nosso Ministro Lupi tenha essa obsessão pelo emprego. E a outra coisa que me chama atenção também, positivamente, é que quando ele fala de emprego, ele fala de qualificação. Hoje não há emprego sem qualificação, a não ser de salário muito baixo. Falta, há desempregado nesse país, e sobram vagas nesse país.

Então, eu fico feliz, Ministro, primeiro, pela rapidez como o senhor hoje conhece todos os problemas. Segundo, por pôr emprego como a parte fundamental, mais do que a relação com os sindicatos, mais do que essa parte de legislação. E terceiro, que ponha qualificação como o caminho do emprego.

E fico feliz de estar aqui, assistindo a sua fala. E agradeço muito ao Senador Arruda, de ter feito essa sugestão, de que eu possa, saudá-lo e cumprimentá-lo, com toda a suspeita que gera a minha fala, pelo laço de amizade que eu tenho e dívida política que eu tenho com o senhor.

SR. MINISTRO CARLOS LUPI: Obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador, Cristovam Buarque. Eu agradeço V.Ex^a por fazer essa homenagem em nome de todos os Senadores dessa Comissão, e queria, para encerrar, Ministro, mais uma vez lhe agradecer, dizendo que também fico muito feliz por essa obsessão, por essa idéia que o senhor tem em relação à qualificação dos trabalhadores brasileiros.

Fico feliz também com a sua preocupação no combate, por exemplo, ao trabalho infantil, que é uma bandeira que eu tenho me dedicado ao longo de toda a minha trajetória, a minha vida política, de enfrentar esse drama que ainda colocam mais de 3 milhões de crianças todos os dias pegando forte no batente. E trocando esse trabalho pesado, muitas vezes, pela escola, pela possibilidade de ter uma infância feliz.

Ainda são 500.000 meninas no Brasil, de 5 a 15 anos, que são submetidas ao trabalho doméstico. Eu sei que é muito difícil que o estado entre na casa de um homem, de um cidadão, de uma cidadã, para fiscalizar esse tipo de trabalho. Portanto, isso é muito mais uma mudança cultural que nós queremos trabalhar isso na nossa sociedade brasileira, para que as pessoas compreendam que nada pode substituir a vida lúdica de brincar, de ser feliz e de estudar de uma criança.

E quero encerrar esse momento da Sessão, fazendo também aqui uma homenagem ao nosso conterrâneo, Raimundo Fagner, nosso cantor, que fala a música, que eu vou falar só um trecho dela: “Que um homem se humilha, se castram seus sonhos. E sem a sua vida e sem os seus sonhos, a sua vida é o trabalho, e sem o seu trabalho, o homem não tem honra. E sem a sua honra, se morre, se mata. Não dá para ser feliz, não dá para ser feliz”.

Com isso, nós concluímos essa primeira etapa, agradecendo mais uma vez ao Ministro pela sua presença e delicadeza de ter atendido esse nosso convite. Muito obrigado.

[palmas].

[sessão suspensa]

[sessão reaberta]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Declaro reaberta a presente Sessão. Nós passaremos imediatamente ao Item 01 da Pauta. Projeto de Lei da Câmara nº. 18/2002, que

acrescenta inciso ao art. 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que possibilita a utilização do FGTS para a aquisição de lote urbanizado.

Bom, na verdade, são 15 projetos que estão tramitando em conjunto. Senador Eduardo Azeredo apresentou um substitutivo, já leu esse substitutivo, por isso nós vamos então colocar imediatamente em votação. Não é isso?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, só para dizer que na última reunião, eu pedi vista, e devolvi para ser aprovado exatamente como o Senador apresentou seu relatório. Houve uma conversa com a Caixa Econômica Federal, e chegamos ao entendimento que deveríamos votar exatamente como foi apresentada. Só para que não fique nenhuma dúvida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, obrigada--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele só não está aqui, porque está no Chile, o Senador que é autor do substitutivo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Exatamente, ele entrou em contato, e concordou com essa votação.

Então, em votação o Parecer que concluí pela aprovação do PLC nº. 18/2002, na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição das demais propostas que com ele tramitam. Sendo PLS nº. 131/99, PLS nº. 122/99, PLS nº. 198/99, PLS 223/99, PLS nº. 356/99, PLS nº. 73/2000, PLS nº. 203/2000, PLS nº. 245/2000, PLS nº. 101/2001, PLS nº. 185/2001, PLS nº. 95/2002, PLS nº. 113/2002, PLS nº. 124/2002 e PLS nº. 319/2003.

Os Srs. e Sras. Senadoras que aprovam permanecem como se encontram. Aprovado o projeto.

Projeto de Lei da Câmara, Item 02, nº. 41/2006, que acrescenta o § 2º ao art. 445 do Decreto Lei nº. 5.452 de 01 de maio de 1943, que trata da consolidação das leis do trabalho, impedindo a exigência de comprovação de experiência prévia por tempo superior a seis meses. O autor é o Deputado Inocêncio Oliveira, o Relator é o Senador Demostenes Torres, que infelizmente não pôde comparecer. Com Parecer favorável ao projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. Por isso eu peço ao Senador Jayme Campos, para ler esse relatório, para ser o Relator *ad hoc*. Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sra. Presidente, Senadora Patrícia. E na Vice-Presidência, a Senadora Rosalba. Sras. e Srs. Senadores.

O Relator do projeto, Senador Demostenes Torres. O relatório é o seguinte. O Projeto de Lei da Câmara nº. 41/2006, que acrescenta inciso II e o art. 145 do Decreto Lei nº. 5.452 de 01 de maio de 1943, na sua

consolidação, da lei do trabalho impedida a exigência de comprovação de experiência prévia por tempo superior a seis meses, é de autoria do eminente Deputado Inocêncio Oliveira. Trata-se de proposição que objetiva, inserida na legislação laboral brasileira regra proibitiva, que impede o empregador de exigir de candidato a emprego, comprovação de experiência prévia por tempo superior a seis meses ao mesmo tipo de atividade profissional. Na sua justificação, o eminente autor argumenta que a exigência de experiência profissional, não obstante ser um requisito para se verificar a adequação do cidadão no desempenho da atividade pleiteada, tem se colocado como barreira ao funcionamento socialmente injusto no mercado de trabalho, trazendo prejuízo ao país de hoje e no futuro.

Salienta-se ainda, que são inúmeros os relatos de pessoas preteridas em disputa por emprego devido a exigência de cinco anos de experiência. Em vista do próprio ciclo da vida do jovem que se inicia no mercado de trabalho apenas com sua formação escolar, técnica ou acadêmica, essas exigências tornam inviável a sua habilitação a emprego mais qualificado. No âmbito da Câmara dos Deputados, o projeto teve a aprovação unânime, em caráter terminativo na Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. A proposição. Não foram oferecidas Emendas até a presente data nesta Comissão.

Análise. Nos termos do art. 90, inciso I, com ele, o art. 100, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal. Compete à Comissão de Assuntos Sociais dar Parecer sobre o presente Projeto de Lei. Efetivamente, sendo livre o exercício de qualquer profissão e garantindo o direito à propriedade e à luz da igualdade do trabalho e livre iniciativa, pode-se concluir que ao empresário cabe decidir livremente o ramo de atividade e de que se dedicará à abordagem que dará aos seus negócios o número de empregados, que contará e, conseqüentemente, qual o nível de expert que considera exigível, e seus colaboradores.

Naturalmente, sua capacidade de gestão é limitada pelas disposições constitucionais e legais, que estabelecem em condutas que a sociedade entende ser benéficas.

Tais limitações, no entanto, não conflitam com o fato de que, que a última instância é o empresário que conhece suas necessidades, e a ele é atribuída a competência para determinar que tipo de experiência seus empregados devem ter.

Todavia, a Constituição Federal veda qualquer discriminação ao jovem trabalhador em função de sua idade. E que, tudo exposto, o inciso XXX do art. 3º do “cef verbs”(F)... 30. Proibição de diferenças de salá-

rios, de exercício de funções e de critério de admissão, por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. Assim considero que a proposição guarda harmonia com as disposições constitucionais que veda a discriminação de candidatos ao emprego por motivo de idade ou de experiência.

E a bem da verdade, que a seleção de qualquer candidato poderá considerar vários elementos, além da idade e do tempo da experiência. A própria fixação de um limite mínimo de seis meses de experiência pode ser avaliada como insuficiente, mas é um parâmetro que aponta uma maior inclusão no mercado de trabalho de mão-de-obra jovem.

Assim, a maior experiência não é um critério que interessa apenas à empresa, ou aos seus proprietários, mas à sociedade como um todo. Contudo, deixar de oferecer oportunidade aos candidatos com menor experiência constitui ilegal e discriminação. O critério ideal e juridicamente perfeito seria a existência de condições temporal, estabelecido ao que se refere ao requisito experiência, mas isso seria se afastar por demasia da realidade.

Ressalta-se que a medida tem caráter educativo, pois proíbe a discriminação de candidatos durante o processo seletivo, e que já é louvável, embora sendo mais oneroso para as empresas pelo maior número de candidatos a uma mesma vaga.

As principais causas da dificuldade de ingresso dos jovens no mercado de trabalho são baixo crescimento geral do número de postos de trabalho e de deficiência de qualificação profissional de boa parcela desses jovens, aliados ao pífio crescimento de nossa economia nos últimos anos.

No aspecto formal, o projeto merece ajustes. Ocorre que o art. 445 da CLT disciplina apenas o contrato de trabalho por tempo determinado e que a exceção na relação de trabalho formalizado em nosso país. Para alcançar, objetivo pretendido, a norma deve estar inscrita em artigo autônomo, para abranger também os contratos de trabalho por prazo indeterminado.

Voto. Em fase do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 41/2006, nos termos seguintes.

Esse é voto do Senador Relator e dos Senadores. Patrícia Saboya.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para discutir, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bom, em discussão a matéria, o primeiro a discutir é o Senador Paulo Paim. Se me permite, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Só para lembrar os Srs. Senadores, o Presidente Renan Calheiros está fazendo um apelo com a Sessão do Congresso, para que todos os Senadores possam dar sua presença no Plenário do Senado, porque nós estamos precisando de quorum.

Então, eu vou colocar em discussão o projeto, peço aos Srs. Senadores, aqueles que possam dar a sua presença, mas que retornem para que a gente possa terminar, concluir esse projeto e mais dois Requerimentos.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, é só um minuto, Sra. Presidente, só para registrar o meu apoio ao projeto. Porque sempre digo nesse país, o jovem é porque não tem experiência, e o mais de 40, 45 anos, eles é discriminado pela idade. Então quando você termina mesmo com o ensino técnico, você não tem experiência laboral da atividade de trabalho. Então, o projeto do Deputado Inocêncio de Oliveira, e teve o Relator, Senador Demostenes Torres, e o Senador *ad hoc*, o Senador Jayme, ele vem de encontro a uma preocupação muito grande que tem todos os trabalhadores.

Por isso eu quero apenas reafirmar essa disposição, na minha disposição, naturalmente do voto favorável por entender que o projeto é importante. E se me permitir, Senadora, eu tenho queria só pedir a todos os Senadores, se pudessem assinar o Requerimento, que nós vamos lançar amanhã na Câmara, a frente parlamentar em defesa do ensino qualificante. Do ensino técnico qualificante, sob a coordenação lá do Deputado Alex Graziano, que já tem mais de 300 parlamentares que assinaram. Eu estou coletando a assinatura de Senadores. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigado, Senador Paulo Paim. Passo a palavra, então, à Senadora Rosalba.

SENADORA ROSLABA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, Senadora Patrícia, eu vou ser bem rápida, porque eu sei que nós temos ainda que estarmos presentes no Plenário, no Congresso.

Mas eu não poderia deixar de passar nessa oportunidade de expressar o meu apoio a esse projeto, que eu considero o mais justo, porque na realidade, nós estamos assim criando condições para que os jovens que há pouco instantes falávamos sobre capacitação com o Ministro Carlos Lupi, ele nos colocando essa preocupação que hoje temos no nosso Brasil, o jovem mesmo capacitado está tendo muito dificuldade para ingressar no mercado de trabalho. Então, nós não podemos deixar que a inteligência, a garra, a raça, a competência, a criatividade da nossa juventude fique

fora do mercado de trabalho porque ela vai contribuir muito. E esse projeto, com certeza, irá ajudar para que ele possa ser inserido com mais facilidade do mercado de trabalho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada à Senadora Rosalba. Também eu quero fazer minhas as suas palavras Senadora, até por questão de tempo, mas V.Exª fala exatamente o que eu penso sobre essa matéria, e principalmente as oportunidades dos jovens.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº. 41/2006, com Parecer favorável.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Eu quero agradecer também ao Senador Jayme, por ter lido o nosso relatório, possibilitando essa votação. Muito obrigada, Senador.

Requeiro Item 07, Requerimento nº. 25/2007. As autoras, Senadoras Kátia Abreu e Senadora Rosalba.

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública, pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de promover um debate sobre as causas e consequências do avanço da obesidade no Brasil, em especial entre o público infantil.

Nós teremos aqui vários convidados. Eu coloco em discussão a matéria.

Senadora Rosalba.

SENADORA ROSLABA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Patrícia, eu gostaria só aqui de realmente dizer da importância que é hoje esse assunto em saúde pública. Nós temos já observado, e eu tenho uma experiência de médica pediatra, que essa questão está crescendo, é crescente no nosso país. A obesidade, que já preocupa como causa mórbida na idade adulta, agora também passa a ser frequente nas crianças e na adolescência.

Então, nós precisamos com a preocupação de termos um país com melhores condições para todos e com mais saúde, nós precisamos realmente nos deter nesse assunto, analisar, e procurarmos ter políticas públicas que levem à redução dos problemas causados, infelizmente pela obesidade num país onde nós sabemos que muitos ainda passam fome.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senadora Rosalba. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero me manifestar também favoravelmente ao Requerimento, a realização da Audiência na Subcomissão de Saúde. E dizer que, inclusive, eu sou Relator de um Projeto de Lei que trata da propaganda que acontece ainda nos meios de comunicação a respeito de alimentos infantis. E que causam assim problemas de saúde, além da obesidade, problemas de saúde. E o objetivo é proibir a propaganda mesmo desses alimentos em horários em que as crianças estejam assistindo televisão, porque são indutores aí de coisas que trazem extremos prejuízos à saúde, além da própria obesidade.

Então, eu acho que é uma das audiências mais pertinentes, e que vai, inclusive, subsidiar o relatório desse e de outros Projetos de Lei.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Senador Flávio Arns.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Requerimento. Todos que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós teremos só mais um Requerimento de autoria da Senadora Patrícia, nos termos do inciso II, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para debater sobre a regulamentação das profissões e a criação dos conselhos profissionais.

Senador Paulo Paim, dando continuidade àquela Audiência Pública que nós tivemos, mas que só pudemos naquela ocasião ouvir parte, então, nós estamos agora convidando outros convidados, né? Serão definidos os convidados por essa Comissão, e eu peço até a V.Exª que nos ajude também nessa questão dos convidados.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão, e em votação o Requerimento. Todos que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Portanto, nós estamos encerrando a Sessão por hoje.

Eu agradeço a todos os Senadores e Senadoras por terem comparecido e ajudado nesse debate, que foi importante em homenagem ao trabalhador brasileiro. Muito obrigada a todos.

Sessão encerrada às 12h07

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 23 DE MAIO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e trinta minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, JOÃO PEDRO, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, GARIBALDI ALVES FILHO, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, JOSÉ NERY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, MAGNO MALTA, VALTER PEREIRA, PEDRO SIMON, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA, CÍCERO LUCENA E SÉRGIO GUERRA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação dos projetos: **ITEM 9 – REQUERIMENTO Nº 28, DE 2007 - CAS** “Nos termos do inciso II, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para avaliar o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, com a participação de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social, Centrais Sindicais, Confederação Nacional da Indústria, Ministério Público do Trabalho e Fórum Nacional do PET”. **Autora:** Senadora Patrícia Saboya. **Resultado:** **Aprovado com o acréscimo dos seguintes convidados: representante da Confederação Nacional do Comércio – CNC e representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA.** **ITEM 07 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2006** “Dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas”. **Autora:** Deputada Laura Carneiro. **Relator:** Senador Papaléo Paes. **Parecer:** Favorável ao Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** **Lido o relatório, foi concedido vista ao Senador Augusto Botelho.** **ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 29, DE 2007 - CAS** “Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combi-

nado com o art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública para discutir a recuperação de jovens dependentes de drogas e álcool. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados o frei franciscano Hans Stapel, o Sr. Nelson Giovanelli Rosendo dos Santos e o Sr. Antonio Eleutério Neto.” **Autor:** Senador Pedro Simon. **Resultado:** **Aprovado, com o acréscimo dos seguintes convidados: Pastor Valmir Santos Lima, Sra. Kátia Santos Gomes Malta, Sr. Ledir Porto – Secretário de Defesa Social do Município de Serra, Presidente da Sociedade Brasileira de Psiquiatria e Padre Renato Chiera.** **ITEM 01 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, DE 2006** “Acrescenta dispositivo ao artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para incluir o exame de detecção precoce de câncer de mama, útero ou próstata, nas hipóteses em que o empregado poderá se afastar do serviço sem prejuízo do salário”. **Autor:** Senador Valdir Raupp. **Relator:** Senador Paulo Paim. **Parecer:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** **Aprovado, com 11 votos sim.** **ITEM 03 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, DE 2003** “Acrescenta parágrafo ao artigo 625-E da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator:** Senador Romeu Tuma. **Parecer:** Favorável ao Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** **Lido o relatório, foi concedido vista ao Senador Cícero Lucena.** **ITEM 04 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2004** “Altera a redação do art. 17 da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do Instituto Nacional de Seguro Social”. **Autor:** Senador Marcelo Crivella. **Relator:** Senador Paulo Paim. **Parecer:** Favorável ao Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** **Aprovado, na forma do Substitutivo apresentado, com 9 votos sim.** **ITEM 05 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, DE 2005** “Dispõe sobre o início do pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal, e dá outras providências”. **Autor:** Senador Leonel Pavan. **Relator:** Senador João Durval. **Parecer:** Favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 – CMA. **Resultado:** **Lido o relatório, foi concedido vista ao Senador Paulo Paim.** **ITEM 02 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 2006** “Acrescenta dispositivos aos arts. 5º e 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a divulgação da existência de contas inativas do FGTS e dos pressupostos para sua liberação”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator:** Senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** **Aprovado, com 13 votos sim, na forma do Substitutivo apresentado na reunião.** **ITEM 06**

– **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2006** “Altera o §9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para permitir que o custeio da educação superior dos empregados possa ser abatido da base de incidência da contribuição para o regime geral de previdência social”. **Autor:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relator:** Senador Valdir Raupp. **Parecer:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 01-CE. **Resultado: Aprovado com a Emenda nº 01-CE/CAS, com 11 votos sim.**

ITEM 08 – REQUERIMENTO Nº 27, DE 2007 – CAS “Requeiro, nos termos regimentais, seja convidada a Ministra Mariângela Rebuá, chefe da divisão de temas sociais do Ministério de Relações Exteriores, bem assim os professores Marcio Porchmann, ex-secretário de Trabalho da prefeitura de São Paulo, e Carlos Lessa, ex-Presidente do BNDES, para falarem, em audiência Pública nesta Comissão, sobre as oito Metas do Milênio estabelecidas na Convenção do Milênio”. **Autor:** Senador Marcelo Crivella. **Resultado: Aprovado.** Usaram da Palavra os Senadores Paulo Paim, Cícero Lucena, Flávio Arns, Pedro Simon, Augusto Botelho, Magno Malta, Romeu Tuma, Valdir Raupp, Marcelo Crivella, Eduardo Azeredo, Wellington Salgado, Garibaldi Alves Filho e Lúcia Vânia. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Flávio Arns, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE MAIO DE 2007 ÀS 11 HORAS E 29 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Bom dia a todas e a todos, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. e Sr^{as}. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Nós iremos, a idéia Senadores, é que nós possamos iniciar pelos requerimentos. Hoje nós temos vários itens na pauta, mas muitos itens, a maioria deles terminativos. Então nós votaríamos em primeiro lugar os requerimentos, depois um projeto não terminativo, cujo Relator é Senador o Papaléo Paes, que já está

chegando já veio à Comissão, foi ao Plenário e volta em alguns minutos. E, para nós podermos adiantar a nossa Comissão, nós iniciariamos pela votação de alguns requerimentos.

Eu proponho então, que o item 09, coincidentemente de minha autoria, Requerimento nº. 28 de 2007: “Nos termos do inciso II, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para avaliar o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, com a participação de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social, Centrais Sindicais, Confederação Nacional da Indústria, Ministério Público do Trabalho e Fórum Nacional do PET - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil”. E, incluindo também a solicitação de um representante da CNC.

Então, em discussão a matéria. Nós estamos fazendo esse requerimento em função do Dia Nacional de Enfrentamento do Trabalho Infantil. Nós sabemos que hoje no Brasil, milhares, milhões de crianças ainda são vítimas do trabalho infantil e alguns em situações absurdas. Então, nós queremos aproveitar nesse dia de mobilização, para fazermos um acompanhamento de como anda o trabalho o PET, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, inclusive, uma idéia da Senadora Lúcia Vânia, importante no combate dessa chaga ainda que aflige a tantas crianças, que ao invés de estarem nas escolas estão pegando no batente muito cedo.

Então, a idéia é que nós possamos discutir uma matéria que eu acho muito relevante e importante.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para discutir, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Só um minuto, Senador Paulo Paim. Nós gostaríamos também de incluir a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, ANA-MATRA. Então, para discutir matéria, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na verdade, é só para cumprimentá-la, dizer pela iniciativa, brilhante e importantíssima que essa Comissão, que é a Comissão de Assuntos Sociais discuta a questão, em resumo do trabalho infantil, que infelizmente grande parte das nossas crianças, além da sua luta da exploração sexual, temos também esse tipo de exploração que é também grave, que é botar as crianças pra trabalhar, exploração das nossas crianças quando elas deviam estar mesmo nas escolas.

Então, eu quero ser só parceiro de V.Ex^a.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Obrigada.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus cumprimentos por mais essa iniciativa, mostra a sua história e o seu compromisso com a recuperação das nossas crianças, nossa juventude, nossos adolescentes. Por isso, eu não poderia deixar de me manifestar, cumprimentando a sua história, a sua luta por essa causa tão nobre. Parabéns.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Muito obrigada, Senador Paulo Paim, mais uma vez pelas suas palavras, que são sempre tão generosas.

Com a palavra Senador Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Paulo Paim e, dar o testemunho, o reconhecimento da sua história em favor das crianças e de outras causas tão importantes. E, dizer que esse requerimento ele tem uma importância fundamental, principalmente, aprimorado com a participação também do representante da Confederação Nacional dos Municípios, já que numa última audiência pública que nós tivemos na Subcomissão de Reforma Tributária, ele ao relatar às preocupações dos municípios, ele citava alguns programas nacionais que o Governo Federal criava, e que colocava para ser cumprido pelos municípios. E nunca era verificada a questão dos custos para os municípios para aplicar esses programas.

Então, às vezes, os programas ficavam deficientes exatamente por não ter esse respaldo financeiro. E todos nós que tivemos alguma oportunidade, alguma chance de conhecer o programa do PET, nós sabemos da importância dele nos municípios, principalmente nos municípios mais carentes.

Então, eu quero também me somar a todos os Senadores que reconhecem esse seu trabalho e lhe parabenizar por essa mais, mais essa iniciativa em favor das nossas crianças.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Eu agradeço também a V.Ex^a, Senador Cícero Lucena, pela sensibilidade também que tem nessa área; ontem tivemos o privilégio de discutir muito sobre a questão da Educação, e sei que V.Ex^a. terá uma grande contribuição nessa audiência em que estaremos fazendo em conjunto, buscando alternativas para melhorar inclusive os municípios. Eu também sou testemunha disso, andando pelo interior do meu Estado, o Ceará, como os Prefeitos têm sofrido com a demanda de muitos projetos, mas na verdade, muito poucos recursos.

Então, eu acho que é um momento apropriado para que nós possamos discutir essa matéria. E eu agradeço, também, as palavras de V.Ex^a.

Com a palavra, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Patrícia, também, eu quero me associar a idéia do requerimento, a importância do requerimento. Eu acho que é justamente dentro dessa ótica que V.Ex^a., colocou.

Nós temos muitos programas, projetos voltados para criança, para o adolescente, para a juventude e nós temos que fazer uma avaliação, um acompanhamento, uma reflexão, dificuldades, pontos positivos, necessidades, para ver inclusive como que o Senado pode se envolver nesse processo. Mas não só fazer a avaliação, avaliação do programa e avaliação orçamentária do programa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Claro.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Porque muitas vezes, nós temos necessidades que são debatidas e discutidas e os recursos são insuficientes. E muitas pessoas colocam, e eu, entre elas também, as prioridades têm que estar estampadas no orçamento, porque senão deixam de ser prioridades. Prioridade tem que aparecer visivelmente no orçamento. E não só em relação a esses aspectos, se V.Ex^a. me permite, eu acho que na seqüência nós deveríamos ter um debate sobre todos os programas para o adolescente e o jovem.

Primeiro Emprego. Como é que está o Primeiro Emprego? Agente jovem. Como é que está o Agente Jovem? Contrato de Aprendiz. Como é que está o Contrato de Aprendiz? Serviço Civil Obrigatório. Como é que está isto? Como é que está a participação do Exército? Porque nós, na verdade, não temos uma idéia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Estratégia popular--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Assim, clara, transparente do sucesso ou das dificuldades. Eu não acho ruim também, que às vezes, haja dificuldades. Se a gente analisar a dificuldade, uma boa análise pode levar, no passo seguinte, ao sucesso também.

Então, eu quero parabenizar. Eu acho que até na seqüência, poderíamos ter uma outra audiência, no sentido de avaliação dos outros programas, além, desta proteção especial para erradicação do trabalho infantil e a proteção do trabalhador adolescente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Obrigada, Senador Flávio Arns, pela contribuição extraordinária. Eu inclusive, peço a V.Ex^a., que pudesse fazer um requerimento que nós pudessemos tratar da avaliação desses projetos, V.Ex^a. tem completa razão. Quando se trata de assuntos, questões econômicas, nós temos mecanismos diversos de acompanhamento. Quando se tratam das políticas

sociais, nós ficamos completamente sem nenhum tipo de estratégia para acompanhar.

Então, eu acho que fazer uma revisão desses programas sociais, eu acho que seria uma grande iniciativa que a Comissão de Assuntos Sociais poderia fazer. Então eu peço a V.Ex^a., que encaminhe esse requerimento que eu tenho certeza será aprovado por essa Comissão, porque todos nós temos esse mesmo interesse e esse mesmo cuidado.

Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Como é bom o debate, porque você aproveita as idéias dos outros, as boas idéias. E me permita, Senador Flávio Arns, eu sugerir para que entre esses programas a ser avaliado, seja o Programa de Saúde da Família.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Perfeito. Em votação o requerimento. Se todos concordam, permaneçam como se encontra. Aprovado.

Nós vamos aproveitar passar, agora, para o item 07, em função da presença do Senador Papaléo Paes. É o Projeto de Lei da Câmara, nº 111 de 2005. “Dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas”. A autora do projeto é a Deputada Laura Carneiro e o Relator é o Senador Papaléo Paes.

Com a palavra, eu concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, para que possa proferir o seu relatório.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr^a. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras, considerando que todos já têm em mãos o relatório completo, vou me ater à análise do projeto.

É inegável o caráter social da proposição em análise, contudo, faz-se necessário salientar os problemas subjacentes ao texto do projeto. As metas da política não possuem conteúdos substantivos sobre o tema, mas apenas determinações genéricas aplicáveis a qualquer política nacional, e já contidas na Legislação Brasileira. Em especial na Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde.

A listagem das doenças associadas ao agente solar, presente nos incisos II e art. 2º, explicita, em primeiro lugar, a enorme disparidade entre essas patologias do ponto de vista clínico, quanto a evolução, ao prognóstico e ao tratamento; do ponto de vista sanitário, a magnitude e ao impacto econômico para os sistemas de saúde. Elas diferem até mesmo, quanto à ligação delas com a exposição ao sol.

O câncer de pele constitui, sem dúvida, uma grave questão da saúde pública, que merece ser objeto de políticas e programas de controle, já que a acometem

pessoas saudáveis que após um histórico de exposição despreocupado ao sol, inclusive, por razões de trabalho, são acometidas por doenças potencialmente letal, cujo tratamento traz custos consideráveis para elas, seus familiares e ao sistema de saúde. O mesmo não pode se dizer quanto à magnitude, a gravidade e aos custos acerca das doenças alérgicas, queimaduras e alterações imunológicas.

No caso do Lupus Eritematoso Sistêmico, apesar dele ser uma doença grave e acarretar custos significativos para o doente e seus familiares, não há prova definitiva de que a sua ocorrência poderia ser evitada pela prevenção a exposição ao sol. Ademais, a doença não constitui uma questão significativa de saúde pública, assim, o cenário é o de uma pessoa que já tem o diagnóstico da doença e que, a partir de então, recebe aconselhamento para não se expor ao sol de forma a evitar o agravamento ou o surgimento de algumas manifestações da moléstia.

Dessa forma, a listagem contida no projeto apresenta um grupo de doenças ligadas por um fio tênue - o de serem associadas, de maneiras muito diversas, à exposição ao sol. Por isso, a nosso ver, não se justifica a implementação de uma política única dirigida a todas elas. Ademais, a menção aos efeitos do agente solar não parece apropriada, pois o sol não é um agente ou vetor a ser combatido por meio de uma política nacional, como por exemplo - eu cito aqui o caso da dengue que são os mosquitos. Ademais, uma exposição moderada é essencial para o crescimento adequado das crianças e a prevenção da osteoporose entre adultos e idosos.

Quanto à classificação dos protetores solares como medicamentos que se pretende instituir por meio do parágrafo 1º, do art. 2º, já existem projetos em tramitação no Congresso Nacional com esse objetivo. Estudo realizado sobre a matéria, no entanto, apontam não só a ineficácia, mas sobretudo, a impropriedade da medida, haja vista principalmente que ela estaria na contramão das normas vigentes no âmbito do Mercosul, internacionalizadas no País por portarias dos órgãos responsáveis, que classificam os protetores solares como cosméticos e estabelecem o regulamento técnico para esses produtos.

Por esse motivo, mesmo que o projeto em análise especifique que a classificação dos protetores solares como medicamento, se restringe a finalidade da lei que se originará na proposta, não nos parece apropriado manter essa determinação. No caso, é mais recomendável obrigar o SUS a fornecer o produto às pessoas que dele necessitam, sem alterar a sua classificação.

A última ressalva ao projeto, diz respeito ao conteúdo do parágrafo 2º do art. 2º, que dispõe que a União, os Estados e o Distrito Federal, poderão, isolado ou coletivamente, alterar a tributação dos protetores solares. Salienta nesse dispositivo, a ausência de um dos atributos da juridicidade da norma legal, qual seja, o caráter coercitivo. O que se pode depreender do acima exposto, é que não há conteúdo ou razão suficiente, para que a matéria seja apresentada na forma de uma política nacional.

O que nela existe de significativo, se resume nos seguintes aspectos que podem e devem ser contemplados de maneira mais efetiva.

Primeiro: Necessidade premente de educação e conscientização das pessoas para evitar a exposição excessiva ao sol.

Segundo: Necessidade de tornar os protetores solares acessíveis para a população e, de enquadrar o produto como equipamento de proteção individual para os trabalhadores expostos à radiação do sol. Esse segundo aspecto de grande relevância, não foi contemplado pela proposição em análise.

Terceiro: Necessidade de o Sistema Único de Saúde, fornecer o protetor solar aos portadores de doenças causadas ou agravadas pela radiação solar.

Assim, Srª. Presidente, apresentamos substitutivo que contempla os pontos acima listados, na forma de uma campanha nacional de prevenção da exposição indevida ao sol.

VOTO. Meu voto. Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, nº 111 de 2005, na forma do seguinte substitutivo: Projeto de Lei da Câmara nº 111, Substitutivo de 2005: “Institui a Campanha Nacional de Prevenção da Exposição Indevida ao Sol. O Congresso Nacional decreta: ‘Fica instituída a Campanha Nacional de Prevenção da Exposição Indevida ao Sol, com os seguintes objetivos. 1º. Conscientizar o cidadão sobre os riscos e as consequências da exposição indevida ao sol’. Parágrafo 2º: ‘implementar as medidas necessárias para facilitar ou possibilitar o acesso do cidadão ao protetor, bloqueador ou filtro solar’. Inciso I: ‘Para fins do dispositivo do inciso do caput I, o Poder Público veiculará, anualmente, nos meios de comunicação campanha específica durante o período de férias escolares. Os fabricantes aporão advertência nas embalagens ou etiquetas de produtos associados a exposição do sol e na publicidade desses produtos’. Parágrafo 2º, inciso II: ‘Para fins do disposto no inciso II, do caput, por meio de leis específicas para essa finalidade, o Poder Público reduzirá as alíquotas dos tributos que incidem sobre o protetor, o bloqueador e o filtro solar, ou isentará os produtos desses tributos’. II: ‘O protetor, bloqueador

ou filtro solar, integrará o equipamento de proteção individual do trabalhador exposto ao sol, por força de suas atribuições’. III: ‘O protetor, bloqueador ou filtro solar, será fornecido sem ônus ao portador, usuário do Sistema Único de Saúde, de doença causada ou agravada pela exposição ao sol’. Parágrafo 3º. ‘O regulamento estabelecerá os requisitos e as condições para implementação do disposto nos incisos I e II’. Artigo 2º. ‘Esta lei entra em vigor 180 dias após a data da sua publicação’”.

É esse o relatório, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Obrigada, Senador Papaléo Paes. Parabênz V.Exª., já antecipadamente pelo relatório, pelo seu parecer. Em discussão a matéria.

Para discutir o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero enaltecer o relatório do Senador Papaléo Paes, a iniciativa da Deputada, também, Laura Carneiro. E dizer que, eu diria que isto é fundamental, o que está sendo aprovado. Prevenir é mil vezes mais barato do que remediar ou atender.

A pessoa pode dizer: “Vai se gastar”, mas vai se gastar muito menos, porque a exposição ao sol, como pode ser saudável e tem que acontecer e o relatório fala isto, pode causar de acordo com o tempo de exposição, horário de exposição, problemas muito sérios. Basta dizer que, em função da saúde, diminuir os impostos ou isentar de impostos, protetores, bloqueadores e filtros. Considerar esses materiais como proteção individual do trabalhador.

A pessoa fica o dia inteiro no sol, tem que usar este remédio, vamos dizer, este protetor. E colocar para as pessoas do SUS, que tenham doença causada ou agravada pelo sol, este produto como se fosse medicamento, e não deixa de ser medicamento: “Eu tenho problema de saúde, para não ter o problema de saúde, eu tenho que usar este material, este remédio - vamos chamar assim - e eu não tenho dinheiro para comprar gastar, vinte, trinta, quarenta reais”, porque dependendo do problema, tem que ser filtro, 15, 20, 30 ou 40. Mas é mil vezes mais barato atender, prevenir do que remediar.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Me permite um aparte, Senador?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu sou inteiramente favorável ao projeto. Eu não tenho nada em contrário, eu acho muito positivo. Mas veja, como o Brasil é um país onde a gente faz as leis e vota com facilidade, a gente nota, sabe que não é para cumprir. Porque chega-se agora aqui, vai ver o Brasil está botando uma legislação... Eu não sei se já existe legislação

igual nos Estados Unidos, na Europa, uma legislação tão perfeita, tão justa como essa, que a pessoa que está trabalhando no sol tenha o protetor solar.

No entanto tem milhões de brasileiros morrendo de fome, um milhão de brasileiros, então... Nós somos um País das incongruências. A gente vota, mas a gente sabe que é tudo de mentirinha, como tudo é mentirinha eu vou votar. Acho que o projeto é bom, mas de mentirinha.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu queria... Eu acho o que projeto é bom. E o que falta no Brasil, é, assim, a consciência de todos nós e do Poder Público, de que nós vamos gastar muito menos em outros problemas. Por exemplo, alguém que tenha uma, eu, por exemplo, até me permito dizer, eu estou em tratamento há muitos anos por causa da melanoma.

Melanoma é um câncer de pele, e eu não posso me expor ao sol, como outras pessoas se expõem também. Então, eu não posso fazer isso.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Quer dizer que a sua barba não é política? É por questão... Todo mundo pensou que era por causa do PT--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A barba é de proteção--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ah!

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Por trinta anos, já também--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Todo mundo está enganado nesse sentido, pensando que a barba era política, era PT.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, a gente tem que se cuidar. Eu fico imaginando esse pessoal em zona rural. E as pessoas já alertaram, inclusive, que a incidência de câncer de pele na zona rural é muito maior. É natural que seja maior, porque as pessoas ficam no sol o tempo todo.

Então, além de uma conscientização de uma discussão. Tornar esse produto mais acessível por isenção de imposto, para que diminua, porque é uma necessidade. Não é assim, uma coisa unicamente estética, mas é uma necessidade. A pessoa do SUS, ter na farmácia o protetor solar, porque não vai poder comprar, apesar da isenção de imposto. E os trabalhadores terem isso como equipamento necessário, como têm, por exemplo, capacete, como têm bota, como têm luva. Quer dizer, regulamentar isto, para que se estiverem expostos ao sol usem o protetor solar dentro de normas estabelecidas, porque toda a pessoa que se expõe ao sol durante muito tempo, tem que usar o protetor solar.

Então, eu diria que o projeto, infelizmente, a nossa cultura é no sentido de dizer: "Vamos atender o problema". A nossa cultura não é no sentido de: "Va-

mos prevenir o problema". Mas nós temos que mudar esse tipo de pensamento, de cultura, de consciência, e dizer: "Olha, vamos prevenir porque é melhor para saúde, mais dignidade, mais respeito e mais barato". Muito mais barato.

Eu até colocava, anos atrás, não tinha vacina contra rubéola, a grávida que tivesse rubéola durante... A pessoa, a mulher que tivesse rubéola durante a gravidez, tinha muito mais possibilidades de ter um filho com surdez, com cegueira e tudo isso isto. A vacina custava cinco reais, dez reais e atender uma pessoa cega, depois, custaria milhões de reais, quer dizer, além da dignidade, do respeito.

A mesma coisa nas estradas, tem buracos na estrada e não se conserta o buraco. Alguém que capote o carro e fique paraplégico ou tetraplégico, vamos imaginar; com aquele dinheiro daquele tratamento você consertaria mil quilômetros, porque um tratamento, cirurgia, UTI, reabilitação, trabalho, problemas pessoais, familiares.

Então, é cultural assim que diz: "Vamos ver o problema, não vamos ver a causa". Isto aqui é ver a causa do problema. Então, eu quero parabenizar e dizer que eu concordo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Obrigada, Senador Flávio Arns.

Com a palavra Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora Patrícia, Senador Papaléo, Senador Flávio. Eu sou médico também e concordo plenamente, com esse projeto. E sei também e devo... Que o câncer de pele é o câncer mais freqüente no Brasil. É um câncer que dá, assim aos "quilos". As estatísticas dos outros estão muito atrás dele, assim 10, 15 pontos percentuais em relação aos outros cânceres.

Esse projeto está ótimo, mas só tem uma coisa que eu não estou, assim, aceitando bem. Porque protetor solar não é muito usado porque é caro, ele é caro porque ele é cosmético. Batom é uma coisa cara, é um cosmético. Um batom é um... Não tem nem 15 gramas de produto e é caríssimo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): É mesmo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E o protetor solar é incluído nesse texto. Quer dizer, os impostos em cima do protetor solar são muito grandes, eu vejo uma oportunidade, apesar de prolongar mais o tempo desse projeto aqui dentro, se a gente fizer uma alteração no sentido de tentar reduzir algum imposto, aqui é, mas aqui, olha, aí: "Por meio de leis específicas para essa finalidade, o Poder Público reduzirá alíquotas dos tributos que incidem sobre o protetor, bloqueador e filtro solar e produtos em tributos".

Está um pouco solto esse negócio, porque o Estado que não quiser reduzir seu faturamento não vai reduzir o produto. E colocar também para o SUS dar logo do imediato, o SUS vai ter que comprar produto super mais caro. Não vai comprar, como o Senador falou. O Senador Pedro Simon falou: “Vai ficar de brincadeira”, porque o produto é caro o SUS não ter”. Falta AAS, às vezes, nas farmácias do SUS.

Eu acho que a gente deveria tentar fazer uma forma de conseguir fazer reduzir o custo do protetor solar, transformando ele, botando na categoria de medicamento. Eu não sei qual é a diferença de alíquota entre o medicamento e um produto cosmético, mas eu tenho certeza de que é muito maior.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador, Augusto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Fale Senador.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu não sou médico e nessa área de pesquisa então, eu entendo muito pouco, mas não seria o caso de se votar um incentivo a uma faculdade, a uma universidade federal dessa que já está na área da pesquisa, nós temos tanta erva na Amazônia, tanta planta, tanta raiz, no sentido de que fosse feito em alta escala para distribuir. Porque eu acho que nós temos condição, lá no seu próprio Acre, não é? Para distribuir para a população como se distribui com medicamentos mais comuns que são fabricados pela própria União, ao invés de comprar, não é?

E eu acho até que se for atrás já existem pesquisas aí nessas universidades federais, que comprove a eficácia disso para distribuir para população, eu acho que seria uma coisa mais viável. Porque a gente incluindo o protetor solar na categoria de medicamentos, nós podemos enquadrá-lo, se for o caso, na lei do genérico, então, nós vamos ter o produto mais acessível ainda e as pessoas não usam mesmo porque é muito... É lógico que todo mundo não sabe que o sol dá câncer, mas a maioria das pessoas sabe, principalmente, as pessoas de tez parecida com as do Senador Flávio, que são mais suscetíveis de câncer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Não é só nosso caso, não é Senador?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nós estamos... Mas nós não estamos livres, nós, nós--

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Nós três --

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nós que viemos da senzala não temos a menor chance.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não senhor, nós também temos câncer de pele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Temos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Temos. Isso. Em menor incidência, mas ainda também é o câncer mais freqüente, mesmo nas pessoas de pele mais escuras--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone]: [Risos]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É a vantagem nossa sobre o câncer--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu acho que... Eu vou ter que... Eu sou favorável. Eu vou pedir vista para tentar discutir para ver se acha uma fórmula para a gente baixar logo o preço do protetor solar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Eu sugiro talvez que nós possamos--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Peça vistas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Votar o projeto e o relatório, do Senador Papaléo Paes e V.Exª. Mesmo, poderia depois ter a iniciativa ---

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pedir vistas?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Não, não sei se pedir vista. Ele é terminativo no Plenário --

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É melhor pedir vistas--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Talvez fazer um outro projeto que trate da questão do benefício, não?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Aí, vai ficar outra lei morta, porque o SUS não vai colocar o protetor.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador, eu imagino o seguinte, lá no Estado do Espírito Santo temos muitos pomeranos lá no Espírito Santo, a formação de italiano--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu sei disso.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): O senhor sabe disso e é muito mesmo lá.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Peça vista.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu penso que uma consulta ao Ministério da Saúde, Senadora Patrícia, ao Ministério da Saúde, de repente o Ministério da Saúde, com uma universidade dessa aí. Eu acho que é muito mais interessante que se faça isso em larga escala com uma universidade dessa, para se

distribuir. Porque essa coisa, se for para licitação, para poder comprar esse tipo de creme, sei lá, de cosmético para fazer a distribuição.

Eu acho que o Governo... Porque nós temos uma população italiana, alemã, que colonizaram esse país lá no Estado de Espírito Santo, e em larga escala e esse câncer lá nessa população é muito grande. Eu acho que consultar o Ministério da Saúde, no sentido que o Ministério da Saúde, de repente já tem esse tipo de estudo com alguma universidade e que se fabrique isso em larga escala, como se distribui comprimido para verme que eles mesmos fabricam.

Eu acho é muito mais interessante do que se vote uma lei dessa natureza e aí você vai fazer concorrência pública, para poder fazer a licitação, para comprar cosmético que é caro, que é caro esse tipo de filtro solar para poder se passar para a população que não é pequena no Brasil.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Com a palavra o Relator, Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Olha, eu vejo que realmente todos concordam com a importância desse projeto, da necessidade absoluta de nós orientarmos todo o povo ao uso de protetor solar, da necessidade absoluta de nós nos preocuparmos com índice de câncer de pele que temos aqui, mas que o grande problema seria a questão do custo.

Eu vejo que existe mesmo dentro do projeto como está aprovação dele, existe alternativas viáveis ao Governo, no sentido de baratear esses custos. O Senador Magno Malta já deu uma sugestão e, nós não podemos esquecer também que o Governo tem o poder, a força, para quebrar patente para diminuir custo de medicamentos ou no caso aqui, o protetor solar para o trabalhador.

Mas eu aceito, apesar de toda justificativa que faço aqui para não incluí-lo como medicamento, eu aceito e até sugiro ao Senador Augusto, que peça vista para nós discutirmos e chegarmos ao bom senso para viabilizarmos a execução desse projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Obrigada, Senador Papaléo Paes.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Papaléo, eu fui Relator dele na CCJ, Presidente. Quer dizer na CCJ, se analisa a constitucionalidade, se é legal ou senão não é legal. Houve alguns ajustes, aceitei algumas emendas de redação para reajustá-lo, para que pudesse vir pra cá. Na verdade, lá você... O mérito está sendo discutido é aqui, lá é constitucionalidade e legalidade.

Então, eu imagino que uma vez pedido vista, que se analise a possibilidade de consultar o Ministério da

Saúde, porque eu imagino que uma coisa a ser feita em larga escala, que o Governo tenha condição de produzir, é muito mais importante para a população brasileira, que o Governo faça do que você entrar por essa viação de licitação para um cosmético caro, que certamente, daqui a pouco nós teremos é problemas.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Pois não, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria, então, de pedir vistas pra depois a gente discutir, Papaléo, melhor essa --

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Concedido, então o pedido de vista.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Uma possibilidade de reduzir o custo. Está bom, obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Concedido o pedido de vista, a semana que vem teremos cinco dias. A semana que vem provavelmente já votaremos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V.Ex^a., só me permita--?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Fazer uma observação, que está se falando em diminuir o custo. Eu queria dizer que um projeto dessa natureza, por si só, diminui o custo, não é verdade? Porque nós temos que pensar no custo, quanto que o sistema de saúde está gastando em decorrência do surgimento de cânceres de pele, em termos de quimioterapia, radioterapia, cirurgia, consulta, medicamento e tal.

Se houver uma cultura que diga: "Isso pode ser prevenido, vamos investir nessa prevenção", isto aí é prevenção. Então nós: "Ah, vai ter o custo", mas vai ser, com certeza, mil vezes menor do que o custo atual.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Menor. É verdade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, é só nesse sentido de talvez, custo benefício, vamos chamar assim também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Muito obrigada, também ao Senador Flávio Arns.

Nós passaremos então, concedido o pedido de vista, nós vamos passar para o Item 10, que é o requerimento nº 29 de 2007. Autor, Senador Pedro Simon: "Com fundamento no disposto do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, re-

queiro a realização de Audiência Pública, para discutir a recuperação de jovens dependentes de drogas e álcool. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados o Frei Franciscano - Senador Pedro Simon vai ter que me ajudar na tradução do nome - Hans Stapel, é isso? E o Sr. Nelson Giovanelli Rosendo dos Santos e o Sr. Antonio Eleutério Neto”.

Em discussão a matéria. Com a palavra o Pedro Simon e em seguida, Senador Magno Malta. Antes de passar--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Senadora--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Antes de passar, Senador Pedro Simon, eu conversei com V.Ex^a., naquele dia no Plenário e pedi para incluir, também, o Padre Renato Chiera, que é do Rio de Janeiro e seria uma contribuição importante, também, nessa Audiência Pública--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E também--

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu pedi a V.Ex^a., que incluísse o pastor Valmir e também a minha esposa, porque são 26 anos que a minha esposa tira drogado da rua, e têm 26 que nós temos uma Instituição chamada Projeto Vem Viver.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sua esposa 26 anos trata com drogado--

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Que tira drogado. Senador Pedro Simon, quando as minhas filhas--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): 26 anos que está casado com V.Ex^a.?

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Exatamente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É uma santa.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Quando as minhas filhas...[risos]. Senador Pedro Simon, quando eu me casei, eu tinha 11 colchões, eu tinha dez colchonetes na minha sala e um colchão de casal no quarto. Eu tinha dez drogados de cadeia na minha sala. Quando as minhas filhas nasceram, nasceram nos braços dessa gente ali dentro de casa.

Então, eu imagino que essa experiência - e V.Ex^a. foi muito feliz em fazer esse requerimento a essa Comissão - então, eu queria sugerir que ela também viesse e--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Desde 94.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E mais o pastor Valmir --

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Desde 94.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Que dirige a instituição hoje.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Pois não, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): De toda a vinda do papa e os festejos e as manifestações feitas por sua santidade, a mim pareceu essa reunião na Fazenda Esperança, o ato mais significativo que teve um efeito que foi além de religião, além do que se possa imaginar, no que tange a uma das situações mais sérias e mais graves que nós vivemos na sociedade brasileira.

Eu repito aqui o que eu disse na tribuna e venho dizendo ao longo da história: Eu como Ministro, como Governador, como político, tenho me interessado muito por essa questão da droga, porque eu vejo o crescimento que isso vem tendo na sociedade brasileira. Participei de vários congressos, tanto de religiosos, quanto de pais e quanto de psiquiatras.

O último que eu participei de psiquiatras - psiquiatras que tratam de drogados - eles disseram que eles são derrotados pela droga. Eles não conseguiram fórmula através da qual eles possam vencer. E não tem instituição que resolva o problema da droga no mundo inteiro. O que tem, como em Buenos Aires, são instituições espetaculares, hotéis de dez estrelas, onde um milionário que é o Maradona, que é aquela artista brasileira, quando estão saturados ao máximo, recolhem e levam para lá e fica um mês, dois meses, fazem uma lavagem geral e ela volta.

Então, eles têm alguns artistas inclusive de televisão que terminou uma novela, ficam um ano parado e daqui a pouco vai fazer a próxima novela. Então ela tem três meses, esses três meses, elas entram numa instituição dessa, já tendo o espírito que ela precisa se revolver para trabalhar. Ela melhora, vem faz a nova novela e volta. E dizem eles, que a única instituição que realmente tem resolvido, são 30, 35% dos casos, são essas reuniões em que o cidadão é retirado do seu local, entra numa fazenda que pode ser católica, pode ser evangélica, isso não está em jogo, e fica ali durante nove, dez, 11 meses. E, muda seu sistema e vida e muda sua personalidade e muda sua realidade, então, nasce uma outra criatura. Isso é difícil, é quase impossível.

Eu estive lá, passei uma semana. Vi quando a pessoa entrava e vi quando, às vezes, ela tinha que ser amarrada no sentido de que não saísse fugido, mas vi o resultado: Levantar de manhã cedo, dormir quarenta pessoas num local em três andares, levantam, se arrumam, arrumam sua cama, arrumam sua

roupa, tomam o seu banho, um vai para lavar roupa, outro vai fazer a comida, outro vai cuidar de tirar de tirar o leite; o outro vai cuidar da agricultura, o outro vai fazer o pão, todos trabalham. Tem a hora da fé, a hora do debate, a hora do futebol, e às pessoas se curam. Então, livre quem quer ir embora vai embora, não tem cerca e não tem chave. Quem ir embora vai embora, só fica quem quer ficar. E o número de pessoas que eu tenho assistido que têm se consagrado com isso é impressionante.

Então, eu acho que convidar - eu tenho dito isso. Olha, eu tenho até... Eu quero ver se vou para tribuna, porque a Globo fez no domingo, me contaram, um trabalho espetacular mostrando um fato positivo que é o que geralmente não acontece, eu tenho dito isso. Esse fato que apareceu na vinda do papa, eu fiz o pronunciamento, o que eu recebi de manifestações que não sabiam, que nunca tinham ouvido falar, nunca tinham ouvido falar que existia uma entidade dessa natureza.

Então, eu acho que convidar aqui e, talvez, com a competência, V.Exª. tem dado um brilho, tem dado um brilho especial a essa Comissão. V.Exª., a partir da vinda dessas pessoas podemos ver até que ponto a gente pode, depois trazer o Estado e, até que ponto a gente pode estimular que essas entidades se formem pelo Brasil inteiro - se formem pelo Brasil inteiro. Eu acho que é importante, seria importante se V.Exª., conseguisse que se convidasse mais gente de outras Comissões, para que fosse uma reunião onde as pessoas viessem aqui, porque tivessem até num local maior, maior oportunidade para ter condições de se manifestarem, de terem a repercussão que têm.

Eu não estou pedindo uma audiência, até porque não precisa, a entidade vai bem, é um resultado exitoso, para conhecer também. Mas eu acho que se tiver a divulgação, se a televisão nossa publicar, se a gente conseguir que a imprensa venha, podemos fazer a divulgação que é necessária para que essa obra possa ter o alcance que ela merece.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Muito obrigada, Senador Pedro Simon.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Senadora, permitiria?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Pois não, Senador. Eu só queria comunicar à Comissão, até em função daquilo que o Senador Pedro Simon acaba de falar, que o Senador Magno Malta, autor de um requerimento que cria uma Comissão que vai funcionar durante 60 ou 90 dias, onde nós teremos oportunidade de ouvir várias pessoas e a experiência nessa área daqueles jovens--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A continuação da vinda deles--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Exatamente um grupo de trabalho, vai ser um grupo de trabalho formado por membros desta Comissão--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ótimo, ótimo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): A pedido do Senador Magno Malta, eu acho que isso--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pode ser na Comissão ou na audiência inclusive --

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Claro.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Me permita. Srª. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Me permita, Senador Tuma? Senador Simon, para acrescentar, eu gostaria de dizer que nós recuperamos 85%.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Olha, aí.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): As estatísticas dos psiquiatras estão por fora. E lá também... E eu e digo a V.Exª., essa Comissão vai estudar uma coisa básica.

Senador Patrícia, eu estive com o Presidente Lula e ele revelou o desejo dele e a inquietação, Senador Tuma de ver que a Secretaria Nacional Antidrogas, ou seja, a SENAD, não tem tido a capacidade de fazer pelo Brasil o que nós estamos propondo agora. No Governo Fernando Henrique, a ANVISA, Senador Tuma, criou umas normas e baixou uma resolução, se ela tivesse entrado em vigor... É brincadeira... Estou brincando.

Na época da CPI do Narcotráfico eu fui a Fernando Henrique Cardoso, a resolução que está lá na ANVISA - e nós precisamos discuti-la aqui - a resolução é a seguinte, Senador Pedro Simon: é que a Fazenda da Esperança tem que ser fechada. A nossa instituição tem que ser fechada. A resolução diz que o SUS é que tem que cuidar do drogado. E, os técnicos que escreveram, gente que nunca colocou ninguém no colo, nem dentro de casa, nunca foi à cadeia tirar ninguém e nem dar a mão, nem debaixo do viaduto tirar um drogado, escreveram as normas assim: "Essas instituições deverão ter quartos com a dimensão tal, tal, não pode ter beliche, as camas tem que ser desse tamanho, desse tamanho". Está querendo dizer o seguinte: que aquela irmã de caridade, que tirou quatro drogados, a prostituta da rua, sacrificou a geladeira dela, tirou o sofá da sala e colocou um beliche, para

tirar essas meninas da rua, tem que fechar e mandar elas de volta para a rua.

Então, o que nós queremos é o fim dessa resolução. São mais de três mil casas de recuperação feito a Fazenda da Esperança e o Projeto Vem Viver, de gente que nem tem a estrutura da Fazenda Esperança, mas que tem dez drogados dentro de casa, tem cinco, tem 20, tem três. E, um drogado fora da rua é uma possibilidade a menos de um estupro, de um seqüestro. É uma possibilidade a menos de uma criança ser estuprada, de uma casa ser roubada, de um carro ser roubado. Só sabe o valor de um drogado fora da rua, quem faz isso e a família dele.

Eu gostaria Senadora Patrícia, de incluir nessa lista um cidadão, Senador Pedro Simon, ele é Secretário de Defesa Social do Município da Serra, o mais violento do Brasil no meu Estado. Em oito meses esse moço tirou o município da primeira posição e colocou na 7ª. As políticas públicas que ele implantou lá como Secretário de Defesa Social no Município da Serra e, V.Exª. conhece. O Governo Federal está pedindo, agora, para o Ministério da Justiça, para plantar como políticas públicas para o Brasil.

Esse moço, eu tirei ele da cadeia há 14 anos atrás com a minha esposa. A nossa casa de recuperação estava cheia, nós levamos para casa. Ele só tinha o segundo ano primário, nós levamos a estudar, levamos para a casa de recuperação. Fez o primário, ele fez supletivo, fez faculdade, hoje, ele faz Pós-Graduação em Gestão Ambiental, é Secretário desse Município, tem uma obra de recuperação de criança e começou a palestrar para a ONU sobre segurança pública. Eu tirei há 14 anos das ruas, drogado, assaltante, ladrão de carga, traficante de droga da cadeia, no Município de Viana, na Serra, há 14 anos.

O índice de recuperação 85%, aí as pessoas falam: "Não é extremada, não sei o quê, coisa de crente, coisa de não sei, não..." Mas o remédio lá é o seguinte, Deus de manhã, Jesus meio-dia e o Espírito Santo de noite. Esse remédio dá certo é só querer. Então, é por isso que tem esse índice de 85%. De maneira, que eu gostaria de incluir esse Secretário, do Município da Serra, nesse convite aqui, para que nós possamos ver uma pessoa hoje, que está do outro lado do balcão e que saiu de dentro de uma cadeia por tráfico de droga. De maneira que estou assim fantasiado, com a iniciativa de V.Exª.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Senador Romeu Tuma, eu só queria, eu acho que nós vamos ter muita oportunidade nesse grupo de trabalho--

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Só rapidinho--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Inclusive para discutir esse tema. Eu queria fazer um apelo aos Srs. Senadores, a participação nesse debate para mim também, é algo que eu gosto muito de poder participar, mas nós temos vários projetos terminativos que ainda não conseguimos votar pela questão do quorum.

Então, eu queria só pedir uma brevidade na discussão dessa matéria e nós vamos ter --

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Eu queria pedir licença, não é nem para discutir, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Pois não, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Senador Pedro Simon --

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu estou aqui--

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Não. É só para elogiar V.Exª. nos assuntos que traz é redundância. V.Exª. traz à discussão algo que tem me angustiado profundamente.

É claro que o Senador Magno Malta tem feito um trabalho, talvez, um grão de arroz dentro de toda essa dificuldade de recuperação do usuário de droga.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) [pronunciamento fora do microfone]: A mulher dele [inaudível].

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Então, eu queria dizer Senadora Patrícia, que --

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Isso porque é nepotismo, se ele não estivesse comigo, ele estava morto.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Mas Presidente... Senador Pedro Simon, acho importante essa discussão e se V.Exª. perceber, Senador Pedro Simon, hoje têm governantes pedindo a liberação total do uso de drogas, não tornar mais crime por que não consegue combater a corrupção.

Se fez a nova Lei de Drogas, participou comigo o Magno Malta, para recuperação, que o SUS poderia... Mas o SUS não tem capacidade para enfrentar o número de pessoas que são usuárias, está falido esse sistema.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): [Pronunciamento fora do microfone]: Não faz o principal.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Então, essa discussão Senadora, é importantíssima. Eu acho que essa visita que o papa fez, foi uma demonstração clara de que o Brasil precisa realmente olhar com outros olhos, aqueles que hoje são dependentes de droga. E os traficantes é uma outra coisa, nós temos que separar. Não dá jeito de misturar traficante com usuário, porque sempre nós vamos andar para trás.

Então, é isso Senadora. Eu quero cumprimentar por ter permitido que eu desse duas palavrinhas, mas eu me revolto quando alguns governantes propõem a completa liberação, descriminalizar totalmente, qualquer uso de droga.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Obrigada, Senador Romeu Tuma. Eu vou passar a palavra por último aqui, ao Senador Augusto Botelho. Senador Valdir Raupp, o próximo projeto é de V.Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Eu gostaria de pedir uma inversão, se for--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): [Pronunciamento fora do microfone]: E o debate em um minuto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): E relata em um minuto. Eu pediria aos senhores, que pudessem permanecer na Comissão, para que nós pudéssemos adiantar os nossos trabalhos.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Tem um que é meu que eu tenho que voltar para CCJ, para poder--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora, Patrícia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Pois não, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu apenas vou sugerir, incluir na audiência que vai haver o Presidente da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, nós precisamos ter alguém da área médica para discutir, que para mim droga é doença. Não é? Dependência é uma doença muito séria. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Está anotado, Senador Augusto Botelho.

Em votação o requerimento. Todos que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, partimos agora para o Item 01, da pauta. Projeto de Lei do Senado nº233, de 2006: "Acrescenta dispositivo ao artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para incluir o exame de detecção precoce do câncer de mama, útero ou próstata, nas hipóteses em que o empregado poderá se afastar do serviço sem prejuízo do salário". Autor, Senador Valdir Raupp e Relator Paim, com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Srª. Presidente, eu já havia feito a leitura numa outra oportunidade. O projeto para mim é de suma importância, tem a ver com todo o tema que nós debatemos no dia de hoje, por isso que os médicos, principalmente, foram os que mais falaram aqui.

Acho que o projeto terá o apoio de todos. A única coisa que eu faço, eu simplesmente, boto a palavra "devidamente comprovada" com uma emenda e, faço uma alteração de redação apenas na ementa do projeto. O projeto já foi lido eu peço a aprovação do mesmo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Em discussão. Não havendo... Senador, Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Para discutir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Para discutir.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É uma lei bonita e tudo, mas qualquer pessoa que vai num médico para fazer exame tem direito já, pela CLT, a atestado médico. Quer dizer, nós estamos fazendo uma lei redundante, no meu ponto de vista, concordo... Quem vai fazer o exame de mama num serviço de saúde, tem um atestado médico de autorização de ausência do trabalho. Quer dizer, é uma lei que está sendo feita, mas acho que é desnecessária, porque nós já temos isso. Se a pessoa vai a um serviço de saúde, qualquer trabalhador que vai ao serviço de saúde tem direito ao atestado médico. O médico não pode negar a ele o atestado médico, entendeu? Se ele estiver doente ou se ele for fazer um exame.

Por isso, que eu acho que eu vou votar favorável, mas eu acho que é uma lei daquelas que o Senador Pedro Simon falou que a gente está fazendo aqui, está bom?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Ok. Obrigada, Senador Augusto Botelho.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Srª. Presidente, eu entendo a posição do Senador Augusto Botelho--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): No mundo real do trabalho, na verdade, não é isso que acontece, por isso que eu dei o parecer favorável. E, fiz questão de botar aqui, "devidamente comprovada" e o Senador Valdir Raupp concordou. Por isso eu peço a aprovação, Senador Papaléo.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Senador, Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Senadora, eu agradeço o Senador Paulo Paim, pelo relatório e pelo aperfeiçoamento. Eu discordo um pouco do nosso colega Senador Augusto Botelho, porque é a mesma coisa dos feriados. Sexta-feira da paixão,

Corpus Christi e carnaval, todo mundo acha que é feriado, mas não é feriado. As empresas dão se quiser, porque não tem lei, nenhuma lei regulamentando que esses três dias são tidos como feriados.

Então, eu acho que essa questão aqui do exame é a mesma coisa. Até dar o atestado pode ter dificuldade, se estiver na lei, está regulamentado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Obrigada, Senador Valdir Raupp. Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero parabenizar o Senador Valdir Raupp e o Senador Paulo Paim, por essa inclusão importante neste projeto. E, de uma certa forma, concordar com o Senador Augusto Botelho, porque isso seria a parte já legal, ética, de chegar-se num serviço de atendimento médico e termos um atestado. Mas a realidade é outra.

Se nós formos visitar agora um serviço público aqui, se tiver dez consultórios médicos, eu acho que nós vamos encontrar algum atestado em branco para ser preenchido em um ou dois no máximo. Quer dizer, eles não se acham na obrigação de fornecer o atestado. O atestado, muitas vezes é até questionado, nós somos médicos e sabemos, às vezes um paciente vai lá consulta conosco: “Doutor, eu queria um atestado médico”. A gente fica fazendo outras perguntas que não deveríamos nem fazer, para cumprirmos uma obrigação que seria dar o atestado médico. Por isso, a lei é importante, porque vai obrigar algo... Já deveria fazer parte do dia-a-dia do médico, dos serviços de saúde, vai obrigar a ele ter no seu consultório, modelos de atestado para fornecer ao trabalhador. Parabéns, Senador Paulo Paim.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Para discutir, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senador Marcelo Crivella, para discutir.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu acho que realmente, o Senador Augusto Botelho, no caso dessa lei, a gente toca em três exames, que eu diria, são hoje o caso que reincide cada vez com mais frequência, no obituário brasileiro, câncer de mama, câncer de próstata e o terceiro, o útero.

Quer dizer, e as pessoas elas vão ao médico, quer dizer, as pessoas têm a percepção o seguinte: “Se eu sentir uma dor no útero, se eu tiver um caroço no seio ou se sentir arder a urina, então, eu tenho direito a ir ao médico e vou conseguir um atestado de saúde que vai justificar minha falta”. Quando na realidade, o espírito da lei é que ele tem esse direito antes de sentir a dor, antes de ter o caroço, antes de sentir o problema no útero. É preventivo, é o que diz a lei.

Quer dizer, o sujeito passou dos 45 anos já começa a haver um consenso assim: “Olha, está na hora de fazer o exame de próstata”. A mulher tem uma certa idade, ou têm casos na família, não tem caroço, mas deve fazer o exame de mama, porque tem casos na família. E aí ela fica abrigada pela palavra da lei.

Então, eu só queria acrescentar isso, para dizer que voto favoravelmente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, com licença--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senador, Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu voto favorável no projeto. E também, agora, nesse sentido de estimular as pessoas a fazerem exame de mama, eu acho que aí é louvável o projeto, entendeu? Mas já existe lei para fazer isso. O médico tem obrigação de dar o atestado e o serviço, agora, não estão cumprindo seu dever os que não estão dando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Bom, encerrando a discussão. Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 233 de 2006, com parecer favorável com duas emendas. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Relator. Senador Marcelo Crivella. Inácio Arruda. José Nery. Geraldo Mesquita Júnior. Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Valdir Raupp é o autor, não vota. Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Algum Senador... 11 votos sim. Aprovado o projeto. Agora, nós temos a votação de duas emendas. Eu pergunto aos Srs. Senadores, se podemos repetir a mesma votação para as emendas?

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): O Relator aceitou as emendas, Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Duas emendas.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): [inaudível] Deles. Então, está repetido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Está repetido. Aprovado, então as emendas.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Já que os médicos se manifestaram a favor, nós não podemos falar contra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): É verdade. Aprovada, então, com as duas emendas. A Secretaria Geral da Mesa.

Item 03 da pauta, projeto também terminativo: “Acrescenta parágrafo ao artigo 625/E, da Consolidação das Leis do Trabalho”. Autor Senador Paulo Paim. Relator Senador Romeu Tuma. Com a palavra Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Srs. Senadores e Sr^a. Senadoras, o Projeto de Lei do Senado 24 que acrescenta parágrafo ao art. 625/E da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT é de autoria de eminente Senador Paulo Paim.

Nos termos de redação que se pretende ver acrescida ao art. 625/E, da CLT é a eficácia do termo “quando tiver renúncia de direitos, por parte do trabalhador, fica condicionada a anuência expressa de seu advogado e, a homologação pelo sindicato representante de sua categoria profissional”. Na sua justificativa o eminente autor, apresenta como razões para aprovação da matéria, vários motivos que ele apõe aqui.

Eu sei que parece que vão pedir votos desse projeto, Senador Paim, eu não quis retirar da pauta, porque acho que era importante a alegação de que houve uma amplitude do objetivo de V.Ex^a. Mas eu concordei e sou pela aprovação do projeto, de formas que está sobre a mesa, eu não vejo a necessidade de completar a leitura, a não ser que V.Ex^a., pretenda que se faça.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pelo contrário, eu gostaria só de dizer que o seu substitutivo diminui a amplitude do projeto. Pelo meu projeto original, eu queria que mesmo lá na conciliação, dentro da empresa--

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Então, vamos considerar a matéria em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão. O empregado só poderia renunciar, acompanhado--

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Do seu advogado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Do seu advogado e depois, ainda, indo a sua entidade sindical. V.Ex^a., numa medida de conciliação construiu um meio termo que eu acabei concordando. A conciliação realizada dentro da empresa, pelo menos, tem que registrar lá no Sindicato.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Condicionada a homologação do Sindicato.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, V.Ex^a., com essa redação construiu o entendimento possível. Agora, eu confesso que eu gostaria do projeto original, mas acatei à sua medida, foi uma medida conciliatória com outros setores. Por isso, que eu não vejo problema nenhum do projeto ser votado.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Isso foi para tentar evitar uma nova discussão dentro da empresa indo ao Sindicato. Aprovada na empresa vai para a homologação no Sindicato, senão não terá validade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Matéria em discussão. Senador Augusto Botelho e, depois, Senador Cícero Lucena.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E fica uma vantagem do trabalhador não ter que pagar um advogado, também, aumenta o lado do trabalhador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não paga advogado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Tomando conhecimento e pela controvérsia que foi levantada, embora concorde com a importância da desburocratização e da agilização. Mas como aí é um equilíbrio que nós temos que ter, tanto de atender a empresa, mas também ter a preocupação com o trabalhador que obviamente já tiveram o autor e o Relator, eu peço vista em termos regimentais, para que na próxima sessão, eu possa então emitir uma melhor opinião, uma melhor avaliação sobre o caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É concedida vista à V.Ex^a. Item 04, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 74 de 2004: “Altera a redação do art. 17 da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do Instituto Nacional de Seguro Social”. Autor: Senador Marcelo Crivella. Rela-

tor: Senador Paulo Paim. Parecer favorável ao projeto na forma do substitutivo que apresenta.

Com a palavra o Relator, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou direto a análise, Sr. Presidente, só dizendo que o autor é o Senador Marcelo Crivella e eu faço a seguinte análise dessa proposta.

A iniciativa foi elaborada com observância do pressuposto relativo e iniciativa de competência para legislar. O presente projeto ressalva importante programa, que traz resultados altamente positivos até para a própria economia do INSS. Portanto, fomenta programas de prevenção de acidentes de trabalho, reduzindo a incidência dos contingentes que faz com que os trabalhadores tenham que interromper as suas atividades, temporária ou permanentemente, passando a receber às expensas da Previdência, auxílio acidente, auxílio doença ou aposentadoria por invalidez.

Embora o Brasil, se comparado com os demais países encontra-se um pouco abaixo da média mundial das ocorrências de acidente de trabalho, está longe ainda dos países de economia mais avançada, no que diz respeito aos níveis de informação e conscientização dos trabalhadores, visando a diminuição dos acidentes e doenças do trabalho. As estatísticas sobre os acidentes de trabalho, como se sabe são preocupantes, em 2000, 343 mil 966 acidentes de trabalho foram registrados, dando ao Brasil o sexto lugar na lista dos países com maior número de mortes: 3094 por acidente de trabalho no mundo. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, a OIT, significa dizer 0,17 óbitos a cada mil segurados.

Dados do Ministério da Previdência e Assistência Social, indicam que a falta de uma maior atenção à segurança nos locais de trabalho, representou em 2001 custo de cerca de 23,6 bilhões para o País, ou seja, 2,2% do PIB. Desse total, 5,9 bilhões, corresponde a gastos com benefícios acidentários, aposentadorias especiais e reabilitação profissional. O restante da despesa fica por conta da assistência à saúde do acidentado, indenizações, retreinamento, reinserção no mercado de trabalho e horas de trabalhos perdida. Enfatiza-se que, parcela do custo da segurança do trabalho reflete negativamente na competitividade das empresas e conseqüentemente no preço da mão-de-obra e no preço dos produtos e serviços. Ademais disso, o aumento das despesas públicas com a Previdência, reabilitação profissional e saúde, reduz a disponibilidade de recursos orçamentários para outras áreas.

Por tudo isso, Sr. Presidente, é que eu recomendo a aprovação do Projeto de Lei, na forma do seguinte substitutivo: O Congresso Nacional decreta: A Lei nº

**6367 de 19 de outubro de 76, passa a vigorar acresci-

da do seguinte art.: “O INSS destinará 1,25% da receita adicional estabelecida no art. 15, para aplicação e desenvolvimento de projetos referentes a equipamentos em relação a ações e campanhas de prevenção de acidentes de trabalho.

Essa é a nossa opinião e o nosso voto favorável.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Obrigada Senador Paim, já parabeno V.Ex^a., também pelo relatório. Em discussão a matéria.

Em discussão, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só queria, perguntar, Sr^a. Presidente para o Relator, porque agora a pouco nós estávamos discutindo a questão do câncer de pele, problemas de pele e utilização dos cosméticos para serem considerados como medicamentos.

E quando a gente pensa no acidente de trabalho, a gente pensa em algo que aconteceu no ambiente do trabalho, e que possa ser referente à falta, eventualmente a falta de equipamento, instalações, ações e mesmo campanhas conscientização. Agora, se a pessoa não se utiliza - dentro dessa nova ótica do outro projeto - não se utiliza do protetor adequado naquele ambiente de trabalho, isso vai ser também um problema de saúde, decorrente do ambiente do trabalho que não assegurou ao trabalhador a proteção adequada, para que a sua saúde fosse preservada, na verdade, quer dizer, bota a pessoa trabalhando o dia inteiro no sol, sem o protetor adequado.

Então, dentro dessa ótica, eu só perguntaria para o Relator, se nós não poderíamos acrescentar alguma expressão de acidentes de trabalho. Eu não saberia exatamente qual a expressão, e de promoção de ações, que visassem a... Quer dizer, para não ficar só nessa coisa de acidente de trabalho. Quer dizer, faltou escada, faltou capacete, faltou isso, faltou aquilo, mas tem que ter outras ações que impliquem em promoção da saúde do trabalhador, para evitar que ele passe a ser um dependente do INSS também.

Então, eu pediria dentro desta ótica, peço vistas ao projeto, para pensarmos uma expressão que fica adequada com a discussão anterior havida hoje nesta Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Com a palavra Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu apenas queria fazer uma pergunta ao Senador Paim, que eu achei muito alta essa morte de acidentes de trabalho. Aí estão incluídas as mortes por acidente de trajeto? De pessoas que estão indo para o trabalho e

que estão voltando ou só acidentes dentro do ambiente de trabalho?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Segundo os dados que teu aqui, é morte de acidente do trabalho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu sei, mas incluindo aqueles... Quando eu saio de casa para chegar no meu trabalho que eu morro é considerado como de trabalho.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Acidente de trânsito não está envolvido aqui.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não, mas quando... As mortes de trajeto estão incluídas aí?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Por que se for só de trabalho, está muito alta essa morte só dentro do ambiente de trabalho.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): São os dados que eu recebi aqui. São mortes por acidente no trabalho, no campo, na cidade. Como por exemplo, em poste, em trabalho escravo, em todas as áreas. Esses são os dados.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ok.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não são acidentes de trânsito.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): De trajeto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Para discutir, Srª. Presidente, autor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Para discutir, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Srª. Presidente, eu sei que o Senador Flávio Arns tem uma preocupação que deve ser de nós todos. O Brasil ainda é em certa forma um País rural. Nós descobrimos câncer de pele nos últimos dez anos. No Sul do país há muitas pessoas que, como eu, como o Senador, tem pele clara. E a exposição contínua ao sol acaba nos causando câncer.

Esse projeto tem por objetivo destinar parte do lucro - do lucro - da única seguradora, que é do Governo, que detém o monopólio dos acidentes, seguro de acidentes de trabalho. Então, nós não podemos contratar com nenhuma outra empresa, senão com o Governo. Como é um monopólio o lucro é muito grande. Nós queríamos destinar 1% desse lucro, 1,25%, tem acordo com o Governo, para essas campanhas. Aí, Senador Flávio Arns, o Relator diz assim: "Que esse 1, 25% - que é um bom dinheiro - vai ser aplicado no desenvolvimento de projetos referentes a equipamentos, instalações, ações e campanhas de prevenção de

acidentes do trabalho". Quer dizer, nesse momento da ação de prevenção e da campanha é que nós precisaríamos incluir a distribuição de protetor solar para, especificamente aqueles que vendem produtos, por exemplo, na praia ou que fazem agricultura. V.Exª. tem toda razão. É um inimigo invisível, é um mau que cresce no País e que nós precisamos precaver.

Agora, como V.Exª., como eu, sabe que o Processo Legislativo, às vezes, acaba se tornando longo, quem sabe a gente não consiga, agora, propormos aqui nós, de que isso incluiria também, no campo da proteção dos que estão expostos à radiação solar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Com a palavra, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se me permite um aparte?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu concordo totalmente com o projeto. Não saberia a expressão, mas eu inclusive retiro o pedido de vista, e aí, nós podemos discutir no projeto que o Senador Augusto Botelho pediu vistas, especificamente da área que a gente está discutindo como incluir isto naquele projeto que já foi--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Que já foi pedido vistas. Então, nesse sentido inclusive, em função do argumento que eu concordo, essencialmente concordo com o projeto. Estava pensando em como aprimorar um pouco, mas a gente pode pensando melhor, discutir isto, no projeto em que o Senador Augusto Botelho pediu vistas, anteriormente.

Então--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado, Presidente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V.Exª., me permita, eu retiro o pedido de vista.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Retirado, então, o pedido de vista a pedido do Senador Flávio Arns.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): A Secretaria me informa, que como é um substitutivo ele terá... Há um prazo de emendas entre um turno e outro. Então, o Senador que desejar também, apresentar alguma emenda. Não havendo mais quem queira discutir, em votação nominal. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Senador Paulo Paim .

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [Fora do microfone] Sim, acatando inclusive a possibilidade das emendas propostas--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Senador Marcelo Crivella, é o autor. José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim, Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Geraldo Mesquita. Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): João Durval. Mais algum, senhor Senador, falta votar? Cícero Lucena, perdão, sim. Votou. Nove votos sim, aprovado o projeto. A matéria vai a turno suplementar no art. 282, combinado com o art. 92. Item 05. Projeto de Lei do Senado número 199 de 2005.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora, só de curiosidade o item 01--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Item 01, não...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Como?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Item 01, já foi?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): O Item 01, já. V.Ex^a. foi o Relator. [Risos] Item 05. Projeto de Lei do Senado nº 199 de 2005: "Dispõe sobre o início do pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal e dá outras providências". O autor é o Senador Leonel Pavan e o Relator, o Senador João Durval.

Com a palavra o Senador João Durval.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora, para adiantar me pediram que eu pedisse vista desse projeto. Eu peço vista a ele então, para adiantar--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Mas de qualquer forma Senador João Durval, o Senador Paulo Paim está pedindo vista ao projeto, mas de qualquer forma V.Ex^a. deve ler o seu relatório.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Eu vou ler a análise dele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Pois não, Senador.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais, dar parecer sobre o presente Projeto de Lei, não se vislumbra vício de iniciativa ou conflito com norma constitucional, capaz de obstar o prosseguimento regular da matéria, tampouco, se observa desacordo com outras normas legais ou com o Regimento desta Casa.

No mérito, propriamente, a matéria merece a aprovação. A edição da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, buscou fixar um equilíbrio entre os ditames da preservação ambiental e a necessidade de assegurar benefício social no período de defeso. Efetivamente, a delimitação de um período determinado durante o qual a pesca proibida, tornou-se essencial para a preservação dos recursos marítimos e fluviais. Como foi observado com muita propriedade pelos relatores que me antecederam, os pescadores artesanais costumam ser pessoas humildes que dependem exclusivamente de seu trabalho para viver. E, na falta deste, estão sujeitos a graves dificuldades econômicas. Justamente por isso, houve por bem, o legislador determinar o pagamento do benefício do seguro desemprego aos pescadores artesanais, para que estes trabalhadores, bem como suas famílias, tivessem garantidas uma renda mínima, para garantia de sua subsistência durante os meses de defeso.

A redação da Lei nº 10.779, de 2003, contudo, não fixa limites temporais factíveis para a concessão do benefício. Da maneira como se encontra, o início do pagamento ocorre cerca de um mês depois do início do período de defeso, lapso durante o qual o pescador se vê proibido de exercer sua profissão e destituído dos meios de subsistência.

As alterações propostas pelo Senador Leonel Pavan, abordam diretamente este problema, ao determinar que o pagamento do seguro desemprego deva ser realizado já no primeiro dia de defeso, e a partir daí a cada 30 dias subseqüentes. Também estabelece que o IBAMA deverá informar os órgãos gestores do Fundo de Amparo ao trabalhador, sobre a data de início do período de defeso, com antecedência suficiente para que esses órgãos façam os necessários ajustes

burocráticos, bem como fixem prazos razoáveis para que os interessados pleiteiem seu pagamento.

A emenda apresentada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, torna mais claro e exato o enunciado do art. 2º-A, pelo que julgamos oportuna sua manutenção.

O VOTO. Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, nº 199 de 2005, e da emenda nº 01 da Comissão de Meio Ambiente. Sala da Comissão, João Durval, Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Obrigada, ao relatório do Senador Durval.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Srª. Presidente, se me permitir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Para discutir--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero deixar muito claro que eu não sou contra o projeto, o Senador Durval fez um belo trabalho, inclusive, com as emendas que vieram da outra Comissão, só que o Ministério pediu para que a gente pedisse, só para efeito de cálculo da pesca. E que, provavelmente a semana, que vem eu me comprometo a trazer já o projeto de volta e nós iremos a voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Agradeço a V.Exª.--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Eu agradeço a V.Exª., porque acho que o projeto é muito importante principalmente para o meu Estado, o Estado do Ceará.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Para o nosso Estado, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Onde nós temos...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O meu também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): O Estado também de V. Exª., é verdade, o Rio Grande do Sul --

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Para Roraima, também, Senadora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]: O meu também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): O seu também o Rio Grande do Norte. Por favor, Senador Cícero Lucena e, em seguida, Senador Crivella.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Questão de pesca é o Senador Garibaldi, devido a vizinhança, e a sua sabedoria e conhecimento nesse assunto.

Agora, eu pediria que nessa discussão Senador Paulo Paim, com o Ministério, se fosse possível, já que nós estamos estabelecendo a data do início de defesa que o IBAMA irá definir, e conseqüentemente o primeiro dia que o Senador tão bem relatou, eu pediria que nós também definíssemos os prazos para que fosse, vamos dizer assim, pré-estabelecido, obviamente com a variação do período da defesa, para o devido requerimento dos pescadores, eles também ficarem protegidos e não demorar tanto tempo, ou ser pouco tempo e, depois, eles perderem a oportunidade.

A minha sugestão é que esse prazo também de cadastramento ou de solicitação fosse definido no projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Pois, não. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, muito obrigado. Eu só queria lembrar que a FAO, num pronunciamento recente, disse que em 2020, irá faltar no mercado mundial 90 milhões de toneladas de pescado. O Brasil produz atualmente um milhão de toneladas de pescado - foi a nossa produção o ano passado - e nós temos 500 mil pescadores.

Eu gostaria também de pedir ao Senador João Durval e ao Senador Paim, para que lembrem de uma reclamação dos pescadores. Porque eles dizem que nós pagamos um salário para o pescador artesanal na época do defeso, mas os outros pescadores, aqueles que têm carteira assinada, segundo eles, não recebem nada e perdem - e perdem - o salário durante esse período. Então, é uma reclamação que eu trago aqui.

O Estado do Rio de Janeiro hoje já é o quarto produtor de pescado e, foi um pedido que me fizeram os pescadores de Angra dos Reis, que já é a primeira produtora de sardinha do meu Estado e o Brasil - lembrando aqui também - ano passado, foi o primeiro exportador de camarão do mundo, embora só produza um milhão de toneladas a cada ano. E a FAO, repito, pede ao Brasil que aumente sua produção até 2020, porque vão faltar 90 milhões de toneladas, para pelo menos 20 milhões de toneladas; 20 vezes a produção até 2020. Muito obrigado, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Obrigada, Senador Marcelo Crivella, concedido o pedido de visto ao Senador Paulo Paim. Nós já passaremos, imediatamente, ao item 06.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Srª. Presidente, o item--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O item 02, como chegou ao Senador Eduardo Azeredo, eu quero

dizer que esse projeto não é polêmico. Nós fizemos um acordo com a Caixa, nos moldes que ele vai ser aprovado, agora, no substitutivo ele seria aprovado aqui, e também na Câmara e iria para sanção e ajudaria até a Caixa.

Como o Senador Azeredo chegou, se ele quisesse ler o substitutivo, se ele estiver em condição, nós aprovaríamos, já que é um amplo acordo inclusive com a Caixa Econômica Federal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Então, previsto o item 02, pedido do item 02.

Passamos, então ao item 02, com a presença do Senador Eduardo Azeredo. Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2006: “Acrescenta dispositivos aos arts. 5º e 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a divulgação da existência de contas inativas do FGTS e dos pressupostos para sua liberação”. Autor, Senador Paulo Paim. Relator, Senador Eduardo Azeredo, com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Srª. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras. O projeto tem evidentemente, um interesse público muito grande, porque é justo que o trabalhador tenha todo o esclarecimento, sobre a existência de valores de sua titularidade que esteja a sua disposição. E dessa forma, o substitutivo prevê que, depois de decorrido um ano da data da rescisão do contrato de trabalho, ocorrida por qualquer motivo, mesmo que o trabalhador venha firmar um novo contrato de trabalho em qualquer tempo; ou seja, se diminui o tempo em que após a rescisão do contrato de trabalho, para que o trabalhador possa sacar o seu recurso.

A natureza é de fundo social, a aplicação dos recursos do Fundo de Garantia, é evidente, que é na construção de habitações popular, obra de saneamento básico e infra-estrutura. Nós temos, agora, nessa modificação proposta pelo Senador Paulo Paim, apenas a liberação mais cedo para o trabalhador, dos recursos que ele tem dentro da... Que ele tem na sua conta, e que hoje ficariam parados durante três anos. Na verdade, a modificação básica é essa; reduzir de três para um ano o tempo em que a conta inativa pode ser sacada ou não.

Esse é o resumo. E eu acho que para maior esclarecimento podemos ouvir o próprio autor, o projeto é de interesse público e o meu voto é favorável, na forma do substitutivo aqui presente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Obrigada, Senador Eduardo Azeredo. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação o Projeto de Lei do Senado nº 126 de 2006. Procede-se a votação nominal. Não é substi-

tutivo, Senador Eduardo Azeredo? Aprova o projeto, a emenda. Não tem, também, uma emenda. Em votação o Projeto de Lei como está? Ok.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Corrigindo. Na verdade, o voto é na forma que está colocado aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Pela aprovação. Ok. Senador Flávio Arns. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Srª. Presidente, só para que não fique nenhuma dúvida --

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Autor.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foi aprovado na forma que foi acordado com a Caixa Econômica Federal e, que aqui, o Senador de forma resumida fez a leitura. Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Exatamente. Sim. Marcelo Crivella. O Senador Paulo Paim, é autor, não vota, desculpa, Senador. Marcelo Crivella, sim. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Garibaldi Alves. Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como V.Exª. indicar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Sim. Obrigada, Senador Wellington. Senador Eduardo Azeredo, Relator.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Apenas fica claro, então Senadora, que é na forma de um substitutivo, porque o projeto foi alterado, algumas modificações. É na forma de substitutivo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Espera aí, vamos, porque... O substitutivo, nós não tomamos conhecimento na Comissão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, eu li ele aqui da --

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Esse aqui é bom para representação--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Que é a modificação que diminuir de três anos, para um ano o tempo de permanência da conta inativa que não pode ser sacada, então sacada com um ano --

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr^a. Presidente, por isso que eu fiz questão de falar, que como o Senador Azeredo estava viajando, ele disse: "Paim, você negocia e você se concorda eu concordo". Então, nós estamos aprovando conforme o acordo feito, na forma do substitutivo aquilo lido. Ponto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Senador Paulo Paim, é só para ficar para nós ficarmos completamente cientes do que estamos votando, é importante dizer para os senhores Senadores da Comissão, que o que está aqui na pauta não é o substitutivo --

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Foi alterado, exatamente, foi alterado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Não é, substitutivo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): O Senador Eduardo Azeredo, acabou de ler o seu substitutivo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente. Alterando o que está na pauta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Certo? Então, nós poderemos até distribuir uma cópia--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Podemos, podemos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Para que os Srs. Senadores, possam tomar ter conhecimento--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr^a. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): E nós ficamos certos aqui.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr^a. Presidente não precisou do meu voto, não?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Senador Antônio Carlos Valadares. Nós ainda estamos concluindo a votação.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não concluiu, ainda, não?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Estamos no processo de votação. Senador Eduardo Azeredo, Relator.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): 13 sim. Aprovado o substitutivo do Senador Eduardo Azeredo. A matéria, também, irá a turno suplementar. Item 06. Projeto de Lei do Senado nº 313 de 2006: "Altera o § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para permitir que o custeio da educação superior dos empregados, possa ser abatido da base de incidência da contribuição para o regime de previdência social". O autor é o Senador Sérgio Zambiasi. E o Relator é o Senador Valdir Raupp, que eu concedo a palavra para proferir seu relatório.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr^a. Presidente, Sr^{as}. E Srs. Senadores, é trazido ao exame desta Comissão em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 313 de 2006, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi. O projeto modifica a alínea "t", do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Plano de custeio da Previdência Social, para excluir do salário de contribuição e em decorrência das contribuições previdenciárias, as despesas com toda a educação escolar referente aos empregados.

Na redação atual, apenas se pode abater as despesas efetuadas com a educação básica, ou seja, com a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, definição dada pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 96, Lei de Diretrizes Básicas da Educação, LDB. Aprovada a presente proposição poderão ser abatidas, também, as despesas com toda educação escolar empregados inclusive a superior. Processada na Comissão de Educação nela foi aprovado nos termos do preciso relatório do Senador Paulo Paim, que apresentou emenda de redação incluindo cláusula de vigência do projeto.

DA ANÁLISE. Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I e III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei. Não se observam do ponto de vista da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica Legislati-

va, levando-se em conta a emenda apresentada na Comissão de Educação, quaisquer vícios insanáveis, impeditivos da tramitação da presente proposta.

No mérito, a iniciativa possui mérito inegável. A Consolidação das Leis do Trabalho Decreto Lei nº 5452 de 1º de maio de 1943, já contempla disposição semelhante em seu art. 458, § 2º, inciso II, excluindo do salário para todos os efeitos, valores referentes à educação em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiro. A extensão do benefício ao ensino superior destarte, é recomendável, mesmo porque constitui um expressivo incentivo aos empresários que desejam oferecer aos seus empregados uma educação completa, concedendo benefícios que aumentem sua motivação e lealdade e ao mesmo tempo melhorem sua capacitação.

Ainda existe interesse social, óbvio, em norma que favoreça a expansão do público do ensino superior no Brasil, com evidentes reflexos no nível geral de aprendizagem, na capacidade para o trabalho, na produtividade e em última instância, no nível de renda da população. A alteração proposta adicionalmente, coloca em sintonia a lei previdenciária e a norma trabalhista, uniformizando definições que potencialmente poderiam ensejar dúvidas jurisprudenciais.

DO VOTO, Srª. Presidente. Em fase do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 313 de 2006, e pela aprovação da emenda nº 01, da Comissão de Educação. Esse é o voto, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Obrigada, Senador Valdir Raupp. Em discussão a matéria. Senador Paulo Paim, com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Srª. Presidente, eu vou ser muito rápido. O Senador Sérgio Zambiasi não se encontra aqui, eu fui Relator em outra Comissão. Eu tive o cuidado de estudar esse projeto. O que é a síntese do projeto? Significa o seguinte: Hoje, se um empresário resolver pagar universidade para um dos seus trabalhadores, infelizmente, está sendo considerado isso como salário. E aí, ele vai ter - inclusive junto à Justiça - e ele vai ter que pagar todos os encargos trabalhistas daquela mensalidade que pagou lá na universidade.

Depois de analisar o projeto com o maior cuidado e, conversando com o Senador Sérgio Zambiasi e outras pessoas que tiveram conosco a dialogar sobre o tema, cheguei à conclusão de que é mais do que justo. Eu tenho o mais é que incentivar os empresários a pagar a universidade dos seus trabalhadores, sem que isso caia sobre ele todo encargo trabalhista. Está é a síntese do projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Obrigada, Senador Paulo Paim. Com a palavra --

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É só para evitar que ele tenha que pagar também encargo trabalhista.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Pois, não. Com a palavra Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Patrícia, Senador Paim e demais Senadores, eu queria colocar um absurdo aqui. Um absurdo com relação a essa posição que eu estou plenamente de acordo com o Senador Paulo Paim e também com o Relator.

Normalmente uma universidade, ela tem um acordo com o Sindicato de Professores, o sindicato patronal com o Sindicato de Professores e, nesses acordos, normalmente está incluído assim: "O funcionário que quiser estudar não pagará a universidade, terá a isenção da universidade." Não é que vêm os órgãos da fiscalização e falam: "Que aquela bolsa do acordo do sindicato é parte de remuneração e, portanto é autuado naquilo?" Mas não, o do Senador Paim é exatamente isso. Ele está certinho, é exatamente isso, mas eu senti na pele isso, ouviu Paim? Eu senti na pele isso.

A fiscalização veio: "Mas está aqui o acordo do Sindicato, entre os dois sindicatos que dá direito" - "Não, mesmo com o sindicato, isso é parte adicional do salário"; autua INPS, autua... E vai tomando processo de tudo quanto foi jeito. Então, está de parabéns o Senador Paulo Paim, o Relator também Senador Raupp.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A autoria é do Senador Zambiasi. Eu fui Relator numa Comissão, o Senador Valdir Raupp nessa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Parabenizar também aos relatores e ao Senador. Pois não. Senador Sérgio Zambiasi que não está presente, mas pela importância desse projeto, que vai resolver uma situação constrangedora, tanto para as universidades as faculdades do Brasil, como também para os trabalhadores.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está bom, só isso, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Com a palavra Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Srª. Presidente, eu quero também parabenizar, porque a demanda que existe hoje em função do ensino superior é muito grande, Srª. Presidente. Haja visto, que há realmente em todas as capitais e até mesmo no interior dos Estados, universidades privadas hoje,

e elas cobram uma mensalidade, muitas vezes superior à capacidade de pagamento dos estudantes e das suas famílias.

Então, devemos nos debruçar sobre iniciativas como essa, para permitir que a educação superior, possa realmente ser incluída como uma despesa fundamental, como está colocado nesse projeto. A pergunta que mais se ouve hoje é o seguinte: “Senador, eu queria arranjar uma bolsa de estudo para o meu filho fazer a faculdade, tal e qual”, para que V.Ex^a. tenha... Eu sei que eu estou ensinando a Padre Nosso ao vigário aqui, porque todos aqui conhecem de pé.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador, vai sobrar pra mim.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Esse então... Mas esse está do outro lado do balcão, esse aqui.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas é o que atende.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas é o que atende. Eu vou mandar uns bolsistas para ver se você atende.[Risos].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ainda não tem no Rio Grande do Norte. [Risos].

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas para terminar Sr^a. Presidente, era dizer isso. Que realmente é um problema que aflige. Eu pelo menos quero dar esse depoimento aqui, aflige hoje as nossas comunidades, porque para se estudar medicina, a mensalidade do curso do Curso de Medicina é superior a um mil reais, chega a dois mil reais.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Três e 800.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aonde? Quatro mil? Só se for na de Wellington, viu?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone] [Risos] Senador, transmitido para todo o Brasil ao vivo...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Com a palavra Senadora Lúcia Vânia e em seguida... Eu quero até registrar com muita alegria, que hoje nós temos dois ex-presidentes da Comissão de Assuntos Sociais, que é o Senador Antônio Carlos Valadares e a Senadora Lúcia Vânia, que muitos nos orgulha pelo trabalho que puderam realizar nessa Comissão.

Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço as palavras da Senadora Patrícia Pillar [risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Saboya.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): É a segunda vez.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Segunda, aí não vale.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): É a segunda vez.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Espera aí, Wellington, Senador Wellington, por favor, faça a defesa.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Faz a defesa aí pra mim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Patrícia o quê?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Patrícia Pillar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senadora Lúcia Vânia, com a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço aos nossos --

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu tenho que fazer uma defesa. [Risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Faça Senador.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Faz.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu tenho que fazer uma defesa.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Não precisa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu prefiro mais essa Patrícia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): É melhor não esticar a conversa.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Nós preferimos a Iracema.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Está bom. Senadora Lúcia Vânia, com a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu quero cumprimentar a Senadora Patrícia, pelas palavras que disse aqui a meu respeito. E que quero dizer Senadora Patrícia da nossa alegria, de ver essa Comissão realmente funcionando e funcionando muito bem, com os Senadores todos aqui presentes.

Hoje tivemos vários projetos terminativos e todos com um quorum acima do necessário para votar essas matérias. Portanto, eu quero aproveitar oportunidade e cumprimentar, também, o Senador Sérgio Zambiasi pelo seu projeto que tem um grande alcance social.

Esse projeto sem dúvida nenhuma, como colocou aqui o Senador Garibaldi, é um projeto que vem atender a todos aqueles que querem cursar um curso universitário. E que vêm também por outro lado, atender o empresário que fica numa situação de muita dificuldade diante desse quadro.

Portanto, quero cumprimentar o Relator. Cumprimentar o autor do projeto e dizer, que é muito bom a gente ver e aprovar um projeto dessa natureza, e essa Comissão nos dá essa oportunidade. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Obrigada, Senadora Lúcia Vânia. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senadora, eu fico muito feliz com o projeto dessa envergadura, do alcance social da preocupação desde o autor, como de todos os relatores, quer seja na Comissão Educação, e aqui também. Mas eu conversava aqui com o nosso Relator, e eu levanto um assunto que eu considero muito importante, até fruto do que foi dito pelo Senador Garibaldi Alves, que eu concordo plenamente. Eu tenho uma demanda tanto, quanto ele tem no Estado do Rio Grande do Norte, eu tenho na Paraíba em busca de uma bolsa, mas eu não posso no papel de Senador, de fazer um alerta aqui, uma preocupação.

Eu pediria ao Senador Paulo Paim, que foi Relator na Educação e o Senador Raupp --

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Srs. Senadores, o Senador Cícero Lucena com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Me responder se isso está contemplado. Qual é a minha preocupação? Vamos dizer que em uma determinada empresa, que eu considero esse projeto como maravilhoso, mas com a oportunidade da universalização do ensino superior, a oportunidade de que as empresas possam ter nos seus quadros estimular e incentivar a qualificação dos seus trabalhadores. Acho isso fundamental, mas eu não posso deixar de registrar uma preocupação.

Eu registro em uma determinada empresa um funcionário que tenha um salário-mínimo como remuneração e o coloco para estudar num Curso de Medicina de três, quatro mil reais ou até menos. E como é que fica? Nós não estaríamos aqui deixando alguma brecha para fraudes nesse aspecto? Eu pergunto aos dois relatores, o da Educação e o, aqui, Ação Social,

se isso está devidamente cuidado, ou se ainda é tempo da gente cuidar disso?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Como o Paim é especialista nessa área eu deixaria para ele fazer essa...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Senador Paulo Paim, com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não eu sou especialista, mas sempre digo que toda a regra tem as exceções. E, se alguém burlar a lei vai sofrer às consequências, porque aqui diz o seguinte: "Desde que não seja utilizado em instituição a parcela salarial e que todos empregados e dirigentes tenham acesso ao mesmo", ou seja, se ele quiser fazer essa malandragem, em tese, seria uma malandragem. Esse cidadão, amanhã ou depois, mostra que aquilo não é correto, não cumpre o que pede a lei e quiser inclusive pleitear como salário, a empresa é que será prejudicada.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas Senador, se me permite--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Porque não tem como você botar: "Desde que não seja para um curso X ou Y". Agora, se o empregador, digamos, ele fosse lá de uma forjaria, resolver pagar Curso de Medicina para alguém, bom ele que pague. Não há motivo algum --

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas no caso o projeto não é ele que está pagando.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como assim? Claro, que é.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Ele está fazendo encontro de contas.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, não. Aqui não, o projeto não.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Na Previdência.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, não. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. O projeto simplesmente diz o seguinte. Eu vou resumir de novo, vamos ver o projeto: Se eu quiser na minha empresa, eu tenho lá 50 trabalhadores, digamos que os 50 ganhem o salário mínimo e eu resolver que eu vou dar o Curso de Medicina pra eles, eu quero pagar do meu bolso, não tem nada que ver com a empresa.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): No caso o projeto, só estaria beneficiando a condição de não ser considerado como salário --

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Salário.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para ter as incidências.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Salário, só isso. Somente isso.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então assim, está atendido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Ok. Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Está atendido. A minha dúvida foi devidamente esclarecida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vamos à votação nominal. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim, Presidente

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Valdir Raupp é o Relator. Valdir Raupp. Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senador Papaléo Paes, não está mais presente. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Mais alguém? Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): O Senador fica ali no cantinho, não é Senador? 11 votos favoráveis à matéria, PLS 313 de 2006. Nós precisamos repetir a emenda. Então, eu pediria aos Srs. Senadores que concordam, que nós possamos repetir para a emenda a mesma votação anterior ao projeto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Concor damos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Aprovada também a emenda nº 01-CE/CAS. O item 08. Agora, voltamos ao requerimento. Nós temos um requerimento do Senador Marcelo Crivella. Requerimento nº 27 de 2007, requeiro nos termos regimentais seja convidada a Ministra Mariângela Rebuá, Chefe da Divisão de Temas Sociais, do Ministério de Relações Exteriores, bem assim os Professores Márcio Pochmann, ex-Secretário de Trabalho da Prefeitura de São Paulo e Carlos Lesa, ex-Presidente do BNDES, para falar em Audiência Pública nessa Comissão, sobre as 08 Metas do Milênio, estabelecidas na Convenção do Milênio. Em discussão a matéria.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr^a. Presidente, apenas para --

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Para discutir, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Esclarecer meus companheiros, as metas do milênio deverão ser obtidas em 2015, nós estamos em 2007, portanto, já vencemos metade do prazo. Seria bom que nós pudéssemos ter aí, nesse momento, na metade do prazo, uma avaliação de como está o Brasil em relação as metas do milênio. Só isso, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Bom, em votação. Todos que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu solicitaria de V.Ex^a., que colocasse como item extrapauta, um requerimento de minha autoria a respeito dos medicamentos, é o Projeto de Lei de autoria do Tião Viana, e

também outros projetos que a gente coloca no requerimento, no sentido de que este assunto seja debatido em Audiências Públicas, para que a gente possa convidar as pessoas que representam associações de doentes crônicos, o Ministério da Saúde, o Ministério Público Federal que está muito envolvido nesse debate, o Judiciário, especialistas da área, porque a questão da compra e distribuição de medicamentos excepcionais, normalmente de alto custo, vem causando uma polêmica e uma intranquilidade no Brasil todo.

No Paraná, por exemplo, pessoas portadoras de câncer que têm que se utilizar um de medicamento chamado Glivec, no Hospital das Clínicas, simplesmente não estão sendo tratados. E pessoas que fizeram transplante de fígado, de rim, não estão atendo acesso a medicamento. E ao mesmo tempo, existe um contencioso aí no meio, no sentido de dizer que tem que ser tomar cuidado com o orçamento, com dinheiro, porque isso e aquilo. E, ao mesmo tempo, as pessoas muitas vezes, morrendo e tendo problemas.

Então, eu falei com o Senador Paulo Paim, que é o Relator deste Projeto de Lei e de outros que venham a ser apensados a este, para que a gente debatesse com a sociedade e discutisse, visse. E que no final, a gente chegasse a uma conclusão, lógico, que seja adequada para a saúde da população.

Então, esse é o objeto do requerimento que está em mãos de V.Ex^a., e faria a solicitação que fosse considerado como extrapauta. E é um tema... Aliás, Sr^a. Presidente, que já vem sendo objeto de discussão na Comissão de Direitos Humanos, foi constituído um grupo de trabalho lá, já com audiências, audiências não, reuniões realizadas e têm sido assim, muito proveitoso tudo isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senador Flávio Arns, eu tomei uma decisão como Presidente da Comissão, de ontem, inclusive, eu conversava com o Senador Paulo Paim. E hoje já conversei com o Senador Magno Malta e também conversei com o Senador José Nery, que também tinham requerimentos extrapauta, que essa Comissão achou melhor que nós não colocássemos requerimentos extrapauta.

Eu me comprometo com V.Ex^a., como me comprometi com os outros Senadores, de colocar na quarta-feira, na próxima reunião que tivermos, isso para evitar, porque às vezes no meio da sessão nós não tomamos nem conhecimento direito, não é o caso de V.Ex^a., porque eu sei a importância desse requerimen-

to, mas é para evitar um tipo de constrangimento, nós decidimos, então, só recebermos os requerimentos, até posso ler se V.Ex^a. assim desejar o seu requerimento, mas V.Ex^a. Já explicou tão bem para todos nós e lhe pedir à compreensão, de que nós pudéssemos votar na quarta-feira que vem.

Não havendo mais discussão, nenhuma matéria a votar. Declaro encerrada a presente sessão. Muito obrigada a todos.

Sessão encerrada às 13h22.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, E A 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e um de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhora Senador **PAULO PAIM**, reúnem-se as Comissões de Assuntos Sociais, de Educação e a de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos(as) Senadores(as) **AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, WELLINGTON SALGADO FILHO, KÁTIA ABREU, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, SERYS SLHESARENKO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO e CRISTOVAM BUARQUE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando a ausência o Senador Sérgio Guerra. O Senador Paulo Paim declara aberta a reunião das Comissões, propondo a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas e passa a presidência dos trabalhos à Senadora **PATRICIA SABOYA GOMES**. Presidência registra, para acompanhar a Audiência Pública, a presença do Senhor Tite Borges, representante do Ministério da Saúde; Senhora Regina Odami, representante da Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;

Dra. Ana Cecília Sucupira, Coordenadora da Saúde das Crianças e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde; Dra. Maria José de Araújo, Coordenadora da Saúde da Mulher; Dr. Joelson Dias, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; e Senhora Maria Paula, atriz e madrinha do Projeto e do Programa do Aleitamento Materno, que usam da palavra. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento nº 02 de 2007 – CAS, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes para instruir o PLS nº 281, de 2005, que “cria o Programa Empresa Cidadã, destinando à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal”. Com os seguintes convidados: Senhor **José Pastore** – Consultor da CNI e Professor da Universidade de São Paulo, representando Armando de Queiroz Monteiro Neto - Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Senhora **Claudia Scaff**, Diretora do Comitê de Responsabilidade Social – CORES, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; Senhor **Eugênio Pereira da Cunha Garcia**, Assessor da Divisão Sindical da CNC, representado Antonio José Domingues de Oliveira Santos - Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Senhor **Michael Haddon** - Presidente da Fersol Indústria e Comércio S.A.; e o Senhor **Ivan Zurita** - Presidente da Nestlé. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros das Comissões. Usam da palavra os Senhores Senadores **Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Kátia Abreu, Inácio Arruda, Fátima Cleide, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena, Serys Slhessarenko, Cristovam Buarque, Paulo Paim e Eduardo Suplicy**. A Senhora Presidente submete ao Plenário a inclusão de um item Extrapauta, que é dado como aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA: REQUERIMENTO Nº 13, DE 2007** – CAS: “Requer a realização de Audiência Pública, conjunta entre as Comissões de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos, Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Infra-Estrutura, com vistas a tratar da Compra do Grupo Ipiranga pela Petrobrás, Grupo Ultra e Braskem. Para a realização da audiência pública requerida deverá ser convidado o Presidente do SINDIPETRO Sr. José Marcos Olini, Presidente do SINDIPOLO Sr. Carlos Heitor Rodrigues, Representante da Petrobrás, Representante da Braskem, Representante do Grupo Ipiranga, Representante do Grupo Ultra e demais convidados, a serem definidos pela própria Comissão”. **Autores:** Senadores Paulo Paim, Sérgio Zambiasi e Pedro Simon. **Resultado: Aprovado.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a

presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2007, QUINTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e quarenta minutos, do dia dezoito de abril de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Eduardo Azeredo, reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, com a presença dos Senhores (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, MARISA SERRANO, GERALDO MESQUITA JÚNIOR**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. O Senador Eduardo Azeredo, declara aberta a reunião da Subcomissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente designa o Senador Augusto Botelho e as Senadoras Fátima Cleide e Marisa Serrano membros suplentes da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. A presente reunião destina-se à discussão sobre a inclusão no câmpulo do FUNDEB das matrículas dos alunos com deficiência nas Escolas Especiais mantidas por associação sem fins lucrativos. A Subcomissão delibera pelo envio ao relator da MP 339/06 proposta de alteração do § 4º da Seção I, do Capítulo III – Da Distribuição dos Recursos, para que a expressão “até a data de publicação desta Lei” seja retirada, uma vez que tal expressão limita o câmpulo das matrículas efetivas nas Escolas Especiais. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior e Marisa Serrano. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dez horas, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Eduardo Azeredo, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente.

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2007, ÀS 09 HORAS E 40 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Havendo número regimental declarado aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Aprovado.

Recebemos as indicações dos Senadores para participar também da Subcomissão, a indicação do Senador Augusto Botelho, PT de Roraima para compor como membro suplente essa Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, e também da Senadora Fátima Cleide, do PT de Rondônia, e a Senadora Marisa Serrano, do PSDB do Mato Grosso do Sul também como membros suplentes.

A última reunião foi à reunião de instalação e também a reunião da Comissão de Assuntos Sociais de divulgação quando tivemos a presença de artistas e também do jogador Romário para divulgar a importância da mídia na defesa das pessoas com deficiência.

Na pauta de hoje que nós temos, com o Senador Flávio Arns aqui ao meu lado, é a questão da discussão sobre a inclusão no cômputo do FUNDEB das matrículas dos alunos com deficiência nas escolas especiais mantidas por associação sem fins lucrativos. O Projeto do FUNDEB veio sem a menção das escolas especiais, na Câmara já foi aprovado com esta inclusão, entretanto precisamos discutir porque da forma que está a inclusão ainda parece ser de alguma maneira falha.

Passo a palavra, portanto, ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço, Sr. Presidente, cumprimento V.Ex^a, o Senador Geraldo Mesquita, Senador Augusto Botelho, e os demais Senadores que fazem parte desta Subcomissão e dizer que nós estamos discutindo um assunto fundamental, essencial para a educação no Brasil, que é a Lei do FUNDEB, Fundo Nacional de Valorização de Manutenção da Educação Básica. E esta Comissão é a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência. Quero cumprimentar também a Senadora Marisa Serrano.

Então, a Lei do FUNDEB é essencial para a educação infantil, para o ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e também para

a pessoa com deficiência. A gente sabe que muitas pessoas estudam, tem a sua educação garantida em escolas especiais.

Então, é comum nós vermos no Brasil crianças, jovens e adultos com deficiência que estudam, trabalham, se preparam para o trabalho também em escolas especiais. Isso acontece em relação aos surdos, aos cegos às pessoas com deficiência mental, deficiência física, deficiências múltiplas, e eu quero dizer inclusive, Sr. Presidente, que isso acontece no mundo inteiro. Não é só no Brasil. Porque existe uma discussão que se faz vamos colocar todos os alunos com deficiência na classe comum. Isso, vamos dizer, eu diria que no mundo inteiro isso estão acontecendo, porque as necessidades de muitas pessoas com deficiência são tão individualizadas e tão profundas que essas pessoas precisam de um atendimento bastante especializado. E até outras discussões vem sendo feitas. Por exemplo, na área de deficiência auditiva, para pessoa surda, eu já fiz muitos debates com pessoas surdas no meu Estado, no Paraná, em que eles dizem: Nós queremos terminar o ensino médio, por exemplo, com qualidade. A gente quer terminar o ensino médio, por exemplo, com qualidade. A gente quer terminar o ensino médio, mas se a gente ficar junto com a turma de 50 alunos aprendendo química, física, matemática numa turma de 50 alunos a gente não vai ter condições de acompanhar.

Então, nós precisamos de algo especial porque se a gente terminar o ensino médio e bem, nós vamos ter mais condições de nos inserirmos no mundo do trabalho.

A Deputada Fátima Bezerra, entendendo esses pontos de vista, fez uma mudança significativa no FUNDEB em relação ao FUNDEF. Ela reconheceu esses fatos todos e incluiu no § 4º, do art. 8º, a possibilidade de instituições comunitárias, confessionais, filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público, com atuação exclusiva na modalidade dos alunos serem contados para o FUNDEB. Então este foi um avanço importante. Porque isso não acontecia no FUNDEF. E agora acontece no FUNDEB.

Porém, o que acontece é que existe uma expressão nesse artigo é que essas escolas vão ser contadas conforme o censo escolar mais atualizado, até a data da publicação desta lei.

Então, até a data da publicação desta lei significa que escolas novas que venha a surgir não poderão ser contadas. E, ao mesmo tempo, conveniadas com o Poder Público também. Porque muitas escolas por não participarem do FUNDEF não eram conveniadas com o Poder Público. Hoje mesmo eu, Senador Augusto Botelho, trouxe uma situação no Município de

Boa Vista onde o pai quer, o pai tem um filho autista e não existe absolutamente nada para atender o filho autista como tem outras pessoas lá que certamente estão sem atendimento. E ele está propondo a criação de uma entidade. Agora, essa entidade se valer esta lei, esta entidade não vai ser contada.

Então, nós teríamos uma situação de muitas entidades e outras que não seriam contadas. Agora eu quero deixar muito claro o seguinte. Nós temos aproximadamente 1.500 municípios no Brasil. E cerca de 2 mil deles existem essas entidades, e 3.500 não existem. Infelizmente essa entidade. Então nessa discussão toda de inclusão, eu não quero absolutamente dizer com isso que as crianças jovens não devam estar na classe comum. Todo esforço tem que ser feito para estarem na classe comum. Porém, por outro lado a gente dizer que 100% das pessoas com deficiência vão estar na classe comum, eu digo: Isso é impossível. Não é que a gente não queira. E depois não quero dizer por causa do problema da criança. É por causa da necessidade da criança. Tem crianças que têm uma necessidade de tal ordem que precisam de um entendimento bastante especializado. A gente conhece isto. E por isso que essas entidades vão ser felizmente sempre necessárias. Porque lá na Europa, lá nos Estados Unidos e na Europa, eu ainda visitei recentemente na Inglaterra, essas entidades, os alunos ficam nas entidades o ano inteiro. Só voltam para casa nas festas de final de ano. Quer dizer, ainda existe pouca inclusão. O que é que acontece com essas entidades aqui no Brasil? As crianças, jovens, adultos, vão para a entidade de manhã, voltam na hora do almoço para casa, vão de manhã, voltam de noite... E todos nós temos que trabalhar para que essas entidades sejam mais organizadas possíveis, tem os recursos e tudo mais.

Então, para não ser, o que eu estou propondo para a Subcomissão na análise desse documento que é essencial para a educação no Brasil, que a Subcomissão faça uma solicitação para a Senadora Fátima Cleide, já que a gente não pode fazer Emenda, pelo que me consta a Senadora Fátima Cleide que vai ser a Relatora do FUNDEB aqui no Senado para que enaltecendo o esforço da Deputada Fátima Bezerra, mas solicitando que só essa expressão até a data da publicação desta lei seja retirada do § 4º.

Então, seria uma posição, se os demais Senadores concordarem, uma posição da Subcomissão. Não é uma posição minha nem da Senadora Marisa, nem do Senador Geraldo, nem do Presidente. Mas a Subcomissão analisando o texto, enaltecendo o texto, mostrando avanço. Dizendo, olha, vão surgir, vão ser necessárias escolas em situações específicas para surdo,

para cego, para deficiente metal, para autista, dentro de um espírito de entendimento e de esforço--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Flávio, e essas duas expressões, a questão de ser conveniadas com o Poder Público. Nenhuma escola que tiver... Pode acontecer também de num determinado Município, infelizmente ainda existe muito essa política, da escola não ser conveniada com o Município. Mas nesse caso ficaria fora. Porque ficaria mais difícil.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Na minha opinião, "até a data da publicação desta Lei" é a expressão que pega, porque muitas Prefeituras não conveniam porque não é interessante conveniar, porque a criança não é contada. Na hora que a criança for contada e a Prefeitura receber o dinheiro, eles acabam conveniando, porque é um dinheiro que entra no Município. Mas eu digo assim para não termos duas categorias de escola. Porque o Brasil é grande, muitas coisas são necessárias, e dizer assim, mesmo que surja uma escola nova, que ela tenha os mesmos direitos daquela escola antiga. Essa é minha opinião.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Flávio Arns, eu queria fazer uma pergunta. Eu estava conversando aqui com o Senador Geraldo, eu tenho uma dúvida sobre esse parágrafo que V.Ex^a não levantou. Admitir-se-á o cômputo das matrículas efetivadas conforme o censo escolar mais atualizado até a data da publicação dessa lei. Não é escola, são matrículas. Então já tem uma escola já em funcionamento que tenha 200 alunos matriculados. Se eu faço uma aplicação e eu coloco mais 50 crianças, essas 50, a meu ver aqui, elas não entrariam no cômputo. Porque não é escola, é matrícula efetivada até a data dessa lei. Matrícula é a matrícula de 200 crianças que estão matriculadas. Só tem 200. Então não é uma escola nova que vai ser construída. Essa também não entraria. Mas não entraria nenhuma a mais que a escola colocar. Porque é matrícula.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu acho que V.Ex^a, se nós tirarmos a expressão, esse problema também fica resolvido. Admitir-se-á o cômputo de matrículas efetivadas conforme o censo escolar mais atualizado na educação especial. Aí, quer dizer, este problema--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agora se mantiver esse parágrafo, se por acaso a gente não conseguir derrubar e mantiver esse parágrafo, a gente tem que ter consciência que não é só escola, não. É qualquer matrícula.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois é. V.Ex^a concorda que deva ser retirada a expressão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Concordo plenamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Porque esse censo, a informação é que o censo é anual. O problema é que coloca até a data da publicação. Aí fecha tudo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas atualizado até a data da publicação desta lei.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Conforme o último censo realizado [pronunciamento fora do microfone]

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Escolar mais atualizado até a publicação dessa lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O problema é o “até a publicação”. Dá a impressão o último censo até essa lei. Agora, se tiver um censo ano que vem, não adianta, não entra mais.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Conforme o censo escolar mais atualizado na educação especial oferecida em instituições. Quer dizer, se tirar “até a data da publicação desta lei”, Senador Geraldo, admitir-se-á o de matrículas efetivadas conforme o censo escolar mais atualizado. Na educação especial oferecido...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Confessionais, filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público quanto ações exclusiva na modalidade.

Bom, eu queria então propor um encaminhamento. Nós poderíamos fazer, como não se trata... É possível fazer Emenda, fazermos, então, uma correspondência à Senadora Fátima Cleide em que os membros da Comissão assinariam propondo a exclusão... A Deputada Fátima... A Senadora Fátima Cleide que vai ser a Senadora aqui.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu não tenho certeza, mas pelo que me falaram, pelo menos, a Senadora Fátima Cleide será a Relatora do FUNDEB. Se não for ela, para o Relator que for. Mas pelas informações que a gente tem, será a Senadora Fátima Cleide.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Porque na Câmara já está aprovada, então já está encerrada a participação da Deputada Fátima Bezerra. Não é isso?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não foi lido ainda no Plenário, né?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não foi lido ainda. Então não foi designado ainda o Relator. Mas é que o Senador Flávio está dizendo que tem a informação que seria para a Fátima Cleide.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A informação que eu tenho é que a Senadora Fátima Cleide será a Relatora. Mas se não for ela, vamos dizer, o fato é mandar para o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Nós vamos aguardar. Fazemos a carta e deixamos o destinatário para preencher. [risos]

Bom, eu queria... Senador Geraldo Mesquita quer mais alguma coisa a esse respeito? Está bem?

Então, no caso então do FUNDEB nós vamos fazer esse encaminhamento e contando com o apoio de todos para o convencimento da Senadora ou do Senador que for o Relator, e a ação em Plenário caso necessário em termos aí seria um destaque em Plenário. Se não houver o acordo do Relator, temos que fazer o outro encaminhamento seria o destaque em Plenário para a aprovação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu acho, Sr. Presidente, que com isso a gente dá uma tranquilidade, uma segurança para área. Se isso for aprovado estaria tranquilo. Agora, sempre que eu faço essas observações nessa discussão as pessoas contumam dizer que eu sou contra a inclusão.

Então, deixando muito claro que eu sou totalmente favorável a que a maior quantidade possível de pessoas com deficiência estejam na classe comum, e que a classe comum faça as adequações, tudo que for necessário. Agora, eu conheço também eu devo dizer muitas crianças, jovens e adultos, o que a gente quer, eu sempre digo, a pergunta que a gente tem que fazer não é a primeira pergunta onde que essa criança vai estudar. Na minha opinião, até como pai de uma pessoa com deficiência, eu sempre digo: O que é que essa criança precisa para ser feliz? E onde que essa educação pode ser ofertada. Então eu digo, essa que é a pergunta.

Então, a grande maioria vai estar na classe comum, mas a gente dizer que 100% dessas crianças vão estar, elas não vão ser felizes. Não vão ter as suas necessidades atendidas se não for um atendimento mais especializado.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria dar uma sugestão a V.Ex^a, quando alguém falar isso, pede para ir a Campo Grande visitar a escola... Orionópolis, de Dom Orione. 100% das crianças que estão lá com deficiência cerebral grave tem que ser atendida lá. Não tem condições de ir. Porque só atende crianças com deficiência grave. Não tem como sair de lá. Então, Orionópolis, a escola de Campo Grande de Dom Orione, ela é conveniada com o Poder Público, a Prefeitura ajuda, o Estado ajuda, mas 100% das crianças que estão lá não têm condições de ir para uma escola inclusiva. Então não há como a gente querer ter o ideal. Tem que atender as crianças

dentro das suas potencialidades como V.Exª diz, aonde ela vai ser feliz. Ela que é a responsável, não é o que nós queremos. É o que é melhor para ela.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu até digo, quando temos alguma dúvida sobre que atitude tomar, eu digo que nós temos uma receita que é adotada no mundo inteiro. Fale com a pessoa com deficiência e fale com a família. Discuta a situação. E chegue a uma conclusão. E a gente vai ver que muitas famílias, eu até falei com pessoas de alguns Estados já que disseram e gostaria tanto que meu filho tivesse esse atendimento numa escola especial, mas não estão permitindo que tenha. Então acho que a gente tem que discutir. A mesma coisa com o surdo. O surdo dizendo: Eu quero... 30 surdos na minha frente dizendo, a gente quer terminar o ensino médio. Quer dizer, se a gente não tiver o atendimento bom e especializado a gente não vai terminar. E se não terminar a gente não vai trabalhar. Então às vezes um atendimento especializado leva à inclusão social na seqüência. Quer dizer, está trabalhando, está estudando, está preparando. Porque o empregador vai perguntar: Até que ano você estudou? Eu fiz quinta série. Menos chances de trabalho. Terminei o ensino médio, fui para a faculdade. Mas chances de... Então, é nesse sentido. E quando nós tivermos o dia da síndrome de down, o pai da artista da Globo, a Clara que era a Clara na novela, ele mesmo usou uma frase. Disse, "eu defendo a inclusão. Em todos os aspectos, mas sem radicalismo". Porque as situações são muito variadas, e isto aqui vai atender essa necessidade da pessoa com deficiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. Não havendo mais nenhum assunto a tratar, eu declaro encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 10h00.

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 09 DE MAIO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia nove de maio de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, GARIBALDI ALVES FILHO, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA,**

RA, JAYME CAMPOS, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, JOSÉ NERY, FÁTIMA CLEIDE, FERNANDO COLLOR, IDELI SALVATTI, ADELMIR SANTANA, HERÁCLITO FORTES E CÍCERO LUCENA. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justificam a ausência os Senhores Senadores Geraldo Mesquita Júnior e Demóstenes Torres. Comparecem também os Senhores Senadores Mão Santa, Aloizio Mercadante e o Deputado Alcení Guerra. A Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento nº 15, de 2007, de autoria do Senador Papaléo Paes, que convida o Senhor Ministro de Estado da Saúde, a fim de prestar informações acerca das políticas, programas e projetos a serem implementados na nova gestão do Ministério da Saúde. A Presidente informa que o Ministro fará primeiramente sua exposição, após os Senhores Senadores o interpelarão, dispondo, cada um, de 5 minutos. A Presidente convida o Senador Augusto Botelho e a Senadora Ideli Salvatti para acompanharem o Senhor Ministro José Gomes Temporão à Mesa. Às doze horas e quarenta e nove minutos o Senador Papaléo Paes assume a Presidência. Às doze horas e cinquenta e quatro minutos a Senadora Patrícia Saboya Gomes reassume os trabalhos. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, Jayme Campos, Papaléo Paes, Augusto Botelho, Mão Santa, José Nery, Heráclito Fortes, Aloizio Mercadante, Ideli Salvatti e Garibaldi Alves Filho. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, Presidente.

18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ASSUNTOS SOCIAIS CONJUNTA COM A 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE MAIO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 22 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e a 3ª

Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores, sendo a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. Os senhores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Essa Reunião, Sras. e Srs. Senadores, destina-se à Audiência Pública com o Excelentíssimo Sr. Ministro da Saúde, Dr. José Gomes Temporão, em atendimento ao Requerimento nº. 15/2007, de autoria do ilustre Senador Papaléo Paes. Essa Audiência Pública, ela se restringe a tratar de assuntos sobre as políticas, programas e projetos desenvolvidos pelo Ministério da Saúde. Por isso eu gostaria de convidar, solicitando ao Senador Augusto Botelho e à Senadora Ideli Salvatti que façam acompanhar o Sr. Ministro e conduzi-lo à Mesa. E gostaria também de convidar o Senador Papaléo Paes para compor a Mesa, já que é autor do Requerimento e Presidente da Subcomissão.

Bom, nos termos regimentais, comunico a todos que, terminada a exposição do Sr. Ministro, abrir-se-á a fase de interpelação pelos Senadores, dentro do assunto tratado, que são as políticas, programas e projetos desenvolvidos pelo Ministério da Saúde, dispondo cada Senador de cinco minutos. O Ministro terá o mesmo prazo para resposta. E eu gostaria de passar imediatamente a palavra para o Ministro José Gomes Temporão, mas sem antes agradecer, Ministro, a presença de V.Exa., que prontamente atendeu ao nosso convite de vir a essa Comissão, que tem em Pauta assuntos ligados à questão da Saúde no nosso País, e V.Exa. imediatamente aceitou esse nosso convite. Gostaria aqui de reafirmar aquilo que já tive a oportunidade de lhe dizer pessoalmente, que estamos todos esperançosos com a administração de V.Exa., por ser alguém que hoje comanda o Ministério da Saúde e que tem tomado atitudes nas palavras que evidentemente podem até ser polêmicas, mas acho de fundamental importância que esses assuntos sejam trazidos para a agenda de nosso País. V.Exa. tem prestado um grande serviço em levantar temas, como aqueles que tem trazido ao nosso País, e nós desta Casa, até na condição de estarmos aqui para também formar opinião sobre determinados assuntos, gostaríamos de lhe ouvir. O dia de hoje, dessa audiência, nós vamos tratar especificamente de assuntos, programas e projetos do Ministério da Saúde, por isso convidei V.Exa. para vir até aqui, já que aqui temos uma Subcomissão presidida pelo Senador Papaléo Paes, e que, com muita preciosidade,

traz um tema que é de fundamental importância para o Senado e para esta Comissão.

Portanto, desejo boas-vindas a V.Exa., que aqui tenha a oportunidade de fazer a sua explanação no tempo que lhe for conveniente. Portanto, com a palavra, agora, o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão. A lista de inscrições vai ser passada agora para aqueles que queiram fazer suas perguntas possam se inscrever.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO:

Muito bom dia. Quero agradecer esse honroso convite, cumprimentar a Senadora Patrícia Saboya, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e o Senador Papaléo pelo convite para estar aqui com os senhores e senhoras conversarmos sobre Saúde. Bom, eu vou tentar fazer uma exposição bastante sintética sobre algumas questões que eu considero relevantes, do ponto de vista da política pública no campo da Saúde, para que nós possamos ter tempo de discutir um pouco e debater.

A Primeira questão que eu queria ressaltar, é a percepção que eu tenho da necessidade da Saúde voltar um pouco os olhos para o que eu chamo de determinação social da Saúde, ou seja, quando o Governo Luís Inácio Lula da Silva concebe e coloca em desenvolvimento um programa de aceleração do crescimento, que vai investir 40 bilhões de reais em quatro anos, em saneamento ambiental, e quando o Ministério da Educação coloca em ação o plano de Educação que introduz mudanças profundas na política educacional brasileira, eu estou dando estes dois exemplos como dois exemplos bastante práticos e objetivos, de profundo impacto sobre os indicadores de Saúde.

Nós todos sabemos que o que determina o padrão e o perfil de morbidade e de mortalidade das populações, na sua grande maioria, está fora da governabilidade do setor Saúde. Está exatamente na dimensão da renda, do emprego, do extrato social, da classe social, da habitação, do saneamento, do acesso à Educação, do acesso à informação. Então, esse resgate evidentemente, para ele poder ter, para ele para sair do campo, digamos assim, da retórica ou da pesquisa ou acadêmico, para o campo da prática, ele tem que se transformar em políticas intersetoriais. Trabalhar intersetorialidade, ou seja, quando, há três semanas atrás, eu sentei com o Ministro Haddad para discutir de que maneira a gente aproxima o mundo da Saúde e o mundo da escola, é um exemplo prático; quando eu trabalho de maneira integrada, dentro do Governo, políticas de saneamento, de habitação e de emprego e a área de Saúde, que normalmente se pensa Saúde como gasto, mas, pouco mais adiante, vou falar que Saúde também é, e de maneira muito

importante, investimento. Então, essa dimensão da intersectorialidade...

E trabalhar, ao mesmo tempo, a questão da promoção da Saúde, principalmente no enfoque de redução de danos. Não só, de um lado, a questão do álcool e do tabaco, como dois problemas gravíssimos de Saúde pública; no caso do tabaco, o sucesso da política implantada pelo Brasil, a partir do final dos anos 90, foi estrondoso, hoje, o Brasil é reconhecido no mundo inteiro, como o país que, proporcionalmente mais reduziu a prevalência de fumantes na população, mas, por outro lado, nós temos a questão do álcool hoje como um problema de Saúde pública extremamente grave, não só enquanto desencadeador de doenças, cardiovasculares, câncer, vasculares cerebrais, neurológicas, mas também associada à questão da violência, seja a violência no trânsito, seja a violência interpessoal, seja a violência doméstica.

E a outra dimensão da promoção, que é você trabalhar a questão dos habitantes de alimentação saudáveis, realização de exercício físico regular, controle de peso e mudança dos padrões alimentares. Todo esse conjunto de medidas tem um forte impacto sobre a Saúde e sobre os perfis de doença e de morte das populações. Dois exemplos adicionais: Quando a gente trabalha uma proposta de planejamento familiar, que coloca a questão da informação, da educação e do acesso aos métodos anticoncepcionais, de maneira democrática, para os casais que possam, assim, decidir, de maneira consciente, o número de filhos e em que momento querem ter filhos. Ou quando, por exemplo, a gente vê um Projeto que eu adotei desde o início, da Senadora Patrícia Saboya, da ampliação da licença maternidade, exatamente uma medida no âmbito do Legislativo, que tem um grande impacto, do ponto de vista de Saúde Pública, seja do ponto de vista da Saúde das crianças, dos nossos novos brasileiros, como do ponto de vista da Saúde das mães. Essa relação mãe/bebê, durante o primeiro ano de vida, é extremamente valiosa. Nós temos que pensar políticas que dêem qualidade a essa relação. Porque, nesse momento, podem estar se estabelecendo padrões biológicos e sociais, que podem ter influência importante no futuro dessa criança. Então, essa é uma primeira dimensão.

A segunda dimensão, eu diria que é a dimensão da atenção à Saúde. Exatamente aquele espaço em que o Estado, a sociedade organiza serviços de Saúde para atender as pessoas, quando adoecem. E aí, eu acho que as prioridades são bastante claras: É fortalecer o Programa Saúde da Família; eu tenho informações hoje de que o programa, apesar de ele hoje já cobrir 100 milhões de brasileiros, de ter avançado muito,

principalmente nos Municípios de IDH mais baixo, mas ele está chegando de maneira muito lenta à periferia das grandes regiões metropolitanas, com exceção de Belo Horizonte, que tem um excepcional programa de grande qualidade, com 500 equipes de Saúde da Família, e que já mostra resultados objetivos de melhoria da qualidade e da atenção, nas outras regiões metropolitanas, essa cobertura ainda é ou parcial ou de baixa qualidade. Então, aí nós temos uma questão a ser trabalhada. A média complexidade é o nosso calcanhar de Aquiles porque ela é um espaço de atenção à Saúde, claramente subfinanciado. Então, existe um conjunto de ações e atividades que têm um problema de financiamento por conta das bases de financiamento do setor Saúde, que necessitam de fortalecimento. E a alta complexidade, que aí me parece que a questão é muito mais de organização e estruturação da rede, do fluxo de pacientes, do que, por exemplo, uma questão econômica. Pelo contrário, a remuneração que o SUS dá aos procedimentos de alta complexidade, na sua grande maioria, são... A remuneração é bastante satisfatória e bastante adequada.

Nessa dimensão, eu queria chamar atenção para alguns outros aspectos: A questão da incorporação tecnológica, que é um problema sério no Brasil. A incorporação tecnológica hoje no Brasil, ela se dá através de pressões da mídia, da indústria e do Judiciário. E o País nunca teve uma política de gestão de tecnologias que decida com clareza critérios de incorporação de tecnologia, que olhem o interesse público e a relação custo/efetividade como parâmetros centrais dessa incorporação, porque a gente não pode ficar sempre ao sabor das questões da colocação no mercado de novidades, entre aspas. Há, no Ministério, hoje, por exemplo, uma forte pressão entre o fortalecimento e qualificação da atenção básica, e eu tenho poucos recursos para fazer isso e, de outro lado, pressões brutais de aplicação da alta complexidade. Esse é um balanço complexo, em que eu tenho que fortalecer a atenção básica, mas eu tenho que garantir também o acesso à alta complexidade. Mas o acesso à alta complexidade tem que se basear em cima de uma política de incorporação racional e que não se dobre a interesses que não sejam os interesses das necessidades assistenciais.

Queria destacar também a dimensão de que nós temos que melhorar o acolhimento e a qualidade da atenção; a primeira impressão do cidadão brasileiro quando tem contato com o Sistema de Saúde é ruim, na média, por questões de conforto, baixa qualidade, condições de trabalho precário para a grande parte dos profissionais de Saúde, o que leva esse contato, esse primeiro contato, que ele é absolutamente fundamen-

tal, é aí que se estabelece a relação do médico com o paciente. Se essa relação não é uma relação de qualidade, o tratamento fica comprometido. Os médicos, que imagino que estão presentes, aqui sabem do que eu estou falando.

E queria destacar também a assistência farmacêutica como um espaço absolutamente estratégico para a gente poder viabilizar uma atenção à Saúde com mais qualidade. Aí nós temos o fortalecimento da farmácia popular, tanto na sua modalidade de estruturação de espaços de produção da Saúde, como também o credenciamento das farmácias do varejo para a venda de medicamentos subsidiados pelo Estado, fortemente subsidiados pelo Estado, mas também a qualificação e o fortalecimento da dispensação gratuita para aquela parcela da população que não tem condições econômicas de ter acesso sequer ao medicamento subsidiado.

Então nós temos três equações para resolver e essa questão é uma questão bastante importante, inclusive, um dos pontos mais críticos hoje seria a questão dos medicamentos excepcionais, aí volto à questão da incorporação tecnológica, exatamente nós não podemos ficar hoje na situação em que estamos, em que, por falta de protocolos claros, de uma norma legal que diga em que amplitude, com que amplitude o Sistema Único de Saúde vai atender às demandas da sociedade; existe hoje um processo de judicialização, em que os gestores se colocam e se sentem muitas vezes em situações de constrangimento e muitas vezes tendo que fornecer medicamentos que não são aqueles medicamentos mais adequados do ponto de vista da racionalidade médica. Essa questão só se resolve com critérios claros, transparentes, protocolos que sejam consenso dos especialistas médicos, da sociedade, e uma norma legal que dê sustentação a essa estratégia.

O terceiro ponto que eu queria destacar é a dimensão da gestão. Essa é muito estratégica. E aí tem dois subconjuntos de questões: Gestão de redes de serviços de Saúde, que nós temos que avançar na questão da regulação e da integração dos diferentes níveis do sistema. Existem cidades hoje que avançaram muito nessa questão da gestão das redes. Belo Horizonte é um. Aracaju é outro. Alguns Municípios de São Paulo. Alguns Municípios hoje começam... Fortaleza começa a trabalhar essa questão de maneira bastante interessante. Mas há muito por fazer nessa área. Há uma grande... Eu diria que se nós juntarmos mais recursos para a Saúde, nós não podemos cometer o erro de não melhorar a eficiência do gasto. E há muita ineficiência no gasto. Tem muito hospital no Brasil que não tem escala para ser hospital, ou seja,

do ponto de vista econômico, ele não se sustenta. Então, como é que se resolve isso? Integrando serviços, racionalizando e otimizando a Rede e otimizando os recursos que o País tem.

A outra questão da gestão é a questão dos serviços, a gestão de grandes unidades hospitalares. Isso me preocupa muito, o Ministério da Saúde tem uma rede de nove hospitais no Rio de Janeiro e um hospital em Porto Alegre, e é absolutamente impossível gerenciar esses hospitais com eficiência e qualidade no gasto, dentro da administração direta. Muito difícil. E o que acabou acontecendo? Nos últimos 15 anos, 20 anos, para contornar restrições da Legislação, seja de contratação de pessoal, seja de pagamento de salários mais competitivos, criaram-se fundações privadas de apoio. Todas elas hoje sob forte pressão do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União. Fundações de apoio que foram pensadas como espaços de apoio ao desenvolvimento técnico e à pesquisa, hoje são intermediadores de mão-de-obra. O INCA, que eu dirigi lá no Rio de Janeiro, hoje, mais da metade da força de trabalho do INCA é contratada pela fundação de apoio.

Então, nós temos que pensar, se dentro da administração direta nós temos problemas, esse modelo fundacional privado de apoio tem seus dias contados, nós não podemos cair no erro de jogar essa questão para o mercado porque o mercado vai ampliar distorções. Então, nós estamos buscando uma estrutura dentro do Estado, mas que dê flexibilidade e padrão de gestão eficiente diferenciado em relação ao que nós temos hoje, com três pontos centrais: Profissionalização da gestão, contratualização e contrato CLT para os funcionários. Então, o Governo está trabalhando há dois anos já numa proposta de uma fundação estatal que articule e congregue todas essas características e possa estar sendo trazida ao Congresso Nacional para debate.

A quarta dimensão que eu queria chamar atenção é a dimensão das pessoas que trabalham no cotidiano do Sistema Único de Saúde. Não vai se fazer política de Saúde sem os funcionários da Saúde. Até porque a Saúde tem uma característica diferente de banco e de indústria automobilística. Em banco, em fábrica de carro, quando você incorpora tecnologia, você elimina postos de trabalho. Na Saúde, é exatamente o contrário. Quanto mais você incorpora tecnologia, mais gente você precisa. A população está envelhecendo, você vai precisar de mais médico, mais enfermeiro, mais fisioterapeuta, mais cuidadores, no futuro. Então, essa equação, ela não tem jeito de ser resolvida, a não ser que você dê qualidade de trabalho, condições de trabalho adequadas, do ponto de vista de dignidade e de

segurança e a questão salarial. E essa questão é uma questão por ser resolvida. Estamos fazendo alguma coisa na área de qualificação, eu já me reuni com o Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira, nós vamos implantar um grande Programa Nacional de Educação Continuada dos Especialistas Brasileiros. 50% dos médicos brasileiros têm título de especialista, mas 50% não têm. Esses 50% que não têm ficam completamente fora de qualquer estratégia de educação continuada; têm dificuldade de ter acesso. Então, nós vamos implantar, em conjunto com a Associação Médica Brasileira, um grande programa de parceria, inclusive mostrando a minha disposição, como Ministro, de estar trabalhando com as entidades que representam os profissionais de Saúde, e, no campo da atenção, também trabalhando com o setor privado de maneira mais próxima, mais consistente, isso é importante. Eu entendo que a rede privada de serviços de Saúde, filantrópica ou não, é um patrimônio do País e pode estar a serviço do Sistema Único de Saúde também. Então, essa dimensão da gestão das pessoas da área de Recursos Humanos me parece que é fundamental.

E o último ponto que eu queria destacar é o ponto exatamente dessa dimensão econômica da Saúde. Sempre se olha Saúde como gasto. É o segundo maior orçamento da União, se gasta muito... E as pessoas esquecem de perceber que a Saúde é uma das áreas, no mundo inteiro, de maior produção de riqueza, emprego e conhecimento. O que a gente chama de complexo da Saúde hoje tem duas pernas: Têm os serviços, que são 72 mil estabelecimentos de Saúde no Brasil, entre hospitais, clínicas, ambulatorios, centros de Saúde; nós temos dois milhões e meio de empregos diretos, a maioria altamente qualificada. E, quando pega a indústria da Saúde, que é outra perna, reagentes, diagnósticos, vacinas, medicamentos, material médico-hospitalar, equipamentos, são 300 mil empregos diretos, também de alta qualidade. Essa dimensão econômica tem que ser trabalhada através de uma política com uma visão integrada. Por quê? Porque ela é o espaço de produção de riqueza e emprego, como eu já disse, mas também porque hoje a Saúde tem uma grande vulnerabilidade. Qual é? A grande dependência de tecnologia produzida, desenvolvida externamente. No final dos anos 80, a balança setorial da Saúde, ou seja, a diferença entre o que o Brasil importa e exporta nas indústrias da Saúde, era negativa em 600 milhões de dólares; ano passado, foi de 05 bilhões de dólares, ou seja, essa dependência aumenta cada vez mais, pela falta de uma política que use a nossa capacidade de conhecimento, de pesquisa, desenvolvimento e industrial e o poder de compra do

Governo... 25% de todo o mercado de medicamentos, no Brasil, são compras governamentais. 50% do mercado de equipamentos médico-hospitalares são compras governamentais. 80% do mercado de vacinas são compras governamentais. Nós temos que usar melhor essa capacidade de compra do Estado, articulado com uma política de indução à necessidade de nossa capacidade nacional de produção, envolvendo a Saúde, indústria e comércio, BNDES e as empresas privadas e as empresas estatais que, no caso da Saúde, têm relevância, como FARMANGUINHOS e o BUTANTÃ. Então, já estou trabalhando uma proposta nesse sentido, trazendo também para a Saúde essa dimensão econômica e entendendo a Saúde como um grande espaço de criação de emprego e de criação de riqueza para o nosso País.

Bom, eram essas as considerações, em linhas gerais, eu acho que essa é a dimensão, um pouco do que estou vendo da situação de Saúde. Nós sabemos que nós temos grandes desafios pela frente. O Brasil hoje é analisado com muito respeito no cenário internacional, não apenas pela posição recente que o Presidente Lula tomou, em relação a um medicamento específico no coquetel anti-Aids, mas pelo sucesso de um conjunto de programas brasileiros que começam a ter repercussão no mundo inteiro: nosso programa de controle do tabagismo, nosso programa de imunizações, nossa política de transplantes... O nosso programa de bancos de leite materno está sendo copiado no mundo inteiro, desenvolvido com tecnologia brasileira. E o nosso Programa de Saúde da Família que, pela sua escala, são 260 mil agentes comunitários e 26 mil equipes de Saúde da Família que, pela sua escala, já chama atenção de outros Países.

Então, estou à disposição dos prezados Senadores e Senadoras para os comentários e para o debate. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Ministro. Nós vamos iniciar agora o debate. Quero agradecer ao Ministro pela sua fala inicial, que faz um apanhado das questões do Ministério da Saúde, e nós já temos aqui uma relação de inscritos. Então, eu passo, em primeiro lugar... Já tinha passado a palavra ao Senador Papaléo, mas ele quis ficar na ordem e está em terceiro lugar para fazer as perguntas. Então, em primeiro lugar o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, só quero dizer ao Senador Papaléo que eu assinei porque estava vaga a primeira linha e V.Exa. tinha assinado na terceira linha, mas eu pensei: "Certamente o Relator vai, o relator não, o autor do Requerimento vai perguntar primeiro"--

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES

(PSB-CE): Senador Flávio Arns, permita, porque acho que ele está preparando alguma pegadinha aqui para o Ministro, porque, para ficar em terceiro lugar...

[risos].

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES

(PSB-CE): Pois não, Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu, como autor do Requerimento, eu...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Vai ficar mais para frente--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Dando a você uso da palavra, em primeiro lugar, valorizará muito mais o Requerimento que foi aprovado nesta Comissão. Obrigado.

[risos].

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES

(PSB-CE): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas, Sra. Presidente, Sr. Ministro, em primeiro lugar, eu quero assim também externar o ponto de vista que é de inúmeros parlamentares, mas também da sociedade, de uma maneira geral, penso, em termos de uma esperança muito grande no trabalho do senhor à frente do Ministério da Saúde. O senhor é uma pessoa assim que tem uma credibilidade muito grande, conhecimento grande, um diálogo importante com setores da sociedade que são, eu diria, pré-requisitos fundamentais para exercer o comando de uma área tão complexa e, ao mesmo tempo, tão fundamental para a cidadania, como é a área da Saúde. Não só no sentido, como o senhor colocou muito bem, assim de recuperação da Saúde. Porque quando fala em recuperação, hospital, a clínica, o remédio, o médico, é uma hora assim de agonia para a pessoa, o ser humano, a família, então, tem que ter um atendimento extraordinariamente bom, seja para quem for, para que a pessoa, o ser humano, a família, se sinta valorizada. Mas não só na recuperação, também na prevenção, na intersectorialidade, evitar que a pessoa tenha um problema de Saúde. É mil vezes mais barato prevenir do que remediar. Então, se a pessoa, uma campanha, como foi dito, campanha de combate ao fumo, vamos dizer, isto faz com que a pessoa tenha Saúde. Não precisa ir lá fazer raio-X, quimioterapia, radioterapia, UTI, e tantas coisas. E a mesma coisa com a bebida alcoólica, como o senhor colocou, acho que nós temos que nos deter, aqui no Congresso Nacional, para combater a bebida alcoólica. Eu até tenho dito assim que as pessoas que querem beber paguem pelo menos por aquilo que vão gastar na sequência, não é verdade? Quer dizer, que a so-

cidade não fique pagando por problemas de fígado, de cirrose, não sei do quê e tal. Quer dizer, bebeu tem que estar no preço daquilo que está consumindo, e essas propagandas que estão aí... Nós temos que fazer um combate serrado à propaganda, particularmente da cerveja. Agora tem o "Zeca-feira", da quarta-feira, porque existe um negócio, uma pesquisa que mostra que, na quarta-feira, o pessoal consome menos bebida alcoólica. E colocaram aí o "Zeca-feira", infelizmente, para fazer um atentado contra a Saúde brasileira. Então, nós temos que fazer... Quer dizer, há uma pesquisa que mostra que, na quarta-feira, o brasileiro não consome tanta bebida alcoólica. Consome na quinta, na sexta, no sábado, no domingo, na segunda, na terça... Então, fica o "Zeca-feira" para dizer: "Vamos consumir no dia do Sr. Zeca-feira", quer dizer, isso tem que ser proibido. Nós temos que combater, dizer: "Olha, isso está levando jovens... Começa pela cerveja e tal, vai para droga, vai para isso, vai para aquilo". E claro, com moderação, não existe problema. Se puder beber um vinho, alguma coisa, uma cerveja com moderação, a gente sabe que, ao contrário do cigarro, mas é um descalabro o que está acontecendo. Então, eu só quero dizer da alegria, da visão que o senhor tem em relação a esses aspectos todos.

Eu queria fazer três, assim... Mais para comentários, primeiro, em relação a recursos da Saúde. A gente sabe assim que é fundamental que o recurso da Saúde venha do Município, do Estado e do Governo Federal. E já existem percentuais definidos para os três entes que eu acabei de mencionar. Mas a gente sabe que Estados não aplicam os recursos, muitos deles, na Saúde, como deveriam aplicar, e os Municípios também não. E o Governo Federal, que tem um orçamento de mais ou menos 40 bilhões de reais, eu diria que é totalmente insuficiente para as necessidades de Saúde do nosso País. O senhor mencionou bem que precisamos melhorar o uso do dinheiro, a gestão do dinheiro, dos recursos, que é fundamental também, mas o recurso é insuficiente para tudo. E nós estamos numa discussão da CPMF, que são outros 40 bilhões de reais; 37. Os nossos recursos deveriam ser, na verdade, 80 bilhões de reais públicos. São 40 e deveriam ser mais 40. Que articulação... Como é que o senhor vê isso, a posição do Brasil em relação a Uruguai, Paraguai, Argentina, em relação a recursos? Nós sabatinamos, noutro dia, pessoas da Agência Nacional de Saúde Suplementar e, através dos planos de Saúde, são outros 40 bilhões, mais ou menos, que vão para a área da Saúde. Então, são 80 bilhões. Mas, o Ministro Jatene só aprovou a CPMF, anos atrás, porque esse dinheiro ia para a Saúde. E o senhor precisa disso para a contratualização, para os medicamentos, para exames,

para tudo. E o senhor não tem dinheiro. Eu acho que tem que ser dito de uma maneira bem clara: A Saúde não tem o dinheiro que a população precisa e merece. Quer dizer, não tem. Não tem mesmo. Não é culpa... Nós queremos ajudar o senhor a achar esse dinheiro. Então, quer dizer, isso é um primeiro aspecto.

O segundo aspecto é que a gente tem que discutir isso que o recurso é o fundamental. As linhas de ação que o senhor colocou me parecem fundamentais. Agora, eu só queria que o senhor explicasse um pouco mais, porque a angústia dos hospitais é a tabela do SUS. Se a gente pudesse elencar algum problema maior é, a tabela do SUS. O senhor já veio aqui no Senado, inclusive, numa outra ocasião, e falou da boa experiência da contratualização, quer dizer, uma mudança de sistema para ter, assim, um controle maior disso, como é que isso está caminhando. Porque nós temos que discutir o recurso, temos que ter o recurso, e temos que ter também essas outras iniciativas na área de medicamentos, na área da gestão, na área da... Dessa questão toda.

E o terceiro aspecto que eu gostaria de perguntar a V.Exa. é especificamente, e até comentar com a Presidente, a relação dos medicamentos excepcionais. A gente até deveria falar de medicamentos para toda a população que não tem acesso, muitas vezes, a medicamentos também, mas medicamentos excepcionais. Houve uma decisão da Ministra do Supremo Tribunal Federal em relação ao Estado de Alagoas, numa situação bem específica do Estado de Alagoas. Que nós até tivemos uma audiência com V.Sa., e V.Sa. foi claro em dizer: "Isso não se aplica a outros Estados do Brasil. Porque os Estados estão parando de comprar medicamentos, com base numa decisão que não tinha nada a ver com o problema específico que o Brasil vem enfrentando". E V.Sa., até na audiência que a Comissão de Direitos Humanos teve, junto com a Comissão de Assuntos Sociais, há cerca de duas semanas, disse: "Olhe, vamos resolver esse problema. Tem que resolver e orientar o gestor estadual porque tem gente que fez transplante de fígado, por exemplo, deu tudo certo, está trabalhando, uma vida saudável e não tem o medicamento agora para o aspecto de rejeição". Ou a pessoa que tem hipertensão pulmonar, como estava aqui na Audiência Pública, a pessoa tem que obter na justiça o direito para ganhar o medicamento para hipertensão pulmonar senão morre. Não tem ar. Morre. E, ao mesmo tempo, com essa dificuldade. Então, eu queria que o senhor... A gente está acompanhando bem isso, mas desse principalmente um... Uma declaração de esperança para esta turma toda, quem sabe, que a briga também exista, a questão econômica e tudo,

mas que as pessoas que precisam disso no Brasil, precisam disso senão vão morrer.

Então, são os três aspectos, mas dizer, Sr. Ministro, da satisfação de tê-lo nessa Comissão, sob a Presidência da Senadora Patrícia, o Senador Papaléo Paes é o Presidente da Subcomissão de Saúde, também dessa Comissão, e desejar ao senhor sucesso no trabalho e que nós, Senadores e Deputados e sociedade, possamos contribuir com o esforço de V.Sa.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Ministro, acho que talvez... Não sei se V.Exa. prefere responder em blocos, de três.. em três? Então, Senador Jayme Campos, por favor. Obrigada, Senador Flávio Arns.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Ministro, Sra. Presidente dessa Comissão, Senadora Patrícia, ilustre Senador Papaléo, autor do requerimento, que convidou o Ministro para participar desta Comissão, eu gostaria objetivamente, Sr. Ministro, de me apresentar. Eu sou Senador pelo Estado de Mato Grosso, Senador Jayme Campos, e eu gostaria de fazer algumas indagações a V.Exa., sobretudo inerentes aos problemas de Mato Grosso, até porque eu imagino que V.Exa. saiba que o estado do Mato Grosso é um estado de dimensão continental, com 904 mil quilômetros quadrados, e, naturalmente, os nossos problemas também sejam diferenciados para os demais centros desse País, sobretudo os grandes centros.

Especificamente, eu gostaria de dirigir ao senhor, em relação... Se é possível, é claro, natural, nós aumentarmos a tabela do SUS para os profissionais da região amazônica? E se me perguntasse o porque, V.Exa. tem conhecimento, para fixar um profissional da área de Saúde do interior do Estado, sobretudo como Estado do Mato Grosso, a tabela do SUS, na verdade, ela é muito pouco, em detrimento daquilo que naturalmente o profissional, sobretudo escor(F), de qualidade, que têm compromisso com a Saúde Pública de boa qualidade, ele talvez não se fixaria lá na região mais distante, sobretudo da capital. Então, eu pergunto a V.Exa., essa é uma pergunta, se é possível nós termos uma tabela diferenciada para a região amazônica em relação à tabela do SUS hoje vigente, na atual conjuntura.

Segundo. Há um ano atrás, escrevi até aqui rápidas palavras aqui, acerca de um ano atrás, o Estado recebeu a visita de técnicos do Ministério da Saúde para a implementação, ou seja, para a implantação do Programa de Saúde Ambiental, que cuida da qualidade do ar. E as estatísticas mostraram que hoje, no Brasil, as doenças respiratórias figuram como das primeiras causas de internação. Uma vez que o Ministério Público, periodicamente... O Relatório... São os indicadores

nas áreas de risco e o impacto das ações no combate, pergunto a V.Exa.: Quais são os planos do Ministério acerca da continuidade deste programa e quais as formas que V.Exa. imagina sejam mais eficazes para aumentar a municipalização dos recursos e a capacitação das comunidades locais para participação, ou seja, participar de forma efetiva dessas ações?

Terceiro, eu quero concluir, Sr. Ministro, ver se é possível, é lógico, essa é a possibilidade de nós construirmos em Mato Grosso um hospital em parceria, se for o caso, com o Ministério da Educação, um hospital universitário, que a bem da verdade nós temos um hospital lá hoje precário. Era um hospital que nem, na verdade, não era um hospital; era, me parece, se não me falha a memória, ali era um centro de tratamento de pessoas portadoras de tuberculose. Depois transformaram em hospital universitário. A bem da verdade funciona de forma precária. E eu imagino que V.Exa., conhecedor profundo, por sinal, o seu currículo é um currículo esplendoroso, vi o seu currículo e imagino que o senhor tenha um compromisso com a Saúde Pública de boa qualidade no País, tanto é verdade que, poucos dias atrás, foi um gesto de grandeza, sobretudo demonstração da nossa soberania nacional, nós acabamos com a reserva de mercado em relação aos remédios de combate à Aids. Isso foi um gol de placa. O senhor iniciou, com certeza, ganhando aqui o apoio do Senador Jayme Campos, que eu imagino que o senhor tenha compromisso com a Saúde no nosso País. O que ocorre? Eu pediria ao senhor de ver essa possibilidade de nós construirmos lá no Mato Grosso, sobretudo na capital, um hospital-referência, um hospital de alta complexidade que, lamentavelmente, nós não temos hospital público lá na capital do Estado, entre Cuiabá e Várzea Grande, que na Baixada Cuiabana, naquele aglomerado urbano, nós temos um milhão de população. E lamentavelmente funciona um hospital universitário de baixa precariedade.

Então, eu pediria aqui, em nome do povo do meu Estado, que me deram quase um milhão de votos, 60 e tantos por cento dos votos, que V.Exa. preocupasse no sentido... Às vezes, o Ministério da Saúde não tem os recursos suficientes, mas fizesse uma parceria com o Ministério da Educação e nós implantássemos ali um hospital universitário para atender também a gente sofrida, os humildes, os carentes daquele Estado, que tem contribuído sobremaneira, com uma grande produção agrícola, dando realmente alegria na balança comercial desse país e, em contrapartida, eu imagino que nós teríamos que ter um investimento também nessa área.

Dessa forma, Sr. Ministro, eu quero concluir aqui a minha fala, dizendo que nós estamos apostando em

V.Exa., no Ministério da Saúde. O senhor é um técnico, um profissional de escora, e eu imagino que o senhor queira realmente fazer um trabalho operoso, competente, acima de tudo ético, na defesa intransigente da população, sobretudo dos menos afortunados. De forma que eu faço essas três perguntas e eu espero que V.Exa. realmente me dê um momento de prazer e alegria na defesa do interesse do povo do meu Estado. Muito obrigado, Ministro.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Senador Jayme Campos. Eu passo a palavra agora ao Senador Papaléo Paes, que é Presidente da Subcomissão da Saúde e autor do Requerimento que convida o Ministro para estar aqui hoje. Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Ministro, em primeiro lugar, quero agradecer ao senhor pela sua presença, pelo atendimento, de imediato, à solicitação da Comissão de Assuntos Sociais, presidida pela nobre Senadora Patrícia Saboya. Reconhecer que o Presidente da República foi muito feliz, escolhendo V.Sa. para assumir este importante Ministério, e que essa flexibilidade deu-se exatamente por ter escolhido um técnico, um homem competente, de boas referências na área da Saúde e de conduta pessoal também. Acredito que, entre os Senadores principalmente, com quem tive oportunidade de conversar sobre a sua indicação, não vi nenhuma informação negativa quanto a isso, muito pelo contrário, todos nós temos a grande esperança que V.Sa. irá desempenhar com competência e como sempre desempenhou os cargos que já exerceu. Eu, como brasileiro, eu, ultimamente venho acompanhando de perto essa questão, principalmente dessa... Relacionada à Bolívia, à Venezuela, algumas atitudes que os governos estão tomando, governos nacionalistas, mas que acredito que devam sempre pensar em todas as consequências. Por isso que eu trago este assunto para cá, que é um assunto pra mim muito importante, para questão Saúde, nota 10. Mas, para a questão relacionada ao País como um todo, eu queria ouvir de V.Sa. algumas explicações ou justificativas.

Recentemente foi quebrada a patente do Efavirenz por interesse público. O Governo brasileiro tem um dos melhores programas do mundo de controle, de tratamento anti-AIDS. Tem recursos financeiros para isso que, se não me engano, investe cerca de um bilhão, por ano, nesse programa. Trata 175 mil pacientes com medicamentos importantes, esses medicamentos inovadores. E que o produto em questão, ele atende 42% dos pacientes tratados. As perguntas que faço ao senhor: Quais as vantagens e quais os sinais ou mensagens que o Governo Brasileiro está mandando

para os pesquisadores e para a indústria farmacêutica, que tem um grande parque indústria nacional, aqui no Brasil, com investimento de cerca de três bilhões de dólares? Não seria a mesma mensagem que queria atingir também, além da indústria farmacêutica, outras indústrias da área de pesquisa de ponta, e não seria um efeito psicológico semelhante ao que o Presidente Evo Morales está mandando para o Brasil, através dessas atitudes em cima de bens da PETROBRÁS? Pergunta. Outra pergunta. O remédio a ser importado da Índia, ele já tem registro na ANVISA? E que essa economia financeira, ela compensaria o afastamento, provável afastamento dos investidores do Brasil, que geram impostos aqui e empregos de alta qualificação, bem como, além disso, levam credibilidade do nosso País para novos investidores? Então, são essas as perguntas que faço a V.Sa.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Com a palavra, então, o Ministro Temporão para que possa responder as perguntas.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Então, primeiramente, respondendo ao nobre Senador Flávio Arns, a questão dos recursos para a Saúde... É evidente que o sistema de Saúde brasileiro é subfinanciado. Por exemplo, quando nós comparamos o Brasil com países de sistemas de Saúde semelhantes, como Inglaterra, Canadá e outros, a participação do gasto público está em torno de 70%; no Brasil, 45%. Esse dado que o senhor colocou é interessante. Quer dizer, nós gastamos 40 bi... Se nós somarmos os recursos do Ministério da Saúde com os dos Estados e Municípios, esse ano vamos ter 80 bi: 40 bi do Governo Federal, 20 de Estados e 20 de Municípios. Aproximadamente 80 bi para fazer o SUS para o Brasil inteiro. Porque não é só assistência à Saúde. Vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e tudo o mais. Enquanto o setor supletivo o ano passado gastou os mesmos 40 bi, metade do que o SUS vai gastar esse ano com a população inteira, para cobrir 35 milhões de pessoas. Ou está sobrando dinheiro de um lado ou está sobrando de outro.

Quando a gente compara o gasto *per capita* com países da América, como Chile e Argentina, a gente está gastando metade. Então, é evidente que para o Brasil poder cumprir o que está na Constituição e garantir o acesso a todos cidadãos, da promoção da Saúde ao transplanto de medula óssea e reabilitação, a gente precisa de mais dinheiro. Então, acho que a regulamentação da Emenda 29, ela é fundamental. Estabelecer, com clareza, o que são ações em serviço de Saúde, vamos dar um passo importante... Talvez não na solução definitiva, mas talvez um passo importantíssimo. A minha primeira tarefa no governo é reabrir

essa discussão dentro do Governo e, já falei com o Presidente da República, é importante que o Governo tenha uma posição sobre essa questão para que a gente possa, a partir daí, com o Congresso Nacional, ver como é que a gente encaminha. Então, eu já estou... Essa semana já estou visitando o Ministro Mantega, eu já conversei com o Ministro Paulo Bernardo, já conversei com a Ministra Dilma, e a idéia é que eu possa, o mais rápido possível, ter uma base de consenso dentro do Governo, para dar encaminhamento a essa questão que está, já desde 2003, se arrastando e que é muito importante.

Tabela do SUS. O problema da tabela do SUS, ela é tão complicada, do ponto de vista interno, e nós temos ali tantas distorções, que a minha idéia é que nós nos libertemos da tabela do SUS progressivamente e caminhemos para um modelo de orçamentação global e contratualização. Ao invés de pagar por procedimento, eu vou discutir o que esse serviço vai fazer, que ações ele vai desenvolver, quanto ele precisa para fazer essas ações, que lhe permita um equilíbrio econômico-financeiro e um trabalho de qualidade. Agora, para isso, eu tenho que resolver o primeiro ponto. Sem mais dinheiro, não resolve. Apenas reajustar a tabela, a meu ver, o que não quer dizer que, para uma situação emergencial, em curto prazo, eu não tenha que reajustar a tabela para alguns procedimentos. Não estou fugindo disso. Mas usar a tabela como estratégia de solução é inviável porque ela traz tantas distorções internas, que reajustes segmentários, como foram feitos nos últimos anos, acabam criando um monstro, em que eu estou super financiando algumas atividades e subfinanciando outras atividades. Então, minha equipe já está trabalhando nessa questão, eu trouxe uma pessoa muito experiente para a Secretaria de Atenção à Saúde, o Dr. José Noronha está ali atrás, foi Secretário de Saúde do Rio de Janeiro, e que nós vamos estar tratando essa perspectiva de sair da tabela e do pagamento por produção.

No caso dos medicamentos excepcionais, foi a sua terceira pergunta, nós já tivemos juntos discutindo sobre isso, eu insisto que, considerando a situação atual do SUS e seus constrangimentos financeiros, nós temos que trabalhar em cima de uma normatização. Ou seja, junto com as sociedades médicas, as entidades de defesa dos interesses dos pacientes, o Estado, a gente trabalhar num conjunto de protocolos clínicos consensuais, que garantam a todos o acesso a esses produtos. Parece-me que tem uma lei, um Projeto de Lei do Senador Tião Viana, em discussão, que poderia nos ajudar nesse sentido, que do jeito que está, com a coisa completamente aberta, e a decisão da Presidente do Supremo acabou criando uma polêmica aí, o que aca-

ba acontecendo? Muitos cidadãos, justamente porque está na Constituição o seu direito, buscam, através do judiciário, uma solução para o problema, muitas vezes levando o Estado a despender recursos com produtos que não seriam prioritários, por exemplo.

Então, eu vejo que é necessário estabelecer um balizamento, uma normatização que contemple as necessidades dos pacientes e permita ao Governo planejar e ter o mínimo de racionalidade e organização. Estou otimista que nós possamos, num prazo curto, estar dando esse passo, ter um compromisso de ajudar a resolver essa questão, que entendo que é candente, é muito importante, os pacientes, por exemplo, submetidos a transplante, não podem, em hipótese alguma, ficarem sem o acesso regular e permanente aos medicamentos que o mantêm em condições adequadas de Saúde. Então, acho que aí nós temos uma questão séria, importante, mas que eu acho que nós conseguiremos estabelecer um padrão de ação aqui que seja razoável e que não me coloque numa situação que é ter que fazer uma escolha de Sofia. Eu vou ter que atender a um conjunto de pacientes de uma determinada patologia e vou ter que tirar recursos de um outro conjunto de pacientes porque os limites da Saúde são restritos, tem que planejar essa área, não tem jeito. E ouvir especialistas: o que seja consenso no campo médico, ok; o que não é consenso vai se estudar, Pode-se criar uma Comissão para estar discutindo permanentemente novos produtos, novas drogas, a viabilidade de incorporação, etc, etc.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Ministro, se V.Exa. me permite, Sra. Presidente, só no sentido de dizer que os argumentos que o senhor apresenta são, na verdade, claros e irrefutáveis também. Esse é o caminho a ser feito. E a Comissão de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais aqui, nós até dissemos que acompanharíamos o processo, discutiríamos junto, mas só gostaria de lembrar a V.Exa. a necessidade de que, enquanto se discute, que os pacientes tenham acesso aos medicamentos que o Ministério da Saúde, como o senhor, inclusive, já se propôs a fazer, fale com os gestores estaduais, dizendo: “Olha, não tem nada. Se o paciente recebia esse medicamento, não pode deixar de receber”. Nesse sentido—

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Isso já está sendo feito--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Essa atuação no meio, enquanto isso.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Eu já recebi, inclusive, um relatório do Secretário de Ciência e Tecnologia me garantindo que essa questão já está sendo tratada nessa perspectiva que o senhor coloca.

Senador Jayme Campos, Mato Grosso, agradeço aí os comentários, sua gentileza. Eu diria que a questão da... De novo a tabela. Mas eu diria que aí a gente talvez possa sair para uma outra idéia, que é uma antiga reivindicação do Secretário de Saúde da Amazônia, que é a criação do fator amazônico. Ou seja, reconhecer, nessa região, especificidades de vários tipos, que estabelece uma especificidade ali; é diferente pensar uma região metropolitana do Rio de Janeiro e o Acre. Enfim, não tem como. Mato Grosso. Então, a criação do fator amazônico, com foco em quê? Na redução das desigualdades regionais e garantia de aumento de repasse de recursos para os Estados dessa região. Eu acho que a gente pode trazer essa proposta, que é antiga, e nunca foi viabilizada, para uma discussão nesse contexto. Eu acho que ela seria mais interessante porque nós poderíamos vincular esse fator amazônico a um conjunto de metas, comprometendo os Estados e Municípios também a buscar melhor qualidade de atenção, aumentar cobertura, trabalhar adequadamente programas de Saúde Pública, de Vigilância, eu acho que essa é uma proposta que eu posso considerar. Eu anotei aqui.

A questão das doenças respiratórias, aí, olhe só: Na verdade, o Ministério aí é um... Porque a Saúde, ela também é um espaço onde todos os pepinos que são criados pela dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil vão cair no meu colo. É tipicamente... Doença respiratória, dois fatores principais: Fumo, poluição ambiental, principalmente veicular e industrial, e poluição do ambiente de trabalho, segurança do trabalhador. E aí uma questão séria, porque o fumo leva ao enfisema crônico e à insuficiência respiratória, que é um problema sério. Então, tem toda uma dimensão de educação, de promoção, mas tem também a questão da asma em crianças, muitas vezes desencadeada por poluição ambiental do bairro onde essas crianças moram. E aí tem a questão da falta de acesso a medicamentos que são medicamentos muito caros, para o tratamento crônico da bronquite e da asma. A gente está discutindo já a possibilidade de incluir, no “Farmácia Popular”, medicamentos para o tratamento de algumas dessas doenças respiratórias, que têm um grande impacto, do ponto de vista de preço e ampliar o acesso. Agora, aí uma bola meio dividida, está mais para o Ministério do Meio Ambiente e outras Agências, a Saúde pega, digamos assim, o abacaxi, já a doença instalada. Mas o controle da poluição ambiental de veículos e de indústrias está fora da governabilidade, mas isso não quer dizer que o Ministério não possa estar atuando como uma... E, em relação ao Hospital Universitário, já recebi uma demanda. Acho que é um pleito mais do que justo, que a gente possa ter um

hospital de qualidade lá na capital, e lhe dizer que eu estou à disposição para sentar para conversar com o senhor sobre esse Projeto.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Ministro, imagino que o senhor já está concluindo a resposta do senhor, estou felicíssimo da vida aqui. Essa vinda está de bom tamanho para mim. Contente porque há pelo menos uma expectativa, há uma esperança. E o brasileiro, nos últimos anos, está vivendo muito de esperança. Eu estou muito contente e feliz. Muito obrigado por sua atenção. Eu vou procurar certamente o senhor--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Eu estou à sua disposição. O Dr. Tite, ali atrás, de cabelos brancos, aquele jovem simpático é meu assessor parlamentar e vai lhe atender com presteza.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Obrigado, Ministro.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Senador Papaléo. Vamos lá. Eu tenho uma visão sobre essa questão do licenciamento compulsório do medicamento, muito clara. Quando eu entrei no Ministério, eu fui procurado pela minha equipe, que me trouxe esse problema: "Olha, Ministro, desde novembro, nós estamos sentando com esse laboratório, nós fizemos sete reuniões registradas em Ata, e só ofereceram para o Governo 2% de desconto. Para falar a verdade, ofereceram também, em dezembro, transferência da tecnologia para a produção do medicamento em FARMANGUINHOS, mas olha que proposta interessante: A transferência se daria exatamente no ano em que a patente expira. Então, isso e nada são exatamente a mesma coisa". Bom, preocupado com a questão, procurei o Presidente da República, que me orientou a tratar isso de maneira integrada com o Itamaraty, Advocacia Geral da União, Casa Civil e o Ministério da Indústria e Comércio; nós fizemos isso. E o Ministro da Indústria e Comércio até me sugeriu, até porque a gente não chama o Presidente de empresa porque isso foi conversa de técnicos. Acho que com o Presidente da empresa a conversa vai ser diferente. Então, nós chamamos o Presidente da MERCK do Brasil e nós fizemos uma reunião e 2%. O argumento dele era: "Eu não tenho governabilidade para definir, numa política mundial". O Brasil é classificado pela MERCK num conjunto de Países, por conta do nosso IDH e da nossa incidência da doença. O Brasil não tem nada a ver com isso, com essa classificação. Isso é uma classificação da empresa. Bom, considerando isso, a possibilidade de um acordo, eu levei ao Presidente a proposta do início do processo, do licenciamento compulsório; ele me autorizou, eu publiquei uma portaria, do dia 25 do mês passado, determinante de interesse público, dan-

do um prazo para o laboratório se manifestar e ele se manifestou. Nos ofereceu 30% de desconto, e ofereceu de novo uma transferência de tecnologia, mas que era completamente omissa em relação a questões centrais da transferência, que é, ao final da transferência, eu posso comercializar livremente o genérico? Esse é um ponto fundamental. E dois, ao final da transferência, de quem eu compro a matéria-prima? Eu vou ficar obrigado a comprar a matéria-prima da MERCK ou eu vou poder comprar de quem eu quiser? Como não havia resposta nenhuma desses itens e 30% era pouco, eu respondi por escrito: "Continua sem atender o interesse do País", aguardando... Aí, me ligaram, dizendo: "A gente quer sentar de novo". Eu falei: "Eu não quero mais sentar com ninguém; eu já sentei com o Presidente. Eu quero uma proposta séria, que não veio".

Eu tenho uma visão muito tranqüila sobre essa questão. Foi feita rigorosamente em cima da Legislação internacional, é justa, é soberana, não vejo nenhuma ameaça que isso vá afetar os interesses comerciais da indústria farmacêutica. A indústria... O mercado brasileiro são 10 bilhões de dólares/ano. A semana passada nós inauguramos uma fábrica de insulina nova, em Montes Claros, da NORDISK, que é uma importante multinacional. 200 milhões de reais de investimento. Segunda-feira estamos inaugurando a nova fábrica da SEM, em Campinas; mais 200 milhões de reais de investimento. É um mercado que cresce e o Brasil quer que as empresas venham.

Nesse momento, eu lhe diria mais, Senador: Nós estamos sentados com uma multinacional negociando a redução de preço de um outro medicamento do coquetel e vamos conseguir um excelente acordo, mostrando que essa decisão do licenciamento compulsório foi um fato isolado e demonstrando também cabalmente que o Governo negocia, desde que a negociação seja justa para ambas as partes, feita de maneira séria e transparente. O argumento de que isso vai reduzir o investimento em pesquisa, eu lhe diria o seguinte: Essas empresas nunca investiram em pesquisa no Brasil, na área farmacêutica. O dado é o seguinte: A MERCK fatura 25 bilhões de dólares/ano. E investe 20% do seu faturamento em pesquisa no mundo inteiro. Cinco bilhões de dólares. É muito dinheiro. Sabe quanto ela investe aqui no Brasil, em pesquisa? 0.7%. E sabe em quê? Em pesquisa clínica. Pacote fechado desenvolvido fora, testado em pacientes brasileiros. Então, essas empresas nunca... Qual foi o medicamento patentado e desenvolvido por empresas multinacionais farmacêuticas no Brasil? Não tem. O Brasil quer que eles venham e invistam de maneira séria aqui, em pesquisa. Só que isso nunca aconteceu. Então, esse argumento também é um argumento frágil. Então, eu

vejo e digo, porque ontem eu fiquei realizado. O Bill Clinton declarou, está aí na Folha on-line, que o Brasil compra medicamentos a preços extorsivos das multinacionais que nos fornecem medicamentos anti-AIDS. O Bill Clinton, propondo uma redução de 50% do preço de todos os produtos e cita textualmente o Brasil como um dos Países que vem pagando preços abusivos. Então, se o próprio Ex-Presidente da capital do capital dá essa declaração, eu acho que o Brasil fica, digamos assim, tranquilo. Eu acho que a repercussão, do ponto de vista geral, nacional e internacionalmente, foi muito positiva. O Governo Brasileiro mostrou seriedade, mostrou que coloca o interesse público e a Saúde pública acima de qualquer questão e exige das empresas seriedade, transparência e preço justo. Uma relação justa é só o que a gente quer.

Se o laboratório tivesse nos trazido uma proposta consistente, o acordo teria sido feito. Infelizmente não foi esse o caminho. Ah, se o medicamento tem registro na ANVISA. Como o medicamento que nós vamos adquirir dos produtores da Índia que, ao contrário do Brasil, só reconheceu a Legislação patentária depois que criou uma base industrial poderosíssima de produção de fármacos, nós aprovamos a Lei de Patentes num momento em que tivemos destruída a nossa indústria farmoquímica, agora, eles nos exportam e nós compramos deles, dos indianos. Como esses laboratórios são pré-qualificados pela Organização Mundial de Saúde, a ANVISA aceita essa pré-qualificação como registro provisório para que o medicamento possa entrar no País.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Então, vamos à segunda rodada de perguntas. A primeira pessoa inscrita é o Senador Augusto Botelho. Em seguida, Senador Mão Santa e, em seguida, Senador José Nery.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente da CAE, Patrícia Saboya, Presidente da Comissão de Defesa da Saúde, Papaléo Paes, Sr. Ministro, eu quero me juntar aos meus companheiros Senadores, que disseram que o senhor foi muito bem aceito e foi uma unanimidade, dentro dessa Casa, para o Ministério da Saúde, porque o senhor é um técnico. É um médico e é um técnico. O Bill Clinton só está falando isso porque o senhor tomou aquela atitude, teve coragem de defender aqueles 75 mil brasileiros que precisam tomar o remédio, e que o senhor tomou atitude para trazer a medicação para ele e facilitar. Se a gente tiver mais esse remédio, nós vamos usar mais. Nós não usamos como medicação inicial porque o preço é proibitivo. Ou seja, nós temos uma solução, mas não podemos dar para a pessoa que está portadora do vírus porque nós não temos capacidade econô-

mica de manter. Eu tenho certeza de que se a gente tiver mais esse remédio, mais pessoas viverão mais, portando o vírus, até que a gente consiga a solução para tratar o vírus.

Bom, mas eu quero ir para o feijão com arroz. Dentro da média complexidade, que sei que é uma coisa complexa, difícil para o senhor, mas o senhor falou que está tentando achar uma solução para a média complexidade, que são as cirurgias que para as pessoas que estão ouvindo, a cirurgia de hérnia, de períneo, de varizes, de vesícula, de próstata, que nós temos filas em todos os Estados do Brasil para fazer essas cirurgias. Sei das dificuldades dos hospitais conveniados, dos hospitais públicos para realizarem isso por falta de recursos. Eu só queria saber, sei que não tem dinheiro, que o Ministério da Saúde tem dificuldades, o senhor está... O seu grupo está estudando em que rumo achar uma solução para isso, que eu confesso que não estou vendo uma solução imediata se não entrar mais dinheiro na Saúde.

Outra coisa, em relação à regularização da Emenda 29, gostaria também de depois saber e acompanhar o que nós já andamos em relação a trazer essa solução, o Projeto de regularização da Emenda. Outra coisa, me juntar aqui ao Flávio Arns, que o alcoolismo é uma doença. Nós temos que bater nesse País que o alcoolismo é doença. Nós não podemos fazer propaganda de doença na televisão, ou seja, de causador da doença. Talvez tenhamos que mobilizar as mesmas forças que se uniram contra o tabagismo agora para se unir contra o alcoolismo, principalmente por essa vertente que V.Exa. falou aí, de o alcoolismo ser um fator de agravamento da violência no trânsito, da violência doméstica e da violência entre os grupos sociais.

Agora, vou para outro campo. Campo da Saúde da Família. Eu gostaria que V.Exa. nos informasse aqui quais são as ações do Ministério da Saúde para a gente treinar nossas equipes de Saúde da Família. Nós sabemos que nós não temos gente capacitada o suficiente para todas as nossas equipes. Estamos as formando como a gente pode. Então, eu gostaria que o Ministério da Saúde dissesse o que está fazendo para treinar, nos Municípios as equipes de Saúde da Família. Outro problema é a nossa eterna malária e a Amazônia, que sempre... Voltou a subir de novo, está subindo e tudo. E os Municípios não estão assim dando conta do serviço, como na dengue também. Que a dengue só se cuida da dengue quando está em epidemia, depois, o próprio Município relaxa, as próprias pessoas também relaxam, jogam lata no quintal, deixam casca de ovo, deixam tudo para criar viveiros de dengue também. Mas o que me preocupa mais agora é a demanda reprimida da média complexidade do Brasil.

Eu queria saber qual é o caminho. Eu... Essa nova forma de pagamento que V.Exa. está estudando, eu vou até entrar em contato com o companheiro aqui, para ele me explicar bem para eu entender como é que os Municípios vão fazer para pagar os conveniados e tudo. Vai ficar tudo nas costas dos Municípios ou do Estado. Como é que vão fazer, nesse novo sistema, para pagar os convênios? Lá no meu Estado, não tem praticamente convênio com empresa particular, lá a medicina é toda pública. Mas, em São Paulo, no Rio, em Manaus, onde atendem os nossos pacientes que vão para lá, de maior complexidade. Então, é só isso que eu queria saber e dizer que eu também confio na sua gestão no Ministério da Saúde, estou torcendo para gente achar o caminho para melhorar a Saúde e entendo também que Saúde é um investimento no Brasil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A torcida é grande, não é, Ministro?

[risos].

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bom, antes de ouvir o Senador Mão Santa, eu queria registrar a presença do nosso ex-Ministro da Saúde, Alcenir Guerra, agora Deputado Federal, que também prestigia a nossa Comissão e a nossa audiência. Então, com a palavra, o Senador Mão Santa e depois o Senador José Nery, Senador Heráclito e Senador Mercadante.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Cara Senadora Patrícia, Senadoras e Senadores. Patrícia, não estou na sua Comissão porque você não me convidou.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Está convidado agora.

[risos].

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não, não. Agora eu já fui. O Mercadante me convidou... Eu não ia trocar... Não é o Cristovam nem o Heráclito. Eles me convidaram e eu fui--

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Agora, o senhor está convidado, convidadíssimo. O senhor é membro efetivo dessa Comissão.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pois é, olha aí. Mas, Ministro, todo mundo quer que V.Exa., todo mundo quer que V.Exa. acerte. Mas, me permita, Ministro, eu já fiz 40 anos de medicina, e sonhei, como V.Exa. sonhou antes. Entendo que a ciência médica é a mais humana das ciências e o médico é um benfeitor da humanidade. E, entrando aqui, eu tive uma preocupação que vou passar a V.Exa. para lhe ajudar. Eu posso lhe ajudar. Eu sei medicina. Eu tenho a satisfação do cumprimento da missão. Mas, entrando aqui V.Exa. fez uma observação para as dificuldades de V.Exa. Quero que acerte. Patrícia, você sabe quantos brasileiros foram no primeiro Senado?

Tinham uns portugueses, mas brasileiros eram 42. Isso é para lhe ajudar. Ministro, desses 42, 22 eram da área da Justiça. Então, esse pessoal fazendo leis boas para eles. Precisa ter coragem para dizer isso. Mas os números estão aqui. 10 eram militares. Tudo de Caxias foi. Os religiosos dominavam. Sete. Padre Feijó. Dois médicos. V.Exa. está mais ajudado. Só aqui V.Exa... Cadê o Papaléo? Foi embora? Mesmo de lado da Patrícia, ele voou.

[risos].

Mas tinha três aqui. Quer dizer, eram dois no começo. Só aqui vieram lhe prestigiar. E tem mais outros companheiros médicos, desde Antônio Carlos Magalhães aos mais novos, como Tião Viana. Mas, então, isso é para ajudar, que V.Exa. está mais apoiado. E só um... Cadê o povo da agricultura? Está aí o Jaime. Só um da área da agricultura. Então, isso vem, vem, vem e... Ministros da Saúde, nós tivemos muitos bons. Cada época à sua época. Eu convivi muito. Raimundo de Brito... Eu fui, com Mariano de Andrade, residente deles. Valdir Arco Verde, do Piauí, esse era irmão, camarada, um irmão dele morreu Senador, e eu coloquei, quando Prefeito de minha cidade, o melhor hospital municipal, hoje é estadualizado, em nome do irmão dele. Então, esse era da intimidade. E o Jatene. Deus me permitiu ajudá-lo, no início da cirurgia cardíaca morriam quando ele foi forçado, esperava os recibinhos, e aí chegou um grandão desajeitado, éramos ele eu residentes, morria tanta gente operados pelos do Rio, que o nome era CTI. Aí, eu apelidei, de uma maneira jocosa, "companhia de transporte para o inferno"—

[risos].

Porque morria. Aí mudaram o nome. Aí que mudou eu vi nascer a cardiovascular. Para V.Exa. ter uma noção, Dominginho, o professor Mariano de Andrade era o cirurgião geral que fazia cardiovascular. Era o cirurgião geral. O meu professor chegou para mi e disse assim: "Eu fui no DEBEIC(F), você já deve ter feito aqui. Daí vem "Mão Santa". Eu trouxe o fio... Nós operávamos, a agulha era mais grossa do que o fio. Então, você imagina as hemorragias nas arteriografias. Eu vi nascer. Aí, foi, de tanta morte ter tido no Rio, Raimundo Dias Carneiro pegou 30 doentes e mandou buscar o Zé Pinha(F) e ficou o Jatene. Eu era residente e fui escalado para auxiliar. Eu fiz nascer e desenvolver também no Piauí vários transplantes cardíacos. Mas, quer dizer, eu estive de passagem e esse foi um grande Ministro. Ele era quando... O Valdir, depois, na FUNASA, foi uma pessoa extraordinária e vítima da Saúde. E eu vou contar agora. "O Mão Santa está trazendo história do passado à Patrícia". Patrícia, passado é o pai nosso e todo mundo vai rezar... O pai nosso é velho, não é? Mas eu passei agora. Agora eu vim ali. E demorei

um pouco. Queria chegar antes em respeito a V.Exa. é nosso chefe, mas, sabe por quê? Porque era tanta gente ali, que eu tive que... Amigos, profissionais, porque ia se votar um que ia ser Ministro da Justiça, Ministro do STF... Ia-se votar. Tem 10 vezes gente mais do que aqui. Só estou lhe dando quatro. V.Exa. é Ministro e eu estou é aqui. Tive que fazer relações com alguns que eu conhecia. Mas, simbolizando Jatene, que eu acho uma figura... Isto eu digo por gratidão, que eu governei o Piauí, ele me ajudou. A gratidão é mãe de todas as virtudes. Mas ele fez o CPMF. A realidade é essa. Vai enfrentar essas dificuldades fundamentais.

Então, V.Exa. já teve um grande acerto. V.Exa. escolheu um grande assessor, que é esse Noronha aí. Eu não conheço muito não, mas, 40 anos, eu sei muita psicologia, negócios, vim do Nordeste, não contei muita... Mas eu queria dizer, eu vou te dar um quadro aqui. Por que é que está aquele montão de gente aqui? Olha para cá. Eu sou concursado da Previdência. Eu tenho 40 anos, sou aposentado. Olha, minha aposentaria, eu nem olho; quem recebe é minha mulher porque dá úlcera. É tão pouco.

[risos].

Então, é melhor nem tomar conhecimento. Tem muito tempo que eu não tomo conhecimento, pode ver. E, atentai bem, hoje não tem mais porque... Médico federal, fui do INPS, cirurgião, com toda... Quer dizer, hoje já não tem mais nem federal, são os pobres médicos nesse negócio de médico de família, depende de Prefeitura, não tem contrato e tudo. Imagine as viúvinhas desses coitados. Essa é a situação real. Eu os conheço. E não se opera mais na tabela. Olhe para cá. Eu operei muito. Tireóide, duodeno, vesícula, mama. Mas eram atualizadas. Vou lhe dar um dado para V.Exa. sair e lutar. Aí, de repente, eu entrei, política, não sei, foi o cão que atentou, porque medicina é melhor, quando eu vi, eu era Deputado, Patrícia. E eu ia para Teresina. Nem gostava de Teresina, meu mundo era Fortaleza e o Rio; Fortaleza, onde estudei, e o Rio. Eu não tinha nada com Teresina. Mas o Jaime sabe como é isso. Eu fui, ia... Eu saía no carro correndo. Terça-feira, só deixava um auxiliar de cirurgia e ia, era multado, chegava, botava o paletó, fazia aquela confusão que hoje eu faço no Senado, passava terça, quarta e quinta e voltava, à noite, com a minha mulher. O dinheiro que eu ganhava em cirurgia, operando só sexta e sábado, nessas tabelas, eu vivi com dignidade e eduquei minha família. O da política, de Deputado, eu gastava aí... Tu sabes como é que é dinheiro de político. Quem sabe? Ninguém sabe. A Patrícia sabe.

Então, eu tive essa felicidade, olho para a minha família. Não, eu trabalhava em medicina, vinha, corria sábado, domingo, plantão, mas eu quero dizer, mes-

mo trabalhando só sexta era o mesmo dinheiro. Veja quanto ganha hoje um Deputado Estadual lá do seu Estado, do seu, do meu, e um médico para ganhar esse dinheiro. Como o negócio... Só para lhe situar, na tabela que... V.Exa. tem que ver como está o médico. Entendeu, Patrícia? Era o mesmo dinheiro. Eu de médico, minha mulher cuidava da minha família, eu não ia tirar o pão dos meninos. Estão educados aí. A última está se formando em medicina. Eu quero até que você me ajude, ela quer ser dermatologista, trabalhar no BERKELER(F), eu não queria. Eu queria que ela fosse cirurgiã. Um negócio de *Botox*, aquele rolo, e ela só fala no Azulay, eu digo: "Eu não conheço". Mas outros 500... Mas eu estou dizendo que eu estou realizado porque a última vai... Fez medicina. Mas eu quero, para você ver como está difícil a classe médica. Olha, eu vi um médico... Olha para cá. Dr. Cândido Almeida. Maranhão... Tem alguém do Maranhão? Sarney pode se igualar a ele. Não supera. Médico de uma Santa Casa que eu trabalhei. Esse homem, com 94 anos de idade, eu era Governador, eu taquei uma medalha no peito dele e ele morreu medalhado.

[risos].

Mas eu quero lhe dizer o seguinte, Patrícia, ele operava na Santa Casa por necessidade. Não, estou te falando como está a classe médica. A aposentaria... Ele operava, Patrícia, na Santa Casa. Quem poderia ter tomado o comando da Santa Casa era eu, que tinha... Mas eu via... Então, ele ficou ali por necessidade. Então, tem muitos médicos que estão trabalhando aí. Eu estou dizendo para V.Exa., que está me ouvindo, eu estou dando esse quadro. 94 anos, pode-se indagar. Para mim, foi uma... Ele que fez o parto de João Paulo Reis Veloso, que nasceu em Parnaíba. O segredo de Ivan Lins e Silva... Então, tinha essas figuras como esta.

Mas o que eu queria dizer para V.Exa., vamos ser objetivos, estou confiável—

[risos].

Dengue. V.Exa. é o nosso Oswaldo Cruz. É o nosso Oswaldo Cruz. E eu acredito em V.Exa. até foi por isso que eu perguntei ao Noronha aí a sua idade, que eu pensei que era 25 anos e tal. E a Patrícia 15--

[risos].

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Senador--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Em cirurgia se diz o seguinte. Espera, Patrícia. Eu estava olhando... Você já passou a rasteira em todos nós médicos. Sim, mas você está com todas as estrelas de levar nós, médicos, e o País... Mas a dengue. É pior do que disse, é pior. Você sabe, os próprios governos ocultam, os próprios secretários ocultam dados. Eu estou te dizendo com sinceridade. Olha, é muito pior do que

os dados. Eu vim do Piauí. Olha, e você sabe que o Oswaldo Cruz não era mais inteligente do que V.Exa. E esse País tem a grandeza desse sanitarista, nessa pessoa, Veronesi e V.Exa. A dengue ninguém admite mais porque ela, em 1950, quando ela voltou, V.Exa. ainda não tinha nascido. Nem em 82, quando ela voltou, V. Exa. ainda não tinha nascido—

[risos].

Mas voltou, e a Cuba acabou com a dengue. A Colômbia teve 500 mil, acabou. Nós temos que acabar. Eu quero dizer, como amigo, V.Exa. não pode perder as batalhas. Se V.Exa. quiser conversar, depois, com tabela de SUS, com coisa, Santa Casa, meu pai foi... As épocas eram outras. Meu pai foi tesoureiro de Santa Casa. Hoje mudou o mundo. Parava, Patrícia, meio dia no almoço... Não deixar dinheiro. Hoje não dá mais, o Governo cobra muito imposto.

Então, eu quero dizer. Mas a dengue, V.Exa. não pode falhar, porque V.Exa. é sanitarista. V.Exa. é reencarnação de Oswaldo Cruz. Está muito, muito pior. Outro dia, eu tive um filho—

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Senador, Senador Mão Santa—

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Que foi para uma UTI. E quem não pode? Um dos melhores médicos do Piauí hoje, de Pedro II, eu fui agora, está numa UTI lá, o Dr. Café. Então, o negócio está... Essa que eu queria, a advertência, realizar. E mais, eu vou pedir mesmo a São Francisco para lhe ajudar e é um santo novo e eu sou é lá de Canindé.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Mão Santa. Vamos passar só ao Ministro para responder a essas três perguntas e, em seguida... Ah, não, desculpa. Ficou faltando o Senador José Nery, depois que nós vamos à terceira rodada. Desculpa, Senador.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Meus cumprimentos à Senadora Patrícia Saboya, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, saúdo os Srs. Senadores, Sras. Senadoras presentes, em especial ao Ministro José Gomes Temporão. Inicialmente, me associo à esperança e à saudação de tantos Senadores que me antecederam, em relação à história, ao currículo, à competência e, de fato, a esperança que o Ministro Temporão vem despertando nesse início de trabalho, à frente do Ministério da Saúde. Todos nós acompanhamos, com especial interesse, essa atitude frente aos laboratórios multinacionais, quando da quebra da patente de um medicamento anti-AIDS, que representa evidentemente uma postura soberana, legal, legítima e, quando se trata de garantir a Saúde, portanto, a vida das pessoas, não se pode realmente ter nenhuma condescendência com quem só pensa no lucro, nos seus

interesses, embora milhões pudessem ser socorridos com medidas, com ações... Então, saudar o Ministro por essa decisão, e dizer que nós aqui no Congresso temos tarefas importantes a serem realizadas, no que tange à melhoria das condições de atendimento da Saúde Pública, que é justamente trabalhando e nos esforçando aqui para a regulamentação da Emenda 29, para que nós tenhamos mais condições de garantia de recursos para atendimento da Saúde. Acho que esse é um empenho necessário do Congresso Nacional. Também, na discussão sobre a redefinição e definição do orçamento público, tratar de forma mais adequada, a destinação de recursos para uma área tão importante e, entre as diversas políticas sociais, com certeza, aquela que mais diretamente o cidadão comum, em cada parte desse País, sente porque, ao necessitar de um atendimento médico, da garantia de um medicamento, de um tratamento especializado, os brasileiros sabem o quanto isso é penoso, o quanto isso é difícil, sejam nas pequenas cidades, nos pequenos Municípios, sejam nas regiões metropolitanas, nas grandes cidades.

Então, não há uma questão social tão importante e tão grave quanto a Saúde para merecer a atenção governamental e daqueles todos, inclusive do Parlamento, que têm interesse encontrar soluções para os graves problemas da Saúde em nosso País. Mas eu queria me referir, mais especificamente a algumas questões, inclusive uma delas abordada entre a linha de atuação do Ministério, exatamente o Programa de Saúde da Família, a necessidade da sua ampliação, a necessidade do treinamento e acompanhamento das equipes que já realizam esse trabalho pelo País afora, mas eu queria falar, em particular, da situação da Amazônia, eu aqui represento o Estado do Pará, e temos um contingente muito grande, populações ribeirinhas no interior, onde inexitem, praticamente, equipes de Saúde da Família, nas áreas de terra firme e continente, já existem equipes implantadas, mas, nas regiões ribeirinhas, onde o atendimento é mais difícil, deslocamento, há uma necessidade, inclusive, de uma normatização no âmbito do Ministério e no âmbito do Programa Saúde da Família, para o atendimento às populações ribeirinhas da Amazônia e creio que essa poderia ser uma tarefa a ser tomada como prioritária, tendo em vista que boa parte da população da Amazônia está justamente nas regiões mais distantes, onde o atendimento à Saúde realmente é muito mais precário. Padecendo ainda da falta de condições mínimas, sanitárias mínimas, porque boa parte da população não tem sequer água tratada, água em condições adequadas para ser usada no dia-a-dia. Então, essa questão da regulamentação do PSF e, com enfoque direcionado

ao atendimento das populações ribeirinhas, creio que poderia ser uma tarefa que o Ministério poderia abraçar como prioridade no atendimento das populações rurais na Amazônia.

Também gostaria de me referir à epidemia de dengue que, nos últimos três meses de 2007, chegou... Chega a 25%, chega a índices muito superiores ao mesmo período do ano passado, de janeiro a março, já com 140 mil casos registrados no País. Então, gostaria de saber, Ministro, e em específico, qual a estratégia do Ministério para fazer, de forma mais eficiente, envolvendo todas as esferas de Governo, além da União, que aqui não cabe, muitas vezes, até os recursos são enviados aos Estados e Municípios, mas não há, muitas vezes, uma gestão adequada e não há aqui exatamente culpa exclusiva do Governo e do Ministério, mas há uma parcela bastante importante dessa situação que deve ser creditada à própria população que, muitas vezes, faltam informações e educação para tratar... E tratar adequadamente dessa questão, então, qual é a estratégia do Ministério para um combate mais eficiente à dengue. E a situação da malária, que é outro problema do qual não temos conseguido nos livrar, embora tenha havido na Amazônia, em especial no Pará, uma redução dos índices de malária no último período, comparando 2006 e 2007, mas nós já temos ainda uma situação grave de Saúde Pública, por conta de muitos... De uma epidemia de malária grave, em várias regiões da Amazônia; em Marajó, por exemplo, no Estado do Pará, nós tivemos Municípios o ano passado, em 2005, onde 60% da população foi vítima de malária, dessa epidemia tão grave lá na nossa relação. Então, era saber se existem, na programação do Ministério, medidas mais efetivas que possamos, além de diminuir, possamos de fato como todo nós pretendemos, erradicar a malária, tanto na Amazônia, no País, mas em especial na nossa região, aonde o Município de Marajó chegou a atingir 60% de populações em determinado Municípios.

E, por último, Sr. Ministro, saber do senhor qual a sua posição e qual encaminhamento em relação aos atendimentos realizados pelo Sistema Único de Saúde aos usuários que têm plano de Saúde. Nós sabemos que isso consome um volume grandioso de recursos e que esse ressarcimento poderia resultar, de fato, em mais recursos e efetivamente no melhor atendimento às condições de Saúde da população, tendo em vista a escassez de recursos que todos nós constamos. São essas, então, algumas das preocupações e das questões que eu gostaria de colocar vossa consideração e evidentemente, na busca de soluções efetivas para melhorar as condições de Saúde da nossa população. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Nós preferimos que o Senador Heráclito Fortes faça logo sua pergunta, antecipando a última rodada, porque é o único presente aqui da última rodada.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pois não. Sr. Presidente, Srs. Senadores, Ministro Temporão, ouvi meu conterrâneo Mão Santa e quero apenas complementar, Mão Santa, eu conheci o atual Ministro Temporão, quando fez parte da equipe do então Ministro Renato Archer, no Ministério da Previdência. O Ministro Renato Archer era uma figura extraordinária, um homem público exemplar, e que teve capacidade de agregar em torno de si homens públicos que se destacaram no Brasil; a partir daí, é o próprio Ministro, o Ministro Celso Amorim trabalhou com ele; o Zé Noronha, que é nosso conterrâneo, Mão Santa, piauiense—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não vamos tirar o mérito do Piauí. Tudo começou lá. Tudo começou lá—

[risos].

O Hélio Barros, o Aloizio Teixeira, Reitor no Rio de Janeiro, o Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, e o Mauro Vieira, que hoje é nosso Embaixador em Buenos Aires. Lembrar só isso pra mostrar exatamente o que é que uma gestão pode fazer por um País; não só durante o seu período, mas também semeando administradores que se destacaram ao longo da vida. Mas o que eu vim fazer aqui foi me juntar a V.Exa. Acho que a base do Governo tem sido muito tímida e muito fraca na solidariedade a V. Exa. pela coragem de enfrentar a questão do aborto. A questão não é ser contra ou ser a favor. É enfrentar. Os que são contra, que defendem a vida, não sabem o que é fábrica de anjo no Nordeste, não sabem quantas vidas são perdidas, de maneira leviana e irresponsável, não só pela prática inescrupulosa de médicos, mas também de aprendizes. E acho que, a partir do momento em que essa questão é atacada, inibe algumas práticas e esses resultados, segundo informações que recebi, já se começam haver um certo temor de que uma fiscalização comece a acontecer e os famosos fabricantes de anjo começam a se cautelar. Só este fato já é positivo.

A questão, a convicção pessoal que nós temos o direito de ter e devemos ter, ela não pode sobrepor-se à posição do Estado. E essa é uma questão da qual não podemos nos livrar. Daí porque eu quero dizer aqui, embora da oposição, eu louvo a coragem de V.Exa. de tratar o assunto. Não significa, com isso, a adesão, não significa, com isso, apoio. Significa que é um problema que vem sendo atacado, é um problema que existe e

que, infelizmente, as autoridades, nós da sociedade, viramos as costas. E é preciso que se tenha mais um pouco de responsabilidade com relação ao assunto.

Por último, meu caro Ministro, eu queria aproveitar a oportunidade e me juntar, tenho certeza que terei a solidariedade do Mão Santa, nós temos em Teresina um pronto-socorro começado quando eu fui Prefeito, faltando muito pouco para terminar. Esse pronto-socorro está parado por questões... Que eu não quero nem imaginar que sejam questões políticas. É lamentável. Agora, falta tão pouco, Ministro, que é um crime o pronto-socorro estar parado. O projeto inicial, para 150 leitos, era para funcionar a partir de 91 ou 92. E essa obra se arrasta por lá desde esse tempo. Imagine V.Exa. que Teresina não tem pronto-socorro. Tem uma emergência do Hospital Getúlio Vargas, ampliada a última vez no Governo Mão Santa, mas que é uma lástima. Nós temos um hospital universitário também faltando muito pouco para a sua conclusão. Teresina é uma cidade-referência, em atendimento médico. Isso vem, historicamente, desde a época da construção do hospital Getúlio Vargas. Na era Vargas. O Governador Leander Mello. Os governadores, os interventores da época, não eram militares, o Leander Mello e o Benedito Valadares, de Minas Gerais. Leander Mello fez como obra, como carro-chefe da sua administração, esse hospital, na época, apelidado de elefante branco. Imagina, meu caro Botelho, o elefante branco, na década de 60, já era deficitário e esse problema vem se arrastando até agora. Daí porque o momento em que venho aqui me agregar a esta luta, não de adesão, não de sim nem de não, mas de enfrentamento dessa questão, que é a questão do aborto, faço um apelo velado a V.Exa. para que independente de qualquer outra conotação, olhe para a Saúde do Estado do Piauí, principalmente Teresina, já que Teresina atende o Maranhão, atende parte do Ceará, atende parte do Tocantins, atende parte do Pará. O Secretário nomeado deve ser um homem muito eficiente, o Secretário de Saúde, uma vez que ele já foi do DETRAN. Fila deve estar acabando por lá. E, depois, foi da GESPI-SA, Presidente da--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Me permite um aparte?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pois não, com o maior prazer.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): O Secretário... Eu sou. Eu sou é do PMDB mesmo, mas é do PSDB o que o Heráclito quer endossar. É dos maiores valores da medicina, o Secretário de Saúde medicina. A oftalmologia do planeta--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não, eu estou falando do Estado.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim, mas não tem o Secretário do Município? Eu estou dizendo que o Secretário do Município é extraordinário, que é médico, porque o do Estado não é médico. Ele está dizendo que é do DETRAN. Tiraram a carteira—
[risos].

Chame, chame! Um apelo, V. Exa. me permita. Chame o do Município, não é do meu partido não, mas é um dos médicos mais honrados que eu conheço no Brasil, Dr. João Orlando, discípulo de Hilton Rocha, um dos maiores iluminados da oftalmologia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): O Prefeito de Teresina, Dr. Sílvio Mendes, acho até que foi colega do Noronha naquele Conselho de... Então, é uma pessoa conhecida, é uma pessoa da área. Daí porque achar que é um caminho fácil para a solução desse problema. O Secretário Municipal de Saúde, o Dr. João Orlando, como disse o Mão Santa, é realmente um médico da melhor qualificação, da melhor... Bate, às vezes, V.Exa., que outro dia eu consultei um oftalmologista aí de São Paulo e ele me disse que estranhava eu não consultar o oftalmologista de Teresina, que foi o mestre dele. É uma figura extraordinária. O do Estado é uma surpresa. V.Exa. poderá fazê-lo, é uma grande revelação. No DETRAN, ele não deu certo; na GESPI-SA, ele não deu, mas, quem sabe, tratando da Saúde dos piauienses, ele vá dá certo. Às vezes, é assim. A gente bate numa porta, bate na terceira e, às vezes, termina como sendo uma grande revelação. Cabe a V.Exa. o restante. Daí, eu agradeço a oportunidade e fica aqui a minha solidariedade e o meu apelo, em nome do Piauí.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Heráclito Fortes. Agora, eu passo a palavra ao último inscrito, Senador Aloizio Mercadante, para que o Ministro possa responder as perguntas e fazer as suas considerações finais.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sra. Presidente, Senadora Patrícia Saboya, demais Senadores, Ministro José Gomes Temporão, eu não sou membro da Comissão nem suplente. Acho que é a primeira vez que eu participo de uma Audiência Pública. E não me sinto também nem no direito de me estender porque acho que a Comissão compete mais aos membros da própria Comissão. Além disso, tenho Sessão aqui ao lado, na Comissão de Constituição e Justiça, para a aprovação de três Ministros de instâncias superiores, do qual eu preciso participar da arguição. Mas não podia deixar de estar presente nessa Sessão. Eu não vou tratar de tantos temas complexos, relacionados à implantação do SUS, desafios da Saúde pública, carência de recursos, as demandas imensas

que nós temos, o aprimoramento das políticas públicas. Eu quero tratar de um fato. Um fato que eu tenho certeza de que a história saberá reconhecer quando o tempo passar. Pela primeira vez, na história do Brasil, o Ministério da Saúde quebra a patente de um remédio na semana passada. Não há precedentes dessa natureza. Portanto, é uma decisão de amplo alcance, com muitas repercussões e com grandes desafios.

E eu vim aqui, Ministro, primeiro para dizer que eu já tinha essa convicção de que o Presidente Lula foi muito feliz na indicação de V.Exa. Pela sua vivência como médico, sempre associado à implantação do SUS, à formulação dessas políticas públicas, com a competência técnica específica, com espírito público. E essa decisão reforça essa minha convicção. Nós somos um País que sempre reconheceu direito de patentes. Mesmo quando outras nações exploraram a não-adesão ao acordo de patentes, é que foi pelo Brasil tomada a decisão final, em 1994, no âmbito do reconhecimento da Organização Mundial do Comércio, OMC, o Brasil já reconhecia. E nós não exploramos, por exemplo, o potencial dos genéricos, apesar de ter um Projeto de Lei do meu partido, depois aprovado pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, que nós deveríamos ter feito. Outros Países avançaram muito na política de genéricos. Mas, ainda que tardiamente, nós adotamos essa política e é um êxito inegável. Nós temos que fomentar cada vez mais esse caminho. Barateia o custo dos medicamentos, permite, se houver uma política de comunicação mais adequada, que as famílias mais pobres tenham acesso aos medicamentos que muitas vezes não têm.

Agora, um programa como o Programa de combate à Aids, que é uma referência mundial, que é um exemplo de política pública contemporânea e eficiente, numa doença que absolutamente trágica, que traz todo o estigma, além de todas as consequências, nós temos a obrigação de comprar um medicamento que traria um prejuízo às finanças públicas de 30 milhões dólares/ano, quando esse mesmo laboratório vende esse laboratório a um preço mais adequado e quando há o mesmo medicamento produzido na Índia, na forma de genérico, a 45 cents, portanto, uma economia anual da ordem de 30 milhões de dólares, é indispensável essa decisão. É coragem política, é firmeza, não significa e não significará a desconsideração do País ao direito de patentes. Quer dizer, o reconhecimento do trabalho intelectual, do investimento em pesquisa e desenvolvimento, isso é um valor importante na economia contemporânea e o País saberá preservar esse valor. Nós assinamos as convenções internacionais, mas a Organização Mundial de Saúde nos dá essa possibilidade. Isso é um direito internacional legítima-

do. Que quando nós estamos tratando direito à vida, há possibilidade de quebra, sim, de patentes para permitir e a utilização dos genéricos como instrumento fundamental de nós avançarmos, não só baratearmos as políticas de medicamentos do SUS, mas também avançarmos na produção de fármacos. Nós temos um déficit comercial de dois bilhões de dólares no balanço comercial de importação de fármacos. Portanto, nós temos que substituir importações. Foi assim que a indústria desse País se fez. E é assim que nós vamos avançar na cadeia produtiva.

Então, eu vejo que a ANVISA não pode ter uma visão... Não acho que tem, acho que o trabalho do Dirceu Raposo, agora, a nova composição da ANVISA é muito adequada, não pode ser apenas uma visão de Saúde pública, ainda que seja fundamentalmente isso. Ela tem que ter uma visão também de política industrial, desenvolvimento da cadeia produtiva, de substituição de importações, de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento, para que a gente possa gerar conhecimento numa área que gera muito emprego, que economiza divisas e que, em última instância, é a defesa da vida. Por isso foi um gesto de coragem, um gesto indispensável, um gesto necessário. Vou terminar, como já disse, não representará, nas relações internacionais, a desconsideração do direito de patentes, mas mostra que nós somos uma nação. Uma nação que tem uma política pública que vai ser respeitada. E tenho certeza que esse exemplo do Brasil será um chamamento a muitos Países pobres, como na África, onde milhões de pessoas não têm atendimento porque não têm recursos para poder pagar o medicamento, que nós precisamos avançar na produção de genéricos nesse setor.

E espero que junto com essa decisão, acho que as medidas já estão sendo tomadas para que os laboratórios públicos e nacionais produzam esse medicamento o mais breve possível e que a gente, mais uma vez, dê esse exemplo de competência, de sabedoria, de maturidade, de equilíbrio, mas de firmeza na defesa da vida e de uma política de amplo alcance de Saúde Pública, que é o Programa Nacional de Combate à Aids. Queria parabenizar V.Exa., não vim aqui fazer nenhuma arguição, nenhuma pergunta, mas queria dar o meu testemunho, o meu apoio incondicional e a minha luta para que essa bandeira seja preservada e valorizada. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Aloizio Mercadante. Ministro, eu tinha anunciado que V.Exa. falaria agora, mas a Senadora Ideli já estava inscrita e estava participando em outra Comissão--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senadora Patrícia, eu queria apenas... Ministro Temporão, o senhor veja como o estado de necessidade faz com que o homem se desloque mais rápido que o vento. O Prefeito de Teresina ouviu a minha intervenção e veio aqui para a Comissão.

[risos].

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Seja muito bem-vindo, Prefeito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Dr. Silvio Mendes. Então, o que falta para nós são cinco milhões para equipamento. Quer dizer, não é nada, entendeu, Ministro? Então, eu quero lhe fazer um apelo. E, já que ela está me dando a deixa, nós estivemos num encontro agora na Indonésia, e o grande tema foi o Brasil. Todo mundo querendo saber desse Programa de Combate à AIDS, inclusive, uma delegação da ONU aqui ao Brasil, V.Exa. vai ser comunicado pelo Presidente da UPI Nacional, que é o Deputado Alexandre Santos. E quero louvar exatamente, pegando sua deixa aqui, ilustre Senador Mercadante, esse lado positivo do Brasil. O mundo inteiro querendo aprender e querendo saber como é que são os nossos caminhos aqui nesse combate que mundialmente hoje é uma prioridade.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora, eu só queria pedir desculpas, mas nós estamos tendo uma arguição na Comissão de Constituição e Justiça e vou me retirar brevemente e tentarei voltar para poder ouvir a intervenção final do Ministro. É desleal, mas são três Ministros que nos aguardam lá e temos que votar. Senador Heráclito também terá que retornar à Comissão para votar. Eu peço desculpas e tentarei retornar o mais breve possível.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Mercadante e Senador Heráclito. Quem sabe os Senadores podem aprender com o Prefeito de Teresina, que é o *The Flash*, está aqui e vamos precisar de uma aula, Prefeito—

[risos].

Está certo. Eu vou só passar a palavra à Senadora Ideli, para encerrar esta fase dos que estão inscritos, e aí então, o Ministro fará o seu encerramento. Senadora Ideli, com todo prazer.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senadora Patrícia, só para minha informação, porque, como a gente está com várias coisas acontecendo ao mesmo tempo, sabatina, reunião da Presidência com a Confederação Nacional dos Municípios, eu queria só entender: Está aberta também, além do debate da questão do licenciamento compulsório e dessa medida adotada de forma tão importante pelo Presidente Lula e pelo Ministro Temporão, está aberta também a

temporada dos pedidos aqui? Ou não? Dos pedidos dos milhões aqui? Porque senão eu também vou arranjar alguns—

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): “Tem um hospitalzinho aqui, um hospitalzinho ali”...

[risos].

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Fique à vontade, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só para eu saber. Mas eu queria...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): [Pro-nunciamento fora do microfone].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não tem cura, não é? Não tem vacina nem remédio. Nada, nada, nem... Mas eu queria assim, em primeiro lugar, Ministro, eu quero dizer que nós todos no Brasil comemoramos a decisão. Acho que foi uma decisão muito corajosa, foi uma decisão correta, adequada porque nós não estamos fazendo afronta, sob nenhum aspecto. Não é uma afronta ao direito legítimo de quem investe em pesquisa ter o ressarcimento e a remuneração pelo investimento realizado. O direito de patente é isso, a gente poder reconhecer que quem investe, quem desenvolve pesquisa, quem apresenta para a humanidade processos mais bem atualizados, desenvolvidos na área dos fármacos e em todas as outras áreas, que isso tem que ser respeitado por todos.

Agora, a impressão que nos dá, e aí a minha pergunta vai nesse sentido, é de que havia uma distorção, uma discrepância, inclusive no processo comercial, com o laboratório detentor da patente. Porque a informação que nós tivemos, inclusive eu gostaria que, se fosse possível, o senhor pudesse confirmar, é que o mesmo comprimido que nos era colocado na mesa para a compra a um dólar e sessenta centavos, para outros Países era ofertado num preço muito menor. Portanto, o próprio laboratório estava tendo um comportamento comercial diferenciado e discriminatório para com o Brasil.

Portanto, não é ter um comportamento de afrontar o direito de patente e o direito de ressarcimento da pesquisa realizada, mas, no mínimo, algo em termos de justiça. Então, eu queria efetivamente poder ter o esclarecimento se isso realmente entrou, como ingrediente para contribuir com a decisão, que a decisão teve também o aspecto do interesse público, de poder baratear efetivamente o coquetel para que as pessoas que necessitam do coquetel para manter a sua Saúde possam continuar sendo atendidas, de forma adequada, pelo Programa que até como o próprio Senador Heráclito colocou, é reconhecido mundialmente. Nós fazemos escola, nós fazemos... Eu acho que, juntamen-

te com outras coisas do Brasil, é uma boa propaganda do nosso País, da eficiência e da competência e da sensibilidade das administrações públicas com relação a esta questão. Então, esta é uma das questões que eu queria fazer a V.Exa.

A outra questão é o seguinte, nós estamos aqui inclusive para realizar uma Audiência Pública, eu sou autora de um Projeto que trata da vacina para o HPV, que é o vírus responsável pelo câncer de colo do útero. E algumas pessoas já se apresentaram preocupadas, porque o preço dessa vacina é elevado. São três doses, são mil e quinhentos reais. Mas é de fundamental importância que a gente possa avançar nessa política pública, porque o HPV causa muitas doenças, é, inclusive, uma das mais usuais DSTs, das Doenças Sexualmente Transmissíveis, e causa muito sofrimento para as mulheres, inclusive é a causa do câncer do colo útero. Eu queria saber, Ministro, se esse posicionamento contribui também para que outros laboratórios possam ter um pouco mais de sensibilidade na hora da mesa de negociação. Porque a gente sabe que vai ser um processo negocial bastante difícil, a inclusão da vacina do HPV na rede do Sistema Único de Saúde, distribuído gratuitamente. Mas é claro que se os laboratórios que produzem a vacina também se sensibilizarem, talvez a gente consiga com mais facilidade. Então, eram essas duas questões.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Voltei a palavra atrás, mais um Senador inscrito. Agora, dessa vez, o último. Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Minha cara Presidente, Senadora Patrícia Saboya, minha pergunta vai ser muito rápida, diante da tolerância de V.Exa., do Senador Papaléo. Eu queria perguntar ao Ministro por essas antigas delegacias do Ministério da Saúde, existentes nos Estados. Os depoimentos convergem no sentido de que essas delegacias, elas estão esvaziadas. Elas foram... Algumas funções foram absorvidas pelos Estados e já não há muito que fazer, nem como fazer. Então, eu perguntaria se o Ministro já teve a oportunidade de olhar para essa situação.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bom, agora, então, com a palavra, o Ministro José Gomes Temporão, para que ele possa responder a todas as perguntas. E Ministro, antes de V.Exa. começar a responder essas últimas perguntas, eu gostaria também de falar um pouco, que V.Exa. pudesse falar um pouco sobre aquele assunto que nós discutimos pessoalmente, lá no Ministério, que é a questão de um Projeto da nossa autoria, que está no Senado, que é a licença maternidade, que prorroga de quatro para seis

meses, a licença maternidade para a iniciativa privada. E V.Exa. também tem dado um testemunho muito forte e corajoso em relação a essa matéria. Então, eu pediria para que V.Exa. pudesse nos brindar também com esse seu posicionamento aqui na Comissão de Assuntos Sociais. Portanto, com a palavra V.Exa.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO:

Bom, Senador Augusto Botelho, tem uma série de questões. Vou tentar ser bem objetivo. A questão da média complexidade e cirurgias seletivas. O que aconteceu? No ano passado, nós tivemos uma mudança importante porque, até então, o Ministério financiava a realização de quatro procedimentos cirúrgicos, que eram catarata, hérnia inginal, varizes e mais alguma coisa... E próstata. E nós mudamos isso, incluindo mais 78 procedimentos, criando uma política de cirurgias eletivas. O que aconteceu? Houve, na realidade, na transição de uma modalidade para outra, nós tivemos uns quatro ou cinco meses em que a situação ficou um pouco parada. Nós tivemos problemas efetivamente. Mas esses problemas foram todos sanados, essa semana eu já liberei recursos para mais de cinco ou seis Estados, os processos todos estão sendo agilizados, eu tenho certeza que, durante os próximos meses, esse fluxo financeiro para os Municípios e os Estados já vai se dar de maneira mais adequada, e a gente vai conseguir resolver essa questão, que eu concordo que é complicada.

Agora, interessante fazer só um pequeno comentário, na Inglaterra, se nós formos olhar lá quanto tempo um cidadão, o usuário do Sistema de Saúde Inglês, demora para fazer uma cirurgia eletiva, vai demorar uns oito a dez meses, mas ele espera feliz. Sabe por quê? Porque, ao contrário do Brasil, o resto do sistema, a atenção básica, o clínico e o acesso a especialistas e o acesso a exames complementares é de qualidade, muito rápido e muito bom. A atenção domiciliar, um padrão muito bem... Aqui não. Então, lá, ele pode esperar um pouquinho, mesmo que demore, mas ele sabe que ele vai ter um atendimento adequado. E a Emenda Constitucional 29, já respondi, acho fundamental para a gente poder dar continuidade. A questão do álcool é simples. Quer dizer, eu fui procurado pelo pessoal da mídia e da indústria, preocupados, dizendo que é um absurdo o Governo querer controlar propaganda de bebida. Bom, então, para que é que serve o Governo? Quer dizer, que a indústria queira vender bebidas, perfeito. Agora, o Governo tem que defender a Saúde pública. Essa coisa do Zeca Pagodinho, da quarta-feira, é uma coisa dramática. Eu já fiz um comentário outro dia sobre o Zeca Pagodinho. Eu gosto tanto dele, ele é tão bom, ele é um artista tão querido pela população brasileira, ele tinha que parar

de fazer propaganda. Porque é até patético. Chega até a ser constrangedor. Então, a gente não pode admitir, de um lado, a TV controlar o horário, porque hoje a última propaganda que eu vi na televisão, de cerveja, era um *video game* voltado para atingir criança. Criança e jovem. É para formar os futuros bebedores. Agora, não posso admitir que eles entrem na minha casa para dizer para meus filhos e meus netos, para minha família, qual é o padrão adequado de consumo de bebida, o que é beber bem.

Então, eu tenho que mexer na restrição do horário e tenho que mexer no conteúdo da propaganda. Ele não pode ser desrespeitoso com as mulheres, ele não pode utilizar artistas e atletas... E hoje você tem uma total desregulação, total desregulação. É um “salve-se quem puder”. Então, nós temos que mexer nisso. A ANVISA vai tomar uma medida. Eu tenho certeza de que vai haver uma briga jurídica sobre essa questão. E, inevitavelmente, o Congresso vai ter que se posicionar sobre essa questão. Na realidade, o ideal é que nós tivéssemos uma lei que trabalhasse essa questão de maneira séria e firme, como foi em relação ao tabaco.

Saúde da Família e treinamento das equipes. Concordo totalmente. O Brasil, para variar, é que nem jabuticaba, só tem no Brasil, nós fizemos o programa Saúde da Família ao contrário de todo mundo. Lá, eles tinham os profissionais qualificados e estruturaram o sistema. Aqui, a gente fez sistema sem pessoal qualificado. Sem clínico geral, sem pós-graduação em Saúde da Família. Mas o Ministério tem uma série de programas, inclusive programa Educação à Distância, que está sendo implementado, é um programa para residências em Saúde da Família, que acho que foca essa sua preocupação.

A malária, eu reconheço que é um problema sério, mas olha só que interessante. Se nós compararmos os dois primeiros meses de 2007 com o ano passado, houve uma queda de 21% nos casos. Foram 70 mil casos este ano e 88 mil no ano passado. Inclusive, uma queda, em Mato Grosso, de 15% e uma queda, no Acre, de 53%. Nós temos que trabalhar nesses caminhos, para nós podermos ir aperfeiçoando. A malária é muito complicada. Onde o homem entra na região de mata, é difícil. Mas eu acho que a gente está no caminho certo em relação à malária.

Bom, Senador Mão Santa. Bom, Senador, estou fazendo 30 anos de formado esse ano. E eu aceito o seu apoio e preciso do seu apoio e da sua ajuda. Acho que o senhor tocou num ponto interessantíssimo. Teve um sanitarista inglês do século 19 que chegou a afirmar que a medicina, para ele, nada mais é do que a política no mais alto grau. E não é à toa que tantos médicos

se transformam em políticos, como ele disse, acabou parando na política. Mas é que a Saúde e a medicina, o exercício da medicina marca tão profundamente o profissional e ele está tão próximo das condições de vida, acompanha o sofrimento que inevitavelmente ele lida com as questões estruturais da sociedade. Isso é inevitável. Por isso tantos médicos e tantos profissionais de Saúde acabam se envolvendo com a política, na busca de ampliar, digamos assim, a sua capacidade de mudar essas questões que levam à doença, que levam à morte.

E concordo com os nomes que o senhor listou. Valdir Arco Verde foi um Ministro importantíssimo. E acho que o Adib Jatene também. Aliás, o Adib Jatene, eu quero dizer que foi uma pessoa importante, inclusive no processo da minha indicação como Ministro. Ele, várias vezes, se manifestou junto ao Presidente da República, me apoiando. E estive em São Paulo, semana passada, estive com ele, e ele vai nos ajudar muito. Inclusive, nessa questão do álcool, ele já se colocou à disposição para assinar artigos, falar, defendendo essa nossa posição.

Dengue. Não tem jeito. A gente não pode ficar enganando a população nem o País. A dengue é um problema sério e é complicado resolver. O senhor tem razão. Na década de 50, sumiu. O que aconteceu de lá para cá? Uma brutal urbanização, uma queda proporcional na qualidade do saneamento ambiental, recolhimento de lixo, favelização brutal, ou seja, as condições ambientais adequadas para um mosquito que é um mosquitinho que está ali na dele, é democrático, pega todo mundo, pobre, rico. Então, você tem que ter, de um lado, dinheiro, eu diria que hoje não é talvez o fator mais importante, eu diria que existem até Municípios que a gente identifica dinheiro sobrando na conta, que não é usado. Tem que ter estratégia, guarda sanitário bem treinado, Saúde da Família participando, visitando os domicílios. Tem que ter continuidade. Não pode ser: “Caiu o número de casos, a gente relaxa”, o outro verão... Persistência, continuidade e mobilização social, informação e educação. Que tem que dar escola e medidas judiciais, muitas vezes: Casas fechadas, pessoas que não permitem o acesso do guarda sanitário. Isso é muito comum. Várias capitais, São Paulo, Rio de Janeiro, o cidadão fala: “Olha, aqui na minha casa, não entra”. Como não entra? Tem que entrar. É complicado, ontem eu tive uma reunião com 50 prefeitos da região nordeste, os secretários de Saúde de todos os estados do nordeste aqui. Um dos pontos que nós discutimos foi exatamente... Nós discutimos o programa de imunizações, o aperfeiçoamento do registro de mortalidade e dengue. E fizemos um balanço. É uma preocupação minha, eu concordo que nós temos que

enfrentar, eu, como sanitarista, vou ter que dar uma resposta prática para isso. Mas é um desafio da sociedade. O Governo sozinho não vai resolver essa questão. Tem que estar junto das entidades, da mídia... Mas evidentemente o Governo tem que fazer seu trabalho. Disponibilizar recursos a tempo e a hora, e melhorar o sistema de vigilância, e uma outra preocupação, a letalidade, Senador, aumentou. Ela está hoje em 10; de cada 10 pessoas com dengue hemorrágica, uma está indo a óbito, o que é muito alto. Essa letalidade chegou, no passado, a 2%, cinco, agora está em 10. Significa que nós estamos com problema também de diagnóstico precoce. Busca do paciente a pedir ajuda e diagnóstico precoce dos médicos que estão atendendo. Nós estamos enviando para a casa de todos os médicos brasileiros um CD-ROM com curso curto de atualização em dengue, com todos os procedimentos, sinais, sintomas, abordagem terapêutica, agora nesse mês, para a gente poder estar dando uma atualizada em todos os médicos brasileiros e estar informando, através das sociedades, dos conselhos de medicina, essa situação.

Senador José Nery. Ele estava falando um pouco, Senador, concordo consigo, lembrando de novo da Inglaterra. Por que é que uma diferença? Na Inglaterra, quando a Margaret Thatcher quis fazer uma grande reforma no setor de Saúde, teve até passeata lá porque a sociedade Inglaterra considera o seu sistema de Saúde como um bem, uma construção política da sociedade, um patrimônio. Então, nós temos que construir esse processo no Brasil também. Que a sociedade se aproprie dessa política do SUS, a qualifique e a defenda para o seu aperfeiçoamento. Isso é fundamental, é um patrimônio que nós estamos construindo aqui nesse País.

A questão da região amazônica, vou dar um exemplo, vou pegar o atendimento ao câncer no Pará hoje. Só 50% dos cidadãos do Pará, que tem câncer diagnosticado, vão ter acesso ao tratamento radioterápico. Só metade. Nós estamos implantando lá agora três centros de alta complexidade e atendimento oncológico, e vai melhorar muito isso. Mas eu entendo que as características, já havia falado disso antes, exigiriam a gente trabalhar essa questão do fator amazônico de um lado; de outro, uma proposta muito interessante, um dos problemas que impedem que o médico trabalhe em condições remotas, em situação remota, é, muitas vezes, a insegurança dada pelo afastamento do acesso ao centro mais sofisticado, a uma segunda opinião. Nós estamos trabalhando TeleSaúde. Quer dizer, as universidades vão ter, em tempo real, um especialista que pode fazer interconsulta, em tempo real, com o paciente do lado, você pode enviar um eletrocardio-

grama, um raio-x, *scannear*, mandar via *web*. Hoje, esse equipamento necessário, que é um laptop ligado na internet, uma *webcam*, impressora, *scanner*, não é absolutamente caro, como era algum tempo atrás. Então, a estratégia do TeleSaúde também pode nos ajudar. Eu estive em Parintins vendo exatamente essa experiência. Então, era uma paciente, a equipe toda, o médico da família e a equipe estava ali do lado e o professor de dermatologia, se não me engano, lá em Manaus, estava orientando e dizendo o que devia ser feito. É, ao mesmo tempo, uma segunda opinião e, ao mesmo tempo, educação continuada. Então, essa é também mais uma estratégia importante para a gente poder estar qualificando.

A questão de dengue, acho que já falei, de malária também já respondi. A questão do ressarcimento ao SUS, dos atendimentos feitos aos segurados dos planos privados. Isso está *sub judice* no Supremo Tribunal Federal; a impressão que eu tenho, eu estive reunido com o Dr. Fausto, que é o Diretor da ANS, ele tem uma opinião que talvez seria importante se nós pudéssemos nos debruçar sobre uma solução diferenciada, alguma coisa do tipo que os atendimentos feitos aos pacientes dos planos privados criassem um crédito que pudesse ser usado pelo próprio sistema, na utilização dos serviços privados de diagnóstico e terapia, enfim, porque essa coisa do ressarcimento, ela se burocratizou tanto e ela criou tantos problemas que, na prática, o dinheiro que está vindo é praticamente inexpressivo. Então, talvez pensar uma outra maneira de a gente contabilizar isso e fazer um acordo com o setor privado, de a gente ter uma espécie de crédito em serviços, que possam estar sendo oferecidos à população dos diferentes Estados.

Senador Heráclito Fortes, eu queria agradecer o seu apoio. Minha única intenção, quando levantei essa questão e reafirmo isso, é que não há nenhuma dúvida sobre a questão do aborto como problema de Saúde Pública. Quem disser que isso não é um problema de saúde pública está delirando, surtou ou está passando por um problema de confusão mental. É um problema de Saúde pública. Se é um problema de Saúde pública, o que vamos fazer com esse problema de Saúde pública? Essa é a discussão. Como essa questão envolve uma dimensão ética, moral, religiosa e questões polêmicas, dá-se esse debate todo.

Agora, ele é um problema de Saúde Pública. As mulheres ricas resolvem de maneira bastante fácil e discreta e as mulheres pobres morrem, sofrem. Inclusive, com danos físicos e psíquicos, que nós não conseguimos medir ainda. Não existe uma pesquisa séria que meça isso com precisão. Então, eu queria lhe agradecer esse apoio.

Pronto-socorro de Teresina. Olha que coincidência. Semana que vem uma equipe minha estará lá em Teresina para discutir assunto do pronto-socorro e o assunto do hospital universitário. E a minha expectativa é ir a Teresina até o fim deste mês para fazer uma visita e bater o martelo e resolver essa situação, ok?

O Senador Aloísio Mercadante, que não está, quero agradecer também as palavras dele e dizer que essa questão do *Efavirenz*, quero dizer que ela evidencia uma fragilidade da política social brasileira, que já havia falado, que é essa dependência, e nós temos que ter uma estratégia nacional de ampliar nossa capacidade não só de produzir internamente, mas também estar negociando preços e melhores condições com os laboratórios produtores.

A Senadora Ideli Salvatti. É fato, Senadora, que o laboratório, veja bem, houve uma declaração dada à Folha de São Paulo, que eu respondi, que o laboratório vende para a ditadura militar da Tailândia um medicamento três vezes mais barato do que para a jovem democracia brasileira. Eu não entendi, fiquei sem entender. Eles vendem a 1,60 pra gente e a 65 centavos para lá. “Ah, não, isso é um critério da empresa mundial”. Bom, mas o Brasil não tem nada a ver com esse critério. O problema são os meus doentes. E olha só, dois mil e... Quase três mil pacientes usavam esse medicamento em 99. Hoje 75 mil usam. E a nossa expectativa é que chegue a 125 mil rapidamente. E o laboratório não considerou isso, não considerou a Excelência do nosso programa, enfim, acho que isso... A vacina de HPV, qual é a questão aí? Tem um Grupo de Trabalho que está debruçado sobre isso com gente do INCRA, com especialistas. Nós temos 25 mil mortes por ano, no Brasil, ainda, de câncer de colo de útero, que é um absurdo. É padrão muito ruim para o nível, inclusive, de desenvolvimento da sociedade brasileira. A vacina, ela pode realmente ser importante, mas precisaria primeiro de alguns estudos clínicos no Brasil, porque uma coisa é desenvolver uma vacina para uma realidade americana e européia. Mas, de todo modo, eu tenho a impressão que vai ser muito importante. Qual o problema dela? E eu queria falar um pouco sobre a dinâmica desse mercado de medicamentos e vacinas, usa uma questão que é chamada de ciclo de vida do produto. Quando ele sai protegido por patentes, só tem um produtor no mercado, joga o preço lá em cima. Então, hoje, nós temos uma estimativa de que essa vacina incorporada ao PNI, nós temos que gastar um bilhão e 250 milhões de reais, só com essa vacina. É absolutamente inviável, do ponto de vista do Brasil. Esse preço nesse nível, ele vai se manter aí até que um outro produtor lance no mercado um produto competitivo. É um fato. Tem outro produtor, outro la-

boratório que está registrando agora na ANVISA e vai lançar outra vacina. Pode ter certeza que esse preço vai cair pela metade pelo menos. De qualquer maneira, esse preço ainda vai estar muito em cima. Uma alternativa seria nós propormos... Considerando que o Brasil é um País em que nascem dois milhões e 200 mil brasileiros a cada ano, tem uma população muito grande, propor para o laboratório uma parceria de transferência de tecnologia, um acordo de cooperação. Nós fizemos isso com a vacina contra a gripe do Instituto Butantã. Transferimos tecnologia da AVENTIS para o Brasil. Fizemos com a *Glaxo Smith Klein*, com vacina do hemófilos B, que causa meningite em criança.

Então, podemos usar também essa figura do acordo de transferência tecnológica para ver se a gente consegue trazer essa vacina para cá.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ministro, eu fico muito feliz. O senhor já começa a elencar caminhos, saídas, inclusive, nós terminamos de combinar, no dia 06, vai ter a primeira Audiência Pública do Projeto e vamos ter a presença do Ministério da Saúde e também do Instituto Nacional do Câncer, da Ministra Nilcéa. Então, acho que é muito importante que o próprio Ministério já tenha algumas linhas para a gente poder caminhar. Porque é como V.Exa. mesmo está dizendo, são 25 mil mulheres que tem falecido, ao ano, e não é só o câncer do colo do útero, o HPV provoca uma infinidade de outras doenças muito dolorosas e prejudiciais à Saúde da mulher--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Verdade. Senador Garibaldi Alves, eu não consegui chegar lá ainda, mas eu tenho essa preocupação, sim. Como houve o processo radical de centralização do sistema de Saúde, nos últimos 15 anos, esses escritórios, acho que eles hoje se chamam Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde, ficaram completamente... No Rio de Janeiro, ainda têm uma função, que é controlar o pessoal do antigo INAMPS, do Ministério, que estão em processo de aposentadoria. Mas, nos outros estados, inclusive, eu tenho informação de que há muita precariedade das condições de trabalho e acho que teria que repensar inclusive o perfil, a função e até tomar decisão se eles são necessários ou não. Mas eu me comprometo a analisar essa questão e lhe dar uma posição, o mais rápido possível.

E a Senadora Patrícia Saboya, eu sou um entusiasta radical. Primeiro porque eu tenho quatro filhos, a minha esposa teve os quatro filhos de parto normal, e amamentou os quatro, e eu acompanhei de perto o sofrimento dela na hora de ter que voltar para o trabalho. Mas, por uma outra questão prática, duas dimensões: de Saúde pública, que está mais que provado o prolongamento dessa licença vai garantir redução de

diarréia e de doença nas crianças. Mas tem uma outra dimensão, que ela não é valorável. Ela é um pouco intangível, mas é nobre, que é você garantir essa relação mãe bebê durante o primeiro ano de vida. Essa relação é muito rica, ela é muito importante, ela é estratégica na determinação da saúde futura, física e mental, desse brasileiro, dessa brasileira. Então, toda e qualquer medida que qualifique essa relação, ela tem importância e peso, do ponto de vista de Saúde pública. Então, eu acho que seu Projeto, Senadora, dada a relevância dele, o ideal é que seria colocado não apenas como uma opção, mas uma regra para toda e qualquer mulher brasileira que pudesse ter uma licença por seis meses. No que depender do Ministro, a senhora pode contar com o meu apoio. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, queria agradecer, mais uma vez, a presença de todos, principalmente do Ministro, que está aqui conosco... Agradecer o entusiasmo com que ele defende a prorrogação da licença maternidade e aproveitar para parabenizar o Prefeito de Teresina, que estava aqui agora pouco, o Prefeito Silvio Mendes, porque lá também já implantou a licença maternidade de seis meses para as funcionárias municipais, Bem como a minha capital, Fortaleza, do meu Estado, o Ceará, que também já tem os seis meses para a licença maternidade. MUITÍSSIMO obrigada, Ministro, e até a próxima ocasião, onde a gente possa discutir problemas tão relevantes como esses que foram debatidos aqui. Obrigada. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h34.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2007.

Às onze horas e trinta minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Edison Lobão, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Aloízio Mercadante, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Magno Malta, Valter Pereira, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os

Senhores Senadores, Inácio Arruda, Garibaldi Alves Filho, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Rosalba Ciarlini e Geraldo Mesquita Júnior que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 010, de 2007**, de caráter não terminativo, tramitando em Regime de Urgência nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal, combinado com o art. 122, inciso II, alínea B, combinado com o art. 375, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), de autoria da Presidência da República, que “Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica”. A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido é aprovado. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Altera o § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para permitir que o custeio da educação superior dos empregados possa ser abatido da base de incidência da contribuição para o regime geral de previdência social”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável, com a emenda oferecida é aprovado. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 055, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que “Institui o Dia de Santo Antônio de Sant’Anna Galvão, a ser comemorado no dia 11 de maio”. O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Sarney, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal Industrial de Laranjal do Jari, no Estado do Amapá”. O relator designado é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira pede a palavra, e requer oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 013, de 2007-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira que, “Nos termos do

disposto no art. 58, § 2º, II, III, V e VI da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, III, V, VI, IX e XI, 93, II e 102, I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiências públicas, no âmbito desta Comissão de Educação, com o propósito de discutir um 'Plano de Desenvolvimento da Educação', até o dia 17/07/2007, devendo ser a primeira e a última realizadas no Plenário do Senado Federal e as demais no Plenário desta Comissão". O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2006 e Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 029, de 2007.** O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e quinze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação

NOTA TAQUIGRÁFICA

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Acabando de fechar o número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Passamos à apreciação da pauta. Item nº. 01. Projeto de Lei da Câmara nº. 10/2007, que modifica as competências e estrutura organizacional da Fundação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior que é a CAPES. Autoria é a Presidência da República, e a Relatora é a Senadora Marisa Serrano, a quem passo a palavra.

A matéria está tramitando em regime de urgência no termos do art. 64, § 1º da Constituição, e uma outra observação, foram oferecidas cinco Emendas ao Projeto pelos Senadores Arthur Virgílio, Heráclito Fortes e Neuto de Conto. E o prazo final para encaminhamento ao Plenário do Senado é 4 de abril. O ideal

é que encerremos hoje porque senão vamos vencer o prazo. Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Obrigada, Sr. Presidente. Passo ao Relatório.

Em exame nessa Comissão Projeto de Lei PLC nº 10/2007, Projeto de Lei nº 7.569/2006, da Câmara dos Deputados, de iniciativa do Poder Executivo. Em seu art. 1º, a proposição altera a Lei 8.405/1992, para essencialmente conferir à CAPES a incumbência de fomentar, inclusive, em regime de colaboração com os entes federados subnacionais a formação inicial e continuada de profissionais do magistério com ênfase no uso de recursos de educação à distância.

Pelos arts. 2º e 3º do PLC, são criados no âmbito da CAPES respectivamente 410 cargos de provimento efetivo, 270 de analista e 140 de assistentes da carreira de Ciência e Tecnologia, e 52 cargos em Comissão no grupo de direção e Assessoramento superiores no DAS.

O art. 4º promove alteração no na Lei 11.273/2006, com o fim de melhorar os critérios de concessão de bolsas nos programas de formação de professores para a educação básica sob encargo do Ministério da Educação. E estender aos estudantes de mestrado e doutorado o acesso as bolsas de capacitação para as funções de formadores, preparadores e supervisores.

O art. 5º do PLC, condiciona o provimento dos cargos efetivos e em Comissão a existência de prévia dotação orçamentária e autorização específica na Lei das Diretrizes Orçamentárias.

Finalmente, pelo art. 6º, a lei em que se transformar o Projeto entrará em vigor na data da sua publicação. Para o autor, a medida permitirá CAPES com tradição na promoção de política de pessoal docente para educação superior, o desenvolvimento de política de formação de profissional docente para educação superior o desenvolvimento de política de formação de profissionais de magistério da educação básica. Carreando para esse nível de ensino a ampla experiência e a excelência do trabalho dessa entidade no campo da pós-graduação a um custo inferior ao que se demandaria a criação de uma nova agência Federal.

Um projeto que tramita em regime de urgência solicitado pelo Presidente da República nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal, foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 12 de fevereiro de 2007 nos termos do substitutivo apresentado na Comissão de Educação e Cultura daquela Casa. Encaminhado ao Senado Federal, pelo PLC nº. 10/2007, foi lido em Plenário no dia 27 de fevereiro de 2007 e distribuído para apreciação simultânea das Comissões de Constituição e Justiça, de Ciência

e Tecnologia, Inovação, Comunicação e informática, e dessa Comissão de Educação.

Durante o prazo regimental foram apresentados como V.Ex^a disse, o Sr. Presidente, cinco Emendas ao projeto aos quais serão apreciadas simultaneamente pelas mencionadas Comissões.

Passo à análise, Sr. Presidente. A Fundação CAPES, entidade vinculada ao Ministério da Educação, tem reconhecida histórica excelência na elaboração e acompanhamento de políticas para pós-graduação *stricto sensu* com destaque para formação de pesquisadores e de pessoal docente para a educação superior do País. A par disso, e tendo em conta a inequívoca necessidade de incremento da qualidade do ensino na educação básica, o Poder Executivo Federal intenta ampliar as atribuições da CAPES incumbindo-a também de estimular a formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica, demanda a que se dará vazão por meio do uso maciço de novas tecnologias de informação e de comunicação e parceria com instituições de educação superior.

Trata-se de um desafio que se não for muito bem conduzido, além de frustrar a nova missão, pode comprometer a qualidade dos trabalhos ora realizados a implicar a extinção de um patrimônio administrativo de forte associação com desenvolvimento científico e tecnológico do País. Em número do Censo Escolar de 2005, a nova tarefa da CAPES poderia ser traduzida na realização de arranjos interinstitucionais capazes de atender a uma demanda de formação inicial em cursos de licenciatura de mais de um milhão de professores, especialmente para a educação infantil e o ensino fundamental.

Além disso, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e valorização dos profissionais da Educação, FUNDEB, ora em implantação, ao induzir o aumento da matrícula na educação infantil e no ensino médio, pode ampliar em muito esse número exigindo um esforço hercúleo da CAPES.

A assunção das novas funções é de se destacar não se pode dar em prejuízo da condução dos programas atualmente desenvolvidos pela CAPES. Para tanto, é de se esperar que a instituição seja contemplada com toda a sorte de recursos necessários ao desempenho do seu novo papel institucional.

Diante da premente necessidade de se imprimir qualidade à educação básica o que passa necessariamente pela melhoria e pelo aumento da qualificação dos docentes, o mérito da iniciativa parece indiscutível, a indicar que merece o nosso apoio e as nossas contribuições para o aprimoramento da proposição. Estamos cientes de que o caos que estamos vivenciando na educação só poderá ser contornado por meio de

um conjunto de ações coordenadas entre governos, instituições educacionais com vistas a aproveitar todas as nossas potencialidades e peculiaridades para levar à cabo o empreendimento como que ora analisamos.

E dizemos mais, é por meio de políticas bem consertadas para a educação básica que poderemos mitigar as mazelas sociais do nosso País, conduzindo ao um patamar elevado de desenvolvimento nos campos econômico e social. Discutível, portanto, o mérito da iniciativa. Cumpre-nos apontar pontos do Projeto passíveis do aperfeiçoamento com fins de tornar a nova lei efetivo instrumento de transformação da educação básica e da realidade educacional brasileira em seu conjunto.

A redação dada ao PLC 10/2007 no caput do art. 2º da Lei de 8.405/1992, que criou a Fundação CAPES, parece-nos ambígua, e por isso sujeita à interpretação ampliadora. Tal como proposto o dispositivo dá-nos a idéia de que a CAPES oferecerá curso de formação de professores para a educação básica e superior. Em edição, o quantitativo de cargos efetivos e funções comissionadas alocados a CAPES corrobora em princípio com essa percepção. Ciosos da necessidade de preservação da excelência da CAPES em seu mistério histórico, não temos dúvida de que a participação dessa entidade na formação de profissionais do magistério e da educação básica deve restringir-se ao campo da formulação de diretrizes, a avaliação de programas e ao desenvolvimento de novas tecnologias educacionais, de modo que sejam respeitadas a liberdade acadêmica das instituições conveniadas, e, sobretudo, as necessidades de cada ente federado interessado ou envolvido nos programas de formação.

Por essa razão, propomos uma modificação nos dispositivos que tratam das finalidades da CAPES de modo a deixar clara essa nossa preocupação, que além de primar pela observância do regime de colaboração com Estados, Municípios e Distrito Federal, expresso no art. 211 da Constituição Federal, coincide com o anseio das comunidades científica e acadêmica.

Por fim, no que respeita a esperada publicidade dos atos do Poder Público, cabe lembrar que o funcionamento da CAPES e de suas unidades encontra-se sujeito a regulamentação prevista no art. 84, 6º A, da Constituição Federal, dispositivo que poderá ser invocado pelo Presidente da República para opor veto ou qualquer proposta com aquele fim. Parece-nos pacífico, de qualquer modo, portanto, objeto recorrente em proposições legislativas no conjunto da comunidade científica e acadêmica o entendimento de que as sessões deliberativas dos conselhos técnico-científico da CAPES, devam ser públicas abrindo a possibilidade

de reuniões fechadas quando envolvida a apreciação de matéria cuja natureza exija sigilo.

Emendas oferecidas à CCJ. As cinco Emendas oferecidas ao PLC nº. 10/2007, estão transcritas a seguir de forma sintetizada. A Emenda nº 01 de autoria do Senador Arthur Virgílio altera:

A) O § 2º, do art. 2º da Lei 8.405/1992, com redação dada pelo art. 1º do Projeto, para assegurar que a atuação da CAPES na formação inicial e continuada de profissionais do magistério, dê-se exclusivamente por meio de convênios firmado com instituições de ensino superior públicas ou privadas, respeitada a liberdade acadêmica.

B) A redação do art. 2º e 3º do PLC 10/2007, para diminuir para 60, 20 cargos de assistente e 40 cargos de analista em Ciência e Tecnologia, o número de cargo de provimento efetivo, assim como reduzir as funções comissionadas para 12, 1 DS5, 2 DS4, 5 DS3, 3 DS2 e 1 DS1. As Emendas nº. 2, 3 e 4 foram apresentadas pelo Senador Heráclito Fortes. A Emenda nº. 02 é idêntica à segunda parte da Emenda nº. 01 anteriormente descrita. Já a Emenda nº 03 que intenta modificar os § 2º e 3º do art. 2º da Lei 8.405/92, com relação à proposta pelo art. 1º do PLC 10/2007 corresponde na prática à primeira parte da Emenda nº. 01 apresentada pelo Senador Arthur Virgílio.

Por fim, a Emenda nº. 04 desloca o texto do § 5º do art. 2º da Lei 8.405/1992, nos termos do art. 1º do PLC para o art. 6º da citada lei onde passa a ser o § 2º a exigir a remuneração do vigente Parágrafo Único.

A Emenda nº. 05 do Senador Neuto de Couto, altera o § 5º do art. 2º da Lei 8.405/92, com relação à incluída pela Câmara dos Deputados no art. 1º do PLC, para instituir o direito a ampla defesa e contraditório nas deliberações do Conselho Técnico e Científico que envolverem curso de pós-graduação, de instituições públicas e privadas, e permitir a realização de sessões fechadas do CTC quando da discussão de matéria cujo sigilo seja imprescindível ao interesse privado e da coletividade previamente justificado pelo Conselho.

Análise das Emendas: A Emenda nº. 01 envolve dispositivos aparentemente distintos, a contrariar em princípio o disposto do art. 230 do Regimento Interno do Senado Federal. O intento do autor é evitar que a nova missão e a estrutura organizacional transforme a CAPES num estabelecimento de ensino com oferta direta de vagas na educação superior.

De todo modo, esta Emenda está contemplada em inteiro teor nas Emendas nº. 2 e 3, analisadas a seguir.

A Emenda nº. 02 com quanto implique economia de recursos em face do Projeto do Executivo, pode trazer prejuízos à nova missão atribuída à CAPES que têm

um déficit histórico de pessoal e já vinha negociando junto ao Executivo a ampliação de sua estrutura, inclusive para a substituição de prestadores de serviço ora em número superior ao quadro de pessoal efetivo.

Diante disso, parece prudente eu oportuno reconhecer demandas da CAPES, a última delas formalizadas em 2005, acrescentando ao pedido daquela ocasião quantitativo adicional de servidores tendo em vista a reestruturação ensejada pelo novo desafio afeto a formação de professores para a educação básica. O efeito essa Emenda pode ser parcialmente acolhida no que toca a sugestão de redução dos quantitativos de cargos comissionados em nível adequado a novas atribuições. No que concerne especificamente à Emenda nº. 03 ao tempo em que prevê uma espécie de controle para que a CAPES não exerça diretamente a formação de professores da educação básica, restitui o interesse do Executivo em que essa atividade se realize com uso maciço de recursos e tecnologia da educação a distância, quer se trate de licenciaturas ou de cursos de especialização. É forçoso reconhecer nesse caso o acerto do entendimento do Relator do PL de 7.569/2006 na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados a oferecer a possibilidade de que as licenças, formação inicial possam contar com enriquecimento do aprendizado presente nas relações interpessoais e na interação com colegas e mestres que se pode desenvolver, por exemplo, num pólo de educação à distância, mas dificilmente numa relação inteiramente mediada por computador.

Desse modo, a Emenda 03 também é passível de acolhida com a ressalva de que se deve garantir a primazia do atendimento as necessidades de formação inicial por meio de cursos presenciais ou semipresenciais. A Emenda nº. 04, por sua vez, ao assegurar o cumprimento da prescrição do art. 11, inciso III, alínea B, da Lei Complementar 95/98, que estabelece que cada artigo dos textos legais devem restringir-se ao único assunto ou princípio contribui para o aprimoramento do Projeto.

No que toca a Emenda nº. 05 cujo cerne é a garantia da ampla defesa do contraditório e do devido processo legal nas matérias sujeita à apreciação do Conselho Técnico Científico da CAPES, envolve princípio basilar da Constituição Federal não agrega disposição nova até porque a instituição CAPES tem longa tradição e reconhecimento quanto à transparência dos procedimentos que adota e das exigências que impõe aos interessados especialmente no que toca à avaliação de cursos. Ainda em relação à Emenda nº. 05, cabe destacar que a adição ressalvada a publicidade das reuniões da Comissão Técnica Científica nos casos em que o sigilo da matéria apreciada seja im-

prescindível ao interesse da sociedade, pode oferecer maior segurança às decisões do colegiado podendo por isso mesmo ser parcialmente acolhida.

Voto: Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº. 10/2007 nos termos do seguinte. E é esse o substitutivo que apresento. O Congresso Nacional decreta: O art. 1º. Os arts. 2º e 6º da Lei 8.405 de 9 de janeiro de 1992 passam a vigorar com a seguinte redação.

Art. 2º - A CAPES subsidiará o Ministério da Educação na formulação de políticas e desenvolvimento de atividades de suporte, a palavra que eu acrescentei foi de suporte, a formação de profissionais de magistério para a educação básica e superior para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Aí acato uma das Emendas para tornar mais claro que a função da CAPES será de suporte à formação de profissionais do magistério.

§ 1º: No âmbito da educação superior, a CAPES terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a pós-graduação, coordenar e avaliar os cursos desse nível, e estimular mediante bolsas de estudo auxílios e outros mecanismos a formação de Recursos Humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento das demandas de setores públicos e privados. Não houve nenhuma Emenda a esse parágrafo vindo da Câmara.

§ 2º: No âmbito da educação básica, a CAPES terá como finalidade induzir e fomentar inclusive em regime de colaboração com os Estados, Municípios e Distrito Federal, e aí vai um acréscimo nosso, e exclusivamente mediante convênio com instituições de ensino superior públicas e privadas, volto ao Projeto da Câmara, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério e acréscimo: Respeitada a liberdade acadêmica das instituições conveniadas observemos ainda o seguinte: E aí fiz um desdobramento no Projeto da Câmara. Primeiro. Separando formação inicial de formação continuada. Na formação inicial de profissionais do magistério dar-se-á preferência ao ensino presencial conjugado com o uso de recursos de tecnologia de educação à distância. Permanece o da Câmara. Item 2. Na formação continuada de profissionais do magistério utilizar-se-á especialmente recursos de tecnologia de educação à distância.

§ 3º. A CAPES estimulará a valorização do magistério em todos os níveis. E nós acrescentamos, e modalidade do ensino, porque fica fora aí educação especial, jovens e adultos. Então colocamos modalidades de ensino. No art. 6º, fizemos uma mudança no Item 03. O Conselho técnico e científico da educação superior, acrescentamos da educação superior, e

quarto, o Conselho técnico e científico da educação básica. Colocamos no mesmo nível de atuação os dois conselhos. § 1º: O estatuto... Esse não existia no Projeto da Câmara. O estatuto da Fundação CAPES disporá sob a organização e o funcionamento dos órgãos de que trata esse artigo e sobre a revisão anual das atividades relativas à educação básica. § 2º. As reuniões deliberativas dos conselhos técnicos e científicos serão públicas, acrescentado, ressalvada as sessões para apreciação de matéria cujo sigilo seja imprescindível ao interesse privado e da coletividade previamente justificados. Aí segundo a Emenda do Senador Neuto de Conto.

Art. 2º. Ficam criados no âmbito da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, os seguintes cargos de efetivo. Não mudo o número de cargos vindo do Executivo. 140 cargos de assistente em ciência e tecnologia, e 270 cargos de analista em Ciência e Tecnologia.

Art. 3º. Ficam criados no âmbito do Poder Executivo Federal para fins de estruturação da CAPES os seguintes cargos em Comissão do grupo direção e Assessoramento Superior DS. Há uma mudança aí e houve um corte de 30% naquilo que foi originalmente pedido. Passando para 3 DS5, 9 DS4, 17 DS3, e 6 DS2 e 1 DS1. Parágrafo Único. Que também não existia. Os cargos de que trata esse artigo serão ocupados preferencialmente por servidores efetivos da CAPES respeitando quanto aos provimentos em qualquer hipótese o disposto no art. 5º dessa lei. Não houve mudança nos outros artigos vindos da Câmara.

Art. 4º: Os arts. 1º e 2º da Lei 11.273 de 6 de fevereiro de 2006 passam a vigorar com a seguinte redação. Art. 1º, § 1º inciso I. Estiverem efetivo exercício do magistério na rede pública de ensino, ou § 3º, é vedada a acumulação de mais de uma bolsa de estudo ou pesquisa nos programas que trata esta lei.

Art. 2º. § 3º. Até o valor de 900 reais mensais para participantes dos cursos de capacitação para exercício das funções de formadores, preparadores e supervisores dos cursos referidos no inciso I do caput desse artigo, inclusive apoio e aprendizagem e acompanhamento pedagógico, sistemático das atividades de alunos editores exigida a formação mínima em nível superior e experiência de um ano no magistério ou a vinculação a programas de pós-graduação de mestrado e doutorado.

E art. 5º, o provimento dos cargos efetivos em Comissão criados por essa lei fica condicionada a comprovação de prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Assim, como a existência de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme determina o § 1º da Lei 169 da Constituição Federal. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, eu fiz a análise do Relatório, e se V.Exª me permite, eu queria fazer duas observações. Não sei se faço agora... Nesse caso, queria fazer duas ressalvas que apoiada pelas Emendas que foram oferecidas, deixamos muito claro que a CAPES como me parece a intenção original, mas que estava um pouco ambígua e trouxe inúmeras preocupações, que a CAPES vai dar apenas suporte e ela vai subsidiar o Ministério na formulação de políticas para a pós-graduação, coordenar e avaliar os cursos desse nível. Deixar bem claro que é o suporte e não que a CAPES vai passar a executar diretamente os cursos de formação inicial para os profissionais da educação. E aí queríamos também, apoiando por Emenda que foram colocadas, que também a CAPES vai induzir e fomentar inclusive em colaboração, mediante convênios com instituições públicas ou privadas a formação inicial e continuada desses profissionais respeitada a liberdade acadêmica das instituições conveniadas. Essa foi uma proposta feita e que nós acatamos. Na divisão porque é que nós dividimos formação continuada de formação inicial. Nós acreditamos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que preferencialmente a formação inicial deveria ser por ensino presencial. Por isso nós colocamos preferencialmente por ensino presencial conjugado com o uso de tecnologia de educação à distância, muito, porque nós acreditamos que a formação do profissional estando junto com outros companheiros durante os anos da sua formação, trocando idéias, crescendo juntos, é diferente de você fazer uma formação integral só por meio de educação à distância num País como o nosso que não tem ainda uma tradição forte de educação à distância. Aí sim, a formação continuada de profissionais do magistério utilizar-se-á especialmente recursos de tecnologia de educação à distância.

Além disso, colocamos a modalidade, níveis e modalidade no ensino e aí entramos naquilo que eu acho que é importante. A SBPC sugeriu, e nós acatamos, que a Fundação CAPES tenha na sua organização e funcionamento um item que avalie, que revise anualmente as atividades relativas à educação básica. Porque é um instituto novo para a CAPES, vai trabalhar com mais de um milhão de professores sem entrar ainda educação... O FUNDEB, essa na previsão atual, e o SBPC sugere que há uma revisão anual dessa mudança que a CAPES sofre passando a ser um novo instituto, não só trabalhando com a formação do ensino superior, mas com a formação para a educação básica. E quanto ao problema dos cargos que foi outro motivo

de Emendas, eu quero dizer aos Srs. Senadores e ao Sr. Presidente, que mantenho aqui aquilo que foi instituído para os cargos específicos da CAPES e a análise foi feita, Sr. Presidente, tendo em vista que havia 180 cargos eu V.Exª como Presidente dessa Comissão e que foi Ministro da Educação sabe melhor do que nós, que existe 180 profissionais terceirizados na CAPES. O que é que o Projeto propõe? Que esses profissionais entrem na CAPES por concurso público. E acho que é razoável. Isso não quer dizer que o Executivo vá realizar esses concursos públicos. Mas nós estamos dando a eles a possibilidade de fazê-lo.

Então, essa possibilidade, Sr. Presidente, foi colocado, não cortando nenhum cargo pedido pelo Executivo quanto a assistente em Ciência e Tecnologia e Analista de Ciência e Tecnologia. Para que a CAPES possa substituir os 180 servidores terceirizados, ela pede pelo menos 70 novos cargos para atividades que ela vai... Que ela precisa já atualmente para o seu quadro atual, pede pelo menos 70, e pede os 160 novos cargos para as duas novas diretorias.

Então, na análise que o MEC nos enviou, para as suas novas atribuições, a CAPES precisaria de 160 novos cargos de provimento efetivo. 60 servidores para Diretoria de políticas para a formação de pessoal da educação básica, e 100 servidores para a Diretoria de Tecnologia Educacional. O que seria essa Diretoria de Tecnologia Educacional? Ela seria estruturada nas cinco regiões do País. Seriam 20 pessoas em cada região. É só nós pegarmos o nordeste, nós teremos o nordeste com cinco pessoas trabalhando naquela região cuidando de pólos. Esses pólos estão estruturados a princípio em 2005, o MEC começou com pólos, já tem 300 pólos, e está previsto para o ano que vem mais 300 pólos em cada... Esperando que isso se faça em todo o País. É uma estrutura enorme. Quer dizer, para essa grande estrutura eu não quis, não me atrevi a mexer na estrutura que o Executivo está pedindo para essa nova CAPES.

Agora, fiz uma mudança sim, Sr. Presidente, quando nos propõe as funções comissionadas. Hoje a CAPES tem 39 funções comissionadas. Está pedindo mais 52. Hoje a CAPES tem 8.2 pessoas para cada cargo comissionado. Mesmo eu fazendo a diminuição, propondo a diminuição que eu propus de 30% diminuindo esses cargos comissionados, diminui também o número de pessoas atendidas por cada cargo. Passa a ser 7.3 pessoas por cargo.

Portanto, Sr. Presidente, eu acredito que a diminuição do grupo de Assessoramento do DAS em absoluto implicará em qualquer prejuízo para a ampliação da proposta que a CAPES... Que o Executivo

está nos fazendo de uma nova instituição. E é uma nova instituição.

Sr. Presidente, procurei me atentar a todas as questões e dizer ainda que fui atrás de saber o que vai fazer uma instituição como o MEC que tem uma Secretaria, Sr. Presidente, de educação básica. Como é que fica a Secretaria de Educação básica do MEC? Eu quero só que todos os pares tenham conhecimento que o item que a Secretaria de Educação Básica do MEC, de formação inicial e continuada de professores de educação básica sai do corpo da Secretaria e passa para essa nova instituição. O que muda a estrutura, acredito eu, das atribuições da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. E há uma questão também, Sr. Presidente, que também nos preocupa, da estrutura... Qual é a relação da SESU, estava discutindo com o Deputado Flávio Arns com essa nova instituição. E como fica a relação dessa Secretaria de Educação Básica com essa nova instituição. Porque... Para não se sobrepor passível de entendimento que vai ser extinto na Secretaria de Educação básica do MEC [soa a campanha] Que vai ser extinto essa Secretaria ou se vai ser extinto vai ser modificada essa atual Secretaria de Políticas educacionais da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

Sr. Presidente, é complexo o assunto, procurei em pouco tempo que tivemos, porque está no regime de urgência, de poder abarcar o máximo de conhecimento possível. O Senador Eduardo Azeredo da Comissão de Ciência e Tecnologia esteve comigo quinta-feira com o Sr. Ministro e membros da CAPES discutindo essas questões, aceitaram as nossas proposições, pelo menos em tese, e está aqui a minha avaliação à disposição dos pares para que a gente possa, se for possível da minha alçada, poder tirar algumas dúvidas existentes, se for possível. Era só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esse foi um Relatório longo, complexo, de um tema que a gente tem urgência, é uma proposta que o Governo mandou, e que eu acho que vai merecer muita discussão ainda. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, nós tivemos uma Sessão emocionante de homenagem ao Prof. Darcy Ribeiro. E nessa Sessão que, aliás, foi... Acho que foi V.Exª que fez a proposta, autoria da Sessão. No meu discurso em homenagem ao Darcy Ribeiro, eu disse que talvez a melhor maneira de homenagear o visionário, a pessoa tão especial que foi Darcy Ribeiro em todos os postos que ele ocupou, todas as idéias que ele teve e as realizações fantásticas do Darcy Ribeiro, era a gente poder concretizar mais uma das suas brilhantes idéias, que era exatamente da universidade aberta do Brasil. Que ele teve em 1997,

ele propôs isso, infelizmente não andou, e agora toda esta reformulação da CAPES, inclusive da estrutura da CAPES, da aplicação do quadro da CAPES e das tarefas da CAPES, entre elas a principal é exatamente concretizar a universidade aberta do Brasil. É poder estar... Acho que a gente fazendo mais esta grande homenagem ao fantástico Darcy Ribeiro. E aí eu quero dizer assim, isso está com urgência constitucional. Isto, se nós não votarmos a partir do dia 4 de abril tranca a pauta do Senado da República. A Câmara já apreciou este Projeto. Isto é tão importante que o Ministro se reuniu com os Relatores, se reuniu com o Senador Eduardo Azeredo, se reuniu com a Senadora Marisa Serrano. Porque realmente é muito importante essa reestruturação para a gente poder capacitar, formar, dar acompanhamento permanente na formação dos nossos professores pra gente poder dar esta... Fazer esta revolução tão importante que é a revolução não é nem só de recurso, todos nós sabemos que até os recursos, se a gente for fazer comparação com outros Países, os recursos que o Brasil aplica na educação não são nem tão distantes assim de outros Países. O problema é o gerenciamento, é o monitoramento, é a capacitação e é efetivamente nós investirmos na qualidade da educação. E não tem qualidade da educação que não passe obrigatoriamente pelos nossos professores, pelos profissionais da educação.

Então, Senador, eu queria... Eu sei que tem questões de Emendas que foram acatadas, inclusive teve uma aqui que eu quero ressaltar do Senador do meu Estado Neuto de Conto do PMDB, que apresentou, foi acatada. Agora, tem uma questão, Senador Cristovam Buarque, que eu não posso concordar com o parecer da Senadora Marisa Serrano, que é o seguinte: Todo este conjunto de atividades vai precisar, sim, dos quatrocentos e poucos servidores efetivos que o Projeto apresenta. Mas não tem como diminuir os servidores que vão fazer a gestão que são servidores comissionados. Que são as funções, que é o DAS. E eu queria até dizer assim, só para que todos tenham a dimensão do que é que está sendo tratado. Hoje a CAPES tem 130 efetivos. 180 terceirizados, que agora com o concurso nós vamos poder inclusive diminuir ou até eliminar. E tem 55 cargos e funções gratificadas. Ou seja, para 130 efetivos e 180 terceirizados tem 55 de funções gratificadas. Nós estamos propondo no Projeto de reestruturação, inclusive para fazer este grande salto de qualidade que a universidade aberta, 410 efetivos e 52 gratificados. Portanto, a correlação é inclusive menor do que a correlação que tem hoje de 130 efetivos para 55 comissionados que nos foi deixado ao longo de todo esse período que a CAPES já vem atuando.

Portanto, eu queria fazer o seguinte encaminha-mento, que nós possamos acatar o Relatório da Senadora Marisa Serrano, com exceção dos 30% de redução. Se nós pudermos destacar e votar em separado, eu não tenho nada, porque até várias questões que foram apresentadas, Emendas e tal foi conversado com o Ministro, o Ministro concordou, então até para que a gente não perca tempo, que a gente possa votar e aprovar, eu só faço com esta ressalva, destacar a redução dos 30% até porque os cargos DAS incluídos no Projeto é numa relação inclusive menor, muito menor do que a correlação que hoje tem a CAPES entre efetivos, terceirizados e comissionados.

Portanto, Sr. Presidente, é essa ponderação que eu faço para ver se nós conseguimos inclusive construir um acordo e votar aqui. Se não for possível aí nós vamos ter que derrotar ou então pedir vista. Eu não sei. Eu estou fazendo coração aberto porque é um tema importante, é algo imprescindível para a qualidade da educação e seria mais uma homenagem que nós prestaríamos ao grande Darcy Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli, para entender, a única ressalva é a isso? É a única ressalva. Tudo mais estaria tranqüilo?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É. Porque as outras questões eu acho que foram muito produtivas a reunião que o Ministro teve com o Senador Eduardo Azeredo e a Senadora Marisa Serrano, inclusive pelas informações que eu tenho é de que as alterações foram feitas de comum acordo. Com exceção dessa de redução dos cargos para fazer o gerenciamento que é impossível um programa desta magnitude você praticamente quase que triplica os funcionários efetivos que vão dar conta de todo esse programa e ao invés de você manter, você piora muito a relação entre gestores comissionados com o quadro efetivo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu estou entendendo bem, a discussão está só no número de pessoas que serão contratadas? É isso? O Relatório da Senadora diminuindo o número de contratações é isso?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Wellington, os efetivos... Ela cortou os 30% dos DAss.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os cargos comissionados.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E quanto é o total que o Governo pede?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): 52.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Por favor, Sr. Presidente. Hoje está pedindo 410 de cargos para concursos efetivos. Acatamos os 410 para novas funções da CAPES., e pede 52 cargos comissionados. Segundo o que está na internet a CAPES tem hoje 39 cargos comissionados. E eles estão pedindo 52. Para duas novas diretorias. Para duas novas diretorias pressupõe-se para substituir 180 cargos terceirizados, 143 sem exercício, etc e tal. Isso eu concordei. 52 cargos comissionados, e eu estou propondo uma redução de 30% porque são só duas diretorias. Tendo em vista que hoje a CAPES tem 39, Sr. Presidente. Nós vamos dar quase que o dobro do que a CAPES tem hoje.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas Senadora Marisa Serrano, a CAPES hoje tem 130 efetivos. Vamos fazer. Eu tenho uma informação aqui que são 55 entre cargos e funções gratificadas. 55.

Então, é 55 para 130. Nós estamos... No Projeto está sendo proposto 52 para 410, Senador Wellington, eu acho que é absolutamente defensável.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, V.Ex^a não está entendendo. Não estamos aumentando para 410. Esses 410 são para substituir. Já tem. Substituir terceirizados. São 180 terceirizados que a CAPES tem hoje e que ela quer substituir. Eu acho justo. Porque por concurso público, pessoal mais qualificado--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Que vão estar dentro dos 410.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, não é novos, não.

[tumulto]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, Sr^a. Relatora, eu só queria saber o seguinte. Quanto é a discussão?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A discussão está em 52 solicitados no qual eu proponho uma redução de 30%...

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): De 52 para quantos?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): 52 para 36.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, na verdade, nós estamos discutindo 16 cargos. É isso? A nossa discussão...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Hoje a CAPES tem 39.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E administra 130 efetivos.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu estou criando 36 novos. Ela tem 39 para duas diretorias.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vai passar de 39 para...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, não.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mais 36.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então passa de 39 para mais 36. Ou seja, 74. E a sua proposta é que em vez de passar para 74, passe para 75.

[tumulto]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Quando a gente trata de educação [soa a campanha] pela magnitude e amplitude, aí tem que fazer economias às vezes em coisas... Vamos ver aqui os valores. DAS 4. Qual é o valor do DAS 4? É quatro mil e novecentos. De 13, a Senadora Marisa Serrano está baixando para nove. 13 para nove. DAS 3 que é mil e quinhentos, ela está baixando de 26 para 17. Um salário de mil e quinhentos. No DAS 2 ela está baixando de oito para seis, o DAS 2 é mil e trezentos. O DAS 1 é mil e cem.

Então, eu pergunto efetivamente se com a tarefa importante, relevante, que a CAPES vai assumir nesse momento, se nós temos que ficar fazendo esse tipo de economia, Senador Cristovam. Eu quero dizer que é afrontoso para com a educação para ter um bom gerenciamento, para ter um bom monitoramento do programa, inclusive, porque é para poder ter inclusive gerenciamento descentralizado que todos nós sabemos o quão importante é se nós vamos ficar não deixando andar ou inviabilizando um bom gerenciamento por causa de diferença de duzentos, trezentos, quinhentos reais em alguns cargos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli, antes de passar a palavra para o Senador Marconi, só uma pergunta. Essa redução de 13 para 9 é na proposta do Governo. Mas já tem quantos que vão continuar por que já existem?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Existe hoje 39 cargos DAS na CAPES.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Continuam?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Continuam os 39. O Governo, se for acatar o que o Governo está pedindo, além dos 39 serão mais 52 que vai dar 91.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E na sua proposta, em vez de 52, 36. Então vai passar de 39 para 75 na sua proposta. Na outra...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A discussão são 16. Deixa eu falar. Eu adquiri uma experiência, Sr. Presidente, se V.Exª me der a palavra...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Marconi Perillo havia pedido antes.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores. Nós estamos fazendo uma discussão equivocada aqui, Sr. Presidente. O sentido está equivocado. Essa Comissão está autorizando a contratação via concurso público de mais 410 funcionários para a CAPES. O que a Senadora Marisa está discutindo aqui, propondo redução, diz respeito a cargos políticos, Sr. Presidente. Nós estamos fazendo uma discussão hoje no Brasil em relação à qualidade do gasto público. Todos nós achamos que para o Brasil crescer é necessário reduzir o gasto corrente, o gasto público. E o que se propõe aqui é que efetivamente a CAPES seja beneficiada com mais servidores concursados, ou seja, que toda a população possa ter direito de acesso à CAPES através de concurso público e não através da porta do fundo.

Eu sugiro à Relatora Marisa Serrano e a essa Comissão que então proponha uma Subemenda, uma Emenda transformando esses cargos comissionados em cargos de nomeação via concurso público. E aí eu acho que a Comissão até poderá aprovar. Mas não aprovar uma proposta de aumento de 39 para 91 cargos comissionados, numa instituição que hoje conta apenas com 39 cargos comissionados. Eu não me oponho a votar a favor do aumento de efetivos para a CAPES. Acho que é importante. A CAPES presta um relevantíssimo serviço ao Brasil. Agora, o que se discute aqui é o mérito no momento que toda a população solicita do Poder Público em nível federal, em nível estadual, redução do gasto público.

Então, repito, se a Senadora Marisa Serrano mudar a orientação e colocar concurso, eu até me disponho a votar a favor da ampliação desse número a mais. Do contrário, acho que a Emenda dela é mais do que objetiva e na minha opinião uma Emenda até sensata e benevolente, eu diria, porque está concordando com o aumento de cargos comissionados apenas de propor uma redução.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ou seja, só para afirmar, essa diferença de 16, o senhor aceitaria aumentar naqueles

400 como cargo comissionado? Como cargo concursado?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concursado. É uma outra orientação. É um outro critério. Democrático, justo, para todos os brasileiros que efetivamente desejarem ingressar no serviço público pela porta da frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Seguindo ao discussão, Senador Wellington e depois a Senadora Fátima.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu parabeno até o Senador Marconi Perillo, porque eu sei a preocupação realmente com os gastos correntes do Governo. Agora, eu queria ler aqui, Sr. Presidente, que tem a ver com toda essa situação aqui, com todo esse debate que está acontecendo nesse momento, um memorando interno do MEC que diz o seguinte: Cancelamento de visitas in loco previstas para o mês de março. O que diz? Tendo em vista a determinação do Tribunal de Contas da União comunicamos o cancelamento das visitas in loco previstas para o mês de março de 2007. Isso quer dizer o seguinte, Sr. Senador, é o que o Governo criou um sistema de avaliação e começou a usar professores da universidade pública para fazer avaliação. Conseqüentemente quando o TCU viu isso, o TCU falou que estava errado porque ele não se pode sair da universidade para fazer uma avaliação e falou que não pode remunerar duas vezes o funcionário. Porque se ele está com dedicação exclusiva na universidade e sai dali para fazer uma avaliação numa instituição qualquer, seja ela pública ou privada, ele recebe por isso. Então nós estamos numa situação difícil. Qual é a situação? Nós vamos ter que parar a avaliação porque não temos uma condição de fazer avaliação. A mesma coisa vai acabar acontecendo com a CAPES. Se nós não colocarmos aqui, e aí eu vejo eu me lembro muito bem na minha separação na discussão da pensão, onde a juíza falou, olha, é 20, é 10, no meio termo não serve? Eu aceitei. Então eu acho que aqui a Senadora Ideli e a Senadora poderiam conversar um pouco de repente nós termos um meio termo. Para poder pelo menos dar uma--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Um aparte, Senador. Senador Wellington Salgado o que se discute aqui é questão de mérito. Não é a questão numérica. O Governo contratou, nomeou nos últimos anos mais de 30 mil cargos comissionados. Basta exonerar 16 e nomear para essa função. Não há necessidade de parar nada, de parar fiscalização nenhuma. Basta redirecionar cargos que já existem. Mais de 30 mil cargos comissionados foram criados. O que eu proponho aqui é que se democratize o acesso

a esses cargos. Oportunizando a todos os cidadãos brasileiros o direito de prestar o concurso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A Senadora Fátima havia pedido a palavra. Eu peço que conclua Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria dizer, Senador Governador Marconi Perillo, que esse ano está sendo o ano da educação. Nós estamos passando por uma série de acertos, o Ministério da Educação, inclusive eu queria parabenizar também o nosso Presidente que foi um homem que pegou a bandeira sozinho da educação no início, e agora nós já temos aqui o Governador de Minas Gerais criando a poupança para alunos e também o Governador Serra que vai dar incentivo e dinheiro para quem terminar o antigo segundo grau. Então essas mudanças que estão acontecendo são necessárias nesse momento.

Eu queria pedir com todo carinho que a ilustre Relatora, que é uma educadora que conhece bem, tentasse chegar a um acordo para que nós resolvêssemos isso hoje. Não tivesse o pedido de vista, porque inclusive vai trancar a pauta para a próxima. Eu queria aqui nesse momento a gente pudesse chegar ao meio termo. Acho que seria interessante. Mas deixássemos a CAPES caminhar, porque senão nós vamos parar, vamos discutir. Acho que está tudo já... O Ministro já esteve aqui, conversou, mostrou sinal de respeito pela Comissão, pela Relatora, não é isso, Sr. Presidente? Então poderíamos tentar nesse momento esperar numa próxima vez e acertar um número para dar prosseguimento a essas mudanças.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo para a Senadora Fátima dizendo que esse é um apelo que eu também faço, que a gente aprove hoje que aí na próxima terça-feira virá o Ministro aqui falar do PDE, e dia 4 termina o prazo para nós enviarmos o projeto. Então eu gostaria que a gente, hoje, aprovasse. Senadora Fátima e depois o Senador Mão Santa.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Cristovam, minha fala também vai nesse sentido. Eu estou entre os que querem aprovar esse Projeto hoje. Acredito que o trabalho da Relatora foi muito bom, uma vez que beneficia o Projeto quando acata a Emenda que versa sobre a Técnica Legislativa, ela aprimora o Projeto. Agora, eu entendo as preocupações com a gestão do Senador Marconi Perillo que aqui foram colocadas, mas o Senador como foi também gestor no Governo de Goiás, eu acredito que ele deva também considerar o fato de que na União foram tantos os buracos, Senador Marconi, no funcionalismo público nessa questão de termos gente realmente concursada

das, nós ficamos um grande período sem ter concurso público neste País.

Então, é muito difícil conseguir colocar todos os concursados, em todos os cargos só concursado. Eu queria que o senhor colaborasse com a gente para dizer como é que foi feito lá em Goiás. Quantos de servidores o senhor tinha concursado na sua gestão até pra gente...

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Na educação 18 mil concursados.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Quantos comissionados disso? Porque nessa relação que está aqui da CAPES hoje, nós temos 130 efetivos para 55 cargos e funções. Se não me engano, são cinco cargos de nível superior mesmo. O resto é função desses 55. E acredito que para a gestão não é uma questão de cargo político, é uma questão de gestão, de funcionalidade, de fazer acontecer de fato o que nós tanto queremos aqui e ansiamos que a universidade aberta, que é a qualificação e a capacitação melhor dos nossos profissionais da educação que estão de fato merecendo. Nós todo dia temos reclamações aqui nesta Comissão acerca da qualidade da educação. Nós não conseguiríamos fazer isso se a gente não tiver uma mudança de conceito, Senador, o que se faz na educação não é gasto, Senador Cristovam Buarque fala isso todo dia. É investimento. E neste caso, o investimento nestes cargos não é para a ocupação de cargos políticos meramente, Senador, é para garantir que a gestão seja efetivamente concretizada para que nós tenhamos qualidade cada dia melhor na educação brasileira. E é por isso que eu fico até agoniada, porque nós estamos correndo contra o tempo, a Senadora Marisa Serrano tem também a compreensão da urgência de aprovação desse Projeto, porque fica tudo paralisado a partir daí com relação à qualificação. Então acredito que o bom senso deva prevalecer nesse momento e nós consigamos achar o meio termo aqui proposto pelo Senador Wellington. Estamos todos dispostos ter que pedir vista. Cortaria o coração ter que pedir vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu tenho inscrito o Senador Mão Santa, o Senador Perillo, e eu gostaria da gente apressar porque há muitos outros itens e daqui a pouco alguns começam a sair. Hoje o Presidente da República oferece um almoço que eu sei que alguns devem estar convidados por conta da visita do Primeiro Ministro da Itália. Eu tenho um na CNI, a CNI está oferecendo almoço a Senadores. E eu gostaria que a gente tentasse apressar. Senador Mão Santa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente. Talvez porque isso possa resolver ou ajudar. A gente está em urgência constitucional.

Portanto, os prazos para Emendas já estão vencidos. Não podem ser mais apresentados Emendas.

Então, aqui infelizmente nós estamos no seguinte impasse. Ou é o corte dos 30% que a Senadora Marisa Serrano está apresentando no seu Relatório, ou é o texto original com o número de cargo original. Nós podemos até continuar debatendo, aprofundando, poderemos até chegar ao ponto de ter que pedir vistas se não tiver acordo para tentar ver se encontramos alguma alternativa, mas ou é como estava na Câmara ou é a posição da--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A senhora quer que com isso sugerir que a gente faça um destaque, ponha em votação? É essa a sugestão?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Olha, Sr. Presidente, eu até acho que dado ao clima e tal, talvez até fosse melhor a gente pedir vista de uma vez e tentar construir. Porque tem CMI e tal.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se pedir vista, vamos ter que fazer uma Sessão amanhã. Cada um tem outras Comissões...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu por que é que não acatamos então o artigo que obriga nesses casos fazer reunião conjunta das Comissões? Que isso também não vem sendo observado. Tem uma outra questão regimental que não vem sendo observado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas não vai valer para esse mais no caso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Claro que vale. Não teve deliberação ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas dia 4 termina.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu sei, Sr. Presidente, mas tem ainda a Comissão de Ciência e Tecnologia e CCJ. Então podemos fazer uma deliberação conjunta das três Comissões que é o que, aliás o regimento prevê. O regimento prevê isso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, pela ordem só para esclarecer um ponto de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pela ordem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V.Ex^a. me permite. No outro dia eu relatei um Projeto aqui na Comissão relacionado a Ciência e Tecnologia, e fui informado no decorrer da reunião de que na verdade não poderia acatar uma sugestão que o Senador Eduardo Azeredo havia feito porque não comportava mais aceitação de sugestões no decorrer do processo. Mas depois discutindo com outros Assessores e há uma interpretação meio duvidosa em relação ao tema, mas

as outras interpretações diziam que só o Relator é que pode como Emenda de Relator eventualmente fazer alguma modificação. Desde que isso fosse também votado. Então nesse sentido, apesar de ser urgência constitucional, o prazo de Emenda já terminou. Qualquer Senador não tem mais a possibilidade de fazer Emenda. Mas a Relatora neste caso, nesta interpretação dada, pode ela fazer, aceitar uma idéia e incorporar no Relatório a idéia que julgar adequada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu queria... Eu gostaria de dar outra sugestão aqui. Eu estou vendo que a Relatora, vamos chamar partido da oposição, estão zelando pelos gastos. E ao mesmo tempo pelo fato de evitar nomeações políticas. Vamos deixar que o Governo se preocupe com os gastos, além de que são investimentos com a educação, e por que é que a gente não faz um compromisso do Governo que esses 32 que eles querem serão nomeados entre...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A diferença, eu falo. 52. Que esses 52 sejam nomeados entre os concursados. Se a gente nomear entre os concursados, a preocupação do Senador resolve. E os gastos a Senadora não ia querer impedir o Presidente. É possível isso?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu peço a palavra, Sr. Presidente. Eu queria apenas, Sr. Presidente, concluindo aqui o encaminhamento...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só um detalhe. Na minha proposta não são os 52. Só a diferença, só os 16 seriam nomeados, pelo menos, claro, seriam nomeados entre os concursados. Não sei se vai poder colocar isso no papel ou se varia um compromisso que a Senadora Ideli assumiria com a gente.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: E se as pessoas já são da universidade pública, por exemplo? Já são concursado, já estão na universidade pública? E como é que fica?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E como fica, Senador Cristovam, o senhor que já foi Ministro, se dentre os efetivos tem alguém com o perfil para ocupar aquela função de gestor?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas apenas 30% que é o que ela reduz.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas aí vai vincular como? Aos concursados, aos...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Entre todos os concursado, ao invés de ser de fora. Seria isso. 30%...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Cristovam, eu considero isso, e quero deixar aqui explícito. Não tem preocupação com efetivamente gasto com a educação. Tem aqui uma guerra política de durante muito tempo ficaram com um comissionado para cada três efetivos, e agora numa aplicação inclusive de uma responsabilidade imensa, que a CAPES vai ter com a universidade aberta, não querem permitir que tenha uma correlação inclusive muito melhor... é isso que está em discussão.

[tumulto] [soa a campainha]

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): O Governo já faz isso. 70% dos cargos comissionados são entre os concursados. Já existe isso hoje no Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então a gente colocaria isso aqui.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu peço a palavra, porque eu fui citado duas vezes. Nós não estamos aqui para agredir colegas de Comissão e nem para sermos agredidos. A nossa posição é política, mas, sobretudo, ela tem, com relação com a questão do mérito. Está se aumentando de 36 para 91 o número de cargos comissionados. A Senadora Marisa Serrano propõe que sejam cortados 30% dos cargos de nomeação política, mesmo que sejam nomeados técnicos, mas o fato é que de livre nomeação do Presidente, esses cargos são chamados de nomeação política. A Senadora Marisa propõe que 30% desses novos cargos não sejam aprovados, eu gostaria de dizer a V.Ex^a. que concordo com os argumentos, com a preocupação da Senadora Fátima em relação a melhoria da qualidade de ensino em relação a importância da CAPES. Eu, eu concordo no mérito com que ela disse, não concordo em relação ao que ela diz em relação ao concurso do governo anterior, foram realizados dezenas de concursos e as carreiras típicas de Estado foram substancialmente fortalecidas durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Eu pretendo, inclusive trazer aqui na próxima reunião, Sr. Presidente informações mais detidas, mais minuciosas em relação a essa questão que é uma questão para ser discutida depois. Concordo que é fundamental votar e aprovar hoje essa matéria é de relevância para a pesquisa e desenvolvimento, para ciência e tecnologia, educação, nós estamos, eu estou absolutamente convencido disso. O que está se propondo é que a diferença proposta pela Senadora Marisa Serrano seja nomeada via livre, [soa a campainha] seja nomeada via concurso público de provas e títulos. São apenas 16, ela está sendo generosa e propondo 30% apenas de corte. O Governo ainda terá 75 cargos comissionados de nomeação política para serem nomeados. Acho que é possível sim,

Sr. Presidente, ter esse bom senso aqui, e bom senso indica que o Relatório da Senadora Marisa Serrano está absolutamente bem fundamentado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora, a Relatora tem prioridade.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria primeiro, Sr. Presidente, dizer a Senadora Ideli que não é afrontoso discutir questões relativas à educação. Há 40 anos que eu faço isso. E, portanto, eu não admito isso, e depois, Sr. Presidente, a situação tem que saber nessa Casa quando um relatório é feito com boas intenções, porque sabe da importância que é para o País ter um organismo que trabalhe bem a formação dos professores, porque dela depende e muito a qualidade do ensino neste País.

Portanto, me surpreende até, Sr. Presidente, de eu ver aqui nessa Comissão cercearem o direito de fazer um relatório que retro alimenta, que melhora, que cobre lacunas, Sr. Presidente. Não estava aí a educação especial, nem estava os jovens e adultos, cobrimos lacunas, colocando aí as universidades públicas e particulares para fazer parte desse grande esforço de formação nacional. Colocamos ainda abertura, Senadora Ideli para que o Conselho Técnico Científico possa ter até reuniões fechadas que não estava no projeto, que eu sei da importância que é às vezes discutir ações que não sejam de alçada da rede pública. Fizemos um relatório, Sr. Presidente melhorando, dando a oportunidade, então não foi afrontoso para a educação--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso foi reconhecido, Senador. A Senadora Ideli reconheceu.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E não foi questão também de dinheiro. Não foi questão financeira, porque 410 estão mantidos, eu se a nossa questão da oposição é fazer fiscalização sim, é uma função da oposição. E num Estado Democrático como o nosso é impossível querer passar por cima, absoluto de questões que são temáticas, nós estamos aqui discutindo, Sr. Presidente, são duas diretorias novas para CAPES, duas diretorias novas que hoje a CAPES tem em torno do efetivo, DAS, 39 que dá 8.2 percentual por cargo. Nós estamos dando 7.3 pessoas por cargo. Em vez de ter 8.2 a proporção diminui de 7.2. Então é um absurdo o que nós estamos dando, Sr. Presidente, 75 DAS para a CAPES. Isto é os 39 já existente mais 36 para duas diretorias, Sr. Presidente. É absurdo! É absurdo a gente pensar que o organismo como a CAPES não vai poder andar, porque não tem DAS. Tem muito, e dizer ao Senador Wellington o seguinte, que a fiscalização a ser feita nos Estados o trabalho que vai ser

feito não é feito pelo DAS, é feito pelos servidores e nós estamos dando 410 servidores. Acho certo isso, eu quero que a CAPES funcione, agora eu não posso admitir, Sr. Presidente, que se aceite fazer uma, extrapolar uma função, nesse caso de DAS completamente fora da realidade. Eu fiz as questões para duas diretorias, nós estamos dando 3 DAS 5, que é o cargo de diretor. Sr. Presidente, além dos dois diretores para as duas diretorias nós estamos dando um a mais, porque nós pediram dizendo que a CAPES precisa de um a mais. Aí sim são os diretores que eu vão comandar.

Sr. Presidente, era isso que queria colocar, dizer a Senadora Ideli que propugnamos por uma educação de qualidade por esse País, que a oposição sempre tem brigado por isso, vai continuar brigando por isso, apoiando aquilo que deve ser apoiado. Agora, não podemos compactuar com aquilo que extrapola a função dessa Casa e principalmente dessa Comissão.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa pediu a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Artigo 14, eu fui citado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou por ordem primeiro. O Senador Mão Santa pediu, eu sei que o artigo foi citado, mas eu queria fazer um apelo da gente resolver isso. É o primeiro item da pauta, temos mais 9 itens, e a minha sugestão que a gente faça um destaque e vote. Não vejo outra saída.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu peço a palavra pela ordem apenas por um minuto, Sr. Presidente. Para deixar claro que eu não considero que gasto com educação seja gasto supérfluo. Eu não considero que cortar despesa da educação significa cortar gastos corrente. Eu estou me referindo apenas em relação a cargo comissionado, cargo político. Todo o investimento em educação terá o meu apoio aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está muito claro. Senador Mão Santa eu queria pedir curto e grosso como se diz.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senador Cristovam, primeiro, antes do CAPES esse País teve o DASP do Getúlio Vargas para ver a seriedade da coisa pública, mas o que eu tenho que dizer é informações precisas, [soa a campainha] Roberto Jefferson no seu livro Nervos de Aço disse que o Presidente Lula tinha 25 mil cargos para a nomeação a bel-prazer partidaricamente. Perillo, Marconi diz que são 30 mil, então a sabedoria está no meio, vamos botar 27.500 entre a sua informação e a do... Mas, eu afirmo aqui que o

Bush, o todo poderoso Bush só tem 3 mil cargos de nomeações a bel-prazer dele. O Chirac só tem mil, Tony Blair só tem 6.

Então, nós temos que dar um freio nisso. Atualmente Pastori fez um artigo que realmente o Brasil cresceu, exportou, aumentou, mas o custeio, o gasto de serviço público triplicou ao ganho. Então nós temos que ser parcimonioso eu só reconheço como está na bíblia. Uma entrada à estreita a da vergonha no serviço público. É um concurso, no mais é política-gem barata.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria que o debate de custeio. O debate de cargos em geral--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Só queria colocar aqui que nós concordamos com o concurso e sempre lutamos por isso, inclusive passou 8 anos no País sem realização de concurso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não vamos entrar nesse debate político partidário, porque estamos desviando o assunto. Senadores, Senadora e Senador, eu vou pôr em votação o projeto...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O art. 14, dois minutinhos, curto e grosso...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Justifica nesse caso? Então curto e grosso como disse e vou pôr em votação depois.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente eu só queria dizer o seguinte, eu sou a favor do relatório da Senadora Marisa, o que eu quero dizer é que muitas coisas foram incluídas no acordo com o Governo. O que eu estou com medo, com medo não, com receio é que ao votar volte tudo como veio da Câmara. Nós vamos perder as inclusões e os acordos feitos entre V.Ex^a. e Ministro. Por isso que eu pediria um pouco de paciência, digamos assim, entendeu Senadora Marisa? Para que pudéssemos votar sem perder tudo que foi discutido que V.Ex^a. inclui com muito afinco.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não vai perder, não vai perder isso. Não perde. Não perderá. Eu vou pôr em votação em primeiro lugar o relatório Senadora Ideli.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Somente pela ordem também, antes de colocar em votação havia uma sugestão do Senador Marconi Perillo no sentido de transformar esses cargos em cargos concursados. Havia uma sugestão do Senador Marconi Perillo, também em transformar esses cargos, para não perder os cargos em cargos concursados, com que ele concordaria. Então, como? A diferença 12 cargos... Os

16 cargos ao invés de serem cargos comissionados serem cargos concursados.

Como foi feita esta sugestão e pergunta na Comissão eu gostaria de saber da Senadora Marisa se ela concordaria em acrescentar os 16 cargos em cargos concursados e não comissionados. Se isto haveria este espaço.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento, Senador. Vamos pôr ordem aqui.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Para a inclusão dos 16 cargos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só vale a pena consultar isso se a Senadora Ideli como Líder aceitar a idéia de que mantenha o mesmo número, mas aqueles 12 seria, 16, aquela diferença seriam concursados. Aumentaria 16 entre os concursados e reduziria 16 no número de cargos comissionados.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, Sr. Presidente, só o seguinte, olha. O Ministro fez um apelo aos relatores que projeto da CAPES pudesse ser votado rapidamente com a estrutura, com as condições. Porque assim, não é um projeto também que é da noite para o dia, isso aqui é um amadurecimento, debate etc e tal. Precisa ter uma estrutura que vai desde os operadores que são os 410 a mais e os gestores que são os 52, certo? Então é o seguinte, olha, se vai tirar dos gestores para colocar 16 a mais nos operadores, pode inviabilizar inclusive a operação dentro da lógica.

Então, é o seguinte, Presidente, a única coisa que daria de repente para aceitar seria que fica como gestor, fica como cargo comissionado desde que 16 desses cargos comissionados, eu quero entender isso, esses 16 teriam que ser obrigatoriamente escolhidos entre os concursados todos. Não para tirar de gestor, porque senão nós vamos inviabilizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Essa foi a sugestão que eu dei.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O que eu estou entendendo é que sai dos comissionados e vai para os operadores. De repente não resolve nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento. Senador Wellington, Senador Wellington vamos aproveitar a idéia que falou, falei aqui é que exatamente mantém-se os 16 com o compromisso de que eles seriam escolhidos entre concursados. Está bem assim, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu acho que desta forma, se ficar desta forma, seja vai ter 52 gestores.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso, vai ter 91 na verdade.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Além do que...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora, um momento a Senadora Marisa havia aceito essa sugestão um pouco atrás quando eu dei, manteria... Aí não pode aí é uma outra regra... Senador, por favor, Senador, por favor [soa a campainha]. Senador Marconi, vamos votar, Senador Marconi agora antes eu preciso da opinião da Senadora Relatora.

A idéia seria manter os 90, os 75, agora desses 16, pelo menos, na verdade não seriam quase todos, estou até de acordo, seriam escolhidos entre os cargos concursados. Eu pergunto, isso ficaria na proposta escrita na proposta, seria um compromisso do Governo ou não, a senhora aceita isso, por que se não aceitar não pode?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Claro, Sr. Presidente, antes de dar a resposta eu queria só fazer uma colocação que a proposta de mudança da CAPES é tão importante, nós estamos mudando um órgão do País que tem uma tradição de seriedade de trabalho e estamos colocando quase o triplo do seu pessoal, quer dizer vai dar uma mexida geral na CAPES--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A senhora falou isso.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --E eu me lembro da EMBRAPA com é que foi essa mexida e quanto prejudicou os que lá trabalhavam que faziam com seriedade pesquisa na área da agricultura e pecuária. Eu fico imaginando que isso é tão importante, e nós não tivemos tempo aqui nem de discutir, nem um item, como é que fica a SESU, como fica a Secretaria de Educação Básica, que eram questões que sempre nos preocupam, mas para que não haja possibilidade de dizerem que nós estamos contra qualquer proposta que venha até possibilidade de ajudar a educação, nós trabalhamos para votar, arrumar o máximo possível para que tivesse condições de votar a favor.

Eu esperava que pelo menos a situação que viesse aqui em foco, aquilo que é o cerne, aquilo que é principal, Presidente, o principal é uma proposta inovadora que o Executivo está mandando criando uma nova instituição nacional. Eu acho que o foco está errado da discussão, eu achava que o Governo tinha que discutir o que é essencial.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas Senadora, não vamos discutir...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Sim, mas eu quero fazer essa ressalva, Sr. Presidente, eu tenho direito de fazê-la, para chegar ao cerne da questão. Nós podemos aqui fazer o destaque e podemos acatar essa proposta, eu acato a proposta só quero dizer--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senadora Marisa, permite um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, um momento, vamos por partes, Senador.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --que nós estamos aumentando de 410, nós vamos aumentar mais 16 funcionários.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim, já vimos tudo isso. Eu pergunto, essa proposta--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero deixar isso muito claro para todos que fossem votar que vamos aumentar mais 16 concursados desde que seja inscrito e apostado na lei e seja votado pelos pares, nenhum problema, eu acato isso com uma boa vontade eu quero deixar isso muito claro da situação para o Governo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senadora Marisa, permite um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro, a ordem a presidência quer esclarecer um pouco. Fecharíamos dizendo que pelos menos 16 de todos os 16, 91 que serão, eu sinceramente acho até pouco, mas de qualquer maneira para evitar o problema esses 16 seriam nomeados entre os concursados, não é isso? E a senhora colocaria isso no seu relatório.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Colocaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tá bom assim, Ideli?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, então só para que a gente saiba o que estamos votando...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se não chegar a isso eu vou pôr em votação com o destaque. O que estamos votando aqui é a relatório da Senadora Marisa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só que o Artigo 3º ficaria com a seguinte redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Atenção, gente, vamos ouvir a redação diga aí para ver se a gente aceita.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senadora Marisa, vamos ver se nós temos acordo na redação. A redação do art. 3º fica igual ao projeto original, fi-

cam criados no âmbito do Poder Executivo para fins de estruturação das CAPES os seguintes cargos em Comissão do grupo de direção e assessoramento DAS: 3 DAS5, 13 DAS4, 26 DAS 3, 8 DAS2 e 2 DSA1. Os cargos que trata este artigo no texto original diz: Não poderão ser providos antes de 1º de janeiro de 2007 respeitado em qualquer hipótese o disposto no art. 5º dessa lei e... Eu estou propondo, apenas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É uma proposta que ela está fazendo. Senadora Ideli, conclua, por favor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Desses cargos, e destes cargos 16 serão escolhidos entre os efetivos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, Senador, não está tendo mais espaço, o senhor chegou agora, ela leu um relatório imenso e muito bem feito, depois todos estão falando, salvo o Senador Flexa, que eu não passei ainda, ela não está tendo mais tempo do que ninguém.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É uma avaliação minha, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tá bom.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Posso então terminar?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pode. Senadora Ideli. É importante a Senadora Marisa prestar atenção, porque ela que vai dizer se aceita ou não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): No Parágrafo Único a Senadora Marisa Serrano havia colocado assim: Os cargos de que trata esse artigo serão ocupados preferencialmente por servidores efetivos da CAPES, respeitado quando os provimentos e qualquer hipótese o disposto no art. 5º dessa lei. Aqui é no Parágrafo Único que nós teríamos que dizer que 16 destes cargos serão providos entre efetivos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Necessariamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por que 16 a mais? Não, querido. É por isso que eu estou dizendo que não podemos pegar o texto da Senadora Marisa Serrano tem que pegar o original que era os 52 e dizer que naquele 52, 16 serão efetivos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas é ela que vai colocar no relatório dela. É ela. Se ela não quiser colocar não entra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Cristovam, a gente tem que ter clareza do que é que vai votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso. Estou de acordo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Qual foi o acordo que propusemos a e a Senadora Marisa concordou? Continua 52, certo? Destes 52, 16 serão escolhidos obrigatoriamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu colocaria pelo menos 16, porque pode ser muito mais do que 16.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, a relação do nosso Governo é maior do que essa. Mas então...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está de acordo. Eu passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. Pode falar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu lhe agradeço, Sr. Presidente. Eu queria parabenizar a Senadora Marisa Serrano pelo projeto, pelo relatório que ela fez desse projeto que eu reputo da maior importância. Tudo que leve a fortalecer e a melhorar a qualidade da educação, principalmente esse aqui que fala em educação básica, eu acho que deve ter o apoio de todos nós. E a proposta Senadora Marisa e Senador Marconi que fez a observação... [soa a campanha] Senadora Marisa, eu queria propor a V.Exª. já que a Senadora Ideli está tão condescendente e acessível e flexível com essa proposta para que possamos votar, que se prestigie a carreira do servidor concursado, que eu acho que é por aí que nós vamos fortalecer a educação, não é trazendo de fora, não é trazendo de fora para livre provimento pessoas que, às vezes nem ligação com a educação tem, só para atender questão política.

Então, eu proporia para que nós pudéssemos fazer os 52 cargos em Comissão [soa a campanha] que tenham que ser concursados, que sejam da carreira profissional de Magistério.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, eu proponho, aqui já chegou o acordo. Agora a sua idéia, eu proponho um Projeto de Lei seu, que eu assinaria inclusive de que todos sejam concursados e Brasília vai agradecer muito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu farei. Agora eu queria pedir a Senadora Marisa, em qualquer Governo, evidente. Senadora Marisa, vamos fazer então pelo menos 50% de 16.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já chegamos ao acordo a CAPES está precisando disso, não tem como adiar a votação, vou pôr em votação o parecer. [soa a campanha]. [tumulto] Vou pôr em votação sem qualquer ressalva o parecer da Senadora. Dentro do acordo que foi fe-

chado. Precisa ler ainda ou não? Precisa? Muito bem. Senadora, por favor... Por favor, leia.

[soa a campanha]

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Gostaria de ler aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli, Senadora Fátima, gostaria de que ouvíssemos como ficou a redação.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): § Único, dos cargos de que trata esse artigo serão ocupados... Dos cargos que trata esse artigo 16 serão ocupados obrigatoriamente por servidores efetivos da CAPES respeitado quanto aos demais provimentos em qualquer hipótese o dispositivo do art. 5º dessa lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só acrescentaria pelo menos 16, porque se for 16 não pode colocar mais. Tá bom Senadora Ideli de acordo, fechamos? Vamos votar. Não é terminativo, não é? Os que não forem, os que forem a favor permaneçam como se encontram para aprovarmos o substitutivo da Senadora Marisa com essa modificação que ela fez agora. Está aprovado. Parabênz o debate que sempre é positivo. [palmas]

Vamos ao Item 02, a uma da tarde. Senador, Jonas.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Aproveitando o bom número de presença nós estamos com o Item 03, eu sou Relator, e...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadores, eu gostaria que ficassem... Já aceitei, vamos pôr em votação o Item 03 e o Item 04 que são terminativos. Ah, o Relator não está aí. Então, o Item 3, Projeto de Lei...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só queria fazer um apelo que a gente vote o Item 2.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sem dúvida. [soa a campanha]. Senadores, desde que eu fui Presidente de Diretório Acadêmico não via uma reunião tão conturbada.

Eu vou pôr em votação o Projeto de Lei 055 que institui o Dia de Santo Antônio de Santana Galvão a ser comemorado dia 11 de maio. Autoria Senador Francisco Dornelles, Relator Jonas Pinheiro a quem eu passo a palavra, pedindo que seja o mais breve possível, porque esse eu tenho certeza que não vai dar tanto problema. Peço silêncio, Senador.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, senhoras e senhores Senadores, o Senador Francisco Dornelles conseguiu captar muito bem, Sr. Presidente, a voz das ruas, porque o dia 11, o Brasil vai parar para presenciar o nosso Papa que estará no Brasil e dia 11 estará canonizando o Frei Galvão que

todos já, conhecem, todos já sabem, todos já leram a respeito dele, ouviram e assistiram.

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Jonas, um momento. Eu quero primeiro pedir silêncio das pessoas que estão lá fora e também que estão na galeria e também dos Senadores. Nós estamos votando a criação dia em nome de um santo não podemos nos comportar pecaminosamente como estamos por desrespeitar ao Senador Jonas Pinheiro. Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Pois bem eu estava dizendo, que o Senador Francisco Dornelles foi muito feliz em atender as reivindicações dos brasileiros. Dia 11, portanto, o Brasil vai parar com a presença do Papa e com a canonização do Frei Galvão. As justificativas trazidas pelo Senador Dornelles convence a qualquer brasileiro que seja cristão de qualquer religião. O que ele propõe a mais é que o dia 11, apenas de 2007 seja considerado um dia de feriado nacional para que todo o Brasil, todo o brasileiro esteja atento, esteja atento ao movimento do Papa e a canonização do Frei Galvão. Portanto resumidamente é isso, e eu como Relator peço o apoio desta Comissão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou pôr em votação está em discussão, não havendo nenhuma discussão vou pôr em votação. Senador Flávio Arns? Não está mais, Senador Flávio Arns, sim, Senadora Fátima Cleide.

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, Sr. Presidente,.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ideli Salvatti, sim, Renato Casagrande não está, Sérgio Zambiasi, sim, Wellington Salgado, sim, Gilvam Borges, sim, Mão Santa, sim, Marco Maciel, sim, Raimundo Colombo, sim, Marconi Perillo, sim, Marisa Serrano, Papaléo Paes e Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Francisco Dornelles que é o autor do projeto, Jonas Pinheiro que é o Relator voto conhecido, Romeu Tuma,.

SENADOR ROMEU TUMA (PT-SP): Sim. Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Cícero Lucena. Esqueci algum? Não. Está aprovado por unanimidade e parabenizo ao autor e ao Relator.

Item número 5 também terminativo e preço a presença e a atenção dos Senadores. Senador Mão Santa, por favor. Projeto que autoriza o Poder Executivo a criar Escola Técnica Federal Industrial de Laranjal do Jarí, de autoria do Senador José Sarney e é Relator Gilvam Borges. Passo a palavra ao Senador Gilvam Borges. Está chegando.

Observação, serão realizadas duas votações nominais. Uma para o projeto e outra para a Emenda. A matéria constou da pauta da reunião do dia 20 de 3. Senador Gilvam.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Vamos ao voto, ao voto. O funcionamento, Sr. Presidente da Escola Técnica Federal Industrial de Laranjal, do Jarí, inclusive sobre o processo que expõe em votação, lotar na Escola Técnica Federal Industrial quadro de pessoal e obras de entidade de administração federação direta autárquica e funcional aqueles que se fizerem necessário o funcionamento--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, o microfone, por favor.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Distribuiu cargos efetivos ocupados para a Escola Técnica Federal... Por isso, Sr. Presidente o nosso voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ponho em votação. Em discussão. Não havendo discussão ponho em votação, parabenizando o Senador Gilvam Borges pela brevidade. Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, sim, Wellington Salgado, sim, Gilvam Borges o Relator, Senador Mão Santa, sim, Marco Maciel, sim, Raimundo Colombo, Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, sim, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Romeu Tuma, Cícero Lucena. Aprovado por unanimidade.

Eu gostaria... O Senador Papaléo está? Quer discutir o seu pedido oral de reclamação pela maneira, eu peço desculpas pela maneira, se não lhe agradou, mas

de fato eu não estava privilegiando nenhum Senador nem Senadora, mas podemos pôr em votação e ...

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não precisa colocar em votação, mas quando eu me referi a Senadora Marisa, foi uma referência fora de microfone e pessoal. Não quis envolver a Senadora Ideli ela como Relatora e do meu partido eu estava preocupado com a evolução das negociações. E pergunto para ela, senhora ou a Ideli é a Relatora. Perguntei ironicamente, porque eu estava presente na reunião desde quase o início da reunião, então nessa pergunta irônica V.Exª. interferiu, e não foi nada dirigido a V.Exª.. Por isso me senti constrangido sim e não me senti bem, por isso a minha reclamação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer aqui de público que eu reclamei, porque eu senti com uma crítica a presidência de estar privilegiando uma Senadora em detrimento de outra que não havia.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): De forma alguma. A minha referência foi pessoal a Senadora Marisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, está explicado, assunto encerrado, mas eu não podia deixar passar naquele momento o que parecia uma crítica que eu entendi como tal. Mas já que não foi, está tudo resolvido.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Fora do microfone, não foi uma crítica a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas é que eu estando perto ouvi. Não vi a luzinha verde, mas está resolvido de minha parte. O senhor está satisfeito?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu estava analisando uma diferença, não... A diferença de tempo entre as duas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Vamos para Item número 1, não terminativo.

2 está aqui o Relator Sérgio Zambiasi, altera o § 9º do art. 28 para permitir que o custeio da educação superior dos empregados possa ser abatido na base de incidência da contribuição para o regime geral da previdência social. Senador Sérgio Zambiasi autor, Senador Paulo Paim, Relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, vamos ao relatório. O Projeto de Lei do Senado nº 313/2006 é de iniciativa do nobre Senador Sérgio Zambiasi, ele altera a alínea D do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, que trata da organização da Seguridade Social, institui o seu plano de custeio e dá outras providências. A alteração proposta pelo único artigo do projeto, destina-se a am-

pliar o âmbito da aplicabilidade do dispositivo previsto na Lei 8.212/91 relativo a margem de abatimento dos recolhimentos previdenciários no tocante ao custeio da educação. Hoje a legislação já estabelece que não integra o salário de contribuição, o valor relativo à plano educacional que visa educação básica e a cursos de capacitação e qualificação profissionais vinculados as atividades desenvolvidas pela empresa, desde que não seja utilizado em substituição de parcela salarial e que todos os empregados e dirigentes tenham acesso ao mesmo.

A modificação proposta pelo projeto substitui a expressão “educação básica”, que nos termos do art. 21 da lei de Diretrizes e Bases de Educação, LDB, compreende a educação infantil e o ensino fundamental, o ensino médio, por “educação escolar”, incluindo também a educação superior.

No prazo regimental, Sr. Presidente, não foram apresentadas emendas à matéria. Após a análise dessa Comissão o PLS 313/2006, será ainda apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais onde lá sim terá a decisão terminativa.

Análise: A modificação sugerida pelo projeto coaduna-se com o disposto no § 2º do art. 458 da CLT, que já dispõe sobre a exclusão do salário dos valores pagos ou fornecidos a título de educação ao veto.

Art. 458, § 2º, para os efeitos previstos nesse artigo não serão considerados como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador;

2) educação e estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros compreendendo os valores relativos à matrícula, mensalidade, anualidade livros e material didático, incluído pela Lei 10.243 de 19 de 2001. Da mesma forma a Constituição Federal já estabelece no art. 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

A carta ressalta ainda como objetivo da educação a qualificação do indivíduo para o trabalho.

Assim, dar ao empregado a oportunidade de frequentar o ensino superior graças ao que propõe o projeto em análise está de acordo com os objetivos do Estado Brasileiro naquilo que tange a expansão desse nível de ensino. É provável ademais com pacto econômico da proposta sobre o sistema da seguridade social não seja relevante, considerando-se como o parâmetro corpos da CLT.

Por fim deve-se ressaltar que além de sua relevância educacional, o PLS 313 do Senador Zambiasi, de 2006, observa os preceitos de jurisdição e de constitucionalidade, cabe apenas observar que no tocante a técnica legislativa, o projeto demanda correção

para permitir o acréscimo de um artigo, art. 2º, relativo a vigência, sem ao qual tornaria-se injurídico.

Em vista do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, número 313, repito do Senador Zambiasi de 2006 com a seguinte Emenda.

A Emenda diz, Sr. Presidente, que eu achei o projeto tão importante, eu não mexo em nada, não altero mérito, só digo que essa lei deva entrar em vigor imediatamente. Ou seja, na data da sua publicação.

Era esse o relatório, Sr. Presidente, parabéns ao Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Para discutir.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria parabenizar o Senador Sérgio Zambiasi por essa questão e com certeza não vai criar praticamente, impor sobre alguma vantagem que as empresas venham dar aos seus funcionários que possam estudar. Muito bem colocada eu acho que esse ano vai ser o ano da educação, Sr. Presidente, com tudo que vem acontecendo nessa Comissão, acontecendo no Governo e com certeza novos projetos com os objetivos desse projeto do Senador Zambiasi, aqui relatado pelo Senador Paim, que é um projeto importantíssimo para as pessoas que procuram estudar e as empresas que tendem a dar auxílio aos seus funcionários, para que possam melhorar o que a gente chama de educação continuada, ou educação até mesmo para que melhore a empresa na qual o estudante ou o funcionário trabalha. Está de parabéns Senador Sérgio Zambiasi, Senador Paim, essa dupla do Rio Grande do Sul, uma dupla que está sempre junta e sempre apresentando projetos muito bons. Parabéns aos dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ponho em discussão, aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão, está aprovado.

Tem mais um ponto simbólico e o requerimento eu soube do Senador Wellington.

O ponto simbólico é em relação ao projeto relatado pelo Senador Gilvam Borges é se as emendas, se todas as emendas são mantidas os seus votos. Aprovado todas as Emenda.

Senador Wellington tem um requerimento?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, eu queria sugerir um requerimento que passarei a Mesa, propondo um plano de desenvolvimento da educação através de um ciclo de Audiências Públicas com Governadores, Ministros

e outras autoridades civis, para que nós possamos encaminhar esse chamado PAC da Educação, sugestões dessa Casa, onde eu pediria que esse requerimento fosse assinado por todos os membros dessa Comissão. É esse o meu requerimento, Sr. Presidente se V.Ex^a. concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Concordo primeiro de ser o segundo a assinar com muito prazer, sugiro o Senador Paim e ponho em discussão. Não havendo quem queira discutir, ponho em votação, está aprovado. E vamos trabalhar juntos para organizar o ciclo durante todo esse semestre.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É uma honra participar dessa Comissão com um homem que sempre acreditou em educação e tem agora feito as caminhadas pela educação. Eu tenho acompanhado... Espero em algum momento, se V.Ex^a. me convidar, gostaria de caminhar com V.Ex^a. em algum Estado, Goiânia aqui perto, Goiás ou em Brasília, ou em Minas Gerais que é o Estado que eu represento, terei o maior prazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está convidado, Curitiba no dia 2, Belo Horizonte no dia 27, vamos aproveitar e fazer um em Uberlândia.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Uma caminhada pela educação, já.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E uma lá no meu Rio Grande. Quero lhe levar lá para debater esse tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Vamos organizar. Está pedido, pronto.

Bem, está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h15

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia três de abril de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Wellington

Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Geraldo Mesquita, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Magno Malta, Leomar Quintanilha, Valter Pereira, Neuto De Conto, Adelmir Santana, José Agripino e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, João Ribeiro, Gilvam Borges, Garibaldi Alves Filho, Paulo Duque, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo, Papaléo Paes e Mão Santa, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, registra a presença, para acompanhar a audiência pública, dos Senhores Senadores Arthur Virgílio (PSDB/AM) e Eduardo Suplicy (PT/SP) não membros da Comissão; do Suplente do Senador Álvaro Dias, Senhor Wilson Mattos (PSDB/PR), e o Senhor José Henrique Paim, Secretário Executivo do Ministério da Educação - MEC. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 06-CE, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, que tem como finalidade discutir o Plano de Desenvolvimento da Educação. Comparece à Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Renato Casagrande, autor do Requerimento, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Fátima Cleide, Marconi Perillo, Wellington Salgado de Oliveira, Paulo Paim, Adelmir Santana, Geraldo Mesquita Júnior, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy e Rosalba Ciarlini. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às quatorze horas e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação.

10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Havendo número regimental declarado aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado a Ata.

Como é do conhecimento dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, a presente reunião atende a Requerimento aprovado de autoria do Senador Renato Casagrande, para realização desta audiência pública com objetivo de discutir o Plano de Desenvolvimento da Educação.

Dando início à Audiência Pública, gostaria de solicitar ao Senador Casagrande e ao Senador Marco Maciel, se possível, como ex-Ministro, para convidarem o Ministro que está na sala nossa para que ele venha tomar assento à Mesa.

Gostaria de chamar o Secretário Paim, Secretário-Executivo do MEC para sentar conosco. Nós optamos por dar início a essa Sessão mesmo sabendo que alguns Senadores chegarão depois, porque estão envolvidos em outras Comissões, e outros certamente só chegarão à tarde talvez por causa do apagão aéreo. Que no meu caso, quero dizer, aconteceu o contrário. Saiu exatamente na hora, de Curitiba, hoje de manhã e chegou exatamente na hora. Mais rigoroso do que em qualquer outro momento para compensar às quatro horas de sexta-feira no aeroporto de Brasília e finalmente o cancelamento do voo.

Mas, Ministro, nós estamos aqui por uma sugestão do Senador Casagrande, com o objetivo de ouvirmos o programa que tem tido todo apoio nosso no sentido de que é um bom início e um bom marco. Houve inclusive aqui nessa Comissão um voto de aplausos ao senhor e ao Presidente Lula. O voto de aplauso que eu sugeri e que foi feito por unanimidade de todos os presentes naquele momento. E nós então, com todo o interesse de conhecermos os detalhes do programa para podermos dar sugestões e facilitarmos tudo que depender dessa Comissão no momento oportuno de aprovação.

Eu peço desculpas que temos poucos Senadores ainda, mas eu creio que a gente não pode perder

a oportunidade de sua presença, mas vale fazer com um número reduzido, a TV transmite, repercute, e o senhor terá aqui alguns soldados para as boas causas. Preferi assim do que pedir desculpas ao senhor e cancelar. E sei que o senhor me falou há pouco que não está um dia muito bem de saúde. De repente o debate vai lhe animar ainda mais e vai fazer com que o senhor se sinta bem.

Eu lhe passo a palavra, a praxe aqui é 30 minutos, mas se o senhor quiser menos será menos, e se quiser mais eu não cortarei a sua palavra.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Muito bom dia a todos. Eu gostaria de em primeiro lugar, agradecer o Senador Casagrande pelo convite, agradecer o Presidente Cristovam Buarque da Comissão de Educação do Senado, por mais essa oportunidade de debatermos tema tão importante para o País quanto a educação. Senadores presentes, gostaria de prestar homenagem especial ao também ex-Ministro da educação, Senador Marco Maciel, pela presença, pela oportunidade do debate. E demais autoridades presentes, senhoras e senhores... Nós estamos nesse momento no mês de abril, nós estamos discutindo no âmbito da Casa Civil as medidas que serão remetidas ao Congresso Nacional para que o Congresso possa aperfeiçoar aquilo que já venha sendo feito no âmbito do Executivo por meio de não só da Audiência Pública, que foi realizada no Palácio do Planalto com a presença do Presidente Lula, mas também as várias sugestões que estão sendo encaminhadas por esses educadores que estão servindo de multiplicadores do que ouviram sobre as linhas gerais do Plano de Desenvolvimento da Educação por meio da internet, por meio de um e-mail que foi criado, especificamente, PDE@MEC.GOV.BR que é um e-mail que está recebendo sugestões ainda sobre as diretrizes. É óbvio que ainda haverá etapas ainda a cumprir no que diz respeito às minutas de Projeto de Lei, de regulamentação e de portarias interministeriais que também estão sendo preparadas, e eu acredito... Disse isso na Câmara e reitero aqui no Senado que eu imagino que até 15 de abril nós estejamos com todos os atos normativos preparados para a divulgação, bastando que o Presidente da República autorize a veiculação dos atos para que eles possam ser aprimorados, o que certamente ocorrerá quando chegarem no caso dos Projetos de Lei, quando chegarem ao Congresso Nacional.

Eu gostaria, antes de fazer referência às ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação, são mais de 20 ações que vão desde de um programa de construção de creches que considera a baixa capacidade de investimento dos Municípios em ampliar a capacidade de atendimento, até programas voltados

para o pós-doutorado para que talentos brasileiros formados nas nossas universidades ou em universidades estrangeiras, mas que queiram permanecer no País tenham condições de permanência asseguradas mesmo que concursos ainda não estejam abertos, como acontece rotineiramente, muitas vezes alguém obtém o título de doutor, e só dali a seis meses, dali a um ano vai ter uma oportunidade no seu Estado de prestar um concurso público ou de ingressar mesmo numa instituição particular, manter esses talentos em território nacional para que não assistamos a contínua migração de cérebros brasileiros bem formados para outros Países.

Então o programa é muito amplo, eu citei dois exemplos que vai dar creche à pós-graduação para fazer referência ao conjunto de ações, mas antes de entrar no detalhamento de algumas ações previstas, eu gostaria de falar do conceito norteador do Projeto como um todo. Em primeiro lugar, nós reiteramos o que nós chamamos de visão sistêmica da educação. Nós entendemos que a divisão da educação em níveis básica e superior em etapas, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, em modalidades, educação profissional, educação especial, educação à distância, isso não pode servir de pretexto para uma visão fragmentada da educação. A nossa idéia é de que o ciclo educacional é um todo coeso, são elos de uma cadeia que devem se reforçar mutuamente, e que portanto os educadores têm que insistir na tese de que é um todo harmônico que precisa ser fortalecido, apoiado, e que as condições para que as etapas e níveis se reforcem precisam estar garantidas. Então isso em primeiro lugar.

Em segundo lugar, o plano, ele é, sobretudo, um plano de gestão educacional. Ele é uma mudança de mentalidade em relação à gestão educacional. Por que é que eu digo isso? Nós criamos no âmbito do INEP, que é o nosso Instituto de Pesquisas, um indicador que estabelece uma espécie de métrica da qualidade da educação. Como esse educador se constitui? Ele se constitui de duas variáveis. A primeira delas é o desempenho dos alunos de quarta, oitava série e terceira série do ensino médio na Prova Brasil. Ou seja, os alunos estão aprendendo em idade própria? Quanto estão aprendendo? Quanto não estão aprendendo? Qual é a realidade concreta, radiografia concreta de todas as escolas públicas do País? Uma a uma, de todos os sistemas educacionais, municipais e estaduais um a um, de maneira que nós tivéssemos uma radiografia completa do que se passa em cada estabelecimento de ensino. Isso foi feito em 2005, os dados foram divulgados em 2006, e nós estamos trabalhando sobre essa riquíssima base de dados nesse momento.

Uma segunda variável que compõe esse indicador vem a ser justamente os indicadores de fluxo escolar. Porque de nada nos vale, os alunos da quarta série terem um bom desempenho na Prova Brasil se a retenção dos alunos na série imediatamente anteriores for dramático como é o caso em muitas escolas, em muitos sistemas. Suponha que a repetência ou o abandono escolar na primeira, na segunda série do ensino fundamental seja enorme. O eventual bom desempenho dos alunos da quarta não vai refletir a qualidade do ensino. Porque aquele bom desempenho na quarta pode estar mascarando um baixo regimento escolar no que diz respeito a fluxo escolar. Então, nós temos que promover os alunos de ano para ano, de série para série, mas nós temos que garantir que essa promoção esteja acompanhada de aprendizado. Porque a criança vai à escola para aprender, antes de mais nada. Tudo mais é muito importante. A convivência, a merenda, a socialização... Mas, ela vai, sobretudo, para aprender. Porque é o aprendizado que vai emancipá-la, antes de mais nada.

Então, a combinação de rendimento e desempenho escolar, em outras palavras, fluxo e resultado nos exames de avaliação, esta combinação gerou o que nós estamos chamando de Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Chamado IDEB. Este IDEB tem uma com escala muito simples de similar, ele vai de zero a dez, nós vamos estabelecer uma meta para o País atingir em 2021 com resultados divulgados em 2022, que é o bicentenário da nossa independência, e nós entendemos que além da meta final, 2021, 2022, nós temos que ter metas parciais a cada dois anos para efeito de acompanhamento e monitoramento da qualidade do ensino em todo o País.

Então, o IDEB será brevemente divulgado para todos os sistemas de ensino, estaduais e municipais, e para todas as escolas públicas urbanas, onde a Prova Brasil foi aplicada. Haverá também o IDEB das escolas rurais, das escolas federais, e assim por diante. Cada indicador de cada sistema vai vir acompanhado de metas bianuais até aquela data de 2021. E o que nós percebemos, há problemas, por exemplo, de sistemas municipais que não têm o IDEB ou porque não fizeram a Prova Brasil ou porque não têm os quatro anos iniciais do ensino fundamental. Existem casos. Nós vamos usar como alternativa o IDEB do Município, ou seja, levando em consideração as escolas estaduais naquele Município específico. E para aqueles com Municípios que não têm nem uma coisa nem outra, nós vamos levar em consideração a taxa de analfabetismo de crianças de 10 a 15 anos.

Então nós temos aí um conjunto de indicadores que vão dar sustentação à ação do Ministério da Educação a partir de agora.

Muito bem. Do cruzamento dos dados, o que é que nós podemos inferir? Vocês sabem, Srs. Senadores, Sr^a. Senadora, que o Ministério da Educação tem dois tipos de repasses para Estados e Municípios. Tem repasses de natureza obrigatória, o per capita da merenda escolar, o per capita do transporte escolar, o livro didático para todos os alunos do ensino fundamental num primeiro momento, agora para o ensino médio e assim por diante. Mas, há repasses crescentes que são de natureza voluntária. São as chamadas transferências voluntárias da União. Para a nossa perplexidade, se nós combinarmos, Senador, os repasses que foram feitos nos últimos 20 anos do FNDE e fizermos um cruzamento com o IDEB, o que nós vamos verificar é algo que deve nos preocupar muito, que é o fato de que os Municípios com piores indicadores de qualidade jamais receberam transferência voluntária da União. E não é por culpa de quem quer que seja, é porque esses Municípios, em geral, têm tamanha dificuldade técnica, tamanha dificuldade financeira que ele sequer conseguem se organizar para atender as resoluções do FNDE, que são anuais. Então esses Municípios não é que não foram atendidos porque houve má vontade dos dirigentes do Ministério da Educação por décadas. É porque esses Municípios sequer apresentaram projetos para o Ministério da Educação. E se houve equívocos no passado e que precisam ser corrigidos imediatamente, é justamente o equívoco de não perceber a extrema fragilidade desses Municípios. E perceber que se esses Municípios não vêm ao Ministério da Educação, é o Ministério da Educação que tem que ir a esses Municípios. Esse é o drama que o País vive hoje. Quem mais precisa não tem sequer a capacidade de demandar ajuda. Esse indicador passará a nortear as transferências voluntárias do Ministério da Educação. E nós fizemos publicar no último domingo, anteontem, um edital em parceria com a UNESCO para a contratação inicial de 80 técnicos de alto nível que vão compor uma espécie de força tarefa do Ministério da Educação. Uma força tarefa que vai ser capacitada para se apropriar de toda a tecnologia educacional disponível no País, isto vale para a tecnologia educacional desenvolvida no Ministério da Educação, mas vale também para a tecnologia educacional que será pré-selecionada pelo Ministério da Educação, mediante também edital, e à maneira que nós temos um guia do livro didático, nós teremos um guia de tecnologia da educação para correção de várias deficiências apontadas nos estudos de campo que foram feitos. Vários estudos indicam problemas na seleção de diretores,

na formação de professores, na correção de fluxo, no atendimento às famílias, no acompanhamento da evasão. Há um sem número de problemas nas nossas escolas. Mas para cada um desses problemas haverá um conjunto de tecnologias educacionais à disposição destes Municípios e dos Estados mais necessitados. Esta equipe técnica formada especificamente para esse fim, sai de Brasília, porque não é aqui que esses Municípios precisam ser atendidos. É in loco. E vão aos Estados, evidentemente depois de uma mobilização prévia que será levada a cabo pelos próprios dirigentes do Ministério, secretários... Secretário Executivo, o próprio Ministro. Nós vamos fazer uma espécie de caravana pelo País divulgando as ações do PDE, e a partir dessa divulgação preliminar dos dirigentes do MEC chegam às equipes técnicas para auxiliar os Municípios com piores indicadores a formular planos de trabalho com ações articuladas e plurianual. Plurianual para evitar justamente a descontinuidade. Porque o ano que vem nós temos a eleição municipal. E nós não podemos correr o risco de uma pactuação do Município com a União ser entendida como uma pactuação de governos. Não é uma pactuação de governos. O Governo Lula e o Governo de um determinado Prefeito ou de um determinado Governador. É uma pactuação federativa. É uma pactuação da União com o poder local. Ou com o poder regional, ou com o Município ou com o Estado. E que deve garantir a continuidade das ações. Seja quem for que ganhe as eleições. Seja de que partido for. Porque a criança que está na escola não pode sofrer nenhum tipo de descontinuidade por razões de caráter partidário. Nós temos que elevar a política pública da educação a outro patamar.

Então essas equipes que são técnicas desenvolvem com os dirigentes locais um plano de trabalho plurianual e a partir dali nós vamos monitorar o que acontece com os indicadores de qualidade. Porque, no que diz respeito a quantidade, o Plano Nacional de Educação ele já responde. Mas no que diz respeito à qualidade, nós não tínhamos ainda no País um sistema de monitoramento e de cobrança de metas a cumprir. Se nós quisermos ter um desempenho no PISA, que é um Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, se nós queremos ter uma boa presença no PISA, que é um exame internacional, nós temos que ter metas para os nossos sistemas educacionais, inclusive para a União. Porque a União não está desonerada das suas obrigações. Ao contrário. Estamos chamando a responsabilidade, chamando a União à responsabilidade de ajudar esses Municípios a estruturarem adequadamente seus sistemas educacionais.

Eu estou fazendo referência a esse indicador porque esse indicador ele exigirá dos poderes públicos

uma mudança dramática na percepção do fenômeno da educação. Nós não só estamos fazendo referência a uma visão sistêmica da educação que vai dar creche à universidade, mas nós queremos aumentar a responsabilização de toda a sociedade pelos resultados de qualidade da educação, que nós sabemos que não sairão dos gabinetes aqui de Brasília as soluções para todos os problemas, saem daqui as diretrizes, o apoio técnico, apoio financeiro, mas se exige um grau de responsabilização grande das famílias, dos professores, dos diretores, dos dirigentes municipais e estaduais e também dos dirigentes federais, então nós temos uma cadeia de responsabilização pelos resultados de qualidade e exige também mobilização social. Que é a contrapartida dessa responsabilização porque a responsabilização só existirá de fato se houver mobilização da sociedade. E quando eu digo da sociedade eu não estou me referindo aos educadores, que estes por natureza já estão mobilizados pela qualidade. Nós queremos que toda a sociedade, os empresários, os trabalhadores, as ONGs participem do acompanhamento deste plano de metas de qualidade da educação básica. E combinem os seus esforços com os educadores que estão à frente do processo para criar a sinergia indispensável para o êxito de um programa com essa natureza.

O quarto elemento essencial desse Projeto é o da territorialização. Quer dizer, o acompanhamento passa a ser feito em cada território. Nós vamos saber o que está acontecendo Município por Município. E a idéia aqui não é punir quem não atingir metas. A idéia é, primeiro, de alguma maneira premiar o êxito. Mas, em segundo lugar, se você estabelecer um plano de trabalho, se as diretrizes estão sendo cumpridas, se o recurso está sendo destinado e se o resultado não aparece, nós precisamos repactuar o plano de trabalho. Nós precisamos verificar se o diagnóstico foi bem feito. Porque pode haver erro inclusive da equipe técnica que foi ao Município e ajudou a formular o plano de trabalho. Então, nós temos que ter o acompanhamento não é para eventualmente sacrificar a criança que é a mais necessitada. Ao contrário, é para garantir o resultado daquela ação, que tem que ser de alguma maneira verificado no aprendizado da criança.

Se o recurso está chegando, se o apoio técnico está chegando e se o poder local está respeitando o compromisso todos pela educação, as diretrizes desse compromisso, nós temos que pensar o que está dando errado e porque as crianças não estão aprendendo. E nós temos que repactuar isso com os dirigentes locais e eventualmente reformular o Plano Plurianual de trabalho com o Ministério da Educação. Envolvendo mais parceiros e tudo mais.

Nós ouvimos há mais de 10 anos que a qualidade da educação brasileira é ruim. Mas, graças à Prova Brasil, hoje nós sabemos onde ela é boa. Porque é através da localização do que dá certo que nós vamos poder disseminar as boas práticas para aqueles sistemas que ainda deixam a desejar. Se nós não estamos satisfeitos com a qualidade média da educação brasileira, nós do Ministério da Educação estamos bastante satisfeitos com o desempenho de algumas cidades na Prova Brasil. Eu vou fazer referência a algumas questões sobre isso.

Nessa escala de zero a dez, se o Brasil atingir a nota seis, ele vai ter um desempenho médio equivalente a um País da OCDE. É uma escala que foi construída com esse objetivo. Hoje a nossa nota, nessa escala de zero a dez é inferior a quatro. 3,7, 3,8. E se nós quisermos atingir seis, nós vamos precisar tomar uma série de providências. Há sistemas que atingem a nota um, apenas. Mas há sistemas que já atingem a nota seis, hoje. Dos quais nós vamos exigir um esforço adicional. Porque se em média o Brasil precisar atingir a nota seis, significa que essas cidades que têm nota seis hoje para colaborar com o Plano Nacional vão ter que atingir a nota 7, a nota 7,5 para que a média nacional seja seis. E seja compatível com a meta de um País desenvolvido.

Muito bem. O que é que foi feito à luz desse diagnóstico? Nós temos cerca de 200 Municípios no Brasil com nota superior a 5. Se esses 200 Municípios constituíssem um País, esse País seria um País em termos educacionais um País da OCDE. Um País desenvolvido. O que é que nós fizemos? Por meio de um convênio com UNICEF, nós vamos verificar qual é o conjunto de diretrizes que são observadas nesses Municípios e que respondem pelo seu resultado positivo. E nós verificamos que há um conjunto de cerca de 20 preceitos que são observados em todos os Municípios visitados. E que vão desde o acompanhamento individual do aluno, a garantia de que o aluno esteja alfabetizado até os 8 anos, um plano de carreira, um período probatório sério, um período probatório para valer, que só efetivo o professor mediante a avaliação. Uma escolha de Diretor que leve em consideração o mérito e desempenho, conselhos escolares instalados, Plano Municipal de Educação aprovado, Conselho Municipal de Educação constituído... Estou citando alguns dos mais de 20 preceitos que todos os Municípios visitados pelo UNICEF, em parceria com o Ministério da Educação, encontraram como sendo preceitos absolutamente que conduzem ao sucesso daquele sistema educacional.

Então, o que é que nós temos hoje? Nós temos um indicador por escola, por sistema, por Estado, e

para a própria União, para o próprio País. Todos os Municípios. Todas as escolas públicas urbanas. E nas rurais é feito por amostragem. Porque há escolas com cinco alunos, dez alunos, é feito por amostragem. Nas urbanas todos os alunos de 4ª a 8ª série fizeram. Foram mais de três milhões e trezentas mil provas aplicadas em 2005. 2007 é outro ano de aplicação da Prova Brasil, com dados divulgados até julho de 2008.

Portanto, nós vamos verificar onde é que no País nós conseguimos melhorar. Município por Município. E aí vem a coisa da responsabilização dos agentes políticos. Porque nós vamos saber aquele Prefeito que se comprometeu com a educação e que melhorou o desempenho das suas escolas, o Governador que fez o mesmo, isso vale também para as escolas federais... Está todo mundo cercado, por assim dizer. Um sistema em que realmente o grau de responsabilização aumenta infinitamente em relação ao que se fazia no passado, em que se tinha médias nacionais, mas não se sabia quem era o responsável pela melhoria, quem era responsável pela eventual piora, e ficava tudo por isso mesmo. Agora não. Nós queremos que milhares de pessoas respondam pelos resultados, em regime de cooperação. E que nós possamos dizer: Olha, tal Governador fez um excelente trabalho. O que aconteceu lá que pode ser replicado, que pode ser disseminado? Tal Prefeito fez excelente trabalho. A nota dele era três e hoje é cinco. O que aconteceu naquele município que pode ser universalizado? E assim por diante.

E há, eu insisto em dizer isso, nós temos que olhar para as nossas médias com tristeza, mas nós temos que olhar para casos exemplares onde o ensino é de excelência para tornar esses casos exemplares paradigma para o País. Então nós temos aí um programa que vai criar uma cultura nova de apoio à educação, com uma métrica da qualidade, e com o foco na aprendizagem. Fazer da escola um lugar onde efetivamente se aprende. Esse eu diria é a principal ação do Plano de Desenvolvimento da Educação, e é o que vai repercutir efetivamente na qualidade do ensino no médio prazo. [soa a campainha] Nós não vamos colher os resultados de um ano para o outro, mas quem vem de 10 anos, já há 10 anos que a qualidade cai, quem vem desse processo, ou enfrenta o desafio da qualidade de uma vez por todas ou então nós não vamos estar pensando num Projeto de País, num Projeto de nação para valer. Porque o principal pilar de um Projeto de nação, não é o único, mas talvez seja o mais importante, sem dúvida nenhuma é a questão da educação. Porque ela emancipa a sociedade e emancipa cada indivíduo. Então não há outro caminho a seguir.

Do ponto de vista da educação básica, eu citei a avaliação dos oito anos para verificar a alfabetização das crianças, o guia de tecnologias educacionais, o IDEB, a Prova Brasil... Mas há um outro conjunto de ações importantes para a educação básica, que acompanha o plano. E que passam também pela questão da infra-estrutura das escolas. Nós, esse ano, teremos universalizados os laboratórios de informática para as escolas de ensino médio. Nós temos que avançar nesse processo. E universalizar os laboratórios de informática para todas as escolas públicas. O que deverá acontecer até o final do mandato do Presidente Lula. Este ano, as 17 mil escolas de ensino médio já estarão equipadas atendendo os jovens. Nós temos que garantir a conectividade. Porque a conectividade é essencial para esse programa. Mais do que a conectividade, eu vejo muito pouco tratar do assunto da produção de conteúdos educacionais digitais. O Brasil tem uma boa indústria de produção audiovisual, mas essa indústria não está atenta por falta de estímulo, inclusive, governamental, para a produção de conteúdos educacionais. Então, está previsto um edital de 70 milhões de reais em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia para cobrir as nove mil e seiscentas horas da educação básica. A grade de 12 anos vezes 800 horas, as nove mil e seiscentas horas de conteúdo da educação básica que vão ser traduzidas em 1.920 horas de programação. 20% das nove mil e seiscentas horas. Isso vai ajudar enormemente o professor a preparar suas aulas e esses 20% podem ajudar inclusive na sala de aula. Professor pode usar como material didático pedagógico. Então, há um programa de inclusão digital, mas que passa pela discussão de conteúdos digitais, e não apenas de computador e conexão. Porque o computador e a conexão não educam. O que educa é o conteúdo.

Além disso, o Projeto da Universidade Aberta que foi lançada em 2005, vai ser ampliado até atingir mil pólos. Este ano de 2007 entram em operação 300 pólos da Universidade Aberta. 300 pólos. São 60 mil vagas de ingresso apenas, nesses 300 pólos. 60 mil vagas de ingresso. E o que nós desejamos é que cada professor da educação básica esteja associado a um pólo de formação. Que, como vocês sabem, é um pólo mantido pelo Município, mas todo o conteúdo pedagógico é oferecido por uma universidade pública federal ou estadual. Ou seja, para garantir a qualidade desses programas, sobretudo, numa área que o Brasil caminhou pouco, que é a área da educação à distância que em outros Países é usado muito fortemente para a formação dos professores em serviço.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ministro, me permita um aparte rapidamente, Sr. Presidente.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Pois não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É universidade aberta ou universidade à distância? São duas coisas completamente diferentes. Universidade aberta o currículo, ele é meio que anárquico. Você escolhe a disciplina que quer fazer no momento que quer, e a distância não, ele segue uma seqüência de disciplinas. Então o Projeto do MEC é uma Universidade Aberta ou uma universidade à distância?

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: é aberta e a distância.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria de pedir aos outros Senadores que a gente espere o fim da fala do Ministro. Obrigado.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Nós precisamos de um órgão Executivo deste enorme sistema que está se criando no País. De um lado, cerca de 50 universidades públicas, e de outro 300 pólos com meta de atingir mil pólos. E nós escolhemos por toda... Por todo o serviço já prestado ao País, e por toda a inteligência acumulada ao longo de mais de meio século de atividade, nós elejamos a CAPES para encabeçar este processo. Porque a CAPES, Senador Cristovam sabe melhor do que eu, ela foi pensada originalmente como uma agência, uma coordenação de fato de aperfeiçoamento de profissionais de nível superior. E ela ao longo dos anos foi se transformando numa agência de formação de profissionais para o nível superior. E de não nível superior. E nós entendemos que os professores da educação básica, assim como os professores da educação superior, têm que ter uma agência federal. Uma agência federal atenta para a sua formação. E que dê consequência a um dos elementos contidos no Plano Nacional de Educação, que determina que a formação de professores seja feita em regime de colaboração. União, Estados e Municípios. E é uma determinação do Plano Nacional de Educação que até aqui não tinha saído do papel. E que agora em 2007 terá consequência com a inauguração dos cursos da Universidade Aberta do Brasil. Um sonho acalentado por muitos educadores. Darcy Ribeiro, próprio professor Cristovam Buarque, e que agora ganha uma dimensão bastante importante. É evidente que todos os cuidados foram tomados para não fazer da Universidade aberta uma panacéia, sobretudo, foi aprofundada a análise sobre a experiência do CEDERJ, no Rio de Janeiro, que serviu de modelo para a Constituição deste im-

portante Projeto, mas aí nós temos formação de professores como um elemento essencial deste Plano de Desenvolvimento da Educação. Óbvio que o FUNDEB também é uma perna importante deste plano, já está aprovado e está sendo regulamentado, então nós temos aí o FUNDEB, a Universidade Aberta do Brasil, temos o IDEB, o plano de metas de qualidade, que é um programa, sobretudo, de gestão, temos programas voltados para a infra-estrutura das escolas, que também é um elemento essencial deste modelo de promoção da qualidade. E eu não gostaria de deixar de mencionar a questão do piso nacional do magistério. Que é uma reivindicação de décadas da categoria. Em 1994 foi estabelecido no Palácio do Planalto um pacto, um pacto firmado inclusive pelo então Ministro Murilo Hingel que fixava em 300 reais da época o piso nacional para o magistério e que de 94 para cá um pacto que não foi honrado. Nós resgatamos esse pacto, alteramos a Constituição, com a ajuda, diga-se de passagem, do Congresso Nacional, que incluiu na PEC do FUNDEB esse dispositivo que viabiliza. E eu lembro que a única categoria profissional que tem um piso constitucional será a categoria dos professores. Então a valorização inclusive emblemática da figura do professor na nossa Constituição. E nós recuperamos o pacto de 94 e atualizamos o valor. Quanto os 300 reais de primeiro de julho de 94 representaria hoje. E chegamos a um valor de 850 reais que é o que está consignado no PL encaminhado à Câmara dos Deputados.

Eu lembro a V.Ex^{as}. que mais de 50%, 55% dos professores em início de carreira ganham menos do que 800 reais. 55% dos professores em início de carreira. E 39% de todos os professores, independentemente de estar em início de carreira ou em fim de carreira, 39% dos professores ganham menos do que 800 reais. Então nós fixarmos em 850 vai representar o atendimento de praticamente 40% da categoria que vai poder melhorar em termos de condição.

Nós tivemos o cuidado de compatibilizar este piso com a complementação da União para o FUNDEB. Porque numa pesquisa de campo que fizemos, muitos Prefeitos trouxeram a preocupação de que sem os recursos do FUNDEB projetados para os próximos dois anos não teria condições de pagar esse piso. Então nós estabelecemos um prazo para a integralização desse valor progressiva, de maneira que a cada ano a diferença entre o que o professor ganha hoje e o piso vai sendo progressivamente e gradualmente atendido até chegar a este patamar mínimo. Isso vai implicar depois da fixação do piso uma discussão local que não é da alçada da União, mas sobre os planos de carreira, evidentemente. Porque se está estabelecendo um piso para ingresso no magistério, as carreiras hoje estabele-

cidas vão ter que passar por uma reformulação, sobre título, sobre tempo de serviço, uma série de questões vão ter que ser equacionadas. Mas isso não é tarefa e nem deve ser tarefa de uma Lei Federal. A Lei Federal fixa o piso e estimula o poder local a reequacionar dada a sua realidade um plano de carreira que tem o piso como pressuposto.

Ainda no que diz respeito à educação básica, eu ainda não estou restrito à educação básica, há outros programas que vão ser anunciados. Um programa, por exemplo, de transporte escolar. Senadores e Senadoras sabem que nós alteramos o Programa de Transporte Escolar e transformamos o Programa de Transporte Escolar num programa muito parecido com o da merenda, e que há um repasse em per capita por aluno transportado. Que não existia no passado. Mas há uma preocupação muito grande dos Prefeitos, sobretudo, dos Prefeitos que transportam quase totalidade das crianças, com a questão da renovação da frota. Falta de recursos para a renovação da frota.

Então, nós estamos criando um programa federal, com financiamento do BNDES a juros simbólicos de longuíssimo prazo, para que os Prefeitos possam renovar a frota e mais do que isso, adquirir veículos adequados ao transporte de crianças. Nós sabemos que a maioria do transporte é feito em veículos impróprios para o transporte de pessoas, quanto mais de crianças. É feito em veículos monobloco, é feito em carroceria de caminhão, é feito em todo tipo de veículo. Nenhum deles apropriado para o transporte escolar. Então nós queremos padronizar o transporte escolar, criar um veículo adequado, sobre chassi, com toda a segurança, para que as crianças possam ser transportadas. É um programa que vai beneficiar alguns milhões de brasileiros que ou tem transporte inadequado ou sequer tem transporte para ter acesso a suas escolas.

Bom, eu receio que nós estejamos com problemas de tempo, eu vou me restringir à educação básica e eu penso que no debate nós podemos eventualmente nos aprofundar em relação às medidas que dizem respeito à alfabetização de jovens e adultos, educação profissional e educação superior que compõem todo o Plano de Desenvolvimento da Educação. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Ministro. Nós temos seis inscritos. E obviamente o primeiro é o Senador Renato Casagrande, que é autor do Requerimento. Depois a Senadora Marisa Serrano, Senador Sérgio Zambiasi, Senadora Fátima Cleide, Senador Marconi Perillo, e o Senador Wellington Salgado.

Eu quero, ao mesmo tempo, dizer da satisfação de ter aqui o Senador Wilson Matos, que tomará posse hoje à tarde mas considere-se Senador. Nessa Comissão está substituindo o Senador Alvaro Dias, vem do Paraná, e nessa Comissão, mesmo que o regimento não se satisfaça, o senhor já tomou posse. [risos]

Bem, eu vou passar, está com a palavra o Senador Renato Casagrande, a quem a Comissão agradece a idéia de convidar o Ministro para essa audiência.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado, Senador Cristovam, Ministro Fernando Haddad, Secretário-Executivo Paim, Senador Magno Malta compondo a nossa Mesa, primeiro dizer da importância de nós termos uma Comissão de Educação do Senado presidida pelo Senador Cristovam Buarque, que é uma pessoa com total conhecimento e identidade com a área da educação.

Segundo, Ministro Haddad, aqui manifestar a minha alegria pelo Presidente Lula ter tomado a decisão de manter o Ministério conduzido por V.Ex^a. Os resultados têm sido resultados importantes. O Ministro Haddad tem tomado medidas adequadas, abrindo o Ministério para o debate com a sociedade, tem cumprido e tentado cumprir com as metas estabelecidas com competência. Então, eu fiquei muito feliz porque essa área da educação, como o senhor disse, pode... Não é a única, mas é a área mais importante para um Projeto de nação.

Então, essa área tem que ser uma área de fato com uma condução que demonstra total responsabilidade com o trabalho, assim como o Senador Cristovam Buarque conduziu no primeiro momento nós temos confiança no trabalho que o senhor está fazendo neste momento.

Dizer que o Ministério tem dado prova desse avanço, e pelo que eu estou compreendendo, o Plano de Desenvolvimento da Educação é um plano que vai priorizar a qualidade. A prioridade deste plano é que nós possamos melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis. Eu achei fundamental, já disse para o senhor, já disse ao Presidente Lula, achei fundamental o Programa Universidade Aberta do Brasil. Eu dou o exemplo do meu Estado, o Estado do Espírito Santo. Nós teremos lá 33 pólos. Um grande número de pólos lá no Estado do Espírito Santo. Teremos agora em julho sete mil pessoas estudando através do programa. Teremos em janeiro do ano que vem, 25 mil pessoas na programação estudando nesses pólos. Isso significa duas Universidades Federais do Estado do Espírito Santo. A nossa UFES tem 12 mil alunos. 12 mil e um pouquinho. Vamos ter 25 mil alunos. Se nós formos imaginar em construir duas universidades com estrutura física, nós não conseguiríamos fazer isso

num curto tempo. Então, só para o senhor que é um defensor do programa, Senador Cristovam Buarque, o Espírito Santo acho que é um exemplo daquilo que nós vamos avançar com o Programa Universidade Aberta do Brasil.

Também fiquei muito feliz com o encaminhamento do piso nacional para o magistério. Nós avançamos muito com as criações dos fundos, mas nós ainda tínhamos distorções, nós melhoramos quando o FUNDEF foi implantado. Nós avançamos no Brasil todo com relação à exigência de um percentual do gasto do fundo com o salário do professor, diminuimos aquelas diferenças gritantes que tinham onde o professor ganhava menos que um salário mínimo, mas nós ainda tínhamos e temos distorções. Então, o piso vem para dar um salto, aperfeiçoar ainda mais a remuneração dos professores. E colocar uma questão com relação ao Plano de Desenvolvimento da Educação.

Primeiro, Ministro, o Plano de Desenvolvimento da Educação é um plano que vai estabelecer a necessidade da construção de um plano de ação em cada Município. Cada Município vai ter um plano de ação. Isso será organizado e coordenado por essa... Por esse conjunto de profissionais contratados, que vai auxiliar. O senhor não acha que as universidades federais podem colaborar nesse plano, para que nós possamos usar, entre aspas, todo o conhecimento que as universidades têm para que elas possam colaborar na elaboração desses planos municipais? Acho fundamental que nós possamos fazer o envolvimento das universidades na elaboração dos planos municipais. Segundo, mesmo que não faça parte da nossa Audiência Pública, mas está relacionado diretamente à qualidade da educação, nós estamos aqui metidos numa confusão com relação ao FUNDEB. Não sei se o Ministério conseguiu fechar um acordo entre os Governadores e os Prefeitos. Nós estamos sendo puxados de um lado pelos Governadores, puxados do outro lado pelos Prefeitos, nós temos uma divergência com relação à partilha dos recursos do FUNDEB. Os Prefeitos achando muito ruim porque não eles não terão condições de universalizar o ensino, a educação infantil, e os Governadores achando que vai repassar muito recurso do Estado para os Municípios. Então nós temos um problema que acho que se conseguisse fechar um acordo, os Prefeitos estarão aqui na semana que vem, e os Governadores já estiveram. Então acho que isso é importante.

A outra questão com relação ao ensino técnico, ao ensino tecnológico e ao ensino superior, o Governo vai anunciar um plano de expansão de novas unidades dos CEFETs. Perguntar se isso está garantido. Também o interesse para o Brasil, interesse para o meu Estado o Espírito Santo essa expansão que tem

dado resultado, tem dado certo. Segundo, qual vai ser, no ensino tecnológico tem a previsão da expansão. No ensino superior, vai se concentrar o trabalho na Universidade Aberta do Brasil ou vai ter algum tipo de expansão física também do próprio Ministério da Educação? Obrigado, Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, permite pela ordem, permite, Senador Cristovam?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu percebo que existe de nove a dez Senadores inscritos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nove. Exatamente. Comigo, dez.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não sei se seria possível todos fazerem as perguntas. Porque eu, por exemplo, eu sou o nono. Se eu estiver contemplado nas perguntas daqueles que me antecederam eu já abro mão. Se todos pudessem fazer as perguntas e o Ministro respondesse no final.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Todos ou em bloco de três?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se fosse todos pra mim seria bem melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os Senadores aceitam a sugestão do Senador Paim? O Ministro eu consultei se era de três em três. Pode ser todos? Acho que está bem.

Eu só quero dizer que o Senador Casagrande eu dei um certo prazo a mais, mas vou cortar depois de cinco minutos, darei mais um minuto em seguida a cada um dos outros. Vamos continuar a lista. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom dia Sr. Ministro, seja bem-vindo à Casa. Sr. Presidente, Secretário-Executivo, foi muito bom ter uma resposta, lembro da primeira vez que V.Exª esteve aqui, e que nós discutimos que o Governo precisava ter algum Projeto, um plano exequível para que a gente desse uma resposta à sociedade pelos índices de qualidade que nós estávamos vendo no País.

Eu lembro que nós conseguimos no Governo de Fernando Henrique colocar 97% na escola na escola, criamos o FUNDEF, o Plano Nacional de Educação, os parâmetros curriculares nacionais, quer dizer, fizemos aquilo que foi possível. É claro que se precisa avançar. Em quatro anos do Governo Lula não tínhamos esse plano definido como nós estamos vendo agora. E isso para nós é um avanço. A educação fica feliz com isso. Sabe que nós temos uma proposta que a gente vai poder minimamente acompanhar discutir e propor.

Por exemplo, Sr. Ministro, fico contente quando vejo falar em metas. Porque a gente acredita muito no gerenciamento das escolas. Bons gerentes, diretores, cuidando realmente que a educação no seu âmbito, na sua casa, na sua escola seja ofertada com uma qualidade boa. Então garantir a qualidade do ensino e metas a serem cumpridas é um dispositivo hoje comum a todos. Sejam empresas, sejam... Aqui dentro nós temos metas a cumprir também. E temos que fazê-lo. Então isso já foi um grande avanço e eu fico feliz com isso.

Mas quero fazer algumas perguntas, Sr. Ministro, uma pelo menos. Eu estava olhando o orçamento do MEC. E vi que a educação infantil, embora o Senador Casagrande tenha dito na universalização da educação infantil, nós não brigamos por isso. Em geral os educadores não brigam, principalmente quem trabalha com educação infantil. E como eu sou uma apaixonada pela educação infantil, nós não brigamos pela universalização justamente porque é um dever da família, principalmente das mães poderem ficar mais com seus filhos se puderem ficar. É uma decisão familiar. Mas eu queria fazer uma pergunta ao Sr. Ministro. No orçamento do MEC, a educação infantil esse ano, educação na primeira infância, teve zero de empenho. Junto, nada contra, e nem colocando aqui a sua menos importância, mas junto com a educação quilombola, apoio para a educação quilombola, os direitos humanos, e a identidade étnica, por exemplo. Zero de empenho dos 132 milhões previstos para educação infantil, dos 22 bilhões que o MEC tem esse ano. Agora, de ontem. Deste ano, 2007. É o único que não foi entre os três únicos que não teve nada empenhado para este ano.

Então, eu vou falar de educação infantil. Por exemplo, Sr. Ministro, a proposta no plano são 400 creches/ano. 400 creches/ano, Ministro, eu fiz umas contas rápidas agora de manhã. Nós temos aí no Brasil 13 milhões de crianças nessa faixa etária. O Plano Nacional de Educação que eu votei quando era Deputada Federal, no Plano Nacional de Educação nós prevíamos que até 2011 nós teríamos 50% dessas crianças atendidas... De algum atendimento a educação infantil. O que dá até 2011 seis milhões de criança. Hoje nós atendemos um milhão e setecentas mil crianças, de zero a seis.

Em quatro anos, Ministro, com o plano que vai até 2010, então 2011 fecha o PNE, que é a previsão das... 50% de crianças nessa faixa etária na escola. Hoje em quatro anos nesse projeto nós colocaríamos 160 mil criança. Eu estou colocando uma creche, por exemplo, Ministro, de cem crianças, que é a média máxima que a gente pode admitir. A questão é que nós teríamos aí 9.4 crianças do que temos hoje atendidas

nos próximos quatro anos. Se uma creche, Ministro, custa o metro quadrado, mil e seiscentos, equivale a seiscentos metros quadrados mais ou menos uma creche para cem crianças, equivale dizer que nós gastaríamos novecentos e sessenta mil por creche. E gastaríamos três milhões, oitocentos e quarenta mil para as quatrocentas creches. Esse é um dinheiro, um aporte novo de recursos para a educação infantil. Mas então, Ministro, a minha pergunta é a seguinte. A previsão é que nós tenhamos atendido só 160 mil crianças nessa faixa etária até 2010. E o Plano Nacional de Educação lutou muito e foi uma briga nossa para atender pelo menos 50% que seriam seis milhões. Nós vamos ficar muito aquém de uma previsão. É claro e evidente [soa a campainha] que eu sei que os Municípios e os Estados vão fazer também a sua parte. Mas eu achei muito pouco, Ministro, e aqui estou falando não só por mim, eu estou falando por toda a rede de educação infantil que me pediu muito para que lhe trouxesse isso. Como nada foi empenhado esse ano em três meses. Eu vi o empenho de outras áreas vultosos, necessários, mas zero para a educação infantil. E ainda uma previsão muito abaixo do PNE. Então nós nos preocupamos.

Ministro, eu queria pedir ao senhor que olhasse com mais carinho a educação infantil. Ela é a base da formação. Até os seis anos para nós é fundamental que nós tenhamos as nossas sinapses formadas e é muito importante que a gente atue para ter um país melhor e um povo brasileiro mais cidadão. Era isso que eu queria colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Presidente, parabéns pelo trabalho, parabéns pelo observatório da educação que é maravilhoso boletim que estamos acompanhando permanente da própria Comissão com informações. E ao Ministro pelo seu trabalho. Vamos cumprimentar o Presidente pela manutenção do Ministro Haddad à testa do Ministério, acho que a continuidade do seu trabalho é fundamental para que aconteça realmente o que prevê o pacote do Governo para melhorar a qualidade do ensino. Aliás, lendo a gente fica entusiasmado realmente com o que está previsto. A começar pela provinha Brasil que é uma idéia maravilhosa, de inserção dos pequeninos nesses grandes desafios, o piso salarial que o Senador Renato Casagrande comentou, o Bolsa Família para jovens que acho que é uma maravilhosa idéia, acho que realmente esta sim, essa promove uma verdadeira inclusão social, a questão do transporte escolar, Ministro, é verdadeiro.

Ultimamente nós temos lido muito sobre acidentes com ônibus em transporte escolar, enlutando famílias, municípios inteiros, chocando o Brasil. Não dá mais para admitir que o transporte escolar seja feito de ônibus caindo aos pedaços, motoristas despreparados, enfim, uma situação gravíssima.

A educação profissionalizante, eu acho maravilhoso. A Saúde da Família para professores e alunos que é outra idéia, sim, realmente especialíssima, mas semana que vem, Ministro, nós teremos a marcha dos Prefeitos. Eles estarão aqui em Brasília. O Senador Casagrande já colocou essa questão do FUNDEB e me parece que um dos principais temas da pauta da marcha dos Prefeitos é essa relação de compromissos dos Municípios com o FUNDEB. E os Prefeitos dizem que por enquanto eles recebem o ônus do compromisso, mas ainda não têm a garantia do bônus. O que o senhor vai dizer para os Prefeitos semana que vem?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Ministro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiro lugar, Sr. Ministro, gostaria também de parabenizá-lo pela recondução. Quero dizer publicamente que sempre fui favorável a essa recondução, e acredito que foi uma decisão acertadíssima do Presidente Lula que tem de fato compromisso com a qualidade da educação. E mostra agora com a determinação de desenvolver este plano. Nós esperamos e eu acredito virá de fato contribuir com esta qualidade e que eu penso que para que isto aconteça, é imprescindível o investimento na formação, na qualificação da forma que está sendo pensado no plano. E torço e serei uma das que será aqui ou em qualquer lugar, lá na base, no sindicato, em qualquer lugar que eu esteja trabalhando para que essas coisas de fato aconteçam.

E gostaria de dizer também que acredito que para que a gente possa de fato priorizar qualidade desenvolvendo o Plano de Desenvolvimento da Educação, é preciso que a gente também veja a divisão do trabalho coletivo na escola. E a exemplo do que acontece aqui no Distrito Federal, por exemplo, nas escolas da elite, Senador Cristovam, nas escolas particulares, nas séries iniciais nós temos dois professores para cada 25 alunos em sala. Então eu acredito que nós devamos também nesse nosso indicador de metas pensar em avançar também para termos na escola pública o mais breve possível, claro que conversando com Municípios e com Estados, esse horizonte também para que a gente invista no início para não ter que investir no futuro tratando como nós estamos tratando hoje da repetência e da evasão.

Enfim, Ministro, eu gostaria também aqui neste momento de inicialmente fazer uma correção a respeito de uma nota que saiu na Folha de São Paulo hoje, no painel da Folha. Não tinha a menor intenção de fazê-lo, mas acho que não posso deixar para depois. Quero fazê-lo publicamente. Eu estive semana passada no seu gabinete, no Ministério da Educação, com alguns companheiros da bancada do Partido dos Trabalhadores que fazem parte do núcleo de educação do PT e o meu partido tem uma história e tem tradição em discutir educação. Nós temos no partido, a CAED, que está se rearticulando que é uma Comissão de Assuntos Educacionais que junta parlamentares, movimento social, quem está no Governo que quer discutir educação. E aqui no Congresso este núcleo já se reúne há 10 anos. Agora em 2007 faremos dez anos de existência do núcleo. E estivemos com o Ministro para tratar da pauta Legislativa. E em momento nenhum, Senador Cristovam, eu vi do Ministro como está colocado lá na nota um sonoro não em relação a indicação do ex-Deputado Colombo para compor a equipe do Ministério da Educação. O que eu ouvi e faço questão de registrar aqui foi o Ministro fazer uma defesa dos nomes que compõem a sua equipe hoje que eu considero muito interessante a partir do momento em que você está liderando uma equipe. Então faço questão de fazer o registro aqui--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora, um aparte. Qual seria o cargo do cidadão que o PT está indicando?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não era o PT.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tá bom, esse grupo.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Foi uma indicação, foi... Um dos companheiros colocou lá que se houvesse a necessidade de trocar algum membro da equipe estava trazendo a sugestão do nome do ex-Deputado Colombo. Isso não vem ao caso. O que eu quero dizer aqui agora, é que não houve por parte do Ministro nenhuma rejeição com relação ao nome colocado. O que eu ouvi, foi sim, elogios à equipe atual e que a gente considera uma atitude extremamente correta. O resto é coisa para se discutir depois.

Mas, Sr. Ministro, voltando para o que nos traz aqui que é o Plano de Desenvolvimento da Educação, eu quero também parabenizá-lo pela corajosa iniciativa de instituir e de levar como compromisso o piso salarial para os profissionais da educação neste momento reconhecidos pela Lei de Diretrizes e Bases apenas os professores, mas quero também Sr. Presidente neste momento fazer uma cobrança pública da Comissão de Educação para a Comissão de Educação da Câmara

dos Deputados para que aprecie o mais rápido possível o Projeto que já foi aprovado por essas Comissão de Educação do Senado [soa a campainha] que trata da caracterização, de alterar na LDB a caracterização de quem são os profissionais da educação. Porque além dos professores para que a gente tenha educação de qualidade é preciso reconhecer que outros profissionais e o Conselho Nacional de Educação já reconhece, inclusive, com a criação de outras profissões de nível técnico para atuar na escola. E precisamos urgentemente tratar também os funcionários de escola como trabalhadores em educação em função do seu importante papel no processo de desenvolvimento do ensino.

E quero aqui ressaltar que o piso salarial, Sr. Ministro, também contribui com a meta do Governo de criar, de gerar novos empregos. Com certeza, com o piso salarial as pessoas retornarão, voltarão a olhar para o magistério como uma profissão que hoje começa a ser valorizada. Então, mais uma vez meus parabéns.

Com relação ao financiamento da educação, fiquei muito feliz aqui quando o senhor coloca que vai... Que o Ministério tem a disposição de desenvolver uma caravana por todo o País com a idéia também do guia de tecnologias educacionais para ajudar os Municípios, porque é disso que os Municípios precisam, de apoio técnico e de reconhecimento. Porque é lá que a vida acontece. Não adianta a gente ficar por aqui pensando em mais dinheiro para a educação se esse dinheiro não chega lá. E acredito que o financiamento da educação, que o Banco da educação chamado FNDE, nós temos que ter uma discussão, travar uma discussão sobre ele, sobre o método de acesso porque principalmente para Municípios da Amazônia, nós temos muitas dificuldades. E uma dificuldade que se coloca logo no início da Constituição de um processo é uma dificuldade burocrática, imposta pelo TCU, mas que nós temos que conversar que é a questão da dominialidade. Não há regulação fundiária na Amazônia. E isto já começa a impedir no início do processo, Senador Cristovam, o acesso dos Municípios pobres e pequenos aos recursos do Banco da Educação, chamado FNDE.

Por fim, eu queria falar também um pouco da questão do ensino técnico profissional. Eu não sei se há por parte do Ministério da Educação alguma proposta para incorporar como responsabilidade do Governo Federal as escolas hoje chamadas Escolas Famílias Agrícolas que já envolvem um importante trabalho principalmente no desenvolvimento da agricultura familiar, e que tem essa proposta interessante que é a pedagogia da alternância que pra mim ela é interessante não apenas como método pedagógico, mas como método de gestão participativa, onde as famílias se responsa-

bilizam quase que inteiramente pela formação de seus filhos. Eu acredito que nós devemos discutir também de que forma apoiamos essas iniciativas que já existem hoje para que elas não venham a se acabar e também não fique inteiramente sob a responsabilidade das famílias. E se formos contar apenas com os Municípios e Estados serão as últimas a serem vistas.

Então, Ministro, mais uma vez parabéns pelo Plano de Desenvolvimento da Educação e estamos aqui como soldados para ajudá-lo no desenvolvimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou passar a palavra ao Senador Marconi, mas fazendo uma mudança. Acho que se formos esperar todos, a gente vai esquecer a colocação dos anteriores. Vou passar a metade ao Senador Marconi e depois passarei ao Ministro para dar as cinco respostas. Senador Marconi.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sr. Ministro Fernando Haddad, Sr. Secretário-Executivo, Dr. José Henrique, minha saudação e cumprimentos ao Senador Casagrande pela iniciativa de convidar o Ministro Fernando Haddad a estar aqui. Srs. Senadores, Sras. Senadoras, preliminarmente, Sr. Ministro, eu desejo, dar as boas vindas, cumprimentá-lo por estar aqui mais uma vez, e deixar bem claro aqui uma coisa. Eu estou filiado a um partido de oposição. Mas não faço e não farei em hipótese alguma oposição ao Brasil. Eu quero estar aqui, como já estou, trabalhando para que efetivamente o Senado contribua para que o Brasil possa oferecer às futuras gerações melhores condições de vida, menos injustiça social. E acho que nesse aspecto o trabalho de V.Exª precisa ser reconhecido e ter o apoio nosso em tudo aquilo que efetivamente signifique avanços na educação.

Eu parto do pressuposto, e fiz isso ao longo de toda a minha vida pública, de que educação é um instrumento mais eficiente, mais eficaz no sentido de democratizar a oportunidade. É um instrumento efetivo de democratização de oportunidades. Tenho uma experiência já três mandatos parlamentares, dois mandatos como Governador do Estado. Há dez anos, onze anos, nós discutimos aqui, eu, Marisa Serrano, Paulo Paim e outros na Câmara, o FUNDEF. Acho que o FUNDEF significa um divisor de águas. O Senador Cristovam acompanhou isso de muito perto. Um divisor de águas na história recente da educação no Brasil. Um avanço. Um pequeno avanço nesses últimos anos. Mas é importante registrar que nós ainda precisamos de muitos outros avanços. E nesse sentido nós estamos acompanhando bem de perto o desenrolar aí, as discussões em relação ao FUNDEF. E também o Projeto que V.Exª e o Presidente da República estão

apresentando nesse momento ao País, o Projeto de Desenvolvimento da Educação.

Quando cheguei a essa Comissão, que é presidida por um dos homens públicos mais notáveis nessa busca por uma educação de qualidade, que é o Senador Cristovam, falei aqui que nós precisávamos de um PAC para a educação. O Senador Cristovam corroborou com essa opinião naquele dia.

Em Goiás, Sr. Ministro, nós trabalhamos muito em todas as áreas, no fundamental, médio, superior, assumindo até atribuições que não eram nossas, e V.Ex^a é testemunha, Senador Cristovam também foi Ministro e é testemunha. Me preocupei muito com a questão da evasão. E o salário-escola que eu criei muito em função da experiência do Senador Cristovam, Governador de Brasília com a criação da bolsa escola, colaborou porque em 2004 nós tivéssemos uma evasão escolar para os alunos que estavam incluídos no salário-escola que hoje beneficia mais ou menos 92 mil famílias, para que nós tivéssemos 0,2% de evasão em relação a essas crianças beneficiadas pelo salário-escola.

Portanto é um programa aprovado que surtiu efeitos. Tivemos uma outra experiência em relação à defasagem idade/série. Esse sucesso se deveu à parceria com o instituto Airton Senna. Nós fomos pioneiros no Brasil em relação a essa parceria. Nós conseguimos através do Programa de Aceleração da Aprendizagem avançar muito no que diz respeito à redução da defasagem idade/série. Foi um programa muito interessante, um programa que obteve muitos e bons resultados. Logo de início nós enfrentamos uma discussão que era tabu no Estado, a democratização da gestão escolar com base e pressupostos que implicavam em qualidade, etc, qualificação de quem se candidatava à gestão escolar, não filiação partidária, uma série de pré-requisitos que foram fundamentais para que nós pudéssemos melhorar a educação.

Outra preocupação se deu em relação à inclusão digital. Para o senhor ter uma idéia, eu felicito V.Ex^a por estar preocupado em universalizar laboratórios de informática para o ensino médio nesse ano, mas nós estamos chegando a quase 500 escolas de ensino médio já beneficiadas com a inclusão digital, laboratório de informática e V.Ex^a vai completar esse trabalho.

Enfim, nós fizemos um trabalho grande de reforma da rede física, aquisição de laboratório de ciência, laboratórios de línguas, laboratórios de informática, centralizamos a merenda escolar, compramos livros para o ensino médio, sobretudo livros de língua estrangeira, mas ainda não houve tempo para que pudéssemos ter a melhoria que esperamos no desempenho das avaliações. E a primeira pergunta que eu faço a V.Ex^a é o seguinte, quanto tempo o senhor imagina ser ne-

cessário para que efetivamente um Estado depois de ter investido tanto na educação básica, na educação superior possa conseguir efetivamente dar esse salto em relação à avaliação.

Segunda preocupação: Como é que os Prefeitos vão entrar, os Prefeitos e Governadores, nessa composição do piso nacional. Ou invertendo a pergunta, qual vai ser o percentual de recursos que a União vai investir para que se possa garantir o piso de 850? Eu digo isso com uma certa tranquilidade, porque quando assumi o Governo nós tínhamos um piso de 472 reais. Apenas 28% de professores no ensino fundamental qualificados e com curso de formação superior. Nós chegamos a 97% agora e o piso nosso já é de mil e oitenta e quatro reais para professor de 40 horas aula. Então essa é uma preocupação. Qual vai ser a participação da União em relação à composição desse piso?

A outra preocupação, e os recursos do FUST? V.Ex^a vai utilizar esses recursos para garantir a universalização do ensino médio em termos de laboratório de informática e depois a universalização para o ensino fundamental?

Uma outra pergunta, Sr. Ministro, há preocupação por parte do Ministério da Educação de se preparar, debater e apresentar um plano decenal ou vintenal para a educação no Brasil?

Outra pergunta, V.Ex^a tem algum Projeto diz respeito à distribuição de livros gratuitos para alunos no ensino médio, sobretudo livros para alunos para cursos de língua estrangeira?

Outra preocupação: A questão dos laboratórios. De informática me folga muito saber que há esse compromisso de universalizar esse ano. Mas em relação ao laboratório de ciências e línguas, existe algum programa nesse sentido?

Já encerrando, Sr. Presidente, uma outra preocupação. É com relação à gestão e monitoramento desses programas que estão sendo lançados por V.Ex^a. Haverá um rigoroso acompanhamento em relação à gestão desses programas, ao monitoramento.

Em relação à questão de FUNDEB, uma outra preocupação de Prefeitos e Governadores, a União vai se comprometer com recursos expressivos? Porque senão os Estados e Municípios vão ter dificuldade de colaborar na implementação desse plano.

Por fim, em relação à educação superior. Teria outras perguntas a fazer, mas já cumprimentando V.Ex^a pela Universidade Aberta, eu perguntaria se em relação a pólos ou unidades avançadas das universidades federais, cujos Governos Estaduais colaboraram muito até saindo um pouco do seu papel e do compromisso como é o caso nosso, onde o Governo do Estado in-

vestiu 80 milhões de reais na Universidade Federal de Goiás nos últimos oito anos para a manutenção dos Campi de Jataí e de Catalão. Haveria uma contrapartida do Governo Federal no sentido de federalizar estes pólos ou transformá-los em universidade em função dessa atitude do Governo do Estado de ter colaborado efetivamente com uma área que não é sua? Quer dizer, eu gostaria de ouvir de V.Ex^a essas considerações, mais uma vez enfatizando aqui o compromisso meu como Senador de estar aqui apoiando todas as medidas que sejam de interesse público e de interesse para o setor de educação, Ciência e Tecnologia. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Ministro.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer imensamente as perguntas que foram formuladas. Tentar responder a todas as questões. Teríamos 10 minutos, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): À vontade.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Muito bem. Sobre a participação das universidades na formulação dos planos municipais em combinação com o Ministério da Educação. Esse primeiro recrutamento de especialistas está sendo feito via Unesco, e pela Instrução Normativa e a própria LDO, a própria LDO ela impede que nos acordos de cooperação internacional, possam ser contratados servidores públicos federais, estaduais e Municipais. Contudo, embora esta força tarefa de 80 especialistas seja composta por não servidores, pode ser aposentados, estudantes de pedagogia, doutorandos, mestrandos, uma série de técnicos, nós vamos poder contar com a universidade na capacitação desse pessoal. Então as universidades estão nos ajudando, nós temos uma rede de formação composta por 10 universidades públicas e particulares, que já nos ajudaram no Pró-Letramento, que já nos ajudaram no Pró-formação e estão nos ajudando também aqui no compromisso “Todos pela educação”.

Sobre a educação profissional e superior, o Presidente se comprometeu com o País a atender cada cidade pólo com uma unidade federal para oferta de educação profissional, técnica e superior. Isso foi veiculado inúmeras vezes. E o Presidente nos determinou que fizéssemos esse trabalho com máximo rigor técnico para evitar qualquer tipo de favorecimento de outra ordem que não os interesses da própria educação.

Sete Ministérios participaram desse trabalho. Técnicos de sete Ministérios. Integração Nacional, Desenvolvimento e Comércio Exterior, Indústria e Comércio Exterior, Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Planejamento, MEC... Faltando um... Eu falei agricul-

tura já? Mas tem um sétimo que já vou me recordar. Sete Ministérios participaram desse trabalho, e foram identificadas as tais cidades pólo do País basicamente atendendo a dois critérios. Primeiro deles: Atender todas as mesorregiões. Sem exceção. De maneira que nós tivéssemos uma distribuição de novas unidades que respeitasse a dispersão da população pelo território nacional. E o segundo critério importantíssimo na definição dessas cidades pólo é a presença em algumas das cidades das mesorregiões de arranjos produtivos locais, para combinar a oferta de educação profissional e superior com as necessidades do desenvolvimento econômico e social. Esse cruzamento foi feito, nós estamos levando no próximo encontro com o Presidente da República levando o resultado deste estudo. Então, a... Ciência e Tecnologia. Esqueci do Ciência e Tecnologia. É o sétimo.

É idéia é que cada uma dessas cidades conte pelo menos com uma instituição federal que ofereça as duas coisas simultaneamente para evitar a sobreposição, você tem uma extensão universitária uma escola técnica uma do lado da outra com sobreposições do ponto de vista de dirigentes, e tal, para evitar uma... Que as atividades meio tomem espaço das atividades fim, então vamos ter um instituto que vai dar conta das duas tarefas. Educação profissional, de nível médio, sobretudo, e educação superior. Mas o feitiço dessa instituição é de estar absolutamente, primeiro lugar, aderente a um projeto local de desenvolvimento. Em segundo lugar, nós queremos que esse instituto em cada mesorregião estabeleça uma articulação com as escolas públicas do entorno. Tanto no que diz respeito à formação e capacitação de professores, quanto no que diz respeito a programas de extensão. E aí um pouco eu respondo ao Governador Marconi quando fala em laboratórios de ciências e línguas cada um desses institutos estará equipado com que de melhor nós tivermos do ponto de vista de laboratórios de ciências. Que nós queremos que eles sejam centro de excelência para oferecer programas de extensão para escolas públicas do entorno, sobretudo as de ensino médio. Então nós vamos combinar a rede federal com as redes locais, municipais ou do Estado.

A educação superior nós vamos dar consequência à fase 1 da expansão. E nós estamos apresentando para os Reitores já acordo com ANDIFES em criar um programa para reestruturação do parque das universidades públicas federais. No que consiste esse programa? Nós precisamos enfrentar uma série de tarefas que até aqui ficaram um pouco de lado. Por exemplo, a questão dos currículos, a questão da mobilidade estudantil, a questão do aproveitamento de créditos, a questão do combate à evasão e aproveitamento de

vagas, que vocês sabem que poucas universidades têm programas de aproveitamento de vagas que vão se tornando ociosas à medida que os cursos avançam. A questão de permitir que os alunos tenham itinerários formativos um pouco mais flexíveis e que atendam às suas vocações e a seus interesses. Tudo isso está sendo discutido nas nossas universidades hoje. Com diversos modelos. O modelo da Bahia que tem o nome de Universidade Nova, o de Minas Gerais que tem ênfase em cursos noturnos, e eu poderia citar dezenas de debates que estão acontecendo nos nossos Campi, cada um buscando um modelo de maior inclusão, maior atendimento, maior flexibilidade, e modernidade também. Porque nós temos que modernizar os nossos projetos político-pedagógicos.

Nós queremos fazer a expansão da educação superior, nesse novo formato. Agora, os Campi que o senhor citou, Senador, são já da fase 1 da expansão. E esses vão continuar recebendo um tratamento específico. Porque no caso do Estado de Goiás, nós temos uma parceria já estabelecida, como o senhor disse não é nem desse Governo, são de alguns anos com essa parceria com o Governo do Estado de Goiás com a União, e nós queremos estreitar esses laços e retribuir ao Estado de Goiás o que o Estado de Goiás fez pelo sistema federal de educação superior. Eu penso que nós devemos ter uma atenção especial com aqueles governos que realmente souberam aproveitar as oportunidades, dar as mãos ao Governo Federal e estabelecer em regime de colaboração projetos mais ousados de ampliação do acesso à educação superior.

Em relação ao FUNDEB, a pergunta é se há acordo entre Governadores e Prefeitos. O que eu posso assegurar é que em relação a dirigentes Municipais e dirigentes estaduais de educação, o acordo já houve, e foi selado na minha Mesa, com a minha participação, apenas presencial. Porque eu sequer tive que votar. A Comissão que estabeleceu os critérios para repartição dos recursos do fundo, hoje pela lei atual é composta de CONSED, UNDIME e MEC. CONSED representando Secretários Estaduais, UNDIME os Secretários Municipais e o MEC os dirigentes federais. E sem que o MEC tivesse qualquer incidência sobre isso, os dirigentes Municipais e estaduais acordaram e pactuaram com eficientes distribuição dos recursos do fundo. Então os educadores estão muito bem, obrigado. [risos] Nós nos entendemos a respeito disso. Agora, evidente que o Congresso é soberano e tem total legitimidade de repensar esse acordo. Até porque a Medida Provisória está em tramitação. Pelo que eu entendo que está acontecendo na Câmara nesse momento, eu penso que a tendência que eu não sei se vai se confirmar, é de validação dos coeficientes que foram estabele-

cidos na Comissão Tripartite, com alguma regra que vai ser estabelecida pela Lei de Repactuação desses coeficientes nos anos vindouros. Mas isso está bem encaminhado na Câmara dos Deputados e o MEC vai acatar, como não há outra maneira também, vai acatar aquilo que foi decidido pelo Congresso Nacional. Se o Congresso entender que quer avocar a si a prerrogativa de estabelecer os coeficientes, sendo esses ou não, muito bem. Se o Congresso entender que validará os coeficientes, mas manterá a atribuição da Comissão, cuja composição inclusive pode ser alterada, e a tendência é de que seja alterada, também muito bem. O que no nosso juízo é motivo de comemoração, é que muitos apostavam no dissenso, e pelo menos no que diz respeito ao setor da educação, houve consenso. Que eu espero que seja mantido aqui no Congresso Nacional. Todos os cálculos indicam que não há prejuízo nenhum para os Municípios. Eu faço referência ao estudo que o INEP vai apresentar por ocasião da Marcha dos Prefeitos em que fica demonstrado que a transferência de recursos para os Municípios salta de 2006 para 2007 de 8,3 bilhões para 10,6 bilhões de reais. Em apenas um ano. São dois bilhões e trezentos milhões a mais de transferência para os Municípios. E o dado mais interessante é sem que os Estados respondam por esse aporte adicional. Porque esse aporte adicional só é possível porque a complementação da União salta da média histórica do FUNDEF de 500 milhões de reais para dois bilhões no primeiro ano, se levarmos em conta o EJA de um bilhão para dois bilhões, já com a perspectiva de 2008 de 3,5 bilhões. Quer dizer, quase vamos dobrar de 2007 para 2008 até atingir o patamar de cinco bilhões. Que é um patamar como diz a própria Constituição mínimo. E sem levar em consideração os investimentos que o Plano de Desenvolvimento da Educação vai exigir. Que é extra FUNDEB.

Quando nós estávamos no Programa de Transporte Escolar, de livro didático do ensino médio que pela primeira vez na história é distribuído gratuitamente para todos os alunos da rede pública, da Universidade Aberta, do compromisso todos pela educação, do apoio financeiro aos Municípios com indicadores preocupantes, tudo isso é extra FUNDEB. Portanto nós estamos falando de um orçamento mais generoso. E eu lembro que o orçamento 2007 do MEC é o maior orçamento da história do Ministério. E ainda insuficiente para honrar os desafios que nós temos pela frente.

Eu tenho insistido em dizer, faço coro com o Senador Cristovam Buarque, que nós só vamos conseguir atingir uma qualidade na educação com esses programas todos, sobretudo na área de gestão, mas com pelo menos 5% do PIB investido apenas na edu-

cação básica. Fora a educação profissional e superior. Apenas a educação básica o Brasil tem que ter a meta de chegar a um patamar de chegar a 5% do Produto Interno Bruto. Que é um patamar recomendado pela UNESCO para Países com a dívida educacional que o Brasil tem e o PIB per capita que o Brasil tem para no prazo de uma geração, não é de um para o outro, de uma geração nós colhermos o fruto desse investimento. Isso é senso comum entre os especialistas da educação, e é evidente que nós vamos ter que incidir sobre a questão do orçamento. É óbvio que 5% não é só da União, é do País. Isso é no mundo inteiro, mas a União tem que entrar com a sua cota parte. Sobre tudo no Plano de Desenvolvimento da Educação. Eu penso que vão vou conseguir responder todas as perguntas que está no prazo estabelecido. Poderia...? Muito obrigado.

Em relação à educação infantil, Senadora, nós temos uma preocupação enorme com a educação infantil, até porque todos os estudos internacionais e nacionais revelam que a educação infantil é um dos elementos do sucesso de que qualquer plano de qualidade da educação. Eu garanto à senhora que se nós somarmos todas as creches dos últimos 10 anos que a União patrocinou, não chega ao número de 400 creches. Pode pegar 10 ou 12 anos de convênios do Ministério da Educação. O Ministério da Educação teve uma preocupação com o ensino fundamental, teve uma preocupação com o ensino médio com o Promed, sobretudo com o Promed, mas é o início de uma preocupação com a educação infantil em 2007 que nunca foi o caso. Nós não pretendemos... Nós estamos lançando o Pró-Infância à maneira do Promed com recurso de construção de 400 creches. Mas nós não pretendemos manter essa mesma meta nos próximos anos. Nós pretendemos que esse programa se inicie com 400 creches, mas que nós tenhamos metas mais ambiciosas até 2010, e nós queremos sensibilizar o Congresso Nacional para eventualmente, se assim desejar, canalizar uma parte de recursos de Emenda para a construção de creches. Emendas individuais ou Emendas de bancada. Porque nós entendemos que uma vez lançado o programa Pró-Infância, ele vai despertar o interesse de muitos parlamentares comprometidos com a educação infantil que vão direcionar recursos de Emendas para essa finalidade.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Eu posso fazer uma réplica, Sr. Presidente? Só lembrando que as creches até então ainda hoje são do Ministério da Assistência Social e não do Ministério da Educação. Isso nos últimos anos é que agora que ela está ainda embrionariamente passando para o Minis-

tério da Educação e para a Secretaria Estaduais de Educação.

E quero ainda pedir um outro favor para o Sr. Ministro. Os índices que o senhor colocou, o menor índice foi estabelecido para creches. O menor, e esqueceram todos os outros índices, Ministro, colocaram ensino médio, regular e integral. Ensino fundamental, regular e integral e esqueceram que a creche em geral é integral. E para ela foi o menor índice e não separaram entre integral e não. Só que a creche é integral--

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Senadora, deixa eu lhe responder--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Então eu quero dizer ao senhor que a política do Ministério, eu gostaria de ver e tenho certeza que V.Ex^a vai trabalhar nesse sentido, de ver a educação infantil zero a seis que é a base da formação do ser humano contemplado, e não ainda o menor índice, o único que não foi dividido como integral. E é isso que eu quis colocar hoje aqui. Tanto que eu tinha um monte de perguntas para fazer que eu gostaria de fazer. Mas eu me foquei hoje na educação infantil.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: E eu tenho um monte de questões para responder e eu gostaria de responder. Está muito bem. Muito obrigado, Senadora. Lembrando à senhora que o índice de creche no FUNDEF era zero porque o FUNDEF sequer contemplava todas as etapas da educação básica. Ficava restrito ao ensino fundamental. Então o FUNDEF já ampliou para a educação infantil e para o ensino médio, mas os Municípios tinham zero de recursos do FUNDEF para creche. Além disso, eu lembro a senhora que os coeficientes foram estabelecidos por consenso dos Secretários Municipais e dos Secretários Estaduais de educação. Então esses coeficientes foram estabelecidos sem que o MEC tenha sequer tido necessidade de arbitrar. E eu lembro ainda mais... [soa a campainha] Se eu puder... Eu lembro mais, que também na ocasião em que o FUNDEF foi negociado, havia a preocupação manifestada pelo então Presidente do CONSED que era Secretário do Estado de São Paulo, professor Gabriel Chalita, de excluir as creches porque os impostos municipais não estavam sendo agregados ao fundo. Então, não era uma discussão simbólica de se creche é importante ou não. Porque todos, a ocasião inclusive ele, concordava que a creche era muito importante. O fato é que naquela ocasião não havia consenso se era constitucional fazer com que o IPTU, o ISS e o ITBI, pudesse compor a cesta de impostos que compõem os vários fundos, o FUNDEF. Então que, portanto--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

[pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora, eu gostaria que toda réplica fosse no final da resposta do Senador.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Bom, então eu acho que os avanços estão bastante considerados. Primeiro, com a inclusão de toda a educação infantil no FUNDEB. A questão da creche integral já foi corrigida pela Relatora do meu partido, que relata o fundo, e Senadora, vou lhe ser muito franco. Eu não demarco onde não há demarcação a ser feita. Eu penso que onde há consenso, se é consenso apoiar educação infantil, tanto melhor. Vamos somar esforços para que isso seja possível. Em nenhum momento o Executivo se opôs à inclusão da creche no FUNDEB que foi uma demanda do Congresso Nacional. Em nenhum momento o Executivo se manifestou sobre o coeficiente de creche. Em nenhum momento o Executivo foi contra incluir os impostos Municipais no FUNDEB. Eu lembro a V.Exª que o FUNDEB foi aprovado pela quase unanimidade das duas Casas. Com a participação de todos os partidos e inclusive o de V.Exª. E eu quero crer que a sua regulamentação também vai passar pela mesma tramitação. Uma negociação de alto nível, sem demarcar partidariamente que não é disso que se trata, e quem sabe nós podemos conduzir o projeto de regulamentação a uma aprovação também por consenso.

Até aqui, se tem uma coisa que me alegra na condição do Ministério da Educação, é que tudo relativo à educação até hoje desde que eu estou no MEC há três anos como Secretário-Executivo e como Ministro, nós aprovamos por consenso, e não houve nenhum tipo de partidização do debate e nem de demarcação que não seja produtiva. A demarcação tem que produzir resultados para a educação. Quando ela não produz, ela realmente do meu ponto de vista ela não é muito bem vinda. Eu vou citar um outro exemplo. A senhora fala que fica feliz com a fixação de metas, as metas só são possíveis porque foi aplicada a Prova Brasil no País todo. E houve várias manifestações contrárias à Prova Brasil na ocasião em que ela foi lançada. E o Estado de São Paulo sequer participou da Prova Brasil. Sendo que as escolas estaduais paulistas não vão poder ter meta porque não tem indicador, porque não participaram. E eu não faço disso uma discussão para dizer: Olha, o meu partido, o seu partido... Não. Houve uma decisão, essa decisão está sendo corrigida agora, já tenho informações do Governo do Estado do Estado de São Paulo que vai aderir à Prova Brasil e nós poderemos a partir de 2007, fixar as metas também para as escolas públicas paulistas.

Então, veja V.Exª que no que diz respeito à condução da educação, nós não estamos fazendo um de-

bate para ficar discutindo o passado, o que aconteceu. Temos que aprender com o passado, mas temos que olhar para o futuro. Então vamos pensar nos avanços que houve, nos avanços que estão ocorrendo. Acho que o FUNDEB é um avanço, o FUNDEF foi um avanço, o FUNDEB se vale da experiência do FUNDEF e avança ainda mais, contempla toda a educação básica, os coeficientes poderão ser revistos, inclusive aqui no Senado. Nada a opor. Quero recomendar, se me é permitido, que também sejam ouvidos os Governadores do PSDB que estiveram comigo, clamando por um coeficiente para creche inferior inclusive ao que foi estabelecido. Por isso que eu lembro que não é uma questão partidária. É uma reivindicação dos Governadores incluindo os do PSDB foi de fixar um coeficiente para creche de zero a sete.

Então, o que eu quero dizer é que essa questão não é partidária. Não é partidária. A questão séria é que tem que ser tratada com toda responsabilidade, levar em consideração quais impostos compõem o fundo, quais foram os acordos que foram feitos pelos educadores sem sequer interveniência do Executivo Federal para que possamos caminhar e evoluir. A medida ainda está em tramitação e a senhora conte comigo para esclarecimentos e para apoio às teses suas também eu defendo. Eu tenho absoluta convicção de que a educação infantil é um dos segredos do sucesso da educação básica no seu todo.

Sobre financiamento eu já falei, questão do FUST, o senhor fazia a referência. Vou passar um pouco mais rápido, Senador, senão não vai dá tempo. Eu defendo, Senador, que a lei do FUST seja alterada. Acho que a lei do FUST ficou anacrônica à luz dos avanços tecnológicos da última década. 97 para 2007 aconteceu muita coisa nesse País, aconteceu muitas coisas no mundo na tecnologia. Ela ficou uma lei bastante anacrônica à luz da revolução tecnológica em curso, e eu penso que nós deveríamos talvez considerar a hipótese de incluir no projeto piloto, no chamado PPI, eventualmente recursos da INFOVIA. A INFOVIA é uma infraestrutura como outra qualquer. A INFOVIA não perde em nada. Muito pelo contrário, para uma estrada, para uma rodovia, para uma hidrovia, para um porto, para um aeroporto. Porque não incluir a INFOVIA conectando o sistema público todo de educação, saúde, de cultura, os pontos de cultura, as casas Brasil, num grande sistema interligado, as universidades, as escolas técnicas. Eu penso que nós devamos caminhar talvez para essa possibilidade de pensar no PPI da INFOVIA. Excepcionalizar das regras de contabilidade tradicional esse importante investimento que vai significar uma melhoria infinita das possibilidades pedagógicas para o nosso magistério que vai poder se valer não só da

rede mundial de computadores, mas de tudo que a as universidades produzem e que está disponível hoje nessa rede para o seu próprio benefício.

Bom, o livro didático do ensino médio, o PNLEM, acho que já respondi também. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Wellington Salgado. Depois será o Senador Paim, Senador Adelmir, Senador Mesquita e Senadora Ideli.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador, eu peço a palavra para réplica.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem. Eu gostaria de pedir uma réplica curta.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Ministro, eu agradeço pela consideração com relação às respostas que foram feitas, faltou a questão da gestão e monitoramento dos programas, V.Exª esqueceu, queria dar ênfase à questão da Prova Brasil levando em consideração também a necessidade de se ter um programa de universalização, quem sabe, da alfabetização de jovens e adultos. Porque isso vai ser fundamental para que tenha sucesso na Prova Brasil.

Por fim, uma preocupação em relação ao déficit de professores que nós já estamos vislumbrando para o futuro próximo. Nós temos estatísticas que nos preocupam demasiadamente. No futuro se não tomar providências agora nós vamos ter déficit seriíssimo com relação à disciplinas como matemática, biologia, física, língua portuguesa, língua inglesa, então eu gostaria de saber se existe alguma iniciativa sendo providenciada. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador se aceitaria que o Ministro responda quando for responder os outros?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): São duas perguntas apenas, Presidente, eu vou ter que ir para uma outra Comissão. Se o senhor permitir.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Rapidamente, esse novo instituto nas cidades pólo, Senador, 20% do seu orçamento esse é o acordo que nós estamos fazendo com os conselhos da rede de educação profissional, CONSEFET, CONEAF, CONDETUF é que 20% do orçamento desses institutos seja destinada para a formação de professores, além da Universidade Aberta do Brasil. Então nós teríamos 350 cidades com UNEDs, CEFETs, ou escolas técnicas em que 20% do orçamento seria destinado para a formação de professores e toda a Universidade Aberta em que 75% dos cursos é voltada também para a formação de professores. Isso combinado com o piso e com as novas diretrizes de carreira, eu penso que

pode equacionar esse déficit de professores a que o senhor se referiu.

Sobre gestão e monitoramento, eu fiz referência a um edital Unesco/MEC que foi publicado no domingo, para recrutar 80 especialistas em educação, e a idéia é que nós façamos um monitoramento muito abrangente, escola por escola, e sistema por sistema. E divulgando os resultados. O nosso objetivo não é punir, mas o nosso objetivo é que a sociedade faça um acompanhamento dos resultados desse investimento até para que possa se mobilizar no sentido de colaborar com o sistema público de ensino para aprimorar o seu trabalho. Então, está previsto um sistema de monitoramento. Em relação ao EJA, me escapou. É a prova para o EJA? O ENCCEJA?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O trabalho de alfabetização tendo em vista o exame Brasil, a Prova Brasil.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Pois não. Já entendi. Muito obrigado. Nós estamos querendo discutir com as redes um ciclo de alfabetização que termine aos oito anos de idade. Quer dizer, a idéia é a partir do momento que a criança entra no ciclo de alfabetização, muito levemente, aos seis anos, progressivamente até os oito, garantir instrumentos para que as escolas façam um acompanhamento individualizado, portanto por criança, para garantir a alfabetização até os oito anos.

O senhor tem toda a razão em dizer, em lançar luz sobre isso, porque quando você aplica a Prova Brasil aos dez, onze anos, é tarde demais para recuperar o eventual déficit de conhecimento que a criança tenha. Daí porque além do exame de quarta e oitava série ou de quinto ano e nono ano no novo formato de ensino fundamental nove anos, criar um ciclo de três anos, está sendo discutido isso com o CONSED e com UNDIM, mas com acompanhamento por instrumentos criados para essa finalidade específica.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington. Senadora.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não é questão de réplica, só gostaria de saber do Ministro se há alguma coisa pensada a respeito do ensino técnico profissional proposto.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Não consigo responder tudo, eu vou retomar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington. Lembro que temos cinco minutos para cada um.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ah não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os outros respeitaram com um minuto de tolerância. Menos o Ministro, claro, tem todo tempo que quiser.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito bem, Sr. Presidente Cristovam Buarque, a quem eu considero hoje no Brasil um sucessor do professor Darcy Ribeiro. Realmente falo do coração de acompanhar o trabalho de V.Ex^a. Ministro Fernando Haddad, a que eu tenho a oportunidade de conhecer, Secretário-Executivo José Henrique Paim, que não é parente do nosso Senador Paim, que até perguntei uma vez se era parente. Poderia ser.

A primeira coisa que eu queria colocar aqui, e queria colocar com muito respeito à Senadora Fátima Cleide, é que a questão de que escola privada é escola de elite. A escola privada é uma escola boa. E se nós formos analisar até esse Governo do qual eu defendo e do qual eu participo e só estou aqui porque o Ministro está escolhido pelo Presidente Lula, nós veríamos que vários Ministros têm filhos na escola privada. Se nós fizéssemos um levantamento quanto a isso. Então acho que essa discussão é uma discussão já ultrapassada. Até mesmo o Ministro criou o PROUNI que foi uma maneira que eu sempre digo para ele incrível, começou em São Paulo com o Projeto dele, de colocar as pessoas que não têm condição nessa própria escola privada.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com licença, Senador, eu quis dizer que... Infelizmente são as de elite porque só quem pode pagar está lá. Agora, também temos escolas públicas boas apesar das condições adversas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Muito bem colocado. Primeiro ponto que eu queria colocar, Sr. Ministro, é que pra mim qualidade de ensino se faz com bom pagamento de professores e boa infra-estrutura. Isso é desde lá de trás, a minha mãe foi professora primária pública e sempre era respeitada, porque ela tinha um bom salário, me dava um bom estudo, ensinava bem, e ela era respeitada. Quando foi ao Japão até ela era muito mais reconhecida no Japão do que aqui como professora.

Então a pergunta que eu faço é a seguinte: Do Governo do PSDB do Paulo Renato para cá criou-se uma série de avaliações. V.Ex^a tem hoje quanto se gasta em avaliações nesse País em diferentes estágios da educação? Essa é uma pergunta.

Segunda pergunta: O TCU determinou que professores com dedicação exclusiva em federais não podem participar de avaliação que é o sistema de avaliação que V.Ex^a tem para o terceiro grau. V.Ex^a, não. O Ministério da Educação. Essa atitude correta

do TCU acabou acarretando um apagão na avaliação no ensino superior do País. No e-mail de comunicação do MEC, ele diz que está tudo suspenso até que haja uma solução jurídica para essa situação. Já foi encontrada a solução jurídica para essa situação? E se foi encontrado, e se não foi encontrado, como é que ficam esses alunos que precisam ter a escola avaliada para que possam ter seus diplomas?

Minha terceira pergunta, é o seguinte: Eu tenho feito uma série de requerimentos ao MEC pedindo as informações e sempre endereçado a V.Ex^a. e as informações não vem, eu estou aqui com todos os requerimentos que também não vou... Vou só mostrar que eu pedi à assessoria, são seis no total, e inclusive no ano passado quando eu era Presidente dessa Comissão eu encaminhei um requerimento como Senador e foi entregue a resposta no dia 18/12/2006, quando na verdade não respondia a nenhuma das perguntas que eu fiz. E a gente já vê correndo aqui no Plenário uma assinatura de uma CPI de Educação. Eu não assinei porque eu acho que a gente pode dar informações ao Ministério e o Ministério dá informações tranquilamente. Até mesmo as CPIs são às vezes são voltadas para um determinado caminho e todo mundo sabe como começa e não sabe como termina. Eu espero que V.Ex^a tenha um carinho especial e me dê essas respostas para que eu não possa procurar outros caminhos para ter essa resposta do qual são pedidos requerimentos nessa Casa.

E por último, é uma questão até mesmo acadêmica. V.Ex^a fala em Universidade Aberta e Universidade à Distância. São duas coisas completamente diferentes. Eu fiz doutorado no ensino à distância. São duas coisas diferentes. V.Ex^a. tem que saber o que é que o MEC quer. O MEC quer fazer uma educação aberta, um ensino a Universidade Aberta ou o MEC quer fazer uma universidade à distância? Uma Universidade Aberta seria nos padrões da Open University, uma universidade à distância seria uma UNED na Espanha. A Universidade Nacional de Educação à Distância da Espanha. O que é que isso quer dizer? Na educação aberta, o aluno vai procurar os créditos na função que melhor lhe convier e ele não tem prazo para terminar. Na educação a distância V.Ex^a vai criar as disciplinas e vai ter um prazo para que ele possa responder, estudar e ser avaliado naquela disciplina e aí ele se forma. Como V.Ex^a procura com isso melhorar a qualidade de ensino dos professores, com certeza o MEC vai criar etapas para serem cumpridas e datas para serem avaliadas. Com certeza. Então aí nós teremos uma Universidade a Distância. E não uma Universidade Aberta. Eu pediria para que o MEC se posicionasse o que é que ele realmente quer. Porque senão criar uma

Universidade Aberta e à Distância eu acho impossível isso. Porque você poder ter até educação continuada, mas não as duas coisas numa só. Senão já teria sido criado no mundo e todos os Países que visitei não existe. Ou é uma Universidade Aberta que é uma universidade até um pouco mais anárquica, você se inscreve, pega a disciplina que quer, sem pré-requisitos, sem nada, você vai fazendo em função do que você necessita para aquele momento. E ao final dali a cinco, dez anos que você cumpriu todas as etapas, você recebe o diploma. Eu acho que não é esse o trabalho do MEC, o MEC quer é qualificação de um profissional dentro de um período. Então eu queria que V.Ex^a. me explicasse qual é o objetivo do MEC e qual o tipo de universidade realmente o MEC quer fazer. Só essa minha pergunta, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, serei muito rápido para aproveitar as respostas do Ministro. Primeiro Senador Cristovam, confesso aqui de público que quando o Presidente Lula muda a pasta que V.Ex^a. era Ministro eu fiquei muito preocupado, que V.Ex^a. sem sombra de dúvida um excelente Ministro e um especialista na área de educação, mas também quero aqui de público dizer que o Ministro Tarso Genro fez também, continuando o seu trabalho, um ótimo trabalho no Ministério da Previdência. E agora Ministro Tarso Genro, da Educação e agora Fernando Haddad, quando o Ministro Tarso Genro sai da educação, fiquei também preocupado, mas quero dizer que estou contente pelo ótimo trabalho que V.Ex^a. vem fazendo naquela pasta, inclusive, quero aqui dar um depoimento rápido, de V.Ex^a. atendendo o que é possível e sabendo dizer não quando não é possível, como V.Ex^a. tem feito. E quero aqui terminar com o meu José Henrique Paim, que não é parente, mas pela sua competência embora os Ministros mudaram, José Henrique Paim, continua assessorando os Ministros. Parabéns então pela competência também do nosso José Henrique Paim.

Ministro, eu na verdade, eu quero é cumprimentar V.Ex^a. Eu encaminhei alguns projetos aqui e tive total apoio do MEC, lembro do FUST, onde hoje a contribuição para educação é 18% nós passamos para 30%, foi aprovado por unanimidade aqui no Senado e está lá na Câmara dos Deputados que eu espero que aprove rapidamente. Assim, nós teremos mais investimento na educação. Também aprovamos aqui e eu vi aqui a discussão da creche de 0 a 6 que é de 0 a 5, nós aprovamos aqui projeto também para que as empresas da área privada regulamentando o instrumento da própria Constituição tenham creches para os filhos dos trabalhadores de 0 a 5 anos e isso será

subsidiado naturalmente como contribuições a pagar pelas empresas para o Governo. Teve também o apoio do Governo e conseqüentemente do MEC. Claro que eu sei que isso não atende a todos, eu estou me referindo aqueles que trabalham e não responde a situação daqueles que estão desempregados. Mas o apoio do Governo do MEC para mim foi importante.

E por último o FUNDEP que V.Ex^a. tem apoiado, ele está, digamos, na última Comissão que vai criar um fundo de investimento para o ensino técnico profissionalizante que poderá gerar até 5 bilhões de reais.

Por tudo isso, Ministro, não só porque alguns projetos são de minha iniciativa. Eu quero pedir só a V.Ex^a. se puder na sua resposta final que V.Ex^a. não pôde falar, todo mundo sabe que eu sou um apaixonado pelo ensino técnico profissionalizante e tudo que eu falei aqui vai nessa linha que V.Ex^a. possa falar um pouco mais sobre o ensino técnico profissionalizante, que eu sei que era a disposição de V.Ex^a., e que já deram perguntas nesse sentido. No mais, parabéns a V.Ex^a. e a sua equipe.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Adelmir.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, Sr. Ministro Fernando Haddad, Sr. Secretário Executivo José Henrique, que não é parente do Senador Paim como foi colocado aqui, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores.

Eu vou ser muito rápido, Sr. Presidente, há uma proposição no programa de criação de Escolas Técnicas nas 150 cidades pólos, é sabido que no Brasil existe hoje 147 escolas técnicas, e formando pouco mais de 89 mil alunos ano no país. Observando o orçamento me preocupou e eu gostaria de saber do Ministro se existe algum recurso novo, além do recurso orçamentário para o projeto das Escolas Técnicas. E paralelamente a isso eu queria fazer aqui uma indagação. Nós sabemos que esses cursos profissionalizantes além, naturalmente, da ação do Governo Federal, existem instituições tipo SENAC, tipo SENAI que desenvolve uma grade de ensinos técnicos há mais de 60 anos no país. E nós especificamente no SENAC muitas vezes encontramos dificuldades e nós estamos numa capilaridade de mais de 2.800 Municípios, uma dificuldade para instalação de alguns cursos técnicos em razão da própria exigência do Ministério da Educação e dos Conselhos Estaduais de Educação. Há no caso especificamente de São Paulo uma delegação de competência que ocorreu há mais de 20 anos e São Paulo desenvolve isso com mais desenvoltura esses cursos técnicos nos vários municípios paulistas. Mas em outros Estados brasileiros, em Brasília, por exemplo, aonde nós dirigimos o SENAC, em outros Estados brasileiros a gente tem

difficuldade da implantação de um novo curso técnico por exigências dos Conselhos Estaduais.

Então, o que nós queríamos aqui, Sr. Presidente, era reivindicar uma delegação de competência do Ministério da Educação para os conselhos nacionais do SESC e do SENAI, do SENAI e do SENAC delegando essa competência como é feita em São Paulo para que a gente tenha maior mobilidade da abertura desses cursos como questão complementar, uma vez que nós estamos em mais de 2.800 Municípios, como acabei de afirmar, e temos uma grade de 15 cursos técnicos que é a grade do Conselho Nacional e que alguns Estados brasileiros não estão totalmente implantados, apesar dos 60 anos ou mais de 60 anos. Por dificuldade de inter-relação entre os Conselhos Estaduais e os Conselhos Regionais dessas instituições.

É importante, portanto Sr. Ministro que houvesse uma delegação de competência do Ministério para os Conselhos Nacionais do SENAC e do SENAI e estes naturalmente conseguiriam junto aos Conselhos Estaduais maior facilidade na instalação desses cursos. É uma reivindicação que fazemos e gostaríamos de ver isso como contribuição dessas instituições para que não haja também, a nossa preocupação, muita superposição nestas 150 cidades pólos que pretende ser instalado esses cursos técnicos.

É importante que haja essa interlocução entre os Conselhos Nacionais do SENAC e do SENAI até para evitar essa superposição de cursos que muitas vezes não é a necessidade do mercado. Então, nós estamos dispostos a isso em troca dessa delegação de competência a ser dado pelo Ministério aos Conselhos Nacionais das duas instituições.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A palavra está com o Senador Geraldo Mesquita, depois com a Senadora Ideli.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Caríssimo amigo Presidente Cristovam Buarque, Sr. Ministro, Sr. Secretário Executivo José Henrique, tem o nome do meu irmão mais velho. E a mesma simpatia também. [risos]. Ministro, com relação à presença de V.Ex^a. mais uma vez à frente do Ministério da Educação eu ia me restringir a dizer que quem dera que o Governo Lula tivesse no Ministério com seu perfil, mas o Paim introduziu uma questão que aqui no Senado para nós é muito cara, né, a da substituição do Senador Cristovam Buarque e para nós criou, gerou um desconforto muito grande. Eu digo a V.Ex^a. que esse desconforto hoje é apenas residual. Por duas razões. Primeiro pela grandeza do Senador Cristovam Buarque que está acima... Acima dessas questões. Senador Buarque é um cidadão, um homem público que está acima de questões pequenas.

E a segunda razão é pela sua competência, pelo seu compromisso, pelo seu entusiasmo e pelo seu arrojo na tarefa de fazer com que a educação brasileira, tarefa difícil, árdua, tenho certeza disso, saia da condição em que está hoje e ascenda a uma condição bem melhor como quer o povo brasileiro.

Eu queria me referir, Ministro, eu anotei muita coisa aqui, mas o tempo não vai dar, é muito curto. Então, eu vou priorizar. Eu quero oferecer uma sugestão a V.Ex^a. Quando V.Ex^a. traz aqui a informação do financiamento para o transporte escolar, Ministro, não esqueça que na Amazônia grande parte do transporte escolar é feito pelos rios. Então, seria muito interessante que a linha de financiamento contemplasse a possibilidade de barcos, né, financiar barcos e adaptados logicamente para o transporte escolar, mas essa é uma coisa fundamental lá para a gente da Amazônia. Escolas Técnicas, Ministro. Ministro, meu Estado, meu querido Estado do Acre, talvez, seja hoje o único Estado a não ter uma Escola Técnica Federal, ou Agrotécnica Federal, o que seja. Eu apresentei nessa Casa dois projetos logicamente que autorizativos, um para a instalação em Rio Branco capital de uma escola Agrotécnica Federal com as características adequadas para a região. E outro projeto autorizando o Governo Federal a instalar uma escola técnica Federal de construção naval lá em Cruzeiro do Sul, lá no Juruá. Lá nós temos a tradição e cultura de construção de barcos, pequenos, médios e grandes barcos que está se esboroando, está se perdendo com o tempo pela falta de um instrumento como esse. Longe de mim, eu não quero ser pai de criança nenhuma. Eu adoraria que o Ministério da Educação pegasse essa empreitada com entusiasmo e contemplasse o Estado do Acre, com estas duas escolas técnicas proposta aqui na Casa que estão aqui tramitando, já estão indo para Câmara os projetos.

A outra sugestão, Ministro, a outra sugestão que lhe faço Ministro, eu vou lhe dar primeiro o exemplo para em seguida fazer a sugestão. Hoje há já sob domínio público, V.Ex^a. sabe, inclusive na internet, centenas e centenas de títulos da literatura brasileira. Machado de Assis, José de Alencar, Bernardo Vasconcelos, centenas de títulos. Eu de forma muito precária e em quantidades reduzidíssimas eu tomei a iniciativa de instituir no meu gabinete a coleção biblioteca popular. Eu estou pinçando na internet esses títulos que já estão sob domínio público, estou fazendo uma apresentaçãozinha para que as pessoas saibam do que se trata, estou reeditando essas obras dentro da minha cota na gráfica do Senado, levando para a população do meu Estado, a estudantada, as pessoas que gostam de ler. [soa a campanha] Ministro, se com as minhas

limitadíssimas condições eu posso fazer isso, imagino o que o Governo Federal poderia fazer instituindo, por exemplo, um Programa Livraria Popular. Nós temos aí as farmácias populares que claudicando, mas estão cumprindo um papel, Livraria Popular, Ministro. Ministro, jovem ainda, jovem ainda, olhe, eu vou lhe trazer aqui uma informação. O livro, a obra que o Senador Buarque bem conhece, Subterrâneo da Liberdade, Jorge Amado, foi uma obra que me marcou no início da minha juventude. Ministro, eu fico pensando os milhares de jovens que jamais terão acesso a essa obra no nosso país porque mal ou bem ainda custa, 20, 30, 40, 50 reais numa livraria. E quem hoje, poucas pessoas nesse país hoje, Ministro, ou uma fatia da população tem acesso, grande parte da população não tem. Então, eu acho que para o Governo Federal, não digo que seria fácil, mas seria uma coisa ousada, uma coisa interessantíssima se o Governo Federal instituísse com o seu entusiasmo, com a sua energia à frente do Ministério da Educação o Programa Livraria Popular. Eu não digo para dar de graça não, mas vender um livro por dois reais, três reais, né, e permitir acesso à população de obras boas, de qualidade, né.

V.Ex^a. sabe, eu não estou falando aqui nenhum absurdo, a grande parte da população brasileira não tem acesso à literatura didática, técnica. Didática tem porque livros didáticos são distribuídos na rede escolar. Mas eu falo da literatura em geral, né, que seria de fundamental importância que a gente pudesse contar com um programa desse porte por parte do Governo Federal.

Enfim, quero cruzar as duas experiências: Uma que V.Ex^a. pretende inaugurar no MEC, recrutando especialistas em educação para que eles adentrem aí a malha dos Municípios brasileiros, né, é uma visão interessante. Se não vem de lá vamos daqui para lá. O MEC vai ao encontro dos Municípios prestar essa assessoria, prestar, fazer um grande levantamento. Nós temos a experiência aqui no Senado muito interessante, V.Ex^a. acho até, sugiro até que V.Ex^a. se inteire dela, quem sabe até a gente não possa cruzar experiências, né. O Interlegis, à frente o Senador Efraim, na primeira Secretaria, cerca de dois anos atrás, recrutou pessoas em cada Estado para fazer contato com todas as Câmaras de Vereadores desse país no sentido de levantar as condições de seu funcionamento e na medida do possível integrá-las, né, através do Interlegis, integrá-las numa grande rede de comunicação. Isso está em curso. Esse levantamento foi feito de forma exaustiva, eu dou aqui o depoimento do que houve no meu Estado. Foi feito de forma criteriosa, né, foi uma iniciativa muito interessante do Interlegis, do Senado Federal. Acho até que pode até servir de parâmetro para o

Ministério da Educação e quem sabe até de suporte, de suporte, V.Ex^a. clama pelo envolvimento de toda a sociedade. Eu acho que as Câmaras de Vereadores cumpririam um papel importante nesse processo e aproveitando a iniciativa e a experiência do próprio Interlegis, eu acho que V.Ex^a. teria já uma, quem sabe, um suporte para servir de base a penetração dos especialistas que vão cumprir um papel fundamental. E mais uma vez parabenizar pela sua atuação à frente do Ministério da Educação.

Ah, Ministro, um assunto eu deixei aqui por último, porque é algo também que lá no nosso Estado tem causado um desconforto muito grande, Ministro. A validação dos diplomas de profissionais que se formam no estrangeiro. Ministro, lá no Acre é muito mais fácil a gente contratar médicos que se formam na Bolívia, bolivianos ou brasileiros, tem muitos brasileiros lá estudando, no Peru, do que trazer alguém que se formou em São Paulo, Ministro. E olhe, há anos que a gente vive um drama, hoje está lá o Ministério Público em cima desses médicos, em cima dos Prefeitos que ficam entre a cruz e a espada, precisam dotar as Prefeituras e as Secretarias Municipais de Saúde de profissionais, Senador Buarque, e ao mesmo tempo não encontram condições satisfatórias de trazer gente do próprio país, recrutam profissionais que se formam na Bolívia, no Peru. Esses profissionais eu não sei o que está acontecendo porque para mim na minha cabeça seria uma coisa simples, exame, não sei como é exatamente o nome do exame, mas submeter esses profissionais a uma verificação, a uma avaliação, concede ou não e acaba com a história de uma vez por todas, porque a gente não pode é continuar nessa situação, nessa pendência. Porque eu repito, é fundamental, Ministro, que a gente possa continuar recrutando esses profissionais, que é muito mais fácil tê-los ali do lado, do que levar gente do Paraná ou de São Paulo. Essas as sugestões e as solicitações que eu faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra a Senadora Ideli. Com isso terminamos o bloco, como se inscreveram mais dois, e eu também quero me pronunciar, a gente faria um último bloco de três.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) Sr. Presidente, eu quero dizer que eu comungo do apelo para o Senador Geraldo Mesquita, para de uma vez por todas a gente vislumbrar uma solução para os formados em medicina e em outras áreas fora do Brasil.

Mas eu queria, em primeiro lugar, dizer o seguinte, já tive oportunidade aqui nessa Comissão no Plenário de reportar o clima extremamente positivo que se criou no país e aqui no Senado que é uma caixa de ressonância muito delicada, né, e muito controversa,

com relação a todas as medidas que estão em estudo, que estão em elaboração para que o Presidente da República possa anunciá-las agora no mês de abril, nós estamos todos com expectativa, a ponto de esse clima, ter gerado, como aconteceu há poucas Sessões atrás, numa moção de aplauso aprovado por unanimidade pela Comissão de Educação para as medidas que estão em elaboração. E eu acho que este clima é um clima que foi constituído, um clima de somar, de pensar para frente, né, não se preocupar tão somente com o retrovisor e acho que teve algumas iniciativas de muita simbologia, como de receber os ex-Ministros de Educação, não só desse Governo, no caso do Ministro Cristovam Buarque, mas o Paulo Renato do Ministro do período do Fernando Henrique.

Portanto, tem algumas cobranças, né, que as vezes não... Fogem um pouco aqui do tom, do clima, né, porque, assim ficar cobrando o que está sendo feito agora como pouco me parece uma certa contradição porque tiveram oportunidades também de fazer, né. Se não o fizeram eu acho que agora a gente tem que se engajar mesmo nesse novo clima de somar e de construir e de tentarmos dar o salto de qualidade que o Brasil precisa na questão da educação.

A outra questão é que nas medidas que estão sendo já preliminarmente esboçadas e vindo a público, tem uma coisa muito importante que é o foco na qualidade. E aí quando o Ministério e o senhor aqui hoje nos dá conta da criação do IDEB, do Índice de Educação Básica para poder exatamente aportar não só recursos, mas principalmente, suporte técnico para que os Municípios de menor índice, os Municípios que têm mais dificuldade, aonde estão os pontos críticos, as situações mais críticas, poder ter uma intervenção, poder ter uma ajuda, poder ter um aporte para que a gente possa superar é muito bem-visto, eu acho que é extremamente louvável, é exatamente esta questão que nós estamos precisando para poder. Porque em termos de recursos, Ministro, eu acho que até a gente não está tão longe dos recursos adequados para educação se comparar com vários outros países. É claro que nós temos uma situação de dificuldade que temos que superar, mas hoje os ajustes e esta interferência, né, no bom sentido para poder superar as situações mais críticas é que eu acho que é o importante. Essa participação da sociedade, aquela reunião com os especialistas, eu acho que tudo isso contribui para que a gente possa acertar mesmo no foco. Educação básica, interligadas com todos os demais níveis, focar a qualidade, focar nesta busca, de entre ajuda, de somar esforços para superar.

Agora, Ministro eu queria mais alguns esclarecimentos a respeito do Instituto Federal de Educação

Profissional Científica e Tecnológica, os IFETS(F) e queria dar a notícia ao senhor porque nós tivemos momentos muito gratificantes lá em Santa Catarina quando em agosto o senhor esteve lá inaugurando três CEFETS, né, três unidades dos CEFETS de Santa Catarina, todas elas com muita simbologia, né. A de Joinville que tinha um curso há 12 anos funcionando precariamente, em prédios cedidos pelos sindicatos e tal, um curso de excelência que tem ao longo, né, de todo o seu período uma procura de quase 20 alunos por vaga, portanto, um curso excelente que estava sempre muito precariamente instalado e agora nós estamos desde agosto do ano passado com unidade do CEFET funcionando, além do curso de enfermagem outros cursos.

O CEFET de Chapecó é o CEFET mais longe, nós tínhamos todos no litoral, Florianópolis, São José, Jaraguá, inaugurado o de Joinville lá em Chapecó, no extremo-oeste. Mas o mais emblemático, eu quero dizer que ontem eu participei da Aula Magna, aula de abertura do primeiro curso de hospedagem lá naquele que era, talvez, o exemplo mais emblemático de descaminhos do ensino profissionalizante em períodos recentes que era a União cedia o terreno, a União construía o prédio, a União equipava e depois a iniciativa privada utilizava cobrando, né. A escola de gastronomia na cabeceira da ponte de Florianópolis funcionou desta forma, terreno da União, prédio construído pela União, equipamento da União e quem utilizava aquilo era uma instituição que cobrava 850 reais por mês, né, mensalidade para 110 alunos.

Hoje está totalmente retomado, né, o senhor esteve lá em agosto, a gente retomou e ontem nós temos Aula Magna para o primeiro curso gratuito na área de hospedagem, na área de hotelaria e aquele prédio que atendia apenas 110 alunos, pago a 850, vai abrigar quando estiver totalmente ocupado 1.200 alunos gratuitamente nos diversos cursos.

Então, eu queria lhe transmitir, Ministro, a emoção da Aula Magna de ontem, desta retomada, da simbologia que teve retomar uma instituição que feita exclusivamente com recurso público estava sendo utilizada não por uma instituição pública.

Então, eu queria parabenizar por essa expansão e gostaria de pedir um pouco mais de detalhamento porque eu já soube que o senhor não teve oportunidade de detalhar mais. Mas os institutos federais de educação profissional, científico e tecnológico, é um grande avanço e eu acho que todos nós precisamos ficar atentos para o que ele vai significar em termos de ensino profissionalizante, ensino médio, graduação, pós-graduação, e Mestrado e Doutorado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Ministro deixando os outros para depois. A não ser que haja uma insistência dos três que faltam para emendar logo.

Senador, Inácio Arruda, pedindo concisão porque as duas horas alguns estão inscritos para falar em primeiro lugar e precisamos estar lá.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Eu agradeço a V.Ex^a. Sr. Presidente, primeiro eu acho que seria redundante, mas sempre é bom a gente re-
prisar esse aspecto fundamental do êxito que nós estamos tendo à frente do Ministério da Educação, meu caro Fernando Haddad. Eu acho que V.Ex^a. substituiu dois grandes Ministros que foi o Cristovam Buarque e o Tarso Genro. São duas grandes personalidades da educação no país. Acho que aqui não tem mais resíduo, foi liquidado o resíduo. O resíduo aqui é para somar. Eu acho que V.Ex^a. está trabalhando muito e com sucesso. Tem muita coisa para fazer? Tem muita coisa para fazer. Só a lista o que o Senador Wellington Salgado levantou aqui, já dá quase um outro Ministério para a gente tratar de problemas. E acho que V.Ex^a. vai ter muito trabalho pela frente para responder, não só para responder, mas para poder por em prática a solução dos problemas que tem sido levantados. Mas o fundamental é a passada que a gente deu.

Eu tenho uma lista de reivindicações para o meu Estado do Ceará porque o per capita do Ceará é muito baixo em relação, por exemplo, a expansão do Ensino Superior, é muito pequeno. Então, eu preciso de mais duas ou três universidades Federais, espalhada ali pelos sertões do Ceará, em cima daquela pedra, que 80% é em cima do cristalino. Então precisa espalhar aquilo ali porque nossa sorte é na educação, se a gente não tiver isso, estamos fritos. É a nossa possibilidade. Acho que V.Ex^a. está tendo um grande papel, uma grande equipe, Paim, muito positivo. Nós temos, o que V.Ex^a. tem feito é ampliar muito o debate, porque conquista muito o povo, as instituições, que entram no debate ajudando, UNE, UBES, ANDIFES quebram barreiras, e essas instituições são ganhas. Acho que quanto mais a gente puder andar, tenho sugerido aqui até requerimentos tenho aí para serem votados posteriormente, para que a gente possa andar mais, se puder andar com V.Ex^a., em alguns locais onde V.Ex^a. possa expor e ganhar mais gente porque ganhando mais gente para essa causa a gente vai embora. Senador Cristovam aqui sempre levanta esse tema da educação, quanto mais a gente investir aqui mais ganhamos, mais o Brasil ganha. Não perdemos nada em levantar o debate em torno da educação no nosso país, em ampliar o debate.

Ao lado disso nós queríamos aqui em nome do Estado do Ceará aproveitar a oportunidade de levantar aqui as nossas questões. Então, veja. Nós estamos lá no interior do Ceará, no Município de Lavras da Mangabeira com uma escola técnica que foi passada para a Prefeitura Federal, não conseguiu andar porque não tinha, não tem, o Município não tem suporte, não tem como fazer. Então, o que acontece? É que no final a escola perdeu as condições de funcionamento. Hoje saudosamente o nosso vice-Governador diz: “Estudei nessa escola, essa escola era uma maravilha”. Aí digo, “mas meu vice-Governador, vamos falar isso para o Ministro, para ele retomar essa escola”. Porque agora caducou exatamente o convênio que transferiu o comodato que transferiu a escola para o Município, isso também já caducou, então a escola volta para o domínio Federal, então vamos repor essa escola. Está no outro Município de Granja também no interior do Ceará, uma outra escola técnica agrícola que ainda não foi discutida. Não falo do Mirim porque já sentamos com o Paim, também outra escola agrícola que também merece esse trabalho de expansão. Mas nós já levamos o problema. Na expansão do ensino técnico industrial nós temos na região Metropolitana de Fortaleza já um Município que foi beneficiado que é o Município de Maracanaú, mas tem um Município que nós transformamos numa zona industrial grande, Pacajus e Horizontes, interessaria muito colocar dentro desse projeto de expansão. Que é lógico, uma hora tem que dizer, bom, chegou no limite. Não temos mais como expandir. Mas é uma zona industrial nova do Estado do Ceará que precisaria ser atendida. [soa a campainha] E uma, a Senadora Ideli levantou aqui a rede hoteleira, nós temos uma área hoteleira razoável no Estado do Ceará que é um outro campo de oportunidades que surgiu para o Nordeste brasileiro. E nós construímos agora um CVT financiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Construímos o equipamento no Município de Aquiraz que é na região Metropolitana. Então, nós conseguimos recursos para construir. Aí eu digo: Puxa vida, mas nós temos que conversar com o CEFET. O CEFET tem um curso de turismo, mas não é para formação como tecnólogo, porque hoje ele está formando um tecnólogo. Eu quero preparar a camareira, eu quero preparar um curso de inglês, de espanhol, eu quero ter um bom profissional nesse meio-de-campo para que eu não vá contratar esse profissional em Fortaleza, ou ter que ir buscar lá fora. Eu posso formar lá naquele Município, eu posso oferecer as oportunidades ao trabalhador que está ali naquele próprio Município. Senão todos aqueles equipamentos turísticos que constar na região se transformam em corpo estranho, porque aqueles profissionais dali não podem se formar para

trabalhar naqueles equipamentos hoteleiros. Está lá o CVT pronto, construído pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, e podemos ter uma oportunidade de ligá-lo ao CEFET, numa expansão do CEFET digamos assim, se tivesse a oportunidade acho que seria uma grande vitória para o Município de Aquiraz e poderemos fazer o mesmo com o Município de Baturité, que é uma zona de serra no Estado do Ceará, próximo a Fortaleza, 100 km, também tem uma rede hoteleira e precisaria de um equipamento da mesma natureza, formando o pessoal lá mesmo naquela região, se transformando ali em profissionais de qualidade que seriam ofertados para a rede hoteleira sem precisar recrutar ou em Fortaleza, ou em outro Estado, que ofertariam essa mão-de-obra, lógico, até vezes mais caro do que a gente pode ter ali.

E por último, Sr. Ministro, eu assim compreendo que podemos tanto pegar a proposta do Senador Paulo Paim como já fazer um trabalho junto com o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento em torno da questão da INFOVIA. A INFOVIA é uma mega obra de infra-estrutura, se conseguir compreender isso, sei que V.Ex^a. vai falar aqui, que já levantou essa questão por lá, então acho que merece a gente abraçar aqui no Senado, acho que o Senador Cristovam Buarque já pode colocar essa questão da Mesa. Quer dizer, a Comissão de Educação do Senado abraçar essa obra como uma grande obra de infra-estrutura do país. Você imagina isso ligado a INFOVIA como é que a gente não dá um salto. Às vezes eu escuto o Lula falando ali numa esquina. “Vamos fazer uma via para ligar todo mundo em banda larga, cada escola pode ligar”. Vamos, então, perseguir esse objetivo em conjunto. Aqui a Comissão de Educação do Senado abraçar como causa sua e a gente sai com isso debaixo do braço pressionando também o Presidente da República, é o do FUST que está encalhado, tem muito dinheiro encalhado por aí, é do FUST, é do programa do PPI. Se a gente consegue botar no PPI, então você conseguiu recursos para fazer uma mega obra de infra-estrutura, porque o pessoal pensa que infra-estrutura é só esgoto, drenagem, estradas de rodagem para automóveis... Então vamos fazer. Podemos fazer aqui em conjunto o Projeto de Lei que altere para permitir que a INFOVIA seja obra de infra-estrutura. Se a gente fizer isso, a gente dá uma boa contribuição a nossa audiência, rendeu, rapaz, demais, porque foi um salto qualitativo extraordinário.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador Arthur Virgílio que como Líder tem prioridade. Não é isso?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu até não costumo usar dessa prerrogativa,

mas vim para tecer algumas considerações perante o Ministro Fernando Haddad, o seu Secretário Executivo professor José Henrique Paim, para dizer que uma das coisas que eu considereei positiva no Governo passado, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi precisamente a estabilidade que ele deu a educação, foram 8 anos sob a gestão do Ministro Paulo Renato, a meu ver com conquistas significativas no campo do Ensino Básico. Infelizmente o Presidente acertou nos nomes, o Presidente Lula, acertou no Senador Cristovam Buarque, acertou no Ministro Tarso Genro, figuras de... Senador Cristovam Buarque um especialista na matéria, o Ministro Tarso Genro um homem público preparado e capaz de enfrentar airoso qualquer desafio. E a meu ver, acertou novamente, primeiro, ao indicar V.Ex^a., ao efetivar V.Ex^a. e segundo ao tirar a pasta de educação, conseguir tirar a pasta de educação desse jogo. Vai para o partido tal, é da cota de fulano, é da cota de beltrano, é com porteira aberta, é com porteira fechada, essas conversas que a gente tem ouvido, enfim. Então, eu considero que esse é um dado positivo e que deve ser ressaltado.

Eu que sei da necessidade da educação para o Brasil e sei o quanto ela fez bem à Coréia, quanto o investimento maciço em educação distanciou a Coréia do Brasil do ponto de vista do desenvolvimento econômico. Eu afirmo com a maior humildade, com a maior tranquilidade que não sou nenhum especialista na matéria, mas tenho por V.Ex^a. respeito, acompanho o seu trabalho com respeito, V.Ex^a. me causa uma boa impressão, uma boa impressão no pouco que lidamos, mas no bastante que tenho lido a respeito do seu trabalho.

Sobre o chamado PAC da Educação, eu até depósito mais fé nele do que do PAC da Economia, depósito mais fé nele. Para mim é toda uma questão de gerência mesmo. Ou seja, as idéias me parece que são louváveis, a questão agora é V.Ex^a. demonstrar e tem equipe técnica para isso, tinham o *físic du rôle* para fazer esse trabalho, demonstrar a capacidade de levar a efeito aquilo que a teoria desenhava. Diferentemente do PAC da Economia que vai influenciar muito pouco, praticamente nada no crescimento de 2007, pouquinho em 2008, e já perde fôlego em 2009. Não é um plano que se possa dizer que vai sustentar crescimento, não é um plano de crescimento sustentável que vise o longo prazo. Não é. Pura e simplesmente não é. Nós precisamos retomar o ciclo de reformas estruturais, precisamos resolver o nó fiscal que atazana a vida de qualquer Governo que não o resolva, que não o desenrole, mas eu vim... Não sou membro da Comissão, infelizmente, ela é muito bem representada por Senadores muito ilustres do meu partido, Mas

vim aqui para dar testemunho de que V.Ex^a. me causa uma boa impressão como homem público, e me causa uma impressão de ter tudo para ser um bom Ministro, com dois testes. O prestigiamento do Presidente da República, me parece que há, e em segundo, mas não menos importante o teste de fogo que será mostrar agora, sim, a capacidade gerencial para a tempo e a hora executar um plano coerente, amarrado, com começo, meio e fim.

Portanto, eu fico feliz de poder elogiar. O pessoal dizia que a gente não elogia. Vim aqui para elogiar V.Ex^a. [risos]. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, prezado Ministro Fernando Haddad, Secretário Executivo José Henrique Paim. Quero também cumprimentar o Ministro Fernando Haddad pela maneira que desenvolveu esses pontos para fortalecer as oportunidades de educação em todos os níveis em nosso país, erradicar o analfabetismo e estar preocupado também com a qualidade da educação, com o enfoque que V.Ex^a. deu nas diversas iniciativas que anunciou para que em todos os níveis de educação, mas, sobretudo, na própria educação básica até a universidade possam os agentes da educação estarem preocupados em sempre se aprimorar.

Também considero muito importante o convite que formulou aos ex-Ministros da Educação, inclusive, o Senador Cristovam Buarque que teve uma atitude que considere muito positiva, de pronto, se dispondo a levar seu plano de educação neste livreto, Revolução para Educação, e ele próprio registrou a sua iniciativa da Tribuna do Senado o que considere muito positivo. As iniciativas anunciadas por V.Ex^a. vêm causando repercussão muito positiva suprapartidária e também nos mais diversos setores que tem abraçado a educação a exemplo daquilo que temos visto em artigos na imprensa, seja, por exemplo, do Sr. Antônio Hermínio de Moraes, a Sr^a. Milú Vilela, do próprio ex-Ministro e Senador Cristovam Buarque e assim por diante.

Eu relatei há pouco tempo atrás num diálogo com o Senador Cristovam Buarque que acho que seria interessante, poderia até colocar para V.Ex^a. que além das medidas adotadas para estimular a alfabetização e completar o processo de alfabetização de todos os brasileiros, toda aquela pessoa neste país que sabe escrever, a ler e a escrever, pode às vezes até mesmo voluntariamente além das oportunidades de fazê-lo profissionalmente, de alguma forma ajudar pessoas a estarem se alfabetizando, aprendendo. E acredito que o próprio Ministro da Educação pode estar estimu-

lando, inclusive, Secretários da Habitação e pessoas responsáveis em todo o Brasil de levar adiante iniciativas que podem começar, seja no nosso ambiente de trabalho, seja em casa, ali onde nos depararmos com pessoas que eventualmente não aprenderam a ler e a escrever porque quando crianças não tiveram a devida oportunidade.

Eu relato aqui uma experiência pessoal que pode ser útil e quem sabe transformada em algo que tantas pessoas podem fazê-lo. Ainda há alguns meses atrás eu, por exemplo, contratei para estar trabalhando na minha residência uma pessoa que me pareceu ótima, tudo, a contratei e eis que, entretanto, não sabia ler e escrever. Eu vou citá-la porque que me pareceu um exemplo interessante, a Sr^a. Dulcinéia dos Santos Silva de 49 anos. Eu perguntei a ela: “Você gostaria de aprender a ler e escrever?” Cozinhar ela sabe muito bem. Ela falou: “Claro, gostaria”. “Então, vamos fazer o seguinte, eu vou providenciar... Sua amiga Mônica Dallari comprou para mim uma cartilha, Oficina das Letras, Alfabetização dos Adultos, Isabella Pessoa de Melo Carpaneda, Angiolina Domanico Bragança, da FTD, de 1993 para cá já diversas edições. Algo muito fácil de uma pessoa que sabe ler e escrever, digamos que seja por alguns minutos por dia mostrar para a pessoa como preencher e fazer a lição.

Bom, em poucos meses ela já está quase, está na página 49, ontem a noite eu vi, cumprimentei por tudo que ela tem feito, está fazendo cada vez, foi estimulada a ingressar num curso para aprender mais ainda, também de alfabetização, mas ela todo dia vem e acrescenta mais uma página. Está, digamos, em 1/4 da cartilha já avançado com 50 páginas feitas.

Então, isso para um registro cumprimentando V.Ex^a. por todas as iniciativas. Uma pergunta gostaria de fazê-lo sobre a questão em que V.Ex^a. vem desenvolvendo, acredito que em harmonia com o Ministro do desenvolvimento social, porque consta das suas proposições que possam as famílias com crianças não apenas até 16, mas 16, 17, 18 anos estarem sendo beneficiárias do Programa Bolsa-Família. Agradeço se puder informar como é que está esta questão se vai ser anunciada juntamente com o ajuste da ordem de 20 e poucos por cento que o Governo, o Ministro Patrus Ananias está considerando, anunciaram também, mas com este acréscimo porque me parece que são medidas adequadas assim como também caminhar na direção daquilo que o próprio Senador Cristovam tem dito, algo na linha do que é o programa poupança escola que V.Ex^a. conhece bem e me parece que está sendo considerado dentre as proposições do Ministério da Educação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba, e com ela encerramos, eu faço uma pequena fala e passo ao Ministro.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senador Cristovam Buarque, Presidente, eu gostaria de agradecer essa deferência de nos dar esse espaço já que eu cheguei há poucos instantes, mas na realidade Sr. Ministro eu estava acompanhando à distância através da TV Senado e gostaria de transmitir ao senhor a minha esperança no seu trabalho porque acredito na sua vontade política. Eu tive a oportunidade de forma anônima de um encontro que teve da UNDIME onde o senhor participou de assisti-lo, ainda não era Senadora, e me deixou uma impressão muito forte. Então, essa crença eu trago para dar a certeza do apoio, do estímulo de que podemos fazer uma revolução pela educação porque somente por esse caminho eu acredito em transformações sociais e num Brasil mais forte. Eu gostaria apenas de passar um pouco da experiência que tive como Prefeita três vezes de uma cidade de médio porte lá no Rio Grande do Norte, em Mossoró, como coloquei a educação como prioridade e para valorizar a qualificação não somente toda a criança na escola, como conseguimos fazer, mas também a qualidade nós tivemos durante os nossos mandatos e agora continua na cidade com a minha sucessora um trabalho que foi acompanhado pelo Instituto Ayrton Senna onde medíamos exatamente os avanços, toda a sistemática e que pudéssemos crescer na qualidade do ensino.

Então, o resultado foi muito produtivo, apesar do Rio Grande do Norte, infelizmente meu Estado na Prova Brasil ter sido lanterninha. Mas se o senhor observar cidade a cidade vai ver que quando chega no Município de Mossoró essa realidade é bem diferente. Nós estamos com um índice que estão entre os maiores do Brasil. Então, isso mostra que realmente é possível fazer.

Agora, queria aqui também pedir o seu apoio que é muito importante para que possamos ter a municipalização do 1º grau do ensino fundamental, na realidade, do Ensino Fundamental acontecendo realmente. Eu lutei muito para que todo o ensino fundamental fosse do Município. Mas existem alguns entraves com o Governo Estadual que não sei porque acham que não podem prescindir daqueles alunos do ensino fundamental e está vindo dos Municípios uma diferença, porque comparando com o nível de aproveitamento das crianças do ensino fundamental que estavam em escolas estaduais era bem abaixo daquelas que estavam no Município.

A escola Municipal ela tem as respostas mais rápido, o senhor sabe disso, e quando há interesse do gestor, quando há vontade política de fazer eu acho que isso está em todos que administram a cidade. O que é que acontece? Não se deixa de trabalhar a escola por falta de providências que são mais rápidas porque você está ali, está próximo. Então, esse é um pedido que eu lhe faço, que deve estar acontecendo em outros Estados, não somente no Rio Grande do Norte, de fortalecer a municipalização para que todas as crianças tenham realmente esse atendimento melhor através dos Municípios e que também [soa a campainha] eu sei que o seu plano está em todos os níveis e quando cuidamos de que a criança ao entrar na escola seja alfabetizada que todas que entrem na escola estejam realmente sendo alfabetizadas, nós estamos evitando os analfabetos do futuro. Porque não adianta apenas cuidar de educação de jovens e adultos se não tivermos a preocupação maior com aqueles que estão começando. Eu sei que isso tem que ser equilibrado.

Então, essa preocupação eu passo para o senhor e também a certeza de que além desse fortalecimento, dessa luta, da vontade política o ensino profissionalizante e as escolas técnicas são importantíssimas, no incentivo, inclusive, na vivência que tenho com a juventude, porque por ser pediatra também tenho essa vivência muito forte com crianças e com jovens, como eles sonham em chegar a uma escola técnica porque aquilo dá um status, dá qualidade, aumenta a auto-estima e dá a certeza de uma profissão antes mesmo que possam ter o 3º grau. Então fica aqui essa experiência, esse apelo e a crença, conte com esta democrata na educação pelo Brasil. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de fazer meu comentário, eu quero convidar o Ministro para duas coisas que são iniciativas dessa Comissão. Uma é o lançamento, no dia 18 de abril, do documentário Oscar Niemeyer “A vida é um sopro”, que vai abrir as comemorações do centésimo aniversário do grande escultor brasileiro que é Oscar Niemeyer.

A segunda, é comunicar que no dia 24, começaremos um ciclo de debates aqui fruto de um requerimento do Senador Wellington de debates sobre o plano de educação do Governo e também sobre idéias que surjam aqui, não apenas para ouvirmos. E o Ministro está convidado, não tem tempo, mas enviar quem ele quiser para participar desse evento.

Quanto, ao depoimento eu quero agradecer ao Ministro a sua disponibilidade como sempre, seu respeito a essa Casa que a gente sempre tem, parabenizar pela apresentação e fazer algumas sugestões e

uma pergunta em caráter até quase que pessoal ao Fernando Haddad.

A sugestão, Ministro, é que essa idéia do plano, eu queria sugerir que o senhor debatesse com as oposições. O senhor mesmo disse que um projeto desse leva uma geração para ser implantado. Em uma geração vai mudar o partido que está no Governo, algumas vezes, porque democracia é isso. É fundamental que a oposição esteja de acordo com o plano, senão ele não será executado como se deseja.

Segundo, quando o senhor falou da nota mínima de seis, eu quero parabenizá-lo, primeiro, pela meta. Mas eu quero dizer que tem que ter uma nota mínima não da média, mas para toda a escola do Brasil. Se 6 é a média para o Brasil, tem que ter um cinco ou quatro aí que nenhuma escola possa ficar abaixo.

Terceiro, eu queria saber nas metas qual é o prazo para que toda a escola desse país esteja em horário integral? Ou se é que isso não é uma meta válida para um projeto que realmente queira mudar.

E finalmente, falando em mudar, eu quero dizer, Ministro, que eu aprendi na prática que os sonhos dos Ministros não podem ser maiores do que os desejos de um Presidente. Quando ele faz isso ele começa a ser ex-Ministro. Eu queria saber se ao elaborar esse plano o senhor se comportou corretamente do ponto de vista político ajustando os seus sonhos aos desejos do Presidente ou se os sonhos de fato são esses?

Ou seja, há aspectos que o senhor gostaria de ver no plano para que realmente aconteça a revolução e o senhor corretamente como um Ministro não põe isso porque não é o momento. Ou não. Ou o senhor acha que de fato isso vai fazer toda a revolução que a gente precisa?

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Senador, acabei de ser reconduzido. [risos]. Muito bem. Deixa eu começar aqui. Eu vou responder pela ordem.

Senador Wellington Salgado, em geral os organismos de avaliação em geral, né, isso é um padrão que não está firmado em lugar nenhum, mas é um padrão aceito pela maioria dos consultores que nós costumamos a ouvir é que em geral um programa ele aceita que V.Exª invista até 1% em avaliação. Ou seja, se você tem um programa de um bilhão de reais é aceitável investir 10 milhões na avaliação desse programa porque você pode estar salvando o destino de 990 milhões de reais, né. Então, quando o senhor me pergunta qual é o valor que o MEC investe em avaliação, hoje se nós tomarmos que a Prova Brasil é bianual e o ciclo da avaliação da educação superior é trianual, se tomarmos uma média de 3 anos nós vamos verificar que o Ministério investe, tirando o ENEM que não é um exame de avaliação, é um exame de acesso a

educação superior, e de acesso as bolsas de estudo do PROUNI, mas levando em consideração ao SAEB, a Prova Brasil e os sinais, os gastos médios, posso estar errando um pouquinho, mas não devo estar muito fora de memória, nós devemos estar investindo alguma coisa em torno de 50 milhões por ano. Isso equivale, se nós levarmos em conta que só a educação básica ela contempla alguma coisa em torno de 70, 80 bilhões de reais, então, nós estamos com 0,1%. Haveria muito espaço ainda para investimento em avaliação.

Na educação superior também. Só o sistema federal consome alguma coisa em torno de 8 bilhões de reais e a avaliação de todo o sistema Federal que inclui as instituições particulares que respondem por 70% da matrícula gira em torno de 30 a 40 milhões por ano. Então, realmente os investimentos do MEC em avaliação eles são ultra-efetivos porque o que se tem de retorno é muito superior aquilo que em geral os programas de avaliação têm. Então, na verdade eu penso realmente que esse investimento são absolutamente necessários. Uma das críticas que se fazia a Prova Brasil é que ela era cara. Nós investimos 57 milhões de reais em 2005. Hoje o ganho que se tem com a Prova Brasil do ponto de vista de diagnóstico de escola, de sistema, de Estado e de país, é inestimável, sobretudo para as famílias que podem acompanhar a evolução do aprendizado do seu filho indo a um telecentro e se não tiver no portão da escola os cartazes que o MEC enviou ele vai ter acesso ao portal do MEC na internet, ter acesso à avaliação escola por escola. Isso é um ganho inestimável para o país. E todos os países que enfrentaram essa questão colheram os resultados em médio prazo porque o envolvimento das famílias começa a ser muito estimulado a partir da divulgação dos dados. Veja o ENEM, o ENEM é um sistema de avaliação, mas quando nós passamos a divulgar as médias por escola nós descobrimos uma escola em Teresina que teve a melhor média nacional. Aliás, não é uma só, várias escolas em Teresina estão entre as 50 melhores do país. Então, podia-se dizer, é um caso isolado, não é um caso isolado. E como elas várias outras foram descobertas a partir da divulgação dos dados. Isso vai orientando as famílias, orienta as famílias.

No caso da educação superior você verifica que aquele curso que teve uma boa nota no ENADE, uma boa nota no valor agregado, aquele indicador chamado IDD, e uma boa nota agora nas avaliações desse ano que completa o ciclo não receberam mais matrícula, vão ter mais procura, e o papel da avaliação é justamente esse, é orientar os beneficiários das políticas públicas em particular, as famílias, mas também orientar as instituições e os estabelecimentos de ensino a aprimorarem o seu trabalho.

Então, eu reputo como módico o investimento que é feito em avaliação. É uma cultura recente, nem é deste Governo, é do Governo anterior, mas foi aprofundada e na minha opinião corretamente. Apenas 1/3 dos cursos era avaliado pelo Provão, hoje todos os cursos são avaliados pelo ENADE. A avaliação, a educação básica era avaliada por amostragem, hoje é avaliada escola por escola. Então, são avanços que precisam ser comemorados na minha opinião.

Sobre a questão do INEP, o TCU como o senhor lembrou apontou que a remuneração dos avaliadores só podia ser feita a partir da autorização legal e foi editada uma Medida Provisória sexta-feira da semana passada, é isso Henrique? Sexta-feira da semana passada regularizando... A decisão do TCU não era contra a avaliação, a decisão do TCU demandava uma autorização Legislativa para que os avaliadores pudessem ser pagos. Isso está equacionado pela Medida Provisória, tá bem.

A minha assessoria informa que as informações aos seus requerimentos foram prestados com exceção de um cujo teor não foi aceito pelo senhor, eu vou procurar me apropriar do assunto para verificar como responder adequadamente a sua demanda.

E sobre a questão da Universidade Aberta ou à distância, essa classificação ela não é tão rigorosa assim, não é?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É sim, Ministro.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Aqui no Brasil a idéia da Universidade Aberta, é uma idéia que tem 30 anos, sempre chamada de universidade brasileira, até seria uma desconsideração com os ideólogos da Universidade Aberta chamá-la de outro nome, porque a idéia original que é do Darcy Ribeiro a quem o senhor prestou homenagem no seu discurso, era de criar uma Universidade Aberta, sobretudo ao professor.

Então, nós mantivemos a classificação Universidade Aberta e eu não penso que essa denominação traz nenhum prejuízo para a idéia original, seminal, eu diria, do nosso Darcy Ribeiro.

Sobre educação profissional o sistema “S” quando ele atua no ENSINO MÉDIO sua regulação é prerrogativa dos Estados, não é prerrogativa do Conselho Nacional de Educação. Só com o sistema “S” atua na educação superior é que ele é uma atribuição do Ministério da Educação. E isso é uma determinação da LDB que me parece correta, me parece correta.

Então, eu não sei se entendi a proposta do Senador de uma delegação, mas eu não saberia, não saberia como processar essa demanda. O que me parece que as coisas estão bem ajustadas como estão.

Educação básica atribuição de Estados e Municípios, educação superior, regulação, atribuição da União, a não ser quando diga respeito a universidades Estaduais ou Municipais que aí ela é vinculada ao sistema local. O arranjo me parece adequado como está. Não sei se a proposta é alterar esse arranjo. Não sei se entendi bem.

Sobre educação profissional os recursos para as novas escolas. Nós estamos terminando em 2007, o Senador fazia referência a 140 escolas técnicas, mas até o final de 2007 serão 200, quer dizer, o Governo Lula fez saltar o número de instituições e educação profissional no país de 140 para 200 no curso de um mandato praticamente até o final de 2007.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Autorizadas ou em construção, Ministro?

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Dessas 60, 40 já estão em funcionamento, posso dizer isso com muita satisfação porque fui eu que autorizei o funcionamento. Temos mais 20 para concluir até o final deste ano, então, saltaremos de 140 para 200. Estas 150 que estão sendo planejadas é para o próximo PPA. Por isso que não está no orçamento é no PPA 2008, 2011, seriam 150 novas unidades em todas as cidades pólo do país como determinou o Presidente da República.

Então, nós estamos levando ao conhecimento dele conforme eu manifestei a relação das cidades que o grupo técnico dos sete Ministérios prepararam e ele marca dia e hora para divulgação das cidades e o estabelecimento das parcerias, que a maioria das 60 novas escolas foram feitas em parceria. Manutenção e custeio por conta da União, mas os investimentos foram compartilhados. Muitos Municípios ofereceram prédios prontos ou que a União só teve o trabalho de reformar para abrigar uma nova escola.

Então, nós pretendemos estabelecer essas parcerias com Estados e Municípios, menos para economizar recursos Federais e mais para acelerar o processo de implantação desse grande programa de expansão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ministro, com sua permissão. Eu gostaria só de saber como nós poderemos ter acesso a todas essas cidades em cada Estado, porque nós conhecemos bem a realidade do Estado, às vezes, a nossa avaliação do pólo pode ser um pouco diferente, então eu gostaria de ter acesso a essas informações, do meu Estado, assim como acho de todos os Senadores também têm esse interesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora, sua consulta e pergunta é muito válida, mas eu gostaria que os Senadores es-

perassem a conclusão do Ministro para, então, termos réplicas, se algum quiser.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Desculpa, Presidente.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Já respondendo, levando ao Presidente e autorizado certamente a relação das cidades se tornará pública, e obviamente sujeita a eventual crítica, alteração e sugestão que poderá ser feita a qualquer tempo, salvo melhor juízo eu peço que a área técnica desses Ministérios fizeram um excepcional trabalho, eu acompanhei passo a passo. Mas sem prejuízo do rigor técnico, sempre uma sugestão pode ser bem-vinda e pode corrigir uma falha que é sempre possível no trabalho dessa natureza.

Seguindo em frente esse instituto conforme eu disse Senadora Ideli, ele visa atender as duas demandas do Presidente, a de oferta de educação profissional e superior. E mais do que isso ter uma atenção especial à formação de professores que foi uma recomendação anotada aqui na fala de alguns Senadores. Quer dizer, nós temos um déficit de professores, sobretudo, de ensino médio a superar e os IFETS e a Universidade Aberta, se nós chegarmos em 4 anos a mil pólos da Universidade Aberta e a 350 cidades atendidas por esse Instituto de Educação Profissional, Tecnológica e Científica nós teremos 1.300 Municípios, ou seja, um grau de capilaridade muito grande para dar o suporte necessário às redes públicas de educação básica. E nós queremos reservar 20% do orçamento desses institutos para essa finalidade específica sem prejuízo do cumprimento do compromisso do Presidente com educação profissional e superior, mas isso também Educação Superior, é preciso notar.

O Senador Geraldo Mesquita fez várias sugestões, eu confesso ao senhor que ficou positivamente surpreendido com as suas sugestões, sobretudo, a livraria popular. Eu quero recomendar a V.Ex^a. que consulte uma página do Ministério da Educação na internet que cujo endereço eletrônico é WWW.DOMINIOPUBLICO.GOV.BR. Essa página tem 30 mil obras já em domínio público que foram seguindo aí a sua metodologia, pinçadas da internet e trazidas todas elas para o mesmo banco de dados que, inclusive, permite a consulta por autor e por conteúdo. Se o senhor quiser achar uma determinada palavra nos 30 mil textos o senhor consegue localizar quais textos contém aquela palavra específica e poder consultar livremente. A sua proposta é mais avançada ainda é eventualmente dessas obras em domínio público formar uma pequena biblioteca popular que estão em domínio público, contornam os problemas de direitos autorais e compor uma biblioteca de boa literatura para as cidades.

Eu vou levar ao Ministério da Educação essa sugestão que me parece muito positiva e verificar se, inclusive, nós não podemos nos valer da Editora da Fundagem, né, para eventualmente fazer o lançamento de um programa como esse. Me parece uma idéia muito especial e que merece toda a consideração.

Mas hoje um jovem que queira acessar uma obra do Machado de Assis e imprimir num telecentro ele tem essa possibilidade gratuitamente, mas o impresso, a obra física, né. E hoje muitos já imprimem. Eu não estou desconsiderando sua proposta, muito ao contrário, mas eu queria levar a sua consideração que o número de *downloads* dessas obras já beira os 10 milhões em apenas dois anos e meio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Ah, foi? [risos] Muito bem. Então, muito bem.

Bom, a questão, outras duas propostas que o senhor encaminha, a da mobilização das Câmaras Municipais parece uma idéia muito atraente, mobilizar as bancadas Municipais para que se engajem nesse processo, inclusive, de mobilização local e cobrança local dos resultados e cumprimento de metas e sobre o Acre. O Acre está, será devidamente atendido nesse programa de expansão, inclusive, o PL da criação da autarquia no Acre ele tramita há quase um ano na Câmara Federal. Eu pediria até o empenho, quem sabe do senhor no sentido de sensibilizar a Câmara para remeter ao Senado depois de apreciado o Projeto de Lei que cria as autarquias onde não havia Autarquia Federal e, portanto, temos um impedimento de natureza legal para atender os Estados com novas unidades de educação profissional e superior.

Eu fico muito feliz com os resultados de Mossoró e insisto em dizer que da situação do Rio Grande do Norte que é muito séria, se destaca Mossoró em virtude do fato de nós estarmos fazendo uma avaliação por sistema e não mais por amostragem o que impedia visualizar o bom trabalho que vários Prefeitos puderam fazer pelas suas cidades na área de educação.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Ministro, antes de ir lá para o Rio Grande do Norte, por gentileza, fale alguma coisa sobre a questão da validação dos diplomas do pessoal. Que é importante lá para gente.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Farei isso.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Ministro, o senhor me deixa orgulhosa, porque nesse período eu fui Prefeita três vezes e tem minha sucessora também. [risos]

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Está muito bem. Eu queria esclarecer, a questão da validação de diplomas, pela legislação atual, tem dois caminhos: O primeiro caminho é a Universidade Federal reconhecer o título e no gozo da sua autonomia. Portanto, por meio daqueles procedimentos burocráticos às vezes muito custosos e às vezes muito penosos que estressam as famílias e os próprios graduados fora do país.

O segundo caminho é por acordo internacional. E acordo internacional é assunto, prerrogativa exclusiva do Ministério das Relações Exteriores.

Então, eu no tocante a isso eu até acompanhei, fui à Cuba, tratei desse assunto com o Ministro da Educação de Cuba. Na ocasião estava para ser assinado um protocolo de entendimento com o Brasil e eu confesso que desde junho do ano passado eu não tive notícias dos desdobramentos das negociações dos Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e de Cuba a esse respeito. Eu me comprometo a me apropriar dos eventuais avanços que tenham ocorrido desde então até para poder compartilhar as informações.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): E nós nos juntamos ao senhor, Ministro, porque o *lobby* do conselho Federal de medicina é muito grande. Acho que a gente precisa se juntar para fazer esse enfrentamento.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Eu não sei nem se é um caso de enfrentamento, Senadora, confesso, porque o próprio conselho federal nomeou pessoas--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Mas poderia dizer abertamente, reservas de mercado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Enfim, eu vejo inclusive da parte dos conselhos profissionais uma boa vontade em equacionar com algumas salvaguardas o problema.

Sobre a questão colocada pelo Senador Suplicy, a gestão do Programa Bolsa-Família embora compartilhada com o Ministério da Educação e com o Ministério da Saúde é conduzida pelo Ministério do Desenvolvimento Social, Ministro Patrus Ananias. Nós levamos um estudo do INEP à consideração do Ministro Patrus revelando a oportunidade de estender os benefícios para jovens de 16 e 17 anos. Por quê? Porque 50% dos jovens desta faixa etária fora da escola são de famílias situadas abaixo da linha de pobreza. Então, nós conseguiríamos criar um estímulo forte para que esses jovens voltassem à escola. Esse estudo está sendo processado pelo Ministro Patrus, a equipe técnica do Ministro Patrus também realizou um estudo na mesma direção e está para ser levada à conside-

ração do Presidente da República uma proposta de aperfeiçoamento do programa de comum acordo dos dois Ministérios. Há algumas questões que precisam ser decididas, mas eu penso que está muito amadurecida a discussão no âmbito do Executivo para levar a consideração do Presidente uma idéia de expansão do programa com essas características.

Eu concordo com a sugestão do Senador Cristovam. Esse programa não pode ser um Programa de Governo, ele tem que ser um Programa de Estado, um programa abraçado por todas as forças políticas do país. Eu adianto, Senador, que esse programa foi elaborado ao longo de quatro meses e nesses quatro meses nós tivemos oportunidade de conigir(F) todas as contribuições das mais variadas tendências, seus artigos foram considerados, suas propostas foram consideradas, vários especialistas dos mais variados matizes ideológicos foram consultados, estiveram presentes no Ministério ou de forma indireta fizeram chegar suas sugestões, de maneira que esse projeto eu entendo que já não é um projeto do Ministério da Educação, mas reconheço que ele pode ser ainda ampliado na sua base de sustentação e eu acolho com muita humildade essa sua sugestão de ampliar a discussão e quem sabe forjarmos um grande pacto suprapartidário e de longo prazo em aproveitamento da educação brasileira.

Concordo também com a sua sugestão de que nós temos que fixar uma média. Mas todas as escolas e sistemas têm que ter um piso mínimo de qualidade a ser atingido em 2022, o INEP está trabalhando nessa direção de ter uma média nacional, mas uma meta por sistema que respeite o mínimo de qualidade. Isso está sendo considerado. Temos que estabelecer metas factíveis embora ambiciosas para não frustrar o país. Ela tem que ser uma meta demandante ao mesmo tempo que ela possa ser com muito esforço realizada e monitorada.

Então, o INEP está calibrando todos esses indicadores para no momento da sua divulgação que deve acontecer na próxima semana, no máximo mais tardar daqui a duas semanas, essas metas possam ser apropriadas por todo o país e perseguidas por todo o país.

Há uma ação neste plano de desenvolvimento educacional chamada "Mais educação". Esse programa inspirado nas experiências bem sucedidas de Nova Iguaçu, de Belo Horizonte, de algumas ONGs vinculadas ao conceito de cidade educadora visa manter a criança por mais tempo sob a responsabilidade da escola, não necessariamente na sala de aula, mas sob a responsabilidade da escola. Se valendo dos equipamentos públicos, de museus, de bibliotecas, de livrarias,

de parques, de praças esportivas, de clubes, inclusive, privados, né, que possam ser mobilizados no sentido de fazer com que a criança permaneça mais tempo sob a responsabilidade de educadores, de monitores orientados, de educadores e com isso nós possamos avançar na meta de uma escola em tempo integral.

Confesso ao senhor, Senador, que nós não estabelecemos ainda metas para este programa específico, até porque esse programa está em gestação no Ministério da Educação e nós estamos contando com apoio dessas prefeituras e dessas instituições da Sociedade Civil que estão neste momento justamente criando o padrão deste programa e como nós faremos o apoio aos Municípios para adotar esse programa. A partir da sua concepção será possível estabelecer metas e orçamento para apoiar essas iniciativas. Neste momento nós estamos formulando o material que servirá de guia para as prefeituras e os Estados adotarem o “Mais educação” nas suas redes.

Senador, eu penso que há um debate, antes disso eu queria responder a sua pergunta sobre as Escolas Família Agrícola. Eu tenho lutado com uma certa frequência com as lideranças dos movimentos da educação no campo e essa questão da Escola Família Agrícola é uma questão preocupante porque não se trata de escola pública, e a Constituição estabelece recursos públicos só podem ser canalizados ou para estabelecimentos públicos ou para instituições comunitárias confessionais ou filantrópicas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Elas funcionam mais como uma espécie de modelo. É se alguma escola agrícola pública pode assumir esse modelo.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: A questão... Eu penso que as diretrizes aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação no sentido da pedagogia da alternância já foi um avanço reconhecido pelo próprio movimento. Mas resta a questão que não é menos importante, sobre como classificar essa escola dentro do Ordenamento Jurídico que é de natureza Constitucional no que diz respeito a isso. Eu penso que, talvez, nós possamos flexibilizar a Legislação que regula o espaço das escolas comunitárias no sistema educacional no sentido de eventualmente contemplar essas escolas com algum apoio governamental. Isso não está delineado ainda, é uma mera especulação. Eu levei ao conhecimento do movimento essa perspectiva e este ano nos próximos encontros que teremos vamos ter, talvez, uma posição mais amadurecida. Há resistências no próprio campo neste modelo, eu penso que a Senadora deve ter conhecimento disso. Há movimentos no campo que desejam um maior acesso a escola pública e pensam que o modelo exclusivo deve

ser da escola pública, né. Então, há uma negociação a ser feita ainda, não é apenas uma decisão política a ser tomada, mas há uma negociação de modelo a ser feita ainda, e as divergências existem e nós precisamos ainda aprofundar o debate sobre a possibilidade de abrigar escolas desse tipo, e de como abrigar escolas desse tipo no sistema educacional.

Sobre “sonhos e desejos” Senador, não há questão menor essa que o senhor coloca, é uma questão que aflige, eu acho, penso que todo o gestor público passa por essas aflições, acho que até o Ministro da Economia passa por aflições desse tipo, não é, porque as agendas existem nas mais diversas áreas, certamente o Ministro da Fazenda tem a sua agenda de reformas que provavelmente garantiriam a aceleração ainda maior do crescimento, o Ministro Patrus e o Ministro Temporão certamente têm projetos de reforma no que diz respeito a Seguridade Social. E o capítulo que é destinado à educação, Ciência e Tecnologia e Cultura da Constituição eu penso que mereceriam nessa próxima etapa uma atenção especial. Eu, inclusive, foi objeto de conversa minha com o Ministro Guido, ontem, em que eu dizia a ele que depois da apresentação que fez no Palácio do Planalto para todos os Ministros na reunião com o Presidente, eu fazia o apontamento de que hoje no mundo inteiro se discute muito a questão da sociedade do conhecimento e não há agenda social e econômica que não esbarre na superação de obstáculos destas áreas. Para mim educação, ciência e tecnologia e cultura é a grande fronteira que nós temos para, usando o jargão que os economistas gostam muito para ampliar as perspectivas de crescimento do PIB em potencial. Se nós não tivermos em conta que educação é desenvolvimento humano, que educação é desenvolvimento econômico, que educação é desenvolvimento social, que educação é desenvolvimento político do país, se nós não tivermos em conta que esse capítulo da Constituição e é um capítulo separado da Seguridade Social. Eu até fazia referência a isso ao Ministro da Fazenda. Eu dizia: Veja como o Constituinte de 88 ele colocou essas áreas, deu a essas áreas um tratamento específico na própria Constituição. E de 88 para cá eu considero que houve avanços significativos na área da Seguridade Social. Previdência, assistência e saúde tiveram avanços expressivos. O SUS é uma conquista enorme, né, os programas de transferência de renda, os programas de assistência às pessoas no campo, às pessoas incapacidades para o trabalho, né, são conquistas... A questão da previdência mesmo, né, a previdência no campo, né, os benefícios de prestação continuada, houve avanços significativos do ponto de vista de Seguridade Social.

Eu penso que é o momento de enfrentar um outro capítulo agora onde os avanços foram menores, mas acho que é o momento de enfrentá-los, né, definitivamente. E eu penso que a agenda da Cultura, Educação, Ciência e Tecnologia, é realmente uma agenda que está faltando ganhar envergadura, uma agenda que não pode ser de um Governo, de dois, uma agenda como a Constituição de 88 para cá, são quase 20 anos, se avançou muito na Seguridade Social, eu insisto nisso--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E agora o Presidente falou acelerar e destravar. E nessa nossa área nós temos muitos fundos. Você vê que nessa área de Ciência e Tecnologia nós temos muitos fundos na área da educação, então nós precisamos...

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Eu penso que é um desafio nacional, acho que o país precisa prestar atenção a esse capítulo da Constituição: Educação, ciência e tecnologia e cultura, são elementos que vão efetivamente garantir um desenvolvimento da nação como nunca se teve no país. Estou convencido disso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Es-tive agora com o Presidente, na reunião do conselho político, o assunto era outro, mas lá no meio ele colocou um problema de uma siderúrgica no Ceará. "Não se preocupe, não... - que a gente estava meio zangado com o problema da siderúrgica - não fica zangado, não, não se preocupa, não, que nós vamos fazer essa siderúrgica no Ceará". Eu me lembrei logo que siderúrgica demanda técnicos, técnicos demandam escola técnica, precisamos expandir mais escola técnica.

Então é isso quer dizer, precisa dar uma destravada realmente, nessa área do fundo, eu fiquei muito atencioso aqui com a questão que o Wellington Salgado levantou em relação que a gente precisa fazer uma mudança legislativa em relação à questão do FUST para o programa da INFOVIA. Demanda uma alteração para poder entrar no PPI senão nós não faremos.

Então nós precisaríamos, até fazer uma... Precisamos de um combinemos, de uma conversa para que a gente possa pegar essa matéria, e dizer, vamos pegar aqui que dá para a gente trabalhar e entrar ainda no PAC esse agora, para a gente não ficar também esperando de 2014, queremos nesse Governo, PAC Lula.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: No mais eu gostaria de terminar agradecendo a oportunidade, colocando o Ministério a disposição dessa Comissão, assim como de todo o Senado, aceitar o convite formulado pelo Presidente Cristovam Buarque aos dois eventos que ele anunciou, no desejo que nós estejamos cada vez mais próximos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra ao Senador Wellington que queria. Eu queria esclarecer um ponto que eu tenho falado. O senhor falou que a gente vai ter dois bilhões a mais no FUNDEB. Não é isso?

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Dois bilhões não a mais. Nós tínhamos um bilhão de EJA e FUNDEF, este ano é um bilhão a mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Exatamente. Na verdade é um bilhão, um bilhão, cento e vinte e seis.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Este ano. Ano que vem, já saltaremos para dois bilhões e meio a mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas é que tem se falado muito nesses dois bilhões, mas estes dois bilhões, 640 já estavam, sob a forma do FUNDEF, 504 foi uma redução no ensino fundamental e 319 uma redução na EJA, na Educação Jovens e Adulto. Então, na verdade é um bilhão, cento e vinte e seis a mais no FUNDEB.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Exatamente. Agora esse um bilhão a mais este ano é fora os recursos iniciais para o Plano de Desenvolvimento da Educação e fora a gradação que vai ser feita.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E esses fundos que não tem ficando claro. Esse fundo fala-se em oito bilhões por ano. É por ano?

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: O nosso desejo, a proposta que nós levamos à área econômica é de gradualmente o orçamento do Ministério da Educação ser contemplado com oito bilhões adicionais, ao ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Para a educação básica?

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Para a educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Incluindo universidades... É isso?

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Incluindo a universidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Por isso que eu insisto que não vai dar para dar o salto que a gente precisa. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, acompanhando a ordem de V.Ex^a, agora vou fazer, não sei se é réplica ou tréplica.

Ministro, que queria dizer o seguinte. É extremamente às vezes, V.Ex^a sabe o respeito que tenho por V.Ex^a, e às vezes como convidado a gente tem que ter

uma certa paciência porque é um convidado. V.Exª é o Ministro. Mas quanto à questão das respostas das minhas perguntas para o seu Ministério, a sua Assessoria não responde. Não é que tenha respondido, não. Não responde. Agora, eu cheguei a pensar que era um problema de autoridade. Mas eu vi quando eu era Presidente dessa Comissão que não era de autoridade. Porque no momento que a sua Assessoria queria que incluísse numa Emenda de Comissão uma série de valores para o seu Ministério, que eu sou a favor, e que incluí, ela soube a minha autoridade que eu tinha.

Então na verdade não é questão de autoridade, o que existe é uma falta de interesse em responder as perguntas que eu faço. Então é extremamente desagradável. Eu não sei se ainda é um reflexo da época que eu era mantenedor e tinha um respeito pela sua Assessoria, e agora virei Senador, e não me respondo como Senador. Parece que é um *en passant* e um desinteresse de conduzir essa resposta. E eu estou seguindo o Regimento Interno com a autoridade que me dá o Regimento Interno.

Tenho tido, seguido um conselho de um amigo que diz que a paciência leva à sabedoria. Então estou tentando ser sábio ao máximo. E a minha paciência está sendo contida para que eu venha a ser sábio. Acho que já cheguei no momento de ser sábio muito porque até agora não vem a resposta correta.

Também queria, e V.Exª sabe que V.Exª quando assumiu o Ministério, tinha uma série de problemas com relação a algumas instituições de ensino, e que vem a sua Assessoria e o seu jurídico saneando esses problemas e corrigindo, impondo a autoridade do MEC, mas ao mesmo tempo enquadrando algumas instituições que estavam fora da autorização do MEC. Eu não sei se por coincidência, essas instituições que têm sido saneadas são na maioria paulistas. Instituições do Estado de São Paulo. Tem relações que não vou citar, até mesmo porque algumas instituições são de amigos meus e que realmente se enquadraram ao que manda V.Exª, o jurídico do Ministério da Educação queria que V.Exª tivesse a mesma atenção com instituições de outras localidades. Só isso.

Agora, quanto às informações, não vêm, Ministro. Não vêm. Tenho aqui, pedi à Assessoria da Comissão que me desse, vi as respostas, não vem as respostas. Objetiva por item citado, já coloquei para o Presidente isso, o Presidente tem conhecimento, vou mostrar para ele as respostas que têm vindo. Não entendo porque. Porque essas respostas com certeza estão no Diário Oficial. Todas são citadas lá. A questão que eu tenho recebido algumas informações que eu quero confirmar com o Ministério se ao dar curso com 50 vagas com a OAB acompanhando e logo depois essas vagas são

aumentadas por 400 vagas por uma Comissão Interna do MEC para 300, para 200. Como é que isso funciona? Ao pedir essas informações meu objetivo é esse, saber por que é que acontece, o que acontece, saber se são as mesmas comissões, são instituições com os mesmos mantenedores, as informações que eu peço é com relação a isso. Agora, peço porque sei que o Ministro responde com maior tranquilidade. Porque ele não tem problema nenhum. Agora, quando não vem a informação, aí dá margem a várias interpretações e que eu não quero ter. Então, por isso eu repito, e repito e repito. Até o momento que eu chegar à sabedoria e acabar a paciência.

É só isso Ministro. Tenho o maior respeito por V.Exª, sei do seu... Foi elogiado aqui pela situação, pela oposição, sei do seu trabalho, tem até a questão do idealismo, sempre conversei com V.Exª em outras localidades e se sempre discutimos. Agora não posso deixar de ter é de exercer a minha autoridade de Senador pedindo dentro do regimento interno do Congresso que me dá esse poder, pedir, e aí não vem a resposta. Aí realmente irrita, desagrada e faz com que a gente use outras forças que o regimento interno nos dá, e que eu não gostaria de usar contra um Ministério que V.Exª é o Ministro. É só isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Ministro quer fazer alguma consideração?

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Gostaria de dizer, Senador, o seguinte. Nós nunca lá no Ministério da Educação confundimos assuntos de natureza particular com assuntos de interesse público. Nunca fizemos isso. O senhor não é capaz, eu tenho certeza, de citar um único caso em que conflitos desta ordem tenham sido motivo de qualquer dificuldade de relacionamento com qualquer Parlamentar. Nem do Senado nem da Câmara.

Em que pese as profundas divergências que existem entre o Ministério da Educação conduzido por mim, então eu falo da minha pessoa, e a maneira como a instituição da qual o senhor foi mantenedor... O senhor foi mantenedor, eu falei no passado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: sim. Em que pese as profundas divergências que existem, e há, e elas são públicas, nós nunca misturamos esse assunto com ações prerrogativas de Parlamentar. Nunca fizemos isso.

Então, eu ressalto, não é segredo para ninguém. Há profundas divergências de condução. Nós não

concordamos com várias teses que o senhor defende. E vamos usar das prerrogativas do Ministério da Educação com todo o rigor que usamos em relação a todas aquelas instituições que no nosso juízo não se conduziam de acordo com a Legislação da forma como nós interpretamos, e para isso existe até o judiciário para dirimir qualquer dúvida a respeito disso, situação, inclusive, onde nós estamos bastante confortáveis no momento, mas nunca deixamos que essas divergências profundas, graves, pudessem resvalar para o papel público, digno, e que preserva o interesse da sociedade no relacionamento do Executivo com um Senador da República.

Então quero deixar muito claro aqui que eu estou empenhando a minha palavra de que vou colher as informações que o senhor está prestando para averiguar se houve alguma falta de consideração e com relação às perguntas formuladas. Mas não posso deixar de observar que há, sim, um abismo grande entre a maneira que nós entendemos que a instituição deve ser conduzida e a maneira como ela vem sendo conduzida hoje. Isso não é obstáculo a um bom relacionamento entre o senhor e o Ministério da Educação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria passar à mão de V.Ex^a, para que não haja dúvida que não tenha chegado, por favor Secretaria, passasse o meu Requerimento à mão do Ministro para que não haja dúvida que não V.Ex^a não tenha acesso aos pedidos.

E quanto à questão de abismo, eu tenho visto V.Ex^a construir bastante pontes para se solucionar problemas.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Com quem quer construir pontes, eu sou o primeiro a estar disposto--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ainda mais nesse Governo que defende tudo pela educação. Eu faço parte desse Governo. Eu vejo que todo problema com relação à educação, ainda mais esse ano que eu acredito que vai ser o ano da educação.

Então esse abismo pra mim não existe altura que não seja precipício. Quem sobe demais acaba tendo precipício, então para mim isso não é problema. V.Ex^a é um especialista em construir pontes. Tem visto com as decisões que têm acontecido no seu Ministério com relação a outras instituições.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Boa vontade não me falta, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Falta ao seu jurídico, a boa vontade. V.Ex^a não.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Garantir que não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Satisfeito? Eu quero agradecer mais uma vez a presença do Ministro, a presença do seu Secretário-Executivo, o Paim, e dizer da minha satisfação de estarmos debatendo os rumos da educação graças ao trabalho que o Ministro está realizando.

Conte conosco, tanto para cobrar mais, como o próprio Senador Wellington fez, e nós vamos continuar fazendo, mas também para dar apoio em tudo aquilo que for bom para a educação do Brasil.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Muito obrigado.

Sessão encerrada às 14h09.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia dez de abril de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência da Senadora Rosalba Ciarlini, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Paulo Duque, Geraldo Mesquita Júnior, Edison Lobão, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Neuto de Conto, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Lúcia Vânia, Valter Pereira, João Durval, Expedito Júnior e Adelmir Santana reúnem-se a Comissão de Educação e Comissão de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, João Ribeiro, Gilvam Borges, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Patrícia Saboya Gomes, João Pedro, Romero Jucá, Valdir Raupp, Demóstenes Torres, Jayme Campos, Kátia Abreu, Eduardo Azeredo e José Nery. A Senhora Vice-Presidente, no exercício da presidência, Senadora Rosalba Ciarlini, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, da

Senhora Maria José de Oliveira, Coordenadora Técnica da Área de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde – MS e da Deputada Federal, Cida Diogo (PT/RJ). Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Senhora Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, no exercício da Presidência, Senadora Rosalba Ciarlini, submete ao Plenário a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 008, de 2007 - CE e nº 011, de 2007 - CAS, de autoria dos Senadores Marcelo Crivella, Flávio Arns e Cícero Lucena, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 284 de 2006, que “Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, para tornar obrigatório o Ensino de Educação Sexual, instituir o dia do Planejamento Familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vigência de sociedade conjugal para a realização de esterilização cirúrgica”. São convidados como expositores os Senhores Dr. Drauzio Varella, Oncologista; Dra. Herilda Balduino de Sousa, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Dra. Ieda Verreschi, Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e Professora da Escola Paulista de Medicina – UNIFESP/EPM. Neste momento a Senhora Vice-Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, comunica que em virtude de compromissos assumidos anteriormente necessita ausentar-se da sessão, passando a presidência ao Senhor Senador Flávio Arns. Dando prosseguimento as exposições na ordem definida em pauta, falam a seguir a Senhora Maria de Fátima S. Malheiro, Técnica em Assuntos Educacionais da Secretaria de Ensino Básico do Ministério da Educação – MEC; Senhora Alanna Elizabeth Armitage, Representante Brasileira do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil – UNFPA e Dr. Pedro Pablo Magalhães Chacel, Conselheiro do Conselho Federal de Medicina - CFM. Finda a exposição, o Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, passa a presidência ao Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação. A Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores Marcelo Crivella, autor do Projeto e do Requerimento; Cícero Lucena e Flávio Arns, autores do Requerimento, Edison Lobão, Sérgio Zambiasi, Lúcia Vânia e Deputada Cida Diogo. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência

encerra a reunião às treze horas e quarenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação

NOTA TAQUIGRÁFICA

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CONJUNTA COM A 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Bom dia a todos, Srs. Senadores, Senadoras, autoridades convidadas, minhas senhoras e meus senhores. Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende a Requerimento aprovado de autoria dos Senadores Cícero Lucena, Marcelo Crivella e Flávio Arns, para a realização desta Audiência Pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 284/2006, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a lei nº. 9263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar para tornar obrigatório o ensino de educação sexual, instituir o dia do planejamento familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vigência de sociedade conjugal, para realização de esterilização cirúrgica.

Dando início à audiência, solicito ao Senador Marcelo Crivella que acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa. Convidamos a Dra. Herilda Balduino de Sousa, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Dra. Ieda Verreschi, representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, e professora da Escola Paulista De Medicina – UNIFESP; Dr. Drauzio Varella, médico oncologista; Dra. Sandra Denise Pagel, Coordenadora Geral do ensino fundamental da Secretaria de Ensino Básico do Ministério da Educação – MEC; Dra. Allana Elisa

beth Armitage, representante brasileira do Fundo de População das Nações Unidas do Brasil – UNFPA; Dr. Pedro Pablo Magalhães Chacel, Conselheiro Conselho Federal de Medicina - CFM. Temos a honra de receber o Dom Odílio Pedro Scherer, Secretário-Geral da CNBB, arcebispo eleito de São Paulo, e a Sra. Elizabeth Sá, assessora parlamentar do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CEFEMEA - para acompanhar a audiência.

A Dra. Sandra Denise Pagel, por motivos superiores, não pôde comparecer, e aqui recebemos Maria de Fátima Simas Malheiro, técnica de assuntos educacionais da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. A Audiência Pública tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 284/2006, que altera a lei nº. 9263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, para tornar obrigatório o ensino de educação sexual, instituir o dia do planejamento familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges na vigência de sociedade conjugal, para a realização de esterilização cirúrgica. Autoria do Requerimento: Senadores Cícero Lucena, Marcelo Crivella e Flávio Arns. Relatoria do PLS nº. 2804/06: Senador Edison Lobão. Autoria do Projeto de Lei: Senador Marcelo Crivella.

Agora, nós passaremos a palavra para a Dra. Herilda Balduino de Sousa, que terá 15 minutos para a sua exposição.

DRA. HERILDA BALDUÍNO DE SOUSA: Excelentíssima Sra. Senadora, Presidente da Mesa, Srs. Senadores presentes, meus colegas na Mesa, Dom Odílio, senhores presentes e mulheres presentes-- [palmas].

O termo... O texto que nos foi proposto, de darmos opinião sobre um Projeto de Lei que trata das coisas mais importantes da sociedade brasileira, principalmente nesse momento em que ela vive o ápice de desestruturação quando a tessitura social, o tecido social está absolutamente rasgado, não só esgarçado, mas rasgado. O assunto do PL é deveras de muita responsabilidade do Parlamento. Ao ter chegado ao ponto que chegou, de uma proposta de modificação de uma Legislação já muito antiga, porque as coisas de mais de oito, dez anos, nesse País, tornam-se antigas.

Eu fiz aqui um esquema didático, porque é muita coisa para discutir numa Sessão só, Sra. Senadora. Então, nós vamos falar, porque não daria tempo de ficar fazendo uma explanação e eu quero me deter naquilo que eu acho mais importante na discussão do Projeto. A primeira modificação que se quer fazer no PL é da educação sexual nas escolas, constituição de um dia de planejamento familiar. Há aqueles que acham que

a educação sexual deve ser objeto e dever e direito da família. Tendo em vista aquelas condições que eu já me referi, o centro familiar hoje, o núcleo da família hoje se encontra de uma forma muito desconcentrada, vamos dizer. Pai e mãe saem de casa, trabalham o dia inteiro, não têm tempo de dar assistência aos filhos, e também, pela ignorância do assunto, pelos tabus e pelos preconceitos, não se sentem à vontade para fazer essa educação sexual. A educação no Brasil tem assumido tanta coisa, que mais uma não será despropositado. Briga-se para colocar educação de trânsito, educação de não sei o quê... Mas, então, ela tem que assumir essa parte que é de muita responsabilidade social, que é a questão da educação sexual. Pra mim, o nome certo é educação da sexualidade. Porque aí, então, nós vamos poder falar de planejamento familiar.

Reconheço a falta de condições de professores especializados, para que ofereçam a educação da sexualidade como um programa da grade escolar. Mas esse problema quem tem que se haver com ele é o Ministério da Educação. Por isso sou favorável à educação sexual ou à educação da sexualidade nas escolas, a partir... Quem diz não sou eu, quem diz é a sociedade, são as necessidades de crianças, dos adolescentes, e por que não nos cursos superiores e, como o Projeto propõe, nas instituições militares, eu acho que certamente isso vai demandar um trabalho de convicção muito grande, porque aqueles que já estão lá, a não ser os recrutas conscritos, já são pessoas que têm a sua cabeça formada ou deformada. Mas seria já muito requinte conseguirmos fazer isso com as tropas da Polícia Militar, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Rodoviária Federal.

Talvez haja um pouco de confusão aqui entre a prevenção de violência sexual e a questão de educação sexual. Mas eu acho que o Projeto, nesse sentido, merece um exame mais apurado. Talvez uma redação que fosse mais própria para alcançar aquilo que se quer, segundo planejamento familiar. É lógico que nós todos somos a favor do planejamento familiar, mas o planejamento familiar que nós queremos é aquele que se pautar na paternidade responsável e na função social da maternidade. Aqui, eu quero fazer o centro da minha explanação. A questão de planejamento familiar sempre traz, dentro da nossa percepção, das nossas reflexões, a idéia de controle de natalidade. Que, na verdade, esses projetos querem isso, só que não têm coragem de botar lá claramente. E querem um controle de natalidade que tem uma fundamentação muito equivocada, porque ele se pauta, em todo o Projeto, e em todas as discussões que nós dos movimentos de

mulheres fizemos, há muitos anos, é que se vai carimbado: “Para as mulheres carentes, para os pobres”.

Então, pobre e mulher carente é que enchem o Brasil de filho. É verdade, porque são os que têm filhos. Mas se nós formos examinar as políticas demográficas desse País, nós vamos checar que ele não é super populoso. E que a questão da explosão, que não é também uma explosão, que eu não admito, que as taxas hoje estão baixas, baixíssimas, provêm da falta de educação. Não a educação que eles estão dizendo aí, meu Deus, tudo é educação nesse Brasil. Mas da falta de educação de vida de homens e mulheres. Esses projetos sempre vêm trazer ônus para as mulheres. Ainda não vi um Projeto que exonerasse a mulher de ser a responsável pela gravidez, por ter os filhos, por educar os filhos e, sobretudo, para poder dar um jeito de não ter mais filho. Isso é política. E uma política perversa contra as mulheres. Por quê?

Sra. Senadora, os processos do planejamento familiar que têm que englobar as políticas de Saúde, que é o principal problema da questão da fertilidade, da questão da Saúde... Tratam de muitíssimas coisas, e vendem muita coisa errada. É preciso não sei o quê por causa da mortalidade materna. A mortalidade materna, Srs. Senadores, tem um médico aqui, o Dr. Drauzio, ela é maior pelas gravidezes de risco. Morre muito mais mulher de eclampsia, morre muito mais mulher de pressão alta, morrem mulheres de problemas renais, morrem mulheres cardíacas, morrem mulheres diabéticas e isso não consta de nenhuma estatística até hoje que eu pudesse ver e nenhuma política atende isso. Raramente, nos hospitais, tem lá uma... Gravidez de risco vai para tal clínica e não sei o quê. Mas não é uma política pública.

Então, as mulheres necessitam de um sistema de Saúde integrado, que a recolha, que a cuide, em todos os momentos de sistemas da sua vida. A questão do respeito à função social da maternidade. Não podemos esquecer que não é só apenas o ato físico de ter um filho que representa a maternidade. A mulher, no momento em que engravida, no momento em que concebe uma vida, ela merece do Estado uma assistência integral porque ela vai criar filhos para a sociedade; filhos para fazê-los cidadãos; filhos para organizar o que de mais importante nós temos na caminhada civilizatória, pelo menos nesse século, que é o direito de igualdade de todos nas decisões em assumir as questões da Pátria, do Estado e da sociedade.

Essa função social da mulher tem que ser política pública. Tem que receber muito aquilo que nós não damos às mulheres. “Ah, mulheres... posto de Saúde na periferia, não sei mais o quê, não sei mais o quê”. O discurso rançoso de que mulher pobre só tem filhos

e não educa os filhos e que isso é muito grave. Mas muito mais grave é saber que as mulheres pobres que têm muitos filhos são cidadãs brasileiras com os mesmos direitos porque nós não temos uma república plutocrata, só de ricos. Talvez o grande erro de olhar a isso é não saber que as mulheres pobres, as mulheres miseráveis formam um batalhão imenso da miséria, e que esse batalhão imenso, que hoje são quase mais ou menos 40 ou 45% dos brasileiros, chamados hoje de carentes, porque para tudo se arranja um número, vão ter certas benesses do Estado e da sociedade para dar-lhes uma feição de que esse País é um País que tem preocupação com os seus habitantes, com as suas mulheres, com as suas crianças e com os homens. Porque aí vai entrar exatamente a questão da paternidade responsável.

Enquanto nós estivermos fazendo todos, políticas para as mulheres e não política para homens e mulheres, mulheres e homens, na questão de terem filhos, de produzirem filhos, nós estaremos fazendo um maniqueísmo muito intolerante. Isso é preciso ficar bem claro--

[soa a campanha].

DRA. HERILDA BALDUÍNO DE SOUSA: Não se pode jogar em cima das mulheres toda a responsabilidade do planejamento familiar. Só mais um minuto, Excelência--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): A senhora dispõe de mais um minuto para concluir.

DRA. HERILDA BALDUÍNO DE SOUSA: Eu tenho mais um ponto que eu não queria deixar de abordar. Então, vejam vocês, é muito difícil discutir essas coisas com poucos tempos porque a ditadura do tempo impera em todos os lugares. Vamos fazer, vamos correr, mas, então, eu digo que sou a favor do planejamento familiar sob a ótica, o fundamento da paternidade responsável e da função social da maternidade.

A redução da idade mínima para a opção de esterilização. Isso eu sou absolutamente contra. Contra, contra, contra—

[palmas].

Dizem, quando interessa, que adolescentes são aqueles de 14 a 18 anos. Então, vem justificar que 18 anos pode votar, que com 18 anos pode isso, pode... Não. Não vamos misturar o Garibaldi com o balde do gari. Opção para exercer esses atos da vida cívica da vida... É muito diferente de uma opção de tomar uma decisão, aos 18 anos, de algo que não vai ter condição de consertar, há falta de amadurecimento emocional. Não vamos dizer que as meninas, as adolescentes de 18 anos podem ser submetidas à esterilização.

Além disso, nós temos que essa esterilização, ela tem esses... As questões--
[soa a campainha].

Econômicas e a questão de Saúde. Eu vou só ler para poder... Porque essa ligadura de trompas, ela vai trazer um problema de Saúde, possibilidade de alterações hormonais decorrentes da ligadura tubária por comprometimento da vascularização ovariana, o que é maior nas mulheres novas do que nas mulheres mais velhas. Então, esse é um ponto que nós vamos colocar certamente vai haver discussão no fim.

Depois, vem a revogação da exigência de ambos os cônjuges para a esterilização cirúrgica. Também é um problema que precisa ser examinado, não dentro daquelas regrinhas de Código Civil, mas de uma grande regra do direito de família, porque o casamento cria deveres e obrigações. Um dos deveres do cônjuge, dos cônjuges, é a fidelidade que tem o seu atributo maior chamado lealdade. A mulher não pode, a mulher casada, o homem casado, sem consentimento, porque eles vivem uma constituição, social, jurídica e política, que chama casamento, uma instituição, na qual eles devem essas obrigações. Se a mulher vai fazer uma esterilização sem conhecimento do marido, ela está, e eu afirmo isso com base no nosso Direito Civil, na questão do casamento, com base em questões sociológicas e outras tais, ela estará rompendo um contrato. Vamos falar no casamento como contrato. E, como tal, tem a sanção que a lei culmina àqueles que violam as cláusulas do contrato.

E, depois tem uma questão social mais... Nas mulheres mais pobres, como esse contrato a que eu quero me dirigir—

[soa a campainha].

Difícilmente elas encontrarão chances de conseguir parceiros fixos porque o marido vai largar ela. Ele larga, vai deixar. É o machismo brasileiro? É o machismo não sei o que é, mas ele certamente vai se sentir ferido numa das coisas mais importantes, que são a lealdade e a fidelidade matrimonial. Eu tinha mais o que falar, mas eu acho que—

[palmas].

Durante a discussão... Muito obrigada. Desculpe.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Obrigada, Dra. Herilda. Eu gostaria de pedir à galeria para não se manifestar, que aqui temos opiniões que divergem. Dra. Ieda Verreschi, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, e professora da Escola Paulista de Medicina, UNIFESP.

DRA. IEDA VERRESCHI: Bom dia a todos. Eu me sinto muito honrada em estar aqui nessa Comissão. E

gostaria de, logo em seguida, solicitar que passassem as informações que eu trouxe, que fossem acompanhando essa minha manifestação. Eu gostaria, como professora de endocrinologia, nesta área atuando há mais de 30 anos, eu gostaria de colocar esses dados aqui, subsídios aos senhores, para a questão da educação e biologia, orientando o planejamento familiar. O próximo, por favor.

A justificação do presente Projeto de Lei refere-se ao objetivo de instituir medidas que propiciem mormente as camadas mais pobres da população obterem informação sobre planejamento familiar e aplicação do seu acesso a essas opções. A análise de tal proposta remete obrigatoriamente ao trabalho médico na área de gônadas em desenvolvimento, profissional cuja visão que vai além da biologia, pois abrange, na sua totalidade, o processo educativo e informativo que antecede ou ultrapassa os limites da puberdade atingindo a idade adulta.

Do ponto de vista biológico, a puberdade é a passagem da infância... O próximo, por favor. É a passagem da infância para a vida adulta, onde ocorre a ativação do sistema hormonal que controla a função das gônadas, ao mesmo tempo em que acelera e consolida o crescimento somático, capacitando... O próximo. Capacitando o indivíduo à reprodução. Esta transição é celebrada pelas diferentes sociedades, ao longo tempo, anunciando a aquisição da fertilidade. Embora seja um processo contínuo, iniciado em forma de crise ao nascimento, precisa ser contido, a fim de aguardar que o organismo alcance as condições somáticas ideais que capacitem a reprodução. E enquanto o organismo cresce e sofre as múltiplas adaptações, este processo endócrino, em ambos os sexos, ajusta-se, passando por um período inicial de liberação hormonal e depois pela instalação do processo inibitório para, finalmente, ao seu tempo devido, instalar progressivamente a puberdade e adquirindo a capacidade para reproduzir. O próximo, por favor.

Este espaço estende-se desde o nascimento até a vida adulta, porém, com uma necessidade de uma inibição do processo, logo após o nascimento, para que o indivíduo tenha condições somáticas de reproduzir. E essa condição somática de reproduzir nós vamos encontrar somente a partir dos 20 anos de idade. Adquirindo, então, aos 20 anos de idade, em ambos os sexos, quando essa estabilização de sistemas e fatores hormonais de crescimento ocorre. O período que contém estas modificações somáticas é chamado adolescência. O próximo.

Embora ocorra em algumas espécies, é no homem que a adolescência tem a sua maior extensão, apresentando conotação cultural multifacetada. As

pressões psicológicas e sociais, culturais, instaladas na adolescência, constituem elementos geradores de estresse e, conseqüentemente, dificultam a instalação desse processo individualmente, em graus variados. É o processo, nesse contexto, que se instalam... O próximo, por favor.

É nesse processo que se inserem a gravidez, as pílulas anticoncepcionais, e os incentivos ao sexo seguro dos programas internacionais de Saúde reprodutiva. O processo educativo, nesta fase, tem um papel fundamental, pois, nessa fase, pode ocorrer a sedimentação ou mesmo a perda de valores adquiridos previamente no ambiente familiar ou equivalente. Do ponto de vista biológico, a educação faz parte da estratégia de sobrevivência da espécie humana. O homem integra o conhecimento em forma de cultura e é capaz de conservar e transmitir a outros membros da própria espécie. Nesse aspecto, o processo evolutivo atrelou a nossa sobrevivência à educação e essa é uma prioridade humana.

Para atingir metas educacionais, populacionais, muitas vezes somos tentados a utilizar técnicas de propaganda implantadas como nos anos 30 e 40, na Europa, bem dizer de resultados imediatos. Assim atuam as campanhas. Por outro lado, se educar demanda trabalho, compromisso, fidelidade e vontade, os seus custos podem ser até equivalentes e menores.

Então, esses processos educativos auxiliariam o adolescente no seu processo de atingir a maturidade e a consciência da sua capacidade de reprodução. Sabe-se também que o controle do físico pode, além de conferir disciplina, reforça a autoconfiança. É o caso do atleta, que positivamente, atua esse seu desenvolvimento sobre a escolaridade, sobre a seleção para o trabalho e sobre a sua atuação social. Da mesma forma, têm as campanhas educativas para a alimentação saudável, que previnem os danos que a obesidade provoca em qualquer faixa etária, onerando os serviços públicos de Saúde. Os programas municipais já foram adotados com sucesso, estimulando concretamente essas implantações.

Assim, embora inundados pelos hormônios que impulsionam essa luta primal pela perpetuação da espécie, a educação do jovem para a efetividade, para o autoconhecimento, respeito ao próximo e, sobretudo, ao próprio corpo, permitirá exercer a própria sexualidade, superando-a e tornando propriamente humana a genitalidade. Fora do contexto da razão, que se consolida na juventude, essa não vai além de bestialidade, e é neste tempo que razão e força vital se complementam.

As meninas, portanto, aderem à meta do milênio para uma maternidade segura. Na justificativa do

presente PLS, é chamada atenção para mormente as camadas mais pobres da população. Vamos pensar nessas meninas. Segundo Speroff, os melhores folículos ovarianos, contendo óvulos de superior qualidade genética, coincide com o pico da fertilidade, entre 20 e 24 anos de idade. Independentemente do número de filhos, eu pergunto: Seria plausível esterilização anterior a esta época? O censo... Estaríamos frente a uma população vulnerável? Levando em conta que no censo do IBGE de 2000, 15% da população estava entre 12 e 18 anos, aproximadamente dois milhões de adolescentes seriam potencialmente mutiladas como represália do Estado à infração ética de terem engravidado durante a instalação pubertária porque lhes fora negado acesso à educação ou por lhes ter sido permitido viver em condições que favoreçam o abuso sexual, a violência e a promiscuidade. Tal medida, por tratar-se de planejamento epidemiológico, é passível de aplicação da Declaração de Helsinque, onde vejo quatro artigos maculados.

Quatro. A importância do objetivo deve ser proporcional ao risco do sujeito. Cinco. Os interesses do sujeito devem sempre prevalecer sobre a ciência e a sociedade, e os esforços devem ser feitos para minimizar o impacto sobre como respeito a sua integridade física e mental. 20 anos após a conferência de Nairobi, este seria o retrato da campanha de redução da mortalidade materna em nosso País. É reconhecido fracasso das medidas tomadas pelas organizações internacionais e a mortalidade materna continua a crescer por complicações obstétricas nos Países em desenvolvimento.

De fato, as meninas de 18 anos não mais acrescentarão valores a estas estatísticas de complicações de gestação e parto, porém, tendo em vista as deficiências do atendimento básico de Saúde na periferia das grandes cidades e na zona rural, quem tomará conta das crianças cujas mães morrerem de complicações durante a esterilização?

Quando se nega a Deus, facilmente se nega ou compromete a dignidade da pessoa humana. Há uma estreita relação entre o esquecimento de Deus e a perda do profundo sentido de paternidade e maternidade humanas. Quando a paternidade humana está ameaçada, e por julgá-la um fenômeno puramente biológico, sem sua dimensão humana e espiritual, toda afirmação sobre Deus-Pai torna-se vazia de conteúdo e significado. Assim como o tema aqui tocado, paternidade e maternidade humanas aprofundam suas raízes na biologia, mas superam a biologia. Os ganhos, em cinco séculos, nas mulheres, são evidentes, podemos mostrar nesse quadro do Goya, do Velásquez e da Escola do Velásquez, essa pobre princesa Marguerita,

que dizia da Áustria, mas era filha do rei da Espanha, aqui está prometida de casamento, aos 12 anos, casou aos 15, e aqui já, antes dos 22 anos de idade, de luto, viúva e, logo a seguir, morta por um problema de Saúde que lhe ocorreu.

Esses ganhos... Esse avanço é magistral; cinco séculos onde isso não mais acontece. O prestígio da ciência e a técnica dela derivada levam a depositar nessas medidas. Se a farmacologia da reprodução, que serviu à revolução sexual dos anos 60, debilitou a íntima relação da paternidade e maternidade, proporcionou a liberdade das relações sexuais casuais. E, embora tenha auxiliado para controlar a natalidade nos Países desenvolvidos, não impediu o aumento das taxas de gravidez na adolescência, no mundo desenvolvido ou não. A família desagregada perde seus filhos, meninos e meninas, mas somente ela é capaz de tutelar o direito dos seus filhos à vida, à instrução integral e ao respeito humano.

Concluindo, decorridos mais de 10 anos a promulgação da lei 9263, nada há a acrescentar ou comemorar em planejamento familiar. O presente projeto—

[soa a campainha].

Propõe medidas prejudiciais ao desenvolvimento e educação de adolescentes, é discriminatório e não se recomenda a sua aprovação.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Gostaríamos agora, agradecendo a participação da Dra. Ieda Verreschi, passar a palavra ao Dr. Drauzio Varella. Mas, antes, quero registrar a presença da Dra. Maria José de Oliveira Araújo, Coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, que também acompanha esta audiência. Palavra com o Dr. Drauzio Varella.

DR. DRAUZIO VARELLA: Queria fazer um breve comentário. Aliás, antes queria pedir desculpas porque eu recebi o convite para esta Sessão na semana passada e não tive tempo de me desvencilhar de todos os compromissos em São Paulo. Então, é provável que eu tenha que sair no melhor da festa, que é o auge da discussão. Eu queria fazer um comentário breve sobre o Projeto que está em discussão, e queria ressaltar dois aspectos: Primeiro, eu acho que essa questão da idade mínima, eu não vejo necessidade de modificar o Projeto atual. O Projeto atual diz que todas as mulheres e homens brasileiros que tenham pelo menos 25 anos ou dois filhos ou 18 anos e dois filhos podem optar pela cirurgia, laqueadura ou vasectomia.

Eu acho que isso é uma lei bastante razoável. Do ponto de vista prático, eu acho que médico nenhum faria uma esterilização numa menina de 18 anos ou num rapaz de 18 anos que não tivesse tido filhos ainda.

Então, acho que fazer essa mudança vai criar uma lei que, na prática, não vai ser cumprida de forma alguma. Os médicos já resistem muito em fazer procedimentos irreversíveis em mulheres de 30 anos, de sete, oito filhos. Quanto mais uma menina de 18. Isso não vai acontecer na prática, em hipótese alguma. Um rapaziinho que chega lá, aos 18 anos, e diz: “Olha, eu quero fazer uma vasectomia”. “Você tem filhos?” “Não”. Eu duvido que algum médico, em sã consciência, submeta a uma esterilização irreversível um menino nessas condições. Então, eu não vejo necessidade de mudar a lei nesse aspecto.

Quanto à autorização do cônjuge para a laqueadura ou para a vasectomia, eu acho que isso, na prática, como é que se resolve? Na prática, os homens vão sozinho aos médicos e fazem a vasectomia. As mulheres, quando vão sozinhas aos médicos para fazer a laqueadura, os médicos exigem a assinatura do marido. Então, eu acho que essa é mais uma das violências que se cometem contra as mulheres, que é aquela de atribuir ao corpo dela a propriedade de outro.

[palmas].

Para encontrar uma solução cirúrgica que ela, naquele momento, julgou adequada para o corpo dela, ela precisar da autorização de um homem, seja ele quem for, pra mim, a lei não pode conter esse disparate, como nós temos vivido nesses anos todos.

A minha posição em relação ao planejamento familiar, e eu quero aproveitar esses minutos para discutir isso, é muito clara. Eu acho que o planejamento familiar é uma das piores violências que nós cometemos aqui... A falta de acesso aos métodos de planejamento familiar é uma das piores violências que nós, no País, realizamos contra as classes mais pobres. Tem um dado do IBGE que, pra mim, é absolutamente definitivo. Das crianças nascidas no Brasil hoje, 4% pertencem à classe A e 7% à classe B. Portanto, classes A e B contribuem com 11% da natalidade. E as classes A e B, no Brasil, respondem por 23% da população, mas contribuem com 11% da natalidade. 42% das crianças nascidas no Brasil pertencem à classe E. Vamos lembrar que a classe E é aquela que vive com até 75 reais por capita mensalmente. Portanto, coisa de um dólar por dia cada criança. 42% pertencem à classe E. E 31% pertencem à classe D. Portanto, nós temos 73% das crianças que nascem no Brasil, estão nos extratos mais pobre da população. Por que acontece isso? Porque as mulheres pobres querem viver o mistério da maternidade mais vezes do que as ricas? Ou porque os homens pobres têm prazer de encher o barraco da favela ou a casinha da periferia de crianças que não têm espaço para dormir. É por isso que acontece isso? Ou porque será que as mulheres pobres são mais sem

vergonhas do que as outras mulheres, têm mais parceiros sexuais, são mais promíscuas do que as outras mulheres? Isso acontece só porque, nas classes A e B, nós temos acesso total aos métodos de anticoncepção, de contracepção. As mulheres têm acesso à pílula, às injeções mensais ou trimestrais de anticoncepcionais, tem acesso ao dispositivo intra-uterino e quando querem interromper definitivamente a chance, a possibilidade de engravidar, elas fazem a laqueadura. Os homens ligam para o médico por telefone, marcam, e vão aos hospitais particulares e fazem vasectomia, sem ninguém assinar papel nenhum, sem nada.

Agora, para os pobres nós usamos esses métodos. Nós mesmos temos quantos filhos? Se eu perguntar, nessa sala, quem tem cinco ou seis filhos, provavelmente ninguém. Nós temos um filho, dois filhos, três filhos e, quando falamos em três, já achamos muito. Nós temos, no Brasil, uma situação de perversidade social, que é a mais absurda. Quando nós fizemos uma série na televisão, na TV Globo, sobre planejamento familiar, e eu andei pelo interior do nordeste e do norte do Brasil, a série estava no ar. Eu era cercado por mulheres que vinham dizendo: “Doutor, pelo amor de Deus, você não consegue que eu faça uma laqueadura? Eu tenho oito filhos, 32 anos, eu não posso mais ter filho de jeito nenhum”. Isso é o desejo dessas mulheres. Que quando uma pessoa, quando um homem que tem dinheiro, uma mulher que tem dinheiro deseja utilizar o método de anticoncepção, nós achamos natural que ele utilize. Agora, porque nós negamos o acesso? Eu não estou discutindo se devem ou não devem fazer. Mas por que negar o acesso das pessoas que realmente querem, daquelas mulheres que têm filhos, que o marido vai embora porque, no fim, o ônus cai pesadamente sobre a mulher. É sobre ela. Ela que vê os filhos passando necessidade. E quando ela chega no posto de Saúde, atrás de uma cartela de pílula, não encontra. Quando tenta colocar um dispositivo intra-uterino é praticamente impossível. E quando vai atrás de uma laqueadura, então, não acontece, não acontece nunca. Não acontece no interior do nordeste e não acontece na cidade de São Paulo, não acontece na cidade do Rio de Janeiro. Coisa mais difícil para uma pessoa da classe pobre, um homem da classe pobre, é conseguir fazer uma vasectomia.

Em São Paulo, havia um costume, que eu não sei quem introduziu na Prefeitura, que era o seguinte: Eu chego num posto de Saúde e digo: “Olha, eu tenho cinco filhos e não quero mais. Quero fazer uma vasectomia”. Eu era obrigado a fazer um curso. Esse curso era um curso que a lei diz que você tem que ser informado dos métodos existentes. Ótimo. Só que esse curso acontecia, na periferia de São Paulo, todas as

quintas-feiras. Não me perguntem por que quinta-feira. E todos os homens e mulheres tinham que fazer três quintas-feiras consecutivas. Então, eu chego na fábrica que eu trabalho e digo: “Olha, me desculpem, que eu vou faltar as próximas três quintas-feiras, que eu quero fazer um curso de planejamento familiar”. A mulher que trabalha como empregada doméstica vai faltar três quintas-feiras seguidas para fazer esse curso.

Bom, as que conseguiam fazer e os homens que conseguiam fazer ganhavam um “diplominha”, um certificado de que fizeram o curso. Portanto, estavam aptos a fazer a esterilização definitiva. Só que eles recebiam o papel. E com esse papel tinham que procurar o serviço público atrás do seu direito de fazer a esterilização, direito garantido por lei. Impossível obter isso. Ninguém consegue. Porque os hospitais não estão preparados para isso, não têm condições de oferecer esse tipo de serviço. E, depois de um ano peregrinando, o “diplominha” perde a validade. Aí tem que fazer mais um ano, outra vez o curso. Quer dizer, aí não se trata de educação porque são pessoas motivadas, que vão atrás do procedimento que a lei lhes garante. Mas, na prática, isso não acontece de forma nenhuma.

Todos os postos de Saúde em que eu andei, pelo interior, e eu sempre pergunto isso, não têm anticoncepcionais, não recebem e quando recebem não têm como distribuir, e não aplicam DIU em ninguém. A coisa mais... Um DIU custa quatro dólares. Esse é o preço de um DIU comprado pelo atacado, o DIU de cobre, dura 10 anos. 10 anos. Nós não damos o DIU e depois ficamos com esse mundo de crianças que nós temos que encontrar uma solução para elas. Eu acho que ou nós atacamos esse problema no Brasil com seriedade, porque em 1970, durante a copa do mundo, é um número que todo mundo lembra por causa da música, “90 milhões em ação”, nós éramos 90 de pessoas. Nós somos mais de 180 trinta e poucos anos depois. Eu fico surpreso como é que um País que tinha problemas naquela época consegue ainda funcionar hoje, tendo dobrado a população em pouco mais de 30 anos. O que aconteceria com a Previdência Social da Inglaterra, da França ou da Alemanha, se eles tivessem duplicado a população nesse tempo? Nós pensamos na época do passado que, em 1950, as famílias tinham cinco, seis filhos; hoje têm dois ou três. Houve uma queda da natalidade, não tem dúvida nenhuma. Uma queda importantíssima.

Mas, naquela época, 70, 80% da população vivia no campo, onde cada filho eram dois braços a mais para a lavoura. Hoje vivem nas favelas nas cidades. Hoje não temos condição, uma criança de sete, oito anos, que já trabalhava na roça, nos anos 50, hoje, uma criança

de sete, oito anos faz o quê na cidade? Que tipo de contribuição ela dá para a economia doméstica?

Nós temos obrigação moral de oferecer para mulheres e homens pobres os mesmos direitos que nós defendemos para as nossas mulheres e nossos homens. Eu fiz uma vasectomia num dado momento da vida. Não pedi autorização para ninguém. Combinei com um colega, cheguei no hospital, 15 minutos depois, tinha acabado a cirurgia, fui embora para casa e lembro que ainda fui a um aniversário de um amigo à noite, porque a cirurgia é absolutamente segura, tanto quanto qualquer procedimento seguro pode ser. Por que é que pra mim eu tive essa facilidade toda? E um homem que tem cinco ou seis filhos e tem um salário baixo, não consegue dar comida para as crianças, ele não tem o mesmo acesso que eu tenho? Por que a minha mulher teve dois filhos só e as outras mulheres têm que ter cinco, seis filhos. Elas perdem o controle, não têm controle sobre a própria fertilidade, não têm controle sobre o próprio funcionamento do corpo, porque nós temos uma lei linda no papel, mas que não conseguimos aplicar na prática. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Queremos agradecer ao Dr. Drauzio, assim como a todos os ilustres convidados que aqui vieram para participar dessa Audiência Pública, e, com a permissão dos Srs. Senadores, dos convidados, das autoridades que aqui acompanham essa audiência, eu gostaria de convidar o Senador Flávio Arns para presidir os trabalhos. Estou sendo convocada pela marcha dos Prefeitos, já que faço parte da frente municipalista e da Subcomissão de Assuntos Municipais, para estar presente lá no hotel Blue Tree, na abertura da marcha. Muito obrigada.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a Senadora Rosalba Ciarlini, passo, na seqüência, a palavra à Maria de Fátima Malheiro, que é técnica em assuntos educacionais da Secretaria de Ensino Básico do Ministério da Educação, MEC. Eu peço só a gentileza das pessoas que estão acompanhando essa Audiência Pública para não haver manifestações, com palmas ou algo semelhante, durante ou ao final das falas, porque o grande objetivo de uma Audiência Pública é ouvirmos pontos de vista variados sobre o mesmo assunto, para que, ao final, esses pontos de vista possam convergir para uma análise cuidadosa, criteriosa do Projeto de Lei. Então, mesmo que a gente não concorde com algum ponto de vista, o objetivo da Audiência Pública é exatamente este, para que a variedade, a dinamicidade do que acontece na sociedade esteja representada através das pessoas que estão aqui se manifestando. Então, eu peço essa

gentileza de todos que estão aqui. Passo, em seguida, a palavra, com prazer, à Maria de Fátima.

MARIA DE FÁTIMA MALHEIRO: Bom dia a todos. Agradecemos, nós, em nome do Ministério da Educação, agradecemos o convite... Estar debatendo, então, pleito num Projeto de Lei que precisa ser bem pensado pela nossa sociedade. Eu estou substituindo a senhora Sandra Denise Pagel, Coordenadora do ensino fundamental da Secretaria de Educação básica do Ministério da Educação, ela está no momento proferindo uma palestra sobre o ensino fundamental de nove anos. Eu sou técnica em assuntos educacionais e falo no lugar da técnica que trabalha, há algum tempo, numa ação interministerial, que, logo a seguir, estaremos falando. Então, nesse sentido, eu vou pedir a licença de vocês de estar lendo para não ultrapassar o tempo previsto e poder depois vir até esclarecendo algumas questões postas atualmente pela sociedade e pela mídia.

A nossa fala destina-se à fala pedagógica da solicitação em tela do Projeto de Lei 284, que propõe alteração dos artigos 5º e 10º do Projeto de Lei 9263, que trata do planejamento familiar nos artigos 5º e da lei 10406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Nesse sentido, o objeto da nossa análise, o objeto da nossa fala é sub-reportar(F) a indicação da obrigatoriedade da educação sexual no ensino fundamental e no ensino médio, visto que o Ministério da Educação não se sente hábil para estar tratando dessas questões postas pelo próprio Projeto de Lei, pela proposta em pauta.

O que nós entendemos é que o nosso Senador, os Senadores que estão propondo essas alterações, justificam a sua proposição com base na dificuldade de algumas camadas da população obterem, informações e terem acesso a ações de planejamento familiar. Nesse sentido, gostaríamos de lembrar o que é colocado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu art. 8º, §1º, caberá à União a coordenação da Política Nacional de Educação, articulando diferentes níveis e sistemas e exercendo funções normativas, redistributivas e supletivas em relação às demais instâncias educacionais.

Portanto, para o Ministério da Educação, não compete interferir na liberdade de organização de sistemas de ensino, os quais têm autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. Essa observação, inclusive, se ampara na própria LDB, cujos dispositivos ancoram-se em dois princípios básicos, a descentralização e a flexibilidade. Assim, os principais pilares da educação nacional são flexibilidades para a atuação dos sistemas de ensino e das escolas de todos os níveis e modalidades, bem como a descentralização

dos sistemas com o apoio, orientação e avaliação da qualidade do ensino por parte da União.

Além disso, educação sexual já se encontra contemplada nas diretrizes curriculares nacionais, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, pareceres Conselho Nacional de Educação, Câmara de educação básica nº. 04 de 1998, 15 de 1998 e nas resoluções 1º de 99, 02 de 98, 3º de 98 dos respectivos Conselho Nacional de Educação, como se observará a seguir. Em todas as escolas deverá ser garantida a igualdade de acesso para os alunos a uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional. A base nacional comum e sua parte diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que visa estabelecer relação entre educação fundamental e a vida cidadã, por meio da articulação entre vários de seus aspectos como Saúde, sexualidade, vida familiar, social etc.

A educação sexual, no entender do Ministério da Educação, deve estar inserida nas propostas pedagógicas das escolas, levando-se em consideração o respeito à competência política e executiva dos Estados e Municípios, a diversidade sociocultural das diferentes regiões do País, e a autonomia dos professores e das equipes pedagógicas.

Por fim, informamos que com relação à Saúde sexual, à educação sexual, à Saúde reprodutiva, o Ministério da Educação também, como diz a nossa doutora, a paternidade responsável dos nossos alunos, dos nossos estudantes, dos homens e das mulheres, em 2003, foi lançado pelo Ministério da Educação e Ministério da Saúde, com o apoio das organizações das Nações Unidas, a UNICEF, da Unesco e da UFP, o fundo das Nações Unidas, aqui presente no debate, o Projeto Saúde e Prevenção nas escolas, que visa justamente a estar trabalhando as ações de prevenção nas escolas, a estar trazendo o debate à discussão na comunidade escolar.

Como a doutora aqui da OAB, representando a OAB pôde nos falar, nós temos que estar trabalhando os nossos estudantes, os nossos professores, toda a comunidade escolar, inclusive as famílias que participam dessa comunidade escolar, a estar trabalhando as questões ligadas a uma paternidade responsável de homens e mulheres.

Voltando ao Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, que está em momento tramitando a transformação dele em programa, está em estudos junto ao Ministério da Saúde e Ministério da Educação e as Organizações das Nações Unidas, para estar ampliando esse Projeto a nível nacional. O Projeto, ele surgiu e foi lançado, em 2003, pelo nosso ex-Ministro da Educação, o Cristovam Buarque, foi lançado, ele está tendo

continuidade através do atual Ministro Fernando Haddad e está tendo todo um apoio, um aporte político para que sejam realizadas essas ações com base na descentralização das ações e com a participação de toda a comunidade. Não só a comunidade educativa, composta por representantes, os alunos representantes de pais, das famílias, mas também como postos de Saúde, as unidades básicas de Saúde, que estão aos redores das escolas.

Então, voltando à fala, para não me perder, que esse é um projeto que está muito na mídia, com informações não claras com relação às ações, inclusive a questão da distribuição de preservativo, não é verdade. A escola não vai distribuir o preservativo. Ela tem todo um trabalho anterior, que depois nós poderemos até voltar a falar. Então, voltando ao Projeto, é um produto da experiência e reflexão de diferentes atores sociais e representa um marco na integração dos sistemas de educação e Saúde e privilegia a escola e os espaços educativos como espaço para articulação das políticas voltadas para os adolescentes e jovens mediante a participação dos sujeitos desse processo. Ou seja, estudantes, profissionais de educação, profissionais de Saúde, professores, famílias em especial.

O Projeto, ao mesmo tempo, é um convite à articulação entre educação, Saúde e as demais instâncias cujas ações repercutem na formação dos jovens, entre elas, órgãos responsáveis pela cultura e ação social, universidades, entidades da sociedade civil organizada. As ações de Saúde e prevenção nas escolas preconizam a integração de Saúde e educação, de acordo com princípios e diretrizes que os fundamenta e tem como objetivos específicos contribuir para a redução da incidência de doenças sexualmente transmissíveis e de infecção por HIV e AIDS, redução da incidência de gravidez não planejada ou gravidez que o adolescente não esteja pronto ou que os pais, adolescente homem ou adolescente mulher se sintam preparados para escolher a hora. Redução da evasão escolar, relacionada à gravidez na adolescência na população jovem, um dos indicadores e um dos motivos de mortalidade, não só do feto, mas como mortalidade das nossas jovens. Trabalhar os direitos sexuais e direitos reprodutivos dos adolescentes e jovens; fomentar a participação juvenil para que adolescentes e jovens possam atuar como sujeitos transformadores da realidade. Possibilitar que a escola desempenhe seu papel democrático no respeito e convívio com as de diferenças; contribuir para a sustentabilidade das ações de prevenção nas escolas, incluindo e, principalmente, acho importante ressaltar, que esse tema educação sexual esteja na pauta da agenda da comunidade escolar, ao estar elaborando seu Projeto político-pedagógico, em cada

unidade escolar. Então, cada unidade escolar tem autonomia de escolher de que forma vão ser essas ações de educação sexual nas suas escolas. Assim como as secretarias municipais de educação, como secretaria municipais de Saúde, integradas secretarias estaduais de educação e secretarias estaduais de Saúde.

Tal projeto beneficia alunos das escolas públicas, na faixa etária de 10 a 24 anos. Nesse momento ainda, o Grupo Gestor Federal, que é o grupo que está representando e está pensando as ações do Projeto Saúde e Prevenção nas escolas, que é composto de representantes de diferentes áreas da educação, do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde, como também a Secretaria de... O grupo de Secretaria de Adolescência e da Criança, a Coordenação Nacional do DST-Aids, a coordenação da Saúde da Criança, da Saúde da Mulher, são ações integradas dentro do Ministério da Saúde e integradas dentro do Ministério da Educação, com o apoio das agências das Nações Unidas, Unicef, Unesco, UFPA, aqui representada, e nós estamos ainda em discussão se descendermos ou não as ações para um nível de informações para abaixo de 10 anos. No momento ainda está sendo discutida a importância de se descer ou não. Acreditamos que a educação sexual tem que estar na pauta da formação dos nossos professores, mas não só dos professores, também da formação dos profissionais de Saúde, e é um trabalho que está orientando aos jovens, aproveitando o conhecimento dos jovens e aproveitando o conhecimento da comunidade escolar para trabalhar essa iniciativa.

Com relação às alterações nesse sentido, cabe destacar a participação dos atores da Secretaria de Saúde, Educação, Comunidade Escolar, instâncias representativas da sociedade que atuam no âmbito da Saúde e da Educação. Com relação a outros incisos propostos no assunto, nós achamos que essas análises deveriam ser feitas por outros profissionais da área da Saúde, da Justiça e das Forças Armadas. É conclusão do Ministério da Saúde que considera a proposta de educação sexual de extrema relevância, desta forma, a coordenação do Ministério da Educação, pelos motivos já impostos, é favorável ensino fundamental e ensino médio. Cabe destacar que, com relação aos demais itens, já foi falado, nós achamos importante estar ouvindo a opinião dos demais representantes e das outras áreas.

Voltando agora um pouquinho, quer dizer, da importância de uma ação integrada. Essa ação, ela integra não só uma unidade, não só a coordenação de educação básica do Ministério da Saúde, ela integra a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, integra a Secretaria de Educação Supe-

rior, integra também a Secretaria de Educação Especial, e, dentro do Ministério da Saúde, representando mais efetivamente, nós temos Programa Nacional DST - Aids, a Coordenação de Saúde do Adolescente e da Mulher, temos também a Secretaria de Gestão do trabalho, temos a Unesco, a UNICEF, e nós estamos aproveitando a riqueza já constituída nos Estados, criando os grupos gestores estaduais e criando também os grupos gestores Municipais para estarem debatendo, dentro da sua realidade, com a sua realidade local, as ações com base nas diretrizes nacionais do Saúde e Prevenção Nas Escolas, postos que vocês podem ter acesso ou na página do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação básica, ou através da página do Ministério da Saúde, Programa Nacional de DST – Aids, vocês vão ter acesso a todo o material, a todas as ações que estão sendo implementadas a nível nacional, que se baseiam na ação integrada da escola com o posto de Saúde próximo. Ações que estejam preparando não só o professor para estar traçando do tema sexualidade, junto com seus alunos, quebrando os seus próprios tabus, como estar fortalecendo os jovens refletindo as ações do momento certo ou não de estar exercendo a sua sexualidade.

Os jovens têm que estar informados, estão sendo trabalhados para estarem refletindo. Com relação a isso o projeto já está integrado nas 27 unidades da federação, nós já temos grupos gestores estaduais instituídos e grupos gestores e municipais, dentro de uma perspectiva de formação do profissional de educação, junto à formação do profissional de Saúde porque está trabalhando no posto de Saúde, para que o aluno, se assim o desejar, iniciar sua vida sexual antes do previsto, que ele tenha um local para se aconselhar, que são os centros de acontecimento e testagem – CTAs. Quer dizer, nós estamos trazendo o assunto para as escolas não para formar, nem incitar e nem favorecer que a sexualidade se inicie antes do tempo. Que ela está posta. As mídias estão... Nós temos programas de TV que mostram ato sexual em idade que a gente não acharia adequada para os nossos jovens. Mas, de qualquer maneira, os jovens já estão iniciando sua vida sexual, as pesquisas apontam para isso, as pesquisas apontam também que o jovem já está utilizando o preservativo. O nosso Projeto não tem como base distribuir preservativo. Pelo contrário, ele tem como base trabalhar uma ação de formação nas escolas. As escolas deverão estar até ouvindo a participação da família, ouvindo a família, a família tem que estar representada também no Projeto Político-Pedagógico, na elaboração.

Então as escolas têm autonomia para estar elaborando—

Os sistemas também. Então, é um Projeto que vem trazer a universidade para o debate, trazer a organização da sociedade civil, estar debatendo sobre como poder estar lidando com essa questão. Nós acreditamos que sexualidade é uma dimensão humana, ela é componente da vida natural de qualquer ser e ela tem que ser instrumentalizada, debatida, conversada dentro do espaço escolar. Nós estaremos aqui conversando até o final do debate. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço à Maria de Fátima Malheiro, representante nesta Audiência Pública, do Ministério da Educação, e passo em seguida a palavra à Alanna Elizabeth Armitage, que é representante brasileira do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil. Com a palavra, V.Sa.

ALANNA ELIZABETH ARMITAGE: Obrigada, bom dia Exmo. Sr. Senador Flávio Arns, Presidente eventual da Comissão de Educação, ao cumprimentá-lo, faço extensivos os meus cumprimentos aos integrantes da Mesa principal e aos participantes desta Audiência Pública. É realmente uma honra para o Fundo da População das Nações Unidas no Brasil participar dessa Sessão tão importante para a sociedade brasileira. Eu entendo que, na condição de representante do UNFPA, meu papel neste momento é apresentar uma visão sobre o tema segundo uma perspectiva internacional de Direitos Humanos.

Então, minha apresentação se divide em duas partes. Primeiro um breve histórico da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento realizada no Cairo, em 94, que representou realmente uma mudança crucial na abordagem dos temas da população e desenvolvimento, incluindo a questão do planejamento familiar. Segundo, vamos fazer comentários específicos sobre as propostas de alteração à lei 9263, de 1996. Esses comentários estão fundamentados em acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Então, antes de começar essa apresentação, queria aproveitar explicar um pouquinho mais sobre o que é o Fundo de População. O trabalho do UNFPA, só para dar o contexto. O Fundo da População das Nações Unidas – UNFPA – é uma agência de cooperação internacional que promove o direito de cada mulher, homem e criança a viver uma vida saudável, com igualdade de oportunidades para todos. O UNFPA apóia Países na utilização de dados sócio-demográficos para a formulação de políticas e programas de redução de pobreza. O UNFPA contribui para assegurar que todas as gestações sejam desejadas e todos os pargos sejam seguros. Todos os jovens fiquem livres

do HIV - AIDS e todas as meninas e mulheres sejam tratadas com dignidade e respeito.

Enquanto o trabalho do UNFPA, em nossa missão, nós apoiamos os Países a garantir acesso universal a serviços de Saúde reprodutiva de qualidade e serviços de planejamento familiar com base em decisões individuais e incluir as variáveis populacionais na formulação de políticas e programas de redução da pobreza e desigualdades. O UNFPA se guia pelo Programa de Ação do Cairo, aprovado 169 países durante a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 94.

Eu gostaria de falar um pouco sobre a Conferência do Cairo devido à sua importância para o debate de hoje. O Programa de Ação do Cairo representa uma mudança de paradigma na abordagem global sobre os temas da população e desenvolvimento. O enfoque da agenda da população deixa de ser uma preocupação com o crescimento populacional e suas implicações para o desenvolvimento, passando a centrar-se na promoção de Direitos Humanos, com ênfase no exercício de direitos reprodutivos. O Programa de Ação consiste em responder as necessidades individuais de mulheres e homens, ao invés de atingir metas demográficas. É chave para essa abordagem o empoderamento da mulher e facilitar o acesso a escolhas através de acesso a educação, serviço de Saúde e oportunidade de trabalho.

O princípio primordial do Programa de Ação do Cairo é a promoção de Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável, mudando o foco de inúmeros para o enfoque de pessoas. As principais metas do programa de ação são... Vou mencionar apenas o primeiro acesso universal aos serviços de Saúde reprodutiva até 2015, e os senhores podem ver os outros, porque não teremos muito tempo. Agora, gostaria de fazer alguns comentários em relação ao Projeto de Lei do Senado. Temos alguns comentários que, de novo, são fundamentados em acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

No que se refere à proposta de tornar obrigatório o ensino da educação sexual, o Programa de Ação de Cairo destaca que os Países devem promover o direito dos jovens à Educação, Informação e cuidados de Saúde reprodutiva, com base na equidade de gênero. O Cairo+05, uma revisão do Programa de Ação, cinco anos depois, diz o seguinte: “Garantir que adolescentes, tanto dentro como fora da escola, recebam a informação necessária, incluindo informação sobre prevenção, educação, aconselhamento e serviços de Saúde necessários para fazer opções e tomar decisões responsáveis sobre suas necessidades em matéria de Saúde sexual e reprodutiva. No caso do Brasil, como

já falou a representante do Ministério da Educação, já temos práticas... Práticas já vêm sendo implementadas com muito êxito aqui, valendo citar o Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, gerido pelo Ministério da Educação e Ministério da Saúde, com o apoio do UNICEF, Unesco e UNFPA.

E só queria dizer que muitos estudos já mostraram que os programas de sexualidade, de educação na sexualidade nas escolas, realmente promove comportamentos responsáveis. Mas também é interessante ver que esses programas de educação também promovem a comunicação dentro da família sobre os temas da educação em sexualidade. Uma recente pesquisa feita pelo Projeto, que se chama Saúde e Educação nas Escolas, mostra que a maioria dos pais pesquisados, que têm filhos em escolas que participam deste Projeto, afirmam que as atividades desenvolvidas pela escola facilitam a conversa entre eles e seus filhos. Acho que isso é um elemento muito importante.

Também queríamos dizer que as experiências com militares e forças policiais são extremamente importantes, sobretudo para reforçar a promoção da Saúde sexual reprodutiva, equidade de gênero e prevenção de HIV - AIDS. O UNFPA [inaudível] temos muita experiência em toda a região, apoiando programas desta natureza, inclusive no Brasil. No que se refere à proposta de instruir um dia de planejamento familiar, nós reconhecemos realmente a importância da lei sobre planejamento familiar e o dia que esta lei foi aprovada. Sem embargo, nosso ponto de vista é que aprovar um dia assim poderia ser visto como uma ação coercitiva. Então, seria interessante com nosso ponto de vista, com base no Programa de Ação do Cairo, do qual o Brasil também é signatário, aproveitar o enfoque baseado em direitos e instituir o dia dos direitos reprodutivos, que poderia ser utilizado para chamar a atenção para ações, serviços e desafios, para a tradução desses direitos em políticas públicas e serviços, para reforçar a implementação dos programas já existentes, como já foi falado na Mesa.

E quanto à proposta de reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica, achamos que isso é uma questão nacional. Não temos posição clara sobre isso. Mas queremos ressaltar alguns pontos que estão abordados no Programa de Ação do Cairo. O Programa de Ação do Cairo diz o seguinte: "Reconhecer que os métodos apropriados a casais e indivíduos variam de acordo com suas idades, partos, preferências pelo tamanho da família, e outros fatores e assegurar que mulheres e homens tenham informação e acesso a mais ampla gama de métodos seguros e eficientes de planejamento familiar".

Também queria citar que alguns manuais da Organização Mundial de Saúde, sobre critérios médicos para uso de contraceptivos, dizem que as mulheres jovens, como todas as mulheres, devem ser aconselhadas sobre a irreversibilidade da esterilização e a disponibilidade de métodos altamente eficazes de longo prazo. Então, apesar do feito do Código Civil reconhecer no indivíduo com 18 anos a maturidade, alguns pontos merecem ser enfatizados. Outros estudos da Organização Mundial de Saúde demonstram que 20% das mulheres esterilizadas em idade precoce se arrependem posteriormente. Então, parece oportuno para essa faixa etária priorizar sim o acesso à educação sexual e a outros serviços, tendo em vista principalmente a necessidade de proteger as jovens das DSTs e do HIV - Aids.

No que se refere à proposta de revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vigência da sociedade conjugal, para a realização da esterilização cirúrgica, o UNFPA não apóia totalmente essa proposta de alteração. O programa de ação do Cairo diz claramente que a promoção do empoderamento das mulheres à eliminação de toda a espécie de violência contra as mulheres e a garantia de que as mulheres possam controlar sua fecundidade, são elementos fundamentais dos programas relacionados com população e desenvolvimento. Os Direitos Humanos da mulher e da menina são partes inalienável, integral e indivisível dos Direitos Humanos Universais. A participação plena e igual das mulheres na vida civil, cultural, econômica, política e social nos âmbitos regional, nacional e internacional e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no gênero são objetivos prioritários da comunidade internacional.

Então, esses são os comentários do UNFPA, com muito prazer, estamos aqui para prover mais informação, se for necessário e o Fundo da População das Nações Unidas retira(F) seu apoio ao País para assegurar o acesso universal aos direitos e serviços de Saúde sexual e reprodutiva. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a participação de Alanna Elizabeth Armitage, representante brasileira do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil. Eu estou, como a plaquinha aqui na frente diz, na condição de Presidente eventual da Comissão de Educação. Nós temos a alegria de ter já, entre nós, que estava em outras comissões, a presença do Presidente Oficial da Comissão de Educação, Senador Cristovam Buarque, a quem eu convido para presidir esta Audiência Pública, na sua condição, inclusive, de Presidente. Agradeço a todos e vamos continuar com as apresentações e, posteriormente, com os debates sobre o tema.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em primeiro lugar, minhas desculpas a todos que aqui estão por não ter chegado na hora certa, e não posso dizer que a culpa hoje foi do apagão, porque o avião saiu na hora. Mas, aqui dentro do Senado, temos que fazer outras coisas ao mesmo tempo, então não pude chegar aqui. Mas sabia que a Comissão estava sendo muito bem dirigida pelos Senadores presentes. Eu passo a palavra ao Dr. Pedro para que possa fazer uso da sua exposição.

DR. PEDRO PABLO MAGALHÃES CHACEL: Muito obrigado, Sr. Senador Cristovam Buarque, Sra. Senadora, Srs. Senadores, senhoras e senhores, a Mesa, minha reverência à Mesa. Eu queria dizer inicialmente que eu tive sorte porque eu tenho tempo dobrado para a falar. Tenho tempo dobrado porque a primeira coisa que eu digo é repetir, considerem como repetido, tudo que a Dra. Herilda Balduino disse. Concordo inteiramente com a professora Herilda Balduino e peço autorização para assinar embaixo. Com relação ao Projeto em si, ele tem três aspectos: Um aspecto que seria a educação sexual nas escolas e em quartéis. Uma segunda... Um segundo aspecto, que seria a extensão de esterilização a pessoas quando chegam à maioridade civil, ou seja, aos 18 anos, independente de terem filhos ou não. E a terceira situação, que seria...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Promoção de um dia?

[risos].

DR. PEDRO PABLO MAGALHÃES CHACEL: A autorização. Não haver a autorização, a não ser do casal. A primeira coisa que eu queria colocar é o seguinte: Qual é o conteúdo da educação sexual? Eu não sei. É uma coisa que se fala de uma maneira absolutamente genérica. Eu vejo, por exemplo, que a sexualidade é um método de reprodução da espécie. Isso não é muito bem visto hoje não. Mas ele é um método de reprodução da espécie e todos nós estamos aqui por causa deles, sem exceções. Bom, isto é uma coisa que esta reprodução da espécie possibilita a formação que tem uma característica especial. Não é um ato biológico individual; ele é um ato interpessoal. É um ato que envolve sentimentos, que envolve afetos. Isto é extremamente importante. Deste ato pode surgir uma prole, ou seja, surgir uma família. O conjunto das famílias faz surgir uma sociedade. Não sou contra a sociedade.

Portanto, eu não sou, em princípio, contra a fertilidade. Bom, o que acontece é que eu preciso, ou se coloca a possibilidade de uma educação no sentido de restringir, porque o Projeto é genérico, mas tudo que

ele oferece é restrição da natalidade; ele não oferece nada que não seja a restrição da natalidade. Restringir essa natalidade, de tal maneira, através de um processo educacional.

Ora, o processo educacional, a meu ver, é um processo global. Não existe educação de pedacinho. Não concordo com a educação de pedacinho. O ser educado estabelece seus conceitos, procura seus caminhos e age de acordo com suas prioridades. Então, o que eu preciso é de educação global. Se eu combater a pobreza intelectual, eu combato a pobreza como um todo. Talvez não fiquem ricos. Nem todo mundo vai ser banqueiro. Mas também não é importante ser banqueiro. E até as necessidades básicas do ser humano são pequenas. Mas a educação é um processo global, e eu tenho que acabar é com a indigência intelectual. E na que eu acabar com a indigência intelectual, eu conserto esse País de uma vez por todas.

Na verdade, eu tenho uma idéia de uma educação setorial orientada para os mais pobres, de modo que eles possam agir de acordo com os interesses das classes dominantes. Portanto, nós nos manifestamos absolutamente contra o Projeto, da maneira como ele está colocado. Este País é um País de baixíssima natalidade; 2,16% ao ano, com uma mortalidade que passa de um, o que faz com que esse País cresça 1% ao ano. Falaram aqui que, em 1990, éramos 90 milhões. Éramos. Em 1970. Em 1980, éramos 145. Aumentamos 95 milhões em dez anos. Em 90, começou-se o planejamento familiar neste País. Em 90, não houve censo. O censo foi em 91. Passamos de 145 milhões para 165 milhões. De 91 para 2000, passamos para 185 milhões de habitantes, o que significa que nós tivemos uma enorme queda da natalidade. Tivemos uma fuga das pessoas do campo, por uma agricultura até competente, que desempregou muito, para a periferia das grandes cidades. E eu tenho perto de quatro mil Municípios brasileiros que não chegam a 10 mil habitantes. E isto não me permite levar Educação e Saúde a estes lugares. Este País é um País que tem grandes megalópoles, problemas enormes nas cidades, mas este País é um País despovoado. Fazendo aqui um discurso natalista. Um País despovoado. Eu não vejo como bom o caminho nem da lei anterior. Mas ela está aí e ela tem que ser obedecida.

O ano passado, em Campinas, fizeram um estudo sobre mulheres esterilizadas antes de 21 anos de idade. Dentro da lei. 70% de arrependimento. 70% de arrependimento. Isso não é justo. Isto é uma maldade. Não posso concordar com isso. No genérico, 30% das mulheres que se esterilizam se arrependem. Também é demais. Eu tenho uma série de métodos anticoncepcionais e a minha visão é laica, quero deixar claro aqui,

nós temos uma série de métodos anticoncepcionais, de altíssima eficácia, que permitem às pessoas não terem os filhos que quiserem e, quando quiserem, terem o direito de ter os filhos que querem.

Acho extremamente importante o ensino e a utilização dos métodos anticoncepcionais. É verdade que eu tenho um número de jovens de menos de 18 anos, muito grande, grávidas. Eu tenho motivo para isso. Minha avó foi a mesma coisa. Não tinha perspectiva. São jovens que não têm perspectiva porque não lhes deram educação. Se derem educação, neste País, não precisa dar mais nada, porque o resto as pessoas vão atrás. Era só isso que eu queria dizer. Obrigado.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Cristovam, pela ordem.

[palmas].

Senador Cristovam, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu gostaria de saber de V.Exa., dessa Mesa, se esta audiência terá uma nova rodada, ou seja, novos convidados terão oportunidade de se manifestar?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se houver necessidade, teremos.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu pergunto isso, Senador, porque dificilmente a Comissão de Educação formaria uma Mesa tão qualificada como essa. Mas, contudo, Senador, há pessoas, inclusive aqui, dona Elizabeth Sá, do Centro Feminista de Estudos e a representante, a Coordenadora na área técnica da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, que creio que suas opiniões seriam igualmente importantes, e eu cederia inclusive o meu tempo de fala, para que elas pudessem se pronunciar rapidamente, porque eu temo que não tenhamos outra oportunidade de ouvi-las e, nesse caso, eu cederia o tempo que eu disporia para a minha intervenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que o melhor seria fazer um requerimento com outra Mesa e outras pessoas e continuaríamos ouvindo e debatendo o assunto que, de fato, tem uma importância que transcende as leis. Transcende o que estamos discutindo aqui, os aspectos legais, o papel específico de legislador do Senado. Aqui tem um papel cultural, educacional. Então, se for preciso, Senador, a gente faria outro. Lamentavelmente ceder a palavra o regimento não permite.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Gostaria de aproveitar o ensejo... Não, não é a palavra. É o tempo. A minha palavra eu não cedo a ninguém. Eu cedo o tempo--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não permite... O tempo. Está bem. O regimento não permite. Lamentavelmente.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu posso fazer o Requerimento verbal—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pode fazer o requerimento.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Para que elas possam se pronunciar ainda hoje, Senador? Acho que seria importante, inclusive para aproveitar a presença de tão ilustres convidados. Então, eu requeiro que a Maria Jose, que está aqui presente, coordenadora da área técnica da Saúde da Mulher, e a Elizabeth Saad, assessora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, que elas possam se manifestar rapidamente aqui para que a gente possa--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Hoje ainda? Ou numa outra Sessão?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Se for possível, agora. Eu creio que a outra ocasião, a coisa esvaziaria e perderia a finalidade. Mas, eu deixo a consideração desse Plenário e de V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu deixo essa consideração. Ceder o seu tempo não é possível. Trazer outras pessoas a falarem aqui, se a Comissão, se os membros decidirem, eu assumo a responsabilidade disso independente do Regimento. Agora, talvez fosse melhor uma outra Sessão. Agora, se a Comissão estiver de acordo, porque eu tenho inscritos, eu tenho sete inscritos para Senadores. Vamos pôr ordem. Senador, vamos ceder. Nós temos sete Senadores. Eu vou passar a palavra aos sete. A gente ouve as respostas. Se depois os Senadores quiserem continuar aqui ouvindo outras pessoas, a gente traz essas pessoas aqui. Senão, a gente faz um Requerimento e faz outra Sessão. Está bem assim? Mas, são muitos Senadores. Fico feliz. Outros vão se inscrever provavelmente.

Então, eu passo a palavra aos três que fizeram o Requerimento. Foi o Senador Cícero Lucena, o Senador Marcelo Crivella e o Senador Flávio Arns. Como o Senador Marcelo Crivella foi o primeiro autor, eu passo a palavra a ele e, depois, ao Senador Cícero Lucena e depois ao Senador Flávio Arns.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, Sr. Dr. Pedro Paulo, Professora Ieda, Dra. Maria de Fátima, Dr. Drauzio, Dra. Balduino e a Dra. Allana. Meus companheiros e minhas companheiras, e Presidente Cristovam Buarque, eu vou ser breve, mas

eu só queria corrigir um detalhezinho, Dr. Pedro, que é, aos 18 anos, com dois filhos. Isso a lei não muda. Continua sendo 18 anos, com dois filhos. Queria lembrar também que a lei pune como crime de genocídio se não for dada a oportunidade para que eles se expressem voluntariamente e, depois, em duas outras oportunidades reafirmem seu desejo. Mas, Professora Ieda, Dr. Pedro, Professora Dra. Balduino, eu sou os senhores ontem. Eu sou um missionário que passou dez anos na África. Dois anos no sertão. Criei uma fazenda para 540 crianças pobres no interior da Bahia e 100 famílias assentadas. Uma das famílias que trouxe para lá, com seis filhos, agora já tem 12. Sempre defendi a família no moldes da Bíblia e do Cristianismo. Conheço de cor tudo que... De Moisés a João e o apocalipse tudo. Conheço de cor. Mas esses últimos quatro anos disputei três eleições. Para Senador, Prefeito e Governador. Na segunda, para Prefeito, eu subi 121, contadas, comunidades carentes do meu Estado Rio de Janeiro, das 700 que existem lá. Em inúmeras delas, moças, com problemas nos dentes, descalças, com shortinhos indecentes, com barriga grande e criança do lado: “Crivella, arruma pra mim para operar”. No morro do Tuiuti, encontrei um rapaz e depois ouvi falar que era o traficante do morro. Ele disse: “Tenho nove filhos; só dois com a mesma mulher”. Quero me vasectomizar”. 22 anos. Essa realidade eu encontrei em cada lugar, em cada morro do meu Estado do Rio de Janeiro. Crianças abandonadas, famílias desestruturadas. E será que é isso que nós queremos que se perpetue no nosso País? Fui ver as estatísticas, são essas que o Dr. Drauzio nos deu. Essa explosão demográfica não é no campo. É nas comunidades carentes, onde todas elas vivem hoje sob o comando do narcotráfico. Numa delas, Dr. Pedro, morro São José, domingo, fui à igreja de manhã e depois subi o morro, duas horas da tarde, estava lá no topo. Tem um campozinho de futebol, de terra, meninas jogando ali, e mais acima, num barranco, uma pequena birósca com alguns rapazes jogando baralho e bebendo cerveja. Enquanto eu estava lá, passou um grupo de rapazes e um deles estava no meio, estava com as mãos amarradas com cabo de telefone. E um, na frente, falando: “Olha, atenção comunidade, ninguém viu nada, ninguém viu nada”.

Eu, honestamente, no meu mundo, jamais poderia supor que aquilo ali era uma coisa violenta. Para mim, eram meninos brincando de polícia e ladrão, como eu fazia na infância. Todos jovens. 16, 17 anos. O mesmo biótipo: escurinhos, pouca estatura, magrinhos... Meu Deus, eu continuei o meu trabalho, eu estava lá na época de campanha política, daqui a pouco alguém veio me dizer o seguinte: “Você viu o que aconteceu?” “Não”. “Ele vai ser executado”. “Não, não vai não, por-

que eu vou lá. Eu vou lá, eu vou defender, eu ofereço cinco mil reais”. Passou pela minha cabeça dar cinco mil reais lá comprar a vida do rapaz—

[soa a campainha].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Mas antes que chegasse lá, ouvi os tiros. Voltei. Tinha uma igreja pequena ali, entrei na igreja, conversei com o pastor e fizemos uma oração porque era a única coisa que a gente podia fazer. Essa realidade é no Rio, em Salvador, em São Paulo, nas grandes metrópoles. E nós precisamos discutir esse tema. É claro que eu acho que, numa família cristã, o marido e a mulher formam uma só carne, devem tomar as atitudes em comum acordo. Mas essa não é a realidade do mundo que vivemos hoje. É claro que numa família estabilizada e estruturada os pais vão dar educação, assistência, para que seus filhos se casem e possam ter filhos, como nós tivemos os nossos. Mas essa não é a realidade de hoje. A realidade é crua, é dura, de um massacre que se está cometendo contra as pessoas mais pobres, se não dermos a elas as condições de optarem por esterilização, se assim desejarem.

Por isso acho que se cumpridas as... A letra da lei, aquele que promove poderá ser punido por genocídio, crime hediondo. Se passarem por todas as etapas e análises, inclusive com psicólogos e psiquiatras, e tomarem a decisão, esses jovens de 18 anos estão amadurecidos. E se já tiverem dois filhos, é bom que se diga isso, e o médico, claro, como disse o Dr. Drauzio, motivado pela ética, irá examinar, que se dê esse direito. Acho que é o ponto crucial para a discussão. Estou pronto ao debate, respeito profundamente, Dr. Pedro, a sua opinião, da Dra. Ieda, acho que, nos outros pontos, a gente concordou. Precisamos mesmo trazer a educação, precisamos fazer o dia do planejamento ou mudarmos o nome, precisamos ensinar isso nos quartéis, falar com nossos recrutas, da Polícia Militar, dos bombeiros, precisamos debater isso nas televisões, no rádio, no Senado, no Congresso, falar da lei, dizer para as pessoas que a lei existe. E, enfim, chegarmos a uma conclusão. Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e quero, inicialmente, dizer da importância do Projeto do Senador Marcelo Crivella, no sentido de provocar a discussão num tema que faz parte do dia-a-dia do povo brasileiro, principalmente com o desdobramento que é o planejamento familiar sendo feito ou deixando de ser feito. Nós sabemos que isso é uma discussão que, muitas vezes, é idealizada e, conseqüentemente, nós temos

uma preocupação em relação a isso porque, quando se trata, por exemplo, da educação sexual, a Dra. Herilda disse muito bem, não é apenas isso. É algo mais do que isso. Agora, a minha preocupação é que esse processo seja feito, não por imposição de Governo, mas sim no legítimo papel do Governo, quando provoca a educação sexual nas escolas públicas, ela seja feita de forma... Respeitada a liberdade das opiniões como aqui nós estamos fazendo nesse debate, nessa discussão.

Então, eu tenho essa preocupação de que todos possamos nos unir, como disse o Senador Crivella, no sentido de que esse debate, essa discussão, essa educação seja nas escolas, mas também e principalmente no dia-a-dia, no papel que cabe à imprensa, no papel que cabe aos administradores, no papel que cabe aos gestores, aos legisladores. Então, todo esse processo tem que ser amadurecido, até para que nós não façamos projetos voltados apenas para parte da sociedade, principalmente aquela que não tem o conhecimento, aquela que não tem a educação. E aí nós queremos, através da lei, impor o que eles devem fazer ou deixar de fazer.

Então, nós temos a visão clara da importância desse processo, no Projeto, e eu conversava com o Senador Flávio Arns da preocupação de nós estarmos tratando várias coisas em um só Projeto, Senador Crivella. Eu acho que a questão da Educação, ela tem que ter uma discussão mais profunda porque não será o Projeto que irá impor, o professor Cristovam sabe muito bem disso, tem todo... Passos anteriores que têm que ser estabelecidos, a Lei de Diretrizes, orçamentária, inclusive. Então, é necessário que haja essa preocupação com a educação porque, sem dúvida, ela vai reduzir muitos dos nossos problemas. Quando se fala, por exemplo, e aqui não tem nenhuma semelhança, mas tem na causa, no problema, a questão da educação em relação à segurança, nós podemos trazer também para a educação sexual porque, o que é que ocorre? A realidade das nossas comunidades, em particular a comunidade carente, faz com que nós tenhamos obrigação de nos colocar no lugar deles.

Aqui foi relatado um fato. Com certeza, cada Senador teria vários fatos a relatar em relação a isso. Mas nós temos crianças, por exemplo, que em seu vocabulário, no Rio de Janeiro, como nos foi dito, na sua cidade, Senador, que tem no seu vocabulário no máximo 30 palavras. Eu não estou dizendo aqui saber ou escrever. É no vocabulário. 30 palavras. E como é que nós podemos cobrar dessas crianças, desses jovens, o cumprimento da legislação, o exercício pleno da cidadania, o respeito ao direito, o cumprimento aos deveres, se essa pessoa não teve a oportunidade

da escola, não teve a oportunidade do saber, da informação, da justiça social, que não é simplesmente a gente achar que nós não temos culpa. Temos, sim. Cada um, na sua dimensão, cada um no seu papel, tem responsabilidade sobre isso. É muito fácil hoje está apontando, é muito fácil estar criticando, estar sugerindo, mas precisamos saber o que estamos fazendo para que isso seja mudado.

Então, eu tenho uma preocupação, ao dizer isso, da redução também da idade. Eu tenho porque eu acho que o prazo que foi dado, a lei já contempla os 25 anos, a lei já contempla a questão dos dois filhos. Você reduzir isso, de uma forma extrema, para dizer--

[soa a campainha].

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Que você pode simplesmente fazer a cirurgia e não ter mais direito a ter os seus filhos, se isso foi motivo de uma emoção, de uma briga de casal, se isso foi motivo de uma circunstância financeira que, por ventura, esteja vivendo naquela oportunidade. Eu acho que existem outros meios de evitar o filho, nesse período, do que o radical de simplesmente antecipar a idade. Então, eu tenho essa preocupação.

Então, como a alternativa de deixar livre ela é, vamos dizer assim, mais comum ao processo de correção de um eventual erro, o meu posicionamento é que seja preservada, em termos da redução da idade, a condição que hoje está estabelecida na lei. Até porque eu considero que é muito radical você tirar essa oportunidade de uma jovem de 18 anos, que quem sabe, por falta de informação, não seja estimulada a fazer, num casal, até por interesse do marido ou por momentos que ela esteja vivendo e esteja encontrando como uma única solução. Daí eu ter participado desse Requerimento, para que nós pudéssemos ouvir a questão de Saúde, a questão educacional, a questão de Segurança para que nós possamos efetivamente tomar uma decisão.

E eu quero registrar exatamente esse meu posicionamento. Eu acho que a Educação, ela tem que ser prioridade, até porque a Educação, como um todo, ela só se completa se houver a educação sexual. A questão da redução... Já me posicionei e, quanto ao dia, eu acho que, me desculpe o Senador, não acrescenta muito. Nós estamos com tantos dias, de tantas coisas, que acho que é muito mais importante a Educação porque aí forma já na criança, forma já no jovem o planejamento familiar, o compromisso com as questões sexuais, do que nós estarmos simplesmente simbolizando através de dias. Obviamente que, vamos dizer assim, não é algo que eu diga que sou contra radicalmente, acho que talvez fosse necessário a gente aprofundar a questão da educação sexual. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço a fala do Senador Cícero e passo a palavra ao Senador Flávio Arns, o terceiro entre os autores do requerimento para essa audiência.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar as pessoas que participaram de forma assim tão brilhante também desta audiência pública, e dizendo também que esse é um tema que, como V. Exa colocou, envolve Educação, Saúde, Assistência, Promoção, Trabalho, Direitos Humanos e que deve continuar sendo debatido pela sociedade, por estas Comissões de Assuntos Sociais e pela Comissão de Educação porque a gente tem que pensar sobre isto, que é um tema importante, necessário para o Brasil.

Agora, em função das exposições, eu diria, não é, salvo melhor juízo, que, ao invés de termos mais leis ou mudarmos as leis, inclusive, eu acho que nós deveríamos nos deter em relação aquilo que vem sendo feito, analisar, ver se está funcionando, se os recursos estão à disposição, se realmente os resultados vem sendo alcançados. Eu acho que no Brasil falta muito essa questão de acompanhamento, de supervisão, de orientação, de análise de resultados, de fiscalização e não necessariamente novas leis. Por exemplo, o tema educação sexual. O tema educação sexual já está previsto, como já foi dito nas diretrizes curriculares nacionais, a possibilidade existe na lei de diretrizes e bases da educação, existe o aspecto descentralizado, que pode ser abordado pelos Conselhos Estaduais, Conselhos Municipais, os projetos político-pedagógicos das escolas podem abordar educação sexual também, de acordo com a sua realidade, de acordo com a sua cultura, a realidade lá no Amazonas, lá no Norte, tudo tem que ser dito, abordado de uma maneira diferente da realidade de São Paulo, do Rio de Janeiro, não é. E ao mesmo tempo existe, inclusive, o trabalho que foi mencionado, com o Ministério da Saúde, Prevenção e Saúde, nas escolas, com apoio de organismos internacionais. Seria bom a gente ver. E daí? Como é que isso está funcionando? Está dando certo. Não está. Precisa ser mudada a lei. Resultados, ver como é que essas coisas estão acontecendo na nossa realidade.

Ao mesmo tempo, quando a gente pensa no processo também de esterilização. Quer dizer, o que já acontece na nossa realidade, Dr. Drauzio inclusive colocou, as dificuldades pelas quais homens e mulheres passam para terem esse direito que está prescrito, escrito e assegurado na Legislação, dificuldades para acontecer, existe um direito, mas, na verdade, muitas vezes, não acontece, seja para participar de cursos, o acesso aos hospitais, a decisão, eu acho que antes de mudar tem que pensar: “Bom, já está na lei”. De acordo

com a posição de várias das pessoas, por que mudar a lei? Se já está vamos ver por que a lei não está funcionando. O que pode ser feito? Qual a política pública, qual orçamento, como o Senador Cícero Lucena colocou, para que isto se transforme em realidade.

A questão do planejamento familiar também, o dia... Eu, sabe que... Eu sei que existem no Brasil pessoas que são contra, inclusive, nos meios de comunicação, a realização de dias nacionais. Eu sou totalmente favorável. Por que isto? Porque a gente vê que um Dia Nacional faz com que a sociedade se mobilize em torno do tema. As pessoas discutam o tema. São 5500 Municípios no Brasil; se cada Município fizer duas, três, cinco atividades—

[soa a campainha]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Serão 30 mil atividades no Brasil. Então, isso é interessante. Mas eu penso, ao mesmo tempo, Dia Nacional do Planejamento, que é uma coisa importante, uma lei que pode ser nesse sentido, Educação Sexual, que já é da área do Ministério da Educação, com Conselhos, Escolas, Conselhos Municipais, Conselho Nacional, diretrizes curriculares, já é um outro tema. Então, eu tenho um pouco de receio, até pensando em termos das exposições, de haver assim a abordagem de vários assuntos no mesmo texto legal, o que dificultaria também o trabalho, poderíamos, talvez, abordar de maneira diferente. Agora, em termos do outro aspecto, do consentimento do marido, para iniciativa da esposa ou do esposo para, se o marido tem a possibilidade de fazer isso sem o consentimento da esposa, que a esposa tenha a possibilidade de fazer isso sem o consentimento do marido. Então, isto, eu fico imaginando até situações onde o casal está brigado, o marido não vai concordar jamais que a esposa faça alguma coisa. Isso é realmente colocar dificuldades em termos de aspectos de liberdade, de direitos. Mas no fundo mesmo o que a gente precisa avaliar tudo isso para pensar. O ser humano precisa de uma vida digna, de vida boa, de informações à sua disposição, de recursos à sua disposição, de cidadania assegurada para, no final, tomar uma decisão assim, mais adequada, boa, aquilo que reflita uma realização, uma vida plena, vida em plenitude, para que possa se realizar como ser humano. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Como não houve ainda nenhuma pergunta para os membros da Mesa, eu vou continuar passando a palavra para os Senadores para ganhar tempo. Mas se qualquer um dos que estão na Mesa quiserem fazer pronunciamento, eu autorizarei. Eu passo a palavra ao Senador Lobão, que é o Relator do projeto.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Senhor Presidente, como Relator, eu deveria falar no final. Todavia, estou sendo convocado à Comissão de Assuntos Econômicos para emitir também um parecer lá, e por isso pedi a V. Exa. que me adiantasse a palavra, e serei muito breve, para umas poucas considerações. Eu, cada vez, me convenço mais, senhor Presidente, da utilidade e, mais do que isso até, da necessidade de audiências públicas dessa natureza. Nós não devemos ser os únicos responsáveis pela votação de projetos de grande magnitude; é bom que se envolva a sociedade, cada qual opinando, emitindo seus conceitos sobre as matérias que aqui se discutem e que se vão votar e transformar em lei para que todos obedeçam.

Senhor Presidente, Srs. Senadores, eu quero cumprimentar o Senador Marcelo Crivella pela iniciativa que teve, o que, na verdade, ele propõe, é um acréscimo às leis já existentes. A Constituição da República estabelece limites legais para o trato desta matéria, ou seja, planejamento familiar. O Código Civil, a ela, por igual, se refere e a lei 9263 é reguladora dos dispositivos Constitucionais. O que o Senador Crivella propõe é um acréscimo, alteração com base naquilo que ele está vivenciando, até como pastor evangélico que é. Sua Excelência tem uma experiência que deve ser aurida por todos nós, experiência importante vivida, seja na África, seja nas favelas do Rio de Janeiro, seja pelo Brasil afora, onde ele prega com frequência. Eu até ousaria dizer que o Senador Marcelo Crivella conhece mais este assunto do que eu, que também vivo no interior do seu Estado, Estado pobre, com problemas de grande magnitude nesta matéria.

Eu compreendo a inquietação do Senador Geraldo Mesquita, que deseja ouvir mais pessoas. Eu também. Todos nós desejamos isto. Eu já tenho em parecer concluído, mas estou propondo a alterar meu parecer depois do que ouvi aqui de V. Sas., tenho já algumas alterações a fazer ao meu parecer. Então, entendo como de grande utilidade essas audiências públicas. Mas quero pedir a atenção de todos para o fato de que nós estamos vivendo neste momento, nós, não apenas nós Senadores, nós brasileiros, mas a humanidade, a exposição dos horrores que virão daqui a pouco com a crise do meio ambiente no mundo. Eu confesso que eu tenho meditado sobre isso e tenho tido preocupações profundas. Já estou pedindo aos meus filhos que atentem para isso e que, se for o caso, até pensem no planejamento familiar. Portanto, nós não devemos negligenciar, em nenhum momento, essa questão que é fundamental para a humanidade.

O que propõe o Senador Crivella? Tornar obrigatório o ensino de educação sexual que a Dra. Hílda Balduino sugere que se trate como educação da

sexualidade. Uma alteração de redação, me parece importante. Institui o projeto do Senador Crivella o Dia do Planejamento Familiar--

[soa a campanha].

Não se trata de um feriado, eu tenho verdadeiro horror a tantos feriados que já existem no Brasil, uma verdadeira orgia de feriados. Não. O que ele propõe aqui é o que o Senador Flávio Arns também aborda e apóia. É um dia destinado a essa matéria e que possa ser lembrado por todos nós. Não vejo nada de mal, ao contrário. Reduzir idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges. É isto que propõe o Senador Crivella. Nada impede que todos os Srs. Senadores proponham mais alguma coisa e o Relator está pronto a ouvir e acatar, na medida em que seja de boa oportunidade. Acho que nesta audiência pública já temos bastantes sugestões, sugestões importantes também e haveremos de fazer outras audiências públicas e, ao final, elaborarmos uma lei que seja consensual e que possa servir a todos os brasileiros. Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Cristovam, eu observei a sua observação, de que não estamos perguntando, mas o tema é tão rico, que acho que hoje, os próprios colegas nossos, parlamentares, precisamos desabafar um pouco sobre essa questão que estava de alguma maneira represada. Primeiro, quero cumprimentar o Senador Crivella, que corajosamente apresenta um tema que é um tabu terrível no Brasil, trazendo aqui publicamente uma questão de discussão sobre planejamento familiar, que muitos ainda querem levar lá para as periferias como controle de natalidade. Tem muita gente que quer confundir. Quando planejamento familiar é muito mais do que ter um ou dois filhos; é planejar uma vida. Planejar uma família. É muito mais, portanto, do que o controle da natalidade, aliás, sobre isso o meu arcebispo, o meu arcebispo em Porto Alegre, Dom Dadeus Grings, ele editou uma cartilha, em 2004, Dr. Drauzio, quando o senhor fazia aquelas reportagens de grande repercussão, desnudando, quer dizer, tornando nu um assunto ainda tão preconceituoso, ele dizia o seguinte: Uma cartilha denominada densidade demográfica e controle de natalidade, na qual ele coloca sua posição em relação ao planejamento familiar, admitindo que as famílias mais conscientes devem definir o número de filhos que podem ter, a partir da capacidade de educá-los e sustentá-los. Dom Dadeus Grings mantém a posição da Igreja Católica, mas não

condena o uso de métodos anticoncepcionais artificiais. Eu ouvi o Dr. Pedro com relação aos métodos, e eu tenho... Sou pai de quatro meninas e uma enteada; uma com 30; uma com 24; uma com 21; uma enteada de 24 e uma menina com 14 anos. Dois casamentos. Esta de 21 ligou antes do... Casualmente, porque nós estamos fazendo uma discussão familiar sobre esta questão. Ela está noiva e decidiu que, antes de casar, faria uma experiência de convívio para ver se o humor durante a semana é o mesmo do final da semana, para ver se consolida realmente a relação e está consultando, seu ginecologista e ele sugere, propôs a ela, um método anticoncepcional mais longo, mais duradouro para que ela possa estudar com tranquilidade e fazer essa vida que ela está tendo a opção e discute comigo democrática e abertamente. Ela me transmitiu o preço hoje de manhã; está entre 600 e mil reais. Eu solicitei a ela que negociasse um “carnezinho”. Um método anticoncepcional mais duradouro. Falou-se aqui em dois meses, três meses, tem alguns mais longos. Eu nem sabia, tem até para cinco anos. Não sabia disso. 600 a mil reais, informação do ginecologista da minha filha para ela, ontem, eu estou repetindo hoje de manhã, não estou inventando o assunto, estou trazendo esse tema aqui. Portanto, o acesso aos métodos, Dr. Pedro, é muito difícil.

Com relação à densidade demográfica, não é questão de população, Dr. Pedro, ocorre que nós temos um processo migratório terrível no Brasil; nós temos um represamento de pequenas comunidades de três, quatro, cinco mil habitantes, que não conseguem antecipar-se e em consequência essas populações acabam engrossando os bolsões de miséria de cidades-pólo, que não têm expectativa de suas comunidades, não cito o meu estado, cito o Pará, por exemplo, em Altamira, um distrito que quer se emancipar; tem 10 mil habitantes e fica a 800 quilômetros da sede. O Prefeito, para chegar, leva uma semana—

[soa a campainha].

E não consegue emancipar-se. O que resta para aquela população senão gradativamente migrar e aumentar o bolsão de miséria ou de Altamira ou de outras cidades-pólo para as quais fazem suas opções. Mas, falei que não dá tempo de pergunta, já é quase um desabafo. Em 27 de agosto de 2003, o Presidente Lula instituiu um grupo de trabalho interministerial com a finalidade de promover o debate nacional sobre os direitos sexuais, direitos reprodutivos, com ênfase na paternidade consciente, acesso ao planejamento familiar para homens e mulheres, mas, infelizmente, nós não estamos tendo acesso às reuniões, quantas reuniões, quais os resultados e eu sugiro à Comissão que encaminhe um pedido de informações. Quais os

resultados? O que se discutiu até agora? Que tipo de informação se levou à população? Tem coisas no projeto dele que eu não concordo. Mas achei riquíssima a possibilidade de discussão e me questiono se talvez não tivéssemos que fazer audiências públicas lá na periferia, não precisa nem sair de Brasília, podemos ir lá na Samambaia e pedir o salão Paroquial e chamar a comunidade para ouvir, ali dentro, o que eles pensam. Estamos ouvindo técnicos e parlamentares; a sugestão da Dra. Herilda, eu achei muito interessante, aprendi Dra. Allana com o Fundo de População das Nações Unidas muito, leio muito e estou tendo o prazer de encontrar uma pessoa que materializa o Fundo aqui nesse encontro, tem me orientado, me feito mudar de posições, por este amplo debate internacional.

Enfim, tem algumas informações, enfim, dizer que acho que nós temos que estender essa discussão, Senador Cristovam, para fora desta sala. Poder, inclusive, fazer o que nós fizemos com a Convenção-quadro do Fumo, que veio para cá com desinformações, se discutiu entre os próprios produtores, porque havia muito preconceito em relação ao assunto, e se chegou ao final à conclusão que o Brasil poderia sim assinar essa Convenção-quadro e assinou. Porque nós fomos discutir esse assunto com os fumicultores, os colonos, que não recebiam informações adequadas.

Então, eu deixo como sugestão, aproveitando a corajosa decisão do Senador Crivella, trazer como proposta e projeto, não significa que se aprove, acho o que o dia da paternidade, Senador Cícero, ele é muito interessante e o dia sobre o planejamento, sabe por quê? Eu lembro que, quando jovem, Dia das Mães, era dia de a gente dar fogão e panela para a mãe. Quando eu casei, pela primeira vez, esse assunto já começou a ser discutido e já contestado. Quando casei pela segunda vez, se inventasse em falar nesse assunto, se um filho dissesse: “Vamos comprar algo da cozinha para a mãe” era briga na certa; porque dia das Mães era um dia de discussão política sobre a questão da mulher, um dia importante, acho que é importante a criação do dia sim para que a gente possa fazer com que essa discussão saia das academias e vá, se estenda por todas as comunidades, para que a gente possa ouvir aqueles que estão vivendo este cotidiano e não têm acesso ao fundamental, que é realmente a informação que vem da educação.

Por isso, Dr. Pedro, concordo plenamente, educação é tudo. Agora, nós temos que desmistificar, tem gente que quer confundir planejamento familiar com controle de natalidade. Aliás, na China, hoje de manhã, condenou um militar. Ele foi destituído do cargo, foi expulso do Exército, informação de hoje de manhã. Por quê? Porque ele feriu a lei. Ele tem cinco filhos e

lá tem a lei do filho único. Foi denunciado pela amante, com quem ele tinha dois filhos, porque não estava conseguindo atender às exigências e necessidades. Quer dizer, então, essa questão tem que sair desse tabu de planejamento e controle para Educação, educação da sexualidade, com toda a certeza. Muito obrigado.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Cristovam, só para dizer que, como não tinha me posicionado em relação ao dia, não radicalmente contra, nem a favor, mas eu achava que... Eu quero registrar que fui convencido pelo Senador Flávio Arns, pela importância do debate sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E não é feriado, foi muito importante o Senador falar, ao contrário, esse é um dia que todo mundo tem que ir para a escola para discutir o assunto. Antes de passar a palavra aos Senadores inscritos, eu quero que a Mesa se pronuncie, até porque o Dr. Drauzio tem compromisso em São Paulo, vai ter que sair, talvez, antes do final, ele já remarcou a passagem, mas está no limite. Vou passar a palavra para aqueles que quiserem falar aqui, começando pelo Dr. Drauzio, para ele ficar livre quando quiser. Depois a Dra. Herilda.

DR. DRAUZIO VARELLA: Eu não quero ser repetitivo, eu tenho muito claro, gosto muito dessa sugestão do Senador Sérgio Zambiasi de ouvir as pessoas nas comunidades. Eu posso dizer ao senhor, Senador, que eu fiz essa experiência e tenho feito essa experiência em vários pontos do Brasil. Eu não encontrei um lugar onde houvesse um programa sério de planejamento familiar, e não encontrei um lugar onde as mulheres especialmente estivessem satisfeitas com o acesso aos métodos anticoncepcionais. Eu acho que no Brasil, hoje, apesar de todas as nossas dificuldades educacionais, as mulheres brasileiras sabem que existem métodos anticoncepcionais, sabem que eles estão seguros e sabem que têm direito de ter acesso a eles, só que elas não obtêm simplesmente. Por quê? Porque é um Programa de Saúde, é um programa de política pública para gente pobre, porque as pessoas de classe média e classe média alta etc, comprem a injeção que dura um ano por 600 reais e não tem problema. Todo o programa que é destinado à classe pobre não funciona. Por que funciona o programa brasileiro de AIDS? Porque qualquer pessoa vai lá no posto de Saúde com a receita do médico, o formulário preenchido e recebe a medicação. E quando falta medicação, ele liga para um amigo jornalista, no dia seguinte está no jornal que falta medicamento X nos postos de Saúde. Por que o programa de vacinação funciona? Porque levo no posto de Saúde, ninguém pergunta quanto eu ganho, a menina é vacinada, acabou, temos o maior programa

de vacinação no mundo. O programa de planejamento familiar só não funciona porque é para pobre, porque ele é baratíssimo. As pílulas de uso comum, essas que o Ministério distribui, nenhuma delas tem patente mais, isso é tecnologia dos anos 60, não tem patente, custam nada; um dispositivo intra-uterino, que pode ser mantido por 10 anos, como eu disse, custa quatro dólares, são dez reais por pessoa, precisa ter alguém que coloque um ultra-som na hora, que pode ser feito, metodologia simples; não funciona só porque é para pobre. Se a mulher de classe média, mulher de classe alta, fosse ao posto de Saúde, quero ver se faltaria pílula anticoncepcional, eu estou dentro da lei, quero fazer uma esterilização gratuita pelo SUS. Quero ver se seria feita ou não seria feita. Por que os médicos são tão generosos na hora de fazer esterilizações das suas clientes na clínica particular e tão rigorosos na seleção dos pacientes que se apresentam aos hospitais públicos? Eu acho que é uma iniquidade a situação que nós vivemos.

Eu gostaria muito de ver os legisladores tentando cobrar a ação, como é que nós levamos as mulheres pobres o direito que nós garantimos para as mulheres ricas. Como é que nós levamos aos homens pobres o direito de fazer vasectomia, se eles não querem mais ter filhos, da mesma forma que nós garantimos esse direito para aqueles que podem marcar cirurgia em hospitais particulares. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Dr. Drauzio, só essa sua fala justifica uma audiência, o senhor traz um problema que não é só do planejamento familiar. É de tudo nesse país: é que ao se resolver o dos ricos, não se preocupa com os pobres. E a campanha de vacinação, como a proteção aos portadores do HIV funcionam bem, porque o vírus democraticamente contamina pobres e ricos. Se gravidez pegasse no ar, garanto como já tínhamos resolvido o problema do planejamento familiar. Se analfabetismo fosse contaminante, e alguém que soubesse ler pegasse de volta, ao contatar-se com um analfabeto, já teríamos resolvido. O apagão está todos os dias no noticiário, ninguém esquece que as pessoas ficam horas e horas na parada de ônibus todos os dias. O apagão do transporte público urbano é permanente e não dá na televisão.

Então, sua fala é perfeita, é um problema de uma sociedade que não complementou sua República e isso chega também nos aspectos de planejamento familiar. Dra. Herilda.

DRA. HERILDA BALDUÍNO DE SOUSA: A riqueza das discussões faz com que a gente ache que essas horas aqui de manhã foram as horas muito bem aproveitadas. A fala do Dr. Drauzio, mais expressiva

agora, mais clara, me traz grande alegria porque a minha fala é isso que ele falou. Nós estamos examinando as questões do planejamento familiar, aspectos técnicos e aspectos políticos. Os aspectos técnicos eu deixei mais ou menos em linha, porque não dá para você falar tudo isso, isso era um problema do Ministério da Educação e também do Ministério da Saúde. Dois Ministérios fundamentais do progresso desse país. Gente analfabeta, o que é que deseja? E aí eu vou falar aqui, Sr. Senador, o senhor fala na explosão demográfica, o senhor falou, eu achei bonito a sua imagem, vi lá os rapazes bebendo cerveja e jogando futebol, as meninas com as crianças lá naquela favela do Rio de Janeiro. Quando o senhor falou isso, bateu na minha cabeça: "Mas que coisa absurda, eles não têm nenhum prognóstico de vida, a eles não foi dado nada, nem o direito de sonhar". A eles, dão-se os adjetivos, como essa língua brasileira tem adjetivo para pobre, dão-se os adjetivos, começa vagabundos, traficantes, putas, prostitutas, uma porção de coisas que têm. Eu até quero fazer um dicionário sobre isso.

O senhor falou que viu os meninos magrinhos, baixinhos. Olha que análise, não é, os brasileiros são baixinhos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

DRA. HERILDA BALDUÍNO DE SOUSA: Não. Eu vou chegar lá. Baixinhos, magrinhos. Mas porque não é a fome dele não, Sr. Senador, é a fome da avó dele, da mãe dele, de não sei mais, de todo mundo nessa corrente que vem vivendo a sociedade brasileira. Então, eu conheço isso muito profundamente porque há mais de 30 anos eu milito na área de Direitos Humanos nessa cidade, em vários lugares do Brasil, estive no Cairo, conheço as coisas que se discutem.

Para entender a questão das crianças, foi focalizado um morro lá. Basta ver o filme "Os falcões do tráfico", aquilo é a denúncia mais pungente da nossa falência política. "O que você quer ser quando você crescer?" O que ele respondeu? "Bandido". "Você não tem medo de morrer?" "Não, porque se eu morrer, atrás de mim vem outro que vai fazer isso". Desculpe-me a veemência, é de fazer que todos nós, pessoas brasileiras, tenhamos uma indignação contra isso. Se nós formos escutar a sociedade brasileira, disse classes, vamos encontrar aquilo que vão fazer. "Ah, esses meninos precisam ser presos e ir para FEBEM". E vão presos e vão para a FEBEM. Agora, eu não vi lá nenhum projeto de uma escola naquele local—

[soa a campainha].

Nenhum projeto. Eu pensei cá comigo: "o Exército Nacional vai lá vigiar o Rio de Janeiro", não seria tão fácil o Exército botar uma daquelas barracas bonitas,

verdes, daquelas grandonas e abrir uma escola para aqueles meninos, uma escola que nem precisava ficar com matérias pedagógicas, mas uma escola de cidadania, de que desse a eles dignidade, que desse a eles a auto-estima.

Então, como eu acho que essa questão do planejamento familiar não vai resolver a pobreza e a violência, é muito além disso. Nós temos que alçar vãos muito mais altos e que nós chegamos, porque todos nós temos capacidade de refletir sobre isso, aquela condição que eu falei do problema da educação, para que nós possamos atender também as questões de Saúde. Porque um povo analfabeto, sem informação não pode melhorar a Saúde Pública. E a questão de planejamento familiar, nós temos que entendê-la como um esforço, como uma atitude, como políticas públicas de atender a população desse país e eu sei... As mulheres que são, tem... Que tudo que é culpado é a mulher. É o ônus mais pesado em cima dela, de evitar filhos, de criar os meninos, de pedir menino emprestado para poder pedir esmola.

Então, essas coisas que eu digo, um tanto contundentes, são para chamar a atenção dessa Casa que, felizmente fez essa audiência pública para a gente poder falar o que quer, porque o bom é falar o que pensa e o que quer, pode ter muitos erros, mas há tolerância e há liberdade de expressão. Então, esse problema, por exemplo, desse planejamento familiar, chamar, Cristovam, médicas, chamar enfermeiras, assistentes sociais que trabalham nos hospitais, onde elas recebem o povo da periferia. Não é nos hospitais de luxo, não estou nem falando nisso, a gente nem passa perto, para essas pessoas que vivem esse problema, têm essa experiência, possam nos dar algumas luzes a respeito da metodologia de aplicar isso.

Vejam o excelente programa do Ministério da Educação. Ela falou aqui das parcerias que está fazendo com o Ministério da Saúde. Tudo isso são formadoras da opinião pública para se transformar em políticas nesse sentido. Então, eu acho que nós... O Lucena colocou aqui, Senador Lucena, uma coisa muito importante, a respeito da comunicação. Geralmente, quando se fala em planejamento familiar, o Senador disse muito bem, todos só pensam em controle de natalidade ou então pensam que é assim: "Como a mulher vai evitar filho?". Ora, mulher não faz filho sozinha; é mulher e homem. Esse progresso tem que passar para politizar as mulheres e os homens. A mulher de 18 anos, como quer o projeto, faz uma laqueadura; o rapaz de 18 anos não vai fazer nunca. Ele não quer ser chamado daqueles nomes. O que acontece? Então, o que acontece? Ele vai fazer filho em outra mulher. Não precisa falar que nas periferias que se faz, da classe média faz isso.

Então, eu acho uma grande oportunidade esse aspecto da comunicação dessa questão... E também de ficar de olho na mídia porque “ah, nós estamos com alto nível de gravidezes precoces”, mas os senhores todos talvez não tenham tanto tempo, talvez eu tenha mais tempo, sentar na frente de uma televisão e ver as novelas da Globo. Agora inventaram de tudo tem um menino trocado, de tudo tem um menino furtado, todo mundo estar grávida. Só se fala... Será possível que agora virou assunto da hora do jantar a questão de meninas engravidando? Isso é perigoso. É bonito. Olha, a televisão é luz e cor, seduz as meninas, todas muito bonitas. As nossas outras meninas acham muito natural engravidar, arranjar um menino, o cara furtou o menino, aquela coisa toda. É muito perigoso, o senhor tem toda a razão de criar uma comunicação responsável a respeito do planejamento familiar.

O Flávio disse aqui a respeito de não ser mais necessário fazer mais leis porque nós temos as leis. No Brasil não falta lei. Eu, que sou advogada, luto com a maior dificuldade do mundo para poder, o que é que eu vou aplicar nesse fato? Isso é a designação, o conceito, ao contrário de anomia. Quando tem lei demais, não tem lei. Ninguém cumpre. Então, é anomia, que precisa estabelecer um cuidado do Parlamento na hora de fazer as leis.

Depois, a questão do dia, que nós falamos aqui, eu sou como o senhor, o Flávio me convenceu, entendeu. E o Cristovam. Principalmente quando—

[soa a campainha].

O Senador disse aí que o dia das Mães tem que ser um dia político, é o dia de discutir a função social da maternidade em vez de, mãe... E, para terminar, para não ser muito cansativa, talvez porque a gente gostou muito da Sessão, eu vou contar para vocês uma historinha que vai fechar tudo que nós discutimos aqui. É para reflexão. Existe um país longe, muito grande, que é chamado a Perverselândia. Quem governa é o grande senhor Perverso, cercado de todos os perversinhos, auricos (F), puxa-sacos para poder ajudá-lo. Um certo dia, ele estava reunido, porque tinha dinheiro demais, as burras estavam cheias, eles não sabiam o que fazer com aquele dinheiro. Então, o que ele fez? Todo mundo dizia que: “Não, porque agora tem uma coisa muito séria, tem um aparelho que você faz no dedo, esse dinheiro passa no mundo inteiro, da noite para o dia e rende o dobro. Vamos fazer isso, não é? Mas, olha um barulhão, uma coisa... Ele falou:”O que é isso?”Um dos auricos (F), certamente um daqueles mais puxa-sacos, correu e foi lá ver o que era. Chegou na janela e viu uma multidão de gente, povo gritando, falando. “O que foi?” “Senhor Perverso, grande senhor, é o povo que está lá fora, está com fome, quer comi-

da, está pedindo casa, esses negócios. “Mas o povo...” Como ele era sabidão porque era perversão, ele disse: “Vamos dar a esse povo um salário mínimo. Resolver esse problema”. Puff, botou todo mundo, deu um salário mínimo para todo mundo, não é. Resolvido o problema, não é? O povo... Aí, passado mais algum tempo, eu não vou botar muito babado na história, estão lá novamente, tem dinheiro demais, não sabemos o que fazer com esse dinheiro. A reunião deles era só para saber o que o ia fazer com o dinheiro da Perverselândia. Então, novamente um tumulto muito grande, aí ele não mandou um aurico, ele foi ele mesmo, na janela, olhou, aquele povo, muita gente, muitos jovens, muitos meninos. Ele falou: “Já demos salário mínimo a esse povo não chega, estão querendo pedir, querem mais coisas?” E deu a máxima da sua genialidade, olhando de cima, lá de cima do palácio, olhando o povo. “Engraçado, esse povo come, quer comida e ainda procria. Eu não tenho tomada uma decisão, deixa lá do jeito que eles estão porque eles vão, entre eles, resolver os problemas das coisas que eles querem: casa, comida, Saúde, Educação, tudo pedindo aquilo lá. E o reino não vai fazer isso, nós já tomamos a posição certa e nós já demos o que tinha que dar”. E o que aconteceu? Naquele momento, bispo Crivella, nasceu a Rocinha, nasceram as outras favelas, nasceram as periferias da cidade grande. Por quê? Na luta pela sobrevivência, o que mais vingou foi a violência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra à Dra. Ieda, depois à Dra. Maria de Fátima, Dr. Pedro e à Dra. Allana.

DRA. IEDA VERRESCHI: Muito obrigada. Eu fiquei muito feliz em ouvir os depoimentos aqui, e queria dizer para vocês que, apesar de... Aos senhores, desculpe, que apesar de docente numa Universidade Federal, já com idade de aposentadoria, sem me aposentar, eu me envolvi com exatamente com pacientes do SUS, Dra. Representante da OAB, e também com o ensino da população adolescente. Porque é difícil tratar sem educar. A gente sabe disso. Em medicina, o Dr. Chacel tem certeza disso. Quando eu, nos anos 90, em meados dos anos 90, eu, com mais duas colegas médicas, uma pediatra e uma hebiatra, escrevemos uma cartilha chamada “Saber amar”. Porque nós pretendíamos que aquela, cartilha fosse adotada por escolas e, no mínimo, na nossa área de atuação. Tentamos isso e fomos fazendo e ainda há alguma aplicação em alguns locais. Passados algum tempo, em 99, eu li alguma coisa, que hoje eu tenho a vontade de declarar aqui e aí, dizer para vocês que eu estou aqui nessa Mesa me sentindo a pessoa mais honrada do mundo por estar ao lado do Senador Cristovam Buarque. Eu li a “Segunda abolição”, aí me deu a idéia

certa de que nós tínhamos chance de ensinar sexualidade para o adolescente, mas só que de 99, até agora, nada aconteceu. Eu estou vendo felizmente que a senhora coloca alguma coisa, mas eu não participei mais, ninguém participou e eu estou sempre gritando, gritando contra a aprovação da pílula do dia seguinte, que é uma calamidade para as meninas, porque são as meninas de 25 anos que o preservativo falhou que usam, não só no Brasil, na Espanha, na Espanha, as meninas que usam, na Finlândia, as meninas que usam são mulheres entre 20 e 25 anos, que o preservativo falhou.

Então, eu acredito que se basear num programa, simplesmente numa contenção da AIDS é muito frágil, embora isso tenha um grande grau de certeza, mas sem educar não dá. Eu não posso entregar uma camisinha para uma criança de nove a 12 anos que tenha uma família desestruturada. Então, aí eu queria colocar ao Senador Crivella, pena que ele esteja no telefone, mas eu gostaria de colocar--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Me perdoe, mas é o vice-Presidente da República e eu não posso deixar de atendê-lo--

DRA. IEDA VERRESCHI: Está bem. Os outros vão ouvir e vão lhe contar. O que me espanta, quando eu ouvi o depoimento do Senador, eu imaginei, eu realmente coloquei em mim a impressão que eu tinha tido, sofrido, enquanto lia o plano dele, o projeto de lei. Dava-me a idéia de uma pessoa que tinha uma sensibilidade e ele aí diz, ele tem a sensibilidade de ver o morro; ele passa no morro e ele vê aquilo que nós que vamos ao Rio de Janeiro para reuniões, à vezes no morro, nós sabemos o que é. Mas nós víamos em São Paulo também uma realidade um pouco diferente, que é a realidade da favela isolada; no Rio de Janeiro, nós temos a favela dentro da cidade; em São Paulo, nós temos uma favela um pouco isolada. Talvez essa situação mude um...

[soa a campanha].

Mude a cabeça das pessoas. Agora, eu pergunto ao senhor, Senador Crivella, essa realidade, o senhor acredita que vai mudar? Vão perpetuar aqueles gigantes sexuais sem família, violentos, que a gente viu na Malásia e no Tibet, que mataram os seus próprios dirigentes, que ficaram pessoas absolutamente desumanas, porque não tinham a mínima noção de família, não tinham a mínima formação. Viraram uns monstros. Então, eu acredito que se nós pudermos compor a... Não só o meu conhecimento científico na área, mas com os princípios que nós temos no Brasil, com os princípios da família brasileira, como Senador do Rio Grande do Sul falou, meu conterrâneo. Sou de São Paulo, mas sou gaúcha de coração, a coisa que

eu acredito que, compondo, nós podemos fazer a segunda abolição que o Senador Buarque fala.

Eu acho que esse é o caminho, eu tenho a grande satisfação de ter vivenciado essa primeira palestra, essa primeira audiência. Proponho-me a estar dispondo com dados todo o trabalho. Agora, acho que assim como tal projeto, eu não teria a aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradecendo a referência a esse meu livrinho, que já tem uns 10 anos, eu passo a palavra à Dra. Maria de Fátima.

DRA. MARIA DE FÁTIMA MALHEIRO: Complementando só um pouquinho a fala, com relação ao projeto, também me sinto honrada de estar aqui com o Senador Cristovam, que foi o primeiro a lançar, a permitir, no Ministério da Educação, em agosto de 2003, o lançamento do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Para responder ao Senador Flávio Arns, ele não está aqui, é uma pena, já está sendo pensado e já foi elaborado um sistema de monitoramento para acompanhar as ações do projeto Saúde Prevenção nas Escolas. Mas como característica desse projeto interministerial, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, com a compreensão das agências citadas, ele não é um projeto que vem de cima para baixo, ele tem a sua construção, são dadas diretrizes, pensadas diretrizes, de uma forma inter setorial e essas diretrizes são discutidas.

Então, a proposta de monitoramento das ações do projeto Saúde e Prevenção está em processo de análise pelas equipes gestoras estaduais que foram já elaboradas para gerar as ações dos seus projetos nos seus Estados. Então, em breve nós teremos uma resposta de um projeto de monitoramento nas ações do Saúde e Prevenção nas Escolas com a participação não só no grupo gestor federal, mas dos grupos gestores federais e municipais, ele já foi gerado, agora ele está em processo de análise por outros parceiros importantes.

Para esclarecer também a doutora, o projeto Saúde e Prevenção não tem objetivo de colocar um preservativo na mão das crianças, nem dos adolescentes. Ele tem objetivo de trazer a discussão para dentro da sala de aula e o preservativo, ele é disponibilizado, se assim a escola e a comunidade escolar o decidir, de acordo com cada estabelecimento e com a participação das famílias. Então, o preservativo é disponibilizado em local a ser acordado pelo grupo gestor da escola, dentro do projeto político-pedagógico e ele só vai ser disponibilizado se o jovem assim o sentir pronto para buscar; é uma ação que já vai estar, é uma ação final, a disponibilização do preservativo, local a combinar, dentro da escola, com a participação da família, de

todos os elementos, se ele o achar pronto para iniciar a vida sexual. Isso é um desejo e uma liberdade que ele tem. Também em relação aos direitos sexuais e direitos reprodutivos, foi feita uma cartilha, não sei se é bem uma cartilha, um manual de direitos sexuais e direitos reprodutivos, pela equipe de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde e está disponibilizado no site do Ministério da Saúde.

Quer dizer, é importante a gente esclarecer, o “Saúde e Prevenção” traz a tônica e o debate para dentro da sala de aula e os professores é que vão decidir junto com os alunos as ações que assim eles vão realizar, de acordo com a maturidade do grupo. Eu acho que é importante dizer que o preservativo não é distribuído; ele é disponibilizado, se assim o grupo e a escola, principalmente escolas que já tenham histórias desse debate já há bastante tempo. Esse projeto foi lançado em 2003, então, ele já vem sendo, vamos dizer, evoluído nos seus debates e na sua inserção, de qual é o momento ou não de estar disponibilizando. Isso não são... Não é a única ação, eu diria que é a ação final. Tenho a formação dos jovens, nós estamos trabalhando com a formação dos jovens multiplicadores, tem a formação dos profissionais de Saúde, a formação dos profissionais de educação, a formação de uma mobilização até para os jovens, se assim o for, jovens da escola do ensino médio, se assim o acharem vulnerável e buscar a realização do teste. É uma série de ações que estão sendo pensadas, construídas e debatidas localmente com a comunidade, não só com a comunidade escolar, como a comunidade de educação e saúde do Município e dos Estados. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Dr. Pedro.

DR. PEDRO PABLO MAGALHÃES CHACEL: Bom, Senador, nós empatamos no número de filhos, eu também tenho quatro, mas eu tenho seis netos.

[risos].

Ganhei, ganhei. Bom, planejamento familiar é uma coisa controle de natalidade é outra coisa. Controle de natalidade é uma ação do Estado. A China é controle de natalidade; aqui é planejamento familiar. Controle de natalidade é uma ação macro-social, planejamento familiar é uma ação individual micro-social. A repetição indefinida da ação micro-social dá um resultado micro-social. E a população do Brasil diminuiu muito o seu crescimento, a velocidade do seu crescimento, certo? Então, existe uma realidade de diminuição do crescimento populacional, que começou em 1983, como uma idéia muito justa. Não era possível aumentar a população mais do que aumentava a renda do país. E não se distribuiu um centavo. O senhor sabe disso. De 1977 a 2002, a renda dos 20% dos brasileiros mais

pobres era de... O equivalente a 50 reais. Ficou assim até 2002; não mudou um centavo. De 2003, por incrível que pareça, melhorou; nós hoje temos um pouco mais de 60 reais, o que não há dúvida, que é um ganho que a gente tem que reconhecer ao governo que está aí. Certo? Não sou favor desse nem de outro, mas reconheço que isto existe, isso foi uma melhora.

O Dr. Drauzio falou que a mulher pobre chega no centro de Saúde e não é atendida. É verdade. A mulher pobre, ela tem que ser preparada, ela tem que ser educada, não para pedir, mas para aprender a exigir. O pobre tem que aprender a exigir os seus direitos.

Com relação à esterilização. Eu tenho mais ou menos 45 milhões de mulheres, 45, 50 milhões de mulheres em idade fértil neste país. Uma terça parte delas está, ou seja, de 15 a 49 anos, uma terça parte delas está esterilizada, isso é tão pouco assim? Será que isso é tão pouco assim? A terça parte das mulheres férteis deste país está esterilizada. Precisamos dobrar isto. Não, pelo amor de Deus, eu continuo mantendo as minhas posições. Posso não ser simpático, mas não tem importância, a gente tem que ser honesto com aquilo que a gente acha. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Vou à lista dos Senadores. Opa, desculpe, Dr. Allana. Temos todo o prazer em ouvi-la.

ALANNA ELIZABETH ARMITAGE: Muito obrigada, senhor Presidente, vou ser muito breve. De novo agradecemos a oportunidade de participar neste debate sempre digo, vou dizer de novo, repetir que é um privilégio trabalhar no Brasil, porque por este, maneira de falar de coisas sensíveis, mas tão importantes para a sociedade brasileira de maneira abertamente e eu também queria parabenizar o excelentíssimo Sr. Senador por estas alterações na lei, na Mesa, para discutir, tão importante. Então, eu quero levar à Mesa algumas coisas que todos senhores já sabem, mas repetir em vista dos comentários que escutei esta manhã. O princípio do Programa de Ação do Cairo, pé no de que os objetivos de desenvolvimento, incluindo a estabilização da população mundial, se pode ser alcançado somente com políticas e programas fundamentadas em Direitos Humanos, especificamente em direitos reprodutivos e isto com especificidade, em alcançando as necessidades e escolhas de cada mulher, cada homem e cada jovem. Como disse o senhor, o Dr. Pedro Paulo, desculpe, que não vem o seu sobrenome, no caso do Brasil, não existe explosão demográfica. É muito importante esclarecer isso. A taxa de fecundidade da população brasileira está abaixo do nível de reprodução por mulher. Então, mas a questão do acesso aos serviços de Saúde reprodutiva e, sobretudo de planejamento familiar para todos e todas, segue sendo um desafio para

o país. Então, ademais, apoiar algumas das alterações propostas sobre a lei, gostaríamos também de apoiar a idéia de muitas das pessoas que já falaram, de dobrar esforços e apoiar de maneira mais... De maneira melhor, para implementar leis e programas já existentes, que são muito eficazes no país. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu volto agora para a lista dos Senadores. Estão inscritas a Senadora Marisa Serrano, que não está mais, e a Senadora Lúcia Vânia. É a única inscrita, portanto.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu agradeço, Presidente, essa oportunidade. Quero cumprimentar os expositores, dizer da minha satisfação de ver esse projeto em discussão aqui. Eu acho que o Senador Crivella tem o grande mérito de colocar em discussão esse tema. Embora, eu não concorde com o teor do seu projeto. Eu ficaria na fala aqui do Dr. Pedro e da Dra. Allana. Acho que o problema do projeto em si é conceitual. Acho que após a Conferência do Cairo ficou bem claro o que se entende por planejamento familiar e não... E a diferenciação entre planejamento familiar, uma coisa individual, e o controle de natalidade, que é uma outra coisa totalmente diferente. Acho que, na questão das políticas públicas, eu concordo inteiramente, nós temos programas super eficazes, projetos super eficazes, no entanto, o que a gente vê quando vai discutir o orçamento aqui, é que esses projetos não merecem a atenção de quase ninguém; é uma luta constante para acrescentar um pouquinho de recurso nesses projetos que poderiam ajudar muito a desenvolver essas políticas públicas, que já foram pensadas, já foram testadas e que são políticas de sucesso.

No entanto, eu quero, é cumprimentar o Dr. Pedro pela sua fala, eu acho que é uma fala dura e contundente, mas é a verdade, quando ele faz a comparação do seu avô, da sua avó e que... Com a garota hoje de 13, 14 anos engravidando. Não se passou... Passou-se um tempo inteiro e nós não caminhamos nada nessa direção. E o único caminho que se prevê é esterilizar a mulher. Então, na verdade, nós não podemos embarcar nisso, eu acho que nós temos as políticas públicas, elas têm um resultado mais lento, mas, no entanto, se elas forem levadas a sério, nós vamos obter o resultado que queremos, sem, contudo, prejudicar a mulher. Eu acho que a questão da esterilização da mulher é uma coisa terrível, ela mexe com todo o seu, toda sua formação, com toda a sua sensibilidade de mulher. Eu acho que a pessoa, ao pensar nisso, deve pensar e se colocar no lugar de uma mulher que é submetida a uma mutilação. Isso se dá com o câncer de mama, isso se dá com a esterilização dela e é preciso que, ao fazermos

lei, a gente leve em conta esse lado que pouca gente costuma levar em relação à sensibilidade da mulher, que é, sem dúvida nenhuma, uma sensibilidade que não pode ser mutilada e cortada simplesmente para resolver um problema econômico ou simplesmente para resolver um problema social.

No entanto, quero aqui agradecer a oportunidade que tivemos, quero dizer que a Dra. Herilda deu um exemplo, que eu acho que foi assim, ela tocou na veia: esteriliza-se uma mulher de 18 anos, mas jamais um homem de 18 anos, jamais. Nem se fala isso. Se falar isso seria uma ousadia. Portanto, eu acho que esse exemplo fecha tudo que a gente pode fazer aqui. Em relação ao dia, eu sugeri ao Senador Crivella que adotasse a sugestão da Dra. Allana, que é uma sugestão, na minha visão, correta, dentro do ponto de vista de um conceito. Eu acho que é bom-dia da reprodução. Eu acho que aquela sugestão é interessante porque é um dia de discussão que nós vamos ter, inclusive, para cortar ou para evidenciar—

Esse preconceito que nós temos em discussão ir esse tema. Eu acho que é muito importante. E a educação nas escolas, eu acho que a Maria de Fátima colocou muito bem, a professora Maria de Fátima colocou muito bem, nós já temos um projeto, nós temos programas, é só fazer com que eles possam caminhar e nossa atribuição aqui no Congresso Nacional, eu que milito na área social, eu tenho freqüentado há mais de 20 anos a Comissão de orçamento, e eu fico muito assustada com os discursos relativos à preocupação social. Quando se vai discutir o orçamento, discute-se a ponte, discute-se o prédio, discute o poço de petróleo que descobrimos lá ou cá, mas não se discute nunca o dinheiro que vai para a Saúde, a Educação e, principalmente, Educação, que é a nossa bandeira aqui, o professor Cristovam sabe disso, professor Senador Cristovam é o campeão do discurso de educação. Todo dia ele sobe na tribuna para falar de Educação para ver se, de repente, o Brasil alerta para essa necessidade que o Dr. Pedro colocou aqui, com muita dureza, muita frieza, mas muito necessário. Muito obrigado.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu acho que existe um sentimento quase que generalizado da importância que foi esse encontro, essa Audiência Pública aqui, todos nós tivemos oportunidade de beber um pouco da sabedoria individual dos que aqui se fizeram presentes e se pronunciaram. Mas como nordestino, ainda continuo com um pouquinho de sede, até porque, foi colocado aqui com muita

propriedade, tanto pelo Senador Geraldo Mesquita, como Sérgio Zambiasi, de que aqui também se fazia presente, quando fez referência ao Senador Geraldo Mesquita, de representantes de outras entidades que estavam ansiosos para dar a sua contribuição. E o Senador Sérgio Zambiasi levantou a importância, que eu acho fundamental, talvez possa até ser considerado um pouco, num dos poços que tenha menos água, que é a própria comunidade, mas, sem dúvida nenhuma, irá nos ensinar muito, se vierem participar de um debate com a gente, as comunidades, Senador Sérgio Zambiasi.

Então, a minha sugestão é que, estou sugerindo que essa discussão possa ser feita aqui nessa Comissão, ou, se esse projeto for para outra Comissão, que essas outras comunidades participem lá, mas, de preferência, que a gente prove a extensão dessa Audiência Pública, ouvindo aqueles que aqui se fizeram presentes, mas não puderam dar a sua contribuição, enriquecida pela sabedoria de quem vive e quem sofre o dia-a-dia na comunidade mais carente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senhor Presidente, é só uma questão de ordem, eu concordo plenamente com o Senador, o tema é vasto que se precisa discutir, mas queria que V.Exa. também permitisse a palavra da nobre Deputada do meu Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas eu estou esperando que termine o Senador—

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): [inaudível] Por favor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu tenho muito prazer em passar a palavra à Deputada Cida Diogo, que nos honra estando nessa nossa Comissão.

DEPUTADA CIDA DIOGO (PT-RJ): Boa tarde já a todos e todas, ao nosso Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, eu fiz questão de vir acompanhar essa audiência, saí do Plenário, está tendo Sessão Extraordinária no Plenário da Câmara dos Deputados, mas fiz questão de vir aqui porque é um tema que eu tenho uma atenção muito especial por ele, eu sou médica, sou profissional de Saúde e milito há muitos anos no Movimento de Mulheres e tem sido para gente uma bandeira muito grande o debate, a discussão em relação aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no nosso país.

E, na Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados, eu sou membro dessa Comissão, foi aprovada a criação de uma Comissão

Especial de Saúde da Mulher e Planejamento Familiar. E essa proposição foi de minha autoria, aquela Casa vai instalar essa subcomissão Especial e nós pretendemos, ao longo dos próximos meses, até o final deste ano, realizar audiências públicas semelhantes a essa daqui, para que a gente possa não só pensar em relação à legislação, que eu concordo um pouco com a Dra. Herilda, que coloca que existe já muita lei produzida, e que a gente precisa ver o que é que de concreto, em nível da ação concreta, seja no Ministério da Educação, seja no Ministério da Saúde, a gente pode fazer avançar na área da Educação, da sexualidade que eu acho que está correto, aí a gente colocar a discussão, inclusive da homossexualidade, nesse debate, para que a escola cumpra o papel de quebrar esse tabu, de acabar com esse preconceito, de trabalhar isso de uma forma mais aberta, aonde deve ser produzida essa discussão, que é na escola, não é? Eu acho que esse debate da Educação da sexualidade. A idéia do dia do planejamento familiar, já existe na Câmara uma discussão sobre uma semana, porque, na verdade, eu acho que se a gente avança até numa perspectiva de estabelecer uma agenda nacional de uma semana de debates sobre os direitos sexuais e reprodutivos, incluindo a questão do planejamento familiar, a gente vai muito além, a gente consegue estabelecer essa discussão no país, de uma forma muito mais ampla, eu acho que isso é talvez uma idéia a ser aprimorada no projeto.

E, pelo que eu estou percebendo do que a Mesa colocou, do que o conjunto de Senadores colocaram, e acredito que o próprio Senador Marcelo esteja se convencendo disso, a redução da idade para a questão da laqueadura das nossas mulheres não é a saída para reduzir a violência no nosso país. Não é a saída para garantir uma vida mais saudável para as nossas mulheres.

Então, eu acho que, a partir dessa Audiência Pública, eu acredito que o projeto possa ser melhorado e, lá na Câmara, a gente quer contar com a ajuda do Senado na condução dessa subcomissão Especial, porque a gente quer trabalhar e aqui a gente quer chegar até o final desse ano, propondo ações concretas, melhorando a legislação, se for necessário, mas efetivamente apresentar um conjunto de ações necessárias, de políticas públicas concretas que possam fazer. E a gente coincide, exatamente nessa semana, que está tendo encontro aí, a marcha dos Prefeitos, porque é lá no Município, nas Secretarias de Saúde, nas Secretarias de Educação, que a gente pode fazer avançar essas políticas públicas na perspectiva de garantir, de fato, os direitos sexuais e reprodutivos das nossas mulheres dos nossos homens, de uma forma aberta, demo-

crática, para que a gente não possa permitir nenhum tipo de ação que coíba o direito de ir e vir, o direito de decidir de cada mulher nesse país. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço a Deputada Cida e digo que essa Comissão estará sempre aberta à sua participação. Antes de passar a palavra, se alguém quiser concluir, porque praticamente, ao responderem, já concluíram. Eu quero dizer que há uma premissa que a gente está levando em conta aqui, Senador Crivella, é que não há escola. Mesmo que tudo isso seja aplicado, a escola brasileira, como está hoje, ela não está preparada para fazer isso. Não há 30% das 164 mil escolas no Brasil, que são capazes de pegar esse tema e levar com seriedade. A escola hoje termina depois da merenda; se a gente criar o dia, que eu sou favorável a tudo isso, eu quero dizer que sou favorável a tudo isso, porque isso vai pressionar a gente a melhorar a escola. Eu quero trazer outro problema, eu quero aprovar tudo, salvo realmente a idade da laqueadura. Porque é importante tudo isso para movimentar a escola. Hoje, esse dia do jeito que está hoje, a escola será um dia, terminará sendo feriado. Não haverá debate, não irão à escola. A escola de hoje vai até a hora da merenda, terminada a merenda, grande parte dos alunos vão embora para casa. Hoje, a maior parte dos nossos adolescentes e jovens estão mais interessados em ir à escola para praticar a sexualidade do que aprender a sexualidade. A gente vai ter que fazer uma revolução na escola para que ela sirva isso. Mesmo assim, não dá para esperar a revolução da escola, vamos começar a fazer. Vamos começar a fazer com resultados, por exemplo, de um debate como esse, ir aceitando o requerimento do Senador Cícero para fazer um outro debate que os movimentos sociais tragam aqui as mulheres pobres para falarem também. Porque o que a gente vê, no fundo, são quatro grupos oprimidos aqui: as mulheres, as jovens, as crianças, que são filhas delas... Três então. Três grupos oprimidos que terminam sendo aqui a razão da gente estar discutindo tudo isso. E as pobres, claro, são quatro mesmo, e as pobres. Mas, sobretudo, para que tudo isso dê certo, a gente tem que fazer uma revolução é na escola, para que ela seja esse instrumento de formação e de informação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senhor Presidente, V.Exa. tem toda razão, mas eu queria agradecer a presença de cada um dos senhores que falaram das suas experiências, da sua sinceridade e eu respeito profundamente. Acho que o debate deve sim, como V.Exa. disse, alcançar também aquelas que ouvi, as pessoas que ouvi, que não querem mais ter filhos, muitas delas são jovens, não conseguem sus-

tentar seus filhos. Agora, é fundamental, professora leda, Dr. Pedro e Dra. Herilda, que nós temos essa realidade, nós vivemos num país extremamente desigual, Cristovam sabe disso, hoje, para vocês ter uma idéia, de 01 bilhão de reais, 01 trilhão de reais, que é a nossa dívida pública, 80% são de 15 mil brasileiros; 15 mil brasileiros têm hoje nos bancos públicos e privados 800 bilhões de reais, e receberam o ano passado, em média 16% 120 bilhões de reais, a título de pagamento de juros. Esse é o país. Essa é a realidade. Infelizmente, na história, nunca o trabalho venceu o capital, não perdia a utopia, não perdi a utopia, mas não podemos perder a visão da realidade. Agora, mudaria se não tivesse sido aconselhado pelos médicos, quer dizer, os médicos me disseram o seguinte: Que hoje uma operação de vasectomia não é invasiva; ela é feita com quatro furinhos e reversível, depois peguei o testemunho do Sérgio Cabral, Dr. Pedro, Governador do Rio de Janeiro, fez vasectomia, desfez a vasectomia; fez a vasectomia, desfez a vasectomia. Governador do meu Estado.

Portanto, acho que a gente deve ter os avanços da ciência também como dados importantes para a gente debater dentro de uma realidade. Senhor Presidente, agradeço a esses brilhantes debatedores, eu acho que foi uma grande audiência hoje. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra alguns dos cinco presentes que quiser se pronunciar, o seu requerimento está aprovado com o dele, não?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim, eu só quero complementar, Senador, para ficar claro aqui, eu acho que o projeto debatido aqui, ele é muito mais amplo do que laqueadura e vasectomia. Então, tem que deixar muito claro isso, daqui a pouco vão ficar carimbando que nós estamos discutindo laqueadura. Na realidade, é muito mais abrangente do que isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Nós sequer tocamos no assunto da responsabilidade do homem nesse processo. A Mesa democraticamente tem mais mulheres que homens, mas faltou essa questão de inserir o homem nesta responsabilidade. Ele talvez seja o maior responsável pelo processo, pelo preconceito e pelo machismo. Então, tem que deixar claro e muito evidente isso aí da... E, para complementar, Senador Cristovam, se falou tanto aqui da distribuição de camisinha, eu lamento quando chega o carnaval e vejo aquelas campanhas que, muitas vezes, agridem o bom senso, como se camisinha fosse só para o carnaval, depois passou, não precisa mais. Passou o carnaval, a

Semana Santa também precisa de camisinha; o Natal também. Se for o caso, feriadão agora de... Próximo feriadão, do trabalhador. Eu acho que, acima de propagandear a camisinha, tem que educar para o uso da camisinha ou outros métodos ou outras opções e democratizar este uso, se for o caso.

Eu acho que tem que mudar um pouco o conceito e, para isso, eu acho que esse grupo interministerial, Senador Cristovam, criado em 2003, pelo qual quero inserir, Senador Cícero, um pedido de informações dos resultados desse trabalho, é que deve nos dar algum tipo de complementação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Dra. Maria de Fátima, suas considerações finais.

DRA. MARIA DE FÁTIMA MALHEIRO: Complementando a Deputada, nobre Deputada Sílvia Diogo, Cida Diogo, ela não estava presente, o projeto, ele tem, o Saúde e Prevenção, ele tem como uma das características, no seu guia de formação do profissional de Saúde e de Educação, trazer essas temáticas da questão do gênero, da questão do direito de negociar ou não o tipo de preservativo, a questão do uso indevido ou não de droga, hora exata de ter ou não ter a sua gravidez. Eu acho que é um projeto que nós estamos crescendo junto com a população, com a comunidade escolar. E, para isso, eu gostaria de convidar aos parlamentares e as pessoas presentes para participar da Segunda Mostra do Programa Saúde e Prevenção, que vai acontecer aqui em Brasília, do dia primeiro ao dia 03 de junho de 2007, na UNB, onde teremos, de uma forma inédita, Secretários de Educação e Secretários de Saúde dos Estados, debatendo as políticas do projeto Saúde e Prevenção para os seus Estados. Eu acho que nós estamos estendendo um convite a vocês, nós podemos depois formalizar esse convite à Câmara, às pessoas presentes, para virem discutir e debater com a gente os temas relacionados a esse programa interministerial e agradecer, mais uma vez, o convite e a possibilidade de estar divulgando as questões já realizadas em nível federal. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Algum outro da Mesa quer fazer uso da palavra? Não. Professora Herilda, Dra. Herilda, nossa amiga Herilda.

HERILDA BALDUÍNO DE SOUSA: Eu quero primeiramente agradecer ao Cristovam a oportunidade dessa Audiência Pública. Nós, aqui de Brasília, moramos aqui há muitos anos, ainda não percebemos que o Congresso Nacional, que o Parlamento funcionam, então, nem dão a atenção ao que se discute aqui, tomam um susto quando as leis estão sendo aplicadas e muito mal aplicadas, diga-se de passagem, não é?

Então, essa oportunidade é aquele ato da democracia em que se abrem as idéias, se ouve e se fala. E esse diálogo é a principal forma de o Parlamento representar o povo. Parlamento sem diálogo com o povo não é... Agradecer a presença das pessoas aqui, tão dignas que formaram essa Mesa, dos Senadores que ouviram atentamente, que nos provocaram e que nós tivemos oportunidade. Agradecer, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, o convite, que deveria ter vindo o Presidente, mas ele não pôde vir e me mandou, e como na Ordem nós somos soldados de marcha, quando alguém manda, a gente cumpre. Mais do que tudo, Cristovam, saber que abertura dessa discussão no Brasil e olha que eu faço parte de movimentos femininos há não sei quantos anos, isso é uma briga que não tem fim, por causa dos nomes, direitos sexuais, direitos não sei o quê. Quando isso estuda uma questão de sobrevivência do mundo. Certamente, "ah, porque ela é a favor disso, ela não é a favor daquilo". Não, pela primeira vez, houve uma discussão científica, política, baseada num projeto muito humilde, um projetinho muito pequeno, não é? E a senhora Deputada, eu fico muito satisfeita de saber do seu empenho na Câmara para que esses assuntos sejam discutidos. Agora, eu vou pedir uma coisa, não é? A senhora, quando for discutir esses assuntos, lembre-se de que, esse assunto é de homem e mulher não é só da mulherada não, leve os homens também!

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Já falei muito, mas não posso deixar de concluir, no término desse encontro, registrando uma coisa que para mim foi fechada com chave de ouro, além da importância do debate, do enriquecimento, que eu fiz referência, mas eu acho que o Senador Crivella, ele foi convencido pelo argumento da Deputada. Porque, ao se despedir, ele registrou algo para mim, que foi fundamental. Primeiro, confirmando aquilo que foi um sentimento gerado aqui, quem pode, resolve essa questão. Então, o ex-colega nosso, Senador, hoje Governador do Rio de Janeiro, ele fez e desfez várias vezes, porque ele podia; ele não esperou pelo serviço público. E, mais ainda, na redução da idade, demonstra que alguém esclarecido, com informação, com formação já teve dúvida, imagine aquele que nada disso tem. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRITOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h42.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Paulo Duque, Geraldo Mesquita, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Antônio Carlos Valadares, Leomar Quintanilha, Neuto De Conto, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Renato Casagrande, Fátima Cleide, João Ribeiro, Mão Santa, Heráclito Fortes e Rosalba Ciarlini. Justificam a ausência os Senhores Senadores Marconi Perillo e Sérgio Zambiasi. O Senhor Presidente, Senador Demóstenes Torres, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Eneida Soller, Diretora da Cooperativa de Música de São Paulo; o Senhor Antônio Russo Neto (PR/MS), Suplente da Senadora Marisa Serrano e o Senhor Marcelo Buhatem, Procurador de Justiça do Rio de Janeiro. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Demóstenes Torres, submete à Comissão e à Subcomissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 019-CE de 2007 e Requerimento nº 002-SCTMC de 2007, de autoria dos Senhores Senadores Paulo Paim, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2006, que “Concede isenção do Imposto de Importação, da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP-Importação) e

da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação) aos instrumentos musicais, suas partes e acessórios”. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Alberto Bertolazzi, Presidente da Associação Nacional dos Pequenos e Médios Fabricantes de Instrumentos Musicais – ANAFIN e Presidente da Hering- Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda; Senhor Luis Felipe Radicetti, Coordenador do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-música – GAP; Senhor Roberto Frejat, Músico e Compositor; Senhor Nelson Eduardo Visconti Weingrill, Presidente da Weril Instrumentos Musicais e Senhora Déborah Cheyne Prates, Presidente do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro – SINDMUSI. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, autor do Requerimento e relator do Projeto, Romeu Tuma, autor do requerimento e autor do Projeto, Leomar Quintanilha, Marisa Serrano, Cristovam Buarque, autor do Projeto e Wellington Salgado de Oliveira. Neste momento, o Senhor Senador Paulo Paim requer, oralmente, a inclusão extra- pauta de Requerimento. A Presidência esclarece que segundo o que determina o Regimento Interno do Senado Federal, não é regimental a apreciação de proposições em reuniões convocadas na forma de Audiência Pública. O Senhor Presidente informa como a situação se configura como um precedente é necessário a aprovação unânime do plenário, para a inclusão do requerimento, o que acontece. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta: Requerimento nº 023, de 2007-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que “Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar da atual situação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, em data, local e convidados a serem definidos pela própria Comissão”. O Requerimento é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Demóstenes Torres, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social**, la-

vrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

NOTA TAQUIGRÁFICA

13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Havendo quorum, declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se... Ou para se realizar nesse momento, em 24 de abril de 2007, terça-feira, às 10h.

Se as Sras. e os Srs. Senadores presentes concordarem, vamos dispensar a leitura da Ata das Sessões anteriores da Comissão e da Sub.

O assunto é uma Audiência Pública para instruir um Projeto de Lei do Senado nº 345/2006, que concede isenção do imposto de importação da contribuição para os programas de integração social e de formação do patrimônio do servidor público incidente na importação de produtos estrangeiros ou serviços, PIS/PASEP Importação, e da contribuição social para o financiamento da seguridade social devida pelo importador de bens estrangeiros ou serviços do exterior, COFINS Importação, aos instrumentos musicais, suas partes e acessórios. Autores do Requerimento: Senadores Paulo Paim, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi; Autoria do Projeto de Lei do Senado nº 345/2006: Senadores Cristovam Buarque, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi e os Ex-Senadores Roberto Saturnino, Juvêncio da Fonseca e Leonel Pavan; Relatoria do PLS: Senador Paulo Paim, a quem convido para que acompanhe os nossos convidados Alberto Bertolazzi, Luis Felipe Radicetti, Roberto Frejat, Nelson Eduardo Visconti Weingrill, Déborah Cheyne Prates e o representante da Receita Federal. Concedo a palavra ao ilustre autor do Requerimento, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, Senador Demostenes Torres, demais convidados, eu quero justificar aqui a não presença da Receita Federal, eles conversaram muito com a gente e ficou acertado que depois da Audiência Pública eles vão re-

ceber a Mesa e os Senadores que estão tratando do tema, lá na Receita, para, numa reunião de trabalho, encaminharmos propostas que venham ao encontro da demanda do Projeto que eu sou o Relator e naturalmente estou dando parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Concedo a palavra ao Sr. Alberto Bertolazzi, Presidente da Associação Nacional dos Pequenos e Médios Fabricantes de Instrumentos Musicais, ANAFIM, e Presidente HERING Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda, pelo prazo de 15 minutos.

SR. ALBERTO BERTOLAZZI: Bom dia, Srs. Senadores, Presidente da Mesa. Eu gostaria rapidamente de ler algumas das justificativas, na realidade elas são só três, de uma maneira bem resumida. A primeira delas, esta Comissão, objetivando estimular a atividade musical brasileira, tem acompanhado com interesse e preocupação os debates e discussões que o setor, com toda a sua abrangência têm mantido no âmbito dos mais diversos fóruns. A minha observação quanto a essa justificativa é que ela, eu diria, no mínimo, está incompleta, o que estimula a atividade musical, ou poderá estimular a atividade musical brasileira é o ensino da música nas escolas, a volta do ensino da música nas escolas, não a isenção de imposto de instrumento musical importado, que pelo que eu entendo aqui no espírito da lei, é inclusive beneficiar os Músicos, grandes Músicos que precisam de instrumento de qualidade para suas performances. Então, estimular a atividade musical brasileira seria a volta obrigatória do ensino da música nas escolas de Ensino Fundamental básico.

Essa é uma observação muito importante. É assim que Países como o Japão, depois da Segunda Guerra Mundial, criaram um enorme mercado, tanto é que é o maior fabricante de instrumentos de música a YAMAHA, que vende quatro bilhões e meio de dólares/ano e foi através de programa da volta do ensino da música, como disse, depois da Segunda Guerra Mundial, que deram possibilidade a essa grande expansão. E é o que está sendo feito hoje na China. Estivemos diversas vezes na China, e o ensino da música nas escolas é obrigatório, e interessante notar que não é nem com uma flauta ou algum outro instrumento baratinho que se ensina música na China, mas, sim, o violino. Por quê? Eles nos explicaram. Porque o violino agrega uma grande mão-de-obra. Então eles estão ensinando música e, ao mesmo tempo, estão desenvolvendo a sua indústria.

Isso é o que eu tinha que dizer com relação à primeira justificativa. Quanto à segunda, a alta carga tributária incidente sobre a comercialização e a impor-

tação de instrumentos musicais, suas partes, acessórios, [inaudível], desestimulando, assim, a atividade musical brasileira.

Isso é verdade. Mais adiante, nós temos umas contas que acredito que alguém desta Comissão deva ter feito, e eles salientam que para os produtos fabricados no Brasil, e aqui incluem ICMS, PIS/PASEP, COFINS, INSS, Fundo de Garantia, CPMF, Imposto de Renda e CSLL, tudo isso chega a 40%, está escrito aqui na justificativa. E no que tange à importação de instrumentos musicais, a incidência de imposto de importação com alíquotas entre 10 e 18 do PIS/PASEP COFINS no total de [inaudível], dá um total de 19 a 27%. Então aqui eu não estou entendendo bem. Nós estamos querendo incentivar a música ou os produtos nacionais, ou os produtos fabricados no Brasil são onerados em 40%, não concordo com nenhum dos dois números. É maior tanto para os instrumentos musicais produzidos no Brasil como é maior para os instrumentos musicais importados. Mas o fato relevante aqui é que em cima desses números, se nós partimos de 40%, que é o que diz a justificativa para os instrumentos fabricados no Brasil, e no máximo 27% para os instrumentos importados, então nós estamos querendo isentar de taxas de importação um setor que, a meu ver, já estaria sendo beneficiado.

“Há consenso entre os representantes do setor quanto à necessidade de concessão de tratamento tributário mais benéfico aos instrumentos musicais, suas partes e acessórios, mormente no que se refere à tributação na importação”. Realmente eu não entendo por quê. Não vamos entrar aqui em grandes discussões sobre importados ou nacional. Eu quero deixar bem claro que eu não tenho nada, absolutamente nada contra a importação de instrumentos musicais. É uma necessidade, respeitamos a vontade dos Músicos, até porque são artistas e cada um tem a sua preferência, tem a sua necessidade, um gosta do violão de um jeito, outro gosta do outro, outro gosta de um piano, enfim. Isso é verdadeiro. Mas eu acho que temos que criar, que esta Comissão tem que criar condições iguais para os importados e os fabricantes de instrumentos nacionais.

O terceiro item da justificativa é bem interessante. Ela diz que a redução da tributação de instrumentos musicais na importação estimulará a atividade musical brasileira, que proporciona tanto orgulho à nossa Nação. E eu sempre digo que o Brasil teve no passado duas grandes oportunidades para desenvolver a sua indústria de instrumentos musicais e exportar de uma forma mais agressiva para o mundo. A primeira foi durante a época da Carmen Miranda, os mais antigos devem se lembrar o que ela significou em termos de

divulgação da música brasileira no exterior. Não aproveitamos essa oportunidade. A segunda foi da Bossa Nova, que durante algum tempo até foi explorada, principalmente pela indústria de violões, mas depois acabou morrendo. A terceira possibilidade que nós temos hoje é graças ao convênio que a ANAFIM assinou já, pela terceira vez consecutiva, com a APEX, a Agência Promotora de Exportações. Através desse convênio, a APEX tem alocado recursos para que a indústria brasileira mostrasse a qualidade dos seus produtos em diversas feiras, até na China, nos Estados Unidos, em Los Angeles, na Alemanha. E em algum lugar aqui está escrito que seria bom essa isenção de imposto, porque a qualidade dos instrumentos musicais brasileiros não é tão boa, ou músicos teriam preferência por outros instrumentos. Como disse, aceito isso, mas não podemos nos esquecer também que existe um grande modismo. Ou seja, eu fico muito triste quando vejo uma criança às vezes: “o meu sonho dourado é ter uma... Não sei se está fabricando, uma guitarra tal, importada daqui, de lá”, quando no Brasil são feitos instrumentos de altíssima qualidade e que poderiam muito bem substituir esse bem importado. Eu acho que é o modismo, isso se a gente for analisar mais a fundo, talvez venha desde a época da colônia, quando o que vinha da Europa, ou do Exterior era melhor do que o brasileiro. Não se aplica isso aos instrumentos musicais brasileiros. É claro que ninguém nunca aqui no Brasil fez um *Stradivarius* nem fazemos pianos *Steinway*, mas temos instrumentos musicais muito bons para atender a maior parte das necessidades, respeitando sempre os Músicos e a sua vontade de ter, de poder escolher os instrumentos musicais que eles querem.

Ao que é que o nós queremos chegar com essas colocações? É importante a isenção de imposto para instrumentos musicais? É. Estamos de acordo como fabricantes? Estamos. Mas que nos dê condições de brigar de igual para igual. O mercado brasileiro é estimado em trezentos milhões de reais. Cerca de 50% disso, segundo dados da ABMÚSICA, cerca de 50% disso são importados. Então, se tiver isenção sobre metade, cento e cinquenta milhões de reais, nós estamos onerando os outros cento e cinquenta milhões fabricados no Brasil. Há um custo médio, como diz aqui nesse estudo, de 40%, 40% de cento e cinquenta milhões, isso chega ao que, a sessenta milhões, setenta milhões? Será que se desonerarem a indústria brasileira de instrumentos musicais, deixando de arrecadar esses sessenta, setenta milhões o Brasil quebra? A Receita Federal vai ter grandes prejuízos? A balança comercial vai ter grandes prejuízos? Acredito que não. Nem vamos nem chamar isso de isenção. Uma quantia tão pequena, sessenta, setenta, oitenta milhões de

reais, como disse, vamos chamar de um fundo para cultura, incentivo à cultura, o nome que vocês quiserem dar. Mas é importante dar para a indústria nacional a mesma condição do instrumento musical importado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Registro a presença da Sra. Eneida Soller, Diretora da Cooperativa de Música de São Paulo. Concedo a palavra ao Sr. Luis Felipe Radicetti, Músico Compositor e Coordenador do Grupo de Articulação Parlamentar Pró Música, GAP, por 15 minutos.

SR. LUIS FELIPE RADICETTI: Muito obrigado. Bom dia, Srs. Senadores presentes, Sr. Presidente da Mesa, colegas Músicos e colegas representantes da indústria, como está dito, eu represento o Grupo de Articulação Parlamentar Pró Música e que vem, desde abril de 2006, colaborando e participando das atividades aqui convocadas pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social para discussão das questões da música aqui no País.

Então, para a apreciação nessa Audiência Pública do Projeto de Lei 345, eu queria antes de tudo fazer saberem os Srs. Senadores que os Músicos apóiam o Projeto de Lei. Nós expressamos aqui o nosso reconhecimento da importância capital desse instrumento de democratização do acesso ao instrumento musical de excelência, que é a ferramenta básica de trabalho do Músico brasileiro, que ainda hoje, para adquirir esse instrumento, ele enfrenta barreiras na forma de uma penalização tributária, isso dificulta o acesso enormemente. E queremos também demonstrar aos Srs. Senadores que em consonância com a Relatoria do Senador Paulo Paim, gostaríamos de frisar que a música brasileira, para nosso ver, é uma questão estratégica para o Brasil.

Quero citar algumas pesquisas que foram realizadas recentemente, algumas pesquisas que demonstram que o setor da cultura já é responsável em alguns Países por até 7% do Produto Interno Bruto, enquanto no Brasil, apesar de um enorme hiato de políticas públicas para o setor, está em crescimento e no mesmo caminho de outras nações mais desenvolvidas, apontando um potencial de crescimento e participação no PIB significativo. A música, dentro desse setor, é o mais estruturado, constituindo, além de uma grande comunidade de artistas criadores, uma indústria produtiva e de maior participação em valores de arrecadação interna e também na geração de divisas do que todos os outros setores da cultura. Em pesquisa realizada, no final de 2005, pela Agência OGILVY, perguntando ao povo brasileiro do que ele mais se orgulhava, em todas as cidades, classes sociais e faixas etárias, a resposta foi: “a música é o que me dá o orgulho do

Brasil”. Essa foi a opinião de 65% dos entrevistados, ficando o futebol como segundo colocado. Uma pesquisa piloto desenvolvida pelo Grupo de Trabalho de difusão externa, constituído em 2004, para elaboração de propostas para câmaras setoriais do MINC, indica o que nós já intuíamos: a música brasileira é amada em todo o mundo e é percebida como sofisticada e original. Essa pesquisa recebeu questionários de respondentes em 58 Países e possui um anexo com uma compilação de mais de 72 depoimentos de estrangeiros sobre a significação da música brasileira para eles. Esse documento, onde constam mais de 50 gráficos estatísticos, que cobrem todas as áreas da expressão artística da nossa música, a base, a fundamentação de propostas concretas para a difusão da música brasileira no exterior e foi apresentada nos encontros da câmara setorial. Com o fim desses encontros, esse antigo Grupo de Trabalho constituiu um núcleo de pesquisa, atuando independentemente. No conteúdo dessa pesquisa, em nome do núcleo, deste núcleo do qual eu sou o Coordenador, está sendo colocado desde já à disposição dos Srs. Senadores, e aproveito a oportunidade para ao final da minha exposição fazer a entrega de uma cópia impressa desse documento, dessa pesquisa e uma cópia, enfim, ao Sr. Presidente da Mesa também.

Do ponto de vista da imagem do Brasil no exterior, eu também quero citar, lembrar a figura do Barão do Rio Branco, que desde os primórdios desta República tinha a consciência da necessidade do papel das armas simbólicas para a afirmação da identidade de um País e de sua capital participação na construção do ambiente favorável às relações diplomáticas no concerto das Nações. O Brasil é o primeiro País das Américas, incluindo a América do Norte, a produzir música sinfônica. Somos guardiões de um patrimônio cultural histórico ainda por ser redescoberto pelos brasileiros e exportado para o mundo. É a música brasileira, popular e a erudita a nossa maior arma simbólica, a mais estabelecida e aceita e reconhecida, um verdadeiro, importante recurso para a diplomacia brasileira, através do qual o Brasil afirma sua cultura, sua identidade.

Então, para nós, nós voltamos a dizer, a música é uma questão estratégica para o Brasil. Então é oportuna para nós a aprovação desse Projeto de Lei 345, que vem democratizar o acesso à ferramenta de trabalho daquele que é o mais importante elo da cadeia produtiva, o criador, o intérprete, o instrumentista. Na audiência anterior a essa, em que o eixo temático era de fomento, estive nessa Casa e compartilhei aqui com um representante da indústria as necessidades específicas dos Músicos e da importância da aproximação desse setor artístico com a indústria nacional.

O desenvolvimento da indústria nacional é expressivo e tem o nosso reconhecimento. A indústria brasileira já produz instrumentos musicais de qualidade e prova isso através de expressivos números de suas exportações e participação em feiras internacionais. A indústria de instrumentos musicais no Brasil tem um papel fundamental a cumprir hoje e no futuro para difusão da música, para a educação musical e precisa tanto quanto dos músicos de apoio para que cumpra seu papel nesse setor que nós chamamos de estratégico. Tudo isso passa por uma política de fomento da atividade. De dar a essa arma que nós temos, quanto mais possível, recursos, para que se possa atingir a excelência que o potencial da cultura brasileira pode ter.

Então, nós somos testemunhas, por exemplo, de que muitos setores, certamente relevantes, são beneficiados por projetos de renúncia fiscal. Agora, a cultura, com o seu enorme potencial gerador de divisas, destacadamente a música, que é disparado o setor da cultura que mais movimenta o faturamento e tem um potencial de crescimento, necessita urgentemente de desoneração fiscal para o desenvolvimento de sua atividade.

Então eu tenho em mãos: recentemente aqui um Projeto de Lei da Câmara, nº 118, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo, a lei do esporte; tem um Projeto de Lei de conversão, que eu tomei conhecimento, que é sobre incentivos à indústria de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos e semicondutores etc; outro Projeto de Lei da Câmara, nº 124, em que propõe desoneração fiscal sobre o lucro líquido, CSLL, de dispêndios efetivados em projetos de pesquisa científica e tecnológica. Todos esses setores, importantes, com toda certeza. Agora, a música, por que não?

Ressaltamos que há casos específicos, aí sim, em que a indústria nacional ainda não está apta a ocupar os espaços, devido à escolha que o Músico precisa fazer para o instrumento onde ele pode realizar a sua arte plenamente. Os instrumentos musicais de excelência, utilizados por Músicos de performance de excelência, nós incluímos nessa lista as peças constituintes dos instrumentos importados e, diga-se de passagem, instrumentos nacionais que usam peças e insumos que são importados e que são material de manutenção diária dos instrumentos também.

Então, ao expressarmos o nosso apoio a esse Projeto de Lei, nós propomos o encaminhamento de propostas concretas para a instrução desse Projeto de Lei, no sentido de determinarmos também o que nos parece importante, que é determinar o universo de beneficiários, qual é o alcance e desenhar um quadro realista do que seria o impacto social presumido

de uma medida como essa. Para o detalhamento de propostas e a discussão desses assuntos, da música de concerto, ou clássica e da música popular, estão aqui presentes outros dois colegas Músicos e representantes do setor como a Presidente do Sindicato dos Músicos Profissionais do Rio de Janeiro e Violista da Orquestra Sinfônica Brasileira, Débora Cheyne, e o Músico e Compositor Roberto Frejat, da banda Barão Vermelho, que há anos é um artista de destaque no cenário da música brasileira, nós do Grupo de Articulação Parlamentar Pró Música temos tomado parte nas audiências e encaminhando documentos, respaldados, com o apoio de inúmeras entidades do setor, coletados pela difusão de nossas ações, assim como manifestos publicados. Para a audiência de educação musical aqui, nós trouxemos um manifesto com mais de mil assinaturas, essa lista agora ultrapassa as 2.340 assinaturas, assim como o apoio de 61 entidades nacionais e internacionais, incluindo o apoio da indústria nesse projeto que nós tivemos aqui apresentado.

Então, para hoje, para esse apoio que nós estamos encaminhando à Relatoria e ao Projeto de Lei de hoje, os integrantes do Grupo de Articulação Parlamentar, que é um núcleo independente de Músicos, o Sindicato dos Músicos Profissionais do Rio de Janeiro, a ABMI, Associação Brasileira de Música Independente, a Rede Social da Música, o Fórum Paulista Permanente de Músicos, a Associação Carioca de Organistas, o Instituto Integrartes, a Federação Internacional de Músicos, AFIM, o Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado de Sergipe, Sindicato dos Músicos Profissionais de Pernambuco, Sindicato dos Músicos Profissionais do Paraná, Sindicato dos Músicos de Araraquara, Associação de Músicos, Bandas e Agentes de Entretenimento de Macaé, Cooperativa de Músicos de Belo Horizonte, Associação Artística dos Músicos de Minas Gerais, a Filarmonia Brasileira de São Paulo e a cooperativa, também presente, a Cooperativa de Músicos de São Paulo aqui presente conosco.

Eu encerro a minha apresentação, agradecendo ao convite desta Comissão e ratificando a intenção do Núcleo Independente de Músicos e do GAP de conservar e contribuir sempre com a locução construída com essa Casa, eu agradeço a essa Casa que tem respondido nos melhores termos a urgente necessidade de tratar a questão da música como estratégica para o Brasil. Vamos pôr a música na pauta do País. Muito obrigado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu só queria confirmar se o Sr. Luis Felipe confirma que os construtores apóiam esse movimento.

SR. LUIS FELIPE RADICETTI: Da educação musical? Sim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, esse Projeto. A indústria nacional apóia esse Projeto?

SR. LUIS FELIPE RADICETTI: De educação musical? Eu me referi à educação musical naquele momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Acontece que o Alberto tem posição diferente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Vamos deixar o debate para daqui a pouco, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Se V.Ex^a concordar, só para dizer que o Projeto em si, há uma Relatório, mas há algumas coisas que foram “bypassadas”, que é o instrumento musical para o Músico para a educação e não fabricados no País, e dá o mesmo direito à indústria de importar componentes para a fabricação de produtos de qualidade. Porque eu vou numa loja na tríplice fronteira, tem 10 lojas musicais que todo mundo vai comprar instrumentos lá. Então esse é um objetivo de melhorar a condição econômica da indústria e dos Musicistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): O senhor concluiu, Sr. Luis Felipe?

SR. LUIS FELIPE RADICETTI: Gostaria de encaminhar ao senhor, Presidente da Mesa, o documento que foi elaborado pelo GAP.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Vou distribuir cópia dos documentos encaminhados aos Srs. e Sras. Senadoras. Eu concedo a palavra, por 15 minutos, ao Músico e Compositor Roberto Frejat.

SR. ROBERTO FREJAT: Bom dia, Senadores, bom dia a todos os presentes. Eu fui convidado a participar, porque, de uma certa maneira, eu tenho uma vivência de 25 anos trabalhando dentro desse universo de música popular e na verdade eu acompanho as transformações que esse mercado vem passando. Quando eu comecei a tocar, 25 anos atrás, a gente, quando estava querendo um instrumento estrangeiro, ou um instrumento de qualidade no Brasil era praticamente quase visto como um cúmplice de contrabando, porque era praticamente impossível ter um instrumento de boa qualidade que não fosse importado. Eu acho que hoje a gente tem um caminho grande que foi percorrido pela indústria nacional, que temos instrumentos com um determinado padrão, mas eu acho

que o Projeto, esse Projeto ele atende a necessidade que o Músico brasileiro realmente tem de instrumentos de excelência, instrumentos que a indústria brasileira não é capaz de produzir. Agora, eu acho que dentro dessa Mesa aqui foram tocados vários assuntos que eu acho bastante importantes. Acho que um grande estímulo realmente à educação musical nas escolas é uma coisa muito importante e essencial, talvez a mais importante para que a gente tenha um crescimento da nossa produção cultural e a melhora dela.

Mas eu acho que não é disso que a gente está tratando aqui exatamente hoje, da educação musical nas escolas, a gente está tratando é da comercialização de instrumentos musicais. E a comercialização dos instrumentos musicais, como o meu querido Alberto colocou, ela tem, vamos dizer, essa competitividade, ou essa competição entre os produtos nacionais e os importados. E eu vejo que a questão é bastante complexa, porque, pelo Projeto que a gente tem agora em mãos, um grupo de Músicos vai ser realmente beneficiado, e é um grupo expressivo dentro do das pessoas que fazem música popular hoje. Porque a gente vai ter acesso a instrumentos de alta qualidade, com isenção de tributação. E isso realmente coloca eles num preço bastante razoável para o acesso.

Agora, eu acho que o Alberto colocou uma questão bastante interessante, o instrumento brasileiro ele tem algumas dificuldades para chegar a esse padrão de qualidade, eu aqui estou falando em termos de música popular, eu acho que o instrumento orquestral ele está completamente incluído, ele está perfeitamente atendido dentro desse Projeto. Ele realmente é um instrumento que tem um custo muito alto e ele está perfeitamente atendido. Para o instrumento de música popular eu acho que é um pouco mais complexa a atuação. Porque a gente tem produtos nacionais que sofrem de uma concorrência desleal, porque eles também poderiam estar usando de partes, componentes, matéria-prima importada para ter uma melhora da qualidade e da oferta do seu instrumento e eles não têm essa isenção. Então eles seriam beneficiados.

Por outro lado, nós temos também não só a questão da matéria-prima, mas a nossa alta carga tributária de funcionamento de uma empresa no Brasil que dificulta muito a competição com os concorrentes estrangeiros.

Então, eu acho que a gente tem que, no momento que a gente está atendendo a essa questão da tributação do instrumento importado, a gente tem que pensar aqui se talvez essa tributação também não deva recair sobre os custos de produção dos produtos nacionais, para que eles estejam de pé de igualdade para disputar em todos os níveis. Ou seja, zera-se o jogo. Estar

todo mundo de igual para igual. E, como o nosso companheiro aqui colocou, me parece que o custo disso para a arrecadação é muito pequeno. E não deixa de ser efetivamente um incentivo à cultura, sim, porque eu acho que ele é bastante abrangente no sentido de dar até um espectro maior de instrumentos e num custo mais amplo do que só um instrumento de excelência. Eu acho que seria bastante saudável para o mercado. Agora, não posso deixar de apoiar o Projeto, acho que o Projeto ele atende ao Músico de orquestra, atende ao Músico de excelência, que busca um instrumento de excelência dentro da música popular, mas eu acho que ele pode realmente ser expandido para um atendimento geral da indústria nacional também e colocar a gente... Acho que a indústria brasileira tem tradição, ela tem capacidade de realizar instrumentos com essa liberdade de mercado, de poder trazer matérias-primas, maquinário e ter produtos realmente competitivos, mas acho que a gente deveria ter realmente um contado maior com a Receita no sentido de mostrar para eles que essa possível “perda”, entre aspas, de arrecadação, no que ela traz de volta em termos de produção cultural é muito superior. E eu acho que não preciso me estender muito mais sobre o assunto, não, porque acho que o que já foi dito aqui basta. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Obrigado. Concedo a palavra, por 15 minutos, ao Sr. Nelson Eduardo Visconti Weingrill, Diretor Superintendente da WERIL Instrumentos Musicais.

SR. NELSON EDUARDO VISCONTI WEINGRILL: Bom dia, Srs. Senadores, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui presente nesse debate tão importante pela... Investimentos na cultura. Investimentos na música. Eu entendi que a preocupação dos Senadores é a respeito da renúncia fiscal. Mas todo mundo que trabalha com música não perde a oportunidade de falar sobre a educação musical e a sua importância para a formação do povo brasileiro. E eu não sou uma exceção. Gostaria de ressaltar, mais uma vez, de que a música a gente pode dividir em duas partes: o entretenimento, que é a parte que aparece da música, que é o que aparece na grande mídia, e a sua fundamentação mais importante, que é a educação musical e que nós que vivemos do comércio de instrumentos musicais, que convivemos com esse comércio, sabemos que é uma parte muito maior do que o que aparece na mídia.

Entendemos também que a educação musical é tão importante quanto a matemática e o ensino da língua. A educação musical é principalmente a educação do sentido da audição e também o exercício mental de comunicação.

E, como todos já fizeram também, ressaltar a importância de isso ser encarado mais seriamente nas políticas públicas ou, diria, com mais afinco de realmente implantar o ensino musical no currículo obrigatório do ensino brasileiro como uma forma de melhorar o acesso, ou melhor, melhorar realmente a educação como um todo. Eu posso citar um exemplo muito importante de um estudo científico que é feito há muitos anos nos Estados Unidos de que crianças que têm educação musical têm notas melhores. E essa semana li na Folha de São Paulo que crianças que têm acesso ao computador não têm nenhuma melhoria significativa no seu desempenho escolar. Isso por si só já justificaria essa preocupação com o ensino musical.

Agora, a música é uma questão de experiência. As crianças têm que ter o direito a experimentar a música, porque é daí que nascem os grandes artistas. É daí que vão nascer as pessoas que vão continuar tocando a nossa grande herança cultural, que é a música brasileira e que é considerada por todos como a melhor música do mundo, de maior variedade de ritmos, de maior variedade de temas e de uma sofisticação harmônica e melódica sem par.

Negligenciar essa educação é deixar a nossa população à mercê de culturais estrangeiras, com maior poder de divulgação e de penetração. Portanto, essa responsabilidade de todos nós brasileiros de preservar esse patrimônio cultural que nós herdamos é fundamental lembrar a participação e a instituição da educação musical no ensino obrigatório e no currículo obrigatório fundamental.

Falando de indústria brasileira, a indústria brasileira de instrumentos musicais é uma das mais completas do mundo. Nós fabricamos no Brasil pianos, instrumentos de sopro, instrumentos de percussão, instrumentos de corda, amplificadores e também é um grande produtor de bens culturais. Os instrumentos musicais, encaramos que são os bens culturais, são os meios pelos quais as pessoas aprendem a música e pelos quais se divulga a música e se pratica a música. Os fabricantes também, podemos dizer que são os guardiões da arte de projetar e fabricar instrumentos musicais. É também uma escola, porque o artesão de instrumentos musicais não aprende isso fora da indústria. Não existe preparo de mão-de-obra por parte de outras entidades.

E também, como nós fazemos o nosso marketing? O nosso marketing é todo feito em cima da educação musical, em cima da divulgação cultural. É praticamente a empresa de carros que também tem que fazer as estradas. Se não incentivarmos essa prática, não temos consumidores. Uma experiência muito interessante que fizemos foi divulgar a música brasileira no exterior como

forma de divulgar os nossos instrumentos fabricados aqui. Falando especificamente da WERIL, A WERIL é uma indústria que tem quase cem anos - e eu pedi para distribuir um material a respeito da empresa e, brevemente, o que nós fabricamos - e temos na nossa estratégia e na nossa linha principal de produtos os instrumentos de sopro. Nosso principal legado para a cultura brasileira são as bandas, que estão presentes em todo o Brasil. Nosso entendimento é de que o ensino musical tem que ser feito coletivamente, e a banda é um dos melhores instrumentos que se faz. E, em alguns casos, é a única forma em que os brasileiros têm acesso à música ao vivo. Em muitos lugares. E é disseminada no Brasil inteiro.

A indústria brasileira hoje passa por maus bocados. Como principal fonte desses problemas são as mudanças recentes na economia mundial e que refletem na economia brasileira com uma queda do dólar perante a nossa moeda, em que os custos de produção são ligados à inflação, que é sempre crescente, embora muito menor do que já vimos, porém os custos de materiais importados são ligados ao dólar e que é decrescente nos últimos três ou quatro anos.

Então isso já cria um gap(F) do que era de igual competição três anos atrás, hoje já tem uma diferença, por conta da correção monetária e por conta da taxa do dólar, de aproximadamente 30%. A indústria brasileira, como um guardião da cultura, como instrumento da cultura deveria ser incentivada. Ela deveria, e ela é tratada simplesmente como mais uma indústria manufatureira. A única coisa que existe é a alíquota de Imposto de Produtos Industrializados, o IPI é zero. Não foi isento, isso foi nos anos 70 que aconteceu, não foi isentado, mas é zero. A isenção da alíquota do IPI possibilitaria também pleitear a isenção da alíquota de ICMS.

Portanto, falando especificamente desse Projeto de alíquotas de importação, a indústria vai ser penalizada, simplesmente com essa redução de alíquotas de importação e de outras taxas da importação. Porém, o que nós vemos, como falou o meu companheiro Frejat, é que a indústria nacional pode caminhar junto com os Músicos e com as entidades que pleiteiam essa redução de alíquota de importação também tendo o mesmo tratamento, redução de carga tributária da indústria brasileira. Isso significaria o quê? Significaria um maior investimento no acesso à cultura e no acesso à educação musical, que nós vemos como de grande importância. A princípio, sou a favor. Mas, no fim, eu preciso pedir uma equiparação para a indústria nacional também.

É isso daí, e eu acho que juntando os nossos esforços podemos chegar nesse consenso e colocar

isso para frente, porque eu acho que é uma atitude muito importante, um incentivo muito importante para a educação do nosso povo. Era isso que eu tinha a dizer. Obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Nós é que agradecemos. Concedemos a palavra à Sra. Déborah Cheyne Prates, Presidente do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, SINDMUSI e Violista da Orquestra Sinfônica Brasileira, pelo prazo de 15 minutos.

SRA. DÉBORAH CHEYNE PRATES: Sr. Presidente da Mesa, prezados Senadores, companheiros de Mesa, senhoras e senhores, bom dia. Quero agradecer ao convite da Comissão de Educação e espero corresponder àqueles que represento na missão de defender e apoiar o Projeto de Lei 345. A criação de um PL como este revela a sensibilidade de seus autores, de seu Relator e aqueles que o apóiam, pois visa ao estímulo de uma atividade que mobiliza um número talvez de pouca visibilidade, mas nada insignificante de profissionais. Minha tarefa aqui é trazer dados que justifiquem a tramitação positiva deste Projeto de Lei, mas não posso ficar de fora ao reforçar que realmente a educação musical vai incentivar e estimular a atividade musical e também o mercado que acompanha tudo isso.

O Brasil possui um número relativamente pequeno de orquestras sinfônicas profissionais de atuação relevante, e menor ainda de bandas sinfônicas profissionais em relação ao tamanho do País e, principalmente, à sua capacidade e talento de produção musical.

Muitos são os fatores que provam a dificuldade desse segmento da música em prosperar e alcançar seu espaço merecido e desejado. Para alcançar um resultado profissional e de excelência e até mesmo competitivo no exterior, uma orquestra depende de elementos desde os mais básicos aos mais complexos.

Aqui estamos para ponderar sobre um elemento básico e indispensável para a consolidação de um trabalho de nível profissional e primazia, os instrumentos musicais, a matéria básica da atividade musical.

O Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro realizou nessas duas últimas semanas uma pesquisa em três das principais orquestras do Rio de Janeiro e outras duas de outros Estados, Paraná e Minas Gerais. Conforme pesquisa, comprovou-se 100% dos instrumentos de sopro, que são os de metais e madeiras, são importados, são as flautas, oboés, fagotes, contra-fagote, clarineta, trombone, trompete, tuba, trompa, talvez tenha deixado algum de fora, mas 100% importados. 100% dos acessórios utilizados para a manutenção e utilização desses instrumentos são importados, bocais, óleos, cremes para os pistons, surdina, boquilha, bar-

rilhetes, as canas para fazer a palheta, o material para se transformar essa cana em palheta e muitos outros acessórios que são específicos e esporádicos.

Ao perguntar para esses instrumentistas se apesar de serem importados os instrumentos e os acessórios se é possível comprar em lojas do ramo no Brasil, a resposta foi unânime: “Não”. Pois, quando encontram, é caro, o que torna a utilização diária de tais apetrechos inviável. Perguntou-se, então: “Como os adquirem?” Em viagens ao exterior e por encomendas via internet, o que muitas vezes acarreta o pagamento de uma taxa de importação excessivamente alta para produtos que o Brasil sequer produz; dos instrumentos de cordas, violinos, violas, violoncelos e contrabaixos, 75% dos instrumentos são importados, 25% de fabricação nacional; os acessórios, corda, resina, cavalete, crina, suporte são coisas muito simples, mas que exigem tecnologia. Eu, por acaso, trouxe cordas; cavalete é um pedacinho de madeira; uma surdina, um pedacinho de borracha; um batonzinho para cravelha; um suporte, que a gente usa aqui... Tudo importado. E você encontra nas lojas, às vezes, você não encontra opções de marcas, muitas vezes quando é obrigado a comprar aqui no Brasil você é obrigado a levar a marca que existe, que eles te oferecem, quando encontra, porque eu estou falando de lojas do ramo em grandes capitais, em cidades menores não se encontra nada.

Então, vamos falar um pouco sobre esse 25% de produção nacional dos instrumentos de cordas. Temos hoje no Brasil um número significativo de *Luthiers*, que são os artesãos que constroem instrumentos de cordas de qualidade e cada vez mais competitivos no mercado externo. Esses *Luthiers* produzem com qualidade por uma única razão: talento. No Brasil não existe escola, nem mesmo tradição para a construção desses instrumentos. Vale sublinhar que apesar de se tratar de uma indústria artesã, manual nacional, esses instrumentos construídos aqui no Brasil utilizam 100% de matéria-prima importada, desde a madeira até a ferramenta, o canivete, para se construir o instrumento. Já os arcos, por incrível que pareça, a matéria-prima utilizada no mundo inteiro é o pau-brasil. E só o Brasil quem possui o pau-brasil. E só o Brasil quem exporta, é lógico. Depois, a gente compra o arco importado. Mas feito com matéria-prima brasileira. Existe no Espírito Santo uma reserva dessa árvore apenas para este fim, construção de arcos. Por essa razão, a gente tem no Espírito Santo uma escola de artesãos que fazem arcos, constroem arcos, mas que ainda deixa a desejar a qualidade para a utilização de profissional. Funciona muito bem para estudantes.

Os instrumentos de percussão, vamos lá para trás da orquestra, para o fundo, o Brasil possui uma

farta indústria de uma quantidade sem fim de instrumentos de percussão, mas aqueles utilizados especificamente em orquestras e bandas sinfônicas profissionais são, na sua maioria esmagadora, importados. Tímpanos, bombo sinfônico, vibrafone, xilofone, caixa, uma simples caixa, prato, o triângulo, o pandeiro estilo sinfônico, 100% importados. Os instrumentos, claro, tipicamente brasileiros, são consumidos e feitos aqui no Brasil mesmo.

Então, vamos falar um pouco de cifra, para a gente assustar um pouquinho, ver o que é que significam esses instrumentos. Um fagote de nível profissional, o preço dele varia de quinze a trinta e seis mil euros, dependendo da fábrica e do modelo; um contra-fagote, que é um instrumento raro, ele pode custar até sessenta mil euros. Se a gente colocar a taxa de importação em cima é um “tiro na cabeça”; um jogo de tímpanos pode custar a partir de quarenta mil dólares. E existem outros instrumentos, vários outros que dividem também essa faixa de preço. A gente está falando da celesta, harpa, piano, órgão, são vários instrumentos que têm esse valor realmente de dezenas de dólares ou euros.

Na pesquisa que a gente realizou, o valor mais baixo encontrado de instrumento, sempre importado, foi particularmente o trompete, que custa na faixa de três mil dólares. Encerrando a pesquisa, perguntamos ao Músico: “Acredita que o Brasil pode, ou poderia fabricar aquilo que é necessário para que você cumpra o seu trabalho de maneira como lhe é exigido?” O comentário geral é: A indústria nacional progrediu muito nos últimos anos e atende bem à demanda de escolas, bandas e até mesmo de orquestras jovens e amadoras e, para essa demanda específica de Músicos profissionais e sinfônicos, e vamos incluir aí também os Solistas, que não são necessariamente Músicos vinculados a orquestras, Solistas são profissionais raros e ainda mais exigentes, a indústria não atingiu a qualidade necessária e, para tanto, requer pesquisa, tecnologia, mão-de-obra ainda mais especializada e incentivo para tais objetivos. Isso é uma observação de todos os Músicos pesquisados.

Antes de concluir e trazer alguma proposta, eu gostaria de, como representante da categoria de Músicos profissionais, assegurar que é desejo de todo e qualquer profissional ter acesso à aquisição de instrumentos e acessórios sem ter a necessidade de importá-los. Porque a gente quer comprar aqui, na esquina de casa. É desejo de todos que a indústria nacional supra nossas demandas, mas, enquanto não alcança a qualidade indispensável e até mesmo passe a fabricar aquilo que não se fabrica, alguns instrumentos e muitos acessórios, trago aqui nosso total apoio ao PL 345.

Estamos nos referindo a um mercado pequeno, que não afeta de maneira alguma a indústria nacional, já que essa produz, exporta e vende em número crescente, e aqui falamos de consumidores que confirmaram adquirir 100% de instrumentos e acessórios importados e relatam que atualmente o mercado nacional não oferece a qualidade nacional. E ele vai continuar, infelizmente, consumindo seu instrumento e seu acessório lá fora. Porque seu trabalho exige isso.

Esses consumidores já enfrentam uma série de dificuldades na sua atividade. E o recolhimento de até 60% de taxas de importação, diferente do que consta aqui no parecer, sobre o material que lhe é necessário no dia-a-dia, essa taxa é excessiva e não condiz com as condições de um trabalhador da cultura. Propomos a aprovação deste PL, beneficiando ao Músico comprovadamente profissional, para adquirir o seu instrumento importado com alíquota zero, para valores excedentes de mil e quinhentos dólares, e alíquota zero para a importação de partes, acessórios e insumos, sem limites mínimos. Garante-se, dessa forma, o recolhimento de impostos de instrumentos importados de qualidade duvidosa, como alguns que vêm da China, são muito baratos e esses, sim, ameaçam a indústria nacional. Deve-se também assegurar a isenção de impostos na importação de matéria-prima, insumos para a construção de instrumentos no Brasil, estimulando dessa forma a produção nacional, seja em larga ou pequena escala. E eu não encontro onde eu agradeço. Mas é por aí. E eu agradeço muito. Espero que a sensibilidade de se criar um Projeto como esse termine com a sensibilidade em se aprovar um Projeto como esse. Muito obrigada e um bom dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): O Sr. Alberto Bertolazzi solicita a palavra, para fazer um esclarecimento acerca das madeiras que são utilizadas para a produção dos instrumentos musicais e eu lhe concedo a palavra.

SR. ALBERTO BERTOLAZZI: Muito obrigado. Eu quero, antes de mais nada, reafirmar a posição minha e da ANAFIM, que não temos nada contra, pelo contrário, nós apoiamos o Projeto no que se refere a instrumentos musicais de qualidade para atender as necessidades de orquestras sinfônicas como a nossa Déborah salientou, oboés e outros instrumentos que, inclusive pela pouca procura, quantas sinfônicas nós temos no Brasil, que não teria cabimento montar uma indústria aqui no Brasil de oboés e ou outros instrumentos similares.

Com referência à madeira, só gostaria de fazer uma menção. Desenvolvemos, nós da ANAFIM particularmente e da HERING, desenvolvemos um trabalho com o IBAMA, com o laboratório do IBAMA, que inclu-

sive está à disposição na internet, um Projeto muito bom onde pegamos as melhores madeiras usadas em instrumentos musicais no exterior, tanto para violino como para celos, para guitarras, para violões e, evidentemente, com a vasta quantidade de madeiras que nós temos no Brasil seria um absurdo dizer que nós não temos uma madeira igual, eu diria melhor em muitos casos do que os utilizados no exterior. O que acontece em muitos casos é que se criou um modismo, um parâmetro. Quando o Sr. Leo Fender inventou há guitarra 50 anos atrás, 60 anos atrás, ele usou a madeira que tinha à disposição no Canadá, nos Estados Unidos, que é o [inaudível], enfim, madeiras da região. Por esse trabalho que foi feito pelo IBAMA é fácil constatar que nós temos madeiras melhores, ou iguais pelo menos, e digo mais, a ANAFIM está trabalhando num Projeto para incentivar o uso da madeira certificada para a confecção de instrumentos musicais, coisa que somos, digamos, somos pioneiros em diversas feiras mundiais como NAM(F), em janeiro desse ano e do ano passado, em Frankfurt, da *Music* [inaudível], a posição da ANAFIM e, particularmente, da HERING tem sido levantar essa bandeira para uso de madeira certificada. Ou seja, as nossas madeiras são muito boas e, em muitos casos, melhores até que as utilizados por fabricantes do exterior e estamos numa campanha mundial para utilizarmos madeira certificada, que seria alguma coisa eventualmente que poderia ser até anexada nesse Projeto, a obrigatoriedade desses instrumentos que vêm de fora, de madeira, serem de madeira certificada, assim como o pessoal lá de fora exige que o Brasil mostre que os nossos instrumentos musicais, quando são exportados, como o caso do arco do violino, que a Déborah estava comentando, tem que ser provado que esse pau-brasil utilizado para a confecção do arco do violino não está devastando a Floresta Amazônica. Então acho que deveria ser tudo dentro daquele princípio da igualdade, e deveria ser utilizado esse critério também.

Só quero dizer para a Déborah uma última coisa, rapidamente. A HERING está trabalhando particularmente com o Maestro João Carlos Martins, que, como vocês todos devem saber, hoje em dia, por razões de saúde, não é mais Pianista, não toca mais piano, é um Maestro, e estamos desenvolvendo um projeto muito bonito com o João Carlos Martins, para a confecção de todos os instrumentos de corda, das Bachianas dele com madeiras certificadas do Amazonas. Existem madeiras, sim, brasileiras e certificadas para a confecção de instrumentos de corda para orquestra sinfônica, esse Projeto do João Carlos Martins chama-se *Amazon Forever* e a idéia é as Bachianas, a orquestra dele virar

o mundo todo para divulgar a idéia da certificação das madeiras brasileiras. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Concedo a palavra à Sra. Déborah Cheyne Prates.

SRA. DÉBORAH CHEYNE PRATES: Eu queria só deixar claro, quando eu falo de madeira importada eu estou falando que é aquela utilizada para a confecção de instrumento de cordas, não guitarra, não baixo elétrico, porque sei que essa indústria, esses instrumentos utilizam realmente madeira nacional e que já é comprovado que é melhor que muitas outras madeiras por aí afora. O instrumento que eu falo que utiliza matéria-prima 100% importada é esse instrumento que atende a essa faixa de profissionais. Existem, sim, alguns *Luthiers* que experimentam e continuam experimentando madeira nacional, mas não conseguiram atingir essa qualidade, porque a madeira nacional até agora não conseguiu atender a essa demanda. Por isso, importa-se, e importa-se madeira comprovadamente que também é certificada. Hoje em dia, essa madeira vem da Europa e vem de reservas especificamente para esse tipo de construção. É só.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Concedo a palavra, já para fazer perguntas, ao autor do Requerimento e Relator do Projeto, Senador Paulo Paim.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Já inscrevi V.Ex^a. Só para fazer um esclarecimento, Senador Paulo Paim, nós vamos dar inicialmente a palavra a três Senadores, para as perguntas, voltamos para as respostas e, em seguida, para mais três Senadores. Se V.Ex^a. concordar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, eu concordo e eu espero que possa ajudar, e eu espero que possa participar. Porque às 11h30 está marcada a reunião da Comissão do Meio Ambiente, que eu presido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Então, se V.Ex^a. concordar, o Senador, embora seja uma inversão regimental, e nesse caso nós precisamos da aquiescência do Senador Paulo Paim. Como o Senador Leomar Quintanilha vai presidir a Comissão do Meio Ambiente, se V.Ex^a. concordar, nós daremos a ele primeiro a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, como Relator, eu protesto, de forma muito dura, mas agradeço a V.Ex^a. e permito [risos] ao Quintanilha [risos], é só para descontrair, claro, e com alegria enorme, Sr. Presidente, ao Senador Quintanilha. Desculpa a brincadeira, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Que é isso.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Olha, é um homem que tem um erro de português no nome, eu digo, não é Paulo Paim, é Paulo "Painho". Não é [risos] verdade?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Isso aí tem uma baianidade no meio.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Exatamente.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): "Painho". Aí tem baianidade no meio.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Concedo a palavra a V.Ex^a.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Paim, obrigado pela deferência em permitir que eu possa participar dessa discussão ainda que rapidamente. Mas eu gostaria de cumprimentar os ilustres convidados numa Audiência Pública muito rica e muito interessante, onde nós estamos discutindo com especialistas da música brasileira uma questão fundamental que é relacionada ao uso dos instrumentos musicais e, sobretudo, sobre a sua importação. A música brasileira, o Músico brasileiro merecem de mim um respeito e uma admiração muito especial. E é lamentável que nem só o tempo e nem o ambiente vão nos permitir, já que temos aqui um Músico e uma Violista, ter uma canjinha, ter uma oportunidade de ouvir a expressão do seu talento. E que bom que o talento não se restringe à musicalidade. Está aqui hoje no foro adequado, que é o Congresso Nacional, discutindo questões que envolvem todos os Músicos brasileiros, sobretudo, aqueles que procuram se esmerar e crescer na sua profissão. E eu confesso que ainda não tinha me aprofundado no exame da matéria, mas ouvi, e de forma muito clara, e me preocupou essa questão relacionada à redução das alíquotas de importação, preocupado exatamente com a sobrevivência da indústria nacional. Eu percebi, e o Sr. Alberto, que representa um segmento da indústria, manifesta-se favorável ao Projeto, coloca algumas ressalvas, e o Sr. Nelson, de forma mais enfática, revela a sua preocupação com a redução da alíquota do imposto de importação, o que vai efetivamente dificultar a competitividade do instrumento brasileiro. Mas questiona-se muito aqui a qualidade do instrumento brasileiro. Quando se percebe essa qualidade, e o Músico, principalmente, que busca algo melhor, normalmente ocorre com um Músico que atingiu também um estágio especial, que fugiu da vala comum no desenvolvimento da sua profissão e que busca efetivamente um instrumento de melhor

qualidade. E eu não sei, porque a lei não vai ter como estabelecer um instrumento de identificação, o que é instrumento musical de boa, média ou ruim qualidade. Isso haverá uma dificuldade em, de forma rasa, nós concedermos a isenção do imposto, permitirmos que a indústria de má qualidade de outros Países ou, não digo de má qualidade, mas que não tenha a excelência em qualidade de outros Países possa efetivamente então estar entrando de forma mais volumosa no mercado brasileiro, e aí, sim, inviabilizando o desenvolvimento da indústria de música no País. Aliás, eu confesso a minha ignorância e vejo com tristeza as afirmações da Sra. Déborah que muitos dos instrumentos utilizados aqui, dos mais triviais, dos mais comuns, dos mais simples não são produzidos no Brasil. Eu não sei se é a demanda que é pequena, eu não sei se o mercado não estimulou essa produção, a industrialização, o fabrico aqui no País. O fato é que essa preocupação se soma ao fato de nós ainda facilitarmos a importação, permitirmos que um número maior, mais volumoso de instrumentos de baixa qualidade venham inibir ainda mais a indústria brasileira. Eu confesso que ainda não tenho opinião formada a respeito. Eu gostaria de ouvir mais e gostaria de estudar mais o Projeto para emitir minha opinião, Sr. Presidente. Eram as considerações que preliminares que eu gostaria de expender nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): V.Ex^a. queria ouvir a opinião do Sr. Alberto Bertolazzi e do Nelson Eduardo Weingrill, se entendi bem?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sobretudo, dos dois que representam aqui a indústria brasileira.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, se me permitir, as minhas perguntas são muito diretas e vão na mesma linha. Porque aí poderiam responder junto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Concedo a palavra a V.Ex^a.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E prometo, Senador Quintanilha, que serão no máximo dois minutos de pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Mas antes, só para registrar a presença do nosso Presidente Cristovam Buarque e dizer que continuo na Presidência por concessão dele. E considero visita honrosa a esta Comissão a presença aqui do Sr. Antônio Russo, suplente da Senadora Marisa, do Mato Grosso do Sul. Bem-vindo. Concedo a palavra a V.Ex^a.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador DEMOSTENES TORRES, Senador Cristovam, Presidente

da Comissão, que chega nesse momento e que é um dos autores do Projeto, convidados e convidadas. Eu confesso que quando me pediram para relatar esse Projeto - o Projeto foi construído na própria Subcomissão, então é assinado por uma série de Senadores - o que passaram para mim como Relator da matéria é que era um Projeto de entendimento com todos os setores envolvidos, tanto da indústria quanto Músicos, compositores. Ora, quando eu recebo um Projeto com essa unanimidade, faço o Relatório com a maior tranquilidade. E tanto que não houve nenhuma Emenda. Não foi o que percebi aqui. Para mim é importantíssimo que eu fique aqui sabendo se efetivamente esse Projeto, nos moldes em que foi apresentado e que eu estou dando o Relatório favorável tem o apoio inclusive da indústria nacional. Por quê? Todos aqui sabem da nossa caminhada como defensor intransigente dos direitos dos trabalhadores, mas também da indústria nacional, porque sem a indústria não tem trabalhador e sem trabalhador não tem indústria. Serei sempre um defensor da indústria nacional. Como qualquer brasileiro o faz.

Bom, não sou nada contra investimentos de multinacionais, mas, para mim, o interesse nacional está em primeiro lugar. Pois faremos um outro debate. É devido a isso que eu fiquei um pouco preocupado. Nós temos hoje à tarde uma reunião lá na Receita Federal, e sabemos da resistência da Receita Federal, já conversei com eles, há uma resistência ao Projeto e será muito difícil caminharmos na Receita Federal para que esse Projeto efetivamente possa ser aprovado na Câmara e no Senado e não ter veto se não demonstrarmos um entendimento entre os profissionais, que fizeram aqui a bela defesa da sua posição, e da indústria nacional.

Então, a pergunta que eu faço e de forma direta, e aqui eu já encerro, há possibilidade de construirmos efetivamente esse entendimento que não traga prejuízo? Porque nós todos aqui não queremos prejuízo para a indústria nacional, e sem tirar o direito dos profissionais poderem comprar os produtos que não são fabricados aqui, efetivamente não são, e que tenha que então buscar no exterior.

Então, essa é a pergunta que, para mim, tem que ficar muito clara, porque isso vai embasar o debate que faremos, com certeza, hoje à tarde lá na Receita Federal. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Se bem entendi, Senador Paulo Paim, pela exposição feita, há consenso em duas situações, instrumentos não produzidos no Brasil e instrumentos musicais de excelência. E nos demais, se tiver alguma forma de tratamento... Acho que essa é

a questão que deve ser submetida. E as duas outras questões me parecem que são matérias consensuais aqui. Mas eu concedo a palavra, inicialmente, ao Sr. Alberto Bertolazzi, para responder.

SR. ALBERTO BERTOLAZZI: Senador, realmente colocando mais uma vez a posição da indústria nacional, não temos nada contra, entendemos perfeitamente a necessidade de um Músico, de um erudito de ter acesso a instrumentos musicais de qualidade, ou às vezes, pela falta de demanda é que não são fabricados no Brasil, como é o caso do oboé, por exemplo, harpas e outros instrumentos musicais, que... Quantas sinfônicas nós temos no Brasil para comprar esse tipo de instrumento musical? A não ser que se faça alguma coisa, como citei um exemplo, a China, que criou uma escola, ou seja, criou uma obrigatoriedade de estudar música nas escolas e não escolheu a flauta doce ou essa flauta germânica usada no mundo todo, escolheu o violino. Por quê? Porque assim, além de desenvolver o lado cultural nas escolas, inserir a música no contexto está criando mão-de-obra, porque o violino realmente é um instrumento musical que necessita de muita mão-de-obra, a não ser que a gente faça isso, como eu disse, a importação desses instrumentos musicais é extremamente necessária. Não temos nada contra. Temos contra, sim, a importação do instrumento musical de baixa qualidade, que também é contemplado por esse Projeto, instrumentos musicais que, eu diria, em muitos casos até vêm a estragar, se o nosso Músico aqui me permite usar essa expressão, o ouvido de uma criança. O nosso Músico aqui, o Frejat sabe que existe uma invasão de violões, guitarras e outros musiquentos que não seguram a afinação, entortam o braço, descolam a ponte depois de seis meses, até brincam, o pessoal brinca no mercado que tem violão aí que depois de seis meses vira arco e flecha, porque o braço dobra e com as cordas dá para brincar de arco e flecha. E nesse Projeto de Lei estamos contemplando esses instrumentos também, que realmente é um dano, tanto cultural, porque não acrescenta nada, pelo contrário, estraga o ouvido musical de uma criança que vai tentar aprender música num instrumento musical não adequado e vai acabar com a indústria nacional e isso nós temos que ter consciência disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Com a palavra o Sr. Nelson Eduardo.

SR. NELSON EDUARDO VISCONTIWEINGRILL: Respondendo objetivamente à pergunta do Senador Paulo Paim, a resposta é não, se a indústria apóia o Projeto de Lei na forma que ele está, que diz aqui que isenção de imposto de importação de instrumentos musicais constante no Capítulo 92. Isso abrange todos

os instrumentos musicais. Não tem distinção. Quase nem de diferentes famílias de instrumentos musicais. Então nessa classificação não existe distinção entre os instrumentos de orquestra ou instrumentos de baixa qualidade ou de má qualidade. A ameaça à indústria nacional é muito grande, é uma indústria que tem um emprego intensivo de mão-de-obra, um instrumento musical ele não pode ser reprojetoado para ser fabricado por máquinas, porque existem duas restrições fundamentais, uma é a acústica e a outra é a anatomia humana. Então o instrumento musical vai ser feito com poucas alterações tecnológicas de facilidade de fabricação, mas metade do custo dele ainda é mão-de-obra. Ele é uma indústria intensivamente mão-de-obra e que é treinada dentro da indústria, como eu falei. Então, especificamente, o temor de extinção da indústria é muito grande. As empresas não vão deixar de existir, mas a fabricação e a arte de fabricar instrumentos musicais estão ameaçadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Frejat também disse sobre que era favorável não só aos instrumentos de excelência, mas outros de qualidade. Poderia?

SR. ROBERTO FREJAT: Na verdade, o que eu percebi é que eu, como havia falado antes, acho que o Projeto atende perfeitamente ao Músico de orquestra e ao Músico que busca um instrumento de excelência e que muitas vezes não é encontrado no Brasil. E o que eu acho que a gente tem que pensar aqui em questão... A grande questão é a seguinte: se a gente tem uma liberação de imposto para a aquisição de instrumentos importados e a gente não tem uma contrapartida para a indústria nacional, a gente coloca num nível de instrumento que não é efetivamente o que estava no objetivo do Projeto, que eram o Músico de orquestra e o Músico de excelência, a gente coloca a indústria nacional numa situação difícil. Agora, realmente, para o Músico de orquestra e para o Músico que busca um instrumento que está ali naquela faixa de custo de mil e quinhentos dólares, que é, vamos dizer, é uma elite de Músicos, está atendido. Agora, eu me pergunto se a gente não pode trazer esse tipo de liberação, de isenção para a indústria nacional com os encargos que ela tem e colocar todo mundo em pé de igualdade. Essa é a minha pergunta, esse é o meu questionamento aqui. Porque aí eu acho que realmente é como está zerado o jogo. E eu acho que a indústria brasileira, que é uma raridade em relação até a outras, a indústria de música em outras áreas da indústria brasileira, ela não tem medo da competição no zero a zero. Porque a gente está falando aqui de instrumentos de baixa qualidade, instrumentos de baixo preço, existe hoje uma coisa que é quase que definitiva dentro do mer-

cado que é o seguinte: contra um instrumento chinês não há concorrência, só se você for fabricar na China. Porque a mão-de-obra deles não tem concorrência. Mas existe uma grande parcela do mercado que não está dentro desse... E aí atende, sim, a muitos Músicos, a uma quantidade enorme de Músicos que não estão incluídos dentro desses que são compradores de instrumentos chineses. Porque instrumento chinês não é instrumento para Músico profissional. O profissional de música não trabalha com instrumento chinês. Então não é isso que a gente tem que ter medo. Agora, eu acho que é delicado, mas acho que existem soluções, sim. Acho que a gente pode ou traçar um patamar de preço, para que só a partir de um determinado valor a gente tenha essa isenção ou a gente trabalhar com a isenção generalizada.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Demostenes, só para fisco bem claro, inclusive alguns Senadores que apresentaram o Projeto original já conversaram comigo aqui rapidamente, nós vamos trabalhar num substitutivo nesse Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Com certeza.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Esse foi o Projeto original, para provocar o debate. E no substitutivo vamos fazer as limitações adequadas para que não caiamos no erro de prejudicar a indústria nacional. Então nós vamos construir um substitutivo e tudo o que está sendo dito é o que vai ser importante para a redação final.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Luis Felipe.

SR. LUIS FELIPE RADICETTI: Bom, então eu queria acrescentar exatamente que, ao observar o Projeto de Lei, nós entendemos que nós estamos no início de um processo, que vai se encaminhar para um aperfeiçoamento, naturalmente, e é interesse de todos mesmo aqui dessa Mesa da gente alcançar um acordo, tão cedo quanto possível, a respeito do atendimento, da democratização, é isso que eu entendo que esse Projeto de Lei está dirigido, é a democratização do acesso do produtor da cultura brasileira, a qual procurei trazer tanta relevância para isso aqui no meu [soa a campanha] discurso hoje, para que a gente pudesse dar esse acesso e, ao mesmo tempo, jamais deixar que isso criasse distorções que viesse a prejudicar uma indústria que, para nós, é parceira, é sócia, é participante direto dentro dessa produção cultural, fundamental para a produção cultural. E tínhamos já iniciado uma conversa para falar sobre de que forma, de que meios nós podemos constituir uma proteção efetiva para a indústria e atender ao Músico, porque na verdade esse Músico precisa de

um instrumento que é caro, que não é um instrumento barato. Instrumento barato não tem nada a ver com a excelência que nós estamos procurando buscar e democratizar para o artista brasileiro. Então nós estamos à disposição, totalmente abertos para a gente determinar os caminhos que possam nos levar a um acordo o mais rápido possível. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Volto a palavra ao Frejat, que quer polemizar sobre esse assunto.

SR. ROBERTO FREJAT: Na verdade eu não quero polemizar, não. É porque, em todos os momentos que eu falei aqui eu não tive a oportunidade de agradecer realmente a dedicação a esse Projeto, que eu acho que é um assunto que aflige a classe musical há muitos anos. Não é a primeira vez que esse tipo de intenção acontece dentro do Congresso. Mas eu acho que pela primeira vez ele está muito bem articulado. E a gente também teve um amadurecimento de todas as áreas de atuação do mercado musical brasileiro, a ponto de estarmos hoje aqui numa consonância muito grande de fabricantes e Músicos e eu acho que a gente está muito próximo de um acordo, não é uma coisa que está distante. Então eu queria agradecer não só a intenção do Projeto, mas também acho que o momento é muito propício.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Com a palavra, Déborah Cheyenne Prates.

SRA. DÉBORAH CHEYNE PRATES: Eu só quero repetir afirmando que a proposta que eu trago, que põe um patamar de valor, que também pode ser estudado, pode modificar, é lógico, ela atende ao que você tem como entendimento do Projeto, e eu também tenho, exatamente o mesmo, e ela atende também a indústria nacional, porque eu acho que é a matéria-prima, todos esses... As pequenas partes até as grandes partes que muitas vezes são importados e afetam no preço final de um instrumento, vai sair ganhando a indústria nacional, vai sair ganhando todo mundo. Eu acho que contempla todo mundo e eu acho que a gente tem que ter é exatamente isso, é como eu disse, eu quero poder comprar tudo na padaria da esquina.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Para suas perguntas, o Senador Romeu Tuma. Em seguida, a Senadora Marisa Serrano. V.Exª. se encontra inscrito, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente Demostenes, é um prazer tê-lo na Presidência, graças à benevolência, a amizade e o carinho do nosso Cristovam, Presidente da Comissão de Educação, cumprimentar os nossos convidados, e dizer claramente, e o Paim já disse e eu não teria nenhuma dúvida em

repetir que esse Projeto foi início de um debate que já começou em 2006. E ele vem agora com um objetivo. Se os senhores repararem, o Projeto foi acompanhado num Requerimento de Audiência Pública, se houvesse terminado e acabado dentro dos padrões que a gente desejasse e a sua aprovação, nós não faríamos Audiência Pública. Algum outro Senador poderia fazê-lo. Mas havia sempre a dúvida principal: até que ponto a capacidade da indústria nacional pode ou não concorrer com o instrumento importado e até que ponto o investimento que seja feito na indústria nacional pode alcançar a qualidade do produto importado. É uma dúvida que a gente sempre tem, porque acha que o Brasil tem que avançar em todos os segmentos, principalmente naquele de pesquisas que a gente tem discutido muito, e ele é Presidente da Comissão. Eu tenho às vezes visto aquele programa do Raul Gil, quando a gente não tem... Sábado fica em casa, não vai sair, e eu vejo aquele menino tocar o sax, o pistão(F), e hoje é um grande vendedor de discos, que não tinha um instrumento. Com o microfone lá, não sei nem como é que chama, o microfone diferenciado, a qualidade.

Então, melhorou 200 vezes mais a qualidade do som que saía do instrumento. E hoje ele é um profissional. Outros vão lá, e não têm violão, não têm guitarra, alguém no programa seguinte está presenteando com um instrumento musical.

O que indica isso para mim, Demóstenes, é que a população brasileira, uma grande massa que gosta de música não tem dinheiro para comprar o instrumento. E se você for às favelas, todas essas ONGs, improvisam instrumentos para poder tocar sua música e acompanhar aqueles que se devotam aos menos favorecidos. Então o senhor vê que nós estamos lutando para fazer essa ligação aos profissionais da música, que precisam de instrumentos de alta qualidade para apresentar dentro de uma orquestra. Não dá para improvisar um instrumento dentro de uma orquestra. Aqui tinha um programa, Demóstenes, que era maravilhoso. Não sei por que saiu do ar, “Quem tem medo da música clássica”, do Artur da Távola, em que a gente aprendia o que era a orquestra, o que fazia cada instrumento numa ópera, ou num espetáculo musical...

Então, aquilo era praticamente um ensinamento àqueles que tinham oportunidade de ter canal indireto, canal pago, que era o setor musical. Hoje a gente procura as TVs culturais para que isso seja apresentado permanentemente. Porque a música, eu digo assim, eu tive um enfarte, quase morri, e é decorrência de estresse, a música tira estresse do coração [soa a campainha] e do raciocínio. Então, a música faz bem à alma e é a tua atividade. Porque você ouvindo um som

musical de qualidade, tranqüilamente você consegue relaxar sem perceber.

Então, nós estamos vendo aqui que há uma harmonia no desejo de se buscar uma solução harmônica, mesmo que não tenha harmonia aí, mas nós vamos importar, e tem a gaitinha, o senhor não sabe o pior, eu toquei para a minha neta de 11 meses com uma gaitinha dessa e ela dançou [risos] para chuchu. E nós não queremos dançar com um projeto que seja vetado ou relegado pela Receita. Nós queremos ter uma música fina aqui. Buscar a qualificação. Todos os argumentos que foram apresentados são positivos. O Paim é um grande Relator. Ele consegue captar essas informações, por quê? Porque é dedicado aos menos favorecidos, é sempre o iniciador das discussões, quer do trabalhador, quer [soa a campainha] das pessoas que tem dificuldade de outras ordens, então ele já deve ter captado, vamos discutir, vamos buscar, porque, em princípio, eu acho que isenção para os instrumentos de qualidade não fabricados no Brasil e isenção para a importação de componentes para fazer um bom instrumental. Agora, a qualificação, eu não preciso saber, o lojista às vezes não precisa saber, mas tem os Músicos que sabem, que vão dizer: “Esse instrumento tem qualidade, tem que ser tabelado assim ou assado”. Então os sindicatos, as empresas podem discutir qual é o instrumento de qualidade. Agora, deixar fracassar e sumir com a indústria nacional, eu acho que a gente tem que desistir de tudo. Acho que a qualidade é importante e fazer um casamento perfeito para que isso se dê. E agradeço, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Como todos aqui perceberam, essa ligação que o Músico Frejat falou entre os membros da Mesa também está aqui na platéia. O interesse de todos é a mesma coisa, garantir espaço para a indústria nacional e, conseqüentemente, emprego e renda, mas também garantir que a música, que os nossos artistas tenham condições sobejas de continuar produzindo aquilo que faz bem à alma, como disse o Senador Romeu Tuma.

Então eu fico contente de darmos todos aqui subsídios ao nosso Relator, Senador Paulo Paim, para que ele possa amadurecer um Projeto que é importantíssimo. Às vezes alguns podem pensar que os políticos não dão atenção à música, ao teatro, às artes plásticas, à dança, mas nesta Casa, como todas as outras que trabalham com leis, não é só a parte financeira, não é só a demanda fiscal que faz com que os Senadores e Deputados se debrucem em cima de um Projeto e

queiram fazer o melhor para as entidades que dele fazem parte, mas para todo o País. Nós temos aqui o Senador Demóstenes presidindo a Subcomissão de Música, de Teatro... E nós temos discutido muito as questões ligados à cultura. Eu tenho certeza absoluta que esta é a Casa, com o beneplácito do nosso Presidente da Comissão de Educação, é a Casa que nós podemos nos unir para fazer com que a cultura brasileira realmente dignifique e ela reflita aquilo que é a sociedade brasileira. Nós queremos uma sociedade cidadã, uma sociedade cada vez mais participativa. E não tem como nós dissociarmos a cultura da formação do nosso povo. Eu não entendo, Senador, educação dissociada de cultura. Não dá como. O imbricamento é muito grande. A formação do povo equivale dizer que tipo de cultura esse povo projeta. Então eu quero aqui colocar para o Senador Paulo Paim algumas questões que eu acho que são importantes. Quando a Débora fala de madeira certificada, talvez isso possa ser uma discussão também nessa proposta de renovação que V.Exª vai fazer. O problema do preço. E o problema, talvez, de discutir aqui da aquisição desses instrumentos importados por entidades, não sei se isso engessaria muito os Músicos de orquestras e os Músicos nesse setor, mas que fosse comprado através de alguma entidade. Não sei se isso seria nós restringirmos muito.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): A qualificação, ser certificada.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A qualificação, ser certificada. Quer dizer, não abrimos a tal ponto, mas também nós garantirmos que as nossas orquestras tenham o direito de ter o melhor instrumento para o deleite de todos. Eram essas as considerações que eu iria fazer e dar os meus parabéns a todos, indústria, artistas, entidades unidos junto conosco para fazer o melhor por este País. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Muito obrigado, Senadora. Com a palavra o nosso Exmo. Presidente, Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Demóstenes. Eu, ao mesmo tempo que peço desculpas por ter chegado atrasado por causa de uma viagem, eu quero dizer que esse Projeto ele tinha por intenção beneficiar os dois lados, o lado da cultura e o lado da indústria. Por quê? Porque nós nos costumamos no Brasil a proteger uma demanda pequena, quando este País tem como aumentar essa demanda muito. Qual é a maneira de aumentar a demanda nas indústrias de instrumentos? Aumentar o número dos que usam os instrumentos. O Brasil vende muito pouco instrumento per capita, quando a gente compara com outros Países. A gente tem que fazer

com que isso combine sem prejudicar as indústrias que atualmente sobrevivem com esse pequeno mercado, quero dizer que não são só vocês. Vocês têm visto a briga que há entre os jornais para ver quem vende mais. Um dá CD, um dá enciclopédia... Se eles fizessem uma campanha para que neste País todo mundo estudasse, multiplicava por dez a venda de jornais. Ninguém lembra disso. Basta aprovar o Projeto do Senador Demóstenes, "em horário integral". A gente não percebe como pode aumentar a demanda e fica defendendo a demanda restrita que nós temos. Imagine toda escola em horário integral, e só metade delas com uma pequena orquestra. 80 mil escolas com uma orquestra de dez instrumentos. Um milhão de instrumentos serão comprados. A gente tem que pensar é em ter essa demanda nova para os instrumentos musicais. Agora, é fundamental, para que a cultura se desenvolva, que haja uma indústria local. Senão a gente vai ficar dependendo de importação para tudo. Então tem que proteger a indústria. Mas não às custas da restrição da demanda. Tem que aumentar a demanda e, sobretudo, que traga gosto pela música. Já pensou se neste País em vez de bicicleta o menino pedisse um violino, em vez de vídeo-game pedisse um violão? Já pensou se todo mundo tocasse um instrumento? Como em outros Países. Eu não estou falando nada em utopia. Não é no céu que é assim. Países próximos de nós há o gosto pela música. E a gente tem que fazer uma campanha para que a música seja algo que pertença a cada um da gente. Eu não estou falando só tocar bumbo na batucada, não. Eu estou falando a música que as pessoas gostam de ouvir, de tocar, e que elevam de fato e não apenas diverte um pouco, como, obviamente, diverte a cada um de nós uma batucada.

Então na idéia inicial, era um mecanismo de, ao permitir a importação de instrumentos, a gente criar o gosto pela música no Brasil. Se isso traz prejuízo para a indústria atual, e ela é fundamental, não só pelo emprego, ela é fundamental porque senão a gente vai ficar dependendo de outros Países para ter música. Vamos discutir como é que a gente compensa esse risco, vamos discutir como é que a gente faz para que as indústrias não sejam prejudicadas com os equipamentos que viram arco e flecha ou importados de má qualidade. Mas eu queria que a gente não perdesse a perspectiva de procurar um Projeto de Lei, além de tudo que a gente tenha que fazer na escola, que aumente radicalmente a demanda pelos instrumentos que já são fabricados no Brasil. E que aí a gente comece a concorrer em condições de igualdade no máximo de instrumentos. Em alguns a gente não vai conseguir. Tem instrumentos que só um País fabrica. Não adian-

ta querer que nenhum outro fabrique. Nesse caso, a gente tem dois momentos. Um momento de longo prazo, que é a educação, que é a importação livre e, provisoriamente, por algum tempo, a proteção da indústria nacional que, heroicamente, sobrevive, eu digo heroicamente não é pela concorrência, heroicamente é pela pequena demanda que este País se acostumou a ter. Como se acostumou a ter com livros, demanda ridícula, a demanda por leitura de jornais, é ridícula a tiragem de jornais no Brasil, no tamanho que o Brasil tem. A demanda por universidades em um País que só um terço termina o segundo grau. Hoje está sobrando vagas nas universidades particulares. Aponto para o Senador Wellington, porque ele é do ramo. Está sobrando vagas. Por que está sobrando vagas em universidades? Não, é porque a gente tem pouca gente terminando o segundo grau. E talvez a gente tenha pouca gente tocando instrumentos. Talvez a gente tenha pouca gente desenvolvendo o gosto pela música. Para desenvolver o gosto pela música, tem que ter a escola. Mas tem que ter os instrumentos. Mas uma forma de ter os instrumentos é ter a indústria nacional, mas ter também a importação barata e proteger a indústria nacional. Por exemplo, a indústria nacional não devia pagar imposto, a indústria de instrumentos. Deveria ser isenta de impostos. Porque o instrumento não é um produto de consumo, é um produto de elevação da cultura nacional. Essa talvez seja uma forma de compensar.

Então, a discussão, Senador Tuma, muito na sua linha, é como garantir que a melhoria da cultura por importação de instrumentos mais baratos e de melhor qualidade não vai prejudicar a infra-estrutura que nós já temos de produção de instrumentos. Como compensar isso. Como, numa mesma lei, proteger a cultura e proteger a indústria atual e, através da implantação de um programa cultural, aumentar, mas por vinte vezes a demanda de instrumentos que este País ainda pode conseguir.

Eu fui um dos que elaborou o Projeto, mas estou pronto para a gente fazer as mudanças que forem necessárias para que não haja prejuízo para a heróica indústria nacional. Só lamento é que a Receita Federal esteja criando problema. Por quê? Primeiro, porque não é isso que vai mudar os 400 bilhões que eles já têm de impostos. Isso daí não vai trazer, Senador Demóstenes, nenhum prejuízo. Nada de nada.

Então, esse lado aí é que eu acho que a gente não tem nem que negociar. Se eles quiserem, que vetem. A gente fez o papel da gente. Agora, com vocês, sim, a gente tem que discutir, porque vocês são importantes para dar autonomia ao Brasil naqueles equipamentos que nós já fabricamos. Alguns dos quais

eu acho até que a gente já exporta. Tem equipamento que a gente exporta.

Então era isso que eu queria dizer, como um dos autores da lei, a disposição da gente negociar para fazer um Projeto que beneficie a cultura e, obviamente, também a indústria, sem a qual a cultura não se desenvolve.

Mesma coisa valeria para a editoração. Imagine que os Países, como já está fazendo o Chile, que hoje produz livros em português para exportar para a gente. É uma pena que esteja acontecendo isso. Mas a verdadeira pena é que a nossa tiragem é tão pequena que a indústria editorial brasileira sofre tanto. Três mil exemplares por livro num País de quase duzentos milhões habitantes. Tudo no fundo está no gargalo da educação. E dentro da educação, obviamente, colocar música, como o Senado, nós já estamos tentando colocar como uma lei que obrigue a formação musical desde o Ensino Fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Concedo a palavra, como último Senador inscrito, ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, senhores convidados, Srs. Senadores, essa questão está muito bem colocada na mão do Senador Paim, acho que o Senador Paim ele tem a sensibilidade o bastante para poder ser aí o fiel da balança. Muito bem escolhido o Relator. Agora, realmente, ao estar presente aqui o Frejat, e eu ter acompanhado, acho que nós somos mais ou menos da mesma geração, eu ter acompanhado todo o seu trabalho, o trabalho do seu grupo--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O cabelo [risos] pesa mais.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O trabalho do seu grupo, [risos] eu fico assim, eu não consigo imaginar uma qualidade de música tão bonita quanto a que você fez com o seu grupo na minha geração e que se tivesse um instrumento melhor talvez fosse melhor, ou talvez não chegasse a ter essa qualidade que você teve na época, porque eu acho que era aquela época romântica, em que vocês deviam pegar o instrumento e ensaiar em garagem e tudo o mais, e conseguiam fazer realmente algo na linguagem daquele jovem daquela época que chegava muito bem, digamos assim, eu tenho assim boas recordações de grandes momentos com fundos musicais da sua banda. Com certeza. E aqui, só para ilustrar, Senador Demóstenes, é muito interessante. Outro dia eu estava vendo uma entrevista do JQuest, onde o Vocalista, o Rogério Flausino, ele dizia o seguinte, ele só entrou no grupo porque tinha um microfone importado que valia trezentos dólares. Porque

na hora de entrar no grupo, aí todo mundo: “Ah, mas como é que você vai vir ser o Vocalista?” “Não, eu tenho um microfone que vale trezentos dólares e se eu entrar...” Aí aceitaram ele no grupo, ele contou isso na entrevista. Então, quer dizer, para entrar no grupo ele tinha que ter algo importado, que, na certeza, não tinha a nota fiscal, e de alguma maneira chegou, e acabou entrando no grupo e hoje é um grande sucesso, mineiro, um grande conjunto, um grande Vocalista, de grande sensibilidade. Então, quer dizer, essas coisas acontecem e acabam levando para um caminho que ninguém poderia imaginar.

Mas estamos vendo aqui a polêmica, eu vejo o Senador Paim como o grande fiel da balança, ele tem sensibilidade para julgar isso e, com certeza, o Relatório do Senador Paim terá o meu voto ao final da discussão, tenho certeza também que o Senador Paim vai consultar outros Senadores. Porque esta Casa é sábia, muitos criticam às vezes o Senado Federal, mas o Senado ele tem uma sensibilidade de conseguir se mover numa velocidade e numa inteligência que ele consegue sempre resolver os problemas. Muitas pessoas acham que não, às vezes estão em casa e acham que o Senado é devagar, mas, em política, ela tem uma velocidade que muitas vezes até eu mesmo não entendo. Porque eu sinto às vezes que tem uma certa velocidade e que as coisas caminham por si só e tendem ao correto.

Então, Senador Paim, precisando de consulta, conversaremos sobre todo o debate que houve aqui. Mas, com certeza, V.Exª irá fazer um Relatório que atenderá a todos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Concederei a palavra a todos, para as considerações finais, e gostaria que V.S.as. levassem em consideração as palavras dos últimos quatro Senadores inscritos. Com a palavra, primeiramente, o Sr. Nelson Eduardo Weingrill.

SR. NELSON EDUARDO VISCONTI WEINGRILL: Bom, em primeiro lugar eu gostaria de parabenizar os Senadores da Comissão por essa iniciativa em começar a discutir a incidência de impostos em cima de bens culturais, em cima de como se fabricar a cultura e como fabricar a educação, eu gostaria de parabenizar principalmente o Senador Cristovam Buarque por essa iniciativa e dizer a vocês que nós, a indústria está do lado de vocês, nós somos a favor de que a educação musical é uma parte importante da vida dos brasileiros, é uma parte importante da educação e que tem que ser considerada como educação, antes de ser considerada como indústria ou como alíquotas ou outro ponto desse daí.

Senador Paulo Paim, desculpe se fui muito contundente no meu não, mas você está acostumado com empresários, e entendo a intenção e concordo com ela, concordo também com a necessidade dos Músicos de orquestra de trazerem seus próprios instrumentos, que são muito caros e que muitas vezes não interessa à indústria brasileira desenvolver, pelo pouco volume que têm. Indústria é uma atividade econômica. Ela precisa sobreviver. Não imagino um Brasil fechado, com restrições a importação, tudo fabricado no Brasil, temos que desenvolver tudo. Isso não existe mais. Nem a indústria fabrica todos os seus componentes hoje. A convivência com o produto importado é uma coisa que faz parte da vida empresarial. Agora, gostamos muito dessa idéia de compensação para a indústria nacional. Porque a indústria nacional é um repositório de uma parte importante da cultura, uma parte importante da educação musical, que é a fabricação e o desenvolvimento dos instrumentos musicais. Por fim, me coloco à disposição para o que eu puder contribuir mais e mais uma vez obrigado pela oportunidade de participar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Com a palavra Roberto Frejat.

SR. ROBERTO FREJAT: Bom, eu queria mais uma vez agradecer a iniciativa. Acho que a gente tem um belo caminho pela frente, acho que tem uma sintonia muito grande, acho que o Senador Cristovam Buarque colocou essa questão do aumento da demanda, eu acho que é exatamente esse, acho que o grande reflexo que esse Projeto pode ter, do aumento da possibilidade de pessoas que podem ter acesso a instrumento, e isso imediatamente vai se refletir na produção cultural. Acho também que a visão de que a indústria de instrumentos faz parte da indústria de produção cultural é uma visão bastante interessante, porque é assim que eu vejo a coisa também. Por mais que seja uma indústria e seja uma atividade econômica e tenha os seus interesses de marketing ou alguma coisa assim, ela efetivamente trabalha com produtos que fazem, que produzem cultura diretamente. O instrumento musical é um instrumento de produção de cultura. Então acho que a gente tem que ver com esse olhar, no momento em que a gente vai discutir com a Receita Federal, se a gente consegue convencê-los de ver com esse olhar eu acho que a gente pode ter um sucesso grande com relação a isso.

E queria dizer que quando você fala sobre a coisa de que instrumentos que a gente já trabalhou, eu queria só contar um caso, em 1985, pela primeira vez, houve uma possibilidade de liberação de compra de instrumentos, era uma lei que chamava-se Lei Sarney, inclusive, foi o Senador José Sarney que fez essa lei,

e era uma burocracia enorme, e eu uma vez tive que voltar, imagina eu com vinte e poucos anos tendo que circular por aqueles escritórios da CACEX, e uma vez o rapaz me fez voltar, porque eu tinha feito todo o requerimento de importação com carbono azul. E só podia ser com carbono preto. E eu tive que voltar depois de ter feito todo aquele requerimento. Tive que voltar lá. Então a gente tinha esse tipo de dificuldade. E quando podia trazer. Antes de 1985 nem podia trazer.

Então, a gente realmente vem de um histórico de muita dificuldade para conseguir instrumentos de qualidade. A indústria brasileira sofre com isso. A gente teve muito tempo fechado para o resto do mundo em termos de conhecimento de tecnologia. E acho que a indústria brasileira cresceu muito nos últimos anos também em desenvolvimento tecnológico, mas eu acho que a gente tem passos para dar e acho que esse Projeto é fundamental para isso. Agradeço mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Com a palavra o Sr. Alberto Bertolazzi.

SR. ALBERTO BERTOLAZZI: Bom, eu também queria agradecer a oportunidade, estamos à disposição como representante da indústria, eu só queria fazer uma colocação para o Senador Buarque, acho que o senhor chegou um pouquinho atrasado, e eu iniciei minha apresentação falando exatamente isso, que o que vai aumentar o mercado não é isenção de imposto sobre instrumentos musicais, mas, sim, inserindo obrigatoriamente o ensino da música pelo menos no Ensino Fundamental básico. Eu posso dizer, e é outro fato interessante, seguindo o Frejat, eu fiz meu pós-graduado em Michigan, nos Estados Unidos, e mesmo uma cadeira que não tinha nada a ver, fiz Master em Administração, e no último semestre eu tive uma matéria que se chamava *Music Appreciation*. Ou seja, desde criança, nos Estados Unidos, na Europa ou em qualquer outro lugar, aprendem a estudar música, temos fanfarras em todos os níveis de ginásio, colegial, universitário, concursos nacionais de fanfarras em estádios de futebol, onde tem as torcidas como se fosse um jogo de futebol, e eu acho que é isso que aumentou o mercado. Para os senhores terem uma idéia, não sei se os senhores têm noção, o mercado de instrumentos musicais nos Estados Unidos é de sete bilhões e meio de dólares; no Brasil, nós estamos falando de trezentos milhões de reais, o que vai de encontro àquilo que o Senador Paim dizia, não sei se... Alguém mencionou dos quatrocentos bilhões de dólares de arrecadação, quer dizer, nós estamos falando em tributação de instrumentos musicais em cima de um mercado de trezentos milhões de reais, nós estamos falando em torno de setenta, oitenta milhões de reais,

que não vai quebrar o Brasil, nós temos certeza disso, e não vamos nem chamar de isenção, vamos chamar, como disse, de incentivo à cultura, um fundo para a cultura, alguma coisa assim.

E o senhor veja que interessante, nós temos que ser coerentes, antes de mais nada. Quando alguém compra uma partitura musical, de uma determinada música, ou livro, ele não paga o ICM. Porque é incentivo à cultura. Na hora que ele compra o instrumento musical para tocar aquela partitura, ele paga todos os impostos. Quer dizer, no mínimo aí tem uma certa incoerência que acho que pode ser exposta pelo Senador Paim hoje à tarde. Senador Paim, [risos] estava dizendo que uma boa arma para a nossa conversa hoje à tarde, quando alguém compra uma partitura musical, ele não paga o ICM, porque é incentivo à cultura. Quando ele compra o instrumento musical para tocar aquela partitura ele paga o ICM. Quer dizer, eu acho que a gente deveria ser no mínimo coerente. Queria mais uma vez agradecer e me colocar à disposição. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Com a palavra o Sr. Luis Felipe Radicetti.

SR. LUIS FELIPE RADICETTI: Bom, então eu quero agradecer primeiramente aqui ao Senador Demostenes Torres, aqui na Presidência, queria agradecer à Senadora Marisa Serrano, que estava aqui presente, ao Senador Paulo Paim, Romeu Tuma, queria agradecer ao Sérgio Zambiasi, um dos autores do Requerimento, ao Senador Cristovam Buarque, Romeu Tuma, o Zambiasi e também os Ex-Senadores Roberto Saturnino, Juvêncio da Fonseca e Leonel Pavan. Então eu quero agradecer, e é o seguinte, nós estamos criando aqui um espaço de discussão importante, nós estamos, em que pese que nós falamos aqui muito de valores simbólicos que a cultura brasileira precisa ocupar esse espaço, é para mim agora importante pensarmos em de que forma nós podemos nos remeter nesse próximo encontro breve que nós vamos ter no Ministério da Fazenda, na Receita, para que a gente possa falar com uma interface, com a mesma linguagem, quer dizer, o que nós podemos oferecer como propostas concretas, para que a gente possa atender à democratização do acesso ao instrumento musical para o Músico, acho que precisamos proteger certamente a indústria musical, que está muito bem representada, nós sentimos um caminho irresistível no sentido de um acordo de nós chegarmos a pontos comuns, e eu agradeço o convite e a oportunidade de ter podido estar presente aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Com a palavra a Sra. Déborah Cheyne Prates.

SRA. DÉBORAH CHEYNE PRATES: Para a gente encerrar aqui, eu gostaria muito, muito mesmo de agradecer a sensibilidade dos autores do Projeto, os Senadores Cristovam Buarque, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi. E também os Ex-Senadores Roberto Saturnino--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Professora, se a senhora pegar o Projeto de 2006, tem o Demóstenes, tem outros--

SRA. DÉBORAH CHEYNE PRATES: Tem o Demóstenes... Eu quero agradecer todo mundo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só para a gente não cometer uma injustiça. Porque isso já vem de 2006 e o Projeto foi colocado sobre a Mesa, então é uma discussão que já está atrasada a solução.

SRA. DÉBORAH CHEYNE PRATES: Está certo. Agradeço a todos, e agradeço a Presidência da Mesa, do Senador Demóstenes. O que eu queria era só reforçar aqui o que já foi dito e vamos terminar dizendo: realmente existe um passo atrás que deve ser dado, que é focalizar na educação musical. Isso, sim, vai estimular a indústria nacional, realmente a consequência de um incentivo desse tamanho é enorme. Precisamos, sim, eu estou aqui como Músico e como representante da categoria, entendendo que é preciso estimular a indústria nacional, sim. Com isenção de impostos? Claro. Por que não? A gente veio já buscando de outras formas a isenção como a do livro para outras coisas, para CD, para DVD... Por que não para a indústria de instrumentos musicais? É realmente necessário que eles tenham algum tipo de estímulo nesse sentido. E a gente precisa também lembrar que tem na outra ponta o Músico que, heroicamente, chegou a um patamar profissional, como a indústria nacional sobrevive heroicamente, o Músico para, chegar nesse patamar, é herói. Porque os tipos de barreiras que se encontram na atividade musical são enormes. E são infinitas e são diárias. Então eu acho que esse Músico merece, sim, uma atenção e uma isenção fiscal quando for lá fora buscar seu instrumento de trabalho, que se faz necessário no uso diário do seu trabalho. E eu quero agradecer muito a sensibilidade mesmo de todos vocês. Isso revela que o talento e sensibilidade não cabe só aos Músicos e artistas, cabe a todo mundo. Obrigada.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Pela ordem, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu queria fazer um apelo a V.Ex^a. Primeiro, V.Ex^a praticamente está liderando a discussão dos projetos para diminuir a violência no País. Eu queria lembrar que algumas

experiências nos presídios com o ensino da arte musical têm um bom resultado. Nós poderíamos também, através de V.Ex^a, estimular projetos que possam ser incluídos entre os presidiários e, principalmente, nas FEBEMs. Eu queria ao Dr. Alberto, cumprimentá-lo por citar o Músico João Carlos Martins, que teve a história da execução de Bach, uma das melhores do mundo, e teve um sofrimento muito grande, quando assaltado, foi agredido, perdendo a qualidade de poder movimentar o piano com a mão direita. E não desistiu da música. Hoje ele é um bom Maestro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Eu considero visita honrosa a esta Comissão a do Sr. Marcelo Buhaten, Procurador de Justiça do Rio de Janeiro. Hoje à tarde, os Senadores que fazem parte da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, os Senadores que puderem acompanhar o Senador Paulo Paim nessa reunião, o Senador Paulo Paim agradece e esta Presidência também. Só para dizer que nós temos aqui em tramitação o PLS 343/2006, que também trata do ensino da música como obrigatório e em outras e, naturalmente, inclusive dentro dos presídios onde esse tipo de ensino for ministrado. Agradeço imensamente a presença dos Srs. Alberto Bertolazzi, Presidente da Associação Nacional dos Pequenos e Médios Fabricantes de Instrumentos Musicais, ANAFIM, e Presidente da HERING Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda, a presença do Sr. Luis Felipe Radicetti, Músico, Compositor e Coordenador do Grupo de Articulação Parlamentar Pró Música, GAP, ao Sr. Roberto Frejat, Músico e Compositor, ao Sr. Nelson Eduardo Visconti Weingrill, Diretor Superintendente da WERIL Instrumentos Musicais, e a Sra. Déborah Cheyne Prates, Presidente do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, SINDMUSI, e Violista da Orquestra Sinfônica Brasileira.

Temos uma última pendência, um Requerimento feito pelo Senador Paulo Paim à Comissão de Educação, regimentalmente, não se pode votar, por ser Audiência Pública, não há nenhum empecilho de nulidade, eu consultaria os Senadores presentes, especialmente, ao Presidente, se nós poderemos fazer essa votação com a solicitação de Paulo Paim. Os senhores concordam? O Requerimento está vazado nos seguintes termos: "Sr. Presidente da Comissão Permanente de Educação do Senado Federal, com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II do Regimento Interno da Casa, requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a tratar da atual situação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, UERGS, em data, local

e convidados a serem definidos pela própria Comissão. Senador Paulo Paim”. Se todos os Senadores concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Agradeço novamente a todos, aos Srs. Senadores, a todos os nossos convidados, e declaro encerrada a presente Audiência Pública. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h29.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2007.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia oito de maio de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Paulo Paim e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Renato Casagrande, João Ribeiro, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Mão Santa, Paulo Duque, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, João Vicente Claudino, Romero Jucá, Cícero Lucena, Wilson Matos e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Valdir Raupp, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, e Rosalba Ciarlini. Justificam a ausência os Senadores Inácio Arruda, Sérgio Zambiasi, Geraldo Mesquita Júnior, Marisa Serrano e Cristovam Buarque. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual Senador Paulo Paim, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Duciomar Costa que, “Insera § 5º no art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para estipular que, no ensino superior, a anuidade escolar deve ser proporcional ao número de disciplinas que o estudante cursar”. O relator designado é o Senador Heráclito Fortes e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. O projeto é retirado de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati que, “Altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 13 da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas altera-

ções estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros”. O relator designado é o Senador Marconi Perillo e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. O projeto é retirado de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 004, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com vistas a garantir atendimento médico e odontológico ao educando no Ensino Fundamental Público, assegurar a oferta regular da educação escolar, dispor sobre a avaliação do rendimento escolar e dos estabelecimentos de ensino, criar mecanismo de articulação entre Educação Superior e Educação Básica, e garantir licença periódica nos planos de carreira dos profissionais da Educação Básica e Superior Pública”. Durante a discussão da matéria, o líder do governo no Senado Federal, Senador Romero Jucá, no uso de suas prerrogativas regimentais, encaminha a votação, recomendando o voto favorável a proposição. O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nºs 01, 02 e 03 - CE, aprovadas, em bloco, por quatorze (14) votos. Assina sem voto o Senador Paulo Paim, Presidente Eventual as Comissão de Educação. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 083 de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Fixa a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. O projeto é retirado de pauta, atendendo a solicitação do relator “ad hoc”. **Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 035, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Bispo Wanderval, que “Altera a Lei nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores”. O relator designado, é o Senador Antônio Carlos Valadares e o parecer favorável, é aprovado. **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 029, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Augusto Botelho, que “Autoriza o Poder Executivo a criar campi avançados da Universidade Federal de Roraima nos municípios que especifica”. O relator designado é o Senador Romero Jucá e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Augusto Botelho, autor do Projeto. **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa, que “Altera o art. 6º da Lei nº 8.405, de 9

de janeiro de 1992, para dispor sobre as reuniões dos órgãos colegiados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer é pela rejeição. O projeto é retirado de pauta, atendendo a solicitação do relator, para reexame do parecer. **Item 09: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** Comunica aos Senhores Senadores o recebimento de correspondência do Exm. Sr. Deputado Gastão Vieira, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, referente ao Prêmio Darcy Ribeiro de Educação, instituído pela Resolução nº 30, de 1998, que premiará três pessoas e/ou entidades cujos trabalhos ou ações merecerem especial destaque na defesa e promoção da Educação no Brasil. Cabe ressaltar que o prazo para inscrição encerra-se no dia 30 de maio. Neste momento, os Senhores Senadores Flávio Arns e Paulo Paim requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta de Requerimento e Aditamento a Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento de Informação nº 024, de 2007-CE,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns que, requer "... nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação do Senado solicite informações ao Ministério do Esporte acerca dos entendimentos para a regulamentação da Lei 11.438 de 29 de dezembro de 2006, que estabelece renúncia fiscal para o apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos. A referida lei estabelece que a avaliação e a aprovação do enquadramento dos projetos apresentados caberão a uma comissão técnica vinculada ao Ministério do Esporte, garantindo-se a participação de representantes governamentais, designados pelo Ministro do Esporte, e representantes do setor desportivo, indicados pelo Conselho Nacional de Esporte, cuja composição, organização e funcionamento serão estipulados e definidos em regulamento". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Aditamento nº 001 ao Requerimento nº 023, de 2007-CE,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, requer "... nos termos regimentais, Aditamento ao Requerimento nº 023, de 2007-CE, aprovado na sessão de 24 de abril próximo passado, que requer '... a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar da atual situação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, em data, local e convidados a serem definidos pela própria Comissão'. onde se lê, 'Audiência Pública', leia-se: 'Seminário', em virtude da impossibilidade regimental de realização de Audiência Pública fora da sede do Congresso Nacional". O requerimento é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência do relator a seguinte matéria: **Item**

08: Projeto de Lei do Senado nº 027, de 2007. O Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Paim**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Ninguém se manifestando ela está aprovada. Assim, consideramos aprovada a presente Ata. Vamos à pauta.

O item 01 da pauta, por determinação do Sr. Heráclito Fortes, solicito que o PL 232, item 01 da pauta de hoje dessa Comissão seja retirado da pauta de exame da matéria, exame do parecer. Então, a pedido do próprio Senador Heráclito Fortes, o item 01 sai da nossa pauta de hoje. Vamos para o item 02. Item 02 não terminativo. Projeto de Lei do Senado nº. 310/2006, de autoria do Senador Tasso Jereissati. Relatoria, Senador Marconi Perillo. Parecer favorável com as Emendas oferecidas. É um Projeto não terminativo. Na reunião do dia 17/04/07 foi concedida vistas coletivas, não foram manifestadas manifestações por escrito a matéria é terminativa. Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, só pela ordem. O Senador Marconi Perillo está presente?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele esteve aqui, assinou... Acho que se retirou.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Vai constar da pauta ou V.Exª vai retirar da pauta?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se ele não estiver vou retirar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos para o item 03. Item 03.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V.Exª retirar... Eu ia propor para ele que, se ele concordasse em retirar da pauta, porque eu estou apresentando seis, sete Emendas, eu julgo pertinente. Seria mais adequado até por questão de prudência se ele pudesse retirar e pauta na semana que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele está voltando. Eu vou propor a ele que saia de pauta mediante sua solicitação, já que V.Exª está entregando meia dúzia de Emendas, sete Emendas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu sou a favor. Eu quero dizer a V.Exª, como já disse na reunião da semana passada, que sou a favor do Projeto. É só uma questão inclusive de dar uma abertura, uma segurança. Porque envolve a lei da Previdência, lei 8212, envolve a Lei de Utilidade Pública Federal para que as associações e as fundações não tenham posteriormente dificuldades em relação ao Ministério da Previdência, o INSS, e mesmo esta diminuição de objetivos, de uma fundação, como está sendo proposto, que haja uma abertura maior. Então é só nesse sentido que eu acharia... Quer dizer, não é ser contra, mas que na semana que vem fazer o apelo para que pudesse voltar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou propor a ele que saia de pauta.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Valadares, o item 02?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, há um item de nº. 05 do qual sou o Relator. É um Projeto que trata da inclusão dos dubladores na categoria de intérpretes ou executantes. Trata-se de um Projeto não polêmico. Se V.Exª pudesse me atender eu gostaria que o fizesse tendo em vista que eu terei que voltar à Comissão de Assuntos Econômicos. A inversão de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O item 03 é terminativo, não tem quorum ainda. Sobre o item 02, em seguida vou atender a V.Exª já que esse item não é terminativo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É sobre o item 02, Sr. Presidente. Eu vejo aqui como o Senador Marconi, quem acompanha a carreira do Senador Marconi sabe que o ex-Governador e atual Senador, ele é bem progressista. E eu vejo nesse Projeto realmente algumas mudanças que vão trazer uma maior velocidade, uma maior organização e criatividade para essas questões das fundações. Porém, como eu discuti anteriormente em off com o Senador Flavio Arns, ele tem algumas colocações que eu acho que para o debate vão ser muito

importantes, Senador, então realmente aguardaremos as Emendas que serão propostas pelo ilustre Senador, para que possamos melhor debater. Porém, vejo nesse projeto um progresso estupendo para essa questão das fundações sem fins lucrativos, doações, abatimento no Imposto de Renda. Então queria dizer que concordo com o Senador Flávio Arns, vamos aguardar as suas Emendas para o melhor debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senador Salgado. O item 03 é terminativo. Como não tem quorum, eu vou... Eu vou atender o apelo feito pelo Senador Valadares para que a gente vote o item 05, se o Plenário assim concordar para que ele possa se retirar de imediato, já que este item não é terminativo, não terá votação nominal, falta um para termos votação nominal de acordo com o item 03. Senador Valadares para seu Relatório. Rapidamente. Só para liberar o...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V.Exª, Sr. Presidente Paulo Paim. O Projeto de Lei da Câmara PLC nº. 35/2003 é da autoria do Deputado bispo Wanderval. Altera dispositivo da Lei nº. 9610 de 19/02/1998. Lei de Direitos Autorais para incluir os dubladores na categoria de artistas intérpretes e executantes e garantir seus direitos autorais. É aquele que imita a voz do artista na televisão, no vídeo. E que tem uma importância enorme, sem dúvida alguma, sem dúvida alguma [soa a campanha] na produção de vídeos, não só no Brasil, como em todo mundo. Na Casa de Origem, o PLC nº. 35/2003 foi aprovado por unanimidade pelas Comissões de Educação, Cultura e Desporto de Constituição e Justiça, isso na Câmara dos Deputados. Nesta Casa a proposição foi distribuída na Comissão de Constituição e Justiça e, por força de um Requerimento, ela deverá ser apreciada por esta Comissão.

Quanto ao mérito, a matéria inclui expressamente atividade de dublador entre as categorias que se classificam como artistas intérpretes ou executantes, listadas no inciso 13º do art. 5º de Lei de Direitos Autorais, inclui a dublagem entre as obras intelectuais protegidas e confere direitos de autor ao dublador. Em sua justificação o autor alega que, apesar de reconhecer que aquela lei já inclui implicitamente os dubladores como artistas intérpretes ou executantes, a alusão expressa da atividade garante de forma inequívoca a titularidade de direitos autorais aos profissionais da dublagem. Com efeito, o art. 90 da lei citada, assegura aos artistas intérpretes ou executantes uma série de direitos autorais, tais como: Autorizar ou proibir a fixação de suas interpretações ou execuções, a reprodução, a execução pública e alocação de suas interpretações, a radiodifusão de suas interpretações ou execuções

fixadas ou não, a colocação à disposição do público de suas interpretações ou execuções, de maneira que qualquer pessoa a elas possa ter acesso no tempo e lugar que individualmente escolheram. E qualquer outra modalidade de utilização de suas interpretações ou execuções. [soa a campainha] Assim, a inclusão expressa dos dubladores, tem muito dublador hoje nessa Casa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por isso a campainha está tocando.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Assim, a inclusão expressa dos dubladores como artistas intérpretes ou executantes, como prevê o Projeto de Lei em tela, realmente permitirá aos profissionais da área se apoiarem na letra da lei para reivindicarem, de forma inequívoca, os direitos que lhes são assegurados. O voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 35/2003 e que recebeu na Câmara a aprovação de todas as Comissões, de todas as Instâncias, e é de autoria, como eu falei, do Deputado bispo Wanderval.

Sr. Presidente, abrindo um parentes, o que eu quero registrar é que esta Casa tem mostrado responsabilidade, celeridade e comprometimento com os Parlamentares, sejam os do Senado ou da Câmara, votando em obediência aos trâmites regimentais todas as matéria que aqui chegam na Câmara dos Deputados. O que não acontece. Infelizmente. Não há reciprocidade. Eu mesmo apresentei uma proposta que o Senado aprovou aqui no ano 2000, que a PEC da Revitalização do Rio São Francisco aprovada por unanimidade há quase cinco anos que se encontra na Câmara dos Deputados. Foi aprovada por todas as comissões. [soa a campainha] Só falta pautar. Presidente já pautou, já tirou da pauta, já colocou da pauta já tirou da pauta, e quem sabe quando a Câmara dos Deputados vai votar? Quer dizer, nós temos sido eficientes, modéstia parte aqui no Senado Federal e corretos com a Câmara dos Deputados. Esperamos receber o mesmo tratamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Não há quem queira discutir, em votação. Votação simbólica, o Projeto que altera a Lei de 98 para incluir categoria de intérpretes ou executantes ou dubladores. Autoria, Deputado bispo Wanderval, Senador Valadares. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Aprovado por unanimidade.

Voltamos ao item 03, Relator, Senador Mão Santa. Altera a Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 96 que estabelece diretrizes e bases na educação nacional com vistas a garantir o atendimento médico e odontológico ao educando no ensino fundamental público, assegurar

a oferta regular da educação escolar, dispor sobre a avaliação do rendimento escolar e do estabelecimento de ensino, criar mecanismos de articulação e de educação superior e educação básica licença periódica dos planos de carreira dos profissionais de e superiores pública. Senador Mão Santa, como Relator, com a palavra. É um Projeto terminativo, votação nominal. Senador Relator Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senador Presidente Paim, Senadores e Senadoras, é muito complexo aqui, mas eu entendo que a maior autoridade hoje em educação nos dias atuais é o professor Cristovam Buarque. E só ele mesmo teria a ousadia de mexer nas diretrizes bases de educação que aquilo foi feito em 10 anos.

Então, é um pouco longo, mas como é para aperfeiçoar a educação e vem da inteligência do professor Cristovam Buarque, que representa aqui a história dos legisladores melhores da educação, como o João Calmon, como Darcy Ribeiro e ele, eu vou ler aqui o Relatório. É complexo. Diretrizes básicas e saiu, foram 10 anos, a sua feitura aqui. Mas eu acho que vai melhorar. O Projeto de Lei do Senado nº. 04/2006, iniciativa do Senador Cristovam Buarque, tem por objetivo promover diversas alterações da lei 9394 de 20 de dezembro de 96, conhecida como Lei de Diretrizes Básicas. Assim são alterados os artigos da lei. Bem como acrescido o art. 5º.

Em relação ao art. 4º é explicitado que o assistente de saúde do EDUCANDO deve incluir o atendimento médico odontológico. No art. 9º o Projeto inclui dever da União de assegurar processo nacional da avaliação do rendimento escolar da educação infantil, quanto às demais etapas educacionais, todas as modalidades devem ser abrangidas no Processo Nacional de Rendimento Escolar.

No concerne ao art. 2 da LDB, a proposição inclui prerrogativa municipal de avaliar os estabelecimentos educacionais de seu sistema de ensino. No art. 56, por sua vez, prevê-se que cada universidade aplicará anualmente o mínimo de 20% dos recursos de receber da fonte orçamentária, da manutenção e desenvolvimento do ensino na oferta de cursos de graduação e pós-graduação, voltados para a habilitação e aperfeiçoamento dos profissionais da educação básica. Assim, como em programa de pesquisa e extensão, diretamente relacionado à melhoria da qualidade da educação básica. Já o art. 67, o Projeto cria para os profissionais da educação básica, superior ou pública licença periódica de seis meses de duração, a cada sete anos no mínimo de exercício profissional. Por fim, no art. 5º, a ser incluído na LDB, estabelece o que se deve entender por oferta irregular da educação escolar pública para

efeito de caracterização de crime de responsabilidade da autoridade competente. Em sua longa justificção, o autor do Projeto... Em sua longa justificção, o autor do Projeto sustenta cada uma das alterções sugeridas e conclui que elas possibilitarão dar um passo adiante para assegurar o direito à educação de qualidade em nosso País. O PLS em tela foi distribuído apenas para essa Comissão, que tem decisão terminativa sobre a matéria. Não foram oferecidas Emendas.

Análise. Uma vez mais, agora por meio de seis alterções da LDB, o Senador Cristovam procura com legitimidade que tem conferir sua marca na educação brasileira, especialmente em sua etapa básica, dirigida, ou pelo menos deveria ser dirigida, a toda a população no País. A primeira alterção que explicita o atendimento médico e odontológico como componente do Programa Suplementar da Assistência à Saúde aos estudantes do ensino fundamental reforçar o dever do Estado estipulado no art. 208 na Constituição Federal. Como lembra a justificção do Projeto a principal iniciativa federal dessa natureza no Programa Nacional de Saúde Escolar, criado em 84, tem como foco hoje a identificação e correção precoce de dificuldades visuais e auditivas que possam comprometer o aprendizado do aluno. O programa executado por meio de repasse aos Municípios selecionados, de 60 por aluno/ano para realização das consultas oftalmológicas e aquisição de óculos além de 60 para consulta médica e outros 60 para consulta audiométricas com fonoaudiólogos.

Ainda que relevante o programa de reduzida abrangente, em 2005, por exemplo, benefícios ganharam apenas 100 mil alunos, em 278 Municípios no universo de 34 milhões de estudantes. Acreditamos que o Projeto em tela poderá estimular a ampliação desse programa, bem como a criação de outras iniciativas voltadas à assistência, à saúde dos estudantes do ensino fundamental público. Todavia, cabe distinguir o apoio suplementar da educação no âmbito da saúde e da estratégia integral de promoção de saúde das crianças e adolescentes. Nas escolas devem ser desenvolvidas ações para identificar problemas de saúde que afetem a aprendizagem dos alunos bem como campanhas preventivas relacionadas à educação em saúde. Porém, o atendimento médico, e odontológico propriamente dito, deve ser coordenado pelo setor de saúde, dos entes federados no âmbito do Sistema Único de Saúde e dos Programas de Atenção Primária à Saúde. Nesse contexto, a família deve permanecer como locus principal de atuação da saúde pública, mediante programas de agentes comunitários e Saúde da Família. Ainda que o Projeto em apreço não crie entraves para [inaudível] cumprir-nos esclarecer o papel que a escola deve desempenhar no que diz respeito à

promoção da saúde. Também merece apoio a sugestão de envolver a União na avaliação da educação infantil, bem como explicar que todas modalidades de ensino devem ser avaliadas pelo Poder Público Federal. Entretanto, uma vez que na educação infantil, como bem aponta a justificção do PLS, a avaliação deve ser feita mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção. Parece-nos mais adequada evitar relacioná-la com a expressão “rendimento escolar”, contido no dispositivo a ser alterado. Desse modo, apresentamos Emenda para conferir nova redação à matéria. Já a previsão de dar aos Municípios a prerrogativa de avaliar o estabelecimento de sistema de ensino merece ser aprovada sem restrições, pois a medida vem corrigir um lapso na relação atual da lei. A mudança proposta para o art. 55 por sua vez merece reservas. A primeira de natureza constitucional. O art. 167 da Lei Maior veda a vinculação de receitas de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvados os casos previstos no próprio dispositivo constitucional. Ao propor uma sub-vinculação pelas universidades dos recursos recebidos a título de manutenção e desenvolvimento do ensino em prol de ações voltadas para a educação básica, o PLS fere o referido mandamento constitucional, afinal, o art. 212 que vincula parte da receita de impostos à educação não contém qualquer norma que sustente esse tipo de aplicação de recursos pela universidade.

Além disso, por mais que a educação básica mereça atenção e deva ser tratada com prioridade, cabe lembrar que o próprio art. 212 em seu § 3º determina que a distribuição dos recursos públicos deve assegurar prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório nos termos do Plano Nacional de Educação. A medida destoia do princípio da autonomia universitária inscrita no art. 277 da Constituição. Por fim, não parece razoável exigir que todas as universidades públicas apliquem 20% de sua maior fonte de receita em ações dirigidas à educação básica. A maioria delas mantém uma [inaudível] de curso e atividade de pesquisa e de extensão. Essa vinculação de recursos, ainda mais dirigida para cursos que se computam entre os de mais baixo custo, acarretaria a paralisação de diversos outros cursos e programas. Ao mesmo tempo, a proposta também criaria dificuldades para as universidades especializadas por campo de saber, como a Universidade Federal de São Paulo, Federal do Triângulo Mineiro, que desenvolvem ações de grande relevância educacional e científica. Porém, com atuação direta significativamente limitada na área da educação básica. A criação da licença periódica, para os profissionais da educação, outra sugestão do PLS tem o mérito de permitir que os educadores das

escolas públicas tenham sua saúde preservada, ao mesmo tempo em que aprimoram sua qualificação. Entretanto, embora a justificação refira-se com objetivos academicamente definidos, o texto do Projeto não faz qualquer associação entre a licença sabática e a capacitação profissional. Além disso, o art. 67 da LDB já prevê para os profissionais da educação aperfeiçoamento profissional, continuado, inclusive com licenciamento periódico, remunerado para esse fim. Parece que as duas licenças se sobrepõem com a desvantagem já sugerida pelo PLS não prevê o afastamento remunerado enquanto a norma atual licencia quanto ao tempo para aquisição da licença bem quanto a sua duração.

Convém lembrar ainda que a instituição de dois tipos de licença remunerada para a capacitação e benefício, deve-se ressaltar, não apenas dos professores, mas também dos demais profissionais que atuam na educação pública. Traria aumento considerável dos custos para os cofres públicos uma vez que demandaria a contratação de profissionais substitutos para desempenhar as atividades do licenciado.

Desse modo, sugerimos nova redação para o dispositivo de modo a associar a licença sabática à capacitação sem excluir a possibilidade de concessão de licenças mais longa em caso, por exemplo, de profissionais que se afastam para cursar uma graduação, um mestrado ou um doutorado. O conteúdo do art. 5º, que tem o nobre objetivo de regulamentar o conceito da oferta irregular do ensino, para efeito de responsabilização da autoridade infratora, merece maiores reservas. Com efeito, a Constituição estabelece que acesso ao ensino obrigatório, o nível fundamental é direito público, subjetivo, e o seu não oferecimento ou oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

Por sua vez, o PLS em exame fazendo referência do art. 208 do texto constitucional dispõe sobre a oferta irregular da educação escolar pública em todos os níveis, etapas e modalidades caracterizando-a como crime de responsabilidade da autoridade competente. Ora, se a Constituição fixou uma norma com características restritivas, não pode a lei ignorá-la, de modo a promover a sua ampliação. O que a Lei Maior limitou não pode a lei estender. Caso contrário, na situação em comento, a característica de prioridade conferida pela Constituição ao ensino obrigatório tenderia a perder-se. Por mais que todos os níveis, etapas e modalidades de ensino mereçam a devida atenção das políticas públicas, é preciso observar as diretrizes constitucionais quanto à fixação de prioridades. Caso o legislador entenda que o princípio do direito público, subjetivo deva

ser estendido para além do ensino fundamental, o texto da Constituição deverá ser Emendado.

Além disso, diferentemente do que importa o PLS a transferência de recurso da União e dos entes federados para os órgãos responsáveis pela educação nos prazos definidos pela LDB, em seu art. 69, não caracteriza oferta irregular do ensino, ainda que possa ter efeitos sobre ele. Por isso, a própria LDB, no § 6º, estipula que o atraso na liberação desses recursos sujeite a correção monetária e acarretará a responsabilização civil e criminal das autoridades competentes. Por sua vez, o descumprimento da carga horária, dos cursos de formação de docentes, da educação básica, diz respeito à oferta irregular desses cursos, por sinal, em grande parte oferecido por instituições particulares. E não da educação pública, como pretende o PLS. De todo modo, aponta outras falhas na formação dos professores de educação básica, que constitui uma limitação considerável, destacar apenas o cumprimento das 300 horas de prática de ensino supervisionado.

Na verdade, um fato raríssimo de responsabilização de chefes do Poder Executivo, por motivo de sua irresponsabilidade educacional, não parece ocasionado pela ausência de normas adequadas para regular a matéria, mas por um conjunto de fatores que caracterizam nossa cultura política. Assim, a questão não será resolvida pelo ato de reiterar a necessidade de cumprir as leis, ou pela edição de normas vagas, de eficácia questionável, como a que se constitui oferta irregular do ensino, o não cumprimento dos dispositivos legais e normas do sistema do ensino que sejam caracterizados como de estrita responsabilidade das autoridades competentes.

Ao mesmo tempo parece evidente que a inobservância de disposições legais, como as relativas ao número de dias letivos, da carga horária e das prescrições curriculares oferta irregular do ensino bastando para a responsabilização dos agentes infratores a mobilização dos prejudicados e a vontade política das demais autoridades. Ater-se a alguns tópicos que caracterizariam a oferta irregular, ainda mais de caráter formal, como os sugeridos pela proposição, abriria margem à interpretação equivocada de que falhas graves como a omissão das autoridades, quanto à alimentação e no transporte escolar, a falta ou inadequação de materiais didáticos ou a manutenção da escola, por exemplo, não constituiriam a violação à oferta regular do ensino. Em suma, ressalva os reparos que julgamos pertinentes apresentar, inclusive mediante o acolhimento de sugestão do Senador Augusto Botelho que, em nome do Governo, protelou aqui a aprovação desse trabalho que revela a experiência e a inspiração do professor Cristovam Buarque. Eu tenho algumas Emendas minhas, mas

jamais atrevera fazê-las se não fosse tendo discutido com o mestre Cristovam Buarque. Porque está aqui o livro do Emerson, que eu entrego aqui ao professor Wellington Salgado que ele diz: Toda pessoa que eu encontro, é superior a mim em determinado assunto. E nesse particular, eu procuro aprender. É o caso que nós temos que nos render à cultura e a experiência do professor Cristovam Buarque.

Então, essas Emendas aqui foi em comum acordo, inclusive com Senador Botelho que reclamava, que protelou aí por sugestão do Governo, foi discutido e assim vai. E então essa é a realidade. E eu já tive ali o sorriso do nosso grande líder que é o Romero, que sem dúvida nenhuma--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos votar agora já que o Relatório já foi lido duas vezes. Isso é muito bom. Não há dúvida.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Em vistas do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, acolhidas as Emendas que foram também já discutidas e lidas. Então esse é o meu parecer, e acho, entendo que o Romero, vamos dizer, o camisa 10 aí do Governo, ele vai permitir que o professor Cristovam faça esses gols em benefício da educação e do futuro do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão. Senador Romero Jucá com a palavra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Apenas para louvar e elogiar o Relatório do Senador Mão Santa. Acho que tanto a ação do Senador Augusto Botelho quanto a ação do próprio Senador Mão Santa melhoraram o Projeto e assim que deve ser feito. Portanto a liderança do Governo encaminha o voto favorável ao projeto com as modificações feitas pelo Relatório do Senador Mão Santa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para discutir Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu quero também parabenizar o Relatório Senador Mão Santa e o autor da proposição, e dizer que tem uma experiência particular nesse aspecto porque lá no sertão da Bahia, em Irecê, nós cuidamos de 540 crianças. A partir do momento que elas tiveram condições de terem óculos e de tratarem de dentes, o rendimento escolar subiu muito. E eu quero lembrar aqui uma proposta do Governo que vai contemplar essa proposição do Senador Cristovam Buarque. É que o programa do médico de família, Saúde da Família, por decisão do Governo, agora vai visitar também as escolas dos bairros. O que vai levar as crianças à oportunidade de tratamento oftalmológico e odontológico. Isso não tira o brilho da proposta. Pelo contrário, ela

mesma fez com que o próprio Governo se antecipsasse e tomasse essa medida que acho fundamental.

Terminando, Sr. Presidente, quero lembrar apenas que... Falo isso aqui até com certo ufanismo. Em 1990, o Brasil tinha 16 vezes menos projetos na área de pós-graduação e mestrado do que a Alemanha. Agora, no ano passado, em 2006, a diferença é de apenas seis vezes. Segundo os especialistas, em 2020 vamos estar empatados. Isso mostra que o Brasil na sua produção estimativa está chegando próximo aos Países mais avançados do mundo. Em relação aos nossos vizinhos da América Latina, América do Sul, especificamente, dos 7000 projetos que são feitos na área de doutorado e mestrado, mais de seis mil são brasileiros. De tal maneira que o Senador Cristovam Buarque toca no assunto importante que é se preservar essa, eu diria, essa política pública, já fizemos aqui a Lei de Inovação, mas de garantir que nossas universidades continuem tendo recursos para apresentar seus trabalhos científicos que, sem dúvida, trarão grande benefício tecnológico para o nosso País. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu ia fazer uma manifestação, mas eu conversei aqui com o Senador Mão Santa e já acertamos os ponteiros. Não vou fazer minha manifestação, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Paulo Paim, Srs. Senadores. Eu quero aqui parabenizar o Senador Cristovam Buarque. Senador Cristovam Buarque é reconhecidamente, senão a maior, uma das maiores culturas com relação à questão da educação. E defensor da qualidade da educação brasileira. Ainda agora acabo de receber aqui um ciclo de Audiências Públicas proposto pelo Senador Cristovam como Presidente da Comissão de Educação, para que se possam debater idéias e propostas para a educação brasileira. Pelo que eu pude ler aqui, bastante profunda as Audiências Públicas, são várias, parece que oito Audiências Públicas que vão ao final propiciar a esta Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A primeira, aproveitando, é quinta-feira às 10h00 da manhã.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso. A essa Comissão para que possamos realmente fazer com que a priorização da educação seja objetiva, seja prática, e não apenas teórica em forma discursiva. Eu quero dar aqui, como disse, parabenizar o Se-

nador Cristovam pelo seu Projeto, parabenizar o Senador Mão Santa pelo seu longo parecer e de forma bastante elucidativa, e dizer que... Pedir ao Senador Augusto Botelho para que possa relatar um Projeto de minha autoria, o Projeto de Lei de nº. 281/2006 que trata exatamente... Eu tinha em reunião anterior, o próprio Senador Cristovam Buarque tinha proposto que nós pudéssemos retirar do Projeto dele que é um Projeto muito mais amplo, muito mais completo do que o meu, para que o meu que é mais simples pudesse tramitar mais facilmente já que o Governo se mostrava contrário ou tinha algumas objeções ao Senador Cristovam Buarque.

O Projeto de Lei 281 de minha autoria ele apenas define para dispor sobre o atendimento médico e odontológico aos estudantes do ensino fundamental público. Esse projeto se encontra com o Senador Augusto Botelho para Relatoria, foi encaminhado, segundo eu tenho aqui a relação, no dia 07/11/2006. Eu então pediria ao Senador Augusto Botelho que pudéssemos agilizar, porque por ser um Projeto bem mais simples, teria de tramitação por parte do Governo facilitada. Eu acho que é da maior importância que se dê atenção de saúde aos alunos do ensino fundamental público. Porque todos nós sabemos e V.Ex^a como médico, que parte do aprendizado é desperdiçado por deficiências de saúde. Seja de visão, seja de audição por parte dos alunos do ensino fundamental público. E eu quero dizer que o Senador Cristovam Buarque ele, além de contemplar essa questão do atendimento médico, ele vem com várias outras propostas para melhorar, aprimorar e qualificar o ensino público brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Augusto Botelho para discutir a matéria.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Primeiramente eu gostaria de elogiar o autor do Projeto e o Relator. Porque esse Projeto ele dá um avanço principalmente em relação ao treinamento, a formação continuada dos professores. É uma coisa muito necessária para melhorar a qualidade da educação no Brasil. E segundo ponto, a parte médica odontológica. Nós, se eu perguntar aos Srs. Senadores aqui ou perguntar a qualquer pessoa, no Brasil nós não temos disponível para a população, de maneira geral, tratamento de canal. Tratamento de canal é consequência de uma doença que começa lá na escola. É uma cárie, que é muito fácil e barato de ser tratada que não é tratada. Quando o Governo implementar esse Projeto de Assistência Médica Odontológica através do Programa de Saúde da Família e outros recursos que possam parecer, nós vamos começar a prevenir o problema do tratamento de canal. Por incrível que pareça essa

semana nós perdemos uma pessoa lá em Roraima um amigo nosso, agricultor do interior, que se relaxou por causa problema de dente, veio a falecer de uma infecção generalizada por causa de um dente. Ou seja, um canal infectado cuja população não tem acesso em sua maioria. O acesso é muito restrito para tratamento de canal nesse País. Nós temos... Eu tenho falado nessa tecla bastante, tenho lutado para aumentar, mas nós estamos caminhando. E esse Projeto vem para facilitar isso. Porque se a gente fizer a prevenção da cárie dentária, prevenção da saúde, nós não vamos ter esse problema.

Então eu gostaria de parabenizar o Senador Mão Santa e agradecer por ele ter permitido que eu conversasse com ele e ele colocado pra gente junto, colocar a sensibilidade dele de médico e a nossa também para poder aperfeiçoar o Projeto. E agradecer e elogiar o Senador Cristovam Buarque também pela iniciativa e agradecer o Sr. Presidente pela oportunidade dessa palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Senador Marconi Perillo, e em seguida como último orador inscrito, Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Gostaria também de me pronunciar, Sr. Presidente.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu queria rapidamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seu apelo Senador, porque alguns Senadores estão preocupados com o quorum.

Então, eu aproveito a sua fala nesse sentido.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Desejo apenas louvar a iniciativa do ilustre Senador Cristovam Buarque, notoriamente um Senador... Notório e reconhecidamente um Senador absolutamente comprometido com a melhoria da qualidade da educação brasileira, ao propor duas modificações importantes em relação à Lei de Diretrizes e bases da educação. Uma alteração que inclui tratamento médico odontológico, uma outra alteração que trata da avaliação do rendimento escolar da educação infantil, e uma outra alteração muito importante que estabelece na LDB, através do art. 5ª A, crime de responsabilidade quando os gestores desobedecerem ou não cumprirem uma série de exigências que estão previstas aqui no conjunto dessa modificação. Portanto, o Senador Cristovam, Presidente dessa Comissão, melhora muito a LDB à medida em que apresenta essas modificações que por certo, após a apreciação, o debate, haverão de ser aprovadas por esta Comissão de Educação do Senado Federal. Devo também louvar o Relatório do

ilustre Senador Mão Santa. Com a participação do Senador Botelho, a liderança do Governo e de outros Senadores que compõem essa Comissão. O Relatório do Senador Mão Santa por certo aprimora e melhora ainda mais o Projeto de iniciativa do Senador Cristovam Buarque. Portanto, todas as adaptações que foram tratadas durante a confecção do parecer do Senador Mão Santa com a colaboração do Senador Botelho, nos trazem a tranquilidade de estarmos votando um Projeto que efetivamente colaborará e muito para a melhoria do nível da educação brasileira. Parabéns ao autor e aos Relatores. Nosso voto será favorável, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Sr. Presidente, eu quero dar o meu apoio à iniciativa do Projeto, ele é meritório. No entanto, o Projeto original é confuso e complexo e atua em duplicidade. Quando tinha lido o Projeto tinha me posicionado contrário ao projeto. No entanto o relatório do Senador Mão Santa melhora muito, ele define, ele clareia. E tira as duplicidades e fica bem melhor o Projeto. Nessa condição eu vou mudar meu voto para que seja favorável, porque acho que agora realmente o projeto ficou bom. E quero cumprimentar o Senador Mão Santa. Aliás, o relatório deixa muito claro as dificuldades, mas ele completa e fica de forma muito transparente e muito tranquilo. Então quero cumprimentar o Relator que melhora bastante o projeto e permite a gente ter segurança no voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Senador Raimundo Colombo pela brevidade aqui, ajudando a nós mantermos o quorum. Senador Cícero Lucena e o Senador Valadares. Um minuto para cada um, com o desconto de 30 segundos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Acompanhar o Projeto do Senador Cristovam, bem como o aperfeiçoamento do Projeto pelo Relator, ex-médico e agora professor, Mão Santa no sentido de que a gente possa avançar nas conquistas da educação. Embora eu, com a experiência que tive de Prefeito, considero que a saúde na escola ela será completa quando estiver funcionando plenamente o Programa de Saúde da Família. Porque eu coloquei uma equipe de odontologia em toda a equipe de Saúde da Família. E isso dispensou então a necessidade de termos um consultório odontológico nas escolas do Município de João Pessoa. Então, acho que o aprimoramento e a universalização da equipe da Saúde da Família irá dar uma melhor condição de verdadeiramente saúde na escola, com os atendimentos especializados em odontologia ou outros setores que se façam necessários. Agora, se me permite, Sr. Presidente, queria

só por questão de sugestão nas idéias propostas do ciclo de Audiência Pública sobre educação brasileira está faltando a Confederação Nacional dos Municípios. Então a minha sugestão é que seja convidado em qualquer um desses fóruns para que ela possa... Sem também deixar de registrar que está tendo um debate agora na sala 09 da Confederação Nacional discutindo sobre o FUNDEB. Então o Senador que tiver interesse de ouvir os Prefeitos eles se encontram agora reunidos logo mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Iremos lá. Senador Valadares, com a mesma brevidade que os outros dois que o antecederam.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): [pronunciamento fora do microfone] Visando colaborar com a velocidade dos trabalhos desta Comissão, eu queria apenas ratificar o que já disseram os demais oradores, e registrando de que a saúde é um direito fundamental prescrito na nossa Constituição. No entanto, direito é algo, assim, declaratório.

Quando o direito se torna uma garantia, aí sim o cidadão absorve aquilo que a Constituição determina. É assim através de proposições como estas que o cidadão se beneficia da Legislação Nacional, principalmente as crianças na escola que vão ter direitos e já têm direitos através do programa de Saúde da Família, mas que não os 34 milhões de estudantes da rede pública não se beneficiam diretamente desse programa. Entretanto acho que você ter o direito de defesa está na nossa Constituição. Mas você não tem a garantia do contraditório, esse direito na prática não existe. É o que esse Projeto quer dizer. Dar a garantia ao cidadão de que os seus filhos terão o direito na escola a receber o tratamento de saúde adequado, e a receber os benefícios do Poder Público através do tratamento dentário e de saúde de modo geral. Eu quero então parabenizar o autor, Cristovam Buarque, e o Relator, por esta iniciativa e dizer que voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em votação. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Casagrande. Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mão Santa. Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Com o Relator Mão Santa e com o autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Com o Relator, Senador Mão Santa. Aliás fez um belíssimo Relatório e também cumprimentar o autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flexa Ribeiro. Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Marcelo Crivella. Senador João Vicente Claudino. Senador Romero Jucá, Senador Cícero Lucena, Senador Wilson Matos.

O Projeto foi aprovado por unanimidade. Submeto de imediato o voto das Emendas. Os Senadores que reafirmam o voto dado ao Projeto nas Emendas permaneçam como se encontram. Aprovadas também as Emendas. Vamos ao também terminativo item 06. Projeto de Lei do Senado nº. 29--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu sou Relator do Projeto de Lei nº. 310/2006, iniciativa do Senador Tasso Jereissati, consta como item 02 da pauta. Atendendo a solicitação do Senador Flávio Arns, que deseja com algumas Emendas aprimorar o nosso Relatório, pediria a V.Exª que transferisse para a Sessão posterior, a fim de que eu possa me entender com o Senador Flávio Arns e com isso elaborarmos um parecer que possa ser consensual no sentido de garantirmos a aprovação desse Projeto que é muito meritório.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está atendido o pedido do Senador Flávio Arns e Senador Marconi Perillo. Senador Romero Jucá com a palavra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Para relatar o item 06, a proposta do Senador Augusto Botelho que é um Projeto autorizativo que pretende criar os campos avançado do Município Rorainópolis(F), Caracaraí(F), Pacará(F) da Universidade Federal de

Roraima. Esse é um Projeto extremamente importante, a Universidade Federal de Roraima é extremamente fundamental para o desenvolvimento e implantação do que nós queremos no Estado de Roraima. Eu fui o Governador do território que implantou o funcionamento dessa universidade, portanto sei da importância da universidade e o parecer é favorável ao Projeto do Senador Augusto Botelho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão. Em votação. Senador Flávio Arns. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Renato Casagrande. Senador Wellington Salgado de Oliveira. Senador Mão Santa. Senador Edison Lobão. Senador Marco Maciel. Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Papaléo Paes. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador João Vicente Claudino. Senador Romero Jucá. Senador Cícero Lucena. Senador Wilson Matos. Senador Papaléo Paes chegou aqui... Sim.

O Projeto foi aprovado por unanimidade. Item 07. Projeto de Lei do Senado 146/2005. Senador Hélio Costa é o autor. Relatoria, Senador Augusto Botelho com a palavra de imediato.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu conversei com o Senador Wilson Matos e com o Senador Wellington Salgado de Oliveira e vou retirar de pauta para discutir melhor algumas divergências.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Retirado de pauta a pedido da Relatoria. Item 08. Como estão ausentes, tanto o autor como o Relator, o Projeto sai de pauta. Voltamos para o item 04. Item 04 não terminativo, indicamos como Relator *ad hoc* o nobre Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, como a matéria

é de suma importância, eu pediria que ficasse para a próxima semana que eu gostaria de me inteirar melhor sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Retirado de pauta a pedido do Relator. Comunicado da Presidência.

Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento de correspondência excelentíssimo Sr. Deputado Gastão Vieira, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, referente ao prêmio Darcy Ribeiro de educação, instituído pela Resolução nº. 30 de 1998 que premiará três pessoas ou entidades cujos trabalhos ou ações merecerem especial destaque na defesa da promoção educacional no Brasil.

Cabe ressaltar que o prazo para a inscrição encerra-se no dia 30 de maio. Ressaltamos ainda que o calendário para discutir idéias e propostas para a educação brasileira, organizado pela equipe aqui e assinado por todos os Senadores sob a liderança do Senador Cristovam, inicia no próximo dia 10, quinta-feira às 10h00. Nessa primeira reunião está confirmada a presença da Srª. Presidente do Conselho de Reitores da Universidade Brasileiras, Vicente representante interino da Unesco, e João Roberto Alves, e ainda Gabriel Mário Rodrigues, Presidente do Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação. Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu quero apresentar um Requerimento extrapauta de pedido de informações nos seguintes termos: Requeiro nos termos do Regimento Interno do Senado Federal que a Comissão de Educação do Senado solicite informações ao Ministério dos Esportes acerca dos entendimentos para a regulamentação da lei 11438 de 29 de dezembro de 2006 que estabelece renúncia fiscal para o apoio direto a projetos desportivos e pára desportivos. A referida lei estabelece que avaliação e aprovação do enquadramento dos projetos apresentados caberão uma Comissão Técnica, vinculado ao Ministério dos Esportes, garantindo-se a participação de representantes governamentais designados pelo Ministro dos Esportes e representantes do setor desportivo, indicados pelo Conselho Nacional do Esporte, cuja disposição organização e funcionamento serão estipulados e definidos em regulamento. Então é um pedido de informações, Sr. Presidente, é uma lei muito importante e eu desconsideraria assim de fundamental importância que esta Comissão, que é de esporte também, acompanhasse a regulamentação desse processo todo, já que esta renúncia fiscal pode ser um elemento propulsor, sem dúvida alguma, para projetos desportivos e pára desportivos. Então este é

o Requerimento que solicitaria de V.Exª para constar como extra pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em votação a solicitação para que esse Requerimento seja votado extrapauta. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em votação o Requerimento nos moldes propostos pelo nobre Senador Flávio Arns. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agradeço a todos. Antes faço aqui um esclarecimento. Ao Requerimento de minha autoria que havia sido aprovado nessa Comissão para uma Audiência Pública para discutir uma situação da Universidade do Rio Grande do Sul em Porto Alegre e por uma questão regimental não será como Audiência Pública, e sim como um seminário, já confirmado a presença do Presidente dessa Comissão, nobre Senador Cristovam Buarque. E temos certeza que outros Senadores estarão lá conosco para a importância do debate da situação difícil que se encontra a UERS lá no Rio Grande do Sul. Já está confirmado também a presença de um representante do MEC. Mais nada a tratar, encerro a presente reunião, lembrando a todos que quinta-feira pela manhã nove horas Comissão de Direitos Humanos. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h32.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2007.

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

1ª AUDIÊNCIA

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia dez de maio de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, João Ribeiro, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Mão Santa, Paulo Duque, Geraldo Mesquita Júnior, Edison Lobão, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Patrícia Saboya Gomes, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Marcelo Crivella e Eduardo Azeredo reúnem-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Renato Casagrande, Fátima Cleide, Sérgio Zambiasi, Valdir Raupp, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo e Papaléo Paes. O Senhor Presidente, Senador

Cristovam Buarque, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, da Ex- Senadora Emília Fernandes, do Deputado Federal Júlio Delgado (PSB/MG) e Senhor José Augusto Trindade Padilha, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior - ABMES. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 013-CE de 2007, de autoria da Comissão de Educação, para realizar um Ciclo de Audiência Pública, com o objetivo de debater as **“Idéias e Propostas para a Educação Brasileira” e o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE**, de autoria do Governo Federal. O Senhor Presidente esclarece que o **Ciclo**, que se inicia no dia de hoje, e se estende até agosto do corrente ano, visa aprofundar o debate sobre Educação Brasileira com a sociedade civil e as várias esferas do Estado. Ao fim serão apresentadas propostas, em forma de proposições, visando sanar as deficiências apontadas e o aperfeiçoamento da legislação. O Senhor Presidente informa ainda que a Comissão, pretende publicar todos os debates na íntegra, e o documento final será entregue ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A Presidência informa, por fim que no intuito de melhor sistematizar os resultados dos trabalhos das Audiências Públicas designa, como relatores setoriais, os seguintes Senhores Senadores: Educação Básica: Senadora Rosalba Ciarlini (PFL/RN) - Educação Infantil, Senador Marconi Perillo (PSDB/GO) - Ensino Fundamental, Senadora Marisa Serrano (PSDB/MS) - Ensino Médio; Ensino Superior: Senador Pedro Simon (PMDB/RS) - Ensino/Extensão, Senador Marco Maciel (PFL/PE) - Pesquisa e Formação; Outras áreas: Senador Flávio Arns (PT/PR) - Educação Especial, Senador Wellington Salgado (PMDB/MG) - Educação a Distância e Senador Paulo Paim (PT/RS) - Ensino Técnico e Profissionalizante. Dando início a 1ª Audiência Pública comparecem: o Senhor Manassés Claudino Fonteles, Ex-Presidente e Membro Efetivo do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB; Senhor Vincent Defourny, Representante da UNESCO no Brasil (a.i); Senhor João Roberto Moreira Alves, Presidente da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional - ABT e Senhor José Roberto Cuvac, Fórum Nacional de Livre Iniciativa na Educação. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, Marisa Serrano, Wellington Salgado, Inácio Arruda, Mão Santa,

Marcelo Crivella, Ex- Senadora Emília Fernandes e o Deputado Federal Júlio Delgado (PSD/MG). O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze e trinta e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação.

15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2007.

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. A presente reunião atende a requerimento aprovado de autoria de toda a Comissão de Educação Cultura e Esporte para realização desta Audiência Pública, com o objetivo de debater idéias e propostas para a Educação Brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação.

Para dar início eu peço ao nosso Secretário Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para que eles tomem assento à mesa. Nós estamos dando início hoje a um ciclo que vai durar meses. Temos 39 convidados até aqui, convidados do setor privado, setor público, da Educação, da indústria, do comércio, da agricultura, políticos, ex-Ministros, para discutirmos, na verdade, duas coisas e uma é mais importante que a outra.

A primeira é responder uma pergunta: Por quê? Por que a Educação Básica no Brasil é uma tragédia? Por que quando comparamos o Brasil com outros países, que tem a nossa renda per capita e que tem o nosso nível de desenvolvimento, nós ficamos tão atrás? E quando comparamos com os países chamados desenvolvidos, aí, nós ficamos absolutamente distantes. Por quê? Agora, a pergunta fundamental não é o porquê estamos assim é: Como vamos sair-se dessa situação? Como dar o salto? Como fazer com que o Brasil não apenas melhore seus indicadores, mas faça uma revolução no nosso quadro educacional? Isso em relação a educação de base.

Em relação à universidade é: Como é que ela vai ajudar a darmos o salto científico e tecnológico, única forma de criar o capital conhecimento, que é a base produtiva do século XXI. Houve um tempo em que a base produtiva era a terra e, nós produzimos cana e açúcar, café, ouro, tudo vinha da terra e dos braços de escravos. Depois, o capital passou a ser as máquinas e, nós, nos industrializamos. Passou esse tempo. Hoje o que gera valor agregado não é nem a produtividade da terra e nem a produtividade das máquinas: é a produtividade do cérebro. A criação das técnicas.

O que tem de valor num microfone como esse é muito menos quem fez esse microfone - que provavelmente foi um robô - de quem desenhou esse microfone, quem inventou a forma desse microfone. Isso vale até para essa água que vem engarrafada e, grande parte do valor dela é do desenho da garrafa é da publicidade. Enfim, o capital do futuro é o conhecimento. E, o Brasil é um país paupérrimo nesse capital. Se formos escolher um produto visível brasileiro que, de fato, tem a ver com o capital conhecimento são os novos aviões da Embraer, um produto do conhecimento; não um produto das máquinas que fabricam, nem mesmo dos operários que ali estão produzindo.

Então, nós queremos saber como o Brasil pode dar o salto para termos uma Educação que ajude a saltar o atraso, que nós temos economicamente em relação aos países desenvolvidos, o salto civilizatório que nós temos e que diminua ou elimine a desigualdade dentro do Brasil, porque aqui também é outras mudanças das últimas décadas. Até pouco tempo atrás a desigualdade vinha da renda, a desigualdade vinha de ter ou não ter emprego e emprego era praticamente, para todos com o mínimo de qualificação técnica. Hoje, não mais.

Hoje emprego só vai existir para aqueles que tenham uma boa formação. Só tem uma maneira de quebrar a desigualdade: é a escola do pobre ser igual a escola do rico. Não tem outra. Não é a renda do pobre ser igual a renda do rico, até porque essa igualdade de renda não vai existir. Agora, a escola pode ser igual, independente da renda dos pais e da cidade onde mora a criança. Nós queremos discutir como fazer isso. Como construir no Brasil escola igual para cada brasileiro, única forma de garantir a mesma chance para todos. Uns vão se desenvolver mais e outros menos, mas por conta do talento, da persistência, da vocação, não da sorte de ter nascido de um pai ou mãe determinados ou ter nascido numa cidade determinada. É isso que nós queremos com essas reuniões.

Isso aqui - sem querer assustar os que estão na mesa e os outros - é uma espécie de CPI do bem. É uma CPI que não visa identificar nenhum culpado

individualmente, até porque nós todos somos responsáveis pelo que acontece na Educação Brasileira. Eu tenho todas as assinaturas prontas para uma CPI, de verdade, para apurar as causas da nossa crise educacional. Eu não dei entrada, ainda, porque eu quero ver se tenho mais ainda do que os 40 que já assinaram, mas também, se de repente, se isso aqui funciona bem, nem vai precisar uma CPI. A gente bastaria ter audiências no lugar da CPI.

Por isso, nós convidamos diversos apresentadores de suas opiniões. Elaboramos uma lista de perguntas para eles - que devem ter recebido às perguntas só para dar início, mas tem liberdade de falar e responder às perguntas que a gente não colocou ali. Não vou ler a lista de todos os 39, quase todos já confirmados. Eu vou ler apenas a lista dos que aqui estão que é o Reitor Manassés Claudino Fonteles, ex-Presidente Efetivo do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Vincent Defourny, que é o Representante da UNESCO no Brasil, João Roberto Moreira Alves, Presidente da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional e José Roberto Cuvac, do Fórum Nacional de Livre Iniciativa na Educação.

Vocês vejam que a gente está misturando as pessoas. Nós não estamos fazendo um dia sindicalistas, vai ter sindicalistas, mas virão juntos com donos de escolas. Virão juntos com especialistas, tanto da parte tecnológica, como está aqui o João Roberto Moreira Alves, como da parte geral da Política, como o Vincent Defourny. E eu quero dizer, também, que a idéia é publicar um livro no final e dividirmos em três áreas, três grupos.

A primeira. Educação Básica, em que colocamos três relatores, um para Educação Infantil, outro para Ensino Fundamental e outro para Ensino Médio. A Senadora Rosalba Ciarlini, que aqui está, o Senador Marconi Perillo, que deverá chegar em breve e, a Senadora Marisa Serrano, respectivamente Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Dois para o Ensino Superior, o Senador Pedro Simon, a idéia é Ensino Extensão e o Senador Marco Maciel, Pesquisa e Formação. E outras áreas, como Educação Especial, o Senador Flávio Arns. Educação à Distância, o Senador Wellington Salgado de Oliveira. E, Ensino Técnico e Profissionalizante, o Senador Paulo Paim. Essa é a idéia. Desses oito, dois ainda não confirmaram, os outros estão confirmados.

Então, eu vou passar a palavra na ordem que eu citei os nomes. Dar 15 minutos para cada um, depois terão mais tempo para continuar, quando tivermos as perguntas. O Reitor Manassés é o primeiro a quem eu passo, citando aqui a presença da nossa Senadora que está aqui presente, Senadora de sempre, Emília

Fernandes; do Célio Cunha, que é uma figura exponencial da Educação no Brasil; do Marcos Formiga, que é um dos nossos convidados e que está presente e todos vocês.

Eu passo então a palavra ao Professor Manassés Claudino Fonteles, para fazer uso da palavra, tentando responder essas duas grandes perguntas, mas sobretudo a seguinte: O que fazer? Professor Manassés.

SR. MANASSÉS CLAUDINO FONTELES: Muito obrigado, Senador Cristovam. Eu fico muito feliz de estar aqui nesta Comissão representando o Conselho de Reitores, sobretudo na condição de ex-Presidente da Associação Nacional de Universidades Estaduais e Municipais, ex-Presidente do Conselho de Reitores, que deixei há alguns meses e, Membro do Conselho Deliberativo do Conselho de Reitores, na condição de ex-Presidente.

Primeiro, porque eu admiro muito a sua campanha e a sua luta, inclusive, como candidato a Presidência da República em favor da criança, da escola e, sobretudo, pelo nivelamento da escola. E o meu contraponto a esse é exatamente: O que deveríamos fazer em relação às Universidades? A Universidade de São Paulo foi o grande exemplo de Universidade que começou correta. Trouxe cem doutores do Exterior e montou na década de trinta uma Universidade, que é paradigma maior que nós temos no nosso País. Eu não sei por que se perde tanto tempo, durante cerca de quase 75 anos, para se procurar outros modelos quando o modelo já existia, o modelo que modelo que a USP criou. Quer dizer, começar com a competência.

O outro ponto, que depois os paulistas deram uma outra lição - eu estou aprendendo a ser paulista, porque eu estou lá quase há hora quatro anos - foi exatamente com a UNICAMP. Queriam se colocar a questão da tecnologia em relevância, novamente a UNICAMP começa de uma maneira certa, trazendo inúmeros doutores, com os quais Zeferino Vaz chega a cunhar aquela velha frase: "Como se faz uma universidade com cérebros, cérebros e cérebros". Então, se esse princípio tivesse sido mantido dentro do Sistema Federal Brasileiro de Universidades, ou dentro do Sistema Estadual ou dentro do Sistema Municipal ou dentro do Sistema Comunitário, nós teríamos certamente uma Universidade hoje, com igualdade nacional.

Na realidade o que nós temos é uma diferença muito grande e pergunto: Por que com o Ensino Básico no Brasil, realmente, não funciona? Por que a Educação Básica nossas crianças não aprendem? Não aprendem porque na maioria dos locais aonde não se aprende, a Universidade também é desigual, a Universidade é frágil. E, fica-se combatendo outros demônios, combatendo, por exemplo, o ensino privado que é um erro.

Combater o Ensino Comunitário que é outro erro ou combater determinados vícios, que a gente tenta encontrar nessa sistemática. Na realidade, nós não podemos fazer Universidades que formem bons professores e bons licenciados, se essas Universidades não têm biblioteca, se elas não têm computadores, se elas não têm laboratórios e ficam-se criando outras Universidades, Universidades até desnecessárias.

O Estado de São Paulo tem 25 Universidades. O Presidente da República resolveu criar Universidade do ABC. Seria muito mais lógico, que ele tivesse pegado uma das Universidades como por exemplo, a UNIFESP ou a Universidade Federal de São Carlos e tivesse colocado um braço dessas Universidades ali, para poder desenvolver aquilo que já é o maior Estado do país em termos de competência, seja de natureza federal, de natureza estadual, municipal, de natureza particular ou de natureza comunitária, tendo as melhores praticamente Universidade que se localizam no País. Porque tanto o segmento privado, como o segmento comunitário, como o segmento estadual, como o federal, estão em alta qualidade representados naquela Universidade. Eu ao invés de fazer uma Universidade no ABC, eu resolvi fazer Universidade em regiões remotas do País aonde não temos doutores, aonde não temos mestres, aonde não temos bibliotecas e etc.

Então, no dia em que essas Universidades fossem semelhantes ao Banco do Brasil com as suas agências - seguindo aqui o modelo de paradigma que o nosso Senador defendeu e tem defendido durante muitos anos. Se a gente pegasse essas Universidades, a gente fosse criar Universidades, que mesmo novas elas acompanhassem aqueles paradigmas de excelência que nós temos no País, aí sim, eu acredito. Porque eu só acredito que Universidade funcione com competência, seja ela de qualquer origem. De qualquer origem. Agora, não há um programa no País para as licenciaturas; não há Professor de Matemática; não há Professor de Física; não há Professor de Biologia; não há Professor de Química no País, como é que nós vamos ter um ensino que preste?

A França quando depois da guerra, depois da Linha Maginot, ela percebeu que não tinha condição de vencer tecnologicamente os alemães, ela começou a fazer uma grande reforma. E, essa reforma começou pelo ensino das Ciências e, sobretudo, pelo ensino de Matemática. Então, nos precisamos ter escolas que tenham Professores bem formados nas suas regiões, já que no próprio Rio de Janeiro, há um ano atrás eu falava com o Secretário de Ciência e Tecnologia, e ele dia: "O grande problema que nós temos hoje nas escolas do Rio, é que nós não podemos ter bons Professores de

Física, de Química e de Matemática para ensinar nas escolas”. Se a Universidade não forma as escolas não prestam. Se elas não prestam os alunos não prestam, porque não aprendem. Então, as avaliações não podem ser melhores, elas têm que ser sempre piores.

Repentinamente, aliás, nos 40 anos do Clube eu lancei esse mote, de como a UNESCO estava vendo o Ensino Básico no Brasil. E, foi muito boa aquela reunião, mais pela comemoração dos 40 anos do Clube, como foi pelo verdadeiro debate que se formou em torno do Ensino Básico e do Ensino Fundamental no nosso País. Nós precisamos ter crianças com bons Professores; nós precisamos ter crianças em tempo integral; nós precisamos ter crianças que sejam bem formadas nas áreas, inclusive, da Ética, da Filosofia, começar cedo. Achar que essas disciplinas, que elas já não são mais necessárias? Isso é um equívoco. Nós temos que ter a formação humanística dessas crianças cedo, inclusive, em Música, em Línguas, em Filosofia, em tudo que se imagine, inclusive, nas Ciências, Matemática, Física, Química e, sobretudo a língua nacional. Porque se nós não cuidarmos na língua nacional, daqui há pouco nós vamos impor esse português errado, dessas novelas horrorosas que se passa dentro dos lares nacionais, com todos os riscos da gente, lentamente, estar fazendo uma verdadeira mutilação da nossa língua.

Então, eu acho que as duas coisas andam juntas. É muito difícil você chegar e dizer que, perto da Universidade da Harvard tem uma escola de formação infantil de qualidade inferior, porque não tem. Não tem. Agora, se as Universidades do Brasil. Nós temos 160 Universidades no Brasil que tem uma certa qualidade, dessas nós podemos dizer, que apenas 60 têm pesquisa de qualidade. Isso inclui algumas Universidades particulares, várias Universidades Comunitárias, algumas Universidades Estaduais, algumas Universidades Federais.

Nós temos Universidades que não têm inclusive o número de mestres e doutores adequadamente, chamados para ensinar nesses locais. Eu tenho que criar incentivos para pessoas saírem para as regiões remotas para que... Do jeito que a gente trouxe os cientistas da Europa para fazer a USP, nós precisamos fazer uma migração interna. Pegar cientista de São Paulo, de Brasília e colocar esses cientistas nas Universidades periféricas de qualquer natureza. O que importa é a competência, não é a origem da Universidade. Depois, quantas Universidades nós temos hoje que se destacam do ponto de vista das 500 melhores Universidades do mundo? Cerca de três Universidades no País, inclusive, duas de São Paulo e uma do Rio de Janeiro. Só entra o UFRJ nesta lista. E, nós

temos pelo menos 10 ou 12 Universidades Federais de ponta, boas, mas não chegam a entrar numa lista mais distinta de publicações etc.

Então, o mesmo princípio em que nós precisamos nivelar as escolas para cima, fazer aquilo que se chama hoje no jargão internacional da *up grade*, nós precisamos fazer com as Universidades também. Não ainda está criando mais Universidades se nós não estamos cuidando da qualidade, se o conhecimento não existe, se as patentes não existem. Não serão geradas patentes. O Brasil ocupa um dos lugares extremamente desfavoráveis em número de patentes. Melhoramos nas publicações? Melhoramos graças a CAPS, que é realmente o grande instrumento da pós-graduação no País. Agora, estão corrompendo a CAPS, porque estão querendo a CAPS para fazer outros programas, para ajudar noutros aspectos do ensino que não funciona dentro do MEC.

Então, eu até fiquei admirado com a quantidade de portarias que o Ministro lançou em 2007, relacionados a escola, porque até então o MEC estava dormente. Nós não estávamos percebendo que essas escolas estavam melhorando. Claro, que melhoramos as políticas agora com o FUNDEB, já tínhamos o FUNDEF, isso realmente vai ter impacto, mas não se resolve só com o dinheiro. Se resolver com políticas adequadas, tem que ter gente. E Zeferino Vaz, cérebros, cérebros, cérebros dentro da escola, dentro do Curso Secundário, dentro do Curso Superior, dentro dos Mestrados, dentro dos Doutorados. O Brasil não tem um prêmio Nobel. O Brasil não tem um prêmio Nobel e tem Ciência, poderia ter Ciência para isso. Publica em boas revistas? Publica sim, mas publicam elite. Publica pouca gente.

Eu posso dizer isso, porque eu publico, sou um dos autores mais citados na minha área. Poucos são na realidade os atores de grande citação que nós temos no País. São poucos. Ainda somos poucos. Melhoramos muito? Melhoramos. Ocupamos a 16ª posição no ranking de publicações das Universidades, mas é muito dispar fica tudo concentrado no Centro-Sul do País. Nós não temos uma política em que os cérebros pudessem migrar dentro do País, para levar conhecimento novo. Se estabelecer no Macapá, se estabelecer no Sul do Ceará, no Cariri, aonde nós temos uma região extremamente rica. E essa região que difere do semi-árido, luta para fazer um estabelecimento federal lá, juntando a Paraíba, juntando Piauí que está do outro lado da montanha, o Ceará que está do lado de cá e Pernambuco que está na outra ponta.

Entretanto, depois de uma luta muito grande, nunca se conseguiu nem fazer nem uma parceria público/pública. Está se fazendo é parceria público/privada. É importante. Mas uma Universidade Estadual, não

conversa com a Federal, uma Federal não conversa com a Estadual. Eu quase que fui espancado no Ceará quando fui Reitor, porque propus na Universidade Federal, que a biblioteca de lá fosse aberta para os nossos estudantes de pós-graduação na Estadual. E não consegui! Vim conseguir com a UNIFOR, a Universidade de Fortaleza, que é privada, que cedeu a biblioteca. Então, se não existe parceira. Nem entre Universidades dentro de um Estado - e eu não vejo essas parcerias sequer no Estado de São Paulo, aonde as coisas acontecem melhor, porque tem mais dinheiro. Tem a FAPESP que hoje tem mais dinheiro proporcionamento do que o CNPQ.

Então, se nós não mudarmos essas políticas públicas de competência de formação, para produzir uma pesquisa que seja uniforme no País, que a gente tenha uma quantidade bolsas... O Professor se aposenta na USP, se aposenta na UNICAMP, se aposenta na Universidade Católica do Rio Grande do Sul que é muito boa, oferece a esse Professor uma bolsa para ele ir morar no Maranhão, no Sul do Maranhão; antes que queiram dividir o Maranhão em dois Estados por interesse político, antes que se faça essa divisão vamos colocar uma escola boa lá feito por escolas. Não no ABC. Eu quero é no Sul do Maranhão, eu quero é no Sul do Ceará, eu quero é no Sul de Pernambuco, aonde a miséria, a ignorância, as escolas não têm, às vezes, sequer os livros adequados para os alunos estudarem.

Se a gente não mudar isso não ainda dinheiro, não ainda estar aumentando o número de instituições se a qualidade não melhora. Essa qualidade passa pelo funcionário, que tem que se treinado, pelos técnicos, pelos bibliotecários, senão existe biblioteca não tem bibliotecário. E, às vezes, tem bibliotecário e não tem biblioteca, porque não tem nem o que o bibliotecário fazer porque a quantidade da livro é diminuta. É preciso a gente fazer, realmente, eu concordo com o Senador. Isso vale muito mais do que muitas outras CPIs que foram feitas anteriormente. Qualidade no Ensino Superior, reflete qualidade no Ensino Básico. Qualidade no Ensino Básico retroalimenta o Ensino Superior. Querem ver um exemplo?

Um dos maiores programas desse Governo foi o ProUni, que a gente discutiu, batalhou. Muitos alunos entravam na escola privada de qualidade e não conseguiu terminar, mas o ProUni, ficou limitado aqueles são tão pobres, que às vezes, não tem dinheiro para ir pra Universidade. É preciso, então, que a gente redimensione o ProUni, talvez estender um pouco a lateralidade, ao invés de ser três salários mínimos, talvez, chegar a dez salários mínimos. O sujeito com dez salários mínimos tem condição de viver nesse País?

Tem condição de botar o filho na Universidade? Ele tem que comprar o livro, tem que assistir com a bolsa. Então, se esse ProUni, por exemplo, que está sendo feito ele vier a melhor, para a gente aceitar mais. Nós não temos esses 10% que estão deixando de continuar, muitas vezes, porque não tem condição de mesmo aceitos, acompanhar os estudos na Universidade.

Eu acho que eu fico por aqui, porque o meu tempo acabou.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao Professor Manassés Claudino Fonteles e deixo para debatermos a sua fala, depois da apresentação dos outros. Eu passo a palavra, agora, ao Doutor Vincent Defourny, que é o representante da UNESCO no Brasil.

SR. VINCENT DEFOURNY: Muito obrigado, Senador. Muito obrigado, por dar-me essa oportunidade de falar, de participar dessa audiência dessa ilustre Comissão.

A UNESCO, na realidade, ao longo de sua história tem procurado examinar as tendências, tendências para antecipar-se mediante apresentação de propostas e o estabelecimento de grandes consensos em torno de temas considerados fundamentais para o desenvolvimento humano. A título de exemplo, parece-me oportuno lembrar a Declaração Mundial de Educação para Todos, de John Kennedy em 1990, também, o Marco da Ação de Dakar em 2000. Também todos os instrumentos da UNESCO sobre a diversidade, a diversidade cultural, que é muito importante e muito interessante.

Nesta linha a UNESCO lançou em 2005, um informe mundial sobre sociedade do conhecimento *Towards Knowledge Societies*, devido às implicações dessas novas tendências para a Educação, creio ser oportuno apresentar nessa oportunidade algumas reflexões, sobre a importância de uma política de qualidade de Educação para a inserção dentro do Brasil na sociedade do conhecimento. Porque a reflexão sobre a sociedade do conhecimento, permite rever o próprio conceito de desenvolvimento. O crescimento não pode ser considerado como um fim em si mesmo. Ao dar ao conhecimento uma acessibilidade inédita e valorizar o desenvolvimento de capacidades - como o Reitor falou agora mesmo -, a revolução tecnológica, mas sobretudo a revolução educativa poderão facilitar a instalação de um novo conceito de desenvolvimento humano. Para Amartya Sen(F), o pilar central do desenvolvimento humano e ou sustentável, é a busca das liberdades fundamentais da pessoa. E achamos que na Educação se encontrar chave disso.

O conhecimento é um poderoso instrumento de luta contra a pobreza porque essa luta não pode ser

reduzida, exclusivamente, ao fornecimento de infra-estruturas ou execução de projetos, que dependam de financiamento externo. O acesso à informação e ao conhecimento é igualmente importante ou até mesmo fundamental. O êxito alcançado por alguns países asiáticos na luta contra a pobreza, se explica em grande parte, por sucessivos investimentos na Educação, na pesquisa, na inovação, no desenvolvimento. O exemplo desses países asiáticos e, de outros que avançaram nas últimas décadas, devem ser meditados por muitas nacionais em desenvolvimento, em particular pelo Brasil.

Nessa perspectiva a noção de sociedades do conhecimento, não pode ser reduzida a um privilégio exclusivo do países do Norte. Devem ser também um novo enfoque do desenvolvimento para os países do Sul. Não podemos ignorar que o mundo é globalizado. É certo que o fenômeno da globalização não é novo, não é recente. Grandes navegações, comércio de escravos são outros momentos da globalização. Todavia, a sociedade de conhecimento, constitui uma alternativa para evitar o que aconteceu e o que vêm ocorrendo nos dias atuais, isto é, que há os que globalizam e os que são globalizados.

A brecha cognitiva existente entre os países do Norte e do Sul, representam um dos maiores desafios para a inserção dos países em desenvolvimento na sociedade do conhecimento. Vivemos em um tempo em que 20% da população mundial, concentram em suas mãos 80% dos recursos do planeta. A brecha cognitiva acumula os efeitos das diferentes brechas, observadas nos principais âmbitos constitutivos do conhecimento; acesso a informação, a Educação, a ciência, a tecnologia. A informação é potencialmente uma mercadoria que se compra e se vende no mercado e sua economia é baseada na escassez. Ao contrário, o conhecimento pertence a qualquer mente capaz de pensar e sua economia é baseada na multiplicação. Um provérbio africano diz: Que o conhecimento e o amor são semelhantes. Por quê? Aumentam quando compartilhados, por isso, o conhecimento não pode ser considerado uma mercadoria como os demais.

O saber, o conhecimento, representam um bem comum que pode e deve ser compartilhado por todas as pessoas. Nenhuma pessoa deve ser excluída. Uma sociedade de conhecimento deve integrar cada um de seus membros e promover novas formas de solidariedade. Por isso, a aplicação e utilização do conhecimento devem ser eticamente reguladas. As novas tecnologias de informação e da comunicação permitem uma difusão, com certeza, generalizada do conhecimento. Esta é uma oportunidade única para os países menos desenvolvidos, recuperarem o tempo perdido e

diminuírem a dependência cognitiva. Nesta direção, a criação de redes e de comunidades de aprendizagem, representam uma alternativa promissora.

É importante para o futuro da sociedade evitar que a especialização do mundo conduza a divisões entre as civilizações cognitivas, com base na produção de conhecimento e nas civilizações consumidoras do conhecimento. É preciso superar a posição assimétrica entre produtores e usuários de conteúdos cognitivos. A construção uma economia e de uma sociedade de conhecimento, depende da promoção criativa da diversidade pela Educação. Depende de uma nova ética do conhecimento ancorada em seu aproveitamento compartilhado e na cooperação. Uma escola pública de qualidade para todos, tem o poder de democratizar e compartilhar o conhecimento. O aproveitamento compartilhado do conhecimento é a pedra de toque das práticas e valores que devemos estar na medula da sociedade de conhecimento. Por isso, é importante o aproveitamento compartilhado de todas as formas de aprendizagem de Educação, disponíveis na Educação.

A idéia de cidades educadoras lançadas pela UNESCO nos anos 70, caminham nesse sentido. Uma cidade educadora se instaura, quando se consegue gerenciar a riqueza da diversidade e aproveitá-la no contexto da sociedade do conhecimento. A situação crítica da Educação Brasileira tem sido amplamente divulgada, tanto pela imprensa, quanto pelas autoridades do País. As avaliações realizadas pelo SAEB, ENEM, PISA e outros relatórios de monitoramento mundial da UNESCO, que são divulgados regularmente, revelam a magnitude do desafio. Um desafio que não poderá ser superado em poucos anos, mas que se tornou urgente.

A inserção do Brasil numa sociedade mundial do conhecimento, começa pela reforma da Educação Básica. E nesse sentido, nessa direção, o PDE pode representar um início promissor, na medida em que ele que consiga mobilizar e fortalecer a crença da sociedade brasileira, no poder transformador da Educação. Nesse sentido a idéia de um compromisso amplo, unindo às forças políticas e a sociedade civil num pacto suprapartidário, pode ser uma alternativa para assegurar a continuidade e a sustentabilidade das políticas. E, o momento de uma união nacional pela Educação. Na qualidade e na ética, estão os principais pilares da reforma educacional brasileira. A inclusão sem qualidade dificulta e pode impossibilitar o País, de inserir-se como instituição no circuito contemporâneo de mudanças.

Em recente reunião dos Ministros de Educação da América Latina e do Caribe, realizada em Buenos

Aires o mês passado, a UNESCO procurou introduzir um enfoque de direitos humanos no conceito de qualidade na Educação. Respeito aos direitos, relevância, pertinência, equidade, eficiência e eficácia, são os conceitos maiores desta noção de qualidade de educação. O direito à Educação, se exerce na medida em que, às pessoas além de ter um acesso a escola, possam desenvolver-se plenamente e continuar aprendendo. Isso significa que a Educação terá de ser de qualidade para todos e por toda a vida. Sob esse aspecto destaca-se a importância da educação infantil e da escola integral. São condições indispensáveis para a melhoria da qualidade: Uma Educação de qualidade e a que permite processar, com sucesso, a transição da informação em conhecimento. Em decorrência é a que permite desenvolver a motivação para uma Educação permanente ao longo da vida.

As mudanças que estão em curso requerem uma Educação continuada. Todavia, não será possível dar segmento à política da Educação Básica para todos, sem prosseguir ao mesmo tempo à luta contra o analfabetismo. A Educação ao longo da vida, pode oferecer uma resposta à crescente instabilidade do emprego. Muitas pessoas precisam trocar várias vezes de emprego na sua vida. Ao mesmo tempo que se torna necessário um enfoque para a Educação aproveitando, inclusive, o potencial das várias tecnologias da informação e comunicação, não se pode perder de vista a finalidade maior do processo educativo; que é fazer com que todas as pessoas crianças, adultos aprendam e dominem os códigos fundamentais requeridos pela sociedade do conhecimento. Por isso é importante reinventar a Educação e fortalecer seus fundamentos.

Uma sociedade do conhecimento é uma sociedade de aprendizagem. As ferramentas básicas ler, aprender, compreender, escrever, dialogar, calcular, argumentar, desenvolver um raciocínio etc. Tem relevância maior para sair do barulho e da confusão, induzida pela sobreinformação e pela lógica consumista. A clareza, o rigor e o espírito crítico, são chaves do conhecimento, da inovação e também da cidadania. Por isso, os educadores que têm uma longa história no desenvolvimento de seus conceitos, que tem também diversas estratégias para colocar na mente das pessoas esses conceitos, esses educadores possuem um papel fundamental e central, nesse momento da melhoria da Educação no Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço o pronunciamento do Doutor Vicente. Passo a palavra ao Professor João Roberto Moreira Alves.

SR. JOÃO ROBERTO MOREIRA ALVES: Em primeiro lugar, nós queríamos parabenizar a Comissão

de Educação e, especialmente ao Senador Cristovam, pela iniciativa de caminhar em idéias é efetivamente em propostas. Na verdade, ao longo desses últimos 250 anos de Brasil, nós procuramos analisar e pesquisar muitas idéias. Nós procuramos até por uma questão de facilitar uma sequência de interpretação, fazer menção a alguns antecedentes históricos. Esses antecedentes históricos que são marcados ao longo de nossa História. Se nós remontarmos a 250 anos atrás, vemos uma frase traçada, especificada, por Marques de Pombal, na primeira, que poderíamos dizer Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde em seu texto estabelece D. José I, que: “Desejando eu não só reparar os mesmos estudos, para que não acabem de cair em total ruína a que estão próximas”, então, estabelece como esse fundamento a necessidade de uma modificação do Sistema Educacional Brasileiro. Implanta-se em 1759, o primeiro processo de estatização do ensino e a criação de amarras extremamente fortes, para o Sistema Educacional.

Reportando há alguns anos à frente nós temos um outro pronunciamento de um ex-senador e Presidente, inclusive, dessa Casa, Visconde de Sinimbu: “A instrução para ser útil deve ser sólida, não basta oferecer o ensino é preciso realizá-lo e dirigi-lo. O professorado não é somente uma vocação é também uma carreira. Como poderá a modesta carreira de Professor, achar candidatos com os requisitos necessários mediante o módico pagamento?” Ainda, no mesmo século, Princesa Isabel trazia a menção: “A instrução primária deve ser generalizada por todos os modos”. São três pronunciamentos que vêm de 1700 o 1800, que trazem posições muito semelhantes com o que nós vemos nos dias de hoje.

Mais recentemente, já no século passado no início do século, 1906, há uma frase colocada por um ex-Ministro da Educação, Ministro Encarregado da Área de Educação, já que não existia Ministério da Educação: “Que o ensino chegou a um estado de anarquia e descrédito que, ou faz-se uma reforma radical ou é preciso aboli-lo de vez”, ou seja é um posicionamento radical, que traz no início do século anterior. “Manifesto dos Pioneiros”, retrata em 1932: “Que na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva a importância e gravidade ao da Educação”. Em 45, já um ato Legislativo, dentro dessa fúria Legislativa estabelecida pelo MEC: “Não será permitido o funcionamento de estabelecimento que não remunere condignamente os Professores”.

Entrando já nessa reta final desse nosso século e já iniciando, agora, temos um pronunciamento do ex-Presidente, Fernando Collor, hoje Senador: “No Brasil é preciso reconhecer a ausência de uma po-

lítica educacional de longo prazo, digna deste nome. Constitui a maior de todas as nossas dívidas sociais. Em meu Governo, a Educação é e continuará a ser a prioridade absoluta”. E agora dias atrás, o Presidente Lula, reafirma praticamente os mesmos princípios do início da primeira menção, que é exatamente: “Que estou mais convencido do que nunca, que nós temos uma enorme dívida com o povo brasileiro na área da Educação. Então, se os senhores observarem, temos 250 anos de pronunciamentos bastante semelhantes e que deve exatamente à necessidade de partimos para mudanças. Essas mudanças que vieram ao longo do tempo, inclusive, dos termos.

O termo “instrução”, é um termo do início do século passado, a transição do século XIX, para o século XX. Mudaram, depois, para “ensino” aos anos 20. A “Educação”, aos anos 30. E hoje, a palavra central é “aprendizagem”. A própria Inglaterra, já tem o Ministério da Aprendizagem e do Conhecimento, aboliu o termo “a Educação”. No cenário atual temos 162 mil escolas de Educação Infantil e Fundamental, 23 mil de Ensino Médio e, 2200 de Ensino Superior, que são onde trabalham os profissionais da Educação, não muito definidos, quantitativamente de forma correta e 60 milhões de estudantes.

Esse cenário, na realidade, traz como um passo e uma consequência, sobre a grande mudança dos Ministros na Educação. Desde o Primeiro-Ministro, José Bonifácio de Andrade e Silva 1822, até hoje, em 184 anos tivemos 168 Ministros encarregados da área da Educação. Ou seja, o prazo médio de validade, considerada de um Ministro: 0,9. E menos assim, se nós retiramos Gustavo Capanema e Paulo Renato, essa média vem para: 0,8. Nos planos de Governo, se nós observarmos muitos inclusive recentes, que ao invés de levar a Educação para o século XXI, muitas das vezes levam à realidade e propostas já absorvidas no século XIX.

Então, nós temos, se nós observamos inclusive o mais recente plano, algumas observações que são necessárias de se ver. E focamos no Plano de Desenvolvimento da Educação que, na realidade, são três Projetos de Lei, ou talvez um pouco mais, que possam ser encaminhados, sete decretos, 13 Portarias e um conjunto de boas intenções. Na realidade, o grande foco hoje colocado no IDEB, no Índice de Desenvolvimento de Educação Básica de Avaliação que, nessa última avaliação foi de 0,3 a 6,8, é exatamente um ponto que mostra a diversidade da Educação Brasileira e o insucesso dos programas anteriores. É extremamente tímido e nós acreditamos que os Srs. Senadores e os senhores Parlamentares, possam ajudar a mudar esse quadro e essas perspectivas de metas, que nós

levemos 15 anos para modificar um pouquinho esse cenário.

Na verdade, nós precisamos de ações muito mais agressivas, para que nós não tenhamos em 2021 como previsto no plano, índices tão baixos e principalmente índices abaixo de uma linha razoável, de países que hoje estão já considerado ultrapassados em termos de Educação. Se nós olharmos isso numa projeção pelo avanço tecnológico, avanço das Ciências, nós teremos um quadro extremamente desfavorável ao Brasil, se atingirmos essas metas que são metas consideradas razoáveis para boas pelo Executivo Federal hoje.

Bom, o Sistema Educacional Brasileiro, na realidade, ele é centrado ao redor de escolas e aprendizes com fundamentalmente a ação dos Professores. É aí que nós vamos nos ater um pouco mais, na necessidade de mudanças e propostas concretas. Os gestores educacionais são fundamentalmente importantes, a infra-estrutura, não há dúvida que temos que caminhar e, os conteúdos que temos que também mudar fortemente esse projeto.

Agora, a formação dos profissionais da Educação, que esse é o ponto central, que nós entendemos que é o grande problema da Educação Brasileira, ainda é feito nas escolas normais de nível médio e nos Institutos de Ensino Superior, as Instituições de Ensino Superior. Tivemos avanços, tivemos a criação por Darcy Ribeiro, dos Institutos Superiores de Educação, retrocedemos hoje, mas na realidade eles são os responsáveis pela formação dos Gestores e do Professores. E esse cenário é exatamente onde, principalmente, se coloca muito. Há uma disfunção do processo educativo brasileiro.

E aí, apresentamos algumas propostas dentro do que nós é colocado, pelo nosso querido Senador Cristovam. É necessário que a gente observe, que a formação do Professor em nível superior, não traz reflexos diretos na melhoria dos padrões de qualidade. Isso hoje é constatado. Na verdade, a formação superior não representa, necessariamente, pelo que se vê hoje no Brasil, uma melhoria dos padrões de qualidade, especialmente porque o foco, os conteúdos dos cursos de formação de docentes nas Universidades, ele está apresentando um enriquecimento do saber. Entretanto, não traz uma praticidade que permita que mude aquela realidade que é necessário em nosso País. Uma proposta: A criação de um Programa de Pós-Graduação Média.

Nós temos no Brasil o hábito de falar em pós-graduação só superior. Em outros países e o próprio Brasil, já tem alguma experiência pequena ainda da pós-graduação de nível médio, são aquelas que não têm a possibilidade acesso à graduação, mas que

mediante um sistema de continuidade, um sistema de aperfeiçoamento é possível melhorar o seu conteúdo sem ter a possibilidade do acesso. Óbvio, o acesso é o ideal para todos nós, mas sabemos que o Brasil, pelas dimensões territoriais que têm e pelas dificuldades operacionais, demorará muito a ter uma universalização dos Professores com formação superior. E, essa proposta é uma proposta prática que com formação e serviço, ao invés de exigir a curto prazo uma formação superior; reduz prazo, melhora a qualidade da Educação e reduz, também, os custos de formação.

Uma segunda proposta, parte do princípio que o Professor não tem a quem recorrer em suas dúvidas. A relação se extingue da formatura. Hoje o jovem quando conclui o seu Curso Superior ou o seu Curso Médio, na área da formação de Professores em todas as outras áreas, extingue naquele momento essa relação. E acreditamos que ser necessária a criação de um sistema de apoio ao Professor. Uma linha direta, principalmente, do suporte do conteúdo de tecnologia. Seria aquilo que nós poderíamos dizer: Uma garantia do produto, a garantia da formação do seu Professor. E operacionalizado pelas Universidades, Centros de Estado, Faculdades e todas as Instituições de Ensino Superior.

Dentro dessa linha de propostas um outro fato também fato constatado: É que os docentes e gestores em serviços, foram formados em cursos desfocados com a modernidade. Aprendeu-se muita Filosofia, muita base que é importante, mas na verdade, tem um foco bastante no século passado. Se constata a necessidade da criação de programas emergenciais para requalificação dos docentes. É aquilo que a indústria poderia chamar como *recall*, ou seja, toda vez que um veículo, um carro, sai com uma peça defeituosa, chama-se e substitui-se essa peça. Isso seria perfeitamente possível, criar um vínculo com a Instituição de Ensino, manter dentro de uma mesma linha de apoio, que as instituições pudessem considerar e chamar esses alunos, esses seus ex-alunos para melhorar, focar novamente nesse processo de uma requalificação profissional.

Uma quarta proposta. Inexiste um sistema que permita a atualização do Professor e do Gestor. O processo de Educação Continuada, fala-se muito. Nós temos algumas propostas, inclusive, agora, da Universidade Aberta do Brasil, que na realidade, não é Universidade e nem é aberta, mas traz características bastante semelhantes a um consórcio. Não é uma Universidade é um sistema de Universidade, mas que traz na verdade uma contribuição positiva. E é necessário, entretanto, que exista maior segurança para o Professor e o Gestor, no seu cotidiano. Então, há um

necessidade a curto prazo de um sistema de Educação continuada.

Uma penúltima proposta, parte de um fato que é um fato constatado e discutido propriamente nas casas, principalmente legislativas, que os conteúdos pedagógicos dos Cursos de Formação de Docentes-Gestores, estão defasados e fora do contexto da modernidade. Nós temos hoje: Ensina-se aquilo não é útil e aquilo que é necessário, [soa a campanha] fica-se dispensado. A proposta de formar um novo Professor, para um novo aluno em um novo Brasil. E a última proposta exatamente, parte do princípio, do fato, que os Professores estão sem as ferramentas da modernidade. E aí, surge a necessidade da criação dos meios que permitam a aquisição, a manutenção, o acesso, a modernização dos instrumentos de trabalho, numa escola moderna que seja capaz de proporcionar a formação plena dos brasileiros.

Nós não podemos continuar esperando 15 anos para que mude um cenário da Educação. De todas as propostas apresentadas, não há dúvida nenhuma que a mais importante, no nosso modo de ver é a formação, o aperfeiçoamento do Professor. Assim, ficam as nossas sugestões, as nossas propostas. E estamos prontos a contribuir nessa caminhada, Senador, com a certeza do êxito pela sua liderança.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Agradeço ao Professor João Roberto. Passo a palavra ao Professor José Roberto Cuvac.

SR. JOSÉ ROBERTO CUVAC: Em primeiro lugar, parabenizá-lo pela brilhante iniciativa de trazer esse tema para o Senado. E V. Ex^a, iniciou sua fala com uma frase muito interessante “a necessidade da se fazer uma CPI do bem”. E a CPI do bem para a Educação, sem dúvida alguma é algo extremamente necessário, sobretudo num País tão carente como o nosso.

O Fórum da Livre Iniciativa na Educação, ele é composta de diversas entidades representativas de Ensino Superior, a ABMES, a ANACEU, o SEMESP, COFENEM, ABRAF, ANUP, que são entidades que hoje representam os segmentos universitários, desde Universidades, Centro Universitário e Faculdades. E dentro inclusive da sua proposta e da sua indagação: Que fazer? Já preocupado com isto a pouco mais de dois anos essas entidades se reuniram e criaram o Fórum, exatamente, para traçar e para elaborar documentos e encaminhar às autoridades e sobretudo, ao Ministro da Educação, em relação a políticas públicas de Educação. O ensino particular do Brasil ele tem uma representação muito grande.

Eu vou dar alguns números aqui para vocês terem uma idéia. Hoje o número de IES no Brasil, Instituições

de Ensino Superior: O total de 2165, 1934 são privadas; das matrículas, um total de 4453, 3261 privadas--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [inaudível] Milhões.

SR. JOSÉ ROBERTO CUVAC: Milhões, desculpa. Número de concluintes: 522. Números de funcionários, 359 mil funcionários na iniciativa privada; em relação ao público, 215. A massa salarial hoje por ano, envolvendo o ensino particular é de 11 bilhões por ano. A participação do PIB, aproximadamente, 1%. A geração de renda indireta, em torno de um bilhão por ano. As instituições possuem 405 mil computadores; 4100 bibliotecas; 45 milhões de livros; 12 mil laboratórios; 17 milhões de metros quadrados construídos. Formam por ano 24 mil Professores, nas IES públicas. Em relação a custo/aluno numa escola privada e pública é um terço. Mas por que nós estamos dando esses números? Porque imaginava-se, que o tamanho e com a importância do setor, o Ministério da Educação, chamaria também os segmentos privados para discutir o próprio Plano de Desenvolvimento da Educação.

Entretanto, esse documento nós ficamos sabendo pela imprensa assim como todos os demais setores. Mas curiosamente, quando a instituição privada ela é chamada ou precisa-se dela para algum tipo de programa, imediatamente, ela é chamada a colaborar. Um exemplo típico disso é o Programa Universidade para Todos, o ProUni. O Programa Universidade para Todos que é o ProUni, ele só existe porque as instituições fizeram adesão a esse programa, caso contrário, realmente ele não existiria. Houve um enorme esforço, inclusive, de todas essas entidades representativas, no sentido de que essas instituições aderissem ao programa. Muito embora, o texto original da própria Medida Provisória 213, ela sofreu alteração e sobretudo às entidades filantrópicas, as entidades beneficentes de assistência social, foram extremamente prejudicadas com essas medidas.

Aliás, eu não sei qual é o motivo da fúria fiscalizatória, no que diz respeito às entidades de assistência social. São entidades que têm um compromisso social muito grande, de inclusão social fantástica pelos seus programas de assistência e de bolsa de estudo, mas que vira e mexe elas perderam a sua condição de imunidade. E hoje, até a própria Medida Provisória 340, que foi convertida em lei, ela deu um prazo de mais um ano para que se regularizasse a situação. Entretanto, o próprio PL 920, que tramita na Câmara, ela trouxe como uma novidade da possibilidade das instituições através dos certificados e, reconhecendo às dívidas existentes, poderem trocar certificados por dívidas, mas com alguns problemas.

O primeiro, porque aumentou a taxa de risco do FIES, que era de cinco--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [inaudível] Trocar os certificados por dívidas ou por vagas?

SR. JOSÉ ROBERTO CUVAC: Por vagas. E aí, tem uma questão: Como que o FIES hoje funciona? O risco das entidades que hoje ingressam, que aderem ao programa do FIES é de 5%. Pelo Projeto de Lei, passa a ser de 50%, que é um risco realmente muito grande para instituições em caso não de não pagamento. As instituições só vão poder usar os certificados, dos débitos fiscais gerados anterior a fevereiro de 2001. De 2001 para frente, não vão poder utilizar para pagamento dos seus débitos. Então, realmente, isso acaba criando uma série de problemas em relação ao setor privado. Algumas questões que o Senador encaminhou para as instituições, nós poderíamos citar e podemos encaminhar inclusive, Senador, os vários documentos que foram elaborados pela entidades.

Desde 2001, basicamente, o setor privado tem produzido uma série de documentos em relação à reforma universitária, principalmente, porque iniciou em função disso. Mas depois disso, em relação a políticas públicas na Educação foram elaboradas uma série de documentos, que acho que isso pode ser subsidiado no âmbito da Comissão. Essa primeira questão que foi colocada aqui, é em relação a possibilidade, o que se entende como necessário ter um Ministério, exclusivo, para Educação básica, a primeira pergunta que foi colocada para nós.

Nós entendemos que a questão, não é de ter Ministério próprio para Educação Básica. Isso por si só, não resolveria a questão. Parece que o Vincent colocou algumas questões que me parecem fundamentais. O compromisso, o senhor colocou muito bem, que precisa ter um compromisso da sociedade civil junto com todos os setores, para ter uma política para inclusão e uma política de qualidade para Educação. E isso se faz em parceria com todas as entidades, desde Sindicatos dos Trabalhadores, como Sindicatos de Professores, como também entidades representativas, como é o caso da ABMES. E, isto no Plano de Desenvolvimento Educacional, não foi dada esta oportunidade, para que essas entidades pudessem se manifestar em relação ao Plano de Desenvolvimento Educacional. Tem um outro ponto e que a gente tem observado em relação a esta Casa.

Existem hoje 13 Projetos de Lei que tramitam sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, esses Projetos de Lei estão voltados para quê? Para possibilidade de utilização do Fundo da Garantia, para pagamento de mensalidades escolares. São 13 projetos de diversos Partidos, desde à base até da oposição.

Isso significa dizer que há uma camada, realmente da sociedade, que não tem acesso ao Ensino Superior. O Plano Nacional de Desenvolvimento que estipulou, uma meta de 30% de alunos em Curso Superior na idade da 24 a 30 anos, se não tivesse hoje a iniciativa privada, nós teríamos apenas 4% nessa faixa etária. Entretanto, chegamos a 11, mas estamos muito distantes ainda em relação à necessidade de cumprir as metas do Plano Nacional da Educação.

O Fundo de Garantia pode ser sim, um dos requisitos de financiamento, para que o aluno possa suportar o pagamento das mensalidades. Porque o Programa Universidade para Todos, ele tem um problema de origem, porque ele estabelece... O ProUni, o seguinte: Que o aluno ele só pode fazer parte do programa se ele tiver estudado em escolas privadas ou pública e, que não tenha gasto nenhum percentual em relação a pagamento de mensalidades escolares. Entretanto, ele pode ter até pago alguma coisa naquele período e, hoje, estar numa situação de carência. Então, esses alunos simplesmente, tem condição a acesso ao Programa Universidade para Todos.

Curiosamente, um dia saindo do Ministério da Educação, tinha uma senhora esperando o Ministro. E ali, aguardando o Ministro, foi falar com o Ministro, solicitando a inclusão do seu filho no ProUni. O Ministro, olhando a situação do aluno verificou que não podia, porque ele pagou 10% de mensalidade no primeiro ano de curso. Entretanto, a situação dele hoje é uma situação de absoluta carência, assim como os outros. Então, esses alunos não têm possibilidade de inclusão. Algumas propostas no Fundo de Garantia, inclusive, atrelam até a condição social também do aluno. Até seis rendas per capita, a própria Maria do Rosário, que é uma das Reladoras do Projeto dizia para nós, de que a sua irmã, ela não teve condições de pagar as mensalidades e teve que fazer um acordo com a empresa, para resgatar o Fundo de Garantia com o objetivo de pagar as mensalidades escolares.

E o Governo trabalhou contra, tem trabalhado contra esses Projetos de Leis, mas nós temos demonstrado que pelos dados do próprio PNAD, quando o aluno sai da Universidade, ele conclui o seu curso, ele tem um acréscimo de 20% a 30% na sua renda, o que significa dizer, que vai ter um acréscimo, também, no Fundo de Garantia daqueles que são empregados. Então, essa é uma outra maneira de inclusão. O próprio Programa Universidade para Todos, o setor privado insistiu muito que se privilegiasse os Cursos de Formação de Professores e, não que as vagas fossem colocadas da forma que foram; que se privilegiasse, realmente, porque faltam Professores.

A Rádio Jovem Pan em São Paulo, que tem um alcance nacional, ela tem feito um programa no seu jornal da manhã. Ela tem feito uma série de relatos em relação à situação hoje do aluno da escola pública em São Paulo. E o que tem ocorrido nos relatos? Você percebe que os alunos não sabem escrever, não sabem ler, o raciocínio lógico, praticamente não existe. Alunos da 8ª série: $4 + 4$, não sabe quanto é. E os pais não conseguem compreender, como que tiveram o menor número de tempo de instrução em escola, tem o maior preparo do que seus próprios filhos. Isso tem sistematicamente sido denunciado na Rádio Jovem Pan, a ponto e realmente, de você ver o relato chega a dar uma tristeza muito grande, uma depressão de verificar qual é o futuro dessas crianças?

O Senador colocou uma proposta aqui pelo ofício, de que o regime seja integral nas escolas, uma das indagações é nesse sentido, sem dúvida, que seria o campo do ideal. Agora, obviamente, que as metodologias também precisam ser diferentes, para que o aluno possa permanecer na instituição, tem que ter Educação Física, tem que ter Artes. Tem que ter uma série de atividades, para que ele realmente permaneça na instituição.

Eu morei muito tempo em Ferraz de Vasconcelos, que é um município da grande São Paulo e, fui fazer uma visita numa região. E, Ferraz de Vasconcelos é um município grande, 250 mil habitantes a 60 quilômetros de São Paulo, da capital. O bairro não tem acesso, ainda, ao saneamento básico. A escola fica distante. E a pergunta que se faz para o aluno, para criança, aluno da 8ª série: “Eu te der dez reais, a passagem é dois reais. Quanto sobra?” Ele não sabia responder. Depois, eu falei: “Então, coloca qualquer número”. Ele colocou: 7, 8. [soa a campainha]. Realmente, a dificuldade é muito grande.

E hoje, como o ensino privado tem dependendo da localidade, 40% de ociosidade inclusive em relação a espaço físico, grandes parcerias podem ser feitas, em relação ao Ensino Superior. E, várias propostas foram encaminhadas nesse sentido. O que se pede, sempre, é que haja vontade política por parte do Estado, mas por outro lado, dê-se condições para que tenha um diálogo com a atividade privada, para demonstrar quais são seus problemas e, ao mesmo tempo, quais suas propostas, trabalhar no regime de parceria.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou abrir a palavra aos Senadores. Normalmente, a gente passa a palavra para aquele que fez a convocação, isso vai ser impossível nessa audiência, porque todos assinaram. Então todos aqui, estão na mesma situação. Eu vou passar, então, por ordem de inscrição.

Estão inscritos o Senador Flávio Arns, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Wellington, nessa ordem. Senador, Flávio.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Qual o tempo que o senhor vai dar para os três... Cinco minutos--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É difícil para o Senador determinar tempo para outro Senador, tem que chamar o Senador Renan Calheiros. Mas obviamente, para que a gente possa ter uma boa dinâmica--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Acho que seria o mais rápido possível

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quanto mais curto melhor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, quanto mais curto melhor. Mas eu quero a exemplo do que todos já fizeram, enaltecer o esforço de V. Ex^a., Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a., diz que todos nós assinamos e de fato assinamos e todos nós achamos importante. Mas é fundamental destacar a iniciativa, o esforço da Presidência, da Comissão de Educação, e que se isso seja, um debate da Comissão é muito importante. A gente sabe assim do dedo de V. Ex^a., nesse encaminhamento todo.

Quero cumprimentar a todos, também, porque estão participando desse primeiro evento. E dizer, da satisfação de estarmos debatendo esse tema, dentro do Senado Federal e na Comissão de Educação. Realmente, são mais considerações, que eu gostaria de fazer em relação às falas.

A primeira delas é em relação a um aspecto que eu acho não foi abordado adequadamente assim em termos da abordagem necessária, da ênfase necessária, que é em termos do financiamento da Educação. Quer dizer, o financiamento da Educação. Em quê sentido? Se nós achamos que alguma coisa é prioritária em nosso País, eu sempre digo: "Vamos olhar no orçamento, para ver se é prioritário. Se houver dinheiro para aquilo é prioritário, se não houver dinheiro não é prioritário, é demagogia". O dinheiro significa a concretização de uma idéia.

E quando nós pensamos e aprovamos noutro dia, discutimos, pelo menos, o salário-mínimo, o salário básico para o Professor de 800 reais no Brasil. Eu digo: "Olha, não tem salvação! 800 reais". Quer dizer, dois salários mínimos, um pouco mais, para uma jornada de 40 horas por semana, oito horas por dia. Eu digo: "Olha, é impossível. Nós temos que ter recursos". Quando foi falado em tecnologia, por exemplo, elementos à disposição e tudo, não é? Materiais. A gente precisa ter, mas precisamos do Professor. O Professor precisa ser valorizado. Para ser valorizado precisa ser bem pago, senão acabou tudo, não adianta pensar em escola

bem construída, computador e tal. Eu digo: Professor. E Professor, bem pago, bem remunerado.

Por isso que eu, inclusive, no quadro do Sistema Operacional, eu colocaria sempre Professor em primeiro lugar. Professor estar lá, conteúdo, infra-estrutura e tal, são outros elementos fundamentais no processo, mas destacar esta presença do Professor, do Educador, aí... Porque o Professor é motivado, vai para a Faculdade, se tem dinheiro faz o curso, paga as contas, não vai ficar pensando em como pagar água, luz, telefone, enquanto está dando a aula e coisas semelhantes. Eu acho que a gente devia, pelo menos bater mais da tecla da Educação.

Prefeito quer ajudar, o Governador, muitas vezes quer ajudar, mas o Sistema Tributário em nosso País é extremamente injusto, porque os Prefeitos e Governadores têm acesso a distribuição do bolo dos impostos. E nos últimos anos todos, para que não houvesse essa divisão de impostos com Municípios e com Estados, foi criada a figura da contribuição, CPMF é contribuição não é imposto. E a contribuição, esta figura da contribuição, 100% fica com o Governo Federal. E hoje, o Brasil arrecada mais contribuições do que impostos.

Então, a gente precisa, eu acho que se houvesse uma distribuição... Por exemplo, discute-se a CPMF: "Vamos distribuir 20%, 30% da CPMF para Estados e Municípios, para aplicarem na Educação". Por exemplo, isso significaria 10 bilhões, 12 bilhões por ano para Educação. Então, eu acho que nós temos que pensar... A mesma coisa da criança e do adolescente.

Nós queremos que a criança [soa a campainha] vá para a escola, a criança de rua, o menino de rua. Claro, que queremos! Educação é tudo, mas só que a gente vê o apoio que esse pessoal tem que ter, olhamos no orçamento e o orçamento não prevê coisas para esta criança e adolescente. Então, não é prioridade. Então, nós temos que fazer orçamentariamente, o assunto se tornar prioridade. DRU, Desvinculação dos Recursos da União, tirar 20% da Educação para utilizar em outras coisas. Não pode. Então, assim, uma decisão política importante.

Mas assim, o Doutor Vicente Defourny, que está aqui, representando a UNESCO, que é um prazer revê-lo, depois do Dia Mundial da Ciência e Tecnologia para a Construção da Paz, que nós celebramos o ano passado. Agora, eu pensaria assim, bem rapidamente, em relação a alguns pontos, quando o Doutor Manassés colocou, cérebros, cérebros e cérebros. Eu não sei assim, se o Brasil precisa tanto de cérebros, cérebros e cérebros; precisa, porque eu sou Professor da Universidade, também, lá da Universidade Federal do Paraná.

Mas eu acho que a gente precisa sim, criar essa mentalidade, nas Instituições de Ensino Superior de terem o compromisso com a sociedade, que o senhor procurou enfatizar, em termos de Pesquisa, de Extensão, de Docência. Que a Instituição de Ensino Superior, esteja bem inserida naquele contexto. Eu não sei o que senhor pensa disto, descentralizadamente, eu concordo. Por que criar, uma nova Universidade? Se não é melhor ter um braço daquela Universidade naquele local.

Estudando o IDH, a gente vê que o IDH nas regiões onde existe uma Escola Técnica Federal, CEFET, ou onde existe uma Instituição de Ensino Superior, o IDH aumenta, quer dizer, pela simples presença de uma Instituição de Ensino Superior. Então, a gente fica se questionando: Por que criar Escolas Técnicas ou CEFETs ou Universidades, em regiões já desenvolvidas? Como o senhor coloca. Eu acho que esse é um ponto que... Levar isto para as regiões, assim, deprimidas, economicamente, socialmente, seria interessante.

Só em relação, ao Doutor João Roberto, assim uma apresentação bastante prática, também, concreta. Só não gostei da palavra "*recall*" dos Professores. Quer dizer, foi colocado, eu acho que o Professor se sente, assim o *recall* é realmente um defeito, um defeito de fabricação. E eu diria, assim, que esse *recall*, do Professor--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [inaudível] Desculpe, incomodar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, porque a gente pensa assim, quando nós olhamos a formação para modernidade ou para coisas do passado. O que é modernidade? E o que são coisas do passado? Porque a gente via, quando eu fiz a Faculdade, também. E, o Professor era valorizado, não é era a informação propriamente que era importante, mas era a formação. Como fazer com que a pessoa pense de uma determinada maneira, sobre um determinado assunto. O que distingue uma boa instituição, de uma instituição menos capaz? É a maneira, a forma como o Professor conduz, na minha opinião, o aluno a pensar de uma maneira diferente. Aí não precisa ter conteúdo. O próprio conteúdo, quer dizer, a pessoa é a formação da pessoa. Então, mas eu vejo assim, que são coisas importantes, aspectos importantes.

Me preocupa, por exemplo, que 90% dos alunos de Pedagogia, numa pesquisa dizem que: "Não querem dar aulas nas séries iniciais". Então, essa formação profissional da Educação: Por que não porque dar aula? Porque não conseguem viver, eu diria. Porque se conseguissem viver o pessoal diria: "Não, eu quero dar aula, porque além de gostar eu posso viver". Então, 90% dos alunos não querem dar aula, formados

em Pedagogia, nas séries iniciais. E é Professor bom, qualificado.

Então, é uma discussão que se faz: O que fazer para cinco milhões e 600 mil alunos que estão na 1ª série do Ensino Fundamental, quando a taxa de natalidade é de três milhões e 600 mil? Tem dois milhões de alunos que estão excessivamente na 1ª série. Por quê? Porque repetiram, tiveram problemas e tal. E a mesma coisa no Ensino Superior, que o Doutor José Roberto, colocou. Hoje em dia nós temos mais vagas em Faculdades, do que alunos se formando no Ensino Médio, uma explosão.

Então, não é necessariamente o caso, de que uma instituição, que custa um terço da pública, uma privada, seja melhor do que a pública, porque a gente tem que pensar, o Ensino, a Pesquisa, Extensão, tudo isto. E como existem instituições privadas excelentes e instituições públicas, também, excelentes e outras com menos. Mas a gente pensar no ProUni, que foi levantado 11 mil vagas em aberto, no ProUni.

Quer dizer, são 11 mil pessoas que estão deixando de para Universidade, porque as vagas estão em aberto. Então, nós temos que nos debruçar. Não pode 11 mil, inclusive, com bolsas integrais, três mil; oito mil com bolsas parciais. Nós temos que cuidar disso FIES, o FGTS. Até tive ocasião de apresentar um desses projetos, é o meu projeto, mas não para utilização de FGTS. Para nós criarmos uma carteira educacional, a exemplo do que existe com a carteira habitacional, para que seja uma coisa rotativa, também, para que todo mundo tenha acesso à carteira educacional. Não é um projeto só de minha autoria, em conjunto com o Ministro, hoje Ministro, Valfrido Mares Guia e com o Gastão, Deputado Gastão, lá do Maranhão, Gastão Vieira. Então, uma carteira.

Mas eu quero só parabenizar, me estendi demais, Sr. Presidente, também, mas dizer da satisfação de ter o Doutor Vincent Defourny e discutimos muito sobre Ciência, Tecnologia, o Conhecimento, a Era do Conhecimento: Se vamos nós tornar aí, também, submissos ao conhecimento acumulado de

outros países? Como é que a gente pode fazer com que tudo isso, se construa a paz? Então, são considerações só. Mas dizer da satisfação de estar participando desse evento e de tê-los aqui na Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com palavra a Senadora, Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero também cumprimentá-lo e cumprimentar a Mesa, porque realmente, acredito que esses ciclos transformados em livro, vai

nos dar e, dar a todos os brasileiros, a oportunidade de ouvir e de ler, também, sobre as questões fundamentais da Educação, que afloram nas nossas discussões.

Mas eu quero ser mais objetiva nas minhas colocações, agradecer muito a presença dos nossos convidados, mas colocar algumas questões fundamentais. E depois, vou pedir licença ao Presidente e aos convidados, para poder ir a outra Comissão que me pediram, para dar uma possibilidade de ajudá-los lá. Mas eu queria falar um pouquinho. De tudo isso que foi colocado, há alguns questões que nós podemos, acho que, extrair daqui para a prática.

Nós vamos votar o FUNDEB, aqui nessa nesta Casa, proximamente. E nos índices para todas as áreas, não se percebe a prioridade em que área vai ser dada nos próximos anos. Esses índices são fundamentais. Se a prioridade vai ser dada para a Educação Infantil, não se pode ficar com 0.8. E não se pode colocar a creche, como sendo ensino de quatro horas, enfim, educação de quatro horas como as outras foram colocadas, a educação regular e a escola de tempo integral.

Se nós estamos preocupados com os jovens, com Ensino Médio, com Ensino Profissional, primeiro emprego, há que se ter também uma diferenciação. Os governadores fizeram uma pressão muito grande, para que o Ensino Médio tivesse um índice maior, porque aos Governadores cabe o Ensino Médio, a obrigatoriedade. Mas eu acredito que mostrar a prioridade através dos índices, já é um rumo para o País. É nisso que nós vamos apostar nos próximos anos, com recurso maior nessa área, para que a gente possa ter a consecução do objetivo que nós quisermos. E aí a Educação Infantil, que vai ter uma demanda muito grande a partir de agora; a Educação Infantil vai ter condições de ser, pelo menos, oportunizada a mais crianças nesse País.

Quero falar, também, num segundo item. Foi dito aqui muito, e eu concordo que a formação dos Professores é uma questão básica neste momento e, sempre é, mas neste momento, para a mudança no cenário nacional da Educação. E aí, se falou em melhorar as nossas Universidades--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [inaudível] Derubou o Presidente--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Derrubou o Presidente da Comissão--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [inaudível] Fala que foi o anterior--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [inaudível] Se não é o próprio--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se não é o próprio. Pode deixar em cima da mesa, por favor, depois eles colocam. Melhorar as Universidades.

Adequar os currículos das Universidades. Eu não estou vendo nenhum movimento, para que se adequem os currículos às necessidades do País e às necessidades, da população brasileira. E nem pela região.

Quando foi instituído o PAC, eu fui à tribuna para dizer, que eu não acredito em desenvolvimento que não seja através da Educação. E que não vai ser investindo no PAC, que nós vamos garantir a regionalização e o crescimento, e o desenvolvimento das regiões brasileiras. [soa a campainha], não vamos fazer crescer o Norte, o Nordeste, o Centro-Oeste, que não seja através de específico na Educação. Aí eu ouvi aqui, colocar pessoas, cérebros, lá no Norte e no Nordeste. Sem incentivo, coloque aqui: Sem incentivo financeiro ou outro tipo de incentivo, não vai acontecer. Não vão para o seu Interior do Ceará, como não vão para a minha fronteira com o Paraguai e com a Bolívia, já que eu sou de Mato Grosso do Sul.

Outra coisa, que eu queria colocar aqui: Inserir a Universidade na comunidade, melhorar a Extensão. Não é essa Extensão, que nós estamos vendo nas nossas Universidades, que vai fazer... A UNICAMP, poder estar ali. Vai ter uma favela ao lado e, não vai ter integração entre UNICAMP e a favela. Nós não temos essa cultura. As Universidades continuam encasteladas. Falar da CPMF. Eu tinha colocado aqui, e o meu amigo, Flávio Arns, nós somos muito ligados Flávio, me colocou aqui.

Os Governadores estão fazendo uma proposta e fizeram um acordo com os Prefeitos: Dos 100% que hoje é para a União, ficariam 70% para a União, 20% para os Estados e 10%, para os Municípios. Só que esses 20 para os Estados e 10 para os Municípios, Senador Flávio, seriam para a saúde. Foi a proposta dos Governadores por escrito. Então, cabe também a nós, desta Comissão discutirmos.

Para haver saúde nesse País, para que o povo busque a saúde, para que o povo tenha condições de reivindicar, de lutar, de brigar, de ler uma bula de remédio, precisa da Educação. A Educação vai puxar a Saúde. Então, eu acho que está na hora desta Comissão, também, antes que os Governadores e o Prefeitos, façam esse fechamento em torno da Saúde, que a gente tenha obrigação aqui, de que desses 20% e 10% sejam para a Educação, se é a Educação for prioridade. Para fechar aqui, eu falei que não ia falar tanto e tão objetivo, mas no PDE, foi colocado oito bilhões, em quatro anos, dois bilhões por ano. É muito pouco pelas nossas necessidades.

E encerrando, a questão humanística. Eu acho que é fundamental que as nossas crises desde pequena, discutam e aprendam de uma forma lúdica, claro, esse problema da ética, dos nossos valores,

das nossas liberdades fundamentais, da democracia, da liberdade. Isso é a formação, principalmente numa América Latina, que me preocupa muito hoje em dia. Mas também a União Nacional pela Educação, que o Doutor Vincent colocou aqui. Como fazer a sociedade achar que a Educação é importante? Ela ainda acha que é mais importante ter uma sacola de alimentos do que lutar pela Educação. Fazer a sociedade ficar do nosso lado nessa luta é um dos meus questionamentos, também.

Sr. Presidente falei demais, me desculpe, mas quis colocar algo pontual, que me preocupa muito nessa hora da Educação. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A Senadora não falou demais, falou bem. Eu só quero dizer, que com relação a uma coisa, esses dois bilhões do FUNDEB não é dinheiro novo. Só 800 milhões é novo, 400 já estava no FUNDEF. E, foi reduzido Educação de jovens e adultos e Ensino Fundamental.

Então, dinheiro novo da Educação--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só 800.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E um pouquinho do Ensino Infantil, inclusive. Dinheiro novo do FUNDEB, são 850 milhões. Isso eu acho mui grave e não tem passado essa visão para opinião pública. O Governo insiste que está colocando dois bilhões, na verdade, está colocando 850 bilhões.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador, depois o senhor podia, na sugestão que o senhor fez, há um levantamento que nós podíamos trazer na terça-feira, de quando no FUNDEB os Estados entram, os Municípios entram e quanto a União entra.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós temos.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, o FUNDEB é muito mais da sociedade brasileira do que uma apropriação do Governo. E, muito pouco que o Governo Federal está investindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, senhores convidados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Eu não conheço o Dr. Vincent, porém, os demais membros da Mesa eu acompanho há muito tempo, desde quando eu era garotinho. E pode mudar o Ministro que for, eles vão estar sempre trabalhando pela Educação, sempre lutando, sempre se adequando às normas, que cada vez lá do Ministério é uma máquina da fazer Portaria,

a verdade é essa, mas estão aqui sobreviventes. E a cada Ministro - eu participo de algumas reuniões e sempre dizem: "Não, vai melhorar". E quando vêm, aparece uma nova criatividade. A criatividade nova, aí a gente fala: "Mas eu estava estão feliz com a anterior". Me lembro disso, desde lá do Ministro do Rio Grande do Sul. Mas eu queria fazer algumas colocações pelos que foram debater, o que foi colocado pelos expositores.

Eu não vou parabenizar o Presidente, porque já parabenizaram tanto, mais eu vou parabenizar, também. Então, parabéns pela convocação, para não ficar fora dessa. Mas a questão do Fundo de Garantia, eu acho muito difícil ser usado para financiar a Educação, porque eu tive oportunidade de ver aqui, o pessoal da Caixa Econômica vir passar para uma Comissão, eu não me lembro qual que foi, eu não sei se foi da própria Educação, como é constituído o Fundo de Garantia, qual conteúdo que tem e, se eu não me engano, acho que 75% eram depósitos sobre um salário-mínimo. Um salário-mínimo. O bolo era constituído por 75% de depósitos de salário mínimo. Uma coisa absurda. Eu não acreditei e eles mostraram corretamente, então, eu acho difícil.

Com relação a Ensino à Distância, concordo plenamente, como colocou o João Roberto, que a questão a gente... O MEC ainda não definiu bem, que é Educação Aberta o que é Ensino à Distância. Eu coloquei isso pessoalmente para o Ministro aqui, mas vejo, também, como um bom começo. Vejo a questão de levar esse *recall*, que o Senador Flávio Arns bem colocou e não aceitou essa palavra, mas já que foi colocada aqui pelo Professor vou repeti-la. Para que possam esses Professores de locais, aonde não possa chegar essa melhoria da Educação, o Ministro quando cria esse Ensino à Distância, mas, na verdade é uma maneira de chegar a esses Professores, não têm acesso aos novos conhecimentos e novas tecnologias. Eu acho que é um bom começo, nesse momento o Ministro Fernando Haddad está sendo bem feliz.

A questão das filantrópicas. Isso é algo que tem que ser bem explicado. Quando foi liberado para que se tivesse Instituição de Ensino Superior no País, a legislação obrigava todas a serem sem fins lucrativos e filantrópicas. Isso era uma obrigatoriedade. E hoje, chamam-se de "filantrópicas", como foi usado. Quer dizer, obrigam a ser e, depois, que você monta toda uma estrutura, vem e se começa a fiscalizar. Você tem todos os certificados que a lei manda. Você faz tudo certo e o INPS vem e te atua, diz que você está devendo e você tem que ir para Justiça para ganhar, mas enquanto você não ganha você é devedor. Isso é o que está acontecendo hoje.

Agora, se tirar do todo mundo, tirou de todo mundo! Agora, o que não pode é tirar de algumas e outras não. Então, você acaba mexendo no mercado. Um mercado que já vem há anos assim. Então, os que têm o certificado lutam por ter. Alguns mantenedores, não têm nem conhecimento da legislação, porque de repente, está muito longe da Capital e perdem o certificado, são autuados e aí são processados, vão ter que responder inquérito na Polícia Federal e tudo mais. Então, essa questão tem que ser bem resolvida e, o Congresso tem que olhar com carinho essa situação.

O ProUni. O ProUni, na verdade, eu até falei para o Ministro que, na verdade, nós não podemos reclamar do ProUni. O ProUni, o Ministro fez um omelete sem ovo, eu digo isso para ele - o tempo passa rapidinho, impressionante. Uma omelete sem ovo, porque na verdade, algumas instituições não pagavam impostos, com essa briga aí o Ministro fala assim: "Tudo bem, então vamos... Porque, na verdade, não pagavam, então, vamos usar isso para vagas para alunos carentes, que vêm de escola pública". Eu acho que aí ele restringiu demais aí, houve uma restrição. E o que é pior, Senador Flávio Arns, o meu questionamento não são esses 100 mil, 11 mil, desculpe, que não conseguiram as vagas. Eu quero saber: Se quantos entraram, se ainda estão lá? Essa é a caixa preta.

Porque eu não acredito, Senador Cristovam, que simplesmente você dá a vaga para o aluno, se ele vai conseguir ficar. Ele tem que ter passagem de ônibus; ele tem que ter dinheiro para livro; ele tem que ter dinheiro para Internet; ele tem que ter alimentação para se adequar àquela turma que ele está presente. Conseguir ter a cabeça pensando, para acompanhar o pensamento da turma para não ser reprovado. Agora, isso, eu não nunca nenhum dado a respeito: "Olha, entraram 100 mil, só ficaram 30". Ninguém tem coragem de mostrar isso.

Essa CPI que V. Ex^a., está querendo fazer, uma CPI do bem da Educação, esse seria um ponto que teria que ser mostrado: Quantos ficaram no sistema? E se saíram, o que o Governo pode fazer, para que eles não saíssem? O que poderia o Governo fazer? Dar alimentação, dar o livro, dar um passe, para ele poder usar o ônibus, onde o Governo pagasse ao final do mês? Eu não sei, isso deveria ser discutido. A questão computadores em todas as... Colocar computadores em toda as escolas. Outro dia eu vi os dados que não tem energia elétrica numa série de escolas, quer dizer, nós estamos falando em botar computador onde não tem energia. O Governador do Pernambuco, o Governador Eduardo Campos, outro dia fechou, eu não sei se foram 70 ou 700 escolas, porque estava caindo

o teto. Começou a reformar tudo e parou a aula para reformar, isso eu acompanhei nos jornais.

Uma última colocação, porque o meu tempo... Para dar oportunidade para outros. A questão de quando o IDH sobe é a famosa teoria do capital humano, quando você melhora tudo melhora em volta. Outro ponto, importante, que eu digo é o seguinte. Nós precisamos ver que quem vai gerir uma escola, tem que ser o gestor, realmente. Essa é a grande questão que está acontecendo hoje na Educação Brasileira.

Antigamente para você ser um Reitor, você tinha que ser Doutor e, de repente, era um Doutor em Psicologia, em alguma coisa, mas não tinha o conteúdo da gestão. Harvard, o Reitor é contratado para gerir. E Senador Flávio Arns, a diferença entre uma boa escola - eu já vou falar uma escola ruim é a procura pela vaga nela. Se existe procura por vaga naquela escola ela é uma boa, escola senão tem ninguém procurando é porque ela não é uma boa escola.

Eu quando estava na minha vida acadêmica e de gestor Universidade eu sempre falava: Qualidade de ensino, para mim é aluno inscrito no vestibular. Se você não tem qualidade o aluno não vem, não ainda. Não vem, no alto nível de competição. Se eu pego algumas escolas de aplicação das federais, tem demanda que você não tem como atender. Tem que fazer prova, reprovar, por quê? Porque são boas escolas de aplicação da Universidade Federal, do Rio de Janeiro que eu conheço. E, com certeza, lá no Paraná, também, existe uma boa escola de aplicação da Universidade Federal.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Boas e gratuitas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Boas e gratuitas, bem colocado. Então, quer dizer, esses problemas, e essa famosa dicotomia público e privada tem que acabar. Eu não agüenta mais isso. O que é bom para o Governo Federal? Todos os países que pagam a escola para o aluno, eles crescem. Quanto custa para o Governo pagar, de repente, uma escola particular? Não vou discutir se uma é um terço da mensalidade do outro. Eu não estou discutir, isso, Senador Flávio Arns. Eu quero dizer o seguinte: O que é bom para a sociedade. Nós não podemos estar preocupados assim: "Não, porque está fazendo está ganhando dinheiro". O que é bom para a sociedade? O que vai levar o Brasil a ter o crescimento alto sustentável?

São essas questões que tem que acredito, Sr. Presidente, que vão ser levantadas aqui, vão ser debatidos aqui. Pelo menos eu venho aqui hoje, eu sou suspeito dos debatedores porque eu acompanho, com exceção do senhor Vicente, os demais eu acompanho a história

de vida deles. Eu vejo a luta diária, sem perseguição nenhuma porque inclusive, eles seguem portarias. A verdade é esse. Eu peguei o currículo do Professor Manassés, aqui, onde o nosso Senador estava falando que os cérebros do Ceará, o Ceará exporta cérebros, o currículo é realmente invejável. E, no entanto, tê-lo ao lado hoje como Reitor da Mackenzie, a quem eu admiro, uma grande Universidade que tem demanda, tem gente procurando vaga, eu me sinto orgulhoso de debater esse assunto com V. Ex^a.

Espero, Sr. Presidente, que continue esse Fórum, esse debate nesse conteúdo maravilhoso que está apresentado aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra ao Senador Arruda, eu quero dizer que o Senador Wellington trouxe em um ponto importante. Essa dicotomia público e privada, eu tenho tentado reorientar isso. Uma coisa é a dicotomia pela propriedade a Universidade, estatal e a Universidade particular. A outra é pelo produto, se é de interesse público ou interesse privado.

Existem cursos em Universidades estatais, que são puramente de interesse privado, do aluno, do Professor. Existem cursos em Universidades particulares, que são de interesse público, porque o formado lá sai para servir aos interesses nacionais.

Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sr. Presidente, primeiro temos que dar os parabéns à Comissão conduzida por V. Ex^a., pela iniciativa de transformar todas essas audiências em texto a ser apresentado ao Ministro, especialmente o Ministro Fernando Haddad, que é o Ministro da Educação, aos demais Ministros que estão ligados à nossa área da Educação, o Ministro da Ciência e Tecnologia, uma grande responsabilidade. E, os que têm responsabilidade em garantir os meios para que a Educação consiga alcançar o patamar de qualidade que nós queremos. E ao Presidente da República, que eu acho tem a responsabilidade máxima em relação à Educação.

Eu tenho assim uma opinião que é retratada, também, pelo atual Presidente do Conselho de Educação lá do Estado do Ceará. Um homem simples, às vezes, polêmico também, Edgar Linhares, um homem já também de idade, mas ele trata do seguinte: Nós temos que cuidar da Educação de forma muito simples, tratar das coisas simples; tratar de ensinar a ler, a escrever bem as coisas básicas, para o nosso povo. É aqui que nós temos que resolver o problema”. O que pega da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, aqui nós temos que investir muito com qualidade.

Aqui nós temos que cobrar muito do Estado, dos Governantes, para que eles ofereçam grande quali-

dade, nas coisas bem simples. É isso. Vamos ensinar a ler bem. Vamos ensinar as Ciências básicas, bem. Depois disso, nós teremos milhões de cérebros, porque nós precisamos de muitos cérebros, mas nós teremos milhões de cérebros, se nós fizermos isso bem. Depois é a segunda parte: Onde esses cérebros vão conseguir atuar? Porque nós podemos dizer isso. Hoje, a Região Nordeste do Brasil é uma exportadora de cérebros. Basicamente, temos podemos dizer, não sei se mais, mas temos dois na mesa, Senador Cristovam Buarque e Manassés Paulino Fonteles, que são dois cérebros nordestinos que foram se somando, foram se preparando.

E, quanto nós podemos assinalar, que tiveram que sair dali, às vezes, do Interior, estudando numa escolinha primária, do Interior do Nordeste Brasileiro, mas que são pessoas de cérebros privilegiados. E que tiveram oportunidade de aprender a ler, a Matemática, a Física, as Ciências básicas na forma mais simples. Se nós resolvermos isso aqui, se nós tratarmos dessa questão, essa questão está ligada com o problema do Professor. O Professor, ele tem que estar estimulado, permanentemente estimulado, entendeu? Não é o problema do *recall*. Não é o problema de *recall*. É o permanente estímulo ao Professor, porque é o problema da Educação permanente, do estudo permanente.

Agora, é muitas vezes difícil você estimular o Professor, com uma situação que nem piso salarial tinha. Agora, se propôs um piso. Pela primeira vez na história, vai ter um piso mínimo. Quer dizer, o teto não tem problema, você vai ter prefeituras, que podem quintuplicar esse valor do piso. Tem umas que são, na verdade, a maioria esmagadora, que estão aqui no Senado nos procurando. [soa a campainha] ontem, estiveram na sala da Presidência do Senado, pedindo que a gente tenha o máximo de cuidado, porque é uma demanda que nós estamos atendendo da Educação, mas estamos criando um problema gravíssimo para os Municípios brasileiros, do ponto de vista do financiamento, que é o programa imediato, que é financiamento e gestão.

Então, você tem ensinar com simplicidade; Professor estimulado permanentemente. E estimular permanentemente, não é só o amor que o Professor dedica à causa da Educação; não é só ele ter o carinho pela Educação. É ele estar estimulado também com salário, porque ele precisa sobreviver, ele precisa cuidar da sua família. Ali muitas vezes é a sua única fonte, também, de sobrevivência. E têm Professores da Educação pública, que tem dois tetos na Educação pública, ensina em duas escolas, às vezes, em três escolas, ensina no Município, ensina no Município vizinho, tem mais um teto no Estado. E, ainda, corre pelo menos com

duas escolas privadas, para poder ter essa vocação de ser educador.

Então, quer dizer é quase impossível você garantir que esse Professor esteja estimulado. Quer dizer, ele chega em casa sem condições de se debruçar, sobre o que for foram os questionamentos dos alunos, o que foram os questionamentos que a escola ofereceu durante todo aquele dia. Então, você não tem condições de preparar. Quer dizer uma boa parte das escolas pelo mundo afora, o Professor já no Ensino Fundamental é de dedicação exclusiva. O Professor é de dedicação exclusiva, ele só tem aquele contrato. Ele não pode ensinar, nem mais em escola pública e nem mais em escola privada. O contrato dele é de dedicação exclusiva.

O funcionário da Petrobras é dedicação exclusiva, ele não poder ter contrato com outra empresa. Puxa vida, então, o funcionário da Petrobras é dedicação exclusiva; da Caixa Econômica é dedicação exclusiva, do Banco do Brasil é dedicação exclusiva, mas um Professor de uma escola de Ensino Fundamental, não pode ter dedicação exclusiva, porque o salário não é condizente com essa necessidade do Professor. Então, eu acho que aqui é um problema central e vem a gestão. Quer dizer, esse é um problema caótico no Brasil, que nós temos que resolver. E é um problema de Governo, entra Prefeito, entra o Governador do Estado, são muitos problemas correlatos.

Em seguida vem a explosão tecnológica, porque simplesmente fica na loucura da explosão tecnológica. Então, muitas vezes a gente substitui o ensinar bem, a ler, a escrever a língua, a Matemática, a Ciência, pela explosão tecnológica. Quer dizer: "Vamos encher todas as salas de computadores e de laboratórios sofisticados", mas às vezes a gente não tem nem o recurso para dar manutenção. A gente monta um laboratório espetacular, belíssimo, está lá uma sala; dois meses depois quebrou metade dos equipamentos, está certo? Os "ratinhos", os "mousezinhos", os chamados ratinhos quebraram todos, você não tem recurso para comprar e para substituir aquele equipamento. Quebrou aquele laboratório, você investiu milhões naquele laboratório de computação e ele já está desperdiçado.

E, do ponto de vista da velocidade. Em um ano e meio ou dois, todos aqueles equipamentos estão superados. Então, a gente também em mente essas questões: Como a gente ter a conexão com esse mundo tecnológico, mas não colocá-los na loucura de substituir o Professor, de substituir o que é básico no Ensino e na Educação.

E, por último o problema da FUNDEB. Eu acho o seguinte, o FUNDEB é uma conquista como foi o FUNDEF. O FUNDEF foi é uma conquista e o FUNDEB

também. Agora, como o ProUni e outros, também, eu acho que eles avançam um pouco mais. É uma tentativa de com o carro em movimento, uma roda soltou, você tem que substituir aquela roda sem parar o carro. Esse que é o problema que nós vivemos no Brasil, na Educação e em todos os outros setores. É assim na Saúde, é assim na Segurança Pública. Você não tem que como parar o carro. Um pneu largou, o outro está careca e, você tem que resolver o problema com o carro ali circulando, sem poder pará-lo efetivamente. Eu acho que nós avançamos com o FUNDEB. Ele tem limitações, tem limitações. E nós temos que superar as limitações do FUNDEB que não são fáceis, porque dizem respeito a repartição do bolo tributário.

Entra uma outra questão. Repartição do bolo tributário, porque aí, você vai ter garantia de recursos no Município, mais garantias que hoje você não tem. Nós temos uma série de contribuições que são oferecidas ao Governo Federal, como por exemplo, a CPMF, que não é repartida com os Municípios, que não é repartida com o Estado, entre outras. Então, você passa grandes responsabilidades, mas não oferece os meios. O FUNDEB, digamos assim, é um instrumento desse. É uma grande conquista, mas ele precisa garantir meios, para que os Prefeitos e às Prefeituras não corram de volta para cá e cheguem aqui e digam para nós: "Pelo amor de Deus, pára o FUNDEB" - "Ora, mas nós não estamos numa grande conquista, nós não podemos pará-lo" Nós podemos resolver o problema seguinte, que é de garantir o financiamento para as Prefeituras, oferecerem o Ensino e a Educação de qualidade, efetivamente que é o que nós precisamos.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou passar à palavra na mesma ordem que falaram, mas eu vou fazer uma pergunta que resume aquelas que eu enviei. A minha pergunta é muito simples. A minha pergunta é a seguinte: Se o Presidente da República, chamasse cada um de vocês e dissesse: "Você vai ser meu Ministro da Educação". O que a gente precisa fazer para que todo Governo se envolva, para a Educação Brasileira ficar da mas alta qualidade e de igual para todas as crianças? O que vocês proporia para o Presidente da República? Não esqueçam, entretanto, as perguntas dos outros Senadores.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [inaudível] Eu ia falar que se nós fizéssemos o nosso trabalho direitinho [inaudível] lá para trás.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Professor Manassés.

SR. MANASSÉS CLAUDINO FONTELES: Bem, eu estou muito feliz de estar aqui. E agora, mais feliz

ainda com o meu colega de trabalho no Laboratório de Fisiologia, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, Senador Francisco, como eu o chamo, Mão Santa. Trabalhamos juntos, começamos nossa carreira e ele resolveu tomar outros rumos. Mas é realmente uma pessoa de grande conhecimento médico, porque eu posso atestar, porque eu o vi crescer no aprendizado desse conhecimento.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer também que estou muito feliz, porque esta questão está vindo ao debate. Porque eu estava com a idéia de que passadas as eleições esse debate ia cessar. Evidente, que melhorou muita coisa no País, o FUNDEB é um deles. Mas se a gente analisar o problema mais crucial não melhorou. Se a gente fizer todo o investimento necessário, agora, nós só vamos colher frutos - e ele colocou muito bem: é dentro de 10 a 20 anos. Então, precisamos agir agora, se quisermos que pelo ano 2020 e 2025, o País tenha outros contornos de natureza acadêmica e, de natureza a que o Brasil venha a ingressar na sociedade do conhecimento.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que aonde a Universidade chega, até a conversa do botequim muda. Eu não tenho dúvida nenhuma, até a conversa do botequim ou do boteco, muda quando a Universidade chega. A Universidade muda, realmente, mas ela tem que mudar também a sua maneira. Eu concordo inteiramente com a idéia do currículo. Eu concordo inteiramente com a idéia do currículo. Eu concordo inteiramente com a idéia da formação do Professor, de formar ação do Professor-Gestor. Mas veja bem, o Senador Inácio Arruda, disse uma grande verdade: A gente pensa que equipar a escola resolve o grande problema.

Então, eu volto para aquela questão inicial que eu falei, do Zeferino Vaz, é cérebro mesmo. Mas cérebro não precisa ser nenhum gênio, não. Gênio é pouca gente que é, no Brasil têm poucos, não tem muito gênios, não. Gênio é pouca gente. Diz-se no Ceará, que gênio é como a oportunidade, vem um de século em século. Então, vem pouca gente. Essa percepção é muito importante. Agora, ter cérebro você encontra cérebros lá nas pequenas comunidades do Paraná, do Ceará, do Piauí. Agora, esses cérebros precisam ser nutridos do ponto de vista do conhecimento.

E eu concordo, porque eu quando visitei a China a primeira vez, antes das grandes mudanças em 83, eu encontrei nas escolas da China o pessoal fazendo operações com ábaco e funcionava. E funcionava. Não há necessariamente... Aliás, a Inglaterra chegou a essa conclusão, agora, em estudos bem acompanhados, bem feito. Que na realidade você instrumentaliza o ensino, mas ele necessariamente não melhora, não.

Você pode ter ensino muito bom com pouca coisa, mas o Professor tem que ser bom. Então, sem o Professor de qualidade aí, é o lado da Universidade. Eu concordo, inteiramente, com o Senador Cristovam Buarque, ex-Reitor da UNB, de quem eu tenho aprendido muito, lendo seus ensaios provocativos que, muitas vezes às pessoas não compreendem, porque às vezes às pessoas estão além da sua época.

Se nós não melhorarmos a situação dos Professores e dos licenciados na Universidade Brasileira, seja nas Universidades particulares, seja nas Universidades Confessionais, seja nas Universidades estaduais, Municipais ou nas Universidades Federais, nós não vamos mudar. O que é que se vê hoje? Qual é o quadro? Eu fui ser Reitor na Universidade Estadual do Ceará, tinha um programa de licenciatura, se formavam quatro Professores por ano. E eu comecei a fazer incentivos. Trouxe bolsa para os vestibulandos, infelizmente, agora, não estão nem pagando as bolsas. Criamos lá uma série de incentivos, para que aquelas pessoas ficassem no sistema [soa a campainha]. E o resultado disso? Eu aumentei de quatro, cinco, para 50, 40, formandos.

É preciso fazer isso nas Universidades Federais, sobretudo nas públicas, mas também em todas as outras unidades desse País. É preciso fazer esse alocamento de competências. A gente não pode esquecer que há uma frase fundamental nesse contexto. Certa vez, perguntaram ao Prêmio Nobel de Medicina, fizeram a seguinte pergunta a ele: Como se faz um cientista? E a Fritz Lipman respondeu imediatamente: "Trabalhando com Cientista". Como é que eu posso formar uma criança com qualidade, se o Professor não tem qualidade? Isso é válido para os Cientistas, é válido para o Pianista, é válido para a Professora.

Os meus Professores do Liceu, eu ainda hoje me lembro deles, Jamorandi, grande Professor de Matemática, não tinha regra de cálculo, não tinha computador, não tinha nada, mas era um excelente Professor de Matemática, formou grandes matemáticos, hoje no cenário nacional, exportados para o Rio de Janeiro no Instituto de Matemática, São Paulo, na USP, etc formados lá no Liceu, do Ceará, com quase 200 anos de existência. A resposta para o Senador perpassa por esse caminho. Eu faria imediatamente, um grande programa de formação de Professores no País, mas não é esse negócio de formação 5000, não é formar muito. É esse negócio de muito obrigado, formar 500 mil Professores em todo o País, Física, Química, Matemática, Biologia e língua nacional.

Então, formava esses Professores, dava bolsas para os Professores, fazia realmente um Programa ProUni, específico para eles, eu concordo, como bem

colocou o Professor Cuvac. Quer dizer, é preciso haver estímulo, como no ProUni. O ProUni é bom. Nós demos nos 40 anos do Clube, uma Medalha para o Ministro por causa do ProUni, mas não pode ser só com três salários mínimos. Porque eu vejo, os alunos não têm condição de voltar para casa, eu às vezes, dou dinheiro. O aluno não tem condição de voltar para casa. Chega com fome. Lá na Universidade Estadual do Ceará, eu criei o Sopão do Amor, de noite. A turma chegava do trabalho ia estudar nas licenciaturas, não tinha o que comer. Então, eu lá como Reitor de noite sempre--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): E depois do sopão o que acontecia?

SR. MANASSÉS CLAUDINO FONTELES: Depois do sopão uma melhora generalizada, porque os Professores ficavam até dez e meia dando aula.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Fertilidade, criatividade.

SR. MANASSÉS CLAUDINO FONTELES: Exatamente. A pessoa comia. Como é que eu posso comer e comer mal, poucas calorias e vou entrar, assistir uma aula até dez e meia da noite? Esse é o quadro dos licenciados do País, que trabalham o dia todo. Então, melhorar o Professor associando ao FUNDEB, nós vamos melhorar a escola, agora, isso não vai ser para agora. Agora, eu volto aquele esquema do nosso Senador, a escola tem que ser a mesma em Piripiri, em Bacabau, em Cabrobó, em qualquer lugar ela tem que ser a mesma, como também em São Paulo, como em Campinas, como noutro lugar, a escola tem que ser a mesma. como também em São Paulo, como em Campinas, como no outro lugar. As escolas têm que ter o básico essencial, não as escolas caindo o teto, a escola sem banheiro, as escolas muitas vezes, alunos saem para fazer necessidade fisiológicas fora da escola. Isso eu vi caminhando pelo Interior do Nordeste, semi-árido. E agora com o efeito estufa, eu acho que por causa disso não esta prestando atenção que nós temos que fazer esse trabalho.

Então, para melhorar a escola tem que melhorar o Professor para dar às condições físicas para que todas escola no Brasil, tenha a mesma condição de produzir alunos de qualidade. Vai melhorar a Universidade, vai melhorar o País, vai melhorar o conhecimento e vai melhorar tudo. Felizmente, meu tempo está limitado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Doutor Vincent Defourny.

SR. VINCENT DEFOURNY: Obrigado. Acho que esse debate é muito importante e muito interessante. Realmente, gostaria de parabenizar uma vez mais, o Senador Cristovam por essa iniciativa. Como o Reitor colocou anteriormente, essa idéia de ter um debate,

não só durante a campanha eleitoral, mas também durante o período do Senado; digamos, depois das eleições é uma idéia muito importante e muito interessante, porque é fundamental levar e manter esse nível, digamos, esse sentimento de urgência. Acho que há uma necessidade de manter essa noção de uma crise, de uma crise profunda da sociedade, de uma crise profunda na forma que funciona no Brasil. E, se essa noção do crise não passar por debate, se não passar por exposição de diferentes idéias, não se vai manter essa noção de crise e vai ser um debate a mais ao largo do ano. Mas ao mesmo tempo que se precisa manter essa noção de crises e de urgência, acho que muito democrático, também, ter na idéia de que não existe uma resposta simples. Não existe uma receita. Não existe uma receita simples para um problema tão complexo. O que se necessita seguramente é um salto e, esse salto não pode ser um pouco mais do mesmo. Um salto significa, também, realmente priorizar.

E priorizar significa - como colocou o Senador Flávio Arns - é também sinalizar no orçamento da União, no orçamento dos Municípios e no orçamento dos Estados, o que significa. E ler no orçamento, é realmente, ler as prioridades de uma comunidade. Então, acho que esse debate e essa iniciativa de manterem, digamos, quentes a noção essa importância da Educação, a UNESCO só pode apoiar e acompanhar e realmente, colocar-se, à disposição para mobilizar e continuar essa mobilização nacional. Uma das idéias também que foi levantada e que é uma idéia que não nova, mas que é uma idéia muito interessante, que é a noção de aproveitar dos recursos disponíveis.

Os Senadores que estão aqui, os engenheiros que trabalham nas cidades, a infra-estrutura que existe na cidade, são oportunidade educativas. E acho que temos que inventar mecanismos, para aproveitar melhor todas essas possibilidades educativas que existem. E fazer com que de alguma forma cada um seja mais educador e que as competências que existem numa cidade, por exemplo, ou as oportunidades de conhecimento, que sejam museus, que sejam infra-estruturas municipais, que sejam assembléia municipal ou diferentes órgãos da cidade, sejam elas mesmas oportunidade de aprendizagem para novos cidadãos, que são cidadãos do mundo, de um País, mas também cidadãos do mundo de uma sociedade conhecimento.

Então, a UNESCO realmente fica muito satisfeita e, ao mesmo tempo muito preocupada, porque a UNESCO tem no seu mandato de levar essa idéia da Educação, da Educação para construir uma cultura da paz, da importância da Educação para construir um mundo mais justo. E isso ficamos muito feliz que é um debate dessa qualidade seja lançado nesse Senador e,

nessa Comissão em particular, que vai demorar várias semanas, vários meses e que vai dar um fruto, mas ao mesmo tempo, ficamos muito preocupados pela situação no Brasil. E realmente o Brasil não merece, digamos, o Sistema Educativo que temos hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao Doutor Vincent. E passo a palavra ao meu colega João Roberto Moreira Alves.

SR. JOÃO ROBERTO MOREIRA ALVES: Bom, a primeira indagação do Senador é exatamente a Educação, ou seja, a função do Ministro. Eu acho que o primeiro passo seria termos, realmente, um Ministério da Educação Básica. Eu acho que algumas experiências já bem sucedidas, até de transferência do setor de Ensino Superior, para Secretaria de Ciência e Tecnologia, que já acontece no Estado do Rio, Janeiro, São Paulo e outros Estados, eu acho que isso seria um grande avanço. Ou seja, nós temos o Ministério da Educação voltado para os assuntos da Educação Básica. É fundamental, os problemas nacionais e, a gente vê pela quantidade de escolas, por exemplo, das 220 mil escolas, 2200 são voltadas ao Ensino Superior.

Toda a grande massa envolve foco na Educação Básica. Eu creio que seria fundamental se nós tivéssemos o Brasil, com um Ministério de aprendizagem voltado para a Educação Básica. E o Ensino Superior poderia, perfeitamente, ser trabalhado de uma forma bastante diferente integrado com a área de Ciência e Tecnologia. Um outro ponto também que eu acho fundamental, é o que Ministério que o Governo Brasileiro e, por reflexo nas Secretarias de Estados de Educação dos Estados e dos Municípios, que reduza a fúria legislativa.

Nós vivemos hoje, para nós termos uma idéia, nós temos hoje no Brasil, mais de 110 leis que vigoram leis federais, leis federais, Sra. Ministra. Perdoe, chamar sempre de Ministra, porque a senhora é a nossa Ministra do coração. Mas essa fúria legislativa. Só o ano passado foram mais de 2000 portarias ministeriais. É impossível você conviver com essa realidade dessa fúria legislativa.

O terceiro passo é a simplificação do processo, ou seja, todo o processo hoje no âmbito da Educação muito complicado e hoje nós Reitores, sofrerem nas ante-salas da morte ou da vida ali, no Ministério da Educação, em função de uma simples homologação de um ato. Outro aspecto, que eu acho que esse é fundamental, no momento atual é ouvir as pessoas.

O Plano de Desenvolvimento na Educação, na realidade, foi lançado pelo Presidente 15 de março, onde conclamava a todos a apresentar idéias, a somar. Mas como? Nós no dia seguinte, vimos publicados sete de-

cretos, 13 portarias e apenas três Projetos de Lei, que a discussão é uma discussão na Casa do Congresso, no Congresso Nacional, na Casa Legislativa. Mas nós temos eu acho. Que ter oportunidade de a sociedade apresentar mais propostas e, propostas que possam realmente mudar a Educação Brasileira.

Outro ponto fundamental é investir maciçamente na formação, no apoio ao Professor e o Gestor. Isso está bem colocado e praticamente é posição unânime. Eu acho que tem que existir um processo de apoio, uma processo de melhoria de toda a formação e o aperfeiçoamento desses Professores. Aplicar corretamente os recursos. O Senador Flávio Arns, colocou muito bem o problema do financiamento.

Hoje o problema da Educação não é falta de recursos. Nós temos, por exemplo, foi criado o FUST, o Fundo que hoje já contempla mais ou quase cinco bilhões de reais, que estão contingenciados na sua grande parte para ajudar o superávit primário. Em contrapartida, nós temos uma relação segundo dados até pouco tempo divulgados, de um computador para 170 alunos na área pública. É um absurdo, nós termos de um lado cinco bilhões contingenciado, recursos que foram criados para esse fim. E termos, um anúncio festivo de cem mil computadores que serão lançados e que não vai resolver nada, como foi colocado pelo Senador Arruda e daqui há dois anos já tornaram-se obsoletos e, muitos não terão até tomada para ligar. Eu acho que aplicar recursos corretamente é fundamental.

Eu por último, eu acho que função do Ministro, como é função de todos os que exercem, como os senhores Senadores, é liderar e auxiliar para que a sociedade brasileira realmente se conscientize - como o representante da UNESCO colocou muito bem, que a Educação é prioridade nacional. Eu acho que hoje é fundamental, que se caminhe que se somem esforços nessa direção. Do contrário, nós vamos ter mais planos, mais pronunciamentos e nós não podemos assistir, passivamente a essas propostas, que são propostas que daqui a 16 anos vamos melhorar um pouquinho no índice de desenvolvimento. Nós temos que lutar. Eu venho de uma época de liderança estudantil, sofremos muito num período negro da nossa sociedade, do nosso Brasil, mas eu me recuso a resistir a aceitar propostas, que sejam propostas tão tímidas, como são as propostas, hoje apresentadas, pelo Executivo Brasileiro.

Refletindo: Como se está tudo bem? Quando na realidade, nós estamos no ranking internacional, num processo de extrema pobreza, numa cenário de Educação em relação a outros países. Não em Educação de países desenvolvidos, mas Educação de países em desenvolvimento. Precisamos é ter vontade e co-

ragem de mudar. Parabênz ao Senador, por esse essa iniciativa.

E agradeço, mais uma vez, a oportunidade de poder estar nessa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Professor. Passo ao senhor José Roberto.

SR. JOSÉ ROBERTO CUVAC: Eu vou comentar alguns pontos, até que o Senador Wellington colocou e que acho que precisam ser ressaltados. O Programa Universidade para Todos, ele realmente, tem um problema que foi apontado desde a origem, porque é um programa de acesso, mas que não teve a mesma preocupação em relação a permanência. E esses dados eles, realmente, não são divulgados e não há muito, mais do que isso, não há nenhum sistema de avaliação do motivo pelo qual esse aluno está saindo.

Existem alguns dados de instituições que indicam a falta de recurso para transporte, ou pela compra de livros, ou por outro motivo de ordem financeira, mas o fato é que não existe um índice, não existem estatísticas e não existem motivações que indiquem o motivo pelo qual esses alunos saíram. No que diz respeito às entidades filantrópicas, o Senador Wellington colocou e é importante, realmente ressaltar isso, de que essas entidades elas surgidas antes de 96, elas não tinham outra possibilidade jurídica de credenciamento. A única forma, realmente, eram as associações ou fundações de natureza não lucrativa.

E a partir de 96, com a edição da LDB e com possibilidade da transformação, praticamente naquele momento, passou-se uma régua, como que se as instituições até então existentes, tivessem que adequar a nova natureza jurídica, pela via fiscalizatória. Esse que foi o maior problema, ou seja, criou-se mecanismo de autuações, instituições por exemplo na Região Sul, que são instituições comunitárias, com autuação que giram em torno de 350, 400, 500 milhões que, na verdade, até do ponto de vista da possibilidade de pagamento é completamente inviável. Isso precisa realmente ser resgatado. Eu sei, que aqui no Congresso e também existem vários projetos e várias discussões e sobre esse tipo de situação. São instituições hoje que estão vivendo numa marginalidade jurídica, pela condição que foi imposta pelos atos fiscalizatórios.

A Senadora Maria do Rosário, ela fez uma colocação que me parece bastante interessante e, que talvez, Maria Serrano, que talvez indique alguns caminhos que o Senador está procurando, ou pelo menos, indagou. Ela fez a seguinte, ela fez a seguinte colocação: Que deve se estabelecer prioridade, através de necessidades, ou seja: Onde que precisa? O que precisa? E quais são os dados nesse sentido? Quer ver uma coisa

interessante? O Senador Flávio Arns, estava falando do IDH. Quer dizer, onde tem uma Instituição de Ensino Superior, o IDH automaticamente melhora.

O Governo, por exemplo, adotou como uma política de expansão da Universidade, colocar uma Instituição Universitária no grande ABC, cujo índice de IDH é um dos maiores que tem em São Paulo, do País. Qual foi é? Qual foi? Que política pública, norteou-se pela decisão de instituir uma instituição, num local em que o IDH é muito alto. Em compensação em São Paulo, têm regiões absolutamente sem amparo nenhum em relação a acesso a Universidade. O próprio litoral, Vale do Ribeira, é situação de um apagão educacional lá. E no entanto, o Governo não indicou caminhos para uma expansão num local tão pobre como esse.

A outra questão é sobre financiamento e aí, o Senador Flávio, colocou muito bem. A prioridade política, ela tem que estar vinculada ao orçamento, a dinheiro. Os dados colocados aqui em relação a contribuição, ela é muito clara. Quer dizer, se de 30%, de 20 e de 10, não vai ser indicado para a Educação e sim, para a Saúde, isso demonstra que a Educação, ainda não é prioridade, em termos de política pública. Tem algo ainda que precisa ser vencido, acho que até melhorou, sem dúvida alguma, o Senador Cristovam contribuiu muito para isso. Entretanto, a dicotomia entre instituições público e privada, ainda é muito forte ainda.

E o exemplo disso é o próprio Plano aqui foi colocado. As instituições privadas pela sua representação, deveriam ser ouvidas e têm contribuições a dar. E não há omissão por parte das entidades, porque os documentos são produzidos. Mas o que é pior: Não há sequer resposta. Então, não há o contraditório necessário, para que se entenda às diferenças existentes e às proposituras necessárias em relação ao ensino, desde a Educação Básica ao Ensino Superior.

No que diz respeito a questão, ainda, de melhorar o País na Educação, sem dúvida alguma o que já foi colocado e, na essência é a capacitação realmente dos Professores. E hoje, com uma grande dificuldade, ainda. Porque os alunos são diferentes do passado. Mal ou bem, o uso da tecnologia, ela está invadindo as instituições. Ela está invadindo. Hoje a linguagem do aluno é completamente diferente, do que era éramos há 30, há 20 anos atrás, ou seja, e a escola continua a mesma.

A Revista Veja, na semana passada, a capa começa exatamente sobre a Educação e dizia isso: "Se uma pessoa ficar cem anos fora do mundo e voltar para o País, não vai reconhecer nada, mas a hora que voltar para a sala de aula vai dizer: "Aqui eu reconheço". Entretanto, as metodologias, a forma de ensinar é comple-

tamente diferente hoje. E para isso, precisa capacitar para quê? Para que tenha retenção do aluno.

Então, esses são as considerações. Mais uma vez parabenizo pela exposição dos membros da Mesa e ao Senador pelas brilhante iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Consulto, se algum Senador quer fazer uso da palavra? Fico feliz de ver aqui o Deputado Júlio Delgado, participando aqui de nossa sessão. Senador Mão Santa. Dr. Francisco.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Professor Cristovam, a satisfação de rever o Manassés, ele é uma grata recordação. Ele é educador nato. Ele é um ano mais novo do que eu, eu era monitor, mas ele era melhor do que eu, mais competente. E hoje ele é Magnífico Reitor em São Paulo, Mackenzie e tudo. Mas eu queria dar uma observação ao Professor Cristovam e chamá-lo a responsabilidade.

Professor Cristovam, eu sei que V. Ex^a. sabe tudo ou quase tudo. O Sócrates diz: “Sei que nada sei”, mas para dizer que sei, que sei tudo. Mas eu quero fazer uma V. Ex^a., que aqui está no Senado. V. Ex^a., sabe quantos Senadores tinha no Primeiro Senado? 42 brasileiros. Vamos ficar só nos brasileiros, 22 eram da Justiça. Eu olhei lá, Senador, que aqui no gabinete do Senado, do Sarney, tem um quadro. 22 da Justiça. Então, de lá para cá, eles só fizeram leis boas para eles mesmos. Eu pergunto: Quanto ganha um homem da Justiça e quanto ganha um médico? Não tem nenhum médico que tenha uma aposentadoria melhor do que eu, porque eu sou cirurgião do INPS, Federal, mas eu nem recebo porque dá úlcera de tão pequena, você sabe.

Quer dizer 22, de 42 eram da Justiça. E desde lá, eles fazendo leis boas para eles. 10 militares, Caxias, foi Senador. Sete da igreja, está aí, o papa Bento... Depois, eles, Feijó, sete. Dois médicos, Manassés e um da agricultura, nenhum Professor. Agora, eu olhei assim de relance, até pedi ao Júlio que coopera com tudo, mas eu acho que já melhorou. Não vamos ser... Como Juscelino disse: “É melhor ser otimista”, em homenagem ao Delgado, aqui que é a imagem do mineiro. É melhor ser otimista porque ele pode errar, mas o pessimista já nasce e continua errado. Então, eu continuo otimista, porque tem mais. Mas salvo engano, quer dizer, não tinha nenhum Professor no Primeiro Senador.

Agora, eu sei que V. Ex^a., vale por dez, tem o espírito do João Calmon, do nosso Darci Ribeiro, mas esse em espírito, gente mesmo... E, não considerando que V. Ex^a., possa valer por 10, que eu acho que vale, mas vamos... Só tem o senhor, a Serys, a Fátima, a Marisa e a Ideli. Já tem cinco Senadores. Então aí, vem a diferença. Se, para nós dá úlcera olhar um con-

tracheque de um médico - e eu sou, tenho 40 anos de médico, me formei em 66, sai em 67. Federal, que não tem mais. Hoje é uma vergonha, o negócio de médico de família, nem sabe se fica, como vai ficar a viúva, só Deus sabe, não é?

Mas repete-se. Ontem, eu estava em respeito ao Ministro da Saúde, estava lá, mas eram bem pouquinhos Senadores, para quê? Tinha só três médicos, era bom se tivesse mais era boquinha. Ia-se nomear um... Cristovam, parecia comício nos corredores e gente... Eu mesmo para chegar lá cheguei atrasado. Quer dizer, os Professores, tinha dois médicos no Primeiro Senado, os Professores nenhum. Então, aí é o resultado de tudo. Não tem leis Professores, é a vergonha salarial. É a vergonha, vocês estão fazendo um trabalho extraordinário, com todo o respeito, ao Calmon, ao João Calmon, ao Darcy Ribeiro, fizeram as diretrizes básicas V. Ex^a., está aperfeiçoando, eu fui o Relator, mas é muito pouco.

Eu só queria dizer o seguinte. O Manassés se dedicou a Universidade, é extraordinária. Eu estou de acordo com ele. Tem que ser bom. Nós estudamos era uma Faculdade pobre do Ceará. Se lembra do Centro Cirúrgico lá? Depois, mas têm Professores, o Viliberto do Porto, os Professores. Então, é o mais importante é o homem mesmo, não é? É o homem, eu acho que tem na qualificação. Mas eu queria repetir, V. Ex^a., vai repetir mas ele não ouviu. E para o Manassés, eu fui à Alemanha quando era Prefeito da Parnaíba e tinha um multinacional da Merck, no Piauí, Joborandi, aquele local.

Então, botaram, Professor Barzel Darom(F), mostrar a Alemanha e tudo. Olha, eu nunca passei tão bem, viu? Ali. Porque a Merck é medicamentos, eu gosto dele. Professor Wellington Salgado, tudo era fácil. As coisas ficavam difíceis ele dizia: “Professor, Barzel Darom(F)”. Melhor lugar no restaurante, melhor lugar na fila do teatro, era rapaz! Eu fiquei assim, rapaz! O trânsito todo aperreado e alemão é complicado. Os outros iam na dianteira, onde não tinha nada e ele: “Professor Barzel Darom(F)”. Ochê, estacionamento. Aí nós fomos lá para aquele do Frankfurt, que eu pensei que estava era bêbado, Manassés, porque ele rodava, era o restaurante. Olhava aqui, tinha uma vista, tomava, quando eu olhava era outra; que diabo! Era o restaurante, mas estava no melhor lugar, Professor Barzel Darom(F).

Mas ele estava, o convidado da Merck, química, médico, medicamentos, quem é médico sabe forte, Darmstadt. Aí, “Professor vem cá, o senhor não é químico, Diretor da Merck, ´w dinheiro, é poderoso - eu o tinha visitado - e esse nesse negócio de Professor Barzel Darom(F)?” Ele disse: “Não. Atentai bem, é o seguinte.

Eu antes fui Professor em Heidelberg, o senhor quer ir lá eu... Fiz um concurso. Dez anos depois, eu entrei na Merck, fiz concurso e tal. Diretor químico, tinha muito poder, mas o título mais honroso na Alemanha é o de Professor, por isso que eu uso. Mas tem uma obrigação: Não sou mais, sou Diretor o poderoso, da Merck, mas quero lhe dizer o seguinte, para eu usar esse título eu tenho que toda semana dar uma aula da química". E eu fui lá Manassés, lembrando dos nossos laboratórios, que você matava sapo e cardiograma e tal.

Então, é o seguinte, é isso que está faltando. Eu não sei como os alemães, mas eu sei que eu estudei, que eu tive Professores bons, apesar dessa pobreza, não é? Eles tiveram duas guerras se bombardearam e ressurgiram. E eu vi em Heidelberg, que não soltaram uma bomba em Heidelberg, porque lá que estudou o Einstein, que o mundo respeita o saber e a Universidade. Eu acho que nós estamos precisando é leis boas e justas, está muito atrasado desde o primeiro Congresso, está aí, como vivem nossas Professoras.

Então, essa é a minha linha de contribuição, então V. Exª... Deus escreve certo por linhas tortas. V. Exª., se tirou lá, ou telefone ou não sei o quê, mas mandou para cá, que aqui é que você tem que fazer leis boas e justas, como o povo da Justiça fizeram para eles.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Depois, da fala do Senador Mão Santa, eu devia simplesmente dizer: "Acabou a sessão", porque essa é uma maneira boa de fechar uma reunião como essa.

Eu só quero lembrar é que não sabia quantos Senadores tinha, 42 com o Juiz, mas eu sei é que eles eram vitalícios, eu sei é que têm muita de hoje com inveja do tempo deles. Mas eu quero concluir com o que falou o Professor José Roberto Cuvac. A idéia de que hoje as escolas continuam tão parecidas com as de antes e, ao redor tudo mudou. Você lembra como era a venda, a barraca como chama no Nordeste onde você comprova quando a gente era menino? E um Shopping de hoje? Um banco daquela época e o banco de hoje? Um consultório médico daquela época e o consultório médico de hoje, sobretudo em algumas áreas? Tudo mudou radicalmente e a escola no Brasil mudou muito pouco.

Essa é uma das causas do nosso atraso, nós não nos sintonizamos com a realidade dos tempos de hoje do ponto de vista dos recursos técnicos. Salvo para alguns. Algumas escolas já estão hoje no Brasil, no mesmo nível daquelas do século 21. Além disso, no caso do Brasil, tudo que é para as massas a gente abandona. Tudo que é a elite a gente cuida bem. E a educação das massas ficou abandonada. É uma pena que a deseducação não pegue como doença pega,

porque se analfabetismo pegasse já tínhamos alfabetizado todo mundo, para evitar que os que aprenderam a ler ficassem analfabetos de novo.

Como analfabetismo e fome não pegam, ficam abandonados. O pior é que a gente não pega aparentemente, mas na realidade uma pessoa alfabetizada, que vive com uma pessoa analfabeta o nível dela baixa ao nível do analfabeto. Um povo onde só uma elite é intelectualizada e a massa não é, baixa, puxa para baixo. Primeiro, porque as exigências diminuem. Não há concorrência. E segundo, porque você tem que se ajudar à deseducação para ser entendido. E aí é que eu volto a insistir para terminar a sessão. Fundamental, do nosso problema não dá na Universidade, está na Educação de Base.

O Professor Manassés, lembrou, que nós estamos em 16º lugar em produção científica e tecnológica, 16º no mundo. É pouco, não é? É. Mas nós estamos em 60ª ou 70ª, na Educação de Base. Além disso, não vai haver uma boa Universidade, enquanto a Educação de Base não for boa. A gente fala, tanto contra cotas por aí, mas o Brasil é um País de cotas. Só um terço da população no Brasil, pode disputar uma vaga na Universidade, porque terminou o Ensino Médio. Na verdade desse um terço, só 18% tem a condição de disputar uma vaga na Universidade.

O nosso problema não é aumentar o número de vagas na Universidade, é aumentar o número de jovens que terminam o Ensino Médio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro, que precisa aumentar também o número de vagas, mas isso é um passo que pode esperar um pouquinho mais, se for preciso. Se puder fazer tudo junto, ótimo. E aliás é preciso, porque sem uma Universidade, não há uma boa Educação de base, desde que a Universidade se oriente em parte, não totalmente obviamente, para a Educação de Base. E hoje não está fazendo isso. Hoje as licenciaturas, não são a parte mais importante das Universidades. E aí, as Universidades particulares têm dito um papel maior na formação de licenciados, do que as Universidades estatais.

As Universidades estatais, formam menos Professores para o Ensino Médio do que as Universidades particulares.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Professor o senhor permite um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro, Professor.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): O Manassés ele é Cientista, ele é acima de todos nós, ele é perto do Einstein. Eu fiquei mais no nível comum.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): De Senador.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Mas eu sou um cirurgião e fui, por isso melhorou muito o ensino, por isso você vê a Ciência Médica do Brasil, o avançar. Mas eu queria dizer que teve um fato de residência médica, que eu reconheço, qualquer coisa. Por que não tem assim, uma residência docência? Porque eu acho que foi tão importante na minha vida. E eu quase não ia. Eu quase ia ficar Manassés, ia ficar ganhando um dinheirinho em Fortaleza. O bico era bom, tinha bico, a mulher do Governador era prima do Virgílio. Aí, aquele Antero Coelho disse: “Moraes, naquele tempo era... O que é que tu...?” “Eu digo, estou com vontade de ficar aqui, de ficar como assistente na Faculdade”. Eu tinha um DKV, muita cearense bonita, estava disposto a ficar, o bico é bom. Aí, ele disse: “Vá se embora, você nunca vá”. O Antero Coelho, que foi o criador da UNIFOR, um conselho: “Vá fazer o seu pós-graduado, mestrado”. Então, aquilo mudou.

Eu convivi com Christian Barnard, eu acho que devia V. Ex^a., pensava nisso numa docência residência, esses Professores conviver nos grandes centros educacionais, como nós fizemos residência médica.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, Mão Santa, há um projeto do Senador Marco Maciel nesse sentido, exatamente. Pernambuco e Piauí, estão se ligando aí. Agora, eu não posso perder a chance, Senador Mão Santa, o senhor é muito gênero nos elogios. Mas aqui para nós, ninguém merece mais elogio que um cirurgião, cujo nome é Mão Santa. O seu currículo devia ser só: Médico Mão Santa. Não precisa mais nada. Esse nome não veio à toa. É fruto, obviamente, de seu trabalho como médico cirurgião.

Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, antes do senhor terminar essa Audiência Pública, que foi tão boa, tão interessante, como já foi enfatizada. E nós teremos outra daqui há duas semanas, vários aspectos foram levantados até para dar este sentido de urgência, a que o Doutor Defourny se referiu, que nós tivéssemos posicionamentos já encaminhados pela Comissão de Educação para os Ministérios, particularmente para o Ministério da Educação, em relação a pontos levantados nessa Audiência Pública.

Por exemplo, coisas que até o Senador Wellington Salgado estava com a lista, que nós tenhamos essas informações e as providências que estão sendo tomadas. Por exemplo, escolas sem energia elétrica,

quer dizer: Quantas são? Aonde que estão? O que está sendo feito?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): São 22 mil.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E o que está sendo feito?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Programa de Desenvolvimento da Educação, do Presidente, colocou que vai resolver esse assunto. Eu acho que essa uma tema mostra tanta pobreza, que isso o Presidente deveria ter sido feito discretamente. O Presidente deveria ascender as luzes aos pouquinhos, porque quando descobrir que foi no século 21, que se colocou luz e, que isso é um item do Programa de Desenvolvimento de Educação do século 21, eu acho que faz é vergonha para a gente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, mas eu acho que até reconhecemos essa vergonha--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É o primeiro passo para acharmos essa solução. Agora, foi colocado também em relação ao ProUni, por exemplo, até o dado levantado pelo Senador Wellington, quantos que permaneceram? Ou que está sendo feito para as regras serem alteradas? Ou o que está sendo feito em termos de alunos permanecerem na Instituição de Ensino Superior?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [inaudível] As vagas que sobram e que nós não podemos aproveitar a gente que está numa outra faixa. Por exemplo, entre quatro e nove salários mínimos, são pobres.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): São pobres. Hoje em dia, quem recebe quatro mil reais, cinco mil reais que é um bom salário no Brasil, muito bom, não tem condições de manter um filho numa Instituição de Ensino Superior Privado.

Então, o que eu quero dizer, que surgiram assim muitas indicações de problemas, que se solucionados ou encaminhados, podem também ir melhorando esta máquina. Que tem que ir, o carro tem que ir andando como foi dito pela figura e, a roda tem que ir sendo trocada ao mesmo tempo. A mesma coisa em termos de financiamento. Quer dizer, como é o que Governo Federal está pensando em termos das contribuições para que Estados e Municípios, tenham mais recursos para fazer uma Educação de melhor qualidade, a partir do recebimento de parte desse bolo das contribuições.

Eu só queria dizer, Sr. Presidente, que eu acho que nós vamos ter o livro ao final, o material ao final, mas que a gente organize esses problemas que foram identificados, encaminhe-os para os órgãos próprios e que encaminhem como Comissão Educação, uma

resposta e uma solução, principalmente urgente, para essas coisas que foram levantadas. Eu acho que aí a gente vai trabalhando e, vai vendo o sentido concreto prático e aí mobilizando a sociedade também para dizer: Olha, vamos ser se essa coisa está certa e está boa". Porque é importante que aconteça.

Mas só um comentário, assim em termos de encaminhamento, porque foi muito bom hoje e as outras certamente vão ser boas, também. Mas talvez informações de hoje, sejam repetidas nas outras e aí, nós já vamos ter feito o encaminhamento para saber o que está sendo feito? O que deve ser feito? FGTS, por exemplo.

O próprio Ministro Valfrido dos Mares Guia, que foi Secretário de Educação de Minas Gerais, é uma pessoa competente, capaz, ele tem uma idéia, que nós nos sentamos naquela época, em termos de uma carteira educacional. Quer dizer é o recurso do FGTS, que é impossível de ser utilizado, difícil, pelo menos, como o Senador Wellington colocou, mas que se for pensado de uma outra maneira, vamos dizer, acha-se uma solução, não é verdade?

Então, só como sugestão, Sr. Presidente, para nós chegarmos ao final e dizermos, colocarmos, sistematizarmos e já termos mandado os documentos, esperado às respostas e feito o acompanhamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Eu aceito a sugestão. E quero dizer o que senhor que é um relatores desse trabalho final, nós temos a equipe a sua disposição aqui, para o Júlio dar as respostas a tudo que for preciso.

Mas mais uma vez tudo dá gancho para gente mostrar que o problema está na Educação de Base. Veja bem, a adimplência nas Universidades particulares. Eu tenho certeza que deve ser muito raro, Professor Manassés, um filho de um doutor, ficar inadimplente. É muito raro o filho de alguém que teve uma formação, não poder pagar a Faculdade de seu filho. O problema está em que os pais não foram educados. Agora, eles estão aí, a solução é o ProUni. E a solução essa sua, também, as vagas não derem para os que tem menos de três salários mínimos, acrescentar aos que chegam até dez. Eu acho que se até dez não der, até 15, até vinte. A gente não pode é deixar de aproveitar essas vagas que estão ociosas, mas tudo isso são pequenas aspirinas, não resolvem o problema.

A mesma coisa os jornais. Eu tenho falado com donos de jornais, eles estão brigando uns com os outros para ver quem tem mais leitor. Um dá jornal de graça já tem, outro dá CD, outro dá enciclopédia. Eles multiplicariam por seis o número de leitores, se todo mundo terminasse o Ensino Médio com qualidade. Porque três vezes é o número de todos terminando.

Multiplique por dois, se for com qualidade, seis vezes, mas eles não se unem para erradicar o analfabetismo e melhorar a Educação da Base.

Eu também, não vejo, os proprietários, os responsáveis pelas Universidades particulares, em nome até das próprias instituições fazer uma campanha radical. Se todos os meninos terminarem o Ensino Médio, meninos e meninas terminaram o Ensino Médio, vocês inclusive gastariam menos dinheiro no corpo docente de vocês, porque eles já chegariam prontos para estudar. Hoje vocês têm que fazer recuperação.

Eu ouvi num desses dias, que o Seminário Maior dos Franciscanos - vou até confirmar - que não tinha Seminário Menor, desde há muitos anos como tinha no meu tempo, agora, vão colocar o Seminário Menor, outra vez. Porque os alunos que vêm para o Seminário Maior, não chegam com condições de acompanhar os estudos. E como hoje, quem procura a Igreja em geral é a população mais pobres, eles vêm de escola pública sem qualidade. Eles vão ter que formar os alunos que vão entrar no Seminário, como era há 50 anos atrás.

Então, o problema todo está na Educação de Base. Não basta. Sem grandes Centros de Ciência e Tecnologia, esse País não dá salto. Por isso eu digo, boas Universidades, mas o problema chave fundamental para romper essas amarras, é todo mundo terminar a Educação de Base com qualidade e a mesma qualidade em todas as escolas. Professor Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Cristovam, eu queria fazer uma colocação, já que nós estamos falando de experiência em situações de Ensino. Mas têm uma... Claro, que chegar ao Senado Federal é uma honra é um grande momento na minha vida, mas eu já tive um grande momento na minha que eu não esqueci e eu lembrei, agora aqui, nesse debate.

Quando eu tive oportunidade de minha mãe começar com um Jardim de Infância e ir galgando, galgando até chegar a uma Universidade, hoje, a nível nacional. E minha mãe me colocou para trabalhar muito cedo, como Diretor Financeiro, lá com 16 anos, carimbei caderneta tudo, trabalhando com ela. E chega um momento que você tem um pai à sua frente, querendo que o filho estude e não ter o dinheiro para pagar. Isso é uma coisa incrível. E eu tenho na minha cabeça guardado, um pai que tinha filhos gêmeos, dois filhos. E ele chegava no final do ano ele devendo tudo. E ele pegava, para ir resolver o problema, ele tomava uma cachacinha para poder chegar lá, sentar na minha frente e poder renegociar, que acabava não renegociando.

Então, ele chegou. Eu cheguei a falar o seguinte: "Olha, o senhor quer saber de uma coisa? Seus

filhos estão isentos até - a gente já tinha a Faculdade - até a Faculdade. O senhor não vai mais pagar, tem condições aqui de colocar, seus filhos vão terminar o segundo grau e vão entrar na Faculdade os dois". E tomei aquela decisão e botei lá no computador e tal. E esqueci aquilo, fiz aquilo e acabou.

E qual não foi minha surpresa, quando você recebi o convite de formatura e aquele pai estava lá, eu já fico até arrepiado, porque é algo que você pratica uma boa ação e esquece, mas aquele que recebeu não esquece. Ele mandou o convite, eu fui à formatura e você olhar; só aquele olhar já valeu a pena. É o que eu digo, quando eu digo aqui, o próprio João Roberto Alves, que a gente conhecia como JR Alves--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [inaudível] Deve ter tomado uma cachacinha eu mantinha--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas eu digo que esses momentos, a gente na escola privada mesmo, esse momento dá aquele prazer de ter ajudado alguém, naquela confusão financeira que muitas vezes é, a verdade é essa, para você sobreviver e ajeitar e aquele momento ali é maravilhoso.

Quer dizer, o Governo tem vários momentos iguais a esse, porque ele dá Educação gratuita. Então, se ele trabalhar bem, ele vai ter um pai orgulhoso daquele Governo, que deu aquela oportunidade pra ele e que é o objetivo dele. Aqui foi colocado que nós temos, que não estar preocupado com a barriga e, sim, com a Educação, eu concordo, mas quem não está alimentado não consegue estudar. Não consegue V. Ex^a., sabe disso. E V. Ex^a., está sempre lutando, para que tenha o horário integral, para que o aluno estude de manhã, encha a barriguinha e depois, pratique o esporte, faça uma outra atividade e vá para casa. A comida na barriga é importante, sim, é importante. Se ele não conseguir ter energia para andar, para chegar lá, ele não vai aprender nunca.

Eu acho que nesse ponto, o Presidente Lula, fez um trabalho. Pegou renda distribuiu, botou a comidinha na barriga. Agora, ele tem que fazer a segunda parte. Eu espero

que cobre do Ministro isso e está cobrando, porque é o Ministério, hoje, que tem mais moral no Ministério. Sem dúvida, o Ministro Fernando Haddad, é o que tem mais moral no Ministério, goza do carinho do Presidente, eu já vi isso, pessoalmente. Agora, ele tem que mostrar trabalho, vai ter que mostrar, porque o Presidente sabe cobrar. Com aquele jeitinho dele, quando está de porta fechada, ele soca a mesa e fala até algumas palavras que não podemos falar aqui.

Então, vamos aguardar isso do Ministro, que ele possa acompanhar o Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu só quero aproveitar, Senador Wellington e dar uma sugestão, para o senhor ficar mais alegre, ainda. Por que não baixa uma norma na Faculdade, que eu conheço da sua mãe, que é uma grande figura e não diz: "Irmão gêmeo, só um paga". Faça para todos. Ah, já tem.

Eu passo a palavra ao Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu quero lamentar, profundamente, ter estado ocupado em outras Comissões e não ter podido, me embebedar do conhecimento desses ilustres convidados que V. Ex^a., trouxe hoje a nossa Comissão. O assunto é da maior relevância do nosso País.

Eu tenho uma experiência particular, que foram os dois anos que morei lá em Irecê, na Bahia, com uma pré-escola para crianças muito pobres. E vi a diferença, quando elas tiveram alimentação e acesso à Educação, da mesma maneira como V. Ex^a., eu estou convencido de que esse é o objetivo que temos de perseguir todo o tempo.

Infelizmente, nós temos tantas Comissões aqui no Senado e tantas obrigações, que nós não podemos estar em todas, mas não poderia deixar de saudar e parabenizar e dizer a V. Ex^a., que estamos no rumo. Temos uma série de audiências públicas, vamos acumular conhecimentos e, com certeza ao final, numa sessão solene, no Plenário do Senado Federal, com a presença dos Ministros, entregaremos pelas mãos de V. Ex^a., o trabalho dessa Comissão para o aperfeiçoamento do ensino em nosso País.

Presidente, mais uma vez parabéns. E muito obrigado pelos senhores terem vindo e desculpe não ter podido estar aqui desde o princípio.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador. Eu quero quebrar o Regimento e passar a palavra aos dois visitantes que estão aqui, o Deputado Delgado e à Senadora. Os dois querem usar a palavra? Se quiser fazer algum comentário, Senadora Emília.

SRA. EMÍLIA FERNANDES: Eu até fico profundamente lisonjeada e agradecida, porque estar aqui no Senado Federal, além do nosso mandato que tivemos, estar particularmente nessa Comissão, Sr. Presidente, o nosso grande Ministro e Senador Cristovam, principalmente educador desse País e do mundo. Voltar a esta Comissão, onde nós nos integramos durante oito anos de mandato e fui vice-Presidente, inclusive, mas retomar sempre e constantemente o tema Educação, que é a minha vida.

Eu estive Senadora, sou Professora durante toda a minha vida e até hoje, embora já esteja aposentada, mas Educação se faz a todo momento, é para nós um

compromisso de vida. E estamos aqui, para ouvir as ilustres pessoas que aqui participaram, os Senadores, a cobrança de que esta Casa Legislativa, que representa o Brasil nos seus diferentes Estados, deve olhar com um olhar atento para confecção, para o aperfeiçoamento da Educação neste País. Se isto já tivesse sido feito com mais determinação, se a vontade política muitas vezes presta, Srs.Senadores, nos debates, nas campanhas eleitorais, nos programas partidários, tivesse tornado realidade, eu tenho certeza que nós, a categoria dos Professores teríamos a nossa autoestima, muito mais elevada.

O respeito, o valor, às condições econômicas que nós precisamos para sobreviver, chegar numa sala de aula e enfrentar nossas crianças e os nossos jovens, dizendo que Educação vale a pena e que um País, somente dará a volta por cima no seu desenvolvimento econômico, buscando a Justiça Social, se olhar com respeito para nossas crianças, para os nossos jovens e com a valorização aos profissionais trabalhadores na Educação, nós teríamos um outro País, um outro momento. Então, para mim é um momento sempre de emoção.

Eu estou aqui como uma cidadã, como uma Professora, como uma mulher que acredita realmente, que pela Educação nós faremos a transformação para este País, que nós defendemos e que queremos com Justiça Social e igualdade.

Muito obrigada, Presidente Cristovam, porque V. Ex^a., sempre como democrata que é, concede a uma humilde ex-Senadora, ex-Vereadora, porque tive doze anos de Vereança, portanto, conheço a realidade local dos Municípios deste País que clamam por maior igualdade, Justiça, distribuição, não apenas de responsabilidade, mas também de recursos, para que a gente possa fazer essa grande jornada pela Educação.

Eu diria ao ilustre representante da UNESCO, que tem realmente conseguido demonstrar para o Brasil, a importância da luta pela criança no projeto que faz da Criança Esperança, junto com a grande rede de televisão, que nós deveríamos, Sr. Presidente, primeiro chamar urgentemente os meios de comunicação, para esta grande campanha de união nacional, de unidade nacional, pela Educação. E a UNESCO tem e pode fazer muito forte e muito qualificado esse trabalho.

Que aqui, também, se pudesse cada vez mais dizer para o Brasil, que a Comissão de Educação do Senado, com um homem ilustre como é, um gênio, é um homem, um pensador, mas é um homem que tem a alma e a sensibilidade do povo e das massas nesse País, pode e vai fazer e vai ajudar nessa transformação. Então, com todo o sentimento e a minha simplicidade, os agradecimentos e o meu orgulho, de que esta Co-

missão de Educação chama o Brasil e o mundo, para fazer o que a Educação já poderia ter feito a mais de 50 anos nesse Brasil. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigada, Senadora. Eu quero lembrar, que a senhora durante todo o seu mandato fez parte dessa Comissão.

Deputado Júlio Delgado.

DEPUTADO JÚLIO DELGADO (PSB-MG): Que o furo regimental seja bastante breve, por condescendência de V. Ex^a., Senador e Presidente Cristovam. Só fazer uma saudação a todos ilustres Senadores.

Eu em todo o período que exercício o mandato também Parlamentar na Câmara dos Deputados, apesar da minha formação ser na área do Direito e fazer parte da Comissão de Constituição e Justiça, sempre tive o interesse e me indicando para que pudesse estar na Comissão de Educação, daquela Casa. Mas saudando e dizendo que nas caminhadas de V. Ex^a., na campanha presidencial, tivemos oportunidade de estar com o senhor em Juiz de Fora, nossa terra natal e discutimos essa questão paradoxal que é no Brasil que, muitas vezes nossas demandas como Parlamentares, Deputados ou Senadores, as nossas solicitações que temos, são justamente de quem tratar da laje. E o próprio ensinamento de Engenharia, diz que a gente tem que começar - e foi o senhor quem me ensinou isso - trabalhando na base, invés de construir a laje.

As nossas grandes demandas e o que é paradoxal é o Ensino Superior, enquanto o nosso grande problema para ter esse acesso deveria ser a base e o alicerce, que é o início de qualquer construção, principalmente educacional. E desses grandes problemas eu hoje, estou com duas demandas grandes. Já levei ao conhecimento do atual Ministro, do hoje colega Parlamentar, ex-Ministro Paulo Renato e de V. Ex^a., sobre a questão do Ensino Público, paradoxal, que é que todas as nossas Universidades Públicas no Brasil, que nós defendemos têm os carros estacionados nos estacionamentos, porque todos aqueles que estão na Universidade gratuita, teriam condição de pagar, isso que o senhor sugeriu...

E aqueles que tem que fazer um esforço e um grande sacrifício para pode estudar, têm que trabalhar de dia e pagar para estudar à noite, que não é dado o acesso aqueles que mais necessitam. Isso é que é paradoxal. E quando concluem, entraram em sistemas, que eu espero que dessa forma seja feita pela proposta que foi apresentada pelo Ministro Haddad, quando do lançamento do Programa de Educação, de estudantes que tiveram que entrar nessas Faculdades - só em Juiz de Fora, hoje, nós temos mais de mil - muitos deles ingressaram no FIES e, hoje devem mais do que de-

veriam ser custeados para poder ter um Curso Superior. E saem do Sistema Educacional do Governo, do Ministério de Educação, de algum comprometimento e passam a ser devedores do sistema financeiro, que são as instituições bancárias.

Isso que é paradoxal não dá para admitir. E eu recebo hoje demanda de pessoas que estão devendo 35, 40, mil reais por terem feito um curso. E outro dia, eu recebi uma menina, que me foi levando uma lista, Senador Flávio Arns, que a sua família falou assim: “Eu tenho como avalista do meu Curso Superior, o meu sogro. Eu perco o marido, se eu não consegui pagar”. Eu falei assim pra ela: “Como é nós vamos fazer? Nós temos que tentar resolver”. Mas isso é a laje, nós temos que cuidar desse alicerce e essa preocupação V. Ex^a., sempre manifestou.

E a minha presença aqui e, em tantas outras da programação que foram apresentadas para audiência do Senado, me terá presente por lutar, justamente, por essa Educação de Base fundamental, que é defendida por muitos dos que aqui hoje expuseram, que eu tive condição de acompanhar e na colocação dos nobres Senadores. Muito obrigado, pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao Deputado. Eu quero dizer que a base está na Educação da Base, mas a gente tem que se preocupar, eu estou de acordo, com todos esses jovens, que conseguem entrar na Faculdade e não conseguem concluir.

É muito duro um jovem não passar no vestibular e, ainda mais, entrar e por falta de dinheiro ter que trancar a matrícula. Hoje há jovens se prostituindo para pagar as Faculdades e não são poucos. E há taxistas, eu cito taxistas, porque é uma categoria com a qual eu convivo usando, que estão morrendo de trabalhar para poder pagar a Faculdade dos filhos, morrendo de tanto trabalhar. Então, o ProUni, nesse sentido é um grande projeto, não há dúvida nenhuma. Talvez, precise até ser completado com uma pequena bolsa, para pagar o transporte, para pagar a alimentação.

Eu quero agradecer presença de todos, dizer que essa é a primeira audiência de uma ciclo muito longo. E que ao final, a gente espera ter dado uma contribuição do Senado e ao Brasil, por meio obviamente do Governo. E eu quero dizer aqui que isso está dentro do espírito do Presidente Renan Calheiros, quando na campanha, ele disse que queria fazer uma agenda do Senado para o Brasil e, não ter o Senado dependendo da agenda que vem do Poder Executivo.

Muito obrigado a cada um e a cada uma e está encerrada essa sessão.

Sessão encerrada às 13h31.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2007.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia quinze de maio de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Geraldo Mesquita Júnior, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, João Pedro, Aloízio Mercadante, Antônio Carlos Valadares, Valter Pereira, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e Wilson Matos, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Heráclito Fortes e Rosalba Ciarlini. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelo item não terminativo, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 007, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que, “Inserir alíneas nos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 1961, modificada pela Lei nº 9.131, de 1995, para atribuir às Câmaras do Conselho Nacional de Educação a função de análise e intermediação de conflitos entre trabalhadores da educação e seus empregadores”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o parecer é pela rejeição. É concedida vista coletiva, pelo prazo regimental de cinco (05) dias. **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UFSPA), com sede no Município de Marabá, por desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA)”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01, 02 e 03 – CCJ/CE, aprovadas por dezessete (17) votos. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 001, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o

projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. A Presidência sugere ao Plenário que esta Comissão officie ao Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, requerendo que o Senhor Presidente do Senado Federal envie expediente ao Senhor Presidente da República, solicitando agilidade na sanção do Projeto de Lei nº 215, de 2006 assim que deliberado pela Câmara dos Deputados. A sugestão é aprovada por unanimidade. Neste momento, o Senhor Senador Flexa Ribeiro, pede a palavra e requer que idêntico procedimento seja adotado em relação ao PLS nº 001, de 2007 e solicita ainda, que seja oficiado a Governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa, comunicando a decisão da Comissão de Educação quanto ao Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2006, recém aprovado. **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 021, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valter Pereira, que “Denomina ‘Rodovia Ramez Tebet’ o trecho da rodovia BR - 158 situado entre as cidades de Três Lagoas e de Cassilândia, no Estado de Mato Grosso do Sul”. A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina, sem voto, o Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre o acesso a redes digitais de informação em estabelecimentos de ensino”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01 CAE/CE, aprovada por dezessete (17) votos e a subemenda nº 01 – CE, de autoria do Senador Flávio Arns, aprovada por dezesseis (16) votos. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 031, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Acrescenta artigo na Lei nº 9.394, de 1996, para determinar que as mudanças de lotação e remanejamentos de professores da rede pública de ensino sejam efetivadas antes do início do ano letivo”. O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01- CE, aprovada por treze (13) votos. Ficam adiadadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2005, Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 027, de 2007, Item 09: Projeto de Lei da Câmara nº 040, de 2005 e Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2006.** O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação.

16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) (PDT-DF): Bom dia, bom dia a cada uma. Bom dia a cada uma, e cada um das Senadoras e Senadores e demais participantes dessa Sessão.

Havendo número regimental declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto a apreciação do Plenário e a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. E a aprovação da mesma. Senadoras e Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovada a Ata.

Eu faço uma inversão a pedido da Senadora Ideli, eu faço uma inversão da ordem da Ata, e passo a analisar o Projeto de Lei do Senado 007/2006 que insere a alíneas, nos § 1º e 2º do art. 9 da Lei 4.024/1991, modificada pela lei 9.131/1995. Que visa atribuir as Câmaras do Conselho Nacional da Educação a função de análises e intermediação de conflitos entre trabalhadores da educação e seus empregadores.

Passo a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, senhores--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É o item 6.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadora, a questão da realização de greves, paralisações no magistério.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) (PDT-DF): Peço atenção a fala da Senadora Ideli, por favor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Que normalmente são greves prolongadas, e greves que trazem grandes prejuízos às crianças, os adolescentes, a comunidade em geral. Eu acho que teve da parte do Senador Cristovam Buarque uma preocupação de buscar, encontrar algum caminho, né, para que nós pudéssemos ter uma solução ou encontrar caminhos, né, para negociar o impedir a ocorrência dessas paralisações.

Acho que este é um assunto absolutamente relevante, Senador Cristovam, tanto que este assunto está na pauta, né, na conjuntura política, inclusive, com a regulamentação do direito de greve, no caso do serviço público, que há muito tempo está aguardando as providências e que infelizmente ainda não ocorreu.

Portanto, eu queria já de pronto deixar claro que o objetivo, intuito de V.Ex^a ao apresentar o projeto, ele é louvável, necessário e absolutamente eu diria até imprescindível, para que a gente possa buscar, né, encontrar a solução desses longos conflitos, né, de paralisação na educação. Agora, o nosso Parecer não pode ser a favor da proposta que V.Ex^a apresenta para atribuir aos Conselheiros, as Câmaras do Conselho Nacional da Educação esta função. E no nosso Parecer, nós damos, inclusive, os motivos, né? As decisões do conselho quando homologadas pelo Ministro do Estado da Educação, tem em eficácia legal para o sistema federal do Ensino, não abrangendo, entretanto, os sistemas estaduais e municipais de Ensino. E nós temos um volume significativo, né, de greves que ocorrem nos estados e nos municípios. Portanto, delegar isto ao conselho já por si só, já não teria abrangência total, né, da busca de solução.

Esses níveis são regidos pela Constituição Federal e pela Lei, pela 9394, né, a LDB. Segundo esses marcos legais, estados e municípios tem autonomia administrativa cabendo a união o estabelecimento de diretrizes educacionais gerais. Os Conselheiros são escolhidos pelo a poder executivo a partir da confecção de listas com membros de entidades consideradas representativas e influentes na educação nacional e pelo percurso pessoal e histórico que os candidatos mantêm na educação. Nada garante que esses Conselheiros tenham qualificações ou sejam os melhores árbitros para dirimir questões trabalhistas, porque na escolha não é este o perfil, não é esta, digamos assim, a competência, né, que é utilizado para as suas escolhas. O conselho que na prática é um órgão consultivo do Ministro da Educação, não deteria força para exigir que as reivindicações dos trabalhadores quando justas fossem atendidas, ou que se evitasse a paralisação por greve no caso de serem injustas.

As funções do Conselheiro do CNE, embora seja uma função pública, não configura cargo ou emprego público, isto é, não é remunerada. Os Conselheiros percebem vencimentos pelas as funções ou cargos que ocupam, como os professores e secretários da educação, reitores, dirigentes, universitários e outros.

As atribuições normais de um Conselheiro são as reuniões que tomam três ou quatro dias do mês, fora isso a participações em Comissões, Audiências Públicas, visitas as instituições, pareceres em processos,

respostas às consultas, participação em seminário, reuniões nacionais ou internacionais. Os dirigentes também participam de convocações para Audiências Públicas do Poder Legislativo para opinar junto ao Ministro da Educação, sobre regulação e portarias ou decretos. Tudo isso com uma estrutura de apoio mínima, embora tenha melhorado, o apoio do MEC nos últimos anos. Seria de difícil admitir dentro dessa [inaudível] sem vínculos elaborais efetivos, o arbitramento de conflitos trabalhistas de outrem.

Dar ao CNE, a atribuição para detalhar competências e procedimentos para resolução de conflitos trabalhistas, não é factível, não importa que composição se dê a esse grupo de trabalho, seja com especialistas, convidados, o que implica repensar a escolha dos conselheiros, seja por representação paritária do poder público, agência empregadora, governamental e privada, além dos trabalhadores em educação. O antigo conselho federal de educação foi em instância recursal das decisões administrativas das universidades.

Hoje o Conselho Nacional da Educação, não é mais. Além disso, os trabalhadores da educação tem os seus sindicatos, suas associações, intermediadores de diálogo, entre eles os seus empregadores.

Colocaram o CNE no eixo dessas arbitragem, certamente engessaria o conselho. A propositura inclui as entidades privadas de ensino como beneficiárias desta presuntiva atuação mediadora do CNE. O que ainda é mais impraticável, né? Dado que elas são regidas pela consolidação das leis to trabalho, pela CLT, que admite Comissão de Conciliação previa de composição paritária conforme reza a lei 9958/2000.

Ainda de acordo com esta lei, no seu art. 3º, que acrescenta o art. 8877 A, CLT, lê-se que é competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz teria competência para o processo de conhecimento relativo a matéria. No caso o juiz trabalhista. Evidentemente o CNE e seus Conselheiros não iriam a tanto, mas fica claro que a resolução dos conflitos é da alçada dos técnicos especializados ligados, a justiça trabalhista.

Portanto, Sr. Presidente e autor da proposta. Existe mérito na busca dos conflitos trabalhistas dos profissionais da Educação, assim como de outras categorias. Talvez o mais racional fosse abordar a questão da greve e outras questões trabalhistas mesmo individuais por uma lei de greve no serviço público ainda não normatizada, ou por um tribunal de arbitragem para questões da esfera trabalhista, e não a atribuir ao Conselho Nacional de Educação estas tarefas. Por isso é que nós entendemos que o mérito e o objetivo é positivo, é meritório, mas a proposta se mostra ina-

dequada e portanto nosso Parecer é pela rejeição do projeto de autoria de V.Exª.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou manter a tese em discussão, mas vou pedir licença para me retirar da presidência para poder participar do debate, eu passo a presidência ao Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E a palavra--

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Muito obrigado Presidente, Cristovam pela a distinção, e já passo a palavra ao Senador Azeredo para discussão, Senador Wellington, Senadora Marisa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Senador Sérgio Zambiasi, a proposta do Senador Cristovam Buarque, é uma proposta que busca exatamente enfrentar um problema grave que tem ocorrido no Brasil nas últimas décadas. É verdade que com a vinda da estabilização econômica a partir do plano real de 1994, reduziu, reduziu sim em todo o Brasil, um pouco essa ocorrência. Mas nós temos ainda muitas oportunidades em que a greve, eu quero destacar que a primeira frase justificção do Senador Cristovam, que diz: "Um país em greve na educação, é um país com o seu futuro suspenso e deformado". É verdade, nós sabemos muito bem o prejuízo que tem havido para os estudantes em todo o país quando existem essas greves continuadas, por outro lado é evidente que ter greve, poder fazer greve é um direito dos professores, dos funcionários das universidades federais, que são o objetivo maior desse projeto, e de maneira que criar, dar ao Conselho Nacional de Educação essa prerrogativa de poder ser uma instância de recurso não formalmente, mas de ser uma instância de busca, de consenso, me parece que não seja nada, absurdo, nós estaríamos apenas prevendo que este conselho poderá intervir se chamado for nesses momentos de turbulência, os professores e os seus sindicatos poderiam atender, porque seria uma decisão, uma instância de conexão moral na mesma maneira que os próprios governos também ficariam sujeitos a busca dessa solução.

Os membros do Conselho Nacional da Educação, podem até não ser especializados nas questões trabalhistas, mas são evidentemente pessoas com grande vivência no setor da educação, com grande sensibilidade nas questões da educação para importância das

boas condições dos salários, mas também de compreensão das dificuldades do poder executivo.

De maneira que eu queria me posicionar favoravelmente ao projeto do Senador Cristovam, no sentido de que nós busquemos uma alternativa a mais para dirimir as dúvidas que surgem com as greves continuadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Seguindo a ordem de inscrição, passo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Ideli Salvatti, é impressionante como a idéia está de acordo, porém, o que V.Exª leu, eu estou totalmente contrário.

[risos].

É incrível, mas o meu voto é acompanhar a V.Exª, porque quem conhece bem o Conselho Nacional da Educação, como bem foi colocado a V.Exª, são pessoas escolhidas, mescladas entre iniciativa privada e pública, pela sua história junto a educação, e que não tem competência realmente para discutir aumento de salário, discussão salarial. Agora, o Conselho Nacional de Educação ele pode, ele pode ser consultado pelo executivo, suponha que o Ministro, de repente, ele faça, ele tenha uma dúvida, tranquilamente seu setor jurídico faz uma consulta ao conselho, eles se reúnem, não para dar uma decisão, reunir de um lado é grevistas, gestores, não para isso, para dar uma opinião, dentro da uma legislação para o Ministro, isso é possível.

Agora também o Conselho Nacional da Educação, não é um órgão meramente consultivo, ele é um órgão que faz leis, com relação, é legislativo, ele faz leis com relação à educação, ele aprova, ele lê, não é só consultivo, eu acho que esse era o sonho de todo o Ministro, ter um Conselho Nacional que fosse só consultivo, mas não é isso que está na Constituição, não é isso que está na lei de diretrizes de base, o conselho ele tem sido tirado poderes do Conselho Nacional da Educação, sem que ele se manifeste, ele está sumindo, sumindo, sumindo, os Conselheiros não entram questionando, os seus poderes estão sendo tirados, tem um projeto de minha autoria que está na CCJ onde os Conselheiros tem que ser aprovado pelo Senado, como são aprovados os membros das agências de outros setores.

O Conselho Nacional da Educação é, os Conselheiros do Conselho Nacional da Educação são tão importantes, teria que ser aprovado nesta Casa. Pode ser por indicativo, por indicação do executivo, sim, e nós teríamos... Me diz aqui que o Senador Mão Santa que os Conselheiros estaduais foram aprovados por essa assembléia. E o nacional, não, é uma mera indicação do executivo, sai publicada e acabou, não tem

que ser aprovado aqui, esse projeto é de minha autoria, se não me engano, está na CCJ, distribuído para ver quem é o Relator. Agora, eu vou votar com a Relatora, porque eu acho realmente que pegar o Conselho Nacional da Educação e botar para discutir questão salarial, isso é um absurdo, até mesmo porque não tem poder para discutir.

Uma exceção como, as greves são todas em função de salário. Quase todas as greves, 95% é questão salarial, a gente sabe disso. E o Conselho Nacional da Educação não vai decidir salário coisa nenhuma. A gente aqui não consegue nem nós Senadores para brigarmos aqui por algum reajuste, é uma coisa com difícil. Que dirá os professores lá no conselho, um Conselheiro da câmara do ensino de 2º grau, vai dar um voto, não tem que dar um aumento de 50%, como, ele não tem poder sobre isso. Ele pode ser sim, consultado pelo executivo para que se manifeste, para que o executivo possa ter razões para discutir com planejamento, discutir com o Ministério, alguma coisa nesse sentido. Agora pegar um educador e querer transformá-lo num mediador, em questões salariais, por uma lei, eu acho difícil, embora 90% de tudo com relação a educação eu concordo com o Senador Cristovam Buarque, mas nesse ponto Senador, para minha tristeza vou discordar da V.Exª, para minha tristeza não, porque eu tenho mas alegria do que tristeza. Com V.Exª. Então, eu não vou ficar triste não, porque realmente é só um momento.

Então, eu quero dizer que eu voto com a Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, por uma questão de ordem, só por uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Paim, pelo ordem.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu sou que quarto escrito, mas já vou adiantar, como eu estou me debruçando muito sobre a questão da lei de greve, e tenho dois projetos aqui no Senado e um na Câmara, e esse tema tem haver com essa questão, eu só adianto que eu vou pedir vista do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Será concedido a vista, e terá prazo regional de 5 dias para encaminhar a resposta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, com o pedido de vista então, eu posso...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque o Presidente Renan está nos chamando para a reunião de líderes.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mas nós temos aqui ainda mais quatro Senadores escritos, sim, e obviamente o autor, eu estou colocando como o último inscrito exatamente depois de ouvir seguramente as universidades. Mas a discussão continua, continua a discussão, e inscrito para falar a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado Sr. Presidente, pode parecer a primeira vista difícil e um pouco inusitado, é pedir ao Conselho Nacional da Educação que discuta e analise problemas relativos a greve. Mas eu quero fazer uma colocação aqui respeitando as palavras do Senador Wellington Salgado, que eu quero focar a questão em outros parâmetros.

Primeiro, se a educação é fundamental no país, e se a educação é a questão maior para fazer com que o nosso povo saia do atraso em que vive, que o nosso país possa ter desenvolvimento e crescimento, se nós colocarmos a educação no centro dos debates, tivemos uma Audiência Pública semana passada, e pensamos em fazer o Movimento Nacional pela educação, de todos pela educação, se isso é importante, eu quero dizer que o Conselho Nacional da Educação pode sim analisar e sugerir no foco do âmbito da educação. Quer dizer, não estamos pensando aqui na questão trabalhista, na lei trabalhista, mas aquilo que é importante para educação. Quem pode dizer o que é importante para a educação, o Conselho Nacional de Educação pode sim, ele pode dizer que essa greve vai afetar algo que é fundamental para o país. E sugerir, dar a sua interpretação e as possibilidades de aberturas que possam ter a essa questão.

Portanto, eu não acho nada absurdo, embora a princípio possa chocar algumas pessoas. Eu acredito, sim, que numa questão relevante e importante como a educação, a questão possa ser discutida num outro âmbito, num âmbito não só da legislação trabalhista, mas no âmbito daquilo que é fundamental para o país.

Então, a minha colocação aqui é a favor de uma proposta que posso ser talvez aí, se o autor achar, em vez de analisar, intermediar questões relativas ao conflito, analisar e dar Parecer a respeito dos conflitos. Quer dizer, nós teríamos uma Parecer de quem entende de educação, para dizer se isso pode prejudicar o andamento do país. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Senadora Marisa, só lembrando aos colegas que o Senador Paim já pediu vistas e está concedida, e portanto, esse projeto volta a discussão na próxima semana e nós temos ainda vários projetos terminativos que exigem quorum, que exigem quorum

para a sua deliberação. Eu passo a palavra ao autor do projeto, o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Em primeiro lugar, eu quero manifestar minha solidariedade com o Senador Paim por pedir vistas. Eu acho que é um projeto que de fato a gente pode melhorar, obviamente. Agora, eu quero dizer que uma coisa eu consegui, colocar a greve do magistério em discussão nessa Comissão. Não podemos continuar com greves e não apenas isso, meses de greves como a gente vê. Greves, em parte, decidida por governos que não querem por dinheiro na educação, e greve às vezes por cooperativismo que não entende a realidade de certos governos.

Qual é a única solução na democracia para a gente reduzir essas greves. Uma é semi-autoritária como a lei de regulamentação da greve que o Governo está propondo agora, e que eu posso até ser a favor sim, porque a legalidade, às vezes, tem certos gestos que não são democráticos, esse é uma.

O outro que eu imaginei e há muito tempo eu trabalho nisso, é criar um colchão que dificulte as greves, não empecem, ou seja, um conselho ao qual antes de declarar greve os professores teriam que recorrer, mesmo que depois que o conselho diga, não, os professores digam sim, e façam a sua greve. Mas vão pagar um preço alto na opinião pública. E que os governos antes de se recusarem a negar o pleito dos professores, o Governo tinha que analisar, mesmo que diga sim ou diga não, mas vai pagar um preço na opinião pública.

Esse é o objetivo, Senador Paim.

Eu queria dividir para a análise do Senador Paim, esse projeto em duas partes, uma: A existência ou não desse grupo, deste conselho; segundo: Se deve ser ou não o conselho federal da educação, porque o Senador Wellington, a Senadora Ideli, e a própria Senadora Marisa, tem razão em dizer que não é o lugar perfeito de estar isso.

A primeira vez que eu sugeri isso, a minha idéia era um conselho especial de grandes personalidades nacionais. Depois eu cheguei a pensar para radicalizar se o conselho de defesa da república, mas num país que não prioriza educação, ia parecer ridículo ter os grandes velhos desse país discutindo educação. Eles têm que discutir segundo, imagine é apagão, é energético, não apagão intelectual, e outras coisas.

Eu aí encontrei a idéia do conselho, mas reconheço que tem fragilidades seu conselho, Senador Wellington, nesse sentido a gente não discorda tanto, eu reconheço que o conselho pode não ser instância melhor. Mas não consegui outra, vamos discutir qual seria a instância, mas não vamos recusar *a priori* a

idéia de que criar um instrumento de amortecimento entre o conflito trabalhista e patronal na área de educação. Tanto no setor público, quanto no setor privado, essa é a idéia.

Eu só discordo da Senadora Ideli, quando ela diz que as greves são estaduais não é questão nacional. A greve em um estado, em um município, é uma questão local do ponto de vista gerencial, mas do ponto de vista da segurança nacional, do desenvolvimento nacional, do impacto nacional, é uma questão nacional. Onde tiver uma greve o menor município do Brasil, essa é uma questão nacional. Ninguém deixa um prefeito fabricar moeda local. Deixa? Não. Banco central cuida disso para o país inteiro. E educação a gente deixa para cada município cuidar como quiser. Está na hora da gente perceber que a gerência é municipal, mas o impacto é nacional.

Eu então, estou de acordo com o pedido de vista, me coloco a disposição para encontrar um outro órgão, peço ao Senador Wellington que traga sugestão de outro órgão, outro conselho, mas que a gente tente antes que seja tarde encontrar uma forma para que as greves não destruam o setor educacional brasileiro. Greves muitas vezes necessárias, mas destruidoras mesmo assim. E algumas que não precisariam se os governos tivessem sensibilidade.

É isso que eu tinha que dizer, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Presidente pediria que a vista fosse coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Está aceito o pedido.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, só para colocar, eu gostei muito da idéia da Senadora Marisa de que seja uma manifestação, agora o Senador Cristovam Buarque pediu para eu dar uma solução, Senador. [risos] Ou encontrar uma solução fica difícil, que é uma situação difícil. Vou participar da reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Está concedido o pedido de vista coletivo. Pergunto aos seus Senadores Cícero Lucena, Wilson Matos e Paulo Paim, ainda querem fazer uso da palavra, ou podemos dar consequência. Ok. Vamos dar consequência.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria inversão de pauta Presidente, para aproveitarmos o quorum, para discutir o projeto número 7, com Relator o nobre Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Submeto a votação. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram, todos estão de acordo, está feita a inversão de ordem, porém lembro que há exceção do item 06, todos os demais são terminativos. Passo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente eu serei bem rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Passo a presidência ao titular Senador Cristovam Buarque.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) (PDT-DF): Quem é que está com o palavra, quem está com o palavra aqui Senador.

Passo a votação, o item 7.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sr. Presidente, parece que não está o Crivella aqui, mas parece que na bíblia em Mateus, primeiro os teus, o número 3 é de V.Exª, eu não seguiria não, porque eu sou Relator a espera.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, já houve pedido de inversão, vamos fazer a inversão.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Mas o Pará pode ficar pode ficar parado, esperando enquanto chega--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos fazer a inversão conforme o pedido do Senador Flexa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Como é que você V.Exª vai ceder.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O item número 07, Projeto de lei nº 215--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Então, V.Exª não está tão interessado--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu estou muito interessado, mas aqui eu sou Presidente.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Que seja aprovado o seu projeto.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aqui eu sou Presidente. Autorizo o poder executivo a criar a universidade federal do Sul e Sudeste do Pará com o sede no Município em Marabá por desmembramento da Universidade Federal do Pará. Autoria do Senador Flexa Ribeiro, Relatoria do Senador Eduardo Azeredo. Fazendo um apelo para que todos fiquem, porque são projetos terminativos e que lembrou o Senador Mão Santa tem um projeto de minha autoria.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o projeto de autorizativo de autoria do Senador Flexa Ribeiro, busca criar uma universidade federal no Estado do Pará que atenda a região onde está situada a cidade de Marabá, que é uma região que tem tido um grande progresso e que na verdade precisaria realmente, ou já precisa muito tempo de ter uma universidade federal.

Eu sou defensor permanente como todos aqui, da ampliação do Ensino superior do país, e essa crescente universalização do ensino médio acabou forçando também a demanda do ensino superior.

De maneira que para ser bem rápido, eu diria apenas que o voto é favorável com a aprovação do Projeto de Lei do Senado 215, do Senador Flexa Ribeiro, com as emendas que foram apresentadas no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania que aperfeiçoa o texto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Põe em discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente vamos votar e depois se discute, por favor.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, põe em discussão.

[risos].

Não havendo ninguém que queira, se há alguém que queira, não havendo, ponho em votação. A votação é nominal. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadores Sérgio Zambiasi, Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Eu nunca vou votar contra a criação de uma universidade, Sr. Presidente, nunca! Inclusive, eu já briguei com o MEC pela a criação de universidade, vou sempre votar a favor e ainda mais sendo para a Estado Pará que tem o Senador Flexa Ribeiro, que briga por aquele Estado tremendamente. A favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Parabéns pelo voto. Senador Mão Santa, Senador Geraldo Mesquita, Senadora Maria do Carmo, Senador Marco Maciel, Senador Marconi Perillo, Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): De acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro é o autor,

os suplentes Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Cícero Lucena, Senador Eduardo Azeredo, voto conhecido, Senador Wilson Martins. E o Senador Valter Pereira que acaba de chegar, voltando de outra Comissão. Onde está o Senador Valter Pereira, Senador Valter Pereira seu voto, sim.

Então, está aprovada por unanimidade parabeno o Senador Flexa Ribeiro e o Estado do Pará.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim Senador...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero agradecer a V.Exª e aos meus pares por termos hoje aprovado o projeto autorizativo para a instalação da universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

Eu me apressei, Sr. Presidente, em pedir a votação antes da discussão, porque como bem colocou aqui, o Senador Wellington Salgado, em hipótese nenhuma os senadores votariam contrário a instalação de uma nova universidade. Em qualquer estado da federação brasileira. E no caso específico desta que nós estamos votando agora, ela terá uma importância vital para o desenvolvimento de uma região que tem um potencial econômico fantástico, que é o Sul e o Sudeste do nosso Estado do Pará, onde nós temos lá as maiores reservas minerais do mundo. A Vale do Rio Doce explora nessa região, minério de ferro, manganês, níquel, ouro, cobre, e assim por diante. Então, e tem também uma vocação para a agro indústria, que em função das suas terras vocacionadas para a pecuária e para a agricultura.

Então, nós vamos com isso, Senador Presidente Cristovam Buarque, V.Exª que é um ícone nacional para a educação, faz com que se possa levar a essa região as condições de formação de inteligência, capacitando os filhos desta região para que eles possam através da informação fazerem com que a região possa acelerar o seu desenvolvimento.

Eu quero nesse instante, agradecer a todos as Senadoras e Senadores que aprovaram por unanimidade o projeto da criação do universidade federal do Sul e Sudeste do Pará.

E em especial, a V.Exª que tão bem é preside a Comissão de Educação, que nos possibilitou a inversão de pauta para a aprovação fosse feita de imediato.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado Senador, eu quero sugerir, não sei se é muito regimental, o Senador Flexa Ribeiro, que uma aprovação puramente autorizativa, pode se perder por aí. Eu vou propor que essa Comissão peça ao Presidente Renan Calheiros que faça uma carta ao Presidente da República, insin-

do que é autorizativa, mas que ele olhe com carinho a criação dessa universidade. Se a Comissão tiver de acordo, eu levarei isso ao Presidente Renan, de acordo todos. Muito bem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): De acordo e sendo..., desculpe, por favor, Senador.

Não, eu passo a vez... É outro assunto?

Eu acho que sendo a governadora do PT, a Ana Júlia, V.Exª terá facilidade junto com a Ana Júlia de resolver esse problema, né, Senador Flexa?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marisa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza absoluta, a Governadora Ana Júlia não será contra a criação da universidade, tanto do Sul e Sudeste do Pará, quanto a do Oeste do Pará, que esta Comissão já aprovou há um mês e meio atrás.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E eu diria, Presidente, se V.Exª me permitir, que a esse projeto, foi pensado uma Emenda do Senador Antonio Carlos Magalhães, criando também uma universidade, se não me engano, no município do Barreirinha na Bahia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Barreiras.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Barreiras, na Bahia.

Então, que eu fiz que V.Exª fará ao Presidente abrange as duas. A do Sul e Sudeste do Pará, e também a do Senador Antonio Carlos Magalhães.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Estou de acordo, só que eu acho que tem que ser do Presidente Renan, para o Presidente da República.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim ao Presidente Renan, para o Presidente Renan encaminhar ao Presidente da República.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa lembrando que tem muitos projetos--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com cópia, Se for possível, com cópia para Governadora Ana Júlia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito. Lembrando que nós temos projetos terminativos, e daqui a pouco os Senadores terão que para outras comissões, eu peço urgência. Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria pedir uma inversão de pauta, Sr. Presidente,

do item nº 05, é o que denomina de nome Ramez Tebet, de uma rodovia. Como é um projeto simples--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, de acordo que haja inversão da pauta, até porque é um projeto aprovado a meu ver, com muita rapidez.

Projeto de Lei 021, denomina a rodovia Ramez Tebet, o trecho da rodovia BR 158 situada entre as cidades de Três Lagoas e de Cassilândia no Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria Senador Valter Pereira, Senadora Marisa Serrano, ela é a Relatora. Eu peço a Senadora uma leitura abreviada, até porque todas nós conhecemos quem foi Ramez Tebet, o carinho que todos tivemos por ele.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Justamente por isso Sr. Presidente, a indicação do nome do Senador Ramez Tebet para um trecho da rodovia BR 158, é situado entre duas cidades, cidades em que o Ramez Tebet nasceu, Três Lagoas, se criou, foi prefeito, hoje tem sua filha sendo Prefeita da cidade, e que ele lutou muito, trabalhou demais para que essa estrada fosse concluída.

Portanto, nada mais justo, do que a lembrança do Senador Valter Pereira, de dar o nome dessa estrada a uma pessoa que é queridíssima na região, é um ídolo na região toda, não só lá, mas no estado todo. Mas para nós é um orgulho muito grande ter o nome do Ramez Tebet em uma rodovia federal que liga a uma região vachíssima(F) do nosso estado, muito rica, e pelo qual ele dedicou toda a sua vida.

Era essa... E não constitucionalmente também, dentro das normas e dos preceitos constitucionais. Portanto, Sr. Presidente, é passível de ser aprovado por essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu antes de passar a palavra, eu quero lembrar, que todos nós devemos estar tentado de fazer uma fala em homenagem ao Senador Ramez Tebet. Eu pediria a gente controle essa vontade que é natural, por toda a agenda que nós temos, e que no dia que isso for confirmado, o Senador Valter Pereira, que a gente faça uma comitiva para estar presente com o senhor no dia em que houver a inauguração da nomeação da estrada. Alguém quer se pronunciar.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de pronunciar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valter Pereira. Autor.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, antes de mais nada, eu gostaria de agradecer aqui, a manifestação da Senadora Marisa Serra-

no, favorável a proposta de denominação do Senador Ramez Tebet para a BR 158.

Como V.Exª muito bem acentuou, é desnecessário fazer qualquer comentário sobre a figura impar deste grande brasileiro, cujo passamento trouxe uma consternação muito grande para o Congresso, e sobretudo para a o Estado de Mato Grosso do Sul que sofreu um grande desfalque, dificilmente de ser preenchido a curto prazo.

O Senador Ramez Tebet, indiscutivelmente, foi um ícone da política. Um parlamentar que se notabilizou pelo o seu grande discernimento, pelo grande descortino, e pelo amor a causa pública como poucos nesse país. Engrandeceu o congresso, já que daqui partiu para ser Ministro de Estado, e de lá voltou para o congresso depois de um pequeno espaço de tempo no executivo onde saiu ileso, no momento em que muitos políticos do país quando ocupam funções no executivo, acabam deixando com respingos que contaminam a imagem do próprio poder legislativo.

Ocupou o cargo de Governador de Estado, foi Deputado Estadual, foi Constituinte estadual, e Relator da Assembléia Estadual Constituinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se ele sair não volta.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, Sr. Presidente, eu gostaria só de agradecer a manifestação da Senadora Marisa Serrano, e agradecer aqui, aquele apoio que eu já percebo, é um apoio unânime dessa Comissão. E sobre a figura do Senador Ramez Tebet, que no dia 17 próximo vai completar seis meses do seu passamento, eu farei um pronunciamento da tribuna no Plenário. Muito obrigado Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero lembrar que se sairiam um único Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu ia fazer esse apelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Estamos sem quorum, então eu prefiro pôr em votação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos votar, isso, depois a gente fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Depois cada um de gente fala, vamos por em votação, não foi votado. Então, eu vou por em votação o projeto do Senador Valter Pereira. Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM(PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mão Santa

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Geraldo Mesquita, Maria do Carmo.

SENADORA MARIA DO CARMO: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Marco Maciel, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antônio Carlos Valadares

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Valter Pereira, autor, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Wilson matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, eu passo ao item--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas um item.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O item 4 é só autorizativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, só autorizativo na tem quorum.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só vai dizer...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, não precisa de quorum.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, não, é, é quorum, Flexa Ribeiro, Senador Flexa Ribeiro, só um segundo, se o Senador Zambiasi dissesse que é favorável, que eu sei que ele é, nós votaríamos e teria votado que é autorizativo o item 4.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas os outros ficaram prejudicados.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, mas esse não tem discussão da matéria, podemos votar os outros.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Talvez tenha poucas votações também.

[tumulto]

Então, vamos fazer, os que são, os que vão ter discussão, então, eu passo ao Item nº 01. Que é projeto do Senador Aloizio Mercadante que não está presente, porque presido de a Comissão da Economia, mas o Relator, Eduardo Azeredo está presente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, eu vou pedir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Altera a lei número 9.394 de 20 de dezembro, e a lei 9.998 de 17 de agosto, para dispor sobre o acesso a rede de digitais e informação que estabelece o ensino.

Peço que fechem à porta, por favor. Senador Azeredo, está com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu peço aos Senadores que puderem aguardar, eu vou tentar ser bem rápido, pela a importância que esse projeto tem. E ele altera a lei de diretrizes e base da educação para determinar que até dia 31 de dezembro de 2013, todas as escolas públicas e particulares de educação básica, superior, deverão dispor de acesso a rede digitais de informação para usos dos profissionais da educação dos estudantes.

No art. 2º, ele propõe modificações na Lei que criou o fundo de universalização do serviço de telecomunicações, o FUST, de forma a contemplar o financiamento das novas diretrizes propostas para a LDB.

Mais adiante, também eu quero destacar, que o projeto PLS 103 do Senador Aloizio Mercadante, introduz mais duas alterações, uma delas, dizendo que o gosto mínimo de 30% dos recursos do FUST, deverá ser nas aéreas da SUDAM e da SUDENE, também para os serviços prestados em regime privado, e determina que eu descumprimento da aplicação dos recursos, na destinação prevista, configura crime de responsabilidade contra a autoridade competente.

Eu sou de Minas Gerais, não estou na SUDAM, estou com um pedacinho da SUDENE, eu acho muito importante que nós possamos ter esse tipo de previsão na lei para poder buscar que nós corrijamos essa diferença grande que existe no Brasil, diferença regional. Para que esses estados possam ter um desenvolvimento mais rápido.

O projeto foi analisado pela a Comissão da Assuntos Econômicos, concluiu pela sua aprovação, acolhido a duas Emendas, uma Emenda é de iniciativa do Senador, Cristovam Buarque, Presidente dessa Comissão, que mantém o terço do art. 87A, originalmente sugerido, mas adiciona § único com quarto

incisos. Nesse acréscimo é previsto que será de dez no máximo o número de alunos por computador com acesso a internet em cada estabelecimento público de Ensino. Além disso, torna-se obrigatório os treinamentos dos profissionais da Educação para o uso dos equipamentos e a contratação de seguro contra furto do material. A Emenda termina, ainda que seja instalados aparelhos de proteção contra oscilação da rede elétrica.

Bom, eu tenho aqui toda a análise, a justificativa da importância de nós termos a chamada inclusão digital, e eu quero ainda mostrar aqui um ponto, que é uma comparação internacional, que revela o atraso brasileiro nessa área.

Nós temos uma pesquisa da OCDE, que é com a avaliação de alunos de 15 anos de idade. O Brasil tinha em 2003 mais de 40 alunos por computador, a exceção da Turquia, todos os países da organização, inclusive o México, tinha uma relação de menos de 15 alunos por máquina, na maioria desses países a relação era menos de 10, que é o que é previsto pela Emenda do Senador Cristovam. No Estados Unidos, da Austrália e na Coreia do Sul, a média é de três estudantes por computador.

É evidente que esses dados são de 2003, já melhorou um pouco, a oferta de computadores tem melhorado, mas não especificamente na rede pública. Existem já, também, pesquisas mostrando que evidentemente os alunos têm um melhor rendimento quando tem computador disponível para pesquisa, para poder preparar os seus..., para casas, os trabalhos que são feitos, determinados pelos professores, e eu quero ainda destacar a questão do FUST.

O FUST, desde que foi criado em 2001, ele arrecadou cerca de 5 bilhões de reais, e este dinheiro não foi utilizado nenhum tostão ainda, não se conseguiu se utilizar um tostão para o objetivo principal que seria esse de levarmos os computadores para as escolas públicas.

O emprego dos recursos do FUST, está veiculado ao financiamento de serviço prestado pelo a regime público, hoje limitada pela telefonia fixa.

Então, ao prevermos essa alteração que está aqui, nós vamos possibilitar também, que o FUST seja utilizado nas redes de tecnologia, como redes de banda larga.

De maneira, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero enfatizar a importância desse projeto para promover inclusão digital, ao destinar o mínimo de 75% do montante recolhido pelo FUST nos próximos seis anos, a implantação de terminais e rede de acesso a internet em escolas e bibliotecas, na interligação e no subsídio as contas no serviço que o suportam. Con-

tribuirá para universalizar o acesso rápido a internet em todos os estabelecimentos educacionais do país com inestimáveis benefícios ao desenvolvimento da educação nacional.

Sr. Presidente, eu quero insistir mais uma vez a importância desse projeto, Senador Aloizio Mercadante foi muito feliz ao propor, e V.Ex^a a propor uma Emenda que aprimorar o projeto, nós temos que usar esse recurso do FUST, não é razoável, veja que o Governo Lula já está não segundo Governo, a cinco meses do segundo Governo, quatro anos, e cinco meses. Não há burocracia que resista a quatro anos e cinco meses. Eu sei que existe burocracia, mas é evidente que está faltando também alguma ação mais efetiva para usar esse recurso. De maneira que o projeto é muito importante, e o voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom, passo a palavra para discutir o Senador Marconi Perillo estava escrito, Senador Wellington.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Paim também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Primeira manifestação, Sr. Presidente, é de cumprimentos ao autor do projeto, Senador Mercadante, cuja a iniciativa é muito relevante, ao mesmo tempo--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem Senador Marconi, eu pediria só uma, se fosse possível a coleta do voto antes da saída de alguns Senadores, senão nós vamos perder o quorum, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Que, mas eu peço aos Senadores--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu vou à outra Comissão agora, impreterivelmente...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Os Senadores que tiverem que sair--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se quiserem agora meu voto, eu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, Senadora Marisa está dando uma entrevista, [inaudível] está controlando o quorum.

Eu insisto que permaneçam para o quorum de um projeto tão importante.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, se todos concordarem eu postergo a minha manifestação para que o senhor possa colocar em votação o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se o seu pronunciamento é de fundo, ou apenas elogioso.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se for só elogioso--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu quero fazer a minha manifestação, mas se todos concordarem em abdicar da discussão para que o projeto seja votado agora, eu farei.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, o Wellington não aceitou. Então, vamos, só peço que sejamos concisos, porque se não podemos perder a chance de aprovar um projeto como esse.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, então eu gostaria de saudar ao Senador Mercadante pela a iniciativa, cumprimentar o Relator Eduardo Azeredo, Senador Eduardo Azeredo, o voto dele é condizente aos interesse maiores da educação brasileira, assim como a Emenda de V.Exª. E colocar a preocupação que a gente tem em relação aos recursos que são originários do FUST. O FUST é chamado pelos os governadores e prefeitos, como frustrante, que é uma frustração muito grande, nós tivemos aí, conforme registrou o Senador Eduardo Azeredo, mais de 5 bilhões de reais de recursos capitados e não aplicados efetivamente na inclusão digital, aplicados na sua destinação que seria a aquisição de computadores, de máquinas, aprimoramento as escolas brasileiras. De modo que eu gostaria também de sugerir ao Relator, que acrescente, além da SUDENE, também benefícios para região Centro Oeste, a região Centro Oeste é sempre esquecida em praticamente todos os projetos federais, seria importante a contemplação da região Centro Oeste.

Eu votaria a favor, porque considero oportuno o projeto, e espero que a partir da aprovação deste projeto os recursos do FUST, efetivamente, sejam utilizados para a sua finalidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu queria parabenizar o autor, Senador Aloizio Mercadante, o Relator Senador Azeredo que é um especialista nessa área de informática, até mesmo na Comissão de Comunicação Ciência e Tecnologia, ele é sempre ouvido, e sempre se manifesta a respeito. Agora eu tenho uma dúvida com relação, é porque o Senador Azeredo, acatou a Emenda proposta por V.Exª. E só que nessa Emenda aqui no nosso livrinho aqui, está escrito a mão assim, em cada

turno. Está aqui, ó. A instalação e a manutenção em cada estabelecimento de no mínimo um computador com acesso a internet para cada dez alunos, aí vem uma virgulazinha escrito a mão, em cada turno.

Eu conversava aqui com autor do projeto, ele concorda, conversei com o Senador Azeredo, ele acatou, e concorda também.

Então está tirada a dúvida e eu voto com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mercadante, autor do projeto.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria Senador, em primeiro lugar agradecer a competente Relatoria do Senador Eduardo Azeredo, que não só como Governador do Estado, mas também como alguém que tem dedicado sua vida pública a educação, a ciência e tecnologia, compreende a relevância e a importância.

Agradeço também a manifestação do Senador Marconi Perillo, queria em particular agradecer ao Senador Wellington Salgado, porque é Presidente da Comissão de Comunicação, e ele acatou que nós pudéssemos votar nesta Comissão, ajudou inclusive a aprimorar esse aspecto que é essencial ao projeto. Nós colocarmos um, não colocarmos por turno, mas podemos colocar computador em demasia e o país tem evidentemente carência de recurso.

Eu só queria concluir dizendo que, o que me inspirou nesse projeto, foi o estudo que eu vi da União Européia feito durante oito anos, em 17 países. E a União Européia concluí que é absolutamente prioritário a informatização de todas as escolas públicas, porque a inclusão digital, é indispensável as mais importantes profissões e a formação do aluno na sociedade moderna.

Tanto é assim, que Portugal, que em 2005, apenas 18% das escolas tinham acesso, os alunos acesso a informática, o ano passado concluiu a informatização de 100% das escolas públicas.

No Brasil, nós temos 42 milhões de alunos, 170.000 escolas, e nós não recuperaremos o atraso do processo educacional se nós não dermos um salto tecnológico.

A informática permite você dar aulas magnas em toda a rede, você utilizar software pedagógicos, preparar o aluno para pesquisa, para ter acesso a essa massa de informações que está na internet. Seguramente a economia, sociedade, futuro, serão uma economia, uma sociedade do conhecimento da ciência e da tecnologia.

Portanto, a formação dos alunos para esse desafio da sociedade contemporânea é absolutamente

essencial. Eu ontem num fórum nacional participei de uma Mesa com o Senador Tasso Jereissati, Ministro da Fazenda, a Chefe da Casa Civil, Presidente do BID, e o Presidente do BID, dizia que uma empresa Indiana que estaria investindo no Brasil, não está investindo por falta de profissionais preparados para a área da informática, que é uma carência no mercado hoje de profissionais nesse seguimento, e a maior empresa de software do mundo.

Então, nós temos que dar esse salto estratégico. O FUST foi criado exatamente para universalizar a tecnologia, e quero também informar a essa Comissão, que eu fiz uma reunião com o Presidente de empresas de Telecomunicações, e eles estão dispostos a segurar colocação de banda larga em todos os municípios do Brasil, o que reduziria ainda mais o custo desse projeto Senador Wellington Salgado, e nós poderíamos fazer uma Audiência Pública na Comissão de V.Ex^a, para tratar da implantação dessa política. Porque os presidentes das empresas estão dispostos a colocar a banda larga, e o Governo oferecerá a infra-estrutura de fibra ótica, e nós daríamos aí basicamente com o FUST a implantação da rede de computadores e a formação dos professores, foi colocado pelo Senador Cristovam, uma Emenda absolutamente indispensável ao projeto.

Portanto, agradeço aí a prioridade que foi dada, a manifestação dos Senadores, com a certeza que o Senado está dando uma grande contribuição a política de inovação e a qualidade da educação no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Flávio Arns pediu a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, quero também parabenizar o Senador Aloizio Mercadante pela iniciativa em apresentar o Projeto de Lei, a questão dos recursos do FUST, que não sejam fruste, mais sejam FUST, de fato, conforme o Senador Marconi Perillo colocou antes de maneira, assim que toda a sociedade tem essa preocupação, que realmente isso se efetive. Quero cumprimentar o Senador Eduardo Azeredo, também por esta questão. E quero ressaltar que anos atrás na implantação do FUST, na aprovação desse projeto, e nas propostas que foram feitas ao Ministério, na época, já anos atrás as comunicações. Foi levantada a situação da pessoa com deficiência, não é, da pessoa deficiência onde o recurso da informática no computador é assim essencial, a pessoa cega, a pessoa que precisa ter o acesso ao computador, a pessoa surda que precisa ter, né, também o mesmo acesso, a pessoa paralisada cerebral, onde o computador é a caneta da pessoa com paralisia cerebral, a pessoa com deficiência mental, né, também.

Então, eu indagaria nesse sentido assim da possibilidade de extensão desse projeto, né, ao Senador, Relator Senador Eduardo Azeredo, se nós não pediríamos no § único, dizer a união deverá garantir para os estabelecimentos públicos de Ensino, e eu acrescentaria se o Relator concordar, e para aqueles sem fins lucrativos que atendem pessoas com deficiência, né, aí dois pontos e continuaria o resto. A instalação e manutenção, porque aí todas as pessoas com deficiência, que estivessem em escolas públicas, ou aquelas que estivessem fora das escolas públicas, mas uma, numa iniciativa específica voltada para essa área, seriam beneficiadas como, aliás, já foi todo o debate anos atrás, inclusive, na Câmara dos Deputados, quando eu estava lá, Senador Marconi Perillo, eu não sei, eu acho que já era Governador até, mas foi debatido isso. Então, isto faria com que todas as pessoas com deficiência, pudessem se beneficiar.

Então, essa sugestão que eu faço para o Senador Relator, de inclusão de uma expressão, onde se abriria essa possibilidade, para que o universo de pessoas com deficiência também fosse beneficiado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu consulto o Relator se está de acordo com a sugestão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu estou de acordo, o Senador Flávio Arns sempre atenta às questões das pessoas com deficiência, lembra bem, as escolas que atendem as pessoas com deficiência sem fins lucrativos, elas na verdade fazem à função do Ensino público. Elas são escolas públicas, pode se dizer assim. É a mesma discussão que nós estamos, inclusive, dentro do FUNDEB, em que já houve a modificação na Câmara, com relação a inclusão realmente dessas escolas. Elas têm professores públicos na sua enorme maioria, e atende a população como um todo sem cobrar.

Então, é bom que façamos esse acréscimo para deixar bem claro que se poderá também colocar computador nas escolas especiais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou por em votação e consulto se podemos por em votação o projeto e suas Emendas, são duas de uma vez.

Então, eu vou chamar os votantes. O Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho, saiu. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi, Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Geraldo Mesquita, também não está, Senadora Maria do Carmo.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa que também não esta. Senador Flexa Ribeiro, Senador Valadares

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro também não esta. Senador Valter Pereira

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A quem eu agradeço ter regressado, Senador Cícero Lucena, não vai dar quorum, Senador Eduardo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aprovado por unanimidade dos presentes. Eu passo, volto a insistir, Senadores só tem dois projetinhos terminativos, senão a gente fica sem quorum. O Senador Mão Santa tinha razão quando me alertou que não deveria colocar o meu projeto que era o primeiro, para depois. Sua sabedoria ilumina. E agora?

Bem, eu ponho em votação o item nº. 03, que acrescenta art. na lei 9.394/1995, para determinar que as mudanças de lotação e o remanejamento de professores da rede pública de ensino sejam efetivadas antes do início do ano letivo.

O autor sou eu, e o Relator para minha honra é o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Em primeiro, V.Exª, V.Exª me permite, foi muito boa idéia de V.Exª

pedir uma carta do Presidente Renan ao Presidente da República incentivando o processo de criação da universidade do Pará.

Mas eu quero avisar a V.Exª que têm outros, tem uma do Piauí do Litoral do Delta que já está na Câmara. E cadê o Mercadante, já saiu. Ele oferece o Governo está aí. Pois tem um... já fez, já está avançado, está na câmara, está na câmara federal, está aí um motivo bom do Presidente da República agradar o Piauí, e eu estou no meio do Piauí. Esse é um pedido sério como sempre fazemos. Porque o Presidente sugeriu que iria fazer uma carta através do Renan, para dar celeridade ao processo de uma universidade federal no Pará. Então, que seja incluído a do Delta do Piauí. Esse é o pedido a V.Exª.

Então, vamos ao que nos interessa. O relatório, o Projeto de Lei do professor Cristovam Buarque, ninguém melhor do que ele para promover as mudanças da educação. Na vez passada nós já aprovamos aqui mudanças nas diretrizes básicas por unanimidade. Mesmo com a ausência do autor.

Então, o relatório, cheguei a essa Comissão, o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 31/2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, a proposição acrescenta o art. 67, a lei diretrizes e bases da educação nacional, lei 9.394/1996, de forma exigir que o projeto da implantação ou remanejamento de professores seja feito antes do começo letivo, impedindo desse modo a interrupção do processo do ensino de aprendizagem. Segundo o autor--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadores, tem um Senador na tribuna lendo o seu relatório, e eu peço atenção ao relatório do Senador Mão Santa, pedindo a ele também, que na medida do possível, resuma seu relatório, porque os Senadores estão muitos ansiosos para irem as outros Comissões.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Art. 2º, determina que a lei entre em vigor na data de sua publicação. Art. 3º [inaudível] ao contrário.

A proposta está em Comissão para decisão terminativa. Não foram oferecidas as Emendas no prazo regimental.

Cabe a princípio exaltar a iniciativa da proposição em tela ao tentar corrigir um dos grandes acidentes do processo de ensino e aprendizagem, que é determinada relação professor, aluno, durante ano letivo.

O mérito do projeto, é indiscutível, visto considerar que todas as ações para abreviar falhas verificadas na educação básica são de extrema importância para a evolução do sistema educacional Brasileiro. E conseqüentemente para melhora da formação de nossas crianças e adolescentes.

Durante o projeto é louvável ao estabelecer que a rede publicado ensino, tem um mecanismo que possibilite, que antes do início do ano letivo estabeleçam-se a lotação correta dos professores conforme as necessidades e estruturas para substituição imediata dos profissionais dos diversos casos de afastamento.

Mesmo tento conhecimento que estados e municípios, são autônomos para gerenciar suas redes de ensino, compartilhamos na opinião do autor que na justificação afirma que essa autonomia não pode se afastar do respeito às diretrizes e bases da educação a cargo do Congresso Nacional.

Por fim. Consideramos que o único reparo a ser feito é a exclusão do art. 3.

Terceiro que é dispensável dentro da perspectiva da boa tecla Legislativa, além de entrar em conflito com o que determina o art. 9º, da lei complementar nº. 95/98, em virtude de não existirem dispositivos a serem revogados em outros documentos legais.

Voto pelas razões expostas, pela a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 31/2006, acolhida a Emenda, a seguinte apresentada. Emenda. Suprimos o art. 3º, sala de Comissão, Senador Francisco Moraes de Souza, Mão Santa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão o projeto. Não havendo manifestação de interesse de voto, eu ponho em votação.

Senador Flávio Arns, Senador Paulo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mesquita não está. Senadora Maria do Carmo, também saiu. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PFL-BA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena, já não está. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wilson Matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É só um voto mais--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu peço um minuto para o último item terminativo.

Eu consulto aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, se estão de acordo com as Emendas que foram incluídas. Estando de acordo, estão aprovadas as Emendas também.

Último item, terminativo, que eu garanto que é um projeto muito rápido, e que o Senador Pedro Simon abriu mão da reitoria e passou para a Senador Zambiasi. É o item 04, e eu autorizo o poder executivo a criar escola técnica federal de Erechim do Estado do Rio Grande do Sul.

O autor é Paulo Paim, e o Relator Sérgio Zambiasi, a quem eu passo a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Presidente Cristovam Buarque, muito rapidamente, o Senador Pedro Simon já elaborou o Parecer é favorável, nós acompanhamos o Parecer do Senador Pedro Simon. Portanto, nós somos favoráveis ao projeto do Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão o projeto, não há nenhum.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu quero fazer um comentário.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE(PT-SP): Senador Paim apresenta o projeto, Senador Pedro Simon dá o Parecer, e Senador Zambiasi é o Relator *ad hoc*. Com um complô desses no Rio Grande do Sul, não tem como voltar contra a escola técnica de Erechim.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu aproveito para lembrar ao Senador Mercadante que com o apoio desse o senhor tem que levar para um Presidente, para que esse projeto saía rapidamente. Porque apenas é autorizativo. Está ótimo.

Bem então, eu ponho em votação, lendo Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim, obviamente a favor, Senador Sérgio Zambiasi, obviamente a favor, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como eu bem coloquei Senador, contra as aberturas de escola, eu voto a favor sempre, seja ela técnica, universidade, estadual, municipal, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Geraldo Mesquita, não está. Senadora Maria do Carmo, não está. Senador Marco Maciel. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Aloizio Mercadante

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wilson matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Creio que chamei todos. Está aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu solicitaria a V.Exª, que da mesma forma V.Exª propôs que se fizesse o ofício ao Presidente do Senado pedindo que o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, sancionasse o projeto, que o faça também para a escola técnica lá do nosso amigo--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De Erechim Lá do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) (PDT-DF): Creio que tenho apoio de todos, não é certo? Farei também esse pedido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E por último, Presidente, quero parabeniza-lo pelo seu projeto que foi aprovado anteriormente no item 03, é uma coisa tão clara, tão, de tão transparência, que a locação dos professores tem que ser feita antes do ano letivo que é preciso que V.Exª que está permanentemente preocupado com a educação, transforma isso em lei, porque é o maior. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela a sua preocupação permanente com a educação brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado Senador.

Outros projetos terminativos estão prejudicados pela a ausência dos Relatores. Eu tenho um projeto mais, não terminativo, e um comunicado. Eu vou por então em discussão o comunicado, não há comunicados da presidência, a não ser o nosso boletim constante, não há também não terminativos.

Portanto, agradeço a presença dos Senadores--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Presidente, se permitir--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E abro para se tem, algo a dizer.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não só um registro muito rápido, a escola técnica de Erechim, nós entramos com o projeto no início do ano, ele inclusive já está contemplado junto ao MEC e claro que a iniciativa aqui proposta por V.Exª, pelo a Senador Flexa Ribeiro, reforça, é uma região importantíssima do nosso estado, não há nenhuma escola técnica naquele espaço geográfico do Rio Grande, por isso que eu queria só rapidamente agradecer a V.Exª, ao Senador Simon, Senador Zambiasi, que foi um dos Relatores desse projeto, pela a importância que o mesmo é para aquela região do nosso Estado.

Muito obrigado Senador Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu parabenizo ao Senador Paim, por estar dando passo para criação de mais uma escola técnica, que talvez seja o setor que nós mais necessitamos, e necessitavam nesse país.

Eu quero apenas pra concluir, dizer, que na quarta-feira fizemos uma Audiência Pública em que ouvimos diversos especialistas para buscar o que fazer, para mudar a educação no Brasil.

Foi muito boa, eu quero lembrar que vamos ter audiências a cada quinta-feira, a cada 15 dias até o mês de setembro, quando concluiremos com um grupo de Ministros a sessão anterior, que tem a ver com a educação, mas não seu diretamente ligados com a Ministro da Saúde, e outras aéreas, e depois com os Ministros da Casa do Presidente, da presidência, para entregarmos um documento que será elaborado até então.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, queria só agradecer a V.Exª por essa iniciativa, nesse debate que é importantíssimo, eu não estava nessa quinta, porque tive que viajar, acatei com muita satisfação uma indicação de V.Exª, para que eu relate esse debate no campo das escolas técnicas.

Nós vamos lançar amanhã as 8:30h, lá na câmara, a frente parlamentar em defesa do ensino técnico, e convidarei a todos a participar aqui dessa iniciativa de V.Exª, que vem fortalecer a educação no seu conjunto. E eu fiquei muito orgulhoso pela sua indicação, para que eu faça o resumo do debate no que tange as escolas técnicas.

Muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Foi uma indicação absolutamente natural. E os que quiserem detalhes sobre a reunião, curto o resumo, está no boletim que distribuimos hoje.

Está encerrada esta Sessão.

Sessão encerrada às 12h43.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia dezoito de maio de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado, Paulo Duque, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, Rosalba Ciarlini, Flexa Ribeiro, Aloizio Mercadante, Pedro Simon, Cícero Lucena e Wilson Matos reúnem-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Gilvam Borges, Fátima Cleide, Mão Santa, Valdir Raupp, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Marisa Serrano e Papaléo Paes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 009-CE de 2007, de autoria dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Flexa Ribeiro e Cristovam Buarque, com apoio do Senador Sibá Machado (não membro da Comissão), que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 065 de 2005, que “altera os arts. 44 e 51 da lei nº 9.394, de 1996, para disciplinar o ingresso na Educação Superior, extinguindo os processos seletivos nos cursos de graduação” e o Projeto de Lei do Senado nº 116 de 2006, que “acrescenta parágrafo único ao art. 51 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir programas de avaliação seriada anual nos processos seletivos das Universidades Públicas”. Comparecem à Audiência Pública, a Senhora Regina Vinhaes Gracindo, Conselheira do Conselho Nacional de Educação - CNE; Senhor Erasto Fortes de Mendonça, Professor da Universidade de Brasília – UNB. Ao fim da fala do professor Erasto Fortes, o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, comunica que em virtude de compromissos em outra Comissão necessita ausentar-se momentaneamente da sessão, passando a presidência ao Senhor Senador Wilson Matos. Dando prosseguimento as exposições na ordem definida em pauta, falam a seguir a Senhora Profª Iguatemy Martins, Diretora do Departamento

de Modernização e Programas da Educação Superior – Sesu/Mec e Senhor Gustavo Lemos Petta, Presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, autor do requerimento, Geraldo Mesquita Júnior, relator da matéria, Wellington Salgado, Inácio Arruda, Wilson Matos e Siba Machado (não membro), autor do Projeto de Lei. O Senhor Presidente Eventual, Senador

Wilson Matos, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e treze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação.

17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores que estiveram de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovada.

A presente reunião atende a requerimento aprovado de autoria dos Senadores Augusto Botelho, Flexa Ribeiro e eu próprio e com o apoio do Senador Sibá Machado para a realização desta Audiência Pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 65 de 2005, de autoria do Senador Sibá Machado, que altera os arts. 44 e 51 da Lei 9.394 de 1996, para disciplinar o ingresso na educação superior, extinguindo os processos seletivos nos cursos de graduação. E o Projeto de Lei nº. 116 de 2006 de autoria minha, que acrescenta o § Único ao art. 50, da Lei 9396 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir programas de avaliação seriada anual nos processos seletivos das duas universidades. Ambos projetos visam mudar radicalmente o tradicional e velho vestibular. Os dois

projetos visam mudar o velho vestibular, um de uma maneira e o outro de outra maneira.

Nós decidimos a Comissão, com o apoio meu, que tenho um projeto, o Senador Sibá Machado que tem outro, de fazer essa audiência para ouvir autoridades. Eu peço que as autoridades sejam introduzidas para começarmos a audiência.

Sibá, o que você acha de começar dando uma idéia de qual é a sua idéia? E eu dou a minha idéia, não é? Que de repente, eles entram com o espírito, é?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer a presença de cada um de vocês e complementar o que já informamos, dizendo que essa audiência visa dar subsídios aos Senadores, que não estão presentes aqui porque estão envolvidos em mil atividades, mas que vão receber o resumo desta audiência. Vamos enviar para cada um deles, com o objetivo de ajudar a tomar decisão num processo de mudança que o Senado está propondo no que eu chamei a pouco “velho instrumento do vestibular”.

Existem duas propostas hoje em andamento, uma do Senador Sibá Machado e outra de minha autoria. Eu vou pedir ao Senador Sibá que apresente, rapidamente, qual é a dele e eu apresento a minha rapidissimamente (sic), e aí, nós vamos dar vinte minutos a cada um para fazer uso da palavra. Livre cada um de vocês de dizer o que quiser. Não precisam se apegar às nossas propostas. Aliás, o bom é que tragam outras propostas--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Outras propostas--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E diferentes, critiquem essas duas à vontade, sem preocupar-se que está aqui o autor de uma e o autor de outra. Aqui, eu quero que vocês sejam os mais francos possíveis na discussão deste assunto, que diz respeito e toca diretamente a milhões de jovens brasileiros. Pena que a televisão não esteja, eu creio, transmitindo ao vivo, porque hoje a gente teria uma elevadíssima audiência de jovens assistindo esse debate, mas passará na íntegra, depois, esse debate.

Então, eu peço ao Senador Sibá Machado que diga em resumo qual é o seu projeto.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, senhores convidados, senhoras convidadas, Srs. Senadores.

Sr. Presidente, este projeto nasceu de um artigo escrito pelo educador e estudioso Ruben Alves, colaborado com também outros renomados estudiosos da Educação no Brasil, Doutor Cláudio de Moura Castro.

Então, baseado nessas duas pessoas e por ouvir, também, diversos outros estudiosos dessa causa, cheguei a seguinte conclusão, de apresentar um Projeto de Lei ao Senado Federal que pudéssemos substituir o instituto do vestibular, por um outro critério que pudesse ser, digamos assim, mais abrangente da participação de alunos e alunas no ensino médio, concludentes do ensino médio, para que nós pudéssemos democratizar ao máximo este acesso. E como se daria?

Se daria da seguinte maneira. Pelo último do número de censo da Educação, apresentou que cinco milhões e sessenta mil jovens se matricularam a vestibular para o ano de 2006. Cinco milhões e sessenta mil jovens. Destes, cerca de dois milhões e quinhentos mil, foram as vagas oferecidas por todas as universidades, públicas e privadas. E que de fato, foram aprovados e que adentraram as universidades foi apenas um milhão, trezentos e noventa e sete mil, ou seja, um déficit pelo número de vagas oferecidas e pelo número de alunos, que de fato adentraram ao Ensino Superior, de mais de cerca de um milhão de vagas não preenchidas.

O segundo grave problema Sr. Presidente, é que os alunos mais pobres que já têm um ensino decadente, complicado do ensino médio, por não ter grandes oportunidades de fato, pensar a Ciência, pensar o conhecimento mais de maneira holística, são induzidos a pensarem em passar no vestibular, não a de fato aprender uma profissão, a de fato ter um conhecimento mais aprimorado.

O terceiro grave problema é que os alunos pobres são, digamos assim, desviados do ensino público superior para um ensino privado e, acabam por aplicar suas parcas economias no ensino privado pagando o preço de uma faculdade particular. Enquanto que os alunos da classe média, que pagam o ensino médio nas escolas particulares, faz uma espécie de um cruzamento aqui: Os mais, digamos assim, os filhos da classe média vão para o ensino público nível superior, saindo do ensino privado nível médio. E os pobres saem da escola pública nível médio, para o ensino particular nível superior.

Então diante disso, a idéia central do nosso projeto é que se fizéssemos uma espécie de substituição do vestibular por dois modelos. O primeiro deles é uma prova do ensino médio, baseada nos critérios que o ENEM - que pode ser o ENEM ou uma outra prova mais específica para tal - para selecionar quais são os alunos e alunas que estarão aptos a fazer o ensino superior.

Se o número de alunos for o mesmo número de vagas, então, é uma inserção automática. Faz essa prova de seleção, temos dois milhões de vagas e temos

dois milhões de aprovados então, é automático, não se discute mais. Porém, se o número de alunos que forem aprovados nessa prova for maior que o número de vagas, inevitavelmente teríamos que fazer não mais uma prova de vestibular, mas agora um sorteio. Um sorteio nacional para um único curso, para uma única Instituição de Ensino Superior, para evitar que o mesmo aluno fique concorrendo em diversas universidades, como de certa forma acontece hoje na busca do vestibular.

Então com a idéia do sorteio, que para alguns parecia uma coisa assombrosa, nós estamos apenas querendo corrigir a distorção entre o número de vagas oferecidas e o número de alunos que concluem o seu Segundo Grau e com condições de fazer o Ensino Superior.

A grosso modo é esta a nossa idéia, que apresenta no PLC nº 65, a esse Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou pedir, para ficar aqui mesmo na Presidência, até mesmo no mesmo lugar, para dizer. A minha proposta parte do mesmo objetivo a democratização, só que eu vejo a democratização por outro lado.

Para mim a democratização não está em aumentar o número de universitários, mas garantir que todos terminem o ensino médio e, disputem em condições de igualdade os poucos que vão entrar na universidade. Essa é a diferença. Para mim “o todos”, não é como o ProUni, que é Universidade para Todos, mas todos dos que já terminaram o Segundo Grau. É o “todos nós”, como a Corte se dizia: “Todos. Todos estão na festa”, quando dizia “todos estão na festa”, eram só os nobres, o povão não ia para festa, mas “todos”, estão lá.

O Brasil continua com esse vício: “Nós todos no Brasil”, são os vinte a trinta milhões da elite, o povão não entra. Eu ouço muito também: “Todos nós estamos esperando o avião no aeroporto”. Só nós que andamos de avião. O povão tá esperando na parada de ônibus, em pé, sem ar condicionado e sem restaurante para comer. E ninguém lembra que eles fazem parte do “todos”.

Então para mim, a democratização é conseguir que todos terminem o ensino médio. E a escola do mais pobre operário é igual à escola do mais rico capitalista, aí democratizou. Mas aí não vai haver lugares para todos na universidade, porque a universidade definiu o número de vagas conforme o interesse social, nacional, do seu projeto. E, não conforme o seu interesse individual de cada de nós e nossos filhos.

Então, como escolher os que vão entrar na universidade? A minha proposta é um concurso sim, mas diferente do vestibular. Eu proponho, o que aqui já se

faz na Universidade de Brasília há onze anos, que é o concurso durante o Segundo Grau. A UNB vai e aplica uma prova, Senador Casa Grande a todos os alunos do Segundo Grau que se inscrevem na primeira série; outro concurso na segunda série; outro concurso na terceira série. Escolhe a melhor média, entra na universidade.

Claro, que como tem gente que quer entrar na universidade já tendo terminado o Segundo Grau, têm vagas reservadas para seleção, que hoje é pelo vestibular tradicional. Pode até ser pelo concurso, pelo sorteio que o Professor Sibá sugere.

Então, a proposta que eu coloco é a substituição do vestibular único no final do Segundo Grau, por três provas ao longo do Segundo Grau. Vantagens: Diminui o problema da sorte. Segundo: Força o Segundo Grau a melhorar, porque os jovens que pensam hoje em fazer um Segundo Grau só para entrar na universidade, todos que fazem o Segundo Grau, eles vão ter que estudar ao longo de todos os anos do Segundo Grau para poderem passar. Diminui o impacto do dinheiro, na medida em que o cursinho fica menos relevante. Não ainda fazer um cursinho, depois, porque você pode ter passado ao longo dos três anos.

Essas são as duas propostas que estão aqui. Quero deixar claro que entre o vestibular e o sorteio, eu não tenho essas preferenciais pelo vestibular não, Senador Sibá Machado. Eu acho que hoje, com a má qualidade da educação de base do ensino médio não faz grande diferença para mim, grande, faz alguma, o vestibular e o sorteio.

A minha proposta é o que sorteio não é melhor que o vestibular e, não democratiza porque limita ao número daqueles que já terminaram o ensino médio, sem ajudar a melhorar o número dos que terminam o ensino médio. Hoje têm vagas sobrando, se a gente considera as universidades particulares, sobram vagas.

Talvez, seja o único País do mundo que tem mais vagas em universidades, do que gente terminando o Segundo Grau. Não porque a gente tem muitas vagas na universidade, mas porque a gente tem pouca gente terminando o Segundo Grau. Só que a tradição brasileira vê o problema pela ótica dos que estão acima, terminaram o Segundo Grau e, não pela ótica dos que estão abaixo. Todos. É uma tradição, uma tradição imperial, esse é um País não completou ainda sua República. E a universidade é parte dessa sociedade imperial que caracteriza o Brasil.

Segundo. Para concluir. Eu acho que na diferença de conceito de democracia, para mim a universidade hoje é antidemocrática Senador Sibá Machado, não porque só os filhos dos ricos entram na universidade. Não. Ela é antidemocrática, porque todos que saem

dela, inclusive, os filhos de pobres que lá entraram só trabalham para os ricos. Se o filho do mais rico brasileiro saísse da universidade para trabalhar em hospitais pediátricos dos pobres, ela era democrática, mesmo que aquele médico fosse filho do rico.

Agora, se o filho do mais pobre entra na universidade para sair ser cirurgião plástico de rejuvenescimento em uma clínica privada, ela foi antidemocrática, mesmo que aquele indivíduo tenha subido na escada social. A universidade não é uma escada social, não deveria ser.

A universidade deve ser uma instituição de transformação social, através da criação do capital ao conhecimento e do atendimento das necessidades de profissionais de nível superior.

Então, nós temos dois projetos e queremos levar aos Srs. Senadores - através de um documento que faremos depois com o escutemos de vocês, para todos os 81 Senadores, para o que processo de debate seja feito com base em especialistas.

Eu vou passar a palavra da direita para esquerda, Professora Regina. Eu passo primeiro para Professora Regina, depois, o Professor Erasto e assim por diante, até o Gustavo Petta que eu cumprimento que chegou. Eu fico feliz que esteja aqui.

Professora, nós vamos lhe dar vinte minutos, mas eu não gostaria de cortar. Fique a vontade se precisar de um pouquinho mais.

SRA. REGINA VINHAES GRACINDO: Eu gostaria de agradecer o convite da Comissão de Educação, do Senado Federal de estar aqui nesse momento, discutindo uma questão extremamente relevante, na minha ótica, que é o acesso à educação superior.

Cumprimento a iniciativa dessa Casa, em especial dessa Comissão, de abrir espaço para uma questão fundamental que nos remete a idéia de universalização da educação e uma universalização com qualidade, quer dizer, universalizar a educação sem qualidade é um desperdício, dar qualidade para poucas é privilégio. Portanto universalizar com qualidade, essa é a conjugação que nós entendemos mais adequada, para uma proposta de uma política de Estado ou de Governo.

Muito bem. Eu fiz um rápido estudo que eu vou passar também rapidamente pelo tempo e, para que a gente possa depois debater, mostrando um pouco esse esquema que está ali projetado.

O acesso à educação superior a partir do censo de 2005 - que o Senador Sibá, inclusive, já se referiu a ele na apresentação da sua proposta - a LDB e o acesso à educação superior; o PL 7200 e o acesso à educação superior, que tramita na Câmara dos Deputados; alguns PLs em andamento no Congresso Nacional e aí, chego especialmente aos dois, que são

foco da nossa discussão. E um pouco da comparação entre a LDB e esses PLs e, acrescentando o parecer já exarado por essa Comissão. E finalmente, os encaminhamentos limites e possibilidades.

Está muito pequenininho o quadro, porque eu não tive oportunidade de refazê-lo, eu apenas coloquei e copie do INEP. O acesso à educação superior, eu acho que pode passar para o próximo. Eu desmembro aí, veja, em 2005 nós tivemos a ampliação de 115 mil vagas, mais ou menos, superior a 2004. É bem verdade, que esse aumento significativo de vagas de um ano para o outro, ele se deveu muito mais a iniciativa privada do que, especialmente, a Educação Pública Brasileira.

Nós tivemos um ingresso de cinco milhões e sessenta mil, que o Senador Sibá Machado já trouxe, com o acréscimo de 0,14% do ano anterior. O ingresso de um milhão, trezentos e noventa e sete mil novos alunos, com um total de quatro milhões. Então, hoje nós temos, quer dizer, nós tínhamos em 2005, esse total de alunos matriculados na educação superior.

Importante, eu acho para temática desse momento, identificar qual é a relação candidatos-vaga que nós temos. Quer dizer, nós temos via vestibular uma relação de dez candidatos para uma vaga. Temos em outros processos seletivos, que são vários tipos desenvolvidos no Brasil, a relação não é tão diferente, são oito candidatos para uma vaga. Ou seja, isso demonstra a necessidade de ampliação de vagas na educação superior, porque nós temos uma situação muito, uma demanda reprimida anualmente.

Vagas oferecidas para o vestibular são extremamente superiores, se os senhores todos olharem são onze mil e quatrocentos, foram em 2005, para quinze mil, quase dezesseis mil, para os outros processos que são tantos. Os candidatos inscritos em vestibular são extremamente, em termos de quantitativo muito maior, exatamente, por existir maior incidência de vestibulares do que outras formas.

A tramitação aqui no Senado Federal do PL 62 e do 116, nos faz parar para pensar e, para identificar basicamente o quê? Essas propostas trazem um algo novo que garanta o que eu disse inicialmente, a universalização com qualidade? Como é que ficam essas propostas?

A LDB já estabelece alguns artigos especialmente, sobre o acesso a educação superior. No art. 3º, por exemplo, ele diz que: “Um dos princípios que rege a Educação Nacional é a igualdade de condições para o acesso”. Veja, isso é uma determinação e um princípio extremamente importante. Não pode haver e não deve haver condições diferenciadas de acesso, que impeça a possibilidade de todos participarem, diferenciados

pode claramente existir, mas não condicionando grupos diferenciados.

No art. 4º, nós temos o acesso a níveis mais elevados de ensino, como uma demanda importante e um princípio também a ser assegurado. E a oferta do ensino noturno regular, que eu gostaria de trazer aqui como uma reflexão importante para nossas universidades, especialmente as universidades públicas, na busca da ampliação do acesso.

No 8º, nós temos a Coordenação da Política Nacional de Educação. E eu trouxe esse artigo única e exclusivamente, para nos lembrar a nós todos, que precisamos em termos como União, garantir a Coordenação da Política Nacional da Educação, independente da autonomia que nós precisamos preservar, dos entes federados, da autonomia da universidade, mas é fundamental a Coordenação Nacional de uma Política de Educação; isso cabe, é incumbência da União. E aí nós remete a idéia do Sistema Nacional de Educação, que eu mais adiante vou tratar.

O art. 9º, “baixar normas gerais”, sobre o curso de graduação. Então, compete sim, à União baixar normas gerais sobre essa fase da Educação Nacional. No art. 44, nós temos a graduação, a necessidade da classificação em processo seletivo. A LDB, em momento algum estabelece qual é o processo seletivo, e aí nós vemos ver. No art. 47, nós temos no parágrafo 4º, estabelecido que: “As instituições de educação superior, oferecerão no período noturno cursos de graduação, nos mesmos padrões de qualidade dos mantidos no curso diurno”. Veja é uma indicação extremamente importante, para essa discussão que hoje nós fazemos.

O art. 49, nos indica que as instituições de educação superior aceitarão transferências. Então, outra forma de acesso é também a transferência, isso nos remete a analisar com cuidado, especialmente nas universidades públicas a ociosidade que nós temos em muitas universidades, por força de abandono, de evasão, durante o processo educativo. E muitas vezes, esse abandono não é imediatamente repostado.

O art. 50, nos lembra que as instituições de educação quando ocorrer vaga, elas abrirão matrícula para transferência, mas também mediante um processo seletivo prévio. O art. 51 - que será alvo de uma discussão mais adiante - mostra que as instituições de educação superior credenciadas como universidade, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desse critério sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos.

Não há dúvida para todos nós, de que o vestibular, o processo de seleção de acesso à educação superior, condiciona inclusive os currículos do ensino

médio. Ou seja, é uma deliberação - deliberar sobre o acesso a educação superior, seja qual for a proposta, condiciona o ensino médio a rever suas próprias posturas. Porque acaba que há uma incidência muito grande de estudantes no ensino médio, daqueles que conseguem - como o Senador acaba de colocar, o Senador Cristovam - daqueles que conseguem concluir o ensino médio, uma tendência de continuidade de estudos para esses. E aí, há uma incidência muito grande, eu digo de sobre-determinação, da educação superior sobre o ensino médio.

O art. 53, fala: “De fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional, como um exercício da autonomia das universidades”. E, o Parágrafo Único desse mesmo artigo, fala da ampliação e diminuição de vagas, como uma possibilidade da autonomia científico-didático das universidades.

O Projeto de Lei - e eu vou pedir para passar, eu não vou me deter não. Existe um Projeto de Lei, um PL todos nós sabemos, correndo, 7020 de 2006, que chama-se Reforma Universitária, que está nessa Casa - quando eu digo nessa Casa, no Congresso Nacional - em estudos. Eu gostaria de passar, não vou me deter nesse aí não. Pode passar todos os quadros. Segue. Pode ir.

Bom. Chegamos, então ao PL 65, de autoria do Senador Sibá Machado, em que eu fiz um quadro comparativo para ver a partir da LDB, o que é, qual é a proposta específica, feita pelo PL 65/2005? Ele se refere basicamente ao art. 44, que na LDB está assim colocado, onde as mudanças propostas são sublinhadas com destaque. Qual é a proposta do PL 65? É que a educação superior, para cujo acesso se obedecerá ao princípio da capacidade e de igualdade de oportunidades, abrangerá - há uma mudança de ordem. Enquanto a LDB começa com as seqüências, a proposta do PL começa com os cursos de graduação, invertendo, colocando as seqüenciais em segundo lugar.

Então, dentro dos seqüenciais há uma proposta de mudança, indicando que esses cursos seqüenciais são destinados a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente. No caso da LDB, essa condição de conclusão de ensino médio não é colocada. No inciso IV, na Extensão Aberta a Todos, “independente de escolaridade”, essa é a diferença proposta pelo PL, com base no que está estabelecido na LDB.

O PL, inclui três parágrafos nesse artigo anterior que eu me referi, indicando aí sim, a essência da proposta de mudança. Em primeiro lugar, que o acesso aos cursos previstos no inciso I, ou seja, de graduação oferecido pelas instituições públicas, inclusive, pelas universidades fica reservada a candidatos que, além de terem concluído o ensino médio ou equivalente, tenha

sido classificado em exame de Estado e, se submeta a um só sorteio anual entre inscritos e específicos.

Ou seja, seriam na verdade três etapas, se eu estou correta, não sei, mas a primeira é a necessidade da conclusão do ensino médio, obviamente. Em segundo, um exame nacional que credenciará esse estudante a se inscrever para uma vaga, no caso de haver número de vagas maiores ou igual aos dos candidatos, automaticamente. E, no caso do número de candidatos ser maior do que o de vagas, ele se inscreve para um sorteio.

A idéia do sorteio me é muito agradável, sabe? Me remete a idéia de uma possibilidade de democratização, via alguns Estados Brasileiros, esses sistemas, especialmente Sistemas Estaduais de Educação, a idéia de sorteio nas escolas que são escolas destacadas no Sistema de Ensino, como um acesso mais adequado do que a seleção, do que a moradia da proximidade. É uma idéia que me chama a atenção.

No parágrafo 2º, fala do exame do Estado, a que se refere o parágrafo 10, será elaborado sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Educação e aplicada, então, por Órgão Executivo da União. E o Parágrafo 3º, estabelece como é que será essa idéia dos candidatos do ensino médio... “O exame de Estado referido no parágrafo anterior que se submetam a sorteio”. É uma explicação, na verdade, o Parágrafo 3º.

O PL 65, também, se remete ao art. 51. A diferença entre o que a LDB hoje estabelece e o que o PL propõe esta sublinhado: “As instituições de educação superior públicas e privadas”, aqui não há uma discriminação na LDB sobre isso, inclusive as universidades, a LDB hoje fala: “As instituições de educação superior, credenciadas como universidades”, e aqui é uma ampliação para as IES de uma maneira geral. E aqui inclui ao final, a questão da região, o Sistema de Ensino sendo levado em consideração a região na qual ela está inserida.

O segundo PL, que é de autoria do Senador Cristovam, que é o 116/2006, ele se refere basicamente ao art. 51, da LDB. Esse art. 51 da LDB, estabelece: “Que as instituições de educação superior, inclusive as universidades, ao deliberar sobre o processo de admissão de estudante, levarão em conta efeitos e critérios adotados sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com um órgão de Sistema de Ensino da região”. Existe um Parágrafo Único, que é: “O processo seletivo levará...” Desculpe, esse é o parecer. A LDB pára aqui no ensino.

O PL 116 propõe, então, a mudança no parágrafo 1º, na verdade, o acréscimo de um parágrafo, onde diz: “Pelo menos a metade dos alunos selecionados para ingresso nas universidades Federais, deverão ser esco-

lhidos com base em programas e na avaliação seriada anual, realizadas ao longo do ensino médio do estudante”. Veja, duas coisas estão colocadas: A necessidade de incluir essa forma de uma maneira extensiva em todas as instituições de educação superior e, com um prazo estabelecido para que isso ocorra.

O parágrafo 2º, diz: “Que serão selecionados os alunos classificados com base na média das provas aplicadas no final de cada ano, nos três anos do ensino médio”. E, finalmente o art. 2º, onde diz: “As universidades públicas terão um prazo de dois anos, estabelecendo para que ela cumpra esse artigo”.

O parecer já encaminhado por essa Câmara, desculpe, por essa Comissão - é o hábito da Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional da Educação - o parecer encaminhado, já estabelece uma proposta de mudança no PL, aceitando o PL 116, com alguma mudança que é a inclusão do Parágrafo Único e, substituindo no art. 2º do PL, a expressão “universidades públicas por universidades Federais”, ou seja, deixando de fora as estaduais e as municipais. Essa é a proposta do parecer. Seguindo.

Muito bem, então aqui as considerações que eu gostaria da fazer, são considerações gerais sobre essas duas propostas. Penso que nós temos que nos deter muito e com muito cuidado, com relação a autonomia universitária. Veja bem, quaisquer das duas propostas sendo aprovadas, elas têm um limite que é o limite da autonomia da universidade. O que não é o caso das outras formas de organização da educação superior, no caso centros universitários e faculdades isoladas.

Mas na questão da universidade, a universidade tem autonomia - e eu demonstrei isso nos artigos da LDB que tratam dessa questão - autonomia para estabelecer regras, normas gerais, inclusive, regras de acesso para sua universidade. Então, eu vejo que qualquer uma das propostas elas precisam manter e garantir a autonomia das universidades, que foi uma luta de muitos anos dessas instituições em conquistar um espaço de criatividade de possibilidades. Um segundo, quer dizer, eu acho que os limites são poucos dessas duas propostas, muito mais as possibilidades existem.

A primeira delas. Essa discussão nos remete a uma questão, que eu penso que essa Comissão precisa estar atenta, é a questão do Sistema Nacional de Educação. Nós não temos um Sistema Nacional de Educação, o Senador Cristovam sabe perfeitamente, e debate isso com muita força e muita vontade. Nós não temos um Sistema Nacional de Educação, talvez por isso, nós tenhamos inclusive esse limite da ação Legislativa. Porque nós não temos estabelecido um Sistema Nacional de Educação.

Nós temos de fato um Ministério da Educação, que é um órgão executor de políticas e deliberação de políticas. Nós temos um Conselho Nacional da Educação do qual eu faço parte, que estabelece as normas para o Sistema Nacional de Educação e para o Sistema Federal de Ensino, no entanto, não existe em nenhum lugar, nem na LDB, nem na Constituição e nem em nenhuma nas leis complementares, a indicação desse Sistema Nacional de Educação.

Então, veja, essa discussão nos remete a isso. Se você tem um Sistema Nacional de Educação estabelecido com seus órgãos, você tem os limites até mesmo nessa dessa autonomia, que fica muito difícil a gente estabelecer. Qual é limite da autonomia de uma universidade? A existência de um Conselho já iria condicionar esse limite, se é que deva haver limites.

A segunda questão que eu gostaria de estabelecer é que as políticas de ação afirmativa, uma delas que é que mais me fala ao coração, é a política de ação afirmativa para a escola pública. Todas as justificativas dos dois PLS se remetem a questão da necessidade da democratização. O ex-Ministro e Senador nos remete a idéia de democratização e que me é muito cara. Eu entendo Senadores e Senadoras, que a democratização ela não se faz somente com o acesso. Acho que essa é uma preocupação válida, mas o acesso é o primeiro degrau, a porta inicial da democratização da Educação, mas ela não é sozinha a única.

Se nós não garantirmos com um Sistema Nacional de Educação a garantia da permanência desse estudante na universidade, no caso: Chegou e como é que ele consegue continuar? Tanto pela qualidade da educação quanto das possibilidades mesmo de se manter numa instituição de educação superior. Além disso, não é suficiente ainda.

Nós temos o acesso, a permanência, mas temos que garantir que esse estudante ingressante na universidade via qualquer das modalidades de acesso ele tenha sucesso. Sucesso, quer dizer, ele construa aquilo que nós chamamos de mais importante que é a cidadania. E, para tanto ele precisa se profissionalizar e desenvolver posturas e valores que evidenciam fundamentalmente uma coisa, que é o papel social que essa universidade tem na sociedade.

E finalmente, eu diria para concluir a idéia de democratização. Nós temos o acesso, a permanência, o sucesso e temos uma quarta que eu diria, o quarto nível que é fundamental, que é exercício democrático. Nós não temos democratização da Educação, se nós não temos nas instituições educacionais um exercício interno democrático. Então, essas quatro facetas são fundamentais, quando estamos nos referindo a qualquer forma de democratização da Educação.

Pois bem, acho que a indução de políticas é uma indução importante, acho que essa Casa tem esse mérito e acho o que Ministério da Educação também, de estabelecer, de induzir políticas. Acho que a indução de políticas afirmativas para escola pública é um ponto de destaque. A indicação das possíveis formas de acesso à educação superior, com liberdade para as instituições de educação superior. Quero me deter um minutinho sobre isso.

Eu compreendo que há uma tendência de análises, pessoas gostam, professores, estudantes e a própria sociedade em geral, gosta mais de uma forma ou de outra de acesso e tem seus motivos para tal. Eu me associo que efetivamente o ingresso via PAES, ou o nome que seja dado para o ingresso parcelado em três anos, é um ingresso que avançou muito mais do que o vestibular tradicional. Eu não tenho dúvida. Trazer isso para discussão é importante. A minha questão é: Até ponto devemos nós estabelecer essa como a única forma de acesso ou como a mais importante, inclusive, darmos tempo para que isso aconteça. Eu vejo com os melhores olhos, que essa indicação deve estar consignada na LDB entre outras, inclusive, o sorteio também.

Eu encaminho como uma indicação de possíveis formas de acesso que precisam estar consignadas na LDB, mas sem a obrigatoriedade do seu cumprimento na integralidade. Acho que prioridades existem, para poder a gente garantir esse acesso, ampliação da rede pública da educação superior é fundamental que isso aconteça. Nós tivemos durante oito anos nenhum tipo de ampliação da universidade, da educação superior no Brasil, pública, somente pela via privada. Tivemos de 2005 a 2007, dez universidades e alguns campus sendo implementados nesses dois últimos anos. Vejo isso com muito bons olhos, mas acho ainda muito pouco para a demanda que nós temos.

O ProUni é uma saída para a ampliação também, mas existe a questão que eu vejo muito grave da indicação das verbas pública para iniciativa privada, via ProUni. A revisão da LDB e do Conselho Nacional da Educação, feito pelo Conselho Nacional de Educação, está sendo nesse momento desenvolvida. Penso que precisamos todos nós e essa Comissão em especial, nós debruçarmos não apenas pelo acesso, mas também, para toda uma revisão que precisa ser feita, depois de dez anos da LDB implantada. Acho que a ampliação das verbas nesses três últimos pontos. São três últimos pontos que eu digo estruturantes de uma ação de ampliação do acesso. Ampliação das verbas para Educação, apoio ao estudante carente e universalização da educação básica com qualidade.

E aí, eu reforço a palavra do Senador Cristovam. Nós precisamos nos voltar para a educação básica e garantir universalidade com qualidade, para que todos, toda a cidadania brasileira complete a educação básica, ou seja, o ensino fundamental, a educação infantil e o ensino médio.

Eu acho que com isso, nós cumprimos um papel importante na sociedade brasileira e seremos efetivamente cidadãos, a partir da conquista dessa educação básica com qualidade e universal. Era isso que eu tinha a quiser dizer e muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço a Professora Regina. Passo a palavra ao Professor Erasto.

SR. ERASTO FORTES DE MENDONÇA: Eu queria ao cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, estender esse cumprimento a todos os demais Senadores e Senadoras, os membros dessa mesa e todos os presentes. E saudar os Senadores que apresentaram os Projetos de Lei em análise, no sentido de que eles tratam de uma preocupação essencial, que já foi aqui sublinhada pela Professora Regina, que é a idéia da democratização da Educação.

Eu gostaria de propor à Presidência da Mesa, que essa fala que eu vou fazer, que ela fosse entendida como um complemento daquilo foi trazido aqui pela Professora Regina, até pela nossa ligação por estarmos numa mesma universidade, num mesmo grupo de pesquisa, de nossa universidade e termos uma posição em muito semelhante, em relação às questões de políticas educacionais. Então, nesse sentido, não vou me deter aqui em questões da análise da legislação em vigor na área da Educação, porque isso já foi trazido.

Como não vou me deter também pelo menos, detalhamento, em aspectos ligados as estatísticas e indicadores educacionais da área de Educação no Brasil, que são disponibilizados essencialmente pelo Ministério da Educação, pelo INEP.

Eu gostaria de então nesse sentido, feita essa consideração, fazer uma breve reflexão sobre a questão que nos preocupa e, a mim em particular, que é a questão da democratização da educação em nosso País. Eu acho que qualquer iniciativa Legislativa, que tenha por norte a democratização da educação em qualquer dos níveis educacionais, eu acho que ela não pode deixar de levar em conta, que aquilo que temos hoje na Educação Brasileira, especialmente, na escola pública, é resultado de cinco séculos de um descaso histórico com a Educação Brasileira.

E eu quero aqui me referir a alguns momentos da História da Educação Brasileira, porque penso que isso nos ajuda a compreender o sentido de um eixo de projetos de lei, que tenham base por base a

democratização da Educação. Eu quero lembrar aqui inicialmente que nós como um País colonizado por Portugal, não tivemos o privilégio como outros países da colonização hispânica de termos a abertura de uma universidade. Os espanhóis quando chegaram em suas colônias na América Latina, criaram a Universidade do Peru já nos anos 1500. É uma das mais antigas universidades do mundo.

Por outro lado, o Estado português não trouxe ao Brasil na sua colônia, a organização das escolas que poderíamos chamar de estatais, mantidas pela Coroa Portuguesa. Preferiram ao invés, entregar a uma congregação religiosa dos sacerdotes jesuítas, o dever de ensinar. E, acho que é bom sempre sublinhar que essa tarefa se deu na forma de um monopólio, quer dizer, ninguém mais tinha a possibilidade de ensinar no País. Isso se deu do ano de 1547 a 1759, portanto com um total de 210 anos.

Eu acho que para um País que tem um pouquinho mais de 500 anos de história, falarmos em 210 anos de monopólio da Educação Brasileira, na mão de uma congregação religiosa, eu acho que nos ajuda a compreender a influência que é sublinhada por vários historiadores, inclusive historiadores da Educação, de que essa talvez tenha sido a influência mais profunda na cultura brasileira.

A idéia de universalização da educação que poderíamos chamar, básica, ela no Brasil também é uma idéia tardia. Se nós tivemos com os ventos que nos trouxeram as idéias liberais da Revolução Francesa, nos países de desenvolvimento mais acelerado da Europa, principalmente a idéia da escola pública como uma iniciativa do Estado para equalizar as oportunidades educacionais, isso já a partir do final dos anos 1700, com a organização de sistemas educacionais que tinham por base a idéia, de que é por meio de um sistema organizado pelo Estado que se poderia equalizar chances para todos os indivíduos, no Brasil essa idéia - eu estou falando em idéia. Ela só vai ser uma idéia intensamente apresentada à sociedade brasileira, na década de 1930. 1930, quando alguns enlouquecidos intelectuais, num total de 36 capitaneados por algumas figuras muito importantes da Educação Brasileira, como Anísio Teixeira, que tem uma história importante nessa cidade, fundou a nossa Universidade de Brasília, o Sistema Público de Educação do Distrito Federal, fez importantes experiências educacionais em especial no Estado da Bahia.

Esse educador, junto com outros 35 intelectuais redigiram um manifesto à nação, chamado "O Manifesto dos Pioneiros da Educação", onde levantavam a necessidade que o Estado Brasileiro, pudesse contemplar a sociedade com oferta de educação pública e gratuita,

com direito a ambos os sexos, que era uma novidade à época e, principalmente, com uma educação considerada laica, sem a interferência de qualquer tipo de credo religioso. Apesar dessa idéia estar colocada no "Manifesto dos Pioneiros da Educação" de 1932, quem analisar os indicadores sociais da Educação Brasileira, vai perceber que apenas a partir da década de 1960, é que nós vamos começar a ter uma expansão da escola brasileira, em termos da oferta de matrículas.

O caso da universidade é um caso particular no Brasil. Se eu já me referi a inexistência de universidade trazida pela colonização portuguesa no Brasil, não é? A História, inclusive, lembrada em algumas falas do Senador Cristovam Buarque, da primeira Universidade Brasileira é pelo menos patética. Nós tivemos a criação de uma universidade no papel, porque o Estado Brasileiro precisava contemplar um ilustre visitante belga com o Título de Doutor Honoris Causa. E, como isso só pode ser feito por uma universidade, criou-se uma universidade, deu-se o Título de Doutor Honoris Causa a esse ilustre visitante e, essa universidade acabou no mesmo dia que esse título concedido. A Universidade Brasileira, ela vai começar a se organizar basicamente a partir da década de 1930 e, ainda assim, com a congregação de escolas superiores já existentes.

A idéia de uma universidade como nós concebemos hoje, como é o caso da Universidade Brasília, Universidade São Paulo, Universidade Campinas e outras, que são organizadas dentro de um campus geográfico, essa universidade é ainda mais nova. Então falar de democratização do Ensino Superior no País, eu acho que precisa se levar em consideração o contexto histórico em que essa democratização se fez.

A educação básica como ela é definida na Legislação Brasileira, ela esta como todos sabemos, constituída pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. Infelizmente, a legislação brasileira não conseguiu compreender a idéia de educação básica, como uma educação, como o próprio nome está dizendo para todos. Infelizmente é apenas o Ensino Fundamental, agora, de nove anos, o nível de ensino obrigatório em nosso País. Portanto, um dever do Estado e uma obrigação das famílias.

O Ensino Superior, por outro lado, nem se toca na idéia de uma possibilidade da universalização, porque nós não conseguimos ainda sequer pensar na universalização da educação básica. O Plano Nacional de Educação aprovado pelo Congresso Nacional, no ano de 2001 com vigência para dez anos, não estabelece metas de universalização da educação infantil e do ensino médio. Fala em termos percentuais de um aumento gradativo da oferta desses níveis de ensino, mas não chega a ousadia de querer para

o nosso País, a universalização daquilo que compõe a educação básica.

Então, a questão do acesso à universidade, eu acho que ela tem que estar refletida com esses parâmetros em que se coloca a questão da Educação Brasileira, de uma maneira muito particular da escola pública. Eu acho que é bom lembrar, também, que nós tivemos nos últimos anos - eu falo aqui nos últimos 15 anos, uma expansão da oferta do Ensino Superior em nosso País, de alguma forma orientada por acordos internacionais que o Brasil fez com organismos de financiamento, que nos levaram a ter uma quase universalização do único ensino que é obrigatório que é o ensino fundamental. Nós temos hoje cerca de 97 a 98% de taxa de acesso ao nível de ensino fundamental, o que é sempre uma vergonha, porque nós temos que comemorar os 98%, mas temos que nos lamentar de que existem 2% de crianças fora da escola. Eu e sempre lembro que 2% de muita gente é muita gente, são milhões de crianças ainda fora da escola.

Então num contexto como esse, em que nós somos orientados como nação a dar prioridade, quase que reduzida à oferta do Ensino Fundamental, descuidando inclusive da educação infantil e do ensino médio, partes - insisto sempre nisso - da educação básica, como é que ficou o Ensino Superior? O Ensino Superior, as análises todas de políticas educacionais e os próprios indicadores oficiais do Ministério da Educação, nos apontam para uma expansão do Ensino Superior nos dois mandatos do Governo do Fernando Henrique Cardoso, praticamente de forma exclusiva no setor privado. Ao ponto de nós termos praticamente cerca de 80% de matrículas no setor privado e 20% de matrículas no setor público.

Quer dizer falar de democratização do acesso ao Ensino Superior, nos obriga a pensar na forma como o nosso País conduziu, a expansão do Ensino Superior nos últimos anos. Os últimos, do último Governo que temos no primeiro mandato do Governo do Luiz Inácio Lula da Silva, nos aponta para uma luz no fim do túnel, em relação a expansão do Ensino Superior pela oferta ampliada de matrículas nas universidades públicas, especialmente nas universidades Federais, pela abertura de novas universidades e, por políticas que de alguma forma, contemplaram uma publicização de oferta de matrículas no setor privado.

E essa é uma discussão, quer dizer, em que medida que essa publicização de matricular no setor privado, ela é de fato uma publicização ou ela é uma privatização dos recursos públicos da Educação? Essa é uma discussão colocada, não se chegou ainda um consenso sobre isso.

Bom, eu acho que nesse contexto em que se coloca a democratização da Educação no Brasil, em que se inclui a educação superior, eu penso que é realmente uma ousadia salutar dessa Casa, querer falar de democratização da educação superior, quando nós estamos longe ainda de alcançar a universalização da educação básica, que seria eu acho uma grande meta de prioridade nacional a ser alcançada.

Especificamente sobre os projetos que estão em discussão hoje, eu vou aqui me solidarizar com a fala da Professora Regina. Eu acho não tenho particularmente muita coisa específica a dizer, eu acompanho as posições aqui da Professora Regina. Eu acho que a questão da avaliação seriada como é proposta pelo Senador Cristovam, ela já é um exercício de processo de seleção em algumas Universidades Brasileiras.

A nossa Universidade, a Universidade Brasília, ela já vem experimentando esse processo há alguns anos. Eu como Professor da Universidade, tive o privilégio de ser membro do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, no momento em que essa de diretriz de acesso da nossa Universidade foi aprovada. E penso que todas as avaliações que têm sido feitas internamente em na nossa Universidade, têm apontado para essa forma de acesso, ser uma forma considerada positiva em nossa Universidade. Por várias razões. Eu diria que uma delas é o fato de não se concentrar a seleção dos estudantes para os cursos de graduação em nossa Universidade num único momento.

Eu sempre sou um crítico no sentido de que uma avaliação, ela não pode se reduzir a uma medida de um final de processo. Nós temos uma cultura que vêm de alguns anos em nosso País de aplicação dos exames nacionais em todos os níveis de ensino. Fala-se, agora, inclusive de uma Provinha Brasil, a ser aplicada a crianças na idade da seis a oito anos. Eu apesar de reconhecer que esses indicadores têm o seu mérito, eles podem ajudar a avaliação das políticas educacionais. Eu acho que estamos longe de termos um processo de fato, um sistema de avaliação, talvez, o que pudéssemos chamar mais próximo de um sistema de avaliação é o que vem sendo pensado e inicialmente, agora feito, na área do Ensino Superior com o sistema ultimamente pensado, que é o Sinais.

Mas falarmos em avaliar, exclusivamente, com uma prova como é feito no vestibular e nos exames nacionais, seja a ENEM e, outros mais, como foi o provão até há pouco tempo no Ensino Superior, eu acho que é um pouco de exagero. Avaliarmos exige termos conhecimento das condições da escola, da infra-estrutura da escola, da capacitação dos professores, das condições de remuneração desses professores. Enfim, de todo um conjunto de elementos que facilita

ou dificulta a conquista de uma qualidade de ensino nas escolas.

Então, eu penso o que vestibular apesar de inevitável em grande parte da História Brasileira, pela falta de vagas no setor público, ele reconhecidamente não indica uma forma adequada de seleção de nossos alunos nas universidades, a não ser por um critério que poderíamos chamar exclusivamente de um critério de meritocracia. E ainda assim, refletindo em que medida que essas provas, elas poderiam de fato apontar o mérito individual daqueles que a elas se submetem.

Uma questão relacionada ao vestibular que está, inclusive, tratada no parecer a esses Projetos de Lei que estão em análise, é o esforço que algumas universidades vêm fazendo no sentido de organizar suas provas de seleção, não exclusivamente como uma forma de memorização de conhecimentos. Eu cito o caso da nossa Universidade, o setor responsável pela organização dos exames vestibulares na Universidade de Brasília, vêm fazendo há alguns anos um esforço enorme de organizar provas de seleção que exijam de fato dos estudantes candidatos do ensino médio, conhecimentos que não se limitam a memorização e a uma Educação, que nós poderíamos falar acompanhando a idéia de Paulo Freire, como uma educação bancária. Os exames têm sido cada vez mais reflexivos. A aplicação de conhecimentos tem sido cada vez mais exigida, na forma como esses exames vêm sendo organizados.

Nesse sentido, eu penso que a forma proposta de uma avaliação seriada, ela pode possibilitar que esse esforço que as universidades vêm fazendo de organizar um sistema de avaliação do final de ensino médio, que ele possa se multiplicar nas séries anteriores, no primeiro e no segundo ano. No caso da Universidade de Brasília, a Universidade além da aplicação dos exames no final do primeiro, segundo e terceiro ano, tem feito uma relação muito próxima com o sistema de ensino local do Distrito Federal.

É claro que é sempre bom lembrar, também, que os sistemas de ensino têm autonomia. As universidades não podem impor aos Sistemas de Educação Estaduais e Municipais, um currículo ou uma grade curricular ou série de conteúdos a serem trabalhados nas escolas, no sentido de que esses conteúdos sejam de alguma forma depois cobrados nos exames, seja seriado, seja o exame único de vestibular.

O que tem sido feito na Universidade Brasília é uma relação de parceria da Universidade, com os professores do ensino médio, no sentido de estabelecer com esses professores um processo de... Eu chegaria a dizer de formação continuada desses professores, na medida em que eles em constante contato com os

organizadores desse processo na universidade, vêm fazendo uma série de eventos, uma série de fóruns de discussão, uma série de cursos de preparação em que a universidade muito ganha com isso, porque ela também acaba aprendendo com a prática educacional do Sistema de Educação Básica, uma forma mais adequada de organizar sua seleção e de organizar, também, os seus cursos de graduação.

Eu queria chamar a atenção para finalizar de que os projetos apresentados, eles se não me engano, salvo melhor juízo, eles se referem à seleção das universidades federais, das instituições federais de ensino. E, ao falarmos de seleção das instituições federais de ensino, eu queria apenas lembrar, que nós estamos falando de uma pequeníssima parcela das instituições de ensino superior em nosso País.

Quer dizer, na verdade, esses projetos ao alcançarem a instituição federal de ensino, alcançam uma parcela ela muito pequena da oferta de educação superior em nosso País. Eu tenho números aqui, mas creio que esses números são de conhecimento de todos os senhores, não vou me referir a eles, apenas lembrar, que esse percentual é um percentual muito pequeno.

Quero acompanhar aqui a posição trazida pela Professora Regina, no sentido de que a preocupação precisa estar voltada para ampliação da oferta pública de educação superior. Acompanho aqui a idéia da necessidade de estabelecermos, instrumentos legais à organização de um Sistema Nacional de Educação, com responsabilidades compartilhadas entre Municípios, Estados, Distrito Federal e a União, de maneira que nós possamos ter de fato, uma Educação Brasileira responsabilizada por todos os entes federativos, principalmente pela União.

Reforço aqui a idéia da autonomia constitucional, que é uma prerrogativa das universidades. Então, não sei em que medida uma legislação aprovada no Congresso Nacional, impondo às universidades uma forma de seleção, ela teria amparo constitucional, na medida em que essas universidades têm a garantia com de que ele pode ter o seu processo acadêmico mantido pela autonomia Universitária.

Reforço aqui as ações afirmativas que vêm sendo um esforço, também, das Universidades Brasileiras, em especial uma delas, que ainda não está estão amplamente em vigor, como as ações afirmativas voltadas para os negros e os indígenas, que é a ação afirmativa voltada para os alunos egressos das escolas públicas. Eu sou um defensor da cota de vagas nas universidades para os egressos do Ensino Superior Público, o ensino médio completo.

E, quero lembrar aqui a necessidade de que esse País faça por meio do seu Ministério da Educação, do Governo Federal, a organização de uma Conferência Nacional de Educação. Infelizmente a área da Educação em nosso País, foi a única área social, que no Governo do Presidente Lula, não organizou uma conferência nacional que tenha como dinâmica, a organização de conferências municipais, conferências estaduais e que acaba sendo contemplada com uma conferência nacional, que é um indicar importantíssimo de organização das políticas educacionais.

Eu espero que nesse segundo mandato e, penso que a Comissão de Educação do Senado tem um importante papel, no sentido induzir o Governo Federal a essa iniciativa. Eu penso que uma conferência nacional (soa a campanha), poderia dar um respaldo importante às iniciativas que essa Comissão apresenta de democratização da educação superior.

Eram essas as considerações e fico à disposição para um debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Professor Erasto. Eu só quero fazer aqui um comentário. Eu também sou favorável às cotas para as escolas públicas garantirem vagas nas universidades Federais. Mas eu sou favorável a isso, por que a classe média vai tirar seus filhos das particulares e colocar nas públicas e aí eles vão forçar a melhorar a educação pública. Não por causa da democratização em si, porque mesmo assim, só entrarão os alunos que terminaram o segundo grau. Mesmo assim serão aqueles que terminaram o segundo grau nas boas escolas, cujos pais são cuidadosos com Educação.

E eu tenho uma preocupação, apesar de ser favorável - a mesma que Joaquim Nabuco teve com a Lei do Ventre Livre. Ele dizia: "Eu não posso ficar contra essa lei, mas ela vai adiar a abolição, porque agora a gente vai dizer: 'Já melhoramos um pouco, já têm mais estudantes da escola pública nas universidades'". Da mesma maneira que naquela época Sibá, disseram: "Com a Lei do Ventre Livre, basta esperar que morram os que nasceram antes que acabou a escravidão".

Então esse é um temor que eu tenho. Se a gente não combinar as cotas - que eu sou favorável - com a revolução... Eu faço questão de dizer, não é evolução que muda a educação - com a revolução da educação de base, nada disso vai adiantar.

Mas eu quero, aproveitar para falar, primeiro porque eu vou pedir licença, porque primeiro porque estamos discutindo democracia, seria democrático que eu só presidisse metade dessa sessão, já que tem um projeto meu e um projeto do Senador Sibá. Eu queria chamar o senhor Senador Sibá, mas me dizem como

não é membro efetivo da Comissão, se eu colocar vai ter um processo de... Como é que chama? Desses que faz de vez em quando, quando quem faz coisa errada... Vão me mandar para a Comissão de Ética.

Então, eu convido o Senador Wilson Matos para presidir, porque além disso, eu vou me ausentar um pouco para dar presença na Comissão de Assuntos Sociais onde está o Ministro Lupi presente. Eu vou lá, volto, não quero perder o debate, mas está dividido democraticamente Senador Sibá.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Dando prosseguimento, então, a essa Audiência Pública e pela ordem já estipulada aqui no início da sessão, pelo Senador Cristovam Buarque, eu quero convidar a Professora Iguatemy Martins para fazer uso da palavra. Terá vinte minutos.

SRA. IGUATEMY MARTINS: Gostaria inicialmente de cumprimentar o Senador Wilson Matos, que passa agora a presidir essa Comissão. E em seu nome, cumprimentar a todos os demais Senadores e Senadoras que estão aqui presentes, qualificando também esta sessão.

Cumprimentar meus colegas da Mesa, professores universitários da Universidade de Brasília, que trazem uma grande contribuição a um debate nacional, sobre essa questão da admissão de estudantes ao Ensino Superior. Como cumprimentar Gustavo Petta, e em seu nome os demais estudantes, os principais interessados nessa matéria que nós aqui estamos discutindo.

E também, a exemplo dos outros que me antecederam agradecer o convite, para que a gente possa estar aqui, debatendo dois projetos de leis, que tratam exatamente de uma questão e de uma temática tão significativa para a questão da educação superior, que é a seleção e a admissão de estudantes às universidades, às instituições de ensino superior.

Eu trago aqui uma posição que vai ser ou que vai enfocar, melhor dizendo, aspectos gerais do problema. Aspectos que dizem respeito muito mais às concepções que a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação tem no âmbito dessa temática. Eu penso que a minha colega já de alguma forma detalhou as questões dos PLs, o que muito facilita a discussão. Eu até agradeço o estudo detalhado e a atenção que você dedicou a essa questão.

Mas a nossa posição aqui, ela se fundamenta basicamente, na compreensão de que nós partimos de um ponto em comum, ou seja, nós concordamos que há necessidade. Primeiro: De que o aluno conclua o ensino médio para ter acesso ao Ensino Superior, até como a própria lei determina; nós compartilhamos da mesma

posição no sentido de que é importante, um reforço, um esforço nacional para que se qualifique cada vez a educação básica, como um patamar que antecede a própria educação superior e, com possibilidades reais de qualificar a própria educação superior. Da mesma forma, que eu digo sempre que, uma graduação bem feita potencializa a Pós-Graduação. Então, isso tem que ser visto, realmente de forma sistêmica, de forma integrada, de forma complementar.

O outro ponto, que nós estamos de acordo é a necessidade de um processo de seleção, para ingresso no Ensino Superior. Tanto os projetos de leis como os colegas que me antecederam, o próprio Senador Cristovam, reforça a necessidade de que haja uma forma de selecionar, evidentemente, porque há uma demanda maior do que uma oferta. Então, esse é um ponto de partida, que penso eu, que nós concordamos com ele.

E, evidentemente que neste processo seletivo, condições básicas de igualdade e de capacidade devem ser garantidas àqueles que se dispõem a isso. Mas a Professora também colocou uma coisa, que eu achei assim fundamental, e precisa destacar nesse início da minha fala, que é a possibilidade de que esse acesso tenha sucesso. Não basta garantir o acesso é preciso o sucesso. Não é, verdade? Por todas as formas que a gente pense, que a gente defenda, é preciso isso.

Outro ponto que eu acho que é comum a todos nós aqui, as nossas intenções, as nossas falas é a necessidade de que todo e qualquer processo de seleção pensado e idealizado pelas instituições de ensino superior e aí, eu não separo as instituições federais, nem muito menos as públicas num contexto maior, se articule com o ensino médio. Que as instituições independentemente da sua natureza jurídica, se articulem com as Secretarias de Educação dos seus Estados, com as Secretarias Municipais de Educação também.

Eu acho que esse é um ponto de partida que vai de alguma forma, indicar aspectos gerais que devem ser considerados para qualquer processo seletivo na nossa compreensão. A outra coisa que também penso que partimos de um ponto em comum é a questão da autonomia das instituições independentemente das suas naturezas jurídicas, mas assegurado principalmente às universidades por força da legislação, de decidir o que elas querem fazer em termos de processo seletivo. Sem que isso exclua a responsabilidade do próprio País, do próprio Ministério da Educação, da própria Secretaria de Educação, de induzir mudanças, de propor reflexões sobre o processo, de chamar a atenção para uma demanda reprimida que precisa ter acesso à educação superior. Para as distorções que,

por acaso, possam ocorrer em processos de acesso considerados tradicionais.

Esse também penso que é um ponto muito forte, que é a questão da autonomia e que é assegurada de alguma forma e que está vinculada, melhor dizendo, a própria questão da democratização das decisões. Uma instituição universitária ela não tem... Vamos dizer é uma autonomia até mesmo relativa, por maior que ela possa ser, porque ela não decide as coisas sem que escute seus Conselhos, onde têm representação dos dirigentes, dos docentes, dos estudantes e das próprias comunidades.

Então, esse é também um princípio que, vamos dizer assim, que reforça a compreensão e a necessidade de que a universidade tenha garantida essa possibilidade de discutir internamente, a forma que ela entende ser melhor para o acesso dos seus estudantes, de seus futuros estudantes. Evidentemente, que isso não pode acontecer de uma forma desconectada dos problemas maiores da Educação Nacional, isso eu também entendo como um ponto definitivo.

Nesse sentido, o que é que a gente pode então, vamos dizer assim, apontar como uma realidade que eu vejo hoje? Eu tenho uma visão mais auspiciosa em relação a uma, vamos dizer assim, a uma possibilidade de associação de democratização, de universalização, como um princípio que nós queremos atingir e que dele não podemos nos esquecer jamais, embora estejamos caminhando na direção da consecução desses objetivos de uma forma não tão rápida como nós desejamos, ou como o País necessita. Mas eu vejo hoje um quadro - e aí vocês me permitam, eu vou falar um pouco voltado para a questão das instituições federais, até porque embora os projetos que estão aqui sendo discutidos, eles também abram as questões das instituições privadas, não é isso, Senador? No fundo a questão maior fica em relação às IFS.

E o que eu vejo, hoje, em relação aos processos de seleção e admissão relação nas instituições federais? Eu vejo que há uma tendência de consolidação de um processo misto de acesso. Uma tendência de consolidação. Não digo que isso, vamos dizer assim, é um consenso, mas há uma tendência de consolidação de processos mistos de avaliação, de seleção para os estudantes ingressarem.

A gente vê uma tendência das instituições federais de adequação dos seus processos de seleção a determinadas necessidades regionais, até mesmo de pensar seus próprios cursos. E é necessário que a gente tenha possibilidade de garantir essa flexibilidade às instituições de ensino superior.

Eu fico me perguntando: Se gente tira o vestibular e põe o processo seletivo, será que a gente não está

caminhando numa mesma direção, de ter também um único processo? Será que não era mais enriquecedor para as instituições, poderem cada vez mais multiplicar essas possibilidades de acesso, ao invés da gente ter novamente mais um modelo? São questões que eu pergunto. O que é que eu vejo hoje?

Eu vejo instituições que começam a associar vestibular - e vou me referir a vestibular, primeiro, porque é a forma tradicional e ainda mais corrente. Vestibular com ENEM, isso é uma realidade já hoje. Processos seletivos diferenciados, com o vestibular. Eu venho de uma instituição onde fui Pró-Reitora de Graduação - o Senador Cícero Lucena está na platéia e pode até corroborar essa minha fala, até porque nós convivemos nesse período lá, onde nós temos um processo seletivo seriado, pelo menos há mais de dez anos; nós chamamos de PSS-Processo Seletivo Seriado.

A Universidade Federal da Paraíba, uma seleção que contempla 60 mil estudantes a cada ano. E o processo seletivo ele é realizado, paralelamente, ao processo de vestibular tradicional, ou seja, que há sim, uma abertura das instituições federais de ensino para novas possibilidades de acesso, novas formas, novos modos de operacionalizar a admissão dos seus estudantes.

Então, isso não é, na verdade algo restritivo, a uma ou duas instituições no País. Não é uma totalidade. É mais de 50%? Não. É menos de 50%. É menos ainda de 25%, mas é uma tendência a se consolidar. E é preciso também que as instituições, vejam bem, Srs. e Sras., o vestibular é uma instituição quase que consagrada no País. Quase que consagrada, não é? Até mesmo ao ponto de você dizer: “Mas você não entrou para o vestibular?”

Então, aquilo de alguma forma, já denota a capacidade de quem ingressou. As pessoas até se sentem um tanto quanto constrangidas de dizer que não entrou pelo vestibular. Por quê? Porque é uma instituição consagrada no nosso País, reconhecida como um processo qualificador do acesso.

Nós não estamos defendendo que isso seja verdade. Absolutamente, porque nós não temos dados para dizer, mas o que nós estamos dizendo que é preciso, também, que as próprias instituições tenham um tempo de amadurecimento para isso. Aí vocês podem me dizer: “Mas há tanto tempo professora, ninguém amadureceu ainda?”. Mas a instituição universitária, ela é uma instituição complexa também. E à medida que a sociedade se democratiza, às instituições universitárias fazem o mesmo e, fazem de uma forma muito forte, muito pulsante lá dentro.

Então, tomar a decisão você de mudar um processo vestibular, um processo de acesso, inserir outras

formas de acesso àquele consagrado, também, é um processo que exige discussão, reflexão, tempo porque você vê todo um conjunto de alunos egressos do ensino médio se preparando desde a educação básica, para entrar naquele processo que já é consagrado na sua região, na sua cidade, no seu Estado, precisa também de tempo para que haja uma transição dos processos. Então com certeza, mesmo que se proponha dois anos para que todas as instituições se adequem ao novo modelo, isso é pouco. Isso é pouco.

Um outro processo, que a gente vê que se encaixa na flexibilização dos processos de admissão às universidades, são os próprios critérios criados para os estudantes egressos de escolas públicas, isso hoje é uma realidade no País. As instituições federais começam também a se flexibilizar nesse sentido. Reservar vaga, fazer processo diferenciado, para atrair esses estudantes egressos de escolas públicas.

Então há sim, há um movimento latente, há um movimento real das instituições federais de ensino, no sentido de flexibilizar de pluralizar as formas de acesso. Agora, isso é um processo que ele não vai acontecer do dia para a noite, mesmo considerando todo o tempo que o meu colega Erasto, já de alguma forma já recuperou da História, não dá pra gente ficar mais esperando outro século, não é verdade? Eu concordo plenamente com você. Mas é preciso sim, entender e situar contextualizar que as universidades públicas de alguma forma, começam a pensar o acesso, a pensar a própria graduação de forma diferenciada. De uma forma diferenciada.

Vocês não imaginam - eu falo isso com a experiência de quem foi Pró-Reitora de Graduação de uma universidade com 69 cursos, que fiz parte de um Fórum de Pró-Reitores de Graduação Nacional de todas as instituições públicas e vamos dizer privadas. Vocês não imaginam como isso é de é uma complexidade, você mexer num Projeto Pedagógico, por exemplo, de um Curso de Engenharia, de um Curso de Medicina, que muitas vezes, a própria sociedade se coloca contrária àquelas mudanças. Por quê? Porque são também instituições que deram certo, que são consagradas, que são reconhecidas, mesmo que intenção seja de flexibilizar currículos, seja de aumentar a demanda de alunos egressos desses cursos, de ampliar a oferta de vagas.

Então tudo isso, implica em discussão aprofundada, implica em estudos, implica em dados, implica em relações com o próprio ensino médio, porque a universidade não pode pensar nessas mudanças desconectadas do ensino médio. Então vejam, toda essa minha fala é no sentido de que dizer: Há sim, uma disposição de mudança das instituições. Elas não estão fechadas

para isso, há uma mudança em curso Professora, vocês poderiam me perguntar, os senhores poderiam me perguntar? Há sim. Há sim. Há uma mudança sim.

A ONB junto à Federal de Santa Maria foram pioneiras nisso, mas a minha, por exemplo, a instituição a quem eu pertença, a Universidade Federal da Paraíba, ela fez já isso, em função do próprio sucesso que vocês tinham tido na Universidade Brasília, ou seja, isso é um processo que vai se instaurando, que vai sendo assimilado, que vai sendo analisado, que vai sendo interpretado, que vai sendo assumido no todo ou em parte, pelas próprias instituições.

O que é preciso? O que é que a Secretaria da Educação Superior se preocupa? Podemos induzir isso com mais rapidez? De que forma? Podemos nos associar com os estudantes? Com o Conselho Nacional de Educação? Com as Secretarias Estaduais de Educação? Para que a gente possa de alguma forma acelerar esse processo de redefinição do desenho curricular dos cursos? Mas ciente de que isso implica ouvir, discutir, como é o próprio processo de decisão que existe dentro das universidades. Isso é importante que seja assegurado. Isso faz parte do processo democrático.

Então, vocês podem dizer Professora: “Mas a questão da universalização do ensino desde a educação básica até a educação superior, não pode ser atrelada a uma discussão tão lenta, a um pensar tão...” Ela deve existir e, ela é imprescindível e ela preside - eu posso dizer isso aos senhores - todas as discussões que acontecem nas universidades, porém... Porém, como já dizia também o poeta: Há distância entre intenção e gesto.

Entre a gente querer fazer aquilo, na capacidade da própria instituição de operacionalizar isso, dos próprios sistemas de Educação, das próprias leis que regem a Educação Nacional, que a gente possa começar a implementar essas questões. Mas eu digo os senhores e senhoras de que essa é uma questão que está na ordem do dia. Está na ordem do dia.

Nós vamos ter agora em Porto Alegre começando no próximo domingo a reunião de todas as pessoas, de todos os Pró-Reitores de Graduação nesse País que pensam graduação no Brasil, que pensam que têm sob a sua responsabilidade direta, definir o processo de admissão por exemplo; que tem sob a sua responsabilidade decidir sobre desenho curricular dos cursos de graduação; que tem sob a sua responsabilidade inserir novos temas de discussão, temas nacionais para os estudantes de graduações, a exemplo, de acessibilidade para deficientes. Esse é um tema agora, por força de lei a gente vai ter que incluir. As universidades estão abertas para isso. Estamos discutindo, mas esse é um

processo, até mesmo de mudança de mentalidades, que eles não acontecem de um dia para o outro.

Eu estou querendo trazer, eu estou querendo, me permitam dizer isso, de alguma forma, também, permitir uma reflexão mais ampla sobre o processo do que acontece dentro das instituições, sobre a própria dinâmica dentro das instituições, todos os Srs. E Sras., passaram por uma instituição universitária. Muitas vezes a gente diz: “Como são emperradas as decisões nas universidades?” Mas quando se faz algum processo considerando opiniões diferentes, opiniões de segmentos representativos, também diferentes, com anseios com necessidades, também diferenciadas, isso requer discussão. Isso requer capacidade de ouvir, capacidade de sistematizar, até que isso realmente se efetive, como uma medida, como uma decisão nacional.

A questão de cotas, eu também não vou me deter nela, mas vou de alguma forma dizer, que essa também é uma flexibilização das próprias instituições, no sentido de (soa a campainha) admitir que é possível, sim, a gente ter um olhar diferente para a forma de trazer os estudantes egressos do ensino médio para as nossas instituições.

Então considerando também que o nosso tempo aí, já fui sinalizada do tempo, eu gostaria de encaminhando a minha fala para o seu final, no sentido de dizer o seguinte. Independentemente Senador Sibá, que está aqui com um Projeto de Lei, o Senador Cris-tovam, também, com outro. Penso eu que é necessário antes de qualquer coisa, que qualquer decisão que se encaminhe nesse sentido, que a gente garanta autonomia das instituições para pensar a sua forma de acesso. Eu acho que esse é um princípio do qual nós não deveríamos abrir mão. E eu corroboro com a opinião dos meus colegas nesse sentido.

O que é fundamental nisso e que a gente tem que garantir? É a relação com o ensino médio, nós não podemos esquecer que nós somos, também, ao pensar o processo seletivo de admissão às instituições de ensino superior, ao pensar o conteúdo de ensino que são exigidos, nós estamos afetando fundamentalmente o ensino médio. Então, esse é um processo que a gente tem que pensar. A gente tem que pensar que esse processo não pode prescindir na sua elaboração, na sua análise, na sua avaliação de professores do ensino médio. Então tem que ser um processo colaborativo, participativo, instituições e Secretarias Estaduais.

Então, é nesse sentido que a gente encaminha a nossa compreensão, que a gente fundamenta a nossa compreensão, entendendo que é importante ter esse olhar do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Superior, para o que acontece para as possibilidades, vamos dizer assim, de tornar esse pro-

cesso mais flexível, mais democrático, no sentido de trazer mais alunos do ensino médio para dentro das instituições superiores. Mas é preciso que a gente, também, garanta de alguma forma essa interlocução com o ensino médio, que eu acho que é fundamental e a própria autonomia das instituições para decidir - para decidir - suas formas de seleção e admissão de estudantes. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Ok. Nós queremos, então, passo à palavra para o Gustavo Lemos Petta, Presidente da UNE, União Nacional dos Estudantes.

SR. GUSTAVO LEMOS PETTA: Bom gente, bom dia, Senador Wilson Matos, ao Presidente da Comissão Senador Cristovam Buarque, demais Senadores. Aos membros aqui da mesa. E agradeço o convite para participar desse debate, importante, sobre o acesso ao Ensino Superior.

Antes de entrar no tema, primeiro eu gostaria de dizer que na nossa visão aqueles que lutam para edificação de um projeto nacional de desenvolvimento no País, sabem da importância estratégica que a educação superior tem. A educação superior é fundamental, é imprescindível para um projeto de nação soberana, com desenvolvimento. Para que o nosso País, possa ter uma exceção soberana no cenário internacional, a universidade é fundamental.

E hoje, mesmo com as diversas limitações os problemas que eu vou aqui relatar um pouco a nossa opinião, a universidade cumpre um papel importante. Quase que a totalidade das pesquisas feitas no nosso País, estão concentradas nas universidades, 90 delas nas universidades públicas, na formação de profissionais qualificados. Então, a universidade tem um papel muito importante e precisa ser reconhecido. Agora, há diversas limitações e problemas e o quadro atual mostra exatamente isso.

Além, o Professor Erasto disse um pouco de todo esse contexto histórico, desde a formação das primeiras universidades que foram muito atrasadas no nosso País, devido a colonização que nós tivemos e o tipo de política implementada no Brasil nesse período. E talvez, além do contexto histórico, a educação superior hoje é um pouco resultado de duas grandes mudanças, das duas últimas grandes mudanças que nós passamos: A reforma nos anos 60 imposta pela ditadura militar, que acabou com o sonho de diversos estudantes e da própria UNE de uma reforma universitária democrática, vinculada aos interesses populares. Ela foi imposta em 1968 e um processo de desresponsabilização do Estado nos anos 90, que também resudou(F) e trouxe diversas consequências para o atual quadro da educação superior.

Então, algumas questões que precisam ser levantadas. Hoje a arquitetura acadêmica da universidade, está totalmente defasada, totalmente ultrapassada. Nós repetimos o modelo das universidades européias do século XIX, e já foram totalmente modificadas na Europa, agora pelo processo de Bolonha com alguns equívocos, mas algumas coisas positivas e nós continuamos com esse mesmo modelo. Então, totalmente ultrapassada essa atual arquitetura acadêmica, não esta ligado aos nossos interesses atuais.

Um acesso limitado. Hoje só 10% da juventude brasileira têm acesso à educação superior é um número vergonhoso, não se você foi comparar com os países desenvolvidos, com os países considerados ricos, mas se você for comparar com os países aqui da América Latina, com Argentina, com Chile, com Cuba é um número vergonhoso o número que nós temos hoje, só 10% dos jovens chegarem a educação superior, aproximadamente isso.

Uma expansão do Ensino Superior que foi feita com um certo volume nesse último período, muitas vezes não conectada com as demandas regionais e as demandas sociais do País. Então, nós formamos hoje muitos, inúmeros cursos de Direito, de Administração e esses cursos, muitas vezes, não estão vinculados com as demandas que nós temos nas regiões ou no próprio País. Então, essa expansão desvinculada dos interesses do País.

Uma forma de seleção - e é essa que eu vou me aprofundar um pouco mais - extremamente equivocada e traumática. Essa atual forma de seleção que nós temos hoje; ela força uma escolha prematura da juventude, pela sua vocação profissional, o que cria o que aumenta muito o índice de evasão. A pessoa, muitas vezes, com 16, com 17 anos é obrigada a escolher a profissão que ela vai seguir.

Hoje, tanto na Europa, através do Processo de Bolonha da União Européia, como no próprio Estados Unidos, ou como em outros países da América Latina, esse processo não é imediato. A pessoa entrar na educação superior, para ter o acesso a uma formação mais ampla e depois disso escolhe a sua vocação profissional, com um processo de maior aprofundamento, de debate, de reflexão. E hoje no Brasil, nós temos esse modelo, que é um modelo ultrapassado, da pessoa ter que escolher a sua vocação profissional com 16 e com 17 anos.

Nós sabemos que o índice de evasão, muitas vezes é alto por isso, mas também nós sabemos que muitos jovens acabam sendo pressionados pela família, pelo mercado de trabalho, pela sociedade como um todo e, acabam concluindo aquele curso, mesmo percebendo não tem nenhuma vocação para aquela

matéria e para aquela profissão. Então o primeiro problema da atual forma de seleção.

O vestibular que é a principal forma de seleção é um teste de memorização. Se nós fizermos um teste aqui e colocarmos os professores que estão aqui, diversos doutores, PHDS para prestar o vestibular nas universidades públicas nos cursos mais concorridos, dificilmente alguém conseguirá passar no vestibular, hoje atualmente, senão fizer um cursinho preparatório, senão estudar os diversos os testes, as diversas questões que estão nos programas vestibulares.

Então, o vestibular acaba não avaliando a capacidade de raciocínio, de criatividade, desperdiçando inúmeros e milhares de talentos que nós temos pelo Brasil afora, que são barrados no vestibular e que acabam abandonando o sonho de se profissionalizar, de ter acesso a um Ensino Superior, de ser um pesquisador, de ser um professor. E, portanto, é um processo de seleção totalmente elitista. É uma seleção mesmo de renda, principalmente, nas universidades públicas e nesses cursos mais concorridos.

Isso eu não estou dizendo que a universidade pública, hoje, é somente restrita às pessoas com quantidade de renda, bom nível social, lógico que tem muita gente que consegue superar tudo isso, mas é realmente uma barreira muito grande a barreira do vestibular. Então, uma forma de seleção extremamente viciada e ultrapassada.

Eu acho que nós devemos, assim, todas as propostas que vêm para tentar encontrar uma alternativa ao vestibular devem ser aplaudidas uma mais e outras menos, como eu vou chegar aqui a essas propostas que são sendo discutidas. Mas realmente à luta contra essa forma de seleção precisa ser pauta dos movimentos educacionais, dos professores, do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação, da Câmara, do Senado, porque realmente ela está totalmente ultrapassada.

Aí nós temos algumas propostas em curso. Nós temos o PL 7200, que é o PL da Reforma Universitária, que têm alguns elementos positivos, cria o marco regulatório para a educação superior, aumenta a democracia nas instituições, limita a presença do capital estrangeiro na Educação Brasileira, o que é uma questão importante. Muitas instituições estão sendo vendidas e isso na minha opinião, fere a autonomia, a soberania do País, então ter um limitador para isso, impõe a criação de pelo menos um terço dos cursos noturnos nas universidades públicas, o que também é uma vitória, porque hoje muitas universidades ficam com o espaço ocioso no período noturno.

E existe sim, uma resistência por parte de alguns setores na academia de criação de cursos noturnos.

E a gente precisa enfrentar isso, porque é o curso noturno que pode realmente popularizar e democratizar a universidade. Então a proposta traz isso, mas essa proposta 7200 tem diversas ausências. Eu não discuto a questão do conteúdo como, eu já disse aqui, a questão do programa dos compromissos, então, não mexe nessa estrutura curricular, nessa arquitetura curricular ultrapassada, isso é ignorado. E, ela também não questiona a questão da seleção e do acesso. A proposta não fala em novas formas de seleção e acesso à educação superior, então, esses limites precisam ser enfrentados na discussão da proposta que veio do Governo Federal, que é a 7200.

Uma segunda proposta que também está no Congresso é da reserva de vagas. Eu quero aqui reforçar as diversas contribuições de elogiar e defender a ideia da reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, eu acho que é uma ideia importante. Tanto em melhorar... Não democratiza como o próprio Senador Cristovam Buarque disse, você só vai democratizar o acesso quando você universalizar a educação média no País, mas você dá um passo no sentido de fortalecer a escola pública. E realmente, essa medida pode aumentar o poder reivindicatório da escola pública.

Porque a escola pública foi abandonada pela classe média. E ela hoje, tem muitas vezes, dificuldades ser... A defesa da escola pública foi esvaziada, a partir do momento que a classe média optou pela educação privada. Quero dizer mais. O vestibular - acabei esquecendo desse elemento. O vestibular impacta nos conteúdos da educação média. E vicia os programas da educação média. Certo? Porque a educação média, principalmente a privada, fica totalmente vinculada às provas que vão ser feitas no final, no acesso à educação superior.

E isso vicia os programas, isso traz diversas limitações. Acaba inclusive mudando e desvirtuando o papel da educação média, que é ampliar a formação trazer elementos mais reflexivos para o estudante que sai da educação fundamental. Então, por isso que talvez não seja um exagero, o vestibular realmente é uma farsa hoje e precisa ser, isso precisa ser enfrentado. Certo?

Então, a reserva de vagas já disse: Nós defendemos a reserva de vagas. Existe uma proposta que está sendo discutida nos marcos na autonomia da universidade, que é a universidade nova, que foi discutida agora, em Audiência Pública na Comissão de Educação da Câmara e que está sendo discutida, principalmente por alguns reitores, professores e estudantes de universidades federais; Universidade Federal da Bahia, a Universidade aqui a UNB, a UFRJ e outras instituições e, que precisa ser aprofundada e discutida, mas

traz algumas questões interessantes, porque ela toca na questão dos conteúdos e dos programas, possibilita uma formação mais ampla nos primeiros anos e possibilita também que essa escolha prematura, pela vocação profissional, seja feita depois desses primeiros anos. Que seria de certa forma retomar o que foi discutido na formação da UNB, pelo Anísio Teixeira e por tantos outros professores-educadores, de você ter uma formação mais ampla no início e, depois, uma especialização maior.

Isso que eu estou dizendo de maneira resumida, porque isso pode alargar dar um alargamento da amplitude das bases de estudo, flexibilização curricular, integração de conteúdo e o adiamento das escolhas profissionais. Então, é uma proposta que está sendo discutida e que a UNE está envolvida na discussão dessa proposta, que inclusive, no caso das federais não precisa, necessariamente, passar pelo Congresso Nacional. A própria universidade tem autonomia para discutir isso--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, porque as duas universidades a federal e a privada, são iguais perante a Constituição e você diz que a federal não precisa passar e a privada tem que passar? Por que isso, Presidente?

SR. GUSTAVO LEMOS PETTA: Não, não. No caso desse currículo mínimo que seria anterior a escolha profissional, isso está dentro da proposta 7200, que está sendo discutida no Congresso Nacional, a opção das instituições adotarem um, vamos dizer assim, o que a gente costuma dizer de ciclo básico da educação--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vai ser uma PEC, então, porque tem que mudar a Constituição--

SR. GUSTAVO LEMOS PETTA: Não é o PL 7200, eu acho não tem necessidade de mudar a Constituição.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Você vai pegar duas universidades iguais, vai dizer que uma pode isso a outra não pode, você acaba dando assim --

SR. GUSTAVO LEMOS PETTA: Não, as universidades privadas, também, poderiam adotar essa discussão, certo?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ah, está bom. Está bom.

SR. GUSTAVO LEMOS PETTA: Eu, pelo menos, eu acho que não teria nenhum tipo de problema. É o que está sendo discutido, também, nas universidades públicas. É que a proposta universidade nova, está sendo discutida hoje por universidade federais, isso a

PUC, por exemplo, de São Paulo, começou também a discutir a possibilidade adotar a universidade nova. Mas eu acho que isso está aberto a diversas instituições. Pode falar.

SRA. IGUATEMY MARTINS: Só a título de contribuição, o que o Gustavo se refere é basicamente em relação ao Decreto 6096, que trata do projeto de reestruturação da IFS. E onde está previsto aqui, no artigo 2º inciso III, “a revisão da estrutura acadêmica com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologia de ensino e aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade”.

Então, isso é uma possibilidade que já está implícita aqui e que se restringe as federais, dentro desse Decreto e dentro desse plano de expansão e de reorganização da estrutura curricular das IFS. É nesse sentido. Eu estou entendendo eu, que está dentro do conjunto da universidade nova.

SR. GUSTAVO LEMOS PETTA: Está bom, então, só para ir concluindo, também. Então, a proposta universidade nova, eu considero ela interessante e precisa ser aprofundado o debate, talvez, até objeto de debate aqui na Comissão de Educação do Senado, seria interessante, porque é uma iniciativa de várias instituições.

Em relação aos projetos que estão sendo discutidos aqui na Comissão, o PL 065. Eu realmente, a UNE realmente não discutiu essa possibilidade, a possibilidade de vincular a seleção a sorteio. Eu acho que a gente realmente precisa pautar isso dentro da UNE, essa forma de seleção. Eu realmente não sei, se ela seria... Acho que seria até um pouco mais democrático da forma atual, mas talvez não seja o caminho mesmo a ser adotado. Mas isso realmente eu estou dando uma opinião, ainda pouco baseada em discussões mais aprofundadas, dentro da entidade que eu estou representando aqui.

Em relação ao PL 116, nós acompanhamos, esse já é um projeto já discutido nas universidades e realmente é muito interessante, você ter uma forma de seleção alternativa através da avaliação seriada, porque ela também combate, ainda com limitações, mas essa indústria de cursinhos que foram criadas no País; ela é uma avaliação mais qualificada, porque ela avalia todo o período que o estudante está no ensino médio e ele não fica restrito a uma prova de seleção depois de formado. Então, a avaliação seriada e, além de outros elementos que a avaliação seriada traz.

Então, a UNB já adota como parte da sua seleção a avaliação seriada e, eu considero importante que as diversas universidades possam adotar essa mesma medida, essa mesma forma. Então, para terminar, o que eu gostaria assim de dizer, que nós estamos mui-

to longe de uma medida aprovada no Plano Nacional de Educação, que é atingir 30% dos jovens de 18 a 24 anos, em 2001.

Esse é um dos pontos do plano que foi aprovado no Congresso, sancionado pela Presidência da República, nós precisamos enfrentar essa questão. Acredito eu que ampliando a educação superior, aumentando o número de instituições federais de ensino superior e democratizando o acesso a essas instituições. Agora, essa democratização só realmente vai acontecer de fato e de maneira aprofundada, com a universalização da educação básica (soa a campainha), com a ampliação de recursos para educação básica.

Quando a gente vai poder chegar a um momento que o estudante da educação básica pública, tenha a mesma oportunidade e a mesma chance que o estudante da educação privada. Então, esse investimento é necessário e fundamental, mas enquanto isso é muito importante que nós possamos estar experimentando novas formas de seleção e tentando impedir que o que vestibular seja - como é hoje pelos números mostrados, acho que praticamente 90% ou mais de 90% dos estudantes que entram na universidade, entram através de vestibular, o que é uma barreira muito grande para democratização do acesso à educação superior no Brasil. Essa é atual forma de seleção. Então, seria isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Ok. Nós queremos agradecer a contribuição dos debatedores que trouxeram nesta importante reunião o Acesso para a Educação Brasileira.

Pela ordem, de direito de participar da palavra, nós temos os autores dos requerimentos, Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senhor Presidente, primeiro eu quero dizer da satisfação de que tenhamos um debate desse nível aqui, que nós vamos, como eu disse, resumir e distribuir para todos os Senadores. Eu quero falar primeiro de autonomia, depois democratização e, depois da proposta que eu faço.

Primeiro eu insisto autonomia não é autismo a universidade tem que ser autônoma dialogando com a sociedade. Mais que isso, ela é autônoma para os seus cursos, mas ela não é autônoma para a sociedade. Até o de vagas ela não deve ter autonomia plena tem a ver com que a sociedade precisa; até os cursos que ela vai dar tem a ver com as exigências que a sociedade - eu estou falando das que são públicas; das que são particulares, elas têm que ter toda a liberdade que o mercados oferece para o estudante, desde que não traia nenhum dos princípios nacionais.

O curso tem que ser em português, a História do Brasil tem que ser escrita não de acordo como ela é

desenhada lá fora. Então, a gente não pode imaginar que a universidade tenha autonomia para decidir como escolhe seus alunos, porque imagine se uma universidade se diz dar prioridade aos filhos dos professores ou aos filhos dos servidores é possível, perfeitamente possível que isso aconteça no Brasil de hoje, se não houver uma lei que diga que isso não é permitido.

Então, eu acho que o critério de seleção tem que ter normas fora da universidade. O que o Estado não pode ser meter é o conteúdo do curso, da disciplina, é a liberdades da cátedra, essa tem que ser absoluta autonomia.

Segundo. Democratização. Do jeito que eu digo não confundir autonomia com autismo, não podemos confundir democracia com corporativismo. Então o ingresso não pode ser de acordo com os interesses dos que terminam o ensino médio e hoje, quando a gente fala em aumentar as vagas é isso. E aí, gente joga fora uma porção de instrumentos necessários para a verdadeira democratização.

Democratização da universidade Senador Geraldo Mesquita é cada criança e jovem brasileiro, ter a mesma chance de disputar a vaga e os mais talentosos, os mais persistentes, os mais vocacionados à atividade acadêmica entrarão; os outros não entrarão por falta de talento ou de persistência ou de vocação. O problema é que hoje não é assim. Hoje só tem direito a disputar as vaga os que tiveram mais dinheiro para pagar uma boa escola.

Para que a gente tenha a democratização que respeite o talento, a gente precisa que haja igualdade de oportunidade na educação de base e hoje não tem. Para vocês terem uma idéia, nós temos quatro milhões e oitocentos entrando na primeira série. Nós temos um milhão e oitocentos terminando o segundo grau, agora desses, o que é mais grave? É que um milhão e quinhentos saem... 81% dos que entram no ensino médio conclui o ensino médio, 81% nas particulares e só 45%, dos que entram na escola pública no segundo grau terminam o ensino médio.

Então aí, a gente já eliminou mais da metade dos alunos da escola pública da chance de fazer vestibular, do direito de fazer vestibular porque não terminaram o ensino médio. Democratização é fazer com que 100% terminem o ensino médio, obviamente 100% é um ideal inatingível, porque tem abandono mesmo da escola por razões outras, tem falecimento até de jovem, mas tem que se aproximar como a Coréia chega hoje, se não me engano a [soa a campainha], terminando o 98% segundo grau.

Democratização é todos terminarem o ensino médio, não é todos entrarem na universidade. A universidade todos entraram depois que terminam o en-

sino médio é a democratização do grupo, nobre dos que terminam o ensino médio. Eu insisto democratizar a universidade é garantir que todos tenham acesso a disputar a vaga, com a mesma chance durante a sua formação.

Hoje não tem a menor chance, porque não termina o segundo grau e porque quando terminam é com qualidades diferentes, não por causa do talento, mas por causa do pai e a mãe poderem pagar uma boa escola. Aí falando de autonomia e democratização eu quero falar dos dois programas.

O sorteio não é um absurdo ser proposto como alguns olham por aí, de jeito nenhum, Senador Sibá, mantenha assim mesmo. Agora, é o reconhecimento da falência da Educação. O sorteio é o reconhecimento da falência. O sorteio para entrar na universidade, é a mesma coisa que permitir a aprovação automática na educação de base.

A gente aceitou tanto a falência que a gente aceita a promoção automática, todo aluno passa sem passar. A mesma coisa é: Como não dá para todos na universidade é escolher por sorteio. Agora, comparando o sorteio com a situação atual eu não vejo grandes diferenças, mas é o reconhecimento da falência do exame de seleção, da falência da Educação como um instrumento de democratização. No Brasil a falência é o instrumento de concentração não é de democratização, senão tivesse escola para ninguém o Brasil era muito pior, mas mais democrático, porque a escola fabrica desigualdade ela não reduz desigualdade.

O cérebro é igualzinho do pobre e do rico até sair da maternidade. A partir daí, começa a se diferenciar os cérebros por causa dos brinquedinhos que o pai dá porque tem dinheiro, o outro não dá. Pela alimentação que uma família dá e a outra não dá e aí, deslancha a desigualdade a partir da escola.

Então, eu acho que a gente tem que mudar o vestibular e tem que a partir daí, ter um sistema melhor de seleção. Eu defendo já enquanto a gente não faz a revolução na educação de base que o critério seja esse, do exame no segundo grau. Uma das vantagens é que o aluno que não pensa em entrar na universidade por causa pobreza, mas que já chegou à primeira série do segundo grau, quando ele tem a chance de fazer uma prova no fim da primeira série, ele já não começa a vislumbrar a universidade. Isso é positivo e isso faz ele estudar mais.

Eu lembro que uma vez eu dei carona a um menino e aí, parei o carro, ele estava esperando, dei carona eu disse: “Como é que anda a escola?” Ele disse: “Tô ralando para danar”. Eu disse: “Por quê?” Ele disse: “Por causa do PAES”. A partir do PAES os alunos começaram a estudar mais. Além disso, eu acho que é

uma seleção que melhora a qualidade dos que entram na universidade, porque reduz muito, aliás, o conceito de sorte o que vestibular traz.

Ao você fazer três provas já não é mais uma questão só de sorte. E, você fazer as provas sobre o que ensina naquelas séries já obriga você a estudar o que entra naquelas séries. Agora, tem que cuidar como disse o Petta, para que não fique atrelado o curso secundário às universidades. Aí a gente tem que intervir também nas universidades, para definir que tipo de prova faz. Não pode ser um critério só da universidade. A autonomia tem que esbarrar em certos pontos.

Autonomia é do exercício da atividade acadêmica em si. Não é nem para escolher quem entra, nem para escolher como é que saí ou em que curso sai. Aí eu entro na minha polêmica que a gente tem que dividir as universidades, não apenas em estatais e particulares, mas dividir os cursos entre aqueles de interesse privado do aluno e do professor e, de interesse público do aluno do professor e da sociedade.

Formar Professor hoje para o segundo grau é de interesse público, mesmo na numa universidade particular. O ideal é que fosse na Universidade do Estado, mas se a universidade do Estado não é capaz de forma os 400 mil professores que a gente precisa em Química, Biologia, Matemática e Física, que vão para a universidade particular que felizmente existe, senão era pior, desde que seja de qualidade, também na estatal desde que seja de qualidade.

Se é de qualidade uma particular e vai formar professor para o segundo grau, eu acho que a gente deve considerar isso um curso de interesse público e eu defendo que tenha bolsa plena para estudar. Como tem pleno os alunos da Academia Militar, os alunos do Instituto Rio Branco, porque o Brasil precisa de militar e diplomatas, mas precisa também de médicos, de professores, sobretudo hoje.

E aqueles cursos que não são de interesse público, por exemplo, está sobrando do mercado uma profissão. Eu não vejo por que o povo pagar, para que a gente tenha esse curso numa universidade estatal. Se é puramente do interesse privado o curso, eu não vejo por que o povo deva pagar. Salvo, se tiver dinheiro sobrando nos cofres do Governo aí, eu acho que todo curso é de interesse público, mas quando tem que escolher entre um outro e outro... E hoje nas estatais tem curso de interesse puramente privado, não só pelo conteúdo, mas pelo profissional que vai ser formado e vai sobrar ou começa a acontecer, a gente formar para ir trabalhar no exterior.

Como eu digo, eu não vejo do interesse público formar um economista para trabalhar no FMI, para atrapalhar a vida da gente. E hoje o povo está pagan-

do para formar economistas, que alguns deles Inácio, vão trabalhar no Fundo Monetário para obrigar a gente a cumprir aquelas coisas. Esse é o interesse privado, porque vai ganhar bem lá ou do interesse do FMI, que paguem um curso de Pós-Graduação, depois que os nossos economistas estudem.

E eu vou para o último ponto e termino. É a necessidade da reforma universitário. A gente está fugindo de que esse País não precisa mais apenas mudar a Administração, precisa mudar o conceito de universidade é mais forte. O século XXI vai exigir a mudança do conceito de universidade. E aí, eu não vou entrar em detalhes porque vai levar muito tempo, eu acho que é uma audiência que a gente tem que fazer.

Depois do conceito tem que mudar a estrutura da universidade, conteúdo. Hoje a gente não está fazendo isso. E aí, eu faço uma cobrança: é raro a reforma universitária que saía de quem tem mais de trinta anos. A reforma universitária só acontece quando a estudantada se mobiliza. E eu não vejo a mobilização hoje, sinceramente, da estudantada para exigir que esse País faça a sua revolução universitária. Sinceramente, eu acho que ou vocês se mobilizam para isso, não sai. Não de Ministro. Ministro pode propor como eu propus, escrevi um livro sobre isso “A refundação da Universidade”, mas não faz por que não tem poder para fazer.

E eu não vejo professor querendo fazer reforma universitária, estão muito acomodadinhos, confortáveis. Aliás, eu... Hoje é dia de meu curso, amanhã. Estou lá dando o meu cursinho na universidade, mas não estou fazendo a revolução que precisa. Então eu acho Petta, que a UNE precisa de fato revolucionar-se, para revolucionar o ensino e a através disso revolucionar o Brasil.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um aparte, Senador Cristovam?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Diga.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Ex^a., já começou revolução. Fala que não começou, mas já começou uma revolução.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas vai ficar só intelectual se a UNE não apoiar ou fizer outra diferente que pode ser o caminho.

Eu quero então concluir dizendo que acho que a proposta do Senador Sibá, tem um conteúdo importante. Não recuso essa idéia de sorteio apenas porque é sorteio, mas reconheço que é um ajuste reconhecendo o fracasso da nossa educação de base, em que para democratizar invés de botar todos em escola de qualidade, a gente sorteia vagas entre os poucos que terminam o segundo grau.

É uma falência da democracia e é uma da educação, porque a gente diz: é tudo tão igual os que terminam o segundo grau, todos são tão ruins que a gente pode escolher pelo sorteio, que não vai diferença na hora de cursar a universidade. E o pior é o que Sibá tem muito de razão, a diferença é pequena, tem diferença, mas é pequena. E eu defendo que enquanto não se faz a verdadeira revolução da universidade e aí o vestibular pode até voltar como critério, a gente faça esse sistema do PAES, das provas seriadas para escolher os alunos.

É isso, Sr. Presidente, que eu tinha que falar, parabenizando cada uma das falas e agradecendo que tenham aceito vir a essa audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Senador Geraldo Mesquita Júnior, Relator das propostas 065/2005 e 116/2006. Com a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senador Wilson. Eu quero cumprimentar os nossos convidados, as nossas convidadas.

De fato, estava aqui muito atento a exposição das senhoras e dos senhores, pela responsabilidade que me cabe de relatar ambos os projetos. Afinal eles estão reunidos. E ouvindo também como é de praxe nessa Casa, com muita atenção e com muito respeito a manifestação do Senador Buarque, que é uma autoridade, que é uma referência nessa Casa quando se trata de Educação.

E me atendo especialmente à formulação do conceito que, para o Senador Buarque o da autonomia das universidades. É algo também não que me preocupe, mas que chama a atenção. Eu diria Senador Buarque, eu apenas substituiria a expressão que V. Ex^a, usou: O autismo. Na verdade, não se trata de autismo, mas é de isolamento.

A autonomia não pode significar isolamento da universidade da sociedade, eu diria sem qualquer propósito de atingir ou ofender, mas eu diria que seguramente há instituições, eu diria até federais de ensino superior no País, que se a gente pudesse imaginar Senador Buarque, uma forma de extrair o conjunto aquela instituição, até fisicamente do seu lugar e transportar para outro. Têm algumas instituições, que a sociedade passaria alguém tempo para perceber a sua ausência.

Então isso configura claramente que há uma... Atrás do conceito de autonomia, por vezes, o que a gente tem que perceber é um certo isolamento mesmo. Que a universidade federal do meu Estado, por exemplo, como é que se pode falar em autonomia, quando ela por vezes não consegue pagar a conta de

luz? Não é? Tem dificuldade para pagar sua conta de luz. Que autonomia é essa?

Então, eu creio que eu me vinculo e me filio ao conceito formulado pelo Senador Buarque, de que a autonomia tem que ser de fato na questão própria da universidade, pedagógica. Mas a sociedade tem que sim, o direito e o dever de compartilhar com a universidade, com a instituição de ensino. Fora essa área, a sociedade tem o direito e o dever de compartilhar com a universidade, acerca da definição de várias questões, dentre elas, essa mesmo do acesso. Do acesso.

O Gustavo, hoje me contemplou com uma [soa a campainha] Quando o Gustavo disse que claro, que sem qualquer propósito eu diria até que todos nós aqui, Gustavo, se sentássemos novamente numa banca de vestibular, dificilmente algum aqui passaria por que não existe hoje... Hoje vestibular é isso mesmo. É uma coisa mecânica, é uma coisa... Não se avalia o conhecimento, não se avalia o acumulado das pessoas. É uma loteria. É um sorteio. É quase o que o Senador Sibá realmente está propondo. É quase um sorteio. A senta ali e pá, pá, pá. E é um sorteio isso. Não se mede, não se avalia.

A Professora Iguatemi, disse que o vestibular é uma instituição é de fato. Uma instituição, professora, me desculpe a sinceridade, mas quase falida. Quase falida como algumas instituições nesse País, que a gente tem que substituir mesmo e não se pode considerar, não se pode admitir que a educação avance no sentido de universalização, da democratização, se não estivermos abertos a perspectivas de mudanças e até de substituição de algumas instituições como o próprio vestibular.

O PAES da Universidade de Brasília e algumas experiências já em prática no nosso País, me lembram há muitos anos atrás, eu acho o que PAES não é... A Universidade de Brasília por sinal é pioneira mais uma vez, nesse propósito, nessa tentativa, mas já foi pioneira em certa época Professor Erasto, o senhor deve lembrar.

A Universidade de Brasília aqui já teve uma escola de ensino médio, Centro Integrado de Ensino Médio. Eu fui com muita honra, aluno do CIE, aqui nós temos outros colegas que foram também. Se não me engano, o Mercadante, o Collor foi aluno também do CIE. O propósito, a formulação inicial do CIE, era basicamente essa. Era uma escola que primava pela excelência eu sou testemunha disso. E o propósito inicial era de que os alunos do CIE, dependendo de uma avaliação positiva nos três anos do Científico, na época que a gente fazia, ingressasse automaticamente na Universidade de Brasília.

Isso foi por terra, eu acho que logo no início no nascedouro. Isso não vingou, mas o propósito era esse. Então é uma experiência mais pioneira ainda da Universidade de Brasília, que inovou com o PAES, está sempre na vanguarda dos acontecimentos, no que diz preceitos as tentativas de avanço e de reformulação no processo educacional do ensino superior no País.

Eu dizendo isso, logicamente eu estou assimilando com muito mais facilidade, a proposição contida no projeto do Senador Cristovam Buarque, que admite, que enxerga com muita clareza, o processo de avaliação seriada, na escola de ensino médio. Eu por ora me vinculo com muito mais facilidade a proposição. Repito aquilo que disse o Senador Buarque, eu acho o que mérito da proposta do Senador Sibá, foi de também provocar o assunto, o debate sobre a questão, sobre o assunto, tem os seus méritos, mas tem esse aspecto. Eu digo com toda a franqueza tem esse aspecto, de certa forma ela não se distingue.

Uma proposta para substituir algo já existente e que de certa forma, se equipara ao que já existe o próprio vestibular. E, se você adota o sorteio é quase a mesma coisa. Então não estaríamos avançando em absolutamente nada, no sentido de recuperarmos tempo espaço, nessa encaminhada. Mas de qualquer sorte eu quero, inclusive, como Relator das matérias, eu quero inclusive agradecer a oportunidade de ouvi-los e ouvi com muita atenção, porque essas informações são preciosas. Para quem tem a responsabilidade de relatar uma matéria de tal grandeza e tão importante como essa.

Eu quero de fato dizer que aprecie com muita atenção tudo daquilo que vocês trouxeram como bagagem de experiência e vou procurar, logicamente, que socializando ainda mais - eu acho que outras audiências dessas inclusive deveriam ocorrer. Mas vou procurar socializar ainda mais com os colegas da Casa, no sentido de que a gente apresente um relatório que possa trazer e possa contribuir para o avanço nessa questão tão de difícil trato, que é o ingresso nas universidades, sem falar no que a gente tem para trás.

O conceito de democratização no ensino também Senador Buarque, o senhor nos... Apesar da gente esperar sempre alguma coisa interessante, o senhor nos surpreende com algo mais avançado ainda do que a gente ouviu ontem de sua parte. Eu também me filio a esse seu conceito de democratização do ensino, de modo que foi proveitosa, foi absolutamente útil, possam voltar as suas instituições com esse sentimento de que contribuíram decisivamente para o enriquecimento do debate nessa Casa, nessa matéria e deram uma valiosa contribuição hoje com as suas exposições e com as suas participações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Obrigado, Senador. Está havendo uma convocação para uma sessão do Congresso, então eu vou pedir brevidade aos demais inscritos. Primeiro, com direito ao Senador Sibá Machado, por ser autor da proposta, depois Senador Wellington e por fim, eu também sou inscrito para falar um pouco, para poderemos estar encerrando esse debate.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, eu vou até evitar muitos comentários. Eu querer ir direto aos pontos que eu considero assim, do que eu pude pescar de tudo que nós conversamos aqui hoje.

O primeiro deles. Eu acho que, agora, eu pude entender melhor projeto do Senador Cristovam e digo para V.Exª com toda segurança e ao Relator, acho que os dois se somam. Primeiro ponto de partida meu é que os dois se somam por quê? Porque quando eu proponho lá uma única prova, eu não tinha segurança se era uma única prova - eu não tinha segurança sobre isso.

Acredito que ele ao fazer um acompanhamento gradual ao longo do curso do segundo grau completo, isto realmente, elimina qualquer possibilidade de que você transferir a sorte do vestibular para a sorte da prova do segundo grau, evita o problema de sorte. Então é um problema de desempenho mesmo, então nesse ponto, eu estou fechadíssimo.

Segundo. Quando o sorteio continua sendo necessário por duas razões. Primeiro. O número de vagas. Nós vemos ter ainda dos cinco milhões de concorrentes do último vestibular, para dois milhões e quinhentas mil oportunidades. Então, inevitavelmente o Brasil precisaria de cento e vinte bilhões de reais para poder atender, simultaneamente, os cinco milhões de pretendentes, coisa que para já não é possível. Então, precisa ainda do sorteio para isto.

A segunda questão do sorteio. É que na proposta de uma avaliação entre a sua universidade e a sua região imediatamente abrangida ela culmina muito bem Senador Geraldo, mas quando um aluno... É prova nacional, o concurso é nacional. Pense um aluno do Estado do Acre, querendo fazer um curso que só existe no Rio de Janeiro? Inevitavelmente ele vai para um sorteio baseado na prova de avaliação seriada do seu segundo grau, ele quer fazer Física Aeroespacial. No Acre não tem isso e não vai ter nos próximos trinta anos, penso eu.

Então, para um aluno do meu Estado poder também fazer um curso importante para o nosso País, tem esse direito, só tem um jeito, no meu entendimento: A adaptação do seu segundo grau, mais um sorteio com os milhares dos concorrentes que vão ter do Rio

de Janeiro, de São Paulo e de outros Estados. Então, inevitavelmente, a proposta do Senador Cristovam, eu acho que ela casa perfeitamente bem para a área imediatamente atingida pela universidade.

O problema das universidades periféricas, que eu considero que é a qualidade e o renome das outras. Qualquer aluno que fez um curso qualquer numa USP, já sai de lá “eu sou da USP”; qualquer aluno que faz um curso qualquer na UNB, já sai de lá dizendo “eu sou da UNB”. Agora, um aluno qualquer que sai de um Estado qualquer, para ir fazer um curso qualquer no meu Estado, é um problema. E vide agora o Curso de Medicina.

O Curso de Medicina de cada turma de trinta, meu companheiro Gustavo, a maior turma foi cinco de acrianos, de trinta, que entra a maior turma foi cinco de acrianos. Então o Curso de Medicina está servindo para o resto do Brasil e não para nós, numa luta danada que foi feita lá para poder ter doutores da área de medicina no nosso Estado. Então, eu considero neste momento, como o concurso é nacional, inevitavelmente a soma das duas idéias, para poder digamos assim, nivelar minimamente a possibilidade de um aluno de qualquer Estado Brasileiro disputar oportunidades em qualquer curso, em qualquer universidade, em qualquer Estado do País.

É por isso que ainda acho que precisamos do sorteio.

SR. PRESIDENTE SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Senador Wellington, com a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, em exercício Senador Wilson, e demais componentes da mesa, senhora professora, senhora Regina, todos os presentes. Senador Cristovam, demais Senadores.

Eu queria primeiramente cumprimentar o Presidente da UNE, pelo resgate da história da UNE com a ocupação do prédio no Rio de Janeiro, que realmente a UNE estava há muito tempo sem praticar algum ato que resgatasse a sua história. Eu já soube inclusive que a decisão judicial foi a favor da UNE e ela, agora, está no seu prédio histórico tentando resgatar suas origens. Então, está de parabéns por esse momento o Presidente e sua equipe. Não foi à toa que o presidente foi reeleito. É o primeiro presidente reeleito da UNE.

Mas eu queria, nesse debate que aconteceu nessa exposição de motivos eu anotei uma série de manifestações. Como a minha origem é na iniciativa privada, quer dizer, eu vou tentar, não colocar esse debate aqui porque não é esse o objetivo, mas que eu fico com uma vontade danada eu fico.

Fico quando é colocada de que o ProUni, na verdade, está dando dinheiro para iniciativa privada.

Eu discordo. Eu acho que é uma idéia maravilhosa do Ministro, eu sempre falo isso pra ele, foi a grande sacada do Ministro, onde ele consegue, na verdade, investir em alunos que não teriam de condições estudar numa iniciativa privada e a universidade pública não tinha condições de oferecer vaga. Então, na verdade, ele está investindo no aluno, o dinheiro é para aquele aluno que foi uma coisa realmente maravilhosa.

A questão do sorteio Senador Sibá, eu sou totalmente contra, mas eu entendi o que V.Ex^a, agora, ao expor, eu entendi o que V.Ex^a, quer. Realmente concordo, quando tem uma universidade, um Curso de Medicina lá no seu Estado, vai um monte de gente do Brasil vai tentar ser médico lá e, depois, transferir e voltar para cidade e dar consulta e não vai ficar lá, entendi.

Eu conversava com o Relator, eu acho que temos soluções para isso: Limitar vagas regionais, não sei como vai fazer isso, porque tem que existir a democracia e o direito de todos iguais, então, é difícil como vai regulamentar isso, eu não sei como. V.Ex^a, junto com o Relator tem que encontrar uma solução, para que o seu Estado tenha o crescimento auto-sustentável cultural e educacional, digamos assim, na área da medicina também.

Senador Cristovam ao apoiar a questão do sorteio mais uma vez, me deixa certo de que V.Ex^a, sempre além de ser um progressista é anarquista que na verdade, provoca e sempre tem uma razão para aquela que não poder ser o sorteio jamais e, V.Ex^a consegue justificar isso. Então, me surpreende mais uma vez.

As questões colocadas eu fico muito preocupado, acho o que MEC teria que ter na SESU, não sei como vai fazer o Ministro, talvez, procurasse uma indicação, a Secretaria de Ensino Superior para Escolas Públicas e Secretaria de Ensino Superior para Escolas Privadas, as duas juntas são situações diferenciadas. Eu vejo que não dá para fazer a mesma coisa, sabe por que não dá? Porque ao autorizar um curso na iniciativa privada, existe uma série de necessidades que devem ser cumpridas. Ao autorizar na questão pública vai se ver a necessidade local e abre o curso e, depois, vai se colocar as necessidades de utensílios, de laboratório, de professor de tudo o mais.

Então a gente precisa acabar com esse essa hipocrisia, eu acho que a gente tem que ter é o seguinte: “Está bom aqui é um caso e aqui é outro caso. A privada vai cumprir isso e a pública vai cumprir isso”. Eu tenho certeza, que a universidade privada vai se sujeitar ao que o MEC vai criar, eu tenho certeza disso, que o MEC cria [inaudível] A questão do vestibular em si, realmente eu concordo que também é uma vergonha [soa a campainha], se tem vestibular por computador, se tem vestibular na hora, vestibular marcado,

tudo para justificar a entrada do aluno na universidade privada que hoje tem mais vagas do que candidato a verdade é essa.

O vestibular foi criado por quê? Porque muita gente queria ir para o ensino superior e não se tinha vaga todo mundo, então criou-se o vestibular. Hoje, o vestibular ou alguma maneira de avaliação tem que continuar para as universidades públicas, que tem mais gente procurando a vaga lá na universidade pública do que na privada. Agora, na privada tem que se encontrar uma solução ou não ter a solução, de que a universidade goze realmente do que o art. 207, da Constituição que: “Autonomia universitária”. O que é essa autonomia universitária?

De repente, quando nós estamos discutindo o que é autonomia universitária apareceu um nome lindo, que eu não sei qual que foi o Ministro que criou, acho que foi o Paulo Renato: “Que autonomia não é soberania”. E aí vira uma Filosofia, uma discussão: O que é autonomia e o que é soberania? Para mim o que é autonomia? Autonomia universitária foi dada na Constituição, para que não se viesse algum poder, dizer o que tem que ser ensinado, como que tem que ser ensinado, para quem tem que ser ensinado?

Isso é autonomia de você poder um grupo de pensadores, seja ela na pública ou na instituição privada, discutir como vai se ensinar, a quem vai ensinar e como vai se fazer? E ter a liberdade de se reunir em grupo, para ensinar o que quiser e discutir o que quiser. Agora, isso não acontece. Tivesse uma regra para ser reitor, eu com o meu cabelo, já teria uma regra para cortar o meu cabelo. Já teria feito a portaria ministerial para cortar o meu cabelo. Isso não acontece no Senado, aqui no Senado não tem isso. Então, o que existe portarias.

Outra coisa que eu acho absurdo só para o debate, eu já falei que eu não ia falar isso, mas eu fico com vontade de falar. Como é que você pode criar uma biblioteca falando: “A biblioteca para ser autorizada tem que ter dez livros para cada aluno”. Que dez livros! Quais são os livros que são consultados? Serão que serão aqueles dez? Qual é a pesquisa que se têm? Quantas pessoas vão querer o livro tal do autor tal? Qual é a rotatividade? Isso é que teria que ser visto. Não chegar lá e falar: “Dez livros por cada um”. Quer dizer são coisas que agredem a nossa inteligência, Senador Cristovam. Agride e nós temos que nos submeter, isso que me irrita tremendamente.

Quando eu vejo minha mãe, a minha mãezinha que começou com o jardim de infância, primeiro grau, fez tudo. Aí passamos pela prova de admissão, não lembra disso? Que eu sou bem mais novo que V. Ex^a, lembra? Admissão. Não, não fiz, mas eu lembro, que

minha mãe quando tinha o coleginho, falou: “Agora, nós fazemos provas de admissão”. Aí o colégio fez a prova de admissão, que é o vestibular que nós estamos querendo acabar agora, naquela época e nós fizemos admissão eu me lembrei disso agora.

Então, eu já vi tudo que o senhor pode imaginar, Senador Mesquita, todo tipo de Ministro, Ministro jovem, Ministro velho, Ministro da área privada, Ministro da área pública, agora vai caminhando. Eu vejo no Ministro atual, um Ministro ousado, ousado e com o apoio do Presidente. Então, ele tem feito coisas, tem criado, agora, está criando muita avaliação, uma avaliação agora que foi bem colocado por um membro da mesa, que é a provinha né? Provinha para o garotinho, para já começar a avaliar se ele está crescendo ou não. Eu acho que a gente está gastando muito dinheiro em avaliação, vamos gastar dinheiro com salário de professor.

O que eu vejo Senador Cristovam é que a coisa é simples, não bota champignon em feijoada, porque não dá certo. A coisa é simplisinha (sic) o que é? Pagar bem ao professor, não é isso? Botar uma sala de aula onde o aluno tenha condições de estudar, botar o computador, ter a luz. Não adianta a gente falar que nós vamos levar computador para um monte de salas de aula quando não tem nem energia Senador Cristovam, V.Exª colocou outro dia, têm salas aula em escolas não tem energia.

Agora, uma coisa que nós estamos fazendo e o que Ministro e sua equipe está fazendo? Prestando atenção no ensino básico estamos indo... Ninguém constrói casa colocando a laje primeiro, Senador Mesquita. Antes todo mundo fazia a laje, uma cobertura bonita e escorava com o pau de manguê.

SR. PRESIDENTE SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Senador Wellington o tempo urge.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que coisa, está vendo? Mas é realmente nós estamos sendo chamados. Então, eu queria dizer o seguinte. Eu acho que o Conselho Nacional de Educação, por último só, que eu queria me manifestar, o Conselho perdeu, foram tirados os poderes do Conselho gradativamente.

O Conselho eu me lembro, que eu era garoto ia lá com a minha mãe era aquele debate maravilhoso, todo mundo calado escutando... Os Ministros foram tirando os poder do Conselho. Hoje o Conselho senta e fica discutindo o processo, criou... Acabou com aquela grande discussão nacional. Isso tinha que voltar, porque o Conselho está lá Constituição, está na Lei de Diretrizes e Bases. O Conselho tem que lutar pelo seu poder. Vá para Justiça e peça para não valer uma portaria que tira o poder do Conselho. Mas ninguém faz.

E aí nós vamos nos acomodando, Senador Mesquita, vamos nos que acomodando.

Então, Senador Wilson, V.Exª, que é da iniciativa privada poderia ter me dado mais tempo, mas V.Exª foi firme, democrático e falou que o meu tempo acabou. Muito obrigado, portanto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): O problema é a votação nominal, lá no Senado. Senador Inácio Arruda com a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, senhores convidados, senhoras e senhores Senadores, o debate é muito instigante, de fato nós precisaríamos de muito mais tempo. Eu digo assim, o centro seria a proposta de acesso, mas veja que nós terminamos - nos palestrantes que eu tive oportunidade ouvir, em função das idas e vindas das várias Comissões que tivemos que participar - entrando pela questão do Sistema Nacional de Educação.

Então nós criamos Senador Cristovam, o Sistema Nacional de Saúde, conseguimos alcançar o SUS, mas nós não conseguimos ainda, criar o Sistema Nacional de Educação, que pense que esteja com o projeto é o País. É o Brasil inteiro. Você chega na Alemanha, na Coreia, esses países todos tidos por nós como países desenvolvidos, que estabelecem graus elevados de formação do povo, de formação cultural, eles têm um sistema.

A Educação e a formação está ligada ao projeto de desenvolvimento do conjunto da sociedade. Não é essa disparidade. Cada Conselho Municipal, faz o que quer e bem entende. Cada Conselho Estadual faz o que quer e bem entende. E o Conselho Nacional, então, também faz o que quer e bem entende. Então, isso aí é uma confusão geral. Claro que nós temos que pensar: O Brasil não é a Alemanha, nem a França, é um País continental quase 200 milhões de habitantes, teve uma explosão demográfica em 36 anos nós dobramos a população, poucos países do mundo dobraram a população. A gente nunca analisa isso, a gente nunca imagina o que significa quase que dobrar a população num período de três décadas. É uma imensidão de gente que você colocou no seu País, dobrar a população. Em 70, noventa milhões em ação, 2000, cento e oitenta milhões de habitantes. É muita gente. Então, eu acho que nós temos que raciocinar sobre esse aspecto.

No problema do acesso, veja o que aconteceu com o ProUni em relação à população pobre da periferia das grandes cidades. Eu falo aqui de Fortaleza, a cidade que eu nasci, me crie e onde tenho assim, uma visão mais clara do que acontece no mundo é a partir da minha aldeia. Veja o que ocorre? Os alunos do ProUni são oriundos das escolas da periferia e

dentro das universidades particulares e das faculdades particulares, eles estão se sobressaindo como os melhores alunos daquelas faculdades e daquelas universidades: São os melhores alunos. E são esses alunos que não conseguem passar no vestibular das públicas, não conseguem entrar na universidade Pública. Olha, a contradição o paradoxo que nós temos no problema do acesso. Esse é um problema do acesso que nós assistimos no nosso País.

Então, nós temos essa dificuldade que é você ampliar o potencial, esse problema do acesso que está ligado nós já entramos aqui na questão do ensino médio, mas o ensino médio já ampliou-se no Brasil nos últimos anos. Nós estamos dando passos mais largos na questão do ensino médio, na formação do ensino médio. A demanda para universidade cresceu imensamente. Imensamente. Agora, o gargalo nas públicas é muito grande.

É gargalo de gestão, é gargalo de currículo, quer dizer, nós temos muitos problemas para serem superados, precisa de fato da reforma universitária num grande debate nacional, intenso, sem receio, sem medo de enfrentar os problemas com muita coragem. Acho de que fato, vai precisar de muita juventude na rua e eu estou assim ansioso já pelo Congresso da União Nacional dos Novos Estudantes, que eu tenho a impressão que a turma vai puxar exatamente isso. Vai puxar um projeto de reforma universitária com mais profundidade no Brasil, que olhe para o conjunto da nação.

É a universidade nova, mas a nação também é nova, porque essa explosão demográfica dos últimos trinta anos mostra isso. Tem uma imensidão na periferia das grandes cidades e das grandes metrópoles. Esse povo quer um Sistema Nacional de Educação, esse povo quer acesso, quer estar na escola, quer estar no ensino médio e querem estar na universidade, eles querem ter essa oportunidade e isso precisa fazer no nosso País. Eu acho que tem um grau de oportunidade razoável para enfrentarmos esse problema.

Esse ciclo de debates que a Comissão de Educação está promovendo vai nos ajudar, ajuda o Congresso Nacional e ajuda o Governo, mas precisa ter de fato, digamos assim, um fogo de rua para que a gente possa garantir que essa transformação ocorra realmente no nosso País e, que case com o desejo que está estampado. Então nós temos o PAC, o Programa de Aceleração de Crescimento, cria um clima favorável, mas nós precisamos ter o PAC dentro da área da formação do povo, da educação.

Quer dizer, tem que casar um com o outro. Se não casa, o PAC pode entrar num, o PAC pifa, digamos assim, está certo? Porque você não tem base para sustentar um crescimento mais arrojado de décadas,

que é o que País precisa e base é aqui, é na área da formação do povo brasileiro.

Eram essas questões, Sr. Presidente que eu gostaria assim de levantar, nesse importante debate que a Comissão de Educação promove nesse instante, mesmo enfrentando a convocação do Plenário do Congresso Nacional. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Ok. Nós queremos agradecer a contribuição do Senador e gostaria de fazer rápidas considerações. Na verdade, o vestibular já foi extinto no Brasil há mais de dez anos. A palavra vestibular do Sistema Legislativo e Normativo, a partir da Lei 9394/96, passou a se chamar teste seletivo, mas na verdade, ele vai prevalecer por ser um trauma na sociedade brasileira, ainda por muito mais décadas, por várias décadas e nós não conseguimos ainda resolver, na verdade, essa questão.

Eu acredito que de qualquer forma nós temos que contemplar a meritocracia, tem que mérito, se aí não tem como nós não termos um exame, um teste seletivo. É verdade que tem que ter direito de igualdade de acesso a todos, através... E vai poder ter acesso os que adquiram mais competências. É verdade que o grande problema, está na forma de oferta do ensino básico brasileiro, aonde nós temos sim, grandes distorções nas condições de oferta das condições de aprendizagem, para que todos possam competir em pé de igualdade ao chegar no ensino superior.

Eu tenho dito que o projeto do ensino básico brasileiro é um grande projeto de exclusão social, porque nas prefeituras com pouco poder aquisitivo a escola não é boa quase sempre. Nos municípios mais ricos se oferece, investe um pouco mais escolas. A nível de Estados, quase sempre às escolas estaduais na região central da cidade são melhores, as periféricas as condições físicas etc de laboratórios, elas são inferiores e o mantenedor é quase sempre o mesmo.

Então essas são grandes distorções que nós temos que resolver. Entretanto, quanto à questão do Senador Sibá Machado a proposta dele, acho que muito importante essa discussão, esse interesse dos Senadores estar buscando alternativas para o acesso, melhorar o acesso ao vestibular, entretanto, a questão de um exame único nacional cria outras distorções, porque o ensino médio hoje nós temos uma diversidade de ênfase no ensino médio.

Primeiro está crescendo, felizmente está crescendo bastante no Brasil, a implantação das escolas profissionalizantes médias, logo aquele que fez um curso profissionalizante, logo ele vai ter dificuldade de competir em pé de igualdade com aquelas que fizeram um curso médio regular, um propedêutico mais

teórico. Também nós já temos hoje o vestibular ou o teste seletivo vocacionado, onde segundas e terceiras séries já estão dirigindo a aprendizagem do aluno, as competências do aluno de acordo com o seu desejo, o seu desejo e a sua vocação. Então cria distorções um exame único nacional, para que isso possa ocorrer.

E outro aspecto que eu acho muito interessante, o exame único nacional teria dificuldade de trazer melhores condições, porque nós vamos de certa forma tirar a liberdade do aluno de exercer várias opções em um mesmo ano, em um mesmo início. O aluno faz um vestibular para Medicina e não passa imediatamente ele busca uma faculdade, em que ele possa fazer um vestibular de... Na mesma área. Ele percebeu que ele não está tão preparado, então, ele vai buscar outras opções em Odontologia, Farmácia, Biomedicina etc no mesmo ano. E aí, nós teríamos com um exame nacional único, nós tiraríamos essa liberdade dos alunos.

De qualquer forma o mérito vai prevalecer na sociedade cada dia mais forte, senão for na hora da entrada na universidade é na saída da universidade. São os exames de ordem. Quem é que consegue passar nos exames de ordens? Quem aprendeu mais, quem adquiriu mais competência, vale a meritocracia. E depois, nós temos os exames, os testes nas organizações para que ele consiga passar num concurso, seja público ou privado a seleção é individual e através de um teste seletivo. Nós temos também a questão de muitos estrangeiros que têm procurado, principalmente da África, que tem procurado nossas instituições e participado com os testes seletivos e nós estaríamos excluindo esses alunos.

Quanto ao projeto do Cristovam Buarque, Senador Cristovam Buarque ele é muito importante exatamente, inclusive, para poder melhorar o ensino médio, mas ele não amplia o acesso. Ele não amplia o acesso, inclusive o próprio FIES, que é um financiamento relativamente amplo hoje, ele não amplia o acesso ao ensino superior, porque ele financia o aluno quem já é aluno de uma universidade. Ainda ontem discuti isso com o Ministro da Educação e ele disse que vai fazer uma revisão imediata, para o que aluno seja selecionado quando ele estiver concluindo o ensino médio, para que ele possa buscar o financiamento e aí não passando numa escola pública, ele já tem a garantia do financiamento para buscar uma escola privada.

Mas nós temos gargalos sérios - mais um minuto. Nós temos uma escola brasileira extremamente permissiva, onde o aluno pode faltar 25% das aulas. Isso não existe mais no mundo desenvolvido. Não existe mais permissão de falta e eu discuti isso com o Ministro no dia de ontem. A legislação manda o ensino superior dar 200 dias de atividades acadêmicas, uma grande

parte das instituições de ensino superior, estão dando 150, 170 dias de aula. Eu estou propondo para que seja efetivamente 200 dias de aulas.

E sobretudo, na conjuntura global do ensino básico e superior a maior parte dos alunos brasileiros entre 70% e 80% dos alunos, não ficam mais de quatro horas na escola e dentro dessas quatro horas, ainda, tem um intervalo de vinte a trinta minutos. Nós temos que estender um pouco mais pelo menos, uma hora a mais aproveitando os recursos que o FUNDEB está trazendo aí para a educação básica, para cobrir o custo da extensão de pelo menos uma hora a mais de permanência do aluno da educação básica.

Finalizando, eu quero passar a palavra aos debatedores um minuto cada um, dada a urgência do tempo e do outro compromisso dos Senadores na sessão do Congresso.

SRA. IGUATEMY MARTINS: Eu quero realmente agradecer a oportunidade. Rapidamente, quero ratificar a nossa compreensão de autonomia das universidades. Uma autonomia que nossa leitura e na nossa compreensão, não significa absolutamente isolamento ou corporativismo ou mesmo incapacidade de repensar suas estruturas acadêmicas. Não é essa a nossa compreensão, mas é uma autonomia que remete à possibilidade que essas instituições possam ter de decidir sobre as questões que estão realmente que lhe dizem respeito.

Então, é nesse sentido a nossa compreensão e rever essas estruturas implica também rever o próprio vestibular, mesmo que esse termo... E quando eu me refiro que o vestibular é uma instituição é no sentido de entender e de reforçar, que esse conceito é assimilado pela sociedade como o processo de ingresso nas instituições. Não tem o sentido de por ser uma instituição, não possa ser mudado, não possa ser alterado, não possa ser reformado. Absolutamente não é essa a compreensão que nós temos.

É também entender que mesmo que a escola tenha, Senador Cristovam Buarque, a possibilidade de fabricar desigualdades, eu também credito à escola a possibilidade de permitir a conscientização sobre essa desigualdade. E também de dotar aqueles estudantes dos instrumentos mínimos para a superação dessa igualdade, então, por isso que eu reforço também essa minha compreensão.

E forçar também a nossa compreensão de que a inserção profissional é uma ação de livre escolha, deve ser garantida enquanto uma ação de livre escola. E assim nesse mesmo sentido, a própria mobilidade dos estudantes. Você imagina o que é a gente não permitir que um estudante do Rio Grande do Norte,

possa fazer um processo de seleção aqui em Brasília? Então isso é um fator que nos preocupa.

Também dizer e rapidamente que há uma relação inviável entre os conteúdos que são definidos para os processos de admissão e de seleção das instituições de ensino superior e o ensino médio, não porque a universidade assim imponha, mas porque há essa relação. Os estudantes querem ter acesso, querem passar em qualquer processo seletivo e há uma vinculação desses conteúdos. A questão de que isso... De que um modelo ou outro implique em se criar uma estrutura de cursinhos preparatórios para tal, penso eu que ela acontecerá em qualquer que seja um dos processos é isso que a gente tem de alguma forma visto.

E realmente, agora para concluir, eu queria dizer que iniciativas que o Ministério da Educação tem trazidos à sociedade brasileira, a exemplo do próprio FUNDEB, do ProUni, do REUNE hoje que nós estamos trabalhando com ele dentro do Plano de Desenvolvimento da Educação, da própria questão das expansões das IFS, eu acho que são iniciativas concretas que não podem ser desconsiderada em qualquer tipo, em qualquer debate que trate da questão do acesso, da permanência de estudantes nas universidades, nas instituições de ensino superior.

Então essa, na verdade, é a nossa fala. Eu acho que o debate foi muito proveitoso, eu acho que nós saímos daqui mais enriquecidos evidentemente sobre o tema. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Ok, queremos então agradecer a Professora Iguatemi, por ter aceito o desafio de estar aqui nessa audiência pública. Com a palavra Gustavo Lemos Petta. Um minuto, por favor.

SR. GUSTAVO LEMOS PETTA: Rapidamente agradecer aqui a oportunidade, dizer que realmente a gente vai ter agora uma oportunidade singular que é o Congresso da UNE, que se realiza entre os dias quatro e oito de julho aqui em Brasília, na UNB, vai ser uma oportunidade exatamente pra gente discutir com lideranças estudantis do Brasil todo, cerca de dez mil lideranças, a necessidade realmente da mobilização para gerar as mudanças.

Eu sou daqueles que acreditam, que não só na educação como em qualquer outra área, só com mobilização, com participação da sociedade civil, com pressão popular é que as coisas podem realmente mudar. E na educação, como disse o Senador Cristovam Buarque, ainda mais. Então, realmente nós estamos assim, animados com algumas possibilidades de mudança. Eu acredito que uma reforma universitária só vai ser realmente feita na sua plenitude com a mudança, não só das estruturas, mas também dos programas

que estão hoje estabelecidos. Esses problemas, esses currículos são extremamente conservadores.

A gente tem uma experiência, por exemplo, de que quem faz o movimento estudantil, que é muito mais fácil você reunir estudantes que entram na universidade do que aqueles que estão saindo. Então, a universidade realmente tem uma estrutura muito conservadora e que vai diminuindo a capacidade das pessoas se organizarem, se mobilizarem em torno de causas coletivas.

Então, realmente a gente vai ter essa oportunidade eu acho que muitas das pessoas que estão aqui, vão ter a possibilidade de participar com a gente desse Congresso, que uma das pautas centrais vai ser essa questão do acesso à universidade, da democratização do acesso. Então, seria isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Queremos agradecer o Gustavo pela sua contribuição. Passamos a palavra então ao Professor Erasto Fortes de Mendonça.

SR. ERASTO FORTES DE MENDONÇA: Eu quero somente agradecer a Comissão de Educação do Senado, em nome pessoal e em nome da minha universidade, a Universidade Brasília.

Em respeito ao adiantado da hora, fazer apenas duas colocações. A primeira de que saio daqui satisfeito com a possibilidade de sensibilização dos Srs. Senadores e Senadoras, a respeito da necessidade da implantação de um Sistema Nacional de Educação, que eu penso que a questão ligada ao acesso a universidade ela está intimamente ligada à formulação desse sistema.

Eu digo: Pobre do País que não tiver a compreensão de que a qualificação de sua educação básica ela passa, necessariamente, pela instituição superior, especialmente pelas universidades e particularmente pelas universidades públicas.

E em segundo lugar, entender que qualquer lei que venha a ser aprovada pelo Congresso Nacional, em relação ao acesso ela no caso das universidades, ela seguramente será um parâmetro aplicável a autonomia que as universidades mantêm pela Constituição e corroboro aqui, as palavras da Professora Iguatemi, no sentido de dizer que a universidade vem se sensibilizando, no entendimento de que essa autonomia ela é parametrizada naturalmente, pelos interesses das sociedades e pelas políticas públicas educacionais de âmbito nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Ok. O nosso agradecimento então ao Professor Erasto, pelas suas contribuições a esta reunião. Professora Regina Gracindo.

SRA. REGINA VINHAES GRACINDO: Rapidamente também agradecer a Comissão de Educação do Senado Federal, pelo convite e mais do que agradecer, parabenizar pela iniciativa. Acho que esse momento é um momento rico para todos nós, tanto para a Casa quanto para nós que estamos aqui para debater essa temática e quero fazer somente duas colocações.

O Senador Cristovam Buarque teria algumas coisas para conversar, porque ele polêmico como é nos traz, mas impossível eu sei disso. Eu quero colocar só uma questão sobre autonomia, Senador. Vejo a autonomia não como sinônimo de liberdade descompromissada, irresponsável. Como o senhor mesmo disse a universidade nos parâmetros legais que a suportam hoje, ela poderia escolher exatamente a sua opção: Vamos fazer vestibular somente, vamos aceitar a entrada só de filhos de professores. Mas o senhor veja que mesmo sem haver nenhum impeditivo ela nunca fez isso e nunca o fará, porque ela tem acima de tudo um compromisso social.

Então, a autonomia vista e a autonomia que eu quero resguardar nas universidades, é uma autonomia responsável com consciência de seu papel social e, portanto, e essa autonomia que eu estou falando.

Em segundo lugar, a questão dos PLs em si. Ambos os projetos tanto com a prova nacional e o sorteio, quanto à extensão do PAES ou de algo semelhante ele, ambos avançam no sentido do vestibular, ou seja, a legislação diz que deve haver uma seleção, mas não indica qual é. Nós temos várias oportunidades de ter opções diferenciadas de exame, a única coisa Senador que me preocupa, Senador Wilson, também, que preside nesse momento à mesa, o que me preocupa é a obrigatoriedade. Essa é a minha preocupação de que seja o PAES, ou que seja a prova nacional associada, ao sorteio que isso seja uma imposição à instituição e, portanto, ela não terá outra oportunidade de escolha.

Então, essas são as considerações eu queria fazer e agradecer a oportunidade de aqui estar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Ok, Professora Regina. Muito obrigado pela sua contribuição a essa Audiência Pública.

E queremos então considerar encerrada essa sessão. Obrigada.

Sessão encerrada às 13h14.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2007.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15,

sob a Presidência do Senhor Senador Gilvan Borges, Vice-Presidente no exercício da presidência e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado, Mão Santa, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Marcelo Crivella, Romero Jucá, Adelmir Santana, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Wilson Matos e Jefferson Péres reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Renato Casagrande, Fátima Cleide, Valdir Raupp, Paulo Duque, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Marcos Maciel, Raimundo Colombo, Marisa Serrano e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Gilvan Borges, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns que, “Altera dispositivos da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, para incluir, entre as áreas de aplicação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, o financiamento do Ensino Superior e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedida vista ao Senador Augusto Botelho, pelo prazo regimental de cinco (05) dias. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 064, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Vale do Taquari, no Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda n.º 01-CE, aprovada por 15 (quinze) votos. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 040, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “Denomina ‘Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo’ o trecho das rodovias BR-040 e BR-381 correspondente ao anel rodoviário de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 040, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Wilson Santos, que “Altera a redação do inciso VI do art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Acrescenta ao princípio da gratuidade do Ensino Público a vedação da cobrança de contribuição e ta-

xas de qualquer natureza.)”. O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer pela rejeição é aprovado. **Item 08: Comunicados da Presidência:** **Comunicado 01:** “Lembrete da realização da 2ª audiência do **Ciclo**, que debaterá Idéias e Propostas para a Educação Brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação –PDE, na reunião do dia 24 de maio, às 10 horas, no Plenário da Comissão de Educação”. **Comunicado 02:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de correspondência do Exm. Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, convidando para o ‘Seminário de apresentação de metodologia de atendimento a pessoa com deficiência em telecentros’, desenvolvido pela acessibilidade Brasil, a ser realizado nos dias 23 e 24 de maio de 2007, das 9h30 às 18h00, no Auditório Petrônio Portela. Cabe ressaltar que toda a programação deste seminário encontra-se no seguinte endereço: www.acessobrasil.org.br”. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2005, Item 06: Projeto de Lei da Câmara nº 075, de 2006 e Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2006.** O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Gilvam Borges, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e dezessete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Gilvam Borges**, Vice-Presidente, no exercício da presidência, da Comissão de Educação.

18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE MAIO DE 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 01 da pauta: Projeto de Lei do Senado de nº 321, de 2003. Altera a disposição da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para incluir, entre as áreas de aplicação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, FGTS, o Financiamento do Ensino Superior e dá outras providências. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria:

Senador Eduardo Azeredo. V. Ex^a. com a palavra. Item 01 da pauta.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PMDB-MG):

Sr. Presidente o Srs. Senadores. Senadoras não tem nenhuma aí não, né?

Projeto de Lei do Senador 321, de 2006, iniciativa do Senador Flávio Arns, tem, por objetivo, incluir o financiamento do ensino superior entre as áreas de aplicação do Fundo de Garantia, do FGTS. Em justificação ao Projeto, o Autor menciona que as diferenças, entre o acesso à educação e o tempo de escolaridade, são fundamentais para explicar as disparidades no mercado de trabalho. Com a aumento da escolaridade média no Brasil, a procura por financiamento, para estudo estudos de ensino superior, tem aumentado nos últimos anos.

Em fase do aumento da demanda por curso superior, o PLS altera alguns dispositivos da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, para possibilitar que parte dos recursos do Fundo de Garantia sejam usadas como fonte de financiamento do ensino superior. As mudanças sugeridas incluem vários artigos aí mencionados. O PLS sugere alterações importantes, que merecem avaliação detalhada.

A primeira, diz respeito aos recursos incorporados ao Fundo de Garantia, e previsto no *hall* do § 1º, do Art. 2º, que passa incluir outras fontes, como os 30% da renda líquida de concursos de prognósticos da Caixa, está no Inciso E. E os saldos devedores, encargos e sanções dos financiamentos concedidos no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior, do Inciso F. Também dos Incisos G, H e I, inclui novos recursos do Fundo de Garantia.

No que diz respeito à mudança de composição do Conselho Curador, previsto no Art. 3º da lei, a nova relação, redação proposta, ilide à referência aos representantes trabalhadores e de empregadores. Ao contrário da redação original, que prevê três representantes de cada uma das mencionadas categorias, o Projeto não dispõe sobre quantos serão os trabalhadores e empregadores a compor o Conselho Deliberativo, nem tão pouco se a representação classista será equitativa.

No que tange aos órgãos que compõem o Conselho Curador, pela nova redação, o Ministério da Educação passa a substituir o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. O novo Art. 4º, estabelece que a Secretaria Especial do Desenvolvimento Urbano da Presidência da República e ao Ministério da Educação, caberá a tarefa de gerir a aplicação do Fundo de Garantia em suas respectivas áreas de atuação. Nenhuma menção é feita ao Ministério da Ação Social,

cuja responsabilidade consiste em gerir os recursos do Fundo, pela atual redação do Art. 4º.

As competências do Conselho Curador, que constam no Art. 5º, Inciso 1º, da lei, serão igualmente alteradas, em caso de aprovação do PLS. Na atual redação, está previsto que o Conselho estabelece a alocação de todos os recursos do Fundo de Garantia e Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e as Políticas Setoriais, de Habitação Popular Saneamento Básico e Infra-estrutura Urbana, estabelecidas pelo Governo Federal.

Na redação proposta, elidiu-se as referências Políticas Setoriais em favor das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Urbano e de Educação Superior, estabelecidas pelo Governo Federal.

A atual redação do Art. 6º, *caput*, aponta o Ministério da Ação Social como gestor da aplicação dos recursos do Fundo de Garantia. Pela nova redação, o *caput* da referida norma, designa a Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, como gestora. O PLS altera, também, alguns Incisos do Art. 7º, acerca das incumbências da Caixa, na gestão dos Fundos. O Inciso III, inclui o Ensino Superior como destino dos programas. Nos Inciso VI e VII, desaparecem a menção ao Ministério da Ação Social, e no § Único, do Art. 7º foram elididas as referências ao Ministério da Ação Social e à Caixa.

No Art. 9º, § 1º, o PLS propõe substituir o maior escopo da redação atual da lei, cujo o texto prevê que: *“A rentabilidade média das aplicações deverá ser suficiente à cobertura de todos os cursos incluídos pelo Fundo e, ainda, a formação de reserva técnica para atendimento de gastos eventuais não previstos, sendo da Caixa Econômica Federal, o risco de crédito”*.

A nova redação, mais sucinta, estabelece que cabe à Caixa Econômica Federal o risco de crédito das operações mencionadas nesse artigo. Os Incisos I e III, do Art. 10º, foram topicamente alterados.

O PLS inclui novos artigos, ainda, na Lei do Fundo de Garantia, como o Art. 6º-A, que estabelece, em sete Incisos, as competências do Ministério da Educação no Financiamento aos Estudantes de Ensino Superior. E o Art. 8º-A, § 1º, Inciso I, que estabelece o valor de 60% do investimento do Fundo, para Habitação Popular, sendo que o Inciso II, reserva 10% do Patrimônio Total do Fundo para custeio de Ensino Superior a Estudantes de Baixa Renda. O novo Art. 9º-A e Incisos, fixam as garantias aos contratos de financiamento, a serem oferecidas tanto à Caixa, quanto às instituições por ela credenciadas.

Os §§ 1º a 4º, deste artigo, tratam do modo de pagamento de juros, pelo estudante, sobre o financiamento, bem como da execução das garantias con-

tratuais. Já o Art. 9º-B e Incisos, dispõe sobre o modo como os recursos serão aplicados e sobre a formação de Fundo destinado à cobertura de crédito das operações financiadas, entre outras medidas.

O § 1º, estabelece o compartilhamento de risco, entre agentes financeiros, na proporção de 20% e em instituições de Ensino Superior, de 5%.

Já o § 2º, estabelece porcentagens decrescentes, para aplicação dos recursos previstos no Art. 2º, § 1º, Alínea “e”.

Já encaminhando para o fim do Relatório, Sr. Presidente, o Art. 9º, VI, autoriza a União a emitir títulos da Dívida Pública em favor do Fundo de Garantia.

Por último, o Projeto substituiu o Inciso XVI, do Art. 20. O referido Inciso, estabelece que a possibilidade que a Conta do Fundo de Garantia seja movimentada pelo trabalhador, em caso de necessidade pessoal decorrente de desastre natural, conforme disposto em regulamento, observadas as condições dispostas em quatro Alíneas, que definem a urgência e gravidade da movimentação do numerário.

Pela nova redação, o Inciso XVI, determina que a Conta do Fundo de Garantia poderá ser objeto de movimentação pelo trabalhador para pagamento de juros, amortização, ou liquidação do contrato de financiamento de encargos educacionais junto a Instituição de Ensino Superior, celebrada na forma do Art. 9º-A.

O PLS será ainda, também, avaliado, apreciado, pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão Terminativa.

Passo à análise, Sr. Presidente.

Em nossa opinião, o Projeto Exame, que permite a utilização de 10% do patrimônio do FGTS, para o custeio dos estudos do trabalhador, contribuirá para o progresso pessoal e profissional de todos os que se valerem do instrumento.

Ampliar as possibilidades de financiamento aos trabalhadores, é medida de mais alta importância. O Projeto é socialmente relevante e merece ser transformado em lei. A iniciativa não contém obstáculos de inconstitucionalidade e de injuridicidade.

Necessita, no entanto, ter sua Emenda... sua Ementa emendada, na medida em que não reflete, com fidelidade, o teor da proposta. E, em vista do exposto, o voto é pela Aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2003 com a Emenda de redação listada a seguir. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Em discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES

(PMDB-AP): Havendo os Senadores inscritos, pela ordem e pela inscrição, o Autor do Projeto, Senador Flávio Arns. V. Ex^a. tem a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isso ? Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES

(PMDB-AP): Em seguida... Um minutinho...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente. Primeiro lugar, eu gostaria de enaltecer o Relatório do Senador Eduardo Azeredo, que já vem, há algum tempo, se debruçando sobre essa questão do FGTS, e a sua possível aplicação para outras áreas, com ênfase para área da educação. Eu só quero destacar que, este Projeto, não trata, como foi bem dito no Relatório, de utilização do fundo do FGTS para que isto supra às necessidades da educação, em termos de matrículas, de mensalidades, como é normalmente objetos de muitos Projetos de Lei em tramitação nesta Casa e na Câmara dos Deputados.

Este Projeto tem, por objetivo, criar uma Carteira Educacional, a exemplo da existência da Carteira Habitacional; alguém compra uma casa, também vai, esse dinheiro, esse recurso da Habitação, vai retornar para o Fundo da Garantia. Quer dizer, existem garantias, neste sentido, que aquele recurso, utilizado para Habitação, vai retornar para aquele montante do Fundo de Garantia.

Então, como existe a Carteira Habitacional, através do Projeto de Lei, passaria a existir a Carteira Educacional. Quer dizer, a pessoa pega o dinheiro, dentro de critérios estabelecidos, garantias dadas e financia a educação. Por que isto? Por que, se nós olharmos, o PROUNI, por exemplo, o PROUNI atende, de maneira muito adequada, uma população com bolsa integral, que ganha até um salário mínimo e meio; com bolsa parcial, se não me engano, até três salários mínimos. Se nós olharmos o FIES, que é o Fundo de Financiamento, também, para Educação Superior, o FIES vai até uma determinada faixa da renda.

Hoje em dia, a realidade é, que se uma família percebe, vamos supor, oito mil por mês, que é um salário bom, não é, um bom salário, oito mil por mês, deduzidas as despesas, sete mil, seis mil de salário líquido, esta família não consegue manter o filho num curso universitário, de Medicina, de Odontologia, de Veterinária de Engenharia, seja do que for. Então, aqui se cria a Carteira Educacional.

Eu, inclusive, eu quero dizer que eu também já estudei no exterior, acabei estudando três anos nos Estados Unidos, onde eu fiz o Doutorado e, naquele País, como outros Países, é comum, as pessoas que querem ter acesso ao ensino superior, terem o crê-

dito à sua disposição e, se você dá garantias desse crédito, a pessoa estuda e repõe isto, para o Fundo de Garantia. Então, nesse sentido, eu diria que há um avanço importante.

Esse Projeto é um Projeto de Autoria conjunta, não é só minha Autoria, eu digo isso na justificativa, nós discutimos isso muito, durante muitas Audiências Públicas na Câmara dos Deputados, cinco ou seis anos atrás. Discutimos aqui, também, o atual Ministro da Articulação Ação Política, Dr. Walfrido Mares Guia, é um dos Autores. Ele chamou as pessoas do Conselho Curador da Caixa Econômica, fizemos reuniões em conjunto com o Governo, na época e chegamos a esta conclusão, de algo que poderia, naquela época não existia o PROUNI, não existia o FIES, existia o Crédito Educacional, Crédito Educativo, alguma coisa assim, que se chamava naquela época, mas o FIES e o PROUNI não atendem às necessidades todas. Eu sou procurado por muita gente que não consegue pagar a mensalidade da faculdade e da universidade. Pois não, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PMDB-MG):

Só um aparte para complementar a sua argumentação. Eu sou, até, Autor do outro Projeto que possibilita o saque para poder pagar a faculdade, que é o outro Projeto, já aprovado pelo Senado, mas é para deixar claro, que realmente esse Projeto que nós estamos relatando aqui não se trata de saque, se trata de um Fundo que vai poder financiar o ensino, porque como está bem colocado, o PROUNI e o FIES, eles só atendem uma faixa da população muita baixa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PMDB-MG):

Então, não é, não é, e o Ministro Walfrido já me disse a mesma coisa. Quando eu tentava, quando eu defendia o meu Projeto, ele dizia: *“Não, eu prefiro um outro Projeto, que estudamos na Câmara, que é termos um Fundo, que aí o dinheiro sai e volta e não esse que possibilita, apenas, o saque”*.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente, é exatamente isso que o Senador Eduardo Azeredo, de uma maneira muito clara, colocou.

Então, essa Carteira, não Habitacional, mas a mesma sistemática, seria a Carteira Educacional que atingiria, gradativamente, 10 bilhões de reais e, com 10 bilhões de reais, é possível atender 2 milhões de estudantes no Brasil, para uma população de, atualmente, de 3 milhões e 500 mil, são 4 milhões e poucos, mas tirando aqueles estudantes de instituições de ensino superior públicas, tirando os que já tem o FIES, tirando aqueles que já estão no PROUNI, a gente vai chegar, assim, numa coisa razoável. E eu acho que o Brasil

tem que se debruçar sobre isso. O Conselho Curador do FGTS tem que dizer: Olha, é um investimento importante, é o dinheiro do FGTS. Não está saindo, sai e volta. Existem garantias, as pessoas já tem que pagar os juros, de acordo com o Projeto, a cada três meses, para não deixar aquele bolo da dívida aumentar demais e melhorar--

[soa a campanha]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --esse Projeto, se for o caso. Obrigado, Sr. Presidente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Concedo ao Senador Augusto Botelho, só um minutinho.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Sr. Presidente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, eu vou pedir vista ao Projeto, porque nós temos que discutir algumas coisas ainda.

A causa principal é que o Conselho Curador do Ministério do Trabalho é contra o Projeto. Então, nós temos que pedir para dar um prazo, para voltar à semana que vem, para conversar, para tentar, convencê-los a serem favoráveis ao Projeto. Nós somos favoráveis ao Fundo, desse que nós vamos criar aqui, porque nós não estamos nos apropriando do Fundo de Garantia dos Trabalhadores. O Fundo de Garantia dos Trabalhadores é um Fundo particular, privado, particular dos trabalhadores, o Governo não pode se apossar. E nós não temos autoridade para chegar e tirar, para dar para alguém, dinheiro do Fundo de Garantia. Ele é propriedade privada dos trabalhadores. Nós estamos, apenas, querendo criar um Fundo, como têm o Fundo para Financiamento de Saneamento Básico, Financiamento Habitacional e de Infra-estrutura, nós queremos criar um Fundo para Educação, para que o trabalhador tenha o direito de aproveitar. O PROUNI é uma coisa muito boa, mas muitos estudantes estão abandonando o PROUNI, também, porque não têm como se manter na universidade. Então, eu peço vista ao Projeto, me comprometendo a trazer na semana que vem, após entrar em entendimento com o Conselho Curador do Ministério do Trabalho, para ver se consigo convencê-los de que é uma coisa boa, esse nosso Fundo aqui. Muito obrigado, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Gilvam.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Concedo a palavra ao Senador Wilson Matos e já há um pedido de vista e, *a posteriori*, nós, em seguida, tomaremos as medidas--

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, eu pediria uma inversão de pauta, visto que é um assunto importante, Terminativo, que nós temos *quorum* e eu tenho que ir, também, para CPI do Apagão. Se V. Ex^a. puder me atender e eu sei que V. Ex^a. tem um coração maravilhoso, puder me atender, eu ficaria satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Em seguida, submeterei ao Plenário e assim sendo concedido, V. Ex^a. será contemplado imediatamente.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Eu gostaria de tecer alguns comentários sobre essa questão e, primeiro parabenizar Senador Flávio Arns, pela excelente intenção, no sentido de aumentar o acesso de alunos, no ensino superior brasileiro e, também, o Relatório do Senador Eduardo Azeredo e tecer as considerações seguintes:

No ano passado três milhões, setecentos e cinquenta mil alunos fizeram exame nacional do ensino médio, ENEM. Isso significa que eles levantaram a bandeirinha, olharam para Brasília e disseram: "Olha, nós terminamos o Ensino Médio e queremos fazer uma faculdade".

Entraram na faculdade, desses três milhões, setecentos e cinquenta mil alunos, um milhão e quatrocentos, tiveram ensino acesso ao ensino superior; quatrocentos mil nas vagas públicas e gratuitas das Universidades Federais e, em torno de um milhão de alunos, nas escolas privadas; dois milhões, setecentos e cinquenta mil alunos ficaram fora da universidade, somente no ano de 2006, na virada do ano de 2006 para 2007. Nós temos, é verdade, bons programas, o FIES e PROUNI. Mas o PROUNI vai colocar em torno de quatrocentos mil alunos na escola privada, em troca dos impostos. O FIES vai chegar a esse número, aproximadamente. Porque o FIES, o PROUNI, traz os limitantes de renda, e está certo, sou a favor desses limitantes, o FIES tem dois limitadores, ele não amplia o acesso do aluno ao ensino superior, ele não amplia, porque ele só financia quem já é aluno do ensino superior. Então, nós temos que ter um programa em que selecione, credencie o aluno, ao financiamento, enquanto ele está no ensino médio. E o outro problema do FIES, o outro limitador, é que o FIES não paga em dinheiro para as universidades, ele dá títulos públicos para quitar encargos, então, a universidade pode ter alunos, financiados pelo FIES, até o limite financeiro do pagamento dos seus encargos, porque, se ele for negociar esse título no mercado, ele tem um valor muito menor. Esses são os dois limitantes do FIES. E a Constituição diz que: "*A educação é um direito de todos e uma dever do Estado.*" E o Estado não tem

cumprido com o seu dever, porque 25% dos alunos estão na escola pública e gratuita. O ideal seria a ampliação, mas a escola pública, hoje, custa, no mínimo, 50% mais cara do que a escola privada.

Então, o caminho, Senador, Senador Flávio Arns, realmente é esse. É criar um grande fundo, restituível, de financiamento restituível. Este é o caminho que os Países, a maior parte dos Países no mundo, encontraram. O Chile, Israel, Estados Unidos, quase todos os Países, como forma de aumentar a possibilidade de acesso do aluno ao ensino superior. Hoje, nós temos 13% de jovens no ensino superior, não me consta que nenhum País no mundo tem dado certo com uma cifra destas, de 12-15% de jovens, no ensino superior e paramos por aí. Por quê que paramos? Por que, na escola pública, quando amplia vaga, é muito pouca, pouquíssimas vagas, frente à grande demanda e, na escola privada, quem têm recursos já está estudando. E a classe média alta, que têm acesso à escola privada, não está crescendo, significativamente, no País. Então, o caminho é buscarmos fontes de financiamento restituível, nós não temos outro meio.

Até o final do Século XIX, a grandeza de um País se dava pela extensão territorial. A partir do Século XX, a grandeza de um País se dá pelo desenvolvimento das mentes e nós, no Brasil, não temos levado isso com a devida consideração e a devida grandeza, que é o conhecimento para valer, escolas com qualidade e possibilidade de acesso a todos aqueles que terminam o ensino médio. É isso que eu quero deixar registrado, aqui, nesse momento. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): [interrupção no áudio] fazer um apelo, à Senadora Rosalba e ao Geraldo Mesquita, já que há um pedido de vista e há uma necessidade urgente de inversão de pauta, a pedido do ilustre Senador Wellington Salgado, eu garantirei a palavra em seguida, para a gente poder garantir o *quorum*, nós teremos tempo. Eu faço esse apelo a V. Ex^a. Submeto então, ao Plenário a inversão de pauta, o próprio Senador Mesquita também, a inversão de pauta, para que pudéssemos agilizar. Os que forem favorável permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Item 4 da pauta. Denomina Anel Rodoviário Celso de Mello de Azevedo, trecho da Rodovia BR-040 de 311, correspondente ao Anel Rodoviário de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. Autoria, Senador Eduardo Azeredo. Relatoria, Senador Wellington Salgado. V. Ex^a. têm a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras.

A proposição em questão, de Autoria do Senador Eduardo Azeredo, homenageia a figura de Celso Mello Azevedo, mediante atribuição de seu nome ao Anel Rodoviário de Belo Horizonte. Nascido em 1915, falecido em 2004, o homenageado foi importante homem público tendo exercido importantes cargos em Minas Gerais: Prefeito de Belo Horizonte, Secretário de Estado de Desenvolvimento e de Obras Públicas, Presidente da Companhia de Eletrificação Rural de Minas Gerais, da AÇOMINAS e da Companhia de Distritos Industriais. Celso Mello foi, ainda, fundador da Associação Mineira de Municípios e foi Provedor da Santa Casa de Belo Horizonte; Engenheiro formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, foi empresário da Construção Civil, tendo executado o trecho, da BR-040, nas saídas de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro e Brasília. Distribuído exclusivamente à Comissão de Educação, em decisão Terminativa a proposição não recebeu as Emendas.

Análise: A proposição, observa os preceitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, além de estar redigida em boa técnica legislativa. A Lei nº 6. 682, de 1989, assim dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais no Plano Nacional de Viação. *“As estações terminais, obras de arte ou trechos de vias do Sistema Nacional de Transporte, terão a denominação das localidades em que se encontram, cruzem ou interliguem, consoante a nomenclatura estabelecida pelo Plano Nacional de Viação. § Único. Na execução do disposto nesse artigo será ouvido, previamente, em cada caso, o alvo administrativo competente. Art. 2º. Mediante lei especial e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via, poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida, que há de ter prestado relevante serviço à nação e à humanidade, homenagear a figura ilustre que sempre exerceu, com dignidade e dedicação, os cargos para que foi nomeado”*. Seu nome atende, portanto, aos requisitos legais.

Voto. Ante o exposto, o Voto é pela constitucionalidade, juridicidade e adequação técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, nº 40, de 2007, é esse o meu Voto, Sr. Presidente.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em discussão. Em discussão? Senador Gilvam Borges.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Há Senadores inscritos, Senador Geraldo Mesquita, para discutir.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senador Gilvam. Quero

parabenizar o Autor da proposição, quero parabenizar o Senador Wellington, pela iniciativa, é uma... aliás eu tenho um Projeto muito parecido com esse aqui, que dá, ao trecho da BR 364, dentro do Acre, o nome de Euclides da Cunha. Reverenciamos, assim, as nossas personalidades, aqueles que prestaram relevantes serviços às nossas correspondentes, os nossos correspondentes de Estados. Parabenizo, portanto, pela iniciativa, mas aproveitando a carona, Senador Gilvam, eu queria... eu queria me reportar, também, ao Projeto anteriormente discutido e que eu sei, foi pedido vista. Agora, me inquieta muito, é uma preocupação que eu tenho, de que a gente sempre que se defronta com a questão do Fundo de Garantia, a gente discute autorizações para que o trabalhador, que é o titular da Conta, movimentar, essa Conta. Tá tudo errado, Senador Gilvam! É uma inversão total, porque, veja...

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Faço um apelo a V. Ex^a.

[tumulto]

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, eu estou concluindo, eu estou concluindo, estou concluindo e gostaria de ir até o final, Senador Gilvam, porque eu creio que está invertida a coisa, porque, a rigor, quem deveria ser autorizado a movimentar essa Conta era o Governo e não o trabalhador; a conta é do trabalhador e não o Governo, o Governo é que deveria estar sendo autorizado a movimentar ou não, a tal da conta do Fundo de Garantia, eu espero que um dia a gente consiga enxergar essa questão por esse prisma e tratá-la desta forma, no Congresso Nacional. Mas meus parabéns ao Senador Wellington aí pela proposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Em discussão.

Não havendo quem queira discutir. Em votação. Nominal. Flávio Arns como vota V. Ex^a. ?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Augusto Botelho, como vota V. Ex^a?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Presidente Gilvam.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [inaudível], Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Eraldo(F). V. Ex^a. é o Relator. Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Rosalba Ciarline.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o Relator

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Senador Flexa Ribeiro, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com Relator

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Com o Relator

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Eduardo Azeredo. É o Autor do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Wilson Matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Com Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Aprovado, Sr. Presidente. Vamos ao Item 05--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PMDB-MG): Presidente, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): O Item 03, que esta presente... Como é o Autor do Projeto, V. Ex^a. pode falar.

SENADOR EDUARDO AZEREDO PSDB-MG: Eu quero apenas agradecer ao Senador Wellington Salgado, a todos os Senadores e Senadoras. Na verdade, está se fazendo justiça; o Dr. Celso Mello de Azevedo, ele foi além de todos os cargos já listados aqui, ele foi Provedor da Santa Casa, até o fim da sua vida, com mais de 80 anos, era, na verdade, um benemérito, se quisermos dizer o quê que é um benemérito? Podemos dizer, era o Dr. Celso Mello de Azevedo, então, é de justiça e este Anel Rodoviário de Belo Horizonte, hoje, na verdade é uma grande avenida da nossa cidade e é muito justo, portanto, que demos o nome ao Anel de Celso Mello Azevedo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Parabéns a V. Ex^a. e a todos os Senadores...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Pois não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu, realmente eu queria parabenizar, mesmo sendo o Relator, ao Senador Azeredo. Se vê que V. Ex^a., eu acompanhei o Senador. Eu sei que vou causar ciúme a muitas pessoas de estar tão ligado ao Senador Azeredo e tão junto com ele, em algumas coisas, mas em ações desse tipo, eu tenho que honrar o compromisso e foi muito bem colocado o nome. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): A Mesa se congratula com a iniciativa do Autor do Projeto e com o Relator e com todos os Senadores que acompanharam a matéria, de alta importância em homenagem. Vamos ao Item 03 da pauta.

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Vale do Taquari, no estado do Rio Grande do Sul.

Autoria, Senador Paulo Paim. Relatoria, Senador Sérgio Zambiasi. V. Ex^a. têm a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Gilvam. Parecer da Comissão de Educação, em decisão Terminativa, o Projeto de Lei do Senado PLS 64, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Vale do Taquari, no estado do Rio Grande do Sul.

Nós vamos direto ao Voto. Nós estamos dando Parecer favorável com Emenda, é... com Emenda apresentada, com uma Emenda corretiva apresentada, Art.

2º. A Escola Técnica Federal do Vale do Taquari, será uma instituição de educação profissional, destinada à formação e qualificação de profissionais, principalmente de técnicos de nível médio para atender às necessidades sócio-econômicas do setor industrial de serviços e agropecuário da região do Vale do Taquari, que é, exatamente, a sua vocação produtiva. Este é o Parecer, Sr. Presidente. Favorável, portanto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Em discussão. Não havendo quem discutir... Senadora Rosalba, para discutir a matéria.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Gilvam Borges, nós sabemos o quanto é importante que o nosso País, os Estados e as Regiões, tenham as suas Escola Técnicas. Então, eu quero aqui dizer do meu, da minha satisfação em poder dar o meu voto favorável a esta matéria, por entender, que respeitando as vocações regionais, respeitando as questões locais para o desenvolvimento sócio-econômico, é de importância fundamental que cada vez mais, possamos ter mais escolas de nível técnico, para dar oportunidades a nossa juventude. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Não havendo, quem queira discutir, em votação. Senador Flávio Arns, como vota V. Ex^a. ?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [inaudível]

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Rosalba Ciarline.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o Relator

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Francisco Dornelles. Está ausente Francisco Dornelles. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Senador Adelmir Santana, Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): [inaudível]

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Com o Relator

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PMDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Wilson Matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Aprovado. Item 05... é o Autor, V. Ex^a., já está computado nos anais.

Item 05 da pauta. Projeto de Lei da Câmara, de nº 040, de 2005. Altera a redação o Inciso V, VI, do Art. 3º, da lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 96. Acrescenta, ao princípio da gratuidade do Ensino Público, a vedação da cobrança de contribuição e taxas de qualquer natureza. Autoria, Deputado Wilson Santos. Relatoria, Senador Cícero Lucena

Observação: Na Reunião do dia 13 do 9 de 2005 foi concedida vista ao Senador Roberto Saturnino, para instruir o Projeto. A Audiência foi realizada no dia 19 do 4 de 2006.

Observação: A matéria constou na pauta da Reunião do dia 15 do 5 do 7. Senador Cícero Lucena, V. Ex^a. têm a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, vou direto à Análise do Relatório. A Constituição Federal, em seu Art. 206, Inciso IV, estipula a gratuidade do Ensino Público em estabelecimentos

oficiais. Essa norma, com sua redundância, já que no contexto torna-se por oficial o que é de natureza pública, foi repetida, *ipsis verbis*, pelo Art. 3º, Inciso VI, da LDB.

Ora, a instituição de qualquer tipo de cobrança pelo ensino superior público em pecúnia ou trabalho durante, ou após, os estudos, somente pode ser feita mediante mudança do referido dispositivo constitucional, a que a LDB deveria adaptar-se. Já idéia de cobrar os estudos regulares daqueles já formados após a edição de um eventual Emenda a Lei Maior, seria inconstitucional, por ofender o Princípio Constitucional Basilar do Direito Adquirido, por conseguinte, a inclusão pretendida pelo PLC, de início, apenas tornaria mais redundante o texto da LDB. No entanto, na forma com que está redigida a proposição também cria incoerências discriminatórias, além de acarretar problemas para gestão das instituições públicas de educação superior.

A incoerência advém do fato do dispositivo da LDB, em questão referir-se ao ensino público em geral e não apenas à educação superior. Portanto, é estranho que se fale em graduando e graduados, termos exclusivos do ensino superior. Acolher norma como essa, a se admitir a sua necessidade, daria a impressão de que o Legislador aceitaria discriminatória cobrança de contribuições e taxas de alunos de educação básica pública, mas não daqueles que cursam ou concluíram seus estudos regulares em instituições públicas de educação superior.

Além disso, constitui prática corrente, nas instituições públicas de educação superior, a cobrança de taxas por alguns serviços específicos, que prestam a seus estudantes, admitidos, de modo generalizado, abatimento e isenção para alunos comprovadamente carentes. É o caso da inscrição para vestibulares, dos serviços prestados pelos refeitórios e alojamentos universitários, bem como da emissão de diversos documentos, por essas instituições, particularmente, aqueles expedidos em 2ª Via. O Projeto também restringe, embora não explicitamente, a prática relativamente comum de cobrança de cursos de extensão, bem como o de pós-graduação, particularmente o de especialização e mestrado profissional, muitas vezes, oferecidos por suas Fundações de Apoio, em parceria com outras instituições.

Essa prática, vista com desconfiança por alguns, permite, todavia, que as instituições públicas de educação superior, obtenham recursos adicionais e enriqueçam a formação de seus discentes e, até, do público em geral, assim como ofereçam, não obstante suas limitações orçamentárias, novos cursos de pós-graduação *latu sensu*.

Ao vedar a cobrança de contribuição à taxa de qualquer natureza dos alunos e ex-alunos e prejudicar, sensivelmente, a oferta desses cursos nas instituições públicas, o Projeto acabaria por beneficiar os interesses do setor privado, os quais, em nossa avaliação não precisam dessa ajuda. Ademais, cabe lembrar que o público desses cursos é majoritariamente formado por profissionais, que já se encontram no mercado de trabalho; o que eles buscam é uma formação específica cujo conhecimento será utilizado, por exemplo, em exercício de profissional liberal ou de atividades que desempenham em suas empresas, muitas vezes de grande porte.

Por fim, deve ser ressaltado, parcela de recursos obtidos com as referidas taxas e com a inscrição nesses cursos, é usada para financiar programas em favor de estudantes baixa renda, de acordo com procedimentos variáveis, em cada instituição de ensino. Deixamos de lado, neste Parecer, a polêmica sobre a adequação da cobrança de encargos educacionais do ensino superior público, para analisar a necessidade dos efeitos da norma sugerida pela proposição e o que evidencia, de sua análise, é sua inadequação, no que se refere ao mérito educacional.

O Voto, Sr. Presidente. Em vista ao exposto, o voto é pela rejeição do Projeto da Lei da Câmara nº 40, de 2005. Esse é o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Em discussão. Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PMDB-MG): Eu quero só reforçar e concordar com a análise, eu diria, realmente, corajosa, do Senador Cícero Lucena, porque é sempre comum as pessoas gostarem de deixar de graça tudo e, no caso específico, ele tem, exatamente, ao rejeitar esse Projeto, porque não tem sentido, realmente, você não cobrar algumas questões, como ele bem referiu aqui, sem entrar no mérito de que a questão da universidade gratuita, no Brasil, acaba beneficiando mais as pessoas de nível econômico mais elevado, porque são aquelas que conseguem passar no vestibular com mais facilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Senador Wilson Matos, tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Eu também fico com o Relator para ser coerente com o que foi, realmente, dito aqui, que por exemplo, se cobra uma taxa do teste seletivo, isso é para divulgar os cursos para toda a região. Aí nós já tiraríamos esse poder das instituições. E é verdade, quanto a outros serviços prestados, pelas universidades públicas, é que eu vejo justa a cobrança de algumas taxas para manutenção desses setores, não mensalidade escolar, porque sa-

bemos que é público e gratuito. Então, eu voto com o Relator e parabenizá-lo, também, pelo Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Encerrada a discussão. Opa!

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Desculpe, Presidente, é que eu estava aqui, com tanta atenção, ouvindo as palavras do Senador que esqueci. Eu queria só, aqui, exatamente, somar, à opinião de todos que colocaram, exatamente, nesta questão. Realmente, existem algumas taxas que são cobradas que não deveriam e não poderiam ser, mas como o Projeto trata de todas as questões, eu também, acho que sou favorável a posição do Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Encerrada a discussão.

As Sr^{as}. e Srs. Senadores que forem contra o voto do Relator, que se retirem, todos permanecendo. Aprovado.

[risos]

Quero comunicar ao plenário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, por favor, pelo menos dê tempo.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Eu ia levantar...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PT-RS): Presidente, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Pois não, nós já estamos encerrando essa Sessão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PT-RS): Presidente, no Item 03 do qual eu tive prazer de ser Relator, o Projeto de Autoria do Senador Paulo Paim, nós fizemos apenas uma votação. Nós devemos confirmar, no caso, a votação da Emenda apresentada. Com os meus votos

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Submeto à apreciação da Emenda do Item 03. Mantenho o voto ao Projeto e à Emenda.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Inclusive o Autor assina embaixo da Emenda do Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Pelo consentimento, pela expressão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): De acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Então, os que concordarem, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PT-RS): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Não havendo mais Relatores presentes, vai dois comunicados:

Quinta-feira, Ciclo de Audiências Públicas: Idéias e propostas para Educação Brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, Autoria do Requerimento: Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Convidados: Arquimedes Diógenes Ciloni(F), Roberto Geraldo de Paiva Dornas(F), Professor Cláudio Moura e Castro(F), Tiago Franco Batista de Oliveira(F), Abib Salin Curi(F).

Comunicado: Comunico aos Srs. e Sr^{as}. Senadores o recebimento de correspondência do Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, convidando para o Seminário de Apresentação de Metodologia de Atendimento à Pessoa com Deficiência em Telecentros, desenvolvido pela Aceso Brasil a ser realizar no dia 23 e 24 de maio de 2007, às 09:30, às 18:00, no Auditório Petrônio Portela. Cabe ressaltar que toda a programação desse seminário encontra-se no seguinte endereço: www.acessobrasil.org.br.

[soa a campanha].

Declaro encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h17.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2007.

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência Eventual do Senador Sérgio Zambiasi e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Paulo Paim, Inácio Arruda, Gilvam Borges, Mão Santa, Geraldo Mesquita Júnior, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Valter Pereira, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Wilson Matos reúnem-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Renato Casagrande, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Paulo Duque, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Marconi Perillo, Papaléo Paes e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, o senhor Natálio C. Dantas, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN; Dascomb Barddal, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN; Sebastião Garcia, Superintendente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN, João Luiz Cesarino da Rosa, Secretário Executivo da Associação Beneficente e Educacional de 1858 (Mantenedora do Colégio Farroupilha); Ignez Vieira Cabral, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Nordeste Mineiro; Larissa Martino, Diretora Executiva da Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP; Thiers Theófilo Bom Conselho Neto, Diretor Administrativo Financeiro da Federação Regional dos Estabelecimentos de Ensino – FENEN; Prof. Ms. Jorge de Jesus Bernardo, Presidente da Associação das Mantenedoras de Ensino Superior de Goiás – AMESG; Lucimar Coutinho, Diretora Executiva do Instituto de Desenvolvimento do Transporte – IDT; Gabriela Rizza, Coordenadora de Desenvolvimento de Cursos do Instituto de Desenvolvimento do Transporte – IDT; Norma Avelar Ferro Costa, Coordenadora Acadêmica do Instituto de Desenvolvimento do Transporte – IDT; Anderson Macedo Jesus, Assessor Técnico de Educação da Confederação Nacional dos Municípios; João Roberto Moreira Alves, Presidente do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 013-CE de 2007, de autoria da Comissão de Educação, que visa realizar um Ciclo de Audiências Públicas, com o objetivo de debater as “**Idéias e Propostas para a Educação Brasileira**” e o **Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE**, de autoria do Governo Federal. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Arquimedes Diógenes Ciloni, Presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES; Prof. Cláudio Moura e Castro, especialista em educação e Presidente do Conselho Consultivo das Faculdades “Pitágoras”; Senhor Roberto Geraldo de Paiva Dornas, Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN. Ao fim da fala do Senhor Roberto Geraldo de Paiva Dornas, o Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, comunica que em virtude de compromissos em outra Comissão necessita ausentar-se momentaneamente da sessão, passando a presidência ao Senhor Senador Flávio Arns. Dando prosseguimento as exposições na ordem definida em pauta, falam a seguir o Senhor Thiago Franco Batista de Oliveira, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES e Senhor ABIB Salim Cury, Presidente da

Associação Nacional das Universidades Particulares - ANUP. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Wilson Matos, Marisa Serrano, Rosalba Ciarlini e Mão Santa. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às quatorze horas e dezoito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Flávio Arns**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2007.

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovada.

A presente reunião atende a requerimento aprovado de autoria da Comissão de Educação, para realização do ciclo de audiências públicas, com o objetivo de debater Idéias e Propostas para a Educação Brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação.

Dando início a segunda audiência do ciclo, solicito do Senador Wilson Matos, que acompanhe os convidados para tomar assento à mesa.

Bom, inicialmente, em nome do Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, quero agradecer a presença de todos os convidados, Doutor Arquimedes Diógenes Ciloni, Presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES; Roberto Geraldo de Paiva Dornas, Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - CONFENEN; Professor Cláudio Moura e Castro, Especialista em Educação e Presidente do Conselho Consultivo das Faculdades “Pitágoras”; Thiago Franco Batista de Oliveira, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES; Abib

Salim Cury, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares - ANUP.

Quero também registrar e agradecer a presença nesta Comissão, do senhor Natálio Dantas, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino; Dascomb Barddal, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino; Sebastião Garcia, Superintendente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino; João Luiz Cesarino da Rosa, Secretário Executivo da Associação Beneficente Educacional de 1858, Mantenedora do Colégio Farroupilha; Inês Vieira Cabral, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Nordeste Mineiro; Larissa Martino, Diretora Executiva da Associação Nacional das Universidades Particulares; Tíers Theófilo Bonconselho Neto, Diretor Administrativo Financeiro da Federação Regional dos Estabelecimentos de Ensino; Professor Jorge de Jesus Bernardo, Presidente da Associação das Mantenedoras de Ensino Superior de Goiás; Lucimar Coutinho, Diretora Executiva do Instituto de Desenvolvimento do Transporte; Gabriela Rizzo, Coordenadora de Desenvolvimento de Cursos do Instituto de Desenvolvimento do Transporte; Normas Avelar Ferrocosta, Coordenadora Acadêmica do Instituto de Desenvolvimento do Transporte; Anderson Macedo de Jesus, Assessor técnico de Educação da Confederação Nacional dos Municípios e outras autoridades aqui presentes que não foram nominadas, podem registrar sua presença junto a nossa Assessoria.

Em nome do Senador Cristovam Buarque, quero agradecer a presença de todos e o prestígio que estão nos dando, lembrando que esta é uma seqüência, é um ciclo de audiências. A previsão é da realização de dez ciclos, de dez audiências públicas e ao final, o Senador Cristovam Buarque vai apresentar a todos nós membros desta Comissão, um documento que será elaborado resultante destes ciclos de audiências públicas. E este documento será encaminhado também ao Ministro da Educação, ao Presidente da República.

Daqui surgirão, seguramente, dos depoimentos, das experiências que nós estamos recolhendo dos depoimentos que aqui são prestados, sugestões seguramente serão apresentadas ao Presidente Lula, para nós consigamos dar uma ainda melhor condição de ensino ao Brasil. Daqui seguramente nascerão elaborados dos depoimentos, das experiências que nós estaremos ouvindo e estamos ouvindo - esta é apenas a segunda audiência - são dez audiências públicas previstas, Senadora Marisa Serrano e serão apresentados projetos que vão contribuir e muito, seguramente, para o desenvolvimento da Educação Brasileira. Afinal,

a proposta é de idéias, exatamente essa, de Idéias e Propostas para a Educação Brasileira.

Quero imediatamente passar a palavra ao... O Doutor Arquimedes sugere começar pelos mais velhos, mas a ordem que foi me colocada aqui, me coloca por ordem alfabética, o que em algumas circunstâncias pode até aparecer um castigo. Não é. É o privilégio de ter este nome histórico e que o senhor carrega com orgulho, com toda a certeza.

Apresento o Doutor Arquimedes Diógenes Ciloni, que é Presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, que com certeza, nos traz ricas experiências. Tem 15 minutos.

SR. ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI: Obrigado. Esperando ficar dentro do tempo, porque o tema é bastante abrangente. Quero agradecer o convite da Comissão de Educação do Senado pela oportunidade que concede a ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, de participar de um debate tão rico.

E vou procurar me orientar até para permanecer dentro do tempo, com o documento que nos foi enviado em dois momentos pela Comissão de Educação Cultura e Esporte do Senado, o primeiro, por meio de um ofício assinado pelo Júlio Ricardo. E o segundo, já bem mais provocativo, enviado pelo Senador Cristovam Buarque.

Baseando-me, portanto, nas perguntas que nos foram feitas, quero começar tratando um pouco pela última: Quais as vantagens e desvantagens da criação de um Ministério específico para a educação de base? Eu penso que não é por falta de Ministério que nós estejamos enfrentando tantos problemas na educação básica. Entendo que não devemos ser levados jamais - infelizmente de quando em quando na imprensa a gente vê coisas do tipo como: "Gasta-se demais com o ensino superior e pouco com a educação básica", colocando-nos diante de uma escolha de Sofia: Qual filho nós vamos matar?

Entendo que não seja por aí, nós não devemos colocar essa dicotomia, temos que pensar o ensino como um sistema. E não vejo vantagens em termos dois Ministérios cuidando de uma coisa, que tem que ser necessariamente efetivada com uma visão sistêmica.

Penso que temos - e recorro aqui à própria memória do enfrentamento dos fatos - o Senador Cristovam quando nosso Ministro da Educação me recebeu na condição de Presidente da Comissão de Hospitais Universitários da ANDIFES, nos primeiros dias de mandato do Presidente Lula. E o Senador Cristovam, com certeza há de se lembrar, que nós já enfrentávamos dificuldades sérias, louvo aqui o muito que já foi

feito no Governo do Presidente Lula, mas não posso deixar de mencionar o muito que ainda falta por fazer nos hospitais universitários.

E hospital universitário é exatamente um exemplo da dualidade, nós temos dois padrões como Academia-Ministério da Educação, teoricamente, como Assistência-Ministério da Saúde. E o Senador Cristovam, como ex-Ministro sabe da dificuldade que é enfrentar uma questão que está afeita a duas chefias, digamos assim. Os hospitais, portanto, representam um emblema de que trabalhar sob duas égides, nem sempre é o mais indicado.

Penso também que criar um Ministério específico para educação básica, sem se mudar a Constituição a letra da Constituição. A educação fundamental continuará de responsabilidade dos municípios e o ensino médio de responsabilidade dos Estados; vai apenas dificultar ainda mais o que está faltando, que é uma concatenação de ações, que em boa hora o Plano de Desenvolvimento da Educação lançado em abril pelo nosso Presidente e por iniciativa do nosso Ministro Fernando Haddad, em boa hora procura enfrentar, exatamente dando essa visão de sistema para o enfrentamento dos problemas da educação básica. Poderia me estender nessa primeira questão, na quinta na realidade, a última delas, mas para ficar dentro do meu tempo, deixo claro a nossa postura de não acharmos que a criação de um Ministério para a educação de base, possa colaborar tanto para a solução dos problemas.

Uma outra questão que levanta o Senador Cristovam: O horário integral é uma condição para educação de qualidade? Sem dúvida. É um sonho que nós devemos perseguir, mas que está muito longe da nossa realidade. Minha mulher está no Canadá em pós-doutorado - e já fui lá, duas vezes, para visitá-la durante o ano em que ela irá permanecer -, e o meu enteado está numa escola integral, entra às oito e meia da manhã, sai às três e meia da tarde.

É lhe dada a oportunidade nas escolas canadenses, cuja realidade é incomparavelmente melhor em relação às nossas escolas obviamente - estamos muito longe do chegar a isso - mas foi lhe dada a oportunidade de escolher entre várias atividades culturais e de formação humana, como uma forma de complementação além da tradicional, do tradicional estudo de língua, matemática etc e etc.

Embora, não seja bom para os meus ouvidos, nesses sete ou oito meses que ele está lá, já aprendeu a tocar guitarra que ele preferiu se encaminhar para a área artística. No mínimo, eles oferecem pela educação em período integral, alguma coisa muito próxima daquilo com que a gente sonha.

Outra pergunta que o Senador Cristovam nos faz: Como fazer um pacto nacional de longa duração dos partidos, governos, empresários, professores, movimentos sociais e etc pela educação? Eu acho que o caminho está dado através do Plano de Desenvolvimento da Educação.

Acho que nós temos uma oportunidade de focando bem a legislação que nós já dispomos e os recursos que serão disponibilizados, nós temos condições de organizar esta visão de sistema.

A visão de sistema ela nasce necessariamente - até porque não se vai fazer recuperação do ensino básico, sem necessariamente começar a enfrentar algumas questões pelos formadores que somos - as instituições de ensino superior. Nós temos que nos pensar temos que chegar em algum momento - e essa é uma das propostas que a ANDIFES apresentou para a reforma universitária; em algum momento a termos organizado o Sistema Nacional de Ensino Superior com obrigações, com direitos, com controle social muito bem delineado, também, sobre o sistema particular, para que a gente tenha condições a partir da legislação - o papel dos senhores que são legisladores - organizarmos um processo que será necessariamente demorado de recuperação da escola pública.

É preciso lembrar que nós ainda temos - e as universidades precisam fazer a sua parte nesse enfrentamento - problemas sérios como a questão dos mais de um milhão de professores leigos, que não dão aula nos cursinhos, nem nas escolas particulares pagas no ensino básico, dão aulas das escolas públicas nas periferias. Nós ainda não resolvemos a questão, portanto, da oferta de professores com titulação para o ensino público básico.

Nós ainda não resolvemos a questão da oferta, principalmente no ensino médio, que hoje na minha opinião é o grande gargalo da Educação nesse País. E portanto, nós temos que como sistema nacional de ensino superior passar ao enfrentamento dessas questões.

Nós vamos gastar anos formando docentes para essa necessária recuperação. Esta aí o Projeto da Universidade Aberta fazendo a sua tarefa nesse sentido. Está aí o Projeto de Expansão das Universidades Federais, cito como exemplo - não nosso falar de todas - cito como exemplo o nosso próprio a Universidade Federal de Uberlândia, exatamente, pela falta de professores na educação pública básica na região abriu um novo campus, graças à iniciativa do Ministro Fernando Haddad, em Ituiutaba, cidade a cem quilômetros de Uberlândia. Lá nós criamos sete licenciaturas, queríamos ter criado nove, não conseguimos pela maior falta de apoio, exatamente para enfrentar a falta de

professores que infelizmente a nossa região ostenta, como um dos nossos indicadores mais difíceis de serem enfrentados.

É preciso mencionar que pensando como sistema com divisão das obrigações, nós podemos e devemos tratar um pouco melhor das nossas atividades extensionistas. Não posso falar obviamente pelos demais sistemas, vou apenas frisar um pouco do que penso que seja um caminho para as universidades federais.

A maioria das instituições ou não tem, quando tem está abrigado num Conselho maior. Nós não temos ainda, os Conselhos de Extensão nas universidades públicas, com a devida valorização que a extensão merece. Quando falamos - e praticamos muito isso nas universidades públicas - em indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, nós temos aí duas primas ricas, relativamente falando, que é a graduação e que é a pós-graduação, mas que infelizmente tem uma prima pobre, no caso da ação extensionista de maior interesse social. Óbvio que temos extensão muito bem paga, como por exemplo, os nossos cursos *latu sensu*, óbvio que temos extensão remunerada de forma insuficiente.

E aí, puxo novamente, um gancho dos hospitais universitários, que é uma forma de extensão remunerada, mas nós não temos valorizado - e esta é uma lição que as universidades precisamos fazer a atividade extensionista e temos mecanismos já para fazê-lo. Cito um exemplo, poderíamos valorizar um pouco mais as atividades complementares em termos de carga curricular. Quando tentamos fazer isso enfrentamos uma resistência muito grande, especialmente, na graduação. Quando você enfrenta uma reunião de Conselho, tentando colocar 10% da carga curricular como atividade complementar onde se caberia, por exemplo, atuação de estudantes que deveriam necessariamente concentrar - já que estamos aqui tratando especificamente do problema da educação básica - concentrar sua atividade em se aproximar e ajudar e conhecer a realidade social que o cerca, trabalhando nas escolas públicas da periferia da região em que estejam instaladas essas universidades. Em geral os coordenadores de graduação encontram dificuldades para entender essa questão. E o máximo que você consegue é colocar de cinco até dez por cento como atividade complementar.

Além dos Conselhos de Extensão não terem a devida valorização, as atividades de extensão quando têm coordenador, o coordenador não é remunerado. Nós remuneramos coordenadores de graduação, coordenadores de pós-graduação, não remuneramos coordenadores de extensão.

E esta é uma matéria que tenho certeza, é muito cara para o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão e que tem que ser necessariamente tratada com o Ministro da Educação. Aliás, um dos problemas que estamos levando já na Presidência da ANDIFES ao Ministro, é o fato de que muitos cursos de graduação e de pós-graduação criados nos últimos anos ainda não dispõem da FG.

Nós temos coordenadores que recebem FG, a função gratificada na graduação e na pós-graduação e, temos outros aguardando - alguns há muitos anos - que este direito já contemplado nas nossas carreiras seja efetivado. Fica difícil num cenário em que faltam funções gratificadas para coordenadores - que já o são pela legislação - falar em função gratificada para extensão.

Mas se nós déssemos esse fomento para extensão, facilitaria que os professores e principalmente os estudantes das universidades públicas, fossem para as escolas públicas de ensino básico ajudar. Não adianta eu colocar estudantes de física, de computação, em escolas públicas que não dispõem de laboratório de física, que não dispõem de laboratório de química, quer dizer, há que haver uma contrapartida.

Nós nos dispomos a fazer a nossa parte, é preciso que mediante legislação, o PDE prevê isso, os governos municipais e estaduais também façam a sua parte. Há que se criar um grande programa de fomento, para que a gente tenha condição de equipar, de reequipar as escolas públicas [soa a campainha] - disponho ainda de mais um minuto? Portanto, nós deveríamos repartir atribuições com os governos estaduais e municipais. Esses se encarregariam de colocar livros nas bibliotecas, equipamentos, nós iríamos treinar, re-treinar, re-capacitar professores, treinar os alunos, quer dizer, isso também ajudaria na superação dos problemas.

E a outra grande questão que eu não posso deixar de mencionar, o FUNDEB está aí, também para ajudar nessa direção. Uma grande questão que levanta o Senador Cristovam, dentro dessa terceira pergunta: Como fazer para que todas as escolas do Brasil tenham boa qualidade? É preciso dar dignidade a carreira de professor. Se nós temos hoje, como temos o parque nacional de pós-graduação, tão forte e tão consolidado nas universidades federais, é porque os professores federais temos carreiras. É preciso que se dissemine pelo País, um plano de carreira que valorize. Nós precisamos atrair talentos para essa tarefa e não é remunerando professores, que além de mal pagos trabalham 44, 48 horas por semana e gastam os fins de semana corrigindo provas, de salas de aulas com alunos, como

eu vi ontem uma matéria com 56, 60 alunos por sala, torna-se impossível falar em recuperação.

Passa - e eu quero deixar essa mensagem final - pela necessária e já de há muito atrasada da recuperação da dignidade do professor da escola pública básica. Obrigado. Desculpe Sérgio, espero ter ficado dentro do tempo, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Perfeito. E, aliás, o tema é de tamanha importância, que obviamente a Comissão sabe entender, os minutos a mais que eventualmente o palestrante utiliza, até porque todos os depoimentos serão posteriormente colocados - e estão permanentemente disponibilizados para os Senadores e aos interessados e ao final se transformarão num livro; porque seguramente estas experiências e estes depoimentos aqui, eles terão valor muito especial para se oferecer ao Governo e a comunidade em geral, como idéias de uma proposta de Educação.

Nós estamos falando em ciclos e uma das notícias de ontem e de hoje é exatamente a questão dos ciclos, e seguramente foi uma professora do Rio de Janeiro que foi--

SR. ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI: Exatamente. Essa matéria a questão, perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Se referiu a quase 60 alunos numa sala de aula e --

SR. ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): E que em função disso, ela não tinha nenhuma condição de examinar adequadamente o grau de informação que cada aluno está recebendo. Então, essa é uma questão que seguramente, será debatida com profundidade aqui, a questão dos ciclos adotados em alguns Estados, em alguns Municípios e contestado em outras regiões.

Eu quero passar a palavra, então, para os próximos 15 minutos ao Professor Roberto, perdão, Professor Cláudio Moura e Castro, que é especialista em Educação e Presidente do Conselho Consultivo das Faculdades Pitágoras.

SR. ROBERTO CLÁUDIO MOURA E CASTRO: Pois bem, eu gostaria de fazer alguns comentários sobre o PDE e, alguns comentários sobre as propostas do Cristovam.

Sobre o PDE. Vamos viajar um pouquinho, vamos supor que eu quero empreender uma viagem de estudo, viagem física. A pé. E aí, alguém me disse: "Por que você não vai de bicicleta?" Eu disse: "Tudo bem, mas para fazer essa viagem de bicicleta, eu preciso saber andar de bicicleta". A viagem da educação, ela se dá num território eminentemente escrito, a era herança da

civilização ocidental é uma herança escrita. Então, a viagem da educação, ela só pode ser eficiente, se eu dominar os códigos que me permitem o acesso a essa linguagem escrita, ou seja, eu tenho que saber ler.

Quem não lê é como quem vai viajar, deixar uma bicicleta parada e vai a pé, porque não sabe andar de bicicleta. Ou seja, a leitura é a maneira pela qual eu tomo conhecimento, eu estudo, eu me aproprio dessa herança total que nós temos.

Ler não é educação, ler é a ferramenta que permite ao acesso à educação. E o que SAEB nos diz? Que mais ou menos 55% dos meninos chegam à quarta série sem saber ler, ou seja, funcionalmente analfabetos. Se isso é assim, eles não têm a ferramenta para a viagem da educação. E se isso é assim, todas as outras prioridades da Educação Brasileira empalidecem, somem, tem que estar no *background*, tem que estar no fundo.

Muito bem. O MEC levou quase quatro anos para descobrir isso, começou com uma versão piorada do MOBILAL, que obviamente não podia dar certo. Passou por uma reforma do superior tão mal, onde o Ministro foi tão mal assessorado que começaram a chamar de reforma universitária, quando existem 200 universidades e 2000 e tantas faculdades, quer dizer, que reforma é essa que só pega 10% do superior? E que cuja natureza, cujas idéias principais eram perfeitamente insalváveis. Acertou no ProUni, o FUNDEB ainda é uma promessa de dinheiro, não é educação, ainda há dúvida não sabemos exatamente como é que vai ser distribuído, de tal maneira que foram quatro anos de tropeço, de muita incerteza e de falta de rumo.

Alvíssaras: O fundamental virou prioridade para o MEC. Essa é a melhor notícia que nós podíamos ter. É para festejar - pelo menos parece que virou.

E o PDE, digamos, materializa essas idéias. Materializa o que o MEC hoje está pensando sobre ensino, com maior foco no fundamental. O PDE tem algumas coisas ótimas e nenhuma horrível, portanto é um avanço extraordinário. Ele tem o seu elemento mais importante - e que a imprensa não entendeu - o IDEB que é o indicador, que mede velocidade de avanço dentro do sistema e o tanto que o aluno aprendeu, no fim de cada ponto de referência desse - que é quarta, oitava e décima primeira. Portanto, combina o inverso do atraso com o tanto, com o nível de aprendizado.

Portanto, é um índice que junta tudo o que a gente precisava juntar para medir o desempenho de uma escola, de um município ou de um Estado. E a gente grande graça do IDEB é que ele permite criar um mecanismo de premiação e de apoio, que não precisa de uma burocracia gigantesca. Porque basta dizer: "Quem aumentar três pontos ganha um prêmio de tanto".

O IDEB é baseado em estatísticas que já existem e uma prova que já existe, os avanços, portanto, podem ser capturados pelo computador; um algoritmo de computador transforma isso em prêmio e, precisa um funcionário do MEC para distribuir o tanto de dinheiro que houver para distribuir. Não há nada mais simples. Por que o que acontece?

O MEC não tem escola. O MEC tem que passar através de burocracias intermediárias. Isso é um desastre. Todos os programas do MEC, FNDE, não sei o quê, são milhares de projetos que não têm a mais remota condição de ser burocraticamente examinado.

Então, o IDEB permite chegar nos municípios - esse é um problema difícil, quer dizer, como que o MEC chega no Município? O IDEB permite chegar ao município com eficiência, premiando quem avançou. Não pode haver nada mais revolucionário no ensino fundamental. E permite também mediante um certo licenciamento, tentar tirar a política da escola. Não sabemos a que medida vai acontecer, mas se fizer alguma coisinha nessa direção já é um grande avanço.

Outro elemento interessante, a Provinha Brasil, que é aplicada no segundo ano e permite a detecção precoce do fracasso em alfabetizar. O que a gente sabe? Toda escola razoável deveria alfabetizar 100% os seus alunos no primeiro ano. É assim em todos os países razoáveis - não vamos nem falar de primeiro mundo - todos os países razoáveis, todas as escolas razoáveis alfabetizam todo mundo no fim do primeiro ano.

A Provinha Brasil captura o êxito ou o fracasso nisso, portanto, ela permite um foco cirúrgico no problema mais grave que pode haver na educação de um País, que é a incapacidade da escola de ensinar as crianças a manejar a ferramenta que permite a elas serem educadas mais adiante. Portanto, brilhante.

Apoio as piores escolas. Também é um ato de equidade e lá nas primeiras escolas... Que dizer, vamos fazer grandes concursos, vamos fazer grandes coisas e, nas piores escolas, nos piores municípios ir dá um apoio, para eles darem uma primeira levanta. Depois disso, começam coisas que já não me convenceram tanto.

Quer dizer, uma expansão da escola técnica eu tenho dúvida. O MEC tem uma grande inapetência para empresa, para o mercado, para a proximidade com o mundo do trabalho. Há muito preconceito dentro das escolas, há muito preconceito dentro do MEC.

Alguns dos escritos, das musas inspiradoras das pessoas que estão nessa Secretaria do MEC, são anti-capitalismo, anti-mercado, anti-empresa. E, uma escola técnica que é anti essas coisas todas, jamais poderá preparar as pessoas para fazer, para exercer

as ocupações que estão lá. Portanto, eu tenho que algumas dúvidas.

Eletrificação não é educação, nem preciso mencionar. Ônibus é um negócio curioso. Todos os países de primeiro mundo - estamos falando aqui de Estados Unidos, Canadá, Suíça, Suécia e Finlândia - têm melhores e milhares de escolas unidocente, ou seja, um professor ensina todos os níveis. E eu tive - apenas para ilustrar, porque os dados estatísticos são muito eloquentes não precisa disso - o Tosh(F) [inaudível] Que o é o maior educador europeu, pelo menos era, estudou numa escola com um professor só, unidocente e disse que achou tão bom quanto qualquer outra não tem nenhuma dúvida. O que acontece?

O ônibus escolar ele custa bem mais do que o custo aluno-ano. A operação do ônibus é mais do que oferecer educação. Portanto, eu não vejo isso como uma solução da direção correta. O que tem que fazer é ensinar os professores a operar na escola unidocente e não ter preconceito quanto a isso, porque a Finlândia tem um monte de escolas unidocentes, que funcionam maravilhosamente e a educação deles é a melhor do mundo. Portanto, não é por aí é só na cabeça dos professores ensinarem as técnicas para usar isso que existem já no Brasil.

Piso salarial. Esse aí eu não me convenço. Acho que há dificuldades, acho que há uma possibilidade de um reforço federal, num mecanismo de credenciamento, ou seja, apoiando uma formação de professores de qualidade, precisaria mexer.

O papel das universidades públicas eu não vou falar. É muito complicado para começar, não daria para parar em um minuto.

Eu passo em seguida ao pedido do Senador Cristovam, os comentários. O primeiro deles: Como é que conserta essa educação básica? Primeiro. Foco obsessivo dos primeiros dois anos; bons livros para todo mundo; professor sabendo usar o livro; professor que aprendeu a alfabetizar; fez curso como alfabetizar e, os melhores professores colocados para as turmas mais difíceis. Quanto pior a turma, quanto mais difícil a turma, melhor tem que ser o professor.

Tempo integral. Aí eu estou em rota de colisão com o Senador Cristovam. Os municípios gastam 20% do seu orçamento em educação, se nós tivermos dois turnos vão ter que gastar 40; da Secretaria de quem que vão tirar esses 20% adicionais? Eu não vejo uma solução política para isso.

Bom, em segundo lugar. Todos os países de primeiro mundo hoje, chegaram a ter uma educação de excelente qualidade sem tempo integral. De que nós estamos falando? De cinco seis anos, desculpe, de cinco, seis horas de escola por dia, isso é mais de que

suficiente para uma educação de primeiríssima qualidade. Isso pode ser feito sem tempo integral.

Terceiro lugar. Toda evidência que nós temos no Brasil - pelo menos a que eu conheço - mostra que as escolas de tempo integral, não apresentam resultados educacionais melhores do que as escolas de um turno, ou seja, não há evidência brasileira de melhoria da qualidade da educação.

Portanto, do ponto de vista de uma solução universal nem é possível e nem é necessário. Porém, há um caso de extraordinária importância onde o tempo integral é importante. São crianças vulneráveis, crianças em risco de aprontar, meninos que estão em regiões, onde eles têm uma grande probabilidade de pender para direção errada.

Então aí, nós precisamos tirar esse menino da rua de uma forma muito seletiva, muito focalizada e com recursos que existem, porque se nós pensarmos no Brasil como um todo, nós não estamos falando sequer de 10% da matrícula, ou seja, é possível, é viável e, é imprescindível tempo integral, para crianças que tem um risco de delinquência de comportamentos anti-sociais e etc.

Finalmente a sugestão de criar um Ministério separado para educação básica, eu parto da hipótese de que a meta - pelo menos é a minha meta, e eu acho que é a meta do Senador Cristovam - fortalecer o ensino básico. Mas depois de trabalhar no MEC, alguns anos; depois de ver o MEC como consultor do Ministério Paulo Renato, funcionar durante vários anos o que me chama a atenção é a fragilidade do material humano, a fragilidade técnica das Secretarias que lidam com a educação fundamental.

Qualquer reunião que tenha SESU CAPES e ensino fundamental, o pessoal da educação fundamental nem tem coragem de abrir a boca. Eu não estou falando de agora, eu estou falando de coisa que vem de mais... Então, se nós separarmos os dois Ministérios e deixamos o Ministério da Educação Básica sozinho, ele estará politicamente ainda mais frágil. Essa é a minha hipótese de trabalho. Quer dizer, pelo menos a presença dos Reitores, dos ex-Reitores das equipes técnicas, do pessoal da CAPES, garante na briga pelo orçamento, uma fração razoavelmente importante - na hora de dividir, claro que as universidades levam vantagens -, mas ainda sobra uma migalhinha para o ensino básico. O meu medo é que se separar, o Ministério da Educação Básica, vai ser ainda mais frágil do que é a Secretaria da Educação Básica dentro do MEC. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBAI (PTB-RS): Agradeço o depoimento do Professor Cláudio Moura e Castro. E registro também a presença

aqui, do Doutor João Roberto Moreira Alves, Presidente da ABTE, Associação Brasileira de Tecnologia Educacional.

E passamos imediatamente a palavra, ao Doutor Roberto Geraldo de Paiva Dornas, Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

SR. ROBERTO GERALDO DE PAIVA DORNAS:

Sr. Senador Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. e Srs., de propósito nós pedimos ao Senador, Presidente que desse a palavra ante de nós ao Cláudio de Moura Castro. É evidente Cláudio, que é uma homenagem a você, por ser essa pessoa que há anos vem brigando pela educação, com muito bom senso e conhecimento.

E evidente também que é para tranquilidade minha. Por aí, afora por esses anos quando eu falo antes de você, eu fico mais calmo, mais quieto, porque o que eu errar, o que eu não falar você vai dizer. E quando eu falo depois de você melhor, que eu não tenho muito a acrescentar. Então é homenagem. E nessa hoje homenagem, eu começo por uma expressão que eu tenho usado e você tem usado: O que está faltando na Educação Brasileira é arroz com feijão bem feito.

Você falou em arroz com feijão, eu falo em arroz com feijão. Como você é mais importante do que eu, para não dizer que eu estou plagiando, eu parei de falar nisso. Mas hoje já há tanta gente falando em arroz com feijão, que eu como mineiro e você, que agora mora em Minas Gerais, já podemos querer acrescentar algum torresmo nisso aí, para melhorar um pouco.

A verdade é que quando se trata de Educação Brasileira e, a consequência da má educação todo mundo sabe está aí, a própria sociedade uma consequência disso. A verdade que tudo está na educação básica.

E a educação básica, então, aí usando a expressão. Não há muito o quê inventar de sofisticação, de penduricalho, de enfeite. O que há necessidade é de uma educação básica, que cuide desse arroz com feijão bem feito. E principalmente na rede pública, porque a rede pública é aquela que abrange a maior parte da população. Aquela população que desvalida, ela não tem meios, recursos próprios, de se fazer ou suprir, a falta que lhe faz essa boa educação básica.

A hora que essa educação básica for bem feita e, a partir da alfabetização - e de alfabetização para valer - nós temos a consequência desse aluno pelo resto do curso que for fazer pela escola superior, pelos pós, pós, pós e principalmente na vida profissional.

E essa educação básica, que volto a dizer, principalmente na rede pública, ela tem que ter um outro objetivo. A sociedade que está aí é uma sociedade que não nos agrada a nenhum de nós. Então, é uma escola que tem que cuidar não só de instruir, mas cuidar,

sobretudo, de formar. E ela precisa ser uma agência, que de certa forma, ajude a retirar da rua, do ócio e do vício, essa criança que hoje não chega a viver mais de 15, 16 anos.

E ela precisa ser também um instrumento - e aí, combinados com as condições empresarias de trabalho, ela precisa ser um instrumento que possa propiciar ao jovem estudante a partir de 16 anos, a inserção, a inclusão no mercado de trabalho, porque aí, ele irá por si.

Então, tudo se baseia numa educação básica e, sobretudo, na educação básica na escola pública. E quando se diz - e aí, Cláudio, eu vou repetir - quando se diz: arroz com feijão, o que nós precisamos primeiro é alfabetizar e alfabetizar todo aquele que tenha seis, 60 ou 120 anos, que ele seja alfabetizado é o princípio do caminho é o degrau inicial da escada.

E a partir daí, que ele seja capaz de ler, de escrever, de entender e de desenvolver o raciocínio matemático básico. Este é um instrumento. Este instrumento ele vai aperfeiçoar, pela vida afora, no momento que tiver condição de atualizar.

Eu costumo dizer que, às vezes, acontece na escola brasileira uma enganação de todo mundo. A escola finge que ensina o professor às vezes, apertado com um monte de problemas que ele vive, finge que dá aula, o aluno finge que aprende.

Agora, há coisas que precisa ser colocada o dedo na ferida, é impossível - é impossível - uma escola que promova automaticamente pelo decurso de tempo. É impossível dizer que este menino porque cresceu demais, ele vai passar da primeira para a sexta série. Isto é eliminação do sistema de mérito.

E isto, é simplesmente o levar, empurrar para estatística, isto é desestimular o aluno na sua aplicação e no seu interesse. Não se tem que reprovar, por reprovar, mas é preciso, porque todos nós somos avaliados o tempo todo na vida e em qualquer momento.

Como a escola simplesmente empurra, depois é necessário criar mecanismos de inclusão na escola superior, que não é pelo mérito. E aí, nós aniquilamos também a escola superior.

Há necessidade de repensar todo este modelo que está aí. Como a matéria ela não é complicada, mas é grande nas várias sugestões e, nós temos um determinado tempo, o que estamos prometendo, Senador, é que por escrito, enviaremos um documento mais completo com todas as sugestões. Mas achei ótimo, quando o Senador Cristovam Buarque, objetivou em cinco perguntas, que começaremos a responder pela terceira.

Como fazer para que todas as escolas do Brasil tenham boa qualidade e qualidade que, aliás, descul-

pe, a quarta: Como fazer um pacto nacional de longa duração, dos partidos, governos, empresários, professores, movimentos sociais etc, pela educação?

Nos parece, que padecemos de modismos na Educação Brasileira. Momentos. Cada governante do Estado, do Município, ou o que seja, em cada momento, enfoca um determinado ponto. Faz-se política na Educação, mas não se faz política educacional. Felizmente e, a gente vê com muita alegria, o Governo hoje, demonstrar a preocupação com educação básica, porque infelizmente o Ministério da Educação e, o Governo de um modo geral, sempre se preocupou com o ensino superior: então, preocupo com o acabamento e não me preocupo com o alicerce? O que PDE, tem esse mérito, se não tiver outros, ele está voltado para a educação básica.

Agora, não acredito em pactos pura e simplesmente, em convênios, em propósitos, porque os governos passam, o tempo passa e, se não tiver o caráter obrigatório e aquele orientador para todos vai cair, até por uma questão de interpretação. Então, a esta altura, entendemos que a LDB que está aí, está precisando de uma reforma, não em todos os pontos, a pequena reforma, exatamente para atingir e colimar esses objetivos maiores.

Por isso, senhor Senador, entendemos que há necessidade realmente de mexer em alguns artigos e, nos propomos a enviar, depois, uma proposta completa por aí. Agora, senão for através de lei que obrigue, a qualquer governante, a qualquer empresário, a qualquer estudante, a qualquer professor, a qualquer escola, em qualquer época, achamos difícil que isso aconteça.

A primeira, pergunta do Senador Cristovam, nós arrolamos algumas medidas que esgotam o alfabeto. Evidente, que para esgotar o alfabeto com cinco minutos, vamos dar uma demonstração de não alfabetizado. Mas algumas precisam ser destacadas. O aumento de carga horária, de permanência do aluno na escola é necessário? É. Mas esse aumento de carga horária, aumento de número de horas e principalmente, na escola pública.

Cláudio, eu vou discordar um pouco, na escola pública no mínimo, para que essa criança seja afastada do meio ruim em que ela está. Isso é fácil de fazer? É fácil. O que hoje se chama turno oposto é o turno que vai se dar reforço, a recuperação, a atividade física, atividade cultural, atividade artística etc e etc. Isso se pode fazer com um pouquinho de bom senso, um pouquinho mexido na legislação, com monitor, com estagiário, que de certa forma vai atender a condição de, aquele que é o estudante do ensino superior, para se

tornar professor exercer a prática que se exige dele. É possível? É.

Entendemos que o aumento do número de horas, não implica aumento de número de dias letivos. A gente vê o tempo todo falar em dias letivos, prender é uma coisa a outra é não fazer. Nós temos um calendário civil cheio de feriados e, mais alguns que são espremidos.

Pega-se um calendário para botar 200 dias dentro de dias úteis mesmo, é difícil. Então, aumente-se a carga horária em cada escola, em cada situação, ela vai adaptar essa carga horária ao número de dias. E que ela não funcione só para aula e, só para avaliação, que ela funcione para atualização do professor, para o aprimoramento do professor, tudo dentro do próprio ano letivo.

O que não podemos é ter 365 dias no ano e, simplesmente 200 dias por aí, mal e porcamente dedicados à educação. Então, vamos dizer o seguinte: “A escola só pode parar 45 dias por ano”. É o suficiente para tese e recesso. O resto é trabalho. O que não significa exatamente trabalho com aula etc, etc, etc.

E o importantíssimo, se nós queremos alfabetizar e aí, voltamos e insistimos. O que nós precisamos é que todos saibam ler, escrever, entender e desenvolver o raciocínio matemático, a preponderância da leitura e redação em todas as séries, em todos os graus.

Entendemos sim, que o ensino médio com uma quarta série e, uma quarta série específica, é um aumento de escolaridade possível no Brasil.

Uma quarta série específica, ou em que, ou se vai fazer a profissionalização, ou que se vai fazer, aí sim, a preparação específica para o curso superior, para ingresso no curso superior; cabendo ao aluno definir qual dos dois, às vezes, até os dois, porque há necessidade àqueles que precisam de imediato ganhar um grau técnico para trabalhar e aí, ele por si poder continuar.

Temos realmente de A a Z e, estamos talvez no A e B apenas nesse alfabeto todo. Basicamente repetiríamos: Reforçar ao máximo a educação básica, sobretudo a escola pública, que ela mantenha lá dentro da escola, até como centro comunitário, o maior tempo possível esse aluno, principalmente o aluno que está entregue a própria sorte.

E, sobretudo, que trabalhemos para que todo o brasileiro saiba ler bem, ler coisa que preste, que saiba redigir, que saiba comunicar e que saiba desenvolver o raciocínio [soa a campainha] matemático.

Diria que inclusive, para ingresso no ensino superior, pelo menos o exame e a nota em Língua Portuguesa e Matemática e numa língua estrangeira é extremamente necessário. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIAI (PTB-RS): Obrigado, Professor Roberto. Passamos agora a palavra ao Thiago Franco Batista de Oliveira, que é Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES.

SR. THIAGO FRANCO BATISTA DE OLIVEIRA: Um bom dia a todos e a todas, Senador, Senadores presentes. Bom, essa discussão da educação de qualidade, educação no País, é uma discussão bastante complexa e obviamente que a gente tem oportunidade, aqui hoje, de dizer algumas coisas de forma bastante breve.

Mas eu iniciaria, antes de passar a falar de alguns pontos do Plano de Desenvolvimento da Educação, que foi apresentado recentemente, até menos das provocações feitas pelo Senador Cristovam Buarque, algumas reflexões que a gente tem feito no Movimento Estudantil Brasileiro, a respeito do tema educação de uma forma geral.

O que é a tal da educação de qualidade? A gente fala: “Nós queremos educação pública, gratuita, de qualidade para todos”. Mas o que é isso mesmo? A gente fica meio se perguntando, o que é essa tal educação de qualidade. A resposta mais comum hoje, que você pega assim, você pergunta para alguém: “Pra você o que é educação de qualidade?”. “É conseguir passar no vestibular”.

Então, é um pouco isso o que a turma tem dito. E a gente precisa... Eu acho que um primeiro passo é a gente começar, a gente vencer essa confusão que existe. Porque, se a gente começar a entender, de fato, e criar políticas públicas para criar uma educação de qualidade, para aprovar no vestibular, nós estamos indo para o caminho errado.

Eu acho que essa seria uma primeira coisa, para gente ter em mente, na hora de pensar em políticas públicas educacionais. Porque tudo bem, passar no vestibular, aprovar para a universidade é importante, está tendo uma luta grande para isso para democratizar o acesso à universidade, para democratizar o acesso ao ensino superior, para ter mais acessos e tudo mais. Agora, a função da escola, da educação básica, não pode ser aprovar no vestibular. O acesso à universidade tem que ser uma consequência dessa educação de qualidade, não uma obrigação dessa educação de qualidade. O objetivo dessa educação de qualidade. Eu acho que isso seria uma primeira coisa.

E aí, essa educação de qualidade, em nossa opinião, é uma educação que vai possibilitar formar cidadãos e cidadãs, que tenham condições de compreender o mundo que a gente vive e, inclusive, ter as ferramentas para transformar esse mundo. E aqui eu não quero entrar na discussão, sobre como cada um

vai querer transformar esse mundo, porque eu acho que isso já é uma discussão da opção que cada um e cada uma, vai poder fazer a partir de uma educação de maior qualidade.

Mas acontece que se essa educação, não der oportunidade para cada um e para cada uma, cidadão e cidadã nesse País, construir essa opinião de como quer o mundo, se quer transformar ou não quer transformar, como que quer que esse mundo seja aí nós estamos negando.

Então, nós temos que trabalhar nesse sentido, da educação das possibilidades de conhecer o mundo e, perceber como o mundo é, e dar condições de querer transformar ou não, fazer suas opções ideológicas ou não, para caminhar nesse mundo que a gente vive transformando da maneira como cada um quiser.

E aí, qual que é o problema, então, dessa educação que a gente tem hoje? É que ela não dá essa possibilidade, ou melhor, ela dá a possibilidade para poucos. Então aí, pode se dizer que tem uma coloração ideológica nessa opinião que eu vou dar aqui, agora, é uma realidade a educação no País, ela é dual desde o início da sua existência. Ela é feita para alguns de um jeito e para a maioria de outro.

Então, isso é que tem sido o gargalo. Então, quando o Senador pergunta: O que precisa ser feito, para um grande pacto nacional? É o seguinte, precisa ter então uma prioridade política. Precisa vencer barreiras, daqueles que não querem que as coisas mudem. Porque o que na prática acontece, é que aqueles e aquelas que sempre dominaram, sempre foram dos setores dominantes no nosso País, a esses não interessa uma educação de maior qualidade, porque pontualmente dizem: “Não, precisa melhorar isso aqui”. Mas por quê? Porque isso interessa a eles, do ponto de vista de formação de mão-de-obra, muitas vezes mão-de-obra barata. Então, a gente precisa avançar nesse sentido, do que é essa educação e para onde a gente vai.

E nisso a provocação do Senador Cristovam, quando ele fala no texto dele, quando nos convida a participar desse ciclo de debates aqui é o seguinte: A gente precisa sair do caminho da evolução e dar o passo da revolução educacional no nosso País, porque se a gente deixar ela evoluir da forma como vem evoluindo, a dualidade, as desigualdades vão se perpetuar. Então, a gente precisa dar esse passo revolucionário na educação, para poder vencer essas barreiras de desigualdade de dualidade que existe na Educação Brasileira hoje.

Então, eu acho que isso seria uma primeira observação geral. E aí, gente eu acho que começa, para gente vencer três coisas. Primeiro. Estudante... Jovem, a

juventude brasileira hoje não gosta da escola. A escola hoje é um ambiente extremamente desagradável para a juventude brasileira. E a gente não gosta da escola. A gente chega lá é um monte... É só obrigação, obrigação, obrigação, nenhuma oportunidade de nada, entendeu? Relações extremamente antidemocráticas dentro da escola. Relações extremamente autoritárias - e eu não quero aqui dizer que não tem que ter relações de autoridade - mas relações autoritárias e antidemocráticas são constantes na Educação Brasileira.

Então, estudante-professor, professor-estudante, direção-professor, direção-estudante, escola-família, família-escola, comunidade-escolar, essas relações são muito desencontradas e, na maioria das vezes muito ruins. Então, se não conseguir vencer esse tipo de coisa é difícil, você gostar de um ambiente, ou você querer viver num ambiente em que as coisas não são democráticas, então eu acho que seria uma coisa. Então, estudante não gosta da escola.

Nós temos hoje a geração... A minha geração e, talvez, algumas anteriores a minha e, as mais jovens do que a minha geração é o seguinte é uma geração que não gosta de ler. Ler hoje para minha geração é uma coisa careta.

Ler é uma coisa careta. A gente precisa vencer isso também, ler no Brasil hoje é careta, é coisa de nerd que se fala coisa de CDF de não sei o quê, e por aí tem várias gírias por todo o País para isso. Então, a gente precisa vencer essa barreira.

E aí a principal, que já dita aqui é o seguinte, ninguém quer ser professor no Brasil, ninguém quer ser educador no Brasil hoje. Como é que nós vamos chegar a uma educação de maior qualidade com isso? Com juventude não gosta da escola, ninguém quer ser professor e ninguém gosta de ler. Então, nós precisamos ver, como é que a gente manda por aí.

A UBES, a gente tem um documento aprovado em 2004, mas que a gente mantém ele... Obviamente, que ele tem algumas coisas que já passaram e que já estão vencidas, por questões ou por políticas públicas já aprovadas, ou por necessária atualização e tudo mais. Um documento que chama "Construir uma Nova Escola", a gente levanta vários pontos para construção de uma nova educação básica no Brasil.

Então, a gente fala questões como: mais esporte, financiamento, valorização do profissional em educação, a questão do ensino profissional, regulamentação do ensino privado, gestão democrática, questão de mais Ciência na escola, problema do transporte, reforma curricular, conteúdos articulados. Enfim, uma série dessas coisas que não dá para dizer aqui, mas que eu acho que valia a pena a turma depois dá uma olhada.

Eu vou encaminhar aqui para a Comissão de Educação do Senado, que a gente já mandou uma correspondência uma vez, mas a gente encaminha novamente para vocês terem acesso já, mas eu acho que têm algumas coisas ali que a gente tem debatido nesse sentido.

E aí, é o seguinte... E tem um problema maior, que a escola não atrai, por que qual que é a perspectiva hoje, com a educação no Brasil? Hoje a juventude vê no seu bairro, vê na sua família, um parente que até é formado na universidade, mas não tem emprego, está desempregado, vê o seu irmão desempregado, vê seu pai desempregado que estudou, vê o familiar, o parente, o vizinho, o amigo e não sei o que... E não vê nenhuma perspectiva. Educação no Brasil hoje, infelizmente, não dá nenhuma perspectiva para juventude. A gente precisa vencer isso e aí é necessário - entrando num outro tema, que não é exatamente esse - mas é necessário mais desenvolvimento no País, precisa gerar emprego, distribuir renda, é preciso desenvolver o País mais.

E obviamente, que é uma relação constante educação e desenvolvimento, agora, nesse sentido, só para dar uma beliscada aqui, alterar os fundamentos da política macroeconômica hoje no País, propiciar mais desenvolvimento para gerar mais emprego é necessário, não é? Para você conseguir atrair mais gente para a escola e tudo o mais.

Bom, com relação ao Plano de Desenvolvimento da Educação, que foi apresentado, recentemente, com várias medidas e tudo o mais. Eu queria dizer que rapidamente sobre alguns pontos. O professor Cláudio tem razão, alguns pontos muito bons e outros nem tão bons, mas eu acho que ele está longe de ter alguma coisa, que seja extremamente horrível e tudo mais. Eu queria comentar alguns deles aqui, obviamente que eu vou ficar nas críticas, porque o que está bom, depois fica subentendido.

Primeiro eu acho o seguinte, o problema da avaliação. A questão do índice é muito importante, agora, a avaliação da educação, não pode ficar só em rendimento, taxa de repetência e evasão escolar. Obviamente que são índices importantes e é onde dá para avaliar, agora, se você não pegar outros itens da Educação, que não estão relacionados só ao desempenho de cada estudante, de cada jovem de cada... Você não consegue perceber os importantes aspectos que estão relacionados a você possibilitar melhor rendimento, menor taxa de repetência e menor vazão escolar. Então, você precisa ampliar isso daí.

Uma outra questão, eu acho que está faltando no Plano de Desenvolvimento da Educação, o problema da gestão democrática, de democracia na escola

e em todo o sistema educacional. Então, democratizar o Conselho Nacional de Educação é importante, os Conselhos Estaduais, os Conselhos Municipais de Educação, funcionarem e funcionarem democraticamente é importante.

E, o problema da questão da direção da escola. Eleição para direção, uma bandeira antiga nossa. Você cria uma relação da direção com a escola, que é muito importante nesse sentido, não você ficar colocando simplesmente técnicos para dirigir a escola, ou até mesmo possibilitar que isso vire um grande cabide político ali na distribuição de cargos e etc, isso é muito preocupante.

Quando fala da alfabetização, que fala de bolsa e faz uma relação de Bolsa-Escola, Bolsa-Família, financiar transporte, merenda, o que ocorre é o seguinte, os analfabetos no Brasil, precisam de mais estímulo para se alfabetizarem. Então, o seguinte por que não dá gratificação financeira, então, para os que vão se alfabetizar? Esse pode ser um grande chamado. Esse pode ser um grande chamado, para esses analfabetos e essas analfabetas no Brasil que estão... Muitas vezes a gente não sabe onde eles estão e eles estão... Principalmente os jovens e as jovens analfabetas do País que é difícil dizer, porque a turma tem vergonha de dizer que é analfabeto. Então, isso precisa adiantar.

Bom, o problema do piso nacional para os profissionais de educação, precisa... Tem uma falha, que precisa a gente define o valor, mas não define a forma de atualização desse valor, de como isso vai ser corrigido ao longo dos anos, então, precisa ajustar isso aí. O problema do acesso à universidade. É o seguinte, por que democratizar o acesso ao ensino superior é somente pelo curso noturno? Então, ampliação, ela tem que ser acompanhada de processo de democratização.

A gente tem uma campanha hoje, que é a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas nas universidades públicas, eu acho que isso é um passo importante, você dar mais perspectiva, para a juventude na escola pública do País.

O problema na questão dos livros didáticos, não fala dos livros de Filosofia e Sociologia que estão incorporados aos novos conteúdos, que foi aprovado recentemente no Conselho Nacional de Educação.

Bom, enfim tem outras questões aqui, mas eu queria usar esses três minutos finais, para tentar falar sobre as questões específicas do Senador Cristovam e, também, de algumas polêmicas que já apareceram aqui. Talvez ficar mais para o final, seja uma vantagem também, você poder ajudar e poder polemizar algumas coisas que já foram ditas.

Primeiro o seguinte, o tempo integral já - respondendo a pergunta - é algo extremamente importante, a gente tem que trabalhar com a perspectiva do tempo integral, mas não é qualquer tempo integral. O que o Estado de São Paulo está fazendo hoje é um crime, é um crime, porque ele está dizendo que é tempo integral, pegou escolas com a mesma estrutura que tinha antes, deixa a turma lá agora o resto do dia, não construiu vestiário, local para tomar banho, mesa para poder comer, entendeu? E diz que agora é tempo integral. Então, isso não pode acontecer.

Então, tem que ser escola de tempo integral de forma bem feita, de forma com política pedagógica, com nova estrutura, com ginásio poliesportivo, entendeu? A realidade, a segunda maior cidade do Estado de São Paulo e uma das maiores cidades do País, a cidade de Guarulhos, só uma escola, somente uma escola tem ginásio, tem quadra de esporte coberta.

Então isso é algo, uma realidade que precisa mudar no País inteiro, quase nenhuma escola no País, tem quadra de esporte, ginásio coberto, uma sala que seja audiovisual. Enfim, tem muito problema desse tipo.

Então o tempo integral, tem que ser um tempo integral, para aplicar propostas políticas pedagógicas, estrutura, financiamento e tudo isso o mais. Muitos passos que foram dados nesse sentido por vários governos estaduais, por vários pelo próprio Ministério da Educação no último período, agora, precisa ser mais acelerado e com metas mais precisas.

A questão do transporte é uma questão essencial, 40% da evasão escolar hoje, no País, é por conta de que a galera não tem grana, para chegar na escola, não tem como se locomover. Então você, então você pegar a questão [soa a campainha] Você tanto garantir o transporte das áreas rurais, como você garantir a questão do passe estudantil, o passe livre no meio urbano é extremamente importante hoje nesse sentido. Então, o passe livre aí, fica como algo extremamente importante nesse sentido.

Bom, eu acho que o tempo está terminando, eu vou ultrapassar pouca aqui, talvez menos de um minuto eu vou ultrapassar, mas eu queria dizer que a questão da qualidade: O que é a qualidade? Eu disse aqui a pergunta do Senador Cristovam: Como fazer com que todas tenham e tudo o mais. O pacto nacional precisa disso precisa, então, da gente compreender que precisa dar às possibilidades, para as pessoas terem suas opiniões de como fazer, como transformar o mundo é tudo mais, articular conteúdo.

E por último, eu queria dizer das vantagens e desvantagens de criação de um Ministério específico para educação de base. Eu diria que vantagens têm muito poucas e desvantagens seriam todas; porque ou

a gente vê educação no País, como um sistema, eu acho que algo que está faltando é você identificar como um sistema educacional, de fato, ou seja, a universidade o ensino superior, tem que ter responsabilidade com a educação básica e a educação básica tem que olhar para a universidade o tempo inteiro. Então essa relação é constante.

Eu acho que separar os Ministérios, ter dois Ministérios separados, ter um Ministério específico pode desarticular ações, pode trazer menos possibilidades aí, de você inclusive comprometer o ensino superior mais com a educação básica no nosso País.

Bom, é isso. Eu queria agradecer a Comissão de Educação, o Senador Zambiasi, o Senador Cristovam Buarque pelo convite. E dizer, que nós temos muito que fazer, ou seja, as políticas necessárias são muitas, sem financiamento não anda, obviamente. Obviamente que o financiamento sozinho não garante nada, porque financiamento sozinho você pode jogar um monte de dinheiro pelo ralo.

Mas eu acho que a gente necessita avançar muito e esse pacto nacional, se possível, seria muito importante para você garantir uma série de coisas. Não dá mais, para ficar ao prazer de quem entra e quem sai na Prefeitura, no Governo do Estado, na União, para você aplicar as políticas públicas para possibilitar, então uma juventude, um povo brasileiro com melhores condições de compreender, o País que a gente vive o mundo que a gente vive e, transformar esse mundo.

Obviamente, com essa educação de qualidade, ter condições então de transformar esse mundo, num mundo mais justo, com menos desigualdades ou com nenhuma desigualdade, sem opressões de brancos sobre negros, de homens sobre mulheres, qualquer tipo de opressão, que isso possa acabar no nosso País. A raiz para isso acabar está numa educação de qualidade, onde você tem acesso a todos os conteúdos, esses conteúdos estejam articulados, os valores tenham um papel importante, você possibilitar conhecer o mundo mais e melhor.

Eu acho que passos importantes têm sido dados, mas necessário acelerar mais os passos para comprometer, de fato, o País e a sociedade nisso. Esses passos deverão ser dados de forma democrática, também, e fica uma crítica aqui.

O PDE foi apresentado com pouco debate com a sociedade brasileira, em minha opinião. E eu acho que fica uma crítica, importante têm vários pontos importantes e tal, mas precisava se tivesse mais debate, talvez estivesse melhor, talvez compromettesse mais a sociedade civil, a iniciativa privada e etc todo mundo mais com esse plano; ou seja, apresenta, primeiro, para depois começar uma discussão, em cima

de projetos de lei que já foram apresentados, decretos que já foram assinados.

Talvez merecesse talvez perder uns dois, três meses, mas debatendo com a sociedade para nesse debate, comprometer a sociedade como um todo, com o plano e aí poder avançar. Desculpa Senador, ter passado um pouco o tempo. E obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O espaço aqui é democrático. Eu acho que poder concluir o pensamento é muito importante. Você trouxe também esse ponto de vista importante, do ponto de vista do estudante, que obviamente é fundamental, para que daqui se possam produzir projetos ou sugestões no PDE, de maneira que ele possa ser aperfeiçoado aqui, no Congresso Nacional, exatamente, uma das razões por que o Senador Cristovam, sugeriu este clico de debates.

Agora, nós vamos ouvir do Dr. Abib Salim Cury, que é Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares e, logo em seguida, estamos abrindo o espaço para perguntas e, também claro, para os debates e até, como sugeriu o Thiago, para a polêmica. Doutor Abib.

SR. ABIB SALIM CURY: Senador Zambiasi, o nosso cumprimento. Aos Senadores, os nossos cumprimentos. O fato de sermos o último geralmente esgota quase que toda a pauta, mas na verdade, essa pauta é muito grande na Educação Brasileira.

Nós gostaríamos, então, de inverter um pouco e não ficar discutindo muito e transmitir a nossa experiência de dois anos, como Secretário da Educação da cidade de Ribeirão Preto, em que deixamos agora em janeiro, para poder assumir a Presidência da ANUP. Uma experiência triste, para um homem que vem da Universidade de São Paulo, tenho 40 anos de Universidade de São Paulo, sou Professor Titular aposentado, e que me rotulo de como educador, desde o começo da minha vida. Então, muito preocupado com o ensino básico desse País. Então, eu daria alguns exemplos, de tudo isso que foi dito aqui e na tentativa de que isso possa tomar outros rumos.

Nós chegamos na Secretaria e pela experiência, mandamos levantar algo que os senhores talvez nenhuma tenham ouvido. Aluno de fundo de sala. Quantos alunos eu teria na rede de 50 mil alunos, eu teria no fundo da sala? O que é isso? A Professora tem 30 alunos, 35 e ela é obrigada a ir dando a matéria, mas têm alguns--

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Professor Abib, o senhor me permita interrompê-lo?

SR. ABIB SALIM CURY: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Por trinta segundinhos e, esse tempo será recuperado depois. É que eu sou membro titular da CPI do Apagão Aéreo e estão me chamando. Eu estou passando a Presidência ao Senador Flávio Arns, para que o senhor possa, então... Pode zerar o tempo do Professor Abib, de maneira que ele possa discorrer tranqüilamente a respeito desse assunto, que é muito importante.

SR. ABIB SALIM CURY: Não há problema, talvez, eu não gaste todos os 15 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu quero agradecer a compreensão dos senhores e dos colegas aqui. Senador Flávio Arns.

[troca de presidência]

SR. ABIB SALIM CURY: Então, retomando a palavra. O que é o aluno de fundo de sala? A professora vai deixando lá no fundo. E por que essa criança vai à escola? Infelizmente ela vai para comer. Ela vai porque lá, ela tem a merenda e ela não sabe nada. Infelizmente também, São Paulo, fez a famigerada avaliação de quatro em quatro anos, ou seja, eu encontrei cerca de três mil alunos no fundo da sala analfabetos, no primeiro, segundo e terceiro e quarto ano.

Bom, como corrigir isso? Nós tentamos e conseguimos recuperar grande parte deles, sem tirar da sala, motivando a professora e ocupando algum espaço deles no restante do dia, com professoras especiais etc, na tentativa de recuperar. Mas isso não é o fundamental. O fundamental é que se alfabetizasse já desde o primeiro ano e isso não ocorresse.

Então, se Ribeirão Preto, uma cidade que prima por algumas universidades, por um ensino muito bom, cujo salário dos professores é acima de mil reais, então, com tudo isso por que ocorrer essas coisas? E ainda, eu entendo que algumas coisas mais graves, foram feitas nesse País, quando se fez a municipalização do ensino fundamental. E isso não foi levantado por aqui, por quê?

O meu próprio exemplo, Ribeirão Preto tem hoje 90 e tantos mil alunos no ensino fundamental. 50 do Município, 50 do Estado. São duas atividades totalmente diferentes. Aí, é que eu acho que muita coisa que o Senador Cristovam está tentando buscar, ela deveria começar por um diagnóstico desse País de todas essas situações e, principalmente a padronização do ensino fundamental, para o País todo.

Nós temos que efetivamente dar uma educação igual para todos, sem que isso possa privilegiar a quem quer que seja, o Estado que seja. Se nós não nos preocuparmos com isso, e aí vem o problema, como preparar os docentes para tudo isso? Eu até aqui, não acredito no FUNDEB, desculpe, não acredito.

Ribeirão Preto perde um milhão de reais, neste ano na aplicação do FUNDEB. Tudo bem, está brincando com o Ministro, ele disse: “Então, está bom, está tirando de vocês que são uma cidade rica, deve estar mandando para outro lugar”. Mas essa não é função de recuperar, na verdade falta dinheiro em todos os lugares.

Ou a gente faz um trabalho sério de buscar uma padronização, de preparar o professor, e aí, eu vou mexer um pouquinho com o nosso amigo Cláudio de Moura Castro, que passou pela CAPES. E eu até hoje brigo, não aceito, que a Comissão de Educação da CAPES, deveria ter um pouco mais de brasilidade e, atender e criar o Mestrado Profissional em Educação, cujo currículo deveria ser Gestão do Ensino Fundamental.

Se isso fosse feito há mais tempo, e eu propus isso ao Ministro na quinta-feira e, disse a ele inclusive, que vou preparar um projeto para entregar na mão dele, porque todas as escolas de pedagogia desse País poderiam estar preparando vinte ou trinta, Mestres em Educação para gestão do ensino básico. Em poucos anos nós teríamos mestres. Por quê? Chegando na Secretaria e eu não tinha como nem os meus Diretores, Diretor de ensino, Diretor não sei o quê... Nenhum deles conhece gestão. Mas conhecer para valer. Não são pequenos cursos aqui, pequenos cursos: Efetivamente com base.

Então, nós poderemos fazer um esforço e, isto poderia resultar em poucos anos nós termos uma base. E aí sim, que se dê prêmio a quem faz; que se dê algo mais no salário, para quem é mestre.

Eu não podia aceitar que tendo uma escola com 2000 alunos, eu tinha uma Diretora que fim, só dava trabalho, porque ela não conhecia, ela não sabia como tratar os pais, ela não sabia como tratar os próprios professores etc e etc. Então, é preciso conhecer gestão profundamente, os professores precisam estar preparados para gestão.

A gente fala muito de público e privado. Eu entendo que... Eu venho do público e, hoje estou no privado, porque sou da Universidade de Franca, onde eu fiz um trabalho que acho que é respeitável. Não existe nada que contraponha uma coisa à outra. Nós temos que nos somar. E nos somar para valer efetivamente.

A rede privada tem que ser usada pelo Ministério na preparação e nestes caminhos. E é muito possível que se faça isso e já provamos isso, através até do ProUni e por que não na formação melhor de tudo isso?

Eu ainda, teria algumas experiências mais para dizer aonde conseguir algum dinheiro no FNDE, aí está uma dinheirama toda que o próprio Ministério poderia usar especificamente, não ficar apenas nos projetos.

Nós conseguimos aprovar cinco projetos. Alguns deles até inéditos pela nossa formação na área de saúde porque a nossa formação é de Odontologia. Nós fomos à Piracicaba e pedimos para o pessoal de Nutrição que dessem um curso para merendeiras: “Mas ninguém nunca pediu, isso professor” - “Não, mas eu estou pedindo. Me prepare um curso, que eu quero que todas as minhas merendeiras, aprendam a mexer com o alimento, a ter higiene, a saber o que vai fazer e etc e etc”. Porque nós estamos, às vezes, falando de certas coisas, mas estamos nos esquecendo da base das escolas, aonde se pode transmitir doenças etc e etc e etc, então, é necessário que haja toda uma preparação prática de tudo isso.

Quanto à alfabetização. Eu costumo fazer uma brincadeira aqui nesse País. Nós temos o analfabeto, temos analfabeto funcional e, hoje nós temos um novo analfabeto, o “analfabite”. É que vai para o computador e não sabe nem o que está escrevendo, mas ele vai lá ao computador e fica batucando, essa é a última expressão do analfabetismo.

Agora, há necessidade de que essa alfabetização... Mudamos, inclusive, o que o Estado faz de quatro em quatro anos, mudamos para uma avaliação de dois em dois e uma avaliação interna, uma auto-avaliação todo ano, exatamente para evitar esse analfabetismo. Sem avaliação não se chega a lugar nenhum. E é necessário que isso seja feito com muita seriedade.

Nós teríamos talvez muita coisa para ir falando, sobre avaliação, sobre salários, sobre essa coisa toda, mas nós já estamos nos nossos minutos finais, ficaremos um pouco à disposição.

A nossa vontade como educador é de que a gente pudesse efetivamente acusar, atacar o analfabetismo de todas as formas possíveis e imagináveis. Não deixar que as estatísticas, às vezes, mentirosas nos dêem que a gente está com 4% em Ribeirão Preto. 4% de Ribeirão Preto de analfabetos é muito, para uma cidade de 600 mil habitantes, mas há necessidade de se encorajar isso.

O grande problema, eu acompanho aqui o nosso companheiro, é o poder aquisitivo da nossa população. Basicamente, o poder aquisitivo da nossa população é muito triste. Eu costumo dizer o seguinte, como é que um funcionário público que ganha em torno de mil reais, pode ter dois filhos numa escola particular? Não é culpa da escola particular. A escola particular tem que receber, porque ela precisa devolver do que ela recebe, ela precisa devolver em qualidade. É uma das exigências do Ministério.

O Ministério quando nos exige qualidade, ele tem que saber que qualidade custa dinheiro, assim como a

qualidade do ensino fundamental, tem que custar muito dinheiro, senão vamos alcançar coisa nenhuma.

Eu pararia por aqui. Em termos de tempo integral, a gente acha que é até certo ponto necessário. Tivemos algumas experiências, mas isso para nós está muito difícil é preciso que se possa começar. E eu finalizaria dizendo que educação é um processo. Educação não é para um homem. Educação não é um Ministro. Educação não é um Governo.

Ou se começa, agora, um processo sério e que possa daqui a dez anos, como fizeram outros países e que ele possa daqui cinco anos, daqui dez anos, nós começarmos a colocarmos cada dia um pouquinho, e aí nós poderemos chegar ao País um pouco melhor. Porque, na verdade, nós não temos futuro.

Eu ainda costumo dizer o seguinte, está sendo feito um esforço para que nós possamos crescer 5%, 6% ao ano, na hora que isso acontecer nós temos mão-de-obra, porque esse País não está preparado para mão-de-obra.

Hoje está acontecendo um fenômeno na cidade de Sertãozinho, com o negócio das usinas crescerem, eles estão lá é que se produz a maquinaria para montar usinas de açúcar e, elas sendo montadas no País todo, todo dia está no jornal pedindo gente. Não tem. Eles não têm, não tem mão-de-obra. Calcule se isso acontecer no País todo e nós poderemos alcançar um progresso. E isso por que não tem? Porque não tem educação. Muito obrigado gente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço, a participação do Doutor Abib Salim Cury, nesse primeiro momento, bem como a participação dos demais integrantes da mesa, neste primeiro momento.

Eu quero enfatizar que é a segunda audiência de um ciclo de audiências públicas. Este ciclo de audiências públicas foi proposto pela Comissão de Educação, em função assim de muitos debates sobre temas que são assim recorrentes nessa Comissão.

Quando nós falamos, por exemplo, do ensino fundamental, do tempo integral formação de professores, acesso a universidade, não é? Quer dizer são temas que ou são objetos de audiências públicas, ou são proposições em projetos de lei, e o desafio é este que foi apresentado mesmo.

Quer dizer, educação é tudo. Educação é essencial, é fundamental se a gente quiser que o Brasil se desenvolva, o caminho como aconteceu com outros países é pela educação. O quê fazer? Esta que é a pergunta que se faz para todas as pessoas e a Comissão de Educação, apresentou assim algumas perguntas básicas, mas sempre pensando: se eu você, qualquer um, quer dizer, se a pessoa fosse Ministro da Educa-

ção, o que proporia assim como coisas mais fundamentais? Caminhos mais essenciais para a educação? Quais seriam os cinco itens, dez itens no máximo que diriam: nós vamos enfatizar esses cinco aspectos na nossa gestão.

Quer dizer quais são os caminhos que seriam propostos para o Brasil? Então, este ciclo de audiências públicas, além da presença de todos a quem a gente novamente agradece que está acontecendo o debate, mas através dos meios de comunicação do Senado, TV Senado, Rádio Senado, Jornal Senado, Agência Senado, isto repercute também em termos de Brasil, porque muitas pessoas vêm acompanhando esse ciclo e, a gente convida às pessoas todas a mandarem sugestões, contribuições, reflexões sobre esse ciclo de audiências, para que tudo isso ao final, possa ser transposto como já foi dito, para uma publicação e para os debates seguintes, que devem acontecer também com os Ministérios, os Ministérios estarão presentes, mas que a gente possa pensar assim, rumos a serem seguidos pela educação em nosso País.

Então, que bom que estamos, pensando juntos nesse sentido, que não fique só na discussão e no pensamento, mas que a partir desse ciclo de audiências, a gente possa também ter conclusões boas, que possam estar refletidas no livro e possam estar refletidas em projetos de lei a serem apreciados pelo Congresso Nacional.

Passamos à segunda parte desta audiência pública, passando em primeiro lugar a palavra aos Senadores e Senadoras, presentes conforme ordem de inscrição.

Então, nós temos o hábito de permitir que três Senadores façam às perguntas e, depois os convidados responderão às perguntas feitas pelos três Senadores. Perguntas em bloco, portanto.

Em primeiro lugar, eu passo a palavra ao Wilson Matos, em seguida a Senadora Marisa Serrano e, na sequência a Senadora Rosalba Cialirni.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Eu quero cumprimentar o Senador Flávio Arns, na condução dos trabalhos dessa Audiência Pública, bem como os debatedores, líderes da Educação Brasileira, que certamente, estão trazendo importantes contribuições para a educação nesse momento do debate.

Entretanto, gostaria de também colocar alguns dados e colocar alguns temas aqui para nossa discussão.

A escola brasileira, realmente tem muito que avançar. Não existe projeto de inclusão social, que supere uma educação de qualidade, sem dúvida nenhuma. E a Educação Brasileira da forma que está colocada, ela se torna o maior projeto de exclusão social do País, da

forma que está posta, principalmente, no ensino básico. Por quê? As escolas do centro são mais bem equipadas, melhores resultados. Das grandes cidades, nas vilas, se forem visitar a escola é um bagaço. O mantenedor é o mesmo, mas a qualidade não se mantém para a região central da cidade e as vilas. Então, nós mantemos os de menores poder aquisitivo excluídos.

Entretanto, essa grande discussão de tempo integral, de aumento do ensino superior e nós temos um índice 13% e 14% de jovens no ensino superior. Nós estamos longe do ideal. Nenhum País do mundo deu certo, com menos de 30% a 40% de alunos no ensino superior e, diga-se de passagem, precisa ser um ensino superior muito melhor do que o nosso. Mas vejamos algumas questões que levam, inclusive, ao ensino superior nosso a ter grandes problemas.

A legislação LDB, manda dar 200 dias de atividades acadêmicas no ensino superior, supomos que estejamos dando os 200 dias, que não é verdade, mas 200 dias 85% dos cursos superiores ministrados no Brasil hoje, são chamados de quatro horas. O único lugar do mundo que uma hora não vale sessenta minutos é na Educação Brasileira. A hora vale 50, você tira dez minutos de cada hora, então nós temos três horas e vinte. Três horas e vinte, menos de 200 dias por ano, onde o aluno pode faltar 25% das aulas e, uma grande parte dos alunos falta os 25, a média é 10 a 15% de falta, o que é que sobra disto?

E com toda a reforma universitária, com toda a discussão que corre por aí, eu não vejo avanços nos números.

Então, eu levantei Professor Arquimedes, Professor Abib, há poucos dias a matriz curricular de Direito, Administração e Contábeis de todas as universidades brasileiras, públicas e privadas para observar a carga horária que se ministra hoje. Não estava muito preocupado com a carga horária, porque isso está regulamentado nas diretrizes curriculares do MEC, mas eu queria saber quantos dias letivos a universidade está dando.

Lamentavelmente, eu encontrei um grande número de universidades dando 150 dias letivos, ou seja, é muito fácil, as pessoas que estão me ouvindo os professores quem tem um pouco de domínio disto, é só olhar a carga horária de cada disciplina. Se a disciplina tem duas horas por semana, se a escola estiver dando 40 semanas que vezes cinco dá 200, então nós teremos múltiplo de 40; duas horas, 80 aulas; quatro horas, 160 aulas.

E eu encontrei uma grande, a maior parte das universidades com 30 semanas, outras com 36, poucas [soa a campanha] com 40, algumas com

32, é só olhar a multiplicação da carga horária. Então, esse é o desafio que nós temos que fazer.

Primeiro. Tem que ser 200 dias de aula, no mínimo. Não é de atividade acadêmica. O ano tem 365 dias já foi dito aqui pelo Professor Dornas, sobre essa questão de dias letivos. Nós temos que passar para hora cheia, 60 minutos. Veja bem, efetivamente 200 dias de aula, nós estaríamos ganhando em torno de 15%, a mais de permanência do aluno na escola.

Hora cheia de 50 para 60 minutos, nós estamos mantendo o aluno em 20% a mais na escola, já fomos para 35% de permanência a mais no aluno na escola. E redução de frequência para 10%, porque no mundo desenvolvido não existe mais permissão de frequência deliberadamente, só com justificativa, não existe índice de falta livre.

Se nós reduzirmos para 10% o índice de falta, nós vamos trazer hoje uma média de falta do aluno brasileiro de 12, para 3, 4, 5%, nós vamos ganhar pelo menos mais 5% de permanência dos alunos. Então é matemático e eu sou matemático.

Então, delinearmente falando nada de grandes filosofias, nós precisamos ir nos números, são os números que resolvem, são os orçamentos, são dias de aula e claro, a ação dentro da escola, a avaliação etc. Então, só aqui nesses três itens, nós temos condições de fazer com que o aluno permaneça 35% a mais na escola. No entanto, nós ficamos com grandes discussões e querendo o segundo turno e, estamos perdendo uma grande energia do turno ensino existente. Eu acho que nós devemos ir é a 220 dias letivos, não só aos 200 e, que não se cumprem na maior parte das situações.

Quando é feriado na terça-feira, segunda, não tem aula. Vocês sabem que o custo da Educação Brasileira é superior a 300 milhões de reais por dia. Esse é um dos grandes apagões que nós aqui administramos e, às vezes, não nos damos contas dele. Um dia de recesso nós jogamos 300 milhões no lixo. E aí nós temos muitos motivos para não dar aula, é recesso, é semana de saco cheio, [soa a campainha] Inventamos tantas situações.

É uma escola estão permissiva que isso não enche o saco de ninguém, não, tinha que ter muito mais aula, aproveitar muito mais o turno que temos, para depois pensar se alguém... “Alguém já está meio estressado”. A escola brasileira não estressa ninguém, pelo modelo que ela está sendo posta aí.

E agora com a discussão do FUNDEF, FUNDEB entra um pouco mais de recursos então nós precisamos: Não é possível dar o segundo turno? Economicamente, eu não vejo condição já. Entretanto, é hora de aumentar uma ação a mais na escola brasileira, sair

de quatro horas para cinco. Porque o aluno no ensino básico o aluno fica quatro horas na escola tem meia hora de intervalo, porque tem a refeição etc, também são três horas e meia de aula. Então, chegou a hora de passarmos para cinco horas e nessa quinta hora dar um pouco mais da formação humana. Músicas, arte, esportes não precisa ser exatamente o mesmo professor, com pequeno custo adicional nós poderíamos fazer isto.

Países com muito mais dificuldade econômica que nós já fizemos isto, a Colômbia hoje tem seis horas aulas de hora na escola, conseguiram dobrar o número de escolas? Não. O aluno entra às sete... Eu fui lá agora há dois meses atrás, ver o modelo educacional já é exemplo para nós. O aluno entra as sete da manhã e sai a uma da tarde, a uma da tarde entra outro grupo e sai as 19h, com o mesmo número de salas de aula e de espaço físico, estão dando seis horas por dia.

Bem, uma outra questão dos professores de tempo integral que, principalmente na universidade pública praticamente todos são nas universidades privadas, pelo menos um terço. Com a hora de 50 minutos, nós estamos dispersando quanto tempo aí? Porque um professor que dá 16 horas, quando ele dá, ele não dá 16 horas no relógio, hora relógio é 14, 13 e pouco. Alguém cobra a complementação disso daí depois? É outro apagão estamos jogando fora, desperdício. Então nós temos grandes, grandes desperdício no modelo atual para a gente poder corrigir.

O Presidente está incomodado aí com o tempo Presidente? Já vou procurar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, não estou incomodado, pelo contrário, acho que V. Ex^a., está colocando aspectos bastante pertinentes importantes, só eu peço assim, que nós tínhamos dado um tempo de cinco minutos, nós estamos dando mais cinco, não é? Como são poucos Senadores hoje também, em função das várias Comissões que estão funcionando. Mas eu pediria de qualquer forma, assim para que todos possam perguntar com tranquilidade que V. Ex^a. Pudesse fazer os encaminhamentos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Então, essas colocações que eu fazendo de hora aula e etc, nós temos os representantes do ensino superior aqui público e privado. Então, eu estou querendo já deixar isso como colocações para o nosso debate, com pequenos ajustes no custo eu creio que a gente consegue acertar isso.

Quanto ao ensino médio fundamental ainda. A última avaliação que a MEC fez, lá no Estado do Paraná na cidade da Itavuba apareceu a oitava melhor escola do Brasil. Eu recebi isso pelos jornais, eu estava aqui

em Brasília na mesma noite eu estava indo embora para o meu Estado, liguei para a minha escola e para o Prefeito, no outro dia eu estava lá com três doutores em educação da minha Instituição para fazer uma avaliação naquela escola.

Não tem nenhum milagre lá para que lá estivesse entre a oitava escola do Brasil. Tem planejamento, treinamento, há avaliação, revisão semanal, da avaliação, contra turno um dia por semana para os alunos que tem dificuldades maiores de aprendizagem e comprometimento com a educação. O Brasil precisa se comprometer com a educação. Eu acredito - eu estou pedindo a confirmação para o meu pessoal, mas me parece que o orçamento do Ministério da Educação é um 11 onze bi e meio, da ação social é 24 bilhões e pouco. Tudo bem, eu não quero diminuir o orçamento da ação social, mas o nosso orçamento é muito pequeno. Cada um bilhão que o Ministério tem liberado a mais através do FUNDEB do PDE, significa cinco mil e 700 reis por ano, para cada escola pública brasileira, que não é nada.

Quando a gente fala um bilhão a mais, para o orçamento da Educação, é muito pouco. Porque nós temos 173 milhões escolas pública no Brasil se divide um bilhão por 137, dá cinco mil e 700 reais. Então, esses são alguns desafios que nós temos que encontrar resolver para depois pensarmos no tempo integral, no contra turno.

E finalizando, Presidente, o Brasil tem dinheiro para resolver o problema da educação superior. O BNDES administra hoje cem bilhões do FAT, que é o Fundo de Amparo ao Trabalhador, eu acho que o melhor amparo que a nação pode dar ao trabalhador é dando Educação para ele. Eu tenho proposto constantemente aqui, o uso de uma pequena parcela desse dinheiro para abrir um grande financiamento para o ensino superior e aí nós podemos fazer um ensino médio, muito melhor. Porque enquanto nós tivermos pouquíssimas vagas, o ensino médio vai estar voltado para aprovação no vestibular não tem jeito. Esse dinheiro rende sete, bi por ano, com 35% desses recursos nós colocaremos 400 mil alunos a mais todos os anos na minha proposta para a rede privada e esse dinheiro será restituído 35% dos juros desse dinheiro. Esse dinheiro é restituído para que outros possam usufruir desse financiamento.

O mundo buscou esse caminho, o financiamento para o estudante como forma de resolver a deficiência de vagas no ensino superior. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Wilson Matos pelas colocações, até eu sugeriria que V. Ex^a., conseguisse a confirmação dos dados, porque só em termos

de contribuições e de impostos são arrecadados 400 milhões. Se a União deve aplicar 18%, só aí deveriam ser 70 bilhões. Não 11. Não é? Então... Até seria interessante vermos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem. Eu passo a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARIA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. É prazer enorme ter os especialistas e interessados na Educação Brasileira, porque todos nós aqui trabalhamos nessa Casa pela Educação. No meu caso foram oito anos como Deputado Federal, na Comissão de Educação e 40 anos de educação pública nesse País. Portanto, eu queria fazer algumas colocações e algumas perguntas.

Nesse grupo de audiências públicas, foi me dada a oportunidade de relatar o ensino médio. E é um grande estímulo, porque como nós vimos aqui é um dos gargalos que nós estamos sentindo na Educação Brasileira, talvez o maior. E em torno disso, para também me auxiliar fora as audiências públicas, eu quero pedir desculpas ao Professor Dornas e ao Professor Cláudio, mas eu digo que fugi para uma Comissão - são os problemas, o Ministro Márcio Fortes estava lá e também eu faço parte do grupo que estava discutindo as cidades. Mas eu vou resgatar toda a fala através daquilo que foi gravado.

Mas para me ajudar campus um grupo de educadores em Campo Grande Mato Grosso do Sul, minha terra, para discutiram as questões e fiz a mesma coisa que estamos fazendo aqui. Disse a eles: "Vamos discutir a Educação Brasileira, daqui para frente, para onde que nós vamos? Aonde é que nos precisamos atacar para equiparar um pouco". Não é deixar o ensino fundamental de fora. Não é diminuir o apoio e o trabalho que estamos fazendo pelo ensino fundamental, de ver toda criança na escola e garantir a obrigatoriedade que a Constituição garante ao povo brasileiro de sete e 14 anos à educação obrigatória nesse País.

Depois de várias discussões aonde chegamos? Mais ou menos o que nós estamos chegando aqui. Primeiro. O futuro está também em equacionar o problema da educação infantil, cada vez mais as crianças vão precisar ficar em creches e pré-escolas. E quando o Ministro nos diz que o PDE vamos ter 400 creches por ano, nos próximos quatro anos. Eu só lembro que nem falava no Estado de São Paulo, mas o Estado de Minas Gerais tem 800 quase, 900 municípios para 400 creches por ano nesse País é irrisório. E depois eu nós não temos também uma estrutura efetiva para zero a

três anos, já que isso culturalmente tradicionalmente no fica na assistência social e não na educação.

O segundo item que os professores colocaram ensino médio como fazer? Primeiro. Efetivamente os nossos jovens entrarem no ensino médio? E como fazer para que eles permaneçam no ensino médio? Então, essa é uma pergunta que eu quero fazer aos nossos palestrantes de hoje.

E a educação profissional nesse País? Eu já tenho falado tanto nessa Casa, que eu acho que está ficando estão repetitivo eu dizer: “O que adianta termos um PAC?”. Programa de Aceleração do Crescimento do País, se efetivamente nós não estarmos progressivamente e concomitantemente, discutindo educação profissional nesse País? E não adianta o MEC, desculpem: “Nós vamos criar escolas técnicas nesse País”. E eu estou acompanhando as escolas técnicas que vão ser criadas no meu Estado, chamamos para uma dessas discussões o Presidente da Federação de Indústrias do Estado e do Comércio do Estado, eles disseram: “Não adianta nós não temos nem profissionais, [soa a campanha] Da educação para dar apoio àqueles que vão trabalhar nas escolas técnicas. Não tem conhecimento para isso”.

E só para ter um exemplo aqui, de nove usinas de álcool que nós tínhamos em Mato Grosso do Sul, estamos aumentando mais 37, só usinas de álcool, fora duas novas siderurgias em Corumbá, que eu não sei o que nós vamos fazer, porque ninguém entende de siderurgia no Estado.

Bom, outro item, outro gargalo que foi levantado aqui e que eu me preocupo muito, a adaptação dos currículos das nossas universidades da formação dos professores. Não é possível nós ficamos engessados nas nossas universidades, sem essa adaptação dos currículos aquilo que nós estamos precisando viver nesse País. E uma nova visão de extensão, foi o que os professores nos colocaram.

Essa a relação, se nós queremos uma educação profissional de qualidade, um ensino médio que dê oportunidade que os nossos jovens possam ter visão prospectiva do que é ele vai fazer da sua vida profissional, que ele tem que ter uma extensão de qualidade. E nós estamos vendo às vezes uma extensão assistencialista, como se extensão fosse levar pasta de dente para um sanatório, como eu vi esses dias, não é isso que nós pretendemos.

Então, eu quero fazer mais duas colocações aqui. Quando o Professor Abib, disse no Mestrado Profissional da Educação das CAPES, uma gestão no ensino fundamental. Nós votamos aqui nessa Casa, com relatório meu, uma mudança de rumos da CAPES no País, extremamente discutida e extremamente polêmica.

Mas como a CAPES se propõe o Professor Cury e já está trabalhando em pólos de educação de formação nesse País, com o apoio das universidades - como estavam só universidades públicas, eu fiz uma emenda propondo que as universidades particulares também pudessem apoiar esse trabalho da CAPES.

Esses pólos de formação vão se espalhar pelo País eu espero que nós ajude. E para isso Professor Cury, mesmo sendo de oposição, nós apoiamos a oposição apoiou aqui, mais 400 cargos de comissão para a CAPES, para reformular a CAPES, para não dizer que a oposição aqui foi contra a formação de profissionais de educação por esse País afora.

E dizer ainda, para terminar senhor Presidente, que já me faço longa aqui as minhas considerações. Sou refratária, extremamente refratária a que a gente faça qualquer tipo de apoio e de auxílio que se peça a troca de recurso financeiro. Neste País nós estamos contra aquilo que o Kennedy dizia, e que foi a grande frase que ficou marcada neste mundo: Não diga o que o País pode fazer por você, mas o que você pode fazer pelo País. O nosso País agora está assim, qualquer coisa que nós vamos fazer um auxílio financeiro a mais, retirar um imposto a mais, para que alguém faça alguma coisa nesse País, como se tudo... Até o Presidente da República esses dias fez uma frase que me bateu pesadamente, ele dizendo que o povo brasileiro já fez muito por esse País, está na hora do Governo fazer muito pelo povo.

O Governo tem que ser coletivo. E nós temos que fazer pela educação nesse País, porque nós acreditamos nela. Porque nós queremos o melhor e cada um tem que fazer sua parte. Se o aluno tem que fazer a parte dele que é estudar, nós temos que fazer a nossa aqui de legislar, e os senhores de auxiliar nas instituições que estão, para que o País passe sem que isso tenha que dar mais um tipo de recurso a mais, para que a gente faça a obrigação da gente.

Bom, eu fiz essas colocações, mas queria muito dizer que eu falo aqui para terminar, só porque o Wilson me instigou aqui, do recurso do FAT. O Senador Flávio Arns fez uma solicitação esses dias, que talvez os recursos do FGTS pudesse seguir um pouco para educação. Ontem nós discutimos exaustivamente até às 10h00 da noite, os recursos do FGTS que o Governo quer colocar para a infra-estrutura. E FGTS todos nós sabemos quando foi criado era só para saneamento e habitação [soa a campanha] E aí um Senador disse até para usinas atômicas.

Mas talvez esses 18 bi, que ontem estava sendo discutido do FGTS, se for mais para infra-estrutura, pensassem também como o senhor pensou aqui, Senador Flávio, para educação. Acho que nós merecia-

mos ter mais recursos para educação. Eu deixo aqui as minhas considerações, agradecendo muitíssimo a presença de todos. Sei o quanto foi válido para nós aqui e que essa Casa vai continuar lutando e muito para fazer uma educação da qualidade, para todo o povo brasileiro. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a Senadora Marisa Serrano, antes de Senadora educadora, não é? E com uma trajetória de vida assim, dedicada também a esta área, a exemplo de tantos outros Senadores. Eu só quero destacar que realmente a questão de Fundo de Garantia, proposta não era no sentido de utilização do saldo, para pagar mensalidades ou coisa assim. Mas se criar como tem a carteira habitacional, carteira de saneamento, criar-se um fundo rotativo de natureza educacional.

Quer dizer que o dinheiro, o recurso todo retornaria ao Fundo de Garantia. Mas foi feito um debate grande, ontem, com a Caixa Econômica Federal com o Conselho Curador e, por incrível que pareça, ontem eu soube que dos recursos do FIES, não foram utilizados 100% dos recursos do FIES, não vem sendo utilizados só menos de 70%, vem sendo utilizados. Então, isso nós temos que ver também o que está acontecendo, quer dizer, temos que nós debruçar sobre esses aspectos.

Muito bem, passo em seguida a prazer com prazer a Senador Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flávio Arns, Presidente, eu queria dizer aqui da nossa satisfação de estarmos nessa audiência e mais uma audiência, ouvindo depoimentos dos expositores da sua experiência, trazendo para nós a sua inteligência, competência. E dizer que eu não sou educadora, sou médica pediatra, mas a minha ligação com a infância, talvez, seja ainda mais forte, porque graças a Deus, milhares de crianças eu vi nascer e acompanhar até a fase adulta. Então, a educação para mim é algo prioritário na vida e eu acho que o nosso País, é exatamente esse ponto que está faltando para que nós possamos ter transformações sociais reais.

Não aquelas ajudas que são temporárias e que como dizia o velho Luis Gonzaga: “A esmola meu senhor, humilha ou vicia o cidadão”. Então, a educação é que é a liberdade, a educação é que esse caminho. E eu tive oportunidade de ser Prefeita três vezes e na educação todos os anos, os doze anos que administrei, nunca investi menos de 30%. Mas aí tem um detalhe, uma coisa que eu acho que nós aqui ouvimos vários depoimentos e temos ouvido muito, as falhas, os erros, o que estão faltando na educação superior, no ensino médio.

Entfim, quando nós chegamos lá podemos dizer assim: Na ponta é que a gente vê que a qualidade formando, está realmente não chegou ao nível necessário... Porque nós temos hoje muitos doutores por aí, que sabem ler, mas muitas vezes não sabem escrever nem direito, isso é uma verdade da Educação Brasileira.

Então, a base para mim é que hoje com o FUN-DEB, nós vamos dar oportunidade às creches e às pré-escolas, que eu defendi tanto estar na educação. Porque quando Prefeita ainda em 88, o meu primeiro mandato já priorizei creche e pré-escola e colocando para educação, numa ação social em parceria com a educação.

Então, eu vejo que se nós não dermos uma importância maior, se os recursos não surgirem para termos [soa a campainha], Senadora Marisa, realmente como a senhora colocou 400 creches por ano, 400 pré-escolas isso é algo... É um pingão d'água no oceano, nós precisaríamos talvez 400 por dia, para que as nossas cidades pudessem nos dar o direito que está no Estatuto da Criança, a que todos tivessem oportunidade a sua creche e a sua pré-escola. Então, se nós não dermos esse primeiro passo, seguro, porque no mundo de hoje... No passado você podia ficar em casa, tinha uma mãe educadora, tinha uma tia, tinha uma avó, hoje não. A mãe está na rua trabalhando, a irmã mais velha também. Então, as crianças precisam ir para sua creche, para sua pré-escola, para educação infantil, muito cedo.

E ali ela precisa receber informações, ela precisa receber estímulo, ela precisa se socializar e ter desde já orientações educacionais. Ali nós preparamos a criança para que ela possa realmente captar bem, se desenvolver bem e ter alfabetização. Não ficarmos com essa marca que é vergonhosa, que nos deixa realmente doloridos, sofridos, 56% [soa a campainha] Dos que estão na quarta série não sabem ler. 56%.

Então, eu queria aqui Senador Flávio Arns, Senadores e Senadoras presentes e a todos os educadores, trabalhadores da educação que nos escutam, vamos fazer esse mutirão maior, nós não podemos ficar falando sozinhos, temos que nos unir. O grande projeto de aceleração do nosso País é a educação. Nós estamos aí preocupados com novas hidroelétricas, claro, é importante precisamos de energia, nós precisamos dos gasodutos, nós precisamos das estradas, mas quem é que vai operar? Nós queremos que sejam operadas por pessoas qualificadas, preparadas. Então é essa criança que está dando o primeiro passo na educação infantil, que precisa realmente ser bem orientada.

Outro costume que estar aí no País inteiro - quem conhece mais o interior - eu sou da Região Nordeste, conheço essa realidade e vi de perto e ouvi dos pais

e das mães, na grande maioria quando os governos sejam municipais ou estaduais colocam uma pré-escola uma creche, geralmente quem vai para creche ou para pré-escola, não é o professor formado, não é o qualificado. Colocam pessoas de níveis mais... Sem orientações, sem experiência é isso que a gente vê: “Não, professor formado é para o segundo grau”. Professor formado, agora sim, é obrigatório estar no primeiro grau, mas existiam muitos leigos, muitos de nível médio.

Então, nós temos que priorizar também que temos que ter professores de nível superior, preparados qualificados para essa iniciação. Tudo na vida, se você não tiver uma boa iniciação a estrada fica torta. E depois de torta é difícil de ajeitar. É essa a minha preocupação. É valorizar creche e a educação infantil, de uma maneira geral.

Thiago fez aqui uma referência, eu estava vindo ali caminhando, que eu estava na outra Comissão que eu também sou... O Ministro estava presente, por isso peço desculpas por não ter permanecido, mas pude ver pelo telão alguma coisa que você falava de educação infantil. Então, isso é algo prioritário. E outra coisa que a gente tem que ver também que me deixa indignada é com relação a investimento em educação.

Com relação ao FUNDEB ficava se discutindo: “Ah! O Governo Federal vai perder um bilhão e não sei quanto, se botar mais para o Estado e Município”. Meu Deus do céu! O Governo Federal, não é o País? Não é cada um dos brasileiros? Como é que se perde? Se ganha com a educação. Se ganha com a educação. É o maior investimento que podemos fazer é o da educação, sem esse nenhum outro vai prosperar.

Então fica aqui, realmente essa minha posição, em defesa da educação de uma maneira geral, isso aqui tudo, mas se nós corrigirmos na largada, esse carro não chega na reta final com vitória. Então, eu queria deixar aqui essa preocupação, precisamos investir mais no ensino infantil. Há criança que hoje vai para o ensino infantil, por uma necessidade da família no dia-a-dia e se nós temos condições, cada um coloca um o caso em si, pense nos seus... Eu já penso nos netos que já tenho, nos filhos, a gente leva uma escola que muitas vezes, você paga até mais do que um curso superior, porque sabe que ali não é uma escola só a sala e o professor. Ela tem que ter toda uma estrutura maior de apoio psicológico, de nutrição, de saúde.

E aí no FUNDEB, se colocou o menor valor para a creche e ensino infantil. O menor valor onde mais precisa! É para educação infantil. Não que eu queira desmerecer os outros níveis de forma nenhuma, mas deveria pelo menos ser igual, porque merecia ser maior o recurso para os pequeninhos é o mais importante,

porque como eu disse é a largada é o ponto de partida. Nós que tivemos... Eu tive essa oportunidade na vida, de ter aos quatro anos ter tido uma alfabetizadora perto de mim.

Eu gostaria que toda criança pudesse ter também essa mesma oportunidade para ser grande no futuro. Mas aqui vamos passar também aqui uma pergunta, eu queria falar com o Doutor Cláudio sobre a questão, quando o senhor colocava professor unidocente, será que é o similar do que a gente tem de multiseriado? De professor multiseriado?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

A mesma coisa, inclusive eu acho que --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Os professores às vezes reclamam, mas na nossa região a experiência que eu tenho na zona rural se usou muito, se usa muito no interior do Rio Grande do Norte, a cidade da Mossoró, multiseriado e fazemos uma avaliação [soa a campainha] Eu estive durante esse período todo acompanhamento com o Instituto Ayrtton Senna sobre correção de fluxo, questão de alfabetização, capacitação de professores, enfim. E realmente, quando eles são bem orientados, recebem a capacitação o resultado era muito bom.

Criamos inclusive a figura do professor nota dez, que era o professor cem por cento alfabetizador, aquele que ele tinha a cada final de ano, o professor que conseguia... Tinha as faixas, quem tinha conseguido alfabetizar 100% no primeiro ano do ensino fundamental. Quem tinha conseguido 80% e aí, havia uma... Se dava um destaque maior, inclusive com premiação aquele professor nota dez.

E o que também - aqui vem da experiência - as classes onde nós tínhamos um índice maior de alfabetizados no primeiro ano, eram aqueles que tinham tido a oportunidade de estar na educação infantil. Então, isto prova o quanto é importante a experiência que eu vivi, por isso que defendendo com tanta garra, com tanta vontade de ver esse País começar a fazer essa avaliação e valorizar muito, mas muito mesmo o ensino infantil, para que a gente possa ter as correções do fundamental e do universitário. Obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço, Senadora Rosalba Ciarlini. E só quero dizer que houve perguntas, comentários, reflexões, em função então do bloco de falas dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Agora, eu passo palavra para os expositores para que --

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Senador, só um minutinho, que eu tenho também aqui uma outra questão.

Sobre a questão do ensino profissionalizante que a gente fala muito a escola técnica, porque não pensar também de aproveitarmos as nossas escolas de ensino médio, como já houve no passado e inserir também cursos profissionalizantes? Talvez como uma atividade extra curricular, mas obrigatória num outro horário e sim, de forma que você não ficaria na dependência de esperar, que numa determinada cidade se conseguisse os recursos, construir a escola técnica... Por que não formar dentro das próprias escolas de ensino médio? Condições para se fazer cursos profissionalizantes respeitando as vocações locais? Certo?

E aqui também veio uma experiência, eu quero aqui dizer que rapidamente. Na cidade que eu administrei, nós somos uma cidade produtora de petróleo é a primeira, a maior produtora em petróleo em terra e vi na cidade logo que a Petrobras chegou, ter que... Nós tínhamos que importar trabalhadores, enquanto isso os trabalhadores da terra continuavam desempregados.

Agora, está se fazendo a escola de petróleo com a parceria também do município que vai ajudar, mas veja isso? Depois de 25 anos que a Petrobras está na cidade, já deveríamos ter... E é uma cidade que tem universidades, federal e estadual e privadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Senador, só uma correção, se me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Senador Wilson Matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Eu recebi aqui da nossa Assessoria do Senado a informação, com precisão sobre o orçamento do Ministério é 22,9 bilhões. E os 18% - até que o senhor perguntou - ele incide só sobre os impostos e não sobre contribuições, que uma grande parte da arrecadação são contribuições. Sobre os impostos "depois de deduzidas as transferências constitucionais para municípios e Estados", é sobre isso que se incide os 18. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Esta é até uma questão que se alguém quiser abordar, pode abordar, porque essa distorção tributária, porque o Brasil hoje arrecada mais em contribuições do que em impostos. E as contribuições não são repassadas para Estados e Municípios e a totalidade fica para o Governo Federal. E não existe aplicação sobre as contribuições, por exemplo, da obrigação constitucional deveria haver eu acho, podemos pensar numa emenda constitucional, se for o caso, nesse sentido.

Passo em primeiro lugar, a palavra ao Dr. Arquimedes Diógenes Ciloni.

SR. ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI: [Pronunciamento fora do microfone] Nós vamos ter outra rodada depois, eu já me despeço?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Depois nós vamos... O Senador Mão Santa ainda está inscrito e eu próprio, também, quer fazer duas perguntas na sequência.

SR. ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI: Eu quero aproveitar as questões levantadas pelos três Senadores, aliás, louvo e agradeço à Comissão de Educação do Senado, pela oportunidade do debate. Parabenizo a todos os senhores e senhoras, que em muito boa hora colocam a discussão da educação básica em primeiro plano. Está sendo muito importante, creio que para todos nós que estamos aqui ajudando nos debates participar desta mesa que está se revelando muito rica.

Uma das questões que foram levantadas aqui - e me refiro aqui a fala do Senador Wilson Matos, em conjunto com a fala do Professor Cláudio Moura e Castro - na Finlândia os belíssimos resultados que com certeza eles têm - óbvio que tem várias causas - mas tem uma que eu quero chamar a atenção. Na Finlândia, na França, professor é carreira de Estado. Óbvio que nós estamos muito longe de poder implantar, simplesmente transplantarmos um modelo que funciona muito bem em países de menor porte é muito difícil que a gente chegue neste momento a isto.

Agora, uma recomendação muito enfática, principalmente, para quem está encarregado das Relatorias, como é o caso da Professora Marisa, da Senadora Marisa Serrano, Professora, sempre, Marisa Serrano, cuja carreira sempre admirei. Se nós queremos realmente priorizar a educação em especial educação básica, reiterando a minha fala em momento anterior. Eu acho que os Senadores têm um importante papel a cumprir, não colocando como carreira de Estado, mas colocando parâmetros mínimos a serem seguidos, vamos aproveitar bem o dinheiro do FUNDEB.

O Ministro acerta quando fala em piso salarial, será sem dúvida para professores que ganham hoje, às vezes menos do que o salário-mínimo vigente no País, já será um avanço, mas é pouco. Não basta. Se nós queremos efetivamente priorizar a educação e enfrentarmos, Senadora Marisa, o pior gargalo - que é o ensino médio - nós temos que dar a dignidade de uma carreira. Há que se colocar degraus à frente dos professores da educação pública básica. Não adianta o piso, o piso é um avanço, se pararmos aí, nós não atrairemos os jovens talentos.

Um dos problemas que nós Reitores estamos enfrentando, não posso aqui dizer em todas obviamente, em todas as expansões, mas nota-se uma tendência a que sobrem vagas em algumas licenciaturas. Cursos obviamente como Engenharia, Direito, Administração preenchem-se todas. Nas licenciaturas, há a falta do fator de atração. “Quando eu sair, vou dar aula na escola pública da periferia, para ganhar quanto em troca do quê?” Quer dizer, se os Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras querem nos ajudar, estabeleçam por legislação parâmetros mínimos a serem seguidos, para que a aplicação dos recursos do FUNDEB não fique apenas na questão do piso. Ele é importante, mas não basta.

Da mesma forma uma pergunta muito interessante, da Senadora e ex-Prefeita Rosalba Ciarlini, eu sempre tentei entender oriundo da escola pública do meu Estado de São Paulo, na minha cidade natal, Araraquara, nós tínhamos duas belíssimas escolas profissionais. Numa das reformas feitas aí atrás, elas foram extintas. Eu entendo que foi um erro que se cometeu. Entendo que o ensino profissionalizante é também uma forma rápida e importante de encararmos essa falta de mão-de-obra. Quando a senhora falou da hidroelétrica, agora mesmo, falou que vai faltar gente para... Exatamente, quer dizer, eu acho que nós temos... Acho que o Plano de Desenvolvimento da Educação prevê isso.

E Senadora Marisa Serrano, como fazer para que nós diminuamos a evasão no ensino médio? Eu penso que a gente tem que trabalhar, nós temos experiências interessantes em algumas universidades, que me veio à memória quando a senhora fez a sua pergunta. Algumas universidades e há erros e acertos nisso, mas algumas universidades têm vestibular seriado, isto forçou a escola pública a se aproximar da universidade para poder preparar os alunos no ensino médio, para o vestibular do primeiro ano, para o vestibular do segundo ano do ensino médio, para o vestibular do terceiro ano. Pelo que sei isso também ajudou a diminuir a evasão. O aluno já se sentia motivado e mais próximo da instituição.

Há falhas nesse projeto que obviamente a gente pode debater num outro momento. O vestibular seriado ele sempre foi pensado nas universidades públicas a partir aqui da UNB, a partir de Santa Maria, a partir da nossa Universidade Federal de Uberlândia como uma forma de incrementar, o número de alunos oriundos da escola pública de ensino básico na universidade. Isto não se verificou. Pelo contrário, proliferaram indústrias de cursinhos para o primeiro ano, para o segundo ano e para o terceiro. Mas foi um fator importante de aproximação, entre as escolas públicas de ensino básico e as universidades federais.

O Senador Wilson Matos, por fim é uma discussão longa. Eu tenho defendido e disse isso ao Ministro da Educação, especialmente agora em que tenho condição de - com muita honra ocupar o cargo de Presidente da ANDIFES, que nós temos que repensar e revalorizar a nossa dedicação exclusiva. Passa sim, eu acho que passa pela rediscussão dos 200 dias, passa pela rediscussão da nossa própria carga horária, não há dúvida. É uma questão que a gente também pode e deva aprofundar num outro momento, mas se nada ficar das minhas palavras para efeito de registro, pelo menos que fique uma forte recomendação.

Os senhores têm uma caneta que nós não temos. Se queremos priorizar a educação, valorize principalmente a educação básica, dêem parâmetros mínimos pela forma Legislativa, para que a gente possa estabelecer um esboço do que virá a ser algum dia a carreira para os docentes da escola pública básica. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Passo a palavra ao Professor Cláudio Moura e Castro.

SR. CLÁUDIO MOURA E CASTRO: Uma série de comentários mais ou menos na ordem em que foram feitas. A idéia de uma escola, que é pior quanto mais longe dos grandes centros ela hoje desabou. O que nós temos? É escola muito ruim nos grandes centros que melhora estrondosamente, espetacularmente à medida, no momento que sai do grande centro e dá uma pioradinha quando chega ao grotão e pioradinha não é tão grande assim. Quer dizer, a grande crise da Educação Brasileira não está mais no grotão, ela está nas grandes capitais. A melhor capital do Brasil, tem 440 cidades no Brasil melhor do que ela.

Segundo. Uma tese que eu vou exagerar um pouco por razões de tempo. Nós temos um ensino superior excelente, só não presta os alunos. Ou seja, a fraqueza do nosso ensino fundamental acoplado com o médio, faz com que nós tenhamos hoje um ensino superior com equipamento público e privado, com equipamento excelente, com professores qualificados; mais ou menos nas públicas quase todo mundo tem mestrado e doutorado, nas privadas mais da metade tem mestrado e doutorado ou a especialização. O nosso ensino superior é muito bom, pena que ele não tem aluno.

Então para mim, a reforma do ensino superior é reformar os dois ou três primeiros anos de escolaridade e o resto vem sozinho, não precisa reformar.

Tempo. A gente podia gastar muito tempo falando sobre o tempo, apenas um comentário. Quando nós consideramos a carga horária, por exemplo, no Brasil que na faculdade é de 20 horas, nós vamos que nos Estados Unidos é de 12 horas o currículo pleno, só

que os alunos têm que estudar fora da aula. A idéia de passar 20 horas por semana ouvindo professor é uma coisa diabólica, precisa ter uma paciência enorme para ouvir 20 horas de aula por semana. Então, nós temos que considerar o tempo de aula - que não precisa ser muito - mais o tempo que o aluno tem que trabalhar por conta própria - que inclusive é o que mais desenvolve o aluno muito mais do que ouvir o professor.

E também me lembraria sobre o tempo é o chamado tempo de qualidade. O que nós temos é o mau uso do tempo, sobretudo no ensino inicial. Há uma pesquisa do Banco Mundial que mostra que entre 25 e 50% do tempo, o aluno copia do quadro negro, ora nós sabemos que copiar tem impacto educacional zero. O quê significa? Entre 25% e 50% do tempo jogado fora, estritamente jogado fora.

Sobre superior e ajudas financeiras, só lembrar o fato que no País mais rico do mundo que é os Estados Unidos, mais de 50% dos alunos têm algum tipo de bolsa ou crédito educativo. Portanto, na medida em que nosso ensino superior está pelo menos 70% em mãos do privado, sem um apoio financeiro não vai avançar, ou seja, nós antes tínhamos poucas vagas e poucos alunos, agora, nós temos muitas vagas e poucos alunos que podem pagar. Portanto, o estrangulamento hoje está do lado do número da capacidade financeira dos alunos.

Passando para a Senadora Marisa, ensino médio é uma novela para sempre para se discutir. Eu somente lembraria dois pontos. O Brasil é único País do mundo, pelo menos esse que a gente consegue identificar, que tem um médio único para todo mundo. Todos os países que a gente se lembra ou tem um médio que se bifurca de acordo com o perfil do aluno ou tem um médio único que bifurca lá dentro. O que nós estamos fazendo? É tal cama de pró-custo, quer dizer, você obriga todo mundo a funcionar numa escola que é igualzinha para todo mundo. E pior. Com um currículo baseado nos parâmetros curriculares nacionais, que é coisa de uma vaguidão extraordinária é tudo é não nada, para o público. E no privado o currículo é o vestibular, ou seja, não é uma solução boa.

Pré-escola. Não vou nem falar de creche. Pré-escola é um assunto que eu acho que a gente opera ainda com déficit de conhecimento. Nós sabemos que a pré-escola de qualidade tem um auxílio inestimável para o desempenho subsequente, mas nós simplesmente não temos informação se a pré-escola ruim, se ela tem qualquer contribuição com o aluno no seu desempenho subsequente. Quer dizer, nós temos aí um grande hiato, um grande buraco de desconhecimento.

E como os países atualmente ricos criaram uma escola de qualidade, sem pré-escola, eu acho que a

questão da pré-escola precisa de ter algumas respostas factuais, para que a gente possa prosseguir com segurança.

Próximo ponto. Educação profissional. Quando eu estava na OIT em Genebra, eu participei de um grande projeto do Banco Mundial, que começa com um diagnóstico do que funciona e o que não funciona na educação profissional. E esse diagnóstico conclui, depois de examinar dezenas de países, centenas de instituições que, o pior que havia em matéria de desempenho da educação profissional, eram os cursos profissionalizantes dentro da escola acadêmica. O segundo pior era a escola técnica.

As escolas técnicas e isso a gente sabe - funciona, isso é verdade no Brasil e fora, observação muito clara. Elas funcionam quando elas não são genéricas. Quando elas não são instituições, cuja alma é acadêmica e que tem um apendicezinho profissionalizante. Elas tão bons resultados quando elas têm um etos, quando elas têm uma cabeça que está voltada para a atividade econômica principal da cidade. A Escola de Gás do Rio Grande do Norte, eles só pensam gás, só pensam petróleo e gás é uma excelente escola. Quer dizer, quando a escola técnica ou não técnica ou qualquer jeito, quando ela está mergulhada no mundo daquele lugar ela funciona.

Agora, sempre a escola técnica em todos os lugares do mundo e o Brasil não é exceção ela tropeça com um problema grave, aquelas pessoas que sabem não têm o diploma para ensinar e a lei não deixa ensinar, então, você acaba ensinando com amadores. Isso é um assunto que eu já há muito que examino e é um bloqueio sério. Onde é que está aqui? Mestrado profissional. É um enguiço a CAPES, aliás, não é propriamente a Direção da CAPES, os Comitês Assessores da CAPES, eles bloqueiam o ensino profissional e as legislações a regulamentação do índice do mestrado profissional, acaba sendo uma legislação de fingidinho.

O mestrado profissional é um mestrado acadêmico meio disfarçado. Por quê? Porque exigem uma montanha de PhDs e não exigem às pessoas que tenham o conhecimento profissional, que raramente são as PhDs. Em certas áreas você tem uma dicotomia perfeita, quem tem PHD não sabe da prática e quem tem a prática não tem PHD, então, ao desvalorizar os diplomas, a experiência profissional, o mestrado profissional ele nasce, ele nasce aleijado.

A idéia dos prêmios, eu acho que é uma idéia que merece ser discutida. Pelo que eu vejo os prêmios institucionais são mais do que justificados, quer dizer, na medida em que a CAPES premia quem tem uma boa avaliação, eu acho que quase todos os observadores próximos estão de acordo que isso foi um dos fatores

mais importantes para tornar um Brasil uma grande potencial científica, ainda não tecnológica, mas um grande potencial científico.

Quer dizer, junto com a Índia, o Brasil é praticamente o único País do terceiro mundo que está na cabeça, em matéria de produção científica e esse prêmio é fundamental [soa a campainha]. Nós temos hoje, pesquisas muito interessantes nos Estados Unidos, mostrando que prêmios e cobranças para o desempenho educacional são tão mais eficazes quando eles são poderosos. Quer dizer a cobrança pesada o prêmio grande é o que faz a sistema melhorar. No nível individual, eu não sei se nós vamos nos colocar de acordo, a gente tinha que avançar muito mais.

Escola unidocente, de acordo. E lembro a experiência colombiana que é excepcional com a *Escuela Nueva*, que é o único País da América Latina, onde as escolas rurais têm um desempenho melhor do que as escolas urbanas, por causa de um modelo de escola onde todas as séries são feitas com professor só. Então, a idéia de comprar ônibus ao invés de ensinar o professor a trabalhar com três, quatro séries é uma burrice é muito mais cara.

Licenciaturas. Esse é um drama brasileiro. As públicas recebem um número muito pequeno ficam vagas. E impõem um nível de exigência, onde a deserção no fim do curso é entre 80 e 95%. Você pega licenciaturas de matemática e física, sai um dois alunos por ano. E esses alunos que vão fazer licenciatura são os mais pobres e eles aí vão para o privado; e vão para o privado eles só conseguem pagar uma educação de uma qualidade muito deficiente, porque a relação é clara: Se o aluno não pode pagar, como é que a escola pode pagar o professor? E aí fecha-se o círculo vicioso. O público não gera os professores na quantidade requerida, empurra para o privado que acaba gerando professores também deficientes, então nós temos um enguiço realmente sério nessa questão na produção de professores.

É outro problema que nós temos que começar do zero a pensar seriamente, sobretudo Ciências e Matemática. Não estamos produzindo e, além disso, criamos uma situação absolutamente aberrante. O que mostra o SAEB? O aluno que estudou com alguém que tem universidade, mas não é professor, aprende mais do que o aluno que sobretudo nas Ciências, aprende mais do que o aluno que estudou com o professor graduado. E aí como é que nós como é que a legislação lida com isso? Obriga o professor que já está produzindo alunos que aprendem mais, a fazer um curso de 500 horas para poder ser professor. Quer dizer é a burrice, completa.

Para terminar, o que nós sabemos - e eu tenho lido um pouco sobre esse assunto, escrito um pouco sobre esse assunto. O que nós sabemos sobre salários de professor é que o salário é tão importante quanto a ambiente da escola. E o ambiente é muito mais barato do que o salário.

Então o que acontece? As escolas privadas que pagam em média o mesmo que as escolas públicas - tem uma pesquisa recente que foi feita, muito bem feita com a Holanda - e elas conseguem os melhores professores. Por quê? Simplesmente, porque tem um ambiente agradável, são bem tratadas, são valorizadas, tem um ambiente agradável. Então, é uma política muito mais econômica, pelo menos no curto prazo tratar bem os professores. Tem um resultado instantâneo e maravilhoso. Muito mais do que tentar conseguir salários maiores e deixar os professores continuar descontentes. Então nós temos aí um espaço enorme para melhorar a qualidade do ensino e selecionar melhor os professores e deixar os professores contentes.

Outro resultado. Isso foi até uma pesquisa que eu fiz. Numa rede privada 80% dos professores estavam contentes, indicaram que estavam contentes não é assinado... E isso não é verdade no sistema público. Provavelmente 80% estão descontentes e, no entanto, o salário é o mesmo. Alguma coisa a gente tem que aprender disso. Novamente voltamos a gestão do tempo. Quer dizer, o que a gente faz com um sistema, onde as pessoas são contratadas para trabalhar 40 horas e trabalham 20, que é na Universidade Federal que é a questão que foi colocada pelo Arquimedes.

Quer dizer, alguma coisa deve estar errada nesse sistema e isso vem assim de pelo menos uns 30 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. Passo em seguida a palavra ao Doutor, Roberto Geraldo de Paiva Dornas.

SR. ROBERTO GERALDO DE PAIVA DORNAS

[falha no áudio] De verificar que o problema da qualificação da educação, vi que a educação é a angústia dos Srs. Senadores, dos pronunciamentos que fomos ouvindo aqui, às vezes percebemos mais angústia que a nossa mesmo. É evidente que quando a sociedade começa a se angustiar, com uma educação capaz de produzir um Brasil de amanhã diferente de hoje e, sobretudo dentro do Senado, a sociedade está começando a encontrar seu caminho.

A verdade é que durante muito tempo se preocupou com o atendimento quantitativo, então se ofereceu muitos mecanismos e bolsas e ônibus e outras coisas e abertura de escola e etc para botar o aluno dentro da escola. O nosso problema hoje não é o aluno den-

tro da escola, não está faltando escola, está faltando é qualidade da escola. E qualidade que passa, evidentemente, pelo tempo, pela carga horária porque em pouco tempo, ninguém vai conseguir que se ministre que se faça ensino de qualidade. Nós conseguimos às vezes amadurecer certas frutas, via carbonetos e outras coisas, não dando o tempo necessário, mas o resultado que se tem no final não é o melhor.

Então há sim, há necessidade sim, da permanência do aluno dentro da escola o mais possível. E aí Senador Wilson eu concordo, antes de se pensar em aumento de carga horária, nós temos que pensar num aproveitamento melhor da carga horária atual, mesmo porque se tentarmos simplesmente dobrar turnos ou triplicar turnos, com pura e simplesmente ministração de aulas nós vamos cair naquilo que o Cláudio, também falou que o importante não é esse tempo necessário: é o tempo para o aluno se dedicar às atividades de fixação e o exercício.

Então, é o momento do reforço é o momento do atendimento naquele que tem um problema de dificuldade e isso, sobretudo vai atender na escola pública. O que nós temos é que a escola pública só está obrigando a criança pela presença única e simplesmente pela presença e durante o período de aula e depois? O exercício de casa, o reforço, a recuperação as outras atividades que devem ocorrer e não ocorreram e, quando não ocorrer essa criança fica perdida. Então achamos sim que aumentar a permanência do aluno dentro da escola, para que ele possa desenvolver aquilo que ele não tem condição na casa dele, na escola particular não é muito esse problema, ele não existe porque existe um ambiente, existe toda uma estrutura, existe todo um exemplo; mas na escola pública sim, porque no momento que ele deixado, ele é deixado na rua.

E não há dúvida nenhuma que se fala muito em violência e tudo o mais e nós estamos vendo as gerações de crianças e adolescentes que estão sendo perdidas, estão angariadas por aqueles de atividades ilícitas, porque realmente ela não tem condição, essa criança pobre e aí escola vai ter que suprir. E não suprir isto para esse tipo de atividade de fato o custo não será tão alto e o Cláudio acabou de dizer uma coisa muito interessante é que os alunos aprendem mais com aqueles professores que não tem maior título. Aprende mais às vezes com aquele colega mais avançado, aquele que fala a mesma linguagem dele no mesmo entendimento.

E nós ficamos às vezes de título de pôs e pôs para ser professor o que não garante que ele chegue dentro de uma creche e realmente dê conta dessa criança, que não é o grande título dele para lidar com

essa criança não é o melhor caminho. Então, há necessidade de mudança nisso? Há.

Senadora Marisa Serrano o ensino médio no Brasil é uma interrogação, porque para que serve o ensino médio? No final ele virou preparatório para entrada em ensino superior e isso melhor que o ensino médio todo fazer o cursinho pré-vestibular. Faz em pouco tempo. Ele perdeu o seu objetivo e seu aspecto e realmente acho que o Thiago tem razão, porque deve ser extremamente preocupante o jovem terminou o ensino médio diz: “Bom, agora o que eu sou o que fizeram de mim e para onde e eu vou?” Que é a hora que ele começa a ter que definir.

Então, há necessidade de repensar o ensino médio sim, e aí Senadora nós somos favoráveis, que se tenha uma terminalidade no ensino médio. E essa terminalidade para não cairmos outra vez num problema de carga horária, seria numa quarta série opcional onde eu digo assim: “Eu vou fazer agora uma profissionalização, mesmo porque eu não estou pretendendo, eu não estou podendo ir ao ensino superior agora, agora eu tenho que cuidar de viver”. E essa profissionalização, quando ela for feita após boas três séries de educação geral, aí se faz perfeitamente com um ano.

E aquele que já por opção já por decisão ele quer se encaminhar para o ensino superior. Muito bem, então vamos aprofundar principalmente para o tipo de curso superior que ele quer, aí eu acho melhorar através de uma quarta série. E nisto nós aumentamos também o tempo do aluno dentro da escola em escolaridade, porque que dê fato estão terminando o ensino médio sem maturidade. Nós não podemos nos esquecer que cada vez mais o jovem leva mais tempo a ser maduro. Cada vez nós vamos vendo que a idade chega e ainda a maturidade não chegou.

Muito bem. E com a estrutura do ensino que temos hoje com 15, 16 anos estão terminando o ensino médio praticamente ainda com um pensamento bastante infantil, talvez até não entendendo a necessidade, a responsabilidade. A permanência mais um ano é melhor que transformar o fundamental em nove anos, porque a transformação do fundamental em nove anos, ela foi simplesmente a mudança de nome, aquilo que era chamado o último período ou o terceiro período lá da educação infantil, virou a primeira série do fundamental. O aumento aí não ocorreu.

E tem razão o Senador Wilson Matos [soa a campanha] Quando diz que das poucas aulas que são dadas o aluno ainda pode faltar 25%, quando as aulas são dadas e quando a escola funciona, bom o tempo dentro da escola realmente é uma piada. A escola da vida está absorvendo ele com muito mais tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. Agradeço ao Doutor Roberto e só puxando um pouco da brasa para a minha sardinha também que eu sempre digo - eu sou formado em Letras - e eu digo que a pessoa que sabe bem o português, lê bem, escreve bem, organiza um texto, essa pessoa já tem uma profissionalização, não é verdade? Quer dizer, a gente só não pensar que a profissionalização deva acontecer depois do período escolar. Quer dizer uma boa escola é a ferramenta - usando a palavra - para se inserir no mundo do trabalho, saber bem Matemática, saber bem Português, Geografia, História o cidadão crítico, eu acho que isto tudo é um trabalho essencial, quer dizer, como a gente procura como agulha num palheiro alguém que redija bem, que faça um bom projeto, um bom ofício, um bom trabalho.

Eu passo a palavra agora para o Thiago Franco Batista de Oliveira, Presidente da UBES, União Brasileira de Estudantes Secundaristas. Thiago.

SR. THIAGO FRANCO BATISTA DE OLIVEIRA:

Obrigado, Senador. Bom, eu anotei tanta coisa que foi falada aqui pelos Senadores, eu vou - como eu já abusei do tempo na primeira parte - eu vou tentar falar pontualmente mesmo as coisas que eu anotei aqui, mas que eu também não acho que pode deixar de falar.

É o seguinte o Senador Wilson Matos fala o seguinte dos centros de excelência, virou uma prática no País inteiro você ter uma duas escolas na cidade que são excelentes - escolas públicas que eu estou falando - e aí você vai para o resto da cidade e você se encontra aquela média super baixa no geral. Quer dizer a política do centro de excelência é uma política errada porque ou você dá educação de qualidade para todo mundo ou você continua com o problema da dualidade que eu falava aqui antes. Então, a política do centro de excelência é muito... Cada Estado, cada Governo de cada Estado de cada Prefeitura dá um nome diferente, você tem a tal da escola modelo, colégio modelo, escola central, escola referência.

Enfim, você tem vários nomes pelo País, mas isso é ruim. Tudo bem é uma iniciativa, você dar uma educação de maior qualidade pública, agora, não adianta você fazer uma escola que vai caber sei lá, 1000, 1500 estudantes numa capital grande, não resolve essa questão.

Segundo. Eu já tinha marcado aqui para falar a respeito do vestibular que em nossa opinião é a meta tem que ser acabar com esse negócio, porque a juventude brasileira sofre com o tal do vestibular. É um negócio terrível que a gente tem que passar o tal do vestibular. Tem iniciativas como a questão da avaliação seriada como faz a UNB aqui e outras universidades que isso é um passo importante, tem uma série de

coisas, agora, a gente precisa pensar em alternativas. E se a tese do professor Cláudio está correta, de que nós temos as universidades são boas e os estudantes são ruins, então é mais uma prova de que o vestibular é um fracasso. Então, a gente precisa ver como é que a gente melhora isso daí.

Uma outra coisa que eu tinha esquecido de falar aqui no início, o PDE coloca como meta no índice o Brasil alcançar até o ano de 2022 média seis, eu acho tímido. Eu acho tímido, porque se a gente está falando que o currículo é o mínimo, que você vai de um a dez dentro do que você estabelece como mínimo. E você propõe que 2007 a 2022 chegar na média seis, eu acho que nós estamos muito tímidos. Então se é porque a média hoje é muito baixa, mas se a média hoje é muito baixa a gente precisa de mais medidas fortes agora nesse começo, porque senão nós não vamos chegar a um nível mais avançado tão cedo.

Outra coisa a gente falando de leitura, leitura e tal, todo mundo dando exemplos da Colômbia aqui, eu queria dar um outro exemplo da Colômbia aqui também. Em Bogotá têm livros nas estações de ônibus de transporte público. Meu, a cultura da leitura precisa ser incentivada, precisa ter livro acessível para a juventude, para o povo, o tempo inteiro, senão tiver, como que nós vamos deixar de ser careta ler. Como é que nós vamos acabar com essa cultura de que é careta ler, de que é ruim ler, de que isso é coisa de velho, coisa do passado, não sei o que e tal. Então, a gente precisa ter livros em todos os lugares e outra coisa, livro no Brasil é muito caro. É muito caro você comprar um livro de literatura no Brasil custa, 50 reais, 60 reais, 80 reais um livro, uma literatura.

Você compra um livro importado mais barato. Porque aqui no Brasil tem um negócio de você fazer livro tudo com AP 75, AP 90, capa dura, não sei o que e tal, vai ver na França, vai ver nos Estados Unidos, vai ver no Canadá, vai ver por aí, entendeu? É tudo papel jornal com capa mole, fica mais barato, todo mundo compra. E aí o mercado editorial, no Brasil fica querendo ganhar muito dinheiro, faz esses livros com capa chique, não sei o quê e ninguém lê mesmo entendeu? Então assim, algumas coisas precisam ser feitas para incentivar mais, a gente já não gosta de ler e o livro é caro, quem é que vai ler nesse País? Entendeu? Então isso é algo que precisa mexer também.

Com relação ao ensino profissional, primeiro o seguinte, o ensino profissional ele precisa ser incentivado cada vez mais, porque não tem perspectiva, você não tem perspectiva de vida hoje dentro da escola. Se a escola até dá uma formação profissional e isso que a Senadora fala é muito importante, ou seja, as redes estaduais de ensino médio no geral colocar

ali, mesmo que não seja uma grande formação profissional, não sei o que, você colocar alguns conteúdos técnicos que possibilitem uma formação, um acesso melhor ao mundo do trabalho, vamos dizer assim, de alguma perspectiva de acesso ao mundo do trabalho, entendeu?

Então, eu acho que isso é algo que precisa ser pensado e a expansão atual da rede profissional federal é muito importante também essa história de ir para cidades pobres, entendeu? Mas obviamente precisa ser feito de forma bem pensada você conseguir ir de fato para cidades pobres, aquelas questões das vocações regionais e tudo o mais, isso precisa estar concatenado. Obviamente você cria uma usina e não tem um lugar para formar o profissional, ter que importar profissional o resto da vida. Nós estamos desenvolvendo mais tecnologias estão vindo novas empresas para o Brasil, não sei o que, vamos ter que importar profissional para isso o resto da vida? Então, a gente precisa tratar isso daí.

O problema dos salários dos professores eu repito aqui, a mensagem do Presidente da República que veio para o Congresso Nacional do piso salarial nacional, precisa ser alterada aqui no Congresso Nacional, porque senão vai continuar o mesmo piso salarial para sempre, não fala - o projeto de lei que foi enviado não fala em nenhum lugar de como que esse valor vai ser corrigido no tempo.

Então, não adianta você criar um piso para agora que vai ser um piso para o resto da vida, você precisa definir as regras de como que esse piso vai ser um piso, que vai se desenvolver e que vai ser... Porque senão daqui a pouco, daqui sei lá, cinco, oito, dez anos, esse piso virou o teto do todo mundo, você não consegue caminhar para lugar nenhum mais e começa ou uma luta por um novo piso. Então, eu acho que isso é uma preocupação de agora pra gente não ter mais dor de cabeça no futuro.

A questão do período integral eu queria só reafirmar o seguinte, o período integral é importante agora ele tem que ser feito com responsabilidade, não pode ser um negócio feito às pressas, porque se ele for feito às pressas, não vai dar certo mesmo, então, precisa ser feito com calma de acordo com as possibilidades. Existem outras prioridades na Educação Brasileira antes do período integral, agora ele precisa ser visto como uma meta na Educação Brasileira.

Eu queria lembrar aqui que o acesso à cultura, ao esporte ao lazer de uma forma em geral é muito importante do ponto de vista de uma educação de qualidade. Eu queria só atentar aqui aos Parlamentares, que hoje está ameaçado no Brasil a questão da meio entrada para estudante em eventos culturais e espor-

tivos, está completamente desregulamentado o direito para estudante e é preciso pensar nisso porque [soa a campainha] Na prática o direito está se acabando.

Outra coisa duas últimas coisas. Uma a questão da inclusão digital, que muito bem lembrou aqui o Professor. Gente é absurdo! Mais de 80% da juventude brasileira sequer sabe ligar o computador, não sabe, nunca mexeu no computador na vida, não sabe o que isso não, não sabe para onde vai. Entendeu? E numa era dessa, uma era digital, da internet por onde a informação vai. Para você fazer a inscrição para o ENEM que dá acesso ao ProUni, você tem que usar a Internet, se você não tem como é que você faz? Entendeu? Então a exclusão digital é muito grande no País hoje, precisa ser corrigido óbvio, o PDE fala disso e tal, agora, tem que ser uma preocupação constate.

E por último, eu já tinha falado aqui, a escola não atrai não dá perspectiva, gente! Alguém falou aqui já boa perspectiva de vida obviamente, mas rápida, mais momentânea vê no tráfico, vê na criminalidade, porque você não tem nenhuma perspectiva de entrar para universidade, não sei o que, não sei o que, não sei o que. Aí você vê ali do lado um cara que trafica droga, que é aviãozinho de droga, não sei o que e tal, tal, que tem o tênis do ano, que tem a roupa da moda, que compra DVD para sua casa, tem uma namorada não sei o que... Aquilo atrai do ponto de vista mais objetivo ali e a escola não te oferece nada; não te oferece uma perspectiva de emprego, que você quem estudou está desempregado; não te oferece uma perspectiva de acesso a universidade porque aquilo ali é coisa para rico. Entendeu? Para quem faz cursinho, você não tem dinheiro para pagar cursinho.

Então, a gente precisa pensar nisso a juventude brasileira está sendo atraída pela criminalidade, pelo tráfico de droga que está o tempo inteiro e a escola a política pública educacional não atrai essa juventude. Então, a gente precisa pensar seriamente nisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. Agradeço ao Thiago, inclusive, dizendo Thiago, que o tema da meio entrada, que você mencionou já foi aprovado inclusive, requerimento aqui na Comissão, para começarmos em breve a discutir esse assunto, para buscarmos aí justamente uma regulamentação adequada fruto dessa preocupação que você levanta, já tendo projeto inclusive tramitando nessa direção, mas que seja fruto desse debate também.

Eu só lembro, quando você lembra a ênfase da leitura eu me lembrei também de uma entrevista do Ziraldo e até lembrando para os pais que a leitura começa com criança de alguns meses, mostrando livros, contando história, lendo a história, não é? Tendo livros baratos naturalmente acessíveis e tal, porque isto faz

com que a pessoa sinta o prazer, quer dizer, o prazer de ler que as crianças amam escutar histórias, ver as figuras, ler junto com os pais ou junto com os irmãos ou junto com outras pessoas, isso é muito bom.

Eu passo em seguida a palavra ao Doutor Abib Salim Cury.

SR. ABIB SALIM CURY: Em sendo o último, sempre as coisas estão mais ou menos esgotadas, mas a gente tem algumas preocupações a transmitir.

Nós estamos falando muito em profissionalização, não devemos esquecer que esse País provocou algo de inusitado quando a legislação trabalhista proibiu que o menor pudesse trabalhar como aprendiz. As empresas acabaram não contratando mais, porque contratavam o menor, mas a legislação trabalhista obrigava que fosse pago o salário de maior e etc e etc e etc essa é uma discussão que vem de longa data.

Então a grande desculpa é de que esses menores que estavam sendo profissionalizados dentro das empresas eles ocupavam o lugar de um maior, o que também não é muito verdadeiro, mas com isso nós fechamos uma válvula de profissionalização da nossa população. Acho que esse era um assunto também que os senhores poderiam discutir um pouco, para ver aonde poderíamos chegar para melhorar isso. Ainda quanto à profissionalização, a minha preocupação é saber aonde colocar isso. Vai ser no ensino médio? Vai ser após ensino médio? Aonde colocar qualquer coisa a nível de profissionalização? Teríamos que: Será que é no ensino médio que nós vamos profissionalizar? O Professor Dornas fala em aumentar um ano.

Eu não sei se precisa aumentar um ano ou se você pode profissionalizar nos dois últimos anos, no último ano do ensino médio. É necessário que se pense nesse tipo de currículo para profissionalizar. Aí vem todo um trabalho de profissionalizar o quê? Como? Qual é a necessidade que o País tem de profissionalização? Em que área? Porque não é pura e simplesmente profissionalizar aos borbotões, porque há necessidade de saber o quê? Ninguém consegue profissionalizar em tudo. Há de se ter o que profissionalizar. E é por isso que efetivamente há que se estudar.

Talvez a grande dificuldade que a profissionalização acabou não sendo implantada foi por isso, por que... Então se faz uma escola técnica para torneiro mecânico, etc etc etc. Mas não se faz para auxiliar de laboratório, não se faz para não sei o quê. Então é necessário saber o que é que efetivamente vamos profissionalizar. Nós estamos discutindo a profissionalização quase que discutindo no molhado, sem efetivamente aprofundar a assunto para saber o que fazer. Nós estamos aqui para procurar soluções. Então, se é para profissionalizar é preciso saber o que é possí-

vel ser feito na profissionalização. Em sabendo o que é possível nós podemos fazer isso no ensino médio ou pós médio. Se a qualidade que se quer alcançar é pouco mais superior, que o jovem já esteja único pouco preparado para alguma coisa, então é necessário aprofundar isso com muitos estudos.

Falando a Senadora quanto a problema das creches e a nossa experiência também em Ribeirão Preto foi muito triste com as creches, porque há um entendimento de que creche não é dever de Estado. Essa é outra discussão. Apesar de que a Constituição fala em ensino, obrigação, mas a creche não é um dever do Estado. Aí alguns promotores acham que é um defender Estado e aí eu tive uma porção de liminares, etc teve até um liminar muito engraçada, que um Juiz de Ribeirão Preto, mandou que eu construísse uma creche em 90 dias, como se fosse possível, não é?

Então, a gente levou isso um pouco na brincadeira. Eu fui lá pessoalmente falar com ele para dizer: "Não é possível, primeiro a Prefeitura..." Todo ensino infantil está nas costas das prefeituras. O Estado não gasta um tostão e aí, há toda uma problemática que precisa ser articulada. Já que vem um dinheiro do FUNDEB para isso que é pouco, eu não sei até que ponto. Agora, que é fundamental nós nos preocuparmos com as creches e o ensino infantil. Agora, houve uma redução do ensino infantil com os nove anos, que você puxou para os seis anos. De qualquer forma, isso eu acho que vai ajudar um pouco, na medida em que... Nós implantamos já os seis anos em Ribeirão Preto, eu fiz questão antes de sair já implantar os seis anos em todas as salas.

Então, é muito difícil esse assunto de creche e ele precisa efetivamente ser tratado com muito cuidado também, porque não há dinheiro suficiente para você construir. Tem que construir. Até quando se fala em tempo integral ou uma das idéias que a gente já estava discutindo é que num determinado momento poderia a legislação dizer o seguinte: "Todas as escolas daqui para frente que forem construídas novas, elas já possam ser pensadas para tempo integral". Não o tempo integral absoluto, os companheiros de Mesa têm razão, mas elas podem ser pensadas já serem construídas para receber um tempo integral de dois turnos e tal, qualquer coisa assim. Porque aí sim, vai-se botar o dinheiro para construir escolas novas? Então, a escola nova tem que ter certas qualidades para receber o programa do tempo integral.

Uma das coisas que não se falou aqui é sobre a inclusão dos deficientes. Ninguém falou nada, sobre a inclusão dos deficientes no ensino fundamental. Isso eu estou até aqui com a moça que está né... Eu fiz uma experiência muito boa e acabei criando em Ribeirão

Preto um instituto de libras. Tem lá um instituto, alugamos uma casa e temos um instituto, especialmente para formar gente que vai atuar nas escolas, de certa forma é quase que a formação de um professor. Nós estamos nos esquecendo disso de que efetivamente nós temos [soa a campainha] Motivar isso muito, para que possa ser feito a inclusão de todos os deficientes, normalmente dentro das salas de aula e não como algo como uma párea.

Uma outra coisa que esse País é o País dos doutores. Está certo Professor Cláudio, quando ele fala que: “Talvez a gente não precisasse de tantos doutores e de tantos homens experientes. E que eles pudessem efetivamente estar nas escolas”. Mas é verdade que muita coisa disso acontece... Apesar de que isso também não é lá de grande importância. Grande importância é que nós fôssemos às bases e melhorasse. As estruturas físicas das escolas também é outra coisa que está triste, está muito triste você chegar e ver uma creche que não tem banheiro.

Uma outra coisa que a gente passou também por muito é o roubo. Chegam a entrar numa creche na madrugada e roubar fraudas das crianças por falta da segurança.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O leite.

SR. ABIB SALIM CURY: O leite. E assim a gente tem uma série de coisas a serem pensadas inclusive na segurança das escolas. Eu fui atacado porque eu uniformizei, eu gastei uma nota mais ou menos cumprida para dar uniforme para as crianças e um tênis. E aí a oposição como sempre, atacou dizendo por que estava gastando aquilo e etc etc e eu muito--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quando não tem que responder um processo no Tribunal de Contas, né?

SR. ABIB SALIM CURY: Também, eu não sei se não vem alguma aí--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Que a gente usou para educação, mas não era para ser para outra coisa da educação.

SR. ABIB SALIM CURY: Para mim. Mas aí eu expliquei o seguinte, que era muito mais interessante que a criança quando sai de casa próxima da escola e que ela vai andando, às vezes, sozinha ela estava identificada. Porque na camiseta dela estava o nome da escola e etc etc etc e que isso facilitava. E também o problema do tênis, porque era muito triste para mim entrar numa escola e ver uma porção de crianças com sandalhinha e o outro do lado com um tênis Nike. Espera um pouquinho, a gente padroniza, com isso a gente faz um social, com isso você faz com que a criança se sinta igual. E você pode fazer tudo isso. Eu sei lá, eu

gostaria que na medida em que essa legislação toda pudesse avançar que a gente pudesse efetivamente chegar a essas coisas das crianças.

Quando Vilson fala - desculpe Senador, é por causa da nossa amizade - sobre esses problemas de tempo e que se discute muito o problema da hora e essa coisa toda, é sempre o problema de se tentar uma adaptação melhor para você... E nas nossas escolas a gente sempre procura dar o máximo possível, mas eu tenho uma experiência mais triste em São Paulo do ensino fundamental. Lá na minha rede a Professora podia faltar o dia que ela quisesse, ela tinha uma bonificação por mês de falta, está bom? Por doença tudo bem, mas esta bonificação aí eu fiquei... Entrei para valer. Acabei sendo convocado pela Câmara, para ir lá me explicar porque eu estava perseguindo as professoras. Bom, aí eu quis dizer o seguinte, eu pago para elas essa aula, mas eu não posso admitir que ela deixe de dar aula, porque o custo é o mesmo porque quando ela falta eu tenho que colocar uma outra, só que o ensino não é o mesmo. E ela está efetivamente dando a matéria como é que pode interromper?

Então, nós temos um monte de pequenas mazelas etc etc etc e acontecendo por aí, que é preciso que isso tudo chegue por aqui e a gente possa então resolver uma série de situações. Desculpe, se eu --

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está ótimo. Foi muito bom. Eu passo em seguida a palavra para as considerações do Senador Mão Santa, e depois na sequência, novamente para apreciação das considerações e os aspectos finais assim, para encerrarmos, então, a presente Audiência Pública.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Presidente Senador Flávio Arns, senhores expositores, um quadro vale por dez mil palavras. Confúcio. Então, eu diria que o erro está todo no primeiro Senado da História do Brasil, tirando os portugueses eram 42 Senadores, 22 da Justiça, 10 militares, 07 religiosos, Padre Feijó, 02 médicos e um ligado a área do campo, nenhum professor.

Segundo. Olhando, ali os ilustres Senadores, pinça-se os professores que eu pedi ali ao nosso Secretário Executivo. Na história do Senado, diz que falou por educação, João Calmon, Darci Ribeiro e o nosso Cristovam Buarque, que eu quero louvar. Então, está aí o erro 22 Senadores juristas, fazendo leis boas para eles, desde daí segue.

Essa Comissão da Educação, um quadro vale por dez mil palavras e triste quadro. Aqui são 27 mais 27 suplentes 54. Um, dois, três, quatro com V. Ex^a. E V. Ex^a., é professor como eu fui também médico e foi muito feliz o professor Cláudio. Houve um corporativis-

mo... Que eu gostava de ensinar Biologia, Fisiologia e tal, mas fizeram aí que fizeram que afastaram pessoas [inaudível].

Mas o que eu queria dizer é o seguinte, ninguém podia falar melhor do que vocês. Vocês falaram muito bem e muito bonito nesses 158 anos. Mas Einstein me permita, ele deve muito mais do que os senhores, do todos nós, né? Ele tem um livro “Maturidade”, ele diz que a escola tem que ser preservada, porque é o único instrumento que se pinça todo o conhecimento da história do mundo e oferece a juventude. Mas eu digo com experiência própria, se ensina muita besteira nas nossas escolas.

O meu jovem Thiago, eu me lembro no que segundo científico um professor perguntou quantos carneiros tinha na Argentina, quantas bicicletas na China, o nome e quantos reis tinha tido na... E eu respondi tudinho e estou aqui. Respondi por que a gente sabia que ele ia perguntar de ano a ano e se colocava nos tampos da carteira, lá no meu Nordeste se chama “pescar” e eu não ia pegar pau, mas eu respondi. Então o Einstein diz que a escola tem que ensinar é o pensar, o raciocinar e estudar. É isto o que está faltando. E eu quero dizer na minha vida todos nós temos.

Eu tive muita facilidade o meu avô foi uma pessoa que teve dois navios, não vai ao caso; mas estudar não é bom não, como jovem. O negócio do primário e só passar, ginásio porque o meio ambiente dava uma cultura e ia. Mas eu aprendi mesmo a estudar num colégio interno marista. E aí é que está o erro do Brasil, nós estamos é temos mal-educados e estupidamente mal-educados. O Presidente tem que se bater nele - eu até votei nela na primeira vez, mas estamos... Não existe. Eu vim do Chile agora, o Chile é uma Suíça.

Meu jovem a Argentina não é só de tango não, quatro horas da manhã estão todas as livrarias abertas e as crianças lá, a gente saindo do tango. Isso que você disse é verdade. O Chile e aí? É uma Suíça aqui na América. O Chile! É lei, é obrigado por um Professor Lagos, 12 anos hoje você estudar. Quando a chega ao aeroporto com o negócio de portunhol, o motorista: “Você não quer falar inglês, não?” Todo mundo lá já está falando a segunda língua. O espanhol para se comunicar entre eles e o inglês para comercializar. E é bem aí, e é pequeno. E, um quadro vale por dez mil palavras.

Mais disciplina. Eu por exemplo, estudar não é bom mesmo não, é melhor mesmo jogar bola e tal. Namorar é bom, né? Mas no primeiro ano eu fui interno no colégio marista. Tem que ter disciplina. Acabou a disciplina. Acabou o ordem e progresso. É uma bagunça, é uma desordem. Isso aqui é um caos, não existe mais [inaudível] no nosso tempo tinha. E eu vou dizer

por que tinha, porque essas organizações religiosas se dedicavam. A geração que não foi do marista, era do salesiano, era do diocesano, jesuíta.

E eu tive um interno Louis Diboá(F) francês, (expressões em francês) e até que a gente aprendia, mas não é importante não. Cinco horas da manhã, Lucena, ele batia. Eu acho que ele era irmão do de Gaulle grandão, Charles de Gaulle. Louis Diboá(F) batia a palma assim... A gente se levantava pegava a toalha tomava banho, descia para estudar, cinco horas da manhã. Era de cinco às sete. Quem queria ir à missa eles deixavam, mas a gente ficava gostava de estudar, duas horas. Aí ia para a aula, ali era de sete às doze.

Em agosto já estava voltando o livro, a capa, do FTD, dos maristas, já estava voltando aqui e lá e a gente estudava mesmo. Uma às duas da tarde depois do almoço uma banca, duas horas botava para jogar naquele sol quente do Ceará, era marista, três, quatro... Quatro horas de novo você estava na banca até seis e meia, vai somando Cícero às horas.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Eu estudei lá.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Ah, estudou! Pois é, no meu tempo só tinha homem, agora, melhorou botaram mulher lá. [risos] Pois é, por isso que ela foi três vezes Prefeita. Extraordinária Prefeita, a disciplina. Aí seis e meia cinco se terminava, tinha uma banca até oito e meia. E quando se estava ruim, eu somei aqui, das seis horas que o professor diz: Tem que estudar. Seis horas. E quando você estava ruim eles permitiam ficar de oito e meia até dez horas da noite. Todo dia aprender a estudar, aprender a raciocinar... E disciplina não tem. Mais disciplina, a gente se respeitava. E vou lhe dar um quadro que a educação é que iguala tudo.

João Paulo Reis Veloso, o melhor Ministro de Planejamento da história desse País, primeiro PND, Plano Nacional de Desenvolvimento, o segundo PND foi ele que fez. Planejou, foi a luz dos militares; nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade, nenhuma corrupção. Ele trabalhava na fábrica do meu avô - quem falou sobre o trabalho profissional. Por nove anos abria... Ele não foi escravo, ele foi... E deixou o emprego para o segundo irmão, o segundo para o terceiro e o terceiro e o quarto esse Reis Veloso. E eu quero neto do homem nunca cheguei a pegar, porque o homem estudava demais. Foi para Harvard, mania de primeiro lugar, foi o guia desses militares. Essa é a verdade. Quer dizer, que ele passou muito mais o herdeiro da fábrica.

Quer dizer é o estudo. E era de família, filho de carteiro e filho de costureira. Quer dizer, o estudo é o único caminho da liberdade e eu estou dando um testemunho. Mas a disciplina acabou. Acabou. E eu dar um

quadro. Esse João Paulo Reis Veloso chegou, eu era Deputado Estadual, com o Governador que foi Senador, Lucídio Portela, aí íamos filho da cidade Parnaíba, onde eu nasci Evandro Luiz e Silva nasceu lá - e aí a cidade toda foi buscar o filho Ministro, extraordinário Ministro, o farol da ditadura militar, o exemplo. E todo mundo aí, quando eu vi, passeata assim, dez horas da manhã recebendo o Ministro, ele diz: “Pára, pára, pára”. Mão Santa, é a casa do Professor José Rodrigues, parou naquele sol, eu acho que todos os carros do Piauí e do Norte estavam lá, do Ceará, porque Ministro da revolução era forte; foi o liberar o dinheiro para Ponte do Jandira que liga para o Maranhão... “Pára, pára, pára, é a do Professor José Rodrigues”. Aí eu saltei. Então, aquele homem foi prestar homenagem que ao Professor José Rodrigues que tinha parado e, que depois foi meu professor. Então falta isso.

Meu jovem não está mais não. Olha, meu jovem olha, para cá. Eu era até parecido com o James Din, mas sabe onde eu fui buscar a minha namorada? Eu de professora ninguém entende mais, porque do que eu, porque eu durmo com uma a 38 anos, [risos] A minha mulher é professora. A gente ia buscar nas escolas Normal, era encantadora, era bonita era sorridente. Agora, estão maltrapilhas, as desgraça estão tudo lascada, não tem perspectiva com um salário desses? Essa é a verdade! Elas tinham fusquinha. Piorou meu jovem. O que está havendo isso? Vamos ser vamos ser franco. Quem é que vai fazer vestibular? Todo mundo quer fazer é de Direito. Olhe, quanto ganha um Desembargador e quanto ganha uma Professora, um Delegado e tal.

Então as grandes inteligências nós temos que ver isso, nós temos que fazer leis que recupere, você está concorrendo [soa a campainha] é com seu tio Evaristo Arns para ir para o céu. Então, as grandes inteligências nós temos quer ver isso. Nós temos o Cristovam é de fazer leis boas, salariais e realistas. E está aqui o quadro, de 27 mais 27 quanto é meu jovem? São 54. Só tem quatro aqui. A educação... É essa a educação.

E o nosso Presidente teve aquela infelicidade de dizer que: “O meu jovem aí representa...” Por isso que V. Ex^a., disse que tem que estudar, tem que dar livro. E o meu amigo... Eu votei nele na primeira vez, mas ele disse... Aquilo pega mal. O exemplo arrasta. Padre Antônio Vieira que disse, não vão dizer que sou não, que eu sou do PMDB. O exemplo arrasta, palavra sem exemplo é um rival. Ele disse: “Que dá uma canseira ler uma página de um livro é melhor fazer uma hora de esteira”.

Então, é isso e nós todos estamos aqui. Mas V. Ex^a. tem que advertir, leve esse jovem lá para baratear.

E é verdade meu jovem e eu estou... Mas temos que fazer separação.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Olha, o bacana aqui, Professor Senador Cristovam Buarque, merece homenagem. O Eduardo muito organizado. Isso é a coisa mais linda do mundo. E eu passei o melhor momento de emoção aqui, quando eu vi um colega meu Manassés Claudino Fonteles, [soa a campainha] Como os senhores, eu sou mais velho um ano do que ele. Eu tive o privilégio de fazer prova, porque eu era monitor mais velho prenderam os professores na ditadura e aí ficou ruim o monitor é que dava aula. E eu era mais velho do que Manassés que ele esteve aí. E eu sei que eles são cientistas estudantes.

É como V. Ex^a, disse “professor nós temos, mas nós temos é que ter leis boas e justas”. Não tem. Olha, o salário do pessoal da Justiça e olhe para as professoras. Esse jovem não está pensando em casar com uma professora não. Ele esta pensando é com uma juíza, é não sei o que e todos em vestibular nessa área. Então, nós temos que fazer leis boas e justas, começando pelo salário.

E eu vou dizer a experiência, eu fui na Alemanha como Prefeitinho, aí era Merck Darmstadt, Diretor, aí ele: “Professor Basedow, Professor Basedow”, tudo se abria o trânsito, o melhor restaurante, a melhor cadeira. Eu digo: “Mas o senhor não é Diretor do Merck? Tinha uma fábrica no Piauí da Merck, Merck Darmstadt, aí ele disse: “Não, mas é que o título mais honroso aqui é de professor”. Então, eu fui em Heidelberg, fiz concurso, dou uma aula por semana para poder usar de graça”. E isso é que faz.

Hoje nós não vemos mais o Reis Veloso saudar os professores e ninguém e tal, isso é que tem. E aqui, está aqui o retrato que a lástima continua. Então, professor, meus parabéns ao Cristovam Buarque. E o Eduardo ali, que é um extraordinário Executivo, fez o programa mais bonito. Eu estou com medo na outra reunião, só ter dois Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Bom, Senador Mão Santa, os últimos serão os primeiros, não é? Então, eu passo em primeiro lugar, a palavra ao Doutor Abib Salim Cury para as considerações finais.

SR. ABIB SALIM CURY: Senador, as nossas considerações são as de que efetivamente, tentamos transmitir uma grande preocupação que a gente tem como educadores que somos, uma vida inteira de que alguma coisa precisa ser feita a partir de agora. O processo educacional tem que ser iniciado e todos nós independentes dos Srs. Senadores, todos nós temos

uma obrigação de nós preocuparmos com isso e de tentar melhorar.

E que esse processo possa se iniciando a gente possa dentro de alguns anos, efetivamente, ter uma escola melhor e uma juventude responsável, que com isso eu acredito que esse País terá um futuro. Se isso não for feito não temos futuro.

Eu agradeço o convite, por estar aqui presente. E na medida do possível de que os senhores possam achar que a gente deva continuar discutindo, estamos na Presidência da ANUP, a disposição para vir aqui quantas vezes forem necessárias, para que a gente então juntos tentamos criar alguma coisa que possa trazer e colocar esse País no lugar que merece. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem. Agradecemos ao Doutor Abib. Passamos a palavra em seguida ao Thiago, Presidente da UBES.

SR. THIAGO FRANCO BATISTA DE OLIVEIRA: Bom, eu queria parabenizar, mais uma vez a Comissão de Educação, todos os Senadores e Senadoras, Senador Cristovam Buarque. Dizer só uma última coisa em breve, que é o seguinte a educação ela trata de como você vai garantir o acesso ao conhecimento. A humanidade ao longo da sua história acumulou uma série de conhecimentos uma série de coisas e que a gente precisa colocar isso disponível para a juventude, para o povo de uma forma geral.

Então a escola mais do que tudo tem que ter o conhecimento à disposição, disponível para juventude. Então, mais do que você até você engessar currículo dentro... No ensino médio mesmo, inclusive, você tem de que deixar as coisas disponíveis, você tem que ir atrás da Ciência, você estimular o estudante já desde o ensino médio, do ensino fundamental por que não? A buscar a pesquisa científica e coisas do tipo.

Enfim, o conhecimento tem que estar disponível, o conhecimento não pode ser mais propriedade privada. O conhecimento tem que ser cada vez mais público coletivo e a disposição do povo [soa a campainha] Da juventude de uma forma geral. Eu acho que isso ficaria assim como o nosso recado no final aqui. Vamos continuar acompanhando essas audiências públicas aqui nessa série de dez, que estamos na segunda, tinha um diretor nosso aqui. Espero que a gente consiga realizar e ter bons frutos, tanto do ponto de vista das ações do Executivo, aqui do Senado, do Congresso Nacional como um todos, mas também possa servir de base para ações do Executivo de níveis estaduais e municipais que seguramente o que sai aqui do Senado expande e vai para muitos lugares, para a gente

poder ter de fato uma educação de maior qualidade no nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Inclusive incentivando novamente a participação de todos que acompanham essa audiência pública, pela TV Senado, Rádio Senado, Agência Jornal do Senado, qualquer veículo de comunicação a enviarem sugestões, contribuições, perguntas, para que seja algo, um processo bem participativo com todos que desejem contribuir com esse desafio. Como o ciclo de audiências diz: Idéias e Propostas para a Educação Brasileira, e o Plano de Desenvolvimento da Educação”.

Passo em seguida a palavra ao Doutor Roberto Geraldo de Paiva Dornas.

SR. ROBERTO GERALDO DE PAIVA DORNAS: Agradecer a Comissão de Educação, Senador Cristovam Buarque, por essa oportunidade e dizer que CONFENEN, sempre estará à disposição a qualquer momento para discutir e debater qualquer assunto relacionado a educação com o máximo prazer.

O Senador Mão Santa nos alertou para um determinado ponto que a palavra de encerramento com base no que ele diz. Educação é coisa séria e o que nós precisamos é que a escola seja séria e que o estudante seja sério. Escola foi feita para ensinar e para educar também. Hoje mais para educar do para ensinar, porque os meios de informação estão aí no ar e cada vez a criança está longe da família por N fatores. Então, a escola tem que educar, para educar é preciso que haja seriedade. A escola para ensinar, ensinando. O aluno para estudar, estudando porque essa é a obrigação dele.

Agora é preciso - e aqui o nosso apelo - que se resgate a respeito ao professor e o respeito à escola. Acabou-se o respeito pedagógico. A escola é autoridade pedagógica, o professor é autoridade pedagógica. E no entanto, hoje o professor e escola sofrem pressão de todos os lados, de todos os órgãos de Ministério Público, de Procon e mais não sei o que percebe? Estatuto da Criança e Adolescentes e etc, ela perdeu a autoridade.

Então, ao invés de ser centro irradiador é simplesmente uma agência amedrontada e que ninguém sabe o que fazer. Virou à Geni, pura e simplesmente. A própria escola tem uma determinada culpa que acho que ela deve reagir e não aceitar esse tipo de intromissão que está havendo. Ela é a agência mais importante, ela vai formar o Brasil. Agora é preciso e aí o nosso apelo ao Senado: Ajudem a resgatar a autoridade pedagógica da escola, a autoridade pedagógica [soa a campainha] Do professor e o Brasil vai melhorar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço ao Doutor Roberto. Passo em seguida, a palavra para o Professor Cláudio Moura e Castro.

SR. CLÁUDIO MOURA E CASTRO: Primeiro dar uma cutucada no Thiago, da idade dele ele vê coisas que eu não vejo, da minha idade eu vejo coisas que ele não vê. A idéia de um aluno que sofre no vestibular é uma idéia falsa do ponto de vista internacional. Quer dizer, o que nós vemos são alunos que assistem quatro, cinco horas de aula por dia e que em média, no ensino privado terceiro ano, portanto, no ano do vestibular, estuda uma hora e meia por dia. Um aluno coreano estuda entre nove e onze; os alunos europeus estudam entre seis, oito e nove horas por dia. Portanto, esse sofrimento brasileiro ó... [risos]

Alguns comentáriozinhos sobre o profissionalizante. Quer dizer, não há nada mais... Aqui concordando com o Senador, não há mais profissionalizante do que o ensino prático não profissionalizante que é ler, escrever, usar números e entender o mundo, usar computadores. Quer dizer, o que a escola média tem que fazer é ser prática, oferecer aqueles talentos genéricos não profissionalizantes que realmente faz a diferença. Quando nós estamos falando em realmente profissionalizantes, nós temos que responder - eu estou recuperando umas discussões - profissionalizar em quê? Cadê a pesquisa de mercado que diz que essa vocação que está sendo oferecida vai encontrar o mercado?

E repito. A experiência profissionalizante melhor, realmente profissionalizante é fora da escola acadêmica, é o que vem depois, é o que em paralelo. É o SENAI é o Sistema AS, é a multidão de coisas que existem que precisam obviamente ser reforçadas. Novamente o menor aprendiz. A Alemanha tem um terço da população do Brasil, tem 600 mil aprendizes. O Brasil tem cinco mil e nós vemos apelos patéticos para ter mais. Por que não tem mais? Porque não pode, porque a lei desestimula. Não é uma política inteligente para uma empresa receber um aprendiz é contraproducente. Então, as empresas não funcionam com base em caridade, as empresas funcionam e tem que funcionar sim, porque é bom ou porque é mau negócio receber aprendizes.

Para terminar aqui, a disciplina. O que mostram as pesquisas com alunos? Quando perguntados: O que atrapalha o seu aprendizado? O que os alunos respondem? Indisciplina e conversa dos outros colegas. Então, quem que está pedindo disciplina nas escolas? São os alunos. Se diz: Disciplina careta... Bom, para terminar. Então, eu Acho que a boa notícia que nós temos é que eu nunca vi tanta gente e eu nun-

ca vi tanta gente importante e, tanta gente que conta preocupado com educação. [Soa a campainha] Nós sempre falamos, repete-se muito que os políticos não querem investir em educação, porque os resultados são de longo prazo, os resultados são de longo prazo na Finlândia, na Suécia, na Suíça.

A nossa educação é tão ruim, que qualquer coisa que a gente faça os resultados são de curtíssimo prazo. Um ano bem feito já faz uma diferença enorme. Então, vamos acabar com essa conversa que educação é um investimento de longo prazo: é também um investimento de longo prazo, mas dada a péssima qualidade das escolas coisas ínfimas fazem uma diferença enorme que a aparecem nos resultados do ano seguinte. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem.

SR. CLÁUDIO MOURA E CASTRO: Deixa eu complementar o Senador Mão Santa, uma informação curiosa: O Ministro João Paulo dos Reis Veloso foi meu colega de universidade, ele por pouco não nasceu num distrito chamado: Pinico Quebrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Está certo. Passo a palavra ao Doutor Arquimedes Diógenes Ciloni.

SR. ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI: Eu quero reiterar os cumprimentos que já emiti em momento anterior, a Comissão do Senado pela importância do debate. Esta Comissão é a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia Comunicação e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): [pronunciamento fora do microfone].

SR. ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI: Educação, Cultura e Esporte, eu estou lendo aqui numa pasta, então, mais antiga. Mas quero colocar ANDIFES, não só este Presidente, mas todos os outros 55 colegas dirigentes das instituições federais à disposição desta Comissão e das demais, porque podendo contribuir para o debate nós já nos sentiremos honrados por ter comparecido. Agradeço muito. Parabenizo, mais uma vez, a todos obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Quero em primeiro lugar, só fazer observação porque foi criada uma nova Comissão no Senado, neste ano de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, mas quero agradecer a participação de todos os expositores desta Audiência Pública, foi uma oportunidade importante para que o Brasil pudesse refletir este tema Idéias e Propostas para a Educação Brasileira.

Foi o segundo momento de um ciclo de audiências que vai a cada segunda semana ter a sua continuidade. Dizer da necessidade de participação

de todos os setores do Brasil, através dos meios de comunicação. Esta audiência pública vai ser também novamente transmitida na íntegra, pela TV Senado, para o Brasil todo.

Então a gente espera que muitas pessoas participem e que ao final nós possamos ter resultados concretos. Resultados concretos em termos de reflexão, de aprofundamento que já é consciência, que já é um resultado concreto, projetos de lei, documentos, discussão com o Executivo, para que nós possamos todos, Senado e sociedade de uma maneira geral, contribuímos na construção do maior instrumento para a realização da cidade cidadania, sem dúvida alguma educação. E que a educação possa fazer com que o brasileiro seja muito mais participativo, atuante, que tenha mais condições, que os desafios colocados possam em conjunto, ser pensados e ultrapassados.

Que bom. Agradeço a todos e declaro, desculpe, a Senadora Rosalba Ciarlini, gostaria de fazer uma observação.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Senador Presidente, obrigada. Eu vou ser rápida, porque eu acho que todos já estão com outros compromissos, nós já estamos sendo convocados para a sessão ordinária, mas eu gostaria de dizer o quanto foi produtivo. O Senador Mão Santa colocava o número de participantes da Comissão de estarmos apenas nós, mas eu acho que isso, que o importante é que os que aqui estão, estão realmente se dedicando, preocupados.

E a política, algo muito bom, o Professor Cláudio falava: O que é que vem aí de positivo e de bom. Eu acho que uma coisa que está mudando, porque eram duas coisas que no Brasil que político não gostava de investir, saneamento e educação. Educação ele gostava assim, conseguiu um recurso para o Prefeito construir a escola e botar o nome de um parente dele, ou então, levar uma universidade, porque aí ficava para o resto da vida aquela marca.

Mas a qualidade do ensino nunca ninguém se preocupou. E nós aqui estamos com essa preocupação. Qualidade do ensino. Qualidade do ensino. Da mesma forma que foge nos preocupamos em ter as nossas cidades saneadas, que isso é um grande avanço para a qualidade de vida.

Sobre a questão da qualidade de ensino, Thiago você falou algo que é muito importante: A questão de ler. Ler no nosso País não é porque as pessoas não gostem de ler, muitas vezes é porque não têm acesso à leitura. Você mostrou a experiência de outros países, eu mostro a experiência local minha. Dando plantão crianças internadas, meu colega Flávio Arns, as mães acompanhando a grande maioria adormecia e a mãe

ficava ali de plantão cuidando da sua criancinha e eu tive a curiosidade.

Eu ia para o plantão e levava alguns livros desses de leitura mais fácil, um romance, uma coisa assim que a gente mais... Era literatura, então eu cheguei para uma mãe e perguntei a ela: “A senhora gosta de ler? Sabe ler?” Ela disse: “Sei”. “Eu tenho um livrinho aqui, vou lhe dar”. Dei para essa mãe. No outro dia eu tive que arranjar bem mais, porque outras mães estavam me pedindo. Então veja, o que é a oportunidade, coisas tão simples dentro de um hospital público, uma clientela pobre, eram pessoas todas atendidas pelo SUS. E eu encontrei mães que sabiam ler, simples da zona rural, mas que nunca tinham tido um livrinho, a oportunidade de pegar aquele livro. Eu trouxe todos os que eu pude conseguir e como Prefeita fizemos a experiência do baú do livro, que foi assimilado pelos Conselhos Comunitários em muitos pontos da cidade hoje eu citei: Baú do livro foi feito um trabalho para se ter livros que pudessem ser emprestados como ano antigamente as bibliotecas, aquele empréstimo que você leva num dia e tem que entregar até o outro dia.

E através de um trabalho comunitário, o próprio Conselho dispõe para comunidade vai naquele bauzinho entrega na casa e no dia vai apanhar e vai fazendo a permuta. Então, isso é uma coisa clara o povo quer ler, agora, não tem oportunidade. E para finalizar também no curso profissionalizante quando se fala... Eu acho que no ensino médio não se profissionalizar só através dos Sistemas AS, aí eu discordo do Professor Cláudio, porque já tivemos experiências que se fazia ao mesmo tempo um curso profissionalizante.

Eu lembro bem na área de saúde com técnicos de laboratórios, de radiologia, técnicos de enfermagem. E eram pessoas que todas tinham acesso mais fácil depois aos concursos as oportunidades. E hoje a exigência que todos tenham Técnico de Enfermagem. O que acontece? Com as pessoas com nível médio já muitas vezes trabalhando numa instituição, no Governo, na Prefeitura, elas estão tendo que pagar para fazer um curso, porque hoje a exigência, quando já poderiam... Porque já tem a experiência, mas não tem o diploma então já poderiam ter saído do ensino médio, profissionalizadas naquela área.

Para se saber qual que é a necessidade do mercado, meu Deus! Pesquisa é a coisa mais fácil do mundo, pesquisa de mercado! E vai se saber em cada cidade e direcionar o curso para aquelas necessidades. Era isso que eu queria colocar, além de dizer que esporte e cultura, escola sem esporte e cultura não é atrativo, quanto mais você faz, teatro, grupos de dança, oportunidade que a criança vá praticar o esporte, porque aí

ele se sente campeão, ele se sente herói, ele vai fazer daquela escola realmente um grande espaço.

Além do que professor Abib, tênis e fardamento é auto-estima de aluno. A criança se sente bem, a criança se sente... Ele valoriza sua escola, se ele está identificado e bem identificado, podendo ter um tenzinho daquela escola.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu passo em seguida, a palavra ao Senador Cícero Lucena, só para uma consideração final em função da adiantado da hora, antes porém só justificando a ausência de Senadores aqui, porque praticamente oito ou nove Senadores passaram aqui durante a audiência, mas o próprio Presidente está viajando, está em compromisso relacionado a educação, na Europa e o Secretário me informa que são seis Comissões que estão ocorreram nessa manhã.

Eu próprio participei da Comissão de Direitos Humanos, Assuntos Sociais, tem a CPI do Apagão Aéreo, tem a presença do Ministro das Cidades, mas de qualquer forma é importante que se diga, que é uma iniciativa da Comissão de Educação. Então é algo institucionalizado, forte. É uma Comissão muito atuante com Senadores sempre presentes, também. E mesmo que não estejam, por alguma eventualidade presentes hoje, mas sem dúvida, eles estão assim... Assinaram o requerimento e estarão juntos nas conclusões. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, Senador Flávio Arns, cumprimentando a todos. Na verdade, a minha intervenção seria nessa mesma linha de V. Ex^a., até para justificar a minha ausência, porque eu estava participando de uma Audiência Pública com o Ministro da Cidade e conseqüentemente, como eu sou Presidente da Comissão dos Municípios, eu teria que ter participado não comparando qual é o mais importante, até porque nós temos mecanismos de gravações de programa que teremos acesso a todas

as opiniões que aqui foram dadas e todos os assuntos que foram tratados.

Então, ao me justificar estou fazendo da mesma forma que o Senador Flávio Arns fez com os demais companheiros, que com certeza, não é nenhum desmérito a importância desse tema, porque todos estão preocupados com a educação e estamos dando a nossa contribuição. É tanto que eu lamento não ter ouvido, por exemplo, do Doutor Abib em relação ao fardamento quero comunicar ao senhor, que nós um projeto da minha autoria obrigando os Prefeitos e Governadores a fornecer dois fardamentos completos, inclusive, um par de tênis duas vezes por ano.

Exatamente porque eu vivi, me permita só abusar pouco de vocês, eu vivi a experiência de perguntar a uma mãe, por que ela matriculava um filho de manhã e um outro tarde e não tia trabalhar ao invés de ter... Ela me dizia que fazia isso, porque tinha que levar um filho, um de manhã e outro de tarde. E eu disse: "Mas por que você não matricula os dois e trabalha no outro expediente?" Ela disse que não podia e sabe por que não podia Dr. Abib? Porque só tinha um par de chinelos na casa dela. Então, tinha que levar um filho de manhã e outro filho à tarde.

Então quantas e quantas crianças não estão nas estatísticas do abono à escola por ter vergonha da roupa surrada, rasgada ou nem ter a roupa para estar na escola? Então, efetivamente eu fico feliz com essa colocação que só ouvi no fim e, dizer que nós estamos juntos compromissados, com aquilo que o Senador Cristovam Buarque tem dito: Educação é... Ele diz que é pra já, eu digo que é urgente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço ao Senador Cícero Lucena, novamente agradeço aos participantes. Declaro encerrada a presente Audiência Pública. Obrigado.

Sessão encerrada às 14h19.



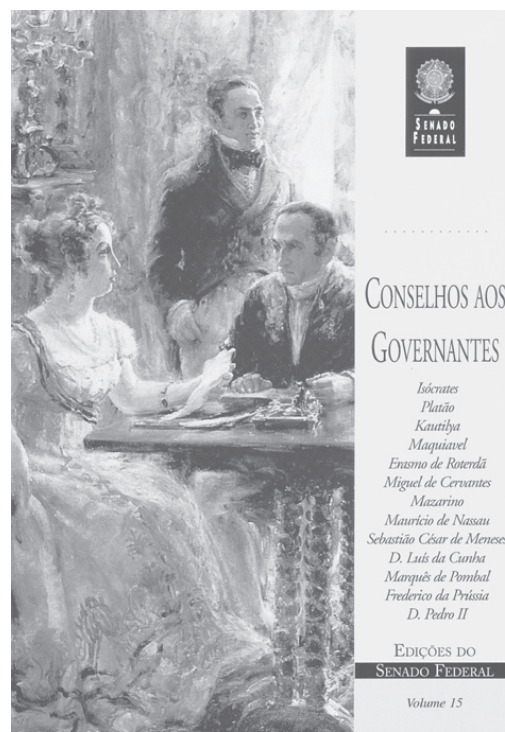
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 996 PÁGINAS

(OS:13069/2007)